

EXPLORANDO CONCEITOS E IMAGENS: DESLOCAMENTOS NA HISTÓRIA DA ARTE CONTEMPORÂNEA

Adair Marques Filho *

RESUMO: As representações de nus masculinos na história da arte são correntes tanto no Ocidente quanto no Oriente, neste último com maior desembaraço. No entanto, a maioria dos trabalhos artísticos dessa natureza produzidos até a bem pouco tempo, eram clandestinos quando tratava de representar as relações entre pessoas do mesmo sexo, criando um agravamento quando essas pessoas eram do sexo masculino. Para entender um pouco da trajetória da arte homoerótica no Oriente e, principalmente, no Ocidente, faz-se necessário recorrer à história da sexualidade de Foucault. Ele faz uma oposição entre dois conceitos fundamentais: o de *ars erótica* e o da *scientia sexualis*. Nesse sentido, procuro problematizar a produção e reflexão sobre as imagens homoeróticas na Arte Contemporânea através das fotografias de Robert Mapplethorpe e Alair Gomes.

Palavras-chave: nu masculino, Robert Mapplethorpe, Alair Gomes.

ABSTRACT: The representations of masculine nudes in the history of the art are current in such a way in the Ocidente how much in the East, in this last one with bigger disembarassment. However, the majority of produced the artistic works of this nature until the well little time, was clandestine when it treated to represent the relations between people of the same sex, creating an aggravation when these people were of the masculine sex. To understand a little of the trajectory of the homoerotic art in the east and, mainly in occident, one becomes necessary to appeal to the history of the sexuality of Foucault. It makes an opposition between two basic concepts: of *ars erotica* one and of the *scientia sexualis*. In this direction, i look for to problematical the production and reflection on the homoerotics images in the Contemporary Art through photographs of Robert Mapplethorpe and Alair Gomes.

Key-words: male nude, Robert Mapplethorpe, Alair Gomes.

Introdução

Antes de entrar em questões mais específicas sobre as representações do homoerotismo nas produções artísticas de artistas brasileiros e estrangeiros, faz-se necessário uma incursão nos trabalhos teóricos de Gayle Rubin (1989), feminista radical que se opõe à onda das feministas-marxistas, até então hegemônica no campo acadêmico. Em seus trabalhos, a partir dos anos 70, dentre os quais cito *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo* e *Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoria radical de la sexualidad*, que é publicado nos anos 80, Rubin concentra suas atividades e estudos em duas frentes: primeiro, confronta as perspectivas das feministas que equiparavam opressão sexual com opressão de gênero e participavam do movimento contra a pornografia. E, em paralelo, critica os dispositivos de controle da sexualidade vigentes no contexto político estadunidense. A autora apresenta em seus trabalhos uma série de sugestões metodológicas

* Designer de Moda e Mestre em Cultura Visual pela Faculdade de Artes Visuais da UFG. Professor e Coordenador do Curso de Tecnologia em Design de Moda da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Trindade/GO.

para os estudos do feminismo e da homossexualidade masculina, propostas que estabeleceram alguns caminhos para o processo de desenvolvimento desses campos de estudos. De forma mordaz, ela critica o feminismo acadêmico da época:

O feminismo é uma teoria da opressão de gênero. Ao assumirmos automaticamente que isto transforma o feminismo numa teoria da opressão sexual não distinguimos entre gênero, de um lado, e desejo erótico de outro [...] A fusão cultural entre gênero e sexualidade fez emergir a noção de que uma teoria da sexualidade poderia se derivar da teoria de gênero... gênero afeta a operação do sistema sexual, e o sistema sexual tem manifestações de gênero. Embora gênero e sexo estejam intimamente relacionados, eles não são a mesma coisa, mas constituem a base de duas arenas distintas das práticas sociais (RUBIN, 1984, p. 307-308 apud CORRÊA 1996).

A autora defende que uma teoria radical do sexo deve identificar, descrever, explicar e denunciar as injustiças eróticas e a opressão sexual. Nesses termos, torna-se necessário a criação de instrumentos conceituais que possam nos mostrar, de fato, o objeto a ser estudado. Descrições detalhadas sobre sexualidade devem ser construídas de forma que representem a existência da mesma na sociedade e na história. Essa tarefa requer uma linguagem crítica que demonstre e denuncie a crueldade e intolerância com que o assunto vem sendo tratado ao longo dos anos. Um dos entraves que dificulta o desenvolvimento de uma teoria desse tipo é o essencialismo sexual. De acordo com Rubin, tal essencialismo reforça a idéia de que “o sexo é uma força natural que existe em anterioridade à vida social e que dá forma às instituições” (RUBIN, 1989, p. 130).

Nesse sentido, há um essencialismo sexual arraigado ao saber popular das sociedades ocidentais que vêem o sexo como algo imutável, asocial e transhistórico. Reproduzindo esse essencialismo sexual temos as áreas da medicina, psiquiatria e psicologia que têm dominado os estudos acadêmicos durante mais de um século. No entanto, nas últimas décadas, surge um novo pensamento que apregoa que questões de gênero não podem ser compreendidas apenas em termos puramente biológicos. Esse pensamento sobre a conduta sexual deu ao sexo uma história e criou uma alternativa construtivista em relação ao essencialismo sexual. Mas, esse é apenas o começo da história.

Desejos e prazeres sexuais podem ser vividos pelos sujeitos de várias maneiras. Nesta perspectiva, identidades sexuais são construídas através do modo como lidam com sua sexualidade ou da forma como se relacionam com parceiros/as do sexo oposto, do mesmo sexo, de ambos os sexos, etc. Ainda nesse sentido, ou de modo semelhante, os sujeitos constroem suas identidades de gênero, identificando-se social e historicamente como

masculinos ou femininos.

Uma visita a outros tempos e concepções

Muitas sociedades conviveram e aceitaram a “homossexualidade” como prática comum. Podemos tomar como exemplo a Grécia antiga onde os desejos e as relações de amor entre homens eram idealizados na arte e na poesia (PLATÃO, 2000). Poetas do mundo clássico enalteciam os homens capazes de amar indivíduos do mesmo sexo e o exemplo, provavelmente mais conhecido, é o Fedro, de Platão, cuja narrativa celebra um exército de homossexuais cuja beleza constitui um expoente de virilidade (PLATÃO, 2000). O Batalhão sagrado dos egípcios de Tebas é outro exemplo dessas práticas sexuais, situadas em contextos específicos e tendo como pano de fundo o amor da alma. Em uma das passagens de *O Banquete*, Fedro exalta o amor entre os homens afirmando “não sei eu, com efeito, dizer que haja maior bem para quem entra na mocidade do que um bom amante, e para um amante, do que o seu bem-amado” (PLATÃO, 2000, p. 13).

A mitologia grega está recheada de histórias de amor que envolvem homossexuais e lésbicas. A história de Adonis e Narciso, por exemplo, refere-se a um deus que se deixa cair na luxúria e, extasiado por tal sentimento, passa a perseguir belos jovens. O culto a Adonis mereceu a construção de templos e a realização de festivais dedicados a celebrar e promover relações homossexuais (GUIMARÃES, 1996). Essas cenas são retratadas em utensílios da época (vasos, pratos, etc.) bem como em paredes e edifícios.

Na sociedade grega, desejo, paixão e relações sexuais entre homens eram vistos socialmente como algo natural e aceito. No entanto, existia um limite para essas práticas sexuais, ou seja, o amor entre iguais era aceito no sentido da educação de jovens por homens mais velhos. A relação entre dois homens adultos era vista como vergonhosa.

Foucault, nas suas escavações conceituais para a construção genealógica de uma *História da Sexualidade*, constata que

O uso dos prazeres na relação com os rapazes foi, para o pensamento grego, um tema de inquietação. O que é paradoxal numa sociedade que passa por ter “tolerado” o que chamamos “homossexualidade” [...] Os gregos não opunham, como duas escolhas excludentes, como dois tipos de comportamento radicalmente diferentes, o amor ao seu próprio sexo ao amor pelo sexo oposto (1984, p. 167).

Isso não nos leva a crer que a sociedade grega era um paraíso. Como sociedade

que aceitava a instituição da escravidão, a vasta maioria da população era composta por escravos que pertenciam a cidadãos livres. Aos escravos não eram concedidos direitos, eles eram apenas concebidos como diferentes raças de cães para diferentes funções - escravos robustos para trabalhos pesados, escravos passivos para trabalhos domésticos (HALPERIN, 1990).

Na cidade-estado de Esparta o amor entre jovens e homens era aspecto permanente e importante para o exército. Os guerreiros treinavam os jovens na arte da guerra, um aprendizado longo e árduo. Mas a relação entre guerreiro e aprendiz, era próxima, íntima e vital, tão importante e estratégica que os planos de batalha do exército espartano eram feitos com base nessa relação, ou seja, uma relação afetiva (GREENBERG, 1988).

A Alexandria de Cleópatra, capital do Egito e centro cultural do mundo helênico, cidade que se distinguia por sua intensa vida intelectual e artística era também notável como metrópole sensual, lugar onde prazer e liberdade sexual eram praticados e vendidos com requintes. A mescla cosmopolita de seus habitantes incluía viajantes, comerciantes, artesãos e funcionários públicos que tornavam os distritos de Eleusis e Canopus atraentes devido à convivência afetiva e cordial que mantinham com os *cinaedi*, jovens dançarinas, rapazes e moças prostitutas que viviam naqueles bairros (FLAMARION, 2002).

Imagem na História/história da imagem

As representações de nus masculinos na história da arte são correntes tanto no Ocidente quanto no Oriente, neste último com maior desembaraço. No entanto, a maioria dos trabalhos artísticos dessa natureza produzidos até a bem pouco tempo, era clandestina quando tratava de representar mais explicitamente as relações entre pessoas do mesmo sexo, criando um agravamento quando essas pessoas eram do sexo masculino.

Para entender um pouco da trajetória da arte homoerótica no Oriente e, principalmente no Ocidente, faz-se necessário recorrer à história da sexualidade de Foucault. Ele faz uma oposição entre dois conceitos fundamentais: o de *ars erótica* e o da *scientia sexualis*. *Ars erótica*, sendo própria de civilizações como Roma, Índia, China, Japão, etc., buscava no conhecimento sobre o prazer, mecanismos para que este fosse ampliado ao extremo. Nesse sentido, a verdade sobre o prazer é extraída do próprio conhecimento. A *scientia sexualis* se configurou no Ocidente como mecanismo de produção de saberes sobre o sexo através da confissão. Pela confissão, estabelece-se uma relação de poder onde aquele que confessa expõe seus prazeres, suas culpas, seus pecados, enquanto que aquele que ouve,

interpreta o discurso, redime, condena, domina.

O final do século XIX e início do século XX tornam-se palco para o reaparecimento de imagens, tanto na arte quanto na literatura do homoerotismo em suas mais variadas abordagens. Esse período marca também alguns escândalos homossexuais envolvendo escritores, aristocratas e artistas em países como Inglaterra, Alemanha, Bélgica, etc.

No final dos anos 60, as produções de imagens e produtos voltados ao público homossexual deram um grande salto, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Em particular nos Estados Unidos, esses materiais começaram a ser vistos como algo que poderia ser beneficiado pela garantia constitucional de liberdade de expressão. Segundo Lucie-Smith alguns materiais “que tinham sido estritamente “underground”, tais como as fotografias de *Bruce of Los Angeles* ou os desenhos eróticos de Tom da Finlândia, moveram-se mais para o campo da arte em geral” (1988, p. 112).

Um dos precursores da arte homoerótica, Wilhem von Glöden (1856-1931), influenciou vários artistas e sua obra foi revivida e agora é vista como uma contribuição significativa para a história da fotografia, tal como as fotografias homoeróticas do americano F. Holland Day, deste mesmo período. Estes fotógrafos/artistas viveram em uma época marcada pela repressão e por idéias alicerçadas na norma heterocêntrica.

Robert Mapplethorpe (1946-89) conseguiu, em finais dos anos 70 e início dos anos 80, que imagens homoeróticas fossem aceitas como contribuição legítima para o sistema restrito da arte norte-americana. O que tinha sido visto, até então, como um campo separado dos esforços artísticos, agora era aceito como mais um meio de fabricar imagens, com o mesmo estatuto estético.

O artista/fotógrafo trabalhou não apenas com o nu masculino, mas, também, com o nu feminino e auto-retratos com partes do seu corpo à mostra. No entanto, seu reconhecimento adveio de suas imagens de homens negros nus, retratando a virilidade e a sensualidade de corpos musculosos, realçando detalhes, volumes, cor, texturas e movimentos. Robert Mapplethorpe é exemplo de um artista que fotografava corpos masculinos e femininos em posições e situações inusitadas, tornando-se um dos grandes nomes da arte contemporânea. Tom of Finland, com seus desenhos de rapazes musculosos em cenas de sadomasoquismo, ou, onde dois ou mais policiais eram representados em situações homoeróticas aguçando as fantasias e fetiche de homossexuais do mundo inteiro, é outro exemplo de artista que trabalha com temas e questões sobre as quais esta pesquisa coloca em foco.

Não poderia citar aqui todos os artistas que se debruçaram sobre o tema para desenvolver seus trabalhos, ou de artistas (falo aqui num sentido mais amplo) que eram reconhecidos por sua orientação sexual e que produziam explicitando essa condição (não no sentido de condicionado) de estar em uma esfera que os identificava como sujeitos “diferentes”.

No processo de produção artística contemporânea percebemos e testemunhamos as mais variadas manifestações em que corpo, gênero e sexualidade são transformados em objetos artísticos, seja na forma de fotografia, pintura, desenho, performance, art xerox ou tantas outras possibilidades que a contemporaneidade permite.

No cenário brasileiro, temos Hudinilson Junior que, nos anos 80 surge com trabalhos em graffiti e, principalmente, com arte xerox, produções feitas a partir do próprio corpo. Este artista trabalha também com suportes como colagens, desenhos, etc. Hudinilson Junior que, no final dos anos 70 ficou conhecido através de performances do grupo 3NÓS3 do qual fazia parte com outros artistas de São Paulo. Nos anos 80 ele “passou a usar a máquina de xerox, fazendo cópias de cada parte de seu corpo, dando início assim a uma poética particular, paradoxal, a um só tempo impessoal e erótica” (OLIVA, S/D).

O mito de Narciso - “o desejo pelo outro como desejo de si, visto como cruel impossibilidade” – é, para Hudinilson Junior, algo que beira à obsessão. Em uma das imagens do trabalho deste artista, as palavras de Oliva (S/D) podem ser exemplificadas através de: “um painel de azulejos grafitados (que) traz um panteão de deuses gregos, representados em estética pop, ao lado de ícones como o Super-Homem, a flor solitária do Narciso”. Temos, ainda, Alair Gomes que nos anos 70 e 80 do século XX fotografava corpos masculinos nas praias do Rio de Janeiro e que apresenta uma produção considerável de imagens capturadas no decorrer deste período. Este fotógrafo, apesar de sua larga produção, é mais reconhecido no exterior do que no Brasil. Finalmente, incluo trabalhos de Alex Flemming, artista que aborda o corpo como território de disputas internas e externas, explorando suas experiências de vida em pinturas, instalação e objetos.

Tais artistas participaram do movimento da arte homoerótica ou, pelo menos, trabalharam questões que discutem o corpo e a sexualidade na arte contemporânea. Esses artistas produziram, principalmente a partir dos anos 70, fotografias, desenhos, colagens, art xerox, performances, peças de teatro, etc. Dentre eles, destaque, em primeiro lugar, Alair Gomes, que conseguiu registrar a beleza do homem carioca de maneira intensa. Os cliques de Alair Gomes registraram corpos em consonância com um conceito de beleza masculina que recaía sobre detalhes de vigor, energia e força. Hoje em dia, mudanças de padrões de beleza

masculina excluem os pêlos como sinônimo de virilidade. As transformações no corpo – extração de pêlos com depilação à cera ou a laser; utilização de cosméticos, cirurgias plásticas – são cada vez mais frequentes.

As transformações que os conceitos de masculinidades e identidades vêm experimentando nos últimos 30 anos são reflexos das crises pelas quais a sociedade, de modo geral, vem enfrentando no decorrer do século XX. As crises da masculinidade não são recentes. Entretanto, é a partir do final do século XX que as estratégias subversivas tornam-se mais prementes. Podemos notar claramente, principalmente através de registros fotográficos, essas transformações do comportamento e do corpo masculino na contemporaneidade. Estas transformações são influenciadas, significativamente, pelos meios de comunicação, pelas revistas de moda e de comportamento, pelos programas de televisão e pela internet. Nesse sentido, as imagens de masculinidades são atravessadas por questões de corpo, de gênero, de sexualidades, de identidades.

Referências:

- CATÁLOGO ALAIR GOMES. Paris: Thames e Hudson, 2003.
- CORRÊA, Sônia. Gênero e sexualidade como sistemas autônomos: idéias fora do lugar? In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996, p. 149-159.
- FLAMARION, Edith. **Cleopatra** – From History to Legend. London: Thames & Hudson, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I** – a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- _____. **História da sexualidade 2** - o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GARCIA, Wilton. Traídos pelo desejo – ambigüidades da cena. In: LOPES, Denilson. et al. (Orgs.) **Imagem e Diversidade Sexual** – estudos da homocultura. São Paulo: Nojosa edições, 2004, p. 265-271.
- _____. **Homoerotismo e Imagem no Brasil**. São Paulo: Nojosa Edições, 2004.
- GREENBERG, David F. **The Construction of homosexuality**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- GUIMARAES, Ruth. **Dicionário da Mitologia Grega**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- HALPERIN, David. **One hundred years of homosexuality and other essays on Greek love**. New York: Routledge, 1990.
- _____. **San Foucault** – para una hagiografía gay. Córdoba: Ediciones Literales, 2004.

LUCIE-SMITH, Edward. Os rapazes serão rapazes. In: _____ **Ars Erotica**. Lisboa: Livros e Livros, 1988, p. 106-117.

PLATAO. **O Banquete**. Lisboa: Edições 70, 2000.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoria radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole (comp.). **Placer y perigo**: explorando la sexualidade femenina. Madrid: Revolucion, 1989, p. 113-190.

SITES CONSULTADOS

<http://www.actupny.org/>, acesso em 15 de setembro de 2006.

<http://americanhistory.si.edu/1896/i13.htm>, acesso em 20 de dezembro de 2005.

<http://www.bruce-of-la.com/contents.html>, acesso em 11 de novembro de 2005.

<http://www.mapplethorpe.org/>, acesso em 25 de outubro de 2005.

http://www.tomoffinlandfoundation.org/foundation/N_Home.html, acesso em 25 de outubro de 2005.

A HISTÓRIA CULTURAL E O FAZER DO HISTORIADOR

TERESINHA APARECIDA MENDES MARRA¹

RESUMO

Neste trabalho, pretendemos enunciar algumas questões importantes dentre aquelas com que se defronta o historiador na atualidade, especialmente se estiver voltado para estudos e pesquisas no campo da História Cultural. Talvez esse historiador seja capaz de perceber com maior clareza os problemas presentes, tanto ao redor quanto no interior do campo historiográfico de sua preferência. O atual prestígio da História Cultural é um fato relativamente recente. É novo o processo, ainda em curso, de redefinição dessa História. Lynn Hunt afirma que a História Cultural é uma nova forma de o historiador trabalhar a cultura. Não se trata de uma história do pensamento ou de uma história intelectual. Trata-se de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelas pessoas para explicar o mundo. E é a partir desses pressupostos que pensamos refletir sobre a necessidade de mudança no ensino da História.

PALAVRAS-CHAVE

História Cultural - Professor de História - Ensino de História

ABSTRACT

This article aims to show some important questions among those ones that the historian faces at present, specially if he participates in studies and researches in the Cultural History. Maybe this historian is able to perceive more clearly the current problems, those around him as well as in the interior of his preferred historical field. The current prestige of Cultural History is a new fact. The ongoing process of redefinition of this History is new. Lynn Hunt says that the Cultural History is a new way to work the culture. It is not the history of thought or an intellectual history. It is to think the culture as a set of shared meanings created by people to explain the world. Based on these presuppositions, we think to reflect about the necessity of change in the teaching of History.

KEY-WORDS

Cultural History - History's Teacher - Teaching of History.

¹ UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - DOUTORA EM HISTÓRIA PELA UNB - Professora e Coordenadora do Mestrado em História da UCG. E-mail: tmarra@ucg.br

Neste artigo analiso algumas questões importantes dentre aquelas com que se defronta o historiador na atualidade, especialmente se estiver voltado para estudos, pesquisas e ensino no campo da História Cultural.

O atual prestígio da História Cultural é relativamente recente. No Brasil ela ganhou importância na década de 1980 e se tornou hegemônica a partir dos 90. No entanto, o profissional da História enfrenta uma série de desafios, notadamente na área de ensino, pois permanecer no âmbito da história tradicional já não permite respostas às indagações do complexo mundo atual, e adentrar o campo da cultura ainda provoca insegurança devido às inovações na forma de trabalhar a cultura e por ser, também, um processo em curso. Daí a inquietação com a transição. A mudança no ensino da História é necessária mas também é imprescindível enfrentar os desafios. E é sobre eles que quero chamar a atenção.

1 – “Para o inferno com os fatos! Nós precisamos de histórias” (Ken Kesey,1987)

Esse subtítulo ilustra bem a crise dos paradigmas ocorrida na década de 1970, quando houve um deslizamento da história baseada em fatos para a história ancorada em representações.

A postura do historiador sofreu transformação ao aderir à História Cultural, cuja categoria central, a *representação*, foi incorporada a partir das formulações de Marcel Mauss e Émile Durkheim no início do século XX. Na visão de Pesavento (2005;40-41), representar é estar no lugar de, é presentificação de um ausente. A ideia central é a da substituição que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença. É também um conceito ambíguo, pois não é uma cópia do real, mas uma construção a partir dele. Por exemplo, alguém representa uma autoridade na ausência dela e desempenha um papel substitutivo, agindo em seu nome. Mas as representações são, igualmente, portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram, carregam sentidos ocultos que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresenta como naturais, dispensando reflexão. A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social em regimes de credibilidade e de verossimilhança e não de veracidade.

A História Cultural pode ser explicitada por meio de abordagem interdisciplinar que sugere o alargamento de fronteiras, entrecruzamentos e, ademais, convida a uma conduta que, ao evitar o engessamento do “conceito”, opta pela flexibilidade da “noção”. Naquele, a “visão frontal” de que nos fala Maffesoli, para quem o próprio conceito acaba por “esgotar aquilo de que se aproxima”. Nesta, ou seja, na noção, a aproximação fértil, “mais atenta ao

detalhe”. Enfim, metaforicamente, “o espírito de finura contra o espírito de geometria” (Maffesoli,1998;125).

2 – “O historiador (...) tem o dever de não se fechar no passado e de refletir assiduamente sobre os problemas de seu tempo” (Georges Duby,1999)

Uma das finalidades de se escrever história é ajudar os contemporâneos a abordar com mais recursos as dificuldades cotidianas. Ao publicar “Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos”, Duby (1999) pesquisou e, na representação que ele fez sobre aspectos da Idade Média, concluiu que as pessoas daquela época não eram mais inquietas ou mais calmas do que nós. Quais seriam as crenças, sentimentos e visão de mundo desses indivíduos que viveram há oito ou dez séculos? Hoje esforçamo-nos, ao escrever sobre a história europeia medieval, para penetrar no espírito de uma sociedade na qual o invisível estava tão presente e tinha tanto poder quanto o visível. E é isso, notadamente, que nossa sociedade se distancia daquela. Discernir semelhanças e diferenças entre o que as pessoas da Idade Média temiam e o que nos amedronta hoje pode ajudar-nos a enfrentar com mais lucidez os perigos atuais.

Existem analogias entre as duas épocas e as diferenças que muito podem nos ensinar. Por quê e em que mudamos? O passado pode dar-nos confiança? Sabemos que nossa sociedade é inquieta e a preocupação de voltarmos na direção de nossa memória é uma constatação importante. Esse apego à memória dos acontecimentos é para retomar confiança, tendo em vista que, em nosso íntimo está escondida uma inquietação, uma angústia.

3 – Dialogando com a história dos Annales.

O século XIX foi a época em que a história se tornou profissionalizada, com seus departamentos nas universidades e suas publicações específicas. A história rankeana era o território dos profissionais.

A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional, ou história rankeana. Quais as diferenças existentes na maneira de se fazer história entre esses dois modelos? De acordo com Burke (1992;10-16),

3.1 – a história diz respeito essencialmente à política, do ponto de vista do paradigma tradicional. Já a base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída;

3.2 – enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas, os historiadores tradicionais pensam na história como uma narrativa dos acontecimentos;

3.3 – a história tradicional apresenta uma visão de cima, nos feitos dos grandes homens. Os novos historiadores estão preocupados com a história vista de baixo, com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social. A história

da cultura popular recebeu bastante atenção, assim como os historiadores da Igreja, que começaram a estudar sua história vista tanto de baixo quanto de cima;

3.4 – história baseada em documentos é um dos fundamentos do paradigma tradicional: registros oficiais preservados em arquivos. Os novos historiadores, ao analisar uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma maior variedade de evidências, tanto visuais quanto orais e estatísticas;

3.5 – a história é objetiva, segundo o paradigma tradicional. A tarefa do historiador/professor de história é apresentar aos leitores/alunos, os fatos como eles realmente aconteceram. Atualmente esse ideal é considerado irrealista. O relativismo cultural se aplica à própria escrita da história quanto a seus objetos. Nossas mentes não refletem diretamente a realidade.

Para muitas pessoas, a nova história está associada a Lucien Febvre e a Marc Bloch, fundadores da revista “Annales”. Nos primeiros números, apesar do predomínio de artigos de historiadores econômicos, as idéias principais do grupo se tornaram claras: exaltação de uma “historiografia do problema; combate a uma história narrativa e do acontecimento; produção voltada para todas as formas de atividades humanas; e a colaboração interdisciplinar (Schwarcz,2001;10).

Ao escrever o livro “Apologia da História ou O Ofício de Historiador”, última e inacabada obra, Bloch² fez reflexões sobre métodos, objetos e documentação histórica. Antes ele havia sido interrogado pelo filho “para que servia a história”. Bloch respondeu convicto que o historiador [e professor] deve “saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos estudantes”. (Bloch,2001;16) No livro, ao fazer a crítica histórica, alertou sobre erros e mentiras que por vezes se tornam verdades. Ao escrever sobre a análise histórica, fez um paralelo entre um historiador e um juiz: a história deve julgar ou compreender? No esboço do último capítulo, fez um ataque contundente ao positivismo.

É possível afirmar que uma grande contribuição dos historiadores dos Annales foi mostrar que a história econômica, social e cultural pôde atingir os padrões profissionais estabelecidos por Ranke para a história política. Por outro lado, ao se preocuparem com um amplo leque da atividade humana, os novos historiadores, encorajados a ser interdisciplinares, aprenderam a colaborar com antropólogos, economistas, psicólogos, sociólogos, críticos literários e outros (Burke,1992).

4 – Desafios da Nova História Cultural.

Ao avançar em ‘território não familiar’, como assevera Burke (1992;21), os historiadores e professores de História tornaram-se cada vez mais conscientes dos problemas dessa nova História Cultural, também chamada de pós-moderna. Exemplificando algumas dificuldades de conceitualização, podemos dizer que a cultura popular é a cultura ‘do povo’. Mas quem é o povo? São os pobres, os

² Marc Bloch não conseguiu acabar de escrever esse livro porque foi capturado pelas forças nazistas ao fazer parte da resistência francesa. Escreveu na prisão. Foi torturado e fuzilado pelos nazistas em 1944.

analfabetos, os incultos ou, de um modo geral, as classes subalternas, como diria Gramsci? As pessoas comuns são ignorantes ou apenas tem uma educação diferente? E como explicar o que é educação? Simplesmente o que é transmitido em instituições como escolas ou universidades?

Um desafio para conceituar a história da cultura popular é que a noção de 'cultura' é ainda mais difícil de precisar que a noção de 'popular'. Cultura é uma noção central à nova história pois o Estado, os grupos sociais, até mesmo as mulheres, as minorias, a sociedade em si são consideradas como culturalmente construídos. Se essa noção de cultura for utilizada em um sentido mais amplo, como pode o professor de história explicar o 'que não deve', segundo Burke (1992;23), ser considerado como cultura?

Outra problemática abordagem é a da história da vida cotidiana, antigamente rejeitada como trivial. Agora ela é representada por alguns como a 'única história verdadeira, o centro a que tudo o mais deve ser relacionado' (Burke,1992;23). O cotidiano está, igualmente, nas encruzilhadas de representações recentes como na Sociologia de Michel de Certeau e na filosofia, tanto na marxista como na fenomenológica. Norbert Elias (sociólogo alemão) acredita que a noção de cotidiano é mais complicada do que parece pois ele distingue oito significados atuais para o termo, desde a vida privada até o mundo das pessoas comuns. O desafio para o professor de história é explicitar como ele faz parte da história, relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos ou a tendências de longo prazo, como a ocidentalização.

Dentre os maiores desafios que os historiadores/professores tem de enfrentar, são os das fontes e dos métodos pois, quando começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, necessitaram buscar novos tipos de fontes. Alguns se voltaram para a história das imagens, outros para a história oral e outros para a estatística. Foi possível, igualmente, reler de uma maneira nova alguns registros oficiais. Os pesquisadores da cultura popular tem usado os registros judiciais, notadamente os interrogatórios de suspeitos. Mas as fontes suscitam problemas pois é preciso ler os documentos nas entrelinhas, embora não haja nada de errado nisso, principalmente quando a tentativa é realizada por historiadores com a sutileza de um Carlo Ginzburg (Micro-História) ou de um Le Roy Ladurie. Retratar o socialmente invisível ou ouvir o inarticulado, a maioria silenciosa dos mortos, é um desafio mais arriscado do que em geral é o caso da história tradicional. Na abordagem da história oral, o problema maior é o da influência do historiador-entrevistador e da entrevista sobre o depoimento da testemunha. A situação é um pouco parecida no caso de fotografias e de outras imagens, incluindo o cinema. Burke (1992;27) afirmou que uma obra recente sobre fotografia (inclusive cinema) desmascarou a certeza de que a câmara é um registro objetivo da realidade, destacando a seleção feita por fotógrafos segundo seus interesses, crenças, valores e preconceitos. Assim como os historiadores, os fotógrafos não apresentam reflexos da realidade, mas apenas representações da realidade. No entanto, a mais controvertida e maior inovação no método da nova história foi o crescimento dos métodos quantitativos. Nos últimos anos, a estatística, auxiliada pelos computadores, chegou até a invadir a 'cidadela da história hankeana': os arquivos. Os novos historiadores estão encarando os antigos arquivos (da Inquisição, por exemplo), como 'banco de dados' que podem ser explorados por métodos quantitativos. A estatística pode ser

falsificada e mal interpretada, mas com os textos pode acontecer o mesmo. O importante é uma ajuda na descoberta dos tipos de estatística mais confiáveis, em que extensão utilizá-los e para que finalidade.

A expansão do campo do historiador/professor de história implica o repensar da explicação histórica. Quem são os verdadeiros agentes da história, os grupos, os indivíduos? Podem eles resistir às pressões das estruturas políticas, culturais ou sociais? Em meados do século XX os historiadores econômicos e sociais foram atraídos por modelos mais ou menos deterministas de explicação histórica. Os marxistas deram primazia aos fatores econômicos; Braudel à geografia; outros, aos movimentos da população. Atualmente os modelos mais atraentes são os que destacam a liberdade de escolha das pessoas comuns, suas estratégias e sua capacidade de explorar as incoerências dos sistemas sociais e políticos. Essa expansão repercutiu também na história política, tendo em vista que os acontecimentos políticos podem ser explicados de várias maneiras.

A historiografia contemporânea, principalmente a partir do final da década de 1970 (com a crise dos paradigmas), caracterizou-se pela volta da história política e do retorno da narrativa histórica, contrapondo-se aos sistemas globais de explicação, embora sem negar a importância teórica da Escola dos Annales e do Marxismo (Barros Ribeiro, 1993; 99). A história política do século XIX, estigmatizada como 'évenementielle' pelo grupo dos Annales, é diferente da atual pois esta última, ao aproximar-se da Antropologia, representa uma reação às formas deterministas marxianas ou de Fernand Braudel. Avança-se em direção à micropolítica, sob a influência de Michel Foucault (1986).

A história é mutável e é impossível limitar a interrogação sobre o presente somente aos métodos, aos campos ou às teorias. Sobre o político e a história política, qualquer obra não pode trazer senão respostas parciais. No entanto, 'os historiadores do político constituíram a vanguarda da história do presente' (Chaveau; Tétart, 1999; 14).

O acordo tradicional sobre o que constitui uma eficiente explicação da história foi rompido, como observa Burke (1992; 33). Atualmente é possível perceber um interesse crescente em estudar temas como história da ambição, da raiva, do medo, da culpa, da hipocrisia, do orgulho e outras emoções. Mas os problemas de método envolvidos na busca de tais objetos ardilosos de estudo, estão longe de ser resolvidos. Na opinião de Burke (1992; 35), os novos historiadores, de Edward Thompson a Roger Chartier, demonstraram que tanto na vida cotidiana quanto nos momentos de crise, o que conta é a cultura. Mas Peter Burke (2005; 163), em outra obra, apresenta uma posição diferente. Para ele a nova história cultural não é a melhor forma de história e, mais cedo ou mais tarde, acontecerá uma reação contra a cultura.

Diferente postura apresenta Pesavento (2003; 7) que acredita que a História Cultural 'está na ordem do dia' e que, no Brasil atingiu uma posição hegemônica a partir da década de 1990, com 80% da produção nacional, o que indica o seu caráter 'up-to-date'. Mas, segundo ela (2005; 115), o sucesso da História Cultural, no plano da academia e da mídia, não pode nos fazer esquecer os riscos de análise, de críticas e de problemas. O fim das certezas é, para muitos, um incômodo pois o mundo se apresenta cifrado, o simbólico o obriga a ver além do que é mostrado e dito e esta descoberta é uma empresa arriscada.

Finalizo este trabalho com algumas constatações. Ainda teremos historiadores/professores de história exercendo seu ofício em abordagens tradicionais. Para os que ousaram aderir à História Cultural, há necessidade de reflexão e busca de solução para os desafios aqui explicitados. O mundo, em constante ebulição, permitirá aos estudiosos várias respostas mas, ao mesmo tempo, lançará novos desafios e nós, profissionais desta área, mais uma vez, teremos de estar a postos para nova ‘arriscada empreitada’, tomando de empréstimo a expressão utilizada por Sandra Pesavento.

////////////////////////////////////

**Profª Drª Teresinha A. Mendes Marra
Universidade Católica de Goiás**

REFERÊNCIAS

BARROS RIBEIRO, Maria Eurydice. A volta da História Política e o retorno da Narrativa. In. *História no Plural*. Organizadora: Tânia Navarro Swain. Brasília, Ed. da UnB, 1993.

BLOCH, Marc. *A Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2001.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1992.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2005.

CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Organizadores). *Questões para a história do presente*. Bauru, São Paulo, EDUSC, 1999.

DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. São Paulo, Unesp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense, 1986.

MAFFESOLI, Michel. *Elogio da Razão Sensível*. Petrópolis, Vozes, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.) *História Cultural. Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

SCHWARCZ, Lília M. – Por uma historiografia da reflexão. In. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

História, memória, esquecimento: os (res)sentimentos nas canções de Chico Buarque de Holanda

[1964-1985]

ANDRÉA LANDELL MARTINELLI*¹

Resumo:

Este trabalho é resultado de um ano de pesquisa PIBIC/CNPq/UFU. Teve como objetivo pensar os diversos tipos de sentimentos geradores do ressentimento surgido no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). O tema foi problematizado a partir da relação história, memória, esquecimento e valeu-se da história oral e da música como fontes. A poética de Chico Buarque de Holanda, compositor que conseguiu sintetizar a sensibilidade e angústias de seu tempo e de sua geração, em grande medida silenciada pelos militares, está no centro desta pesquisa.

Palavras-Chave: Memória e esquecimento; ressentimento; Chico Buarque de Holanda

Resumé

Ce travail est le résultat d'un an de recherche PIBIC/CNPq/UFU. Son but a été de penser les différents types de sentiments générateurs d'un autre sentiment, le ressentiment. Le sujet a été problématisé a partir du rapport entre histoire, mémoire et oubli, et a utilisé l'histoire oral et la musique comme source de recherche. Au centre de cette recherche se trouve la poétique de Chico Buarque de Holanda, un compositeur qui a su exprimer la sensibilité et les angoisses de sa génération, qui a été en grand mesure mise en silence par le regime militaire.

Mot-clé: memoire et oubli; ressentiment; Chico Buarque de Holanda.

*Graduanda do Curso de História e bolsista CNPq/UFU, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Instituto de História (INHIS).

“Quando o dia voltar, eu direi dessas noites / de iniquidades .Falarei dos que sofreram o flagelo das celas, dos que geram nus as noites frias/ nas celas-fortes; do inverno queimando o corpo e a alma /dos prisioneiros castigados; da automutilação; dos braços retalhados. Falarei da demência de homens sobre homens; da tortura abafada atrás das muralhas.”

Quando a Primavera chegar – poema de Vanderley Caixe²

Ao colocar os sentimentos enquanto tema de pesquisa histórica, devemos ter claro em mente que tanto a definição de sentimento quanto de ressentimento é bastante complexa e, em grande medida, enigmática. Isto porque a esfera do sensível, a afetividade, é passível de inúmeras interpretações por não conseguir ser definida na sua totalidade em um único conceito, e também por se imbricar em vários campos da experiência humana. Por que, então, não colocar à reflexão histórica a questão desse tipo de sentimento que é tão instigante: o ressentimento?

Sendo o ressentimento uma forma de sentimento, como não falar um pouco mais sobre ele? Tendo os sentimentos como tema central da minha pesquisa, pretendo compreender aqueles que são tantas vezes guardados no mais recôndito de nosso ser e que podem ser traduzidos como sentimentos negativos, de humilhações, de afetos ressentidos, de rancores, de sentimentos mal-resolvidos e até mesmo de desejos de vingança. São sentimentos que antecedem a elaboração de representações de teor simbólico e estímulo emocional, e que têm forte ligação com a memória. Esta, por sua vez pode ser reconstruída como estratégia de luta política, como afirmação da identidade pelos que se vêem excluídos, evocando muitas vezes partes sombrias, inquietantes e terríficas da história. (BRESCIANI & NAXARA , 2004, p 9-13).

Pretendo aqui percorrer as “terras incertas da memória” e fazer surgir das cinzas os ressentimentos acorrentados à memória de uma geração que viu e se sentiu muitas vezes prisioneira da repressão e do autoritarismo, uma geração que cresceu e viveu durante vinte anos no período do regime militar brasileiro. Compreendo que ressentimento, memória e história estão intimamente relacionados entre si e apresentam forte relação com o afeto e o político, com os sujeitos individuais e suas afetividades e com as práticas sociais e políticas.

Temos então algumas definições do que seria o ressentimento: em Nietzsche temos que o ressentimento surgiria de um conflito longínquo, caracterizado pela sublevação dos inferiores contra os dominantes e que esses sentimentos de hostilidade compartilhados, uma vez manifestados, poderiam ser gratificantes. (ANSART, 2004, p.16-17)

² CAIXE, Vanderley. Trecho extraído do Poema “Quando a primavera chegar”, do livro *19 poemas da prisão e um conto da terra*. Ribeirão Preto: Villimpres, 2000. 37 p. Vanderley Caixe é um dos entrevistados por mim.

Robert Merton por sua vez associa o ressentimento à impotência quando diz que os ressentimentos são sentimentos difusos de ódio, inveja e hostilidades, que é uma sensação de impotência para exprimir os sentimentos de forma ativa e por fim que se trata de uma experiência continuamente renovada de impotente hostilidade. O ressentimento seria, assim, os sentimentos negativos que são “remoídos” internamente.

Outro autor que tenta apreender o que o ressentimento significa através de outros sentimentos, ou como ele mesmo diz, de outras paixões é David Konstan (KONSTAN, 2004, p.59-81). Entre esses sentimentos Konstan dá especial atenção aos sentimentos de pena, de rancor, de inveja, de mágoa, de sofrimento, de angústia e de confusão entre tantos outros, sendo todos eles formas de expressão da dor, sendo esta uma contração irracional.

Após esta exposição de algumas das faces do ressentimento, retendo o sentido que Robert Merton dá ao ressentimento, associando-o à impotência. Ao meu ver, no entanto, e baseando-me em outros autores, o ressentimento associado à impotência se dá sobretudo, em um primeiro momento, quando o indivíduo ainda está, como podemos chamar, “em silêncio”. O momento seguinte seria, então, o da sua exteriorização³. Essa fase vem juntamente com o processo de rememoração dos fatos e acontecimentos, geralmente vividos pelos indivíduos.

O silêncio é produzido antes do ressentimento, e este, por sua vez, pode estar na origem de reivindicações e contestações inesperadas (POLLAK, 1989, p.8). Com isso compreende-se que, sendo o ressentimento a origem, o homem ressentido não é de todo passivo. Primeiro, ele cultiva e remói, silenciosamente, cultiva e remói diversos tipos de sentimentos que levam ao ressentimento, mas, o segundo passo, é valer-se da memória pra trazer os acontecimentos humilhantes à tona. Quem fala não permanece na passividade, mas tem a intenção de algum tipo de mudança, de libertação da sua situação para que então possa se deslocar a uma outra que projeta como “melhor”.

Sair da passividade não é um movimento fácil e nem rápido, mas é possível pelo estímulo da memória nos indivíduos ressentidos. A memória chega para afastar o esquecimento e tirar o homem ressentido do esquecimento e do silêncio, trazendo-o de volta à “vida” e à história.

Interessa-me especialmente esta demonstração de ação do homem ressentido, pois minha pesquisa buscou precisamente compreender um afeto social singular -o ressentimento- surgido no período de ditadura militar no Brasil (1964-1985). Penso que nesse momento, a

³ Não quero aqui generalizar, mas enfatizar que pode acontecer a exteriorização do ressentimento: ou seja, este não é um sentimento apenas vivido na “ruminação” interna. Creio que, no caso específico da minha pesquisa, isso aconteceu com a maioria dos entrevistados.

juventude resistente e “ressentida” se expressou de inúmeras formas: não só diretamente através da luta armada e do enfrentamento com o governo militar, mas também pelas ações culturais como o teatro, o cinema e a música, quebrando o silêncio através da palavra. Esse aspecto foi o que “ficou” na memória daquela geração reprimida. É por isso que a forma encontrada para problematizar o que eu chamo de “ressentimentos de uma geração” foi a música, em especial, as canções de Chico Buarque de Holanda, considerado por tantos e, também por mim, como o “porta-voz” das angústias de seu tempo e de sua gente (NEPOMUCENO, 1994, pp.11-18).

Entre o Letes e a Mnemosine

A única forma encontrada para me aproximar o máximo possível do que se passa com o homem ressentido e como este se manifesta foi através de suas lembranças e memória. Por isso, a necessidade de se entender o que é a memória e como “resgatá-la”⁴ do esquecimento. Sendo reconstruída pela recordação, a memória pode vir carregada de lembranças proibidas, indizíveis ou até mesmo vergonhosas, carregadas de nostalgia que em alguns casos pode comprometer uma avaliação aproximada do período que se deseja estudar (ORTIZ, 1989, p.78). Mas, de qualquer forma, recordar exprime a imagem do retorno pelo coração (*re*: de retornar; *cor*: de coração: palavras latinas) e só se retorna pelo coração a tudo aquilo que nos tocou profundamente.

A memória se apresenta, de forma mais ampla, de duas formas: a memória nacional (memórias coletivas fortemente constituídas) ou memória enquadrada – são as memórias instituídas pelo Estado ou por líderes (sociais, políticos, religiosos...) de forma a reescrever a história da maneira que for lhes conveniente, onde alguns sujeitos sociais são evitados – e a memória individual, que resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões internas do próprio indivíduo. Esta última memória, segundo Pollack, é também conhecida como: memória subterrânea, memória marginalizada, memória clandestina e inaudível, memória comum, memória idealizante (POLLAK, 1989, p-3-15).

Esse segundo tipo de memória – sensível e carregada de afetividade – seria a responsável, como nos diz Jacy Alves de Seixas, pela lembrança de experiências marginais ou historicamente traumáticas, localizadas fora das fronteiras ou na periferia da história oficial ou

⁴ Gostaria de esclarecer que o resgate da memória não implica em retomar um acontecimento tal como se passou. A memória ao ser retomada é resignificada a partir do presente, sofrendo com isso mudanças, tal como mostro mais adiante no texto.

dominante (SEIXAS, 2004, p.43). Por isso essa memória me chama tanta atenção, mas principalmente no que diz respeito à memória inaudível, pois nela há uma tentativa de suscitar lembranças que foram de certa forma traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas, lembranças essas durante tanto tempo confinadas ao silêncio.

Aqui entra, então, o papel do historiador como parteiro da lembrança, como facilitador do processo de resgate e reconstrução da memória. Acontece que resgatar a memória implica também encurralar o esquecimento, de forma a revelar o que ele supostamente encobre, mas não só isso, precisamos antes compreender o esquecimento de forma a delimitar as fronteiras entre este e a memória (SEIXAS, 2003, p 126), sabendo de antemão que ambos são carregados de afetos positivos ou negativos e se valem fundamentalmente de imagens para se exprimir, demonstrando sentimentos abstratos de forma concreta (WALTY, 2000, p.51).

É interessante notar que o indivíduo que se investe no esquecimento geralmente seleciona lembranças que ficarão guardadas no mais recôndito do seu ser, às vezes por escolha própria, às vezes por ser “forçado” a tal. Nesse sentido, geralmente são os acontecimentos externos (políticos no caso) que o impelem à ocultação, provocada tanto no primeiro como no segundo caso por questões sentimentais. Nesse momento podemos exercitar nossa memória recordando-nos do que já foi dito anteriormente sobre os sentimentos geradores de ressentimento, considerando que alguns regimes políticos são capazes de forma mais intensa de estimular o surgimento de sentimentos traumatizantes e incômodos, que forcem algumas lembranças a se “esconderem” nas camadas mais recônditas da memória.

Nas camadas da memória

*“...seria demais que os lembrasse hoje,
depois de tê-los cicatrizado por tantos anos”*

Silviano Santiago⁵

É na tentativa de trazer essas lembranças à vida, tirando-as da escuridão do porão da memória que optei por utilizar a história oral. Não é uma tarefa fácil reconstruir a memória através de depoimentos dos personagens da história, pois nas entrevistas há a solicitação de uma memória passível de erros, de mitos, de mitologia e, evidentemente, o historiador tem muito a fazer para problematizar e compreender tais “erros” e “mistificações” da memória.

Chega, então, o momento de se estar frente a frente com seu entrevistado, que de início é apenas um poço de mistérios que será “desvendado” através das perguntas. Com cada

⁵ SANTIAGO, 2005, p. 37

um aprendi coisas novas, alguns me surpreenderam com as declarações de sua experiência de vida, outros me deixaram extremamente entusiasmada, não porque com suas respostas estivessem confirmando o que eu queria ouvir, mas por simplesmente apresentarem uma maneira nova de ver aquilo que, por vezes, já estava sedimentado no meu imaginário.

Dentre os escolhidos estão dois grupos de pessoas (havendo diferença de atividade e participação entre eles): militantes ligados a partidos de oposição ao governo, e “pessoas comuns”, que assim denomino com a apropriação das aspas por serem pessoas que viveram o período de outra maneira, não exatamente pegando em armas, mas resistindo à sua maneira. No primeiro grupo encontrei algumas pessoas interessantíssimas que, com muito interesse, me relataram detalhes violentos de como e porque foram presos, das torturas, dos desaparecimentos, dos exílios e da vida que se levava quando se escolhia não ser *“boi sonso que ia ser guiado pelos ditames do grande general.”*⁶

Os detalhes das histórias são fascinantes e intrigantes, mas sem me alongar neles, fui extraíndo de um olhar, de um gesto, de uma entonação, ou mesmo de um silêncio o que eu buscava no relato daquelas pessoas: os sentimentos guardados de *“uma geração silenciada a ferro e fogo”*⁷. Entre choques elétricos em partes sensíveis do corpo e a tortura psicológica que *“simulava fuzilamentos noturnos, tiravam você da cela fingindo que iam te fuzilar, fingiam que faziam isso, então ninguém dormia”*⁸, inúmeros sentimentos foram brotando e se sedimentando ao longo dos anos, aparecendo de forma muito evidente. Em alguns casos, os sentimentos se revelaram mais quando a pergunta era especificamente sobre eles, mas mesmo assim notei uma dificuldade na hora de exteriorizá-los em forma de palavras.

Melodiando a memória

“O que não podemos dizer e não podemos calar, a música exprime.”

Victor Hugo

É na tentativa de trazer o que não pôde ser dito claramente, mas que nem por isso foi calado por completo que escolhi problematizar a música como manifestação cultural de sentimentos que se tornaram gerais frente à repressão. Isto porque a música se tornou naquela época um “veículo de mensagens” que ia além do mero reflexo da vida política e social,

⁶ Nas palavras de Edmundo Raspanti, 51 anos, médico, ex-militante do Partido Comunista. Entrevista concedida dia 31-03-07 em Ribeirão Preto, SP.

⁷ Trecho do depoimento de Muna Omran, 46 anos, professora. Entrevista concedida via internet no dia 11-03-07.

⁸ Palavras de Raspanti

carregando também com toda subjetividade e afeto do período, conseguindo (re)significar valores e (re)criar identidades partilhadas.

Os compositores nesse período tiveram o importante papel de denunciar os terríveis acontecimentos da ditadura tendo uma crença no poder da canção e do ato de cantar para mudar o mundo, melodiando o lamento de um presente opressivo, sem deixar de acreditar num futuro libertador. Entre eles temos então Chico Buarque de Holanda, compositor que apresenta uma “infinita capacidade de registrar, ampliar e refazer outras vozes”, fazendo com que sua voz revele tantas outras vozes ocultas pelo silêncio, vozes sem força de se expressar. A sua grande importância para o período histórico estudado é justamente essa: a de representar certos indivíduos e/ou grupos e as sensibilidades comuns, fazendo ressurgir através da memória coisas e pessoas da nossa história. (NEPOMUCENO, 1994, p.11-18)

Suas canções resumiram o turbilhão de sentimentos coletivos que se entrecruzaram no seio da sociedade brasileira. O conflito ético e político entre a passividade do contexto autoritário e a vontade de atuar para mudá-lo” (NAPOLITANO, 2001, p.165) Com isso, Chico se tornou uma nova espécie de “herói” da resistência cultural contra a ditadura e a censura, pois, para muitos, suas canções eram vistas como expressão da sua própria voz (como na fala de um dos meus entrevistados); isso porque ele conseguiu sintetizar, ao nível do imaginário, o sentimento geral que havia nas ruas.

De maneira ampla e sem a possibilidade da análise de algumas das canções neste artigo, deixo só enumerada algumas que foram de importância significativa para o período estudado. Quando fui selecionar as canções, encontrei um total de 234 compostas no período que vai de 1964 a 1985, sendo que, dentre elas, escolhi 16 que se relacionassem à ditadura e à problemática mais ampla da minha pesquisa, ou seja, a do ressentimento.

Das 16 canções citadas, “*Cordão*”, “*Roda-Viva*”, “*Deus lhe pague*” e “*Acorda Amor*” podem ser classificadas como canções de indignação em face da repressão; “*Angélica*” e “*Vence na vida quem diz sim*” falam mais de experiências de tortura, em exemplos de pessoas que após prisão e tortura foram mortas e tidas por vezes como desaparecida; já a canção “*Cálice*” tem como tema central o que a própria sonoridade do título sugere: o silêncio. “*Meu caro amigo*”, “*Sabiá*”, “*Tanto mar*”, “*Samba de Orly*” são canções que através de um aparente bom humor apresentam a experiência do exílio. “*Vai passar*”, “*Marcha para um dia de sol*” e “*Apesar de você*” nos trazem a esperança de dias melhores, onde haverá liberdade e conseqüentemente felicidade, de um povo que sai às ruas para sambar festejando a vida. E, por fim, temos canções que são deboches com humor refinado em protesto contra a ditadura: é o caso de “*Jorge Maravilha*” e “*Vai levando*”.

Conclusão

Minha proposta nesta pesquisa, foi compreender os silêncios da história, essas terríveis pausas em que ela nada diz e que são justamente os seus acentos mais trágicos” (SALIBA, 2003, p.55), mesmo sabendo ser difícil, como afirma Pierre Ansart, escrever a história do que não é dito claramente, daquilo que muitas vezes é negado ou recalcado. Sendo muito mais difícil, segundo o mesmo autor, reconstruir a memória dos sentimentos, em particular dos ódios ou dos ressentimentos, do que a história de fatos objetivos.

Mesmo assim me lancei no desafio, utilizando fontes orais como recurso metodológico e também a música, por ver nela uma forma de compreender as sensibilidades históricas e, também, “mapear e desvendar zonas obscuras da história, sobretudo aquelas relacionadas com setores subalternos e populares” (VINCI, 2001, p.203). É importante ressaltar, no entanto, que mesmo escolhendo para tal um período específico e delimitado da história brasileira, não podemos nos esquecer que não importa as particularidades das evoluções históricas, sempre haverá hostilidades e ressentimentos. Devemos também duvidar que algum tipo de sociedade possa fazer desaparecer experiências como as de ódio ou de humilhação, pois, como sublinhado por Freud, “é ilusório esperar, a não ser no mundo da utopia, a erradicação completa dos ressentimentos.” (ANSART, 2004, p.24).

Referência bibliográfica:

- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (Res)sentimento – Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- KONSTAN, David. Ressentimento—Historia e uma emoção. Op.cit.
- NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 343 p.
- NEPOMUCENO, Eric. Um certo Francisco In: **Chico Buarque: Letra e Música 2**. 5ª ed. São Paulo: Editora SCHWARCZ LTDA, 1994, pp.11-18
- ORTIZ, Renato. Memória e sociedade: os anos 40 e 50. In: **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Ed. Brasiliense 2ª ed.1989. p.38-110
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**, Tema: Memória. Rio de Janeiro, no 3, vol.2, 1989. p.3-15
-

SALIBA, Elias Thomé. As utopias românticas. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003, 94p.

SANTIAGO, Silviano: Borrão. In: Historias mal contadas: contos. Rio de Janeiro: Rocco. 2005. p. 37-47

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. Op. cit.

----- Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico, In: Gutierrez, H.; Naxara, M.; Lopes, M.^a S., **Fronterias, paisagens, personagens, identidades**, São Paulo: Olho d'Água, 2003, p. 161-184

VINCI, José Geraldo Moraes. História e música: canção popular e conhecimento histórico. In: **Revista Brasileira de História**, ANPUH. Franca, no 39, julho 2001.

WALTY, Ivete Lara Camargos. De metáforas e metonímias. In: **Palavra e imagem: leituras cruzadas**. Org. WALTY, Ivete Lara Camargos, FONSECA, Maria Nazareth Soares, CURY, Maria Zilda Ferreira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.51-59.

www.chicobuarque.com.br. Último acesso em: 26 jun. 2007.

Depoentes:

Edmundo Raspanti. Ribeirão Preto, realizada no dia 31-03-07. Data de Nascimento: 18.07.1956.

Muna Omran. realizada no dia 11-03-07. Data de nascimento: 02-09-1961.

Vanderley Caixe. Ribeirão Preto, realizada no dia 12-03-07. Data de Nascimento: 06.10.1944.

Cultura e Alteridade no Alto São Francisco.

Gilberto Marcos Martins*

Resumo

O artigo mostra como se deu o processo de colonização do centro oeste mineiro, na segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século XX. Que representações e visões de mundo tinham os colonizadores e como se relacionavam com a alteridade. Como o colonizador ia se tornando colono e sendo tragado pelo espaço do desconhecido através do isolamento em que acabava vivendo, o que o levava a criar um universo particular, mas que não lhe tirava a condição de súdito fiel. Universo esse que é confirmado por August de Saint-Hilaire em uma de suas viagens a Minas Gerais. O sertão foi se transformando em um o espaço de criação de hábitos e representações bem peculiares. Era a alteridade se mostrando mais forte que o colonizador.

Palavras-chave: Cultura - Colonização – alteridade – sertão.

Résumé

L'article montre comme il a fait le processus de colonization de la région de centre oeste d'état de Minas Gerais dans la deuxième moitié du XVIII siècle et des premières décades du XIX siècle. Que representations et visions du monde avaient les colonisateurs et comme ils avaient rapporté avec la visage de l'autre. Comme le colonisateur on revient de colon, et en étant avalés par l'espace de l'inconnu à travers l'isolement dans lequel il vient de vivre et cela lui portait à créer un univers bien privé, mais cela ne lui délivrait pas la condition de fidèle sujet. Cet universe qui est confirme par August de Saint-Hilaire dans une de son voyage au l'état de Minas Gerais. L'arrière-pays encore inculte était transformé dans une espace de ciation des habitudes et representations bien particulier. Cette visage de l'autre en montrant plus fort que le colonisateur.

Mots clé : Culture- Colonisation – visage de l'autre - arrière-pays encore inculte

No ano de 1769 realizou-se uma expedição à região das nascentes do São Francisco e vizinhanças, sob liderança de Inácio Correia Pamplona. A presença de músicos e poetas na expedição não deixou de ser uma surpresa. À riqueza cultural e artística gerada pelo esplendor aurífero ia sendo adaptada em cada paragem à maneira de seus transportadores. A raridade de habitações fazia-os viajar léguas sem encontrar ninguém. A região estava em um dos pontos mais afastados da civilização, na fronteira com o desconhecido. As poucas

* Mestre em História Social – Coordenador e professor do Curso de História da Fac. Fil. C. e Letras do Alto S. Francisco.

fazendas tinham suas divisas indefinidas, confrontavam com matos, rios, córregos e campos extensos que serviam de abrigo para escravos foragidos.

Rumo à nascente do São Francisco, não havia gente de “qualidade”: “Aqui não achamos gente de qualidade alguma, ma(i)s que um pobre velho, que deitava em vezinho retiro(,) compunha-se este sítio de duas casas de capim (...), ameaçada(s) dos tempos para a última ruína”. (ANAIS..., 1988: 57). O que vem revelar o imaginário dos membros da expedição, para ser gente de qualidade era preciso comungar de seus valores e visão de mundo. Bastava viver isolado e em locais distantes para ser inferiorizado e visto como fora dos padrões de civilidade.

Quanto aos moradores na região do Piumhi, a visão não foi diferente: “Aqui foi o Senhor Mestre de Campo ver o lugar da capela, “que achou feita corral (sic) de gado se enfadou contra a gente tão bárbara e indômita (...) por não conservarem um templo em o qual tributassem a Deus os devidos cultos”. (ANAIS..., 1988: 58). A distância dos centros onde funcionava a administração colonial fazia com que as pessoas se sentissem afastadas dos valores políticos e religiosos. Aos poucos o colonizador ia sendo tragado pelo universo que ele próprio tentava subjugar.

As regras e leis coloniais viram-se afrontadas em um espaço onde a liberdade reinava conforme a vontade dos raros habitantes. Não se tem nenhuma notícia de qualquer tipo de revolta ocorrida na região, o que é um indicador de que aqueles habitantes se viam súditos fiéis, mas a sua maneira.

O poder metropolitano se manifestou na sociedade colonial de diferentes maneiras: na esfera pública, no nível das instituições, e na esfera particular, nas práticas quotidianas (...). A base da dominação era a aceitação generalizada do poder real (...). Por outro lado, a reprodução do poder não se dava sem antagonismos. À medida que a coroa submetia e organizava (...), instituía uma sociedade, mas esta sociedade não era sua expressão direta e, enquanto procurava forjar uma identidade entre colonizador e colonizado, restava sempre espaço para a afirmação da alteridade. A sociedade colonial não era reflexo direto da ação metropolitana. (FURTADO, 2006: 15-16).

A expedição tinha como objetivo imediato a exploração do Rio São Francisco e da paragem intitulada Perdizes. Iniciou-se a construção de um caminho para facilitar a entrada dos que quisessem povoar aqueles sertões: “despachou o Senhor mestre de Campo(,) várias pessoas para darem princípio a um caminho novo, (...) para ficar mais suave a entrada dos que quisessem povoar”.(ANAIS ..., 1988: 60).

Enquanto Pamplona se ocupava da construção de pontes, estradas e capelas enviava grupos de homens para verificar a presença de negros. A região do Alto São Francisco na primeira metade do século XVIII foi ocupada por negros foragidos que se organizavam em quilombos trazendo desalento para os primeiros sesmeiros ali estabelecidos. “[...] aquela fazenda era do sargento mor fulano Paulista, que morava em Pioí, (...) com casas de vivenda, (...) Engenhoca de farinha de mandioca, (...) escravos, roças corrais(,) e gados, e que o mudar(-) se dali (h)á vinte e tantos anos foi porque os calhambolas lhe mataram cinco escravos”. (ANAISS..., 1988: 74).

Não se pode atribuir unicamente aos negros a explicação para o pouco interesse pela região até meados do século XVIII. A mesma possuía atributos que não atraíam o colonizador, entre eles, a falta ouro. A presença de negros era evidente, mas é preciso questionar se esses redutos de ex-escravos eram realmente perigosos.

[...] marchando para a parte do sertão (...), viram muito perto de si(,) e para diversas partes três fogos, e julgando (...) que eram muntos negros que se avezinavam à nossa cometiva(,) reciaram o ir explorá (-) los e reconhecê(-) los por mais que o Mestre de Campo a isso os persuadia (,) sempre lhe replicaram com apresentação de um grande perigo e que os quilombos eram muitos para aquela parte segundo os sinais dos mesmos fogos.. (ANAISS..., 1988:71).

O medo e um conceito já preestabelecido sobre como era o negro aquilombado criou quilombos extremamente ferozes e ameaçadores, mas na realidade não passavam de pequenos grupos de negros, que fugiam sempre que percebiam a presença do colonizador. Na região do Quilombo do Ambrósio, assim se fala sobre os negros, no relato da expedição de Pamplona:

Aqui mesmo divulgaram dous homens do campo a notícia de que acharam rastos de negros, que nos andava(m) espreitando(,) deste sussurro se levantou entre o po(u)vo bastante receio, (...) cada qual a marmurar (sic) conforme o valor e cobardia de que era adornado. (...) fomos arranchar a um corgo, que fica perto do mesmo quilombo (Ambrósio),(...) com facilidde se introduziram em todos os mais o mesmo receio e temor. (ANAISS..., 1988: 68).

Sempre que se aproximavam de um quilombo o encontravam sem ninguém, mas as evidências da presença dos negros estavam ali, no fogo que avistavam ao longe durante a noite, nos vasilhames encontrados, nas roças plantadas e nos mantimentos que vez ou outra eram encontrados em estoque.

Além de promover a ocupação efetiva do Alto São Francisco, Pamplona e seus companheiros estavam atrás de riquezas. “Entrou o Senhor Mestre de Campo a distribuir à gente de sua comitiva(,) a metade para fazerem em todos os corgos e Ribeirões circum vezinhos (sic) (,) miúdos exames (...) para se perceber se haviam algumas mostras de ouro(...)”. (ANAIS..., 1988: 69). Referindo-se à região por onde estava passando assim disse o Senhor mestre de Campo:

Que (...) estava em ato de posse naquele lugar, a que tinha vindo por mando do (...) Conde de Valadares(,) governador e capitão (...) das Minas Gerais, para repartir aquelas terras a quem lhas pedir, quem tivesse que requerer o fizesse(,) que (...) estava pronto para (...) deferir com retidão. (...). A todos satisfez (...) dizendo que a todos dava por empossados (...), e (...) que cada um cuidasse em povoar o que tinha pedido (...). (ANAIS..., 1988: 78).

Tornam-se claras as intenções de Pamplona em sua viagem pelos sertões do Campo Grande, primeiro procurou-se o ouro, investigou-se sobre a presença de quilombos e por fim deu-se início à povoação.

Enquanto se estabeleciam nas terras que lhes eram concedidas, aqueles homens preenchiam o espaço que consideravam desconhecido e fora dos padrões de civilização e acabavam tragados por ele. Deixavam de ser colonizadores para se tornarem colonos. Afastados dos centros da administração colonial, passavam a viver segundo suas próprias leis, mas sendo súditos fiéis, trazendo consigo representações construídas nos locais onde as regras coloniais vigoravam. Os valores da civilização colonial foram penetrando pelo interior da colônia, mas nunca de forma linear e homogênea.

Os valores culturais da sociedade mineradora eram paradoxais nas selvas e campos, onde a sociedade organizada nos moldes coloniais, ainda não existia. Era comum as expedições que iam à caça de quilombos terem seus recitadores de poemas e músicos, além da presença de padres para celebrarem as missas. Não eram apenas homens destemidos e sertanistas semifacinosos que entravam para o sertão na busca de ouro e escravos foragidos, ou na esperança das sesmarias como recompensa. Traziam um universo de representações e visões de mundo. Movidos por seus sonhos e ambições realizavam o interesse da metrópole, mas acabavam engolidos pelo espaço que tentavam dominar.

Enquanto uns andavam atrás de córregos auríferos e outros batiam matos na demanda de quilombos, “o capelão confessava homens e batizava crianças, procurando sanar os prejuízos espirituais decorrentes do abandono a que se viam fadados os moradores daquelas fronteiras”. (ANAIS ..., 1988: 83-85).

Esse contexto revela arranjos culturais complexos e contrastantes, trama variada tecida com tradições díspares. A entrada deliberadamente impositiva de Pamplona consolidava a colonização fronteiriça e, (...), levava a norma ao espaço ainda desordenado do Alto São Francisco. (SOUZA, 1999: 124)

Nas regiões auríferas mais antigas e urbanizadas, brotou a melhor floração do setecentos brasileiro. O que nos faz entender, o fato de os colonos mineiros, terem carregado para as zonas de fronteiras “hábitos de polidez e de civilização que, num aparente paradoxo, conviviam e contrastavam com o seu reverso de crueldade, rudeza e exploração”. (SOUZA, 1999: 133)

Vinham dando nomes às serras, aos rios e criando pequenas povoações, que tinham como referência uma pequena igreja. O domínio da região foi fazendo com que o diferente se tornasse cada vez mais comum, pois ia sendo incorporado de forma imperceptível, enquanto se acreditava que fora exterminado pelo colonizador ou expulso para lugares longínquos, único espaço onde a alteridade poderia florescer até se defrontar com as normas coloniais.

EU... O OUTRO?

Ao longo da segunda metade do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX emergiu nos sertões do centro oeste de Minas Gerais uma formação cultural bem peculiar. Os colonizadores que haviam se estabelecido ali, especialmente a partir da expedição de Pamplona, com o passar do tempo deixaram de enxergar à alteridade, para tornarem-se eles mesmos a própria. A distância atraía para si a representação do não civilizado. A ameaça dos negros foragidos era agora substituída pela presença de homens, executores da política de expansão colonial, que logo foram considerados grosseiros e ignorantes.

Essa passagem do colonizador para o espaço do outro se deve ao isolamento em que viviam. Apesar dos ensaios de cultura erudita que vieram com os primeiros colonizadores, nas expedições que vinham repartindo a região em sesmarias, com o tempo esses valores se perdiam na imensidão solitária das terras. Assim, segundo Eugène Enriquez: “Todo indivíduo vincula-se a um conjunto de instituições (...) que o moldam desde o início, desde o seu nascimento”. (NOVAES, 2004: P. 49)

Baseando-se no pensamento de Enriquez pode-se perceber que apesar de se estabelecerem na região com autorização do governo colonial faltava àqueles sujeitos um conjunto de instituições sólidas, presentes no espaço que estavam ocupando. A carência da

presença do Estado era evidente, a assistência religiosa era rara. A idéia de nação associava-se à simples obediência, enquanto súditos. A constituição das famílias ficava por conta da consciência religiosa de cada um.

Essa cultura peculiar se formou nos sertões compreendidos entre as proximidades de Tamanduá passando pela Serra da Canastra, Araxá e seguindo em direção a Paracatu. Formou-se na região um espaço ruralizado, com predominância de fazendeiros. Mesmo os pequenos povoados e vilas que existiam eram privadas de recursos, não passavam de aglomerados de casas pertencentes aos proprietários locais, nas proximidades de uma capelinha e que ficavam a maior parte do tempo fechadas, sendo habitadas somente durante as grandes festas religiosas. Segundo Saint-Hilaire, “os lavradores passam a vida nas fazendas e só vão à vila nos dias em que a missa é obrigatória. (...) o cumprimento das obrigações religiosas os impede, talvez mais do que qualquer outra causa, de cair em um estado próximo da vida selvagem”. (SAINT-HILAIRE, 1938:121)

Esse mundo ruralizado foi retratado Saint-Hilaire[†] em uma viagem pela região em 1819. Ele descreveu a paisagem e relatou o modo de vida das pessoas que encontrou. Trata-se de uma descrição geral da região compreendida entre São João d’Él-Rei, Serra da Canastra e Paracatu. A partir de sua obra pode-se perceber que o sertão com todas as suas representações havia sido ocupado, as ameaças estavam afastadas, mas agora o colonizador passava a ocupar o espaço da alteridade, ele próprio havia incorporado todas as imagens e representações criadas a respeito do sertão. O imaginário sobre o sertão insistia em afirmá-lo como local do outro, do que estava fora dos padrões de civilização.

A imagem da civilização européia era o parâmetro para que o outro fosse classificado. Nas proximidades da vila de Tamanduá, Saint-Hilaire descreve uma habitação:

(...): vi ai uma quantidade considerável de gado vacum, porcos e carneiros. (...) o proprietário era um homem educado, cuja mesa anunciava (...) a riqueza; (...), os cômodos que ocupava estavam (...) tão maltratados como os reservados aos donos em todas as outras fazendas. (...), como as senzalas, situadas ao fundo de um vasto terreiro rodeado por estacas (...). não tinha outra mobília além de bancos de madeira, (...) tamboretas (...) de couro e uma (...) talha com uma caneca de ferro esmaltada (...); quartos pequenos, (...), além de Tamanduá, (...), próximo ao sertão e nos seus limites, as habitações se compõem de várias edificações isoladas, mal construídas e dispostas sem ordem, (...) se distingue com dificuldade o alojamento

[†] Essa passagem pela região deu título ao livro "Viagem às nascentes do Rio São Francisco e Província de Goiás", publicado em Paris em 1847. A visita à Serra da Canastra foi em 1819.

do senhor. (...) a de dona Tomázia, (...) entre a povoação de Piui e a Serra da Canastra: tinha uma extensão considerável, (...) vários escravos, gado vacum e numeroso porcos; (...) a proprietária habitava uma miserável cabana construída sem a menor arte, e onde não se encontrava outro mobiliário além de uma mesa e mesquinhos bancos. (SAINT-HILAIRE, 1938:119)

E afirma que “Os habitantes dessas fazendas não se parecem com os mineiros das Comarcas de Sabará, Serro Frio e Vila Rica. São (...) grosseiros e ignorantes. (...) Embora habitem uma região longínqua e deserta, não se encontra (...) hospitalidade que é tão geral em outras partes da província das Minas”. (SAINT-HILAIRE, 1938: 120)

O sertão acabou desmembrado em representações específicas, de um lado havia uma caracterização da população das vilas e por outro qualificava-se os moradores das fazendas.

A população (...) das vilas é, (...) em grande parte de homens ociosos e de mulheres de má vida, e debaixo dos ranchos dos mais humildes lugarejos uma vergonhosa libertinagem se mostra (...), a indolência é uma das principais chagas dessa região. Num espaço de sessenta léguas(...) existe(...), uma multidão de homens pobres e sem ocupação. Os que são casados plantam em terras de outrem, e se resignam a trabalhar durante alguns dias para viver sem fazer nada todo o resto do ano. (SAINT-HILAIRE, 1938:122)

As noções de cultura e de civilização o tempo todo estão presentes nas representações sobre o sertão e seus moradores e reforçam uma imagem de dualidade entre o civilizado e não civilizado. É possível fazer uma releitura dessa oposição, segundo Francis Wolff,

A civilização não é uma cultura específica, é a forma que permite a existência das culturas humanas em sua diversidade e, por conseguinte, em sua coexistência. (...) Bárbaro é (...), a redução da idéia de humanidade à unidade de uma essência, a impossibilidade de suportar a humanidade em sua diversidade. O bárbaro é aquele que acredita que ser homem é ser como ele, enquanto ser homem é sempre poder ser outro. (NOVAES, 2004. P. 40- 41)

Desta forma é preciso entender esta dualidade do sertão como uma não aceitação das diferenças culturais. A busca por uma civilização única para todos e para toda humanidade, o que era comum no século XIX.

A vida pacata e simples dos habitantes do sertão do centro oeste mineiro incomodou Saint-Hilaire que “dá notícias de fazendas com grandes extensões, com muitos negros, gado vacum e grande número de porcos: a casa dos proprietários era uma miserável

cabana com poucos mobiliários. No sertão, uma multidão de fazendeiros não possui alojamento melhor”. (SAINT-HILAIRE, 1938:165)

A partir da obra de Saint-Hilaire é possível caracterizar a população que vivia nos sertões do Centro Oeste Mineiro no início do século XIX. A auto-suficiência se manifestava na criação de animais: bois, porcos, carneiros e no cultivo de tudo o que precisavam: feijão, milho, arroz, etc. Perdidos naquela imensidão a solidão era companheira inseparável, só sentida pelos que não moravam na região, os moradores tinham o posicionamento que um deles disse a Saint-Hilaire: “Não gosto do barulho, respondeu-me; mas não estou só, porque tenho comigo minha mulher e meus filhos, e, exceto o sal, minha terra produz com abundância tudo de que necessito”. (SAINT-HILAIRE, 1938: 172).

Assim diz o autor sobre sua travessia pela Serra da Canastra em direção a Araxá: “(...) caminhei cinco léguas, e não avistei uma única casinhola, (...); não vi tão pouco o menor sinal de cultura; não encontrei um único caminhante; de longe em longe avistava apenas algumas cabeças de gado no meio de pastagens”. (SAINT-HILAIRE, 1938:188).

O comércio era raro e quando acontecia estava voltado para a venda de animais e compra de sal. Em geral toda a produção agrícola era para sustento próprio, não havia escoamento, o que tornava o dinheiro coisa rara. Mas Saint-Hilaire foi implacável “o isolamento destrói a emulação, o calor do clima convida à ociosidade, não se exercita a inteligência, não se pensa mais e cai-se numa espécie de embrutecimento geral”. (SAINT-HILAIRE, 1938: 203)

A fartura em alimentos e terras era contrastada por uma enorme simplicidade, a ponto de viverem em instalações que se misturavam com as dos seus poucos escravos. Não havia ali a distinção clássica entre a casa grande e a senzala.

Os embrutecidos habitantes do deserto que se estende da serra da Canastra a Paracatu (...) não conhecem nenhuma dessas comodidades a que damos apreço e não fazem o menor esforço para embelezar as suas moradas. A desordem caracteriza essas miseráveis moradas, todas construídas de barro. (SAINT-HILAIRE, 1938:206)

Saint-Hilaire nos deixa detalhes desse estilo de vida - os colchões de palha de milho, a ausência de cobertas, choupanas cobertas com capim, a quase ausência de mobília, peças de roupa e selas penduradas nas paredes tendo por cabides chifres de veados ou pedaços de madeira. Ele classifica como extraordinário o fato de homens brancos viverem dessa forma e justifica isso alegando que os primeiros a se estabelecerem naqueles lugares eram criminosos perseguidos pela justiça, e que seus filhos criados na solidão, teriam nascido melhores do que eles.

Não há como negar que o sertão era o melhor lugar para criminosos, mas durante o século XVIII, foi desenvolvida toda uma política para limpar o sertão dos elementos indesejados e distribuir as terras para os participantes das expedições, homens que apesar dos massacres que praticaram, não eram considerados facínoras. Mas o juízo novamente foi emitido pelo viajante, “ao fim duma jornada tediosa e fatigante, não encontrava senão comida grosseira, água por bebida, um abrigo detestável e hospedeiros ignorantes e estúpidos”. (SAINT-HILAIRE, 1938: 214)

Uma outra característica dos moradores desse sertão era a religiosidade, de tempos em tempos aparecia um padre em uma pequena capela para celebrar missa, confessar, batizar e fazer os casamentos. A carência de assistência religiosa era suprida pelos oratórios que muitas famílias tinham em casa e que Saint-Hilaire dá notícias, mas na visão dele eram apenas adornos em casas de não civilizados mergulhados em imoralidades. É preciso considerar que antes de surgirem os espaços urbanizados, a região já estava sendo ocupada e a tradição religiosa foi o elemento que menos sofreu mudanças nesse universo ruralizado. Mesmo sabendo que certas práticas lhe eram estranhas, “os habitantes da região que estou dando a conhecer dão crédito aos feiticeiros e aos lobisomens, e tratam de heréticos os que se recusam a acreditar nisso. As vantagens de suas reuniões nos lugarejos e povoações são infelizmente anulados pelos perigos que aí os esperam”. (SAINT-HILAIRE, 1938:122)

A tradição católica fica evidente na preocupação com a construção de capelas, oratórios domésticos e nos rituais fúnebres, “como os brasileiros fazem muita questão de serem enterrados em igrejas, e o cura de Piui não permite que sejam enterrados nas capelas, os corpos são transportados nas costas de homens por várias léguas até à matriz”. (SAINT-HILAIRE, 1938: 179)

Saint-Hilaire se assustava com a simplicidade das capelas, “quanto à capela de São Roque (...) está isolada, edificada sobre uma elevação, feita de taipa, sem reboco e no estado mais miserável. Muito perto construíram uma casinhola e um rancho para alojar os que vêm ai para ouvir missa”. (SAINT-HILAIRE, 1938:181). No caminho de Araxá para Paracatu, ele descreve uma missa e a igreja onde foi celebrada:

(...) a missa foi celebrada na capela ainda por concluir. Um teto coberto de telhas erguia-se já sobre alguns esteios. Folhas de palmeira substituíam as paredes; outras jogadas por terra faziam as vezes de assoalho. Pareceu-me estar nos tempos em que o cristianismo lançou os seus fundamentos na América. (SAINT-HILAIRE, 1938: 245)

A verdade é que uma dualidade se fez presente reforçando as representações sobre o de dentro e o de fora da civilização:

Para uma elite colonial que de uma forma ou de outra tinha contatos com os pensamentos europeus, haveria dois tipos de regiões: uma já civilizada, ocupada e controlada pela sociedade, e outra ainda em estado de barbárie. A civilizada seria aquela que possuía população branca habitando e desenvolvendo-a economicamente. A segunda seriam os Sertões, áreas de moradia dos selvagens e vazias de populações brancas (...). (AMANTINO, 2001: 62)

O que é confirmado por Saint-Hilaire:

É natural crer que esse deserto seja menos civilizado do que o que percorri sobre a margem direita do São Francisco, pois que esta mais afastado da região que pode se considerar como centro da civilização (...) das Minas. (...) creio (...) que a população da região que atravessei para chegar a Paracatu, é o rebotalho da província das Minas. (...) Os habitantes de Araxá estão longe de possuir esta polidez que distingue os da parte oriental de Minas Gerais. Seus modos são grosseiros e desdenhosos. (SAINT-HILAIRE, 1938: 203, 227)

O sertão e suas representações são criações de quem enxerga o outro associado às grandes distâncias, ao exótico, ao não civilizado. É preciso romper essa dualidade que coloca o sertão (na condição de silenciado) em oposição à civilização (que enxerga o outro e se refere a ele). Segundo L. Febvre “o que grava indelevelmente uma fronteira no mundo (...). São sentimentos, emoções exaltadas – e rancores”. (HUGHES-WARRINGTON, 2002: 111). Deve-se pensar esse universo com o olhar partindo do seu interior, de modo que a alteridade se revele a partir de si mesma.

REFERÊNCIAS

- ANAIS da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v.108, 1988. P. 47-113.
- AMANTINO, Marcia S. O Mundo das Feras: Os Moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- FURTADO, Júnia F. Homens de Negócio: A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas. São Paulo: Hucitec, 2006.
- HUGHES-WARRINGTON, M. 50 Grandes Pensadores da História. São Paulo: Contexto, 2002.
- SAINT-HILAIRE, A. Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e Província de Goiás. São Paulo: Nacional, 1938.
- SOUZA, Laura de. Norma e Conflito: Aspectos da História de Minas no Século XVIII. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- BELLUZZO, Ana M. Moraes. O Brasil dos Viajantes. São Paulo: Objetiva, 1999.

GOTHAM CITY: UMA CIDADE DE FEIÇÕES SOMBRIAS

Alice Fátima Martins (FAV/UFG)¹

Resumo

Nas narrativas de muitas histórias em quadrinhos e filmes de ficção científica, as cidades tornaram-se personagens indispensáveis, muitas vezes centrais. O objetivo, neste estudo, é discutir feições, paisagens e ambiências sócio-culturais articuladas na conformação da cidade ficcional Gotham City, que figurou inicialmente em publicações da editora norte-americana DC Comics, sendo incorporada, posteriormente, por filmes de aventura e ficção científica. A partir de referenciais teóricos da Cultura Visual, Gotham City será contextualizada entre as cidades imaginárias da cultura contemporânea, na busca de compreender relações entre aspectos nela representados, das cidades e de suas representações visuais.

Palavras-chave: cidades imaginárias; cultura urbana; cultura visual.

Cidades imaginárias vêm ocupando as mentes humanas desde há quanto tempo, em formulações as mais diversas, desde visões utópicas preñhes de esperanças, passando por promessas de riquezas nunca vistas, até complexas construções marcadas pelo pessimismo quanto à própria natureza humana, as chamadas destopias.

Talvez, dentre as cidades imaginárias mais famosas, na tradição ocidental, possamos citar a República, formulada por Platão, ainda no século IV a. C., e Utopia, criada por Tomas More, em 1516, cujo nome foi buscado na palavra grega *utopos*, que significa “em lugar nenhum”. Na era Moderna, a palavra *utopia* passou a designar projetos de civilizações ideais, localizadas fora de qualquer contexto real, quimera.

Visões utópicas marcaram a modernidade, impregnadas pelo otimismo decorrente do desenvolvimento da ciência e das tecnologias emergentes. A Revolução Industrial, as invenções nas mais diversas áreas das atividades humanas, na Europa do século XIX, anunciavam a possibilidade de conquista de futuros em que a humanidade não enfrentaria mais dificuldades. Ao mesmo tempo, provocaram a migração da população camponesa para as cidades, para trabalharem como assalariados em condições muito precárias de instalação e infra-estrutura.

Nessas cidades que crescem rapidamente, na mesma proporção de suas contradições, desigualdades, disputas e tensões, fermentam criações e invenções que marcaram, de modo indelével, a cultura contemporânea.

A esse respeito, Octavio Ianni afirma que “a grande cidade tem sido e continua a ser, cada vez mais, uma síntese excepcional da sociedade” (2000, p. 123), no

¹ Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Cultura Visual – FAV/UFG.

sentido de constituir um laboratório excepcional onde “se imaginam, concretizam ou evaporam idéias de todos os tipos, sobre os mais diferentes aspectos da vida social” (p. 124). E acrescenta:

Juntamente com a urbanização, o mercado, o dinheiro, o direito e a política, bem como a secularização, a individuação e a racionalização, aí também florescem a arte, a ciência e a filosofia. É na grande cidade que se desenvolvem a arquitetura, o urbanismo e o planejamento, assim como aí surgem o partido político, o sindicato, o movimento social, a corrente de opinião pública e o próprio Estado. (p. 125).

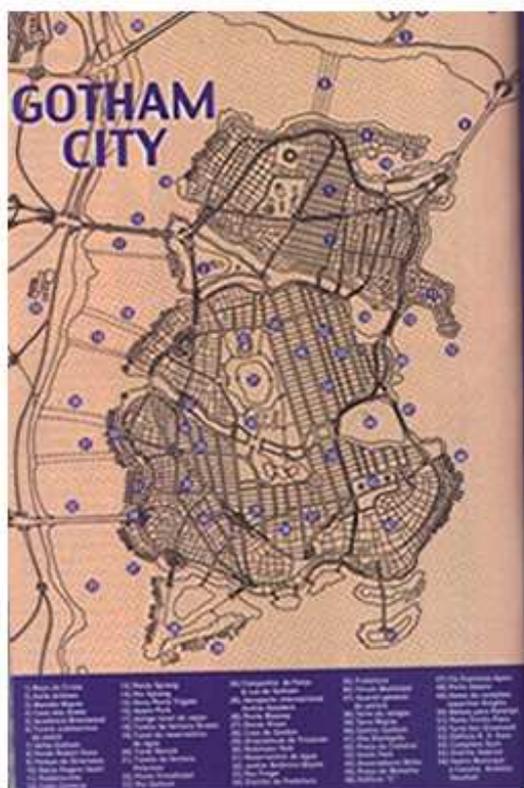
Nas cidades, por exemplo, em estado permanente de efervescência e transformação, aquecidas pelo processo de industrialização e todas as transformações sociais decorrentes, foram desenvolvidas condições científico-tecnológicas necessárias para o domínio técnico-operacional da projeção de imagens em movimento, em que se configura a invenção do cinema. Tal feito, conforme relata Toulet (1988), foi perseguido por muitos inventores em vários países, no Ocidente, ao final do século XIX. Thomas A. Edison desenvolveu o *Kinetoscope*, nos laboratórios de West Orange, Estados Unidos da América do Norte. Concomitantemente, na Alemanha, Max Skladanowsky, construiu seu *Bioskope*, um gigantesco aparelho de projeção, cuja primeira projeção pública ocorreu em 1º de novembro de 1895. Mas foi na França que Auguste e Louis Lumière, filhos do fotógrafo Antoine Lumière, criaram o *Cinematógrafo*, a primeira engenhoca que projetava, numa tela, imagens em seqüência, numa certa velocidade que não permitia ao olho humano perceber cada quadro separadamente, criando, assim, a ilusão de movimento.

Não é surpresa que as cidades tenham, nesse processo, ocupado, também, lugar de destaque em narrativas que passaram a ser produzidas, tanto na literatura, no cinema, desde sua emergência, quanto nas histórias em quadrinhos. Merece destaque, aqui, o trânsito intenso das narrativas, seus signos e universos imaginários, entre essas diversas linguagens, em migrações que sempre resultam no maior envolvimento dos múltiplos segmentos de públicos cada vez mais ávidos por entretenimento e novidades. Esse filão da indústria cultural acabou propiciando estrelato muito bem sucedido, no decurso de quantas décadas, a muitas cidades que se tornaram personagens indispensáveis, quantas vezes centrais nessas histórias, em quantas versões gráficas, coloridas e em preto e branco, e mais recentemente em versões digitais cada vez mais sofisticadas, impressas ou filmadas.

O pesquisador norte-americano Robert Burgoyne (2002) observa que a indústria cinematográfica, a norte-americana no caso específico de seu estudo, “articula

de maneira clara um campo imaginário no qual as cifras da identificação nacional são exibidas e projetadas. Os conceitos de realidade social construídos em filmes de Hollywood servem claramente como discursos legitimadores na vida da nação” (p. 19). Nesses termos, ressalta-se a estreita relação entre *identidade* e *narrativa* nos contextos sócio-culturais produtores dessas histórias. Nesses termos, não só a indústria cinematográfica, mas também editoras de literatura e histórias em quadrinhos, além da indústria dos jogos eletrônicos, dentre outros, mais do que produzir mercadoria cultural e de entretenimento, cumprem o papel de produzir uma imagem da nação. Afinal, uma das dimensões da noção de nação, nacionalidade, pertencimento, decorre de *construções imaginárias*, que dependem, para sua existência, de um *aparato de ficções culturais*. Para o autor, esse aparato, nos Estados Unidos da América do Norte, centra-se no cinema de Hollywood.

A criação e as dinâmicas que dão vida às cidades imaginárias não ficam à parte desse processo. Ao contrário. A mais, é preciso destacar que as cidades não são formadas apenas pelos aglomerados de construções e vias, em sua dimensão material, mas, e sobretudo, pelas relações de poder, econômicas, interpessoais que se estabeleçam nesses contextos, pelas redes de sentidos neles produzidos, pela vida que se instala, em



Fonte: <http://geocities.yahoo.com.br/trevaseemgotham/links/arquivos.htm>
Figura 1: mapa de Gotham City

permanente reconfiguração no decurso do tempo, num contínuo *vir-a-ser*. O mesmo ocorre com as cidades imaginárias, preches de vida, dinâmicas em seus processos de projeções, representações e possibilidades de construção de significados.

Nos anos 30 do século XX, a DC Comics, inicialmente conhecida como National Comics, lançou uma de suas revistas mais vendidas, a Detective Comics, que conta histórias de Batman, principal herói habitante de Gotham City. Se a DC Comics é proprietária intelectual de muitos dos quadrinhos norte-americanos mais famosos, Gotham City é uma metrópole imaginária por onde transita uma grande

diversidade de heróis e vilões, alguns dos quais oscilantes entre o bem e o mal. Dentre

os heróis, além de Batman, o mais ilustre e popular, encontram-se o parceiro infalível Robin, Asa Noturna, Canário Negro, Batgirl, Caçadora, Salteadora, e outros aliados



Fonte: <http://www.batmanatrajectoria.hpg.ig.com.br/cidades.html>

Figura 2: localização de Metrópolis e Gotham City

ocasionais, todos empenhados na luta contra a criminalidade, e os vilões, que se multiplicam, insanos, habilidosos, astutos. A começar pelo Dr Morte, seguido pelo Coringa, Mulher-Gato, Ra's Al Ghul, Pingüim, Duas-

Caras, Sr Frio, Crocodilo, Chapelheiro Louco, Espantalho, Charada, Morcego humano, Cara-de-Barro, Hera Venenosa, e quantos outros.

Inspirada em Nova York, onde transcorreram as primeiras aventuras de Batman., Gotham City é uma cidade construída numa ilha do nordeste dos Estados Unidos da América do Norte. Muitos mapas têm sido elaborados sobre sua localização, bem como da distribuição de seus bairros, edifícios e principais centros urbanos (**figuras 1 e 2**). Em Gotham City, a população, heróis e vilões transitam por bairros, edificações e vias mais ou menos familiares para o público em geral, que os acompanha, situando-se não só na narrativa, como também na geografia urbana.

Tomada por arranha-céus, torres, auto-vias e trilhos de trens com grandes fluxos, com a atmosfera sempre sombria e carregada (**figura 3**), trata-se de uma grande cidade marcada por altos índices de criminalidade e corrupção.



Fonte: http://farm1.static.flickr.com/79/207602812_1bf4ca86cf.jpg

Figura 3: paisagem de Gotham City

O sentimento de medo reverbera entre a população. A palavra *medo* orientou o roteiro do último filme de longa metragem transcorrido em Gotham City: *Batman Begins* (2005), dirigido por Christopher Nolan. O medo inspirado pelos morcegos no menino Bruce Wayne, aprofundado ante a perda dos pais, assassinados ante seus olhos, foi o principal antagonista que o herói teve que aprender a enfrentar, para afirmar sua capacidade de luta. Batman incorpora a própria identidade do seu medo original, contando com o medo de seus inimigos em seu favor para combatê-los.

A natureza sombria constituída para a cidade (**figura 3**), tanto nas histórias em quadrinhos quanto nos filmes, assegura o ambiente adequado para a criação de uma atmosfera em que proliferaria o medo. O próprio Batman, herói, defensor da população vitimada por bandidos e funcionários corruptos, passa a ser conhecido, também, como *O Cavaleiro das Trevas*, cujo esconderijo é uma caverna escura, úmida, co-habitada por



Fonte: <http://www.imdb.com/gallery/ss/0372784/BD6222.jpg.html>

Figura 4: caverna de Batman

morcegos.

Fazendo o contraponto a Gotham City, Metrópolis, igualmente integrante do ambiente imaginário das histórias em quadrinhos da mesma editora DC Comics, é uma grande cidade, cujos habitantes também têm sua

tranqüilidade ameaçada por alguns vilões, eventualmente até menos glamurosos que os de Gotham City, mas sempre perseguidos pelo único herói ali radicado, o Super-Homem. Metrópolis é bem mais iluminada, e há quem a interprete como Nova York diurna, enquanto Gotham City encarnaria a atmosfera *novayorkina* noturna, com seus perigos, tensões, conflitos. No contexto da indústria cultural e do entretenimento, Gotham City e Metrópolis podem ser pensadas como representações imaginárias de duas faces de uma mesma cidade; a grande metrópole norte-americana que, a partir da Segunda Guerra mundial, pleiteou e passou a ocupar o posto de capital cultural global, lugar ocupado por Paris no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX.

Duas cidades imaginárias vulneráveis ao ataque de bandidos, ladrões. Riscos a que estão sujeitos todos os habitantes das grandes cidades. Os vilões dessas cidades,

em geral, têm projetos ambiciosos: pretendem dominar o mundo, o comércio global, impor sua própria moral, destruir toda a população. Diferentemente das demais cidades não-imaginárias (se é que existam...), Gotham City e Metrópolis são protegidas por heróis incansáveis, sempre a postos e dispostos a abrir mão de suas vidas pessoais em favor da segurança da população.

Em Metrópolis, o herói não é humano, e, para cumprir sua missão, conta com super-poderes que o colocam em vantagem em relação aos demais, salvo raras exceções extraordinárias.



Fonte: <http://www.imdb.com/gallery/55/0372784/BD6647.jpg.html>
Figura 5: veículo utilizado por Batman, em Batman Begins

O principal defensor

de Gotham City é um herói humano, que enfrenta e supera seus limites a cada passo, o que o coloca lado a lado com os demais habitantes da cidade, no tocante aos sentimentos, à indignação, e às vulnerabilidades. Ou seja: suas habilidades, bem como suas fragilidades, são essencialmente humanas. Apenas o fato de ser herdeiro de uma

enorme fortuna diferencia-o dos demais, deixando-o à vontade para bancar seus projetos mais mirabolantes. Afinal, seu (super) poder é o econômico, que lhe coloca à disposição recursos tecnológicos de ponta, informações científicas, equipamentos sofisticados, materiais raros, indispensáveis à sua camuflagem e *performance*. Por essa razão, as histórias de Batman em Gotham City, nos quadrinhos e no cinema, aproximam-se da ficção científica. A **figura 4** mostra, por exemplo, o veículo utilizado pelo herói, resultado de pesquisas científicas da empresa de sua propriedade, com recursos tecnológicos que lhe permite fugas e ataques



Fonte: <http://www.imdb.com/gallery/55/0372784/BD6484.jpg.html>
Figura 6: Batman com máscara

os mais mirabolantes. E na **figura 5**, a máscara do herói, conforme anunciado nas

histórias, é feita com material especial, ao mesmo tempo resistente e flexível, que o protege em certa medida, e não impede sua movimentação.

Criado em 1939, na esteira do sucesso do *Super-Homem*, por Bob Kane e Bill Finger, Batman, *O Cavaleiro das Trevas*, pode ser considerado um dos heróis mais carismáticos, que rapidamente ultrapassou as fronteiras das histórias em quadrinhos, para se tornar num fenômeno cultural, com presença em programas de rádio, séries de televisão, desenhos animados, jogos de vídeo e computador e, principalmente, na grande tela do cinema, em superproduções.

Muitas discussões já foram pautadas sobre o herói. E, alinhadas ao espírito das obras científico ficcionais, suas histórias já inspiraram muitos estudos que buscam demonstrar a viabilidade técnica das parafernálias utilizadas em suas aventuras, tais como seu “cinto de utilidades”, “*batmobile*”, ou “*batmóvel*”, dentre outros.

As cidades imaginárias, dentre as quais a sombria Gotham City, portanto, cumprem seus papéis nas histórias contadas, abrigando heróis e vilões, além da população anônima e indefesa, num permanente confronto entre o bem e o mal, divisão estruturante das narrativas e dos ambientes². A esse respeito, e discutindo a noção de justiça que orientaria a ação dos super-heróis, Paulo André Machado Kulsar afirma que “a tônica das histórias de super-heróis é a incapacidade da justiça oficial”, e que “o cenário mais recorrente nas aventuras de super-heróis é a grande metrópole, onde haveria mais interesse por parte dos vilões e mais pessoas correndo riscos” (2001). No imaginário norte-americano, portanto, os heróis protegem a população por iniciativa própria, sem observar legislação, instituições policiais e judiciárias, mas orientados por uma ética que, embora decorra de uma “vontade de fazer justiça com as próprias mãos”, adverte para a necessidade de não vitimar inocentes, bem como não causar morte a qualquer ser humano, mesmo os criminosos. Ou seja, diferentemente dos justiceiros, os heróis não seriam movidos pelo sentimento de vingança, ou pela palavra de ordem “*olho por olho, dente por dente*”.

No caso do filme *Batman Begins*, embora as instituições judiciária e policial estejam contaminadas pela corrupção, o herói conta com o apoio de pontos de resistência em cada uma delas. Tratam-se das personagens Rachel Davis, assistente da promotoria, amiga de infância de Bruce Wayne, e do policial honesto e desencantado, James Gordon, com cuja ajuda Batman passa a contar.

² No caso de Gotham City, há que se ressaltar que nem sempre a divisão entre heróis e vilões é clara, guardando, eventualmente, ambigüidades. No entanto, a perspectiva maniqueísta é dominante.

Finalmente, um aspecto importante a ser destacado nessas cidades imaginárias, em particular Gotham City, é o papel da arquitetura na conformação de suas feições. Retomando o pensamento de Ianni (2000), dentre outras fermentações culturais, a própria indústria do entretenimento e a cinematográfica é produto e parte integrante do meio urbano. Assim, a imagem arquitetônica e urbanística também integra e ajuda a delinear a natureza das narrativas fílmicas, direcionando as ações, conformando as atmosferas (SANTOS, 2007).. Mais que mera cenografia, a arquitetura fílmica constrói estruturas imaginárias capaz de ambientar complexas redes de sentidos, ações, narrativas, possibilitando o estabelecimento das relações entre tempo, espaço, e sujeitos sócio-culturais e históricos.

No entanto, as próprias histórias em quadrinhos ambientam suas narrativas em projeções urbanas portadoras de identidades, seja nos traçados de suas vias, edificações, seja nas atmosferas. Assim, antes de chegar às películas do



Disponível em <http://www.designcommunity.com/scrapbook/images/1139.jpg>

Figura 7: paisagem de Gotham City em desenho

cinema, Gotham City já tinha uma identidade urbana muito bem delineada, mesmo que maleável às transformações que foi incorporando, no decurso das décadas e daqueles eventos históricos cujos impactos ecoaram nas produções imaginárias do Ocidente, em particular, dos Estados Unidos da América do Norte (**figura 7**).

À guisa de conclusão

Gotham City, cujo ambiente foi concebido ainda na primeira metade do século XX, tornou-se, nos primeiros anos deste terceiro milênio, mais do que alegoria da face noturna de Nova York, metáfora das megalópoles que concentram a maior parte da população mundial, e, com ela, toda uma produção cultural intensa, ao lado da produção da violência e do medo. O avanço da violência nos grandes centros urbanos, ante o sentimento de impotência e perplexidade da população em geral, que perde, aos poucos, a confiança nas instituições públicas, marcam a vida nesses grandes centros.

No entanto, os cidadãos comuns não podem contar com o sobrevôo de super-heróis, mesmo com a intervenção de heróis humanos, que os possam proteger, ou ao menos fortalecê-los em suas lutas diárias pela sobrevivência.

Assim, nenhum super-herói foi capaz, por exemplo, de impedir a tragédia do ataque às Torres Gêmeas em Nova York, em setembro de 2001. Tampouco algum herói concorreu para promover a segurança pública, ante as estruturas policiais incapazes de evitar a atuação massiva de organizações criminosas em complexos urbanos como o de São Paulo, quando não encontraram obstáculos para fechar o comércio, parar os ônibus, e estabelecer lei marcial para a população amedrontada.

Afinal, em tempos de falta de esperança no futuro, e quando as distopias passam a ocupar nossos imaginários, haveremos, todos, que aprender a transitar e a sobreviver entre as sombras das Gotham Cities que se proliferam pelo mundo contemporâneo, de onde milionários excêntricos, como Bruce Wayne, provavelmente já se tenham evadido. Ou então, andem, também, muito ocupados com a própria proteção.

Até que possamos, quem sabe, migrar para alguma galáxia próxima, habitável, para recomeçar alguma nova civilização... Mas esse já é assunto para uma outra discussão.

Bibliografia referencial

BURGOYNE, R. *A nação do filme*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GUSMAN, S. *Batman*. Mundo Estranho: Coleção 100 Respostas. São Paulo, Editora Abril, 2005.

IANNI, O. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KULSAR, P. A. M. *As noções de justiça dos super-heróis*. Disponível em <http://www.eca.usp.br/nucleos/nphqeca/agaque/ano3/numero2/agaquev3n2_2.htm> Acesso em 18 de agosto de 2007.

MORE, T. *A Utopia*. São Paulo: Marin Claret, 2002.

PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

SANTOS, F. A. dos. *A arquitetura como agente fílmico*. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp223.asp>>. Acesso em 18 de agosto de 2007.

TOULET, E. *O cinema, invenção do século*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1988.

Filmografia referencial

Batman Begins. Direção: Christopher Nolan. Escrito por Bob Kane, David S. Goyer, Christopher Nolan e David S. Goyer. Produção: Warner Bros. Pictures, Syncopy, DC Comics, Legendary Pictures e Patalex Productions, Como *Bruce Wayne/Batman*: Christian Bale. Duração: 140 min, colorido, som Dolby Digital. EUA. 2005.

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL CULTURA E IDENTIDADE Simpósio "Histórias, Biografias e Lugares: as narrativas locais e a construção simbólica dos lugares"

Coordenação: Telma Camargo da Silva e Cintya Rodrigues

Domingos Ramos Pacó, professor bilíngüe e intérprete do aldeamento missionário do Itambacuri, MG

Izabel Missagia de Mattos¹

Resumo

O estudo da trajetória do intérprete e professor bilíngüe do aldeamento do Itambacuri (1873-1917) Domingos Ramos Pacó, autor de uma minuciosa descrição da história social na missão indígena, revela aspectos diferenciados do destino dos índios ali aldeados.

Fruto das relações de mestiçagem que caracterizaram as políticas indigenistas dos aldeamentos imperiais regidos pelo Decreto 426 de 1845, o casamento de seus pais – um intérprete “brasileiro” mestiço e a filha do chefe indígena Pahoc - inaugura uma longa série de sacramentos realizados pelos diretores capuchinhos do estabelecimento missionário, sob os desígnios da romanização eclesiástica.

Instruído pelos frades, Pacó tornou-se secretário e ecônomo do aldeamento ao longo de 18 anos, sendo demitido na virada do século. Indignado sobretudo pelo não reconhecimento da importância do papel do intérprete na memória oficial da missão, o professor bilíngüe escreveu o manuscrito *Hámbric anhamprá ti mattâ nhiñchopón?* (1918), no qual teceu críticas severas à política dos missionários, que passou a não reconhecer a identidade indígena dos aldeados, em consonância com os interesses nacionalistas da nascente república.

Os descendentes de Pacó se encontram atualmente na zona rural do município de Campanário, MG, se autodesignam Mucurim e reivindicam ao Estado reconhecimento étnico e direito às políticas públicas diferenciadas.

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, professora e pesquisadora do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia IGPA - Universidade Católica de Goiás

Introdução

QUANDO, EM 1893, o aldeamento do Itambacuri (1872-1911), dirigido pelos capuchinhos Serafim de Gorízia (1829-1918) e Ângelo de Sassoferato (1846-1926) gozava de uma situação de prosperidade e boa reputação junto aos governos central e provincial do Império brasileiro, o diretor geral dos índios da Província de Minas descreveu suas instalações, que compreendiam três capelas, duas escolas primárias, uma “prisão correcional”, uma casa de hospedagem, além de engenhos, alambiques, moinhos e monjolos. A “quinta” com árvores frutíferas e pés de cacau e café em fase de produção, ladeada pela casa dos missionários, e as pastagens “verdejantes” para alimentar o gado e demais animais também eram incluídas na listagem dos edifícios, que haviam sido “construídos pelos padres diretores do aldeamento e pelos obreiros do lugar, índio e nacionais pobres”.

O aldeamento do Itambacuri, talvez o mais importante deste país, tem prosperado de maneira tal, que possui hoje uma grande população que impulsiona uma imensa lavoura, talvez a primeira daquela zona que é por excelência agrícola. Em seu seio contam-se 42 engenhos movidos a bois, além do engenho de ferro, acima mencionado. Estes engenhos fabricam grande quantidade de rapadura, açúcar e aguardente que abastece a cidade de Teófilo Otoni que por sua vez exporta grande parte destes produtos para a estrada de ferro “Bahia e Minas”. A cultura de cereais é importantíssima, pois... é o Itambacuri o inesgotável celeiro da cidade de Teófilo Otoni.²

Ainda segundo o relatório desse diretor, as escolas eram então dirigidas pelos professores indígenas Domingos Ramos Pacó e Romualda Órfão de Meira.

Ao explorar o percurso de Pacó, esta comunicação percorre as diversas fases que caracterizaram a história do aldeamento, desde sua instalação, crescimento e prosperidade, até suas crises - epitomizadas pela revolta indígena de 1983 - e posterior transformação em Colônia Mista, no início do século XX.

O casamento dos pais de Domingos Ramos Pacó inaugura o livro de registros dos diretores missionários do aldeamento. Félix Ramos da Cruz, seu pai, fazia parte da comitiva dos missionários como “língua” ou intérprete responsável pela tradução e pela

² Relatório do diretor geral dos índios, Antônio Alves Pereira da Silva, ao secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais. 04 de novembro de 1893. SG 25, pp. 84v-85. Arquivo Público Mineiro.

mediação da relação do “governo” com os índios *Naknenuk* - que eram grupos de Botocudos articulados entre si e dispostos a incorporarem mestiços e “nacionais” em sua rede de relações políticas e de parentesco, diferentemente dos grupos pertencentes à mesma família lingüística e cultural conhecidos como *Giporok* – entre os quais tornaram-se célebres os Pojichá e os Krenak contemporâneos, por sua resistência ao processo de aldeamento e o “comércio” com os “civilizados”³.

Assim como o estabelecimento da Companhia do Mucuri (1851-1861) só pôde acontecer por meio do apoio efetivo dos chefes *Naknenuk* Potón, Ninkate e Timóteo (Otoni, 2002 [1858]), a missão de Itambacuri, da mesma forma, não teria sido possível sem a negociação e a conquista do apoio das lideranças indígenas, representadas por Pohoc.

Com efeito, a mãe de Domingos Pacó, Umbelina, era justamente filha do capitão Pohoc, que liderava toda a rede estabelecida no local que seria escolhido por Frei Serafim para sediar sua missão.

O chefe Pohoc e o “língua” Félix Ramos já haviam estabelecido uma relação de parceria anterior à chegada dos missionários no Itambacuri, segundo se pode depreender das memórias manuscritas por Domingos Pacó (1996 [1918]). Segundo seu neto, o chefe Pohoc já havia se deslocado com seus guerreiros para Minas Novas, em 1870, e Filadélfia, atual cidade de Teófilo Otoni, em 1871, para negociações relativas aos interesses políticos dos povos Naknenuk reunidos na região que viria a ser pouco depois escolhida para sediar a missão capuchinha. Félix Ramos já havia feito, inclusive, uma “derrubada” próxima ao local onde o capitão Pahóc havia reunido uma “numerosa tribo”, “retirada do Poté, Pontarút, Noret, Ampâ e Trindade” para aquele centro (PACÓ, 1996 [1918]: 199).

As novas relações introduzidas na população indígena no início da missão do Itambacuri seriam, assim, incorporadas à lógica das relações de parentesco, uma vez que o principal intérprete e mediador político em ocasiões de desentendimentos entre os índios e missionários, o “brasileiro” Félix Ramos, era, com efeito, casado com Umbelina, filha do chefe Pohoc, e companheiro constante do sogro. Esta primeira relação de

³ Para conhecer a etnopolítica dos Botocudos e as estratégias e denominações dos subgrupos, ver MISSAGIA DE MATTOS, 2004 e 2005.

afinidade, estabelecida antes da chegada dos frades porém logo formalizada por frei Serafim, não apenas facilitaria o estabelecimento de relações de aliança entre missionários e nativos como, em diversas situações, de fato, serviria para salvar-lhes das ameaças e hostilidades vividas no cotidiano do aldeamento.

A escolha do local ideal para o trabalho de catequese convergia, dessa maneira, tanto os interesses dos indígenas por proteção, como o dos missionários, referentes às pautas negociadas para o projeto de aldeamento: o fortalecimento das redes sociais para a defesa da missão contra seus “inimigos” e a criação de uma indústria e de um comércio prósperos. Para isso, seria necessária, sobretudo, a mão de obra dos indígenas.

A celebração desse primeiro casamento misto entre os pais do professor indígena, por si só, indica uma das tendências presentes em toda a experiência de “civilização” levada a cabo pelos missionários, baseada em uma suposta necessidade de “mestiçagem” racial para a neutralização do potencial de “rebeldia” projetado sobre a imagem dos “selvagens”. Esta projeção possuía fundamentos tanto de ordem “científica” - considerados os argumentos raciológicos que sustentavam as políticas de higienização social e civilização do período - quanto de ordem teológica, haja vista a antropologia anti-revolucionária presente no discurso missionário, que associava o “selvagem” ao “pecador” que merecia ser castigado para alcançar a salvação (MISSAGIA DE MATTOS, 2004 e 2006).

É importante lembrar que as missões religiosas para civilizar os indígenas durante o Segundo Reinado foram oficializadas pelo decreto 426 de 1845, que dispunha sobre o serviço de catequese estruturando-o em repartições públicas, das quais faziam parte as Diretorias Parciais e Gerais dos Índios de cada província. Os missionários-diretores, deste modo, cumpriam a ambígua tarefa de representarem o imperador e o clero naqueles longínquos sertões em um período de crescente instabilidade política e transição para a república.

Celebrado o casamento um ano após o estabelecimento da missão, é possível que o nascimento do fruto desta união, o futuro professor bilíngüe, já tivesse ocorrido. Alfabetizado pelos missionários-diretores, Domingos Pacó foi sacristão, passando a exercer o cargo público – que exerceria ao longo de 18 anos - de secretário, professor e ecônomo do aldeamento do Itambacuri aos 14 anos de idade. Em 1901, Pacó seria

substituído em sua função por um professor branco, o músico Emanuel Pereira, casado com índia, que recebera dos índios a alcunha *Tangrins*⁴.

A pedido do historiador Reinaldo Otoni Porto (1928), em 1918, o professor bilíngüe escreveu um precioso relato sobre a fundação do Itambacuri, no qual sobressai seu domínio discursivo em torno dos símbolos da conversão indígena. As memórias de Domingo Pacó podem ser consideradas um dos raros documentos escritos por um índio brasileiro no século XIX.

Considerando Itambacuri “o segundo Jericó”, Pacó descreveu alguns dos símbolos relacionados à edificação das igrejas na Colônia Indígena, por meio dos quais os fundadores buscavam “ensinar” e motivar os índios para o trabalho na construção:

Estes dois venerandos anciãos por espaço de 40 anos conduzindo os seus fiéis cordeiros, figura de Moisés e Aaron, octogenários do povo de Israel, edificaram muitos prédios, principalmente as duas tendas ou tabernáculos sagrados, a primeira titulada igreja de Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri, construída em 1878 a 1881, a segunda titulada Capela do Senhor Bom Jesus da Lapa de Igreja Nova, construída em 1886, monumentos estes edificadas por oficiais indígenas e dois mestres carpinteiros nacionais, em memória ou figura daquela pedra de Betel, em que o patriarca Jacob viu a visão celeste, que por uma escada milagrosa desciam e subiam os anjos, levando as orações e súplicas dos bons e virtuosos, e trazendo do céu as bençãos e graças, que o senhor manda para os seus fiéis servos. Depois de bem edificadas estas duas tendas acima mencionadas, os dois venerandos anciãos prostraram nelas submissamente como outro Salomão no antigo testamento, pediram e pedem ao altíssimo Senhor por todos aqueles que, submissos orarem nestes dois templos, e que o Senhor ouvisse-lhes as orações e fosse a eles propício (PACÓ, 1996 [1918]:210-211).

Um dos aspectos mais fascinantes do seu manuscrito, trazido a público por meio do minucioso trabalho de pesquisa realizado pelo franciscano holandês Olavo Timmers e publicado em 1969, por ocasião do centenário de nascimento de Teófilo Otoni⁵, é o fato de esconder, sob a mesma linguagem hiperbólica e apologética da conversão missionária utilizada pelos capuchinhos, uma perspectiva nativa das falácias da catequese, em situações práticas. O fracasso dos missionários em estabelecerem relações amistosas com os Pojichá, especificamente na ocasião em que Frei Serafim de Gorizia tornou-se deles

⁴ *Tangrins* (“músico”, na língua nativa) e sua esposa indígena são os pais do capuchinho frei Serafim Pereira, importante arquivista da Ordem capuchinha, autor de uma obra sobre a história das catequese e dos missionários capuchinhos no leste do Brasil e informante desta pesquisa (Pereira, 1998).

⁵ “O Mucuri e o Nordeste Mineiro no passado e seu desenvolvimento segundo documentos e notícias recolhidas por Frei Olavo Timmers OFM em lembrança do 100º aniversário de Teófilo Benedito Ottoni. 1869 – 17 de Outubro de 1969”. Teófilo Otoni. Datilografado com emendas manuscritas. 535 fls. Arquivo Público Mineiro.

refém, por exemplo, foi interpretado pelo professor bilíngüe como resultado da inexperiência dos intérpretes que o acompanhavam. Segundo ele, apenas um língua habilidoso seria capaz de estabelecer nos indígenas a atitude denominada “civilização momentânea”, instauradora de uma nova situação de troca material e simbólica.

A memória da fundação da missão pelo professor bilíngüe pode ser lida não apenas como crítica, mas, no limite, como uma verdadeira denúncia da pedagogia excludente e da invisibilidade gerada sobre a participação do indígena no trabalho realizado pelos capuchinhos⁶.

Os índios do Tambaquari e a chegada dos missionários

Como pode ser observado a partir da memória da fundação de Itambacuri elaborada por Domingos Pacó, era já numerosa a população indígena que se encontrava no local a ser escolhido pelos missionários para sediar a missão. Tratava-se, na verdade, de grupos *Naknenuk*, considerados uma “confederação” pelas autoridades locais (PACÓ, 1996 [1918]: 201).

Segundo o professor indígena, o grupo sediado na região do Tambaquari – que os missionários posteriormente preferiram renomear de forma “tupinizada”, refundando-a como a missão de Itambacuri e revelando o ideal, compartilhado pelos governantes, de reviverem simbolicamente a glória das antigas experiências consideradas, de fato, “civilizadoras”, das missões jesuíticas entre os extintos Tupis - era constituído por aldeias interligáveis, que, mantendo um sistema eficaz de comunicação, permanecia protegido dos ataques tanto de grupos indígenas inimigos – como os Aranã e os Giporok - quanto das incursões dos “brancos” não aliados.

Chefiados por Pohoc, avô de Pacó, e contando com cerca de 800 homens, além das mulheres e crianças, esse aldeamento – assim composto devido a situação de acirrada disputa com os colonos e grupos indígenas rivais por território – contava com uma rede de pequenos grupos aliados nos arredores que, segundo o professor indígena, serviam como “sentinelas vivas” no caso de ataque inimigo.

⁶ O manuscrito de Pacó foi publicado em 1996 em uma coletânea sobre a história regional, aqui adotada como referência para fins de citação.

Havia outras tribos ligáveis ao Capitão Pohóc, porém habitavam fora, nos limites das águas de Itambacuri, como fortes ou sentinelas vivas ordenadas para impedir de que outras tribos inimigas os atacassem (PACÓ, 1996 [1918]:201).

Frei Serafim de Gorízia, assim, ao estabelecer-se no local - através da aliança com o chefe Pahoc e seu genro, o intérprete mestiço Félix Ramos – teria incorporado a estratégia nativa da comunicação eficaz entre os diversos subgrupos Naknenuk, fazendo com que sua autoridade se multiplicasse com o estabelecimento de redes “invisíveis” de comunicação e mediação.

O método adotado pelos fundadores foi o de incorporar os índios “convertidos” nas principais funções que exigiam a organização de uma nova comunidade. Após a fundação da Ordem Terceira de São Francisco, que congregava os índios proeminentes na vida social do aldeamento, como os professores Domingos Pacó e Delfina Bacan d’Aranã, a nova sociedade indígena, “convertida”, tornava-se participativa. É interessante notar como durante o primeiro decênio do aldeamento a população fixa flutuava em torno de 500 habitantes indígenas, sendo que outros 2000 índios, estimadamente, continuavam a “vagar” pelas matas, aparecendo na missão, no entanto, por ocasião dos dias “festivos” – os domingos e dias santos.

Os missionários fundadores passavam muito tempo entre os índios, despendendo meses na mata. Seus sucessores, ao contrário, passaram a permanecer no convento, concentrando-se em atividades para a formação de frades. Segundo o professor bilíngue Domingos Pacó,

Frei Serafim viajava léguas com o SS. Viático, em socorro aos índios e nacionais existentes naquele tempo, quando estavam enfermos em artigo de morte, e nada atrapalhava aos ditos Reverendos, nem sol, nem chuva, nem seca, nem cheias ou impossibilidade alguma, e estes grandes benefícios faziam por trilhos ou picadas quase intransitáveis por não ter naquele tempo comunicação alguma ainda as pequenas povoações como hoje em dias. Conferia todos os sacramentos baseados na virtude da caridade, nem sequer reclamava tão grandes benefícios que distribuía, não só aos de Itambacuri, como de outros lugares Somente para o bem público e a glória de Deus gastou anos seus e suas forças, em muitas fadigas, a bem desta colônia, velava sempre como um carinhoso pai e uma carinhosa mãe a seu único filho. Por espaço de dez anos não habitava família nacional alguma no Itambacuri (PACÓ, 1996 [1918]: 204-205).

O intérprete mestiço, ou “língua”, tornou-se essencial em todo o processo de fundação e estabelecimento do aldeamento do Itambacuri, como enfatizou, em sua

leitura processual da missão, o professor Domingos Ramos Pacó, fruto, ele próprio, da apologia missionária da mestiçagem.

O êxito do Itambacuri, segundo a interpretação do professor, deveu-se unicamente ao apoio dos chefes indígenas e dos intérpretes, entre os quais seu próprio pai, o “brasileiro” Félix Ramos, genro do importante líder indígena Pahóc e responsável pela mediação linguística e política entre índios e missionários em diversas situações de conflito (PACÓ, 1996 [1918]).

A importância reconhecida dos agentes indigenistas “práticos” tanto pelos diretores civis de índios quanto pelos próprios missionários na Província de Minas, diz respeito à exigência indígena de negociação de um sentido prático e simbólico para sua sobrevivência nos aldeamentos. Com efeito, os instrumentos dialógicos utilizados para a atração dos Botocudo para a missão, como os rituais católicos e os demais objetos que fascinavam a curiosidade prática/sobrenatural dos indígenas, demonstra como o trânsito da magia - capaz de mobilizar grupos guerreiros de Botocudo ao longo dos oitocentos - também informou o processo de mediação entre os missionários e os índios, caracterizando-se, assim, como um processo de dupla mão. Os agentes interculturais “línguas”, ainda que fossem mestiços incorporados à teia de parentesco dos subgrupos Botocudo, uma vez identificados pelos índios como lideranças, foram capazes de conduzir politicamente os equívocos e contradições das relações interétnicas, compatibilizando os mundos em convivência mestiça e misturando pensamento mágico e consciência história na prática cotidiana da conversão civilizatória.

Algumas providências foram adotadas pelos missionários durante a revolta de 1893, algumas delas a conselho dos políticos responsáveis pela aprovação das dotações públicas destinadas à colônia indígena, como a distribuição das meninas indígenas da escola entre os moradores da cidade de Teófilo Otoni, uma vez que temia-se o retorno dos índios revoltosos, refugiados nas matas após o flechamento dos missionários, para “raptá-las” da catequese (Frei Serafim *apud* Palazzolo, 1973 [1954]: 191).

A demissão do professor Pacó, que se considerava índio (PACÓ, 1996 [1918]: 201), “pela manifesta negligência no cumprimento dos deveres” e “contínuas imprudências, aliás frequentes aos de sua raça (Palazzolo, 1973 [1954]: 220)” - entenda-

se por alcoolismo, como sustenta a memória oral - , por sua vez, revela o destino da educação dos indígenas do aldeamento.

Pode-se inferir que a demissão do professor bilingüe tenha se imposto sob um novo conjunto de regras relativas à administração escolar dos índios adotado nos primórdios da República pelos diretores da então colônia indígena do Itambacuri, se considerarmos o relatório elaborado pelo engenheiro Pedro José Versiani, sobre a situação da colônia indígena em dezembro de 1893, dirigido ao inspetor de terras e colonização do Estado de Minas Gerais. O parecer do engenheiro, favorável à continuidade da catequese⁷, continha recomendações expressas para o funcionamento da escola do Itambacuri, como a organização de uma banda de música, para a qual deveria ser enviado pelo governo “um professor habilitado e os instrumentos precisos”. A música, segundo avaliava o engenheiro, poderia “exercer grande influência sobre os indígenas, abrandando-lhes os costumes”, por despertar “os sentimentos nobres e elevados da alma humana”⁸.

Em sua memória sobre a fundação de Itambacuri, o professor indígena demitido conseguiu, veladamente, tecer uma crítica ao modelo catequético adotado na missão e o destino dos seus índios, ao mostrar como, com o decorrer do tempo, de atores principais, seriam os intérpretes alijados de suas funções dentro da Colônia e desconsiderados enquanto atores específicos.

Com efeito, no início, o modelo de ensino adotado na missão contou com ampla participação dos indígenas, que, uma vez alfabetizados, transformaram-se em professores e monitores em sala de aula, como foi o caso da professora Delfina Bacán Aranã, sucessora de Romualda após seu falecimento por tuberculose. Delfina, por sua vez, também designara suas discípulas indígenas como ajudantes no ensino.

Esse modelo sofreu um golpe mortal - descrito pelo professor indígena demitido da mesma forma que a professora índia Delfina Aranã - com a construção do Aprendizado Agrícola e do asilo para as indígenas “órfãs” administrado pelas

⁷ É importante destacar que o referido engenheiro, responsável pela construção de estradas na região, não poderia estar isento em sua avaliação. Empreendedores de obras diversas naquela zona pioneira, os engenheiros, com frequência, beneficiariam-se com legalização de posses ao longo das estradas.

⁸ Ofício do Dr. Pedro José Versiani ao Inspetor de Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais. 10 de outubro de 1893. Gav. 20. Pasta I. Doc. 21. Arquivo da Custódia do Rio de Janeiro.

missionárias italianas, enviadas ao Itambacuri através de incrementos fornecidos pela política educacional do novo governo.

Ao longo dos poucos anos em que a presença indígena na Escola Santa Clara foi computada diferenciadamente, a presença oficial de índios na colônia indígena do Itambacuri deixava de ser reconhecida oficialmente, passando os índios a serem registrados de forma homogeneizada enquanto “nacional”, de acordo com a espécie de sentimento que a escola deveria inculcar nos alunos. Paralelamente à sua incorporação nos documentos enquanto “nacionais”, os sobrenomes étnicos dos índios aldeados foram também abandonados.

O destino de Pacó e o desaparecimento dos indígenas da missão

Após ser demitido, Pacó viveu “retirado para a vida nas matas”, em busca dos “sinais de Nossa Senhora” e de pedras e riquezas, nunca encontradas. Interessante notar como seu relato contrasta com o dos missionários em relação à descrição da selva, não considerada como inimiga, doentia, ou “hedionda”, mas como lugar de “recreação” para os indígenas. Pacó fazia questão de lembrar, afinal, que todos aqueles córregos, rios e serras já possuíam um nome em língua indígena antes da chegada dos missionários e sua posterior renomeação, e que toda a zona fora povoada por nações bravas e guerreiros.

Possuidor de uma memória “inútil” a região, assim como sobre os diversos indígenas que participaram ativamente da atividade missionária nos primeiros tempos da missão, Pacó demonstra em seu relato sua situação de solidão e isolamento⁹. Sua história diferenciada não lhe permitia sentir-se inteiramente integrado à sociedade não-indígena, imbuída pela tarefa de transformação e destruição da memória das selvas do Mucuri. Tampouco poderia ser considerado “índio”, devido ao sucesso autoproclamado da “civilização” promovida no aldeamento, transformada em Colônia Mista após a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN) em 1910, quando, inspecionado por autoridades do governo republicano, não seria mais identificada a presença de indígenas no local.

⁹ Outras experiências de vida se cruzam à de Pacó neste aspecto de sua história. Também Delfina Bacán d’Aranã, as bugrinhas e outros alunos e alunas das escolas indígenas tornaram-se indivíduos solitários, desvinculados de suas redes sociais de origem porém não integrados à nova situação social urbana instaurada pelos missionários. (MISSAGIA DE MATTOS, 2004).

Tendo se casado com a indígena Zulmira Jupeti, Domingos Pacó teve vários filhos. A cidade de Campanário, onde passou a lecionar após o seu exílio nas matas e faleceu na década de 1930, guardou seu nome dado a uma de suas ruas.

Alguns de seus netos e outros de seus descendentes em Campanário têm se mobilizado em torno da reivindicação por reconhecimento étnico.

Bibliografia Citada

- DUARTE, Regina H., org. 2002. *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*. Ed. UFMG.
- MISSAGIA DE MATTOS (no prelo). “Política indígena na transição para a República no Brasil: uma abordagem etnográfica”. *Anuario IEHS*. Univ. Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Instituto de Estudios Histórico-Sociales. Tandil, Argentina.
- MISSAGIA DE MATTOS, 2004. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru: Edusc.
- MISSAGIA DE MATTOS, 2005. “Os etnônimos e a ‘descanibalização’ dos Botocudos: alteridades redefinidas pelo contato”. *Estudios Latinoamericanos* 25(2). Varsóvia, jul-dez 2005, pp. 103-131.
- OTONI, Teófilo Benedito. 2002 (1859). Notícia sobre os Selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teófilo Benedito Otoni ao Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo. In DUARTE, Regina H., org, 2002. *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri* Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- PACÓ, Domingos Ramos, 1996 (1918) “Hámbric anhamprán ti mattâ nhiñchopón? 1918” In RIBEIRO, Eduardo, org. 1996. *Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: Cedefes, pp. 198-211.
- PALAZZOLO, Jacinto de, 1973 (1954). *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce. Como surgiu a cidade de Itambacuri, fundada por Frei Serafim de Gorizia, Missionário Capuchinho (1873-1952)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- PEREIRA, Serafim J. OFM Cap., 1998. *Missionários Capuchinhos: nas antigas Catequeses Indígenas e nas sedes de Rio de Janeiro, Espírito Santo e Leste de Minas (1840-1997)*. Petrópolis: Vozes.
- PÔRTO, Reinaldo Otoni, 1928. *Notas Históricas do Município de Teófilo Otoni*. Teófilo Otoni, Ed. do autor.
- RIBEIRO, Eduardo, org. 1996. *Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: Cedefes,

Anexo

Registro de casamento do intérprete Félix Ramos e Umbelina Pahoc
1º. casamento realizado na missão capuchinha do Itambacuri
22 de junho de 1873¹⁰

N.º 1.
Nos vinte e dois de junho de um mil oitocentos e setenta e três, em São Soro-
phim de Goiás, Missionário Apostólico Capuchinho, tendo prometidos os
tão praeitos exigidos, e não achando nenhum impedimento canonico: pro-
veio a casar solemnemente por palavras de mutuo consenso, os noivos
nos do N.º 1. do Anjo de Itambacuri, Félix Ramos da Cruz, (filho legiti-
mo de Rufino Ramos da Cruz e Theresia do mesmo nome) com Umbelina
Pahoc (ou Pahoc), filha de Antonia e Justina Pahoc, conjuges indigenas
do Itambacuri): o que teve lugar nesta Capella indigena na presença
das seguintes testemunhas e do Sargento Torquato Donato de Souza Piza-
lho, Pedro Ferreira da Silva, e José Francisco da Silva, com Bena-
e V. Missa conforme ao rito da S. Madre Igreja Catholica Romana.

¹⁰ Fonte: Arquivo da Paróquia de Itambacuri

A teatralidade da Dormição de Maria: a procissão de Nossa Senhora da Boa Morte, em São Cristóvão no século XIX.

Ane Luíse Silva Mecenas

UFS (SE-Brasil)

Resumo

A cidade de São Cristóvão durante o século XIX tinha o seu cotidiano marcado por uma série de celebrações religiosas. O calendário religioso da Velha Capital era repleto de festas e procissões que mobilizavam a população católica da Província. O presente estudo busca compreender os elementos teatrais da procissão de Nossa Senhora da Boa Morte, realizada na segunda metade do século XIX. A reflexão tornou-se possível através da análise da imagem na referida procissão e do relato da mesma constante no Anuario Christovense de Serafim de Santiago. O estudo da referida procissão contribuiu para a reflexão acerca da multiplicidade étnica da sociedade brasileira durante o período imperial, mostrando a necessidade da realização de estudos envolvendo os aspectos religiosos para melhor compreender a memória coletiva.

Palavras-Chave: São Cristóvão, procissão, Boa Morte.

A sociedade brasileira, em sua formação, é composta pela multiplicidade e diversidade de registros no âmbito econômico, político, cultural e religioso. No início de sua constituição foi formada pelos índios, europeus e africanos. Esses grupos geridos pela atividade de exploração desenvolvida na terra brasilis, mesclaram seus valores, suas crenças e seus mitos.

Compreender a sociedade formada pela interação desses diversos grupos parte da necessidade de tentar reconstruir elementos de ligação entre esses setores. Uma das possíveis abordagens encontradas é a religião, mesmo a Igreja católica ter assumido o caráter de religião oficial, ocorreram formas de tentar burlar a supremacia da fé branca. Houve resistência à imposição de fé do europeu, tanto em relação ao índio como ao negro, representadas pelo sincretismo e pelas diversas formas de “negociação” encontrada pelos dominados para manter seus tradicionais cultos.

Ao estudar as manifestações religiosas observa-se um elo em comum, uma constante responsável pela integração da múltipla sociedade colonial, a festa. Dias específicos estabelecidos pelo calendário cristão, no qual todos os seguimentos sociais se reúnem. Era um momento em que todos estavam presentes. É principalmente através do relato dos memorialistas da época que é possível identificar os silêncios dos excluídos nos cânticos católicos de adoração aos seus santos. No momento em que ocorre a festa, opera-se uma ligação entre universos e a formação de unidade coletiva.

Esse trabalho tem como objeto de análise a procissão de Nossa Senhora da Boa Morte, realizada em São Cristóvão no século XIX. Uma tentativa de reconstruir ou repensar, através de um dia festivo, um segmento da sociedade sancristovense que utilizava o dia 15 de agosto para expor sua fé e ressignificar suas crenças. No dia dedicado a dormição de Nossa Senhora, um grupo de negras, vindas da Bahia, reunia-se para celebrar a morte.

Por muito tempo, as festas religiosas não eram vistas pelos historiadores como objeto de investigação da história. Os discípulos de Clio percebiam a sociedade brasileira apenas pelo viés econômico e pela visão do europeu. Dessa forma, é perceptível a existência de lacunas na História tradicional, constituída muitas vezes, pela “voz” do colonizador, branco e católico. Diante de tal impasse o historiador se vê diante da dificuldade de buscar nos “silêncios” e ecos dos anônimos uma outra versão para os fatos.

Ao longo dos anos a historiografia “gestou” uma nova forma de pensar e representar as ações humanas a partir de elementos antes vistos como imperceptíveis de

mudança. Os historiadores ultrapassaram as barreiras dos grandes impérios do capital, rumo as casas dos camponeses, identificando nas ações cotidianas novos objetos para a História.

Para romper as amarras das antigas estruturas era necessário um diálogo com outras ciências. Dessa forma a História passou a utilizar novas ferramentas, novos métodos capazes de proporcionar novas abordagens. Constata-se o florescimento de uma História “preocupada” com problemas negligenciados pela superestrutura, os elementos simbólicos que permeiam a realidade humana.

Promovendo um alargamento da temática e um passeio por outras formas de compreensão da sociedade, um papel de destaque pode ser atribuído à antropologia, inserindo métodos e conceitos proporcionando uma nova forma de identificar as ações do passado. Além dos conceitos e métodos é importante destacar as novas possibilidades de pesquisa que passam a ser inseridas no ofício do historiador. Retomando a discussão inicial a História esteve envolvida com os grandes feitos, os heróis, os vencedores, ou numa perspectiva pautada no viés econômico, voltada para análise das estruturas dos grupos humanos ao longo dos séculos.

Ocorrendo dessa forma o esquecimento, seria melhor, o silenciamento dos anônimos, dos excluídos e vencidos. Com a História Cultural foi possível ressignificar o olhar perante os fatos e as fontes. Atualmente, o trabalho do historiador assemelha-se ao trabalho de um investigador, criando uma História de possibilidades.

Para isso ocorreu a utilização de novas fontes capazes de solucionar os novos problemas. Então, constata-se a inserção das fontes orais, das obras de arte, dos móveis, das moedas, dos objetos sacros dentre outros, na tentativa de tornar possível a partir das memórias e dos relatos, reconstruir falas capazes promover repensar o passado. A contribuição para essa leitura de novos objetos tem sido a interdisciplinaridade. Dessa forma a historiografia vem travando um diálogo com outras disciplinas das Ciências Humanas proporcionando ampliar as formas de interpretação de diversos setores da sociedade, principalmente no âmbito cultural. Isso vem contribuindo para a diversificação dos estudos referentes aos fenômenos religiosos, sendo analisados por diferentes olhares, como o cotidiano e o imaginário.

O historiador ao iniciar suas pesquisas trava uma “batalha”: a busca pelas fontes. Esta busca não fica restrita aos empoeirados acervos dos arquivos, atualmente ela também ocorre em praças, museus e acervos particulares (fotografias, vestuário e adornos). A ampliação do leque documental tornou-se possível graças à redefinição do

conceito de fonte postulada pelo movimento dos Annales, a partir da década de 1930. Segundo os pressupostos da Nova História, documento pode ser entendido como tudo aquilo que o homem produz e toca. Convém ressaltar que o documento é analisado pelo historiador de acordo com os seus interesses e, construído intencionalmente no passado.

O documento pode ser visto enquanto resquícios, vozes do passado que chegam até os ouvidos dos historiadores. A escassez de fontes não deve ser vista como obstáculos para a realização da pesquisa, pelo contrário, deve servir como estímulo para análise minuciosa dos registros existentes. Para Ginzburg:

(...) é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés. Dessa maneira, Morelli descobriu, e escrupulosamente catalogou, a forma de orelha própria de Botticelli, a de Cosme Tura e assim por diante: traços presentes nos originais, mas não nas cópias. Com esse método, propôs dezenas e dezenas de novas atribuições em alguns dos principais museus da Europa. (GINZBURG, 1998, p. 144)

1- Na trilha das festas: concepções históricas

Diante dessa História de possibilidade e ampliação dos temas e das fontes de pesquisa é exequível tornar a festa objeto da História. Neste trabalho o conceito central é o de festa, tido como fruto da sociedade humana e produto de suas angústias, suas fantasias, seus sonhos, formado pela identidade coletiva. As festas ocupam um espaço privilegiado na cultura brasileira (entendida como um conjunto de valores compartilhados em todas as regiões do país) adquirindo, no entanto, significados particulares. Tendo sido, desde o período colonial, um fator constitutivo de relações e modos de ação e comportamento, ela é uma das linguagens favoritas do povo brasileiro. Ela é capaz de, conforme o contexto, diluir, cristalizar, celebrar, ironizar, ritualizar ou sacralizar a experiência social particular dos grupos que a realizam. Para Mary Del Priore festa “é uma expressão teatral de uma organização social, é fato político, religioso e simbólico” (DEL PRIORE, 1994, p.10).

A mesma relação entre as diversas formas de dominação através da cultura é apresentada por José Antônio Maraval (1997, p. 10) ao defender a festa barroca como prática de poder, unindo interesses, anestesiando as divergências e as angústias do cotidiano, tornando o trabalho suportável e mantendo a obediência às imposições do Estado metropolitano. Evidencia que apesar das especificidades locais o barroco converge para experiências similares fruto da crise econômica, das alterações monetárias, da insegurança de crédito, das guerras e da nova concepção de propriedade.

Além disso, no campo religioso há uma alteração na ideologia cristã contestada pelos grupos protestantes e ratificada pela Igreja através da Reforma Católica. Para o autor, a relação entre política e religião, na conversão da massa de súditos explica o surgimento das características da cultura barroca.

Maria Helena Flexor (s/d) define a procissão como fato social, composto por diversos elementos de classes estabelecidos hierarquicamente, sendo um evento que proporciona ao observador uma síntese das manifestações de uma sociedade. A autora compara a procissão a um teatro ao ar livre, tanto pela dramaticidade das imagens como pelo comportamento dos participantes.

Nesse estudo a festa será pensada como um jogo de poder, enaltecido pelos símbolos e representações da sociedade. Elementos utilizados para propagação das devoções e que permeiam a mentalidade dos devotos. As palavras não são capazes de exteriorizar toda liturgia sendo utilizado os sinais sagrados (BECKHÄUSER, 2000). Assim a água, o fogo, o vento podem servir como elementos litúrgicos que significam e comunicam a graça.

A Virgem apresenta-se pelos diversos momentos históricos detentora de status simbólico, religioso e místico muito além da devoção piedosa. Desde os tempos mais remotos a adoração à mãe de Jesus está presente no imaginário dos cristãos.

Durante o período da reforma, os protestantes prezavam pela simplicidade dos templos, negava a santidade da Virgem, condenava o culto aos santos e sua representação iconográfica. Já a reforma católica reafirma essas antigas práticas¹, exaltando e enaltecendo o papel da Virgem. Nesse período é difundida uma grande quantidade de santos, no intuito de incentivar a pompa das cerimônias e principalmente a exuberância dos templos. Neste contexto se propaga a devoção a Maria. Jaroslav Pelikan (2000) relata as formas de veneração de Maria ao longo dos tempos de diferentes óticas religiosa. Referente às devoções a Virgem no Brasil, Nilza Botelho Megale (1998) reúne fatos históricos sobre a origem das devoções marianas e as descreve através de suas representações.

No início de formação da sociedade brasileira a devoção a Virgem foi muito propagada, principalmente pelos jesuítas, tanto na conversão do gentio como dos escravos. Bastide apresenta as formas utilizadas pelos africanos para manutenção de suas crenças afirmando que “para poder subsistir durante todo o período escravista os

¹ No Concílio de Nicéia II (787) a Igreja reafirma o uso de imagens para estimular a devoção dos fiéis e incentivar o culto.

deuses negros foram obrigados a se dissimular por trás da figura de um santo ou de uma virgem.” (BASTIDE, p.359).

Dentre os estudos que fazem referência a devoção dos africanos a Virgem, destaca-se os trabalhos referentes à Irmandade do Rosário. Patrícia Brandão Couto (2003), em seu livro Festa do Rosário, através de sua documentação iconográfica faz um estudo etnográfico das fases em que se desenrola o acontecimento festivo. Em sua análise fica perceptível que a festa é um momento de celebrações, bem como um encontro, entre os grupos sociais presentes na população de Bom Despacho, Minas Gerais. Conforme Bastide “a religião africana é alegre, celebrando-se numa atmosfera de música, de cantos, de danças, num clima de festas, em que tôdas as fisionomias respiram alegria”. (BASTIDE, p.361)

Segundo Mary Del Priore as festas de negros são fruto de negociações políticas por reconhecimento social. A criação de confrarias e irmandades servia para diminuir os malefícios da escravidão e ao mesmo tempo anestesava a capacidade de rebelião de tais grupos (DEL PRIORE, 1994, p.32).

Célia Maia Borges propõe repensar o sincretismo religioso no período colonial traçando um perfil das Irmandades do Rosário em Minas Gerais (BORGES, 2005). Reconhecendo um arraigado catolicismo e a evidência da presença de elementos religiosos e culturais. Mas, o seu estudo aponta que dentro dessas diversas irmandades existiam homens e mulheres, oriundos de diversas partes da África, além de escravos já nascidos no Brasil. Essas diversas etnias exigiam desses povos uma reorganização cultural, a fim de criar um denominador comum entre os membros. A autora também apresenta outros santos de devoção como São Benedito, Santa Efigênia, São Elesbão, dentre outros. Bastide também ressalta a existência de diversos santos católicos relacionados aos cultos africanos e a multiplicidade de divindades relacionadas (BASTIDE, 1989, p.363-370). Dentre as diversas irmandades existe uma pouco referenciada a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte.

2- Vestígios do tempo perdido: a procissão de Nossa Senhora da Boa Morte

A morte de Maria está relacionada ao modelo da morte e ressurreição de Jesus Cristo. Cristo teve uma morte heróica, depois da **via crucis**, do martírio, com dor e

sofrimento. A sua morte para os cristãos é considerada instrumento de libertação e salvação. Maria teve uma morte gloriosa, ou seja, compartilhou do sofrimento e da morte por toda a sua vida, mas não sofreu ao morrer, e assim sendo, diz-se que ela, como o Cristo, venceu a morte. Como Nossa Senhora não morreu de doença, foi apenas “consumida” pelo “amor a Deus e pelo desejo de se reunir com seu Filho” (PELIKAN, 2000), os antigos padres denominavam a sua passagem deste para outro mundo, de “Dormição”. Assim Nossa Senhora vem sendo evocada como protetora dos agonizantes.

A propósito, a introdução ao culto à Boa Morte foi feito pelos portugueses no Brasil, primeiramente em Salvador, na Igreja da Glória e Saúde. Na véspera da Assunção da Virgem a imagem é venerada pelos fiéis. Os jesuítas também foram responsáveis pela adoração a Boa Morte, com a instituição de uma confraria em Salvador e pela criação da Irmandade que funcionava no antigo colégio de Piratininga. Com a difusão de irmandades leigas na segunda metade dos setecentos em Minas Gerais, é atribuída a mentalidade barroca, uma profunda angústia diante da morte e um extremo apego e desgosto pela efemeridade da existência terrena que levaria à ânsia de salvação eterna. Ao mesmo tempo em que tinham horror declarado à decomposição do corpo, ainda que a cultura oficial insistisse na imortalidade da alma, os cristãos tinham incertezas em relação à sentença que lhes seria proferida no Juízo particular, concomitantemente à morte.

A tradicional procissão de devoção a Nossa Senhora da Boa Morte ocorre a quase dois séculos na cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano. A Irmandade da Boa Morte é uma confraria católica de mulheres negras e mestiças que descendem e representam a ancestralidade dos povos africanos escravizados e libertos.

A devoção a Nossa Senhora da Boa Morte foi iniciado pelas negras alforriadas, como forma de pedir proteção a Nossa Senhora durante e que na hora de sua morte as negras pudessem retornar a sua terra natal. Segundo José de Souza Martins “podemos dizer que existe nos cultos afro-brasileiros duas concepções de morte. A boa-morte que é legítima e compreensível e a má morte, que é ilegítima e inteligível.” (MARTINS, 1983, p.197). Embora as escravas tenham adotado um culto católico, isso não significou separação dos ritos da sua religião tradicional.

É perceptível que muito da sociedade africana pode ser conhecida através dos estudos referentes à manifestação religiosa de suas diversas etnias espalhadas pela

colônia. Vale ressaltar que a evangelização dos negros já iniciava na África quando eram batizados e recebiam nomes cristãos antes de embarcar no navio negreiro.

Diante da sociedade colonial marcada pela multiplicidade e pela diversificação de elementos os estudos históricos não podem se restringir aos setores tradicionalmente tratados. Deve-se ampliar o leque de possibilidades de interpretação desses múltiplos aspectos formadores dentre os quais se destaca a religião. A fé foi por muito tempo retratada apenas pela voz do fiel católico, até porque muitas vezes só ele era o detentor do poder de registrar os momentos vividos através das palavras.

Por isso se faz necessário uma reinterpretação dos relatos dos memorialistas, dos documentos oficiais do clero, das imagens de santos, dos termos de compromisso das irmandades. E principalmente, buscar no elemento de integração social, desse período, as festas para compreender as participações de cada segmento e identificar suas visões de mundo.

A festa deve ser entendida como fruto de uma sociedade humana e produto de seus sonhos, angústias e fantasias. Um momento de liberdade e formação de uma identidade coletiva que, muitas vezes, foi formado no início da colônia, mas que permanece na memória de um determinado grupo e ainda é realizada seguindo os antigos moldes. Também pode ocorrer o desaparecimento do rito, ou esse não ter, o mesmo significado naquele grupo social. Até porque como defende Bastide “o sincretismo é fluido e móvel, não é rígido e nem cristalizado”. (BASTIDE, 1989, p.370)

O presente estudo é um primeiro passo para a interpretação dos elementos teatrais da procissão de Nossa Senhora da Boa Morte e a análise da referida festa como forma de representação de um segmento social da sociedade sancristovense do século XIX. Além disso, propomos apreender os elementos simbólicos da procissão, a partir do depoimento de Serafim Santiago, buscando refletir a festividade da Boa Morte inserida no leque devocional do Carmo.

Nos últimos anos a historiografia sergipana vem passando por um processo de renovação com a inserção de novas temáticas, como festas, penitências, devoções e procissões. Entretanto, apesar do considerável número de trabalhos enfocando tais temáticas, permanece uma lacuna: a procissão de negras africanas, pertencentes à Igreja de elite.

Sabemos da existência de relevantes estudos referentes a procissão da Virgem do Rosário, das cidades de Laranjeiras, Lagarto, Estância e Neópolis. No entanto, tais

estudos têm como foco principal as irmandades. As procissões com seus elementos simbólicos continuam esquecidos dos olhares dos historiadores.

Partindo dessa contestação, temos o intuito de contribuir com a pesquisa sobre a procissão a Nossa Senhora da Boa Morte, realizada pelas negras do Carmo, em São Cristóvão. Além disso, buscamos refletir uma procissão que não sobreviveu dentre as tradições religiosas da velha capital. Diferente de outras cidades, como em Cachoeira na Bahia, onde o cortejo religioso permanece com relevante solenidade, em São Cristóvão foi esquecida ou apagada da memória dessa comunidade, prova disso é o silêncio quase que absoluto (não fosse os sussurros de Serafim Santiago) sobre a referida procissão.

Conforme já foi exposto, a memória referente a Nossa Senhora da Boa Morte é fragmentada. Foram localizados apenas dois indícios da existência da referida procissão. Trata-se do depoimento de Serafim Santiago, no “Anuario Christovense: Costumes religiosos e sociais da antiga capital de Sergipe” e da própria imagem devocional. Mesmo aparentemente restritos tais documentos podem nos fornecer informações reveladoras acerca dos múltiplos aspectos do evento.

FONTES CONSULTADAS

Manuscritos

SANTIAGO, Serafim Anuario Christovense: Costumes religiosos e sociais da antiga capital de Sergipe.

Iconográfica

Imagem da Virgem da Boa Morte - Museu de Arte Sacra de São Cristóvão.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: Contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. São Paulo: Pioneira. 1989.

_____. **As Américas negras**: as civilizações africanas no Novo Mundo. Trad. Eduardo de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1974.

BECKHÄUSER, Alberto. **Símbolos Litúrgicos**. 15^a ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2000.

BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário**: devoção e solidariedade em Minas Gerais – nos séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

COUTO, Patrícia Brandão. **Festa do Rosário**: iconografia e poética de um rito. Niterói: EDUFF, 2003.

COSTA, Sebastião Heber Vieira. **A festa da Irmandade da Boa Morte e o ícone ortodoxo da dominação de Maria**. 2. ed. Salvador: ZUK Comunicação, 2005.

CUNHA, Maria José Assunção da. **Iconografia Cristã**. Ouro Preto: UFOP/IAC, 1993.

DANTAS, Beatriz Góis. **Vovó nagô e papai branco**: usos e abusos da África no Brasil. Graal, 1988.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEL PRIORE, Mary. Passagens, rituais e práticas funerárias entre ancestrais africanos. In: ISAIA, Artur César (org). **Orixás e Espíritos**: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea. Uberlândia: EDUFU, 2006.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Da fé à dança: a procissão como síntese de manifestações artísticas (Bahia-Brasil). **Simpósio Internacional A obra de Arte Total nos séculos XVII e XIX**. Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico. s/d.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e senzala**. 46ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

GUINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: Morfologia e História. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LUCAS, Glaucia. **Os Sons do Rosário**: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MARAVALL, José Antônio. **A cultura do Barroco**: análise de uma estrutura histórica. Trad. Silvana Garcia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Hucite. 1983

MEGALE, Nilza Botelho. **Invocações da Virgem Maria no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1998.

NUNES, Verônica Maria Meneses. **Glossário de termos sobre religiosidade**. Aracaju, 2004. Inédito.

ORO, Ari Pedro. Religiões afro-brasileiras: religiões multiétnicas. In: FONSECA, Cláudia. **Fronteira da Cultura – horizontes e territórios da antropologia na América Latina**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, s/ano. P.78-91.

PELIKAN, Jaroslav. **Maria através dos séculos**: seu papel na História Cultural. Trad. Vera Camargo Guarnieri. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. **Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

SILVA, Mônica Martins da. **A festa do Divino**: romanização, patrimônio e tradição em Pirinópolis (1890-1988). Goiânia: Cegraf UFG, 2001.

VERISSIMO, Suzana. Irmandade da Boa Morte. In: **D.O Leitura**. São Paulo: Imprensa Oficial. 2003. Ano 21, nº 06. p.40-51.

ARTE POPULAR COMO POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO NA METROPOLIZAÇÃO

Wilton Medeiros¹

Resumo:

O que se pretende é uma reflexão sobre a inserção da arte popular como possibilidade de construção do conhecimento, visada para se entrever a multiplicidade inerente aos complexos processos de metropolização que se desenvolvem durante a segunda metade do século XX em diante, sustentando que, com o avanço da metropolização, ocorre um plus simbiótico de cultura erudita e popular. Por meio da cultura de massa, formas diversas de cultura e arte popular são recolocadas no palimpsesto metropolitano, nos quais é possível identificarmos elementos de vivências coletivas e cotidianas, além de uma questionável “popularização da arte”.

Palavras-chave: Arte popular; cultura popular; metropolização.

Resume:

Ce qui se prétend est une réflexion sur l'insertion de l'art populaire comme possibilité de construction de la connaissance, visé pour que s'entrevoir la multiplicité inhérente aux complexes processus de métropolisation que se développent pendant la deuxième moitié du XX siècle en avant, en soutenant que, avec l'avance de la métropolisation se produit une plus symbiotique de culture érudite et populaire. Au moyen de la culture de masse, des formes diverses de culture et de l'art populaire, sont remettre dans de palimpsesto métropolitaines, dans lesquels c'est possible d'identifier des éléments d'expériences collectives et quotidiennes, outre une discutable « popularisation de l'art ».

Mots clé: Art Populaire, Culture Populaire, Métropolisation

As intenções contidas no presente texto partem do caso específico que no juízo estético há uma condição de universalidade que se dá a partir da forma na qual essa arte se expressa, e que, por isso, podemos pensar a arte popular como possibilidade de construção de conhecimento do cotidiano na cidade (metrópole), considerando-a como possibilidade de conhecimento (*cognitio*), devido ao modo como somos afetados pelos objetos de arte, o qual

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG)

Kant denomina sensibilidade e entendimento: “Portanto, pela sensibilidade nos são dados objetos e apenas ela nos fornece intuições; pelo entendimento, em vez, os objetos são pensados e deles se originam conceitos” (KANT, 1996: 207).

As observações das manifestações da arte popular no contexto da metropolização permitem entrever que “sua condição de belo é diretamente vinculada ao cognitivo, sensível e intelectual unificados em sua forma” (CHAUÍ, 1996: 17). Portanto, o que se pretende no presente texto é a inserção da arte popular como possibilidade de configuração de um objeto de estudo, contudo, tal possibilidade como inerente a complexos processos presentes na metropolização, tais como o *plus* de arte popular e a popularização da arte, possíveis por meio de uma simbiose entre cultura erudita e popular, na medida em que se comportam como reação à teleologia da comunicação homogênea de forma e função, que na era industrial afeta na arte um comportamento antiestético.

Segundo Ortiz (2001: 65), a simbiose erudito-popular inicia-se com a “interpenetração da esfera de bens eruditos e a dos bens de massa configurando uma realidade particular que reorienta a relação entre as artes e a cultura popular de massa”. Sustenta Ortiz que, por meio da cultura de massa, formas diversas são oriundas, mesmo da cultura e da arte popular, nas quais é possível identificar elementos das vivências coletivas e cotidianas.

Trazendo à tona termos e idéias empregadas por Boaventura de Sousa Santos e Rancière, ao identificarmos cultura e arte popular nos elementos das vivências coletivas e cotidianas, as formas da arte popular podem ser compreendidas como tipos de políticas da estética. Ou seja, para tal olhar teórico, as visualidades das formas instauram a sensibilidade estética, possibilitando, por um lado, a “partilha do sensível” nos termos de Rancière, e, por outro, um “conhecimento-emancipação”, nos termos de Boaventura de Sousa Santos.

Portanto, a arte popular disseminada pela metropolização possibilita o conhecimento de um conhecimento sensível, por isso mesmo, remete-se a uma possibilidade culturalista de pensar uma unidade que seja construída através das “diferenças”, e “não das homologias, entre as práticas” (HALL, 2003: 151), admitindo que são tais “diferenças” em sua dupla sensibilidade - a “partilha do sensível” e o “conhecimento-emancipação” -, que dão à imanente presença da arte popular um tipo diverso de “aura”.

Trata-se de uma reinstauração da “aura”, que traz em si a permanente possibilidade da partilha. Segundo Ortega y Gasset, “embora seja impossível uma arte pura, não há dúvida alguma de que cabe uma tendência à purificação da arte, [...] e, nesse processo, chegar-se-á a um ponto em que o conteúdo humano da obra será tão escasso que quase não se verá [...], seria uma arte para artistas, e não para a massa de homens” (2001: 29). O conhecimento da

arte popular instaura uma nova “arte para artistas”, e, assim, imiscuída, não mais como potência homogeneizadora.

Por esse duplo filtro do popular é possível observar a cultura não como uma única prática apenas nem tampouco única soma descritiva em rol de costumes e ‘culturas populares [folkways]’. Tendem a se tornar certos tipos de “antropologias”, cultura “perpassada por todas as práticas sociais e constituindo a soma do inter-relacionamento das mesmas” (HALL, 2003: 136).

Esse duplo filtro serviria então como forma de anteparo à imprevisibilidade a que se submete a metropolização, algo pervasivo, de difícil planejamento, cujas transformações permanecem inconclusas, num devir angustiante, incognoscível. Se desligando de qualquer previsibilidade, a metrópole não pode ser captada por uma lógica determinista em direção a um fim previsível. Peter Hall diz que neste cenário pervasivo e inconcluso, “a desconstrução de conceitos-chaves pelos chamados discursos ‘pós’ não foi seguida pela extinção ou desaparecimento dos mesmos, mas “por sua proliferação” (conforme alertou Foucault), estes ocupando agora uma posição ‘descentrada’ no discurso” (HALL, 2003: 111).

O filtro do popular diferencia e torna possível o cognoscível dentre as formas e as imagens que se multiplicam como vozes polifônicas que se reverberam, constituindo um cenário de espacialidades ou “espaços comunicantes” que exigem “ser redimensionados ou, sobretudo, reconstruídos para que ainda seja possível produzir conhecimento” (FERRARA 2007: 28). Conforme Dominic Strinati, “obviamente, nesse processo o papel dos meios de comunicação torna-se mais importante. O aparecimento de formas modernas de comunicação de massa e a conseqüente disseminação da cultura popular por esses meios tornam-se fundamentais” (1999: 228).

A arte popular, portanto, em uma sociedade estruturada nos sistemas tecnologia-imagens-textos (BARTHES, 1999), torna-se capital simbólico² por meio da estetização e valorização crescente das formas e imagens de arte, forjando uma reelaboração constante entre os vínculos e rupturas do concreto e do abstrato – ou do objeto e da imagem de si – entre outros, por meio desse filtro peculiar para constituir identidades e assegurar o reconhecimento entre a multiplicidade metropolitana. E, ainda, em meio a essa multiplicidade, a possibilidade do humano, também a multiplicidade mesma da arte popular.

² “O capital econômico só pode assegurar os lucros específicos, se reconverter-se em capital simbólico. A única acumulação legítima [...] implica em poder de consagrar objetos (é o efeito de griffe ou de assinatura) ou pessoas (pela exposição, exposição, etc.), portanto, de conferir valor, e de tirar os lucros dessa operação” (BOURDIEU, 1996: 153).



Foto: Wilton Medeiros, 2007

A imagem acima, faz parte de um grupo de painéis pintados em Goiânia na década de 80, o chamado “Projeto Galeria Aberta”³, que visava “popularizar” a arte por meio de pinturas em prédios e até em ônibus, tornando acessível visualmente, na escala da metrópole e do processo de metropolização, o entendimento de que a experiência estética é inerente ao processo de espraiamento da escala da cidade.

Em tal abrangência de exercício da visualidade, se exercita a partilha do sensível e da instauração do “comum”, provocando novas reflexões em antigas teorias sobre a arte que consistiram e ainda consistem exatamente em sustentar uma “presunção de poder assumir uma atitude de depositários de uma verdade não transitória, mas definitiva e incontestável” (DORFLES, 1992: 1).

O filtro “comum” do popular, indissociável da metropolização, assume por vezes a aparência do provisório, contudo, com uma sensibilidade definitiva. A arte popular nos faz ver a metrópole como processo contínuo, obra inacabada e processo continuamente metamórfico, porém, “desfragmentador” (MEDEIROS 2003; 2004; 2006) . Nesse sentido, o presente texto se alinha com o pensar de Gilo Dorfles (1992): “a rapidez com que ocorrem as transformações estilísticas e técnicas, neste como em outros setores, faz com que se possa estudar, com certa probabilidade de sucesso, apenas o seu devir” (idem).

Em certo sentido, é o *plus* de imagens e formas na metrópole que provoca um novo tipo de “insurgência de cidadania” (HOLSTON, 1996) advindos do popular. No entendimento

³ Projeto realizado pela Secretaria de Cultura da Prefeitura de Goiânia, cuja gestão do Secretário Kleber Adorno, movimentou recursos oriundos de incentivos fiscais da Lei Sarney.

de Lipovetsky, a proximidade do sensível da arte seria bem mais abrangente e completa, incluindo aí a própria moda como forma de sensibilidade (LIPOVETSKY, 1989).

Nas imagens abaixo, uma inusitada fila de vinte e seis bonecos em tamanho natural traz para a dimensão da escala do *flâneur* o rejunte de sentidos proporcionados pelo entrecruzamento das noções de arte e de popular. Concede ao transeunte a possibilidade de um tipo diverso de “galeria aberta”⁴. Trata-se de um redirecionamento do olhar para a dimensão estética na escala da metrópole.



Foto: Wilton Medeiros, 2007



Foto: Wilton Medeiros, 2007

Sendo a cidade um “lugar do homem” – por excelência –, como diz Sandra Pesavento (2004: 9), ela se presta à multiplicidade de olhares entrecruzados, olhares transdisciplinares. Abordando o real em busca de significados e ressignificações, é entre esses olhares cruzados que a arte popular se realiza como “filtro da metrópole”. Entretanto, é necessário que, antes de tudo, essa mesma arte se torne imagem de si própria, pois, para além de seus objetos em si, a metrópole também não sobrevive sem imagens. A arte se torna imagem, no limite da imagética da escala metropolitana.

A dimensão da imagética urbana desencadeia uma interdependência com as representações ou abstrações da realidade. Segundo Ricardo Marques de Azevedo, os processos de metropolização são inerentes aos processos de abstração (2006). Contudo, enquanto imagem do objeto em si, a especificidade da arte popular instaura uma abstração particular dentre as imagens que constituem tal abstração metropolitana. Tal é a

⁴ Iniciativa do Sesc da Avenida Paulista, em São Paulo em agosto de 2007.

especificidade da arte popular que ao romper com as formas sensíveis das comunidades (RANCIÈRE, 1996), surge como filtro específico, no âmbito da imagem. Embora de difícil percepção, constituem fronteiras com imagens popularescas, tais como as propostas por Venturi, Brown e Izenour: “O símbolo domina o espaço. A arquitetura não é suficiente, uma vez que as relações espaciais são feitas, mais por símbolos do que por formas, a arquitetura nessa paisagem se torna mais símbolo no espaço do que forma no espaço” (2003: 40).

Por outro lado, se, como afirmamos acima, a metrópole não sobrevive sem a multiplicidade dos olhares, essa mesma multiplicidade não seria a mesma sem as coleções de arte popular e, sobretudo, sem as imagens que produzimos da arte popular. A constituição de imagens da arte popular é uma das possibilidades de vulcanização do dissenso ao qual se refere Rancière quando busca compreender a partilha do sensível num mundo de insensíveis (RANCIÈRE, 2005). Tal vulcanização ocorre ao se tornar imagem de si própria. É nesse momento que a arte popular provoca um dissenso estético que dá à busca de significados urbanos uma conotação de “ruptura nas formas sensíveis da comunidade” (RANCIÈRE, 1996: 370).

Esse objeto especial de vulcanização de significado na metrópole ocuparia, portanto, um lugar específico numa “partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha” (RANCIÈRE, 2005: 15).

Desse modo, pela via da imagem da arte popular como filtro da metrópole, a maneira comum se revela imprescindível para a forma final do mundo em que vivemos, e, sobretudo, para se poder acessá-lo pela via estética, única via talvez em que se encontrem imagem e imaginário, construção estética acessível para que se possa partilhar o intangível por meio da abstração.

Trata-se da inserção de um objeto-filtro num momento de transição paradigmática em que se conclui que as ciências modernas e seus objetos privilegiados de estudo “são de muito pouca utilidade para a construção do conhecimento-emancipação” (SOUSA SANTOS, 2005: 371). Ocupando-se de posicionar os modos *comuns* para a captura do conhecimento que soluciona o renitente desconhecido, Sousa Santos traduz a política da estética para uma quase utopia do dia-a-dia. E o faz referenciado-se em Chomsky:

Chomsky propõe, portanto, a criação de um novo senso comum, a que chama 'senso comum cartesiano'. A idéia de Chomsky é que as pessoas comuns têm uma enorme quantidade de conhecimento em muitas áreas distintas. O seu exemplo

particular são as conversas e as discussões sobre desporto na nossa sociedade. Depois de observar que as pessoas comuns aplicam a sua inteligência e as suas capacidades analíticas para acumularem um considerável conjunto de conhecimentos nesta área específica, Chomsky prossegue o argumento, afirmando que essa destreza intelectual e essa capacidade de compreensão podiam ser usadas em áreas realmente importantes para a vida humana em sociedade (SOUSA SANTOS, 2005: 371).

O trecho acima citado expõe bem que na tradução da política da estética, tal como a vemos em Rancière, numa “quase utopia do dia-a-dia” há sempre o risco da classificação. Sousa Santos (2005: 371), ao dizer “podiam ser usadas em áreas realmente importantes para a vida humana em sociedade”, chama a si essa delicada tarefa. O que pode ser grave é que compreender as formas consideradas mais complexas a partir das formas consideradas mais “comuns”, uma vez operacionalizada a classificação, pode mascarar uma reverberante polifonia contida no objeto (popular) que se quer compreender, tornando-o belo, porém hierarquizante e hierarquizado.

A inserção da arte popular como possibilidade de configuração de um objeto de estudo, por meio do qual é possível compreender as imagens da metrópole, deve admitir a partilha de um conhecimento emancipador, porém não mais como potência homogeneizadora com uma lógica determinista em direção a um fim possível, mas admitindo que a arte popular configura uma estética que, por ser também política, efetiva-se nas formas da metrópole em cujas imagens imprime a sua condição de belo. Por isso é diretamente vinculada ao cognitivo, podendo ser considerada possibilidade de conhecimento objetivo.

Referências

- AZEVEDO, R. M. de. *Metrópole: abstração*. São Paulo: Perspectiva. 2006.
- BARTHES, R. *Sistema da moda*. Lisboa: Edições 70. 1999.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênero e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia. das Letras. 1996.
- CHAUÍ, M. *Prefácio à crítica da razão pura*. Rio de Janeiro: Nova Cultural. 1996.
- CLIFFORD, J. *Colecionando arte e cultura*. In *Revista do Patrimônio*, n. 23. 1994.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.
- DORFLES, G. *O devir das artes*. São Paulo: M. Fontes. 1992.
- FERRARA, L. D. *Espaços comunicantes*. São Paulo: Annablume; Grupo ESPACC. 2007.

- HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representações da Unesco no Brasil. 2003.
- HOLSTON, J. Espaço de Cidadania Insurgente. *Revista do Patrimônio n. 24*. IPHAN. Brasília. 1996.
- KANT, I. Crítica da razão pura. Rio de Janeiro: Nova Cultural. 1996.
- LIPOVETSKY, G. O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Cia. das Letras. 1989.
- MEDEIROS, W. A. A decifração da cidade. *In Revista Habitus*. v.2, p.421 – 446. Goiânia: UCG. 2003.
- MEDEIROS, W. A. A cidade desfragmentada *In XIII Congresso Internazionale di Storia Orale*, Roma. XII Congressi Internazionale di Storia Orale "Memoria e Globalizzazione". Roma: Comune di Roma. 2004.
- MEDEIROS, W. A. Desfragmentações do moderno *In III Simpósio Nacional de História Cultural*. Florianópolis. ANPUH/SC. 2006.
- ORTEGA Y GASSET, J. A desumanização da arte. São Paulo. 2001.
- ORTIZ, R. A moderna tradição brasileira. São Paulo: Brasiliense. 2001.
- PESAVENTO, S. J. O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris; Rio de Janeiro; Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS. 1999.
- RANCIÈRE, J. O dissenso. *In*. A crise da razão. NOVAES, A. (Org). São Paulo: Cia. das Letras. 1996.
- RANCIÈRE, J. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: Ed. 34. 2005.
- STRINATI, D. Cultura popular: uma introdução. São Paulo: Hedra. 1999.
- SOUSA SANTOS, B. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez. 2005.
- VENTURI, R.; BROWN, D. S.; IZENOUR, S. Aprendendo com Las Vegas. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.

DESFRAAGMENTAÇÃO URBANA: CONHECIMENTO SUBJETIVO

A RESPEITO DA CIDADE CAÓTICA

Wilton Medeiros*

Resumo:

Grande parte do caos urbano que podemos vivenciar em contextos metropolitanos resulta da primazia que foi dada ao conhecimento urbanístico conceitual e objetivo, o qual, por desconsiderar diversas outras formas de escritas urbanas, enclausurou-se em conceitos que corroboraram muito mais com a fragmentação, chegando mesmo a seu excesso, em que o que era para ser característica de uma parte passa a caracterizar o todo caótico e fragmentado. A iniciação urbanística que propomos aqui, deverá se dar a partir do conhecimento das vivências do espaço urbano (Mapas de Memórias), com isso acessando o conhecimento subjetivo a respeito da cidade. Tal iniciação urbanística deverá articular conceitos de espaço e categorias de vivências, à qual denominaremos “desfragmentação urbana”, um modo de conhecimento subjetivo a respeito da cidade, um caminho introdutório de iniciação urbanística, um modo de construção de conhecimento inicial sobre contextos e caos metropolitanos.

Palavras-chave: metropolização, subjetividade, memória, iniciação urbanística

Résumé

Grande partie du chaos urbain que nous pouvons vivre dans des contextes métropolitains résulte de la priorité qu'a été donnée au savoir urbanistique conceptuelle et objectif, lequel, pour déconsidérer des différentes formes d'écritures urbaines, s'ont fermés dans des concepts ils lesquels ont corroborés davantage avec la fragmentation, en arrivant même à son excès, où ce qui était pour être caractéristique d'une partie commence à caractériser le tout chaotique et fragmenté. L'initiation urbanistique que nous proposons ici, devra se donner à partir de la connaissance des expériences de l'espace urbain (Cartes de Mémoires), avec cela en accédant la connaissance subjective concernant la ville. Telle initiation urbanistique devra articuler des concepts d'espace et des catégories d'expériences, auxquelles nous appellerons « *desfragmentação urbana* », une manière de connaissance subjective concernant la ville, un chemin introductoire d'initiation urbanistique, une manière de construction de connaissance initiale sur des contextes et des chaos métropolitains.

Mots clé: métropolisation, subjectivité,

* Universidade Federal de Goiás (UFG)

Durante os processos de metropolização os edifícios e os espaços urbanos envelhecem, e, como se tivessem vida clamam por (re) funcionamento. Além disso, como se fossem vedetes de um grande espetáculo, as representações publicitárias recobrem tais edifícios e espaços com um diversificado repertório de noções tanto abstratas quanto subjetivas que forçam os viventes da metrópole a conviverem com uma espessa camada de textos e imagens impulsionando-os a um universo paralelo imaginário onde habitam as palavras e as frases, caminham como multidões em busca de sentido.

Não é por acaso que Astor Diehl levanta a tese de que “estaria ocorrendo a revanche do acontecimento em detrimento das histórias estruturais com teor analítico” (2007:9), e nesse sentido, irá desenvolver um argumento em favor da máxima subjetividade que a enorme carga de representações estaria levando inclusive a História como disciplina ao divã dos psicanalistas: “Para esta leitura, não tenho dúvidas que as estruturas psicológicas e o campo das subjetividades são uma base interessante e produtiva para a sua reconstituição” (idem).

Por outro lado, no texto “ninguém é Deleuziano”, Suely Rolnik diz: “para minha surpresa, descobri que as ciências sociais no Brasil hoje se tornaram sensíveis a este tipo de indagação e que, ao contrário dos anos 70, atualmente existe menos resistência nas ciências sociais do que na psicanálise para problematizá-la” (1995: 6). Rolnik também está a se referir a atenção ao subjetivo como ferramenta de criação de sentidos.

Essas insurgências de subjetividades no contexto de metropolização colocam em pauta a construção do conhecimento subjetivo da cidade, não apenas historiadores mas a todos que buscam o conhecimento por meio de processos reflexivos no macio do divã psicanalítico. Isso levou diversos autores a discorrerem alguns até a alardearem sobre o cenário de crise que se configura no campo disciplinar da arquitetura e urbanismo (VELLOSO 2005; MAHFUZ 2001, 2002, 2004; ZABALBEASCOA 2004; ARAVENA 1999), porém, de forma mais explícita, Otília Arantes expõe os estudos culturais, a interdisciplinaridade dos estudos sobre a cidade e a “culturalização da vida social” como tagarelice e animação sem sentido (ARANTES 1996) que depõem para uma área disciplinar “em fim de linha”. Ana Luiza Nobre chega a dizer explicitamente que “não faltará um projeto à nossa arquitetura?” (NOBRE 2000).

Revelando que os processos de subjetivações presentes na metropolização não são questões assim tão recentes, Rossi e Lynch, clássicos dos Estudos Urbanos, tentam acenar com questões que Habermas diria pertinentes ao “mundo da vida”. Mas ainda sem citar Habermas, em Rossi, há uma preocupação em associar a arquitetura com os referenciais da vida, por ser “fato permanente, universal e necessário” (ROSSI 2001:1). Em “A imagem da

cidade”, Lynch se referencia nos “mapas mentais” desenhados pelos habitantes dos locais que deveriam sofrer intervenção urbana como ponto de partida para projetos de design urbano.

Contudo, tais abordagens, que em grande medida foram publicadas muito mais com o intuito de justificar a prática profissional dos referidos autores, findam por dificultar o conhecimento da cidade, na medida em que aumentam a literalização urbana, fenômeno por mim denominado de hiper-objetificação (MEDEIROS 2006: 25), nesse sentido confirmando o que disse Otília Arantes a respeito da tagarelice urbana que mais dificulta do que facilita o conhecimento.

Minha proposição é encaminhada no sentido de que a história urbana pode viabilizar o conhecimento da cidade enquanto metropolização pelo viés das subjetividades contidas nas memórias, como dados elementares que corroboram para uma iniciação urbanística. Tal iniciação ao urbanismo consistiria no conhecimento prioritário das categorias da cidade, antes dos conceitos de urbanismo. O estudo do patrimônio imaterial, ou, mais especificamente, das memórias coletivas (HALBWACHS 1990) como elementos constitutivos de uma decifração ou desfragmentação urbana.

Entendendo decifração ou desfragmentação como processos de subjetivações a partir de narrativas de antigos moradores ou pioneiros da cidade, podemos recobrir o palimpsesto urbano com mais uma camada de sentidos. A idéia é que enquanto prática de pesquisa, a decifração ou desfragmentação seja um modo de iniciação aos estudos urbanos que posteriormente poderão ser desenvolvidos de modo mais aprofundado e direcionado, seja para a história, seja para a arquitetura ou ainda outras disciplinas de abordagem sócio-cultural.

Por exemplo, pelo “trabalho da memória”, as imagens dos monumentos tombados pelo Estado são desfragmentadas de seu legado patrimonialista legalista muito mais atrelado ao conceito de patrimônio, e assim, deixam de ser fragmentos de modernidade para fazer parte do *ethos* local, hábitos, costumes, referências espaço-temporais no desenrolar das relações sociais e das vivências. Monumentos tombados se desfragmentam do cenário urbano para configurar cenários de memórias, como ocorre com o relógio da Avenida Goiás¹, presente nas narrativas abaixo:

¹ O relógio da Avenida Goiás foi inaugurado durante o Batismo Cultural de Goiânia, em 5 de julho de 1942. Foi projetado por engenheiros responsáveis pela construção da cidade. É considerado monumento e patrimônio cultural da cidade de Goiânia e do Estado de Goiás. Por isso, foi tombado pelo decreto nº 4.943, de 31 de agosto de 1998, fundamentado pela Lei Estadual nº 13.312, de 9 de julho de 1998. Em 24 de novembro de 2003, foi tombado pelo IPHAN, juntamente com mais 23 edifícios, equipamentos e logradouros, por constituírem um acervo arquitetônico e urbanístico construído no estilo Art Déco.

“Logo que inaugurou Goiânia, eles colocaram lá o relógio, Um patrimônio! Eu considero um patrimônio [...] quando saía pra dar uma volta, passava na avenida, olhava as horas. [...] O relógio na praça era uma coisa essencial. Eu acho que a cidade que não tem um relógio, um relógio na praça, falta” [Elza Rios, set. 2002].

“Eu ‘alembro’ até o dia que colocaram ele aí! Aquele carrilhão. Ele veio da Alemanha. Quem colocou ele ali foi o... Hans. Hans era uma alemão que tinha aqui, mexia com as coisas elétricas do Palácio. Foi ele quem colocou aquele relógio ali, e ta até hoje. todo mundo olhava ali o relógio, de longe a gente escutava o batidão dele... até hoje é capaz que ainda escute... a cidade tem muito barui né, fechou muito!” [José Moura, set. 2002].



Fig. 1²

“O relógio, realmente era um marco de referência na Avenida Goiás, a Avenida Goiás na época era um canteiro florido, né, nessa época que eu vim morar em Goiânia, e as pessoas muitas vezes marcavam encontros ali perto do relógio, vamos encontrar, porque o relógio marcava as horas, e era muitas vezes ponto de encontro da cidade. Até tem uma história muito interessante, não sei você conhece, ali ao lado, do relógio, funcionou durante muito tempo um conservatório de música. As professoras do conservatório de música, são pessoas interessantíssimas sabe, a Belkiss Spenciere, Tânia Cruz, [...] são pessoas muito dedicadas à arte, à música, e... elas costumavam fazer recitais no salão do primeiro andar ali daquele prédio da esquina, ao lado do relógio... rua 1? Rua 1 com a Goiás, não é? Da Ordem dos Advogados, uma coisa assim? Cedia o conservatório e o salão que havia lá pra esses concerto. Mas acontece que... o tic tac do relógio... na época os prédio eram poucos (risos), ele sobressaia na noite (risos). Era preciso (risos) interromper o funcionamento do relógio se não perturbarva as apresentações musicais” [Lena C. B. Freitas, set. 2002].

² Relógio da Avenida Goiás, Goiânia. Foto Hélio de Oliveira, década de 1950. Fonte: Divisão de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura.

“Tinha o relógio, tinha o coreto, ali também, na frente... eu lembro quando a gente passava pra lá, pra cá, quando eu vi ele já tava funcionando, batendo, a gente ficava olhando lá ele bater, por que aquilo era esquisito demais, do alto ele batia a hora certa... de longe você escutava ele bater. Ouvia nitidamente. Aí, foi crescendo, crescendo, crescendo, você perdeu até a conta da meada, você num sabe nem...”
[Otagamis Monteiro Santana, set. 2002].



Fig. 2³



Fig. 3⁴

“Batia as horas né, eu morava aqui na rua 1, então, ouvia o relógio bater de hora em hora, meia a meia hora, tava batendo” (Genesco Ferreira Bretas, set. 2002].

No todo fragmentado da cidade (Goiânia), o antigo relógio que ressoava significâncias é agora apenas mais um fragmento a se esconder entre outros tantos. Nele não mais badalam os signos. Entretanto, quando ouvimos relatos que o incluem no dia-a-dia dos seus antigos moradores, a história da cidade (Goiânia) é vulcanizada pela memória que ressemantiza a forma e a função dos edifícios. Nesse redirecionar o “sentido de existir” há sem dúvida uma nova pele sob a cidade tecida pela “rede de significados” a partir do que é visível, ou visibilizado. Perde-se o sentido de estrutura de conceitos tão caro aos ilustrados.

Tal como a cultura, a cidade em metropolização é repensada como sendo atravessada por fluxos contrastantes. Desvanece-se a imagem pacífica de uma cidade planejada, imagem da sensatez e da prudência, do substrato da razão. Por outro lado, insurge-se a psicanalítica confusão das imagens subjetivas. A metropolização, essa enorme esfinge que requer sempre decifração, opera a “transformação da intimidade”, palavras do sagaz Guidens:

³ Relógio da Avenida Goiás, Goiânia. Foto Wilton Medeiros. 2007.

⁴ Relógio da Avenida Goiás, Goiânia. Foto Wilton Medeiros. 2007.

“É um equívoco ver o mundo moderno como um mundo onde grandes sistemas impessoais engolem crescentemente a maior parte da vida pessoal. (...) embora a imagem de feixes de prédios altos e impessoais no centro da cidade seja frequentemente apresentada como um epítome da paisagem da modernidade, isto é um equívoco. (...) A ‘transformação da intimidade’ da qual tenho falado é contingente do próprio distanciamento trazido pelos mecanismos de desencaxe, combinado com a alteração dos ambientes de confiança que eles pressupõem” (1991: 142, 143).

É essa “transformação da intimidade” que possibilita o *plus* de subjetividade a que se refere Astor Diehl acima. Mas, sobretudo, é o que possibilita a construção de um conhecimento sobre a cidade igualmente subjetivo, e, talvez único que dê conta de abarcar uma abordagem sobre grande parte do caos urbano que podemos vivenciar em contextos metropolitanos.

Conforme demonstrou Balandier (1999), esse é um mundo de Dédalo, no qual não há fio de Ariadne que dê conta de encontrar saídas racionais, só lhe restando as sinuosidades das curvaturas da abordagem culturalista. Por assim dizer, Canevacci observa que tais são aportes “confusos e desordenados, que fragmentam sua unidade em mil pedaços, não sendo nem sensato nem útil tentar reconstruir com eles aquele “conjunto unitário” (1999:35).

É nesse contexto de insurgências de subjetividades que sustento a importância de iniciação urbanística a partir do conhecimento das vivências do espaço urbano (Mapas de Memórias). Esses processos nos permitem ver imagens surgidas das narrativas coletadas sobre a cidade. São imagens narrativas que nos convidam a uma experiência com a cidade, a partir de uma experiência com a memória de quem lembra.

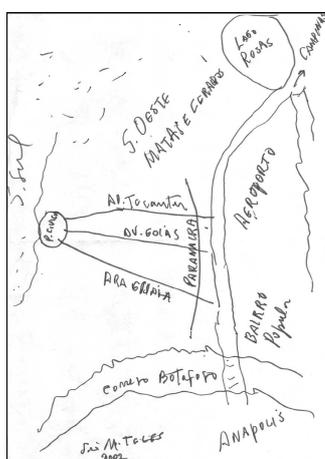


Fig. 4⁵

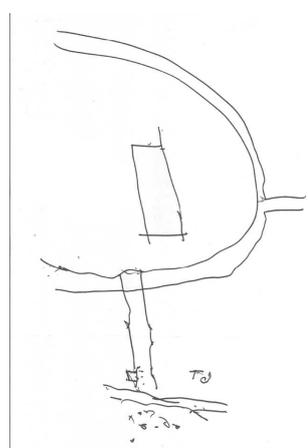


Fig. 5⁶

⁵ Mapa de memória de José Mendonça Teles.

⁶ Mapa de memória de Mauro Borges.

As narrativas e o mapa de memória de José Mendonça Teles (Fig. 4) representam com clareza alguns limites da cidade, ou seja, o córrego e o mato, que estarão presentes também em vários depoimentos de outros antigos moradores, como se verá pequena amostra abaixo. A percepção global da cidade era possibilitada pela inexistência de barreiras naturais e favorecida por uma preponderante horizontalidade das edificações.

Tal percepção desfragmentada, ou seja, do todo da cidade, também é facilmente verificável no mapa de memória de Mauro Borges (Fig. 5). A associação da cidade com a natureza como um todo coeso surge na narrativa de quem se via como caçador⁷

Nós sentávamos nas cadeiras de tarde, as perdizes vinham dos Bosques dos Buritis. Coelhos, raposas, perdizes, jaó,... jaó é uma ave que fica nas matas. Perdiz não entra em mata, é essencialmente campestre [imita o canto do jaó assoviando: “eu sou jaó”, “eu sou jaó”]. Eu fui caçador de jaó, perdizes. (Mauro Borges Teixeira, setembro de 2002).

Portanto, em tais lembranças surgem uma “Cidade antiga” subjetiva, uma cidade coesa, desfragmentada, cuja imagem dos mapas de memória expressa um todo e uma imagem global. Sobre restos de memórias, estilhaços encontrados como ensejos para uma nova imagem da cidade, há uma imagem subjetiva “insurgente” (HOLSTON, 1996) que dispõe um novo conhecimento histórico a seu respeito.

Esse modo subjetivo de conhecimento do objeto complexo contrasta com a primazia que foi dada ao conhecimento urbanístico conceitual e objetivo, o qual, por ter desconsiderado diversas outras formas de escritas urbanas, atrelando-se na ilustração, enclausurou-se em conceitos que corroboraram muito mais com a fragmentação urbana, chegando mesmo a seu excesso.

Dessa forma, o que era para ser característica de uma área de conhecimento (urbanística) passa a caracterizar o todo caótico e fragmentado, na medida em que desconsiderou as formas subjetivas de seu principal objeto. Por isso, a iniciação urbanística aqui proposta, deverá se dar articulando conceitos de espaço e categorias de vivências. Articulação denominada “desfragmentação urbana”, um modo de conhecimento subjetivo a respeito da cidade, um caminho introdutório de iniciação urbanística, um modo de construção de conhecimento inicial sobre contextos e caos metropolitanos. Pelo “trabalho da memória”, a

⁷ Curiosamente, este narrador que se apresenta como caçador, seria futuramente o militar escolhido governador de Goiás, já na década de 1960. Além de ser o mais conhecido filho de Pedro Ludovico, o criador de Goiânia, Mauro viveu sua adolescência nos arredores da Praça Cívica e do Palácio das Esmeraldas, local de morada oficial de seu pai.

ossatura da cidade é coberta e recoberta por nervos e artérias que se alimentam da seiva do passado e encorpam o presente.

Sem o “trabalho da memória”, o patrimônio cultural oficial, tombado, registrado, inventariado, além de outros fragmentos da modernidade, se dispersa e compõem um tecido esgarçado, teia-imagem de palimpsestos, monumentos e fragmentos. Nomes e números de rua podem ser instrumentos racionais para localizá-los. Entretanto, pelas trilhas da memória, o que se busca não são as suas localizações, seus endereços, mas as experiências e vivências das quais fazem parte, como fazem parte também os valores, os costumes, os fatos, as histórias de vida.

Propõe-se assim uma iniciação urbanística por meio das subjetividades, possibilitando inicialmente interpretá-la por meio das narrativas de seus pioneiros e antigos moradores, de certa forma, permitindo incorporar o objeto partir de sua vivência, o que poderá abrir caminhos para uma múltipla urbanística, tal como se revela seu principal objeto, a cidade-metrópole, na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia. “Cultura da cidade: animação sem frase”. Revista do Patrimônio, nº 24. Brasília, IPHAN / Ministério da Cultura. 1996.

ARAVENA, Alejandro. “Los hechos de la arquitectura”. In PEREZ, Fernando; ARAVENA, Alejandro; QUINTANILLA, Jose. *Los hechos de la arquitectura*. Santiago, Ediciones ARQ. 1999.

BALANDIER, G. O dédalo: para finalizar o século XX. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. 1999.

CANEVACCI, Massimo. A cidade polifônica. São Paulo, Studio Nobel. 1999.

DIEHL, Astor Antônio. Teorias da história: idéias de futuro no passado e como cultura da mudança. Texto *on line* disponível em http://www.liberintellectus.org/Artigos/artigo_Astor.pdf consultado em 10 de setembro de 2007.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp. 1991.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo, Vértice, 1990.

HOLSTON, James. Espaço de cidadania insurgente. *Revista do Patrimônio*, nº 24. Brasília: Iphan. 1996.

- MAHFUZ, Edson. “A arquitetura consumida na fogueira das vaidades” (editorial). *Arquitextos*, nº 012. São Paulo, *Portal Vitruvius*, maio 2001 <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq012/arq012_00.asp>.
- MAHFUZ, Edson. “O sentido da arquitetura moderna brasileira”. *Arquitextos*, nº 020.01. São Paulo, *Portal Vitruvius*, jan. 2002 <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq020/arq020_01.asp>.
- MAHFUZ, Edson. “Profissão em crise”. Disponível em <http://www.iab-rs.org.br> (pesquisa feita em dezembro de 2004).
- MAHFUZ, Edson. “Reflexões sobre a construção da forma pertinente”. *Arquitextos*, nº 045.02. São Paulo, *Portal Vitruvius*, fev. 2004 <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq045/arq045_02.asp>.
- MAHFUZ, Edson. *O clássico, o poético e o erótico, e outros ensaios*. Porto Alegre, Editora Ritter dos Reis. 2002.
- MEDEIROS, Wilton. O planejamento urbano e a construção do Hiper Objeto. In Anais do III Seminário Cidade e Educação. Caderno de Resumos e artigo em mídia eletrônica. Goiânia: UFG/IESA. 2006
- NOBRE, Ana Luiza. “A falta que nos faz”. *Arquitextos*, nº 002.02. São Paulo, *Portal Vitruvius*, jul. 2000 <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq002/arq002_02.asp>.
- ROLNIK, Suely. Ninguém é Deleuziano. Texto disponível em <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/ninguem.pdf>. Consultado em 10/09/2007. Núcleo de Estudos da Subjetividade (PUC/SP). 1996.
- ROSSI, Aldo. *Arquitetura da cidade*. São Paulo. Martins Fontes. 2001.
- VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. “Na vida das ruas. Escrevendo muito depois de Heidegger”. *Arquitextos*, Texto Especial nº 274. São Paulo, *Portal Vitruvius*, jan. 2005 <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp274.asp>>.
- ZABALBEASCOA, Anaxu. “Arquitetos-Estrela”. Disponível em www.vivercidades.org.br (“Artigos”). Consulta realizada em dezembro de 2004.

Goiânia: primeira experiência brasileira de Unidade de Vizinhança

Márcia Metran de Mello*

Resumo:

Esta pesquisa pretende trazer esclarecimentos sobre a primeira tentativa de implantação de uma unidade de vizinhança no Brasil, o Setor Sul, bairro da cidade de Goiânia, pois se considera que até hoje esse experimento não foi suficientemente investigado. O objetivo é formar um banco de depoimentos de pessoas diretamente envolvidas na experiência do Setor Sul, ou seja, seus moradores. Esse acervo deverá ser útil não apenas para a pesquisa em questão, mas para outras que possam advir, tornando-se um ponto de referência para o assunto. Além disso, por meio desse material, espera-se trazer à tona análises que possam elucidar o resultado prático de um projeto que pretendia oferecer uma convivência de qualidade entre seus moradores e o espaço circundante.

Palavras chaves: Goiânia, modernidade, unidade de vizinhança.

Résumé:

Cette recherche prétend apporter des éclaircissements au sujet de la première tentative d'implantation d'une unité de voisinage au Brésil, le *Setor Sul*, quartier de la ville de Goiânia, considérant que jusqu'à aujourd'hui cette expérience n'a pas été suffisamment étudiée. L'objectif est de former une banque de témoignages de personnes directement concernées par l'expérience du *Setor Sul*: ses habitants. Ces données devront être utiles non seulement pour la recherche en question, mais aussi pour d'autres qui pourront être réalisées à l'avenir, devenant ainsi références pour le sujet. En outre, au moyen de ce matériel, on espère mettre en valeur des analyses qui pourront élucider le résultat pratique d'un projet qui prétendait offrir une relation de qualité entre ses habitants et l'espace environnant.

Mots clés : Goiânia, modernité, unité de voisinage

* Universidade Católica de Goiás.
Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela USP.
Doutora em Sociologia pela UnB.

Goiânia surgiu nos anos de 1930 como fruto de uma estratégia política de alternância de poder. Em contraposição às oligarquias sediadas em Vila Boa de Goiás, a construção da nova capital fazia coincidir o poder político com o poder econômico do novo grupo emergente do Sudoeste Goiano. Era, antes de tudo, um marco que sinalizava uma grande transformação.

A idéia da construção de Goiânia vinha ao encontro das inclinações políticas de Getúlio Vargas que, por meio de seu interventor, Pedro Ludovico Teixeira, realizava mais um passo da “Marcha para o Oeste”, uma tomada desenvolvimentista de território rumo ao Amazonas. Nesse sentido, pode-se afirmar que Goiânia abriu espaço e possibilitou o surgimento de Brasília.

A cidade ergueu-se em pleno sertão. Atílio Corrêa Lima, o urbanista responsável pelo primeiro plano da nova capital, marcou o local onde deveria ser erigido o Palácio do Governo com um esqueleto de uma casa, único objeto encontrado no local. Esse fato dá uma dimensão da solidão reinante e da ousadia moderna de fazer erguer uma cidade em pleno deserto.

No início de sua construção, em 1937, Goiânia foi visitada pelo antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1957: 128), que, estarecido diante do panorama encontrado, escreveu: “Cadmus, o civilizador, tinha semeado os dentes do dragão. Numa terra esfolada e queimada pelo hálito do monstro, esperava-se que nascessem homens.”

O estigma de atraso atribuído a Goiás teve origem no fim da mineração e no conseqüente empobrecimento e isolamento do estado. Arrastou-se por longos anos, persistiu no imaginário brasileiro mesmo depois da retomada do crescimento econômico da região, no início do século 20. Goiânia, durante muitas décadas, foi estigmatizada como cidade selvagem, onde onças circulavam livremente pelas ruas, convivendo com índios vestidos a caráter.

Levando-se em consideração o desconhecimento que o Brasil tem de si mesmo, não se imagina que a nova capital de Goiás foi projetada em consonância com tudo o que era vigente na Europa e Estados Unidos, na arquitetura e no urbanismo, uma cidade “moderna”, porém ainda não “modernista”.

O primeiro plano urbanístico projetado para Goiânia foi elaborado por Atílio Corrêa Lima em 1933 (Figura 1). Com mestrado no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, o arquiteto trouxe para a nova capital fortes influências do urbanismo francês em voga na época. Tomou como ponto focal o Centro Administrativo para onde convergiam as três avenidas principais, procurando “[...] adotar o partido clássico de Versailles, Carlsruhe e Washington, genericamente chamado *Patê d’oie* pelo aspecto monumental e nobre, como merece a capital de um grande estado...” (LIMA, 1942: 100)

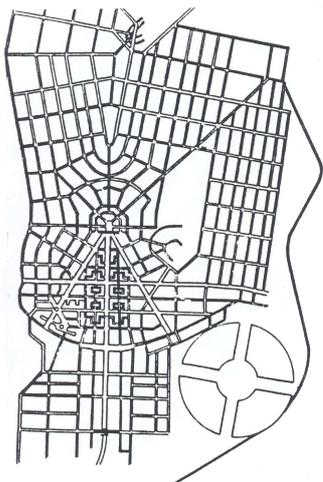


Figura 1 – Plano urbanístico de Goiânia elaborado por Atílio Corrêa Lima em 1933

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1942.

A influência barroca no plano de Goiânia foi minimizada pela historiografia modernista, que era contrária às tendências “historicistas” do urbanismo e da arquitetura, artifício oriundo do ecletismo, manifestação cuja origem está no romantismo do século 19. Lima, não fosse sua morte prematura em um acidente de avião em 1943, teria sido uma das grandes estrelas do modernismo na arquitetura, como apontavam algumas de suas últimas obras.

Em 1985, em publicação comemorativa do aniversário de 50 anos de Goiânia, o professor Edgar Albuquerque Graeff, historiador do modernismo na arquitetura brasileira, forçou uma outra inspiração para o plano de Lima, sem levar em consideração a declaração que o próprio autor fez a respeito de sua fonte barroca. Para Graeff (1985: 15), Lima inspirou-se no centro de Letchworth, traçado por Unwin, protótipo das cidades-jardins idealizadas por Ebenezer Howard.

Apesar de ter seu núcleo central parcialmente implantado, em 1937, o plano de Atílio Corrêa Lima foi reformulado por Armando Augusto de Godoy, engenheiro da Prefeitura do Rio de Janeiro contratado pela Firma Coimbra Bueno, nova responsável pela construção de Goiânia. Na verdade, foi Godoy quem trouxe influências das cidades-jardins inglesas e americanas para o plano de Goiânia. O engenheiro estava fortemente impressionado pela visita de estudos que realizou em Radburn, cidade norte-americana construída em Nova Jersey em 1929, onde ocorreu uma experiência pioneira de implantação de uma unidade de vizinhança.

Radburn foi projetada para uma população de 25 mil habitantes, obedecendo às idealizações de Clarence Stein e Henry Wright. As habitações, agrupadas em unidades de vizinhança, eram servidas pelos mesmos equipamentos urbanos. Os *cul de sacs*, ou bolsões, destinavam-se ao

tráfego de veículos motorizados, liberando a movimentação interna da unidade apenas para os pedestres.

A separação dos tráfegos trazia uma quebra de tensão, desafogando e aliviando o contato entre os transeuntes. Pretendia-se, assim, recuperar a convivência entre as pessoas em escala visceral.

Atribui-se a Clarence Arthur Perry, durante sua participação no plano de Nova York de 1929, a formulação da unidade de vizinhança, derivação das cidades-jardins. Perry demonstrava afinidades com o pensamento de Robert Park, Burgess e J.Ward, pensadores da Escola de Chicago.

Segundo Barcellos (2003), Perry trouxe de Park o conceito de que a menor unidade de organização de vida nas cidades é a convivência vicinal. De Ward aprendeu que a escola ideal deve também ter funções de centro social, galeria de arte e biblioteca.

É nesse sentido que Hall(2002: 143) observa que “Perry foi dos primeiros exemplos de uma espécie que posteriormente se faria mais comum, o planejador sociólogo”.

Do plano de Atílio, Godoy manteve o Setor Central e Norte e redesenhou o Setor Sul como um segundo núcleo para a cidade (figura 2). Este último, predominantemente residencial, era formado por *cul de sacs*, para acesso motorizados às residências, cujas frentes estariam voltadas para jardins internos comuns, criados para o lazer e convivência visceral, equipados com quadras esportivas e escolas.

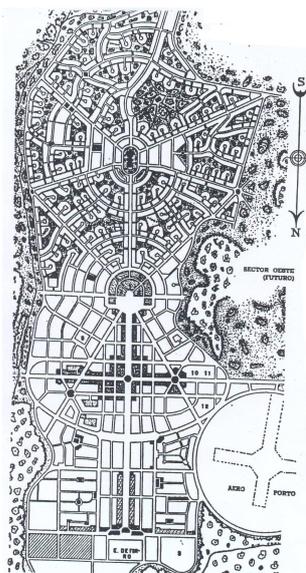


Figura 2 –Plano urbanístico de Goiânia elaborado por Armando de Godoy em 1937: Setor Sul, Núcleo Central, Setor Norte e Cinturão Verde

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1942.

Diferente de Radburn, porém, na prática o funcionamento do Setor Sul inverteu-se. As frentes das residências voltaram-se para os bolsões e os jardins tornaram-se áreas mal aproveitadas ou abandonadas, espaços totalmente incompreendidos.

Inspirando-se nas cidades-jardins inglesas, idealizadas por Ebenezer Howard, Godoy previu um cinturão verde em torno da nova capital, buscando a conciliação da vida urbana com os prazeres do campo.

Ainda bebendo na fonte das cidades-jardins inglesas, previu que o crescimento da malha urbana se daria por cidades satélites, permitindo a divisão celular da mesma. A primeira delas seria Campinas, aglomeração existente nas proximidades de Goiânia.

O Plano de Godoy, uma utopia em pleno sertão, não foi obedecido. A generosidade do cinturão verde desperdiçava oportunidades para a especulação imobiliária aferir maiores lucros, em detrimento da qualidade de vida urbana.

O Setor Sul, experimento muito ousado para a época, não foi efetivado como previsto, porém tornou-se um bairro diferenciado. Os bolsões e as áreas verdes criaram seus sinais ao longo do tempo e marcaram a vida dos moradores.

Assim, está em curso uma pesquisa que pretende trazer esclarecimentos sobre a primeira tentativa de implantação de uma unidade de vizinhança no Brasil, o Setor Sul, bairro da cidade de Goiânia, pois se considera que até hoje esse experimento não foi suficientemente investigado.

O objetivo é formar um banco de depoimentos de pessoas diretamente envolvidas na experiência do Setor Sul, ou seja, seus moradores. Esse acervo, que já conta com cerca de cem entrevistas, deverá ser útil não apenas para a pesquisa em questão, mas para outras que possam advir, tornando-se um ponto de referência para o assunto.

Além disso, por meio desse material, espera-se trazer à tona análises que possam elucidar o resultado prático de um projeto que pretendia oferecer uma convivência de qualidade entre seus moradores e o espaço circundante.

Referências

BARCELLOS, Vicente Quintela. *Unidade de vizinhança* : notas sobre sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil. Disponível em : <http://www.unb.br/fau/pos_graduação/cadernos_eletronicos/unidade/unidade.htm-61/ K> Acesso em:25 jul 2003.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. *1983, Goiânia: 50 anos*. Goiânia: Sesu:CNPQ:UCG, 1985.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e dos projetos urbanos do século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. *Goiânia: coletânea especialmente editada pelo IBGE como contribuição ao Batismo Cultural de Goiânia*. Rio de Janeiro, 1942.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Anhembi, 1957.

LIMA, Atílio Corrêa. Goiânia - a nova capital de Goiaz. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. *Goiânia: coletânea especialmente editada pelo IBGE como contribuição ao Batismo Cultural de Goiânia*. Rio de Janeiro, 1942. p.82-112.

A caipira Paris no nordeste paulista: um breve olhar sobre as mulheres de Ribeirão Preto na modernidade cafeeira (1883-1929)

Rafael Cardoso de Mello*

Resumo: Pesquisar o nordeste paulista durante a transição do século XIX ao XX é estar preparado para uma condição específica: a Modernidade. Fruto desta aventura moderna financiada pelo capital cafeeiro, homens e mulheres destes centros urbanos vivenciaram uma modernização do espaço urbano envolvida pela chamada “Belle Époque Caipira”. Este labor existe na tentativa de ilustrar uma faceta específica da modernidade – as mulheres. Por meio das representações sociais femininas, esperamos compreender a tensão existente entre o local e o global, no caso, entre Ribeirão Preto e o mundo moderno, ou mais especificamente, entre as mulheres ribeirãopretanas e esta modernidade em que “tudo que é sólido desmancha no ar”.

Palavras-chave: Modernidade, mulheres, Ribeirão Preto.

Abstract: To search the São Paulo northeast during the transition of century XIX to the XX is to be prepared for a specific condition: modernity. Fruit of this modern adventure financed by the coffee capital, men and women of these urban centers had lived deeply a modernization of the urban space called “*Belle Époque Caipira*”. This work exists in the attempt to illustrate one specific face of modernity - the woman. By means of the feminine social representations, we try to understand the existing tension between the place and the global one, in the case, between Ribeirão Preto and the modern world, or more specifically, between the *ribeirãopretanas* and this modernity where “all that is solid melts into air”.

Keywords: Modernity, women, Ribeirão Preto.

As atrizes que por hora serão tratadas como objeto de pesquisa viveram em uma cidade do interior do Estado de São Paulo – Ribeirão Preto. Denominada de São Sebastião do Ribeirão Preto e também de Entre Rios, a cidade recebeu em publicações da época (República Velha) o nome de *Petit Paris*¹. Fundada em 1856 (data em que houve a doação de terras para formação do patrimônio), um pequeno povoado que se emancipava de São Simão formava-se com a marca da migração mineira, gente que fugia da decadência da economia aurífera e reproduzia em terras paulistas uma economia de subsistência tipicamente proveniente de seu estado de origem.

Menos de 30 anos foram precisos para que o pequeno povoado fosse internacionalmente reconhecido, e a isso, Ribeirão deve ao café e a seus frutos. Em 1883, com a implementação dos

* Mestrando em História (UNESP/Franca) e graduando em Geografia (Centro Universitário Barão de Mauá/Ribeirão Preto, SP). Docente da rede particular de Ensino Fundamental e Médio em Ribeirão Preto. É membro do CEMUMC (Centro de Estudos da Modernidade e Urbanização no Mundo do Café) e do Grupo ELO (Grupo de estudos da localidade).

¹ Conforme notamos no *Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto*, datado de 1913.

trilhos da Companhia Mogiana, principiava uma longa e proveitosa comunicação com o mercado externo. A partir daí a pequena Paris passou a receber olhares de todo o mundo!

Já em 1884, percebemos uma vila com poucos indícios de evolução. Segunda a planta urbana deste ano, é possível enxergar o traçado urbano nascente em forma de tabuleiro de xadrez. Nota-se desde então uma preocupação com a racionalização do espaço público, tarefa levada a cabo pela Câmara Municipal (construída em 1888). A preocupação destes homens foi de seguir o modelo francês, mais especificamente o parisiense, do Barão Georges-Eugene Haussmann.

Ser a cidade luz do interior do estado trouxe singularidades! O capital investido pelas negociatas do café e pelos comerciantes locais permitiu um conjunto de transformações urbanísticas e sociais que enchiam os olhos dos expectadores! Tamanha novidade em contexto singular que imitava o europeu: a Belle Èpoque. O termo revela que tais emblemas modernos possuíam relação estreita com um lugar em especial: a França. Viver um grande amor em Paris, desfrutar de seus cafés e *cabarets*, passear pelas suas ruas, olhando as vitrines das boutiques e admirando a luz elétrica, entre outras novidades técnicas e materiais, eram sonhos que povoavam muitos homens no interior paulista, durante o término do século XIX e princípio do XX - um tempo de “olhar, desejo e paixão”. (DOIN, 2005)

A preocupação com a cidade era justificada. O discurso vigente era o médico-sanitarista, que atropelava os atrasos em prol (e na figura) do progresso. O centro da cidade foi alvo de diversas “cirurgias”, revoluções que negavam a poeira e o rural, admitindo uma nova ordem – racional, esquadrinhada, enfim, moderna. Os códigos de Posturas são claros tanto naquilo que diz respeito em civilizar a paisagem ribeirãopretana quanto polir os corações e mentes daqueles que na cidade habitavam. Do ponto de vista cultural, a urbe se mostrava ano após ano mais interessada em trazer as melhores condições materiais.

Apesar das ruas mal calçadas e das freqüentes nuvens de poeira levantadas pelo vento ou por algum veículo que cruzava o centro, as elites ribeirãopretanas esforçavam-se por demonstrar o progresso material da cidade. Foi assim, que a Câmara Municipal decidiu em novembro de 1895 – À pedido do coronel Francisco Schmitz construir o Teatro Carlos Gomes, um teatro municipal compatível com à agitação e o frêmito que tomavam conta das elites da Belle Epoque caipira... (PAZIANI, 2005:60)

A partir deste teatro e de outras casas de entretenimento, a petit Paris iluminava o nordeste paulista com chamarizes sedutoras: as mulheres de Ribeirão Preto. Muitos foram

aqueles que, seduzidos pela modernidade caipira, revelaram seus desejos. Segue uma carta de Monteiro Lobato, endereçada ao amigo Godofredo Rangel, escrita nos primeiros dias de 1907:

Rangel:

Estou seriamente endividado para contigo, em cartas, livros, cumprimento de promessas, pedaços do Queijo... Mas explica-se a má finança. O mês de dezembro passei-o todo fora daqui, em S. Paulo e no Oeste. Corri as linhas da Paulista, Mogiana e Sorocabana, com paradas nas inconcebíveis cidades que da noite pro dia o Café criou – S. Carlos, um lugarejo de ontem, hoje com 40 mil almas; Ribeirão Preto, com 60 mil; Araraquara, Piracicaba a formosa e outras. Vim de lá maravilhado e todo semeado de coragens novas, pois em toda região da Terra Roxa – um puro oxido de ferro – recebi nas ventas um bafo de seiva, com pronunciado sabor de riqueza latente.

Em Ribeirão Preto, a colheita do município foi o ano passado de 4 e meio milhões de arrobas – coisa fabulosa e nunca vista. Um fazendeiro, o Schmidt, colheu, só ele, 900.000 arrobas. Costumes, hábitos, idéias, tudo lá é diferente destas nossas cidades do velho S. Paulo e da tua Minas. Em Ribeirão Preto dizem que há 800 ‘mulheres da vida’, todas ‘estrangeiras e caras’. Ninguém ‘ama’ ali a nacional. O Moulin Rouge funciona há 12 anos e importa champanha e francesas diretamente.

... Tenho que estacionar lá também, Rangel. Estou apertando minhas cunhas para ser nomeado para Ribeirão ou coisa equivalente.

...Taubaté, 18.1.1907. (LOBATO, 1950:153-154)

Os negócios iam muito bem! As transações na pequena Paris reafirmavam a posição privilegiada que o local teve frente ao global. Alguns livros de memórias da cidade, narram com entusiasmo este momento de apogeu cafeeiro e seus desdobramentos para a cidade, “fumava-se charutos de Cuba e da Holanda; bebia-se champanha das melhores adegas de França; importa-se panos e fazendas da Europa” e “a roleta tragava fortunas, e o chamapanha, numa moda chamada ‘cascatinha’, era despejado nas pernas as ‘cocotes’ de cancan e aparada em baixo por taças de cristal baccarat.” (CIONE, 1994:209; SILVA, 2000:155). Tudo capitaneado pelo empreendedor, também francês, François Cassoulet.

De trajetória fascinante, o gerente da noite no eldorado do café já possuía casas desde 1896 na cidade. Primeiro o Café Concerto, depois o Carlos Gomes, o Paris Theatre e o Cassino Antártica. Sua importância para a sociabilidade desenvolvida nas duas primeiras décadas do século XX é enfocada em diversos trabalhos.

As coristas foram símbolo desta modernidade que desmanchava no ar (BERMAN, 1986). Porém, nossa pesquisa caminha sob uma perspectiva específica, compreender a modernidade pelas suas contradições. Enquanto a cidade se embelezava, respirando ares europeus, diversos aspectos devem ser levados em conta na análise histórica.

TABELA 1
Dez maiores negociantes por somatório de compras e vendas em Ribeirão Preto entre 1889-1930 (em valores reais)

NEGOCIANTE	SALDO
Francisco Schmidt	3.233:674\$975
Arthur de Aguiar Diederichsen	1.222:612\$357
Iria Alves	734:054\$000
João Franco de Moraes Octávio	617:182\$987
Domiciano Leite de Assis	526:334\$466
Antônio Silvério de Alvarenga	483:029\$577
Antonio Barboza Ferraz Júnior	477:066\$248
Joaquim Ignácio da Costa	416:663\$826
Francisca Silveira do Val	377:641\$184
Fernando Ferreira Leite	366:148\$346

Fonte: OLIVEIRA, 2006:201.

Iria Alves Diniz Junqueira e Francisca Silveira do Val foram mulheres que se encontraram no hall dos “dez maiores negociantes” da cidade, em tempo que a mesma também se posicionava entre aquelas que mais movimentavam capital durante ciclo cafeeiro. Tarefa difícil é perceber os meios quais estas mulheres se colocaram nos negócios masculinos, seja tocando a fortuna como viúva ou formas desconhecidas ocultadas pelos documentos.

Causando menos surpresa, porém ressaltando a pluralidade desta cidade repleta de imagens femininas, devemos nos atentar as *irmãs* que aqui se instalaram. Representantes religiosas, muitas que aqui habitaram, viveram para a educação feminina fundando instituições como o Colégio Metodista em 1889 (ALMEIDA, 1997:76), Colégio Santa Úrsula em 1912 (CIONE, 1987:251-252), Nossa Senhora Auxiliadora desde 1918 (FURTADO, 2001), entre outras... Vale-se ressaltar os esforços dessas mulheres nas palavras de Cione:

Alguns nos após a instalação do trabalho a Igreja Metodista em Ribeirão, os reverendos E. E. Joiner e James Hamilton solicitaram à “Divisão de Senhoras” da Igreja Metodista Americana para que se incumbisse da instalação de uma escola nesta cidade... Em 1.899, o reverendo E. R. Hendrix, bispo da Igreja Americana nomeou Miss Leonora Schmith para empreender a tarefa de estabelecer a escola, a missionária veio pra cá, contando apenas com seu salário de missionária. Como não havia recursos financeiros para pagar aluguel, a escola começou a funcionar no interior do próprio templo metodista, no dia 5 de setembro de 1.899.

Em janeiro de 1.900 foi alugada uma casa para o funcionamento da escola e mais uma missionária veio para trabalhar como professora era Miss Mamie Flenley, no entanto

os alunos não vinham como era esperado, as aulas estavam sendo ministradas apenas para 10 alunos, os quais na maioria foram matriculados gratuitamente.

Passado alguns meses a situação da escola começou a mudar com o número de alunos matriculados aumentando de maneira extraordinária, que obrigou as missionárias, a transferi-la para uma casa maior.

Entretanto, não havia dinheiro para comprar carteiras e chegou o dia em que os professores se viram obrigados a usar da criatividade para acomodar as alunas. Para tanto realizaram uma campanha junto as casas de comércio da cidade, onde conseguiram arranjar certa quantidade de caixotes grandes e pequenos, adaptando uns para carteiras e outros para cadeiras.

Em 1.903 a escola foi obrigada a fechar suas portas, devido a grande epidemia de febre amarela que atingiu a cidade naquele ano. Quando foi divulgada a notícia da epidemia, todos que puderam deixaram a cidade apressadamente. Os pais foram buscar suas filhas no colégio, e as professoras, sem trabalho, foram licenciadas até que melhorasse o estado de saúde na cidade. (CIONE, 1987: 247-248)

Pensar em dificuldades financeiras, epidemias e demais sintomas de atraso frente a modernidade que se apresentava é contraditório. Várias foram as frentes que estas mulheres atuaram, assim como várias foram as faces que Ribeirão Preto vestiu durante a primeira República. A documentação e a bibliografia pesquisadas ainda nos permite enxergar outras mulheres: ora sofrendo de abusos sexuais (DE TILIO, 2004), ora alvo da indignação popular, por conta de uma opção homossexual... enfim, uma infinidade de representações que nos permitem afirmar que a História das mulheres ribeirãopretanas não deve levar em conta apenas as coristas, as religiosas e as mulheres da elite. Além do mais, todas estas imagens nos possibilitam compreender uma outra cidade. Em uma relação de contraste com o centro europeizado, a periferia negava a descrição de Monteiro Lobato, afirmando as contradições do embelezamento, da civilização e das desejosas intervenções urbanísticas:

E esse lugar não poderia ser a área da cidade aonde implementariam as políticas urbanas orientadoras da materialização da cidade moderna. Região que se ocupariam por residências urbanas, edifícios públicos ecléticos e jardins públicos arborizados, financiados, em primeiro momento, pelo capital resultante da exportação do café. Era fundamental um estabelecimento de um zoneamento tanto social quanto urbano, que distinguisse os grupos sociais e as suas singularidades. Assim como suas localizações em um território separado por temporalidades antagônicas nas suas representações de progresso e atraso, urbana e rural, civilizada e bárbara. Respectivamente toda a área central, protegida pelas águas do Retiro e do Ribeirão Preto, e a outra, já periférica e além das margens opostas destes mesmos córregos, ocupada por bairros de trabalhadores, como o Barracão e a Vila Tibério. (FARIA, 2003:136)

Construir a cidade e moldar seus habitantes! A idéia de civilização estava embutida nos corações e mentes destes agentes transformadores do urbano. No dizer de Starobinski (2001), seria necessário “polir” os habitantes da cidade em prol do progresso:

Polir é civilizar os indivíduos, suas maneiras, sua linguagem. Tanto o sentido próprio quanto o sentido figurado podem conduzir a idéia de ordem coletiva, de leis, de instituições que assegurem a brandura do comércio humano. A passagem é feita pelo verbo policiar, que diz respeito aos indivíduos reunidos, às nações. ...Unidos por um antônimo comum... polido e policiado podem fazer par em um dicionário de sinônimos, isto é, dar lugar a finas discriminações semânticas. (STAROBINSKI, 2001: 29)

Crescimento e desenvolvimento urbano segundo lógica excludente estruturou-se em benefício da elite cidadina. As intervenções urbanas do centro somadas ao descaso com a periferia criaram uma cidade clivada em dois espaços, ou melhor, duas cidades diferenciadas. O nome *Entre Rios* (uma das denominações anteriores da cidade) vestiu a caráter esta qualificação, posto que os córregos serviram como um divisor de mundos: da civilização, do urbano e do novo; frente ao mundo da barbárie, do rural e do arcaico.

Maria Stella Bresciani (1994) se surpreenderia ao notar que Londres e Paris no século XIX, objeto de sua atenção, sofreu as mesmas conseqüências da modernidade, como estas vivenciadas em um pequeno centro urbano no nordeste do estado de São Paulo. A pequena Paris imitava até as desgraças provenientes do progresso.

Para interpretarmos estes códigos, símbolos e demais imagens provenientes da modernidade, segundo este fio condutor específico, ninguém melhor do que Honoré de Balzac para nos auxiliar:

A bela Paris ignora tais figuras pálidas de sofrimentos morais ou físicos. Mas Paris é um verdadeiro oceano. Atire a sonda e jamais conhecerá sua profundidade. Percorra-a, descreva-a! Por mais cuidado que tenha ao percorrê-la, ao descrevê-la, por mais numerosos e interessados que sejam os exploradores desse mar, sempre se encontrará um lugar virgem, um antro desconhecido, flores, pérolas, monstros, algo extraordinário, esquecido pelos mergulhadores literários (BALZAC, 2006:28)

Mulheres ribeirãopretanas, como chegar até vocês?

Referências bibliográficas

Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Sá, Mania & Cia, 1913.

ALMEIDA, V. **Converter, ensinar e conformar**: a missão metodista em Ribeirão Preto (1896-1950). Dissertação de Mestrado em História. FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1997.

- BALZAC, H. **O pai Goriot**. Trad. Celina Portocarrero e Ilana Heineberg. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**. V. 5. 1. ed. Ribeirão Preto: IMAG, 1987.
- _____. **Revivecências na História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1994.
- DE TILIO, R. **Casamento e sexualidade em Processos Judiciais e Inquéritos Policiais na Comarca de Ribeirão Preto (1871 a 1942): concepções, práticas e valores**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP., 2004.
- DOIN, J. E. M. *Olhar, desejo e paixão: lazeres e prazeres nas terras do café (1864 – 1930)*. In: _____.; PEREIRA, R. M. (orgs.) **A Belle Époque Caipira: a saga da modernidade nas terras do café (1864-1930)**. Franca: UNESP-FHDSS/CEMUNC, 2005.
- FARIA, R. S. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895–1930): o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- FURTADO, A. C. **Mulheres cultas e devotas: o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto (1918-1960)**. Dissertação de Mestrado em História. FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2001.
- LOBATO, J. B. R. M. **A barca de Gleyre**. 1º Tomo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1950.
- OLIVEIRA, J. H. C. **Ribeirão Preto na República Velha: economia e riqueza através das transações imobiliárias**. Tese de Doutorado em História. FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.
- PAZIANI, R. R. **Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920)**. Tese de Doutorado em História. FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.
- SILVA, B. L. **O rei da noite na eldorado paulista: François Cassoulet e os entretenimentos noturnos em Ribeirão Preto (1880 –1930)**. Dissertação de Mestrado em História. FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000.
- STAROBINSKI, J. **As máscaras da civilização**. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 2001. p.09-56.

UMA ANÁLISE DAS IMAGENS DE DÍDIO JULIANO, PESCÊNIO NIGRO, SEPTÍMIO SEVERO E CLÓDIO ALBINO NA OBRA DE HERODIANO (SÉC. III D.C.)

Jamine de Almeida Geraldino Melo*

Resumo: Através do aprofundamento do estudo no período entre 193 e 197 d.C., com base na análise da obra de Herodiano, *História do Império Romano depois de Marco Aurélio*, III século d.C., buscamos a comprovação de nossa hipótese: Septímio Severo não se apoiou apenas nas forças das armas para chegar ao poder e nele permanecer por 18 anos.

Palavras-chave: Representação, Propaganda.

Abstract: Through the studies about the period between 193 and 197 a.C., based on the analysis of the Herodian's *History of The Empire From the Death of Marcus*, III century, we search the evidences to prove our hypothesis: Septimius Severus was not supported only by the forces of the weapons to get the power and remaining there by 18 years.

Key-words: Representation, Marketing.

Através do aprofundamento do estudo no período entre 193 e 197 d.C. na obra *História do Império Romano depois de Marco Aurélio*, de Herodiano, começamos a nos situar de forma mais segura neste projeto, pois, compreender de forma mais clara este período de guerra civil é essencial para a obtenção da comprovação da nossa principal hipótese: Severo não se apoiou apenas na força das armas para chegar ao poder e nele permanecer por 18 anos. Para isto ainda estamos analisando as imagens forjadas por Herodiano a respeito de Dídio Juliano, Pescênio Nigro, Septímio Severo e Clódio Albino, mas já começamos a contrapô-las, observando que Herodiano atribuiu a imagem de “bom” imperador a Severo enquanto Dídio Juliano, Pescênio Nigro e Clódio Albino são considerados como “maus” imperadores.

Pertinax foi considerado por Herodiano um pai bondoso e protetor magnânimo, pois, via nele o desejo de dar continuidade ao governo de Marco Aurélio. Para Herodiano, Marco Aurélio foi tido como o melhor imperador e que após seu governo Roma teria entrado num estado de declínio. O fracasso do governo de Cômodo, que o sucedeu, gerou nos mais diversos meios sociais o desejo de um governo como o de Marco Aurélio.

*Graduanda de Iniciação Científica (PIBIC). Orientanda da Prof^ª. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves.

Universidade Federal de Goiás. jaminemelo@yahoo.com.br

Fonte de Financiamento: CNPq.

Herodiano desenvolve seu relato traçando a imagem de cada um que sucedeu seu modelo de imperador, Marco Aurélio, e também os vê contrapondo-os uns aos outros. Para ele Pertinax foi um bom imperador porque este se espelhou em Marco Aurélio. Teve o apoio do Senado e da plebe, porém não o teve dos pretorianos que foram duramente controlados, pois, desde o tempo de Cômodo eles tinham uma ampla liberdade de ação: saqueavam e causavam inquietações na cidade de Roma. Mesmo na sua morte Pertinax ao ter seu palácio invadido pelos pretorianos não fugiu, antes os enfrentou e morreu com dignidade.

Dídio inicia seu governo da forma mais vergonhosa: comprando a vaga de imperador dos pretorianos. Herodiano diz que Dídio enganou os pretorianos, pois, somente os pagou quando teve que enfrentar Severo. Este “mau” imperador, considerado pelo autor, dedicava-se a luxos e bebedeiras, entregando-se a uma vida mole e desprezível. Sua imagem é construída em oposição a de Marco Aurélio. O autor cita que “Dídio Juliano ao tomar conhecimento de que a legião da Panônia marchava contra ele, sob o comando do general proclamado imperador por seus homens, Septímio Severo, se desesperou” (HERODIANO II.14). Buscou comprar o apoio dos pretorianos, porém, estes não se posicionaram a seu favor. Procurou o apoio do Senado, no entanto, estes além de não o apoiarem votaram sua morte. “Dídio Juliano, o covarde e miserável ancião, foi encontrado só e abandonado por todos vergonhosamente, entre súplicas e lágrimas foi executado”, conforme nos escreve Herodiano (HERODIANO II.7). Ele opostamente ao modelo do escritor, começa e termina seu governo de forma vergonhosa. Para a visão Herodiano, após apresentarmos de forma seqüencial sua ascensão e morte, podemos considerar Dídio Juliano como um “mau” imperador.

“Pescênio Nigro tinha fama de homem imparcial e amável que se mirava na vida de Pertinax” (HERODIANO II.5). “Aclamado imperador pela Síria, ele começou a desconsiderar a direção dos assuntos públicos, abandonando-se a uma vida mole de festas e espetáculos” (HERODIANO II.9). Herodiano observa “que nem mesmo algo considerado de extrema urgência ele fez: buscar o apoio do exército da Ilíria” (HERODIANO II.10). Pescênio Nigro que havia se acomodado com o título de imperador e com a vida que passou a usufruir ao tomar conhecimento que Dídio havia sido morto pelos senadores em Roma e que “Severo, general da legião da Panônia, havia sido proclamado imperador pelos seus homens, senadores, plebe romana e que marchava contra a Síria, foi tomado por uma terrível perturbação” (HERODIANO II.7). Com a primeira batalha ganha pela legião da Panônia em terras Orientais, Cízico, as cidades passaram a ter diferentes opiniões sobre permanecerem fiéis ao governador da Síria. O encontro dos dois exércitos se deu às margens da baía de Iso, onde

Nigro após fugir e se esconder teve sua cabeça decepada. Herodiano diz que Nigro pagou com morte sua morosidade e negligência, pois, se houvesse decidido ir à Roma sem demora, logo após saber da falta de apoio e proteção dos pretorianos a Dídio e da aclamação povo para que viesse proteger o sagrado ofício de imperador, ele teria o apoio também do Senado que mobilizaria outras legiões. Assim como Dídio, Pescênio Nigro teve uma morte vergonhosa. Sua acomodação e falta de atitude demonstraram que ele também foi tido como um “mau” imperador.

Herodiano nos apresenta Lucio Septímio Severo como “um entusiasta e bem dotado para as tarefas de governo e acostumado a uma vida dura e agitada, resistia facilmente às fadigas” (HERODIANO III.1). Era além de tudo isso, perspicaz na reflexão e rápido na execução de seus projetos. Ele provinha de uma família da ordem equestre e foi levado ao senado por Marco Aurélio.

Diferentemente de Pescênio, Herodiano apresenta Severo como um homem de ação e capaz, que ao se dar conta de que o Império estava exposto ao alcance de qualquer pretendente tomou a decisão de converter-se em seu dono. Ao se colocar como o vingador de Pertinax, ele não só ganhou o apoio de toda a região da Panônia como também do Senado romano. Simulando que não o moviam suas aspirações ao Império nem a pretensão de poder, senão o desejo de vingança. O autor descreve o general “como um mestre na arte de simular e inspirar confiança” (HERODIANO III.7). Herodiano ressalta que Severo era um líder respeitado por seus homens, compartilhando suas fadigas, usava uma tenda simples e levava à boca a mesma comida e bebida que sabia que todos tinham. Ele marchava com a cabeça descoberta de baixo da chuva e neve, oferecendo assim a seus soldados um modelo de entusiasmo e valentia. Deste modo, eles resistiam aos esforços não somente por temor mas pelo desejo de imitar o imperador. O escritor ainda aponta que Severo acreditava que a divina providência o havia chamado para fazê-lo imperador.

Severo buscou fazer aliança com reis de outras regiões e como nos ressalta o autor no caso do general da Panônia um só homem derrotou três imperadores já no poder. Para Herodiano nenhum homem ou imperador havia conseguido antes um êxito tão importante sem sangue e luta com relação a sua entrada em Roma. Analisando a trajetória de Severo, no texto, percebemos que Herodiano forja sua imagem como sendo a de um “bom” imperador. Podemos inferir que isto se deve ao fato de Septímio Severo se dizer filho de Marco Aurélio. Tal colocação criava uma situação incômoda a ele, pois sendo filho de Marco Aurélio ele se colocava como irmão de Cômodo. Como sua imagem foi forjada como a de um péssimo

imperador, odiado por todos, cabia agora a Severo tentar modificar a imagem de seu irmão. Ao retirar a responsabilidade de todos os erros de Cômodo atribuí-les aos seus bajuladores, verdadeiros culpados por suas atitudes vergonhosas.

Nossa última imagem é a de Clódio Albino, chefe das legiões da Bretanha. Conforme Herodiano, “Severo o atraiu com astúcia e o seduziu com promessas” (HERODIANO II,3). O nomeou César e com esta participação no poder se antecipou às aspirações que mais desejava Albino. O escritor cita que Albino satisfez seu desejo sem luta nem perigo. Posteriormente a derrota de Nigro, Severo percebendo que muitos senadores preferiam a Albino e que este desfrutava do status de imperador na Bretanha, declarou-lhe guerra. Quando o general da Bretanha, que seguia vivendo ocioso e desordenadamente, recebeu a notícia que Severo já estava próximo, caiu numa profunda perturbação. Embora Herodiano escreva que o exército de Albino tenha sido superior, Severo venceu a batalha e Albino teve sua cabeça também decepada. Assim como Dídio e Pescênio, Albino teve sua imagem forjada como a de um “mau” imperador, pois, muito embora contasse com uma das mais temidas legiões e com o apoio de boa parte do Senado, ele não ousou conquistar, antes se acomodou com a posição de César cedida à ele.

Ao contrário do que a maior parte da historiografia acerca deste tema afirma, que Severo se apoiou apenas na força das armas, nossa hipótese é que um governo de 18 anos não se sustentaria apenas apoiado no exercito. A base de apoio do governo de Severo foi composta pelo Senado, exército (pretorianos e legionários), plebe romana e províncias.

“Severo ao entrar em Roma conquistou a simpatia de parte dos senadores ao se intitular vingador de Pertinax” (HERODIANO II,9) e castigar os pretorianos envolvidos com o assassinato do então imperador. “Mesmo castigando alguns senadores partidários de Pescênio Nigro e Clódio Albino, seu discurso ressaltava que seu governo seria aristocrático, o que agradava o Senado e motivo pelo qual recebeu grande apoio da maioria dos senadores” (HERODIANO II,3).

Para uma melhor compreensão acerca do apoio militar dividimos o exército em pretorianos e legiões. A guarda pretoriana, desde o início de sua constituição era formada por uma tropa de elite. Até o governo de Severo era formada por cidadãos italianos recrutados na Itália que prestavam um serviço de 16 anos e recebiam um soldo superior aos dos legionários. Severo ao se proclamar vingador de Pertinax vê-se obrigado a reformar esta Guarda, buscando trazer um novo grupo de apoio para si. Quanto aos legionários, Severo aumentou os seus privilégios e só depois que tomou medidas que favoreciam o exército é que se apresentou

ao Senado para tomar posse do trono. Ele colocou nos postos mais elevados do exército homens vindos da Síria, da África e da Ilíria. Com a distribuição dos donativos, aumento dos soldos, a permissão para usar um anel de ouro e de se unir as suas mulheres, Severo cooptou o apoio das legiões e preservou-as.

Herodiano relata que “Severo buscou apoio da plebe, distribuindo dinheiro e promovendo espetáculos assim que chegou a Roma” (HERODIANO II,5). O escritor ressalta que “quando Severo e Albino se opõem, ele reparte dinheiro à plebe” (HERODIANO II,8,5) e “oferece espetáculos, os chamados Jogos Triunfais” (HERODIANO II, 8,7). O escritor enfatiza que estas atitudes visavam ganhar o apoio do povo para o seu governo.

Séptimio segundo o exemplo de Marco Aurélio, que também buscou senadores das províncias, procurou fortalecer o apoio recebido das províncias orientais que se tornavam mais ricas e fortes. Desde Cômodo já vemos a presença de provinciais atuando na Corte ou politicamente a partir de suas próprias Províncias. Conforme relata o autor, “na batalha de Severo contra Nigro, as províncias orientais apoiavam Nigro enquanto que as províncias ocidentais apoiavam Severo” (HERODIANO II,9,1-3), “que recrutava tropas em todas as cidades da Itália, Ilíria e Trácia” (HERODIANO II,14). Mesmo quando Nigro começou a perder e mandou arqueiros para matarem a população e incendiar as cidades que começavam a mudar de lado durante a batalha, Severo após vencer ,manda num primeiro momento que Bizâncio e Antioquia fossem destruídas, mandando reconstruí-las logo após.

O imperador buscou impor o seu poder e garantir a sua autoridade de forma diferenciada perante cada segmento social, porém, a cooptação de apoio de cada segmento é inegável.

“Severo procurou legitimação sócio-política e apoio ao se denominar vingador de Pertinax e se utilizou da veiculação da interpretação de um sonho para dar apoio divino à sua ascensão” (HERODIANO II,9,5). Como os romanos acreditavam que os deuses mandavam mensagens através dos sonhos eles, e no caso Severo, aprenderam a manipulá-los em proveito próprio. Este sonho, conforme Herodiano, foi propagandeado antes e depois de cada uma de suas vitórias.

“No dia em que se anunciou a sucessão de Pertinax, depois de oferecer sacrifícios públicos e de prestar juramento de fidelidade ao Império de Pertinax, Severo retornou a sua casa e, ao chegar a noite, dormiu. Sonhou então que via um alto e poderoso cavalo, possuidor dos símbolos imperiais, que , montado por Pertinax, cavalgava pela Via Sacra em Roma. Quando estava próximo a entrada do Fórum, no lugar onde nos tempos da República ocorriam as Assembléias populares, sonhou que o cavalo sacudia e derrubava Pertinax. Logo o animal apresentou sua sela a ele, que

se encontrava por ali. Levantando-o sobre suas costas, o animal levava confiante até deter-se no centro do Fórum, onde o sustentava no alto para que todos vissem Severo e o honrassem(...) desta maneira, Severo ficou firme em seus projetos, acreditando que a divina providência o havia chamado para ocupar o mais alto cargo do Império, e começou efetuar pesquisas sobre o parecer dos soldados” (HERODIANO II,9,5-7).

Além disso, “ele se dizia imitador de Marco Aurélio” (HERODIANO II,14,3). Isto tratava-se de uma tentativa de aproximar a figura do governante atual à figura de um bom governante do passado como forma de legitimá-lo. “E ao se dizer filho de Marco Aurélio, após as aclamações, Severo resolveu dar outro nome para o seu filho mais velho vinculando a dinastia que iniciara a dinastia anterior” (HERODIANO III,10,5).

“A túnica imperial púrpura usada por Severo” (HERODIANO I,16,3) também serve como exemplo dos atributos simbólicos que identificavam a pessoa do imperador e seu poder frente ao Império. “Quando Severo, numa batalha contra Albino realizada próxima a cidade de Tinurtium, cai do cavalo e perde seu manto, o exército quase escolhe outro imperador” (HERODIANO III,7,3). Percebemos a necessidade das insígnias imperiais neste momento em que os imperadores se encontravam mais afastados de seus comandados.

“Outra forma que Severo fez propaganda de si mesmo, foi na confecção de inscrições públicas, relatando todas as suas vitórias” (HERODIANO III,9,12) e “também erigindo estátuas que foram espalhadas por todo Império” (HERODIANO II,9). Estas estátuas e inscrições permitiam manter a presença viva dos imperadores em lugares públicos. A cunhagem de efígie do governante era outra forma de propaganda que transmitia autoridade para aqueles que tinham acesso a ela.

“A guerra também poderia ser usada como forma de propaganda, pois, Severo demonstrava sua perícia nas armas e na estratégia bélica. Além de que troféus foram erguidos para comemorar as vitórias dele na Britânia” (HERODIANO II, 14) e também procissões de Triunfo.

“Severo, se preocupando de como ia ser lembrado após sua morte, chegou a produzir uma autobiografia que se perdeu” (HERODIANO II, 9, 4).

Pelo menos no nível do discurso Severo se aproximou do ideal de governante desejado pela elite romana e legiões. Ele buscou propagandear que possuía virtudes morais, qualidades bélicas e econômicas que se esperava de um bom príncipe.

Referências Bibliográficas

- ALFÖLDY, G. *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.
- BALANDIER, G. *O Poder em Cena*. Brasília: Edunb, 1980.
- _____ et alli. *Civilizações: Entrevistas do Le Monde*. São Paulo: Ática, 1989. p. 147-153.
- CIZEK, E. *Mentalités et Institutions Politiques Romaines*. Paris : Fayard, 1990.
- GAGÉ, J. *Les Classes Sociales dans l'Empire Romain*. Paris : Payot, 1964.
- GARCIA, N. J. *O que é Propaganda Ideológica*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- Gonçalves, A.T.M. *A Oposição aos Imperadores Durante o Período dos severos: Uma análise da Obra de Herodiano*. São Paulo, 1996.
- Gonçalves, A.T.M. *Poder e Imaginário Romano: as Imagens Contrapostas de Septímio Severo, Pescênio Nigro e Clodio Albino nas Guerras Civis de 193 a 197 d.C.. História em Revista: Pelotas, 2003.*
- HERODIANO. *Historia del Imperio Romano después de Marco Aurélio*. Traducción y notas por Juan J. Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 1985.
- LE GLAY, M.; VOISIN, J.-L.; LE BOHEC, Y. *Histoire Romaine*. Paris : PUF, 1991.
- LE ROUX, P. L'Empereur et l'Armée Romaine. *Revue des Études Latines*. Paris, 63: 42-49, 1987..
- PETIT, P. *Histoire Générale de l'Empire Romain*. Paris: Seuil, 1974. v. 1, 2 e 3.
- YAVETZ, Z. *La Plèbe et le Prince*. Paris: Découverte, 1984.

O PROCESSO ELEITORAL DE 1933 EM GOIÁS E O MUDANCISMO CONDICIONADO¹

Jales Guedes Coelho Mendonça²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar o processo político da reconstitucionalização da década de trinta em Goiás, focalizando a fundação do partido situacionista PSR (Partido Social Republicano), a rearticulação do grupo hegemônico durante a Primeira República em torno do tradicional Partido Democrata, examinando enfim a arregimentação eleitoral rumo ao pleito de 03 de maio de 1933 que escolheria os representantes goianos à Assembléia Nacional Constituinte. O tema da mudança da capital é abordado, apresentando-se uma leitura ainda não observada pela historiografia regional, apegada à velha dicotomia dos grupos mudancistas e antimudancistas, registrando o processo de formação de uma esquecida terceira corrente de opinião que denominamos “mudancismo condicionado”, fruto de um compromisso político estabelecido para compatibilizar dois interesses: abrandar a resistência da antiga capital e resguardá-la da iminente decadência. A elaboração do artigo valeu-se da pesquisa documental e da produção bibliográfica.

Palavras-chave: História política de Goiás. Eleições à Assembléia Constituinte de 1933. Mudancismo condicionado.

ABSTRACT

This article has for objective to analyze the political process of reconstitution of the decade of the thirty in Goiás, focusing foundation of official party PSR (Social Republic Party), the rearticulation of the hegemonic group during the First Republic in lathe of the traditional Democrat Party, examining at last the electoral articulation route to the lawsuit of the 03 of may of 1933 that it would choose the *goianos* representatives to the Constituent National Assembly. The subject of the change of the capital is boarded, presenting a reading not yet observed by the regional history, become attached to the old dichotomy of the *mudancistas* and *antimudancistas* groups, registering the process of formation of one forgotten third chain opinion that we call “conditional *mudancismo*”, fruit of a commitment established political to make compatible two interests: to soften the resistance of the old capital and to protect it of the imminent decay. The elaboration of the article was used the documentary research and the bibliographical production.

Keywords: Political history of Goiás. Elections to the Constituent Assembly of 1933. Conditional *mudancismo*.

¹ Artigo elaborado em agosto de 2007.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Católica de Goiás. Orientadora: Profa. Dra. Maurides Macêdo.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar o processo político regional da primeira fase do período de reconstitucionalização da década de 30. Focaliza-se a fundação do partido situacionista PSR (Partido Social Republicano), a rearticulação do Partido Democrata da República Velha, examinando enfim a arregimentação eleitoral rumo ao pleito de 03 de maio de 1933 que escolheria os representantes anhanguerinos à Assembléia Nacional Constituinte.

O tema da mudança da capital, bandeira do interventor federal para vencer as eleições e consolidar sua liderança política, é abordado. Apresenta-se uma leitura ainda não observada pela historiografia regional, muito apegada à velha e maniqueísta dicotomia dos grupos mudancistas e antimudancistas, examinando o processo de formação de uma esquecida terceira corrente de opinião que denominamos “mudancismo condicionado”, fruto de um compromisso político estabelecido para homogeneizar dois interesses: abrandar a resistência da antiga capital e resguardá-la da iminente decadência.

A elaboração do artigo valeu-se da análise documental e pesquisa bibliográfica.

2. O Poder Constituinte e a reconstitucionalização

A origem da noção de poder constituinte está na clássica obra de Emmanuel Joseph Sieyès, “*Qu’est-ce que le Tiers État?*”³. O trabalho foi redigido pouco antes da eclosão da Revolução Francesa e serviu de instrumento para a burguesia fundamentar suas aspirações de poder. Pela primeira vez alguém formulou a divisão entre poder constituinte e poder constituído. Todo poder que uma nação tem de elaborar a sua própria constituição denomina-se poder constituinte.

Sobre o assunto, ensina a melhor doutrina:

“A criação de um corpo de representantes necessita de uma Constituição, na qual sejam definidos os seus órgãos, as suas formas, as funções que lhe são destinadas e os meios para exercê-las. As leis constitucionais regulam a organização e as funções dos poderes constituídos (corpos), entre os quais se encontra o Legislativo. Elas são fundamentais porque não podem ser tocadas pelos poderes constituídos: somente a nação tem o direito de fazer a

³ SIEYÈS, Emmanuel Joseph. **A Constituição Burguesa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

Constituição. O poder constituinte é, assim, um poder de direito, que não encontra limites em direito positivo anterior, mas apenas e tão-somente no direito natural, existente antes da nação e acima dela. Além disso, o poder constituinte é inalienável, permanente e incondicionado. (...) Os poderes constituídos, ao contrário, são limitados e condicionados; recebem a sua existência e a sua competência do poder constituinte; são organizados na forma estabelecida na Constituição e atuam segundo esta.”⁴

O poder constituinte é sempre exercitado em momentos de rupturas institucionais e geralmente representado por uma Assembléia Constituinte ou revolução. Para fins jurídicos, entende-se que a partir da conclusão de seu produto, qual seja, o texto escrito da constituição, surge um novo Estado.

A classificação mais usual de poder constituinte é a sua divisão em três espécies: a) o originário, b) o derivado e c) o decorrente. O primeiro, inicial e incondicionado, produz o novel ordenamento jurídico, criando um novo Estado. O segundo é limitado e secundário ao primeiro, sendo condicionado pelos limites estabelecidos na Constituição. Por fim, o último decorre da forma federativa de Estado, onde unidades autônomas se auto-organizam e elaboram suas próprias constituições, mas sempre condicionadas ao poder constituinte originário.

O ordenamento jurídico, entendido como conjunto de normas, para ter coerência e lógica necessita de um critério de hierarquia entre as mencionadas normas, já que se estivessem num mesmo plano haveria muitas incompatibilidades. A teoria mais aceita sobre este assunto foi a concebida por Hans Kelsen conhecida como teoria da construção escalonada do ordenamento jurídico.⁵

Aduz o jurista alemão que o sistema jurídico possui uma estrutura hierárquica e que no topo da estrutura encontra-se a norma constitucional. Assim, todas as outras regras tirariam sua validade da supremacia da constituição. E de onde vem a validade da constituição? Decorre de ser obra do poder constituinte, que é o poder superior e ilimitado. A doutrina do poder constituinte finca raízes nas teorias contratualistas do poder, na medida em que a organização decorrente do contrato social necessariamente se deva fazer através de um documento limitador e regulamentador dos poderes do Estado, que é exatamente a constituição.⁶

Em resumo, a Constituição, proveniente do poder constituinte originário, é a lei suprema de um país, não podendo nenhum outro ato legal contrariá-la, sob pena de inconstitucionalidade, ou seja, invalidade jurídica.

⁴ BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 19ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1998, p. 22.

⁵ BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 10ª ed. Brasília: Ed. Unb, 1999.

⁶ FERRARI, Sérgio. **Constituição Estadual e Federação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003, p. 06.

Na história política brasileira, geralmente o movimento revolucionário ou golpista que triunfa e consegue por abaixo a ordem vigente, logo de início conclama a convocação de uma assembléia nacional constituinte. A Revolução de 1930 é o melhor exemplo desse acontecimento. O Decreto nº. 19.398, de 11 de novembro de 1930, que instituiu o governo provisório, em primeiro artigo já verberava: “O Governo Provisório exercerá discricionariamente, em toda sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembléia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do País.”

A rigor, os movimentos insurrecionais são manifestações de força e como tal necessitam de uma legitimidade para realizarem a passagem rumo à legalidade constitucional. Tal transição é feita pela assembléia constituinte, representação do poder constituinte originário, como já visto. Vale a pena transcrever o ensinamento de Faoro:

“As revoluções vitoriosas, se procuram a legitimidade democrática, não podem prescindir da assembléia constituinte, que organize o Estado dentro das coordenadas dos representantes do povo. As assembléias constituintes são, de outro lado, meios preventivos para limitar e controlar o poder, preparando a sociedade para a mudança política, por meio de uma moldura jurídica, exatamente para evitar a ruptura revolucionária.”⁷

Nessa mesma linha, escreve Gomes:

“O significado jurídico-político maior da convocação de uma assembléia nacional constituinte é, então, a restauração da legalidade e da legitimidade do poder, fazendo-o passar de um poder de fato, de um regime de força, a um poder de direito, a regime legal.”⁸

2. A fundação do Partido Social Republicano, a refundação do Partido Democrata e as eleições à Assembléia Nacional Constituinte.

É sabido que os historiadores da escola dos *Annales*, concebida por Marc Bloch e Lucien Febvre, formularam contundente crítica à história política, considerada por eles como mera narrativa dos eventos e acontecimentos das minorias privilegiadas,

⁷ FAORO, Raymundo. **Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 19-20.

⁸ GOMES, Ângela Maria de Castro. **Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930 – 1935)**. In: História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1983, p. 09.

esquecendo-se dos aspectos econômico-sociais, das estruturas na longa duração.⁹ A nova história política ao se ocupar da participação na vida política e dos processos eleitorais, que integra inúmeros personagens da sociedade, perde o seu caráter elitista e individualista e se reabilita da condenação anterior.¹⁰ Nesta perspectiva, analisaremos o período de reconstitucionalização de trinta em Goiás.

Buscando a legitimidade constitucional, o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, editou em fevereiro de 1932 o Código Eleitoral e três meses depois fixou o dia 03 de maio de 1933 para a realização das eleições à Assembléia Nacional Constituinte. Os pleitos seriam realizados com significativas alterações em relação às eleições da Primeira República. Pela primeira vez as mulheres participariam do processo eleitoral, o que, ao final, chegaria até a ocasionar a vitória de Carlota de Queiroz, a primeira deputada do Brasil, o sigilo do voto - velha proposta da Aliança Liberal - seria assegurado e a fiscalização e organização dos certames deveriam ser conduzidos pela recém-criada Justiça Eleitoral.

Todavia, tais iniciativas oficiais não foram o bastante para evitar a irrupção da chamada Revolução Constitucionalista em São Paulo, que defendia principalmente a reconstitucionalização imediata do Brasil. Como é sabido, o levante foi derrotado militarmente, mas indicou a irreversibilidade da celebração de um pacto constitucional, forçando o governo a acelerar as medidas rumo às eleições.

Vencida definitivamente a insurreição, as forças políticas de todas as unidades federativas começaram a se movimentar para a disputa eleitoral que se avizinhava. Indispensável contextualizar que o controle da máquina administrativa na capital federal e nos estados continuava sendo acirradamente disputado pelo movimento tenentista e pelas oligarquias dissidentes revolucionárias. No fundo, era um conflito entre a concepção antiliberal e centralizadora *versus* a liberal e federalista. Vejamos a excelente explicação:

“Os tenentes, por exemplo, procuravam emprestar ao Estado uma orientação claramente *centralizadora*, de reforço dos poderes intervencionista da União, inclusive na área econômica e social. A execução desta proposta deveria estar pautada em padrões técnicos de administração, sendo sua eficácia garantida por um regime político forte, isto é, pela permanência da ditadura como meio de sanear costumes e redefinir os ideais da nação. [...] Já os setores oligárquicos divergentes insistiam na manutenção das prerrogativas de

⁹ BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos *Annales* (1929-1989)**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

¹⁰ RÉMOND, René. **Uma História Presente**. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

autonomia estadual e na limitação dos poderes da União, enfim, na defesa do *federalismo* como ponto-chave da organização política do país. Lutavam, por conseguinte, pela defesa dos princípios políticos liberais que respaldaram e possibilitaram a hegemonia desse grupo ao tempo da Primeira República.”¹¹

Em Goiás, as hostes situacionistas se arregimentaram para a criação de uma nova organização partidária. Esta agremiação denominada Partido Social Republicano (PSR) surgiu durante o Congresso das Municipalidades, realizado na capital do estado entre os dias 20 e 24 de janeiro de 1933, e contando com a participação de mais de 30 municípios, representados majoritariamente pelos prefeitos nomeados pelo interventor federal.¹²

No calor dos debates congressuais, pela primeira vez, se aborda publicamente a questão da sucessão estadual. Aduz o saudoso Asmar:

“Por sua vez, Vellasco permeabiliza sua candidatura ao Governo do Estado pela fresta de precipitada fala de Estelita Campos numa sessão do Partido Social Republicano situacionista:

- O próximo governador será Domingos Netto de Vellasco – lança Estelita. Colemar Natal e Silva – é ele próprio quem o conta ao autor – vai ao Palácio Conde dos Arcos, de madrugada, bate à janela do quarto de Pedro Ludovico - o Palácio era e é ainda assim, vulnerável, e indaga:

- O senhor autorizou o lançamento da candidatura de Vellasco?

Ludovico espanta os últimos bocejos:

- Nada disso.

Colemar volta ao partido, pede a palavra e desmanca:

- Para suceder Pedro Ludovico Teixeira só Pedro Ludovico Teixeira.”¹³

Assinala-se apenas a observação de que eventualmente Colemar Natal e Silva não tenha usado a palavra, neste encontro, para frear o nome de Vellasco, já que “a assembléia, em peso, como só voz, aplaudiu a apresentação do nome do ilustre Sr. Dr. Domingos Netto de Vellasco aquele alto cargo.”¹⁴

Ao final do conclave de criação do PSR, estruturou-se o diretório central (21 componentes) e comissão executiva (7 membros)¹⁵, sendo divulgado um programa partidário onde nitidamente prevalecia o ideário tenentista. Além da representação das classes, na (nona) tese concernente à política federativa proclamava-se: “O Brasil acima dos Estados. A União fortalecida e os seus interesses sobrepostos aos estaduais.”¹⁶ A

¹¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. **Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30** (introdução). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 26.

¹² O Estado de Goiás possuía à época 56 municípios.

¹³ ASMAR, José. **Oposição também governa – Alfredo Nasser na política estadual e nacional**. Goiânia: ed. do autor, 1994, p.49.

¹⁴ Voz do Povo de 1º de fevereiro de 1933.

¹⁵ Comissão executiva do PSR: Mário d’Alemcastro Caiado, Domingos Netto de Vellasco, Nero de Macedo Carvalho, Oscar Campos Júnior, Hermógenes Ferreira Coelho, Joaquim da Cunha Bastos e Claro A. de Godói. In: Correio Oficial de 04 de fevereiro de 1933.

¹⁶ Correio Oficial de 04 de fevereiro de 1933.

caracterização tenentista é corroborada pela filiação do PSR goiano à UCN (União Cívica Nacional), esboço do sonhado partido nacional. Acerca da UCN, ensina Pandolfi:

“Já no dia 18 do mesmo mês (fevereiro de 33), a imprensa noticia a fundação da União Cívica Nacional (UCN), uma coligação das diversas correntes revolucionárias que deveria ser o primeiro passo para a formação do partido nacional. A reunião de fundação da UCN é realizada na residência do ministro Melo Franco, e dela participam diversos líderes tenentistas: Juarez Távora, João Alberto, José Américo, Antunes Maciel Júnior (ministro da Justiça), Salgado Filho (ministro do Trabalho)...”¹⁷

A moção dirigida ao chefe do governo provisória dizia: “O Congresso das Municipalidades goianas e de todas as correntes políticas do Estado reunido para a formação do Partido Social Republicano, que objetiva também concorrer com as demais organizações partidárias para o lançamento de um partido nacional [...]”¹⁸ A filiação do PSR às teses tenentistas e sua coligação à UCN dá-se principalmente pela influência de Domingos Netto de Vellasco, militar reformado que estudara na Escola do Realengo e pessoa muito bem relacionada com a cúpula do influente Clube 3 de Outubro (organização política fundada na capital federal para defender os princípios tenentistas e combater os “políticos profissionais”), notadamente Juarez Távora e Góis Monteiro.

Ao traçar a biografia de Vellasco, os historiadores aduzem: “Em abril de 1932, ingressou no Clube 3 de Outubro, organização criada pelos ‘tenentes’ em maio do ano anterior com o objetivo de defender e aprofundar as reformas levadas a termo pela Revolução de 1930.”¹⁹ Empós seu ingresso, seguindo as diretrizes estabelecidas pela entidade de fundar sedes nas capitais dos estados, Domingos Vellasco cria a seção goiana do Clube 3 de outubro, sendo eleito seu presidente.²⁰

A ascensão intelectual de Vellasco, considerado também um torrlista - adepto do pensamento de Alberto Torres -, sobre a elite política anhanguerina ainda é pouco analisada pela historiografia regional, mas foi significativa, inclusive em relação ao pensamento do interventor federal. O trecho antiliberal do discurso de Pedro

¹⁷ PANDOLFI, Dulce Chaves. **A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político**. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 366.

¹⁸ Voz do Povo de 1º de fevereiro de 1933.

¹⁹ FGV/CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**/Coordenação: Alzira Alves de Abreu et al... (volume V). 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 6005.

²⁰ O Diretório do Clube 3 de outubro de Goiás teve a seguinte composição: Presidente: Domingos Netto de Vellasco; 1º Vice-Presidente: Eurico Perilo; 2º Vice-Presidente: João José Coutinho; 1º Secretário: Claro de Godoy; 2º Secretário: Benedito Silva e Tesoureiro: Hermógenes Ferreira Coelho. In: Voz do Povo de 29 de maio de 1932.

Ludovico deve ser interpretado nessa perspectiva: “É preferível a ditadura honesta e criteriosa, como a que temos, do que um governo mascarado de liberal, mal intencionado e carcomido pela politicagem.”²¹ Ademais, a atuação parlamentar vellasquista na constituinte caracterizou-se pela defesa das teses tenentistas, segundo informam os mais balizados estudos históricos:

“As posições defendidas por Velasco na Assembléia identificavam-se em parte com as propostas apoiadas pelo tenentismo e pelas chamadas pequenas bancadas, constituídas por setores das oligarquias do Norte-Nordeste. Tais propostas caracterizavam-se pela defesa da centralização política e do reforço dos poderes intervencionistas do governo federal, inclusive na área econômica e social.”²²

Domingos Vellasco, Mário Caiado, José Honorato e Nero Macedo foram os quatro nomes indicados pelo diretório central do partido situacionista para a disputa eleitoral à Assembléia Nacional Constituinte. Uma curiosidade. Todos os postulantes haviam nascido na cidade de Goiás. A verdade é que a conjuntura eleitoral era francamente favorável aos candidatos oficiais.

Em contrapartida, a empolgação não era a mesma na facção oposicionista, representada pelo mesmo Partido Democrata pré-30. Existiam várias dificuldades. Inicialmente, a adesão de antigos correligionários à novel oligarquia dona do poder desfalcara sobremaneira as fileiras da antiga invencível agremiação partidária. Mas não era só.

O inquestionável líder da corrente derrotada em 1930 continuava sendo o Senador Ramos Caiado. Ocorre que Totó Caiado, como também era conhecido, fora preso logo após a vitória da sedição e só retornara a Goiás 17 meses depois, aproximadamente dois meses antes de irromper o levante em São Paulo. Essa dilatada ausência do prócer da Primeira República gerou uma natural desmobilização das fileiras democratas. Contudo, o prestígio do senador pôde ser sentido no seu regresso ao Estado, após meses de prisão no Rio de Janeiro. Elucida Câmara:

“O regresso de Ramos Caiado não deixou de criar problemas para o Governo revolucionário, em virtude não somente da situação nacional que estava muito confusa com as divergências de Getúlio com S. Paulo e Rio Grande, como também pelas demonstrações de apreço que o ex-Senador vinha recebendo de vários municípios goianos.”²³

²¹ TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. 2ª ed. Goiânia: Cultura Goiana, 1973, p. 48-49.

²² FGV/CPDOC. Op. cit. p. 6006.

²³ CÂMARA, Jaime. **Os tempos da mudança**. Goiânia: ed. do autor, 1967, p. 52.

Sem embargo, apesar de muito pouco mencionada, na realidade a liberdade de imprensa em Goiás não existia, a não ser para enaltecer os interventoriais. Só havia, no torrão anhanguerino, um jornal - único veículo de comunicação existente na época²⁴ - que repercutia, mesmo assim parcialmente, as notícias das hostes oposicionistas. O tom marcadamente centralizador e inibidor da liberdade de imprensa, que indubitavelmente refletia o pensamento dos homens do governo estadual, ressurte em outro tópico do programa do PSR referente ao que se denominou de política cultural: “Liberdade e responsabilidade da imprensa com os meios confessáveis e demonstráveis de vida própria.”²⁵ .

Apesar do processo de abertura política e de transição de um regime de exceção para de legalidade, a realidade é que se vivia sob a égide de uma ditadura, onde muitos exilados estavam fora do país e não podiam retornar, existia censura da imprensa e as organizações eram controladas pelo governo. Joaquim Rosa, ao traçar a trajetória do senador Ramos Caiado, confirma tal argumentação: “Não havia censura à imprensa, é certo (a censura foi inaugurada no período ludoviquiano).”²⁶

Nossa historiografia já registrou:

“É preciso ressaltar ainda – e considero fundamental que nos lembremos disso – que da mesma forma que as antigas oligarquias eram acusadas pelos oposicionistas de abusos e violências, antes de 1930, o mesmo aconteceu no momento posterior. Talvez não tenhamos tantas fontes porque a repressão aos oposicionistas do regime, principalmente a partir de 1937 tenha sido mais incisiva do que fora antes de 1930.”²⁷

Na capital, o “Democrata” deixara de circular desde a vitória revolucionária e suas oficinas só voltaram a operar após a reconstitucionalização do Brasil. Nenhum outro periódico oposicionista aparecera na cidade de Goiás até agosto de 1934. Este dado é fundamental, considerando a relevantíssima expressão de um jornal como fonte histórica, para uma reflexão mais acurada sobre a esquecida versão dos derrotados em 1930. Assim, a oligarquia hegemônica na República Velha ficou praticamente silenciada entre os anos 1930-1933, prevalecendo nesta fase a memória oficial. Acerca do tema de “memória subterrânea” ensina Pollak:

²⁴ Associação Goiana de Imprensa (AGI). **Imprensa Goiana – Depoimentos para a sua história**. Goiânia: Cerne, 1980, p. 37.

²⁵ Correio Oficial de 04 de fevereiro de 1933.

²⁶ ROSA, Joaquim. **De Totó Caiado a Pedro Ludovico**. Goiânia: Oriente, 1980. p. 15.

²⁷ ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. **Identidade e cidades de fronteira: um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003, p. 22.

“O longo silêncio sobre o passado, longe conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. [...] A fronteira entre o dizível e indizível, o confessável e inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar a impor.”²⁸

No interior, à época, o exclusivo jornal crítico ao interventor federal que encontramos em nossas pesquisas foi “O Estado de Goiás”, com sede em Pires do Rio, e sob a batuta do jornalista José Ayube. Ele começara a circular no fim do ano de 1932 e logo em sua segunda edição fora censurado, nomeando o interventor federal um censor para o periódico, o que, por óbvio, dificultou um conhecimento mais aprofundado das ações políticas da corrente dirigente da República Velha.

O Partido Democrata concorreu com apenas dois candidatos: Joviano Rodrigues de Moraes e Agenor Alves de Castro. Costuma-se fazer confusão, colocando os outros três pretendentes (Ernani Cabral, Benjamin da Luz Vieira e Orestes de Brito) como competidores sob a sigla dos democratas. Na realidade os três se inscreveram como candidatos avulsos, modalidade permitida pelo Código Eleitoral em vigência. O memorialista Britto corrobora tal assertiva: “Sem qualquer vinculação partidária, o grupo oposicionista de Bananeiras resolveu marcar a sua presença apoiando o candidato avulso à Constituinte, Benjamin da Luz Vieira.”²⁹

Outro fator, pouco lembrado, que dificultou uma eleição livre à Assembléia Constituinte ocorreu pela edição do Decreto nº 22.194, de 09 de dezembro de 1932, que suspendeu por três anos os direitos políticos de inúmeros indivíduos que participaram dos governos da Primeira República e dos insurretos do movimento constitucionalista de São Paulo.

O governo provisório removeu assim os diversos obstáculos que possivelmente teria em algumas unidades federativas e delineou as regras pela sua conveniência e oportunidade. Ângela Maria de Castro Gomes sintetiza magistralmente esse processo político:

“De início, cabe assinalar que os momentos de liberalização de regimes políticos fortes oferecem sempre a possibilidade de canalização dos confrontos para o terreno da legalidade, eliminando-se através de

²⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 2, nº 3, 1989, p. 5-8.

²⁹ BRITTO, Francisco de. **Memórias de outro tempo**. Goiânia: Abertura, 1980, p. 118.

mecanismos institucionais as tendências mais radicais e capazes de comprometer a ordem vigente. Este fato torna-se ainda mais facilmente perceptível quando observamos que são justamente aqueles que estão no poder que controlam a capacidade de traçar os limites do espaço político a ser democratizado. Concretamente, tal recurso é traduzido na faculdade de elaborar a legislação eleitoral e partidária (Código Eleitoral; registro de partidos e organizações políticas), além da possibilidade de manusear todo um outro tipo de legislação sobre a produção e divulgação de informações.”³⁰

Nesse terreno preparado para a supremacia dos revolucionários, o resultado não poderia ser outro. A vitória do PSR foi unânime e avassaladora. Os seus quatro candidatos foram eleitos, sendo que apenas Nero Macedo ganhou no segundo turno. Mais de 12.000 cidadãos votaram nas eleições de 03 de maio. Para se ter uma noção do sucesso eleitoral do PSR, basta observar que, em segundo turno, a agremiação recebeu cerca de 9.200 votos de legenda, ao passo que o Partido Democrata angariou a simpatia de 650 eleitores.³¹ Vale notar que Chaul entende que o triunfo do situacionismo “era um espelho que refletia a decadência dos Caiado, enquanto elementos ligados à Primeira República.”³²

O êxito eleitoral das forças políticas que sustentavam o governo provisório não se registrou apenas em Goiás. O fenômeno aconteceu em inúmeros outros estados. No Pará, Paraíba e Alagoas a situação ganhou por unanimidade as cadeiras da Assembléia Nacional Constituinte, enquanto que nos dois maiores colégios do Nordeste (Bahia e Pernambuco) a corrente getulista conseguiu expressiva vitória. Em Minas Gerais, o Partido Progressista, solidário ao governo provisório, elegeu 31 deputados, ao passo que o Partido Republicano Mineiro apenas 6. No Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Liberal do interventor Flores da Cunha conquistou 13 cadeiras, enquanto a FUG (Frente Única Rio-Grandense) tão somente 3. Como não poderia deixar de ser, Vargas perdeu em São Paulo, mas venceu em quase todos os outros estados.

O mais importante caminho para a continuidade no poder de Getúlio e seus delegados nos estados fora vencido com louvor. A propósito, interessante transcrever-se a seguinte lição:

“A estratégia de Vargas era a de promover a formação de partidos organizados pelos interventores e de integrá-los em um programa mínimo, que deveria coincidir com o anteprojeto da futura Constituição, a cargo da subcomissão do Itamarati. Essa articulação, pela via dos interventores, seria reforçada pelo encaminhamento jurídico da constitucionalização, que

³⁰ GOMES, Ângela Maria de Castro. Op. cit. p. 30.

³¹ Correio Oficial de 03 de junho de 1933.

³² CHAUL, Nars Fayad. **A Construção de Goiânia e a transferência da capital**. 2ª ed. Goiânia: Ed. da UFG, 1999, p. 74.

regulamentaria a composição da Assembléia e seu funcionamento através da elaboração do Regimento Interno.”³³

No plano estadual, a vitória do governo nas eleições de 33 representou o primeiro passo da consolidação do poder de Pedro Ludovico Teixeira e seu projeto continuísta, tal qual seu aliado nacional Getúlio Vargas. Após o sucesso eleitoral do PSR, nota-se uma canalização completa das ações administrativas e políticas do interventor federal para a galvanização do seu projeto de transferência da capital.

De outro lado, percebe-se uma grande desmobilização política da oposição, que, diante da falta de representante na Assembléia Constituinte, ficou sem horizontes políticos no processo de reconstitucionalização, não obstante respirar em um ambiente de intensa adversidade e mesmo compressão. Sua perspectiva só iria desanuviar com a confirmação da cisão no seio do situacionismo no início de 1934 e o retorno da legalidade. A segunda fase da retomada constitucional - a reconstitucionalização das unidades federativas - prometia.

3. O compromisso pré-constitucional e o mudancismo condicionado

Para vencer as eleições realizadas na Segunda República, o interventor federal necessitava de uma arrojada bandeira. E a bandeira hasteada pelo PSR na contenda eleitoral foi a idéia da mudança da capital do estado. A tese da transferência recebia vivo aplauso e era mesmo defendida com entusiasmo pela grande maioria da população interiorana, especialmente da região sudoeste e da estrada de ferro. A ata de formação do núcleo peссерista de Bonfim, lavrada em janeiro de 1933, não deixa dúvida: “Pelo Snr. Dr. Domingos Netto de Vellasco, como presidente, foi proposta a diretriz geral do partido em organização, onde se incluiu como ponto principal a mudança da sede do Governo do Estado.”³⁴

Mas como e por que o interventor federal ganhou com folga todas as eleições realizadas durante a Segunda República na maior zona eleitoral do estado, ainda com o título de capital, se, como é voz corrente, pacífica e uníssona na historiografia regional³⁵, a população vilaboense era tremenda e radicalmente contrária

³³ CASTRO, Maria Helena de Magalhães. **O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante**. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 76-77.

³⁴ Arquivo Pedro Ludovico Teixeira.

³⁵ Em sentido contrário, telegrama do interventor goiano ao chefe do governo provisório em 07 de julho de 1932: “Seguiu ontem, registro, memorial desta Interventoria sobre mudança capital Goyaz. Interior

ao projeto de transferência? Tal pergunta não possui uma resposta fácil, tampouco uma única causa. Acreditamos na existência de mais de um fator e na complexidade do assunto que não se esgota neste artigo. Todavia, ponderamos que o principal motivo da vitória desta posição política fora o compromisso celebrado, por mais de uma oportunidade, pelo interventor estadual de que não abandonaria a cidade de Goiás, preservando-a da natural decadência.

No decorrer de todo o ano de 1932, artigos atinentes ao tema da transferência da capital são constantes no Jornal “Voz do Povo”, irrefragavelmente o maior veículo de comunicação do estado. Contudo, no final deste ano, após regressar de uma viagem ao Rio de Janeiro, o interventor federal resolve colocar em operação “a estratégia de poder para sua ascensão e permanência como principal líder político em Goiás.”³⁶ Delibera a nomeação de uma comissão³⁷ que teria a incumbência de escolher o local da nova sede governamental e coloca em ação seu principal projeto.

Vale destacar que aparentemente Vargas não apresentava a mesma obstinação de Pedro Ludovico e nem muita preocupação com as matérias da terra goiana. A despeito de nenhuma vez citar a construção de Goiânia em seu diário (apenas a visita feita em 1940)³⁸, vejamos a resposta do secretário do chefe do governo provisório ao pedido de empréstimo da administração estadual para atender às despesas exigidas pela projetada mudança:

“Tendo em vista o parecer proferido, a respeito, pelo Senhor Ministro da Fazenda, cumpre-me declarar-lhe que a delicada situação financeira do país e do Tesouro Nacional desaconselha quaisquer operações de crédito, para fins de empréstimos ou auxílios não justificados por absoluta necessidade de interesse público.”³⁹

Emerge da interpretação das fontes históricas analisadas que os antimudancistas começavam a se dividir em dois grupos. Os primeiros que aceitavam a inevitabilidade da transferência e iniciavam a se preparar para enfrentá-la, lutando para conseguir o melhor compromisso possível aos seus interesses e aos da cidade de Goiás

vibra entusiasmo pela idéia que é apoiada maioria desta Capital. Peço fineza leitura atenciosa dito memorial. Respeitosos cumprimentos. Pedro Ludovico – Interventor”.

³⁶ CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da capital: uma estratégia de poder. In: **Cadernos do Indur**, Goiânia: Fundação Indur, nº 2, 1980.

³⁷ O Decreto nº 2.737, de 20 de dezembro de 1932, constitui a seguinte comissão: D. Emanuel Gomes de Oliveira, João Argenta, Colemar Natal e Silva, Antônio Pireneus de Souza, Laudelino Gomes de Almeida, Antônio Augusto Santana e Gumercindo Alves Ferreira.

³⁸ VARGAS, Getúlio. **Getúlio Vargas: Diário**. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: FGV, 1995.

³⁹ Ofício nº 271, de 20 de dezembro de 1932, assinado pelo secretário do Gabinete do Chefe do Governo Provisório. In: Arquivo Pedro Ludovico Teixeira.

que sofreria natural colapso. Os demais, a maioria ligada à oligarquia derrubada em trinta, permaneciam numa posição intransigente de combate à mudança da capital.

A primeira corrente de opinião, que chamaremos de “mudancismo condicionado”, fora convocada pelo intelectual Inácio Xavier da Silva:

“Diversas correntes já se formaram. Há uma que diz ‘sim, outra repete ‘não’ e uma terceira grita ‘pode ser que sim, conforme...’ [...] Formemos, pois, Senhores, na corrente que diz: ‘Pode ser que sim, conforme’ e auxiliemos o nosso digno Interventor nessa penosa tarefa, mesmo porque a velha Goiaz há de ser o recanto para as nossas férias, para as nossas recordações.”⁴⁰

O sentimento preservacionista do mais relevante relicário dos goianos já havia sido esboçado pelo próprio presidente da comissão responsável pela escolha do local da futura capital, Dom Emanuel, bispo de Goiás, que telegrafara ao interventor, na ocasião do convite para integrar o mencionado comitê, asseverando: “Aceitamo-lo agradecido, para prestar desinteressadamente nosso modesto concurso magno problema muito favorecerá desenvolvimento Estado e cooperar nobres propósito governo Vossência cercar todas garantias vida cidade Goyaz sede permanente nossa querida Diocese primaz.”⁴¹ Nessa esteira, outra notícia publicada pela revista: “Em Goyaz ficarão: um batalhão do Exército; uma companhia da Força Pública; o Lyceu e a Escola Normal.”⁴²

Na fundação do PSR, a população de Vila Boa percebeu, em seu próprio terreno, quão comovia os outros municípios do estado a empresa da transferência. Examine-se o que frisou o órgão oficial: “A tese sobre a mudança da capital, já anteriormente discutida, não foi necessária ser posta em votação. Convidada pelo sr. Floriano Caramuru, a assembléia, num arranque, aclamou-a de pé, unanimemente.”⁴³ Sentiram que a oposição pura e simples não seria a modalidade de comportamento mais inteligente, bem como não teriam força política suficiente para deter a idéia.

O interventor estimula e mesmo articula a solidificação do pacto em busca da homogeneidade possível e do consenso no palco mais significativo da cena eleitoral. A unificação da opinião pública da capital em sentido contraposto aos interesses da administração estadual poderia reservar ao governante perigoso dissabor na consolidação de sua liderança e nos pleitos eleitorais, considerando que tudo naquele momento era ainda provisório e instável.

⁴⁰ Voz do Povo, de 10 de julho de 1932.

⁴¹ Informação Goiana, dezembro de 1932.

⁴² Idem.

⁴³ Correio Oficial de 24 de janeiro de 1933.

A elite política da cidade de Goiás que dava sustentação à gestão pedrista tentou impedir a idéia da transferência da capital até 1933. Confirmada a saciedade a efetivação do projeto de transferência⁴⁴, a tática empreendida pelos que continuaram seguindo a orientação interventorial foi-se paulatinamente modificando, até sua cristalização completa em 1935 formando a corrente dos “mudancistas condicionados” – não mais bloquear, já que impossível diante da obsessão do interventor federal, mas interferir veementemente para se resguardarem os interesses relacionados ao berço da civilização anhanguerina.

A estratégia alterou a luta política, perpetrando a passagem gradativa do campo do conflito para o setor do compromisso. A evolução foi amainando o ímpeto antimudancista dos vilaboenses. Começaram a compreender que seria melhor perder os anéis aos dedos. A cidade deveria progredir, mas necessitava que se mantivessem algumas centelhas de desenvolvimento. Em linhas gerais, o entendimento era que a antiga capital deveria disputar com a nova a hegemonia em todas as áreas, fundamentalmente no domínio econômico e cultural.

O esboço do programa do PSR trazia como a 18ª tese a sintética previsão, nada falando sobre a antiga capital: “Nova sede para o governo - Mudança da capital do Estado.”⁴⁵ Contudo, o plano final aprovado pelo congresso que criou o partido situacionista acrescentou à tese uma compensação aos proprietários da cidade de Goiás: “Mudança das capitais federal e do estado – Manutenção do art. 3º da Constituição Federal de 1891, quanto à mudança da Capital Federal para o Planalto Central, e construção da Capital do Estado em local escolhido pela comissão nomeada pelo Governo, adotando, esta, medidas que suavizem, tanto quanto possível, os prejuízos por ventura causados aos proprietários desta cidade com a transferência da sede do governo.”⁴⁶

Importante dizer que a concepção de indenizar os proprietários da antiga capital não era absurda. Muito pelo contrário. Quem ousa estudar o processo de transferência da capital goiana, freqüentemente se depara com referências à história da mesma mudança feita em Minas Gerais, realizada no final do século XIX, quando se

⁴⁴ “O Exmo. Sr. Interventor declarou peremptoriamente: ‘Não há mais motivos para dúvidas ou discussões. A mudança da capital está plenamente resolvida. Ela se fará, dependendo a últimação da iniciativa apenas de negociações que espero ver realizadas dentro em breve.’” In: Informação Goiana, dezembro de 1932.

⁴⁵ Correio Oficial de 21 de janeiro de 1933.

⁴⁶ Correio Oficial de 04 de fevereiro de 1933.

retirou de Ouro Preto o trono de sede do governo e se erigiu uma nova cidade. Pois no estado montanhês rezava a lei adicional nº 3, de 17 de dezembro de 1983:

“Art. 2º. Fica o governo autorizado:

(...)

§ 8º. A conceder, a título gratuito, a cada um dos atuais proprietários de casas em Ouro Preto, situadas no perímetro estabelecido para cobrança do imposto predial no exercício de 1890, um lote de terreno para edificação”.⁴⁷

O certo é que a medida abrandou a resistência dos antimudancistas de Ouro Preto ao projeto, além de fortalecer Belo Horizonte, já que o artigo seguinte do mesmo ato legal mineiro impunha o início das edificações dentro de dois anos, depois da aprovação da planta da nova cidade.

Em Goiás, a despeito do gizado no programa do partido situacionista, a administração estadual resolveu por bem não levar avante a concessão aos proprietários vilaboenses, preferindo resguardar os interesses do município goiano. Ficou assim redigido o art. 2º do decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933, que escolheu o local da futura capital e instituiu um prazo de dois anos para a transferência:

“Art. 2º. O Governo do Estado entender-se-á com o município de Goiás sobre o emprego dos meios de proteção à cidade, atual sede da administração pública, resguardando-a da decadência.

§ único – Aos proprietários de imóveis, entretanto nenhuma indenização se fará a pretexto de mudança da sede do Governo, mas aos funcionários públicos, com domicílio necessário na capital do Estado, será concedido um lote na área, segundo as prescrições do regulamento geral que se baixará sobre o assunto.”⁴⁸

O diretório municipal do PSR de Goiás, denominado Partido Republicano Municipal (nome do antigo partido oposicionista pré-30), fundado em 07 de março de 1933, parecia antecipar o debate que se vislumbrava, assentando as bases do projeto de proteção de Vila Boa. Na realidade, o programa, submetido anteriormente à apreciação do interventor federal, dizia-se contrário à transferência e propunha uma série de melhoramentos - exatamente 16 - na primeira povoação anhanguerina, tais como a construção de redes de esgoto e abastecimento de água. Aqui se encontra o bosquejo das salvaguardas à cidade de Goiás.

Outrossim, consta que no mês seguinte à fundação do partido municipal e antes das eleições de 33, o periódico “Voz do Povo” estampou a seguinte matéria com o título “Idéia Oportuna”:

⁴⁷ BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1928, p. 403.

⁴⁸ SABINO JÚNIOR, Oscar. **Goiânia Documentada**. São Paulo: Edigraf, 1960, p. 74.

“O Sr. Dr. Pedro Ludovico, a par da sua idéia de remover a sede do Governo para uma cidade moderna e construída a propósito, quer cumprir a solene promessa feita à velha Vila Boa, onde tem S. Exa. e os demais inexoráveis próceres do mudancismo enterrados os seus preciosos cordões umbilicais. A promessa feita é de deixar aqui algumas centelhas de progresso ou algum sinal de vida e incentivos.”⁴⁹

Ato contínuo, após narrar a iminência da instalação de um batalhão do Exército em Vila Boa, bem como a aquisição de uma lancha para navegar as águas do Araguaia, o jornal arremata, mitigando claramente a objeção à idéia mudancista:

“Ora, a população da Capital com boas estradas para a ponta dos trilhos e para o porto de Leopoldina, com um batalhão estacionado em Vila Boa e esperançosa do crescente povoamento do município com o advento de colonos agricultores, constituídos de milhares de famílias, que venham habitar e cultivar nossas ubérrimas terras, cessará por certo de cobrir de anátemas e maldições os próceres do mudancismo.”⁵⁰

Transparece dos documentos históricos ainda que existia um objetivo de arrastar esta momentosa decisão para o poder constituinte decorrente, tendo em vista a sua legitimidade democrática, já descrita no início do trabalho. Raciocinavam que o período institucional ditatorial em que se levava a cabo a mudança restava inoportuno, sendo conveniente aguardar a deliberação dos representantes eleitos pelo povo à Assembléia Constituinte Estadual.

A alteração progressiva da tática entre os anos de 33 a 35, optando-se pelo compromisso ao invés do conflito, se confirma na segunda fase da retomada constitucional, ou seja, na reconstitucionalização das esferas estaduais.

O compromisso pré-constitucional levado a efeito no fundo tentava equilibrar a tradição do berço da civilização goiana com a modernização da nova capital.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Simbolicamente, a Revolução de 32 inaugurou o processo de reconstitucionalização do Brasil. O poder de fato alcançado pelo triunfo do movimento revolucionário de trinta necessitava para a sua transformação em poder de direito da legitimidade do poder constituinte originário, expresso pela Assembléia Nacional Constituinte.

⁴⁹ Voz do Povo de 16 de abril de 1933.

⁵⁰ Idem.

Assim, a realização das eleições para a retomada constitucional era um corolário indispensável. No plano estadual, concomitantemente com a fundação do partido situacionista, o interventor federal lançou a idéia da mudança da capital, projeto que empolgava os outros municípios do estado, menos Vila Boa. A proposta da transferência e a construção de uma nova cidade tornaram-se a grande bandeira eleitoral do PSR e da estratégia da consolidação da liderança política de Pedro Ludovico. As eleições de maio de 1933 foram vencidas com facilidade pelos interventoriais em todas as zonas eleitorais.

A historiografia regional que se debruçou sobre a década de trinta, período confuso, mas de uma riqueza conjuntural invulgar, geralmente tem formulado generalizações sobre as posições das elites políticas da cidade de Goiás e mesmo da população em geral que mais confundem do que esclarecem. É leitura corrente daqueles que se aventuraram no espinhoso tema da transferência da capital goiana, momentoso assunto da época, a classificação taxativa e inflexível dos personagens históricos entre mudancistas e antimudancistas, desprezando os arranjos perpetrados. Tal redução apaga as marchas e contramarchas do jogo político em testilha, sem prejuízo de reduzir o debate a uma rigidez que não foi e não é a realidade da cena política pátria, fértil em acordos e pactos. A abordagem dominante na análise da história política estadual acerca do processo de mudança da capital de Goiás necessita ser repensada, à luz dos compromissos e confrontos no interior das elites dirigentes.

Entre outros elementos, a vitória do partido situacionista no município de Goiás em todas as eleições realizadas durante a Segunda República é uma prova incontestada de que alguma coisa não está bem explicada em nossa história regional, já que profligam insistentemente a objeção ferrenha do povo vilaboense à transferência. Acreditamos que o compromisso pré-constitucional firmado entre o interventor e as elites políticas da antiga capital possibilitou às partes vantagens recíprocas e uma harmonização de interesses. Ao primeiro, o início de sua consolidação como líder político no estado e a desobstrução de seu principal objetivo governamental. Às segundas, a salvaguarda da amada cidade e o menor abalo possível com a perda do título de capital.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. **Identidade e cidades de fronteira: um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.
- ASMAR, José. **Oposição também governa – Alfredo Nasser na política estadual e nacional**. Goiânia: ed. do autor, 1994.
- ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA (AGI). **Imprensa Goiana – Depoimentos para a sua história**. Goiânia: Cerne, 1980.
- BARRETO, Abílio. **Bello Horizonte: memória histórica e descritiva**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1928.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 19ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 10ª ed. Brasília: Ed. Unb, 1999.
- BRITTO, Francisco de. **Memórias de outro tempo**. Goiânia: Aberta, 1980.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- CÂMARA, Jaime. **Os tempos da mudança**. Goiânia: ed. do autor, 1967.
- CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da capital: uma estratégia de poder. **Cadernos do Indur**. Goiânia: Fundação Indur. nº 2, 1980.
- CASTRO, Maria Helena de Magalhães. **O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante**. In: Gomes, Ângela Maria de Castro (Org.). Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- CHAUL, Nasr Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. 2ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 1999.
- FAORO, Raymundo. **Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FERRARI, Sérgio. **Constituição Estadual e Federação**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.
- FGV/CPDOC. **Dicionário histórico-biográfico pós-30**/Coordenação: Alzira Alves de Abreu et al.. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC, 2001.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30** (introdução). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. **Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930 – 1935)**. In: História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel. 1983.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. **A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político**. In: Gomes, Ângela Maria de Castro (Org.). Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- POLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 2, nº 3, 1989.
- RÉMOND, René. **Uma história presente**. In: RÉMOND, René. Por uma história política. (Org.). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- SABINO JÚNIOR, Oscar. **Goiânia documentada**. São Paulo: Edigraf, 1960.
- SIEYÈS, Emmanuel Joseph. **A Constituição Burguesa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. 2ª ed. Goiânia: Cultura Goiana, 1973.

VARGAS, Getúlio. **Getúlio Vargas: Diário**. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: FGV, 1995.

PERIÓDICOS CONSULTADOS

Correio Oficial de 1933.

Informação Goiana de 1932.

Voz do Povo de 1932/1933.

ARQUIVOS PESQUISADOS

Arquivo Histórico do Estado de Goiás

Arquivo Pedro Ludovico Teixeira

Arte dionisíaca, discurso do amor e reflexões histórico-filosóficas

Leandro Alves Martins de Menezes¹, UFG.

Leandromenezes7@hotmail.com

No esforço de pensar sobre a arte grega sempre reportamo-nos ao ideário ligado à noção de perfeição estética, métrica, pureza, e adjetivações próximas disso. Hitler, por exemplo, ao propor um modelo de arte na Alemanha nazista, pensou na estética de arte grega; mas ele se esqueceu ou negligenciou um elemento muito significativo da arte grega, que é a arte dionisíaca, uma arte claramente de ruptura a modelos estéticos apolíneos.

No mundo grego, as produções artísticas de caráter apolíneo eram sempre direcionadas ao elemento de beleza, eterna juventude e o belo sonho. A arte dionisíaca por sua vez repousa no arrebatamento e embriaguez. A peculiaridade do modelo artístico dionisíaco está na conjugação da lucidez com a embriaguez. Dioniso representava diretamente questões com uma conotação artisticamente sexual, irracional e sobrenatural. De acordo com Nietzsche (2005), “o novo mundo artístico, o mundo do sublime [...], o mundo da ‘verossimilhança’, repousava sobre uma outra visão dos deuses e de mundo, diferente da antiga, inerente à bela aparência.” (p.26)

A sabedoria trágica dionisíaca dissertada no *Nascimento da tragédia*, como conjugação dos impulsos apolíneos e dionisíacos, foi identificada por Nietzsche como uma concepção profunda e séria dos problemas éticos e estéticos, concepção que se pode definir por ‘sabedoria dionisíaca’. Ele concebe essa sabedoria a partir da caracterização do impulso dionisíaco como a matriz de onde nasceu a arte trágica, ou seja, as tragédias gregas eram eminentemente dionisíacas.

Em seus textos da juventude sobre a visão dionisíaca do mundo, Nietzsche (2005) argumenta que o dionisíaco levava a sociedade grega às ilusões; as tragédias gregas eram dionisíacas. Havia na população grega; certo receio do dionisíaco; e a idéia do apolíneo existia exatamente para contrabalançar; seria o ópio para suportar o dionisíaco.

¹ Licenciado em História (UCG) / bacharelado em Filosofia (UFG) e bolsista do CNPq (Pibic)

Apolo era, grosso modo, o deus da moderação, individualidade e da intelectualidade. Quanto ao personagem Dioniso, avistamos características distintas, exatamente porque ele representava a *'embriaguez do sofrer'* e o apolíneo era o *'belo sonho'*, uma espécie de antídoto para o dionisíaco na sociedade grega. Para Nietzsche o sentido referente à embriaguez é o Uno - originário de pura dor, o puro lançar-se para si da Vontade, para assim permanecer sempre Vontade como sentido último de todo o mundo. Isso refletia nas produções artísticas. Conforme Nietzsche:

a *embriaguez do sofrer* e o *belo sonho* têm seus mundos divinos diferentes: a primeira, na onipotência de sua essência, penetra nos mais íntimos pensamentos da natureza, conhece a terrível pulsão para a existência e ao mesmo tempo a contínua morte de tudo o que chegou à existência; os deuses que ela engendra são bons e maus, assemelham-se ao acaso, assustam com os seus planos que emergem subitamente, não têm compaixão nem o prazer do belo. (Nietzsche, 2005, p.19)

Na constante busca de compreender uma determinada cultura é necessário não somente se ater à documentação escrita; devemos analisar esculturas, diversas concepções de arte e símbolos. Por meio desta modalidade de testemunho do passado, podemos entender certos costumes e, especificamente, representações das práticas sexuais. Neste sentido, evidencia-se que a iconografia referente aos deuses ligados à sexualidade e à fertilidade está associada a grandes falos. Na ilha grega de Lesbos, identificamos uma artista claramente dionisíaca, refiro-me a poetisa Safo². Safo pertencia à nobreza da região. Ela encarna a poesia lírica, eólica, cujos poemas exprimem sentimentos pessoais, existenciais e, por isso diferenciam-se da poesia lírica tradicional ou as produzidas com foco puramente religioso e cívico.

Lesbos era uma ilha de grande extensão ao norte do mar Egeu. A origem contemporânea do imaginário em torno dos termos *'safado(a)'* e *'lésbica'* foram construídas sob a ressonância das idéias da poetiza, vinculada à região onde residiu, aproximadamente entre os anos 630 a 612 aC. Tratava-se de uma povoação bem importante, uma região rica, que mantinha relações com várias

² No grego antigo, Σαπφώ.

cidades gregas da Ásia Menor. Sobre a ilha de Lesbos, Claude Mossé³ esclarece que:

cada uma das aglomerações da ilha era muito ciosa de sua independência face às vizinhas, mas todas falavam o mesmo dialeto grego, chamado eólico, que teria chegado ali trazido por um grupo de aqueus que havia participado do sítio de Tróia; e uma grande família de Lesbos, a dos Pentírides, pretendia descender de Orestes, filho de Agamenon, chefe da grande expedição aquéia. (MOSSE, 1992, p.39)

As mulheres em Lesbos gozavam de independência parcial e *status* que não mais conheceriam nos séculos V e IV a.C (época clássica) Mas o casamento era uma obrigação, dessa forma, Safo respeitou e tornou-se esposa de um homem rico da ilha de Andros⁴, chamado Kerkilas. Teve uma filha com o mesmo nome da mãe de Safo (Kleis). No imaginário grego a mulher deveria ser a guardiã do '*oikos*'⁵.

As obras de Safo contêm poemas ardentes, sensuais, eróticos, que traçam relações homossexuais entre mulheres. Por escapar a dos padrões da época, a poetisa foi fortemente criticada pelos homens gregos, sendo considerada uma pessoa desregrada e apaixonada pelas mulheres.

Para muitos intelectuais as práticas homossexuais femininas não eram aceitas. Aristófanes em seus poemas, por exemplo, satirizava e ridicularizava com freqüência os '*invertidos*'. Em Atenas, Safo, foi ridicularizada por poetas cômicos do gênero de Aristófanes. A historiografia dispõe de poucos documentos que registrem sobre as práticas do homossexualismo entre mulheres. Os poemas de Safo pertencem à seleta documentação que diz respeito à disso.

Segundo alguns estudiosos, Safo era de baixa estatura, morena e de pouca beleza estética. Isto, em certa medida, demonstra que a vinculação de seus amores não era puramente carnal. Muitos a traduzem como um Sócrates feminino. Outros afirmam duas características de Safo: uma poetisa servidora das musas e outra cortesã, com práticas e costumes desregrados e depravados.

³ Helenista francesa lecionou história grega nas universidades de Rennes e Clermont-Ferrand, foi uma das fundadoras da Paris VIII, e durante a década de oitenta trabalhou por um curto período na USP e UFRJ

⁴ Remete a idéia da androgenia.

⁵ Termo referente à idéia contemporânea de 'casa'.

Lendo as poesias de Lesbos, é fácil identificar porque ela foi tão impactante em sua época:

Parece-me igual aos deuses este homem que, sentado frente a ti, bem de perto ouve tua voz tão doce. E este riso encantador que, eu juro, fez fundir meu coração dentro de meu peito; pois mal te vejo um instante, não me é mais possível articular uma palavra. Mas minha língua emudece, e sob minha pele de repente desliza um fogo sutil: meus olhos não tem olhar, minha orelhas zumbem. O suor escorre por meu corpo, um calafrio me toma por inteira, fico mais verde que a relva e por muito pouco não sinto chegar minha morte' (SAFO *apud* MOSSE, 1973, p.43)

Segundo o poeta ateniense Menandro (século IV a.C), a poetisa Safo foi apaixonada por um homem chamado Fáon, sendo que ela o perseguiu com amor furioso. Esse amor não correspondido possivelmente levou-a ao suicídio. Ela se lançou ao mar no alto da rocha da ilha Lêucade. Muitos teóricos a nomeiam como a poetisa lésbica, mas há versões que narram paixões heterossexuais em sua vida. Apesar de ter sido associada a uma imagem (moral) negativa, não deixou de ser glorificada por sua técnica e seu talento.

As jovens em Lesbos podiam receber uma formação educacional consideravelmente avançada para a época, em comparação com as mulheres gregas que viviam em outras regiões, restritas desde a infância em casa, sob a autoridade da mãe, sendo preparadas para o casamento. Existia um processo educacional especialmente dedicado às mulheres, uma pedagogia voltada, em geral, à formação artística, incluindo a educação sexual. Esta formação incluía atividades esportivas: Safo foi monitora de uma mulher que, posteriormente, foi campeã de corrida pedestre.

Com relação à educação feminina, Marrou disserta que:

o ensino feminino, por muito tempo ofuscado em virtude da predominância masculina na civilização grega, só torna a aparecer novamente às claras muito mais tarde, pouco antes de abrir-se a época helenística. Manifesta-se, em particular, nos concursos em que o espírito, como hoje os nossos exames, de aferição dos estudos. (MARROU, 1973, p.64)

A poetisa Safo foi beneficiada por essa perspectiva de ensino da arte e filosofia que ocorria em Lesbos. Em contrapartida, a população grega privilegiava a

arte apolínea, sobretudo pela preferência em viver no 'belo sonho' e de vislumbrar o elemento da eterna juventude, tal como salienta Nietzsche.

Um dos objetos de Platão, na obra *O Banquete*, produzida (aproximadamente) no ano de 384 a.C, foi resgatar a antiga preocupação moral na relação entre *erastas* e *erômenos*, assim orientado a juventude da melhor forma, ou seja, sem separar o processo educacional e político desses rituais de formação do homem grego.

A obra trata das virtudes originais da cultura grega nas relações 'pederásticas', a partir dos diálogos em que figuram as idéias de Aristófanes, Sócrates e Agatão sobre Eros e o amor.

Ao todo foram sete discursos em louvor a Eros. Destaca-se o diálogo em que a personagem Alcebíades, fingindo embriaguez, declara seu amor a Sócrates.

Seguindo a narrativa, Aristodemo se espanta ao ver Sócrates muito bem arrumado, dado que este costumava não se preocupar com isso quando andava pelas ruas de Atenas. Ambos caminham juntos à casa de Agatão, que era um poeta de Atenas, convidados a participar de um banquete. Aristodemo chegou ao local primeiro, porque Sócrates encontrou pessoas no caminho e travou algumas conversas que determinaram o seu atraso. O filósofo só aparece quando a refeição já estava por acabar e senta-se ao lado de Agatão. Assim iniciam os discursos acerca do amor:

Disse ele que o encontrara Sócrates, banhado e calçado com as sandálias, o que poucas vezes fazia; perguntou-lhe então onde ia assim tão bonito. Respondeu-lhe Sócrates: ---- Ao jantar em casa de Agatão. Ontem eu o evitei, nas cerimônias da vitória, por medo da multidão; mas concordei em comparecer hoje. (PLATAO, 1972, p.15)

Fedro toma a palavra, argumentando que o ideário de amor caminha em convergência com um grande deus- Eros, admirado pelos homens e deuses. Eros exerce influência tanto no mundo dos mortais quanto no dos deuses.

Pausânias defende a idéia da existência de dois amores. Define esses dois amores partindo das duas espécies de Afrodite. O amor de Afrodite Pandemia é o amor puramente carnal, banal e direcionado para qualquer pessoa. O amor de Afrodite Urânia existe somente entre os homens, visto que se trata do amor intelectual e não carnal: "o Amor de Afrodite Pandemia é realmente popular e faz o que lhe ocorre; é a ele que os homens vulgares amam." (PLATAO, 1972, p.21)

O médico Erixímaco, outro personagem inserido na trama por Platão, entra em cena esclarecendo as características de Eros e tecendo analogias com a medicina. Aristófanes aborda o Mito dos Andróginos. Define o andrógino como um ser duplo, com duas faces e oito membros, um ser com forma descomunal, condenado pelos deuses a buscar durante suas vivências a unidade perdida.

Aristófanes dedica elogios ao deus do amor e àqueles que buscam efetivamente encontrar a sua outra metade entre os rapazes. Agatão – anfitrião do banquete – resolve então discursar. Ele atribui adjetivos a Eros e ao amor como coragem, beleza, temperança, qualidades que dizem respeito à relação do erômeno com o erasta. Segundo a mitologia, Eros foge da velhice, assim sendo, procura aproximar-se dos jovens. Isso mostra o quanto a prática sexual estava associada a uma pedagogia, à formação da identidade masculina e feminina. Nas palavras de Platão:

nossa natureza outrora não era a mesma que a de agora, mas diferente. Em primeiro lugar, três eram os gêneros da humanidade, não dois como agora, o masculino e o feminino, mas também havia um terceiro, comum a estes dois, do qual resta agora um nome, desaparecida a coisa; andrógino era então um gênero distinto, tanto na forma como no nome comum aos dois, ao masculino e ao feminino, enquanto agora nada mais é que um nome posto em desonra. (PLATAO, 1972, p.28)

Sócrates valoriza a mulher no discurso do amor; cita Diotima, como sendo a mulher responsável por tudo o que sabe sobre o amor. E, desde esta posição, argumenta que Eros é o intermediário entre os mortais e os deuses (*'daimon'*), assim servindo de ponte na relação dos dois mundos.

Platão, influenciado no que Sócrates afirmou, defende que Eros tem o mesmo papel do filósofo, exatamente por ocupar seu lugar intermediário entre a sabedoria e a ignorância. Em suas palavras:

um deus com um homem não se mistura, mas é através desse ser que se faz todo o convívio e diálogo dos deuses com os homens, tanto quando despertos como quando dormindo; e aquele que em tais questões é sábio é um homem de gênio, enquanto o sábio em qualquer outra coisa, arte ou ofício, é um artesão. E esses gênios; é certo, são muitos e diversos, e um deles é justamente o Amor. (PLATAO, 1972, p.41)

O diálogo é finalizado quando Alcebiades, um homem belo e egoísta entra em cena, fingindo embriaguez, e declara-se para Sócrates. Alcebiades relata as

experiências compartilhadas com o filósofo. Tendo em vista a estética grega, Sócrates era considerado por muitos um homem feio. Ao final, a narrativa ressalta a necessidade do amor por afeição e não por questões somente carnis e banais.

Michel Foucault é outro teórico que demonstra a importância do outro nas práticas e formação de si; somente é possível alcançar certa verdade de si mesmo a partir do outro, sobretudo sendo arrancado de uma alienação primeira. Neste sentido, Foucault aproxima-se do modelo de educação proposto por Sócrates, tal como delineia-se em o *Banquete*.

A meu ver, não faz muito sentido relacionar essas considerações finais desta comunicação aos sentidos de uma conclusão. Não me propus esgotar as questões que envolvem essa temática. Mas, pretendi problematizar as noções referentes ao amor e às relações com o sexo, construídas pelo pensamento grego do período clássico, e incorporadas nas narrativas lendárias e na literatura filosófica da época, questionando esses processos e, conseqüentemente levantando algumas hipóteses. Podemos então, neste momento, tecer alguns comentários finais acerca do conjunto produzido.

O simbolismo das produções artísticas que representavam os deuses tinha enorme importância: primeiro, porque os gregos acreditavam que os deuses poderiam encarnar nas estátuas ou outros objetos criados à sua imagem. Segundo, porque as produções artísticas implicavam a materialização de valores estéticos: a noção de beleza, harmonia, perfeição e seus inversos.

A análise deslocou-se para as representações da sexualidade no campo da arte grega, privilegiando a arte dionisíaca. Nesta direção, destaca-se na minha análise a atuação da poetisa Safo. O caráter dionisíaco e revolucionário de sua produção artística. O impacto da obra de Safo deve-se não somente pelo conteúdo, mas também pelo fato de confrontar as interdições do feminino na cultura grega.

Ao longo do trabalho procurei interrogar as fontes documentais na perspectiva de uma *história-conhecimento*, sem um discurso de verdades absolutizantes, mas como representações dos valores e práticas morais, culturais e políticas que dizem respeito à sexualidade e ao amor.

Referências Bibliográficas

- ARISTOFANES, *Lisístrata – A greve do sexo*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2003.
- BRANDÃO, J. de S. *Mitologia grega*. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOCAULT, Michel. *História da Sexualidade Volume II*, São Paulo: Editora Graal 2003.
- MARROU, Henri Irénée. *Da pederastia como Educação*. In:_____. História da Educação na Antiguidade. SP: EPU, 1973.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A visão dionisíaca do mundo*. SP: Martins Fontes, 2005.
- PLATÃO, *O Banquete*. SP: Editora Abril Cultural, 1972.
- PLATÃO, *Os Pensadores*. SP: Editora Nova Cultural, 1996.
- Revista (Edição Especial) L'Histoire / Seuil. *Amor e Sexualidade no Ocidente*. Porto Alegre: Editor L&PM, 1992.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As Origens do Pensamento Grego*. SP: Difel, 1977.
- VRISSIMTZIS, Nikos A, *Amor, sexo e casamento na Grécia Antiga*, SP. Odysseus. 2002.

Cidade das Letras

Marcos Antonio de Menezes*

RESUMO:

As mudanças na vida social, econômica e política dos séculos XVIII e XIX propiciaram o surgimento da literatura da nascente grande cidade. Todo o espaço urbano é esquadrihado por centenas de olhos atentos e afoitos a descrever tudo o que era movido ou se fazia mover. Surge aí uma plêiade de escritores cuja musa, então, era o novo espaço urbano. Depois de o poeta de *As Flores do Mal* ter traduzido, em versos, as mudanças que a nova cidade do século XIX provocava na alma e no mundo físico, muitos outros se ocuparam de tal tarefa. Mas, ainda assim, a cidade parece ser material inesgotável, sempre passível de novas abordagens – mesmo porque, a nova cidade renova-se a cada dia.

Palavras Chave: cidades, literatura, Baudelaire.

ABSTRACT:

The changing in social, economic and political areas in the 18th and 19th centuries brought a different kind of literature: the literature of the cities. Every urban space was described by hundreds of eyes that eagerly wanted to put on paper everything that moved and was moved. In this situation we had many writers whose muse was the urban space. Many tried to write about the changing that the new city of the 19th century provoked in the soul and in the physical world. Like the writer of “As flores do mal” did in the past. But after the production of all this material the city has still provided many sources of new material – after all it is a new city in each sunrise.

Key words: cities, literature, Baudelaire.

Na poesia de Baudelaire, estão presentes as metáforas da morte, da destruição, da degeneração, da putrefação, da caveira. São alegorias mais que apropriadas para mostrar o que ocorria com o corpo da cidade. São fragmentos figurativos apresentados dispersamente, sem forma, mas nunca uma imagem completa – e isso lhe confere o caráter alegórico. A imagem é fragmento, ruína. É importante ressaltar que essa superação só pôde ser realizada na própria prática textual; por isso, os escritores são considerados, por Barthes (BARTHES, 1992.); como aqueles que mais se aproximaram da construção de uma semiótica urbana.

Uma cidade é, antes de tudo, um ambiente físico, uma “unidade funcional”, uma construção – no sentido arquitetônico do termo – composta de alguns elementos fixos, como as edificações, e outros móveis, a exemplo dos homens. (LINCH, 1997: 17). Embora “a cidade” possa ser tratada de forma genérica a princípio, cada uma delas tem particularidades, assim como em cada época concebe-se uma noção de cidade. Segundo Kevin Lynch, a cidade

* É professor Adjunto da UFG. Ministras aulas na graduação no Campus de Jataí e na Pós-Graduação em Goiânia.

tem uma “imagem pública” que se forma pela sobreposição das imagens criadas por vários indivíduos, e cada um deles tem uma imagem própria e única da cidade: “Cada imagem individual é única e possui algum conteúdo que nunca ou raramente é comunicado, mas ainda assim ela se aproxima da imagem pública que, em ambientes diferentes, é mais ou menos impositiva, mais ou menos abrangente”. (LINCH, 1997: 51).

Esta nova atmosfera propiciou o surgimento da literatura da nascente grande cidade. Todo o espaço urbano é esquadrihado por centenas de olhos atentos e afoitos a descrever tudo o que era movido ou se fazia mover. Surge aí uma plêiade de escritores cuja musa, então, era o novo espaço urbano. Mas os seguidores do “artista-demolidor” – alcunha que Haussmann deu a si mesmo – proliferaram junto com os escritores da nova cidade. Depois de o poeta de *As Flores do Mal* ter traduzido, em versos, as mudanças que a nova cidade do século XIX provocava na alma e no mundo físico, muitos outros se ocuparam de tal tarefa. Mas, ainda assim, a cidade parece ser material inesgotável, sempre passível de novas abordagens – mesmo porque, a nova cidade renova-se a cada dia.

Nesta, os conflitos ganham contornos mais nítidos, como se os corpos dos seus habitantes, antes, estivessem presos às suas pedras. Pedras serão deslocadas e explodirão em miríade sobre as cabeças convulsas dos seus atônicos cidadãos.

No século XIX, o fenômeno urbano inquietou as almas, tanto as mais sensíveis quanto as mais rudes. A experiência da vida nas metrópoles fez com que a tradição literária se ajustasse ao estudo singular dessa nova sensibilidade produzida. A literatura das grandes cidades cosmopolitas, principalmente das capitais culturais da Europa, traz em si a complexidade e a tensão da vida moderna. Tais cidades eram, certamente, mais do que lugares de encontros casuais; eram ambientes geradores de novas artes, pontos centrais da comunidade de intelectuais, e mesmo de conflitos e tensões entre estes.

A princípio, a reação de escritores e intelectuais foi abandonar a cidade: escapar dos vícios, da velocidade, do agigantamento. O tipo humano nela formado tem sido aquele que compõe a base de uma profunda recusa cultural, visível naquela moda literária nascente – a pastoral – que tanto pode apresentar uma crítica à cidade quanto a superação dela. Mas, apesar disso, escritores e intelectuais sempre gravitaram ao redor das cidades. A multidão em desvario, indiferente ao destino dos demais, chamou a atenção de quem tinha por ofício a escrita. Nas páginas de romances, novelas, contos e poesias, tal população aparece acelerando o passo para não tardar no compromisso com os ponteiros do relógio fabril. Homens e mulheres são empurrados pelo ritmo das fábricas e avançam como esteiras de máquinas na

linha de montagem. Atentos e também vivendo no meio de tal tumulto, os escritores do século XIX buscaram matéria literária neste conteúdo desordenado.

A literatura surgida a partir de meados do século XIX é tipicamente cidadina. Isto já é percebido com a literatura romântica, que, por se deter no modelo de vida burguês, tende a se concentrar mais nos espaços urbanos, mas sem perder de vista a concepção de que o campo é o lugar ideal, onde se concentra uma forma idílica de pureza original. Talvez pelos mesmos motivos que fizeram com que os românticos “guardassem” o desejo do campo, os realistas do fim do século XIX se afastaram cada vez mais dele, concentrando sua atenção primordialmente na vida da cidade.

Indagar sobre as representações da cidade na cena escrita construída pela literatura é, basicamente, investigar textos que lêem a cidade, considerando não só os aspectos físico-geográficos (a paisagem urbana), os dados culturais mais específicos, os costumes, os tipos humanos, mas também a cartografia simbólica, onde cruzam-se o imaginário, a história, a memória da cidade e a cidade da memória. É, enfim, considerar a cidade como um discurso, verdadeiramente uma linguagem, uma vez que fala a seus habitantes, revela a eles suas partes e seu todo.

“Tudo é ação numa cidade grande!”, exclamava Restif de la Bretonne já no século XVII,¹ justificando o interesse pela errância urbana. Se a própria cidade não pára de crescer, também o interesse da literatura por ela expande-se, chegando até nossos dias. Neste espaço de tempo – século XVII até hoje, em princípios do século XXI –, a destruição e a reconstrução da cidade também não cessaram. As cidades, que até então conservavam uma aparência medieval, com suas ruelas sujas e esgotos escorrendo a céu aberto, cedem espaço às cidades abertas por grandes avenidas (os *boulevards* de Paris) favorecendo a perambulação.

Se, no século XVII, a *flânerie* ainda não era de todo possível, devido ao aspecto insalubre da cidade, a partir do século XIX, as reformas no espaço urbano – tendo como modelo a Paris de Haussmann – propiciariam o livre passeio pela malha cidadina e com isto favoreceram sua descrição pela literatura. Neste período, o desenvolvimento da imprensa também contribuiu para que a nova “escritura” da cidade se afirmasse. O texto rápido que narra o desenrolar da vida no dia-a-dia da cidade é a moda que ganha as páginas dos jornais, inaugurando a reportagem.

Dickens, Balzac, Hugo, Dostoievski, Gogol, Zola – para apenas citar literatos europeus do século XIX – foram alguns dos que, ansiando por desvendar a alma humana,

¹ Quando Restif de la Bretonne escreve sua obra *Les Nuits de Paris* (16 volumes editados entre 1788 e 1793), a capital francesa contava com 700 mil habitantes

compreenderam que deviam debruçar-se sobre as janelas dos gabinetes onde escreviam e encarar a cidade, estabelecendo um fluxo entre o devaneio pessoal e intransferível e o bulício das ruas.

Não era por menos que Charles Baudelaire sugeria que o verdadeiro artista moderno deveria *épouser la foule* e que para o observador apaixonado, o *flâneur*, seria grande fortuna escolher sua moradia “no numeroso, no ondulante, no movimento, e no fugitivo e infinito”. (BAUDELAIRE, 1988: 170).

No entanto, o próprio Baudelaire é quem funda uma poesia voltada para a cidade – e oriunda dela –, escrevendo sobre a Paris do Segundo Império, uma cidade grandiosa, planejada, urbanizada, centro da produção intelectual e cultural e pólo irradiador de idéias na época. A face da Paris revelada por ele é caótica e opressora, apresenta claramente aquele caráter dicotômico que aponta para a atração e a repulsa. O olhar da poesia volta-se para o submundo, para a miséria humana: a mulher é a prostituta; as imagens são carregadas em cores fortes, sombras e detalhes, produzindo estranhamento, choque, horror e, ao mesmo tempo, fascínio.

Transformar em poesia uma cidade: representar seus personagens, evocar figuras humanas e situações, fazer com que em cada momento mutável a verdadeira protagonista seja a cidade viva, sua continuidade biológica, o monstro – Paris. Essa é a tarefa à qual Baudelaire se sente chamado no momento em que começa a escrever *As Flores do Mal*.

Baudelaire revela-nos, como num quadro de fisionomias, o que está interno ao olhar, percepção que na metade do século XIX nos dá a idéia do *Outro*, do que não temos controle, que perambula, desatento e aflito, que foge ao olhar e ao verbo.

O olhar do *flâneur* vai de encontro ao olhar da bela passante na multidão, e o detém, por menos de um instante, mas ao perdê-lo apreende que a Paris do século XIX é um mosaico de luzes, movimento, e solidão. A bela passante é esquecida e lembrada a cada instante. Em Baudelaire, assinala Raymond Williams, “a cidade era uma ‘orgia de vitalidade’, um mundo instantâneo e transitório de ‘êxtases febris’”. (WILLIAMS, 1989: 316).

Neste contexto (século XIX), o poeta francês aparece como criador de um paradigma da cidade moderna, ao assimilar, principalmente, o caráter brusco e inesperado que caracteriza a vida transitória do homem moderno. Na leitura que Walter Benjamin (BENJAMIN, 1994.) faz do escritor, está presente a idéia de que a arte é também um ato de resistência, um protesto comum contra a sociedade.

Leitor de Baudelaire e de Benjamin, Marshall Berman (BERMAN, 1986) mostra como o herói moderno de Baudelaire abre um caminho que ultrapassa a representação

imagética tradicional da cidade como virtude ou como vício. Ao romper com a tradição literária a que, ao mesmo tempo, integrava-se e ao criar uma linguagem própria, nascida da observação das cidades, Baudelaire acabou criando um novo modelo de cidade moderna, que corresponde justamente à imagem da cidade “além do bem e do mal” de Carl Shorske. (SHORSKE, 1989: 47) Os caminhos abertos pelo poeta francês e sua esgrima criaram, então, uma matriz de cidade moderna.

Baudelaire buscou, na imensidão das grandes cidades, o efêmero que caracterizou sua época. Seu momento histórico foi o da cidade enquanto local privilegiado da disputa pelo poder, espaço este que estava no centro dos acontecimentos como fonte obscura e temível do próprio poder.

Ordenar, disciplinar esta cidade torna-se obsessão para os governantes oriundos das lutas de 1848. A defesa contra a ameaça revolucionária dá o tom das intervenções que provocam o deslocamento de uma ordem – até então confusa e mal-traçada – que remonta ao período medieval.

Ambientes públicos e privados são separados e até contrapostos por medidas legais. A via pública passa a ser o lugar onde o indivíduo se mistura com outros sem ser reconhecido. Neste espaço, Baudelaire sente-se só em meio à multidão. A rua oitocentista, filha da rua medieval, acaba por modificá-la e destruí-la: os caminhos sinuosos e irregulares são alargados e substituídos. Velhos bairros são demolidos e alguns poucos edifícios antigos – os mais importantes – são mantidos por serem considerados documentos históricos. Estes edifícios “isolados” tornam-se “monumentos” separados do ambiente urbano. Arte e vida já não estão entrelaçadas – o ambiente quotidiano começa a ficar mais pobre. Os espaços públicos e privados separam-se cada vez mais. Os intelectuais, também, distanciam-se da coisa pública.

As mudanças públicas realizadas em Paris pelo Barão Haussmann são criticadas e consideradas vulgares e fastidiosas por escritores diversos, a exemplo de Goncourt e Proudhon. Eugéne Sue, Balzac, Victor Hugo e Dickens apreciavam o aspecto confuso, misterioso e integrado da cidade tradicional, mas foi Baudelaire – no poema *O cisne*, de *As Flores do Mal* – quem melhor soube traduzir o efeito temível da rapidez com que as obras de Haussmann eram executadas.

Fecundou-me de súbito a fértil memória,
Quando eu cruzava a passo o novo Carrossel.
Foi-se a velha Paris (de uma cidade a história
Depressa muda mais que um coração infiel) (BAUDELAIRE, 1985: 326-327)

Em Baudelaire, a literatura urbana apresenta-se sob novos aspectos: sons, edifícios, tráfego, tudo isso é matéria literária por fazer parte da nova consciência a envolver homens e mulheres. Pode-se afirmar que a literatura modernista nasceu na cidade, e com este poeta. Tal qual um “caleidoscópio carregado de energia”, ele desceu às profundezas da cidade para revelar as formas de beleza e as monstruosidades criadas pela modernização. Sua lírica moldou-se às formas da cidade e dos seus habitantes; ela liga o poeta ao público pelo lado obscuro e sórdido de suas vidas. Com um insulto deliberado – “Hypocrite lecteur, mon semblable, mon frère!” [Hipócrita leitor, meu semelhante, meu irmão!] – Baudelaire fala a seus contemporâneos. A obscuridade da lírica baudelaireana fascina, mas, ao mesmo tempo, desconcerta. A magia de sua palavra e seu sentido de mistério agem profundamente, embora a compreensão permaneça desorientada. Sua poesia, antes de ser compreendida, desperta os sentidos e choca. “Esta junção de incompreensibilidade e de fascinação pode ser chamada de dissonância, pois gera uma tensão que tende mais à inquietude que à serenidade. A tensão dissonante é um objetivo das artes modernas em geral”. (FRIEDRICH, 1991: 15). O próprio Baudelaire escreveu: “Existe uma certa glória em não ser compreendido”.

Com efeito, a lírica produzida pelo poeta é dissonante e gera uma tensão no leitor. Este leitor não é qualquer um: ele foi escolhido. É, antes, o homem moderno, que, a partir do século XIX, passa a respirar a fumaça das chaminés das indústrias e a se acotovelar nas ruas das grandes cidades. A poesia de Baudelaire apresenta grandes afrescos do mundo objetivo das relações sociais vividas na França em meados do século XIX, e, ao mesmo tempo, expressa o clima subjetivo da experiência vivida pelos homens dessa época. Sua obra fala não apenas do ser social, mas também dos acontecimentos, dos fatos e do meio no qual ela se manifesta. A criação literária do poeta francês é depósito transparente do seu pensamento criador; de sua obra brotam as fontes da vida social que nutrem e que ordinariamente oferecem-se com toda transparência à nossa vista. “A literatura portanto fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se caracterizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos”. (SEVCENKO, 1995: 21)

Conhecido por sua controvérsia e seus textos obscuros, Baudelaire foi o poeta da civilização moderna, onde suas obras parecem clamar pelo século XXI, ao contrário de seus contemporâneos. Em sua poesia introspectiva, revelou-se um lutador à procura de Deus, sem crenças religiosas, procurando em cada manifestação da vida os elementos da verdade, em uma folha de uma árvore ou até mesmo no franzir das sobrancelhas de uma prostituta. Sua

recusa em admitir restrições de escolha de temas em sua poesia o coloca num patamar de desbravador de novos caminhos para os rumos da literatura mundial.

Charles Baudelaire é, em *Quadros parisienses*, o primeiro poeta da grande cidade moderna: o amor lésbico e a decomposição fúnebre, todos esses novos mundos que conquistou para a poesia. A pressão mental da época burguesa e capitalista, cuja imagem aparece nos grandiosos *tableaux parisiens*, não uma *divine comédie de Paris*, mostra um poeta visionário, precursor e mestre de toda a poesia moderna, até – e inclusive – do surrealismo.

Na França, modernismo tem o sentido de modernização e começa com Baudelaire, compreendendo, pois, o niilismo. Tal modernismo foi ambivalente, desde sua origem, nas suas relações com a modernização. Sempre desconfiou do progresso e é, essencialmente, estético. A partir de Baudelaire ou de Flaubert este modernismo definiu-se como “antiburguês”.

O que nos atrai e ao mesmo tempo nos choca na leitura d’*As Flores do Mal* é, com certeza, e já de pronto, a violência temática dos poemas. Toda a obra, do primeiro ao último verso, apresenta-se como confissão de uma pessoa original vacilando entre luz e trevas. Da mesma forma, seu vigor formal, rompendo com a tradição romântica francesa, surpreende. Suas fórmulas são breves, sua prosódia é burilada. A linguagem do dia-a-dia, intervindo no canto profundo do poema, confere-lhe singularidade. Não há mais, para ele, termos proibidos ou nobres.

Em Baudelaire, a poesia não jorra mais da unidade que se instaura entre a poesia e um determinado homem, como queriam os românticos. Renunciando à expressão de sentimento, a poesia torna-se vontade formal, isto é, artificial.

Essa conquista é um dos fatos mais notáveis do poeta Baudelaire, tanto mais notável que essa liberdade de falar de tudo em poesia precedeu à liberdade de falar de tudo no romance (conquista de Zola) e precedeu de muito à liberdade de falar de tudo na prosa da vida cotidiana (conquista de Freud). Com essa conquista, Baudelaire tornou-se um verdadeiro libertador da poesia, libertando-a do monopólio tirânico dos termos petrarquescos e românticos – amor ideal, lua e o resto. Baudelaire é o Petrarca da poesia moderna. (CARPEAX, 1959: 2256.)

No final do século XIX, Baudelaire era o literato francês mais venerado. Hoje, é considerado o mais importante predecessor da poesia moderna. Sua rejeição ao campo tem seguidores e a cidade, a cultura urbana, as diversões urbanas, a *vie factice* e os *paradis artificiel* parecem não só incomparavelmente mais atraentes como também muito mais espirituais e vívidos do que os chamamos “encantos” da natureza.

A imaginação do artista produz continuamente coisas boas, sofríveis e ruins – diz Nietzsche – e é seu discernimento que primeiro rejeita, seleciona e organiza o material a ser usado. Essa idéia, como toda filosofia da *vie factice*, promana fundamentalmente de Baudelaire, que deseja “transformar seu prazer em conhecimento” e deixar que o crítico no poeta tenha sempre a oportunidade de manifestar-se, e em quem o entusiasmo por tudo é artificial chega, de fato, a ponto de leva-lo, inclusive, a considerar a natureza moralmente inferior. (HAUSER, 1998: 911-912)

Diferentemente dos românticos, Baudelaire não está à procura do país dos sonhos da “flor azul”. Para ele *les vrais voyageurs sont ceux-là seuls qui partent pour partir...* [os verdadeiros viajantes são somente aqueles que partem para ir-se...]. (BAUDELAIRE, 1985: 442-443)

Referencias bibliográficas:

- BAUDELAIRE, Charles. *As Flores do Mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAUDELAIRE, Charles. *A Modernidade de Baudelaire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CARPEAX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. Vol. V. Belo Horizonte: Edições Cruzeiro, 1959.
- FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da Lírica Moderna*. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1991.
- HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LINCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SHORSKE, Carl. A cidade segundo o pensamento europeu - de Voltaire a Spengler. *Espaço & Debates*, nº 27, São Paulo, 1989.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Todos juntos vamos construir a maior aventura da face da terra.

Fernando Dominience Menezes¹

Resumo

O presente trabalho tem como foco a construção da rodovia Transamazônica, realizada durante o regime militar, no governo Médici (1969-1974). Entretanto, não se trata de uma crônica da construção da estrada, mas sim de uma problematização da repercussão da obra em duas das principais revistas de circulação nacional do período: *O Cruzeiro* e *Manchete*. São estes os anos do chamado “milagre brasileiro”, portanto, nessa conjuntura, associada à compreensão de um “destino manifesto” da nação, a estrada passou a figurar nas revistas (a exemplo dos discursos oficiais), como importante marco constitutivo de um “Brasil grande”, “Brasil potência”. Sua construção repercutiu ainda nos mais variados tipos de discursos como representando a “maior aventura vivida por um povo na face da Terra”, a “última grande aventura do século”.

Palavras-chave: Transamazônica, regime militar, *O Cruzeiro*, *Manchete*.

Abstract

This essay approach to construction of the Transamazônica highway, performed during the military regimen in the government of Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974). However, it is not a chronicle of Trasamazônica construction events, but a discussion about the repercussion of the highway’s building in two important national magazines of the cited period, *O Cruzeiro* and *Manchete*. Those years were known Brazilian miracle. Therefore, in this conjuncture, the road was shown as an important constituent happening in the “Brasil grande”, “Brasil potência”. Its construction still resounded in the several types of speeches representing the “bigger adventure lived for a people in the face of the Land”, the “last great adventure of the century”.

Keywords: Transamazônica, military regime, *O Cruzeiro*, *Manchete*

¹ Mestre em História - UnB

Como parte integrante do Programa de Integração Nacional (PIN), a construção da Transamazônica foi anunciada em junho de 1970 pelo então presidente Médici. Com um traçado transversal, que pretendia ligar a região Nordeste à região Norte do país, a sua realização se justificava no interior de duas motivações distintas, entretanto articuladas: por um lado, tratar-se-ia da redenção econômica do Nordeste, além de uma alternativa aos problemas sociais causados pelas secas sazonais no sertão nordestino; e, por outro lado, significaria um imperativo de segurança nacional baseado na integração da Amazônia, então considerada um deserto demográfico carente de políticas de colonização e ocupação. Do ponto de vista operacional, tais problemas seriam enfrentados, em síntese, com o deslocamento de fluxos populacionais entre essas duas regiões, partindo-se do Nordeste.

Entretanto, outra motivação alimentou a euforia em torno da construção da estrada, propriamente no que diz respeito à aposta na potencial capacidade da Transamazônica em fornecer legitimidade à ditadura militar o que, por sua vez, traduziu-se na expectativa de a construção da estrada poder se constituir em uma idéia síntese, capaz de promover a motivação nacional em torno de um objetivo pressuposto como comum e desejável por todos. Com efeito, a construção da estrada teria capacidade de produzir mobilização social de afetos, promovendo adesão e maior aceitação da população para o regime.

Dessa forma, ressalta-se aqui essa outra dimensão que envolve a construção da estrada, propriamente no que diz respeito à constelação simbólica a ela associada. A liturgia do poder possui capacidade de simbolizar coisas, atribuindo-lhes sentidos particulares. Dessa forma, uma questão aparentemente de fundo atravessa o estoque de argumentos daqueles que advogam a construção da Transamazônica. Trata-se de associá-la à imagem do “Brasil grande”, como marco representativo da competência dos brasileiros em construir um país apto a tornar-se uma potência mundial. O descerrar da placa de inauguração da estrada representaria o descerrar das cortinas do futuro, no esforço, como consta escrito na placa, de se “construir um grande e vigoroso país” (*O Cruzeiro*, 11/10/1972:6). Assim, a conquista épica da Amazônia, representada pela construção da Transamazônica, transitou pelo espaço litúrgico da construção do “Brasil grande”.

As revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, duas das principais revistas de circulação nacional do período, constituíram lugar privilegiado, embora não único, de veiculação e produção desse tipo discursos, de forma a, apesar de representarem importantes fontes, não se esgotarem como indício de acontecimento, mas, também, constituem-se no próprio acontecimento a ser explicado. Se a Transamazônica, enquanto obra, enquanto mais uma estrada a integrar a malha rodoviária nacional, foi um acontecimento, os discursos produzidos

e veiculados nessas revistas se constituíram em um outro acontecimento que reinventa aquele, cunhado no interior de uma tensa relação entre mídia e política.

Como sabido, a atividade política exige visibilidade. Sobretudo, visibilidade favorável. Dessa forma, os governos preocupam-se com a sua imagem, com a forma com que pretendem ser vistos. Com o regime militar não foi diferente. Dado o reconhecimento da importância do papel da comunicação no campo das disputas políticas, o regime preocupou-se com a produção, o controle e a determinação de sua imagem pública. Essa compreensão de uma arena política que se constitui pela disputa de uma imagem favorável e, por conseguinte, uma visibilidade pública positiva, orientou durante o regime a criação e atuação da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que a seu modo produziu propaganda política oficial (FICO, 1997).

Entretanto, a promoção e a produção de uma visibilidade pública favorável não se esgotam na atuação da agência de propaganda do regime. É preciso considerar que para além dos empreendimentos puramente governamentais, os meios de comunicação de massa² constituem-se, dada a sua ampliada capacidade de repercussão, de abrangência e de difusão de informações, em importantes produtores de visibilidades desejadas, redesenhando assim a arena das disputas políticas contemporânea, uma vez que a promoção política depende significativamente dos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, constituíram-se como importantes meios, embora não oficiais, de promoção do regime militar. A cobertura jornalística realizada a propósito da construção da Transamazônica evidencia esta instrumentalização regime/revistas na contribuição dessas à construção do que de definimos como “mito da grande aventura nacional”.

Antes de passarmos propriamente ao “mito da grande aventura nacional”, é importante lembrar alguns importantes aspectos daquele período. Em setembro de 1970 foi divulgado o plano com as Metas Para a Ação do Governo Médici, esse trazia “como Objetivo-Síntese o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido, até o final do século.” Dizia mais: “(...) construir-se-á, no país, uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana,

² Como alerta John Thompson, comunicação de massa é uma expressão infeliz. Entretanto, se utilizada com circunspeção tem importante valor explicativo. Dessa forma, comunicação de massa é entendida para os fins desse trabalho como “uma série de fenômenos que emergiram historicamente através do desenvolvimento de instituições que procuravam explorar novas oportunidades para reunir e registrar informações, para produzir e reproduzir formas simbólicas, e para transmitir informações e conteúdo simbólico para uma pluralidade de destinatários em troca de algum tipo de remuneração financeira” (THOMPSON, 2001: 32). Meios de comunicação de massa, portanto, são entendidos como veículos que, a exemplo da televisão, do jornal, das revistas e do rádio, possuem ampliada capacidade de difusão e circulação, dirigindo-se e atingindo a grandes públicos.

assegurando-se assim a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência” (BRASIL. Presidência da República. *Metas e Bases Para Ação do Governo*. 1970:15). O entusiasmo do desse objetivo central ecoa o desempenho econômico do governo Médici no seu primeiro ano de governo. Com a economia revigorada, em 1969 o crescimento do Produto Interno Bruto é de 9,5%, o crescimento das exportações aumentou 23% em relação ao ano anterior, houve ainda expansão do setor industrial e a taxa de poupança bruta foi de 21,3%, índice jamais atingido e nunca igualado (GASPARI, 2002: 208). Foram os anos do chamado “milagre brasileiro”. Dessa forma, embalado por essa euforia, durante o Governo Médici o Brasil viveria sob o signo do “Brasil potência” e dos desdobramentos políticos daí decorrentes.

Conhecido como a face autoritária do regime, o presidente dos “anos de chumbo” era também o presidente do milagre, de um país que apresentou um índice de crescimento anual de 10,4% em 1970. Sob seu governo, “o Brasil tornou-se a décima economia do mundo, oitava do ocidente, primeira do hemisfério sul” (GASPARI, 2002: 208). Falava-se de um “Brasil grande”. Segundo Élio Gaspari (2002:208), vivia-se “diante de um governo que oferecia ditadura e progresso”. Diz ele ainda que “o governo festejava o progresso associando-o ao imaginário do impávido colosso, gigante pela própria natureza” (GASPARI, 2002: 209). Somado a isso, no país do futebol, o Brasil se tornou em 1970 o primeiro tricampeão do mundo. De tal forma que a euforia econômica do milagre associada à conquista do tri deu um contorno especial ao ano de 1970.

O êxito econômico trouxe à tona a compreensão de um “destino manifesto” da nação, por sua vez já inscrita em uma tradição secular do imaginário social brasileiro e teorizada em obras consagradas da geopolítica nacional, escritas já desde os anos de 1930, as quais fomentam um substrato à compreensão de que o destino do Brasil é se tornar inexoravelmente uma grande potência. Vale destacar que o milagre apenas evidencia uma postura já assumida pelo regime desde o seu primeiro governo. Entretanto, embora a história da nação responda a um destino de grandeza, entendia-se que algum esforço precisava ser empreendido para a sua realização. Isso também implica na observância de algumas diretrizes que para os militares foram negligenciadas pelos governos anteriores ao golpe de 1964, relegando o país ao “atraso”. Eles compreendiam que o país, encontrava-se descarrilhado, e caberia aos militares, então, reajusta-lo de modo a encarrilharem o Brasil na rota para o futuro, de modo a ser observada a sua vocação de grandeza. Nesse sentido, Médici afirma: “A força inspiradora da revolução de março vem das luzes do Aleluia, na simbologia do ressuscitar, do renascer”. Segue ele: “O futuro do Brasil pede dos que depois aceitaram a revolução, dos que

afinal reconheceram o seu serviço, ou dos que somente a compreenderam ou a ela se inclinaram, a grandeza de tê-la como o começo de um novo tempo” (MÉDICI, 1970: 93). É como se com a “revolução” a história do Brasil fosse (re)inaugurada, de modo a ter os seus descaminhos corrigidos, daí Médici afirmar que “o Brasil, tendo encontrado os rumos exigidos pelo seu destino de grandeza, se encontra hoje numa das fases de maior progresso e prosperidade de sua história” (MÉDICI, 1973:67). O “milagre brasileiro” representa a afirmação dessa orientação, com o seu advento, como justifica o presidente: “faze-se certeza a esperança no grande destino do Brasil” (MÉDICI, 1971:7).

Esse então proposto “novo tempo”, anunciado por Médici, está diretamente relacionado à proposta e invocação do novo começo. Dessa forma, o passado compreende-se como um problema a ser superado, ultrapassado. Argumenta Renato Janine Ribeiro (2002: 97) que “nossa história é gelada. Não inspira a ação (...). Jamais ajustamos contas com a escravidão, com a colônia, com a iniquidade. Talvez por isso, vivemos a ilusão do eterno recomeço”. No caso da ditadura militar no Brasil, mais que ser furta ao confronto com os problemas mais amargos de nossa história, a ilusão de um eterno recomeço se expressa como uma prática política efetiva que buscava, ao proclamar o rompimento com o passado por meio da “revolução de março”, marcar um passo rumo ao futuro grandioso e inexorável, suscitando a ação e adesão do brasileiro ao regime. Entende-se que a projeção desse futuro constituiu-se em um elemento de sedução, legitimação e justificação do poder, muito embora não possa ser reduzida à demagogia, na medida em que, fundada em uma tradição secular do imaginário social brasileiro, representou também a base de uma complexa rede de auto-reconhecimento social, significativa mesmo na constituição, após a década de 1950, de uma identidade militar brasileira.

Assim, constrói-se uma teleologia a partir da qual futuro e “Brasil grande” são termos indissociáveis, em que do segundo depende a realização do primeiro. “Brasil grande”, portanto, tem valor de expectativa, entretanto não se funda apenas no vir a ser, uma vez que de alguma maneira ele já é. Essa asserção aparentemente contraditória se explica por uma compreensão de Médici, que em seu discurso de posse proferiu o seguinte: “creio no apressamento do futuro” (MÉDICI, 1970: 36). Nesse sentido, a Transamazônica é apresentada como uma espécie de presentificação desse futuro que se acredita poder apressar; um dos marcos inaugurais desse “tempo novo” que anunciam instaurar os governos militares. Possuía a carga simbólica de representar o descortinar desse “Brasil grande”. O ministro dos Transportes, Mário David Andreazza encerra seu discurso ministerial na Câmara, a propósito da construção da estrada, dizendo o seguinte: “Com a obra ciclópica, lança-se no chão o

caminho do porvir e escreve-se na terra o nosso próprio compromisso com o futuro” (ANDREAZZA, 1970: 36).

O “Mito da grande aventura nacional”, portanto, ajuda a entender as implicações políticas dessa associação entre a Transamazônica e o “Brasil grande”. Em linhas gerais, o “mito da grande aventura nacional” diz respeito ao conjunto de construções discursivas que associam a Transamazônica ao tema do “Brasil grande”, amalgamando-os pelo viés da aventura e do desafio de se conquistar o “inferno verde”. A estrada passou assim, a figurar como a “maior aventura vivida por um povo na face da terra”, a “última grande aventura do século”, o anúncio da chegada da Apollo 11 na superfície lunar três anos antes é considerado um feito coadjuvante, tornado desinteressante ante o desafio amazônico. Um texto publicitário do período diz o seguinte: “A Lua já não dá mais Ibope. As primeiras levadas de turistas logo chegarão ao pólo sul. E, para ver leão na África de hoje, só pagando entrada. A Amazônia é o último grande desafio a espera do homem” (*O Cruzeiro*, 17/11/1971: 111). Em seu pronunciamento à Câmara do Deputados, Andreazza, à respeito da estrada, diz o seguinte: “Uma vez mais coloca à prova a sua audácia. A sua fé. A força do talento e do gênio do povo brasileiro. Possuída pela tenacidade dos bravos, dominada pela mística do pioneiro, impulsionada pela confiança dos combatentes, ergue-se a nação e parte para a epopéia” (ANDREAZZA, 1970: 4).

Além dos demais elementos que o compõe, parcela significativa da construção do “mito da grande aventura nacional” se deu nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*. Sendo, então, também, uma construção midiática, traduzida no tipo do enfoque realizado por esses veículos acerca da construção da Transamazônica. Ocupando posição de centralidade no mundo contemporâneo, esses meios de comunicação de massa foram os amplificadores das expectativas e das estratégias políticas do regime militar brasileiro, como também significaram um lugar privilegiado de expressão e de observação de sonhos e aspirações vividos nesse momento recente da história nacional. O “mito da grande aventura nacional”, portanto, é um pouco de tudo isso: estratégia e expectativa, elaboração arquitetada e criação espontânea. Nele se entrecruzam historicidades múltiplas, demandas diversas. Dessa forma, embora tenha sido aqui focando no que dele mais se caracteriza como estratégia política de um regime que acredita na sua utilidade e eficácia, não é correto reduzi-lo à demagogia, à maquinação, como se fosse uma estratégia política arquitetada nos porões do regime. O “mito da grande aventura nacional”, embora mais ou menos fruto refletido de uma estratégia é, sobretudo, uma construção coletiva. Para ele confluem aspirações e pré-compreensões, muitas delas seculares, que independem das deliberações do regime político vigente.

Esse mito funciona como potência mobilizadora, ele possui função de animação criadora, ele é apelo ao movimento, incitação à ação e aparece em definitivo como um estimulador de energias de excepcional potência e tem por traço fundamental a promoção de uma relação emocionalizada entre o público e os conteúdos da mensagem política (MIGUEL, 1994: 13). Para Raoul Girardet (1987), tendo por essencial o conteúdo emocional e afetivo, cria-se em torno do mito um poderoso impulso de emoção, de expectativa, uma vez que esse transita no terreno impetuoso da efervescência onírica, daí provem sua força mobilizadora.

Por fim, e em síntese, entendemos que é na aventura que se aposta na potencialidade mobilizadora da Transamazônica. Tratava-se de promover a motivação nacional em torno de um objetivo tido como comum e desejado por todos, como a formar uma “corrente pra frente”, a exemplo da marchinha do tri. Participar dessa aventura, portanto, não implica estar nas trincheiras do desmatamento, assim como apoiar a seleção de futebol não implica estar em campo. O torcedor também é partícipe, embora esteja longe, torcendo via televisão, ou acompanhado via revista. Nessa “Copa Amazônica”, o adversário é a selva, o “inferno verde”; a motivação é o desafio e a aventura; os objetivos são: o sonho de “Brasil potência” e a legitimidade por meio da adesão popular ao regime.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREAZZA, Mario David. *Transamazônica*. Brasília, 1970. (Pronunciamento do Ministro dos Transportes Mario David Andreazza sobre o Programa de Integração Nacional, na Câmara dos Deputados em Brasília (DF), em 1º de julho de 1970, publicado por determinação do ministro na forma de um pequeno livro).

BRASIL. Presidência da República. *Metas e Bases Para Ação do Governo*. s.l., setembro de 1970.

FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O jogo da verdade*. s.l., Departamento de Imprensa Nacional, jun. 1970.

_____. *Nova consciência de Brasil*. s.l., Departamento de Imprensa Nacional, set. 1970.

_____. *Tarefa de todos nós*. s.l., Departamento de Imprensa Nacional, set 1971.

_____. *Os vínculos de fraternidade*. s.l., Departamento de Imprensa Nacional, ago. 1973.

MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2000.

THOMPSON, J. B. *A Mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FIGURAÇÕES DE SABERES. DAS IMAGENS MÉDICAS ÀS IMAGENS ARTÍSTICAS.

Rosana Horio Monteiro*

Resumo:

A proposta desse trabalho é apresentar algumas reflexões iniciais de uma pesquisa que investiga a relação entre arte e ciência a partir do estudo de produções artísticas que se apropriam de imagens médicas. Como as imagens de raios X, de endoscopia, ultra-som, tomografias, entre outras, interagem com uma rede de interpretações culturais e são reutilizadas fora do contexto médico? Como o conhecimento científico é representado nas artes? Como os conceitos de público e privado são (re)significados? Como os corpos cientificamente medicalizados são (re)construídos no contexto artístico? O foco desse trabalho é, sobretudo, o entendimento da imagem médica enquanto artefato cultural.

Palavras-chave: imagens médicas, arte e ciência, corpo

Abstract:

This paper is part of a still working in progress, which aims to investigate the interactions between art and scientific images. I explore questions such as how x-rays, endoscopy, ultrasound, tomography images interact with cultural interpretations and how they are reapplied in non-medical contexts; how concepts of intimacy and public are resignified; how scientific medicalized bodies are (re)constructed in artistic scenario. Images are understood as cultural artifacts.

Key-words: medical images, art and science, body.

Introdução

* Professora do programa de mestrado em Cultura Visual da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutora pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 2001).

Os anos 70 testemunharam o fim da hegemonia mertoniana na sociologia da ciência. Com a grande repercussão do trabalho de Kuhn (1962), essa sociologia começa a receber fortes críticas já no final dos anos 60 e algumas de suas premissas básicas, tais como a existência de uma lógica interna própria do conhecimento científico e a neutralidade da ciência, são discutidas e revistas. Começam a surgir então alternativas programáticas que se propunham, entre outras coisas, a rever a dissociação entre os aspectos sociais e os aspectos cognitivos da atividade científica.¹

Os seguidores dessa nova orientação na sociologia da ciência tenderam inicialmente a se referir à área como “Estudos de Ciência” (*Science Studies*)² em contraste com aquela orientada mais institucionalmente. E na medida em que a tecnologia passou a ser incorporada também como objeto de interesse, a área passou a ser referida como “Estudos em Ciência e Tecnologia” (ou STS — *Science and Technology Studies*), para alguns, ou “Ciência, Tecnologia & Sociedade” (*Science, Technology & Society*), para outros. Essa área, marcadamente interdisciplinar, tem refletido o diálogo entre cientistas sociais, historiadores, filósofos, antropólogos, tendo, mais recentemente, incorporado contribuições dos estudos culturais e feministas em torno da ciência e da tecnologia.

Dentro dessa nova perspectiva da sociologia da ciência, o conhecimento passa a ser visto como o resultado de — e necessariamente envolvido em — processos sociais, e para tanto se constituem em metas dessa nova sociologia mostrar, de um lado, que o conhecimento é uma construção social, que ele é produzido mais do que descoberto, e, de outro, que o conhecimento pode ter qualquer forma — que ele não é somente verbal, ou proposicional.

Assim, a ciência deixa de ser vista como um fenômeno único, separado dos outros setores sociais. Dentro da perspectiva dos chamados *Science Studies*, o conhecimento é considerado como situado (*situated knowledge*) e a sua alegada objetividade passa a ser entendida como relativa, na medida em que ela é

¹ Sobre a sociologia da ciência mertoniana e as perspectivas mais recentes dos Estudos de Ciência e Tecnologia, ver Hess (1997).

² Nesse trabalho, refiro-me à área como *Science Studies*.

contextualizada. Em vez de cultura científica, mais adequado seria pensarmos em culturas científicas.

Mais recentemente, os *Science Studies* têm voltado sua atenção para as transferências, traduções e mudanças de registro entre diferentes formas de conhecimento, estudando as relações, por exemplo, entre a ciência e as artes, o que implica uma investigação de como o conhecimento científico afeta a arte e como ele é por ela representado.

Figurações de saberes parte desse pressuposto teórico para examinar as relações entre arte e ciência a partir do estudo de produções artísticas que se apropriam de imagens médicas. Essa pesquisa dá continuidade a um trabalho anterior em que investiguei como o processo de leitura de imagens médicas é construído e como os médicos aprendem a atribuir significado a essas imagens, ou, em outras palavras, como o corpo é revelado, lido, ou tornado legível ao olho do observador.³

No contexto médico, assumo que o processo de leitura e interpretação de imagens é socialmente construído; portanto, os padrões de normalidade e anormalidade, apesar de legitimados ao serem incorporados à literatura e aceitos como padrão dentro do exercício da prática médica, são convenções estabelecidas a partir de processos de negociação entre diferentes atores sociais. Assim, a leitura assim chamada dominante de uma imagem não é a única possível e as decisões médicas baseadas em tais leituras refletem algum tipo de preferência relacionado à prática médica. O que o médico vê está inseparavelmente ligado e depende de como ele vê — lê-se o tecido biológico através das lentes do social, mapeando e lendo o social.

Ao deslocar-me para o contexto artístico, interessa-me entender como se dá a relação entre ciência e público, entre ciência e sociedade. De que maneira o saber científico é lido e reconfigurado através da arte. Assim, entendendo a imagem médica como uma representação cultural, algumas perguntas orientam essa pesquisa: Como as imagens de raios X, de endoscopia, ultra-som, tomografias, entre outras, interagem com uma rede de interpretações culturais e são reutilizadas fora do contexto médico? Como os conceitos de público e privado são (re)significados? Como os corpos cientificamente medicalizados são (re)construídos no contexto artístico?

³ Ver Monteiro (2001).

Visualização médica e cultura de massa

A popularização das imagens médicas em diferentes contextos midiáticos (cinema, televisão, propaganda etc) tem fornecido ao público leigo um olhar que anteriormente era limitado ao olho especializado do médico, contribuindo para a criação de uma cultura dependente das imagens e das tecnologias que as produzem. Os processos de iluminação do interior do corpo humano, a transparência, passam a existir, então, como um produto cultural, um artefato cultural.⁴

Do mesmo modo o trabalho de muitos artistas vem incorporando tais imagens, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, com a popularização das imagens de raios X. Num primeiro momento, a reflexão sobre esse mundo interior transparente representado pelas imagens médicas é que orienta o trabalho de muitos artistas, como o inglês Francis Bacon, nos anos 50. Bacon utilizou um livro de radiologia, de 1934, *Positioning in radiology*, de Kathleen Clara Clark, como uma espécie de manual para a produção de algumas de suas obras, como *Head Surrounded by sides of beef* (1954), em que o artista utiliza as imagens de raios X como referência para produzir um corpo vivo em forma de uma carcaça.

Uma década depois (1969), o americano Robert Rauschenberg produz uma enorme litografia - *Booster* – com imagens de raios X de seu próprio esqueleto. O artista recorta a imagem de raios X em cinco pedaços para compor o centro da litografia. Nesse trabalho Rauschenberg representa uma cultura centrada no imaginário da superficialidade. Mas ainda é o corpo perfeito, livre de qualquer doença, que é representado, diferentemente do que se observa a partir de meados dos anos 70, aproveitando-se não tão-somente de imagens radiográficas, mas, sobretudo, de imagens digitalizadas, presentes no contexto médico já a partir dos anos 60 com a união do computador com a tecnologia do raios X.

A partir de então a imagem do corpo cosmeticamente perfeito difundida pela mídia, sobretudo o da mulher, começa a ser questionada. Uma produção em sua grande maioria realizada por mulheres propõe uma definição de autobiografia que expande as convenções sociais dominantes. No lugar do corpo sadio, entram os corpos doentes. Um

⁴ Ver Van Dijck (2005).

exemplo desse tipo de produção é a artista americana Laura Ferguson e sua série *The visible skeleton*.

O projeto *visible skeleton*⁵ teve início há mais de vinte anos, quando a artista começou a experimentar a deformação física em decorrência de sua escoliose aguda. As transformações no corpo a levaram a experimentar novos conceitos de espaço e gravidade, uma nova consciência de processos como a respiração e o movimento.

Laura incorpora inicialmente as imagens de seus registros médicos regulares e depois outros produzidos por médicos especialmente para a produção de suas obras. Segundo a artista, essa série conta a história de sua trajetória e de como ela transformou as experiências de seu corpo medicalizado em arte.⁶

As refotografias de Monica Mansur

No Brasil, mais recentemente, podemos citar os trabalhos de Diana Domingues, com sua instalação “Trans-e” (1995), a série “Retratos Íntimos (Fotografia transparente)”, de Cris Bierrenbach, e as “refotografias” da carioca Monica Mansur, como exemplos de artistas que exploram ou já exploraram as imagens médicas de diagnóstico em seus trabalhos. Dessas três artistas, Monica Mansur é quem tem se dedicado mais regularmente à exploração de imagens médicas em seu trabalho como gravadora, por isso o foco aqui é em sua produção.

“Retratos íntimos” (2003), de Cris Bierrenbach, é uma série de cinco ampliações fotográficas digitais de radiografias (dimensões 85x60cm) que exhibe a artista internamente da altura do estômago até os joelhos, com cinco diferentes objetos cortantes e pontiagudos (seringa, garfo, tesoura, faca e fórceps) envoltos em vaselina e inseridos em sua vagina. “Trans-e” é uma instalação interativa em que os visitantes controlam as imagens projetadas sobre as paredes ao caminhar sobre carpete contendo

⁵ Sobre a técnica desenvolvida por Laura Ferguson, ver o site da artista: www.lauraferguson.net.

⁶ Considerando que historicamente o corpo da mulher tem sido mais frequentemente medicalizado, talvez isso possa explicar o fato de tantas artistas mulheres se apropriarem dessas imagens médicas em seu trabalho. Sobre a medicalização do corpo da mulher, ver Riessman (1992).

sensores⁷. Segundo Diana Domingues, a instalação é composta por três estágios, que correspondem ao transe xamânico.

Desde 1995, quando realiza sua primeira exposição com obras produzidas a partir de raios X e impressas sobre esparadrapo e gaze, até mais recentemente com suas “paisagens cristais”, ou refotografias, como a artista as chama, Monica explora as possibilidades de criação através da própria reprodução, discutindo a estética da repetição.

Refotografias são imagens refotografadas a partir de vários exames médicos e depois impressas. A artista fotografa a imagem que resulta do exame, a digitaliza, retrabalhando-a em seguida. Monica retira partes, aumenta ou diminui a luz, distorce, amplia, modifica o espaço físico. Em seguida, as imagens são impressas sobre diferentes suportes e meios, que vão do esparadrapo e a gaze da primeira exposição (“Fratura”, 1995), passando pelos acetatos impressos em grandes formatos (“Tomos”, 2001), pela fotografia digital (“Fantasmagoria 1 e 2”, 2002), experimentando a gravura tridimensional em placas acrílicas, em “Visível” (2003), e, finalmente, chegando à impressão serigráfica sobre acrílicos e espelhos (“Paisagem cristal”, 2003/2004). Em 1996, Monica se aproxima do vídeo, criando uma instalação com imagens em movimento do interior de estômagos e cólons humanos (“Estrutura da obsessão”).⁸

Diferentemente da discussão presente em obras como as de Ferguson, por exemplo, o que predomina no trabalho de Monica são questões internas ao processo da gravura e à impressão. O centro de suas reflexões é a reprodução mecânica, são as possibilidades da imagem mediada. A artista não busca nas imagens médicas inspiração para o seu trabalho, mas parte dele próprio, numa analogia, por exemplo, entre o processo da gravura e os cortes dos planos tomográficos. Um exercício de metalinguagem.

As imagens com as quais Monica trabalha podem ser de seu próprio corpo como de outro qualquer; são não-identidades. Coletadas aleatoriamente⁹, podem ser imagens

⁷ Ver <http://artecno.ucs.br/>.

⁸ Para a visualização das obras da artista, visite o site <http://www.monicamansur.com>.

⁹ As imagens médicas usadas por Monica são, em geral, doadas por médicos que já conhecem o seu trabalho.

de pacientes que já faleceram, de pacientes doentes ou não. A desindividualização do sujeito contemporâneo é outro ponto presente no trabalho da artista. É o rastro sem nome do exame médico. “O olhar não identifica; o olho só lhe diz que aquilo é um ser humano”, afirma Monica. Se é homem ou mulher, velho ou moço, sem conhecimento médico especializado não é possível saber; são visões médicas e somente existem porque foram ‘imaginadas’ através de uma máquina, seja ela uma câmera de vídeo com fibra ótica, um túnel com ondas magnéticas ou laser que laminam cortes transversais de órgãos e ossos, completa a artista.

Ao produzir realidades pseudofotográficas, a artista instiga a imaginação não contaminada com o vocabulário imagético incluído no repertório do observador, enfatizando as mudanças na visualidade do homem contemporâneo, geradas a partir da reprodutibilidade mecânica das imagens. Como Didi-Huberman (1998) afirma, “aquilo que vemos vale – vive – apenas por aquilo que nos olha”. Não há imagens inocentes, nem tampouco olhos inocentes. Mais do que algo para ser contemplado, as imagens médicas são entendidas aqui como um texto a ser decifrado ou lido pelo espectador; como uma construção e um discurso, cujo acesso à realidade é mediado.

Imagens médicas e os dilemas da representação

As mais tradicionais histórias da visão sugerem que as inovações tecnológicas, tais como a fotografia e o cinema, resultaram numa suposta documentação crescentemente objetiva das imagens. Crary (1990) chama a atenção para a suposta neutralidade atribuída a tais tecnologias e sugere que a invenção de muitos artefatos ópticos a partir de meados do século 19, como o diorama, o caleidoscópio e o estereoscópio, encorajaram o observador a ver de uma forma “codificada” e “rigidamente definida”; um modo de ver novo inerentemente relacionado à modernidade. Para Crary, a modernização da sociedade teria encorajado a transformação da visão humana em “algo mensurável e mutável” (1995:17).

Na área médica, de forma semelhante ao que Crary observa, pode-se considerar que a crescente substituição dos exames sensoriais realizados pelo próprio médico por outros, intermediados por uma máquina e por profissionais especializados, foi, e continua sendo, encorajada não somente pela crença na maior objetividade e precisão, mas também pela capacidade de padronização e facilidade de comunicação de dados. Os resultados estatísticos dos exames, processados por computador e reproduzidos em

um monitor parecem ser objetivos, neutros, irrefutáveis, equivalentes à verdade. Assume-se que a presença – ou a futura presença – da doença será revelada de forma mais acurada através de exames feitos por máquinas e técnicas modernas do que através dos sintomas ou comportamentos relatados pelo paciente.

Com relação à percepção, mais do que produzir representações objetivas, os artefatos tecnológicos determinam como o observador vê, conforme enfatiza Lerner (1992), ao estudar a introdução dos raios X na prática médica. O grande apelo inicial dos raios X, e de outras tecnologias visuais, não era somente sua habilidade para detectar objetos ocultos, como corpos estranhos, mas sua suposta objetividade. Mas, apesar de consideradas como definidas e exatas, as imagens obtidas pelos raios X começaram a ser formalmente questionadas pelos radiologistas já nas primeiras décadas do século 20, quando se constatou que as melhorias nas técnicas não foram capazes de eliminar divergências na leitura e interpretação das imagens produzidas.

No caso dos raios X, apesar de os radiologistas hoje não terem que lidar mais com as sombras manchadas do início, eles precisam aprender como detectar, reconhecer, e interpretar as imagens geradas pelo computador. É preciso investigar como um observador reconhece o que é detectado visualmente, e como esse reconhecimento é transformado em uma interpretação da cena visual.

Entre a arte e a ciência

Assumo nesse trabalho que as imagens são multiplamente mediadas através da experiência, da memória, e por diversos modos de representação. Como Kassirer (1992) argumenta, a imagem que se lê é somente um modelo de realidade: as tomografias de um tumor são somente representações de um tumor; as representações de um ultra-som de uma dada anomalia são ondas sonoras convertidas em imagens de vídeo, não a própria anomalia.

Essa discussão entre o representado e a sua representação coloca em evidência uma outra questão, que é a dualidade entre o que a imagem é e o que ela significa. A pergunta que faço é como, então, o corpo é revelado, lido, ou tornado legível ao olho do observador? Hartouni (1998: 211) propõe que se pense essa questão a partir de uma categorização das tecnologias visuais, tais como os raios X, o ultra-som, o cateterismo cardíaco e tantas outras. Ela vai chamá-las de *peering technologies*, aquelas que “põem para fora não somente o que é interno, ou tornam o opaco transparente, ou ampliam

nossa visão para revelar os segredos evasivos da natureza”, mas acima de tudo constroem o próprio “*peering*”, os instrumentos e as relações que, na verdade, não simplesmente descobrem o significado, mas o inscrevem e o impõem.

As tecnologias por imagem são marcadas pelas lutas contínuas sobre a autoridade cultural e a inscrição cultural – sobre quem terá a autoridade para definir o papel e o significado dessas tecnologias e determinar como elas serão institucionalizadas. Tais lutas chamam a atenção para o que, precisamente, é e não é visto, já que uma imagem pode contar pelo que é visto e pelo que não é visto.

O filme assim como a fotografia e o vídeo são considerados imagens perfeitamente semelhantes, ícones puros, ainda mais confiáveis porque são registros feitos a partir de ondas emitidas pelas próprias coisas; elas são traços. De acordo com a semiótica de Peirce, essas imagens são índices antes de serem ícones e sua força de persuasão provém disso, de seu aspecto de índice (traço) e não mais de seu caráter icônico (semelhança), o que proporciona à imagem a força da própria coisa que ela representa. No entanto, essas imagens são índices degenerados, como diz Machado (2000), transfigurados pela mediação técnico-científica. A evidência indicial é imprecisa e distorcida pela mediação técnica, o que torna a ambigüidade e o erro inevitáveis.

Por outro lado, se essas representações científicas são compreendidas por outras pessoas além das que as fabricam é porque existe entre elas um mínimo de convenção sociocultural, ou, em outras palavras, elas devem boa parcela de sua significação aos seus aspectos de símbolo, segundo ainda a definição de Peirce. A teoria semiótica permite-nos captar não apenas a complexidade, mas também a força da comunicação pela imagem, apontando-nos essa circulação da imagem entre semelhança, traço e convenção, isto é, entre ícone, índice e símbolo (JOLY, 1996: 40).

É esse caráter simbólico da imagem que me interessa e a partir do qual se processa o exercício de tradução realizado pelo artista. Assim, a imagem médica, mais do que produto de uma técnica e de uma ação, pode ser entendida como uma experiência de imagem, inseparável de toda sua enunciação. Ou seja, é uma imagem em trabalho, imagem-ato, gesto da produção somado ao ato de recepção e de sua contemplação.

Para concluir, posso dizer que estudar o processo de leitura e interpretação das imagens médicas é estudar uma política da cultura da representação – política entendida aqui como um processo de negociação entre diferentes modos de interpretação de imagens. O estudo dessa política indica que as pessoas vêem o mundo através de diferentes lentes, as quais oferecem diferentes visões e definições que, por sua vez, são moldadas, entre outros fatores, pela posição social dos atores envolvidos e suas experiências. Essas visões e definições são politicamente significativas porque elas proporcionam a base a partir da qual as pessoas tomam decisões sobre o que conta como conhecimento válido e sobre quem são os legítimos produtores de tal conhecimento.

Afinal, como disse anteriormente, o que nós vemos está inseparavelmente ligado e depende de como nós vemos. Assim, a questão que me interessa é muito mais como essas imagens médicas significam o que elas significam em diferentes contextos e não o que essas imagens realmente são.

Ao incorporar essas imagens médicas os artistas vêm definindo uma nova noção de retrato, já que tradicionalmente o retrato lida com a fisicalidade exterior e aqui, mesmo quando se olha para o interior dos corpos, pode-se não saber o que se vê. Documentado em ambientes médicos e/ou científicos e transformado no estúdio dos artistas, esse tipo de trabalho traz uma nova visão do corpo ao público, redefinindo a própria noção de retrato e questionando os significados de identidade. Esses artistas estão, além disso, visualmente representando e traduzindo questões científicas para o público comum.

Referências bibliográficas

BERGER, J. (1972), *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

CRARY, J. (1990), *Techniques of the observer. On vision and modernity in the Nineteenth Century*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995, 6th edition.

DIDI-HUBERMAN, G., *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

DUBOIS, P., *O ato fotográfico*. Campinas, SP: Papirus, 1992.

HARTOUNI, V., Fetal exposures. Abortion politics and the optics of allusion. In Treichler, P. A., Cartwright, L. & Penley, C. (ed.), *The visible woman. Imaging*

- technologies, gender, and science*. New York: The New York University Press, 1998, p. 198-216.
- HESS, David. *Science Studies. An advanced introduction*. New York: New York university Press, 1997.
- JOLY, M., *Introdução à análise da imagem*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- KASSIRER, J. P., Images in clinical medicine. *The New England Journal of Medicine*, vol. 326, n. 12, 1992, p. 829-839.
- KEVLES, B. H., *Naked to the bone. Medical imaging in the Twentieth Century*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1997.
- LAW, J. and LYNCH, M., Lists, field guides, and the descriptive organization of seeing: birdwatching as an exemplary observational activity. In Lynch, M. and Woolgar, S. (eds.), *Representation in scientific practice*. MIT Pres, 1990, p. 267-300.
- LERNER, B. H., The perils of x-rays vision: How radiographic images have historically influenced perception. *Perspectives in Biology and Medicine*, vol. 35, n. 3, 1992, p. 382-397.
- MACHADO, A., A fotografia como expressão do conceito. In *Studium 2*, <http://www.studium.iar.unicamp.br>, 2000.
- MONTEIRO, R. H., *Videografias do coração. Um estudo etnográfico do cateterismo cardíaco*. Dissertação de doutorado. Campinas, SP: Instituto de Geociências, Unicamp, 2001.
- RIESSMAN, C. K., Women and medicalization: a new perspective, In: G. Kirkup and L. S. Keller (eds.), *Inventing women. Science, technology and gender*. Oxford, Polity Press and Open University Press, 1992, p. 123-144.
- VAN DIJCK, J., *The transparent body: A cultural analysis of medical imaging*. Seattle, WA: University of Washington Press, 2005.

Sentidos do *niilismo* no discurso anarquista-terrorista francês do século XIX

Fabrizio Pinto Monteiro*

Resumo

O tema deste texto são alguns diferentes sentidos que as construções imaginárias sociais acerca do *niilismo* podem adquirir a partir da análise dos discursos e ações de anarquistas-terroristas do século XIX.

Palavras-chave: niilismo, anarquismo, terrorismo.

Abstract

This text is concerned with some possible meanings in the social imaginaries constructions about *nihilism*. The discussion is realized by the analyse of speeches and actions of XIX century anarchists-terrorists.

Keywords: nihilism, anarchism, terrorism.

Partindo da, aparentemente, mais simples e direta definição dada pelo filósofo Friedrich Nietzsche à noção de niilismo (“Que significa niilismo? *Que os valores superiores se depreciam.* ”)(NIETZSCHE, s/d:86)¹, podemos iniciar uma discussão importante para a história do imaginário e das sensibilidades políticas.

A “depreciação dos valores” a que se refere Nietzsche envolve “a negação de um mundo metafísico.”(Ibid.:89) Esta negação volta-se às normas, valores morais, instituições sociais diversas antes consideradas supra-humanas; *divinas* de fato.

A aceitação de uma possibilidade de rupturas com padrões e criações sociais tradicionais envolve diversos conflitos, seja na sociedade de forma ampla ou na subjetividade de cada indivíduo. Surgem, assim, as diferenciações entre o niilismo passivo e ativo, negativo e positivo no pensamento nietzscheano, conforme a capacidade possuída (ou não) pela pessoa para utilizar estas rupturas e negações de forma favorável à criação da vida.(Ibid.:89)

Ao refletirmos sobre os gestos, discursos e emoções historicamente elaborados pelos diferentes sujeitos sociais para o questionamento ou defesa das instituições, normas e valores

* Mestrando em História na Universidade Federal de Uberlândia.

¹ Certamente a filosofia do niilismo é muito mais complexa e ambígua em Nietzsche, estando indiretamente presente com diversos significados em toda sua obra. A seleção desta definição, presente em seus fragmentos póstumos, justifica-se aqui apenas como mote inicial da discussão.

existentes em suas realidades sociais, precisamos *nós mesmos* crer na edificação deste mundo social como fruto da capacidade imaginária (representativa, simbólica) humana. Como chamou a atenção o antropólogo Clifford Geertz, uma grande limitação muitas vezes presente em nossas análises interpretativas decorre de um preconceito que afirma que “o ‘simbólico’ se opõe ao ‘real’ como o extravagante ao sóbrio, o figurativo ao literal, o obscuro ao simples, o estético ao prático, o místico ao mundano e o decorativo ao substancial.”(GEERTZ, 1991:170)

Em outras palavras, “o real é tão imaginado como o imaginário” e toda ação simbólica que envolva a construção deste real (social e histórico) torna-se, para o pesquisador, “textos para serem lidos”.(Ibid:170)

Importante enfatizar que mesmo Nietzsche coloca como uma condição para a existência da hipótese do niilismo “que *absolutamente não existe verdade*; que não há uma modalidade absoluta das coisas, nem ‘coisa em si’. –Isto propriamente nada mais é que niilismo, e o *mais extremo niilismo*.”(NIEZSCHE, s/d:87)

É neste sentido que proponho como objeto de breve reflexão algumas formas de discursos que envolvem o terrorismo-anarquista europeu de fins do século XIX, com destaque a Ravachol e Émile Henry, que marcariam a imagem comum do anarquista como um destruidor “niilista”.

O niilismo social do século XIX

Mesmo antes das formulações filosóficas mais diretas de Nietzsche acerca do niilismo, a palavra já havia sido utilizada politicamente para referir-se a uma tendência comportamental/revolucionária da juventude russa da segunda metade do século XIX. (VOLPI, 1999)

Em 1862, em seu romance *Pais e Filhos*, o escritor russo Ivan Turgueniev descreveria um conflito de gerações que opunha “pais”, membros de uma aristocracia liberal e decadente, a seus “filhos”, jovens com idéias de transformação e ruptura com as normas e tradições sociais existentes até ali.(TURGUENIEV, 1981) Ao apresentar seu amigo Bazárov, personagem principal da trama, a seu pai e tio, Arcádio –membro da nova geração- cria a situação onde surgem as primeiras definições do niilismo:

-Ele é niilista –repetiu Arcádio.

-Niilista –disse Nicolau Pietróvitch [pai] –vem do latim, nihil, e significa “nada”, segundo eu sei. Quer dizer que essa palavra se refere ao homem que... em nada crê ou nada reconhece?

(...)

*-Aquele que tudo examina do ponto de vista crítico. –sugeriu Arcádio.
 -Não é a mesma coisa? –perguntou Pávíel Pietróvitch [tio].
 -Não, não é o mesmo. O niilista é o homem que não se curva perante nenhuma autoridade e que não admite como artigo de fé nenhum princípio, por maior respeito que mereça...(Ibid.:28-29)*

Percebe-se o sentido principal de *negação* e desejo de *ruptura* com princípios, valores e normas sociais –que possuem *status* de autoridade- nesta compreensão de niilismo apresentada por Turgueniev. Podemos perceber também o conflito surgido ante a proposta “niilista”: chocam-se um desafiador prazer de experimentação da própria potência destruidora dos jovens a uma assustada, mas quase indiferente, incompreensão da geração anterior de como poderia persistir vida sem os suportes sociais tradicionais.

O romance de Turgueniev foi escrito em um momento de intensa agitação política e social na Rússia, quando tentava se consolidar uma concepção russa de socialismo. O movimento seria conhecido genericamente como *narodnik*(FERNANDES, 1982:9)² Neste movimento, a maior parte de seu militantes era composta por

jovens universitários, homens e mulheres, que por volta dos vinte anos de idade tomaram certas atitudes (quase sempre de pequeno porte, como a edição de um boletim, a direção de uma assembléia, a participação em um pequeno grupo de debates radicais, uma manifestação de rua) que haveriam de marcar-lhes pelo resto da vida, num ciclo de prisões, tortura, exílio, confinamento na Sibéria, fugas, tuberculose, marginalidade.(Ibid.: 30)

Na década de 70, com o movimento já consolidado por este mesmo segmento de estudantes, lançar-se-ia a grande campanha de “Ir ao Povo” (1873-74): as salas de aula seriam abandonadas para a vida e trabalho entre os camponeses, onde o objetivo era educá-los e prepará-los para a revolução. Porém, a violenta repressão do Estado czarista a este movimento de tentativa de mobilização popular faria surgir os primeiros grupos terroristas entre os *narodniki*, cuja nova proposta era o ataque direto às figuras de poder do governo.(Ibid.:31)

O termo “niilista”, popularizado por Turgueniev, Dostoiévki³ e outros escritores russos, seria também utilizado pela imprensa para definir tais grupos terroristas, dentre os quais o “Vontade do Povo” (*Narodnaia Volia*), que realizaria seu ato mais espetacular ao assassinar o czar Alexandre II com uma bomba em março de 1881. Apesar de não ter sido realizado por anarquistas, “o assassinato de Alexandre II, o mais despótico e reacionário

² O termo leva em seu radical a palavra *narod*, que significa, ao mesmo tempo, “povo” e “nação”, o que levou muitas vezes a ser traduzido como “populismo russo”. O movimento *narodnik* envolveu as mais diversas concepções socialistas na Rússia pós-Guerra da Criméia (1851-53), mas nada que possa ser confundido com nosso sentido usual de “populismo” como utilizado, por exemplo, para a América Latina.

³ A obra *Os Demônios*, de 1870, foi diretamente inspirada nos círculos revolucionários em atuação na Rússia da época.

governante da Europa (pelo menos aos olhos da Esquerda), eletrizou os anarquistas, que acreditaram que esta ação demonstrou que as mudanças revolucionárias podem ser de fato possíveis e iminentes.”.(JENSEN, 2004:125)

Além da “inspiração” do terrorismo *narodnik* russo das décadas de 70 e 80, os anarquistas terroristas do ocidente europeu da década de 90 também receberiam como “herança” a denominação de *niilistas*, ““Primeiro cunhado pelo novelista Turgueniev e depois absorvido pela imprensa popular.”(Ibid.: 125)

O discurso anarquista-terrorista

O discurso e também a ação anarquista-terrorista –na medida em que, como visto, esta pode também ser considerada um “texto” em seus aspectos simbólicos, criadores de sentidos– são exemplos por excelência da possibilidade do tratamento dos textos como inseparáveis da própria criação da “realidade” social. Segundo esta consideração de análise,

o texto literário não apenas resiste a “o real” suposto, e não quer falar de uma realidade “objetiva”, “única” e “total”, como tampouco quer falar de uma parte “subjetiva” ou “ideológica” dela (...). já não tem cabimento supor “a realidade” como “exterioridade” segura, na qual “fatos” e “valores” preservam, como diria Rorty, uma “dualidade intransponível”. “A realidade”(...) imbrica-se de modo inalienável aos enunciados persuasivos sobre os quais certo número de pessoas que emprega o termo está de acordo.(PÉCORRA, 2001:13)

Como separar em pura “subjetividade” e “realidade” um discurso que, dirigido à “audiências” sociais específicas, busca mobilizar afetos e ações intensas e efetivamente “concretas”, como o medo, a insegurança, a revolta, o ódio e as diversas medidas políticas que as acompanham?

Podemos tentar refletir sobre estas relações através de alguns casos específicos do terrorismo-anarquista europeu da década de 1890: Ravachol e Émile Henry, ambos guilhotinados após atentados à bomba contra figuras de representação do poder político/social da França da época.

Durante o julgamento que o condenaria à morte, Henry teve a oportunidade de ler um discurso que deveria servir-lhe como oportunidade de defesa. Suas palavras iniciais são as seguintes:

O que vou dizer-lhes não é uma defesa. Não estou tentando escapar do castigo imposto pela sociedade que ataquei. Além do mais, só reconheço um tribunal capaz de julgar-me –eu próprio- e o veredito de qualquer outro não tem nenhuma importância para mim. Desejo apenas dar-lhes uma explicação sobre os meus atos e dizer-lhes como fui levado a praticá-los.(HENRY, 1998:178)

Henry estava sendo julgado por dois atentados à bomba que resultaram em vítimas fatais. O primeiro ocorreu em agosto de 1892 e envolveu um explosivo de efeito retardado colocado no prédio de escritórios da Companhia Carmeaux de mineração como uma forma de represália à violência usada por esta para reprimir uma greve de seus empregados. Encontrada antes de detonar, a bomba seria levada por policiais e explodiria no interior do comissariado de polícia da *Rue des Bons-enfants*. O segundo atentado, também com o uso de uma bomba, foi realizado no *Café Terminus* em Paris, local tradicionalmente freqüentado pela burguesia francesa. Uma pessoa morreu e outras ficaram feridas.⁴

Para além das informações em si dadas pelo anarquista, é fundamental nos atentarmos também para alguns sentidos simbólicos de seu discurso. Podemos nos perguntar quais eram suas intenções ao preparar e dizer tais palavras em um julgamento que ele já sabia que seria condenado à morte.

Henry diz “desejar apenas dar-lhes uma explicação sobre seus atos e dizer-lhes como foi levado a praticá-los”. Como chamou a atenção Alcir Pécora, a realidade e o sentido criado por um texto ligam-se a enunciados persuasivos partilhados por um grupo específico. Ou, em sentido próximo, José Murilo de Carvalho fala do *auditório* como elemento fundamental para o discurso retórico:

Uma terceira característica da retórica é a importância do auditório. Como ela deve ser eficaz, é necessário que o orador conheça seu público para escolher os argumentos, os estilos, a pronúncia adequados para movê-los. Auditórios diferentes exigem argumentos e estilos diferentes.(CARVALHO, 2000:138)

Qual seria o “auditório” para o qual Henry pretendia se explicar? E para “onde” pretendia “movê-lo”, nos dizeres de Carvalho? Pensar que ele se dirigia unicamente ao júri e juiz pode limitar a compreensão da extensão da imagem do terrorista que se pretendia criar.

O texto de seu discurso apareceu pela primeira vez no jornal “A Gazeta dos Tribunais”, que se destinava à publicação de ocorrências jurídicas em âmbito oficial. Há, assim, inevitavelmente, um público composto pelo mesmo segmento que ele procurou atingir com seus atos: membros do governo, funcionários da lei, ou, no amplo sentido utilizado pelo próprio anarquista, a *burguesia* da época.

Para esta parcela de seu auditório em especial (pois seu discurso seria disseminado também por outros meios e atingiria outro tipo de “público”, discutido a seguir), Henry parece querer mostrar uma grandiosa impassibilidade: mesmo preso e prestes a ser condenado à

⁴ Réu confesso, Émile Henry detalharia estas ações em seu depoimento.

guilhotina, continua a afirmar que o veredicto do tribunal não lhe tem importância; este não é capaz realmente de atingi e deter aquilo que ele *representa*:

Nessa guerra sem piedade que declaramos contra a burguesia, não queremos que ninguém tenha pena de nós. Matamos e sabemos suportar a morte. É portanto com indiferença que aguardo a sentença. Sei que minha cabeça não será a última que vocês cortarão: outras ainda irão rolar, porque os que morrem de fome começam a aprender os caminhos que levam aos cafés e aos restaurantes, aos Terminus e Foyots (...). Vocês podem ter enforcado em Chicago, decapitado na Alemanha, garroteado em Jerez, fuzilado em Barcelona, guilhotinado em Montbrison e Paris, mas nunca conseguirão acabar com o anarquismo.(HENRY, 1998:184-185)

Percebemos, então, um dos sentidos no imaginário social que a palavra “niilista” poderia adquirir naquele momento histórico: Henry representa-se como parte de uma grande força supra-individual, que avança incessantemente e com violência crescente sobre seus inimigos. É importante destacar que, no discurso, ele parece dar muito mais valor a seu significado *simbólico* que à sua própria subjetividade pessoal. Mesmo esta “burguesia” citada pelo terrorista não se refere ao burguês individual, mas ao sentido social construído sobre tal classe, como é possível percebermos quando o anarquista explica porque não se preocupou em evitar vítimas “inocentes” no *Café Terminus*:

Acham talvez que devêssemos atacar apenas os deputados que fazem as leis contra nós, os juízes que aplicam essas leis, a polícia que nos prende? Não concordo. Tais homens são apenas instrumentos. Não agem mais culpados do que qualquer um de vocês. Esses bons burgueses que não têm qualquer cargo público, mas que colhem seus dividendos e vivem ociosamente graças aos lucros obtidos com o trabalho árduo dos operários, eles também devem sofrer sua quota de vingança!(Ibid.:183)

Este tipo de compreensão da sociedade, de valorização das imagens sociais para além do individualismo estrito presente no discurso do anarquista parece ter sido uma característica marcante apontada naquele momento histórico pelos detratores destes terroristas “niilistas”. Dostoiévski, em uma nota de seus manuscritos do *Crime e Castigo* escreveria: “O niilismo é uma lacaiação do pensamento. O niilista é um lacai do pensamento.”(DOSTOIÉVSKI, 2004:145, nota 166)

Embora seja uma característica fundamental para a compreensão do niilismo enquanto expressão de pensamento e sensibilidade políticas, esta discussão demandaria uma reflexão histórico-filosófica mais cuidadosa e que não é propriamente parte do centro deste texto.⁵ Para

⁵ Embora também sua pertinência para hoje seja evidente. Se naquele momento, alguns segmentos da sociedade já poderiam considerar o discurso de Henry frio e niilista devido a esta forma de submissão da própria individualidade em detrimento de um valor -uma utopia- mais estranhamento ainda nos causa hoje, na medida em que nossas sociedades contemporâneas afastam-se cada vez mais dos sentimentos morais antes baseados no

nossa discussão mais imediata, destaco apenas o uso retórico da construção deste sentido de supressão da individualidade como chave para garantir um objetivo fundamental do discurso de Émile Henry: a manutenção do sentimento de terror e insegurança desta burguesia ante uma ameaça que apenas se fortalece a medida em que é mais fortemente enfrentada.

Sobre o endurecimento do tratamento do governo francês contra os anarquistas, ele diz:

Como coroamento dessa cruzada contra os heréticos, ouvimos o Ministro do Interior, Sr. Reynal, declarar na Câmara do Deputados que as medidas pelo governo tinham implantado o terror entre os anarquistas. (...) As palavras de Reynal eram um desafio arremessado aos anarquistas. O desafio foi aceito. A bomba encontrada no Café Terminus é a resposta a todas as violações à liberdade, às prisões, às buscas, às leis contra a imprensa, às deportações em massa, às guilhotinas. (HENRY, 1998:182-183)

Ao mesmo tempo, podemos nesse mesmo discurso, pensar em um outro “auditório” a que se destinam as palavras e atos de Henry: os próprios anarquistas, estimulados a seguir seu exemplo de ação (embora ele, com certo rancor, diferencie “indivíduos que se dizem anarquistas”, mas que além de serem “demasiado covardes para arriscar a própria vida, negam aqueles que têm essa coragem.”)(Ibid.:184)⁶

Sabemos que o próprio Émile Henry engajou-se no terrorismo anarquista em parte pela influência e inspirações dos discursos/ação de um anarquista anterior que se tornara um ícone do terrorismo ácrata: Ravachol. “Foi então que decidi introduzir naquele concerto de sons tão alegres [do Café] uma voz que os burgueses já conheciam, mas que julgavam ter morrido em Ravachol: a voz do dinamite”, diz.(Ibid.:181)

Ravachol, nome materno de François Claudius Koenigstein, nasceu em família operária. Começando a trabalhar aos oito anos, logo se tornou criminoso “comum”, atuando como falsificador de dinheiro, contrabandista e ladrão de túmulos, engajando-se posteriormente no anarquismo através da convivência com círculos socialistas. Promoveu dois atentados com dinamite, em março de 1892, contra as casas de um juiz e um promotor que haviam anteriormente condenado dois anarquistas em um julgamento. Ravachol seria preso pelos atentados e condenado à guilhotina por um assassinato anterior.(MAITRON, 2003:53-95)

dever do indivíduo para com alguma forma de coletividade (grupo, nação etc.). Com mais frequência nos contentamos com a explicação do “fanatismo” para os casos onde estes sentimentos e imaginário persistem.

⁶ Certamente o terrorismo estava longe de ser uma unanimidade como método de ação entre os anarquistas. O russo Piotr Kropotkin, apenas para citar um nome célebre, seria um dos grandes exemplos de desestimuladores dessa prática.

Para seu julgamento, Ravachol também preparou um discurso, como faria posteriormente Émile Henry, mas ele foi proibido de lê-lo na ocasião. Embora mais curto e simples que o de seu sucessor, seu discurso possui importantes semelhanças em seus argumentos e elementos simbólicos, sendo a primeira delas a negação categórica de sua necessidade –moral, sobretudo- de uma defesa.(RAVACHOL,2004:3) Como Henry, Ravachol concentra-se em *explicar* os motivos de seus atos, destacando a responsabilidade maior da organização exploratória do capitalismo sobre eles:

O que pode fazer aquele a quem já falta o necessário trabalhando se fica desempregado? Não há mais que se deixar morrer de fome. Então lançaremos algumas palavras de piedade sobre seu cadáver. É o que deixei para os outros. Eu preferi me fazer contrabandista, falsificador de dinheiro, ladrão, homicida e assassino...(Ibid.:4)

Terminando também por prenunciar a continuidade da violência social e política, tão relacionadas entre si e tão temidas pela burguesia da época, mesmo após a prisão ou a execução de alguns indivíduos:

Sim, eu o repito: é a sociedade que faz os criminosos e vocês jurados, no lugar de lhes bater deveriam empregar sua inteligência e suas forças para transformar a sociedade. De uma só vez vocês suprimiriam todos os crimes e sua obra, atacando as causas, seria maior e mais fecunda que sua justiça que se limita a punir os efeitos. (Ibid.:6)

Desta forma, temos também um “auditório” imediato dos discursos de ambos os anarquistas: seus próprios jurados, juízes etc., bem como o restante desta classe burguesa que poderia acompanhar as notícias jornalísticas “oficiais”. A eles, forma, conteúdo e significados simbólicos dos discursos parecem destinar-se a um reforço constante dos sentimentos de medo e insegurança.

Os diferentes usos políticos de características de pensamento e ação reunidas sob sentidos de “nihilismo”, assim, terminam por revelar construções imaginárias sociais quase opostas a respeito da *destruição, negação do passado, valorização dos papéis simbólicos* na sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, J. M. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**. Rio de Janeiro. vol. 1 n. 1 p. 123-152. set. 2000
 FERNANDES, R.(org.) **Dilemas do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
 GEERTZ, C. **Negara**: e Estado Teatro no século XIX. Lisboa: Difel, 1991
 GINZBURG, C. **Relações de força**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

- HENRY, É. A defesa de um terrorista. WOODCOCK, G.(org.) **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 178-185
- JENSEN, R. Daggers, rifles and dynamite: anarchist terrorism in nineteenth century Europe. **Terrorism and Political Violence**. Oxford, vol. 16, n. 1, p. 116-153, spring, 2004
- MAITRON, J. **Ravachol y los anarquistas**. Madrid: Huerga & Fierro, 2003
- NIETZSCHE, F. O nihilismo Europeu. **Vontade de potência**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. p.85-126
- PÉCORA, A. **Máquina de gêneros**. São Paulo: EdUSP, 2001
- RAVACHOL, **Déclaration de Ravachol** (interdite lors de son procès em 1892). Zanzara athée, 2004. Disponível em www.infikiosque.lautre.net. Acesso em 08 fev. 2006
- TURGUENIEV, I. **Pais e filhos**. São Paulo: Abril Cultural, 1981
- VOLPI, F. **O nihilismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999

***Quis ut deus* : A Irmandade de São Miguel e o enquadramento religioso nos Guayazes:**

Dra Cristina de Cássia Pereira Moraes¹

Na hagiografia, o anjo São Miguel, do hebraico *quem como Deus*, é considerado o príncipe da milícia celeste ao travar no Céu um combate com o demônio. No eterno duelo entre o bem e o mal, Deus tem como aliados São Miguel e seus anjos, os santos e a Igreja, contra Satanás e seus demônios. Ao Arcanjo primeiramente foi outorgado a defesa do povo judeu, para posteriormente; se tornar o defensor dos cristãos, dando-lhes a vitória contra seus inimigos. Entretanto os primeiros cristãos o reconheceram como o anjo a quem foi confiado o cuidado dos doentes

Ademais na iconografia São Miguel é representado como um anjo guerreiro, armado com espada e armadura com a inscrição latina: *Quis ut deus*, parado sobre o dragão, a quem às vezes crava com uma lança. Igualmente, aparece segurando um par de balanças onde pesa as almas dos desviados, ou o livro da vida, para mostrar que toma parte no julgamento final. Sua festa em 29 de setembro, na Idade Média era celebrada como um feriado obrigatório, mas junto com outras festas foi gradualmente abolida durante o século dezoito.

Segundo a Bíblia: "Houve então uma batalha no céu: Miguel e seus Anjos guerrearam contra o Dragão". (Apocalipse 12,7) São João fala do grande conflito no fim dos tempos, que reflete também a batalha no céu no princípio dos tempos como o querubim que esteve na porta do paraíso, "para guardar o caminho da árvore da vida" (Gn 3, 24) Segundo estas passagens da Escritura, a tradição cristã dá a São Miguel quatro ofícios: lutar contra Satanás; resgatar as almas dos fiéis do poder do inimigo, especialmente na hora da morte; ser o defensor do povo de Deus e trazer as almas dos homens a juízo. (DUÉ, 1999:320-324)

De fato, consoante o que se lê no primeiro *Termo de Compromisso* de 1733, aprovado pelo bispo diocesano do Rio de Janeiro em 1738, os devotos de São Miguel no arraial de Sant'Anna dos *Guayazes*, resolveram se unir numa irmandade e, na capela construída em louvor de Santa Ana, em 1727, mandaram edificar um altar e com *toda a*

¹ Prof.a. Adjunto I da Universidade Federal de Goiás.

*decência possível nelle collocarão a imagem do Gloriozo Sancto elle entrarão a render osculos devidos a sua veneração.*¹

Algum tempo depois da ereção da dita irmandade, precisamente em 1739, face à expansão demográfica de Vila Boa, cujos fiéis não cabiam mais na citada capela e ao aumento do número de membros da referida irmandade², peticionando à Câmara de Vila Boa, o juiz e os irmãos da mesma, se dizendo os *principais do arraial*, enquanto pioneiros fundadores pediram licença para construir uma nova igreja, cujas despesas seriam cobertas com doações voluntárias dos fiéis. Desse documento, constam os nomes de Agostinho Pacheco Teles, Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz, Antônio Dias da Silva, Antônio Brito Ferreira, Tomé Gomes de Aragão, Antônio Xavier Garrido, João Lopes Zédes, Antônio Brito Rabêlo, Miguel Carlos, Manoel R. Tomas, Padre Manoel Dias da Silva e outros.

O senado dos vereadores registrou em Ata aquele pleito:

*Que estabelecida assim a dita Irmandade se entrou a aumentar pella occorrença dos Fieis e se entrarão acongregar àquella Irmandade sendo este o motivo de inda hoje se necessitar edificar nova igreja. Com aquelle adorno e aseio necessario não so no Altar do Gloriozo Santo como nos preparos percisos para ser matriz e para a dita Irmandade.*³

Em seguida, terminada a cerimônia de entrega do documento, os irmãos promoveram uma passeata pelo arraial.⁴

Tudo indica que as contribuições voluntárias tenham sido muito parcimoniosas, porque em 21 de março de 1742, os oficiais do Senado da Câmara solicitaram ao Conselho Ultramarino auxílio para a edificação duma nova matriz, posto que a antiga capela também ameaçasse desmoronar. A resposta ao pedido, ainda que parcial, foi atendida mediante provisão régia, de 2 de abril de 1743, em que D. João V autorizou a Real Fazenda a fazer a planta da igreja, a calcular as despesas com a reedificação da capela-mor e com a compra de alfaias, cujo orçamento atingiu a quantia de 13.000

¹ Arquivo Histórico Ultramarino doravante AHU - Documentos *avulsos da Capitania de Goiás*: Caixa 32, Documento 2030.

² Optamos por analisar esta irmandade em paralelo com a construção da igreja matriz devido ao empenho dos irmãos nesse empreendimento.

³ Arquivo Frei Simão Dorvi doravante AFSD: Documentos *avulsos: Ata da Câmara*, 22 de agosto de 1739, fl. 104v.

⁴ AFSD: Documentos *avulsos: Termo de mesa da Irmandade do Gloriozo Sam Miguel e Almas*. Nessa documentação amealhada por Frei Simão Dorvi, encontramos um fragmento desse termo de mesa com apenas 9 páginas. Na primeira está escrito: *Este livro hade servir p.^a Termos de Meza emais deliberacoens e Elleicoens da irmandade do Gloriozo Sam Miguel na capela da Sr.^a Sant' Anna, neste mesmo arraial, o qual se acha numerado evai rubricado por mim com aminha rubrica que diz = Pereira= e leva emsserramento no fim. Arraial da Senhora Sant'Anna 4 de março de 1734.*

cruzados e, a reparti-los do seguinte modo: 8.000 adviriam de contribuições feitas pelo povo e pela Câmara e os 5.000 restantes seriam dados pela Real Fazenda.⁵ Entretanto, quando essa provisão chegou em Vila Boa, em 22 de abril de 1744, a capela estava praticamente em ruína.

O intendente da Real Fazenda em Vila Boa que, na ocasião, era o provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento, escreveu aos Conselheiros do rei, dizendo que *muitas famílias estavam deixando de ir à igreja para evitar os incômodos e desordens prejudiciais ao seu socego*. Por este motivo, não puderam esperar a autorização de Lisboa para começar a construção, que já se encontrava com o trabalho adiantado em 8 meses. De posse da provisão real, o intendente contratou mais quatro mestres carpinteiros e pedreiros que declararam ser necessário mais cento e vinte mil cruzados para a cobrir com telhas, colocar portas e terminar a capela-mor. Segundo ele, as despesas estariam justificadas por *a Magnificencia da dita obra e que em nenhuma mina se acha tão grandioso templo ainda nas mayores povoações de Beyramar não haverá outro mais vantajoso*. O povo, então, resolveu se organizar e dar alguma contribuição para a obra.⁶

Segundo consta duma carta do capitão-general de 4 de abril de 1743, reiterado ao Senado da Câmara a ordem de Sua Magestade, o tesoureiro da irmandade de São Miguel e Almas foi incumbido de gerir os custos da obra:

Já remeti a V. M. ces a copia da Real ordem de Sua Magestade; pella qual hé o dito Senhor servido, detreminar, que o que estiver cobrado, e o mais que o Povo expontaneamente ao diante quizer concorrer, para as obras da Igreja Matriz dessa Villa, se goarde em cofre de resposta do thesoureiro da Irmandade das Almas para darem execução na forma que nella se ordena, avizando me do que se tem cobrado, e despendido, como, e de que sorte, e de

⁵ AHU: Documentos avulsos da Capitania de Goiás: Caixa 1, Documento 215. (2 de abril de 1743) Dom João..... *Faço saber a vós Intendente e provedor da Fazenda Real que os officiaes da Camara me apresentaram em carta de 21 março ano passado q a Igreja q serve de Matriz na mesma Vila se acha ameaçada de ruina e he pequena para o grande numero daquelle povo o qual determina concorrer com esmolas para o augmento e reedificação do dito templo e q a capella mor se acha arruinada e he pequena para o culto divino pelo que carece de se reedificar e accrescentar por cuja causa me pedião fosse servido mandar aestir de minha fazenda com o que fosse preciso para sefazer a capela mor e juntamente mandarlhe o paramento para ella Me pareceu ordenarvos informeis com vosso parecer e mandei fazer planta e metela a pregão com separacam do que custara o corpo da igreja e o que a capella mor aque a minha real fazenda heso obrigada e por hora se cuide na conservacam da Igreja que existe. El Rey mandou em Lisboa ocidental em dois abril de mil cete centos quarenta etreis.*

⁶AHU: Documentos avulsos da Capitania de Goiás: Caixa 3, Documento 235. (22 de abril 1744): (...) *com muito zelo e cuidado dos moradores incitados da sua devoção sendo entre todos o demayor e mais particular fervor o ouv atual destas minas porq não so entrou no concurso dos demayor esmolla mas com o actual disvello em sulicitar officiaes e op.erários q mais barato o fação e em haver os materiaes com mayor comodidade (...).*

*tudo me da não V. M.ces parte com toda a brevidade, e individuação para poder fazer presente a Sua Magestade. Villa Boa em vinte e oito de Mayo de mil setecentos e quarenta e treis.*⁷

Outra ajuda financeira importante para a consecução desse objetivo, proveio das sobras da contribuição popular para dizimar o indígena Caiapó. Com efeito, o juiz, os oficiais e irmãos da irmandade das Almas reuniram a *governança* e o povo da vila e de outros arraiais próximos, para decidirem o que fazer com as arrobas de ouro que haviam sobrado do pagamento efetuado ao coronel Antônio Pires de Campos que tinha conquistado o *gentio cayapó*, que *repetidas vezes assaltava e inquietava o povo, com mortes e vários insultos*. Eles tomaram a decisão que as duzentas oitavas de ouro seriam entregues ao tesoureiro responsável pelas obras.⁸ Mas na Ata da sessão da câmara de 22 de abril de 1745, há o registro duma carta que o Senado escreveu ao Governador da Capitania, em que dizia que o povo estava cobrando *os resíduos do cayapó para construir o frontispício da igreja*, o que sugere que ou a *governança* não liberou totalmente as duzentas oitavas de ouro ou havia muito maior sobra de ouro arrecadado para a expedição contra o *gentio Caiapó*.⁹ Entretanto, a qualidade da obra foi tão ruim que, até o final do século XVIII, os oficiais da Câmara continuaram a pedir constantemente, novos auxílios para a sua reconstrução.

Novamente, em 1746, os oficiais da Câmara solicitaram outra esmola para o término da obra, argumentando que, quando chegou o projeto arquitetônico enviado de Lisboa em 26 de abril de 1745, a igreja estava coberta e quase pronta. Faltavam a primeira cimalha do frontispício e as torres, cuja construção pretendiam seguir de acordo com o projeto de Sua Majestade, apesar de a despesa vir a aumentar por causa do custo das pedras necessárias para levantar as portas, janelas, cunhais, pilares do frontispício, arco do presbitério e as coxias.

Em 1755, o vigário da matriz de Santa Ana, Pe. Felipe da Silveira e Souza, formado em cânones pela Universidade de Coimbra, requereu ao rei Dom José uma esmola para efetuar reparos nela. Escreve ele que *Sua Magestade tem mandado contribuir com algumas esmolas á varias igrejas das minas e que não deveria desmerecer a igreja e nem os moradores e parochianos della*. Ainda faltavam os

⁷ AFSD: Documentos Avulsos: *Livro 192*, nº 042, fl. 212.

⁸ AFSD: Documentos Avulsos: *Ata da Camara de Goiás*, 1745, nº 043, fl. 29v.

⁹ *Ibid.*, fls. 57v e 58

paramentos e ornamentos necessários, o telhado havia desmoronado e na capela-mor em lugar do retábulo, havia um pano pintado.¹⁰

Em documento de 28 de maio de 1760, o governador João Manoel de Melo relatou ao Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, que a igreja havia caído, após nela o povo ter aprisionado o seu pároco que se encontrava demente e, ajuizando a respeito daquele fato, acrescentava que a igreja tem *cahído tantas veses, quantas setem reparado*.¹¹ Depois do desmoronamento de 1759, a igreja ficou abandonada e “assombrada” até 1777, quando foi concluída a reforma pelo mestre Manoel José do Nascimento e colocados em suas torres, dois galos de metal e um sino batizado com o nome de Paulo. No desenho abaixo temos o esboço dessa construção. A matriz foi transferida para a igreja do Rosário dos Homens Pretos construída em 1734. Essa foi demolida em 1934, por ordem dos dominicanos. Em 1874, a Sé catedral foi transferida para a Igreja da Boa Morte onde ficou até 1929, quando se tentou construir outra igreja a partir dos alicerces antigos. Não deu certo e em 1967 voltou a ser utilizada como Sé, ainda inacabada. Recentemente, em 1998, foi restaurada e finalmente concluída.

Enfim, construir um templo e organizar o espaço sagrado significava a benção e a proteção divina para a família, para os animais, para as plantações e para os empreendimentos da mineração. A preocupação com a beleza e a ornamentação dos templos religiosos expressava o agradecimento a Deus pelos bens terrenos recebidos.

A historiografia sobre Goiás estabeleceu que a Irmandade do Santíssimo Sacramento foi a responsável pela construção da capela e, depois, matriz de Santa Ana. Fiando-se nesse dado, ao analisar os espaços religiosos e a cidade, a arquiteta BOAVENTURA diz o seguinte: *quanto à construção de Igrejas e capelas apenas se tem notícia da Irmandade do Santíssimo Sacramento como coordenadora das obras da Matriz de Santana e algumas indicações documentais apontam-na como a que levantou a Igreja dos Pretos juntamente com a Irmandade do Rosário*. (2001: 63)

Como essa autora não fundamenta seu ponto de vista em nenhuma fonte documental, absolutamente não podemos concordar com ela, posto que as fontes que pesquisamos e arrolamos páginas atrás, demonstram, efetivamente, que foi a Irmandade de São Miguel e Almas a verdadeira responsável pela construção da predita igreja.

¹⁰ AHU: *Documentos Avulsos da Capitania de Goiás*: Caixa 12, Documento 701. (1755)

¹¹ AHU: *Documentos avulsos da Capitania de Goiás*: Caixa 17, Documento 986. (28 de maio 1760)

Essa irmandade é no mínimo peculiar, dentre as demais associações religiosas fundadas na capitania de Goiás, pelo fato de ter sido uma das primeiras a se organizar e agregar os *homens bons* do local, os quais se contentaram em mandar construir um altar lateral para o seu orago. Para mais, ela também desempenhou a função de *Misericórdia*, o que não existiu em Goiás, senão a partir da metade do século XX. Com efeito, inspirados no mandamento evangélico da Caridade, cuidavam especialmente dos despossuídos da sociedade, mas também oravam em sufrágio das almas do Purgatório.

A predita irmandade, ereta em 1733, confirmada em 1738 pelo bispo do Rio de Janeiro, em 1742, foi transformada numa Irmandade de jurisdição real. Para tanto, o juiz, os oficiais e os irmãos peticionaram ao rei D. João V solicitando-lhe a reforma do *Compromisso* e, a edificação duma tumba para os sócios falecidos e o seu reconhecimento como pia, isto é, como *Misericórdia*, posto que assim já vinha atuando nos *Guayazes*.

Os integrantes da Mesa de Consciência e Ordens lembrando que no primeiro *Compromisso*, capítulo 1.º, o juiz, os oficiais e demais irmãos diziam que a irmandade ou era eclesiástica por ser o costume, ou por ignorância dos irmãos, analisaram o pedido e disseram que o mesmo não devia prejudicar a coroa, nem merecia maior preocupação, porque, segundo as *Ordenações do Reino*, livro 2.º, parágrafo 1.º, artigo 14 e Livro 1.º, artigo 62, parágrafo 39 e 43, desde o primeiro *Compromisso* a jurisdição real tinha adquirido direito sobre a mesma posto que por seu intermédio ela havia sido ereta.

Nessa irmandade, para além da própria atribuição específica, de natureza representativa, o procurador tinha outras incumbências, a saber, todos os domingos e dias santos, devia cuidar da troca de toalhas do altar para a celebração do *santo sacrifício da missa*; mandar lavar as opas¹² da irmandade e participar de todas as mesas ou reuniões que fossem convocadas.¹³

Em sinal de luto ou fraterno ou solidário com outras pessoas, igualmente, através de informação do procurador ao juiz, aos oficiais e demais confrades, a Irmandade saía em procissão, acompanhando o esquife do morto e *fazendo pela rua signal com a campainha, e quando fallecerem alguma pessoa sem que seja irmão e quizerem que a*

¹² Opa é uma espécie de capa, sem mangas, que tem, no lugar destas, buracos por onde se enfiam os braços. É usada em atos solenes pelos membros de irmandades e confrarias religiosas.

¹³ Arquivo Histórico de Goiás doravante AHG: Caixa 132, pacote 02: Assunto Eclesiástico: *Termo de Compromisso de São Miguel e Almas*, de São José do Tocantins, 1757: Capítulo 5º Parágrafo 2º: *Terá o cuidado e diligencia ajudar ao Thezoureiro no preparo para as insignias quando for necessário e na acomodação e guarda dos Ornamentos e alfaias da Irmandade e no seu asseio.*

*Irmandade o acompanhe não tocará elle Procurador a campainha sem ordem do Thezoureiro.*¹⁴

Mas as principais ações caritativas ou piedosas ou misericordiosas da irmandade de São Miguel e Almas em Vila Boa se caracterizaram por socorrer em vida, como podiam os pobres, enfermos e desamparados em suas necessidades, e após, a morte deles, sepultando-os decentemente. Para além disso, no tocante aos condenados pela Junta de Justiça, competia-lhe acompanhá-los ao lugar do suplício, dar-lhes a veste apropriada bem como a corda para o enforcamento e, depois, acender velas em sufrágio de suas almas e sepultar seus cadáveres no cemitério que tinham construído para os chamados *justiçados*, os deserdados da Justiça.¹⁵

De fato, a *governança* da Vila reclamava que os moradores matavam os delinquentes com desumanidade sem lhes assegurar nenhuma forma de justiça. Isso não é de se estranhar, porque, com base no *Regimento das Minas*, de 3 de setembro de 1723, em que o rei ordenava que escravos e índios, tendo cometido delitos graves, fossem supliciados sumariamente e, igualmente, no Alvará régio de 1742, Dom Marcos de Noronha, em 1749, em ofício ao secretário da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, pediu-lhe autorização para aplicar a pena de morte aos que cometessem grandes delitos, particularmente, índios, bastardos, carijós, mulatos e escravos, para que *não se atrevão a matarem os senhores, como muitas vezes fazem.*¹⁶

No arraial de São José do Tocantins também havia uma irmandade com denominação e missão idênticas.

É interessante notar que, no início de nossa pesquisa, acreditávamos que as irmandades não possuíam ligações entre si, pois seus *Termos de Compromissos*¹⁷ eram diferentes, ainda que o orago fosse o mesmo, posto que se revestiam de peculiaridades advindas, por exemplo, do lugar em que tinham sido fundadas. Todavia, na medida em que avançamos na investigação, verificamos o contrário, ao menos no tocante à maioria delas, as quais mantiveram contato com a sua congênere de Vila Boa, efetuado pelos

¹⁴ *Ibid.*, Capítulo 5.º parágrafo 3.º.

¹⁵ À Irmandade ainda caberia – quando seus irmãos achassem por bem – a defesa ou não dum *justiçado*. Essa incumbência será, posteriormente, analisada nas funções dos procuradores da Irmandade.

¹⁶ AHU: *Documentos avulsos da Capitania de Goiás*: Caixa 10, Documento 622. (28 de janeiro de 1754) *(..)* he precizamente necessario que S. M. permita que sejam enforcados nestas Minas, para que o horror desse espetaculo faça consternar aos maiz a que não cometam semelhantes delictos (...).

¹⁷ Os mencionados *Compromissos* se encontram nos seguintes arquivos: o de Vila Boa no Instituto de Pesquisas Históricas do Brasil Central; o de São José do Tocantins e o de Bonfim no Arquivo Histórico de Goiás: caixa 132, pacote 02: Assunto Eclesiástico; o de Crixás no Arquivo Ultramarino: 1767 agosto 26, Caixa 23, documento 1467.

procuradores que participavam das reuniões da irmandade que ocorria na sede da capitania. É o que podemos verificar, por exemplo, no documento infra:

*Aos dez dias de junho de 1769, na Igreja Matris de São Jozé de Tocantyns, estando em Meza o Provedor da Irmandade e mais Irmãos abayxo assignados, assentarão que o Irmão Procurador Olympio da Costa apresentou as deliberaçoens da Irmandade do mesmo Santo de Vila Boa que por termo ficasse para sempre detriminado a prezença do Rdo. Parocho em Meza apenas para as festividades do Nosso Santo.*¹⁸

É o que também testemunha outro documento do início do século XVIII, dirigido ao Visitador, Padre Silva e Sousa, o qual confirmou sua atribuição como *Misericórdia*:

*Dizem o Juiz, Officiais e mais Irmaons da Irmande e das Almas da Freguesia de São José do Tocantins q'elles Erigirão Irmandade Eclesiático e confirmarão seu compromisso pelo Rev^{do} Doutor Vigário e da vara de Tocantins e como o dito compromisso está compouco asseio e menos distincão as cousas q. se fazem precisas p.^a a mesma Irmandade e regime della, fizerão novo compromisso, o qual seacha confirmado pelo Reverendo Vigário Geral que esta irmandade, hé pia como a da Misericórdia.*¹⁹

Por este ofício dirigido ao Visitador Eclesiástico Silva e Sousa, a Irmandade pede a concessão de quatro sepulturas face ao aumento da mesma, pois os irmãos casados poderiam sepultar seus filhos impúberes e mulheres sem recorrerem aos sufrágios e esmolas da Irmandade das Almas, de Vila Boa e da Irmandade dos Passos, da freguesia de São José do Tocantins. Este é um dado interessante para percebermos os elos existentes entre as Irmandades, não somente do mesmo orago, mas também entre os santos de devoção diferentes.

Por sua vez, a Irmandade de São Miguel e Almas do arraial de Crixás, diferia das outras duas, porque não atuava como *Misericórdia*, entretanto, o contato com a similar de Vila Boa, era mantido através do procurador de fora²⁰, cuja incumbência, para além desta, era cobrar na justiça, através da abertura dum processo, mediante procuração passada pelos irmãos, a contribuição devida, de todos os seus devedores.

A diferença que havia entre a irmandade com a mesma denominação, organizada no arraial de Bonfim é que esta em seu *Termo de Compromisso* diz: *farão parte desta*

¹⁸ AFSD: Documentos Avulsos: *Livro de Termos de Mesa da Irmandade do Senhor São Miguel e Almas de São Jozé do Tocantins*, 1769, fl. 22v.

¹⁹ AHG: *Ofício ao R^o Sr^s Doutor Vizitador Geral e Ordinário*. Assunto Eclesiástico: Caixa 132, pacote 02.

²⁰ Nessa irmandade existiam os cargos de procurador da irmandade e procurador de fora.

*irmandade toda a sorte de pessoas de ambos os sexos, com tanto que sejam livres, embora tenham sido libertos.*²¹

Quanto à organização hierárquica das três mencionadas irmandades de São Miguel – a de Vila Boa, a de São José do Tocantins e a de Crixás – nelas havia um juiz, um escrivão, um tesoureiro, um procurador, doze irmãos de mesa e um número indefinido de irmãos de compromisso. O cargo mais importante era o de juiz, o qual à altura de sua eleição devia pagar quarenta oitavas de ouro e, a quem não só competia presidir às reuniões da irmandade, organizar a festa e a procissão em louvor do Santo, nela indo ao final e portando a vara, símbolo de seu cargo, mas também:

Anualmente, na festa de São Miguel Arcanjo, outrora, celebrada em 29 de setembro, ocorria uma eleição para o preenchimento de tais cargos. Em Vila Boa, antes da eleição, previamente, todos os irmãos eram convocados para a mesma. No mencionado dia festivo, todos assistiam a uma missa cantada com sermão, predicado pelo capelão e, em seguida, se reuniam para a escolha de seus dirigentes.

No arraial de São José do Tocantins era um pouco diferente. No domingo que antecedia à festa de São Miguel todos os irmãos eram convocados para a *Mesa*, a qual era presidida pelo juiz. Este, dentre os principais integrantes da irmandade, sucessivamente, ia propondo três pessoas de cada vez, para ocupar os principais cargos de juiz, escrivão e tesoureiro. Quando ocorresse empate, o juiz desempatava e, igualmente, indicava quem devia exercer o cargo de procurador. Os demais irmãos que compunham a mesa eram propostos individualmente por aqueles que faziam parte dela. Terminada a eleição, o escrivão lavrava o registro no livro da Irmandade e, no dia de São Miguel, afixava uma espécie de ata do ocorrido na porta da igreja, para todos tomarem conhecimento.

Em todas elas, o irmão escrivão era o responsável pela guarda e conservação dos livros de registros da irmandade. Ele ocupava o segundo cargo mais importante da mesma e, nos impedimentos do juiz, exercia suas atribuições, o que lhe assegurava o direito de, nas celebrações e procissões, também usar a opa. Em contrapartida, ao ser eleito, devia dar uma esmola de vinte oitavas de ouro.

Num desses livros, por exemplo, anotava o nome dos irmãos que, ao seu ingresso, firmavam o *Compromisso*, bem como, a *entrega ao thesoureiro do ouro que*

²¹ AHG: caixa 132, pacote 02: Assunto Eclesiástico: *Termo de Compromisso da irmandade de São Miguel e Almas de Bonfim*. Artigo 8º.

*das entradas receber e dito do rendimento e dispesa da irmandade.*²² Noutro, o escrivão registrava as eleições e *accordaons* ou termo de mesa, uma espécie de ata acerca do que havia sido discutido e decidido em reunião. Num terceiro livro, anotava as receitas e despesas da irmandade, conforme orientação do tesoureiro. Noutro ainda, registrava as missas celebradas em sufrágio das almas dos irmãos e expedia uma certidão comprobatória *como se lhes satisfizerão os suffragios devidos.*²³

O terceiro cargo de importância, nas irmandades que estamos a tratar, era o de tesoureiro, cujas incumbências eram guardar e anotar nos livro apropriado, com a ajuda do escrivão, os rendimentos da irmandade, inclusive, aqueles provenientes das *esmolas de bacia* e outras mais; cuidar, limpar e inventariar em livro apropriado (Livro da Fábrica) os bens, os ornamentos e alfaias²⁴ pertencentes à irmandade; administrar as obras de construção ou de restauração sob encargo da irmandade. Do *Termo de Compromisso* dessa irmandade, radicada em Vila Boa, consta a proibição de o tesoureiro não poder emprestar a ninguém nem ouro nem os bens pertencentes à mesma, costume esse comum entre outras irmandades²⁵, como iremos ver mais adiante. Por seu ofício, ao ser eleito, o tesoureiro devia dar uma esmola de 10 oitavas de ouro.

Os irmãos de *Mesa*, em geral, para além de terem de comparecer às reuniões, eram responsáveis pela arrecadação mensal das *esmolas da bacia ou peditórios* recolhidas entre os habitantes do lugar e dos arraiais próximos. Assim que as recebia, o tesoureiro lançava-as no livro apropriado e, em seguida, juntamente com o escrivão emitiam uma declaração assinada pelos três, a fim de evitar, não apenas queixas dos fiéis quanto às ofertas que fizeram e que não foram corretamente destinadas, mas também *equivocação e se mostre para a limpeza de sua administração e officio.*²⁶

A contribuição dos postulantes a ingressar nessa irmandade, bem como daqueles que quisessem ser eleitos para a *Mesa* não foi idêntica em todos os lugares em que elas foram eretas, consoante pudemos verificar nos documentos consultados, por exemplo, na de Vila Boa, ao ingresso pagariam duas oitavas de ouro e eleitos, oitava e meia.²⁷ Na de

²² AHG: Assunto Eclesiástico, Caixa 132, pacote 02: *Termo de Compromisso da irmandade de São Miguel e Almas de São José do Tocantins*. Capítulo 3º, parágrafo 4º.

²³ *Ibid.*, Capítulo 3º, parágrafo 3º.

²⁴ Alfaias são as toalhas, três, que cobrem os altares e os ornamentos são os vasos para flores, castiçais etc.

²⁵ Foi o que ocorreu nas irmandades do Santíssimo Sacramento, na Irmandade de Nossa Senhora da Lapa e de Santo Antônio de Vila Boa.

²⁶ AHG: Assunto Eclesiástico: Caixa 132, pacote 02: *Termo de Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas de São José do Tocantins*. Capítulo 4º, parágrafo 1º.

²⁷ Instituto de Pesquisas Históricas do Brasil Central doravante IPEHBC: Documentos Avulsos: *Termo de Compromisso da Irmandade das Almas do Arrayal de Santa Anna*, 1735: Capítulo 10º.

São José do Tocantins, ao ingressar, também deviam pagar duas oitavas e no ano em que servissem à mesa dariam de esmola cinco oitavas de ouro.²⁸

Por último, conquanto efetivamente só os *Compromissos* não reflitam o cotidiano das Irmandades examinadas, o que nos obrigou a compulsar outros documentos, com o fito de compreendê-las melhor, reiteramos, que a sua importância residiu em corresponder aos anseios dos homens e mulheres brancos do *sertão dos Guayazes*, quanto a vivenciar no interior de suas associações, um prolongamento do espaço sagrado, a fraternidade cristã, a união entre si, a proteção e o amparo recíprocos, em meio a tantas lutas, agruras e dificuldades do dia a dia ao redor de si, no espaço exterior, profano. Seguramente, embora muitas vezes tivessem ocorrido motivações escusas e mesquinhas, é inegável que elas contribuíram e, efetivamente, não só para o enraizamento da população nesse interior longínquo, mas também, graças às suas práticas e devoções religiosas populares, firmadas por *Compromisso*, para seu enquadramento sócio-político, de acordo as diretrizes do Estado, mediante a ação irmanada e concreta dos que portavam a Estola e dos que brandiam a Espada.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

-BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. *Arquitetura religiosa de Vila Boa de Goiás no século XVIII*. São Paulo: EESC-USP, 2001.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *O triunfo eucarístico*. In: Revista de História da UFMG, n.º5, 1990.

DUÉ, Andréa. *Atlas Histórico do Cristianismo*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 320-324.

²⁸ AHG: Assunto Eclesiástico: Caixa 132, pacote 02: *Termo de Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas de São José do Tocantins*. Capítulo 3º, parágrafo 4º.

²⁸ *Ibid.*, Capítulo 6º, parágrafo 1º.

CAPOEIRA ANGOLA: MÚSICA E IDENTIDADE

Getson Lima Amoras*
Sebastião Rios Correa Junior

Abstract

This paper attempts to examine Capoeira Angola's as an expression of popular culture which provides a different view of the relationship between sacred and profane, time and space, knowledge and nature. Those aspects are studied on this paper through memory, orality and rituality. On the universe of Capoeira, the singing is taken as essential item which coordinates and organizes the ritual and also as an important instrument of transmission and maintenance of collective representations. Singing on the game is to bring back the past with its power of reorienting the present; it is to remember collectively and to reaffirm contents for being existence. So, this paper attempts to interpret the function of singings in the universe of the Capoeira as well as to study it as a manner of identity affirmation.

Palavras Chaves:

Music, Capoeira, Identity.

Música, Capoeira, Identidade.

A capoeira Angola surgiu em Goiânia no início da década de noventa¹ impulsionada por um grupo de praticantes integrado por Guaraná, Caçador, Besouro e Vermelho, que empreenderam uma viagem à Bahia, “Meca” dos capoeiristas, em 1987. Nesta época, a capoeira Angola estava ressurgindo, embalada pelos movimentos de afirmação identitária negra, e a Bahia, especialmente Salvador, comparecia como núcleo de resistência da antiga tradição da capoeira, preservando seus fundamentos originais.

Num momento anterior, ainda na década de 30 do século passado, a organização institucional da capoeira promovida pelo governo Vargas havia provocado grande impacto no contexto sócio-cultural da capoeira. Sua descriminalização veio acompanhada da proposta de civilizar as práticas dos negros ex-escravos, compreendendo que estavam relacionadas à inferioridade primitiva do negro. Proposta representada pela construção ideológica da “mestiçagem”, pela qual interpretavam que o processo que “originou” a capoeira foi um tipo

* Getson Lima Amoras, Bacharel em Ciências Sociais UFG & Sebastião Rios Correa Junior Doutor em Sociologia, docente do Departamento de Ciências Sociais UFG.

¹ Informações levantadas em entrevista com Carlos Alberto, “o Guaraná” mestre do grupo de capoeira Angola Calunga.

de associação harmoniosa e naturalizada das contribuições dos negros, brancos (portugueses), e índios (REIS, 1993).

No entanto, esse projeto de esportização desenvolvida pelo governo não contava com a auto-representação das práticas populares afro-brasileiras. Se o projeto nacional se refere à capoeira como gymnástica brasileira, a tradição popular nomeia as duas modalidades esportivas respectivamente como capoeira Regional e capoeira Angola (REIS, 2001:72). Cada uma destas modalidades apresenta resposta identitária distinta para a mesma questão: a inserção do homem negro na sociedade brasileira. Enquanto a capoeira Regional assimila a concepção de mestiçagem e incorpora movimentos de outras artes marciais, a capoeira Angola, relutante em associar ou permitir estrangeirismos, mantém pressupostos de práticas africanas, fundamentadas na ancestralidade, ritualidade e afirma sua identidade negra.

Dessas diferentes respostas resultou, num primeiro momento, a disseminação da luta Regional Baiana – a capoeira Regional – e certo recolhimento da capoeira Angola devido, em parte, às regras institucionais que provocaram necessidade de reordenação cultural e resultaram em muitos entraves e também à perda de adesão devida à negatividade associada à negritude.

Após a morte de mestre Pastinha, que é referencia cultural da capoeira Angola, seus discípulos João Grande, João Pequeno, Moraes, Curió, Boca Rica, dentre outros, passaram a organizar institucionalmente a modalidade. Foi nesse contexto, na década de oitenta, que o grupo de goianos chegou a Salvador, logo se identificando com alguns desses mestres, especialmente Boca Rica, Curió e Valdemar. A partir da relação estabelecida com os mestres baianos, os pioneiros da capoeira Angola de Goiânia empreendem um trabalho específico enfocado nesta tradição, tendo como referentes os fatores de resistência e valores étnicos raciais percebidos no conteúdo da tradição oral da capoeira Angola. Portanto, a capoeira em Goiás é fruto de iniciativa de agentes sociais que individualmente foram sendo instruídos pelos mestres tradicionais de Salvador. Com isso, podemos pensar que, apesar das peculiaridades locais e reinterpretações, a capoeira Angola goianiense tem íntima associação com a estrutura ritual das práticas desenvolvidas em Salvador.

Hoje observamos a capoeira Angola numa forma estrutural fixa, com parâmetros de ordenação ritual rígida. Esta fixação estrutural e o fechamento ritualizado das práticas populares afro-brasileiras constitui estratégia de resistência e afirmação identitária (BOSI, 1992).

Esta construção da identidade está associada à outra lógica reinante no universo da cultura popular, que é responsável por sua forma diferenciada de se relacionar com o sagrado

e o profano, o tempo e o espaço, os saberes e a natureza (ABIB, 2005: 89). Esta lógica escapa às categorias de análise provenientes da racionalidade ocidental-cristã predominante na modernidade, que se pauta pelo enquadramento da realidade nas relações de causa e efeito, sob o paradigma de tempo linear.

Na lógica diferenciada imanente às práticas populares tradicionais, a transmissão do passado, o culto à ancestralidade, a preservação dos mitos, os saberes tradicionais do grupo são fatores fundamentais. Isto pode ser percebido em três elementos essenciais desse universo: **a memória, a oralidade e a ritualidade**. Longe de ser um esforço de reviver um fenômeno morto,

“A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo interfere no tempo atual das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.” (BOSI, 1987: 9).

O exercício de recordar, transmitir, requer um trabalho continuado. A elaboração das representações e a afirmação das identidades são construídas no tempo. Assim, a memória exerce a função “de suporte da identidade coletiva” (ABIB, 2005).

A partir desse referencial podemos distinguir analiticamente dois tipos de sociedades diferenciadas pelo modo com que lidam com o passado: as “sociedades do esquecimento” e as “sociedades da memória”. Nas “sociedades do esquecimento” a função da memória é exercida por instituições responsáveis pelo registro e arquivamento dos fatos considerados importantes e relevantes para o grupo social. Nesse tipo de sociedade “a experiência da memória não é mais espontânea e natural, mas estabelecida em grande parte por parâmetros impostos do exterior” (BRITO, 1989: 20). Nas sociedades da memória, em que a oralidade é recurso essencial para lidar com o passado, percebe-se o “saber do silêncio”, “que é aquilo que perpassa todo um agrupamento humano, estando presente no corpo, no discurso, nos gestos, nos hábitos de cada homem e cada mulher, não havendo necessidade de sua materialização em rastros palpáveis, para que sua presença e atuação sejam verificadas”² (ABIB, 2005: 93).

Nesse tipo de sociedade encontramos a figura do Mestre que desempenha função de fundamental importância na preservação das tradições e na organização do conhecimento. A memória coletiva e individual é tomada como reconhecimento, no nível local, da identidade. Não é a partir do presente que se procede a reconstrução do passado, mas esse se mantém

² Esta distinção é analítica, de fato tais sociedades convivem, mas quando nos referimos a sociedades da memória estamos falando sobre grupos específicos cuja motivação obedece a uma outra perspectiva, na contramão da modernização.

vivo e ativo no presente, personificado no saber do mestre que desempenha a função de “unir o começo e o fim, ligando o que foi e o por vir” (BOSI, 1987). A partir da memória e da oralidade, podemos alargar as possibilidades de pesquisa etnográfica, valorizando a perspectiva dos sujeitos envolvidos, encarando de uma forma mais subjetiva a reconstrução do passado.

Na capoeira Angola, encontramos exemplos destes atores sociais que organizam o conhecimento e transmitem aos mais jovens. O vínculo com a ancestralidade é fator inerente à figura dos Mestres. Isto é observado nos cantos de capoeira. Os cantos são instrumentos essenciais no processo de transmissão e manutenção das representações coletivas. Por meio deles se cultuam os antepassados, fatos heróicos, exemplos de conduta, fatos históricos, o passado de dor e sofrimento dos tempos de escravidão, a nostalgia de tempos além-mar, e também mensagens cifradas só acessíveis a iniciados. Tais cantos sintetizam o conteúdo simbólico, dando manutenção e ordem ao rito, preservando-o.

Os mestres de capoeira assim como em outras práticas populares sabem ocultar determinados conhecimentos reservados a pessoas preparadas a recebê-los. A iniciação faz parte da **ritualidade** de cada grupo. “Essas estratégias são importantes no sentido de manter certa coesão em torno desses saberes e tradições, fundamentais em relação ao sentimento de pertencimento identitário e de transmissão da memória coletiva do grupo, que se constitui a partir dessas práticas.” (ABIB, 2002: 99).

O Ritual motiva os sujeitos a se debruçarem sobre o passado. É o ritual que permite essa transposição do aqui agora para tempos imemoriais, criando conexão com o sagrado, com o axé, enquanto origem, enquanto fonte inesgotável de sentidos.

O berimbau, instrumento utilizado tradicionalmente para se falar com os mortos e restabelecer a conexão ancestral, mantém representação transcendente no rito de capoeira. A bateria é composta por três berimbaus: gunga (Grave), médio (mediano), viola (agudo); dois pandeiros uníssonos, agogô, reco-reco e um atabaque. A roda é regida pelo berimbau gunga, o mais grave, que comanda as ordens materiais e imateriais no ritual. O rito representa algo suspenso, intemporal. Uma espécie de transe que orienta os participantes, desconstruindo a representação linear do tempo. Os Cantos divididos nas partes do puxador e do coro são repetidos como mantras, estabelecendo o campo sagrado do rito. “O tempo ritual sobrepõe ao tempo cotidiano uma temporalidade pretérita que pode ser reconhecida como esse tempo mítico, que volta e dialoga com o presente de forma cíclica. Dessa forma, o tempo dilata-se.” (ABIB, 2005: 100).

A interpretação da música na roda da capoeira deve se dar em relação ao sistema simbólico de significação como um todo, investigando-a sob um contexto indissociável de comunicação dentro do grupo social. “O estudo, de um lado, da música e de outro da comunicação como fenômeno abrangente é que poderão instrumentar a incorporação orgânica da música no seio de uma teoria da cultura que não mais insista em tratar com estranheza aquilo que não é estranho” (BASTOS, 1978: 43).

Os fatores cognitivos, afetivos e psico-motores entrelaçados promovem a aproximação interpretativa das práticas musicais nos contextos performáticos das culturas Afro-brasileiras. A música deve ser ouvida relacionada à história das populações negras e afro-descendentes, atentando para recursos de significados contidos nas performances musicais nas quais as identidades são vividamente experienciadas por meio de gestos, expressão corporal e vestuário (GILROY, 2001).

A música é, assim, constitutiva da diferença racial e não apenas a ela associada. Ela é utilizada para especificar questões gerais pertinentes ao problema da autenticidade racial e à conseqüente auto-identidade do grupo. O estudo dos cantos de capoeira é assim revelador do processo de respostas de organização identitária que passaram e passam as culturas africanas diante da Diáspora.

Para o nosso intuito é importante frisar os conjuntos simbólicos residualmente herdados da África e os gerados a partir da escravidão racial do novo mundo. A música é um fator importante deste tipo particular de experiência. As identidades podem ser captadas vivamente por meio da música. Como nos afirma Firth (2003), a música parece ser uma chave para o estudo da identidade, na medida em que possibilita – pela experiência do corpo, do tempo e da sociabilidade e pelo seu caráter de sistema simbólico – a compreensão tanto do subjetivo quanto do coletivo.

A estrutura musical nos remete à memória, a um arquivo simbólico cujas estratégias de preservação conservaram códigos ancestrais. O passado tem que ser reconstruído, e essa reconstrução, feita coletivamente, não deve ser algo nostálgico, mas deve constituir-se num esforço em fortalecer vínculos de relacionamento de um grupo. Nesse sentido, o ato de lembrar insere-se nas possibilidades múltiplas de elaboração das representações e de reafirmação das identidades construídas na dinâmica da história, compreendendo, dessa forma, a função social da memória como sendo suporte da identidade coletiva.

O desenvolvimento observado nas ciências sociais com respeito aos estudos sobre africanidade e afro-descendência, especificamente, sobre música afro-brasileira desenvolveu hipóteses importantes acerca de sua formação. São-nos apontados por José Jorge de Carvalho

dois modelos de tradições religiosas afro-brasileiras que refletiram duas organizações musicais bem distintas: o modelo do candomblé, que tem se mantido coeso e fechado a influências externas, numa tentativa de congelar a expressão musical, tornando-a cativa de sua liturgia; e a tradição religiosa de origem banto (particularmente a angolana) que foi organizada mantendo sempre uma janela aberta para influenciar e ser influenciada por outros gêneros musicais (CARVALHO, 2000). A esta última relacionamos o objeto de nossa pesquisa, a Capoeira Angola na qual concordando com Carvalho:

Podemos realmente traçar a passagem de um repertório Angola estritamente ritual, ortodoxo, primeiramente para o repertório dos cultos de umbanda, que constitui um tipo mais sincrético de cultos; em seguida, para gêneros seculares tradicionais – dos quais alguns podemos chamar de rurais, ou comunitários, como a capoeira, o maculelê, o samba de roda e o independente, o “cult” ou experimental.” (CARVALHO, 2000: 5).

No caso da tradição religiosa musical de origem banto, peças de música popular podem ser construídas mais em contigüidade com repertório religioso. Isso, segundo Carvalho, se deve a fatores relativos à música e a linguagem. Tudo indica que a mistura entre termos da língua portuguesa e das línguas bantos tem sido historicamente mais intensa do que misturas entre ioruba ou fon e português. Fator também percebido por Rios, na sua pesquisa sobre Reinado do Rosário de Itapeperica em Minas Gerais:

A escravidão não destruiu automaticamente hábitos, maneiras de pensar e sentir de suas vítimas. A diáspora, entretanto, impediu que os complexos sistemas sociais, políticos religiosos dos povos da África Centro-ocidental – região do Congo/Angola até Moçambique, em que predomina o grande tronco lingüístico-cultural banto – fossem integralmente transposto pra cá.” (RIOS, 2005: 29).

No caso afro-brasileiro não pode ser desprezado o encontro de culturas diferentes, no contexto de dominação pelos colonizadores portugueses que produziu uma manifestação cultural mestiça.

Vários elementos das manifestações religiosas banto, em sua versão cristianizada, fluíram para festas dos santos de devoção negra no Brasil, provocando um deslocamento signico: a tradução da devoção aos santos católicos efetivada por ritual marcadamente africano na concepção, na forma de organização, na estrutura simbólica, e na própria visão de mundo (RIOS, S. 2004: 29).

No repertório da capoeira Angola também pode-se notar fenômeno semelhante. Observamos um tipo de rede de significados coordenados pela concepção de mundo das culturas africanas e pela sujeição à escravidão. Não estamos defendendo uma noção essencializada do processo da Diáspora, mas uma concepção de negociação de identidades assimétrica: nem completamente subjugado, tampouco construída a partir do além-mar, um processo dialético de sobrevivência e construção identitária fundamentadas na memória e

oralidade, por meio da qual a “incorporação dessas contribuições, entretanto, dava-se pela leitura delas a partir do instrumental cognitivo de sua cultura, aceitando-as em parte como próprias, mas resistindo a transformações radicais” (RIOS, 2005: 28).

Enquanto resultado dialético desta “negociação” cultural observa nos cantos de capoeira a coexistência de elementos da cosmovisão banto em sua versão cristianizada, de símbolos do candomblé, de elementos inerentes à história social, tudo isso efetivado por um ritual distintamente africano na concepção e na estrutura simbólica. A música exerce função de coordenação e ordenação do ritual, compreendendo o ritual como

Um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é constituído de seqüências ordenadas e padronizadas de palavras e atos em geral expressos por múltiplos meios. Estas seqüências tem conteúdo e arranjo caracterizados por graus variados de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição). A ação ritual nos seus traços constitutivos pode ser vista como “performativa” em três sentidos: 1) no sentido pelo qual dizer é também fazer alguma coisa como um ato convencional (...); 2) no sentido pelo qual os participantes experimentam intensamente uma performance que utiliza vários meios de comunicação e 3) finalmente, no sentido de valores sendo inferidos e criados pelos atores durante a performance” (PEIRANO, 2003: 11).

Todos os participantes têm a obrigação de participar ativamente, envolvidos na bateria, canto ou no jogo (espécie de confronto ritualizado, utilizado pela maneira como se desenrola). A música causa envolvimento, transfigura e reordena as concepções de tempo e espaço. A sensação é de estar diante de algo nostálgico, desacelerado, mas vibrante. As fronteiras entre o eu e o outro são borradas, este contato provoca construção de novas relações entre um eu racial fraturado, incompleto e inacabado e os outros.

Os cantos têm por característica fundamental as antifonias (chamado e resposta). Elas executam narrativas que descrevem e ordenam o presente, por meio de estrutura razoavelmente fixa, estabelecida pela memória e oralidade que expressa “séculos de história”. São ao mesmo tempo estrutural e estruturante da forma e do quê se canta, aberto a improvisação, há um traço cultural coletivo que implica a conexão estreita do talento individual com saberes da comunidade. Essa é uma característica essencial dos cantos de capoeira Angola, nos quais todos os eventos internos do ritual e a sua volta tem intensa contribuição: Quem chega ou quem se vai, convite a duelos e orientação para a resposta.

“A música, o dom relutante que supostamente compensava os escravos, não só por seu exílio dos legados ambíguos da razão prática, mas também por sua total exclusão da sociedade política moderna, tem sido refinada e desenvolvida de sorte que ela propicia um modo melhorado de comunicação para além do insignificante poder das palavras – faladas ou escritas” (GILROY, 2001: 160).

Os ritmos dos tambores irreprimíveis, outrora proibidos, muitas vezes são ouvidos em seu trabalho. E ainda anima os desejos básicos – serem livres e serem eles mesmos – revelados nesta conjunção única de corpo e música. Cantar é trazer o passado com toda sua

força de ordenação do presente, é lembrar conjuntamente e reafirmar conteúdos para existência. Os cantos só podem ser compreendidos dentro do contexto performático, onde são encadeadas a motivações e seus significados: “os complexos cenários sociais e culturais da execução musical dramatizaram a natureza das distintas experiências individuais e as formas de interação comentadas pela música” (CARVARvalho, 1999: 8).

A possibilidade de interpretação é ampliada pela necessidade de dar sentido a performances musicais na qual a identidade é claramente experienciada. O conjunto composto na prática ritual em que associa música, movimento e indumentárias está relacionado com o discurso ordenado dos cantos. Por esse motivo uma interpretação adequada da experiência dos cantos de capoeira Angola tem que refletir sobre o contexto ritual e os laços identitários imanescentes à iniciação ritualística, uma vez que:

“la identidad es necesariamente una cuestión de ritual y describe nuestro lugar en un patrón dramatizado de relaciones: en rigor, uno nunca puede expresarse “autónomamente”. La identidad de si mismo es identidad cultural; las pretensiones de diferencia individual depende de la apreciación del público, la interpretación compartida y las reglas narrativas” (FIRTH, 2003: 187).

Os cantos são divididos em três fases: ladainhas, chulas e corridos. Apesar de terem formas distintas podem abordar os mesmos temas. A ladainha é a primeira parte do canto. É iniciada pelo puxador (geralmente quem está tocando o berimbau gunga), que entoia o grito prolongado do “iê”, definindo assim, aquele que vai cantar. A ladainha se caracteriza, sobretudo, por ser cantada em forma de lamento, independente da mensagem que é transmitida. Dissimulando o entendimento lógico desta mensagem, através de um sotaque peculiar, a ladainha reflete um momento de muita atenção para o início da “roda de capoeira”. No mais das vezes têm o intuito de relatar uma história curta, cuja mensagem está desenrolando uma comunicação.

Pode descrever situações diversas, descrições da história social, grandes paixões, desafios, um campo narrativo propício a todo tipo de mensagem, contanto que obedeça a sua estrutura elementar de narrar uma situação como uma pequena história. A ladainha constitui momento de grande expectativa, os jogadores aguardam agachados diante dos berimbaus. Instante de intensa devoção; alguns fazem suas orações, mandingas, se apegam com seus santos devocionais.

“Iê...!/ quando chego no terreiro/ quando chego no terreiro/ trato logo de louvar/ a Deus primeira mente/ louvo meu pai Oxalá/ / também louvo pai Xangô/ e a rainha do mar/ peço licença a Deus de angola/ me dê o salão pra vadiar/ câmara ...” (ESTUDOS DO GCAP. Salvador, 1994: 19).

Apenas um canta, acompanhado dos demais músicos da roda. Em seguida, ao final da mensagem, inicia-se a segunda fase chamada de chula. Esta é precedida da anterior sem interrupção e se caracteriza pela louvação e saudações, nas quais são afirmados compromissos com a ancestralidade, os mestres, a África, os orixás, os santos, os símbolos do universo afro-brasileiro, dando a preparação final, executada em antifonia.

A terceira fase é mais dinâmica, chamada de corridos, e se caracteriza pela presença dos conhecidos sambas-de-roda, sambas-de-cabloco. Também executados em antifonias; indicam o momento do “jogo” ser iniciado. Por meio destes se desenrola o rito, cujo canto responde as solicitações dos acontecimentos e vice-versa. Para se cantar em uma roda de capoeira é necessário passar pelos processos iniciáticos, ter respeito e ser respeitado, conhecer das crenças e do passado.

Os cantos revelam aspectos da comunicação capaz de aglutinação de múltiplos fatores. Transcende a função da mera decodificação da composição. Dá forma a algo vivo e ativo. Demonstra que isso não é um aspecto isolado, mas que faz parte de uma cosmovisão afro-brasileira. Por esse motivo a investigação da música de um grupo popular afro-brasileiro específico pode nos revelar aspectos do processo de respostas de organização identitária por que passaram e passam as culturas africanas diante da Diáspora. A música tem lugar nesse processo como elemento de associação, de resistência e de manutenção dos valores das culturas afro-brasileiras.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

AMARAL, R. Festa a Brasileira: sentido de festejar no país que “não é sério”. Disponível em publicação eletrônica na internet, via [www](http://www.aguaforte.com/antropologia/festaabrasileira/festa.html). URL: <http://www.aguaforte.com/antropologia/festaabrasileira/festa.html>. Arquivo consultado em 20 de novembro de 2006.

ABIB, P. *Capoeira Angola: cultura popular e o jogo dos saberes na roda*. Salvador, Ba. Ed: UFBA, 2005

BRITO, M. E. *Memória e Cultura*. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro: C.M.E.B., 1989.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2ª Ed. São Paulo: USP.1987.

BASTOS, R. J. Menezes. Música como código cultural: Notas para uma teoria da Música. In: *A musicologia Kamayurá*. Ed. Eixo. Brasília – DF. 1978.

BOSI, A. Cultura brasileira e culturas brasileiras. In: *Dialética da Colonização*. São Paulo. Companhia das Letras, 1992. P.308 – 347.

CARVALHO, Jorge de Carvalho. *Um panorama de musica afro-brasileira. Parte 1. Dos gêneros Tradicionais aos primórdios do samba*. Série antropologia nº 275. Unb. Brasília, 2000.

FHIRT, S. Música e Identidad. In: Hall, S. Du Gay, P. (Org.). *Cuestiones de Identidad Cultural*. Buenos Aires: Amorrorta Editores, 2003.

GILROY, P. “Jóias trazidas da servidão”: musica negra e a política da autenticidade. In: *O Atlântico negro*. Rio de Janeiro: Editora

HALBWACHS, M. *A memória Coletiva*. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais LTDA. 1990.

PEIRANO, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

REIS, L. V. DE S. *Capoeira e identidade negra: um jogo de tradições inventadas*. Revista da UNINEP, nº 18. 1995.

RIOS, S. Os cantos do Rosário. In: *Reinado do rosário de Itapecerica – MG: Da festa e dos mistérios*. Brasília: Viola Corrêa, 2005.

História e Antropologia nos estudos de “Antropologia da Civilização” de Darcy Ribeiro

João Paulo Aprígio Moreira*

Resumo

A história enquanto ciência e enquanto objeto pode apresentar caminhos proveitosos na comparação das diferentes temporalidades inerentes aos “Estudos de Antropologia da Civilização” a partir de reflexões acerca de como a história é tratada nas diversas disciplinas envolvidas. Este ensaio trata de como é feita uma história dos processos civilizatórios e a partir daí convidamos os leitores a refletir sobre questões específicas da disciplina histórica e antropológica nos estudos de “Antropologia da Civilização” de Darcy Ribeiro pelo viés de uma perspectiva interdisciplinar.

Palavras-chaves: *história, antropologia, Darcy Ribeiro*

Abstract

The history while discipline and while object of knowledge can show beneficial way in the comparison of the conceptions of time, reflections about as the time is tried in the diverse disciplines. This work tries as is possible to make a history with darcy ribeiro's antropological concepts. After, we invite the readers it reflect about specific questions of the anthropological discipline using the studies of "Anthropology of the Civilization" of Darcy Ribeiro in an interdisciplinary perspective.

Key-words: *history, anthropology, Darcy Ribeiro*

Estabelecer um recorte e dar conta da dimensão histórica da obra Darciniana no sentido de contextualizá-la em seu aspecto de antropologia engajada, característica que reflete as diversas facetas de Darcy Ribeiro como ensaísta, antropólogo e político nos leva à responder a questão de como o autor faz recurso de uma narrativa histórica crítica pautada em carências orientativas do presente – utilizando o conceito da Teoria da História do Prof. Jörn Rüsen –, reflexões que são antes de tudo conseqüências de um período de ditadura militar e experiência do exílio, que orientam um programa político posterior. Partirei de uma análise feita pelo Prof. Estevão Chaves Martins sobre a formação das identidades latino-americanas, para fazer a ligação das características políticas da obra de Darcy Ribeiro e a importância dos temas por ele selecionados, como parte de um processo formativo identitário por suas contribuições de modelos conceituais identitários.

* Aluno do 4º ano de História, comunicação apresentada no III Simpósio Internacional de História realizado pela ANPUH-GO na Universidade Federal de Goiás

O Prof. Estevão Chaves Martins chama atenção para as diversas formas que participaram do discurso formativo identitário latino-americano, dentre estas se destacaram as aquisições teóricas das ciências sociais, que passaram a contribuir de forma candente para a discussão em pauta, formulada através de vários mecanismos retóricos e narrativos, que são passíveis de serem contextualizados historicamente; juntamente, por exemplo, com a narrativa ensaística. Por introdução abordaremos algumas perspectivas que orientaram o pensamento de Darcy Ribeiro em seus estudos de Antropologia da Civilização.

Darcy Ribeiro lançou mão de uma abordagem diacrônica para a leitura do panorama histórico das sociedades latino-americanas privilegiando seu processo formativo. Utilizou-se de um modelo teórico que se intitula Teoria da Evolução Sócio-cultural. Através desse modelo, foi possível organizar experiências históricas por meio de conceitos como: Revoluções Tecnológicas, estas desencadearam algumas formações sócio-históricas conhecidas em conceitos como os de “povos novos”, “povos transplantados” entre outros cada um com suas características específicas, características estas, reunidas em um conceito de acordo com similitudes históricas que esclarecem o recorte utilizado pelo autor e funcionam como recurso heurístico pelo grande alcance descritivo. Desta forma é possível mobilizá-los teoricamente como prova empírica como interpretação dos resultados de distintos processos civilizatórios. Estes dados empíricos foram organizados segundo critérios do autor com base em sua erudição, ordenados de acordo com informações de uma extensa bibliografia acerca de cada assunto específico para tratá-los como um todo a partir de um modelo teórico próprio.

A partir desse modelo (densamente abordado em seu livro O Processo Civilizatório), Darcy Ribeiro contribui com uma leitura geral das sociedades latino-americanas, contextualizando-as e descrevendo-as. Isto posto, é possível corroborar a assertiva do Prof. Estevão Chaves Martins citada na introdução deste artigo, sobre a contribuição dos cientistas sociais no processo de criação identitária latino-americana, e isso porque, posteriormente Darcy Ribeiro aparece como referencial na constituição e leitura de tipos identitários latino-americanos em círculos acadêmicos internacionais que se propõem a debater sobre a questão. É importante atentar-se para o fato de que Darcy Ribeiro sobre influencia dos intelectuais que participaram de sua formação estava localizado em uma última geração explicitamente dedicada a um programa de planejamento de seu país. Seus estudos, por terem

sidos apresentados em uma época que a política decidia nitidamente os recortes e as imagens que produziriam uma identidade pública da nação, não foram incorporados diretamente, servindo mais como produtor de uma imagem dos brasileiros e dos latino-americanos para o exterior do que para o próprio país, fato comprovado na verificação do número de traduções e edições internacionais, além de um fato bastante sabido a qualquer leitor que se interessou um pouco pela obra do autor. Só posteriormente, já na década de 90 e após seu falecimento é que notoriamente sua obra é absorvida por um público mais amplo no cenário nacional. O modelo de interpretação dos processos civilizatórios apesar de terem se utilizados de conceitos outros como o de formações sócio-históricas e de alguns postulados da escola antropológica neo-evolucionista norte americana, Darcy Ribeiro segue características próprias e específicas a critérios do autor. Entretanto, nos estudos de antropologia da civilização, não está presente somente uma abordagem latino-americana, mas destaca-se também sua contribuição para o pensamento social brasileiro. É também relevante deixar claro que o principal objetivo de Darcy era combater a perspectiva eurocêntrica das explicações que se utilizavam uma de abordagem diacrônica focando os processos evolutivos.

O Prof. Estevão Chaves Martins afirma que:

“O esforço principal de autodefinição das sociedades latino-americanas concentram-se na grande variedade de ensaios literários e nos resultados das ciências sociais alcançados por autores e pesquisadores latino-americanos, cujos trabalhos passam a desempenhar um papel relevante no cenário mundial” (MARTINS pág. 12. 2004).

Dentre eles, podemos demonstrar a tentativa de Darcy Ribeiro de elaborar seu próprio modelo interpretativo, que lhe rendeu título de originalidade conceitual. Darcy Ribeiro diz que junto com a espoliação internacional sofrida pelos países subdesenvolvidos sempre vêm teorias que corroboram com a situação a qual esses países estão submetidos. Isto mesmo já serve como justificativa de sua empreitada intelectual. O Prof. Estevão ressalta outro ponto que é relevante chamarmos a discussão:

“A cultura histórica é uma forma de contextualizar os modos políticos, sociais e econômicos pelos quais as sociedades constroem e administram seu passado. Para que a práxis cultural se revista de caráter histórico requer uma consciência histórica, isto

é, uma consciência constituída, ao longo do tempo, sob a forma de pensamento histórico (ou historicizado).” (MARTINS PAG. 11 2004).

A história dos processos civilizatórios nada mais é nos estudos de Darcy Ribeiro, do que o próprio desdobramento de sua teoria da evolução sócio-cultural, Darcy Ribeiro em o povo brasileiro recorre ao termo “Teoria da História” literalmente para significar uma “história” de 10 mil anos do homem. O que requer uma reflexão deste termo no trabalho proposto, pelo seguinte motivo: Estar-se-ia ao fazer uso do termo, falando de propriedades semânticas distintas que o dividem. Cientificamente, podemos nos referir ao termo Teoria da História e este é um “princípio” basilar em minha pesquisa, por estar diretamente citado por meio das orientações teóricas do Prof. Rüsen, que nada menos, ao falar da razão histórica, apropria-se do termo retomado desde a Historik de Droysen – uma das primeiras tentativa de sistematização do processo de conhecimento histórico, onde temos uma epistemologia, metodologia, ou seja, uma reflexão do ofício do historiador –, que foi retomado pelo Prof. Rüsen no mesmo termo que a partir de um modelo matricial tenta através de um modelo teórico revelar o caráter dinâmico e inter-relacional do processo de produção científica do conhecimento histórico, visando seus fundamentos, princípios e suas relações com o pensamento histórico e consciência histórica a nível científico e não-científico. Darcy Ribeiro, de modo distinto refere-se ao termo ‘Teoria da História’ em um sentido próximo de uma concepção filosófica do processo histórico, ou seja, uma interpretação particular das experiências no passado em nível social, sem tomar como ponto de interpretação concepções religiosas – como o Juízo final – privilegiando uma explicação racional para o caráter contingencial das experiências do passado.

A partir dessas noções podemos fazer uma comparação desse tipo de organização das experiências no tempo como critérios explicativos de uma realidade presente e no limite de uma abordagem sobre o tempo nas diferentes culturas, ou seja, como a experiência do tempo pode ser interpretada de diversas formas sem o modelo de história utilizado por Darcy Ribeiro. Dentre as das matrizes teóricas que orientavam os estudos antropológicos de sua época estavam abordagens em seu aspecto funcionalista, culturalista, ou estruturalista no que se refere ao fenômeno social, esses modelos defendiam que para o acesso da realidade social bastaria debruçar-se sincronicamente nos aspectos constituintes das sociedades. Para Darcy Ribeiro, que se utilizou de ambas as abordagens dependendo do aspecto social estudado, na

maioria das vezes na opinião do autor, o método sincrônico como vinha sendo utilizado desligado de uma abordagem diacrônica já estava comprometido. Darcy Ribeiro justifica que sua abordagem necessita de um espectro diacrônico que sirva de escopo para uma análise mais concreta dos fenômenos sociais, logo resume claramente no pensamento de reconstituição histórica para averiguar as condições que levaram seus objetos de estudos – Brasil, América Latina e Índios a chegar a serem o que são. Por exemplo, no caso de seus estudos sobre contato interétnico pode-se dar exemplo de duas possíveis metodologias e, por conseguinte, duas interpretações. O recurso a uma análise histórica destes contatos, levou Darcy Ribeiro, em relação aos povos indígenas, a assumir uma postura pessimista em relação ao futuro destes, ponto profundamente criticado pela antropologia atualmente. Do lado oposto, ter-se-ia diretamente a perspectiva sincrônica como pode ser vista nos estudos do Antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira. A título exemplar, o conceito de Fricção interétnica, que diz respeito ao contato de sociedades de organização tribal com as sociedades modernas. O recurso a uma história desses contatos se faz com poucos frutos, a partir da conclusão de que cada contato desenvolve-se por si mesmo e sem interferência dos demais, é possível fazer uma história das frentes de expansão, mas ao mesmo tempo torna-se impossível através desta analisar caso a caso, o lugar e modo, bem como refletir políticas universais para tais contatos, porque segundo o Roberto Cardoso de Oliveira é necessário o conhecimento de um por um dos casos e de suas realidades particulares para que assim tenha-se uma melhor compreensão do contato e não dos contatos. Darcy Ribeiro em suas obras, principalmente, “Os índios e a civilização” que recorre à idéia no conceito de transfiguração cultural - ambos em dialogo direto com o badalado conceito antropológico de aculturação – retoma-o em uma perspectiva diacrônica. Torna-se assim, possível à aplicação da história enquanto fator explicativo, lembrando sempre que essa história é uma história que geralmente dar-se nos modelos de uma história universal, por isso os resultados de uma explicação desse tipo, excluem diretamente “os povos sem história”, sempre com a tendência de ver o “outro” de maneira subjugada, ainda mais se utilizado conceitos como desenvolvimento, evolução e revolução.

O que foi possível observar, é que na leitura de matrizes interpretativas de processos evolucionários como o proposto por Gordon Childe, foram fundamentalmente importante para

uma Teoria da Evolução própria de Darcy Ribeiro. Na perspectiva eurocêntrica a América encontrava-se em atraso e, por conseguinte em dominação. Porém, no modelo de Darcy quando a América é inserida na história sob outra perspectiva, este problema passaria a ser solucionado. Este tipo de análise peca com as populações tribais, ao incorrer no mesmo erro das interpretações anteriores. Antropologia da Civilização enquanto história das civilizações toma os povos tribais como parte de um projeto civilizatório, como visto em outros estudos quando o estado nacional identifica-se com os índios em uma relação unilateral, mas que não deixam de ser caminho para o possível diálogo que o próprio Darcy Ribeiro tratou de estimular.

Segundo Darcy Ribeiro, as revoluções tecnológicas são capazes de decidir através de um critério de subordinação ou dominação por partes das civilizações em contatos, seus rumos presentes e constituem em si um caminho explicativo dessas mesmas condições. Essas civilizações “caminham” nesse modelo por dois conceitos chaves, a saber: Atualização Histórica e Aceleração Evolutiva. Logra-se a partir de então, um processo de organização evolutiva do tempo considerando premissas como a relação homem e natureza no sistema adaptativo, referente a algo próximo da infra-estrutura marxista como representante primária de um sistema tripartido de análise; sendo também o sistema associativo que diz respeito às relações sociais do grupo estudado e a um sistema ideológico, representando a cultura. A perspectiva indigenista e os processos de territorialização são compatíveis com este tipo de análise e estabelecem contribuições de parâmetros mais importantes para esse tipo de abordagem, uma das grandes contribuições teóricas da antropologia brasileira. Pautado na sociologia de Florestan Fernandes como no caso estudado, esse modelo assemelha-se com o utilizado pelo autor quando toma a inserção do negro no processo de formação do estado nacional. Este modelo é transladado para a perspectiva antropológica no estudo indígena, no que tange as relações das sociedades tribais e segmentos da sociedade. O conceito de aculturação nos estudos dos contatos étnicos, segundo Darcy Ribeiro se dão a partir e orientados pelos/nos processos civilizatórios. Estes estão explicitados como agentes em conceitos antropológicos como o de transubstanciação cultural. Outro exemplo a

ser tomado é a memória como fator constituinte de identidade em detrimento a mudança corrente da cultura.¹ São relevantes aqui, por exemplo, o estudo da autoridade etnográfica como ressaltado por Roberto Cardoso, no que diz respeito, principalmente, ao conceito de identidade ligado à construção de memória por parte dos índios. A construção social das lembranças do passado é que são capazes de constituir uma memória social partilhada por indivíduos, constituindo assim as identidades tanto sociais como individuais. Nesse momento podemos identificar outra posição na leitura de Darcy Ribeiro ao tomar como história a história das civilizações, por submeter às etnias sem a devida autonomia de construção no processo no qual elas participam. Em relação ao processo de formação identitária as perspectivas atuais se dão pelas duas vias, tanto a influencia da cultura ocidental, por exemplo, como a de culturas tribais. ¹A premissa de que parte o Antropólogo é que a cultura muda (e por isso mesmo é autorizada uma história da cultura, pelo viés de uma etno-história), mas isso não significa segundo a tese de Marshall Sahlins o fim da cultura subordinada. A título exemplar; os costumes indígenas podem mudar ocorrendo o fenômeno de um índio modernizado, mas sua identidade continuar preservada, justamente por não está ligada diretamente aos costumes e práticas culturais e sim, dentre outras possibilidades, à própria memória. Estas identidades estão muito mais ligadas por uma memória constituída socialmente e não pautada nas práticas culturais de cada povo, e como caso concreto: o que anda ocorrendo quando índios (os Terena) lêem as etnografias feitas sobre eles pelos antropólogos e passam a constituir outra possibilidade de construção da memória da tribo. Como vem ocorrendo, os Terena inseridos em segmentos da sociedade brasileira passaram a ler os estudos acadêmicos sobre eles mesmos aspecto que passa a participar vivamente de suas memórias. A partir dessas considerações é possível mapear como Darcy Ribeiro entende e produz seu trabalho acerca da experiência humana no tempo – para ele, social. – com o uso dos conceitos de processos civilizatórios que nada mais são do que uma interpretação sobre três vias desses contatos em uma perspectiva histórica. Como ferramenta metodológica,

¹ Essa idéia foi vista em uma entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira em sua homenagem, apresentada nas dependências do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília em Maio/2007

neste trabalho foi utilizada pelo mérito de sua propriedade reflexiva na produção do conhecimento histórico, a matriz disciplinar da ciência histórica proposta por Rüsen como modelo interpretativo para manobra de conceitos como consciência histórica, história linear, experiências do passado e organização do sentido histórico.

No sentido de um tratamento filosófico para a história temos nos ensinamentos de Gadamer outra abordagem:

“Há muitas formas de pensar a história a partir de um padrão situado além dela própria. O classicismo de Wilhelm von Humboldt considera a história como a perda e a decadência da perfeição da vida grega. A teologia histórica gnóstica da época de Goethe, cuja influência sobre o jovem Ranke foi exposta recentemente, pensa o futuro como a restauração de uma perfeição perdida dos tempos arcaicos. Hegel reconciliou o caráter estético modelar da Antiguidade clássica com a autoconsciência do presente, caracterizando a religião da arte dos gregos como uma figura já superada do espírito proclamando a realização plena da história no tempo presente na autoconsciência universal da liberdade. “Todas essas são maneiras de pensar a história que pressupõe um paradigma situado fora dela.” (GADAMER Pág. 274)

Algumas leituras de um modelo de interpretação da história no pensamento de Darcy Ribeiro podem ser apresentadas a seguir com enfoque sobre nos “estudos de antropologia da civilização”. Primeiro o fato de Darcy Ribeiro comprometer-se diretamente com a história ao fazer antropologia a partir de uma perspectiva diacrônica. Ou seja, seu modelo faz referências a uma experiência social que precisa da categoria tempo para ser pensada ao contrário, por exemplo, da abordagem antropológica funcionalista em sua perspectiva sincrônica para explicação da sociedade segundo tal perspectiva é possível compreender e explicar o funcionamento das sociedades sem utilizar-se da categoria tempo. Já Darcy Ribeiro entende que a explicação da sociedade e seus problemas enquanto objeto de estudo não se fazem apenas com o estudo da sociedade da maneira que ela se encontra, mas se, e se somente se, esta sociedade for estudada em relação ao seu passado, e mais do que isso, talvez seja preciso trazer um passado que às vezes independe do próprio passado vivido por essa sociedade enquanto tradição que obscurece e retoma a história como legitimadora do *status quo*. Darcy Ribeiro alerta que nem sempre o passado vivido, um tipo de história oficial, constitui a verdadeira história. O passado, a história crítica no presente é o que consegue deixar explícitas as causas que levaram a sociedade a torna-se o que é. Seu argumento central é que ao analisar a

sociedade apenas pelas explicações ligadas a forma em que esta se encontra, tratar-se-ia de uma análise que está implicitamente condenada a um condicionamento a interesses maiores, que segundo Darcy são representado por uma classe dominante que é contra mudanças e abdicação de seus privilégios em determinada ordem social. Daí surge uma proposta de antropologia dialética, que estaria não primando por uma objetividade por excelência. Esses estudos atingem sua redenção esclarecendo na própria feitura do material as intenções e limites do estudo proposto, e isto não em seus limites epistemológicos e sim políticos, uma realidade a qual Darcy Ribeiro preocupa-se diretamente, um problema que segundo Darcy Ribeiro está presente cotidianamente na prática de cientistas sociais e chama atenção que é necessário refletir que mais do que o conhecimento, tem-se um pergunta ética anterior: em que sentido e para que este conhecimento está a serviço?

Conclusão

As referências à história são claras como recurso a um modelo explicativo a partir de um quadro funcional das sociedades estudadas, pela história qualquer aspecto social terá que passar quer seja explicitamente, ou implicitamente se não quiser comprometer-se com a ordem vigente. Os resultados da pesquisa não contemplam uma filosofia da história em Darcy Ribeiro em seu *stricto sensu* até por que as referências a história feitas pelo autor em primeiro momento se dão por ordem apenas metodológica, não está diretamente ligada a uma concepção de história, e mesmo que correspondam não seguem o modelo sistemático de uma filosofia da história como fez Hegel ou Kant. O motivo é de que nenhuma teleologia em especial funciona como fio-condutor para um futuro comum. Lembremos sempre que isso só é possível a partir de uma concepção de história universal, presente de acordo com alguns somente depois do *Aufklärung* alemão, ponto que Koselleck discorda ao analisar uma filosofia da história no pensamento de Santo Agostinho e de Bossuet. Relevante também é pensar outra consideração de Gadamer:

“Todavia, tampouco a negação de um tal paradigma apriorístico e a-histórico, que se dá no início da investigação histórica o século XIX, esta tão livre de pressuposições metafísicas como esta crê e afirma, quando se compreende a si mesmo como investigação científica” pág. 275.

Tal consideração nos permite aproximar o pensamento de Darcy Ribeiro ao de Karl Marx na medida em que o modelo de uma dialética da história moldada na luta de classes é apropriado sem grandes novidades pelo fato de Darcy Ribeiro não negar a influência deste em sua obra. Darcy Ribeiro utiliza a dialética através do conceito de revoluções tecnológicas representando um processo histórico onde é possível substituir o movimento da história pela luta de classes por um movimento ocasionado pelas revoluções tecnológicas que não deixa de estabelecer confluências por se interconectarem em uma imbricada elaboração teórica que não é possível aqui esmiuçar que passa pela antropologia de Leslie White à Lewis Morgan e conseqüentemente à Marx – e claro, que sem uma leitura simplista e reducionista das influências destes autores na obra de Darcy Ribeiro. Mas sem dúvida foram apropriados em seus pontos de convergência, que de acordo com Darcy Ribeiro, algumas dessas leituras não devem ser aplicadas ao modelo da sociedade latino-americana e brasileira sem certos “acertos”.

O que se pode identificar é um segmento da metodologia marxista, porém com modificação dos conceitos utilizados para a leitura do processo histórico, estes se expressam por caminhos diferentes e em sentido final modificado também. Para reforçar a consideração, Darcy Ribeiro diverge do modo, finalidade e causa, mesmo assim utilizando a razão dialética em seu modelo teórico. A partir de tal raciocínio é possível descartar a filosofia da história de Karl Marx como sustentação única do pensamento de Darcy Ribeiro, até porque sua crítica ao eurocentrismo destrói as bases de uma interpretação estritamente marxista da história.

Uma tal teoria torna-se proveitosa por seu caráter pragmático em sua orientação teórica, onde há apenas a intenção de ressaltar o que origina as desigualdades entre as sociedades. Como pano de fundo filosófico, uma crença no progresso e na razão. Isto orienta uma autoconsciência no limite de ações pragmáticas do controle do curso da história. E aqui Darcy Ribeiro diverge apenas no sujeito histórico, o povo enquanto coletividade presenciado na passagem:

“amar não é olhar um para o outro e, sim, na mesma direção. Nós todos que estamos unidos nessa grande jornada encontraremos, lá na frente, um Brasil mais lindo, mais forte, com jovens mais competentes e sábios, verdadeiros timoneiros na direção de uma grande pátria.”²

Como no início da proposta de estudo, o objetivo era esboçar de que maneira os estudos de “Antropologia da Civilização” de Darcy Ribeiro eram capazes de refletir na política e suas proposições acerca do caráter histórico do social. Espero através de um breve mapeamento da dimensão filosófica-histórica da obra de Darcy Ribeiro ter possibilitado uma reflexão acerca da História enquanto disciplina a partir de alguns problemas refletidos em teoria antropológica que segundo Mariza Peirano (pág. 211, 2005) são a própria história da disciplina e norteado pelas considerações do Prof. Estevão Chaves Martins acerca da cultura histórica e de um modelo teórico da disciplina histórica proposto por Jörn Rüsen. Encontros e desencontros que uma abordagem interdisciplinar pode oferecer.

² Apud BRANT, Vera. *Darcy*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.109.

Bibliografia

ASSIS, Arthur. *O que fazem os historiadores, quando fazem história? A teoria da história de Jörn Rüsen e do Império a República de Sérgio Buarque de Holanda*; Tese de mestrado, UnB, 2004.

BRANT, Vera. *Darcy*. São Paulo: Paz e Terra, 2002

CALDAS, PEDRO. *Que significa pensar historicamente: Uma interpretação da teoria da história de Johann Gustav Droysen*; Tese de Doutorado, PUC-RJ, 2004.

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*, de James Clifford. Org. José Reginaldo Santos Gonçalves, trad. Patrícia Farias (Editora

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro. Vozes, 1981.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo: O Campo do signo 1945/1966*, Bauru. EDUSC, 2007.

_____. *História do Estruturalismo: O Canto do cisne – de 1967 a nossos dias*, Bauru. EDUSC, 2007.

GADAMER, H.-G. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Vozes, Petrópolis, 2003.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALBAWCS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990

HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa. Dom Quixote, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora LTDA/PUC-RJ, 2006

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Papirus, Campinas, 2000.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 1998

MARTINS, Estevão C. R. .Consciência histórica, práxis cultural e identidade nacional. In: Gonçalves, A. T. M.;Souza, A. M.; Serpa, E. C.; Bittencourt, L. B.. (Org.). Escritas da História. Intelectuais e Poder. 1 ed. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004, v. , p. 11-33.

PEIRANO, Mariza . A Teoria Viva. Reflexões sobre Orientação em Antropologia. Ilha. Revista de Antropologia, Brasília, v. 6, n. 1 e 2, p. 209-216, 2005.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno* , Rio de Janeiro , Civilização moderna , 1970.

_____, *CARTA: falas, reflexões e memórias* , Informe de Distribuição Restrita do Senador Darcy Ribeiro , Brasília , Gabinete do Senador Darcy Ribeiro , Imprensa do Senado Federal , 1992 , n.2.

_____. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Confissões*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

_____. *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1998.

_____. *As Américas e a Civilização: Processo de formação e Causa do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

_____. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

MEMÓRIAS CONSTRUINDO HISTÓRIAS: O LEVANTE COMUNISTA DE 1949 EM FERNANDÓPOLIS, SP *

Vagner José Moreira **

Resumo: As histórias e as memórias sobre o movimento de trabalhadores ocorrido em Fernandópolis, em 1949, constituem parte significativa da pesquisa em desenvolvimento sobre as culturas, memórias e experiências comunistas no Noroeste do Estado de São Paulo, 1945-1955. Os processos sociais de construção de memórias sobre as experiências de luta e militância política em Fernandópolis levou-me a identificar a memória como um lugar de disputa pela hegemonia na cidade e o movimento de 1949 como um lugar de confluências de conflitos e de culturas de classe.

Palavras-chave: memória, cultura, comunismo.

Abstract: The histories and the memoirs on the workers' movement happened in Fernandópolis, in 1949, they constitute significant part of the research in development about the cultures, memoirs and communist experiences in the Northwest of the State of São Paulo, 1945-1955. The social processes of construction of memoirs on the fight experiences and political militancy in Fernandópolis took me to identify the memory as a dispute place for the hegemony in the city and the movement of 1949 as a place of confluences of conflicts and of class cultures.

Keywords: memory, culture, communism.

A problemática da pesquisa são as memórias construindo histórias de trabalhadores em movimento em Fernandópolis, Região Noroeste do Estado de São Paulo, compostas a partir dos embates da luta política diária pela vida e pelo ideal de revolução agrária, e os modos de viver na cidade e no campo, nas décadas de 1940 e 1950.

Essa complexidade do vivido direcionou a pesquisa para a diversidade de sujeitos que habitavam a cidade e o campo durante as décadas de 1940 e 1950. A partir dos diversos materiais de pesquisa interpreto o movimento de 1949 em Fernandópolis como injunção ou

* Artigo elaborado a partir da pesquisa de Doutorado em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, *Culturas, memórias e práticas comunistas de luta pela terra no eixo Fernandópolis – São José do Rio Preto, 1945 – 1955*, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida.

** Doutorado em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Professor do Centro Universitário de Jales – UNIJALES; Professor da Fundação Educacional de Fernandópolis – FEF. E-mail: vagnerjmoreira@terra.com.br

ponto de confluência de muitas experiências de luta e expressão de culturas de classe. A complexidade dos modos de vida dos trabalhadores naquele momento exige do pesquisador um olhar para a diversidade de sujeitos que habitavam e que interpretam a cidade. A dimensão do conflito ou da luta de classe não está ausente do olhar do historiador. A complexidade da realidade social pode ser compreendida à medida que se percebe a relação com os processos sociais de construção de memórias. A discussão sobre a memória efetiva e dominante ou hegemônica (com seus silêncios e reelaborações na imprensa local e regional, as memórias presente nos documentos oficiais produzidos pelo DEOPS, nos prontuários produzidos pelas delegacias de polícia, nos processos e nas fontes orais) emerge como problemática, pois é premente a cogitação sobre os processos sociais de construção das memórias e suas significações. A partir desses materiais é possível problematizar não somente a memória hegemônica como também histórias, memórias e os modos de viver no campo e na cidade em Fernandópolis.

O processo de reflexão sobre a problemática anunciada acima parte das considerações de Alessandro Portelli (2003; 2001/2002: 12), principalmente, ao discutir as memórias sobre o massacre das Fossas Ardeatinas, na cidade de Roma em 1944, Itália afirma que, “Então, o que quero investigar é o sentido mais profundo deste acontecimento, à luz da diferença entre o que se passou e as múltiplas maneiras de recordá-lo [...]”. Em Fernandópolis as memórias sobre o movimento de 1949 foram e são divididas. Esse processo histórico é permeado por múltiplas ambigüidades, tensões e contradições. São versões divididas e compartilhadas, apontando para tendências ou projetos – ou para as “causas perdidas”, como indica E. P. Thompson (1997). A diversidade dos modos de viver de trabalhadores do campo e da cidade não tem se constituído em memórias e histórias “dignas” de serem narradas. Foram e são, portanto, silenciadas. A tese propõe problematizar esses processos de construção de memórias e descrever e interpretar esses modos de viver. A negação do direito à memória vem sempre acompanhada de implicações políticas, como o exercício do poder político e de domínio sobre os trabalhadores no presente e no passado.

Os processos de construção de memórias que institui histórias sobre a cidade e sobre os trabalhadores e suas lutas em Fernandópolis fundamenta-se nas assertivas de Raymond Williams (2005). Na elaboração do autor os processos de construção e exercício de hegemonia estão sempre em relação com uma “tradição seletiva”. A partir dessa relação é possível compreender o processo histórico real dos movimentos de trabalhadores e inferir que muitas vezes adquiriram um sentido de “oposição”. Williams afirma que essa “tradição

seletiva” – a partir das intenções sociais de classe para manter a hegemonia – seleciona entre as diversas experiências sociais as práticas culturais e seus significados, a “tradição”, “o passado importante” e as memórias, que foram ou são enfatizadas e ou negligenciadas em um processo histórico determinado. É um processo que seleciona o que lembrar do presente e do passado diante de um campo de possibilidades, tendo como objetivo a definição de um conjunto de práticas, significados e valores hegemônicos; uma forma de lembrar única, efetiva e dominante. A memória é colocada então num campo de tensão. Outras memórias, as memórias dos trabalhadores, tencionam por outras histórias sobre a cidade e sobre experiências de trabalhadores e que tem nas lembranças um lugar para por em questão a história da cidade. Nessa perspectiva, afirmamos a potência dos sujeitos reais e diversos, enveredando nos “estudos dos modos de viver e das culturas de que nos falam as memórias” (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004: 7).

Alguns sujeitos entrevistados, em suas narrativas orais, como também em outros materiais da pesquisa, se limitam em afirmar que as memórias do “acontecimento” restringem ao medo que provocou na cidade a “ameaça comunista”, ou que, simplesmente, não se recordam do fato. E a partir dessa perspectiva o movimento dos trabalhadores em 1949 é caracterizado como um não-fato ou reduzido à tentativa de ocupação da cidade. Tenho problematizado que as experiências dos trabalhadores, tanto no presente ou quanto no passado, têm sido deslegitimadas como memória e/ou história da cidade, uma deliberada “política da amnésia”, parafraseando Terry Eagleton (2005).

Oswaldo Felisberto foi dentista prático e aposentou na Secretária da Agricultura do Estado de São Paulo, em descrição elaborada por sua filha, Yara Felisberto, Oswaldo era um eloqüente orador e participava das reuniões do Partido e sempre muito próximo dos comunistas; porém, não participou do movimento de 1949. É possível inferir que havia vários grupos que atuavam dentro do Partido na região e que Oswaldo não era muito próximo de Antônio Joaquim. Ao ser questionado sobre o movimento, em entrevista concedida à Áurea Maria de Azevedo Sugahara em 1996, explica que

Não houve propriamente... Não houve o levante comunista. Lá o que houve foi o seguinte: era o tipo dos sem-terra, era o tipo do individuo sem-terra liderado por Antônio Joaquim. Antônio Joaquim mais uns guerrilheiros... guerrilheiros não; uns lavradores, não é! Que queriam desapropriar a fazenda do Veloso, lá em Ouroeste, onde Antônio Joaquim... onde Antônio Joaquim tinha fazenda.

Então eles levantaram lá em... e vieram para tomá Fernandópolis. Mas não tomaram! (Áurea: Não chegaram...) Não tomaram nada! (Áurea: Houve uma tentativa...) Foram até no Caxi só. Foram até ali no Caxi. No Caxi eles voltaram... desmancharam tudo. (Oswaldo Felisberto, falecido, entrevistado em 1996 por Áurea Maria de Azevedo Sugahara).

A narrativa de Oswaldo Felisberto abre para muitas questões que ainda estão sendo problematizadas e pesquisadas. Os trabalhadores se deslocaram de Populina e no trajeto até Fernandópolis vieram encontrando outros com o objetivo de tomar a cidade. Foram dissuadidos por um outro militante, Zé Cearense, ao chegar à entrada da cidade informando que os outros “camaradas” das outras células não haviam chegado à Fernandópolis e que a polícia já estava preparada para recebê-los. Na narrativa de Oswaldo Felisberto há a referência de um conflito de terra na região de Populina além de associar o movimento de 1949 à luta pela reforma agrária organizada pelo MST. A entrevista foi concedida em meados da década de 1990, justamente num período em que as tensões da luta pela terra estavam em evidência. A relação pode ser compreendida a partir do momento da concessão da entrevista. Oswaldo Felisberto após o movimento de 1949 sofreu muito com a repressão policial mudando várias vezes de cidade e vindo a falecer em Santo André. Com a família chegou morar em Uberaba, onde começou a faculdade de odontologia, mas ali passou por sérios problemas psicológicos e não concluiu o curso. No final da década de 1950 passou a viver em Fernandópolis novamente e em 1964, com o golpe militar, foi duramente perseguido. Sua filha, Yara, relata que “determinadas pessoas” delataram o seu pai para os militares por pura perseguição política, mas que nesse momento ele não atuava mais no partido, porém ficou preso durante mais de um mês em Lins, Estado de São Paulo. Em um outro momento de sua narrativa Oswaldo Felisberto narra o seguinte ao se referir a história do movimento de 1949:

De forma que nu, num, hoje não existe mais esse problema... Fazê esse levantamento, não traz, não traz consequência nenhuma, não traz influência pra Fernandópolis. Pelo contrário, traz influência péssima, não é! Não traz uma influência boa. Mas... não surtiu efeito nenhum. Nem por Partido Comunista nem pra eles. O Partido Comunista num, só queria agitação, só agitação. Foi uma etapa... uma folha negra. (Grifos meus).

Em um artigo seminal sobre a temática comunista na cidade, escrito em meados da década de 1990 (SUGAHARA; COSTA; MALACRIDA, 1996), os trechos da narrativa acima não foram utilizados. Há na cidade e na região um silêncio ou “esquecimento” sobre o movimento de 1949 em Fernandópolis ou sobre a militância comunista. O movimento não é referência para a memória oficial da cidade e não é lembrado nas falas oficiais. Os trabalhadores que participaram desse movimento não tem lugar na memória da cidade.

Cada narrativa oral (ou os outros materiais disponíveis) constitui um “ato interpretativo” e com um enredo próprio. A problematização desses atos interpretativos e desses enredos presentes nos materiais possibilita ao historiador uma reflexão aprofundada sobre as

linguagens com as quais está trabalhando. Isso permite também verticalizar nos usos das narrativas orais e explorar densamente a narrativa de cada sujeito.

A narrativa da senhora Maria Doralice França Angeluci é significativa. Irmã de Severiano Moreira França, que foi comerciante e conhecido como comunista na cidade, se sentiu pressionado a vender sua casa de secos e molhados e mudar com sua família para cidade de São Paulo. A senhora Maria narra o seguinte, ao ser questionada sobre as memórias relacionadas ao movimento de trabalhadores em 1949 e sobre seu irmão, que

Eles foram muito perseguido, né. [...] O Partido, quando foi o Levante Comunista, teve o Levante Comunista, foi logo daí dois anos; acho um ano, dois anos, mais ou menos, fecharam, acho que o presidente Getúlio Vargas fechô, e aí eles foram perseguidos; todos que eram fichados foi perseguido. Era chamado na Delegacia! Punha soldado! Soldado não saia da porta procurando aondé que tinha reunião, aondé que não tinha. Eles foram muito perseguido... por causa que ele falava muito, eles falavam muito pelos trabalhadores... pelas pessoas que trabalhava, que ganhava pouco... tudo difícil.

A narrativa da senhora Maria é significativa. Seu irmão, Severiano, pelo que consta sofreu muito a repressão policial após o movimento de 1949. A sua casa de secos e molhados foi invadida constantemente pela polícia além de ser permanentemente vigiada. Por conta disso os fregueses desapareceram e Severiano já não estava mais conseguindo sustentar sua família. Pressionado a vender a casa de secos e molhados mudou-se para São Paulo. Lá acabou sendo preso por três anos. A trajetória de vida do irmão marca as memórias da senhora Maria Doralice. A repressão policial é uma constante em sua narrativa. No período ela já estava casada e seu marido não era muito próximo politicamente do cunhado e por essa razão a senhora Maria conta que se sentiu tolhida para uma participação política efetiva naquele momento, mas enfatiza que quando o marido não estava na cidade ia com a cunhada, esposa de Severiano, em algumas reuniões.

A partir da narrativa da senhora Maria Doralice outras problemáticas emergem. A relação que estabelece entre Getúlio Vargas e a cassação do registro do partido e a própria repressão remete-me a experiência de pesquisa de Alessandro Portelli (1993: 41-58). Portelli problematiza as narrativas de trabalhadores comunistas do setor naval de fundição de aço em Terni, Itália, após a Segunda Guerra Mundial, quando o Partido Comunista Italiano atrelou-se ao “compromisso histórico” e à “unidade nacional” rompendo com a perspectiva revolucionária de tomada de poder; o socialismo não estava mais na agenda do Partido. Portelli discute as “distorções” possíveis que estão presentes em narrativas orais e que estas

podem significar a existência de outros projetos ou outras propostas, “sonhos e desejos há muito enterrados no inconsciente”, diferentes daqueles encaminhadas pelo PCI, em que “os relatos não se referem à forma pela qual a história se desenrolou, mas como ela poderia ter ocorrido”.

A construção de memórias hegemônicas está, assim, relacionada à tradição de selecionar o que lembrar como lembrar e de quem lembrar. São nesses processos ativos e dinâmicos que definem os nomes de ruas, bairros, escolas, praças, fixam esculturas (bustos, estátuas) e as cultuam, celebram datas cívicas e formulam calendários comemorativos, selecionam os “pioneiros” e os “heróis” da cidade ou do Brasil. Portanto, como afirma o Grupo Memória Popular (2004: 283-286), do Centro Contemporâneo de Estudos Culturais Ingleses, essas são algumas das formas pelas quais as memórias são produzidas e sentidos são atribuídos ao passado, “por meio de representações públicas e por meio da memória privada.” Em que “[...] envolve um ‘teatro’ público de história, um palco público e uma audiência pública para a encenação de dramas sobre ‘nossa’ história ou herança [...].” E conclui que as pesquisas que tematizam a memória ou que discutem a relação presente-passado “[...] é necessariamente um estudo *relacional*. [...] Como todas as disputas, deve ter dois lados. Nos estudos concretos, memórias privadas não podem ser facilmente desvinculadas dos efeitos dos discursos históricos dominantes.” São nesses processos históricos, nesses trabalhos da memória, na construção de memórias hegemônicas, que os movimentos históricos e determinados fatos e sujeitos sociais são esvaziados de significados, para que possam ser celebrados sem comprometer interesses e projetos políticos hegemônicos em disputa no presente. As “memórias privadas”, as memórias formuladas na vida diária por sujeitos diversos, na pluralidade de viveres no campo e na cidade, que constituem nas muitas memórias e que subsistem na relação com as memórias hegemônicas, mantidas na vida diária, sempre sob forte pressão. Essas memórias foram e estão sendo silenciadas e não compõem as histórias narradas sobre o passado público da cidade. Como complementa Alessandro Portelli (1997: 33), a memória não é “apenas um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significados.”

BIBLIOGRAFIA

EAGLETON, T. **Depois da teoria**: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FENELON, D. R.; CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. “Introdução. Muitas Memórias, outras Histórias”. In: Fenelon, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo, Editora Olho d’Água, 2004.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004.

PORTELLI, A. “A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. **Revista Tempo**, Relume-Dumará, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

_____. “As fronteiras da memória: o massacre das Fossas Ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos”. **História e Perspectiva**. Uberlândia, nº 25/26, jul./dez. 2001/jan./jun.2002.

_____. **La ordem ya fue ejecutada**. Roma, las Fosas Ardeatinas, la memoria. Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica, 2003.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo: Educ, n. 14, p. 25-39, 1997.

_____. “Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores”. **Projeto História**. São Paulo, Educ, nº. 10, p. 41-58, dez/1993.

SUGAHARA, A. M. A.; COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

WILLIAMS, R. “Base e superestrutura na teoria cultural marxista”. **Revista USP**. São Paulo, n. 65, p. 210-224, mar./mai. 2005.

UM PANORAMA DAS PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA ENTRE 1980 E 2005

Kênia Hilda MOREIRA*

Resumo: O presente texto apresenta uma Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) das pesquisas sobre Livro Didático de História realizadas no Brasil entre 1980 e 2005. A exposição dessa produção acadêmica se divide em uma análise quantitativa e outra qualitativa. Pretende, portanto, ser uma colaboração para amenizar a falta de trabalhos de síntese sobre livros didáticos, apontada por Choppin (2004).

Palavras-Chave: Livro didático; História; Produção Acadêmica.

Abstract: The objective of the present text is to present an Analysis of Contents (BARDIN, 1977) of research carried in Brazil between 1980 and 2005 about the Didactic Book of History. The present text present an analysis qualitate and an analysis quantitative these academic production. Our text intend, therefore, contribute to brighten up the synthesis works about didactic books, pointed for Choppin (2004).

Word Key: Didactic book; History; Academic Production.

Introdução

Esse artigo, fruto de nossa dissertação de mestrado, apresenta um panorama das 46 obras (teses e dissertações) produzidas no Brasil entre 1980 e 2005 sobre o Livro Didático de História. A análise das obras teve como referencial metodológico a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1997) e foi dividida em uma parte quantitativa e outra qualitativa.

Na parte quantitativa apresentamos um quadro dessas obras evidenciando sua autoria pelo sobrenome do autor; o ano do trabalho; o título; a localização institucional das obras; o tipo das produções (mestrado ou doutorado) e as áreas do conhecimento em que foram produzidas.

Quanto a análise qualitativa por uma questão de espaço, escolhemos apenas um aspecto, a análise das tendências das produções sobre o Livro Didático de História nas décadas de 1980 e 1990 por nós percebidas ao investigar as referidas obras.

1 Um panorama quantitativo das Pesquisas Acadêmicas sobre o Livro Didático de História entre 1980 e 2005

Ao selecionar as obras, consideramos os trabalhos que apresentavam em seu título o termo livro didático ou derivado (livro-texto, livros texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual) para a disciplina História ou Estudos Sociais. A localização das obras

* Doutoranda em Educação Escolar pela Unesp-Araraquara. Agência Financiadora: Capes.

foi feita por meio eletrônico, no sítio **Capes**¹, na plataforma Lattes do **CNPq**², dentre outros. Para além do recurso virtual utilizamos o **Catálogo Analítico** da Unicamp (1989), e verificamos também a bibliografia das obras encontradas. Pretendíamos, desse modo, colaborar para amenizar a falta de trabalhos de síntese sobre livros didáticos, apontada por Choppin (2004).

Após todos os procedimentos de análise, seguindo as regras de exaustividade, homogeneidade e pertinência, elaboramos uma lista das obras que constituem a produção sobre o Livro Didático de História no Brasil de 1980 a 2005. Abaixo evidenciamos uma lista com nove trabalhos produzidos na década de 1980, 18 trabalhos produzidos na década de 1990 e 19 produzidos nos cinco primeiros anos do século XXI.

Nome	Ano	Título	Tipo	Instituição
FRANCO	1981	História do Brasil: a versão fabricada nos livros didáticos do 2.grau	Tese (Doutorado em Educação)	PUC-SP
HÖFLING	1981	A concepção de cidadania veiculada em livros didáticos de estudos sociais do primeiro grau.	Dissertação (Mestrado em Educação)	UNICAMP
CORBELLINI	1983	Ideologia e violência nos textos didáticos de História do Brasil	Dissertação (Mestrado em Sociologia)	UFRGS
LIMA	1983	Construção e validação de um instrumento para avaliação do livro didático de Estudos Sociais da 8ª série do 1. grau	Dissertação (Mestrado em Educação)	UFRJ
ALVES	1987	Nos livros didáticos de estudos sociais	Dissertação (Mestrado em História)	UFPE
KILSZTAJN	1987	História e memória nos manuais didáticos	Dissertação (Mestrado em Educação)	UNICAMP
MEDEIROS	1988	A Amazônia na ótica do livro didático; uma análise dos livros de estudos sociais de primeira a quarta série do primeiro grau utilizados em Belém, em 1984	Dissertação (Mestrado em Educação)	PUC-SP
THOMPSON	1989	A fábrica de heróis uma análise dos heróis nacionais nos livros didáticos de história do Brasil	Dissertação (Mestrado em Antropologia Social).	UFRJ
CHAVES	1990	Várias faces do livro didático regional de estudos sociais	Dissertação (Mestrado em Educação)	UFF
CARMO	1991	Entre a cruz e a espada: o índio no discurso do livro didático de história	Dissertação (Mestrado em Educação)	USP
DAVIES	1991	O livro didático de história: ideologias dominantes ou ideologias contraditórias?	Dissertação (Mestrado em Educação)	UFF
OSTERMANN	1991	A história que se conta no livro	Dissertação (Mestrado em	UFRGS

¹ A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) disponibiliza através do Banco de Teses informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país, a partir do ano de 1987. Endereço: www.capes.gov.br

² O CNPq é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E a Plataforma Lattes é um sistema implantado no final da década de 1990 que coleta e disponibiliza pela Internet os currículos dos pesquisadores brasileiros. Endereço: www.lattes.cnpq.br

		didático: uma estória mal contada - um estudo da forma como se introduz o ensino de história na escola de primeiro grau.	Sociologia)	
HUPPES	1991	Escolar: livro-texto de história	Dissertação (Mestrado em Linguística)	PUC-RS
CORREA	1992	A representação da Amazônia no livro didático de Estudos Sociais do primeiro grau	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade do Amazonas
ANDRADE	1992	"Que história e essa ?" análise de livros-textos de história para o ensino de primeiro grau	Dissertação (Mestrado em Educação)	UFRN
BALDISSERA	1992	O livro didático de História e a aprendizagem significativa	Dissertação (Mestrado em Educação)	PUC-RS
RESNIK	1992	Tecendo o amanhã (a história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931-1945)	Dissertação (Mestrado em História)	UFF
BITTENCOURT	1993	Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma história do saber escolar	Tese (Doutorado em História Social)	USP
DIAS	1994	As imagens do negro no livro didático de história no Brasil	Dissertação (Mestrado em Educação)	UNIMEP
MATELA	1994	O professor de história e o livro didático: uma relação delicada	Dissertação (Mestrado em Educação)	UFF
CRUZ	1997	O ensino de História em Fortaleza/CE: investigando o uso do livro didático	Dissertação (Mestrado em Educação)	UFPI
COSTA	1997	Prática pedagógica e tempo escolar: o uso do livro didático no ensino de história.	Dissertação (Mestrado em Educação)	PUC-SP
MELO	1997	Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX.	Tese (Doutorado em Educação)	USP
GATTI JÚNIOR	1998	Livros didáticos e ensino de história: dos anos sessenta aos nossos dias	Tese (Doutorado em Educação)	PUC-SP
CRUZ	2000	A história da disciplina Estudos Sociais a partir das representações sociais sobre o negro no livro didático (período 1981 - 2000)	Dissertação (Mestrado em Educação)	UNESP Marília
ROCHA	2000	Livro Didático e a História Ibero-Americana: Uma abordagem crítica	Dissertação (Mestrado em História)	PUC-RS
DEMORI	2000	Livros Didáticos e representações: a idéia de raças nos manuais de história do Brasil para o ensino secundário, 1937-1947.	Dissertação (Mestrado em História)	UNESP Franca
PINTO	2001	A representação da mulher nos livros didáticos de História	Dissertação (Mestrado em Educação)	UFES
RODRIGUES,	2001	A temática Indígena nos Livros Didáticos do Ensino Fundamental	Dissertação (Mestrado em Educação)	UEM
ROCHA	2001	Ensino de História: a contribuição do livro didático para o amadurecimento da consciência cidadã dos alunos	Dissertação (Mestrado em Educação)	UFPI
MAFRA	2001	Representações da história da ditadura militar, no campo editorial didático (1975-1998)	Dissertação (Mestrado em Educação)	USP
PAULA	2001	O Populismo Brasileiro dos Anos 50 no Discurso dos Livros Didáticos de História	Dissertação (Mestrado em Educação Escolar)	UNESP Araraquara
ARAÚJO	2001	O uso do livro didático no ensino de	Dissertação (Mestrado em	PUC-SP

		História: depoimentos de professores de escolas estaduais de ensino fundamental situadas em São Paulo	Educação)	
COELHO,	2002	O processo de produção dos textos dos livros didáticos de História	Dissertação (Mestrado em Educação)	UFMG
GASPARELLO,	2002	Construtores de identidades: os compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)	Tese (Doutorado em Educação)	PUC-SP
PURIFICAÇÃO	2002	(Re)criando interpretações sobre a independência do Brasil: um estudo das mediações entre memória e história nos livros didáticos	Dissertação (Mestrado em História Social)	USP
CALISSI,	2003	A musica popular brasileira no livro didático de História (1980-1990)	Dissertação (Mestrado em História)	UFPE
LIMA E. G.	2004	As múltiplas leituras e visões de mundo nos livros didáticos de História	Dissertação (Mestrado em Educação)	UNICAMP
BERGER,	2004	Os manuais de história e a produção do discurso sobre as mulheres da Idade Média	Dissertação (Mestrado em Educação)	UNIJUI
RIBEIRO,	2004	Colônia(s) de Identidades: discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil	Dissertação (Mestrado em História)	UNICAMP
RODRIGUES	2004	Memória fora de foco. A fotografia no livro didático de História do Brasil	Dissertação (Mestrado em História Social)	PUC-SP
VARELA,	2004	A concepção de tempo no livro didático de História propagado(r) pela lógica do mercado	Dissertação (Mestrado em Educação)	UEM
CALDAS,	2005	Entre História e Memória: Os manuais escolares e os projetos de formação nacional (1912-1949)	Dissertação (Mestrado em História)	UFG
FARICELLI	2005	Conteúdo pedagógico da História como disciplina escolar: exercícios propostos por livros didáticos de 5ª a 8ª série	Dissertação (Mestrado em Educação)	PUC-SP
FERREIRA,	2005	Representações da História das mulheres no Brasil em livros didáticos de História	Dissertação (Mestrado em Educação)	UEPG
SILVA FILHO	2005	Representações sobre negros nos discursos verbais e iconográficos de livros didáticos de história	Dissertação (Mestrado em Educação)	UFMG

Quadro 1: Trabalhos produzidos no Brasil sobre o Livro Didático de História entre 1980 e 2005.

Este quadro sinóptico da produção acadêmica sobre o Livro Didático de História a partir de 1980, elucida a existência de 46 obras publicadas entre 1980 e 2005, sendo cinco teses de doutorado e 41 dissertações de mestrado. Do total de 46 trabalhos, 32 produções na área da educação, 10 na área de História e cinco em outras áreas.

Esses dados nos permitem perceber que:

- Existe uma produção razoável sobre Livro Didático de História no Brasil nesses 25 anos, perfazendo quase dois trabalhos por ano;

- Apenas 10,8% da produção sobre Livro Didático de História nesses 25 anos foi produzida no nível de doutorado;
- Grande parte das pesquisas sobre Livro Didático de História nesses 25 anos, representando quase 70%, foi realizada em programas de pós-graduação em Educação;
- Há uma concentração da produção da produção sobre Livro Didático de História nesses 25 anos na região Sudeste do país, perfazendo 65% da produção;
- São Paulo é o estado onde mais se produziu sobre Livro Didático de História nesses 25 anos, perfazendo 45,6% do total de obras produzidas no país e 70% da produção na região Sudeste. Além de concentrar 100% dos trabalhos de doutorado;
- Há uma concentração da produção sobre Livro Didático de História nos primeiros cinco anos do século XXI (2001-2005), representando mais de 40% da produção total de 1980 a 2005.

Outro dado quantitativo diz respeito as séries pesquisadas pelos autores. Três deles investigaram sobre o Livro Didático de História no segundo grau, hoje ensino médio. 12 autores pesquisaram o ensino fundamental (1ª a 8ª séries), hoje ensino básico, sendo que quatro se ativeram a pesquisar as séries iniciais (1ª a 4ª séries). Os demais autores não definem as séries dos Livros Didáticos de História investigados.

2 Um panorama qualitativo das Pesquisas Acadêmicas sobre o Livro Didático de História entre 1980 e 2000

Para a análise qualitativa, tendo em vista a dificuldade de acesso dessas obras, selecionamos as 18 pesquisas acadêmicas sobre o Livro Didático de História, produzidas na região sudeste do país nas décadas de 1980 e 1990.

Nesse período de duas décadas (1980 a 2000), percebemos uma separação entre os trabalhos produzidos na década de 1980 e os trabalhos produzidos na década de 1990, o que nos permite afirmar a existência de tendências diversificadas de pesquisas nesse período de investigação.

Freitag *et al.*(1993), ao fazerem um estado da arte do Livro Didático no Brasil até o ano de 1987, afirmaram que a grande maioria dos estudos sobre Livro Didático se ateu a questões de conteúdo. Dando continuidade ao levantamento, afirmam que esses autores que se dedicaram à análise do conteúdo do Livro Didático podem, *grosso modo*, ser classificados, em dois grupos: “Os preocupados em analisar a fundamentação pedagógica, psicológica, lingüística e semiológica dos textos, e os preocupados em revelar os valores, preconceitos e

concepções ideológicas contidas no livro didático” (FREITAG *et al.*,1993: 78). No segundo caso, destaca-se o interesse político-ideológico.

Durante o processo de leitura e fichamento dos trabalhos aqui analisados, percebemos preocupações de fundo semelhantes. Notamos que a maioria dos autores dos trabalhos produzidos na década de 1980 justificou sua pesquisa tendo em vista a necessidade de elucidar a ideologia dominante presente no Livro Didático de História. Outra característica comum a esses trabalhos da década de 1980 se evidencia ao perceber uma abordagem teórica nitidamente marxista.

Sobre a gênese dessa tendência de trabalhos comprometidos em denotar a ideologia no Livro Didático, Freitag *et al.*(1993: 85) expõem que a grande maioria desses estudos se detêm a dois modelos que vieram da Europa e foram trazidos mais ou menos na mesma época para o Brasil. Um deles com uma concepção materialista da história, com Gramsci e Althusser, e o outro com Bonazzi & Eco.

Vejamos os autores dos trabalhos sobre Livro Didático de História que consideramos como preocupados em investigar a ideologia presente no Livro Didático de História.

Esses pesquisadores ao final da década de 1970 e começo da década de 1980 se identificam pela ênfase dada aos conteúdos, voltando-se para a análise dos aspectos ideológicos do Livro Didático, denunciando os preconceitos, as concepções falsas do mundo e a ideologia burguesa contida nos Livros Didáticos.

Franco (1981) questiona a ocultação da realidade no Livro Didático de História perguntando por que o “povo” merece silêncio, quando se sabe que todo acontecimento relevante de nossa evolução social envolveu a participação das classes dominadas. A autora foca sua crítica numa corrente historiográfica que desconsidera o “povo”, bem como elimina as contradições e a violência existentes na construção da História. Faz uma crítica à ideologia dominante impregnada na forma de se apresentar a História, caracterizada pelos grandes fatos e grandes feitos, nitidamente política e cronológica, tal como ela se mostra nos Livros Didáticos de História.

Hofling (1981) também pertence ao grupo de pesquisadores que se ativeram em denotar a ideologia dominante presente nos Livros Didáticos. Segundo a autora, os Livros Didáticos de Estudos Sociais são elementos difusores de ideologias dominantes e funcionam como mecanismos legitimadores da desigualdade social e como dissimuladores das desigualdades do sistema, ao reforçar o mito da participação igualitária na sociedade ao expor em seu interior que todo indivíduo tem condições de “vencer na vida” se quiser, pois todos tem direitos iguais.

Hofling (1981) faz crítica à ideologia dominante presente nos Livros Didáticos de Estudos Sociais com um olhar nitidamente marxista, recorrendo a uma concepção materialista da história inspirada em Gramsci e Althusser, como podemos ver em sua bibliografia. O vocabulário marxista com os conceitos de “super” e “infra-estrutura”, “processo produtivo” e “classes” pode claramente ser percebido no decorrer de todo o seu trabalho.

Kilsztajn (1987) busca analisar de modo abrangente o Livro Didático de História relacionando todos os aspectos que envolvem esse material escolar. Afirma que o Livro Didático de Estudos Sociais segue as propostas oficiais, impostas pelo Guia Curricular e que conseqüentemente o trabalho intelectual dos professores está comprometido com a linha de pensamento desses setores. Compreende a manifestação do pensamento pela escrita contida nos manuais como manifestação da ideologia do setor dominante da sociedade, resultando numa produção literária que satisfaz essa ideologia.

A autora também faz uma abordagem com o intuito de elucidar a ideologia dominante presente no Livro Didático, mas não é contra o uso desse material, alertando para a necessidade de alterações no conteúdo no sentido de garantir a possibilidade de organização aos setores oprimidos.

Outro exemplo encontra-se no trabalho de Medeiros (1988). A autora afirma querer contribuir para a discussão em torno do Livro Didático, enquanto veículo poderoso da ideologia burguesa. Enxerga o Livro Didático como veiculador da ideologia da classe dominante, a serviço de uma determinada classe, a fração dirigente do Brasil, que tem dominado política, econômica e culturalmente o país.

Thompon (1989) também se enquadra nessa tendência quando evidencia o Livro Didático como o meio mais confiável de assegurar a obediência aos programas e assim sendo, evidencia uma história do Brasil que anula as contradições dos fatos históricos, assumindo a idéia de Brasil como uma totalidade pré-construída, sem conflitos. Os heróis, nos Livros Didáticos de História, desempenham o papel de modelos exemplares, agindo como elementos fundamentais de integração moral da sociedade, a favor da classe dominante.

Apesar da severa crítica de Freitag *et al.* (1993), reiteramos que há algo de positivo nos trabalhos que falam sobre a ideologia nos Livros Didáticos. Essa positividade refere-se ao fato de que foi a partir deles que novas pesquisas foram produzidas em torno do Livro Didático de História, a luz do tema ideologia dominante. Essa afirmação baseia-se no fato de que o conhecimento é uma produção de afirmação/negação de idéias e paradigmas. Portanto, embora Freitag *et al.* (1993) tenham contribuído fazendo a crítica, acreditamos que os

trabalhos criticados trouxeram a contribuição que lhes foi possível naquele momento histórico.

Galzerani (1988) também questiona as produções que fazem crítica à ideologia dominante presente no Livro Didático, em seu artigo: “Belas Mentiras? A ideologia nos Estudos sobre o Livro Didático”, hoje publicado no livro de Pinsky (Org.) **O ensino de História e a criação do fato**. A partir do texto de Nosella (1979), Galzerani (1988) pergunta: até que ponto o conteúdo do Livro Didático constitui apenas uma máscara que impede o conhecimento da vida social? Até que ponto seu discurso analítico denunciador das “mentiras”, proposto como “científico”, pode ser considerado como totalmente objetivo? A autora defende o caráter contraditório da linguagem escrita nos Livros Didáticos, o que possibilita ao professor, valorizando a capacidade de percepção analítica dos alunos, repensar a forma de atuação em sala de aula, com estes mesmos Livros Didáticos.

O período final da década de 1980, com as publicações de Freitag *et al.* (1987) e Galzerani (1988), ao questionarem a produção sobre Livro Didático com o objetivo de denunciar a ideologia dominante nesse material escolar, trazem uma mudança na produção dos Livros Didáticos e necessariamente dos Livros Didáticos de História.

No conjunto de fontes aqui analisadas, percebemos essa mudança na obra de Davies (1991). Classificamos seu trabalho como a ruptura, o divisor, entre as produções da década de 1980 e as produções da década de 1990 que estão atentas em perceber a contradição presente no conceito de ideologia. Davies (1991) afirma que seu trabalho recupera dois conceitos esquecidos em seu próprio trabalho inicial e no de tantos outros, dedicados à análise de conteúdo de Livros Didáticos: “autonomia relativa” e “contradição” presentes na ideologia.

Davies (1991) percebe que não justifica analisar a escola e o Livro Didático apenas como instrumentos do capitalismo, uma vez que esse enfoque, apesar de útil para perceber a estrutura na qual se situam a escola e esse material escolar, peca por não captar o movimento contraditório entre as classes sociais que se dá em todas as instâncias sociais. Esse enfoque reprodutivista padece, segundo o autor, por negar a luta de classes e a possibilidade de as classes dominadas construírem, nas lutas econômicas, políticas e ideológicas, uma alternativa à ordem burguesa.

Na mesma linha de raciocínio de que não há apenas ideologia dominante no Livro Didático encontra-se o trabalho de Carmo (1991), quando expõe o objetivo de explicar a dinâmica e identificar as origens das diferentes vozes, expressas nos textos dos Livros Didáticos de História, em relação à fontes, captando seus significados ideológicos, percebidos

como movimentos dinâmicos. Orienta a análise dos textos, no sentido de evitar a visão unilateral que se apresenta nos estudos sobre a ideologia nos livros didáticos.

Carmo (1991: 416-417) conclui que existem diferenças significativas, do ponto de vista ideológico, entre os Livros Didáticos de História por ela analisados. Tal constatação permitiu reafirmar que, do ponto de vista ideológico, a escola e o Livro Didático que ela utiliza não podem ser tomados apenas como elementos que contribuem para a reprodução cultural e material da sociedade, ou para a manutenção da ordem. Nos limites dados pelo papel do Livro Didático na escola, afirma que os manuais podem contribuir para a veiculação da visão do dominado.

Dada essa ruptura, que marca uma segunda tendência de produções, as que buscam perceber o caráter contraditório da ideologia presente nos Livros Didáticos de História, abrem-se caminho para outras tendências de produções na década de 1990.

Surgem trabalhos atentos em investigar o uso dos Livros Didáticos de História pelo professor no cotidiano escolar, perfazendo uma nova tendência de pesquisa. Matela (1994) e Costa (1997), como já vimos, bem como outros trabalhos que não se enquadram em nosso conjunto de fontes, pertencem a essa tendência.

Outra tendência que surge na década de 1990, no que se refere aos estudos sobre o Livro Didático História, é a de investigar a História do Livro Didático de História, como se pode perceber no surgimento de trabalhos sobre Livros Didáticos de História oriundos de instituições de pós-graduações em História: Resnik (1992); Bittencourt (1993); Demori (2000).

Outra tendência mais recente, ainda hoje ganhando fôlego, é a tendência de pesquisas sobre o Livro Didático de História que tem como referência teórica a História das Disciplinas Escolares: Gatti Jr (1998) e Cruz (2000), dentre tantos outros a partir de então. Essa vertente da História das Disciplinas Escolares, representada por Chervel e Belhoste, enxergam as disciplinas escolares como unidades epistemológicas, elucidando sua historicidade, identificando as finalidades de cada disciplina, bem como as modalidades de sua difusão e apropriação através das propostas curriculares e dos Livros Didáticos. Desse modo, o Livro Didático torna-se uma fonte privilegiada para o estudo da História das Disciplinas escolares.

Conclusão

O Livro Didático de História – enquanto materializador e divulgador da concepção de História em sala de aula, perpassando a verdade histórica necessária ao governo de cada

época, por intermédio do currículo oficial – elucida a dinâmica, as permanências e as mudanças da disciplina História ao longo do tempo. Daí ser um rico objeto de investigação para os interessados nas questões em torno do Ensino de História.

Com o processo de redemocratização na política brasileira a partir da década de 1980, intensifica a preocupação nos mais diferentes campos sociais com o ensino da disciplina História. Consequentemente muitos pesquisadores se debruçaram a investigar o Livro Didático de História.

Concluimos que é crescente a produção sobre Livro Didático de História nesses últimos 25 anos, aumentando consideravelmente a cada década (1980=9; 1990=18; 2001 a 2005=19). O aumento em torno dessa produção a partir do ano 2000 talvez possa ser explicado em virtude da complexidade desse objeto nos dias atuais, como afirma Choppin (2004), com a multiplicidade de suas funções, a coexistência de outros suportes educacionais e a diversidade de agentes que envolvem o Livro Didático. Só para citar um exemplo, as práticas de editoração do Livro Didático hoje impedem a identificação do autor, que não possui mais liberdade ou autonomia para escrever o Livro Didático.

Contudo, apesar da crescente produção em torno do Livro Didático de História, não percebemos ainda uma solidez em torno nesta produção sobre o Livro Didático de História. A nosso ver é menor a preocupação com as problemáticas educacionais produzidas a luz das disciplinas que não são consideradas pedagógicas. Além disso, é grande a quantidade de disciplinas escolares existentes em sala de aula, e sendo a disciplina História apenas uma delas, consequentemente a produção será dispersa, considerando que grande parte da produção sobre o Livro Didático de História, como vimos, foi realizada na área da Educação.

Talvez se os programas de pós-graduação em História se interessassem mais pela temática do ensino de História essa produção pudesse se consolidar, uma vez que o Livro Didático de História é o principal divulgador da concepção de História em sala de aula, perpassando a verdade histórica de cada época produzida na academia e consequentemente, o principal responsável pela noção de História que tem o cidadão comum.

Referência Bibliográfica

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo** Lisboa: Edições 70, 1977.

CHOPPIN A. **Les manuales scolaires: histoire et actualité**. Paris: Hachette Éducation, 1992.

_____. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. In. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, set./dez. 2004, p. 549-566.

FREITAG, B. COSTA, W. F.; e MOTTA, V. R. **O Estado da Arte do Livro Didático no Brasil**. Brasília, INEP/REDC, 1987.

_____. **O Livro Didático em Questão**. São Paulo, Cortez, 1993.

GALZERANI, Maria C. B (1988) *Belas mentiras? Ideologia nos estudos sobre o livro didáticos*. In. PINSKY, J. (Org.) **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo, Contexto, 1988, p. 105-109.

UNICAMP. **O que sabemos sobre o livro didático?** Catálogo analítico. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

PRÁTICAS E SIGNIFICAÇÕES DA MORTE INFANTIL NA CIDADE DE GOIÁS NO SÉCULO XIX

Gleidson de Oliveira Moreira

A história da infância no Brasil durante os séculos XVIII e XIX esteve ligada tanto a “*ausência da fala*” a que reporta a etimologia do termo criança, quanto à insuficiência de estudos historiográficos dedicados a morte infantil.

Até meados do século XV, a infância não estava separada da vida adulta. Crianças eram vistas como adultos miniatura. Esta separação só passou a ocorrer por volta do século XIX, com a privatização da família e da infância. O sentimento de sensibilidade responsável pela integração da criança à família passou a incorporá-la, enquadrando-a a fase da inocência (Reis, 2001). No Brasil a meninice presente nas sociedades patriarcais mostrou-se curta. Nos primeiros anos, a criança era idealizada ao extremo e comparada a um anjinho.

Essa idealização da criança, que muito se aproxima da visão religiosa da Igreja Católica, determinou a faixa etária dos seis e sete anos como idade da razão, transformando a criança em anjo ou menino-diabo, identificado como uma criatura estranha que não comia à mesa, tampouco participava, de modo algum, da conversa de gente grande. Para muitos historiadores, o Brasil era um país quase sem meninos e o próprio menino-diabo encerrava sua meninice por volta dos dez anos e logo se tornava rapaz.

Em Goiás as crianças também eram vistas sem restrições. Delas era exigido comportamento de gente grande, eram vestidas como gente grande, casavam-se cedo e trabalhavam precocemente. Contudo o que nos interessa na análise da criança goiana do século XIX é perceber como a História da Sensibilidade surgida no contexto das sociedades do período pós-industrial, possibilitou vislumbrar atitudes adotadas diante sua morte e como operam as representações surgidas da condição de serem crianças anjos. Para tal tarefa estabeleceu-se como fonte de pesquisa estátuas de crianças do Cemitério Municipal da Cidade de Goiás. Espera-se contribuir com essa análise a história da morte de crianças em Goiás, a partir das sensibilidades percebidas e materializadas pelos adultos em imagens de crianças diante sua morte, condição impar possibilitada pela materialidade na cultura cemiterial.

Durante muito tempo às crianças que morriam em tenra idade eram conhecidas por anjos. No Brasil essas crianças eram enquadradas a análise de entendimento para a boa morte, anjo que segundo João José Reis¹, não tinha o término da vida no fim do corpo. O anjo tornava-se o guardião das representações incorporadas na relação dos vivos com os mortos. Daí ela poder ser encarada para a criança com alegria e júbilo, o contrário para o adulto. A morte era tida como uma passagem, motivo por que a idéia de deslocamento espacial e viagem estavam presentes nos ritos que as cercavam. Em Goiás as cerimônias e simbologias que envolviam a morte de crianças produziam a distância necessária a fim de promover uma viagem para o outro mundo, situação indispensável de se ter no anjo, o caráter de ser vigilante, guardião e protetor de outras almas, incluindo a dos adultos, por isso o tratamento dispensado aos corpinhos visava integrá-los o mais breve e possível em seu lugar (averiguado nas imagens representadas nas estátuas), para seu próprio bem e paz dos vivos.

A rigor “não havia morte”, já que se vivia em profundidade à crença na imortalidade da alma. Esse princípio geral era, no entanto, cheio de variáveis. Segundo estudos de Valdez (2002: 55), durante muito tempo a morte de crianças em Goiás eram reconhecidas pela Igreja Católica como estado de que os “inocentes não podiam pagar pelos pecadores”, ou seja, as uniões ilícitas (concubinatos) 2 das quais muitas crianças goianas eram fruto, não implicou serem chamados ao purgatório, embora fossem filhos do pecado.

Na tradição católica do além, a morte existia apenas nos casos em que a alma fosse dar no inferno. Ou, como escreveu o padre Bernardo José Pinto³, autor de um manual de assistência aos agonizantes publicado em 1802, ali a alma “estaria sem dúvida sepultada nas vorazes chamas, naquele tenebroso cárcere”. Tal destino resultava de condição de julgamento individual em seguida de falecimento, que além do inferno, podia ter como resultado a absolvição absoluta, e então alcançaria o paraíso, ou a condenação mais leve no purgatório. Contudo, como julgar e absorver a alma de uma criança? Estariam as crianças-anjo sujeitas a punições no que Jacques Le Goff denominou de “inferno temporário”.

Se o purgatório servia a almas de adultos como uma passagem almejada por estas na geografia celestial, os filhos do pecado não estavam submetidos a essa passagem porque se assemelhavam a anjos, e, ao contrário, vão para o limbo, região intermediária entre o céu e o inferno.

O que se observa na representação das estátuas de crianças sepultadas no cemitério Municipal da Cidade de Goiás entre 1840 e 1880, é que se conjugam universalidade e fragmentação do particular. As estátuas das crianças aparecem como elemento universal subjacente a todos os acontecimentos inevitavelmente singulares do mundo: Como a criança é sentida no espaço imagético e representacional em Goiás, em grande parte são filhos da burguesia local identificados pelas vestimentas (sapatos, laços, cabelos cacheados) e de cor branca como demonstra os traços no mármore, material importando da Itália ou encomendados aos escultores italianos radicados em São Paulo.

O espaço da criança é o espaço da subjeção que pode ser, *a priori*, objetivado. A apropriação do sentir a criança cria um espaço que a antecede e sublinha as coisas-em-si mesmas, enquanto o cemitério gera a objetivação tanto a generalidade universalizante, constituída pela representação da criança, como a aplicação singular e empírica da imagem aos objetos (criança) existentes nesse mundo, as estátuas. Assim, as estátuas de mármore de crianças demarcam no terreno cemiterial da cidade de Goiás, fronteiras de um espaço sublinhado por influência exterior; o da homenagem (a estátua que contém no gesto corporal mensagens de saudade e desolo como expressão subjetiva), sentimento correspondente por outro, a intuição organizadora da experiência interna, o sentimento de perda minimizado no espaço do luto, característica que recorre a impressões na imaginação⁴.

No cemitério a imagem da criança aparece como uma linguagem metaforizada, interdita, constituída de unidades sintéticas, formas simbólicas remetidas à fusão do que representam e tornam-se representados. A criança sai do anonimato. Como coloca Philippe Áries (2003: 311), o sentimento moderno da infância, decorre do processo de especificação da infância como categoria outra, como um mundo diferenciado do adulto, que só começou a sobreviver no limiar do século XIX, uma vez que tomaram vulto estudos realizados por juristas, higienistas, fotógrafos, modistas, educadores, passando a interessá-los a imagem e o espaço da criança. Nesse sentido a criança goiana do século XIX transfigura-se no

imaginário coletivo adulto capaz de transmitir extremos de positividade e negatividade. Ser criança é ser anjo ou menino-diabo.

No cemitério observam-se estátuas, verdadeiras artes funerárias, individuais em caráter de propriedade privada, como privativo e necessário espaço para criança, o que significa engendrar valores e idéias próprias do mundo adulto-social. O espaço dos sentimentos contidos na imagem expressa uma variante tipológica dos anjos-crianças: anjo escrivão, anjo da saudade, anjo da desolação constitui-se nas imagens escultóricas da criança propriamente dita, o que representa ser veículo de inserção familiar diante às mensagens sociais que desempenhavam em seus grupos sociais.

Em sua amostragem Michel Vovelle (1996) identifica tais tipologias os papéis sociais das crianças, papéis revelados por meio do infortúnio da morte. Ali o espaço do cemitério torna-se a condição objetiva de possibilidade de experiências e não uma determinação dependente dela.

Se a localização representacional da criança no cemitério define quem são socialmente as crianças, observa-se na parte frontal do Cemitério túmulos no qual se encontram as estátuas das crianças de classe média e alta, filhos da elite política e, por conseguinte latifundiária, como Caiado, Fleury e Curado, ao fundo do cemitério observam-se sepulturas simples dos filhos da gente humilde, geralmente sem lápides, portanto, sem epígrafes e estátuas, são espaços marcados com cruces.

O cemitério antecede as coisas em si mesmas. Enquanto faculdade objetiva, o espaço do cemitério gera categorias de entendimento dando forma à realidade que nos chega por meio de percepções empíricas (olfato, tato, visão...) trata-se de uma representação fundadora, o cemitério da cidade de Goiás é inaugurado pela pureza da criança representada no anjo, acreditando que a morte deveria assemelhar classes sociais distintas, se não fosse a ocupação diferenciada dos espaços e materiais dos quais eram construídos os túmulos.

Os historiadores da Nova História acreditam que as reflexões sobre os espaços como categorias objetivas não deveriam restringir-se à estética, pois estas não são apenas representações culturais. A primeira vista reconhece no ato de nomear a experiência o elemento constitutivo do próprio mundo. A criança é prisioneira dela mesma, na imagem do anjo adorável, o que lhe confere controle sobre a totalidade mundana, quando por vezes vê na criança a clareza que não têm, espelhos da alma, símbolo de inocência e ingenuidade, por isso entre as representações, a oposição suprema é da palavra. Por isso sem aprender a palavra fundadora não há como apreender o mundo e representá-lo simbolicamente.

Em Goiás a morte de crianças em idade de 1 ano a 7 anos está ligada a castigos corpóreos e doenças como febre amarela, situações estatuídas na posição gestual de algumas das esculturas. Sobre alguns desses gestos observa-se a de uma estátua de porcelana de uma criança de 3 anos de Jaraguá, que punido por quebrar uma xícara de borda folheada a ouro foi a óbito. Assim como essa estátua, outras corresponde a uma arte funerária, que além de representar uma prática presentificadora da criança na reprodução fiel dos caracteres corporais e últimas vestimentas patenteadas na existência de uma preocupação com o que seria feito desses “inocentes”.

Para além de qualquer menosprezo do qual a criança podia ser vítima nesta sociedade, o que está na base deste comportamento é uma determinada concepção de morte e de infância que imprimia uma certa positividade a um evento certamente traumático. A prática do beijar no rosto da criança-anjo era entendida como investimento de um capital simbólico. Os cuidados tomados com os ritos fúnebres e, mais ainda as encomendas da

estátua, materiais oriundo da Europa, permitem a partir dessas práticas entrever, um dever ao qual ninguém parece se furtar.

Não é surpreendente que entre os mais bem situados financeiramente ou que assim quisessem ser tomados, segundo João José Reis (1991), esse desvelo tivesse se traduzido em grande pompa. Em Goiás, outra das representações estava nos enterros de “anjo”. A morte era anunciada pelos sinos das igrejas e desfile do corpo exposto em carroções, ocasião em que o choro, apesar de constituir-se uma prática comum tinha que ser contido, afinal, a função ritualística do choro no catolicismo tradicional era analisado como vaidade dos enlutados, e, no caso da criança-anjo em Gilberto Freyre, a condição de chegarem aos céus, sem que as “lágrimas e lamúrias dos parentes pudessem pesar-lhes sobre as asas dependia do conter o choro”⁵.

Como já foi apontada, a distinção social da criança em Goiás, determinavam a ausência e signos estáveis e perenes, tais como o material de que eram feitas as estátuas, espessura e tamanho. Raras foram às estátuas assentadas no amplo uso de recursos materiais de natureza supérflua (geralmente de mármore, algumas de origem italiana), reproduzindo expressões adequadas a uma sensibilidade barroca às peças. Quando se observa no imaginário coletivo o cerimonial mortuário infantil congelado em corpo de pedra deixado ao lado ou sobre o túmulo, nota-se uma exposição da imagem do corpo colocado como espetáculo a serviço da manutenção de representações cuja função era dar conta da hierarquia social a que representava. Resta lembrar que não, obstante, que o caráter espetacular das estátuas infantis dizia respeito também a uma certa concepção não só do que era a criança como também sobre a natureza de fé, que deveria se exprimir o mais visivelmente possível.

Tem-se aqui, por conseguinte, um bom exemplo de como a religião católica, de caráter introspectivo, evidenciava-se nas cenas matizadas por tipologias de anjos (Borges, 1999: 145-159): Anjo-Escrivão (Aquele que escreve no pergaminho de Deus dados sobre o morto), Anjo da Saudade (Em geral, sua cabeça mostra-se ligeiramente inclinada, de pé, insinuando o gesto do caminhar, encostado num bloco que também serve de base para a escultura. Quanto à vestimenta, predominam camisolinhas curtas ou vestidos que marcam a cintura com caimento suave (seguindo o planejamento jônico, medieval ou clássico), traz ainda em uma das mãos flores-das-almas (craveiro-do-campo, erva-lacenta), a criança em tal postura, torna-se mensageira dos ofertantes que enviam flores ao morto em sinal de ternura- e o Anjo da Desolação (Possui uma postura similar ao anjo da saudade, diferenciando no gesto, pois na maioria das vezes mostra-se sentado em oração. As mãos permanecem juntas ou entrecruzadas em sinal de preces, ora abaixadas, encostadas ao rosto ou sobre o peito. Recebe o apelido de *espreme limão*. A alegoria da morte infantil nas estátuas de anjos em Goiás representava uma ação corporal, aliava o monumento como guardião do túmulo, cuja função é ressaltada pela pureza infantil: mãozinhas permanentemente juntas em posição de preces, ajoelhadas ou simplesmente cabisbaixas.

Assumindo uma posição de insondável importância, devia-se cuidar do aspecto pela qual o corpo se ia apresentar no reino dos céus, e disso dependia mesmo a direção que a alma irremediavelmente tomaria na geografia do outro mundo. De tal modo que dessa prática desdobravam-se: a escolha da última roupa que interferia nos destinos da alma, que toda aquela criança testava, ora vestidos indiscriminadamente, meninos e meninas, como vestidos brancos ou coloridos tecidos de algodão, ou de santos, nesse caso fantasiadas até os sete anos de: São Miguel Arcanjo, João Batista ou Nossa Senhora da Conceição, para se

incorporarem imediatamente ao exército de santos que habitavam o céu. Os anjinhos eram maquiados e enfeitados com coroa de flores, vestidos com mortalhas (Reis, 2001: 96-141).

É comum perceber em muitas estatuas de crianças, não apenas algumas das indumentárias esculpidas na pedra, mostrando detalhes das dobras da roupa como o da criança da cidade de Jaraguá enterrada no cemitério da cidade de Goiás, com em geral a frequência em algumas delas dos olhos abertos. Segundo a pesquisa de (Valdez, 2002: 29), a criança goiana, a criança no caixão morta e com os olhos abertos ocorre para enxergar o caminho do céu. Essa prática, assim como a do nome das crianças batizadas a de um santo protetor, ainda é exercida pelo interior do Brasil, inclusive em Goiás.

A preferência de vestir as crianças com o hábito do santo de seu nome, correspondia a uma proteção em vida que não falharia na morte. Desta forma, era natural que se escolhessem santos de sua predileção. Isto explica que, estando à criança vestida ou coberta com as roupas deste ou daquele santo, os pais garantiam que seu rebento não ficaria desamparado no outro mundo, estando guardado sob os cuidados das entidades. Como certamente não o fora enquanto era viva, não era indiferente aos pais o que poderia acontecer à criança quanto morta.

Além disso, é possível avançar no estudo de que esta prática estava relacionada com razões que ainda são mais específicas de uma certa sensibilidade para com a criança. Ela diz respeito a uma crença no papel de intermediária que a criança morta ocupa entre os vivos e as autoridades celestes. Essa função se assentara no estado de pureza com a qual era caracterizada e que já garantia prerrogativas especiais à criança quando viva. Encontrando-se morta, estaria em contato mais direto com os santos e, por conseguinte significaria a possibilidade de melhor explorar esse poder, tendo em vista um objetivo mais preciso, uma vez que o universo da religiosidade popular, cada santo seria um especialista em determinado tipo de providências.

Tomar essa concepção explicativa de algumas práticas nos leva, portanto, a entender a força mágica que opera o imaginário coletivo goiano em torno da morte infantil no século XIX. Esse hábito surgiu da retirada de nomes cristãos das folhinhas, calendários em folhas, estendidos entre livres e escravos.

Em Goiás, os nomes de família, com conotação religiosa, eram muito utilizados especialmente em mulheres. Os mais comuns eram: de Pillar, do Espírito Santo, de Jesus, Nascimento, Anunciação, dos Anjos, da Conceição, da Luz, da Purificação, dos Amores, do Rosário, do Sacramento, de Nazareth e outros. Esse hábito estendeu-se aos prenomes de crianças, nos quais se percebe igualmente a forte influência da Igreja Católica por intermédio dos portugueses. Os nomes mais comuns foram retirados da onomástica portuguesa. Para as meninas: Maria, Anna pelo fato de Sant'Anna ser padroeira de Goiás, Antonia, Francisca, Joanna e Rosa. Os nomes de meninos mais comuns: Manoel, João, Antonio, Francisco e Joaquim. Nota-se a forte influência nas três últimas décadas do século XIX, cuja novidade, no entanto, é a aparição de nomes compostos: Trajano Justino, Joanna Genoveva, Manoel Sebastião, Pedro Antônio e, óbvio, as Marias do Rosário, Antônia, d'Abbadia, da Conceição etc (Valdez, 2002: 55).

Nos túmulos do século XIX, reservados às crianças na cidade de Goiás, percebem-se o efeito do anjinho que morreu. São raras as lápides que falam de dor ou de saudades. A maioria exclama sobre anjinhos ou passarinhos que voaram para o céu.

Tudo aparece com muita poesia e alegria. Nos velórios dos anjinhos, eram cantados compridos versos, como esses fragmentos retirados do repertório popular:

“Louvemos da casa do dono
Cantemos nosso louvor
A quem mandou um anjinho
Para os pés do redentor.
Para os pés do redentor
Por seu pai e mãe pedir;
Como são eles ditosos,
E mais serão de porvir;
Os donos dessa morada
Pai e mãe do belo anjinho
Que por entre frescas flores
Voou como um passarinho”.⁶

Percebe-se aqui, em uma interpretação romântica, mais uma forma de homenagear anjinhos que voaram para o céu proteger seus pais. Da mesma forma, não havia nenhuma dor ou sofrimento em velórios, em que todos dançavam e tocavam viola e saudavam o pequeno, vestido de branco e coberto de fitas.

Expressando pureza e inocência virginal, não só a liturgia cristã atribuía a cor branca esse significado associado à criança morta como o nome do santo escolhido para sua devoção, bem como a cor branca predominava e ainda predomina sobre o caixão e, sobretudo, na estátua de crianças. Assim, a morte da criança é aludida em Áries como domesticada. O que não significa que depois da morte, a criança fosse completamente esquecida. Uma das ocasiões, após o enterro, em que a criança morta é lembrada pelos vivos, evento que ganhou popularidade com o advento dos carneiros, tem lugar no Dia de Todos os Santos (ou Dia de Finados). Nesse dia as famílias dos falecidos que foram sepultados nas catacumbas vinham visitar, decorando com flores e tecidos os túmulos e estátuas, que muitas vezes eram vistas como caixas das almas, lugar que as livrava do purgatório, figurando o espaço de menos sofrimento.

Resta-nos ainda o mais importante. O estudo de como esses monumentos estatuídos do sentido da morte (estátuas cimiteriais), avançaram no tempo confirmando a hipótese a qual buscamos, qual seja: a de que os estudos dos sentimentos das crianças podem ser retomados no século XIX em Goiás a partir das imagens de anjos elaboradas em práticas reificadas em estátuas e, incorporadas de um capital simbólico presente no imaginário coletivo.

NOTAS

1 Idem: 96-100

2 Em Goiás o hábito comum do concubinato pode ser atribuído ao alto preço dos casamentos, ou pela opção prática dos casais em apenas morar juntos, o que em certa medida obteve a adesão de alguns membros do baixo clero e, talvez a implicação desse conjunto de fatores a flexibilidade no julgamento das crianças enquanto natureza do pecado os quais eram portadores.

3 Idem: 40

4 A arte funerária que representa as estátuas infantis no Cemitério Municipal da cidade de Goiás do século XIX vincula-se ao fazer artístico, cuja decodificação de seus significados sofreram interferência moral ao reproduzirem imagens simbólicas. Características neoclássicas mostram-se presentes nos anjinhos de mármore, que povoam o mundo do cemitério e do imaginário de maneira hierática e simplificada.

5 FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. 10ª edição. Rio de Janeiro. Record, 1998.

6 Música retirada da oralidade popular referente ao contexto do final do século XIX da Cidade de Goiás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro. Ediouro, 2003.

BORGES, Maria Elizia. “Arte funerária: representação do vestuário da criança”. *Locus-Revista de História*, Juiz de Fora, Vol. 05., nº 02: 145 a 159, 1999.

CHAUL, Nars. *Caminhos de Goiás: da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade*. 1ª edição. Goiânia, CEGRAF, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 10ª edição. Rio de Janeiro. Record, 1998.

REIS, João José. *A morte é uma festa – ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo. Companhia das Letras, 1991.

_____. “O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: Império a corte e a modernidade nacional*. 2 Vol. São Paulo: Companhia das Letras, 2001: 96 a 141.

VALDEZ, Diane. *História da Infância em Goiás. Séculos XVIII e XIX*. 1ª edição. Goiânia, Grafopel, 2002.

VOVELLE, Michel. *Lês ames du Purgatoire ou Lê travail du deuil*. Paris, 1996.

ANÁLISE PÓS-COLONIALISTA DA HISTÓRIA COLONIAL DO BRASIL POR PORTUGAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

Kênia Hilda MOREIRA*

Resumo: O presente artigo pretende discutir nosso projeto de pesquisa de doutorado, que por sua vez, objetiva analisar a temática acerca do processo de colonização do Brasil por Portugal a partir do século XVI nos Livros Didáticos de História do Brasil utilizados hoje no país, à luz da teoria pós-colonial, na linha desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos e pelo Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra.

Palavras-chave: Livro Didático, Colonização, História do Brasil.

Abstract: The objective of the present text is to present our project of research of doctorate that in turn objective analyze the thematic concerning the process of colonization of Brazil for Portugal from century XVI in Didactic Books of History in Brazil used currently, to the basis of the postcolonialism theory, with Boaventura de Sousa Santos (Center of Social Studies of the University of Coimbra).

Word key: Didactic Book, Colonization, History of Brazil

O presente artigo objetiva discutir nossa investigação de pesquisa de doutorado que por sua vez pretende fazer uma Análise dos Discursos históricos sobre o processo de colonização do Brasil por Portugal a partir do século XVI, presente nos Livros Didáticos de História utilizados hoje no Brasil, à luz da teoria pós-colonial¹, na linha desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos.

Para tal, dividimos esse artigo em três partes. Na primeira parte elucidamos algumas justificativas para a pesquisa em questão, principalmente no que tange a escolha da teoria pós-colonialista como referencial teórico. Na segunda parte apresentamos algumas questões levantadas por nós ao pensar as problemáticas que envolvem a temática; e na terceira parte apresentamos de forma esquemática as teorias de Boaventura de Sousa Santos que contribuirão para o desenvolvimento de nossa investigação.

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Unesp-Araraquara/SP. Agência de Fomento: Capes.

¹ Segundo Marcon (2006): “O termo adjetivo “pós-colonial” ou o substantivo “pós-colonialismo”, geralmente tem sido situado pelos estudiosos do assunto por três diferentes ênfases não necessariamente contraditórias entre si. São elas: as que distinguem o pós-colonial como uma teoria; aquelas que o definem como uma situação global contemporânea; e aquelas que denominam a condição política dos Estados nacionais após a independência ou a experiência colonial”. Consideraremos todas elas no decorrer de nossa investigação.

Considerações Iniciais

A teoria pós-colonialista que será a base da nossa investigação se ocupa em fazer um recorte culturalista, atento em investigar os sistemas de representações e os processos identitários. A idéia central do pós-colonialismo é, precisamente, reclamar a presença e a voz do crítico pós-colonial, as quais, segundo Bhabha (1998), foram usurpadas pelos críticos ocidentais. Contudo, nossa análise se fundará na proposta do “pós-colonialismo situado” apresentada por Boaventura de Sousa Santos, considerando as particularidades do colonialismo português em detrimento do colonialismo anglo-saxônico.

A figura do sujeito colonial como o ‘outro’, a dicotomia moderno/primitivo, civilizado/selvagem foi constituída, em grande medida, dentro dos processos educativos. Compreendendo o livro didático como um importante instrumento para o desenvolvimento do processo educativo, pretendemos analisar as representações e os processos identitários possibilitados pelo discurso histórico instituído no livro didático de História, percebendo como este discurso faz cristalizar a lógica dicotômica da modernidade, estabelecendo relações fortemente desiguais entre o colonizado e o colonizador.

Compreendemos pós-colonialismo, conforme Santos (2006), como uma série de teorias que dão prioridade teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na compreensão e construção do mundo. Relações essas constituídas historicamente pelo colonialismo e que, de modo algum, terminaram no campo social com as independências políticas. Essas desigualdades entre o Norte e o Sul são ainda a causa nuclear da maioria das discriminações sociais, étnicas, econômicas, culturais ainda imperantes (SANTOS, 2006).

Dito de outra maneira, Hall (2003: 121) afirma que o pós-colonialismo é “uma corrente teórica e crítica que estaria procurando desfazer ou desconstruir o eurocentrismo, com a consciência de que a pós-colonialidade não nasce e não cresce numa distância panóptica em relação à história”. E acrescenta que os estudos pós-coloniais são uma forma de discurso que “opera sob rasura, no limite de uma *episteme* em formação, não como um paradigma convencional, mas como *episteme* que opera entre uma lógica sucessiva e uma desconstrutora”. E explica, ainda, que são “uma resposta à necessidade de superar a crise de compreensão produzida pela incapacidade das velhas categorias de explicar o mundo.” (HALL, 2003: 121; 124).

Assim sendo, e compreendendo ainda que o mundo pós-moderno (ou contemporâneo) é diferente do mundo no qual e para o qual a Educação (moderna) foi pensada e organizada, em suas mais variadas práticas discursivas e não-discursivas, pretendemos fazer uma crítica à racionalidade ocidental que funda os Livros Didáticos de História no tema “colonização”, racionalidade essa a que Santos dá o nome “razão indolente”. Ao desenvolver essa crítica, objetivamos contribuir para o que Santos define como “razão cosmopolita”.

O interesse pelo pós-colonialismo se justifica porque o projeto ou a proposta maior de uma teoria pós-colonial vai de encontro ao nosso objetivo-mor, que é nos aprofundar nos estudos de “alternativas contemporâneas para o orientalismo, que investigue como se podem estudar outras culturas e outros povos desde uma perspectiva libertária, ou não-repressiva e não-manipuladora” (SAID, 1990: 35).

A teoria pós-colonial tem interesse em reescrever a História do encontro colonizador-colonizado centrando-se numa análise mais profunda dos conteúdos e das experiências de colonização, preocupado em definir as especificidades desse encontro a partir das vozes silenciadas pela História tradicional. O que se alia ao nosso objetivo de analisar as narrativas do encontro colonial como o resultado de um processo de inscrição das visões e das representações sobre o ‘outro’ a partir dos discursos sobre a colonização brasileira presente nos Livros Didáticos de História do Brasil.

Para viabilizar esta investigação faremos uso da Análise de Discursos (AD) como recurso teórico-metodológico, uma vez que esta nos permite compreender a coerência do texto escrito no Livro Didático como efeito da construção discursiva, construído por agenciamentos discursivos dos enunciadores que controlam, delimitam, classificam, ordenam e distribuem os acontecimentos discursivos em dispersão. Utilizaremos o método arqueológico da AD, inspirado nas teorias de Michel Foucault, o qual permite dentre outras coisas, compreender o discurso do Livro Didático como interpretações impostas que acabaram produzindo efeitos de poder e de saber.

Questões sobre o Tema

Em janeiro, junho e julho de 2006, quando nos foi oportunizado freqüentar, no Centro de Estudos Sociais (CES), da Universidade de Coimbra, os seminários promovidos pelo professor Boaventura de Sousa Santos, começamos a levantar uma série de questionamentos, objetivando pensar o Livro Didático de História na época

assunto de estudo no mestrado. Nesses meses, começamos, paralelamente, a levantar uma série de indagações acerca de como era tratado o processo de colonização do Brasil (a partir do século XVI) em Livros Didáticos de História no Brasil. Daí a idéia de fazer uma investigação acerca dos Livros Didáticos de História do Brasil, especialmente sobre o tema “colonização”. Eis algumas indagações:

Santos (2006) afirma que Portugal é, desde o século VXII, um país semi-periférico no sistema mundial capitalista moderno e que esta complexa condição periférica se reproduz até bem recentemente com base no sistema colonial. O colonialismo português, sendo protagonizado por um país semi-periférico, expõe Santos (2006), foi ele mesmo, semi-periférico, um colonialismo com características subalternas, o que fez com que as colônias fossem colônias incertas de um colonialismo certo.

Esta incerteza decorre do deficit de colonização, pela incapacidade de Portugal para colonizar segundo os critérios dos países centrais, e da dupla colonização, por parte de Portugal e, indiretamente, por parte dos países centrais (principalmente a Inglaterra) de que Portugal foi dependente. Santos (2006) afirma ainda que se o poder capitalista moderno foi sempre colonial, em Portugal e suas colônias ele foi sempre mais colonial do que capitalista. (SANTOS, 2006: 227-228)

Feitas estas afirmações o autor elucida que um tema de investigação particularmente complexo é o de saber em que medida este problema do colonizado português repercute no colonizado por Portugal. De certo modo, pretendemos em nossa pesquisa de doutorado levantar essa discussão, procurando responder se o Brasil colonizado por um colonialismo subalterno é subcolonizado ou sobrecolonizado. Se tanto as sociedades colonizadoras como as colonizadas foram ambas afetadas pelo processo colonial, quais formas de colonização existentes na História do Brasil se materializam nos Livros Didáticos de História do Brasil?

O fato do ciclo colonial português ter sido, o mais longo, tendo precedido em três séculos o colonialismo capitalista central do século XIX, também traz suas especificidades, definindo suas regras da prática colonial e do discurso colonial. “A densa e longa temporalidade do colonialismo português redundou numa estranha suspensão do tempo, numa anacronia que, alias, havia de revelar-se dupla: por ter existido antes e por ter continuado a existir depois do colonialismo hegemônico.” (SANTOS, 2006: 233). Estes jogos de temporalidades impregnaram as sociabilidades e identidades, tanto do colonizador, como dos colonizados, aquém do vínculo político-

jurídico colonial, porque a colonialidade das relações não terminou com o fim do colonialismo das relações. Sendo assim, perguntamos:

- Como os Livros Didáticos de História do Brasil (LDHB) elaboram/definem a identidade do povo/nação a partir do processo de colonização que se iniciou no século XVI? Como os LDHB elaboram/definem a identidade do povo/nação a partir de um pós-colonialismo que contesta narrativas anteriores, legitimadoras de dominação e poder, como, por exemplo: raça, gênero, classe, nação e etnia?
- Se compreendendo o discurso nacionalista como ambíguo e contraditório, uma vez que este, ao mesmo tempo em que desafia a dominação colonial, aceita as premissas da modernidade em que a dominação colonial se funda, como os discursos nacionalistas estão presentes nos Livros Didáticos de História do Brasil? O caráter contraditório e ambivalente do nacionalismo aparece nos LDHB?
- Como os Livros Didáticos de História do Brasil (des)consideram a existência de movimentos locais ao escrever a História da nação brasileira?
- Se a colonização marca a História do Brasil, como reescrever e ensinar a História por outro viés, de forma descentralizada, diaspórica ou global, fugindo das grandes narrativas imperiais do passado, centradas no modelo europeu de construção de nação?
- Como os Livros Didáticos de História do Brasil trabalham o tema “colonização” para além da Independência?
- A diversidade historicamente existente no Brasil aparece nos LDHB? Como a cultura/história dos negros e dos indígenas são apresentadas nos LDHB? Elas aparecem? De que modo? Sob quais (des)interesses?
- Se compreendemos conforme Bhabha (1998) que “as perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das ‘minorias’ dentro das divisões geopolíticas de Leste, Oeste, Norte e Sul”, como essas perspectivas podem estar presentes nos LDHB?
- Dado que tanto o período colonial como o pós-colonial devem ser interpretados como um processo essencialmente transnacional e transcultural global, como pensar a identidade no contexto de transnacionalidade?

Essas questões suscitam problemáticas discutidas hoje pela teoria pós-colonialista, tais como: nacionalismo; diáspora; hibridação nos regimes identitários;

diferença cultural e multiculturalismo. Temas que desenvolveremos no decorrer de nossa pesquisa

Considerações Teóricas

Para pensar a reinvenção da emancipação social pelo viés pós-colonialista, segundo Boaventura de Sousa Santos, faz-se necessário compreender que o capitalismo e o colonialismo, apesar de mutuamente constituídos, não se confundem. O capitalismo pode desenvolver-se sem o colonialismo, enquanto relação política, como se verificou historicamente, apesar de não o poder fazer sem o colonialismo enquanto relação social, devido a colonialidade do poder e do saber. Mas não se deve confundir capitalismo com colonialismo, tão pouco se podem confundir a luta anti-capitalista e a luta anti-colonial ou pós-colonial. Entretanto, nenhuma delas pode ser levada a cabo com êxito sem a outra.

Ao propor a reinvenção da emancipação social, Santos apresenta uma abordagem sobre o que designa por sociologia das ausências e sociologia das emergências, fazendo uma crítica contundente a razão indolente e propondo uma razão cosmopolita. Com base nessa teoria, pretendemos, como já afirmamos, fazer uma crítica à razão indolente que funda os Livros Didáticos de História do Brasil no tema “colonização”, e ao desenvolver essa crítica, objetivamos contribuir para o que Santos define como “razão cosmopolita”.

Santos (2005a) inspira-se em Leibniz para intitular esse modelo de racionalidade que diz respeito ao conhecimento hegemônico, tanto filosófico como científico, produzido no Ocidente nos últimos duzentos anos. De acordo com o autor, a indolência da razão ocorre de quatro modos: a razão impotente (determinismo, realismo); a razão arrogante (livre arbítrio, construtivismo); a razão metonímica (reducionismo, dualismo); e a razão proléptica (evolucionismo, progresso). Segundo Santos (2000a; 2001; 2002b; 2005b; 2006), para haver mudanças profundas na estruturação dos conhecimentos é necessário começar por mudar a razão que preside tanto aos conhecimentos como à estruturação deles. É preciso, portanto, desafiar a razão indolente.

Em contraposição a razão indolente, Santos (2000a; 2001; 2002b; 2005b; 2006) propõe os prolegóminos de um outro modelo, que define como razão cosmopolita. Essa razão, por sua vez, é fundada em três procedimentos meta-sociológicos: a **sociologia das ausências**, a partir da percepção de cinco modos de produção de não-existência, ou

monoculturas; a **sociologia das emergências**, a partir da substituição das monoculturas por ecologias; e o trabalho de **tradução**, enquanto procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências.

Apresentamos abaixo em linhas gerais os dois primeiros procedimentos meta-sociológicos proposto pelo autor, pois estes são base para a nossa investigação. A sociologia das ausências, através da crítica contundente às cinco monoculturas sobre as quais assenta as sociedades ocidentais e seus instrumentos de propagação ideológicas, como os LDs; e em contraposição, como caminho para a recuperação da existência aponta como emergência as cinco ecologias. Iniciamos pelas monoculturas:

Monocultura do saber e do rigor: Traduz-se na crença de que o único saber é o saber rigoroso e tudo o que não for científico, não se provar ou não se originar de bases científicas é ignorante, automaticamente desconsiderado, provocando o epistemicídio de outros saberes.

Monocultura temporal ou do progresso: Traduz-se na compreensão da história com um único sentido, onde a linha do tempo ocidental é linear e as sociedades ocidentais estão à frente de seu próprio tempo, ignorando quem vive de forma diferente, sem cogitar a possibilidade de que os menos desenvolvidos possam ser mais desenvolvidos em algum aspecto.

Monocultura das classificações sociais, ou da naturalização das hierarquias: Fundadas em fatores como os da etnia, classe social, gênero, considerando os fenômenos como inscritos na natureza das coisas e desse modo imodificáveis, criando o conceito de inferioridade.

Monocultura da escala universal: Entende que o universal e global são o único critério válido, em contraposição ao particular e local, ignorando experiências particulares.

Monocultura da produtividade: Traduz-se na definição da realidade humana pelo critério do crescimento econômico, usando normas capitalista para medir riquezas de modos de produção, aplicados também à natureza e quem está fora das normas é condenado.

Em contrapartida às monoculturas elucidadas, Santos propõe respectivamente as seguintes ecologias:

Ecologia do saber: um novo diálogo de conhecimentos com o estabelecimento de uma nova epistemologia do saber, que valorize o apanhado de culturas distantes, como as indígenas, compreendendo que não há nem ignorância nem conhecimento geral.

Ecologia das temporalidades: uma articulação entre o tempo linear e outras formas de temporalidade (sazonais, circulares), não-laicas e que sejam menos restritivas para medir o tempo, permitindo a percepção das distintas temporalidades como formas de viver a contemporaneidade, sem se estabelecer hierarquias ou juízos de valor sobre elas.

Ecologias dos reconhecimentos: uma nova articulação entre diferença e desigualdade, em busca de “diferenças iguais”.

Ecologia entre as escalas ou trans-escalas: uma valorização do local como tal, situando-o fora da globalização hegemônica, “reglobalizar” pela globalização solidária e inclusiva.

Ecologia das produtividades: uma aceitação das novas experiências de produção e racionalidade produtiva, como as cooperativas, possibilitando as distribuições sociais.

Isto porque, não considerar outras formas de saber, de temporalidades, de reconhecimentos, de escalas e de produtividade, é perigoso socialmente porque, como observa Santos (2000a; 2001; 2002b; 2005a; 2006), faz ascender a um tipo de fascismo a que o autor chama social, e esse “fascismo social” priva as pessoas de expectativas. E os LDH, assim, não podem mais silenciar, às vezes acintosamente, os agentes sociais historicamente excluídos da História, sob o risco de contribuir para o agravamento do fascismo social. É preciso, portanto, repensar também a função social do LDH e não somente seu papel mercadológico transvertido de educacional.

Considerações Finais

Em síntese, pretendemos continuar e ampliar nosso tema de investigação de mestrado acerca do Livro Didático de História, fazendo uma Análise dos Discursos históricos sobre o processo de colonização do Brasil por Portugal a partir do século XVI, presente nos Livros Didáticos de História do Brasil utilizados hoje, à luz da teoria

pós-colonial, na linha desenvolvida por Santos. Com esta fundamentação teórica, pretendemos questionar a racionalidade ocidental que funda os Livros Didáticos, enquanto uma “razão indolente” contribuindo para uma “razão cosmopolita”.

Referência Bibliográfica

- ALTBACH, P.; KELLY, G. **Education and the Colonial Experience**. New Brunswick/New York: Transaction, 1982.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Entrevista a Bebedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- _____. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BITTENCOURT, C. **Livro Didático e Conhecimento Histórico**: uma história do saber escolar. 1993. 369 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. Disciplinas escolares: História e pesquisa. In: OLIVEIRA M. A. T.; RANZI, S. M. F. (orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil**: Contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 9-38.
- _____. As tradições Nacionais e o ritual das festas cívicas. In.: PINSKY, J.(Org). **O ensino de História e a criação do fato**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- BHABHA, Homi. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- _____. **A escrita da História**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.
- CARVALHO, L; CORDEIRO, J. **Brasil-Portugal nos circuitos do discurso pedagógico especializado (1920-1935)**, Cadernos Prestige, 9, Lisboa: Educa, 2002.
- CÉSAIRE, A. **Discourse on Colonialism**. New York: Barnes and Nobles, 1994.
- CHERVEL, A. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica, n. 2, 1990.
- CHOPPIN A. **Les manuales scolaires: histoire et actualité**. Paris: Hachette Éducation, 1992.
- DUBY, G.; LARDREAU, G. **Diálogos sobre a nova história**. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- FANON, F. **Black Skin, White Masks**. New York: Grove Press, 1967.
- _____. **Racismo e Cultura**. Lisboa: Sá da Costa, 1980.
- FERRO, M. **História das Colonizações: Das Conquistas às Independências**. Século XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Vol. I. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1995.
- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000a.
- _____. **Ditos e Escritos – Vol. II**: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000b.
- _____. **Ditos e Escritos – Vol. IV**: Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOODSON, I. **Historia del currículum**. Barcelona: Pomares-Corredor, 1998.

HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____.; e WOODWARD, K. (Org.). **Identidade e diferença**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1985.

HARDT, M; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBSBAWM, E. J. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LE GOFF, J. **A História Nova**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MARCON, F. N. Estudos pós-coloniais em reflexão. In: **Núcleo de Estudos sobre identidade e Relações Inter-étnicas** - NUER. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~nuer/artigos/estudosfrank.htm>. Acessado em: 01/02/2007.

MEMMI, A. **Retrato do Colonizado Precedido do Retrato do Colonizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MOREIRA, K. H. **Um mapeamento das pesquisas sobre o livro didático de história na região Sudeste: 1980 a 2000**. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras. UNESP-Araraquara. São Paulo, 2006.

NOVOA, A. **Tempos da Escola no espaço Portugal-Brasil-Moçambique: dez digressões sobre um programa de investigação**. In. **A difusão mundial da escola**. Lisboa: Educa, 2000, p. 121-141.

PRIGOGINE, I. **O Fim das Certezas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

QUAUSON, A. **Postcolonialism: theory, practice or process?** Osford: Polity Press, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SAID, E. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1988.

_____. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. 6. ed. Porto: Afrontamento, 1989.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Para uma Pedagogia do Conflito. In: SILVA, L. H. da et al. **Novos Mapas Culturais: Novas Perspectivas Educacionais**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1996.

_____. Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira. In. GALANO, A. M. et al. **Língua Mar**. Brasil: Fundação Nacional de Arte, 1997.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000a.

_____. Entre Prospero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In. RAMALHO, M. I. e RIBEIRO, B. **Entre ser e estar**. Porto: Afrontamento. 2000b.

_____. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. Porto: Afrontamento, 2001.

_____. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. Nuestra America: Reinventing a Subaltern Paradigm of Recognition and Redistribution. In.: LASH, S.; FEATHERSTONE, M. (Orgs.). **Recognition & Difference**. Londres: Sage, 2002b.

- _____. **Produzir para viver.** Os caminhos da produção não Capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.
- _____. **Reinventar la democracia. Reinventar el estado.** Buenos Aires: CLACSO, 2005a.
- _____. **Fórum Social Mundial:** manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005b.
- _____. **Gramática do Tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, B. S. (Org.). **Globalização:** fatalidade ou utopia? Porto: Afrontamento, 2001c.
- _____. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10: “ENSINO DE HISTÓRIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PESQUISAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM DISCUSSÃO” - III SIMPÓSIO INTERNACIONAL: CULTURA E IDENTIDADES- UFG.

Experiências nas Escolas Públicas de Porto Velho, no Ensino de História, dos Alunos Estagiários do Curso de História da Universidade Federal de Rondônia.

Lilian Maria Moser*

Resumo

O ensino de História tem sido arrolado em vários debates, simpósios e congressos como tema central devido sua representação em sala de aula, o que desafia o aluno e o professor. O desafio é travado na complexidade do entender o que é História e sua construção de tempo e espaço em que são buscadas novas estratégias e metodologias. Ensinar história hoje é construir junto com os alunos a própria história para que esta se aproxime mais do seu universo. Na visita às escolas públicas de ensino Fundamental e Médio, e no acompanhamento dos estagiários do Curso de História, nos deparamos com uma série de desafios que exigem do professor de História *novos objetos, novas abordagens e novas práticas*. Soraia Dutra (UFMG) afirma que é necessário proporcionar ao aluno o contato com vários documentos para possibilitar a compreensão da História como construção e não algo dado, a ser lido e memorizado pelo aluno.

Palavras Chaves: Ensino de História, Professor de História, Estagiário.

***Abstract:** The history's instruction has been discussed in several debates, symposiums and congresses as main theme because of its representation in classroom, what challenge the student and the teacher. The challenge is understand what the History is and its construction of time and space which are searched new strategies and methodologies. Nowadays, teaching history is build together with the classmates the own history to make it the nearest as possible to their universe. In the visit to the Public High Schools and in the accompaniment of the History Course's trainees, we fell in with lots of challenges which require of the history's teacher new objects, new approaches and new practices. Soraia Dutra (UFMG) affirms it's necessary to provide to the students the contact with several documents for allow the comprehension of the History as construction and not something gave, to be read and memorized for the classmate.*

Keywords: *The history's Instruction, history's instructor, trainee.*

1. Introdução

O Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia assumiu a disciplina Prática de Ensino II, que corresponde ao Estágio Supervisionado, há oito anos, e

*Lilian Maria Moser é licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal de Rondônia - UFRO, mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e doutora em Ciências Sócio Ambiental pelo Núcleo de NAEA/UFPA - Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará. Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia – UFRO.

vem coordenando o estágio do referido curso e orientando os seus estagiários nas escolas públicas da periferia da capital, município de Porto Velho.

Porto Velho localizado ao norte na divisa com o Estado do Amazonas, numa distância de Brasília de 2.589 quilômetros, abrange uma área de 34.209,5 quilômetros quadrados e conta atualmente com uma população de 400 mil habitantes, distribuídos na estimativa de 100 bairros e 18 distritos.

No setor educacional, a rede estadual, o município conta com 71 escolas, das quais 64 atendem a população urbana e 7 na zona rural. Na rede municipal são 184 escolas, das quais 144 atendem a população rural e 40 a população urbana. Na rede particular são em média 70 escolas atendendo desde o ensino infantil, ensino fundamental e médio na área urbana. No ensino superior, estão atuando, também na área urbana, entre cursos em caráter regular presencial e ensino a distância (EAD) 15 instituições superiores da rede particular e uma instituição pública, a Universidade Federal de Rondônia conta aproximadamente seis mil alunos e com uma oferta de 35 cursos.

Os acadêmicos do Curso de História, ao iniciarem o Curso de Graduação de História, em sua maioria, não atuam profissionalmente na sala de aula e iniciam o seu primeiro contato com os alunos do Ensino Fundamental e Médio, no estudo da disciplina de Didática, ou seja, no 5º período do curso, conforme a Grade Curricular. Nesta etapa eles são orientados para realizarem um levantamento da realidade física da escola, bem como do seu corpo docente e administrativo. Verificam os projetos sociais que a escola coordena e implementa e acompanham dentro de suas possibilidades um e outro projeto. A atuação direta em sala de aula se concretiza somente no final do curso de história, no 7º e 8º períodos. Nessa etapa os acadêmicos, agora estagiários, escolhem as escolas para estagiarem próximas à sua residência, que em sua maioria ficam localizadas na periferia da cidade, ou ainda por opção.

A prioridade da seleção das escolas localizadas na periferia pelos alunos e de acordo com o departamento de História vem dar importância ao lugar social onde a maioria da população mora, e proporciona uma maior compreensão do processo histórico que essa população enfrenta e também indica um novo olhar, novas perspectivas de análise e de interpretação dessa história, a história dos mais pobres. É estabelecido um novo olhar sobre

a realidade vivenciada em que o estagiário inicia uma releitura da história e do ensino de história¹.

Os estagiários realizam pesquisas nas escolas e na comunidade escolar e em seguida apresentam em caráter de seminários sobre as seguintes questões:

- A) O que é História? (A concepção que professores, alunos e funcionários têm sobre a História)
- B) A proposta curricular do ensino de História
- C) A Metodologia do ensino de História
- D) O livro didático: propostas, abordagens, ideologias
- E) História, Memória e Patrimônio Histórico
- F) O uso da tecnologia no ensino-aprendizagem em História
- G) Avaliação no ensino de História: procedimentos, desafios, sugestões, experiências.

Concluída essa etapa, os estagiários organizados em pequenos grupos de trabalho já integrados com os alunos e o professor titular e já estabelecido um vínculo de amizade e, sobretudo de compromisso, é o momento de preparar o projeto de estágio² em conjunto com o professor titular e sob a orientação da coordenadora do estágio do departamento de história que se desloca para acompanhar os alunos nas escolas selecionadas, que cada ano são em média de 12 a 15.

Em seguida os estagiários iniciam seus trabalhos diretamente com os alunos do ensino fundamental e na segunda fase com os alunos do ensino médio, em que cada estagiário trabalha sempre em conjunto com sua equipe, que o auxilia, quando necessário e também o avalia, no sentido de construir não um profissional perfeito, mas alguém que deseja construir em conjunto com os alunos e a comunidade escolar. O professor titular, que deseja também participa e avalia e se integra nesse processo de construção, tornando-se um colaborador e um referencial no Ensino de História.

Nesse processo do estágio, observa-se que se estabelece um elo de ligação e compromisso entre os alunos e os estagiários. Esses em sua maioria redescobrem o *sentido*

¹ Nikitiuk, Sônia, em seu trabalho sobre “Repensando o Ensino de História”, 2001, realiza um convite a repensar a construção da história, a concepção do ensino de história e as relações que são estabelecidas entre elas.

² Os temas podem ser correlacionados à história, à cidadania, ou outros e também interdisciplinar, conforme o projeto de trabalho organizado pelo professor titular, ou então os temas integrantes da grade curricular.

da História no que se refere ao ensino e pesquisa, bem como adquirem uma nova visão do educador.

Concluída essa trajetória é realizado um grande seminário em que os professores titulares participam e tem o espaço para avaliar a forma como o estágio é realizado, avaliar o ensino de história nas suas complexidades específicas e indicar sugestões. Essa etapa também é o momento do ex-aluno da instituição retornar e fazer uma avaliação do próprio curso de história, contar as suas experiências. Os estagiários, por sua vez, relatam o seu processo de construção do ensino de história. Torna-se, assim, um momento rico de *re-aprendizagem* entre os professores veteranos e estagiários.

Em seguida organizam o Relatório do Estágio em que são apresentadas as escolas na sua realidade sócio-política-econômica onde se encontram localizadas, são discutidos os projetos aplicados, relatadas experiências, avaliando-as, realizadas observações, discutidos temas e realidades que se apresentaram durante a realização do estágio e avaliando, sobretudo, como a História é concebida, vivenciada no espaço da sala de aula e que perspectivas aponta para o fazer-História. Em síntese, o estagiário com seu grupo de trabalho realiza sua avaliação individual e é avaliado também pelo próprio grupo. Momento em que um *feedback* é facultado sobre a História (enquanto curso), História (enquanto vivência) e História (enquanto ensino e pesquisa).

A seguir serão relatadas algumas concepções de história que foram discutidas e relatadas pelos estagiários na academia, colhidas através do trabalho com os alunos dos ensinos fundamental e médio e também com a comunidade escolar e experiências dos estagiários registrados em seu relatório final.

2. A História e suas concepções

O estágio parte do pressuposto do questionamento: *O que é História?* Essa questão nos remete ao início do curso de história, quando o professor realiza essa mesma pergunta aos seus alunos. Porém, neste momento o estagiário remete ao conjunto do ambiente escolar para verificar a construção do processo histórico. E aqui são elaboradas e reelaboradas várias respostas e que não são concluídas, pois o seu significado na sua maioria é simplificado e universalizado.

Em inúmeros casos, discentes e docentes concebem a História simplesmente como uma disciplina que trata das factuais e, portanto é decorativa, não necessitando de pesquisas, interpretação e *releitura*. Essa concepção de História fica vinculada somente aos livros e na base de encontrar e apresentar a verdade fugindo assim do seu significado. Conforme uma parte do relato de um estagiário, ao iniciar o seu Relatório do Estágio realizado em escola pública, localizada na periferia, Osnir Martins da Silva (2004:37), afirma que:

...A nossa intenção para esse momento não é pensarmos a História enquanto disciplina ou discussão acadêmica, mas caracteriza o ensino da história na escola pública, ou para um público leigo, e neste contexto se faz necessário estabelecermos o nosso ponto de partida.

O ponto de partida ao qual se refere, é olhar para a História que acontece na sua dialética, sem defender paradigmas cristalizados e universais, mas as *micro-histórias* que vão sendo construídas por inúmeras e diferentes pessoas.

Bloch (2002:54), ao se referir ao “objeto” da história, afirma que é “*o homem*”, ou melhor “*os homens*”, com seus anseios, situados em um *locus*, onde acontecem os fatos, os dramas, a cor e a poesia e o imaginário, pois a História não se compõe de uma acumulação de acontecimentos produzidos no passado, mas:

As lutas e os sonhos, as alegrias e as tristezas de uma pessoa ou grupo social fazem parte de sua história. Assim, o conjunto dos acontecimentos e experiências que ocorrem no dia-a-dia, tanto de uma pessoa quanto de um grupo, pode ser chamado de **história vivida...** (Osnir Martins da Silva (2004:39)

Observa-se ainda que a História na sala de aula, com os alunos, quer sejam do ensino fundamental ou médio, é apresentada de forma homogênea, com conceito universal, estática e arcaica onde se constitui mais uma disciplina da grade curricular com suas exigências de avaliação e resultados imediatos, totalmente desvinculados da vida dos seus alunos e de seu grupo social, na sua turminha, no seu linguajar, nas construções e desconstruções produzidas pelo simples fato de querer sobreviver.

Isaac Ronaltti S. da Costa (2006:43) em seu relatório fez a seguinte observação:

A História é estigmatizada, como a disciplina que estuda o passado. Este pensamento vem sendo fortalecido ao longo dos anos, através dos livros didáticos e dos currículos escolares. Ela é apresentada em forma positivista, factual, a famosa história dos heróis e acontecimentos, onde o aluno apenas tem que decorar.

Essa concepção de História encontrada no ambiente escolar, com toda a sua estrutura, não convida o aluno a perceber o seu mundo histórico, ou melhor, ter certeza de que ele é um ser histórico e que constrói uma história. E a história construída, relatada e que se encontra escrita nos livros foi primeiro vivida, experienciada e depois alguém escreveu para registrar e determinou a sua relevância. O que se encontra escrito é uma representação do fato em que o historiador mergulhou, analisou, interpretou e reescreveu. Portanto, eu não diria que o professor exerce “o ensinar história para os alunos”, mas é o estudar, reler e reencontrar a história com os alunos, em que juntos irão reinterpretar a história, fazendo relações e correlações com o presente do seu cotidiano.

Na opinião de Schaff (1995:271), a história não é uma imagem concluída, mas é uma interpretação de verdades fragmentadas, cumulativas, parciais e não absolutas. Sua objetividade é confirmada segundo as mutações da escrita da história. Portanto, a história tem necessidade de ser sempre reescrita, por não haver uma verdade histórica e objetiva, sendo o trabalho do historiador recomeçar a cada geração, que possui uma visão do processo histórico em função da emergência constante de efeitos novos dos acontecimentos passados, então a história é função dos interesses presentes e os historiadores nunca vêem os fatos com os olhos dos contemporâneos.

A história, enquanto disciplina escolar é organizada metodologicamente, com um conteúdo a ser cumprido, avaliações a serem realizadas cronologicamente e nota (valor) a ser atribuída com o objetivo de transmitir um conhecimento histórico ao aluno de forma sistematizada repetindo assim a ideologia política e hegemônica.

Xênia Barbosa (2004:s/nºp.) discute a questão do processo de homogeneização em relação a algumas práticas impostas aos alunos:

O papel confiado ao aluno é homogeneizador e chato. Vestir todos os dias uma roupa igual à de todos os outros alunos, tão diferentes dele. Sentar na mesma carteira, assistir todos os tempos de aulas, fazer anotações, estudar para provas, resolver os exercícios do livro ou os que os professores passam como lição e como se não bastasse, Ter que representar um interesse nas aulas, fazer intervenção, perguntas e não ficar conversando sobre assuntos que não fazem referência à aula, porque esse é o arquétipo do “bom aluno”.

A partir desse pressuposto na História o professor tem espaço em desempenhar um papel primordial com o aluno para que compreenda esse “modelo educador”, conforme Cleuson Pereira (2004:s/nºp.) na sua discussão sobre o ensino de história afirma que:

...o professor de história deverá desenvolver o senso crítico do aluno, tornando-o um sujeito ativo frente à realidade social, frente à própria história...

O ideal seria que o professor trabalhasse com a história a partir do tempo presente, no qual estamos inseridos, e relacionar esse tempo aos acontecimentos históricos, formando, assim, a idéia de tempo espiral, constituído por mudanças, permanências, continuidade, rupturas e conflitos.

Joyce Suellen Couceiro (2004:65) ao discorrer sobre o ensino de História afirma:

....A própria História jamais será pronta, e provavelmente sempre estará inacabada, o aluno e acima de tudo o professor tem de ter essa compreensão. O ensino de História deve trazer a sala de aula um espaço de críticas e associações entre passado, presente e futuro...

Maria José Akl (2004:100) faz-se a seguinte consideração:

Atualmente, o ensino de história leva em conta a leitura e interpretação, além da análise dos fatos. Para tanto, pode-se partir da história pronta, acabada, factual, ou da História em construção, em que as datas são importantes, mas a diferença é que neste tipo de história o aluno é o construtor. Ele vai ler, estudar e produzir novos conhecimentos. É a teoria que leva à prática e, a prática retornando à teoria. E o que Paulo Freire fez, foi acabar com os paradigmas fechados, mostrando que se pode dar aula em qualquer lugar, sem precisar de lousa e giz. Como professor, depende da concepção de mundo que tenho, como eu vejo a História, minha formação, minha metodologia, etc.

De acordo com Cabrini³, nessa reconstrução do sentido da História e suas formas de ensinar em sala de aula seria coerente e se justifica em afirmar que a história não se ensina, apenas se descortina, se abrem janelas da história, se redescobrem novos horizontes e perspectivas de interpretação e junto com os alunos reescrever a História, porque é dinâmica, é movimento, é pensada em suas transformações permanentes.

3. Da Teoria à Prática – Avaliando a Prática Docente no Estágio

O estágio é o espaço de treinamento em se realizar em concreto o *ensinar-aprender* história. Não é aperfeiçoamento ou capacitação, é um período para iniciar a construção da história com atores vivos, entre crianças, adolescentes, jovens a adultos e

³ CABRINI, Conceição, *ett all.*, em sua obra intitulada, **O Ensino de História, revisão urgente**, 1999, discutem sobre o que ensinar, como ensinar e porque ensinar História e os seus desafios encontrados em sala de aula. Realizam uma retrospectiva história sobre o ensino de História em décadas anteriores, relatam experiências realizadas em sala de aula e nos sugerem a repensar e reassumir a História em sua concepção e o seu ensino.

com eles descobrir esse espaço, onde um leque de situações são apresentadas, ou até acontecem de improviso para serem discutidas e vivenciadas.

Buriolla(1995:13), discute o estágio nas Ciências Sociais, em que aborda sua concepção e importância para os estagiários e professores, bem como dos alunos. Ressalta que é um espaço de discussão e um processo de ensino-aprendizagem e afirma que:

O estágio é o locus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente.

Durante o período do estágio, principalmente no contato com os alunos dos ensinos fundamental e médio, o estagiário “descobre” o seu lado profissional e se identifica com a área de ensino e começa a compreender a História de uma nova forma. Muitos deles afirmam que depois que iniciaram o contato com os alunos, onde vivenciam a realidade do cotidiano escolar, sentem-se impulsionados a assumir a profissão de educador e o próprio Curso de História tem um novo significado.

Selma dos Santos (2004:20) ao avaliar o seu estágio percebe que o ensinar história não é simplesmente passar o conteúdo para o aluno e exigir que ele apenas saiba para a prova:

...Descobrimos que a profissão pode ser muito gratificante para quem executá-la com a proposta de educar e construir um novo método de ensino aprendizagem, que deve ser executado com a contribuição da escola, família e Estado. ...Esta prática de Ensino II nos deu a oportunidade de observação e de regência, foi através dela que descobrimos os prazeres de ser professor. Em contrapartida, descobrimos que é uma profissão difícil, na qual só fica quem ama..

Liliane Sayonara (2004:22), membro do mesmo grupo de estágio da Selma dos Santos faz uma crítica ao Curso de História, que embora sua grade tem o objetivo de preparar o professor para atuar no ensino de História, é ainda muito teórico, limitando assim lidar concretamente com a realidade escolar e o que dificulta a atitude do profissional diante de uma realidade com a qual não teve muito contato, *acredito que, o melhor resultado dessa pesquisa não veio dos dados levantados, mas da experiência de sua aplicação e dos contatos necessários para isso, que possibilitaram uma vivência e maior conhecimento da realidade do ensino.*

E continua no seu relato:

A partir dela, pude perceber que a insegurança, o medo em encarar a sala de aula e outras tantas contradições, se apresentam como ansiedades naturais, podendo, inclusive, serem utilizados como ponto de partida da minha prática de transformação sócia. (Liliane Sayonara, 2004:23)

Atualmente, Liliane Sayonara é professora concursada no Estado e leciona desde o ano 2005 no ensino fundamental e médio numa escola da periferia da capital, onde iniciou suas atividades logo que concluiu o curso de história. Logo no início de suas atividades, no ensino de história, enfrentou muitos desafios com os alunos, em que ela necessitou apoio de nossa parte. Ela superou o medo e a insegurança e agora se tornou uma colaboradora e apoio aos outros estagiários e é respeitada pelos alunos e pela comunidade escolar, pois, a história que ela ensina ultrapassa a sala, trabalha com pequenos projetos de pesquisa em conjunto com seus alunos.

Outro relatório do grupo de estágio Erivaldo Trindade, Paulo Kleber e Thiago Tezzari, (2006:s/nºp.) realizaram o estágio em duas escolas públicas localizadas bem próximas ao centro da cidade, que pela população em geral, são consideradas as melhores dentre as escolas da rede pública, pelo fato de serem as primeiras instituições criadas em Porto Velho. É notório que a maioria dos alunos que frequentam estas escolas vêm dos bairros periféricos acreditando que o ensino dessas é superior às do seu bairro.

Esse mesmo grupo de estagiários atou numa escola municipal de ensino fundamental situada na zona rural de Porto Velho, em que Paulo Kleber, estagiário, já lecionava em caráter emergencial. Os alunos dessa escola são filhos de pescadores e sitiantes próximos a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, da Cachoeira do Morrinho, afluenta da Cachoeira do Teotônio (Rio Madeira) e da população do Lixão, denominada de Vila Princesa, que são os catadores de lixo.

Pelo fato dessa escola ser considerada problemática, pelos docentes e técnicos, o referido grupo implementou um projeto relacionado à história com atividades interdisciplinares, e nos relata experiências interessantes nas considerações finais do seu relatório:

Devemos ter sensibilidade de respeitar as diversidades dos muitos grupos sociais que convivemos dentro do nosso universo de ação, pois é desta diversidade que extraímos o amadurecimento ao longo do estágio, para proporcionar cada vez mais subsídios relevantes para uma reflexão positiva da nossa relação como acadêmicos e os diversos contextos a qual nos damos conta em que estamos vivendo. (Erivaldo Trindade, Paulo Kleber e Thiago Tezzari, 2006:s/nºp.).

Thiago Thezzari, que sempre estudou e atuou em colégio da rede particular, ao se deparar com as realidades tão carentes dessa escola rural se impressionou e afirma que essa experiência o ajudou a rever suas teorias e paradigmas já criados e olhar o mundo de outra forma e a perceber a História na sua diversidade.

Paulo Kleber relata que ao assumir as classes de alunos de 5^a a 8^a séries na citada escola rural, afirma que enfrentava o medo diariamente devido às atitudes dos alunos e principalmente pelos atos do corpo docente e técnico em relação aos alunos. Aos poucos foi percebendo que a pedagogia usada na escola era discriminatória e repressiva, humilhando os alunos e bem como os seus pais. Narra que foi se aproximando daquelas crianças e adolescentes e começou a dar um tratamento diferenciado proporcionando uma relação de confiança e amizade entre eles. Porém, no início foi criticado pelo corpo docente e administrativo da escola. E por isso ele conclui em seu relatório:

Ao entrarmos na sala de aula e olharmos nos olhos de nossos alunos, neste momento veremos que não podemos ser levianos em subestimá-los, tratá-los como menores ou tolos, neste momento sentiremos que escolhemos uma das mais difíceis missões que é de dar-mo-nos (Paulo Kleber,2006:s/nºp)

O que chama a atenção é o *dar-mo-nos*, em outras palavras, o doar-se, o entregar-se para que alguém cresça e possa redescobrir a sua individualidade e identidade, bem como buscar novas formas de viver e que tenha consciência de sua importância numa sociedade opressora e se sinta um *ser histórico* capaz de grandes transformações sociais.

Essa realidade experienciada por Paulo Kleber nos remete a Leonardo Boff (2006:17-19)⁴:

É o outro que faz emergir a ética em nós. Ele nos obriga a uma atitude ou de acolhida ou de rejeição. É aqui que surge a questão do bem e do mal. Quer dizer, daquilo que faz bem ou daquilo que faz mal ou outro.... (...) O ser humano, sim, porque ele tem um coração que sente a chaga do outro e sabe compadecer-se dele. Construimos o mundo a partir de laços afetivos. Esses laços tornam as pessoas e as situações preciosas, portadoras de valor e infinitamente adoráveis.

Esse discurso não tem a pretensão de uma *conversão* ou se investir de uma atitude piegas, simplesmente relata que é possível um novo olhar, uma releitura da situação e redescobrir novas estratégias de ser professor. Conforme Perrenoud⁵ apresenta:

⁴ BOFF, Leonardo. Na sua obra, **A Força da Ternura. Pensamentos para um mundo igualitário, solidário, pleno e amoroso**, interpela a discriminação e injustiças da sociedade em relação ao ser humano.

...Enfatizarei o que está mudando e, portanto, as competências que representam um horizonte do que um conhecimento consolidado. (Perrenoud,2002:12)

Nessa escola não realizamos somente o estágio, formamos mais outra equipe de trabalho para apoiarmos também ao nosso colega estagiário e realizarmos diferentes atividades, além da sala de aula. Todas as semanas íamos uma tarde e em outros dias quando os alunos solicitavam a nossa presença para assistirmos trabalhos preparados por eles, como a Feira de Cultura, orientados pelos professores ou ainda participarmos das atividades de recreação, como o futebol e vôlei.

A nossa chegada era uma “festa” para os alunos. Erivaldo Trindade, músico e compositor tocava violão e cantava para eles e com eles músicas regionais e outras a pedido deles. E nós também nos sentávamos com eles à mesa de refeição, pois para muitos às 15:30 horas era a hora do almoço e também da janta, e talvez fosse a primeira e a última refeição do dia, visto que, aqueles alunos que moram no Morrinho, saem de casa às nove horas para o início das aulas às 13:30 hs.

Essa integração entre os estagiários com os alunos, professores e demais funcionários da escola criou novas relações, humanizando o ambiente escolar e melhorando inclusive o nível de aprendizagem dos alunos e cuja experiência serviu para continuarmos com outros grupos de estagiários e voluntários formando assim uma atividade de extensão do departamento de história.

Faz parte do “ofício do historiador” (professor e pesquisador) a sensibilidade, o sonho, a realização no rigor da crítica e da análise no tratamento com as pessoas, com os fatos e também com os documentos. É preciso mergulhar na dura realidade histórica, conforme consta nas últimas linhas do mesmo relatório:

...Desta sensibilidade necessária ao professor é que surge a diversidade do ponto facilitador para desenvolver um bom entendimento da história equiparando a dinâmica aplicada no procedimento de ensino à realidade adequada a cada contexto onde estão sendo ministradas as aulas. (Erivaldo Trindade, Paulo Kleber e Thiago Tezzari, 2006:s/nºp.)

No entanto, é necessária a paixão pessoal e a competência, mas:

⁵ PERRENOUD, P. em **10 Novas Competências para Ensinar**, 2002, discute as situações de aprendizagem, a organização e administração da escola, bem como a utilização das novas tecnologias. Essas discussões nos remetem à uma discussão ao ensino de História.

A paixão pessoal não basta, se o professor não for capaz de estabelecer uma cumplicidade e uma solidariedade verossímeis na busca do conhecimento. Ele deve buscar com seus alunos, mesmo que esteja um pouco adiantado, renunciando a defender a imagem do professor “que sabe tudo”, aceitando mostrar suas próprias divagações e ignorâncias, não cedendo à tentação de interpretar a comédia do domínio, não colocando sempre o conhecimento ao lado da razão, da preparação do futuro e do êxito. (Perrenoud,2002:38)

No desejo de mudar, os professores se encontram numa estrutura educacional ainda conservadora e da forma que é organizada e idealizada muitas vezes provoca desafios, contradições e nega as possibilidades de mudanças e novas experiências para proporcionar transformações. Essa realidade é expressada numa avaliação de um estagiário que afirma o seguinte:

...Para todos os efeitos essa experiência serviu para confirmar aquilo que já era terrotizado e previsível em nosso processo formativo: tanto na universidade quanto à escola pública estão muito longe de alcançar aquilo que deveria ser o ideal. A tão almejada educação de qualidade está longe de se tornar realidade, ela continua sendo papel, documento, discurso, ideal, promessa, esperança. A velha estrutura de formação de ignorantes em nossa sociedade continua firme “tratorando” sonhos e devaneios de muita gente que lutam pelo fim dessa estrutura. A expressão mais forte de superação dessa ordem encontrada nas escolas a qual tive contato foi sem dúvida nenhuma a resistência, avaliada pelos grandes pensadores revolucionários como o primeiro grande passo necessário às transformações das coisas. Sem muito ou quase nenhum recurso, esses lutadores, semeadores de um novo mundo enfrentam as mais diversas intempéries do ensino, praticamente com as ferramentas naturais de sua própria existência: voz, expressão corporal ,sentimento-verdade, paixões, etc. (Carlos André Trindade de Oliveira, 2006:214-215)

Érica Fernanda dos Santos Afonso, ao avaliar e concluir seu relatório se refere a essa realidade:

A realidade do sistema educacional brasileiro é muito pior que aquela apresentada pelo Estado. São diversas as dificuldades enfrentadas por professores, alunos e os demais funcionários da escola. O estágio, o real momento de confrontar teoria e prática, observamos, que é muito difícil aplicar teorias como a de Piaget, que podem ser muito eficientes, porém, numa sociedade onde a educação não é valorizada e não existe uma preparação, tão pouco, uma conscientização tanto para professores quanto para alunos, essas “maravilhosas” teorias tornam-se inúteis, por não ser possível aplicá-las em sua plenitude, isso ocorre tanto em escolas públicas, quanto em escolas privadas. (Érica Fernanda dos Santos Afonso, 2006:53)

E Ednelza do Amaral Teixeira afirma:

Ser professora é uma profissão melancólica e exultante ao mesmo tempo, estar em contato com pessoas que esperam de você algo novo, que as façam parar o que estão fazendo, mesmo dentro da sala de aula, e prestar

atenção em você é muita responsabilidade e criatividade. (Ednelza do Amaral Teixeira, 2006:215)

Em meio a esses limites e contradições encontrados no sistema educacional e no cotidiano de sala de aula estão explicitados o desejo e propostas de uma re-construção para uma nova escola e para um novo modelo educacional, bem como, *re-cuperar* a figura do professor que acende a *tocha do conhecimento* no aluno, orienta, coordena e ajuda a produzir o conhecimento. E o professor de história é aquele que, conforme afirma outro relatório:

...E aqui entra o papel do educador ao lecionar história em produzir junto com seus alunos o conhecimento, mostra-lhes que esse conhecimento não está pronto e acabado, que estudar história não é simplesmente se apegar ao passado, que história é simplesmente o passado, mas que é presente, vivo e pulsante, que se produz nas pequenas comunidades, nas histórias das pessoas, que cada cidadão é participante de uma história maior, é que se constrói hoje a história que leremos amanhã. Somos todos agentes históricos. (Siméia de Oliveira Vaz, 2003:s/nºp.)

Dessa forma configura-se a sala de aula como o espaço de *construir* e *desconstruir* novos conceitos, novas representações e também novos referenciais. A sala de aula se torna um lugar dinâmico, um laboratório, onde aluno e professor aperfeiçoam o seu conhecimento., pois "Os alunos não querem ser um número em uma sala de aula que tem um número". (Perrenoud,2002:151)

Dentre as experiências relatadas, também gostaria de apresentar o resultado do estágio de Genilson Sousa da Silva (2004:s/nºp.) cuja temática estudada foi sobre o uso da tecnologia no ensino e especificamente no ensino de história. Os pressupostos que levaram a essa discussão foram baseadas no decorrer dos trabalhos realizados durante as etapas do estágio, das disciplinas de Prática de Ensino I e II, em que, nas escolas a problemática era a inclusão do computador nas escolas, que estavam numa sala específica e que era mantida fechada por falta de pessoas especializadas para operarem e por isso não utilizada no processo pedagógico de produção de conhecimento.

Paralelo a essa realidade, os adolescentes e jovens têm um acesso aos avanços tecnológicos e eletrônicos diariamente e chegando à escola, eles enfrentam a monotonia das aulas tradicionais, sem inovação desestimulando a criatividade e a vontade de estudar, pois, devido ao sistema de informação se produz uma rapidez em que as respostas são instantâneas, conforme os estudos discutidos por Moran, Masetto e Behrens (2003).

Esse mesmo estagiário, após colar grau em licenciatura em história realizou o curso de Bacharelado em História em que aprofundou sua pesquisa nessa temática e apresentou a monografia em 2006, intitulada *O Ensino de História no século XXI – Ensinar com as tecnologias Educacionais no Ensino de Fundamental e Médio nas Escolas Públicas em Porto Velho*, afirma:

A Prática do ensino de história, que predomina nas escolas de ensino fundamental e médio, se ainda se apresenta como conservadora e autoritária, e tem o professor como o centro monopolizador do poder e do conhecimento a ser produzido. Não estando esses profissionais abertos às novas possibilidades de produzir um ensino reflexivo e críticos, todavia, não podemos crucificá-los por isto. Pois as instituições não oferecem meios para que estes profissionais venham desenvolver projetos que desenvolvam aulas dinâmicas, utilizando os recursos pedagógicos disponíveis e as tecnologias educacionais.⁶

Essa pesquisa apresenta as constantes mudanças que o campo da educação está sujeito, em que ela apresenta caminhos para transformar a sociedade, os desafios diversos que deverão ser enfrentados para proporcionar um ensino e uma educação com qualidade. E no que se refere à História, seu ensino suscita uma busca e interação com os novos Sistemas de Informação.

4. Considerações Finais

Após vários anos de estudo, pesquisas e acompanhamento dos estagiários nas inúmeras escolas públicas nos leva a constatar que o estágio continua sendo um espaço de discussão e de um aprendizado entre estagiários e professores titulares da disciplina de História, oportuniza a refletir sobre o Ensino de História e às mudanças exigidas na prática docente do seu cotidiano na realidade mais adversa, é um período de experiência para um amadurecimento intelectual, conhecer concretamente a realidade do sistema educacional e nele redescobrir a função do ser educador, que não é somente ensinar, “é ajudar a integrar todas dimensões da vida, a encontrar nosso caminho intelectual, emocional, profissional, que nos realize e que contribua para modificar a sociedade que temos.” (Moran,2003:12).

⁶ Genilson Sousa da Silva. Monografia apresentada ao Departamento de História da universidade Federal de Rondônia, 2006:77.

A práxis do estágio proporciona uma retomada do próprio Curso de História, em suas estruturas de licenciatura e de bacharelado, redefine pesquisas e práticas, aponta para uma renovação no próprio curso e a construir um novo Historiador.

5. Referências Bibliográficas

- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro. Zahar Ed. 2001.
- BOFF, Leonardo. **A Força da Ternura**. Petrópolis. RJ. Ed.Sextante, 2006.
- BITTENCOURT, Circe (org.) **O Saber Histórico na Sala de Aula**. SP. Contexto. 2001
- BURIOLLA, Marta F. **O Estágio Supervisionado**. SP. Ed. Cortez, 1995.
- CABRINI, Conceição. **O Ensino de História.Revisão Urgente**. SP. Brasiliense,1999
- FARIA, Ricardo Moura. **História para o Ensino Médio**. SP. Lê,1999
- FELTRAN, Antonio e LOPES, Antonia. **Técnicas de Ensino: Por que não?** 9ªed. SP.1999.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. 3ª ed. SP. Papirus.1995
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 6ª ed. São Paulo.2000.
- LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – História e Geografia**
- MORAN, MASSETO e BEHRENS. **Novas Tecnologias e mediação Pedagógica**. 7ª ed. São Paulo, 2003.
- MOREIRA, M. **Pesquisa em Ensino Médio**. São Paulo,1990.
- NIKITIUK, Sônia. **Repensando o Ensino de História**. São Paulo, Cortez,1996.
- PENTEADO, Heloísa D. (org.). **Pedagogia da Comunicação. Teorias e Práticas**. 2ª ed. São Paulo. Cortez Ed. 2001
- PERRENOUD, P. **Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre, Ed. Artmed, 2000.
- PINSKI, Jaime (org.). **O Ensino de História e a Criação do Fato**. São Paulo, Contexto, 2006.
- ROSA, Dalva E.G. e SOUZA, Vanilton C. (org.). **Didática e Práticas de Ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.
- REIS, José Carlos. **História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. Rio de Janeiro. FGV. Edit.2003.
- SCHAFF, Adam, **História e Verdade**, Tradução: Maria Paula Duarte, São Paulo – SP, Martins Fontes, 1995.
- VALE, Ana Maria do. **Educação Popular na Escola Pública**. 4ª ed. São Paulo. Cortez Ed. 2001.

Fontes Primárias:

Relatórios de Estágio Supervisionado, apresentados ao Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia – UFRO, pelos alunos do Curso de História:

- Siméia de Oliveira Vaz, 2003
- Cleuson Pereira, 2004

- Genilson Sousa da Silva,2004
- Joyce Suellen Couceiro ,2004
- Liliane Sayonara, 2004
- Maria José Akl, 2004
- Osnir Martins da Silva, 2004
- Selma dos Santos, 2004
- Xênia Barbosa ,2004
- Carlos André Trindade de Oliveira, Agosto/2006
- Ednelza do Amaral Teixeira, Agosto/2006
- Erivaldo Trindade, Agosto/2006
- Paulo Kleber, Agosto/2006
- Thiago Tezzari, Agosto/2006
- Érica Fernanda dos Santos Afonso, Dezembro/2006
- Isaac Ronalitti S. da Costa, Dezembro/2006

SIMPÓSIO TEMÁTICO 03: "BIOGRAFIA E MICRO-HISTÓRIA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DOS ESTUDOS DE CASO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA" - III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: CULTURA E IDENTIDADES - UFG

O Estudo do Meio Ambiente na Perspectiva da História.

Lilian Maria Moser*

RESUMO:

A História, em sua tradição, se ocupava dos “grandes construtores” e fatos considerados imprescindíveis para a formação do processo civilizatório das sociedades. Sua abordagem, desvinculada do contexto sócio-político e econômico, não contemplava o ser humano inserido nesse ambiente bio-diverso. Hoje o olhar da História está articulado com o meio ambiente, ecologia, e desenvolvimento sustentável na interdisciplinaridade, focada na geografia humana e nas ciências sociais. O historiador, entre a geografia e outras ciências relacionadas ao meio-ambiente procura identificar o conjunto de meios, estratégias que o homem ou grupos sociais possam aplicar para que sua vida adquira qualidade e sustentabilidade. (Linhares 1994). Na região amazônica é urgente a História iniciar essa reflexão, pois sua biodiversidade já justifica seu estudo e pesquisa. É preciso pensar a História a partir da Amazônia!

Palavras chaves: História, Meio Ambiente, Amazônia.

***Abstract:** The history's object of study, traditionally, was the “big constructors” and facts considered essential for the formation of the process of the societies' civilization. Its approach, separated by the context politic-social and economic, didn't aboard the human in this bio-diversity. Nowadays, the look of the History is articulated with the environment, ecology and sustainable development, based in the human geography and social sciences. The historian, between the geography and others sciences related to the environment look for identify the ways, strategies which the man or social groups can apply for their life gets quality and sustainable development. (Linhares 1994). In the region Amazonic, the History needs to begin this reflexion, because its bio-diversity already justifies its study and research. It's necessary to think the History based on the Amazonia!*

Keywords: History, Environment, Amazonia.

1. Introdução

O estudo sobre o Meio Ambiente tem intensificado as diversas áreas da ciência, em que pesquisadores de vários países realizam pesquisas para analisar os desastres e as controvérsias ambientais e corroborar na busca da sustentabilidade. Nesse contexto a Amazônia ocupa um lugar de destaque devido a aceleração dos grandes projetos econômicos que foram implantados sob a ótica do desenvolvimento.

Dentre desses projetos, estão relacionadas as conseqüências desastrosas como a expansão da geração de hidrelétricas, cujos reservatórios inundaram áreas de populações tradicionais e biomas de alta diversidade biológica, a expansão de projetos agrícolas projetadas no modelo do “quadrado burro”¹ estimularam o desmatamento desenfreado e à degradação do solo, enquanto minas e madeireiros invadiam e se erradicavam em reservas indígenas e biológicas e a política dos incentivos para a empresa pecuária, de caráter homogênea, ocupou grandes extensões de terra, formando o latifúndio em algumas áreas da região amazônica, que segundo os estudos de Francisco de Assis Costa (2000:79)² não proporcionou um desenvolvimento econômico equilibrado e socialmente justo.

Ao nível mundial, em meio a perigos químicos e nucleares, a Amazônia emergiu como um lugar de destaque, provocando reações internacionais, suscitando movimentos sociais em defesa do meio ambiente e provocando a urgência de políticas públicas que implementassem programas de controle ambiental.

Essa e outras temáticas começaram a ser estudadas também pela História, articuladas de forma interdisciplinar com outras ciências, como a geografia e as ciências sociais, em que o historiador procura explicar fatos, as mudanças sociais que o homem e os grupos sociais operam localizados em um espaço, tempo e lugar; ao geógrafo estudar as relações que o homem estabelece com o seu meio físico e o cientista social procurar identificar o conjunto de meios e estratégias que o homem ou grupos sociais aplicam ou podem aplicar para que sua vida adquira qualidade e sustentabilidade.

Muitas são as pesquisas sobre as questões emergentes, porém, ainda a História apresenta dicotomias ao tratar do seu ponto de partida, do seu foco central, isto é, pensar e

* Lilian Maria Moser é licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal de Rondônia - UFRO, mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e doutora em Ciências Sócio Ambiental pelo Núcleo de NAEA/UFPA - Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará. Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia – UFRO.

¹ COSTA, Francisco de Assis, **Formação Agropecuária da Amazônia. Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável**, 2000; ao analisar a colonização na Amazônia, especificamente em Rondônia, denomina de “quadrado burro” devido os lotes de terra serem divididos em linha reta, padronizando-os, sem dimensionar as variações do solo.

² Costa afirma que a política de incentivos à formação da empresa agropecuária na Amazônia, quanto à concentração dos meios de produção social, territorializou frações do capital urbano, no que tange às frações em maior escala do capital total do país, a formação do latifúndio na Amazônia traz características históricas da formação do capitalismo brasileiro no início da industrialização brasileira, vinculado ao setor agrário e gradativa capitalização da região amazônica.

fazer História a partir da sua realidade e do seu contexto vital e, no nosso caso a partir da Amazônia.

2. A Dimensão Histórica a Respeito do Meio Ambiente

As discussões sobre as idéias ecológicas já vem sendo conduzidas desde o século XIX, ou até antes, cuja discussão tem se acirrado depois da II Guerra Mundial, entre os anos 50 e 60, sobre as questões ambientais e o *ethos* ecológico, em que inúmeras pesquisas apontam para novos valores ecológicos, na opinião de LEIS E D'AMATO, *in*, CAVALCANTI (2003,77-103).

Sobre o desenvolvimento agrícola, associadas às preocupações ecológicas bem como o cuidado com o meio ambiente, teve início em Estocolmo no ano de 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o *Meio Ambiente Humano*, cuja *segurança ecológica* passou a ocupar o quarto lugar no conjunto das prioridades das Nações Unidas. Até então, a discussão do crescimento econômico estava desvinculado do meio ambiente, corroborando com os modelos tradicionais de desenvolvimento que poderiam esgotar os recursos naturais, até o ponto de por em risco a vida de todo o planeta (GADOTTI,2003).

Relacionado às questões ambientais, na mesma época foi publicado o estudo do Clube de Roma intitulado *Os Limites do Crescimento*, cujo teor centralizava-se sobre o *Ambiente Humano*. Conhecida também como *Declaração de Estocolmo*, defendia o direito fundamental “à vida num ambiente sadio e não degradado.

Desde o ano de 1980, após o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) ter publicado o documento intitulado “Uma estratégia mundial para a conservação” em que criticava o modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados vem se construindo o conceito de desenvolvimento sustentável. Em 1987 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como “Comissão de Brundtland” ou o “Nosso Futuro Comum”, recomendou a formulação de um novo documento como uma declaração universal enfatizando a proteção ambiental e a adoção de princípios para um novo tipo de desenvolvimento sustentável (Gadotti,2003).

O relatório objetivou enfatizar criticamente a incompatibilidade crônica entre um desenvolvimento que se pretendia obedecer aos padrões de sustentabilidade e os modelos

de consumo cristalizados nas populações e amparados pelo modelo de consumo capitalista. Adicionalmente, definiu *desenvolvimento sustentável* como sendo aquele que *atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades*, estando aí implícitos uma gama de valores éticos, de compromisso e de responsabilidade social (CMMAD,1991:46).

2.1 - Amazônia 21.

Sobre desenvolvimento sustentável e ambientalismo, a Amazônia ocupa um capítulo particular em HURTIENNE (1994), que analisa o significado da Amazônia para a sociedade global a partir daí, e tece uma análise abordando os diversos significados agrupados em duas dimensões opostas à *econômica e à ecológica*. Afirmar que na dimensão econômica há um *espaço* com possibilidade de acumular capital e *uma possibilidade real de co-evolução entre ecossistemas e sistemas sociais*, referindo-se aos abismos e as contradições que se teciam entre o modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia com o ideal da sustentabilidade, porque as conseqüências do desenvolvimento implantado, balizado pela globalização, estavam num processo degradante, no que tange ao equilíbrio ecológico, à racionalidade de uso dos recursos naturais, ao respeito às culturas tradicionais, à justiça social e à equidade econômica.

A realidade a que Hurtienne se refere nos anos 90 foi apresentada em meados dos anos 80, no Seminário sobre Amazônia (HEBETTE,1986), realizado em Brasília, organizado pelo Secretariado Nacional do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, com a participação de representantes do Movimento Indígena, líderes de igrejas e missionários, onde foram elencados os “grandes temas” que se reportavam ao modelo de desenvolvimento implantado pelo Governo Federal, destacando os seguintes pontos:

- Os grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia: 1º Plano de Desenvolvimento, programa energético, hidrelétricas, Projeto Carajás, Polonoroeste;
- A estrutura fundiária, colonização, empresas agropecuárias, conflitos de terra;
- Os projetos das empresas mineradoras multinacionais;
- Os bancos multilaterais e grandes projetos de desenvolvimento;

- Os projetos extrativistas.

Afirma ainda, que devido ao modelo econômico modernizador, a Amazônia revela uma crise em um conjunto de interfaces: nela se revela a impossibilidade de combinar uma transformação dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável economicamente, restando aparentemente só a visão de que

(...) a Amazônia como reserva biológica, isto é até certo ponto, o interesse do governo alemão, dos americanos, das agências internacionais de um modo geral, que depois de muitas tentativas de tomar a Amazônia como última fronteira, hoje em dia não vêem mais como última fronteira, mas como uma das últimas reservas biológicas... (HURTIENNE,1994:158)

Trata-se na perspectiva de uma visão unilateral, posição de “defesa” e “interesse” da sociedade global de preservar a Floresta Amazônica, porque a Amazônia não foi concebida e valorizada no seu contexto de biodiversidade e como sacrário de riquezas naturais, mas sim como unidade que hoje se desfalece.

A proposta da Agenda 21 para a Amazônia objetiva reverter o processo de degradação que não consiste na implantação de inúmeros projetos com estritos objetivos econômicos, de exploração e de *retalhamento*³ da fronteira nas diversas esferas, tudo corroborando pelas políticas públicas, cujo objetivo primeiro da Agenda local, é redimensionar o significado da Amazônia em seu contexto de riquezas naturais e riquezas culturais e assim valorizá-los em sua complexidade, de forma que a sustentabilidade não seja apenas um programa e um objetivo a ser atingido, mas um processo contínuo em que políticas públicas, projetos e outras inovações convergem para um desenvolvimento sustentável, essência de uma sociedade sustentável.

2.2 - A Carta da Terra

A Carta da Terra, resulta da Eco 92 ou Rio 92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced), no período de 03 a 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, também denominada “Cúpula da Terra”, representou o maior encontro internacional de cúpula de todos os tempos, em que diversos temas foram

discutidos, desde o arsenal nuclear até a questão de discriminação e do racismo. Nela foi elaborada a Agenda Ambiental, denominada Agenda 21 (GADOTTI,2002:19-30).

Paralelo a essa Conferência, patrocinada pela ONU, ocorreu o Fórum Global 92, promovido pelas entidades da sociedade civil. Participaram do Fórum mais de 10.000 representantes de organizações não-governamentais (ONG's) do mundo, cujo evento englobou, entre outros, encontros de mulheres, crianças, jovens e índios.

No teor desse Fórum foi elaborada a primeira minuta da “Carta da Terra” que conclamava a todos os participantes se voltarem ao conjunto das necessidades básicas de sobrevivência. Após cinco anos da Eco 92, a Rio+5, um novo fórum de organizações governamentais e não governamentais avaliou os tratados assinados no Fórum de 92, onde concluíram os progressos, limites e desafios da Agenda 21 e na ocasião foi aprovada uma nova redação da Carta da Terra.

Na análise de Gadotti, a Carta da Terra foi elaborada devido à complexidade da problemática que o modelo de desenvolvimento vem operando deixando rastros “sem volta” de degradação, alterando o *habitat* das populações tradicionais e a vida das populações da área rural:

Baseada em princípios e valores fundamentais, que deverão nortear pessoas e Estados no que se refere ao desenvolvimento sustentável, a Carta da Terra servirá como um código ético planetário, será equivalente à Declaração Universal dos Direitos do Homem no que concerne à sustentabilidade, à equidade e à justiça. (GADOTTI,2002:26)

Fundamentar-se-ia, nessa perspectiva, na ética, inspirando-se em uma variedade de fontes de cunho científico, religioso, filosófico e literárias para contemplar a problemática de todos os povos e representar um processo de aprendizagem local, regional, nacional e internacional conectadas a uma visão de futuro, onde novas relações são estabelecidas entre os seres humanos e o Planeta Terra.

Assim observada, continua o autor, a Carta da Terra, constituiria um código de ética global por um desenvolvimento sustentável, tendo por objetivo mudar atitudes, valores e estilos de vida, envolvendo assim, três princípios interdependentes: “...os valores que regem a vida dos indivíduos, a comunidade de interesses entre Estados e a definição dos princípios de um desenvolvimento sustentável”.

³ *Retalhamento* no sentido das disputas pelas riquezas naturais e o espaço entendido como “última fronteira” a

Em 2001, na 4ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – OMC, realizada em Doha, Qatar e os países em desenvolvimento em conjunto com as ONGs, apresentaram uma proposta em relação à agricultura, contrapondo o *Acordo sobre Agricultura* realizado em 1994, no Uruguai, quando foi criada a OMC, cujo acordo visava uma agricultura unicamente pela “ótica da liberalização comercial”, cujas regras impostas pelos Estados Unidos e pela União Européia asseguravam a proteção das suas agriculturas ao mesmo tempo em que exigiam a liberalização do comércio pelos países em desenvolvimento (LE ROY,2002).

A “reforma” apresentada pela OMC em conjunto com as ONGs pautam as questões fundamentais para resgatar a agricultura produtivista, centralizada na agricultura familiar, para reduzir a pobreza, manter a segurança alimentar e preservar o meio ambiente, sem enfatizar a exportação, consistindo na: proteção dos agricultores mais pobres e dos surtos de importação de produtos alimentares baratos e subsidiados, proteção e fortalecimento na produção dos alimentos básicos pelos países em desenvolvimento, manutenção e ampliação de empregos existentes e as oportunidades de melhoria das condições de vida no âmbito rural e promover um melhor escoamento da produção excedente do país.

3. O Olhar da História sobre as Questões Ambientais

Essas discussões e movimentos de idéias nem sempre faziam parte do universo historiográfico, em que o historiador não ampliou sua pesquisa histórica, relacionando-a aos aspectos ambientais. No entanto, a História Social deu espaço e importância aos saberes e culturas variadas, que criam, recriam e transformam com a utilização da tecnologia, aspectos da natureza nas suas mais diversas esferas. Nessa temática iniciaram-se pesquisas relacionadas à etno-história, enfatizando culturas tradicionais e onde a regionalidade começou a ter o seu lugar na História.

Observamos que nas décadas de 1930 a 1940 a historiografia expandiu-se consideravelmente nas pesquisas de caráter social, onde destacam-se Labrousse, Baerhel e Duby, (DOUSSE,1992).

É imprescindível no trabalho do historiador, a observação geográfica e das sociedades agrárias. Mas ele deve, sobretudo, perceber as discontinuidades e as mudanças bruscas que dizem respeito a conjuntos socio-econômicos maiores e mais complexos. Seguindo o que propõe a Nova História⁴ à pesquisa historiográfica, interessam não somente os fatos históricos, importa se debruçar também sobre o contexto das atividades humanas contemporâneas relacionadas a um passado que precisa ser reconstruído e identificado, para dar a ele novos significados. Nessa perspectiva se incorpora a discussão sobre as questões ambientais, os impactos culturais resultantes das “conquistas e invasões” de outros povos e desenvolvimento sustentável. A história, nesse esforço, se coloca, não como um juiz a julgar os sujeitos e objetos que causaram a degradação ambiental, buscará na interdisciplinaridade, com auxílio de “outras ciências”, observar como o passado condicionou as posturas presentes nessa questão e como as atitudes hodiernas orientarão, historicamente, a conformação do devir, e, enquanto disciplina, nesses pressupostos, estabelece relações do contexto histórico com o meio ambiente.

BLOCH (2001), realizou uma história rural. Através de suas pesquisas analisou o modo de vida nas propriedades rurais, remontou o modo de uso das terras, a organização do espaço de pastagens, as relações de controle que eram estabelecidas nos cercamentos, os impactos da revolução agrícola e a reorganização da sociedade rural.

E definiu aldeia, enfatizando as principais características:

Assim, a aldeia deve ser estudada do ponto de vista de sua colonização, de sua situação geográfica, de sua economia (culturas, formas dos campos que a circundam, caminhos e estradas que a servem, trocas comerciais, etc.), de seu regime jurídico (sua inserção na senhoria e de suas relações com o senhor durante toda a Idade Média e nos tempos modernos e, em primeiríssimo lugar, do estudo dos grupos sociais que a compõem. (BLOCH,2001:176)

Nota-se em sua definição, o olhar não somente sobre a questão social do grupo, mas o situa geograficamente (sua relação com o ambiente), em sua fonte de sobrevivência e sua organização. Enfim, articula historicamente o grupo humano, cultura e meio ambiente.

⁴ LE GOFF, Jacques, BLOCH, Marc, FEBVRE, Lucien, DUBY, Georges, BRAUDEL, Fernand e LADURIE, são responsáveis por uma nova discussão historiográfica, onde se abre o leque de várias linhas de pesquisa, combatendo assim a história factual dando ênfase à interdisciplinaridade, e nesses pressupostos se enquadra o estudo do meio ambiente.

Após alguns anos da fundação dos *Annales*, precisamente no período entre-guerras, Marc Bloch publicou três obras referenciando-se aos camponeses: O caráter primordial da história rural francesa; “A sociedade feudal” (trata da feudalidade e a nobreza) e sobre as relações que se estabeleceram entre a realeza e a religião, denominada de “Os reis taumaturgos”. (BLOCH,2001:18)

Le Roy Ladurie, no prefácio da obra de Marc Bloch, cujos textos foram reunidos e apresentados por Étienne Bloch, apresenta os detalhes nas aulas de Bloch com seus alunos:

O ruralismo desse historiador, em Estrasburgo, afirmava-se ainda de um outra maneira: ele tinha o hábito, de fato, de acompanhar seus alunos alsacianos ao longo de passeios geográficos; ele lhes mostrava, o *openfield* alsaciano, com suas pequenas parcelas em forma de teclas de piano, enquanto parte integrante do imenso *openfield* centro-europeu e europeu oriental, estendendo-se da Alemanha até a bacia de Paris; e outrora até a Inglaterra. (BLOCH, 2001:18)

O que é relevante em Marc Bloch é a sua preocupação em situar o historiador a observar o meio em que o grupo humano realiza e vivencia a história, relatando os detalhes do seu contexto.

Em síntese a Escola dos Annales contribui para a renovação da historiografia, proporcionando novas perspectivas para uma reconstrução e refletir a história, na complexidade e diversidade dos contextos, das descontinuidades e dos contratempos.

A historiografia brasileira, no período colonial, em relação às populações, centraliza sua pesquisa nas formas de escravização dos índios e dos negros africanos, de questões culturais, da pomposidade da casa-grande e da miséria e dor da senzala, deixando lacunas do *modus vivendi* em relação à natureza.

No século XIX, Varnhagen, Capistrano de Abreu e outros historiadores, ligados ao Instituto Geográfico Brasileiro, realizaram pesquisas sobre tema de História do Brasil, utilizando-se documentos de arquivos nacionais e estrangeiros. Essa documentação, pela suas descrições referentes às plantas, animais e índios ajudou a consolidar os estereótipos e imagens formadas ainda pelos cronistas-informantes, entre jesuítas e leigos, no período de 1550 a 1580, (FREITAS,1998).

Observa-se no trabalho historiográfico uma lacuna do agir da colonização portuguesa em relação ao meio ambiente. A natureza (plantas e animais) representam o fantástico da criação, as maravilhas do Criador, a concretização do Paraíso, descrito e analisado por Sérgio Buarque de Holanda. Na mesma época, entre os anos 30 e 50, temos

também Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Raymundo Faoro, Antônio Cândido de Mello e Souza reescrevem a história do Brasil descortinando os velhos paradigmas da história dos heróis e dos malandros, dando uma nova ênfase, nos aspectos, sociais, econômicos, nas relações humanas e análises literárias (ARRUDA e TENGARRINHA, 1999).

Enfim, a trajetória da história do Brasil é construída nos parâmetros, políticos, econômicos, sociais e culturais. E na história contemporânea brasileira, configuram-se os diversos segmentos e questões sociais: a mulher, o índio, a negritude, a infância, a terra e tantos outros, dependendo do olhar e das escolhas do historiador. Apesar de não terem discutido o meio ambiente, os autores acima permitem pensar essa problemática (muitas vezes descreveram o meio ambiente).

4. O Olhar da História sobre o Meio Ambiente na Amazônia

Os relatos dos viajantes e cronistas contribuíram para uma construção contraditória sobre a Amazônia. Neide Gondim⁵ analisou os mitos criados a partir do fantástico mundo amazônico, ora apresentado com a exuberância da beleza e outras vezes com a grandiosidade que amedrontava:

Por todo o lado abundavam as gigantescas sapopemas, os altos troncos estriados, as curiosas palmeiras e os elegantes fetos arbórescentes. Esta descrição poderia levar alguns leitores a pensar que nossa caminhada pela floresta deve ter interessantíssima e agradável. Ledo engano! Havia também o lado negativo: as duas raízes que formavam cristais ao longo da trilha, os atoleiros e lamaçais que se alternavam com os trechos recobertos de pontiagudos seixos de quartzo ou de folhas apodrecidas, etc...(...) Os índios preferiam andar despidos. Os que tinham roupas, enrolavam-nas em torno da cabeça. Seus olhares irônicos revelavam sua desaprovação pelos meus trajes, inúteis e incômodos numa excursão florestal. (GONDIM,2004:136)

O imaginário criado a partir dessa visão de *Paraíso Terrestre*⁶ da Amazônia contribuiu também para a formação da hegemonia do Estado e em investir e implementar

⁵ GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**.1994. Obra literária em que descreve e analisa a partir dos relatos de viajantes as impressões que eles e os colonizadores tiveram ao chegarem pela primeira vez na Amazônia, constitui pressupostos para uma discussão de História e Meio Ambiente.

⁶ HOLANDA, Sérgio B. de, 1979. **Visão do Paraíso e GONDIM, Neide,2004** (op.cit.) a partir de suas pesquisas, ao afirmarem que no período das Grandes Navegações para o Mundo Novo, a América, os europeus acreditavam que a América seria a representação do Paraíso Terrestre, pelas terras disponíveis e pela

projetos que viessem a formar a sua homogeneização. Prova dessa situação está expressa, ainda atualmente, nos dizeres populares da região: *o Eldorado, a Terra Farta, a Terra onde corre Leite e Mel, a Terra Prometida*.

Assim, desde os séculos XVII e XVIII, o *empreendimento* da colonização com objetivos de *integração* na Amazônia, foi projetado na perspectiva da cultura ocidental, com a visão do colonizador que parte da Europa e se instala na Amazônia com a *missão* de civilizar as populações aqui existentes, impondo um novo modelo econômico, cultural e social, porém inadequado à realidade.

Essa *integração* foi revestida com a ilusão do belo e do fantástico no imaginário do europeu, elucidado na literatura e nos relatos dos viajantes encontram-se registradas algumas das manifestações e impressões sobre a (cri)ação da Amazônia que ora era de encanto com a grandiosidade do verde e colorido e ora de susto com o mistério dessa natureza.

É o *Paraíso Perdido*, segundo o Historiador Sérgio Buarque de Holanda no seu trabalho sobre o Brasil Colônia (HOLANDA, 1979). No interior desse *Paraíso* encontra-se a contradição: do belo e o incerto, da riqueza e a pobreza, da grandiosidade e do limite da própria natureza.

A produção historiográfica do período colonial da Amazônia parte desses pressupostos, resultando numa história factual e muitas vezes dicotômica por falta de fontes documentais contendo dados fundamentados:

O silêncio dos cronistas e o desabafo dos arquivos impedem que se conheça o nome desses pioneiros destemidos. Sabe-se, contudo, que subindo o Amazonas reconheceram, mais demoradamente que Teixeira, certos rios da bacia, adiantando-se até o Solimões (REIS, 1989:65).

A natureza da Amazônia, na História, é reproduzida e representada como bela e fantástica, porém inóspita, entendida como *selva* e inimiga do ser humano. Porém, quem nela habita também é considerado *selvagem*, se referindo às populações indígenas, conforme o relato de Artur César Reis:

A exploração e conseqüente ocupação da bacia amazônica continuou, sem cessar, pelo século XVIII. Os sertanistas do Pará e do Maranhão, exibindo provas de uma coragem, de uma resistência admiráveis,

grande fartura que a floresta oferecia, no que tange a enorme variedade de recursos naturais, apontam elementos de discussão do Meio Ambiente na História.

prosseguiram na penetração, atingindo os pontos mais distantes do território que foram incorporando ao domínio português. Galgaram cachoeiras, lutaram contra a aspereza do clima, batalharam contra o indígena. Venceram quase sempre. Foram os protagonistas de um drama sensacional. Revelaram que àqueles dias já estava formada uma gente enérgica, capaz dos maiores cometimentos....(REIS,1989:220)

A natureza toda, flora, fauna e floresta com tudo o que habita e nela contém foi considerado desde o período colonial uma barreira para ser enfrentada, desbravada e domada para servir à civilização emergente para explorá-la e torná-la economicamente viável à uma economia mercantilista colhendo as *drogas do sertão*, nos séculos XVII ao XIX e no início do século XX a *hevea brasiliensis* para servir o capital internacional, (MAHAR,1978).

Em meados do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial a Amazônia se tornou o alvo para a realização de grandes projetos para estabelecer uma nova política econômica. Para viabilizar e acelerar o processo de incorporação da Amazônia aos centros considerados desenvolvidos do Brasil, políticas públicas foram rapidamente implantadas na construção e abertura de fronteiras⁷ através da construção de rodovias, implantação de projetos de colonização agrícola, de expansão da agropecuária, da mineração e de incentivos fiscais para a implementação de médias e grandes empresas.

Atualmente, a Amazônia continua sendo vista como o grande celeiro de riquezas naturais, com uma variada biodiversidade e o grande depósito de águas doce e disponível fisicamente e politicamente para a construção de hidrelétricas, no caso, em Rondônia: Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira.

Essa realidade sócio-política e econômica impulsiona a inúmeros projetos de pesquisa sobre a Amazônia realizados pelos mais variados setores e instituições nacionais e internacionais contribuindo em estudos, análises e teses para uma nova visão e interpretação sobre a Amazônia.

A História Contemporânea na Amazônia, por sua vez, dedica-se a fazer o mapeamento geral selecionando os grandes campos da história: econômica, política, social e cultural abrangendo várias linhas de pesquisa, as micro-histórias: etnicidade, mulher e gênero, religião e religiosidades, cotidiano, imaginário, mentalidades e vida privada,

⁷ SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa**.1982:114-119, discute fronteira como expansão do capital, pode até ser uma região sem expressividade agrícola, mas o capital estabelece a relação de produção. Mais adiante voltamos a discutir ainda sobre Fronteira.

urbanidade e ruralidade. E, em suas pesquisas tenta *re-construir* a história da Amazônia, proporcionar uma nova concepção e significados aos paradigmas regionais já cristalizados, na interdisciplinaridade ou mesmo na multidisciplinaridade.

O maior desafio, porém, que a História Regional enfrenta é a falta de documentação pertinente aos diversos períodos históricos e de uma política que regulamente e preserve o Patrimônio Histórico, Arquivos e os Centros de Documentação. No caso específico de Rondônia, muitos documentos não são encontrados no Centro de Documentação do Estado e nem em Arquivos. Estão, arquivados em Centro de Documentação ou Arquivos de outras capitais, como em Cuiabá-MT, Rio de Janeiro, Manaus-AM e Belém-PA.

Para realizar uma pesquisa o historiador, na região amazônica e no especificamente em Rondônia tem que “garimpar” intensamente para encontrar fontes primárias e secundárias a fim de tentar concretizar os objetivos de sua pesquisa.

5. Considerações Finais

Muitas são as pesquisas realizadas na área de Meio Ambiente abrangendo as diversas disciplinas e ciências. A História, na interdisciplinaridade, tenta ampliar seu universo de pesquisa, ultrapassando os limites da história tradicional, enfatizando a regionalidade.

Percebe-se que o “olhar” nos relatos, crônicas e nas pesquisas sobre a Amazônia, principalmente pertinentes ao período colonial, parte dos parâmetros culturais europeus, que ao ocuparem gradativamente as terras amazônicas, dominam e implantam sem escrúpulo os povos nativos e ainda acusam da região de sofrer um atraso cultural, econômico e político e também humano. Então a história foi escrita com esse olhar estrangeiro.

Hoje a História tenta reconstruir a Amazônia a partir da suas especificidades regionais, valorizando a diversidade de povos e culturas que aqui habitam. Porém, ao discutir Meio Ambiente, ainda há uma certa dicotomia, isto é, ela é sabedora das questões ambientais e dos movimentos ecológicos e os aceita, mas falta uma ligação entre o fato

histórico com o meio em que ocorreu. Muitas vezes as discussões são realizadas de forma paralela, em que as questões ambientais são consideradas tarefa da Geografia.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, J.J. e TENGARRINHA, J.M. **Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea**. São Paulo, Instituto Camões/EDUSC, 1999.
- BLOCH, Marc. **A Terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**, São Paulo, SP, EDUSC, 2001.
- _____. **Apologia da História ou Ofício do Historiador**, São Paulo, Zahar, SP, 2002.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales, 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo, SP, UNESP, 1991.
- COSTA, Francisco de Assis, **Formação Agropecuária da Amazônia. Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável**, Belém, PA, Ed. NAEA/UFPA, 2000.
- DOUSSE, François. **A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História**, São Paulo, SP, UNICAMP, 1992.
- FRE
- GADOTTI, Moacir, **Agenda Global e Carta da Terra, in, Diálogos entre as esferas global e local**. São Paulo, SP, Fund. FORD/Fund. Vitória Amazônica. Vitae Civilis, Ed. Peirópolis, 2002.
- GONDIM, Neide, **A Invenção da Amazônia**. São Paulo, Ed. Marco Zero, 1994.
- HEBETTE, Jean. **Dossiê: Seminário “Amazônia”**. Brasília, CIMI, 1986.
- HEBETTE, Jean e MARIN, Rosa E. Acevedo. **Estado e Reprodução da Estrutura Social na Fronteira: Ariquemes em Rondônia, in, HÉBETTE, Jean, Cruzando a Fronteira. 30 Anos de Estudo do Campesinato na Amazônia**. Volume 1. Belém, PA, Ed. Universitária/UFPA, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, 26^a ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1994.
- _____. **Visão do Paraíso**. 5^a ed. São Paulo. Brasiliense, 1992.
- HURTIENNE, Thomas. **O que significa a Amazônia para a sociedade global? in, A Amazônia e a Crise da Modernização**, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA, 1994.
- LEIS, H. R. e D’AMATO, J.L. CAVALCANTI, C. (org). **O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética e Vivencial, in, Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**, 4^a ed, São Paulo/Recife-PE, Cortez Ed./Fundação Joaquim Nabuco, 2003.
- LEROY, Jean Pierre, **Insustentabilidade da Agricultura e insegurança alimentar, in, Diálogos entre as esferas global e local**. São Paulo, SP, Fund. FORD/Fund. Vitória Amazônica. Vitae Civilis, Ed. Peirópolis, 2002.
- LINHARES, Maria Yeda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos, **Terra Prometida. Uma História da Questão Agrária no Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, Ed. Campus, 1999.
- MAHAR, Dennis. **Desenvolvimento Econômico na Amazônia: uma análise das políticas governamentais**, Rio de Janeiro, RJ, IPEA/INPES, 1978.

MESGRAVIS, L. **A sociedade brasileira e a historiografia colonial**, *in*, FREITAS, M. C. (org.), **Historiografia Brasileira em Perspectiva**, São Paulo. Ed. Contexto/USF,1998.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**, 36^a ed. São Paulo, Brasiliense, 1988.

REIS, Arthur C. F. **História do Amazonas**, 2^a ed., Belo Horizonte, Ed. Itatiaia Ltda/Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa**, Rio de Janeiro, RJ, Zahar Ed., 1982.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia, Natureza, Homem e Tempo**. 2^a ed., Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1982.

Ligações entre a Política e a Literatura Regionalista: uma análise da relação entre o povo e o território na Obra de Monteiro Lobato

Danyllo Di Giorgio Martins da Mota*

Resumo Nos últimos tempos algumas questões sobre identidade e território têm instigado historiadores e cientistas sociais. Neste trabalho buscamos alguns pontos relacionados aos debates sobre a consolidação de uma identidade nacional no início do século XX situando a importância da questão territorial nesse processo. Para isso, analisamos através da obra de Monteiro Lobato, algumas questões que estiveram no centro dos debates intelectuais e políticos desse período, sobretudo em São Paulo. Nessa análise privilegiamos a forte relação entre a atividade intelectual e a atuação política que tornou-se característica dos homens de Letras brasileiros neste período, buscando estabelecer a relação entre a literatura e a política regionalista.

Palavras-chave Regionalismo, Identidade, Território

Abstract: In the last times some questions about identity and territory instigate historians and social scientist. We at the beginning search some points related to the debates on the consolidation of a national identity of century XX pointing out the importance of the territorial question in this process. For this, we analyze through the workmanship of Monteiro Lobato, some questions that had been in the center of the intellectual debates and politicians of this period, over all in São Paulo. In this analysis we privilege the strong relation between the intellectual activity and the performance politics that became characteristic of the men of Letters in this period, searching to establish the relation between Literature and the regionalist politics.

Key words: Regionalism.Identity.Territory.

* Bacharel e Licenciado em História. Colaborador no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás – IHGG.

Introdução

A identidade nacional pensada no início do século XX está ligada à idéia de consolidação da existência da própria nação. Esses temas estiveram no centro dos debates intelectuais, políticos e ideológicos no período entre as décadas de 1910 e 1940, coincidindo com o momento em que Monteiro Lobato produziu sua obra. Segundo Noé Freire Sandes, essa questão obteve grande importância nesse período devido o não reconhecimento por parte das elites intelectuais de que a nação já estivesse formada (ver SANDES).

Podemos destacar algumas questões presentes no cenário intelectual desse período e que compunham o debate sobre a identidade que se buscava para o brasileiro. Um desses elementos é a questão da diversidade regional e da busca da afirmação dessas características como nacionais. Um dos elementos de afirmação dessas características é a relação entre o território e os elementos culturais de cada região.

Nossa hipótese é que em São Paulo essa relação teve um forte apelo da política que buscava a afirmação da superioridade do Estado sobre as outras regiões do país devido o desenvolvimento econômico do Estado a partir da década de 1910. Essa afirmação se deu através do trabalho de uma elite intelectual emergida dos grupos oligarcas e que foi responsável pela construção de uma ideologia chamada de paulistanidade. Nosso objetivo é localizar a obra de Monteiro Lobato nesse cenário e estabelecer algumas relações com os interesses dessas elites políticas nesse período.

Identidade e Região

As reivindicações de autonomia política das diversas regiões do país ao final do período Imperial, coincidem com tais reivindicações também no campo cultural. Um dos símbolos desse processo é a introdução dos temas regionalistas na literatura. Com isso, também a questão da identidade nacional tornou-se um problema

ainda mais delicado. A partir do final do século XIX o novo desafio foi a busca por uma homogeneidade cultural simultaneamente ao reconhecimento das especificidades dos personagens regionais (NAXARA, 1998, p. 118). Existia uma relação de concorrência definida por aspectos geográficos entre as várias regiões do país. A própria idéia de “literatura nacional” está impregnada pela influência dos fatores geográficos, pois tenta forjar uma unidade que é abstrata. Segundo Luis Fernando Cerri, as identidades, como discursos ideológicos também sustentados pela história, estabelecem uma homogeneidade distante da realidade, através de interesses comuns definidos pelo “pertencimento” a uma determinada região (CERRI, 1996). Esse problema reflete-se tanto na constituição de uma identidade nacional, quanto na formação das identidades regionais.

A relação entre norte e sul, que estende-se entre o campo político e o campo cultural, é um exemplo da busca por uma afirmação das características regionais. Segundo Antonio Cândido, os intelectuais nordestinos, impulsionados pela Escola do Recife, buscavam a afirmação de suas aspirações, seus interesses e sua política como diferentes das do sul do país. Isso teria levado à “dissociação do que era uno” e à transformação das características regionais em um princípio de independência (CÂNDIDO, 1975, p. 299).

A construção de uma visão sobre o território passa pela relação entre urbano e rural, sertão e litoral. Em uma análise mais abrangente, essas categorias estão ligadas a outras figuras retóricas que não se restringem apenas ao território e que estavam em voga no início do século: progresso e atraso, tradição e modernidade, civilização e barbárie. A questão central era definir o lugar onde se encontraria o verdadeiro brasileiro e as condições necessárias para o desenvolvimento do país.

Em São Paulo a valorização das características regionais e do território também revelam a consolidação de um patriotismo ligado a

um ideal de modernização. Essa visão também se fez presente na Literatura. Podemos identificar algumas questões na obra de Monteiro Lobato para elucidar como se construiu essa visão sobre o território paulista e quais as relações possíveis com os interesses da elite política do Estado.

Lobato e o Regionalismo

A obra de Monteiro Lobato esteve inserida no cenário do Regionalismo literário e através dela ele trabalhou a questão da valorização do Estado de São Paulo como símbolo da nacionalidade devido o seu desenvolvimento econômico, suas riquezas e seu potencial produtivo, sobretudo no meio rural. Nesse ponto sua obra acompanha os interesses das elites intelectuais e políticas que comandavam o Estado.

Contudo, sua visão sobre o povo é radicalmente negativa - especialmente a primeira fase de sua obra, representada pelo personagem Jeca Tatu, que tornou-se símbolo do homem nacional. Devido às críticas recebidas essa imagem negativa do homem preguiçoso, incapaz de produzir, atrasado foi alterada pelo autor através de construções mais otimistas em que a culpa pelo atraso econômico era relegada à falta de assistência do Estado à população, que era vista como doente.

Contudo, mesmo após essa revisão em sua obra, Lobato parece dar mais valor ao espaço que constitui o Estado de São Paulo, que ao povo que nele habita. Mas isso não impede que o povo seja identificado em seus textos, ainda que seja pelo signo da ausência, por aquilo que não é (ver SANDES).

A visão de Monteiro Lobato sobre o território de São Paulo acompanha as transformações em sua Obra e também apresenta dois momentos distintos. O primeiro momento refere-se à sua produção durante a década de 1910, especificamente ao texto *Urupês*, publicado em 1914.

O livro *Urupês* está incluído em uma relação entre regionalismo e nacionalismo. Segundo Wilson Martins, o livro está envolto num tecido de contradições. Era um livro regionalista, e dessa forma foi recebido e aclamado, mas também respondia ao “nacionalismo visceral” de Lobato (MARTINS, 1978: 115). *Urupês* encaixa-se no que Antonio Cândido definiu como “regionalismo naturalista”. Segundo Luciana Murari, esse tipo de regionalismo literário conduz a um total alheamento do homem. Ele passa a integrar a paisagem natural. No caso de *Urupês*, essa integração revela uma dependência do homem em relação à natureza. A narrativa literária, própria desse regionalismo naturalista, ressalta, sobretudo, o caráter exótico e pitoresco dos personagens, formulando imagens negativas (MURARI: 1999).

No artigo *Urupês* o homem está em relação de dependência com a natureza. Essa relação de dependência impede seu ingresso no mundo da produção e do trabalho, o mundo da modernidade e da civilização. Lobato percebia o povo – sobretudo no meio rural – como incapaz de conduzir e garantir o desenvolvimento do Estado de São Paulo. Lobato se lamentava pelo desperdício de todo o potencial produtivo do território ao concluir que a natureza era exuberante e rica, mas o povo era incapaz de aproveitar esse potencial (ver URUPÊS). Mas após várias transformações em sua obra Lobato apresenta uma visão mais otimista do povo.

Regionalismo e Política

Um outro aspecto do regionalismo de Monteiro Lobato está exposto no artigo *O Vale do Paraíba: diamante a lapidar* (LOBATO, 1964). Nesse texto, escrito em 1943, Lobato faz uma defesa apaixonada da região do vale do rio Paraíba, localizado na divisa entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Essa região teria um valor estratégico por sua localização – entre a cidade porto, o Rio de

Janeiro, e a cidade entreposto, São Paulo – desempenhando o papel de celeiro para esses “dois grandes apetites” (LOBATO, 1964: 226).

Essa importância do vale do Paraíba não se limita à capacidade de produção agrícola, mas está ligada, sobretudo, à sua localização geográfica. Outras regiões que apresentassem essa mesma capacidade de produção, ainda estariam em desvantagem em relação ao Vale, devido a sua proximidade com os grandes centros urbanos do litoral. Nesse texto está ressaltada a ação da natureza que, através dos processos milenares de erosão, possibilitou a formação de uma região com características tão apropriadas para a produção agrícola. Para que essa produção alcançasse resultados mais favoráveis, faltava apenas uma ação mais firme dos homens que desejassem seu desenvolvimento.

A visível relação entre o homem e os aspectos geográficos presente em *Urupês* também revela-se no texto *O Vale do Paraíba*, de 1943. Mas o homem ao qual Lobato se refere nesse texto é o “homem que administra o estado”, o político ao qual cabe a elaboração dos planos para os “desenvolvimentos futuros”. Assim, há uma diferença fundamental entre esse texto e o artigo *Urupês*, onde Lobato dirige ao homem simples do campo toda a culpa por sua improdutividade.

Esse texto também revela outros aspectos dessa nova visão do autor em relação ao caipira do vale do Paraíba. Diferente do texto *Urupês*, a população do interior paulista é apresentada agora como “civilizada e capaz de iniciativas” (LOBATO, 1964: 230), ressaltando as transformações na obra do autor. De toda forma, esses textos apontam o caipira paulista como o portador das características que identificam a população de uma determinada região – o Estado de São Paulo – mas alcançando uma dimensão de identificação nacional.

Considerações Finais

Podemos estabelecer uma ligação entre a identificação dessa população e a idéia de “paulistanidade”. O conceito de

“paulistanidade”, utilizado por Luiz Fernando Cerri e por ele atribuído a Alfredo Ellis Jr, é entendido da seguinte maneira:

(...) mecanismos de sistematização e transmissão de uma ideologia regionalista, significando tanto uma valorização da condição de ‘filho’ de São Paulo quanto uma ideologia que procura definir a identidade e o patriotismo paulista (CERRI, 1996).

Os textos de Lobato estão incluídos nessa idéia regionalista de definição de uma identidade e mesmo de um patriotismo paulista, mas não seguem exatamente esse caminho de valorização da “condição de filho de São Paulo”. O autor dá mais importância ao território que constitui o Estado de São Paulo que ao povo que nele habita. Essa visão é predominante no artigo Urupês e em toda a fase inicial de sua produção. Mesmo as transformações em seu pensamento revelando uma visão mais otimista do povo, o território ainda figura como superior na relação com o Homem.

Lobato segue um roteiro que estava posto para os intelectuais de sua época. Mas para ele, a grande riqueza de São Paulo estava em seu território. Mesmo com uma construção tão particular de regionalismo, Lobato acompanha os interesses das elites intelectuais e políticas produzindo uma obra de defesa da importância do Estado de São Paulo no cenário político e econômico do país.

Bibliografia

CÂNDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 3^o edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. Volume II.

CERRI, Luis Fernando. *Regionalismo e Ensino de História*. Revista de História Regional: volume I, num. 01, 1996.

Disponível em <http://www.uepg.br/rhr/v1n1> em 26/09/2006 às 17:20.

LAJOLO, M. *Os três tempos de Jeca Tatu in* SCHWARZ, R. Os pobres na literatura brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1984: p. 101-105.

LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: CULTRIX, 1978: v. VI.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MURARI, Luciana. *O Culto da Diferença: imagens do Brasil entre exotismo e nacionalismo*. *Revista de História* 141 (1999), 45-58. disponível em <http://www.fflch.usp.br/dh/FLH/Revista> em 20/10/2006 as 17:40.

NAXARA, Márcia R. C. *Estrangeiro em sua Própria Terra*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.

SANDES, Noé F. *Pistas para a Análise da Pedagogia Lobatiana: As Aventuras do Sítio do Picapau Amarelo e as Desventuras da Nação in* SANTOS, Dulce O. A. dos e TURCHI, Maria Z. *Encruzilhadas do Imaginário: Ensaio de Literatura e História*. Goiânia: Cãnone, 2003.

SANDES, Noé F. *A Invenção da Nação: Entre a Monarquia e a República*. Goiânia: UFG, 2003.

A CONSTRUÇÃO DO VALE DO ARAGUAIA A PARTIR DE VALDON VARJÃO

Aline Lopes Murillo*

RESUMO

O presente trabalho focaliza as obras do escritor local Valdon Varjão, objetivando compreender a trajetória desse escritor e a construção dos lugares inscritos em sua literatura. Valdon Varjão, ao longo de sua trajetória, escreve a história da região do Vale do Araguaia, a qual foi desenvolvida, segundo o escritor, em função do garimpo. Nessas literaturas locais o autor é tomado pela beleza do espetáculo; nesse momento, fora do espaço, libertado das normas sociais, o escritor vive a experiência enquanto transcreve a sua própria identidade. Sendo assim, o modo de conhecimento não se reduz à faculdade de observação, mas também se configura na experiência vivida. Portanto, o escritor local “conta” a sociedade e a faz falar.

Palavras-chave: Escritor local, trajetória, lugares.

ABSTRACT

The focus of this study is the literature of the local writer Valdon Varjão, intending to understand the trajectory of this writer and the build of the spaces registered on his literature. Valdon Varjão, throughout his trajectory, writes the history of the region of the Valley of the Araguaia, which was developed, according to writer, in function of mining. In these local literatures the author is taken by the beauty of the spectacle; at this moment, he is out of the space, freed of the social norms, the writer lives the experience while it transcribes his own identity. Furthermore, the knowledge way is not succumbed to the act of observing, but also it is configured in the lived experience. Therefore, the local writer “tells” the society and he makes it to speak.

Keywords: Local writer, trajectory, spaces.

É o homem que viveu o processo de desenvolvimento e progresso de Barra do Garças, não se conteve em passar anônimo e deixar que o tempo sepultasse na memória dos mais velhos os fatos e ocorrências da vida regional. Registrou-os em livros para a posteridade (DINIZ, 1998:35).

O Vale do Araguaia, lugar que sobressai da literatura de Valdon Varjão, compreende, em termos geográficos, a região de fronteira entre estados de Mato Grosso e Goiás. Nesse espaço regional mais abrangente, situam-se outros lugares também focalizados por esse escritor em suas escrituras. As cidades de Baliza, Barra do Garças, Torixoréu e

* Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás.

Aragarças receberam de Varjão a escritura de suas histórias fundacionais e têm sido retratadas de diferentes formas e a partir de diferentes aspectos. Portanto, é possível encontrar nos livros de Varjão tanto construções mais abrangentes relacionadas ao Vale do Araguaia, quanto abordagens mais circunscritas que trazem a referência de localidades e pessoas específicas dessa região.

A sua dedicação e interesse por esses lugares e o modo particular como os retrata em sua literatura é motivo de reconhecimento de um vínculo relacional entre a sua obra, a sua vida e o espaço de referência literária que, considerados de forma entrelaçada, adquirem um significativo aspecto para a análise e interpretação¹. Neste trabalho, o propósito é percorrer essas dimensões, mostrando o seu inter-cruzamento e as possibilidades enriquecedoras dessa ponderação para o conhecimento da atuação desse escritor regional.

Valdon Varjão nasceu em Cariús, Ceará, em 15 de dezembro de 1923. Em 1928 chegou na região do Araguaia acompanhado por seus pais que tinham esperança em alcançar riqueza através do garimpo. Durante a sua vida, Varjão foi comerciante, agropecuarista, tabelião, contador, contista, escritor, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, membro da Academia Mato-grossense Letras, membro da Academia do Centro-Oeste, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, membro da Academia Piracicabana de Letras, membro correspondente das Academias Paulistas da História e da Ordem Nacional dos Bandeirantes – SP, jornalista, editor, vereador, deputado estadual, deputado federal, senador da República, secretário do Estado, etc. Varjão escreveu mais de vinte livros, entre eles é possível destacar: “Barra do Garças no Passado”, “Torixoréu: Cidade Brilhante”, “Balisa: Etéreas Reminiscências”, “Barra do Garças, Migalhas de sua História”, “Barra do Garças do Passado ao Presente”, “Epopéia dos Sertões”, “Aragarças Portal da Marcha para o Oeste” e “O Garimpeiro” (NASCIMENTO, 1988).

A trajetória desse escritor, desde o princípio, se confunde com a história de muitos migrantes que foram para a região em busca de ganhar a vida com o garimpo de diamantes. A família de Valdon Varjão chegou em Balisa de vapor no dia cinco de fevereiro de 1928 com a esperança de enriquecer através do ouro e do diamante. Entretanto, aos poucos, os recursos se esgotaram e a família teve que mudar a sua rotina. Seu pai começou a exercer a profissão de ferreiro e sua mãe, de lavadeira. Após o falecimento de seu pai, Varjão

¹ Sigo aqui a opção adotada por Cintya Rodrigues para o estudo do escritor de literatura local (RODRIGUES, 2006).

mudou-se para Caiapônia. Em seguida, estabeleceu-se em Araguaiaiana e foi secretário da prefeitura. Com a ascensão de Barra do Garças e a conseqüente transferência da sede do município de Araguaiaiana para esse distrito, o escritor se transferiu para lá, e se fixou definitivamente naquele lugar. De fato, o garimpo marca a trajetória do escritor e, ao mesmo tempo, é enfocado nas narrativas.

Conhecida por possuir diamante e ouro em abundância, a região recebeu vários bandeirantes e aventureiros que se arriscavam em busca das minas. As cidades da região do Vale do Araguaia se ergueram entre 1924 e 1942 em função do garimpo. A “garimpagem” era a principal fonte de renda, e, com ela, os garimpeiros “edificaram casas, alinharam as primeiras ruas, e, através de propaganda e da afluência de nordestinos deram início a povoação” (VARJÃO, 1985:79). De acordo com Varjão, a corrida por diamantes que deu origem às “currutelas”, primeiras concentrações populacionais, as quais, em seguida se tornaram cidades importantes. Portanto, o cotidiano das pessoas estava profundamente entrelaçado a essa atividade. Varjão escreveu inúmeras poesias, e a maioria delas trata da atividade garimpeira:

*Trabalha o garimpeiro com tolerância
Grande amigo, destemido e lutador,
Tem na “Bateia” o espelho da elegância
Que reflete sua esperança com amor.*

*Trabalha sempre lúcido e impertinente,
Agredindo o terreno ou Ribeiro
Qual um noivo, que procura a noiva ausente
É um visionário com esperança, o garimpeiro.*

*Com a “Bateia” pendurada nos seus ombros
Escala vereda, “peráus” e os caminhos
Não tem dos Ribeiros os escombros.*

*Ergue-se altivo dos tropeços e dos tombos
Alegra-se como cantar dos passarinhos
Andeja carregando, sua “Traia” sobre os ombros.*

(VARJÃO, 1997:23).

Para dar credibilidade a sua narrativa, Valdon Varjão, recolheu depoimentos e testemunhos de pessoas dos lugares e documentos. Em suas obras, há manuscritos, fotografias, decretos, cartas, relatórios e atas das prefeituras. Nesse sentido, os depoimentos e documentos são importantes na medida em que ajudam a formar o quadro de lembranças, pois esse conjunto de testemunhas funciona como uma semente que germina uma lembrança mais consistente. A memória da “comunidade afetiva”, comunidade a qual ele faz parte e que está intrínseca à sua memória individual, auxilia a reconstrução das lembranças. Portanto, o autor vivencia o passado através das histórias contadas e as registra em suas obras (HALBWACHS, 2006). Assim, essas testemunhas o auxiliam, também, na construção das histórias de fundação desses lugares as quais ele não presenciou.

A população local vê e pensa Valdon Varjão como uma pessoa que registra a memória desse lugar. Em jornais da cidade de Barra do Garças, é possível encontrar reivindicações da população pela conservação do patrimônio cultural produzido pelo escritor, o qual vem sendo esquecido pelos familiares. Dentro da comunidade local, o autor é reconhecido como “pessoa singular”, sábio, memorialista, intelectual regional, historiador local etc. Segundo Cintya Rodrigues, ao escrever sobre a literatura local, o escritor é reconhecido como autor dos lugares e como pessoa detentora do conhecimento dos lugares escritos por ele (RODRIGUES, 2006).

Nesse sentido, a noção de pessoa como personagem social, construída dentro do espaço social, está presente. As identidades são construções, que ao longo das inter-relações dentro da sociedade, vão se moldando até serem cristalizadas. Portanto, a partir das relações pessoais, forma-se um personagem social que pertence a uma dada comunidade e age de acordo com ela (MAUSS, 2003). Sendo assim, quando Valdon Varjão escreve a história do Vale do Araguaia, constrói sua própria identidade enquanto escritor e historiador local.

É possível perceber que são vários livros publicados por esse autor emblemático. São livros memorialísticos, em forma de romance, poesia, crônicas que abordam o passado e o presente da região. Esses escritos descrevem celebrações, ofícios, mitos, lendas, modos de fazer, recriam acontecimentos, histórias de fundação e pessoas. Essas obras estão expostas em academias de letras, bibliotecas, museus etc. Além disso, grande parte desses livros é utilizada nas escolas como referência da história local. Logo, suas histórias são consideradas referência da cultura dos lugares inscritos em sua literatura.

A leitura de sua obra mostra um autor preocupado em registrar e circular a história dos lugares. Quando escreve, Valdon Varjão busca, através da preservação da memória, uma especificidade cultural, valorizando acontecimentos e a cultura do lugar. Nas obras, ele destaca o processo de povoamento, as famílias pioneiras, os costumes, a geografia física; e, também, o rio Araguaia. Ao fundar a Academia de Letras, Cultura e Artes do Centro Oeste, o escritor assume o ofício de circular os saberes dos lugares através de suas narrativas. Dessa forma, a atuação desse escritor e a sua trajetória possibilitam aproximá-lo de outros escritores locais já retratados noutros estudos, cuja característica fundamental reside no relacionamento construído com a comunidade no processo de construção da literatura e participação na cultura local (RODRIGUES, 2006). Alguns trechos de sua narrativa são exemplares nesse aspecto:

Nosso maior desejo seria realizar uma obra significativa e abrangente, com a participação de todos que produziram ou reproduziram nossas vivências, dando oportunidade a muitos valores anônimos perdidos nesta região desprovida de incentivadores da cultura.

(...)

Ao expressar nossas conclusões, esperamos que a temática exposta, além de jacosa e pitoresca, retrate também o traço de união de um povo na preservação de um folclore uno e singular, resguardando a natureza e a origem de suas vivências (VARJÃO, 1993:17-18).

As narrativas locais são utilizadas como instrumento pelas comunidades marginalizadas para afirmarem sua identidade e a existência de uma história própria delas. Valdon Varjão, quando escreve, pretende resguardar a cultura, o folclore e a história do lugar. Nos seus livros, resgata a história de fundação do lugar, festejos, acontecimentos políticos, pioneiros, depoimentos de pessoas significativas para a cultura local. Além disso, busca divulgar a região à sociedade nacional através de sua literatura. Nesse sentido, o escritor faz a sociedade “falar” e se manifestar. É através da literatura local que as comunidades periféricas se revelam perante uma sociedade moderna individualista.

A obra de Varjão se caracteriza por ser uma literatura regionalista de caráter historiográfico, no sentido de que compreende fatos históricos contados e conhecidos pela sociedade nacional. Como, por exemplo, a narração da “A Marcha para Oeste”.

Surgiu então, como um dos objetivos principais da Coordenação, em pleno Esforço de Guerra, despertar a consciência nacional para a inadiável necessidade de salvaguardar a soberania nacional, inclusive sobre mais de dois terços ainda desertos do território brasileiro.

Essa razão histórica da Expedição Roncador – Xingu, planejada sobre orientação direta de João Alberto. E foi animados desse espírito que quarenta homens, sob o comando do Coronel Flaviano de Matos Vanique, se lançaram à memorável empresa (Varjão, 2000:234).

Por outro lado, denuncia-se a responsabilidade de citar pessoas importantes para a comunidade, pessoas que participaram ativamente da construção do lugar. Como memorialista e representante do lugar, Varjão procura lembrar das pessoas que contribuíram de alguma forma para o engrandecimento do Vale do Araguaia. Nesse sentido, ele registra a presença de pioneiros como Antônio Pires de Campos, filho do bandeirante Manuel de Campos Bicudo, juntos descobriram minas de diamantes na “Serra dos Martírios” em 1662. Tal descobrimento incentivou inúmeros aventureiros a seguirem os passos daqueles bandeirantes. Varjão também narra a história de Antônio Cristino Côrtes, fundador de Barra do Garças. Vindo de Tocantins, chegou à região por volta de 1914 e começou a trabalhar no garimpo no ano seguinte. Após a luta armada entre Morbeck e Carvalhinho, Antônio Cristino Côrtes deu início à construção da cidade de Barra do Garças.

Em outro momento, o escritor narra a história do lugar a partir do momento em que começam a chegar os nordestinos, no ano de 1924. Segundo ele, os garimpeiros não dispunham dos mínimos recursos para sobrevivência. Tal descontentamento gerou uma rebelião contra o governo do estado de Mato Grosso, o qual pretendia entregar as minas às companhias estrangeiras. Numa segunda fase da história local, a população viveu às custas da Fundação Brasil Central instalada na região em agosto de 1943. Varjão considera a fase mais lembrada e saudosa, pois foi nesse período que a região obteve progresso mais intenso. Já numa terceira fase, de 1964 a 1973, a região conviveu com a ativa exploração agropecuária, que, usando benefícios de incentivos fiscais, desenvolveu uma economia voltada para a compra de terras e para a criação de gado.

Então, pode-se notar a existência de um entrelaçamento entre autor-lugar-obra. Lembrando Edward Said, em *Cultura e Imperialismo*, os escritores estão profundamente

ligados aos seus territórios, são moldados pelos acontecimentos vivenciados e quando escrevem, moldam a história do lugar de acordo com suas experiências vividas (SAID, 2005). Assim, Valdon Varjão, como um retirante nordestino e filho de garimpeiro, escreve a história da região focalizando experiências no garimpo e o sertanejo do Centro-Oeste. Segundo ele, a região foi desenvolvida pelos nordestinos que se aventuraram no cerrado em busca dos diamantes. Chegando lá, passaram a ser reconhecidos como sertanejos centro-oestinos.

O sertanejo centro-oestino evita o contato com os centros mais adiantados, se dedicando à vida rural, amanhando a terra, dedicando-se à criação empírica de gado, embora em número reduzido e na “larga”, sem cercas ou pastos, aproveitando-se de pastagens naturais na maioria das vezes (VARJÃO, 1993:42).

Remetendo-se novamente a Said, ao ler a obra de Valdon Varjão, deve-se realizar uma “leitura em contraponto”, para extrair, entender o que está marginalmente presente. Segundo Said, deve-se entender o que está escrito fazendo uma relação com a situação pela qual o autor está vivenciando. É preciso ler tanto o que está contido na obra quanto o que foi excluído pelo autor, fazendo uma justaposição entre esses elementos. Essa concepção é particularmente importante para entender a construção do Vale do Araguaia por Valdon Varjão. Este escritor local, ao narrar os fatos ocorridos na região, está comprometido com a sua própria história de vida. Logo, ao ler os acontecimentos históricos registrados por ele, deve-se vincular as suas estruturas narrativas às suas idéias, conceitos e experiências em que ele se apóia (SAID, 2005).

Ao ler a obra de Valdon Varjão é possível perceber a dedicação e o grande interesse desse autor em salvaguardar a história da região do Vale do Araguaia. Quando o escritor escreve sobre a região, ao mesmo tempo, ele narra sua própria história de vida, a qual está entrelaçada ao lugar através do garimpo, dos incentivos causados pela Fundação Brasil Central e, em seguida, pela agropecuária. Logo, é possível pensar na importância de se estudar biografias para compreender a história do lugar. Além disso, a partir dessa perspectiva, discutir a temática relacionada a patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DA MATTA, Roberto. A obra literária como etnografia: notas sobre as relações entre literatura e antropologia. In: **Conta de Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. Cap.2.
- DINIZ, Zélia dos Santos. A Obra Histórico-literária de Valdon Varjão na Historiografia Barra-garçense. In: **Os Palestrantes**. Barra do Garças:[s.n.], 1998. p. 35-38.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. Recordar. In: **Memória social**. Lisboa, Portugal: Editorial Teorema, 1992. Cap.1.
- HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. Cap. 1.
- LAPLATINE, François. Antropologia e Literatura. In: **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 174-181.
- LIMA, Nei Clara de; SENA, Custódia Selma. Regiões e Regionalismos. In: MOURA, Ana Maria S.; FILHO, Nelson de Sena (Org.). **Cidades: Relações de Poder e Cultura Urbana**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 36-48.
- MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de eu. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Casac & Naify, 2003. p. 367-397.
- NASCIMENTO, Maria das Graças Silva. **Valdon Varjão: O escritor e sua obra**. Barra do Garças: [s.n.], 1998. 58 p.
- PINTO, Suely Lima de Assis. **Mediações no Processo do Conhecimento: o caso do Seu Meço**. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Educação/UFG, Goiânia: 2003.
- RODRIGUES, Cintya Maria Costa. **Histórias Sobre Lugares, Histórias Fora de Lugar?: os escritores e a literatura do sudoeste de Goiás**. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2006.
- SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. 2ª reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- VARJÃO, Valdon. **Aragarças: Portal da Marcha para Oeste**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1989.
- _____. **Barra do Garças: Migalhas de sua História**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1985.
- _____. **Barra do Garças: Um pouco de sua História**. Barra do Garças: [s.n.], [199-].

_____. **Epopéia dos Sertões**. Brasília. Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

_____. **Janela do Tempo: Homenagem ao passado**. Barra do Garças: [s.n.], 2000.

_____. **O Garimpeiro: Poemas**. Barra do Garças: Cartório do 1º Ofício, 1997.

VILHENA, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais: os estudos de folclore e o campo das ciências sociais nos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.32, p. 125-149, out. 1996.

HISTÓRIA DA ARTE E PATRIMÔNIO: QUESTÕES METODOLÓGICAS*

Adriana Sanajotti Nakamuta*

Resumo

O objetivo do presente artigo é compreender a sistematização das pesquisas de história da arte nos primeiros anos de atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, hoje Iphan¹, sobretudo os estudos publicados na sua revista.

Criado em 1937, o Sphan foi parte integrante do projeto de modernização do país, sob a orientação do Estado Novo, logo, responsável pela “construção” de uma identidade cultural nacional. Sob essa perspectiva, a Revista do Sphan tornou-se um periódico prioritariamente dedicado aos estudos de história da arte e da arquitetura. Traçamos como recorte de análise os números 01 (1937) a 18 (1978), especialmente os artigos da historiadora da arte Hanna Levy, integrantes do primeiro projeto gráfico.

Palavras-chave: Historiografia da Arte – Patrimônio – Preservação.

Abstract

The goal of the present article is to understand the systematization of the research of the history of art in the first years of work of the Historic and Artistic National Heritage Service - Sphan today Iphan, specially the studies published in its magazine.

Created in 1937, the Sphan was embedded part of the project of modernization of the country, under the orientation of the New State, then, responsible for the "construction" of a national cultural identity. Under this perspective, the Sphan Magazine became a publication dedicated to the studies of history of art and the architecture. We trace as the focus of the analysis the numbers 01 (1937) to 18 (1978), special in the article this historian the art Hanna Levy, integrant of the first graphical project.

Key words: History the Art – Heritage – Preservation.

* O tema referente a essa breve reflexão é parte integrante dos interesses a serem abordados em um futuro projeto de doutorado. Entretanto lembramos que, embora o tema vigente nesse período de mestrado seja uma construção fortificada (Forte São João / Bertioga-SP) interessa-nos as pesquisas, as narrativas, entre outras fontes no âmbito da preservação federal. Desta forma, os interesses se entrecruzam.

* Bacharel e Licenciada em Artes Plásticas pela Universidade Federal de Uberlândia – MG; Especialista em Patrimônio – Programa IPHAN/UNESCO; Mestranda em Teoria e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo EESC/USP sob a orientação do Dr. Joubert José Lanchas.

¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Pode-se situar o nascimento do monumento histórico em Roma, por volta do ano de 1420. Após o exílio de Avignon (1305-1377) e, logo depois, do Grande Cisma (1379-1417), Martinho V estabelece a sede do papado na Cidade devastada, cujo poder e prestígio ele pretende recuperar. Um novo clima intelectual se desenvolve em torno das ruínas antigas, que doravante falam da história e confirmam o passado fabuloso de Roma, cujos esplendores Poggio Bracciolini e seus inimigos humanistas pranteiam, condenando-lhes a pilhagem (Choay, 2001: 31)

(...) foi a idéia de nação que veio garantir o estatuto ideológico (do patrimônio), e foi o Estado Nacional que veio assegurar, através de práticas específicas, a sua preservação (...) a noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos estados-nação modernos. (Fonseca apud Santos, 2001: 2).

Inúmeras referências, no âmbito internacional, podem ser consideradas iniciadoras e incentivadoras de uma “consciência preservacionista”, ainda que a partir de casos particulares e pontuais. Essas referências, por sua vez, são mencionadas nas bibliografias como atitudes que despontam a partir do século XV, principalmente na cultura ocidental e ligada às obras arquitetônicas.

Na Itália, por exemplo, marcado pelas primeiras ordenanças papais, encomendas e estudos foram iniciados em prol da definição de um novo vocabulário, haja vista os interesses pela compreensão dos elementos clássicos e pela atualização dos edifícios, encontrados muitas vezes em precárias condições. Referem-se também aos refazimentos de acordo com o gosto da época, aos interesses dos encomendantes e as proposições dos artistas.

No entanto, advertimos que é no contexto oitocentista, marcado pela Revolução Francesa e Industrial, e por sua vez, resultantes de um mesmo processo – o Iluminismo, que surgiram as primeiras teorias e a noção moderna de *monumento histórico*². Também ressaltamos que a sistematização dessas ações foi possível, sobretudo pelas significativas mudanças no cenário político, social e principalmente cultural.

A esses novos direcionamentos estão também a aceleração do processo de urbanização, o surgimento de uma sociedade de massa e o arrefecimento da onda universalizante, que possibilitou o movimento de volta às origens de cada país. Logo, esses preceitos, implicaram o despontar, o reconhecimento e a busca da identidade cultural de uma sociedade.

²Compartilho das definições que *Beatriz Mugayar Kühl* utilizou no seu artigo intitulado **História e Ética na Conservação e Restauração dos Monumentos Históricos**, R. CPC, São Paulo, v. 01, n. 01, p. 16-40, nov. 2005/abr.2006. “Nesse sentido é prudente esclarecer que se utiliza a expressão monumentos históricos, não como obras grandiosas isoladas, mas vinculadas ao sentido etimológico de monumento e como interpretada por Riegl, ou seja: como instrumentos da memória coletiva e como obras de valor histórico que, mesmo não sendo “obras de arte”, são sempre obras que possuem uma configuração, uma conformação”. (18)

Na trajetória nacional brasileira algumas ações foram consideradas embrionárias no processo de formação de uma “consciência preservacionista”, no entanto, são poucos os estudos e, uma análise desses atos pontuais, mereceria um trabalho à parte.

A criação efetiva de um órgão destinado a preservar os monumentos e obras de arte de valor nacional decorreu da promulgação do Decreto-lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937 que definiu a constituição do patrimônio nacional, bem como sua forma de proteção.

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, notadamente pelo empenho do ministro Gustavo Capanema, empreendeu suas incumbências principalmente pela atuação dos intelectuais mineiros, porém ativos e à frente do movimento modernista no Rio de Janeiro. A saber, Rodrigo Melo Franco de Andrade, no qual lhe foi confiada a direção do serviço, as contribuições do escritor Mario de Andrade, integrante do grupo paulista e idealizador do anteprojeto enquanto Diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, do arquiteto Lúcio Costa, responsável pela seção técnica na sede do órgão no Rio de Janeiro, entre outros, sobretudo os arquitetos.

Em 1936, em ligeira palestra ao *Diário da Noite*³, Rodrigo sinalizava as múltiplas e variadas incumbências do serviço, porém a principal delas ancorava-se na realização do “tombamento geral dos monumentos a fim de evitar a evasão das obras, objetos de arte e de história, dignos de nossa tradição e apreço” (ANDRADE, 1987:24). A conservação, a restauração, o enriquecimento e a propagação do conhecimento dos bens ou coisas que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional também foram apontados pelo diretor como objetivos a serem cumpridos pelo ‘programa’ do serviço.

Sendo assim, a criação de uma publicação periódica integrava-se aos interesses de sistematização dos estudos sobre os bens a serem preservados (ou já protegidos⁴), dos ideais a serem legitimados e do ‘comprometimento’ para com a divulgação dos trabalhos realizados pelo órgão.

Considerando que até então, esse tipo de conhecimento especializado acerca dos valores de arte e de história eram escassos no Brasil e, por sua vez, o que existia estavam dispersos em folhetos, jornais e revistas, as publicações do Sphan receberam o

³ Idem.

⁴ Consideramos proteção enquanto sinônimo de tombamento – ato administrativo.

mérito de excelência por algumas instituições⁵, sobretudo pelo caráter sistemático das pesquisas dedicadas à história da arte no Brasil.

Levantamos e quantificamos os artigos das revistas de nº. 01 (1937) a de nº. 31 (2005), entretanto consideramos pertinente a análise dos artigos dedicados à história da arte brasileira até a de número 18 (1978), uma vez que neste recorte temporal encontram-se a produção das revistas na primeira gestão do órgão⁶ e em seu primeiro projeto gráfico⁷.

169 artigos contemplam as 18 revistas, sendo que, 50 correspondem aos de história da arte, o equivalente a 33,80%. Os anos mais significativos dos estudos de história da arte foram de 1938 a 1943 (nº. 02 a nº. 07) e 1978 (nº. 18).

No merecimento do conteúdo atentar-nos-emos como exemplo de indicativos teóricos e metodológicos os artigos publicados pela historiadora da arte alemã Hanna Levy, respectivamente nos números 04, 05, 06, 08 e 09, a saber: *Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte* (1940), *A propósito de três teorias sobre o Barroco* (1941), *A pintura colonial no Rio de Janeiro: notas sobre suas fontes e alguns de seus aspectos* (1942), *Modelos Europeus na Pintura Colonial* (1944) e *Retratos Coloniais* (1945).

Em seu primeiro artigo “Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte” (1940) considera que a distinção dos valores histórico e artístico consiste em uma das grandes problemáticas para a história da arte, sobretudo no que diz respeito à preservação dos bens culturais. Reclama que, assim como as outras áreas de conhecimento a história da arte careceria de uma “solução científica”, entretanto, julga ser desnecessário o ajuizamento de valor no exercício da pesquisa em história da arte, porém levanta o questionamento: seria possível desvincular o “juízo de valor” dos procedimentos metodológicos da história da arte? Essa pergunta latente para Levy também é de grande importância para as nossas indagações.

Conforme a exposição da pesquisadora a situação atual em que se encontra a história da arte, considerando que ela escreve nos anos 40, é a falta de uma metodologia científica, o que vêm acarretando nas revisões das bases metodológicas da história da

⁵ The Committee on Latin American Studies do American Council of Learned Societies (Cambridge – Massachusetts, Harvard University Press, 1939).

⁶ Tendo Rodrigo Mello Franco de Andrade como Diretor.

⁷ Embora não alcançassem a periodicidade anual desejada⁷, os exemplares de nº. 01 a 11 (1937-1947) contém as datas correspondentes a uma seqüência de anuidade, entretanto os números 12 e 13 só saíram em 1955 e 1956, oito anos após a última publicação, a número 14 em 1959, três anos após, a número 15 em 1961, dois anos após, a número 16 em 1968, sete anos após, em consequência a 17 em 1969, a número 18 em 1978, nove anos após.

arte. Levy utiliza como exemplo para essa discussão três autores modernos e que se pautam nas questões concernentes à problemática do valor, sendo, eles: M. Raphael com a obra “Trois études sur la sociologie de l’art”, Lionello Venturi “Histoire de la Critique d’art”; “Théorie et Histoire de la Critique em Arte et Esthétique” e H. Focillon “Généalogie de l’Unique” *Actes du Congrès International d’Esthétique et de Science de l’Art, II* (Paris, 1937)⁸. Os três fragmentos que Levy utiliza oferecem dados iniciais relativos aos distintos posicionamentos adotados face ao problema do valor.

Ainda que Levy considere necessária a distinção desses valores – histórico e artístico – atribuídos à obra de arte, lança um conceito “inovador” neste momento, se assim podemos considerar, ou seja, a importância da preservação de uma obra de arte face ao seu valor documental.

Para ela, assim como para os outros autores pelo qual direciona suas reflexões, a atribuição de valor tornou-se um fato indissociável da pesquisa em história da arte, sendo por sua vez que, a exposição dos critérios de julgamento utilizados “solucionaria” o problema face às discussões metodológicas, o que se resumiria, segundo a autora, ao novo método de pesquisa – teoria e história da arte, considerando os aportes como os da filosofia, sociologia, história e outras, todavia definindo a área de conhecimento que, assim como outras, casualmente podem ter uma “autonomia relativa”.

No segundo artigo, “A propósito de três teorias sobre o Barroco” (1941) Levy aponta a necessidade da sistematização dos estudos relativos ao Barroco, haja vista que esses problemas vêm sendo detectados na historiografia desde os fins do século XIX, sobretudo no que diz respeito ao estilo. Para fins dessa reflexão a autora situa dois pontos determinantes: 1) a explicação como estilo histórico determinado e 2) o fenômeno considerado como categoria artística geral, com base na citação de três teorias distintas, representadas pelo suíço H. Wölfflin, que considera a história da arte como história das formas – uma evolução imanente da história dos estilos, pelo checo Dvorak, o próprio fundador da compreensão da história da arte como história do espírito e por fim pelo holandês Balet, um dos primeiros a estudar uma época inteira da história em todas as manifestações artísticas – do ponto de vista da sociologia moderna da arte.

Embora eles pertençam a três escolas diferentes todos adotam o problema diante das diversas maneiras de conceber a relação existente entre o domínio da arte e os outros domínios da história.

⁸ LEVY, Hanna. *Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte*. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, 1940, p.: 182-185.

Diante dessas teorias, Wölfflin proclama autonomia absoluta da história da arte em relação à história geral (sob a ótica dos aspectos formais), Dvorak liga o domínio da arte à história geral das idéias (sob influência da filosofia e da religião) e Balet considera o domínio da arte condicionado pela interação de todos os domínios históricos (a arte situada no conjunto do complexo social).

Perante a exemplificação da trajetória desses três teóricos, Levy considera que a única que conseguiria explicar e unidade fundamental e as características principais do barroco como expressão geral duma dada época, sem sacrificar as riquezas múltiplas dos fenômenos particulares sejam a do holandês Balet.

Em 1942, no seu terceiro artigo sob o título “A pintura colonial no Rio de Janeiro: notas sobre suas fontes e alguns de seus aspectos”, seus apontamentos baseiam-se no levantamento de fontes indispensáveis para qualquer trabalho de natureza histórica, sendo assim, fundamental para os trabalhos dos historiadores da arte.

Segundo a autora é a partir dos questionamentos formulados pelos pesquisadores que se institui a utilidade e o valor da fonte inserida em uma dada pesquisa. Portanto, é do intuito de Levy neste artigo, elencar a sistematização e um esquema das principais fontes utilizadas pelo historiador da arte, sobretudo face aos problemas gerais da pintura colonial fluminense sendo a cronologia, iconografia, organização de um inventário das obras existentes, da biografia dos artistas, das influências reconhecíveis etc. (LEVY, 1942).

A esse conjunto a autora cita a importância da localização das fontes para a compreensão das intenções artísticas e expressivas das obras de arte. Considerando o número reduzido de estudos relativos ao período colonial, sobretudo da pintura, pontua a relevância de fontes como registros de batismo, óbitos, livros de receitas e despesas, acordos, termos e contratos que se encontram nas igrejas e irmandades, com vista aos aspectos biográficos dos artistas bem como a cronologia de suas obras. Esses aspectos facilitariam primordialmente a autoria da obra e as questões relativas à formação e a evolução de um determinado artista.

Ainda que recomende a busca dessas fontes, considera necessária a acuidade com as fontes que não se “enquadram” nesse conjunto de documentos escritos, sendo estes, ‘documentos artísticos’ (monumentos, pinturas, escultura, outros). Essas fontes apontadas não só contribuiriam para a importância dos estilos e das autorias, mas também para as questões concernentes as possíveis intervenções realizadas na obra.

Ao final desta reflexão, Levy conclui que esse gênero compreende a produção do século XVII até começos do século XIX e, que, o intuito dessa investigação era a demonstração de um esquema evolutivo, sem considerar as inúmeras etapas e subdivisões mais sutis, necessitando de um trabalho mais minucioso. Divide, portanto essa produção em três fases distintas: primeira fase, caracterizada pela tendência das composições mais sóbrias, severas e as formas mais pesadas e pouco movimentadas, que vai até meados do século XVIII, segunda fase, em torno de 1740, o despertar de uma segunda corrente, *com formas mais dinâmicas, mais “barrocas”, sem que a fase anterior tenha deixado de existir* e por fim, a terceira fase, composta pelas obras do fim do século XVIII e início do XIX, *já mostram um estilo menos agitado, mais simples, mais “fechada”* (LEVY, 1942).

No seu quarto texto “Modelos Europeus na Pintura Colonial” (1944) realizou o estudo de algumas obras do período colonial onde pôde ser identificada a utilização dos modelos europeus, como as gravuras que teriam inspirado as pinturas de Manuel da Costa Ataíde, apontado nos estudos feito por Luis Jardim e Salomão de Vasconcelos.

Na capela-mor da Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto encontram-se seis pinturas executadas pelo artista entre 1803 e 1804 e que foram apontados os modelos pelos quais ele teria se inspirado, ou melhor, segundo Levy, copiado.

As obras referem-se à promessa de Abraão, Restituição de Sara e Abraão, Os anjos anunciam a Abraão o nascimento de um filho, Abraão oferece hospitalidade aos anjos, O sacrifício de Isaac e a Morte de Abraão, cujas gravuras estariam contidas em uma edição ilustrada da Bíblia, datada de 1728 e encontrada na Biblioteca Nacional.

A partir dos aspectos formais e da composição, Levy confronta as obras com as gravuras a fim de ponderar as peculiaridades de cada artista em transformar os modelos europeus em algo pessoal, tendo em vista as origens, influências, datação e possíveis escolas. Ainda em apreço as questões metodológicas, a autora considera pertinente a crítica as fontes da época, tais como as localizadas nos arquivos das irmandades. Estas fontes – como, por exemplo, o Livro de Despesas – representam o pagamento e as encomendas feitas de muitas dessas obras, podendo ditar a participação de um ou mais artistas e as imposições a serem executadas em uma determinada encomenda.

Por fim, no seu último artigo “Retratos Coloniais” (1945), traça as reflexões relativas aos retratos brasileiros do período colonial com base no esclarecimento de dois questionamentos: “1ª. Quais as características principais dos retratos brasileiros, do ponto de vista artístico (composição, colorido, “pose”)? e 2ª. Revelam esses retratos um

estilo próprio, definido, ou constituem simples reflexo provinciano da arte dos retratos da Metrópole?”(LEVY, 1945: 251)

Levy considera que, ao lado das pinturas religiosas, os retratos constituem a parte mais numerosa do patrimônio artístico brasileiro, localizados, sobretudo nas santas casas de misericórdia, conventos, irmandades e particulares, retratando cenas domésticas, processos de trabalhos, homem do poder, móveis, objetos, etc.

Ela utiliza como ponto de referência para seus estudos os retratos encontrados nos seguintes locais: Santa Casa de Misericórdia (Rio de Janeiro/RJ), Igreja de Nossa Senhora do Rosário e S. Benedito (Rio de Janeiro/RJ), Mosteiro de São Bento (Rio de Janeiro/RJ), Convento de Santa Teresa do Desterro (Rio de Janeiro/RJ), Igreja de São Francisco de Paula (Rio de Janeiro/RJ), Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (Salvador/BA), Igreja da Misericórdia (Salvador/BA), Igreja do Convento da Luz (São Paulo/SP) e Colégio São Luís (São Paulo/SP).

Dentre os levantados aponta o predomínio dos retratos masculinos sobre os femininos e, de um modo geral, esse gênero específico só começaria a aparecer com mais frequência no século XIX, “época em que florescem os salões na alta sociedade baiana, pernambucana, carioca e etc.” (LEVY, 1945: 252). Já os retratos de criança nunca foram cultivados, possivelmente alguns exemplares nos segundo reinado.

A autora considera que os retratos ficam reservados a quase exclusivamente duas categorias de pessoas: 1ª (mais numerosos) composto de pessoas que ocupavam lugar de privilégio nas irmandades, ordens, membros de mesas administrativas, benfeitores etc. e 2ª, personalidades da administração civil e religiosa – “retratos de eruditos” e um terceiro, distinto, que se enquadram todos os retratos da família real portuguesa.

Com base na disposição das figuras ela aponta a predominância das composições de corpo – porém o mais freqüente refere-se à representação $\frac{3}{4}$ do natural e visto de frente –, tipos de cenas, o tratamento pictórico – luz e sombra, pinceladas, cromia, vestimentas, gestos, cenário, disposição das figuras, entre outros aspectos passíveis de serem identificados enquanto marca pessoal de um determinado artista bem como as feições e costumes de uma dada sociedade em uma determinada época.

Considerações Finais

Em virtude da necessária síntese da pesquisa nesse artigo, atentamo-nos para os de Hanna Levy em virtude da ligação da pesquisadora com uma importante corrente historiográfica da arte na Europa, no início do século XX e da dedicação à publicação de artigos para a revista em cinco exemplares.

No entanto, a maioria dos artigos que compõem a Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, apontam uma intensa preocupação com a sistematização das pesquisas e conseqüentemente o levantamento e a crítica às fontes passíveis de serem utilizadas na pesquisa de história da arte. É fato que essa apreensão também decorre dos ideais de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente dos trabalhos neste período, julgando extremamente necessário a realização do tombamento atrelado a um intenso trabalho de fotografia, o levantamento documental assim como a produção de um conhecimento especializado.

A análise realizada por Levy lança preceitos do estudo iconográfico, ponderando principalmente os aspectos formais da obra de arte a fim de direcionar e apreciar os valores a serem preservados, assim como, identificar e classificar a produção artística no Brasil, especialmente a do período colonial.

Esses traços metodológicos decorrem dos estudos e experiências com a historiografia alemã no início do século XX, cujo conhecimento traz e dissemina no Brasil logo nos primeiros anos de criação do Sphan. Em sua tese de doutoramento estuda a figura e a produção de Heinrich Wölfflin assim como os seus predecessores.

Embora Levy considere exagerado o posicionamento que Wölfflin faz da total autonomia da história da arte atrelado a metodologia concernente as questões formais, haja vista seu artigo referente a três teorias do Barroco (1941), ainda assim ela utiliza em suas análises determinados termos e conceitos recorrentes e perceptíveis na obra wölffliana.

Esses termos dizem respeito, por exemplo, a classificação da pintura colonial no Rio de Janeiro, onde um grupo de obras compõe a primeira fase da produção com formas mais “sóbrias” e pouco “movimentada”, e uma segunda fase caracterizada pelas formas mais “dinâmicas”, “movimentadas”, mais “barrocas”. Essas divisões fazem-nos remeter imediatamente aos critérios utilizados por Wölfflin nos dois períodos que considera fundamental para a compreensão de toda a produção artística: o renascimento e o barroco.

Outros termos similares aos anteriores aparecem também nos artigos sobre os retratos coloniais e sobre os modelos europeus que foram utilizados na pintura. É a partir dessas análises que Levy apontará uma dita “evolução da arte colonial brasileira” sob os aspectos contidos nas formas mais sóbrias e simples ao auge da movimentação e dos jogos visuais possibilitados por meio dos recursos técnicos e pictóricos através da luz e sombra.

Diversos preceitos lançados por Levy, considerando a influência de conceitos e teorias de vários estudiosos, especialmente os alemães, demonstram uma tentativa de classificar a produção com vista a um estilo individual, ao estilo de uma época assim como o estilo nacional, principalmente quando julga necessária a inserção da análise feita por ela sobre a pintura fluminense junto a toda pintura colonial brasileira, o que tornaria o estudo mais completo.

Ainda que essa reflexão seja breve e pontual – no que tange a delimitação para com os artigos de Hanna Levy, essas publicações não só legitimaram um trabalho especializado do Iphan, mas também se tornaram vanguarda sobre o assunto, sendo até hoje recorrentemente referenciados nas bibliografias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de (1898-1969). **Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
2. ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
3. CAVALCANTI, Lauro (org.). **Modernistas na Repartição**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MinC – IPHAN, 2000.
4. CHOAY, François. **A alegoria do patrimônio**. Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
5. COUTO, Maria de Fátima Morethy. **Por uma vanguarda nacional. A crítica brasileira em busca de uma identidade artística (1940-1960)**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2004.
6. FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

7. GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Ministério da Cultura, IPHAN, 2002.
8. KÜHL, Beatriz Mugayar. **História e Ética na Conservação e Restauração dos Monumentos Históricos**, R. CPC, São Paulo, v. 01, n. 01, p. 16-40, nov. 2005/abr.2006
9. LEVY, Hanna. *A pintura colonial no Rio de Janeiro.* In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, nº 05, 1941, 07-80.
10. LEVY, Hanna. *A propósito três teorias sobre o Barroco.* In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, nº 05, 1941, 259-284.
11. LEVY, Hanna. **Henri Wölfflin. Sa théorie. Ses predecesseurs.** Thèse pour le Doctorat d Université présentée à la Faculté des Lettres de l Université de Paris. M. Rothschild; Rottweil A. N., 1936.
12. LEVY, Hanna. *Modelos Europeus na Pintura Colonial.* In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, nº 05, 1941, 07-66.
13. LEVY, Hanna. *Retratos Coloniais.* In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, nº 05, 1941, 251-290.
14. LEVY, Hanna. *Valor histórico e valor artístico: importante problema da história da arte.* In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 04, 1940, pág. 181-192.
15. PANOFSKY, Erwin. *A história da arte como uma disciplina humanística.* In: **Significado nas Artes Visuais.** São Paulo: Perspectiva, 1976, 19-46.
16. **Rodrigo e a SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural** / Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro: MinC, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
17. WOLFFLIN, H. **Conceitos fundamentais da história da arte.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

A EPOPÉIA MARÍTIMA PORTUGUESA: A OCUPAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA NO SÉCULO XV

Renata Cristina de S. Nascimento*

O objetivo desta comunicação é analisar a atuação da Casa do Infante D. Henrique na exploração das terras conquistadas, de modo especial às ilhas da Madeira e Porto Santo. Neste espaço é que se define, para a maioria dos historiadores, a colonização do tipo moderno, quando a terra passa a ser objeto da fixação de pessoas que foram conhecer as capacidades agrícolas e mercantis da nova região.

Palavras chave: navegações- nobreza- povoamento

The objective of this communication is to analyze the performance of the house of Infant D. Enrique in the exploration of conquered lands, in special way to the islands of the Wood and Port Saint. In this space it is that it is defined, for the majority of the historians, the settling of the modern type, when the land starts to be object of the setting of people who had been to know the agricultural and mercantile capacities of the new region.

Word Key: navigations, nobility and povoamento

A epopéia marítima portuguesa tem como marco inicial a conquista de Ceuta em 1415. Na mesquita de Ceuta, transformada em igreja, foram armados cavaleiros, D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique e outros tantos que haviam participado do empreendimento. A partir daí inicia-se a preponderância henriquina em relação à política dos descobrimentos.

Nascido em 1394 na Cidade do Porto Henrique era filho de D. João I, que após o processo revolucionário vitorioso em 1385, iniciou a dinastia de Avis. “A honra da dinastia de Avis assentava-se no apoio popular e na força das armas que superavam toda mácula. Mas esta ilegitimidade original permite compreender, por um lado, o orgulho pela glória dos feitos militares e políticos; pelo outro a sede de honra que acompanhará o fundador da nova dinastia e os seus filhos.” (COELHO, 1994, 62).

* Dra em História (UFPR). Profa da UFG/ Campus de Jataí

De todos os filhos de D. João I, chamados os Infantes de Avis, provavelmente D. Henrique é o mais conhecido. A carga épica que carrega este personagem é fruto tanto da Crônica de Zurara que o enxerga possuidor de uma missão especial : “D. Henrique se demoveu a mandar buscar as terras de Guiné, entre outras coisas por inclinação celestial”, quanto por grande parte da historiografia produzida em relação a este personagem até a primeira metade do século XX. Exagero ou não a figura do “Navegador” é sempre desafiante e interessante de ser estudada.

O patrimônio senhorial de D. Henrique começou a formar-se em 1411, quando o infante tinha 17 anos. Inicialmente, concentrou-se na comarca da Beira e, em 1420, se estendeu ao mestrado da Ordem de Cristo¹, a mais poderosa ordem militar de Portugal. Depois, ampliou-se pelas regiões de Entre-Douro e Minho , Trás-os-Montes e Alto Alentejo. Em 1433, ele recebeu de D. Duarte, seu irmão, o senhorio das ilhas da Madeira e Porto Santo, agregando a sua casa um certo número de corsários que ocupavam o estreito de Gibraltar e lhe pagavam o quinto das presas que, na verdade deveriam pertencer ao Estado. O regente D. Pedro em 1433, atribuiu-lhe também território em Sagres onde foi fundada a Vila do Infante, concedendo-lhe monopólio de navegação e comércio para lá do Bojador. Seu sobrinho, D. Afonso V continuou alargando-lhe as posses e benefícios: direito ao quinto das presas capturadas por seus corsários, senhorio das sete ilhas dos Açores confirmando também todas as concessões obtidas nos reinados anteriores.

Os benefícios régios ao conde de Arraiolos, D. Henrique, e a seus correligionários foram bastante freqüentes:

“Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta vyrem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Ruy Gomez da Silua, caualeyro da cassa do ifante dom Anrryque, meu tyo; temos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos, daqy em diante, enquanto nossa merçee for, a nossa terra de Maçom e de Ujla Noua de Fozcoa, com totalas rrendas e derreytos que em ellas auemos de auer e a nos de derreyto pertencem, com toda ssua jurdiçam çiucl e crime, rreseruando pera nos correyçom e alçadas.

¹ A Ordem de Cristo resultou da transformação, por Dom Dinis, 1279-1325, da antiga Ordem do Templo nessa nova Ordem Cavalleiresca, quando, em 1309, insuflado por Felipe IV “O Belo” (1285-1314), desejoso de se apossar de seus bens, o papa Clemente V ordenou sua extinção.

E porem mandamos ao nosso almoxarife e ao escrivam da çidade de Lamego, que ora som e ao deante forem, e aos que despos uos ueerem por nosos almoxarifes e escrriuas em a dita çidade, e a outros quaesquer que esto ouuerem de uer, a que esta carta for mostrada, que metam em pose das dictas terras ao dito Ruy Gomez ou seu procurador e lhe façam acodir com todolas rrendas e dereitos das dictas terras, asy e tam compridamente como os nos auemos, se se pera nos rrecadasem. Ao quall almodamente e escripuam nos mandamos que façom rregistar esta carta em seus ljuros, pera se saber como o dicto Ruy Gomez de nos traz os dictos dereytos. E ell tenhaa pera sua guarda. As quaees terras de nos trazia Diego gomes da Sylua, seu padrre e , per seu prazer,lhas outorgamos”. (Chancelaria de D. Afonso V,liv 20,fl 29v, in Monumenta Henricina, vol 7, 1965, p. 41-42).

O próprio D. Henrique também relata os primórdios da expansão e os benefícios que ela proporcionava:

“E sendo certo como, desde a memória dos homens, se não havia alguma notícia na Cristandade dos mares, terras e gentes que eram além do Cabo de Não contra o meio dia, me fundei de inquirir e saber parte, de muitos anos passados para cá, do que era desde o dito Cabo Não em diante, não sem grandes meus trabalhos e infindas despesas, especialmente dos direitos e rendas cujo governo assim tenho, mandando per os ditos anos muitos navios e caravelas com meus criados e servidores, os quais por graça de Deus, passando o dito Cabo Não avante e fazendo grandes guerras, alguns recebendo morte e outros postos em grandes perigos, prouve o nosso Senhor me dar certa informação e sabedoria daquelas partes desde o dito Cabo de Não até passante toda a terra de Berberia e Nubia e assim mesmo per terra de Guinea bem trezentas léguas, de onde até agora, assim no começo por guerra com o depois por maneira de trauto de mercadoria e resgates, é vindo à Cristandade mui gram número de infieis cativos, do qual, devido grandes louvores a nosso Senhor, a mor parte são tornados à sua santa fé. E está bem aparelhado para muitos mais virem e serem feitos cristãos, além das mercadorias, ouro e outras muitas coisas que de lá vêm e se cada dia descobrem muito proveitosas a estes reinos e a toda a Cristandade...” (MARQUES, SILVA, 1944, VI, P. 544).

Percebemos, pelo discurso expresso no documento, a permanência do ideal de cristianização dos infiéis como razão primeira do movimento expansionista, mas também notamos claramente a consciência que o próprio D. Henrique tinha dos benefícios econômicos de tal empreendimento. Além disso, ele mesmo se auto intitula escolhido para fomentar tamanha conquista. Seu epíteto de “o navegador” contribuirá, no futuro, para a memória construída em relação a este personagem. D. Henrique orientado por um ‘plano das Índias’, tinha por finalidade o achamento do reino do Preste João, conforme Zurara “o Infante queria aver sabedoria das Índias e da terra do preste Joham” (1989, 15)²

A idéia de levar o cristianismo a outros povos, ditos infiéis, não pode ser desprezada no mundo medieval, onde qualquer questão perpassa, em primeiro lugar, o campo religioso. É preciso também distinguir várias fases neste longo processo expansionista.

Durante a regência petrina (1438- 1448) houve incentivo às navegações ao longo da costa ocidental africana e a ocupação das Ilhas da Madeira e dos Açores. D. Pedro exerceu uma política de centralização do poder e de apoio à colonização interna. A exemplo do que aconteceu no governo de D. Duarte, o infante D. Henrique continuou sendo o cabeça dos movimentos expansionistas, estribado num monopólio real e henriquino, que, no essencial garantia a cobrança do quinto das mercadorias pela Ordem de Cristo, da qual, como já dissemos, D. Henrique era mestre, e cuja importância também era transferida ao erário régio.

Além disso, em primeiro lugar, eram concedidas licenças para ir até a África, aos escudeiros e mercadores ligados à Casa Senhorial do navegador.

É nesse contexto que se insere a ocupação e povoamento do Arquipélago da Madeira. As ilhas da Madeira e Porto Santo, provavelmente teriam sido visitadas anteriormente por expedições luso- genovesas, mas sua “redescoberta” só se realizou entre 1419 e 1425.

² Existem diversas interpretações a respeito deste tema. Para Antônio José Saraiva (1993,270), o famoso plano das Índias nunca existiu em Portugal em vida do Infante, nem era concebível que trocara sal e couros em bruto contra panos e outros produtos manufaturados. Para ele o que existiu foi a guerra em Marrocos, na continuação da Reconquista, e sabemos que esta guerra foi, desde 1415, o cuidado constante do Infante D. Henrique até sua morte.

O povoamento da Madeira foi um empreendimento capitaneado pelo Estado, personificado pelo rei, dados os encargos financeiros da empresa e as repercussões internacionais que tal projeto significava.

Em 1433 o rei D. Duarte doou a D. Henrique o senhorio do Arquipélago da Madeira (Monumenta Henricina, Vol IV). Portanto à partir desta época o Infante assume a responsabilidade direta pelos negócios madeirenses. Segundo Joel Serrão (1993, 430) “em 1440 o Infante D. Henrique doa a Tristão Teixeira a capitania de Machico; em 1446 é doada a Bartolomeu Perestrelo a capitania de Porto Santo; Em 1450 é doada a João Gonçalves Zarco a capitania do Funchal. Os capitães concediam as terras em regime de sesmarias.”

Zarco e Tristão, escudeiros da casa henriquina, já haviam atingido a Ilha desde 1419, após o regresso de Ceuta. O fidalgo Perestrelo também foi enviado por D. Henrique à Ilha já em 1421, mas só 25 anos depois recebeu a capitania de Porto Santo.

Conforme Joaquim Veríssimo Serrão (1993,71);

“ a divisão administrativa contribuiu para sedimentar o primeiro núcleo da sociedade madeirense, vindo outras vagas do continente para criar os primeiros aglomerados urbanos. Por volta de 1450, já a povoação do Funchal contava 150 chefes de família, o que podia equivaler a 600 ou 700 habitantes. Outros povoados tinham-se erguido na costa sul, como Machico e Câmara de Lobos.”

A exploração econômica assumiu duas características essenciais:

1- Aproveitamento imediato de tudo que se apresentava com valor mercantil ou alimentar: Madeira e peixe

2- Uma economia de produção não só para a subsistência dos povoadores, mas também, se possível, para a exportação: o trigo, o gado, o açúcar e o vinho.

O açúcar, de modo especial, se tornou um dos principais produtos da Madeira, sendo inicialmente seu comércio controlado por ricos mercadores judeus e por genoveses. Estes transportavam o açúcar da Ilha para Flandres. No entanto, muito pouco se sabe sobre o número de tratantes judeus nele envolvidos durante a metade do século XV, assim como os totais de açúcar e de dinheiro que movimentavam.

“Em 1472 a cultura do assucar na Madeira era florescente. A compra d’este producto e do mel originários da ilha estava, havia seis mezes segundo diziam as cortes de Coimbra - Évora, 1472-73, em mãos de Genovezes e de Judeus por effeito de contracto com os próprios cultivadores, quando até então havia sido livre. Reclamou esta assembléia contra o monopólio, e as razões que offereceu foram as seguintes: a carestia a que o assucar tinha chegado, passando de quatrocentos reaes a arroba para mil, logo nos primeiros seis meses do contracto: a estagnação do commercio nacional que se fazia para aquela ilha, onde d’antes compravam o assucar e o mel ... a circunstância de não ter sido resalvada a porção do assucar necessario para o consumo do paiz, á semelhança do que o Estado fazia sempre nos seus contractos analogos, nos quaes apenas ficava monopolizada a carregação para fora do reino; e assim era nos tractos dos coiros e da justiça... A resposta é extensa e traduz a importância do caso. Vistas as razões que lhe são apontadas por seus povos acerca do trato dos assucares da Madeira... e também como a dita ilha, por ser membro d’estes reinos, com elle deve comunicar os seus productos, há por bem, e assim o manda, que o trato referido não dure mais d’um anno desde a publicação desta resposta, e d’então em diante possa livremente cada natural do paiz comprar e vender esse assucar a quem quizer; mas, porquanto o commercio de assucares da Madeira e o modo de os carregar para Flandres foi agora que se levantou e começou com estes reinos, e sim é de tão grande preço e valia, ordene que se elejam dois ou tres Portuguezes, ou quantos parecerem necessários, homens de bom crédito e estimação, cuja residência será em Flandres...”. (GAMA BARROS, 1922 tomo IV., p. 376-77).

O vinho ainda é um produto importante para o comércio madeirense.

As riquezas produzidas pela Madeira foram controladas pela Casa do Infante até sua morte em 1460. Até esta época os navegadores portugueses foram desvendando a costa africana, tendo chegado próximos da costa de Serra Leoa e, noutra direção, tendo avistado algumas ilhas do arquipélago de Cabo Verde. Após a morte do “navegador”, pela primeira vez, o estado passou a intervir diretamente no expansionismo ultramarino, em especial na

Costa da Guiné (devido a suas riquezas naturais) e em 1466 concedeu grandes privilégios a quem fosse povoar a ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde.

De fato, a vocação portuguesa para a expansão marítima está carregada de simbologia, na medida em que esta não é vista como uma ação puramente mercantilista e de caráter econômico, e sim como uma missão, um cumprimento de um destino épico, traçado por Deus de formar um grande império, e ninguém melhor para personificar este ideal do que o Duque de Viseu, o Conde de Arraiolos, o Prior da Ordem de Cristo, mas acima de tudo ‘ o navegador’ D. Henrique.

Referências Bibliográficas

Fontes:

MARQUES, João da Silva (org) *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa: INIC (Vol I e Suplemento), 1988.

MONUMENTA HENRICINA, Dir., Org e anotação crítica de António Joaquim Dias, OFM, Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da morte do Infante D.Henrique, 15 Vols, Lisboa: 1960-1974.

Ordenações Afonsinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984 (Vol. I ao V).

PINA, Rui de *Crónica de El Rei D. Affonso V*. Lisboa: Escriptorio, 1901.

SOUSA, Armindo de . *As Cortes Medievais Portuguesas(1385-1490)*, Porto, INIC (Vol. I e II) , 1990.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónicas do Conde D. Duarte de Meneses*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978.

----- Crônica dos Feitos da Guiné, Lisboa: Alfa, 1989.

Estudos:

BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, SOARES, Torquato de Sousa (ED). Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945- 54, 11v.

CASTRO, Armando. *A Evolução Econômica de Portugal nos Séculos XIV e XV*, Vol I, Lisboa: Portugália Editora, 1964-65.

COELHO, Antônio Borges. *Clérigos, Mercadores, Judeus e Fidalgos*. Lisboa: Caminho, 1994.

_____. *O Tempo e os Homens*, Lisboa: Questionar a História III, Caminho, 1996.

COELHO, Maria Helena da Cruz. *A dinâmica concelhia portuguesa nos séculos XIV e XV*, in anais do I Colóquio de Estudos Históricos Brasil- Portugal, BH: PUC, 1994. p 23-35.

_____. *O Baixo Mondego Nos Fins da Idade Média*, Coimbra: Imprensa Nacional (2 volumes), 1983.

_____. *Homens, Espaços e Poderes: Séculos XI - XVI. Notas do viver social* (vol I), Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

CUNHA, Mafalda Soares da. *A Nobreza Portuguesa no Início do Século XV: Renovação e Continuidade*, in Revista Portuguesa de História, Tomo XXXI, vol II. Coimbra: Faculdade de Letras (IHES), 1996. p 219-252

DINIS, António J Dias. *Vida E Obras de Gomes Eanes De Zurara*, Lisboa: Republica Portuguesa- Ministério das Colônias, 1945.

DUARTE, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade No Portugal Medieval (1459- 1481)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

FERNANDES, Fátima Regina. *Sociedade e Poder Na Baixa Idade Média Portuguesa- Dos Azevedo aos Vilhena: as famílias da nobreza medieval portuguesa*. Curitiba: ed UFPR, 2003.

_____ A Participação da Nobreza na Expansão Ultramarina Portuguesa, in *Revista Estudos Ibero - Americanos*. Ed. Especial Brasil 500 anos, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 107 - 124.

GODINHO, Vitorino M. *Os Descobrimentos E A Economia Mundial* (vol I e II), Lisboa, Editorial Presença, 1971.

_____ *Os Descobrimentos: Inovação e Mudança Nos Séculos XV e XVI*, in *Revista de História Económica e Social*, n 2, Lisboa: Sá da Costa, Julho- Dezembro, 1978. pág 1-27.

GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis De Portugal No Final Da Idade Média*, Lisboa: Difel, 1995.

MARQUES, A H de Oliveira. *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, 2ª Edição, Lisboa: presença, 1980.

_____ *História de Portugal*, Vol I, Lisboa: Palas Editores, 1985.

_____. *Nova História de Portugal, Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa: Presença, 1987.

MATTOSO, José. *Perspectivas Actuais Sobre A Nobreza Medieval Portuguesa*, in Revista de História Das Idéias (vol 19) A Cultura Da Nobreza, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1997. p 7-37.

_____ *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa: Estampa, 1987.

_____ SOUSA, Armindo de. *História de Portugal: a Monarquia Feudal (1096- 1480)*, Lisboa: Círculo de Leitores, vol II, 1993.

MENDONÇA, Manuela. *Os Homens de D. João II*, in Estudos Em Homenagem a Jorge Borges de Macedo, Lisboa: INIC, 1992. p 173-189.

MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos- viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV- XVI)*. Campinas: Ed Unicamp, 1997

MORENO, Humberto Baquero. *O município no espaço atlântico (séculos XV e XVI)*, in Anais Do I Colóquio De Estudos Históricos Brasil- Portugal, BH: PUC, 1994.p 37-46.

_____ *A Batalha De Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada aos cursos de Letras da Universidade de Lourenço Marques, Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques, 1973.

_____ *Marginalidade e Conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986.

NASCIMENTO, Renata Cristina de S. *A Imagem de Nobreza em Portugal no Governo de D. Afonso V (1438- 1481)*, in Fragmentos de Cultura, V 14, n 9, Goiânia: UCG, 2004. p 1657-1663.

OLIVEIRA, Antonio Resende de. *A Cultura Da Nobreza*, Coimbra: Revista de História das Idéias vol 19, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.

PERES, D. *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto: Portucalense, 1943-1946.

RAU, V e Jorge de Macedo. *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV*. Funchal, 1962.
1983.

_____. *Estudos De História Medieval*, Lisboa: Presença, 1985.

SANCEAU, Elaine. *D. Henrique O Navegador*, Porto: Livraria Civilização, 1960.

SARAIVA, António José. *O Crepúsculo Da Idade Média Em Portugal*, Lisboa: Gradiva,
1993.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. 2 primeiros volumes, Lisboa: Verbo,
1977/86.

_____. *Portugal e o Mundo Nos Séculos XII a XVI- Um percurso de dimensão universal*,
Lisboa: Verbo, 1994.

O JOGO CULTURAL COMO PRÁTICA EDUCATIVA

Cristhianne Lopes do Nascimento¹

Universidade Federal de Goiás – UFG

RESUMO: Este artigo discute a utilização do conceito do Jogo Cultural, segundo Huizinga e Gadamer, como prática teatral para a formação dos alunos da UCG. Detectando a eficiência do jogo para o aperfeiçoamento e desinibição desses futuros profissionais das várias áreas.

ABSTRACT: This article discusses the use of the concept of the Cultural Game, according to Huizinga and Gadamer, as theatrical practice for the UCG students formation. Detecting the efficiency of the game for the improvement and communication of those professional futures of the several areas.

PALAVRAS-CHAVES: Jogo Cultural – Teatro – Educação.

KEYWORDS: Cultural Game – Theater – Education.

Trataremos do jogo como um instrumento para o aperfeiçoamento da comunicação e desinibição dos futuros profissionais das várias áreas. E definir o seu conceito é importante para o entendimento das ações desenvolvidas e a escolha da metodologia aplicada na Oficina de Teatro, da UCG. Assim, começaremos definindo o *jogo* como *forma significativa*, forma específica de atividade, ou seja, com função social. Devemos considerá-lo em sua significação primária, preocupando em captar o valor e o significado das imagens que compõem o jogo, que para muitos esta captação é representada pela *imaginação* da realidade, onde a *ação* do jogo é um fator cultural da vida. O jogo é uma função da vida, mas não está sua definição ligada as termos exatos lógicos, biológicos ou estéticos.

O puro e simples jogo constitui uma das principais bases da civilização. Mas não é, para muitos, uma atividade que seja possível aplicar as noções de vício e virtude. A vivacidade e a *graça* estão originalmente ligadas às formas mais primitivas de jogo. Portanto, são muitos os laços que unem o jogo e a *beleza*.

O jogo tem valor cultural a partir do momento que ele é um *espetáculo belo*. Isso quer dizer que quanto maior a sua capacidade de *eleva*r a vida do indivíduo ou do grupo

¹Professora do Centro de Educação Profissional em Artes Basileu França e Escola de Artes Veiga Valle. Bacharel e Licenciada em Artes Cênicas pela UFG – GO.

rapidamente fará parte da civilização. Segundo Huizinga² o jogo é capaz de satisfazer a necessidade humana de *viver em beleza* e, isto, pode ser confirmado com vários rituais e manifestações primitivas. Para ele está o desejo que cada um tem de ser elogiado, homenageado por suas qualidades. É elogiando o outro que cada um elogia a si próprio. Isto inclui a virtude, virilidade, coragem e outras qualidades em que consistem as propriedades de determinado homem (indivíduo) e humanidade (coletivo).

O jogo é uma atividade *voluntária e livre*. As crianças e os animais jogam pelo *instinto*, porque gostam de brincar e a sua liberdade reside neste fato. Já com os adultos, nas sociedades modernas, o jogo é algo *supérfluo* e torna uma necessidade na medida em que o prazer transforma-o em *necessário*. A importância atribuída tanto ao *necessário*, quanto ao *supérfluo* na vida do homem se dá a partir de suas primeiras relações com a natureza. O homem sempre teve como princípio o trabalho – *necessário* – e o *supérfluo* – lazer – para sua existência, ou seja, o homem é fascinado pela busca do prazer. Por isso, os adultos só praticam o jogo na “hora de ócio”, ligando-o a obrigação e dever quando este passa a ter uma função cultural reconhecida, como os rituais e cultos. E é partindo deste conhecimento proporcionado pelo prazer que a Arte Teatral busca trabalhar com o jogo. Assim chegamos ao ponto de ponderação: a relação do mundo do jogo com o mundo do jogador.

O jogo humano caracteriza-se por jogar *algo*. Isso significa que a regulamentação do movimento a que se subordina possui uma determinação que o jogador *escolhe*. Limita-se ao comportamento lúdico contra os outros comportamentos seus pelo fato de que quer jogar, portanto, em sua disposição escolhe o jogo. O jogo humano tem por natureza o seu lugar de jogo. A delimitação do campo de jogo coloca o mundo do jogo um mundo fechado, em oposição ao mundo dos fins, sem transição e sem intermediação. Todo jogo é jogar onde o vaivém ordenado do movimento do jogo é determinado como um *comportamento* e coloca-se contra outro comportamento diferente.

Se os antropólogos e psicólogos forem denominar o jogo a partir do sentido medieval deste terão que reconhecer o poder do jogo diante da consciência de quem joga. O jogo representa uma ordem, na qual o vaivém do movimento do jogo corre como que espontaneamente. O movimento não tem finalidade nem intenção, nem exige esforço. Esta falta de esforçabilidade será experimentada subjetivamente como alívio. A estrutura de

² HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens – o jogo como elemento da cultura**. São Paulo - SP: Perspectiva, p.40 2004.

ordenação faz com que o jogador desabroche em si mesmo e tira-lhe a tarefa da iniciativa que perfaz o verdadeiro esforço da existência. E surge a cada renovação do jogo o impulso e a repetição.

Cabe aqui ressaltar que dependendo do emprego da lingüística pode-se enfraquecer a idéia de jogo. Portanto, tudo indica que o jogar requer ser entendido como uma espécie de atividade. Para Huizinga³ ao falar de jogo é necessário definir a idéia que esta palavra exprime – a linguagem, pois é óbvio que o sujeito genuíno do jogo não é a subjetividade daquilo que joga também sob outras atividades, mais o próprio jogo. Huizinga levou a reconhecer a peculiar diferenciação na consciência lúdica que simplesmente torna impossível diferenciar entre crença e descrença. Ou seja, a diferença entre crença e simulação.

Não quererá isto dizer que o ato de jogar possua uma natureza tão peculiar e independente que se exclui das categorias usuais da AÇÃO? Jogar não é “fazer”, no sentido habitual; não se “faz” um jogo da mesma maneira que se “faz” ou se “vai” pescar, ou caçar, ou dançar; um jogo muito simples “se joga”.⁴

O fato do *modo de ser do jogo* encontrar-se próximo da reforma de movimento da natureza, podemos assim dizer, que também o jogar do homem é um acontecimento da natureza. *O sentido de seu jogar é um puro representar-se a si mesmo.* E nesse campo é desnecessário diferenciar o uso próprio e o metafórico (brincar, representar e etc.). É esse sentido medieval do jogo que resulta a relação com o *ser da obra de arte*. O modo de ser do jogo não é, pois, da espécie que tenha de ter um sujeito que se porte nos moldes do jogo, de maneira que o jogo seja jogado. O mais originário sentido de Jogar é Medieval.

Para o homem primitivo o conhecimento é uma fonte de poder mágico, o saber é um saber sagrado ligado à própria ordem cósmica. Os costumes agonísticos em todas as culturas têm impressionante domínio do próprio espírito humano, ou seja, no do *conhecimento* e da *sabedoria*. As grandes atividades arquetípicas da sociedade humana são, desde início, inteiramente marcadas pelo jogo. Como por exemplo, no caso da linguagem, esse primeiro e supremo instrumento que o homem construiu a fim de poder comunicar, ensinar e comandar. Na criação da fala e da linguagem é como se o espírito estivesse constantemente em transformação. Por detrás de toda expressão abstrata se oculta uma metáfora, e toda metáfora é jogo de palavras. Assim, ao dar expressão à vida, o homem cria um outro mundo, um mundo poético, ao lado do mundo da natureza.

³ Ibid.

⁴ Ibid., p. 43.

O jogo é uma forma natural de grupo que propicia o envolvimento e a liberdade pessoal necessários para a experiência. Os jogos desenvolvem as técnicas e habilidades de cada jogador, a partir de seu universo, necessárias para o jogo em si, através do próprio ato de jogar. As habilidades são desenvolvidas no próprio momento em que o jogador se permite entrar no jogo, recebendo toda a estimulação que o jogo tem para oferecer – é este o exato momento em que o jogador está verdadeiramente aberto para entrar no universo do jogo sem anular-se.

A *ingenuidade* e a *inventividade* aparecem para solucionar quaisquer crises que o jogo apresente, pois está subentendido que durante o jogo o jogador é livre para alcançar seu objetivo da maneira que escolher. Desde que obedeça às regras do jogo, ele pode desenvolver qualquer ação e agir no jogo. De fato, toda maneira nova ou extraordinária de jogar é aceita por seus companheiros de jogo.

Os jogadores tornam-se ágeis, alertas, prontos e desejosos de novos lances ao responderem aos diversos acontecimentos acidentais simultaneamente. A capacidade pessoal para se envolver com os problemas do jogo e o esforço despendido para lidar com os múltiplos estímulos que ele o provoca, determinam a extensão desse envolvimento. Qualquer jogo dentro dessas características apresentadas é altamente social e propõe intrinsecamente um problema a ser solucionado – um ponto objetivo para cada indivíduo resolver. Deve haver acordo de grupo sobre as regras do jogo e interação em direção ao seu objetivo para que o jogo possa acontecer.

O homem que joga é uma pessoa que comporta, mesmo que a natureza do jogo propriamente dita resida no fato de livrar da tensão com que se dispõe em relação a seus fins. Porque cada jogo coloca uma tarefa para o homem. E o verdadeiro fim do jogo não é solucionar as tarefas, mas a regulamentação e a configuração do próprio movimento do jogo. A leveza e alívio evidente no *comportamento lúdico* repousam sobre um caráter especial da tarefa, caráter conveniente à tarefa do jogo que brota na solução. Mas o preenchimento da tarefa não remete a nenhuma correlação de fim. O jogo encontra-se com um limite: o de representar-se. Sua natureza é a auto-representação. E voltaremos mais tarde a esta característica do jogo de auto-representação. Ficaremos agora em seu caráter de fascinação do jogador, mas enfocando a dicotomia do *ser* do jogo: *seriedade* e *ludicidade*.

Todo jogar é um ser-jogado. O atrativo do jogo, a fascinação que exerce, reside justamente no fato de que o jogo se assenhora do jogador. Mesmo quando se trata de jogos em que se procura preencher tarefas de “auto-resposta”, é o risco de saber se “vai”, se “dá certo” e se “voltará a dar certo” que exerce o atrativo do jogo. Quem tenta dessa maneira é, na

verdade, tentado. O verdadeiro sujeito do jogo não é o jogador, mas o próprio jogo. É o jogo que mantém o jogador a caminho, que o enreda no jogo, e que o mantém em jogo.⁵

O conceito do jogo desempenhou um importante papel na estética. E a intenção é desligar o seu conceito da subjetividade e relacioná-lo com o próprio modo de ser da obra de arte. Ou seja, o modo de ser do jogo como tal e não uma resposta subjetiva. É a idéia de que o jogo está ligado a alguma coisa que não seja o próprio jogo. A partir desse pressuposto o jogo não é o comportamento, o ânimo daquele que cria, e, também, não significa liberdade de uma subjetividade. O comportamento do jogador é diferente do comportamento da subjetividade durante o jogo. Segundo Koudela⁶ a função mais importante que o jogo de regras tem no processo é o parâmetro claro que gera a confiança necessária ao jogador – jogar o jogo – quando o indivíduo percebe que não existe imposição de modelos ou critérios de julgamento. Ele deixa de lado o medo de se expor (subjetivismo), participa da ação conjunta e percebe a seriedade do jogo. A regra pressupõe processo de interação com a intuição lúdica.

Segundo Gadamer⁷ o que é simplesmente jogo não é sério. O jogar possui uma relação direta para com a seriedade. Joga-se *por uma questão de recreação, como diz Aristóteles*, mas o que é fundamental é que se coloque no próprio jogo uma seriedade própria de sua natureza, até mesmo sagrada. O jogo é somente jogo e se encontra num mundo determinado pela seriedade dos fins. Quem joga só sabe da seriedade quando entra no jogo, preenchendo a finalidade que tem o jogo, diferente do que ele como jogador imaginava da seriedade. A seriedade é que permite que o jogo seja jogo. Quem não leva o jogo a sério é um desmancha-prazeres. A seriedade está em cumprir as regras do jogo. O jogo tem a capacidade de absorver completamente o jogador não tendo contraste nítido entre ele e a seriedade. Sendo impossível ao jogo alcançar extremos de beleza e de perfeição que ultrapassam em muito a seriedade.

O jogo apresenta-se como um elemento lúdico presente na cultura. A cultura surge sob forma de jogo porque é através dele que a sociedade exprime sua interpretação da vida e do mundo. A *seriedade* e o *sagrado* de uma ação não impedem suas qualidades lúdicas; o elemento lúdico de uma cultura vai gradativamente passando para outro plano, na sua maioria, pela esfera do sagrado. E em outro plano, na maioria das vezes, caracteriza-se pela esfera do

⁵ GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método** – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica; tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis - RJ: Vozes, 1997, p.181.

⁶ KOUDELA, Ingrid Dormien. **Jogos Teatrais**. São Paulo – SP: Perspectiva, 1998. 4ª edição.

⁷ GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método** – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica; tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis - RJ: Vozes, apud ARISTÓTELES. p. 174, 1997.

saber: folclore e poesia, ficando oculto o elemento lúdico original. O jogo reafirma este instinto lúdico na coletividade de uma sociedade. Portanto, o jogo solitário muito raramente tem esta capacidade criadora de uma cultura. O que nos leva as características fundamentais do jogo e o fato:

- de ser livre e de ser ele próprio liberdade;
- de não ser vida “corrente” nem vida “real”;
- do isolamento do espaço e a limitação do tempo;
- de criar ordem e de ser ordem;
- do êxito obtido do indivíduo para o grupo;
- do “instinto” de competição não ser fundamentalmente por poder ou dominação;

O jogo ainda reforça a capacidade de determinar um ritmo e uma harmonia que o tornam fascinante. Exige uma ordem suprema e desobedecer estragaria o jogo. E esta ordem está relacionada ao domínio da estética, devido aos efeitos da beleza presentes no jogo: tensão, equilíbrio, contraste, variação, solução, união e desunião. A tensão tem um papel importante no jogo e está ligada à vontade de ganhar o jogo pelo seu próprio esforço, apresentando o valor ético que o elemento de tensão confere ao jogo, ou seja, para ganhar é necessário obedecer às regras senão não há jogo.

Outra questão analisada por Huizinga⁸ é o papel fundamental do vaivém do movimento do jogo, ou seja, o caráter lúdico da competição. Ele esclarece que a competição surge pelo tenso movimento do vaivém do jogo e não pelo sentido de que simplesmente se está brincando. É assim segundo Huizinga e Gadamer, desta relação do caráter lúdico da competição com o ser do jogador, que surge o sentido total de cada jogo. O vaivém pertence tão essencialmente ao jogo que faz que de forma alguma haja jogar – para si – somente, mesmo quando não há outro jogador. O primado do jogo em relação aos jogadores que o exercitam, e onde se trata da subjetividade humana, que se comporta jogando, acaba sendo experimentado pelos próprios jogadores de forma especial. Fixar possibilidades, metas sérias, tem a liberdade de se decidir. Mas esta liberdade tem risco. E este risco está no próprio jogo para o jogador.

⁸ Ibid., p.43.

O atrativo do jogo reside no risco. Existe uma liberdade de decisão que é inapelavelmente restringida. Daí um traço geral de como a natureza do jogo se reflete no comportamento lúdico.

Os jogos possuem um espírito próprio e especial e diz respeito ao estado de espírito de quem joga. A diversidade do estado de ânimo ao se jogar diferentes jogos ou de sentir prazer em tais jogos é *consequência* e não *causa* do jogo. Os próprios jogos diferenciam-se entre si através de seu espírito. As regras e os regulamentos, que preservam o preenchimento do espaço lúdico, perfazem a essência do jogo. Isso vale onde quer que haja um jogo. Os espaços lúdicos em que se desenrola o jogo (brincadeira) será, ao mesmo tempo, mensurados de dentro pelo próprio jogo (brincadeira) e limita-se através da regulamentação, que determina o movimento do jogo, do que através daquilo contra o que choca, isto é, os limites de espaço livre, que restringem o movimento de fora.

O modo de ser do jogo não é a consciência estética, mas a experiência da arte e, com isso, a questão pelo modo de ser da obra de arte. E este modo de ser da obra é o objeto de importante consideração para compreendermos o que pretendemos ao aplicar o jogo. A obra de arte tem seu próprio Ser, em se tornar experiência que transformará quem experimenta. O sujeito da experiência da arte, o que fica e persevera, não é a subjetividade de quem a experimenta mais a própria arte. O *jogo da arte* não é simplesmente um jogo, como coloca Gadamer⁹. É aqui que o modo de ser do jogo torna-se significativo. A partir desta conclusão podemos retomar a natureza de *auto-representação* do jogo.

A auto-representação do jogo humano repousa em um comportamento vinculado aos fins aparentes do jogo, mas seu sentido não reside na conquista desses fins. Mais o entregar-se à tarefa do jogo é colocar-se em jogo. Huizinga¹⁰ definirá a função do jogo a partir de dois aspectos fundamentais: a luta por alguma coisa; e a representação de alguma coisa. É este sentido da alusão que permite o jogo *representar algo*. Portanto, o caráter lúdico da arte está nesta possibilidade de representar algo para *alguém*. E, com isso, o jogo ganha outra dimensão que não é o da mera representação de movimento ordenado, como as brincadeiras das crianças, mas *representando para...* como afirma Gadamer¹¹. Podemos relacionar à afirmação de Gadamer com os atos dos cultos e rituais que também é uma grande representação para a

⁹ Ibid., p.174.

¹⁰ Ibid., p. 43.

¹¹ Ibid., p. 181.

comunidade de natureza lúdica com presença de espectadores, como em um espetáculo teatral.

Esses atos rituais possuem em sua essência uma *ação* e a matéria desta ação é um *drama*, isto é, uma vez mais, um ato, uma ação representada num palco. Esta ação pode revestir a forma de um espetáculo ou de uma competição. O rito, ou “ato ritual”, representa um acontecimento sagrado, um evento dentro do processo natural de uma determinada cultura. Contudo, a palavra *representa* não exprime o sentido exato deste acontecimento sagrado. “*Representação*” é realmente identificação ou a *reapresentação* do acontecimento. É algo de invisível e inefável, de forma bela, real e sagrada, uma realização *mística*. Longe de ser uma simples aparência. Portanto, a função do rito está longe de ser uma mera imitação de acontecimentos. E esta função também está presente na estrutura do jogo (representação), ou seja, com o objetivo de representar para alguém e não de simples competição ou faz de conta. E é esta compreensão de jogo que pretendemos trabalhar no processo educativo.

O jogo tem uma estrutura fechada em si mesmo. O seu espírito preenche a consciência e o comportamento do jogador tornando o jogo uma realidade que o domina. E é esta compreensão do jogo como uma realidade que o coloca como uma *representação para o espectador*. Mas por mais que o espetáculo tenha um sentido, uma estrutura fechada como a do jogo, ele é aberto na relação com o espectador. Este tem o papel de completar o sentido e a intenção dos atores. E é nesta *jogada* ator-espectador que se dá o próprio jogo dentro de suas regras. A forma de participação no jogo pelos atores não é mais de ser somente ele absolvido pelo jogo, mas também o espectador. Esta é a mudança que acontece quando o jogo se torna um espetáculo: o jogador/ator joga/representa o jogo/espetáculo para o jogador/espectador. É o espectador que percebe o todo do jogo o qual o ator desempenha. Colocando-se no lugar do jogador/ator. Portanto, anula-se a diferença entre jogador e espectador já que o último sabe que é para ele que se joga o jogo. O espectador passa a ter sentido no jogo separado do comportamento do jogador/ator. Ambos têm em mente o jogo.

Gadamer¹² conclui que a natureza da *representação da arte* é para alguém, o *representando para...*, mesmo quando não há ninguém. E ele continua denominando que o jogo humano transforma-se e configura-se em *ser arte* quando se liberta da atividade representativa do jogador/ator e adquire o seu caráter duradouro daquilo que se joga/representa. Assim, o genuíno *ser* do jogo não é a identidade de quem joga, mas o jogo jogado/representado por ele. É justamente esta capacidade de transformação e configuração

¹² Ibid., p. 181.

do ser do jogo que pretendo trabalhar e despertar nos alunos. O poder de *comunicação* – jogador (ator) = jogador (espectador) – como capacidade criativa do ser humano, que genuinamente encontramos no jogo/espetáculo.

E no desenrolar das experiências com os alunos da Oficina de Teatro, do Programa Cultural da UCG, descobrimos como o Jogo pode contribuir para uma comunicação que eu defini, ao término do trabalho, como *comunicação criativa*. A partir dos relatos dos alunos das possibilidades encontradas com o exercício da representação corporal e verbal que o jogo proporciona. Tornando-os conscientes das suas *capacidades* e *potencialidades* expressivas.

A CIVILIZAÇÃO CATÓLICA: Projeto Romanizador e pensamento católico na imprensa ludovicense de finais do séc. XIX.

*Wheriston Silva Neris**

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as relações da igreja católica com a intelectualidade ludovicense no final do séc. XIX. Analisando os discursos do periódico católico: *Civilização* (1880-1890), foi possível compreender que a Igreja plasmou um projeto de reformas que não estava dissociado das relações sociais que se estabeleceram com o desenvolvimento do pensamento moderno. Dessa forma, participando “do inconsciente cultural captado por intermédio de suas aprendizagens intelectuais e, em especial, por sua formação escolar”. (BOURDIEU, 2004), a intelectualidade católica não somente defendeu os princípios estabelecidos pela hierarquia eclesiástica, como também pretendeu construir uma concepção de progresso, civilização e ordem coerentes com os princípios do catolicismo romanizado.

Palavras-Chave: “Civilização”; Reforma Católica; Intelectualidade; Progresso; Ordem.

RESUMÈ

Présent travail a comme objectif analyser les relations de l'église catholique avec l'intellectualité ludovicense à la fin du siècle. XIX. En analysant les discours du périodique catholique : *Civilisation* (1880-1890), a été possible de comprendre que l'Église a formé un projet de réformes qui n'était pas dissocié des relations sociales qui se sont établies avec le développement de la pensée moderne. De cette forme, en participant « du inconsciente culturel captée par l'intermédiaire de leurs apprentissages intellectuels et, en particulier, par sa formation scolaire ». (BOURDIEU, 2004), l'intellectualité catholique a non seulement défendu les principes établis par la hiérarchie ecclésiastique, comme il a aussi prétendu construire une conception de progrès, une civilisation et un ordre cohérents avec les principes du Catholicisme romanizado.

* Graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão.

Mots-Clè : « Civilisação » ; Réforme Catholique ; Intellectualité ; Progrès ; Ordre.

Introdução

Analisar o papel desempenhado pelo periódico católico “Civilisação” (1870-1890) como instrumento de divulgação da Reforma Católica no Maranhão pressupõe um exercício de desvendamento dos múltiplos textos que o compõem, estabelecendo relações e nexos entre notícias e temas apresentados de forma fragmentária e difusa.

Dessa forma, alcançar um ponto de vista crítico sobre a variabilidade e multiplicidade de representações elaboradas cotidianamente pelos jornais exige um trabalho árduo e uma postura ativa, que não deixa de ser arbitrária, para lidar com uma narrativa sobre os acontecimentos que - uma vez distante do contexto em que fora produzida, se apresenta aos olhos do investigador contemporâneo como o próprio acontecimento.

Nessa prática, como bem apontou CHARTIER (2001, P. 220), “é fundamental lembrar que nenhum texto existe fora do suporte que lhe oferece legibilidade; qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo, depende das formas com as quais ele chega até seu leitor.” Assim sendo, sob a perspectiva de nosso objeto de estudo, a compreensão do processo através do qual o escrito ganha sentido, implica uma atenção às especificidades do processo de circulação dos periódicos e como ela ajuda a compreender “o próprio texto, o objeto que comunica o texto e o ato que o apreende”.

Nossa análise se aproxima, portanto, dos parâmetros da história cultural, como definida por Roger Chartier, uma vez que dá especial destaque às lutas de representação¹ “cuja questão é o ordenamento” e, no fundo, a “hierarquização da própria estrutura social”.

Analisar as representações veiculadas através do impresso, como acreditamos, requer que as concebamos como um conjunto de práticas sociais que detêm funções, que constituem papéis e reivindicam um lugar de verdade na produção do entendimento sobre a realidade social.

Com efeito, num universo sócio-cultural como o maranhense de finais do século XIX, marcado por um forte sentimento decadentista, e com uma elite intelectual ansiosa por adequar-se a uma determinada concepção de modernidade, há como que um referencial obrigatório e ambíguo que preside e informa “os discursos produzidos a respeito de outros

¹ Concebido em sua relação com o mundo social, o conceito de representação aqui adotado remete “as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais ‘representantes’ (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe.” (CHARTIER, 1991, p. 183).

níveis da realidade maranhense” (MARTINS, 2006, p. 27): a sensação de decadência e a necessidade de sua superação.

Nesse contexto, à medida que os partidos políticos, grupos inspirados por essas “idéias novas” e instituições fundavam jornais para divulgarem suas idéias, estes se tornavam espaços simbólicos importantes onde se davam publicidade a propostas, contrapunham-se interpretações e se buscava atingir a opinião pública.

A repercussão desse “bando de idéias novas”, que abrigavam “teorias como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social darwinismo” (ROMERO, Apud SCHWARCZ, 1993, p. 28) sobre o substrato decadentista que animava os discursos dos intelectuais regionais, se expressava, entre outros, pelo acirramento das críticas à autoridade católica, vista como uma das principais responsáveis pela ignorância e decadência moral da Província.

Como se sabe, o final do séc. XIX é também o momento do bispado de Dom Antônio de Alvarenga (1876-1899), período em que “a romanização do catolicismo maranhense engendrou seu mais intenso e conflituoso processo” (SANTOS, 2006, p. 91) tendo disposto de inúmeras medidas para tanto (SANTOS, 2006).

Como componente não menos importante das estratégias de que lançou mão o bispo estava a criação do jornal “Civilização” que se identificava como “periódico hebdomadário, [e] órgão dos interesses catholicos”. Como instrumento de defesa e disseminação da doutrina católica, a sua orientação consta desde o editorial de abertura, a saber: “como soldados de Deus, somos obrigados a defender a causa em toda parte onde ela é atacada” tendo “sempre os olhos fixos nesse fulgido farol da verdade aceso na colina do vaticano” (CIVILISAÇÃO, 14/08/1880, p. 01).

Conforme corrobora BARROS (2005, p.27), “o jornal abrangia temáticas as mais variadas, mas sempre com o tom de defesa dos dogmas católicos e ataque às idéias modernas”. O exemplo clássico disso foram os embates entre livre-pensadores e ultramontanos através dos jornais: “O pensador: [que se intitulava] órgão dos interesses da sociedade moderna” (1880-1882) e o “Civilização” (1880-1890), respectivamente.

Com efeito, consideramos que o jornal “Civilização” (1880-1890) fora resultado da apropriação pela Igreja das estratégias de que se utilizava a intelectualidade local para atingir a opinião pública, porém conferindo-lhe outros significados. Assim sendo, importa entender como a igreja se utilizava de instrumentos modernos, como a imprensa, para forjar uma concepção específica de progresso, civilização e modernidade.

De fato, nos textos do “Civilização” sobressaem a defesa dos princípios estabelecidos pela hierarquia eclesiástica, mas também é inegável neles o anseio de construir uma “concepção de progresso, civilização e ordem, coerentes com os princípios do catolicismo romano.” (MARTINS, 2002, p. 78).

Ademais, em uma época prenhe de transformações, em que as produções intelectuais tinham por norte “montar imagens basilares e fundantes do Maranhão, passíveis de utilização simbólica na construção identitária de sentido novo” (MARTINS, 2004, p.103), a Igreja não se apresentará senão como a única condição para o progresso e a civilização. Proposta essa que, sugestivamente, pode ser pensada a partir do próprio título adotado pelo jornal. Afinal, por que “Civilização”?

Acontece, por outro lado, que a atenção às formas como foram apropriados esses métodos e de que maneira o jornal “Civilização” se inscreve no quadro de disputas que caracterizava o espaço editorial exige que outras questões sejam colocadas: Como poderia o jornal ter sido utilizado para desenvolver uma “ação pedagógica” que atingisse à consciência popular, ao “grande público”, em uma sociedade cuja população era em sua quase totalidade analfabeta? Levando-se em conta este último aspecto, a que público, afinal, destinava-se o “Civilização”? Considerando que o texto tenha chegado ao leitor a qual se destinava, que práticas visavam regular e controlar as interpretações possíveis do texto escrito do “Civilização” de modo a impor uma interpretação correta e uma leitura autorizada e intrínseca ao mesmo?

À luz dessas reflexões, optamos por tentar identificar as estratégias através das quais as autoridades e editores tentaram impor uma ortodoxia, uma leitura autorizada do texto. Dentre essas estratégias algumas são explícitas e se fundamentam no discurso (em prefácios, prólogos, comentários e notas) e, outras são implícitas, transformando o texto num mecanismo que deve, necessariamente, impor uma concepção considerada legítima (CHARTIER, 2001).

Partindo desses pressupostos, pretendemos contribuir para o avanço na compreensão do papel desempenhado pela igreja na especificidade maranhense, ao mesmo tempo em que recolocando a necessidade da disposição de novos parâmetros e objetos de análise. Com esse objetivo, selecionamos artigos e temas dos numerosos artigos do “Civilização” enfatizando os aspectos tanto de formação quanto de informação.

UMA REVOLUÇÃO CONSERVADORA NA EDIÇÃO: “CIVILISAÇÃO” 1880-1890 - Estilo, discursos e enunciados do jornal.

Semelhante em sua estrutura aos demais periódicos que circulavam no período, a folha católica pode ser inicialmente descrita nas palavras de Aluisio de Azevedo: “A “Civilização” é um jornal hebdomadário, com dois palmos e meio sobre palmo e meio de largura. Tem cinco colunas e diz-se órgão dos interesses católicos” (O PENSADOR, 30.07.1981 – p. 03 – Seção Crônica: Carta aos meus amigos do sul). O jornal possuía, em média, 05 páginas - divididas em seções ou temas, onde se tratavam assuntos diversos, trazendo como dístico a frase: *Cognoscetis veritatem et veritas liberabit vos*². Sua redação e tipografia, própria, estavam localizados no Seminário Santo Antônio.

Os principais redatores do “Civilização” eram: 1) Monsenhor João Tolentino de Guedelha Mourão, maranhense, doutor em teologia, conhecido por ter-se implicado na célebre Questão Religiosa, quando fora, inclusive, preso com Dom Antônio de Macedo Costa, tendo sido requisitado pelo bispo Dom Antônio Alvarenga para auxiliá-lo na “campanha de moralização dos costumes” e saudado como “o mais reacionário dos padres do norte” e 2) o Conego Raimundo Alves da Fonseca, piauiense, polemista com profundos conhecimentos de Filosofia, Latim, Grego, Alemão. Contava ainda com o apoio dos Cônegos José Alves de Miranda; Teodoro A. P. de Castro e Osório Ataíde da Cruz além de uma série de outros colaboradores.

Definindo-se, então, “Como soldados de Deus, (...) obrigados a defender a sua causa em toda a parte onde ela é atacada”, os articulistas do jornal procuraram tornar o “Civilização” em um instrumento combativo e privilegiado de participação no debate político e ideológico local. A finalidade dessa postura combativa era evidente, formar opiniões e conquistar o apoio das camadas populares a favor dos projetos católicos para a sociedade maranhense. Todavia, a possível viabilidade desse intento dependia de que os temas fossem tratados de forma clara, como uma linguagem simples e direta – o que nem sempre ocorria. Ainda que desde as suas primeiras páginas as pretensões de uma ação pedagógica ampla estivessem expostas:

O bom jornal, penetrando no palácio do rico, na choupana do pobre, na sala do magistrado, no cubículo do médico, no balcão do negociante, na banca do advogado, na officina do artista, dará a todos leitura sadia, variada, amena:

² Versículo VIII, 32, de São João: Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.

ilustrará o espírito e plantará nas consciências a semente preciosa da virtude (CIVILISAÇÃO, 02/10/1880, n. 04, p. 03).

De fato, a especificidade que impressiona no periódico não está simplesmente na assumida missão de defender e promover a civilização por meio da religião, mas também na maneira como o fazia: atacando erudição com erudição; apropriando-se de argumentos e conceitos dos seus adversários para desqualificá-los e redefini-los. È assim que se operava uma abertura de espaços para as discussões dos temas que estavam na “ordem do dia”, trazendo-os, no entanto, para o terreno religioso.

De outro modo, tratava-se de um amplo projeto de redefinição simbólica que se destinava a públicos diversos: de forma combativa às interpretações em voga das elites seculares, e pedagogicamente às camadas populares. Nesse sentido, é preciso enfatizar que as discussões e argumentos variavam ao sabor dos acontecimentos, incorporando desde aprofundadas incursões sobre o positivismo, até a disposição de pequenas histórias, anedotas, piadinhas para motivação do leitor mais despreparado:

*“ESTÁ NO CARACTER/
Estava um pachor-
rento inglez esperando um bonde em uma
rua bastante solitária. Era noite Fechada.
Chega-se um gatuno e muito de man-
sinho começa a tirar-lhe a carteira do bolso
de traz. O inglez, também mansinho, abriu
um canivete, deu meia volta, agarrou a
orelha do gatuno e cortou-a”.*
- Socorro ! gritou este.
- Socorro !! berrou aquele.
*‘Está bem, ponderou o gatuno, cahindo
em si e conhecendo que pior seria a sua
posição se acudisse alguém.*
- Não façamos barulho.
- Pois sim, mas...
- Aqui está a sua carteira.
- Aqui está a sua orelha.
E cada um seguia para seu lado... “.
(CIVILISAÇÃO, 11/12/1880, n. 18, p. 01)

Nos artigos do jornal Civilisação se tratavam de uma variedade gigantesca de temas como família, casamento, ciência, questões políticas locais, nacionais e mesmo internacionais, descreviam-se as Visitas Pastorais, a situação religiosa no Brasil, etc. Nestes, assim como em inúmeros outros artigos, era particularmente evidente a afirmação da hierarquia e da irrefutabilidade da autoridade eclesiástica.

Ninguém constesta que o Sr. Bispo diocesano é a auctoridade competente para legislar e fiscalisar actos do culto público. (...) as ordens da auctoridade legítima devem ser acatadas. Isto é elementar: é o simples bom senso que o dita. (CIVILISAÇÃO, 31/12/1881, n. 72, p. 01)

Além disso, é possível constatar através dos seus textos como “O governo tinha dificuldades no sustento do culto oficial, principalmente quanto aos recursos financeiros para o pagamento do clero, construção e reforma dos templos” (SANTOS, 2006, p. 99). Os redatores são claros nesse sentido:

Ninguém se iluda; a situação religiosa do Brazil é gravíssima; os conventos ahi jazem quase extinctos e espoliados; as igrejas umas arruinadas, outras sem alfaías decentes e indispensáveis ao serviço do culto divino; o Clero aquinhoado com uma miserabilíssima cõngrua incompatível com a sua dignidade e sem a garantia da aposentaria, apesar de ser considerado pelo governo como parte do funcionalismo publico, e delle exigir o Estado serviços não retribuídos. (CIVILISAÇÃO, 24/09/1881, n.58, p. 03)

Como bem apontou SANTOS (2006, p.99), é necessário cuidado com as descrições acerca da situação do catolicismo com percebida pelas elites dirigentes e eclesiásticas do momento. Vejamos como os articulistas do jornal, analisando **A Situação Religiosa no Brasil**, chegam a conclusões dedutivas um tanto quanto duvidosas:

A imprensa é mais ou menos o reflexo da opinião nacional. Se o Brazil é catholico, a imprensa ao menos em sua maioria devia ser catholica; mas sucede o contrario, com exceção de 5 ou 6 jornais que se publicam no império, é a imprensa ou indifferente ou hostile à Igreja Católica Apostólica Romana. (CIVILISAÇÃO, 12/02/1881, n. 27, p. 01).

Avançando na reflexão de “Qual, pois, é a Religião adoptada no Brazil?”, questiona: “Será Catholicismo Romano?” “Será protestante?” Adoptará o judaísmo, o islamismo, o budismo?”. Chega então a uma conclusão marcadamente indiferente às diversas “manifestações heterodoxas populares, devocionais e festivas”: Logo no Brazil não há Religião alguma; impera o indifferentsmo, a morte dos espíritos; o atheismo, espécie de loucura desculpada com argumentos vãos; o materialismo, a última degradação humana” (CIVILISAÇÃO, 12/02/1881, n. 27, p. 01)

Acreditando que “No Brasil tudo está em projeto, em theorias phantásticas ou em princípios mancos e insuficientes” afirma que “(...) este estágio social causa sérios males nos destinos de um povo”. Dessa forma, argumenta no artigo **Religião e Pátria - O decálogo eterno** que a “falta de religião, a infração da lei de Deus” afeta de forma apocalíptica a própria possibilidade de criação de uma nação, uma vez que a religião seria a base de tudo que existia na sociedade. Os nossos temores pelo futuro da pátria sobem de ponto vendo que o seu mal é a peor das enfermidades: a falta de religião; infração da lei de Deus: o Decálogo. (...) destruam-se as leis divinas [o decálogo] o ensino da religião e nada mais subsistirá ma sociedade. (CIVILISAÇÃO, 02/10/1881, n.59, p.01).

Sob o imperativo de construção de uma base de legitimidade para esse diagnóstico, e que justificasse as reformas que se queria imprimir na sociedade maranhense, a igreja argumenta em favor de uma nacionalidade católica que existiria desde os primórdios do desenvolvimento econômico da região. Com efeito, ela teria exercido um papel decisivo na luta contra aquele que, sob uma perspectiva historiográfica factualista, teria instaurado “uma fase de prosperidade, que tira o Maranhão do atraso e o insere no mercado internacional, via exportação de produtos tropicais” (MOTA, 2006, p. 31).

Nesse sentido, no artigo **Retrato Fiel de Pombal**³, a Igreja buscava legitimar uma identidade fundada no curso temporal, conferindo-se um sentido perene e exclusivo: a verdadeira e histórica nacionalidade.

*Toda a vida o Marquês serviu os ingleses, embora simulasse que lhes era infenso. Nunca um português se oppoz (na aparência) mais destampadamente que elle às carícias invasoras da Inglaterra
(...) Não significa isto que o marquez fosse devotado aos ingleses; a ninguém o era: cobiçava simplesmente o poder e rebuscava-o por todos os caminhos. O que é certo é que os Jesuítas se mostravam naturalmente avessos ao domínio inglez em Portugal (CIVILISAÇÃO, 18/09/1880, n.07, p.01).*

Concluindo a narrativa adverte que “Há por ahi escriptores de phantasia que, ao narrarem esta lugrube história, fizeram do marquez a victima, e dos jesuítas os algozes.”. E escreve: “A imprensa seria, que deseja ser o registro fiel dos acontecimentos deve acautelarse contra os noveleiros, se não quiser ser victima de tristissima mistificação.” (CIVILISAÇÃO, 25/09/1880, n.08, p.01).

Nos artigos do “Civilização”, verbetes como progresso, civilização, ciência, virtude, etc. são concebidos como ecos sem sentido nas “vozes de pessoas que querem passar por inteligentes” e que não compreendem que a verdadeira ciência e virtude só encontram sentidos dentro da “Civilização Católica”.

Agora que o espírito revolucionário quer, à falsa fé, monopolisar a sciencia e a virtude, é mais que necessário que esses dotes emirjam do lado da igreja reivindicando seus direitos de verdadeira civilização do mundo. (...) a Igreja não tem medo da razão, pois não lhe é contrária (CIVILISAÇÃO, 12/01/1880, n.21, p.01).

De outro modo, inscrito em um ambiente em que se procurava assumir um conjunto de posturas propositivas com base nas promessas de “redenção social a golpes de espírito científico espontâneo” (ARANTES Apud MARTINS, 2004, p. 113), artigos como a **Caridade Sociológica**, propunham cuidados na adoção das teorias revolucionárias, sobretudo pelos seus aspectos mais desagregadores. Assim sendo, nele se propunha que “Deixenos, pois,

³ Trata-se de uma série de artigos publicados de forma continua no dias: 18/09/1880; 25/09/1880; 16/10/1880 e 23/10/1880.

as theorias revolucionárias e façamos a nossa caridade como d'antes: por amor de Deus e não dos homens; caridade christã, religiosa e não caridade contista e sociológica” (CIVILISAÇÃO, 27/11/1880, n. 16, p.01)

Redefinindo os valores modernos dentro do horizonte católico, buscava-se uma aproximação entre os ideais religiosos e éticos, castidade, caridade sociológica, e as praticas sociais, “entre as normas anunciadas como características de um sistema ético e sua objetivação se não cotidiana, quase cotidiana, no ramerrante da existência e do funcionamento desse sistema” (FREYRE, 1974, p. 574). Assim sendo, as virtudes católicas, em contraposição às **virtudes modernas**, se ancoravam em uma noção de dever e valor cristão que estabelecia a responsabilidade individual como derivada de uma coletividade que teria sua legitimidade somente na religião.

Portanto, durante a segunda metade do século XIX, a igreja se propunha, ainda que com escassos recursos, a um debate explícito com o conjunto de propostas e interpretações do Maranhão do período. Para tanto, buscou adequar seu “Projeto Romanizador” que não estava dissociado das relações que se estabeleceram com o desenvolvimento do pensamento moderno. Ao longo deste texto, pretendemos apresentar uma série de questões que nos pareceram interessantes acerca do jornal Civilisação, o que não implica dizer que não tenhamos deixado outras em aberto ou mesmo que ele não se preste a outras leituras. Esperamos, dessa forma, que tenhamos conseguido contribuir para a compreensão das estratégias de que lançou mão a igreja católica, através da análise de um instrumento pouco valorizado nas investigações feitas até aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, José Pereira da Graça (1868-1931). *Obra Completa*. (org) Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro, Instituto nacional do livro, 1968.
- ABREU, Martha. Festas Religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n.º 14, 1994. p. 183-203.
- BARROS, Ana Valéria. *Entre a fé e a razão: polêmicas intelectuais no Maranhão nos anos de 1880*. Monografia de Conclusão de curso: São Luís, 2005.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. *Terra e Céu de Nostalgia: Tradição e identidade em São Luís do Maranhão*. Assis – SP. Programa de Pós-graduação em História da UNESP. Dissertação de Mestrado, 2000.
- BOURDIEU, Pierre, *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BOURDIEU, Pierre, *Método científico e hierarquia social dos Objetos*. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. *Testos, impressão, leituras*. In: HUNT, Lynn (org). *A nova história Cultural*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *O mundo Como representação*. *Revista Estudos Avançados*. 5/11 – Jan-Abr 1991. VI. 05, n.º 11.
- _____. *A história Hoje: dúvidas, desafios, propostas*. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 07, n. 13, 1994, p. 97-113.
- CORDEIRO, João Mendonça. *O Mulato: Cem Anos de um Romance Revolucionário*. São Luís: EDUFMA, 1987.
- COSTA, Wagner Cabral da. *As “Ruínas Verdes”: tradição e decadência no imaginário social*. Campinas, mimeo, 1999.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- GAETA, Maria Aparecida J. V. *A cultura clerical e a Folia Popular*. *Revista Brasileira de História*. Dossiê Travessia: migrações, vol. 17, n.º 34, 1997, p. 186.
- IGNOTUS. *Sessenta anos de jornalismo no Maranhão: a imprensa no maranhão / Joaquim Serra*. São Paulo: Siciliano, 2001
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. 2ª ed. Revisada e Ampliada. São Luís, Lithograf, 2002.
- _____. *A criação de um mito*. *Revista outros tempos*. ISSN 1808-8031, p. 54-80.
- MARTINS, Karla Denise. *Civilização Católica: D. Macedo Costa e o desenvolvimento da Amazônia da segunda metade do século XIX*. *Revista de História Regional* 7(1): 73-103, Verão 2002.
- MARTINS, Manoel de Jesus Barros. *Operários da Saudade: os novos atenienses e a Invenção do Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2006.

_____. Missas Negras na Nova Autora: tradição, decadência e renovação no Maranhão na República Velha. In: Revista de Ciências Humanas. Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas, São Luís, 2004. v.02, n. 02.

MOTA, Antonia da Silva. Família e Fortuna no Maranhão Colônia. São Luís: EDUFMA, 2006.

PACHECO, Felipe Conduru. História Eclesiástica do Maranhão, São Luís: SENEC, 1969.

PAULA E SILVA, Francisco. Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão. Bahia: typographia São Francisco, 1922.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Igreja Católica e Modernidade no Maranhão - 1889 - 1922. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. Dissertação de mestrado, 2003

RODRIGUEZ, Angel Veiga. Critica ao Positivismo na Imprensa católica maranhense, São Luís: SECMA, 1982.

SANTOS, Lyndon de Araújo. As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira. São Luís: EDUFMA; São Paulo: Ed. ABHR, 2006.

SILVA, Maria da Conceição. Catolicismo e casamento civil na cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, n. 46, p.123-146, 2003.

Jornal O PENSADOR 1880-1882

Jornal CIVILISAÇÃO 1880-1890

CANTANDO UMA POLÍTICA COTIDIANA: RAUL SEIXAS DIANTE DOS DEBATES EXISTENCIAIS DOS ANOS 1970

*Emília Saraiva Nery**

Orientador: *Edwar de Alencar Castelo Branco***

Resumo: Este trabalho estuda a inclusão de Raul Seixas nos grandes temas nacionais dos anos 1970, procurando analisar suas letras de músicas a partir de uma interlocução com a política da época. Para problematizar esse debate, destaca-se, por um lado, um protesto político de possível transformação de modos de existência do cotidiano através do questionamento dos pressupostos básicos da cultura estabelecida tais como: a razão, a ciência e o partido político. Por outro lado, observa-se um projeto político de valorização da espiritualidade, dos segredos místicos, vislumbrados pelas drogas, e o senso de comunidade. A opção política de por a cultura e a diversão em combate é analisada a partir das críticas do compositor às condições de vida da sociedade burguesa, especialmente, a adesão da classe média à uma política de incentivo do consumo de bens duráveis proporcionada pelo período do chamado Milagre Econômico Brasileiro.

Palavras – Chave: Rebeldia existencial; Música; Raul Seixas.

Abstract: This work studies the inclusion of Raul Seixas in big national subject of periods 1970 searching to focuses his letters of song starting from the relation to the politics of period. To discuss that debate to stand out on the side a politic protesto f possible transformation of routine ways of existence starting from discuss of basics presuppose of establish culture such as: the reason, the science and the politic party. On the other hand to observe a politic project of spiritual esoteric secret valorize gleam by the drugs and the sense of community. The politics option of put the culture and the recreation in fight is analysed starting from criticisms of composer to conditions of life of rich society specially the adherence of average group to a policts of incentive of consumption of endure goods proportioned by the period of designation Brazilian Economical Miracle.

Keywords: Existence Rebellion; Song; Raul Seixas.

Objetos que caem do céu, antes de serem símbolos do oculto, são arquétipos coletivos de novas possibilidades de vida e de liberdade sem fronteiras geográficas. Esse enigma de um estranho ser em outro planeta é adotado, neste capítulo, como referência para as experiências ou estados existenciais da rebeldia política, materialização da espiritualidade e visão alucinógena da consciência.

Na tentativa de fuga de lugares estabelecidos e inabitáveis, Raul Seixas retratou em sua obra dos anos 1970 uma construção de territórios emergidos por acontecimentos vividos maximamente no cotidiano. A expansão do significado das ações políticas através da

* Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI e mestranda da Universidade Federal do Piauí em História do Brasil.

** Professor DGH/CCHL/UFPI, lidera o grupo de pesquisa História, Cultura e Subjetividade, do CNPq. É especialista em História do Brasil, Mestre em Educação e Doutor em História.

liberdade de expressão pode ser vista como uma terceira via política para a juventude desbundada do período. (NAPOLITANO, 2001: p.83-84)

A política do dia-a-dia, da libertação interior é um tema recorrente na obra do compositor. Tirar as máscaras do bem viver da sociedade burguesa é a marca do protesto “raulseixista”. Podemos visualizar essa tônica especialmente nas letras de música *Ouro de Tolo*¹ e *Eu Também Vou Reclamar*².

Alguns elementos da letra *Eu Também Vou Reclamar* traduzem, numa primeira leitura, um retorno à música de protesto. Retorno esse de aventuras expresso por uma sonoridade de música country.

Mas é que/ Se agora pra fazer sucesso/ Pra vender disco de protesto/ Todo mundo tem que reclamar/ Eu vou tirar meu pé da estrada/ Eu vou entrar também nessa jogada/ E vamos ver agora quem é que vai güentar/ Por que eu fui o primeiro/ E já passou tanto janeiro/ Mas se todos gostam eu vou voltar.

No entanto, não se trata de um simples retorno, mas de um esforço no sentido de ressignificar o protesto, arrancá-lo do macropolítico, da informação sobre os problemas políticos e sociais, e forçá-lo a deslizar para o micropolítico e poder da criação humana, chave para a saída do espectro sócio-cultural através da música e do comportamento.

E quando Raul Seixas reclamou primeiro? Aqui se evidencia um outro retorno. Uma volta à letra de música *Ouro de Tolo*, que critica através de um complemento sonoro triste e vocal agudo e arrastado o suposto ar libertador da cidade:

Eu devia estar contente/ Porque eu tenho um emprego/ Sou o dito cidadão respeitável/ E ganho quatro mil cruzeiros por mês/ Eu devia agradecer ao Senhor/ Por ter sucesso na vida como artista/ Eu devia estar feliz porque/ Consegui comprar um Corcel 73/.../ Depois de ter passado fome por dois anos/ Aqui na Cidade Maravilhosa/ Eu devia estar contente/ Por ter conseguido tudo o que eu quis/ Mas confesso abestalhado/ Que estou decepcionado/ Por ter finalmente vencido na vida/ Eu devia está feliz pelo Senhor / Ter me concedido o domingo/ Pra ir com a família ao zoológico/ Dar pipoca aos macacos/ Ah, mas que sujeito chato sou eu/ Que não acha nada engraçado/ Macaco, praia, carro, jornal, tobogã/ Eu acho tudo isso um saco. /.../

Setenta e três pode ser visto como um ano revelador do crescimento de econômico do governo do general Emílio Garrastazu Médici. A sua prioridade foi ganhar a adesão da classe média com uma política de incentivo do consumo de bens duráveis como automóveis considerados de alto valor econômico como o modelo Corcel 73. Com essa política de bem estar, adestramento social de *dar pipoca aos macacos* o país se afastaria de possibilidades radicais de alteração do sistema.

¹ SEIXAS, Raul. Ouro de Tolo. In: SEIXAS, Raul. *Krig-ha, Bandolo!* São Paulo, Philips - Phonogram, 1973. 1. disco sonoro. Lado B, faixa 10.

² Idem; COELHO, Paulo. Eu também vou reclamar. In: SEIXAS, Raul. *Há 10 mil anos atrás.* São Paulo, Philips - Phonogram, 1976. 1. disco sonoro. Lado B, faixa 12.

Num sentido semelhante, o compositor, em *Eu Também Vou Reclamar* diz:

Aí eu pego e passo a vista no jornal/ Um piloto rouba um Mig/ Gelo em Marte diz a Viking/ Mas no entanto não há galinha em meu quintal/ Compró móveis estofados/ Me aposento com saúde/ Pela assistência social/ Dois problemas se misturam/ A verdade do universo/ E a prestação que vai vencer/ Entro com a garrafa de bebida enrustida/ Porque minha mulher não pode ver/ Ligo o rádio e ouço um chato/ Que me grita nos ouvidos/ Pare o mundo que eu quero descer.

Apesar de três anos de diferença de feitura, essas duas letras de música carregam o mesmo pesar: a orquestração de uma subjetividade burguesa, do gozo de todos os desejos do consumo. Mas o conforto burguês é enganador, pois o que lhe origina toma a forma de desconforto.

Porém, outros elementos das duas composições em questão podem suscitar outra interpretação: crítica a um tipo de música de protesto.

E agora eu me pergunto: E daí?/ E tenho uma porção de coisas grandes/ Prá conquistar, eu não posso ficar aí parado/ ... / E você ainda acredita que é um doutor/ Padre ou policial/ E que está contribuindo com sua parte/ para o nosso belo quadro social.

Mas agora eu também resolvi/ Dar uma queixadinha/ Porque eu sou um rapaz latino-americano/ Que também sabe se lamentar/ E sendo nuvem passageira/ Não me leve nem à beira/ Disso tudo que eu quero chegar/ E fim de papo.

Numa perspectiva geral, é possível observar nesses dois trechos lítero-musicais que Raul Seixas procura “exorcizar” o protesto macrosocial e macropolítico. Pois, estes são momentâneos, desgastados e não levam a lugar algum.

Em *Eu Também Vou Reclamar*, o compositor tenta se diferenciar mais explicitamente do universo musical de protesto da época. Isso ocorre quando ele diz que um tipo de protesto de um rapaz latino-americano, cantado por Belchior, lhe parecia romântico e ingênuo. Assim como a letra *Nuvem Passageira* de Hermes de Aquino, cantada por Kleiton e Kleidi. É como se Raul Seixas gritasse: Eu não sou um rapaz latino-americano.

Raul Seixas ainda descartou em entrevistas, como a citada abaixo, a possibilidade do seu protesto ser vinculado ao de Belchior, sobretudo, no que dizia respeito à conscientização das massas coletivas, especialmente, a estudantil.

A diferença é que nos meus discos eu não me queixo de nada. Eu não me queixo de nada, porque eu não estou para enganar estudante. Eu não tou dizendo que o Belchior pretenda enganar os estudantes. Também não acho que o pessoal do Sombras, com seus Egbertos Gismontins e Tons Jobins, estão pretendendo conscientemente enganar os estudantes. Mas eles mesmos não sacaram que a realidade de hoje mudou e que jogar com a ilusão dos outros é ganhar dinheiro. Isso de ficar reclamando dos poderosos para empolgar os estudantes com protestos

*é uma política do Velho Aeon. [...] Eu sou uma pessoa que vive em 1976. Eu sou o Raul Seixas, o único. Eu não pertencço a qualquer grupo político ou regional.*³

Nesse sentido, o compositor propõe um protesto mais profundo e remodelador da música de protesto herdada, dos pressupostos básicos da nossa sociedade técnica e racionalizadora. As marcas desse outro protesto podem ser vistas respectivamente em *Ouro de Tolo* como em *As Aventuras de Raul Seixas na Cidade de Thor*⁴

*Eu é que não me sento/ No trono de um apartamento/ Com a boca escancarada/
Cheia de dentes, esperando a morte chegar/ Porque longe das cercas
embandeiradas/ Que separam quintais/ No cume calmo do meu olho que vê/
Assenta a sombra sonora/ Dum disco voador.*

*Quando eu compus fiz ouro de tolo/ Uns imbecis me chamaram de profeta do
apocalipse/ Mas eles só vão entender o que eu falei/ No esperado dia do eclipse.*

O protesto cantado aqui exorta espiritualidade. Daí, o compositor dizer que vê além de “quintais”, de tradições musicais. Ele vê longe com um terceiro olho: disco-voador, eclipses. Dessa forma, deseja algo além das satisfações humanas cotidianas, busca a completude com o sentido da vida. (MARTINS, 2005: p. 27-29; 47)

A discussão sobre a possibilidade de um protesto de cair fora da sociedade estabelecida dos anos 1970 está vinculada ao debate sobre a existência histórica de uma cidade alternativa, paralela em relação a uma cidade oficial. Raul Seixas e Paulo Coelho, idealizadores de uma “Sociedade Alternativa”, são os personagens e compositores que nos guiarão a procurar uma nova cidade, cidade-mãe dentro de uma velha cidade, mãe-cidade.

Lado a lado, as cidades reais e as cidades invisíveis coexistem. É certo que as últimas alargam, autonomizam e corrompem as primeiras. Isso ocorre através da dinamização das utopias dos gestores, do exercício de mil possibilidades de práticas da cidade. Enquanto centro de transgressões, as cidades são habitadas por alternativos que escarnecem toda gente. A população sabe que todos esses forasteiros entram na cidade, mudam o tempo e modificam o destino.

A cidade em sua gênese é fuga. Nesse espaço, o sujeito é um “transeunte” que se locomove a todo “transe”, sem forma estabelecida. Já o Estado possui uma postura desencontrada em relação ao transeunte. Ele se constitui como um agente de “trânsito”, que impõe a marcha por um trajeto definido em direção a um único destino. (PELBART, 2000: p.46)

³ Entrevista “Eu sou um artista” concedida a Aloysio Reys, Jornal da Música, novembro de 1976. In: PASSOS, Sylvio. Por ele mesmo. *Raul Seixas por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 2003, p.107.

⁴ SEIXAS, Raul. *As aventuras de Raul Seixas na Cidade de Thor*. In: SEIXAS, Raul. *Gita*. São Paulo, Philips-Phonogram, 1974. 1. disco sonoro. Lado A, faixa 3.

Feitas essas breves considerações iniciais, esta seção pretende, a partir da produção lítero-musical e das experiências de Raul Seixas, mostrar os caminhos das cidades alternativas dos anos 1970. Raul Seixas propôs cidades alternativas em suas letras de músicas como também tentou concretizar suas propostas com a fundação de sua cidade alternativa: “A Cidade das Estrelas”, no estado de Minas Gerais, em 1974. “Cidade das Estrelas”: espaço sem fronteiras, potencialidade de radicalização transformadora do macro-sistema.

A “planta” das cidades alternativas, projetadas pelo compositor em suas letras de música, era a representação de lugares criativos. Criatividade essa proveniente da arte, música. Busca incessante de inverter os espaços e, por sua vez, criação de sensações misturadas, que podem ser reordenadas de várias formas.

Trata-se de uma cidade “imprevisível” no tocante às vivências a serem emersas. Nessa cidade é permitido viver em todos os lados: em cima, em baixo. Por isso, Raul Seixas a nomeia de “Cidade de cabeça-pra-baixo”.

Na letra de música *De Cabeça-Pra-Baixo*, Raul Seixas mostra essa cidade:

*É na cidade de cabeça-pra-baixo/ A gente usa o teto como capacho/ Ninguém precisa morrer/ Prá conseguir o paraíso no alto/ O céu já está no asfalto.*⁵

Nesses trechos, a cidade cantada saúda o movimento da inversão. Inversão de regras, o lugar de pisar ou andar não é o chão e sim, o teto. “A gente usa o teto como capacho”. A felicidade dos habitantes não é um sonho distante, “Ninguém precisa morrer prá conseguir o paraíso no alto/ O céu já está no asfalto”, mas um andar, caminho interrompido por uma topada de alguém que não pode flunar, vagar pela cidade. Esse movimento de seguir em frente e parar é sonoramente harmonizado com a letra através de batidas de passos que são interrompidas.

Nesse sentido, a “cidade de cabeça-pra-baixo” se mostra como um refúgio e evidência do abandono de um tipo de cidade. “Vou me mudar pra cidade/ Pra cidade de cabeça-pra-baixo”. Quais são os atrativos da Cidade de cabeça-pra-baixo na letra em análise?

Dinheiro é fruta que apodrece no cacho/ Ninguém precisa correr/ Nem tem idéia do que é calendário/ Nem tem problema de horário/ ... / Ninguém precisa fazer/ Nenhuma coisa que não tenha vontade.

Nesses trechos da letra de música, os atrativos da “cidade de cabeça-pra-baixo” estão relacionados com a saturação de uma rotina urbana, que captura nossos desejos em torno da vida industrial e burguesa. Vida que é marcada pela busca do dinheiro, pela rigidez

⁵ SEIXAS, Raul e ROBERTO, Cláudio. De Cabeça- pra- baixo. In: SEIXAS, Raul. *O Dia em que a Terra parou*. São Paulo, Warner Discos, 1977. 1. disco sonoro. Lado B, faixa 10.

do cumprimento de horário no trabalho, “A escravização” do livro de assinatura do ponto, e de normas pré-estabelecidas. Em resumo, a ótica é: não se pode sair do cotidiano, fazer outras atividades, pois perca de tempo é perca de dinheiro.

Até agora, foi realizada uma cartografia das cidades alternativas de Raul Seixas. Conheceu-se a “Cidade das Estrelas” e se passou pela “Cidade de Cabeça-pra-baixo”. Por fim, é o momento de entrar em mais uma de suas cidades emblemáticas: “A Cidade de Thor”.

Na letra de música *As Aventuras de Raul Seixas na Cidade de Thor*⁶, o compositor problematiza questões ecológicas e tecnológicas.

Buliram muito com o planeta/ E o planeta como um cachorro eu vejo/ Se ele já não agüenta mais as pulgas/ Se livra delas num sacolejo/ ... / A civilização se tornou tão complicada/ Que ficou tão frágil/ Como um computador/ Que se uma criação descobrir/ O calcanhar de Aquiles/ Com um só palito pára o motor.

A paisagem dessas cidades se mostra artificial, clivada da natureza. O homem canalizou os recursos naturais ao ponto de esgotá-los nas suas invenções tecnológicas. Mas, o meio ambiente, a princípio dominado pelo homem, força uma melhor utilização das fontes energéticas naturais: água, carvão e o petróleo. Caso contrário, o ser humano corre o risco de ser exterminado do planeta num “estalar de dedos” ou apertar de botões.

Para além de uma ecologia da natureza, é possível observar na letra de música em questão uma proposta de regresso às mentes de todas as pessoas. Essa incursão mental nos mostra que “Tem gente que passa a vida inteira/ Travando a inútil luta com os galhos/ Sem saber que é lá no tronco/ Que está o coringa do baralho”. Mais que preservar a natureza é necessário defender a singularidade de cada ser humano. (PERBART, 2000: p.12)

A Sociedade Alternativa proposta por Raul Seixas e Paulo Coelho pode ser problematizada dentro das impossibilidades históricas, mas como uma probabilidade de confusão das regras estabelecidas pela sociedade vigente. As memórias dessa sociedade alternativa podem ser trabalhadas a partir da letra de música “Sociedade Alternativa”:

Viva a Sociedade Alternativa!/ Se eu quero e você quer, / Tomar banho de chapéu/ Ou esperar Papai Noel/ Ou discutir Carlos Gardel/ Então vá/ Faze o que tu queres/ Pois é tudo da lei... / Viva a Sociedade Alternativa!/ O número 666 chama-se Aleister Crowley/ ... / Todo homem e toda mulher é uma estrela/ ... / A lei do forte/ Esta é a nossa lei e a alegria do mundo.⁷

⁶ SEIXAS, Raul. As aventuras de Raul Seixas na Cidade de Thor. In: SEIXAS, Raul. *Gita*. São Paulo, Philips-Phonogram, 1974. 1. disco sonoro. Lado A, faixa 3.

⁷ SEIXAS, Raul e COELHO, Paulo. Sociedade Alternativa. In: SEIXAS, Raul. *Gita*. São Paulo, Philips – Phonogram, 1974. 1. disco sonoro. Lado B, faixa 7.

A letra de música “Sociedade Alternativa” pode ser vista como um hino cujo lema seria colocar a imaginação em primeiro plano e mostrar outras regras de subjetividade⁸. Querem realizar coisas “absurdas”, “fantasiosas”. Acreditar em contos de fada, Papai Noel. Aparentemente essa sociedade pode se mostrar como anárquica, no sentido de não ter regras e de que tudo seria permitido. Mas é justamente essa a regra: permitir-se novas formas de se relacionar e de perceber o mundo.

Por se localizar no intermédio entre inovação e modelização, ou seja, entre possibilidades de invenção de outra sociedade e a influência das estruturas da sociedade estabelecida nessas invenções, o tema das relações de Raul Seixas com uma “sociedade alternativa” foi controverso nos relatos orais de Marcos Paraguassu e Thildo Gama. Na concepção do primeiro, a sociedade alternativa não passou de um fruto dos delírios alucinógenos do compositor.

*[...] Quando voltei pro Rio em 70, em 71 foi que eu reencontrei alguns amigos. Foi quando eu encontrei a mulher de Paulo Coelho, que eu conhecia há muito tempo a mulher de Paulo Coelho. Aí teve que eu disse que eu tive um contato muito ligeiro com Paulo. Fui a casa dele algumas vezes e conheci algumas coisas... Ele me apresentou Raul. Apresentou sei lá... O que ele achou do Raul etc. Mas era muita loucura, umas coisas que eu não posso falar. Mas vocês... [...] Dá um off aqui. [Interrupção da gravação] Passado essa fase de explicação. [Risos.] [...] Eu só sei que ele em 72, 73 e Paulo Coelho foi preso por causa de... E ele também. Aí era um pouco de... [...] Quando eu falo em intervalo do ponto de vista de um movimento mais organizado. Então dizer que esses movimentos de sociedade alternativa são movimentos fortes. Não. Foi o momento em que o movimento hippie começou a chegar como tábua de salvação pra muita gente. Eu acho. Quer dizer então discos voadores, filosofias orientais.*⁹

O entrevistado aqui mencionou um “vazio político” através da noção de que se estaria vivendo um período de intervalo ou pausa na política do período porque movimentos, como o da sociedade alternativa, que não eram de massa e que não visavam à tomada do poder não eram movimentos organizados e fortes. Seguindo esse raciocínio do entrevistado, esses movimentos, por um lado, não foram nem estágios de espera para um futuro movimento organizado porque não propuseram nada.

Porém, é necessário observar que mesmo que o estado dos participantes desses movimentos fosse sob o efeito de drogas não se pode negligenciar a sua potencialidade de desafiar modos de existência estabelecidos. Já que os drogados experimentam novos territórios, especialmente territórios isolados, e provocam uma reflexão sob a “eficiência” da

⁸ Subjetividade aqui não se refere a uma qualidade natural e determinada do ser humano que impulsionaria todos os seus comportamentos em qualquer ocasião. Trata-se de uma natureza humana alterada constantemente. Ver: GUATARRI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. Cartografia do desejo. Petrópolis, Vozes, 1996.

⁹ CÂMARA, Marcos Paraguassu Arruda. *Entrevista concedida à Emília Saraiva Nery*, 9 de nov. de 2006, Salvador- Bahia

atuação das instituições tais como: a família, a escola e o Estado. Assim sendo, esses movimentos alternativos podem revelar problemáticas existenciais e profundas e ainda sinalizar para mudanças culturais. (GUATARRI e ROLNIK, 1996: p.249-256)

Já Thildo Gama relatou o envolvimento do compositor com a “sociedade alternativa” destacando a sua importância enquanto desafio ao Estado, à Ditadura do período, e aos costumes sociais:

[...] Não tinha ainda o conhecimento pra decodificar o que ele queria dizer com aquilo, com a sociedade alternativa. Pois bem, a Sociedade Alternativa é uma chave onde você bota na porta, abre e sai. Essa saída é sua liberdade. Você vai fazer o que você quiser e a Ditadura não gostou disso. Meu amigo, que liberdade é essa, que livre é esse? Não, não é livre não. Mora numa sociedade. Não podem existir duas sociedades. A sociedade alternativa é aquela que você faz o que você quer desde que não incomode ninguém. Um exemplo: você pode andar nua na rua? [...] Por quê? Mas por quê? Ele queria andar nu na rua. É minha a sociedade. Fazer aquilo que eu quero. Mas não pode. Existe um Código de Ética, Moral da sociedade. [...] As aventuras de Raul Seixas na Cidade de Thor, que virou um livro que eu tenho aqui o livro [...] O gibi fala de brigas do jovem tentando brigar contra a sociedade, mas com outro linguajar e no final, na última capa do gibi tem uma, um modelo de como se construir um estilingue, um badogma. Isso foi afronta pra polícia federal. Achou que isso aí já era começo das armas. De vez em quando tinha badogma, que atirava na polícia mesmo como bola de gude. Achou isso uma afronta além do teor que é da sociedade alternativa. Que Cidade de Thor é essa? Que Cidade de Thor? Thor é uma mitologia grega, alguém forte. Sei lá... um Deus da força. O que que tem Thor com isso aí? Então já começou a ligar isso aí com a música Sociedade Alternativa, que foi feita em 73. A música lançada em 73, 74 no disco Gita. Senão me falha a memória. Então a polícia o prendeu. Ele foi preso pra perguntar o que você quis dizer com isso aí A Cidade de Thor. O que quer dizer com Sociedade Alternativa? Não, rapaz é isso aqui e tal. A censura sempre o perseguiu. Muitas músicas dele estavam censuradas, não podia gravar. E com isso ele foi preso, segundo a mãe dele que me contou dona Maria Eugênia, ele foi espancado, que ela botou no banheiro e lavou as costas dele pra tirar o sangue. [...] Isso provavelmente em 74, que foi quando ele foi pros Estados Unidos.¹⁰

Diferentemente de Marcos Paraguassu, Thildo Gama descreve o movimento da sociedade alternativa como uma ameaça à segurança nacional. Prosseguindo nessa lógica, pregar que o homem deveria fazer o que quiser, em tempos de repressão política, era ir contra a ordem e soberania do Estado. E mais, parecia a construção de um Estado paralelo ao oficial. Outra marca distinta do relato de Thildo Gama é vincular a prisão de Raul Seixas não ao uso de drogas, como o fez o outro entrevistado, e sim, à divulgação da sociedade alternativa e do gibi “As Aventuras de Raul Seixas na Cidade de Thor”. E mais, depois dessa prisão, o compositor teria sido torturado e logo em seguida viajado pros Estados Unidos. De sorte que a partir da ordem da narração desses fatos anteriores, a coerência do discurso pode suscitar a conclusão de que Raul Seixas foi exilado do Brasil nos anos 1970.

¹⁰ GAMA, Thildo. *Entrevista concedida à Emília Saraiva Nery*, 10 de nov. de 2006, Salvador-Bahia.

Mas como exilado? O país escolhido, Estados Unidos, não era uma rota escolhida por um exilado. Mas que tipo de exílio se está falando? Aquele em que a pessoa era colocada dentro de um avião pela Polícia Federal? Seria um exílio espontâneo? Ou mais uma experiência psicodélica? Mais disputas de memórias... No bojo dessas interrogações, o suposto exílio de Raul Seixas pode ser analisado, de uma maneira geral, como uma tentativa de fuga da sedentarização dos desejos de uma vida burguesa trazida pelo período chamado de Milagre Econômico Brasileiro.

Dentro da temática política, existe um agente, um herói: E nas letras de música de Seixas existem heróis? Ele seria um herói? Existem heróis numa literatura menor? É certo que heróis soberanos, reflexos de uma interação social não existam nas sociedades modernas: “A sociedade moderna é a sociedade das massas, dos sujeitos coletivos, da solidão de homens perdidos multidão, acoçados pela burocracia, alienados pelo maquinismo e pelo capital”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2004: p.20)

O deslizamento dos casos individuais ou familiares, edipianos do pano de fundo das condições sociais e políticas de grandes literaturas para o espaço central das questões políticas é uma marca da combativa dimensão política de uma literatura menor. O lugar edipiano, burocratizado formado pelo pai, filho e pela mãe se amplia nesse tipo de literatura para todos os tipos de relações sejam estas econômicas, políticas ou jurídicas. (DELEUZE e GUATARRI, 1977: p.26)

Dessa maneira, a desintegração social pode ser burlada por heróis diferentes, artistas que podem ser chamados de “anti-heróis”. Raul Seixas, na sua produção lítero-musical parece suscitar a emergência de um insistente sujeito menor. Verificamos isso especialmente na letra de música *Mosca na Sopa*¹¹:

*Eu sou a mosca que pousou na sua sopa/ Eu sou a mosca que pintou pra lhe abusar/
Eu sou a mosca que perturba o seu sono/ Eu sou a mosca no seu quarto a zumbizar/
E não adianta vim me detetizar/ Pois nem o DDT pode assim me exterminar/ Porque
cê mata uma e vem outra em meu lugar/ ... / Olhe pro lado agora! Eu tô sempre
junto de você/ Água mole em pedra dura/ Tanto bate até que fura.*

A postura de um devir animal, que anuncia o início de uma nova fase de seu desenvolvimento, permite que o sujeito viaje por outros planos da existência, para o futuro, o passado e lugares fora desta vida.

Raul Seixas faz um exame do interior do indivíduo e, por sua vez, provoca uma nova percepção sobre os atos políticos dos anos 1970. Um passado anti-heróico é

¹¹ SEIXAS, Raul. Mosca na sopa. In: SEIXAS, Raul. *Krig-ha, Bandolo!* São Paulo, Philips - Phonogram, 1973. 1. disco sonoro. Lado A, faixa 1.

protagonizado pelo compositor que insiste numa vida de atitudes individuais e desenvolvimento pessoal como uma nova forma de engajamento intelectual, político e cultural. Em uma frase ou pedaço de frase que o leitor já tenha ouvido ou passado em branco, este capítulo revisita e analisa metáforas sobre os conflitos políticos ocorridos nas fronteiras entre a consciência e a inconsciência, a vida e a morte ou do além da morte.

Fontes e Referências

Fontes

Letras de música

SEIXAS, Raul. Ouro de Tolo. In: SEIXAS, Raul. *Krig-ha, Bandolo!* São Paulo, Philips - Phonogram, 1973. 1. disco sonoro. Lado B, faixa 10.

_____. Mosca na sopa. In: Idem. Lado A, faixa 1.

_____. As aventuras de Raul Seixas na Cidade de Thor. In: SEIXAS, Raul. *Gita*. São Paulo, Philips - Phonogram, 1974. 1. disco sonoro. Lado A, faixa 3.

_____ e COELHO, Paulo. Sociedade Alternativa. In: Idem, faixa 7.

_____; MOTTA, Marcelo Eu também vou reclamar. In: SEIXAS, Raul. *Há 10 mil anos atrás*. São Paulo, Philips - Phonogram, 1976. 1. disco sonoro. Lado B, faixa 12.

_____; ROBERTO, Cláudio. De Cabeça- pra- baixo. In: Idem. Lado B, faixa 10.

Jornais e revistas

Revista Veja (1970-1979)

Livros de memória e biografias

MOTTA, Nelson. *Noites Tropicais*. Solos, improvisos e memórias musicais. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

PASSOS, Sylvio. *Raul Seixas por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____; BUDA, Toninho. *Raul Seixas: uma antologia*. São Paulo: Martin Claret, 2000.

Entrevistas

CÂMARA, Marcos Paraguassu Arruda. *Entrevista concedida a Emília Saraiva Nery*, 9 de nov. de 2006, Salvador- Bahia.

GAMA, Thildo. *Entrevista concedida a Emília Saraiva Nery*, 10 de nov. de 2006, Salvador- Bahia.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Cartografias da Alegria. In: *Um engenho anti-moderno - A invenção do Nordeste e outras artes*. 1994. Tese. (Doutorado em História) - Unicamp, Campinas- SP, 1994, p.391.

_____. No castelo da história só há processos e metamorfoses, sem veredicto final. In: PASSET, Edson (org). *Kafka, Foucault: sem medos*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2004, p.13-32.

CASTELO BRANCO, Edwar Alencar Tristeresina: um lugar triste e lindo, capaz de nos ensinar que as cidades existem em sua forma invisível. In: VASCONCELOS, José Gerardo e ADAD, Shara Jane Holanda Costa (Orgs). *Coisas de Cidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2005, p.175-184.

DELEUZE, Gilles. e GUATTARI, Feliz. *Kafka por uma Literatura Menor*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Desejo e História. *Micropolítica*. Cartografia do desejo. Petrópolis, Vozes, 1996.

MARTINS, Eduardo. *Raul no caldeirão*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Catedral das Letras, 2005.

NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História)

PASSOS, Sylvio e BUDA, Toninho. *Raul Seixas: uma antologia*. São Paulo: Martin Claret, 2000.

PELBART, Peter Pál. *A Vertigem por um Fio*. Políticas da Subjetividade Contemporânea. São Paulo: Editora Iluminuras, 2000.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

VÁRIOS AUTORES. *Antologia Prêmio Torquato Neto*. Rio de Janeiro: Centro de Cultura alternativa. Rio Arte, 1984.

Diálogo Latino-americano: Manoel Bomfim e os principais discursos identitários latino-americanos

*Cleiton Ricardo das Neves

Resumo:

Esta comunicação trabalhará os discursos ou projetos identitários latino-americanos desenvolvidos durante o século XIX e princípios do séculos XX, tendo como principal, a abordagem de um teórico brasileiro chamado Manoel Bomfim.

Palavras-chave:

América Latina, identidade, cultura.

Abstract:

This communication will work the discourses or identity projects Latin-Americans developed during XIX century and beginning of XX century, leading, the boarding by Brazilian's interpreter Manoel Bomfim.

Key-words:

Latin-America, identity, culture.

Os principais discursos latino-americanos analisados nesta comunicação saíram da pena de Simón Bolívar, Domingo Sarmiento, José Martí, José Enrique Rodó e principalmente Manoel Bomfim.

Simón Bolívar (1783-1830) talvez tenha sido o primeiro articulador de uma união latino-americana de proporções continentais, como pode ser vislumbrado em sua clássica *Carta da Jamaica* de 1815, na qual conclama as antigas colônias espanholas a se unirem para se defenderem do inimigo comum, qual seja, o colonizador europeu.

Mas sua ação não era, de fato, somente para defender-se das possíveis reconquistas que poderiam ser levadas a cabo pela Europa, também, tinham o intuito de forjar uma nova nação latino-americana, a qual pudesse realmente estar em vigor para se impor perante a Europa, no sentido de credibilidade sócio-econômica e principalmente política.

No entanto, para se criar uma nação latino-americana de dimensão continental deveria se levar em consideração a população que a constituía, ou seja, um povo com traços negros, indígenas e europeus. Neste instante percebe-se a grande contradição na

postura de Bolívar com relação às raças que compunham a América Latina. Num primeiro instante se mostra irreduzível no que tange principalmente ao negro, pois o considerava inferior, *a posteriori*, no entanto, visando dar homogeneidade sócio-cultural para o povo, já não levava em consideração o fato de ser branco, índio ou negro, pois o que interessaria realmente era se o povo com tal constituição ia se unir para dar noção de coesão social.

Se concretizada, a confederação americana a princípio englobaria apenas as repúblicas hispano-americanas, no entanto, a partir do Congresso do Panamá, realizado onze anos após a carta da Jamaica, essa concepção ampliou-se para também englobar os Estados Unidos e o Brasil, que acabaram sendo convidados para o projeto de confederação de Bolívar. O Bolívarismo (como é conhecido o movimento de integração iniciado por Bolívar) é antes de tudo um projeto sócio-político multilateral, pois pretendia atender às aspirações de distintas nacionalidades recém constituídas, não desprezando aquelas que já estavam relativamente estabilizadas, como o Brasil e os Estados Unidos e isso através da coesão e “homogeneidade”, idealização máxima e por conseqüência distante da realidade histórico-social americana.

O plano de Bolívar era o fazer com que cada nação participante da confederação cedesse parte de sua soberania para o bem maior que seria a união, no entanto, ainda teria a autonomia interna, que ficaria a cargo da administração do próprio país.

No entanto a utopia Bolívarista de federação americana fracassa ao longo do século XIX, após sucessivas tentativas.

Ao longo do século XIX, com a consolidação da projeção internacional dos Estados Unidos, o interamericanismo foi ganhando uma expressão cada vez mais ajustada ao projeto monroísta de integração econômica, afastando-se por conseqüência de sua vertente inicial, bolivariana de característica política.

Analisaremos agora o pensamento do argentino Domingo Faustino Sarmiento que, cronologicamente falando, foi o segundo a propor uma solução identitária para a América Latina.

Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) foi um teórico argentino, fruto do momento histórico de emancipação e conseqüente afirmação das antigas colônias ibero-americanas durante o século XIX.

O projeto identitário encabeçado por Sarmiento tinha como princípio a refutação e execração do passado latino-americano de influência ibérica. Neste prisma, a cultura híbrida de hispano-americanos, um mistura de indígenas, negros e brancos deveria ser

extirpada, pois a mesma seria a representação máxima da barbárie na qual se encontravam até então a Argentina e por extensão a América Latina. Em seu lugar, deveria ser colocada uma cultura superior, de origem européia e branca.

O modelo de Estado-nação a ser seguido pelo projeto sarmientiano era o dos Estados Unidos da América, e para se alcançar tal modelo, em sua concepção, deveria se incentivar a imigração em massa de europeus como parte de uma política de Estado. Os indígenas, elementos indesejados na nova sociedade a ser construída por Sarmiento, foram com isto, expulsos para além da fronteira.

Para fundar a identidade Argentina no caminho do progresso, seria necessário aniquilar toda e qualquer manifestação de barbárie. A civilização teria inevitavelmente de destruir tal barbárie para se colocar a caminho do progresso.

Dessa forma, o antídoto para o atraso comparativo da América Latina e em especial da Argentina, seria “fazer o mesmo que os norte-americanos, que em sua passagem para o oeste exterminaram os índios” (SARMIENTO, 1996, p.39).

Para Sarmiento, a saída para o atraso da América Latina seria imitar em número, gênero e grau os Estados Unidos da América em sua trajetória histórica.

No entanto, somente com a população Argentina da época seria impossível explorar tão amplo e rico território. Por esse motivo, sua principal tese é a de que a imigração em massa de europeus possibilitaria a vinda conseqüente de tecnologia e competência para se efetivar o progresso da Argentina.

Esta crença numa superioridade do homem branco encontrou ressonância em vários países da América Latina, se distanciando do que a América tem de mais original, o elemento mestiço.

Vejamos agora o que Martí pode acrescentar a este debate de idéias.

José Júlian Martí y Pérez (1853-1895), nasceu em meados do século XIX, em Havana, Cuba e em seu mais conhecido ensaio intitulado *Nuestra América* de 1891, se propõe a analisar os principais perigos a serem combatidos para se chegar à verdadeira alma americana, os quais são esboçados metaforicamente como “tigres de afuera” e “tigres de adentro”. “Os primeiros estariam identificados com as ameaças expansionistas e com o modelo representado pelo vizinho do Norte - a outra América, os Estados Unidos. Já os segundos estariam representados por vários fatores que ameaçavam a América espanhola, tais como a herança colonial, o localismo, a falta de raízes, e excessiva importação cega de fórmulas alheias, os falsos eruditos”, todos estes elementos produziam a alienação da cultura pátria, e por isso deveriam ser combatidos

veementemente. “... Ante uma realidade reconhecidamente fragmentada, o exercício ordenador visava a defender a sua América tanto dos tigres internos quanto dos externos” (CARVALHO, 2003, p.211).

Para José Martí, a Literatura em suas diversas manifestações, tem a função de exprimir o que a alma nacional aspira. Isto porque toda obra literária é social e também expressão do social. É social por estar interessada nos problemas sociais e é uma expressão social por exprimir as condições de vida da sociedade e do momento histórico em que é produzida. Portanto, a identidade de um povo é expressa primeiramente na literatura, e posteriormente pode vir a tornar-se ideologia política oficial. É por isto, que no projeto identitário de Martí, a literatura tem um papel fundamental. Isto justifica a insistência de Martí em difundir o conhecimento do papel da literatura em seus constantes artigos para vários jornais por toda a América. Num artigo para o jornal *La nación*

Martí destacava o importante papel da Literatura americana para propagar o ‘desfecho final e feliz das suas contradições aparentes’, acolhendo espontaneamente o ‘conselho e ensinamento da natureza para promulgar uma paz sobre os dogmas e paixões rivais’ (CARVALHO, 2003, p.202).

Em contraposição a uma concepção identitária do gigante do norte, Martí empreende o projeto de construção identitária da “Nuestra América”, fundada no que há de mais original no Novo Mundo, a alma latino-americana mestiça. Esta alma, “emana, igual e eterna, de corpos diversos em forma e cor” (MARTÍ, 1983, p.200).

Na concepção de Martí, assim como em Bomfim, a literatura é portadora do motor propulsor revolucionário, ela é o termômetro identitário que determinará o grau de insatisfação e de aspiração às mudanças sociais significativas, nas quais o que seja a alma americana tanto em Bomfim quanto em Martí, venha ser devidamente expressada e representada. Assim, o literato, ao apresentar a interpretação da realidade em suas obras, faz nada mais nada menos que uma leitura resignificada do ambiente histórico-social. Pois mantém um diálogo entre o que está dado (realidade), e o que se propõe como sociedade ideal (dever-ser enquanto projeto), sempre numa relação dialética em busca da identidade nacional.

Martí prevê as dificuldades de se efetivar a libertação latino-americana e a conseqüente construção de uma identidade a nível continental, no entanto, ele

vislumbra tais dificuldades como reais desafios, sem os quais nenhuma nação se tornaria autônoma com afirmação de identidade e cultura próprias, pois

a facilidade é a sereia dos fracos; mas é motivo de desdém para os fortes, causa de enfraquecimento e grandes prejuízos para os povos.... é sinal de força meditar para crescer: e conhecer a terra em que haveremos de semear. É sinal de força convidar as Letras para que venham caminhar no rumo patriótico, de braços dados com a história, e assim, as duas serão mais bem vistas pois parecem irmãs, e de braços dados com o estudo, que é pai prolífico, esposo sincero e amante generoso. É sinal de força, em suma, diante da obra gigantesca, esquecer o fervor pessoal e realizar a obra (MARTÍ, 1983, p.69).

A construção da identidade latino-americana passa pela concepção de uma América Latina mestiça, sendo que a mestiçagem é o que temos de mais original, e como tal símbolo máximo do ser americano.

Abordaremos agora o pensamento de José Enrique Rodó, e sua contribuição para o debate identitário latino-americano.

José Enrique Rodó (1871-1917) foi um pensador uruguaio inserido no caloroso debate identitário do século XIX e início do século XX, o qual publicou sua obra de maior relevância *Ariel*, em 1900.

Este livro foi fruto de uma necessidade por parte de Rodó em interpretar e propor um projeto identitário para a América Latina. No entanto, ao passo que propunha a identidade latino-americana, identidade esta que havia se perdido ao longo do tempo e principalmente durante o século XIX, questionava os projetos identitários que se esqueciam das origens do povo americano.

O título de sua obra *Ariel* foi uma clara referência à peça de teatro intitulada *A Tempestade* de William Shakespeare, na qual além de Ariel continham também personagens como Próspero e Calibán.

Na peça de teatro de Shakespeare Ariel representa o intelectual, o espírito, a cultura, a interpretação, enquanto Próspero representa o conquistador, organizador, administrador, e por fim, Calibán representa o nativo, selvagem, não europeu.

Uma das representações do homem americano se encontra no personagem Calibán de Willian Shakespeare, que nada mais é do que uma combinação trágica entre o selvagem medieval e o indígena americano.

Rodó em seu livro *Ariel*, refuta a argumentação que colocava o homem latino-americano como o Calibán, para tanto, em sua obra, o homem latino-americano é representado por Ariel.

Porém, na obra de Rodó Ariel é o jovem, idealista, inteligente, europeizante, enquanto Próspero é identificado como o herói civilizador e Calibán é o utilitarista sem ideais, interessado apenas em realizações e bens materiais, uma nítida alusão ao modelo norte-americano que Rodó considerava impróprio para a América Latina.

Se o homem latino-americano é a figura de Ariel, fica claro então o papel da América Latina enquanto responsável pela renovação do espírito das Américas, pois

tão logo morre a eficácia de um ideal, a humanidade veste novamente suas galas nupciais para esperar a realidade do ideal sonhado com nova fé, com tenaz e comovente ternura. Provocar essa renovação, inalterável como um ritmo da Natureza, tal é, em todos os tempos, a função e a obra da juventude (RODÓ, 1991, p.17).

Precisa-se urgentemente, na concepção de Rodó, colocar em prática as potencialidades latino-americanas, que são símbolos de juventude e beleza. Estas potencialidades estariam vinculadas ao passado perdido de influência ibérica e cristã que precisava ser resgatado e colocado em um novo plano de destaque, pois o que traria efetivamente a identidade latino-americana estaria intrinsecamente ligado à herança ibérica.

Se Bomfim afirma que a origem dos males latino-americanos está na forma ibérica de colonização, Rodó redime o homem ibérico, afirmando que é justamente este passado que nos diferencia dos povos anglo-saxônicos.

Segundo Rodó, o cristianismo desempenharia um papel fundamental na construção identitária da América Latina, pois além de fazer parte indissociável do passado cultural dos povos latino-americanos, traz em si o supremo princípio de igualdade a partir do qual a identidade sócio-cultural latino-americana se manifestaria e seria princípio ordenador das nações.

Nesta perspectiva, enquanto Bomfim execra a função do cristianismo em sua manifestação católica na constituição e exploração do novo mundo, Rodó afirma a posição de defensora da igualdade desde os primórdios e tenta resgatar tal influencia no intuito de legitimar seu projeto identitário.

Dessa forma, é uma tarefa árdua que se deve empreender para resgatar e afirmar a cultura latino-americana, sustentada pelos três pilares que são o componente latino, o cristão e o hispânico.

Por fim analisaremos o pensamento do brasileiro Manoel Bomfim, que conquanto seja o último dos cinco intérpretes da América Latina aqui analisados, para nós brasileiros é de fundamental importância, isso, porque foi um dos primeiros teóricos brasileiros a se dedicarem à temática latino-americana.

Manoel Bomfim, sergipano de Aracaju, nasceu em 1868, era médico, radicado no Rio de Janeiro, mostrou-se ao longo de sua vida um estudioso apaixonado dos problemas nacionais, investigando suas causas, denunciando seus males, apontando soluções, como atestam seus livros, citados aqui a partir de sua publicação original, *A América Latina* (1905), *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930), e *O Brasil nação* (1931). Sua análise tanto do Brasil quanto da América Latina passa pela Sociologia, História, Literatura, Pedagogia e Psicologia.

A perspectiva americanista de Bomfim analisada aqui foi delimitada pela obra *A América Latina: Males de Origem* (2005) e pela discussão na qual está inserida (discussão iniciada com maior ênfase no início do século dezenove e que se prolongou pelo século vinte), qual seja, a preocupação acerca do passado histórico e da construção de uma comunidade imaginada maior, latino-americana. Os traços de união latino-americana estariam identificados por um passado comum, pela forma similar como foram constituídas essas sociedades através da colonização ibérica. Este ponto seria fundamental para colocá-las no caminho do “progresso” ao mesmo tempo em que responderia as desconfianças européias acerca da viabilidade da América Latina.

Neste sentido, na obra de Manoel Bomfim é possível vislumbrar um discurso positivo acerca da mestiçagem que foi tão influente no final do século XIX e de uma forma mais madura no início do século XX. Um dos primeiros teóricos a valorizar a mestiçagem foi José Martí seguido por José Enrique Rodó e Manoel Bomfim. Dessa forma, o pensamento de Manoel Bomfim está inserido no rol de intelectuais que iniciaram uma tradição de defesa americanista pautada na valorização da mestiçagem.

Se de um lado temos a ameaça européia, por outro temos o vizinho do norte, os Estados Unidos, que se colocou como o legítimo defensor de seus vizinhos, perante a Europa. Dessa forma, Bomfim identifica duas ameaças à América Latina, frente às quais o homem latino-americano teria que se portar como construtor de algo singular

que é a cultura e a identidade nacional, traços peculiares das potências nacionais da época.

A questão racial sempre foi um grande entrave para a América Latina perante o mundo, pois aqui, na América Latina, levou-se às últimas conseqüências as possibilidades de miscigenação, e o resultado foi o mestiço latino-americano símbolo máximo do que de mais original se construiu no continente.

Manoel Bomfim em *A América Latina: Males de Origem* fala de comunidade de raças, quando fala de comunidade de raças está afirmando a plasticidade de interação racial que se formou na América Latina, no entanto, tal plasticidade foi herdada do homem ibérico, pois o mesmo já vinha de uma mestiçagem histórica. Esta tradição ibérica possibilitou a fusão das três raças desde o início da colonização resultando no traço característico da América Latina, a mestiçagem.

Bomfim para defender a América Latina das acusações européias, busca do referencial teórico da Biologia, os elementos necessários para analisar a história e fundamentar sua acusação contra a pretensão neocolonialista da Europa e EUA.

O conceito de “parasitismo social” é um dos termos emprestados da Biologia para se analisar a realidade social latino-americana. Dessa forma o relativo atraso em que se encontrava a América Latina era fruto de um processo histórico, no qual as metrópoles foram durante todo o tempo de colonização, verdadeiros parasitas.

O parasitismo social foi um sistema a partir do qual as metrópoles sugavam todas as potencialidades latino-americanas, não permitindo que as mesmas se desenvolvessem. Ao contrário, fazia o organismo parasitado se definhar beirando a morte, foi exatamente o que aconteceu com a América Latina, pois na concepção de Bomfim, a América Latina no momento da independência era um corpo semimorto, que estava naquele instante despertando para a vida.

O parasitismo social, portanto, foi o grande obstáculo encontrado por Bomfim para se construir o projeto identitário latino-americano, pois era um passado nefasto que deveria ser substituído a todo custo pelas verdadeiras manifestações culturais do povo latino americano. Porém, somente poderia haver engajamento social do povo a partir do momento que houvesse um processo de reeducação social, uma educação que pudesse estar sensível à realidade latino-americana para se efetivar o progresso social da América Latina e do Homem latino-americano.

Referências Bibliográficas

- BOLÍVAR, Simon. “A carta da Jamaica”. In: *Fuentes de La Cultura latinoamericana*. México: Fondo de Cultura econômica, 1995.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina; males de origem: O parasitismo social e evolução*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: Caracterização da Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2ª edição.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História: Deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, 2ª edição.
- CARVALHO, Eugênio Rezende de. *América para a Humanidade: O americanismo universalista de José Martí*. Goiânia: editora UFG, 2003.
- MARTÍ, José. *Nossa América*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- RODÓ, José Enrique. *Ariel*. São Paulo: ed. Da UNICAMP, 1991.
- SARMIENTO, Domingos Faustino. *Facundo: Civilização e Barbárie*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PARA ALÉM DO “SERTÃO DO LITORAL”: AS DISPUTAS PELA CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO NA IMPRENSA LOCAL DO OESTE DE MINAS GERAIS, NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA.

Gilberto Cezar de Noronha¹

Resumo:

Pela análise de jornais que circularam no oeste de Minas Gerais nos primeiros anos da República, pretende-se discutir as possibilidades de análise dos espaços interioranos do Brasil, em sua relação com aqueles de maior dinamismo. Quando ainda não havia ainda uma “grande imprensa” consolidada e os pequenos jornais, além de veículos importantes para a disputa política, registraram práticas, anseios e projetos locais que muitas vezes são ofuscadas pelas imagens totalizantes sobre interior do Brasil, construídas posteriormente. Os jornais produzidos nessa região específica registraram ações e conflitos que nos sugerem elementos para questionar as imagens do sertão comumente assumidas pela historiografia. Pretende-se portanto, analisar as práticas sociais e culturais dos sujeitos que produziam esses registros, pelos quais pensavam seu espaço e a configuração de um território em disputa.

Palavras-chave: Sertão, imprensa, local.

Abstract:

For the analysis of newspapers that they circulated at the west of Minas Gerais in the first years of the Republic, it intends to discuss the possibilities of analysis of the provincial spaces of Brazil, in your relationship with those of larger dynamism. When there still were not still a "great consolidated press" and the small newspapers, besides important vehicles for the political dispute, they registered practices, longings and local projects that a lot of times are obscured by the including images on interior of Brazil, built later. The newspapers produced in that specific area they registered actions and conflicts that suggest us elements to question the images of the interior commonly assumed by the historiography. It is intended therefore, to analyze the social and cultural practices of the subjects that produced those registrations, for the which thought your space and the configuration of a territory about dispute.

Key-Words: Interior, presses, place.

Em 28 de outubro de 1956, era distribuído em Belo Horizonte, no Centro e oeste de Minas Gerais, o primeiro número da nova fase do jornal *Centro de Minas*, sob a direção de Altino Argemiro Júnior. Este número era a retomada do projeto de uma folha semanal lançada, em 1908 – a quarenta e oito anos antes, por seu pai, em Curvelo, “*a cidade mais central de Minas Gerais*” (VIANA, 1956:2). A grande maioria dos textos publicados neste número tinha como objetivo rememorar os bons “*tempos do jornalismo da roça*” (ARGEMIRO, 1956:1) e se propunha a avaliar as mudanças ocorridas na imprensa do interior neste intervalo de quase meio século. Dentre essas mudanças, a mais curiosa talvez fosse

¹ Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco – FASF/LUZ. Doutorando em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia.

aquela que passou despercebida por todos os cronistas do periódico: o novo *Centro de Minas* (a folha de Curvelo) agora era feita em Belo Horizonte.

Para além da evidência não intencional de que a imprensa tinha mudado seus espaços de atuação no Brasil neste intervalo entre 1908 e 1956, este número do jornal de Curvelo propunha também discutir as modificações desse espaço específico e da gente que o habitava. Em sua colaboração de Belo Horizonte, Alberto Deodato, comentava o retorno do jornal e se perguntava sobre a nova realidade em que ele ressurgia: “*Esta folha que foi a menina dos olhos do velho batalhador [Altino Argemiro], reaparece, após anos de silêncio, para a circulação e para a peleja. Virá encontrar tudo mudado. A terra e os homens.*” E lançava uma pergunta desafiadora: “*Para melhor ou para pior?*” (DEODATO, 1956:2)

Ainda hoje, a considerar o campo da historiografia, teríamos sérias dificuldades em respondê-lo. Não somente porque sabemos pouco sobre a conjuntura do centro e oeste de Minas de 1956, mas sobretudo porque, a historiografia tem ignorado a situação da região no início do século XX, seja do ponto de vista da organização espacial, social ou cultural. Temos nos contentado, muitas vezes com as respostas fáceis de que, por sua insignificância (mais econômica que política) a região esteja fora dos acontecimentos históricos mais amplos da história brasileira. Um terreno deserto de civilização no início do século, a região oeste de Minas permanece atrasada na década de 1950: esta tem sido aceita a imagem aceita sem críticas e a avaliação de um suposto processo de mudança entre estes dois momentos, na região, certamente não preocupou os historiadores, até hoje.

Quando até mesmo nas cidades maiores como Rio de Janeiro e São Paulo, o jornalismo representava empreitada difícil (Cf. CRUZ, 1994), qual o significado da ação de Alberto Argemiro, o responsável pela manutenção de um jornal no interior de Minas Gerais no início do século? Considerando a imprensa local enquanto território de luta e prática social, ainda perguntamos: quais as intenções, as suas expectativas em relação a esse espaço específico e quais os significados de suas práticas jornalísticas?

A despeito da grande quantidade de jornais locais existentes na região do centro-oeste de Minas em fins do século XIX e início do século XX, a criação e manutenção de um jornal na região era um empreendimento incerto. O principal objetivo dessas folhas modestas era dar voz aos grupos políticos locais, mas certamente, não era o único: nas palavras de Lourenço Viana, o jornal local se entregava “*às lutas pelo engrandecimento de nossa sociedade, pela salutar política da gleba, isenta do partidarismo estéril, pela elevação moral, social e cultural (...) pela firmeza do patriotismo*” para tornar o interior “*respeitável e admirável em Minas e no Brasil*” (VIANA, 1956:2). A imprensa local era o principal espaço

de discussão e projeção política, mas a prática do jornalismo do interior enfrentava muitos desafios: além das dificuldades técnicas e financeiras, a retaliação à crítica política e a escassez de leitores/assinantes.

A *folha do Cedro*, um jornal *Litterário, noticioso e humorístico*, publicada no Distrito da Fábrica do Cedro, município de Paraopeba, escrevia em seu editorial de 7 de abril de 1912, por ocasião de seu primeiro aniversário, sobre as dificuldades de manutenção do jornal de província:

Para nós, como para quantos conhecem a vida de um jornal provinciano, o tempo decorrido [um ano] representa uma somma enorme de sacrifícios e contrariedades. (...) De todos os jornais fundados neste distrito (da vila de Curvelo) foi o único que conseguiu a sua publicação semanal e que a mantém até hoje. Para muitos passam despercebidas as peripécias que cercam a sua existência, que demonstram da nossa parte um amor extraordinário ao jornalismo. (...) o seu redactor é também o revisor, o paginador, o impressor e o expeditor². Os typógraphos são três creanças inteligentes que nesta VIA DOLOROSA nos auxiliam e nos animam imensamente. É assim feita a obscura folha e sel-o-ha para o futuro. Não temos receita para o custeio das despesas, contamos apenas com o auxílio das assignaturas e esse só nos tem enviado em parte. (...) Aos assignantes em atrazo, rogamos a gentileza do pagamento de suas assignaturas” (SILVA, 1912:1)

Além das dificuldades de produção, e ligadas a elas, a circulação dos jornais era restrita. Além da dificuldade de angariar assinaturas, a distribuição dos periódicos era dificultada pelas falhas do serviço postal. Com atraso na entrega, sobretudo pela lentidão dos agentes do correio, o serviço postal, era motivo de reclamação recorrente dos editores.

Os editores das folhas locais concebiam sua prática jornalística como um ato heróico de grande importância, ainda que não reconhecida como tal pelos centros mais dinâmicos, pela imprensa de maior alcance ou pela própria população local. Os jornais que analisaremos não tinham longo alcance, não repercutiam para além da região centro-oeste mineira. Circulavam com dificuldades, eram pouco lidos e quando o eram, muitas vezes eram alvos de retaliação. Alfredo Borges, redator e proprietário d’ *O comércio*, da Cidade de Patos, escrevia:

O pobre diretor de um jornal editado em uma Cidade como Patos, a cada passo se vê a braços com sérias dificuldades, e até mesmo sob ameaças (...). Mesmo antes de iniciarmos a publicação do *Comércio*, já conhecíamos aquela verdade, já sabíamos que muitos espinhos havíamos de encontrar em o nosso caminho, mas esperávamos que Patos fosse progredindo sempre. Tornando mais suave a nossa luta. Triste illusão! (O COMÉRCIO, 1911: 1)

² Esse acúmulo de cargos, interferia na produção e periodicidade do jornal, como podemos observar ainda no mesmo número o pedido de desculpas por não ter circulado no domingo anterior, pela “ausência do redator da folha, que esteve em viagem durante seis dias”. (SILVA, 1912: 1).

A despeito das dificuldades técnicas, os jornais locais estavam engajados em projetos políticos para a região oeste de Minas. As idéias que mais têm nos chamados à atenção em sua leitura são a busca do progresso, da ordem e a civilização. Essas aspirações vinham sempre acompanhadas da forma como os escritores concebiam seu espaço de vivência e as diversas idéias e práticas com as quais lidavam.

José Joaquim de Oliveira, no editorial de 13 de novembro de 1904 da folha local, **O Abaeté**, conclamava seus leitores a entrar:

pelos sertões do nosso país e vêde. Causa lástima. O homem dos tempos coloniais é o mesmo homem de hoje, repetindo mechanicamente os mesmos hábitos, com a mesma índole, os mesmos costumes em toda sua rudeza primitiva. Não tem noção do progresso. O que fez ontem faz hoje e fará amanhã. O monjolo ainda se constitui forçado fator de sua prosperidade. Produz o que não basta para as despesas annuai (OLIVEIRA, 1904: 1).

No alvorecer do século XX, José de Oliveira denunciava o atraso técnico e cultural do povo da região do centro-oeste mineiro e constatava que o povo do sertão constituía uma “*massa ignara*” e o Brasil constituía uma “*terra morta de inanição*”, decadente porque a “*indústria agrícola entre nós morreu*” devido, segundo ele, às conseqüências do fim da escravidão, “*esse atentado flagrante contra a propriedade privada e contra a fonte principal de riqueza da nação e a causa precípua da desorganização do serviço agrícola*” (Ibidem).

Na sua caracterização do povo e da terra, Oliveira concorda com a visão que os cidadãos tinham, desde pelo menos a segunda metade do século XIX (BASTOS, 1863), sobre as regiões de menor dinamismo como Abaeté. No entanto, a sua posição contrária ao fim da escravidão, longe de contradizer sua aspiração ao progresso, diz respeito ao desafio enfrentado pelas regiões interiores do Brasil, especialmente o oeste de Minas Gerais, com a escassez de mão-de-obra, necessária ao progresso e à indústria, manufatureira e agrícola.

Como observa Sérgio de Oliveira Birchall, ao pesquisar o mercado de trabalho mineiro no século XIX, diferentemente de Rio e São Paulo, que tiveram como alternativa ao braço escravo na emergente indústria, a mão-de-obra estrangeira, “*em Minas Gerais o trabalho escravo foi substituído em larga medida pela mão-de-obra brasileira livre*”. (BIRCHALL, 2006: 21-22). Longe de ser uma opção, a utilização da mão de obra livre brasileira foi uma necessidade que trouxe implicações: a necessidade de investimento em treinamento da força de trabalho nativa que suscitou, ao mesmo tempo as reclamações quanto à ignorância do povo e a preocupação com a educação bem como a necessidade de disciplinarização para o trabalho e a “manutenção” da ordem.

Recorrente nos jornais locais do centro e oeste (talvez em todo o interior de Minas senão do Brasil³) a preocupação com a educação e com a ordem, estava relacionada com as novas demandas de organização do trabalho. O fim da escravidão e a necessidade de mão-de-obra para a consecução do aspirado progresso técnico trazem a preocupação dos jornais, especialmente na primeira década do século XX, com a *vadiagem ou a vagabundagem*.

Em 13 de dezembro de 1908, *o Curvellano*, órgão do Partido Republicano Municipal, publica uma coluna com o título *A Vagabundagem*:

Devido aos nossos pedidos, o capitão Praes prohibio a mendicidade aos que não mostrassem licença da polícia; perseguio os vagabundos, mas precisando sair da cidade, o seu substituto tem fornecido licença para mendigar, não só os necessitados, como a verdadeiros exploradores, vagabundos, pessoas válidas que podem perfeitamente viver do trabalho honesto. Entenda-se uma tal desarmonia de vistas entre as autoridades que deviam agir accordes! Afinal o prejudicado é o público. Esperamos que o senhor capitão Praes corrija o abuso fazendo examinar os mendigos novamente afim de cassar a licença aos que não a merecem. E mais um apertinho nos vadios seria excellente (O CURVELANO, 1908:3).

Mais do que informar, o jornal demonstra explicitamente sua ação política para interferir nos acontecimentos. O trabalho honesto que os vadios válidos poderiam, ou eram impelidos a procurar pela repressão policial requerida, poderia ser na fábrica de tecidos do Cedro que tinha instalações em Curvello e em diversas outras localidades, como Montes Claros. Ou ainda, poderiam cuidar da indústria agrícola mais abundante em toda a região.

Conforme reclamava também José Joaquim de Oliveira, no editorial do *Abaeté* de 28 de maio de 1905, constituía preocupação fundamental para os Republicanos municipais de toda a região, a nova situação social e a exigência de novas relações de trabalho. A necessidade de mão-de-obra, agora forçosamente livre, faziam-nos se voltar contra a existência de “*homens fortes e robustos, [que] estão aí entregues à ociosidade, embriagando-se, escandalosamente e insultando, com palavras agressivas aos trabalhadores que passam!! Ao invés de empunhar a enxada ou outro qualquer instrumento de trabalho.*” (OLIVEIRA, 1905: 1).

Ao mesmo tempo em que aspiravam o progresso da terra cuja indústria ia se “*desenvolvendo impulsionada pelo influxo da via-férrea Oeste de Minas*” que salientava também a indústria agropastoril de “*gado vaccum e suíno, a cultura da cana e dos cereais*”, era cada vez mais premente a garantia da ordem e da instrução para o estabelecimento dessas

³ Raquel Discini de Campos, ao estudar dois jornais do interior paulista (*A Notícia* (1924-1930) e *O Município* (1926-1929), matutinos editados na cidade de São José do Rio Preto) observa semelhante ênfase na educação que, segundo a autora, “assumia vários significados, desde a esfera estrita da escolarização até o âmbito dos costumes e valores morais. (...) destacava-se a temática escolar, sempre voltada para a normatização de espaços e pessoas postas sob seu raio de ação”. Cf. CAMPOS, 2004).

novas relações. A preocupação com o estado de conservação das cadeias locais será recorrente nos jornais locais, especialmente a partir de 1910. Depois de não poder mais explorar o homem como trabalhado escravo, nem forçá-lo a deixar de usufruir sua “liberdade” para aderir a uma nova rotina de trabalho para o progresso e se integrar à civilização, “*cumpre à sociedade banir do seu seio, micróbios pestilentos, não com bons conselhos, porque elles os rejeitam, mas com desprezo*”(Ibidem).

O editorial do Cordisburgo de 23 de fevereiro de 1913, ao chamar a atenção ao *que é urgente*, na região, evidenciava alguns efeitos colaterais do progresso já conquistado; Acreditava que “*para se avançar sempre a frente dos melhoramentos da terra*” seria “*mister o cuidado assíduo da observação tenaz e rigorosa em torno das forças de que dispomos*”. Para ele, o jornal local deveria cumprir o papel de “*sentinella e vigilante*” para evitar “*mal entendidos prejudiciaes ao evoluir d’esta terra*” Assim, acreditava que o jornal não poderia se abster de alertar ao povo para a necessidade de resolver um problema capital: “*a invasão de desordeiros e vagabundos expulsos de São Paulo e do Rio, e outros pontos do paiz, como typos nocivos a toda sociedade que se preza* (O CORDISBURGO, 1913: 1).

Interessante notar que a linha de ferro trouxe o progresso e suas conseqüências não esperadas. São Paulo e Rio, nesta perspectiva são concebidos como lugares de origem de desordeiros e vagabundos e não o lugar da civilização e do progresso – representação comum. Isso nos faz questionar o estudo desses espaços do interior unicamente pelas fontes produzidas por aqueles que estiveram nesses centros “mais civilizados” (desbravadores, higienistas, cientistas sociais, etc). Estes construíram sua interpretação do Brasil forjadas na dicotomia litoral x sertão, civilização x barbárie, nas campanhas de interiorização da civilização que enxergam o interior como o espaço da barbárie, da escuridão dos costumes e da moral, e se propõem a descer a essas baixas camadas, adentrar ao sertão na missão de avivar “*uma esperança no coração do oprimido e acend[er] um pharol nas trevas do seu futuro*” (BASTOS, 1863: 38). Os jornais locais trazem outras possibilidades de análise.

Para os mendigos inválidos, a caridade; para os vadios a polícia; para os sadios o trabalho; para a elite a política, o mando, a discussão da “*cousa pública*”: eis o discurso consensual observado nos jornais locais sobre a região em sua relação com a modernização. Estas eram questões que para a elite local se colocavam acima da luta partidária. No entanto, os jornais do interior eram espaços também da luta partidária, de expressão das dissensões dos grupos políticos dominantes: seja quando questionavam a truculência da força pública comandada pelas facções políticas locais a serviço do interesse particular, seja pelo isolamento dessas regiões e de sua elite política em relação ao comando da República.

Estavam em disputa as diversas forças locais que buscavam a integração e a modernização e ainda não havia uma imagem consolidada no sertão como fracasso e reduto de coronéis, da barbárie social e política. Competiam ainda formas diversas de representação desse espaço específico.

REFERÊNCIAS:

ARGEMIRO, Alberto (o velho). Houve tempo... *Centro de Minas*. Curvelo. Ano 20, n. 1 (Nova fase), 28 de outubro de 1956

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário*. 2.ed. Rio de Janeiro: Actualidade, 1863.

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. *O mercado de trabalho mineiro no século XIX*. Belo Horizonte.:IBMEC, 2006.

CAMPOS, Raquel Discini e. *A "Princesa do Sertão" na Modernidade Republicana - Urbanidade e Educação na Rio Preto dos anos 1920*. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e Imprensa*. Uberlândia: Edufu, 2004.

COELHO, Marcos Antônio Tavares". *As diversas vidas de Zé Bebelo*. *Estudos Avançados*. vol.17, no.49. São Paulo, Sept./Dec. 2003.

CRUZ, Heloísa de Faria. *Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, peiodismo e vida urbana – São Paulo 1890-1915*. São Paulo: PUC/SP, 1994. (Tese de doutoramento).

DEODATO, Alberto. A minha saudação especial para o Centro de Minas. *Centro de Minas*. Curvelo. Ano 20, n. 1 (Nova fase), 28 de outubro de 1956.

NETTO, Ferreira. Olhar restrospectivo. (Editorial) *O Cordisburgo: Orgam de Interesses Geraes*. Cordisburgo. Ano I. n. 24, 08 de junho de 1913

OLIVEIRA, José Joaquim de. *O Abaeté*. Abaeté, Minas Gerais. 13.nov. 1904. (Editorial)

SILVA, Manoel. A. *Folha do Cedro. Litterária, noticiosa e humorística*. Distrito da Fábrica do Cedro/Curvelo, Ano I, n. 52. 7 de abril de 1912.

VIANA, Artur Lourenço. De novo na Liça. *Centro de Minas*. Curvelo. Ano 20, n. 1 (Nova fase), 28 de outubro de 1956.

PARA ALÉM DO “SERTÃO DO LITORAL”: AS DISPUTAS PELA CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO NA IMPRENSA LOCAL DO OESTE DE MINAS GERAIS, NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA.

Gilberto Cezar de Noronha¹

Resumo:

Pela análise de jornais que circularam no oeste de Minas Gerais nos primeiros anos da República, pretende-se discutir as possibilidades de análise dos espaços interioranos do Brasil, em sua relação com aqueles de maior dinamismo. Quando ainda não havia ainda uma “grande imprensa” consolidada e os pequenos jornais, além de veículos importantes para a disputa política, registraram práticas, anseios e projetos locais que muitas vezes são ofuscadas pelas imagens totalizantes sobre interior do Brasil, construídas posteriormente. Os jornais produzidos nessa região específica registraram ações e conflitos que nos sugerem elementos para questionar as imagens do sertão comumente assumidas pela historiografia. Pretende-se portanto, analisar as práticas sociais e culturais dos sujeitos que produziam esses registros, pelos quais pensavam seu espaço e a configuração de um território em disputa.

Palavras-chave: Sertão, imprensa, local.

Abstract:

For the analysis of newspapers that they circulated at the west of Minas Gerais in the first years of the Republic, it intends to discuss the possibilities of analysis of the provincial spaces of Brazil, in your relationship with those of larger dynamism. When there still were not still a "great consolidated press" and the small newspapers, besides important vehicles for the political dispute, they registered practices, longings and local projects that a lot of times are obscured by the including images on interior of Brazil, built later. The newspapers produced in that specific area they registered actions and conflicts that suggest us elements to question the images of the interior commonly assumed by the historiography. It is intended therefore, to analyze the social and cultural practices of the subjects that produced those registrations, for the which thought your space and the configuration of a territory about dispute.

Key-Words: Interior, presses, place.

Em 28 de outubro de 1956, era distribuído em Belo Horizonte, no Centro e oeste de Minas Gerais, o primeiro número da nova fase do jornal *Centro de Minas*, sob a direção de Altino Argemiro Júnior. Este número era a retomada do projeto de uma folha semanal lançada, em 1908 – a quarenta e oito anos antes, por seu pai, em Curvelo, “*a cidade mais central de Minas Gerais*” (VIANA, 1956:2). A grande maioria dos textos publicados neste número tinha como objetivo rememorar os bons “*tempos do jornalismo da roça*” (ARGEMIRO, 1956:1) e se propunha a avaliar as mudanças ocorridas na imprensa do interior neste intervalo de quase meio século. Dentre essas mudanças, a mais curiosa talvez fosse

¹ Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco – FASF/LUZ. Doutorando em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia.

aquela que passou despercebida por todos os cronistas do periódico: o novo *Centro de Minas* (a folha de Curvelo) agora era feita em Belo Horizonte.

Para além da evidência não intencional de que a imprensa tinha mudado seus espaços de atuação no Brasil neste intervalo entre 1908 e 1956, este número do jornal de Curvelo propunha também discutir as modificações desse espaço específico e da gente que o habitava. Em sua colaboração de Belo Horizonte, Alberto Deodato, comentava o retorno do jornal e se perguntava sobre a nova realidade em que ele ressurgia: “*Esta folha que foi a menina dos olhos do velho batalhador [Altino Argemiro], reaparece, após anos de silêncio, para a circulação e para a peleja. Virá encontrar tudo mudado. A terra e os homens.*” E lançava uma pergunta desafiadora: “*Para melhor ou para pior?*” (DEODATO, 1956:2)

Ainda hoje, a considerar o campo da historiografia, teríamos sérias dificuldades em respondê-lo. Não somente porque sabemos pouco sobre a conjuntura do centro e oeste de Minas de 1956, mas sobretudo porque, a historiografia tem ignorado a situação da região no início do século XX, seja do ponto de vista da organização espacial, social ou cultural. Temos nos contentado, muitas vezes com as respostas fáceis de que, por sua insignificância (mais econômica que política) a região esteja fora dos acontecimentos históricos mais amplos da história brasileira. Um terreno deserto de civilização no início do século, a região oeste de Minas permanece atrasada na década de 1950: esta tem sido aceita a imagem aceita sem críticas e a avaliação de um suposto processo de mudança entre estes dois momentos, na região, certamente não preocupou os historiadores, até hoje.

Quando até mesmo nas cidades maiores como Rio de Janeiro e São Paulo, o jornalismo representava empreitada difícil (Cf. CRUZ, 1994), qual o significado da ação de Alberto Argemiro, o responsável pela manutenção de um jornal no interior de Minas Gerais no início do século? Considerando a imprensa local enquanto território de luta e prática social, ainda perguntamos: quais as intenções, as suas expectativas em relação a esse espaço específico e quais os significados de suas práticas jornalísticas?

A despeito da grande quantidade de jornais locais existentes na região do centro-oeste de Minas em fins do século XIX e início do século XX, a criação e manutenção de um jornal na região era um empreendimento incerto. O principal objetivo dessas folhas modestas era dar voz aos grupos políticos locais, mas certamente, não era o único: nas palavras de Lourenço Viana, o jornal local se entregava “*às lutas pelo engrandecimento de nossa sociedade, pela salutar política da gleba, isenta do partidarismo estéril, pela elevação moral, social e cultural (...) pela firmeza do patriotismo*” para tornar o interior “*respeitável e admirável em Minas e no Brasil*” (VIANA, 1956:2). A imprensa local era o principal espaço

de discussão e projeção política, mas a prática do jornalismo do interior enfrentava muitos desafios: além das dificuldades técnicas e financeiras, a retaliação à crítica política e a escassez de leitores/assinantes.

A *folha do Cedro*, um jornal *Litterário, noticioso e humorístico*, publicada no Distrito da Fábrica do Cedro, município de Paraopeba, escrevia em seu editorial de 7 de abril de 1912, por ocasião de seu primeiro aniversário, sobre as dificuldades de manutenção do jornal de província:

Para nós, como para quantos conhecem a vida de um jornal provinciano, o tempo decorrido [um ano] representa uma somma enorme de sacrifícios e contrariedades. (...) De todos os jornais fundados neste distrito (da vila de Curvelo) foi o único que conseguiu a sua publicação semanal e que a mantém até hoje. Para muitos passam despercebidas as peripécias que cercam a sua existência, que demonstram da nossa parte um amor extraordinário ao jornalismo. (...) o seu redactor é também o revisor, o paginador, o impressor e o expeditor². Os typógraphos são três creanças inteligentes que nesta VIA DOLOROSA nos auxiliam e nos animam imensamente. É assim feita a obscura folha e sel-o-ha para o futuro. Não temos receita para o custeio das despesas, contamos apenas com o auxílio das assignaturas e esse só nos tem enviado em parte. (...) Aos assignantes em atrazo, rogamos a gentileza do pagamento de suas assignaturas” (SILVA, 1912:1)

Além das dificuldades de produção, e ligadas a elas, a circulação dos jornais era restrita. Além da dificuldade de angariar assinaturas, a distribuição dos periódicos era dificultada pelas falhas do serviço postal. Com atraso na entrega, sobretudo pela lentidão dos agentes do correio, o serviço postal, era motivo de reclamação recorrente dos editores.

Os editores das folhas locais concebiam sua prática jornalística como um ato heróico de grande importância, ainda que não reconhecida como tal pelos centros mais dinâmicos, pela imprensa de maior alcance ou pela própria população local. Os jornais que analisaremos não tinham longo alcance, não repercutiam para além da região centro-oeste mineira. Circulavam com dificuldades, eram pouco lidos e quando o eram, muitas vezes eram alvos de retaliação. Alfredo Borges, redator e proprietário d’ *O comércio*, da Cidade de Patos, escrevia:

O pobre diretor de um jornal editado em uma Cidade como Patos, a cada passo se vê a braços com sérias dificuldades, e até mesmo sob ameaças (...). Mesmo antes de iniciarmos a publicação do *Comércio*, já conhecíamos aquela verdade, já sabíamos que muitos espinhos havíamos de encontrar em o nosso caminho, mas esperávamos que Patos fosse progredindo sempre. Tornando mais suave a nossa luta. Triste illusão! (O COMÉRCIO, 1911: 1)

² Esse acúmulo de cargos, interferia na produção e periodicidade do jornal, como podemos observar ainda no mesmo número o pedido de desculpas por não ter circulado no domingo anterior, pela “ausência do redator da folha, que esteve em viagem durante seis dias”. (SILVA, 1912: 1).

A despeito das dificuldades técnicas, os jornais locais estavam engajados em projetos políticos para a região oeste de Minas. As idéias que mais têm nos chamados à atenção em sua leitura são a busca do progresso, da ordem e a civilização. Essas aspirações vinham sempre acompanhadas da forma como os escritores concebiam seu espaço de vivência e as diversas idéias e práticas com as quais lidavam.

José Joaquim de Oliveira, no editorial de 13 de novembro de 1904 da folha local, *O Abaeté*, conclamava seus leitores a entrar:

pelos sertões do nosso país e vêde. Causa lástima. O homem dos tempos coloniais é o mesmo homem de hoje, repetindo mechanicamente os mesmos hábitos, com a mesma índole, os mesmos costumes em toda sua rudeza primitiva. Não tem noção do progresso. O que fez ontem faz hoje e fará amanhã. O monjolo ainda se constitui forçado fator de sua prosperidade. Produz o que não basta para as despesas annuai (OLIVEIRA, 1904: 1).

No alvorecer do século XX, José de Oliveira denunciava o atraso técnico e cultural do povo da região do centro-oeste mineiro e constatava que o povo do sertão constituía uma “*massa ignara*” e o Brasil constituía uma “*terra morta de inanição*”, decadente porque a “*indústria agrícola entre nós morreu*” devido, segundo ele, às conseqüências do fim da escravidão, “*esse atentado flagrante contra a propriedade privada e contra a fonte principal de riqueza da nação e a causa precípua da desorganização do serviço agrícola*” (Ibidem).

Na sua caracterização do povo e da terra, Oliveira concorda com a visão que os cidadãos tinham, desde pelo menos a segunda metade do século XIX (BASTOS, 1863), sobre as regiões de menor dinamismo como Abaeté. No entanto, a sua posição contrária ao fim da escravidão, longe de contradizer sua aspiração ao progresso, diz respeito ao desafio enfrentado pelas regiões interiores do Brasil, especialmente o oeste de Minas Gerais, com a escassez de mão-de-obra, necessária ao progresso e à indústria, manufatureira e agrícola.

Como observa Sérgio de Oliveira Birchall, ao pesquisar o mercado de trabalho mineiro no século XIX, diferentemente de Rio e São Paulo, que tiveram como alternativa ao braço escravo na emergente indústria, a mão-de-obra estrangeira, “*em Minas Gerais o trabalho escravo foi substituído em larga medida pela mão-de-obra brasileira livre*”. (BIRCHALL, 2006: 21-22). Longe de ser uma opção, a utilização da mão de obra livre brasileira foi uma necessidade que trouxe implicações: a necessidade de investimento em treinamento da força de trabalho nativa que suscitou, ao mesmo tempo as reclamações quanto à ignorância do povo e a preocupação com a educação bem como a necessidade de disciplinarização para o trabalho e a “manutenção” da ordem.

Recorrente nos jornais locais do centro e oeste (talvez em todo o interior de Minas senão do Brasil³) a preocupação com a educação e com a ordem, estava relacionada com as novas demandas de organização do trabalho. O fim da escravidão e a necessidade de mão-de-obra para a consecução do aspirado progresso técnico trazem a preocupação dos jornais, especialmente na primeira década do século XX, com a *vadiagem ou a vagabundagem*.

Em 13 de dezembro de 1908, *o Curvellano*, órgão do Partido Republicano Municipal, publica uma coluna com o título *A Vagabundagem*:

Devido aos nossos pedidos, o capitão Praes prohibio a mendicidade aos que não mostrassem licença da polícia; perseguio os vagabundos, mas precisando sair da cidade, o seu substituto tem fornecido licença para mendigar, não só os necessitados, como a verdadeiros exploradores, vagabundos, pessoas válidas que podem perfeitamente viver do trabalho honesto. Entenda-se uma tal desarmonia de vistas entre as autoridades que deviam agir accordes! Afinal o prejudicado é o público. Esperamos que o senhor capitão Praes corrija o abuso fazendo examinar os mendigos novamente afim de cassar a licença aos que não a merecem. E mais um apertinho nos vadios seria excellente (O CURVELANO, 1908:3).

Mais do que informar, o jornal demonstra explicitamente sua ação política para interferir nos acontecimentos. O trabalho honesto que os vadios válidos poderiam, ou eram impelidos a procurar pela repressão policial requerida, poderia ser na fábrica de tecidos do Cedro que tinha instalações em Curvello e em diversas outras localidades, como Montes Claros. Ou ainda, poderiam cuidar da indústria agrícola mais abundante em toda a região.

Conforme reclamava também José Joaquim de Oliveira, no editorial do *Abaeté* de 28 de maio de 1905, constituía preocupação fundamental para os Republicanos municipais de toda a região, a nova situação social e a exigência de novas relações de trabalho. A necessidade de mão-de-obra, agora forçosamente livre, faziam-nos se voltar contra a existência de “*homens fortes e robustos, [que] estão aí entregues à ociosidade, embriagando-se, escandalosamente e insultando, com palavras agressivas aos trabalhadores que passam!! Ao invés de empunhar a enxada ou outro qualquer instrumento de trabalho.*” (OLIVEIRA, 1905: 1).

Ao mesmo tempo em que aspiravam o progresso da terra cuja indústria ia se “*desenvolvendo impulsionada pelo influxo da via-férrea Oeste de Minas*” que salientava também a indústria agropastoril de “*gado vaccum e suíno, a cultura da cana e dos cereais*”, era cada vez mais premente a garantia da ordem e da instrução para o estabelecimento dessas

³ Raquel Discini de Campos, ao estudar dois jornais do interior paulista (*A Notícia* (1924-1930) e *O Município* (1926-1929), matutinos editados na cidade de São José do Rio Preto) observa semelhante ênfase na educação que, segundo a autora, “assumia vários significados, desde a esfera estrita da escolarização até o âmbito dos costumes e valores morais. (...) destacava-se a temática escolar, sempre voltada para a normatização de espaços e pessoas postas sob seu raio de ação”. Cf. CAMPOS, 2004).

novas relações. A preocupação com o estado de conservação das cadeias locais será recorrente nos jornais locais, especialmente a partir de 1910. Depois de não poder mais explorar o homem como trabalhado escravo, nem forçá-lo a deixar de usufruir sua “liberdade” para aderir a uma nova rotina de trabalho para o progresso e se integrar à civilização, “*cumpre à sociedade banir do seu seio, micróbios pestilentos, não com bons conselhos, porque elles os rejeitam, mas com desprezo*”(Ibidem).

O editorial do Cordisburgo de 23 de fevereiro de 1913, ao chamar a atenção ao *que é urgente*, na região, evidenciava alguns efeitos colaterais do progresso já conquistado; Acreditava que “*para se avançar sempre a frente dos melhoramentos da terra*” seria “*mister o cuidado assíduo da observação tenaz e rigorosa em torno das forças de que dispomos*”. Para ele, o jornal local deveria cumprir o papel de “*sentinella e vigilante*” para evitar “*mal entendidos prejudiciaes ao evoluir d’esta terra*” Assim, acreditava que o jornal não poderia se abster de alertar ao povo para a necessidade de resolver um problema capital: “*a invasão de desordeiros e vagabundos expulsos de São Paulo e do Rio, e outros pontos do paiz, como typos nocivos a toda sociedade que se preza* (O CORDISBURGO, 1913: 1).

Interessante notar que a linha de ferro trouxe o progresso e suas conseqüências não esperadas. São Paulo e Rio, nesta perspectiva são concebidos como lugares de origem de desordeiros e vagabundos e não o lugar da civilização e do progresso – representação comum. Isso nos faz questionar o estudo desses espaços do interior unicamente pelas fontes produzidas por aqueles que estiveram nesses centros “mais civilizados” (desbravadores, higienistas, cientistas sociais, etc). Estes construíram sua interpretação do Brasil forjadas na dicotomia litoral x sertão, civilização x barbárie, nas campanhas de interiorização da civilização que enxergam o interior como o espaço da barbárie, da escuridão dos costumes e da moral, e se propõem a descer a essas baixas camadas, adentrar ao sertão na missão de avivar “*uma esperança no coração do oprimido e acend[er] um pharol nas trevas do seu futuro*” (BASTOS, 1863: 38). Os jornais locais trazem outras possibilidades de análise.

Para os mendigos inválidos, a caridade; para os vadios a polícia; para os sadios o trabalho; para a elite a política, o mando, a discussão da “*cousa pública*”: eis o discurso consensual observado nos jornais locais sobre a região em sua relação com a modernização. Estas eram questões que para a elite local se colocavam acima da luta partidária. No entanto, os jornais do interior eram espaços também da luta partidária, de expressão das dissensões dos grupos políticos dominantes: seja quando questionavam a truculência da força pública comandada pelas facções políticas locais a serviço do interesse particular, seja pelo isolamento dessas regiões e de sua elite política em relação ao comando da República.

Estavam em disputa as diversas forças locais que buscavam a integração e a modernização e ainda não havia uma imagem consolidada no sertão como fracasso e reduto de coronéis, da barbárie social e política. Competiam ainda formas diversas de representação desse espaço específico.

REFERÊNCIAS:

ARGEMIRO, Alberto (o velho). Houve tempo... *Centro de Minas*. Curvelo. Ano 20, n. 1 (Nova fase), 28 de outubro de 1956

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário*. 2.ed. Rio de Janeiro: Actualidade, 1863.

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. *O mercado de trabalho mineiro no século XIX*. Belo Horizonte.:IBMEC, 2006.

CAMPOS, Raquel Discini e. *A "Princesa do Sertão" na Modernidade Republicana - Urbanidade e Educação na Rio Preto dos anos 1920*. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e Imprensa*. Uberlândia: Edufu, 2004.

COELHO, Marcos Antônio Tavares". *As diversas vidas de Zé Bebelo*. *Estudos Avançados*. vol.17, no.49. São Paulo, Sept./Dec. 2003.

CRUZ, Heloísa de Faria. *Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, peiodismo e vida urbana – São Paulo 1890-1915*. São Paulo: PUC/SP, 1994. (Tese de doutoramento).

DEODATO, Alberto. A minha saudação especial para o Centro de Minas. *Centro de Minas*. Curvelo. Ano 20, n. 1 (Nova fase), 28 de outubro de 1956.

NETTO, Ferreira. Olhar restrospectivo. (Editorial) *O Cordisburgo: Orgam de Interesses Geraes*. Cordisburgo. Ano I. n. 24, 08 de junho de 1913

OLIVEIRA, José Joaquim de. *O Abaeté*. Abaeté, Minas Gerais. 13.nov. 1904. (Editorial)

SILVA, Manoel. A. *Folha do Cedro. Litterária, noticiosa e humorística*. Distrito da Fábrica do Cedro/Curvelo, Ano I, n. 52. 7 de abril de 1912.

VIANA, Artur Lourenço. De novo na Liça. *Centro de Minas*. Curvelo. Ano 20, n. 1 (Nova fase), 28 de outubro de 1956.

**FRANS KRAJCBERG E WALMOR CORRÊA:
RELAÇÕES CLÁSSICO-(pós-)MODERNO E ROMÂNTICO-MODERNO NA
PRODUÇÃO ARTÍSTICA BRASILEIRA DO TEMPO RECENTE.**

Marcio Pizarro Noronha*

Miguel Luiz Ambrizzi*

RESUMO:

Trata-se de um estudo da obra de dois artistas brasileiros (Frans Krajcberg e Walmor Côrrea) e as relações formais com o campo dos conceitos de clássico e romântico e suas diferentes inflexões para o moderno / modernidade. Ambos os artistas investigam o mundo natural e suas aparições (e fantasmagorias) no cenário artístico contemporâneo, seja através de formas clássicas (modelos topográficos de pensamento em Walmor Côrrea) ou através de formas romântico-modernas (as topologias de Krajcberg; modelos topológicos de pensamento). Em Côrrea, tratamos de investigar os modos como o classicismo oscila entre raciocínios modernos e pós-modernos, fazendo uso de recursos narrativos e traçando formas do tipo irônico e do tipo paródico.

ABSTRACT:

One is about a study of the workmanship of two Brazilian artists (Frans Krajcberg and Walmor Côrrea) and the formal relations with the field of the concepts of classic and romantic and its different inflections for the modern/modernity. Both the artists investigate the natural world) and its appearances (and phantasmagorias) in the artistic scene contemporary, either through classic forms (topographical models of thought in Walmor Côrrea) or through romantic-modern forms (the topologies of Krajcberg; topological models of thought). In Corrêa, we treat to investigate the ways as the classicismo oscillates between modern and after-modern (postmodern) reasonings, making use of narrative resources and tracing forms of the ironic and parodic type.

* Doutor em História (PUCRS) e Doutor em Antropologia (USP). Vice-Diretor da EMAC-UFG (Escola de Música e Artes Cênicas. Professor no PPG-História (FCHF-UFG) e PPG-Música (EMAC-UFG). Coordenador do Grupo de Pesquisa CNPq: "Interartes: Processos e sistemas interartísticos e estudos de performance".

* Mestre em Cultura Visual (FAV-UFG). Professor Substituto no CEPAE-UFG (Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. Professor no curso Tecnologias em Design de Produto da FESURV (Universidade de Rio Verde – GO). Membro do Grupo de Pesquisa CNPq: "Interartes: Processos e sistemas interartísticos e estudos de performance".

PALAVRAS-CHAVE: CLÁSSICO-ROMÂNTICO; TOPOGRAFIA-TOPOLOGIA; FRANS KRAJCBERG; WALMOR CÔRREA.

KEYWORDS: CLASSIC-ROMANTIC; TOPOGRAPHY-TOPOLOGY; NATURE; FRANS KRAJCBERG; WALMOR CÔRREA.

I. Introdução.

Tratando-se de uma apresentação parcial de levantamento de dados da pesquisa, neste texto, trataremos exclusivamente de abordar dois momentos da afirmação do conceito de paisagem, fundados nos estudos de uma Historiografia da História da Arte, nos termos da rediscussão dos conceitos de clássico e romântico. No primeiro deles, ligado à estética do classicismo e do romantismo, assistimos a uma ampliação do termo, funcionando enquanto forma do tratamento retórico das imagens (classicismo) e enquanto conceito interartístico e das relações interartes, sendo usado pela pintura, pela música e pela literatura.

No século XX, através do estudo de artistas do tempo recente, a noção de paisagem sofre uma inflexão numa dupla direção que retoma ambos os sentidos apontados no cânone estético: do classicismo, assistimos as formações da paródia pós-moderna, na obra de um artista brasileiro, Walmor Côrrea, recuperando a ilustração da natureza aos moldes do esboço de observação dos artistas viajantes dos séculos passados, e, das formas de um neo-romantismo, numa politização do termo paisagem, vinculando-o a questões ambientais e de políticas sociais, num enfoque intercultural, através da obra de Franz Krajcberg.

II. O clássico-moderno e o romântico-moderno.

No estudo da Historiografia da História da Arte, um dos objetos e temas recorrentes trata justamente do campo da definição de Arte e das relações entre as Artes. Observando as classificações estilísticas e filosóficas vinculadas aos termos do clássico e do romântico, nos séculos XVIII e XIX, sugere-se que estes agrupamentos não tratam apenas de problemas de estilo, mas fundamentalmente de problemas de definição e classificação da(s) Arte / artes. Como se trata de um texto num espaço reduzido, indicamos que as leituras que tratam dos estudos da retórica, do surgimento do campo semiótico e os textos da estética e da filosofia da

arte, envolvendo a formação das terminologias e delimitações da História, da Filosofia, da Teoria, da Crítica e da Ciência da Arte, podem ser observadas nos termos de uma divisão entre questões do clássico e do romântico e que, em ambas, podemos sugerir inflexões para um pensamento e uma herança do moderno.

Estes problemas são identificados através dos conceitos de separação (clássico) e fusão (romântico) das artes.

Charles Rosen (2004), crítico e historiador do romantismo com ênfase para os estudos da música e das artes visuais, a tese de que o século XVIII tentava definir “a natureza e o limite de cada uma das artes e fixar a oposição entre arte e realidade que parecia indispensável à existência da arte em geral” (101). Aliás, este é o programa da estética de Lessing. Na premissa clássica, a noção que se pré-anuncia é a da tematização da linguagem e da separação entre as linguagens, um tema que vai se deslocando do campo da Retórica (séculos XV ao XVIII) para o do advento de estudos das linguagens artísticas e das origens de uma semiótica (séculos XVIII ao XX). (TODOROV, 1996)

O Romantismo enquanto movimento e geração fundadora de princípios estéticos próprios encontra-se, em suas diferentes vertentes, unificado em torno de um pressuposto conceitual: o da fusão das artes. De autores como Schlegel para diante, em torno de 1798, o desenvolvimento dos textos de crítica e de estética procuram manter viva a associação entre as diferentes artes – com ênfase para o ver e o ouvir, para a pintura e a música.

A concepção romântica da arte enquanto uma totalização permite uma identificação entre o princípio estilístico da Fusão e uma conceituação de Natureza. Ambos os termos, são unificados numa idéia de superação de todas as artes – numa Arte – e uma superação da Arte na Natureza. Haveria assim, um deslocamento das artes para a Arte e da Arte para a Natureza. Esta última passa a ser tomada como o modelo, pois seu desenvolvimento se assemelha a um procedimento autobiográfico. A Natureza se conta e se reflete a si mesma. Ela se autoimita e, portanto, a Arte só poderia conquistar uma autonomia para além das aparências da autonomia das linguagens associando-se a ela.

Poetas, filósofos e músicos como Novalis, Wordsworth, Berlioz e Byron demonstram em suas obras esta assinatura natural, este sentido autobiográfico de toda manifestação artística acompanhando a assinatura realizada pelo mundo natural – o que permitiria uma associação entre artista, gênio e divindade.

A produção da arte concentrar-se-á numa ampla noção de paisagem, envolvendo as artes visuais, a música, a poesia, o teatro e a literatura. O termo corresponderá justamente a este princípio romântico de fusão em último grau entre o eu e o mundo, numa posição

mediada entre estes dois lugares, tal como nas figuras de Friedrich, em sua posição contemplativa, um ato votivo voltado para toda a exterioridade e encontrando na exterioridade uma justa expressão do eu romântico. O termo Natureza parece ser esclarecedor desta ampla problemática estética e artística e de suas ambições em termos sociais e culturais. Os ideólogos românticos pretendiam se afastar dos valores sociais propugnados pela sociedade “clássica” e encontravam numa noção abrangente de Natureza uma forma de desvincular a arte dos seus compromissos sociais (valores morais, formas de conduta etc). Ao mesmo tempo, a superação da noção de Arte através da Natureza, colocava o produto artístico autônomo numa posição de sobredeterminação em relação aos princípios de funcionamento do mundo natural, não como Natureza idealizada – pois os clássicos idealizam a Natureza, ordenando-a e adequando-a aos princípios do Belo -, mas como a capacidade de despertar sentimentos, provocando o movimento da Imaginação. Uma Psicologia da Imaginação estava sendo inventada através da concepção de Natureza e do modo como as formas das artes deveriam ser obedientes a estes princípios sentimentais, geradores de um mover-se das emoções.

Nestes termos, a representação do mundo natural era vista através de modelos de prescrição entre os clássicos – e nas formas da pintura arcádica do século XVII. Enquanto isto, entre os românticos, a Natureza não se apresentava idealizada – noção de Natureza Ideal – e justificada por este princípio de apresentação equilibrada das representações. Como dizem os historiadores semióticos das artes, tal como Sena, a tarefa do romantismo era a apresentação do infinito e a construção de codificações altamente particulares e autobiográficas, sem a constituição de modelos estáveis de representação. Não que isto tenha sido efetivado, projeto por vezes fadado ao fracasso da apresentação no campo das representações culturais (visuais). Mas que este era o mote que distanciava o uso do termo e de um conceito operacional de Natureza para a produção das artes no século XIX.

Talvez seja por este motivo que, em grande parte, a visão (e as relações entre texto e imagem) perderam relativamente a importância em relação ao debate em torno da Música. Halliwell (2002), em seus estudos sobre a Mimese, reconhece as bases de uma Psicologia da Imaginação nas fontes de uma estética romântica. Esta abordagem desenvolve uma noção de símbolo distinta daquela que vinha sendo tratada no campo dos estudos clássicos. No classicismo, a ordem era a da criação de um extenso vocabulário textual e visual e suas correlações, num princípio de correspondência (a tradução como correspondência e analogia). Entre os românticos, a premissa era a de desenvolver símbolos que ultrapassassem a produção de signos do tipo simbólicos (por correspondência total) ou alegorizantes (por

correspondência parcial). O classicismo é uma espécie de império dos códigos. O romantismo é a falência de todos os códigos e a inusitada presença de signos opacos, intraduzíveis. Um pensamento romântico-moderno pode ser encontrado justamente nesta ultrapassagem do sistema. Só há tradução enquanto transcrição dos signos – modelo romântico-moderno. Uma espécie de transdução. É da impossibilidade da tradução que se exercita a construção de zonas precárias de significação, mantendo grande parte do campo sógnico na zona hermética da linguagem.

Todas estas questões se farão apreendidas em grande parte da filosofia da linguagem do século XX. Nos estudos da crítica literária, esta terminologia encontrará “terra fecunda” na dispersa obra de Walter Benjamin. Aqui, a condição hermética do termo linguagem ganha uma vasta gama conotativa.

Em termos atuais, podemos observar certas relações entre esta terminologia e os desenvolvimentos de um pensamento que, fundamentado na noção de significante flutuante, determina que as cadeias significantes funcionam prioritariamente aos moldes da flutuação, não podendo sofrer tradução enquanto linguagem codificada, sem uma definição ampla dos contextos de tradução. Portanto, as traduções funcionam somente enquanto interrelações num campo de forças, numa rede de produção de sentidos. Traduzir é remeter aos contextos e os contextos serão tramas relacionais, cadeias de produção da linguagem. É das relações traçadas que algo pode deixar de ser um elemento qualquer – sonoro, visual, corpóreo, enfim, um objeto material, de percepção ou de sensação – para tornar-se arte.

Mas entre os românticos e o tempo presente (produção da arte recente) há uma problematização estética que funda uma distância não apenas temporal, mas uma separação conceitual no campo da filosofia. Para as formas da Estética Comparada e das Relações Interartísticas, os princípios arregimentadores têm sido de caráter preponderantemente semiótico e cultural. Noções como a de código, de léxico (vocabulário) etc. integram as condições não apenas para a definição das obras de arte, mas também para a sua interpretação.

Para a Estética Romântica, um tópico observável nos estudos da estética da pintura e da música, procura-se abandonar o sentido culturalmente determinado, na busca de sentidos individualizados, ou seja, a presença de um símbolo dessimbolizador, incapacitado para a realização da comunicação simbólica (no sentido antropológico social) mas, preservando, nestas condições, a dimensão transcendente que separa as Artes das outras atividades comunicativas do mundo. Esta ampla experiência perceptual pretendia levar à fruição aos confins do próprio experimento, no encontro com um dado natural – a música levando ao

cerne do sonoro, a pintura levando ao cerne do pictórico, ou seja, na conjugação de categorias expressivas com categorias perceptuais.

III. Os estudos na arte brasileira do tempo recente.

Para entender estas heranças nos termos dos artistas brasileiros e de uma História da Arte Brasileira, privilegiamos um aspecto do romantismo: o desenvolvimento da pintura da paisagem, traçando-a enquanto conceito e enquanto experiência, invenção cultural na arte ocidental.

Esta invenção da paisagem (CAUQUELIN, 2007) pode ser caracterizada nos termos do classicismo e do romantismo sob duas formas.

Nos estudos clássicos, a paisagem corresponde a uma estética da representação. Nela, por meios técnicos, a figuração adere a formas da Natureza Ideal. A imagem que daí resulta acaba por aceder às relações sócio-culturais entre o campo artístico e o campo científico e tem como suas herdeiras modernas os problemas das relações entre arte e tecnologia e nas operações paródicas que estendem os limites destas representações europeias para formas imaginárias da representação do mundo natural, com aderência às formações mítico-culturais, aos elementos e narrativas da cultura popular e às formas da tradição.

Este tema foi analisado em estudo sobre a produção do artista do sul do país Walmor Côrrea, conforme podemos ver na figura abaixo.

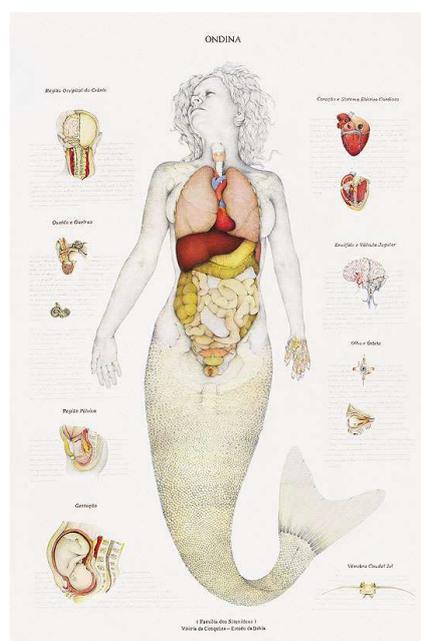


Figura 2 – *Ondina* – Walmor Corrêa - 2006¹

O pintor reúne todos os elementos da tradição, da cultura científica européia dos séculos passados (as formas da ilustração científica), textos e mitos e elementos do imaginário popular brasileiro e um modo narrativo do campo da CRIPTOZOOLOGIA, uma ciência que investiga a existência de seres do universo teratológico. Nesta unidade, há um forte senso paródico, um uso de citações históricas e culturais. Mas há também a premissa de uma recuperação de formas tradicionais das relações hierárquicas entre desenho e pintura e da pintura de ilustração devolvida ao lugar da arte através dos seres imaginários. (NORONHA e AMBRIZZI, 2007a).

De um outro lado, observamos que as estratégias identificadas na pintura romântica e a problemática da invenção dos códigos para a representação do infinito (SELMA, 1996; CAUQUELIN, 2007) bem como as teorias da apresentação do infinito como condição mesma da linguagem artística e, portanto, não da presença de códigos mas da afirmação de símbolos que mantidos em sua condição hermética evitariam a sua redução às estratégias do classicismo (ROSEN, 2004).

Em texto recente (NORONHA e AMBRIZZI, 2007b), identificamos as relações da pintura romântica de Friedrich com a obra do artista polonês radicado no Brasil, Franz Krajcberg. Para tanto, reconhecemos que esta produção artística possui uma dívida para com o processo de produção do conceito e da experiência européia da paisagem.

De Friedrich aos artistas ambientais do século XX – nos termos da land art, earth art e da ecology art – procede-se uma reinvenção do lugar da paisagem e a retomada da posição contemplativa do artista romântico e a sua ampliação para as formas de uma arte meditativa. No romantismo, a contemplação do mundo visava uma integração do sujeito na totalidade do mundo exterior.

A partir da segunda metade do século XX, esta posição nomadizada do artista abre-se, não apenas para a contemplação, enquanto absorção do eu pelo mundo, bem como reafirmação de uma atitude meditativa revelada enquanto positividade da ação. Na meditação, aos moldes da pintura oriental de paisagens, o artista não apenas se integra na ambiência, mas reconhece a igualdade de toda a ambiência com a sua interioridade, pois, assim, o que ocorre no exterior afeta todo o interior. Assim, toda a devastação do mundo é também resultante de sulcos no universo da subjetividade. Não há somente devir do humano mas devires animais, vegetais e minerais.

¹ Imagem disponível no site: http://www.phantasmaphile.com/images/ondina_1.jpg. Acesso em 02/09/2007.

Krajcberg pretende “penetrar mais na natureza. [...] Criar com a natureza, assim como outros estão querendo criar com a mecânica. Não procuro a paisagem, mas o material. Não copio a natureza”.

Assim, o artista do século XX, reafirma e se diferencia da posição paisagística, pois reconhece nela o pêndulo formalizador entre as estratégias classicizantes e românticas. A procura da paisagem era a procura de uma Natureza Ideal. Krajcberg quer a própria natureza e não sua mimese. Ele pretende ultrapassar a paisagem numa ação meditativa, cujo enfoque não termina na promoção de uma mudança nas representações – os românticos do XIX já haviam realizado esta mudança, colocando os limites e as impossibilidades da representação da natureza como condicionante da linguagem artística. A “meditação” é uma ação de reconhecimento da igualdade entre o ser da floresta e o ser humano. É por isso que devemos ultrapassar a linguagem da arte (do desenho e da pintura) na linguagem natural.



Figura 1 – Escultura de Frans Krajcberg²

Ele afirma: “Se Mondrian passou da árvore ao quadrado, ele apenas aproveitou uma das possibilidades da árvore. Agora, nós devemos quebrar o quadrado para reencontrar a árvore” (RAMOS, 2005).

Ao dar início a um deslocamento da própria paisagem, um artista como Krajcberg vai além das sobredeterminações culturais e sua obra permite a afirmação do olhar da imersão nos estados do mundo e a produção de uma arte que deve funcionar através de uma operação de EMPATIA.

² Imagem disponível no site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/images/20061023-museu2.jpg>. Acesso em 02/09/2007.

A espiritualidade afirmada pelo artista é meditativa, ativa e política, pois é afirmativamente enfrentamento ativo da matéria do mundo natural (da árvore) e da matéria do mundo humano (a política).

Como já afirmamos, a produção de Krajcberg mergulha na direção inversa do paisagismo contemporâneo³.

Assim, a criação artística não se destina à contemplação humana, mas a meditação que visa igualar o que se passa no exterior com o que se passa no interior, devolvendo a subjetividade às formas vitais para além da organização subjetiva configurada no sujeito moderno. A obra é uma atitude de devolução à natureza como busca de uma reabsorção da paisagem pelo entorno natural.

Finalizando, nos termos de nossos artistas Côrrea e Krajcberb, as operações e processos criativos redimensionam e buscam a ação xamanística do artista. De um lado, Lévi-straussianamente, o artista Côrrea reencena o equilíbrio simbólico entre a natureza e a cultura, questionando os limites e promovendo ultrapassagens que não ferem a política das representações, mas que, por mal-estar, permitem a inclusão na representação cultural e na arte de novas construções visuais do mundo. Krajcberb realiza um deslocamento mais amplo do si mesmo.

Côrrea promove as representações não-convencionais de um humano metamórfico, híbrido. Ele recupera tradições ocidentais, brasileiras e populares e as reposiciona no campo mesmo dos vocábulos clássicos da arte, recuperando ainda o poder ilustrativo da arte (e da moral que daí advém, pois a imagem ilustra uma outra história, história de monstros e de seres imaginários, terríficos e/ou benfazejos). Nele, caminhamos na direção do devir-animal.

Krajcberb desestabiliza o lugar da representação e a operação que institui um campo visual (a arte não é para ser vista pelos humanos, mas pelas árvores). A domesticidade da

³ O paisagismo contemporâneo é, em grande parte, identificado às formulações da arte e tecnologia. A tecnologia e suas paisagens e as novas formas de representação mantêm-se centradas na problemática do olhar e daquilo que é destinado ao campo do visível e do visual (e um virtual do visual). A paisagem, dos clássicos aos românticos, é sempre uma forma representacional e alcança novos objetos micro e macroscópicos. Por outro lado, quando afirmamos uma posição inversa a das paisagens contemporâneas estamos relatando a situação especial de obras que não são produzidas para a visão prioritariamente. Em geral, a lógica dos santuários naturais e da preservação ambiental, predomina nos trabalhos de Krajcberg. Aqui, o artista devolve à natureza enquanto forma “bela” a sua devastação. As obras, em grande parte realizadas em lugares de difícil acesso à freqüentação representam, com esta operação, uma tentativa de impedir a contemplação. Para estar com esta arte é preciso se dar em estado de empatia, reconhecendo a devastação e o sofrimento das outras formas vivas. Por vezes, nas entrevistas, avistamos uma leitura sintomal da morte em Krajcberb. Nela, há um *pathos* da morte que identifica os horrores da guerra com os horrores do mundo, o sofrimento da perda do seu mundo referencial (o artista perdeu sua família na guerra) com a perda do próprio mundo. Por outro lado, não podemos esquecer todos os seguimentos de uma filosofia contemporânea à procura de uma ética biofílica, que ultrapasse as determinações de uma ética sócio-política e reencontre a natureza e todas as formas de vida. Aqui temos um conjunto de filósofos que poderiam acompanhar nossas leituras: Foucault, Deleuze-Guattari, Agamben, Perniola, Derrida.

natureza representada (cientificamente) e subvertida é deslocada para um aquém da representação, pois não há mais um visível do visual. O visual se destina a retornar ao lugar pleno da natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins, 2007.

HALLIWELL, Stephen. **The Aesthetics of Mimesis. Ancient texts and modern problems**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2002.

NORONHA, Marcio Pizarro e AMBRIZZI, Miguel Luiz. (2007a) **Imaginário artístico e da arte: entre traços e resíduos das relações arte-natureza na obra de Walmor Côrrea**. (texto inédito).

_____. (2007b) **Trajetos do conceito de paisagem – relações interartísticas e interculturais**. Encontro Regional da ABRALIC 2007 – Literatura, Artes, Saberes. USP, São Paulo, CD-ROM.

RAMOS, Graça. **Uma revolta que se traduz em criação**. Artigo disponível em <<http://www.imoveisvirtuais.com.br/estadao.htm>>. Acesso em 22/07/2005.

ROSEN, Charles. **Poetas românticos, críticos e outros loucos**. São Paulo: Ateliê Editorial / Campinas: EdUNICAMP, 2004.

SELMA, José Vicente. **Imágenes de naufrágio: nostalgia y mutaciones de lo sublime romántico**. Valencia: Generalitat Valenciana, 1996.

TODOROV, Tzvetan. **Teorias do símbolo**. Campinas: Papirus, 1996

DO CANTO HERÓICO SOBRE A CONQUISTA DA AMÉRICA À UTOPIA DO CONTATO PACÍFICO: UMA LEITURA DOS CANTOS XXXV E XXXVI DA OBRA “LA ARAUCANA”.

Leandro José Nunes*

RESUMO

A resistência indígena à conquista do Chile obrigou à redefinição dos projetos coloniais e foi tema de uma vasta produção narrativa que procurou descrever e significar os acontecimentos, permitindo ao historiador, hoje, investigar as tensões, conflitos e mudanças de significados que a empresa ultramarina foi assumindo ao longo do tempo. Neste trabalho, analisamos os cantos XXXV e XXXI da “*La Araucana*”, obra de Alonso de Ercilla, onde o autor, após cantar o heroísmo de espanhóis e indígenas nas Guerras Araucanas, narra os episódios da expedição às terras austrais e discute, mais uma vez, a questão da validade da conquista. Na leitura que propomos, o objetivo é discutir a dimensão utópica que a narrativa assume, constituindo-se num discurso que é, ao mesmo tempo, um lamento sobre a conquista e seus métodos, e a utopia do que poderia ter sido caso fosse conduzida com objetivos éticos e morais elevados.

Palavras-chave: conquista da América; resistência indígena; “*La Araucana*”

ABSTRACT

The native resistance to the conquest of Chile led to the redefinition of the colonial projects and was the theme of a huge narrative production which enables the historian today to investigate the tensions, the conflicts and the changes of purport of the conquest and the ensuing settlement. In this paper we analyze cantos XXXV and XXXVI of “*La Araucana*”, epic poem of Alonso de Ercilla, in which the author, after chanting the heroism of Spaniards and natives in the Araucanian Wars, narrates the events of the expedition to the southern lands and discusses, once more time, the issue on the validity of the conquest. The reading we put forward is aimed at discussing the utopian dimension the narrative takes on, consisting of a discourse which is, at the same

* Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em História. Doutorando em História pela UFU.

time, a complaint about the conquest and its methods and the utopia of what it could have turned out to be should it have been pursued with high ethical and moral objectives.

Key words: Conquest of America; native resistance; La Araucana

As narrativas sobre a conquista da América davam a conhecer à Europa um *Nuevo Mundo*, lugar das utopias, mas também dos trabalhos, das fomes, das doenças, um espaço aberto às “ilustres hazañas, trabajos e infortúnios” (INVERNIZZI Santa Cruz, 1989: 7-22). Lugar das façanhas heróicas de uns poucos europeus contra multidões de nativos; da busca do ouro, da prata e do tributo indígena; lugar de condensação de todos os eldorados e sonhos edênicos (HOLANDA, 1994) dos conquistadores. Mas lugar da contra face dos sonhos de riqueza, glória e honra, também experimentada como fracasso, desesperança, loucura e rebelião. Na ânsia de contar, descrever, exaltar os feitos realizados, solicitar reconhecimento e recompensas ou denunciar os métodos da conquista, seus autores construíram memórias enquanto teciam os fios da trama narrativa das histórias do processo de conquista.

Cartas de relación, diários e peticiones dirigidas ao rei, ao Conselho das Índias, a um procurador, de quem esperavam favores e reconhecimento pelos serviços prestados. Obras de história, como muitas *crónicas e historias generales*, com a pretensão de estabelecer a memória oficial da empresa ultramarina. Tratados de denúncia contra a destruição e o genocídio dos nativos, como a obra de Las Casas, escritura militante em defesa dos povos americanos. Histórias *verdaderas*, escritas para corrigir outras histórias *verdaderas*, como a obra de Bernal Díaz del Castillo. Mas também a épica poetizando a história, como *La Araucana*, de Alonso de Ercilla, esta obra de arte que se tornou referência na história do Chile.

Nestas narrativas é possível ler uma diversidade de vozes que, na aparente homogeneidade do mesmo processo narrado, podem desnudar, para o investigador, as tensões, conflitos e mudanças dos significados que assumia a conquista. Este conjunto de narrativas formou a argamassa que foi cimentando “la invención de América” (O’GORMAN, 1984), quando o homem europeu mais desejava e necessitava de um novo espaço onde pudesse representar “todos los dramas de la Europa renacentista [...]: el drama maquiavélico del poder, el drama erasmiano del humanismo, el drama utópico de Tomás Moro” (FUENTES, 1992: 50). Estas vozes, situadas por vezes em posições

contrárias, foram além das simples descrições da terra, das populações, das ações e dos fatos que vivenciaram como a experiência americana. Colocaram questões morais e éticas, expressaram uma percepção do outro e do mundo que, no limite, também questionaram o próprio processo de conquista e colonização, desde o seu interior.

No Chile, onde “la tierra es tan remota y apartada y la postrera que los españoles han pisado por la parte del Pirú, que no se puede tener della casi noticia” (ERCILLA, 1991: v.I, 121), o processo de conquista e colonização enfrentou forte resistência das populações locais, as chamadas “Guerras Araucanas”¹, provocando uma situação de crise e instabilidade permanentes. Desde 1552, quando o conquistador Pedro de Valdívia foi derrotado e morto pelos indígenas, o avanço espanhol foi detido na região conhecida como Araucania, constituindo-se então uma fronteira que delimitava e separava a sociedade hispano-criolla do país indígena. Esta resistência obrigou à redefinição dos projetos coloniais e foi tema de uma vasta produção narrativa que, das cartas Pedro de Valdívia à “La Araucana”, de Alonso de Ercilla, procuraram descrever e significar os acontecimentos.

O soldado Alonso de Ercilla y Zúñiga, de regresso à Espanha em 1563 depois de mais de sete anos de experiência americana, escreve para que as façanhas de alguns espanhóis não fossem sepultadas em perpétuo silêncio por falta de quem as registrasse. Escreve, também, para que as lutas e a determinação dos indígenas araucanos em defesa da liberdade fossem elevadas à condição de façanhas dignas de louvor, compondo a memória heróica da história da conquista da América, pois “no es el vencedor más estimado, de aquello en que el vencido es reputado” (ERCILLA, 1991: v.I, 127).

Para Ercilla, homem renascentista educado no séquito do Príncipe Felipe, futuro rei de Espanha, as experiências das guerras que os espanhóis travavam contra os araucanos no Chile, que ele viveu durante um ano e meio, era uma história que aproximava seus limites daqueles da épica. Segundo Morínigo, ao planejar o relato desta experiência, o autor não se propôs *contar* a história, mas *cantar* o valor, as proezas, as coisas notáveis, as empresas temerárias, os feitos heróicos de espanhóis e araucanos. Na tradição em que foi educado, os relatos de feitos heróicos nas guerras, as lutas entre povos diferentes, se

¹ As Guerras Araucanas começaram com a “rebelião” indígena de 1553, que custou a vida do conquistador e governador do Chile, Pedro de Valdívia, obrigando os espanhóis a abandonarem a cidade de Concepción e vários fortes militares. No final do século XVI, outro grande levantamento indígena obrigou à redefinição das fronteiras coloniais do Chile, na altura do rio Biobío. O sul, desde então, passou a ser território indígena, que só foi definitivamente conquistado e incorporado ao Estado chileno no final do século XIX.

escreviam em versos. “Escribir en verso suponía ya desde Virgilio, por lo menos, componer un poema, esto es, una obra de arte. Ercilla era consciente de esto y también de que no todo lo histórico es poetizable” (MORÍNIGO, 1991: v.I, 35).

O poema épico de Ercilla, *La Araucana*, publicado entre 1568 e 1589, foi recebido pelos leitores da época como história verdadeira e testemunhal dos fatos narrados. A partir de então, e até o século XIX, esta obra foi lida na perspectiva da verdade e ficção, ou seja, reconhecia-se que, no essencial, era a “história verdadeira” das guerras araucanas, “floreada” com a ficção de alguns episódios fantásticos, típicos da épica clássica, que não chegavam a comprometer a fidedignidade e veracidade do poema/documento². Aceito como uma das principais fontes documentais por historiadores e literatos que abordaram a conquista do Chile, integrou-se ao corpo documental constituído pelos documentos oficiais, cartas e narrativas dos conquistadores. Na historiografia do século XIX e XX, quando as discussões sobre a formação da Nação e da identidade ocupavam os historiadores de ofício e os literatos, muitos se apropriaram do canto épico ercilliano, numa transposição da luta heróica dos araucanos como antecipação das lutas criollas contra o domínio colonial. Com diferentes linguagens – historiográfica, literária, teatral, iconográfica - iniciava-se então a leitura da “*La Araucana*” como texto fundacional, como texto inaugural da “chilenidade”.

Das múltiplas leituras que o poema oferece, aqui interessa-nos discutir o último episódio de que o autor participou em terras chilenas, relatado nos cantos XXXV e XXXVI. Trata-se da expedição à região de Chiloé, nas terras austrais do sul do Chile, organizada pelo governador D. García Hurtado de Mendoza, em 1558. Contrastando com as cenas bélicas que dominam o poema até então, “el episodio de la expedición austral se organiza como una representación condensada del desarrollo de todo un siglo de conquista americana” (PASTOR, 1983: 540). No começo do canto XXXV, o discurso de D. García exortando a hoste de conquistadores que se preparava para partir, “abre un nuevo ciclo imaginario de conquista que retoma ficticiamente el punto de partida del proceso histórico de conquista da América” (PASTOR, 1983: 540).

*“Nación a cuyos pechos invencibles
no pudieron poner impedimentos
peligros y trabajos insufribles,*

² Ainda no século XVI, logo após a publicação da primeira parte da obra, esta já provocou polêmicas e reescrituras, como aquelas mais conhecidas de Alonso de Góngora Marmolejo e sua “*Historia de todas las cosas que han acaecido en el reino de Chile y de los que lo han gobernado*”, de 1575, e o “*Arauco Domado*”, de Pedro de Oña, de 1596, escritas para completar, discutir e retificar *La Araucana*.

[...]

*que rompiendo por todo habéis llegado
al término del orbe limitado:*

*“veis otro nuevo mundo que encubierto
los cielos hasta agora le han tenido
el difícil camino y paso abierto,
a sólo vuestros brazos concedido;
veis de tanto trabajo el premio cierto
y cuanto os ha Fortuna prometido,
que siendo de tan grande empresa autores,
habéis de ser sin límite señores;”*

(ERCILLA, 1991: v.II, 366)

Qual novos Colombos, Cortezes e Pizarros, que haviam ampliado os limites do mundo conhecido e lançado as bases dos paradigmas da conquista, D. García prometia um novo mundo, “pues en dos largos mundos no cabiendo, / venís a conquistar otro tercero, / donde podrán mejor sin estrechase / vuestros ánimos grandes ensancharse” (ERCILLA, 1991: v.II, 367). Os objetivos que moviam os conquistadores de antanho eram agora reprisados às portas da fictícia conquista de um terceiro novo mundo sonhado. Nas estrofes seguintes, ao narrar o avanço da expedição e as peripécias enfrentadas, o autor apresenta os tópicos básicos das narrativas iniciais da conquista da América. A burla indígena que desorientava os espanhóis, com “las mentirosas fugitivas guias”, uma referência que já podia ser encontrada nos diários de Colombo e nas cartas de Cortez; o encontro com nativos “desnudos, [...] brutos campestres, rústicos salvajes”, que fazia duvidar do acalentado sonho da riqueza; a retomada do escambo, trocando miçangas por informação que se revelava falsa; a fome, as doenças e uma natureza que é parte integrante da luta que o conquistador deve enfrentar, que transmuta da grandiosidade contemplada esteticamente, em um sujeito ativo que vai cancelando qualquer visão paradisíaca, um obstáculo a ser vencido, um inimigo que parece consumir todas as forças do conquistador até que lhe resta, como ambição, apenas a sobrevivência (PASTOR, 1983: 541-542).

Estrofes tributárias das narrativas do processo a que se lançaram os espanhóis, espalhando-se por toda a América na perseguição da riqueza sempre antevista nos sonhos que alimentavam estes homens, até o ponto em que o narrador confessa

*“No sabré encarecer nuestra altiveza,
los ánimos briosos y lozanos,*

*la esperanza de bienes y riqueza,
las vanas trazas y discursos vanos.*

[...]

*Íbamos sin cuidar de bastimentos
por cumbres, valles hondos, cordelleras,
fabricando en los llenos pensamientos,
máquinas levantadas y quimeras.”*

(ERCILLA, 1991: v.II, 372)

Para muitos, as promessas de riqueza não passaram de discursos que se mostraram quimeras, fantasias perdidas no embate com a dura realidade – pensamos em Ponce de Leon e sua busca da fonte da juventude; no relato de Fray Marcos de Nizza e as sete cidades fabulosas buscadas pela expedição de Vázquez de Coronado; Alvar Núñez Cabeza de Vaca e sua relação de Los Naufragios; em Gaspar de Carvajal e sua relação da expedição de Orellana pelo Amazonas; Pedro de Ursua e o El Dorado, para concluir com a sublevação de Lope de Aguirre e seus Marañoses, exemplo paradigmático do sonho de se tornarem senhores absolutos das terras americanas, transformado em rebelião contra a autoridade real. No entanto, a representação que o autor constrói, ancorada no processo histórico da conquista, que parecia encaminhar-se para mostrar mais uma narrativa do fracasso, detêm-se e muda de direção, para falar daquilo que poderia ter sido a conquista.

Depois de “siete dias perdidos [...] / al fin una mañana descubrimos / de Ancud el espacioso y fértil raso / y al pie del monte y áspera ladera / un estendido lago y gran ribera” (ERCILLA, 1991: v.II, 375). O outro “nuevo mundo encubierto” que se descortina ante os olhos da extemporânea hoste indiana, faminta e maltratada, é representado como um verdadeiro locus amoenus, com suas paisagens, suas gentes, seus costumes. Como a confirmar a representação paradisíaca, a própria natureza, antes formidável anteparo a esconder uma terra que era imaginada como a personificação de fabulosas riquezas materiais, agora oferecia generosamente “la frutilla coronada / que produce la murta virtuosa”, um novo maná americano que “a puñados la fruta unos comían / de la hambre aquejados importuna; / otros ramos y hojas engullían / [...] gustando aquella rústica comida” (ERCILLA, 1991: v.II, 376-377), numa inversão formidável dos paradigmas da conquista. A terra prometida se oferecia de imediato na forma de uma saborosa fruta silvestre – ponto de contato da representação de uma natureza edênica que satisfaz as necessidades do homem com o menor esforço. É a utopia, redefinindo aquilo que poderia ter sido a história da conquista.

A utopia pode ser percebida como extensiva a toda a América antes da conquista, porque se esta terra “estaba retirada en esta parte / de todas nuestras tierras excluida, / que la falsa cautela, engaño y arte / aun nunca habían hallado aquí acogida” (ERCILLA, 1991: v.II, 378), evidentemente o mesmo se aplicava a todo o continente antes de 1492. Numa inversão completa da representação colombiana dos povos americanos, que viu simplicidade e inocência, hospitalidade e ausência de noção de propriedade como sinais de ignorância, primitivismo, tábulas rasas onde inscrever a evangelização e a servidão natural, para Ercilla o que “infeccionou” e corrompeu estes povos foi justamente o contato com o europeu. A caracterização dos povos de Chiloé e da recepção que ofereceram aos espanhóis se apóia na lei natural, de ressonâncias adâmicas de uma perdida idade de ouro, poderoso substrato das utopias renascentistas em suas várias vertentes.

As estrofes 13 e 14 do Canto XXXVI condensam todo o processo de inversão da percepção do eu narrador em relação à conquista que, de matéria heróica e épica, foi se transformando numa narrativa dolorosa de condenação dos objetivos reais, ocultos pelos discursos justificatórios da presença espanhola na América. Não são mais apenas os métodos utilizados, mas o próprio conceito de conquista que está em causa. Vejamos:

*“La sincera bondad y la caricia
de la sencilla gente destas tierras
daban bien a entender que la codicia
aún no había penetrado aquellas sierras;
ni la maldad, el robo y la injusticia
(alimento ordinario de las guerras)
entrada en esta parte habían hallado
ni la ley natural inficionado.*

*Pero luego nosotros, destruyendo
todo lo que tocamos de pasada,
con la usada insolencia el paso abriendo
les dimos lugar ancho y ancha entrada;
y la antigua costumbre corrompiendo,
de los nuevos insultos estragada,
plantó aquí la codicia su estandarte
con más seguridad que en otra parte”.*

(ERCILLA, 1991: v. II, 381-382)

Todas as justificativas da empresa colonial, da presença espanhola na América, são questionadas e condenadas. Se recordarmos que a conquista se apoiava, ética e

moralmente, na justificativa da civilização e evangelização, esta não resiste à confrontação com seus resultados práticos. Este “nosotros” que assume o narrador, um coletivo que designa os espanhóis mas, também, qualquer conquistador, já não é mais portador de valores elevados comumente identificados com civilização, nem sequer pode ser visto como cristão autêntico – e o poema já vinha denunciando, desde o Canto XXIII, a hipocrisia de conquistadores e colonos que, sob o manto das justificativas de civilizar e evangelizar, viviam exatamente o contrário, tiranizando os povos conquistados.

Neste sentido, no Canto XXIII o discurso do araucano Galbarino, de exortação à resistência contra os espanhóis, é devastador: “[...] no deis oído / a sus embustes, tratos y marañas”, pois os espanhóis, embusteiros, estão na América apenas em busca do “[...] oro goloso que se encierra / en las fértiles venas desta tierra”, e não passa de uma mentira, de uma “[...] apariencia vana / querer mostrar que el principal intento / fue el extender la religión cristiana / sendo el puro interés su fundamento”, pois a ganância se sobrepõe a qualquer outro fingido objetivo. E o desmascaramento dos verdadeiros objetivos da conquista se completa com a caracterização absolutamente anti-heróica do conquistador/colono: “pues los vemos que son más que otras gentes / adúlteros, ladrones, insolentes” (ERCILLA, 1991: v.II, 138).

A constatação da obra destruidora que a conquista e colonização provoca na América não oferece como alternativa a volta aos valores cavaleirescos e cristãos, que poderiam fundamentar a civilização e evangelização das populações locais. A alternativa está implícita num outro tipo de relação, aquela que se apóia na convivência pacífica de povos que respeitam sua alteridade (PASTOR, 1983: 520-570). É mais que a defesa lascasiana do indígena americano, é o reconhecimento de que civilização não é apenas, necessariamente, a experiência cristã européia. A utopia, este rechaço crítico de um presente vivido como realidade intolerável que contraria valores e crenças percebidos como necessários, verdadeira contra-imagem da sociedade vigente (ALONSO, BLUM, CERDA, et al, 2005: 29-56) é o terreno onde se refugia a consciência profundamente dividida do eu narrador, apontando para a falência total do projeto colonial.

A aventura americana de uns espanhóis esforçados, matéria da épica, não resistiu ao confronto com a pena e a tinta do autor, e o autor, testemunho e participante destes episódios, que programou uma narrativa épica para que os feitos heróicos e valorosos dos seus e dos araucanos não caísse no esquecimento, não resistiu ao novo “descubrimiento”, este agora da realidade crua dos significados reais da conquista. O

canto épico precisa ser interrumpido, encerrado, abriendo las puertas para otro tipo de canto sobre la conquista, tal vez más apropiado, o canto elegíaco. São os últimos versos que fecham o poema:

*“[...] de aquí adelante
será razón que llore y que no cante”.*

Bibliografía Citada

ALONSO, María Nieves, BLUM, Andrea, CERDA, Kristov et al. Donde nadie ha estado todavía: Utopía, retórica, esperanza. **Atenea**, Concepción, n.491, p. 29-56, 2005.

ERCILLA Y ZUÑIGA, Alonso de. **La Araucana**. Edición; Introducción y Notas de Marcos A. Morínigo e Isaías Lerner (Editor). Madrid: Castalia, 1987

FUENTES, Carlos. **Valiente Mundo Nuevo. Épica, utopía y mito en la novela hispanoamericana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

INVERNIZZI Santa Cruz, Lucía. ¿Ilustres hazañas? ¿Trabajos e infortunios? La historia de Chile de Góngora Marmolejo. **Revista Chilena de Literatura**, Santiago de Chile, n.33, p. 7-22, abr.1989.

LAGOS, Ramona. El incumplimiento de la programación épica en La araucana. **Cuadernos Americanos**. México, Editorial Cultura, v. 238, n. 5, p. 157-191, sept./oct. 1981.

O’GORMAN, Edmundo. **La Invención de América**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

PASTOR, Beatriz. **Discurso narrativo de la conquista de América**. La Habana : Ediciones Casa de las Américas, 1983.

O machete e o violoncelo: gêneros musicais e identidade social na prosa de Machado de Assis – Jordão Horta Nunes*

Resumo

Há na prosa de Machado de Assis referências a diversos aspectos da arte ou da estética musical cuja análise histórica e sociológica nos permite reconstruir traços específicos da cultura e da sociabilidade no Rio de Janeiro Imperial. Tal temática já foi trabalhada por críticos como Wisnik (2004) e Avelar (2006). Por outro lado, são bastante conhecidas as obras que aliam a análise estético-literária à história da formação social brasileira, como em Faoro (1974), Santiago (1978), Schwarz (1977), Bosi (1982) e Gledson (1986). O objetivo aqui é analisar a construção da identidade social relacionada a elementos da prática musical (criação, recepção, execução, profissionalização) na sociedade carioca da época, com base principalmente na interpretação de alguns contos de Machado de Assis, como “O machete”, “Um homem célebre”, “Cantiga de esponsais” e “Trio em La menor”.

Abstract

The fictional work of Machado de Assis refers to several aspects of musical art or esthetics whose sociological or historical analysis led to reconstruct specific traits of culture and sociability in Rio de Janeiro during the Second Empire. This subject was already analyzed by Wisnik (2004) and Avelar (2006). By the way, there are very known works that combine the esthetic-literary analysis with Brazilian social formation history, as in Faoro (1974), Santiago (1978), Schwarz (1977), Bosi (1982) e Gledson (1986). The aim here is to analyze the construction of a social identity related to some elements of the musical practice (creation, reception, performance, professionalism) that prevailed in Rio de Janeiro society at the end of XIX. The analysis is mainly oriented by the interpretation of some short stories of Machado de Assis Brazilian writer: “O machete”, “Um homem célebre”, “Cantiga de esponsais” and “Trio em La menor”.

Muito já se escreveu sobre a obra machadiana, não somente no campo da crítica literária, mas em diversas áreas do saber, com destaque à história e às ciências sociais. Os gêneros do material produzido também são muito diversos, cobrindo desde teses e análises de sua obra como um todo, até ensaios ou artigos que exploram nuances específicas. O tema da música na prosa machadiana, especificamente em alguns de seus contos e crônicas, já rendeu ensaios notáveis, como o de José Miguel Wisnik (2004), além de incursões mais localizadas, como em Curvello (1982) e Avelar (2006) e considerações ou títulos alusivos, como fez John Gledson, por exemplo, na apresentação de sua antologia de contos do escritor carioca (“Os contos de Machado de Assis: o machete e o violoncelo”, 1998). Propõe-se examinar, no escasso espaço disponível a esta comunicação, uma questão mais específica, o reconhecimento e a identidade social dos personagens músicos, sejam eles artistas “profissionais” ou executantes ocasionais. Quais são as representações ou imagens socialmente reconhecidas dos músicos no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX? Como os artistas ou aqueles que, em algum grau, “viviam” de atividades musicais, se posicionavam na estrutura social da capital brasileira? Como a obra de Machado nos proporciona elementos para a análise da construção de uma identidade relacionada à

* Universidade Federal de Goiás – Doutor em Sociologia

cultura musical, tanto no aspecto macro da formação cultural brasileira quanto no âmbito micro das interações domésticas e urbanas?

A própria declaração dos objetivos, feita atrás, aproxima esta leitura daqueles que, como Antonio Candido (1988), sustentam uma dimensão sociológica na obra de Machado, um “fio social” em sua trama ficcional. Não se pretende aqui, evidentemente, uma reconstrução mais ampla que justifique a adesão anterior. A análise do estilo literário e considerações estéticas também fogem do escopo deste trabalho, ainda que tomemos como pressuposto um eixo analítico (e.g., FAORO, 1976; SCHWARZ, 1992; CHALOUN, 2001; MURICY, 1988) que identifica e valoriza a crítica social feita por Machado à estrutura social no Brasil em transição da monarquia imperial à república, evidenciada pela sofisticada ironia com que retratava seu principal foco: a elite social formada por proprietários e funcionários do Estado patrimonialista, à qual se subordinava uma classe média de bacharéis e comerciantes. Contudo, ainda que se tenha afastado do plano geral de questões remetendo a obra machadiana à análise da formação social brasileira, o presente estudo não abdicará de retomá-las quando necessário ao tratamento do objeto mais específico a que se relaciona. A análise recorrerá principalmente a quatro contos em que os principais protagonistas desempenham atividades musicais, em âmbito do ensino, da execução, da regência ou da composição, no período de 1878 a 1888, recorrendo eventualmente a outras obras do artista fluminense.

Gêneros, caracteres e estrutura social

O conto “O machete” foi publicado em 1878 no *Jornal das Famílias*, uma revista feminina publica no Rio de Janeiro de 1863 a 1878, da qual um dos principais colaboradores foi Machado de Assis (Cf. SILVEIRA, 2005). O principal protagonista, Inácio Ramos, era um músico humilde, que morava com sua velha mãe num subúrbio carioca e “vivía de algumas lições que dava” e de tocar sua rabeca “ora num teatro, ora num salão, ora numa igreja”. Nas horas vagas, Inácio estudava violoncelo, instrumento que considerava sublime e ao qual fora iniciado, no tempo de sua juventude, por um artista alemão que estivera no Rio de Janeiro para uma turnê. Reservava o violoncelo para o aperfeiçoamento musical no convívio íntimo, cujos resultados eram testemunhados por sua mãe, única espectadora de seus serões domésticos. Após sua morte, Inácio casou-se com Carlota, jovem de dezessete anos, de índole “mundana e jovial”, filha de um comerciante de pequena monta, um “homem que trabalhou a vida toda como um mouro para morrer pobre”, deixando a filha, “cuja única riqueza era a beleza”. Carlota logo deu à luz a um filho e Inácio parecia ter realizado o seu ideal de felicidade, uma “vida de arte, paz e ventura doméstica”. O músico passou até a tocar suas poucas composições para violoncelo a um círculo íntimo de amigos, por sugestão de Carlota. Os saraus domésticos se tornaram mais freqüentes com a incorporação ao grupo de dois amigos, Amaral e Barbosa, estudantes de direito em férias, que se haviam impressionado ao ouvir a execução de Inácio, quando passavam em frente à casa da família Ramos. Barbosa tocava melodias populares em seu machete (cavaquinho) e, pouco a pouco, conquistou a atenção dos presentes nos saraus em que tocara, incentivado por Carlota, nas casas da vizinhança. Sua performance e seu estilo contrastavam com a sóbria gravidade de Inácio ao violoncelo. Ainda assim, nos serões entre os Ramos, geralmente o convidado finalizava com o machete o que o anfitrião iniciava. A popularidade e o reconhecimento de Barbosa afetaram a Inácio, que se tornou melancólico e desinteressado de seu instrumento, professando o desejo de

aprender machete e até de “fazer uma cousa inteiramente nova; um concerto para violoncelo e machete”. No final do conto Amaral, que se tornara amigo e confidente de Inácio, vai visitá-lo durante, as férias, quando o encontra em sua casa, tocando o violoncelo em frente a seu filho, que brincava no chão, e evidenciando um forte abalo moral. Sua esposa Carlota o abandonara e partira com Barbosa. Nas palavras de Inácio, “*ela* foi-se embora, foi-se com o machete. Não quis o violoncelo, que é grave demais. Tem razão; machete é melhor.” Pouco após esta declaração o músico enlouqueceu.¹

Durante a segunda metade do século XIX, época em que se transcorreu a maioria dos enredos ficcionais criados por Machado, o Brasil atravessou sua época de maior transformação econômica (Cf. PRADO JÚNIOR, 1987), com grande expansão de suas forças produtivas. Uma sociedade de classes se constituía, embora sobre o fundo de uma sociedade estamental patrimonialista, rigidamente estratificada, herdada de três séculos e meio de escravismo. Faoro utiliza as figuras do trapézio e da pirâmide para simbolizar a estrutura social do estamento e da sociedade de classes que, embora ligadas a valores e relações econômicas e de poder diferentes, articulavam-se por uma série de mecanismos e sistemas de influência e favorecimento. Os artistas ocupavam uma posição social peculiar na estrutura social do Segundo Império, situando-se entre as classes médias e o grau mais baixo da hierarquia social, ocupado pelos escravos. Juntam-se a trabalhadores livres como operários, lavradores assalariados, trabalhadores braçais e manuais, como artesãos, tipógrafos, marceneiros. Os que ascendem à classe média, como é o caso de Inácio Ramos, o fazem por algum tipo de ligação ou influência em relação à classe dominante de proprietários que, em sua maioria, consistiam de fazendeiros que moravam na cidade e viviam de renda. Fazendeiros deslocados, ex-fazendeiros e herdeiros alinhavam-se com outros rentistas, de imóveis, de escravos, de empréstimos fixos ou apólices da dívida pública (Cf. FAORO, 1976). Tal camada social coexiste com um estrato mais restrito, um estamento que não se expande, composto de barões, conselheiros, comendadores e titulares da Guarda Nacional. Inácio era filho de um músico que, embora pobre, trabalhava na capela imperial, o que explicava sua estabilidade e relativa distância de outros artistas, colegas de ofício. Herdara a casa de seu pai e tratava de conservar sua propriedade e seu estilo de vida com suas aulas de música e apresentações esporádicas. Por essa herança não precisava, como a maioria dos artistas, do beneplácito direto de algum amigo ou parente pertencente a outro estrato. Contudo, considerava as suas atividades de professor e tocador de rabeca como parte de um ofício relacionado à sobrevivência e não como meios para ascensão ou reconhecimento social; menos ainda como forma de emancipação intelectual e realização pessoal. Ainda que não realizado subjetivamente, Inácio não se vivia na condição de agregado, como a maioria dos empregados como criados, operários, cocheiros ou contínuos ou ainda de artistas como ele que viviam de seu ofício. Sua esposa não precisou fazer doces² ou costurar “para fora”, ocupações comuns entre as mulheres de trabalhadores de ocupações manuais ou braçais e também de suas viúvas.³

¹ O conto já foi objeto de competentes análises, como as de Wisnik (2004) e Avelar (2006), orientando a interpretação deste conto e de outros correlatos à evolução dos gêneros musicais na segunda metade do século XIX (modinha, polca, maxixe, schottish, mazurca e outros) na cena carioca e apontando elementos que a transcendem, inclusive prefigurando uma base para a análise da emergência da música popular como signo cultural de uma identidade brasileira.

² Os pais de Machado de Assis moravam como agregados na propriedade da viúva do Brigadeiro e Senador do Império Bento Barroso Pereira. Sua mãe foi empregada como doceira num colégio do bairro do Livramento e o próprio escritor vendia doces como ambulante, em sua infância.

³ A história de Dona Plácida, confiada a seu protetor Brás Cubas, é exemplar na descrição do trabalho feminino informal e da condição de agregado: “Foi por esse tempo que conheci a família de Iaiá:

Porém, não se esperaria de um artista a realização em seu ofício, mas sim em sua arte, em sua obra de criação. Nesse aspecto, Inácio não se satisfazia com sua arte, pois a rabeça era apenas um instrumento de trabalho e as apresentações com o violoncelo eram praticamente privadas, pois seu convívio social era limitado, desde o tempo em que morava só com sua mãe: “Moravam ambos em lugar afastado, em um dos recantos da cidade, alheios à sociedade que os cercava e que os não entendia”. As razões desse isolamento eram, conforme já observamos, principalmente devido à condição de *outsiders*⁴ que os músicos e trabalhadores braçais e manuais ocupavam na sociedade de classes em formação, já que as ocupações braçais ou manuais eram principalmente realizadas por escravos e as classes superiores ainda não viam o trabalho do corpo ou das mãos⁵ como uma atividade nobre, ou mesmo digna.⁶ Além disso, faltava a Inácio a capacidade para tornar-se socialmente respeitado por meio da única habilidade que o conduziria, psicológica e socialmente, à realização pessoal: a composição no gênero da “música das almas”, ou seja, o erudito.

Inácio tinha convicção subjetiva de que tinha “nascido para o violoncelo”, apesar de que o próprio narrador não a endossava, pois o personagem tivera essa súbita revelação ao ouvir o mestre alemão tocar pela primeira vez: “não somente a alma do artista comunicava com a sua como lhe dera a chave do segredo que ele procurara”. Sua primeira composição foi em homenagem a sua falecida mãe: “Escreveu para o violoncelo uma elegia que não seria sublime como perfeição de arte, mas que o era sem dúvida como inspiração pessoal. Compô-la para si; durante dois anos ninguém a ouviu nem sequer soube dela.” O próprio entusiasmo com que suas obras eram recebidas por Carlotinha (ainda que mais por vaidade do que por fruição) não contentava o compositor, que pretendia algo muito mais elevado: provocar lágrimas, comover o ouvinte, transferir a este o estado de alma que a música provocava no próprio autor. O pressentimento de seu dom natural só se confirmaria com a fruição dos ouvintes na esfera social. Daí a frustração e a perplexidade de Inácio perante a performance de Barbosa que, embora de um gênero “inferior”, provocava uma fruição entusiástica, mas sincera, na platéia, legitimando algum poder de criação no executante, ainda que este não fosse o autor. Impressionou a Inácio o poder daquele tipo de música popular, tocada num instrumento tão pequeno e tosco, de ser fruído, sensual e prazerosamente, pelos ouvintes nos saraus pela vizinhança; este fato contrariava os princípios de uma

boa gente, que me deu que fazer, e até chegou a me dar casa. Estive lá muitos meses, um ano, mais de um ano, agregada, costurando. Saí quando Iaiá casou. Depois vivi como Deus foi servido. Olhe os meus dedos, olhe estas mãos... E mostrou-me as mãos grossas e gretadas, as pontas dos dedos picadas da agulha. — Não se cria isto à toa, meu senhor; Deus sabe como é que isto se cria... Felizmente, Iaiá me protegeu, e o senhor doutor também... Eu tinha um medo de acabar na rua, pedindo esmola...”

⁴ Numa sociedade de base escravista na transição para um sociedade de classes, como é caso do contexto retratado por Machado, a figuração estabelecido/*outsider* pode ser empregada para explicar a condição identitária dos trabalhadores de serviços (*outsiders*) entre o conjunto de homens livres (estabelecidos), que vêem o trabalho manual ou braçal como uma atividade menor, já que delegada ao escravo. Norbert Elias e John Scotson (2000) utilizam o par conceitual estabelecidos/*outsiders* em seu estudo empírico realizado numa comunidade de trabalhadores que habitava um distrito industrial numa cidade inglesa. Os estabelecidos consideram-se o grupo superior, modelar, fonte da ordem normativa, a “boa sociedade”. Em contraposição o *outsider* representa o “inferior”, o *parvenu*.

⁵ Hannah Arendt ressalta a distinção entre *labor*, que designa o processo, o dispêndio puro do esforço que conduz a vida, independente de gerar ou não produtos e *trabalho*, atividade que deixa algo, que fabrica, que está ligada ao produto. Na sociedade moderna o trabalho é que é glorificado, e não o labor.

⁶ Faoro (1976) e Chalhoub (2001) analisaram a transformação ideológica ocorrida no final do Império, a partir da liberação dos escravos, quando se efetivou uma imensa demanda de trabalho livre, de difícil realização. Era necessário transformar a representação depreciativa do trabalho, típica de uma economia escravista, numa representação positiva e ao mesmo tempo condenar e estigmatizar a ociosidade, associando-a à pobreza e considerando-a perigosa.

arte elevada que ele procurava, sem muito sucesso, materializar em suas composições. O músico não se mostrou completamente fechado às inovações, apesar de abalado em seu foro íntimo, chegando a pensar num concerto para violoncelo e machete! Contudo, a ausência de uma experiência de vida no campo da música popular e a limitação de seu quadro da orientação, de sua “pauta cultural”, como diria Schutz⁷, o impossibilitava de compreender ou propor algo no domínio de outro âmbito de sentido (ou “realidade”), o música popular. Sua sugestão, que toma como base um contexto de palco-audiência até certo ponto convencionalizado, não se adequaria à espontaneidade e variabilidade das formas de execução e fruição da música popular urbana que emergia.

O gênero erudito é associado, no conto ao tipo do som, grave e profundo, produzido pelo violoncelo, por sua vez correspondente ao estilo metódico e ao temperamento calmo de Inácio. Por outro lado, o gênero popular é relacionado ao som rascante e agudo do machete, bem como à frivolidade e vulgaridade de Barbosa. No final do conto, porém, evidencia-se a fragilidade do primeiro estilo na vida prática. Inácio, com a gravidade de seu instrumento, de sua música e de sua personalidade, foi incapaz de manter Carlota, que se rendeu aos encantos do machete.⁸ O machete, símbolo material e personalizado de uma música popular, boêmia e urbana, retirou-lhe, além da crença num ideal estético, a estabilidade de uma vida doméstica que lhe trazia o lastro de respeitabilidade social que o labor cotidiano não podia lhe conferir, na estrutura social da época.

A distinção entre o labor das mãos e o trabalho do espírito, com a superioridade do primeiro, ilustra-se na presença de representantes de outro estrato social, Amaral e Barbosa, bacharéis de direito. Enquanto o primeiro era “todo arte e literatura, tinha a alma cheia de música alemã e poesia romântica”, seu companheiro “era apenas um espírito medíocre, avesso a todas essas cousas, não menos que ao direito que, aliás, forcejava por meter na cabeça”. Os bacharéis, principalmente estudantes de direito ou medicina, constituíam a esperança de ascensão social de camadas médias para os estratos superiores, de lucros fartos e garantidos, transferida para outra geração. Arelada à formação superior vinha a esperança de oportunidades, de casamentos afortunados e de proteção ou apadrinhamento da camada superior adjacente. Eram “arroz de festa” nos saraus e reuniões íntimas da classe média, tão bem retratadas por Machado. O estrato dos bacharéis não era homogêneo, incluía jovens de famílias tradicionais, que estudavam principalmente a França e para cá traziam as maneiras afetadas, a cultura letrada, as idéias “fora do lugar” (Cf. Schwarz, 1992). Entretanto, incorporava também representantes de camadas baixas, protegidos e filhos de agregados (como parecia ser o caso de Barbosa). Os bacharéis vislumbravam empregos, a posições de decisão, mais do que à condição de trabalho livre e autônomo; o capital cultural acumulado em sua formação era necessário à articulação com os estratos superiores, na fronteira do estamento remanescente. Compreende-se assim, por que Amaral, “o artista

⁷ Segundo Schutz, “pauta cultural” (*cultural pattern*) da vida grupal é o conjunto de valores, instituições e sistemas de orientação peculiares (como usos e costumes, leis, hábitos, etiqueta e modas) que caracterizam – quando não o constituem – todo grupo social num momento determinado de sua história (2003, p. 96).

⁸ As alusões e analogias eróticas estão presentes em várias partes do conto. Avelar ressalta, em sua análise, que “a cena final do enlouquecimento se segue a um quadro em que o personagem tem seu filho *ao pé* e o violoncelo *no meio das pernas*. Toda a gestualidade de *trazer o violoncelo para dentro das pernas* está bem enfatizada no conto, em oposição à gestualidade do machete, fállica, tributária de uma performance claramente orientada ao exterior” (2006, p. 6). O termo machete, segundo Houaiss, remonta ao espanhol *machete* (1550) ‘estaca, espada ou faca larga e curta’, derivado do espanhol *macho* ‘maça, clave’.

de coração gastava o tempo a ouvir o de profissão fazer falar as cordas do instrumento”. Amaral, versado nas artes do espírito, era uma pessoa cultivada, um amante da boa música, ouvinte esclarecido que, como um antropólogo, procurava compreender o “artista das mãos”, o profissional da música, em sua linguagem. O bacharel tentava convencer o novo amigo a ingressar no mundo dos concertos e recitais em teatros, única porta para o reconhecimento social e realização pessoal. No entanto, o jovem estudante ainda não tinha nem as condições nem a influência necessária para protegê-lo e encaminhá-lo. A sensibilidade do cronista carioca à instabilidade da posição social dos artistas aparece também em outro conto que escreveu, “Silvestre”, como colaborador da revista *Jornal das Famílias*, um ano antes, utilizando o pseudônimo de Victor de Paula. O personagem Silvestre era também artista, um pintor que não encontrava, no meio em que vivia, reconhecimento para seu talento. Acabou encontrando, ainda jovem, abrigo na casa de um conhecido do pai, que resolvera ajudá-lo em sua ambição (Cf. SILVEIRA, 2005, p. 79).

Composição, gêneros musicais e distinção social

Se bons empregos e estabilidade em ocupações no setor de serviços não eram comuns e, além disso, dependiam de favorecimento ou proteção, restavam os ofícios aos trabalhadores livres de baixa qualificação: sapateiros, costureiras, vendedores ambulantes etc. Nesta classe encontravam-se os ofícios específicos de artistas que, para se tornarem propriamente profissionais, também necessitavam de algum tipo de ajuda externa ou respaldo de uma tradição familiar. O reconhecimento social e a identidade relacionados ao ofício requeriam, numa época em que as condições de reprodutibilidade técnica da obra musical ainda não existiam, da virtuosidade na execução ou da maestria na composição. A primeira alternativa dependia da criação de oportunidades para apresentação em saraus e festas em casas de famílias mais aquinhoadas ou em salas ou teatros apropriados, bem como de tempo livre para a formação de um repertório de concerto, condições impossíveis de serem realizadas, no caso de Inácio Ramos. Restava a composição como signo distintivo da própria criação musical, cujo referente era o autor. Contudo, a hierarquia de gêneros que existia no âmbito da produção ou da recepção também se estendia à composição. O conto machadiano que melhor retrata os dilemas da composição é “Um homem célebre”, publicado na *Gazeta de Notícias* dez anos após “O machete”, em 1888, nos estertores da monarquia e da escravidão. O conto relata o dilema vivido por Pestana, exímio pianista e compositor de polcas (das quais necessitava para seu sustento) diante da possibilidade de render-se a um reconhecimento já obtido como artista popular e a incapacidade de compor obras eruditas, apesar de se esforçar ao máximo com tal propósito. Pestana tocava em saraus e festas, assim como Inácio, mas já possuía um status social considerável em virtude de compor polcas de agrado popular, que eram rapidamente editadas, vendidas e assimiladas na cena cultural carioca, a ponto de serem assoviadas e executadas cotidianamente, nas casas e ruas da capital. O conto retrata o início de um processo de difusão da música popular por meio de editoras como a livraria Garnier e a Casa Quaresma, principalmente modinhas e polcas, depois organizadas em álbuns que viriam a se tornar as matrizes do cancionário popular brasileiro, como *Cantora brasileira*, publicado em 1870 em três volumes, organizados por Joaquim Norberto de Sousa Silva, poeta e historiador ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (FERLIM, 2006). Entretanto, a fama adquirida como compositor, longe de lhe render alegrias, tornava-se fonte de desgosto e frustração. Pestana considerava compor polcas como parte do labor, um fardo do ofício, pois gostaria mesmo de compor peças eruditas, como os mestres a quem tanto admirava,

emoldurados em retratos numa sala dos fundos de sua casa: Mozart, Beethoven, Bach e outros. O complexo de Pestana (Cf. Wisnik, 2004) advinha de que compunha espontaneamente, de forma quase natural, peças dançantes, de estrutura simples, que eram do agrado popular. Em compensação, não conseguia escrever uma linha no estilo clássico que não fosse plagiada das composições que tanto estudara e conservava na memória. Tornara-se famoso num gênero que abominava. Suas polcas, vendidas a um editor, ganhavam títulos chamativos, a gosto da época, geralmente relacionados a acontecimentos recentes ou a expressões maliciosas ou de duplo sentido, como “Não bula comigo, nhonhô” “A lei de 28 de setembro” e “Candongas não fazem festa”. Sua inserção no que se poderia considerar um primórdio da indústria cultural ocorria sem nenhuma intenção de sua parte, aliás muito pelo contrário. Pestana não se sentia naturalmente inclinado à arte superior, embora constrangido ou incompreendido pela sociedade, como Inácio Ramos. Não ambicionava o reconhecimento social nem a capacidade de sensibilizar as pessoas, pois já atingira tal estágio praticamente sem esforço. Queria criar, produzir uma página que fosse de boa música, mediante seu próprio trabalho e estudo, independentemente de obter qualquer tipo de consagração popular. Escolheu o caminho do ascetismo e da provação, decidindo-se casar com uma cantora viúva, porém tísica. Após sua morte, tenta compor um Réquiem, mas não consegue concluí-lo e retorna, contrariado, às polcas e à fama. Anos depois, já doente e prestes a morrer, recebe a visita de seu editor, que lhe encomenda uma polca “de ocasião”, aproveitando uma ascensão dos liberais. Recebeu dele a seguinte resposta, que a única em tom irônico que proferira em toda a sua vida: “faço-lhe logo duas polcas; a outra servirá para quando subirem os liberais”.

Pestana, ao contrário de Inácio, morreu de bem com os homens. À semelhança de Ramos, porém, morreu mal consigo mesmo, ainda que por motivos diferentes. Não conseguira se livrar do dom natural, provavelmente reforçado não somente pela educação de seu preceptor, um padre que lhe deixara a velha casa, mas que, segundo as más línguas, era seu próprio pai.⁹ O velho padre era “doido por música”, havia composto alguns motetos e seu gosto não discriminava gênero sagrado ou profano. De nada serve o dom natural se não se acomoda às convicções subjetivas sobre o bom e o belo. É também inútil quando não gera reconhecimento, não reproduz ou amplia sensações e sentimentos. No entanto, se a existência de um dom natural para a composição autoral é insuficiente para a boa arte e seu reconhecimento ou fruição, pior é sua ausência, conforma sinaliza Machado em seu conto “Cantiga de esposais”. A história transcorre no início do século, em 1813, e seu protagonista é Romão, sessenta anos, regente de orquestra, “bom músico e bom homem”, querido pelos músicos e pelo público, que admirava sua maestria, principalmente na condução de missas na igreja do Carmo. Mestre Romão Pires era, contudo, infeliz, pois não conseguia compor. Apesar de ter a “vocalização íntima da música”, não conseguia traduzir o que sentia. A inspiração, que trazia naturalmente dentro de si, não se libertava, era “como um pássaro que acaba de ser preso, e forceja por transpor as paredes da gaiola, abaixo, acima, impaciente, aterrado”. O problema de Mestre não era uma inadequação do dom natural aos imperativos de uma estética musical superior ou às vicissitudes do gosto e da moda, como ocorria com Pestana e Inácio Ramos, mas uma incapacidade de converter sinais, vestígios ou traços inspiradores, em signos musicais, de criar seqüências de sons com sentido musical, não importa se do gênero popular ou erudito, apesar de ter o domínio sintático e semântico da linguagem musical. Vítima de uma espécie de afasia da

⁹ José Miguel Wisnik analisa com profundidade a referência ao padre, possível pai de Pestana, na estrutura do conto “Um homem célebre” e também da figura do “padre pai” na história colonial brasileira (2004, p. 57-67).

expressão musical, Romão não conseguia nem reproduzir ou combinar motivos ou frases musicais que tinha na memória, como chegava a fazer Pestana, inconscientemente, pensando que criava algo novo. A frustração permanece até o último dia de sua vida quando, ao tentar “rematar, de qualquer maneira”, inspirado por um casal que via pela janela de seu quarto, o canto esponsalício que começara a compor há mais de vinte anos atrás e que não finalizara mesmo depois da morte da esposa. Desconsoladamente, Romão presenciou, pela janela, a moça do casal vizinho que, “embebida no olhar do marido, começou a cantarolar à toa, inconscientemente, uma coisa nunca antes cantada nem sabida, na qual coisa um certo *lá* trazia após si uma linda frase musical, justamente a que mestre Romão procurara durante anos sem achar nunca”.

A temática da composição musical reaparece em outro conto, “Trio em Lá menor”, publicado em 1886, no jornal *Gazeta de notícias* e depois no livro *Várias histórias*, em 1895. O conto foi escrito em quatro partes, nomeadas como movimentos de uma peça musical: *Adagio cantabile*, *Allegro ma non troppo*, *Allegro appassionato* e *Menuetto*. Machado parece adotar alguns princípios da composição musical na elaboração do conto, embora não se evidencie uma correspondência mecânica entre a composição musical e composição literária. Há apenas indícios, pistas sugestivas. Os personagens são Maria Regina, uma jovem que morava com sua avó, seus dois pretendentes, Maciel, um jovem de vinte e sete anos, e Miranda, já com cinquenta anos. No primeiro “movimento” Maria Regina é apresentada pelo narrador como uma moça “esquisita”, considerada “desmiolada” até pelas amigas do colégio, em virtude de sua imaginação insaciável, já que “pensava amorosamente em dous homens ao mesmo tempo”. A moça recebe a visita dos dois namorados, conversa com eles, toca uma sonata,¹⁰ debatem a respeito de música. Depois da visita ela se recolhe a seu quarto e devaneia, rememorando a sonata e os pretendentes. No segundo capítulo, Maria Regina e a avó saem para uma visita quando a carruagem em que viajavam atropela um menino. Maciel que, por um acaso, estava presente, segura os cavalos e impede um desastre maior. O incidente consiste o pretexto para uma visita, à noite, quando a avó solicita ao jovem que relatasse algo da sociedade. O terceiro capítulo consiste no relato de Maciel, demonstrando frivolidade e falta de maturidade, ao se prender em detalhes fúteis, que até não mereceriam a atenção, muito menos os comentários, de um homem. A moça começa a se enfasiar com o relato, quando chega Miranda e, logo após, retira-se Maciel. Miranda revela-se, na conversa com a jovem e sua avó, como egoísta e mau, embora Maria Regina o considerasse engenhoso e fino e até compartilhasse com ele os gostos artísticos, já que o pretendente estudara direito e tinha vocação para a música. A pedido de Miranda, a moça toca novamente uma sonata fazendo, como de outras vezes, sua avó cochilar um pouco. Miranda se aproxima do piano e ela o encara, vendo um velho e se lembrando do jovem Maciel. A moça procurava compor uma imagem combinada dos pretendentes imperfeitos, utilizando sempre o mesmo expediente: “Completo um pelo outro; escutava a este com o pensamento naquele; e a música ia ajudando a ficção, indecisa a princípio, mas logo viva e acabada”. O último movimento transcorre num tempo indefinido, talvez meses depois. A indecisão da moça acabou incomodando os pretendentes, que foram espaçando suas visitas. Até que “Maria Regina compreendeu que estava acabado”. No final do conto o narrador descreve os movimentos do pensamento da moça, entre idéias e estímulos, percepções e devaneios, sempre relacionados a uma síntese impossível entre as representações mentais dos dois pretendentes, quando encerra o conto e os sonhos de Maria Regina interpondo uma voz, “que surge do abismo” e profere a seguinte frase: “— É a tua pena, alma curiosa de

¹⁰ O tema da sonata é desenvolvido também no romance *Esau e Jacó* (1904), envolvendo outro trio, cuja primeira voz é Flora, indecisa entre os irmãos gêmeos Pedro, monarquista, e Paulo, republicano.

perfeição; a tua pena é oscilar por toda a eternidade entre dois astros incompletos, ao som desta velha sonata do absoluto: lá, lá, lá...”.

O próprio título do conto já convida o leitor a articular o trio de protagonistas principais ao significado de “trio” como forma musical, tipo de composição para três vozes ou instrumentos.¹¹ O tom do título também é sugestivo, pois os tons menores eram considerados solenes, melancólicos; a maioria dos corais e peças religiosas era escrita em tons menores. Entretanto, a estrutura do conto, se pensarmos em termos musicais, não reflete solenidade, pois, embora o tempo inicial seja vagaroso, um adágio, é expresso como *cantabile*, que não denota tristeza. Os segundo e terceiro movimentos são rápidos, ou seja, *allegro*, sendo o primeiro menos rápido e o terceiro “com paixão”. O último movimento traz a indicação “Menuetto”, que designa um termo híbrido itálico-germânico, empregado durante o Romantismo. O termo, utilizado em composições que adotavam os princípios da “forma Sonata”, indicava a aplicação do andamento, da característica e do fraseado típicas de um minueto a um movimento. O minueto era uma dança social aristocrática surgida no século XVII e há registros históricos de sua popularidade na corte de Luis XIV, na França. Dançado em pares, o minueto consistia na realização de unidades de quatro minúsculos passos (daí o diminutivo “minueto”) em contratempo com o ritmo ternário da peça. Dança graciosa e elegante, o minueto requeria leveza e precisão. Já o termo “sonata”, aplicado à forma musical tocada por Maria Regina em duas oportunidades, tem uma designação muito mais ampla. Corresponde, em geral, a uma peça instrumental para solistas contendo alguns movimentos diferentes. Contudo, no período Clássico houve algum consenso em considerar a sonata como uma peça para piano (ou duo de violino e piano), em três ou quatro movimentos, contendo uma introdução lenta, dois pequenos movimentos contrastantes, numa mesma tonalidade, e um *finale* empregando um rondó ou um minueto, o que concluía a peça de forma mais leve. Assim, a estrutura do conto machadiano poderia certamente ser aplicada a uma sonata do século XVIII, como várias das sonatas de Haydn que continham um tempo de “minueto” no movimento final.

Se é razoável levar a sério o título e a estrutura do conto, análoga à de uma sonata, para interpretá-lo, mais importante é considerar a extensão dos princípios da estruturação musical a outras dimensões, como a caracterização psicológica e os aspectos histórico-culturais e sociológicos. A sonata clássica foi muito empregada na Europa, durante a segunda metade do século XVIII, com finalidade pedagógica; eram dirigidas (por vezes até dedicadas) a um público doméstico, principalmente de mulheres. Eram geralmente impressas em cadernos contendo de cinco a seis peças. A etiqueta nas famílias aristocráticas envolvia o aprendizado do piano, e uma boa performance significa muito na procura de um bom partido. A etiqueta foi assimilada no Brasil e adotada pelas “boas famílias”. Em resposta ao lastro familiar e cultural, ao apelo físico e postural e ao bom desempenho na conversação, que se esperava dos pretendentes, Maria Regina executava suas sonatas.¹² O adágio inicial funciona como uma introdução, onde Maria Regina é apresentada e caracterizada, bem como as duas vozes integrantes,

¹¹ As considerações seguintes, que remetem à teoria musical e à musicologia, são baseadas nos verbetes “Trio”, “Sonata”, “Minuet”, “Tempo di menuetto”, “Tonality”, do *New Grove Dictionary of Music*.

¹² Roberto Schwarz revela, em seu famoso ensaio “As idéias fora do lugar” (1992), o outro lado do jogo ou performance de identidades entre a moça que toca a sonata e seus pretendentes bacharéis. Trata-se de um tipo de compensação simbólica, em que os maneirismos dos salões, a música erudita, nas também as idéias liberais e até as conquistas intelectuais da Ilustração tornam-se ornamentos, signos de fidalguia, quando contrastados com a cultura do favor e os interesses familiares e de classe que embasavam uma estrutura social forjada na economia escravista, que ainda conservava a imobilidade de uma sociedade estamental como fundo de uma “pirâmide” social com relativa mobilidade de uma sociedade moderna e capitalista.

Maciel e Miranda. Ao fazer a jovem apresentar sua sonata no primeiro movimento, o compositor revela o principal motivo da peça: um casamento em perspectiva por uma jovem de família tradicional e dois pretendentes, fato que tem ressonâncias sociais e histórico-culturais. A partir do motivo originam-se dois temas, em cada uma das vozes, de Maciel e Miranda. Do ponto de vista da harmonia, o adágio cresce em tensão com a execução da sonata e o debate sobre música subsequente, com resolução no quarto de Maria Regina, onde a jovem, ao pensar nos pretendentes, relaxa, como que retornando à tônica. Há uma mudança de tonalidade no segundo e terceiro movimentos, que estão encadeados, num tom maior. O episódio do atropelamento é desenvolvido em variações dos dois temas iniciais na nova tonalidade. Os temas são contrastantes, como se evidencia nas motivações e justificativas diferentes empregadas pelos protagonistas sobre o acidente, bem como nas impressões que suas atitudes causam em Maria Regina. A execução da sonata para Miranda, no final do terceiro capítulo-movimento, representa o ponto de maior tensão harmônica, evidenciada pela dissonância entre a imagem do jovem Maciel no pensamento da jovem que é contrastada com a visão do velho que está ao lado, Miranda. A resolução ocorre no prosseguimento da própria execução, quando Maria Regina combina os dois temas: ela “completava um pelo outro, escutava a este com o pensamento naquele; e a música ia ajudando a ficção, indecisa a princípio, mas logo viva e acabada”.

É discutível que se possa ampliar a analogia entre composição musical e composição literária neste conto, presumindo, por exemplo, uma aproximação com a “forma sonata”, uma estrutura formal mais complexa que compreenderia, num único movimento, introdução, desenvolvimento e recapitulação, incluindo eventualmente introdução e coda. O último movimento do conto-sonata de Machado sugere uma interpretação mais livre da estrutura, o que não contraria, aliás, a história da música que admite uma infinidade de variações a partir de uma característica comum: obra instrumental para solista, duo ou pequenas formações, que contém movimentos contrastantes. Entretanto, sua base histórico-cultural e sociológica se mantém, no contexto da capital brasileira, a despeito da abertura maior em relação a uma determinada estrutura formal. Senão, vejamos. Maria Regina, no último movimento, percebe que tudo acabara, com o desaparecimento dos pretendentes e sua obstinação em combiná-los numa síntese inatingível. Porém, o motivo condutor da sonata, o “bom casamento”, é substituído não só por outras representações plausíveis em seu pensamento (as estrelas duplas que parecem só um astro, o andar de uma estrela para outra em seu sonho), apesar de estas não serem espelhadas no livro da criação que, por isso, é “falho e incorreto”. Entretanto, sempre haverá a possibilidade de tocar um minueto, uma dança leve e graciosa, como seus próprios pensamentos, no final de uma sonata. Os movimentos da sonata de Machado continuam fiéis à caracterização psicológica da jovem e dos fatos e relações sociais incluídos em seu desenvolvimento. No que se refere ao aspecto sociocultural, o contexto da execução de uma sonata por uma dama ainda poderia ser considerado, no Rio de Janeiro da época, como patrimônio simbólico de uma boa educação e de boa ascendência, ainda que o grau técnico necessário para a performance pudesse ser muito superior ao patrimônio econômico de sua família.

A análise conjunta dos quatro contos orientados pela temática da composição musical permite-nos visualizar uma progressão, orientada pela atividade de compor como distintiva do reconhecimento ou da identidade social dos artistas, em termos subjetivos (psicológicos) e objetivos (posição na estrutura social, status):

	Cantiga de esponsais (1883)	O machete (1878)	Um homem célebre (1888)	Trio em La menor (1886)
personagem	Mestre Romão	Inácio Ramos	Pestana	Maria Regina
execução, performance	—————	—————	—————	—————
composição erudita		—————		—————
composição popular			—————	
reconhecimento como compositor			—————	—————
dom natural para compor		—————	—————	

Mestre Romão é o personagem que, apesar de obter algum reconhecimento pessoal como regente na Igreja do Carmo, não tem a capacidade de compor, mas apenas de reproduzir ou orientar a reprodução de obras. A condição de compositor, que o permitiria figurar na estrutura social como verdadeiro artista, realizando seu trabalho, foi-lhe negada pela natureza. Seu destino é contentar-se como empregado num sistema social onde os trabalhadores livres que não fazem parte dos estratos dominantes obtêm postos de trabalho principalmente graças a trocas de favor, vivendo em virtude de seu labor aplicado à execução e regência de obras alheias. Assim, Romão não se realizou em termos subjetivos ou objetivos, psicológica ou socialmente, não se identifica como artista, mas em virtude uma ocupação no cargo, um prestador de serviços, ainda que competente no que faz. Inácio Ramos compõe, mas não tem tato social e praticamente não se tornou reconhecido ou popular em seu meio social (ao qual só pertence por herança e capital cultural familiar), pois os saraus e reuniões já assimilavam bem mais as formas musicais populares, como as modinhas e polcas, que por sua vez passavam a incorporar elementos da música “da rua” e de estratos sociais mais baixos, como o lundu e o maxixe. “Nasceu para o violoncelo”, consegue até compor algumas peças, mas não obtém com elas a consagração da audiência que é a própria essência do artista. Assim, já trabalha, ainda que eventualmente, como artista, gerando produtos correspondentes, ou seja, composições, mas só é reconhecido pelo fruto de seu labor de produzir aulas e apresentações com sua rabeca, que considera um instrumento inferior. Pestana toca, conhece música, compõe no repertório popular, torna-se famoso, conquistou uma posição social, mas não se sente reconhecido como músico, pois considera que seu dom para compor no gênero inferior decorre por herança de seu pai ou preceptor, um padre, que era “louco” por qualquer tipo de música. Quer construir sua música e seu reconhecimento por meio da tradição que admira, a da música elevada dos grandes compositores. Tem pressupostos e princípios de orientação bem definidos e com base neles quer construir sua carreira; não se contenta em ser um *homo laborans* e empregar apenas suas habilidades naturais, como o faz para compor polcas, por exemplo; quer se tornar um *homo faber*, com consciência e identificação com o produto de seu trabalho, quer compor peças eruditas, mas não consegue.

“O que faz Maria Regina no esquema anterior?” – perguntaria, com toda razão, o leitor. Não era propriamente uma profissional da música, não ganhava a vida com seu labor ou trabalho em atividades musicais, possivelmente apenas tivera ensino musical e, além do estudo solitário, tocava eventualmente, para poucas pessoas em situações de

interação específicas. Ainda assim, como já observamos, sua identidade dependia muito de seu ato de tocar sonatas, principalmente defronte a candidatos ao matrimônio. Contudo, não compartilhava com outros personagens uma posição subalterna na escala social, não constituía propriamente uma trabalhadora livre no setor de serviços, não parecia se preocupar, em suas ações práticas, com questões de performance ou composição, de boa música ou música de entretenimento, a não ser como uma pessoa culturalmente bem informada em conversas de salão. Entretanto, aceitemos os jogos alusivos, os deslocamentos, as analogias, ocultações e demais procedimentos estilísticos que se atribuem a Machado e consideremos “Trio em La menor” como uma composição *sui generis*. O autor-compositor desloca a estrutura da sonata que Maria Regina toca para a própria composição em que os comportamentos e a caracterização dos dois pretendentes funcionam como temas. O “trio” de personagens/vozes é executado como uma sonata, que é executada pelo compositor-autor, mas também, indiretamente, pela personagem, pois o desenvolvimento das vozes depende das imagens e representações que são elaboradas e combinadas pela jovem. Nada do conteúdo da sonata que é tocada na sala da casa de Maria Regina é revelado ao leitor, embora muito se compreenda das intenções da personagem, de sua avó e dos outros protagonistas quando conhecemos o papel simbólico, cultural e social que uma jovem tocando uma sonata desempenhava na sociedade aristocrática europeia do século XVIII e, *mutatis mutandis*, a apropriação “fora de lugar” da música erudita europeia e dos maneirismos aristocráticos associados no contexto de uma sociedade estamental em transição para uma sociedade de classes. Concedermos a Machado o papel que lhe é de direito, de autor da obra e situá-lo como artista e músico em sua época nos permite ver que o esquema não está tão “fora de ordem”.

A condição de mulato, de ex-tipógrafo, de trabalhador livre na área de serviços, mas também a experiência de ter experimentado, com seus pais, a condição de agregados, de ter sido protegido pelo escritor Manuel Antônio de Almeida e, portanto, de não escapar ao imperativo dos favores, tornam difícil que consideremos o escritor como puramente um *outsider* entre estabelecidos. Quando escreve “Trio em La menor”, Machado já era um escritor respeitado, embora nunca tenha tomado parte da elite oligárquica e patriarcal. Assim, é pertinente considerá-lo, como fez Richard Miskolci, um *outsider estabelecido* (2006). Miskolci, reconstruindo o ataque sofrido por Machado pelos intelectuais da chamada Geração 1870, entre os quais Silvio Romero. A condição de intelectual bem sucedido de um mulato brasileiro de origem pobre contrariava princípios do darwinismo social. No entanto, Romero queria investir os intelectuais da capacidade de influir nas decisões políticas, apesar de que seu apelo à “ordem e ao progresso” acaba por juntar os marginalizados políticos aos estabelecidos, seja do Império ou da Primeira República. Já Machado sempre expressou em suas obras uma posição crítica em relação a qualquer aliança entre os intelectuais e o poder. Segundo Miskolci,

Machado desmascarou as idéias evolucionistas, darwinistas-sociais, e especificamente sua mistura brasileira, como meio de celebração de uma elite ínfima de sua própria vitória. Desta forma, construiu sua obra sob a perspectiva do intelectual que não se acomodou a uma posição privilegiada nem aderiu ao discurso da maioria e, graças a esta opção pôde apresentar suas críticas ao intelectual orgânico e burocrático em ascensão. Machado de Assis foi seu oposito e ocupa lugar de destaque entre aqueles que fizeram de sua obra uma forma de resistência intelectual (2006, p. 376-7).

As informações precedentes tornam compreensível a intervenção do “dom natural”, como pressuposto ou até como elemento constitutivo dos atributos da criação

artística nos contos analisados. Sua ausência é vista com desconfiança pelo narrador e com angústia pelo personagem. Contudo, sua presença não é suficiente nem para garantir a boa arte, como no caso de Pestana, nem para garantir a fruição social, como no exemplo de Inácio. E no caso do próprio Machado como autor-compositor? As críticas que o cronista carioca dirigiu ao naturalismo e à utilização de teorias científicas na literatura (Cf. MISKOLCI, 2006), bem como a forma satírica ou paródica com que tratava as idéias de Spencer (como no conto “A evolução”, publicado na *Gazeta de Notícias* em 1884) e sua aplicação, por analogia, à idéia de um seletivismo social, justificam a que considere o dom natural como geralmente integrante da competência de um músico ou artista, mas nunca como suficiente, ou talvez nem mesmo como necessário para a excelência de uma composição artística. Contudo, não há melhor demonstração de demonstrar a rejeição de Machado pelo cientificismo e pela importação de idéias “fora do lugar” que se fazia em sua época do que finalizar este trabalho com um trecho do conto “Sereníssima República”, publicado em 1882 também no jornal *Gazeta de Notícias*; aqui Machado critica, na forma de uma alegoria com múltiplas analogias e alusões, a reforma eleitoral de janeiro de 1881, parecendo também responder a Romero, de forma indireta:

Senhores, vou assombrar-vos, como teria assombrado a Aristóteles, se lhe perguntasse: Credes que se possa dar um regime social às aranhas? Aristóteles responderia negativamente, como vós todos, porque é impossível crer que jamais se chegasse a organizar socialmente esse articulado arisco, solitário, apenas disposto ao trabalho, e dificilmente ao amor. Pois bem, esse impossível fi-lo eu. (...)

Não bastava associá-las; era preciso dar-lhes um governo idôneo. Hesitei na escolha; muitos dos atuais pareciam-me bons, alguns excelentes, mas todos tinham contra si o existirem. Explico-me. Uma forma vigente de governo ficava exposta a comparações que poderiam amesquinhá-la. Era-me preciso, ou achar uma forma nova, ou restaurar alguma outra abandonada. Naturalmente adotei o segundo alvitre, e nada me pareceu mais acertado do que uma república, à maneira de Veneza, o mesmo molde, e até o mesmo epíteto. Obsoleto, sem nenhuma analogia, em suas feições gerais, com qualquer outro governo vivo, cabia-lhe ainda a vantagem de um mecanismo complicado — o que era meter à prova as aptidões políticas da jovem sociedade.

Bibliografia

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 2ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- AVELAR, Idelber. Ritmos do popular no erudito: Política e música em Machado de Assis. In: X CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIC, 2006, Rio de Janeiro. Disponível on-line: http://abralic.idelberavelar.com/txt_19.pdf. Acesso em: 05/09/2007.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- _____. *Trabalho e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da *belle époque*. 2ed. Campinas: Unicamp, 2001.
- CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
- CURVELLO, Mário. Polcas para um Fausto Suburbano. In: Bosi, A. et al. *Machado de Assis: Antologia & Estudos*. São Paulo: Ática, 1982.
- GLEDSON, John. Os contos de Machado de Assis: o machete e o violoncelo. In: GLEDSON, John (sel.). *Contos/Uma antologia*. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 15-56.

- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FAORO, Raimundo. *Machado de Assis: A pirâmide e o trapézio*. 2ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- FERLIM, Uliana Dias Campos. *A polifonia das modinhas*. Diversidade e tensões musicais no Rio de Janeiro na passagem do século XIX ao XX. Dissertação (Mestrado). Campinas, Unicamp, 2006.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Cantiga de esponsais. Trio em lá menor. Um homem célebre. In: GLEDSON, John (sel.). *Contos/Uma antologia*. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 40-44, 317-325, 367-377.
- _____. O machete. In: GLEDSON, John (sel.). *Contos/Uma antologia*. Vol. II. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 241-254.
- MISKOLCI, Richard. Machado de Assis, o *outsider* estabelecido. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 15, p. 352-377, jan/jun 2006.
- MURICY, Kátia. *A Razão Cética*. Machado de Assis e as Questões de seu Tempo. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 35ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SANDRONI, Carlos. *Feitiço Decente: Transformações do Samba no Rio de Janeiro: 1917-1933*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- SCHUTZ, Alfred. El forastero. Ensayo de psicología social. In: *Estudios sobre teoría social*. Estudios II. Buenos Aires: Amorrortu, 2003, p. 95-107.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas*. 4ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992, p. 13-28.
- SILVEIRA, Daniela Magalhães da. Contos de Machado de Assis: Leituras e leitores do *Jornal das Famílias*. Dissertação (Mestrado). Unicamp, 2005.
- WISNIK, José Miguel. Machado Maxixe: o caso Pestana. In: _____. *Sem Receita: Ensaios e Canções*. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 15-106.

A adoção da Bioética principialista como fundamento para as políticas de saúde brasileiras: moral anglo-americana "tipo exportação"

Laura de Oliveira¹

Resumo: A penetração do Principialismo no Brasil no início dos anos 90 pode ser pensada a partir dos fenômenos globais e integradores que já marcavam o mundo ocidental naquele momento. Desde aquela época até os dias de hoje, as publicações especializadas sobre Bioética foram adotando diferentes posturas para tratar a incorporação desse referencial teórico de origem anglo-americana na prática médica e nas políticas de saúde brasileiras. É objetivo deste trabalho mapear esses diferentes tratamentos em uma das principais publicações sobre esse tema no Brasil: a "Revista Bioética", do *Conselho Federal de Medicina* (1993-2005). Pretende-se avaliar as mudanças de orientação no discurso da Revista a partir do impacto das discussões sobre identidades: como essa chamada "burguesia acadêmica" tem tentado considerar as questões identitárias frente ao discurso global e universal do Principialismo.

Palavras-chave: Bioética, Principialismo, identidades.

Abstract: The penetration of Principialism in Brazil in the beginning of 90 years can be thought by the global and integrators phenomena which were already marking the occidental world at that moment. Since that time until the present, the specialized publications about bioethics had been adopting different positions to treat the incorporation of this theoretical referential of anglo-american origin in the medical practice and in the Brazilian health politics. Its objective of this work locate that different treatments in one of the main publications about this subject in Brazil: the "Revista Bioética", from *Conselho Federal de Medicina* (1993-2005). It's intended to evaluate the changes of orientation in the speech of the Magazine by the impact of the discussions about identities: how the called "academic bourgeoisie" have been trying to consider the identity questions in front to the global and universal speech of Principialism.

Keywords: Bioethics, Principialism, identities.

Os imperativos neoliberais impuseram uma dupla orientação ao Ocidente: ao mesmo tempo em que atuam como elemento de unificação e supressão dos particularismos, seu apelo ao individualismo acabou favorecendo a efervescência de identidades múltiplas, que passaram a reivindicar reconhecimento e autonomia. Os fenômenos globais, assim, estimularam a afirmação do específico, das micro-identidades. Elas se apresentam como reações não só à política de unificação comercial, mas às tentativas de homogeneização cultural. Afirmam sua contra-história frente à uniformização de uma História única (PARGA, 1992). Na atual fase da globalização, os modelos essencializantes e homogeneizantes estão sendo desafiados pela diferença, em um fenômeno que, segundo Stuart Hall, está "elucidando as trevas do próprio *Iluminismo* ocidental" (HALL, 2003, p. 44). De um lado, os esforços de integração global, que não se restringem ao campo econômico, estimulam a uniformização das instituições, dos valores e dos princípios norteadores das relações humanas. De outro, existe uma crise de identificação dos grupos com as chamadas macro-identidades: entre o indivíduo moderno e as macro-instituições, se colocam

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

grandes barreiras. Essas instituições provocam nesses indivíduos muito menos empatia do que as micro-identidades, forjadas a partir de referências mais próximas, que estimulam seu sentido de pertencimento cotidianamente.

Inserida nesses fenômenos globalizantes, a Bioética principialista começou a ser assimilada no Brasil na década de 90, como moral universal que se pretendia norteadora das pesquisas envolvendo seres humanos e das políticas de saúde neste país. Em sintonia com a política neoliberal adotada pelo governo brasileiro, a incorporação de um instrumental teórico oriundo dos Estados Unidos que norteasse as pesquisas na área da saúde parecia inserir ainda mais o Brasil na agenda global de discussões e nos crescentes esforços em prol do controle e normatização das práticas científicas. A adoção do Principialismo nas políticas de saúde, contudo, foi posterior à sua ampla aceitação na comunidade científica, ou àquilo que chamaremos, na linha do professor Estevão Martins, de “burguesia acadêmica” (2004). Nas publicações especializadas sobre Bioética, profissionais de saúde de diferentes universidades rapidamente demonstraram ter incorporado a linguagem dos princípios, transitando com familiaridade entre os termos autonomia, beneficência, não maleficência e justiça e buscando nesse referencial teórico um instrumento para a resolução dos problemas relacionados à saúde pública no Brasil. Embora, no início, o termo Principialismo não aparecesse explicitamente, a influência da Bioética anglo-americana era evidente, sobretudo quando a postura desses profissionais converteu-se em algo mais engajado, com o empenho dos bioeticistas em prol da normatização da Bioética no Brasil. Essa militância evidenciou-se nos artigos da Revista Bioética, do Conselho Federal de Medicina, principal publicação sobre Bioética daquela época. Tais esforços culminaram, em 1996, com a publicação da resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde, que traçou as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Como referencial teórico, o CNS adotou a Bioética principialista estadunidense (ou teoria dos princípios), que articula quatro referenciais básicos norteadores de pesquisas envolvendo seres humanos: a beneficência, a não maleficência, a autonomia e a justiça. No texto da resolução, estão claros os princípios que a embasaram, embora tenha sido ignorado que eles, em conjunto, constituem apenas um entre os diversos modelos teóricos produzidos pelos bioeticistas a partir do final da década de 1970. Em outras palavras, a adoção da teoria dos princípios em detrimento de outras correntes bioéticas, como a feminista, a casuística, a ética

narrativa, a ética da virtude ou a da responsabilidade, não é explicitada na resolução e o termo Princípioalismo sequer é mencionado.

Os debates relacionados à saúde, assim como as políticas afetas a ela estavam, contudo, sob a égide do Princípioalismo. Todas as avaliações acerca de temas relacionados à saúde eram feitas acriticamente à luz dos quatro princípios, como se instrumentalizá-los e buscar um possível ajuste entre eles fosse a saída para resolver os problemas relacionados à saúde pública no Brasil. Nas publicações especializadas, a reflexão sobre a adoção do Princípioalismo como modelo teórico norteador das políticas públicas na área da saúde só se deu a partir de meados da década de 90. De lá para cá, artigos e ensaios sobre o tema têm sido frequentemente publicados: algumas vezes, com críticas a essa adoção irrestrita e irrefletida do modelo estadunidense e sua rápida incorporação nas políticas de saúde brasileiras; em outras, com esforços de traduzi-la à “realidade brasileira”, buscando na flexibilidade desse modelo teórico uma saída para defender sua incorporação nas políticas públicas voltadas para a saúde no Brasil.

Essas tentativas são respostas às críticas de que o Princípioalismo parte de uma moral universalista, que desconsidera a existência de múltiplas identidades. Ao articular em torno de quatro princípios um discurso humanista que se pretende válido para todo e qualquer contexto, a doutrina estadunidense passou a ser alvo de críticas no mundo ex-colonial. Não há indicativos, contudo, de que os bioeticistas brasileiros tenham desconfiado de que o Princípioalismo seja uma nova faceta da dinâmica imperial (PRATT, 1994). As críticas a ele voltam-se muito mais aos seus aspectos teóricos e sua aplicabilidade à realidade cultural brasileira. Esses apontamentos apresentam, na maior parte das vezes, um caráter nacionalista, buscando fundar a identidade Bioética brasileira no contraste com os pressupostos da Bioética anglo-americana, e não simplesmente através da sua assimilação, como havia sido nos primeiros tempos (MARTINS, 2004).

A lógica do pensamento dos bioeticistas brasileiros dos dois primeiros anos da Revista Bioética consistia numa proposta de reflexão sobre os problemas de saúde voltada para questões polêmicas que envolviam a autonomia do paciente e tabus da sociedade brasileira. Os temas selecionados pelos bioeticistas estavam em estreita relação com os movimentos de emancipação feminina e liberdade sexual e seus desdobramentos nas décadas de 80 e 90. De um modo geral, os assuntos de que a Bioética brasileira procurava tratar tinham, naquele momento, uma orientação diferente do que acontecia nos Estados Unidos. Se, aqui, a Bioética surgiu voltada para

discussões persistentes da sociedade brasileira, lá, ela servia como instrumento de reflexão sobre as conseqüências da utilização de novas biotecnologias. O que dava o tom à Bioética estadunidense era o *biocatastrofismo*, que permeava as discussões filosóficas sobre o futuro da humanidade frente aos avanços da ciência. As ferramentas utilizadas para pensar esses temas persistentes no Brasil, todavia, eram as mesmas que, nos Estados Unidos, embasavam a reflexão sobre temas emergentes dentro da Bioética: os referenciais do Princípioalismo. Embora não houvesse referência explícita a essa corrente, seus princípios estavam incorporados ao vocabulário dos profissionais de saúde que escreveram para a Revista nos seus primeiros números. O manejo desse referencial denota intimidade com ele, adquirida, possivelmente, através da ampla bibliografia em inglês consultada e da formação desses profissionais, cujo currículo inclui, em muitos casos, cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento nos Estados Unidos.

Pensar a adoção do Princípioalismo no Brasil, no início da década de 90, por esse viés, nos leva a um importante indicativo: as idéias da Bioética anglo-americana teriam penetrado no Brasil primeiro pela via acadêmica, e não política. Teria sido nas universidades que o Princípioalismo ganhou seus primeiros adeptos, que se converteriam, posteriormente, em agentes de pressão política em prol da normatização da Bioética de acordo com o modelo estadunidense. Nesse sentido, é importante pensar a adoção do Princípioalismo na perspectiva do difusionismo, em que o saber produzido pelos países centrais é assimilado (ou assimila) os países periféricos, num processo que se concretiza como um “estado intelectual e institucional de não-liberdade” (PRATT, 1994, p. 52). Em um mundo que se dizia global, econômica e culturalmente interconectado e aberto à diferença, as universidades converteram-se na zona de contato através da qual o vocabulário principialista foi assimilado pelos eticistas brasileiros. A Bioética apresentava-se como uma nova faceta da política imperialista estadunidense (PRATT, 1994), em que o saber principialista era transplantado no Brasil impensadamente, naturalizado, confundido com a própria ética. Ao mesmo tempo em que ele se configurava como um saber específico dentro do domínio da ética e das ciências, consistia também em um conjunto de princípios morais que se pretendia universal e que deveria promover, nas nações ex-coloniais como o Brasil, uma nova modalidade do processo civilizatório (Elias, 1990). Civilizar, aqui, era introduzir uma doutrina moral que fundamentasse todo o pensamento relacionado não só à saúde, mas à vida e ao próprio estatuto de humanidade.

Em 1995, A Revista Bioética trouxe um simpósio com o nome de “Pesquisas envolvendo seres humanos”. Na realidade, os artigos estavam orientados para a formação de Comitês de Ética, tendo como referencial a institucionalização da Bioética fora do Brasil. Dois artigos são bastante elucidativos: “As Comissões de Ética Hospitalares e a Institucionalização da Bioética em Portugal”, da professora de filosofia da Universidade de Açores, Maria do Céu Patrão Neves, e “Comitês de Ética em Pesquisa em Seres Humanos nos Estados Unidos da América”, de Carlos A. Von Muhlen, da Faculdade de Medicina da PUC-RS, cuja formação acadêmica inclui pós-doutorado na Califórnia. Esses artigos, de orientações distintas, apontam dois possíveis encaminhamentos para a Bioética: de um lado, o viés português, que, de acordo com Neves, rejeita o Princípioalismo e procura construir uma Bioética nacional, amparada no modelo francês, de orientação social e ambientalista. De outro, o modelo norte-americano, que foca nas instituições como asseguradoras do respeito à autonomia e às garantias individuais.

Segundo a autora, a Bioética portuguesa desde o início desenvolveu-se em sintonia com o modelo francês, que vinha influenciando não só Portugal, mas todos os países da Europa mediterrânea. A Bioética principialista, de origem anglo-americana, não era difundida em Portugal como no Brasil, sendo os quatro princípios praticamente ignorados. Além disso, a linguagem de direitos e deveres quase não era utilizada. Ainda de acordo com a autora, a Bioética dos países da Europa continental era mais voltada para questões sociais, para os macro-problemas, em contraposição à tendência individualista e normativa da teoria dos princípios. Não há, entretanto, no artigo sobre a experiência portuguesa, qualquer tentativa de aproximação com o caso brasileiro. A autora, ao relatar o processo de institucionalização da Bioética em Portugal, apenas procura demarcar os limites que separam a Bioética anglo-americana da europeia continental, numa flagrante rejeição ao Princípioalismo. De qualquer forma, é interessante notar que, pela primeira vez, a Revista trouxe um artigo com uma perspectiva diferente da adotada até então, com a reprodução acrílica dos quatro princípios, especialmente da autonomia.

Na outra ponta, o professor Von Muhlen apresentou um modelo para a institucionalização da Bioética no Brasil de clara orientação principialista, predizendo o que aconteceria, no ano seguinte, com a publicação da Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde. Pela primeira vez,

ficou evidenciada a referência ao Princípio da Autonomia na Revista, sobretudo ao princípio da autonomia individual, da autodeterminação.

No ano seguinte, um novo artigo da professora Maria do Céu Patrão Neves, “A Fundamentação Antropológica da Bioética”, dava prosseguimento à discussão sobre as diferentes orientações da Bioética estadunidense e da europeia continental. No artigo, que começa com um relato autobiográfico sobre a experiência da autora na Georgetown University, em Washington, e seu primeiro contato com o Princípio da Autonomia, ela revela ceticismo imediato em relação à doutrina dos princípios, criticando seu caráter instrumental. Segundo a autora, o que marca as diferenças entre as duas vertentes (anglo-americana e europeia continental) é a tradição filosófica: na Europa continental, de caráter mais humanista e personalista, focada na dimensão social do homem e no sentido de justiça; na anglo-América, um “panorama filosófico (...) claramente dominado pelo pragmatismo, que se desenvolve como corolário do empirismo de Francis Bacon, do utilitarismo de Jeremy Bentham e John Stuart Mill, e que posteriormente avançará para o positivismo lógico”. (NEVES, 1996)

Embora os textos da filósofa portuguesa Maria do Céu Patrão Neves tenham indicado uma outra possibilidade de normatização da Bioética, o que se notou, de maneira geral, na Revista, foi uma ampla adesão dos bioeticistas brasileiros ao Princípio da Autonomia. De fato, não houve esforços no sentido de propor uma outra alternativa para a Bioética no Brasil. O relato da experiência portuguesa não foi vinculado a um apelo ao passado colonial brasileiro; não se tentou apresentar o modelo português como uma alternativa viável ao Brasil, buscando na nossa filiação europeia um tipo de vínculo que justificasse a incorporação da Bioética de orientação francesa.

De qualquer maneira, a crítica à ênfase demasiada que o Princípio da Autonomia dava à autonomia tornou-se mais freqüente. Embora a Revista não tenha, àquela época, trazido artigos que apresentassem essas críticas, propondo vias alternativas para a Bioética brasileira e latino-americana, um texto do teólogo Hubert Lepargneur intitulado “Força e Fraqueza dos Princípios da Bioética” trouxe uma resposta a essas críticas. Em defesa do Princípio da Autonomia, ele recusa a idéia de que a Bioética anglo-americana é essencialmente individualista, cabendo à América Latina dar um enfoque mais social a ela. Para o autor, o social está representado na doutrina pelo princípio da justiça, especialmente se se utilizar o termo equivalente: equidade. O autor rejeita a idéia de

uma Bioética adaptada à realidade brasileira ou latino-americana e defende a Bioética e os direitos humanos na sua universalidade: ambas buscam “o essencial, a dignidade da pessoa humana”. As idéias apresentadas pelo teólogo tinham um objetivo importante: reafirmar a validade da teoria dos princípios para o contexto brasileiro e latino-americano. Embora, como já foi dito, a Revista não tenha trazido essas críticas, o autor de antemão já negou que a América Latina, aí incluído o Brasil, se voltasse mais para questões amplas, de dimensão social e não individual, como os Estados Unidos. Ele buscou reafirmar que a flexibilidade do modelo teórico principialista seria capaz de dar conta dos problemas bioéticos que desafiavam a sociedade brasileira em meados da década de 90. Era na sobreposição de um princípio sobre o outro, de acordo com as circunstâncias, e na valorização da autonomia como forma de evitar a desumanização do homem, que Lepargneur defendia sua incorporação nas políticas de saúde brasileiras. Para ele, não cabia uma discussão sobre a tradução do Principialismo à moda latino-americana. O caráter instrumental da teoria dos princípios, por si só, já favorecia sua transplantação no Brasil, na hispano-América, em qualquer lugar.

Esse aquecimento do debate sobre a regulamentação dos comitês de ética biomédica no Brasil culminou com a publicação, em 10 de outubro de 1996, da Resolução 196, que traçava as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil e que foi objeto de um suplemento da Revista número 2, de 1996, do Conselho Federal de Medicina. Como já foi dito, a resolução incorporou explicitamente os quatro princípios, tomando-os como inerentes à Bioética em si. Essa opção pelo Principialismo, no entanto, não encerrou as propostas de vias alternativas para a Bioética latino-americana e brasileira; ao contrário, tornou esse debate mais fecundo e mais acalorado. Se, nas instâncias governamentais, ocorreu a opção nítida pelo Principialismo, na chamada “burguesia acadêmica” foi dada a largada para uma série de discussões sobre a necessidade de descolonizar o saber bioético no Brasil.

O primeiro número de 1997 da Revista Bioética deixou clara uma nova orientação no discurso da Revista. Desde o tema escolhido até os artigos selecionados, tudo indicava uma proposta de reflexão sobre a conjuntura brasileira, sobre os aspectos sociais da saúde pública, em uma tentativa de análise que ultrapassasse os aspectos instrumentais do Principialismo. Esses bioeticistas acreditavam que era hora da Bioética brasileira adquirir uma postura mais engajada, que buscasse contemplar as questões que diferenciavam o caso brasileiro dos países de centro,

especialmente dos Estados Unidos. Para eles, porém, não se tratava de questionar os aspectos doutrinários do Princípioalismo e foi dentro desse referencial que encontraram uma proposta para a resolução dos dilemas que envolviam a alocação de recursos da saúde no Brasil: o conceito de justiça ou equidade. Justificaram a importância do conceito de equidade vinculando-o aos movimentos de emancipação feminina e igualdade racial. Esses movimentos teriam sido os pioneiros na adoção do termo como bandeira de luta. Também a Bioética brasileira deveria adotá-lo, uma vez que, como eles, apresentava-se agora, de acordo com o autor, como uma voz de reivindicação de autonomia e reconhecimento frente aos ditames do mundo globalizado. Em outras palavras, a justificativa para a utilização do termo equidade é aproximar a Bioética nacional dos movimentos identitários que floresceram da supressão do específico (PARGA, 1992). A Bioética de cunho nacionalista que se propunha deveria partir, portanto, de uma síntese do Princípioalismo que desse conta da realidade social do país, com vistas à instituição de uma realidade social mais justa, marcada pelo respeito aos direitos humanos e à cidadania. A igualdade almejada seria o conseqüente desdobramento do atendimento particularizado, de acordo com a necessidade de cada grupo. Ressalte-se que não se trata de um atendimento individualizado, mas de uma proposta política de distribuição de recursos que priorize as necessidades dos grupos menos favorecidos.

Autores como Garrafa (*et al.*) e Siqueira defendiam a tradução do Princípioalismo à realidade brasileira, criticando sua adoção nos moldes estadunidenses, com enfoque no princípio da autonomia. Esse esforço está vinculado às críticas de que a Bioética nacional estava se fundando num modelo incapaz de atender às necessidades do país. Após a publicação da Resolução 196 do CNS e da Legislação de Transplantes, os bioeticistas demonstravam preocupação com o caráter instrumental e exclusivamente institucional que, a exemplo dos Estados Unidos, a Bioética brasileira estava tomando. Esboçaram, então, propostas para tornar a Bioética mais intervencionista, exercitada cotidianamente pelos profissionais de saúde. O foco, contudo, ainda eram as intâncias governamentais. Caberia ao Estado brasileiro garantir a justa e equitativa distribuição de recursos para a saúde. O Estado era tomado como “depositário e intérprete dos valores universais” da doutrina principialista (MARTINS, 2004). Para o Estado-nação brasileiro convergia, portanto, a expectativa de uma Bioética de cunho nacionalista, amparada no modelo anglo-americano, capaz de responder às críticas de que a Bioética brasileira estava se moldando em princípios universais, que não correspondiam à conjuntura nacional.

Construir uma Bioética nacional, baseada no princípio da equidade, representava, naquele contexto, um esforço de descolonização do saber bioético brasileiro.

Em uma clara rejeição à discussão sobre identidades, que passa a ser vinculada ao individualismo e à ausência de laços sociais sólidos, a Revista apresenta no discurso nacionalista uma possibilidade de particularização do universalismo da teoria dos princípios. Ressalta a importância de se pensar o caso brasileiro a partir da desigualdade de tratamento e acesso à saúde, tomadas como reminiscências do passado colonial. Incorpora, todavia, o Princípio da Universalidade na sua universalidade, encontrando na maleabilidade desse instrumento teórico a justificativa para sua incorporação nas políticas de saúde brasileiras. A cidadania, alcançada a partir de práticas que visem à justiça social, será a base do discurso humanista adotado a partir desse momento. Ela será o ponto de partida para se pensar as questões relacionadas à saúde no Brasil

Em 2002, no simpósio intitulado “Humanização no atendimento à saúde” e em 2005, quando artigos especiais versaram sobre a responsabilidade dos médicos, ficou claro que a Revista estava imbuída do discurso da responsabilidade para pensar a saúde pública brasileira. A ética da responsabilidade, que vinha sendo defendida por alguns bioeticistas desde 1998, porém, não se opunha necessariamente ao Princípio da Universalidade. Ao contrário, na maior parte das vezes, eles estavam imbricados: a responsabilidade deveria nortear práticas autônomas que visassem à garantia de justiça social. O que não foi explicitado, nas reflexões apresentadas, é se esses bioeticistas tinham claro que o princípio da responsabilidade estava diretamente vinculado a uma Bioética normatizada, estatizada. Responsabilidade implica responder por algo em alguma instância. De qualquer maneira, a Bioética de cunho nacional que se propôs estava sempre atrelada ao controle estatal sobre as práticas médicas, às pesquisas na área de biotecnologia e à alocação de recursos para a saúde.

Nessa última fase, o que a Revista propôs foi um pacto social em que diversos segmentos da sociedade voltassem seus esforços para a garantia de uma saúde pautada em princípios bioéticos. Os referenciais do Princípio da Universalidade continuavam norteados as reflexões, traduzidos para tentar atender às demandas sociais brasileiras. A princípio da justiça, contudo, aparece agora atrelado à ética da responsabilidade, com o objetivo, ao mesmo tempo, de reforçar o compromisso ético dos profissionais de saúde e garantir que eles estejam cientes de que deverão

responder por sua conduta nas instâncias governamentais. A autonomia não é rechaçada, como ocorreu na terceira fase da revista: ela é vista como uma maneira de garantir a cidadania e o respeito à pessoa humana. A cidadania aparece, portanto, como um ligamento entre as persistentes tensões entre o particular, o específico, e os “elementos abstratos (ou abstraídos), de cunho genérico, abrangente, universal, atribuídos habitualmente à humanidade em si e ao homem em geral” (MARTINS, 2004, P. 27). Esse princípio funciona como “categoria supra-histórica”, que tem como objetivo garantir a continuidade de valores universais que são generalizados e atribuídos à natureza humana e que deverão ser organizados em “matrizes nacionais” e operacionalizados em “instituições estatais” (MARTINS, 2004, P. 27).

Coube aqui perceber a maneira como o Princípio foi incorporado no Brasil; como esses profissionais da saúde vinculados a universidades brasileiras aderiram à corrente e se converteram em instrumentos de pressão política em prol da normatização da Bioética de acordo como modelo estadunidense. Como, em resposta às críticas de que o Princípio parte de uma moral universalista, optou-se pelo distanciamento em relação às discussões sobre identidades, que foram vinculadas ao individualismo e à ausência de laços sociais sólidos. Mesmo quando a Revista se esforça no sentido de descolonizar o saber bioético no Brasil, esse esforço é feito a partir dos pressupostos do próprio Princípio. É no conceito de justiça ou equidade que esses profissionais encontraram a saída para defender suas incorporação nas políticas de saúde brasileiras. O Princípio não deixa de ser o modelo teórico de referência em nenhum momento, mesmo quando os bioeticistas brasileiros se voltam para uma “intencionalidade prática utilitarista”, objetivando pensar os serviços da saúde pública no Brasil. Essa corrente bioética é aqui entendida como um conjunto de valores humanos e sociais que, a exemplo do sucesso econômico da empreitada norte-americana, está sendo “fornecido como modelo às nações ocidentais e imitado por elas” (SANTIAGO, 2006). Eles se apresentam como valores inquestionáveis, justos e adequados ao progresso geral da humanidade, espalhando-se por todo o mundo ocidental e sendo incorporados não só ao senso comum, mas ao próprio discurso acadêmico.

Referências Bibliográficas

- BRASIL, Ministério da Saúde, Resolução nº 196. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 1996 (Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm)

- COSTA, S. I. F., OSELKA, G., GARRAFA, V. (coord.), *Iniciação à bioética*. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998.
- DALL`AGNOL, D., *Bioética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- DURAND, G. *Introdução geral à Bioética – História, conceitos e instrumentos*. São Paulo: Editora do Centro Universitário São Camilo e Edições Loyola, 2003.
- ELIAS, N., *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Vol.I, 1990.
- HALL, S. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO, 2003, p. 25-49.
- GARRAFA, V. e CORDÓN J. (orgs.), *Pesquisas em bioética no Brasil de hoje*. São Paulo: Gaia, 2006.
- LECOURT, D. *Humano – Pós-humano*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- MARTINS, E. R. “Consciência histórica, práxis cultural e identidade nacional”. In: SERPA, E. C. (et al.) (orgs.). *Escritas da História: intelectuais e poder*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004, p. 11-33.
- OLIVEIRA, L., *Políticas para o corpo no Brasil contemporâneo: entre a legislação de transplantes e a campanha (1997-2005)*. 70 f. Monografia (graduação em História). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.
- PARGA, J. S. “Producciones de identidad y identidades colectivas” In: *Identidades u Sociedad*. Quito: CELA, 1992, p. 09-41.
- REVISTA BIOÉTICA. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1993-2005. Semestral.(Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/index.asp?opção=bibliotecaRevistaBioetica&portal=>)
- PRATT, M. L. (et al.). “Pós-colonialidade: projeto incompleto ou irrelevante?” In: *Literatura e História – Perspectivas e Convergências*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 17-54.
- SANTIAGO, S. “Duas máquinas textuais de diferenciação: as raízes e o labirinto” In: *As raízes e o labirinto da América latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

Título: (caixa alta, centralizado à esquerda)

Autor: Luciana de Fátima Oliveira, Instituição. Mestranda.. (normal, à esquerda)

E-mail: lucaco@correioweb.com.br

RESUMO: (máximo de 10 linhas, Times New Roman, fonte 12, espaço simples)

Bragança: marcos de memória e a construção de identidade (1990-2000)

O objetivo desta comunicação é apresentar as imagens da cidade de Bragança, localizada no estado do Pará, como lugar de memória na formação do que se conhece como “identidade bragantina”. A cidade de Bragança teve seu desenvolvimento a partir do rio Caeté que foi seu vetor de penetração, tanto dos desbravadores como dos colonizadores, por volta de 1622. Sua formação teve início em um espaço que hoje é conhecido como bairro da “Aldeia”, e que até pouco tempo tinha como símbolo uma casa dos “índios tupinambá”. A cidade esteve inserida em diversos acontecimentos históricos os quais, proporcionam a seus moradores orgulho de origem.

RESUMO EM INGLÊS:

Bragança: memory and identity construction (1990-2000)

The purpose of this communication is to present the image from the city of Bragança, located in the state of Pará, as a place of memory on the formation of the “bragantina identity”. The city of Bragança had its development around the river Caeté as its penetration vector, both from the adventurers as the colonists, around 1622. Its formation began in a space which today is known as “Bairro da Aldeia” which had a tupinambá house as its symbol until recently. The city has taken part in a lot of historical events which make its inhabitants proud of being from Bragança.

Bragança: Marcos de Memória e a Construção de Identidade

Luciana de Fátima Oliveira*

Quando nos propomos a falar dos marcos de memória, escolhemos a cidade, posto que seja o local dos acontecimentos. Para tanto, pretendemos apresentar alguns documentos escritos, e outros visuais os quais se perpetuam na memória de uma sociedade e que apesar das mudanças provocadas pela própria memória iram construir através dos tempos a identidade de seu povo.

Aldo Rossi (1977) nos proporciona os fundamentos de uma análise particular para a cidade de Bragança que se soma a imagem e as características portuguesas das cidades coloniais brasileiras que nos levam as marcas próprias da cidade, de seu povo e de seu modo de vida.

De acordo com Aldo Rossi, a construção da cidade no tempo é resultado da determinação do povo que vive nela em busca e na criação do seu ambiente mais propicio com uma intencionalidade estética própria. A cidade evidencia a marca da criação humana da sua coletividade. Logo, a cidade é parte do homem; é sua construção, e reflete suas vicissitudes, está carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos. Assim, a imagem e a compreensão da cidade é proposta pela própria cidade. (ROSSI, 1977, p. 252).

A cultura material que são as construções da cidade, pode-se dizer que são os reflexos ou resultados das relações sociais no tempo, são simbolismos do lugar-fronteira, como também do tempo fronteira do homem, de suas ansiedades, ambições, necessidades e poder. Basicamente a fronteira está voltada ao espaço heterogêneo do humano. Lugar de muitas culturas que podem ser percebidos nas diversas manifestações sociais.

Primeiramente, por uma questão de ambigüidade de nomes, devemos sempre aos leitores situar e/ou localizar a cidade da qual se refere o trabalho. A cidade de Bragança está localizada no nordeste do Estado do Pará – região Norte do Brasil, a meio caminho entre as cidades de Belém e São Luís do Maranhão, a 16 km do Atlântico.

* Graduada em História, especialista em História do Brasil, regional e local pela UFG, e Mestranda em História também pela UFG (Universidade Federal de Goiás).

A cidade de Bragança é o que podemos realmente chamar de “lugar de memória” e como tal, tem proporcionado a seus moradores o que também podemos chamar de “orgulho de origem” de seus moradores, principalmente por ser Bragança o primeiro território paraense a ter registrado a chegada de homens “brancos”. Assim, ela passa a ser o lugar mais antigo do Estado do Pará.

Para além da formação da memória, Halbwachs aponta que as lembranças podem, a partir desta vivência em grupo, ser reconstruídas ou simuladas. Podemos criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. A lembrança, de acordo com Halbwachs, “é uma imagem engajada em outras imagens” (HALBWACHS, 2004: pp. 76-78). Ou ainda, “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada” (HALBWACHS, 2004: pp. 75-6).

A história da cidade de Bragança inicia-se com as primeiras tentativas de colonização da grande capitania do Maranhão que vai se dar com a tomada do Estado, e que já naquela época, estava nas mãos dos invasores europeus, principalmente os franceses. E foram esses invasores - os franceses, os primeiros brancos a pisarem em terras bragantinas entre os anos de 1613 a 1615.

Após a conquista, a coroa portuguesa fez o desmembramento da capitania do Maranhão e constituiu várias capitanias menores, entre elas, a capitania do Caeté que foi doada ao então governador do Brasil, Gaspar de Souza como premiação pelo empenho à conquista. A capitania foi passada a seu filho, Álvaro de Souza que em 1634 funda o primeiro núcleo de povoamento, cujo nome era vila de Souza do Caeté, porém pelas dificuldades de comunicação com a cidade de Belém, e o isolamento do núcleo, Álvaro de Souza transfere a vila para o outro lado do rio com o mesmo nome – vila de Souza do Caeté. E aquele primeiro povoado de 1634, existe até hoje com o nome de vila Cueta ou vila Qui-era. Essa pequena vila representa o marco fundador de Bragança, e para tanto, recebeu em 1954 o marco em honra a Álvaro de Souza. Ambas as vilas estão localizadas a margens do rio Caeté.

Próxima a vila de Souza do Caeté criou-se a aldeia de São João Baptista que foi constituída pelos índios tupinambá e pelos padres da Companhia de Jesus, os missionários

jesuítas. A coexistência da aldeia próxima à vila durante aproximadamente 140 (cento e quarenta anos) gerou os mais diversos conflitos.

A cidade de Bragança só vai se constituir como tal, no ano de 1754, no governo de D. José I e de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, é quando a capitania do Caeté volta aos domínios do rei, encerrando assim, o capítulo das capitanias hereditárias.

Com o tempo, a “nova” cidade de Bragança vai tomar a aldeia dos índios tupinambá como bairro da cidade intitulado “bairro da Aldeia” até hoje, a maior representação desse período histórico era a “taba dos índios” que havia até a década de 80 do século XX, e que agora só temos as imagens e a memória dos mais antigos como testemunhos.

A memória individual não está isolada. Frequentemente, toma como referência pontos externos ao sujeito. O suporte em que se apóia a memória individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva e pela memória histórica (HALBWACHS, 2004: pp. 57-9). A vivência em vários grupos desde a infância estaria na base da formação de uma memória autobiográfica, pessoal.

A partir de 1755, com a lei que proibia a escravização do negro da terra, o índio, e mais a implantação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, foi intensa a entrada do escravo negro vindo da África no Estado do Grão-Pará, e como Bragança estava inserida neste contexto, os escravos negros também fizeram parte da constituição dessa sociedade.

A maior mostra dessa cultura negra africana é a festa em honra a São Benedito, que acontece na cidade desde 1789 quando se autorizou a formar a Irmandade de São Benedito. Essa festa religiosa teve origem comum a uma outra festa conhecida como Marujada, as duas são complementares. A festa da Marujada, apesar de muitas alterações nas manifestações, preservou a dança mais típica que é o lundu africano e seus tambores – grandes e pequenos.

A Igreja em louvor ao santo negro, é a mesma até hoje, foi construída nos últimos anos do século XVIII. Essa é uma das maiores expressões de cultura da região bragantina. Tanto assim, que a santa padroeira da cidade é Nossa Senhora do Rosário e muitos moradores não sabem disso, pensam ser o São Benedito.

Segundo Sandra Pesavento, “História e Memória são representações narrativas que se propõem uma reconstrução do passado e que se poderia chamar de registro de uma ausência no tempo” (PESAVENTO, 2004, p. 94). “As representações de identidade são sempre

qualificadas em torno de atributos, características e valores socializados em torno daqueles que integram o parâmetro identitário”. (PESAVENTO, 2004, p. 90). Nesta perspectiva, as representações são perpetuadas pela memória, são fixadas na construção da identidade.

Lucília Neves diz que “a memória constitui-se como forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda” (NEVES, 1999, p. 1061). Assim sendo, a memória se constitui como fundamento da identidade.

O que se apresenta também a sociedade bragançina é a formação da vila de Bragança, a partir de um projeto de urbanização e colonização portuguesa. A qual essa política consistia no traçado das ruas e praças, na localização e arquitetura dos principais prédios e na aparência das povoações – arraiais, vilas, cidades. Para tanto, a planta da cidade de Bragança seguiu um traçado regular, com praças e ruas em ângulos retos. As casas com a mesma fachada e mais, algumas casas azulejadas.

Outra homenagem que a cidade recebeu, essa do governo do Estado, foi um marco pela participação de alguns homens ilustres a defesa da “Cabanagem”. O interessante desse marco é que seus moradores contam que esses “ilustres homens” nunca chegaram a cidade de Belém, isto é, eles nunca lutaram na Cabanagem, porque o conflito acabou antes da chegada deles a capital - Belém.

A importância social, econômica e política de Bragança, tornaram essa cidade o centro de um círculo de influência, não só no comércio, mas sobre todos os aspectos dominantes das atividades das populações dos municípios vizinhos paraenses e maranhenses.

Vemos uma mudança grande no desenvolvimento de Bragança e buscamos nas palavras de Aldo Rossi uma parcial explicação para esse processo, pois para o autor, por trás dos casos particulares há fatos gerais, e o resultado é que nenhum crescimento urbano é espontâneo, mas é pelas tendências naturais dos grupos dispersos nas diversas partes da cidade que se podem explicar as modificações de estrutura. (ROSSI, 1995, p. 253).

A representação da “modernização” da cidade de Bragança pode-se dizer iniciou com a chegada do barco a vapor em 1855 e da linha telegráficas no ano seguinte 1856.

Em 1884, a iluminação pública existia a querosene como era da época. Em 1905, o intendente da cidade, coronel Antonio Pedro, mandou trocar os postes de iluminação para postes de ferro que receberiam a iluminação elétrica, e em 1909, a iluminação elétrica abrangeu a cidade toda com a instalação do motor a diesel.

A navegação a vapor representou para a cidade de Bragança seu primeiro grande desenvolvimento, visto que o mento de toda sua existência é o rio Caeté. Desse barco a vapor

temos imagens e registros relacionando-os ao aumento da feira livre que faz parte da história de Bragança, como também de seu tradicional mercado de peixes em estilo colonial barroco.

Nesse período, a produção agrícola dessa zona era de 2/3 da produção de todo o Estado do Pará. A região bragantina e seu porto abasteciam o eixo Belém - Bragança - São Luís de farinha, tabaco, algodão e de muitos outros gêneros alimentícios. Bragança teve total influência: no comércio, na lavoura, na indústria doméstica, na vida social, política, administrativa e educacional.

Podemos citar ainda, o que tem sido passado pelos moradores, das diferentes gerações, sobre daquela cidade e a sociedade. Em documento de 15 de outubro de 1884, na “falla” do Exm. Senr. Conselheiro João Silveira de Sousa encontramos a seguinte descrição:

...A cidade de Bragança, sede da Comarca, ... é uma das principais cidades da província pela sua população, lavoura e riqueza do solo. Compõe-se de 4 praças, 10 ruas, 10 travessas coriando-se em ângulos rectos, sem calçamento, casas de construção regular, sendo 12 sobrados; 3 igrejas – São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e São João, 2 typografias, 2 periodicos - O Defensor Liberal e o Bragantino, 2 padarias, 2 açougues, coletoria das rendas geraes e provinceas, agencia do correio, paço da Câmara municipal, oficina de alfaiates, sapateiros, marceneiros e ferreiros, 4 escolas públicas, 3 do sexo masculino com 187 alumnos, e 1 do feminino, com 80 alumnas, cadeia e quartel do destacamento, 1 estabelecimento de estudos secundários denominado – Atheneu Bragantino, 1 colegio particular – Santa Rita, com 26 alumnas, 1 escola nocturna ..., ponte no litoral, iluminação a kerosene, 85 estabelecimentos comerciais, alguns de certa importância ...

Outro marco importante para os moradores de Bragança é a lembrança, o saudosismo da estrada de ferro, que a pesar de ter levado 25 (vinte e cinco) anos para ser construída levou o nome de “estrada de ferro de Bragança”, começou a ser construída em 1883, e seu termino é de 1908. Fato importante foi que para a inauguração da estrada de ferro, chegou a Bragança um dia antes os políticos e uma numerosa comitiva, todos vindo de automóveis pela estrada de rodagem construída de “Malacacheta”. Infelizmente a estrada de ferro foi extinta no governo militar, juntamente com outras tantas estradas. E hoje, da antiga estação ferroviária só se tem as fotografias, pois em seu lugar foi construída uma pequena praça com alguns brinquedos infantis.

O Palácio da Prefeitura de Bragança, denominado “Augusto Corrêa”, teve sua construção de 1889 a 1903, essa se deu em homenagem a um grande político bragantino que foi prefeito, deputado e governador do Estado do Pará. Em frente ao Palácio, encontramos um correto denominado “Antonio Lemos” presente do governo holandês, de uma construção muito particular.

Queremos falar também dos aspectos da urbanização e da vida urbana de Bragança que sofreram muitas influências e se constituíram na cultura regional bragantina.

O comércio é a característica urbana fundamental da cidade de Bragança e de seu povo, contudo, essa característica não diferencia Bragança das demais cidades da região. Porém, Bragança teve outras características urbanas.

Além dos prédios, monumentos e praças, do final do século XIX e início do XX, a cidade possuía jornais que desde o século XIX circulavam na cidade como: “O Defensor Liberal” – anti-monarquista, do coronel Aureliano Rodrigues Coelho – proprietário e redator – de 1878. O segundo jornal “O Bragantino” que combatia a República, seu proprietário foi o coronel Antonio Caetano Ribeiro, esse possuía três redatores e foi fundado em 1879. Circulou também na cidade entre os anos de 1894-1899, o jornal “Cidade de Bragança”, dirigido pelo coronel José Caetano Pinheiro, e o jornal “Primeiro de Setembro” que não se tem a data exata de sua fundação, só se sabe que o mesmo circulou antes de 1900. Até o ano de 1908, conta-nos Rosário (2000), circularam na cidade 17 (dezesete) jornais mecânicos, dos quais se denota as “vibrações” do desenvolvimento e progresso. A leitura desses periódicos passa a integrar o dia-a-dia da cidade.

Os jornais são considerados como o “primeiro despertar” na história do movimento cultural de Bragança. O movimento, o crescimento e a circulação dos materiais impressos em Bragança, acompanham o ritmo do desenvolvimento da cidade, e não se limita apenas as questões políticas, mas as propagandas e as programações culturais.

Desde o século XIX, dos vários jornais que circulavam na cidade, tiveram significativa participação dos intelectuais locais, e outros vindos do Maranhão, Rio Grande do Norte e de Belém, personagens que acabariam constituindo os imortais da Academia Paraense de Letras, em Belém.

A cidade de Bragança criou em seu povo uma veia artística muito forte, desde cedo Bragança ficou conhecida pelos seus cronistas, poetas, folcloristas e jornalistas.

Todos esses acontecimentos irão dar ao “progresso”, o barulho e a agitação em terras até então “tranqüilas”, mudando os hábitos cotidianos de seus moradores.

As lembranças podem ser simuladas quando ao entrar em contato com as lembranças de outros sobre pontos comuns em nossas vidas acabamos por expandir nossa percepção do passado, contando com informações dadas por outros integrantes do mesmo grupo. Por outro lado, afirma Halbwachs, não há memória que seja somente “imaginação pura e simples” ou representação histórica que tenhamos construído que nos seja exterior, ou seja, todo este

processo de construção da memória passa por um referencial que é o sujeito (HALBWACHS, 2004: p. 78; 81).

O homem deve se apropriar dos marcos de memória, e utilizar a memória como veículo que tem como função manter vivas as representações criadas pela sociedade e obrigação de repassá-las pelas gerações. Apesar da cidade de Bragança ser considerada como guardiã de sua própria história, vê-se ainda alguns monumentos históricos desaparecendo.

Além do mais, a cidade de Bragança é um resultado sócio-cultural de culturas e misturas étnicas e culturais que formou o orgulho do povo bragantino – orgulho de origem. É uma luta constante para manter as tradições e não deixar desaparecer sua história.

REFERÊNCIAS

1. Fontes Primárias:

1. Falla com que o Sr. Concelheiro João Silveira de Sousa abriu a sessão da 25ª Legislatura, de 15 de outubro de 1884.

Jornais.

2. Bibliografias:

ALMEIDA, Manoel Lopes de. **Notícias Históricas de Portugal e Brasil** (1751-1800). Coimbra, 1964.

ALMEIDA, Rita Heloísa. **O Diretório dos Índios**: Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Brasília: UnB, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

BAENA, Antonio L. Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Coleção Amazônica. Série José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

- BARATA, Manoel. **Formação Histórica do Pará**. Coleção Amazônica. Série José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.
- CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Coleção Amazônica. Série José Veríssimo – volume 1º. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.
- _____. **História do Pará**. Coleção Amazônica. Série José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Para, 1963.
- DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão: Fomento e Mercantilismo-1755/1778**. Vol.1 Belém. Universidade Federal do Pará. 1970.
- DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil - Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII**. Brasília: ALVA-CIORD, 1997.
- FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Melhoramento, 1925.
- GIORGIS, Liliana. **El “hombre” em las fronteras de la “identidad”**. Córdoba, Argentina: mimeo, 1993.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do Bandeirante**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1930.
- MARTINS, J. P. Oliveira. **História de Portugal**, v. 2. Lisboa: Livraria, 1942.
- MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- NEVES, Lucília de Almeida. Memória e História: Substratos da identidade. In: Simpósio Nacional da Associação Nacional de História, nº 20. Florianópolis: Fronteira, 1999.
- PEREIRA, César. **Sinopse da História de Bragança**. Belém, 1962.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- POMBO, Rocha. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramento, 1960.
- PRADO, J. F. Almeida. **Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil (1530-1630)**. São Paulo: Nacional, 1941.
- REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: USP, 2001.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.
- ROSÁRIO, Ubiratam. Saga do Caeté. Belém: Cejup, 2000.
- ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. Lisboa: Cosmos, 1977.
- SERAFIM LEITE, S. J. **Breve História da Companhia de Jesus 1549-1760**. Braga. Sociedade Gráfica, 1993.

SWAIN, Tânia Navarro. **“Você disse imaginário?”**. In: _____ (org.) História no Plural. Brasília: Edunb, 1993, pp. 43-67.

VIDAL, Laurent. **Mazagão, la ville qui traversa l’Atlantique Du Maroc à l’Amazonie**. Normandie Roto Impression s.a.s. Lonrai – France 2005.

CANTANDO A MORTE E A DOR: A MÚSICA CATÁSTROFE EM GOIÁS

Eliézer Cardoso de Oliveira*

Resumo:

O objetivo deste texto é analisar um gênero musical inusitado: a música-catástrofe. O acidente com o Césio 137 que ocorreu na cidade de Goiânia em 1987 produziu morte, sofrimento e dor. No entanto, ele foi fonte de inspiração para o surgimento de uma banda *hardcore* – HC – 137 – que compôs várias músicas com letras críticas ao acidente.

Palavras-chaves: música-catástrofe – Goiânia – acidente radioativo

Abstract:

The objective of this text is to analyze unusual a musical sort: the music-catastrophe. The accident with Cesium 137 that it occurred in the city of Goiânia in 1987 produced death, suffering and pain. However, it was source of inspiration for the sprouting of a band *hardcore* - HC - 137 - that he composed some musics with critical letters to the accident.

Word-keys: music-catastrophe - Goiânia - radioactive accident

Introdução:

O objetivo deste texto é o de analisar um aspecto pouco abordado do Acidente Radiológico ocorrido em Goiânia em 1987. Este acidente, assim como as demais catástrofes, não foi apenas negativo; pelo contrário, ele produziu uma gama variada de manifestações estéticas, abrangendo diversos gêneros: a pintura e escultura (destacando-se principalmente Siron Franco), a literatura (existem romances e poesias sobre o acidente), filmes e músicas, o tema desta análise. O texto se dividirá em duas partes: a análise histórico-sociológica do acidente e a análise das músicas sobre ele.

* Professor do curso de História da UEG – Anápolis. Doutor em Sociologia pela UnB.

O acidente com o Césio 137 em Goiânia

O Acidente Radioativo ocorrido em Goiânia, pela sua dimensão – um dos maiores do mundo – e pelo inusitado do ocorrido – uma cápsula abandonada em um terreno baldio – gerou intensa repercussão e marcou a história de Goiânia, maculando a imagem da cidade construída para ser expoente do progresso, da modernidade, e do desenvolvimento de Goiás. Sobre o início do acidente escreve Fernando Gabeira (1987:11-12):

A notícia em sua maior simplicidade era esta: dois catadores de papel recolheram uma bomba de Césio 137, abandonada num terreno baldio. Romperam seu invólucro de chumbo com golpes de marreta e descobriram uma cápsula fluorescente, altamente radioativa, que passou a circular na cidade como se fosse uma pedra preciosa, como se fosse um pedaço do azul do céu, caído, subitamente no Bairro Popular para fazer a felicidade dos pobres do planeta.

Os autônomos chamavam-se Roberto Alves Santos e Wagner Mota que retiraram a blindagem de chumbo e venderam-na, juntamente com o cilindro contendo Césio 137, a Devair Alves Ferreira, dono de um ferro-velho, que fascinado pelo brilho noturno do mineral, distribuiu-o para amigos e familiares, ampliando a contaminação. As pessoas contaminadas quase que imediatamente passaram sentir os efeitos da radiação no organismo: perda do paladar, náuseas, vômitos, dores e queimaduras na pele. Elas e alguns médicos consultados associaram os sintomas à intoxicação alimentar. Maria Gabriela Ferreira Alves intuiu que os sintomas poderiam estar associados à “peça” que brilhava no escuro. Diante disso, com ajuda de um empregado, Geraldo Guilherme da Silva, levou-a de ônibus coletivo à Vigilância Sanitária. De início os técnicos não identificaram o material, mas o cruzamento de informações entre eles e os médicos do Hospital de Doenças Tropicais, para onde foram muitos dos “irradiados”, levantou a suspeita de contaminação radioativa. No dia 29 de setembro de 1987, foi chamado um físico, Walter Mendes Ferreira, para examinar o equipamento, detectando a contaminação radioativa. É digno de nota que, quando o físico chegou à Agência, policiais do corpo de bombeiros lá estavam para jogar a “peça” em algum rio (Borges, 2003:30): se isso fosse feito, multiplicaria a proporção da tragédia.

Imediatamente as autoridades estaduais – polícia militar e corpo de bombeiros – isolam as áreas contaminadas – o prédio da Vigilância Sanitária e os ferros-velhos e

residências do bairro Popular – levando as famílias para a casa de parentes. No dia seguinte, 30 de setembro, os técnicos da CNEN vieram para assumir o controle da situação. No Ginásio Rio Vermelho, milhares de pessoas são monitoradas com contador *geiser* a fim de detectar uma possível radiação. As irradiadas são isoladas e levadas para o prédio da Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM) e para o Albergue Bom Samaritano. Por outro lado, trabalhadores braçais (de órgão do Estado, da Prefeitura e da iniciativa privada) são convocados para a tarefa de descontaminação da cidade.

Entre o dia 29 de setembro, quando foi descoberto o acidente pelas autoridades, e o dia 23 de dezembro de 1987, quando Goiânia foi oficialmente declarada descontaminada, a população da cidade passou por uma situação extrema angústia. Esse momento foi objeto de vários estudos. Segundo Widerhecker (1998:57) este é o período da publicização do evento:

sai do espaço privado para o público, parte de Goiânia e provoca reações em todo o país e também no exterior. (...) As reações provocadas, no âmbito da sociedade e do estado, vão resultar em ações, as mais diversas, de controle, medo e pânico, discriminação, movimentos sociais que resultam em surgimentos de sujeitos coletivos.

Elza Guedes Chaves (1998: 54-3) também ressaltou a angústia da população:

Confrontados com o impacto dos acontecimentos, os moradores da cidade foram sendo tomados por sentimentos de apreensão, incerteza, preocupação, medo e, em alguns casos, pânico que se ampliavam frente às matérias publicadas pela imprensa, e veiculadas por canais de televisão e emissoras de rádio.

A apreensão da população goiana naqueles momentos não pode ser medida por um nenhum contador *geiser*, mas algumas manchetes dos jornais dão uma noção dela:

Radiação gera câncer¹.

Detectados novos focos de radiação em Goiânia².

Três vítimas da radiação entre a vida e a morte³.

Agora já são seis vítimas entre a vida e a morte⁴.

As dez vítimas de radiação têm 1 semana de vida.⁵

Morrem as 2 primeiras vítimas da radioatividade⁶.

¹ *O Popular*, Goiânia, 1 de outubro de 1987. (In. IBRACE, 1987).

² *O Popular*, Goiânia, 2 de outubro de 1987. (In. IBRACE, 1987).

³ *O Popular*, Goiânia, 3 de outubro de 1987. (In. IBRACE, 1987).

⁴ *Diário da Manhã*, Goiânia, 4 de outubro de 1987. (In Chaves, 1998: 56, nota 8).

⁵ *O Popular*, Goiânia, 6 de outubro de 1987. (In. IBRACE, 1987).

Em termos humanos, o acidente com o Césio 137 deixou um saldo oficial de 4 mortes (Maria Gabriela, Leide das Neves, Israel Batista e Admilson Alves), todas em outubro de 1987, e de centenas de vítimas, divididas em: grupo 1 – aquelas que receberam altas doses de radiação, 53 pessoas; grupo 2 – aquelas que receberam doses de radiação consideradas médias, 44 pessoas; grupo 3 – geralmente vizinhos dos focos e parentes que ficaram expostos ao risco da radiação, 517 pessoas⁷. Estes números oficiais não foram aceitos por organizações ambientais, associação de vítimas, Ministério Público e estudiosos. Diante disso, o governo do Estado, num ajustamento com o Ministério Público, criou mais um grupo de mais 417 pessoas que terão acompanhamento médico ou pensão, se for o caso. O certo é que os critérios para a definição das vítimas do acidente não são baseados apenas em fatores objetivos, mas decorrem da pressão social e da mobilização política.

Ainda em 1987, houve uma intensa discussão sobre o local onde seriam levados os rejeitos radioativos de Goiânia; diante das tentativas fracassadas de levar o lixo radioativo para fora de Goiás, ficou definido que o material ficaria provisoriamente num depósito de Abadia de Goiás, a 23 km de Goiânia. Dez anos depois do acidente, no dia 05 de junho de 1997, o provisório tornou-se oficialmente permanente, sendo inaugurado o Depósito Definitivo de Lixo Radioativo.

Existem várias dimensões sociológicas que explicam a repercussão do acidente de Goiânia. Ele comprovou as possibilidades negativas da sociedade de risco e exacerbou os conflitos entre os especialistas em energia nuclear no Brasil. Se a população goiana não teria condições de recorrer ao seu “saber local” para compreender e combater os efeitos do acidente – dado a sua novidade radical –, também os cientistas não demonstraram muita segurança na compreensão e na prática de ações de controle. Um dos remédios utilizados para combater a radiação foi o Azul da Prússia⁸, efetivo desde que usado até no máximo 48 horas após a contaminação; como não existia o produto no Brasil, ele só foi utilizado duas semanas após a descoberta da contaminação. Um dos médicos responsáveis pelo tratamento dos doentes mais graves criou uma “sauna atômica” e utilizou ginástica “na rotina de tratamento dos doentes e para apressar a liberação do Césio pelo suor” (Borges, 2003: 125). Esses exemplos

⁶ *O Popular*, Goiânia, 24 de outubro de 1987. (In. IBRACE, 1987).

⁷ *O Popular*, Goiânia, 28 de setembro de 2002. Arquivo do autor.

⁸ O Azul da Prússia é “uma mistura de ferro com ferrocianeto férrico, na proporção de 4 para 3. O produto age como uma resina de troca iônica, um carregador de íons. O Césio, que é excretado também pela fezes; este medicamento não tem efeitos colaterais, desde que totalmente puro”. (Borges, 2003: 68).

demonstram que mesmo os especialistas utilizavam a “improvisação” diante do inusitado do acidente. O irônico é que no tratamento das vítimas do Césio foram utilizados métodos que lembram a medicina antes da “Revolução Pasteuriana”: medicamentos diuréticos, sudoríferos e diarréicos.

Outro aspecto que se pode explorar no acidente de Goiânia é análise das representações sociais em torno da energia nuclear. Segundo Chaves (1998: 19), a magnificação do acidente deu-se pela imagem da energia nuclear “associada à bomba atômica” e nos acidentes “ocorridos nas usinas nucleares de Thee Mile Island e Chernobyl, desvendando que também o seu uso pacífico é portador de risco e de alto poder de contaminação”.

No entanto, nesse trabalho, enfatizar-se-á, sobretudo, a relação entre o acidente e a produção musical inspirada nele. Com isso, pretende-se mostrar que, tanto a catástrofe e música, não podem ser vistas unilateralmente, pois ambas remetem a complexidade da vida cultural.

A música radioativa

“É, pois, muito difícil falar sobre música” (Barthes, 1990:248). Esta afirmação de Roland Barthes, uma pessoa com uma paixão especial pela música e com uma capacidade ímpar de falar sobre qualquer coisa, é um sinal de alerta para se tomar as devidas precauções ao se adentrar nesse domínio. Max Weber (1995), também apaixonado pelo tema, foi o pioneiro em fazer uma análise sociológica da música, mas o seu *Os fundamentos racionais e sociológicos da música* é a parte menos conhecida da sua sociologia⁹.

Mas existe uma série narrativa sobre catástrofe em forma de música e não se pode, covardemente, ignorá-la. Restringir-se a esse tipo de música, indubitavelmente facilita a análise, embora não elimine a complexidade desse objeto, bem percebida por Barthes (1990:252)

A música é, ao mesmo tempo, o expresso e o implícito do texto: é o que é pronunciado (submetido a inflexões), mas não é articulado: é aquilo que está simultaneamente fora

⁹ Sobre os motivos disso, Gabriel Cohn (1995:10) tem uma explicação pessoal: “O contato com os primeiros parágrafos é assustador para quem não estiver provido de conhecimentos e coragem para enfrentar as mais áridas considerações técnicas sobre a linguagem musical.”

do sentido e do sem-sentido, inteiro nesta *significância*, que hoje, a teoria do texto tenta postular e situar.

Essa complexidade será amenizada neste trabalho, ao ignorar, na análise da música, a tonalidade da voz, o som dos instrumentos musicais, os intervalos entre um som e outro, a ênfase com que determinadas partes da música são cantadas, e a empolgação do público. Será considerada apenas a letra, o que facilita a análise, mas, por outro lado, persiste a sensação inquietante de que foi uma vitória de Pirro.

Desde tempos remotos, as catástrofes são utilizadas como temas musicais, basta pensar nos Salmos bíblicos: alguns deles cantam a destruição de Jerusalém pelos babilônios¹⁰. Mais recentemente, a bela música *Rosa de Hiroxima* (letra de Vinícius de Moraes), interpretada pelo grupo brasileiro *Secos e Molhados*, protesta contra a bomba atômica jogada naquela cidade japonesa. A famosa banda de rock irlandesa *U-2* compôs a música, *Sunday, Bloody Sunday*, uma referência a um ataque terrorista do Exército Republicano Irlandês.

Em Goiânia, inspirando-se no acidente com o Césio 137, inicia-se, em 1988¹¹, uma banda *hardcore*¹², chamada sugestivamente de “HC-137”, expressão que significaria “Horrores do Césio-137”. Como não podia ser diferente, a maioria das músicas do grupo faz referência ao acidente.

Numa delas, chamada *Horrores do Césio-137*, criticam-se os efeitos perniciosos da radiação e da discriminação sobre as vítimas do acidente:

Corpos mutilados
Saúde afetada
Sua pele está marcada
Isso são apenas seqüelas deixadas
Que o tempo não curou
O horror da vítima não é só contaminação
Também são os espoliados pela discriminação
Que o tempo não curou
Eles sempre guardarão péssimas lembranças

¹⁰ Um deles é o Salmo 137: “Contra os filhos de Edom, lembra-te, Senhor do dia de Jerusalém, pois diziam: Arrasai, arrasai-a, até os fundamentos.” (Salmo 137.7.). (Bíblia Sagrada, 1993).

¹¹ A banda teve várias formações. Atualmente sua formação é a seguinte: Aurélio Dias (bateria), Luciano Xavier (guitarra), Totonho Guerra (baixo) e Crossover (vocalista).

¹² O estilo Hardcore surgiu depois do Punk Rock, no fim da década de 1970 e início da década de 1980, caracterizando-se pela explosão musical que misturava o trash metal com letras de protesto do movimento punk. O Hardcore caracteriza-se por músicas muito rápidas e letras de protesto, tendo como principais expoentes no Brasil bandas como Ratos do Porão, Cólera, Olho Seco, Lobotomia, etc. (Informações gentilmente fornecidas por Luciano Xavier, da HC-137).

Dos horrores do Césio-137¹³.

Noutra música, *Leide das Neves*, a banda, ao mesmo tempo reverencia a inocente garotinha que se tornou símbolo do acidente e critica essa apropriação simbólica por parte do Estado¹⁴:

Leide das Neves você não morreu
Está na memória de quem já sofreu
Sua vida não teve valor
Usaram seu nome para encobrir pavor
Leide das Neves, menina inocente
Leide das Neves, garota inocente¹⁵.

A música do grupo, *Made in GO*, mostra, com certa ironia e de maneira hiperbólica, o absurdo do que aconteceu em Goiânia:

Made, made, made in GO – Radiação
Made, made, made in GO – Lixo reciclável
Temos para vender, você vai comprar, produto de última geração
Não espere os USA apertar o botão, provoque você mesmo uma grande explosão
Só bebe coca-cola quem não experimentou a grande sensação
Só algumas gramas pra uma festinha, pra mais de um milhão
Pra mais de um milhão¹⁶.

Como na poesia e no romance, a música-catástrofe do HC-137 prima-se pela crítica social¹⁷. Suas letras, com frases curtas e fortes, condenam o preconceito, a desinformação por parte do Estado e, principalmente, a energia nuclear, um tema constante nas principais músicas da banda. Como já foi mencionado, o acidente radiológico de Goiânia provocou uma crítica à ideologia do progresso. Sobre isso a música *Vítimas do progresso* é exemplar:

Somos vítimas do progresso
Do absurdo atômico
Sociedade variada de dejetos
Com o lixo acumulado sobre a mesa¹⁸.

Conclusão:

Enfim existência da banda HC-137, que há mais de quinze anos “explora” os efeitos estéticos do acidente radioativo, comprova a realidade de uma série narrativa

¹³ *Horrores do Césio 137*; comp. Luciano Xavier; CD Demo “... do passado apenas o futuro...”, 2005.

¹⁴ Provavelmente a música está se referindo à Fundação Leyde das Neves, criada para atender as vítimas do Césio 137 em Goiânia em 1988.

¹⁵ *Leide das Neves* (compositor: Luciano Xavier, Disco: “Mande in Go, 1993)

¹⁶ *Made In GO* (Compositor: Claudio D’Castro, Disco: “Made in GO, ano 1993)

¹⁷ O Rock desde os seus primórdios fez crítica social. Destacam-se Bob Dylan, Jonh Lennon, *The Doors*, além de muitos outros. Sobre isso ver Chacon (1982).

¹⁸ *Vítimas do progresso* (Compositor: Wanderrufie Oliveira; Disco: Made In GO, Ano 1993)

sobre catástrofe: algo repugnante é transformado em arte. A análise restrita das letras impede que seu aspecto sublime apareça por inteiro. O prazer e o terrível ficam melhor evidenciados na violência e no furor do estilo *hardcore* e na utilização de uma linguagem teatral: no “Goiânia Punk Rock Fest¹⁹” os integrantes da banda subiram ao palco com uniformes usados no manuseio de produtos químicos de baixa periculosidade, causando grande impacto no público.

Bibliografia:

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BORGES, Weber. *Eu também sou vítima*. Goiânia: Kelps, 2003.

CHACON, Paulo. *O que é rock*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHAVES, Elza Guedes. *Atos e Omissões: acidente com o Césio-137, em Goiânia*. Campinas-SP, Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Unicamp, 1998.

COHN, Gabriel. “Como um *hobby* ajuda a entender um grande tema”. In. WEBER, Max. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. São Paulo: Edusp, 1995. P. 9-19.

GABEIRA, Fernando. *Goiânia, Rua 57*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

WEBER, Max. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. São Paulo: Edusp, 1995.

WIEDERHECKER, Clyce Louise. *Cidade, promessa, exclusão: o Césio-137 em Goiânia*. São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia), USP, 1998.

¹⁹ Acontecido no dia 24 de abril de 2004.

Memória do morar e do comemorar: a casa rural goiana e as festas

Adriana Mara Vaz de Oliveira*

Resumo: A casa espacializa o tempo de duas maneiras – no cotidiano e no fora do comum. No cotidiano abarca-se a casa na sua rotina, envolvendo seus usos e funções. Na apreensão do extraordinário verificam-se aqueles eventos que saem da rotinização costumeira, como as festas, as doenças, o nascimento, a morte. A avaliação da casa é feita mediante os gestos, práticas e relatos (Certeau, Giard, 1996), pois é somente a partir das memórias que seus espaços se preservam. Nesse sentido, investiga-se a casa rural goiana do século XIX, dando ênfase para os momentos das festas. Para alcançar esta memória do morar e do comemorar, os diários, as memórias e a literatura foram perscrutados e confrontados com os elementos fornecidos pelos inventários, pelos levantamentos arquitetônicos realizados e pelas fontes impressas e manuscritas.

Palavras-chave: casa goiana, festas, morar.

Abstract: The house put the time in space in two ways – everyday and out of the usual. Everyday the house is contemplated in its routine, looking for uses and functions. In the “out of the ordinary” it observes the extraordinary events like parties, illness, birth, death. The study of the house can be made by the gesture, the practices and the accounts (Certeau, Giard, 1996), because the memories preserves the spaces. Hence, it researchs the Goiás’s rural house of the XIX century especially in the celebration moments. The diaries, memories and literature are confronted with the inventories, historiography and architectonic measurement to appreciate the memory of living.

Key words: Goiás’s house, parties, to live.

A casa abriga uma série de funções compatíveis com o tempo, porque existe uma sincronia entre as atividades exercidas e a organização espacial construída. Ao perquirir a casa rural goiana por meio dos usos que abriga, torna-se possível apreender a memória do morar. Nesta memória somam-se a memória técnica e a memória afetiva daquele tempo, o que resulta na condensação da casa como lugar de moradia. Pensa-se como Certeau & Giard (1996:199-201), que avaliam os espaços mediante os gestos, práticas e relatos – “habitar é narrativizar” –, pois é somente a partir

*Arquiteta, Professora Adjunto I do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Mestrado em História da Universidade Católica de Goiás, Mestre em História pela UFG, Doutor em História pela Unicamp/SP. amvoliveira@uol.com.br

das memórias, com suas dobras, irrupções súbitas, falhas e repetições, como pensa Cauquelin (1982), que esses espaços se preservam.

A casa espacializa o tempo de duas maneiras – no cotidiano e no fora do comum. No cotidiano abarca-se a casa na sua rotina, envolvendo seus usos e funções, destacando a alimentação, os hábitos e os costumes domésticos, o abastecimento, a manutenção, a limpeza, o trabalho e outros. Na apreensão do extraordinário na utilização da casa, verificam-se aqueles eventos que saem da rotinização costumeira, como as festas, as doenças, o nascimento, a morte. Para alcançar esta memória, os diários, as memórias e a literatura foram perscrutados e confrontados com os elementos fornecidos pelos inventários, pelos levantamentos arquitetônicos realizados e pelas fontes impressas e manuscritas – um meio de se obter a efetivação do diálogo. A tessitura proposta na construção desta memória tem o propósito de confrontar relatos e experiências e de preencher as ausências ou discontinuidades presentes em qualquer um deles.

O morar na Província de Goiás no século XIX trazia consigo a dubiedade de sentimentos que marcava o homem daquele tempo. A precariedade da vida gerada pelo isolamento misturava-se a lampejos de otimismo e esperança na mudança deste cotidiano, diante da perspectiva de integração ao todo nacional. Vivia-se endogenamente, o que se expressava nas casas, fossem ricas ou pobres, urbanas ou rurais. A insularidade gerava tal homogeneidade no morar, que nem mesmo o crescente convívio social e suas implicações conseguiram rompê-la. As diferenças entre ricos e pobres consistia mais numa questão de aparência do que de essência no morar. Do mesmo modo, a distância entre os meios urbano e rural era superada por uma complementaridade inquestionável. Como parte essencial do morar, as festas contribuem na elucidação dessa memória, capturando os momentos de celebração nos espaços da casa.

A casa goiana do século XIX era construída para abrigar o homem do lugar. A qualidade de abrigo ultrapassava a necessidade de proteção e concatenava com as expressões culturais de quem a produzia. A casa materializava-se em um saber fazer construtivo, assim como dizia o homem que a habitava, testemunhando os momentos de prazer, dor, alegria, ternura, esperança e fé. Os ambientes construídos para acolher, alimentar e produzir eram os mesmos para comemorar, dançar, rezar e chorar.

A rotina doméstica era alterada pelas festas. Na roça, os grandes eventos festivos eram os religiosos, como os de Santo Antônio, São João, São Pedro, São Sebastião, Nossa Senhora Conceição, Divino Espírito Santo, Sábado da Aleluia. Eram festas animadas que se baseavam em

abundância de comida e muita música, amalgamando o religioso ao profano. Como os momentos de distração eram poucos, em decorrência da rotina árdua do trabalho, aproveitavam as comemorações religiosas para contemplá-las com festividades. De janeiro a dezembro, muita festa acontecia, destacando-se o Sábado de Aleluia, depois da quaresma – período que se respeitavam com muita rigorosidade as rezas, os jejuns e a suspensão de tarefas diárias. No Sábado da Aleluia, sacrificavam-se vários animais para a comilança dos inúmeros convidados. Crispiniano Tavares, um escritor do século XIX, narra uma festa de Santo Antônio na roça, ressaltando estes aspectos:

muitas idas e vindas do mulherio abundante e asseado. Galinhas, frangos, leitões eram sem piedade sacrificados na porta da cozinha por sacerdotizas de lenços novos e vistosos [...]. Às dez horas realizou-se o sacrifício solene da vaca. Uma hora depois bamboleava o couro espichado na estacada [...]. E os quatro quartos da rês inditosa oscilavam presos pelas patas nos caibros do alpendre (TAVARES, 1975:108).

À noite, estouravam fogos de artifício, acendiam a fogueira, serviam a comida e rompia-se o catira ao som das violas e da sanfona. De madrugada, eram servidos chá e café. Era uma festa aguardada por todos e oferecida, geralmente, por quem tinha um Antônio em casa (ANZAI, 1985: 145), o que era comum naquele tempo. Logo, quase todas as casas enchiam-se de convivas para a festança. Nestas festas, os convidados entretinham-se no terreiro ao redor da casa, o qual se transformava em seu grande salão. Ali, armavam, geralmente, um

comprido caramanchão, coberto de palmas de indaiá e buriti. Aí uma dúzia de tábuas sem aparelho, atiradas sobre toscos cavaletes roliços, formavam longa mesa de nove a dez metros de extensão. Sobre essa mesa, estendidas, quatro ou cinco toalhas de algodão deixavam a descoberto largas manchas de tábuas, ainda com o pó de serragem. Sobre essa mesa, dormiam apetitosas aves recheadas de miúdos com farinha de mandioca; os leitões risonhos depois de assados, formidáveis blocos de vaca escuros pelos tostados, pirâmide de arroz de grande alvura e uma gamela com muitos metros de lingüiça assada, parecendo uma ninhada de cobras dormitando. A farinha estava num saco. Dentro da casa, uma aluvião de pires de louça e ferro esmaltado, cheios de doces, muitas dezenas deles, encostados uns aos outros, cobrindo toda a mesa. Num canto, sob a vigilância de gorda matrona sem cintura, sorriam seis garrações de pinga, poderosa e imprescindível bebida fulminante, que é a alma obrigatória de todas as funções na roça (TAVARES, 1975:109-110).

Bernardo Élis expressa a complementaridade entre o interior e o exterior da morada, ao narrar uma festa de São João como todas as outras:

terreiro varrido, no meio dele, descansando num X de varas de pindaíba, o mastro pintado de tauá e oca e com o pé à beira do buraco tapado com um caco de telha. Ao lado, a fogueira. Dentro da sala, num altar, a bandeira daquele santo brabo que comia gafanhotos. Na frente da casa erguia-se o copião feito de piteira e folhas de bananeiras (ELIS, 1959:211).

O intercâmbio entre fora e dentro era freqüente acentuando a imbricação entre os setores social e de serviço e reforçando a idéia de que suas funções se misturavam. Servia-se café com bolo de mandioca, pipoca, batata-doce assada na fogueira. Rezava-se, fazia-se procissão, batizavam-se crianças (ANZAI, 1985: 145), soltavam-se foguetes, tocavam-se viola e sanfona, dançavam bastante e divertia-se com aqueles que se animavam a pisar nas brasas (ELIS, 1959: 211-212). Geralmente, as danças resumiam-se ao catira, realizado somente por homens. As mulheres pouco dançavam, com exceção das quadrilhas próprias de festas juninas como esta (ANZAI, 1985: 125).

Nas festas do Divino Espírito Santo costumava-se montar, dentro da sala, um altar onde ficaria a bandeira sobre a toalha de linho, ladeada por jarros e velas e decorada com flores de papel de seda (RAMOS, 1998: 87). Era em torno deste altar, preparado pelas mulheres da casa, que se faziam as rezas e iniciava-se a procissão, que culminava na colocação da bandeira no mastro.

À saída, Nequinho distribuía os rolos de cera, enrolados em talas de taquaril, que cada qual foi acendendo ao lume do vizinho; e a procissão se fez breve, levado o andor à frente por quatro meninas, acompanhando as cercas dos currais, dando voltas às gameleiras, em torno do casario dos agregados, as luzes a tremeluzir na noite clara, sob o límpido luar do sertão, vindo por último esbarrar junto à espiga do mastaréu (RAMOS, 1998: 89).

Em festa de coronel, a comida não era servida numa mesa improvisada no terreiro, mas dentro da varanda da casa, dispendo hierarquicamente as pessoas do sítio, por graduação de idade e serviço (RAMOS, 1998: 91), ao redor da mesa, e, pelo chão, acocoravam-se as suas mulheres distribuindo comida à filharada. A cantoria da viola acontecia no paiol, onde os homens se divertiam até de madrugada, deixando que as luminárias de laranja-da-terra apagassem no terreiro. Nas fazendas também eram realizados outros tipos de festas, como as vaquejadas, a exemplo do que nos conta Cora Coralina:

Vinha gente da cidade e vizinhos das fazendas, rapaziada roceira, na esperança de ver as moças, [...]. Arrebanhavam o gado, traziam em correria para os currais. Salgava-se, marcava-se a rês salgada cortando a ponta da cerda. Marcava-se a ferro quente a rês desferrada. Castravam-se os machos. Alguns castradores mais antigos faziam, num

canto do curral, um braseiro e, ali, em espetos já preparados, assavam e comiam com farinha, sal, pimenta e limão, as glândulas espremidas dos garrotes. A casa via aquilo enojada. Não participava. Era prática, uso, entre castradores velhos. Prolongavam-lhe a virilidade. As cozinheiras se danavam quando solicitavam panelas para variar do assado. Pediam que as quebrassem depois do uso. Eles chacoteavam, lúbricos, e elas riam disfarçadas. A casa da fazenda estava sempre cheia. Parentes da cidade que traziam amigos, caçadores que alegravam meu avô. Todo o terreiro se movimentava e os moradores recebiam carnes abundantes das caças abatidas. Os couros eram esticados com varas e pendurados de alto a baixo no grande varandado da frente da casa. Meninos sem conta interessados na caça morta. O forno de barro estava sempre aceso e a copa e a mesa das refeições transbordava da fartura e da abundância da casa grande (CORALINA, 1984: 69).

Momentos como o casamento e o mutirão também eram comemorados. O casamento religioso na roça, principalmente nas regiões mais longínquas e das pessoas mais pobres, realizava-se muito tempo depois de o casal já viver maritalmente. A dificuldade de ir até os padres não impedia que os noivos celebrassem a união. A bênção de Deus era dada simbolicamente por meio da sua passagem em um arco feito de palmas (ANZAI, 1985: 103). Nesta ocasião os festejos envolviam muita comilança, bebidas à vontade, catiras, forrós e outras danças, mesas de truco e muitos fogos de artifício. O jornalista Octo Marques lembra sua participação numa festa de casamento na roça em 1943, perto da capital goiana, em que ajudou a enfeitar a casa, observou os preparativos e participou da festança – esta se iniciava no dia anterior, com a chegada de parentes e convidados:

[...] improvisei, por conta própria, com auxílio dos camaradas e a garotada presente, a ornamentação externa da morada, cortando bambus, folhas de coqueiros bacuri e de bananeiras, embiras de cipó, samambaias e flores campestres, enfeitando o arco triunfal da entrada do curral. [...] um povão trabalhando em tudo: uns foiçando os arredores da propriedade, outros capinando aqui, ali e acolá, a cozinha cheia de mulheres esfolando os capados, assando leitões, fazendo quitandas de forno, numa azáfama danada (MARQUES, 1994: 55-57).

Nos mutirões a festa acontecia diretamente vinculada ao trabalho, ou seja, celebrava-se a possibilidade da ajuda coletiva para alguma tarefa necessária a alguém: derrubada e limpeza de mato, plantio, confecção de cerca e outras. Quem precisava de ajuda convidava os amigos, parentes e vizinhos e oferecia uma festa em troca, com bastante comida e animação, além de se dispor a corresponder com uma ajuda semelhante quando requisitado pelos que o auxiliaram. A

preparação da fazenda para receber os companheiros do mutirão incluía varrer o terreiro, limpar a casa, buscar lenha, pegar os frangos, amolar ferramentas, encordoar a viola e muito mais (ANZAI, 1985: 109). No dia do mutirão o trabalho dividia-se entre os homens que iam ajudar nas tarefas da lavoura e as mulheres que ficavam para preparar a alimentação. Esta alimentação iniciava-se com o café da manhã, depois vinha o almoço, mais tarde o café com quitandas e por último o jantar. Do jantar em diante era só cantoria e alegria.

Além deste mutirão em ajuda a uma família, existiam aqueles em que o trabalho coletivo voltava-se para um bem de toda a comunidade, como a construção de uma capela, de uma ponte, ou outros. Logo, o mutirão era uma forma de trabalho solidário que se integrava à sociabilidade dos moradores do meio rural como parte dos seus momentos de lazer.

Nas cidades, o calendário das festividades incluía as de caráter religioso, mas estendia-se àquelas identificadas com o convívio social, com o entretenimento urbano e às patrocinadas pelo Estado. Os diários dão mostras desta multiplicidade de motivos para reunir e festejar, tendo a morada como cenário principal. Inhazinha e Anna Joaquina relatam participações em festividades religiosas dentro de casa, apontando muitas semelhanças entre elas e as festas rurais, como a do Divino Espírito Santo, que sempre acontecia na casa de um festeiro ou imperador. Essas festividades narradas eram divididas em representações teatrais e comilança: “dia 11 de maio de 1856 – dia do Espírito Santo. Foi meu pai, e manos acompanharem o Imperador que é meu Padrinho, mas fomos p. a casa delle, onde estavam mtas. Snras. quasi todas parentas. Houve um grande jantar e a noite ópera (Rosa das Dores (Inhazinha), 1850-1865, 1876-1882).”

As festas do Divino vinham carregadas de uma vontade muito grande de festejar, porque aconteciam depois da quaresma, um momento de introspecção e proibições rigidamente seguidas também na cidade. As casas abriam-se em festa, na expectativa de receber a folia do Divino, que tinha o poder de abençoar a casa que a recebia. Em troca, os moradores da residência contribuía com esmolas, doces, licores, vinhos, entre outros. Uma casa em especial se destacava – a do Imperador daquele ano. Obrigatoriamente, ele oferecia comida para os festeiros e uma grande mesa de doces para todos que por ali passavam. “Dificilmente se vê tanta comezaina! [...] Mas os doces chegavam para todos. Durante o ano inteiro a família do ‘imperador’ fazia e armazenava doce (MONTEIRO, 1974: 44)”. Nesta casa ainda acontecia um grande baile, com banda de música e muitos fogos de artifício. Além dos preparativos ligados à alimentação, a casa era asseada – como registrou Anna Joaquina no seu diário – e o assoalho do piso era preparado para

as danças com as raspas de velas estearinas (MONTEIRO, 1974: 61), para que todos deslizassem melhor.

Sobre a festa junina de São Pedro, a escrevente relata a apresentação de uma pequena peça teatral: “dia 29 de junho de 1859 – dia de São Pedro, fomos assistir o entremes que aqui houve. [...] dia 30 – houve uma repetição do entremes e nós fomos assistir na casa da Chiquinha (Rosa das Dores (Inhazinha), 1850-1865, 1876-1882).” Em outros casos, como no Sábado de Aleluia celebrado na cidade, havia também apresentações de mágica em lugar da comilança presente na roça – “dia 20 de abril de 1878 – sabbado de aleluia foi assistir um espectáculo [em Meia Ponte] que deu um mágico: apreciei e admirei a mágica que elle fazia (Rosa das Dores (Inhazinha), 1850-1865, 1876-1882).” Anna Joaquina menciona ainda que, na festa de São João, em junho de 1901, foi “assistir fogueira de São João em casa de Mariquinha” e “levantamento de mastro em casa do Sr. Costinha. Houve muitos fogos bonitos e modernos (Anna Joaquina da Silva Marques, 1880-1891, 1898-1903, 1908-1910, 1911-1919, 1920-1930).”

Geralmente, as festas religiosas das cidades dividiam-se entre a igreja, as ruas e as habitações, o que não acontecia nas fazendas, onde as casas concentravam todas as atividades ligadas à festa. Afora as festas ligadas aos santos, existiam outras, também de cunho religioso, em que se reuniam para assistir a procissões e missas, celebrar batizados e casamentos. As demais partiam do desejo de convivência social, reunindo apenas a família ou agregando outros convidados.

[...] dia 2 de março de 1859 – faz mano Jerônimo 25 annos. Pelas 11 horas chegarão os convidados [...]. O jantar foi servido as 4 horas da tarde, houve 25 homens na mesa, fez-se muitas saúdes em cada saúde cantava-se uma modinha. O realeijo não cessava de tocar; e sahião os rojões. O jantar acabou-se as 6 horas da tarde. A noite vierão aqui todos os nossos conhecidos a convite de meu Pai. Tocou-se e cantarão modas e eu minhas manas dancemos os lanceiros com meus irmãos. Houve café, doces e vinhos: acabou-se o baile as 2 horas da madrugada (Rosa das Dores (Inhazinha), 1850-1865, 1876- 1882).

Existiam ainda as festividades de caráter cívico, em que as moradas, de algum modo, participavam:

[...] dia 7 de setembro de 1861 – hoje há uma grande parada: Lili foi mandar o Esquadrão; eu, minha tia, primas e irmãs fomos assistir da casa do Padrinho. [...] A noite houve uma grande procissão de levantamento de mastro onde tocou a música nacional que mandou-se buscar em Meia Ponte (Rosa das Dores (Inhazinha), 1850-1865, 1876- 1882).

Observa-se que o desfile cívico foi apreendido, pela autora, como uma procissão. Desse modo, ela demonstrou certo estranhamento, ou mesmo a aceitação desta manifestação, por sua similitude com a procissão religiosa. Algum tempo depois, no programa da festa de 13 de maio, publicado em um jornal da capital pelo festeiro, o desfile recebe o nome de passeata, sendo esta uma das atividades daquela comemoração, em que também haveria arcos, foguetes e muita música (Jornal *O Goyaz*, 1893: 4).

Com respeito às festas profanas, o entrudo marca o compartilhamento dos espaços internos e externos da morada. Essa festa popular de origem portuguesa era marcada por brincadeiras em que se molhavam uns aos outros com água pura ou perfumada. Os “ataques” partiam, geralmente, das janelas das casas, ensopando os descuidados, ou eram explicitados em “guerras” nas ruas e largos. Ofélia Monteiro (1974:35) conta que, no seu tempo de criança, eram de dois tipos as cabacinhas utilizadas nestas guerras: a de borracha e a de cera. As primeiras eram adquiridas nas lojas, e as segundas, confeccionadas em casa, num processo delicado em que se exigiam formas próprias e muita paciência.

Os moradores urbanos iam para a roça participar de festas, e os rurais faziam o percurso contrário com o mesmo objetivo. A introdução dos citadinos no universo das festas roceiras não causava grandes alterações no esquema já estabelecido para estes eventos. Os espaços eram adaptados para a recepção destes hóspedes: a sala e os quartos eram transformados em grandes camas para as mulheres, e o terreiro, forrado com couros de boi, servia de dormitório para os homens (MONTEIRO, 1974: 79-80). Já os roceiros que iam para as festas na cidade, nem sempre tinham onde se hospedar, o que os obrigava a improvisar ranchos pela área urbana, como é narrado em um conto de Crispiniano Tavares.

[...] nos dias da festa do Espírito Santo chegam os fazendeiros, com as famílias de mistura com os mantimentos, no interior do carro tirado por dez ou doze juntas de bois possantes. Armam barracas, faz-se a cozinha debaixo do carro e vamos festejar. Feijão, arroz, farinha de milho e carne seca no feijão – eis o banquete invariável de todos os dias (TAVARES, 1975: 115).

Portanto, percebe-se que o morar, manifesto nas festas, compatibiliza-se com o contexto em que se insere. O viver em Goiás transpunha-se para a maneira como as pessoas utilizavam-se do seu espaço de morar para as festas. A complementaridade entre os meios urbano e rural era explícita em todos os sentidos. Existia uma articulação entre os dois modos de morar, que se manifestavam nas formas de vivenciar o isolamento e a pobreza. A morada urbana dividia-se entre a instituição

de novas formas de sociabilidade expressas nas festas cívicas e profanas e a precariedade da situação provincial e da tradição do morar. A casa rural, diferentemente, mantinha-se presa às celebrações religiosas e solidárias. Neste âmbito, a casa conseguia abrigar a memória de morar, porque ali se efetivava a vida. O espaço desta casa referencia a memória do lugar, pois muito mais que suporte da memória individual, é suporte da memória de todos, assim como as pedras da cidade de Halbwachs (1990). A estabilidade espacial conduz a uma automática manutenção da tradição, – ao mesmo tempo em que é conduzida por ela – preservando o trabalho da memória, em que se unem passado e presente com projeção para o futuro. Mesmo diante das poucas alterações espaciais da casa, concordamos com o que disse Bosi – “à resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo (BOSI, 2003: 452).”

Referências bibliográficas

- ANZAI, Leny Caselli. *Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás: 1888-1930*. 1985. Dissertação (Mestrado do Programa de História em Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1985.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. Entremeio. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Trad. Ephraim F. Alves e Lucia E. Orth. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Leon Shaffter. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- CAUQUELIN, Anne. *Essai de philosophie urbaine*. Paris: PUF, 1982.
- CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha*. 2.ed. Goiânia: Ed.UFG, 1984.
- ELIS, Bernardo. *Ermos e gerais (contos goianos)*. 2. ed. Goiânia: Oió, 1959.
- MARQUES, Octo. *Colcha de retalhos: casos e crônicas*. Goiânia: Ed. UFG, 1994.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Reminiscências: Goiás de antanho. 1907-1911*. Goiânia: Oriente, 1974. .
- RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e boiadas*. 8 .ed. Goiânia: Ed. UFG; Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1998.
- TAVARES, Crispiniano. *Contos, fábulas e folclore: Crispiniano Tavares*. 2. ed. Goiânia: Oriente, 1975. Edição crítica de Basileu Toledo França.

Diário de Rosa das Dores (Inhazinha) – 1850 a 1865 e 1876 a 1882 – acervo pessoal de Ramir Curado.

Diário de Anna Joaquina da Silva Marques – 1880 a 1891, 1898 a 1903, 1908 a 1910, 1911 a 1919, 1920 a 1930 – Instituto de Pesquisas Históricas Brasil Central.

Jornal *O Goyaz*, n. 394, p. 4, 21 abr. 1893.

O Grande Vidro: quando Certeau dialogou com Duchamp

Emerson Dionisio G. de Oliveira*

Resumo: *O Grande Vidro*: Certeau olha para Duchamp. Nosso trabalho visa compreender a leitura que o historiador e antropólogo Michel De Certeau faz do projeto artístico mais ambicioso de Marcel Duchamp – *O Grande Vidro*. Na realização da pesquisa, buscamos entender como o pensador localizou a obra dentro de suas discussões teóricas e, mais, qual a relação de *O Grande Vidro* com os conceitos de arte predominantes em seus escritos. Da mesma forma, optamos por confrontar essa apropriação com clássicas interpretações produzidas por Octavio Paz, Pierre Cannabe, Thierry de Duve e Paulo Venâncio Filho, além das considerações do próprio artista.

Palavras-chave: projeto de arte; modernismo, história da arte.

Abstract: The Grande Vidro: when Certeau discussed with Duchamp. Our task was to understand the reading material by the historian and anthropologist, Michel De Certeau about the most ambitious project by Marcel Duchamp – the Grande Vidro. Through research, we sought to understand how the thinker located the work of art from his theoretical discussions and, furthermore, what was the relationship of the *Grande Vidro* with the predominant art in his writings and his interface with a History theory. Likewise, we opted to confront this reading material with classic interpretations produced by Octavio Paz, Pierre Cannabe, Thierry de Duve and Paulo Venâncio Filho, as well as considerations from the artist himself.

Keywords: art project; modernism; history of art.

Marcel Duchamp transformou-se num álibi dos estudiosos da arte contemporânea que, de tão citado, passou a merecer a desconfiança que as relações fáceis suscitam. O importante em Duchamp foi seu ato inaugural de apropriação, de deslocamento, que mudou o caminho da arte, desmitificando a obra de autor e abrindo um caminho novo, o da antiarte. Tal importância, contudo, não significa que o artista francês tenha mudado sozinho a arte, pois isso não é papel para um único artista. É dentro dessa perspectiva, consciente de que estou evocando uma personalidade maiúscula e mítica da história da arte, que o presente trabalho pretende visualizar e compreender como o historiador e antropólogo francês Michel De Certeau fez uso da obra do artista para “ilustrar” uma idéia teórica sua, num misto de admiração e crítica.

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília, sob orientação da Profa. Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito; trabalho realizado com apoio do CNPq.

A “ilustração”, no entanto, não foi propriamente bem-sucedida, na medida em que qualquer proximidade com uma obra tão complexa e cheia de armadilhas quanto aquela produzida por Duchamp deixa seqüelas. Certeau escolheu seu mais discutido trabalho: *O grande Vidro*. Obra que alterou menos a arte – algo que o *ready-made* fez com mais precisão – que a própria história da arte. Os *ready-mades* personificaram a proposição de que o artista “não inventa nada, de que ele, ou ela, apenas usa, manipula, desloca, reformula e reposiciona aquilo que foi oferecido pela história” (CRIMP, 2005: 64). Duchamp os utiliza não para retirar do artista o poder de intervir no discurso, de alterá-lo e de expandi-lo, mas apenas para abrir mão da ficção de que há uma força “etérea” vinculada a um *eu* autônomo que existe fora da história, tantas vezes corroborado por uma história da arte ora preocupada com a manutenção de uma narrativa da “personalidade”, ora debruçada sobre a manutenção incondicional dos “estilos”. Os *ready-mades* cindiram muito daquilo que estávamos acostumados a compreender como arte, pois eram “uma distorção da idéia visual para executar uma idéia intelectual” segundo o artista (*apud* TOMKINS, 2004: 156). Eles propõem mesmo que a questão “O que é arte?” é, até certo ponto, uma pergunta “acadêmica” – no que o termo possui de negativo para os modernos.

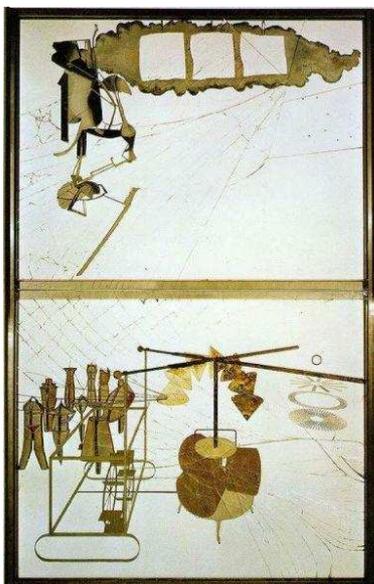
O Grande Vidro difere da tradição dos *ready-mades*, pois recupera a pintura, e seu tempo manual. A obra é o nome simplificado para uma “operação”¹ *de e sobre* a arte que durou anos e acabou por suscitar diferentes artefatos, objetos, narrativas, comentários e interpretações. *A Noiva despida e seus Celibatários, mesmo* ou *O Grande Vidro* (Lá Mariée mise à nu par les célibataires, même, Le Grand Verre) é um conjunto objetal iniciado em 1915 e nunca acabado pelo artista.

Duchamp desistiu da obra em 1923. Entretanto, como *O Grande Vidro* foi destruído e remontado algumas vezes depois dessa data, o próprio artista não deixou de produzir comentários e críticas importantes sobre a obra, anexando-os em obras posteriores, como as famosas *Caixas*, que são consideradas por Octavio Paz como prolongamentos de *A Noiva...*

Um olhar atento sobre as obras produzidas num período anterior mostra-nos verdadeiros “testes” – evitemos “esboços” – para a constituição de *O Grande Vidro*. Dos primeiros desenhos sob o título “A noiva despida pelos celibatários”, de 1912, passando por “Corredora com um moinho de água”, de 1913-1915 – onde teremos óleo sobre vidro –, até o “Moinho de Chocolate n.º 2”, de 1914, não é difícil perceber que Paz possui certa razão ao afirmar que, de uma maneira

¹ Algo que atualmente teria o nome de *work-in-progress*, dentro da nomenclatura adotada pela crítica da arte contemporânea a partir dos anos 80 (COHEN, 2004).

específica, *O Grande Vidro* parece estar vinculado a toda produção artística de Duchamp. Ao menos aquela que, a partir de 1911, distancia-se cada vez mais do cubo-futurismo



A Noiva despida e seus Celibatários, mesmo (O Grande Vidro), 1915-1923

A obra inacabada trata-se de um vidro duplo de aproximadamente 272 cm de altura e 175 cm de largura, pintado a óleo e dividido em duas partes, num corte horizontal, por um fio de prumo. Na parte superior, temos a representação da Noiva, na forma de uma máquina agrícola; à direita temos uma nuvem em cor acinzentada. A máquina-noiva é, segundo Duchamp, “a sombra em duas dimensões de um objeto de três dimensões que, por sua vez, é a projeção de um objeto (desconhecido) de quatro dimensões: a sombra, a cópia de uma cópia de uma Idéia”. (*apud* PAZ: 2004, p.33). Nessa parte encontramos ainda, primordialmente à direita, pontos (tiros) “disparados pelos celibatários”.

Na porção inferior, à esquerda, temos o grupo de nove celibatários na forma de manequins-fantoches (moldes málicos) envoltos numa espécie de espelho². Mais à direita, encontramos um carrinho que aloja um moinho e seu propulsor, ambos unidos aos celibatários por um sistema de tubos. Os celibatários em questão já eram previstos desde 1914, quando o artista produziu dois desenhos preparatórios, ambos com o título de *Cemitério de uniformes e lacaios*, em que podemos encontrar oito moldes málicos, que serviriam de recipientes para os celibatários: “padre, entregador, gendarme, *cuirassier*, policial, agente funerário, lacaios e ajudante de garçom. O chefe

² Como indaga Paz: “Machos enlouquecidos pelo desejo ou por vaidade?” (*op. cit.* : 34).

de estação foi acrescentado [apenas] no segundo desenho, junto com os tubos capilares...” (TOMKINS, *op.cit.*: 158). Também foi essa porção que ficou incompleta. Segundo planos do artista, no domínio dos celibatários, ainda teríamos uma queda d’água, o gancho, a garrafa de *Bénédictine*, a bomba-borboleta, o tobogã e o peso móvel com nove furos, além de uma caixa de fósforos e um “manipulador de gravidade” que seriam colocados na divisão das duas partes. De fato, Duchamp confessa: “talvez no subconsciente eu nunca tenha tido a intenção de terminá-lo, porque a palavra *terminar* implica uma aceitação dos métodos tradicionais e toda a parafernália que os acompanha.” (*idem, ibidem*: 278).

De qualquer modo, o artista deixou claro precisamente como funcionaria todo o processo “intuído” na obra. Como nos descreve Paz, a obra é de fato uma engenharia que “promete” ação:

A noiva envia a seus solteiros um fluido magnético ou elétrico, por meio do Letreiro de Cima. Despertados pela descarga, os moldes se inflam e emitem, por sua vez, um gás que, após várias peripécias, passa pelos sete cones do Tamis, enquanto o Carrinho ambulante recita as suas monótonas litanias. O fluido, filtrado pelos cones e convertido em um líquido, chega até as Tesouras que, ao fecharem-se e abrirem-se, dispersam-no: uma parte cai na “região de salpicos” e a outra, explosiva, dispara para cima e perfura o vidro (zona dos tiros de canhão). Nesse instante a Noiva se desprende (imaginariamente) de suas vestimentas. Fim do ato. A origem de todo esse movimento erótico-mecânico é um dos órgãos da Virgem: o Motor-Desejo. (idem : 34)

Não encontrar na obra boa parte desse processo descrito acima – ao menos de modo figurativo – é parte importante do jogo constituído pelo artista. Também temos aqui a mistura entre o projeto desejado e a obra alcançada. Dimensões absorvidas e confundidas na literatura especializada em *O Grande Vidro*. De qualquer modo, a obra prima por certa invisibilidade, trata como tema aquilo que a compõe e não pode ser percebido de modo “retiniano”. Em outras palavras, ainda segundo Paz, Duchamp produziu uma grande cena do mito “ou, mais exatamente, da família de mitos relativos à Virgem e à sociedade fechada dos homens” (*ibidem, idem*: 39).

Duchamp também produziu uma obra onde o comentário faz parte de sua própria “materialidade”. Prova disso são as contribuições dadas pelas *Caixas*³, repletas de textos, objetos e comentários sobre *O Grande Vidro*. As notas nelas contidas fazem parte do trabalho tanto

³ As caixas em questão foram: *Branca* de 1913; *Verde*, de 1934; *A caixa-valise*, de 1935-1941; *Torture Morte*, de 1959; e *Sculpture Morte*, de 1959. (JANG, 2001 : 25-39).

quanto o objeto de vidro. Desde dos anos 30, os estudiosos compreenderam que o texto e a imagem, isolados, são imprecisos. Em sua relação conduzem o leitor-espectador à não-aceitação de qualquer idéia definitiva sobre a articulação dos processos internos da obra. Aproximam e afastam o entendimento sobre o que se vê, na medida em que as notas não explicam a obra, no sentido de manual, nem prescrevem modos de o espectador se relacionar com ela.

As *Caixas* fizeram o contrário, possibilitaram uma miríade de interpretações. A maioria delas dirige-se para o hemisfério do erótico ao gosto psicanalítico. O próprio artista contribuiu para isso ao declarar que procurava “captar las cosas com mi espíritu como la vagina capta el pene” (*apud* MINK, 2002 : 84). Um dos historiadores mais íntimos do seu pensamento avançou pelo mesmo território; Lawrence Steefel diz-nos que, com *O Grande Vidro*, Duchamp cria um jogo de conversão do *pathos* em prazer e da emoção em pensamento, “que proyecta los conflictos y destila las emociones em objetos y construcciones de substitución, sin los cuales no habría podido conservar su equilibrio mental” (*idem, ibidem*). Para Steefel, o artista realiza um jogo sado-masoquista em que a máquina torna-se um substituto ideal para o prazer e a impotência.

O que me interessa, contudo, é o modo como a obra foi percebida dentro das histórias das artes e a maneira pela qual foi apropriada por Certeau. Nessa medida, é necessário evitar alguns lugares-comuns propostos para a obra a partir de análises freudianas ou de visões mais científicas do problema, sendo, de fato, inevitável não citar outros. Na seleção de possibilidades, prefiro compreender o jogo semântico que a obra propõe. Nessa perspectiva, a obra expõe a diferença entre o que o trabalho deixa ver e o que promete “ocultar”. O próprio artista postulava que, entre o que o artista quer e o que ele realiza, existe uma diferença. Essa diferença se chama arte (ASTHON, 1996: 15). Para ele *O Grande Vidro* promove o trânsito entre a percepção do espectador e a superfície de contato; mostra-nos que o espectador precisa da obra e esta, do espectador, pois somente através do desejo mútuo entre eles se fazem existir um para o outro.

Não é de admirar que sua obra tenha sido tão importante para os “jogos” interpretativos, constitutivos e interativos da arte contemporânea. O artista preocupou-se, sobretudo, com o processo do fazer *em arte*, como nos evidencia Alberto Tassinari (2001: 80-95). O processo que o espectador e a obra compartilham através do confronto entre eles cria um contexto de atuação em que a distinção das coordenadas entre um e outro é tênue e há pouca diferença entre quem vê e o que é visto. O lugar de encontro entre eles é menos o espaço físico, o corpóreo ou o óptico. A obra dá-se a conhecer apenas no campo da linguagem e exige que o espectador se inscreva como

jogador: “O trabalho discute a sua elaboração como um processo atualizador de suas narrativas, seus eventos, e como parte da discussão sobre o olhar que as narrativas e eventos propõem.” (DUARTE, 2000: 45).

É fato que esse jogo é arbitrário, uma vez que o espectador em questão aqui é, antes, um ser ideal, pronto a conhecer a obra em seus desdobramentos em forma de comentário. *O Grande Vidro* examina a diferença entre concepção e resultado; por isso é sintomático que o artista tenha sido incapaz de terminá-la. No longo prazo, o que *O Grande Vidro* produziu foi, em parte, uma antecipação da crise sobre a própria maneira de narrar a história da arte. Duchamp construiu uma miríade de interpretações, suplementares, complementares e contraditórias, de modo a modificar os limites do que era considerado como “objeto”, projeto e narrativa de arte. Os comentários tornaram-se a própria obra e partiam do artista. Ele, mesmo sem consciência, abriu um novo horizonte entre o *narrar* e o *fazer arte*, confundindo-os (BELTING, 2006: 37).

Essa mesma arte que torna sua própria narrativa parte de sua engenharia faz com que Certeau a tome como metáfora da nova escriturística. *O Grande Vidro* foi citado pelo autor no décimo capítulo do primeiro volume de *A Invenção do Cotidiano*, publicação póstuma de 1990; sua aproximação da obra de Duchamp a partir de certas pressuposições. As reflexões de Certeau sobre as táticas cotidianas dão ênfase ao uso da linguagem. Certeau crê que toda a linguagem é marcada por um “outro” que lhe precede e escapa (CERTEAU, 2002: 253-256; CERTEAU, 1994: 297). Sua predileção por essa área do conhecimento fez com que grande parte de seus trabalhos fossem dedicados à tarefa de mostrar como os sentidos organizados social e historicamente por grupos diversos de poder estão sujeitos a intervenções no aparente equilíbrio adquirido.

Ao usar *O Grande Vidro* como metáfora, Certeau salienta que o significado é fruto do uso e não apenas da produção. Os usos “táticos”, tão caros a sua teoria, movem-se não apenas por uma produção centrada, mas, sobretudo, pela leitura, que, confrontada, utiliza uma dada linguagem enquanto a transforma. Ao modificá-la, a leitura implica uma relação de poder que se estabelece entre o uso e a gramática que a controla. Ele emancipa assim a leitura, de modo a conferir ao leitor possibilidades criativas e subversivas que não podem, todavia, subestimar a fragilidade do lugar que se lê. Certeau desenvolve assim toda uma análise da sociedade escriturística.

A escrita é um mito moderno para o autor. A escrita como uma prática hierarquizante tornou-se uma “máquina” auto-reguladora de um poder que não pode ser possuído, mas que se exercita. A

máquina escriturística, entretanto, não é a eliminação do sujeito “ativo” no texto, conforme entenderam alguns dos seus críticos. A máquina é, antes, a ambição da sociedade moderna em *constituir*, em uma página em branco, uma escrita de si e de refazer a *história*.

Nesse contexto, o autor lembra-nos de sua formação teológica, ao instituir que a sociedade escriturística está baseada naquilo que ele denomina como a “perda da Palavra”. O discurso mítico que organizava a sociedade não pode ser mais ouvido. Aquele “querer dizer do Deus que espera do leitor (de fato, o ouvinte) um “querer-ouvir” do qual depende o acesso à verdade” não existe mais:

A ‘verdade’ não depende mais da atenção de um destinatário que se assimila com uma grandiosa mensagem identificatória. Será o resultado de um trabalho – histórico, crítico, econômico. Depende de um querer-fazer. (...) Mede-se o ser pelo fazer.(...) ela não é mais uma fala, mas o que se fabrica. (CERTEAU, 1994: 228)

Nesse aspecto a invocação da máquina-motor do desejo de *O Grande Vidro* torna-se uma metáfora dessa “perda da palavra”. Incomunicáveis, a noiva e seus pretendentes, estimulam-se num jogo que apenas pode terminar na morte, uma vez que o desejo, preso num jogo cíclico e interminável, não pode ser satisfeito. Certeau diz-nos que toda escrita implica uma morte, na medida em que sempre algo não pode ser dito (*idem, ibidem: 297*), da mesma forma que o desejo, no caso de Duchamp, parece preceder o próprio discurso do desejo, fadado a ser sempre “não-visto”, por não se cumprir.

Ao abrir-se às obras de arte, o pensador apresenta-nos “metáforas” para essa máquina escriturística. Certeau escolhe, além de *O Grande Vidro* – único objeto visual – *O Supermacho* (1902) e *O Doutor Faustroll* (1911), ambos de Alfred Jarry, *Impressões da África* (1910) e *Locus Solus* (1914) de Raymond Roussel e, também, a *Colônia Penal* (1914), de Franz Kafka. Literatura, teatro e artes plásticas são justificados porque são obras que “narram que não existe, para a escritura, nem entrada nem saída, mas somente o interminável jogo de suas fabricações.” (*ibidem: 243*). Certeau chama-as de “ficções teóricas do outro impossível e da escritura entregue a seus próprios mecanismos ou a suas ereções solitárias”.

A obra de Duchamp, aqui, representa sua própria morte e zomba dela. A máquina escriturística, agora fundida à máquina duchampiana, apresenta-se como um mecanismo solitário, que “faz funcionar o Eros do morto” (*ibidem, idem*), num luto cômico do corpo ausente. “A essa escritura,

cadáver de suma beleza, não se liga mais nenhum respeito. Ela é apenas o ilusório sacramento do real, espaço de risadas contra os postulados de ontem. Aí se desdobra o trabalho irônico e meticuloso do luto.” (*ibidem*: 245). *A Noiva despida e seus Celibatários*, mesmo ocupa, aqui, seu lugar como ficção, mesmo que se mostre tão real. Para Certeau, a obra adquire o papel de fábula:

*As personagens transformadas em cilindros, tímpanos, devastações e molas reunidos e pintados no ‘vidro’ onde a sua representação em perspectiva se mistura com os objetos situados por trás (o vidro é uma janela) e à frente (o vidro é um espelho) não representam somente, no painting-glass-mirror (...) Tragicomédia da linguagem: ser uma mistura de efeitos ópticos, pois esses elementos não são coerentes nem unidos. O olhar casual dos espectadores os associa, mas não os articula. ‘Desnudada’ por uma defecção mecanicamente organizada, a casada (sic) jamais se casa com um real ou com um sentido. (...) Certamente, apenas uma erótica, desejo do outro ausente, é capaz de fazer andar o aparelho produtor, mas ela visa algo que jamais estará lá e que torna obsessivo o olhar do espectador apreendido por seu Duplo que agita no meio das coisas oferecidas/recusadas no espelho de vidro. O espectador aí se vê disperso no meio do inapreensível. A figura pintada no vidro de Marcel Duchamp é a ilusão de óptica desnudada para e por voyeurs que serão sempre celibatários. A visão indexa e engana a comunicação ausente.” (*ibidem*: 244)*

A questão se apresenta porque, diante de tantos exemplos literários, obviamente vinculados à escrita, Certeau optou por utilizar, como metáfora condutora, os celibatários de Duchamp. As respostas não se apresentaram nos textos do autor. Algumas especulações são possíveis: o uso da obra de Duchamp para expressar que a sociedade escriturística não está restrita à própria escrita; por seu interesse pela psicanálise, visto que ele cita autores como Michel Carrouges, Jean Clair e Michel Sanouillet, todos adeptos de leituras freudianas de *O Grande Vidro*. Também não pode passar despercebido o fato de que as obras de Roussel e Jarry foram influências declaradas para a produção de *O Grande Vidro*, sobretudo a peça *Impressões da África*, do primeiro, em que podemos encontrar uma referência explícita a uma caixa que se assemelha à obra de Duchamp com seu jogo de influências⁴. Além de a obra de Duchamp necessitar da crença do espectador, elemento fartamente discutido nas obras de Certeau. Enfim, uma série de fatores podem ter

⁴ Sobre a obra de Roussel, o artista confessa: “I saw at once that I could use Roussel as na influence. I felt that as a painter it was much better to be influenced by a writer than by another painter and Roussel showed me the way. It was fundamentally Roussel who was responsible for my glass...” (SWEENEY & DUCHAMP, 1946: 11)

levado Certeau a “encontrar” Duchamp; um encontro que não esgota a leitura de ambos, apenas a instiga.

Referências Bibliográficas

- ASTHON, Dore. **Rencontre avec Marcel Duchamp**. Paris:Envois/L'Échoppe, 1996.
- BELTING, Hans. **O fim da história da arte: uma revisão dez anos depois**. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- CABANNE, Pierre. **Marcel Duchamp: Engenheiro do Tempo Perdido**. São Paulo, Perspectiva, 1987.
- CERTEAU, Michael. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- COHEN, Renato. **Work in Progress na cena contemporânea**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- CRIMP, Douglas. **Sobre as ruínas do museu**. Trad. de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.303
- DUARTE, Cláudia. **Marcel Duchamp, olhando o Grande vidro como interface**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000.
- JANG, Young-Girl. **Objet Duchampien**. Paris: Editions L'harmattan, 2001
- PAZ, Octávio. **Marcelo Duchamp ou o Castelo da Pureza**. Tradução do Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- MINK, Janis. **Marcel Duchamp. 1887-1968: El arte contra el arte**. Madrid: Taschen, 2002.
- SWEENEY, James Johnson & DUCHAMP, Marcel. "Interview with Marcel Duchamp," in "Eleven Europeans" *In: The Museum of Modern Art Bulletin*, 1946 (incomplete).
- TASSINARI, A. **O espaço moderno**. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.
- TOMKINS, Calvin. **Duchamp: uma biografia**. Tradução de Maria Teresa de Resende Costa. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

“OS PIONEIROS, A FORMAÇÃO DO CORPO SOCIAL E A CONDIÇÃO DO ESCRAVO
NA REGIÃO DO SUDOESTE GOIANO. UM OLHAR PARA AS HERANÇAS DA
CULTURA NEGRA NA FORMAÇÃO DA MENTALIDADE DA SOCIEDADE
JATAIENSE.”

Diovana Ferreira de Oliveira*

Apesar de poucas, as pesquisas realizadas em relação à História de Jataí estão basicamente voltadas a História dos Pioneiros. Nós, no entanto, buscamos em tais trabalhos a influência e a contribuição dos negros que aqui viveram e fizeram parte da construção da Micro-história jataiense. Homens, mulheres e crianças que viveram na condição de cativos, continuam vivos na memória e na mentalidade da nossa população. As antigas brincadeiras, cantigas de roda, os doces e quitandas, a concepção da vida pelas mãos das parteiras ou ainda, a lida com o gado mantém vivo o espírito de força e comodidade que o negro representou na formação da vida social jataiense.

Palavras-chave: escravos, memória, cultura.

ABSTRACT

Although in a few quantity, most of the researches based on Jataí's History, are about the pilgrims. However, we can find in these texts the african's influence and the contribution of those which had already lived here and took part of Jataí's History. Men, women, children, whose lived like slaves, nowadays still live in the memory and in the mentality of big part of the population. The old games, folklore songs, and culinary (mainly candies and snacks), the life's conception by the simple women's hands, helping the children come to the world, as if they were doctors, or the singular way of raising cattle, keep alive the spirit of strenght and represent how important these people were and how much they could contribute for the construction of Jataí's social life.

Keywords: slave, memory, culture.

A história de Jataí possui características singulares arraigadas pela época da ocupação, os interesses dos pioneiros além dos fatores naturais da região. O aventureiro Francisco

* (Universidade Federal de Goiás – UFG – Campus Jataí)

Joaquim Vilela e seu filho José Manoel Vilela adentraram o sertão do sudoeste goiano por volta do ano de 1836, e aqui empreenderam um grande sonho de prosperidade.

“(...) - Bem que eu te falei meu filho. Eh mundão bão! Isso é uma maravilha. Onde é que a gente topa mataria boa como esta? Nem nunca, em lugá nenhum deste mundo.

- Verdade Senhor meu pai. Nunca pensei. Muito rio, muita aguada e pasto natural que não acaba mais. Calcula se a gente derruba o mato: mantimento dá que a gente não vence colher, nas invernadas os bois racham de engordar.

- Ah isso lá é. Sem falar da cor vermelha do chão. E desses pau-de-lei. Peroba, Cedro, Aroeira, Bálsamo, Sucupira. Tudo isto que está na frente dos olhos (...)” (FRANÇA, 1954: 52-53)

Pretende-se aqui observar as condições pelas quais se tornou possível a realização de tal proeza, na qual se fez necessária indiscutivelmente a presença do cativo em função da cultura econômica do Brasil do século XIX. Desde a primeira viagem dos Vilelas, até a abolição da escravatura em 1888, transcorreram-se 52 anos e o ciclo econômico do boi impulsionava a formação de novos arraiais e vilarejos pelos sertões goianos e Mato Grosso afora. Os Vilelas já traziam experiência na criação de gado do Distrito do Espírito Santo dos coqueiros no município de Lavras do Funil - MG. Economia bem diferente daquela da extração aurífera e de diamante que foi responsável pela ocupação de Minas Gerais e norte e nordeste goianos nos séculos XVII e XVIII, a exemplo respectivamente de Ouro Preto e Vila Boa onde se instalou o arraial de Sant'Anna - atual Goiás Velho, que perdurou até a escassez das pedras e a exaustão das minas.

O ano de 1840 foi muito próspero com aumento considerável do gado, o paulista José de Carvalho Bastos chegou por volta de 1838 e por quem José Manoel Vilela contraiu simpatia logo na primeira conversa, também via o sonho realizado a cada dia. As terras foram delimitadas de acordo com a bacia dos rios Ariranha e Bom jardim, ficou acertado entre os jovens pioneiros que as terras banhadas pelo Ariranha seriam dos Vilelas e por onde passava o Bom Jardim pertenceria aos Carvalhos, ambos já haviam firmado residência com as respectivas esposas, as jovens Leocádia Perpétua da Silveira e Ana Cândida Gouveia de Moraes. Do gado vinha desde o leite para fabricação de queijos e outros derivados, até o couro para o artesanato e fabricação primitiva de arreios, laços, chicotes etc. Por conta do crescimento do rebanho, tornou-se necessário a mão-de-obra para cercar as pastagens, construir moradias, engenhos e aumentar as plantações, enfim precisavam de escravos.

Trouxeram da província de Minas gerais alguns negros além de empregados brancos e parentes. Dava-se início a um novo ciclo – o povoamento.

“Todavia sem o elemento negro desde o seu início, elemento esse com o seu fetiche, sua música sensual, certos costumes originais, suas magias, o seu dengue e calundu, não seria o que é. Assim retornemos aos primeiros tempos da história goiana. Quando chegaram a esta terra os primeiros comboios de negros teve princípio a história de sua civilização. Presente estava a cultura de três raças, predominando duas, a branca e a negra, esta última na condição de coisa, de cultura superior o índio nômade. Pois bem, o negro era coisa, mas necessária e imprescindível. Formava-se uma sociedade agrária na estrutura, tecnicamente escravocrata.” (SILVA, 1974: 32)

Além da força de trabalho, o negro exerceu grande influência sócio-cultural em Goiás e no Brasil como um todo, como concordaria Gilberto Freyre, a partir de “**Casa Grande Senzala**”. A fala dengosa e infantil, as expressões, a música, a alegria, a culinária e as danças são exemplos impregnados do nosso cotidiano. Em Jataí a riqueza com que essa herança se manifesta é impressionante. Na linguagem percebe-se nas palavras trocadas com as crianças; nenê, papá, bumbum, a abreviação de nomes; José vira Zé, Francisco vira Chico, Manoel vira Mané, além da variação para palavras comuns; por exemplo: Melhor pode ser mió, flor pode ser frô, fruta pode ser fruita, colher pode ser coiê, comer pode ser cumê, você pode ser ocê ou vance (que era comum na época dos pioneiros), chinfrim como era conhecido o navio de tráfico e que hoje quer dizer ruim, de má qualidade, pobre, o verbo sungar que significa erguer, levantar e tem origem no quimbundo – língua africana da região da angola, enfim o conversar do goiano caipira caracteriza-se numa herança cultural. Vale lembrar que no que diz respeito à fala, pelo menos na região essa característica não se restringe apenas à herança deixada pelos negros, a maioria da população de Jataí no século XIX não era letrada e tinha um vocabulário bem comum ao dos negros. Em 1896 a população estimada era de mais ou menos 1500 habitantes dos quais 1210 eram analfabetos.

A música e as danças têm origem no terreiro das senzalas, nas cantorias e no embalo em volta da fogueira que servia para amenizar o sofrimento do cativo ou em alguns casos como manifestações religiosas. Aqui a primeira congada foi realizada em 1880 durante a festa dedicada a Nossa Senhora do Rosário. As congadas a sússia, a catira são as principais ainda praticadas em eventos de comemoração e festas comunitárias além das festas particulares das famílias mais tradicionais, ou por grupos de dança e música goianos. Ao toque da sússia, dança-se a jiquitaia, caracterizada por movimentos frenéticos ao bater de mãos e pés e

movimentos sensuais ao som de tambores e pandeiros. Lembra o incômodo causado pela presença das formigas na senzala. A congada lembra os rituais de coroação dos reis do congo, a catira era folia realizada nas festas religiosas consagradas ao Divino Espírito Santo padroeiro dos pioneiros. As comunidades remanescentes de negros como a do Cedro em Mineiros tentam preservar essas manifestações.

A culinária é variada, carne seca, tutu de feijão, angu-de-carçoço, doces, quitandas, pé de moleque... Após a abolição as escravas e mucamas da vila do Jataí na sua maioria continuaram trabalhando para seus antigos senhores ou viviam da venda de quitandas ou seus próprios artesanatos.

A escrava Justina Bernarda de Paulo, ou simplesmente “Tia Justina” como muito se ouve falar na cidade nos dias de hoje. Tia Justina foi escrava do pioneiro José de Carvalho Bastos; era escrava domestica, mucama de companhia era o braço direito da sinhá, contribuiu com a obra de Basileu Toledo França usando generosamente a memória para remontar a vida dos escravos e negros em Jataí, trabalhou até o fim da vida e possuiu posses. Era doceira e parteira bem conhecida na região. Nasceu no dia 21 de abril de 1841 no município de Frutal – MG quebrou a perna fazendo um parto quando contava com seus 90 anos, segundo dizem e mesmo assim continuou trabalhando, faleceu aos 104 anos às nove horas do dia 28 de abril de 1945. Até hoje vivem em Jataí duas netas (Amália e Divina) que contam com mais ou menos 80 anos e uma lucidez incrível e admirável adoração por Tia Justina.

Dona Amália mulher séria de pouco assunto contou-me do dia da morte de tia Justina. “Ela me pediu pra tirar a roupa branca do baú, que já guardava há muito tempo, me mandou que lavasse e engomasse, disse que já ia viajar, ela morreu dormindo... como um passarinho!”

Já dona Divina muito espontânea, alegre e brincalhona, conta das travessuras que aprontava para a avó.

“Eu como era a mais bobinha dos menino sempre tinha que entrar pra roubar os biscoitos que minha avó tinha acabado de fazer, ela ficava sentada na cadeira de balanço parecendo que tava dormindo, eu entrava pé por pé pra não acordar ela e quando tava quase saindo com o biscoito na mão, ela dava uma chicotada e me trazia de volta pra devolver o biscoito”.

Nessas pequenas histórias vemos a oportunidade rara de estar frente a frente com a história regional particularmente de Jataí e perceber como é forte em nosso cotidiano a simplicidade, a serenidade e a força que o negro representou neste lugar onde um dia os primeiros pioneiros ousaram chamar de Paraíso.

Contudo, isso não quer dizer que a vida dos escravos em Jataí foi menos sofrida; lembremos da formação das fazendas, monjolos e engenhos ou mais tarde já na vila, que foi elevada a essa condição pela resolução 668 de 29 de julho de 1882, a construção do rego d'água.

“ – Vancês abre o rego neste rumo. – Apontou com o braço direito – Antes de chegá na descida pro largo da cadeia, quebra ele prá direita e procura a baixada que vai dá no largo da Igreja.” (FRANÇA, 1954: 217 – 218)

Assim ordenou o tenente José Manoel Vilela aos cativos: Benedito e Zé Balbino. Era trabalho duro, mais eis que a notícia da Lei Áurea chega como uma bomba na Vila do Paraíso deixando os senhores coronéis José Manoel Vilela e seu genro Serafim José de Barros nada satisfeitos. Martiniano Silva cita em “**A Sombra dos Quilombos**” a narrativa de Basileu Toledo França em “**Pioneiros**” que conta que o Coronel José Manoel Vilela, inconformado com a notícia da abolição e o fato de que segundo diziam na vila ao comentarem o fato, “*Negro e branco, desde estrodia só tem diferença na cor. Mais nada.*” mandou preparar um banquete envenenado e ofereceu aos ex-escravos. Carvalho Bastos ao receber o convite para levar os seus, mandou que nada tomassem ou comessem. Iriam por mera cortesia à casa de Vilela.

O fato é que segundo conta a história oral, José Manoel Vilela era bastante temperamental e não era nada sereno nas suas relações com os escravos. Já Carvalho Bastos tinha um coração manso, tanto que após a Lei Áurea os seus pouco mais de trinta negros pediram-lhe para continuar na fazenda do Bom Jardim.

Como era a vontade do Coronel Vilela, alguns meses após a lei da abolição da escravatura foi concluída a cadeia que segundo o último seria pequena pra tanto negro “vadio”. No entanto, os negros não violaram a ordem e a paz da vila, mas organizaram uma festa em devoção a Nossa Senhora do Rosário, era o fim do cativo.

Basicamente Jataí foi concebido pelas mãos de escravos, apesar do período constituir as últimas décadas do sistema escravista. A qualidade das terras, do clima, do cerrado também contribuiu para um desenvolvimento relativamente rápido da região. O Brasil teve três séculos e meio de escravidão e apenas um de trabalho livre. Ao longo desses 3,5 séculos importou quatro milhões de negros africanos. 40% das importações totais das Américas.

“Este é um país formado na concepção que o trabalho é algo que se obriga o outro a fazer e pessoas humanas são mercadorias.” (TOLEDO, 1996, in **Veja**: 52).

Toledo questiona o esquecimento que ainda existe, e já existia poucos anos após a escravidão (1890) em análise ao hino da república, em relação à condição do escravo o esquecimento talvez seja uma das crueldades que ainda dedicamos aos negros.

Ele analisa o verso do hino da República que diz: “*Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país...*”

Olhando por outro foco pode-se pensar que além de esquecimento é enorme o descaso com que se pensa na condição dos negros da época. Por isso, o poeta pernambucano Medeiros de Albuquerque com certeza foi infeliz na letra. Ao analisar essa idéia em relação à Jataí é importante questionar além do descaso não só com os escravos, mas a história de Jataí como um todo, no campo cultural, no campo político, enfim em qualquer área ou período, o descaso aqui vai da história do casarão até a história da senzala. Os resquícios, provas, documentos estão aí, mas perdem-se na memória e no tempo porque insistimos em vendar os olhos e tapar os ouvidos. Nas escolas decoram-se datas, nomes para a hora da prova, enquanto nossa história se despedaça nos cantos da cidade, nos casarões demolidos para dar lugar ao nada. A história jataiense pede socorro, sufocada por uma cultura hipócrita de que o velho não tem valor.

Remontando ao passado desta terra é impossível não sentir a presença do negro em pequenas situações, costumes e sentimentos. Esses espectros que outrora aqui sofreram só pedem para serem lembrados, considerados e respeitados.

“Este foi um país de escravos. O maior país de escravos dos tempos modernos, talvez, ou pelo menos o país moderno mais dependente de escravos.” (TOLEDO, 1996, in **Veja**: 52).

No entanto impossível não ver no povo brasileiro, inclusive naqueles que se dizem “*brancos*” o quanto somos filhos dos negros, a alegria contagiante, a fé e a força desse povo que continua escravo e dependente.

BIBLIOGRAFIA

FRANÇA, Basileu Toledo. **Pioneiros** – Editora UFG – Goiânia-GO, 1954.

SILVA, Martiniano José da. **Sombra dos Quilombos** – Editora Barão de Itararé –
Distribuição da Livraria e Editora Cultura Goiana – Goiânia – GO, 1974

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **À Sombra da Escravidão - in Revista VEJA, Edição 1.444
de 15 de maio de 1996** - Editora Abril – São Paulo – SP.

Crônicas cantadas: o *rap* e as experiências sociais “marginais” no Brasil contemporâneo.

Roberto Camargos de Oliveira*

Resumo

A experiência social brasileira dos últimos 15 anos mostra um país em tensão: de um lado os integrados, de outro, os que estão supostamente à margem, mas que, na verdade, sofrem na carne os efeitos de uma “integração perversa” à ordem social capitalista. Independentemente disso, os diversos sujeitos históricos se viram em meio a transformações sociais intensas com a vigência das políticas neoliberais, as quais, direta ou indiretamente, atingiram todo o espectro da vida social. Nesse contexto, ao seguir pelos caminhos das relações entre os estudos históricos, da cultura e da música, analisamos no *rap*, como alguns segmentos e sujeitos sociais constroem percepções e representações que exprimem uma postura crítica ante a hegemonia do modelo neoliberal.

Palavras-chave

Neoliberalismo, sociedade brasileira pós 1990, estudos históricos e da cultura.

Abstract

The Brazilian social experience of last the 15 years shows a country in tension: of a side the integrated ones, of another one, the ones that are supposedly to the edge, but that, in the truth, they suffer in the meat the effect from a “perverse integration” to the capitalist social order. Independently this, the diverse historical citizens if turn in way intense the social transformations with the validity them neoliberal politics, which, directly or indirectly, had all reached the specter of the social life. In this context, when following for the ways of the relations between the historical studies, of the culture and music, we analyze in rap as some segments and social citizens construct to perceptions and representations that state a critical position before the hegemony of the neoliberal model.

Key-words

Neoliberalism, brazilian society after 1990, historical studies and of the culture.

Assim que é... / Realidade é muito triste / Mas é no subúrbio sujismundo / Submundo que persiste o crime / Pegar o trem é arriscado / Trabalhador não tem escolha / Então enfrenta aquele trem lotado / É não se sabe quem é quem, é assim / Pode ser ladrão, ou não, / Tudo bem se for pra mim / Se for polícia fique esperto, Zé / Pois a lei da cobertura pra ele / Te socar se quiser / O cheiro é mal de ponta a ponta / Mas assim mesmo normalmente / O que predomina é a maconha / E aos milhares, de todos os tipos / De manhã, na neurose, / Como pode ter um dia lindo? / Portas abertas mesmo correndo / Lotado até o teto sempre está / Meu irmão vai vendo / Não dá pra agüentar, sim, / É o trem que é assim, já estive, eu sei, já estive / Muita atenção, essa

* Universidade Federal de Uberlândia – UFU, graduando em história e bolsista Fapemig, desenvolvendo a pesquisa intitulada “Vozes destoantes na história recente da música popular brasileira: política, *rap* e *hardcore*” (Vinculada ao projeto “História e historiografia da música popular brasileira” coordenado pelo prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos).

é a verdade / Subúrbio pra morrer, vou dizer é mole / Subúrbio pra morrer, vou dizer (é mole) / E agora se liga, você pode crer (é pra gravar, tá?) / Todo cuidado não basta, porque (é só um toque) / Subúrbio pra morrer, vou dizer (é mole) / Confira de perto, é bom conhecer (é pra gravar, tá) / E agora se liga, você pode crer (é só um toque?) / Todo cuidado não basta, porque (é mole) / Subúrbio pra morrer, vou dizer ... / Todos os dias mesma gente / É sempre andando, viajando, / Surfando, mais à mais não teme / Vários malucos, movimento quente / Vários moleques pra vender, / Vem comprar, é aqui que vende / Quem diz que é surfista, é... / Então fica de pé, boto mó fé, assim que é... / Se cair vai pro saco (já era, um abraço!) / Me lembro de um irmão, troço chato / Subia, descia, por sobre o trem sorria / Vinha da Barra Funda há 2 anos todo dia / Em cima do trem com os manos / Surfistas, assim chamados são popularmente / Se levantou e encostou naquele fio, / Tomou um choque / Mas tão forte que nem sentiu, foi as nuvens / Tá com Deus, mano Biro, sabe / Subúrbio pra morrer, vou dizer é mole (assim que é...) / Subúrbio pra morrer, vou dizer (é mole) / E agora se liga, você pode crer (é pra gravar, tá?) / Todo cuidado não basta, porque (é só um toque) / Subúrbio pra morrer, vou dizer (é mole) / Confira de perto, é bom conhecer (é pra gravar, tá) / E agora se liga, você pode crer (é só um toque?) / Todo cuidado não basta, porque / O trem é assim, é assim que é... / ... E eu peço a Oxalá e, então, / Sempre vai nos guardar / Dai-nos forças pra lutar, sei que vai precisar / No trem, meu bom, é assim, é o que é / Então centenas vão sentados e / Milhares vão em pé / E em todas as estações, / Ali preste atenção nos PF's / O trem para o povo (entra e sai) / Depois disso, o trem já se vai / Mas o que é isto? Esquisito / E várias vezes assisti / Trabalhador na porta tomando borrachadas / Marmitas amassadas, fardas, isso é lei? / Vejam vocês, são cães, só querem humilhar toda vez / Aconteceu o ano passado em Perus / Um maluco estava na paz, sem dever / Caminhava na linha assim, a uns 100 metros / Dessa estação... é, preste atenção, repressão / Segundo testemunhas dali, ouvi / Foi na cara dura assassinado, mas não foi divulgado / E ninguém está, não está, ninguém viu / As mortes na estrada de ferro Santos – Jundiaí / E ninguém tá nem aí, Osasco – Itapevi, / do Brás a Mogi ou Tamanduateí / Quem quer ir? É o fim / Na real, é assim (Eu sei, já estive, já estive) / Subúrbio pra morrer, vou dizer... é mole (assim que é...) / Subúrbio pra morrer, vou dizer / E agora se liga, você pode crer / Todo cuidado não basta, porque / Subúrbio pra morrer, vou dizer (é mole) / Confira de perto, é bom conhecer (é pra gravar, tá?) / E agora se liga, você pode crer (é só um toque) / Todo cuidado não basta, porque (é mole) / Subúrbio pra morrer, vou dizer / No trem é assim, é assim que é / O bicho pega. (O trem. R.Z.O., 1997.).

Um preâmbulo teórico: música e sociedade no Brasil contemporâneo

O trabalho proposto, refletir sobre a música – mais especificamente o rap – e a sua relação com a sociedade, demanda alguns percursos teóricos. Nesse sentido, as reflexões teóricas devem contemplar minimamente dois problemas básicos: aquele referente às especificidades que envolvem os trabalhos que buscam relacionar música e sociedade e outro de ordem mais contextual, no caso, acerca das questões sociais no neoliberalismo.

No caso das investigações que envolvem as produções musicais, a história, a cultura, a política e como tudo isso se cruza no âmbito das relações sociais chamamos a atenção para três autores: Marcos Napolitano, José Geraldo Vinci de Moraes e Eric Hobsbawm. Começemos por Marcos Napolitano. Este pesquisador, com importantes contribuições no campo de estudos da música popular brasileira, proporciona ao leitor uma série de apontamentos metodológicos que devem ser considerados na sua devida importância. Em

relação a essas observações de natureza metodológica, podemos apontar a necessidade do pesquisador conhecer as particularidades do seu objeto de estudos; no caso da canção, que se trata de um documento textual e sonoro e não apenas textual (letras) ou musical (instrumentos, sons, ruídos etc.), assim como se impõe estar instrumentalizado para identificar a sua temática, buscar explorar o diálogo que ela propõe, isto é, quem fala/ para quem fala/ motivo da fala, e, sempre que possível identificar a existência de possíveis metáforas, paródias e outros procedimentos narrativos, sem falar da análise das relações existentes entre letra e música.

Os apontamentos de Napolitano demonstram a complexidade da canção como objeto de estudos. Ela é ao mesmo tempo música e poesia, é uma produção cultural que se articula, na produção de sentidos, à política, à economia, à cultura etc. A leitura que fazemos de Napolitano, nos leva à canção como uma linguagem que se realiza “como um artefato cultural que não é nem música, nem poesia (nos sentidos tradicionais), nem pode ser reduzida a um reflexo singular da totalidade que a gerou (da sociedade, da história, do autor do estilo musical) (NAPOLITANO, 1998: 199-205.).

Com José Geraldo Vinci de Moraes podemos dialogar a respeito da importância de se investigar e abordar, nos estudos históricos, a música popular na sua dimensão e inserção social.

Ao focar o assunto, Moraes, logo de início, nos chama a atenção para o fato de que as canções, notadamente as populares, fazem parte das relações sociais cotidianas, sendo um instrumento de comunicação para a percepção da realidade social, o que as transforma em “uma rica fonte para se conhecer certas realidades” (MORAES, 2000: 203-221.). É a partir de suas reflexões, bem como dos autores que caminham na mesma direção, que construímos nossa própria reflexão no sentido de uma justificativa plausível para o uso da música popular como ponto de partida para análises histórico-sociais do mundo contemporâneo.

Os trabalhos que convergem nessa perspectiva levam o pesquisador para paisagens que fogem aos estudos usuais, mas que, no entanto, são de extrema relevância para o entendimento da vida em sociedade, revelando e construindo sentidos, olhares, percepções e representações que podem não ser apreendidas por outros tipos de documento. A música, sob este aspecto, não é mero produto para entretenimento ou deleite estético. Ela se articula a relações sociais desiguais, tensas e conflitivas, a relações de poderes que, em sua trama, trazem todos nós para o campo da política e da cultura, como percebemos em um dos trabalhos do historiador Eric Hobsbawm.

Hobsbawm, em seu livro “A história social do jazz” (HOBBSAWM, 1990), nos descortina uma visão de como a música está inserida em tensões, conflitos, em uma rede de solidariedade entre músicos e de exploração pelo mercado, sendo, em certa medida, ora uma válvula de escape, ora um instrumento de afronta no interior de relações de poder extremamente assimétricas. O autor analisa toda a atmosfera social na qual está imerso o jazz. Para Hobsbawm esse gênero musical é produto de seus músicos e cantores, e deve ser entendido na dinâmica social na qual eles se acham envolvidos, ocupando o centro da produção jazzística. Assim, o jazz, como toda a produção musical – daí nosso interesse na análise de Hobsbawm –, não é visto como um fenômeno em si mesmo, mas como um elemento no interior das relações sociais. Tal perspectiva demonstra a importância das pesquisas dialogarem com o objeto na sua plenitude, ou seja, nos seus aspectos estilísticos (propriamente musicais), na sua formação técnica (que tipos de instrumentos são utilizados, a origem do instrumento e o que ele representa socialmente), nos aspectos discursivos (letras/sonoridades), a forma de relação entre os músicos e destes com o mercado fonográfico, o tipo de público, etc.

Entendemos que o contexto é fundamental para os estudos envolvendo a música popular e, também, que “todo contexto é sempre social e histórico” (NAPOLITANO, Op. Cit.). Nesse sentido, relacionar a produção musical aos aspectos sociais de seu tempo implica compreender o que se passa na esfera econômica, política e social de maneira mais ampla. No Brasil contemporâneo, de avanço das prescrições neoliberais, entender o contexto implica dialogar com autores como Armando Boito Jr. e Ricardo Antunes.

Armando Boito Jr. ressalta em alguns de seus trabalhos o caráter regressivo – notadamente em termos sociais – do neoliberalismo e a característica dual da cidadania em moldes neoliberais. Os governos brasileiros dos anos 1990 avançaram na abertura comercial do país, na privatização do setor público, racionalizaram, à moda neoliberal, os gastos públicos de modo a manter os compromissos com o capital (pagamento da dívida externa e interna) e atacaram as (já precárias) conquistas sociais, forçaram uma desregulamentação dos direitos trabalhistas e a desindexação dos salários. Segundo as análises desse autor, com as quais estamos de pleno acordo, as reestruturações produtivas do capitalismo aprofundaram os problemas sociais e aumentaram as tensões presentes na malha fina das relações de poder.

Nas privatizações operadas sob o formulário neoliberal, aquilo que um dia fora conhecido – se não na prática, pelo menos no discurso – como direitos se transformam em serviços, ou seja, deve ser adquirido no mercado e pelas leis do mercado. No caso dos cortes no gasto público, redimensiona-se o que ainda resta de maneira precária e insuficiente. No

que diz respeito aos direitos trabalhistas constantemente golpeados, instala-se um clima de incertezas; com a desindexação dos salários, parcelas ponderáveis de assalariados vão cada vez mais ao encontro das dificuldades de proverem materialmente suas necessidades.

No entanto, alguns setores sociais têm seus interesses mais bem atendidos pela proposta neoliberal do que “pela expansão – custosa e desnecessária para ela – dos serviços públicos e dos direitos sociais” (BOITO JR., 2003: 10-36.). Configura-se a *cidadania dual*, pela qual, segundo Armando Boito Jr., aqueles que ocupam posição privilegiada na nova configuração da sociedade conseguem arcar com os custos do que deveria ser um direito (saúde, educação, acesso à cultura, infra-estrutura, etc.). Os demais devem recorrer às sobras dos setores públicos, o que cria (aprofunda) uma sociedade cindida, na qual os conflitos perpassam todas as dimensões da vida e marcam a inserção desigual dos atores no ordenamento neoliberal.

No caso de Ricardo Antunes, é extremamente significativa sua análise sobre o modo como os ideólogos do neoliberalismo atacam a subjetividade do trabalhador – e de todos os homens e mulheres que compõem o social –, tentando conquistá-los para a defesa e a legitimação desse novo tipo de organização da vida social.

As mudanças políticas se fazem acompanhar, então, por mudanças – tentativas de mudanças em vários casos, levando-se em conta que não são todos que se deixam cooptar pelo hegemônico – ideológicas que não se restringem às classes dominantes, àqueles a quem, grosso modo, a nova ordenação beneficia. Ao contrário, tenta-se cooptar igualmente os não-ganhadores, ou seja, setores das classes médias e as classes populares/trabalhadoras, que são fundamentais para a reprodução do sistema capitalista e devem, portanto, aceitar o projeto do capital. A intenção é forjar, principalmente entre os pauperizados (que, como salienta Armando Boito Jr., encontram-se nessa situação, em larga medida, por consequência do próprio modelo econômico capitalista-neoliberal), um bloco de apoio ao ideário neoliberal. Por isso tudo, as políticas neoliberais (através das modificações que desencadearam no seio da sociedade e dos seus “reflexos”) afetaram “tanto a *materialidade* da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quanto a sua esfera mais propriamente *subjetiva, política e ideológica*, dos valores que pautam suas ações e práticas concretas” (ANTUNES, 2001: 35-48.), o que não implica que isso se deu de tal forma que inexistassem os descontentes.

A vida social: construindo representações

Embora se fale muito em exclusão, a sociedade neoliberal reserva para todos os seus membros uma inserção, que por ser desigual nos impele à análise de sua forma de ser. Nesse caso recorreremos às formulações de Manuel Castells e ao seu conceito de *integração perversa*. Ao analisar o *fim do milênio*, época de clara hegemonia neoliberal e de seus efeitos trágicos, Castells nota que aqueles que são normalmente considerados como excluídos estão, na verdade, integrados – independente da forma com que isso aconteça – à lógica da produção capitalista. A exclusão não é uma condição, é um processo que marca um tipo específico de inclusão neste estado de coisas. Castells diz a esse respeito:

o processo de exclusão social e a insuficiência de políticas de integração social levam a um quarto processo fundamental que caracteriza certas formas específicas de relações de produção no capitalismo informacional: chamo-o de integração perversa. Refere-se às formas de trabalho praticadas na economia do crime. (...) Segmentos de uma população socialmente excluída, junto com indivíduos que optam por meios bem mais lucrativos – e arriscados – de ganhar a vida, constituem um submundo cada vez mais populoso que vem se tornando um elemento essencial da dinâmica social da maior parte do planeta (CASTELLS, 1999: 99-100.).

Como vemos, a exclusão social nada mais é do que outra forma de integração, a qual é melhor que não seja vista como inclusão por revelar a lógica por detrás das operações ideológicas dos defensores do neoliberalismo.

Nesta perspectiva, os músicos populares que produzem as canções com as quais trabalhamos constróem um *discurso musical* que fala de dentro da (des)ordem instituída, um protesto saído diretamente do *olho do furacão* e propagado por aqueles que, vez ou outra, se enquadram na dimensão da *integração perversa*, embora não necessariamente vinculados ao tráfico de drogas ou a atividades ilegais (como é analisado por Castells), pois entendemos que a *integração perversa* pode se dar inclusive na legalidade e em relações formais/institucionalizadas.

O *rap*, gênero musical ligado a uma atmosfera cultural mais densa, a saber, o *hip-hop*, é uma prática cultural que tem origem nos guetos estadunidenses nos finais da década de 1970 e início dos anos 1980. No Brasil, está presente já em meados de 1980 em São Paulo e, em 1990, já conquistava adeptos em outras regiões do país e se consolidava como música elaborada e ouvida por parcelas da população jovem urbana (cabe dizer que eram, na sua maioria, negros), sobretudo, filhos de trabalhadores pobres e habitantes das periferias e subúrbios. No que diz respeito a sua parte estilística, ao seu fazer musical propriamente dito, utiliza para compor sua parte instrumental equipamentos e técnicas eletrônicas: utilizam *samplers*, *softwares* de produção musical, sintetizadores, teclados e outros equipamentos e técnicas como a colagem, *scratch*, *back to back*. Essa característica *recombinante* do *rap*

levou alguns pesquisadores a vê-lo como expressão cultural híbrida, fragmentária e desconexa, classificando-o como pós-moderno.

Nossa perspectiva, no entanto, converge com a de autores como Douglas Kellner para quem o *rap* não pode ser classificado como pós-moderno. Entendemos que apesar de ser uma música muitas vezes produzidas a partir de colagens de fragmentos de outros tipos de produção musical o resultado final não é um produto híbrido, ao contrário, recombina signos de maneira a construir um discurso/música que tem um sentido particular, na maioria das vezes independente dos sentidos dos fragmentos utilizados, ou seja, esvazia o sentido original da composição de que colhe os fragmentos.

Assim, consideramos o *rap* como uma linguagem contemporânea que como manifestação cultural contesta as práticas e ideologias da cultura dominante, inserindo-se nas relações de poder com discursos críticos em relação aos aspectos político-sociais da nova configuração do capitalismo. Seu conteúdo contestador – não queremos dizer, aqui, que todas as músicas deste gênero são contestadoras, embora boa parte o sejam – traz “vozes, estilos e mensagens distintas , muitas vezes relacionadas com a política moderna” (KELLNER, Idem: Ibidem.). Ao viver e presenciar situações que atestam uma *integração perversa* de parcelas da população na sociedade, alguns compositores do gênero que aqui discutimos elaboram representações próprias para o mundo em que estão inseridos revelando a forma de ser dessa integração.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. *In*: GENTILLI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-48.

BOITO Jr., Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, n. 17, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003, p. 10-36.

CASTELS, Manuel. **Fim de milênio**, v. 3: A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HOBSBAWM, Eric. **A história social do jazz**. 2º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KELLNER, Douglas. A voz negra: de Spike Lee ao rap. *In*: KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001, p. 203-252.

NAPOLITANO, Marcos. Pretexto, texto e contexto na análise da canção. *In*: SILVA, Francisco Carlos T. (Org.). **História e imagem**: cinema, cidades, música, iconografia e narrativa. Rio de Janeiro: UFRJ / PROIN-CAPES, 1998, p. 199-205.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 20, n. 39, 2000, p. 203-221.

Discografia

R.Z.O. São Paulo: Porte Ilegal, 1997. 1 CD.

VASTOS SERTÕES*

RESUMO

O texto que se apresenta analisa referências e imagens que foram forjadas sobre o vasto sertão compreendido entre as então capitanias de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Neste contexto, procuramos entender a construção dos mitos referentes aos grupos indígenas ali situados, principalmente sobre os Botocudos. Para isso, desconsideramos as atuais linhas administrativas, pensando na fluidez das fronteiras em questão, uma vez que para os indígenas da região tais limites não faziam sentido algum.

Palavras-chave: Botocudos, fronteira, sertão.

The present text objects to analyze several references and pictures that were constructed about the great “sertão” comprehended between the “capitanias” of Minas Gerais, Espírito Santo and Rio de Janeiro. In this context, we will try to understand the construction of myths that refers to the Native groups in there situated, mainly about the Botocudos. For that we will inconsiderate the actual administrative limits, thinking of how fluid these frontiers are, once those limits were not part of the native people references.

Key words: Botocudos, frontier, “sertão”.

* Ricardo Batista de Oliveira – Mestrando pela Universidade Federal de Ouro Preto.
Bolsista PROP/UFOP.

O presente trabalho analisa a categoria “sertão”, sua multiplicidade referencial e as imagens que foram forjadas sobre os povos indígenas de um vasto território que envolve as Capitanias de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, supostamente representantes do tronco Jê, especialmente os Aimorés Botocudos, os quais, segundo Judy Bieber: “... entraram no imaginário europeu como nenhuma outra categoria indígena brasileira” (BIEBER).

É importante esclarecer que este texto é fruto da averiguação de dados para composição de uma dissertação de mestrado que se inicia e, embora não se trate de um trabalho de grande fôlego, acreditamos que as discussões apresentadas estarão contribuindo com os estudos sobre a dinâmica das fronteiras e das populações indígenas abordadas.

Iniciando nossa pesquisa acerca da referida região a partir de sua dinâmica social, não nos prenderemos a análise das mencionadas questões encerradas em uma ou outra capitania. Pelo contrário, percebemos que existiu uma vasta área que extrapolava as atuais fronteiras administrativas das três capitanias em questão. Tal espaço era então habitualmente definido como sertão. Assim, trataremos essa região como uma área de fronteira ainda ambígua, sobretudo, quando para os povos indígenas as linhas administrativas não faziam sentido algum.

Tomando como exemplo o fato de que as fronteiras entre as províncias de Minas e Espírito Santo mantiveram-se indefinidas até fins do século XIX, percebemos a possibilidade de expansão do território de ambas as partes, podendo o sertão do Rio Doce confundir-se tanto com Minas, quanto com o Espírito Santo.¹ Para Renato Pinto Venâncio, as fronteiras mineiras devem ser percebidas como “um dado móvel”, tendo variações que dependeriam da “vitória, derrota e assimilação colonial de povos indígenas”. Segundo ele: “... as primeiras fronteiras mineiras não nasceram de uma decisão administrativa, mas sim da maior ou menor capacidade de o mundo indígena resistir ao avanço colonizador” (VENÂNCIO, 2007: 1-3).

Esta declaração é confirmada quando verificamos a região que fica entre os rios Jequitinhonha e Doce, intensamente ocupada pelo grupo indígena que ficou conhecido como Botocudo. Estes índios foram durante muito tempo “senhores” de uma vasta área entre Minas e Espírito Santo. De acordo com fontes da época, eram os mais belicosos das mencionadas paragens, temidos até mesmo por qualquer outra espécie de índios. Devemos compreender que o termo *Botocudo* generalizava uma vasta gama de povos indígenas.

De acordo com observação de um padre salesiano: “Aqui em Minas não passaram de 10 mil os que habitaram as faldas da serra dos Aymores, a bacia do Mucury, as mattas do

¹ RAPM (diversos números), CTA: AHU-ACL-CU-007, cx. 02 doc. 189. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 235.

Baixo-Rio Doce (no Cuyethe, Lranjeiras, Manhuassu) e do Baixo-Jequitinhonha” (RAPM, 1908: 196). Relato semelhante foi feito pelo engenheiro alemão Guilherme Giesberth ao narrar o conflito entre colonos e o “gentio”, na zona do Mucuri no início do século XX. Segundo suas observações, embora a área viesse ser altamente fértil e própria para a ocupação, não eram notadas quase nenhuma habitação nas imediações, salvo aquelas em ruínas, denunciando a fuga dos antigos colonos. O engenheiro afirma:

São os índios que infestam estas paragens, roubam as roças, matam os animaes, e a criação, saqueiam as casas e, finalmente, tem atacado moradores e a própria conserva da estrada de ferro, matando mulheres e homens... (RAPM, 1908: 173).²

Utilizado para contrapor paisagens humanizadas, civilizadas e conquistadas daquelas bravias, desconhecidas e, contraditoriamente, possíveis de serem conquistadas e incorporadas, o sertão passou a representar os *não-lugares*, ou seja, paisagens obscuras e incultas, em oposição aos *lugares*, espaços conhecidos, nomeados e povoados. Essa dicotomia permitiu a criação de um discurso sobre o território nacional onde a idéia do não lugar “guarda um enorme poder de evocação de imagens, sentimentos, raciocínios e sentidos que em torno dele foram sendo construídos ao longo da experiência histórica brasileira” (apud ESPINDOLA, 2005: 75-76).

A indefinição de fronteira também é válida para o Rio de Janeiro com relação ao espaço capixaba. O Sertão dos Goitacazes abrangia áreas de ambas as capitanias.³ Ou seja, mais uma vez estamos diante de fronteiras imprecisas.

Habitado por índios Goitacás que resistiram a pressão dos Tupis, dando origem a índios identificados como Coroados, Coropós e Purís, observados, sobretudo no século XIX, (BARROS, 1995: 37) o Sertão dos Goitacazes teve ainda no início do século XVII o princípio de sua colonização. A pecuária era a principal atividade, então voltada para o mercado fluminense. No século XVIII, desenvolveu-se a atividade açucareira. Em 1753, a então Vila de São Salvador dos Campos, hoje Campos dos Goitacazes, é anexada a Capitania do Espírito Santo. Somente em 1832, por determinação de Carta Régia, a vila é transferida para a Capitania do Rio de Janeiro.

Segundo alguns documentos, no início do século XIX, o Vale do Rio Doce ainda se configurava em um lugar pouco ocupado. Em função da forte resistência indígena, o território

² As citações dos documentos presentes neste texto seguem a grafia dos originais.

³ Podemos verificar tal afirmação em diversos trabalhos e documentos, como: BARROS, Clara Emilia Monteiro de. *Aldeamento de São Fidelis...*, REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz ...*, CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 05 doc. 416. , CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 06 doc. 476.

hoje correspondente à Bacia do Rio Doce teve uma população bastante rarefeita no decorrer das primeiras décadas do século passado, se comparado às porções de terra situadas ao sul.

De acordo com Haruf Salmen Espindola: “As representações sobre o sertão não expressam realidades objetivas”. A inexistência de atividades produtivas voltadas para um mercado fazia do sertão um “espaço vazio”, e não a ausência de habitantes. Sempre referido como lugar distante, essa não era uma dilatação espacial, não estava associada à geografia, antes, associava-se a “uma centralidade política, a maior ou menor presença, controle ou proximidade do aparato administrativo, jurídico, militar e eclesiástico”. O sentido de tal categoria, – do sertão –, foi forjado a partir das experiências sociais dos agentes históricos, e não nela mesma (ESPINDOLA, 2005: 76). Assim, podemos entender que: como as experiências são múltiplas, os sentidos também o serão.

Para melhor compreensão acerca da categoria sertão e, por conseguinte, da lógica de construção do discurso do governo, faz-se necessário a análise de outras categorias que com esta mantém estreita relação. Ainda valendo-nos do trabalho de Haruf, são elas: *povoamento*, *economia*, *civilização* e *fisiografia*. Como já exposto, o povoamento está relacionado com a dicotomia *habitado/vazio*, não tendo relação direta com a presença ou não de habitantes, mas sim com as atividades produtivas ligadas ao mercado. Nesse binômio, enquadra-se ainda a oposição *sedentário/nômade*, onde a *fixação* e o *trabalho agrícola* contrapõem o *nomadismo* e a *atividade de caça e coleta*, ligando-se a distinção entre *civilizado/selvagem*. Com relação à economia, temos a oposição entre *cultivado/inculto*, onde a presença de culturas comerciais será o fator determinante do que seria uma área cultivada. A categoria economia também se liga à dicotomia *trabalho/vadiagem*, ou seja, trabalha quem produz para o mercado (ESPINDOLA, 2005: 77). É importante observar como o modo de vida nômade e as atividades desempenhadas pelos indígenas – caça, pesca e coleta – passam a compor o avesso daquilo que era representado de forma positiva pelo governo, pelo oposto do que eram as práticas observadas no universo “civilizado” ou nos “lugares”.

Já à categoria fisiografia associam-se informações concernentes a sua extensão. Contudo, tais informações são geralmente imprecisas, pois, as fronteiras do sertão apresentam-se de forma bastante dinâmica, dependendo muitas das vezes mais da interferência indígena do que de determinações legais. Também seria um erro desconsiderar que, se por um lado, as sociedades indígenas se configuravam em entrave ao avanço do processo colonizador, por outro, não pode ser negada a sua grande importância no que tangencia o rol de informações necessárias à devassa e fixação promovida pelos brancos e seus cooperadores. Entre os conhecimentos que os colonizadores conseguiram com o indígena

acerca dos modos do sertão estão informações dos caminhos, dos hábitos alimentares e de outros “itens fundamentais” (VENÂNCIO, 2007: 1-2).

Repleto de imagens antagônicas, o sertão configurou-se como o espaço do ilegal, da ausência de autoridade. Em função dessa dificuldade de compreender sua área, a aplicabilidade da lei nos seus domínios geralmente se apresentava de forma complexa. Com a instalação de incipientes núcleos de povoamento, a “justiça”, ou melhor, a força legal de um aparelho de governo que se afirmava ganhava terreno. Segundo Ivan de Andrade Velasco: “... o lugar da violência e da barbárie é o sertão; contraposto a ele, a justiça”. Assim o autor diferenciou o sertão do universo civilizado ao analisar um documento a respeito de uma agressão, onde a testemunha acautelava os réus dizendo-lhes que “... não estavam no sertão para praticarem uma violência tão bárbara e desumana a face da justiça” (VELASCO, 2004: 189).

Durante o período próspero da exploração mineral os sertões subjacentes às áreas mineradoras ocuparam um importante papel como barreira natural contra o contrabando e extravio do ouro. Neste contexto, os “mattos” correspondentes à Capitania do Espírito Santo também serviram para impedir o descaminho da produção de metais, quando índios Botocudos, sem saber, eram “soldados” da Coroa. Nas palavras de Maria Leônia Chaves de Resende, tais índios serviam como:

Um cinturão de resistência nos sertões, intimidando a penetração dos contrabandistas, ávidos em explorar as jazidas minerais à revelia do controle metropolitano. Por isso mesmo, o Estado nem sempre se preocupou de fato com a “civilização” dos índios, que, muitas vezes, prestavam melhores serviços na condição de “bestas selvagens” (RESENDE, 2003: 76).

A partir da segunda metade do século XVIII, com o fim dos trabalhos bem-sucedidos nas regiões de catas auríferas, esse quadro sofreu abrupta mudança. Ao fato de que muitos não conseguiam criar novas formas de subsistência nas áreas mineradoras somava-se a crescente pressão tributária que emanava da Metrópole. Além do mais, a navegação do Rio Doce apresentava-se como elemento central para que Minas entrasse nas rotas de comércio, levando as autoridades a rever as políticas relativas a ocupação dos sertões. Tal ocorrência veio contribuir para um grande êxodo das áreas mineradoras rumo aos espaços inexplorados.

Aconteceu então o desvio de um grande contingente de pessoas rumo a regiões até então fechadas oficialmente, habitadas por “hordas de índios Croatos, Cropós e Purís”, (JOSÉ, 1982: 26) além dos belicosos Botocudos.⁴

Os índios Aimorés ou, genericamente chamados de Botocudos, eram tidos na “imaginação popular” como temíveis guerreiros, afeitos a carne humana e “desprezados como vadios”. Em correspondência dos oficiais da Câmara da Vila de Vitória a Rinha D. Maria I, datada de 07 de maio de 1779, tem-se a descrição de possíveis ações de índios Botocudos, sendo os quais, eram:

*... os únicos destes certoens, que sesbarra come carne humana comtanto ódio deGente Portugueza eecicutando naquelles moradores tam grande hostilidades; que ahunz chegou aarrancar amaons vivoz acabeca do corpo aoutroz abeberlhe osangue, pondo abouca nas feridas, abetaz a violencia desuas Settas: eaoutroz separandolhes do corpo as Carnes, para as levarem para seu mantimento.*⁵

Essa era a imagem que se tinha do indígena Botocudo. Sempre reconhecidos como “irredutíveis”, temidos até mesmo por todas as outras “nações” bárbaras e gentílicas. Contra tais índios, autoridades da época clamavam ter como “... os unicos meios praticados para oscohibir, oumandar contra elles ezpediçoens, a que chamam bandeiras, degente armada; aceStabalecer ordenado ahomens experimentados no Seo gênero de peleija...”⁶

Em momento algum devemos desconsiderar os inúmeros interesses que estavam em jogo naquele contexto. Mesmo que presente nos relatos dos viajantes, o antropofagismo não foi por eles observado “em primeira mão”. O que parece mais provável é o fato de que tal prática justificava a guerra contra os índios que relutavam em se associar aos colonizadores. De acordo com Bieber, “temos poucas evidencias confiáveis de antropofagia” (BIEBER).

Fazia-se necessário a criação de um ambiente menos hostil aos colonos que rumavam para o sertão. A fim de justificar o extermínio e apresamento de povos indígenas e a conseguinte ocupação de suas terras, foi decretada em 1808 uma guerra de extermínio aos Botocudos que se estenderia até 1831. Neste contexto, a diversidade indígena sofreu uma generalização a propósito da guerra, centralizando na figura dos “Botocudos” a identidade

⁴ Dentro da área estudada, um mosaico de povos indígenas foi muito resumido. Os quatro grupos citados são os mais recorrentes. O rastreamento das identidades indígenas a partir da escrita de seus nomes apresenta-se de forma bastante imprecisa. Os registros são confusos, tratando vários grupos pelo mesmo nome ou, pelo contrario, um determinado grupo por vários nomes. Deste modo, trabalhos de Arqueologia Histórica como: *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata Mineira...* de Ana Paula de Paula Lourdes, vêm contribuir de forma significativa com a discussão.

⁵ CT: AHU – ACL – CU – 007, cx. 04 doc. 373.

⁶ Idem

principal, que, nas palavras de D. João VI: “passarão a praticar as mais horríveis e atrozes cenas...” (BIEBER).

A funesta Carta Régia, como já foi chamada, pontuava as principais diretrizes da política do governo. Seguia-se a lógica da doação de sesmarias nas terras indígenas. As referidas terras seriam então supervisionadas pelos Comandantes das Divisões Militares estabelecidas no sertão. Aos índios que buscassem a associação aos fazendeiros, que procurassem a sua “civilização”, seria provida uma educação religiosa e a sua proteção contra os abusos dos brancos e os ataques do “gentio selvagem”. Segundo determinação legal, os índios capturados na “Guerra Justa” poderiam ser escravizados por um período de 12 anos ou “... ate que cessem sua ferocidade...”.⁷ Assim, os índios “mansos” foram “beneficiados” com uma legislação que visava “protegê-los”. Aqueles que abandonaram seu traço volante, fixando-se na terra e servindo como “braços” para os colonos ou, até mesmo, em alguns casos, recebendo sesmarias e participando da lógica produtiva do governo, passaram a ser assistidos.

Entretanto, o que acontecia na prática estava ligado à compreensão de uma categoria já apontada anteriormente; trata-se do *trabalho*, ou melhor, do binômio *trabalho/vadiagem*. Ora, os indígenas levando um modo de vida ancestral onde a caça, a pesca e a coleta compõem um conjunto de atividades suficientes para a manutenção de seu modo de vida, foram entendidos como vadios e, deste modo, estavam submetidos ao trabalho nas fazendas que surgiam naqueles sertões. Para os fazendeiros que, em muitos casos eram descapitalizados (CARRARA, 1993: 45 et seq), não tendo recursos para a aquisição de escravos negros, a possibilidade de se empregar um jornaleiro – ou escravo – índio parecia ser boa, sobretudo se considerarmos que o pagamento da jornada de trabalho do indígena correspondia a um valor reduzido.

A segunda metade do século XVIII foi marcada por um grande esforço por parte das elites e do governo no sentido de “civilizar e enraizar as populações, de forma a comprometê-las objetivamente com um projeto de ordem e estabilidade”. Todo o discurso das elites estava pautado numa diferenciação de espaço, numa oposição entre áreas civilizadas e espaços onde reinava a barbárie. Esta última identificada com o sertão (VELASCO, 2004: 189-190).

Se por um lado, o imaginário português acerca dos Jê era povoado pelas formas mais grotescas e bárbaras, por outro, os indígenas não achavam os colonos menos bárbaros. Diversos são os relatos de extrema violência sofrida pelos índios. Dessa forma, poderiam os

⁷ Carta Regia 13 de maio 1808 declarando guerra ofensiva aos “*Botocudos Antropófagos*”. <www.brown.edu/facilities/john_carter_brown_library/cb/> acessado em: 20/11/2006.

indígenas estar respondendo com a “mesma moeda” a violência que vinham sofrendo. A correspondência de Marlière e repleta de reclamações contra os abusos sofridos pelos índios, chegando a declarar que sua obra civilizadora precisava as vezes ser mais voltada para os brancos do que para os índios.⁸ Se considerarmos que a guerra indígena foi desde tempos pré-cabralinos movida na maioria das vezes pela vingança, podemos inferir que alguns gestos brutais como, a decapitação – também praticada por alguns soldados das Divisões Militares – não passaram de uma reação contra um tipo de violência que os indígenas vinham sofrendo (BIEBER).

Não obstante, o possível traço antropofágico entre as tribos do referido sertão ainda apresenta-se de forma bastante nebulosa. O que parece certo é que, no momento em que se fazia urgente a ampliação dos domínios do governo rumo às áreas inóspitas conhecidas como sertões, a autorização de uma “Guerra Justa” contra os “selvagens antropófagos” parecia cair bem como uma luva.

Diversas imagens foram forjadas acerca do sertão e, provavelmente, o mito do Botocudo antropófago tenha sido uma das mais recorrentes no imaginário popular.

⁸ Observação semelhante é encontrada nos manuscritos de Couto Reys citados neste texto.

Fontes impressas

REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys, 1785*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
Revista do Arquivo Público Mineiro. Anos X, XI e XII.

Livros, teses e artigos citados

BARROS, Clara Emilia Monteiro de. *Aldeamento de São Fidelis: o sentido do espaço na iconografia*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN, 1995.
BIEBER, Judy. *Soldados-Etnógrafos, Viajantes e Canibais: a reconstrução de culturas indígenas de Minas Gerais oitocentista*. Departamento de Historia da Universidade do Novo México.
CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839 – 1909)* Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de Pós – Graduação em História, Niterói, 1993.
ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Co-edição com a Editora Univale e Instituto Terra. Bauru, São Paulo: 2005.
JOSÉ, Oiliam. Visconde do Rio Branco: terra, povo, história. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.
OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Lourdes. *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira*. Juiz de Fora: Editar, 2004.
RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas, São Paulo: [s.n.], 2003. Tese (doutorado) Inédita – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
VELASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século 19*. EDUSC. Bauru – São Paulo: 2004.
VENÂNCIO, R. P. *Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas*. In RESENDE, M. E. L. e VILLALTA, L. C. *Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo/Autentica, 2007. (no prelo).

Fonte em formato eletrônico

Carta Regia 13 de maio 1808 declarando guerra ofensiva aos “*Botocudos Antropófagos*”.
<www.brown.edu/facilities/john_carter_brown_library/cb/> acessado em: 20/11/2006.

Fontes em formato digital

Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo

CARTA de Inácio Álvares da Silva, ao Rei [D. João V], a informar da grandeza do descobrimento das minas do sertão do rio Doce ... (1732). CTA: AHU-ACL-CU-007, cx. 02 doc. 189.
CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre o requerimento de Pedro Bueno Cacunda ... (1740) CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 235.
CARTA dos oficiais da Câmara da Vitória, a Rainha D. Maria I a informar das hostilidades praticadas pelo gentio bárbaro conhecido por nome de Botocudo (1779). CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 04 doc. 373.
REQUERIMENTO de Domingos Rabelo e mais sócios, a Rainha [D. Maria I] a pedir de carta de sesmarias. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 05 doc. 416.
PARECER do Conselho Ultramarino sobre o Capitão Jerônimo Pinto Neto e mais foreiros na Aldeia dos Guarulhos dos Campos dos Goitacases... CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 06 doc. 476.

TERTULIANO: UMA ANÁLISE DO MARTÍRIO NOS PRIMEIROS SÉCULOS DO CRISTIANISMO.

Eduardo Soares de Oliveira *

RESUMO:

TERTULIANO: UMA ANÁLISE DO MARTÍRIO NOS PRIMEIROS SÉCULOS DO
CRISTIANISMO.

O Martírio é com certeza um dos acontecimentos mais relevantes da história do cristianismo. Vários apologistas destacaram-se dentro do cristianismo, mas poucos da envergadura de Tertuliano. Este Teólogo-Filósofo-Historiador é responsável por toda uma perspectiva sobre o cristianismo que marcou indelevelmente a história do ocidente cristão. Não só no terceiro século, mas todos os pensadores cristãos posteriores são devedores, ao menos parcialmente, de sua perspicácia e capacidade analítica sobre o cristianismo e em especial a sua análise do martírio e sua função dentro da teologia cristã.

Palavras- chave: Tertuliano, Cristianismo, Apologética, Martírio.

ABSTRACT:

TERTULIAN: AN ANALYSIS OF THE MARTYRDOM IN THE FIRST CENTURIES
OF THE CHRISTIANITY.

The Martyrdom is with certainty one of the most important events of the history of the Christianity. Several apologists stood out inside of the Christianity, but few of the span of Tertulian. This Theologian-philosopher-historian is responsible for an entire perspective on the Christianity that marked the history of the Christian occident definitively. Not only in the third century, but all the subsequent Christian thinkers are indebted, at least partially, of your perspicacity and analytic capacity on the Christianity and especially your analysis of the martyrdom and your function inside of the Christian theology.

Key-words: Tertulian, Christianity, Apologetic, Martyrdom.

O Martírio é com certeza um dos acontecimentos mais relevantes da história do cristianismo. Vários apologistas destacaram-se dentro do cristianismo, mas poucos da envergadura de Tertuliano. Este Teólogo-Filósofo-Historiador é responsável por toda uma perspectiva sobre o cristianismo que marcou indelevelmente a história do ocidente cristão.

Não só no segundo e terceiro século, mas todos os pensadores cristãos posteriores são devedores, ao menos parcialmente, de sua perspicácia e capacidade analítica sobre o cristianismo e em especial a sua análise do martírio e sua função dentro da teologia cristã.

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás.

Estes mártires, assim como seus martírios, serviram tanto de modelo inspirativo para o fortalecimento da fé dos demais cristãos, como também de divertimento aos romanos, tanto da elite quanto da plebe, nos jogos do Coliseu.

A cristianização de Roma, segundo Mac Mullen, se dá de forma processual e com uma forte vinculação política especialmente após a ascensão de Constantino em 312, quando se coloca em prática a tolerância religiosa (Mac Mullen, 1984, p.29) e vale ressaltar que Constantino ao passar pelo poder em Roma é visto como um “imperador reformista” (Brown, 1972, p.55), devido entre outras coisas, às suas atitudes vinculadas à questão religiosa.

A religiosidade cristã se desenvolve muito rápido, onde se percebe que como lembra Momigliano em relação ao crescimento da igreja cristã em Roma, onde “me parece impossível negar que a prosperidade da igreja foi por sua vez consequência e causa da decadência do estado” (Momigliano, 1989, p.25).

Isto vem ilustrar a importância da igreja cristã em Roma, assim como da influência de Roma na organização desta igreja no decorrer do I ao IV século.

Nas suas obras, Tertuliano com um caráter apologético evidente, (até panegirista), analisa dentre outros pontos relevantes, a figura dos mártires cristãos, que perpassam toda a trajetória da obra, pois o martírio é considerado a maior expressão de obediência e fé dos cristãos, pois como diria Tertuliano, ‘*semen est sanguis christianorum*’, o sangue dos mártires é a semente da igreja cristã.” (Tertuliano *apud* Actas de los Mártires, 2003, p.16).

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás.

Este martírio é justamente o objeto deste trabalho, pois é através da obra em questão que buscaremos analisar como se dá a construção feita por Tertuliano, destes homens e mulheres que morreram em nome da fé em Cristo.

Podemos ver o tema a partir de autores como Danilo Mondoni, que vê nas perseguições aos cristãos, um fator político, onde “o fator político torna-se preponderante, o refinamento da técnica visava afastar o perigo cristão, a iniciativa partiu dos imperadores, com leis que golpeavam categorias de cristãos ou toda a igreja” (Mondoni, 2001:47).

Já para outro pesquisador e analista do cristianismo, Dadeus Grings, o motivo era outro, pois o problema dos cristãos não era propriamente um problema político, não diretamente, pois o autor vê o caso das perseguições como estando na área jurídica, ou seja, a questão seria muito mais ligada ao fator institucional-jurídico do que ao político. O fato se

confirma, afirma Grings, quando percebemos que os cristãos “receberam do próprio Deus, um estatuto jurídico próprio” (Grings, 1994:46), o que se transforma em desrespeito, desonra, desobediência, e até em crime (*Lesá Majestade*) aos olhos do Império Romano.

Este fator demonstra claramente o choque que aconteceu entre a forma de obedecer imposta pelos romanos e a forma de obedecer dos cristãos, imposta pela vontade de Deus.

Percebermos que desde o início, os Cristãos buscam se separar do mundo, e isto causa imediatamente a criação de uma nova sociedade, fora do contexto romano, sendo assim concorrente. Logo os cristãos buscam “uma unidade grupal que não deixava de ter, sociologicamente, um caráter sectário” (Cavalcante, 1988:100).

Logo estes cristãos conscientemente buscavam não se confrontar com o poderoso Império Romano, mas por outro lado, não podiam conformar-se com tal situação, pois assim teriam de contrariar as suas consciências e seus princípios, teologicamente construídos.

A partir dessas opiniões, sobre a principal razão que levou às perseguições e ao conseqüente martírio de cristãos, percebemos que estas perseguições têm um papel fundamental no processo histórico que constitui o martírio, pois estas perseguições funcionaram como catalisadoras poderosas deste martírio.

Para Daniel-Rops, este mártir, com seu testemunho humano e sacramental, muito se aproximam da figura de um herói, pois segundo ele, “é de uma coragem tão sublime, que mesmo considerada apenas no plano humano, coloca estes milhares de sacrificados voluntários na primeira fila dos heróis” (Daniel-Rops, 1988,186).

Outra possibilidade de análise é a do erudito historiador Dominic Crossan, onde para ele, o martírio tem algo de escatológico e ético. Dentro de uma concepção da escatologia ética (eticismo), Crossan busca demonstrar que Deus espera do cristão não uma posição passiva, mas de resistência aos males deste mundo. É uma resistência ao mal do mundo, uma resistência sim, mas não violenta, onde a morte do mártir é inseparável do processo de resistência, pois para Dominic Crossan o martírio,

“é testemunho público, no qual a autoridade oficial desencadeia seu pleno poder destruidor sobre uma consciência individual. Mas é uma necessidade lamentável, uma inevitabilidade supérflua de resistência consciente ao mal sistêmico.”(2004,p.324).

Logo o martírio é mais do que uma simples atitude e morte de um cristão,

“é o ato definitivo e público da resistência não violenta à autoridade violenta e, por sua não-violência individual desnuda a violência coletiva que enfrenta o martírio é, portanto, o ato final da escatologia ética.” (2004, p.328.).

Outra possibilidade de leitura é vê-los como santos (*hagios*), separados para uma vida de consagração, onde estes são tomados como parâmetros de uma fé cristã autêntica, modelos de uma obediência plenamente cristã.

Aconteciam nos jogos do coliseu de Roma durante a época imperial, onde os espetáculos para divertimento do povo e da elite romana, sacrificavam os inimigos e a escória de Roma: escravos, feras e cristãos, entre tantos outros.

Neste sentido, como demonstra O’Reilly, estes mártires-santos, muitas vezes anônimos, serão tomados como modelos de dedicação e fé, para a nascente espiritualidade cristã, pois:

“há milhares de santos brilhando no resplandecente grupo vestido de branco, e que seguem o cordeiro por onde quer que vá...Contudo, encontramos nos registros das catacumbas alguns versos curtos, porém tocantes, homenageando alguns mártires...talvez a rude composição de algum amigo sobrevivente, lavrada na pedra dura por uma mão delicada, à baça luz de uma lâmpada a óleo” (2005, p.40).

Vemos que o conceito de mártir a partir do sentido original grego, (μαρτυρ) que é “testemunha”, onde segundo Shepherd Jr, “por mártir se entende aqueles homens e mulheres que testemunharam e defenderam até a morte a verdade evangélica cristã, obedecendo e seguindo para tanto o modelo de Jesus Cristo (Shepherd Jr.,1981,463).

Estes mártires, homens e mulheres comuns, por suas atitudes de fé baseadas na Bíblia (Lc.24:49; Mt.5:11; Jô.15:20; II Tm.3:12), são transignificados, pois são a partir de suas posturas na comunidade que estes vão adquirindo um caráter simbólico (Croatto, 2001,87), onde estes mártires-símbolos terão agora a função de também “introduzir valores, modelando os comportamentos individuais e coletivos” (Baczko, 1996,311).

Estes mártires, homens e mulheres comuns, por suas atitudes de fé baseadas na Bíblia (Lc.24:49; Mt.5:11; Jô.15:20; II Tm.3:12), são transignificados, pois são a partir de suas posturas na comunidade que estes vão adquirindo um caráter simbólico (Croatto, 2001,87), onde estes mártires-símbolos terão agora a função também de representação coletiva formando sua “identidade e razão de ser”, além de “introduzir valores, modelando os comportamentos individuais e coletivos” (Baczko, 1996,309-311).

Ao analisarmos a obra de Tertuliano vemos que este vê, nos mártires o futuro da igreja. Em vários de seus trabalhos aparece direta ou indiretamente à temática do martírio e da perseguição aos cristãos, como por exemplo: *Apologeticum*, *Scorpiace*, *Ad Martyres*, *De Spectacullis*, entre outras.

Nas suas obras, Tertuliano com um caráter apologético evidente, (até panegirista), analisa dentre outros pontos relevantes, a figura dos mártires cristãos, que perpassam toda a trajetória da obra, pois o martírio é considerado a maior expressão de obediência e fé dos cristãos, pois como diria Tertuliano, '*semen est sanguis christianorum*', o sangue dos mártires é a semente da igreja cristã."(Tertuliano *apud* Actas de los Mártires,2003, p.16).

Este martírio é justamente o objeto deste trabalho, pois é através da obra em questão que buscaremos analisar como se dá a construção feita por Tertuliano, destes homens e mulheres que morreram em nome da fé em Cristo.

Em uma de suas mais importantes obras *Apologeticum*, o autor, que também é advogado, vê na própria estrutura do direito romano a causa das perseguições e do martírio, que é uma injustiça, pois demonstra que existe falhas na forma de condução do processo contra os cristãos, e sobre isto ele declara em sua obra,

"Magistrados do império romano! Vós presidis para fazer justiça diante do povo, na mais alta instância da cidade. Diante da multidão, não ousais instruir publicamente a causa dos cristãos. A vossa autoridade teme e enrubesce de inquirir em público segundo as regras da mais elementar justiça. Já sucedeu que fechastes a boca defesa por ódio à nossa 'seita', muito feliz em acolher denúncias domésticas.

"Que ao menos escuteis as palavras silenciosas deste escrito, que vos transmite a expressão da verdade.

A verdade não pede graça para si mesma, porque não se admira se sua condição. Ela sabe que vive na terra como estrangeira e espera o ódio daqueles que a ignoram. Ela sabe que a sua família, a sua morada, a sua esperança, o seu crédito e a sua glória estão nos céus. Seu único desejo, entretanto, é o de não ser condenada sem ser ouvida.

Que pode perder vossas leis, que imperam soberanamente em seu domínio, se a verdade for ouvida? O poder delas brilha mais, se condena a verdade sem deixá-la falar? Condenando-a sem ouvi-la, além do aspecto odioso da injustiça, a vossa justiça merecerá a censura de ter condenado a verdade sem ouvi-la, temendo não poder mais condena-la depois de a ter ouvido."

(Tertuliano, *Apologeticum*, I).

Logo se percebe mais do que uma aparente constatação jurisprudencial Tertuliano faz uma confrontação de caráter jurídico-moral contra o direito romano e o seu mau uso.

“Censuramos, em primeiro lugar, o vosso ódio ao cristianismo, embora ele possa ser escusado em parte pela vossa ignorância. Esse ódio é mais injusto e criminoso à medida que não conheceis o que odiais. Que há de mais iníquo do que odiar aquilo que se ignora, mesmo que ele fosse odiável? Só se pode odiar por razões válidas; do contrário, o ódio é cego e pode justificar-se somente por acaso. E por que esse ódio, motivado por aquilo que detesta, não seria afinal totalmente injustificado? Por isso nós vos censuramos o despropósito de nos odiardes por ignorância e a injustiça de os fazerdes insensatamente.”
(*Apologeticum*, I).

E Tertuliano ainda desafia os seus perseguidores e críticos, numa atitude de extrema confiança naquilo que defende, de forma sarcástica e irônica,

“ a prova dessa ignorância culpável, a despeito das escusas que podem ser encontradas, é que aqueles que nos odeiam, sem nos conhecer em geral, cessam de odiar-nos, quando sua ignorância é dissipada. Acontece até que alguns deles se tornam cristãos com todo o conhecimento de causa, e se põe a detestar seus preceitos passados e a professar o que antes detestavam.”
(*Apologeticum*, I).

As perseguições e sua consequência natural o martírio, à época de Tertuliano, podem tanto ter uma motivação imperial, a partir do edito de Séptimo Severo, como defende Enrico Dal Covolo (1989, p.30), ou como outros estudiosos demonstram, e é mais provável a partir da constatação dos escritos do próprio Tertuliano, que seria uma perseguição muito mais voltada para uma atitude provincial dos governos locais do que imperial. (Matos, 1997, p.69; Simon e Benoit, 1968, p.134).

Podemos identificar que as perseguições aos cristãos na África romana, no governo de Séptimo Severo, e a partir do seu edito não incentiva diretamente a perseguição aos cristãos, pois inclui também judeus no seu edito, prova disto é que não foi generalizada a perseguição por todo o império na governo de Severo tal qual aconteceu no governo de Décio.

Mas é bastante plausível perceber que devido à autonomia destes governadores provinciais, e lembrando que em muitos lugares existem aquilo que Tertuliano chamou

de *Ignorantia*, logo se percebe como sustentável a posição defendida por Matos, e por Simon e Benoit, que os cristãos foram injustamente perseguidos, muito mais por posições pessoais de oposição ao cristianismo do que pelo próprio edito do imperador Séptimo Severo.

Vemos que o martírio vai se transformando pouco a pouco, em um marco fundamental para a História do Cristianismo e para a sua Teologia, onde o sofrimento e a morte adquirem uma valoração simbólico-religiosa que transcende o humano transformando estes mártires em Heróis e Santos cristãos.

BIBLIOGRAFIA

FONTES:

TERTULIANO. *APOLOGETICUM*. Trad. Carmem Castillo Garcia. Madri: Gredos, 2001.

TERTULIANO. *AD MARTIRES*. Trad. Martino Menghi. Italia: Arnaldo Mondadori, 1995.

BIBLIOGRAFIA GERAL:

CAMPENHASEN, Hans Von. Os Pais da Igreja. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

COVOLO, Enrico dal I Severi e il Cristianesimo. Roma: LAS, 1989.

HAMMAN, Adalbert-G. Os Padres da Igreja. São Paulo: Paulus, 1995.

MATOS, Henrique C. J. Introdução à História da Igreja. Belo Horizonte: Lutador, 1997.

SIMON, M.; BENOIT, A. Judaísmo e Cristianismo Antigo. São Paulo: Edusp, 1987.

MacMULLEN, Ramsay. *Christianizing the Roman Empire (A.D. 100-400)*. New Haven/ London: Yale University Press. 1984.

SHEPHERD JR, M.H. *Martyrs*. In: Keith Crim.(Org.). Abingdon Dictionary of Living Religions. Nashville: Ed. Abington, 1981. p.463.

BUENO, Daniel Ruiz. (Org.) *Actas de los Mártires*. Madrid: Ed. B.A.C. 2003.

EPIDEMIAS E ESTRADAS: A VARÍOLA EM GOIÁS NO SÉCULO XX

Eliézer Cardoso de Oliveira*

Resumo:

O objetivo desta comunicação é analisar a relação entre o desenvolvimento das vias de comunicação e o advento das epidemias de varíola em Goiás. A hipótese é que o desenvolvimento dos meios de comunicação a partir do final do século XIX, com a aproximação da estrada de ferro e a construção de estradas de rodagens provocou o aumento das epidemias de varíola na região central do Estado, principalmente nas localidades de Campinas e Trindade. Antes disso, havia uma espécie de “quarentena natural” contra a varíola, uma vez que, devido ao longo tempo da viagem, o doente ou falecia ou se curava antes de chegar nas localidades centrais de Goiás. A pesquisa é um contraponto aos estudos de modernização que analisam o advento das vias de comunicação, apenas como impulsionadores do progresso material.

Palavras-chaves: varíola, estrada, Goiás

Abstract:

The objective of this communication is to analyze the relation enters the development of the communication ways and the advent of the smallpox epidemics in Goiás. The hypothesis is that the development of the medias from the end it century XIX, with the approach of the construction and railroad of roads provoked the increase of the epidemics of smallpox in the central region of the State, mainly in the localities of Campinas and Trindade. Before this, it had a species of “natural forty days” against the smallpox, a time that, had to the long time of the trip, the sick person or falecia or if cured before arriving in the localities central offices of Goiás. The research is a counterpoint to the modernization studies that analyze the advent of the communication ways, only as boosters of the material progress.

Word-keys: smallpox, road, Goiás

* Professor do curso de História da UEG – Anápolis. Doutor em Sociologia pela UnB.

A varíola é uma doença antiqüíssima, conhecida no Egito e China antigos. Transmitida por vírus, é altamente contagiosa. Nos cerca de 15 dias que a pessoa levava para recuperar-se da doença, ela passava por sérios incômodos: febre, calafrios, dor intensa nos membros e no estômago, vômitos, suor, delírio, olhos lacrimejantes, forte dor de cabeça, inchaço no rosto, às vezes, impedindo a visão e voz tênue. Se seu organismo resistisse, ela sobreviveria com inúmeras cicatrizes. Segundo Jeanette Farrel (2003: 31), a inglesa Lady Mary Wortley Montagu era famosa na corte britânica do século XVIII por sua beleza e inteligência; depois da varíola, apenas por sua inteligência. Mas ela e os outros sobreviventes ganhavam como prêmio de consolação a certeza de que nunca mais contrairiam a varíola.

A imunidade dos sobreviventes à varíola e o fato do seu único hospedeiro ser os seres humanos tornam-na uma doença essencialmente urbana. Nas pequenas localidades, logo todos os sobreviventes estarão imunizados e, conseqüentemente, o vírus irá se extinguir. Portanto, em Goiás do século XVIII e XIX, com baixa densidade demográfica e com núcleos urbanos pequenos e afastados uns dos outros, o vírus da varíola rapidamente se extinguiu. Assim, para o surgimento de novos surtos, era necessário que fosse reintroduzido o vírus do exterior. As chances de isso acontecer eram remotas, pois o tempo para se chegar a Goiás ultrapassava em muito o do desenvolvimento da doença: ou doente chegava curado ou não chegava. Por isso foram raros os surtos epidêmicos de varíola nesses dois séculos. Karasch (1999: 26) destacou uma epidemia em 1771 que atingiu principalmente os indígenas Caiapó e uma, em 1811, atingindo Meia Ponte (Pirenópolis). Depois disso a varíola praticamente ficou quase um século sem atingir Goiás.

No entanto, a partir do final do século XIX, houve o gradativo melhoramento das estradas e dos meios de transportes e o aumento demográfico decorrente da imigração. Os marcos dessas transformações estruturais são: a inauguração da navegação a vapor em 1868, a chegada dos trilhos da estrada de ferro a partir de 1914, a ocupação econômica de novas áreas como o Sudoeste e a região do Mato Grosso goiano. Refletindo essas transformações, houve um considerável aumento no número dos municípios: eram apenas 26 em 1872 e aumentaram para 49 em 1920 (Bertran, 1978: 80). A quase duplicação dos municípios provocou uma forte diminuição das distâncias entre eles, favorecendo a disseminação de doenças epidêmicas; o fluxo

constante de imigrações e o aumento das trocas comerciais com regiões vizinhas também favoreceram a entrada de vírus epidêmicos. Portanto, a partir do final do século XIX, Goiás já não possuía a “quarentena natural” que o livrou por um grande período de graves epidemias. Houve um forte crescimento da receita pública, da população, da economia, da infra-estrutura; porém nenhum dirigente executivo teria mais a sorte do presidente da Província Eduardo Olímpio Machado que, em 1850, pode afirmar que “a Providência Divina nos tem favorecido, preservando esta Província do flagelo das bexigas, de que se acha isenta desde o ano de 1811¹.”

O primeiro susto veio em agosto de 1873, quando o presidente Antero Cícero de Assis recebeu um comunicado do juiz de Boa Vista (atual Tocantinópolis-TO), situada às margens do Tocantins no extremo Norte da Província, informando que a localidade estava na iminência de ser invadida pela varíola, proveniente dos botes que vinham do Pará. Posteriormente o presidente recebeu novas notícias de que outras povoações marginais ao rio também estavam contaminadas pela doença. Diante disso, ele resolveu abrir um crédito de cerca de 4 mil contos de réis e enviar dois soldados com dinheiro, medicamentos e vacinas para as localidades atingidas. Foi recomendado também o isolamento dos suspeitos de contaminação para que a varíola não descesse para o Sul da Província. Em janeiro de 1874, um dos soldados enviados chega à Capital, informando que felizmente “a varíola não chegara a grassar nas referidas povoações” e que as pessoas da tripulação contaminada dos botes provavelmente “sucumbiram às margens do rio²”. Esse “alarme falso” esclarece algumas questões acerca da varíola em Goiás. O valor alto da quantia colocada à disposição para ser gasta com a epidemia demonstra o quanto ela era temida. Além disso, até as malas do correio provenientes do Norte eram desinfetadas. Um guarda nacional daquela região teve o azar de visitar a Capital nesses dias e passou pelo constrangimento de ser examinado por dois médicos e de ser acusado, injustamente pelos jornais, de ser portador do vírus da varíola. Demonstra também o quanto eram limitadas as ações do poder público: o socorro só chegou a Boa Vista seis meses depois da suspeita de varíola. Portanto, foi pura sorte a doença não ter se espalhado pelo Norte da Província nesta ocasião.

¹ *Fala que recitou o Presidente da Província de Goiaz, o Doutor Eduardo Olímpio Machado, n'a abertura da Assembléia Legislativa da mesma Província, em 1º de Maio de 1850. (Memórias Goianas 5, 1996:60).*

² *Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, Presidente da Província em 1º de junho de 1874.* (In: <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>. Acesso em: 15 de jul.2003.)

Bem menos felizes foram os habitantes de Campininhas das Flores de Santa Conceição em 1904.

Campininhas ou Campinas, como era mais conhecida, surgira em 1810, quando um soldado de Meia Ponte, um tal de Joaquim Gomes da Silva, segundo a tradição, encantado com a beleza do lugar, construiu uma capela com intuito de formar um povoado. O local situa-se nos limites do Mato Grosso Goiano, exuberante floresta de matas fechadas, sendo que o povoado foi um dos primeiros pontos de apoio para a conquista da mata. Seus primeiros habitantes foram imigrantes paulistas e mineiros, sem condições de comprar as terras ocupadas, e, por isso, mais valorizadas terras de pastagem naturais, tiveram que se contentar com as de mato alto, “não só supérflua para o pastoreio como representava também um investimento humano muito alto em relação ao valor da terra”. (Bertran, 1978:90). O nome do lugar e o mito de sua beleza se originaram na época em que as matas eram um estorvo para a agricultura e pecuária, enquanto as campinas eram consideradas “belas” e lucrativas. Não se deve desconsiderar também o impacto da visão dos campos abertos depois de o viajante percorrer dias e dias dentro da mata fechada.

Mesmo situada em um local de passagem para a Capital do Estado, o crescimento demográfico de Campinas foi bastante lento. Já em 1890 o viajante Oscar Leal deixou a seguinte relato sobre o povoado: “às quatro horas da tarde passamos pelo arraial de Campininha, o lugar mais insignificante em todo o sul de Goiás” (Leal, 1980:37). Seis anos depois a viajante Maria Paula Fleury Godoy também não teve uma boa impressão do lugar:

À tarde, entrávamos em Campininhas. Um arraial de 50 casas; no meio do largo está a igreja com o seu campanário triste, não há capelão, porém há um convento de frades. Para irmos ao rancho tivemos que dar a volta do largo; fazia vontade de rir ver o povo todo nas janelas e nós parecíamos um grupo de gente de circo fazendo reclame por ali. (Godoy, 1985: 63-64).

O “convento de frades”, observado por Maria Paula era o Convento dos Padres Redentoristas alemães que chegaram a Campinas em 1894. Em razão da Proclamação da República e o fim do regime de Padroado, essa congregação religiosa, a pedido do bispo, veio para Goiás a fim de assumir a administração da lucrativa Romaria de Barro Preto (atual Romaria de Trindade) que estava nas mãos de uma irmandade leiga. Por isso foram muito mal recebidos em Barro Preto, o que levou escolherem Campininha como local de moradia³. Esses padres alemães, a partir daí vão ter um papel decisivo na

³ Sobre o papel dos padres redentoristas, assumindo a administração da Romaria de Trindade, ver o trabalho de Santos (1976).

vida campinense. Construíram um exuberante convento e em 1900 uma nova igreja, na época, considerada uma das melhores de Goiás⁴.

A partir de 1896 a estrada de ferro Mogyana estendeu os seus trilhos até a cidade de Araguari (MG), distante 55 léguas de Campinas. Com isso o fluxo de comércio e de pessoas entre as cidades do Triângulo Mineiro e a Capital de Goiás passava, agora, preferencialmente por Campinas. Com isso, ela passou por um intenso desenvolvimento comercial e demográfico, sendo elevada a vila em 1907 e a cidade em 1914. Contudo, o progresso tem um preço e foi alto para os habitantes do lugar. Antes de 1896, o final de linha da Mogyana era em Uberaba, distante 80 léguas de Campinas, que eram percorridas a cavalo, num período médio de 13 dias. Depois dessa data, esse período de viagem foi reduzido a até 7 dias. Com isso aumentou a possibilidade de contaminação por varíola que infestava a Capital Federal naqueles tempos. De fato, isso explica as inúmeras epidemias de varíola na região: 1904, 1910, 1926 e 1930, sendo que as mais graves as de 1904 e de 1926.

Portanto, em Goiás, graças ao isolamento geográfico, durante os séculos XVIII e XIX, apenas pequenos e localizados surtos de varíola atingiram algumas localidades. O fato da parte mais povoada se situar longe dos rios Araguaia e Tocantins dificultava o desenvolvimento econômico, mas livrou Goiás, por mais de dois séculos, das terríveis epidemias de cólera e febre amarela que assolaram outras regiões do país. Nesse sentido, foi uma sorte eles correrem para o Norte e não para o Sudeste. Contudo, a partir do final do século XIX, com o melhoramento das vias de comunicação e o crescimento demográfico e urbano, houve o aumento das epidemias de varíola e a propagação da temível gripe espanhola. Estas são as epidemias mais trágicas que assolaram Goiás e, conseqüentemente, serão abordadas neste trabalho.

Bibliografia

BERTRAN, Paulo. *Formação Econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.

FARRELL, Jeannette. *A assustadora história das epidemias*. São Paulo: Ediouro, 2003.

GODOY, Maria Paula Fleury de. *Do Rio de Janeiro a Goiás (1896)*. Goiânia: Edição da autora, 1985.

⁴ A opinião é de Laudelino Alves de Almeida (*Relatório de Laudelino Alves de Almeida, Delegado Sanitário de Campinas*, Campinas, Cx 01, 1904. Manuscrito. AHEG): “A igreja é outro construção de destaque – uma das melhores existentes em todo o Estado. Ostenta um custoso relógio cujas horas são contadas a longa distância”.

KARASCH, Mary C. “História das doenças e dos cuidados médicos na Capitania de Goiás. In.FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira de. (org.) *Saúde e doenças em Goiás*. Goiânia: UFG, 1999. P. 19 a 62.

MEMÓRIAS GOIANAS 5. *Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1850-1852)*. Goiânia: UCG, 1996.

SANTOS, Miguel Archangelo Nogueira dos. *Trindade de Goiás – uma cidade santuário. Conjunturas de um fenômeno religioso no Centro-Oeste brasileiro*. Goiânia, Dissertação (Mestrado em História), UFG, 1976.

Reflexões sobre o acervo de um Museu de Arte na cidade de Uberlândia

Fabiana Carvalho de Oliveira
Thiago Destro Rosa Ferreira *

Esta comunicação aborda o projeto *MUnA: História de um acervo*, cujo objetivo é pensar a história da constituição da coleção de arte pertencente ao MUnA e assim refletir sobre a relação dessas obras e do próprio museu que as abriga com o imaginário social da cidade de Uberlândia. Para isso, se faz necessário cruzar duas áreas, ao mesmo tempo distintas e próximas, a Arte e a História, com o intuito de se compor, ao longo da pesquisa, uma História de cunho cultural, através dos referenciais imagéticos do próprio acervo. Os objetos museológicos, no caso as obras de arte, são pensados, então, como objeto de estudo e como fontes de informações, que contribuem tanto para o desenvolvimento de pesquisas de caráter artístico, como histórico.

Palavras – chave: museu, acervo, obras de arte.

This paper deals with the project *MUnA: History of a collection*, and aims at thinking about the history of the constitution of the art collection of the MUnA and this way reflect on the relation of these works and on the museum itself, which keeps them with the social imaginary of the city of Uberlândia. For this it is necessary to cross two areas, which are distinct and close at the same time, Art and History, with the objective of composing, along the research, a History of cultural aspect through the imaginative reference systems of the collection itself. Thus, the museum objects, in the case of the work of art, are thought about as study objects and as sources of information that contribute to the development of artistic character researches, as history.

Keywords: museum, collection, work of art.

* Graduandos dos cursos de Artes Visuais e História, respectivamente, da Universidade Federal de Uberlândia. FAPEMIG/2006

Refletir sobre o papel do acervo de um Museu de Arte dentro da vida de uma cidade, nos leva inicialmente, a pensar na história da coleção existente no Museu e, desta forma, nos passos dados na sua organização.

Formular a história da constituição do acervo do Museu Universitário de Arte – MUnA, órgão complementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – FAFCS, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, e pensar na relação desta coleção com a comunidade universitária e com o público em geral da cidade de Uberlândia, nos levou a ter este Museu e seu acervo como objetos de estudo no projeto intitulado *MUnA: História de um acervo*.

O Museu Universitário de Arte – MUnA foi inaugurado em 1998, surgindo de diversos projetos de extensão do Departamento de Artes Plásticas – DEART, a partir dos anos 1980. Seu surgimento também esteve intimamente relacionado à constituição de seu rico acervo, a partir de obras de arte doadas por artistas que participaram de exposições promovidas pelo DEART, ao longo dos trinta e quatro anos de existência do curso de Arte, em espaços variados dentro da própria Universidade. Esta coleção foi e continua sendo acrescida por doações feitas por artistas e instituições.

Dentre as obras de arte que a compõem há trabalhos de artistas da região, da própria cidade de Uberlândia, como também de pintores e gravuristas renomados no cenário nacional, como Emiliano Di Cavalcanti, Maciej Antoni Babinski, Marcelo Grassmann, Aldemir Martins, Alfredo Volpi, Shirley Paes Leme, J. Lurdes, entre outros. Desta forma, o Museu propõe-se a ser o guardião do acervo artístico da própria UFU, trabalhando no sentido de viabilizar este acervo como fonte de pesquisa, assim como desenvolver políticas para sua ampliação. Possui um Núcleo de Ação Educativa e Cultural, através do qual, oferece à comunidade cursos, palestras, apresentações musicais, exibição de vídeos e visitas monitoradas às exposições. Possui também uma Biblioteca que atende ao público ligado às artes, com um rico acervo de livros, jornais, revistas, catálogos de exposições, fitas de vídeo, CDs e CD-ROM disponíveis para consultas.

Entretanto, a realidade se mostra diferente, com este rico acervo permanecendo depositado na reserva técnica do Museu, sem ser mostrado e disponibilizado à comunidade universitária e ao público em geral, por falta de políticas que viabilizem

sua exposição, como também pela ausência de informações acerca das obras que o compõem e conseqüente conhecimento histórico do próprio Museu.

Com um diversificado acervo em mãos e uma realidade preocupante para a vida de um museu de Arte, o projeto *MUnA: História de um acervo* visa formular a história da constituição desta coleção através da catalogação e organização das obras a ela pertencentes, analisando os dispositivos de sua constituição, como suas políticas de aquisição, as doações recebidas, a quantidade, a qualidade e a tipologia das obras que a compõem. Procura compreender o papel do Museu e sua coleção em relação ao imaginário social pertencente à cidade de Uberlândia, os seus espaços sociais, culturais, educacionais e ao meio universitário da UFU, já que muitas das obras desta coleção encontram-se distribuídas em setores variados da Universidade, sem serem catalogadas ou patrimoniadas.

Como fonte complementar à pesquisa, recorreremos à documentação existente no próprio Museu, que guarda material referente às atividades relacionadas à área de artes, ocorridas no espaço do próprio Museu e também em outros espaços da Universidade. Foram encontrados diversos documentos que de algum modo se relacionam com as obras integrantes do acervo do MUnA. São catálogos, folders e convites referentes a exposições e eventos, artigos de jornais a respeito desses mesmos eventos e projetos, os quais, por vezes, não chegaram a ocorrer. Além desses, encontramos material considerável sobre os vários Festivais de Arte ocorridos na UFU, promovidos pelo Departamento de Arte. São projetos, cronogramas, listas de presenças, planos de palestras e atividades.

Aqui, encontramos alguns obstáculos no decorrer do trabalho. Ao examinarmos a documentação, encontramos muitas vezes informações conflitantes, principalmente quanto a datas de realização de eventos, que prejudicaram a compreensão de certos documentos. Muitos deles datam de períodos anteriores à existência do próprio Museu.

Além da pesquisa dentro do Museu, iniciamos uma busca em jornais no Arquivo Público Municipal. Mesmo sendo um trabalho inicial já foram encontrados alguns registros dos eventos de arte na cidade de Uberlândia que se relacionam ao Museu e seu acervo. São artigos e notas sobre exposições, festivais e demais acontecimentos promovidos pelo DEART. É interessante notar como aparecem

essas informações nos jornais. Na maioria das vezes, pelo menos até onde já foi pesquisado, os eventos são noticiados nas colunas sociais, o que revela muito sobre como o imaginário da cidade trata a arte e os acontecimentos relacionados a ela.

Essa diversificada documentação é importante para a compreensão da história do acervo desde sua formação. Por meio dela pode-se saber como as obras chegaram até a UFU, e de que maneira foram adquiridas. Muitas obras, talvez sua grande maioria, foram doadas ou por instituições ou mesmo pelos próprios artistas autores que durante eventos na cidade, seja em exposições ou festivais de arte, fizeram a doação. Além disso, esses documentos demonstram que as obras do acervo não são algo isolado, pelo contrário, de alguma forma elas se inserem e interagem com a instituição que as abriga e com o meio social e urbano no qual estão inseridas.

Como desdobramento de seus objetivos, o projeto possibilitará a instituição de uma prática de pesquisa no Museu envolvendo a comunidade acadêmica, estimulando uma maior visitação do público e ampliando as possibilidades de novas aquisições ou doações de obras para o acervo.

Para compor a história deste acervo constitui-se, então, uma equipe interdisciplinar composta por pesquisadores de duas áreas, Arte e História, com o intuito, aqui, não de se elaborar uma História da Arte, mas sim de utilizar um acervo para compor uma História de cunho cultural, a partir de referenciais predominantemente visuais. Uma pesquisa que envolva as fontes imagéticas demanda um repertório teórico-metodológico próprio e diferenciado da fonte escrita. O texto imagético requer métodos específicos de interpretação. É necessário também possuir conhecimento sobre a produção da obra e as técnicas envolvidas para uma análise satisfatória desse tipo de fonte. Para tanto se torna indispensável o diálogo com as áreas que dominam esse conhecimento. A História da Arte e as Artes Plásticas possuem o arcabouço teórico necessário para isso e as relações da História com essas disciplinas se mostram, portanto fundamentais.

Assim, a obra de arte pode se tornar centro para uma reflexão histórica, como também toda uma coleção pertencente a um Museu de Arte. Exige-se do historiador um acesso maior ao campo do conhecimento plástico e de sua linguagem, como a própria crítica e teoria da arte, pois “com o advento da análise

formal nas artes, exigiu-se à história um rigor no momento de se apropriarem de pensamentos artísticos.” (SCHORSKE, 2000: 254).

Para o historiador, os acervos que os museus dispõem e guardam, são fontes riquíssimas de trabalho, com inúmeras possibilidades para a pesquisa e produção histórica. Aqueles documentos que compõem o acervo museológico são, potencialmente, fontes e/ou objetos de estudos para o pesquisador. Esses acervos são compostos por diferentes tipos de objetos: documentos escritos, obras de arte, objetos materiais e tantos outros que, independente de sua materialidade, podem vir a ser importantes para o historiador.

É importante lembrar que até recentemente o documento tradicionalmente privilegiado no campo historiográfico era a fonte escrita, somente com os novos movimentos na historiografia, principalmente a partir de 1980, é que o conceito de documento foi alargado. Dentre os inúmeros objetos agora reconhecidos como documentação histórica estão as imagens em todos os seus variados tipos (gravuras, fotografias, pinturas, desenhos e até mesmo as produções cinematográficas).

As imagens eram pouco utilizadas no trabalho do historiador, muitas vezes aparecem como material puramente ilustrativo, sendo raros os casos em que contribuem como fonte ou objeto de pesquisa. Isso, mesmo hoje, não é algo muito incomum. Contra essa tendência é preciso pensar como as imagens são um campo extremamente rico e que oferecem possibilidades muito interessantes para a História. A imagem, como o documento escrito, é uma produção humana, que tem fins e significações próprias ligadas ao seu meio de produção. Ela é um texto assim como um discurso escrito, e desse modo possui uma mensagem que pretende alcançar um determinado espectador.

Desta forma, pode-se dizer que tanto a obra como a coleção, na qual esta está inserida, tornam-se importantes na constituição de um imaginário social, assim como o próprio Museu onde esta coleção se encontra, pois é nesta instituição que estes objetos, as obras de arte, carregados de significação cultural, entram em contato direto com o grande público, ativando as várias representações sociais. E por serem, os museus, espaços que se tornam locais de consumo da arte de um determinado tempo, as obras expostas ao público na galeria da instituição projetam representações do “pensar, sentir e agir coletivos de um grupo ou sociedade, de onde

emergem os referenciais de significação que são postos em destaque e valorizados”. (GONÇALVES, 2004:22). O público presente no Museu e a apreciação que este público pode fazer de uma ou várias obras de arte, ocupam papel importante, ao se compor a história de um determinado tempo e lugar a partir das obras pertencentes a um determinado acervo que, em algum momento, foram apreciadas, comentadas e fruídas.

Portanto, a obra de arte, vista como objeto museológico, pertencente a um acervo, torna-se fonte de informações e significados de um tempo e espaço, assim como, o Museu o lugar dessas informações.

É interessante lembrar como a obra de arte nem sempre é objeto de contemplação do belo e da técnica. A obra de arte, muito antes de ser criada apenas por valores estéticos, era vista como objeto possuidor de valores, tanto de culto, como de crença, como de política ou de utensílio, tornando-se, muitas vezes, objeto único e portador de grande preciosidade. A arte medieval, por exemplo, possuía um caráter pedagógico religioso, dentro da igreja ela poderia instruir o leigo sobre os ensinamentos da fé. Esse é apenas um exemplo dos inúmeros usos da arte e sua inserção na sociedade. Portanto, a partir de uma análise mais aprofundada, o que a obra poderá revelar sobre a sociedade da qual é fruto? A imagem não é uma representação inocente, ela tem um por que da sua existência (Para quem foi feita? Por quem? Para que? Como?). Por isso a pesquisa dos objetos imagéticos, em particular das obras de arte, é algo não só possível como enriquecedor.

Este objeto, ainda artefato para quem o criou, o utilizou e/ou o glorificou, passa a ser designado obra de arte quando ganha diversos meios de consagração e, especialmente, de sua exposição em galerias de museus. No entanto, esta obra de arte, em seu ser-obra, instalada em uma exposição ou coleção específica, guarda em si os valores de um tempo e espaço guardados na história, o qual pode ser reconstituído. Mesmo possuindo um valor de exposição, este antigo artefato também é visto como objeto-informacional.

Ao ser inserida em uma coleção, a obra ainda pode ganhar outro valor, o qual vai caracterizá-la dentro de um diversificado acervo. Ganha, assim, papel específico em uma coleção, a qual pode ser definida sob o olhar de Pomian: “(...) qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente

fora do circuito de atividades econômicas, sujeitas a uma proteção especial, num local fechado preparado para esse fim e expostos ao olhar do público...” (POMIAN, 1984: 53).

O surgimento dos museus, no século XIX, se deu em uma ligação direta com a formação de coleções de estudo, as quais eram constituídas, na maioria das vezes, por objetos exóticos, antiguidades ou obras de arte, fazendo-se dessas instituições lugares de cristalização de memória, onde os mais variados contextos históricos encontram-se reunidos.

Por isso, o museu é visto como reduto de informações para o historiador que procura fontes não textuais para sua pesquisa. O objeto artístico, recolhido a um museu, torna-se documento do mundo real, indo além de percepções meramente visuais, abordando também questões sociais de uma época, através dos olhos de quem o criou. John Berger nos faz lembrar que no âmbito da história das imagens, com o passar do tempo, esta “(...) tornou-se um registro de como X tinha visto Y. Constituiu isto o resultado de uma crescente tomada de consciência da individualidade, acompanhada de uma crescente consciência da história”. (BERGER, 1972: 14)

Os objetos museológicos também podem ser vistos como representantes de uma realidade ausente, ganhando caráter simbólico de bem cultural, e sendo discutidos e analisados através do conceito de patrimônio cultural. Aqui o valor de documento e portador de informações da obra de arte se fortifica, o que determina os critérios de preservação dela própria.

O objeto museológico, agregado de diversos valores, tanto intangíveis como físicos, ganha mais um valor ao ser categorizado como obra de arte, pois pode ser visto e pensado através dos conceitos de unicidade, autenticidade e aura, se analisado através de visões como a de Walter Benjamin.

O autor, em seu conhecido texto acerca da reprodutibilidade técnica da obra de arte afirma “a autenticidade de uma coisa é a quintessência de tudo o que foi transmitido pela tradição, a partir de sua origem, desde sua duração material até o seu testemunho histórico”. (BENJAMIN, 1994: 168). Por isso, seu papel importante enquanto obra de arte para os campos da História e da Arte.

No campo artístico, é esse valor de autenticidade e unicidade da obra que torna o museu reduto de informação, tanto para o artista, como para o arte-educador. É neste espaço que ambos têm a oportunidade de entrar em contato com o aqui e agora, tempo e espaço, da obra de arte; onde o pormenor de uma pintura, gravura ou escultura pode ser analisado a partir de seu conjunto, de seu todo, podendo-se fazer leituras mais aprofundadas das obras, antes pesquisadas e lidas em meras reproduções.

O museu e seu acervo suscitam interesse, então, no campo das Artes, fazendo das obras que o constituem fontes de pesquisa para a arte-educação e de inspiração e estudo para o artista contemporâneo. Como também no campo da História, no qual o museu é o local de reunião e guarda de objetos e documentos que são importantes para a memória e conhecimento de determinado momento histórico. Por meio do objeto, a memória da época a que ele se remete, mantém-se, e o contato com o objeto, através de sua exposição, de certo modo aproxima o passado daquele que o observa. Então, do ponto de vista do ensino, essa relação direta possibilita o aprendizado por meio da experiência do contato. Aquilo que é ensinado no plano teórico pode ser apreendido, de certo modo, pelo contato mais íntimo do objeto exposto. Contudo, o acervo, que não é disponibilizado ao público, enquanto informação e documento, não completa seu papel histórico, social e artístico em uma sociedade.

Portanto, é nesse sentido que procura caminhar o trabalho de caráter interdisciplinar que vem sendo desenvolvido no projeto *MUnA: História de um acervo*, cujo interesse central ao lidar com as obras de arte do acervo do museu, como objeto de estudo, é aliar o conhecimento das áreas de História e de Artes Plásticas, buscando promover um melhor “desempenho social” desta coleção e disponibilizando-a a historiadores, artistas e arte – educadores.

- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: ____
Obras Escolhidas. São Paulo: Brasilienne, 1994. p. 165 – 196.
- BERGER, John et all. **Modos de ver.** Trad. Ana Maria Alves. Lisboa: Edições 70, 1999.
- GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. **Entre cenografias:**o museu e a exposição de arte no século XX. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004.
- LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. **Museu, informação e arte:** a obra de arte como objeto museológico e fonte de informação. 1998. 85f. Dissertação (Mestrado em Ciência de Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, Anpuh, v. 23, n. 45, 2003, p. 11-36.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.51-86.
- SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a história:** indagações na passagem para o Modernismo. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MÍDIA E CIÊNCIA: DIVULGAÇÃO E VULGARIZAÇÃO CIENTÍFICAS

Gildesio Bonfim de Oliveira *

Rosana Horio Monteiro *

Resumo:

O objetivo deste trabalho é perceber e entender a relação entre mídia e ciência, a partir da inserção de fatos e eventos científicos em discursos midiáticos, tendo como "corpus" para análise reportagens sobre o tema, veiculadas no Jornal Nacional (Rede Globo). Assim, entendemos a mídia televisual como uma ponte entre o conhecimento, descobertas, teorias e fatos relacionados à ciência e o público; ou como elo entre academia e comunidade não científica. Nesse aspecto, perguntamos: como a ciência é representada na televisão? O foco da análise é o discurso midiático, construído a partir da relação entre imagem e texto. Para tanto, tomamos como referencial teórico as idéias de Charaudeau (2006) sobre os dispositivos cênicos da informação midiática.

Palavras-chave: telejornal, ciência, discurso.

Abstract:

L'objectif de ce travail est percevoir et comprendre la relation entre média et science, à partir de l'insertion de costumes et d'événements scientifiques dans des discours midiáticos, ayant comme "corpus" ; pour analyse reportages sur le sujet, propagées dans le Journal National (Filet Globe). Ainsi, nous comprenons la média televisual comme un pont entre la connaissance, découvertes, théories et costumes rapportés à la science et le public; ou je mange lien entre académie et communauté non scientifique. Dans cet aspect, nous demandons comment la science est représentée à la télévision? Le foyer de l'analyse est le discours midiático, construit à partir de la relation entre image et texte. Pour tant, nous prenons que référentiel théorique les idées de Charaudeau (2006) sur les dispositifs scéniques des informations midiática.

Key words: Journal télévisé, Science, Discours.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cultura Visual da Faculdade de Artes Visuais da UFG; Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo e Habilitação Rádio e TV, pela Universidade Federal de Goiás.

* Mestre e Doutora em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp. É autora de *Descobertas múltiplas. A fotografia no Brasil (1824-1833)* (Mercado de Letras/Fapesp, 2001); professora do Mestrado em Cultura Visual da Faculdade de Artes Visuais da UFG.

Introdução

Esse trabalho que apresentamos no III Simpósio Internacional: Cultura e Identidades, especificamente no Simpósio Temático: História dos Saberes e das Ciências é uma síntese das discussões que estão sendo desenvolvidas na pesquisa, A ciência no Jornal Nacional: Entre o fato e a ficção, do Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, da Faculdade de Artes Visuais da UFG - Universidade Federal de Goiás.

Essa dissertação investiga a presença de elementos ficcionais no Jornal Nacional (Rede Globo), a partir da cobertura de notícias relacionadas à ciência e à tecnologia. São investigadas as reportagens sobre o tema veiculadas no período de agosto a dezembro de 2006. Para empreender a análise deste material, coletado a partir da gravação dos programas, selecionamos um “corpus”, constituído de cinco reportagens de divulgação científica. No período mencionado foram gravadas em 24 fitas VHS, 96 edições do Jornal Nacional. O “corpus” foi selecionado tendo em vista os assuntos mais recorrentes no telejornal, como as notícias relacionadas à saúde e à astronomia, por exemplo.

Através dessa pesquisa pretendemos conhecer um pouco mais sobre a televisão e as circunstâncias e estratégias que caracterizam o discurso midiático da informação. Por outro lado, estamos também procurando entender e perceber as implicações, convergências e divergências entre o discurso midiático da divulgação científica e o discurso próprio da ciência.

A divulgação científica é o processo de difusão e disseminação da ciência e tecnologia através de diferentes mídias e meios de comunicação. Seu objetivo é retirar do contexto de origem os saberes e conhecimentos restritos a uma comunidade, tornando pública a compreensão da ciência. Para tornar o conhecimento científico acessível a um grande público, conforme Zamboni (2001), a divulgação mobiliza diversos recursos, técnicas e processos para a veiculação das informações científicas e tecnológicas.

Na mídia televisiva esses recursos são evidenciados pelas estratégias discursivas utilizadas pelo telejornal. O gênero que mais abarca essas estratégias é a reportagem. De maneira explicativa, chegando a ser didática, a reportagem se utiliza basicamente da imagem. São as imagens inseridas no aparato televisual que contribuem para a vulgarização do discurso científico. Aqui, entende-se por vulgarização, a simplificação e a transposição do discurso da ciência em linguagem capaz de ser entendida por pessoas leigas.

Para entender e perceber como o Jornal Nacional se apropria do discurso científico para recodificá-lo e transformá-lo em um discurso midiático informativo, faz-se necessário apontarmos algumas discussões em torno das imagens e de um dos meios mais hegemônicos

de nosso tempo - a televisão. Por outro lado, é preciso identificar as características do telejornal e as estratégias discursivas utilizadas em sua configuração. Nesse sentido, aproximamos o telejornal do cinema, mais especificamente do cinema direto, de onde os noticiários televisivos extraíram modelos de movimentos de câmera, enquadramentos, planos de filmagem.

1. Televisão e produção de sentidos

As mediações, feitas por meio das imagens e das tecnologias vêm transformando as formas de ver e de olhar. Em *Filosofia da caixa preta*, Vilém Flusser escreve: “imagens são mediações entre homem e mundo [...] Imagens têm o propósito de representar o mundo” (FLUSSER, 2002:9).

É através das imagens que o olhar se realiza e transforma o mundo externo em algo interno, vivido; ausência em presença; sombra em evidência e o espírito se materializa: “As imagens permitem, pois, este duplo movimento: sair de si e trazer o mundo para dentro de si” (NOVAES, 2005:12). A construção imaginária do mundo põe em relação duas características essenciais da cultura pós-moderna: tecnicidade e visualidade. Elas se imbricam, embaralham-se com o objetivo de encurtar as distâncias entre o imaginário e o real; entre realidade e ficção; entre o natural e o artificial.

Eficientes em apresentar a evidência da realidade, a representação imaginada do real e marco das hibridações de nosso tempo, as imagens televisuais fazem parte de um arsenal de artefatos e objetos, por meio dos quais os indivíduos se orientam, produzem sentidos e significados para as suas práticas e sua cultura. Cabe-nos perguntar: “O que querem as imagens, qual o segredo de sua vitalidade?” (MITCHEL, 2003:35). Não obteremos um código para decifrá-las ou uma senha secreta e misteriosa para desvelá-las. A imagem é o próprio mistério. As imagens são objetos visuais dotados de uma complexidade de significados, que não são dados de antemão. Eles se constroem na relação delas com os sujeitos: “Isso significa aceitar que os objetos não têm vida, mas sim adquirem sentido pela experiência de quem os olha e os possui...” (HERNÁNDEZ, 2000:128).

1.2. O telejornal como gênero televisual

É a partir das relações entre o dualismo ficção e realidade que se situam os gêneros do discurso televisual. Os gêneros televisivos são tipologias, classificações, formas e modos de organização da imagem e da palavra. Os gêneros são a maneira como essas classificações são estruturadas e apresentadas na grade de programação televisiva com o objetivo de produzir sentidos e significados, conforme assinala Machado:

Gênero é uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar idéias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras (MACHADO, 2005:67).

Assim, quando falamos em telenovela, estamos falando em gênero de ficção televisiva; quando falamos em telejornal, falamos em gênero de informação televisual. Essas duas categorias são as principais modalidades de gêneros televisivos, embora não sejam as únicas.

O telejornal pode ser tratado como gênero derivado do diálogo televisual, concebido a partir da entrevista, uma atividade que envolve dois sujeitos em situação de comunicação, na qual um tem por finalidade obter determinadas informações e o outro o direito de fornecê-las ou não. O diálogo fundamenta a entrevista, que constitui os gêneros informativos, dentre eles a reportagem, cuja finalidade é explicar um determinado evento da vida social por meio de um relato, de uma narrativa.

1.2.1 O telejornal e o cinema direto

O telejornal surge nos Estados Unidos na década de 50, poucos anos depois do desenvolvimento da própria televisão. Primeiramente, o cinema de longa-metragem de ficção foi a grande referência e contribuiu, sobremaneira, para a linguagem do telejornal, que tem sua essência, contudo, associada ao cinema-documentário, mais especificamente, com o cinema direto, cujo início está associado à produtora *Drew Associates*, formada em torno do repórter fotográfico Robert Drew e do cinegrafista Richard Leacock (1954, Estados Unidos)¹.

No cinema direto, a câmera colocada como uma mosca na parede, apenas observa a cena e é como se captasse a vida como ela é, sem interferência do cineasta. Assim como no telejornalismo, o objetivo do cinema direto é trazer o máximo de realidade à tona. Segundo Nichols, (2005, p.48),

Nos filmes de puro cinema direto, o estilo busca tornar-se “transparente”, como o estilo clássico de Hollywood - captando as pessoas em ação e deixando que o espectador tire conclusões sobre elas sem a ajuda de nenhum comentário, implícito ou explícito (NICHOLS, 2005:48).

¹ Segundo Da-Rin (2004, p.136-137), Drew e Leacock não consideravam seus trabalhos documentários, mas cine-reportagens ou jornalismo filmado.

1.3. Linguagem e discurso

Discurso é uma estratégia da linguagem por meio da qual os indivíduos se põem em situação de troca social, cujo sentido é efetuado pela atividade languageira do homem, a partir de uma relação recíproca entre sentido e forma:

Discurso são formas de construção de uma determinada língua em que os sujeitos se colocam em relação, se fazem entender, se fazem perceber e estabelecem vínculos, comunicação: “Assim, pode-se dizer que a informação implica processo de produção de discurso em situação de comunicação”(CHARAUDEAU, 2006:.34).

A partir deste conceito o que se estabelece é uma análise do discurso como instrumento que sirva de base para desencadear um processo de interpretação capaz de descobrir o não-dito, o oculto, as significações possíveis que se encontram por trás do jogo de aparências. Nesse sentido, as imagens, texto, sons da informação midiática são tomados aqui como discurso, numa busca às respostas das questões formuladas por Mitchel: “o que querem as imagens, qual o segredo de sua vitalidade?” (MITCHEL, 2003:35).

O quadro de referência que permite o reconhecimento recíproco das restrições da situação de comunicação pelos parceiros da troca languageira está ligado às convenções dos comportamentos languageiros, sem as quais não haveria a comunicação humana. Trata-se de uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência, chamado por Charaudeau (2006, p.68) de “contrato de comunicação”.

O contrato de comunicação possibilita aos parceiros da troca languageira organizar o aparente caos do mundo, ou estabelecer co-relações entre o imaginário e a realidade; é o que permite a decodificação de dados e informações e faz com que a aparência se transforme em realidade. Desse contrato resulta a situação de comunicação, que seria a capacidade dos parceiros reconhecerem as restrições às quais estão submetidos durante o ato de comunicação: “restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, bem como inferências em relação à identidade dos parceiros da troca” (MAIA, 2005: 27).

1.3.1. O discurso da informação midiática

A informação, entendida aqui como a transmissão de um saber, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo, depende basicamente da linguagem: “A informação é essencialmente uma questão de linguagem e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo” (CHARAUDEAU, 2006:19). Suscetível de ser realizada por todos, a

informação parece transformar-se no domínio reservado de um setor em particular - as mídias - cuja vocação essencial seria informar o cidadão.

É a partir da relação entre essas duas instâncias, uma enquanto lugar de produção do discurso (instância midiática) e outra de recepção e interpretação (público, espectador, no caso da televisão) que o sentido do discurso de informação midiática se realiza, por meio de um duplo processo: “processo de transformação e processo de transação” (CHARAUDEAU, 2006: 114).

Os eventos ou acontecimentos do cotidiano transformados em relatos informativos ganham um outro significado: “No ritual de passagem do fato à notícia engendra-se uma nova realidade que, correspondendo a novas representações, serve para enfeitiçar a sua realidade original” (SILVA,1998:14). Todo acontecimento que vira fato noticioso se insere numa narrativa midiática, construída através de escolhas efetuadas, a partir de uma série de roteiros possíveis. A escolha dos acontecimentos a serem noticiados passa por um filtro que segue os critérios de atualidade, de expectativa e sociabilidade. A atualidade se refere à factualidade, ao aqui-agora, ao imprevisto.

1.3.2. A ficção no discurso da informação televisiva

A ficção é entendida aqui como um dispositivo da informação televisiva, que a coloca num universo construído, fabricado, produzido. Essa estratégia, que corresponde à encenação visual da informação (presença de personagens, cenários específicos, enquadramentos e movimentos de câmera), se interpõe ao discurso midiático e o deixa em uma situação de tensão entre as dualidades que o legitimam: a credibilidade (informação) e a sedução (captação).

Paradoxalmente, os elementos da ficção televisiva visam produzir um efeito de verdade e aproximam o imaginário à realidade empírica dos objetos. Esses dispositivos atendem às finalidades do contrato midiático da informação que busca “gozar de maior credibilidade possível com o maior número possível de receptores” (CHARAUDEAU, 2006: 86). A televisão, ao contrário do cinema (longa-metragem de ficção, principalmente), que escancara e deixa claro o enunciado ficcional, é o espaço no qual ficção e realidade se alternam, se conjugam e se imbricam permanentemente. Complementa Charaudeau: "Diferentemente do cinema, a televisão está obrigada, por contrato, a dar conta de uma determinada realidade. Assim sendo, ela não pode se apresentar como máquina de fabricar ficção, mesmo que, afinal, seja isso que ela produza" (CHARAUDEAU, 2006: 223).

1.3.3. A reportagem como relato no telejornal

A reportagem é o lugar externo ao estúdio da televisão, onde o fato aparece mais explicitamente. Uma voz *off* (do repórter, quando ele não aparece visualizado na tela), conduz a narrativa, marcada pela presença de outras vozes: testemunhas, atores ou especialistas em determinado evento ou fato. No caso das reportagens de ciência, pesquisadores e cientistas aparecem como protagonistas dos eventos e conferem autenticidade à fala do repórter e ao fato.

1.4. Jornal Nacional: representações da vida na tela da TV

Objeto desse estudo, o *Jornal Nacional*² foi escolhido por sintetizar o modelo predominante na transmissão de informações pela televisão, com grande poder de captação de público. A escolha também se deve à sua representatividade em termos de audiência e abrangência. Com audiência média diária em torno de 50%, segundo o Ibope, um dos principais institutos de pesquisa do País, o *JN* cobre praticamente todo território brasileiro.

Levado ao ar pela primeira vez em 1º de setembro de 1969, o *Jornal Nacional* foi lançado pela Rede Globo de Televisão para ser o programa de prestígio da emissora e há mais de 20 anos ocupa a liderança em audiência no chamado horário nobre da programação televisiva³.

O contato entre o estúdio e o telespectador se realiza desde a abertura do telejornal, por saudações, no caso do *JN*, de dois apresentadores, localizados numa bancada, em posição frontal e anunciam a escalada, uma espécie de sumário dos acontecimentos, ou o cardápio do dia. Os apresentadores constroem uma imagem de enunciadores personalizados, que se expressam como se estivessem falando diretamente a cada um dos telespectadores, com certa carga emotiva em relação aos acontecimentos dramáticos do mundo, e com o auxílio de movimentos do rosto, de trocas de planos e câmeras, de certos tons de voz, da escolha de determinadas palavras, o que caracteriza um discurso informativo personalizado e, por outro lado, sugere uma diégese⁴ marcada pelo melodrama.

1.5. Considerações finais

Mesmo não sendo um canal específico destinado à divulgação científica, o telejornal aparece como uma ponte, suporte e, principalmente, como instrumento de mediação entre cientista e público em geral; entre academia e comunidade não científica. A mediação se caracteriza, no entanto, pela espetacularização da ciência, superficialidade e pelo imediatismo

² Aqui, identificado também com a abreviatura JN.

³ Para saber mais sobre a história do JN ver, Memória Globo (2004).

⁴ Tudo que diz respeito ao mundo representado, uma capacidade narrativa por meio de representações

das abordagens. Enquanto os pesquisadores percorrem um longo caminho até se chegar aos resultados, as reportagens exploram tão somente a aplicação prática e objetiva das descobertas, conhecimentos e saberes científicos.

Referências bibliográficas

BARBERO, Martin e REY, Germán. **Os exercícios do ver:** hegemonia audiovisual e ficção televisiva. Tradução Jacob Gorender. São Paulo: Editora SENAC , 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** Tradução Ângela S.M.Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

DA-RIN, Silvio. **Espelho Partido:** Tradição e transformação do documentário. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta:** ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2002.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho.** Tradução Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 2000.

KELLNER, Douglas. Lendo imagens criticamente. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org). **Alienígenas na sala de aula:** uma introdução aos estudos culturais em educação. Tradução Tomaz Tadeu Silva. Petrópolis: Vozes, 2001.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2005.

-----. **Pré-cinemas e pós-cinemas.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

MAIA, Jader Gontijo. **Estudo sobre gêneros informativos televisuais** - Modos de agenciamento do capital visual em reportagens do telejornalismo brasileiro. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos). Faculdade de Letras - UFMG, Belo Horizonte, 2005.

MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MASSARINI, Luisa; TURNEY, Jon; MOREIRA, Ildeu de Castro (Orgs). **Terra incógnita:** A interface entre ciência e público. Rio de Janeiro: Vieira e Lent> UFRJ, Casa da Ciência, 2005.

MITCHEL, W.J.T. **Mostrando el ver: Una crítica de la cultura visual.** In: Estudios Visuales 1. Murcia:Centro de Documentación y Estudios Avanzados de Arte Contemporáneo, Noviembre, 2003, p.17-40.

NICHOLS, Bill. A voz do documentário. In: RAMOS, Fernão Pessoa (Org). **Teoria contemporânea do cinema,** Volume II: Documentário e narrativa ficcional. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2005.

NOVAES, Adauto. A imagem e o espetáculo. In: NOVAES, Adauto (Org). **Muito além do espetáculo.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

SHOHAT, E. e STAM, R. A estética da resistência. In: **Crítica da imagem eurocêntrica.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, Marconi Oliveira da. O mundo dos fatos e a estrutura da linguagem. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SIQUEIRA, Denise da costa Oliveira. A ciência na televisão: mito, ritual e espetáculo. São Paulo: Annablume, 1999.

STOREY, John. La posmodernidad. Em: **Teoria Cultural y Cultura Popular**. Barcelona: Octaedro, 2002.

XAVIER, Ismail. **O olhar e a cena** – Melodrama, Hollywood, cinema novo, Nelson Rodrigues. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

-----. **O discurso cinematográfico**: a opacidade e a transparência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ZAMBONI, Lílian Márcia Simões. Cientistas, Jornalistas e a Divulgação Científica. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

Identidade postiça: a arquitetura de Oscar Niemeyer nas cidades brasileiras contemporâneas

Dra Adriana Mara Vaz de Oliveira*

Dra. Elane Ribeiro Peixoto*

Dra. Márcia Metran de Mello*

Resumo

É instigante observar como as cidades contemporâneas envolveram-se com os debates dedicados à questão da identidade, na medida em que ganharam autonomia em relação ao seu contexto nacional. A Paris de Mitterrand e a Barcelona das Olimpíadas ofereceram exemplos singulares de fortes imagens urbanas. Para elas concorreram arquitetos renomados, que propuseram a revalorização de sua história e novas obras espetaculares que lhes asseguraram muitas páginas da imprensa. No contexto brasileiro, uma particularidade está em curso: trata-se dos novos projetos de Oscar Niemeyer. A partir do final dos anos de 1980, com a construção do Memorial da América Latina, em São Paulo, o arquiteto tem sido constantemente solicitado por cidades de menor relevância, que num derradeiro esforço, procuram singularizar-se com centros culturais, memoriais e monumentos de autoria do centenário Niemeyer.

Palavras Chaves: identidade, cidade contemporânea, arquitetura.

Abstract

It is very impressive to observe how contemporary cities deal with the debates regarding issues of identity, while they freed themselves from their national context.

Mitterrand's Paris and the Barcelona of the Olympic Games offer unique examples of strong urban images. Well known architects proposed the renew of their historical spaces of these cities and also new spectacular buildings that assure them many pages in the specialized media. In the Brazilian context, there is an ongoing particularity regarding the new building designed by Oscar Niemeyer. From the end of the 80's, with the Latin America Memorial

* Universidade Católica de Goiás.

Mestre em História pela UFG e Doutora em História pela UNICAMP.

* Universidade Católica de Goiás.

Mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela USP, com estágio na *Maison des Sciences de L'homme* (MSH), Paris.

* Universidade Católica de Goiás.

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela USP, doutora em Sociologia pela UnB.

in São Paulo, the architect has been constantly invited by cities with minor importance in last minute effort seeking for notability with Cultural Centers, Memorial's buildings and monuments conceived by the centenarian Niemeyer.

Key-words: identity, contemporary city, architecture.

Nos últimos 20 anos surgiu uma profusão de estudos e debates dedicados ao tema identidade. Abordado por diversos campos disciplinares, ele parece ter-se destacado ao menos por duas importantes razões: a primeira como reação à implosão das grandes categorias identitárias prevalecentes até a primeira metade do século XX e, a segunda, como resistência aos avanços da globalização.

É instigante observar como as cidades envolveram-se com a questão. Elas descolam-se de seus contextos nacionais e estabelecem relações de competição com outras de semelhante porte, poder econômico, científico e tecnológico. Enfeitam-se para disputas acirradas pelo capital informacional.

A Paris de Mitterrand e a Barcelona das Olimpíadas ofereceram exemplos singulares de fortes imagens urbanas. Para elas concorreram arquitetos renomados, que propuseram a revalorização de sua história e novas obras espetaculares que lhes asseguraram muitas páginas da imprensa em diversas mídias – sem desconsiderar a invasão de turistas e suas máquinas digitais. O sucesso dessas duas cidades ganhou adeptos em várias outras localidades, bastando lembrar experiências como a de Puerto Madero, em Buenos Aires a das Docas, em Belém, ou ainda as das recuperações pontuais do centro de São Paulo.

Essa prática, porém, não é nova. Para ilustrá-la podemos citar o mecenato renascentista ou irmos muito mais longe até ao Antigo Egito. Porém, aproximando-se de nossas circunstâncias, deve-se observar que ela adquiriu um caráter midiático, depois dos anos de 1980 e das obras de François Mitterrand, em Paris.

As intervenções no Museu do *Louvre*, o Arco de *La Défense* e o Museu *d'Orsay* foram fartamente fotografados, suas imagens circularam em jornais, revistas e serviram como cenários para filmes como “Até o fim do mundo” de Wim Wenders. Da mesma maneira, o museu de Bilbao foi capaz de transformar a violenta cidade basca em “Meca” de turistas. Tudo isso surte muito efeito, como se observa na grande difusão dessa prática em quase todo o mundo.

Em sua grande maioria, essas obras foram escolhidas em concursos públicos internacionais amplamente divulgados. Essa atitude democrática abre espaço para que a criatividade dos arquitetos emerja em inovações e especulações plásticas de naturezas diversas, sustentadas

por propostas tecnológicas apropriadas. Além disso, a multiplicidade de soluções fomenta o debate e a crítica, promovendo uma efervescência saudável no meio profissional e, o que é mais importante, nas pessoas comuns.

No contexto brasileiro, todavia, uma particularidade parece estar em curso: trata-se dos novos projetos de Oscar Niemeyer. A partir do final dos anos de 1980, com a construção do Memorial da América Latina, em São Paulo, o arquiteto tem sido constantemente solicitado por cidades de menor relevância internacional, que num derradeiro esforço, procuram singularizar-se com centros culturais, memoriais e monumentos de autoria do centenário Niemeyer. Niterói, Goiânia, Palmas, João Pessoa e, mais recentemente, Manaus constroem vínculos entre si por meio de obras do arquiteto.

As enormes formas esculturais em concreto branco, construídas sobre plataformas áridas, adquirem o valor de logomarcas, forjando falsas singularidades, pois na verdade constroem semelhanças em lugares dessemelhantes. Uma contradição parece estar em curso. É sob esta ótica que se propõe analisar o Centro Cultural Oscar Niemeyer, na capital de Goiás.

Nos últimos anos, os administradores de Goiânia esforçaram-se para que ela pudesse partilhar de destino semelhante, saindo de seu misterioso isolamento do cerrado para um lugar de destaque no cenário nacional. Os primeiros passos foram tímidos e concentraram-se nos seus jardins de praças e rótulas. Flores coloridas brotaram por todos os lugares como se pudessem amenizar as asperezas da terra goiana com inexpressivos jardinzinhos barrocos, arranjados em caprichosa geometria. As lições de nossos paisagistas, lembremos de Burle Marx e de nossa botânica Amália Hermano, não foram aproveitadas desperdiçando um conhecimento que nos poderia ser de grande utilidade.

Na década de 1980, houve a malfada tentativa do “Projeto Galeria Aberta” de “enfeitar” a cidade com painéis gigantescos, pintados por artistas plásticos locais, nas fachadas laterais de prédios. Essa opção não considerou a particularidade do espaço público, pois não se colocam painéis na cidade como se fossem quadros nas paredes de uma casa. Como se isso não bastasse e para agravar a situação, as logomarcas dos patrocinadores de tintas disputavam lugar com a assinatura dos artistas.

Mais recentemente, a iluminação do coreto e a do relógio na Avenida Goiás foram outras decisões infelizes. A luz violeta que incide sobre ambos cria uma atmosfera fantasmagórica e, em dias chuvosos, lembra-nos cenas de um filme de terror.

Mas vamos ao nosso foco principal, o Centro Cultural Oscar Niemeyer. Primeiramente, é preciso reconhecer a importância de um equipamento dessa natureza para uma capital como Goiânia, ainda mergulhada em grande isolamento e sujeita apenas às impressões vindas da

cultura de massa ou alimentando-se de um excesso de regionalismo expresso em “causos” ou músicas que não se cansam de louvar as noites goianas ou as belezas eternas do rio Araguaia. Equipamentos como esse podem permitir, se bem administrados, o intercâmbio necessário com o restante do país e com o exterior, colocando-nos finalmente para além dos “Tristes Trópicos”, inserindo-nos em vários circuitos culturais. Esperamos que seus salões e auditórios não sejam apenas destinados aos artistas locais. É claro que eles merecem, além de tratamento especial, ser acolhidos com oportunidades para que não os percamos para os grandes centros, como tem acontecido com nossos brilhantes pianistas. Assim, mais do que o espaço físico, nossos artistas necessitam do respaldo de uma política cultural que valorize os seus talentos: bons salários, bons instrumentos, boas escolas. A Orquestra do Estado de São Paulo (OESP) é um bom exemplo, além de contar com uma magnífica sala de concertos, seus músicos são remunerados com valores justos.

No campo das artes plásticas lembremos o célebre exemplo de Chateaubriand na montagem do acervo do Masp. Foi somente devido a seus hercúleos esforços que Renoir, Picasso, Monet, Van Gogh entre outros grandes artistas tornaram-se acessíveis ao público brasileiro e, particularmente, ao paulistano. Precisamos trazer grandes mestres nacionais e internacionais para que a população goianiense possa apreciá-los. Isso é muito importante para a formação do “capital cultural” dos nossos jovens, que hoje contam com paupérrimas possibilidades de vivência nessa área, tornando-se crônicos desconhecedores das artes plásticas.

Há de se ressaltar que o velho Chateaubriant não se arvorou em ele mesmo escolher as obras que compuseram o acervo do Masp. Para isso buscou a experiência e largo conhecimento de Pietro Maria Bardi. Bons museus só se tornaram referências significativas porque contaram com curadores que associaram conhecimentos de história da arte com atitudes empreendedoras, podemos citar como exemplos os trabalhos de Maria Cecília França Lourenço e Emanuel Araújo, à frente da Pinacoteca do Estado São Paulo.

É preciso dizer que um museu difere de uma galeria de artes, principalmente porque o primeiro não pode prescindir de um acervo de peso para que sua existência se justifique e para que sua função pública seja cumprida. Portanto, mesmo um museu destinado à arte contemporânea, como é o caso daquele que se encontra no Centro Cultural Oscar Niemeyer, não deve perder de vista que a arte da atualidade tece vínculos com uma longa trajetória histórica, o que justifica a formação de um acervo relevante, e, diga-se de passagem, variado. Quanto à futura biblioteca do referido centro cultural, seus livros devem ser escolhidos com a calma necessária para que possam ser feitas as escolhas apropriadas, atendendo a diversos

interesses. Número de livros não significa qualidade e a impressão que causa é efêmera diante de escolhas inadequadas.

Agora, falemos de arquitetura! Lembremos que a obra em questão não resultou de concurso público. Aliás, esse procedimento deletério em relação às obras públicas, com raras exceções, tem sido um consenso na capital de Goiás.

Em nossa opinião, o Centro Cultural Oscar Niemeyer é uma escolha equivocada representada por uma proposição anacrônica que não articula as principais questões contemporâneas: a redução do consumo de energia, o aproveitamento das águas pluviais, o uso de materiais recicláveis e concepções espaciais flexíveis que permitam alterações e, portanto, a garantia de longevidade. Somente uma política cultural responsável e esclarecida poderá redimir o Estado dessa opção duvidosa.

Goiânia, quase cinqüenta anos depois, adquire parte da fisionomia de Brasília. Essa identidade postiça parece atender à duradoura frustração da cidade de nunca ter contado com obra de um dos mais ilustres arquitetos brasileiros, mesmo sendo vizinha da nova capital do país. Porém, essa justiça tardia tende a reforçar nossa tradição de estarmos a reboque da atualidade das discussões nas artes em geral, o que inclui a arquitetura.

Durante muito tempo acreditou-se que Niemeyer houvesse projetado, nos anos de 1950, o conjunto “Lar Brasileiro” localizado no Setor Sul. As formosas casinhas com telhados em “asa de borboleta”, destinadas à classe média, porém, tiveram sua autoria veementemente negada pelo mestre, restando-nos o vazio de termos sido totalmente destituídos de obras do arquiteto. Sem dúvida, um grave demérito e quebra de status para os goianienses.

O nome de Oscar Niemeyer, a quem não se deve negar o reconhecimento de grande arquiteto, transformou-se em uma espécie de grife cobiçada por administradores municipais ou estaduais do Brasil. A redução das obras do arquiteto a produtos turísticos começou com o árido Memorial da América Latina, construído em São Paulo no governo de Orestes Quécia, depois prosseguida com a construção do caminho Niemeyer em Niterói, o museu de Curitiba, o memorial em Palmas e, agora, somos nós os responsáveis pelo mais recente lançamento.

A intenção de inserir Goiânia em um circuito internacional de arquitetura não passa de um sonho simplório. Mesmo porque, quem conhece arquitetura e a aprecia sabe que o Centro Cultural Oscar Niemeyer expressa ideais dos anos de 1960 e, no máximo, de 1970. Estudiosos e críticos da arquitetura consideram proposições, como as desse centro, típicas da terceira geração dos arquitetos modernos. As formas escultóricas dispostas na imensa

esplanada¹, a técnica da protensão do concreto armado e as investidas contra a gravidade pelo uso de grandes vãos não são hoje recursos arquitetônicos dignos de “tirar o fôlego”, como acontecia à época da construção de Brasília.

A mentalidade brasileira afeita ao paternalismo, advindo dos senhores de engenho, traz o ranço do culto à personalidade, o que provoca uma espécie de cegueira para o novo. Tal nostalgia envolve em uma nebulosa tudo o que desponta na atualidade. Poderíamos então indagar se estaríamos diante de um novo fenômeno: o do aparecimento de uma tradição congelada na arquitetura? Ou seria isso um sintoma de que, mais uma vez, perdemos a capacidade de nos mantermos atualizados em pesquisas, discussões e avanços tecnológicos? Grosso modo: perdemos o bonde?



Fotografias de Juliana Gomes

¹ MONTANER, Josep Maria em *Depués del movimiento moderno: arquitectura de la segunda mita del siglo XX*. 4ª ed. Barcelona: Gili, 1999.

A MODA MODERNA NA CAPITAL MINEIRA DOS ANOS DOURADOS.

Virgílio Coelho de Oliveira Júnior*

Résumé

Analyse de la mode de 1945 à 1960 comme un élément de diffusion de l'American Way of Life à Belo Horizonte. Proposition d'analyse ayant comme axe conducteur le dialogue entre micro et macro histoires, à travers la relation entre contexte mondial de l'après-Deuxième Guerre, et le quotidien de la société de la capitale de Minas Gerais. Cet article a, comme but principal, l'établissement de la relation entre la modernisation de la capitale des années dorées, avec la diffusion de la mode moderne de l'après Deuxième Guerre. On présentera donc le lien entre la métamorphose de développement de Belo Horizonte et un élément esthétique du quotidien qui, avec son caractère d'éphémérité, représentait un élément idéal pour la diffusion de l'idéal de consommation nord-américain.

Mots Clés : Mode – Capitalime – Belo Horizonte

Resumo

Análise da moda dos anos de 1945 a 1960, como um elemento de difusão do *American Way Of Life* em Belo Horizonte. Proposta de análise, tendo como eixo norteador, o diálogo entre micro e macro histórias, através da relação entre contexto mundial dos pós-Segunda Guerra, e o cotidiano da sociedade da capital mineira. Este artigo possui, como principal objetivo, o estabelecimento da relação entre a modernização da capital mineira dos anos dourados, com a difusão da moda moderna do pós Segunda Guerra. Apresentaremos, portanto, a ligação entre a metamorfose desenvolvimentista porque passava Belo Horizonte, a um elemento estético do cotidiano, que, com seu caráter de efemeridade, representava um elemento ideal para a difusão do ideal consumista norte-americano.

Palavras Chave: Moda-Capitalismo-Belo Horizonte.

Anos Dourados, modernização e o *American Way Of Life*.

O século XX foi marcado por uma grande transformação na História da humanidade. São inúmeros conflitos sendo dois deles, duas grandes guerras. São grandes mudanças tecnológicas e concomitantes a isso, segundo Hobsbawm (1995), a consolidação do capitalismo como sistema hegemônico. É da Primeira Grande Guerra Mundial de acordo com Singer (1995), que os Estados Unidos iniciaram o processo de crescimento que levou este país, ao término da Segunda Guerra Mundial, a ser a principal potência capitalista do globo.

* Monitor de Teoria e Metodologia da História do Curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e graduando do 8º período da mesma instituição.

Após a Segunda Grande Guerra, além da superpotência capitalista, surgiu uma segunda superpotência, a URSS. Nesse contexto, a Europa passou por uma reconstrução, e os países de terceiro mundo passaram, a se industrializar numa perspectiva de desenvolvimento capitalista mundial e de internacionalização da economia, ou seja, em grande parte uma expansão das economias desenvolvidas. A este respeito Michel Beaud afirma que:

(...) se afirma à tendência para a industrialização dos terceiro mundo, que passa a se industrializar, numa perspectiva de internacionalização dos grupos industriais dos países capitalistas desenvolvidos; em parte, resultados de iniciativas privadas ou estatais- próprias a esses países (BEAUD, 1987. 313 p.)

Nesta conjuntura desenvolvimentista, embora os EUA acendam como principal potência do capitalismo mundial, essa ascensão não é hegemônica, pois a URSS representava um desenvolvimento econômico que não estava ligada ao desenvolvimento capitalista, na medida em que esta, desenvolvia uma economia planejada com a apropriação coletiva dos meios de produção, o que representava para os norte-americanos, uma ameaça econômica além de política e ideológica. Segundo Beaud (1989), enquanto a URSS concentrava sua ação no controle absoluto das estruturas estatais e no progressivo aumento de domínio no leste Europeu, os EUA concentravam suas ações na Europa Ocidental e nas Américas. Considerando esse contexto, os norte-americanos, procuravam garantir seu domínio nas Américas, e para isso, passaram a investir na estratégia adotada após a eleição do presidente Franklin Roosevelt em 1933.

Nesta nova estratégia foram abandonadas as táticas de “Big Stick” e da “diplomacia do dólar” (final do século XIX até 1930), para se adotar a política da boa vizinhança e de “venda” do *American Way Of Life*. As novas estratégias, nesse sentido, visavam garantir a dominação cultural e ideológica e conseqüentemente econômica dos EUA sobre a América Latina. . No Brasil, esta política de penetração ideológica, se deu a partir da informação, com a imprensa e com o rádio; através da ciência e educação, em que, vários estudiosos norte-americanos vinham ao Brasil, para estudar a melhor forma de reproduzir o ideal de vida americano no país; na alimentação, com incentivos ao abastecimento de verduras ovos e carnes; na saúde com a criação

de projetos como o do Amazonas e Rio Doce (projetos de saneamento básico); no cinema; e na moda.¹

O Brasil, após a Segunda Grande Guerra, passou por três momentos em que são adotadas políticas que oscilam entre uma “internacionalização” da economia de Eurico Gaspar Dutra, o “nacional desenvolvimentismo” de Getúlio Vargas e o “desenvolvimentismo associado” de Juscelino Kubitschek. Neste período, o Brasil passava ao mesmo tempo, por uma progressiva abertura ao capital internacional por mais que houvesse uma progressiva ampliação das discussões à cerca de uma cidadania social.

A Belo Horizonte dos anos 40 e 50, foi marcada por um intenso processo de modernização. Esse processo acompanhava o cenário de expansão do capitalismo norte-americano, assim como o próprio desenvolvimento dos chamados “anos dourados” do capitalismo³. Para Souza (1998), a Belo Horizonte das décadas de 40 e 50 foi marcada por fortes “utopias e transgressões”. Utopias no sentido da modernização que ocorreu na cidade e transgressões, pelo fato desta modernização, nem de longe, significar uma transformação completa da sociedade.

A modernização de Belo Horizonte iniciou-se nos anos 30, mas foi nos anos 40 e 50 que este processo se consolidou. Juscelino Kubitschek foi marca indelével de tais transformações, que nos anos 40 como prefeito de Belo Horizonte, e nos anos 50, como governador de Minas Gerais. Neste período, o grande símbolo de modernidade era a Pampulha. Nos anos de 1945 a 1951, esse surto modernizador desacelera (pelo próprio contexto e pela administração de Otacílio Negrão de Lima, que representava uma oposição ao modernismo de JK).; Mas, a partir de 1951 a cidade voltou a ser modernizada. Em 1950 Belo Horizonte, em pleno processo de transformação, possuía cerca de 350 mil habitantes e a cidade industrial possuía cerca de 16 estabelecimentos

¹ Segundo Gerson Moura (1991), para se atingir tal intuito são instituídas na América Latina agências estratégicas (birô interamericano) para se estudar a melhor forma garantir política e ideologicamente uma aproximação e dominação da América Latina pelos norte-americanos.

³ A professora Elizabeth Guerra Parreiras, defende em artigo publicado na Revista do Departamento de História PUC-Minas, que as cidades da América Latina são modernizadas e não modernas, ou seja, são cidades que passaram por um processo de modernização de cima para baixo numa perspectiva de expansão do capitalismo.

industriais, e em 1960 cerca de 700mil habitantes e 87 estabelecimentos; um crescimento que fazia da capital uma das maiores metrópoles do Brasil, mas que trazia consigo grandes problemas estruturais tais como: abastecimento de água, transporte e serviços básicos⁴. Havia em Belo Horizonte nos anos 40 e 50, o culto ao novo mercado pelas circunstâncias de uma dinâmica efêmera de desenvolvimentismo.

É nesta sociedade que se pretendia atual, que analisaremos as propagandas e reportagens sobre moda, provenientes da Revista Alterosa; que era uma revista feminina, literária, mensal e noticiosa, produzida em Belo Horizonte; que cotinha contos, novelas, reportagens sobre moda, beleza e cinema; voltadas para a classe média belo-horizontina nos anos 40 e 50. A escolha desta revista, que analisaremos a seguir, se deve ao fato de que as revistas após a Segunda Guerra, e sobremaneira, nos anos 50, passaram a ter importante papel na divulgação do cinema e da moda norte-americana e segundo Luciana Crivellari Dulci:

As revistas de um modo geral, sobretudo as especializadas em cinema e as feminina(...) contribuía para a manutenção do esquema de produção cultural, seja na moda ou no cinema, divulgando e glamourizando notícias referentes ao universo do cinema, de seus atores, seu comportamento e estilo de vida (DULCI, 2004. 124 p.)

A nova moda para uma nova Capital.

Analisaremos a moda neste artigo, não somente como a variação sazonal do vestir, mas sim, como uma produção humana que segundo Gilles Lipovetsky (2006), a partir da do século XIX, e sobremaneira, a partir da Segunda Guerra Mundial, passou a ser marcada pela distinção social, pelo espetáculo publicitário e por uma grande efemeridade de produção. Neste sentido, articulado ao contexto de forte polarização política e ideológica inaugurado no pós-guerra, e a uma conjuntura de euforia capitalista, a moda, nos anos de 1945 a 1960 passava por uma grande transformação.

A moda pode ser analisada como uma manifestação estética de uma dada conjuntura na medida em que, como afirma Carl Köhler a moda é marcada por *um profundo significado, pois, o espírito humano não apenas reconstrói o próprio corpo como também cria roupas que o vestem*

⁴ CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1998. p. 210

(KÖHLER, 2005. 59 p.); Considerando esta possibilidade de análise, vale destacar que durante o século XIX, havia dois tipos de vestimenta. A primeira se referia ao vestir do proletariado a segunda a moda dos grandes Ateliês. Esta última coincidia com o período da *Belle Époque*. Tal moda foi marcada por uma produção estilística sobre medida bizazonal, ou seja, os grandes Ateliês, sobretudo os parisienses, produziam uma roupa luxuosa sob encomenda de uma elite, e, duas vezes ao ano, havia a divulgação do que era elegante e distinto de se vestir. Ao restante da população, caberia reproduzir aquele modelo de roupa. Esta moda aristocrática e autoritária entra em crise a partir da Segunda Grande Guerra e de 1945 a 1960, formatou-se o novo modelo de moda o *prêt-à-porter* (pronta para vestir). Este novo modelo foi edificado, a partir de uma nova dinâmica conjuntural, na medida em que, num momento de euforia desenvolvimentista era necessário criar uma moda com um mercado consumidor mais abrangente, que não se limitasse a uma elite com uma roupa sobre medida, mas sim, a um mercado maior. Esta nova moda representava também, a proposta de democratização difundida pelos norte-americanos e segundo François Baudot :

Nos meios camponeses e operários, nesse mundo subterrâneo que os burgueses continuam chamando 'o povo', a moda, até a Segunda Guerra Mundial, somente é conhecida pelo ouvido. No começo do século XX, veste-se ainda quase sempre a roupa que caracteriza algum tipo de trabalho. (...) Será preciso esperar os anos 60, para que as confusões geradas pela guerra, nasça, infinitamente mais complexa, (...) na segunda metade do século XX, nos países ocidentais, a economia liberal e a evolução dos costumes na Europa irão recusar a divisão tradicional entre alta costura e mundo do trabalho. (...) Toda uma nova juventude aspira por ter às boas coisas do consumo, (...) Vencedor absoluto, o grande irmão americano impõe seu modelo democrático (BAUDOT, 2005. p. 12)

Esta divulgação de uma moda mais abrangente com preceitos do *American Way Of Life*, em Belo Horizonte, pode ser percebida, por exemplo, em propagandas como as existentes na Revista Alterosa. Segue abaixo a propaganda da Loja Guanabara veiculada na Revista Alterosa de Julho de 1945:



Nesta propaganda a primeira frase em destaque afirma: “Somos Todos Americanos”. Tal afirmação está intimamente ligada a nova estratégia dos EUA ligada a difusão da idéia de americano comum num momento de conflito entre a proposta de liberdades democráticas dos EUA e a proposta socializante da URSS. No entanto, se o texto faz menção a uma igualdade americana, a imagem contradiz esta informação, pois, ao conjugar o texto a imagem da Estátua da Liberdade em grande destaque, e no fundo, a imagem embaçada do Cristo Redentor, é possível visualizar que somos todos americanos, mas nesta perspectiva, não somos iguais. Além da expressão gráfica de uma superioridade cultural, é apresentada a frase: “Em qualquer esfera do conhecimento humano, na América, estas conquistas vão sendo incorporadas indiscriminadamente por todos os cidadãos americanos! Foi esse princípio que inspirou a Guanabara a lançar no seu setor de atividades (...) a roupa americana moderna e prática tal como o é a América”. Com esta afirmação é realizada a ligação entre a democracia norte-americana e a moda moderna prática, ou seja, a moda *pret-à-porter*. Interessante perceber que a vinculação entre moda moderna e a difusão do ideário democrático dos EUA é pertinente, na medida em que o ato de vestir-se é um ato a priori livre. Com isso, ideologicamente a roupa seria um elemento importante para a divulgação do *American Way Of Life*, uma vez que o indivíduo que aderisse ao modelo de roupa prática e moderna estaria antes de tudo, aderindo à pretensa liberdade ofertada pelo Tio Sam.

A palavra moderna nesta propaganda da Loja Guanabara apresenta importante elemento a ser considerado. Isto porque, a Loja Guanabara, era uma loja de Departamento localizada a Avenida Afonso Pena esquina com Espírito Santo no coração do centro da capital mineira. Esta

loja era um exemplo significativo de venda da roupa pronta para vestir, além de ser uma das primeiras lojas de departamento da cidade, que localizava-se na região onde ocorria um segundo surto de modernização de Belo Horizonte. Enquanto a Pampulha se erigiu como um símbolo de modernidade nos anos 40, a região central da cidade representava a continuidade desta modernização dos anos de ouro do capitalismo. Esta propaganda é um exemplo de divulgação da moda modernizada com preceitos norte-americanos, por uma loja que se localizava numa região cara a modernização de uma das maiores capitais do país.

A ligação entre a modernização de Belo Horizonte e a moda, também pode ser verificada, no trecho que segue, da propaganda de Janeiro de 1948 da loja Sibéria localizada no edifício Acaiáca, que era também um marco de modernidade de Belo Horizonte.

Apresentando os alicerces da nova capital mineira em 1897, os nossos estadistas possuíam a visão do futuro, sabiam que os estavam plantando a grande metrópole de hoje, um dos mais legítimos motivos de vaidade para a civilização brasileira. Nosso estabelecimento evoluiu e cresceu com a cidade, até chegar a brilhante posição que hoje ocupa, correspondeu plenamente aos anseios de civilização de nossa sociedade tornando-se um dos mais belos magazines da cidade, quicá de todo o país em seu gênero. É, pois, com a mais viva satisfação que nos associamos ao regojízo do povo mineiro pelo glorioso jubileu de nossa encantadora capital. Vivo monumento da capacidade realizadora da gente montanhesa, radioso atestado de uma pujante civilização. (ALTEROSA, Ano X. Nº 93. 69 p.)

Esta propaganda apresenta um culto ao moderno e foi veiculada em 1948 quando Belo Horizonte completava 50 anos de existência. É preciso destacar, que a loja Sibéria, era uma loja de luxo que vendia o que havia de mais atual em questão de moda, e neste sentido, a ligação entre a “moderna civilização” belo-horizontina e a moda moderna é antes de tudo, uma relação entre a conjuntura desenvolvimentista dos anos de expansão capitalista a cultura ao cotidiano de parte da sociedade mineira. Nos anos 40 e 50 a idéia de modernidade no Brasil, segundo Renato Ortiz representava:

“Crescimento da industrialização e da urbanização, transformação do sistema de estratificação social com a expansão da classe operária e das camadas médias, o advento da burocracia das novas formas de controle gerencial, o aumento populacional,

o desenvolvimento do setor terciário em detrimento do setor agrário” (ORTIZ, 1989. 39 p.)¹

Neste sentido, a idéia de sucesso e do “jubileu” da capital mineira atrelada a uma loja que vendia artigos sofisticados e modernos pode ser compreendido com a junção entre costumes hábitos modernos como a moda, com a difusão do modo de vida norte-americano, ao processo de modernização que passava Belo Horizonte num momento de euforia capitalista. Isto porque, com esta modernização, num momento de forte desenvolvimentismo, se tem além da renovação urbanística e industrial, o fortalecimento do poder de compra do trabalhador, e com isto, criou-se novos hábitos de consumo.

Feita a discussão sobre as propagandas veiculadas na Revista Alterosa e considerando conjuntura dos anos 40 e 50 é preciso destacar finalmente, que, Belo Horizonte, nascera num modelo de modernização positivista, para ser a capital moderna da república, e, na plenitude dos seus 40 anos já era reconstruída numa forma de modernização desta vez ligada ao capitalismo nos dourados de sua expansão. Nos anos 50 esta modernização prossegue de forma incessante, compulsiva, marcada por um crescimento econômico com reflexos sociais e estruturais. Modernidade representada pelos traços futuristas da Pampulha; assim como a agitação e o dinamismo da região centro-sul da cidade; e dos novos contornos excludentes que a Belo Horizonte passou a ganhar a partir de um crescimento vertiginoso que empurrava grande parte da sociedade para as encostas da marginalização. A Pampulha se tornou nos anos 40 e 50 símbolo de avanços e de uma criatividade inovadora do ser humano, mas, ao mesmo tempo, representou também, o *oásis* moderno de uma elite. A região centro-sul da cidade se erigiu como o paraíso do consumo, marco de modernização e dinamismo dos anos de expansão do capitalismo e de difusão do ideal de vida norte-americano, as custas da exclusão de uma maioria que não fazia parte dessa ilusão desenvolvimentista.

¹ Tanto Octavio Ianni, como Renato Ortiz, de certa forma, admitem que a modernidade no Brasil nos anos dourados do capitalismo se fez de forma incompleta e conservadora. Para Octávio Ianni é uma modernidade que se construiu através de uma dicotomia entre modernização das estruturas econômicas e estatal, e a conservação no que se refere à organização política e as questões sociais. Já Renato Ortiz, afirma que a modernidade brasileira nos anos 40 e 50 era incipiente e limitada ao perímetro urbano.

É nessa sociedade que foi marcada desde a sua criação, por um processo de intensa renovação e que passou com isso, a cultivar o efêmero engendrar o novo para ser atual; que este artigo buscou analisar a difusão da moda moderna norte-americana. Moda que após a Segunda Guerra, passou a representar a venda de um ideal de democracia norte-americana, num contexto de polarização política e ideológica e ao mesmo tempo, a divulgação do ideal de consumo num momento em que o crescimento econômico demanda a expansão de mercados consumidores. É, portanto, a entrada da moda moderna na capital modernizada. A moda com os preceitos do *American Way Of Life*, em Belo Horizonte, cidade que num constante metamorfosear passou a buscar uma identidade tendo como referências, elementos culturais que vinham de fora para dentro, numa modernização endógena conseqüente, em parte, de um contexto exógeno.

Referências Bibliográficas :

BAUDOT, François, *Moda do século*. São Paulo: Cosacnaify, 2005. 384 p.

BEUAD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 407p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1998. 309p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989. 317p.

DULCI, Luciana Crivellari; NORONHA, RONALDO DE; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Moda e cinema no Brasil dos anos 50: Eliana e o tipo 'mocinha' nas chanchadas cariocas*. 2004. 161, 15 f., enc. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

DUTRA, Eliana de Freitas. *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: Editora Arte, 1996. 342 p.

HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992. 180p.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do Efêmero a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. 90p.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo et al. *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte ; CEDEPLAR, 1994. 93p. (BH 100 anos)

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 92p. (Tudo é história ;91)

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PARREIRAS, Elizabeth. *Cidades da América latina : modernas ou modernizadas. Cadernos de História : [belo Horizonte]*, Belo Horizonte, MG , v.6, n.7 , p.49-56, jul.2001.

SINGER, Paul. *O capitalismo : sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. 13. ed. São Paulo: Moderna, 1995. 87 p.

A FOLIA DE REIS EM SÃO BRÁS DE MINAS. O IMAGINÁRIO RELIGIOSO, A MIGRAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES LOCAIS.

*João Venâncio Machado de Ourofino**

A folia de Reis, festividade existente em diversas regiões do país, foi introduzida pelos portugueses ainda no período colonial. “Em Portugal, o termo folia já existia no século XVI, aparece, por exemplo, no Auto da Sibila Cassandra, de Gil Vicente e denominava uma dança viva ao som de pandeiro e canto, representando os próprios Reis que vão adorar o menino Jesus”. (RIOS, 2006:66). As alterações no mundo rural têm trazido dificuldades para a manutenção dos festejos da Folia de Reis e a formação de novos foliões. A afluência dos migrantes locais para outras regiões do Brasil e outros países transforma os papéis sociais tradicionais e o significado original da festa. Por outro lado, durante o ano, a população local conserva as práticas tradicionais, mantendo a fé e seguindo os ritos da tradição, em contraste com a atitude dos migrantes que vivem uma realidade urbana e suas representações. Esta comunicação pretende lançar novos olhares sobre a festa da Folia de Reis em São Brás de Minas e a devoção da comunidade local, propondo a retomada deste campo de estudos a partir dos novos instrumentos metodológicos da história cultural, e considerando o contexto contemporâneo em que os acontecimentos, suas transformações e incorporações ocorrem.

O interesse é trabalhar com a memória, os relatos e testemunhos orais, elementos importantes para a percepção que as experiências trazidas pelos migrantes deixam ver ou entrever na sua relação com o cotidiano dos nativos que aí ficaram e com a celebração da Folia, seus ritos e suas práticas. Identificar e buscar descrever as dificuldades encontradas pelo “capitão” (Alferes) para a continuidade e manutenção de quadros (cantadores, instrumentistas e foliões) da Folia devido ao processo de migração dos jovens e óbito dos mais idosos. Verificar como o processo de modernização dos meios de comunicação e a migração influenciam os hábitos dos jovens e seu olhar sobre o tradicional local.

É essencial ressaltar que tanto as festas populares religiosas como as profanas, independentemente de suas classificações e conceitos, desempenham uma função social, seus participantes compartilham elementos em comum de seu simbolismo e cosmologia. Nas festas

* *Mestrando em História Cultural pela UnB*
E-mail:jourofino@terra.com.br

populares de caráter religioso o principal objetivo é a homenagem a um santo ou divindade, essas festas exibem uma espécie de dom de fascinação, além de retratar uma tradição local. Para melhor analisarmos as características e singularidades dos folguedos populares, é necessário que conheçamos o lugar em que ele está inserido. A região de São Brás (noroeste de Minas Gerais) e a comunidade do Cerrado contam hoje com duas folias organizadas com toda a estrutura ritual que exige a sua celebração e festividade: as folias dos Correias e do Fulozino, assim chamada devido ao seu Alferes Flauzino. Uma das peculiaridades para a continuidade dessas manifestações tem sido a oralidade, grande parte dos elementos da cultura popular encontra-se retida e acondicionada na memória da população.

Em torno de ocasiões festivas, enxergam-se os elementos de uma cultura em sua expressão mais eficaz, instituinte. A festa pode ser vista como um conjunto de tradições cujos significados seriam capazes de atravessar o tempo e consolidar aproximações e oposições, como um fenômeno que produz “o período liminar em que os agentes sociais abandonam espetacularmente os seus papéis e convivem num igualitarismo provisório” (ALMEIDA, 1994:178). As festas se movem, se transformam ou se estabilizam ao logo do tempo, seja através de processos comumente designados como “sincretismo”, seja por mecanismos mais recentemente nomeados como “circularidade cultural” ou pela ação de mediadores culturais. No interior destas práticas festivas coletivas e ricas de dimensões simbólicas e sentidos históricos, procura-se investigar justamente o movimento pelo qual determinados repertórios culturais são perpetuados, reelaborados, re-significados ou transformados e por vezes, definitivamente abandonados. Não se pode mais conceber uma festa religiosa de caráter popular como algo puro e imóvel no tempo; é dentro do constante processo de invenção e reinvenção, de representações e de circularidade cultural que se pretende desenvolver este trabalho de pesquisa sobre a Folia de Reis de São Brás de Minas.

A Folia de Reis é um festejo que mantém similaridades e diferenças construídas e cravadas em cerimonial originado de costumes que se fixaram no interior da comunidade, oferecendo importantes pistas para a compreensão de suas particularidades. A festa tem um caráter sagrado e profano. No profano, o sagrado está latente, no entanto, nessa festa, não é ele que prevalece, predomina o caráter híbrido mantendo o espírito lúdico, a folia visa ao divertimento, mas carrega um forte traço de religiosidade popular muito manifesto. A devoção, sentimento de religiosidade que atua no indivíduo como força de coesão da coletividade, insere-

se no imaginário pessoal e social suscitando representações e práticas carregadas de sentido histórico. Por isso, o interesse em trabalhar com a memória e os relatos provenientes do não esquecimento, o que se poderia chamar de registro de uma ausência de tempo, a presentificação (re-elaboração) de um passado distante. A memória permite que se possa lembrar sem a presença da coisa ou da pessoa, originando uma representação social do fato construída também pelas recordações contadas por outros, que mantém uma coesão do grupo e legitima a existência de suas práticas sociais,

Durante a festa, suspendem-se as atividades normais, os afazeres cotidianos. Os devotos deixam a lida habitual, a batalha pela sobrevivência, o trabalho voltado a produzir bens que garantem a vida para produzir bens voltados para a afirmação de um sentido para a vida, sentido que se perfaz na religião com o divino. Na festa, o trabalho tem outra natureza. Trabalha-se para Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, para os Santos Reis. Na festa e pela festa cuida-se de separar da azáfama do dia-a-dia o que realmente importa, de selecionar o que deve permanecer e, portanto, ser lembrado, celebrado. Quais os valores mais caros do grupo ou da comunidade? De quem foram aprendidos e para quem serão deixados? Cultuar e comemorar implica lembrar, afirmar e transmitir. Todas essas operações são atualizadas nas festas, período especial em que os santos derramam sua bênção e o sagrado se faz presente na terra. Tanto a festa dos santos de devoção negra, Reinado ou Congado, como as Folias de Reis envolvem ternos compostos por vários integrantes. (RIOS, 2006:66)

E são análogos seus componentes, quase idênticos: teatralizações, música e dança combinadas, repletas de tambores, batuques, caixas, violas, violões, sanfonas. Pode-se dizer que se integram na linguagem do teatro, auto, música e poesia de origens portuguesas em fusão com formas afro-brasileiras e indígenas, resultando em um festejo onde se percorre longos caminhos em busca de donativos nas casas, fazendas, para manutenção da própria festa. Na noção de festa, inscrevem-se as noções de cultura e nela a de cultura popular, de tradição, memória, identidade, representação e imaginário que se integram no cotidiano gerando releituras e ressignificações, que assumem múltiplos aspectos, construções e produtos influenciados por uma troca ilimitada entre o tradicional e a modernidade que rodeia esse fazer de devoção e celebração.

Para Bellotti (2005), perceber a construção e o real do imaginário, dado tão invisível e pertinente, requer sensibilidade para enxergar a história que se movimenta nos modos de ver e fazer das pessoas. As inaudíveis vozes de indivíduos perdidos entre fragmentos da lembrança, as fontes visuais, documentos e experiências permitem reconhecer a diversidade humana dentro da História, conferir existência ao relato corriqueiro, às recordações, à experiência do vivido e até ouvir de outra forma as vozes de seus personagens. Ainda que se refira a acontecimentos efetivos já passados, a memória relata, não aqueles próprios acontecimentos, mas sim as palavras

concebidas pelas evocações daqueles fatos, os quais, ao passarem pelos sentidos, gravaram no espírito uma espécie de vestígio.

Trabalhar com a memória é pensar as aproximações e distanciamentos com o fato acontecido, com a sua reconstrução narrativa, com as formas de representação do passado e suas maneiras de se representar no presente. Não obstante suas limitações, a história oral deve ser entendida como um método capaz de produzir interpretações, representações, imagens sobre processos históricos de um passado recente ou distante, o qual, muitas vezes, só é dado a conhecer por intermédio de pessoas que participaram ou testemunharam algum tipo de acontecimento, e em função dele constroem a sua própria identidade e a sua distinção em relação aos outros.

Benjamin (1996) aproxima-se assim de toda uma geração de historiadores, que julgaram encontrar na prática da história oral a possibilidade de salvar do esquecimento a história e a cultura dos grupos dominados. A ele se deve em grande parte a relevância que se atribui hoje à história oral, à linguagem e à narrativa, a importância dada à memória, às lembranças, à recordação, à rememoração, à anamnese, e a valorização do trabalho com entrevistas e com a oralidade para a percepção das vozes não ouvidas e lugares olvidados onde o rememorador resgata do ausente o experimento do existir, do sensível e não revelado. São momentos únicos e nunca os mesmos, que se reinventam, se desvelam, permitem experimentar e fazer releituras naquilo que repetidamente se mostra. Torna-se essencial conservar as experiências que as pessoas narram, os episódios que descrevem, as historietas que relatam. Tratar como fonte – tal como as fontes escritas, por exemplo – a memória daqueles que não têm tido um lugar mais visível na historiografia, salvar os seus testemunhos e depoimentos.

As festas têm atraído vários olhares sobre suas manifestações e, além das tradições, representações, imaginários sociais e interiores, sagrados e profanos, apresentam diversas linguagens que se entrecruzam no seu espaço de atuação. O trabalho de Souza e Anjos (2006) traça um paralelo significativo entre as linguagens do corpo nas festas de Folia de Reis e nas Congadas em São Mateus, Norte do Estado do Espírito Santo. Os autores destacam a riqueza das expressões corporais nas festas populares e discutem a possibilidade de levá-las para o espaço da escola, procurando tematizá-las, pedagogizá-las e inseri-las no contexto escolar como temas transversais. Perguntam se o objeto de estudo da disciplina Educação Física, tendo o esporte como centro de suas atenções e estudos, não poderia avançar para outras práticas:

Coube nesse estudo discutir o corpo e sua especificidade cultural, partindo da consideração de que o corpo expressa valores e significados de um dado grupo social. As danças, expressões e movimentos corporais são considerados elementos da cultura, são fenômenos que expressam um sentido, um significado, não sendo um elemento redutor que não avança e não se transforma. Assim a folia-de-reis se apresenta e garante possibilidade que em seu interior, outros elementos culturais provindos de distintas matrizes culturais possam interagir, mesmo que os processos por vezes inconscientes nos atores presentes nas relações sociais acabam influenciando e tornando-se mediadora dos distintos elementos. (SOUZA E ANJOS, 2006:15)

O trabalho de Silva (2006) sobre a festa de São Bento em Vila Kennedy, periferia de Caruaru em Pernambuco, relaciona a festa e sua celebração como espaço de aprendizagem fora do contexto da escola e do currículo formal, trata a participação nos festejos como um momento de construção de cidadania. As atividades propostas são diversificadas e incorporam o aspecto formativo por meio de oficinas, apresentações artísticas, oferta de eventos que propiciam o contato com linguagens diferentes e práticas de aprendizagem constante no decorrer dos festejos. Até o final do evento são observados aspectos éticos e morais, ações realizadas coletivamente, momentos de percepção do outro e de sua realidade, tendo a festa como prática pedagógica e as rezas como momentos de aprendizagem:

Em resumo, a Festa de São Bento é um atestado que religião e escola, reza e vida, reflexão e ludicidade podem caminhar juntos e em tudo aprender. Demonstra que o chão fértil da aprendizagem é a relação (Paulo Freire), a vida refletida e rezada a partir dela mesma; é a curiosidade incitada e alimentada em grupo; é a nova consideração que podemos passar a ter em relação a si mesmo/a, aos/as outros/as e ao mundo. Ademais, que o terreno privilegiado do Conhecimento não se restringe a uma instituição formal, mas, sobretudo, se desenvolve em relações humanas, sociais, políticos e eclesiais, em espaços abertos, em que o humano considere-se sujeito, trazendo sonhos de transformação em seu bojo, descubra seus potenciais ligados aos/as outros/as e sempre aberto, porém, crítico, às novidades históricas que se sucedem. Pois, a vida não pára. (SILVA, 2006:15-16)

No trabalho de Pessoa (2007), também observamos o trabalho de educação através da festa de Folia de Reis, onde o autor aborda uma prática cultural e a relaciona com o processo de educação popular não formal, decorrente de procedimentos espontâneos e naturais no interior de uma dada comunidade. É, pois, levando-se em conta todo esse contexto, que faz sentido pensar a Folia de Reis também como prática educativa, e sua organização como situações de aprendizagem, nas quais se pode perceber claramente a presença do fenômeno educacional. O autor apresenta três momentos que poderiam referenciar o processo pedagógico da folia: para os sujeitos encarregados do ritual (como se aprende a ser folião?), para os fiéis destinatários do ritual, que aprendem com os foliões a dinâmica interna da celebração, e memória e educação

como atualização da cerimônia, onde a memória individual refaz o passado, com os ingredientes dados pelo grupo social em que se vive:

O texto tem como premissa a consideração de que o maior volume de escritos sobre educação popular deriva de um esforço de inúmeros pesquisadores em análises e reflexões sobre as práticas de sujeitos individuais e coletivos, visando, sobretudo, a conscientização de grupos subalternos quanto às causas das respectivas situações de pobreza e desassistência. Tais escritos, em geral, têm em vista, também, a superação dessa mesma condição, por meio da escolarização de jovens e adultos, de ações no âmbito da cultura popular, da formação política e da mobilização de comunidades. Via de regra, não se tem levado em conta que, de muitas maneiras, sujeitos e grupos constroem formas próprias de coesão social que são essencialmente produção de sentidos e de saberes. Isso se dá de modo expressivo nas danças, nos folguedos e nas manifestações coletivas da religiosidade popular. Um exemplo, proposto neste texto, é o caso das folias de reis, em que os agentes do ritual fazem esta comunicação de sentidos e saberes, inclusive, de casa em casa, ao visitarem anualmente os moradores devotos. (PESSOA, 2007: 1)

As fricções entre a tradição e a modernização tem alterado o ritmo e organização da Folia de Reis. Em São Brás de Minas, pedaço do mundo rural que até bem pouco tempo ficava isolado de comunicação com o mundo externo, sem acesso ao transporte, aos meios de comunicação e às representações, aos instrumentos e às técnicas de produção mais modernas, ocorre também modificações nas suas práticas devocionais, festas religiosas e populares (Folia de Reis, Festa do Arroz, Festa do Fazendeiro). Surge uma dificuldade de identificar e manter as tradições de acordo com as vivências da infância e com o guardado na memória. Daí sempre nas rodas de conversas um ar de saudade de um tempo que já não é, e de uma representação que também já é outra, se recriou, dando lugar a um sentimento imaginado (existente) somente no pensar e relembrar, dentro das possibilidades do não esquecido e mantido através do movimento da vida cotidiana. A memória se faz significativa e reforça um imaginário que permite a manutenção da religiosidade, sua devoção e suas festas. O passado permanece então em contínua reconstrução, inerente à recordação, incita ao testemunho do outro e à sua inserção em narrações coletivas.

O caráter migratório tem sido um forte elemento para a continuidade da tradição na comunidade de São Brás de Minas e arredores. A festa assume então uma maneira de encontro e reencontro com parentes e amigos que partiram e têm, graças a ela, a oportunidade de confraternizar com os familiares. Principalmente aqueles que ficaram, aguardam agora não só pelo momento de devoção e ritual da festividade como também para satisfação desse desejo de “matar a saudade”, dando assim outra conotação à data e ao período. A dificuldade de formar novos foliões músicos e cantores que continuem a tradição; a incorporação de novos elementos na feitura do vestuário, as alterações na rotina dos itinerários (“giros”), dos procedimentos

internos das rezas, nos altares, na dinâmica dos almoços e jantares, criou novas representações e um olhar diferente entre os jovens (migrantes e não migrantes) e os moradores mais antigos da comunidade em relação às comemorações da Folia de Reis e seus aspectos devocionais, religiosos e festivos. Por outro lado, durante o ano a população local conserva as práticas tradicionais (promessas e oferendas aos Santos Reis pelas graças alcançadas ou pretendidas), mantendo a fé e seguindo os ritos da tradição, em contraste com a atitude dos migrantes que vivem uma realidade urbana e suas representações.

Resta saber se as novas gerações de foliões, herdeiros do legado cultural, prosseguirão mediando seu pertencimento à tradição e ao lugar por meio dos significados e práticas culturais presentes nas folias. Novos vínculos de trabalho, de parentesco e de gênero, múltiplas inserções políticas e identitárias desafiam os foliões de hoje e os jovens da comunidade a pensar se vale a pena ou não manter e dar continuidade a uma manifestação cultural que mantém a coesão do grupo e estabelece vínculos dinâmicos entre o presente e a tradição e história dos antepassados.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Jaime de. “Todas as festas, a festa?” Em: Tânia Navarro Swain. (org). *História no plural*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. Pp.153-187.
- BELLOTTI, Karina Kosicki. Identidade, alteridade e religião na historiografia colonial. *Revista de História e Estudos culturais*. v. 2, n.1, 2005.
- BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de história pp.222-232 In Obras escolhidas I. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio P. Rouanet. SP: Brasiliense, 10ª Edição, 1996.
- PESSOA, Jadir de Moraes. Mestres de caixa e viola. *Cad. CEDES v. 27 n. 71 Campinas jan/abr 2007*.
- RIOS, Sebastião. Os cantos da Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 9, n. 1, jan./jun. 2006, p. 65-76.
- SILVA, Everaldo Fernandes. A reza e a festa como espaços de aprendizagem: apontamentos de um olhar. *Revista Interfaces, Caruaru*, v. 6, n. 2, 2006.
- SOUZA, Romena Olívia e ANJOS, Luís dos. Folia-de-Reis: representações de uma comunidade de pescadores *Revista Digital. Buenos Aires, ano11, nº33. agosto, 2006*.

EM BUSCA DO DESPERTAR: O FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL ANGOLANA APÓS A SEGUNDA REPÚBLICA

Rodrigo de Souza Pain¹

¹ Doutor do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Especialista em História da África pela Universidade Cândido Mendes; Bacharel e licenciado em Ciências Sociais e História pela PUC-RIO.

RESUMO

O presente artigo pretende apontar os novos caminhos desenvolvidos pela sociedade civil angolana após a passagem da Primeira República, caracterizada por um Estado de Partido Único e de economia planificada, inspirada nos ideais marxistas e leninistas; para a Segunda República, ou seja, para uma economia de mercado multipartidária, explicitando as adversidades advindas das diversas realidades sociais, políticas e culturais do espaço territorial angolano, resultante do processo de colonização, para a formação e consolidação da democracia e da sociedade civil em Angola.

Palavras-Chave: Sociedade Civil Angolana; Estado; Política.

ABSTRACT

The present article intends to after point the new ways developed for the Angolan civil society the ticket of the First Republic, characterized for a State of Party Only and of planned economy, inhaled in the Marxist and Leninist ideals; for the Second Republic, that is, for a market economy, demonstrating the happened adversities of the diverse social, politics and cultures realities of the Angolan territorial space, resultant of the settling process, for the formation and consolidation of the democracy and of the civil society in Angola.

Keywords: Angolan civil society; State; Politics.

Introdução:

A história recente angolana foi marcada por um longo conflito armado, não proporcionando o desenvolvimento de uma cultura do diálogo, sendo a desconfiança um pilar importante nas relações entre pessoas e instituições. As dificuldades que essa sociedade enfrenta, principalmente no que diz respeito às restrições de sua atuação, à dificuldade de inserção na formulação de políticas públicas e ao desenvolvimento de parcerias junto ao governo demonstram a especificidade dos países que passaram por processos de colonização e dominação e a problemática da formulação e do fortalecimento da sociedade civil.

Destarte tal contexto, os atores não-estatais angolanos vêm se empenhando em direção à valorização da democratização e da valorização da sociedade civil enquanto agente transformador do espaço social através de ações fundamentais, não empreendidas até então.

A reconfiguração do espaço público pela qual passou a sociedade angolana durante a colonização, que foi comandada pelo Estado colonial português de Salazar e, posteriormente, pelo governo de Partido Único marxista e leninista; e o papel da sociedade civil no contexto do conflito armado que resultou no nascimento da II República em Angola, será objeto central de discussão deste artigo, buscando dessa forma compreender os desafios contemporâneos que a sociedade civil angolana vem enfrentando, agora em um contexto que podemos considerar de “paz”.

A Sociedade angolana e a construção da paz e do desenvolvimento.

A sociedade civil angolana tem uma história que é anterior ao dia da independência do país. Não se pode conceber o onze de novembro de mil novecentos e setenta e cinco como sendo o marco da história do surgimento da sociedade civil organizada em Angola.

Pestana não considera nem o nacionalismo moderno angolano surgido nos anos 1950/1960, que conduziu a luta armada, como ponto de partida da conformação da sociedade angolana. Para ele, existe uma “história antiga” dessa sociedade que tem ligação imediata com a história do movimento associativo angolano, cujas origens

podem ser situadas em meados do século XIX, nas associações culturais e nos movimentos cooperativos e mutualistas que davam corpo à afirmação do direito de cidadania dos africanos nos anos 1930, que se prolongaram ao longo de todo o século XX (Pestana, 2004:03).

Sobre o associativismo angolano em meados do século XIX, Freudenthal, aponta que, através da imprensa (que surge com significativo impacto na elite da Angola colonial no final do século XIX) as elites participaram das críticas formuladas à administração colonial, reivindicando direitos, denunciando abusos e desencadeando o temor e o ódio dos colonos, cujos interesses estavam em contradição com as disposições legais, nomeadamente no que dizia respeito à imposição do trabalho obrigatório e às duras condições desse trabalho (Freudenthal, 1988:19). Essas elites fizeram ouvir a sua voz, através da imprensa, não só em Angola, mas também em Lisboa, reforçando assim as bases de sua identidade.

A história mais recente da sociedade civil angolana tem a ver com o “renascer” desse movimento associativo, com a reafirmação da sua autonomia, da sua legitimidade e de sua intervenção no espaço público, depois que os movimentos de libertação abandonaram o espaço público criado no contexto colonial, e se assumiram como partidos – nação, caso que não se restringiu apenas a Angola, mas a muitos movimentos de libertação de outros países colonizados (Pestana, 2004:03).

Além disso, faz-se necessário afirmar que a configuração do espaço público em Angola foi comandada pelo Estado desde a época colonial². Desta maneira, os severos limites impostos à participação³ de atores não-estatais impediram a construção social de uma cultura do diálogo e ignoraram a contribuição de mecanismos promotores de coesão social, particularmente de normas sociais complementares à racionalidade do Estado e do mercado (Elster apud Abreu, 2006: 28).

O regime português foi um órgão de repressão sistêmica ao nível interno e reproduziu as mesmas misérias na África, concedendo poucos direitos cívicos aos

² A própria Metrópole era comandada pelo ditador Salazar desde o final dos anos 1920.

³ Eis a dificuldade de compreensão do conceito de sociedade civil, principalmente quando os autores que se debruçam na temática buscam um conceito definido, sem compreender as diversas dinâmicas e os diversos atores sociais e políticos que atuam na complexidade da sociedade analisada, a angolana no caso.

seus próprios cidadãos e, praticamente, nenhum direito válido aos seus “nativos” (Davidson, 2000:184). As alternativas em termos de política ou de método nunca foram temas de debates no seio deste império, mas sim, uma provocação para a política colonial.

Assim, fica difícil falar em participação da sociedade civil no contexto da época colonial. Manifestações fizeram-se presentes, principalmente através dos movimentos de libertação nacional, mas, no entanto, a conjuntura autoritária dificultava qualquer tentativa de participação por parte da população.

Já no período pós-colonial, a aceitação do Estado -Nação pós-colonial na África significou a aceitação da partilha e das práticas morais e políticas da administração colonial nas suas dimensões institucionais (Davidson, 2000:161). Isso aponta uma característica particular de Angola, o contexto da sociedade civil pós-colonial consolidou-se com aspectos muito parecidos com os do período português, principalmente naquilo que diz respeito ao autoritarismo, marcante naquele momento.

Em relação às análises sobre a “sociedade civil” angolana no período de vigência do regime de Partido Único em Angola (pós-independência, 1975-1991), podemos constatar reflexões geralmente reducionistas, compelidas a negar qualquer existência de uma autonomia latente, ou exclusivamente legitimadoras, transformando as organizações de massas criadas pelo próprio governo do MPLA como, por exemplo, a Organização das Mulheres Angolanas, em pseudo-representantes dessa “sociedade civil”.

Outro elemento importante a se considerar na busca da compreensão do despertar da sociedade civil angolana é a própria guerra civil, que, nas duas primeiras décadas após a independência, inibiu o desenvolvimento de organizações autônomas atuando no espaço público. Dessa forma, toda a tentativa de autonomização da sociedade civil foi também esmagada pela guerra, na medida em que a deslegitimação do poder do Estado não reforçou o poder da sociedade civil, ao contrário, reforçou um outro poder, armado e de natureza totalitária, que, em contrapartida, deu novo fôlego à máquina estatal, quando a rejeição ao poder armado contribuiu, para bem ou para

mal, para o seu reforço e, para o conseqüente enfraquecimento das organizações autônomas⁴.

Toda essa configuração da história política de Angola é importante para entendermos porque seu espaço público não pode ser concebido como um espaço neutro. Esse espaço tem a sua própria história – traumática – que influencia fortemente a capacidade dos angolanos de se organizarem e falarem publicamente (Comerford, 2005: p.03). Munslow (apud Comerford, 2005:03), afirma que “Durante o domínio colonial reprimiram-se as organizações africanas independentes (...) No meio das fileiras do MPLA, a tentativa de golpe de Estado de Nito Alves⁵ em maio de 1977 teve enormes ramificações para impedir o futuro crescimento da sociedade civil em Angola”⁶.

Todo o trauma de longos anos de guerra mergulhou a sociedade em uma espécie de “cultura da violência e do medo”, que se reflete na falta de participação, na omissão e na submissão por parte dos angolanos em determinadas situações.

Ainda assim, na conjuntura do Partido Único, o espaço literário angolano, representado na figura da União dos Escritores Angolanos (UEA) - nascida num clima, ao mesmo tempo, de lutas internas no seio do poder político e da ânsia pela (re)estruturação do campo literário e cultural autônomo – foi o ambiente em que se pôde desfrutar de uma relativa autonomia naquilo que dizia respeito ao controle do espaço público por parte do Estado⁷, constituindo-se como uma fonte de legitimidade independente (Pestana, 2004:10).

⁴ Exemplos foram às medidas impedindo a formação e o desenvolvimento das atividades de associações de caráter cívico como a Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD). As associações cívicas eram acusadas pelo regime de antipatrióticas (por acolherem os relatórios sobre direitos humanos de organizações internacionais), de trabalharem a serviço do “inimigo” (Lopes, 2004, pp. 01-02).

⁵ Seguindo esse raciocínio podemos relacionar o violento conflito que se seguiu após as eleições de 1992, que causou milhares de mortes (em apenas dois dias); assim como em 1977, quando na tentativa de golpe dentro do seio do MPLA, que foi reprimida de forma violenta, houve milhares de mortes marcando fortemente a sociedade civil angolana.

⁶ Na única eleição que houve em Angola, o Presidente José Eduardo dos Santos (MPLA) venceu no primeiro turno o candidato da UNITA, Jonas Savimbi. No entanto, este último não aceitou o resultado alegando fraude (o que não foi constatado pelos observadores internacionais), recusou-se a participar do segundo turno, e mergulhou o país novamente numa guerra sangrenta (inclusive na capital e nos arredores) depois de alguns meses de tregua por causa das eleições.

⁷ Na época, alguns dos maiores nomes da cultura nacional, em conseqüência da forma violenta como eram resolvidas as diferenças (ou contradições) políticas, ou de personalidade, no interior do movimento nacionalista, tinham se distanciado dos círculos do poder, tinham sido marginalizados ou eram, ainda, objeto de severo esquecimento.

Essa instituição teve caráter fundamental, pois ela liderou este esforço de (re) estruturação do campo literário, definindo-se como uma organização de intelectuais que defendia a revolução, ao mesmo tempo em que reclamava a legitimidade de representar todos os escritores angolanos, pretensão reveladora de uma contradição nos próprios termos e que esconde mal o espírito confederador que ela pretendia desempenhar.

A União dos Escritores Angolanos era o lugar onde evoluía esta contradição entre “autonomia literária” e “controle político”; ao mesmo tempo em que proporcionou uma relativa autonomia do espaço literário face ao controle do Partido Único e do Estado, permitiu esforços redobrados das elites políticas com vistas a instrumentalização política da literatura e dos escritores⁸ (Pestana, 2004:10-11).

Mudanças significativas ocorreram com a transição da República Popular de Angola - de Partido Único, inspiração socialista e economia planificada, para a República de Angola, em 1991. A passagem para o Estado multipartidário democrático de direito trouxe enormes mudanças no quadro jurídico do país, criando leis importantes, como a Lei das Associações (com seu funcionamento independente do Estado), a Lei dos Partidos Políticos Independentes, a Lei do Direito à Greve, a Lei de Liberdade de Imprensa, entre outras.

A simples observação das designações deste pacote de leis revela como era a ocupação do espaço público pelo Estado durante a Primeira República. A socióloga Cesaltina Abreu (2006:34) aponta, por outro lado, a falta de regulamentação ou a regulamentação tardia dessas leis, observável nas datas de suas respectivas aprovações, o que gerou desentendimentos na sua interpretação⁹.

Em 1994, três anos após o nascimento da II República em Angola, Pacheco (1994:07), presidente de uma das maiores Ongs angolanas (ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), afirmava já existir uma sociedade civil angolana “como a expressão de forças sociais e econômicas formais e não formais

⁸ Alguns escritores, com passado em agrupamentos informais de esquerda criaram abertamente uma associação cultural em Luanda, que publicou, conforme aponta Gonçalves (2004, p.27), a revista literária “Archote”, animando interessantes debates, nos quais se combatia o monolitismo do regime na cultura.

⁹ Como exemplo, a nova Lei de Terras, aprovada em 2004, revogando a Lei 21-C/92s, (sobre o Uso e Aproveitamento da Terra para fins Agrícolas).

que já demonstravam capacidade de assegurar, pelo menos, a sobrevivência das cidadãs e dos cidadãos”.

Dessa maneira, Pacheco (2004) não tinha dúvida que já existia uma afirmação de sociedade civil angolana, que era constituída por forças sociais (associações informais, redes de parentesco, indivíduos dotados de espírito empreendedor) resultantes de um processo de urbanização recente, forças que estão em rápida e permanente transformação porque têm acesso a diferentes modernidades, não isoladas, e em permanente contato com o mundo através dos meios de comunicação e das linhas áreas internacionais; estabelecendo laços múltiplos entre si e construindo redes de autênticos contra-poderes, traduzidos em fatos conhecidos como a organização dos mercados, o estabelecimento de taxas de câmbio, as ações de reivindicações, entre outros (Pacheco, 1994: 07).

Em 1996, entra em cena a Fundação Eduardo dos Santos (FESA), uma ONG que tem o nome e o patronato do Presidente da República (José Eduardo dos Santos), organização que diz inspirar-se em instituições similares existentes nos grandes países democráticos e pretender consolidar, como estas, os objetivos de progresso social, cultural e científico em Angola¹⁰. A FESA aparece, mais claramente, como uma instituição na qual o Presidente da República intervém como pessoa privada e cujos fundos não são os seus, mas sim os de grandes sociedades internacionais e nacionais¹¹.

Essa Fundação pode ser analisada num primeiro nível, de acordo com Christine Messiant, como um produto e uma coroação do sistema geral de dominação clientelista, além de ser, também, um sinal de tentativa de reforço do poder presidencial¹². Basicamente, esta Fundação, “retém” dinheiro público que não é seu¹³, para realçar a imagem pessoal de benfeitor do seu “fundador e patrono”, que intervém nisso como pessoa privada, mas que é também, como não deixa de lembrar a

¹⁰ Ver mais na página: <http://www.fesa.org.br/>

¹¹ Basta ver as mensagens de patrocinadores nas revistas publicadas pela instituição. É comuns encontrar a brasileira Odebrecht, as estatais Sonangol (petróleo) e Taag (aviação).

¹² Com clara referência ao culto a personalidade do Presidente José Eduardo dos Santos.

¹³ Segundo o documento da Human Rights Watch, “(...) em certos casos, recentemente observados, as receitas do petróleo não foram processadas pelo Ministério das Finanças, nem pelo Banco Nacional de Angola, tendo sido utilizadas secretamente para aquisição de armamentos. Estas ocorrências originaram também alegações de corrupção no setor público(...) (HRW, 2002:05).

Fundação, “o Presidente da República de Angola e do MPLA, o partido majoritário no poder”, ou seja, Estado.

Para tal, a FESA, como “Estado” angolano, atua na gestão estratégica do petróleo do país, rivalizando com os interesses econômicos estrangeiros e as empresas estatais.

O Presidente angolano “recanaliza” em direção à sua própria pessoa uma parte dessas benesses e as redistribui, todos os anos, sob a forma de “cacho”, durante a “semana da FESA”¹⁴, que dá lugar a muita publicidade, votos de felicidades e agradecimentos. A Fundação não funciona apenas com fundos privados. Dentre as realizações ostensivamente inauguradas, algumas provêm do próprio Estado¹⁵.

A FESA colabora com o “Estado”, os ministérios ou as administrações locais, intervêm em complemento da “ação do governo”. Além disso, a FESA apóia também uma série de outras organizações da sociedade civil. Algumas surgem na semana da Fundação. Apóia ainda a Associação de Apoio às Mulheres Rurais, na qual a primeira dama é igualmente presidente. Ela co-financia, com diversos Ministérios, esta organização econômica e apadrinha, ainda em associação com vários Ministérios, aquela fundação de proteção à natureza. Ainda financia ou co-financia e apóia, ocasionalmente, um certo número de associações nacionais, locais e de ordens profissionais (engenheiros, advogados, etc) (Messiant, 1999:10).

A FESA assim é uma evidência da privatização do Estado e centralização do poder angolano em relação àquele e da desagregação deste mesmo Estado. Com ela “o Engenheiro José Eduardo dos Santos” assume, de alguma maneira, a “cabeça” da sociedade civil angolana, e, sintomaticamente, na posição de “Patrono”, utilizando trunfos incomparáveis de um Presidente da República.

Esse foi o contexto, no campo da frágil sociedade civil angolana, que emergiu no final dos anos 1990. Toda dificuldade em participar do processo político se fazia presente em função do contexto de guerra. Ainda assim, neste momento, nem o contexto de guerra, nem a força das ações da FESA foram elementos inibidores às manifestações contrárias ao Estado angolano e ao seu papel no contexto da guerra.

¹⁴ Forma velada pela instituição para celebrar o aniversário (em agosto) de seu Patrono, o Presidente José Eduardo dos Santos.

¹⁵ Sabe-se que o Centro de crianças abandonadas de Cacucaco, inaugurado em agosto de 1998, foi financiado pelo governo angolano e que os Ministérios, ou ainda o Governo provincial de Luanda, contribuíram também para o financiamento de diversos projetos (Messiant, 1999:09).

Na afirmação de Comerford, isso fica claro. Para ele, o período pós -Lusaka (1994)¹⁶ data o início daquilo que se tornou um engajamento significativo de paz pelas organizações da sociedade civil de Angola na forma de promoção dos direitos humanos (Comerford, 2005:145). Iniciativas significativas da sociedade civil angolana rumo a uma paz duradoura fizeram-se presentes após o fracasso do Protocolo de Lusaka¹⁷.

Assim, ONGs internacionais e nacionais, igrejas, movimentos comunitários, associações culturais e profissionais, entre outras, solicitaram ao governo angolano e a UNITA que agissem juridicamente, e dentro do quadro constitucional, em defesa dos direitos humanos dos cidadãos angolanos comuns. Este discurso, que partiu do seio da sociedade para as partes integrantes na guerra, constituiu um apelo pela lei e pela ordem. Isto inverte o argumento comum segundo o qual o Estado é que vive a solicitar dos cidadãos o respeito à lei e à ordem. Nesse momento, a sociedade civil é quem está a solicitar do Estado angolano e da UNITA que procedam desta forma (Comerford, 2005:153).

Com a retomada da guerra, em 1998, uma série de documentos é produzida pela sociedade civil. Comerford aponta três importantes documentos. O primeiro, de 1999, chamado “Manifesto para a paz em Angola”, assinado por cento e vinte pessoas, incluindo jornalistas, sociólogos, docentes universitários, advogados, músicos, deputados, entre outros. O segundo, o documento de abril de 1999, pertencente a GARP (Grupo Angolano de Reflexão e Paz) que incluía entre os seus membros pessoas ligadas ao campo religioso, ao meio político e dos meios de comunicação. No documento citavam “ninguém tem o direito de falar em nome do povo para fazer a guerra civil, seja esta com o argumento de defesa ou resistência. O povo não foi consultado”. Interessante notar que os autores de ambos os movimentos sentiram-se discursando para um grupo mais amplo do que o da sociedade civil ou de atores da esfera pública, falando em nome do povo angolano para aqueles que fizeram a guerra em seu nome (Comerford, 2005:153-155).

¹⁶ Por estar “ausente” nos Acordos de Bicesse (1991), a promoção dos direitos humanos constituiu uma componente muito importante no Protocolo de Lusaka.

¹⁷ Vale a pena lembrar que muitas organizações surgiram após o Protocolo de Lusaka, daí a crescente forma de atuação da sociedade civil organizada em Angola.

O terceiro foi um apelo feito em 2000, pela MPD (Mulheres Pela Democracia) uma ONG de mulheres profissionais, como advogadas, jornalistas, empresárias, entre outras, formadas no exterior, com bolsas financiadas pelo governo. Esse documento se aproxima dos outros dois, mas é elaborado a partir da perspectiva das mulheres angolanas. Um sentimento de tristeza no documento que as mulheres como esposas e mães tinham perdido esposos e filhos durante o conflito.

O que vale em todos os documentos, segundo Comerford, é a explicitação de um reconhecimento crescente de que a sociedade civil tinha um papel fundamental na resolução do conflito. Isto refletiu um sentimento coletivo de que “o problema é nosso”, ausente no passado na busca pela paz (2005:155).

Isso envolve uma série de características específicas da sociedade angolana que devem ser levadas em consideração. A saber, a sociedade civil na África é um campo muito mais contraditório do que pretende o discurso ocidental dominante, pois este privilegia de forma simplista os conflitos entre Estado e sociedade, romantizando a sociedade civil como um baluarte da democracia. As formas de relacionamento de indivíduos e grupos da sociedade civil com o Estado variam da acusação, quando os seus interesses são postos em questão, à aliança e à cooperação, quando para tal têm oportunidades e vantagens (Abreu, 2006:16 e 117).

A maioria dos grupos e organizações da sociedade civil na África é dependente da comunidade internacional, tanto para efeitos de financiamento, quanto para a aprovação de seus programas de ação, acabando por incorporar, acriticamente, conceitos e práticas sem a necessária reflexão quanto à sua adequação ao contexto no qual vão ser aplicados (Abreu, 2006:117).

Outro fator fundamental a ser levado em consideração é a dificuldade existente na comunicação entre o governo e a sociedade civil naquilo que se refere ao planejamento de políticas públicas. Embora oficialmente se considere que os novos instrumentos legais (como as novas Leis) tenham sido produzidos em ambientes de consulta entre o Estado e a sociedade, e organizações civis tenham se mobilizado para participar efetivamente dessas consultas, as experiências com os processos de preparação e aprovação do Regulamento das Associações, da Lei de Terras, da Lei do Investimento Estrangeiro, e da própria Lei Constitucional, entre outros, demonstram

que as instituições do legislativo e do executivo angolano continuam pouco abertas ao debate de idéias e à incorporação das visões e expectativas de atores não-estatais (Abreu, 2006:34).

Além disso, no próprio bojo da sociedade civil angolana existe a sensação de que está na própria estrutura do Estado a dificuldade de desenvolver uma maior participação das organizações na construção de políticas. O Orçamento Geral do Estado (OGE) de Angola, por exemplo, não repassa nada para o Município, muito menos para a Comuna¹⁸. O poder de centralização fica restrito ao Governador da Província, que tem muita dificuldade de dialogar com essas organizações, e também às instituições (como a ADRA¹⁹), que trabalham principalmente nas Organizações de Base, com o poder local, que, em contrapartida, também não conseguem ter acesso ao Governador da Província. O excesso de centralização política e administrativa em Angola é mais um fator que dificulta a participação da sociedade civil e não contribui para a democratização do país.

Dessa maneira, entendemos que, em nível local, existe uma significativa participação e colaboração de grupos e organizações no que tange o diálogo em alguns Conselhos e Fóruns, no entanto existe uma grande dificuldade quando se trata de poderes do Estado, principalmente nas autoridades que detêm os recursos.

De acordo com Pacheco (2004:79), é freqüente ainda hoje atribuir todos os malefícios da vida política, social e econômica ao período fascista – colonial português, e ao leninismo (do Partido Único do MPLA), o que para esse autor não é verdadeiro. Tanto as práticas fascistas (como o culto ao chefe, por exemplo), como as leninistas (submissão à direção centralizadora), são também complementadas pela matriz cultural Bantu, na qual, tradicionalmente, líderes e chefes não têm o costume de prestarem contas aos liderados²⁰, no sentido de dar satisfação, apresentar resultados de uma ação de que se é incumbido o que hoje têm efeitos perniciosos na sociedade.

¹⁸ Angola está dividida em 18 Províncias, 164 Municípios e 578 Comunas. Um Governador chefia cada Província e administradores chefiam os níveis inferiores do poder autárquico. O Presidente nomeia todos estes funcionários. Apenas o Governador da Província recebe parte do Orçamento Geral do Estado, o que demonstra grande centralização política e financeira.

¹⁹ De acordo com Idaci Ferreira, funcionária da ADRA e Fernando Pacheco, Presidente da ADRA.

²⁰ Isso tanto acontece ao nível da família, como da comunidade e da nação.

Além de tudo isso, resta saber qual papel terá a sociedade civil ao longo do processo eleitoral²¹. Essa é uma questão extremamente importante, já que as organizações que não se envolveram com a guerra ficaram ausentes dos processos de cessar-fogo de Bicesse e Lusaka.

Sendo assim, são lançados desafios significativos à sociedade angolana. Em sociedades pós-conflito, a preocupação do cidadão e da sociedade civil orienta-se quase sempre para o comportamento dos políticos, ou seja, como vão se comportar os políticos em campanha eleitoral e no anúncio dos resultados finais. Esta preocupação encerra em si uma outra preocupação, a manutenção e a consolidação da paz, pois o cidadão não quer que seu voto resulte em uma violência política²² (Mazula e Mbilana, 2003:01).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São grandes os desafios da sociedade civil organizada nesse contexto de paz. A busca pela democratização e pelo fortalecimento das frágeis instituições democráticas parece-nos os elementos mais importantes para este feito.

Para isso, torna-se fundamental a valorização das culturas angolanas. A sociedade civil angolana deve pautar-se em busca de políticas que respeitem os variados aspectos de sua cultura, para que não seja forjada uma organização civil artificial e, porque não, um engodo, à medida que se distancia da realidade concreta daquele país.

O governo, por sua vez, deve buscar um maior apoio da sociedade angolana para desenvolver melhor a sua política. Com baixíssimo índice de desenvolvimento humano, o governo angolano não consegue dar assistência mínima para sua população. Por isso é fundamental a parceria com a sociedade civil, que, muitas vezes, tem um maior conhecimento da região ou do contexto, mais até que o próprio governo.

²¹ Depois do fim do conflito armado, em 2002, esperavam-se eleições rapidamente. No entanto até hoje elas não aconteceram. Está prevista eleição legislativa para 2008 e para o executivo em 2009. A sociedade civil tenta pressionar o governo para antecipar os prazos, acusando o Presidente de tentar perpetuar-se no cargo.

²² Os próprios autores, que falam da experiência eleitoral em Moçambique, reconhecem que ainda são poucas as experiências práticas das organizações da sociedade civil sobre prevenção de conflitos eleitorais (2003: 04). Daí a importância crescente dos estudos sobre o tema.

Acreditamos que a melhoria das condições de sobrevivência da população e o combate à pobreza no país só acontecerão como resultado de um trabalho conjunto entre o governo e a sociedade civil, sendo fundamental superar todos os constrangimentos que ainda persistem. Para tanto, o despertar da sociedade civil angolana de forma democrática, participativa e respeitadora da diversidade presente no país é fundamental, pois tais dilemas só serão resolvidos se Angola consolidar uma sociedade civil efetivamente madura.

REFÊRENCIAS

ABREU, Cesaltina Cadete Basto de. *Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia*. Tese de doutorado. UCAM, IUPERJ. Rio de Janeiro, 2006.

COMERFORD, Michael G. *The peaceful face of Angola: Biography of a peace process (1991 to 2002)*. John Meinert Printing, Windhoek, 2005.

DAVIDSON, Basil. *Angola no centro do furacão*. Edições Delfos, Lisboa, 1974.

FREUDENTHAL, Aínda. Um partido colonial – Partido Reformista de Angola – 1910-1912. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, nº 8-9, Lisboa, 1988.

GONÇALVES, José. *O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola*. Centro de Estudos Africanos. ISCTE. Lisboa, 2004.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Briefing sobre Angola apresentado ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas ao Abrigo da Fórmula Arria*. Nova Iorque, março, 2002.

LOPES, Filomeno Vieira. *The challenges of democratization. From military peace to social justice? The Angolan peace process*. Accord, Londres, 2004.

MAZULA, Brazão e MBILANA, Guilherme. O papel das organizações da sociedade civil na prevenção, gestão e transformação de conflitos: a experiência de Moçambique. *Comunicação apresentada na Conferência co-organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola e pela Fundação Friedrich Ebert, sobre Prevenção, Gestão e Transformação de conflitos eleitorais na região da SADC*. Luanda, 2003.

MESSIANT, Christine. A Fundação Eduardo dos Santos (FESA). A propósito da investida do poder angolano sobre a sociedade civil. *Politique Africaine*. nº 70, 1999.

PACHECO, Fernando. Democracia e sociedade civil em Angola. *XII Conferência Internacional de Lisboa*. Instituto de Estudos Estratégicos, Lisboa, 1994.

_____. Uma proposta de valorização da tradição e da cultura em favor do desenvolvimento e modernidade. *Lucere*. Revista académica da UCAN. Universidade Católica de Angola. Ano 1, vol.1. Luanda, 2004.

PESTANA, Nelson. As dinâmicas da sociedade civil em Angola. *Centro de Estudos africanos*. ISCTE. Lisboa, 2004.

DIALOGISMO E POLIFONIA NA MÚSICA POPULAR: APROPRIAÇÕES E REAPROPRIAÇÕES DE SENTIDOS

Adalberto Paranhos*

RESUMO

Ao tomar como ponto de partida as contribuições de Mikhail Bakhtin, eu me proponho, neste trabalho, incursionar por um estudo de caso de dialogismo aplicado à música popular. Primeiramente, examinarei duas composições nas quais o diálogo que vincula uma a outra põe em destaque as marcas lingüísticas que as aproximam. Procurarei mostrar de que forma uma canção romântica teve alguns de seus elementos apropriados e ressignificados, ao ser submetida, noutra canção, a um processo de politização inesperada. Em seguida, analisarei como, na regravação de uma mesma composição, esta foi atingida por golpes de irrisão que retiraram a chão sobre o qual ela se assentava, num caso explícito de polifonia e reapropriação de seu sentido. Em meio a isso, se verificará, no dizer de Bakhtin, que “a segunda voz, uma vez instalada no discurso do outro, entra em hostilidade com o seu agente primitivo e o obriga a servir a fins diametralmente opostos.”

Palavras-chave: dialogismo; música popular; apropriação de sentidos.

ABSTRACT

In this work I propose to approach a case study of dialogism applied to the popular music, by taking as starting point Mikhail Bakhtin's contributions. At first, I will examine two songs in which the dialogue linking them highlights the linguistic marks that make them to converge. I will search to show how some elements of a romantic song have been appropriated and re-signified when it was subjected, in one other song, to an unexpected process of politicization. Then, I will analyze how, in a re-recording of the same song, this latter was affected by mockeries which made the ground it stood on unstable, in a clear case of polyphony and re-appropriation of the song's meaning. In this process, it will be verified, according to Bakhtin, that, “once settled in the other's discourse, a second voice becomes hostile to its primitive agent and obligates it to serve opposed purposes.”

Keywords: dialogism; popular music; appropriation of meanings.

Canção alguma é uma ilha, mantida em regime de clausura, como se fosse possível cortar os fios que a ligam a outras canções e a mil e um discursos e referências

sociais. Sem que se perca de vista sua singularidade, quando ampliamos a escala de observação de um artefato cultural, pode-se verificar que, dialeticamente, tudo está em interconexão universal, como que dialogando entre si. No caso específico de uma canção, ela, para dizer o mínimo, está permanentemente grávida de outras canções, com as quais entretém um constante diálogo, seja ele implícito ou explícito, consciente ou inconsciente.

Ao tomar como ponto de partida as contribuições de Mikhail Bakhtin, este trabalho se propõe incursionar por um estudo de caso de dialogismo – ou de intertextualidade em sentido restrito – aplicado à música popular. Mais do que uma alusão genérica ao princípio dialógico constitutivo de toda e qualquer linguagem e de todo e qualquer discurso, trata-se, aqui, de examinar duas composições nas quais o diálogo que vincula uma a outra põe em destaque as marcas lingüísticas que as aproximam. Para tanto lançarei mão de três gravações. Indo além de um procedimento meramente formal, interessa-me sobretudo enfatizar como a relação dialógica estabelecida entre elas acabou por promover uma politização inesperada do conteúdo original da composição/gravação na qual os dois registros posteriores se ancoraram parcial ou totalmente.

O foco da análise recairá primeiramente sobre “Chão de estrelas” (de Silvio Caldas e Orestes Barbosa), gravada por Silvio Caldas em 1937, quando o autoritarismo em alta no Brasil já prenunciava a ditadura do “Estado Novo”. Em seguida, irei me deter em “Como dois e dois” (de Caetano Veloso), levada ao disco, entre outros, por Gal Costa, em 1971, na fase mais violentamente repressiva da ditadura militar pós-1964¹. Por último, abrirei espaço para considerações em torno da regravação de “Chão de estrelas” pelos Mutantes, em 1970. Em meio a tudo isso, ficará evidente a dança dos sentidos de uma obra artística, que está longe de ter um determinado significado congelado no tempo e no espaço².

A pequenez do “Brasil Grande”

Tornada um clássico da música popular brasileira, “Chão de estrelas” foi transposta para o disco pelo autor de sua melodia, Silvio Caldas, no ritmo dolente que embalava as serestas, ao som do violão. Quando mais não seja, essa canção cavou seu lugar na história da nossa música pelo texto poético de fino acabamento formal (com os célebres

* Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutor em História Social.

¹ As outras gravações, ambas dessa mesma época, são as de Roberto Carlos (1971) e de Cláudia (1972).

² Sobre o assunto, incluindo a abordagem de aspectos metodológicos envolvidos no trabalho com a canção popular, v. PARANHOS, 2004: 22-31.

versos de Orestes Barbosa, “tu pisavas nos astros distraída”). Nela, o drama pungente do personagem masculino transparece na interpretação bem-comportada de Silvio Caldas: o mundo desaba sobre a cabeça dele quando sua mulher – “pomba-rola que voou” – bate asas rumo a outras paragens.

Essa canção se aclimatava aos cenários urbanos do Rio de Janeiro. Sua letra, toda ela estruturada em um poema em decassílabos, nos remetia para o morro. Não era novidade para Orestes Barbosa adentrar esse universo povoado pelas classes populares. Em seu livro *Samba*, de 1933, ele já falara dos morros e do “teto de zinco orquestral nas noites de chuva” (BARBOSA, 1978: 31). Agora, uma vez mais, ele recriava esse ambiente para capturar um drama de amor. Em pleno governo Vargas, supostamente pródigo de realizações em favor das classes trabalhadoras, o autor, sem qualquer propósito político manifesto, nos descortinava, apesar de tudo, um mundo em que “a porta do barraco era sem trinco/ mas a lua furando nosso zinco/ salpicava de estrelas nosso chão”, para concluir, romanticamente, que “tu pisavas nos astros distraída/sem saber que a ventura desta vida/ é a cabrocha, o luar e o violão”.

Viremos a página e desembarquemos nos anos 70 do século passado. Caetano Veloso, ao se reapropriar de alguns elementos da romântica “Chão de Estrelas”, acabou por submetê-la a um processo de politização. Retomando-os num outro contexto discursivo, o compositor apontou a arma da crítica para o governo Garrastazu Médici, num momento em que o terror estatal alcançou seu auge no pós-64, com o cortejo de prisões arbitrárias, torturas e assassinatos que coexistiam com o clima de otimismo orquestrado pelos arautos da ditadura militar.

Não se pense, contudo, que Caetano Veloso fosse dado a envolver-se com questões mais imediatamente políticas. Encarado com desconfiança pelo regime, apontado como agente provocador, tanto à direita como à esquerda do espectro político nacional³ Caetano – para não falar de tropicalistas como Gilberto Gil – perturbava uma certa ordem comportamental instituída. Seu visual, por exemplo, aí pelo final da década de 1960, incomodava muita gente: mais tarde, em *Verdade tropical*, ele viria a defini-lo como algo que continha um “toque profunk” (VELOSO, 1997: 299). Pudera, numa das bizarras combinações de seu vestuário, Caetano chegava a trajar uma roupa de plástico em cores verde

³ Para me limitar aqui a apenas um exemplo, basta lembrar que a opinião sobre Caetano e o tropicalismo exposta por um marxista/nacionalista ortodoxo dedicado à pesquisa musical não era nada lisonjeira. V. TINHORÃO, 1986: 248-270.

e preta, e ostentava no peito colares à base de fios elétricos, que deixavam à mostra tomadas nas pontas, sem contar as grossas correntes e os dentes de animais.

“Convidado” a retirar-se do país, amargou o exílio na Inglaterra, e lá, segundo se lê em suas memórias, só veio a saber que o general Garrastazu Médici era o ditador-presidente do Brasil pela boca de um garçom⁴. Ele, portanto, não era exatamente um modelo de cidadão politizado. Pelo contrário, tachado freqüentemente de “alienado”, “pequeno-burguês”, “desbundado” por aqueles que engrossavam as fileiras das chamadas “patrulhas ideológicas”, acolhia uma visão negativa sobre política. Caetano, em geral, pensava o jogo político, acima de tudo, dentro de uma bitola tradicional, aquela que teima em associá-lo fundamentalmente ao poder estatal. Daí seu desinteresse básico pela política *stricto sensu*, inversamente proporcional à sua preocupação com o que ele próprio designava como “política do cotidiano”⁵

Nem por isso Caetano se absteve de produzir composições com inequívocas ressonâncias políticas, embora escritas fora das normas ditadas pelos padrões de engajamento requerido por uma prática tida e havida como militante. “London, London”, uma canção de exílio, é um exemplo eloqüente disso, com sua atmosfera depressiva, típica de quem se via quase invariavelmente mergulhado na tristeza, afogado num “pote até aqui de mágoa”.

Foi na condição de exilado que, no início dos anos 1970, ele compôs “Como dois e dois”, canção na qual já se identificaram ecos de um poema de Ferreira Gullar (“Dois e dois: quatro”) e, mais ainda, de uma manifestação de uma personagem de *1984*, de George ORWELL (1976: 257), que, ao ser obrigada a comungar a cartilha do “Ministério da Verdade”, escreve, matreiramente, em tom de protesto: “dois e dois são cinco” (cf. LUCCHESI e DIEGUEZ, 1993: 63-65).

Em “Como dois e dois”, Caetano Veloso (2003: 130) nos arremesa para dentro de um mundo pouco convidativo, crispado por ondas de desalento. O sujeito lírico vê estendido à sua frente um terreno movediço, marcado por conflitos e contradições, num encadeamento de afirmações e negações do tipo “digo, não digo, não ligo”, “falo, não calo, não falo”. E é nesse contexto que ele instaura o diálogo com “Chão de Estrelas”, numa relação dialógica na qual seu discurso é escancaradamente atravessado pelas versos de Orestes Barbosa. Estamos aqui em presença daquilo que, no campo da lingüística, Jacqueline

⁴ Para estas e outras informações de cunho pessoal que aparecem ao longo deste texto, v. VELOSO, 1997.

⁵ V. entrevista concedida por Caetano Veloso em 26 de outubro de 1979, reproduzida em PEREIRA e HOLLANDA, 1980: 106-114.

AUTHIER-REVUZ (1982: 91-151) denomina de heterogeneidade mostrada ou exteriorizada, algo característico do discurso polifônico e que vai além da heterogeneidade constitutiva de um discurso qualquer: “Tudo vai mal, tudo/ tudo mudou, não me iludo e contudo/ é a mesma porta sem trinco, o mesmo teto/ e a mesma lua a furar nosso zinco”.

Para os fins desta comunicação, o que gostaria de ressaltar é que, habilmente, Caetano coloca na moldura de 1971 o quadro do Brasil de 1937. Num determinado sentido, é como se o país houvesse estancado. Transcorridos tantos anos, nesse intervalo de tempo que vai do “Brasil Novo” encarnado pelo governo Vargas ao “Brasil Grande” do governo Garrastazu Médici, o panorama que se observava, em relação às condições de vida da maioria da população, continuava a ser desolador.

Tamanha desolação está estampada na interpretação de Gal Costa, escorada num arranjo econômico e sofisticado de Lanny Gordin à guitarra. A ela se mescla uma certa exasperação contida, como que a sugerir o momento histórico vivido, em que muitas coisas não podiam ser ditas às claras. Nem assim a célula fundamental dessa canção deixa de ser dita e redita, como num estribilho: “meu amor/ tudo em volta está deserto, tudo certo/ tudo certo como dois e dois são cinco”.

O “milagre econômico” experimentado pela ditadura militar entre o final dos 60 e princípios dos 70 não fora suficiente para dar conta de problemas seculares de boa parte da população brasileira. O cala-boca da censura aplicado a muitos setores da sociedade – simultaneamente às doses mastodônticas de otimismo vomitadas pela propaganda governamental – não fora o bastante para reduzi-los a mera caixa de repetição do discurso oficial. O próprio Caetano, aliás, não se dispusera a firmar um pacto com os militares: recusou-se a morder a isca da conciliação com o regime quando lhe propuseram fazer uma composição de exaltação à rodovia Transamazônica, a menina dos olhos da ditadura Garrastazu Médici.

Tradição e traição

Se Caetano Veloso se permitiu citar Orestes Barbosa, readaptando-o para servir ao objetivo de enfatizar o descontentamento com a situação político-social vigente no Brasil, os Mutantes encontraram em “Chão de Estrelas” parte da munição de que precisavam para fustigar, numa luta política de natureza diversa, aqueles que se achavam entrincheirados no campo da MPB. Ao regrava-la, eles buscaram, por assim dizer, retirar o chão sobre o qual

se assentava a tradição musical brasileira, majoritariamente hostil às investidas da “estética inclusiva”⁶ dos tropicalistas, aqui incluídos os Mutantes.

Torno a frisar que canção alguma é uma ilha voltada para dentro de si mesma. Nem seria possível submetê-la a uma blindagem que a mantivesse a salvo de qualquer tentativa de reapropriação de seus sentidos. Por mais cristalizadas que sejam as leituras que se façam dessa ou daquela canção, sempre é possível injetar-lhe novos sopros de vida. E, em uns tantos casos, mais do que evidenciar a agregação de outros significados, uma composição pode sair inteiramente dos eixos.

Prova contundente disso é que “Chão de estrelas” não foi poupada do choque de deboche promovido pelos Mutantes, na virada dos 60 para os 70 do século XX. Esses “elementos provocadores” a elegeram como bode expiatório na propositalmente ridícula metamorfose do sério em hilariante. A paráfrase cede lugar à paródia. Desse modo, numa *performance* que configura um caso típico de procedimento parodístico, eles sublinham a diferença e instituem a inversão. Como quem, de dedo indicador em riste, aponta e denuncia a fadiga da tradição, os Mutantes projetam seu ácido sarcasmo sobre essa composição. Na sua refiguração, “Chão de estrelas” se desfigura, para horror dos “tradinacionalistas” e dos representantes do “nacionalismo-nacionalóide” da MPB⁷

A primeira impressão – que logo se desfaz – é a de que estamos diante de uma gravação respeitável e respeitosa. É o que insinuam o solo inicial de sax e o acompanhamento que se prolonga ao violão (tocado por Raphael Villardi⁸, de acordo com os melhores cânones da seresta). Ato contínuo, o fator de estranhamento é introduzido pelo vocalista Arnaldo Baptista. Mais contido no começo da gravação, ele, aos poucos, vai se revelando de corpo inteiro: encena um arremedo de cantor, uma espécie de cantor chinfrim de churrascaria chinfrim. Na sua interpretação derramada, de efeitos melodramáticos fáceis, Arnaldo mal mantém sob controle a respiração. Puxa, desavergonhadamente, o ar para seguir adiante, beira a todo momento a desafinação e, por fim, se precipita nela.

Capítulo à parte é o arranjo do grupo e de Rogério Duprat. O maestro põe em movimento toda a sua usina sonora e articula uma metalinguagem enquanto comenta musicalmente a linguagem textual de “Chão de estrelas”. Ao trafegar na contramão da exaltação da tradição musical brasileira, a sonoridade desse registro fonográfico engendra um

⁶ Alusão à estética da mistura e da inclusão que celebrou o casamento da música popular brasileira com ritmos e instrumentos musicais concebidos como “alienígenas”.

⁷ Extraídas de outro contexto, recorro a expressões de CAMPOS, 1968: 14 e 160.

⁸ Informação disponível em CALADO, 1995: 218 e 219.

contraponto crítico. Quase tudo aí é puro deboche. Ou, noutra ótica, puro deleite, entrecortado por modificações inesperadas no andamento rítmico.

Nessa canção, o homem chora a partida da companheira: “Foste a sonoridade que acabou/ E hoje quando do sol a claridade/ forra meu barracão sinto saudade/ da mulher pomba-rola que voou”. Instantaneamente, ouve-se a simulação do bater de asas de uma pomba, que se mistura ao ronco do motor de um helicóptero. Ao mesmo tempo, soa uma brutal e abrupta alteração rítmica: a orquestra, à moda do *dixieland jazz*, nos conduz de volta ao passado, apoiada num naipe de metais, no banjo e em tudo o mais que o *hot jazz* exige.

Instala-se, na seqüência, uma esculhambação geral. “Nossas roupas comuns dependuradas/ na corda qual bandeiras agitadas/ pareciam um estranho festival” (somos, então, reconduzidos, pela via dos efeitos sonoros, ao frêmito dos festivais de MPB da década de 1960)/ “Festa dos nossos trapos coloridos (um pano é estrepitosamente rasgado)/ a mostrar que nos morros malvestidos/ é sempre feriado nacional (aqui, ao som dos clarins e ao rufar dos tambores, a sensação que se tem é a de estarmos no meio de uma parada militar)/ A festa do barraco era sem trinco/ mas a lua furando nosso zinco (e os disparos contra a tradição se fazem ouvir ao pé da letra, transformando-se em tiros)/ salpicava de estrelas nosso chão/ Tu pisavas nos astros distraída (o ruído que se segue sugere alguém caminhando sobre estrelas)/ sem saber que a ventura desta vida/ é a cabrocha, o luar e o violão”.

Não satisfeitos com a desconstrução de “Chão de estrelas”, o desfecho não é menos insolente: à imagem romântica da cabrocha, do luar e do violão em comunhão opõem-se os versos postiços que despoetizam a poesia: “É a cabrocha escorregando no sabão/ É os gato (*sic*) miando no porão”.

Seja como for, a música é a mesma, a letra, no geral, é a mesma. Mas o sentido primeiro dessa canção foi deliberadamente subvertido por uma nova *performance*. Afinal, como já salientou Paul ZUMTHOR (2001: 228), o intérprete significa. Em sintonia com essa linha de raciocínio, Pierre BOURDIEU (2001: 253) também chamou a atenção para o fato de que “às vezes, o essencial do que diz um texto ou um discurso está naquilo que ele não diz. Está na forma em que o diz, na entonação”.

E os Mutantes, numa radicalização muito particular da proposta tropicalista, lançavam-se, de maneira iconoclástica, contra o culto às nossas “raízes”. Valeram-se, para tanto, de um símbolo da tradição musical brasileira, desfazendo-o em cacos nessa regravação onomatopaica. Conectados com outras sonoridades que se difundiam mundo afora, eles reagiam àqueles que insistiam em engessar a MPB, conformando-a a estilos de expressão artística de forte teor nacionalista. Era o seu jeito de tomar o presente para si.

Dando vazão a vozes destoantes dessa tradição – num exemplo explícito de polifonia –, eles a atingiram com golpes de irrisão. Inscreveram sua intervenção musical, de conteúdo irônico, no plano da bivocalidade. Nela, como é próprio do discurso bivocal, uma voz interpela a outra e se situa nos domínios da polêmica⁹ Tudo isso nos leva ao encontro de algumas conclusões de Mikhail BAKHTIN (1981: 168), ao flagrar situações em que “a segunda voz, uma vez instalada no discurso do outro, entra em hostilidade com o seu agente primitivo e o obriga a servir a fins diametralmente opostos. O discurso se converte em palco de luta entre duas vozes”.

Daí que, em vez de nos atermos à análise de uma canção em si mesma, como se fosse dotada de um significado essencial, esvaziado de historicidade, é necessário atentar para as leituras e os usos que dela se fazem, em circunstâncias históricas concretas¹⁰

⁹ Sobre a ironia como uma dimensão específica do humor e como uma forma de interdiscurso que pode adquirir um efeito de sentido dessacralizador, v. BRAIT (1996).

¹⁰ Não é por outra razão que BAKHTIN (1981: 239) nos adverte quanto à necessidade de renunciarmos aos “hábitos monológicos” ainda arraigados no “campo do conhecimento artístico”.

Bibliografia

AUTHIER-REVUZ, J. 1982. “Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l’autre dans le discours”, *DRLAV*, 26, Paris, 91-151.

BAKHTIN, Mikhail. 1981. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

BARBOSA, Orestes. 1978. 2.^a ed. *Samba*. Rio de Janeiro: Funarte.

BOURDIEU, Pierre. 2001. 2.^a ed. “A leitura: uma prática cultural”. In: Chartier, Roger (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade.

BRAIT, Beth. 1996. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp.

CALADO Carlos. 1995. *A divina comédia dos Mutantes*. São Paulo: Editora 34.

CAMPOS Augusto de. 1968. *Balanço da bossa: e outras bossas*. São Paulo: Perspectiva.

LUCCHESI, Ivo e DEIGUEZ, Gilda Korff. 1993. *Caetano. Por que não?: uma viagem entre a aurora e a sombra*. Rio de Janeiro: Leviatã.

ORWELL, George. 1976. 9.^a ed. 1984. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

PARANHOS, Adalberto. 2004. “A música popular e a dança dos sentidos: distintas faces do mesmo”, *ArtCultura*, 9, Uberlândia, 22-31.

PEREIRA, Carlos Alberto M. e HOLLANDA, Heloisa Buarque de. 1980. *Patrulhas ideológicas: arte e engajamento em debate*. São Paulo: Brasiliense.

TINHORÃO, José Ramos. 1986. 5.^a ed. *Pequena história da música popular: da modinha ao tropicalismo*. São Paulo: Art.

VELOSO, Caetano. 1997. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras.

VELOSO, Caetano. 2003. *Letra só*. São Paulo: Companhia das Letras.

ZUMTHOR, Paul. 2001. *A letra e a voz: a “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras.

Discografia

Caetano Veloso. “London, London” (Caetano Veloso). LP *Caetano Veloso*. 1971. Philips. Brasil. Relançamento em CD: Philips/PolyGram, 1990, Brasil.

Cláudia. “Como dois e dois” (Caetano Veloso). Compacto simples. 1972. Odeon. Brasil.

Gal Costa. “Como dois e dois” (Caetano Veloso). LP (álbum duplo) *A todo vapor*. 1971. Philips. Brasil. Relançamento em C D: Philips/PolyGram, 1993, Brasil.

Mutantes. “Chão de estrelas” (Silvio Caldas e Orestes Barbosa). LP *A divina comédia humana ou ando meio desligado*. 1970. Polydor. Brasil. Relançamento em CD: Polydor/PolyGram, s/d, Brasil.

Roberto Carlos. “Como dois e dois” (Caetano Veloso). LP *Roberto Carlos*. 1971. CBS. Brasil. Relançamento em CD: Colúmbia, s/d, Brasil.

Silvio Caldas. “Chão de estrelas” (Silvio Caldas e Orestes Barbosa). 78 rpm. 1937. Odeon. Brasil. Relançamento: CD *Velha guarda*, 1998, Emi, Brasil.

TEATRO, ENGAJAMENTO E POLÍTICA NO BRASIL PÓS-1964

Kátia Rodrigues Paranhos*

Resumo

Teatro social e teatro engajado são duas denominações, entre outras, que ganharam corpo em meio a um vivo debate que atravessou o final do século XIX e se consolidou no século XX. Seu ponto de convergência estava na tessitura das relações entre teatro e política ou mesmo entre teatro e propaganda. Para o crítico inglês Eric Bentley, o teatro político se refere tanto ao texto teatral como a quando, onde e como ele é representado. Este artigo aborda a questão do engajamento, de um modo geral, em particular, do grupo de teatro Forja.

Palavras-chave: Grupo de Teatro Forja; teatro político; engajamento.

Abstract

Social theater and engaged theater are two designations among others that became noticeable during a vivid debate from the late nineteenth century but consolidated only in the last century. Its point of convergence was the contexture of the relationship between drama and politics, and between politics and propaganda. To the English critic Eric Bentley, political theater refers both to the play and to when, where and with whom it is represented. This oral exposition focuses on the engagement matter, by following the historical course of the theatrical group Forja.

Keywords: *theatrical group Forja; political theater; engagement.*

Engajamento X engajamento

No início da década de 1980, Fernando Peixoto, no texto “Quando o povo assiste e faz teatro” – a propósito da peça *Pensão Liberdade*, encenada pelo Grupo de Teatro Forja –, salienta a importância do teatro popular como uma questão política, identificando a “estética popular e revolucionária” como “uma estética do oprimido, que exprime a ideologia da libertação” (PEIXOTO, 1981).

O desafio do teatro popular era repostado em cena em plena ditadura militar no Brasil do pós-1964. Experiências como a do Forja recolocavam, para pesquisadores e para os próprios movimentos sociais, a questão de uma outra teatralidade, de uma outra estética e – por que não dizer? – de uma outra forma de intervenção nos movimentos populares.

Não é de hoje que se fala em “teatro popular” ou “teatro operário”. Desde o final do século XIX, surgiram tanto experiências de popularização do espetáculo teatral, entre as

classes trabalhadoras, como iniciativas dos próprios trabalhadores ligados às associações, clubes, sindicatos e/ou partidos, no sentido de desenvolver um teatro de operários para operários.

Voltando a atenção, por exemplo, para o teatro americano da primeira metade do século XX, pode-se recontar uma história a contrapelo. Iná Camargo Costa (2001) – num dos seus mais importantes trabalhos –, recupera o movimento teatral dos trabalhadores americanos, atirados ao esquecimento pela tradição que concebeu a história e a estética oficiais do teatro. Grupos teatrais como o *Artef* (1925), *Workers Drama League* (1926), *Workers Laboratory Theatre* (1930) e *Group Theatre* (1931) mostravam não apenas as suas ligações com os anarquistas, socialistas e comunistas – incluindo aí alguma aproximação entre intelectuais, artistas e militantes de esquerda – como também registravam as influências das propostas do teatro político de Piscator.

Teatro social e teatro engajado são algumas denominações de um vivo debate que atravessou o final do século XIX e se consolidou no século XX. Para o crítico inglês Eric Bentley, o teatro político se refere tanto ao texto teatral como a quando, onde e como ela é representada (Ver BENTLEY, 1969: p. 178).

Segundo Dias Gomes, (1968) coube ao teatro um papel de destaque na luta contra a ditadura implantada no Brasil em 1964. Afinal de contas, desde Anchieta teatro e política estão umbilicalmente ligados à questão da função social da arte. A defesa do engajamento, portanto, parte do princípio de que os autores que falam sobre a realidade brasileira (sob diferentes óticas) são engajados. Isto significa dizer que o teatro é uma forma de conhecimento da sociedade. Assim, mesmo aqueles que se autoproclamavam não-engajados ou apolíticos, na verdade, acabam assumindo uma posição também política.

As experiências do teatro operário, do Arena, dos Centros Populares de Cultura (CPCs), do Oficina e do Opinião em busca do político e do popular carregaram um amplo movimento cultural que envolveu grupos, diretores, autores e elencos, conjunto este que sofreu um violento revés com o golpe militar e particularmente após o AI-5 em 1968.

A partir daquele momento, para inúmeros grupos, fazer um teatro popular significava assumir uma posição de rebeldia frente ao teatro comercial – o “teatrão” – e ao regime político. Podem-se detectar inclusive algumas expressões para essa forma de agitação, como “teatro independente” e “teatro alternativo”.

Neste texto, abordo o significado político-cultural de dois grupos de teatro – Ferramenta (1975-1978) e Forja (1979-1991) – constituídos por dirigentes sindicais, trabalhadores da base operária e por um ator e diretor de teatro. Enfatizo, como características

fundamentais desses grupos, o perfil militante, a opção pelo trabalho coletivo e a atuação na periferia.

Pensando no campo da cultura, particularmente no teatro, interessa salientar que, enquanto a maioria dos artistas estava profissionalmente vinculada à indústria cultural, outros buscavam provisoriamente o exílio e alguns ainda tentavam novos caminhos. Estes procuravam se articular aos chamados novos movimentos sociais que aos poucos iam se organizando, apesar da repressão, especialmente em alguns sindicatos e em comunidades de bairro, muitas vezes em atividades associadas a setores de esquerda da Igreja Católica. Em Santo André, por exemplo, foi fundado em 1968 o Grupo de Teatro da Cidade (GTC), que, junto a vários outros grupos teatrais alternativos, montados na periferia paulistana – citam-se o Núcleo Expressão de Osasco, o Teatro-Circo Alegria dos Pobres, o Núcleo Independente, o Teatro União e Olho Vivo, o Grupo Ferramenta de Teatro e o Grupo de Teatro Forja –, constituiu o “teatro da militância” lembrando aqui o termo de Silvana Garcia.

Além da fábrica

No início dos anos de 1970, em São Bernardo do Campo, os dirigentes sindicais ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos dirigiam sua atenção para atividades de formação articuladas à comunicação, à educação e à cultura – prática vivenciada por outros sindicatos e associações de trabalhadores em diferentes lugares no Brasil durante o século XX e noutros países desde o final do século XIX.

Assim, desde 1971, os sindicalistas reservavam espaço no jornal da entidade para noticiar as atividades culturais. Na edição n. 1 da *Tribuna Metalúrgica (TM)*, que circulou em julho, os assuntos estavam dispostos em colunas relativas aos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais. O nome da primeira coluna cultural era Recreação e Esporte. A tônica era o futebol, com destaque para a fundação do Grêmio Esportivo Metalúrgico e para os piqueniques. Em março de 1972, estrearam a seção Bilhete do João Ferrador e a coluna Recreação, Cultura e Esporte, que, além de futebol e passeios, enfatizava fatos históricos, procurando explicá-los para os trabalhadores metalúrgicos.

Em 1975, a *TM* veiculava o artigo *O teatro está perto de você*, sobre o Grupo Ferramenta de Teatro, ligado à escola de madureza do sindicato, o Centro Educacional Tiradentes (CET), então coordenado pelo professor de Física, José Roberto Michelazzo, recém-saído da prisão – estava detido por conta de suas ligações com a Ala Vermelha. Cabe mencionar que era significativo o número de professores do CET vinculados a organizações

clandestinas de esquerda, como Ação Popular (AP), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Ala Vermelha e a dissidência do PC do B.

Os alunos-operários do Centro reclamavam por uma atividade que estimulasse ainda mais a leitura de textos e livros. As atuações do Ferramenta deram resposta a esta reivindicação. O grupo se apresentou pela primeira vez em 9 de abril de 1975 no sindicato, como noticiado na *TM*, e, em seguida, no dia 20 do mesmo mês e no mesmo lugar, participou da festa de posse da nova diretoria eleita para o triênio 75/78, quando foram realizadas diversas atividades, dentre elas um baile e show musical. E mais, encenou duas comédias escritas por Martins Pena em 1845, *O caixeiro da taverna* e *Quem casa quer casa*.

Entre os anos de 1975 e 1978, o grupo apresentou textos teatrais de Martins Pena, Augusto Boal, Osvaldo Dragún e Ariano Suassuna. Os alunos metalúrgicos do CET – afinal, a iniciativa do grupo de teatro veio de dentro da escola –, ajudados por José Roberto Michelazzo, leram e representaram, como escreve Bertolt Brecht, em um de seus poemas, “passado e presente em um” (BRECHT, 2000: p. 233). Ao iniciarem as leituras em voz alta dos textos teatrais dos séculos XIX e XX, estes leitores teatros do CET compuseram e recompuseram diferentes universos de acordo com as suas intenções e seus desejos. Deram, ao “passado e presente em um” de Brecht, o sinônimo de aliar a leitura (com significados novos) de textos, recheados de crítica social em um determinado contexto, à representação operária de um grupo de metalúrgicos em São Bernardo do Campo. E mais: ao apresentarem as peças, instigavam à incorporação de novos significados, à medida que a platéia operária colocava as mensagens recebidas sob a interpretação da experiência vivida ou reelaborava coletivamente as representações.

As questões políticas e estéticas contidas nas peças eram atualizadas pelo debate entre o grupo de teatro e a platéia no Brasil dos anos 70. Os temas abordados – teóricos e ideológicos – eram, entre outros: a estrutura moral e econômica da sociedade, os embates pelo poder e pelo capital, as pequenas negociatas, a exploração do operário, o caráter do processo da revolução, os aspectos do subdesenvolvimento, o ideal de justiça e liberdade.

O encerramento das atividades do CET, que incluíam o curso de madureza, o supletivo e o Grupo Ferramenta de Teatro, aconteceu num período de mudança na situação política e sindical no país. Em fins da década de 70, com a progressiva “abertura democrática”, a organização do movimento de trabalhadores passou a enfatizar a criação das comissões de fábrica, os cursos de formação, a profissionalização de mais diretores, a expansão dos meios de comunicação e a manutenção das atividades culturais. A escola tinha esgotado sua

importância de meio auxiliar do movimento, mas a classe operária insistiu em resgatar pelo menos parte dela: a atividade artístico-cultural.

No final de 1978, um grupo de metalúrgicos (alguns remanescentes do extinto Grupo de Teatro Ferramenta) se reuniu para falar de teatro. Tin Urbinatti, vindo do Grupo de Teatro das Ciências Sociais da USP, convidado para participar dessa reunião, desembarcou em São Bernardo com a missão de ajudar a estruturar um novo núcleo operário-teatral.

Formou-se assim o Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. O grupo tinha definido alguns de seus propósitos: “atuar no sindicato, nos bairros e favelas onde moram os metalúrgicos; montar peças mais elaboradas artisticamente e peças mais simples (esquetes) para auxiliar mais diretamente nas campanhas deflagradas pelo sindicato”. (URBINATTI *apud Pensão Liberdade*, 1981: p. 10).

O universo cultural dos metalúrgicos começava a ser discutido por eles mesmos, incentivados por textos e práticas do cotidiano, que eram incorporados à imaginação e à engenharia teatral. Desse modo, o Grupo Forja – formado por vinte trabalhadores – partiu para a leitura, seguida de debate, de artigos dos jornais da grande imprensa e de alguns trabalhos de Octavio Ianni e Luiz Flávio Rainho.

O primeiro texto coletivo do grupo Forja, *Pensão Liberdade*, destaca diversos problemas e tipos humanos como o militante sindical combativo, o desempregado, o homossexual, o fura-greve, o vacilante, o conselheiro, o reacionário, a balconista que se prostitui, a mulher reprimida pelo marido – o “chefe da casa” –, a mulher que luta para mudar o que está errado e os governantes que aparecem por meio de um aparelho de televisão.

A dimensão cultural, entendida como parte significativa da vida, foi adquirindo, para os atores-metalúrgicos de São Bernardo, um sentido especial, a partir do qual o teatro passou a ser de fundamental importância para a formação, a união, a conscientização e a organização deles em todas as suas lutas.

Essas trocas culturais em uma sociedade classista (massificada) apresentam-se para os sindicatos e os ativistas como uma maneira de se apropriar daquilo que é desde cedo recusado a eles. Os trabalhadores iam, progressivamente, se dando conta da potencialidade e da riqueza da área cultural para o fortalecimento do sindicalismo. Sobretudo começaram a perceber que a cultura não podia ser entendida apenas como um suporte utilitarista, pois a formação e o aprimoramento intelectual dos trabalhadores deve se conectar à sua luta constante no interior da sociedade capitalista.

Em 16 de outubro de 1982, o Forja estreava uma nova criação coletiva: *Pesadelo*. Escrita e dirigida pelos operários, a peça examina o problema do desemprego em plena

recessão da década de 1980. O grupo definiu o tema a partir de uma série de leituras e de debates de peças como *Papa Highirte*, de Oduvaldo Vianna Filho e *Dr. Getúlio, sua vida, sua glória*, de Dias Gomes.

A peça *Pesadelo* situa, portanto, em primeiro lugar, a angústia provocada pelo desemprego entre os trabalhadores. A ação se passa em três planos. Ao fundo, fica uma seção da fábrica, cenário permanente dos diálogos dos trabalhadores. No segundo plano, o espaço onde acontecem jogo de truco e as assembléias, reuniões da comissão de fábrica e com o presidente da fábrica. No primeiro plano (próximo ao público), a casa do operário José.

O universo ficcional é abrangente, na medida em que registra o operário na fábrica, na família, nas assembléias, nas reuniões de amigos, no diálogo com o patrão. A trama faz um levantamento amplo das questões fundamentais para o trabalhador. Assim, por intermédio do operário José, despontam a luta diária na fábrica e no sindicato, a constituição de uma comissão de fábrica, a luta contra o desemprego, o monólogo do operário com a máquina – como ela faz parte de sua vida –, a relação familiar, a luta apenas individual, o contraponto entre o patrão e o líder operário, e o laço campo-cidade na figura do camponês Júlio, perseguido e torturado pela polícia. A televisão aparece mais uma vez – a exemplo de *Pensão Liberdade* – sendo satirizada, ao se , buscar ao mesmo tempo, denunciar o seu uso massificador desse meio de comunicação. Por sinal, o final da peça mostra o locutor de um programa de televisão enfocando a “história triste de um trabalhador honesto, chefe de seção” que se matou.

Como se constata, as duas peças, *Pensão Liberdade* e *Pesadelo*, focalizam, entre outros assuntos, a luta na fábrica e fora dela, o desemprego, o sindicato, a greve, o piquete, a figura do fura-greve, o arrocho salarial, a autonomia e a liberdade sindical, as comissões de empresas, os delegados sindicais e o contrato coletivo de trabalho, enfim, múltiplos pontos de vista sobre realidade(s) dos trabalhadores e várias identidades em cena.

Os trabalhadores em cena

O Forja – assim como o Ferramenta – acabou produzindo um universo de linguagens, representações, imagens, idéias e noções que eram assimiladas tanto pelas lideranças sindicais como pelos trabalhadores da base. Sem dúvida, o teatro operário impulsionou, de forma decisiva, o movimento dos trabalhadores metalúrgicos em São Bernardo em direção a uma experiência cultural significativa para o sindicalismo brasileiro. Como lembra Octavio Ianni,

“a emancipação da classe operária, em termos sociais, econômicos e políticos, compreende também a sua emancipação cultural” (IANNI, 1991: p. 138).

A tentativa de manter um grupo de teatro vinculado ao sindicato não foi uma tarefa fácil. Criar as chamadas condições concretas esbarrava numa série de entraves, tais como a falta de hábito de leitura, problemas de ordem pessoal, membros do grupo que apareciam nos ensaios e/ou reuniões de ressaca, mal-dormidos ou mesmo alcoolizados, falta de disciplina, autoritarismo dos dirigentes sindicais (e mesmo dos coordenadores), sem falar da dificuldade em formar platéia.

É possível afirmar que o que unia e fortalecia tanto o Ferramenta como o Forja era a presença constante de coordenadores profundamente identificados (por diferentes laços) com a questão da cultura. No caso, José Roberto Michelazzo e Tin Urbinatti levaram adiante, aos trancos e barrancos, a idéia de socializar textos teatrais entre os operários do ABC. Se o Ferramenta estava muito ligado à escola do sindicato e à montagem de peças de autores respeitáveis, por outro lado, o Forja se distinguia especialmente pela criação coletiva de textos, por atuar nas campanhas salariais (nas portas de fábricas, nas assembléias e nos bairros) e na assessoria a grupos locais, não deixando de lado a montagem de peças que interessavam diretamente ao grupo, como, por exemplo, *Dois perdidos numa noite suja*, de Plínio Marcos, e *A revolução dos beatos*, de Dias Gomes. Para o Forja, era fundamental associar a escritura de textos, como uma forma de intervenção social e ficcional, ao chamado trabalho cultural de libertação dos trabalhadores. Tendo como marca registrada o entrecruzamento entre o sindicato, a militância e o universo cultural, o Forja ousou muito na criação e na invenção teatral.

A proposta de arte operária – encampada por muitos grupos teatrais que atuavam na periferia – ligava dois pólos: política e estética. Os trabalhadores chamavam a atenção para um outro tipo de teatro, que buscava, entre outras coisas, o engajamento social aliado ao universo lúdico. O “mundo operário” era escrito e (re)encenado pelos próprios envolvidos. A pouca familiaridade com a leitura, a dificuldade em decorar textos e o ato de representar não foram obstáculos intransponíveis para aqueles homens.

Militância, arte e política

E, no momento atual, ainda poderíamos falar de um teatro político? Silvana Garcia destaca – ainda que com reservas – que, apesar de tudo, não se podem excluir algumas brechas ou exemplos de exceção, mesmo com “o desmoronamento dos grandes edifícios

ideológicos, a expansão da política como mera prática mercadológica, o avanço da globalização e a hegemonia dos meios massivos de comunicação” (GARCIA, 2005: p. 70). Existiriam, portanto, novas condições para se produzir um outro tipo de teatro.

No Brasil, no final dos anos de 1970, sob a ditadura militar, os metalúrgicos deixavam as fábricas e iam falar de trabalho, política e sociedade em outros palcos do ABC paulista. Tudo por fazer.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. *Debate & Crítica*, n. 6, São Paulo, 1975.
- BENTLEY, Eric. *O teatro engajado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913-1956*. 5. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- COSTA, Iná Camargo. *Panorama do Rio Vermelho*. São Paulo: Nankin, 2001.
- GARCIA, Silvana. Teatro político: verso e reverso. *Folhetim*, n. 22, Rio de Janeiro, Teatro do Pequeno Gesto, 2005.
- GOMES, Dias. O engajamento é uma prática de liberdade. *Revista Civilização Brasileira*, Caderno Especial, n. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- IANNI, Octavio. Teatro operário. In: *Ensaio de sociologia da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Mentes que brilham: sindicalismo e práticas culturais dos metalúrgicos de São Bernardo*. Tese (Doutorado em História Social) – IFCH-Unicamp, Campinas, 2002.
- PEIXOTO, Fernando. Quando o povo assiste e faz teatro. In: Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. *Pensão Liberdade*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Os Afro-descendentes na Construção Historiográfica do Processo sócio-educacional Brasileiro.

Elias Pascoal*

RESUMO:

O presente artigo situa-se no campo da Educação e, mais especificamente nas interligações/relações educação – historiografia da educação brasileira, Estado – educação – políticas educacionais, educação – mundo do trabalho. Pretende-se visualizar, à luz das tensões históricas e dos desafios da sociedade contemporânea, o processo de educação/escolarização dos afro-descendentes no Brasil, contemplando a teia sociocultural que o envolveu, na tentativa de estabelecer relações entre o processo histórico educacional dos grupos atingidos pelo tráfico negreiro e que não se perderam na história, e as novas configurações que os elementos étnico-históricos tomaram dentro do processo educacional desenvolvido no Brasil. Nesse sentido, contribuem as comunidades quilombolas e os movimentos representativos dos afro-descendentes, bem como outros estudos que procuram situar-se na problemática contemporânea de modo a “darem respostas” a problemas de legitimidade social aos segmentos não reconhecidos historicamente na sociedade brasileira e contemplados na Lei n. 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme Parecer CNE/CP n. 003/2004 e Resolução CNE/CP n. 1/2004.

Palavras chaves: educação, História, Afro-descendentes, Escolarização, Políticas.

SUMMARY: The present article is placed in the field of the Education and, more specifically in the interligations/relations education - historiography of the Brazilian education, State - education - educational politics, education - world of the work. It is intended to visualize, to the light of the historical tensions and the challenges of the society contemporary, the process of education/teaching of the afro-descendants in Brazil, contemplating the socio-cultural net that involved it, in the attempt to establish relations between **educational** the historical process of the groups reached for the slave traffic and that they had not been lost in history, and the new configurations that the elements ethnic-descriptions had taken inside by the developed educational process in Brazil. In this direction, they contribute the communities quilombolas and the representative movements of the afro-descendants, as well as other studies that they look to place itself in the problematic contemporary in order "according to history to give to answers" the problems of social legitimacy to the not recognized in the Brazilian society and contemplated segments in Law n. 10.639/2003 and of the National Curricular Lines of direction for the Education of the Etnical-Race Relations, for History and Afro-Brazilian and African Culture, as To seem CNE/CP n. 003/2004 and Resolution CNE/CP n. 1/2004.

Words keys: Education, History, Afro-Brazilian, Education system, Politics

*Mestrando em Educação pela UCG na Linha de Pesquisa “Estado, Políticas Educacionais e Instituições Escolares”.

O que começou como uma questão a ser transformada em objeto de pesquisa de um pré-projeto de mestrado, veio despertar muito mais o desejo de compreensão e posterior posicionamento com relação às políticas afirmativas que começávamos a discutir no contexto da disciplina Políticas Educacionais do Curso de Pedagogia. A questão das cotas dividia o grupo de alunos e despertava calorosos debates, contudo, sem uma fundamentação satisfatória que pudesse fazer calar nossos reclames intelectuais a respeito da temática.

Embora não tenha se concretizado como um projeto de mestrado, o presente trabalho é fruto dessa inquietação que sempre ronda a alma do mais simples à do mais hábil e experiente pesquisador; e neste caso, esse pesquisador iniciante vislumbra um enorme campo a ser explorado objetivando contemplar às novas e mais inquietantes formulações que esse tema insiste em apresentar.

Se no começo dessa caminhada o objetivo era o de levantar as contribuições dos afro-descendentes na construção da História e da Historiografia brasileiras, a negativa apontada pelas fontes levantou a necessidade de justificativa das chamadas “Políticas Afirmativas” a qual se situa num contexto de exclusão e abandono, historicamente construídos.

A pesquisa em história da educação vem ganhando importância no campo educacional, visto que, cada vez mais, novos objetos estão sendo trabalhados na sua historicidade. A história da educação hoje, não é mais apenas legislação e administração. Ela é história de instituições, de leitura, de professores, de disciplinas, de didáticas, de métodos, de políticas, da relação professor-aluno, da cultura escolar. Constituiu-se, portanto, numa variedade de objetos que enriquecem a história da educação. Esses novos objetos, por sua vez ampliam consideravelmente o conceito de fontes, ou documentos relevantes ao trabalho do historiador da educação. Como afirma Sanfelice (2004) é fundamental estudar a história da educação, atentando-se para alguns pontos fundamentais no que se refere ao papel desempenhado pela educação nas diferentes organizações da sociedade: a relação entre Estado e sociedade civil, o papel do Estado e sua representatividade, o modelo educacional desenvolvido para os trabalhadores e o modelo desenvolvido para as elites e o ideal de homem cidadão. O estudo da história deve possibilitar compreender as relações de poder e os mecanismos de exclusão que se produz e reproduz em determinados contextos sociais, para alavancar mudanças que possibilitem a superação das condições sociais.

Assim partimos da concepção de educação como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define nos múltiplos espaços da sociedade, na articulação com os interesses econômicos, políticos e culturais dos grupos ou classes sociais. Nesse sentido, decidimos estudar e analisar o contexto e a forma com que foi produzida a fonte primária “como se deve escrever a História do Brasil” e sua influência no Brasil de hoje.

A preocupação com uma história que tomasse a idéia de um passado nacional, comum a todos os “brasileiros”, que teve início com o surgimento político do Brasil independente. Desde o período colonial, é possível encontrar escritos que foram chamados de histórias do Brasil, tais como relatos de administradores, missionários e viajantes que registraram os fatos ocorridos e observações sobre a vida e os costumes dos habitantes do Brasil entre os séculos XVI e XVIII. Todavia, a preocupação com uma história que tomasse a idéia de um passado nacional é engendrada de maneira pontual com o surgimento político do Brasil independente.

Processo sócio-educacional Brasileiro

A educação no Brasil, segundo as pesquisas, é unilateral, baseada na cultura européia. A História do Brasil por vezes se confunde com a História da Europa, e os livros dificilmente mencionam as influências trazidas pelos africanos, suas religiões, costumes e musicalidade. Na História, o índio é somente o índio. O negro é o escravo, e o branco é o senhor, o herói. É um ensino elitista, que exclui o negro da formação da cultura brasileira. A ideologia vigente faz com que o negro se torne invisível na sociedade (MAESTRI,1994). Isto gera um processo de branqueamento, pois ele absorve os valores dos brancos. Realmente, há negros que são mais brancos do que os próprios brancos.

O português branco é descrito como herói e responsável pela expansão e desenvolvimento do país. Afirma-se que o português deu condições para que se construísse um reino independente. Ou seja, foi o branco que levou o Brasil à civilização. Como podemos observar na seguinte fala de Martius:

Se segue necessariamente o portuguez, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influiu n'aquelle desenvolvimento: o portuguez, que deu as condições moraes, physicas para um reino independente, que o portuguez se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. (1845: 390)

Segundo o autor, para escrever a história do Brasil não poderia deixar de ponderar a contribuição dos negros nas expedições realizadas pelos portugueses. Assim, o historiador deveria abordar as condições dos negros importados, seus costumes, opiniões civis, conhecimentos naturais, preconceitos, superstições, defeitos e virtudes próprias da sua raça. Mas percebe-se que esse é um assunto bem pouco comentado no projeto, pois ele não quer trazer a tona o embaraço da escravidão. Quer produzir um passado sem descrever os feitos que pudessem “desdourar” a boa conduta do branco português na colonização desse país. Martius (1845) destaca com sumo cuidado como deve se falar do negro na história oficial do Brasil, nesta passagem do texto:

O historiador não deixará de ponderar emquanto os negros contribuíram para essas, ás vezes summamente poética narrações (contos fabulosos de cavalleiros e espectros). O negro gosta de fallar; o seu modo africano de pensar, seu feticismo lhe subministram sobrenaturaes ou milagrosos. (1845: 404)

A história reproduzida até hoje nos livros didáticos de nossas escolas é um inegável exemplo de uma história romântica, almejada pelo Império. Narrada sem mostrar os conflitos existentes entre portugueses e índios, o massacre realizado as tribos aqui existentes e sem revelar a crueldade dos senhores de escravos e todo um contexto de exploração e escravidão.

Portanto, não podemos deixar de reconhecer que tanto o Império quanto o IHGB conseguiram atingir seus objetivos, legitimando uma história oficial que consolidou um projeto romântico para a conformação de uma cultura genuinamente nacional. Como afirmou Schwarz:

... especializada, também na confecção de peças comemorativas e espetáculos rituais, coube a essa instituição, em associação com a Academia Imperial de Belas Artes, "Inventar um passado", recuperar o presente e associar uma certa aparência a uma essência: um Estado idealizado por meio de seu soberano e de suas instituições quase ausentes. (2003, p. 353)

Assim, destacamos que a compreensão do conhecimento historicamente acumulado e da própria História é condição indispensável tanto para a produção de novos conhecimentos, quanto para evitar a sua "reprodução", além de contribuir na luta para a construção de uma nova sociedade.

Mas, num caso e noutro, tratava-se de reencontrar a história do negro pela via da valorização de sua cultura, na África e no país de destino, comparando-a nas duas situações, fazendo-o, dessa vez, chegar aos EUA ou no Brasil, onde quer que fosse, pela porta da dignidade e da distinção que o passaporte dos ritos, das línguas, da complexidade cultural de suas origens lhe conferia.

Por volta de 1950 encerra-se a fase heróica dos estudos do negro no Brasil e tem início a chamada fase sociológica desses estudos, conforme se pode ler no seu artigo programático "Os estudos brasileiros do negro" (LOMBARDI e NASCIMENTO, 2004:89):

*Se o negro com sua presença alterou certos traços do branco e do indígena, sabemos que estes, por sua vez, transformaram toda a vida material e espiritual do negro, que hoje representa apenas 11% da população (1950), utiliza a língua portuguesa e na prática esquecem as suas antigas vinculações tribais para interessar-se pelos problemas nacionais como um brasileiro de quatro costados. Tudo isso significa que devemos analisar o particular sem perder de vista o geral, sem prescindir do geral, tendo sempre presente a velha constatação científica de que a modificação na parte implica em modificação no todo, como qualquer *modificação no todo importa em modificações em suas partes*.*

Estava encerrada a fase afro-brasileira dos estudos do negro no Brasil e firmava-se, particularmente, com os trabalhos de Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, na chamada Escola Sociológica de São Paulo, uma nova tendência desses estudos agora voltados para a análise da estrutura de classes no país e, nela, para a história particular do negro, primeiro como escravo, depois como trabalhador livre marcado pelo estigma do preconceito de cor.

Para conhecer a história política do Brasil, é indispensável conhecer também a história do povo brasileiro. A maneira pela qual se relacionam os grupos e as classes sociais que cimentam uma dimensão fundamental da realidade política, a maneira pela qual se revelam de imediato, quando se analisa apenas os processos eleitorais, o jogo dos partidos ou a relação de produção. A estrutura de dominação/subordinação que formam o núcleo da política, não se revela clara e imediata nestas relações. Com frequência, há elementos sociais e culturais que a podem tornar mais complexa, obscurecer ou mesmo transfigurar as relações raciais, em épocas e áreas diversas. Abordam-se aspectos importantes da história social do país, descortinando os conteúdos e significados políticos e econômicos destas mesmas relações. Conforme Ribeiro (2006:21):

A abolição e o próprio abolicionismo explicam apenas parcialmente a transformação do escravo em trabalhador livre. Os processos econômicos e sociais responsáveis pela expulsão do escravo da esfera dos meios de produção, são os mesmos que provocam o afluxo de imigrantes e, em menor escala, o deslocamento de caboclos e roceiros para as fazendas de café e núcleos urbanos.

Sobre a humanização do escravo e sua libertação, Octávio Ianni (1972:15) diz:

...as razões técnicas e morais da abolição do regime escravocrata conduzem a imigração e à arregimentação de trabalhadores nacionais dispersos em núcleos de “economia de subsistência incrustados e adjacentes às áreas mercantilizadas. Mas estas razões não aparecem de modo claro na consciência do administrador e do fazendeiro. O capital investido em escravos, o modo de organização social da produção, elaborado com base na escravatura e as práticas de mando nas fazendas obstavam uma transição rápida. “incrustando-se no organismo da nação, como um pólipó, aí cresceu, deitou ramificações e acabou por se constituir um órgão e exercer uma função na nossa economia social: a de agente do trabalho e da produção nacional..

Reconstituir todo esse processo e entendê-lo em toda a sua complexidade parece impossível, segundo Ianni (1972), sobretudo porque só temos o testemunho de um dos protagonistas, o europeu. É ele quem nos fala de suas façanhas, quem relata o que aconteceu ao índio e aos negros e raramente lhes dão a palavra de registro de suas próprias falas. O que a documentação “copiosíssima” nos conta é a versão do dominador.

Apesar de seu papel como agente cultural ter sido mais passivo que ativo, o negro teve uma importância crucial, tanto por sua presença como a massa trabalhadora que produziu quase tudo que aqui se fez, como por sua introdução sorrateira mas tenaz e continuada, que “*remarcou o amálgama racial e cultural brasileiro com suas cores mais fortes*”. (Ribeiro – 2006:102).

Durante mais de 350 anos, o Brasil foi uma sociedade onde as principais classes eram a dos empresários escravistas e a dos trabalhadores escravizados. Esse período histórico só pode ser compreendido no contexto da oposição senhores versus escravos. A própria história do Brasil contemporâneo é fundamentalmente influenciada pelo passado escravista. A história do escravo constituiu a pré-história do trabalhador brasileiro. Neste sentido, todos nós trabalhadores assalariados, de todas as origens étnicas, somos descendentes sociológicos dos escravos brasileiros.

Os historiadores escrevem a história a partir dos documentos, segundo suas concepções metodológicas, políticas, ideológicas, culturais, etc. A interpretação da documentação é influenciada pelas opiniões do autor, conscientes e inconscientes, queira ele ou não. As heranças escravistas de nossa sociedade são múltiplas e profundas. As principais são, o racismo, o desprezo pelo trabalho manual, o desrespeito pelos direitos dos cidadãos das camadas populares

Sabe-se que os negros do Brasil foram trazidos principalmente da Costa Ocidental Africana distintos em três grandes grupos: O primeiro das culturas sudanesas, o segundo das culturas islamizadas do Norte da Nigéria e o terceiro do grupo Congo -

Angolês, provenientes da área hoje compreendida pela Angola e ao atual território de Moçambique (RODRIGUES, 1999).

Cerca de 3 a 5 milhões de africanos, homens e mulheres, foram arrancados da África e trazidos para o Brasil. Foi o tráfico negreiro que alimentou, durante séculos, a reposição de mão-de-obra trabalhadora do Brasil. Inúmeros aspectos de nosso passado são ignorados ou incompreensíveis devido ao grande desconhecimento, no Brasil, da história africana. A pouca atenção que se dá esse aspecto é outra espécie de herança escravista, e não a dos trabalhadores escravizados.

Ainda está por ser feita uma história do tráfico do ponto de vista dos africanos. Sabemos, contudo, que o tráfico provocou mudanças sociais, territoriais e políticas nos reinos africanos e na estrutura demográfica do continente. Além disso, ele também foi parte importante da experiência dos africanos que vieram trabalhar como escravos na América. (Rodrigues, 1999:32)

Durante a escravatura, os proprietários, em geral brancos, tinham o direito de fazer os escravos negros trabalharem como quisessem e retribuí-los como desejassem. E quando os trabalhadores escravizados resistiam, os amos possuíam o direito – segundo a lei, a moral e a religião – de castigá-los fisicamente. A escravidão influencia ainda a visão de nossas elites sobre os trabalhadores. Sobretudo porque esse passado e essas idéias ajudam a manter e a justificar seus privilégios. Por outro lado, a visão de mundo das elites termina irradiando-se entre as próprias camadas populares

Diante disso algumas questões se levantam quando se pensa em levantar as contribuições do “elemento negro” na construção da história educacional brasileira: Que perdas étnico-históricas podem ser reconhecidas e analisadas nesse processo de aculturação do negro no Brasil? Que processos educativos foram interrompidos com a escravização e o tráfico negreiro? Que teia sócio-cultural envolve a escolarização do negro no Brasil? Que elementos constituíram o pano de fundo da educação africana e que foram incorporados aos processos educacionais brasileiros? Que novas configurações esses elementos étnico históricos tomaram dentro do modelo? Como as políticas educacionais, etnocentristas que buscam incorporar os elementos étnicos ao currículo escolar, entendem e buscam desenvolver os elementos sócio-culturais afro-brasileiros? Essas e outras questões guardam ainda respostas que este trabalho não conseguiu ainda alcançar.

Os Afro-descendentes e a Historiografia Educacional

Na busca de respostas a estas questões, deparamo-nos com um quadro um tanto assustador e que chega a causar indignação. No relato do livro “500 Anos de Educação no Brasil (2004), os autores revelam que a história da educação no Brasil Colonial e Imperial, desconhece o cativo, apesar deste se constituir o coração da sociedade brasileira do início da colonização territorial até quase a Abolição da Escravatura em 1888.

Infelizmente, como afirma Mestri (2004), algumas das mais arraigadas concepções pedagógicas da atual população brasileira assentam suas raízes nas práticas habituais e sistemáticas da sociedade escravista brasileira

...a pedagogia da escravidão – as práticas empreendidas direta ou indiretamente pelos escravizadores para enquadrar, condicionar e preparar o cativo à vida sob a escravidão, ou seja, sua função de viver para produzir a maior quantidade de bens, com o menor gasto. (MAESTRI, 2004:192)

Conforme o mesmo autor, estima-se que 80% dos cativos que sobreviveram à travessia atlântica e as primeiras semanas nas Américas tenham sido enviados para mundo rural, onde viveram e morreram trabalhando duramente nas unidades produtivas agrárias e mineradoras, sobretudo.

Sabe-se que, a socialização do africano nas práticas produtivas dava-se através de sua inserção física na comunidade do eito e da senzala. Mesmo que seu aprendizado se desse através da imitação. Segundo Maestri (1994), ele era obrigado a um aprendizado acelerado de um português instrumental, sobretudo porque, eram raros os ambientes de escravos com falares africanos homogêneos, pelo fato de que a política de dominação agrupava-os sob uma grande heterogeneidade étnica e lingüística.

Os recém-nascidos e “crioulinhos” eram deixados aos cuidados de um cativo ou cativa velha, enquanto as mães trabalhavam. Nos primeiros anos, vivendo sob a influência cultural da comunidade da senzala. Aprendia o afro-português local ou o português popular, sem receber treinamento específico.

Aos seis ou sete anos, era introduzido na vida dos adultos, iniciando a trajetória de produtor feitorizado em atividades que não exigiam formação. Ocupava-se em abrir porteiros, distribuir água, levar recados, colher frutas, espantar pássaros das roças, vigiar animais, etc. Os mais hábeis eram destinados a tarefas e ofícios mais especializados da fazenda, tornando-se carreteiros, charqueados, vaqueiros, campeiros, etc .Esse aprendizado era feito sobretudo por imitação.

Também na cidade, a grande maioria das crianças e adolescentes escravizados destinavam-se a trabalhos duros que requeriam aprendizado sumário. A vida urbana oferecia-lhes espaços maiores de realizações, mesmo que relativa. A escravidão urbana abriu maior espaço para a formação formal e informal do trabalhador escravizado, onde os escravistas viviam da exploração direta, do aluguel ou permitiam que seus cativos vendessem seus produtos e serviços pelas ruas, desde que pagassem um ganho diário, semanal ou mensal

(ZANETT Apud MAESTRI, 2004)

Ter um cativo formado ou formá-lo em um ofício era um bom negócio. Artífices ensinavam suas habilidades aos cativos e, não raro, afastavam-se parcial ou totalmente da execução direta da arte, para apenas negociar ou controlar a produção do negro. Era comum que ensinassem “moleques” para vendê-los a melhor preço, quando formados.

As poucas escolas urbanas estavam vedadas ao ingresso de negros. Ler, escrever e contar era habilidade raríssima entre os trabalhadores feitorizados, uma vez que, segundo Karasch (apud MAESTRI, 2004), a escravidão brasileira desconheceu estabelecimentos educacionais para cativos. O aprendizado era feito por acompanhamento, em forma isolada, com pouca sistematização. Há registros, porém, de profissionais semi-especializados e especializados na educação formal de cativos.

Senhoras, sobretudo viúvas, ensinavam meninos e meninas escravizados a lavar, limpar, bordar, cozinhar, sob remuneração e para usufruir dos serviços dos aprendizes.

Apenas uma diminuta parcela da população escravizada conheceu formação institucional e não institucional mais sistemática e mais rica, devido às exigências da própria sociedade escravista ou a fenômenos sociais marginais não-sistêmicos a ela (MAESTRI, 2004:207)

Em todos os momentos da escravidão imperou incontestemente a visão do castigo físico como recurso pedagógico imprescindível ao aprendizado e à manutenção da qualidade do ato produtivo. A idéia do castigo justo como recurso pedagógico excelente penetrou as classes subalternas da época, tornando-se uma das mais arraigadas visões pedagógicas informais da civilização brasileira.; o que fortalece a percepção pedagogia de dificuldade quase natural ao aprendizado das classes populares, sobretudo se afro-descendentes.

Um passado que não se perdeu na história e que, no dia-a-dia dos afro-descendentes apresenta-se como um obstáculo à sua inserção social e educacional, reclama ações que possam recolocá-los na esfera da plena cidadania.

Políticas Afirmativas na Educação dos Afro-descendentes

Todas as vezes que se inicia qualquer reflexão sobre a escolarização dos negros no Brasil, o ponto de partida é o irremediável lugar-comum da denúncia. Em outros termos, o presente, com todas as suas injustiças e mazelas, se afigura como única dimensão histórica do problema. O passado, quando aparece, serve apenas para confirmar tudo aquilo que o presente nos comunica tão vividamente. Olhando para o passado recente das denúncias concernentes ao estado de precariedade da escolarização dos negros brasileiros, encontramos os seguintes tipos de registro: a) produções acadêmicas voltadas exclusivamente para os problemas atuais da educação dos negros; b) relatórios resultantes de encontros regionais do movimento negro, dando atenção especial aos problemas da educação; e c) depoimentos de antigos militantes que combateram a discriminação racial em nossa sociedade, nos anos 20 e 30, e nos anos 50, falando do significado da educação para si e para a população negra em geral.

Embora cada um desses registros expresse épocas diferentes e, neles, os sujeitos falem de lugares sociais diversos, o objeto de que tratam é a educação dos negros e seus múltiplos significados. Criticam o “*status quo*”, e esta crítica tem contribuído para denunciar a falácia da igualdade de oportunidades para todos, que se supunha existir em nossa pujante civilização tropical. Em outros termos, o forte apelo ao presente que podemos encontrar nesses registros tem representado, tanto no meio acadêmico quanto no interior dos movimentos negros (do presente e do passado), uma reação aberta contra o mito da democracia racial

Quando relemos as críticas lançadas à atual situação educacional dos negros brasileiros, encontramos dois eixos sobre os quais elas foram estruturadas: exclusão e abandono. Tanto uma quanto o outro têm origem longínqua em nossa história. Ambos aparecem em obras que tratam da história da educação, em especial naquelas que buscam estudar como as elites brasileiras tentaram equacionar o problema da instrução das camadas populares (Gonçalves, 2000). Tal preocupação teve amplo espaço no

século XIX, período em que a construção de uma nação se colocava para as elites como uma questão crucial. “Sabia-se que seria impossível erigir uma nação sem que, paralelamente, se desenvolvessem estratégias que pudessem fortalecer a instrução pública nas diferentes províncias do Império”. (Moacyr, 1939:72)

Era preciso que toda a população passasse a ter acesso às letras, o que não se julgara necessário durante o período colonial, quando, como acentua Nascimento (1940, p. 220) “se proibia o alfabeto nas casas grandes”, inclusive a “descendentes dos fidalgos e dos afortunados portugueses”. Sobretudo os africanos escravizados estavam impedidos de aprender a ler e escrever, de cursar escolas quando estas existiam, embora a alguns fosse concedido, a alto preço, o privilégio, se fossem escravos em fazendas de padres jesuítas. Estes, visando a “elevação moral” de seus escravos, providenciavam escolas, para que os filhos dos escravizados recebessem lições de catecismo e aprendessem as primeiras letras, sendo-lhes impedido, entretanto, almejar estudos de instrução média e superior. Nessas escolas dos jesuítas, as crianças negras eram submetidas a “um processo de aculturação, gerada pela visão cristã de mundo, organizada por um método pedagógico” de caráter repressivo que visava a “modelagem da moral cotidiana, do comportamento social” (Ferreira & Bittar, 2000).

Como se pode ver, alguns casos da escolarização de escravos em mãos de jesuítas se devem muito mais à necessidade de submetê-los a um rígido controle de seus senhores missionários do que a um projeto com vistas a mudar o destino dos cativos. Com o intuito de divulgar ao mundo, o quanto, no Brasil, se davam “provas e amor ao progresso e à perseverança na trilha da civilização”, José Ricardo Pires de Almeida publica, no ano de 1889, em língua francesa, obra sobre história e legislação da instrução pública no Brasil, entre os anos de 1500 e 1889. Tendo destacado que, no Império brasileiro, se assimilara o que havia “de mais completo nas nações avançadas da Europa, adaptando a seu gênio nacional” e buscando salientar papel de liderança do Brasil na América Latina, o autor aponta que, em 1886, numa população de 14 milhões de habitantes, 248.396 eram alunos de estabelecimento de ensino. E sugere, salvo melhor juízo, não ser esta cifra maior por estarem incluídos no cômputo do total da população “os indígenas e os trabalhadores rurais de raça” (Almeida, 2000, p. 17-18).

Em outros termos, índios e negros são, assim, considerados um enorme entrave à modernidade do país. Como nos lembra Sidney Chalhoub, esta era uma idéia poderosa, “postulada de forma aparentemente consensual pela classe proprietária na segunda metade do século XIX” (Chalhoub, 1988, p.103). Ainda que Almeida não precise o contingente de negros freqüentando os ditos estabelecimentos de ensino, ele nos assegura que existiam “300 asilos, distribuídos por diferentes províncias, para crianças abandonadas” (Almeida, 2000, p. 18), que certamente abrigavam significativo número de crianças negras. Uma outra leitura do problema leva-nos a interrogar o passado e sugerir hipóteses de como a situação educacional dos negros poderia ter evoluído caso algumas estratégias tivessem sido adotadas pelas políticas educacionais. Entendemos que há pontos de nosso passado que podem muito bem esclarecer as origens de graves problemas educacionais que afligem o grosso da comunidade negra brasileira.

A universidade enquanto espaço intelectual, científico, educativo e político não poderá continuar sustentando-se por muito tempo, enquanto tal, se se mantiver, como sublinha Bonarepoux (2003, p. 21), distante, desinteressada das questões que dizem respeito aos direitos humanos, ao diálogo entre culturas, aos direitos dos povos. Uma

das questões centrais que desafia a compreensão, o espírito democrático, a criatividade da universidade é admitir que os antigos escravizados africanos trouxeram consigo saberes, conhecimentos, tecnologias, práticas que lhes permitiram sobreviver e Educação e Ações Afirmativas entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica/ construir um outro povo. O desafio maior está em incorporá-los ao corpo de saberes que cabe, à universidade, preservar, divulgar, assumir como referências para novos estudos.

No Brasil, conforme analisam Jaccoud e Beghin (2002, p. 66).

de um lado, a permanência das desigualdades raciais naturaliza a participação diferenciada de brancos e negros nos vários espaços da vida social, reforçando a estigmatização sofrida pelos negros, inibindo o desenvolvimento de suas potencialidades individuais e impedindo o usufruto da cidadania. De outro lado, o processo de exclusão vivido pela população negra compromete a evolução democrática do País e a construção de uma sociedade justa e coesa.

A exclusão, concluem as referidas autoras, "fortalece as características hierárquicas e autoritárias da sociedade e aprofunda o processo de fratura social que marca o Brasil contemporâneo" (p. 66).

Entendem, alguns críticos, que políticas de ações afirmativas dirigidas aos negros seriam como que esmolas e não aceitam que possam tratar-se de metas imprescindíveis para uma sociedade que não apenas se diz democrática, mas que se organiza para sê-lo.

Uma instituição, que se disponha a implantar plano de ações afirmativas para a população negra, não pode encará-lo como "proteção a desvalidos", segundo pretendem alguns. É preciso que um plano com tais metas incentive a compreensão dos valores da diversidade social, cultural, racial e, nestes valores, busque apoio para orientar suas ações educativas, de formação de profissionais e de responsável pelo avanço das ciências. Sem dúvida, a escola, ao prever e executar medidas visando à inclusão de grupos até então deixados à margem, inclui-se na sociedade, passa a dela fazer parte e assume compromisso com ela, já que deixa de atender unicamente aos interesses de um único segmento até então privilegiado.

No Brasil, desde as décadas de 60 e 70, o movimento negro vem discutindo a relevância das ações afirmativas e organizando-se politicamente para pressionar sua adoção, contudo, o Estado brasileiro mostrava-se reticente até mesmo com relação a aceitar oficialmente a existência do racismo.

Diante desse painel, aparentemente intransponível, nas últimas décadas, as ações afirmativas tomaram corpo no seio da sociedade civil, com recursos próprios e à margem do controle estatal, o que, em um limite, dá às várias experiências brasileiras de ação afirmativa perfis e características totalmente diferenciados, permitindo, inclusive, em alguns casos, o hibridismo entre desigualdade racial e social, expresso pela categoria *carente*, utilizada por várias iniciativas.

As ações afirmativas podem ser entendidas como um conjunto de políticas, ações e orientações públicas ou privadas, de caráter compulsório, facultativo ou voluntário que

têm como objetivo corrigir as desigualdades historicamente impostas a determinados grupos sociais e/ou étnico/raciais com um histórico comprovado de discriminação e exclusão. Elas possuem um caráter emergencial e transitório. Sua continuidade dependerá sempre de avaliação constante e da comprovada mudança do quadro de discriminação que as originou.

Apesar de o Brasil ser o maior país em população negra fora da África, ainda podemos sentir as conseqüências dos séculos de escravidão. A difícil situação econômica, social, política e educacional dos negros e mestiços, descendentes de africanos, tem sido denunciada pelo movimento negro, por intelectuais, políticos, organizações da sociedade civil e de profissionais comprometidos com a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

Considerações Finais

Assim constatamos que é muito difícil reconstituir um papel de sujeito ativo do afro-descendente na construção da história oficial ou mesmo da historiografia brasileira, uma vez que a circunstâncias a que estavam submetidos não o permitia. Como já visto, os africanos escravizados estavam impedidos de aprender a ler e escrever, de cursar escolas quando estas existiam. Na cidade, a grande maioria das crianças e adolescentes escravizados destinavam-se a trabalhos duros que requeriam aprendizado sumário daquilo que era requerido pelas novas ocupações que assumiam. Assim, a escravidão brasileira desconheceu estabelecimentos educacionais para cativos que tinham nas próprias senzalas ou nos locais onde trabalhavam o seu “educandário”.

A única iniciativa estruturada de educação para o negro eram as irmandades que no século XIX existiam em todo o Brasil, preparando os indivíduos, através da integração social e educando-os para a vida associativa no mundo urbano, o que resultou na educação técnica dos movimentos sociais dos negros do início do século XX e as conseqüentes conquistas sócio-educacionais nas décadas seguintes.

Esse passado que não se perdeu na história e que, no dia-a-dia dos afro-descendentes apresenta-se como um obstáculo à sua inserção social e educacional, reclama ações que possam recolocá-los na esfera da plena cidadania

Nesse contexto, as ações afirmativas apresentam-se como metas imprescindíveis para uma sociedade que não apenas se diz democrática, mas que se organiza para sê-lo, procurando conferir a cada um de seus cidadãos a garantia de viver numa sociedade democrática e igualitária.

A tarefa urgente e desafiadora para aqueles que se dedicam a lutar pela alteração das relações de dominação e desigualdade existente e questionar os pressupostos do pensamento europeu que legitimaram as relações de opressão, dominação e exclusão do outro e que acabaram se impregnando no pensamento brasileiro, reforçando os privilégios e justificando um quadro de preconceito e opressão contra etnias historicamente fragilizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. R. P. de, *Instrução pública no Brasil (1500-1889) – história e legislação*. 2. ed. rev. São Paulo: Ed. da PUC/SP. Ed. crítica Maria do Carmo Guedes. Trad. Antônio Chizzotti 2000..
- BONAREPAUX, Christian. Conflict israélo-palestinien: l'université enrolée. *Le Monde de L'Éducation*, Paris, n. 311, p. 19-21, fév. 2003.
- CHALHOUB, S., Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, nº 16, mar./ago. 1988.
- FERREIRA, A. & BITTAR, M. *Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial*. São Carlos 2000.
- FONSECA, M. V., *Concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil (1867-1889)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- HASENBALG, C., *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília, Ipea, 2002.
- MOACYR, P., *A Instrução e as províncias : subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- OLIVEIRA, Iolanda de (org). *Relações Raciais e Educação: novos desafios*, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- OCTÁVIO, Ianni Raças e Classes Sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RODRIGUES, Jaime. *O Tráfico de Escravos para o Brasil*. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- SANFELICE, . Fontes e História das Políticas Educacionais. In LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *Fontes, História e Historiografia da Educação*. Ponta Grossa – PR: Editora UEPG, 2004..
- SCHWARCZ, L., *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, L. K. M. Questão racial e etnicidade. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Ed. Sumaré/Anpocs/Capes, 1999. (Antropologia, v. 1).

VON MARTIUS, Carl Friedich Philipe 'Como se deve escrever a história do Brasil'. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6 (24), 1845 pp. 381-403.

A imagem dos goianos face ao acidente radiológico com o céσιο-137 (1987) - Eduardo Gomes dos Passos*

O presente trabalho busca compreender o acidente radiológico em Goiânia em suas diferentes dimensões, incluindo as discussões sobre as identidades na pós-modernidade. Nesse cenário, analisa as reflexões sobre a identidade goiana, acirradas no contexto do acidente, ou seja, objetiva perscrutar a visão da própria sociedade e também externas, que reverberaram em períodos de exclusão.

Os desdobramentos deste acidente geraram reações fora e dentro do país, frutos do desconhecimento e receio quanto à extensão da radiação. Tais períodos de exclusão geraram certo incômodo no que diz respeito à identidade goiana.

Tal evento produziu vítimas diretas, tanto do acidente quanto da desinformação, e vítimas indiretas, a sociedade goiana em geral, discriminada devido ao receio de contaminação. Por meio da discriminação, portanto, se reforçou a exclusão não só das pessoas diretamente contaminadas, mas também toda a população do estado. Nesse contexto do acidente, provavelmente houve o empenho de outros estados em reforçar a discriminação ao estado com a finalidade de se obter vantagens econômicas de outros estados para com o estado de Goiás, o que nos leva a crer que tal discriminação é, também, fruto de uma construção consciente e direcionada.

Com relação às vítimas diretas, o poder público teve papel de destaque, ao omitir informações sobre a gravidade do acidente, ampliando ainda mais o número de vítimas.

Faz-se necessário se faz uma análise que traga à discussão os aspectos e repercussões sociais de tal fato, que, no que se refere às imagens das vítimas do acidente, e dos goianos em relação ao resto do país, se fazem presentes até hoje.

Algumas das pessoas que presenciaram ou estiveram no epicentro do acidente, não conseguiram sobreviver, e os que sobreviveram, vieram sem perspectiva de futuro, mutilados física e psicologicamente.

Embora se tratar de um fato relativamente recente, em termos de pesquisa histórica, e isso com todas as suas implicações, principalmente o risco da subjetividade do próprio pesquisador do presente projeto, acreditamos que a constante busca da objetividade ocorre partindo-se da subjetividade, das inquietações, enfim, do lugar de onde parte o sujeito

* Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás em 2001, e aluno de Pós-Graduação em História Cultural pela mesma Universidade.

pesquisador, dependendo, é claro, dos procedimentos metodológicos adotados por este. Sobre esse aspecto, afirma-nos Jörn Rüsen:

“(…) a obtenção de competência profissional não é um processo de aprendizado que abstraia da vida humana concreta e que se refugie numa espécie de torre de marfim científica, mas sim, pelo contrário, que requer a produção de resultados que possuam relevância prática”. (Rüsen, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001).

O presente projeto possui sim, relevância prática, face aos motivos expostos acima. Temos que é, então, a busca constante da construção do conhecimento a partir do acontecimento.

Nesse aspecto da discussão sobre a história acontecimento e história conhecimento, ou seja, o olhar do pesquisador sobre seu objeto, podemos dizer que

“A historiografia (quer dizer “história” e escrita”) traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase o oximoron – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso. Ela tem a tarefa de articulá-los e, onde este laço não é pensável, fazer como se os articulasse.” (Apud CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes, revisão técnica de Arno Vogel. 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002).

Portanto, sabemos também que o presente trabalho é também um olhar voltado para o passado, na tentativa de reconstruí-lo e, como tal, tem em si aspectos contraditórios. Desta forma, fez-se necessário pesquisar sobre o tema buscando vários ângulos de visão, o que pode ser feito mediante um *corpus* documental mais denso e diversificado.

Tendo em vista a amplitude do assunto tratado, percebemos que há uma necessidade de cooperação interdisciplinar, de forma a ter trabalhos que se complementem, com o fim de se trazer para a sociedade a satisfação necessária sobre uma questão que, vale ressaltar, ainda está longe de ter sido esclarecida, até porque, segundo as próprias informações científicas, conviveremos com tal problema por cerca de três séculos. Como então não se debruçar sobre tal tema?

Temos que este foi um fato que teve desdobramentos não em uma, mas em várias áreas do conhecimento. Face à sua multidimensionalidade, convém delimitar o aspecto histórico do acidente, identificando a postura governamental e seus reflexos na imagem do estado de Goiás face ao acidente. Nesse aspecto, convém levantar algumas questões importantes.

Com relação aos aspectos histórico-sociais desse comportamento de monopólio da informação como poder/status dentro de uma sociedade, por parte do estado, temos que o acidente radiológico de Goiânia teve vários desdobramentos, que vão desde a imagem dos goianos para os outros estados brasileiros (tendo conseqüências também no aspecto econômico), como também para as próprias vítimas diretas do acidente, debilitação física (em alguns casos levando à morte), mutilações, discriminação social, falta de assistência governamental, dentre outras.

Em meio ao medo, ao pânico, à tensão, à desinformação e à omissão, as posturas dos governos estadual e federal (de negligência e tentativa de monopólio de informações) fizeram aumentar o número de vítimas do acidente, bem como agravar ainda mais a situação da imagem do estado e de sua população em face de outros estados da federação. Ou seja, além de vitimar aqueles que estiveram tanto em contato direto quanto indireto com fontes radioativas, e os mesmos serem vitimados pela discriminação da própria sociedade goiana em geral, houve também a discriminação dos outros estados com relação à população de Goiás;

A combinação de fatores que ocasionou o acidente radiológico se deu como um misto de desinformação e irresponsabilidade e omissão, tendo em vista o fato de que os proprietários do terreno de onde saiu a cápsula de césio que causou o acidente o deixaram abandonado. Daí para o acidente em si foi só questão de tempo.

No que se refere aos locais que simbolizam e evocam os episódios principais do acidente ocorrido, convém perguntar: quais foram as intenções do poder público ao promover a destruição de prédios e construções que simbolizavam o acidente como, por exemplo, do terreno da Santa Casa, onde hoje é o centro de cultura e convenções de Goiânia? Até que ponto a destruição dos prédios foi necessária? O que poderá ter sido realmente necessário eliminar/destruir e o que foi destruído tendo como objetivo a destruição da memória do acidente e das vítimas?

O poder público estadual tem, de diversas formas, ao longo destes anos posteriores ao acidente, sempre que possível, tentado também apagar da memória da sociedade goiana as marcas e os lugares físicos que simbolizam ou que nos remetem ao acidente, como por exemplo, com a construção do Moderno Centro de Cultura e convenções de Goiânia, e a destruição do Estádio Olímpico. Tais atos poderiam ser interpretados como formas eficazes de se trabalhar de forma a modificar lugares que remetessem a atenção da sociedade diretamente ao acidente ocorrido em 1987. Nessa mesma lógica estaria também a resistência do governo tanto em reconhecer as vítimas e em construir um memorial para as vítimas do acidente com o césio 137.

O acidente teve mais vítimas diretas do que o registrado pelos órgãos do governo do estado de Goiás, sendo que o não reconhecimento de uma parcela delas por parte do governo provavelmente tem ocorrido por questões de ordem prática, como por exemplo, de querer evitar alarde entre a população de que havia muito mais pessoas que foram contaminadas do que o número oficialmente registrado, perdendo, assim, o controle da situação, bem como por questões propriamente de economia para os cofres públicos, bem como a exportação de produtos goianos para outros estados e outros países.

Outro aspecto a investigar e analisar é a existência de cientistas dentro do governo, cujo papel no contexto do acidente, de maneira geral, foi o de controlar o fluxo de informações e de dados para a imprensa e a população leiga da sociedade em geral, o que pode ter produzido reflexos no aumento do número de vítimas do acidente.

Para disfarçar a negligência e o despreparo para lidar com tal questão, as instituições governamentais agiram, desde a deflagração do acidente e no decorrer do tempo, de forma a omitir e ou controlar informações, conforme sua conveniência e conforme a possibilidade ou não de omitir dados.

Uma última questão pode ser colocada: o episódio e a experiência com o acidente poderiam se constituir, para o poder público governamental, tanto estadual como federal, em lições para o futuro?

Se observados os dados da pesquisa até o momento, poderíamos dizer que o poder público estadual, ao longo dos anos posteriores a 1987, tem agido de forma a se desresponsabilizar da obrigação de assistir às vítimas do acidente, e, além disso, eliminar, sempre que possível, vestígios que poderiam evocar lembranças ao acidente e das vítimas desse acidente. No caso do governo federal, temos que sua postura se colocou de forma a mostrar que o “problema já estava resolvido”, tendo dado a “satisfação” à sociedade goiana e ao Brasil, através da construção do depósito de lixo radioativo de Abadia de Goiás, distante cerca de 25 quilômetros do centro de Goiânia.

Os indivíduos que têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado, em um primeiro momento, são as vítimas diretas do acidente.

O reforço da classificação da identidade dos goianos perante o restante do país ficou evidenciado de várias formas, principalmente em notícias que a imprensa televisiva veiculava praticamente todos os dias pouco tempo após a deflagração do acidente. Sendo assim, nesse período, buscou-se reforçar ainda mais o que não era “ser goiano”. Kathleen Woodward nos afirma que

“As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença.” (WOODWARD, K. “Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual” In: Silva, TT. (org): *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000. p.39-40).

Desta forma, pretendo fazer análises de conteúdo dos documentos das entrevistas que serão coletadas de forma a confrontar os que são contraditórios, para melhor efeito da pesquisa. Como citado acima pretendo trabalhar com o conceito de identidade formulado por Kathleen Woodward e Stuart Hall, portanto, tratando as identidades não como algo estanque, fechado e compartimentado, mas como algo sempre em construção.

O que se tem como objeto de análise, com relação às vítimas diretas do acidente, é a desterritorialização*, por eles sofrida, seja por pessoas de outros estados, seja pelos próprios goianos, através dos discursos e imagens construídos sobre eles, através da postura e atitudes dos poderes públicos governamentais, e também pela mídia, seja escrita, falada ou televisiva. Esse fato provocou a reação, através da criação da Associação das Vítimas do Césio, que, ainda que de forma precária, luta pelo resgate da dignidade e da identidade das vítimas do acidente ocorrido em 1987.

Nesse sentido, os goianos, através das imagens que foram formadas após o acidente com o césio 137, ainda permanece em construção.

* O sentido de desterritorialização que utilizaremos aqui é o presente no texto de Sandra Pesavento, não querendo, entretanto, não pretendemos com isso “des-historicizar a produções das representações, pois cada sociedade cria para si o sistema de idéias e imagens que a sancionam e legitimam.” Ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: FAURGS, 2002, p. 08-25.

BIBLIOGRAFIA

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes, revisão técnica de Arno Vogel. 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.

FILHO, Alfredo Tranjan. Goiás, Césio 137 – O acidente que espantou o mundo.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: FAURGS, 2002, p. 08-25.

Rüsen, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001. 194p.

WOODWARD, K. “Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual” In: Silva, TT. (org): *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000. p. 73-102.

Islã: Fronteiras políticas, religiosas e de costumes da Arábia à Península Ibérica

Waléria Caldeira de Paula *

Resumo: Este estudo tem por objetivo analisar o Islamismo como um dos fatores mais importantes na caracterização e reconfiguração territorial, social e cultural do Oriente. Assim sendo, procuraremos mostrar a expansão das fronteiras políticas, religiosas e culturais iniciadas a partir da revelação da doutrina islâmica ao Profeta Maomé e sua difusão entre os povos árabes que até então não formavam uma unidade política, social, religiosa e cultural.

Palavras Chave: Islamismo, expansão, Maomé.

Résumé : Cette étude a pour objectif pour analyser l’Islamisme comme un des facteurs les plus importants dans la caractérisation et transformation, social et culturel de l’Orient. De cette façon, on montrera l’expansion des frontières politiques, religieuses et culturelles commencées d’après la révélation de la doctrine islamique au Prophète Maomé et la diffusion de celle-ci parmi les peuples arabes qui jusqu’à alors n’avaient pas formé une unité politique, sociale, religieuse et culturelle.

Les mots-clé : l’Islamisme, l’expansion, Maomé.

A História árabe tem como marco principal o Profeta Maomé e a revelação da doutrina islâmica. Assim, antes dele os árabes viviam em tribos e estavam em constantes lutas entre si. Essas tribos não possuíam uma religião única e praticavam cultos a diversos deuses.

Entre os árabes do sul o culto ao Sol e aos principais astros era os mais praticados e entre os do Norte se cultuava espíritos *djins* e também diversas divindades.

* Graduando do curso de História da Universidade Federal de Goiás, campus Samambaia.

Imbuídos de valores religiosos politeístas e por praticarem comércio com vários povos foram conhecendo novos deuses e incorporando-os ao Panteão das divindades árabes e que por causa disso pode ser comparado ao Panteão greco-romano. A comprovação desse politeísmo pode ser feita através de estátuas erguidas aos deuses sírios contendo inscrições datadas sete ou oito séculos antes de Cristo.

Porém, mesmo com essa variedade de cultos havia certa “unidade” religiosa representada pela Caaba, templo que segundo a tradição foi fundado por Abraão, onde se encontrava estátuas ou imagens de trezentos e sessenta deuses e que era visitada constantemente pelos povos árabes. Mas, aproximadamente em 610 d.C. Maomé teve a primeira revelação dos códigos de leis que passariam a reger a vida dos muçulmanos e contribuiria para que ocorresse a unificação das tribos. Essa unificação foi facilitada por aquela “união” religiosa em torno da Caaba o que contribuiu para o Profeta conseguir transformar o politeísmo dos islâmicos em monoteísmo, princípio fundamental dos códigos que lhe foram revelados.

Nessa época o Profeta já estava casado com Khadija, uma rica viúva da cidade de Meca, considerada pela tradição árabe uma esposa dedicada que lhe deu sete herdeiros, sendo três meninos e quatro meninas, porém apenas as meninas sobreviveram e os descendentes de Fátima criam mais tarde o Califado Fatímida¹, e que foi a primeira, a saber, das revelações do Anjo e crer nelas. Ela enquanto viveu (data de sua morte o ano de 619 d.C.) apoiou-o demonstrando toda confiança na missão do esposo.

¹ Em 909 Ubayd Allah inicia da Dinastia Fatímida.

Com esse apoio, Muhammad aceitou a missão e passou a difundir os ensinamentos sagrados, conhecidos como Corão ou Alcorão iniciando o combate ao politeísmo, cuja sede era o templo da Caaba, e por causa disso conquistando a oposição dos Coraixitas, detentores da custódia do templo, que só não atacavam pessoalmente o Profeta devido à influência do tio desse, Abu Talib, seu protetor. No entanto, com a morte do tio, no ano de 619 d.C., as perseguições aumentaram obrigando Maomé e seus seguidores a fugirem em 622 de Meca para Medina, fato conhecido como *Hégira* e que marcou o início do calendário muçulmano (16 de julho de 622 do nosso calendário).

Maomé e seus discípulos na conjuntura de formação islâmica vislumbraram a conquista de Meca e retorno à terra natal em 630. Lá ele “reformou” a Caaba, derrubando os ídolos e apagando os afrescos representativos dos profetas bíblicos, deixando apenas os de Abraão, Jesus e Virgem Maria.

A morte do profeta ameaça a unidade do Islã, já que algumas tribos beduínas tentaram se separar rompendo os laços morais e políticos e também negando a doutrina islâmica. Mas graças a Abu Bekr e Omar, que se tornaram os primeiros Khalifa² e assumiram as responsabilidades de suceder o Profeta e de tomar para si o poder, não ocorreu a dissolução da comunidade muçulmana.

Abu Bekr foi o primeiro a ser designado Khalifa de Maomé, sendo reconhecido como tal pelo povo de Meca e Medina, além das tribos sedentárias, assim conseguiu fazer com que o mundo muçulmano permanecesse unido e forte, uma vez que ele não demorou a agir contra as tribos

² Os líderes da comunidade muçulmana depois da morte do Profeta Maomé.

beduínas eliminando a resistência, impondo o Islã à quase toda Arábia e iniciando o período dos califados.

Esse período começou com a ordem dada por Abu Bekr quinze dias após a morte de Maomé para uma expedição militar se dirigir às fronteiras sírias, como o próprio Profeta já havia decidido. Porém, depois de dois meses essa expedição retornou a Medina tendo conseguido apenas demonstrar aos povos da Arábia do Norte que havia um forte exército muçulmano. Mas tanto Abu Bekr como Omar prometeu às tribos beduínas, pacificadas, um enriquecimento através dos espólios das guerras se esses lutassem junto com os muçulmanos e após a concordância daqueles teve início a expansão fora da Arábia.

As primeiras vitórias vieram das lutas contra os bizantinos e os sassânidas que subestimaram as forças árabes, além de estar a muito tempo em disputa pela supremacia na Ásia Menor e no Oriente Próximo, fato que os enfraqueceram facilitando a conquista árabe.

A Mesopotâmia foi conquistada graças a iniciativa de Muthanna ibn al-Harith com apoio de Abu Bekr que colocou à disposição de Harith, Khalid ibn al-Walid e suas tropas. Eles tomaram Hira em 633 e com a vitória de Kharizma abriram caminho para a conquista da Mesopotâmia e também da Palestina. Em 634 os muçulmanos, sob a liderança de Khalid venceram completamente os gregos e ocuparam a Palestina, exeto Jerusalém e Cesaréia respectivamente dominadas em 638 e 640, sendo a tomada de Cesaréia o marco da conquista do Islã na Síria.

Omar, ao assumir o califado, prosseguiu com as conquistas, mesmo após a derrota no outono de 634 e conseguindo enfim, no verão de 637, vencer os Persas. No ano de 642 os muçulmanos já dominavam a Mesopotâmia, chamada a partir daí de Iraque e a Pérsia Ocidental e

Central; também nessa data ocupavam todo o Oriente Próximo e o Egito.

O futuro do mundo islâmico foi influenciado pela primeira expansão muçulmana ocorrida no califado de Otman e que levou à conquista de Chipre em 649 e da vitória, em 655, sobre a frota bizantina na Batalha dos Mastros. Mesmo com todas as conquistas a oposição ao Califa aumentava e no ano de 656, Otman foi assassinado. Nesse mesmo dia Ali ibn Abi Talib tornou-se califa na cidade de Medina.

Com a ascensão de Moawiya ao poder iniciou-se a dinastia dos Omíadas³ que durou de 661 a 750, ou seja, 90 anos e que teve como principal objetivo “restabelecer” a autoridade do califa, porém durante esse califado houve períodos de intensa agitação misturados a períodos de calma. Os períodos conturbados junto à regência política e religiosa dos Omíadas foram responsáveis pelo início da segunda expansão marítima muçulmana levando os árabes do Atlântico até o Indo e a Ásia Central. Essas expedições se deram em três direções: Ásia Central, Ásia Menor e Constantinopla, África do Norte e Espanha.

As expedições à Constantinopla duraram sete anos (674-680), pois os árabes avançavam contra ela a cada primavera. A última expedição ocorreu entre agosto de 716 e setembro de 717, quando os árabes cercaram a cidade com intenção de aproveitar-se das lutas pelo trono bizantino que ocorriam naquela época. Contudo, mesmo depois de sete séculos os árabes não conseguiram conquistar Constantinopla.

A conquista da Espanha teve início no ano de 710 com uma incursão não-duradoura. Mas em 711 desembarcou na Espanha Tariq ibn Ziyd, um berbere

³ Dinastia iniciada por Moawiya em 661.

liberto. Ele ocupou rapidamente Córdoba e Toledo, e dentro de cinco anos praticamente toda Espanha estava sob o domínio árabe. Os berberes incentivaram a expansão mais ao norte e chegando até Gália, também chegaram ao sul, mas foram barrados no ano de 732 em Poitiers. “Ela engloba temporariamente a Aquitânia e principalmente a Provença, até Carlos Martel deter seu avanço em Poitiers no ano 732”. (LE GOFF, 2005: 32)

O século X trouxe transformações ao mundo árabe e com essas transformações a divisão desse mundo em três califados: dos abássidas⁴, dos Fatímida e dos Omíadas da Espanha.

“Junto à expansão, tem entrada o capítulo das dinastias de califado congregador: a dinastia omíada (661-750), centralizada em Damasco, e a abássida (749-1258), em Bagdá, além da dinastia omíada em Alandalus entre 756 e 1031, que em determinado momento reivindicou seus próprios califas. Houve também as dinastias setoriais, limitadas às extensões da província-mãe, das quais se destacaram a fatímida (909-1171), com sede no Cairo;” (SLEIMAN, 2000: 154)

No século X a Espanha muçulmana atingiu seu apogeu, principalmente por ter consolidado a independência espanhola e garantido o sunismo⁵ e sua ortodoxia no Ocidente muçulmano. Foi também nesse século que a *al-Andaluz* desenvolveu-se muito intelectual e artisticamente e Córdoba tornou-se a primeira entre as maiores cidades do mundo, influenciando vários países fora de seu território, especialmente a França.

“No tempo de Abd-er-Rahman III, grande metrópole de todo Ocidente, deslumbra os viajantes latinos e gregos que, freqüentemente, a comparam, pelo brilho de suas letras, da filosofia e das artes, pelo esplendor dos monumentos, pelo luxo dos palácios principescos, pela animação dos bairros

⁴ Dinastia que substitui a Dinastia dos Omíadas.

⁵ Corrente majoritária do Islã, que se baseia na suna.

mercadores e dos subúrbios povoados de artesãos, a Constantinopla.” (HEERS, 1984: 328).

Se o século X marcou o apogeu da Espanha muçulmana, o século XI marcou seu declínio iniciado no ano 1002 com a morte de Ibn Abi Amir e em 1008 com o assassinato de seu filho e sucessor. Essas duas mortes marcaram um período de agitação com assassinatos, destruições e interferências no califado em decorrência das lutas pela sucessão que culminaram com o fim do califado de Córdoba em meados de 1031.

Mesmo com entraves o Islamismo se fez e ainda apresenta-se com notável percepção na Península Ibérica através do Corão, que é um dos elos para tal, e sua representação nos livros sagrados do povo muçulmano que podem se referir a ele usando um título que demonstra respeito como *Al-Karim* que significa “o Nobre”, ou *Al-Azim* “o Magnífico”. Ele é escrito em forma de narrativas sendo ligeiramente menor que o Novo Testamento representando quatro quintos deste e está organizado em 114 capítulos, chamados *Suras*. Cada uma delas pode se subdividir em *ayat*⁶. A maior sura é a segunda, com 286 versículos e as menores com três. Dos 114 capítulos, pressupõe-se que 92 foram revelados ao profeta em Meca e 22 em Medina, estando dispostos aproximadamente de acordo com seu tamanho e não de acordo com a ordem cronologia da revelação.

O Alcorão não foi estruturado como livro durante a vida de Maomé. Os seus companheiros memorizavam ou escreviam suas revelações enquanto ele ainda era vivo (mas não em um único livro), alguns estudiosos do Islã acreditam que o Profeta aprovou esses ensinamentos. Mais tarde esses testemunhos teriam sido reunidos para constituir o livro sagrado do islamismo.

⁶ Versículos que dependendo da forma de contar pode ser no número de 6536 ou 6600.

A fé muçulmana é tão forte que os seus seguidores não contestam nenhum homem que lhes fale em nome de Allah e obedecem a suas ordens sem questionamento. Foi essa fé que possibilitou a conquista e expansão árabe, pois os sucessores de Maomé passaram a ser os representantes de Allah e, portanto, deveriam ser ouvidos e obedecidos por todos os maometanos.

“Habitados a cumprir os caprichos de um Deus soberano, com a mesma facilidade obedecem a seus representantes; o homem que lhes fala de Alá sempre se fará obedecer, pois a única pergunta que eles são capazes de fazer-se limita-se a saber se ele fala realmente em nome de Deus.” (19-: 512).

Os Califas usaram a fé para vencer as guerras que travaram contra os “povos infiéis”. O principal argumento usado por esses líderes para convencer os fiéis a lutarem era que realizando a “Guerra Santa” aqueles que saíssem vitoriosos teriam riquezas e reconhecimento e aqueles que morressem combatendo os infiéis teriam salvação garantida e estariam nos braços de virgens que os aguardavam e assim, conseguiram vitórias consideradas impossíveis e transformaram o mundo muçulmano em um próspero Império.

Portanto, o fator que coadunou a expansão do mundo muçulmano foi a revelação dos ensinamentos maometanos contidos no Corão, através dos quais se conseguiu reunir as várias tribos árabes e criar um exército, embora pequeno em relação aos dos outros povos, unido por uma mesma religião e pela utilização de uma mesma língua, além de formar um todo econômico.

No entanto, a própria religião que unira os islamitas num mesmo ideal, por causa de divergências na interpretação religiosa estava criando várias seitas e dividindo o mundo muçulmano, porém a divisão mais profunda decorreu de diferenças políticas que culminaram

na separação do *kharidjismo e xiismo* do *sunismo*, sendo que estes criaram sua própria Igreja. Como consequência dessa separação surgiram antagonismos que levaram à guerras religiosas.

“Todavia, o próprio êxito veio trazer dificuldades. A organização dos territórios conquistados, os conflitos pessoais, as discussões teológicas criaram distúrbios e cisões de ressonância profunda no mundo islâmico.” (MANTRAN, 1977: 46).

Com tantos problemas internos, o mundo árabe começou a desagregar-se irreversivelmente, e aproveitando-se disso os turcos no Oriente, os berberes na África do Norte e na Espanha, os cristãos na Síria, Sicília e Espanha atacaram quase simultaneamente os islamitas fazendo com que em meados do século XI desaparecesse a primazia árabe acabando, assim, com uma hegemonia que durou aproximadamente cinco séculos.

Outra importante e instigante análise sobre o Islamismo é reconstruir a importância desta religião junto à configuração do papel da mulher: “o Corão, como já demonstrei ao examinar o direito de sucessão dos árabes, trata-a muito melhor que a maior parte dos códigos europeus;” (LE BON, 19-: 492). Para comprovar isso basta analisar a situação delas antes e após as revelações do Profeta Maomé.

Antes de Maomé as mulheres eram vistas acima dos animais e abaixo dos homens; sem outra utilidade além da geração de filhos e cuidar dos homens. Já após a divulgação das leis do Corão, elas passaram a ser tratadas com galanteios e cavalheirismo permitindo que a importância das mulheres no período “áureo” do Islamismo aumentasse e que elas adquirissem conhecimentos nas áreas das ciências e literatura.

“No Oriente, no tempo dos abássidas, e na Espanha, no dos Omíadas, diversas alcançaram grande celebridade. Walada,

filha de um califa que reinou em 860, foi chamada a Safo de Córdoba.” (LE BON, 19-: 494).

No entanto, mesmo com todos esses privilégios as mulheres muçulmanas eram tratadas com ceticismo em relação à fidelidade, sendo, consideradas pelos árabes como ser maravilhoso,

“- Ninguém no mundo poderá gabar-se de ter uma esposa cuja conduta seja igual à minha. Quanto ao pudor, nunca vi nem ouvi mencionar alguma que se pareça com ela: pois não cobre o rosto com o véu quando o galo persegue a galinha? E quando seu marido se junta a ela, não vira o rosto até que ele tenha saciado o desejo?” (AL-HAWRANI, 1996: 11)

mas em quem não se pode confiar nem por um instante,

“- Após o flagrante que acabas de obter, não sentirás mais desejo de me freqüentar, não é? Vamos fazer um trato: tu manténs silêncio, nós nos separamos e cada qual se comporta como se não conhecesse o outro, o que preservará minha honra e decência. (AL-HAWRANI, 1996: 13).

como observado pelas citações do conto ‘Uma pérola de virtude’.

Porém, as mulheres também possuem um papel mais “casto” cuidando dos filhos e do esposo, ou seja, sendo a administradora da família. Ela sente-se feliz com esse papel que lhe foi “reservado” desde o nascimento e para o qual foi preparada por seus pais para assumir.

“Os europeus que entram num harém ficam surpreendidos ao encontrar mulheres que amam seu marido, atarefadas com os filhos e os afazeres domésticos e muito satisfeitas com sua sorte, e que ainda por cima se considerariam degradadas se tivessem de trocar seu gênero de vida pelo das européias.” (LE BON, 19-: 507).

Assim sendo o crescimento dessa nova religião, o Islamismo, foi fundamental para a expansão mulçumana já que através da difusão das revelações de Maomé e a conversão de tribos, primeiramente em Medina, começou a unificação e fortalecimento dos árabes culminando em sua posterior expansão pela Europa, Ásia e África do

Norte. Esta unificação e fortalecimento foram possíveis pela forte personalidade do Profeta e pelo crescimento de sua influência sobre os povos árabes, o que facilitou a assimilação da doutrina maometana, e após a morte de Maomé a consolidação da expansão muçulmana devido à firmeza, caráter e determinação dos dois primeiros califas, Abu Baker e Omar que souberam assumir a liderança dos islâmicos e expandir esse Império.

Foi também devido a expansão do Islamismo e a sua influência no mundo árabe que o papel das mulheres, seus costumes e sua cultura foram alterados e elas passaram a ser consideradas e respeitadas por sua importância e seus conhecimentos.

Por fim, acreditamos que o Islamismo é uma das mais significativas caracterizações de expansão e reconfiguração territorial, social e cultural do Oriente. Assim sendo, a fé, a presença de islâmicos e a questão das mulheres e seus costumes são representações culturais concretizadas e mantidas nessas áreas conquistadas.

Referências Bibliográficas

AL-HAWRANI, Abd al-Rahim. *As Artimanhas das Mulheres*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 11-13.

LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*. Curitiba: Paraná Cultural, [19-].

HEERS, Jacques. *Historia de la Edad Media*. Barcelona: Labor Universitária, 1984.

MANTRAN, Robert. *Expansão Muçumana (Século VII – XI)*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

SLEIMAN, Michel. IBN-Quzman de Cordova à luz da Asabiyyah: árabes, berberes e andaluses?. In: *Colóquio Internacional “As cidades no Tempo”*. Franca: UNESP, 2005. p. 153-177.

AS REPRESENTAÇÃO IDEOLÓGICAS DA GUERRA DO VIETNÃ NO CINEMA NORTE-AMERICANO.

Acadêmico: Éder Mendes de Paula

4º Ano

Universidade Estadual de Goiás.

Resumo: A arte é uma expressão do homem, portanto estará completamente interligado com as ideologias que estruturaram sua consciência, o que ele produz será um reflexo daquilo que viveu, da sendo um retrato da sociedade em que está inserido. O cinema não diferente das demais possui essas características e tem um grande alcance da massa sendo utilizado pela classe dominante para realizar a inculcação ideológica que pode manipular a opinião das classes subalternizadas. O cerne da pesquisa – os filmes sobre a guerra do Vietnã – traz em suas entrelinhas uma inculcação ideológica que vai desde a justificação da intervenção estadunidense, até a uma autocrítica sobre a intervenção, porém, ainda assim essa autocrítica encobre o Outro ressaltando apenas os sofrimentos e angústias da sociedade norte-americana como se o vietnamita não tivesse a mesma importância.

Palavras chaves: cinema – ideologia – Vietnã.

Abstract: The art is an expression of the man, therefore he will be completely linked with the ideologies that they had structuralized its conscience, what it produces will be a consequence of what it lived, of being a picture of the society where he is inserted. The not different cinema of excessively possesss these characteristics and has a great reach of the mass being used by the ruling class to carry through the ideological manipulation that can manipulate the opinion of the explored classrooms. The center of the research - the films on the war of the Vietnam - brings in its space between lineses an ideological manipulation that goes since the justification of the United States intervention, until the critical itself exactly one on the intervention, however, still thus this critical itself exactly hides the Other standing out only the sufferings and distresses of the North American society as if the Vietnamese did not have the same importance.

Words keys: cinema - ideology - Vietnam.

A imagem não é utilizada como representação isenta de interesses, seja na arte ou na política ou ainda em ambas, ela está diretamente ligada à propagação de ideologias que visam a legitimar uma determinada forma de relação social e de poder auxiliando na manutenção da alienação que uma classe impõe à outra sob seu domínio. Hoje, os principais veículos de disseminação de imagens que reproduzem costumes, valores, práticas e ideologias são a televisão e o cinema que têm alcances mundiais e expressam a sociedade que os produz sendo carregados de pontos de vistas, de afirmações que consciente ou inconscientemente se propagam na proporção da influência que exerce naquele determinado contexto.

Percebendo essa união entre imagem e ideologia, me proponho neste trabalho a realizar uma análise da produção cinematográfica estadunidense sobre a Guerra do Vietnã, procurando explicitar o seu conteúdo ideológico e seu papel na manipulação da opinião pública. É uma análise da necessidade política de provar a superioridade tecnológica e intelectual dos vencidos sobre os vencedores do conflito. Mesmo enfrentando manifestações contra a guerra toda a sociedade norte-americana parece compartilhar do sentimento de ter suas forças militares derrotadas por um país cuja a inferioridade bélica, econômica e tecnológica parecia evidente, fato perceptível na frase de Richard Nixon na Convenção Nacional Republicana em Miami no ano de 1968 em que afirma: *“O Vietnã do norte não vai vencer e nem humilhar os Estados Unidos. Só os americanos fazem isso.”* A partir da pesquisa, será possível identificar de que maneira o cinema é utilizado, seja de modo consciente ou inconsciente (neste caso, levando em conta a imagem de “salvador” ou de “gigante” mundial, criado pelos próprios estadunidenses ainda no século XIX, mas que permanece até os dias atuais) para a propagação da ideologia dominante do imperialismo econômico, que se expressa no imperialismo cultural norte-americano praticado nos séculos XX e XXI.

De que forma o homem tornou a arte um motor da sociedade ao longo dos tempos? Se observarmos as relações humanas, não é tão difícil perceber a utilização que o homem fez deste “objeto” para benefício próprio ou de um grupo em particular; ela se torna, portanto, um grande, se não o maior, instrumento de idealização da realidade. Idealização porque ela virá em sua forma correspondendo a uma determinada visão de mundo ligada diretamente a grupos sociais que defendem seus interesses, pois, é o homem que a produz e é preciso levar em consideração toda a gama de relações e interesses que este homem possui. Em sua maioria esmagadora, a arte serve a um determinado grupo que a utiliza para manter-se no poder, visto que ela é atrativa a todos os setores sociais, porém, principalmente na atualidade, a produção artística está ligada às questões financeiras que acabam determinando sua utilização por quem

detêm os meios de produção e com isso podem corresponder aos seus interesses ao mesmo tempo que diverte iludindo o restante dos demais grupos sociais.

Para exemplo de que o homem, ao produzir a arte, a carrega de ideologias que venham a servir um grupo dominante, vamos até a idade média, onde todo o poder estava centrado na figura da igreja enquanto instituição e o clero como classe dominante de uma sociedade alienada por valores e crenças religiosas transmitidas pelos cultos e firmadas na arte. Uma arte denominada gótica com caracteres que correspondiam ao momento, à estrutura então em evidência. As pinturas, as esculturas eram destinadas a momentos sacros representando não apenas a beleza dos céus, mas a agonia do inferno, para que os dizimistas estivessem cientes de como e onde obter a sua salvação, os livros eram também destinados à manutenção do seu poder como “O Manual dos Inquisidores” de Nicolau Eymerich publicado no auge da inquisição medieval. Durante todo esse período teocentrista em que a igreja católica reinou absoluta, utilizou os meios necessários para a alienação de seus fiéis garantindo sua estada no poder por vários séculos, e toda essa eficiência não foi alcançada apenas através da missa e das leis, mas pela arte que trazia de uma maneira mais sutil e indolor as regras ditadas pelo clero, até mesmo na arquitetura de suas igrejas que procuravam pela grandiosidade mostrar ao homem a sua pequenez diante de Deus e seus porta-vozes.

A literatura acaba sendo também uma produção artística que serve a propósitos hegemônicos – através da maneira como o homem a produz – nas entrelinhas de suas histórias é possível perceber a diminuição de um em detrimento do outro ou livros que vão servir a esta ou aquela classe, trazendo uma grande quantidade de estereótipos formulados pelo olhar dominante, como o do índio durante o período de José de Alencar, dentre outros no Brasil da chamada literatura indianista, cujo maior símbolo é “O Guarani”. Há ainda que citar que os livros são produzidos em um determinado contexto e por alguém que pertence a uma classe social. Não é simplesmente analisar o que foi escrito, mas também, para quem e em que momento foi escrito.

Com o passar do tempo as formas de produção artística foram se modificando da mesma maneira com que a sociedade e as relações em seu interior também se modificaram. À partir do capitalismo

“devido as novas conjunturas do modo de produção, alicerçada pelo espírito empreendedor dos capitalistas e cristalizadas na ideologia liberal, ocorre a dissociação entre o produtor e o produto, e o trabalhador passa a não ser mais o detentor do último, pois a técnica foi reformada a fim de despersonalizar o trabalho” (SANTANA, p. 03)

O homem industrializa a arte, a torna não uma simples expressão, mas uma maneira de gerar lucros e a produção passa a ser em larga escala e os setores se especializam, seja a escultura, a pintura, a literatura, o teatro, a maneira de finalizar parece-se com a esteira de uma fábrica devido a grande divisão do trabalho que também está presente nas produções artísticas.

A classe dominante tendo o poder de produzir e de divulgar suas formas artísticas dentro de todas as classificações forma assim um imperialismo cultural que atrai o jovem e que, portanto, *“enfoca a juventude não só como um mercado, mas também por razões políticas: para cortar pela base uma ameaça política em que a rebelião pessoal poderia tornar-se revolta política contra formas de controle econômico e cultural.”* (PETRAS, 2004 p. 01)

A sétima arte, incorporou desde o seu nascimento essas características não apenas do modo de produção industrial, onde todas as etapas estão devidamente separadas, desde a captação de recurso, quem escreve quem edita quem coloca em circulação, mas de servir como arma, principalmente porque ela abarca os sentidos da audição e da visão ao mesmo tempo, com a capacidade de prender a atenção de uma forma incomparável, podendo assim, transmitir valores, criticar posições, ocultar relações, etc.

O fascínio provocado pelo cinema, a mágica do que seria ilusão ou realidade abarcou platéias e chamou atenção de uma classe que percebeu o valor ideológico daquelas imagens, da importância do movimento, do som, da grande imagem que ilude e

“no bojo de sua euforia dominadora, a burguesia desenvolve mil e uma máquinas e técnicas que não só facilitarão seu processo de dominação, a acumulação de capital, como criarão um universo cultural à sua imagem. Um universo cultural que expressará o seu triunfo e que ela imporá às sociedades, num processo de dominação cultural, ideológico, estético. Dessa época, fim do século XIX, início deste, datam a implantação da luz elétrica, a do telefone, do avião, etc., etc., e, no meio dessas máquinas todas, o cinema será um dos triunfos maiores do universo cultural. A burguesia pratica a leitura, o teatro, a música, etc., evidentemente, mas essas artes já existiam antes dela. A arte que ela cria é o cinema” (BERNADET, 1980 p. 15).

Criado pela própria burguesia, obviamente o cinema estaria a serviço da mesma e sua união com a disseminação ideológica deu a esta classe uma arma poderosa contra qualquer levante revolucionário que pudesse ferir a interesses econômicos daqueles que se encontram na hegemonia, já que sua função será a de anular essa vontade de lutar, mas provocará o desejo, a necessidade, ou solidariedade até, com relação àquilo que se assiste – *“a classe*

dominante, para dominar, não pode nunca apresentar a sua ideologia como sendo a sua ideologia, mas ela deve lutar para que esta ideologia seja sempre entendida como verdade”(Op. Cit. p. 20).

Desde a sua criação disseminado por todo o mundo o cinema serviu a propósitos dominantes, lembrando que é importante ressaltar que essa utilização do cinema por elites ocorreu das mais variadas maneiras em todas as partes do mundo. A escola soviética, por exemplo, irá se firmar na questão da montagem como afirma o Jean Claude Bernadet, aonde o cinema não irá se limitar apenas em narrar estórias, mas poderá passar a produzir idéias, a divulgá-las, utilizando a grande tela como um método de propaganda ideológica.

“Quando, em ‘Outubro’ (1927, sobre a Revolução de 1917), Eisenstein mostra uma massa derrubando a estátua do Czar, ele não está nem um pouco preocupado em mostrar o que acontece quando uma grande quantidade de gente bota abaixo uma enorme estátua; filmagem e a montagem quase não têm função descritiva. O que ele quer é construir a idéia da derrubada do poder” (Op. Cit p.50)

Dentro da URSS era uma tentativa da reconstrução da realidade através do cinema, seus documentários queriam demonstrar uma decifração da revolução, obviamente era preciso convencer não apenas o mundo, mas a própria população soviética dos benefícios que o país viria a ter com o processo histórico pelo qual estava atravessando, por isso duas vertente surgiram com grande poder: o cine-olho de Vertov-Kulechov e a do cine-punho de Eisenstein. A primeira estava sob a perspectiva da câmera parada, sem cenários, sem a intervenção de uma equipe de produção, enquanto a segunda é apoiada na consciência da influência que o cinema é capaz de exercer e utilizar essa força para transmitir essa ou aquela mensagem, *“a base da concepção eisensteniana é a ideologia leinista do reflexo, segundo a qual o conhecimento é um reflexo da realidade, concepção compartilhada por Vertov e outros ideólogos cinematográficos russos do período” (VIANA, p. 308).*

Toda essa disseminação é observada também na Alemanha, seu cinema expressionista, com características fantasiosas, com penumbras, enquadramentos distorcidos, acabou influenciando outros cinemas pelo mundo, mas, acima de tudo vale citar a Alemanha como um exemplo do cinema enquanto um veículo de manipulação ideológica firmado no nome de homem: Gobbels (confirmar nome). O nascimento do nazismo acabou tendo como aliado a utilização do cinema pelos generais de Hitler que perceberam nesta arte a possibilidade de ganhar o povo alemão e divulgar as idéias racistas que estavam na base de seu sistema de governo, assim, como a França o utilizou para mostra-se glamurosa, com um enfoque primordial a Paris, sendo reconhecida como a capital do amor, dos amantes, nem mesmo a

linha surrealista que, com suas fortes imagens demonstravam ódio pela ordem burguesa foi capaz de vencer a formação destes estigmas, propositais é claro.

Estes exemplos mostram de que maneira dentro do cinema mundial ao longo de sua história, ele foi sendo utilizado pelo homem o seu bel prazer. As imagens, os enquadramentos são, a visão do cineasta, o que para ele é importante que seja mostrado, as músicas refletem o estado mental das personagens que cuja trajetória de vida é comandada por este homem e sua equipe. Desprezar as influências de sua cultura em suas obras seria dizer que a criação não influencia na formação da psique do homem, mas, vale ressaltar que muitas vezes estas produções ideológicas não são pensadas e concretizadas pelos cineastas, mas sim, pelos produtores que neste caso ditam aos primeiros qual caráter esperam que o filme tenha. Assim, não importa quem sejam os produtores, se o Estado ou o capital privado, o que importa é salientar a sua influência sobre o tipo de filme que é veiculado neste ou naquele país, ou até mesmo no mundo inteiro.

Tudo isso pode ser amarrado ao que se tem de principal característica do cinema: o final feliz que começa a ser realizado a partir de 1917, garante que mais e mais pessoas continuem indo ao cinema e sendo iludidas. Ali são mostradas vidas que os espectadores não terão, surge o desejo de consumo e as necessidades que derivam dele, como se para ter a felicidade daquele final seja necessário, comportar-se à maneira daquelas personagens. Um desejo que é infundado, mas, que está firmado numa busca incessante pela vida ideal, pelo que se vê na grande tela. É uma sensação de que está tudo bem, porém, momentânea; logo mais a sensação acabará e o outro filme deve entrar com a mesma ilusão e assim sucessivamente transformando *“o espectador em alguém permanentemente insatisfeito, mostrar o que pode melhorar na sua vida.”* (MORAIS, p.11).

Desta forma ilusória a expressão “parecia um sonho” dá lugar à “parecia um filme” e tudo o que abarca ao significado de sonho está agora ligado diretamente às produções cinematográficas que vêm para não apenas divertir, mas dar um sentido, instigar o desejo de possuir, de consumir aquela vida que na grande maioria esmagadora não será alcançada, apenas invejada, ou ainda a sensação de que o mundo está bem não durará até o próximo telejornal e mais uma vez o espectador precisará de um eufemismo para sua realidade. Seria então o cinema enquanto espetáculo

“uma psicoterapia que ao alimentar a sede de imaginário permite o escape e a evasão, proporcionando doses diárias de catarse, ou uma angustiante representação da fragilidade da existência cujo objetivo último é a perpetuação do status quo?” (Ob. Cit. p.02)

Uma psicoterapia aplicada por aqueles que têm a intenção de que ela funcione, classes, grupos que pretendem a manutenção da ordem através da alienação pela diversão, onde a grande massa não percebe a sua dominação e se cala. Onde a pausa para reflexão não existe, onde há apenas a absorção de idéias e assim, aos grupos hegemônicos é garantido o direito de manterem-se intactos, pela vontade mesma dos explorados que não enxergam de fato a realidade, mas sim um esboço, uma inversão do que ela de fato seria.

“As ideologias cinematográficas traduzem as representações cotidianas ilusórias dos agentes da produção cinematográfica em linguagem técnico-científica e as transformam, assim, em ideologias. Um dos pontos comuns e básicos deste procedimento reside em promover um fetichismo do cinema. Tais ideologias, como não poderia deixar de ser, estão ligadas ao processo de mudança social, o que geram mudanças no seu interior” (VIANA, p. 311)

Essas ideologias se propagam e ganham não apenas o grande público conhecido como “massa”, mas a toda uma gama de espectadores que fazem com que as produções cinematográficas passem também a serem divididas de maneira que venham a obedecer a certa lógica de hierarquia social, porém, sendo de qualquer forma, preconceituosa. Os filmes passam não ter apenas gêneros, mas grande divisões de gêneros passando a serem conhecidos como: filmes A, B, trash, cult., isso para citar alguns exemplos. Dentro dessa divisão estão também as classes sociais, havendo um preconceito quando se critica os espectadores de filme B como se fossem parte da sociedade que jamais entenderiam um filme cult por exemplo limitando a capacidade das classes sociais que compõe o grupo de espectadores deste tipo de filme.

Dentro da análise deste trabalho encontra-se portanto, a tentativa de se estudar a veiculação de ideologias através do cinema, que visem a manter uma hegemonia já vigente e que para isso utiliza das imagens, sons, para tornar mais real, porém, subjetivo a presença de ideologias que venham a manipular – buscando aí apoio na ideologia do reflexo de Lênin, onde se consegue obter as reações esperadas dependendo do estímulo que se oferecer – o pensamento dos espectadores, ou formar suas opiniões de maneira que venham a reafirmar o poder.

Tal veiculação não é difícil de ser percebida, porque, sabe-se que o filme não é apenas um produto social, como nos diz Nildo Viana (op. Cit. 2006) ele é um “fenômeno social”, tem as expectativas de toda uma equipe, e sua finalidade é a manutenção do capital que gira a indústria cinematográfica. O mínimo de esforço que se faça para dar início à produção de um longa ou mesmo média e curta metragem já é preciso um investimento. Como é uma indústria que não apenas segue mas está totalmente inserida na sociedade sua principal finalidade é o

lucro e para isso adapta-se de acordo com o gosto dos espectadores, e neste ínterim são capazes de tornar submissos, são capazes de tornar formar estereótipos, condicionar o público a uma aculturação que não resulta apenas na falta de interesse por meios de contato com a arte mas também com a política, com a consciência de classe, deixando que outros lhe indiquem o seu local social.

Diante de todo esse quadro é perceptível que as maneiras de se fazer cinema são reflexos de transformações que ocorrem na sociedade ao longo do seu processo histórico, ou seja, de acordo com quem está na hegemonia ou como a sociedade responde a este ou aquele estímulo a produção passa a se organizar de outras formas e, com essa capacidade de adaptação o cinema ganha força como um meio de propagar os ideais que se tem concepção de verdade.

As variações que ocorrem ainda são ocasionadas pelo fato de que

“a equipe produção, destacando-se o diretor e os roteiristas, é outro elemento importante para se observar o processo de produção dos filmes. Outros agentes (atores, técnicos, assistentes, etc.) também são importantes neste processo e, em certos casos, o diretor terá maior ou menor autonomia, dependendo de um conjunto de elementos (desde atributos individuais a processos sociais). Estes produtos e reprodutores produzem representações sobre a produção do filme e, em alguns casos, como já colocamos, produzem ideologias sobre o cinema, que, uma vez existindo, acabam influenciando na produção dos filmes. Além de representações e ideologias, valores e sentimentos são produzidos pelos agentes do processo de produção e reprodução do cinema e isto gera um processo de especialização e racionalização acompanhada de uma difusão de idéias, valores e sentimentos que criam o fetichismo do cinema. No interior de uma base valorativa, ideológica e sentimental comum, existem divergências e diferenças, criando formas diferenciadas de se produzir e pensar cinema.” (Op. Cit. p. 320)

Sendo uma produção coletiva o filme tem a intenção então de reproduzir a sociedade, as relações que existem e faz de uma maneira que é utilizada pela classe dominante que tendo a possibilidade de subjetivamente disseminar seus ideais e suas representações, “aliena” aos demais que têm a impressão, a falsa realidade de que está tudo bem, de que os problemas não são a dominação e o canibalismo do capital e sua individualidade latente. É desta maneira que se consegue despolitizar, desarticular movimentos. A classe dominante soube utilizar a arte criada por ela para manter-se no poder, soube ser sutil, pois, seus conceitos nunca aparecem sob o caráter de ideologias. Essas sugestões são as que auxiliam no processo de dominação, justamente porque não há contra o que voltar-se contra já que não se encontra erro algum,

enxergando apenas a arte, sem ler em suas entrelinhas e, conseqüentemente, absorvendo as informações sem antes criticá-las.

Bibliografia:

- BERNADET, Jean Claude: **O Que é Cinema**. Ed. Brasiliense, São Paulo – SP 14ª ed. 2004.
- CHOMSKY, Noam: **O Que o Tio Sam Realmente Quer**. Ed. Universidade de Brasília, Brasília – DF 1986.
- EAGLETON, Terry: **Ideologia**. Ed. Unesp, São Paulo – SP 1ª ed. 1997
- JR. Arthur M. Schlesinger: **Vietnã: herança trágica**. Ed. Ibrasa, São Paulo – SP 1ª ed. 1967.
- LOWY, Michael: **Ideologias e Ciência Social**. Ed. Cortez, São Paulo – SP 11ª ed. 1996.
- NOVA, Cristiane: **O Cinema e o Conhecimento da História**. In: *O Olho da História: revista de história contemporânea*, Salvador, v. 2, nº 3. 1996.
- OLIC, Nelson Bacic: **A Guerra do Vietnã**. Ed. Moderna, São Paulo – SP 1ª ed. 1988.
- PEREIRA, Carlos Alberto M.: **O Que É Contracultura**. Ed. Brasiliense, São Paulo – SP 3ª ed. 1983.
- PETRAS, James: **O Imperialismo Cultural no Final do Século XX**. In: *Revista Eletrônica Vigo* São Paulo – SP Ano 03 2006.
- PINTO, Luciana: **O Historiador e Sua Relação com o Cinema**. In: *O Olho da História: revista de história contemporânea*, Salvador, Ano 10, nº 06. 2004.
- SHILLING, Voltaire: **Estados Unidos e América Latina: Da Doutrina Monroe à ALCA**. Ed. Leitura XXI, Porto Alegre – RS 5ª ed. 2002.

ST 03. BIOGRAFIA E MICRO-HISTÓRIA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DOS ESTUDOS DE CASO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Coordenador (es): Rodrigo Ribeiro Paziani (Faculdade Dom Bosco/CEMUMC) e Humberto Perinelli Neto (CEUBM/FEF/UNESP/CEMUMC)

Biografia: possibilidades epistemológicas em discussão.

Rodrigo Ribeiro Paziani*

RESUMO: A biografia representa uma mudança metodológica dos estudos culturais graças ao intenso diálogo com a antropologia. Por outro lado, o gênero biográfico consolidou-se a partir da década de 1980, na convergência das perspectivas historiográficas abertas pela “nova história cultural”, cujas vertentes francesa, italiana e norte-americana voltaram-se decididamente para os valores de grupos particulares, em locais e períodos bem circunscritos, justificando assim a necessidade do “retorno” da análise de “trajetórias” por meio das técnicas de narração, de estudos de caso, do cotidiano e da revisão da história política. Nosso trabalho pretende realizar uma discussão em torno do campo biográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Biografia; Historiografia; Micro-História.

ABSTRACT: The biography represents a methodological change of the cultural studies thanks to the intense dialogue with the anthropology. On the other hand, the biographical sort was consolidated from the decade of 1980, in the convergence of the historiographics perspectives opened by “new cultural history”, whose sources French, Italian and North American had been turned decidedly toward the values of particular groups, in well circumscribed places and periods, thus justifying the necessity of the “return” of the analysis of “trajectories” by means of the narration techniques, of studies of case, daily and the revision of the politic history. Our work intends to carry through a quarrel around the biographical field.

KEYWORDS: Biography, Historiography, Micro-History.

A biografia constitui um ponto nevrálgico das mudanças paradigmáticas sofridas por Clio entre as décadas de 1970 e 1980, especialmente a crítica ao método quantitativo, às mentalidades e à voga estruturalista que dominou os círculos historiográficos franceses (DOSSE, 1994)¹. Ao lado de temas como o cotidiano, ela representa ainda uma guinada metodológica nos estudos de “história cultural”, destacando-se o intenso diálogo com a antropologia social e a teoria literária (LEVALLOIS, 2002. p. 82).²

* Doutor em História pela UNESP/Campus de Franca. Docente do curso de pós-graduação em História da Faculdade Dom Bosco (Monte Aprazível/SP). Membro-pesquisador do CEMUMC (Centro de Estudos da Modernidade e da Urbanização no Mundo do Café) e dos GT's “História Cultural” (UEG/UFRGS) e “Cidade e Cultura” (UFRGS). Contato: rpaziani@yahoo.com.br

¹ Falamos aqui da coleção em três volumes publicada no início da década de 1970 sob a organização de Jacques e Le Goff e Pierre Nora com os títulos de “história: novos problemas”, “história: novos objetos” e “história: novas abordagens”.

² Em contraposição ao estruturalismo dominante ainda nos anos de 1970, especialmente na França, tanto em sua vertente antropológica (Lèvi-Strauss), quanto psicanalítica (Freud/Lacan), que privilegiava a análise da

Graças à crise epistemológica que se abateu sobre as ciências humanas e, em especial, sobre a escrita da história, o gênero biográfico ganhou novo fôlego no interior do saber historiográfico, impulsionado, em grande parte, pela micro-história. Existem algumas razões para se crer que tal perspectiva abra novas possibilidades de análise, mas também encete novos desafios.

É muito comum entre os historiadores o uso da palavra “retorno” ao referirem-se à emergência dos estudos biográficos. Associada a outros dois “retornos” na historiografia, os da política (REMOND, 2003; FERREIRA, 1992) e da narrativa (STONE, 1979; BURKE, 1992), a biografia (assim como a autobiografia) conquistou um lugar indiscutível na sociedade moderna através do mercado editorial, das livrarias, de programas de televisão ou dos documentários cinematográficos.

Pode-se vislumbrar neste cenário de “retornos” alguns dos paradoxos da (ou mesmo reações à) “globalização” contemporânea, casos da ascensão da intimidade e das relações interpessoais (face ao declínio da vida pública) (SENNETT, 1998, pp. 190-242), da valorização de “culturas regionais” e dos “conhecimentos locais” (GEERTZ, 1989; AMADO, 1990; BURKE, 2005), da liberdade individual diante de normas aparentemente fixas e, finalmente, do reforço da ética individualista (BORGES, 2005, p. 207).

Por outro lado, o novo “status” da biografia, verificado a partir da década de 1980, converge com as perspectivas historiográficas abertas pela “nova história cultural”, cujas vertentes voltaram-se decididamente para os valores de grupos particulares, em locais e períodos bem circunscritos, justificando assim a necessidade do “retorno” da análise de “trajetórias” por meio das técnicas de narração e da revisão da história social e política (DUBY, 1988; REBESCHINI, 2006).

Se se trata de uma “*das maneiras mais difíceis de fazer história*”, no dizer de Le Goff, porque “*confronta hoje o historiador com os problemas essenciais – porém clássicos – de seu ofício de um modo particularmente agudo e complexo*” (LE GOFF, 1999, p. 20), também não é menos verossímil afirmar que a biografia foi alvo de versões, reversões e controvérsias não somente na historiografia, mas em outros “campos”, como a literatura e a filosofia.

Pode-se dizer que desde a Grécia antiga (MOMIGLIANO, 1974) vários foram os pensadores (entre biógrafos, filólogos, filósofos, historiadores etc.) que debateram a relevância da biografia não apenas como método de apreensão do conhecimento (as idéias

estrutura inconsciente sobre a qual se fundava a existência do indivíduo, restando-lhe quase nenhum espaço de ação e racionalidade.

de “razão” e “verdade”), mas também enquanto gênero historiográfico propriamente dito (LORIGA, 1998, p. 228-229; BORGES, 2005, p.204).

Até meados do século XX, vários historiadores (especialmente na França), seguindo os passos de François Simiand e, posteriormente, Claude Lévi-Strauss, criticaram o “sujeito da filosofia”, ao mesmo tempo em que se afastavam do ídolo individual e da ciência do singular para analisar as estruturas, as contingências, a geo-história e a história serial: se tais afirmações podem ser dirigidas a Fernand Braudel (1992)³ e seus discípulos (décadas de 1950 a 1970) (BURKE, 1991, p. 47/66-67; DOSSE, 1994/2003), o mesmo não deve ser dito dos pais fundadores dos Annales, especialmente Lucien Febvre que jamais defendeu a bandeira anti-biográfica, combatendo, isto sim, um certo “modelo” de indivíduo heroicizado e descontextualizado de seu mundo (CANDAR, 2000, p. 12-13; FEBVRE, 1970).⁴

Nas décadas de 1970 e 1980, a biografia adquire nova roupagem com a “virada cultural” da historiografia britânica, francesa e norte-americana. Nomes como Daniel Roche, Georges Duby, Natalie Zemon-Davis, Judith Brown, Keith Thomas, Christopher Hill, para não citar outros, enveredaram-se, em maior ou menor grau, pela análise de trajetórias individuais. As ressalvas, porém, não demoraram a aparecer. Na década de 1980, Pierre Bourdieu (1986 in AMADO & FERREIRA, 1996, p. 183-191) e Jean-Claude Passeron (1989) formularam algumas críticas àquilo que ambos denominaram de “ilusão” biográfica, ou seja, o liame das análises sociológicas (e quiçá históricas) aos parâmetros lineares, estáveis e reducionistas da “história de vidas”:

[...] Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar [...] (BOURDIEU, 1986/1996, p. 185).

Recentemente, Jacques Le Goff (1999, p. 23-24) procurou escapar à “ilusão” denunciada por Pierre Bourdieu, logo na Introdução de sua obra “São Luís”, atentando para a dificuldade do empreendimento biográfico e para a necessidade de articular a

³ Ao contrário de Febvre, interessado em compreender os “destinos” de suas personagens, o esquema tripartite, hierárquico e desigual de Braudel (com a prevalência estruturalista) ofereceu nenhuma chance de racionalidade aos sujeitos individuais, ora vítimas do determinismo geográfico, ora presos às “estruturas do cotidiano”. Exceção feita a dois artigos escritos no final da década de 1960, respectivamente sobre Carlos V e Filipe II.

⁴ Febvre escreveu sobre Martinho Lutero, François Rabelais e Jules Michelet (e os seus respectivos “tempos”).

personagem ao contexto de seu tempo, aceitando tantos os acasos, quanto as escolhas e hesitações individuais.

Mas, a nosso ver, foi a micro-história italiana quem abriu novas possibilidades epistemológicas de discussão do gênero biográfico ao intensificar os diálogos com a antropologia social, a lingüística e a semiótica e oferecer uma linha condutora “[...] *que parte da microanálise de casos bem delimitados, mas cujo estudo intensivo revela problemas de ordem mais geral*”. (GINZBURG, 1991, X; LEVI, 1992, p. 133).

Deste ponto de vista, a guinada da “microanálise” conduziu a um esforço teórico-metodológico em destacar não apenas o valor heurístico das escalas e dos indícios aos historiadores, mas, em virtude mesmo destes aspectos, destacar também a “ressignificação” das singularidades na história (GINZBURG, 1999; LIMA FILHO, 2006).

Segundo Roger Chartier (1991, 1994) ao renunciar à tradição durkheimiana das regularidades e normatizações sociais e criticar as “microfísicas” de controle ou de poder caras a Foucault, a micro-história apostou nas representações e práticas dos sujeitos na história (1991, p. 173-174) com o objetivo de apreender “[...] *as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos*” (1994, p. 98 e seguintes).

Por sua vez, Georges Duby denominou de “zona de sonolência” (BORGES, 2005, p. 209) ao estado em que permaneceu a biografia, pelo menos na França, até a década de 1970. Embora propugnasse novas abordagens, novos problemas e novos objetos, a “Nouvelle Histoire” naquele contexto não conseguiu superar os cânones da história quantitativa.

Na década de 1980, com re-emergência das relações entre história e literatura (LEVI, pp. 168-170 in AMADO & FERREIRA, 1996; DUBY, 1993), historiadores italianos como Carlo Ginzburg (1991) e Giovanni Levi (2000) exploraram novas possibilidades de articular os fios e as tramas complexas que ligam o individual ao coletivo e vice-versa (ESPIG, 2006; LIMA FILHO, 2006) ao “[...] *apresentar de modo menos esquemático os mecanismos pelos quais se constituem redes de relações, estratos e grupos sociais*” (LEVI, p. 173 in AMADO & FERREIRA, 1996), e enfatizar, inclusive, as singularidades e as ações dos indivíduos dentro do contexto histórico e do cotidiano de sua época (GINZBURG, 1991, pp. 74-75).

Em “A herança imaterial” – obra publicada em 1985 e que entrecruza micro-história e biografia histórica – Levi (2000) investigou a trajetória pessoal de um padre exorcista, de nome Giovan Battista Chiesa, no povoado piemontês de Santena no século XVII, através

de uma interface entre as especificidades históricas e o cotidiano de uma pequena cidade (e seus personagens) com os diversos contextos (político, social, psicológico, econômico etc.) “no” local (GEERTZ, 1989) e “para além” do local (BIERSACK, p. 125 in HUNT, 1995).

Para Levi, os raios de liberdade e de ação dos indivíduos encontram-se além, mas nunca fora, das limitações impostas pelos sistemas normativos, sejam eles de ordem jurídico-institucionais, ou mesmo de ordem social. Em artigo sobre os “usos” da biografia, ele define sintomaticamente o valor heurístico deste gênero historiográfico:

A meu ver, a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas de escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas (LEVI, p. 168 in AMADO & FERREIRA, 1996).

Uma outra forma de apreendermos as nuances e os intercâmbios culturais entre local e global, indivíduo e sociedade, micro e macrosocial, talvez seja a de abordar a biografia na perspectiva de um “sujeito globalizante” (LE GOFF, 1999, p. 21), proposta que não renuncia o desafio de estudar aquele *“hombre completo y en el marco de las sociedades que ha forjado”* de que falava Lucien Febvre (1970, p. 40).

Segundo Jacques Le Goff, considerar um sujeito numa perspectiva “global” é reconhecer nele toda a organização do campo de pesquisa: ao escolher a figura monárquica de São Luís e afirmar que esta personagem participou e agiu, ao mesmo tempo, em todos os domínios (econômico, social, político, religioso, cultural etc.), Le Goff está sugerindo ao historiador que reconheça nas escolhas, contradições, hesitações e decisões singulares do biografado a historicidade daqueles domínios – ou seja, a especificidade do “global” e a complexidade do “real”. (LE GOFF, 1999, pp. 21-24; REVEL, 1998, p. 22).

Giovanni Levi (1996), Jacques Revel (1998) e Carlo Ginzburg (2006) demonstraram, por vieses específicos, que o redimensionamento da escala de observação e de análise do objeto proposto pela micro-história, especialmente para aqueles que fazem “usos” do campo biográfico, não coaduna com os métodos que tentam enquadrar os indivíduos na malha das regularidades sociais, das “mentalidades” ou das instituições de poder, nem com a apologia de um “individualismo metodológico”. Loriga (1998, p. 249) fez uso do conceito de “biografia coral” para conceber o singular como elemento de tensão de uma multiplicidade de movimentos e conflitos sociais, enquanto Le Goff, na linha tênue entre história e narrativa, trabalhou com o “método biográfico”, porque “[...] *mais ainda que os*

outros métodos históricos, (ele) visa a produzir 'efeitos do real' [...]", aproximando-o assim do método do romancista (LE GOFF, 1999, p. 21; PESAVENTO, 1999).

Sobre as recentes possibilidades de diálogo entre a história e a biografia, outros intelectuais como Gilles Candar (2000), Anne Levallois (2002), Philippe Levillan (2003) e Mônica Rebeschini (2006) realizaram um balanço crítico do gênero, procurando destacar sua contribuição para a requalificação do campo historiográfico (história e ciência política, história e psicanálise, história e literatura, história e sociologia etc.), bem como apontar os limites metodológicos da "aposta biográfica", notadamente a questão da legitimidade da autonomia do indivíduo face às normas da sociedade.

Enfim, o estatuto biográfico, mesmo com algumas lacunas, críticas e ponderações, continua a ser preservado e em constante (re-)interpretação: daí duvidarmos do postulado do "retorno" da biografia (SGAMBATI, 1995; BORGES, 2005) em benefício da tese da reelaboração de sentidos e de significados, "*Afinal de contas, podemos encontrar biografias, se não, [...] 'em todas as épocas e países', ao menos em muitas culturas e períodos*" (BURKE, 1997, p. 01).

Referências bibliográficas:

- AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e reconstruindo espaços. In: SILVA, Marcos (org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, ANPUH, MCT-CNPq, 1990.
- BIERSACK, Aletta. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 97-130.
- BORGES, Vavy P. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-191.
- BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- _____. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: ____ (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 327-348.
- _____. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº. 19, 1997, pp. 01-14.
- _____. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CANDAR, Gilles. Le statut de la biographie. Essai de chronologie. *Correspondances*, Bulletin d'information scientifique du Institut de Recherche sur le Maghreb Contemporain, Tunis, nº61, mai-juin-juillet 2000, p. 11-16.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, Universidade de São Paulo, São Paulo, vol. 5, nº. 11, 1991, pp. 170-185.
- _____. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, nº. 13, 1994, pp. 97-113.

- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- _____. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.
- DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. São Paulo: Graal, 1988.
- _____. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Ed. UFRJ, 1993.
- ESPIG, Márcia J. “Uma poeira de acontecimentos minúsculos”: algumas considerações em torno das contribuições teórico-metodológicas da micro-história. *História Unisinos*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo (RS), vol. 2, nº. 10, mai./ago. 2006, p. 201-213.
- FEVBRE, Lucien. *Combates por la historia*. Barcelona: Ariel, 1970.
- FERREIRA, Marieta de M. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10, 1992, p. 265-271.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand-Brasil, 1991.
- _____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís: biografia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.
- LEVALLOIS, Anne. Dalla storia dei comportamenti collettivi alla biografia storica. Storiografia e psicoanalisi. *Segni e Comprensione*, Rivista dal Dipartimento di Filosofia dell'Università di Lecce con "Centro Italiano di Ricerche Fenomenologiche" di Roma, anno XVI, nº. 45, 2002, p. 82.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992, p. 133-161.
- _____. Usos da biografia. In: AMADO, J. & FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 167-182.
- _____. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LÉVILLAN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- LIMA FILHO, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 225-249.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Lo sviluppo della biografia greca*. Torino: Einaudi, 1974.
- PALLARES-BURKE, Maria L. G. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2000, p. 106.
- PASSERON, Jean-Claude. Biographies, flux, trajectoires. Questions de l'extérieur. Avant-propos. *Enquête*, Cahiers du Centre d'enquêtes et de recherches sur la culture, la communication, les modes de vie et la socialisation (CERCOM), édition électronique, Dossier “Biographie et cycle de vie”, nº. 05, 1989, s/nº.
- PESAVENTO, Sandra J. Fronteiras da ficção: diálogos da História com a Literatura. In: *Anais do XX Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, “História: Fronteiras”, Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, ANPUH, 1999, p. 819-831.
- REBESCHINI, Mônica. La biografia come genere storiografico tra storia politica e storia sociale. Questioni e prospettive di metodo. *Acta Histriae*, Periodical published by Science

and Research Centre of the Republic of Slovenia and the Historical Society by University of Primorska – Koper, ano 14, nº. 02, 2006, p. 427-446.

REMOND, René. *Por uma história política*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 15-38.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 190-242; 326-327.

SGAMBATI, Valeria. Le lusinghe della biografia. *Studi Storici* – Rivista elettronica trimestrale della Fondazione Istituto Gramsci, Roma, anno 36, nº. 2, aprile-giugno 1995.

STONE, Lawrence. The revival of narrative – reflections on a new old history. *Past and Present*, Oxford, nº. 85, 1979, p. 03-24.

O PENSAMENTO LATINO AMERICANO EM JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

FÁBIO VIEIRA PEIXOTO*

Resumo

Análise do pensamento revolucionário e intelectual do comunista peruano José Carlos Mariátegui, mostrar a importância que ele desempenhou para formação e criação do marxismo no Peru e na América Latina no início dos anos 20.

A contribuição e desenvolvimento da teoria marxista na América Latina possibilitou a formação de uma classe proletária e a construção de uma ideologia política-conscientizadora. O marxismo defendido por Mariátegui se apresenta com uma proposta de solução dos males do Indo – América e da classe indígena peruana ao conceber a proposta de criação do “comunismo-incaico”.

Palavra-Chave: Mariátegui, Haya de la Torre, Comunismo-incaico.

Abstract

Analysis from the pensamento revolutionary AND highbrow from the communist Peruvian José Carlos Mariátegui , denote the amount which he outstanding price about to formation AND fowls from the marxismo at the Turkey hen AND in America Caddy at the I initiate of the years 20. The contribution AND breeding from the theory marxista in America Caddy makes it possible the formation from a class proletária AND the construction from a ideology policy conscientizadora. THE ONE marxismo defended By Mariátegui in case that he presents along a proposal as of expedient of the evils from the Going – America AND from the class aboriginal Peruvian on designing the bid as of fowls from the “*comunismo incaico*”.

Keywords: Mariátegui, Haya de la Torre, Communism incaico.

José Carlos Mariátegui nasceu em 16 de julho de 1894 em Monqueguá, ao sul do Peru, capital da província de mesmo nome, uma cidadezinha ao Sul de Lima. Teve de enfrentar

* Fábio Vieira Peixoto é Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Católica de Goiás, e está cursando o curso de pós-graduação em *História Cultural* pela Universidade Federal de Goiás.

várias dificuldades desde a infância até sua idade adulta. Filho de Francisco Javier Mariátegui y Requejo, um crioulo da aristocracia limenha, funcionário do tribunal *Mayor de Cuentas*, e de Maria Amália La Chima Bollejos, uma mestiça católica de origem humilde, que trabalhava como costureira para sustentar o lar e seus outros dois filhos.

Quando tinha por volta de oito anos de idade, em uma brincadeira na escola, recebeu um forte golpe no joelho esquerdo que lhe trouxe graves conseqüências. A partir daí ficara manco a maior parte de sua vida. Já adulto, teve uma de suas pernas amputada.

Depois desse acidente em 1902, quando estava cursando metade do segundo ano primário, José Carlos não voltaria mais a sala de aula e ao ambiente escolar. Por motivo de enfermidades e dificuldades financeiras, teve que abandonar a escola muito cedo para cuidar de sua saúde e posteriormente, para trabalhar no sustento familiar.

O jovem Mariátegui, praticamente, não chegou a freqüentar seus estudos por completo, conseguindo apenas a conclusão do primeiro ano do ensino fundamental. Ou seja, ele não teve nenhuma formação escolar por causa deste problema e ainda há quem diga, porém sem comprovação documental, que ele teria concluído o primeiro grau.

As primeiras leituras do jovem ocorreram na escolinha de seu bairro, na cidade de Huacho e depois durante a internação na Clínica administrada pelas madres da Ordem de São José de Clany, na Capital. Durante o período que ficou imobilizado em casa, começou a ler vários livros que compunha a biblioteca deixada por seu pai, que antes havia sido de seu bisavô paterno, um liberal maçom chamado Francisco Javier Mariátegui y Tellenia, antigo secretário do Primeiro Congresso Constituinte do Peru, foi ainda tribuno e jornalista.

A família materna de Mariátegui era constituída de um catolicismo bastante tradicional, extremamente religioso e mítico. A família dos Mariátegui de Lima também seguia a risca os costumes do cristianismo, apesar de seu bisavô repudiar alguns atos e rituais católicos e defender a separação dos poderes do Estado com os da Igreja. Mariátegui foi bastante influenciado pela mãe que via o lado paterno com a idéia de “anti-religiosidade”. A infância e adolescência do Amauta, na prática representaram uma busca estética religiosa, familiar e depois profissional.

Ele procurou ler todos os livros fazendo análises críticas. Entre eles autores como Charles Baudelaire e autores clássicos da literatura como Dante Alighieri e a biografia de homens como Garibaldi e Mazzini. Já era possível ver o interesse por figuras heróicas em suas leituras, que a seu ver, lutaram contra as injustiças do mundo.

Mariátegui tinha o hábito de acompanhar sua mãe em visitas à residências particulares onde prestava serviços de costureira. Enquanto ela trabalhava, o menino aproveitava para ler revistas e livros que pedia emprestado aos patrões de sua mãe.

Mariátegui carregava desde jovem o trauma de nunca ter conhecido seu pai que não se preocupava com ele e nem com a família. A convivência com o lado materno reforçara sua religiosidade e isso contribuiu muito em suas obras que possuem caráter místico revolucionário.

Começou a trabalhar muito cedo aos 14 anos de idade, como entregador no jornal “*La Prensa*”, chegando ao cargo de assistente gráfico e linotipista. Onde tinha uma jornada desgastante de 14 horas de trabalho por dia e nas horas de folga aproveitava para se encontrar com os amigos boêmios de Lima e discutir as obras de Proudhon, Ferrer e Kropotkin. Também chegou a participar das reuniões do clube dos Anarquistas, onde conheceu Manoel Gonzáles Prada, a quem se tornou amigo e passou a ser freqüentador assíduo de sua biblioteca particular, passando horas discutindo escritores famosos.

Publicou seus primeiros artigos em 1911, utilizando o pseudônimo de Juan Croniquer. Colaborando com diversas revistas e jornais neste período como *El Tiempo*, *Mundo Limeño*, *El Túrf e Lulú*. Ajudara fundar, juntamente com Abraham Valdelomar, Percy Gibson e José Maria Eguren, a revista *Colónida*, onde publicara poemas, teatro e contos, contextos que iam de crônicas policiais ao colunismo social.

Neste mesmo período Mariátegui ajudou a criar os jornais *Nuestra Época* e *La Razón*. Em 1918 é possível perceber no jovem uma formação socialista embora ainda sem o instrumento histórico e uma formação política, ao participar das lutas da classe estudantil e se solidarizando com as causas populares.

José Carlos Mariátegui obrigado aceitar a bolsa de estudo fornecida pelo governo de Augusto B. Leguia, que tentou através do exílio calar o jovem político que escrevia constantes críticas a seu governo ditatorial. Mariátegui aceitou a bolsa e viajou para a Europa onde trabalhou como agente de propaganda jornalística do governo, era preferível ir para Europa do que parar na prisão.

Em 1919, chegou à França onde ficou por quarenta dias, a partir daí seguiu viagem para a Itália onde viveu dois anos e meio. Conheceu uma moça italiana e teve um filho com ela. Ainda morou alguns meses na Alemanha e retornou ao Peru em 17 de março de 1923. Na Itália ele conheceu o marxismo de Gramsci que exerceu influência em seu pensamento permitindo interpretar a realidade peruana sob olhar marxista.

Quando vai para Europa o jovem Mariátegui já era um intelectual formado, reconhecidos pelos leitores que não queria contemplar os autores europeus. O período de estadia no velho continente representou uma escala imprescindível para sua formação, ali ele pode estudar e observar de perto os acontecimentos e desdobramentos revolucionários na Rússia, Alemanha e na Itália ele pode assistir a formação do Partido Comunista da Itália e a luta da classe operaria italiana.

A Europa contribuiu no perfil intelectual de Mariátegui possibilitando enxergar os acontecimentos mundiais de sua época, ao regressar ao seu Peru ele já era um “*Marxista convicto e confesso*” afirma ele próprio. Leituras de George Sorel, Lukács e Lênin permitiu ver de outra forma os acontecimentos de seu país, porém seu marxismo não era apegado as correntes dogmáticas ou alguma das escolas política de seu tempo.

Em 1926 publica-se a primeira edição da revista Amauta, nome que na língua incaica significa maestro, em 1928, participa da fundação da APRA, juntamente com Victor Raúl Haya De La Torre, neste mesmo ano funda o Partido Socialista Peruano se afiliado a III Internacional. E neste mesmo ano publica os Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana. Dois anos depois falece aos 35 anos de idade, em 16 de abril de 1930 José Carlos Mariátegui. Deixando uma grande contribuição a construção do marxismo na América Latina com suas obras e atuação revolucionaria.

I - O surgimento do marxismo na América Latina

As idéias marxistas começaram a ser divulgada na América em fins do século XIX, mas é somente no transcorrer do século XX, que começa a se firmar.

Até então, Marx na América-Latina era mais conhecido como revolucionário do que como um intelectual. Michael Lowy, marxista brasileiro analisa que a obra de Marx foi introduzida na América por dois Caminhos de fundamentais importâncias.

1 - Uma leitura evolucionista ‘europerizante’, que apreende no papel civilizador do capital, especialmente no combate artificial da burguesia democrática – a chave para o desenvolvimento econômico e social do continente.

2 – Uma leitura dialética que ao considerar esgotado o papel progressista da burguesia desenvolve a perspectiva revolucionária.

É a fase democrática e socialista enraizada nas tradições sócias e culturais das classes populares.

(LOWY,1998:11)

O desenvolvimento do marxismo na América Latina teve um grande impulso com Juan B. Justo, fundador do Partido Socialista Argentino (1895). Justo é considerado o primeiro marxista latino-americano e introdutor das idéias marxistas na classe operaria Argentina, além de ter sido o primeiro a traduzir a obra “O Capital de Karl Marx” para língua espanhola.

A segunda vertente do marxismo na América-Latina foi representada pelo peruano José Carlos Mariátegui, onde apresentou uma visão completamente diferenciada do marxismo, para ele a burguesia na América tinha chegado tarde à cena histórica, o que o impossibilitava de desempenhar o papel de desenvolvimento do capital nacional.

Mariátegui se preocupou em encontrar a essência que nutria o pensamento marxista fazendo uma leitura dialética conforme a realidade peruana dos anos 20. Seu marxismo e a sua proposta foram diferentes dos demais ao analisar esta corrente de pensamento de Marx conforme as necessidades de seu país. Seu objetivo foi o de articular uma mudança conforme a modernidade européia seguindo as tradições indígenas de uma perspectiva socialista.

Segundo Péricas (2006), as contribuições de Mariátegui para o desenvolvimento do marxismo na América, foram extremamente importantes por articular algo novo o “comunismo-incaico”:

Seu romantismo anti-capitalista não é próprio a seu estilo de pensar; não busca também de modo algum como os românticos – ou os populistas russos – restabelecer uma ordem social pré-capitalista, e no caso do Peru, o “comunismo inca”. Seu objetivo é articular de modo dialético a necessária modernidade técnica de origem européia e as tradições comunitárias indígenas favoráveis a uma perspectiva socialista.

(PÉRICAS, 1998:15)

Para José Aricó, o marxismo na América se desenvolveu graças às revoluções que aconteceram no contexto mundial nos anos 20. A América necessitou desse “boom” revolucionário que possibilitou a formação de movimentos de massas e sindicais na Argentina, Brasil, Chile, México e Peru, há de se ressaltar também certa tendência de inspiração anarcosindicalista destes movimentos.

II - O marxismo de Mariátegui

O Amauta peruano foi o fundador do marxismo peruano, o introdutor da teoria marxista e inovador do pensamento político. Para Mariátegui o marxismo não era uma

“teoria”, muitos menos um jogo de conceitos, mas sim uma atitude, um estilo de vida, uma maneira de encarar o mundo, o marxismo representava a revolução, onde o homem passa a doar a esta causa a revolução se torna um sentimento, uma paixão. “La revolución más que una idea, es un sentimiento. Mas que un concepto es una pasión...”

Na defesa do marxismo, ele se preocupa em definir a essência do pensamento de Marx, não pensando em nenhuma categoria de análises tanto econômica, material e dialética que pudesse explicar a sociedade, seu marxismo consistiu em descobrir o proletariado (o índio peruano) e fazê-lo acreditar em seu valor de criar uma revolução.

A chegada do marxismo na América foi marcada principalmente pelo impulso que a Revolução de Outubro de 1917 deu ao desenvolvimento desta teoria, a onda revolucionária tomou conta em todas as partes do globo, deflagrando várias insurreições por todas as partes.

A teoria de Marx tem sua aplicação na sociedade, dentro das análises econômicas das quais são a base do desenvolvimento humano. Segundo Marx é as condições materiais que qualificam o homem na vida em sociedade, o conjunto de relações de produção é que constitui a estrutura econômica.

O modo de produção da vida material condiciona em geral o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é inversamente o seu ser social que determina a sua consciência.

(LÊNIN, 1983:22)

A descoberta da concepção materialista da história permitiu a adequação deste conceito dentro das relações sociais de produção, até então os países latinos não conheciam esta realidade. O desenvolvimento do modo de produção capitalista na América não se desenvolveu como na Europa, segundo Mariátegui as bases do capitalismo não encontraram forças nos países da América do Sul.

Os países latino-americanos chegaram tarde na partilha do bolo do modo de produção capitalista, o destino deles, na ordem capitalista é o de simples colônias de exploração do capitalismo mundial.

Mariátegui foi o primeiro marxista da América Latina a abordar os problemas agrários e suas relações com a problemática indigenista, tentando aplicar uma outra forma de marxismo conforme a realidade latino-americana. Neste período dos anos vinte na América estava surgindo um movimento autêntico e revolucionário.

“O que se estava operando no Peru na metade dos anos 20 era a ‘produção’ de um marxismo que pela primeira vez, podia verdadeiramente ser chamado de latino-americano” (HOBSBAWN,1987:446).

Mariátegui não propõe implantar as bases do desenvolvimento do capitalismo como aconteceu na Rússia para então se chegar ao socialismo.

No Peru se desenvolveu o ‘comunismo ynca’ que diferencia o Peru do contexto mundial. Seu objetivo é articular de modo dialético a necessária modernidade técnica de origem européia e as tradições comunitárias indígenas favoráveis a uma perspectiva socialista.

(MARIÁTEGUI, 1928:126-127).

Segundo Adolfo Sánchez Vasquez, o pensamento de Mariátegui se destaca em dois aspectos de grande relevância na análise marxista: o primeiro seria a ação das classes sociais que poderiam mudar a realidade; o segundo, sua preocupação pelas peculiaridades na realidade concreta tanto na práxis quanto na sua transformação social.

Ao acreditar na sociedade indígena como uma forma de libertação da realidade ele via que a revolução no Peru só seria possível quando se tornasse criação dos Incas. Por propor uma revolução operário-camponesa, ele será acusado tanto de “europeizante” como de “populista” e indianista por parte dos seus críticos.

Mariátegui conseguiu interpretar a doutrina de Karl Marx de forma diferente dos demais marxistas por reconhecer as tendências antieconomicistas e antidogmatistas. Ele soube compreender a realidade latino-americana, numa época em que tentar inovar era teoricamente perigoso e inconcebível dentro das análises políticas. No Peru surgiu um marxismo renovado, devido a dois fatores: o primeiro quanto a formação marxista de Mariátegui que se deu fora de influências dos movimentos comunistas e da terceira internacional; o segundo quanto ao socialismo peruano que se estrutura dentro do movimento intelectual e político, não aceitando sanções por parte do partido comunista e de influências exteriores.

Em os “7 Ensayos de la Interpretación de la realidad Peruana”, Mariátegui faz uma análise da realidade peruana, onde mostra a questão do imperialismo na América o mal que os países latinos tinham que combater e a situação da classe indígena peruana, ignorada com total desprezo pelos acontecimentos históricos e por parte dos governantes. Propõe a educação dos indígenas e que o conhecimento do marxismo seja levado até os mesmos, para que seja possível uma revolução indigenista no Peru.

Em prólogo de “*Tempestad en Los Andes*”, José Carlos Mariátegui afirma que:

Occidentalización’ material de la tierra quechua. No es la civilización, no es el alfabeto del blanco, lo que levanta el alma del índio, es el mito, es la idea de la revolución socialista. Esperanza indígena es absolutamente revolucionar “La fé en el resurgimiento indígena no proviene de un proceso de ia. El mismo mito, la misma idea, son agentes decisivos del despertar de otros viejos pueblos, de otras veijas razas en colapso: hindúes, chinos, etc.
(MARIÁTEGUI, 1927:40)

Aqui podemos ver a manifestação do “romantismo-revolucionário” de Mariátegui ao acreditar no potencial da civilização inca peruana e em sua fé de acreditar no comunismo incaico.

Mariátegui faz parte do grupo de intelectuais revolucionários como Rodó e Enrique ureñas que dão sua vida ao marxismo de “factor subjetivo”, o que o torna o marxismo como um fator de libertação de classes.

A agonia de Mariátegui se dá por essa sua fé esta que se torna “utopia revolucionária indígena”, o marxista peruano Alberto Flores Galindo define que a “Agonia” significava para Mariátegui, luta pela vida uma constante batalha cotidiana de sucessos e insucessos “práxis - revolucionaria” agonia assim representava o oposto de morte. O verbo “agonizar” segundo Galindo representa uma palavra “chave” do pensamento do Amauta, a chave que nos possibilita entender seu mundo e o pensamento deste autor.

Acreditar no marxismo como forma de levar uma mensagem de emancipação ao povo peruano “*una buena nueva*”. Fé esta que concretiza o marxismo presente em seus ideais de um conteúdo mítico - religioso. Para ele o marxismo não era apenas uma teoria definida pelas análises econômicas e sociais que Marx faz da sociedade. O marxismo do Amauta peruano era um estilo de vida onde o homem teria que se doar por uma única causa em sua vida: a “Revolução”, que é mais do que uma idéia, ela se expressa como um sentimento.

Aníbal Quijano define o marxismo de Mariátegui contendo um caráter metafísico e religioso. Ele considera ainda que nem todo o pensamento de Mariátegui se enquadrava dentro do marxista e que são fundamentais em seu pensamento questões como o revisionismo e o positivismo. Talvez seja por estes aspectos apresentados por Quijano, que Mariátegui recebeu inúmeras críticas por parte de Victor Haya de la Torre dentro da APRA (*Aliança Popular Revolucionária Americana*) que chegou a classificá-lo como um populista e não um revolucionário.

A mística revolucionária de Mariátegui se expressa pela fé sinalizando a dimensão espiritual e ética do socialismo, ao contrário do que pregava o marxismo da URSS que “A religião é o ópio da humanidade”. O marxismo de Mariátegui tenta superar o ateísmo, o materialismo idealista, pregado até então pelos marxistas que deturparam o pensamento de Marx. Mariátegui procurou adaptar as interpretações do marxismo dentro da realidade de um país pobre, atrasado e anômalo na América do Sul.

Num artigo sobre Gandhi (1924), encontramos o seguinte raciocínio de Mariátegui:

O Socialismo e o sindicalismo, apesar de sua concepção materialista da histórica são menos materialistas do que aparentam ser. Fundamentados no interesse da maioria, eles tendem a endurecer e dignificar a vida. Os ocidentais são místicos e religiosos ao seu jeito. Por acaso a emoção revolucionária não seria uma emoção religiosa? No ocidente acontece que a religiosidade transferiu-se do céu para a Terra. Seus motivos são humanos, são sociais, não são divinos. Pertencem à vida terrestre e não a vida celeste.

(MARIÁTEGUI, 1924:198)

Mariátegui não propõe uma nova definição do conceito de religião superando a velha concepção da antiguidade e explicando um novo conceito, mas sim a introdução de uma nova conceituação ético, político e espiritual dentro da teoria marxista. Deste modo, para ele o marxismo era uma nova religião.

O movimento que surgiu no Peru, não recebeu tanta atenção como deveria ter recebido. O pensamento e os ideais propostos pelo Amauta peruano em seu tempo fizeram surtir efeitos na América somente com a Revolução Cubana, o socialismo cristão na Nicarágua e revolução sandinista e o Movimento de Chiapas no México que se faz vivo sob o comando do Subcomandante Marcos. Estes movimentos foram os exemplos que mais se aproximaram do pensamento místico e revolucionário de Mariátegui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARICÓ, José, Marx e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GALINDO, Alberto Flores, La Agonia de Mariátegui(La Polémica con la Komintern), Lima: Desco, 1980.

HOBBSBAWN, Eric J. História do marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: um novo capitalismo e imperialismo, o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LÊNIN, Vladimir I. As três fontes e as três partes constitutivas do Marxismo. 4ª edição. São Paulo: Global, 1983.

LÖWY, Michael. O marxismo na América Latina, uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Prólogo a Tempestad en los Andes. Lima: La Sierra, 1927.

MARIÁTEGUI, José Carlos. 7 Ensaíos de Interpretación de La Realidad Peruana. Lima: Amauta, 1928.

MARIÁTEGUI, José Carlos. História de las Crisis mundiais. Lima: Amauta, 1924.

PÉRICAS, Luiz Bernardo (org.). América Latina: História, idéias e revolução. São Paulo: Xamã, 1998.

GRAVURA COMO METÁFORA DO CORPO E DA MEMÓRIA: ALGUNS PARADIGMAS DE UMA VELHA TECNOLOGIA

Nancy de Melo Batista Pereira*

* FAV-UFG, Mestre.

RESUMO

Desde a Idade Média encontramos a gravura cumprindo seu papel de difusora de imagens, participando do surgimento da imprensa, e, tornando-se, no renascimento, um veículo do virtuosismo de alguns artistas, como Dürer; no barroco com Rembrandt e Goya no romantismo, e neste último o caráter denúncia em sua série “Desastres da Guerra”, relato visual de horrores como torturas, assassinatos, mutilações. Hoje podemos relacionar todas as significações que a ação de gravar suscita como também, sobre as diversas maneiras com que gravamos algo sobre alguma superfície - mesmo que de maneira aleatória; como se gravar fosse constantemente uma performance, uma ação repetida tantas vezes e por tantos, que se torna assim, inerente a qualquer ser humano, atos aleatórios, expressos, artísticos ou não, parafraseando Georges Didi-Huberman .

Palavras-chaves: Gravura, Poética Visual, Artes Plásticas.

RESUME

Puisque l'âge moyen nous trouvent la gravure accomplir son papier de dispersion des images, participation de la germination de la presse, et, devenant, dans la Renaissance, un véhicule du virtuosité de quelques artistes, comme Dürer ; dans le baroque avec Rembrandt et Goya dans le romantisme, et cette dernière dénonciation de caractère la série "Désastres de la Guerre", histoire visuelle des horreurs en tant que tortures, meurtres, mutilations. Aujourd'hui nous pouvons rapporter tout le signification que l'action d'enregistrer suscite, ou même, des manières diverses que nous pouvons graver quelque chose sur une certaine surface de manière aléatoire; comme si graver était une performance, une action répétée autant de fois et pour tant d'autres, qui si devenu ainsi, inhérent aux actes de l'être, aléatoires, exprès, artistiques ou pas, paraphrasant Georges Didi-Huberman.

Mots-clefs : Gravure, Poétique Visuel, Arts Plastique.

GRAVURA COMO METÁFORA DO CORPO E DA MEMÓRIA: ALGUNS PARADIGMAS DE UMA VELHA TECNOLOGIA

"Je crois beaucoup à l'érotisme (...) Cela remplace, si vous voulez, ce que d'autres écoles de littérature appelaient Symbolisme, Romantisme..."

Marcel Duchamp

Desde a Idade Média encontramos a gravura cumprindo seu papel de difusora de imagens, participando do surgimento da imprensa, e, tornando-se, no renascimento, um veículo do virtuosismo de alguns artistas, como Dürer; no barroco com Rembrandt e Goya no romantismo – são alguns que, automaticamente, me acorrem à mente – e neste último o caráter denúncia em sua série “Desastres da Guerra”, relato visual de horrores como torturas, assassinatos, mutilações.

Esse mesmo caráter denúncia se torna presente nas gravuras em décadas de repressão social, para citar um exemplo do Brasil. Faz assim da gravura uma arte “engajada”, barata e sendo assim mais acessível como obra de arte, novamente difusora de imagens ideológicas.

Sendo a existência da gravura, como técnica de longa data, e se formos além do seu surgimento no Ocidente, ou mesmo no Oriente, podemos encontrar em muitos exemplos a intenção do homem de registrar, marcar ou gravar, num esforço para preservar sua memória. Tratá-la como uma velha tecnologia possui a intenção de realçar a quanto tempo contamos com seus processos e como a arte mantém sua atualidade.

Preservando técnicas como a xilogravura e a gravura em metal no meio artístico através de mudanças de estratégias. O caminho da gravura como técnica de reprodução de imagens e sua atualidade no campo das artes plásticas, nos interessa enquanto uma técnica **nunca** abandonada pelo meio artístico.

Segundo Alberto Tassinari, a arte contemporânea, também chamada pós-moderna - termo questionado pelo próprio autor devido aos paradoxos de sua produção, quando pretende ser autônoma em relação à arte moderna, pode ser ainda considerada “o espaço moderno”, que é o próprio título do livro, então seria a mesma arte moderna em um

momento de maturidade, onde as conquistas das vanguardas abriram espaço para a liberdade de expressão na arte atual.

Acompanhando o pensamento desse autor, percebemos como historicamente a arte moderna gera uma ruptura em sua continuação. Não possuía uma proposta plástica que definisse essa ruptura, mas várias propostas representadas pelas vanguardas surgidas com a intenção de romper com a tradição da arte acadêmica.

Porém, é necessário diferenciar a “ruptura moderna” e a “ruptura contemporânea”, ou pós-moderna. Muitos autores, como também Tassinari, consideram a pós-modernidade não como uma negação do moderno, mas como a afirmação de todas as conquistas do modernismo, no qual arte contemporânea seria um desdobramento da arte moderna e não a sua negação:

“O espaço da arte contemporânea – pós-moderna para muitos – seria o espaço da arte moderna depurado de elementos espaciais não modernos ainda persistentes na sua fase de formação. A arte contemporânea seria a arte moderna sem resquícios pré-modernos. Não se trata apenas de uma questão de nomes. Uma possível arte pós-moderna encerraria o ciclo da arte moderna”.(TASSINARI, 2001, 10)

Presente no comportamento da arte moderna como forma de expressão, e fazendo parte de sua poética, a escolha ou definição dos meios torna-se, muitas vezes, a temática do trabalho, mais tarde o próprio processo também adquire, no mesmo sentido, o caráter de tema da obra (seja em técnicas tradicionais, seja a ação de uma performance, ou qualquer outro processo de material insólito). A arte contemporânea, continuando o pensamento de Tassinari, “se mostra da forma que ela se faz”, e ele define aí o termo como “o espaço em obra”.

Trazendo essa compreensão da arte contemporânea para a técnica da gravura é que podemos questioná-la, com seus processos minuciosos de ateliê. Pode a gravura trabalhar neste sentido: de apresentação de seu próprio processo. Poderia ela também ser um “espaço em obra”? Usar estratégias contemporâneas sem se tornar um clichê pós-moderno?

O que traz para as adulterações feitas pelos irmãos Chapman em gravuras de Goya o horror, um sentimento de sublimidade, uma atitude que vinda de artistas, como eles, que

participam de um circuito internacional de arte, um choque, por adular obras de grande valor para a história da arte. Paradoxo entre reprodução técnica, clonagem e a necessidade do original.

A posição da arte como produtora de imagens já foi fundamental e única, e, durante séculos e séculos, a produção de imagens esteve sempre e somente associada a ela. O que não acontece em nossa época, pois temos imagens produzidas sem finalidade artística, e veiculadas por diversos meios.

Walter Benjamin, ao desenvolver seu pensamento sobre a reprodutibilidade técnica, comenta o aparecimento da xilogravura como o primeiro processo de reprodução técnica da obra de arte:

“Com a xilogravura, o desenho tornou-se pela primeira vez tecnicamente reprodutível, muito antes que a imprensa prestasse o mesmo serviço para a palavra escrita... À xilogravura, na Idade Média, seguem-se a estampa em chapa de cobre e a água-forte, assim como a litografia, no início do século XIX”. (BENJAMIN: 12:75)

Seguindo a xilogravura, no período da Idade Média, surge a gravura em metal, muito utilizada a partir do Renascimento, e suas técnicas de ponta seca, água forte e água tinta. Com o aparecimento da imprensa a xilogravura de topo surge como opção para a ilustração de textos seja em livros ou em jornais.

Como em qualquer técnica tradicional, a possibilidade de se desenvolver uma linguagem atual é perfeitamente possível, como todos podem perceber, frequentemente estão nos salões de arte contemporânea. Porém uma mudança de estratégia é fundamental para trazer uma proposta contemporânea para os processos da gravura.

Georges Didi-Huberman, filósofo e historiador da arte, em seu texto L’Empreinte (A impressão), escrito para um catálogo de exposição no Centre Georges Pompidou – Paris, com o mesmo nome, trata especialmente da gravura e da impressão. Com o objetivo de situar no nosso século, marcado por grandes inovações tecnológicas, uma das mais antigas maneiras de representação plástica, sendo esta a própria intenção da exposição organizada pelo “Beaubourg”¹. A idéia é mostrar como é feita a impressão do ponto de vista da técnica artística e sua diversidade.

¹ Apelido do Centro Georges Pompidou.

Voltado para aspectos da história da arte que fogem à tradição acadêmica deste meio, Didi-Huberman não se cansa de apresentar novos focos da história da arte nunca mencionados. Conheci seu trabalho através de um dos capítulos de seu livro “*Devant le temps*”, onde pude conhecer o historiador Carl Einstein e sua trajetória como historiador da arte não aceito pela academia.

A forma direta em que aborda o que trata como assunto e os sujeitos escolhidos como tema, com lançamentos frequentes – um só livro traduzido oficialmente para o português até o presente momento - faz dele um importante pensador da nossa época. Insistindo mais nas grandes questões que estruturam o campo da disciplina e da renovação do pensamento estético.

“Este ponto de vista não é uma recusa histórica, bem ao contrário, porém precisamos lembrar que a história da impressão não existe. Existe uma lacuna na história sobre o processo concreto que se dá como um saber de longa data, aplicável a campos materiais e técnicos extremamente variados. Falta também uma história desse paradigma teórico que serviu de modelo a tantos pensamentos abstratos, sobretudo quando se trata em pensar noções tão fundamentais como a do signo, do traço, da imagem, da semelhança, da genealogia. Faltaria uma história ao mesmo tempo concreta e teórica – onde se definiram as escolhas formais e operatórias de tantos artistas, especialmente no século XX”.
(DIDI-HUBERMAN: 97)

Encontramos seu pensamento voltado para as significações que a ação de gravar suscita; bem como sobre as diversas maneiras com que gravamos algo sobre alguma superfície - mesmo que de maneira aleatória; como se gravar fosse constantemente uma performance, uma ação repetida tantas vezes e por tantos, que se torna assim, inerente a qualquer ser humano, atos aleatórios, expressos, artísticos ou não.

Gravamos sempre. O registro e sua necessidade sempre estiveram presentes na história e pré-história da humanidade. Na gravura, que por sua vez é chamada por Didi-Huberman de pré-história da imagem², possui uma dimensão heurística, e neste campo operatório pré-histórico, quando utilizado hoje, produz trabalhos atemporais, que o autor

² A impressão é um gesto técnico, oras a técnica é uma estrutura do tempo, da memória, não somente do progresso, mas; pelo simples fato que tantos artistas do século XX tenham investido um campo operatório literalmente pré-histórico (fazer impressões), isso indica caminhos para pensar sobre a condição temporal da obra de arte moderna. Georges Didi-Huberman – “L’Empreinte”, 1997.

trata como impressões nem arquetípicas nem pós-modernas, nas quais a possibilidade das cópias se tornou hoje uma opção entre tiragens indefinidas e sem compromisso, ou um simples registro das experiências do gravador; que, em princípio, até que a matriz se esgarce a ação pode se repetir inúmeras vezes.

A matriz altera o suporte, surge o “*écart*” que é uma separação, coisas que estiveram juntas se separam, reforçando a idéia de união, substrato, subproduto. Dois corpos e a transmissão de substrato, uma metáfora da gênese, o encontro e seu resultado. A separação e o traço, “*écart*” e “*trace*”, uma sendo anagrama da outra, no francês, anagrama reverso³:

“O écart é uma operação dialética; se trata em produzir o semelhante, mas em produzi-lo como negatividade operatória, maneira de produzir diferenças em si mesmo. E como não ver aqui que a impressão é o sim e o não da coisa?” (DIDI-HUBERMAN;97).

O texto de Didi-Huberman gera imagens que surgem dentro do processo da gravura, revelando nuances de atos-impressão que possuem uma existência na arte do século XX, como no exemplo em que nos fala de “*Feuille de Vigne Femelle*” de Marcel Duchamp. Levanta novamente em Duchamp não o “*n’importe quoi*”, acusação comum em relação à arte pós-moderna, mas o erótico, a metáfora presente desde o início em seu texto:

“A impressão transmite fisicamente e não somente visualmente a semelhança da coisa ou do ser impresso. A analogia com a reprodução sexual se torna pertinente, porque o seu processo supõe o enlaçamento estreito por pressão, muitas vezes, por penetração do substrato, ou seja, da coisa essencial pelo objeto que vai ser impresso, e o resultado não é evanescente, como o caso do espelho, mas nasce literalmente enquanto corpo produzido pela operação da impressão”. (DIDI-HUBERMAN: 97)

Neste seu comentário, Didi-Huberman se refere à ação de gravar, e não o repete ao comentar “*Feuille de Vigne Femelle*”, embora podemos aplicar as mesmas palavras ao observarmos o trabalho de Duchamp - que conhecia as técnicas da gravura, sendo seu irmão Jacques Villon, gravador, e, tendo ele mesmo produzido algumas gravuras poucos

³ Citado por Christopher Johnson em “*Derrida- a cena da escritura*”, 1998. “Também aqui ele emprega uma interessante configuração lingüística para exprimir essa estrutura dual, associando a palavra francesa *trace* com seu anagrama reverso, *écart* (distância, diferença, divergência, intervalo espaço, espaçamento)”.

meses antes de sua morte – tamanha semelhança da descrição com a imagem de “*Feuille de Vigne Femelle*”, onde podemos comprovar o meta-realismo de Duchamp comentado por Jean Claire⁴.

Comentando a realidade do gravar e do registro do corpo-matriz, seu relevo erótico; o substrato do próprio suporte que penetra sua matriz – inverte a posição do substrato, levado pela matriz que insemina o papel.

Ao tratar a impressão como um gesto técnico, analisa sempre a repercussão deste gesto do dia a dia até sua expressão artística - o ato de gravar gerando a estampa. Sendo técnica a impressão está então relacionada com o tempo bem como com a memória (memória não roubada), mas que, ao contrário, é sempre resgatada pela impressão. Sonho e realidade, o tempo-convenção, realidade adaptada, abstração, memória, seleção de idéias, de acontecimentos, sonho ou realidade, arte.

Yves Klein também esteve presente no Georges Pompidou com suas antropometrias, tanto ele como Duchamp presentes em um eixo da exposição chamada “Os Contatos da Carne”. O corpo-matriz, a saturação da cor, o sudário como referência – em outro eixo, tanto o sudário, ou seja, a fricção, o decalque, a performance, o fotograma, a modelagem, o selo compõe o conjunto do “Contato da Matéria”⁵.

Novamente o campo operatório pré-histórico das antropometrias vem à tona na arte moderna repensando os “modelos do tempo” como uma decalagem deslocando os recortes cronológicos, “anacronismo fundamental” que surge através dos “limites históricos” que organizam o discurso artístico. Que é criticado por Didi-Huberman, como ora sendo ingênuo e ora possuidor de muitas certezas, mas que deve ser feito de forma a encarar sua defasagem em relação à existência de seu objeto de estudo.

Podemos trazer este mesmo cuidado em relação à abordagem histórica da arte ao falarmos da impressão, como também da gravura, usar meu discurso como artista pesquisadora, que também pode soar como ingênuo e certo em alguns momentos, mas que pretende respeitar as minhas limitações.

Mais um paradigma para os processos de impressão que impõe sempre ao gravador possibilidades e limitações, um discurso que possui seus limites e uma ação que se repete nos tempos atuais; se tornando uma referência para a ação de artistas contemporâneos em suas manifestações mais recentes.

⁴ « *Marcel Duchamp et la fin de l'art* », Jean Clair (Paris: Gallimard, 2000).

⁵ Estas informações estão presentes na matéria da folha de São Paulo “Beaubourg dedica mostra à impressão” de Betina Bernardes, 14 de março 1997.

Um exemplo goiano deste paradigma se faz no trabalho do grupo “Terceira Internacional” que questiona a presença da aura, mesmo quando ela é contestada, produzindo um “clone” de um objeto (NPB⁶; pré-clone) que tem como intuito não possuí-la deixando livre a interferência de outros artistas.

“Porque cada impressão vai liberar uma espécie paradoxal de eficiência e de magia: magia que seria aquela singular da tomada do corporal e universalizante como a reprodução serial; a que produz semelhanças extremas que não são mimésis, mas duplicação, ou ainda a de produzir semelhanças como o negativo, contra formas, dessemelhanças”. (DIDI-HUBERMAN: 97)

Inicialmente o trabalho do grupo, com o qual manteve contato através de Armando Coelho – na época cursando o último ano de Graduação em Artes Visuais na Faculdade de Artes Visuais – FAV–UFG – foi se apropriar do objeto através de seu próprio criador que o envio para que fossem feitas as ações.

Passando mais tarde à proposta de questionamento de sua aura, sendo um objeto passível de reprodução, o grupo optou por interferir literalmente no objeto, criando performances nas quais ele passa a receber golpes; ao mesmo tempo em que prepara seu clone para enviar ao artista plástico carioca Ricardo Basbaum⁷, seu criador.

“Todas as práticas da impressão, desde os primórdios do homem, passando pela idade média, pela renascença, ou pela iconografia de cada época, estão sempre jogando com o paradigma da impressão: duplicar legitimamente, disseminar o único aproximar o distante até a sensação tátil, (o vestígio), afastar o contato até distância intransponível (aura) da face enquanto face”. (DIDI-HUBERMAN: 97)

A fecundidade do paradigma da impressão é citada, a meu ver, como algo que questiona o próprio tempo; por isso ele se propõe a “repensar os modelos do tempo”, na coexistência do outrora e do agora - já que seu produto é algo que é nem arquetípico nem moderno.

⁶ Novas Bases para a Personalidade – Basbaum.

⁷ NBP - Novas Bases para a Personalidade, 1994.

E por que o que é arquetípico não é, ou não pode ser pós-moderno? Pergunto-me na tentativa de apreender as implicações contidas na escrita do filósofo e busco desfiar a trama do texto: imprimir traz a tona uma ação feita há muitos séculos e que permeia o próprio Tempo, pairando para além da questão da temporalidade cronológica.

A gravura possui momentos de utilidade, difusão de imagens que transmitem idéias, informações, ideologias, etc., e de linguagem artística pura e simples. Na sua história, esses dois momentos se intercalam, convergem e divergem criando, por meio dos espaços lacunares, uma decalagem no tempo – um entre-tempos. E, analogamente aos limites históricos - que são muito utilizados para falar sobre coisas e coisas artísticas, a “noção usual de estilo” sempre se relaciona com “recortes cronológicos”, causando com isto um “anacronismo fundamental”.

A gravura tem hoje um toque anacrônico, por que fazer, escolher gravura? Justamente o que há de mais antigo, velho, pré-histórico - não a ação de gravar, mas a própria técnica?

Uma arte dissimulada, artesanato que já foi arte, arte em que poucos conseguem fazer algo novo - para além das estratégias, o processo de imprimir se mantém o mesmo. Há que se aumentar duplicar, triplicar as dimensões, picar e montar de novo, como no cinema, produzir algo anacrônico e não ser incomodado por idéias do circuito artístico. Viver no universo da gravura e conviver com o confinamento, isolamento.

Tratada também como jogo, o que requisita um conhecimento “formal e processual”, o ato de gravar é visto como um trabalho que consiste em vislumbrar a “complexidade intrínseca” de uma operação dialética.

Então, este pequeno jogo da impressão, abre simetricamente uma perspectiva, joga com a nossa percepção entre um objeto singular e a sua estratificação. Progressão aritmética, nunca geométrica, já que é derivada de uma relação pré-industrial que advém dos primórdios da reprodução da imagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Aracy A.. **Arte para quê?: a preocupação social na arte brasileira 1930-1970: subsídios para uma história social da arte no Brasil.** São Paulo, Nobel, 1987.
- BENJAMIM, Walter. **Pequena história da fotografia; A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: Magia e técnica, arte e política.** Obras escolhidas, Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp 91-107; 165-196.
- CLÍMACO, José César Teatini de Souza. **A gravura em matrizes de plástico.** Editora UFG, Goiânia, 2004.
- COMPAGNON, Antoine. **Os cinco paradoxos da modernidade.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999 [1990].
- COSTELLA, Antonio. **Xilogravura – manual prático.** Editora Mantiqueira. Campos do Jordão, 1987.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Devant l’image, question posée aux fins d’une histoire de l’art.** Paris, Les Éditions de Minuit, 1990.
- _____. **L’Empreinte.** Catalogo de exposição. Paris – Centro George Pompidou.(Texto adaptado e traduzido para o Mestrado EBA-UFMG de Patrícia França) Minas gerais. EBA-UFMG, 1997. 1997. L’Empreinte, Paris, Éditions du Centre Georges Pompidou, 1997 (collection « Procédures »).
- JOHNSON, Chrithopher. **Derrida- A cena da escritura.** São Paulo. Editora Unesp, 2001.
- TASSINARI, Alberto. **O Espaço Moderno.** Cosac&Naify Edições. São Paulo, 2001.

A Gripe Espanhola chega a São Paulo: limites da utopia da “capital do café”

Robson Mendonça Pereira*

Resumo: A versão oficial a respeito da pandemia de gripe espanhola que atingiu a capital paulista em fins de 1918 forneceu uma explicação que comparava a influenza aos surtos de pestes medievais, isentando qualquer autoridade da responsabilidade por um mal que teria acometido todos de forma igual. A estratégia deste discurso, incansavelmente reproduzido, era a de manter intacta a imagem do progresso e da riqueza fornecida pela cafeicultura e pela expansão industrial. Assim, procuramos desenvolver uma análise crítica a respeito desse processo de modernização de feição elitista e da ação da administração pública diante dos enormes desníveis sociais gerados por este processo. Essas contradições do modelo de modernização paulistano tornaram-se mais agudas em episódios como a Greve Geral de 1917 e a pandemia de gripe espanhola de 1918.

Palavras-chave: modernização; gripe espanhola; discurso

Abstract: The official version on the pandemic of Spanish gripe that reached the São Paulo city in 1918 ends supplied an explanation that it compared influenza with the irruption of medieval plagues, exempting any authority of the responsibility for one badly that it would have reached all of equal form. The strategy of this speech, stubbornly reproduced, was to keep unbroken the image of the progress and the wealth supplied for the culture of the coffee and the industrial expansion. Thus, we look for to develop a critical analysis ahead the respect of this process of modernization of elitist aspect and the action of the public administration of the enormous social unevennesses generated by this process. These contradictions of the paulistano model of modernization had become more acute in episodes as the General Strike of 1917 and the pandemic of Spanish gripe of 1918.

Key words: modernization; Spanish gripe; speech

No registro de seu diário íntimo referente ao dia 23 de setembro de 1918, o governador de São Paulo Altino Arantes Marques faz referência a uma solicitação dirigida ao presidente Nilo Peçanha no qual mencionava a situação aflitiva da Missão Médica-Militar Brasileira que se encontrava a bordo do navio “La Plata”, atingida pela “terrível influenza

* Doutor em História e Cultura Política pela UNESP/Franca. Professor do curso de História, UnU. de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, Universidade Estadual de Goiás (UEG) – 75.110-390 – Anápolis – Goiás – Brasil.

espanhola” (AESP, APAA, *Locus*: AP92.01.001, vol.8). Nessa mesma época começaram a pipocar notícias alarmantes a respeito de focos de gripe “espanhola” nos portos do Recife, Salvador e Rio de Janeiro, trazida pelo vapor “Demerara”, de bandeira inglesa, cuja tripulação se contaminara do mesmo mal (BERTOLLI Filho, 1986, p.95).

Apesar da ameaça iminente de propagação do surto, as ações profiláticas tendentes à defesa sanitária da capital paulista começaram a ser tomadas tardiamente. De acordo com o novo Código Sanitário aprovado naquele mesmo ano, cabia ao governo estadual a responsabilidade pelos serviços de higiene urbana e ao estabelecimento dos serviços oficiais de socorro durante as crises epidêmicas que porventura atingissem os municípios paulistas (C.S.E.S.P., 1918, p.3). Entretanto, o diretor do Serviço Sanitário do Estado (S.S.E.), o médico Artur Neiva, nada faz até a decretação oficial de estado epidêmico que se deu somente em 15 de outubro, a despeito dos inúmeros alertas e informes a respeito de casos de gripados noticiados pela imprensa da capital e da situação de calamidade no Rio de Janeiro. Em geral, o S.S.E. procurou minimizar o fato, tratando a epidemia gripal como simples caso de “influenza comum”, passando uma visão tranqüilizadora e desmistificadora (DEBES, 1994, p.161).

O próprio governador Altino Arantes apenas se mobilizou quando o mal grassava a mais de duas semanas a cidade de Santos e começava a se instalar nas cercanias da capital. Optou pelo simples isolamento de navios infestados e constituiu os primeiros hospitais provisórios como assinala no mesmo diário:

O comandante Nunes — chefe da nossa divisão naval ancorada em Santos —, falando comigo pelo telefone, pediu-me que lhe facultasse [remeter] a guarnição de seus navios ao Hospital de Isolamento, enquanto se fizesse o expurgo dos barcos contaminados de “influenza espanhola”. Acedi prontamente, dando eu, em pessoa, ao Dr. Neiva as instruções nesse sentido. Com este combinei também o fechamento dos Grupos Escolares da Capital, podendo os respectivos edifícios ser convertidos em enfermarias para os indigentes atacados de gripe. AESP, APAA, *Locus*: AP92.01.001, vol.9 [17/10/1918]

As primeiras medidas tomadas pelo S.S.E. no sentido de conter a epidemia foram: o isolamento dos enfermos; a desinfecção de residências onde houvessem ocorrido óbitos de gripados; vigilância epidemiológica permanente e a publicação pela imprensa de conselhos à população (BERTOLLI Filho, 1986, p.200). Esses procedimentos, reconhecidos e largamente utilizados pela polícia sanitária paulista, constituíam um conjunto de técnicas de controle de epidemias urbanas que vinham sendo empregadas no combate aos surtos de varíola e febre amarela (TELAROLLI Junior, 1996, p.234-5).

Essas medidas profiláticas iniciais não demonstraram nenhuma eficácia no sentido de conter o avanço da influenza, pois o número de doentes e de óbitos crescia avassaladoramente. Por intermédio do diário de governo de Altino temos uma pequena amostra da proporção e intensidade alcançada pela epidemia na capital. Em seus registros Altino, computa um número elevado de gripados: em 21 de outubro, são 918 novos casos; em 22, 1023; em 23 e 24, a escala aumenta assustadoramente para 1500 e 1900. No registro do dia 30, em uma curta frase lacônica, alude pela primeira e única vez à mortalidade na capital: “Os óbitos de hoje, ao que me informa o Washington, atingiram ao numero de 112, quando a média diária, normal, é de 22 apenas (...)” (AESP, APAA, *Locus*: AP92.01.001, vol.9). As informações sobre o número de pessoas infectadas e mortas pela gripe foram claramente minimizados pelos órgãos responsáveis pela sua divulgação, inclusive pela imprensa paulistana, visto a censura que vigorava latente.

Apesar das evidências, Arthur Neiva continuava impassível, recusando-se a modificar a estratégia, diante da irremediável falência da ação da Diretoria do Serviço Sanitário, demonstrada na dificuldade de se estabelecer uma terapêutica adequada para a influenza em decorrência da própria circunscrição da medicina (TELAROLLI Junior, 1996, p.94-5; HOCHMAN, 1998, p.54).

De sua parte, a municipalidade da capital se mostrou, inicialmente, apática à discussão sobre a questão, e nem mesmo a Comissão de Higiene e Saúde Pública, foi capaz de propor algo de novo. O vereador José Piedade inaugurou tímido debate ao apresentar um projeto de lei autorizando o prefeito a estabelecer postos médicos e hospitais provisórios para tratamento dos gripados na sessão de 19 de outubro:

Seja, sr. presidente, pela fácil sugestão, ou seja pela fácil propagação do micróbio dessa terrível moléstia, o fato é que, de 4 a 5 dias a esta parte, a cidade está tomada de verdadeiro pânico diante do noticiário copioso dos jornais e em face da situação angustiosa que se lhe apresenta, ameaçada por essa terrível morbus (ANAIS da C.M. S.P. de 1918, 1918, p.316-7).

Piedade reconhecia a gravidade da situação e reclamava medidas específicas para os habitantes dos bairros operários — Brás, Belenzinho, Mooca, Bom Retiro, Ipiranga e Cambucí — em face da miséria e da dificuldade de acesso a medicação preventiva. O projeto foi rapidamente aprovado sem maiores discussões.

Uma semana após essa decisão, a Câmara Municipal sancionou por unanimidade, resolução de autoria do vereador Marrey Jr., autorizando o prefeito a tomar as medidas cabíveis em relação ao socorro público na cidade, completando intenção inicial da edilidade

de transferir para o Executivo a responsabilidade de assistência às vítimas da gripe espanhola.¹

Sem o apoio do Legislativo local, Washington encarregou-se de prover as necessidades do município relacionadas à complexa manutenção do abastecimento de gêneros alimentícios, de regularizar o serviço de limpeza e o funcionamento dos cemitérios e sepultamentos durante a fase epidêmica. Tomou ainda o cuidado de relatar minuciosamente essas providências em ofício publicado nos anexos do Relatório de 1918 (1919, v.1, p.80-97).

Esse documento assumiria uma importância ímpar por se tratar, segundo Bertolli Filho da “única declaração oficial” a informar “sobre os procedimentos tomados pelo poder executivo durante o flagelo sanitário” (BERTOLLI Filho, 1986, p.182-3). Ventilando uma versão idealizada sobre os acontecimentos e dos serviços municipais adotados no transcorrer da crise sanitária, o texto começava por comparar a epidemia de influenza aos ciclos de pestes que haviam assolado a Europa no período medieval. Quase nada se podia fazer diante de um mal para o qual não havia nenhuma prescrição médica conhecida e cuja virulência atingia a todos de maneira homogênea. Deste modo, conseguia isentar as autoridades envolvidas, repudiando as “injustas” críticas levantadas pela imprensa contra a negligência na tomada das providências emergenciais (RELATÓRIO DE 1918, v.1, p.81).

O ofício expõe os entendimentos firmados entre as autoridades acerca dos limites da ação municipal na defesa sanitária da cidade. A prefeitura coube a manutenção dos serviços municipais: comunicação; transporte, luz e força; serviço funerário; cemitérios municipais; Limpeza Pública e prover o abastecimento da cidade (RELATÓRIO DE 1918, v.1, p.81-2). As incumbências formais das demais instituições e indivíduos que se envolveram no atendimento da população enferma e carente, demoraram a ser formalmente definidas, sendo decididas em reunião, presidida pelo Secretário do Interior, Oscar Rodrigues Alves, no dia 8 de novembro, semana em que a epidemia chegava ao ápice.²

Coube ao médico Arnaldo Vieira de Carvalho a direção dos serviços clínicos dos hospitais de tratamento dos gripados; à Associação Brasileira de Escoteiros a função de coletar e organizar os dados estatísticos sobre a morbidade e a mortalidade gripal; à Cruz Vermelha Brasileira, os serviços de enfermagem hospitalar e domiciliar; ao médico Vergueiro Steidel, a direção dos postos de socorros; ao arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva, a alimentação prestada aos enfermos e necessitados em geral.

¹ Resolução nº 131, de 26 de outubro de 1918.

² “Influenza Hspanhola”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 — nov. — 1918, p. 3.

A teimosia de Artur Neiva em reconhecer a falência das primeiras medidas profiláticas gerais e a dificuldade em explicar a inoperância do Instituto Vacinogênico e do Butantã, desacreditou a Diretoria do Serviço Sanitário diante da população. No auge da crise epidêmica, que em 28 de outubro alcançava 30 mil gripados na capital, Neiva finalmente decidiu solicitar apoio extra-oficial (BERTOLLI Filho, 1986, p.207-14).

Diversas entidades se uniram ao esforço público de distribuição de recursos pecuniários. O jornal “O Estado de S. Paulo”, juntamente com o diário da colônia italiana Fanfulla, abriram a primeira subscrição pública para obtenção de recursos para uma campanha de amparo à população (“Comissão Estado-Fanfulla”), além de outras iniciativas particulares isoladas para montagem de farmácias populares e estabelecimento de enfermarias provisórias.

Por seu turno, Washington manifestou sérias preocupações com a possibilidade da desorganização dos serviços públicos essenciais, por causa da falta de pessoal que caía adoentado (RELATÓRIO DE 1918, v.1, p.82). Esse parece ter se constituído em um dos principais empecilhos para manutenção adequada do funcionamento da máquina administrativa durante a quadra epidêmica.

Procedeu-se a abertura de uma verba especial de 467 contos de réis, para auxiliar na “defesa municipal da cidade e de seus habitantes”, valor pouco expressivo se comparado aos demais dispêndios orçamentárias de 1918, não alcançando 10% das despesas (RELATÓRIO de 1918, v.1, p.VII-VIII). Essa quantia, evidentemente, restringiu a ação do Executivo municipal justamente quando precisava tomar certas resoluções para óbices mais complexos como o de manter um adequado suprimento de gêneros alimentícios para população paulistana.

O ofício 477 apresenta os resultados do estudo encomendado aos diretores municipais, Vitor Freire e Arnaldo Cintra, sobre a quantidade de víveres e combustível necessário para o provimento das famílias na cidade de São Paulo para enfrentar a crise epidêmica. Os cálculos baseavam-se nos estoques das principais casas atacadistas e as estatísticas da Bolsa de Mercadorias, comprovando a existência de suprimentos para um período mínimo de 3 meses, em caso de colapso no abastecimento (RELATÓRIO DE 1918, v.1, p.83-5). Contudo, a maior dificuldade nesse caso consistia na inexistência de quem vendesse esses víveres, devido a impossibilidade de funcionamento das casas comerciais por estarem seus funcionários e proprietários adoentados.

A falta de atitude de Washington diante das denúncias de majoração explícita dos preços dos gêneros de primeira necessidade, praticados pelos comerciantes, a exemplo de atitudes anteriores, apoiava-se mais uma vez na visão liberal contrária a qualquer tipo de

intervenção do poder público no comércio particular, colaborando para piorar as condições de vida da população mais pobre (BERTOLLI Filho, 1986, p.184). O prefeito manteve em funcionamento regular, apenas o Mercado Central, atendendo a uma restrita parcela dos habitantes, a mais privilegiada, que morava nas proximidades da Baixa de São Bento.

A pressão por parte dos moradores das áreas centrais, como a Consolação e a Sé, contra o acúmulo de lixo e de pó nas ruas, associado ao perigo de infecção gripal, obrigou a prefeitura a se empenhar na continuidade e mesmo intensificação dos serviços de limpeza pública. Parcela substancial da verba extraordinária destinada ao socorro das vítimas foi gasta na aquisição de um automóvel irrigador, no aumento salarial e na contratação de pessoal para atender aos bairros da elite e da classe média paulistana, que contavam com a maioria dos serviços públicos em sua plenitude, em detrimento dos bairros operários e dos subúrbios (RELATÓRIO DE 1918, v.1, p.89).

Houve uma maior preocupação do poder Executivo municipal no funcionamento, e na expansão dos cemitérios e nos serviços de sepultamento (RELATÓRIO DE 1918, v.2, p.615-22). Em fins de outubro, os paulistanos foram tomados de uma sensação aflitiva em relação à inviabilidade dos sepultamentos dos mortos pela epidemia e do transporte para os cemitérios. O serviço funerário concedido à firma Rodovalho Junior, Horta & Cia. entrou em colapso em virtude do número de enterramentos diários ultrapassar o limite da capacidade da empresa (RELATÓRIO DE 1918, v.1, p.90).

A Prefeitura se viu forçada a colaborar com a casa funerária, responsabilizando-se tanto pelo fornecimento de urnas mortuárias quanto pela maior parte do transporte de cadáveres para os cemitérios. Washington encomendou a serrarias e marcenarias a fabricação de caixões, contudo, teve de solicitar o apoio de diversas empresas — Companhia Nacional de Juta, Light & Power Co., E. R. F. Matarazzo, São Paulo Railway, etc. — e instituições públicas para dar conta da enorme demanda, resultando na compra de 5.941 caixões (RELATÓRIO DE 1918, v.1, p.91-2).

O serviço propriamente cemiterial alcançou uma escala assombrosa. O número de enterramentos alcançou a cifra de 8040 em 45 dias. Procedeu-se a contratação de trabalhadores para abertura de covas e sepultamentos, porém, nem mesmo a elevação dos salários, conseguiu atrair mão-de-obra disposta a enfrentar a perigosa tarefa:

O desgosto de lidar com cadáveres, o medo de contrair a moléstia epidêmica, os ataques desta às pessoas ocupadas nos serviços internos dos cemitérios dificultam tal serviço, pelo que, não obstante a elevação dos salários, não era fácil encontrar pessoal que quisesse de tal mister (RELATÓRIO DE 1918, v.1, p.95).

Esses problemas foram resolvidos pelo prefeito mediante o deslocamento de funcionários de outras repartições municipais e por meio do empréstimo de centenas de operários de algumas empresas (Sorocabana, Companhia Armour, Cia. City, Light & Power, S. P. Railway, etc.). Washington conseguiu reunir pelo menos 896 trabalhadores, permitindo a abertura de 11.762 covas, a manutenção das necrópoles e a regularidade no transporte de cadáveres, serviço pesadíssimo realizado em condições geralmente insatisfatórias:

Esses homens, juntos aos outros contratados, entraram numerosos para o serviço, mas logo desfalcaram, se reduziram, impressionados pelo trabalho fúnebre e desagradável (...). Por essas razões, e por não estar a grande maioria deles habituada ao lúgubre serviço, o trabalho deles rendia pouco. Além disso, serviço tão eventual não pode nele existir ordem perfeita, (...). Receoso de todos estes fatos, ainda mais das grandes chuvas, tão comuns na estação das águas que atravessamos, que poderiam interromper durante dias o serviço a fazer e desmanchar e inutilizar o serviço já feito, a Prefeitura manteve pessoal avultadíssimo nos cemitérios, sem olhar as despesas que ele ocasionava. (RELATÓRIO DE 1918, v.1, p.95).

Ampliou-se a área dos cemitérios do Brás, Araçá e São Miguel, por meio da anexação ou aquisição de terrenos contíguos. Um novo teve de ser instalado no bairro da Lapa em 1º de novembro. A Diretoria do Serviço Sanitário resolveu proibir as visitas a esses locais, como medida de isolamento. Foram realizadas construções e recuperações de muros e instalada iluminação elétrica nas necrópoles do Araçá, Consolação e Brás, para permitir a execução de trabalhos noturnos.

No dia 11 de novembro a epidemia chegou ao seu ápice, com 1600 casos de gripe. Dessa data em diante houve uma tendência declinante da média diária até praticamente desaparecer em 19 de dezembro, quando a cidade foi declarada livre da epidemia. Oficialmente pelo menos 116.777 paulistanos foram vitimadas de gripe espanhola, cifra que equivalia a 22,32 % dos habitantes da capital estimada em 523.196 indivíduos. Pelos mesmos registros verifica-se que faleceram de gripe, 5.214 paulistanos ou 1 % da população, enquanto no Rio de Janeiro foram 12.388 óbitos e em todo o Estado de São Paulo, 12.386 (BERTOLLI Filho, 1986, p.106-19). A respeito desse contingente, Bertolli Filho comprovou que a taxa de mortalidade foi significativamente maior nas “áreas tradicionalmente insalubres do município, como o Brás, a Mooca e o Belenzinho, distritos que, desde o início da redefinição da “Metrópole do Café”, eram encarados como os espaços por excelência pestilentos de São Paulo” (RIBEIRO, 1993, p.238-46).

Debelada a crise sanitária, sobraram críticas, principalmente ao prefeito pelo ineficiente desempenho diante do episódio. Suas palavras finais no ofício nº477 revelam um

estado de impotência e de profunda amargura: “Eis o que foi feito neste período se seis semanas. Em melhores mãos ainda prontas, mais eficazes, mais inteligentes teriam sido as providências postas em prática. A cidade de São Paulo tem que se contentar com o Prefeito que escolheu” (RELATÓRIO DE 1918, v.1, p.97). Porém, é significativo que o autor da versão sancionada sobre a pandemia gripal de 1918 na capital paulistana procure isentar as autoridades envolvidas utilizando como argumento sobre a forma “democrática” com o qual a gripe atingiu a população, não distinguindo classes sociais. Bertolli Filho (1986) questiona essa idéia tradicional de que a influenza teria se espalhado de maneira idêntica entre os diversos segmentos sociais. Para isto efetuou o cruzamento de dados demográficos de 1918, obtendo um quadro bastante diversificado da distribuição dos óbitos, num total de 5100, pelos distritos paulistanos. Nos distritos periféricos, que incluem Belenzinho, Bom Retiro, Brás e Mooca, registrou-se 2382 óbitos gripais ou 46,69 % do total, enquanto nos distritos da Consolação e da Sé ocorreram somente 318 óbitos ou 6,23 % (1986, p.123-4).

A crise epidêmica de 1918 apenas serviu para evidenciar graves contradições e limitações do processo de modernização paulistano. A Greve Geral, ocorrida no ano anterior, havia exposto com enorme amplitude essas mesmas mazelas experimentadas pela população pobre e trabalhadora da cidade que possuía poucos meios de sobrevivência e condições sanitárias desiguais em relação a parcela abastada dos bairros nobres.

Fontes

Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Arquivo Privado Altino Arantes (APAA), Diário escrito por Altino Arantes durante seu período na presidência de São Paulo, relatando todos os seus acontecimentos [período: 1918/1919] - Locus: AP92.01.001, vol.8; vol.9.

ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1918. (2º ano da 9ª legislatura), organizado pelo tachygrapho Manoel Alves de Sousa. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1918.

RELATÓRIO DE 1918 apresentado á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. 2v. São Paulo: Casa Vanorden, 1919.

SÃO PAULO, Estado, Código Sanitário do Estado de São Paulo. São Paulo, Typ. do “Diário Oficial”, 1918.

Referências Bibliográficas

BERTOLLI Filho, Cláudio. *Epidemia e Sociedade: a Gripe Espanhola no município de São Paulo*, dissertação (mestrado em História Social), São Paulo: F.F.L.C.H., USP, 1986.

DEBES, Célio. *Washington Luís: primeira parte: 1869-1924*. São Paulo: IMESP, 1994.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil*, São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim...* Inventário da Saúde Pública, São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

TELAROLLI Junior, Rodrigo. *Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*, São Paulo, Editora da UNESP, 1996.

CULTURAS, EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DE TRABALHADORES LATINO-AMERICANOS EM UBERLÂNDIA-MG (1993-2006)

Maria Gisele Peres*

RESUMO: Este texto faz parte de algumas reflexões que estou desenvolvendo no curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia. Por intermédio das narrativas dos trabalhadores latinos, de jornais e de fotografias, e partindo da perspectiva da História Social, busco problematizar os significados sociais e as tensões presentes nas relações estabelecidas pelos trabalhadores latino-americanos (não brasileiros) em suas trajetórias, memórias e culturas. O texto que aqui apresento tem como foco refletir sobre a visão disseminada na sociedade sobre estes sujeitos e como eles se posicionam frente a possíveis discriminações e o modo pelo qual, através de seus trabalhos e das relações sociais que estabelecem, legitimam sua presença e seu sentimento de pertencimento à cidade de Uberlândia.

PALAVRAS-CHAVE: Culturas; Memórias; Experiências.

ABSTRACT: This text is about some reflections that I'm developing in the Master course of "Universidade Federal de Uberlândia". Through the narratives of latin workers, newspapers and photographs beginning of the perspective of the Social History I analyzing the social meaning, the present tension in the relation into the latin workers (not Brazilian) in their trajectories, memories and cultures. The text that I present here a focus reflect on the disseminated vision in the society about these subjects and how they face to the possible discriminations and the way for witch, through of their works and the social relations that establish, legitimize their presence and their feeling of belonging to Uberlândia city.

KEY WORDS: Cultures; Memories; Experiences.

A pesquisa que realizo no Mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia tem como objetivo compreender e trazer à tona as experiências e vivências de trabalhadores latino-americanos (não brasileiros) em nosso país, mais especificamente na

* Aluna do curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação orientada pela Prof^a Dr^a Célia Rocha Calvo.

cidade de Uberlândia-MG. No entrecruzamento das fontes orais, periódicos e fotografias, tornou-se possível refletir sobre o que significa a presença dessas pessoas nessa cidade; como o poder público as vê; como essas pessoas se apresentam; e, o que significa viver de modo “ilegal”, criando estratégias para permanecer no Brasil ainda que de forma itinerante.

Ao longo da pesquisa que venho realizando chamou-me a atenção a forma como os trabalhadores latinos são percebidos pelas pessoas com as quais se relacionam e pelos meios de comunicações, assim como o modo como percebem a visão que existe sobre eles, e da qual procuram se distanciar, firmando seus direitos como cidadãos. Ao recolher suas narrativas, percebi que o sentido de pertencimento para estas pessoas não está ligado a um determinado espaço, mas é constituído por meio das relações sociais que estabelecem através dos trabalhos que realizam, ou dos lugares que costumam freqüentar. Desta forma, o que pude compreender ao longo das conversas que tive com essas pessoas foi que a questão não é de onde a pessoa é, mas onde ela está.

A imagem de estrangeiro que imediatamente é ligada à idéia de forasteiro é recorrente em nossa sociedade. Em Uberlândia esta idéia de forasteiros também se faz presente constantemente na esfera pública. Mesmo que possa parecer contraditório, ao mesmo tempo em que a cidade exalta seus fundadores, famílias de desbravadores que chegaram nesta região e que são considerados como os que construíram a cidade, dando seus nomes a ruas e praças, exclui os “outros” migrantes, aqueles que consideram dispensáveis.

Nas páginas do Jornal Correio¹ encontrei poucas referências aos latino-americanos em Uberlândia, no entanto, a problemática da “migração” é recorrente neste periódico. Dependendo da situação e dos interesses dos grupos ligados a este jornal, ela pode ou não ser livremente aceita.

Ao longo da pesquisa ficou claro o posicionamento dos grupos dominantes que este jornal representa e sua tentativa – muitas vezes eficaz – de marcar em seus leitores as mesmas concepções de quem detém o poder na cidade, bem como a validade de seus projetos de progresso e desenvolvimento que excluem a maioria da população.

Ao ler as reportagens presentes no Jornal Correio é possível perceber quem são apontados por este periódico como os verdadeiros propulsores do desenvolvimento e crescimento da cidade, incluindo aí os grandes empresários e os senhores do agronegócio.

¹ Periódico pertencente ao Grupo Algar, foi criado em 1938 com o nome Correio do Triângulo. A partir de 1991 passou a se chamar Jornal Correio, e em 1995, Jornal Correio de Uberlândia. Encontra-se arquivado no Arquivo Público Municipal de Uberlândia e é o periódico de maior circulação na cidade atingindo até mesmo algumas escolas que recebem o jornal gratuitamente.

Nessa direção, este Jornal, em matéria do dia 03 de setembro de 2006, leva seu leitor a ler em suas páginas quem são os que têm o direito à cidade. Analisando-o é possível perceber que o problema colocado não é o da vinda de pessoas de fora para Uberlândia, mas sim quem são essas pessoas. Ao se referir aos empresários que vêm para a cidade, principalmente como executivos do Grupo Algar², o jornal traz a seguinte reportagem:

“(...) Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 0,2% da população de Uberlândia veio de outros países.

Japoneses, americanos, coreanos, espanhóis, alemães, argentinos, franceses, dinamarqueses e outros ajudam a compor o que pode ser considerado um bloco de imigrantes.

Os motivos pelos quais deixaram o país de origem são muitos.

O uruguaio Fernando Lralde chegou em 1999 para dirigir o time de basquete de Uberlândia. “Brasileiro naturalmente faz bonito com a bola nos pés, mas para dominá-la com as mãos precisa de ajuda”, brincou Lralde, que confessa ser apaixonado por Uberlândia (...)

O destaque agrícola de Uberlândia atraiu a filial de uma empresa holandesa que atua no ramo de sementes. Para assumir a gerência nacional nenhum nativo, nem brasileiro. José Maria Dodds é o nome do argentino que assumiu o cargo há seis meses e por isso ele e a família agora moram aqui.

Com exceção das duas filhas mais velhas que cursam universidade em Buenos Aires, os outros cinco filhos vieram. Ficaram chocados com o tamanho de Uberlândia, cinco vezes maior que Necochea, a pacata cidade da costa Argentina onde antes viviam. “O Praia Clube é um sonho. Lá, o maior clube tinha duas piscinas”, disse Ignácio, de 16 anos.” (CORREIO, 2006)

Além de ser um registro sobre a presença de estrangeiros na cidade de Uberlândia, o que esta reportagem aponta é quem são os considerados bem-vindos. As motivações destacadas por este jornal para a vinda dessas pessoas estão relacionadas ao trabalho, o que pode ser percebido também nas entrevistas realizadas com trabalhadores latinos, embora em suas narrativas suas motivações possuam diversos significados. No entanto, nas páginas do Jornal Correio, ser estrangeiro torna-se exótico, uma vez que em seu enredo o repórter busca aguçar o que seriam as curiosidades em relação aos costumes e modos viver.

² O Grupo Algar é um *holding* que monopoliza a comunicação, o agronegócio e os serviços de segurança e de entretenimento na cidade de Uberlândia. Fundado a partir da Central do Brasil Telecomunicações, empresa criada por Alexandrino Garcia, o Grupo Algar domina os serviços de informações da cidade e região estando presente também em algumas escolas públicas que recebem o Jornal Correio diariamente.

Partindo de algumas imagens que essas pessoas freqüentadoras de outros circuitos da cidade passam a carregar, o repórter aproveita para destacar ainda a grandiosidade uberlandense através do Praia Clube, clube de referência para alguns setores da elite local. Desta forma, mais uma vez, como já ocorreu em outras reportagens, o jornal elege alguns espaços da cidade que passam a ser referência, mas que não inclui ali a participação da maioria da sua população que fica alijada dessas formas de lazer.

Ao ler este periódico torna-se possível compreender que, dentro de sua lógica, existem diferentes níveis de aceitação de pessoas que vêm “de fora”, bem como a delimitação de quem possui o direito à cidade. Cidadão, dentro da concepção das classes dominantes da cidade, é aquele que consome, aquele que possui condições econômicas para ter acesso à educação, à saúde, etc.

Porém, ao realizar entrevistas com os trabalhadores latinos, foi aberta a possibilidade de pensar outra lógica. Ao ser perguntado sobre discriminação, o senhor Alejandro Schwindt, argentino de 30 anos, que se apresentou a mim como artesão, disse:

“É, tem gente que olha diferente, tem discriminación, tem muita discriminación aqui em Brasil com gente que faz artesanato, pero también artesanos aquí é, tem muito artesano pero tem misturado entre artesanos tem muito malandragem también. E esos é muito ruim para nós por causa de que esse malandragem faz que a fama nuestra sea muito ruim, é porque tem gente que gosta de ficar muito bêbedo e fazer doideiras e também tem muito malandra assassinos que anda fugindo da lei é de trás de um pano é como que son artesanos e em realidad ellos não fazem artesanatos e tem por aí dos, três colares e já com eso viajam, entendió? Pero, eu essa, essa, esse tipo de gente evito muito porque essa gente pior ainda que fiscais, essa gente, tem gente bueno dessa pero, uno como estrangeiro se tiene que cuidar muito por causa de que no puedo perder mis trabajos porque se eu perdo mis trabajos aí estoy muy complicado e então é melhor... Muita gente, tem gente que é melhor ni conocer e por essa causa mi irmã é, nosotros también somos discriminados por muita gente que acham que uno em vez de ser artesano es malandro. Pero quando a gente viene, fica perto, troca idéia comigo é, olham mis trabajos, aí dá para, já entienden que uno es una persona trabajadora que gosto de trabalhar, dan contam que uno gosto de trabalhar e aí muita gente já troca su pensamiento é, sobre nós, pero tem gente que prefiere nim trocar idéia com nós, entón...”³

³ Entrevista realizada com o senhor Alejandro Schwindt em Uberlândia no dia 15 de setembro de 2006.

As tensões sociais que giram muitas vezes em torno da forma como a cidade está sendo planejada pelas elites, de como as leis vão sendo impostas na tentativa de delimitar espaços e direitos, ou da forma às vezes discriminadora, que muitos possuem, de ver esses trabalhadores, leva o Sr. Alejandro Schwindt a buscar se desligar da imagem de malandro, que muitas vezes existe e que pesa sobre algumas pessoas, como destaca ele próprio em sua narrativa.

Ao falar que evita os malandros que o rodeiam, este senhor mostra quais necessidades lhes são impostas para permanecer no Brasil. Não é de qualquer pessoa que ele pode se aproximar, assim como não é qualquer atitude como “de ficar muito bêbado e fazer doideiras” que ele pode ter, uma vez que, sendo estrangeiro, certos atos podem lhe prejudicar mais do que a outras pessoas que estão nesta mesma situação, mas que são brasileiros. Assim, ele reconhece que perder seus trabalhos torna-se para ele uma situação mais complexa devido às dificuldades que poderá ter para continuar no Brasil.

O Sr. Alejandro Schwindt traz em seu enredo a problemática de ser estrangeiro, uma experiência de vida que o coloca em situação diferente da de seus colegas que compartilham com ele o espaço das ruas e praças, alguns artesãos como ele, outros vendedores dos mais diferentes objetos. Por mais que compartilhe com essas pessoas as mesmas dificuldades e lutas, o fato de ser estrangeiro não pode ser desprezado, pois são em momentos como os de fiscalização, por exemplo, onde todos correm o mesmo risco “de perder tudo”, que os estrangeiros perdem algo mais.

Por outro lado, a discriminação é percebida pelo Sr. Alejandro Schwindt por meio do trabalho que realiza e não por sua condição de estrangeiro. Por isso, é através de sua identificação enquanto trabalhador que este senhor busca se diferenciar da malandragem existente entre os artesãos. Constrói sua identificação em seu enredo a partir do que ele percebe das tensões vividas em seu dia-a-dia na relação com outras pessoas, tanto compradores, quanto fiscais ou os próprios malandros que também fazem parte de sua experiência cotidiana e dos quais ele procura se afastar. Desta forma, torna-se possível perceber que o suposto utilizado por ele em relação à discriminação é que ela ocorre não por ser ele estrangeiro, mas porque é um artesão, um trabalhador.

Apesar de serem mostrados pelo Jornal como marginais e traficantes⁴, esses trabalhadores constroem em suas narrativas sentidos diferentes para sua vinda ao Brasil que

⁴ Ao colocar estas pessoas nas páginas policiais, este jornal induz o seu público leitor a vê-los como fora-da-lei. Reportagens como as que seguem são recorrentes neste periódico: “Argentino é preso por traficar droga”, seção Polícia, 07 de outubro de 1994; “Argentino é preso com maconha”, seção Polícia, 09 de setembro de 1995; “Peruano é preso por filmar adolescente”, seção Segurança, 09 de julho de 2005.

não aquele que insistentemente os meios de comunicação divulgam. Se por um lado alguns firmaram sua condição de vir para trabalhar, outros, ainda que se referissem ao trabalho, também apresentaram outras motivações. Em uma entrevista realizada na Praça Tubal Vilela com um jovem trabalhador argentino, o Sr. Fernando Marcelo Gonzáles Altez, de 27 anos, quando lhe perguntei por que decidiu ser artesão, ele disse:

“... quem é artesão como eu no viaja por causa de dinheiro, viaja por causa de conocimiento, enriquecer conocimiento, sabe? Aventuras, somos eternos adolescentes que buscamos aventuras a cada momento, entende? E le voy ti falar um segredo a maioria das personas que viajam son bem sucedidas em suas casas, com eso uma vida bem sucedida, às vezes és tão rotinária e aburrida que personas así precisam de emoções fortes e tratam de buscar, procuram las aventuras, passar fome, necesidad, dormir na rua pra poder se encontrar certo sentido na vida, sabia?”⁵

O que o senhor Fernando Marcelo Gonzáles Altez expressou como aventura me levou a refletir sobre qual foi a estratégia criada por ele para explicar o porquê da sua vinda e da sua presença enquanto trabalhador naquele espaço. Em um primeiro momento, sua entrevista pareceu de uma pessoa que pouco valor tinha dado a minha proposta de trabalho, no entanto, a forma de retratar os motivos que o levaram a vir para o Brasil, construindo uma imagem de si mesmo como uma pessoa aventureira, curiosa por conhecer outros lugares e países, transformou-se num recurso que me fez refletir sobre como, por meio desta auto-imagem, ele estava contrapondo a possibilidade de que eu o enxergasse como uma pessoa desprovida de recursos e de conhecimentos, ou seja, como sendo um não-cidadão.

Durante as entrevistas o narrador recompõe suas memórias buscando, a todo o momento, estabelecer uma coerência entre seu passado e seu presente. Por isso, não devemos utilizar a fonte oral em busca de uma verdade histórica, daquilo que realmente aconteceu; devemos, sim, analisar as diferentes memórias individuais e a pluralidade de versões sobre o passado fornecidas pelas falas dos sujeitos para tentar realizar um trabalho que não se limite apenas às versões autorizadas da historiografia, mas também traga para o centro das discussões outras histórias. Isso significa que devemos levar em consideração o porquê destas pessoas construírem suas memórias desta ou daquela maneira para que possamos perceber os significados de suas experiências vividas e não ver seus relatos apenas como distorções da memória ou simples mentiras, uma vez que:

⁵ Entrevista realizada em Uberlândia com Fernando Marcelo Gonzáles Altez, no dia 13 de março de 2006.

“Ao narrar, as pessoas estão sempre fazendo referência ao passado e projetando imagens, numa relação imbricada com a consciência de si mesmos, ou daquilo que elas próprias aspiram ser na realidade social. Associando e organizando os fatos no espaço e no tempo, dentro dos padrões de sua própria cultura e historicidade, cada pessoa vai dando sentido à experiência vivida e a si mesma nela.” (KHOURY, 2004: 131).

Acredito que durante as entrevistas os narradores também possuem, de acordo com Alistair Thomson, “a necessidade de compor um passado com o qual *possam* conviver” (THOMSON, 1997:57). Sobre esta questão, o autor ainda enfatiza:

“Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; o que acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido.” (THOMSON, 1997:57)

Suas experiências, valores e expectativas compartilhadas são dimensões de suas vidas que fazem com que eles se sintam pertencentes ao lugar que ocupam, neste caso principalmente a cidade de Uberlândia, e não se sintam estrangeiros, como alguém que não fizesse também parte do viver desta cidade.

Outro depoimento é o do Sr. Isaías Manuel Velásquez Villegas, peruano de 50 anos residente no Brasil desde 1981 e que foi enfermeiro da Marinha chilena durante a ditadura de Pinochet. Em uma entrevista realizada na Praça Tubal Vilela em um dos momentos de forte tensão com os fiscais, quando muitas apreensões estavam acontecendo, lhe pergunto sobre o que ele pensa que pode ser feito para essa situação melhorar, e ele diz:

“... o que eu penso é que deveria organizar um pouco se, se possível, né? Organizar de, de certa forma que no entre tanto camelô de fora, tanto barraquero de fora, aqui a maioria desses vendedores aí pelo que eu sei não son de aqui, não vou falar aqui o que eles vendem porque seria como apontar as pessoas, mas tem muita gente aí que vende coisas aqui e não son de daqui e essas pessoas terminam, terminam digamos aumentando demais o número de, de comerciantes de rua, isso aí termina dando problema, né? O fiscal já acha demais, né?”⁶

⁶ Entrevista realizada em Uberlândia com o Sr. Isaías Manuel Velásquez Villegas, no dia 29 de maio de 2007.

Em sua narrativa o Sr. Isaías traduz seu direito de trabalhar naquele espaço a partir de seu sentimento de pertencimento, sentimento este que é construído através das relações sociais vividas por ele. Esse sentimento de pertencimento, construído diariamente, faz com que ele se reconheça naquele espaço e até mesmo aponte as pessoas que seriam “os de fora”.

Assim, em seus enredos que trazem o horizonte de possibilidades compartilhado pelas pessoas que trabalham na Praça Tubal Vilela e nas ruas centrais da cidade de Uberlândia, esses sujeitos mostram como se dão suas identificações com o espaço e com as pessoas através das experiências vividas como a falta de dinheiro, de emprego e principalmente a ação dos fiscais da Prefeitura Municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade:** experiências e lembranças de viveres urbanos – Uberlândia 1938-1990. São Paulo, PUC, mai. 2001. (Mimeo)

KHOURY, Yara A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa R. et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho D'água, 2004.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho; algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 15, p. 13-33, abr. 1997.

TERRA fértil para estrangeiros. **Jornal Correio**, Uberlândia, 03 set. 2006. Cidade.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.15, p. 51-71, abr. 1997.

MICRO-HISTÓRIA: CARACTERIZAÇÕES DE UMA PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA

Humberto PERINELLI NETO*

Resumo: Neste artigo aponto as contribuições epistemológicas proporcionadas pela micro-história aos trabalhos cuja base empírica envolve estudos locais e regionais. Visando isso, indico algumas perspectivas historiográficas que suscitaram o estudo do local e regional, apresento características da abordagem micro-histórica e destaco a maneira como estudiosos associados a essa prática interpretam o macro.

Palavras-Chave: Micro-história; Epistemologia; História Local e Regional.

Abstract: In this article I point proportionate the epistemologys contributions for micron-history to the works whose empirical base involves local and regional studies. Aiming at this, I indicate some historiographys perspectives that had excited the study of the regional place and, I present characteristics of the micron-historical boarding and detach the way as studious associates to this practical interpret the macro.

Key-Words: Micron-history; Epistemology, Local and Regional History.

Reconheço que a valorização do local e regional nas pesquisas históricas envolve uma gama ampla de fatores. Explicar essa ocorrência significa atentar para: a multiplicação dos cursos de pós-graduação; interiorização do ensino superior público; novo posicionamento das Instituições de Ensino Superior particulares frente à pesquisa; rearranjo das identidades sociais frente os efeitos da Globalização; ações governamentais como as novas diretrizes dos PCNs de Ensino e leis de valorização do patrimônio histórico-cultural e turístico, entre outros. Contudo, dada a dimensão desse trabalho e a proposta de norteá-lo com uma discussão em torno da epistemologia, opto por abdicar do trato desses assuntos e me dedicar a outros.

Graças a História Oral (THOMPSON, 1992; BOM MEIHY, 1996; SAMUEL, 1989/90, SIMSON, 1996) e, por conseguinte, ao emprego dos depoimentos orais é que foi possível vencer um dos maiores obstáculos para a organização desse tipo de estudo: a ausência de instituições capazes de dar suporte aos pesquisadores (centros de documentação) e a limitação ao acesso à documentação (guardada nas prefeituras, câmaras, etc). Além disso, a interpretação da memória de moradores do próprio local, colaborou e muito para oportunizar versões capazes de se contraporem aos costumeiros e arraigados discursos apologéticos que tomam conta da memória social (POLLAK, 1989; 1992).

A adoção de procedimentos metodológicos extraídos dos estudos seriais (BURKE, 1997, REIS, 2000) também balizou a organização de análises do local e regional. Por conta da

* Doutorando em História e Cultura Política (UNESP/Franca) e graduando em Letras (UNESP/S.J. Rio Preto). Professor do Centro Universitário “Barão de Mauá” (Ribeirão Preto, SP) e da Fundação Educacional de Fernandópolis (SP). É membro do CEMUMC (Centro de Estudos da Modernidade e Urbanização no Mundo do Café).

preocupação com uma vasta massa documental formada por informações acerca do fluxo de riquezas, comportamentos sociais (associados ao nascimento e morte, por exemplo), filiação e relações de parentesco, estabelecimentos comerciais, entre outros, é que instituições como cartórios e arquivos eclesiásticos foram elevados a lugares de memória (NORA, 1993) privilegiados. Tais espaços proporcionaram uma gama ampla de informações aos historiadores, principalmente, àqueles associados a uma abordagem quantitativa e vinculados a uma perspectiva sócio-econômica.

Outra colaboração aos estudos associados ao local e regional pode ser detectada no reconhecimento da importância do que ficou conhecido por história dos excluídos (PERROT, 1988) e “história vista de baixo” (SHARPE, 1992; HOBSBAWN, 2000; THOMPSON, 2001). A valorização de “pessoas simples”, “grupos marginalizados e excluídos” se prestou a legitimar os trabalhos vinculados a História Oral e os estudos seriais. Tais enfoques impulsionaram interpretações que tomaram mulheres, imigrantes, pequenos proprietários, trabalhadores, entre outros grupos e personagens igualmente distantes dos instrumentos formais de poder, como sendo dignos de serem retratados pelas lentes do historiador, algo possível graças – quase que exclusivamente – as fontes orais e seriais.

Micro-História e Historiografia

Vejo com bons olhos a ampliação dos trabalhos com base empírica no local e no regional, embora defenda que tais pesquisas tenham a ganhar se lançarem mão dos debates e avanços promovidos pela micro-história. A constituição dos estudos micro-históricos se deu no início dos anos de 1970, quando os historiadores passaram a abandonar o emprego dos “métodos quantitativos, interessados na vida de milhões de pessoas e concentrado na análise das tendências gerais” e investiram em análises mais recortadas, que possibilitassem perceber a “vida humana mais de perto” (BURKE, 2002: 60-66). Próxima da proposta principal dos *Annales*, a micro-história pode ser inserida naquilo que foi denominado por “pluralidade dos modelos” e “guinada interpretativa” (DOSSE, 2001).

Participando dos debates surgidos pós-68, os micro-historiadores colaboraram para o alargamento da temática histórica, sem, no entanto, referendar as generalizações (LIMA, 2006). Desta feita, desvencilharam-se da influência irrestrita do estruturalismo (psicanálise, lingüística e antropologia), do marxismo e das teorias sociológicas que endossaram a constituição da história social (quantitativa, serial e coletiva). Beneficiando-se dessas contribuições, os micro-historiadores foram além delas ao apostaram na tensão dialética entre:

o local e o global, o individual e o coletivo, o centro e a periferia, a estrutura e o acontecimento, o discurso hegemônico e suas apropriações, entre outras dualidades.

Os estudiosos da micro-história revelam uma alteração comum no campo historiográfico. Os estudos citados revelam um maior diálogo do historiador com a crítica literária (preocupação com a narrativa, retórica e apropriação), com determinadas áreas das ciências da linguagem (atos de fala, análise do discurso e da conversação e semântica) e com a filosofia da linguagem (hermenêutica e pragmática). Do mesmo modo, observa-se uma maior proximidade para com a sociologia compreensiva (compreensão ao invés de análise/verificação) e a antropologia interpretativa (sistemas simbólicos, ethos e descrição densa) e com determinados pressupostos do marxismo (práxis, especialmente).

É justamente por estar associada a esse contexto acadêmico que a abordagem micro-histórica pode ser conferida em trabalhos que se abrigam sob essa alcunha, bem como em estudos normalmente vinculados a outros rótulos, especialmente o de etnografia histórica. Não foram apenas os italianos que responderam aos limites historiográficos assumidos no princípio dos anos de 1970. Franceses, norte-americanos e ingleses também assumiam os riscos da discordância para com os paradigmas ainda vigentes, como provam trabalhos como *Montaillou* (LADURIEU, 1983), *O retorno de Martin Guerre* (DAVIS, 1987), *A formação da classe operária inglesa* (THOMPSON, 1987), *O grande massacre dos gatos* (DARNTON, 1996), *Atos Impuros* (BROWN, 1987), entre outros.

É óbvia a diferença existente entre os trabalhos elaborados pelos historiadores italianos e os “demais”. Contudo, todas essas interpretações expressavam uma nova postura epistemológica e igualmente contribuíram para a divulgação da importância existente na abordagem de objetos mais circunscritos. Todos os trabalhos citados contém valiosas reflexões sobre objetos, fontes e perspectivas teórico-metodológicas ligadas a uma abordagem que prioriza o micro. O ingresso em disputas por legitimidades que não nos dizem respeito parece ser a atitude mais prudente em relação aos vários micro-historiadores, posto o fato dessa abordagem estar baseada fundamentalmente na experimentação, ou seja, na defesa incondicional do diálogo.

Discordâncias quanto à maneira de organizar os estudos do micro existem até mesmo entre os historiadores italianos, apesar da existência de características comuns (LIMA, 2006). Os escritos de Edoardo Grendi (1977) e Pierre Levi (2000) atribuem ênfase na organização de estudos amparados numa documentação maciça, capaz de oportunizar o delineamento: do perfil sócio-econômico dos sujeitos de uma comunidade, da lógica cultural que os motivava e das tramas políticas que os envolviam. Já Carlo Ginzburg (2001; 1987) enfatiza os

expedientes refinados de interpretação textual, utilizados na atenção para com o individual e com o modo como uma determinada cultura é apropriada pelos sujeitos.

Características da abordagem micro-histórica

Paul Rosental (1998) assinalou alguns dos princípios antropológicos presentes nos trabalhos de micro-história desenvolvidos pelos estudiosos italianos que se valeram dos pressupostos desenvolvidos por Fredrin Barth. A principal premissa incorporada é a de que a dinâmica social deve ser percebida segundo as teorias dos jogos: os atores sociais interagem, efetuam escolhas, manifestam-nas conforme certas ações, embora não sejam totalmente livres, posto que vinculados a determinados processos e causas, responsáveis por lhes impor limites (conscientes ou não). Desse prisma, entende-se que a vida social é elaborada dentro de uma “diversidade arranjada de práticas”.

Pierre Levi (1992) afirma que o objetivo de quem se dedica à micro-história é, justamente, o de expressar a complexidade da realidade. Para tanto, o estudioso desenvolve uma narrativa dotada de uma conceituação mais fluida, adota uma classificação menos prejudicial do que constitui o social e o cultural e um arcabouço analítico que rejeita simplificações, além de se valer do uso de técnicas descritivas e determinadas formas de raciocínio. Com isso, tanto o social é estudado como um conjunto de inter-relacionamentos e deslocamentos existentes entre configurações constantemente em adaptação quanto é salientado o papel do indivíduo na intervenção de uma realidade que parecia ter surgido por circunstância ou necessidade.

Segundo Jacques Revel (1998; 2000), a micro-história permite observar que a construção das identidades sociais envolve toda uma pluralidade e plasticidade de símbolos. É por isso que o historiador envolvido com essa abordagem abandona sistemas classificatórios prévios (gerais ou locais). Do mesmo modo é que recusa a hipótese funcionalista (comportamento por conta do contexto) para explicar as ações dos atores sociais do passado e investe no reconhecimento do uso das estratégias que estabelecem. Por fim, pelo mesmo motivo é que deixa de lado a idéia de contexto como uma realidade homogênea e unificada que a tudo define, para entendê-lo como um composto de múltiplas experiências e representações.

De acordo com Ronaldo Vainfas (2002) muitas são as virtudes da micro-história. Verifica-se nesses trabalhos a compreensão do tempo a contar de uma nova perspectiva, ligada ao vivido e não ao estrutural, capaz de articular o individual ao coletivo, própria em associar a história ao plausível e não ao pretensioso. Baseados em pesquisas documentais

amplas e o reconhecimento dos limites da interpretação histórica, os micro-historiadores abordaram temas e questões de importância inquestionável, por meio do registro de vivências particularizadas. Por conta disso, configuraram um discurso politicamente mais atuante, haja vista que revelam a ação e a reflexão dos sujeitos diante de seus contextos históricos.

Uma interpretação *no local*, mas para além *do local*

Natalie Zemon Davis (2000) destacou que a prática da micro-história se parece com a atitude de um antropólogo que vai para o campo empreender uma observação etnográfica: requer estranhamento, sensibilidade e um apuro com os detalhes. Também salientou a sua importância e assinalou as dificuldades existentes, tendo em vista que a pesquisa de detalhes e evidências que ela envolve é muito maior, pois está imbuída da ambição de uma *histoire total*. É justamente essa ambição, segundo Davis, que faz com que a micro-história exija por parte do estudioso uma maior atenção para com “conexões com outros eventos ou processos, quer por analogia, contraste ou por algum tipo de comunicação”.

Peter Burke (2002) igualmente aproxima o micro-historiador do antropólogo, posto que envolve “o estudo das biografias de pessoas comuns ou de dificuldades de pequenas comunidades”.. Contudo, também destaca que para fugir da banalização da história e melhor enfrentar o problema de embasar a defesa de que os estudos mais circunscritos são capazes de revelar aspectos de toda uma cultura, cabe ao estudioso da micro-história “demonstrar os vínculos entre as pequenas comunidades e as tendências macro-históricas”. Dessa forma, frisa que as análises envolvendo contextos ou processos mais amplos não destoam da proposta de estudos associados à micro-história, pelo contrário, a aperfeiçoa.

Como realizar essas conexões entre micro e macro? A resposta parece envolver a necessidade de retratar biografados e comunidades a partir de circunstâncias em que nota-se a influência de instituições. É assim que acompanhamos os argumentos de Menocchio aos Inquisidores da Igreja Católica, as ações exorcistas do padre Giovan Chiesa em pleno contexto de fortalecimento do Estado Absolutista, bem como acompanhamos a descrição do *modus vivendi* dos pescadores de Cervo, considerando a dinâmica que caracteriza a economia organizada em torno do mar Mediterrâneo. Desta feita, a opção por interpretar o micro significa um novo entendimento acerca do que seja o macro e não sua exclusão.

Segundo essa perspectiva, o macro não é constituinte de um contexto imóvel e facilmente caracterizável. Ao invés disso, opta-se por entender o macro nas ações desempenhadas por agentes de uma ordem cultural, de uma estrutura administrativo-

burocrática ou de uma organização econômica. Trata-se, portanto, de apreender o macro a partir das ações de sujeitos que o representam e de considerar o fato de que o desempenho que esses agentes apresentam envolve o modo como se relacionam com os indivíduos de certas comunidades. Dessa forma, atribui-se particularidade também ao macro, o que permite entendê-lo como uma realidade diferentemente vivida.

Considerações Finais

São muitas as virtudes em torno da abordagem micro-histórica, entretanto, não devemos adotá-la de modo cego e irrestrito (BURKE, 2000). Keith Thomas salientou que a micro-história deve ser uma das muitas formas de se produzir o conhecimento histórico, além disso, frisou que é impõe dificuldades quanto às fontes e cuja validade está circunscrita apenas a determinados assuntos e certos personagens. Jack Goody pontuou também a necessidade de reconhecermos outras formas de análise histórica e criticou a tendência dos trabalhos de micro-história se deterem apenas na interpretação da reação dos observadores das pequenas comunidades e não traçarem um entendimento das próprias pequenas comunidades.

Cabe aos estudiosos que se interessam por essa abordagem, a empregarem de modo crítico. Para tanto, um primeiro passo envolve o reconhecimento de que permite abranger a diversidade regional do país e, ao mesmo tempo, resolve a dificuldade existente na ausência de programas de pesquisa mais abrangentes. Todavia, essas mesmas vantagens põem em evidência a necessidade dos historiadores aperfeiçoarem os canais que permitem um melhor espalhamento de seus trabalhos. Somente assim é que as experiências em torno da micro-história serão de fato compartilhadas e, por conta disso, os limites e possibilidades dessa prática historiográfica se tornarão motivo de reflexão permanente entre seus adeptos.

Uma vez fortalecidos os espaços para discussão e debate envolvendo as experimentações da abordagem micro-história, teremos - ao que tudo indica - a oportunidade de uma compreensão mais dilata de nossa própria realidade histórica. É sobejamente sabido que a cordialidade, os mecanismos do favor, o hibridismo e as particularidades regionais são aspectos que dizem intimamente respeito ao que constitui o Brasil e os brasileiros. A condução coordenada de trabalhos vinculados à proposta da micro-história poderá proporcionar um melhor entendimento acerca desses aspectos, tendo em vista a dedicação que essa prática historiográfica nutre pelos detalhes, sempre interpretados nas ações dos personagens da ordem e também da vida.

Referências Bibliográficas

- BOM MEIHY, J. C. S. (org) *(Re)introduzindo a História no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996;
- BROWN, J. *Atos Impuros*. a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença. Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BURKE, M. L. G. P. *As muitas faces da história – nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000.
- BURKE, P. A Terceira Geração. In *A escola dos Annales – 1929/1989: a revolução francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997, p.79-108.
- _____. Micro-história In *História e teoria social*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: UNESP, 2002, p.60-66.
- DAVIS, N. Z. *O retorno de Martin Guerre*. Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DOSSE, F. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: UNESP, 2001.
- GINZBURG, C. (et. al). *A micro-história e outros ensaios*. Trad. António Narino. Lisboa: DIFEL, 1989.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes – o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Sinais – raízes de um paradigma indiciário*. In *Mitos, emblemas e sinais – Morfologia e História*. Trad. Federico Carotti. 4ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.143-180.
- GRENDI, E. Introduzione all'analisi storica delle comunità liguri: Cervo in età moderna. *Miscellanea storica ligure*, IX, N.1, 1977, p.135-214.
- HOBBSBAWN, E. A história de baixo para cima. In *Sobre História – Ensaios*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.216-231.
- LADURIEU, E. L. R. *Montaillou: cátaros e católicos numa aldeia francesa*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- LEVI, G. *A herança imaterial – trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Sobre a micro-história. BURKE, P. (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. 4ª reimp. São Paulo: UNESP, 1992, p.133-162.
- LIMA, H. E. *A Micro-História italiana – escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

- NORA, P. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História (10)*. São Paulo: Educ, 1993, p.07-28.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 3ª. ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- REIS, J. C. A segunda fase: 1946/1968 – Annales: economies, sociétés, civilisations: a consolidação do novo programa teórico e projeto de poder. In *Escola dos Annales – A inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.91-112.
- REVEL, J. A história ao rés-do-chão. In LEVI, G. *A herança imaterial – trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.07-36.
- _____. Micro-análise e construção do social. In REVEL, J. (org.) *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.26-28.
- ROSENTAL, P. A. Fredrik Brath e a microstoria. REVEL, J. (org.) *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.151-172.
- SAMUEL, R. Documentação: história local e história oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, n.º 19, p. 219-243, set.89/fev.90.
- SHARPE, J. A história vista de baixo. IN BURKE, P. (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. 4ª reimp. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p.39-62.
- VON SIMSON, O. M. (org.). *Experimentos com história de vida*. São Paulo: Vértice, 1988.
- THOMPSON, P. A história vista de baixo. In *As peculiaridades dos ingleses dos ingleses e outros artigos*. Org. SILVA, S; NEGRO, A. L. Campinas: Editora Unicamp, 2001, p.
- _____. *A voz do passado: história oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VAINFAS, R. *Micro-história: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Dar não dói, o que dói é resistir do grupo Tá na Rua: a ditadura militar entra em cena.

Lígia Gomes Perini*

Resumo

Nas décadas de 1960 e 1970 as manifestações artísticas tiveram um importante papel para o debate político, social e cultural no Brasil, contribuindo com uma postura crítica perante os acontecimentos da época. Em 1980 surge no Rio de Janeiro, o grupo de teatro Tá na Rua, o qual, juntamente com outros grupos naquele momento, constituiu os chamados teatros populares, independentes, de rua, desenvolvendo uma intensa militância com a população afastada dos grandes centros.

Pretendo apresentar algumas reflexões acerca da obra teatral *Dar não dói, o que dói é resistir* (2004) do Tá na Rua para compreender como as temáticas abordadas ao longo da obra – acontecimentos no que tange à política, cultura e arte no Brasil no pós-1964 – dialogam com a conjuntura política e social do Brasil sob a ditadura militar.

Palavras-chave

Teatro popular; Tá na Rua; *Dar não dói, o que dói é resistir*.

Résumé

Dans les décennies de 1960 et 1970 les manifestations artistiques ont eu un important papier pour le débat politique, social et culturel au Brésil, contribuant avec une position critique devant les événements du temps. En 1980 apparaît à Rio de Janeiro, groupe de théâtre Tá na Rua, qui, conjointement avec autres groupes au ce moment, a constitué les appels théâtres populaires, indépendants, de rue, développant un intense militantisme avec la population éloignée des grands centres.

Je prétends présenter quelques réflexions concernant l'oeuvre teatral *Dar não dói, o que dói é resisitir* (2004) du Tá na Rua pour comprendre comme les thématiques abordées au long de l'oeuvre - événements dans lesquels concerne à la politique, culture et art au Brésil dans la pós-1964 - dialoguent avec la conjoncture politique et sociale du Brésil sous la dictature militaire.

Théâtre populaire, Tá na Rua, *Dar não dói, o que dói é resistir*.

Outra teatralidade: o teatro alternativo na década de 1970

Para que possamos entender a emergência de grupos teatrais alternativos e suas propostas de criação a partir da década de 1970, no Brasil, requer levarmos em consideração o momento histórico que determinou a conjuntura para a instituição desses grupos. Nesse

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de iniciação científica / FAPEMIG vinculada ao projeto Teatro e trabalhadores: uma relação tão delicada (grupos de teatro, militância e engajamento no Brasil republicano) sob coordenação da profa. Dra. Kátia Rodrigues Paranhos.

sentido, julgamos importante mencionar o golpe militar de 1964, que foi justificado pelos seus promotores como meio de combater o perigo comunista, promover o desenvolvimento econômico e defender a democracia. Em seus anos mais dilacerantes, que compreende o período de 1969 a 1974, o regime militar aprova

o fechamento temporário do Congresso, a segunda onda de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, o estabelecimento da censura à imprensa e às produções culturais, as demissões nas universidades, a exacerbação da violência repressiva contra grupos oposicionistas, armados ou desarmados. É, por excelência, o tempo da tortura, dos alegados desaparecimentos e das supostas mortes acidentais em tentativas de fuga. (ALMEIDA e WEISS, 1998: 332.)

Por outro lado, também são anos marcados por uma juventude da experimentação, não só política, mas também, no amor, no sexo, no comportamento. São anos de revolução sexual, de contracultura, de movimentos políticos. Conforme afirma Zuenir Ventura, “experimentava-se em todas as áreas, quase sempre pelo simples prazer da descoberta” (VENTURA, 1988: 33.). Sob esse contexto, vários artistas e intelectuais buscam projetos alternativos à ordem estabelecida, sobretudo durante a década de 1970, sob a consolidação da indústria cultural e do capitalismo avançado no Brasil.

Partindo do pressuposto de que a cultura alternativa “é outra indicação de caminhos, com sugestões de maneiras diferentes para se fazer um mesmo trabalho (musical, cinematográfico, literário, etc.) ou, ainda, a experimentação de novas linguagens que possam apontar rumos diversos para uma mesma prática” (MOREIRA, 1986: 29.), percebemos algumas possibilidades que motivaram artistas a se enveredarem pelo teatro alternativo.

Embasados por Marcelo Ridenti (2000: 321-334.) temos que sob o governo Médici, em início dos anos 1970, consolidou-se a modernização conservadora da sociedade brasileira, de forma que enquanto vários artistas de esquerda foram perseguidos pela censura e reprimidos, outros, sob a consolidação da indústria cultural, aderindo a ela, conquistaram empregos e bons contratos. Nesse sentido, vários artistas e intelectuais afirmaram que esse fato como uma capitulação ideológica e outros viam aí, a possibilidade de levar uma visão crítica ao espectador e atingir um grande número de pessoas, inclusive as camadas mais populares.

Contudo, Ridenti nos deixa bem claro que, se na década de 1970 vários artistas e intelectuais se enveredaram pela lógica da indústria cultural, outros buscavam o exílio e outros, ainda, tentavam resistir ao mercado de bens culturais. Vários desses artistas buscavam alternativas junto aos movimentos populares e vão atuar na periferia, em associações de bairros, etc, e assim fundiam política e cultura.

É sob essa perspectiva, que Silvana Garcia, (2004: 123-147.) discorre sobre o teatro popular de periferia dos anos de 1970. Garcia afirma que após a dissolução de companhias teatrais como o Teatro de Arena e o Oficina, surgem grupos independentes, que procuram atuar fora do circuito comercial de teatro, deslocando-se para a periferia, sindicatos, praças e ruas. Esses grupos, embasados em um trabalho de criação coletiva, buscam uma nova linguagem cênica, mais próxima das camadas populares da sociedade, tendo vínculo direto com o momento político em que estavam inseridos.

Dessa feita, a autora destaca que esses grupos teatrais se formam sob circunstâncias diversas, muitos deles nem tendo claro seus objetivos. Assim, não se pode dizer que essas experiências teatrais tinham uma diretriz comum, embora tenham semelhanças entre si, quais sejam: “produzir coletivamente, atuar fora do âmbito profissional, levar o teatro para o público da periferia, produzir um teatro popular, estabelecer um compromisso de solidariedade com o espectador e sua realidade” (GARCIA, 2004: 126.).

No que diz respeito ao modo de produção, esses grupos rompem com a hierarquia e divisão de trabalho por especialização, de forma que todos no grupo tentam participar de todo o processo de criação. As peças propostas pelos grupos versam sobre temas relacionados com a realidade política do país e da realidade social de cada espectador. Assim, pautam-se numa perspectiva de engajamento político e cultural, abordando problemáticas sociais.

Sob essa perspectiva, é possível pensar num engajamento político desses grupos, como o Teatro União e Olho Vivo, Núcleo Independente e o Grupo de Teatro Forja, todos de São Paulo, o Tá na Rua do Rio de Janeiro, o Ói Nós Aqui Traveiz do Rio Grande do Sul, guardando, é claro, a especificidade de cada um. Dentre os vários autores que nos possibilitam pensar a questão do engajamento no teatro, destacamos Benoît Denis e Dias Gomes.

Benoît Denis, em *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*, coloca que o autor engajado deve ter um compromisso com o social a fim de intervir diretamente na realidade em que se insere. Fazendo uso das concepções de Sartre acerca do engajamento, Denis afirma que o autor deve estar atento em criar uma linguagem acessível como forma de atingir um público mais amplo. Ao discorrer especificamente sobre o teatro, afirma:

Incontestavelmente, o teatro é um lugar importante do engajamento. De todos os gêneros literários, ele é, com efeito, aquele que induz às formas de relações mais diretas entre o escritor e seu público: diferentemente dos leitores, os espectadores estão fisicamente presentes; o dramaturgo pode assim medir imediatamente o efeito produzido por sua peça, “sentir” como reage o público e aproximar-se desse modo um pouco do sonho de uma literatura ativa e atuante, em contato direto com o presente e reencontrando as expectativas dos espectadores para lhes dar forma. (DENIS, 2002: 83-84.).

Não menos importante, é a reflexão de Dias Gomes (1968: 7-17.), no qual o autor discorre sobre a natureza da arte teatral, colocando o teatro como uma arte que tem inerente um caráter político-social. Segundo ele,

a convocação de um grupo de pessoas para assistir outro grupo de pessoas na recriação de um aspecto da vida humana, é um ato social. É político, pois a simples escolha desse aspecto da vida humana, do tema apresentado, leva o autor a uma toma de posição. Mesmo quando ele não tem consciência disso (...) E, no mundo de hoje, escolher é participar. Toda escolha importa em tomar um partido, mesmo quando se pretende uma posição neutra, abstratamente fora dos problemas em jogo, pois o apoliticismo é uma forma de participação pela omissão. (GOMES, 1968: 10.).

Assim, Dias Gomes defende que o teatro está intimamente ligado ao problema da função política da arte, haja vista que mesmo aqueles que se proclamam não-engajados, mas que produzem obras que falam da realidade brasileira, essas obras são, quer queiram, quer não, engajadas, apesar do engajamento não estar necessariamente relacionado com militância política, partido, ou agrupamentos revolucionários.

Desta feita, verificamos que as noções de engajamento segundo os autores citados acima, em que as manifestações artísticas engajadas mantêm um diálogo com as questões sociais de uma dada realidade, se aproximam dos percursos percorridos pelos grupos teatrais alternativos, sobretudo da década de 1970 no Brasil, os quais têm uma relação intrínseca com o período histórico de censura e repressão em que estavam inseridos, de forma que estabeleciam, através da arte, um diálogo com o seu tempo.

“O meu teatro é uma contradição do governo Médici”: o grupo Tá na Rua

Julgamos necessário desenvolver todo esse percurso histórico do desenvolvimento e difusão de grupos teatrais alternativos nas décadas de 1970 no Brasil, para apresentarmos um breve histórico do surgimento do grupo teatral Tá na Rua, bem como suas propostas e formas de criação.

Para compreendermos a origem do Tá na Rua acreditamos ser pertinente apresentar um breve estudo da trajetória profissional de Amir Haddad, um dos fundadores do Tá na Rua e que o dirige até hoje. Para tanto, duas contribuições são de suma importância para compreendermos esse processo: trata-se da dissertação de Mestrado em Teatro da pesquisadora Ana Maria Pacheco Carneiro (CARNEIRO, 1998) e da monografia de conclusão de curso, bacharelado em Artes Cênicas, do pesquisador Alexandre Santini (SANTINI, 2004:1-30).

A partir da leitura dos trabalhos citados, temos que as origens do Tá na Rua estão relacionadas com as inquietações vivenciadas por Amir Haddad e um grupo de atores que trabalhavam com ele, todos dispostos a percorrer um caminho de uma pesquisa teatral acerca da dramaturgia, do espaço, dos modos de produção e do trabalho dos atores.

Em 1974, Amir Haddad monta o espetáculo *SOMMA ou Os melhores anos de nossas vidas*, no Teatro São Caetano, Rio de Janeiro. O trabalho foi montado a partir de partes de textos encenados por Amir Haddad de forma que cada espetáculo era um acontecimento novo, visto que se mudavam a ordem das cenas, além da participação da platéia. Segundo Amir Haddad, este espetáculo pode ser considerado um divisor de águas para o trabalho que ele estava desenvolvendo até o momento:

Eu acho que o *SOMMA* é a base de tudo que veio depois. Dessa proposta de roupas, atores, músicas, objetos e liberdade é que nasceu tudo, e hoje o meu trabalho parte disso. O exercício básico do meu ator é esse exercício do *SOMMA*, já desvinculado da natureza do espetáculo, da qualidade do espetáculo que se queria fazer, e é um treinamento. Mas é um treinamento que é um espetáculo. Então tudo nasceu aí do *SOMMA*. O *SOMMA* foi um divisor, para fazer uma piada: soma, divisor, entendeu? (HADDAD em entrevista à UNIRIO, 2003).

Contudo, em 1974 o espetáculo foi censurado, ocasionando a dispersão do grupo. No período compreendido entre 1975 a 1979, Amir Haddad, juntamente com outros atores, montam o Grupo Niterói, grupo de pesquisa teatral, e que trabalhou com o panfleto integralista de Carlos Cavaco, *Morrer pela Pátria*. Através dessa pesquisa, em 1980 o grupo resolve incluir o espaço da rua à pesquisa teatral que vinha sendo desenvolvida e assim, o Tá na Rua surge com Amir Haddad, os remanescentes do Grupo Niterói – Ana Maria Carneiro, Artur Faria e Betina Waisman – além de Lucy Mafra, Marilena Bibas, Sérgio Luz, Rosa Doual, Ricardo Pavão e José Carlos Gondim.

A partir daí, o trabalho do Tá na Rua é permeado por um contato direto com um público mais popular, muitas vezes constituído por migrantes nordestinos e moradores de favelas. A saída para as ruas, nesse sentido, também possibilitou ao grupo, um amadurecimento político e ideológico de forma que o Tá na Rua “experimenta também a necessidade de pensar politicamente seu trabalho, descobrir o que está sendo dito, para quem está sendo dito e por que está sendo dito” (CARNEIRO, 1998: 53).

Além disso, o grupo aprofundou seus estudos sobre uma linguagem teatral popular, estabelecendo uma ruptura com o que é posto como teatro para a cultura oficial. Assim, há uma mudança em relação à dramaturgia escrita para espaços fechados, já que optam por trabalhar com materiais “não-dramatúrgicos” como músicas e literatura de cordel.

Outro elemento importante no trabalho do grupo é a estrutura das apresentações: tem-se um roteiro, uma “escrita cênica que se faz na hora, em contato direto com a realidade”

(CARNEIRO, 1998: 152) que é sempre passível de modificação, o que depende da leitura que o grupo faz dos acontecimentos durante as apresentações. Dessa feita, o roteiro é estabelecido pelo grupo, mas no momento do espetáculo é desenvolvido pelo apresentador-narrador, aquele que media o grupo e o público, que determina a seqüência das apresentações conduzindo o espetáculo e construindo um entendimento tanto para atores, como para público, os quais são participativos e atuam junto os com atores.

Dessa maneira, é analisando a conjuntura histórica na qual se encontra a origem do grupo Tá na Rua, que podemos compreender todo o processo de criação do grupo, bem como suas propostas e assim, sem esgotar o tema, pensá-lo como um teatro político e engajado, que sempre se enveredou pela escolha de temas que tratassem da realidade social do país, durante toda a sua trajetória, além de ser um teatro extremamente popular, aqui entendido “como aquilo que pode ser absorvido por todo e qualquer platéia sem distinção de classe” (HADDAD em entrevista a PERINI, 2007).

Com isso, percebemos que o Tá na Rua e seus espetáculos estabelecem um diálogo com o contexto histórico em que eles foram produzidos, pois, como afirma Amir Haddad,

(...)eu tenho certeza que nós somos filhos da ditadura. O meu teatro é uma contradição do governo Médici, entende. Eu não posso ignorar, entende, a gênese do meu pensamento é... está definitivamente ligada ao pensamento autoritário do país que me alertou, me alertou pro Brasil, me alertou pra todas as coisas. Então, eu cheguei a muitos lugares e se eu tenho hoje esse trabalho, foi porque eu não fechei os olhos à ditadura (...) Uma vez falaram pro Augusto Boal que ele... falou, “ah, você fez o seu trabalho, o teatro do oprimido porque você ficou 13 anos fora do Brasil, você pode trabalhar, nós que ficamos aqui não tínhamos condições por causa da censura”. Ele falou: “não é verdade, o Amir Haddad fez o teatro dele dentro do Brasil sem se exilar”. Eu apenas saí dos corredores do poder, dos corredores da cultura, do poder cultural do país e fui trabalhar nos espaços alternativos que na verdade não são espaços alternativos, são os reais espaços da vida na polis, na cidade, são as praças e as ruas, entende...(HADDAD em entrevista à PERINI, 2007).

Lembrar é resistir

Em 2004, 40 anos depois do golpe militar, o Tá na Rua escreve e encena o espetáculo *Dar não dói, o que dói é resistir*, no qual reúne uma série de acontecimentos no que tange à política, cultura e arte no Brasil no pós-1964. Nessa peça, o grupo narra a trajetória do pensamento militar, toda a inquietação política e cultural que o Brasil viveu na década de 1960, bem como a resistência dos artistas que não queriam se entregar ao regime.

O roteiro e encenação que optamos por trabalhar foram apresentados no ano de 2006, no VI Festival de Teatro de Resende, no Rio de Janeiro. O roteiro foi elaborado conjuntamente e escrito por Alexandre Santini, ator do grupo, e está dividido em quatro cenas.

A primeira cena, “Abertura”, compreende três movimentos: num primeiro momento, forma-se uma imagem militar do Brasil em 1964; posteriormente, é realizado um *flash-back* do Brasil pré-1964, no qual são narrados e apresentados o povo brasileiro em cena, ao som de *Bandera Rossa*; Prestes e Kruschov ao som da *Internacional*; a encenação de uma parte do filme de Glauber Rocha, *Deus e o diabo na terra do sol*; o Comício da Central e o discurso de Jango. Em seguida, a imagem dos militares volta a ser formada, e entra em cena o Ato inconstitucional número 1, a marcha das mulheres com Deus pela liberdade, ao som de *Queremos Deus*, além de um saldo de 1964, com o tema incidental *Gracias a la vida*.

A segunda cena, “Notícias do Brasil”, informa sobre o nascimento da Rede Globo que, durante a encenação, é criticada por Amir, quando o mesmo pergunta como teria sido o Brasil sem a Rede Globo, bem como informa sobre a crítica irônica da realidade brasileira apresentada por Tom Zé, qual seja: A Burrice está na mesa, que é visto pelo grupo como a reação inteligente da vida brasileira.

A terceira cena, “Bloco de estudantes”, narra a morte de Edson Luís de Lima e tem como tema a música *Cálice*. Nesse momento, é chamado um espectador para fazer a personagem do estudante. Posteriormente, entra em cena a passeata dos cem mil, com o discurso de Vladimir Palmeira e a música de Geraldo Vandré, *Pra não dizer que não falei das flores*.

A quarta e última cena, “Bloco resistência cultural”, começa com o decreto do AI-5, seguido da prisão de Augusto Boal. Nesse momento, é encenado o Augusto Boal sendo torturado e é narrado seu depoimento que está no livro *Milagre no Brasil*.

Posteriormente, entra em cena o Brasil do Milagre, em que são narrados vários acontecimentos enquanto um jovem é torturado e arrastado em um cortejo patriótico ao som de *Noventa milhões em ação*. Segue a narração sobre a censura e o que foi censurado, para depois entrar o fim do AI-5 sob o tema *Apesar de você*. É importante ressaltar que a letra dessa música é lida por Amir Haddad, para só depois tocar a canção. Logo a seguir, temos conhecimento de alguns artistas e políticos que foram exilados e que depois voltaram ao Brasil com a Anistia, encerrando com as Diretas Já e o samba-enredo do Império Serrano, *Eu Quero*, de 1986, que na peça representa um manifesto ainda atual dos sonhos do povo brasileiro nos dias de hoje.

É importante ressaltar a importância que as músicas têm durante todo o espetáculo, ela estabelece uma crítica, reafirma sentidos tirando a memória do fosso do esquecimento e dialogando, assim, com a linguagem dramática.

Com esse espetáculo sendo apresentado durante 3 anos, o Tá na Rua resgatou – independente de sua intenção - a memória da ditadura militar no Brasil, abrindo a discussão sobre um período, uma memória e uma história que muitas vezes não está nos assuntos do dia, pois:

Ninguém falava disso, não tinha ditadura, o Brasil não teve problema nenhum, os torturadores das prisões brasileiras estão em cargos de poder, são deputados, são secretários de segurança, são pessoas tudo isso, os generais que mandavam matar com o presidente da república morreram todos como heróis, entende, saíram todos glorificados, então a gente não teve ditadura. A gente jamais encarou a questão como os argentinos encararam, como o Chile encarou, jamais! Jamais! Nós estávamos no melhor dos mundos.(HADDAD em entrevista a PERINI, 2007).

Bibliografia

- ALMEIDA, M.H.T. e WEISS, L. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, L.M. (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, v.4, p. 320-409.
- CARNEIRO, A. M. P. *Espaço cênico e comicidade: a busca de uma definição para a linguagem do ator* (Grupo Tá na Rua – 1981). 1998. 243 f. Dissertação (Mestrado em Teatro) – UniRio, Rio de Janeiro, 1998.
- DENIS, B. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- GARCIA, S. *Teatro da militância: a intenção do popular no engajamento político*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- GOMES, D. O engajamento é uma prática de liberdade. *Revista Civilização Brasileira*, Caderno Especial, n. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 7-17, 1968.
- MOREIRA, S.V. As alternativas da cultura (anos 60/70). In: MELLO, M.A (org.). *Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1986.
- RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTINI, A. *Só o teatro salva!* Edição crítica, seleção e organização de documentos sobre a trajetória de Amir Haddad. 2004. 90f. Monografia (Bacharelado em Artes Cênicas) – UniRio, Rio de Janeiro, 2004.
- VENTURA, Z. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Outros

Entrevista de Amir Haddad concedida ao curso “Teatro e comunidade”, coordenado pelo prof. Dr. Zeca Ligiéro, no Programa de pós-graduação em Teatro da UniRio, setembro de 2003. Acervo do grupo Tá na Rua.

Entrevista de Amir Haddad concedida à Lígia Gomes Perini no dia 23 de agosto de 2007, na casa do Tá na Rua, Lapa, Rio de Janeiro. Acervo pessoal da pesquisadora.

Roteiro de *Dar não dói, o que dói é resistir* para o VI Festival de Resende de 2006. Acervo pessoal da pesquisadora.

Gravação audiovisual do espetáculo *Dar não dói, o que dói é resistir* apresentado no VI Festival de Resende de 2006. Acervo pessoal da pesquisadora.

As Mulheres no Congresso Nacional: linhas sobre a atuação parlamentar das senadoras (1987 – 2003)¹

Fabírcia Faleiros Pimenta²

Resumo

O objetivo desta comunicação é apresentar os resultados da investigação feita por meio da análise da ação política da bancada feminina no Senado Federal, espaço institucional historicamente marcado pela maciça e predominante atuação masculina.

A perspectiva adotada para este texto será balizada por uma abordagem teórica orientada pela História das Mulheres, um solo epistemológico que atenta para a pluralidade de interpretações e, entre seus múltiplos eixos de análises, sobre a presença de mulheres na arena política.

Os resultados da pesquisa oferecem uma visão panorâmica das áreas de interesse da bancada feminina no Senado Federal e sugere a existência de continuidades, descontinuidades ou mesmo rupturas entre tais interesses e as reivindicações históricas dos movimentos feministas no Brasil.

Palavras-chave: participação, mulheres, política.

Abstract

This communication presents the results of the investigation done with the analysis of the feminine political action of the supported in the Senate, institutional space historically marked by the massive and predominant masculine performance.

The perspective adopted for this text will be beacon by a theoretical guided by the History of the Women, a soil that attempts for the plurality of interpretations and, among its multiple axes of analyses, on the women's presence in the political arena.

The results of the research offer a panoramic vision of the areas of feminine interest of the supported in the Federal Senate and suggest the existence of continuities or same ruptures between such interests and the historical revindications of the feminist movements in Brazil

Key words: participation, women, politics.

¹ Proposta de comunicação a ser apresentada no Simpósio Temático n. 15: GÊNERO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR (ANPUH/GO, 2007).

² Doutoranda na UnB em História na linha de pesquisa “Estudos Feministas e de Gênero”. Bacharel em Direito, Mestre em Ciência Política pela UnB. Apoio financeiro para a pesquisa: CNPq.

O objetivo desta comunicação é apresentar os resultados da investigação feita por meio da análise da ação política da bancada feminina no Senado Federal, espaço institucional historicamente marcado pela maciça e predominante atuação masculina. Identifiquei, por meio dos pronunciamentos e matérias legislativas, elementos indicadores da natureza de sua participação no campo da política brasileira.

A perspectiva adotada será balizada por uma abordagem teórica orientada pela História das Mulheres, um solo epistemológico que atenta para a pluralidade de interpretações e, entre seus múltiplos eixos de análises, sobre a presença de mulheres na arena política.

Os resultados da pesquisa oferecem uma visão panorâmica das áreas de interesse da bancada feminina no Senado Federal e sugere a existência de continuidades, descontinuidades ou mesmo rupturas entre tais interesses e as reivindicações históricas dos movimentos feministas no Brasil.

Antes de iniciar minhas problematizações e inquietações, alerto que este trabalho de interpretação pressupõe uma interação, já que a escolha do objeto de estudo pelo pesquisador é arbitrária e pessoal. Assim, é a partir de uma perspectiva feminista e do instrumental teórico do campo disciplinar no qual estou inscrita que partem minhas pontuações.

O conhecimento e os questionamentos vão sendo suscitados, destilados, desenhados, construídos e desestabilizados a partir de um local de fala determinado pelas minhas grades de interpretação, as quais são pautadas pela interface entre leituras e pesquisas que atribuem e inscrevem um olhar feminista num processo de significação bastante direcionado.

A objetividade reside em explicitar, ao longo do texto, meus pressupostos. Esta perspectiva não tem um efeito de certezas positivistas e tampouco uma tentativa de fechamento de sentidos cuja pretensão seria a busca da VERDADE última. Constitui uma visão particular sobre um tema específico, mas que não deixa de atentar para uma imensa gama de interpretações. Além disso, deixa o recorte de análise aberto para a possibilidade de leituras outras, pois “ao fazermos essa leitura que estamos propondo, estamos procurando ir *além* do que se diz, do que fica na superfície das evidências”. (SPINK, 2004:29, grifo da autora).

As linhas argumentativas utilizadas são apoiadas nas leituras de textos já produzidos sobre o assunto com uma perspectiva feminista, as quais mostram que a proposta de trabalhar com mulheres parlamentares requer uma epistemologia própria, mais adequada para falar de suas lutas, desejos e ações, como atenta Scott: “não há jeito de se evitar a política – as relações de poder, os sistemas de convicção e prática – do conhecimento e dos processos que o produzem,

por esta razão, a história das mulheres é um campo inevitavelmente político.” (SCOTT, 1992:91)

Os desafios teóricos surgidos quando se trata de incluir a presença das mulheres na arena política têm produzido diferentes respostas por parte dos historiadores. Nas últimas décadas pode-se observar o surgimento de uma literatura rica e instigante que respalda a inclusão das mulheres na história, valendo-se de instrumentos conceituais e de enfoques analíticos específicos.

A presença feminina no cenário político nacional tem se tornado bastante expressiva nos últimos vinte anos. São fenômenos considerados recentes no cenário brasileiro e estão intrinsecamente ligados à expansão dos direitos de cidadania para segmentos outrora marginalizados do poder.

A ascensão das mulheres no campo da política, especialmente como parlamentares, evidencia conquistas alcançadas após muitos embates, resistências e determinação na busca pelo empoderamento³ e pela igualdade de condições para a participação na vida política do país.

Entendo que a dimensão de empoderamento das mulheres compreende uma estratégia criada pelos movimentos feministas para denunciar as desigualdades e discriminações de gênero. Há uma clara intencionalidade em promover a conscientização das mulheres sobre as diferentes formas de exclusão, estimular a atitude reivindicatória, a organização e a qualificação da atuação política das mulheres para fazer frente ao histórico processo de marginalização.

As lutas das mulheres pela cidadania e pela obrigatoriedade de sua presença nos mais diversos espaços institucionais promoveram a visibilidade e suscitaram inúmeros debates sobre o silenciamento das vozes femininas. Conforme ensina Margareth Rago,

a inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal. (RAGO, 1995:81)

Na historiografia tradicional, intrinsecamente marcada por valores masculinos e predominantemente misóginos, a existência e a atuação das mulheres foram silenciadas e apagadas. A escrita desta história, firmada em uma suposta base material da verdade, ou seja, em documentos trabalhados, interpretados e em provas cabais de que o que estava sendo escrito mostrava o que realmente tinha ocorrido, era feita por homens e para homens:

³ Rose Braidotti, ao tratar da diferença sexual segundo as perspectivas feministas contemporâneas, identifica o empoderamento como uma expressão criada pelo feminismo anglo-saxão para aludir as estratégias dirigidas a outorgar poder às mulheres nos mais diversos campos de ação política. Contudo, a autora alerta que a tradução literal perde a contundência original e se converte em um incômodo neologismo, por isso prefere a utilização de expressões como potencializador, estimulante (BRAIDOTTI, 2000:34).

o universal implica uma comparação com o específico ou o particular, homens brancos com outros que não são brancos ou não são homens, homens com mulheres. Mas essas comparações são mais frequentemente estabelecidas e compreendidas como categorias naturais, entidades separadas, do que como termos relacionais. Por isso, reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como verdadeiros, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. (SCOTT, 1995: 77)

O conceito de democracia pressupõe a participação de diferentes segmentos da sociedade na deliberação das decisões a serem tomadas no campo político. Por isso, a participação das mulheres na vida política tornou-se tema importante nos debates concernentes ao desenvolvimento social, bem como sobre os processos de consolidação das mais variadas formas de democracias.

Uma das arenas políticas em que se busca o reconhecimento da igualdade de direitos para as mulheres é o Parlamento, já que cabe a ele legislar sobre as questões fundamentais e os interesses gerais da nação.

No Brasil, os debates decisivos sobre as políticas norteadoras da ação concreta dos governos são realizados nas Casas do Congresso Nacional. Assim, sua composição social constitui fator determinante e condicionador de seu posicionamento dentro de um determinado contexto histórico.

A participação política e a presença de mulheres no poder legislativo são fenômenos considerados recentes no cenário brasileiro e estão intrinsecamente ligados à expansão dos direitos de cidadania para segmentos outrora marginalizados do poder.

A representação feminina na política – enquanto estudo específico – adquiriu relevância principalmente a partir dos anos setenta devido aos avanços promovidos pelos movimentos feministas que contribuíram para legitimar este tema como objeto de reflexão acadêmica.

As manifestações que proporcionaram às mulheres o mais básico dos direitos políticos – o voto – iniciaram-se há mais de um século, à época da Constituição Republicana de 1890. Contudo, só em 1920 um grupo de mulheres pertencentes à elite, lideradas por Bertha Lutz, conseguiu certa visibilidade política ao participar de eleições e atividades partidárias (JARDIM PINTO, 2003: 73 e ss).

O Senado Federal só contou com a presença feminina em 1980, ou seja, quase 100 anos depois de proclamada a República e, assim mesmo, em consequência do falecimento de um de seus membros. Em 1986 foi convocada uma Assembléia Nacional Constituinte com o objetivo de elaborar uma nova carta democrática, colocando fim ao regime militar instaurado no país em 1964. Nessas eleições, a presença de uma bancada feminina se fez visível na Câmara dos Deputados pela primeira vez na história.

Dois anos depois, em 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal. A mobilização e as organizações de mulheres conseguiram importantes avanços nesta Magna Carta, pois algumas questões antes tratadas como particulares, agora se tornaram de interesse público. Mesmo assim, apenas na década de noventa, mulheres foram eleitas como titulares para o Senado Federal.

Na 49ª legislatura (1991 – 1995), observou-se a presença de duas senadoras – Júnia Marise e Marluce Pinto – para um total de 73 homens, ou seja, menos de 3% das cadeiras do Senado Federal foram preenchidas por mulheres. Em seguida, na 50ª legislatura (1995 – 1999) a quantidade de senadoras aumentou para cinco; por fim, na 51ª legislatura (1999 – 2003) esse número subiu para sete. Atualmente – 52ª legislatura (2003 – 2007) – o Senado Federal é composto por 09 mulheres e 71 homens.

Estes números inserem o Brasil no grupo dos 70 países com o pior desempenho quanto à presença de mulheres no Parlamento: 12,6% no Senado Federal e 8,4% na Câmara dos Deputados (43 deputadas em um total de 513)⁴. Apenas 15 países no mundo apresentam índices superiores a 30% de participação feminina nessa esfera de poder⁵.

Observa-se o aumento numérico da participação das mulheres no campo político, contudo desconhece-se a natureza de sua participação, isto é, em quais campos de atuação as mulheres estão engajadas no Congresso Nacional.

Para analisar a ação parlamentar das senadoras brasileiras, a pesquisa realizada utilizou resumos dos pronunciamentos, matérias legislativas regimentalmente previstas e informações das atividades parlamentares coletados na base de dados do Senado Federal, disponível no sítio <http://www.senado.gov.br>. Com isto, foram identificados 1.929 discursos proferidos em plenário e 633 matérias legislativas de autoria das senadoras no período compreendido entre 1987 e 2003.

Para classificar os dados foi preciso elaborar uma categorização da principal temática identificada em cada discurso e matéria legislativa. O total de 28 (vinte e oito) categorias foi sugerido pela própria massa de dados, à medida que ia sendo compulsada. Este passo foi fundamental para mapear a atuação individual das senadoras.

Após a categorização das principais temáticas presentes nos pronunciamentos proferidos e matérias legislativas propostas, delineou-se o perfil da bancada feminina do Senado Federal entre 1987 e 2003 com breves linhas de sua trajetória política até chegar à Câmara Alta.

⁴ Dados disponíveis em: www.senado.gov.br. Acesso em 14 de Julho de 2005.

⁵ Ranking disponível em: www.ipu.org/wmn-e. Acesso em 18 de Maio de 2005.

A baliza temporal da pesquisa tem início com a primeira legislatura sob a égide da Nova Constituinte. O recorte de análise compreendeu quatro legislaturas: 48º (1987 – 1991), 49º (1991 – 1995), 50º (1995 – 1999) e 51º (1999 – 2003) que perfazem um total de dezesseis anos de ações políticas.

Os resultados obtidos forneceram elementos para o mapeamento do campo político e permitiu compreender os valores e interesses destas senadoras. Busquei também encontrar as possíveis especificidades ou singularidades fundadas a partir do universo da pesquisa.

Na apuração dos elementos indicadores da natureza da participação das senadoras, verifica-se, dentre as temáticas avaliadas, uma leve prevalência de pronunciamentos interessados com a instituição de símbolos (14,15%) e assuntos ligados a setores estratégicos (10,83%). De certa forma, esta tendência foi mantida nas matérias legislativas que versavam sobre as mesmas temáticas (10,11% e 12,32% respectivamente). Entretanto, estas práticas políticas também revelaram preocupação com considerações sobre licenças, pedidos de ausência e outros temas não-relacionados na categorização elaborada – caracterizados como temática outros (14,22%) – e com as práticas administrativas / governamentais, tais como fiscalização da atuação dos poderes Executivo e Judiciário, solicitação e prestação de contas, revisão de dispositivos legais (11,06%).

Na análise dos dados obtidos foi possível observar que as ações parlamentares das senadoras nas 48º a 51º legislaturas não traduzem as bandeiras defendidas pelos movimentos feministas, pois existem mais divergências que convergências entre os interesses das senadoras e os da Plataforma Política defendida pelos movimentos feministas brasileiros em 2002; visto que as temáticas mais relevantes dos pronunciamentos e matérias legislativas não estão correlacionadas com as principais reivindicações desta Plataforma.

Das 28 temáticas categorizadas na pesquisa, apenas 11 representavam reivindicações da Plataforma Política Feminista, e tinham baixa representatividade em relação ao total de ações parlamentares, a saber: aborto (0,16% dos pronunciamentos e nenhuma matéria legislativa), defesa da infância e juventude (3,78% dos pronunciamentos e 3,16% das matérias legislativas), defesa de direitos (4,67% e 8,06% respectivamente), educação (3,84% e 5,21% *idem*), questões de gênero (4,30% e 3,00%), questões sociais (4,72% e 0,79%), questões trabalhistas (1,50% e 4,11%), saúde pública (2,64% e 3,79%), segurança pública (0,16% e 0,32%), setores estratégicos (10,83% e 12,32%) e violência (3,94% e 1,42%).

Após o mapeamento, identifiquei também que a atuação hegemônica destas parlamentares é voltada principalmente para instituição de símbolos, setores estratégicos, questões sobre o local de origem das senadoras, preservação do meio ambiente, economia, práticas

administrativas realizadas no Senado Federal, considerações sobre licenças, pedidos de ausência e práticas administrativas / governamentais. Porém, a temática “outros”, a mais freqüente do espaço amostral, possuía baixa representatividade em relação ao total de ações parlamentares (apenas 14,22% das matérias legislativas).

Portanto, o estudo revelou a dificuldade de se identificar questões hegemônicas da bancada feminina no Senado Federal; já que as propostas das senadoras estão fragmentadas. Além disto, observou-se uma total autonomia das senadoras em relação às principais reivindicações da Plataforma Política Feminista.

Referências Bibliográficas

- BRAIDOTTI, Rose. Sujeitos Nomades. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Del PRIORI, Mary. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998.
- JARDIM PINTO, Céli Regina. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In Zélia Lopes Silva (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Unesp, 1995.
- NAVARRO-SWAIN, Tânia & GONTIJO MUNIZ, Diva do Couto. (Orgs.) Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Mulheres, 2006.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- _____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995.
- SPINK, Mary Jane. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.
- TABAK, Fanny. A Mulher Brasileira no Congresso Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989.

A utilização da Literatura no ensino de História da cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental.

Isabella Pereira Pimentel *

RESUMO

A nossa comunicação tem por finalidade apresentar o projeto: "Construir um conto para desconstruir a discriminação" – O uso da história e da literatura no ensino fundamental. A partir da Lei 10.639/2003, que determinou a obrigatoriedade da temática História da África e da cultura Afro-Brasileira.

A relação entre História e Literatura, com a construção e utilização de um conto: Zumib. O universo fantasioso e colorido de uma criança direcionado para o público infanto-juvenil do ensino fundamental é desenvolvido como uma estratégia didática para desconstruir o preconceito, a discriminação e o racismo. Para além disso, a interdisciplinaridade como objeto de estudo e ensino na formação do adolescente é o pressuposto básico da aprendizagem da leitura e de múltiplas visões de mundo...

ABSTRACT

Our communication has as objective to present this project: "the construction of a story to destroy discrimination" - The use of history and literature in the fundamental teachings.

This project has the objective to analyse - by the law 10.639/2003, which determines as obligatory the teaching of African History and Afro-Brazilian Culture - the relation between History and Literature, from the construction and use of a story: Zumib.

The colourful and imaginary universe of a child directed to a teenager and youth public in the fundamental teachings is developed as a didactic strategy to destroy prejudice, discrimination and racism.

To beyond that, the junction of history and literature, as instrument of study and teaching in the formation of the adolescent is the basic presupposition of reading learning and the multiple visions of the world.

PALAVRAS-CHAVE: História, Literatura, Ensino.

KEY-WORDS: History, Literature, Teachings.

*Graduando em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia/ UFG.

Pretendemos, nesta comunicação, discutir alguns aspectos relacionados com a implantação da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “ História e cultura afro-brasileira” gerando nos meios escolares e acadêmicos algumas inquietações e muitas dúvidas.

Nosso objetivo é propor a interdisciplinaridade como uma das alternativas para inserir esse conteúdo nas escolas, especificamente no ensino fundamental. A história e a literatura abertas ao diálogo, á escuta, á integração de saberes, á ruptura de barreiras, ás segmentações disciplinares estanques. Desse modo no início do ano com o intuito de utilizá-lo como material didático elaborei o conto: Zumib-A ótica colorida de uma criança, na tentativa de projetar para a criança e o adolescente um material que parecesse mais com sua realidade e que colocasse em questão algumas de suas inquietações diárias vividas nas escolas, ruas e etc, assim o presente projeto é “construindo um conto para desconstruir o preconceito e a discriminação”.

Zumbi-A ótica colorida de uma criança retrata o “universo fantasioso de um garoto negro, Zumib de apenas 10 anos, porém convivendo com situações bem próximas a realidade de muitas das nossas crianças. O garoto mora em uma favela típica a que todos nós conhecemos com todas as suas adversidades, e conflitos sua rotina é bem comum comparada com a de uma criança que vive nas mesmas condições. Durante a manhã vai para o colégio e assim que termina sua aula volta para casa bem depressa, pois sua mãe dona Adelaide está esperando o para irem juntos trabalhar, é necessário um enorme esforço dos dois já que Zumib atípicamente, estuda em uma escola particular.

Durante um de seus dias normais, ele encontra um objeto bastante estranho no lixão próximo a sua casa, demora bastante tempo para descobrir qual era sua função pede ajuda para seu melhor amigo o Joe, contudo o pequeno Zumib encontra algumas de suas respostas em casa no colo de dona Adelaide. A mãe se surpreende ao ver aquele objeto que há muito tempo não tinha contato, apesar de saber a magia contida no mesmo. Após alguns minutos observando, ela desvenda o grande segredo que atormentou o garoto durante todo aquele dia, aquele objeto aparentemente tão frágil e pequeno é um caleidoscópio.

Zumbi fica ainda mais impressionado como poderia ter um nome tão complicado e ao mesmo tempo trazer tantas sensações boas, já que formava a cada movimento figuras muito bonitas com uma multiplicidade de cores que ele nunca tinha visto. Na tentativa de buscar resposta para todas as perguntas que ele se deparava no seu cotidiano, o garoto resolve abrir o objeto, pois acreditava que dentro estaria a grande resposta que por um longo tempo ele esperou, mas ao abri-lo pode notar que dentro havia pequenos

pedaços de espelhos coloridos e que a beleza consistia em uni-los, era a partir da junção de todos que as figuras se formavam.

Foi um choque para ele, como poderia explicar que até dentro do caleidoscópio cada um possui a sua cor, a diferença de que há um respeito entre elas, não conseguindo conter a emoção o pequeno Zumib começa a quebrar o objeto transformando-o em algo abstrato e as lágrimas escorriam com uma enorme frequência, assim mais uma vez o colo de dona Adelaide foi o porto seguro para o garoto, somente ela que já havia passado por todos aqueles conflitos poderia ajudá-lo. Explicando que nem sempre essa mistura de cores é valorizada, respeitada e que todas as cenas de preconceito vividas pelo Zumib estavam relacionadas com essa invisibilidade da sociedade, ou seja, negar o valor que chegou até nós a partir de um rio chamado Atlântico, a mistura de sons, temperos, a diversidade gerando um enorme requinte cultural, essa impossibilidade de definir o ser apenas pela sua aparência e caracterizar uma cultura como superior ou inferior a outra.

O fato é que nem todos conseguem notar esses detalhes, a busca de tentar combatê-los gera todos esses conflitos, mas o garoto era muito pequeno para compreender todas aquelas questões enquanto não tivesse consciência para saber conviver com aquele problema, ela deveria criar várias formas de convencê-lo, e uma delas é mostrando que a violência não é a melhor maneira de se livrar desses questionamentos, por mais uma noite Zumib dormia com respostas, amanhã, sim, haverá novas perguntas, talvez não haja respostas, mas haverá mais uma sessão de carinho e aconchego no colo de dona Adelaide’.

Tendo em vista a importância da literatura na formação de uma criança, ouvir muitas histórias, escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é um caminho infinito de descoberta e de compreensão do mundo. Assim, ao elaborar esse pequeno conto o maior objetivo foi atingir o público infanto-juvenil, na tentativa de uma nova abordagem da História como disciplina, e essa nova História que será ensinada terá a identidade africana e dos afro-brasileiros colocada de maneira positiva.

A utilização do livro didático se faz necessário, mas o mesmo não deve ser visto como uma verdade pronta e acabada, os questionamentos devem ser feitos e mais a discussão promove uma maior interação entre os alunos e os professores, dar voz e sentido a opinião dos discentes é uma das maneiras de tentar compreender as dúvidas que convivem com eles diariamente. É importante que as instituições de Educação reconheçam o seu papel e função social de atender às necessidades da criança e do adolescente constituindo-se em espaço de socialização, de convivência entre iguais e diferentes, permitindo aos alunos explorarem o mundo, com novas vivências e experiências, ter acesso a diversos materiais como livros, brinquedos, jogos estimulando um maior contato entre o

educador e o educando, já que esses papéis podem e devem ser invertidos, ou seja, os educadores devem estar sempre abertos para o aprendizado com seus alunos e vice-versa.

“O que caracteriza os seres e as sociedades humanas, não é a similaridade e sim a diferença. E essa diferença é o que nos unifica como seres humanos”.

(HALL, 2003; TODOROV, 1993; GEERTZ, 1987, 1997)

A partir desta citação inicia-se uma reflexão com relação à construção de fenômenos etnocêntricos, e esses constituem ponto de partida para o preconceito, em várias dimensões (racial, moral, social, religioso, etc). A escola ao silenciar as questões referentes ao negro, a história da África e sua cultura, favorece ações discriminatórias, ou seja, é exatamente esse silêncio e os estereótipos negativos acerca do negro que lhe causam a angústia da discriminação.

A aprovação da Lei 10.639/2003 ajudou a desconstruir o mito da democracia racial no Brasil, pois levou 115 anos para introduzir no ensino o estudo da matriz cultural africana. Além de introduzir a temática da História da África no currículo, um aspecto positivo é ter aberto espaço para que o negro seja incluso nas propostas curriculares como sujeito histórico presente, *“constituindo a identidade afro-descendente por conjuntos amplos, complexos de motivações e condições culturais, sociais, econômicas e políticas”*. Afirma, Henrique Cunha Júnior em seu texto: *Nós, afro-descendentes: história africana e afro-descendente na cultura brasileira*.

A educação é um dos caminhos para poder integrar o negro no mercado de trabalho e no sistema de poder, já que todas as questões que tocam a vida do coletivo são sociais, mas o social não é algo abstrato, tem especificidade, tem endereço, sexo, religião, cor, idade, classe social. A discussão está relacionada com a escola, pois a mesma tem em seu espaço a permeação de todos os preconceitos e discriminações, cujo papel deve ser de preparar futuros cidadãos para a diversidade, lutando contra todo o tipo de preconceito e possibilitando múltiplas visões de mundo.

Ao preparar crianças e adolescentes para ser cidadão, a escola cumpre uma grande função social na vida do indivíduo, porém a mesma deve ser provocadora da criação e

criatividade dos alunos, para que assim ao fazerem uma leitura da realidade, sejam capazes de superar mecanismos de exclusão e seletividade, construindo um ser humano voltado para promoção da convivência com as diferenças, não seguindo a lógica do mercado.

Utilizando a interdisciplinaridade, História e Literatura a proposta é, com o auxílio da segunda, tornar mais próximo à realidade da criança e do adolescente a compreensão da primeira. Sendo assim, situando-se o presente para projetar o futuro com o estímulo à promoção da auto-estima da criança, em uma espécie de espiral como ponto de partida temos a História disciplina, voltada para uma compreensão e correlativamente uma interpretação dos fatos e da busca de sentido para eles, passaríamos então para a literatura no intuito de sedimentar todos os conceitos mencionados pela História, mas no cotidiano da criança e do adolescente, assim os acontecimentos poderiam ser tornar mais próximos e mais simples de serem compreendidos.

Sabendo do caráter científico da História e do seu compromisso com a verdade, o docente deixaria evidente aos seus alunos essa separação para que assim não haja uma mistura nos conceitos de cada uma das disciplinas, fortalecendo o objetivo e a função que cada uma possui na relação com seu público.

“É a passagem do mundo da leitura para a leitura do mundo”.

(HELD, 1980:180)

A forma de espiral serve para ilustrar a citação acima, esse movimento constante entre a leitura do mundo e o mundo da leitura, as imagens também possuem um aspecto importante tanto na Literatura quanto na História, as imagens ilustradas constroem enredos e cristalizam as percepções sobre aquele mundo imaginado. A cultura informa através de seus arranjos simbólicos, valores e crenças que orientam as percepções de mundo.

A ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático e nos demais espaços que fragmenta a identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição à sua origem racial, trazendo prejuízos a sua vida cotidiana. São inúmeros os exemplos relacionados a este estereótipo com negro, o

pensamento é composto em sua maioria por imagens, e essa foi reservada ao campo da estética já que a ciência lida com regras universais, questões etc. Assim a importância da História para analisarmos as imagens hoje, a ideia de ciências humanas, símbolos e etc são produtos da modernidade, na produção de sentido, formando a identidade (quem sou eu?) mais a orientação (para onde vou?), observamos que um dos trabalhos da cultura é criar ordem, vencendo o caos na produção de sentido organizando o mundo valorativo.

Hoje a ciência humana faz uma crítica ao etnocentrismo, essa representação que é sempre produto de uma consciência situada, é um simbolismo o fato de alguma coisa estar em lugar de outra. A narrativa se estabelece desse modo como uma forma de relação com o tempo. Seguindo seu caráter literário da historiografia.

Com o advento da modernidade, há uma substituição na relação entre o historiador e o seu público passando para uma relação entre o mesmo e a experiência, ou seja, nessa busca de razão. As experiências do homem no tempo, passa a ser o objeto de análise e busca de sentido do historiador. É nesse ponto podemos relacionar o conhecimento com o dia a dia das pessoas, na falta de sentido ou mesmo com a desinformação acabamos tendo atitudes erradas, reforçando o preconceito e a discriminação.

A presença dos pais nas escolas é essencial, desenvolver projetos que estimulem os pais a se relacionar mais com a educação de seus filhos, rompendo equívocos de que as famílias pobres e negras não têm conhecimento, que não sabem ensinar seus filhos. A sabedoria é fonte inesgotável de conhecimento, o uso de ervas para tratar algumas doenças faz parte da cultura de muitos povos no Brasil, a sabedoria dos mais velhos é recriada nos lares, nas irmandades, nos terreiros, nas igrejas, nas aldeias.

O convívio diário da criança e do adolescente com seus pais, ou responsáveis influencia diretamente na auto-estima, com o desenvolvimento de práticas que auxiliem os pais na educação e solução de dúvidas de seus filhos, rompendo barreiras de segregação e desconhecimento todo o trabalho iniciado em sala de aula irá se projetar na vida dos alunos, ou seja, teoria e prática juntas formando e possibilitando um modo mais justo e digno de se viver. No livro de Jacqueline Held, *O imaginário no poder* a autora menciona um dos grandes papéis da Literatura na vida da criança: *o mundo da criança jamais foi, não pode ser, esse “verde paraíso” poético e desencarnado. Educar a criança num universo fechado, almofadado, “neutro”, vazio e passivo é impossível, por mais que o queiramos. A necessidade, importância capital*

também das obras profundamente ancoradas na vida e nos problemas de sua época, na seriedade humana com toda sua densidade, mas onde, no entanto, "o sonho se mistura naturalmente com o real como se isso passasse na imaginação da criança".¹

CONCLUSÃO

"A Literatura não é, como tantos supõem, um passatempo. É uma nutrição" (Meireles 1979: 28). Em se tratando de Literatura, Cecília Meireles no seu livro, *Problemas da Literatura Infantil* menciona a relação que deve existir entre a criança e o livro infantil em que a mesma escolhe o livro a leitura que mais lhe interessar e por essa escolha esse poderá ser considerado um livro infantil, "aquele que despertar o encanto fazendo a criança viver a sua influência, carregando para sempre, essa paisagem, essa música, esse descobrimento, essa comunicação".

Pensando nesse aspecto podemos relacionar a grandeza em utilizar a interdisciplinaridade como uma metodologia possível na sala de aula, espaço esse reservado para o diálogo, interação e de conciliação. Implantando um ensino voltado para a diversidade e respeito às diferenças fundamentando a prática escolar diária para uma educação anti-racista é um caminho que deve-se percorrer.

Apesar das barreiras que deverão ser enfrentadas, o docente é a ponte que permitirá e possibilitará essa passagem, propondo um material pedagógico voltado para essa questão e interagindo com outras áreas do conhecimento, para que o assunto não seja reduzido a uma questão exótica, sem ligação com a realidade vivida. A Literatura é apenas uma das inúmeras possibilidades que poderá fazer parte desse aprendizado, tornando-o mais integrante e possível de troca reconhecendo a importância do corpo, emoção e cognição no ato de aprender assim esse universo será mais palpável e dotado de sentido.

Sabendo da extensão do assunto e de suas polêmicas, na inserção da temática História da África e da cultura afro-brasileira, a partir de uma metodologia, interdisciplinar, voltada para um público específico apesar de saber os limites que se prendem a um conto, pois o mesmo se trata de Literatura e sendo assim não se relaciona com a cientificidade da História, a questão e a motivação se instalaram no intuito de proporcionar ao menos numa pequena

¹ Bernard Epin, "Choisir dans la littérature enfantine".

parte do dia, a magia que podemos encontrar na Literatura a possibilidade de sermos vários em um só, e de nos tornarmos super heróis em um piscar de olhos.

Não com a intenção de mascarar a realidade tornando-a inverossímil, mas com o desejo de levar um pouco de encanto para aqueles que já possuem uma realidade cruel, mostrando que podemos lutar para sermos mais humanos.

“Escrita é auto-estranhamento. Sua superação, a leitura do texto, é, pois, a mais alta tarefa de compreensão”.

(Gadamer,1997)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de. A literatura infantil: visão histórica e crítica. São Paulo, Global Editora, 1985.

CORNÉLIO, Lauro da Rocha. A Formação de educadores(as) na perspectiva etno-racial na rede municipal de ensino de São Paulo (2001-2004). In: História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

GADAMER, Hans George. Verdade e Método. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. In: A literatura infantil na escola (p.11). São Paulo: Global, 1985.

GEERTZ, Clifford. (1997). A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

HALL, Stuart. (2003). A identidade cultural na pós-modernidade. 8. ed, Rio de Janeiro: DP& A.

HELD, Jacqueline. O imaginário no poder: as crianças e a literatura fantástica. São Paulo: Summus, 1980.

JÚNIOR, Henrique Cunha. “Nós, afro-descendentes: História Africana e afro-descendente na cultura brasileira”. In: *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

JÚNIOR, Ronaldo Jorge A. Vieira. Rumo ao multiculturalismo: a adoção compulsória de ações afirmativas pelo Estado brasileiro como reparação dos danos atuais sofridos pela população negra. In: *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens negros: Um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: Munanga, Kabengele. (Org). *Superando Racismo na escola*. Brasília : MEC, 2000.

MEIRELES, Cecília. Problemas da literatura infantil. São Paulo: Summus; [Brasília] : INL, 1979.

ORIÁ, Ricardo. O ensino de História da África no currículo escolar- possibilidades e perspectivas. In: *Rompendo Silêncios: História da África nos currículos da Educação Básica*. Brasília: DP Comunicações Ltda, 2004.

PAULA, Cláudia Regina. Magistério, reações do feminino e da branca: A narrativa de um professor negro. In: *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

PIMENTEL, Isabella Pereira. *Zumbi- A ótica colorida de uma criança*. Goiânia, 2007.

SANTANA, Patrícia de Souza. Educação Infantil. In: *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2006.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho e TRINDADE, Azoilda Loretto. Ensino Fundamental. In: *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2006.

TODOROV, T.(1993). Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana.Rio de Janeiro: Jorge Zahar.Ed.

o

Católicos contra Protestantes no Brasil: aspectos históricos da construção de uma identidade (1850-1950)

*Elias Oliveira Pinheiro**

Resumo: Durante a segunda metade do século XIX e início do século XX o Brasil se tornou palco de um intenso conflito religioso entre a hierarquia católica, que buscavam defender a hegemonia religiosa da Igreja, e os ministros protestantes, que acreditavam haver espaço para o protestantismo no campo religioso brasileiro. O discurso travado entre ambos repercutiu na sociedade brasileira contribuindo na construção de uma identidade demonizadora do “outro” e sua religião. Por meio de documentação contemporânea a estes conflitos no campo religioso brasileiro, bem como bibliografia existente sobre o tema, procuramos abordar os diversos aspectos que influíram diretamente na construção desta identidade.

Palavras-chave: conflito religioso, identidade, campo religioso.

Abstract: During the second half of the century XIX and I begin of the century XX Brazil he became stage of an intense religious conflict person among the Catholic hierarchy, that looked for to defend the religious hegemony of the Church, and the Protestant ministers, that believed there to be space for the Protestantism in the Brazilian religious field. The speech joined between both it rebounded in the Brazilian society contributing in the construction of an demoniac identity of the "other" and your religion. Through contemporary documentation to these conflicts in the Brazilian religious field, as well as existent bibliography on the theme, we tried to approach the several aspects that influenced directly on the construction of this identity.

Key-words: I conflict religious person, identity, religious field.

Introdução

Durante a segunda metade do século XIX, após o início do proselitismo protestante no Brasil, o país se tornou palco de um intenso conflito religioso entre os bispos, que buscavam defender a hegemonia religiosa da Igreja, e os ministros, que acreditavam haver espaço para o protestantismo no campo religioso brasileiro. Dentro dessa perspectiva, esta comunicação tem como finalidade analisar o legado cultural constituído a partir destes confrontos sob a perspectiva da “identidade”.

* UEG – Universidade Estadual de Goiás, UnU. Morrinhos. Graduando. PBIC/UEG

Para a realização desta reflexão dividiremos esta comunicação em três momentos: No primeiro, faremos uma síntese contextual sobre as condições da Igreja Católica e dos Protestantes em suas relações com o Estado e sociedade, nos primeiros anos de proselitismo no país. Num segundo momento, abordaremos as questões históricas referentes às lutas entre o protestantismo e o catolicismo no campo religioso e, por último, realizaremos um confronto entre as fontes documentais resultantes destes conflitos com um levantamento teórico de diversos autores, obras e conceitos, fundamentados nas propostas da História Cultural sob a temática da “identidade”.

Protestantismo e Igreja Católica no Brasil: contexto e reflexão histórica

No século XIX o campo religioso brasileiro era católico. Desde o início da colonização até pelo menos a primeira metade deste século, não só no Brasil, mas em todas as colônias luso-espanholas, houve o que Troeltsch (1960) chamou de modelo de “Igreja Oficial”, pois era do costume dos portugueses e espanhóis exportar a religião oficial para suas colônias, como parte da ordem social gerida pelo Estado.

Pierre Bourdieu (1998), afirma que o campo religioso é um sistema constituído pelas relações dos especialistas do sagrado entre si, (ou seja, entre os sacerdotes, os profetas, e os magos) com os leigos (fieis, devotos comuns que praticam a fé ministrada pelos especialistas) dentro do espaço dominado por uma tradição religiosa, estabelecendo assim um jogo conflituoso (ou não) entre uma religião dominante, representada pelo sacerdote e tida como legítima, e outra religião, representada pelo mago e tida como ilegítima.

O campo religioso católico existente no Brasil teve como fator fundamental para sua formação a aliança da Igreja com o Estado português e depois, com o império brasileiro, a manutenção desta aliança. O Direito de Padroado assumido pelos Reis de Portugal e mantido pelos imperadores brasileiros após a independência, garantiu à Igreja Católica o exercício hegemônico de sua doutrina no Brasil.

Apesar de ter garantida sua hegemonia em forma de lei, ainda no século XIX, a Igreja Católica enfrentava grandes dificuldades, nos âmbitos espiritual, político e econômico (VIEIRA, 1980, p. 27), e foi devido a este quadro de enfraquecimento da Igreja que podemos pressupor que os ministros protestantes, conhecedores destas condições, viram a possibilidade de encontrar uma lacuna neste campo religioso, que poderia ser preenchida pelo protestantismo.

Nossa afirmativa parte do princípio de que quando o Brasil abriu suas fronteiras para a imigração, pelos tratados de 1810, sobretudo para a Inglaterra, a coroa tinha

conhecimento de que pelo fato do país de origem destes serem protestantes, conseqüentemente uma parte destes imigrantes seriam não-católicos, o que justifica a preocupação para com a liberdade religiosa destes imigrantes.

Sua Alteza Real O Príncipe Regente de Portugal declara e se obriga no Seu próprio Nome, e no de Seus Herdeiros e Sucessores, a que os Vassallos de Sua Majestade Britânica residentes nos Seus Territórios, e Domínios não serão perturbados, inquietados, perseguidos ou molestados por causa da Sua Religião, mas antes terão perfeita liberdade de Consciencia, e licença para assistirem, e celebrarem o Serviço Divino em honra do Todo-Poderoso DEOS, quer seja dentro de suas casas particulares, quer nas suas particulares Igrejas, e Capelas, que Sua Alteza Real agora e para sempre, graciosamente lhes Concede a permissão de edificarem, e manterem dentro dos Seus Domínios (BRASIL, 1810, ART. XII)

É importante ressaltar que a instalação de protestantes no país só foi possível pela disposição de D. Pedro II, que apenas respeitava a Igreja Oficial e o direito de padroado, mas na verdade ele buscava o que era melhor para o Estado, e como a importação de mão de obra qualificada para seu desenvolvimento se tornou fundamental ele ignorou o risco que a expansão protestante representava para a catolicidade da nação (LÉONARD, 2002).

Início dos Conflitos

Graças a intervenção maçônica, visto que havia uma aliança entre a maçonaria e os protestantes no processo de sua instalação, que os ministros em 1860 conquistaram o direito de pregar em português. Esse direito garantiu a abertura do campo brasileiro para a propaganda protestante e, conseqüentemente, para o proselitismo. O conflito discursivo que veio a romper com a relativa “coexistência pacífica”, da primeira metade do século, entre católicos e protestantes, foi protagonizado em 1860, entre o bispo do Pará, Antônio de Macedo Costa, e o ministro Richard Holden, através de várias publicações. Esse confronto desencadeou uma série de conflitos por diversas províncias entre os ministros e o clero.

A Igreja só ataca o protestantismo no momento em que este se torna uma forte corrente religiosa que ameaçava sua hegemonia religiosa, e isso, só se manifesta no momento em que os ministros começam a fazer prosélitos brasileiros. O clero, não estava interessado em perder sua hegemonia para a “ameaça protestante” que se alastrava por praticamente todas as províncias, e já que a coroa se mostrava aquém da situação, ele passa a defender seu espaço através de diversos ataques. Inicialmente ataca o protestantismo nos jornais e depois, em publicações próprias. Os ministros protestantes, de igual maneira, buscavam em seu discurso desmoralizar a Igreja e sua hierarquia, além de tentar convencer seus prosélitos sobre a superioridade de sua religião.

A construção da identidade

As evidências nos levam a crer que esses conflitos contribuíram decisivamente na construção de uma representação negativa do outro e sua religião, interferindo na constituição da identidade religiosa de católicos e protestantes.

O resultado deste impasse, manifestado por meio dos discursos, acabou por gerar na mentalidade dos fiéis uma “representação” demonizadora do outro, em torno da alteridade religiosa. Graças a existência dessa representação houve condições a construção de uma “identidade”.

Por “representação”, Sandra J. Pesavento conceitua como sendo o resultado de uma construção inteligível capaz de gerar uma imagem tradutora de conhecimento sobre algo ou alguém. É a partir disso que a autora ainda concebe que

As representações são portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão (PESAVENTO, 2005, p.41).

É graças a existência dos sistemas de representação social que se concebem os “lugares” nos quais os indivíduos, ou grupos, se posicionam e a partir dos quais podem falar ou “ser falados”.

Neste sentido, nos usamos do seguinte quadro para compreender o discurso de ambas lideranças que proporcionou a possibilidade da construção de um imaginário, do outro e sua religião.

Quadro 1 – Acusações católicas sobre o protestantismo

Mons. Hippolyto Gomes Brasil	Diocese do Ceará	1882
Em fim o catholicismo he a autoridade, o protestantismo he a anarchia: um he a ordem, outro a desordem em cousas da Religião, he o orgulho da razão individual, ousando collocar-se acima da razão universal; o catholicismo he a Religião da tranqüilidade d’alma, da fé sincera e calma que exclue o tormento da duvida; o protestantismo pelo contrario he a Religião da incerteza, do desassocêgo e das indagações incessantes.		p. 12
Mons. José Joaquim C. de Andrade	Diocese de Recife	1880
Seductores, verdadeiros artistas da mentira, incubidos de grosseiros erros, procurando incutil-os no proximo (...) com o propósito de damnificar a religião verdadeira e enganar os simples, pouco lhes custa tomar a mascara da piedade, e revestir de hypocrisia seus mentirosos discursos (...) Disfarçados com a pelle do cordeiro esses falsos prophetas fingen-se verdadeiros defensores da religião, tendo missão de purificar o Christianismo corrompido pelos agentes do papismo. Elles lobos rapaces convertidos em pastores dos filhos da Igreja de Jesus Christo!		p.04
Dom Manoel do Monte R. de Araújo	Diocese do Rio de Janeiro	1846
Pelo lado da moralidade; taes núpcias [referendo-se aos casamentos mistos] envolvem um sacrilegio, uma profanação intolerável das cousas sagradas. Sim; os catholicos não podem se comunicar in divinis, isto é, no exercicio da sua Religião, com os Protestantes, e nem com qualquer outra seita heterodoxa; e tão pouco os Ministros dessas seitas podem exercer algum acto do seu Ministerio a respeito dos Catholicos; isto seria, da parte destes últimos, uma espécie de approvação á falsa crença, o que equivaleria á uma apostasia da fé.		p. 17
Dom Antonio de Macedo Costa	Diocese do Gram-Pará	1861
Todas as heresias (...) tem por pricipio e autor o demônio pai da mentira, o qual foi perverso e		p. 12

homicida desde o principio; mas envergonhando-se ellas de nomea-lo, ousam-se adornar-se falsamente com o nome adoravel e santíssimo do Salvador; e enfeitam-se com as palavras da Escripura, proferindo as phrases della mas occultando-lhes o verdadeiro sentido; e assim cada uma capeando insidiosamente os próprios pensamentos, torna-se homicida d'aquelles que induz em erro.	
--	--

Fonte: elaboração nossa, a partir de: BRASIL, 1882; ANDRADE, 1880; ARAÚJO, 1846 e COSTA, 1861.

Quadro 2 - Acusações protestantes sobre o catolicismo

Miguel Gonçalves Torres	São Paulo	1879
Religião commoda ás paixões e aos interesses materiaes é a religião que tem peccados, e que tem indulgências para todo preço e para todo o peccado. Religião commoda ás paixões e aos interesses materiaes é a igreja que tem bullas e dispensas, (...) religião commoda é aquella na qual se ensina, que quem disser cindo padre-nossos e cinco ave-marias em honra da paixão de Jesus Christo e das dores de Virgem Maria, ganha dez mil anos de indulgências!		p. 07
As suas procissões e seu purgatorio são verdadeiros arremedos do paganismo. Foi também do paganismo que ella tirou o culto da Santa Virgem Maria, e o culto dos Santos. Esses oragos que cada província, cidade e villa tem; essas imagens para todas as nescessidades da vida; esses santos que enchem as igrejas, tudo ella copiou do paganismo.		p. 20

Fonte: confecção nossa, baseada em: TORRES, 1879.

Baseado nas idéias inculcadas nos discursos dos quadros anteriores, podemos concluir as seguintes imagens representativas:

Quadro 3 – Os principais traços que compunham a imagem das representações católicas e protestantes, segundo os traços criados pelo “outro”:

A identidade do protestante pela imagem construída pelo católico
Os protestantes usam da falsificação das Bíblias para legitimarem seus erros doutrinários e falsas opiniões Os protestantes são atores que buscam iludir os fieis católicos para contaminar a Religião Católica A comunhão e/ou matrimônio com indivíduos protestantes é sinônimo de aprovação à falsa religião O protestantismo é uma criação demoníaca que se usa da palavra de Deus para induzir os fiéis católicos ao erro
A identidade do católico pela imagem construída pelo protestante
O Catolicismo é uma religião cômoda às paixões da carne, do materialismo e da falta de compromisso espiritual Várias práticas da doutrina católica foram compiladas do paganismo

Fonte: confecção nossa, baseada em TORRES, 1879; BRASIL, 1882; ANDRADE, 1880; ARAÚJO, 1846 e COSTA, 1861.

Tanto por parte da hierarquia quanto por parte dos ministros, como vemos nos quadros, havia interesse na construção de uma imagem que tirasse a credibilidade da religião do outro.

O discurso de negação da religião do oponente, não pode ser entendido como uma simples auto-afirmação ou como meros esclarecimentos doutrinários. Os discursos, no caso analisado, não foram neutros por que há neles estratégias de imposição de uma imagem de superioridade da religião de si à custa do menosprezo da religiosidade do outro, visando uma legitimação de sua própria doutrina. Por meio destas representações forjadas, ambas as lideranças religiosas buscavam autoridade pela reprovação do outro. Sobre esse procedimento, Chartier afirma que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa dos outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto

reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p.17)

No caso dos conflitos entre católicos e protestantes no Brasil, as lideranças religiosas procuraram inserir na mentalidade de seus fiéis a percepção da existência de grupos religiosos diferentes e opostos entre si, portanto incompatíveis. E foi por meio dessa percepção que os fiéis demarcaram seus territórios, passando a existir no país uma identificação social divergente entre os “católicos” e os “protestantes”.

É a partir da existência dos sistemas de representação social que se concebem os “lugares” nos quais os indivíduos, ou grupos, se posicionam e a partir dos quais podem falar ou “ser falados”. Nesse sentido, a identidade construída nesse período, visava condicionar os fiéis de forma natural, a estabelecer a inclusão, nos grupos sociais, de pessoas que possuíssem confissão religiosa igual à sua, e a exclusão das pessoas que confessavam uma religião diferente.

Oliveira, ao refletir sobre a constituição da identidade, propõe:

a identidade é um fenômeno que emerge da dialética entre indivíduo e sociedade. Sendo formada por processos sociais e, uma vez cristalizada, é mantida, modificada, ou, mesmo, remodelada pelas relações sociais [...] dessa forma o conceito de identidade social ou coletiva esta diretamente relacionado a noção de experiências ou de "relações de identidade" (OLIVEIRA, 1976, p44.)

Pesavento acrescenta ainda que

A identidade é um processo de construção imaginária de sentido, que produz uma sensação de pertencimento a um grupo, a uma região ou nação, ou, ainda, a uma individualidade. A identidade permite, pois, o reconhecimento, fornece a coesão social e articula uma percepção relativamente coerente sobre o mundo (PESAVENTO, 2005).

As considerações acima indicam que a identidade é historicamente construída, seja pelas intenções, pelas necessidades ou pelos desejos de um grupo ou indivíduo a respeito de si próprio, seja pelo olhar dos outros, o que faz com que a identidade seja também uma condição atribuída por um julgamento externo. No período aqui analisado, as relações conflituosas entre católicos e protestantes foram preponderantes na formação desta identidade.

Neste sentido, a identidade é sempre relacional: para a existência de um "nós" ou de um "eu", é necessário a existência da contraposição com uma alteridade, a dos "outros".

Conclusões

Os debates que se estabeleceram através da imprensa entre os missionários e os Bispos nos permitem perceber a dimensão do trabalho missionário, as estratégias pelas quais ele se deu e quais os desafios que teve que enfrentar para cumprir os objetivos que tinha ao ser iniciado. Os indícios apontam que foi somente após estes conflitos que criou-se no país as

condições necessárias para o estabelecimento de uma concepção de alteridade baseada no conceito de profissão religiosa. Antes desse período, apesar de termos manifestações religiosas não condizentes com o catolicismo oficial, todos os indivíduos estavam inseridos em um universo religioso tolerante e abarcado pelo que hoje se denomina catolicismo popular, o qual se caracteriza pela mínima expressão doutrinal e pela ampla abertura aos mais diversos simbolismos.

As representações forjadas nos discursos católico e protestante interferiram no imaginário social e forjaram novas identidades religiosas, agora sob a marca da oposição e do julgamento de valor, estabelecendo o terreno propício para as disputas religiosas que ocorreram após o estabelecimento da liberdade religiosa no início do período republicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Monsenhor José Joaquim Camelo de. *Carta circular do Vigário Capitular da Diocese de Olinda, prelado domestico de S. Santidade e Chantre da Sé Episcopal, ao Revmo. Clero e povo fiel deste bispado. Premunindo-os contra a propaganda protestante*. Recife: Typ. Classica de Ignacio F. dos Santos. 1880.

ARAÚJO, Dom Manoel do Monte Rodrigues de. *Carta Pastoral*. Rio de Janeiro. 1846.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL, Hippoluto Gomes. *Pastoral do Ex. e Ver. Sr. Vigério Capitular da Diocese do Ceará Monsenhor Hippoluto Gomes Brasil sobre a propaganda que esta fazendo na cidade da Fortaleza, um ministro presbiteriano contra a religião cathólica*. Fortaleza: Typografia Econômica. 1882.

BRASIL. *Tratado de Commercio, e Navegação*. Rio de Janeiro: Impressão Regia. 1810.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990

COSTA, Dom Antônio de Macedo. *Instrução Pastoral Sobre o Protestantismo*. Belém: Typ. Do Jornal do Amazonas. 1861.

LÉONARD, Émile Guillaume. *O protestantismo Brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Aste. 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. Sao Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autentica.2005

TORRES, Miguel Gonçalves. *A Igreja Romana à barra do Evangelho e da história na pessoa de seu campeão, o bispo do Pará*. Rio de Janeiro: Livraria Evangélica, 1879.

TROELTSCH, Ernst. *The social teaching of the Christian churches*. New York: Harper & Brothers, vol. 2. 1960.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

O CURADOR E O ARTISTA: AUTORIAS EM CONTEXTOS INTERARTÍSTICOS.

Suely Lima de Assis Pinto¹
Márcio Pizarro Noronha²

Resumo

Este trabalho integra as reflexões iniciais de um estudo das relações entre a figura do curador e a figura do artista nos projetos da arte do tempo recente (anos 80 e 90). Neste momento, o texto trata de compreender a maneira como os curadores integram um circuito complexo de produção artística em relação a um vasto universo de obras, processos e relações interartísticas. O curador não somente funciona como atribuidor de valores e conceitos nos espaços institucionais, mas pode ser, ele próprio, o autor de uma obra que resulta do seu percurso de leitura e dos diferentes modos como as encenações curatoriais constituem-se em modelo expositivo. Neste momento, o trabalho investiga catálogos e projetos curatoriais.

Palavras-chave: curadoria – relações interartísticas – leitura da obra de arte

Abstract

This work integrates the initial reflections of a study of the relations between the curator and the artist in the art' projects at the present (80's and 90's). At this moment, the text searches to comprehend the way as the curators integrate a complex circuit of artistic production in relation to a vast universe of workmanships, processes and interartistic relations. The curator don't only works as attributor of values and concepts in the institutional spaces but can be, himself, the author of a work that results of his journey of reading and the different ways as the curatorial productions constitute itself in expositive model. At this moment, the work investigates catalogues and curatorial projects.

Keywords: curatorial projects – interartistic relations – artwork reading

*Desde as origens dos salões de arte a tarefa da crítica e dos curadores foi arbitrar o gosto, papel de que muitos ainda não abdicaram. No entanto, para a arte conceitual, aproximar-se da obra não significa acercar dos olhos sua materialidade sensível, à maneira do **connaisseur**, mas principalmente compreender de modo crítico os meandros das redes que compõem o sistema de arte, operando uma observação apurada de seus mecanismos num contexto muito mais amplo que é o próprio mundo social em sua dinâmica histórica e política (FREIRE, 2006: 75).*

Este trabalho é uma primeira aproximação de uma pesquisa histórica e em História da Arte acerca do tema das curadorias e instituições culturais do chamado *artworld*. Como diz a epígrafe de Freire, trata-se de pensar historicamente, a relação da curadoria com o papel destinado à crítica e aos moldes estabelecidos por uma cultura de salões de arte, num amplo procedimento de institucionalização. As curadorias estão diretamente relacionadas aos

¹ Mestre em Educação (FE/UFG). Professora do Curso de Pedagogia – Campus Jataí (CAJ/UFG).

² Doutor em História (PUCRS) e Doutor em Antropologia (USP). Vice-Diretor da EMAC-UFG (Escola de Música e Artes Cênicas). Professor no PPG-História (FCHF-UFG) e PPG-Música (EMAC-UFG). Coordenador do Grupo de Pesquisa CNPq: “Interartes: Processos e sistemas interartísticos e estudos de performance”.

desenvolvimentos recentes da arte e à chamada produção da arte conceitual, que exige uma nova forma de aproximação dos fatos, dos saberes e dos fazeres artísticos. O procedimento crítico do sistema das artes (Belas-Artes) oferecido dentro do projeto da arte conceitual, paradoxalmente, é reincorporado por uma nova figura: a do curador de arte contemporânea. Diversamente das formas do século XX, do crítico e do conhecedor, do especialista em certos estilos de época e/ou individuais, o curador assume um papel mais afinado com os procedimentos artísticos da segunda metade do século XX, o de fornecer redes de leitura da obra dentro de contextos e sistemas, tanto interculturais quanto interartísticos (NORONHA, 2007).

A dinâmica que compõe uma exposição – curadoria e artista – e seus respectivos papéis na composição de uma exposição tem sido tema de diferentes debates nos últimos tempos. Esta relação envolve diferentes autorias – a obra, a visibilidade da obra, a reflexão sobre a obra e o modelo expositivo que a compõe. Em 2003 foi organizada uma exposição no Parque Lage – RJ com o título “A exposição como trabalho de arte”. A proposta abordou o debate sobre esta parceria – curador e artista – e em que ponto uma exposição poderia potencialmente existir sem qualquer trabalho de arte, tornando-se ao mesmo tempo um trabalho de arte em si mesma. O debate em torno desta exposição apontou que a curadoria ao agrupar, arranjar, organizar, trabalhos de arte em torno de uma temática ou idéia criava novos sentidos na forma da composição geral das obras expostas. Hoje, segundo os organizadores desta mostra, este debate em torno da curadoria e da interferência/autoria na organização de exposições tem sido muito criticado, gerando, com isto, novas reflexões sobre o próprio conceito de curadoria e o sistema de organização de exposições³.

Sobre esta questão, Freire (2006) mencionou que em meados de 1970 a arte conceitual já havia provocado novas reflexões em torno do estatuto da arte criticando as posições, instáveis e cambiantes, das figuras que compõem o sistema da arte assim como os meios e instituições que a legitimam, e entre esses está a figura do curador.

Uma reflexão em torno do papel do curador foi também elaborada por Souza (2007). Ao discutir a “curadoria em tempos de substâncias imateriais” a autora aponta que o trabalho do

³ Noronha, em seu texto e em recente conferência acerca do tema do Colecionismo aborda esta relação do ponto de vista da aproximação entre a curadoria e a perspectiva pedagógica oferecida pela noção de percurso. A curadoria é uma espécie de autoria de percurso. O percurso, fundamentado num certo tipo de pensamento narrativo (Jerome Bruner), é o modo de organizar exposições e princípio arte-educativo. Nestes termos, caberia aqui uma investigação mais aprofundada sobre as relações de cumplicidade entre a curadoria e o ensino de arte na segunda metade do século XX, o que amplia o circuito das instituições do tipo cultural para as instituições educacionais propriamente ditas e seus modos de inserção no mercado da cultura.

curador é dar visibilidade a trabalhos artísticos e os fazer circular e que, neste processo, há sempre algum tipo de idéia que repercute tanto por parte de quem executa como por parte de quem assiste. A autora levanta, ainda, diferentes atribuições ao curador na concepção de uma mostra contemporânea seja na *Web* ou não, mas ressalta que neste novo espaço tem sido mais freqüente propostas de exposições que se caracterizam em processos de criação⁴.

Na opinião da autora, no espaço virtual, o curador teria um ambiente propício para trabalhar o “conceito como obra, assumindo sem receio a confluência entre o trabalho de curador e o de artista”. Desta forma, seriam parceiros, ao problematizar e conceituar a exposição, possibilitando, assim, fonte inesgotável de associações.

É com esta dinâmica de parceria-autoria que a exposição *Gentil Reversão*, com curadoria de Marília Panitz, foi concebida. Fios e tramas que se desenvolveram a partir de obras de cinco artistas unidos por uma curadoria que traçou o fio condutor de uma mostra e provocou a leitura de imagens, de textos, de livros-textos, livros de histórias que, por um mesmo olhar, costuravam as tramas de uma idéia desenvolvida por seis mãos. Nesta história seis mãos criaram e recriaram espaços e lugares de visibilidade, de vozes, de experiências, provocando novos textos e novas imagens a partir do olhar⁵.

A metáfora⁶ – parte de todo um processo criativo nas diferentes relações interartísticas – mediou o entendimento, a compreensão e a concepção da exposição, construindo a partir das palavras, uma forma de apropriação-reunião das imagens na construção de uma totalidade significativa.

⁴ É oportuno pensar como esta noção de processo e também a figura das redes de criação entraram no debate da produção artística do final do século XX, estabelecendo um vocabulário que inclui aí a pesquisa dos procedimentos de trabalho e de pesquisa do artista e ainda mais a presença da figura do artista-teórico. Essas e outras relações podem ser observadas através de diferentes pontos de vista (perspectivismo), fazendo surgir diferentes figuras na cena do **artworld**: o curador enquanto artista, o artista enquanto teórico, do artista-curador, dentre outros. Ver também Noronha, 2007.

⁵ Desse modo, podemos aproximar os procedimentos do processo curatorial dos modelos de leitura de obra de arte, tanto do ponto de vista analítico quanto do ponto de vista hermenêutico, nas vias do interpretativismo cultural, do novo historicismo etc. Isto também pode reafirmar a importância de relações renovadas de cunho pedagógico frente aos processos de criação artística. Assim, vimos afirmarem-se modos de pensamento da arte que podem estar privilegiando modelos histórico-culturais e didático-pedagógicos, indo dos procedimentos de leitura aos de criação e vice-versa. Ver Noronha, 2007.

⁶ Metáfora, segundo o dicionário Aurélio, “consiste na transferência de uma palavra para um âmbito semântico que não é o do objeto que ela designa, e que se fundamenta numa relação de semelhança subentendida entre o sentido próprio e o figurado”.

É, então, sobre a metáfora, fios e tramas, que Panitz (2001) inicia a inserção do leitor ao universo imagético dos artistas, Ana Miguel, Gê Orthof, Chico Amaral, Elder Rocha e Ralph Gehre. É sobre as tramas da aranha que ela tece um conjunto de significados entre um artista e outro possibilitando por meio de diferentes versões, uma sutil (re)versão. Olhares entrelaçados que desvendam o livro do mundo. Livros de histórias, de memórias, de atos, de fatos, ações, fazeres, que tecem um único olhar construindo vários olhares.

A produção da exposição *Gentil Reversão* pautou-se no entrelaçamento de diferentes poéticas, olhares e construções subjetivas sobre o universo de cada artista mediado por uma parceria/cumplicidade traçada por mais de dez anos. Neste espaço/tempo construíram obras, teorias, encontros e desencontros de uma produção que envolve pesquisa, experiência, experimento, e que foi construída a partir de um acervo de memórias, de fragmentos, de histórias, de subjetividades, de sonhos, de querer.

A construção deste conjunto de acervo que se constitui pessoal e privado, ao mesmo tempo em que é também coletivo e público, faz parte de um contexto que envolve a produção artística contemporânea desde meados da década de 1960 quando surgiram artistas que desvencilharam a arte de uma materialidade sensível ou de seu destino como mercadoria, a chamada arte Conceitual. Esta forma de produção – instalações, performances – gerou uma infinidade de documentos, arquivos, fotografias que documentavam as diferentes ações/intervenções produzidas por artistas deste período (FREIRE, 2006). *Gentil Reversão* apresenta o nascimento de uma idéia gerada numa lógica semelhante – de criação de um acervo de textos, estudos, correspondências virtuais – que possibilitou a curadoria encontrar um elo de ligação entre as diferentes poéticas.

Para esta mostra, a curadoria propôs um diálogo entre muitas vozes, que incluem as linguagens poéticas dos artistas, a teoria que envolve uma reflexão da produção de cada artista e a teia que a curadoria traça, entrelaçando estes fazeres/pensares. Para Panitz (2001) ao propor uma metáfora como fio condutor das diferentes poéticas, a mostra reflete o estatuto da arte neste início de milênio. Ela busca com isto uma exposição em que elementos comuns pudessem sugerir um lugar para a leitura do conjunto exposto e que o público estabelecesse as possíveis narrativas que essa interação propõe.

Como trabalho inicial, Panitz (2001) traz uma cronologia em que destaca os momentos nos quais os artistas iniciaram seus diálogos/reflexões/intervenções sobre *a e na*

produção artística de cada um; tanto pessoalmente como virtualmente “essas correspondências abandonavam suas autorias e assumiam a forma volátil de um recado de muitas vozes” (PANITZ, 2001:17).⁷

O enfoque de condução da exposição, se deu a partir da construção de metáforas que orientaram a produção de imagens na construção das poéticas. A escolha da curadora para este entrelaçar de diferentes poéticas se justifica por cinco razões, a saber: em primeiro lugar, diz a autora, a evidência de que qualquer ato de linguagem ou de constituição de sentido se efetiva dentro de uma relação espaço/tempo; em segundo lugar, os trabalhos parecem possuir uma linha de parentesco, uma genealogia que permitiu chegar à uma leitura de traços comuns das imagens produzidas entre os expositores; em terceiro, a teoria é o “urdimento do tecido de uma poética” essa teoria se constrói no olhar, na leitura, na interpretação, na busca do leitor pela visibilidade/fruição da obra.

A quarta razão está na inter-relação entre imagem texto, que segundo Panitz (2001:24), é a subversão operada no campo das artes “a partir do início do século XX e que produziu imagem conceitual e texto imagético”, o que caracteriza a reunião de fragmentos, de vestígios, de textos, histórias, coleções, poéticas.

Essas imagens carregadas de sentidos oferecem uma mudez que terá de ser transposta. Este é o caminho que terá de ser percorrido pelo fruidor: o de re(des)cobrir os elos que aproximam os diferentes fragmentos que se constituem em obra. Re-significá-los. E este será um ato por palavras (PANITZ, 2001:25)

Esta reflexão vai conduzir a autora à quinta razão que consiste no enfoque lingüístico, ou seja, colocar o texto do leitor em paralelo à obra, interagindo, produzindo, a partir desta interação, a construção de significados.

Rosen (1927), ao refletir sobre a arte romântica no texto “Códigos secretos”, levanta questões sobre a leitura da obra de arte que podem ser refletidas ainda hoje no campo do sentido que interpreta uma obra de arte. Para ele, cada arte possui sua esfera própria e códigos de leitura que não são secretos e sim acessíveis. Cada época delimita sua forma de compreensão dos símbolos da arte, símbolos estes que estão ali para serem interpretados.

⁷ O estudo das ciências humanas tem se pautado nas relações entre imagem e texto, principalmente no campo da teoria da história e da história da arte e na concepção biográfica, ou seja, a biografia se constitui num emblema para compreensão de diferentes eventos históricos e para compreensão da produção artística do tempo recente. O movimento de idéias que determinou o nascimento da primeira forma de história da arte se deu a partir da biografia do artista (BAZIN, 1989).

É interessante perceber que historicamente a arte, na busca por seu estatuto e configuração, possibilitou longos debates que giravam em torno da pintura, da escultura e da poesia questionando a quem pertencia esta superioridade. Era a *Ut pictura poesis* que configurava este debate. Neste contexto, Du Bos (2005), em 1719, não defendia a tese da superioridade da pintura sobre a poesia; para ele, as duas artes possuíam o mesmo valor e não deveriam ser pensadas em termos de superioridade ou inferioridade, mas, sim, de especificidade. Para este autor, a pintura e a poesia possuem especificidades diferentes sobre a representação do objeto – cada uma consegue ressaltar diferentes aspectos do humano processo de nos fazer sentir.

Esse debate foi ainda mediado por Lessing (2005) que criticou a crítica de arte da época mostrando que a diferença girava em torno de se reduzir a poesia aos confins estreitos da pintura ou deixar a pintura preencher a larga esfera da poesia. Isto, segundo ele, gerou na poesia a mania de descrição e na pintura, o alegorismo. Assim procurou-se fazer da primeira uma pintura falante, e da segunda um poema mudo.

Mas o que gera esta reflexão neste momento é o fato de se perceber as mudanças ocorridas na esfera da produção artística em todos estes séculos de História da Arte e compreender a influência da arte conceitual na (re)apropriação do texto na obra de arte. Para Heartney (2002: 7) “Em algumas mãos, a arte conceitual abandonou completamente o objeto. Lawrence Weiner apresentou “obras de arte” que eram simplesmente fios de texto que descreviam, em palavras, o tipo de coisas e relações normalmente encontradas nas galerias de arte”.

Na exposição Gentil Reversão, a curadoria apresenta um trabalho totalmente mediado pelo texto/imagem na construção de significados. “O que se experimentou aqui foi a criação de um único tecido, no qual as obras provocam textos que provocam obras” (PANITZ, 2006: 29).



Circulación. Obra de Ana Miguel

Vista da instalação na coletiva Gentil Reversão,
Centro Cultural Banco do Brasil, Brasília
Fotografia: Edgar Cesar



Circulación. Obra de Ana Miguel
(livro, detalhe). Fotografia: Miguel Angel Nalda

Neste sentido, toda esta trama constituída por meio de metáforas possibilitou a visibilidade da exposição. A obra de Ana Miguel, constituída pela metáfora do “Riso aranha”, representou – o homem, a mulher, a relação, a ação, o amor (fulgaz, perverso), a aranha, o riso mal, o riso aranha do amor que não acontece e que brota no objeto desejo-de-ser-objeto, de desejo.

O trabalho de Chico Amaral foi composto pelo “Acaso e stratégiA” – o jogo, a vida, jogando a vida, definindo estratégias, falando de mim, do outro – um retrato, falado, contado, gritado – a dor do outro de jogar para se (des)cobrir e (des)cobrir a si mesmo no Outro.

Considerado como “O herdeiro e o método de organização do mundO”, a obra de Elder Rocha propõe ao expectador um re(des)cobrimento e re(des)conhecimento do mundo a partir de uma experiência/vertente mítica e imaginária e de uma real, pessoal, corporal, viva, a partir do estatuto corpo/excremento/sangue/vida e morte que tece como num jogo uma sutil (re)versão.



Des(re)conhecer. Obra de Elder Rocha., para Gentil Reversão, CCBB, Brasília, 2001. Foto: Edgard César.



Detalhe de Des(re)conhecer, para Gentil Reversão, CCBB, Brasília, 2001. Foto: Edgard César.

Dono de um universo imaginário “O relato sonhado do livro-receptáculo” possibilita um mergulho no universo imagético de Gê Orthof – há um universo perverso de infinitudes e incompletudes que giram-giravam em torno do menino-homem-artista, a super(ação) de vivenciar o imaginário e viajar o mundo cego com olhos palpáveis. O livro receptáculo apreende o mundo interno e externo de sua (artista e fruidor) (in)completude (in)umana. Através da metáfora do espelho, espelho de Alice, o espelho de Heródoto, ele – artista e fruidor – busca o reflexo de sua identidade mediado pelos “não lugares” de uma vida nômade, nômade pelo não (re)conhecimento. O livro receptáculo é também a leitura de todo o mundo visual/subjetivo que sua obra apreende a partir da interação arte/público.

Como aquele que coleciona o mundo, “A letra A (e o arquivista)” possibilita uma leitura pela da obra de Ralph Gehre – que como colecionador e arquivista reúne fragmentos de sua história – no mundo – pelo mundo objetivando (re)afirmar sua condição de (ser)humano. “Meu nome é ninguém”⁸ reflete sua ânsia em (re)descobrir seus pedaços que por repetição

⁸ A leitura da obra de Ralph Gehre possibilitou uma analogia com a obra Odisseia de Homero. Ao enganar o ciclope Polifemo dizendo “– Meu nome é ninguém” Ulisses, “consegue com isto romper o encanto do nome” (ADORNO,1991:65). Para Adorno (1991:71) “Ulisses renega a própria identidade que o transforma em sujeito e preserva a vida por uma imitação mimética do amorfo”. Ao ler a obra de Ralph Gehre percebe-se que ele nega seu

circunscribe no ponto final da tela. “Fim do período, fim da fala, início da suposição”. Suposição do des(re)conhecimento de sua – artista e fruidor – identidade incompleta. E ele diz: “o incompleto é caro demais. Então vou falar sobre outra identidade”. Esta outra identidade é ele mesmo se (re)configurando na (re)união de cada letra que compõe seu (ser)identitário.

Percebe-se que o papel da curadoria na exposição Gentil Reversão procurou delinear caminhos que guiassem os olhos do observador no sentido de descobrir e se (des)cobrir pela trajetória espacial a que a exposição vinculou. Com isto o leitor, imerso em seu próprio livro-história, desvelou caminhos e (re)significou as diferentes poéticas que o compunham.

O primeiro caminho proposto explorou o *livro-objeto e a metáfora do livro* guiada pelas diferentes experiências e teorias que envolveram os dez anos de diálogo-produção. É interessante perceber que temáticas comuns permearam a produção de diversos artistas. Freire (2006), ao discutir circuitos alternativos na produção e circulação da obra de arte, aponta a mídia impressa como uma das possibilidades mais ricas que se iniciou no final da década de 1960. São publicações que não se constituem em “publicação sobre arte, mas arte em si mesma”.

Segundo ela, já no início de 1960, surge o livro de artista como uma série de atividades que se inventam ou se reiventam no mesmo momento como poética singular. A autora menciona os livros de Artur Barrio como sendo um desses exemplos.

Esses livros de artista, chamados por Barrio de “cadernoslivros”, registram o momento inicial de projetos de situações e experiências. Em 1979 Artur Barrio realiza o seu Livro de carne (...) Livro de carne permanece hoje como idéia e memória de um gesto que irrompe da dialética entre arte e vida, articulando duas esferas que na década de 1970, frequentemente se fundiram de maneira exemplar: estética e ética (FREIRE, 2006: 64).

Compreendendo a metáfora livro como uma forma de comunicação, os artista de Gentil Reversão criaram livros-objetos que “grávidos de narrativas” pontuam histórias e experiências iguais e ao mesmo tempo tão diferentes para cada olho/criador e cada olho/fruidor sobre eles depositados. Gê Orthof compôs sua bibliotecadostripper – repleta de citações de tantos livros e histórias que compuseram sua história.

nome para transformá-lo em obra – torna-a pública – cria marcas, marcas de nome, marcas de identidade e afirma buscar outra identidade. Com isto, ele procura a si mesmo e o leitor/fruidor se reconhece na sua (in)completude. Ralph Gehre também deu ao seu nome uma dualidade e a possibilidade de significar diferentes coisas, e, como ele mesmo buscava – diferentes identidades.

Outros livros fizeram parte deste universo agora revestidos pelas luvas de Ana Miguel que, ao oferecer luvas ao provável leitor, deixará que este, imerso em suas próprias cicatrizes, não consiga definir de quem são as cicatrizes – sua ou da artista.

Estas mesmas cicatrizes se fazem presentes nas páginas do livro de Elder Rocha que as confundem com a própria anatomia, e de Ralph Gehre que as transforma em seu diário, numa busca incessante por uma identidade. Panitz (2006) conduz o olhar do leitor a entrelaçar este percurso de (re)conhecimento por suas próprias cicatrizes à busca de identidade diante do livro-retrato-falado de Chico Amaral. Com isto ela propõe que o conjunto de obras possa “construir-se como escritura, mesmo que muitas vezes portadora de caráter inelutável da imagem” (PANITZ, 2006: 26).

O outro caminho proposto para fruição da *Gentil Reversão* se faz pela *metáfora do olhar/olho*. Os olhos dos objetos e os olhos do observador são uma tentativa de identificar cada subjetividade neste olhar-mundo e desvelar, histórias, cicatrizes, fantasmas, na presentificação desses olhos.

O percurso deste olhar proposto pela curadoria segue ainda pela *metáfora da coleção e o exercício do colecionador*. Este projeto é composto por caixas-objetos, lugares de guardar coisas que remetem ao mito de Pandora, à caixa-preta, à guardiã dos segredos. No entanto, estes segredos podem ser (des)velados pela leitura das caixas-cadernos-diários de Ralph Gehre; pelo álbum-parede de Elder Rocha – seu gabinete de curiosidades; pela coleção de miniaturas de Gê Orthof que comportam o mundo; pelas caixas de Chico Amaral com bolinhas que alinhavam diferentes jogos e por isto por meio delas podem se revelar segredos. E por último pelas caixas de Ana Miguel que tencionam o estatuto do feminino – caixas de costura, de linhas, de botões, de agulhas, fitas, tules – “todos acaminho de se tornarem a manifestação do desconforto do humano” (PANITZ, 2006:28).

É a partir destas metáforas que Panitz (2006) apresenta a *teia como suporte* e delinea que pelo trabalho minucioso da aranha ela empresta-se à metáfora que compõe os fios do fazer, da experiência, da técnica, a gênese do trabalho coletivo, no qual obras provocam textos e textos provocam obras.

Todo este universo de criação foi composto em uma sala de visitas – espaço virtual – que possibilitou o desenvolvimento de um processo criativo sem imposição de limites

geográficos, imposto pelas viagens de alguns artistas. No entanto, percebe-se que estas viagens se configuraram em experiência, criação, descobertas.

Selma (1996), ao refletir sobre a arte romântica, analisa a figura do viajante do mundo moderno, aquele que viaja sozinho. Uma viagem que proporciona a individuação que corresponde ao lado obscuro do mundo, do mundo excêntrico, invertido, onde este viajante vê seus costumes e convicções sendo questionados.

O autor mostra que esta viagem é uma busca de identidade. É invocar o real e transformá-lo em desejo, vontade, esperança. Algo que não está dado e sim que se é preciso fazer e trabalhar, um trabalho que nunca acaba. Para ele, essa identidade subjetiva do indivíduo moderno não pode fazer mais que coincidir com sua capacidade de dominação, de transformação ou de sujeição (submeter) à natureza.

A viagem foi também analisada como metáfora por Ianni (2000) quando ele afirma que a história dos povos está atravessada pela viagem – como realidade ou metáfora – e que todas as formas de sociedade trabalham e retribuem a viagem, tanto para descobrir o “outro”, como para descobrir o “eu”. Segundo ele, toda viagem destina-se a ultrapassar fronteiras, seja dissolvendo-as, seja recriando-as, constituindo singularidades e universalidades. “Sob vários aspectos, a viagem desvenda alteridades, recria identidades e descortina pluralidades” (IANNI, 2000: 14).

É possível perceber que esta incompletude que configura o homem moderno é que move os anseios e buscas, gerando, assim, as diferentes viagens a que a vida o submete. Panitz (2006) afirma que no decorrer destes dez anos em que o grupo se configurava pelas mesmas incompletudes e anseios, alguns deles se tornaram viajantes. E assim, projetos e intervenções se constituíram *on line* permeados por olhares, conhecimentos, realidades mediadas pelos lugares por onde passam.

Analisa-se aqui que esta metodologia de trabalho já se configurava nas décadas de 1960 e 1970 com a arte postal⁹. Segundo FREIRE (2006), esta arte foi muito significativa durante as décadas difíceis da repressão, além de sua facilidade para circulação de informações e a

⁹ Arte postal se configura, segundo Freire (2006: 67), na substituição do valor de exposição pelo de circulação. Uma movimentação de obras como envio postal, que, por meio da divulgação de desenhos, fotografias ou trabalhos similares “enviados para uma rede de arte postal, tornaram a percepção tátil e manipulatória inerente a este tipo de preposição.”

possibilidade de acesso, era ainda uma chance para subverter a repressão política e participar do debate artístico mais amplo.

Embora a metodologia utilizada pelo grupo da Gentil Reversão não se caracteriza em arte postal, percebe-se que houve aí o mesmo movimento de troca de arte, desenhos, textos, projetos, imagens estabelecendo um intercâmbio de conhecimentos, saberes necessários ao processo de criação da obra *Gentil Reversão*.

Após o percurso por uma visualidade poética proporcionada pelas metáforas da Gentil Reversão, termino com a metáfora do *fragmento* tão explorada neste conjunto de obras que possibilitou a incursão por histórias-cicatrices que constituem a vida do homem moderno e que aqui, pode ser compreendido pela percepção crítica de sua história, de seus fragmentos, mediados pela compreensão de mundo e (re)significados, pelos “Fragmentos” de Cassimiro de Abreu escritos em 1858, páginas de outro livro-homem repleto de cicatrizes e incompletudes.

*O mundo é uma mentira, a glória – fumo,
A morte – um beijo, e esta vida um sonho
Pesado ou doce, que s’evvai na campa!*

*O homem nasce, cresce, alegre e crente
Entra no mundo c’o sorrir nos lábios,
Traz os perfumes que lhe dera o berço’
Veste-se belo d’ilusões douradas*

*Canta, suspira, crê, sente esperanças,
E um dia o vendaval do desengano
Varre-lhe as flores do jardim da vida
E nu das vestes que lhe dera o berço
Treme de frio ao vento do infortúnio!
Depois – louco sublime – êle se engana,
Tenta enganar-se p’racurar as mágoas,
Cria fantasmas na cabeça em fogo,
De novo atira o seu batel nas ondas,
Trabalha, luta e se afadiga embalde
Até que a morte lhe desmanche os sonhos.
Pobre insensato – quer achar por fôrça
Pérola fina em lodaçal imundo!*

*— Menino louro que se cansa e mata
Atrás da borboleta que travêssa
Nas moitas do mangal voa e se perde!*

(ABREU, 1964: 225-226)

Bibliografia

ABREU, Cassimiro. Fragmentos. In: **As primaveras**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1964. p. 225-226. (*grafia dá época*)

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. p. 53-80

BAZIN, Germain. **História da história da arte**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

A exposição como trabalho de arte. Disponível em: WWW.canalcontemporaneo.art.br/enformes.php?codigo=444#3 acesso em: 07/09/2007.

DU BOS, Jean-Baptiste. Reflexões críticas sobre a poesia e a pintura (1719). In: LICHTENSTEIN, Jacqueline. **A pintura**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

FREIRE, Crsitina. **Arte Conceitual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

HEARTNEY, Eleonor. **Pós-modernismo**. Trad. Ana Luíza Dantas Borges. São Paulo: Cosac e Naify, 2002.

IANNI, Otávio. A metáfora da viagem. In: **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LESSING, Gotthold Ephraim. Laocoonte (1766). In: LICHTENSTEIN, Jacqueline. **A pintura**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

NORONHA, Marcio Pizarro. **Curadoria enquanto processo e enquanto sistema intercultural e interartístico**. Goiânia: texto inédito, 2007. (produzido para a disciplina de História e Teoria Interartes).

PANITZ, Marília. **Gentil Reversão**. Brasília: Centro Cultural Banco do Brasil, 2001

ROSEN, Charles. Códigos secretos. In: **Poetas, românticos, críticos e outros loucos**. Trad. José Laurenio de Melo. Cotia, SP: Ateliê Editorial; Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.

SELMA, José Vicente. Lá perspectiva del cielo. In: **Imágenes de Naufrágio: nostalgias e mutaciones de lo sublime romántico**. Valencia: Generalitat Valenciana, 1996

SOUZA, Cinara Barbosa de. **Curadoria em tempos de substâncias imateriais**. Disponível em: www.arte.unb.br/6art/textos/cinara.pdf acesso em: 04/09/2007.

Goiânia -

A urbanística da nova capital de Goiás

Jacira Rosa Pires

Doutora Arquiteta



RESUMO

As teorias urbanísticas surgidas entre os séculos mencionados se difundiram em grande parte do mundo e hoje formam parte de nossa realidade urbana, convidando à reflexão para entender melhor como funcionam nossas cidades. A teoria mais carismática em esse momento era a “cidade jardim” de Howard, ainda que também chamava a atenção a “cidade linear”, de Arturo Sória, em Madrid, a “cidade industrial” de Garnier, em Lyon, e a zoneamento do urbanismo alemão; todas elas eram pressupostos e antecedentes do plano da “nova cidade que por então surgia. Nos interessa estudar como e em que medida estas propostas colaboraram na estruturação do plano de Goiânia, direta o indiretamente, a través da inquietude da academia dos arquitetos que, nos anos 20, se encontravam no Rio de Janeiro y São Paulo e, a partir dos anos 30, em Goiânia.

Para esse propósito fixaremos nosso estudo no período de entre guerras, que em Francia está representado pelos arquitetos da *Société de Urbanistes Franceses-SFU*. Os urbanistas dessa sociedade foram os grandes vencedores dos concursos de planos para as cidades em um período que coincidiu (1927-1931) com a pós-graduação de Corrêa Lima¹ em Paris. Sobre esse período diz respeito nossa pesquisa, estudando os primeiros momentos do urbanismo moderno, no começo do século XX, e na seqüência Paris - Rio de Janeiro, e suas projeções no Plano Piloto de Goiânia. Em outros termos, se trata, em primeiro lugar, de fazer uma leitura do processo de criação das propostas teóricas urbanísticas e, em segundo lugar, de examinar sua realização em espaço distante dos lugares ou centros hegemônicos das formulações teóricas. No âmbito brasileiro, tomamos o Plano de Agache para Rio de Janeiro e o plano de Corrêa Lima para Goiânia como marcos de abertura nas discussões teóricas urbanísticas no Brasil.

Essas reflexões simbolizam o momento teórico urbanístico no mundo. De maneira particular, elas também supõem a demonstração da chegada do urbanismo e da arquitetura do Movimento Moderno que, em seus primeiros momentos, ainda estava mesclado com as teorias clássicas em versão *city beautiful*. Essas discussões foram importantes para a estruturação do urbanismo como disciplina e, conseqüentemente, para a formação acadêmica dos arquitetos.

¹ Atílio Corrêa Lima, engenheiro arquiteto graduado no Rio de Janeiro e pos-graduado em Paris, autor do plano de Goiânia, objeto de estudo nesse livro.

ABSTRACT

The urbanism theories that appeared between the centuries in question did spread out along a big part of the world and nowadays constitute our urban reality, inviting us to a special reflection for understanding in a better sense how our cities function. The most charismatic theory in that moment was the “garden city” developed by Howard, though the “ciudad lineal” of Arturo Soria, in Madrid, the “industrial city” created by Garnier, in Lyon, and the zoning from the German urbanism were also considered as interesting projects. All of them were motives and antecedents in order to conceive the “new city” that was starting in that moment. It’s our interest to study how and in what grade those propositions collaborated to make, directly or indirectly, Goiania structure through the academic worries felt by the architects who, in the twenties, were in Rio de Janeiro and Sao Paulo and, from the thirties, in Goiania.

For this aim, we established our study on the time passed between the two World Wars, which in France is represented by the architects belonged to the *Société de Urbanistes Franceses-SFU*. The professionals occupied with the urbanism in that society were the great winners of the plan’s competitions about cities celebrated along a period that coincided (1927-1931) with the master made by Corrêa Lima at Paris. About that period we are going to develop our work. We will study the first moments lived by the modern urbanism, at the beginning of the XX century, in the axe constituted between Paris and Rio de Janeiro. We will study too its projections in the Goiania Pilot Plan. In other words, first we pretend to make a special lecture of the creation process which was had by the urbanism theoretical propositions and, secondly, we pretend to exam its development in a space which was far away from the places or the hegemonic centres in which were created the theoretical formulas. In the Brazilian case, we consider the Plan drew by Agache for Rio de Janeiro and the plan designed by Corrêa Lima for Goiania as fundamental points in order to open Brazil towards the theoretical discussions about urbanism.

Those reflections symbolise the theoretical moment about urbanism in the world. In a particular way, they also represent, by one hand, the demonstration of the urbanism arrival and, by other hand, the arrival of the Modern Movement at the architecture. At the beginning, that Movement was still mixed with the classical theories contained in the *city beautiful* version. These discussions were important for fixing urbanism as a subject and, so on, for the architect’s academic knowledge.

1. Contexto, Argumentação: o início do século XX e o urbanismo moderno.

A urbanística moderna nasceu em oposição à urbanística formal e se desenvolveu em dois períodos: O primeiro começa no final do século XIX e a começo do século XX, e se estende até o final da segunda Guerra Mundial. Este período se caracterizou por um grande número de reflexões entremezcladas com a urbanística formal. Certo é que entre as duas guerras, os arquitetos urbanistas da Sociedad Francesa de Urbanistas-SFU eram os que orientavam o planejamento das cidades.

Em fim, é importante considerar que tanto o panorama que antecede a Primeira Guerra Mundial como o período de entreguerras se caracterizaram por uma inquietude não somente na urbanística mas também em vários campos das artes, fato comprovado em textos, como o manifesto futurista de Marinetti² (1909), nas posições dos dadaístas, dos surrealistas e nas preocupações de Benjamin (1892), no importante ensaio *La obra de arte en la época de su reproducibilidad técnica*.

Nos manifestos que compartilhavam a crença no projeto iluminista, (*Vers une Architecture*, Corbusier – 1923 y *Bauhaus. Dessau Grundsutze der Bauhausproduktion*, Gropius - 1926), o clamor era por uma arquitetura e uma arte que respondessem às prerrogativas de novo tempo: a racionalidade, a funcionalidade, a produção em série, a beleza, a geometria pura libertada do ornamento. Neles está expressada a fascinação pela velocidade, uma fascinação provocada pelo mundo da máquina.

O segundo momento do urbanismo, situado depois da Segunda Guerra Mundial - quando o pensamento orientado em direção ao futuro positivo e já era hegemônico, as discussões sobre seus temas foram prosseguidas nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAMs sem grandes polêmicas até o aparecimento das dissonâncias provocadas pelo TEAM X, onde as ideias apresentadas provocaram fissuras no pensamento moderno ao plantear o papel da convivência

² Segundo Pizza: “O Futurismo destaca como corrente arquetípica que pretende alcançar um modelo “exemplar” de modernidade. Uma decidida atitude antiburguesa e anticonvencional acompanha a exaltação apaixonada de tudo aquilo que pertence ao mundo novo: as máquinas, as tecnologias, os sujeitos sociais, os originais comportamentos e as psicologias determinadas por mudanças estruturais da vida etc. De fato, o tipo de atitude cognitiva desenvolvida pelos futuristas leva a uma imediata correspondência com semelhante cosmologia: nas posições do grupo persiste uma sorte de intencionalidade empática, mais com o objetivo de poder “pertencer” às coisas que com ele de chegar a “dominá-las”. (Pizza, 1999:143).

E para Hereu, Montaner e Oliveras: “O manifesto futurista é o manifesto de representação, que coincide com os raciocínios ético-estético-econômicos. Ético porque o ornamento é visto como sintoma de incultura. Estético por eliminar o ornamento da arquitetura que equivale a abolir o conteúdo simbólico-representativo que superpunha a construção pura e simples. Econômico, porque afronta os problemas de custos na moderna civilização industrial.” (Hereu, Montaner y Oliveras, 1999:143).

social, da importancia da historia, do lugar e da memoria coletiva, em oposiçao ao espaço abstrato e universalista da sociedade da máquina. Temas, que posteriormente frutificaram, no trabalho de Rossi (1995), no de Jacobs (2001) e no de Norberg-chulz (1997).

No se deve esquecer o descompasso entre as realizações arquitetonicas e as urbanísticas, como observou Benévolo (1978): o urbanismo teve que esperar até 1917 a proposta de T. Garnier da Ciudad Industrial. Assim pode visualizar o primeiro modelo de cidade moderna de funções claramente delimitadas e construidas de forma simples. Ese descompasso está deliberadamente expresado na modernidade (IL. 5) da Casa Steiner (Loos, Viena-1910) e na urbanística de Léon Jaussely para o plano de Angora (1925).

Assim não sorprende que, enquanto a arquitetura se preocupava em adotar a modernidade, na urbanística se desenvolvia a cidade jardín de Howard nas variadas práticas urbanísticas experimentadas, por exemplo, nas cidades da Inglaterra e França.

As proposições urbanísticas carregadas de utopía, tais como as propostas de Ebenezer Howard com a cidade jardim (1898); de Toni Garnier (1869-1948), com la *Cité Industrielle* (1904-1917) e de Le Corbusier com a *Cité Contemporaine* (1922) foram de grande alcance. As intenções estéticas, estruturais e técnicas desses projetos foram em muitos aspectos aceitas em muitas das cidades do mundo.

As variadas nuances do urbanismo premoderno, ao inicio do seculo XX, e o urbanismo formal seguiram confundindo-se até o fim da Segunda Guerra Mundial quando, impassivelmente, abandonou o formalismo para afiançar definitivamente o urbanismo moderno, selando-se a partir daí outra fase da urbanística moderna na qual se propos o abandono da quadra, da rua e da praça. Os novos planejamentos deveram ocorrer em blocos liberando o solo para os pedestres. A cidade a partir de entao terá que organizar-se em rigidos zoneamentos e terá que abandonar a antiga mescla com o funcional.

3 - Origem do urbanismo funcionalista no Brasil.

Perspectivas no final da Primeira República.

Brasil com área total de 8,5 milhões de Km.², correspondente a 47% do território da América do Sul, se divide em 5 regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Compõe-se de 26 Estados, mais o Distrito Federal, onde está situada Brasília, a capital.

O país no período da primeira república (1889 – 1930)³, caracterizava, por ser eminentemente rural⁴ e uma taxa de ocupação urbana bastante irregular: as taxas mais baixas na região Norte são de 2,59 hab./Km.² e as mais altas estão a Sudoeste, com 67, 66 hab./Km.². A relação entre população urbana e rural somente se alterou depois dos anos 60.

A pesar das variantes populacionais, o país cresceu e o maior aumento se concentrou entre o século XVIII e o XIX como o demonstra o censo demográfico do Brasil: em 1700 a população era de 350.000 habitantes e em 1800 essa cifra passou a ser de 3.300.000 a partir daí as cidades cresceram explosivamente sem planejamento urbano e ordem administrativa. Os administradores somente se preocuparam com a execução de obras políticas e eleitorais. O desenvolvimento industrial, a pesar de iniciado a princípios do século XIX, era ainda incipiente no século XX.

O Rio de Janeiro em 1808 sofreu um acréscimo de um terço de população com a chegada de D João VI e da corte portuguesa. D. João VI retornou a Portugal baixo ameaças de perda da coroa, mais deixou no Brasil o príncipe D. Pedro I. A monarquia portuguesa não pode mais ser absoluta e seus poderes foram limitados.

No final de 1889 se acabou a monarquia⁵. O país foi governado pelo marechal Deodoro da Fonseca. O primeiro presidente civil eleito por voto popular foi Prudente de Morais (de 15.11.1894 a 15.11.1898), sendo seu sucessor Rodríguez Alves (de 1902 a 1906), que estabeleceu a política do café. Era tempo da hegemonia

³ O período da *Primeira República*, também chamada de *República dos Coronéis*, esteve marcado pela hegemonia dos cafeicultores. Essa época foi conhecida também como a política *café com leite*, pelo domínio federal dos cafeicultores de São Paulo e de Minas Gerais.

⁴ Em 1872, 5,9% da população brasileira era urbana; passa em 1900 para 9,4%, depois para 10,7%, em 1920, e em 1940 alcança 31,24%; em 1970 a população urbana passou para 58%.

⁵ O imperio se derruba por um golpe militar “pacífico” (Proclamação da República Brasileira) ocorrido em 15 de novembro de 1889 depois de uma campanha republicana chegada a cabo por grupos políticos no Parlamento Nacional. Assim se descreve o panorama do momento: “Em essa mesma tarde D. Pedro II recebeu no Paço visita do Major Solon Guimarães com o comunicado da Proclamação da Republica e de deposição. Pela madrugada do dia 17, o ex-imperador, sua família e auxiliares deixaram o prédio em direção ao exílio”. (Paço Imperial. 2000: 25).

dos cafeicultores e do *voto de cabresto*⁶, resultando disso a repartição do domínio federal entre os cafeicultores de São Paulo e de Minas Gerais.

O panorama da arquitetura brasileira em 1900 correspondia ao ecletismo, como se pode comprovar no concurso internacional realizado no Rio de Janeiro, para a eleição das fachadas da Avenida Central (1905), no governo de Pereira Passos e seu auxiliar, o engenheiro Paulo de Frontin. Por outra parte em São Paulo, a burguesia do café buscou suas referências no gosto de morar bem da arquitetura francesa. As reformas de São Paulo foram realizadas por Ramos de Azevedo⁷, inspiradas nos fabulosos álbuns de César Daly,⁸ arquiteto francês contemporâneo de Haussmann.

O modelo francês de modernidade sem dúvida esteve sempre presente no Brasil ao largo do século XIX, até a véspera da Segunda Guerra Mundial (Ribeiro 1996:15). Ao final do século XIX, no Brasil a área urbana apresentava acúmulo de problemas que clamavam soluções; é um período caracterizado por um grande movimento de idéias. Os múltiplos câmbios ocorridos no século XIX - a independência (1822), a liberação dos escravos (1888), a proclamação da República de Brasil (1889) e a emigração - alteraram significativamente a vida político-econômica e a organização social do país. No período republicano (de 1889 a 1930) se consolidaram as bases do capitalismo provocando numerosos câmbios nas cidades; era necessário disciplinar seu crescimento desordenado e reorganizar os serviços públicos para poder atender o crescimento demográfico que não parava.

Tanto no México como no Brasil, as políticas tenderam a ser muito mais “nacional-desenvolvimentistas” que propriamente “nacional - revolucionária”, como em outros países (Ribeiro y Cardoso, 1996:56). A modernização e o nacionalismo se desenvolveram em uma ideologia populista a escala nacional. A integração se estabelece

⁶ *Voto de cabresto* - termo usado para designar obediência de voto eleitoral aos coronéis que comandavam o regime do período.

⁷ Francisco de Paula Ramos de Azevedo nasceu em 1851 e, como era tradição entre as famílias abastadas do período, foi em 1875 estudar engenharia e arquitetura no exterior, concretamente na cidade belga de Gand. Regressou de seus estudos em 1879 completamente identificados com o ecletismo arquitetônico europeu. A partir de 1886 passou a viver em Campinas (São Paulo) onde desenvolveu seu trabalho convertendo-se nas primeiras décadas do XX em um importante construtor e arquiteto das elites. Dentro de suas principais obras se pode destacar em São Paulo: a *Escola Normal* (atual Secretaria Estadual de Educação), o *Teatro Municipal*, a *Santa Casa de Misericórdia*, o *Palácio das Indústrias* (sede atual da Prefeitura), a agência central dos *Correios e Telégrafos* e o *Liceu de Artes e Ofícios* (atual Pinacoteca do Estado). (Prefeitura de São Paulo, Cf. no dia 31.08.05).

⁸ Os palacetes ecléticos paulistanos inspirados em modelos parisienses, especialmente em aqueles propostos por Cesar Daly, o arquiteto de Napoleão, foram construídos nos bairros altos da cidade como: *Campos Elísios*, *Higienópolis*, *Liberdade* e *na avenida Paulista*. (Serapião, Cf. no dia, 31.08.05).

com a luta antiimperialista, tendo a nação como objeto de interesse e não a questão social, a pesar das varias ações sociais ocorridas em esse período⁹.

A primeira república se havia estendido desde 1889 a 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder no período conhecido como Segunda República, que perdurou até 1954.

A era de Getúlio Vargas representa de forma exemplar todas as questões que lhe foram contemporâneas e entrelaça surpreendentemente três níveis de historia compreendidos entre as ordens mundiais, nacionais, locais. Em um primeiro plano, destaca a emergência dos regimes totalitários: Salazar, Mussolini, Hitler, Stalin, Perón y Vargas, com matizes diferentes, representam o poder centralizador capaz de grandes façanhas, ainda que funestas e trágicas. O plano nacional, a *Marcha para o Oeste* prosseguiu o principio colonizador da América Portuguesa, expandindo suas fronteiras além da linha de Tordesillas. Abrir caminhos e semear cidades, derrubar florestas e transformá-las em ricos e produtivos campos costurados por vias de trem, cujas estações abandonadas são hoje seus velhos sinais. Em outra escala, em um ermo e desolado *Cerrado*, espécie entranha de savana, traços de vias de comunicação, absurdamente semelhante a Versalhes, sao os leitos para os carros puxados por bois que, carregados de materiais de construção, catam um triste lamento, sob o sol inclemente da meseta central.

⁹ Os movimentos que representaram os sintomas dos problemas sociais na capital do Brasil foram o movimento messiânico de Canudos (1896-97), o movimento do Contestado (1911-15), as revoluções da vacina (1904), e da *Chibata* (1910) e a Greve Geral (1917), entre varias outras que sucederam entre 1911 e 1920.

4 - O contexto sóciopolítico e os fundadores de Goiânia.

Goiás e os aspectos socioeconômicos – Início do século XX.

O plano da cidade de Goiânia deve ser entendido como um reflexo do momento sociocultural correspondente ao período da industrialização e como resultante dos câmbios políticos e econômicos ocorridos no Brasil e no Estado de Goiás, consolidados na Revolução de 1930.

A expansão econômica apoiada em atividades agrárias regionais teve lugar com a ampliação da via férrea. Também desenvolveu com a urbanização do sul do Estado, robustecendo as velhas cidades com o aumento e a expansão do fluxo comercial, valorizando as terras da região. Correntes migratórias originais de Minas Gerais e São Paulo já haviam ocupando, durante os séculos XVIII e XIX, as áreas do Sul e Sudoeste do Estado. Em 1920, havia cerca de 512.000 habitantes em Goiás, dispersos por um enorme vazio demográfico que se traduzia em uma taxa de ocupação de 0,7 hab/km². A terra se valorizava muito comercialmente e 81,8% da população se dedicavam à agricultura (Chaul, 1998:31). No comentário de Azevedo (1971:357) se destaca que o cambio mais significativo somente ocorreu a partir da década de 1930, com a onda ocupacional de urbanização procedente do sudoeste de Brasil que iniciou sua marcha no século XVIII, passando a marchar mais depressa no século XX.

As minas de ouro encontradas no Sul do Estado de Goiás a começo do século XVIII e o florescimento da agricultura extensiva fizeram com que a região sul se desenvolvesse mais que a região Norte. Em 1872, a região Sul tinha 54,6% da população de toda a província, implementada por migrações de mineiros e paulistas. Essa situação marcou a diferença com as outras regiões do Estado, caracterizando-se por concentração de riqueza e maior desenvolvimento. As forças econômicas e políticas aí instaladas reforçaram a fundação da nova capital em suas proximidades. A antiga capital estava situada a 150 Km. do novo centro econômico a ser criado, o que significava um pequeno cambio de localização, si se considera a extensão do Estado.

A eleição do lugar claramente, não se definiu pela vontade de unificar o território, se não para atender às reivindicações das forças políticas dominantes que viviam nas áreas mais povoadas do Estado. O Estado se caracterizava como um território díspar, com a parte norte sem meios de comunicação e abandonada a sua

própria sorte. A instalação de Goiânia a pouca distância de Vila Boa fez reforçar as antigas intenções de dividir o Estado.

O estado de Goiás, que ocupava no Brasil o quarto lugar em superfície e era maior que o Estado de Minas, teve sua conformação física mudada em outubro de 1988 com a criação do Estado de Tocantins. O Estado a partir dessa data foi dividido em duas partes: a parte sul para o Estado de Goiás e a norte para o Estado de Tocantins.

A falta de equilíbrio na rede urbana, pela ausência de cidades intermédias, demonstrava que os gestores políticos e econômicos do século XIX e princípios do XX não tiveram nenhuma preocupação com uma planificação de qualquer ordem. À rede de cidade mal estabelecida e mal distribuída superpunha erros que impediam a promoção do desenvolvimento. A tudo isso se somava a visão decadente do esplendor aurífero, o que dificultava a leitura correta do desenvolvimento e da cultura da região.

A criação de gado era uma atividade comum em Goiás; existia como subsidiária da mineração e, a começo do século XIX, era produto de exportação. A agricultura não sobressaía, pois a dificuldade com o meio de transporte a fazia pouco viável, situação alterada com a chegada da via férrea (1913) e as estradas. Antes o percurso desde a cidade de Goiás até a cidade de Uberaba, onde estava a ferrovia, levava 29 dias a cavalo. Até 1931, a linha avançou de forma lenta, chegando somente à cidade de Leopoldo de Bulhões. Mesmo com uma população que aumentava de forma significativa, em 1900 e em 1920. Não havia esperanças de prolongar a estrada de ferro até a cidade de Goiás. O empreendimento foi considerado ante econômico para uma população tão escassa.

Essa situação não era geral, pois se constatava uma urbanização acelerada no país, mais que ocorria de forma desequilibrada, pois o maior desenvolvimento se dava no Sudeste, na região urbanizada de São Paulo, donde o crescimento industrial se desenvolvia. O censo de 1920 revelava que a população no país era de 30.635.605 habitantes.

Velhas capitais, como Vila Boa de Goiás e Ouro Preto, eram resultantes, como tantas outras cidades instaladas no Brasil, de um simples ato de fundação, em busca da zona de exploração de ouro em regiões de difícil acesso. A semelhança de Belo Horizonte e Goiânia estão em primeiro lugar, ambas haviam sido criadas em zonas auríferas. E, em segundo lugar, pela exaustão das minas, ambas se

encontravam sem possibilidades de desenvolvimento. O extraordinário êxito econômico da implantação de Belo Horizonte, ocorrido em 1897, estimulou a criação da nova capital de Goiás. O governo federal iniciava uma política de descentralização administrativa, que conduziria posteriormente à campanha de interiorização do país, desencadeada oficialmente em Goiânia, em 1940. Era necessário adentrar-se no interior, pois as diferentes características entre a urbanização do interior e da orla marítima provocavam um desequilíbrio territorial tão grande que reclamava por mudanças e uma política demográfica mais racional.

A nova capital havia de desempenhar funções de dupla natureza: uma de caráter econômico-social, outra de caráter político-administrativo. As condições para a elaboração do projeto estavam também definidas no decreto que contratou o arquiteto urbanista Atílio Corrêa Lima (Decreto 3547, 1933).

5 - O Plano Piloto de Goiânia – Atílio Corrêa Lima (1932-1935) e Armando Augusto de Godoy (1936-1937).

As primeiras décadas do século XX, no Brasil, praticamente só estava urbanizado o litoral, sendo as capitais de Estados as cidades mais importantes. O centro do país estava despovoado e era representado por imensos campos planos, cobertos da vegetação própria do interior. A implantação de uma cidade moderna no Centro-Oeste significava, para os *mudancistas*, a ruptura do isolamento vivido, que quase sempre imprimia um descrédito para Goiás.

Conceber uma nova capital para Goiás, após a Revolução, expressava uma nova vida em sociedade; e ponto de partida para um novo começo. A nova capital representava a superação dos problemas e dificuldades vividas até então. A nova capital romperia as travas, fazendo perder por fim a imagem forjada de estancamento, insistentemente descrita pelo governo provincial do século XVIII. O cenário brasileiro nas primeiras décadas do século XX esteve marcado por transformações e novas definições político-econômicas e socioculturais. Era necessário trabalhar a favor de um Brasil moderno. Uma nova capital, com melhor acesso e com possibilidades de expansão, certamente marchava em direção ao progresso, marchava em direção à modernidade.

O Plano Piloto foi confiado ao arquiteto Atílio Corrêa Lima, por convite de Pedro Ludovico Teixeira em 1932. A missão de Corrêa Lima era o estabelecimento do projeto no máximo de seis meses obedecendo ao Decreto nº. 3.547 de 6.07.1933.

As aspirações dos *mudancistas* vinculadas ao ideal da Revolução de 30, estavam representadas em Goiás por Pedro Ludovico Teixeira, que governou o Estado durante quinze anos, desde 1930 até 1945. No cambio da capital estavam depositadas as esperanças de renovação. Por tanto, a indagada modernização seguramente se manifestaria no projeto urbano.

Estava em mãos de Corrêa Lima o desafio de projetar uma cidade que correspondesse às aspirações de vanguarda, e determinada no Decreto 3.359 de 18.05.1933, que anunciava uma capital moderna, em sintonia com os novos tempos. A nova cidade seria a delimitação entre o velho e o novo; representava a vontade do Estado de integrar-se ao plano nacional, como ocorrera com Belo Horizonte.

Corrêa Lima, mesmo com as dificuldades inerentes ao deslocamento desde o Rio de Janeiro até Goiânia, iniciou o plano.

A Praça Central, elemento fundamental foi instalada no ponto alto do terreno para obter, como se diz, o aspecto monumental e nobre desejado, acorde com as exigências de uma capital. O efeito perspectiva se obteve com o genericamente chamado *pâte d'óie*, posto frente a praça do Palácio de Governo (IL. 151). Corrêa Lima sustentava essa singular efeito: “Guardando as devidas proporções, o efeito monumental procurado é o do principio clássico adotado em “Versalhes”, “Carlsruhe” e “Whashington” (Corrêa Lima 10/01/35). Nessa Praça foram construídos os edifícios públicos administrativos, nos níveis municipal, estatal e federal (IL. 152), enfatizado em vários desenhos ao estilo da escola francesa. O contexto da escola francesa é aqui evocado na geometria das avenidas, praças e na estética dos *bulevares* ou *park-ways*. A exemplo de Prost, em Casablanca (1914), propôs uma divisão em grandes zonas funcionais e conceitos como bairro de negócios, barros residenciais e vias em um sistema hierarquizado e inovador.

A nova cidade se elaborou em um traçado imponente, satisfazendo as aspirações da elite econômica e política no poder. O caráter artístico das avenidas convergentes à praça, destaca a importância da nova administração, do novo governo. O *pâte d'óie* chamava a atenção pela sua excepcional largura, semelhante ao traçado da cidade jardim. Caráter que foi reforçado, na reformulação e pormenores de Godoy.

A essa composição se junta o testemunho socio-econômico-cultural, acompanhado do nascimento do urbanismo moderno em questões como: zoneamento, tráfico, vias, topografia, áreas verdes e o compromisso de uma visão regional. Assim

se pode asseverar que o plano desenhado, entre a ordem, clássica e cidade jardim, em sua essência, está revestido de modernidade quando enfatiza as preocupações vinculadas ao momento em que se estruturou. Corrêa Lima destacou que para atender a vida moderna, o Plano deveria ter em conta a nova ciência, observar a independência econômica da cidade, ademais de considerar fatores como a configuração do terreno, o tráfego e o zoneamento.

Na entrega do Plano em 10 de janeiro de 1935, Corrêa Lima apresentou também: um *Projeto de Organização Administrativa e Regulamento para as Construções de Goiânia*. O primeiro tinha a intenção de criar um sistema livre de influências políticas, que dificultaria o encaminhamento de interesses econômicos e especulativos inerentes à política do período e o segundo definia o regulamento urbanístico.

Com os projetos de Corrêa Lima em mãos, os engenheiros Coimbra Bueno propuseram março de 1935 a revisão e maior divulgação do plano. Da revisão do Plano deveriam participar representantes de entidades de prestígio, todas com sede no Rio de Janeiro, tais como a *Escola Politécnica*, a *Escola Nacional de Belas Artes* e o *Clube de Engenharia*. Mais se tal comissão se formou e se emitiu algum parecer técnico, nunca se soube o resultado.

Godoy iniciou a reformulação do plano em 1936, na oficina dos engenheiros Coimbra Bueno no Rio de Janeiro. Trabalhou durante dois meses (Álvares, 1942), redefinindo os limites dos setores. Coerente com o informe de 1933, reforçou a proposta da cidade jardim para Goiânia. Nesse critério desenhou o Setor Sul (IL. 194), inspirado na cidade de Radburn, seu trabalho de maior envergadura para Goiânia.

Godoy já em 1933, manifestara o vontade de atribuir ao plano o caráter de cidade jardim, sublinhando a diferença entre a cidade antiga e a cidade moderna em sua ação civilizadora e econômica. Falava de urbanizações com formas dinâmicas apontando a necessidade de estabelecer um maior contato entre os habitantes da cidade e a natureza – “a volta do homem à natureza”. Para a implantação da cidade satélite nas áreas circundantes, o engenheiro Armando Augusto de Godoy (IL. 198) recomendou que existisse uma franja de vegetação. A mudança da capital se oficializou pelo Decreto 1816 de 23/03/1937, quando ocorre também o lançamento da campanha “Marcha para el Oeste” selando de vez a política de “interiorização” do país. O plano consagrado pelo Decreto 90A (30.07.1938), aprovou os setores:

Central, Norte, Oeste, Sul e a cidade satélite de Campinas (onde foi adjuntado o Setor Coimbra), ademais das áreas do Aeroporto, Parque dos Buritis, Parque Capim Puba, Parque Bandeirantes, o Zoológico e o Hipódromo.

*Imprensa e Política em Torno dos Movimentos Sociais na Capital
Federal (1904- 1910)*

Por: Rosimar de Lemos Pires

“UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA”

RESUMO:

Essa comunicação tem como proposta de pesquisa uma análise da imprensa como agente de formação da opinião pública e sua posição política acerca dos movimentos sociais do início do século XX (Revolta da Vacina, Campanha Civilista e Revolta de Marinheiros contra castigos corporais). Considerando esses órgãos de comunicação como reflexo e guia, pretendemos construir um ambiente teórico utilizando conceitos de Jean-Jacques Becker que discute a existência de uma opinião pública estática e de outra dinâmica no sentido de delimitarmos as dimensões assumidas pela imprensa nessa conjuntura de transição política e de instabilidade social. Acreditamos ser necessário ainda, para tal empreendimento, uma análise das características de cada movimento acima citado, bem como de seus desdobramentos, para então elaborarmos uma análise dentro do contexto abordado.

Palavras Chaves: Imprensa, opinião pública e movimentos sociais

SUMMARY:

This communication has as research proposal an analysis of the press as agent of formation of the public opinion and its position politics concerning the social movements of the beginning of century XX (Revolt of the Vaccine, Civilist Campaign and Revolt of Sailors against corporal punishments). Considering these agencies of communication as reflected and it guides, we intend to construct a theoretical environment using concepts of Jean-Jacques Becker who argues the existence of a static public opinion and of another dynamics in the direction to delimit the dimensions assumed for the press in this conjuncture of transistion politics and social instability. We still believe to be necessary, for such enterprise, an analysis of the characteristics of each movement above cited, as well as of its unfoldings, for then inside elaborating an analysis of the boarded context.

Words Keys: The press, public opinion and social movements

INTRODUÇÃO

Esta comunicação propõe como pesquisa uma análise da grande imprensa e sua posição política acerca dos principais movimentos ocorridos no Rio de Janeiro, no início do século XX, e seus desdobramentos na sociedade carioca, considerando para tal todo o contexto social, econômico e político da época em questão.

Por isso se faz necessário algumas considerações sobre o surgimento e a atuação da imprensa. Criada no Brasil há quase 200 anos, através da “Gazeta do Rio de Janeiro”, em 1808, desde seus primórdios ela acompanhou ativamente as mudanças históricas do país e, de certa forma, também contribuiu para formação do estado nacional. Aliás, em todos os movimentos relevantes ocorridos no Brasil, antes e após sua independência, houve a participação efetiva da imprensa, como meio de veicular idéias e acontecimentos. Durante o século XIX os jornais, em sua maioria, foram usados apenas como armas políticas, mas após a Guerra do Paraguai, devido ao aprofundamento das contradições da sociedade brasileira, principalmente em torno da questão servil, além do partidarismo político, foram se tornando mais informativos ou investigativos (SODRÈ, 1966:287- 315), passando a defender ou a atacar o antigo regime político. Destarte, mesmo após a Proclamação da República, o novo governo utilizava a imprensa como meio de neutralizar ou de cooptar a sociedade como forma de manutenção do novo regime. Um exemplo disso seria a atuação do jornal “O Paiz” que atacava a escravidão e a monarquia, propagandeando a república (SODRÉ, 1966:273). Mas após a instituição do novo governo, passou a ser o seu defensor. Por outro lado, no final do século XIX, o Jornal do Brasil foi fundado, com o objetivo de defender a monarquia, noticiando sobre monarquias estrangeiras; criticando o governo e ao regime utilizando o que Joaquim Nabuco chamou de “ilusões republicanas”; noticiando greves e destacando a ação social do próprio jornal, lembrando o paternalismo monárquico de D. Pedro II; homenageando Princesa Isabel como “Redentora” e destacando o 13 de maio como uma das datas importantes do calendário cívico nacional, enquanto os outros jornais tentavam separar a abolição de Isabel (Morel, 2003:332- 362).

Não pretendemos, neste trabalho, investigar a história da imprensa no Brasil, mas a sua influência na sociedade carioca do início do século XX. Privilegiaremos, desta forma, focar as análises de alguns jornais da grande imprensa da época, principalmente “O Correio da Manhã” e “O Paiz”, que tinham posições ideológicas antagônicas, jornais de oposição e defensor do governo, respectivamente. Que no campo político influenciavam publicando ou ocultando fatos de acordo com interesses vigentes.

Para compreender o panorama político, econômico e social do período determinado na pesquisa, utilizaremos o conceito de opinião pública desenvolvido por Jean-Jacques Becker na coletânea organizada por René Rémond, onde o historiador, seguindo as idéias de Wilhelm Bauer, caracteriza a existência de uma opinião pública estática e outra dinâmica, onde “a primeira se inscreve no tempo longo, a segunda no tempo curto.” A estática, estaria associada às estruturas de crenças e comportamento dos indivíduos, onde as mudanças se operam muito lentamente, e que a história brasileira seria relacionada à fatos harmônicos, estes associados aos ambientes cotidianos das sociedades. Na dinâmica, resultado de acontecimentos imediatos, pertinente ao impacto das duas revoltas e da campanha civilista sobre a opinião pública da época.

Nessa perspectiva, são necessários alguns comentários sobre as transformações pela qual o Rio de Janeiro, capital federal, passava no início do século XX.

A Lei Áurea, assinada em 1888, abolia definitivamente a escravidão no Brasil. Essa decisão foi tomada após várias medidas paliativas que protelavam a abolição do escravo. O recrutamento de libertos na Guerra do Paraguai teria gerado questionamentos por parte da opinião pública acerca da escravidão e contribuído para o aceleração do processo de libertação¹. Segundo Hebe Maria Mattos, quando a Lei áurea foi assinada, 95% dos descendentes de africanos já eram livres, E alguns chegavam a fazer parte da elite intelectual, como José do Patrocínio e André Rebouças e, a partir de 1879 houve um aumento significativo de fugas, promovendo o maior movimento de desobediência civil de nossa história.

Um ano após a libertação dos escravos era proclamada a república que, segundo os propagandistas da época, como Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, dentre outros², seria momento de transição, de grande mudança, de um novo governo em que haveria maior participação do povo nas decisões políticas. Mas a grande maioria da população teve para com o governo republicano uma relação de distanciamento ou, até mesmo, de animosidade³. O Brasil continuou rural com grandes latifúndios e tendo o café como a principal riqueza do país e os grandes proprietários agrários produtores de café continuaram no topo da pirâmide

¹ Uma discussão mais aprofundada ver CHALHOUB, S. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. SP: Companhia das Letras, 1990.

² Os limites dessa pesquisa não proporcionam o ambiente propício para uma discussão aprofundada do universo teórico desses políticos. Para um aprofundamento no assunto ver José Murilo de Carvalho, em *Formação das Almas*.

³ Médicos e higienistas, com a conivência do governo, discriminavam os pobres associando-os à uma natureza movida para o crime. Marly Rodrigues em *O Brasil na Década de 1910: A fábrica e a rua, dois palcos de luta*, SP: Ática, 1997, p.49.

social. O Novo regime fortaleceu as oligarquias estaduais, especialmente dos estados mais fortes, em termos econômicos ou eleitorais, como São Paulo e Minas Gerais que passaram a dominar o poder político da nação.

Para a grande maioria da população, o poder político estava fora de alcance, afinal, a república foi feita longe da rua, não havendo participação nas decisões políticas, mas a população reagia violentamente quando se viam atingidos os seus direitos ou valores, como aconteceu na Revolta do Vintém⁴. Segundo o cientista político José Murilo de Carvalho, o Rio de Janeiro, no início da República era um referencial para o resto da nação, havendo necessidade de neutralizar a influência da capital na política nacional. Sendo assim, o Presidente da República Campos Sales (1898-1902) decide fortalecer os estados, transferindo as atenções da capital estabelecendo a famosa Política dos Governadores.⁵

Nas primeiras décadas do século XIX, a influencia cultural francesa no Brasil é significativa. O Rio era o grande centro intelectual, ele reproduzia o mundo da “*belle-époque*”. Crescia a imprensa escrita, e a dos operários como *O Proletário* pelas mãos dos imigrantes ao mesmo tempo em que apareciam os automóveis, a eletricidade, os bondes elétricos: a capital estava vivendo um momento de transformação radical. Não muitos anos atrás, a cidade havia sido remodelada pelo prefeito Pereira Passos (1903-1906)⁶ e higienizada pelo sanitarista Oswaldo Cruz; a obrigatoriedade da vacinação, numa sociedade *vacinophóbica*, vivendo num ambiente em que era grande o domínio, a discriminação e o autoritarismo por parte da administração pública, produziu um processo acelerado de urbanização que alijou grande parte da população pobre desse processo. Médicos e higienistas consideravam as moradias populares no centro do Rio, como foco das epidemias e deviam ser eliminadas gerando grande contingente de desabrigados. O *Jornal do Brazil* (27/01/1893) noticiou a demolição do Cabeça de Porco (o mais famoso cortiço carioca do período) que contou com a presença do prefeito Barata Ribeiro e de ilustres autoridades, se deparando com famílias que resistiam à abandonar suas casas e que só saíam quando os escombros os

⁴ Nesta revolta a opinião pública reagiu à notícia do aumento dos bilhetes de bondes, no Rio de Janeiro em 1880, foram três dias de violência, com bondes virados, trilhos arrancados.

⁵ Campos Sales deixa registrado sua intenção em: *Da propaganda à presidência*, p. 127, ao declarar: “ (...) procurei fortalecer-me com o apoio dos Estados, porque não cessarei de repeti-lo- é de lá que reside a verdadeira força política. (...) É de lá que se governa a República por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da Capital da União.”

⁶ A Capital Federal passou pelo processo de reurbanização, uma onda de demolições dos cortiços que se localizavam nas áreas centrais e a conseqüente expulsão dos pobres para os morros. Segundo Sidney Chalhoub *Cidade Febril- cortiços e epidemias na corte imperial*, a intervenção sobre os cortiços seria legitimada pela ideologia da higiene, propagada por médicos e engenheiros que pretendiam estimular o projeto de branqueamento, já que priorizava o combate à febre amarela que poupava os negros, em detrimento de doenças tão ou mais graves.

atingiam. Segundo Lílian Fessler Vaz (estuda a história dos cortiços do Rio) o prefeito Barata Ribeiro numa “atitude magnânima”, teria permitido à esses pobres desabrigados, a reutilização das madeiras para a construção de casebres nos morros, situados nas imediações(CHALHOUB,1996:17). Com a destruição do Cabeça de Porco o prefeito teria sido louvado pela imprensa em geral (*JB, O Paiz*, dentre outros) pelo extermínio daquele “mundo de imundície”.

A extirpação do “Cabeça de Porco”, dá início à um processo de erradicação dos cortiços cariocas e conseqüentemente de um enorme contingente de desabrigados na capital federal, contribuindo à uma das mais importantes revoltas populares do início do século, a Revolta da Vacina (1904). Segundo José Murilo de Carvalho, a imprensa teria participado ativamente no “exaltar dos ânimos” o que teria contribuído para a revolta. O jornal *Correio da manhã* (que fazia oposição ao governo) criticava a imposição do governo, o que chamavam de “despotismo sanitário” e apontavam como conseqüência da vacinação o perigo de se contrair doenças, como otites, meningites, sífilis e outras, além de relatar os excessos de violência cometida por policiais. Até mesmo o jornal *O Paiz* (que apoiava o governo), que inicialmente tentava tranqüilizar os ânimos, ficou estarrecido com o arbitrário projeto do governo que impedia do cidadão de levar uma vida normal caso não fosse vacinado (CARVALHO, 1987: 98-113)

É sabido que durante a “República Velha”, não havia necessidade de embates eleitorais, sendo este um dos fatores para a manutenção do sistema até o final da década de 20. As oligarquias paulista e mineira dominavam a política nacional, os presidentes eram escolhidos por acordos de gabinete. Mas em 1908, com a morte do mineiro João Pinheiro, candidato natural a sucessão à presidência, o presidente Afonso Pena teria lançado a campanha da candidatura de seu ministro da Fazenda, Davi Campista. João Lage, amigo do poderoso Senador do Rio Grande do Sul Pinheiro Machado e proprietário do jornal *O Paiz*, teria iniciado uma campanha violenta contra esta candidatura (SODRÉ, 1966:375)⁷.

Com a campanha fomentada por *O Paiz*, a candidatura de Davi Campista teria sido rejeitada. Pinheiro Machado com a ajuda de João Lage, através do jornal, levantaria a candidatura de Hermes da Fonseca. Desde a proclamação da República os civis preocupavam-se com a concentração de poder dos militares. São Paulo, na condição do Estado mais importante da federação, sentiu-se prejudicado com a escolha e se viu sem chances de rearticulação em torno do nome de David Campista, havendo assim uma cisão nos grupos

⁷ Davi Campista, como ministro da Fazenda, havia negado à João Lage o perdão da dívida pública do jornal *O Paiz*, daí, por motivos particulares a perseguição de Lage à sua candidatura.

dirigentes da nação. Destarte, teria se articulado, com Rio de Janeiro e Bahia, contra a candidatura do militar, apoiando a candidatura de Rui Barbosa, campanha que propagandeava a luta contra o Brasil oligárquico e autoritário. Pela primeira vez na história do país, uma campanha despertou interesse de populares em torno da sucessão presidencial. Mas mesmo tendo em vista a participação do povo nas ruas, contraditoriamente, apesar das propagandas eleitorais, não havia intenção por parte das oligarquias alterarem a antiga ordem vigente. Com a morte de Afonso Pena assumiu a presidência seu vice Nilo Peçanha, que passaria a apoiar a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca. Os civilistas, ao perderem o apoio do governo federal, passariam a contar com o apoio dos jornais *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias*, *O Século*, *A Notícia e a Careta* e, por outro lado, apoiando a candidatura do bloco de Pinheiro Machado estariam *O Paiz*, o *Jornal do Comércio*, o *Jornal do Brasil*, *A Tribuna e a Revista da Semana e o Malho* (SODRÉ, 1966:374-376).

Neste trabalho, porém, utilizarei como fontes de consulta o jornal *O Paiz* (órgão assumidamente ligado ao governo) para caracterizar a influência da opinião pública estática e o jornal *Correio da Manhã* (seu oposicionismo era visto como combate ao controle do poder pelas oligarquias) (www.cepedoc.fgv) exercendo o papel de uma opinião pública dinâmica, que representaria uma espécie de oposição ao poder então instituído.⁸

Com esta breve análise, fica mais compreensível o partidarismo por parte da imprensa nos acontecimentos referentes à revolta. A repercussão da revolta de marinheiros, na imprensa, estaria intimamente ligada a campanha civilista de Rui Barbosa. A vitória de o grupo militar de Hermes da Fonseca produziu grande desilusão na reduzida intelectualidade da época, que foi traduzida na primeira página do jornal *Correio da Manhã* em 15- 11- 1910: “... sua candidatura encontra resistência vitoriosa nas urnas, mas anulada pela prepotência do poder verificador (...) somos oposicionistas ao seu governo como fomos a sua candidatura. Prevaecem os motivos...”.

Outro exemplo da intervenção da imprensa encontra-se na questão do banimento dos castigos corporais na Marinha, pelo terceiro decreto impetrado pelo novo governo (decreto de número 3, de 16 de novembro de 1889), que também, aumentou o salário e diminuiu o tempo de serviço dos marujos, que seriam fatores atrativos à manutenção do regime republicano, o

⁸ Meu objetivo central é elaborar uma garimpagem da imprensa como agente de formação de opinião e criar um ambiente teórico, utilizando o conceito de Jean-Jacques Becker na coletânea organizada por René Rémomd, onde o historiador seguindo as idéias de Wilhelm Bauer, caracteriza a existência de uma opinião pública estática e dinâmica.

que desagradou aos oficiais, tidos como simpatizantes do antigo governo.⁹ Durante cinco meses os marujos teriam comemorado com o novo governo o fim dos castigos corporais. Mas, devido à pressão da Alta oficialidade da Armada, em abril do ano seguinte, os castigos foram re-introduzidos, através da Companhia Correccional, que permitia que o marinheiro condenado por faltas disciplinares, além dos castigos e da perda de regalias, fosse marcado com a letra “C” em vermelho costurada à manga da farda, o que servia para segregar o faltoso. O decreto foi assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca e referendado por Rui Barbosa. No auge do desrespeito à pessoa humana, na madrugada de 21 de novembro de 1910, o marinheiro Marcelino Rodrigues é despido até a cintura e, ao som abafado de tambores, é chibatado 250 vezes até perder os sentidos.

Essa barbárie foi o estopim da revolta que explodiu na noite de 22 de novembro. João Cândido assumiu o comando do Minas Gerais, Francisco Dias Martins, o Bahia, Manoel Gregório, o São Paulo e assim por diante. Os principais jornais da época transcreveram a mensagem enviada pelos marujos com os seguintes termos:

“Não queremos volta chibata. Isso pedimos Presidente, Ministro da Marinha. Queremos resposta já e já. Caso não tenhamos, bombardearemos a cidade e os navios que não se revoltarem. – Guarnição Minas, São Paulo, Bahia.”¹⁰

A sociedade carioca não dispoñdo ainda dos benefícios da rádio difusão comercial, não deu importância aos tiros de canhão, pois não ficou sabendo do que estava acontecendo. Ao amanhecer, porém, por intermédio dos jornais, a população tomou conhecimento dos fatos e, cedo, verdadeira multidão afluíu às praias e morros. “A precipitação com que se pode apreciar, tarde da noite, o espetáculo sinistro de uma ameaça mortífera voltada contra a cidade entregue ao sono descuidado...”. (Folha do Dia, 23- 11- 1910).

No jornal Correio da Manhã do dia 25, na 1ª edição, foi noticiado que o governo se preparava para atacar os marinheiros quando voltassem do alto-mar. Houve um êxodo da população que, apavorada, fugia do centro do Rio, indo para os subúrbios; os mais abastados fugiam para Petrópolis. “O Governo conhecendo o temor, que dominava a população, apressou-se em tranquilizar os espíritos. O chefe de polícia do Distrito Federal aconselha o povo a ter calma e garante que o governo não tenciona atacar (Correio da Manhã, 25- 11- 1910) Com estes relatos, identificamos que os jornais traduziam a expressão de uma opinião pública assustada pela própria narrativa dos fatos pela imprensa. Muitos teriam se identificado com o efetivo rebelado de um extrato popular da cidade, seriam os que sofriam a violência das

⁹ Para saber mais ler Álvaro Pereira do Nascimento *A Ressaca da Marujada*, Edgar Carone *A República Velha- Instituições e classes sociais*. José Murilo Carvalho *A Construção da Ordem*

autoridades. Estes fatores poderiam ser um ingrediente preponderante para que o governo votasse um projeto de anistia, no dia 25 de novembro, elaborado por Rui Barbosa e a operação de bombardeio aos navios rebelados foi cancelada, deixando muitos oficiais decepcionados.

Mas o governo, ignorando a anistia, no dia 28 de novembro, baixou um decreto regulamentando o afastamento dos marinheiros julgados indesejáveis. A justificativa dada pelo Ministro da Marinha Joaquim Marques Batista de Leão foi a insubmissão dos marinheiros às autoridades oficiais após a decretação da anistia (MARTINS,1998).

No dia 9 de dezembro, nova revolta se iniciou. Para alguns estudiosos como Mário Maestri, o movimento tinha sido estimulado pela própria Marinha, para justificar a repressão contra os marinheiros (MAESTRI,2000,95). H. Pereira da Cunha, chefe de gabinete do Ministro da Marinha Joaquim Marques de Leão, manifestou em seu livro a visão oficial sobre a revolta de dezembro: “Começou então a “limpeza” nos quadros da marinhagem”.(CUNHA, 1953:108)

Atemorizados, os marinheiros foram bombardeados por canhões do Exército e da esquadra. Os sublevados do Batalhão Naval foram massacrados, mesmo hasteando a bandeira branca. O Catete não aceitou a rendição, ordenando maior bombardeio sobre a ilha, a fim de forçar o Congresso Nacional a votar o Estado de Sítio, arma política que interessava o governo. Rui Barbosa acusou o Executivo Federal de pretender usar o Estado de Sítio para impedir manifestações contrárias à sua atitude e perseguir quem lhe fazia oposição.(A Notícia,23-11-1910) Foram dezenas de mortos e inúmeros presos inclusive João Cândido. Na entrevista, concedida à Hélio Silva, João Cândido afirma que a segunda revolta foi preparada pelo governo com o intuito de tirar o efeito da anistia.(ALBIN, 1999:81)

A opinião pública que neste momento pode ser identificada como opinião estática, só veio tomar conhecimento do que aconteceu aos revoltosos, quando acabou o estado de sítio a partir de janeiro de 1911, através da imprensa, quando houve um arrefecimento do impacto que poderia causar a notícia ante a opinião pública que poderia ser associada à opinião pública dinâmica.

Dessa revolta, surgiu a figura de João Cândido, negro, nascido em 1880, no Rio Grande do Sul, personagem pertencente aos baixos escalões da Marinha que passou a ser respeitado pela população pobre do Rio de Janeiro e transformado pela imprensa, em um símbolo de resistência, o “Almirante Negro”. A exemplo disso, “O Correio da Manhã” do dia

24 de novembro, elogiava o almirante João Cândido falando “do respeito que goza entre os camaradas de armas”, de sua perícia nas manobras do navio Minas Gerais e da concordância em que os castigos corporais deviam ter fim “como preceitua a lei”

Alguns setores do governo e parte da oficialidade da Marinha teriam tentado calar a opinião pública, dificultando os escritores de imprimir livros a seu respeito, levando o nome de João Cândido para a obscuridade, punindo pessoas que tentaram ajuda-lo e proibindo jornais e revistas de falarem seu nome, não só no período, mas também nos posteriores. Não se pode deixar de ressaltar a importância da memória, que pode ser conservada ou esquecida de acordo com interesses vigentes. Sua conservação pode significar a potencialização da sociedade, assim, certas informações pode levar o homem à explorar outras perspectivas, a se tornar mais defensável à manipulação.

Há uma corrente de pensamento, ligada às elites brasileiras, direcionada a pensar o Brasil como um lugar em que não há divergências, ou que todas são resolvidas harmoniosamente¹¹ (Opinião pública estática). Pensar uma sociedade onde as relações passam mais pelas negociações que pelo conflito. Por isso, A revolta da vacina, durante muito tempo, era citada de forma superficial sem uma análise mais profunda das discriminações e do autoritarismo por parte da administração pública, em relação à grande parte da população pobre. Médicos e higienistas que dispunham de famílias inteiras em nome da saúde pública, escondendo nesse processo as influencias de teorias racistas, tão propaladas na Europa. Assim, ao adotar o conceito de “classes perigosas” no Brasil, os negros se tornavam o alvo preferencial. Desta forma, é fácil explicar o porquê, nos anos dos acontecimentos e nos posteriores, falar sobre João Cândido era perigoso. A revolta por muito tempo foi levada para o esquecimento, pois a classe dominante sabia os efeitos que uma sublevação como essa poderia causar à sociedade. Não era interessante para os setores dirigentes, questionamentos. Só recentemente, alguns livros começaram a vasculhar e interpretar as circunstâncias por trás dos acontecimentos das duas revoltas. Pelo menos até 1984, evitava-se um aprofundamento nesses movimentos de resistência a sutis mecanismos de dominação. Falar sobre a sublevação dos marinheiros, um paradigma indesejável, daí a necessidade de se tirar as atenções sobre uma revolta de homens pobres e principalmente uma chefiada por um negro

¹¹ Carlos Guilherme Mota em *Ideologia x Cultura Brasileira (1933-1974)*, SP: Ática, 1990, pp 17-51. Defende a idéia de que a miscigenação, propiciou uma integração cultural possibilitando desenvolver no Brasil uma sociedade onde as relações passam mais pelas negociações que pelo conflito; Renato Ortiz, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. SP: Brasiliense, 1988, defendendo, por parte do Estado, o controle das manifestações disciplinadoras.

BIBLIOGRAFIA

- ALBIN, R.C. (org). *João Cândido, O Almirante Negro*. RJ: Gryphus-Fundação Museu da Imagem e do Som, 19909. pp. 65-101.
- BECKER, J. A *Opinião Pública* In: RÉMOND, R. (org) *Por uma História Política*. RJ: UFRJ/ FGV.
- BORIS, F. (org). *Fazer a América*, 2ª ed. SP: Edusp, 2000.
- BRETAS, M. L. *Ordem na Cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930*. RJ: Rocco, 1997
- CARDOSO, C. F. *Escravidão e Abolição no Brasil- Novas Perspectivas*. RJ: Zahar, 1988.
- CARVALHO, J. M. *Pontos e Bordados, Escritos de História e Política*. BH: UFMG, 1999.
- _____, *Os Bestializados.O Rio de Janeiro e a República que não foi*. SP: Cia das Letras, 1987
- _____, *A Formação das Almas*. SP: Cia das Letras,2003
- _____, *Cidadania no Brasil. O Longo Caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 2005.
- CHALHOUB, S. *Cidade Febril- cortiços e epidemias na corte imperial*.SP: Companhia das Letras, 1996
- CUNHA, H. P. *A Revolta na Esquadra Brasileira em Novembro e Dezembro de 1910*. RJ: Imprensa Naval, 1953.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes- O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. SP: companhia de bolso, 2006
- MAESTRI, M. *Cisnes Negros- Uma História da Revolta da Chibata*. SP: Moderna, 2000.
- MARTINS, H. L. *a Revolta dos Marinheiros,1910*. SP: Nacional, 1998
- MOREL, E. *A Revolta da Chibata*. RJ: Letras r Artes, 1963.
- MOREL, M. *Palavra, imagem e poder- o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. RJ: DP&A, 2003.
- MOTA, C. G. *Ideologia x Cultura Brasileira (1933- 1974)*, SP: Ática, 1990.
- NASCIMENTO, A. P. do. *A Ressaca da Marujada: Recrutamento e Disciplina na Armada Imperial*. RJ: Arquivo Nacional, 1999.
- NEVES, L. M. B. P. et all (org). *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. RJ: FAPERJ, 2006.
- ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. SP: Brasiliense, 1988.

RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 1910. A fábrica e a rua, dois palcos de luta*. SP: Ática, 1997.

SILVA, M. A. da. *Contra a Chibata: Marinheiros brasileiros em 1910*. SP: Brasiliense, 1982. (Col. Tudo é História, 43).

_____, *Humor e Política na Imprensa- Os Olhos de Zé Povo (Fon Fon!, 1907-1910)* Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP, SP, 1981.

SODRÉ, N. W. *A História da Imprensa no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 1966.

Jornais Microfilmados

“A Notícia” - Rio de Janeiro - 1910

“Correio da Manhã” - Rio de Janeiro - 1904, 1909 , 1910 e 1912

“Diário de Notícia” - Rio de Janeiro - 1910

“Folha do Dia”- Rio de Janeiro - 1910

“O Paiz”- Rio de Janeiro – 1904, 1909, 1910 e 1912

Sites Consultados

www.cepedoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5814_1asp.p.1

As representações das mulheres professoras no século XIX

Maria das Graças Cunha Prudente*

Resumo: as mudanças político, econômica e sociais, no século XIX, abrem as possibilidades de inserção das mulheres na educação, através da construção de uma imagem idealizada de professora. Diante dessa representação – a de professorinha como um dom feminino – as mulheres se apropriam dessa imagem e passam a construir outras possibilidades. Assim, vislumbram no magistério, um espaço profissional remunerado e um futuro com mais independência e menos opressão, na esfera pública, via o magistério. Como um dos desdobramentos do exercício destes espaços de poder, as mulheres professoras, além de apropriarem-se de uma imagem criada para elas, constroem em suas práticas cotidianas, uma outra representação que os registros elaborados na época silenciaram.

Palavras Chave: Representações, Mulheres, Professoras.

Abstract: the changes politician, economic and social, in century XIX, open the possibilities of insertion of the women in the education, through the construction of a idealized image of teacher. Ahead of this representation - of professorinha as one dom the feminine one - the women if appropriate of this image and start to construct other possibilities. Thus, they glimpse in the teaching, a remunerated professional space and a future with more independence and little oppression, for the chance to exert to be able, in the public sphere, saw the teaching. As one of the unfoldings of the exercise of these spaces of being able, the women teachers, beyond assuming itself of an image created for they, they construct in daily its practical, throughout that century, one another representation that the elaborated registers had at the time silenced.

Key words:: Representations, Women, Teachers,

* Maria das Graças Cunha Prudente. Mestranda em História: Cultura e Poder. Universidade Católica de Goiás.

O tema que busco desenvolver está inserido no campo mais específico da História ou no campo mais amplo da Educação. No que se diz a respeito à História está explicitado nos Parâmetros Curriculares Nacionais a necessidade de abordar os conhecimentos dessa área em uma perspectiva que considera a “história oficial”, os fatos e acontecimentos, geralmente ligados ao mundo ocidental, mas também uma outra história do cotidiano, a história dos excluídos: negros, índios, mulheres, lutas populares, etc, ou seja, os PCN apontam a necessidade de considerar o estudo de aspectos históricos relevantes para a comunidade concreta em que a escola se insere.

Compreender como se deu a construção das representações das mulheres professoras no século XIX, desse ponto de vista, se faz importante em vários aspectos. Destaco aqui dois deles: primeiro, conhecer como se construíram as representações das mulheres professoras é conhecer também o pensamento e funcionamento da sociedade, o papel da educação e da mulher naquele contexto social. Segundo, a compreensão desse processo de identificação do gênero feminino ao magistério pode trazer elementos que colaborem para a formação de professores (as).

No campo mais amplo da Educação, em especial, nos centros onde se discute as Diretrizes Curriculares, alguns temas estão em evidência: multiculturalismo, identidades, interdisciplinaridade; transversalidade. Portanto, é importante incorporar a discussão de tais temas, considerar e respeitar as múltiplas manifestações culturais. Incorporar a discussão de questões como gênero, etnia, etc.

Ao abordar as representações das mulheres professoras se faz necessário inicialmente analisar as transformações político, econômicas e sociais que ocorreram a partir do século XIX, mudanças que possibilitaram a inserção das mulheres na educação, e, pouco a pouco, o seu predomínio como docentes.

No campo econômico, a Europa viveu uma revolução que transformou sua organização social e política: a Revolução Industrial. Posteriormente, sua influência se estende por todo o continente, bem como fora da Europa. São transformações em diversos campos, como na agricultura, no transporte, no comércio, na tecnologia e na demografia, alterando a vida das pessoas dessa época.

No campo da política ocorrem as chamadas revoluções burguesas, que permitiram à burguesia chegar ao poder. As revoluções, americana e francesa, abriram o caminho para a consolidação do mundo capitalista contemporâneo. E permitiram a luta por liberdade, igualdade e prosperidade, princípios fundamentais da sociedade burguesa.

O Brasil sofre influência dessas mudanças e é possível identificar algumas conseqüências sociais em decorrência do processo de urbanização. A demanda por mão-de-obra possibilitou às mulheres uma maior participação nas atividades externas à esfera doméstica.

Com o crescimento da escolaridade da população brasileira, as mulheres passaram a adquirir o direito à educação, através da Lei de 5 de outubro de 1827. Porém, não era bem visto, pela sociedade, os professores ensinando as meninas, recusavam-se a co-educação dos sexos. Essas foram algumas mudanças que possibilitaram a abertura de um espaço profissional para as mulheres na educação.

A partir da necessidade da mão-de-obra feminina é construído todo um discurso ideológico relacionando a docência às idéias de domesticidade e maternidade. Essa ideologia reforçou a imagem criada sobre as mulheres da sua missão de cuidar e educar as crianças. Portanto, o magistério passou a ser o campo profissional permitido e indicado para as mulheres. Uma vez que as atribuições femininas – o casamento e a maternidade – não fossem afetadas pelo trabalho no magistério e que pudessem ser representada de forma a se ajustar a elas.

A representação do magistério passa a ser feminina. A partir daí cria-se as qualidades necessárias para o exercício da profissão. Constrói-se um ideal de professora. Nesse processo de feminização do magistério destacam-se os atributos que são associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado e as virtudes religiosas que permanecem como a dedicação, humildade e doação.

Por outro lado, criam-se as possibilidades de reivindicações femininas pelo direito de exercer um trabalho remunerado e de ter acesso à educação. Constrói em suas práticas cotidianas uma outra representação. Assim, “as representações de professores dizem algo sobre esses sujeitos, delineiam seus modos e traços, definem seus contornos, caracterizam suas práticas, permitindo-nos, enfim, afirmar se um indivíduo pode ou não ser identificado como pertencente a esse grupo” (LOURO, 1997:98).

Ao analisar as representações das mulheres professoras buscam-se desvendar o silêncio deixado pelos documentos oficiais. Uma vez que a mulher somente é vista como sujeito da história quando são vistas como elementos produtivos – escrava – ou quando não correspondem àquela imagem idealizada – as prostitutas, as concubinas e as mães solteiras.

Para Denise Jodelet “a representação diz respeito à forma pela qual um indivíduo ou um grupo vê determinada imagem, determinando elemento de sua cultura ou sociedade”. (JODELET, 2001:21). Ao longo século XIX as mulheres reivindicaram um espaço no mundo

do trabalho remunerado e à inserção no espaço público, porém sem grandes embates e confrontos. Construíram, nesse processo, para alguns autores uma imagem de mulher submissa e passiva. Outras interpretações nos apresentam uma imagem firme das mulheres diante de sua inserção na educação, obtendo mais liberdade pessoal, a conquista de uma profissão e mais poder nas relações sociais. Obtendo, portanto, maiores direitos públicos e privados.

Percebe-se que as imagens criadas sobre as mulheres não são fixas e nem imóveis, assim como as representações que constituem o imaginário, mudam também, de acordo com o período. E então possível de acordo com Jodelet, "estudar a evolução das representações de uma imagem ao longo do tempo" (JODELET, 2001: 35).

Levando em conta o contexto social que foi construído essas representações, pois como afirma Chartier,

"toda representação do mundo social é construída pelos interesses do grupo que a elaborou, sendo necessário observar as representações e discursos a partir da posição social de quem as utiliza, pois assim como existe luta econômica pela hegemonia da sociedade, também existe luta de representações, cada grupo tentando impor seus próprios valores aos outros."(CHARTIER, 2002: 23)

São algumas das representações das mulheres professoras que serão abordadas a partir daqui. O entendimento de que uma política educacional proporcionaria um povo mais instruído, mais preparado para o desenvolvimento do país correspondeu uma visão ideológica que atribuía às mulheres o "papel de regeneradoras morais da sociedade" (ALMEIDA, 2006: 138). Estabelecendo às mulheres professoras características que aproximava o trabalho profissional no magistério a de um sacerdócio, uma missão. Ficaria, assim, explícito a vocação feminina, o dever sagrado de ensinar às crianças.

Essa ideologia que conduz as mulheres ao magistério foi construída de forma que o aproximava das atividades femininas domésticas, sem prejuízo dessas atribuições. Num primeiro momento são as mulheres solteiras, as órfãs e as viúvas que vão, efetivamente, assumir a docência. Consolida-se no imaginário social a representação da professora solteirona. Atividade criada como uma alternativa ao destino natural das mulheres como o casamento e a maternidade.

Além dessa construção idealizada da professora, era importante, para o poder vigente, assegurar o controle dessas mulheres que avançavam na esfera pública. Ou seja, era necessário manter certos limites, que representassem riscos às normatizações sociais vigentes.

O controle se dá mediante a desvalorização do magistério ou do ensino das primeiras letras, visto ser um campo crescentemente ocupado por mulheres ao longo do século XIX. Guacira Lopes Louro chama atenção para as “relações sociais de poder” (LOURO 1997: 102). Nas quais os significados das representações não preexistem nas relações, mas eles têm que ser criadas, e são criados socialmente. Em consequência, as representações se apresentam num constante movimento de construção, desconstrução e reconstrução.

Ao se apropriarem dessa representação inicialmente construída, as mulheres professoras conquistaram um espaço público que lhes garantiram mais poder. Além de exercerem uma atividade remunerada ficava assegurada sua liberdade e a possibilidade de circulação pelo espaço público maior que das demais mulheres.

São conquistas femininas relevantes naquele contexto histórico. Assim, o discurso oficial do motivo dos baixos salários do magistério ter como causa a inserção das mulheres, não se justifica. Situação constatada nos documentos demonstra a baixa remuneração salarial dos professores já anterior à inserção das mulheres.

Outra imagem forjada e consolidada diz respeito a passividade das mulheres diante da dominação masculina. Novamente uma leitura mais atenta nos leva a questionar os vazios, os silêncios, o não registrado sobre aquelas mulheres que resistiram e que conseguiram através do magistério uma profissão. São conquistas, foi um ponto de partida, que transformavam as mulheres em vencedoras.

As relações sociais estão em constantes transformações, às representações se transformam historicamente. Afastando da imagem da professorinha, a atividade docente adota uma postura mais política e profissional. Contudo as diversas práticas sociais podem coexistir, pois como afirma Louro, “práticas e representações conflitantes e contraditórias coexistem, hoje e sempre, provocando divisões e impasses” (LOURO 1997: 108).

Para as mulheres o século XIX, o magistério representou a construção de novos valores, novas mentalidades e costumes. No século XX firmou-se a idéia de igualdade, apesar das desigualdades e da injustiça social. Fica como desafio atual a compreensão das novas representações e a solução dos impasses em um mundo em constantes mudanças.

Referência:

ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma Reinterpretação do Magistério Feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX In SAVIANI, Dermeval. *O Legado Educacional do Século XIX*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

BITTAR, Maria José Goulart. *As Três Faces de Eva na Cidade de Goiás*. Goiânia: Kelps Editora.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia:CEGRAF/UFG, 1991. (Coleção Documentos Goianos n.º 21).

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 2002.

JODELET, Denise. *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PARENTE, Temis Gomes. *O Averso do Silêncio: Vivências Cotidianas das Mulheres do Século XIX*. Goiânia - Go - Editora da Universidade Federal de Goiás, 2005.

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural - Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

PRIORE, Mary Del(org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

Revista Fragmentos de Cultura-História e Gênero, v. 12, n.6, nov./dez. 2002, Goiânia: Ed. UCG.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In. Educação e Realidade. Porto Alegre, 1990

VILA BOA E PECADORA: OS DESAGRAVOS DO VIGÁRIO JOÃO ANTUNES DE NORONHA (1772-1795)

Eduardo Gusmão de Quadros (UEG)
eg.quadros@brturbo.com.br

RESUMO: A Capitania de Goiás aguardava a chegada do novo governador, Luís da Cunha Menezes, quando o vigário da igreja matriz de Vila Boa resolveu escrever à Rainha. Essa carta, de tom notadamente pessoal, traz uma série de críticas às práticas religiosas dos fiéis, acusa os desvios comportamentais da população e critica os responsáveis pela administração. Visivelmente triste, e se sentido inútil, o padre chega a pedir ao Conselho Ultramarino sua transferência. Analisaremos que valores nortearam seu relato e qual projeto defendia junto à metrópole.

Palavras-chave: Religiosidade, História, Clero, Goiás, Colônia

O documento é oficial, enviado ao Conselho Ultramarino. O tom, entretanto, é o de um desabafo pessoal. Soa como uma conversa entre amigos, quando um deles resolve abrir seu coração. Para quem um padre poderia confessar seus desgostos? Talvez a um outro padre, um religioso ou ao bispo de sua diocese. Não foi o que aconteceu nesse caso. Ele optou por dirigir-se diretamente à sua *Senhora*, ou seja, à rainha de Portugal D. Maria I.

Tal procedimento não parece ter sido muito comum. Talvez o pedido ao final da carta justifique essa escolha: padre João gostaria de ser transferido de Vila Boa. Mas se ele alegasse boas razões ao prelado Dom José Castelbranco, bispo do Rio de Janeiro e responsável por Goiás, poderia igualmente conseguir seu intento. Isso nos leva a crer que ele tinha outros objetivos, além do simples desabafo.

Por outro lado, a intimidade com que escreve para a D. Maria I revela um tipo de relação *política* que dificilmente compreendemos. Um rei ou uma rainha não são os *representantes* de um grupo social, como estamos acostumados através da democracia moderna. Eles assumem a imagem de um pai ou mãe – assim eram chamados - de quem os súditos dependeriam. O povo, portanto, dependeria da vontade deles, e não o inverso, à semelhança da relação com Deus. Nessa dimensão *teo-política*, há uma grande autonomia da pessoa do monarca, a “cabeça do corpo social”, segundo as metáforas da época. Mesmo sendo a correspondência dos fins do século XVIII, tal

sentimento de dependência permaneceu vigoroso até o século XIX no império lusitano.

A “cabeça” deve tomar decisões. É isso que o vigário geral da matriz quer. Medidas acertadas, tomadas com conhecimento de causa, eficazes na organização da colônia. Em Goiás, afinal, as leis estariam invertidas: o mal tornara-se bem, o pecado transformara-se em virtude.

De nada adiantava o protesto do clero, os sermões, as repreensões e excomunhões. Então, temos a segunda ênfase da carta: a importante função dos padres no projeto colonial. Mais padres seculares que religiosos, ao contrário dos primeiros séculos da conquista, o que foi uma consequência direta da política eclesiástica pombalina. A grande utilidade dos sacerdotes aparece no documento de modo invertido, ou seja, através do descumprimento das leis de Deus e preceitos da igreja.

A situação caótica enfocada por meio de tantas denúncias revela, destarte, um projeto clerical de sociedade. Não devemos nos perguntar somente se as coisas eram do modo pelo qual estão descritas, pois a carta transmite os valores cultivados pelo *eu sacerdotal*. As ênfases dadas e o tipo de informação contida no texto estão ali para efetivar uma mudança de comportamento, uma *conversão*, para utilizar o termo religioso.

Até que ponto a fé era internalizada pela sociedade? A assiduidade às missas e aos sacramentos era sinal de catolicismo? Ser membro de uma irmandade significava ter um compromisso religioso? O documento questiona equações comumente encontradas na historiografia. Relativiza ainda a persistente imagem de uma igreja forte, poderosa, controladora dos comportamentos, determinante em tantos processos sociais.

As vivências religiosas são muito mais fluídas do que supõem as nossas vãs teorias. E na análise histórica tais variâncias não deveriam constituir o fundamento das investigações? Por que ainda as vemos com dificuldade? Até quando a temporalidade da experiência será vencida pela abstração de um “nível religioso”?

O grau de pecaminosidade apontado no texto é diretamente proporcional às pias intenções cultivadas pelo vigário. Para Vila Boa, na verdade, ele já não tinha muita esperança de implementar sequer um verniz de cristianismo. Fazia mais de cinco anos que “pregava aos desertos”. Passava necessidade e se

sentia humilhado, conforme relata em documento escrito no início de 1778 (Projeto Resgate, Cap. de Goiás, doc.1910). Naquele mesmo ano, o Barão de Mossâmedes, de quem João Antunes muito gostava, foi afastado do governo-geral. Por fim, o padre José Simões da Motta e Medeyros, com quem tinha desavenças pessoais, fora nomeado Vigário Geral.

Suas apreensões em relação a seu confrade se confirmaram, porque este acabou com a prisão decretada. Quando os oficiais chegaram a Traíras, onde residia, já havia fugido (id.: doc.2012). Depois de andar uns tempos foragido, ele reaparecerá na própria capital, disfarçado e contando com a proteção do novo governador Luís da Cunha Menezes. O caso gerou certa celeuma e o governador teve de se explicar ao Conselho Ultramarino (id. : doc. 2089).

Assumindo a posição de um juiz geral, daquele que tem a medida correta nas mãos¹, ele julga tanto a situação religiosa quanto a política colonial. Conforme sua concepção, tais esferas não estariam separadas. O discurso soteriológico universal do cristianismo não possui somente sentido geográfico, mas pretende englobar toda a configuração social: dos espaços mais recônditos – a alma individual – às cerimônias públicas onde se demonstra o poder da Cristandade.

Uma política marcada pelos valores cristãos implicada numa economia. O tema volta várias vezes em sua correspondência. Não é comum os eclesiásticos assumirem claramente sua vida econômica (cf.BOURDIEU, 1996), no entanto o tema pode ser tocado se for sacralizado. É o que acontece. Os valores para o sustento pessoal surgem na escrita envolvidos em obras pias e de misericórdia.

Tratando-se de uma fonte tão interessante e rica, aproveitamos estes anais para publicar sua transcrição. Antes, devemos informar que apesar da situação trágica que apresenta, o vigário permaneceu em suas funções ainda por longos anos. A última referência que encontramos de seu nome foi em 1795. Por outro lado, a reação às denúncias ocorreu e depois de alguns anos a Câmara de Vila Boa escreve à Corte requisitando a transferência do vigário.

¹ Semelhante a de um visitador. Padre João Noronha ajudou na execução das visitas eclesiásticas por mais de quinze anos, como se vê no livro de *Cópias dos capítulos da Primeira e última visita...* (pag.123-224; acervo IPEHBC).

Ele seria um “déspota” (id.: doc.2217). Nem um nem outro pedido foram atendidos pela rainha.

A pontuação e a grafia das palavras foi atualizada para facilitar a leitura.

“Às sempre veneráveis e Reais e Santas (mãos) de Sua Majestade se prostra genuflexo João Antunes de Noronha, Vigário colado na Igreja da Senhora de Santana de Vila Boa, Minas de Goiás, o mais infeliz pranto de todos os Estados conquistados de Vossa Majestade, a quem a mesma indignação que o oprime: as pensões do Pastoral ofício, que serve; a falta de licença da Real Pessoa de Vossa Majestade impossibilitar a passar à esta Corte pessoalmente e por na Sua Soberana e Real Presença o expendido nos seguintes capítulos que humildemente oferece por este meio, único que lhe resta, para o fim que pretende (?), em que com submissão profunda e respeitável atenção expõe a Vossa Majestade do seguinte modo.

Consiste Soberana Senhora, o grande auge da sua infelicidade em se ver Pároco de uma Vila, cabeça daquela Capitania, fosse também devedor de toda ela, em que ele pároco possa obrar (ilegível) remédios coisa alguma. Não há naquela vila temor de Deus, nem obediência à Igreja; e se há algum às Leys de Vossa Majestade, é pelas penas que culminam, poucas quão grave e frequentemente são punidos.

É predominante sobre tudo e sobre todos a Luxúria; há o Deus a que adoram reverentes os corações, há o hábito de que se revestem os ânimos (e) também os corpos; e há a lei que regula os costumes. Sendo todavia a contrária tida por impossível na praxe, austera e impertinente.

Os primeiros que sem pejo nem receio tributam veneração a este monstro são os que governam tanto a milícia como o público; e porque é natural todos a estes imitarem, muito melhor á todos os inferiores se comunica, sem já padecer escândalo esta detestável inclinação.

É aborrecida a lei conjugal, como destruidora dos cabedais nos senhores e nos escravos da vida, porém é apetecível o pelicato como útil à honra e aos cabedais, cousa vengeres à saúde.

Não negocia bem quem com a usura não comercia, sendo esta a destruidora universal dos bens; que reduz à pobres os habitantes; que tira das

viúvas o sossego e a substância, dos órfãos e pupilos as heranças e dos pobres o sustento; cujos clamores se ouvem sem remédio.

Os testamentos se não cumprem; as obras de piedade cessam; os compromissos das irmandades senão observam, as pias intenções de(s)vanecem, o culto divino se esfria e toda a devoção diminui.

São supérfluos os preceitos da Igreja, pois se profanam os dias de guarda com todo gênero de obras servis. Do jejum só há o nome; da abstinência, nem lembrança; e se lembra, se despreza.

O saudáveis preceitos da confissão anual, e comunhão, de tal sorte se atropelam, que por forma só se cumprem, quando e como querem; e para maior e para nulamente; sem temor a Deus, sem zelo de suas almas e sem obediência ao pároco.

O clero e ministros sagrados são vilipendiados por inúteis; os sermões são como pronunciados ao deserto; as admoestações infrutuosas; o sizado é jacobeu; o confessor que não absolve é vigarista, é impertinente e, enfim, a coação espiritual é dissolução.

As censuras da Igreja não atemorizam: castigos de captura, condenação ou degredos não se consentem, porque logo se interpõem para a Coroa os desagavos, em sempre são provisões os Agravantes; por andarem comumente os Ministros Seus, que sempre favorecem aos culpados e repreendem os eclesiásticos julgadores.

Vê-se por conseqüência do expendido desordenados os templos: sem reparo as suas missas e muito antes de terem fim, estarem acabados. Os escravos inúteis para o trabalho, expulsos a mendigar, é que desamparam os da natureza e, obrigados da necessidade, morrem servindo-lhes de sepultura umas vezes as grutas das mesmas brenhas, outros o ventre das aves e feras e muito poucos o lugar sagrado.

Vê-se também chegar a tanto a desordem daquela cristandade no continente de Goiás, que se retiram famílias muitas a habitar em os desertos, como o de Amaro Leite, Tezouras e outros, donde não chegam sacerdotes, ou por serem raros ou por temor de Genticos, e lá vivem aqueles miseráveis como pastos da mesma gentilidade.

Destes dois gêneros de desditas muito notáveis para um pároco que são ver nos paroquianos grande aterro ao profano, e igual displicência ao sagrado;

passa a outro de não menor nota e dificultoso para a tolerância, o que é a privação dos meios para a vida deles pároco, do clero e da pobreza.

Os benesses paroquiais que são conhecenças, oblações e ofertas (bem usados) são os que substituem o lugar das esmolas, quase aplicavam para a distribuição dos sete diáconos, como está escrito nos Atos dos Apóstolos, oque se assemelham ao monte da piedade em Roma, que conta a Eclesiástica História, de donativos e de esteira para a sustentação dos que servem ao Altar, da pobreza e para o reparo e ornato dos templos, com cuja falta todas as sobreditas partes infalivelmente perecerão sem remédio.

Esta experimenta o Pároco de Vila Boa por causa (da) grande resistência daqueles paroquianos. Por que sendo aquela Igreja a Matriz de uma capital e existindo em lugar remotíssimo dos portos marítimos, donde são caríssimos os viveres, não pode o pároco passar sem o anual rendimento de duas mil oitavas; pois faz porção a cinco sacerdotes sem cujo número indispensavelmente não pode curar aquela igreja, porque há três capelas filiais em que pelas distâncias se administra o espiritual parte para os capelães curados, as que são a Igreja do Ouro Fino, a da Barra e d'Aladeia de São José de Mossâmedes; ao qual suposto se aplique cômgrua da Real Fazenda, contudo sempre poucos mais fregueses que cura deve o pároco concorrer com porção para os sobreditos necessita não menos que de 800 oitavas, as quais juntas com 500 que carece para o seu doméstico gasto anual faz o computo de 1300 oitavas, restam 700 oitavas para as 2000 oitavas; destas se deve tirar para a pobreza, para o ornato, reparo e guisamento dos templos; e para as obrigações na celebridade de algumas funções, que de tempos em tempos acontecem Reais, Episcopais e ainda paroquiais, de que se não pode dispensar por ser aquela Vila uma capital.

Nestes termos, que são com toda a verdade expedidos, como pode passar o pároco só com uma pequena quantia de 100 até 500 oitavas que He o que soma o que até agora tem recebido com a cômgrua do decurso de cada ano. É aquela freguesia trabalhosíssima, e muito numerosa, porque compreende a multidão de 9000 almas dispersas pelas longitudes de vinte até trinta léguas.

Pode sem algum vexame render aquela Freguesia os seis mil cruzados que é (o) dinheiro em que resultam as duas mil oitavas referidas, com o qual só

pode viver o pároco. Porém trabalhar e em cima de não lucrar, dever, que(r) maior infelicidade?

Aumenta-se esta desdita, que lamenta, em mágoa que mortifica a lama deste pároco em ver aberto o caminho que Deus foi servido mostrar pelas imprecações de algumas Reais Leis, que bem soube perpetrar, observar e seguir ao termo José de Almeida de Vasconcelos Soval e Carvalho, Governador e capitão general que foi desta Capitania, no acerto do bem indicando máximas profícuas e utilíssimos meios para obrar tanto de Deus como do Real Serviço de Vossa Majestade, que é a conversão dos índios silvestres, de que abundam em grande número e diversas Nações aqueles Sertões e desertos e com a ausência daquele general ficar tudo frustrado no frouxa providência que para o dito fim se dá.

E na contemplação da perda de tantas almas cegas da luz Evangélica, estando assas descoberto o meio fácil para os restaurar daquelas Trevas, muito penaliza a esse pároco, por afeto que tem aquelas Nações, em que deu princípio ao ministério de Pastor, sendo no Rio de Janeiro cinco anos delas pároco, e nesta freguesia quatro no curato d'Aldeia de São José de Mossâmedes.

Nada do referido pode remediar eficazmente o Bispo do Rio de Janeiro e menos o da Gerais, de São Paulo, Pernambuco, Gram-Pará e Bahia, cujas jurisdições contem partes (?) em vários retalhos, de que se compõem o todo daquela capitania; porque todos tem as suas catedrais delas mui remotas, uns a trezentos, outros a 200 e nenhum a menos de cem léguas. Suposto que de fato dão as providências tudo sempre é mover com ponta de vara a remoto peso.

Não podem também remediar os seus visitantes, porque estes são tão diversos nas inclinações, como os indivíduos; e a experiência tem mostrado que o que melhor obra é o que deixa no mesmo estado; pois em pior constitui o que mais se esforça ao obrar bem; porque o comum é destruir me lugar de edificar.

Não os seus vigários de vara; porque suposto tenham toda a ampla jurisdição para prover nestas distâncias, contudo os incute o temor dos Ministros Seculares (que se não o houver, pior seria) pelas suas poucas

litoraturas (sic), acrescentando a isto que cada um cuida em se submeter, por se conservar.

E menos o novo Vigário Geral José Simões da Motta e Medeiros, tanto pelas razões apresentadas a respeito dos Vigários da Vara, como porque mal pode pastorear ovelhas quem as não sabe curar, o que bem conhece Ihe (?) pároco pelo pleno conhecimento; que do sobredito Vigário Geral tem do tempo em que foi seu coadjutor naquela Vila.

Todo o sobredito se prova em parte (?) com os documentos.

Vossa Majestade, providências com o natural afeto que costuma, o bem útil a estes seus amantes (?) (e) os leais Vassallos para serviço de Sua Alteza e sossego ao bem comum, utilidade das sua republica e consolação desse pároco que isto representa, pede, roga humildemente supplica.

Vila Boa, 1 de outubro de 1778

João Antunes de Noronha

Vigário colado de Vila Boa

(Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Capitania de Goiás, Caixa 30, doc. 1938)

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRE, José M. Pereira de. *Anais da província de Goiás*. Goiânia: SUDECO, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *A razão prática*. São Paulo: Papyrus, 1996

MARQUES, Alexandre et alli. *Copia dos capítulos da primeira e ultima vezita que fez do Doutor Alexandre Marquez do Valle, Visitador que foi dessas Minas de Goiás*. Manuscrito do IPEHBC.

Palacin, Luís. *Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1983.

Palacin, L; Garcia, L. F.; Amado, J. (org.). *História de Goiás em documentos*. Goiânia: Editora da UFG, 2001.

PROJETO RESGATE. Capitania de Goiás (09 C.D's). Goiânia: IPEHBC, 2000.

ST 03. BIOGRAFIA E MICRO-HISTÓRIA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DOS ESTUDOS DE CASO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Coordenador (es): Rodrigo Ribeiro Paziani (Faculdade Dom Bosco/CEMUMC) e Humberto Perinelli Neto (CEUBM/FEF/UNESP/CEMUMC)

Reconstruindo identidades: um estudo de caso sobre exilados políticos mineiros.

(1964-2004)

Marcelina Silveira de Queiroz*

Resumo: Este estudo busca compreender e problematizar aspectos ligados à ditadura militar no Brasil, implantada em 1964, e seus desdobramentos, focando principalmente a trajetória de alguns exilados, a volta do exílio, bem como a inserção sócio-política e identitária de exilados políticos mineiros no contexto da redemocratização brasileira (1979-1989). Sua relevância é marcada pelo fato de envolver as histórias de homens e mulheres que foram punidos por denunciar ou combater a opressão do regime civil-militar, sofreram cortes e rupturas irreparáveis, ou até mesmo, perdas definitivas e ainda não completaram seu trabalho de luto, já que muitos estão em processo de luta por reparações morais, financeiras e até mesmo históricas. Portanto, é através do relato e registro dessas experiências que se buscou apreender a história e a memória, de luta e de luto, desses sujeitos históricos.

Palavras Chave: ditadura militar, exílio, redemocratização.

Abstracts: This study intends to understand and questioning aspects linked to the military dictatorship that began in 1964, focusing the trajectory of some exiled, the returning from exile and the insertion social, political and identity of politicians exiled from Minas Gerais into the re-democratization context (1979-1989). The relevance of the study justifies itself for the fact of that this history involved diverse men and women who had been punished by denouncing or fighting the oppression of the regimen civilian-military, had suffered irreparable ruptures, or even though, definitive losses and still they had not completed its work of in mourning. Many of them are in process of fight for moral reparings, financial and even though historical. Therefore, it is through the story and it register of these experiences, that if it searched to apprehend history and the memory, of fight and in mourning, of these historical citizens.

Keywords: military dictatorship, exile, re-democratization.

Pensamos que a memória social brasileira ainda apresenta possibilidades de construções e interpretações do passado, que permitam uma compreensão mais abrangente dos acontecimentos e do conteúdo de uma etapa importante da história recente do país, especialmente no que se refere ao exílio e à reintegração social dos exilados.

Considerou-se para esta pesquisa, amparada em trabalhos anteriores¹, ser o exílio uma estratégia política - adotada pelos militares - de deslocar o lugar das falas discordantes do

* Pós-Graduanda do curso de História da UFJF.

regime instituído. Por isso, o aparelho ideológico cristalizado na ditadura se ocupou de eliminar a força instituinte ou fundadora da esquerda brasileira, transformando-a numa experiência ultrapassada e deslocada do seu contexto histórico. Desta forma, a inserção dos exilados só ocorreu na medida em que estes movimentos foram incorporados, todavia, sem sua força inaugural.

Segundo Heloísa Greco, “o exílio joga papel fundamental no processo de destruição continuada do espaço público levado a cabo pelos militares”. Ela aponta para o fato da sociedade brasileira se ver privada de diversos atores sociais importantes, devido ao afastamento de um grande contingente de homens, mulheres e até mesmo crianças, o que “agrava de maneira significativa a desertificação social então em curso”. Para ela, essa é “a produção do mais desolado vazio de militância política” (GRECO, 2003: 149-150).

Por tudo isso, o caleidoscópio da memória coletiva apagou de seu arranjo alguns registros capazes de dar sentido à ação política dos movimentos de resistência dos anos 70.

O objetivo dessa pesquisa foi o de tentar contribuir para a re-atualização, mesmo que parcial, de experiências ricas e significativas do passado recente da história política e social brasileira. O que se buscou nos depoimentos destes sujeitos históricos foi traçar pontos convergentes, diferenças ou oposições que possibilitem e auxiliem na compreensão da experiência do exílio, do retorno e da inserção destes sujeitos no novo cenário político brasileiro.

Emblema da condição humana, o exílio é um problema de muitas nuances. Por isso, sempre foi tema recorrente na história da humanidade. Por ser uma experiência primordial, está presente, com suas representações e simbologias, na mitologia, na história e na literatura de todos os tempos. Configura-se como arquétipo da cultura Ocidental.

O exílio, quase sempre, constitui-se como um ato de violência e uma forma radical de exclusão política. Ele é fruto da dominação e da intolerância, especialmente quando a partida para o estrangeiro não é voluntária, mas imposta como banimento. Ele significa “a perda total de referências políticas e do direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada, a privação do espaço da ação e do discurso e, conseqüentemente, a negação da possibilidade de luta pela liberdade” (GRECO, op. cit. p.153).

A propósito, Hannah Arendt nos diz que:

¹ Aqui estou me referindo a dois trabalhos específicos, onde essa idéia já aparece: CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: Entre Raízes e Radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999 e GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado apresentada a FAFICH – UFMG. Belo Horizonte, 2003.

[...] A privação fundamental dos direitos humanos manifesta-se, primeiro e acima de tudo, na privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz. Algo mais fundamental do que a liberdade e a justiça, que são os direitos do cidadão, está em jogo quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu, e quando o não pertencer a ela não é um ato de sua livre escolha [...] (ARENDDT, 1989:130-131).

No entanto, apesar de todos os aspectos negativos, a experiência do exílio é ambígua e nem sempre é uma fatalidade. Ela não se caracteriza apenas por aspectos negativos ou por uma experiência de rupturas, rejeições e renúncias. O exílio apresenta outra faceta: a capacidade imaginativa e criadora daquele que o experimenta, implicando, também, “sutura, reconstrução e recomeço” (QUEIROZ, 1998:7).

As reflexões acerca desse objeto de estudo, com base nos depoimentos prestados, nos permitiram chegar a alguns indicativos promissores que encaminham proposições sugestivas, na medida em que darão continuidade a esta pesquisa. Os dados recolhidos e analisados nos autorizaram a inferir que:

1. Considerando todos os “males” e “desgraças” decorrentes de tal experiência, constatou-se que o exílio nem sempre aniquila. Uma outra realidade foi descortinada e a ambigüidade dessa experiência se tornou aparente nos relatos. Muitos depoentes representaram a experiência do exílio de forma positiva. Se por um lado representou a perda de identidades, rupturas e incertezas; por outro o exílio revelou ser uma experiência construtiva, uma vez ter contribuído para a formação de um sujeito cosmopolita, informado e conectado com outras culturas. Além disso, a experiência do infortúnio acabou por revelar um lado menos trágico do humano: a solidariedade. Vários depoentes alegaram que foram bem recebidos e acolhidos com carinho nos países por onde passaram, especialmente no Chile. Isso, de certa forma, minimizou os efeitos trágicos do exílio.

2. Apesar das diferenças de participação e atuação política e do grau de envolvimento no combate à ditadura, todos os entrevistados estavam envolvidos com questões de fundo político e tinham em comum o desejo de mudança e transformação do país. Além disso, todos, sem exceção, declararam ter saído para o exílio em decorrência de sua militância política, seja pela pressão psicológica, pelo medo e pela insegurança da clandestinidade, da perseguição ou pelo fato de terem sido condenados pela Justiça Militar, além, é claro, dos casos de banimento.

Não fizemos, para este estudo, a distinção entre quem foi exilado, banido ou foragido. Todos os depoentes consideraram o exílio como compulsório e alegam que saíram devido às circunstâncias, que impuseram o exílio como única condição possível.

3. Percebeu-se, através dos depoimentos, que os exilados que saíram do Brasil no período seguinte ao golpe militar - que classificamos para esta pesquisa como sendo a “geração de 64” e que alguns depoentes chamam de “primeira leva” - eram pessoas que já possuíam uma formação e experiência profissional. Era composta por indivíduos ligados à atividade política, como ministros e deputados, como também por profissionais liberais: médicos, advogados, professores, economistas, jornalistas, intelectuais, dentre outros. Por isso, encontram certa “facilidade” para se inserirem no mercado de trabalho nos países em que estiveram exilados. A integração ao universo sócio-cultural foi, de certa forma, um pouco mais tranqüila. A “geração de 68” era constituída por pessoas mais jovens, geralmente oriundas do movimento estudantil que, posteriormente, se integraram em organizações de esquerda e, em sua maioria, tiveram alguma participação na luta armada. Essa “segunda leva”, enfrentou muito mais obstáculos para encontrar trabalho. Isto porque muitos deles não possuíam ainda uma profissão definida, haviam abandonado o curso universitário em função da clandestinidade, da militância ou até mesmo da prisão. Esta diferença entre as duas gerações - quanto à inserção no mercado de trabalho - não se deu apenas no exílio, mas também no contexto do retorno.

4. Constatou-se que, no exílio, a convivência entre as duas gerações foi permeada de divergências e se deu num ambiente, às vezes, conflitivo, em função das diferentes procedências e posições dos grupos de esquerda, embora alguns depoentes a classifiquem como relativamente “tranqüila”.

Denise Rollemberg, afirmou que: “no exílio, as gerações de 1964 e 1968 são como duas margens, duas paralelas que não se tocam. As pontes foram raras e frágeis. Os contatos sempre difíceis, não resultando em atividades mais consistentes. Na verdade, a relação entre as duas gerações nem estava colocada” (CRUZ, 2004:196). Apesar da colocação da autora, percebeu-se que havia certo trânsito entre estas duas gerações e que as relações, embora conflitivas eram, no mínimo, polidas.

5. Observou-se que, no contexto do retorno, houve hesitação, receios e até mesmo desconfiança em relação ao processo de abertura brasileiro. No entanto, apesar das incertezas, do medo e dos receios quanto ao que iriam encontrar aqui, o desejo de voltar era latente e todos o manifestaram em seus depoimentos. Com exceção de dois casos, o de Ricardo Apgaua - que não se adaptou à realidade brasileira e não conseguiu se inserir no mercado de trabalho, retornando à Suécia - e o de Geraldo Cruz, que só se decidiu pelo retorno definitivo recentemente, após várias viagens de férias ao Brasil - a opção pelo retorno foi imediata e a permanência no Brasil não chegou a ser questionada.

A volta foi descrita como algo emocionante, por todos os entrevistados. Recepcionados pela família, pela imprensa, pelos amigos, pelos simpatizantes ou pelos membros dos movimentos de luta pela Anistia, alguns chegaram a ficar surpresos com a receptividade.

6. Passada a euforia da volta, a realidade cotidiana se revela complicada e frustrante, em alguns casos. Os exilados haviam mudado sua maneira de ver e interpretar o mundo. O Brasil também havia se transformado. A maior parte deles se depara com um país totalmente diferente do que era antes de saírem e se assustam com o que vêem: a miséria aumentara muito e a concentração de renda também. Os valores e a cultura brasileira se destoam daquelas referências trazidas na bagagem, posto que, a experiência do exílio havia possibilitado a conexão com vários povos e outros universos culturais.

Foi recorrente nos relatos o sentimento de estranhamento quanto ao universo sócio-cultural brasileiro, especialmente por parte daqueles que viveram em países europeus, com um grau de desenvolvimento elevado, já que os direitos sociais e civis são questões há muito resolvidas nestes países. A idealização do país - efeito da distância, da longa ausência e da saudade - onde as lembranças se confundem com o desejo, revelam que as referências são irreais e, por isso, se desvanecem no contexto do retorno.

7. Com relação à documentação, percebeu-se que praticamente todos os entrevistados tiveram problemas, especialmente na trajetória do exílio. A maioria viveu no exílio, tanto da geração de 64 quanto da geração de 68, sem documentos ou passaportes, especialmente após o golpe chileno, quando os documentos que portavam foram anulados. Isso lhes trouxe uma série de dificuldades e constrangimentos, especialmente no tocante à inserção no mercado de trabalho, no deslocamento e até nos direitos de assistência social nos países por onde passaram. Vale a pena ressaltar que todos os entrevistados passaram pelo Chile e só posteriormente se dispersaram por outros países.

As complicações, quanto à documentação, estiveram presentes, também, no momento do retorno. Um fato comum observado nos depoimentos foi que, ao retornarem, praticamente todos, passaram por constrangimentos no Aeroporto, onde foram interrogados pela Polícia Federal, chegando a ficar retidos por algumas horas, ou sendo intimados a prestar depoimentos.

Outro aspecto observado diz respeito à questão do reconhecimento de diplomas e títulos obtidos no exterior. Além do trabalho e da questão de natureza burocrática, como a tradução necessária para o reconhecimento, dentre outros, houve casos em que não havia possibilidade de reconhecimento, devido à inexistência de convênios bilaterais entre as

universidades. Isso dificultou a inserção no mercado de trabalho e trouxe sérias implicações para seus portadores.

8. A retomada ao papel político também se tornou complicada, especialmente para os militantes da geração de 68. Mesmo quando traziam ambiciosos planos, era difícil inserir-se na nova conjuntura nacional. A descoberta de outros valores, culturas, sistemas e estruturas políticas, ampliou os horizontes, mas também dificultou a compreensão da relação social do povo brasileiro com a ditadura. A necessidade de desmascarar a ditadura e salvar um povo vitimado por um regime opressor impedia a aceitação do fato de que aquele mesmo regime pudesse ter atendido, em dado momento, aos anseios de considerável parte da sociedade.

A mudança de paradigmas se revelava nas novas alianças políticas experimentadas por alguns exilados. A nova retórica da esquerda foi rejeitada até mesmo pelos mais entusiasmados com a esquerda da época do AI-5. A ingenuidade e/ou certeza daqueles que acreditavam já possuírem o poder, e daqueles que pensavam que teriam um breve regresso foi substituída por outro discurso, com base em uma “maturidade”, revisão ou autocrítica, onde se concluiu que é preciso muito mais para, ao menos, arranhar a estrutura do poder.

Porém, o projeto revolucionário havia representado para muitos a essência da vida. Sendo assim, ao perdê-lo, não mais haviam projetos a serem construídos. Muitos abandonaram a vida política, seja por não conseguirem se inserir nos novos quadros, seja por desacreditarem na forma como o processo político vinha sendo conduzido no país. Mesmo aqueles que tiveram uma intensa atuação política ao retornarem, com o tempo acabam se desencantando com o rumo que o processo político brasileiro foi tomando e optaram por abandonar a atuação na política partidária, atuando em outras áreas. Por outro lado, a inserção no universo sócio-político foi mais tranqüila para a geração de 64. Seja porque passaram a fazer parte dos novos quadros políticos, em função dos contatos e das relações de amizade que possuíam, seja porque, ao retomarem suas atividades profissionais, o acesso foi mais fácil.

9. Se a experiência do exílio implicou na necessidade de reconstrução de identidades, pelas rupturas que provocou ou pela perda dos referenciais nos quais estavam alicerçadas anteriormente; no contexto do retorno essas identidades já se configuram alteradas. Esta nova configuração identitária adveio da necessidade de redefinição de projetos políticos, pessoais ou profissionais, bem como das construções realizadas nos caminhos percorridos e nas alterações das concepções de vida ou de novos valores adquiridos nesta trajetória.

A maior parte dos entrevistados apontou para o fato de que o exílio foi criador e os transformou como pessoas. Apesar do medo, do sentimento de provisoriedade, da

instabilidade e das incertezas quanto ao futuro; o contato com outros universos culturais, a apreensão de outras realidades, a convivência com o diferente e o contato com “o outro”, dentre outras razões, possibilitaram uma ampliação de suas visões de mundo. Muitos alegaram terem se transformado em pessoas mais tolerantes, abertas e flexíveis, em função da experiência da adversidade, da diversidade e da maturidade que tal experiência proporcionou.

Frases como a de Ricardo Apgaua -“sou um produto do exílio”, “o exílio mudou a minha maneira de ver o mundo”- ou de Maria do Carmo Brito: “é a tolerância que se aprende quando se convive com a adversidade e com a diversidade”, “é a apreensão da diversidade, do não comum, do ter que conviver, do contrário” - são a síntese do que afirmaram vários depoentes.

Assim, ao retornarem, os exilados estão inseridos num novo tempo-lugar, que de alguma forma já haviam estado antes. A historicidade desse processo, portanto, só pode ser compartilhada através da memória e da (re) construção da identidade, transfigurada pelo processo vivido e (re) construída fragmentariamente, a partir de algumas passagens cruciais de suas vidas, que aparecem nas narrativas.

10. O exílio deixou marcas profundas, atingindo não só aos exilados, mas, extensivamente, todo o seu universo familiar. Há diversos relatos que evidenciam a desagregação da família como consequência do exílio.

Inúmeras crianças foram condenadas a viver uma infância apátrida e itinerante, além de serem, por muito tempo, afastadas de seu círculo familiar, nas décadas de 60 e 70. Foram, portanto, vitimadas por uma crueldade adicionada ao castigo imposto aos pais, que se opunham ou combatiam o regime militar. Muitos nasceram durante o desterro dos pais, ou ainda eram muito pequenos quando saíram do Brasil. Sem falar nos que viviam em meio ao perigo em função da clandestinidade e passaram a infância trocando de endereços ou identidade e desfazendo, constantemente, os laços afetivos que iam construindo nesta trajetória.

A visão que tinham do Brasil era deformada ou forjada através das lembranças dos pais. Somente após a anistia é que puderam conhecer o Brasil real e a maior parte se chocou com o que viu, especialmente no que diz respeito à miséria e aos direitos sociais. Frustraram-se com o confronto entre o que haviam idealizado e a realidade constatada.

Há que se considerar outra implicação da constante mudança de países: a interrupção dos estudos. Em muitos casos, significou a dificuldade de sistematização ou até mesmo o abandono dos estudos, fato confirmado pelo depoimento de José Maria Rabelo em relação a seus filhos. Além disso, as diferenças culturais e os novos padrões lingüísticos implicaram em

dificuldades no aprendizado. É comum o relato de que houve uma “mistura” e confusão de idiomas, como se observou nos depoimentos convergentes.

11. Restabelecido o Estado de Direito, começaram a surgir comissões de ex-presos políticos e ex-exilados em diversos estados brasileiros no intuito de obter reparações pelos danos, físicos, morais ou financeiros, decorrentes da prisão, tortura, morte de familiares ou do exílio. Isso se deu a partir do reconhecimento de que o Estado agiu de modo criminoso contra alguns de seus cidadãos no período da ditadura militar, privando-os do conjunto de direitos consagrados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A Lei da Anistia, conforme se afirmou, foi parcial e restrita e só foi ampliada a partir do entendimento liberal da Justiça e pela Constituição de 1988. No entanto, ainda não está completa, se tomarmos a democracia como um processo em permanente construção.

Por ser a anistia um processo inacabado, há no seu rastro diversas pendências e injustiças. Além da questão dos mortos e “desaparecidos políticos”, eufemismo amplamente utilizado para encobrir as práticas e crimes praticados pelo Estado Brasileiro - que até hoje não se dignou ao reconhecimento pleno e total de sua responsabilidade - há também as questões das aposentadorias não obtidas e das indenizações não efetivadas ou não recebidas. A idéia da reparação, a partir da Lei da Anistia, foi construída num caminho por vezes tortuoso, onde o ônus da prova e a comprovação de direitos ficou, quase sempre, a cargo do reclamante.

Nos relatos foi constatado que a maioria entrou com alguma ação contra o Estado, recebeu, ou está por receber alguma indenização, além de considerar justo o direito de receber reparações pelos danos sofridos.

Nos depoimentos foram constatados alguns pontos convergentes, que são os seguintes:

1. Para a maioria dos depoentes, apesar de considerarem-no uma violência, uma ruptura com as origens ou um corte em suas vidas e projetos, o exílio é representado de forma positiva, como uma experiência muito enriquecedora.

2. As dificuldades ou questões relacionadas ao idioma é um outro ponto convergente em vários depoimentos colhidos. Alguns exilados relatam ter se acostumado ao idioma do país em que vivenciaram o exílio. Aprenderam a falar, escrever e a pensar de acordo com os padrões deste idioma e, ao retornarem, demonstram dificuldades em escrever ou falar no idioma de origem. Isto teve algumas implicações, inclusive profissionais.

3. A confusão e a mistura de idiomas é um fato muito comum aos filhos de exilados. Em seu livro “*Memórias do exílio*”, José Maria Rabelo afirma que seu filho caçula Ricardo Rabelo, que saíra do Brasil com apenas dois anos e sem falar ainda o português, chegava a

misturar os três idiomas aprendidos na trajetória do exílio: português, a língua falada no âmbito doméstico, espanhol, devido ao exílio na Bolívia e no Chile e o francês. Ao comentar o resultado de uma eleição no Chile, em que o governo sofrera uma derrota considerável, Ricardo elaborou uma frase construída com o caco das três línguas: “Mira, *papi*, que grande *defaite* sofreu o *governo*”.

Hélio Rabelo, que saiu do Brasil com apenas quatro anos de idade, sendo alfabetizado no Chile e, posteriormente na França, relata o estranhamento em relação ao português ao retornar, e os problemas gerados pelo fato de possuir três idiomas como referência.

O próprio José Maria Rabelo alegou que, no exílio, estava perdendo o domínio da língua portuguesa, o que seria comprometedor para seu trabalho como jornalista e escritor.

Geraldo Cruz, cujo depoimento é repleto de expressões em inglês, língua falada na Nova Zelândia, país onde viveu durante 32 anos, também alega que seu filho Tomaz, na primeira vez em que veio ao Brasil, fazia muita confusão ao falar.

4. Outro ponto convergente ligado ao universo familiar, foi o fato de que o retorno dos pais significou o exílio dos filhos. Ao contrário dos pais, que sonhavam com a decretação da Anistia, e estavam de “malas prontas” para o retorno, muitos filhos não desejavam vir para o Brasil. Em seu depoimento, Vânia Bambirra afirmou que os filhos não desejavam o retorno e vieram praticamente forçados.

5. Um aspecto comum observado nos depoimentos da geração de 68, foi a difícil e angustiante resolução de abandonar a luta e sair do país. Percebeu-se que isto provocou um forte sentimento de culpa e remorso por parte dos que saíram. Em sua obra “*A Ditadura Escancarada*”, Elio Gaspari atentou para este fato.

Em vários depoimentos ficou evidente a predominância deste sentimento, embora alguns tenham preferido sair por não suportarem a pressão psicológica da vida na clandestinidade, traduzida na constante sensação de insegurança e medo.

Estes foram, portanto, os principais indicativos observados nos relatos dos depoentes. Outras proposições poderão ser encaminhadas, na medida em que novos diálogos sejam estabelecidos com essas e outras fontes.

Referências Bibliográficas:

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: Entre Raízes e Radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado apresentada a FAFICH – UFMG. Belo Horizonte, 2003.

CULTURA E CIDADE: EXPERIÊNCIAS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO URBANA DE UBERLÂNDIA

Geovanna de Lourdes Alves Ramos*

Resumo:

Esta pesquisa investiga as trajetórias, marcas, memórias e experiências dos moradores da cidade de Uberlândia/MG, fazendo análise das maneiras de viver a/na cidade, com a disputa de espaços e territórios. Trata-se de uma discussão sobre a retirada da Estação Ferroviária da Companhia Mogiana da área central na década de 1970 e da construção da Avenida João Naves de Ávila no antigo leito dessa ferrovia, além de outras mudanças ocorridas nesse espaço social.

Palavras-chave:

memórias, sujeitos sociais, cidade.

CULTURE AND CITY: SOCIAL EXPERIENCES IN THE URBAN CONSTITUTION OF UBERLANDIA

Abstract:

This research investigates the trajectories, marks, memories and experiences of the inhabitants of the city of Uberlândia/MG, making analysis in the ways to live a/em the city, with the dispute of spaces and territories. One is about a quarrel on the withdrawal of the Railroad station of the Mogiana Company of the central area in the decade of 1970 and of the construction of the Avenue João Ships of Avila in the old stream bed of this railroad, beyond other occurred changes in this social space.

KeyWords:

social memories, citizens, city.

Uberlândia¹ não é a cidade onde nasci, mas é onde moro há 40 anos. Esse período de vivência me trouxe reflexões acerca do significado do viver urbano. À memória me vêm lembranças da minha infância e juventude e mostram-me uma cidade não muito agitada, com pouca poluição, alguns veículos em movimento e um registro muito forte da estação ferroviária na área central da cidade.

*Mestre em História Social/UFU, professora da Rede Municipal de Uberlândia.

¹A cidade de Uberlândia localizada no Triângulo Mineiro-MG conta em 2006 com mais de 600 mil habitantes. Servida por 8 rodovias e 4 ferrovias, a malha rodoferroviária e o Terminal Intermodal de Cargas, interligam-na aos principais mercados do país. Dados acessados na pág. <http://www.uberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em 20 de março 2006.

A observação do cotidiano, o movimentar dos moradores na cidade construía uma memória sobre o lugar, embora repleta de questionamentos e fissuras de um viver fragmentado. Com o passar do tempo, minha percepção foi se transformando e devido ao meu trabalho no comércio, pude ter contato com outros espaços e bairros da cidade.

Com o trabalho, tive contato com diversas pessoas e histórias. Lembro-me de como era caminhar por esta Uberlândia nas décadas 1970 e 1980. No entanto, os problemas, as disputas e o rumo da construção da memória que se querem fazer hegemônicas, que se intitulam autorizadas a falar sobre a cidade e o que ela é, dão significações para os viveres das pessoas e estabelecem uma lógica narrativa da história do lugar. Neste sentido, os grupos dirigentes tentam apagar os viveres de seus moradores muito além dos processos de transformação urbana e reportam à cidade apenas como lugar de progresso e sem conflito, que proporciona melhorias para *todos* os seus habitantes. Aqui levanto uma questão: desenvolvimento para quem, para quê e de que forma?

E nesse enredo, inseri minhas indagações e suspeitas ao buscar permear outros olhares e vivências desse processo. É nesse bojo que se instala a discussão sobre a retirada da Estação Ferroviária da Mogiana, na década de 1970. De modo geral, com esta pesquisa busco apontar algumas possibilidades de novos recortes temáticos e a emergência de outros sujeitos na leitura dessas intervenções, e assim, contrapor-me a leituras diferenciadas já realizadas sobre essa cidade. Isto não significa que eu esteja desconsiderando a importância dessas pesquisas que tiveram outros caminhos de discussão.

Torna-se necessário registrar que o enfoque temporal da pesquisa problematiza as transformações operadas na cidade, a partir dos anos de 1970, embora queira frisar que o processo que analiso não surgiu de um dia para outro e que, as mudanças operadas na cidade possam ser consideradas também desdobramentos de processos anteriores. É necessário cautela ao tratar essas questões, por mais irrefutáveis que suas conclusões possam parecer, não devem ser generalizados os processos históricos que estão na história da cidade.

Portanto, um dos objetivos centrais da pesquisa é analisar historicamente o processo da transformação urbana ocorrida em Uberlândia – MG, processo este que foi acelerado e intensificado no final da década de 1970, a partir das várias discussões para a retirada da Estação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação da área onde se localizava até então². Analiso o processo de reordenação do espaço urbano após a demolição da estação, especificamente, no entorno dos trilhos férreos.

²A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, sociedade anônima com sede em Campinas - SP, foi organizada em 1872, tendo o propósito de construir uma ferrovia com bitola métrica, entre as cidades de

A proposta central consiste no diálogo com experiências para pensar de que maneira os moradores interpretam e narram essas mudanças, e de que forma elas estão impregnadas de valores, práticas e memórias elaboradas e vividas no cotidiano. Interpreto, sobretudo, como os moradores construíram e, simultaneamente, foram construídos por este processo.

Presentes nos editoriais jornalísticos em geral, nos discursos das classes dirigentes e nas memórias dos moradores – essas mudanças são (re)significadas por meio de diferentes vias na contemporaneidade por vários sujeitos e grupos sociais.

Os periódicos e seus agentes legitimam, disputam informações, significados e valores no processo constituinte de hegemonia. As notícias veiculadas pela imprensa jornalística não devem ser vistas somente como discursos, são produção de notícia e da maneira de disputar o sentido de viver na cidade. Nestes se vêem inúmeras reportagens acerca das transformações das quais necessitava a cidade e, dentre elas a grande discussão se dava em apagar na esfera física, um passado que, segundo a imprensa e a classe dirigente, significava atraso e que impedia seu crescimento: a estação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação.

Estas intenções ficaram ainda mais evidentes quando alguns políticos locais³ ocuparam cargos municipais e estaduais e puderam aplicar ou mesmo inovar na condução dos destinos da cidade. A explicação utilizada pelos dirigentes é fundamentada pela lógica moderno/atrasado. Daí a pergunta: até que ponto isso reflete na vida das pessoas? Isso tranquiliza o processo ou faz emergir novos questionamentos? Se moderniza, moderniza para quem? A retirada de pessoas também retira o atraso? Essas são algumas problemáticas que pretendo investigar e enfrentar no desenvolvimento deste trabalho.

Uberlândia, segundo fontes jornalísticas⁴, caminhava para ser um centro econômico da região. Esse discurso, aliado a uma intensa publicidade, produziu efeitos. A modernização foi desejada por diferentes sujeitos e necessária para imprimir maior dinâmica à economia local. No entanto, penso que esse não era anseio de todos, pois quando se fala em modernidade; para os dirigentes e a elite é fazer projetos que os beneficiem econômica, social e

Campinas e Mogi-Mirim. Sobre a demolição da estação ferroviária em Uberlândia e o processo mais geral de desativações ferroviárias, ver: PAULA, D. A. Ferrovia e cidade: os trilhos do progresso em Uberlândia. In: VI Congresso de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2005, Conservatória – R.J. Anais... Conservatória. R.J. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2005, p.07.

³Dentre estes políticos cito o ex-governador de Minas Gerais Rondon Pacheco, Homero Santos ex-líder do governo e ex-presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o ex-prefeito da cidade de Uberlândia Renato de Freitas, o ex - prefeito de Uberlândia Virgílio Galassi e Zaire Rezende ex-prefeito de Uberlândia por dois mandatos, entre tantos outros.

⁴No Arquivo Público Municipal de Uberlândia encontram-se vários jornais que estão disponibilizados para pesquisa, dentre estes jornais cito o Jornal “*Correio de Uberlândia*”, “*O Repórter*”, “*Primeira Hora*”, “*A notícia*”, “*Tribuna de Minas*”.

politicamente. Já para os moradores, por exemplo, dos Conjuntos Habitacionais significava [e significa] chegar até seu bairro a infra-estrutura, o ônibus, a escola, ou seja, são modernidades diferentes, são expectativas sociais desiguais e diversas e que não se pode homogeneizar.

Em uma cidade como Uberlândia, compreendia-se que a precariedade de vida entremeada pelo *glamour* de bailes e festejos dos grupos dominantes não condizia com a lógica modernizante que se queria imprimir. Nesse sentido cabe questionar: como apaziguar diferenças sem destruir suas raízes? Transferir a Estação da Cia. Mogiana traria o que diante das disputas de classe? Como isso poderia trazer benefício para todos? Aquele lugar resolveria problemas como o desemprego, os baixos salários, as péssimas condições de moradia nos bairros mais distantes do Centro comercial? A explicação capitalista do *avançar* para *crescer* deixava brechas para se ter dúvidas sobre ela e os rumos que seriam tomados a partir daí.

Ressalta-se que as intervenções não foram suficientes para fazer desaparecer *as tensões, os conflitos, e a luta pelo pertencimento* a uma cidade que estava passando por várias transformações no espaço urbano. Repartem-se as pessoas, mas elas não se submetem facilmente aos percalços que intervêm em suas vidas. Se pertencem à cidade, reapropriam-se dela e de seus espaços e a transformam em seu benefício. São homens e mulheres de todas as idades que inventam mil maneiras de andar e de morar, de fazer uso das coisas e dos espaços.

Propus, portanto, abordar a temática urbana com os modos de vida dos moradores na cidade e busquei esclarecer como minhas preocupações acabaram convergindo para a idéia do *fazer-se*⁵ dos sujeitos sociais na/da cidade. De que forma diferentes sujeitos sociais da sociedade uberlandense participavam dos projetos e das transformações urbanas? De que maneira as escolhas feitas e os encaminhamentos dados por essas mudanças na cidade ligavam-se às demandas da população?

A retirada dos trilhos na área central envolveu muitos sujeitos sociais; no entanto, a forma de envolvimento nesse processo tem diferenciações. Os projetos e a política de interferência tentaram não só *apagar* os modos de viver dos moradores como também procuraram dar outros sentidos aos espaços urbanos. O que significava, na década de 1970, para os moradores ver a cidade ser *cortada* pelos trilhos férreos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação na área central? O que era viver/morar/trabalhar nas imediações dos trilhos para as pessoas naquele momento?

⁵THOMPSON, E. P'Prefácio'. In: *A formação da Classe Operária Inglesa*. V.I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp.9-14.

Simbolizando a modernidade, o progresso e o desenvolvimento; a construção da avenida, durante a segunda metade dos anos 70 do século passado, representaria para a classe dirigente a tentativa da efetivação de seus ideais. Aqui tomo como empréstimo a noção de *hegemonia* de Raymond Williams, quando diz que “*A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva*”(WILLIAMS,1979)⁶. A noção de hegemônico é aqui empregada a partir das colocações de Williams que, tendo como matriz teórica as reflexões de Antônio Gramsci, considera esse conceito como processo e, não, estrutura ou sistema.

Vários questionamentos são feitos: A construção da Avenida João Naves de Ávila causou um impacto no espaço físico da cidade e na vida de seus moradores? Muitos deles saíram de suas residências e viram-se *obrigados* a vender seu imóvel e mudar-se para outras áreas da cidade ou há os que ainda resistem?

Neste sentido compreendo a resistência dos sujeitos inspirada nas análises de Thompson, o qual percebe que nas relações sociais ocorrem manifestações ou resistências em relação às imposições sócio-culturais e há aqueles que constroem estratégias de intervenções nas práticas cotidianas.

Dessa forma, foi possível problematizar como os homens produzem seus espaços nas cidades, numa relação de troca e de disputa. Ou seja, os viveres das pessoas são contraditórios e tensos, partem de suas práticas, vivências e experiências cotidianas. As reordenações espaciais que ocorreram [e ocorrem] em várias cidades se desenvolvem com a consolidação do capitalismo, modificando as relações culturais, econômicas e sociais de vários sujeitos sociais.

Os modos de viver de moradores ainda estão presentes neste lugar e suas experiências foram importantes para compreender o significado do impacto da construção da avenida nos seus viveres. Nesta perspectiva, foi fundamental ir além da materialidade desta construção.

Para isso, foi tomada como princípio a compreensão de que a cidade consiste em um espaço repleto de significados, onde há sempre muito dela em seus moradores e muito deles na cidade. É nesses espaços que homens e mulheres constroem suas expectativas, seus laços afetivos e, por que não, suas visões de mundo.

Os trabalhos de E. P. Thompson⁷ instigaram-me a problematizar os termos experiência humana, cultura e consciência, para a compreensão de uma realidade. Neste sentido, procurei

⁶ WILLIAMS, Raymond. Op. cit. p.116.

⁷ “Padrões e Experiências”. In: *A formação da classe operária inglesa*, vol. II, São Paulo: Paz e Terra, 1988; “Consciência de Classe”. In: *A formação da classe operária inglesa*, vol. I São Paulo: Paz e Terra, 1989; “O termo Ausente”. In: *Miséria da teoria*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

apontar a percepção que os moradores têm sobre o local; como entender suas lutas e seus valores, no contexto das transformações da cidade; como valoriza suas experiências, de que estratégias lançaram [lançam] mão para sobreviverem meio a este processo; que expectativas projetam para a cidade.

Por serem múltiplas, as experiências se expressam de diversas maneiras como resultado da mistura de laços culturais e sociais, os quais criam espaços de sociabilidade e reciprocidade específicas. As práticas dominantes que valorizam os discursos de modernização para todos não podem ser pensadas como referências verdadeiras que se impõem de forma natural, porque são produtos das *relações sociais desenvolvidas na cidade que em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade* (FENELON, 2000)⁸. Desse modo, as relações sociais desenvolvidas nas cidades são historicamente construídas e capazes de fornecer elementos para a compreensão das atitudes de homens e mulheres em épocas distintas.

As medidas e iniciativas podem ser analisadas em várias fontes impressas, sobretudo nos jornais locais, nos Relatórios das Atas da Câmara Municipal, Ofícios, Atos e Postura Municipais, elas trazem as aspirações de *progresso* e também revelam indícios dessas mudanças e tensões.

Em minha pesquisa optei pelo contato com uma documentação variada, que me ajudasse a analisar as maneiras pelas quais os sujeitos constituíram a si próprios, suas práticas e o conjunto de documentos que as refletem⁹, para problematizar a temática por meio da articulação dos diferentes tipos de fontes, na tentativa de apreender o que os diferentes sujeitos formularam de si próprios e dos outros com os quais interagiram, durante esse processo histórico de intervenções na cidade.

Isto era o que os projetos traziam, mas afinal o que estava acontecendo na sociedade uberlandense para ser necessário modificá-la? Essas modificações chegam ou tensionam o modo de vida dos moradores? De que forma?

Assim, a cidade na década de 1970 - século XX foi marcada pelas intervenções dos administradores públicos, pelos discursos incessantes sobre a construção do progresso, da civilização e da ordem; isto é, uma disputa constante pelo que seria a cidade e como ordená-la.

⁸FENELON, Déa Ribeiro (Org.) Cidades. In: *Revista Pesquisa em História*. Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC/SP. São Paulo: Olho D' Água, 2000, p.06.

⁹KHOURY, Yara Aun. Narrativas Oraís na Investigação da História Social. In: *Revista Projeto História*. nº. 22. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP-EDUC, 2002, p. 81.

Instigou-me a discussão sobre os territórios de boemia e a reflexão sobre os modos de viver que a elite propõe e quais ela condena. Dialoguei para isso, com a maneira como as pessoas absorvem essa moral ou mesmo como reelaboram-na no seu cotidiano. Pois, por mais que se queira negar outros hábitos e valores, eles em nenhum momento, inclusive hoje, deixaram de existir. Segundo os editoriais de jornais, um território que estava em vias de reordenação não seria *bem visto* compondo espaços de boemia.

A transformação, na cidade está exhaustivamente descrita nas fontes oficiais, porém o modo como é apropriada pelos diferentes sujeitos históricos, ainda permanece na memória e sentimentos das pessoas. Portanto, a minha intenção foi de valorizar o significado dessas experiências, interpretando-o de outra forma, pois a exhaustiva descrição tradicional não condiz com as práticas vividas e com os silêncios dos moradores.

Nesse sentido, compartilho com Fenelon, Cruz e Peixoto ao discutirem a abordagem de muitos pesquisadores. Quando lidam com a temática cidade, estas trazem para o centro de discussão que:

Nesse processo e trajetória, nossa discussão de relações sociais trouxe a explicitação de que são estas as relações que nos interessa investigar ao tratarmos de cidades.¹⁰[...].(FENELON, 2004).

Assim, em minha pesquisa pretendo também ver nas relações sociais dos moradores outras formas de interpretação das intervenções na cidade e na realidade social, indo além daquela que a imprensa e os discursos dos dirigentes apresentavam enquanto fala autorizada.

As narrativas lidas e ouvidas trazem o movimento dos viveres sociais, desmontam a tranqüilidade e estaticidade da história tida como legítima e oficial, pois o que os entrevistados falam e informam não só é somente deles mesmos, mas de uma realidade social mais ampla, contada e divulgada como a sociabilidade cotidiana, seus movimentos coletivos – o ir trabalhar, o lazer e outros aspectos.

Por isso, foi fundamental buscar nas entrevistas de homens e mulheres; minha interpretação sobre os fatos procurando problematizar o que foi colocado e refletir sobre os silêncios do processo. Alessandro Portelli¹¹ trouxe-me grandes contribuições para a reflexão histórica. Enquanto metodologia de pesquisa, o trabalho com fontes orais depende de uma relação entre entrevistador e entrevistado, em que constantemente se invertem os papéis.

¹⁰FENELON, Déa et. Al. (org.). CRUZ, FENELON e PEIXOTO. Introdução. In: *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo, SP: Olho D'água, 2004, pp. 09-10.

¹¹PORTELLI, A. *O que faz a história oral diferente*. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. Projeto História. São Paulo: Educ, n. 14, fev. 1997, e, PORTELLI, Alessandro. *Forma e significado na história oral* Tradução. Maria Therezinha Janine Ribeiro. Projeto história. São Paulo: Educ, n. 14, fev. 1997.

Posso dizer que a entrevista representa uma troca de informações e num processo dialógico compõe um enredo interpretativo sobre o vivido, permitindo captar singularidades no social¹².

Propus problematizar e analisar as diversas situações de disputas sociais que permeiam a sociedade em estudo. Assim, procurei pensar o social como campo de desenvolvimento de disputas partindo de uma postura política:

O trabalho político é trabalho de mudança e todas estas mudanças são altamente políticas.[...] possa facilitar mudança significativa na autoconsciência das pessoas que encontramos ainda é talvez uma forma, útil, da ação política¹³. (PORTELLI, 1997)

O comprometimento com o social e com as transformações urbanas ocorridas na cidade me ajudou a compreender como acontecem estas mudanças, como são vivenciadas pelos moradores e se são aceitas, rejeitadas ou reelaboradas por eles.

Referências Bibliográficas:

- FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: *Cidades. Pesquisas em História*. Programa de Estudos Pós- Graduação em História PUC – SP. São Paulo: Olho d'Água, 2000.
- MACIEL, Laura Antunes. “*Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telegráfo e imprensa – 1880/1920*”. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (org).. São Paulo: Olho D'Água, 2004.
- PORTELLI, A. Tentando Aprender um Pouquinho. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 15, abr. 1997.
- THOMPSON, E. P'Prefácio'. In: *A formação da Classe Operária Inglesa*. V.I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹²KHOURY, op. cit. p. 81.

¹³Idem, ibidem, 24.

Marilúcia Mendes Ramos*

RESUMO: A política de Portugal para suas colônias foi assimilacionista, podendo o “indígena” alcançar o grau de “assimilado” pela adoção paulatina da cultura de seu dominador. Assim, quanto mais abandonasse suas crenças, tradições, religião, língua, hábitos e adotasse a língua e a religião do colonizador menos sofreria. Nesse processo assimilacionista, muitos angolanos foram se afastando de suas raízes culturais, porém, como resistência e (re)construção da identidade, intelectuais propuseram-se a recuperar na escrita estórias contadas pelo povo e histórias que os *griotes*, arquivos vivos da África, preservaram dentro dos rigores da tradição oral. Discutiremos o papel da literatura para a preservação da memória angolana, transformando o objeto em sujeito de sua própria história.

Palavras-chave: literatura angolana, tradição oral, memória.

ABSTRACT: Portugal’s policy towards its colonies was of an assimilation nature. The “natives” would be regarded as “assimilated” because of the gradual adoption of their colonizer’s culture. Therefore, the more they abandoned their beliefs, traditions, religions, habits and language and adopted the colonizer’s religion and language, the less they suffered. In this assimilationist process many Angolans became distant from their cultural practices. On the other hand, as a form of resistance and identity (re)construction, some intellectuals have tried to recover, in written form, stories told by the people and also “griotes”, African live archives which have been preserved under a rigid oral tradition. The role literature plays, when the object is changed into subject of its own history, in the preservation of Angolan memory will be discussed here.

KEY-WORDS: Angolan literature, oral tradition, memory.

A tradição oral é a base cultural dos angolanos e da maior parte da África. Todo conhecimento era, e ainda é em algumas regiões, veiculado por meio de uma oratória diversa, específica para cada ocasião e de acordo com os valores de cada grupo étnico.

O olhar do escritor angolano Uanhenga Xitu (este seu nome quimbundo, sendo o nome imposto pelos portugueses Agostinho André Mendes de Carvalho) é chamado para as práticas tradicionais que o homem angolano do espaço não-urbano ainda mantém por ter sido menos exposto aos efeitos da política assimilacionista do colonizador. O escritor, entretanto, não desvia o olhar do angolano quando este migra para a cidade, mas segue-o de longe e registra seus passos criticando-o ou satirizando seu novo modo de portar-se e de expressar a nova língua e novos hábitos assimilados.

Pretendemos aqui verificar como, pela literatura, o autor revela a personalidade

* Universidade Federal de Goiás, Professora Doutora.

cultural do homem angolano pelo modo de narrar dos *griotes*. Assim, buscaremos enfatizar como o autor dá a conhecer esse angolano mais típico pela alusão a um cotidiano em que ainda se vivia de acordo com a tradição oral, fosse pelo modo de conceber a passagem do tempo, ou pelo valor atribuído à palavra e aos discursos cerimoniais, à atribuição do nome como elemento que compõe o indivíduo, ou ainda à força vital que gera prestígio, aos jogos e brincadeiras socializantes, aos ofícios tradicionais, à crença nos comedores de almas, às tradições de casamentos, dentre outras tantas práticas, das quais selecionamos algumas para ilustrar nossa discussão.

Cumpramos-nos esclarecer que essa expressão, “homem angolano”, será utilizada tendo presente a pluralidade que a expressão concentra, dada a diversidade cultural de Angola, um país multilíngüe e pluriétnico. Essas diferenças serão apresentadas por Xitu que, em razão de sua vivência e seu testemunho, não se reporta apenas ao homem angolano de sua “sanzala” (diferente de “senzala”, lugar onde ficavam os africanos tornados escravos) ou da sua região, mas sim ao homem angolano plural, que o autor aprendeu a conhecer por vontade própria nas várias regiões de Angola por que passou. Em função dessa preferência, neste breve estudo os exemplos tomados das narrativas contemplam o espaço não-urbano (onde as pessoas preservam por mais tempo suas características) e têm ênfase nas práticas tradicionais.

O escritor recupera, para compor sua obra, a tradição oral praticada no meio rural em que nasceu e também apreendida nas suas viagens por Angola, a qual é mesclada às narrativas escritas de tal forma que para sua detecção é necessário conhecer bem cada segmento das tradições. Como a discussão sobre tradição oral deve ser meticulosamente tratada, cabe aqui apenas salientar que nosso entendimento sobre essa matéria está calcada em *A palavra, memória viva na África* (1979) e em *A tradição viva* (1980), ambos de Hampaté-Bâ, que esclarece, se quisermos sintetizar, que África a tradição oral é a grande escola da vida, dela recuperando e relacionando todos os aspectos. Fundada na iniciação e na experiência, conduz o homem a sua totalidade e baseia-se em uma certa concepção do homem, seu lugar e seu papel no universo, mencionando ser a tradição oral “ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação”(1980:183). Nessa concepção, a educação tradicional começa na família, onde a criança aprende que a vida em comunidade depende da solidariedade e do esquecimento de si mesmo; todos os reinos da vida encontram-se conjugados no homem; os gestos de cada ofício artesanal tradicional reproduzem o mistério da criação primeira, que se liga ao poder da Palavra; o interesse pela história não está ligado à cronologia, mas à genealogia, que é ao mesmo

tempo sentimento de identidade, meio de exaltar a glória da família e recurso em caso de litígio; uma garantia de autenticidade dos relatos dos *griotes* é a peculiaridade da memória africana tradicional de não resumir a história; a tradição oral é fonte digna de fé e da verdadeira história africana, cuja memória coletiva é arquivo público ancestral, a transmitir às gerações o patrimônio cultural dos povos africanos.

Nesse texto o autor esclarece também que a *palavra*, na sociedade embasada na oralidade, não serve apenas para a comunicação diária, pois ela é também e principalmente um meio de preservar e trazer para o presente a sabedoria dos ancestrais, sendo sua função maior transmitir conhecimento, sabedoria, tradição e mito.

Os textos orais têm como característica a apresentação da trama estruturada de modo a ajudar a memória e essa estrutura auxiliará tanto o contador quanto o ouvinte que a terá em mente no momento da retransmissão do conhecimento. Esses textos são fixados por uma trama que se vale de uma estrutura de mnemotécnicas, de retenção da atenção do público que, em resposta às técnicas, interage e retém as informações.

Para que a fixação da palavra proferida ocorra, a tradição oral usa da economia da linguagem na transmissão, do valor da palavra nas sociedades pouco ou nada dominadas pela escrita, das redundâncias, da postura do contador que respeita a palavra da qual faz uso, do ritmo original, das estratégias de dissimulação do sentido verdadeiro, das táticas para disfarçar a expressão, das fraturas das frases, do jogo de imagens, do recurso ao humor, dos efeitos de distanciamento, da economia das descrições, do modo peculiar de conceber o tempo e o espaço e, além disso, dos gestos, do ritmo, das ondulações e das entonações e da intensidade dos níveis sonoros da voz de quem está a contar de modo que conteúdo e estrutura estão intimamente ligados.

O escritor com preocupações de revelar o local, sem deter-se no pitoresco e na cor local, nem no anedótico, imporá então para si a tarefa de buscar formas para enfrentar as diferenças de uma e outra expressão e alcançar um meio de levar para o espaço do texto o máximo da oralidade com seus códigos culturais, capazes de permitir uma visão histórica da época, contribuindo para a consciência de que a nação é construída pelas diferentes partes.

A paisagem, amplamente descrita, funciona como um espaço-memória, e, para a construção da própria história, que se quer dar a conhecer, os objetos, os instrumentos têm de ser próprios, a linguagem tem de ser própria. Assim, Xitu usará de uma linguagem que identifique o *proprium* do homem do interior, carregando-a de símbolos distribuídos por frases construídas mais de acordo com a oralidade que com a norma culta. Valer-se-á, de procedimentos estilísticos literários para conseguir o efeito de

verossimilhança para sua narrativa e conquistar a confiança do leitor, tais como escolher para o desenvolvimento das ações um espaço real e descrevê-lo minuciosa e enfaticamente; trabalhar na ficção personagens que realmente existiram; reproduzir o modo de falar de cada personagem, permitindo a percepção das diferenças dos modos de dizer; descrever minuciosamente as personagens e seus trajes; reproduzir os gestos das personagens a trabalhar, por exemplo, por meio de minuciosas descrições; recorrer a fatos verídicos, que fazem parte da história local, e entretecê-los ao ficcional.

A marcação do ritmo é um recurso freqüente nas narrativas orais, auxiliando o narrador na transmissão de suas imagens para o leitor. Destarte, tornando o ritmo da narração mais lento, permitirá a visualização das paisagens descritas com detalhes, ou ainda, pela aceleração rítmica, facilitará a compreensão de uma cena de discussão.

Certos procedimentos inerentes às narrativas orais, bem conhecidos pelo escritor angolano, serão utilizados no texto escrito no momento de expressar sua realidade pelos próprios olhos ao ocidente, deixando-se conhecer pela própria ótica, como sujeitos de sua história e não mais como objeto.

Após séculos de dominação, para (re)compor a noção do que é ser angolano o texto escrito trará consigo uma forte marca da diferença e de uma identidade, a tradição oral. Como um primeiro exemplo dessa mesclagem, no conto “Vozes na sanzala”, o narrador descreve as contribuições do protagonista Kahitu ao povo da sanzala, as quais remetem aos *griotes*, ou mestres tradicionalistas da África Ocidental:

O mestre era o homem mais informado da sanzala (...) Conhecia a fundo o segredo de algumas famílias (...)todo o verbo e adágios regionais para conquistar mulheres (...)servia como orientador de muitos rapazes para conquistarem moças, e conselheiro de moças para se escaparem de rapazes com más intenções (...) Quem quisesse saber da genealogia de uma determinada família bastava recorrer ao Kahitu. Ele era o mais indicado para ler e interpretar cartas de terrenos, escritas no século XVIII, com tinta de folhas de tomateiros(...)sobrecarregava conhecimentos de valor da sua área (...) Tinha boa memória para recitar capítulos da Bíblia (XITU, 1984: 61).

O ritmo do tempo e a duração das gerações são também marcas da tradição e da diferença que o texto escrito recupera. Tanto a narrativa sobre as personagens Kahitu e Saki, como Mafuta e Kalutula, dos livros acima mencionados, foram contadas como um *griot* o faria, identificando as pessoas das quais se está falando desde antes de seu nascimento, seguindo depois a ordem dos acontecimentos que se deram com elas.

Esse procedimento é notório em “Vozes na Senzala”, que narra a trajetória de Kahitu, buscando-se na sua descendência, desde a época de sua avó, a explicação para o aleijume do menino, contando a partir daí como foi que ele passou pela infância e juventude até seu fim trágico pelo suicídio.

Também para a construção da personagem Mafuta, de “Maka na sanzala”, o mesmo procedimento é adotado. Essa moça tem sua estória contada desde antes de nascer, estando em seu nome a origem para grandes complicações em torno da sua pessoa. A moça descobre que tudo começou no momento de seu nascimento, quando seu pai, um quimbanda, lhe atribui esse nome no momento em que está para ser condenado no tribunal dos sobas por um crime por feitiço e recebe a notícia de que a filha nascera. A atribuição do nome à filha causa grande reboliço e ele se livra da punição, mas a filha passa a ter uma vida conturbada desde os primeiros dias, dona de uma beleza intrigante que era. Nesse segundo conto, como que não sendo necessário dizer mais, já que a vida da moça seria sinônimo de confusão mesmo, o conto cessa a narração de sua trajetória no auge da juventude, deixando pistas de que seus outros anos de vida também seriam de maka, na sanzala ou não.

Ao contar essas estórias, Xitu recupera no escrito a concepção do tempo na africanidade, pois não as data cronologicamente, seguindo a sucessão de gerações ou a genealogia e, embora possamos em algumas delas apreender por indícios a época aproximada em que os fatos narrados acontecem, o tempo que conta é o marcado pelos fatos ocorridos no tempo mítico, o que também é uma das marcas da tradição oral.

Outro traço recuperado da oralidade é o respeito pela sabedoria dos mais-velhos. Em seu romance, *Os discursos do “Mestre” Tamoda* (XITU, 1984), num episódio sobre o jogo de futebol entre sanzalas em que Tamoda se oferece para discursar, outro costume angolano ligado às tradições é mesclado à literatura.

A passagem diz respeito à entrega da taça, um porco, ao time de Tamoda, que vencera o jogo, o qual some durante a partida, causando constrangimento moral ao time da casa. Uma discussão sobre formas de resolver a questão tem início e um velho, conhecedor dos costumes e das punições das divindades pelo desequilíbrio causado, toma a palavra para ensinar:

- De fato o que se deu aqui é uma vergonha não só para os novos como para nós velhos. A uma visita nunca se intruja ou se rouba no meio da sanzala, em público, é um crime que contamina toda a gente, e os espíritos se revoltam. Quando se quer praticar esse acto indigno, por homens de mau coração, deve-se arrastar, levar a visita fora ou nos subúrbios da sanzala e ali sozinho intrujar (kúbua) a visita alheia, chamando sobre si todos os cazumbis. Assim, para não sujar a nossa sanzala eu me comprometo a entregar às visitas o meu porco que deixei fechado agora mesmo no curral, em honra e prestígio da nossa sanzala e da nossa gente (XITU, 1984:49).

O mais-velho, conhecedor das tradições, é mediador nos momentos de desequilíbrio, recuperando do passado a sabedoria para restabelecer a harmonia, sendo a sua palavra ouvida e respeitada.

Também os discursos cerimoniais são lembrados por Xitu, os quais, embora já fizessem parte das práticas tradicionais há muito tempo, entre a segunda metade do século XIX e o início do XX despertam novo interesse, numa fase essa de desenvolvimento dos estudos folclóricos europeus, quando os missionários começam a perceber a grande variedade de contos, provérbios e lendas africanos e passam a mapeá-los, surgindo dessa “descoberta” dos portugueses um gosto pelo rebuscamento e passando os discursos a fazer parte de cerimônias como batizados, casamentos, funerais.

Como forma de criticar a banalização dos discursos cerimoniais pelos europeus, Xitu os recupera de modo irônico, exagerado e rebuscado em sua escrita, como na passagem acima e nesta outra, sobre a cerimônia de abertura de um jogo de futebol:

- Amigos jogadores e presidentes dos dois clubes - começou Tamoda - a bola não é jogo de cavalgadas para socagem (socos), o beque (defesa) não deve agredir o avançado-centro-vagabundo, que por ser gosmeiro fica sempre a entorpecer o quiper (keeper, guarda-redes). E se na vetusta assistência tem quem trouxe fiteçagem, para arrear os músculos dos outros jogadores, é melhor ir bungular noutra lado. Não queremos drogagem. Os senhores laines (fiscais de linha) não devem hater atoalmente (à toa) as galhardias (galhardetes) e o refi (árbitro) deve ser juiz desembargador que faz justiça certo, e não deve fazer batota, e não é intrujar. Espero que os dois clubes se evidenciem a sua homenagem deste desafio (Xitu, 1984:48).

Outro elemento que compõe a personalidade do homem africano é o seu nome e o valor que lhe é atribuído, prática também recuperada, como ao mencionar os predicativos ligados a certas personagens.

O nome é resultado do que a pessoa é e dos valores que foram sendo incorporados a ela e por isso no conto “‘Mestre’ Tamoda”, essa espalhafatosa personagem, ou aquele que está na moda, é chamada de “o novo intelectual”, “literato”, “etimologista”, “dicionarista”, “mestre do português novo”, “catedrático”, de “interlocutor”.

O nome Mafuta indica “complicações, violências, contendas, desaires, calemas, remoinhos e mais e mais alguma coisa que fica por dizer...” Ainda ao final da narrativa, como que deixando claro que até o seu fim a moça estaria rodeada pelas confusões, o narrador atribui-lhe ainda outros adjetivos, como “recontro”, “briga”, “remoinho”, “ciclone”, “abismo”. (XITU, 1979:100;138).

A questão do nome se evidencia mais em *Vozes na sanzala*, em que o protagonista ora é referido pelo nome, Kahitu, ora por seus atributos, que vão aumentando de acordo com novos conhecimentos ao longo da vida, sendo Kahitu no início da narrativa, depois Kikata (aleijado) e por fim será “O mestre ferreiro, conselheiro, escrevente e dirigente dos miekeieke” e, ao morrer já havia incorporado ao

seu nome vários atributos e o narrador assim o identifica: “Entrou de novo para ajudar o escrevente, o ferreiro, o 'mestre' de miekeieke, e o 'professor' da 'escola-materno-social' em agonia.” (XITU, 1984:67;106).

Já em *Manana* a questão do nome é tratada de dois diferentes modos, o tradicional e o ocidental. O primeiro respeita ao nome como um elemento de composição, significando ninfa, “larva de abelhas. Alimento dos *jihutxi* dos caçadores e de mais pessoas que fazem vida permanente nas matas”, tendo ela ganho esse nome em razão de seu avô ter dado à menina, como primeiro alimento ou *haku* da geração, “um bocado de favo de *manana*.” (XITU, 1978:38). O outro, é já uma denúncia do rigor da política assimilacionista do colonizador, pois Manana teria de ser batizada com um nome de santa:

No dia do baptismo, na Igreja da Ilha do Cabo, o chorado Padre que lá andava fez questão por causa desse nome. Não era nome de Santa. E só depois de muita insistência aceitou, o Padre, realizar o acto. Mas recomendou que a tratassem por Mariana ou Ana, embora a registasse - segundo a vontade dos avós - com o nome de MANANA. (XITU, 1978:39).

Como em seus textos Xitu busca recuperar as diversas formas de manutenção das tradições pelos diversificados grupos que vem a conhecer em suas viagens por Angola, não se percebe em seu trabalho uma tentativa de seleção, de julgamento ou de coerção das memórias levadas para o texto escrito, mas sim uma tentativa de fazer “rescaldo” ou dar visibilidade a manifestações culturais milenares, mantidas por grupos invisíveis até mesmo para angolanos. Coloca-se em cena atores que contribuem, com suas práticas comunitárias, para a constituição da memória coletiva.

O autor reelabora uma realidade passível de ser reconhecida pelos angolanos não pela fotografia, mas pelo trabalho cuidadoso da enunciação, o qual pode preservar uma memória oral, contribuindo para o auto-conhecimento de um povo, para a (re)construção de uma memória coletiva, que busca definir o que é comum a um grupo e, principalmente, o que o diferencia do outro, seja o seu outro-igual ou o colonizador, criando ou reforçando sentimentos de pertencimento. Sendo uma literatura que ganha fôlego justamente nas décadas de 1970 e 1980, portanto, ao final da guerra pela libertação e nos primeiros anos da Independência, coloca-se como instrumento que contribui para a (re)construção da identidade nacional, a qual é pensada pelas manifestações culturais comunitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HAMPATÉ-BÂ, A. - In: *O Correio da UNESCO*. n. 7, Rio de Janeiro, 1979.

- _____. In: *História Geral da África*, 1980, vol. I, cap. 8, p. 181-218.
- XITU, Uanhenga. *Manana*. Lisboa: Edições 70, 1978.
- _____. *Maka na sanzala (Mafuta)*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- _____. Vozes na sanzala (Kahitu). In: _____. *Mestre Tamoda e Kahitu*. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Autores Africanos)

CORPO, HISTÓRIA E CIDADE: GOIÂNIA UM DIALOGO POSSÍVEL

Fabiana Alzira Ramos

Resumo

Este artigo tem como objetivo fulcral narrar a história da cidade a partir do dialogo entre corpo e cidade, compreendendo o corpo como expressão da vida e no cotidiano de Goiânia no século XX. A história da cidade será apresentada pela cultura corporal do povo: das mulheres e dos homens goianeses. O trabalho discutiu questões como: os projetos urbanísticos e arquitetônicos de Goiânia possui conexão com o corpo humano? Qual a relação entre corpo e a cidade? O espaço proporciona o corpo se tornar passivo ou não? Esse recorte se limita a uma pesquisa de cunho bibliográfico relacionando as teorias entre corpo e cidade.

Palavras chaves: corpo, cidade e modernidade.

ABSTRACT

This article has as objective fulcral to tell the history of the city to leave of the construction of the modern body, dialoguing as its expression intervened with the life of the daily one of the city of Goiânia in century XX. The history of the city will be presented by the corporal culture of the people: of women and of the men of Goiânia. The work argued questions as: the urban projects and architectural of Goiânia had connection with the human body? Which the relation between body and the city? The space provides the body if to become liabilities or not? This clipping if limits to a research of bibliographical matrix from the theoretical relation between body and city of Goiânia.

Words keys: body, city and modernity.

INTRODUÇÃO

A modernidade é compreendida de modo diferente por vários autores, Jean Baudrillard (1929) por exemplo, acredita que o mundo se configura na dualidade, entre moderno e o antigo; Para ele a modernidade é um modo de civilização. Já Rosalind Krauss (1998) analisa a modernidade do ponto de vista histórico. E essa autora defende a tese de que a modernidade é uma maneira de viver; de voltar-se à natureza. Considera também, que

esse marco está dividido em momentos, sendo que, o primeiro estágio considerado moderno surgiu nos séculos XII e XIII, quando a sociedade se libertou dos elementos da Idade Média.

Já Marshall Berman (1986) distingui essa expressão em, modernismo (arte e cultura) de modernização (política e economia), apontando a modernidade como uma relação entre cultura e economia. Habermas (1983) introduz no campo teórico o conceito de projeto moderno na sociedade capitalista ocidental “ chama de projeto da modernidade, que entrou em foco durante o século XVIII. Esse projeto equivale a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e as leis universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas. A idéia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas, trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária.” (HARVEY, p. 23, 1989).

No século XIX a sociedade cria um novo paradigma corporal, o homem novo que se constitui em meio a nova sociedade que se inaugura – a sociedade capitalista. A nova configuração social reflete a uma nova estética corporal causada pela mudança da base estrutural, e essa dá o tom a todas as relações sociais, incluindo as macros e as micro-estruturais. As relações de trabalho deixam de ter o caráter artesanal e rural e passa agora a ser industrial e urbana.

E sobre a construção do homem produtivo Soares nos diz com muita propriedade:

“Na Europa e em especial na França, este é o período no qual se consolidam o Estado burguês e a burguesia como classe, criando condições objetivas para que as suas próprias contradições de classe no poder apareçam, e seja inevitável o reconhecimento da existência de seu oponente histórico: a classe operária. Para manter a sua hegemonia, a burguesia necessitava, então investir na construção de um homem novo, um homem que possa suportar uma nova ordem política, econômica e social, um novo modo de reproduzir a vida sob novas bases. A construção desse homem novo, portanto, será integral, ela “cuidará” igualmente dos aspectos mentais, intelectuais, culturais e físicos” (SOARES, p 5, 2001)

As possibilidades da construção de indivíduos que atendam a nova concepção social propõem, uma resignificação na estética corporal, um homem preparado para o trabalho exaustivo, desenvolvido nas indústrias. O novo modelo demandava outro padrão estético,

que também representasse as idéias liberais incorporadas ao comportamento de todos, dos homens, das mulheres e inclusive das crianças.

No repertório do corpo moderno destaca-se o papel das mulheres nessa nova sociedade industrial, considerando que a partir dessa nova reestruturação a família também adquiri novos comportamentos e também novas perspectivas visuais.

A urbanização e o novo modelo de trabalho, decorrente das duplas revoluções produzem um crescimento exorbitante e desordenado nas cidades, as ampliações o das indústrias imprimem no cotidiano dos indivíduos um tipo de vida, caracterizada pela degradação e a precarização dos trabalhadores. A desigualdade social que se instaurava nas cidades eram justificadas em nome do progresso e da ciência positivista.

Ao buscar a gênese do corpo na sociedade burguesa, encontramos um corpo separado em: corpo e mente, um corpo a-histórico, disciplinado e com pouca identidade. Marx nos fala sobre isso claramente na sua obra “crítica da educação e do ensino”.

Todas as nossas invenções e todo o nosso progresso parecem não provocar outro resultado senão o de dotar de vida e de inteligência as forças materiais e de embrutecer o homem rebaixado-o ao nível de uma força puramente física (1978, p. 150-151)”

Essas transformações sociais e econômicas não é exclusividade das cidades européias, no Brasil esse cenário foi a base da construção do país, na primeira parte do século XX as cidades se estruturam com essas característica da sociedade burguesa emergente do século passado.

A cidade de Goiânia surge no contexto sócio-cultural brasileiro já consagrado moderno, enquanto a rádio, o meio de comunicação de massa na época enaltava às distâncias, aproximando o país de ponta a ponta a nossa força artística e criadora caminhava de vento em polpa nas suas produções. “ Pode-se afirmar que a modernidade que Goiânia produziu foi uma modernidade possível para a nova capital que se ergueu no sertão”. (GONÇALVES, 2002, p.21)

GOIÂNIA UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

A construção da cidade moderna no coração do Brasil, ao lado da capital Federal é fruto de diversos interesses sobre tudo econômico e político. A possibilidade de transformação de uma sociedade predominantemente agrária a outra, vinculando assim os processos de industrialização e urbanização encanta a todos. Uma cidade moderna, planejada no centro do Brasil, estabelecia uma relação muito forte entre o regional e o nacional. “ uma nova capital a partir do nada e no nada, numa paisagem desoladora, onde alguns edifícios ergueram-se no meio do pó e da solidão.” (GONÇALVES, 2002, 17)

A construção da primeira capital planejada do país no século XX, deu a Goiânia um caráter histórico para o conceito de cidade moderna brasileira, este fato destaca a arquitetura moderna do Brasil, no exterior, e sobre tudo enaltece a produção arquitetônica e urbanística nacional, o vínculo dos nossos arquitetos às novas tendências européias, consagrou o Brasil, essa relação da arquitetura e do urbanismo contemporânea com outras áreas, deu ao país um status de território moderno, industrializado e em desenvolvimento.

O estilo Art déco traduzia em símbolo esse movimento vanguardista e moderno representando a sintonia entre arquitetura nacional e internacional, marcando e demarcando a estética da nova capital do interior do país.

O entendimento da cidade como um espaço de representação complexa da cultura de um povo guardados pelas contradições e conflitos no faz tomar o corpo como o elemento central dessa construção social.

Considerada a cidade moderna do sertão do Brasil, Goiânia destaca a sua construção por inúmeros elementos sociais e estéticos. Nesse trabalho destacaremos o corpo, que é aqui considerado a menor engrenagem da estrutura social “(...) O corpo é o primeiro lugar onde a mão do adulto marca a criança, ele é o primeiro espaço onde se impõem os limites sociais e psicológicos que foram dados a sua conduta, ele é o emblema onde a cultura vem escrever seus signos como também seus brasões.” (VIAGARELLO, 1978, p.9 apud, SOARES, 1998, p. 19), portanto, falar sobre o corpo é falar sobre a própria construção da cidade nas diferentes sociedades.

O indivíduo traz consigo marcas inscritas corporalmente e essas se transformam em repertório singular que são construídas historicamente através dos desejos vindo do outro,

tornando-o a representação mais fiel da cultura. As idéias traduzidas em gestos demarcam as relações sociais e culturais que representam também as mais diversas transformações sócio-históricas da civilização humana. Gonçalves (2002) nos aponta muito bem o papel da cultura na construção da identidade de um povo.

A cultura é parte integrante e fundamental do patrimônio e da riqueza de um povo. Através dela, as manifestações das diversidades regionais ganham unidade e se projetam como expressão da identidade cultural de uma nação. Ressalte-se, ainda, a importância da cultura para a reflexão sobre os destinos e o desenvolvimento de um país: ela é, portando, o sinal mais evidente da consciência de um povo sobre si próprio, sobre sua identidade e seu destino. (2002, p.13)

A história da cidade será apresentada pela cultura corporal do povo: das mulheres e dos homens goianeses, questões são levantadas nesse artigo, como: os projetos urbanísticos e arquitetônicos de Goiânia tinham conexão com o corpo humano? Qual a relação entre corpo e a cidade? O espaço proporciona o corpo se tornar passivo ou não?

A transferência da capital não foi um processo fácil e nem tão pouco tranquilo, foi regido por conflitos e desafios. A idéia de criar uma nova capital nomeada de capital do sertão trazia consigo questões culturais e sociais que só o passar dos anos poderiam resolver. A interação entre o atrasado e o moderno consolidou a possibilidade da construção da cidade do futuro.

Goiânia é como que a própria expressão, em termos urbanísticos do Brasil novo, do Brasil que se redescobriu, do Brasil unificado num só corpo e num só espírito, do Brasil que coordenou todas as nossas forças, orientando-as para fim altos e nobres, do Brasil que se ergueu do “berço esplêndido” e começou já a cavalgada da glória. Goiânia é, assim, a espécie de candinho, em que cozem e purificam os nossos vários caracteres. Nela, mais que em outro ponto qualquer, se encontra os dois Brasis – o do litoral e do sertão - , nela se esta formando a célula do Brasil integral[....] (FIGUEIREDO,1943, p.220-221, apud GONÇALVES, 2002, p. 29).

A edificação de Goiânia trazia para o cenário nacional um símbolo concreto de oposição a imagem do atraso e da falta de desenvolvimento do sertão brasileiro. Essa relação simbólica da modernidade garantiu o surgimento dos primeiros corpos fixos da cidade moderna, a construção dos primeiros edifícios planejados começou a dar o tom da

cidade do futuro efetivamente, com a suas marcas trazidas pelas relações de identificação entre o velho e o novo, expressando a contradição entre a cidade e o campo.

Os idealizadores dessa monumental obra foram Atílio Correia Lima e Armando Augusto de Godoy,¹ o cuidado e a atenção desses homens estavam sob a política de Pedro Ludovico Teixeira que não mediu esforço para associar a nova capital com marca do seu governo ao desenvolvimento e a imagem de modernidade.

A modernidade possível que planejou a cidade foi o paradigma das incertezas, das oposições e dos desafios. Os primeiros edifícios que foram construídos na cidade também tentaram materializar estes anseios, em busca do moderno. Sintonizados com a produção dos grandes centros, assumiram uma linguagem típica, na qual se podem perceber influência de diversas modernidades. (GONÇALVES, 2002, p. 31)

A interferência dos sujeitos na construção da cidade demarca e marca a sua identidade e a sua subjetividade, constituindo assim uma cidade viva e composta por corpos que não são passivos e sim orgânicos nas suas atitudes no processo de construção da suas própria historia e da seu próprio corpo a cidade.

Dessa forma a cidade traz em sua imagem a marca da cultura de seu povo integrando elementos físicos, morais e culturais.

(....) é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esse costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem: é um produto da natureza e particularmente da natureza humana. (PARK, 1973, p. 29, apud, GONÇAVES, 2002, p. 76)

A cidade cresceu e apareceu, incluindo a cidade legal e a cidade marginal². A construção da capital do sertão traz na sua historia um corpo que não se fez omissos, garantindo a sua identidade bancando a contradição apresentada pela modernidade, esse corpo se fez pautado nas suas raízes mas trouxe consigo um desejo de deslocamento uma possibilidade de vôo, um sonho de ser sujeito do futuro mesmo que o nome seja moderno,

¹ Boa parte da bibliografia especializada que trata da construção de Goiânia e das questões vinculadas ao projeto original da cidade atribui a sua autoria a dois personagens que nela trabalharam em momentos distintos: Atílio Corrêia Lima e Armando Augusto de Godoy. (Gonçalves, 2002, p.31)

² A cidade marginal segundo Gonçalves (2002) se referia a parte da cidade que além de não ser planejada era composta pelas invasões, bairros periféricos que forma sendo construídos ao longo da margem direita do córrego Botafogo.

sem perder o que o caracteriza a sua marca, a sua história, a sua cultura, elementos o que o identificam acima de qualquer coisa, como um sujeito histórico.

O CORPO E A CIDADE NA MODERNIDADE

Escrever a história da cidade através da história do corpo na modernidade não é uma tarefa fácil.

Território desvelador das sociedades, o corpo traz na sua estrutura liberdade, desejo, sentidos, interesses, funções, interdições e sobre tudo visibilidade humana.

Seus múltiplos sentidos pedem múltiplos olhares, teorias, interações de saberes, falar sobre ele é mexer em um campo que ainda pode se considerar um campo reservado.

O corpo moderno tem a sua gênese com a inauguração da nova sociedade ocidental, a sociedade capitalista. Nesse contexto o corpo precisava acompanhar a nova configuração econômica, social e política portanto era necessário desenvolver um corpo que possuísse característica que atendesse a essa nova demanda social. Foi no século XX que esse conceito de corpo moderno se consolida no Brasil, pautado em novas bases de produção. “A construção desse novo homem portanto, será integral, ele cuidará igualmente dos aspectos mentais, intelectuais, culturais e físicos”. (SOARES,2001, p. 5)

No século XX a sociedade cria um novo paradigma corporal, o homem novo que se constitui em meio a nova sociedade que se inaugura – a sociedade capitalista.

A nova configuração social reflete a uma nova estética corporal causada pela mudança da base estrutural, e essa dá o tom a todas as relações sociais, incluindo as macros e as micros-estruturais. As relações de trabalho deixam de ter o caráter artesanal e rural e passa agora a ser industrial e urbana, novamente a relação entre a estrutura urbana e social interfere na expressão e na construção de uma identidade corporal e vice versa.

E sobre a construção do homem produtivo Soares nos diz com muita propriedade:

“Na Europa e em especial na França, este é o período no qual se consolidam o Estado burguês e a burguesia como classe, criando condições objetivas para que as suas próprias contradições de classe no poder apareçam, e seja inevitável o reconhecimento da existência de seu oponente histórico: a classe operária. Para manter a sua hegemonia, a burguesia necessitava, então investir na construção de um homem novo, um homem que possa suportar uma nova

ordem política, econômica e social, um novo modo de reproduzir a vida sob novas bases.” (SOARES, p 5, 2001)

A proposta de construção do corpo moderno trouxe um paradigma de corpo útil, que a cidade absorveu com muito bons olhos, a transformação do conceito do corpo cultural³ para o corpo escultural⁴ reelabora algo que não é novo e sim revisado pela história da civilização, em Atenas por exemplo o corpo escultura tinha uma utilidade; os corpos belos e nus representavam a autoconfiança de seu povo demarcando assim uma identidade de poder, segundo Sennet. (2003, p. 21)

Nessa perspectiva as idéias são traduzidas em gestos identificados em uma das formas de comunicação universal - a linguagem corporal. O indivíduo traz consigo marcas inscritas corporalmente e essas se transformam em repertório singular que são construídas historicamente através dos desejos vindo do outro, tornando-o a representação mais fiel do pensamento da cidade.

As possibilidades da construção de indivíduos que atendam a nova concepção social propõem uma resignificação na estética corporal, um homem preparado para o trabalho exaustivo, desenvolvido nas indústrias. O novo modelo demandava outro padrão estético, que também representasse as idéias liberais incorporadas ao comportamento de todos, dos homens, das mulheres e inclusive das crianças.

O novo modelo de urbanização e de trabalho, decorrente da reestruturação das cidades produzem um crescimento exorbitante e desordenado sobre tudo nas capitais, as ampliações e as industrializações imprimem no cotidiano dos indivíduos um tipo de vida, caracterizada pela degradação e a precarização dos trabalhadores. Esses elementos instaura a desigualdade social e a marginalização de parte das cidade, Gonçalves(2002) nomeia esse fenômeno em Goiânia como cidade legal e cidade marginal, a cidade legal é a parte da cidade estruturada e consolidada do ponto de vista da urbanização e da infraestrutura, já a cidade marginal é a periferia da cidade que fica subjugada a classe desfavorecida e em especial aos forasteiros.

³ O corpo cultural será aqui apresentado como um corpo possível, podendo inclusive se tornar sujeito, dono da sua própria identidade cultural construída a partir do esclarecimento e da formação crítica.

⁴ A denominação de corpo escultural neste trabalho representará o corpo na perspectiva mercadológica, sobretudo o corpo idealizado, como nos explica Soares “ O corpo individual, como unidade produtiva, máquina menor da engrenagem da indústria capitalista, passa a ser então uma mercadoria.” (p. 20, 2001),

Ao buscar a gênese do corpo na cidade encontramos um corpo separado em: corpo e mente, um corpo a-histórico, disciplinado e com pouca identidade ou até sem. Marx nos fala sobre isso claramente na sua obra “crítica da educação e do ensino”.

“Todas as nossas invenções e todo o nosso progresso parecem não provocar outro resultado senão o de dotar de vida e de inteligência as forças materiais e de embrutecer o homem rebaixado-o ao nível de uma força puramente física” (1978, p. 150-151)

BIBLIOGRAFIA

BAUDRILLARD, Jean. L'échange symbolique et la mort, 1929

BERMAN, MARSHALL. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das letras, 1986

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural, São Paulo: Loiola 1989

KRAUSS, ROSALIND. Caminhos da escultura moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1998

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro, Goiânia: uma modernidade Possível, Goiânia:UFG, 2002

MARX, Karl e Engels. Critica da educação e do ensino. Lisboa: Moraes, 1978.

SILVA, Ana Márcia. Corpo, Ciência e Mercado: reflexões acerca da Gestação de um novo arquétipo da felicidade, Florianópolis: Editora da UFSC, 2001

SOARES, Carmem Lúcia. Educação Física: raízes européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994

_____, Corpo e História (org), Campinas: Autores associados, 2001

SENNETT, Richard. Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental, Rio de janeiro: Record, 2003

CULTURA E CIDADE: EXPERIÊNCIAS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO URBANA DE UBERLÂNDIA

Geovanna de Lourdes Alves Ramos*

Resumo:

Esta pesquisa investiga as trajetórias, marcas, memórias e experiências dos moradores da cidade de Uberlândia/MG, fazendo análise das maneiras de viver a/na cidade, com a disputa de espaços e territórios. Trata-se de uma discussão sobre a retirada da Estação Ferroviária da Companhia Mogiana da área central na década de 1970 e da construção da Avenida João Naves de Ávila no antigo leito dessa ferrovia, além de outras mudanças ocorridas nesse espaço social.

Palavras-chave:

memórias, sujeitos sociais, cidade.

CULTURE AND CITY: SOCIAL EXPERIENCES IN THE URBAN CONSTITUTION OF UBERLANDIA

Abstract:

This research investigates the trajectories, marks, memories and experiences of the inhabitants of the city of Uberlândia/MG, making analysis in the ways to live a/em the city, with the dispute of spaces and territories. One is about a quarrel on the withdrawal of the Railroad station of the Mogiana Company of the central area in the decade of 1970 and of the construction of the Avenue João Ships of Avila in the old stream bed of this railroad, beyond other occurred changes in this social space.

KeyWords:

social memories, citizens, city.

Uberlândia¹ não é a cidade onde nasci, mas é onde moro há 40 anos. Esse período de vivência me trouxe reflexões acerca do significado do viver urbano. À memória me vêm lembranças da minha infância e juventude e mostram-me uma cidade não muito agitada, com pouca poluição, alguns veículos em movimento e um registro muito forte da estação ferroviária na área central da cidade.

*Mestre em História Social/UFU, professora da Rede Municipal de Uberlândia.

¹A cidade de Uberlândia localizada no Triângulo Mineiro-MG conta em 2006 com mais de 600 mil habitantes. Servida por 8 rodovias e 4 ferrovias, a malha rodoferroviária e o Terminal Intermodal de Cargas, interligam-na aos principais mercados do país. Dados acessados na pág. [http:// www. uberlandia.mg.gov.br/](http://www.uberlandia.mg.gov.br/) . Acesso em 20 de março 2006.

A observação do cotidiano, o movimentar dos moradores na cidade construía uma memória sobre o lugar, embora repleta de questionamentos e fissuras de um viver fragmentado. Com o passar do tempo, minha percepção foi se transformando e devido ao meu trabalho no comércio, pude ter contato com outros espaços e bairros da cidade.

Com o trabalho, tive contato com diversas pessoas e histórias. Lembro-me de como era caminhar por esta Uberlândia nas décadas 1970 e 1980. No entanto, os problemas, as disputas e o rumo da construção da memória que se querem fazer hegemônicas, que se intitulam autorizadas a falar sobre a cidade e o que ela é, dão significações para os viveres das pessoas e estabelecem uma lógica narrativa da história do lugar. Neste sentido, os grupos dirigentes tentam apagar os viveres de seus moradores muito além dos processos de transformação urbana e reportam à cidade apenas como lugar de progresso e sem conflito, que proporciona melhorias para *todos* os seus habitantes. Aqui levanto uma questão: desenvolvimento para quem, para quê e de que forma?

E nesse enredo, inseri minhas indagações e suspeitas ao buscar permear outros olhares e vivências desse processo. É nesse bojo que se instala a discussão sobre a retirada da Estação Ferroviária da Mogiana, na década de 1970. De modo geral, com esta pesquisa busco apontar algumas possibilidades de novos recortes temáticos e a emergência de outros sujeitos na leitura dessas intervenções, e assim, contrapor-me a leituras diferenciadas já realizadas sobre essa cidade. Isto não significa que eu esteja desconsiderando a importância dessas pesquisas que tiveram outros caminhos de discussão.

Torna-se necessário registrar que o enfoque temporal da pesquisa problematiza as transformações operadas na cidade, a partir dos anos de 1970, embora queira frisar que o processo que analiso não surgiu de um dia para outro e que, as mudanças operadas na cidade possam ser consideradas também desdobramentos de processos anteriores. É necessário cautela ao tratar essas questões, por mais irrefutáveis que suas conclusões possam parecer, não devem ser generalizados os processos históricos que estão na história da cidade.

Portanto, um dos objetivos centrais da pesquisa é analisar historicamente o processo da transformação urbana ocorrida em Uberlândia – MG, processo este que foi acelerado e intensificado no final da década de 1970, a partir das várias discussões para a retirada da Estação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação da área onde se localizava até então². Analiso o processo de reordenação do espaço urbano após a demolição da estação, especificamente, no entorno dos trilhos férreos.

²A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, sociedade anônima com sede em Campinas - SP, foi organizada em 1872, tendo o propósito de construir uma ferrovia com bitola métrica, entre as cidades de

A proposta central consiste no diálogo com experiências para pensar de que maneira os moradores interpretam e narram essas mudanças, e de que forma elas estão impregnadas de valores, práticas e memórias elaboradas e vividas no cotidiano. Interpreto, sobretudo, como os moradores construíram e, simultaneamente, foram construídos por este processo.

Presentes nos editoriais jornalísticos em geral, nos discursos das classes dirigentes e nas memórias dos moradores – essas mudanças são (re)significadas por meio de diferentes vias na contemporaneidade por vários sujeitos e grupos sociais.

Os periódicos e seus agentes legitimam, disputam informações, significados e valores no processo constituinte de hegemonia. As notícias veiculadas pela imprensa jornalística não devem ser vistas somente como discursos, são produção de notícia e da maneira de disputar o sentido de viver na cidade. Nestes se vêem inúmeras reportagens acerca das transformações das quais necessitava a cidade e, dentre elas a grande discussão se dava em apagar na esfera física, um passado que, segundo a imprensa e a classe dirigente, significava atraso e que impedia seu crescimento: a estação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação.

Estas intenções ficaram ainda mais evidentes quando alguns políticos locais³ ocuparam cargos municipais e estaduais e puderam aplicar ou mesmo inovar na condução dos destinos da cidade. A explicação utilizada pelos dirigentes é fundamentada pela lógica moderno/atrasado. Daí a pergunta: até que ponto isso reflete na vida das pessoas? Isso tranquiliza o processo ou faz emergir novos questionamentos? Se moderniza, moderniza para quem? A retirada de pessoas também retira o atraso? Essas são algumas problemáticas que pretendo investigar e enfrentar no desenvolvimento deste trabalho.

Uberlândia, segundo fontes jornalísticas⁴, caminhava para ser um centro econômico da região. Esse discurso, aliado a uma intensa publicidade, produziu efeitos. A modernização foi desejada por diferentes sujeitos e necessária para imprimir maior dinâmica à economia local. No entanto, penso que esse não era anseio de todos, pois quando se fala em modernidade; para os dirigentes e a elite é fazer projetos que os beneficiem econômica, social e

Campinas e Mogi-Mirim. Sobre a demolição da estação ferroviária em Uberlândia e o processo mais geral de desativações ferroviárias, ver: PAULA, D. A. Ferrovia e cidade: os trilhos do progresso em Uberlândia. In: VI Congresso de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2005, Conservatória – R.J. Anais... Conservatória. R.J. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2005, p.07.

³Dentre estes políticos cito o ex-governador de Minas Gerais Rondon Pacheco, Homero Santos ex-líder do governo e ex-presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o ex-prefeito da cidade de Uberlândia Renato de Freitas, o ex - prefeito de Uberlândia Virgílio Galassi e Zaire Rezende ex-prefeito de Uberlândia por dois mandatos, entre tantos outros.

⁴No Arquivo Público Municipal de Uberlândia encontram-se vários jornais que estão disponibilizados para pesquisa, dentre estes jornais cito o Jornal “*Correio de Uberlândia*”, “*O Repórter*”, “*Primeira Hora*”, “*A notícia*”, “*Tribuna de Minas*”.

politicamente. Já para os moradores, por exemplo, dos Conjuntos Habitacionais significava [e significa] chegar até seu bairro a infra-estrutura, o ônibus, a escola, ou seja, são modernidades diferentes, são expectativas sociais desiguais e diversas e que não se pode homogeneizar.

Em uma cidade como Uberlândia, compreendia-se que a precariedade de vida entremeada pelo *glamour* de bailes e festejos dos grupos dominantes não condizia com a lógica modernizante que se queria imprimir. Nesse sentido cabe questionar: como apaziguar diferenças sem destruir suas raízes? Transferir a Estação da Cia. Mogiana traria o que diante das disputas de classe? Como isso poderia trazer benefício para todos? Aquele lugar resolveria problemas como o desemprego, os baixos salários, as péssimas condições de moradia nos bairros mais distantes do Centro comercial? A explicação capitalista do *avançar* para *crescer* deixava brechas para se ter dúvidas sobre ela e os rumos que seriam tomados a partir daí.

Ressalta-se que as intervenções não foram suficientes para fazer desaparecer *as tensões, os conflitos, e a luta pelo pertencimento* a uma cidade que estava passando por várias transformações no espaço urbano. Repartem-se as pessoas, mas elas não se submetem facilmente aos percalços que intervêm em suas vidas. Se pertencem à cidade, reapropriam-se dela e de seus espaços e a transformam em seu benefício. São homens e mulheres de todas as idades que inventam mil maneiras de andar e de morar, de fazer uso das coisas e dos espaços.

Propus, portanto, abordar a temática urbana com os modos de vida dos moradores na cidade e busquei esclarecer como minhas preocupações acabaram convergindo para a idéia do *fazer-se*⁵ dos sujeitos sociais na/da cidade. De que forma diferentes sujeitos sociais da sociedade uberlandense participavam dos projetos e das transformações urbanas? De que maneira as escolhas feitas e os encaminhamentos dados por essas mudanças na cidade ligavam-se às demandas da população?

A retirada dos trilhos na área central envolveu muitos sujeitos sociais; no entanto, a forma de envolvimento nesse processo tem diferenciações. Os projetos e a política de interferência tentaram não só *apagar* os modos de viver dos moradores como também procuraram dar outros sentidos aos espaços urbanos. O que significava, na década de 1970, para os moradores ver a cidade ser *cortada* pelos trilhos férreos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação na área central? O que era viver/morar/trabalhar nas imediações dos trilhos para as pessoas naquele momento?

⁵THOMPSON, E. P'Prefácio'. In: *A formação da Classe Operária Inglesa*. V.I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp.9-14.

Simbolizando a modernidade, o progresso e o desenvolvimento; a construção da avenida, durante a segunda metade dos anos 70 do século passado, representaria para a classe dirigente a tentativa da efetivação de seus ideais. Aqui tomo como empréstimo a noção de *hegemonia* de Raymond Williams, quando diz que “*A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva*”(WILLIAMS,1979)⁶. A noção de hegemônico é aqui empregada a partir das colocações de Williams que, tendo como matriz teórica as reflexões de Antônio Gramsci, considera esse conceito como processo e, não, estrutura ou sistema.

Vários questionamentos são feitos: A construção da Avenida João Naves de Ávila causou um impacto no espaço físico da cidade e na vida de seus moradores? Muitos deles saíram de suas residências e viram-se *obrigados* a vender seu imóvel e mudar-se para outras áreas da cidade ou há os que ainda resistem?

Neste sentido compreendo a resistência dos sujeitos inspirada nas análises de Thompson, o qual percebe que nas relações sociais ocorrem manifestações ou resistências em relação às imposições sócio-culturais e há aqueles que constroem estratégias de intervenções nas práticas cotidianas.

Dessa forma, foi possível problematizar como os homens produzem seus espaços nas cidades, numa relação de troca e de disputa. Ou seja, os viveres das pessoas são contraditórios e tensos, partem de suas práticas, vivências e experiências cotidianas. As reordenações espaciais que ocorreram [e ocorrem] em várias cidades se desenvolvem com a consolidação do capitalismo, modificando as relações culturais, econômicas e sociais de vários sujeitos sociais.

Os modos de viver de moradores ainda estão presentes neste lugar e suas experiências foram importantes para compreender o significado do impacto da construção da avenida nos seus viveres. Nesta perspectiva, foi fundamental ir além da materialidade desta construção.

Para isso, foi tomada como princípio a compreensão de que a cidade consiste em um espaço repleto de significados, onde há sempre muito dela em seus moradores e muito deles na cidade. É nesses espaços que homens e mulheres constroem suas expectativas, seus laços afetivos e, por que não, suas visões de mundo.

Os trabalhos de E. P. Thompson⁷ instigaram-me a problematizar os termos experiência humana, cultura e consciência, para a compreensão de uma realidade. Neste sentido, procurei

⁶ WILLIAMS, Raymond. Op. cit. p.116.

⁷ “Padrões e Experiências”. In: *A formação da classe operária inglesa*, vol. II, São Paulo: Paz e Terra, 1988; “Consciência de Classe”. In: *A formação da classe operária inglesa*, vol. I São Paulo: Paz e Terra, 1989; “O termo Ausente”. In: *Miséria da teoria*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

apontar a percepção que os moradores têm sobre o local; como entender suas lutas e seus valores, no contexto das transformações da cidade; como valoriza suas experiências, de que estratégias lançaram [lançam] mão para sobreviverem meio a este processo; que expectativas projetam para a cidade.

Por serem múltiplas, as experiências se expressam de diversas maneiras como resultado da mistura de laços culturais e sociais, os quais criam espaços de sociabilidade e reciprocidade específicas. As práticas dominantes que valorizam os discursos de modernização para todos não podem ser pensadas como referências verdadeiras que se impõem de forma natural, porque são produtos das *relações sociais desenvolvidas na cidade que em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade* (FENELON, 2000)⁸. Desse modo, as relações sociais desenvolvidas nas cidades são historicamente construídas e capazes de fornecer elementos para a compreensão das atitudes de homens e mulheres em épocas distintas.

As medidas e iniciativas podem ser analisadas em várias fontes impressas, sobretudo nos jornais locais, nos Relatórios das Atas da Câmara Municipal, Ofícios, Atos e Postura Municipais, elas trazem as aspirações de *progresso* e também revelam indícios dessas mudanças e tensões.

Em minha pesquisa optei pelo contato com uma documentação variada, que me ajudasse a analisar as maneiras pelas quais os sujeitos constituíram a si próprios, suas práticas e o conjunto de documentos que as refletem⁹, para problematizar a temática por meio da articulação dos diferentes tipos de fontes, na tentativa de apreender o que os diferentes sujeitos formularam de si próprios e dos outros com os quais interagiram, durante esse processo histórico de intervenções na cidade.

Isto era o que os projetos traziam, mas afinal o que estava acontecendo na sociedade uberlandense para ser necessário modificá-la? Essas modificações chegam ou tensionam o modo de vida dos moradores? De que forma?

Assim, a cidade na década de 1970 - século XX foi marcada pelas intervenções dos administradores públicos, pelos discursos incessantes sobre a construção do progresso, da civilização e da ordem; isto é, uma disputa constante pelo que seria a cidade e como ordená-la.

⁸FENELON, Déa Ribeiro (Org.) Cidades. In: *Revista Pesquisa em História*. Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC/SP. São Paulo: Olho D' Água, 2000, p.06.

⁹KHOURY, Yara Aun. Narrativas Oraís na Investigação da História Social. In: *Revista Projeto História*. nº. 22. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP-EDUC, 2002, p. 81.

Instigou-me a discussão sobre os territórios de boemia e a reflexão sobre os modos de viver que a elite propõe e quais ela condena. Dialoguei para isso, com a maneira como as pessoas absorvem essa moral ou mesmo como reelaboram-na no seu cotidiano. Pois, por mais que se queira negar outros hábitos e valores, eles em nenhum momento, inclusive hoje, deixaram de existir. Segundo os editoriais de jornais, um território que estava em vias de reordenação não seria *bem visto* compondo espaços de boemia.

A transformação, na cidade está exaustivamente descrita nas fontes oficiais, porém o modo como é apropriada pelos diferentes sujeitos históricos, ainda permanece na memória e sentimentos das pessoas. Portanto, a minha intenção foi de valorizar o significado dessas experiências, interpretando-o de outra forma, pois a exaustiva descrição tradicional não condiz com as práticas vividas e com os silêncios dos moradores.

Nesse sentido, compartilho com Fenelon, Cruz e Peixoto ao discutirem a abordagem de muitos pesquisadores. Quando lidam com a temática cidade, estas trazem para o centro de discussão que:

Nesse processo e trajetória, nossa discussão de relações sociais trouxe a explicitação de que são estas as relações que nos interessa investigar ao tratarmos de cidades.¹⁰[...].(FENELON, 2004).

Assim, em minha pesquisa pretendo também ver nas relações sociais dos moradores outras formas de interpretação das intervenções na cidade e na realidade social, indo além daquela que a imprensa e os discursos dos dirigentes apresentavam enquanto fala autorizada.

As narrativas lidas e ouvidas trazem o movimento dos viveres sociais, desmontam a tranqüilidade e estaticidade da história tida como legítima e oficial, pois o que os entrevistados falam e informam não só é somente deles mesmos, mas de uma realidade social mais ampla, contada e divulgada como a sociabilidade cotidiana, seus movimentos coletivos – o ir trabalhar, o lazer e outros aspectos.

Por isso, foi fundamental buscar nas entrevistas de homens e mulheres; minha interpretação sobre os fatos procurando problematizar o que foi colocado e refletir sobre os silêncios do processo. Alessandro Portelli¹¹ trouxe-me grandes contribuições para a reflexão histórica. Enquanto metodologia de pesquisa, o trabalho com fontes orais depende de uma relação entre entrevistador e entrevistado, em que constantemente se invertem os papéis.

¹⁰FENELON, Déa et. Al. (org.). CRUZ, FENELON e PEIXOTO. Introdução. In: *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo, SP: Olho D'água, 2004, pp. 09-10.

¹¹PORTELLI, A. *O que faz a história oral diferente*. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. Projeto História. São Paulo: Educ, n. 14, fev. 1997, e, PORTELLI, Alessandro. *Forma e significado na história oral* Tradução. Maria Therezinha Janine Ribeiro. Projeto história. São Paulo: Educ, n. 14, fev. 1997.

Posso dizer que a entrevista representa uma troca de informações e num processo dialógico compõe um enredo interpretativo sobre o vivido, permitindo captar singularidades no social¹².

Propus problematizar e analisar as diversas situações de disputas sociais que permeiam a sociedade em estudo. Assim, procurei pensar o social como campo de desenvolvimento de disputas partindo de uma postura política:

O trabalho político é trabalho de mudança e todas estas mudanças são altamente políticas.[...] possa facilitar mudança significativa na autoconsciência das pessoas que encontramos ainda é talvez uma forma, útil, da ação política¹³. (PORTELLI, 1997)

O comprometimento com o social e com as transformações urbanas ocorridas na cidade me ajudou a compreender como acontecem estas mudanças, como são vivenciadas pelos moradores e se são aceitas, rejeitadas ou reelaboradas por eles.

Referências Bibliográficas:

- FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: *Cidades. Pesquisas em História*. Programa de Estudos Pós- Graduação em História PUC – SP. São Paulo: Olho d'Água, 2000.
- MACIEL, Laura Antunes. “*Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telegráfo e imprensa – 1880/1920*”. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (org).. São Paulo: Olho D'Água, 2004.
- PORTELLI, A. Tentando Aprender um Pouquinho. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 15, abr. 1997.
- THOMPSON, E. P'Prefácio'. In: *A formação da Classe Operária Inglesa*. V.I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹²KHOURY, op. cit. p. 81.

¹³Idem, ibidem, 24.

CATIRA: Entre música e dança, a poesia do sertão.

WAGNER CÉSAR RÉDUA *

Resumo: O catira, constituído de dança, música e poesia, é uma das formas em que o sertanejo expressa aspectos do mundo rural. As letras das modas de viola e recortado¹, que são também poesia, apresentam as várias formas de vida no cotidiano, revelando a história do homem do campo na sua diversidade. Analisa-se nesse trabalho algumas canções, a fim de perceber no catira a fertilidade desse campo da cultura popular, em que as produções compõem as várias instâncias da história do homem do campo, passíveis de revelar uma cultura singular num tempo e espaço qualquer.

Abstract: *Le “catira” c’est une forme de danse, de chanson, et de poésie pratiqué par les paysans, où ils présentent les aspects du monde rural. Les paroles des “moda de Viola”² et le “recortado”³ qui représentent la diversité des formes de vie du quotidien en exprimant l’histoire de l’homme du champ. Dans ce travail on analyse quelques chansons dont le but c’est cultural qui démontre les productions populaires et ses nuances historiques où c’est possible révéler la singularité du temps et d’espace quelconque.*

Catira ou cateretê é uma dessas formas especiais de manifestação proveniente do mundo rural. Atraídos por esse tipo de cultura popular, a população sertaneja, além de verem-se no catira, participam, interagem e se envolvem assintuosamente, não apenas no sentido de diversão, mas também numa forma de expressão que dão sentido à sua própria história.

* Aluno especial do Programa de Pós-Graduação de História - Mestrado / Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na linha de pesquisa História da Cultura.

¹ Modalidade do fandango; dança de roda, do tipo do cateretê ao som da viola; canto popular, complementar da moda, em andamento vivo e com assunto humorístico (HOLANDA, 1975, p. 1199).

² *Mode de guitare (avec 10 cordes) c’est un type d’instrument utilisé par les campagnards.*

³ *C’est une modalité de danse caractérisé par un rythme vive dont le sujet de ses chansons c’est le humeur.*

O termo, mais utilizado no masculino⁴, é indígena, a origem dessa prática popular rural, porém, é incerta. Pode-se dizer que, além de uma cultura popular, o catira é também um gênero artístico que envolve dança, música e poesia numa estrutura que se entrelaçam de forma que, uma parte não persiste sem a outra. Cada parte é essencial para a apresentação do catira. Câmara Cascudo cita uma informação de Couto Magalhães em que o Pe. José de Anchieta incluiu o catira nas festas de Santa Cruz, São Gonçalo, Espírito Santo, São João e Nossa Senhora da Conceição, dizendo ser música “profundamente honesta”. Não apontando explicitamente sobre a origem do catira, Cascudo apresenta autores que dão versões diferenciadas como Stradelli que acredita ser indígena, Artur Ramos, africano e Ezequiel, citado por Teófilo Braga, como proveniente de Portugal, a chamada *carretera* (CASCUDO, 1986, p. 205)

Contudo, foi nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás que essa “diversão” do caboclo⁵, expandiu, propagou, diversificou e ganhou peculiaridades em sua manifestação, que mesclada à particularidade cultural de cada região tem, na *praxis*, fatores preponderantes e redundantes dessas culturas.

Analisar o catira sob conceitos formalizados dentro da história cultural, e, especificamente sobre a cultura popular, amplia a visão, ao mesmo tempo em que ramifica os caminhos que podem ser estudados em várias instâncias, pela abrangência que proporciona dentro da historiografia. Pois, a cultura popular, tão diversificada, é calcada nos princípios fundamentais de expressão advindos de um sentido, que faz da produção humana, um prazer ou dever, seja de questão religiosa ou no campo da diversão.

Observa-se no catira as caças, táticas e estratégias decorridas das práticas nas suas muitas possibilidades. O campo fértil onde se pratica as *mil e uma maneiras de caçar* é o cotidiano de seus protagonistas que, combinado a diversos fatores e forma, o catira tem a sua expressão máxima no momento das apresentações. “O cotidiano se inventa mil maneiras de *caça não autorizada*” (CERTEAU, 1996, p. 38.), assim, o repertório do catira na suas várias essências, é infinito, dependendo, portanto dos caçadores de explorar essas infinitudes. Por outro lado, existe a possibilidade de “uma multiplicidade de *táticas* articuladas sobre os *detalhes* do cotidiano” (IDEM, p. 41). Nessas táticas, os catireiros

⁴Catira é um substantivo masculino e feminino, parecendo ser usado muito mais no masculino (HOLANDA, 1975, p. 297).

determinam o ponto de ação, já que “a tática só tem o lugar do outro” (IBDEM, p. 46). “Estratégia é o cálculo das relações de força possibilitado pela posse de um lugar próprio, o qual serve de base à gestão das relações com uma exterioridade diferenciada” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 126). Numa outra afirmação bem clara

as estratégias supõem lugares e instituições, produzem objetos, normas, modelos, acumulam e capitalizam; as táticas, desprovidas de lugar próprio, sem controle sobre o tempo, são “maneiras de fazer”, ou melhor, maneira “de fazer apesar de”. (CHARTIER, 2003, P. 153-154).

O ponto, objetivamente claro, onde se observa a investida baseado na caça, tática e estratégia é a linguagem, que no catira se expressa também nas letras de suas músicas. Mas, a dança, e melodia das modas e recortados do catira são também instrumentos utilizados nessas *mil maneiras de fazer*. Sabe-se que a linguagem não é só falar, mas cantar, dançar e diversos movimentos corporais, entre tantas outras. Essas múltiplas linguagens são decorrentes da realidade como também todo processo social material. Nessa malha de infinitas possibilidades o catira é construído em seu momento histórico.

A realidade do catireiro se dá no mundo rural, ali são construídas e reconstruídas o sentido da vida do sertanejo. Formado numa cultura rústica⁶, estruturado numa sociabilidade típica, o catireiro tem à mão inúmeros ingredientes que corroborem sua atuação no campo da cultura popular. Entre suas necessidades e os recursos à sua volta, formam-se as organizações para extrair desse meio sua subsistência. Na prática dessa organização constrói-se a cultura regional, que provém de um meio singular de extração para a sobrevivência. No entanto, não é uma cultura de surge do nada, mas conformada à situação mediante aos conhecimentos dos antepassados. “Assim, os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto *da reações culturais*, desenvolvidas sob o estímulo das *necessidades básicas*” (CÂNDIDO, 1982, p. 28).

Tudo o que pertence ao mundo rural forma no sertanejo o sentimento de sua própria cultura, que extravasa em suas representações culturais. Deve-se observar que

“nem toda a arte, porém, se relaciona com uma estrutura contemporânea de sentimentos. As formações efetivas da maior parte da arte presente se relacionam com formações sociais já manifestas, dominantes ou residuais, sendo principalmente com as formações emergentes que a estrutura de sentimento, como solução se relaciona (WILLIAMS, 1979, p. 136).

⁵ Referindo-se ao homem do campo em todo o seu aspecto cultural (CÂNDIDO, 1982, p. 22).

⁶ Rústico, nesse caso, relativo à cultura rural (IDEM).

Portanto, a estrutura de sentimento do catireiro é exteriorizada pelas suas canções, que utiliza de sua vida no campo para expressá-las. As letras, como discurso, por vezes é utilizada como forma de protesto, resistência ou até reivindicações num invólucro sentimental.

A melodia do catira é bem singular em relação à outros gêneros musicais. Cantado em dueto, base e terça ou quinta⁷, apresenta-se como forma exclusiva de música caipira, e sempre executada pelos violeiros, salvo em alguns raros momentos quando o cantor não toca viola. A viola é o único instrumento do catira, para os catireiros antigos a agregação de sanfonas, violões ou outros instrumentos, descaracterizam o gênero. A maneira peculiar da música sertaneja, desde sua composição até a execução, é o que determina sua classificação de gênero musical, dessa forma, as composições obedecem a uma escala musical definida e específica. Toda criação musical sertaneja leva à essa mesma escala, pois obedece a uma base que se diversifica nas improvisações. Sendo assim,

“essas maneiras de fazer correspondem procedimentos em números finitos (a invenção não é ilimitada e, como as improvisações no piano ou guitarra, supõe o conhecimento e a aplicação de códigos) e que implicam uma lógica dos jogos de ações relativos a tipos de circunstâncias” (CERTEAU, 1994. P. 83.).

Isso quer dizer que, embora as invenções são finitas, a improvisação, correspondendo ao procedimento, variam de acordo com as circunstâncias, parecendo infinitas, mas modificam-se sob uma mesma base, sendo esse o segredo, ou seja, o conhecimento do método de improvisação - que é finito - abre campo para o procedimento - a improvisação - sob diversificadas circunstâncias, parecendo infinito, mas aplicações sob uma mesma base finita⁸. Essa definição é aplicada em diversas circunstâncias da vida humana, incluindo a música, ou qualquer arte de expressão corporal.

⁷ Na teoria de intervalo musical, os acordes são formados, basicamente, por três notas, a *triade*, sendo a base, que determina o acorde, uma terça, e uma quinta. Para saber que nota é a terça ou a quinta, conta-se, a partir da nota base, as notas seguintes até chegar no número três ou cinco, por exemplo: se a nota base for *dó* (a número um), a nota seguinte é *ré* (a número 2), a próxima será a *mi* (a de número 3) que é a terça, e assim por diante (*dó, ré, mi, fá...*). Na execução de uma canção, o acorde com quatro notas, a *tétrade*, é geralmente utilizado como preparação para passar para outra nota, essa nota vem com a nomenclatura indicando *na sétima*, isto é, a sétima nota na escala da teoria de intervalo. Os acordes feitos em violões, pianos, violas, etc., são *triades* ou *tétrades*, com notas repetidas em oitavas acima ou abaixo. A melodia da música sertaneja é executada em duas vozes. A chamada *segunda voz* pode ser uma terça ou, a mais utilizada, a quinta, mas há *segundas vozes* que passeiam entre a terça e a quinta.

⁸ No caso da música, tanto as improvisações populares quanto a técnica erudita são procedimentos de métodos que aplicados dão o efeito esperado, a grande diferença é que a improvisação popular é mediante a um método não difundido como técnica (embora sendo) por não ter o aval do erudito, que por não dar tal aval (por não obedecer as leis da erudição) torna tal procedimento e métodos execráveis.

A dança do catira é o sapateado, que exige do catireiro uma prática constante e boa performance física. Executado em coreografias, a formação dos catireiros apresenta-se de forma singular no aspecto artístico, que consiste em um grupo de, geralmente, dez pessoas, sendo dois violeiros e oito sapateadores. Composto basicamente por homens, mas atualmente aberto às mulheres, ficam em disposição um de frente para o outro. Somente os violeiros cantam, os demais apenas dançam e dirigem a coreografia na dança caracteriza por sapateado (em tablados ou chão batido) e palmas. Além dos violeiros, os componentes do catira são: Chaveia (puxador de palma, palmeiro ou marcador) a primeira dupla; parceiros ou cargueiros, a segunda e terceira dupla; e ourela, a última dupla da fila⁹.

A letra de música do catira, onde está o foco de atenção nesse trabalho, é também uma poesia. Nela, os catireiros expõe não só a sutileza, inteligência, astúcia, mas também seus sofrimentos, desafetos, resistência etc., tendo por base todos os aspectos da vida rural, lembrando que, a vida rural, “para a maioria dos camponeses, é uma luta pela sobrevivência” (DARTON, 1984, p.43). É nessas poesias que conseguimos captar cenas, crenças, símbolos e momentos dos cotidiano rural, pois “toda sociedade mostra sempre, em algum lugar, as formalidades a que suas práticas obedecem” (CERTEAU, 1994, p. 83).

As letras se tornam importantes como documento histórico, porque sua construção, em algum lugar, revela aspectos de seu tempo histórico. Todo indivíduo é filho do seu tempo. Os poetas catireiros, em suas produções, retratam aspectos de suas contextualizações, exprimindo suas considerações, e apresentando sua visão do mundo que o cerca. A maioria dos poetas do sertão, tratando-se do catira, eram analfabetos ou semi-analfabetos. Muitas poesias de catireiros foram perdidas no tempo, outras não têm datas específicas de suas produções, salvo quando sob análise, cruzamentos de informações etc., tais documentos são igualmente importante quanto aos demais. Sobre esse tipo de situação também enfrentada em sua pesquisa Darton acrescenta:

Rejeitar os contos populares porque não podem ser datados nem situados com precisão, como outros documentos históricos, é virar as costas a um dos poucos pontos de entrada no universo mental dos camponeses, nos tempos do Antigo Regime”(DARTON, 1986, p. 32.).

Um outro fator que podemos considerar ao analisar as poesias do sertão é a inteligência do catireiro compositor. Obviamente, com motivos, tratamos esses poetas de

⁹ APU, 1993. p. 72

intelectuais. Consideramos isso porque “Os intelectuais formam o grupo de pessoas que produzem símbolos e formas de consciência” (SECCO, 2002, p. 9). Antônio Gramsci entende a formação dos intelectuais como problema complexo devido ao processo histórico no qual se insere. Lembra que cada grupo social cria, para si, seus próprios intelectuais. Na sua percepção revela que “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 1985, p. 7). Essa revelação deve-se ao fato de que, para ele, todos os homens são dotados de uma intelectualidade ainda que rudimentar, referindo-se que um proletário deverá ter um mínimo de intelectualidade para a execução de seu serviço na linha de produção, porém o desempenho da intelectualidade na sociedade é levado a cabo por certo grupo homogêneo de intelectuais, cumprindo esses o papel na ordem criadora dos movimentos que intensificam e diversificam as relações sociais dentro da dialética histórica.

Sob os conceitos formulados por Gramsci, entendemos que há diversos níveis de intelectualidade. Os poetas do sertão ocupam um lugar importante nessa ordem intelectual estabelecida em sua região de origem, redundantes ao campo específico, nesse caso, a poesia, que é o seu instrumento para expor sua intelectualidade em relação aos de sua região.

Tudo era motivo para fazer poesia e depois cantar num catira. As lembranças de momentos no campo era sempre viva para o catireiro como a moda *Meu tempo de peão* de Ranulfo Borges de Moraes e Sinhô Borges¹⁰ :

*Neste Triângulo Mineiro / Eu fui condutor de gado
Viajava o dia inteiro / chegava bem cansado
Dormia sem travesseiro / meu sono era pesado (REZENDE, 2004, p. 206).*

A vida de peão tinha lá suas dificuldades, conforme relato, sem conforto, duravam dias a condução do gado ao lugar desejado. Após discorrer sobre aventuras, apuros nas viagens o poeta finaliza:

*Minha vida de peão / Eu contei meu passado
Tive diversos patrão / Deles fui elogiado
Hoje eu trabalho em repartição / Na minha sala sossegado (IDEM).*

As obrigações diárias do sertão eram constantemente retratadas, numa delas Manoel Teles¹¹ em *Recortado do meu sertão*, apresenta muito bem:

¹⁰ Catireiros fazendeiros conhecidos na região de Uberaba (MG).

¹¹ O último de uma geração de catireiros especiais em Uberaba (MG). No catira ele era violeiro, repentista, compositor, cantor e palmeiro.

*Ali no meu sertão / Quando amanhece o dia
 Faço a minha obrigação / Com prazer e alegria
 Tenho a minha criação / fica numa choraria
 De frente o meu portão / Os pinto pia (ACERVO PARTICULAR)¹².*

Depois de acordar os filhos, tomar café, pegar na enxada e se envolver com essas obrigações, numa aparente monotonia, finda o dia e o poeta suspira:

*Lá no meu sertão saudoso / Tenho tudo que desejo
 Tenho frango e tenho ovo / Tenho leite e tenho queijo
 Tenho meu cavalinho gordo / Às tardes dou o meu cortejo
 Levo uma vida de gozo / As horas passa e eu não vejo (IDEM).*

Os catireiros poetas sempre se orgulharam de serem o que eram e falavam sobre a vida na roça como um lugar de felicidade, conforme na letra de Negrinho Teles¹³ em *Caboclo Mineiro*:

*Sou caboclo mineiro / Nascido lá no sertão
 Me orgulho de ser roceiro / Gosto de lavrar o chão
 Lá não me falta dinheiro / Nem arroz nem feijão
 Eu trabalho dia inteiro / De enxada e enxadão (REZENDE, 2004, p. 237).*

Discorre sobre essa vida que começa bem cedo, antes de amanhecer, fala do melado, do engenho, dos legumes e verduras que leva para o mercado, do cantar dos passarinhos e da pinga que faz para beber, e se orgulha ao dizer:

*Com as mão cheias de calo / eu trabalho o dia inteiro
 Eu ouço o cantar do galo / Porco roncar no chiqueiro
 O relinchar do cavalo / O choro do perdigueiro
 Do outro lado do valo / o berro do pantaneiro (IDEM)*

O carro de boi era essencial para o trabalho rural, o chiado produzido pela fricção do eixo de madeira das rodas era uma canção que a qualquer tempo trazia à memória do poeta do sertão, que Jair Seabra¹⁴ retratou muito bem em *O carreiro*:

*Fui carreiro / Dos mais caprichosos
 Passava em qualquer atoleiro / Sempre fui corajoso (IBDEM, p. 252)*

Depois de apresentar seu carro, com os bois Pingo D'Água e Sereno, não deixa de mencionar o som que o carreiro gostava:

*Meu carro cantava macio / Na subida do espigão
 Fui um carreiro malicioso / Que teve neste sertão...
 Meu carro vinha cantando / Cortando o chão molhado
 Com os bois ia ralhando / Com a vara de um lado (IBDEM).*

O berrante, instrumento imprescindível para o peão era também lembrado. Em *O berrante que eu tocava*, José Barbosa¹⁵, depois de encerrar sua vida de boiadeiro escreve:

Hoje não viajo mais / Encerrei minha carreira

¹² Gentilmente cedido por Gilberto Rezende, Uberaba (MG), de seu acervo particular.

¹³ Filho de Manoel Teles, da região de Uberaba (MG)

¹⁴ Catireiro da região de Uberaba (MG)

¹⁵ Catireiro da região de Ituiutaba (MG)

*Só me resta uma saudade / Minha vida boiadeira
Meus amigos seresteiros / Da grande terra mineira
Que guardaram o berrante / Por lembrança derradeira
O berrante que eu tocava / Pro menino da porteira (IBDEM, p. 251).*

O trabalho, fora das obrigações diárias e num outro lugar, também era motivo para compor. Em meio a lamentos da dura vida do trabalhador rural, a canção poética *Despedida de Serrador* ganha notoriedade entre os catireiros, que nos versos Manezinho¹⁶ cantava:

*Acho meu serviço pesado / Devido minha fraqueza
Trabalho nele obrigado / P'ra manter minha despesa
Amanheço o dia enfezado / Com essa minha pobreza
Vou dar um murro danado / Na serrinha portuguesa (APU, 1993, p. 35).*

A vida sofrida do trabalhador não deixa de questionar a condição financeira do patrão:

*Serra sobe, serra desce / Trinta golpe por minuto
Logo o suor aparece / Não posso parar enxuto
Com isso os braços "amolece" / Devido serviço bruto
O patrão é quem enriquece / Eu é que tanto labuto (IDEM).*

Mas, havia outros motivos para compor. No recortado *Ladrão de Mulher*, provavelmente da década de 1960, de Vieira e Vieirinha¹⁷, os problemas relativos à mulher, homem, casamento e traição, decorrente do viver humano, eram explorados. Nos versos abaixo nota-se uma maneira muito comum no mundo rural de resolver o problema de traição:

*Namorar mulher casada / É ser muito atrevido
Dá uma olhada nela / E quatro ou cinco no marido
Será que ele não tem medo / Da bala do trinta no pé do ouvido? (JM, 1978, p. 8)*

Num tom de deboche, José Barbosa, escrevia seus versos:

*Eu tenho um vizinho bão / Mais bão mesmo é a vizinha
Quando vou na casa dele / Sai na porta da cozinha
Este homem é bão demais / Deixa a mulher vizinha
Quando estou na casa dele / Ele corre e vai pra minha (REZENDE, 2004, p. 241).*

É até possível ter existido, ou mesmo uma certa intenção dessa relação do poeta com o seu vizinho, pois prossegue no seu tom debochado:

*Meu compadre é muito bão / Mais bão mesmo é a comadre
Nós fomos criados juntos / Desde a nossa mocidade
Mas eu falar aqui / Com toda sinceridade
Se eu fosse um boi chifrudo / Eu investia no compadre (IDEM).*

A traição é um ato de cumplicidade entre um homem e uma mulher, e na roça era tão comum como nas cidades. Talvez por saber de alguém que praticou ou até ele mesmo tenha praticado adultério, é que o poeta dizia:

¹⁶ Manoel Rodrigues da Cunha, o "Manezinho", considerado o maior catireiro região de Uberaba (MG) já teve desde o início da década de 1920, nos primeiros anos da década de 1940 vai para São Paulo.

¹⁷ Dupla caipira da região de Ribeirão Preto (SP), que cantavam moda e recortado de catira em várias gravações.

*Uma coisa interessante / Quando a gente é capaz
Toda hora a gente sabe / Como vivem os casais
Chifrada pra lá e pra cá / Igual briga de manguaes
Se os homens estão chifrando / As mulheres chifram muito mais (IBDEM).*

Para o poeta catireiro tudo era motivo para compor seus versos, a cachaça, o mutirão, os amigos, a política, o amor, a saudade, a lembrança, e uma infinidade de temas como realidade vivida. Nas poesias, registram momentos de um passado num contexto histórico à época de suas composições. O poeta do sertão era, antes de tudo, o sujeito da história, que com outros, ajudara a escrever. Seus poemas são memórias das suas experiências, que insistiam, nos bons tempos do catira, lembrar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arquivo Público de Uberaba. **Catira, história e tradição em Uberaba: Cadernos de Folclore**, Ano I, nº 3. Setembro, Uberaba, 1993.
- CASCUDO, Luís Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1986.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, 1982.
- CASCUDO, Luís Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1986.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. **Formas e sentido, cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4 edição, 1982.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- JORNAL DA MANHÃ. **Suplento especial: Catira - A poesia do sertão**. Uberaba, Domingo, 18 de junho 1978.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- REZENDE, Gilberto de Andrade. **Catira, poesia do sertão**: Uberaba. Oficina das Artes, 2004.
- SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil: Recepção e difusão de suas idéias**. São Paulo: Cortez, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ASPECTOS DO QUARTO PODER – BOLÍVAR E O PODER MORAL

EDUARDO JOSÉ REINATO
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

RESUMO

ASPECTOS DO QUARTO PODER – BOLÍVAR E O PODER MORAL

Os historiadores das idéias analisam que o pensamento bolivariano se sustenta sobre quatro bases: a liberdade, a igualdade, a justiça e a Moral. Os estudiosos do século XIX deparam-se com um elemento que na atualidade tem sido retomado junto ao pensamento bolivariano, qual seja, a proposta de um Poder Moral. Este pequeno estudo tem por objetivo, procurar entender em que consistiu a proposta de poder Moral, feita por Bolívar. Visa também destacar como na atualidade o presidente da Venezuela Hugo Chávez, apropriando-se do discurso bolivariano, recria a perspectiva de um poder Moral.

PALAVRAS CHAVE:

1- BOLÍVAR 2- PODER MORAL 3- IMAGINÁRIO

RÉSUMÉ

ASPECTS DU QUATRIÈME POUVOIR - BOLIVAR ET LE POUVOIR MORAL

Les historiens des idées analysent que la pensée bolivariano se soutient sur quatre bases : la liberté, l'égalité, la justice et la Morale. Les studieux du siècle XIX se rencontrent avec un élément qui dans l'actualité a été repris près de la pensée bolivariano, ce qui est, à proposition d'un Pouvoir Moral. Cette petite étude a par objectif, chercher à comprendre dans lequel a consisté à proposition à pouvoir Morale, fait par Bolivar. Il vise aussi à détacher comme dans l'actualité le président du Venezuela Hugo Chávez, s'appropriant du discours bolivariano, recrée la perspective d'un pouvoir Moral.

MOTS CLÉ :

1- BOLIVAR 2- POUVOIR MORALE 3- IMAGINAIRE

Os historiadores das idéias tem sido levados a afirmar que o pensamento bolivariano se sustenta sobre quatro bases: a liberdade, a igualdade, a justiça e a Moral. Alguns estudiosos, entre eles José de Jesus Cordero Ceballos, sustenta ainda uma quinta base, que seria a educação. De maneira geral, estes estudiosos deparam-se com um elemento que na atualidade tem sido retomado junto ao pensamento bolivariano, qual seja, a proposta de um Poder Moral. Para Ceballos,

Bolívar consagra su vida a la educación y a la formación moral de los pueblos, sin que esto signifique que durante la guerra no se haya ocupado de tan trascendentales asuntos, pues al mismo tiempo que dirigía sus ejércitos contra la dominación extranjera, creaba escuelas y universidades y dictaba decretos de orden social, muchos orientados a sancionar la corrupción administrativa que comenzaba a ser dolencia crónica para nuestra sociedad, con nefastas consecuencias que han llegado hasta nuestros días(CEBALOS,<http://www.analitica.com/bitbliblioteca/bolivar/angostura.asp>).

Ao que tudo indica Bolívar tinha como referência a inevitabilidade da ignorância do povo da América, segundo suas concepções de educação e civilização. Imaginava que o comportamento das massas indígenas e mestiças poderia por tudo a perder, no que diz respeito à conquista da liberdade, da justiça. Ao mesmo tempo imaginava que essa condição seria campo fértil ao desenvolvimento da corrupção e da tirania, por parte daqueles que detivessem o poder, frente a tão ignara massa humana. Dessa forma, tenta regulamentar ao máximo possível as formas educacionais e da mesma maneira a ação de uma burocracia estatal.

O Poder Moral já se acha desenvolvido em tese no Discurso de Angostura, de 1819.

Moral y luces son los polos de una república; moral y luces son nuestras primeras necesidades. Tomemos de Atenas su areópago, y los guardianes de las costumbres y de las leyes; tomemos de Roma sus censores y sus tribunales domésticos; y haciendo una santa alianza de estas instituciones morales, renovemos en el mundo la idea de un pueblo que no se contenta con ser libre y fuerte, sino que quiere ser virtuoso. Tomemos de Esparta sus austeros establecimientos, y formando de estos tres manantiales una fuente de virtud, demos a nuestra República una cuarta potestad cuyo dominio sea la infancia y el corazón de los hombres, el espíritu público, las buenas costumbres y la moral republicana. Constituyamos este areópago para que vele sobre la educación de los niños, sobre la instrucción nacional; para que purifique lo que se haya corrompido en la República; que acuse la ingratitud, el egoísmo, la frialdad del amor a la patria, el ocio, la negligencia de los ciudadanos; que juzgue de los principios de corrupción, de los ejemplos perniciosos; debiendo corregir las costumbres con penas morales, como las leyes castigan los delitos con penas afflictivas, y

no solamente lo que choca contra ellas, sino lo que las burla; no solamente lo que las ataca, sino lo que las debilita; no solamente lo que viola la Constitución, sino lo que viola el respeto público. La jurisdicción de este tribunal verdaderamente santo, deberá ser efectiva con respecto a la educación y a la instrucción, y de opinión solamente en las penas y castigos. Pero sus anales, o registros donde se consignan sus actas y deliberaciones; los principios morales y las acciones de los ciudadanos, serán los libros de la virtud y del vicio. (BOLÍVAR, 1950, p

Em que consistiu a proposta de poder Moral, feita por Bolívar? Segundo o artigo primeiro do projeto de Poder Moral, Este se organizaria em um corpo de um presidente e quarenta membros sob a denominação de Areópago. Sua função seria a de exercer uma autoridade independente sobre os costumes públicos e a primeira etapa educacional. O organograma do Poder Moral instituía, na formação do Areópago, duas Câmaras: uma Câmara da moral e outra Câmara da Educação. Seria o Congresso o responsável pela escolha dos componentes do Areópago. A escolha recairia sobre os pais de família que se demonstrassem mais virtuosos, com um bom equilíbrio mental, demonstrado através do amadurecimento e principalmente a honestidade.

Como forma de estabelecer um controle rígido sobre a conduta dos membros, o projeto estabelecia que os cidadãos da República, deveriam denunciar qualquer defeito de conduta dos membros do Areópago, que poderiam ser destituídos se fossem compradas as acusações.

Como o Areópago se divide em duas câmaras a da Moral e da Educação. No entanto, pelo projeto, a Câmara seria reunida em uma só, passando a ter as seguintes funções:

Art. 16- Las funciones que debe ejercer el Areópago, reunidas sus cámaras en una sola, son: **Primera:** Designar los veinte miembros que deben componer cada cámara, y nombrar de entre éstos el que deba presidiría, cuando no lo haga el Presidente del Areópago, que tiene derecho a concurrir, y votar en cualquiera de ellas. **Segunda:** Pronunciar la destitución de alguno de sus miembros, conforme queda establecido, y nombrar los que deban suceder en la plazas vacantes por muerte o destitución. **Tercera:** Nombrar dentro de su seno el secretario o secretarios, que juzguen necesarios para sus trabajos, y para los de cada cámara. **Cuarta:** Pedir al Congreso los

fondos que anualmente sean necesario para sus gastos y establecimientos, exigir cuentas a sus agentes o empleados de la inversión de ellos, y darla al Congreso. **Quinta:** Distribuir premios o coronas cívicas cada año a los ciudadanos que más se hayan distinguido por rangos eminentes de virtud y patriotismo, y despojar de estos mismos premios a los que después de haberlos obtenido, se hayan hecho indignos de llevarlos. Estos actos se celebrarán en junta pública con la mayor solemnidad. **Sexta:** Declarar eminentemente virtuoso, héroe, o grande hombre a los que hayan hecho dignos de tanta recompensa. Sin que haya precedido esta declaratoria, el Congreso no podrá decretar ni erigir ninguna estatua, ni otros monumentos públicos en memoria de nadie. **Séptima:** Proclamar con aplausos en las juntas de que se ha hablado arriba los nombres de los ciudadanos virtuosos, y las obras maestras de moral y educación. Pregonar con oprobio e ignominia los de los viciosos, y las obras de corrupción y de indecencia; y designar a la veneración pública los institutores e institutrices que hayan hecho mayores adelantamiento en sus colegios.(**CEBALLOS**,<http://www.analitica.com/bitblioteca/bolivar/angostura.asp>.)

O destaque dado às últimas funções do Areópago tem por intenção demonstra o caráter intervencionista da ação desse núcleo de difusão da moralidade e da educação, entendida essa a partir de uma idéia de patriotismo. Para o projeto Bolivariano de formação de um novo homem para uma nova nação, o pressuposto seria a de uma moral irrepreensível.

Na seção segunda do projeto de Poder Moral, institui-se as funções da Câmara de Moral. São treze os artigos que estatuem a prática de regulamentação de ação e controle sobre a moral e as virtudes do povo e dos funcionários. Toda a sociedade está englobada a partir dessa lógica de controle. Tanto assim que pode ser observado pela idéia de extensão da jurisdição do papel da Câmara de Moral:

Art. 4- Su jurisdicción se extiende no solamente a los individuos sino a las familias, a los departamentos, a las provincias, a las corporaciones, a los tribunales, a todas las autoridades, y aun a la República en cuerpo. Si llegan a desmoralizarse debe delataría al mundo entero. El Gobierno mismo le está sujeto, y ella pondrá sobre él una marca de infamia, y lo declarará indigno de la República, si quebranta los tratados, los tergiversa, si viola alguna capitulación, o

falta a algún empeño o promesa.((CEBALLOS,,
[http://www.analitica.com/bitbliblioteca/bolivar/angostura.asp.](http://www.analitica.com/bitbliblioteca/bolivar/angostura.asp))

O poder da Câmara de Moral é quase absoluto. É de tal maneira absoluto que posteriores leis são criadas com o intuito de prescrever penalidades aos que desrespeitassem o fundamento de construção de uma República regida pela Moral e controlada pelos organismos do Poder Moral. Essas leis prescreviam inclusive a pena de morte por ações vinculadas à corrupção. No ano de 1824 Bolívar cria um decreto versando sobre a imputação de pena capital aos funcionários que tenham tomado dinheiro de fundos públicos.³⁰

A Câmara de Moral ainda controla aspectos da censura, conforme se pode observar nos artigos 5º; 6º e 7º. A partir do que está estatuído, a Câmara de Moral poderia censurar obras Morais, políticas, periódicos e qualquer outros escritos, posteriormente à publicação. Da Câmara de Moral estaria definido se o autor seria um homem digno de pertencer a uma República Virtuosa, sendo um benemérito da Moral e até mesmo um bom cidadão. Para Bolívar, a censura à imprensa não implicava na perda da liberdade de expressão.

Que las censuras, observaciones y consejos que se permitan tratando de los negocios y personas públicas, estén caracterizados por la moderación y la decencia. La imprenta no será por esto menos libre, pues no consiste la libertad en la capacidad de ofender, y producirá todo el bien que debe esperarse de ella (CEBALLOS,,
[http://www.analitica.com/bitbliblioteca/bolivar/angostura.asp.](http://www.analitica.com/bitbliblioteca/bolivar/angostura.asp))

Com uma falaciosa argumentação, Bolívar se defende da identificação de autoritário, construindo uma idéia conservadora de liberdade, sendo que, a referência ainda

⁻³⁰DECRETO DE BOLÍVAR SOBRE APLICACIÓN DE LA PENA CAPITAL A LOS FUNCIONARIOS QUE HAYAN TOMADO DINERO DE LOS FONDOS PÚBLICOS.

Teniendo presente:

- 1- Que una de las principales causas de los desastres en que se ha visto envuelta la República, ha sido la escandalosa dilapidación de sus fondos, por algunos funcionarios que han intervenido en ellos;
- 2- Que el único medio de extirpar radicalmente este desorden, es dictar medidas fuertes y extraordinarias, he venido en decretar, y

Decreto:

Art. 1- Todo funcionario público, a quien se le convenciere en juicio sumario de haber malversado o tomado para sí de los fondos públicos de diez pesos arriba, queda sujeto a la pena capital.

Artículo. 2- Los jueces a quienes, según la ley compete este juicio, que en su caso no procedieren conforme a este decreto, serán condenados a la misma pena.

Artículo. 3- Todo individuo puede acusar a los funcionarios públicos del delito que indica el Artículo. 1.

Artículo. 4- Se fijará este decreto en todas las oficinas de la República, y se tomará razón de él en todos los despachos que se libren a los funcionarios que de cualquier modo intervengan en el manejo de los fondos públicos.

Imprimase, publíquese y circúlese.

Dado en el Palacio Dictatorial de Lima, a 12 de enero de 1824 - 40 de la República.

SIMÓN BOLÍVAR

APU.: In CEBALLOS, José de Jesus Cordero, El Poder Moral in: <http://www.analitica.com/bitbliblioteca/bolivar/angostura.asp>

em questão é a relatividade da idéia de liberdade associada à idéia de moral. A capacidade de ofender é medida por que parâmetros? O de quem escreve ou o de quem se julga ofendido? O princípio norteante é a idéia de que haja uma entidade reguladora que controle se houve ofensa ou não, portanto, um mecanismo, que por não ser neutro, historicamente incapaz de se constituir enquanto tal, torna-se uma referência de controle da liberdade de expressão, na sua forma mais vil.

Da mesma forma, é uma característica do Poder Moral de Bolívar a prática da emulação. Tanto que no artigo 11º recomenda a publicação de listas comparativas de homens que se distinguem no exercício das virtudes públicas. Por outro lado, o cidadão que tivesse seu nome nas listas identificadoras dos desprovidos de virtudes, a “Listas de los viciosos”, como se designava, não seria empregado no serviço público, e de igual maneira não poderia receber nenhuma recompensa nacional, nem ser merecedor de algum tipo de honra especial ou condecoração. É interessante que para um espírito “tão ilustrado” nenhuma possibilidade de recuperação existe para o vicioso ou corrupto. Não há possibilidade de regeneração. Todas as perspectivas são de excluir os viciosos ou corruptos da nação. Rompe-se com um princípio fundamental das Luzes, qual seja a tolerância e o tomismo jurídico. Não há espaço para a “Filantropia codificada”, no sentido humanista de Beccaria, rompe-se portanto, com a idéia do Iluminismo de Humanizar os processos e as sanções (FALCON, 1988, p.69).

Bibliografia

BOLÍVAR, Simon, Obras Completas. Compilación y notas de Vicente Lecuna, con la colaboración de la Señorita Esther Barret de Nazariz. 2ª ed. Habana. Ed. Lex. 1950. 2 vol.

CEBALLOS,, <http://www.analitica.com/bitbliblioteca/bolivar/angostura.asp>. texto recolhido em 22 DE SETEMBRO DE 2002.

FALCON, Francisco José Calazans, Iluminismo, São Paulo: Ática, 1988. Série Princípios,

ENSINO HISTÓRIA, NOVAS TECNOLOGIAS E NET-GENERATION

EDUARDO JOSÉ REINATO

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

RESUMO

O trabalho com a questão do conhecimento histórico no ensino médio é um tema recorrente em qualquer discussão sobre a função da história para a educação. O objetivo maior dessa comunicação é observar a relação entre a produção da pesquisa histórica e historiográfica com o ensino de história. Dois problemas nos incomoda: Qual vai ser o papel do conhecimento histórico no contexto desse novo século, e, em que medida nossa prática como professores de história conseguirá adaptar-se aos avanços proporcionados pelas novas tecnologias e mídias?

PALAVRAS CHAVES:

1- NOVAS TECNOLOGIAS 2- ENSINO DE HISTÓRIA 3- NET-GENERATION

RÉSUMÉ

Le travail avec la question de la connaissance historique dans l'enseignement moyen est un sujet récurrent dans quelconque discussion sur la fonction de l'histoire pour l'éducation. L'objectif le plus grand de cette communication est observer la relation entre la production de la recherche historique avec l'enseignement d'histoire. Deux problèmes dans les dérangent : Ce qui va être le rôle de la connaissance historique dans le contexte de ce nouveau siècle, et, dans que mesure notre pratique je mange des enseignants d'histoire réussira à s'adapter aux avances proportionnées par les nouvelles technologies et les médias ?

MOTS CLÉ :

1- NOUVELLES TECHNOLOGIES 2- ENSEIGNEMENTS D'HISTOIRE 3- NET-GENERATION

O trabalho com a questão do conhecimento histórico no ensino médio é um tema recorrente em qualquer discussão sobre a função da história para a educação. Interessa-me nessa pequena reflexão, menos discutir os enfoques educacionais pelo ponto de vista da pedagogia, mesmo porque isso já é feito em larga escala, com competência ou não, pela crescente leva de pedagogos e filósofos da educação. Meu objetivo maior nesse texto é ver a relação entre a produção da pesquisa histórica e historiográfica com o ensino de história. De outra maneira, duas coisas vem me incomodando. Qual vai ser o papel do conhecimento histórico no contexto desse novo século, e, em que medida nossa prática como

professores de história conseguirá adaptar-se aos avanços proporcionados pelas novas tecnologias e mídias?

Historiografia e ensino de história- uma distância acentuada...

Em relação ao primeiro problema que ressaltamos a renovação nas formas de produção do conhecimento histórico tem chegado até o ensino médio? De que maneira os conteúdos da “Nova história” tem sido trabalhados com os nossos alunos. A hipótese é a de que, apesar da intensificação, tanto das transformações, quanto do debate a respeito da história como disciplina, do ponto de vista do ensino, não houve nem a incorporação dos “avanços” historiográficos, nem do debate sobre a história, nem sobre a narrativa histórica. A história, de modo geral, porque há algumas exceções, vem sendo feita apoiada ainda no modelo historicista. Nem a introdução de concepções temáticas e nem a abordagem mais crítica de conteúdos históricos conseguiram superar a prática de um ensino ainda marcadamente, positivista.

Nos últimos anos, especialmente no Brasil, a historiografia tem passado por um processo de diversificação intensa. Novos objetos, Novos problemas e Novas abordagens – alusão direta à obra de Jacques Le Goff e Pierre Nora, são sempre relacionados como marcos divisores para o desenvolvimento da historiografia brasileira. A chamada “Nova História” incluindo sob essa designação todas as experimentações historiográficas como: a história das mentalidades; a história do Imaginário; da história dos marginais; a história da sexualidade e outras “marcas” com que tem sido identificado, mais recentemente alguns dos “novos” objetos da história. O interessante de se ressaltar é que influenciados pelo movimento francês da história dos Annales, nossa história fechou-se ao reconhecimento da variedade da própria produção historiográfica de um Sérgio Buarque de Holanda, um Gilberto Freyre e Caio Prado Junior, que, e aqui devemos guardar as devidas especificidades, já faziam uma abordagem sobre novos objetos bem antes que descobríssemos a tendência francesa.

Se houve um momento em que a história era a mestra da vida, hoje é quase consenso podermos falar que a história não consegue ser significada no contexto da vida das pessoas. A explicação para isso é a desimportância dada à história, inclusive pelos próprios professores, que a tratam como mais uma matéria, e não como parte constitutiva da vida. A velha frase identificando História à Vida, deixou de ter sentido.

Mesmo os aspectos mais críticos da história caem normalmente em um tipo de limitação esquemática de teorias ou de propostas metodológicas. Construiu-se um universo de teorização e de abstração no mais das vezes de impossível compreensão por parte de nossos estudantes. De outra maneira, quando se tentou e se tenta um estudo mais crítico, incide-se, com frequência, num processo de dualização da análise histórica. Temos como exemplo no Brasil a banalização da idéia de uma história de vencidos e vencedores, que acaba sendo, mais uma vez percebida na relação dualista e maniqueísta, sem acrescentar a produção de uma massa crítica para o pensamento histórico.

Diante dessas constatações iniciais, uma pergunta se destaca: qual a função da história e qual a razão de se ensinar e aprender a história. Com frequência observamos nos alunos que chegam ao ensino médio e cursinhos com uma cara de descontentamento em relação à disciplina história. Percebemos também que estruturas básicas para o conhecimento histórico na maioria dos casos não foram aperfeiçoadas e no mais das vezes, nem estimuladas, como por exemplo as noções de ESPAÇO, de DURABILIDADE, de TEMPO e principalmente a noção de PROCESSO, esta última não apenas importante para a história, mas para a biologia, para a química e física.

No que diz respeito aos conceitos e contextualização temporal-espacial, é importante notarmos que nisso consiste a demonstração da especificidade do trabalho do historiador. Os conceitos implicam um contexto, que quando desvelado, implica uma ampliação do entendimento da história de um determinado período. Os conceitos permitem ao estudioso da história uma localização temporal ao mesmo tempo que permite também as bases para uma forma de pensar comparativa.

A questão da relação entre passado-presente e futuro é um ponto fundamental para o desenvolvimento do ensino de história. A história tem que significar algo mais do que o estudo de elementos do passado. Do outro lado dessa questão está uma atitude cada vez mais polêmica no ensino de história nesse fim de século. É o predomínio de temáticas do presente e do imediato, no contexto do ensino da história. Como nos lembra a professora Maria de Lourdes Mônaco Janotti: “temas recentes da História Imediata são mais prestigiados e acatados do que o estudo de acontecimentos passados por significativos setores da pesquisa e do ensino, que pensam, assim, reagir contra o racionalismo positivista e marxista, ocultador de discontinuidades” (JANOTTI, 1997, p.43)

O problema imposto por essa questão implica uma atitude de produção de uma forma de pensar em que o presente passa a se explicar por si mesmo, como destaca Janotti. E o que é o pior, ao meu ver, reforça uma atitude de preconceito com o passado histórico. No bojo desse leque de problemas,

poderíamos ainda destacar, acompanhando o raciocínio de Janotti: essa apropriação apressada e desmedida do presente pode induzir a uma interpretação em que se interpreta a aparência pelo substancial. Acrescentaríamos um segundo elemento, que é o de valorização da história imediata, na maioria das vezes, do que se tem chamado de “momentos quentes” da história. Dessa forma, é mais fácil empolgar um grupo de alunos com as histórias recentes sobre as guerras nos balcãs do que a importância das negociações pela independência do Timor Leste. A diferença se dá porque em um processo, a mídia ajuda a disseminar curiosidades sobre a ação bélica, enquanto no outro caso, é mais o jogo político que se impõe, e não o jogo das armas. Tudo isso determina um perigo mortal a historiadores, professores e alunos, pois acaba transformando-os todos em irracionais ativistas da prática de adivinhação.

Insistindo ainda no ponto de distanciamento entre a história realizada no ensino médio e a historiografia, gostaria de destacar alguns pontos. Por exemplo, há ainda o predomínio de uma história econômica e política no contexto do ensino de história no ensino médio. Os avanços como a história do cotidiano nem chegaram a essa instância, apesar da diversificação de livros e abordagens até mesmos para - didáticas sobre esses aspectos da história. É inclusive do cotidiano que se pode trazer para a sala de aula a ruptura com um tempo linear.

“O cotidiano não significa apenas a rotina, a permanência. Ele contém em si a idéia do movimento e da mudança, pois é no cotidiano que se inventam e reinventam as experiências. São as múltiplas temporalidades, o que rompe com a linearidade; são os múltiplos sujeitos com suas identidade igualmente múltiplas; é o jogo constante da produção e da reprodução”(BLAJ,1998, p.30)

A utilização do recurso da história do cotidiano permite trazer a vida para a história além de re-significar o tempo diferente do nosso. A essa prática pode ser associado o recurso didático interativo, como por exemplo o teatro. Recupera-se assim, de forma diferenciada e correlata a noção do tempo e a noção de representação, tão importantes não só para a história, mas para a literatura, para as artes etc... No entanto, é necessário ter alguns cuidados com os abusos que podem advir da utilização de uma história do cotidiano. É preciso ter cuidado sobretudo para que o presente não passe a explicar-se a si mesmo, e como nos lembra Janotti, “ o perigo de ignorar o passado público pode também acarretar a perda da visão dialética da história e da vontade política que leva à crítica e à construção de projetos futuros” (JANOTTI, 1997, p. 43) .

Os novos profissionais de história e a Net-generation ou Geração N

Em nossa introdução colocamos um segundo tipo de problema que nos incomoda tanto como professores universitários formadores de profissionais para o ensino médio como enquanto profissionais do ensino médio. Interessa-nos saber qual será o papel do conhecimento histórico no contexto do próximo século e diante de um novo tipo de público, e, em que medida nossa prática como professores de história conseguirá adaptar-se aos avanços proporcionados pelas novas tecnologias e mídias?

A questão da “transposição didática” de novas tecnologias é um problema complexo em relação aos processos de ensino-aprendizagem. Para o ensino de história, especificamente, é imprescindível que se implemente a utilização de recursos tão variados como a Internet e os recursos de multi-mídia, hoje disponíveis no mercado. Entretanto, como nos lembra Maria Auxiliadora Schmidt, “apesar do crescente aumento da informação e dos meios de difundi-la e gerenciá-la, ocorre paralelamente um aumento da distância entre os que sabem e os que não sabem articulá-las, pensá-las, refleti-las” (SCHIMIDT, 1997, p. 63). Além disso, deve-se destacar que nem todas as escolas têm uma relação pacífica com novas tecnologias. Para muitos diretores ou proprietários de escola, essas inovações podem impor exigências de treinamento e preparação que eles não estão dispostos a assumir, porque implica quase sempre em dispêndio em investimentos em pessoal, o que nas escolas ainda parece coisa de outro mundo. Isto acaba por produzir determinados sentimentos de repulsa quanto a utilização de recursos tecnológicos inovadores por parte dos professores, levando quase sempre as instituições a se desviar de medidas visando esse aprimoramento técnico. Por outro lado, como nos faz ver Maria Helena Schmidt, “quando acolhidas pelos educadores, tais inovações tecnológicas têm normalmente sido usadas como técnicas de ensino, estratégias para preencher ausências de professores ou como recursos para tornar as aulas menos enfadonhas” (SCHIMIDT, 1997, p.63 e 64.). Estas formas de utilização de novas tecnologias acabam não passando de “adequações superficiais” ou inadequações desses recursos, e que não levam a lugar nenhum. Isto porque acabam não implementando processos, ou hábitos, apenas procedimentos de consumo de tecnologia, o que acaba por não reverter da melhor forma para os alunos.

De certa maneira essas conclusões confirmam as pesquisas de Todd Oppenheimer (1997) para quem

“There is no good evidence that uses of computers significantly improve teaching and learning, yet school districts are cutting programs--music, art, physical education -- that enrich children's lives to make room for this dubious nostrum, , and the Clinton Administration has embraced the goal of “computers in every classroom” with credulous and costly

Oppeinheimer nos chama atenção para um aspecto que considero fundamental nessa questão da convivência da educação com a revolução informática. O corte de programas como música, artes, e educação física segue um padrão que não se estabelece apenas nos Estados Unidos. O computador não é - e não pode se tornar - a panacéia da educação. A máquina não pode ser tomada como substituta de toda uma cultura humanística acumulada, sob pena de nada significar para os homens senão a perspectiva de adestrar os humanos para a repetição não criativa. Ao contrário, a junção de informática com o saber historicamente acumulado, proporcionará um salto qualitativo nas condições humanas, jamais visto pelo homem.

Algumas conclusões de Phil Agre reforçam a discussão de Oppeinheimer. Tomemos por exemplo a idéia de que para as crianças, é necessário o estímulo na organização de eventos sociais complexos do que uma aula de informática. Em outras palavras, o que Agre propõe é que nenhuma aula de informática vai conseguir substituir ou mesmo prover qualquer aluno de um conteúdo emocional. Mas o ato de recitar um poema decorado para os outros colegas, o fato de organizar uma peça teatral, ou ainda a possibilidade de se apreciar uma música erudita ou mesmo popular ou um filme e depois debatê-lo, permitirá, isso sim, conhecimento de esquemas de sociabilidade imprescindíveis a qualquer ser humano. Assim, uma atividade teatral, musical proporciona um avanço maior na constituição da noção de comunidade e de solidariedade do que uma aula técnica sobre o funcionamento de um hardware ou de um software.

Um pergunta se faz necessária: com a revolução informática, que perfil terá o aluno que a escola estará preparando? Quais as características do professor que as universidades devem formar? Que perfil deverá ter o novo profissional de ensino adequado à nova realidade tecnológica?

Recentemente, a geração dos anos 90 tem sido identificada pela associação que fazemos com o processo de mundialização da cultura e da economia, e mais certo ainda seria identificá-la com todo o processo de digitalização do mundo. Com essas características, autores como Don Tapscott vem chamando de Geração N, abreviação para o termo *Geração Net.*, alusão direta à questão da Rede Internet.

Essa geração tem como características fundamentais o fato ser menos passiva que as gerações anteriores. Sua marca fundamental é a interatividade. Não se contenta em somente contemplar o meio de comunicação, mas deseja mudá-lo, conformá-lo, alterá-lo e porque não dizer, modelá-lo à sua imagem e semelhança.

Para Tascott (1997), as 10 características mais fortes dessa geração N seriam: independência, mente aberta, sociabilidade, opiniões livres e fortes, espírito inovador, capacidade investigativa, maturidade, imediatismo, sensibilidade e auto-confiança. Tomemos a explicação de Tascott para cada uma dessas características:

a) a característica de possuir uma forte independência permite à geração N acessar a informações e ao mesmo tempo construir de forma segura, confrontos com as informações que por ventura eles não considerem verdadeiras. Sem dúvida é a marca do nascimento de um espírito crítico, ou talvez, o renascimento de um ceticismo diante de verdades totalizantes e pré-concebidas.

B) à qualidade de terem uma mente aberta, ao que Tascott na verdade vai apontar como não apenas mente aberta, mas também uma característica de abertura emocional, temos um fator fundamental. A “ Net Generation” expõe-se a si mesma o tempo todo, não temendo desagradar ou mesmo ser criticada. Mesmo que não criem um universo de experiência real do ponto de vista da sensibilidade tátil, corporal etc, pois as relações acontecem normalmente, “modem to modem” ou “video to video”.

C) a sociabilidade (*inclusion* como define Tascott) é determinada pela tecnologia digital de que são capazes de manipular. A manutenção de uma interatividade com o mundo determina por outro lado, um incremento da criatividade, e de maneira geral, ela vai estar canalizada a processos de orientação global, determinando uma espécie de consciência social mundial.

D) a característica das opiniões livres e fortes consolida a perspectiva cética e crítica. Não parece haver desgastes emocionais por causa de uma opinião não aceita. A geração Net, segundo o que as pesquisas de Tascott parecem indicar, levam à libertação da necessidade de serem reconhecidas, isto marcado pelo menos desde de a primeira vaga romântica e individualista do final do século XVIII e início do XIX.

E) para a geração Net a inovação é sua marca. Dessa forma, procuram sempre caminhos que lhes parecem os melhores e mais rápidos para seus objetivos. Essa é inclusive a característica da rede. Isso pode parecer danoso ou calculista num primeiro momento, no entanto, denota uma abertura para as mudanças não importando quão rápida elas possam ser. Resta-nos talvez seguir a questão que Tascott nos deixa em relação à maneira que são construídas as experiências e suas implicações. Uma pergunta me deixa inquieto: quão concreto e quão virtuais passam a ser as experiências dessa geração. Jogar futebol via Internet, ainda que crie autonomia empresarial, à medida que nesse softwares (Fifa por exemplo) você possa até comprar e vender jogadores, no entanto, não se sente a pancada na canela e as gargalhadas provenientes de uma boa “Pelada”.

F) essa geração já denota uma profunda necessidade de ser madura. Diferentemente da geração “baby Boomers” ou da (de)ge(ne)ração yuppie (X generation), os “N-gen” insistem, muitas vezes, em

tentar ser mais maduros que os próprios adultos. Esse fato fica mais marcado quando se encontram diante da tecnologia um adulto e membro da N-Gen. Sem dúvida, aqui estará colocado um problema que envolverá o tipo de autoridade marcada pela lógica do “savoir faire”. Adultos de todo mundo, adaptem-se

G) o espírito investigativo é a outra característica dessa geração. Tomara que Tascott esteja certo, visto que a (de)ge(ne)ração Yuppie e mesmo os ‘Baby Boomers’ mostraram-se construtores de um mundo medíocre. A Net-gen não quer saber como isso funciona, mas sim, como funcionar. A Internet por exemplo, não impõe ao iniciantes um necessário conhecimento de como funciona. Por outro lado, há uma solidariedade para com os iniciantes, ainda que por vezes tenha aqueles que aproveitem e até gozem da situação, mas se transforma em um rito iniciático dos mais divertidos, e nada dolorosos.

H) o Imediatismo para se conseguir as coisas parece é a expressão de uma profunda mudança de paradigma temporal. Se no final do Idade Média, para sermos históricos, o predomínio cristão impunha um tempo do mistério, milenar ou secular; durante a modernidade as horas passaram a ser o referencial, em tempos de Internet e com o incremento dos mecanismos de comunicação, o tempo passou a ser articulado em segundos, e seus centésimos e milésimos.

I) Sensibilidade é outra marca da N-Gen. Conforme a definição de Tascott seria uma sensibilidade para certos interesses. A televisão, por exemplo tem um leque de corporações à que ela serve e muitas vezes se prende. No entanto, na Internet o fluxo de criatividade envolve muito mais pessoas, e dessa forma a existência dessa articulação informativa caseira desenvolve uma relação mais ampla entre sensibilidade e interesses comuns à própria geração.

J) Por fim, mas com não menos importância uma característica importante que aparece nessa geração é a relação com a verdade e com a autenticação dos fatos. Essa geração digital por estar convivendo com mecanismos de informação muito mais acessíveis, marcados por uma profunda diversidade como é a Internet, confrontam-se o tempo todo com o que verdadeiro e autêntico. Assim, a cada instante eles tem que defrotnar o verdadeiro e o autêntico.

Frente à Geração Net é preciso que surja também um novo tipo de profissional do ensino. Profissional voltado ao uso da tecnologia de ponta, mas principalmente, com possibilidade de ter treinamento e tempo disponíveis para desenvolver pesquisas sobre o uso da multimídia e da Internet. Não basta que as escolas e o governo façam com a multimídia o que vem fazendo com os livros didáticos, tornando-os a panacéia da atividade do professor. Da mesma forma não é possível mais imaginar que o professor não receba treinamento para o trabalho de sala de aula, e aí não será suficiente as tradicionais reciclagens que nem sempre permitem o desenvolvimento de melhoria de técnicas e procedimentos de ensino. O grande requisito passa a ser: Qualificação e preparo para esse novo mundo digital.

Esse é o momento para superarmos o nosso herdado atraso técnico-científico e cultural, e o caminho passa pelo treinamento de professores capazes de serem eficientes no trabalho como a Net-Gen. Ao caracterizarmos a situação histórica e do ensino frente a novas tecnologias vai ser necessário mudar o que se diz a respeito do proverbial bonde da história: não corremos o risco de perdê-lo, corremos o risco de ser atropelados por ele.

Bibliografia

BLAJ, Ilana. Sérgio Buarque de Holanda: Historiador da Cultura Material, In: CANDIDO, Antônio (org) Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998,

JANOTTI, Maira de Lourdes Mônaco., História, Política e Ensino. In: BITTENCOURT, Circe.(org) O saber Histórico na sala de aula, São Paulo: Contexto, 1997.

OPPENHEIMER, Todd. The computer Delusion, The Atlantic Monthly, July, 1997 In: Gilberto Dimenstein - Colunas Site - <http://www.aprendiz.com.br> 18/01/98.

TAPSCOTT, Growing up Digital: The Rise of the Net Generation, Mc graw Hill, 1997.

A Literatura no processo de criação da identidade nacional de Cabo Verde

Ms. Kellen Millene Camargos Resende*

RESUMO: Neste trabalho, observaremos como o silêncio significa compromisso com os problemas sociais que não podiam ser abordados explicitamente em Portugal e em Cabo Verde. Para desenvolver este estudo, será analisada a obra *Os flagelados do vento leste*, do caboverdiano Manuel Lopes. A análise da obra consistirá em observar as causas que desencadeiam o silenciamento e a passividade das personagens ante os fatores de repressão. As personagens são reprimidas e exploradas por elementos físicos, sociais, políticos, econômicos e ideológicos. Será realizado um diálogo com a história, pois, pelo fato de a obra ter sido publicada em um período de repressão, precisa-se entender por que era proibido mencionar, na arte literária, qualquer assunto social ou político.

PALAVRAS-CHAVE: Os flagelados do vento leste; Cabo Verde; silenciamento.

ABSTRACT: In this study, we will observe how silence means commitment with the social problems, which could not be pointed out explicitly. To develop this research, we will analyze the following novel: *Os flagelados do vento leste*, by Manuel Lopes, an author from Cape Verde. The analysis on these book will consist of investigating the causes that provoked the silence and the characters passivity facing the factors of repression. Characters are repressed and exploited by physical, social, political, economical and ideological elements that are interesting to dominant classes. It will be made a connection to the history because of the fact of the book was published in a repression period. It is necessary to understand why it was prohibited to mention, in literature, any social or political matter in these countries.

KEY-WORDS: Os flagelados do vento leste; Cape Verde; silentment.

O NEO-REALISMO CABOVERDIANO

A literatura neo-realista, preocupada com os fatores sociais de sua época, iniciou-se, em Cabo Verde, com o escritor português Manuel Ferreira, que chegou à ilha de São Vicente, em 1941, como funcionário do governo português. Foi ele quem divulgou, no arquipélago, os autores neo-realistas portugueses, como Alves Redol, Manuel da Fonseca, Carlos de Oliveira, Vergílio Ferreira, entre outros.

Manuel Ferreira, juntamente com um grupo de escritores caboverdianos, fundaram a revista *Certeza*, em 1944, os quais publicaram dois números, sendo que o terceiro foi proibido pela censura. Essa revista procurou apresentar temáticas ligadas às ideologias que já vinham sendo

* Secretaria Estadual de Educação. Mestre em Estudos Literários pela UFG.

produzidas em Portugal, com preocupações voltadas ao homem dominado, de uma maneira generalizada. Só mais tarde, com o escritor António Nunes, as temáticas abordadas voltaram-se ao contexto insular. (LARANJEIRA, 1995: 214-215).

O Neo-Realismo, iniciado com a revista *Certeza*, não chegou a se firmar como movimento por ter sido impedido pela censura, porém não deixou de marcar a literatura caboverdiana, como se pode notar na obra *Os flagelado do vento lestes*, de Manuel Lopes, ligado antes a um outro movimento, os “Claridosos”, que foi, pode-se dizer, o precursor do Neo-Realismo, por ter apresentado as mesmas preocupações sociais, como indica Santos (1995: 191):

É evidente que não se podem identificar totalmente os objetivos da Claridade com o movimento neo-realista português que nascia em 1939, de feição sócio-política, nem exigir à Claridade que tivesse sido idêntica. De qualquer forma, pode dizer-se que, em Cabo Verde, houve uma antecipação, dado que os seus propósitos se aproximavam mais desse movimento, que viria a nascer três anos depois, do que do panorama português dessa ocasião.

A literatura do início do século XX, em Cabo Verde, representada pelos “Claridosos”, criadores e produtores da revista *Claridade*, cujos três primeiros números saíram em 1936, recebeu considerável influência dos brasileiros. Segundo Gonçalves (1998: 105), a revista *Claridade* “é a receptadora imediata das sugestões brasileiras, afirmação que pode ser comprovada, principalmente, com o conteúdo dos seus três primeiros números”.

Percebe-se que, à época, o teor social da arte e de seus valores estéticos, desenvolvidos em Portugal, e conseqüentemente em Cabo Verde, deveu-se à empatia com as obras de escritores brasileiros da geração de 1930.

Apesar das contribuições ideológicas e artísticas recebidas do Brasil e de Portugal, os fatores sociais e culturais impulsionaram o surgimento de uma literatura voltada ao contexto caboverdiano, conforme expõe Gonçalves, 1998: 105-106):

Para a sua saída, concorreu, sem dúvida, o entusiasmo despertado pelas inovações dos brasileiros da década dos noventa e trinta. Contudo, seria erro imaginar que a aura da escola brasileira foi incentivo dominante. Intervieram outras determinantes mais poderosas e de raízes mais fundas, como, por exemplo, a convicção de uma originalidade regional cabo-verdiana, a necessidade de protestar e de dar o alarme perante uma crise económica, causada pela estiagem, pelo abandono do porto de S. Vicente, pela sufocação proveniente do encerramento da emigração para a América do Norte.

Como se pôde apreender, a influência brasileira foi importante, no entanto, os próprios fatores culturais, sociais e econômicos de Cabo Verde deram estímulo aos escritores para que aderissem à causa nacional.

A literatura caboverdiana não tinha por objetivo alcançar uma solução para os problemas sociais, mas, pelo menos, indicaria que os artistas não estavam alheios aos descasos que ocorriam, no arquipélago. Dessa forma, somados os esforços, o tempo mostraria que o descaso do governo português era generalizado, pois a exploração estava ocorrendo, também, na própria metrópole.

Em Cabo Verde, havia motivos bem peculiares, usados nas produções literárias, que ajudaram a conscientizar o povo para a necessidade de resistir à situação de país colonizado: “Existe um *leitmotiv* nas letras cabo-verdianas [...] a estiagem – e as suas conseqüências: a pobreza, a estreiteza de cada meio, a desolação da paisagem, os horizontes que fecham as ilhas no seu círculo.” (GONÇALVES, 1998: 107).

A política colonialista portuguesa, em países africanos, sempre foi um processo repressor. Em seus primórdios, no final do século XV, e desenvolvimento nos séculos XVI a XIX, com a brutalidade do sistema de escravização, mostrou o seu lado cruel e desumano. No entanto, o que poderia ter sido o ápice da exploração humana, a escravidão, configurou-se, com o passar do tempo, como uma das faces da política de dominação, pois, no século XX, conforme mostra o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC, 1974: 113):

[a]s taras seculares do sistema colonial português foram agravadas, quer no plano político, quer no plano económico, a partir da instituição em 1926 de um regime fascista em Portugal. A dominação política e a exploração económica dos povos coloniais tornaram-se mais intensas e bárbaras.

Dessa forma, a escravidão, por mais paradoxal que possa parecer, constituiu-se uma forma de exploração mais amena que uma outra modalidade de trabalho escravo, o serviço de contrato, estabelecido para substituir a escravidão que se tornara ilegal (PAIGC, 1974: 118):

O colonialismo português desenvolveu ao máximo o sistema de trabalho forçado, sistema pior que a escravatura, pois que o dono de escravos tinha interesse em assegurar a subsistência e a vida do escravo, ao passo que o “contratado”, doente ou morto, é imediatamente substituído por um outro, que não custa nada.

A acentuada exploração impulsionou, ainda que tímida e silenciosamente, os intelectuais de Cabo Verde a abordarem, na literatura, os temas que castigavam os ilhéus. Essas temáticas tratadas de forma silenciosa encorajaram os escritores das décadas posteriores a 1960 a criarem um estilo

“mais autêntico, personalizado, na revelação de novos valores que surgiram do silêncio e modificaram os temas repetidos.” (ROMANO, 1985b: 26).

As temáticas exploradas, nas obras desse período, constituíram-se como uma forma de “consciencialização”, como dizem em Portugal e Cabo Verde, em relação aos problemas do arquipélago. Os problemas de Cabo Verde, em especial a seca e suas conseqüências, acentuadas, assim como no Brasil, pelo descaso do governo, constituíram-se no *leitmotiv* que promulgou a criação do período literário conhecido como “Claridoso”.

O período Claridoso foi tão importante para as letras caboverdianas que a literatura foi dividida historicamente em três períodos: os Pré-claridosos, os Claridosos e os Pós-claridosos.

A importância dos Claridosos deve-se ao engajamento social do grupo, como também ao seu desenvolvimento estético, o que propiciou a tal movimento constituir-se como um marco na literatura caboverdiana.

Dos escritores que participaram do movimento Claridoso, Manuel Lopes foi o primeiro a incorporar a fala do povo caboverdiano em obras como: *Galo cantou na baía* (1937), *Chuva braba* (1956) e *Os flagelados do vento leste*¹ (1960). Esta foi uma forma encontrada para incentivar o povo a valorizar sua própria cultura. A importância da revista *Claridade* para a promoção e valorização da cultura caboverdiana, foi um fator que muito contribuiu para incentivar a criação de uma literatura nacional (ABDALA JR., 2003: 263):

A trajetória dessa revista corresponde a circunstâncias políticas, sociais, históricas e literárias que, a partir da década de 30, levaram os escritores cabo-verdianos a se preocuparem com a identidade de sua literatura, uma identidade com marcas regionais, que viriam a evoluir, a partir da Segunda Guerra Mundial, para uma ruptura mais acentuada, de caráter nacional, em relação aos padrões literários metropolitanos.

Entretanto, os Pós-claridosos culpavam a literatura dos Claridosos de expor os aspectos trágicos da realidade de Cabo Verde sem, contudo, apontar os responsáveis por eles (GONÇALVES, 1998: 113). É, no entanto, justamente por esse traço, que se concentra um aspecto importante dessa literatura, não só em Cabo Verde, como também no Brasil e em Portugal, que viveram momentos de represália política na arte. Os escritores tinham um forte motivo para não apontarem os responsáveis pelas “tragédias” que ocorriam no país: a censura, que foi considerada por muitos escritores como um determinante negativo que os impedia de falar aquilo que

¹ Doravante, o romance *Os flagelados do vento leste* será designado apenas como *Os flagelados*.

queriam, porém, mesmo tendo sido as obras neo-realistas silenciadas pela censura, elas cumpriram seu papel porque o silêncio possui todo um significado e denota, muitas vezes, que algo está destoante, e assim ele acusa mais do que muitas palavras ditas.

Além do que, o silêncio deixa, para os leitores do presente da enunciação e do futuro, a possibilidade de julgar a partir dos fatos apresentados, de forma, até certo ponto, imparcial. De tal modo que, não apontando os culpados pelas tragédias ocorridas nas ilhas de Cabo Verde, porque não podiam, os escritores arranjaram mecanismos para, silenciosamente, mostrar os problemas e, pela forma como foram mostrados, os responsáveis foram ainda mais evidenciados em suas práticas de autoritarismo desmedidas.

O romance *Os flagelados* caracteriza-se por expor, na ficção, a forma de vida das famílias que vivem no interior da ilha de Santo Antão, Cabo Verde. Esta ilha é, entre as dez do arquipélago, a mais ocidental e a que se situa mais ao Norte, no oceano Atlântico. Apesar de ser a segunda maior ilha e a que tem maior índice de pluviosidade, não tem maior recurso econômico, pois apesar de ser uma das ilhas em que mais chove, é também uma das mais castigadas pela estiagem.

A irregularidade das chuvas é condicionada pela passagem de ventos quentes e secos vindos do deserto do Saara, conhecidos como harmatão ou lestada, os quais provocam secas prolongadas, que desequilibram a produção agrícola, principal atividade econômica da ilha, ocasionando fomes, mortes ou a emigração.

Além dos problemas climáticos, Cabo Verde, durante a colonização portuguesa, sofria com a falta de assistência governamental, que não os atendia, devidamente, durante os períodos de calamidade pública provocados pela falta de chuva. Assim, o romance *Os flagelados* desenvolve “as conseqüências dramáticas das cíclicas calamidades [...], pondo em relevo outro confronto, o da chuva/seca que estigmatiza o homem, tornando-o passivo e minguando o seu ânimo.” (SANTOS, 1995: 197).

A obra inicia-se mostrando o temor do povo com a estiagem que parecia se anunciar. Esse temor transparece no silenciamento das personagens como primeira reação ante a catástrofe iminente. A dor, em saber que a fome era certa e o trabalho ineficaz, encerrava os homens num ensimesmamento silencioso: “Como que por pudor, o pudor de transmitirem uns aos outros as apreensões que lhes iam na alma, ou envergonhados de sua situação, os homens começaram a isolar-se, a selar a boca, a evitar-se.” (LOPES, 1979: 12).

Apenas uma personagem não se deixou esmorecer, o José da Cruz, que possuía a convicção de que iria chover, tanto que semeou em pó, ou seja, fez a plantação antes das chuvas, que por fim vieram e com elas o ânimo e a vontade de falar: “Agora o povo acordava contente e cheio de confiança. Abriam a garganta aqui e ali como galos desafiando-se” (LOPES, 1979: 32). A chuva trazia a esperança de que a lavoura poderia ser plantada. E como este era o único meio de subsistência, quebrava a angústia que silenciava os ilhéus, porém, como a estiagem é cíclica, e quando menos se espera ela retorna, os caboverdianos sofrem com essa expectativa (HAMILTON, 1984: 159):

Os flagelados termina com a proposição que o caboverdiano, como Sísifo do mito grego, tem de resignar-se ao seu destino. E a metáfora de constantemente tornar a empurrar uma rocha encosta acima depois de ela constantemente rolar para baixo serve para refletir as configurações que ordenam as estruturas estético-ideológicas da narrativa de M. Lopes.

A expectativa, em relação à chegada da seca, mostrada em *Os flagelados*, desanimava e angustiava a população da ilha a ponto de evitarem conversas. A tristeza e o medo eram tão intensos e desalentadores que, assim como o processo da seca, as pessoas iam murchando, perdendo a vontade de falar: “Os homens espiavam de cabeça erguida, interrogavam-se em silêncio.” (LOPES, 1979: 12).

A presença da seca e dos ventos ardentes, vindos do Saara, silenciava as personagens. A certeza da própria ineficiência ante uma força maior, a natureza, empurrava os homens para o isolamento diante da grande inimiga dos ilhéus, a seca, que é vista da mesma forma pelo nordestino brasileiro.

Para pessoas como as personagens de *Os flagelados*, que vivem da agricultura, a seca é imbatível, não há o que pequenos agricultores possam fazer, por isso eles se entregam à sorte, sendo a fé sua maior aliada (LOPES, 1979:13-14):

A chuva era um símbolo de fé. Crer nela ou não crer nela, a enviada de Nosso Senhor. Entre esta fé e a escuridão, entre a coragem e o pânico, o povo escolhia a coragem e a fé porque eram tocadas pela luzinha da esperança. Perante a grandeza e o poder do céu, a esperança era o melhor compromisso dos homens para com a vida.

A fé era a única esperança que mantinha os ilhéus confiantes, pois no mais: “O silêncio pesava. As vozes calavam-se. A conversa já não interessava” (LOPES, 1979:13). É o silêncio das

personagens, ante a catástrofe da natureza, que faz com que Manuel Lopes alie-se ao sofrimento do caboverdiano para lutar por eles, mostrando esse sofrimento pela arte de narrar, para dar visibilidade aos esquecidos (ROMANO, 1979: 7):

Manuel Lopes assume uma posição militante, acusadora pela maneira com que despedaça as algemas do silêncio, na procura de novos rumos para a literatura de sua terra, criando um paralelismo amargo (a temática é a mesma) entre os escritores nordestinos brasileiros e os escritores caboverdianos, sob denominador comum do enfoque maldito das secas e dos retirantes.

Manuel Lopes “despedaça as algemas do silêncio” escrevendo uma obra que mostra suas personagens de acordo com o que elas viviam, silenciadas por um fator natural e por um sistema que não as ajudava e, ainda, as impedia de reclamar. É, nesse sentido, que o silêncio é significativo, porque “há um trabalho silencioso na relação do homem com a realidade que lhe propicia a sua dimensão histórica, já que mesmo o silêncio é sentido. O que nos leva a concluir que não se pode estar fora do sentido assim como não se pode estar fora da história.” (ORLANDI, 1992: 94).

A seca é um fator climático significativo em Cabo Verde e, assim como no Nordeste brasileiro, nada ou muito pouco é feito para ajudar as pessoas a superar suas desastrosas conseqüências. No período colonial, medidas paliativas, de cunho político, eram criadas para amenizar a situação de fome.

As obras públicas para construção de estradas, em Santo Antão, eram feitas somente na época da seca, em que a lestadada, vento que destruía as plantações, assolava a ilha. Ideologicamente, o governo estava ajudando, e o povo agradecia por essa ajuda.

A estrada, que o governo construía durante a seca, em Santo Antão, ligava o litoral ao interior da ilha, fator que facilitaria o escoamento de grãos, nos portos, destinados à metrópole (PAIGC, 1974: 115):

A exploração económica das “colónias” é o objetivo fundamental do colonialismo. [...] País economicamente muito atrasado, Portugal limitou-se essencialmente a fazer das “colónias” sobretudo um mercado fornecedor de matérias primas para a sua fraca indústria metropolitana.

O governo aproveitava o período de seca para desenvolver as obras públicas (LOPES, 1979:137):

A estrada, vinda do Porto Novo e interrompida umas décadas passadas, formava um ângulo reto que se dirigia para o centro da ilha. O troço que partia do quilómetro nove e ligava o vértice do ângulo às propriedades da Ribeira das Patas tinha sido tentado, sem sucesso, em crises anteriores.

Para o governo, desenvolver o projeto da estrada em tempo de crise, favorecia-lhe, pelo menos, em dois aspectos: criaria uma imagem de “caridoso” por ajudar os flagelados, dando-lhes emprego, em época que não havia colheita: “Na primeira segunda-feira de Janeiro as Obras Públicas iniciaram os trabalhos de socorro aos flagelados.” (LOPES, 1979: 137); e ainda, não gastaria muito com mão-de-obra, pois o pagamento era efetuado com alimentos: “em gêneros – milho, feijão, açúcar e banha.” (LOPES, 1979: 137). O Estado criava uma imagem de filantropo, aproveitando a calamidade do país, mas, na verdade, “o colonialismo português nunca se preocupou com as obras sociais a favor das populações”, sua real preocupação era “obter o máximo de benefícios sem fazer nenhuma despesa.” (PAIGC, 1974: 119).

O trabalho de construção de estradas era conhecido como “trabalho da crise”, favorecendo ao Estado e, ainda, dando-lhe prestígio, pois o povo, envolvido pela fome, considerava a abertura das estradas uma dádiva: “Trabalho de Estado é que é a salvação do povo.” (LOPES, 1979: 138). Este descaso não era um problema que se configurava apenas no aspecto ficcional, era um fator que o escritor buscou na realidade. Podia-se dar o mérito ao Estado porque criava trabalhos para o povo, em época de crise, mas, como era uma época de calamidade pública, essa “dádiva” tornava-se uma exploração vergonhosa, ainda mais porque não recebiam em dinheiro, e sim, nos mesmos gêneros alimentícios, mês após mês.

A forma de sobrevivência propiciada pelo governo, em tempo de seca, como a construção da estrada, era uma forma desumana de exploração: “O trabalho forçado (o ‘contratado’) empregado nas grandes empresas e nas culturas obrigatórias, é uma instituição característica do sistema de exploração económica do colonialismo português.” (PAIGC, 1974: 115). As crises, geralmente, são favoráveis ao dominador, pois o trabalhador não possui outra forma de ganhar seu sustento a não ser aceitando o tipo de serviço que aparece.

Em *Os flagelados*, apesar de abordar aspectos sociais, não o faz aos moldes de alguns romances da época, em que, mesmo sob repressão, fizeram denúncias contra o governo fascista. Manuel Lopes não faz denúncias explícitas, mas sim, mostra a repressão sofrida passivamente pelos trabalhadores.

Em *Os flagelados*, José da Cruz resiste até o seu limite físico para não deixar sua terra, como fazia a maior parte dos ilhéus que moravam no interior da ilha. Ele permanece em sua casa com a esperança de que choverá, porém, a chuva não vem, e toda a sua família morre. Então, quando já não tem forças para caminhar, resolve deixar sua casa. Não há uma definição sobre o que acontece com essa personagem, fica subentendida a sua possível morte.

A chuva, tão desejada em toda a obra, adquire representação de personagem, pois desencadeia o desenrolar dos conflitos, e serve como mecanismo ideológico da classe dominante para controlar a exploração das personagens. Em *Os flagelados*, apesar dos perigos que ela poderia causar, é esperada como uma dádiva dos céus, pois representava a possibilidade da permanência na terra, mesmo que fosse por pouco tempo.

No final do romance, há um retorno à situação inicial da obra. Em se tratando de romance neo-realista, que busca as temáticas na realidade da época, é um aspecto que chama a atenção, podendo indicar o que estava ocorrendo no plano factual. Com a prolongada duração da ditadura, a história vivia um momento em que a repressão não era superada. Falava-se em progresso e modernidade, mas a sociedade vivia sob uma rígida repressão e muitos ainda passavam fome.

Dessa forma, o desfecho remete ao cíclico. Em *Os flagelados*, a idéia do cíclico parece que não permitirá mudanças, a não ser para pior. As personagens que iniciaram esse ciclo, agora estão mortas, mas as que foram para os serviços do Estado, pressupõe-se, já que a narrativa não resolve, serão os novos trabalhadores que esperarão pelas chuvas.

O desfecho, igualmente, remete à idéia de espiral, conforme define Barthes (1990: 198, grifos do autor), “[a] espiral regulamenta a dialética do antigo e do novo; graças a ela, não somos obrigados a pensar: *tudo está dito*, ou: *nada foi dito*, nada é primeiro, no entanto, tudo é novo”, pois, apesar da história dessas personagens não mudar, se repetir sempre, algo de novo, não necessariamente melhor, uma nova aprendizagem, pode ser acrescentada. Silenciosamente.

7. REFERÊNCIAS

ABDALA JR, Benjamin. *A escrita neo-realista: análise sócio-estilística dos romances de Carlos de Oliveira e Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1981. (Ensaio 73).

_____. *Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX*. São Paulo: Ática, 1989.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Título original: L'obvie et l'obtus – essais critiques III.

DIAS, Luís Augusto C. A imprensa periódica na génese do neo-realismo (1933-45). In: VVAA. *A imprensa periódica na génese do movimento neo-realista (1933-1945)*. Vila Franca de Xira: Museu do Neo-Realismo, 1996.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa – I*. Lisboa: Instituto de cultura Portuguesa, 1977.

GUERREIRO, Maria Manuela L. *Germano de Almeida e a nova escrita cabo-verdiana: um estudo de O testamento do senhor Napomuceno da Silva Araújo*. Praia: Centro Cultural Português, 1998. (Ensaio).

HAMILTON, Russel G. *Literatura africana. Literatura necessária II - Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições 70, 1984.

LOPES, Manuel. *Os flagelados do vento leste*. São Paulo: Ática, 1979.

NUNES, João Arsénio. Comunismo, antifascismo e intelectuais nos anos 30. In: VÁRIOS AUTORES. *Encontro neo-realismo: reflexões sobre um movimento, perspectivas para um museu*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, 1999.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 1992.

PAIGC. *História da Guiné e ilhas de Cabo Verde*. Porto: Afrontamento, 1974.

RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve história da censura literária em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1980.

ROMANO, Luís. Os flagelados de Manuel Lopes. In: LOPES, Manuel. *Os Flagelados do vento leste*. São Paulo: Ática, 1979.

_____. Cem anos de literatura caboverdiana: 1880/1980 (sinopse). *África: revista do centro de estudos africanos*. USP. São Paulo, n. 7, p. 38-56, 1985a.

_____. Cem anos de literatura caboverdiana: 1880/1980 (sinopse). *África: revista do centro de estudos africanos*. USP. São Paulo, n. 8, p. 25-49, 1985b.

SANTOS, Elsa Rodrigues dos. O movimento da Claridade: Jorge Barbosa e Manuel Lopes. In: LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Universidade Aberta, 1995. p. 188-210.

HISTÓRIAS QUE O POVO CANTA

Déborah Teodoro Arantes de Rezende*

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo fazer algumas reflexões sobre o conhecimento de história, cantado nas diversas modalidades musicais. A música será aqui analisada como uma excelente ferramenta na construção do Ensino de História, sendo assim a utilizaremos com um precioso recurso didático. Para a discussão deste nos apoiamos dentre outros na leitura da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, em especial no de apresentação dos Temas Transversais e Ética. Este artigo faz-se importante, pois, visa acima de tudo, possibilitar um conhecimento mais amplo da diversidade musical que podemos trazer para o dia-a-dia da sala de aula.

Palavras chave: história, música, recurso didático.

Abstract:

The present article aims to reflect on the knowledge of History, sung in the diverse musical styles. Music will be analyzed as an excellent tool in constructing the Teaching of History, this way it will be used as a precious didactic resource. To discuss about it, we took as basis, moog others, the reading of The National Directives and Basis Education Law, and The National Syllabus Parameters, specially that presented by The Cross Thematic Issues and Ethics. This work becomes important for it brings, above all, the possibility to wide up the knowledge about the musical diversity which can be brought to the daily life in classroom.

Key words: History - Music - Didatic Resources

A proposta deste artigo é tecer alguns comentários sobre a importância da utilização da música, no aprendizado de história na sala de aula. O interesse pelo assunto surgiu a partir de algumas leituras sobre o mesmo, e também pela nossa inquietação de estar sempre buscando “novas” formas didáticas para o trabalho com nossos alunos. Para o âmbito das relações entre a música e a história, interessa particularmente a possibilidade da música como meio de

* Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás e mestranda em História: Cultura e Poder pela Universidade Católica de Goiás

representação ou como veículo interpretativo de realidades históricas específicas, ou, ainda, como linguagem que se abre livremente para a imaginação histórica. A música também pode se apresentar como campo de resistência a diversos poderes instituídos. Assim sendo, não poderíamos deixar este “instrumento” tão poderoso longe do conhecimento dos nossos alunos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes, dentre outros, de:

conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País (...) conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (n.p)

Assim sendo, podemos ter na música uma grande parceira para atingirmos a tais objetivos, pois, sendo a mesmo um das melhores formas de expressão cultural, traz consigo infinitos conhecimentos que podem fazer com que compreendamos as dimensões socioculturais do nosso país, mais se conseguirmos trabalhar com tal instrumento de forma ampla podemos fazer com que nossos alunos tenham além da visão de nossa cultura uma visão global proporcionada pela imensa produção musical que encontramos tanto no Brasil como no mundo.

O uso da música pode e deve ser uma forma de colaboração para a apresentação e compreensão de conteúdos, a mesma enquanto forma de linguagem está presente em todas as sociedades e exerce em todas uma forte influência, afinal todos nós temos lembranças de músicas associadas às experiências de vida. Assim, ela integra a construção de nossa história e possui um caráter político, histórico, artístico, cultural e pedagógico que merece uma especial atenção, sobretudo daqueles que lidam com a formação de sujeitos. Esta interpretação da música é bastante interessante, pois além de ser uma forma significativa de linguagem muitas vezes está bem próxima dos alunos em seu cotidiano extra-escolar.

Quando utilizamos a música na sala de aula para ensinar ela não só trabalha conteúdos em si mesmos, mas envolve os alunos em um misto de emoção e satisfação, pois ela faz com que trabalhem nossos sentimentos e nossos sentidos. Utilizamos a nossa audição, a nossa percepção, a nossa sensibilidade fica mais aguçada para a observação histórica e muitas vezes os alunos são surpreendidos com a realização de uma viagem no tempo e no espaço.

1 – A música enquanto documento histórico

Cada letra de uma música é um documento histórico, que traz consigo todas as implicações de determinado contexto histórico, que carrega em si valores e bagagens de quem a produziu, mais ainda que a opinião, a época e o meio nos quais vive um autor/compositor exercem sobre ele uma influência fundamental, à qual é impossível escapar. Todas as músicas são de certa forma uma produção de um determinado conhecimento histórico e como tal, passível de análise e diálogo, ineto de neutralidade, que expressam determinadas visões de mundo e estão inseridas no contexto histórico de quem a produziu.

Segundo GUIZOT (1977: p.197):

O que há de mais evidente no mundo, é que cada século vê, compreende e escreve a história conforme seu ponto de vista, suas idéias e seu gênio; o mesmo sucede a cada historiador, que a vê, compreende e escreve assim como o permitem seu talento, seu caráter, seus gostos, suas luzes... A história, como a poesia, é filha do século e do homem.

Sendo a história segundo GUIZOT (1977), filha do século e do homem, podemos perceber que a partir da Escola dos Annales, sobretudo da História Nova, surgida em 1929, com a primeira publicação da revista “Annales d’histoire économique et sociale”, pelos fundadores Lucien Febvre e Marc Bloch, a história é abortada de uma forma bastante diversa daquela que era privilegiada pelos autores da história tradicional, ou seja, a partir da Nova História a história é estudada e compreendida de forma global, total, e reivindica de todo o campo da história, deixando de ser uma história narrativa e ou isolada.

Discutindo a questão do documento LE GOFF (1993) nos alerta que: “*a nova história ampliou o campo do documento histórico*”. (p. 28)

Ou seja, ao contrário da história tradicional que prioriza documentos oficiais como fonte de pesquisa a Nova História ampliou estas fontes, quando admite que existe uma multiplicidade de documentos. Podemos a partir desta Nova História considerar como fonte não apenas documentos escritos e oficiais, mas, também, podemos dispor de várias fontes tais como: documentos escritos de toda espécie, entre eles as músicas; documentos orais; escavações arqueológicas; uma fotografia; um filme; etc.

Com a História Nova é aberto um “leque” na forma de se pensar e de se produzir história, e segundo LE GOFF (1993): “*toda forma de história nova é uma tentativa de história total*. E, é justamente a essa história total que nos propomos a trabalhar na sala de aula, fazendo com que

os nossos alunos sejam capazes de compreenderem que através de uma determinada letra de uma música nós podemos sim ter um olhar mais amplo sobre as várias formas de expressão cultural e que assim como disse a cima GUIZOT (1977): *“cada século vê, compreende e escreve a história conforme seu ponto de vista”*.

Trabalhar a música como instrumento de pesquisa, como vimos, uma aquisição após a Escola dos Annales, nos possibilita despertar em nossos alunos a capacidade de analisá-la enfocando-a em seu contexto histórico/cultural, pois, sabemos que em diversos momentos históricos a música foi utilizada como objeto de questionamento, de resistência, de revolta. No Brasil por exemplo, podemos dentre outros destacar Chico Buarque de Hollanda, Luis Gonzaga, Renato Russo, Vinicius de Moraes, Geraldo Vandré, cada uma de acordo com o seu tempo e com a sua capacidade de interpretação, expressaram em suas canções momentos que marcaram a história de uma nação, ou melhor do mundo.

O professor de Música na Educação da Universidade Católica de Petrópolis, José Henrique Nogueira, diz que: *“é importante a contextualização da composição no tempo e no espaço antes de escutá-la. Para que ela ganhe sentido”*, ou seja, não basta levarmos este recurso para a sala de aula simplesmente, faz-se necessário toda uma preparação, podemos questionar por que ela foi criada naquele momento, falar sobre o lugar onde ela surgiu, apresentar o compositor. Tudo isso deve ser feito de modo a despertar o interesse da garotada. É essencial que todos tenham a letra para acompanhar.

O autor José D' Assunção Barros (2007: p.21), faz um excelente ensaio sobre a associação entre o cinema e a história, que acredito poder ser utilizado para observarmos que assim como o cinema a música pode ser entendida como um *“agente da história”*, pois não são apenas uma forma de expressão cultural, mas também um *“meio de representação”*, pois neles *“cantam inevitavelmente todas as vozes sociais, não apenas as que invadem a cena através de seus discursos como também as que nela penetram através da imaginação”*.

Se ambos são *“agentes da história”* no sentido de que interfere direta ou indiretamente na História, eles também são interferidos todo o tempo pela História, que o determina nos seus múltiplos aspectos e se apresentam, como registros das representações e visões de mundo presentes nas sociedades que os produzem. É interessante observarmos que mesmo quando se trata de uma ficção, ou seja, quando a música e/ou cinema são ficcionais e não uma mera representação da realidade, estão sempre impregnados da realidade vivida. Torna-se então segundo BARROS (2007: P.36), *“possível chegar não apenas à compreensão da obra, mas também da realidade que ela representa”*.

O professor de história, tendo como tarefa transmitir uma “memória nacional”, não apresenta condições de cumprir isoladamente com este trabalho. Nesse sentido BITTENCOURT (1988: P. 43) diz que: “*a história, enquanto disciplina escolar, não tem sido ensinada apenas nas aulas específicas destinadas exclusivamente a este saber*”. Ou seja, conteúdos históricos estão presentes em aulas de literatura, música, geografia, artes, considerando-se que a história tem permanecido como disciplina escolar exatamente por ser a legitimadora “*da tradição nacional, da cultura, das crenças, da arte, do território*”.

2 – A música como representação histórica

A música usada para ensinar revela os princípios morais, organizacionais e culturais das sociedades e, mais abre um novo canal sensitivo, favorecendo um olhar mais amplo sobre os fenômenos. Podemos, por exemplo recorrermos a uma grande modalidade musical conhecida mundialmente como o som do Brasil, o samba, para trabalharmos vários aspectos da história cultural do nosso país. Uma série de questões surge quando se resolve ver a batucada não apenas como um ritmo, mas como uma forma de expressão e de interação cultural: Quando surgiu? De onde vieram os padrões rítmicos? Como é praticado? De que falam as letras?.

Os primeiros sambas, criados no início do século passado, parecem verdadeiras crônicas do dia-a-dia da classe baixa carioca. A perseguição política, a violência que começava a crescer, e a malandragem eram alguns dos temas preferidos dos compositores no Rio de Janeiro. Com o tempo, o ritmo deu origem a variações como o samba-canção, o samba-choro e a versão mais conhecida no mundo o samba-enredo.

O samba-enredo, também chamado de samba-de-enredo, é um gênero musical surgido no Rio de Janeiro na década de 1930, feito especificamente para o desfile de uma escola de samba. Anualmente várias músicas são compostas com bastante antecedência por cada uma das escolas de samba para ser escolhida a melhor, que será apresentada no desfile de carnaval. O samba enredo deve contar o enredo que a agremiação pretende mostrar na avenida durante seu desfile.

E, é em especial com o samba-enredo que podemos trabalhar muito bem as aulas de História do Brasil, citando alguns exemplos para uma aula sobre os ciclos econômicos:

- *Pau-Brasil, cantado pelos Acadêmicos de Santa Cruz, 2000*
“*Lá se foi Pau-Brasil, homem branco explorou...*”
- *Cana-de-açúcar, cantado pela Imperatriz Leopoldinense, 2001*

“Cana-de-açúcar, a cultura que o árabe propagou.... virou negócio no Brasil....”

- *Ouro, cantado pela Mangueira, 1976*

“Caminhando pela mata virgem bravo bandeirante encontrou...era a mãe do ouro que surgia”

- *Café, cantado pela Salgueiro, 1992*

“Dizem então que foi a terra, o sol, este luar, que o fez se apaixonar por este chão, e se espalhar feito um mar, da cor da raça...”

As letras parecem até capítulos de um livro didático, com a grande diferença de que, em vez de lidos, podem ser ouvidas, cantadas e dançadas. A música tem um apelo maior que o texto, porque envolve os alunos emocionalmente e facilita a assimilação e a fixação dos conteúdos. Saindo um pouquinho da história do Brasil e “indo” para um trágico episódio que aconteceu durante os anos de 1939 a 1945, que de certa forma envolveu e emocionou todo o mundo, podemos recorrer a Vinicius de Moraes, para trabalharmos de uma forma bem especial a Segunda Grande Guerra. Através da letra do poema, “*Rosa de Hiroshima*”, ele traduz de uma forma bem especial essa tragédia que a humanidade ainda guarda tristes lembranças. Podemos nos recorrer a este poema quando for trabalhar a Segunda Guerra Mundial com nossos alunos, fazendo com que eles sintam de certa forma as conseqüências da mesma. Observemos:

Pensem nas crianças mudas, telepáticas;

Pensem nas meninas cegas inexatas;

Pensem nas mulheres rotas, alteradas;

Pensem nas feridas como rosas cálidas;

Mas oh não se esqueça da rosa, da rosa;

Da rosa de Hiroshima, rosa hereditária;

A rosa radioativa, estúpida e inválida;

A rosa com cirrose, a anti-rosa atômica;

sem cor, sem perfume, sem rosa, sem nada.

(Vinicius de Moraes)

Depois de nos depararmos com Vinicius de Moraes e a Segunda Guerra Mundial, nos deparamos alguns anos à frente com o cantor/compositor, Francisco Buarque de Hollanda, que nasceu no Rio de Janeiro em 19 de junho de 1944, mas sua família mudou-se para São Paulo quando tinha dois anos, foi morar no Rio apenas em 1970, após seu exílio na Itália. Mundialmente conhecido como Chico Buarque, a mais “pura” representação de um momento histórico vivido nos longos anos de ditadura militar. Sua capacidade de interpretação e de composição foi utilizada como um grande meio de representação, entre suas várias inquietações e resistências em meio ao regime vigente.

Acredito que a música “Roda-Viva” caracterize muito bem este período turbulento vivido pela nação brasileira e pode hoje ser utilizada como representação do que foi um dia uma prática na vida de milhares de brasileiros perseguidos, assassinados, espancados, exilados.

Analisemos então um pequeno trecho desta música:

*Tem dias que a gente se sente; Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente; Ou foi o mundo então que cresceu
A gente quer ter voz ativa; No nosso destino mandar
Mais eis que chega a roda-viva; E carrega o destino pra lá
Roda mundo, roda-gigante; Roda-moinho, roda pião
O tempo rodou num instante; Nas voltas do meu coração
A gente vai contra a corrente; Até não poder resistir
(Chico Buarque, 1967)*

“Roda-viva” foi escrita por Chico no ano de 1967, roda- viva significa movimento incessante, corrupto, cortado; é ainda confusão, barulho. Naquela época a ditadura cortava os sonhos e as alegrias, matava. Por que não trazer essa música para hoje? Quais são as rodas-vivas do nosso tempo? Quem nos faz calar, seguir a multidão?

É muito interessante a capacidade que alguns compositores, poetas, autores em fim, que algumas pessoas têm de reproduzirem através de suas composições, acontecimentos, históricos, econômicos, culturais, sociais que acontecem no Brasil e no mundo. Nós professores e/ou pesquisadores de História não podemos deixar “passar” despercebidos essas composições que podem tornar importantes ferramentas para as transposições de conteúdos em sala de aula.

Devemos aproveitar este “poderoso” instrumento que é a música, para além de, diversificarmos nossas aulas, chamar à atenção de nossos alunos, para que eles possam refletir sobre o que está acontecendo em sua volta, e acima de tudo perceber-se um agente deste processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Liberalina Teodoro de Rezende. *A prática numa Perspectiva da Reflexão Crítica*. In: *Mediação: Revista da UEG/Unu de Pires do Rio – Goiás*. V. 1, n. 1, 2006 – Pires do Rio: Gráfica Pires do Rio, 2006.
- BARROS, José D’ Assunção (org.). *Cinema-História*. Rio de Janeiro, 2007.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais – 5º a 8º série. História*. Volume 6. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental*. 8º Volume. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CIRCE, Maria Fernandes Bittencourt. *As “Tradições Nacionais” e o Ritual das Festas Cívicas*. In: O Ensino de História e a Criação do Fato. São Paulo: Contexto, 2001.

GEBRAN, Philomena. (org). *História Cultural: várias interpretações*. Goiânia: E. V., 2006.

GUIMARÃES FILHO, Newton Seabra. *A música Enquanto Recurso Didático nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental*. UEG/UnU de Pires do Rio, 2004

GUIZZOT, Ap. Pierre Moreu. *A História na França no Século XIX*. In: Iniciações aos Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Ed. Martis Fontes, 1993.

MARÇAL, Willian Ferreira. *Música Caipira: Heróica Epopéia*. UEG/UnU de Pires do Rio, 2004.

SILVA, Márcia Borges da. *Cantigas e Brincadeiras de Roda: Uma tradição de avó para neto*. UEG/UnU de Pires do Rio, 2005.

TESSITURAS DE IDENTIDADES

Luciana de Maya Ricardo¹

RESUMO:

O Objetivo deste trabalho é discutir o deslocamento de referenciais identitários culturais, de um grupo de mulheres moradoras da Região administrativa do Varjão – DF, e a repercussão deste deslocamento no seu trabalho têxtil.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade, cultura, têxtil.

ABSTRACT:

The objective of this work is discuss the displacement to the cultures identities, from a group of women how live in the administrative region of Varjão – DF, and the backwash of this displacement in yours weave works.

KEY-WORD: Identity, culture, weave.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa esta sendo desenvolvido com um grupo de moradores de um antigo assentamento no Distrito Federal, hoje região administrativa², visando estimular o reconhecimento de alguns de seus referenciais identitário-culturais por meio da aprendizagem da tecelagem artesanal e produção de objetos têxteis artesanais. A tecelagem, além de representar um meio alternativo de produção de renda, pode propiciar o contato com as dimensões subjetivas, bem como os referenciais culturais de cada participante do

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cultura Visual – Mestrado, da Faculdade de Artes Visuais, da Universidade Federal de Goiás.

² Com a mudança da Capital Federal para o Planalto Central Brasileiro e a conseqüente criação de Brasília, varias cidades foram criadas ao seu redor para, após a construção da cidade, abrigar milhares de pessoas que para cá se deslocaram atendendo ao chamado do presidente JK, para construir a Nova Capital. Por muitos anos estas cidades, bem como aquelas que já existiam dentro da área que foi delimitada como Distrito Federal, se chamaram Cidades Satélites fazendo uma alusão a Brasília como o astro principal da região. Como com o tempo o termo foi se tornando pejorativo, pois as cidades não serviam mais apenas de dormitório para as pessoas que em Brasília trabalhavam, muito pelo contrário, passaram a adquirir vida própria, o termo foi substituído por Região Administrativa, englobando áreas rurais e urbanas, quando existentes. Assim, quando nos referimos a uma das cidades dentro de uma região administrativa, usamos apenas o termo *cidade* ou *área rural* da mesma região.

grupo. As dimensões pessoais e subjetivas falam das identidades pessoais de cada um e, conseqüentemente, formam o grupo.

A CONSTRUÇÃO

A construção do tecido, fio-a-fio, ponto-a-ponto, concentra os sentidos, a atenção. Este processo encaminha o indivíduo ao contato com sua subjetividade, aflorando, por vezes, memórias identitárias de sua construção individual e suas práticas neste processo.

O contato com a tecelagem, como técnica artesanal e objeto cultural da cultura popular brasileira, estimula a criatividade que tais práticas trazem consigo, por não se sujeitarem a barreiras de estilo ou tendência de mercado. São, por vezes, práticas desenvolvidas a partir da criatividade do indivíduo, que ousou experimentar e criar o que a ele e a sua comunidade melhor conviesse. Como cita Juan Óssio, na abertura do livro de Maureen Bisilliat:

Cultura é criação e, portanto, a melhor expressão da liberdade dos homens. Além disso, é comunicação e, como tal, o meio mais eficaz através do qual um grupo humano alcança sua integração. Correspondentemente, não existem povos sem cultura, nem tampouco uma cultura uniforme para todos os povos. Todo agrupamento social conta com sua cultura; cada indivíduo tem sua personalidade. Assim, pode-se falar da identidade cultural como o legado mais representativo e mais precioso de um povo. (BISSILIAT,1999, p.04)

A tecelagem, então, configura o meio pelo qual são estabelecidas interações e diálogos, de modo transdisciplinar, com e sobre a cultura, o popular, a identidade, a diversidade e a memória.

Os pressupostos da teoria da Transdisciplinaridade, que compõem a cultura visual, formam a base para este projeto de pesquisa-ação desenvolvido no contexto de interação dialogal com o Grupo Tecer Varjão, pois acredito que ao entrar em uma comunidade e conviver com esta por um longo período de tempo, como é o caso desta pesquisa, iniciada

em 2004, é necessária a abertura a colocações e posturas que possam parecer diferentes ou mesmo estranhas às minhas próprias práticas culturais, pois:

A Transdisciplinaridade é uma teoria do conhecimento, é uma compreensão de processo, é um diálogo entre as diferentes áreas do saber e uma aventura do espírito. A Transdisciplinaridade é uma nova atitude, é a assimilação de uma cultura, é uma arte, no sentido da capacidade de articular a multirreferencialidade do ser humano e do mundo. Ela implica numa postura sensível, intelectual e transcendental perante si mesmo e perante o mundo. Implica, também, em aprendermos a decodificar as informações provenientes dos diferentes níveis que compõem o ser humano e como eles repercutem uns nos outros. A Transdisciplinaridade transforma nosso olhar sobre o individual, o cultural e o social, remetendo para a reflexão respeitosa e aberta sobre a cultura do presente e do passado, do Ocidente e do Oriente, buscando contribuir para a sustentabilidade do ser humano e da sociedade. (CETRANS, 2002, p. 09 - 10)

As ações a serem desenvolvidas com este grupo estão pautadas em práticas educativas não formais, no âmbito das visualidades populares e patrimoniais balizados pelos princípios da *arte/educação baseada na comunidade* e em prática educativa não formais, que não acontece na escola, na sala de aula institucionalizada, mas em ambientes comunitários alternativos e que aqui pretendo apresentar, na continuidade deste colóquio com a comunidade do Varjão, por partir da valorização da cultura local e dos recursos existentes e disponíveis na comunidade. Como explica Flávia Maria Cunha Bastos:

(...) o estudo da arte produzida localmente tem potencial de sensibilizar as pessoas para as riquezas, contradições e significados imanentes em sua própria cultura. (...) Valorizar a ligação intrínseca entre a arte e a vida cotidiana constitui a base de uma arte/educação democrática, porque envolve o reconhecimento de várias práticas sem distinguir entre o erudito e o popular. (BASTOS, 2005, p. 228)

A questão base deste trabalho trata das identidades visuais que podem ser desveladas e re-configuradas a partir da tecelagem artesanal e seus produtos, no

entrelaçamento de memórias do passado mais distante e memórias ligadas ao atual local de instalação do grupo. Desta proposta, desdobram-se questões e inquietações sobre a migração como condição que se impõe às populações mais pobres, gerando deslocamentos das pessoas e, por conseguinte, das identidades que são levadas, ou deixadas pelos caminhos, chegando ao local onde o grupo se encontra hoje.

O deslocamento das referências identitárias de seus contextos iniciais, suas mudanças ou recriações no próprio local de origem, no caminho a percorrer e percorrido, na chegada e no local de fixação e do desenrolar deste, após sua fixação, constituem dados importantes se levarmos em consideração que, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p. 138) e o espaço é “sempre conjuntura histórica e *forma* social que recebe seu sentido dos processos sociais que se expressam através deles.” (IDEM, p. 33)

O PRINCÍPIO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS NO CENTRO DO PAÍS

Os primeiros habitantes encontrados pelos estudos antropológicos, no Brasil central, datam de 11 mil anos antes do presente. O que se sabe desta época é que as paleo-índios, como são chamados, eram nômades. Viviam onde havia comida. Com o tempo, fixam-se, unem-se em tribos e a disputa por *espaço*, terras, inicia-se. Em princípio a disputa era pela comida, pela autonomia dentro de um território que garantisse a sobrevivência deste ou daquele grupo. Com o passar do tempo os componentes ganância e poder começam a fazer parte.

Com a colonização do Brasil e a interiorização, principalmente em busca de ouro pelos Bandeirantes³, iniciou-se a *tomada de posse* das terras do interior do país. A idéia é que as terras eram de ninguém e que quem chegasse primeiro ganhava o direito a posse destas. Não se levava em conta às tribos e muito menos, as culturas que na região se desenvolviam.

Os rumores sobre um suposto lago dourado no centro do país, com enormes riquezas minerais, em ouro e prata, somavam-se às notícias das riquezas encontradas no

³Designação dada aos participantes das *bandeiras* que, no século XV, iniciaram processo de interiorização do litoral para o centro do Brasil. Equivalia a uma companhia com homens guerreiros e serventuários. Muitíssimo mais comuns foram as de caráter informal, às quais se deu o nome de ‘entradas’.” (BERTRAN, 1994, p.31).

Peru, e aguçavam a cobiça pelos citados minerais. “Para cartógrafos, esse ‘Eldorado’ era um lago que originava as principais bacias hidrográficas da América do Sul” (MONTI, 2007, 38). Nessa busca desenfreada, os índios foram caçados para serem utilizados como mão-de-obra escrava nas entradas e bandeiras e nas minerações. Tentaram, assim, a *domesticação* destes, já que o consideravam *selvagens*⁴, desconsiderando a possibilidade de pontos de vista distintos dentre culturas e taxando de inferiores umas das outras.

Com os colonizadores e a corrida aurífera, surgiram diversos povoados nas áreas de exploração dos recursos minerais, e nos caminhos que levam a estes. Assim surgiram Santa Luzia – Luziânia, Vila dos Couros – Formosa e Mestre D`Armas – Planaltina, todas em território Goiano originariamente. Atualmente apenas Planaltina encontra-se no Distrito Federal.

O colonizador revirou e acabou por destruir, até então, porções, inimagináveis, do ecossistema e da cultura existente, acabando por dizimar milhões de pessoas e suas crenças. Contudo, traços das culturas precedentes estão presentes até hoje. Em entrevista, a D. Lia filha de seu Beija, conhecido *erveiro* da região, por sua Farmácia Verde, conta que sua avó, quando chegou à região, vinda de Araguari - MG, logo após ter se casado, para morar em uma fazenda, se valeu dos ensinamentos de velhos índios remanescentes no local, para saber como tratar, com ervas ali encontradas, seus filhos quando acometidos por alguma enfermidade.

Além dos ensinamentos acerca dos princípios da fitoterapia, que por aqui se desenvolveram, traços das culturas indígenas são claros na tecelagem artesanal produzida para o uso cotidiano das casas de tradição goiana, como é o caso de um tapete trabalhado em “suporte” de madeira com pregos e urdidura⁵, e trama de restos de retalhos, que, na tradição indígena, eram confeccionados com fibras naturais, para a confecção das redes.

Já encontrei trabalhos de trama fina e delicada, com mudança de cores formando desenhos geométricos. Pelas informações que tive, foram feitos por uma senhorinha em uma fazenda na região circunvizinha a Pirenópolis – GO. Atualmente, na própria cidade é possível encontrar trabalhos iguais a esse, porém, não mais com as mesmas características

⁴ Para o colonizador os índios eram considerados selvagens por viverem na selva (floresta), por não compartilharem da mesma cultura deles, e por essa cultura, estranha aos colonizadores, ser considerada por eles inferior e primitiva à sua.

⁵ Conjunto de fios preparados paralelamente, conforme especificação, para serem colocados no tear e sustentarem a trama de fios que, por juntos, formam o tecido

de criatividade de outrora. São mais grosseiros em sua textura – espessura da tira de retalho utilizada - e não utilizam mais a combinação de cores para a criação de desenhos. São vendidos para os habitantes locais como “capachos” a serem trocados assim que derem os primeiros sinais de muito uso.

Posteriormente, com a chegada dos teares de baixo liço de pedal, torna-se possível identificar desenhos da cestaria indígena em padrões repassados de mãe para filha na tecelagem tradicional, até hoje utilizados no Centro Oeste do país.

O dia-a-dia na região, portanto, era cheio de afazeres e de saberes muitos dos quais, herança indígena, outros que perduraram da cultura negra e alguns que acabaram chegando e ficando com os portugueses. Enfim, tratam-se de hábitos cotidianos que configuraram, e configuram ainda, mesmo que em menor escala, a cultura local, de auto-suficiência, que se criou marcada pelo isolamento em que a região caiu após o fim da corrida pelo ouro.

Com a *chegada*⁶ de Brasília no centro do país, muitas mudanças aconteceram. A vinda da “(...) Capital para o Planalto Central trouxe de bom – o desenvolvimento, as facilidades trazidas pela modernização do sertão – e do ruim, o desassossego que ronda “ (MONTI, 2007, .112) a vida do sertanejo.

(...) O plano criado para Brasília na área educacional, cultural e mesmo econômica não considerou a região ao redor do Distrito Federal. A súbita mudança do ritmo de vida e a introdução de um grande número de elementos desconhecidos por essas populações (materiais, técnicas, ferramentas, produtos e até comportamentos humanos) foi um grande choque, muitas vezes quebrando o equilíbrio interno e externo e causando contrastes, em alguns casos muito violentos. Olhos D’Água, bem como Niquelândia, Padre Bernardo, Planaltina, Formosa, Santo Abreu de Goiás, Mato Seco, Mimoso e Corumbá, foi alvo da grande influência da nova cultura que chegava com a construção de Brasília, sufocando o fazer cultural local. Essas comunidades foram perdendo suas

⁶ Uso, aqui, a palavra *chegada* no lugar de *construção*, pois Brasília não foi criada aos poucos como os vilarejos, cidades e mesmo municípios da região. Ela, quase que literalmente, chega à região sacudindo a paz e tranquilidade da vida do sertanejo goiano impondo um modo de vida e novos valores culturais à região.

características culturais e assimilando a cultura da grande cidade que se construía no planalto.

A chegada da nova capital trouxe, então, o empobrecimento local, já que em sua grande maioria seus utensílios eram produzidos na localidade.

Mais, ou tão grave como negar a cultura existente na região que abrigou a nova capital, foi a ingenuidade do governo ao imaginar que, concluída a nova capital, os operários iriam embora, retornando para suas terras de origem. Além de ficar, muitos trouxeram suas famílias. Mas o início do problema de moradia no Distrito Federal não principiou nesse momento.

Já no final de 1958, com a proibição de novas construções na Cidade Livre, começa a proliferação das invasões e construções irregulares que, ao lado dos acampamentos de obras, se apresentavam como uma alternativa de moradia (...) Surgem, então, as primeiras cidades-satélites. Jogando para a periferia o candango e isolando Brasília para a burocracia estatal que começava a chegar, o governo apenas afastava o problema habitacional, recriando-o na medida em que definia, junto à segregação espacial, a desigualdade de acesso aos recursos públicos e aos equipamentos urbanos. (MONTI, 2007, p.165)

Além da segregação espacial começou a segregação cultural, já que os saberes e fazeres, trazidos por cada candango⁷, eram, conforme já citado, vistos como sinal de pobreza e atraso.

A CHEGADA DE UMA CULTURA A SER CONSTRUIDA

A construção de Brasília promoveu a interiorização do Brasil. Os novos moradores chegavam desapropriando, revirando, inundando, mudando tudo. Era a nova capital que se instalava no centro do Brasil, trazendo o “progresso” para a região, para essa gente que,

⁷ “No princípio da construção de Brasília existiam “duas categorias de “bandeirantes”: a dos pioneiros e a dos candangos (...) o termo “pioneiro” se referia especificamente, aos “primeiros” funcionários, profissionais, comerciantes, agricultores (especialistas vindos de São Paulo) e assim por diante. Para os operários de construção do interior, qualificados ou não, usava-se o termo candango. Enquanto “pioneiro” era usado como termo honorífico, “candango” depreciava e insultava.” (MONTI, 2007, p. 162)

“pobres, nada tinham e não sabiam de nada”. Chegava no centro sul do Goiás, uma cidade modernista com “tudo de bom” que isso podia significar.

Brasília foi construída em tempo recorde, e as pessoas chegaram aos milhares. Quem eram? E Brasília, qual seria sua identidade? A identidade goiana da terra que a recebeu, as identidades migradas ou a identidade da modernidade e imponência da “Nova Capital Federal”?

Brasília sempre sofreu de crise de identidade, se diz na região, mas eu sei as minhas? Você sabe as suas? E Brasília, sabe as delas? E quem já mora há muito tempo na capital, que identidades carrega?

Pensando nisso e nos diversos assentamentos criados desde o início da capital para receber sejam candangos, sejam as famílias que vieram atrás de seus parentes, sejam os funcionários públicos que foram obrigados a se mudar, é que comecei a me questionar sobre as identidades dos objetos têxteis artesanais produzidos em Brasília. Que identidades aparecem nestes tecidos que vêm de longe com seus tecelãos? Como cada indivíduo se enxergava e se identificava antes de aqui chegar e, no caso desta pesquisa, se instalar no Varjão? Qual a percepção que eles têm dessas identidades? Como eles se identificam hoje na sua cidade? Eles adotaram alguma identidade do Varjão? Quais identidades eles percebem? Qual querem deixar transparecer hoje? O que esta identidade pode propiciar a eles? E finalmente, como querem ser identificados?

Para poder responder a estas questões, vislumbro caminhos pelos quais transitam identidades diversas, memórias relatadas e escondidas, diversidades ricas e empobrecedoras, a culturas as mais diversas possíveis e existentes no grupo Tecer Varjão.

A COMUNIDADE E O GRUPO TECER VARJÃO



1- Foto aérea do Varjão

A comunidade

O Varjão é uma comunidade urbana que resulta de um projeto de instalação inicialmente “rural” do Distrito Federal – DF, onde havia pequenas chácaras de produção de hortifrutigranjeiros instaladas, a princípio, para o abastecimento da cidade de Brasília.

Após alguns anos de invasões em área dita nobre circunvizinha a estas chácaras, o Lago Norte, o governo regulariza a Vila Varjão, retira os invasores do Lago Norte e os assentou na Vila, fazendo a doação de lotes aos invasores.

Esta prática de doação de lotes incentiva a invasão na Vila que só é freado em 1991, com o programa Habitar Brasil – BID, que objetiva a elevação da qualidade de vida das famílias de baixa renda, que viviam e vivem em áreas degradadas e em condições subnormais de habitação. Nesse processo, 1.419 famílias cadastradas são beneficiadas tendo seus barracos demolidos e casas ou apartamentos de alvenaria construídos.

Grupo Tecer Varjão

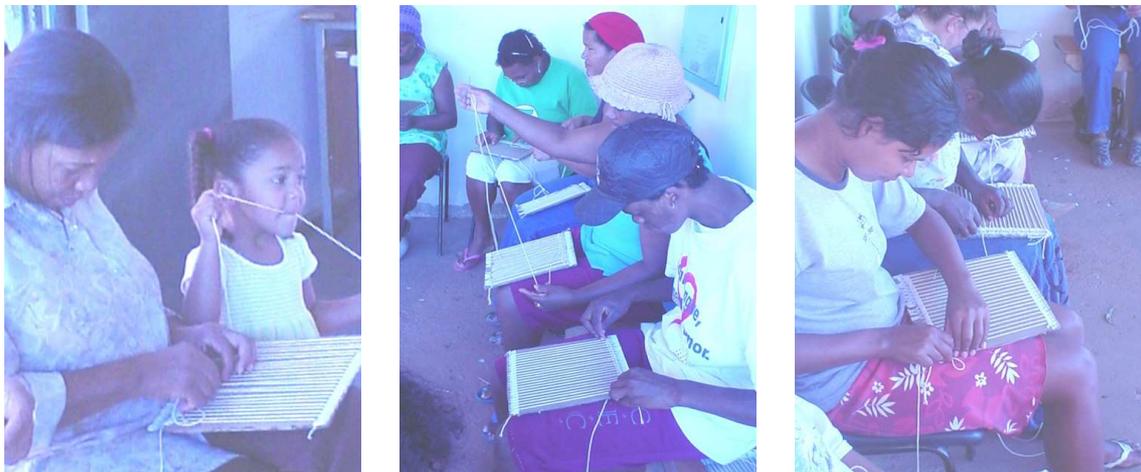
O Trabalho com o grupo do Varjão acontece, primeiramente, no posto as Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional – SEDUH, do Varjão, posteriormente na casa de uma das alunas, volta para o posto da SEDUH, passando pela Chácara Joana D’arc e, atualmente, acontece na casa da Luzia, presidente da associação Tecer Varjão.



2 – Grupo de alunas de tecelagem que terminou a primeira fase do curso em dezembro de 2004, com suas bolsas produzidas.

As práticas desenvolvidas sempre buscaram a autonomia de pensamento dentro das técnicas da tecelagem. Para isso, iniciamos o curso com o trabalho no tear de papelão passando posteriormente para o tear de pregos de alto-liço.

Os primeiros tecidos produzidos no tear de papelão foram unidos pelas alunas como forma de demonstrar o valor e a força da união que um grupo pode ter, além de trabalhar a dimensão que a união pode alcançar. É o momento de passagem de processo, para produto realizado. É a comprovação da capacidade do indivíduo perante si mesmo, bem como para o grupo e a comunidade as quais pertença. Nesse momento, não importam questões como combinação de cores, falhas, pontos pulados, dentre outros. Vale a ousadia de ter chegado ao final.



3- Alunas trabalhando com o tear de papelão. Na primeira foto a neta “prova” o barbante enquanto a avó tece.



4 – Aluna unindo o seu tecido ao tecido das colegas já costurados uns aos outros.



5 – Alunas recebendo seus materiais e preparando o tear de alto-liço de pregos, para tecer.

O tear de alto-liço de pregos é o que tem acompanhado, há mais tempo, o grupo e recentemente voltou a ser utilizado após uma pausa para o trabalho com o tear de malha. Após os primeiros ensinamentos, elas mesmas começaram a experimentar combinações obtendo vários resultados enriquecendo as possibilidades.



6 – Tear de alto-liço com tecido de *franja* de retalhos e o tecido já transformado em bolsa.

O único ponto que elas aprenderam, efetivamente, foi o *básico* e a *franja*, para os quais utilizamos retalhos recebidos de doação. O primeiro tecido produzido, assim, por elas foi transformado numa bolsa.



7 – Colocação da *teia* (trama) no tear e colocação da linha na *agulha de pescador* (Aguilha de fazer rede de pescador)

Os encontros com o grupo são os momentos onde observo e analiso as questões de identidade que afloram. E o que posso dizer, até o momento, é que questões ligadas à estima pessoal dos componentes bem como fatores socioeconômicos e o deslocamento dos indivíduos, como de famílias e grupos, são detectados, mas que o fator que serve de base para o trabalho está ligado a memórias infantil e da adolescência.

Já os fatores que pautam as preferências estéticas, partem da memória infanto-juvenil, mas se desenvolvem pelo trajeto de vida do indivíduo tendo motivos subjetivos para a sua definição.

Na continuidade deste trabalho, as memórias serão mais vastamente pesquisadas e a importância da diversidade cultural dos componentes do grupo explicitadas.

BIBLIOGRAFIA

BISILLIAT, Maureen. *Pavilhão da criatividade: Memorial da América Latina*. São Paulo: Empresa das Artes, 1999. Pág.04

BASTOS, Flávia Maria Cunha. *O pertubamento do Familiar: Uma proposta teórica para a Arte/educação baseada na comunidade*. In Barbosa, Ana Mae (org) *Arte/educação contemporânea – consonâncias Internacionais*. São Paulo: Cortez Editora, p.227 - 244.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no planalto central – eco-história do Distrito Federal. Do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo, 1994.

Coordenação Executiva do **CETRANS**, *Educação e transdisciplinaridade II*. São Paulo: Trion, 2002, p. 9 a 12.

MONTI, Estevão Ribeiro. *As Veredas do Grande Sertão-Brasília: ocupação, urbanização e resistência cultural*. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2007.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

IMAGENS



9 – Alunas construindo o tear de malha e no detalhe tecido sendo produzido no tear de malha.



10 – Professora e alunas analisando as formas de trabalhar com o tear de malha; aluna folhando os livros de tecelagem e artesanato levados pela professora. Ao redor, netos e filhos participam do dia-a-dia do grupo.



12 – A escolha dos retalhos. Neste momento a tecelã já *tece* (estrutura) mentalmente seu tecido.

Resumo

A pesquisa em andamento tem como objetivo desvendar as relações da cidade de Uberlândia com a preservação do patrimônio histórico na década de 1980, compreendendo o que está marcado como símbolo representativo da história da cidade e a concepção de patrimônio que está presente nas práticas e mentalidades dos agentes culturais e da população desse período. Momento este, em que é notável o início de uma política cultural para o patrimônio histórico e certa ruptura com a mentalidade de destruição irrestrita do passado da cidade.

Patrimônio histórico – cidade – agentes

Abstract em Francês:

Ce travail de investigation d'initiation scientifique a comme objectif démasquer les relations de la ville d'Uberlândia avec son patrimoine historique dans la décennie de 1980. Comprendre ce qui est marqué comme des symboles représentatifs de son histoire, comme la conception de patrimoine est présente dans les pratiques et les mentalités des agents culturels de cette période et de la population. Un moment où est remarquable le début d'une politique culturelle pour le patrimoine historique et certaine rupture avec la mentalité de destruction sans restriction du passé de la ville.

Patrimoine historique – ville - agents

Patrimônio Histórico em Uberlândia na década de 1980: agentes e as gentes.

Caroline Campos Rizzotto*

Preservar patrimônios históricos é preservar fragmentos de memórias. Memórias que deveriam ser sempre pensadas no plural, principalmente quando são preservadas em nome de uma concepção mais abrangente e mais totalizante do processo social.

É um campo que requer muitos cuidados e principalmente muitas análises por parte dos pesquisadores que podem perceber nessa relação entre sociedade e patrimônio histórico diversas disputas ou construções de um passado. “A chamada preservação deve ser pensada como um trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente e nos termos do presente”. (ARANTES, 1984, p. 8). O patrimônio histórico a mercê de seus agentes a capitanear ações que mesmo sem maniqueísmos, seria um campo em que a memória está em disputa por excelência.

Neste campo de estudo já se rompeu a idéia do senso comum que definia patrimônio histórico como uma coleção estática de objetos, documentos e edificações. Agregou-se novas reflexões para o entendimento dos sentidos da construção de imagens patrimoniais, condizentes com orientações culturais, historiográficas, artísticas e políticas dos períodos analisados.

Para buscar compreender em Uberlândia a relação entre a sociedade e seu patrimônio histórico faz-se necessário percorrer a trajetória da preservação de patrimônios históricos no Brasil que se inicia com regulamentações legais em 1937 com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, para perceber as práticas e as posturas deste órgão que se constitui como referência e regulador de todas as políticas nacionais. Assim, podemos perceber as ações nacionais juntamente com os acontecimentos locais que levaram a inaugurar em 1980 uma tentativa de uma política de preservação de patrimônio histórico em Uberlândia.

A década de 1980 é um momento que nos dedicamos a pesquisar mais detalhadamente, justamente por ser um período de transformações para a cidade de Uberlândia, que daria início a uma nova preocupação no campo da cultura posto que, em 1983 a nova gestão política peemedebista cria na cidade uma secretaria de cultura, uma divisão de patrimônio histórico dentro desta secretaria e o COMPHAC – Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico Cultural.

Ao olhar para a história e a memória da cidade e tentar preservar vestígios do seu passado estes agentes romperam com a antiga e recorrente postura dos ex-governantes da cidade de buscar projetar e materializar uma cidade moderna e

progressista, em que não cabia nela a permanência de reminiscências do passado, casas velhas ou ruas estreitas.

Os antigos governantes prezavam primeiramente que a cidade fosse modelo de cidade moderna e voltada para o futuro. A cidade, desde sua emancipação foi cotidianamente arquitetada para o progresso o que fez com que este discurso se materializasse em um cenário no qual a cidade foi compondo-se “moderna”. O discurso do progresso das elites políticas da cidade, pode-se ver claramente representado na imprensa local, com as constantes reportagens que estavam a todo o momento divulgando mensagens sobre as tendências mundiais da modernização e medindo seu grau de modernização local comparando-a a outras cidades do país. Sobre essa tendência muitos artigos da imprensa uberlandense no jornal Correio de Uberlândia, majoritário desde 1939, nos esclarece sobre a inexistência de qualquer preocupação em preservação de sua história ou seu passado. Desde a década de 1950 percebia-se um forte ideal que não concebia pensar que um imóvel antigo poderia ser preservado como um bem importante para a história da cidade, a sua permanência conjunta ao progresso parece atrapalhar, e a política seria demolir para substituir.

É perceptível ao olhar para as fontes que no anseio de ser uma cidade moderna, já nas década de 1950 haviam vozes militantes a defender que apagassem qualquer ligação com passado – que se tornou para aquela sociedade velharias sem função e estavam atrapalhando a “bela estética” da cidade. Algumas décadas depois, notamos em nossas pesquisas no acervo de jornais que este ideal continuava fortemente presente. Em 1980 a propaganda conjunta de empresas do ramo de material de construção e imobiliária no mês de aniversário da cidade, homenageou-a afirmando com otimismo que os prédios tradicionais cedem lugar ao desenvolvimento, dizendo ainda:

não somos a cidade histórica, onde os velhos sobradões, representam seu tesouro. Nossa história é narrada exatamente ao contrário. É uma história que só é voltada para o futuro.

*No passado, erguemos belíssimos edifícios, localizados no centro da cidade, cujos limites não iam além dos trilhos da ferrovia. E a ferrovia estava no centro. Mas o exemplo que tínhamos a seguir era o de Brasília onde a moderna arquitetura serviu sempre de inspiração à nossa gente. **Construir! Edificar! Modernizar!** E foi assim, que entramos para a história de Minas Gerais, como uma cidade em que o presente está sendo atrasado em relação*

Como já bem definido, “seria uma ingenuidade política imaginar que a cidade pode se manter aberta a qualquer uso: ela é o resultado de práticas sociais e ações simbólicas que politizam seu cotidiano e cartografam seus usos”. (LEITE ,2006) São através de manifestação silenciosas ou sem intenção de enfrentamentos diretos que percebo abertamente intenções de uma elite empresarial que quer definir usos e políticas que os favoreçam.

Este tipo de política foi consagrada durante longos anos, e entre as décadas de 1940 até 1980 várias construções relevantes à memória da cidade foram sendo demolidas. Vários imóveis demolidos neste processo são lembrados por meus interlocutores na pesquisa, dentre os quais: a primeira igreja da cidade, construída em 1943 chamada capela Nossa Senhora do Carmo era localizada onde atualmente é a biblioteca Municipal (Praça Cícero Macedo) que foi demolida para se construir no local uma estação rodoviária; o Hotel Goiano lembrado por vários entrevistados como referência de prédio importante, identificador de quando a cidade era muito pequena e que foi demolido na década de 1970; e o antigo Fórum da cidade que se localizava na Praça Tubal Vilela que é também lembrado nas entrevistas sob o pesar de ter sido destruído, também na década de 1970, para ser substituído em outro local por um Fórum mais moderno e grandioso. O prédio do antigo Fórum, considerado pelos entrevistados como importante símbolo do cotidiano da época, está na memória das pessoas como uma das mais bonitas construções arquitetônicas que Uberlândia já teve.

Então, durante todo período anterior a década de 1980 tantos imóveis remanescentes da origem do município foram sendo demolidos – inclusive aqueles que representariam o cotidiano mais popular da cidade, dos trabalhadores e da vida cultural como Cabarés, cassinos, a vila operária, citados nas entrevistas. É o que coloca professora aposentada do instituto de história da UFU Jane de Fátima que fez parte do grupo de pessoas que trabalhou para começar a preservação do patrimônio da cidade na década de 1980. Em seu depoimento ressalta que a maioria dos imóveis representativos da história da cidade já tinham sido demolidos e junto com os prédios grandes fragmentos da memória popular:

Veja bem, o que é que tinha pra ser preservado em Uberlândia naquele momento? (...) então nós temos que ponderar isso! Não significa que destruiu a casa do operário, ou que destruiu o cabaré ou o cassino Gato Preto, eles simplesmente não existiam mais quando se acordou para essa política.¹

A fala de Jane é enfática em nos demonstrar a concepção política que foi vigente até a década de 1980 que não se preocupou em preservar suas memórias através de vestígios materiais, e principalmente nenhuma intenção em preservar a memória mais popular, dos trabalhadores, da população menos favorecida da cidade, em suas dimensões de lazer, de trabalho e de moradia. Exceto as residências, apenas o que existia de fato como remanescente de um passado público era o prédio oficial, o prédio da empresa estatal, o antigo prédio da prefeitura, enfim, uma única memória. Mas poderíamos dizer, já que não houve uma política para se preservar a diversidade durante vários governos, que não preservar configurava uma política intencional.

De acordo com Chagas

A adoção de procedimentos, resultantes de deliberação de vontade individual ou coletiva, visando a preservação de bens tangíveis ou intangíveis, constitui o que se chama de política de preservação. Trata-se, em verdade, de prática social que pode ser identificada, nas famílias, nos grupos religiosos, nos grupos étnicos e profissionais, nos partidos políticos, nas instituições públicas e privadas e, de modo particular, nos museus. Se aquilo que se preserva é concebido como suporte de informação e como alguma coisa passível de ser utilizada para transmitir (ou ensinar) algo a alguém, pode-se falar em documento e memória. Nesse caso, pode-se também falar em política de memória. Pág 165 Mario Chagas Memória e patrimônio

Continuam na década de 1980 recorrentes nas propagandas, nos slogans das empresas nos jornais o discurso de cidade que está caminhando rumo a um progresso e até de ser a melhor cidade do interior e a “metrópole moderna do interior”. Esse discurso fica mais intenso quando estes empresários parecem se sentir ameaçados pela nova gestão que está por vir, pelas articulações do departamento de Ciências Sociais nesse período com o Projeto de Preservação,

¹ Entrevista concedida por Jane de Fátima, ex professora do departamento de história da Universidade Federal de Uberlândia que atualmente é aposentada. A entrevista aconteceu no CDHIS Centro de Documentação e Pesquisa em História, sexta feira, 10 de maio de 2007.

fazendo levantamentos, registros e exposições, provavelmente estes empresários imaginaram que havia um novo olhar “cultural” para a cidade ou o início de uma política de preservação.

Com esta nova política rondando a dinâmica uberlandense, foi em forma de homenagem e/ou aparentemente em forma de “recado” para nova gestão que o segmento empresarial se manifestou, parabenizando o prefeito Virgílio Galassi que estava deixando o cargo, pela grande administração realizada em “nossa metrópole”, enaltecendo a moderna construção do estádio de futebol.

As empresas que estavam sempre reafirmando o compromisso de Uberlândia com a modernidade geralmente são do ramo da construção civil, Ubertelas indústria e comércio, Franco Engenharia, Vivenda Imóveis e Araguaia Minas Construtora. Esta construtora, em uma das suas homenagens, saúda o prefeito Zaire Rezende mas o adverte que continue lutando pelo progresso e pela opção do futuro. “Estamos determinados junto a Zaire Rezende e todos que integrarão sua equipe, em **nossa opção pelo futuro**, e sabemos que isso significa o aproveitamento máximo de nosso potencial” (Jornal Correio de Uberlândia pág.5 / 2 de fevereiro de 1983 – Acervo do Arquivo público municipal de Uberlândia)

Neste mesmo viés a Multi Imobiliária se promove: “Agora você vai ver sua cidade crescer bem planejada. O rosto de uma cidade são suas casas e edifícios. Esse é o seu perfil, a sua face urbana. Para enriquecer ainda mais a imagem de cidade moderna, que sempre foi a marca registrada de Uberlândia, nasceu a Multi consultoria de Imóveis”.

O desenho que acompanha a propaganda da empresa também projeta e afirma a cidade do futuro, numa paisagem de edifícios de variados tamanhos e pessoas com perfis de homens de negócios, engravatados e com suas pastas a mão prontos a fazer negócios?!

Se estas empresas da construção civil parecem estar preocupadas em afirmar suas expectativas à nova gestão administrativa da cidade alguns fatores que estão acontecendo nesse mesmo período podem ter levado-os a esse temor.

Podemos destacar sumariamente que é no início da década de 1980 que algumas iniciativas começam dar visibilidade e de fato inauguram uma preocupação que a cidade parecia não conhecer. Com um curso de História dentro do departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal de Uberlândia os professores que estavam ingressando em suas pós-graduações de mestrado voltavam suas pesquisas para a história local. Neste ínterim, dois grupos de professores fizeram projetos sobre a história da cidade e um mais específico que se intitulava projeto de Preservação do Patrimônio Histórico do Município de Uberlândia. Este grupo inicialmente discutiu sobre como proceder na atuação de preservação do patrimônio histórico (tombamentos, concepções de patrimônio histórico). Como eles próprios, apesar da dedicação, não tinham grande conhecimento das questões que se colocavam no momento,

passaram a convidar professores/historiadores que tinham experiência sobre a temática em outras cidades e abstraíram destes diálogos – como um propósito a ser seguido – que mais importante do que tomar edifícios como bens materiais patrimoniais era conhecê-los, sair a campo e registrar imóveis ou manifestações que faziam parte da história da cidade.

Este grupo de professores das artes plásticas, história e ciências sociais tiveram papel de difusores da discussão da preservação no município, fazendo exposições fotográficas em locais públicos como, por exemplo, na estação rodoviária. Com a exposição intitulada “Uberlândia ontem e hoje” o projeto apresentava fotografias de edificações de valor histórico e social, imóveis cuja importância era ter feito parte da própria vida da comunidade durante anos, em atividades de lazer, educacionais ou outras. Podemos aludir que também tiveram um papel de tornar pública a questão.

Em reportagens no Jornal Primeira Hora, o projeto de preservação denuncia a demolição de uma edificação importante que já havia sido inclusive documentada e registrada pelo projeto. A casa situada na Praça Cícero Macedo, com significativo valor histórico de acordo com os levantamentos do projeto, estava sendo demolida para dar lugar a um moderno edifício.

Também no mesmo jornal Primeira Hora que parecia estar mais acessível para as denúncias e divulgações do projeto voltado para preservação, temos a notícia: “Uberlândia perde mais um de seus prédios antigos”

Uberlândia vai perder mais uma parte de seu patrimônio histórico. Desta vez será o prédio do Hotel Colombo que irá ao chão, para dar lugar a um moderno edifício, a exemplo do que já ocorreu com o antigo prédio do clube Sírio Libanês, também na praça Tibal Vilela. O prédio do Hotel Colombo que abriga também algumas lojas, foi adquirido pelas lojas Riachuelo que vai construir ali, um total de 6980 m², em quatro andares. O prédio custou 350 milhões, e segundo o gerente da Riachuelo João Ferreira dos Santos não existe nenhum interesse em preservar parte da antiga estrutura. (Jornal Primeira Hora pág 5. 13/01/1983)

Essas denúncias contra uma destruição irrestrita de seu patrimônio histórico, sem nenhuma reflexão é o que percebemos de ruptura com uma concepção antiga e cristalizada na cidade. Estas discussões ficaram candentes em alguns segmentos da cidade a partir de um movimento maior que se dava em âmbito nacional, quando o próprio Estado ampliava sua visão através dos debates nos constantes encontros de cultura. Principalmente após o “I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de

Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais” que produziu o *compromisso de Brasília* na década de 1970. Este documento tinha como uma de suas principais medidas a orientação de repassar a responsabilidade de preservação para os municípios, descentralizando a política cultural para que cada região legitime e administre o que for de importância para si.

Recomenda-se no compromisso de Brasília a inadiável ação dos estados e municípios à atuação federal com a criação de órgãos estaduais e municipais onde ainda não houvesse. Após este referido contexto concluímos que era quase inevitável que a preservação do patrimônio histórico fizesse parte do projeto político daquela gestão em 1980 em Uberlândia, que se propunha inclusive mais democrática, com a formação da secretaria de cultura e uma divisão de patrimônio. Porém ainda nos cabe analisar como este processo se consolidou nas mentalidades daqueles agentes culturais e como a população recebeu ou participou deste processo.

Não é somente com a criação de um setor de patrimônio que se cria uma política de preservação pois a discussão tem que ir além do setor de patrimônio, entidade ou órgão que define as metas de preservação histórica para a cidade. Isto nos faz pensar que se a política de preservação não faz parte do planejamento urbano da cidade nos seus vários órgãos, as ações acabam sendo isoladas, dificultadas ou utópicas, ou seja, continua a não existir.

ARANTES, Antônio Augusto (org). Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural. Brasiliense 1984, São Paulo.

CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (org) Memória e Patrimônio. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

FRÜGOLI Jr, Heitor, ANDRADE, Luciana Teixeira de e PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs). As cidades e seus agentes: práticas e representações. Belo Horizonte, PUC Minas, Edusp, 2006.

LEITE, Rogério Proença. Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. In: As cidades e seus agentes práticas e representações. Edusp, Belo Horizonte, 2006

KERSTEN, Márcia S de Andrade. Os rituais do tombamento e a escrita da história. Paraná, editora da UFPR, 2000.

ROLNIK, Raquel, e DIEGOLI, Leila R. Preservação e modernidade. In: O Direito à memória. DPH São Paulo, 1992.

Disputa dos vivos pelos lugares dos mortos – A secularização dos cemitérios públicos de Cuiabá em 1901.

Autora: Maria Aparecida Borges de Barros Rocha¹

A Câmara Municipal desta cidade pela Resolução nº 40 de 19 de Novembro do ano próximo passado, mandou que a partir de 1º de Janeiro de 1901 passassem os Cemitérios Públicos do 1º e do 2º distritos da capital para o poder da municipalidade, e autorizou o respectivo Intendente a organizar um Regulamento para o serviço de enterros e direção dos estabelecimentos, assim como a tomar as providências que julgasse necessárias, a fim de dar inteiro cumprimento às disposições da dita Resolução.²

A referência citada acima faz a introdução de um documento que utilizaremos em nossas investigações sobre a secularização dos cemitérios públicos de Cuiabá em 1901. No entanto, para melhor compreensão do nosso problema, faz-se necessário algumas considerações preliminares.

Em Cuiabá, na segunda metade do século XIX, quando se efetua a transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios públicos, estes são entregues pelo Presidente da Província de então, o Sr. Alexandre Manoel Albino de Carvalho à administração do bispado local, ficando esses cemitérios nessa condição desde a inauguração dos mesmos em 1864 até o ano de 1901, quando a Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, chama à si a posse e a administração dos cemitérios públicos da cidade solicitando dos dirigentes da igreja a entrega das chaves dos cemitérios, por considerá-los de propriedade do município.

Essa solicitação gera intensos conflitos envolvendo, em campos opostos, a municipalidade e o bispado local. O Sr. Bispo Diocesano D. Carlos Luis L'Amour, se sentindo injustiçado, manda publicar *à estação da missa, em todas as igrejas locais, uma Pastoral e uma Portaria com data de 2 de Dezembro de 1900*. Além desses documentos o Bispo manda anexar um Comunicado anônimo que teria feito publicar no jornal A Situação em 9 de Dezembro de 1888, por ocasião de uma tentativa fracassada de secularização dos cemitérios da capital, quando na Assembléia Provincial se *tratava de devolver ao município a administração dos dois Cemitérios Públicos da cidade*.

¹ Professora Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso

² A questão dos Cemitérios Públicos de Cuiabá – Considerações sobre a origem dos mesmos. Cuiabá, Typografia D'O Rebate, 1901

Essa tentativa de secularização dos Cemitérios Públicos de Cuiabá, no entanto, não teria sido coroada de êxito porque ainda imperava no país o regime monárquico, em que o ultramontanismo exercia grande influência sobre a administração civil, assim como porque a Assembléia Legislativa Provincial contava ainda em seus quadro com representantes da Igreja católica.;

Foi também anexado um ofício-protesto dirigido ao Presidente da Câmara e uma Reclamação apresentada ao Juiz seccional, pedindo manutenção de posse dos cemitérios citados, todos esses documentos teriam sido enfeixados em um folheto por representantes da Igreja para posteriormente serem distribuídos à população local, dessa forma, o Bispo acusa o município de tentar se apossar dos cemitérios, considerados como propriedades da Igreja, pois, teriam sido eles construídos com ajuda de esmolas e pela Igreja administrados durante todos esses anos, ou seja, desde a Município defende seus direitos de propriedade apresentando inauguração dos mesmos em 1864.

Por outro lado, o como provas de seus direitos sobre a administração dos cemitérios, um grande número de investimentos aplicados nos Cemitérios da Piedade e de São Gonçalo de Pedro II (Inserir notas), essa disputa se intensifica com muitas ramificações envolvendo a legislação em vigor na nascente República.

O fato da Câmara Municipal ter exigido a entrega das chaves dos Cemitérios Públicos da cidade de Cuiabá é considerado pela mesma como uma reparação de um ato impensado levado a efeito pelo Presidente de Província Alexandre Manoel Albino de Carvalho há cerca de cinqüenta anos atrás, quando da inauguração dos cemitérios.

Esses acontecimentos, no entanto, acabam por exacerbar os ânimos dos mais importantes dirigentes religiosos da cidade. O Sr. Bispo Diocesano, D. Carlos Luiz L'Amour não conseguindo conter sua contrariedade diante dos fatos, em represália, manda retirar do interior dos cemitérios da cidade, assim como das suas capelas todas as imagens, quadros, sinos e quaisquer outros paramentos religiosos deixando-os, conforme avaliação de um dos representantes da Câmara Municipal, em total abandono e com os portões abertos .³

Esse ato intempestivo do representante maior da Igreja católica foi condenado, assim como foi considerado Intolerante, irrefletido incoerente, incoseqüente e incompatível com os preceitos religiosos por ela mesma defendidos além de ser considerado também como uma profanação contrária aos mais rudimentares preceitos da doutrina cristã.

³ Ibidem, Idem

A relação estabelecida pela população da cidade de Cuiabá com a morte e com os seus mortos, assim como a construção dos cemitérios e a transferência dos enterramentos, merecem algumas considerações.

O processo de transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios públicos em Cuiabá, parece ter contado com características locais bastante específicas e divergentes daquelas apresentadas por outras cidades brasileiras, que, ao construir seus Cemitérios Públicos, já os fazem na condição de Cemitérios Municipais, assim os denominam e dessa forma esses estabelecimentos são administrados pela Câmara Municipal ou pelo Governo Provincial.

Em outras cidades do interior da Província de Mato Grosso como Corumbá e São Luiz de Cáceres, assim como em diversas outras localidades ou vilas, os cemitérios desde quando são construídos teriam ficado imediatamente sob a administração municipal e tem obedecido aos seus Regulamentos expedidos pelo poder civil competente, sem contar com quaisquer problemas ou incompatibilidade criada pela Igreja Católica ou qualquer de seus representantes.⁴

Fernanda Maria Matos da Costa ao tratar da secularização da morte em Juiz de Fora, Minas Gerais, denomina secularização um processo que se inicia a partir dos enterramentos fora dos templos, com identificação de sepulturas individuais, realidade diferente daquela anterior quando todos os corpos eram enterrados no interior dos templos e nem sempre eram identificados individualmente.⁵

Pensamos neste trabalho em definir ou identificar a secularização dos cemitérios em Cuiabá como o processo que se inicia não a partir da transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios, até porque esses cemitérios continuarão, em Cuiabá, por cerca de meio século a serem administrados por representantes da Igreja; portanto, pretendemos denominar de secularização um outro processo que se desenvolverá a partir da República e culminará numa disputa entre Igreja e Estado pela administração desses campos santos.

Consideramos, portanto, que a transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios públicos em Cuiabá envolveu um processo lento que se desenrolou desde o ano de 1830 quando identificamos as primeiras preocupações referentes à necessidade de construção de cemitérios públicos na cidade até o ano de 1864 quando temos a inauguração do Cemitério da Piedade, que apesar de ter sua construção efetuada quase integralmente pelo

⁴ Ibidem, Idem, p. 14

⁵ COSTA, Fernanda Maria Matos. *A secularização da morte em Juiz de Fora, 1850 – 1889* - Universidade Federal de Juiz de Fora, MG

Governo da Província, passou desde a sua inauguração a ser administrado por representantes da Igreja.⁶

Em 1901, temos um outro acontecimento importante relacionado aos cemitérios da cidade: A questão da Municipalização dos cemitérios, que estamos propondo como objeto principal de nossos estudos.

Na cidade do Rio de Janeiro, em 1850 quando se efetua a transferência dos enterramentos e são criados os Cemitérios Públicos, a administração desses cemitérios é entregue imediatamente à Santa Casa de Misericórdia na forma de monopólio garantido por cinquenta anos, com possibilidades de renovação e com garantias de que a Santa Casa não acumulasse prejuízos nessas atividades.

*... pelo fato de o encargo significar a onerosa obrigação de criar e manter três enfermarias, com o risco de sobrecarregar as rendas de seu hospital, se a receita do serviço funerário não fosse suficiente, se via obrigada a propor algumas condições: que o tempo de concessão dos serviços não fosse inferior a cinquenta anos, para que, por esta forma fosse possível obter um rendimento capaz de fazer face à grande despesa anual com que se deveria contar: que no fim desse período, tivesse a preferência, em condições iguais, de continuar a mesma comissão.*⁷

Ainda a respeito da cidade do Rio de Janeiro a mesma autora quando discute a secularização dos cemitérios denomina de ambivalente uma lei de 1º de Outubro de 1828, afirmando não parecer contraditório, aos olhos de quem a elaborou e de quem lia, os cemitérios serem geridos pelas Câmaras Municipais e ao mesmo tempo pertencerem à jurisdição eclesiástica, o caráter ambivalente da lei teria permanecido despercebido até o ano de 1870, na cidade do Rio de Janeiro.⁸

Em Cuiabá houve uma característica bastante própria, pois os cemitérios teriam sido construídos pelo Governo da Província, mas desde a sua inauguração vinham sendo administrados ou geridos por representantes da Igreja.⁹

Na cidade de Belém percebemos situação semelhante à do Rio de Janeiro, pois a administração dos cemitérios públicos dessa cidade também é entregue à Santa Casa de Misericórdia local que desfrutará dessa administração até os conflitos havidos na cidade quando da secularização dos cemitérios e das emaranhadas discussões em torno do Decreto nº 789 de 27

⁶ ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Transformações nas práticas de enterramento em Cuiabá, 1850-1889*. Ed. Central de Texto, Cuiabá, 2005.

⁷ RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*, p. 127

⁸ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além*, p. 262

⁹ ROCHA, op. Cit.

de setembro de 1890 envolvendo múltiplas tendências religiosas, políticas, sociais e culturais.¹⁰

A questão dos cemitérios públicos em Belém implicava rever múltiplas relações já consolidadas há bastante tempo, como a negociação efetuada para a administração do cemitério de Santa Izabel entre a Santa Casa de Misericórdia e o Estado.

Em Belém, domínios de contendas antigas mais de acentuaram no final do século XIX, quando ocorreu a separação entre Estado e Igreja e Estado. Quando a República estabelece como necessário interferir em campos hegemônicos católicos os problemas tenderam a avolumar-se, ou melhor dito, com a cruzada secularizadora, as intrigas definiram-se e estabeleceram-se definitivamente.¹¹

Na cidade de São Paulo, foi no ano de 1858 que o processo de transferência dos enterramentos se intensificou com a inauguração do primeiro Cemitério Público municipal envolto a tensões e conflitos que serão abrandados apenas com o decorrer dos anos e resolvidos definitivamente apenas após a República e a secularização dos cemitérios.¹²

Em Cuiabá, na segunda metade do século XIX são construídos dois Cemitérios Públicos, esses dois cemitérios localizaram-se nos dois principais núcleos urbanos da cidade, a saber: o Cemitério da Piedade foi construído no primeiro distrito, próximo à Sé, região central da cidade, enquanto o Cemitério de São Gonçalo foi construído no segundo distrito da cidade, numa região que ficou conhecida como o Bairro do Porto, próximo ao rio que dá nome à cidade.

Quando, em Cuiabá, se efetuou a transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios públicos são os mesmos entregues pelo Presidente da Província de então para serem administrados pelo bispado local, que passa a determinar quais serão os seus administradores dentre os membros do clero local.¹³

Essa condição se desenrola durante muitos anos, desde a inauguração desses cemitérios em 1864 até o ano de 1901, quando o então Governador do Estado de Mato Grosso solicita do clero local a entrega das chaves dos cemitérios, por considerá-los de propriedade do município.

Essa solicitação gera uma sucessão de fatos conflituosos envolvendo a municipalidade, o Governo do Estado e o bispado local que faz distribuir à população da cidade uma série de panfletos acusando o governo do Estado e o

¹⁰ SILVA, Érika Amorim. *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX* – Dissertação de Mestrado apresentada à PUC São Paulo, 2005.

¹¹ Op. Cit. P. 139

¹² PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da Igreja ao Cemitério Público*, p. 26

¹³ ROCHA, op. Cit.

Município de tentar se apossar de algo que era de propriedade da Igreja, uma vez que os cemitérios teriam sido construídos por essa instituição contando com apoio popular em forma de esmolas além de terem sido por todos esses anos por ela administrados.

A municipalidade, por sua vez, defende seu direito de propriedade dos Cemitérios Públicos da cidade e como forma de provar todos os investimentos aplicados na construção dos mesmos, apresenta grande número de Leis Provinciais, e outros documentos com indicações das quantias em dinheiro despendidas pelos cofres públicos para a construção e manutenção esses cemitérios.

Institui-se, então, uma disputa bastante acirrada entre Governo do Estado e Câmara Municipal versus a Igreja e o bispado pelo controle e administração dos cemitérios públicos da cidade de Cuiabá.

Pretendemos investigar e compreender em nosso trabalho todo o desenrolar dessa disputa envolvendo em campos opostos o Governo do Estado e a Câmara Municipal versus a Igreja e o Bispado, além de considerar as possibilidades de interação dos fatos vividos pela população em geral em torno desses conflitos e tensões tão intensos em torno da secularização dos Cemitérios Públicos da cidade de Cuiabá, em 1901.

Durante todo o período colonial brasileiro e mesmo durante todo o Império, a religião católica foi considerada religião oficial do país, havendo uma interação bastante estreita entre Estado e Igreja nesses períodos.

No entanto, no final do século XIX a Igreja estava sob jugo do Estado, suas determinações precisavam da aprovação do poder imperial, essa nova realidade entra em choque com os interesses da Igreja, pois, esta instituição gostaria de manter sua autonomia administrativa, sem perder os privilégios junto ao Estado e uma atuação de destaque junto à sociedade, caracterizada pelo controle sobre o ensino, além do propósito de supervisionar e controlar os registros de nascimento, casamento e óbitos, assim como o privilégio de considerar os cemitérios públicos como católicos e administrá-los diretamente ou através da Santa Casa de Misericórdia.

A Igreja vai procurar se organizar para combater esse processo de secularização da sociedade, envolvendo o controle sobre registros de nascimentos, casamentos, mortes e enterramentos, pois a secularização é vista como perda de domínios da Igreja, de direitos de celebração no seio da sociedade, além de ser uma inversão de valores religiosos. Érika, p. 131.

As relações entre Igreja e Estado se fragilizam enquanto a sociedade brasileira se reorganiza e em muitas de suas esferas, com a retirada do poder eclesiástico, dessa forma, o ensino, o registro de nascimentos, de casamento

e de óbitos passarão para a alçada e serão administrados pelo Estado Republicano.

Nascem no Brasil os Cartórios de Registro Civil que passarão a efetuar e controlar esses registros que eram até então de responsabilidade da Igreja passam a ser do poder e do controle do Estado que os administra a partir de uma política de concessões.

Hobsbawn denomina esse momento como um importante rompimento com o catolicismo tradicional. Podemos perceber que esse movimento acontecido na Europa se reflete no Brasil.

Aos poucos as relações entre Estado e Igreja vão se desgastando; a união entre essas duas instituições já não correspondia aos interesses de ambas e em meio a esse conflito estava a questão dos cemitérios e a questão dos enterramentos.

A compreensão dos conflitos entre Estado e Igreja na segunda metade do século XIX se faz fundamental para entendermos como se deu no final do Império e início da República, um movimento de reorganização do Estado Nacional, a partir do pensamento liberal, que preconizava valores e liberdades individuais, que culminariam com uma nova legislação em torno da secularização da vida e da morte, determinando novas práticas para o ensino, o casamento e o divórcio, assim como instituindo a secularização dos cemitérios, propondo romper dessa forma com antigos laços entre o poder civil e o eclesiástico enquanto transferia para o Estado atribuições que há muito tempo eram de domínio da Igreja católica.¹⁴

Em 1891 foi promulgada a 1ª Constituição Republicana que introduziu a lei de secularização dos cemitérios no país.

Para a Igreja Católica, naquele momento, a secularização era considerada como um processo que buscava interferir diretamente no cotidiano da população, pois transformaria em atos civis os principais momentos da vida dos cristãos como o nascimento, o casamento, o ensino que até então tinha um perfil religioso, assim como também alteraria a morte e o pós mortis uma vez que os cemitérios também seriam secularizados. A secularização transformaria toda uma estrutura social organizada à séculos sob o manto da Igreja católica, propondo uma nova organização social civil.

Estamos iniciando nesta oportunidade uma nova etapa de investigações sobre os cemitérios e enterramentos na cidade de Cuiabá, nossa proposta para este momento é privilegiar a questão da secularização ou municipalização desses cemitérios em Cuiabá, a partir da instituição do regime republicano no país.

¹⁴ VIOTTI DA COSTA, Emilia. *Da Monarquia à República – Momentos decisivos*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Fernanda Maria Matos. *A secularização da morte em Juiz de Fora – 1850-1889*, Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

GOMES, Edgar da Silva. *A separação Estado-Igreja no Brasil (1890): Uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca*. Dissertação de Mestrado apresentada A PFTNSA – Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora de Assunção. São Paulo, 2006.

PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da Igreja ao Cemitério Público – Transformações fúnebres em São Paulo (1850 – 1860)*, São Paulo, Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2004.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Transformações nas Práticas de Enterramento – Cuiabá, 1850 – 1889*. Ed. Central de Texto, 2005.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos – tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

_____. *Nas fronteiras do além – A secularização da morte no Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005.

SILVA, Érika Amorim. *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850 – 1891)* – Dissertação de Mestrado apresentada na PUC SP em Março de 2005.

VIOTTI DA COSTA, Emilia. *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. São Paulo, Unesp, 7ª Ed. 1998.

XADREZ, HISTÓRIA E CULTURA Wesley Rodrigues Rocha*

O objetivo do jogo é aprender mais sobre o processo histórico em geral.

Henk Wesseling – História de além-mar

RESUMO: As reflexões contidas neste artigo fazem parte do conjunto de preocupações relacionadas com o ensino de história. Ele abrange o xadrez, a história e a cultura. Enfoca o xadrez como uma realidade cultural internacional e analisa este jogo no âmbito educativo. A reflexão sobre a história e a cultura podem colaborar para que as potencialidades do xadrez sejam descobertas. Para isso, apresento uma reflexão sobre a construção e desconstrução do passado, na relação oriente e ocidente e investigo o jogo como elemento de cultura.

Palavras-chave: xadrez, história e cultura.

RESUMÉ: les réflexions de cet article font partie des préoccupations qui ont des rapports avec l'enseignement de l'histoire. Il concerne le jeu aux échecs, l'histoire et la culture. Il envisage le jeu aux échecs comme une réalité culturelle d'ampleur internationale et l'analyse dans le cadre éducatif. La réflexion sur l'histoire et la culture peuvent contribuer à la découverte du potentiel du jeu aux échecs. Dans ce sens, je propose une réflexion sur la construction et la déconstruction du passé, tenant compte des relations entre l'orient et l'occident et j'entreprends des recherches sur ce jeu en tant qu'élément de culture.

Mots-clés: jeu aux échecs, histoire, culture

A finalidade de se colocar no início de um artigo, uma frase que sirva de tema para resumir o sentido ou situar a motivação do texto, deve no mínimo bordejar a ciranda mas preferencialmente ir direto ao ponto. Como uma lança destinada a atingir o alvo, um fragmento de texto deve ser cuidadosamente deslocado para um contexto similar. Seria o caso de aluir a epígrafe acima citada, se ela estivesse relacionada apenas à primeira palavra do título deste artigo.

Um método de análise, buscar similaridades e dissimilaridades entre períodos, pode ser reconhecido e denominado como jogo, cuja finalidade seja aprender mais sobre o processo histórico em geral. Assim, a palavra jogo presente na referida frase de Wesseling, quanto à forma metafórica está integrada ao contexto de acordo com o seu propósito.

A palavra propósito, propositadamente leva-me à seguinte argumentação de Burk:

“Os propósitos da história são variados, mas um deles é prover aqueles que a escrevem ou a lêem de um sentido de identidade, de um sentido de origem.” (BURK, 1992: 59-60)

- Secretaria de Educação do Estado de Goiás e Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Goiânia, Mestrando em História da UCG.

No âmbito pessoal, a origem da minha relação com o xadrez e história situa-se no campo profissional, em virtude de ministrar aulas nas disciplinas xadrez e história.

Com essa introdução jogando com a palavra jogo, posto o objetivo, lembro-me da fisionomia serena de Clio, a musa da História. Também penso em Caissa, a deusa do xadrez. Para uma compreensão a respeito do oriente e do ocidente é conveniente partir do estudo de Said, a respeito dessa complexa questão. Podemos recorrer ao livro *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (SAID, 2007). Sendo que é necessário muito estudo, pois para desmitificar é necessário conhecer o mito.

A referida questão é complexa. Assim segundo Wesseling:

“Embora seja verdade que a história africana e asiática é em grande parte autônoma, é também verdade que desde cerca de 1500, a história da África e da Ásia tornou-se relacionada àquela da Europa. A história Asiática é muito mais que uma extensão da história da Europa, mas também não pode ficar completamente isolada da história europeia.” (Wesseling, in BURK, 1992: 114)

Huizinga também colabora com esses estudos. Segundo Burk: “nossa civilização é a primeira a ser a história do mundo”. Essas palavras escritas por Huizinga há mais de meio século atrás. O desafio de se extrair em suas conseqüências é algo que ainda hoje estamos enfrentando.” (Wesseling, in BURK, 1992: 131)

Entretanto, não se deve “esconder o jogo” das representações e novas interpretações. Empregamos a palavra jogo em múltiplos sentidos, afinal ela possibilita diversos pontos de vista. Isso não pode ser comparado ao lançamento de dado viciado, pois revela sempre a mesma face.

No bojo desse processo histórico encontramos o xadrez. Sem disfarce e com objetividade, tenho tratado a arte de Caissa no âmbito educativo permeado por inúmeras pesquisas cuja culminância tem elucidado o seu valor pedagógico.

Contudo, de acordo com Sá: “Ainda se fazem necessários outros estudos em nível da pesquisa básica e aplicada nas áreas de psicologia, educação, matemática e informática para que todas as suas potencialidades sejam descobertas.” (SÁ e ROCHA, 1997: 78)

Entretanto, será que os estudos na área de história e cultura podem também colaborar para que as potencialidades do referido jogo sejam descobertas? Os livros enxadrísticos apresentam conteúdo sobre a história do xadrez?

Nesse sentido, vejamos o resultado parcial de uma pequena pesquisa que fizemos sobre importantes livros enxadrísticos, entre outros.

Das 320 páginas de seu livro *Xadrez Básico*, Becker dedica uma delas ao *Xadrez e política na URSS* (304). Parece pouco. Entretanto, muitos livros não abordam esse conteúdo.

Das 596 páginas de seu livro *Manual de Xadrez*, D' Agostini dedica sete (249-265) para à *História do Xadrez* (249-265).

Com o livro *O Xadrez na Idade Média*, Lauand foi um pioneiro na colaboração com a literatura enxadrística publicada no Brasil. Sobre essa questão, Hiemsdýk disse: “A presente obra do Prof. Luiz Jeand Lauand extrapola, pela razão exposta, o seu próprio e inegável valor, para tornar-se pioneira numa relegada faixa da literatura enxadrística no Brasil. (Riemsdýk, in LAUAND, 1988: 14)

O conteúdo do livro de Lauand elucidava inclusive o xadrez na sua fase moderna: “Foi no fim da Idade Média, que o xadrez moderno encontrou a sua forma atual e por isso a abordagem do xadrez medieval é tão importante para uma melhor compreensão de sua história”. (LAUAND, 1988: 14)

Sá dedica oito páginas à história do xadrez. Trata-se de uma excelente síntese sobre a origem e evolução desse jogo. Assim sendo, em diversos livros de inúmeros autores, o espaço reservado para o capítulo História do Xadrez, foi preenchido pela referida síntese.

No meio do nosso livro *Iniciação ao xadrez escolar* (SÁ e ROCHA, 1997), encontra-se a referida síntese (67-74).

No livro *A history of chess* (MURRAY, 1962), dedica 20 de suas 900 páginas a *Chess in mediavel literature* (735-755).

Todavia, numa prova de que tamanho não é documento, é oportuno citar o pequeno grande livro “O que é Xadrez” (Coleção Primeiros Passos), de autoria de Pedro Sérgio dos Santos. Escrito com o intuito de mostrar a relação do xadrez com a política, a educação, a matemática, a música, a psicologia e as artes, valorizou o processo histórico em geral e a cultura.

No livro *Xadrez: poesia em inocentes lances* (ROCHA, 2001), dentre as setenta e uma poesias, dedicou uma poesia à história do xadrez, onde se faz uma referência ao historiador Murray.

E no contexto da filosofia da história, Johan Huizinga colabora com o livro “Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura” (HUIZINGA, 2007). Ele, ao reunir e interpretar um dos elementos fundamentais da cultura humana: o instinto do jogo, analisou o xadrez sob diferentes aspectos.

Segundo Huizinga, esse referido livro é o resultado de seu estudo mais avançado sobre o jogo como elemento da cultura e foi escrito com o objetivo de procurar integrar o conceito do jogo no de cultura.

Huizinga busca indicar qual o ponto em que a cultura emerge do jogo. Tenta mostrar como o jogo marca e acompanha a cultura.

Segundo os estudos do autor, a identidade essencial do jogo é a competição. Todavia, ele chama a atenção para algo de importância fundamental: o fator lúdico na cultura.

Seus estudos remontam a um passado distante do qual aborda, por exemplo, a representação sagrada e a competição solene, cujas formas originam como jogo e no jogo. Entretanto, esse autor refuta a noção de jogo advindo de uma origem mística.

De acordo com Huisinga, na dupla unidade do jogo e da cultura, a primazia cabe ao jogo. Ele escreveu o prefácio (Leyden, 15 de junho de 1938) do seu livro supracitado, em que informa que o jogo como elemento da cultura é opinião presente em suas obras desde 1903. Paulatinamente foi ampliando sua convicção de que é no jogo e pelo jogo que a civilização se desenvolve.

Na historiografia contemporânea, a concepção de civilização foi superada. De qualquer forma isso não diminuiu o significado da colaboração de Huisinga sobre o jogo como elemento da cultura, como fenômeno cultural por demais significativo. Ele priorizou o estudo sobre o jogo numa perspectiva histórica, tomando-o como fenômeno cultural.

Entre outros autores que valorizam a história no processo de conhecimento, está Garry Kasparov (campeão mundial de xadrez no período de 1985- 2000). Ele é autor de diversos livros enxadrísticos. Contudo, a sua recente obra apresentada em três volumes, reflete sobre a história de seus doze predecessores e de seus adversários.

Garry, analisa o contexto histórico inerente aos importantes eventos enxadrísticos sob o aspecto competitivo nos últimos cento e cinqüenta anos.

No dizer do próprio autor:

“Os melhores mestres de xadrez de cada época estiveram intimamente ligados aos valores da sociedade em que viveram e trabalharam. Todas as mudanças de fundo cultural, político e psicológico são refletidas no estilo e nas idéias de seus jogos. Essa profunda conexão remonta a muito tempo atrás” (GARRY, 2004 : p.7).

Trata-se de uma história moderna sobre o xadrez por meio de um processo de construção do conhecimento levando em consideração a complexidade do mundo. A referida obra aponta para um caminho de larga abrangência, o processo histórico em geral.

Nas palavras do autor:

Não parece lógico que na era do Renascimento, nos séculos XV-XVII, o xadrez tenha se desenvolvido mais rapidamente na Espanha e na Itália? Teria sido casualidade o fato de o primeiro mestre tentar criar uma teoria de jogo posicional, o grande François-André Philidor (incidentalmente um conhecido compositor e amigo de Diderot), ter vivido na época do Iluminismo? E quanto ao slogan que ele formulou no meio do século XVII:

“Os peões são a alma do xadrez!” Não escutamos aí ecos da vindoura Revolução Francesa?” (GARRY, 2004: 7)

Assim sendo, também importa saber qual a cultura que emoldura cada período da história. “Absorvente interesse”. Assim disse Lasker, em relação à criação deste jogo: “A história da invenção do xadrez e de suas migrações através da terra é por si só de absorvente interesse.” (LASKER, 1999, 12)

No entanto, fica mais significativo uma ampla investigação sobre diversas relações inerentes a esse processo. Não obstante, com êxito pode-se recorrer à expressão artística literária no bojo da temática do xadrez, em virtude de ter sido produzida num contexto diversificado. Por exemplo em suas inúmeras facetas, tais como: conto, crônica, ficção científica, história em quadrinhos, memórias, novela policial, romance e poesia. Sobre esse conteúdo, Sá escreveu o texto *Xadrez e poesia: uma antiga parceria*. (Sá, in Rocha, 2001: 159-171)

No que diz respeito à literatura técnica enxadrística (tática, estratégia, abertura, meio-jogo e final), também há poesia. De modo resumido, Becker explica: “A partida é a prosa do xadrez. O problema – a sua poesia.” (BECKER, 1990: 221)

Além de servir como suporte pedagógico para a arte de jogar xadrez, os problemas são apreciados por estética poética (beleza, elegância). Sobre essa questão, Monteiro diz: “O problema de xadrez é uma autêntica obra de arte. No seu conteúdo estratégico, há sempre uma mensagem de peregrina beleza!” (MONTEIRO, sem data, 13)

Trata-se de um conteúdo enxadrístico que segundo Horton, pode favorecer o aprendizado: “Os problemas de xadrez apresentam oportunidades para o estudo da ciência do final de partida.” (HORTON, 1973: 217)

Para muitos estudiosos do xadrez, os problemas medievais ainda mantêm interesse, despertam a curiosidade e valorizam a cultura enxadrística atual. Lauand reconheceu a importância deste estudo e disse: “daí termos dado destaque aos problemas enxadrísticos medievais que por essa mesma razão, procuramos mostrar como algumas idéias do xadrez de hoje já estão presentes na Idade Média. (LAUAND, 1988: 18)

No contexto de problemas denominados *mate em um lance*, a solução pode ser, mover diagonalmente um peão para o último quadrado à sua frente (local de coroação). De modo a efetuar uma captura, promove-lo a uma das seguintes peças, dama, torre, bispo ou cavalo: com o objetivo de dar xeque-mate.

Os compositores enxadrísticos podem criar inúmeros problemas de acordo com o conteúdo acima citado. Assim sendo, poder-se-ia representá-los através de tabuleiro e peças, quadro

mural, programa eletrônico, diagramas, notações enxadrísticas (por exemplo, algébrica ou forsyth), entre outras. Colaborando em diversos aspectos, lúdico, pedagógico. Sendo valorizado no âmbito da história e cultura especialmente no cenário enxadrístico.

Mas, o que se pode dizer a respeito do peão no sentido mais amplo da história e cultura? No Moderno Dicionário de Xadrez, segundo Horton: “PEÃO. A menor e menos valiosa de todas as peças. A palavra peão é originária do latim pés que significa pé – com o sentido, pois, de soldado a pé ou infante.” (HORTON, 1973: 199)

Desse modo, recorremos as palavras no contexto histórico com o intuito de ampliar a análise cultural. Sobre essa forma de pesquisar, Levi diz: “Alguns campos, como o da história cultural da linguagem, estão apenas agora se abrindo para a pesquisa histórica.” (Levi, in BURK, 2004: 162)

É significativo buscar o sentido das palavras no contexto histórico-cultural, de modo a compreender o processo de imbricação. Vamos, portanto, mais uma vez examinar a palavra peão, assim de acordo com Horton: “O peão captura obliquamente (diagonalmente), remanescente do soldado que atinge o inimigo com um golpe lateral da espada. (HORTON, 1973: 199)

Não se pode negar a origem infante do peão e sua posição no arranjo inicial das peças sobre o campo de batalha (o tabuleiro). Eles são posicionados na frente de todas as demais peças. No lance denominado roque, o objetivo é proteger o rei e tornar a torre mais ativa em virtude de seu novo posicionamento no tabuleiro. Aconselha-se, no entanto, a rocar de modo que o rei fique protegido por um muro de peões. E desse modo mais uma vez os peões se integram à luta.

Na literatura enxadrística, observamos que o fato de o peão mover-se pela vertical e capturar apenas pela diagonal, tem ensejado mais do que belos versos. Para exemplificarmos mencionaremos as “*Moralidades do xadrez*”. Segundo Horton:

“Usar um equipamento de xadrez e considerar a prática do jogo como instrumento para a demonstração de princípios morais e de boas relações sociais. Na idade Média surgiu grande número de publicações sobre xadrez sob o nome de “Moralidade”.” (HORTON, 1973: 178)

Posteriormente ao referido período, surgiram escritores de xadrez, cujos textos foram intitulados de modo similar. Em relação ao conteúdo, de modo análogo tentaram uma simbologia, uma representação entre o jogo de xadrez e a vida humana.

Sobre essa questão, Horton cita um autor do século vinte: “Benjamim Franklin escreveu um ensaio intitulado *Morals of Chess* em que assentou regras de conduta para os jogadores de xadrez.” (HORTON, 1973: 178)

A respeito dessa temática, diversos autores citam a obra *Moralitas de Scaccario*, cuja autoria é atribuída a Inocêncio III. Escrita, portanto, no contexto medieval do século treze. No que tange à questão da divisão social, abordada no referido livro, há uma analogia entre o tabuleiro e o mundo.

Há também uma comparação entre o rei e o peão. Ambos identificados, respectivamente, como o rico e o pobre. Parece que a única semelhança entre ambos é a finitude. Assim, de acordo com a citação de Lauand: “E o caráter do jogo é tal que um toma o outro e, com o jogo terminado, assim como todos tinham saído da mesma bolsa, a ela voltam. E então já não há diferença entre o Rei e o pobre Peão, pois acabam do mesmo modo o rico e o pobre. (LAUAND, 1988: 49)

No ensino de História, será que o aluno é levado a se comparar com um Rei (real e tirano) ou a um Peão conformado com o seu destino (semelhança apenas no caráter de finitude)?

Como em uma partida de xadrez, o ensino de história não se limita a falsos problemas como esses acima relacionados. O ensino de história não se limita a questão metodológica. Como um peão do ensino fui coroado com uma licença remunerada para aprimoramento profissional. Um xeque-mate em cada não e um lúdico fim.

REFERÊNCIAS

- BECKER, I. *Manual de xadrez: generalidades, aberturas, meio-jogo, finais, partidas (miniaturas), “imortais”, magistrais, problemas, miscelânea, curiosidades, o xadrez no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1990)
- BURK, P. *O que é história cultural?*. Trad.: De Magda Lopes. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 2005.
- CARVALHO, J. F. *Iniciação ao xadrez*. . São Paulo: Summus: 1998.
- D’ Agostíni. O. G. *Xadrez básico*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s. d.
- EADE, J. *Xadrez para leigos*. Trad.: Mauro de Campos Silva. São Paulo: Mandarim, 1998.
- GARRY, K. *Meus grandes predecessores: uma história moderna sobre o desenvolvimento do jogo de xadrez*. Trad.: Giovanni Portilho Vescovi. Santana do Parnaíba, SP: Solis, 2004.
- HORTO, B. J. *Moderno Dicionário de Xadrez*. Trad.: Flávio de Carvalho Júnior. São Paulo: IBRASA, 1973.
- HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. Trad. de João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- LASKER, E. *História do xadrez*. Trad.: Aytano Arruda. São Paulo: IBRASA: 1999.

LAUAND, L. J. O xadrez na Idade Média. São Paulo: Perspectiva: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.

MONTEIRO, J. V. *Problemas de Xadrez*. Rio de Janeiro: s. d.

ROCHA, W. R. Xadrez: poesia em inocentes lances. Goiânia: Viera, 2001.

SÁ, A. V. M. de; ROCHA, W. R. *Iniciação ao xadrez*. Brasília: 2001.

SANTOS, P. S. dos. *O que é xadrez*. São Paulo: 1993.

Sobre o projeto da epistemografia

Leonardo de melo Rodrigues*

Resumo

Um traço se mostra no projeto da epistemografia que a distingue e lhe dá força: um desvio, uma distância do pensamento em relação ao senso comum, à experiência cotidiana em geral. Esse elemento distintivo, presente, embora com matizes diversos, numa gama heterogênea de autores, é um efeito, um desdobramento de uma maneira específica de produção do saber histórico. Muitos são os elementos que possibilitam a relação deste desvio singular com uma cena filosófica específica: a francesa...

Palavras chaves: epistemografia, história, rupturas

Um traço se mostra no projeto da epistemografia que a distingue e lhe dá força: um desvio, uma distância do pensamento em relação ao senso comum, à experiência cotidiana em geral. Esse elemento distintivo, presente, embora com matizes diversos, numa gama heterogênea de autores, é um efeito, um desdobramento de uma maneira específica de produção do saber histórico. Muitos são os elementos que possibilitam a relação deste desvio singular com uma cena filosófica específica: a francesa. Não é que nacionalidades pessoais determinam um modo de pensar. Como Deleuze & Guattari dizem em *O que é a filosofia?*, não é o filósofo que tem uma pátria, mas é o pensamento, a filosofia que requer para si um território, um plano de imanência (DELEUZE & GUATTARI, 1992). Com isso queremos enfatizar uma maneira de fazer filosofia que tem por plano de imanência e emergência a França. Esta ruptura do pensamento em relação ao senso comum promovida pelo projeto da epistemografia, se atualizando em diversas obras, tem uma história e é esta a trama cujas linhas gostaríamos de esboçar.

O foco deste trabalho é como o projeto da epistemografia se cria enquanto realização efetiva de uma potência do saber histórico. Mais precisamente: observar-se-á como pôde uma relação específica da filosofia crítica com o saber histórico produzir uma maneira não só de fazer filosofia, como também de pensar filosoficamente problemas regionais da ciência, levando em conta a efetividade das rupturas, isto é, da

* Universidade Federal de Goiás

história. A hipótese inicial que serve de ponto problemático é a de que há uma especificidade na maneira de pensar, levando em conta a produção do saber histórico, no projeto da epistemografia, que não se desvia somente do senso comum, em largo sentido, como se distancia também de pressupostos comuns internos ao saber científico da História, isto é, da História enquanto disciplina. E esta singularidade não apenas se instala numa margem exterior às pesquisas historiográficas como também é esconjurada por uma pedagogia científica desta disciplina. É este o paradoxo implicado: virar a história (devir) contra a própria História. Pois qual outra marca da empreita científica da ciência histórica que a objetivação de continuidades sob a superficial dispersão dos acontecimentos, das rupturas? Ou seja, a história, para tornar-se ciência, escrutou as linhas da continuidade: a continuidade da forma-conteúdo Homem no curso linear da História. Mas ao levar tal empreitada ao limite, e assim tomar por objetos da disciplina histórica representações totalizantes como “cultura”, “mentalidade” e “cotidiano”, conceitos que são automaticamente argumentados em referência a uma experiência imediata irrefutável, a uma similitude da representação geral—conceito dado e geral—com um passado deveras ocorrido e geneticamente constituinte do presente; é instituída como norma de legitimidade do discurso histórico o culto antropológico das continuidades longínquas, que justamente suprimem a própria história. Este tipo de postura diante ao material histórico, a que detecta as continuidades irremovíveis, é caridosa ao ponto de justificar a diferença entre futuro e presente em termos determinações históricas *a priori*: a falta de discernimento do primitivo de enxergar a clareza das origens e da Lei, ou ainda, é capaz de revogar as multiplicidades temporais que atravessam o decurso do tempo; suprime, por não agregar como corpus documental a história efetiva dos acontecimentos de superfície, formados ao acaso dos encontros.

Um dos efeitos desta supressão, em nível mais geral, é uma banalização do pensamento francês de esquerda, mais ou menos conectado com o Maio de 68, em promoções do programa ‘pós-modernista’. Isto se dá no momento em que estes autores são tomados como fachadas para ilustrar uma revocação ao programa clássico da ‘Razão’ representativa (BRICMOUNT, 1999). Além de ser uma aberração universalista pressupor uma unidade da Razão nos diversos campos de sua aplicação científica, impor à *French Theory* uma subordinação à retrógrada Razão clássica, é esvaziá-la de sua potência criativa. Ao enfatizarmos esta crítica ensejamos realçar o quanto tal postura não se atenta para as novidades que são formadas, engendradas, no campo filosófico francês. É preciso ver aí não só uma fixação do mesmo e sim a emergência de uma

cisão, de uma diferenciação. Falávamos a pouco acerca do estatuto desviante na maneira de pensar, de fazer filosofia, na França, que se distancia do saber geral do senso comum. Mas somente apontar este desvio não basta, é necessário percorrer seus tênues percursos para podermos aceder à novidade que anunciam. Um ponto específico, para o qual chamaremos a atenção, é decisivo para a dinâmica da novidade: os novos jogos conceituais. Já não se toma mais o conceito tal como representação, ele é colocado sob o primado do saber histórico. Desse modo, não é mais o conceito subsumido às leis do idêntico, do geral, do universalizante, e sim os conceitos como formas de pensar que levam o pensamento a ultrapassar seus limites, seus obstáculos, via retificação e reformulação, criando assim atos epistemológicos. E se há um desvio do pensar no projeto epistemográfico em relação ao senso comum, tanto geral quanto específico a História, ou mesmo ao bom senso que permeia a ambos, é porque nesta distância opera uma maneira de fazer filosofia na qual a formação de conceito é um processo de criação. E toda criação é um devir histórico.

Afinal de contas, o que vêm a ser este projeto, ou melhor, esta disciplina: a epistemografia? E mais precisamente: quais as novidades que são colocadas em jogo? Utilizo a definição e os níveis propostos por Foucault, e trabalhado por François Delaporte em *“Foucault, la epistemología y la historia”* (DELAPORTE, 2002). Segundo este trabalho, a definição para epistemografia é: *“la descripción de aquellos discursos que, en una sociedad, en un momento dado, han funcionado o han institucionalizados como discursos científicos”*. E de acordo com texto em questão, essa análise dos discursos científicos ocorrem em distintos níveis: “epistemonómico”, “epistemocrítico”, “epistemológico” e “arqueológico”. Os dois primeiros níveis são mais simples de acompanhar. O nível “epistemonómico” diz respeito às transformações internas ao próprio discurso científico, às reiteraões e revisões a que se submete uma teoria científica. O nível “epistemocrítico” concerne à análise dos discursos científicos perquirindo-lhes se no instante de sua enunciação são verdadeiros ou falsos. Já os outros dois, mais complexos, serão analisados em pormenor. Pois, ao traçarmos os contornos destes dois níveis, estaremos falando de duas dimensões do projeto epistemográfico que se desdobram em obras bem delimitadas: a epistemologia histórica e a arqueologia fucotiana. Assim podermos adentrar nas singularidades que compõem de fato o projeto epistemográfico.

Portanto, é impossível falar do nível “epistemológico” sem se instalar naquilo que foi a epistemologia histórica francesa. Os efeitos das obras de Bachelard,

Canguilhem, Koyré e Cavailles, expressam um acontecimento que, embora silencioso, reverbera com várias intensidades no campo filosófico francês. Foucault, em um artigo de crepúsculo da vida, afirmou que os intelectuais mais ou menos ligados ao maio de 68, e não só os filósofos, teriam tido contato com a obra de Canguilhem (FOUCAULT, 2000). Desde já avisamos a não redução da disciplina epistemológica em pressupostos gerais, universais, que atravessariam homoganeamente a obra destes autores. É muito mais uma “maneira de fazer” do que uma aplicação de uma Razão geral, pois basta ver como as teses bachelardianas foram aplicadas em outros campos de atividade científica.

Então, mesmo que em traços gerais, o que seria esta transformação no campo filosófico francês? E qual a novidade que emerge deste feito? Seria, tal conjunto, o momento de uma “tomada de consciência” inaudita na história do espírito universal? Ou uma ruptura em relação a este? Enfim, como se coloca a epistemologia em relação à linha de continuidade linear da história do pensamento ocidental? Como analisaremos adiante, é muito mais como uma ruptura, como uma diferenciação que se impõem o acontecimento epistemologia. A questão, para a epistemologia, não é a constituição de uma razão geral válida universalmente em todos os campos científicos, e sim ver como cada região de cientificidade constrói para si uma racionalidade singular.

Michel Fichant, em “A epistemologia na França”, afirma que o acontecimento epistemologia histórica se difere tanto da *epistemology* inglesa quanto da teoria do conhecimento alemã (FICHANT, 1974). Essa afirmação alinha-se ao ponto de partida pelo qual iniciamos: a existência de um campo filosófico francês extremamente diferenciado, constituído às voltas das teses epistemológicas. O que se entende por esta disciplina não é a mesma coisa em cada um destes campos; Fichant afirma que para tais campos de especulações filosóficas, mormente dogmáticas e poucos controláveis, como acontecia na Inglaterra e na Alemanha, o centro do interesse se baseava, na maioria dos casos, em questões gerais e universais do espírito humano, tal como o sujeito e o objeto do *cogito* cartesiano. Em termos restritos a epistemologia diverge-se tanto do empirismo lógico inglês, quanto da teoria do conhecimento alemã.

Além disso, o programa da epistemologia se diverge também da “filosofia das ciências”, herança maior na França de August Comte. A linha de distanciamento é a mesma em ambos os casos: pretensões universais da ciência. A epistemologia histórica, em absoluto, não se confunde com o projeto da filosofia positiva. A Razão universal se tornou razões regionais; cada ciência constitui para si uma razão singular, ou seja, a

racionalidade da biologia difere da racionalidade química, assim como esta se difere da medicina.

O conceito epistemologia, na usagem que teve na França, constituiu para si um domínio específico, mas é preciso distingui-la de seus não restritos usos, isto é, de seu passado inatual. Esta palavra já podia ser encontrada em discursos filosóficos ainda no século XIX, em autores vinculados ao projeto de uma filosofia crítica alemã. Neste sentido, utilizavam-na para demarcar um campo da filosofia que é a teoria do conhecimento. Quando o termo fora introduzido na França, via obra de Emile Meyerson, uma importante referência de distanciamento da epistemologia, funcionava como equivalente ao termo filosofia das ciências, e encerrava sobre si ainda o conhecimento das generalidades e das leis imutáveis. Isto é, um método geral do conhecer que, abaixo às diferenças entre os campos de atuação científica, erigiria uma constante invariável; uma forma de conhecimento presente em essência em todas as ciências. Assim, as diferenças entre os diversos campos científicos são tomadas por atributos quantitativos: diferem-se em grau a partir de um princípio fundamental. Nesta conduta científica, o fator experimentação encontra-se sempre subsumido a este princípio norteador. As novidades advindas da experimentação, do trabalho científico, ou servem como exemplificações da verdade teórica fundamental, ou, quando fracassam, são utilizações ilegítimas deles. E à filosofia, caberia a constituição das categorias e dos princípios.

Um dos traços característicos da epistemologia histórica, que bem demonstra seu posicionamento crítico em relação à postura científica anterior, comum tanto à teoria do conhecimento alemã, quanto à *epistemology* inglesa e ainda à filosofia positiva francesa do começo do século XX, é a subsunção da filosofia aos atuais estágios da ciência. Não é mais uma filosofia que de fora, pairando acima do trabalho da ciência, lhe ditaria seus rumos e leis; uma filosofia imune aos pequenos avanços e descobertas obtidos no labor diário das ciências. O estatuto do conhecimento filosófico, segundo o modo de operar da epistemologia histórica, desloca a relação da filosofia com as ciências, inverte a ordem hierárquica. Assim, não é a filosofia que deve alimentar a unidade ideal da ciência, é a filosofia, então, que deve estar alimentada pelos estágios atuais da pesquisa científica, dos solos epistemológicos nos quais se encontram as ciências. Desta inversão hierárquica, emerge uma maneira de fazer ciência que se diz epistemológica.

É a partir da obra de Bachelard que devemos a epistemologia histórica. Canguilhem, em “Sobre uma epistemologia concordatária”, situa este acontecimento na cena filosófica francesa: foi em 1927, diz ele. (CANGUILHEM, 18, 1974). Bachelard dedicou-se em suas pesquisas científicas a campos bem delimitados: a história da física e da química. É bom salientar que a revolução operada pela obra deste autor, muito ligada a uma maneira específica de se apropriar do saber histórico, não tem ressonância nem relação, ao menos direta, com a escola dos *Annales*, que era a referência científica do saber histórico. Muito menos diz respeito à utilização de conceitos totalizantes, como “mentalidade”, “cultura” e “Razão”, na própria conjuntura da reflexão. Bachelard, no domínio delimitado da física e da química, irá fazer a história de tais disciplinas levando em conta seus estágios de teorizações atuais. Neste caso, a física da relatividade e a química das moléculas carbônicas, formarão o ponto de vista pelos quais partem suas análises. Este ponto de vista judicativo apoiado na atualidade da ciência constituirá o horizonte das questões e dos problemas a serem descritos e avaliados.

É preciso ver, com mais precisão, como se põe em jogo o saber histórico na economia da reflexão epistemológica. Mais para isso seria necessário retomar o singular estatuto da filosofia em relação à ciência, no interior deste conjunto. No texto já comentado de M. Fichant, há uma citação de Bachelard a este respeito curta e muito incisiva: “Somente uma filosofia em estado de alerta pode seguir as modificações profundas do conhecimento científico.”(BACHELARD Apud FICHANT, 1974,127). Assim, coordenada pela ciência, a filosofia deve atuar um papel crítico diferenciado: não mais ordenar os princípios constitutivos da Razão; e sim estar atualizada das regiões de racionalidade abertas pelo novo espírito científico. A reflexão filosófica crítica abdica-se da pesquisa acerca das generalidades e se detém nos materiais oferecidos pela ciência. E esta nova forma de subordinação acarreta mudanças decisivas no modo de fazer filosofia. Instalar a teorização ao nível da prática, assim como se fez nos experimentos científicos, é a recusa a qualquer teoria sempiternamente válida, fora de qualquer agenciamento histórico. Segundo Bachelard, as experimentações teóricas, acumulando nos arquivos cada vez mais quantidade de descrições acerca destes experimentos, são um traço distintivo do novo espírito científico, que tivera emergência em campos de racionalidade como a física quântica ou a química molecular, do começo do século XX. Este novo espírito científico pertence à atualidade de uma ciência que não cansa de ser retificada. Mas, não é um pouco arriscado retomar um termo tão universal como o “espírito”, para uma disciplina que se forma na derrocada das

generalidades? Já não estamos falando sobre as mesmas coisas; o conceito não remete ao mesmo objeto. Não é mais o espírito humano geral, estamos falando de uma nova postura da ciência em relação ao seu ato. O novo espírito científico se constitui mediante um salto, uma ruptura. E esta ruptura não é fundadora num sentido original; não é o caso de uma ruptura que desviaria a ciência de uma continuidade e a instalaria em outra novamente harmônica. É a descontinuidade como maneira de fazer ciência; constantes rupturas que não param de se retificar, produzindo, conseqüentemente, novas rupturas. Isto quer dizer que o novo espírito científico devém numa atualidade, num presente que não cessa ele mesmo de ser recriado e reinventado.

A obra de Bachelard, que serviu de forte referência para os epistemólogos posteriores, traz consigo uma nova dinâmica, não só para o campo da filosofia, como também para campos de conhecimento heterogêneos. Bem mais que uma simples relação de influência passiva—o próprio Bachelard fez questão de mostrar o quanto o conceito de influência não explica nada—, seu pensamento destacou-se e foi merecedor da atenção de seus contemporâneos pelas novidades que sugeria. O próprio autor definiu como atributo da epistemologia um “polifilosofismo” em ato. Ao delinear este conceito, mostra como uma filosofia, uma história da ciência, atenta aos estágios atuais da pesquisa científica, para desviar-se de dogmatismos ingênuos, deve ser em ato construída, tentando desconsiderar tudo que for dado *a priori*. O trabalho do discurso científico como incessante criação, eis o que mostra a novidade da epistemologia. É, portanto, em nome criação, que a epistemologia não admite em sua operação uma teoria prévia, seja ela, empirismo, idealismo, materialismo, formalismo ou mesmo o positivismo. Para Bachelard, trata-se de *racionalismo aplicado* conjugado com um *materialismo técnico*, o jogo teórico constitutivo da epistemologia. Ou seja, a ciência, para ter uma filosofia que lhe comporte em sua atualidade, não deve carregar consigo uma teoria previamente designada antes mesmo do próprio exercício; deve estar num estado de constante teorização e retificação, mediante experimentação prática. Fichant é enfático a este respeito: “Reconhecer ao saber científico o estatuto de uma produção, eis o que revoluciona, de fato, todas as problemáticas e coordena ao mesmo tempo todas as teses bachelardianas em torno de um centro bem definido”(FICHANT, 1974, 138.). Enfim, a novidade da epistemologia não um dado estático geral, é uma dinâmica de atuação.

Haveria um vetor para esta dinâmica? Ou seria o novo espírito científico um valor idêntico ao relativismo, onde tudo é nada, assim tudo, e logo nada é válido?

No prefácio que abre sua obra intitulada *O novo espírito científico*, Bachelard defende a tese na qual, se há um sentido para este novo espírito, esse é justamente um desvio rumo à abstração (BACHELARD, 1996). É importante ressaltar os campos específicos aos quais se dirigia a epistemologia de Bachelard, a química e a física; sendo neles onde melhor se podia analisar com os métodos da epistemologia. E assim romper com a obsoleta continuidade do saber rumo sua verdade adâmica. Submeter as categorias implicadas na produção científica à história, é estar atento às novidades que elas supõe. E quando a ciência moderna—nos referimos aqui a periodização adotada por Bachelard—, abandona as categorias caras ao pensamento representação para trabalhar conceitos com alto grau de abstração, ela se elabora enquanto uma atividade racionalista aplicada na experimentação. E estabelece, em relação à postura dita científica difundida e desdobrada clássica, distanciamento e rupturas. Ao invés de um nascimento maturado junto a identidade geral de toda origem, as ciências modernas são acontecimentos de pensamento marcados por uma formalização e sistematização bem asseguradas por métodos ainda mais especializados que delimitam com precisão o campo de experimentação.

A emergência da ciência se dá numa explosão criativa: foi preciso renomear as coisas com a nova linguagem científica. Os exemplos desta explosão, que são vários, encontráveis nas diversas obras dos epistemólogos, demonstram como a formalização científica efetivara-se segundo explosões, segundo acréscimos materiais consideráveis. Por conseguinte, em Bachelard, as novas formações constituem uma nova economia discursiva. Criando conceitos novos e recodificando os anteriores que permanecem, opera um salto em direção a um campo que supera, do ponto de vista do conhecimento objetivo, os obstáculos epistemológicos interno ao pensamento-representação. Coloca-se a produção de conhecimento objetivo em outros termos e problemas. E tal salto, enfatiza Bachelard, quando atinge a formalização e sistematização requerida, é de fato um progresso da ciência. Este progresso em ato da ciência moderna, longe de cerrar os avanços de suas descobertas em altares de verdades acabadas, sempre se alerta de seu inacabamento constitutivo. O progresso do novo espírito científico não tolera teorias acabadas. Suas verdades, embora sancionadas, são provisórias. O seu modo de operar joga com o erro relações positivas. É somente com estas ressalvas que se fala na epistemologia de progresso.

A nova dinâmica ciência, segundo este ponto de vista, convulsiona continuidades por demais triviais, ou melhor, situadas no falso. Situar no falso, não é

ser falso, mas sim, segundo a história das ciências, estar sobre categorias abandonadas, não mais produtivas. A ciência da descontinuidade é aquela que se retifica a todo instante. Logo, as falsas continuidades são desqualificadas enquanto explicações gerais. Isto livra a epistemologia da crítica de elogio ao descontinuismo vulgar: denunciar as falsas continuidades é impor ao discurso científico o caráter progressivo dos *atos epistemológicos*, a impossibilidade de sustentação dos pensamentos enraizados numa *epistemê* superada. Por exemplo, não se explica mais o estágio atual da ciência como uma lenta maturação de um germe rumo ao seu esplendor final; e sim como rupturas contínuas que, colocando novas questões e retificando as velhas, levaram um campo determinado de aplicação científica a uma mudança de solo epistemológico. Não há mais um estado acabado da verdade científica, ela está sempre por se fazer e se refazer. Esta dinâmica própria ao “novo espírito científico”, que se localiza nos estágios atuais do desenvolvimento da ciência, dá a elementos intrínsecos aos discursos científicos um novo estatuto: não se refere mais a termos como “objeto”, “sujeito”, a fim de vermos as mesmas entidades imutáveis como se via no cogito cartesiano; não se dá mais a mesma relevância para as experiências imediatas, ou melhor, o saber científico volta-se contra o universo dos conhecimentos imediatos e pouco reflexivos da curiosidade ingênuas; os seus objetos já não são os mesmos; enfim, o padrão operatório da produção racional científica segue uma outra linha de diferenciação.

A esta linha acresce-se a arqueologia foucaultiana. Para esta o problema não é mais a constituição das ciências modernas, do discurso especificamente científico. Foucault, segundo a tese de Roberto Machado em *Ciência e Saber*, mantém com a epistemologia um diálogo pontual. A filiação latente não deixa de conter também uma ruptura manifesta. Ao fazer a arqueologia de discursos que não acederam ao patamar de ciência, discursos que atuam ao nível de saberes, Foucault abandona o terreno da epistemologia, da racionalidade, e adentra-se ao nível de saberes, seguido das suas decorrentes práticas, e propõe a análise das formações discursivas, necessariamente não científicas, que tiveram emergência na modernidade, isto é, final do século XIX e que consistem em saberes, como as ciências humanas, a psiquiatria, a medicina, não propriamente científicos, entretanto delimitados por uma lógica que não cessa de jogar com outras instituições, Justiça, Polícia, Departamentos burocráticos, acarretando em práticas que marcam populações, loucos e corpos. Em suma, trata-se das “análisis de las transformaciones de los campos del saber” (FOUCAULT Apud DELAPORTE, 2002, 238).

A arqueologia não quer saber acerca da constituição científica de um saber, seu problema são as regularidades discursivas dos enunciados. Coerências internas que legitimam práticas. As regularidades não são fixas, eternas, dependem do agenciamento histórico em que se inserem, juntamente com os acasos e desvios característicos às práticas. O objeto da arqueologia é o discurso produzido por saberes não científicos, que normalizam espaços do corpo social, segundo práticas específicas.

Portanto, alçado tais níveis, podemos ver a trajetória do método epistemográfico, seus diversos níveis e questões. Projeto este que marca uma forma específica de pensar as histórias das ciências e dos discursos, na cena filosófica francesa, e assim procurando salientar a singularidade do saber moderno e atual.

Bibliografia

BACHELARD, Gaston. *A formação do novo espírito científico*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rj: contraponto, 1996.

CANGUILHEM, G. Uma epistemologia concordatária. In: *Epistemologia*. Rio de Janeiro, Edusc, 1984.

DELAPORTE, François. “Foucault, la epistemologia y la historia”. In: *Filosofia de los acontecimientos*. Trad. Martha Pulido. Medellín: Editorial Universidade de Antioquia, Colômbia; 2002. Pp. 235-255.

DELEUZE, G. & GUATARRI, F. *O que é a filosofia?* Trad. Margarida Barahona e Antônio Guerreiro. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

FICHANT, Michel. “A epistemologia na França”. In: CHATELET, F. *História da filosofia-o século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos, vol. II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

SOKAL, A., BRICMONT, J. *Imposturas intelectuais*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

“Semanário independente, literário e noticioso”: o sertão era assim...

Rejane Meireles Amaral Rodrigues *

Resumo

O presente texto tem por objetivo analisar algumas manchetes do jornal “Montes Claros”, que permite-nos entender como foi forjada uma memória sobre “sertão”. De vinculação local na cidade de Montes Claros - Norte de Minas, alguns exemplares deste jornal permite-nos debater práticas sociais e políticas ali retratadas, além de possibilitar o entendimento da vida de pessoas da cidade de Montes Claros. As reportagens selecionadas são de meses diferentes o que nos auxilia a entender como gradativamente este jornal tornou-se um “porta voz” de uma sociedade “fechada” e como este contribuiu para a “formação de uma memória velada”. Utilizaremos como fonte manchetes dos meses de julho, outubro, novembro e dezembro.

Palavras – Chaves

Jornal – Memória – Montes Claros

Summary

The present text has for objective to analyze some manchetes of the periodical "Montes Claros", that it allows to understand us as was forged a memory on "hinterland". Of local entailing in the Montes Claros city - North of Mines, some units of this periodical allows us to debate practical social and politics portraied there, besides making possible the agreement of the life of people of the Clear Mount city. The selected news articles are of different months what in it assists them to understand as gradual this periodical became one "door voice" of "a closed" society and as this contributed for the "formation of a guarded memory". We will use as source manchetes of the months of July, October, November and December.

Words - Keys

Periodical - Memory – Montes Claros

* Doutoranda do Programa de Pós –Graduação da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Professora do departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

A relação entre história e memória, há muitos anos, vêm sendo pensada e estudada a partir dos mais variados paradigmas. Se partirmos do pré-suposto de que as sociedades produzem das mais diversas formas e possibilidades de rememorar épocas passadas, resta ao historiador indagar e analisar estes elementos ou resquícios do passado de forma que este trabalho torne-se porta – vozes de um tempo. Estas memórias podem estar em forma de monumentos, arquivos, jornais, literatura, discursos, causos, enfim, elementos que de alguma forma seja capaz de nos fazer interpretar um determinado período.

A memória, como prática social, se apresenta como uma possibilidade de embates sociais, nos quais determinados grupos, tornam-se um “direcionador de memórias”, que seriam aquelas pessoas ou instituições que por meio de elementos indicam, voluntária ou involuntariamente, o que deve ou não ficar para a posteridade ou que está ou não passível de circular.

O debate sobre este enfrentamento de formas de criar ou recriar memórias interessa-nos diretamente em relação ao Norte de Minas, uma vez que, esta sociedade e especificamente a cidade de Montes Claros há um antagonismo no tocante à questão de elementos de memória. Trata-se de uma sociedade que a muito pouco tempo vem se preocupando em preservar ou recuperar documentos contidos em arquivos, sejam eles públicos ou particulares. Os monumentos existentes nas praças são poucos conhecidos, ou mencionados pela oralidade, os nomes das ruas, principalmente do centro da cidade, também não são facilmente identificados pela população em geral.

Os acervos de jornais ficaram há muitos anos deixados de lado pelas instituições que deveriam ou poderiam preservá-los. Desta forma percebemos que a preservação ou mesmo a “circulação” da memória sobre sua história nesta cidade é problemática.

Outro tipo de “problema” em relação a memória que percebemos na cidade é no tocante a debates e discursos contidos em manchetes de jornais que encontramos nos poucos arquivos da cidade, percebemos que nas páginas dos jornais, Montes Claros e Gazeta do Norte datados de 1910 a 1920, há uma série de manchetes que eram utilizadas para reafirmar um comportamento político de determinados grupos políticos da cidade, e que estes jornais eram então instrumentos de domínio e disputas sociais.

Na intenção de instigar o debate sobre como foi forjada uma memória no Norte de Minas, apresentamos aqui uma reflexão sobre reportagens divulgadas em quarto números do jornal “Montes Claros” de 1916 que nos possibilitam refletir sobre esta cidade cujos embates políticos se apropriaram de páginas de jornais para apresentarem suas idéias e confirmarem junto a seus correligionários¹ o seu apoio político.

A imprensa, desde sua fundação no Brasil, seguiu atrelada a governos, e é um instrumento de informação e formação de opinião. Logo após a chegada da Família Real Portuguesa ainda em 1808 a *Gazeta do Rio de Janeiro* era editada e circulava a serviço da coroa portuguesa. Desta forma temos no Brasil nos editoriais fontes históricas que nos possibilitam indagar governos e articulações políticas.

Assim para o historiador coube duas alternativas, como nos coloca Renné Barata Ziemam (ZIEMAM, 1985: 89 a 102), ou ele trabalha com a “história da imprensa” ou trabalha com a “história através da imprensa”, sendo que a segunda alternativa vem de encontro com nossos anseios de pesquisa.

Para o historiador o acervo jornalístico se revela como uma possibilidade de pesquisa desde o conteúdo das manchetes até a disposição das em que estas se encontram colocadas nas páginas.

É importante, pensar desde as manchetes à disposição destas manchetes, porque os jornais contém notícias que são resultado do “filtro” da instituição de imprensa. Pensar inocentemente que as notícias contidas em um exemplar de jornal é o passado, é conceder a este uma “verdade” que ele não possui. Quando um historiador se lança a “garimpar” em jornais informações sobre seu tema de pesquisa ou mesmo apenas circundar-se de informações sobre um determinado período cabe a este que tenha sempre em mente que alguém ou alguma instituição tinha ou tem interesse nesta notícia dada desta forma, e que entender ou procurar entender quem ou qual instituição esta por traz desta notícia dada desta forma também é um elemento passível de investigação histórica.

Desta feita, pretendemos analisar o jornal “Montes Claros”, pois entendemos que este permite -nos debater práticas sociais e políticas ali retratadas, além de possibilitar a compreensão da vida de pessoas da cidade de Montes Claros. Estes exemplares contém reportagens que ocupam a mesma página e são totalmente contraditórias, ou trazem frases e citações que carregam na imagem de um Norte de Minas do atraso², enquanto em jornais de grandes centros da mesma data é comum encontrar notícias de desenvolvimento, implantação de saneamento básico, urbanização dando a idéia de que o sertão do Norte de Minas é um mundo a parte deste “pais das maravilhas do desenvolvimento”.

A proposta de estudar a “construção de uma memória forjada” nas páginas dos jornais que circulavam no Norte de Minas durante a Primeira República surgiu ao percebermos que nas páginas dos jornais há mais que mera informações, mas interesses de grupos antagônicos e que “não os colocavam claramente”, mas escreviam-nos de uma forma indireta para seus

respectivos leitores. Além de ser, o jornal espaço “acabar ou recriar” o sertão, que neste caso parece ter sido recriado para contemplar anseio de um grupo de políticos da cidade.

A cidade de Montes Claros não é a mais antiga cidade do Norte de Minas, cidades como Januária e São Francisco que estão localizadas às margens do Rio São Francisco apresentam colonização com datas anteriores à Montes Claros, porém paulatinamente o antigo Arraial das Formigas³ foi sobressaindo em relação a estas regiões e este desenvolvimento foi sendo “retratado e disputado” por lideranças locais nas páginas dos jornais da região.

Montes Claros, como várias cidades do Norte de Minas, foi elevada à condição de Vila por uma lei de três de julho de 1857 – lei 802 – a qual possibilitou ao município uma certa “visibilidade” em relação às demais cidades vizinhas, mesmo porque já nesta época ela apresentava um comércio e um trânsito de pessoas maior que as demais cidades da região norte do estado. Dois anos depois mais uma centralização do poder veio a acontecer em Montes Claros a construção e elevação da capela de Nossa Senhora da Conceição e São José à condição de paróquia, tornando aos poucos a cidade referência de poder⁴.

Desta forma aos poucos a cidade foi ganhando instituições que a referendavam como “a maior cidade do Norte de Minas”, em 23 de janeiro de 1833, foi inaugurada a primeira agência de Correio, outra instituição que contribuiu e muito para este desenvolvimento foi a instalação da Escola Normal em vinte e um de fevereiro de 1880.

A Escola Normal de Montes Claros foi criada seguindo o modelo da Escola Normal de Niterói, que foi a primeira do Brasil e tinha como base metodológica o método lancasteriano, que priorizava a disciplina (VELOSO, 2005, 14). Esta escola era a referência da educação norte mineira durante a Primeira República, e foi durante vários anos a segunda maior escola do Estado de Minas Gerais em termos de educação de professores. Para a professora Sara Jane Alves Durães a escola Normal foi para Montes Claros mais que uma instituição de ensino, mas “Difusora do ideário da civilização moderna”:

“As pequenas transformações econômicas, embora significativas, que ocorreram na cidade de Montes Claros no fim dos oitocentos desencadearam a necessidade de reordenação de diferentes espaços sociais. No início, o Governo Imperial e, posteriormente, o Republicano passaram a perseguir um ideário de sociedade civilizada e afeita ao trabalho. Para tanto, atribuíram ao processo de educação da população e, especificamente, à escola primária, a responsabilidade pela viabilização de tal projeto. (DURAES, 2003: 69).”

A Escola de Normalistas de Montes Claros foi um dos principais elementos que nos despertou para nossos questionamentos, uma vez que, são inúmeras as reportagens

que encontramos sobre esta instituição nos exemplares do jornal Montes Claros durante a Primeira República, disputando espaço com reportagens que afirmam a sociedade do “atraso”.

Em meio a todas estas “criações e instalações” uma viria a se destacar e “inaugurar um novo tempo” : a criação da Fábrica do Cedro, em 1877, incentivados pela lei 2.389 de 13 de outubro de 1877 um grupo de fazendeiros e cultivadores de algodão da região organizaram a sociedade Rodrigues, Soares, Bittencourt, Velloso & Cia, e iniciaram as atividades em 1822 com 72 teares comprados nos Estados Unidos e contando com 127 operários produzindo 30.000 metros de tecidos por mês.

Como toda cidade em “desenvolvimento”, em 1884, mais precisamente em vinte e quatro de fevereiro, saiu o primeiro número do seminário “Correio do Norte”, iniciando assim a circulação da imprensa escrita pela cidade. Fato que para uma cidade em que o único meio de “circulação de informações” era o “boca -a- boca”, a implantação de uma tipografia de jornal significava a realização de um espaço para embates políticos, retratar o desenvolvimento e tornar-se porta-voz de determinados grupos políticos.

Como a cidade estava vivendo a expansão das informações, só faltava um detalhe para que o Norte de Minas, através de Montes Claros, se ligasse ao mundo, era a implantação da linha telegráfica, que veio a ser inaugurada em vinte e sete de outubro de 1892. Tal fato gerou alvoroço na cidade, pois, o então presidente do estado DR. Afonso Pena, compareceu à repartição dos telégrafos, de Ouro Preto, e às 13 h e 30 minutos que recebeu o primeiro telegrafo enviado de Montes Claros pelo Engenheiro Antônio Ramalho, instaurador da Estação Telegráfica.

No início do novo século, na cidade ocorreram muitas construções e inauguração, e mais dois educandários foram fundados, o primeiro o Colégio Imaculada Conceição em 14 de junho de 1907, tinha por objetivo difundir a religião católica entre seus pequenos alunos, pois meninos só eram permitidos até os sete anos de idade, e as alunas que podiam cursar das series iniciais até o magistério. E o Grupo Escolar Gonçalves Chaves, criado pelo decreto 2.352, de vinte e dois de julho de 1909, estando a câmara municipal sob a presidência do doutor João Alves, e este se tornaria referência da educação infantil na região.

Outro “grande momento” que os memorialista consagraram na história da cidade foi a inauguração da “luz elétrica”, que na verdade era uma energia produzida por motor e abastecia a região central da cidade, isto em 1917, desta forma foi possível a implantação do primeiro cine na cidade o Cine Ideal.

Esta forma de pensar a evolução da história de Montes Claros esta colocada pelos memorialistas, para Hermes de Paula, Urbino de Souza Viana, Ivone Silveira e outros estes momentos supra mencionados são a “grande linha do tempo” de Montes Claros⁵.

Como já mencionando, Montes Claros teve seu primeiro jornal em 1884, porém este não contemplava os anseio de determinados grupo políticos, desta feita, em 1916 foi fundada a tipografia do jornal “Montes Claros” que tinha com principal objetivo divulgar as idéias do grupo Aliancista liderado pelo doutor João Alves⁶ que disputava a liderança política de Montes Claros com o deputado Camilo Prates⁷. Desta forma o grupo de João Alves se reuniu para divulgar suas idéias através do jornal “Montes Claros”, que teve circulação de apenas um ano e meio ou dois anos, sob esta liderança⁸. A história deste jornal é pouco vinculada em obras de memorialista ou mesmo em trabalhos acadêmicos da região, sendo que um dos poucos trabalhos encontrados é um artigo do professor César Henrique de Queiroz Porto ao questionar a imagem que este jornal “construiu” sobre o doutor João Alves durante a campanha da Gripe Espanhola, na qual este político foi entendido como o “apóstolo da caridade sertaneja”, no qual o professor informa resumidamente a origem deste jornal:

“Como o campo político da cidade esteve quase sempre dividido entre duas facções (o grupo liderado pelos irmãos Alves e o grupo chefiado pelo deputado Camilo Prates), que se antagonizavam, ambos procuravam estruturar-se com o apoio de jornais que não passavam de instrumentos políticos partidários. Nos momentos em que as disputas se acirravam muito como por exemplo, entre o período 1918-1922, cada facção possuía seu jornal. Os partidários dos irmãos Alves possuíam o apoio do “Montes Claros”, fundado em 1916 e dirigido pelo farmacêutico Antônio Ferreira de Oliveira – que era um dos correligionários do Dr. João Alves. A outra facção, os chamados camilistas, possuía o apoio da “Gazeta do Norte”, fundado em meados de 1918 e dirigida pelo bacharel José Tomaz de Oliveira – pertencente ao diretório do partido que seguia a orientação do Deputado Camilo Prates.” (PORTO, 2002:72)

O jornal pesquisado encontra-se no centro de documentação da UNIMOTNES - DEPEDOR⁹, e as vias disponíveis para consulta são fotocópias das originais que estão arquivadas no mesmo departamento, sendo que as páginas apresentam dimensões de 29 x 40 centímetros. Cada edição apresenta em média de duas a três páginas com letras muito pequenas e um vocabulário bem rebuscado, com títulos objetivos e pouco chamativos¹⁰, nas páginas pesquisadas o jornal apresenta poucos desenhos, sendo que das quatro edições analisadas neste texto apenas um desenho foi encontrado, sendo este de uma senhora de nome D. Maria Brandina Campos, fazendo uma propaganda do “*Elixir de Nogueira*”.

A primeira página do jornal, segue sempre o mesmo padrão para as quatro edições, como de praxe a data e o número, abaixo o nome do jornal “Montes Claros” e seguindo as

seguintes informações: a esquerda Collaboradores diversos (sit), Redacção e officina (sit.)
 rua Bocayuva – Publica-se às quintas – feiras. No centro e abaixo do nome do jornal:
 “Semanário Independente, Literário e Noticioso” / Redator – proprietário /pharm. A. Ferreira
 de Oliveira¹¹ . E a direita: Assignaturas por anno 10\$000, por semestre 6 \$ 000, número avulso
 200 reis. Sendo que as reportagens são distribuídas em cinco colunas e em quase todas
 edições lidas aparecem os temas das reportagens na mesma posição, sendo que nas quatro
 aqui analisadas a seqüência de assuntos e a mesma: primeiro um comentário sobre as
 condições da região Norte do Estado, após notas sobre a educação na cidade e sempre uma
 manchete exclusiva sobre a Escola Normal de Montes Claros, e depois comentário sobre o
 cotidiano da cidade.

Uma das primeiras manchetes que nos chamou a atenção é a que segue abaixo na qual
 a região norte e comparada às demais regiões do estado, sendo que como causa para o
 “atraso” está claramente colocado como a falta de competência dos administradores, sendo
 que quem administrava neste período era o grupo opositor aos aliancistas:

***A situação da zona norte- mineira
 Como tem sido olhada até agora pelos poderes públicos***

(...)

*Sob todos os pontos, através de todos os primas, a zona norte-mineira é mal
 cuidada, é mal observada! Falta-lhe tudo: desde a instrução rudimentar
 sufficientemente diffusa até o mais gigantesco elemento de progresso! AS sommas
 de energia protectora tem sido mal repartidas: irradiam-se mais para o Sul e no
 centro, onde a instrução é mais abundante, a industria mais solidamente
 amparada e o cultivo do solo mais proveitosamente feito por machinas agrárias e
 outros processos modernos de arroteamento da terra¹²*

A mesma página noticia sobre a escola a Escola Normal e sobre a instrução
 pública, que noticia a instalação de uma escola de ensino primário misto, na Fábrica do Cedro
 do coronel Filomeno Ribeiro, mencionado pelo jornal como amigo íntimo do redator:

Instrução Pública

(...)

*Mais um estabelecimento de ensino foi aberto neste município: (...) installou-se no
 (...), a escola primaria mixta da Fábrica do Cedro, no districto desta cidade.*

O acto da isntallação que se revestiu de solenidade foi presidido pelo nosso companheiro major H. Sarmento, delegado do Inspector Escolar Municipal, com a presença de diversas pessoas de destaque e 61 alumnos de ambos os sexos.¹³
(...)

Em várias páginas do jornal encontramos reportagens sobre a educação em Montes Claros, revelando assim uma exagerada preocupação com a alfabetização do povo, uma vez que esta região apresentava um grande número de analfabetos neste período. Toda e qualquer ação no sentido de reverter este quadro, desde que vindo de membro ou simpatizante do grupo do doutor João Alves era noticiado:

Pela instrucção: ensino particular

No dia 31 de outubro p. passado, submetteram-se a exames das matérias do curso primário os alumnos do sr. Manoel José Velloso Filho, tendo presidido ao acto do dr. Herculino de Souza, inspector escolar, servindo de examinadores o sr. Major Pedro Augusto T. Guimarães e o professor.
Responderam a chamada 27 alumnos.
D'estes foram aprovados nas matérias do 4º anno do curso João Souto Silva e Américo Souto Silva, o primeiro com distincção e o segundo plenamente.
Do 1º anno foram aprovados 6; do 2º anno 5, e do 3º 6.
Felicitemos o esforçado professor Velloso que, modestamente e sem nenhuma reclame, vae prestando seus bons serviços ao ensino, na bellissima (sic.) profissão que escolheu.¹⁴

Outra reportagem que nos chamou muita atenção foi uma manchete de novembro que noticia um abaixo assinado feito pelos presos da cidade solicitando roupas velhas e dinheiro para a compra de remédios à comunidade montes clarence. A reportagem coloca claramente a posição pacifica das autoridades policias da cidade, e sugere que se não for tomada providência o jornal as tomará, desta forma o “Montes Claros”, fazia -se porta – voz de necessidades sociais, dando a entender que “onde houvesse injustiça, lá estaria o jornal para fazer a denúncia”:

Presos Pobres

Tendo chegado ao nosso conhecimento que alguns presos pobres da cadea desta cidade fizeram um abaixo assignado pedindo ao povo esmolos em roupas velhas, e dinheiro para se promoverem de remédios, visto já haver 2 annos e tanto que não recebem roupas e coberturas da parte do governo do Estado, fomos procurar a verdade de tudo isto, e, de facto, encontramos a subscripção.
Faz pena e constringe muito ver que os presos pobres tenham chegado ao extremo de estender a mão à caridade, quando a lei obriga o poder publico a provei-os de roupa, vestuário e medicamentos.
Certamente as condições financeiras do nosso Estado não serão ainda de tão extremada penúria, ao ponto de faltar com deveres imperiosos como este, o que incontestavelmente é uma crueldade.
No nosso regime penitenciário o homem é condenado a não trabalhar e a passar faltas como estas, faltas que suppriria facilmente com um pouquinho de labor compatível constantemente sobre a triste situação dos presos, mas, inutilmente.
Em fim, nada de muitas palavras. A nossa real situação é esta: A cadea ameaçando ruínas; prisões que ao comportam bem quinze presos, atulhadas com trinta e muitos, e, ás vezes mais de quarenta; os detentos em molambos immundos

como pasto de insectos parasitas sem conta; os pharmaceuticos recusando fornecer medicamentos aos presos, porque o governo deu bom prejuízo a um delles, taxando o preço das drogas a seu bello prazer...

Os presos, coitados, appellamos ainda para o governo.

Não podemos crer que o dr. Chefe de Policia seja surdo a estes justos clamores; algum motivo justo haverá para a proteção das providências pedidas. Pois nos venha este motivo e nos conformaremos com a situação, procurando outros meios de remedia-la.¹⁵

Na mesma página há um fórum sobre a reportagem dos presos com o titulo: “fórum-Regime fora da lei – a cadeia de Montes Claros em ruínas – falta de humanidade” mais uma vez reafirmando a característica de “porta voz social”, a qual os correligionário do doutor João Alves e o próprio se diziam solidários e comprometidos em reparar as faltas das autoridades locais em relação à população:

E' por demais doloroso o estado de miséria em que se acham os presos da cadeia d'esta cidade.

Amontoados num horrível cubículo, sem ar e sem luz, soffrendo a mais vergonhosa nudez, doentes, cheios de parasitas nojentos, os infelizes condemnados e os processados que estão recolhidos à prisão DA CIDADE DE MONTES CLAROS aguardam a “ultima sentença”, a sentença de que não cuidou a Lei, no regimen penitenciário – o desabamento do prédio sob cujo tecto foram jogados, que os há de sepultar em vida!

(...)

E os funcionarios do foro, os membros dos Tribunaes de Justiça? Os juizes, os escrivães, o promotor, os advogados, os officiaes, porque são obrigados ao cumprimento de deveres, devem também de estar sujeitos a taes penas, devem continuar arriscando a própria vida, debaixo de ameaça permanente de serem sepultados nas ruínas de um edificio cujo desabamento está próximo.¹⁶

Desta forma fica claro a intenção de manobra política, ao publicarem reportagens que fazem análises da situação de atraso que o Norte de Minas vivia em relação às demais regiões do estado, em especial a supramencionada neste trabalho, não tinha somente o objetivo de mostrar o que era o norte e que tinha problemas sociais, mas sim de apontar dificuldades e imediatamente indicar qual grupo era capaz de resolver estes problemas, neste caso, o aliancistas, liderados pelo doutor João Alves.

Concluimos que nas páginas do jornal o “Montes Claros” estão mais que simples reportagens sobre a cidade de Montes Claros em 1916, mas denúncias de um grupo de políticos que inconformados com os então administradores utilizavam daquele jornal para se pronunciarem “salvadores” da situação e capazes de resolverem os problemas sociais que os adversários políticos não conseguiam, além de estabelecerem vínculo com a educação na região, pois em todas as edições lidas deste jornal encontramos uma ou mais reportagens

mencionando a educação e comunicando o dia-a-dia da Escola Normal e demais estabelecimentos de ensino da cidade, legitimando para a posteridade um discurso que foi apropriado em outras décadas para a implementação de políticas públicas, mas isto é assunto para outro estudo.

Notas

¹ Pois somente estes ou simpatizantes é que liam os jornais.

² Dentre vários trabalhos que lemos para pensar a questão da construção da memória sobre o Norte de Minas um trecho do livro “Formação social e econômica do Norte de Minas”, escrito por um grupo de professores do departamento de Economia da Universidade Estadual de Montes Claros nos chamou a atenção, no título do subtítulo do texto está escrito: “Nordeste (inclusive o Norte de Minas) com relação às regiões mais desenvolvidas do país (o sudeste)”, de imediato já percebemos a região norte do estado associada à região nordeste do país, o que na divisão político – geográfica não é assim, e o sudeste sendo reafirmado como a região mais desenvolvida do país. E no texto segue uma análise econômica a respeito dos dados percentuais sobre a região sudeste e o autor afirma a sua superioridade: “*Além da produção, o Sudeste está em vantagem quanto à população, e produtos per capita*” (OLIVEIRA, 2000:124) sendo esta região superada em apenas alguns índices pouco relevantes que a região sul. O fato da região sudeste ter uma renda per capita alta indica um elevado distribuição de renda por pessoas alta, o que nos leva a entender que a maior parte da população desta região vive em, pelo menos boas condições.

Em outro trecho do mesmo texto os autores fizeram uma comparação do Norte de Minas em relação às demais regiões do estado, o qual concluem:

A região Norte de Minas, em comparação com as demais regiões do estado, não é a que apresenta o menor PIB total. Em níveis inferiores a ela estão a região Noroeste de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Alto Paranaíba. No entanto, ela apresenta a segunda menor renda *per capita* do estado. Abaixo dela está apenas a região do Jequitinhonha/ Mucuri, recentemente incluída na área da SUDENE. (OLIVEIRA, 2000:129)

Este estudo é datado do ano de dois mil e é o resultado de pesquisas de mestrado e doutorado de professores, o qual nos conduz a entender que no norte de Minas a concentração de renda dar-se-á de forma diferente que das demais regiões do estado. Historicamente esta região foi formada baseada na concentração de terras e poder em volta de algumas famílias, e estas formam responsáveis pela pouca “diversificação” da economia que ocorreria durante o império e início da república, mas de forma lenta, pois, segundo a mesma obra “Formação social e econômica do norte de Minas”, o grande “boom” só viria com a implantação da SUDENE na década de cinquenta.

³ Para os historiadores e memorialistas este foi o primeiro nome de Montes Claros, que depois dele foi conhecido como: Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas, Vila de Montes Claros de Formigas e Montes Claros.

⁴ 23 de maio de 1839, há registros dos memorialistas que ocorreram festas em louvor de Nossa Senhora do rosário e do Divino , mais tarde São Benedito iniciando assim uma tradição que se arrasta até os dias de hoje, que são os festejos aos santos mencionados, que é a principal festa religiosa da cidade.

⁵ Estes autores escreveram os livros mais consultados sobre a história de Montes Claros, tornando assim referência para pesquisas e durante muito anos foram as únicas publicações sobre a cidade

⁶ Diamantinense que mudou-se para Montes Claros ainda menino, médico graduado pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1901, destacou-se como médico ao “curar” muitas pessoas na pandemia de 1918, o que lhe rendeu muito prestígio como médico e como político. Foi eleito vereador muitas vezes e presidente da câmara de 1905 a 1908, 1917-1919 e Agente Municipal de 1919 – 1922. Liderou em Montes Claros a Aliança Liberal e os acontecimentos de 1930, conhecidos como “o grande tiroteio” , faleceu em Belo Horizonte em 1935. (PAULA, 2007:170 e 171).

⁷ Deputado provincial de 1883 a 1889; presidente da Câmara e Intendente municipal, com poderes dictatoriais, antes da organização constitucional do Estado, desde o início da sua vida pública tem sido quase sempre deputado; no Congresso Constitucional Mineiro exerceu diversas comissões, entre elas membro de finanças; reeleito e depois elevado a senador ao Congresso Legislativo; deputado federal em 1905-6; inspetor técnico do ensino público em 1907, deixou esse cargo para ser eleito deputado federal segunda e terceira vez nos triênios de 1912 a 1914 e de 1915 a 1917. (VIANNA, 2007: 157).

⁸ Encontramos registros que falam sobre a história deste jornal, que sua inauguração foi em 5 de fevereiro de 1893, sob a chefia do deputado Camilo Prates, e existiu durante apenas um ano, comprada a tipografia pelo Coronel Celestino Soares da Cruz que uniu a tipografia do “Montes Claros” com o “Correio” fundando a “Imprensa Oficial” que fechou e reabriu várias vezes, tendo a frente sempre o doutor João Alves, até na fase que estamos utilizando neste texto como fonte na qual o dr. Alves contava com o apoio do farmacêutico dr. Antônio Ferreira de Oliveira.

⁹ Divisão de Pesquisa e Documentação Regional.

¹⁰ o contrário percebido nas páginas do jornal “Gazeta do Norte” de circulação na mesma época.

¹¹ Nasceu em Conceição do Serro e chegou em Montes Claros em 1912, formado pela Escola de Farmácia de Ouro Preto, atuou em parceria do Dr. João Alves no combate da Gripe Espanhola em Montes Claros em 1918, e foi jornalista e redator do jornal “Montes Claros”. Foi vereador da Câmara Municipal de Montes Claros, faleceu no Brejo das Almas, hoje Francisco Sá em 17 de dezembro de 1951. (BRASIL, 1983: 213).

¹² Primeira página, Montes Claros 13 de julho de 1916.

¹³ Primeira página, Montes Claros, 13 de julho de 1916.

¹⁴ Primeira página, Montes Claros, de 9 novembro de 1916.

¹⁵ Primeira página, Montes Claros, de 9 novembro de 1916.

¹⁶ Primeira página, Montes Claros, 9 de novembro de 1916.

Referências

BRASIL, Henrique de Oliva. **História e desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Editora Lemi. 1983. p. 213.

DURAES, Sara Jane. **A Escola Normal de Montes Claros (1789 – 1905): entre a sombria realidade e as imagens luminosas**. *Revista Caminhos da História*. Montes Claros, v 8, n. 1-2003 .

PAULA, Hermes Augusto. **Montes Claros sua história, sua gente. Seus costumes- Parte I.Coleção Sesquicentenária**. 2007.

PORTO, César Henrique de Queiroz. **A imprensa de Montes Claros e a construção de uma imagem pública: João Alves, o “apostolo da caridade sertaneja”**. In: *Revista Caminhos da História*. . Montes Claros, v 7, n.7- 2002.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. (et. al.) **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2000.

SILVEIRA, Ivone, **Montes Claros de Ontem e de hoje**. Academia Montesclareense de Letras: Montes Claros: 1999.

VELOSO, Warlene Alves. **Escola Normal de Montes Claros (1879-1960): entre licenças escolares e contradições governamentais**. Montes Claros, Monografia, 2005. p. 14

VIANNA, Urbino de Souza. **Montes Claros: Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos**. Coleção Sesquicentenária. Vol. 6, 2007.

ZIEMAN, René Barata. **História através da imprensa – algumas considerações metodológicas**. *Projeto História*. Nº4, junho, 1985, p. 89 a 102

Artistas e os meios contemporâneos de visibilidade: um estudo em processo de construção

Nei Vargas da Rosa*

Resumo

O trabalho apresenta os primeiros dados levantados no Curso de Mestrado em Artes Visuais, que objetiva analisar a atuação do Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro e Itaú Cultural de São Paulo, problematizando o impacto de suas políticas na constituição e afirmação da carreira de artista contemporâneo. Estas instituições são vistas como os principais modelos de administração de bens culturais do sistema financeiro, e deflagradoras do processo que ativa o quadro institucional corporativo no Brasil. Tal fenômeno toma força na consolidação da economia de livre mercado, ressignificando também o panorama museológico no âmbito latino-americano, a partir dos anos 80 até presente. Neste sentido, a pesquisa aborda o posicionamento do governo federal e a maneira pela qual as instituições mencionadas estabelecem seus discursos de representação no sistema das artes, assim como suas estratégias de legitimação de parte importante da produção das artes visuais no país.

Abstract

The current work presents the first data raised in the Master Course in Visual Arts, which aims to analyze the acting of Centro Cultural Banco do Brasil in Rio de Janeiro and Itaú Cultural in São Paulo, questioning the impact of their policies in the constitution and establishment on the career of a contemporary fine artist. These institutions are seen as the main models of cultural assets administration in the financial system and they trigger the process which activates the corporate institutional scenario in Brazil. Such phenomenon becomes stronger in the consolidation of a free market economy, also resignifying the museum panorama in the scope of Latin America from the 1980's to the present. In this very sense, the research discusses the position of federal government and the way through which the aforementioned institutions establish their representation discourses in the system of the Arts as well as their legitimizing strategies in such an important part of visual arts production in Brazil.

Palavras-chave: instituições culturais, sistema das artes, carreira de artista

Keywords: cultural institutions, arts system, artist's career

* Mestrando em Artes Visuais, ênfase em História, Teoria e Crítica da Arte no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Constituir e manter identidade profissional no contexto das artes visuais exige dos interessados mais do que talento e as habilidades requeridas pelo ofício. É preciso entender os discursos que ativam o mercado cultural, e quais os resultados que decorrem do cruzamento das políticas públicas com os interesses da iniciativa privada no campo da produção artística. Além disso, é necessário atentar quais meios de visibilidade encurtam a ascensão dos produtores de arte, como eles se destacam no universo institucional legitimador, e quem são os principais atores que conduzem esse processo na contemporaneidade. Essas e outras inquietações movem a pesquisa de Mestrado em andamento, e estão contidas nesse texto apresentado oportunamente no III Seminário Internacional de História. No entanto, já se esclarece que esse espaço não será ocupado com uma análise definitiva das questões propostas, pois no momento esse processo encontra-se em fase de elaboração e deverá estar finalizado em abril do próximo ano, com a defesa da dissertação. Por isso, opta-se por apresentar o assunto de forma abrangente.

A tentativa da pesquisa é colocar em destaque alguns dos mecanismos que inserem e afirmam a carreira de quem tem por ocupação produzir arte contemporânea em nosso país. Intitulada Sistema Financeiro e suas Instituições Culturais: atuação e abrangência no Sistema das Artes, o trabalho propõe uma análise crítica da atuação de dois casos escolhidos por serem modelos articulados a corporações bancárias, o Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, e o Instituto Itaú Cultural, de São Paulo. Eles proporcionam, cada um a seu modo, acesso à diversidade de expressões artísticas, culturais e intelectuais, fortalecendo a indústria criativa em seus diferentes segmentos e a construção de uma história da arte contemporânea no País. O período de 2000 a 2005 é o escolhido para analisá-los, pois se entende que, neste momento recente da história cultural brasileira, a política estatal e os projetos institucionais

das corporações financeiras firmam suas estratégias de funcionamento, rotinizando suas práticas no conjunto de atividades culturais. Neste contexto também estão implicados os que detêm o poder de decisão, tanto pelos projetos a serem implantados e administrados nas instituições - os gestores dos espaços, quanto os que definem quem configura nas exposições, decisão que se divide entre curadores e produtores culturais. Eles tornaram-se determinantes na construção do estatuto do artista das artes visuais contemporânea.

Para dar conta da problemática que envolve o contexto institucional brasileiro, a dissertação inicia levantando aspectos que tentam entender a alteração do conceito de espaço museológico e da noção de cultura, desencadeado pela economia de livre mercado que o capitalismo avançado inaugura na passagem dos anos 70 aos 80. É neste período que surge o processo neoliberal na política econômica deflagrado pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, o que provoca mudanças profundas em vários setores das sociedades. Para efeito da pesquisa, interessa as alterações que transferem para grandes corporações algumas responsabilidades antes do Estado, especialmente as afetas ao quadro institucional museológico vinculado a corporações bancárias e suas relações com o sistema das artes.

A retração estatal no investimento direto em cultura coloca o mundo corporativo frente à gestão e a movimentação de um amplo patrimônio histórico, criando modelos que se diferenciam de uma região para outra. Num ambiente cuja institucionalização pode ser apontada como tendência predominante, a América Latina apresenta um fenômeno crescente no sistema das artes, composto pela criação, estruturação e manutenção de um significativo conjunto de museus, centros e espaços culturais. Eles surgem na esteira das exigências do neoliberalismo e configuram, sem risco de erro, em um conjunto de instituições com características muito próximas nessa região, orientadas pelo discurso de acesso democratizante e salvacionista do legado cultural dos povos que representam.

Ao darem visibilidade aos bens culturais e artísticos, como elemento que os aproxima das comunidades em que atuam, as instituições culturais bancárias chamadas de museus, institutos, centros ou espaços culturais, acabam por ressignificar as noções tradicionais do campo museológico. Construído desde o início da modernidade, o museu tem saído do lugar reservado à preservação de artefatos do passado, ao colecionismo e tantas outras pertinências que configuram o índice da tradição museal. Na contemporaneidade, as instituições culturais bancárias passam a compor o panorama museológico com o conceito de espaço híbrido, sociocultural, de eventos, dinamizador da produção artística e intelectual, ao mesmo tempo em que respondem aos interesses do mercado no uso da cultura como instrumento de ganhos na imagem e nos benefícios fiscais.

No Brasil, os bancos destacam-se por apresentar uma posição diferenciada de seus pares hispano-americanos, que possuem uma forte inclinação ao funcionamento com vistas à salvaguarda da história cultural de seus ancestrais, impondo-lhes a aquisição e manutenção permanente de acervos arqueológicos. Os casos brasileiros apontam outros interesses que não os afetos aos vestígios de um passado distante, como algumas das principais realizações dos bancos latino-americanos, pois aqui tendem a fazer circular a produção mais moderna e contemporânea das artes. Em geral, as instituições culturais bancárias brasileiras servem de fonte permanente de pesquisa da produção musical, plástica, fotográfica, documental, entre outras, marcadamente da passagem do XIX até o presente.

É de se destacar que a década de oitenta legou ao Brasil um fortalecimento no debate acerca das questões culturais. A criação do Ministério da Cultura, em 1985, e a Lei de Incentivo, do ano seguinte, foram implantadas no Governo de Sarney e podem ser entendidas como respostas a essas discussões. A Lei de Incentivo à Cultura, que em 1991 é alterada por pelo então Secretário de Cultura do Governo Collor, Sérgio Paulo Rouanet, serve como principal mecanismo público de legitimação da produção artística até hoje. Em discursos que se aproximam ao que é definido pelo governo federal em suas políticas para cultura, surgem as instituições culturais bancárias. Do ano de início de suas operações até o presente, é possível destacar a maneira pela qual seus projetos inserem e consolidam a carreira de artistas, o que favorece inscrever o CCBB do Rio de Janeiro e o Itaú Cultural de São Paulo, como os modelos mais potentes no cenário institucional, capazes de fazer derivar deles os conceitos tomados por outras iniciativas do sistema financeiro na área cultural.

A implantação das instituições culturais bancárias ocorre quando o Instituto Itaú Cultural é inaugurado em 1987. Desde então tem orçamento garantido pelo Banco Itaú, que investe de forma crescente na manutenção de um equipamento cultural em plena Avenida Paulista, na gestão de programas culturais de diferentes linguagens e em uma equipe numerosa que administra o que por lá circula. No subcapítulo a ele dedicado, são levantadas as propostas que definem sua participação no sistema das artes, cujo mapeamento da história cultural brasileira, moderna e contemporânea tem peso fundamental. As Enciclopédias do Itaú Cultural e o Programa Rumos são instrumentos que, juntos, ampliam o conhecimento acerca da arte brasileira e legitimam uma gama variada de profissionais de diferentes partes do País. E o faz privilegiando as tecnologias digitais e eletrônicas mais sofisticadas, fato que põe em destaque seu modo de funcionamento e estabelece os pressupostos de seu diálogo com os diferentes públicos.

O Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro é abrigado em um prédio de grande dimensão mesmo para os padrões internacionais: são 17 mil metros quadrados de área designada para atender os investimentos na cultura pelo Banco do Brasil. Pode-se dizer que, desde 1989, o CCBB Rio oportuniza a circulação ininterrupta de mostras nacionais e internacionais, tanto de cunho histórico como de importância no debate sobre a produção contemporânea no mais das vezes, compostas por profissionais que já encontraram consagração no sistema das artes. Do sucesso de sua implantação, decorre a abertura de novas sedes em Brasília e São Paulo, perfazendo um conjunto de instituições unidas pelos mesmos princípios de escolha de programação e alcance social de suas ações, cujo mérito para além do contexto das artes é a revitalização dos centros históricos e dinamização dos espaços urbanos.

Uma das principais fontes da pesquisa são entrevistas feitas a artistas, curadores, produtores e os gestores dos espaços. Para encontrar os entrevistados, com exceção dos gestores, foi solicitado ao CCBB Rio o envio de seus relatórios anuais, e neles foram localizadas setenta e seis exposições no período proposto. O Itaú Cultural dispõe dos dados em seu site, que foi usado como documento, e de lá escolhidas vinte mostras em sua sede, desconsiderando assim as que o Instituto fez itinerar pelo País. Dessas, foram selecionadas as coletivas compostas por artistas em início de carreira ou em ascensão ou as com artistas em ascensão em meio a consagrados. Após, partiu-se para o confronto das mesmas a fim de situar as recorrências de nomes nos espaços, resultando numa lista composta por treze artistas: Bruno de Carvalho, Cássio Vasconcellos, Caio Reiszewitz, David Cury, Lúcia Koch, Jarbas Lopes, Jorge Menna Barreto, Márcia Xavier, Maria Ivone do Santos, Marilá Dardot, Matheus Rocha Pitta, Oriana Duarte e Rochelle Costi. Acredita-se que os artistas em início de carreira são aqueles que estavam na faixa etária dos 30 anos no período proposto para a pesquisa, surgindo durante ou após vínculo acadêmico, ou com formação em cursos livres de arte e que tenham participado de poucas exposições. O perfil do artista em ascensão aponta para o profissional que estava na média dos 40 anos entre 2000 e 2005, já tendo participado de exposições significativas em espaços legitimadores, com ou sem vínculo docente em instituição superior de ensino, ou mesmo sem formação acadêmica.

No que diz respeito aos curadores, foi estipulado o mesmo critério de recorrência de no mínimo duas exposições realizadas nas instituições pesquisadas no período, não importando se elas estavam relacionadas com as mostras em que aparecem os artistas. Este procedimento revelou o número de seis profissionais que apareceram mais de uma vez entre os centros: Alfons Hug, Denise Mattar, Ligia Canongia, Jair de Souza, Paulo Herkenhoff e Ronaldo Brito. No entanto, considerando a importância de outros curadores que não constam

na lista, mas que estiveram envolvidos em projetos de peso nessas instituições, foram chamados a participar das entrevistas Angélica de Moraes, Daniela Bousso e Tadeu Chiarelli.

Além dos artistas e curadores, os gestores dos dois espaços também foram entrevistados, e contribuíram para entender quais relações há entre os espaços culturais e as políticas públicas, em que pese o discurso do Estado e sua apropriação pelos organismos estudados, e o lugar que a Lei Rouanet ocupa em seus critérios de escolha de projetos e condutas de gestão, entre outras questões que farão parte do trabalho final. Outras indagações fazem referência ao papel do CCBB Rio e do Itaú Cultural no panorama institucional brasileiro, bem como o perfil dos artistas que seus empreendimentos privilegiam. É do interesse ter conhecimento, também, sobre a atuação do curador e do produtor cultural nos espaços culturais e no âmbito da movimentação nacional da produção artística. Os objetivos das entrevistas aos artistas, curadores e produtores culturais é detalhado a seguir, na apresentação das propostas para cada capítulo da dissertação.

No segundo capítulo, sob o título provisório de Artistas nos meios de visibilidade, pretende-se levantar algumas considerações sobre a maneira pela qual se dá a constituição da carreira do artista contemporâneo, tendo como parâmetro dois pressupostos: o de inserção e o de consolidação dos profissionais das artes visuais nas instâncias de legitimação recorridas. O objetivo é perceber a função desse sujeito da contemporaneidade, que reclama sua presença no mundo das artes na condição de artista que produz obra de arte, que questiona diferentes conhecimentos por meio de infinitos procedimentos e que busca estabelecer sua carreira. Cabe ressaltar que são poucas as investigações no Brasil destinadas a conhecer como se opera o reconhecimento da produção contemporânea, como os artistas procuram seus receptores e clientes, bem como sua relação com os intermediários. Tampouco há pesquisa sistematizada e rigorosa sobre o resultado alcançado pelas instituições culturais brasileiras, sobretudo ao que diz respeito a abrangência de suas políticas na construção de valores simbólicos, a exemplo da formação e consolidação da identidade profissional de quem por elas passa.

Neste sentido, alguns elementos são fundamentais para entender como os artistas estruturam suas carreiras, o que impõe o levantamento de algumas informações como, por exemplo, se eles têm conhecimento adquirido em ambiente acadêmico ou em espaços não formais de educação em arte. Se há artistas que apresentam vínculo em instituições de ensino, e se em suas atribuições constam docência e pesquisa, ou do contrário, quais outras atividades são constantes em sua carreira. Será solicitada a opinião dos artistas acerca do papel desempenhado pelo governo federal na área da cultura e pelos espaços analisados, questões que intencionam demonstrar a posição política dos mesmos. Será perguntado qual o

entendimento deles sobre a importância do curador no sistema das artes, bem como o lugar que ocupa o produtor cultural na condução dos projetos culturais. É importante saber quais informações os artistas possuem sobre os eventos que participaram, tais como estrutura orçamentária, retorno de mídia, publicação de catálogos, dados sobre o público como perfil e número de pessoas que tiveram contato com sua produção. Se nas mostras os trabalhos dos artistas dialogavam entre si e com o conceito do curador, se a museografia privilegiou suas obras e, ainda, se ambas estavam adequadas ao espaço arquitetônico do prédio. Além disso, se a mostra teve atividades paralelas, como seminários e debates que contaram com a presença deles, e se foram remunerados pelas suas participações nas mostras.

Serão analisadas, também, as exposições que eles já participam, antes e depois de comporem os eventos no CCBB Rio e Itaú Cultural, e se foram no Brasil ou no exterior. Se os artistas do grupo estiveram juntos em outras mostras fora das instituições estudadas, atentando para os conceitos delas, os locais em que foram levadas e quais profissionais estiveram à frente das curadorias. Se estas exposições estavam vinculadas a salões, editais, premiações ou se eram de acervos particulares ou de instituições. É intenção saber quais os dispositivos plásticos e conceituais que mais recebem visibilidade, e quais discursos suas poéticas colocam em debate, resultando em elementos capazes de demonstrar o que tem preponderado na arte contemporânea brasileira.

Tendo como base as idades e o período em que começam a aparecer com frequência no circuito das artes, será observado o tempo que leva entre sua inserção e a afirmação de suas carreiras. Este dado é fundamental para avaliar em qual momento das trajetórias dos artistas passam a integrar as exposições das instituições pesquisadas, se mais no início de carreira ou quando já estão legitimados pelo sistema. Tais respostas têm por função revelar o perfil do profissional que os centros analisados mais trabalham, a fim de entender o sentido de suas realizações, e se há contrapartidas que favoreçam os artistas após sua participação nas exposições oferecidas pelos centros culturais. A experiência deles no trabalho final poderá apresentar argumentos sobre a definição do conceito de artista que se legitima em instâncias específicas do sistema das artes, ou seja, se deseja saber se os centros culturais estudados oportunizam a circulação de determinadas propostas artísticas de tal forma, que fazem ingressar seus proponentes na própria história da arte brasileira.

O terceiro capítulo, intitulado *Produtores e Curadores na construção de Trajetórias*, inicia analisando o papel dos produtores culturais na intermediação entre os mecanismos do Estado, as instituições, os curadores e os artistas. A identificação do produtor cultural na qualidade de articulador e detentor do conhecimento burocrático da Lei Rouanet e dos

espaços pesquisados, determina sua posição na cadeia produtiva do setor, já que em parte dependem dele a elaboração, tramitação e a prospecção de patrocínio para os projetos culturais. Sabe-se que as leis de incentivo fizeram surgir este ator, cuja função passa a ter lugar de relevância na execução e veiculação de praticamente todas as atividades culturais no País. No entanto, apesar de sua função de destaque, pouco tem sido debatido sobre os produtores culturais no âmbito acadêmico, pois são poucas as pesquisas de suas ações e, quando e se ocorrem, parecem não receber divulgação suficiente.

Neste sentido, pode ser dito que eles surgem das exigências do mercado, que passa a solicitar mais profissionalização de quem atua na área, assim como excelência na qualidade das produções veiculadas. Embora a pouca reflexão sobre o papel dos produtores, pode-se afirmar que em determinadas fases dos projetos, o peso de seu conhecimento tem poder decisório no sucesso das mostras, concorrendo assim em grau de importância na hierarquia do sistema das artes. De igual maneira que se quer identificar o perfil e a posição dos artistas, os produtores culturais também respondem questões sobre suas formações, opiniões acerca das políticas públicas para cultura e seus mecanismos de funcionamento e, em mesma proporção, o que pensam dos espaços pesquisados.

Em relação aos curadores, a análise busca entender a importância deste profissional na solidificação da carreira dos artistas, tomando tanto seus critérios conceituais e estéticos quanto o que pensam das políticas públicas e dos espaços culturais. Parte-se do pressuposto que eles determinam as diretrizes das exposições, elegendo quais artistas configuram em seus projetos curatoriais que, em última análise, demonstra quais premissas prevalecem nos modelos de curadorias. Neste sentido, as exposições serão avaliadas a partir do teor de suas propostas, que podem estar divididas pelos aspectos históricos, de mapeamento da produção contemporânea, relações formais que suscitam as obras ou pelas pesquisas que os curadores desenvolvem. De posse destas informações, pretende-se apontar os tipos de exposições que prevalecem nos espaços culturais analisados, ampliando o entendimento de suas ações no sistema das artes.

Tendo em vista que o processo formativo é de extrema importância ao conjunto da pesquisa, solicita-se aos curadores os caminhos percorridos até a posição que ocupam, pois é sabido que não há cursos que respondam às especificidades da função exercida por tal profissional, tanto no Brasil quanto em vários outros países. É nesta perspectiva que é perguntado sobre as políticas públicas para a cultura e às artes visuais em especial, questões que objetivam por em evidência as opiniões dos que detêm visão e trânsito privilegiado no setor institucional. Sobre o papel do curador no sistema das artes brasileiro, é questionada sua

atuação no âmbito das instituições pesquisadas, bem como qual o entendimento de sua importância na legitimação da carreira de artista. E também o que pensam dos projetos de inserção e afirmação de artistas, e quais casos existentes merecem ser mencionados. É da natureza do trabalho curatorial ter domínio mais acurado da geografia cultural brasileira, pois se acredita que os curadores estão transitam constantemente entre instituições, lidando com artistas diversos. Neste sentido, poderá ser visto quais curadores mais aparecem no sistema das artes e em quais instituições eles têm realizado mostras com frequência, bem como o tipo de exposições que estão sendo organizadas paralelamente aos espaços pesquisados. A análise de curriculum vitae poderá auxiliar a responder estas e outras questões.

Cumprir frisar que além das entrevistas como instrumento metodológico, será usada bibliografia de base, que ao final desse texto é apresentada em sua última versão, fontes diversas como sites institucionais e reportagens em jornais e *Internet*, textos que circulam somente nas mídias digitais e catálogos de exposições. Em relação às disciplinas e aos pressupostos teóricos que balisam a pesquisa, a primeira questão determinante a ser dita refere-se aos caminhos escolhidos para construir a reflexão. Não é objeto de análise as especificidades da produção artística de uma sociedade em um dado momento histórico, o que impõe ao pesquisador incorporar áreas de conhecimento que não se valem das especificidades do campo estético, mas se servem dele para desencadear um pensamento acerca de fatores que os tangencia. Entende-se que “o trabalho dos estetas, sejam ensaístas ou historiadores, pode proliferar e constituir um saber útil à história crítica da cultura, sem que isso necessariamente implique conhecimento da base social das práticas estéticas” (DURAND, 1985, pg. 17). Nesse sentido, a citação de José Carlos Durand, retirada da apresentação de seu livro *Arte, Privilégio e Distinção* demonstra que a pesquisa está afinada com questões que a Sociologia, destacadamente a afeta à Arte, tem se debruçado principalmente a partir das contribuições de Pierre Bourdieu para o entendimento do campo de produção artístico. Os Estudos Culturais também ocupam lugar privilegiado no conjunto do trabalho, já que é um campo de estudos em que diversas disciplinas se cruzam na análise de aspectos culturais preponderantes da sociedade contemporânea. E “sob a perspectiva teórica, refletem a insatisfação com os limites de algumas disciplinas, propondo, então a interdisciplinaridade” (ESCOSTEGUY, 2004, pg. 137), que deve ser visto como um poderoso instrumento de análise das estruturas sociais em seus contextos históricos, principalmente no que diz respeito às alterações no sentido de cultura e na circulação da produção artística e intelectual.

Como ponto de partida para entender como se estrutura o conceito de sistema das artes, toma-se a proposição definida pela professora e historiadora Maria Amélia Bulhões, que

tem orientado essa pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ela define o sistema das artes como um “conjunto de indivíduos e instituições responsáveis pela produção, difusão e consumo de objetos e eventos por eles mesmos rotulados como artísticos e responsáveis também pela definição dos padrões e limites da ‘arte’ de toda uma sociedade, ao longo de um período histórico” (BULHÕES, 1990, p. 17). Tal idéia incorpora a problemática da valoração do objeto artístico, legitimado a partir da sua colocação dentro de uma instituição cultural, mas também sujeito à inserção de novos critérios decorrentes de contingências que, no mais das vezes, fogem da sua própria alçada. Os eventos que alinham ou extrapolam os limites do sistema das artes podem ser observados nas modificações da cadeia produtiva circunscrita às artes visuais, quer seja no seu aspecto institucional ou profissional.

As relações que se travam no interior do campo artístico podem ser analisadas a partir da noção trazida pela filósofa e artista Anne Cauquelin, que usa o conceito de rede como metáfora para discutir a problemática que envolve a circulação da arte contemporânea. A autora faz uma reflexão pertinente sobre a constituição de redes no âmbito das artes, estabelecidas pelos que detêm o privilégio das informações e do poder de escolha. Para esse entendimento, ela toma por empréstimo o conceito de rede usado na comunicação, que “é um sistema de ligações multipolares, ao qual pode ser ligado um número não definido de entradas, cada ponto da rede geral podendo servir de partida para se outras microrredes. Isso é o mesmo que dizer que o conjunto é extensível” (CAUQUELIN, 2005, p. 59). Para a pesquisa, o sentido de rede é atribuído a difentes circunstâncias e esferas que compõe o sistema das artes, que expressam desde a análise do ambiente político e econômico internacional – a rede de instituições culturais bancárias como resposta do pensamento neoliberal, e chega aos desdobramentos da configuração do estatuto do artista contemporâneo – quem entre e permanece na rede.

A reflexão que Pierre Bourdieu apresenta sobre a maneira pela qual se compõem os campos de produção, em diferentes segmentos da sociedade fundamenta os três capítulos. E por ele é definido da seguinte forma:

“Chamo de campo um espaço de jogo, um campo de relações objetivas, entre indivíduos ou instituições que competem por um mesmo objeto. Num campo, e esta é a lei geral dos campos, os detentores da posição dominante, os que têm maior capital específico, se opõem por uma série de meios aos entrantes (emprego de propósito esta metáfora emprestada da economia), recém-chegados, chegados-tarde, arrivistas que chegaram sem possuir muito capital específico” (BOURDIEU, 1983, p. 155).

Esse conceito é fundamental para entender como se processam algumas atividades vinculadas às esferas da cultura, religião, economia, política, arte, esporte, etc; e como se

locomovem os atores sociais por entre elas. Nessa dimensão, a formulação do sociólogo pode ser atribuída à discussão acerca da renovação do quadro museológico, que para efeito da pesquisa configura-se no campo como espaço de jogo em que atuam os novos gestores, curadores, produtores culturais e artistas. A partir desse e de outros conceitos de Bourdieu, acredita-se que o trabalho final poderá apresentar aspectos que definem o conceito de artista contemporâneo que se legitima em instâncias específicas do sistema das artes, ou seja, nas instituições culturais estudadas, que articulam a circulação de determinadas propostas artísticas de tal forma a fazer ingressar e legitimar seus produtores.

Referência Bibliografia

- ABOUDRAR, Bruno-Nassim. *Nous n'irons plus au musée*. Paris: Alto Aubier, 2000.
- ACHA, Juan. *El Consumo artístico y sus efectos*. México: Editorial Trillas, 1988.
- ADES, Dawn. *Arte na América Latina: a era Moderna, 1820-1980*. São Paulo: Cosac & Naify Edições. 1997.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *Os museus na cultura da imagem*. In: V Simpósio de Artes Plásticas, 1995. Anais do IX Festival de Arte Cidade de Porto Alegre: Coordenação de Artes Plásticas da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Porto Alegre
- ARCHER, Michael. *Art since 1960*. London: Thames and Hudson, 1997.
- _____. Michael. *Arte contemporânea*. São Paulo: Martins Fontes, 2001
- AKAMINE, Paulo Chutae. *Os Centros Culturais e a Cidade – formulações metodológicas, experimentações*. São Paulo: Comunicação e Semiótica/PUCSP. Dissertação de Mestrado, 2001.
- BRANT, Leonardo. *Mercado Cultural: panorama crítico e guia prático para gestão e captação de recursos*. São Paulo: Escrituras Editora: Instituto Pensarte. 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da UNESP. 1997.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

- _____. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas: Papiрус, 2000.
- _____. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2002.
- _____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005.
- _____. & DARBEL, Alain. *O Amor pela Arte. Os museus de arte europeus e seus públicos*. Paris: Minuit, 1969.
- _____. & HAACKE, Hans. *Livre troca: diálogos entre ciência e arte*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.
- BULHÕES, Maria Amélia. *Brasil século XX: modelo econômico e produção artístico-cultural*. In: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Porto Alegre. Vol. 13 (1985), p. 180-191.
- _____. *A Arte como valor e a atuação das instituições museológicas*. In: Revista Porto Arte. Vol. 11, nº 20, 2000.
- _____. *Artes Plásticas: participação e distinção Brasil anos 60/70*. São Paulo: USP, 1990. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- _____. *Artes plásticas na América Latina contemporânea*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- CANCLINI, Néstor García. *A socialização da arte: teoria e prática na América Latina*. São Paulo: Cultrix, 1984.
- _____. *Culturas Híbridas: estratégias para sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- _____. *A produção simbólica: teoria e metodologia em sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRG, 2001.
- _____. *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.
- _____. *Museos, aeropuertos y ventas de garage: las identidades culturales en un tiempo de desterritorialización*. In: Fronteiras da cultura: horizontes e territórios da antropologia na América Latina. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

- CAUQUELIN, Anne. *Petit traite d'art contemporain*. Paris: Editions du Seuil, 1996.
- _____. *Arte Contemporânea: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Teorias da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- COELHO, Teixeira. *O que é Industrial Cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- _____. *Usos da Cultura, políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.
- _____. *O que é Ação Cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- _____. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.
- _____. *Guerras Ocultas*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1999.
- CHIN-TAO, Wu. *Privatização da Cultura: a intervenção na arte desde os anos 1980*. São Paulo: Biotempo, 2006.
- CESNIK, Fábio de Sá & BELTRAME, Priscila Akemi. *Globalização da Cultura*. São Paulo: Editora Manole, 2005.
- CRIMP, Douglas. *Sobre as Ruínas do Museu*. São Paulo: Martins Fontes, 2005
- DAGOGNET, François. *Le musée sans fin*. Paris: Champ Vallon, 1993.
- DANTO, Arthur. *Modern Postmodern and contemporary*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- DURAND, José Carlos. *Arte, Privilégio e Distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855-1985*. São Paulo: Editora da USP, 1989.
- FERNÁNDEZ, Luis Alonso. *Museologia y museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999.
- FERREIRA, Reinaldo Benjamim. *Centro Cultural Banco do Brasil, uma experiência que deu certo, memórias*. Rio de Janeiro, 1997.
- FERREIRA, Kennedy Piau. *Políticas Públicas e Sistemas das Artes*. Porto Alegre: IA/UFRGS. Dissertação de Mestrado, 1999.
- FOSTER, Hal. *Arte, Espetáculo, Política Cultural*. São Paulo: Casa Editorial Paulista. 1985
- FRANÇA, Valéria. *Arte High Tech*. São Paulo: 15 de maio de 2002. Revista Veja. Disponível em <http://veja.abril.com.br/vejasp/150502/cultura.html>. Acesso em 3 de março de 2007.
- LAUMONIER, Isabel. *Museo y Sociedad*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.
- LÉON, Aurora. *El Museo: Teoría, Praxis y Utopías*, Madrid: Cátedra, 1990.
- MELLO E SILVA, Maria Celina S. *Centro Cultural: construção e reconstrução de conceitos*. Rio de Janeiro. Administração/UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1995.

- MENSCH, Peter Van. *O Objeto de Estudo da Museologia*. Rio de Janeiro: MUGF, 1993.
- MILLET, Catherine. *L'art Contemporaine*. Paris: Flamarion, 1995.
- HEINICH, Nathalie. *Être artiste. Les Transformations du statut des peintres et des sculpteurs*, Paris : Klincksieck, coll. « Études », 1996.
- _____. *Le triple jeu de l'art contemporain*. Paris: Éditions Minuit, 1998.
- _____. *Ce que l'art fait à la sociologie*. Paris: Éditions Minuit, 1998.
- _____. *Pour en finir avec la querelle de l'art contemporain*. Paris: Echoppe Éditions, 1999.
- _____. *Face à l'art contemporain*. Paris: Echoppe Éditions de L'art. 2003.
- _____. *L'Élite artiste. Excellence et singularité en régime démocratique*. Paris: Éditions Gallimard, 2005.
- _____. *As Reconfigurações do Estatuto de Artista na Época Moderna e Contemporânea*. Porto Arte, Porto Alegre, n. 23, p. 137 a 147, 2005.
- _____ & SCHAEFFER, Jean-Marie. *Art, création, fiction : entre sociologie et philosophie*. Nîmes : Éditions Jacqueline Chambon, 2004.
- MICHAUD, Yves. *L'artiste et les Commissaires*. Nimes: Éditions Jacqueline Chambon, 1989.
- MORAES, Angélica. *Resultado do Mapeamento*. In *Mapeamento Nacional da Produção Emergente: Rumos Itaú Cultural Artes Visuais 1999/2000*. São Paulo: Itaú Cultural: Imprensa Oficial do Estado: Editora da Unesp, 2000.
- MOULIN, Raymonde. *Le marché de l'art : Mondialisation et nouvelles technologies*. Paris: Flamarion. 2003.
- _____. *De la valeur de l'art*. Paris: Flamarion, 1995.
- _____. *L'artiste l'institution et le marché*. Paris: Flamarion, 1992.
- _____. *Le marché de l'art*. Paris: Ed. de Minuit, 1967.
- MOUREAUX, Natalie & SAGOT-DUVAUROUX. *Le marché de l'Art Contemporain*, Paris: Editions Repères, Juin 2006.
- OLIVIERI, Cristiane Garcia. *Cultura Neoliberal: leis de incentivo como política pública de cultura*. São Paulo: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2004.
- PINHO, Diva Benevides. *A arte como investimento. A Dimensão econômica da Pintura*. São Paulo: Editora da USP, 1988.
- POLI, Francisco. *Producción artística y mercado*. Barcelo: Editorial Gustavo Gili, 1976.
- SARAVIA, Enrique. *Que financiamento para que cultura? O apoio do setor público à atividade cultural*. Rio de Janeiro, 1999.
- SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997.

- _____. *Notas sobre política y cultura*. In: Cuadernos Hispanoamericanos. Madrid n. 517/519 (jul./sept. 1993), p. 51-64
- SCHAER, Roland. *L'invention des musées*. Paris, Gallimard, 1993.
- SILVA, Margarida Brandina Pantaleão. *Ação Pedagógica: uma questão a ser (re)pensada nos museus de arte*. Porto Alegre: IA/UFRGS, 2003. Dissertação de Mestrado.
- SARKOVAS, Yacoff. *O incentivo fiscal à cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, 2004. www.artes.com
- _____. *Herança Incômoda*. 2005. www.canalcontemporaneo.art.br
- SOUSA E SILVA, Liliana. *O Público e privado: a política cultural brasileira no caso dos Institutos Moreira Salles e Itaú Cultural*. São Paulo, ECA/USP, 2000. Dissertação de Mestrado.
- SUANO, Marlene. *O que é Museu?* São Paulo: Brasiliense, 1976.
- VALLADARES, José. *Museus para o Povo: Um Estudo sobre Museus Americanos com Ilustrações*. Salvador: SES, 1945.
- YÚDICE, George. *A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004
- WOOD, Paul et alii. *Modernismo em Disputa – a arte desde os anos quarenta*. São Paulo: Cosac, Naify Edições, 1998.

“NO MEIO DO CAMINHO TINHA PEDRA”: O AVANÇO SOBRE AS TERRAS A’UWÊ EM BARRA DO GARÇAS-MT¹

Luciene de Moraes Rosa*

Resumo:

Palavras-Chave: Representação-Conflitos-Desenvolvimento

Este trabalho visa discutir como a atual representação dos A’uwê Uptabi, mas conhecidos pela sociedade nacional como Xavante, na cidade de Barra do Garças é fruto de sua resistência, ao avanço sobre suas terras no passado pelos não-índios, haja vista, terem sido considerados na época, como grande obstáculo ao tão almejado projeto de desenvolvimento para a região.

Abstract:

Keywords: Representation-Conflict-Development

This paper aims to discuss, like the current representation of the A’uwê Uptabi, but known for the national society as Xavante, in the Barra do Garças city, is consequence of its resistance, to the advance on its lands in the past, for the not-indians has seen, to have been considered, as great obstacle to so longed for project of development for the region

De acordo com a Fundação Nacional de Saúde Indígena de Barra do Garças (FUNASA), os A’uwê Uptabi contam com uma população de 13.266 pessoas distribuídas em 186 aldeias localizadas ao leste do estado de Mato Grosso, entre os rios Araguaia e Batovi, nas seguintes Terras Indígenas (T.Is): Areões Marãiwatsede, Marechal Rondon, Parabubure, Pimentel Barbosa, São Marcos e Sangradouro/Volta Grande.

Na metade do século XIX, os A’uwê Uptabi, vieram para o Mato Grosso, fugindo ao contato com os não-índios e se “[...] localizaram as margens do Rio Araguaia, próximo ao extremo sul da ilha do Bananal, onde se refugiaram dos colonizadores”. (RAVAGNANI, 1978:116). O novo habitat se limitava ao sul com o Rio das Mortes e os separava dos Bororo, seus inimigos; a leste estava o Rio Araguaia que os afastava do mundo não-índio e a nordeste dos índios Karajá, outro grupo inimigo; ao norte o limite era o Rio Tapirapé, habitado pelo grupo de mesmo nome e a oeste a Serra do Roncador.

Neste artigo objetivamos, discutir a atual representação sobre os A’uwê Uptabi, feita por parte dos moradores da cidade de Barra do Garças como consequência de sua resistência aos vários avanços feitos sobre seu território pelas frentes de expansão.

¹ O título tem como inspiração para o título o poema de Carlos Drummond de Andrade: No meio do Caminho Tinha uma Pedra, na Revista a Antropofagia 1928.

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás.

Na cidade de Barra Garças, ver pessoas dizerem que os índios têm muita terra para pouca produção. A senhora A moradora na cidade desde 1939, em seu relato exemplifica bem essa visão:

[...] porque esses índios, eles todos têm o lugar deles, mas acontece que eles não se contentam. Eles todos querem mais terra. Eles põem na cabeça que metade da terra pertence a eles, que é a terra deles e aí eles entram em conflito, que é para o governo dar terra para eles e o governo acaba ajudando. Porque esses índios não tinham nada e hoje eles têm tudo; tem carro, tem trator, tem tudo e não trabalham. Pedem terra, mas não trabalham. Por que o Xavante, eles não trabalham; eles são preguiçosos, tanto que todo mundo que eles ficam mais é aqui na rua. Aqui dentro da rua tem pensão para eles se alimentarem, tem tudo. A FUNAI traz eles para cá. Eles brigam tudo por terra, mas não fazem nada não. Eles são assim, mas querem ter o direito deles.

As regalias mencionadas pela senhora A, não são o principal alvo de sua indignação, mas o fato dos A'uwê Uptabi terem muita terra e de querer se apropriar a princípio de mais terra que por direito não deveria lhes pertencer. O que seria muita terra para um grupo cuja atividade principal sempre foi caçar é o primeiro ponto que podemos que podemos levantar.

A terra na representação da entrevistada é vista como para ser usada para produzir, ou seja, para plantar. Representações como disse MOSCOVICI, 2003:58:

[...] são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que incomum (não-familiar), ou que nos dá o sentimento de não-familiaridade. E através delas nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é com isso enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão, o que parecia abstrato, torna-se concreto e quase normal. Ao criá-los, porém não estamos sempre mais ou menos conscientes de nossas intenções, pois as imagens e idéias com as quais nós compreendemos o não-usual (incomum) apenas trazem-nos de volta ao que nós já estávamos familiarizados há tempo e que, por isso, nos dá a impressão segura de algo "já visto" (déjà vu) e já conhecido (déjà connu). (

Na representação da entrevistada é inconcebível ter muita terra ou que se queira mais sem que a faça produzir. A idéia da terra, como meio de produção agrícola ou pastoril esteve presente nos vários discursos de governantes, principalmente nos momentos em que se pensou em ocupar os chamados espaços vazios.

A história dos moradores de Barra do Garças esteve atrelada a dois desses momentos, um na década de 1930 e outro na de 1970, e para que se ocupassem tais espaços, era necessário obliterar a existência Aúwê Uptabi na região haja visto eles se configurarem em empecilhos a tais projetos.

Segundo Lenharo (1983), as intervenções feitas ao longo dos anos trinta, na vigência do Estado Novo de Vargas², repercutiram diretamente no Estado Mato Grosso. Entre essas intervenções estavam: a criação dos territórios federais de Ponta Porã e Guaporé; o Golpe na Matte Larangeira³(sic) com a cessação dos seus contratos de exploração; a criação da Fundação Brasil Central e a colonização dirigida no leste.

Dentre essas intervenções, a criação da Fundação Brasil Central e colonização do leste mato-grossense são importantíssimas para que, possamos entender os desdobramentos dessas ações, sobre o território A'uwê Uptabi. Cabe ressaltar que, ambas são decorrentes da Marcha para o Oeste, criada em 1938, cujo ponto de partida foi a cidade de Uberlândia (MG) rumo a região do rio Araguaia (divisa entre os estados de Goiás e Mato Grosso).

Em 1940, o presidente Vargas declarou publicamente, ter incluído A Cruzada da Marcha para o Oeste, no programa do Estado Novo Na ocasião, revelou sua definição sobre imperialismo brasileiro (Vargas, *apud.* LENHARO, 1983:61):

O programa de rumo ao Oeste é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de culturas. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo.

Em seu discurso a expansão e a integração do oeste brasileiro eram imprescindíveis à formação da nacionalidade brasileira a que se pretendeu. Porém, para que isso ocorresse, era necessário povoar essa parte do país e garantir o aumento da produção agrícola.

A idéia consistiu em consolidar a nação, como um conjunto organizado com a previsão de programas, tanto para índios como para sertanejos que proporcionassem serviços de saúde, escolas, rede de comunicação e transporte.

Por isso, modo, a percepção da relação entre, “a Marcha para o Oeste, concretizada por meio da Expedição Roncador-Xingu, a política de colonização e a política indigenista” (ROCHA, 2003:162) nesse período, seja fundamental à compreensão da existência de uma estreita ligação entre as ações estatais. A ideologia da Marcha para Oeste, foi resultado de um

² O período do governo ditatorial do presidente Getúlio Vargas, compreendido entre 1937 a 1945, ficou conhecido como Estado Novo.

³ A Cia Matte Laranjeira, foi fundada por Thomaz Larangeira em parceria com a família Murtinho. Seu poder era tão grande que ela foi considerada um Estado dentro do Estado (Cf. BRAND, A. et. al. Os kaiowá e guarani em tempos da cia matte laranjeira: negociações e conflitos. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/textosAnt.Brand.pdf> . Acessado em 08/092007.

amplo debate durante as décadas de 1930 e 1940, cuja idéia principal era legitimar o Estado Novo (1937-1945).

De acordo com Rocha (*idem*), a Marcha para o Oeste estabeleceu uma política de interiorização do Estado brasileiro, mas não se defrontou diretamente com os grandes latifúndios. Suas ações de colonização e política indigenista foram efetivadas pela Expedição Roncador-Xingu, havia o interesse de localizar e cercar as áreas consideradas vazias, cujo alvo era a constituição das colônias agrícolas nacionais sob a forma de cooperativas.

A longo prazo, as colônias agrícolas foram instaladas na região do Xingu, território de vários grupos indígenas. Isso justificou as mudanças na política indigenista, de forma a aumentar as ações de pacificação e contato com os vários grupos indígenas. Entre estes grupos, estavam os A'uwê Uptabi, que em 1945, habitavam a “margem esquerda do Rio das Mortes”. (VILLAS BÔAS O; VILLAS BÔAS, C, 1994:78).

A Expedição Roncador-Xingu é decorrente da Marcha para o oeste, foi criada por meio da Portaria 477, de 03 de junho de 1943, sob a coordenação do ministro João Alberto Lins de Barros, por meio da. Geograficamente a área conhecida como Médio Araguaia, seria uma espécie de porta de entrada do Oeste rumo ao Norte, pelo que se observa em seus objetivos descritos a seguir (LIMA FILHO, 2001: 41-42).

- 1) Partir da cidade de Leopoldina (Aruanã), no Araguaia, e ir em direção à cidade de Santarém e ao Amazonas,
- 2) Fundar um ponto de colonização no Rio das Mortes, afluente da margem esquerda do Rio Araguaia (MT),
- 3) Galgar a Serra do Roncador e fundar um núcleo de colonização⁴ como base para dar continuidade à exploração do território (campo de aviação, construção e agricultura).
- 4) Assim que a Serra do Roncador fosse atingida, um segundo escalão da expedição sairia de Leopoldina seguindo o mesmo caminho e deveria fixar 200 famílias

A viabilização desses objetivos esteve a cargo da Marcha para o Oeste, responsável por criar as condições para que fosse desenvolvida uma frente agropastoril e da Fundação Brasil Central, coube a captação de recursos e destinação das regras que balizariam toda a infra-estrutura necessária a este intento⁵.

Ocupar o Oeste em direção à Amazônia, desencadeou mudanças significativas na região leste de Mato Grosso, denominada Barra Cuiabana. Esse pequeno povoado originado

⁴. Esse núcleo de colonização dá início à fundação da cidade de Aragarças-GO, situada no paralelo 16, local onde começa a Amazônia Legal.

⁵ Sobre os objetivos da Marcha para Oeste (Cf. RIBEIRO, H.2005:44).

por garimpeiros, na confluência dos rios Araguaia e Garças em 1948, foi emancipado como município e passou a ser chamar Barra do Garças.

Por se localizar no paralelo 16, considerado “Portal de Entrada da Amazônia Legal⁶,” a cidade foi alvo de grandes dos projetos de desenvolvimento dos governos nos anos 30 e 70 do século XX. Esses investimentos aumentaram o fluxo migratório para região cujos objetivos foram, “ocupar os espaços vazios,” habitados por índios entre os quais estavam os A’uwê Uptabi.

As três primeiras décadas do século XX, garimpeiros e criadores de gado foram se aproximando do território A’uwê Uptabi, a fim de obter as pastagens e rios até então resguardados pela fama belicosa atribuída ao grupo. Segundo Ravagnani (op. cit), a década de 1930 foi a pior fase para o grupo, porque tiveram seu território a leste cercado pela frente pastoril, ao sul vários grupos de garimpeiros nas margens do Rio Garças e São Lourenço e a margem esquerda do Rio Araguaia formaram povoados muito próximo à divisa de suas terras. Lentamente, os limites de seu território começaram a ser transpostos.

Pode-se se dizer que, os missionários salesianos, interessados nas atividades de pacificação e dos novos bandeirantes paulistas, que ambicionavam reviver a epopéia dos antigos bandeirantes de seu Estado no sertão mato-grossense ultrapassaram “[...] os limites das frentes pioneiras, adiantaram-se aos criadores de gado e garimpeiros regionais, graças às modernas lanchas motorizadas e resguardadas pelas armas de último tipo” (ibid: 152).

Em 1941, o presidente Getúlio Vargas, autorizou a retomada às atividades de pacificação iniciadas em 1934 pelos salesianos, mas que não havia logrado êxito. Porém, dirigida por Genésio Pimentel Barbosa, do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ficou encarregado dessa tarefa, mas junto com e seus auxiliares foram mortos nas proximidades do Rio das Mortes pelos A’uwê Uptabi.

Para Garfield (op.cit), a Marcha para o Oeste encontrou um grande obstáculo na resistência A’uwê Uptabi e que revelou o desconhecimento em profundidade pelo governo das culturas indígenas.

Em 1945, Francisco Meireles, chamado para dirigir os trabalhos de atração com os A’uwê Uptabi, passou meses estudando as tentativas anteriores e as possíveis causas dos

Amazônia Legal é a área composta, pela superfície total dos estados do Acre, Rondônia, Amapá e Mato Grosso, acrescido pela da porção oeste do meridiano 44° W do Maranhão. A criação desse território se deu pela lei 1.806 de 1953, que regulamentou o artigo 199 da Constituição Federal, estabelecido em um modelo que mesclava aspectos políticos, geográficos e envolvia os estados da região norte e centro-oeste. Barra do Garças localiza-se exatamente no paralelo 16, por isso é considerada a portal da Amazônia. (ibid).

fracassos anteriores. Nessa tarefa, contou com a orientação pessoal do Marechal Rondon, então presidente do Conselho Nacional de proteção aos Índios, lugar que ocupava desde 1939.

Sistematicamente, Meireles e sua equipe organizaram novas trilhas diferentes daquelas seguidas por seus antecessores passaram a deixar pequenos presentes em quatro pontos estratégicos. Deram início ao método de atração criado por Rondon. Durante muito tempo esses presentes não foram recolhidos, ainda que fosse perceptível a presença A'uwê no local.

Em 1946, os homens de Meireles construíram o primeiro um rancho na roça em que deveriam permanecer. As tentativas de avançaram, porém isso não significava a submissão do grupo. O cineasta Sílvio da Fonseca, sobre a situação escreveu: [...] “restava aos Xavante ou realizar uma política de aproximação com seus vizinhos, ou submeter à guerra em todos os fronts (Fonseca, *Apud* RAVAGNANI, id:185).

A forma como o contato se estabeleceu, é um caso clássico do famoso método de atração de Rondon. Meireles e seus colaboradores os cercaram de tal modo que, foram obrigados a se defrontarem não só com os pacificadores como também com seus potentes recursos como barcos a motor e aviões. Arriscamos dizer que render-se ao contato não era desejo A'uwê, mas a estratégia possível naquele momento.

A Marcha para o Oeste e a política de terras no Mato Grosso trouxe conseqüências cada vez mais catastróficas para os A'uwê deixando-os, *no olho do furacão* visto que, todo aparato de ocupação e desenvolvimento de Barra do Garças ia cada vez mais, em direção às suas terras.

Na década de 1970, esse interesse não cessou; pois novos projetos foram lançados na região, como Programa de Integração Nacional (PIN). Incentivos fiscais, construção de rodovias que davam acessos inter-regionais e à aprovação de projetos de colonização concedidos à iniciativa privada novamente aumentou o interesse sobre as terras A'uwê Uptabi.

Para Garfield⁷ (2001), entre 1966-1970, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, aprovou sessenta e seis projetos agrícolas para o município de Barra do Garças e Luciara com cerca de trezentos milhões de cruzeiros⁸ na época de incentivos fiscais.

⁷ Garfield (2001) é tradução nossa.

⁸.O cruzeiro era a moeda da época; nesse período o país fez três reformas financeiras e as moedas foram denominadas de cruzeiro entre 01/11/1941 a 12/02/1967; cruzeiro novo de 13/12/67 a 14/05/1970 e de cruzeiro novamente de 15/05/1970 a 27/02/1986.

A exemplo dos conflitos nesse momento, tomaremos a marcante história da expulsão dos A'uwê Uptabi de Marãiwatséde, pelo grupo Ometto, proprietário da Fazenda Suiá-Missu. Este foi um dos maiores focos de tensão entre os A'uwê Uptabi e a sociedade nacional. O milagre do crescimento brasileiro levou muitas empresas a se estabelecerem dentro das áreas indígenas, O caso da Associação dos Empresários da Amazônia (AEA) retrata bem isso. Dirigida por Hermínio Ometto, conhecido empresário paulista e (GARFIELD, 2001:148):

[...] e um pioneiro na Amazônia: ele estabeleceu em seiscentos hectares da Fazenda Suiá-Missu de criação de gado nas terras Xavante de Maraiwatsede em 1961, três anos antes do golpe militar Como chefe da AEA, Ometto pressionou a SUDAM a subsidiar a criação de gado na fazenda patrocinando visitas de ministros de Estados e políticos na região Amazônica⁹ (...)

O grupo tentou negociar essa invasão oferecendo aos A'uwê alimentação e artigos decorativos como pagamento pelos serviços de limpeza e manutenção do campo de aviação. Mas, em 1966, eles foram retirados à força de lá pela Força Aérea Brasileira (FAB) e levados para a Missão Salesiana São Marcos. Na mudança, para a Missão muitos adoeceram e vieram a óbito. Estima-se que após sua fixação na Missão Salesiana São Marcos, das 236 pessoas que foram levadas para lá, 160 morreram vítimas de uma epidemia de sarampo por falta de anticorpos. Passados quarenta anos de seu exílio os A'uwê ganharam na justiça o direito de posse sobre suas terras, hoje Marãiwatséde possui seiscentos e cinquenta pessoas vivendo em setenta casas e retomando aos poucos sua vida nesse lugar.

De um lado, percebemos as graves conseqüências que, envolveram os A'uwê desde o exílio de sua terra para a Missão de São Marcos, onde durante muito tempo se sentiram como “hóspedes” (CHOVELON, P. et al.1996, p.108), de outro, temos a idéia da Fazenda Suiá Missu como propulsora do progresso na região. Varjão sobre a fazenda descreve:

(...) o pioneiro Ariosto da Riva conseguiu construir com o grupo Ometo a maior fazenda de Mato Grosso, “Fazenda Suiá-Missú S/A, nas proximidades e território de São Félix, onde possuíam um rebanho de 300.000 cabeças de gado vacum e cavalari”. A fazenda possui dezoito retiros, sede própria de uma vila onde existia a escola, farmácia, hospital e campos de pouso para aeronaves de grande porte. Sediava entre capatazes e peões, mais de três mil empregados. (VARJÃO, 2001 p. 33)

⁹ Essa forma de lobby adotada por Ometo era uma forma de fazer política que abria cada vez mais a região aos interesses capitalistas. À medida que o capitalismo se expandia na região não só os recursos naturais eram devastados, pois o cerrado ia cedendo lugar às pastagens como a vida da população que vivia na região anteriormente ia ficando e comprometida. No caso dos A'uwê caçadores havia a necessidade da conservação das matas que abrigavam os animais de caça e árvores como o buriti que amplamente utilizado por esse povo.

O desenvolvimento tão desejado pelos políticos e pelo segmento empresarial instalado na região, entre os quais estavam a Suiá-Missú encobriu a violência e expropriação a qual os A'uwê foram submetidos.

A especulação em Barra do Garças, era tão grande que em 1970, com uma população de 28.403 habitantes, 6,7 das empresas colonizadoras controlavam 85% do setor privado de terras na cidade enquanto que 70% dos fazendeiros detinham 6% da área. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, em 1972, classificou 2.024 propriedades de terras em Barra do Garças como latifúndio e somente 60 como empresa rural¹⁰(GARFIELD, op.cit:150-1)

As atuais representações A'uwê Uptabi em Barra do Garças são consequência dos projetos desenvolvidos na região, nos quais era necessário transformar todos em produtores. A'uwê Uptabi e outros grupos indígenas eram as pedras no meio do caminho à expansão, e se não incorporados ao projeto deveriam se possível desaparecer, basta ver as dizimações contra os vários grupos indígenas nesse período.

Se tomarmos todas as perdas de grande parte das terras indígenas no avanço das frentes de expansão, veremos que não só os A'uwê Uptabi, mas os índios de modo geral têm pouca terra para viver e resguardar seus costumes ancestrais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Carlos Drummond, No meio do caminho. Disponível em www.revista.agulha.nom.br/drumm09. Acessado em 09/092007.

BRAND, A. et. al. Os kaiowá e guarani em tempos da cia matte laranjeira: negociações e conflitos. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/textosAnt.Brand.pdf>. Acessado em 08/092007.

CHOVELON, H et. Al. Do primeiro Encontro com os Xavante à Demarcação de suas Terras, UCDB:Campo Grande-MS,1996.

LENHARO, Alcir. **Em nome do progresso**. São Paulo, 1983. mimeo.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira **O Desencanto do Oeste**. Goiânia. UCG, 2001.

MILANEZ, Anderson. Retorno à Mata Misteriosa. In *Brasil Indígena*, Brasília: Funai, Ano II, nº 2, maio/junho, 2006: 32-8.

SETH, Garfield. **As Raízes de uma planta que Hoje é o Brasil**: os índios se o Estado-Nação na Era Vargas. **Rev. Brás. Hist.**, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000. Disponível em:

¹⁰ Segundo o cadastramento do INCRA em 1972, os 2.024 latifúndios em Barra do Garças representavam uma área total de 9.957.924 hectares sendo destes 6.051.991 hectares de áreas cultivadas e 3.748.521 hectares de áreas improdutivas. As 60 empresas rurais representavam 143.455 hectares sendo que 68.867 de áreas produtivas e 5.690 de áreas improdutivas. (GARFIELD, S. op. cit. p.151)

Para distinguir as dimensões entre latifúndio e empresa rural consultar o art. 4 em seus inc. V E VI da lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 que dispõe sobre o estatuto da terra Disponível em <http://www81dataaprev.gov.br/silex/paginas/42/1964/htm> Acesso em 14 de junho de 2007.

http://scielo.php?script=sci_arttex&pid=SO10201882000000100002&Ing-em&nrm=isso>. Acesso em 05 de junho de 2007. Pré-publicação.

_____. **Indigenous Struggle at the Heart of Brazil: State policy, frontier expansion, and the xavante indians.** USA: Duke University Press, 2001.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. **A Experiência Xavante com o mundo dos Brancos.** 1978.220f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo, [1978].

RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. **Geopolítica e Memória:** uma discussão do processo de desenvolvimento. 2005. 134 p. Relatório (de pós-doutoramento – Departamento de Geociências). Unicamp, [2005].

ROCHA, Leandro Mendes. **A política Indigenista** no Brasil: 1930-1967. Goiânia: UFG, 2003.

VARJÃO, Valdon. **Janela do Tempo.** 2 ed.[S. I: s.n], 2001.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS, BOAS, Cláudio. **A Marcha para o Oeste.** São Paulo: Globo, 1994.

CULTURA *JEJE* NA DIÁSPORA: MARANHÃO E JAMAICA

Maristane de Sousa Rosa*

RESUMO

A diáspora africana em muito contribuiu para a formação das manifestações artísticas no Brasil, especialmente no Maranhão, nele constituindo uma das mais importantes sociedades pluriétnicas do mundo e um dos maiores berços culturais transatlântico. Os povos da Costa da Mina trouxeram instrumentos musicais, coreografias rítmicas, a metalurgia, o conhecimento arquitetônico para a construção das igrejas e dos casarões de pedra e cal em São Luis.

Essa pesquisa utiliza narrativas de J. Lorand Matory, Peter Burke, Eric Hobsbawm, para inserir a dinâmica da cultura *jeje* que atravessou o Atlântico em meados do século XVII consolidando elementos musicais de resistência negra na Jamaica e reafirmação de identidade no Maranhão.

Palavras-chave: Diáspora africana. Cultura *jeje* nas Américas. *Reggae* na Jamaica e Maranhão.

ABSTRACT

The african migration had a large contribution in the artistic manifestation in Brazil, specially in Maranhão in which it had formed one of the most important multiethnic societies in the world and one of the biggest transatlantic cultural nursery. The people from Costa da Mina brought musical instruments rhythmic choreographies, the metalurgy, the engineering for the knowledge for the churches building and the old houses made of stones and lime in São Luis.

This research uses narration of J. Lorand Matory, Peter Burke, Eric Hobsbawm, to insert the dynamic of the *jeje* culture that crossed the Atlantic in the beginning of the XVII century, setting musical elements of black resistency in Jamaica and reaffirmation of identity in Maranhão.

Key-words: African immigration. *Jeje* culture in Americas. *Reggae* in Jamaica and Maranhão.

* Universidade Estadual do Maranhão, Centro de Estudos Superiores de Imperatriz – Departamento de História e Geografia. Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural.

O *reggae* jamaicano ressignificou elementos de africanidade às Américas, exigindo a consolidação de direitos políticos e cidadania plena. O ritmo foi pesquisado como instrumento sócio-educativo aos afrodescendentes de São Luis, e, visto como elemento de “emporamento” histórico-cultural a ser utilizado na afirmação de identidade étnica, considerando o cenário da diáspora transatlântica.

Componente de estudo afro, o *reggae* jamaicano permite uma análise social do Maranhão e a etnografia dos valores simbólicos da religiosidade afro no Maranhão, entendendo essa performance musical como elemento de desconstrução de mitos da modernidade que por séculos omitiram a historiografia da África.

Por isso mesmo constata-se que a diáspora africana em muito contribuiu para a formação das manifestações artísticas no Brasil, especialmente no Maranhão, constituindo aqui uma das mais importantes sociedades pluriétnicas do mundo. O gosto artístico da população ludovicense revelado tradicionalmente nas danças e nos tambores, adotou o ritmo jamaicano para dançar, ouvir e festejar, de forma que a música negra jamaicana não se fixou por um simples passe de mágica, ao contrário, essa veio dar visibilidade ao processo de “higienização” cultural historicamente vivenciadas por africanos e descendentes.

Principalmente quando no Segundo Reinado, a sociedade maranhense cheia de preconceitos adotou como título para enobrecimento das gerações subseqüentes o de “Atenas no Brasil” (MEIRELES, 1980: 296), mantendo uma “rígida divisão de classes e rivalizando a sua classe dominante em educação e bom gosto com a colônia inglesa, ali estabelecida, e considerada esnobe e racista.” (ANDRADE, 1984: 6).

Outrossim, em tal dinâmica organizacional inseriram-se, por exemplo, as festas carnavalescas, os reizados, as cantorias, os cultos *jeje* e *nagô* como mais um processo de resistência do negro africano que atravessou o Atlântico e, vindo com seu idioma, seus costumes e tradições, ressignificou a alimentação, o vestuário, as danças e, mais ainda, estruturou sua língua ao português, ao francês ou ao inglês, mesclando-lhes vocábulos ou sotaques.

Pela política colonial escravista, pelo decorrente preconceito racial estendido aos negros descendentes, pensou-se como “legítimos” os sentimentos desenvolvidos por regueiros de São Luis em relação à melodia jamaicana, esta mesclada com grupos étnicos de procedência que vieram da África e que foram comuns à Jamaica e Maranhão.

Dessa forma os territórios, os espaços, aparentemente dissociados pela geografia ou por fatores lingüísticos, mas “legitimados” pela leitura social, se aproximam por

mecanismos de coação em que os lugares da memória não são espontâneos mas composição de arquivos do passado sob os quais ela se escora.

Por isso, “Compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente. Composição é um termo adequadamente ambíguo para descrever o processo de ‘construção de reminiscências’. De certa forma, nós as compomos ou construímos utilizando as linguagens e os significados conhecidos de nossa cultura.” (THOMPSON, 1981: 56).

Concordando que a história é memória e vice-versa, quando o intangível se apóia nos traços exteriores e nas referências tangíveis de uma existência que se supõe existir por detrás deste estoque material, em que agora as identidades revitalizam a própria historiografia de si.

O franco diálogo entre a cultura musical da América do Norte e Caribe foi responsável pelo surgimento do *reggae* na Jamaica, que se formou de elementos do *rhythm and blues*, *jazz*, *calipso* e *rumba*, numa simbiose de etnicidade presente nos grupos de procedência na travessia do Atlântico.

Para a Jamaica vieram “escravos da África Ocidental, a maior parte formada por integrantes dos povos ashanti, ioruba e akan, todos da tribo dos coromanti.” (ALBUQUERQUE, 1999: 15).

Os estudos de Bryan Edwards, Leslie, Lewis, Long e Martha Beckwith deram uma visão sobre os *stocks* negros entrados na Jamaica comprovando suas sobrevivências religiosas, provérbios, festas populares, música e dança. A cultura negra dominante veio dos *Coramantis* (*Coramantyns*, *Kromantis*) da Costa do Ouro. (RAMOS, 1979: 131).

Comentou o professor Herkovits sobre um rito funerário visto na Jamaica:

esta cerimônia pode ser encontrada em qualquer zona costeira da África Ocidental; o “santo tutelar” assemelhado ao *Tohwiyo* daomeano ou ao fundados do *kra-washing group* Ashanti, isto é, pessoas que descendem da linha paterna e são unidas por vínculos de natureza espiritual. *Accompong* não é mais do que o *Nyankompong*, e *Assarci* o *Assase*, dos povos Ashantis, também encontrados entre os *Bush Negroes* do Surinam. (RAMOS, 1979: 132).

Também elementos culturais entre os *Maroons* ou *Marrons*, escravos revoltosos da Jamaica, foram reconhecidos como cultura material similar, equivalentes às da Costa do Ouro, assim como encontraram significações comuns no culto de espíritos dos rios e das florestas. A palavra *kromanti* derivou do reinado de *Coramantyne* da África Ocidental, para os *Marrons* também exprimindo uma linguagem secreta ou canções de “enfeitiçar”.

Na Costa do Ouro (Estado de Asante) se estabeleceu o forte Elmina, ou da *Mina*, onde estavam os membros da mesma confraria de comerciantes portugueses no controle da

rota que levava para o norte na direção da Costa dos Escravos (Estado do Daomé), seguindo na direção leste do Benin abrindo competição com os carregadores locais e com os canoieiros no transporte de escravos e de tecidos, em troca do ouro da floresta de Akan.

E ainda, “Os escravos Akan (no Brasil conhecidos como fante-achanti) são comerciados na Costa do Ouro nas proximidades do Castelo da Mina e em Cape Coast, por ingleses e holandeses, e vão, em sua maioria, para as colônias inglesas, onde têm boa aceitação.” (SOARES, 2000: 119).

Também segundo Pierre Kipré os Minas são (Fanti, Ashanti) de grupo lingüístico *ewe*, provenientes da Costa do Ouro, donde foi berço de povoação dos povos Akan, dos séculos XII ao XVI. (KIPRÉ, 1985: 346-347).

A contribuição de Oyo e do Daomé para o comércio Atlântico de escravos atingiu seu apogeu por volta de 1680 a 1730, quando cerca de 20 mil cativos eram vendidos anualmente nas praias situadas entre Badagry e Whydah, que receberam o nome sinistro de Costa dos Escravos. (OLIVER, 1994: 142-145).

Diante das narrativas, da Costa do Ouro e da Costa dos Escravos vieram povoações *jeje* que na diáspora construíram culturas no Maranhão e Jamaica: pelos *Daomeanos* (grupo *Gêge*: *Ewe*, *Fon* ou *Efan*, e grupos menores); pelos *Fanti-Ashanti*, da Costa do Ouro (grupos *Mina* propriamente ditos: *Fanti e Ashanti*)” (RAMOS, 1979: 186).

Em 1896 Nina Rodrigues em viagem ao Maranhão, visitou negros africanos na capital São Luis e que ali eram conhecidos geralmente por negros minas (nagôs, fantis e outros). “Eram duas velhas, uma jeje, hemiplégica e presa a uma rede de que não mais se levantava, e a outra, uma nagô de Abeokutá, ainda forte e capaz de fazer longas caminhadas, residindo ambas em pequenas casinhas nas proximidades de São Pantaleão.” (RODRIGUES, 1982: 107).

Pelo trabalho de Nunes Pereira, os *gêges* são povos daomeanos, de mística *ewes*, cuja sobrevivência no Brasil foi evidenciada na “Casa das Minas”, em São Luis do Maranhão, através “de um culto bem complexo e organizado, com nome do *voduns*, práticas religiosas e rituais, indumentária, cânticos, etc., que documentam antigas sobrevivências daomeanas, ao lado de yorubas, naquele ponto do país.” (RAMOS, 1979: 205).

Portanto a cultura *Fanti-Ashanti* deixou vestígios no Maranhão pelos negros comumente denominados de *Minas*, nome provindo do *Forte de El Mina*, ou da Mina, grande empório português para o mercado de escravos na costa ocidental africana.

De acordo com J. Lorand Matory,

o termo *jeje* foi designado no Brasil em meados do século XVIII, para todos os falantes de *ewe*, *gen*, *aja* e *fon*, tratando-se da mesma língua de adoração dos deuses *vodun*; mas seu registro na África depois de 1864 revela muito sobre a história da etnicidade e da nação, regional e transatlânticamente. (MATORY, 1999: 63).

O diálogo entre o Maranhão e Jamaica por séculos interrompido entre os grupos étnicos Fanti, Ashanti, Akan ou Minas, vindos da África, foi retomado simbolicamente após a travessia transatlântica em meados da década de 1970 por meio da discografia jamaicana, interagindo culturas que o passado escravista separou.

As informações coletadas em Carlos Albuquerque “O eterno verão do *reggae*”, pela tese de doutorado de Carlos Benedito Rodrigues da Silva e em Nina Rodrigues “Os africanos no Brasil”, concordaram com a procedência ocidental dos africanos escravizados que vieram para as Américas e Caribe. Desse modo, para o Maranhão e Jamaica vieram grupos étnicos comuns como Minas, Fanti, Ashanti, evidências encontradas em São Luis pelo filme documentário “Atlântico Negro – na rota dos orixás” (BARBIERI, 1998) e na formação vocabular da “Casa Fanti-Ashanti” fundada por Pai Euclides no ano de 1954.

Uma curiosidade é que segundo historiadores, povos Ashanti foram levados para a Jamaica e um dos terreiros de religião afro-brasileira de São Luís é a Casa de Fanti-Ashanti. Infelizmente não pude encontrar documentos comprobatórios dessa relação. A informação que obtive de um estudioso foi que o próprio pai de santo teria inventado o nome para a casa. (SILVA, 2001: 113).

Diferentemente do pesquisador esse estudo evidencia a dialogicidade Fanti-Ashanti, se ocupando em estabelecer fatores que ultrapassam barreiras fronteiriças, de espaço, de idioma. Uma vez mais se diz da memória latente e em potencial, permitindo avaliar que os lugares não devem ser julgados somente como espontâneos, ao acaso, mas que sejam arquivos criados e a serem utilizados no momento em que são solicitados.

As festas dos negros das Américas e das Antilhas tornaram-se equivalentes às da África, adicionando ou integrando a si lembranças e sentimentos de “usança africana”. Assim a música afrojamaicana foi enraizada no concreto, nos territórios, nos gestos, nas imagens, ligando-se temporalmente ao continente africano por meio do cotidiano sócio-religioso.

Os marcos teóricos utilizados não apontaram na direção de associar o ritmo *reggae* com tradições da cultura religiosa *jeje* das Américas e do Caribe. Outrossim, a intersecção de diálogos com as nações de procedência comerciadas na Costa do Ouro nas proximidades do Castelo de São Jorge da Mina que foram para a Jamaica, no culto religioso de adoração aos deuses *vodun* encontrados na região dos Estados Unidos (New Orleans, Louisiana francesa e arredores) e Cuba, donde os jamaicanos da década de 1960 receberam

informação melódica para a construção do mento, *ska* e *rock-steady*, chegando à composição do *reggae*, compreendendo para o termo *jeje* a descendência cultural da diáspora, os falantes de idioma religioso “ewe, gen, aja e fon”, que a “música de raiz” jamaicana ressignificou em língua *negro inglesa*. (ALBUQUERQUE, 1997: 17; MATORY, 1992: 62; RODRIGUES, 1982: 36; SOARES, 2000: 119-120).

Nesse sentido Jullie Cavnignac chamou as narrativas musicais de “uma abordagem capaz de englobar as dimensões literárias e histórico-sociais. Assim, a partir de investigações que envolvem o exercício de rememoração, identificamos a presença de narrativas multiformes.” (CAVIGNAC, 2004: 226).

As contribuições ora apresentadas impulsionaram novos vieses para estudar o fenômeno *reggae* em São Luis compreendendo que a adoção do ritmo na capital do Maranhão, o modo de dançar, de “celebrar”, não foi encontrado noutro Estado do Brasil.

Por isso, processos de mudança e realinhamentos históricos sobre grupos étnicos africanos têm ocorrido em torno do planeta, sendo especialmente significativa uma recente literatura sobre grupos da diáspora, pois o termo:

nos permite colocar em questão o padrão teórico de representação da cultura africana nas Américas, que fala de *memória coletiva* [grifo nosso] na ausência de *agency*, ou intencionalmente estratégica, dos diversos atores. [...] A África que vive nas Américas é uma mobilização estratégica de um repertório cultural circum-Atlântico de quinhentos anos. Em suma, muito do que é chamado de ‘memória’ cultural ou coletiva na diáspora africana, e em toda nação, ocorre em contextos de poder, negociação e recriação. (MATORY, 1998: 66).

É desta maneira que os jamaicanos desafiam seu passado colonial e maranhenses devem encontrar nas raízes do *reggae roots* a tradução da herança cultural trazida da África pela diáspora.

A experiência do mundo social ocidentalizado desvinculando o continente negro impede que o conhecimento se torne instrumento alternativo de reflexão. A prática científica no entanto remete à conversão do pensamento, a revolução do olhar, a ruptura com o pré-construído na ordem social.

Nesse contexto será possível pensar a diáspora, em que o Maranhão produziu uma multiforme faceta com a qual se enriqueceu histórica e culturalmente, a qual emergiu encontros plurais e etnoculturais.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Carlos. **O eterno verão do reggae**. São Paulo: Ed. 34, 1997. (Coleção Ouvido Musical).
- ANDRADE, Beatriz Martins de. **O discurso educacional do Maranhão na primeira república**. São Luis: UFMA/Secretaria de Educação, 1984.
- ARANTES, Antonio Augusto. **Cultura, cidadania y patrimônio em América Latina**. In: **La (indi)gestión cultural: uma cartografia de los procesos culturales contemporâneos**. Mônica Lacarrieu, Marcelo Álvarez (Comp.). Argentina: CICCUS/LaCrujía, 2002.
- BARBIERI, Renato. **Atlântico negro – na rota dos orixás**. Brasil, 1998. DVD (75 min): son., color.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- _____. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CAVIGNAC, Julie. Antoinette. **Retóricas do olhar e tramas da narrativa: historicidade e mitografia em Nísia Floresta (RN)**. In: **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. José de Sousa Martins, Cornelia Eckert, Sylvia Caiuby Novaes (Orgs.). Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- CUNHA, Manuela Carneiro. **Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- KIPRÉ, Pierre. **Das lagunas da Costa do Marfim até o Volta**. In: **História geral da África – a África do século XII ao século XVI**. Tradução Paulo Anderson F. Dias, Marina Appenzeller e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Ática, 1988. v. 5, p. 337-351.
- MATORY, J. Lorand. **Jeje: repensando nações e transnacionalismo**. In: **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, ano 4, n. 9, Porto Alegre, PPGAS-UFGRS, 1998.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. 2. ed. São Luis: FUNC, 1980.
- MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.
- OLIVER, Roland. **A experiência africana: da pré-história aos dias atuais**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- PINTO, Tiago de Oliveira. **Som e música: questões de uma Antropologia Sonora**. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 221-286, 2001.
- RAMOS, Artur. **As culturas negras no Novo Mundo - Cap. VIII As culturas negras nas Antilhas**. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- RANGER, Terence; ROBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ROBSBAWM, Eric. **História social do jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- SCHWARCZ, Lília K. Moritz. **Questão racial e etnicidade**. In: Sérgio Miceli. **O que ler na Ciência Social Brasileira (1979-1995)**. 2. ed. São Paulo: Ed. Sumaré/ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999. v.1. p. 277-288.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. **Da terra das primaveras à ilha do amor: reggae, lazer e identidade cultural.** São Luís: EDUFMA, 1985.

_____. **Ritmos da identidade: mestiçagens e sincretismos na cultura do Maranhão.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, mar. 2001.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

THOMPSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias.** Projeto História, São Paulo, abr. 1997. ISSN 0102-4442.

Paris e Marcel Proust: a representação dos hábitos da metrópole francesa a partir de *Em Busca do Tempo Perdido*

Carlos Augusto Da Silva Rosa*

RESUMO

O presente ensaio tenta estabelecer conexão, a partir da obra *Em Busca do Tempo Perdido*, de Marcel de Proust, entre os aspectos culturais, históricos e sociais da sociedade francesa do final do séc. XIX e início do XX, visando discutir os caracteres das duas classes dominantes: burguesia ascendente e aristocracia decadente, e como essas se articulam com as idéias de tragédia e comédia que permeiam a obra.

ABSTRACT

The present rehearsal probe to establish connection, starting from the work *Em Busca do Tempo Perdido*, by Marcel Proust, among the aspects cultural, historical and social of the French society of the end of the 19th and beginning of the 20th centuries, seeking to discuss the characters of the two dominant classes: ascending bourgeoisie and decadent aristocracy, and as those they pronounce with the tragedy ideas and comedy that permeate the work.

Palavras-chave: Tempo – Cidade – Literatura

Time – City - Literature

* Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Letras – É bolsista pelo programa PIBIC do CNPq, onde desenvolve pesquisa a respeito de Marcel Proust e *Em Busca do Tempo Perdido*, e é bacharelando em Literatura pela referida Universidade e unidade dela constituinte.

Parece estranho iniciar um trabalho a respeito da relação de um romance com um contexto histórico, fazendo uso de um autor como Wolfgang Iser, epígono da tradição da estética da recepção e das teorias do efeito estético, nas quais se apregoa, sempre, a independência do texto literário ante outras disciplinas. Mas o antimimetismo de Iser pode nos valer de mote para uma reflexão.

Vejamos o que diz Iser em seu *O Ato da Leitura*:

O texto literário se origina da reação de um autor ao mundo e ganha caráter de acontecimento à medida que traz uma perspectiva para o mundo presente que não está nele contida. Mesmo quando um texto literário não faz senão copiar o mundo presente, sua repetição no texto já o altera, pois repetir a realidade a partir de um ponto de vista já é excedê-la. Em princípio, a reação do autor ao mundo, que se manifesta no texto, rompe as imagens dominantes no mundo real, os sistemas sociais e de sentido, as interpretações e as estruturas. Por isto, cada texto literário se comporta seletivamente quanto ao mundo dado, no interior do qual ele surge e que forma sua realidade de referência. Quando determinados elementos dela são retirados e incorporados ao texto, eles experimentam a partir daí uma mudança de sua significação. Nesse sentido, a seleção, a partir da qual se constrói o texto literário, possui o caráter de acontecimento, e isso porque ele, ao intervir em uma determinada significação, elimina sua referência. Toda transformação da referência é um acontecimento, porque agora os elementos da realidade de referência são retirados de sua subordinação. (ISER, 1996: 28).

Essa postura antimimética de Iser com relação ao texto literário vai de encontro com quase tudo que se produziu de teoria literária até os dias de hoje. Se levarmos para o *ipsis literis* as palavras do teórico germânico, teremos que colocar de lado nomes como Aristóteles, Horácio, Longino, Boileau, e, dentre nossos contemporâneos, Eric Auerbach, com seu clássico *Mimeses*, um oponente direto, por excelência, de Iser. Mas não é assim que se dialoga intelectualmente. Um pouco de relativização com relação a posturas teóricas não faria mal diante da querela que divide as posturas miméticas das antimiméticas.

É sobre essas questões que iremos, sucintamente, discutir, e tomaremos como mote o romance do francês Marcel Proust, *Em Busca do Tempo Perdido*, por ser uma obra na qual ambas as possibilidades de abordagem se coadunam quase que naturalmente. Fato facilmente explicável: Proust fez um romance de tamanha grandeza, que nenhuma teoria pode subordiná-lo. Ele, antes, com sua imponente e profundidade, subjuga qualquer teoria. É a obra perfeita para se discutir tudo, pois pretende tratar de tudo, e o faz com maestria.

Para essa discussão estabelecerei aqui cinco questões. Serão sucintamente respondidas, mas de modo elucidativo. As perguntas são: 1. Como a dissolução do espírito do Antigo Regime

pós Revolução de 1789 se deu na obra? 2. Como Proust internalizou essas peculiaridades na sua diegese? 3. De que maneira seus narradores homodiegético actorial e autorial conseguiram trazer essas especificidades por via de uma mistagogia pessoal? 4. Como as prolépses e analépses se portaram na constituição de sentido histórico, na medida em que avançam e retrocedem na narrativa, que pode ser encarada, em suas diferenças temporais, como caracterizadores de diferentes momentos históricos? 5. De que maneira podemos considerar a obra uma repetição da realidade, ou uma recriação de questões históricas via narrativa de ficção?

Vamos aos pontos.

O romance de Marcel Proust está ambientado nos últimos anos do século XIX. Este período foi marcado por um crepúsculo de uma sociedade dividida, mesmo que apenas em seus hábitos e costumes, pelo que restou de forte do Antigo Regime que a Revolução Francesa de 1789 tinha o intuito de deixar para trás: as castas. Estamos diante de uma divisão exemplar: de um lado a burguesia ascendente, de outro, a aristocracia decadente. Para que a divisão virtual deixasse de existir, um último golpe de misericórdia haveria de cair sobre tal sociedade: a Primeira Guerra Mundial. Esses percursos dos últimos suspiros de um tempo remoto e sua total dissolução estão desenvolvidos nos sete romances que compõem a obra, organizados como uma sinfonia, na qual cada movimento retoma temas sugeridos no primeiro movimento. Sete romances. Sete movimentos de uma mesma sinfonia.

Nas primeiras páginas vemos o narrador discorrer a respeito de dois caminhos que serão símbolo dessa divisão social, e da ilusão que ele significava. Os Caminhos de Guermantes e o de Swann. O primeiro carrega a significação da aristocracia, o segundo, o da burguesia. A disposição física desses caminhos é já alegoria do que vem a ser a diegese proustiana.

O narrador menino, quando de férias em Combray, cidade fictícia, localizada no interior da França, onde se hospedava na casa de sua tia Leonie, gostava de sair para passeios com seu pai e avô. Tinham sempre duas opções de roteiro, e essas eram contrárias. Uma porta os levava ao caminho de Guermantes, a outra ao caminho de Swann. Marcel chega a dizer que “*ir por Guermantes’ para chegar a Meséglise [Swann], ou o contrário, teria me parecido uma expressão tão desprovida de sentido como tomar o caminho do leste para chegar ao oeste*”. (PROUST, 2002: 115).

Não é à toa que Swann é o burguês símbolo. Ele denota a célula que irá corroer o espírito aristocrático. Mesmo burguês, transita por dois lados. Tem títulos de nobreza comprados por seu

pai, cuja origem é judaica numa época de anti-semitismo: Swann se converte ao catolicismo. Temos uma burguesia desprezada pela aristocracia pela falta de gosto para as artes: Swann se faz homem culto, colecionador de raridades. Seu intuito de penetrar na nobreza nada tem de ancestral. Quer estar próximo de mulheres admiradas, sua libido o move. Guermantes também tem seus significados. Família cujo passado estava nos vitrais da Igreja de Combray. Tinham todo o background nobre do Antigo Regime, e a mundanidade e contradição moral que caracterizam uma sociedade decadente. Enchiam-se de significados nobres atribuídos a títulos que na prática não tinham sentido algum. Buscavam num passado oficialmente e economicamente morto o instrumento para separarem a sociedade em escolhidos e excluídos. Fechavam os olhos à realidade que os espreitava, dissimulavam opiniões convenientes num momento tenso, como o caso Dreyfus. Mais que diferentes, esses caminhos pareciam sim antagônicos. Mas só pareciam.

Proust internalizou essas peculiaridades demonstrando como cada um dos respectivos ambientes, tão divididos e discrepantes foram, a cada página, aproximando-se e mostrando mais afinidades aproximadoras que diferenças separadoras. Para isso, vários recursos ficcionais de composição do romance se deram. Penso porém que um desses recursos se destaca: as recepções e festas nas quais ambas as classes se encontravam, no início, separadamente, e à medida que avança a narrativa, mais a divisão deixa de existir. Pouco a pouco os públicos respectivos vão aproximando-se do espaço um do outro, e figuras mal quistas num dado momento são bem-vindas num outro instante. O maldito e desditoso artista, vulgarizado com apelidos ridículos na casa da burguesa sem classe chamada Verdurin, centenas de páginas depois tem seus quadros expostos na casa dos Guermantes. A música de Vinteuil que embalou o sonho de amor de Swann no primeiro volume em festas burguesas nas quais se recebia cocottes, de repente é executada nas recepções da aristocracia. Dr. Cottard, de médico iniciante, ascende para ser o médico das elites. A cocote Miss Sacripant é Odette de Crécy, que vira Sra. Swann. Depois da morte do marido torna-se Sra. De Forcheville. Mais que meros nomes, são signos de uma ascendência social baseado em laços de relacionamento cujas bases são essas recepções, que, mais que eventos sociais eram obrigações que deviam ser cumpridas por esses seres do final do século XIX, a fim de que pudessem se manter vivos perante o grande público. Não deixar de ser um dos protagonistas no imenso teatro social, como definiu Richard Sennett em seu *O Declínio do homem público: as tiranias da intimidade*.

A primeira recepção está numa parte intitulada *Um Amor de Swann*. Nela a burguesa Verdurin recebe seus eleitos. Deles cobra fidelidade, de modo que qualquer desertor que se aventurar pelas festas de outros salões que não os seus ou pelos lados da aristocracia, será considerado um traidor. Há nos Verdurin um orgulho ressentido. Desejam se mostrar fortes, incólumes a qualquer tradição aristocrática. No fundo, queriam eles ser como os que estão na outra ponta da corda social. Esse despreço dos Verdurin tem como paga um desprezo indiferente e absoluto por parte da nobreza encarnada em Oriane de Guermantes e na Sra. De Villiparisis.

A aproximação vai se dando pouco a pouco, à medida que temas sociais tornam-se matéria cara a ambos os lados. Interesses mundanos, sexuais e psicológicos os unem. A recepção final – adiada por duas mil e quinhentas páginas –, é chocante. Ambos os lados estão juntos, os nomes com significados transcendentais agora se confundem na carne de seres sem nobreza. Sra. Verdurin termina como Duquesa de Guermantes, e a filha de Swann, Gilberte, se casa com Saint-Loup, sobrinho do Duque de Guermantes. Os caminhos inconciliáveis se unem na filha de Gilberte, herdeira do nome aristocrático, sem valor real, e da fortuna burguesa, esta, cobiçada.

Esta história é contada por um narrador. Definir essa figura que Walter Benjamin conjecturou estar passível de desaparecer na modernidade é fundamental. Estamos diante de um narrador que a narratologia define como homodiegético, ou seja, está na história. Há dois subtipos: o homodiegético autorial, e o actorial. O autorial é onisciente, sabe de tudo que se passará na trama, o actorial não, está imerso na subjetividade do enredo. Essas duas espécies estão presentes no texto de Proust. O filósofo Paul Ricoeur preferiu chamá-los de narrador e herói, sendo o narrador aquele que vivencia, interna e externamente, as ações do enredo à medida que elas acontecem, e o narrador aquele que, como diz Ricoeur, *sobrevoa o enredo*, tem caráter onisciente, e diz diversas vezes: “Como veremos adiante”. O herói vivencia experiências pessoais, o narrador trabalha e desvenda a consciência e a magnitude que os eventos têm na vida de Marcel. Este narrador, cuja consciência dá-lhe trânsito livre por todo o percurso temporal do romance, tem a função de conduzir o fio do tempo dos acontecimentos, seja na esfera íntima, ou social. E a história do romance é também a de uma iniciação pessoal, espécie de mistagogia, termo utilizado por Roland Barthes em *Proust e os Nomes*.

A vivência íntima coaduna-se à vivência sócio-histórica porque Marcel Proust não se limita a um único recorte da realidade. Para ele, estabelecer um elo entre as questões sociais e as metafísicas traz à obra de arte o poder almejado por todo o seu livro, que pretendia subtrair o

homem da roda do tempo, eternizá-lo, fazendo da morte algo por demais indiferente. Se as vivências de sensações psicológicas revelavam-lhe a verdade sobre as pessoas, suas condições sociais também o faziam à medida que estabelecia entre seus destinos sociais e psíquicos elos fortes, cujo poder simbólico era potencializado.

Se não há tema separado em *Em Busca do Tempo Perdido* isto se dá porque o narrador consubstancia os temas. Se o caminho de Swann é o da burguesia e o de Guermantes o da aristocracia, são também lados do ciúme de Swann por Odette, também o de Marcel por Albertine, a vulgaridade de Verdurin, o sadismo da Srta. Vinteuil; são também os lados da decadência do Barão de Charlus, degradante, apoplético, sintetizando o declínio do que representava. Se há uma iniciação, um rito longo de descoberta de uma vocação que libertaria o herói da angústia do tempo, esta representação do tempo como algo que arrasta tudo e todos deve vir representada em sua esfera mais completa, afim de que uma catarse se opere quando da libertação dele através da obra de arte, ou seja, o tempo deve ser forte para levar à morte uma pessoa, e também atos, costumes, enfim, uma sociedade inteira, também preservada via literatura.

O romance de Proust não se inicia no começo. Na verdade, o seu final é o seu início. O crítico e teórico da literatura Álvaro Lins, em seu *A Técnica do Romance em Marcel Proust*, diz-nos de uma estrutura circular, cuja compreensão exigiria do leitor uma segunda leitura que lhe revelasse a argúcia estrutural da obra. Prolépses (avanços temporais na narrativa) e analépses (retrocessos temporais na narrativa) permeiam toda a diegese, suturando-a internamente e dando-lhe forma singular. Estes instrumentos são utilizados desde a primeira página. O narrador, já adulto, remonta a um período em que, quando criança, oscilava entre o sono e o estado de vigília. Reflete sobre esses dois estados e a respeito do tempo passado, o de sua infância. De repente nos vemos diante de uma criança frágil que espera um beijo da mãe. Pouco mais de cem páginas depois a parte *Um Amor de Swann* leva-nos a uma época na qual o narrador sequer havia nascido. Teremos um narrador que, apesar de não participar das ações, haverá de interagir com as personagens futuramente. Essa volta ao passado – para o leitor ideal da obra de Proust, que percorrerá no mínimo duas vezes a obra, uma em seguida à outra – oferecerá ao leitor modos de perceber como as divisões sociais na sociedade de então se amainaram com o passar dos tempos.

No segundo romance da série as diferenças saltam aos olhos. A grosseria dos Verdurin, num primeiro instante, barroca, agora é menos rubra, possui tons claros de disfarce. Odette de Crécy, agora Sra. Swann, já não se contenta em ter amores fugazes e dançar nas mãos de vários

homens. Almeja ascender na escalada social. O narrador conduz o leitor nos avanços e retrocessos, e podemos, por via da comparação entre os tempos, perceber, numa ordem que supera a obviedade do jogo de causa e consequência, que desfavorece a contingência – por isso também é desprezada pelos historiadores –, a variação psicológica e sentimental darem-se, numa esfera temporal, também na sociedade.

O Caso Dreyfus é exemplar. O período em que este polêmico caso jurídico que envolvia questões anti-semitas dividiu a sociedade francesa é retratado, com ênfase, no terceiro e quarto romances da eptalogia. Ambas as vezes em recepções. Mais adiante personagens que estavam de um lado passam a outro.

Essas peculiaridades da distribuição do enredo numa temporalidade singular devem-se às características memorialistas da obra. Como a memória está presente, e a recordação, nas memórias involuntária e voluntária dão as sendas da história, é comum essa fragmentariedade, que contribui com as percepções históricas possíveis na diegese, já que a comparação entre hábitos e costumes é o caminho disponível para os leitores não versados na disciplina História.

A História Social e a Tradição Crítico-Teórico-Occidental-Literária aproximam-se quando o assunto é a discussão a respeito da realidade, num sentido pragmático, viva num texto. Numa cena bélica poderíamos ver esses dois lados contra o antimimetismo de Iser referido no início deste texto. Mas é preciso ter cautela e preferir o diálogo e as possíveis relações às polêmicas vazias que nada contribuem para a Literatura, a História e suas respectivas teorias.

Uma coisa seria negarmos o mimetismo de *Em Busca Do Tempo Perdido*, outra é negar a Historicidade da obra. Por exemplo, o Caso Dreyfus, a Primeira Guerra Mundial, os movimentos da burguesia rumo à aristocracia e vice-versa, a transformação daquela sociedade arraigada a princípios antigos e decadentes.

Mas se seria um erro negarmos a Historicidade da obra, outro, talvez mais grave ainda, seria dizermos que a Literatura é mero subproduto do contexto. É neste ponto que podemos, e mais que isso, devemos aproximar Wolfgang Iser e, por exemplo, Eric Auerbach.

O leitor é figura central de preocupação da estética da recepção, e de, por exemplo, filósofos como Paul Ricoeur, para o qual o tempo da leitura também é matéria de análise. Para Iser no entanto, o leitor é que dá sentido à obra no momento da leitura. A literatura só se faz como algo de valor quando é utilizada, lida, quando o leitor a preenche, ocupando os lugares vazios do texto com suas idiossincrasias, com suas visões de realidade. Iser é importante porque,

ao mesmo tempo em que tira o texto literário da condição de refém da História, também esclarece-nos que o texto em si não pode açambarcar toda uma realidade. Quando Marcel Proust descreve um castelo ou uma igreja dos arredores de Paris, não a visualizo em minha mente tal como ela é. Preencho essa imagem com meu repertório do que viria a ser esse castelo e essa igreja. Aí Historiador e Escritor aproximam-se, pois o passado referido no texto histórico também não pode ser apreendido em sua totalidade. Se o autor literário parte da subjetividade do eu, e da relação dele com essa subjetividade, o historiador parte da subjetividade do documento e da sua relação com essa subjetividade. O historiador moderno que faz uma História Medieval, ou Antiga, tem ainda um trabalho mais árduo, pois essas realidades que ele tenta apreender não lhe são visíveis e jamais o foram, estão dele distantes, separados pelo entrave intransponível do tempo, para Proust só vencido pelo texto literário que apreende a memória e a desvenda, para o Historiador, pelo documento, que sozinho nada lhe diz, e só “funciona” mediante as perguntas que o historiador faz.

As preocupações do romancista, por mais engajada politicamente que seja a obra literária, como a de um Dostoiévski ou de um Víctor Hugo ou Balzac, são a de apreender a realidade num prisma diferente. A objetividade é algo com o qual lutam os historiadores, tentam dar à obra historiográfica um caráter científico que lhes tire a capa humana e pessoal de sua análise e reconstrução da realidade. Já o escritor, até mesmo da linha de um Zola, estão livres pela liberdade da linguagem artística e pelo caráter ficcional, que é primordial à Literatura, para poderem transitar por um universo que é, por excelência, subjetivo, pessoal.

A realidade da obra de arte não é um objeto visto somente em sua exterioridade, haja vista por exemplo que Aristóteles já nos alerta para a verossimilhança interna de uma obra literária, ou em sua condição relacional-causal-contingencial. Antônio Cândido, em “Realidade e Realismo (Via Marcel Proust)”, contido em seu livro *Recortes*, fala-nos que

Se considerarmos realismo as modalidades modernas, que se definiram no século XIX e vieram até nós, veremos que elas tendem a uma fidelidade documentária que privilegia a representação objetiva do momento presente na narrativa. No entanto, mesmo dentro do realismo, os textos de maior alcance procuram algo mais geral, que pode ser a razão oculta sob a aparência dos fatos narrados ou das coisas descritas, e pode ser a lei destes fatos na seqüência do tempo. Isso leva a uma reflexão paradoxal: que talvez a realidade se encontre mais em elementos que transcendem a aparência dos fatos e coisas descritas do que neles mesmos. E o realismo, estritamente concebido como representação mimética do mundo, pode não ser o melhor condutor da realidade. (CÂNDIDO, 1996: 123).

Esse essencial, esse âmago, é matéria exclusiva da Literatura, já que ela trata daquilo que é universal. O polêmico trecho da *Poética* de Aristóteles, no qual ele afirma que a poesia é algo de mais sério e mais profundo que a História, aqui ganha contorno definitivo. Essa perspectiva aristotélica há muito ruiu, mas não se pode radicalizar, nem para um lado ou para o outro. O filósofo grego quis expor que a poesia, nome que se dava a tudo o que era Literatura na Antigüidade, tratava de coisas gerais, universais, de tudo que fosse possível acontecer, não somente do que havia acontecido, como era o caso da História. Hoje, diante de livros como a coleção editada pela Companhia das Letras, *A História da Vida Privada*, vemos que a História mudou, e está cada vez mais próxima da Literatura enquanto estilo e tema. Daí o fato de que qualquer estudante de Teoria da História saber quem é Hayden White, Paul Ricoeur, Deleuze, Foucault, Paul Veyne, e ter acesso à obra de intelectuais como Luiz Costa Lima, vendo-o atuar em departamentos de História e de Literatura, ou percebendo a História da Leitura estar em voga, vislumbrando historicizar interpretações de leitores diversos em cada etapa temporal. Não se trata de um debate de vencedores e vencidos, mas de uma parceria que visaria a constituição de conhecimento, nos quais uma completaria a outra, e não explicaria a outra. A verdade de uma obra está nela mesma. Ela deve responder às questões inerentes a ela, e somente ela deve exigir uma saída de seu universo, sempre com vistas a um retorno fatídico, necessário.

Marcel Proust e seu *Em Busca do Tempo Perdido* parecem ser campo fértil a uma análise cara à refinada História Social. Nesse bojo poderíamos encontrar a prosa de Machado de Assis, a grande obra-prima de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, na qual o limite entre História, Sociologia e Literatura pode dificilmente ser estabelecido; os romances alegóricos de Thomas Mann, Lampedusa, a sátira social da *Comédia Humana* de Balzac, ou até mesmo os retratos apaixonados, que conjugam o sublime e o terrível, como a obra de Víctor Hugo. Se Literatura recria a realidade, o fato de partir de algo dado para uma possível recriação já faria dela, como faz, algo Histórico. Se tudo o que é humano interessa ao historiador, como disse Marc Bloch, a Literatura deve interessar, pois dificilmente qualquer leitor de Proust poderia negar sua carga de humanidade latente. Afinal, ela pode convergir, atuar para que possamos descobrir, como disse Proust,

nossa vida, a verdadeira vida, a vida enfim descoberta e esclarecida, a única vida realmente vivida, esta vida que está presente não somente nos artistas, mas sim em todos os homens, mas não a percebem por terem sua vida entulhada de clichês inúteis a que erradamente chamam de vida, clichês inúteis porque não desvendados pela inteligência. (PROUST, 2002: 689).

REFERÊNCIAS

- BRADBURY, Malcolm, MCFARLANE, James. **Modernismo: guia geral 1890-1930**. Trad. Denise Bottmann. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. **O Mundo Moderno: dez grandes escritores**. Trad. Paulo Henriques Brito. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire, Um Lírico No Auge do Capitalismo**. Trad. José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. - 1. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras Escolhidas; v. 3)
- _____. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. – São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas; v. 1)
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Trad. Paulo Neves. – 2^a ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Coleção tópicos)
- CÂNDIDO, Antônio. **Recortes**. _ São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- LINS, Álvaro. **A Técnica do Romance em Marcel Proust**. Coleção Grandes Ensaios, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.
- DELEUZE, Gilles. **Proust e Os Signos**. Trad. de Antonio Carlos Piquet e Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GENETTE, Gerard. **Palimpsestes: literature au second degré**. Paris: Éditions du Seuil, 1982.
- ISER, Wolfgang. **O Ato da Leitura, vol. 01**. Trad. de Johannes Kretschmer. _ São Paulo: Editora 34, 1996 (Coleção Teoria).
- PROUST, Marcel. **No Caminho de Swann; À Sombra das Moças em Flor**. Trad. Fernando Py. _ Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- _____. **O Caminho de Guermantes; Sodoma e Gomorra**. Trad. Fernando Py. _ Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- _____. **A Prisioneira; A Fugitiva; O Tempo Recuperado**. Trad. Fernando Py. _ Rio de Janeiro: 2002.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Trad. Marina Appenzeller – Campinas, SP: Papyrus, 1995. (v. 2).

O espaço de trânsito da arte contemporânea no sistema financeiro latino-americano: um debate entre a rede e o campo

Nei Vargas da Rosa*

Resumo

O trabalho apresenta os primeiros dados levantados no Curso de Mestrado em Artes Visuais, que objetiva analisar a atuação do Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro e Itaú Cultural de São Paulo, problematizando o impacto de suas políticas na constituição e afirmação da carreira de artista contemporâneo. Estas instituições são vistas como os principais modelos de administração de bens culturais do sistema financeiro, e deflagradoras do processo que ativa o quadro institucional corporativo no Brasil. Tal fenômeno toma força na consolidação da economia de livre mercado, ressignificando também o panorama museológico no âmbito latino-americano, a partir dos anos 80 até presente. Neste sentido, a pesquisa aborda o posicionamento do governo federal e a maneira pela qual as instituições mencionadas estabelecem seus discursos de representação no sistema das artes, assim como suas estratégias de legitimação de parte importante da produção das artes visuais no país.

Abstract

The current work presents the first data raised in the Master Course in Visual Arts, which aims to analyze the acting of Centro Cultural Banco do Brasil in Rio de Janeiro and Itaú Cultural in São Paulo, questioning the impact of their policies in the constitution and establishment on the career of a contemporary fine artist. These institutions are seen as the main models of cultural assets administration in the financial system and they trigger the process which activates the corporate institutional scenario in Brazil. Such phenomenon becomes stronger in the consolidation of a free market economy, also resignifying the museum panorama in the scope of Latin America from the 1980's to the present. In this very sense, the research discusses the position of federal government and the way through which the aforementioned institutions establish their representation discourses in the system of the Arts as well as their legitimizing strategies in such an important part of visual arts production in Brazil.

Palavras-chave: instituições culturais, sistema das artes, carreira de artista

Keywords: cultural institutions, arts system, artist's career

* Mestrando em Artes Visuais, ênfase em História, Teoria e Crítica da Arte no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Não se trata aqui de pretender que as obras reflitam uma realidade social determinada nem que o aspecto econômico seja o grande determinante, mas tão-somente que a circulação das obras, os lugares ocupados pelos diferentes atores do campo artístico e a recepção das obras pelo público estão ligados, por um lado, à imagem em um dado momento e, por outro, aos mecanismos que colocam essa imagem em circulação, que a propagam e a tornam eficaz.
(CAUQUELIN, 2005, pg. 28).

O excerto escolhido para dar início ao presente texto aponta para a questão central que move a pesquisa de Mestrado em andamento, que analisa alguns dos dispositivos que fazem impulsionar a carreira de quem tem por ocupação produzir arte contemporânea e, em consonância, alcança distinção por meio de instâncias específicas de legitimação no Brasil. Ele abre também a possibilidade de colocar em destaque as bases teóricas que norteiam essa reflexão, que leva o título Sistema Financeiro e suas Instituições Culturais: atuação e abrangência no Sistema das Artes. Configura-se, por outro lado, na oportunidade de apresentar previamente no III Simpósio Internacional de História alguns resultados que farão parte do conjunto da dissertação a ser defendida até maio de 2008.

A pesquisa tenta entender como instituições culturais mantidas por bancos, especificamente o Centro Cultural do Branco do Brasil, do Rio de Janeiro, e o Itaú Cultural, em São Paulo, escolhidas por serem modelos de projetos culturais articulados ao sistema financeiro, contribuem na inserção e afirmação de um determinado grupo de artistas. Para tanto, situa as alterações produzidas pelo projeto neoliberal nas dinâmicas e discursos que fazem circular a produção da arte contemporânea, evidenciando como se revelam esses aspectos no quadro institucional do sistema financeiro da América Latina.

A primeira questão determinante refere-se aos caminhos escolhidos para construir a pesquisa. Os Estudos Culturais ocupam lugar privilegiado ao longo do trabalho, já que é um campo de estudos em que diversos conhecimentos se cruzam na análise das relações sócio-culturais nas sociedades contemporâneas. E “sob a perspectiva teórica, refletem a insatisfação com os limites de algumas disciplinas, propondo, então a interdisciplinaridade” (ESCOSTEGUY, 2004, pg. 137), que deve ser visto como um poderoso instrumento de análise das estruturas sociais em seus contextos históricos, principalmente quando está em jogo a alteração do sentido de cultura e as conseqüências disso na circulação da produção artística e intelectual, sobretudo a que se

refere à produção simbólica recente. Dessa linha de pensamento, o presente trabalho se vale da maneira crítica como os Estudos Culturais avaliam os processos de construção social, em que pese as relações da história da arte contemporânea posta em destaque pelos meios institucionalizados, aqui especificamente as instituições culturais bancárias.

Ressalta-se que o campo estético não tem peso e influência na análise, pois se entende que “o trabalho dos estetas, sejam ensaístas ou historiadores, pode proliferar e constituir um saber útil à história crítica da cultura, sem que isso necessariamente implique conhecimento da base social das práticas estéticas” (DURAND, 1985, pg. 17). Nesse sentido, a citação de José Carlos Durand, retirada da apresentação de seu livro *Arte, Privilégio e Distinção*, poderia ter sido usada também como epígrafe na introdução. Ela está alinhada às intenções da pesquisa em analisar os mecanismos de circulação da arte contemporânea, com base em pressupostos encontrados na sociologia, principalmente a partir das contribuições de Pierre Bourdieu. Ao lado desse importante autor, pretende-se colocar em evidência algumas formulações trazidas pela filósofa Anne Cauquelin, autora que tem se dedicado a teorizar sobre questões entorno da arte contemporânea na sociedade francesa, das quais algumas contribuições podem servir ao entendimento da realidade latina. Nessa dimensão, o desafio é refletir sobre algumas especificidades do campo artístico articulado ao sistema financeiro dessa região, à luz dos conceitos de campo de produção e rede, respectivamente de Bourdieu e Cauquelin. É o que se fará a seguir.

Algumas reflexões possíveis entre o campo e a rede

A reflexão que Pierre Bourdieu apresenta sobre a maneira pela qual se compõem os campos de produção, em diferentes segmentos da sociedade, é por ele definido da seguinte forma:

“Chamo de campo um espaço de jogo, um campo de relações objetivas, entre indivíduos ou instituições que competem por um mesmo objeto. Num campo, e esta é a lei geral dos campos, os detentores da posição dominante, os que têm maior capital específico, se opõem por uma série de meios aos entrantes (emprego de propósito esta metáfora emprestada da economia), recém-chegados, chegados-tarde, arrivistas que chegaram sem possuir muito capital específico” (BOURDIEU, 1983, p. 155).

O conceito de Bourdieu é fundamental para entender como se processam algumas atividades vinculadas às esferas da cultura, religião, economia, política, arte, esporte, e como se locomovem os atores sociais por entre elas. No entanto, a formulação

do sociólogo quando aplicada à discussão acerca da renovação do quadro museológico latino precisa ser alterada, pois nesse caso os entrantes são os que detêm domínio sobre os que já estão no campo. Dito de outra forma, o surgimento das instituições culturais bancárias passa a preponderar sobre o das já existentes, que são os museus públicos desprestigiados pela falta de verba governamental. Com os altos lucros do sistema financeiro e o ganho social acumulado com o investimento na cultura, as instituições culturais bancárias ganham a disputa pelo objeto, que é a produção simbólica. Ao mesmo tempo em que as novas instituições exercem domínio por terem capital, e se fortalecem com isso, elas proliferam no campo em diversos pontos da geografia cultural latino-americana, podendo ser analisado a partir do conceito de rede.

Ao levantar questões que discutem a circulação da arte contemporânea, Anne Cauquelin constata que houve uma transição do regime de consumo da modernidade para o de comunicação na atualidade, não sendo possível analisar essa situação somente a partir dos parâmetros do domínio artístico. Nesse sentido, a autora se vale de conceitos tecnológicos da comunicação como metáfora para analisar a arte contemporânea nos processos de organização social, e diz que:

“em termos de comunicação, a rede é um sistema de ligações multipolar no qual pode ser conectado um número não definido de entradas, cada ponto da rede geral podendo servir de partida para outras microrredes. Isso é o mesmo que dizer que o conjunto é extensível. Nesse conjunto, pouco importa a maneira pela qual se efetua a entrada. Os diversos canais tecnológicos encontram-se ligados entre si: telefonia, audiovisual ou informática e inteligência artificial. Entrar em uma rede significa ter acesso a todos os pontos do conjunto, a conexão operando à maneira das sinapses no sistema neural” (CAUQUELIN, *op. cit.*, pg. 59).

Ao trazer essas idéias aos interesses da pesquisa, o campo de produção e a rede podem ser associados a diferentes enfoques. Primeiramente, a rede pode ser entendida a partir do sentido macro de sua existência, já que ela surge para endossar o pensamento neoliberal na condução da produção simbólica na contemporaneidade. É preciso se ter em mente que as instituições culturais bancárias surgem na esteira do projeto neoliberal, que promove uma profunda alteração nos conceitos de espaço museológico e de cultura, redimensionando as relações no campo artístico sentidas até o presente. Nota-se que essa conjuntura não será encontrada em outro continente senão na América Latina, constituindo-se assim num fenômeno típico dessa região do planeta.

Para constatar esse fato, a pesquisa destaca alguns dos acontecimentos que servem de base para as alterações no corpo social e político, tais como o “Maio de

1968”, as exigências que passam a prevalecer da emergente sociedade de consumo dos anos setenta e, afeto ao campo museal, o debate gerado entorno da real abrangência dos museus nos congressos do ICOM. Além disso, a conversão dos espaços sociais em palco de teatralização do cotidiano, museus e *shoppings centers* são exemplos disso. Esses aspectos recebem mais atenção no contexto da dissertação, mas aqui servem para sinalizar que o neoliberalismo, quando chega, se serve de um momento propício em que as instituições culturais bancárias atendem às ideologias entorno da sacralização do patrimônio cultural como moeda de visibilidade social.

Na perspectiva política e econômica, a década de oitenta é inaugurada pela reestruturação na ideologia desenvolvida nas gestões consecutivas de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. O neoliberalismo, como o projeto político e econômico, apresenta-se como novo receituário do capitalismo avançado, desencadeando a economia de livre mercado. Nesse sistema, a iniciativa privada se beneficia da privatização do aparelho estatal e coloca na pauta de grandes corporações responsabilidades até então consideradas de obrigação exclusiva dos governos. É o período que dá início a desregulamentações de todo tipo, da economia às relações trabalhistas, do mundo financeiro às leis fiscais. Nas práticas culturais o neoliberalismo também exerce uma remodelação no âmbito de suas instâncias legitimadoras. Muda o panorama institucional, o acesso dos atores e a circulação de bens simbólicos no sistema das artes, e a rede de instituições culturais bancárias entre em cena.

É nesse contexto que na América Latina o sistema financeiro passa a ganhar espaço na circulação massiva dos bens culturais, ao implantar seus museus e centros culturais ligados a bancos centrais e nacionais, públicos e privados, nos países que compõem essa região. Eles trazem para si a responsabilidade de administrar o destino de uma parte significativa da produção simbólica, assim como um amplo patrimônio histórico, fato que pode ser entendido na perspectiva do ideário que atesta e reforça a composição da rede. Sob orientações distintas e ajustadas aos seus interesses nas regiões em que se localizam, os modelos de intervenção vigentes na Europa, Estados Unidos e América Latina se diferem. Na dimensão latino-americana, o campo de produção é ampliado com a proliferação em rede de instituições culturais bancárias, que é a tendência predominante e em flagrante crescimento, compreendida entre a criação, estruturação e manutenção de um significativo conjunto de museus, coleções, centros e espaços culturais.

Sabe-se que a presença dos bancos no financiamento da arte na história da humanidade não é recente, mas um levantamento histórico dessa relação é assunto que não será abordado na pesquisa. O interesse é dar a conhecer que o setor bancário atua de forma diferenciada no processo de institucionalização da produção simbólica e intelectual, e quais são as contribuições que fazem na construção da história cultural na América Latina em seu atual formato. Em pertinência ao propósito do trabalho no Mestrado, o foco da dissertação é no segmento desenvolvido no Brasil, que pela configuração das suas instituições assumem uma postura distinta de seus pares na mesma região..

Entre os países da região latina, destaca-se a seguir alguns casos que atestam esse fenômeno constituído pela implantação das instituições culturais bancárias, que ligadas por mecanismos similares, passam a fertilizar o campo artístico de seus países. Elas provocam a circulação de bens culturais de todas as épocas e as que apresentam projetos específicos de arte contemporânea recebem atenção aqui, pois se entende que é no interior delas que o jogo entre os que detêm o privilégio da escolha prepondera sobre os que almejam alcançar a consagração, no caso dos principais atores: artistas, curadores, produtores... A seguir, a constituição de uma rede de museus que incrementam o campo de produção afeto ao sistema das artes e da museologia.

Do panorama latino-americano

Segundo o economista e professor da Fundação Getúlio Vargas, Enrique Saravia, “os bancos públicos internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, etc, apoiaram alguns projetos culturais. Bancos públicos de alguns países latino-americanos tiveram um destacado papel no respaldo à cultura. Há inúmeros exemplos nesse sentido” (SARAVIA, 1998, pg. 8), dos quais alguns deles são trazidos aqui para evidenciar parte desses investimentos na área cultural. Os Bancos Centrais do Uruguai, Bolívia, Equador, Colômbia, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, Guatemala, República Dominicana, Bahamas, entre outros, são casos que se assemelham no funcionamento, aparelhamento e no discurso em defesa do patrimônio histórico, documental, artístico e cultural, pressupostos que definem suas políticas preservacionistas e de democratização das culturas dos povos que representam.

Eles buscam na salvaguarda de bens culturais o sentido de legitimidade, identidade e territorialidade, que são códigos de acesso aos referenciais históricos, estéticos e culturais de todas as sociedades. Para cumprir com tal finalidade, em geral as instituições culturais bancárias oferecem aos diferentes públicos acervos de valiosos artefatos primitivos, importantes arquivos históricos, bibliotecas especializadas, museus de numismática e coleções de arte moderna. E é essa realidade que oferece condições de afirmar que chegada das instituições culturais bancárias colocou em disputa o espaço antes ocupado pelos museus dos órgãos públicos. Essas instituições não disputam o campo entre si, mas entre as que já existiam. E elas estão em rede, pela afinidade de suas políticas, distribuídas a partir dos pressupostos ditos anteriormente.

É de se frisar que ao evidenciar a produção contemporânea das artes visuais e seus produtores, poucos são os bancos que apresentam projetos envolvendo a constituição de acervos e inserção de artistas no sistema das artes de seus países. Não custa lembrar que esse aspecto está em propósito a essa pesquisa, daí o destaque que recebe a seguir.

O *The Central Bank of Bahamas* promove desde 1984 a Competição e Exibição Anual do Banco Central das Bahamas, concurso que tem por função escolher jovens artistas e integrar seus trabalhos ao acervo do Banco¹. Esse concurso premia três artistas e uma menção honrosa em duas categorias: aberta e alunos de graduação, o que parece demonstrar o interesse do Banco em democratizar o acesso ao projeto. Além disso, eles informam que têm apostado no desenvolvimento da carreira de jovens artistas, ajudando-os em seus processos de formação educacional, e que essa contribuição impulsiona a entrada no sistema das artes das Bahamas. Os critérios de incentivo do Banco são coerentes com essa postura, pois para concorrer é exigida a idade máxima é de vinte seis anos e o candidato não pode ter trabalhos no circuito comercial do país. No entanto, cabe mencionar que no *site* não há informações pormenorizadas de como o Banco opera no investimento na formação educacional dos jovens, e o próprio dispositivo carece de melhor interface com o usuário.

O Banco da República da Colômbia oferece um dos mais importantes complexos culturais da América Latina em Bogotá, estendendo suas atividades a várias cidades do interior do país. É formado pelo *Museo del Oro*², pela Biblioteca Luis Ángel Arango e pelos acervos no Museu de Arte do Banco da República, Museu Botero, Coleção de

¹ Disponível em <http://centralbankbahamas.com/gallery_contest.lasso>. Acesso em 17 de agosto de 2007.

² Disponível em <<http://www.banrep.org/museo/esp/home.htm>>. Acesso em: 17 de agosto de 2007.

Arte do Banco da República, Numismática e Coleção de Instrumentos Musicais. É nas galerias da Biblioteca Luis Angel Arango que ocorre, anualmente, várias exposições temporárias, entre elas uma grande mostra internacional, uma retrospectiva de um artista colombiano, exposições individuais ou coletivas sobre arte latino-americana, desenho e fotografia, além de abrigar o Programa Novos Nomes, dedicado à produção colombiana emergente³. Pelo interesse da pesquisa, foi tentado averiguar a dimensão desse projeto a partir das informações constantes no *site* do Museu, mas não há detalhamento de como o Programa é articulado. Para resolver o problema foi enviada correspondência eletrônica solicitando mais dados, mas até o presente momento não houve manifestação do Banco, o que impede refletir sobre sua atuação. Por outro lado, consta na atual programação que até 29 de outubro fica em cartaz a exposição Regina Silveira: Sombra Luminosa, mostra individual da artista gaúcha em uma das salas temporárias da Biblioteca. Além dela, o artista argentino Julio Le Parc tem sua individual, e na mesma área coabita a exposição dos trabalhos de Juan Camilo Uribe, artista local que trata em sua poética o imaginário popular colombiano.

O projeto cultural do Banco da Colômbia abrange a preservação de um vasto acervo em cinco áreas: arte, antropologia, arqueologia, numismática e biblioteca. Esses acervos tiveram seu início em 1939 quando o Banco adquiriu sua primeira peça arqueológica, conta hoje com mais de 50 mil objetos em ouro, cerâmica, madeira, pedra e têxtil distribuídos em 13 mil m², divididos em dois prédios: o primeiro, que ganhou Prêmio de Nacional de Arquitetura em 1968, será reaberto ainda esse ano após finalizar o restauro. O segundo edifício, que funciona desde 2004, dispõe da sofisticação que a museologia contemporânea comumente se vale para expor todo e qualquer tipo de objeto. Não é objetivo da pesquisa, mas vale destacar o acervo da Colômbia pré-hispânica tem atraído atenções em Bogotá, configurando o Museu do Ouro em um dos mais respeitados na área. Isso pode ser conferido no site do Museu, que dispõe de informações de toda ordem, desde textos teóricos e divulgação de eventos, bem como está à disposição boa parte do acervo em mídia digital. Aliás, o Museu foi premiado em 2005 com o INFOLAC-UNESCO, na categoria Museus de Difusão, reconhecimento pela clareza nas informações e preocupação em facilitar a navegação do usuário em seu sítio na *Internet*.

³ Disponível em <<http://www.lablaa.org/exposiciones-presentacion.htm>>. Acesso em 18 de agosto de 2007.

O acervo de artes visuais foi iniciado em 1957, e hoje possui mais de três mil obras de artistas colombianos, latino-americanos e europeus, abarcando as diferentes correntes artísticas do período entre do século XVIII até a produção contemporânea. Nota-se que as coleções do Banco começaram entre as décadas de trinta e cinquenta, e somente no final dos anos sessenta é que se destinou sede própria a elas, iniciando assim o processo de institucionalização dos acervos, bem como o de uma vasta programação cultural entorno deles. Esta vocação do Banco Central da Colômbia deve ser entendida a partir da tradição do mecenato bancário nas artes, que na versão contemporânea na América Latina se apresenta constituído a partir de discursos mercadológicos que o neoliberalismo impôs.

Desde 1982, o Banco Central de Reserva do Peru mantém seu Museu⁴, com acervo composto por três áreas expositivas: arqueologia, pintura contemporânea peruana e arte popular, além da nova sede inaugurada em 2004, que abriga o Museu Numismático do Peru. O Banco Central do Equador é outro que montou seu Museu⁵ em Quito e, desde 1992, tem sua sede na “Casa da Cultura Ecuatoriana Benjamin Carrión”⁶, localizada numa quadra repleta de salas expositivas, centros culturais, arquivos, bibliotecas e museus que trazem materiais da metalurgia pré-colombiana às recentes manifestações contemporâneas, versadas em exposições, oficinas de arte, seminários e serviço educativo.

Desde 1995, O *Banco Central del do Uruguay* oferece o Prêmio Pedro Figari, que segundo o economista Walter Cancela tem por função “reconhecer a trajetória artística nacional em seus expoentes vivos, a tempo de destacar a contribuição que elas tiveram - e têm – na construção de uma plástica nacional em que se reconheçam nossos artistas e reconheçam o Uruguai no mundo”⁷ (CANCELA, 2006). A décima segunda edição, em 2007, celebra a renovação da parceria do Banco com a Associação Uruguiaia de Críticos de Arte, que pelo segundo ano consecutivo define o corpo de jurados do prêmio e a modalidade expositiva dos premiados. Além disso, o projeto ganha a

⁴ Disponível em <<http://museobcr.perucultural.org.pe/>> . Acesso em: 18 de agosto de 2007.

⁵ Disponível em <http://www.museos-ecuador.com/bce/html/home/evento_5_0.htm>. Acesso em: 18 de agosto de 2007.

⁶ A jornalista Sônia Zanchetta, que trabalhou no Setor de Promoção Cultural da Embaixada do Brasil em Quito, diz que é a “Casa da Cultura Ecuatoriana Benjamin Carrión que coordena a política cultural do Equador em âmbito nacional, para o que conta com núcleos provinciais”, cumprindo o papel de intermediar os assuntos culturais, na falta de um ministério específico, já que hoje os mesmos são tratados no Ministério da Educação. Atualmente, a jornalista é coordenadora das áreas Infantil, Juvenil e Internacional da Feira do Livro de Porto Alegre, realizada pela Câmara Rio-Grandense do Livro.

⁷ Disponível em <http://www.espectador.com/perspectiva/tertulia/cancela.htm>> Acesso em 19 de agosto de 2007. Tradução do mestrando

publicação de um catálogo-livro, que documenta e discute a produção de cada artista premiado – ao número de três ao ano. Segundo afirmam os curadores no texto do prospecto, “os jurados e a equipe curatorial buscaram colocar acento em um cuidadoso processo analítico na eleição. Foi tomada consciência da importância dos artistas e tantos fazedores de diferentes linguagens e estratégias cognitivas de largo alento, no impacto de seu trabalho criativo na história das artes plásticas locais”⁸ (HABER, et all, 2007).

Do panorama brasileiro

O Banco Central do Brasil não dispõe em seu *site* informações sobre financiamento em cultura, o que talvez possa ser justificado pelo amplo investimento que o Banco do Brasil destina à área com os seus Centros Culturais e o Circuito Cultural. O primeiro projeto institucional do Banco foi implantado em 1989 no Rio de Janeiro, e faz parte dessa pesquisa recebendo análise em subcapítulo específico a ela destinado, assim como o Instituto Itaú Cultural do Banco Itaú de São Paulo, que inicia suas funções como Instituto em 1987 e ganha sede própria em 1995. Esta instituição, mantida pela iniciativa privada, dispõe do mais abrangente projeto de inserção de artistas no âmbito das instituições culturais bancárias na América Latina. A partir da análise das políticas de atuação desses organismos pode-se afirmar que eles representam, cada um a seu modo, os dois principais modelos de atuação bancária na área cultural no Brasil, e que deles se servem as outras instituições para gerirem seus projetos. É o que se tenta mostrar a seguir.

O Instituto Moreira Salles-IMS é um exemplo que pode ser comparado à lógica de atuação do Instituto Itaú Cultural, sobretudo pelas linhas de atuação que sustentam essas instituições: a geração permanente de conhecimento acerca da história da cultura brasileira, a formação de público por meio de projetos de médio e longo prazo e o uso das tecnologias midiáticas mais sofisticadas para preservar e dispor seus acervos. Nesse sentido, é possível definir que cada uma elegeu dois projetos capazes de encaminhar seus objetivos: o Itaú Cultural oferece as Enciclopédias Virtuais e o Programa Rumos, enquanto que o Instituto Moreira Salles investe nas Reservas Técnicas de Referência e

⁸ Texto extraído do prospecto do projeto distribuído pelo banco, com tradução do mestrando

no Unibanco Arteplex. Não seria inapropriado definir como terceiro projeto, que pavimenta os outros dois, a criação e manutenção das sedes das instituições culturais, bem como a equipe de profissionais que nelas conduzem a gestão das ações culturais propostas. No entanto, essa característica coloca o Banco Unibanco à frente do Grupo Itaú, pois desde sua fundação em 1990, o IMS dispõe de quatro sedes: duas no Estado de Minas Gerais - Belo Horizonte e Poços de Caldas, e outras duas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, existem as galerias em Porto Alegre e Curitiba, vinculadas ao Unibanco Arteplex. Em relação ao Banco Itaú, sua política cultural é articulada em sua sede única, em São Paulo, e dali saem seus projetos em itinerância para várias cidades sempre em parceria com outras instituições.

Tendo em vista que o projeto do Itaú Cultural já foi tratado em outro subcapítulo, não cabe aqui elaborar um extenso quadro comparativo entre essas instituições, pois seria necessário repetir muito do que já foi analisado e foge do foco da pesquisa. Considerando a pertinência da atuação do IMS em face ao que se propõe a pesquisa, opta-se por apresentar de forma sucinta algumas de suas características. De imediato, pode ser conferido destaque aos projetos de preservação e geração de conhecimento acerca da cultura brasileira alcançado por ambos no cenário cultural. Na mesma direção das Enciclopédias Virtuais do Itaú Cultural pode-se apontar as Reservas Técnicas do IMS, que possuem um dos principais acervos de música e fotografia existentes no Brasil, uma importante biblioteca de Literatura Brasileira e um acervo de Artes Visuais.

Na música, o Instituto constituiu sua Reserva Técnica a partir da aquisição de coleções particulares de importantes personalidades, tais como o historiador e crítico musical José Ramos Tinhorão, do pesquisador Humberto Franceschi, do colecionador Boris Schneiderman, e dos músicos Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazareth e Pixinguinha. Conforme consta no site do IMS, “o conjunto reúne mais de 100 mil músicas, que estão sendo tratadas digitalmente em estúdios de áudio-restauração. Trata-se da mais completa amostragem do que foi produzido pela indústria fonográfica nacional, agora em condições de ser pesquisada em todo o mundo por meio da web”⁹. Composto por discos, gravações, documentos e partituras, o Instituto preserva esses acervos, perfazendo uma importante fonte de pesquisa da música brasileira produzida entre o final do século XIX e o princípio do XX.

⁹ Disponível em <<http://bv.ims.com.br/ims/>> . Acesso em 19 de agosto de 2007.

A Reserva Técnica de Fotografia é composta por mais de 450.000 imagens adquiridas da mesma forma que a da Música, são provenientes de coleções privadas como a do historiador Gilberto Ferrez e de seu avô, Marc Ferrez. Nela, é possível encontrar a mais significativa amostragem fotográfica do Brasil dos séculos XIX e XX, destacando temas que tratam da transformação da paisagem rural e urbana em sua relação com a arquitetura, urbanização, desenvolvimento industrial e festas populares. Segundo o *site* do IMS, esse acervo está sendo disposto gradualmente na *Internet* e a intenção é que esteja na íntegra em cinco anos. Atualmente, ambas Reservas podem ser consultadas na sua sede do Rio de Janeiro, que está equipada com tecnologia de padrões internacionais de restauração e guarda.

A coleção de artes visuais possui mais de 1.700 obras divididas entre gravura japonesa do século XVIII e XIX, os *Ukiyo-e*, aguadas do dinamarquês Paulo Harro-Harring, o *Highcliffe Album*, que são 340 desenhos e aquarelas de Charles Landseer, William Burchell, Henry Chamberlain e Jean-Baptiste Debret, e uma paisagem de Frans Post, de 1667. No entanto, predomina na coleção a produção modernista brasileira iniciada por Augusto Rodrigues, a pedido de Walther Moreira Salles, que adquiriu em 1963 obras de artistas participantes da Semana de Arte Moderna de 1922. O *site* diz que recentemente trabalhos de Wesley Duke Lee, Antonio Dias, Evandro Carlos Jardim, Gregório Gruber, Daniel Senise e Leonilson foram incorporados ao acervo do IMS, fato que possibilita trazer para o debate a questão que envolve a efetiva manutenção de um acervo em artes visuais, que enquadra também sua permanente revitalização. Esse aspecto da atuação de ambas gera outra semelhança: elas possuem um acervo de conteúdo relevante para a compreensão do processo de constituição da história da arte brasileira, que recebe novas aquisições eventualmente, mas fica claro não ser do interesse delas destacá-lo entre suas principais linhas de atuação. Para comemorar seus vinte anos de atuação, o Itaú Cultural produziu a mostra Itaú Contemporâneo – Arte no Brasil 1981-2006, com curadoria de Teixeira Coelho, museografia de Bia Lessa e iluminação do cineasta Lauro Escorel. Foram 127 obras do acervo, expostas de março a maio na sede do Itaú Cultural, que privilegiavam uma imersão na arte contemporânea brasileira em suas variadas formas de apresentação. No site do IMS não há informações precisas sobre o destino que é dado às obras contemporâneas adquiridas para o acervo.

Para finalizar a participação do IMS deve ser apontada uma importante diferença entre as instituições, que é a maneira como são feitos os investimentos das mantenedoras. O Banco Unibanco aplica recurso a fundo perdido, ou seja, não é

incentivado por leis de isenção fiscal, diferindo-se do Banco Itaú que recorre à Lei Rouanet. Conforme o Superintendente de Atividades Culturais, Eduardo Saron, “em 2006, vamos atuar com 27 milhões. Temos 75% de incentivo, o que gira em torno de 16 milhões incentivados em abatimento em imposto”¹⁰. Ainda segundo Saron, “as leis têm dois princípios: agregar valor à marca e ter lucro. A concepção é agregar lei e lucro. Os bancos, como qualquer outra instituição, querem agregar valor e lucro”¹¹. Não obstante o pertinente debate acerca da participação de bancos no rateio da verba pública destinada pelo Ministério da Cultura, por meio da Lei Rouanet, encerra-se aqui lembrando que o sistema bancário brasileiro tem alcançado recordes de lucratividade nos últimos anos¹².

O Centro Cultural do Banco do Nordeste é um dos casos de administração de bens simbólicos que também pode ser considerado muito próximo da lógica implementada pelo Grupo Itaú. Inaugurada sua segunda sede em abril de 2006, na cidade de Cariri¹³, o CCBN tem na regionalização sua estratégia de funcionamento, marcando no discurso e na prática o reconhecimento da produção nordestina. Além de não utilizar a Lei Rouanet¹⁴ assim como o Unibanco, o Banco do Nordeste acredita no desenvolvimento dos valores locais, e deve ser visto de forma isolada nas políticas privadas da cultura, pois demonstra como empresas e corporações financeiras podem ser articuladoras efetivas do processo de legitimação da produção cultural. Tal política contribuiu com a oxigenação do sistema das artes, pois amplia o número de atores no campo de produção cultural, e, portanto, segue uma linha de atuação como influência do Programa Rumos do Itaú Cultural. No entanto, impõe-se uma questão: embora a maior parte da programação veiculada privilegie a produção afeta ao nordeste, essa característica é ao mesmo tempo o mérito e a fragilidade nas realizações do CCBN. Tal postura fortalece a identidade da Instituição e da produção artística regional, pois faz circular um número significativo de jovens artistas em exposições promovidas pelo Centro, mas impede um possível diálogo com a produção das outras regiões.

Orientados por um funcionamento similar ao CCBB, o Caixa Cultural, da Caixa Federal, e o Santander Cultural, do Banco Santander, atuam como espaços expositivos

¹⁰ Entrevista concedida ao mestrando em 18 de novembro de 2007, no Itaú Cultural.

¹¹ Entrevista concedida ao mestrando em 18 de novembro de 2007, op. cit.

¹² Para mais informações ver site do Departamento de Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos: www.dieese.org.br

¹³ Disponível em <www.bnb.gov.br>. Acesso em 20 de agosto de 2007.

¹⁴ Informações obtidas na palestra de Jacqueline Medeiros, coordenadora de artes visuais do Centro Cultural de Fortaleza, na abertura do 15º Encontro da Associação Nacional dos Pesquisadores em Artes Plásticas, em Salvador/Bahia, no dia 19 setembro de 2006.

da produção artística. As salas do Caixa Cultural com sedes em Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, além das que estão sendo constituídas em Porto Alegre, Fortaleza e Recife, têm trabalhado na perspectiva de expor a arte emergente e consagrada, além dar destaque à produção modernista. Recentemente, teve sua sede de São Paulo reformada e readequada a mostras de médio porte, já que sua característica é investir em montagens pequenas.

O Santander Cultural e o CCBB atuam com propósito de abrigar a produção mais consagrada das artes, preservando critérios rígidos de exibição das obras. Conforme diz o curador Tadeu Chiarelli, “os Centros Culturais do Banco do Brasil de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília e o Santander Cultural devem ser colocados de um lado e o Itaú Cultural de outro. Os CCBBs e o Santander Cultural preservam, não interessando o evento, uma qualidade padrão. Eles funcionam mais como balcão de exposições”¹⁵. O Santander Cultural ainda não apresentou à comunidade artística seus critérios de escolha das mostras, demonstrando que o processo via edital, como faz os CCBBs, está distante do seu interesse. No *site* do Santander Cultural, a única menção sobre informações para envio de projetos está no mesmo campo da ouvidoria do Banco, o “fale conosco”, dispositivo usado para o público fazer críticas, emitir dúvidas e sugestões. Já o CCBB abre editais anuais e busca ampliar seu foco de abrangência, instigando aos produtores culturais a inscrição de projetos das diferentes regiões do país. Mesmo lidando com diferentes expressões artísticas, como cinema, música, palestras, seminários e cursos, o Santander Cultural tem nas exposições de artes visuais as realizações de maior porte ou o fio condutor, como é referido no catálogo comemorativo dos seis anos, tal qual é feito nos CCBBs.

Por fim, cumpre frisar que o assunto não se esgota no âmbito deste texto, mas sua continuidade ultrapassa os limites impostos pelo Simpósio. E como pode ser visto, ainda muito precisa ser evidenciado a partir dos conceitos trazidos para o debate. No entanto, o percurso da dissertação favorece a ampliação das análises com vistas a deixar uma possível contribuição sobre a constituição da história da arte contemporânea no sistema das artes.

Referência Bibliografia

¹⁵ Entrevista concedida ao mestrando na Universidade de São Paulo. São Paulo, 21 de novembro de 2006.

- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *Os museus na cultura da imagem*. In: V Simpósio de Artes Plásticas, 1995. Anais do IX Festival de Arte Cidade de Porto Alegre: Coordenação de Artes Plásticas da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Porto Alegre
- BRANT, Leonardo. *Mercado Cultural: panorama crítico e guia prático para gestão e captação de recursos*. São Paulo: Escrituras Editora: Instituto Pensarte, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- _____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005.
- _____ & DARBEL, Alain. *O Amor pela Arte. Os museus de arte europeus e seus públicos*. Paris: Minuit, 1969.
- _____ & HAACKE, Hans. *Livre troca: diálogos entre ciência e arte*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.
- BULHÕES, Maria Amélia. *Brasil século XX: modelo econômico e produção artístico-cultural*. In: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Porto Alegre. Vol. 13 (1985), p. 180-191.
- _____. *A Arte como valor e a atuação das instituições museológicas*. In: Revista Porto Arte. Vol. 11, nº 20, 2000.
- _____. *Artes Plásticas: participação e distinção Brasil anos 60/70*. São Paulo: USP, 1990. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- _____. *Artes plásticas na América Latina contemporânea*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- CAUQUELIN, Anne. *Petit traite d'art contemporain*. Paris: Editions du Seuil, 1996.
- _____. *Arte Contemporânea: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- _____. Teorias da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CHIN-TAO, Wu. *Privatização da Cultura: a intervenção na arte desde os anos 1980*. São Paulo: Biotempo, 2006.
- CESNIK, Fábio de Sá & BELTRAME, Priscila Akemi. *Globalização da Cultura*. São Paulo: Editora Manole, 2005.
- FERNÁNDEZ, Luis Alonso. *Museologia y museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999.
- FERREIRA, Reinaldo Benjamim. *Centro Cultural Banco do Brasil, uma experiência que deu certo, memórias*. Rio de Janeiro, 1997.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Estudos Culturais: uma introdução*. In: *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Organização e Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SARAVIA, Enrique. *Que financiamento para que cultura? O apoio do setor público à atividade cultural*. Rio de Janeiro, 1999.
- YÚDICE, George. *A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004
- WOOD, Paul et alii. *Modernismo em Disputa – a arte desde os anos quarenta*. São Paulo: Cosac, Naify Edições

DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURAS AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS

ROSA, Sandra Valéria Limonta¹

SILVEIRA, Regina Kersten²

Resumo

A pesquisa em desenvolvimento que apresentamos pretende identificar, junto aos professores das séries iniciais de uma escola municipal de Anápolis, se estes têm conhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e se, a partir delas, desenvolvem algum tipo de prática pedagógica, visando a construção do conhecimento e a promoção de uma educação para a diversidade étnico-racial. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevista semi-estruturada.

Palavras-chave: diretrizes curriculares nacionais, relações étnico-raciais, ensino de História e cultura afro-brasileira e africana.

Abstract

The research in development that we want to present means to identify, with the primary school teachers of an municipal school in Anápolis, if this teachers have knowledge of the national lines of direction for ethnics and racial relations education and the teaching of afro-Brazilian and African history and culture, and if, from this lines, they have developed some kind of pedagogical practical, aiming at the construction of the knowledge and the promotion of an diversity ethnical education. The methodology that we use is the bibliographical research, documental analysis and half-structuralized interview.

Key-words: national lines of direction, ethnics and racial relations, teaching of afro-Brazilian and African history and culture.

¹ Professora titular do curso de Pedagogia da UEG (UnUCSEH – Anápolis), doutoranda em Educação pela UFG.

² Graduanda do curso de Pedagogia da UEG (UnUCSEH – Anápolis).

O currículo da Educação Básica brasileira tem passado por significativas mudanças, iniciadas em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96. Em 1997 são lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, que discute a educação escolar para além do ensino dos conteúdos formais e disciplinarizados. No entendimento do Ministério da Educação, a escola é responsável não somente por alfabetizar e transmitir os conhecimentos construídos pela humanidade ao longo da história, mas uma das mais importantes instituições sociais, responsável pela formação intelectual, social, política, física e afetiva do sujeito, pois é através da ação educativa que os sujeitos vão se constituindo como seres humanos *humanizados*, isto é, pertencentes à sociedade, construindo conhecimentos, valores, posturas e pontos de vista. (PCNs, 1997, v. 1).

De acordo com Nilma Lino Gomes (2003), a escola, por ser uma instituição social que pretende educar crianças e jovens, organiza, transmite e socializa o conhecimento e a cultura, compreendendo que cultura é o conjunto de tudo o que resulta da ação humana, ou seja, a cultura tem sua essência no trabalho: objetos e seus usos, regras sociais, arte e estética, valores e formas de vida construídas por homens e mulheres e que constituirão o universo cultural humano, universo que cada indivíduo deve apropriar-se para sua participação plena na vida social.

Nesse sentido, a educação escolar foi historicamente adquirindo cada vez mais importância. Na modernidade, com o surgimento da escola de massas, a contradição entre tornar-se sujeito plenamente desenvolvido e inserir-se no mundo da produção como forma de sobrevivência irá se refletir nas finalidades da escola. Quais conhecimentos e para qual sociedade devem dirigir-se os esforços da educação escolar? Qual é o sujeito que a escolarização pretende constituir? É através da educação escolar e do currículo por ela colocado em ação, que determinadas culturas são afirmadas ou negadas, que conhecimentos são distribuídos ou discriminados.

Moreira e Silva (1995) caracterizam a educação escolar e em especial o currículo escolar como a “forma institucionalizada de transmitir a cultura de uma sociedade” (p.26), e ainda afirmam que “o currículo é a expressão das relações sociais de poder” (p.29). É a escola que seleciona e reproduz o que culturalmente é válido ou não. Assim, a escola e o currículo tornam-se instrumentos de controle social ou o seu oposto, veículo de construção da consciência crítica, da formação plena e da autonomia.

No Brasil, historicamente a escola tem reproduzido e transmitido o que na Sociologia da Educação é denominado de “cultura dominante” (MEKSENAS, 1994) – a cultura ocidental, cuja raiz é européia, branca, cristã e masculina. Althusser³ situa a escola como um dos aparelhos ideológicos de Estado, colocando como sua função primordial a transmissão dos interesses da classe dominante, onde as idéias do mundo social e sua estrutura seriam transmitidas como cultura válida e verdade científica visando à reprodução da sociedade de classes. Assim, as crianças das classes dirigentes seriam educadas para a reprodução da dominação, enquanto que as crianças das classes trabalhadoras reproduziriam sua condição de dominadas.

É impossível negar esta condição da escola, mas é igualmente importante ressaltar o enfoque que a Teoria e a Sociologia do Currículo têm colocado como forma de perceber na educação escolar elementos que possam superar sua condição de reprodutora das desigualdades sociais: “Faz-se necessário entender a favor de quem o currículo trabalha e como fazê-lo trabalhar a favor dos grupos e classes oprimidos” (MOREIRA e SILVA, 1995: 16). A pesquisa que estamos desenvolvendo pretende discutir a possibilidade do currículo escolar trabalhar a favor de uma educação étnico-racial e contra o preconceito e a exclusão.

Discute-se na atualidade a possibilidade e a necessidade da educação escolar trabalhar pedagogicamente com outras culturas, além da cultura ocidental. Nesse sentido, as propostas curriculares para a Educação Básica que se desenvolveram na última década apontam para a importância de se pensar o multiculturalismo na educação. O papel da escola tem sido considerado essencial na busca de uma educação multicultural, vista como um dos importantes passos para a eliminação das desigualdades raciais e da discriminação cultural, ainda existentes em nosso país. Esta concepção está exposta no relatório do documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004):

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são apenas tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. (...) A escola tem papel preponderante para a eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para a consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (MEC, 2004: 14-15)

³ Cf. Moreira e Silva (1995, p.21 e 22).

A busca de uma sociedade culturalmente democrática não é papel somente da escola, porém, seu papel é de fundamental importância neste processo, posto que todos os cidadãos envolvidos no espaço educacional estão envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e todos são responsáveis pelos conceitos e valores que crianças, jovens e adultos estão construindo.

A educação do negro no Brasil e o resgate de nossas raízes culturais africanas são questões que têm sido colocadas na atualidade, chamando à atenção da escola básica para que esta faça o papel educativo necessário para minimizar as diferenças de escolarização e combater o preconceito. Um importante delineamento curricular que busca trazer tais questões para a escola encontra-se na exigência da educação para as relações étnico-raciais e ensino da história e da cultura afro-brasileira e africanas, cujas diretrizes curriculares são objeto de estudo deste trabalho. Antes, porém, de realizar a análise destas diretrizes, é preciso contextualizar melhor a questão da diversidade étnica na educação brasileira.

Este triste acontecimento histórico tornou-se uma marca na cultura brasileira, pois até hoje o indivíduo negro e a comunidade negra como um todo, sofrem as mais variadas discriminações, como fica explícito nos dados sócio-econômicos fornecidos pelo documento do Ministério da Educação *Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial* (2003): a renda familiar dos brancos geralmente é o dobro da dos negros; a taxa de analfabetismo é duas vezes maior na população negra; os negros tem dois anos de diferença na média de tempo de estudo; ainda mais, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, de cada dez pobres seis são negros e cerca de 47% dos negros são considerados pobres.

Tais dados demonstram que as diferenças firmadas ao longo da história sobrevivem ainda hoje, ainda que de forma implícita, sob a ideológica bandeira da “democracia racial”. Idéias que procuram justificar ou simplesmente apagar da história a escravidão foram e são construídas através da cultura, pois na escola valorizou-se a cultura branca e a cultura negra, foi, na maioria das vezes folclorizada pela escola.

Tendo em vista uma perspectiva de reorganização do sistema nacional de educação, em 1996 é aprovada a Lei 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que visa reestruturar e apontar novos delineamentos para a educação como um todo, mas em especial para o Ensino Fundamental. Na perspectiva da LDB, em 1997 são divulgados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que buscam sistematizar uma base curricular nacional comum e

apontar, ainda, orientações metodológicas e didáticas para o trabalho dos professores do Ensino Fundamental.

Os PCNs para as séries iniciais do Ensino Fundamental consistem em 10 volumes, assim organizados por ordem: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Arte, Educação Física, Apresentação dos Temas Transversais e Ética, Meio Ambiente e Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Os Temas Transversais acabaram por se converter na maior inovação proposta pelos PCNs. Estes temas são apresentados não como blocos de conteúdos ou disciplinas isoladas, mas como temas a serem tratados em todos os outros blocos e nas disciplinas específicas. Tendo em vista o tema deste trabalho, serão apontadas algumas considerações sobre o tema transversal Pluralidade Cultural, cujo principal objetivo, no nosso entendimento, é ampliar o conhecimento de professores e alunos a respeito da diversidade cultural, enfatizando a necessidade para que a educação escolar pense e ensine a diversidade.

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (PCNs, 1997, v. 10: 19).

A pluralidade cultural é um tema transversal, ou seja, deve ser tratada em todos os blocos de conteúdos e disciplinas. Por ser um tema transversal, abre-se um leque de oportunidades para a construção de conhecimentos referentes à diversidade cultural brasileira. A proposta dos PCNs é trabalhar a pluralidade cultural na perspectiva de se afirmar a igualdade na diferença, reconhecendo e valorizando as diferentes culturas e suas contribuições, que compõem o multifacetado universo cultural do Brasil.

Percebe-se, entretanto, que ao longo da década os PCNs não alcançaram a prática das escolas. Não são poucos os professores que não tem conhecimento a respeito dos PCNs, seus conteúdos e propostas pedagógicas, ou que não os utilizam como norteadores de seu trabalho. Em vista disso, no que diz respeito à questão da pluralidade e diversidade cultural, a necessária promoção de um trabalho pedagógico sobre a diversidade étnica e cultural não saiu da esfera do planejamento em muitas escolas.

Nesta perspectiva e tendo em vista a necessidade de se criar nas mais diferentes esferas da vida social (escola, trabalho, consumo, lazer, etc.) um ambiente realmente democrático no que diz respeito às relações étnicas, em 2003 é criada pelo Governo Federal a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). De maneira geral, esta secretaria simboliza o reconhecimento das lutas do movimento negro, e tem como missão estabelecer iniciativas que visem diminuir e eliminar as desigualdades raciais em nosso país. Esta secretaria, com status de ministério, teve como desafio inicial a implementação de uma política de promoção da igualdade racial.

Segundo o documento *Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial*, resultado da criação da SEPPIR, os princípios são a transversalidade, a descentralização e a gestão democrática. Esta política é a primeira na história brasileira que insere a problemática racial como um dos desafios para a democracia e o desenvolvimento econômico do país.

O objetivo central da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial é reduzir as desigualdades em nosso país, com especial ênfase na população negra. Na busca de alcançar este objetivo foram traçadas seis linhas de ação:

1. Implementação de um modelo de gestão da política de promoção da igualdade racial: relativo a qualificação de servidores públicos da área gestora e a criação de uma rede de promoção da igualdade racial.
2. Apoio às comunidades remanescentes de quilombos: como regularização de posse de terras e etnodesenvolvimento.
3. Ações afirmativas: em conjunto com outros órgãos governamentais, buscando formular projetos específicos de promoção social em várias áreas, como por exemplo: educação e saúde.
4. Desenvolvimento e inclusão social: melhoria da qualidade de vida dos discriminados, em especial dos negros abaixo da linha da pobreza em parceria com diferentes ministérios.
5. Relações internacionais: propagar as ações afirmativas e a política de promoção da igualdade racial em âmbito internacional.
6. Produção de conhecimento: consolidar dados, informações e conhecimentos necessários para se avaliar as políticas de promoção da igualdade racial.

Diante do compromisso da escola, assumido nos PCNs (1997), de combater a discriminação e o preconceito e valorizar a cultura afro-brasileira e africana como forma de minimizar as desigualdades sociais, econômicas e culturais, em março de 2003 é sancionada a Lei 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira e africana no Ensino Fundamental e Médio. Entendemos que a Lei 10.639 é um significativo passo rumo à educação das relações étnico-raciais, pois acena com a possibilidade de trabalharmos nas escolas com conhecimentos histórico-culturais até aqui negados, implicando numa verdadeira situação de ensino-aprendizado multicultural.

Neste momento faz-se necessário pensar uma Pedagogia para a educação étnica, objetivo desta pesquisa, que pretende discutir a temática e apontar algumas propostas para o trabalho pedagógico. Acreditamos que as políticas implementadas em 2003 (a criação da SEPPIR, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e a promulgação da Lei 10.639) acenam com a possibilidade efetiva de, através de um trabalho pedagógico de qualidade, conhecermos nossas raízes culturais e a partir daí pensar uma educação para a diversidade racial no âmbito da educação escolar e fora dela. A partir de uma educação escolar na diversidade e para diversidade é possível construir conhecimentos, junto às crianças e jovens em formação, perceber o quão multicultural é nosso país e como uma sociedade sem preconceito e sem etnocentrismos pode se constituir em uma sociedade política, econômica, cultural e racialmente mais justa e democrática.

Referências bibliográficas:

- BRASIL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. Documento introdutório. Brasília: MEC/SEF, 1997. (v. 1).
- BRASIL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. Pluralidade Cultural. Brasília: MEC/SEF, 1997. (v. 10).
- BRASIL. SEPPIR. Política nacional de promoção da igualdade racial. Brasília: SEPPIR, 2003.
- BRASIL. MEC. SEPPIR. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SEF/SEPPIR, 2004.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e cultura negra. Em: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, mai/jun/jul/ago de 2003. N.23, p. 75-85.

_____. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Em: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, jan/jun de 2003. N.1, v. 9, p. 167-182.

MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu. (Orgs.) *Currículo, Cultura e Sociedade*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade*. Uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2004.

Vargas fantasia ou realidade - um estudo sobre o discurso da imprensa local.

Juliana Rossi*

PALAVRAS CHAVES: Vargas, representação, imprensa.

RESUMO: Este artigo é resultado da pesquisa intitulada ““Vargas: fantasia ou realidade?” Análise sobre a(s) construção (ões) da imagem de Getúlio Vargas e a sua(s) representações na imprensa uberlandense no período de 1930 a 1937.”, estudo em que analiso a relação da representação da imagem de Vargas construída no discurso da imprensa local com as intenções da mesma tentando entender como o discurso jornalístico constrói e reconstrói essa representação de Vargas para seus leitores.

SUMMARY: Is this article resulted of the entitled " " research Vargas: fantasy or reality "? Analysis about the construction of Getúlio Vargas's image and its representation in the press uberlandense in the period from 1930 to 1937 "., do in what study I I analyze the relationship of the representation of the image of Vargas built in the speech of the press with the intentions of the same trying to understand how the journalistic speech builds that representation of Vargas for its readers.

Na década de trinta, existia em Uberlândia vários jornais de diversos tipos, maioria são jornais de pequeno porte que estavam envolvidos com assuntos educacionais e/ou com assuntos relacionados ao poder público. Apesar de que, nesse período, vários jornais de pequeno porte no Brasil davam lugar às indústrias jornalísticas. Isto acontece devido às transformações da sociedade brasileira, no seu conjunto, como a ascensão da burguesia no país e o devagar avanço das relações capitalista ocasionados pelas transformações mundiais, isto faz com que jornais de estrutura simples com folhas tipográficas cedem lugar às empresas jornalísticas de estrutura específica dotadas de equipamentos gráficos. Um exemplo desse acontecimento é o jornal Tribuna - o jornal independente da cidade de Uberlândia, um jornal da região, de pequeno porte criado no final da primeira década, que no final da década de vinte devido, à questões financeiras, é comprado por um empresário do ramo e se transforma em um grande jornal semanário.

Mas mesmo com esse pequeno avanço das relações capitalistas e a ascensão da burguesia brasileira, vários jornais foram sucumbidos pelos antigos poderes políticos oligárquicos, quem explica melhor essa questão é Werneck Sodré, segundo ele:

* Aluna dos Cursos de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia

“A ascensão burguesa acompanha, necessariamente, o lento desenvolvimento das relações capitalistas no país e sofre tortuoso processo, que nada tem de contínuo ou harmonioso. Ao mesmo tempo, padece da normal antecipação do econômico sobre o político, isto é, sofre reflexos de uma burguesia economicamente ascensional, embora sem continuidade, mas ainda politicamente débil. Essa disparidade, marcada por defasagem, define-se no problema político essencial, que é o problema do poder. Esse aspecto tem interesse particular no desenvolvimento da imprensa porque o poder afeta diretamente tal desenvolvimento. Assim como a fase é de ascensão capitalista lenta e peculiar a país de longo passado colonial – presente em sua estrutura econômica, - por isso de acomodação entre a burguesia e o latifúndio pré-capitalista – a imprensa, embora apresente agora estrutura capitalista, é forçada a acomodar-se ao poder político que não tem ainda conteúdo capitalista, pois o Estado serve principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional. O traço burguês da imprensa é facilmente perceptível, aliás, nas campanhas políticas, quando acompanha as correntes mais avançadas, e em particular nos episódios mais críticos, os das sucessões. O problema, cuja complexidade é indiscutível, revela-se, assim na questão política sempre séria que é a sucessão dos chefes de Estado, questão que assume sempre aspectos graves e, com o passar dos anos, feição definitivamente turbulência reside o problema do poder.

No que diz respeito à imprensa, esse contraste entre o jornal como empresa capitalista, que já é, e sua posição como servidor de um poder que corresponde a relações predominantemente pré-capitalistas, parece contraditório. Mas há frestas por onde se pode perceber a realidade do quadro com clareza: o aparecimento de jornais de virulenta oposição, confrontando aqueles jornais que se subordinam ao poder; as campanhas sucessórias extremadas, sem correspondência com o caráter e o programa das correntes em choque, sem as grandes diferenças que poderiam justificar exteriormente a violência com que se defrontam; a necessidade, para os detentores do poder, de comprar opinião na imprensa.”¹.

¹ SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. A grande imprensa. 4ª edição, Editora: MAUAD 1999, pp 276.

Por isto que muitos estudiosos ao analisarem os jornais desse período deixam em segundo plano a análise economicista e analisam a questão político ideológico em primeiro lugar, por causa da subordinação o jornal não se preocupava tanto em vender o seu produto, mas se preocupava em como vai abordar um assunto referente ao poder político.

Essa questão da subordinação dos jornais ao poder político esta muito presente na imprensa uberlandense, em especial com relação ao Tribuna, apesar de deixar bem claro no seu título que é um jornal independente, por de trás dessa máscara, esse jornal estava veiculado desde de a sua criação com o poder público local, com discurso liberal progressista em favor de tudo que possa trazer "melhorias" para a cidade. Além disso, o Tribuna sempre entrava em choque com o jornal "A PENNA – o jornal independente" com relação às questões do poder público local. Por fim, acaba que a preocupação principal dos jornais desse período ser o fato político, nas palavras de Sodré:

*"(...) o fato político ocorre, então, em área restrita, a área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter pessoal que assumem as campanhas; a necessidade de endeusar ou de destruir indivíduo. Tudo se personaliza e se individualiza. Daí a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, como antípoda. Não se trata de condenar a orientação, ou decisão, ou princípios – a política, em suma – desta ou daquela personalidade; trata-se de destruir a pessoa, o indivíduo."*².

Um exemplo dessa questão é a própria imagem de Getúlio Vargas, antes e durante o processo revolucionário de Trinta a imprensa local nenhum momento citou o nome de Getúlio Vargas, nem como herói nem como vilão, as imagens que estavam veiculadas naquele momento era do atual presidente Washington Luís como o "vilão da história" aquele que estava atrapalhando o progresso nacional e dos comandantes mineiros que estavam lutando em nome desse progresso, Vargas somente vai aparecer nos artigos dos jornais locais quando assumir o governo provisório como um governante liberal comprometido com a democracia e o progresso nacional. Mas a análise da imagem de Vargas vai além dessa questão da subordinação da imprensa ao poder público, pois quando Vargas assume o governo ele começa a organizar a propaganda política no plano nacional com a criação do Departamento

² Idem, pp 277.

Oficial de Publicidade (DOP), além do controle e da isenção da taxa de importação do papel de imprensa que era somente produzido no exterior e possuía valores exorbitantes devido à crise no setor industrial desembocada pelas Guerras Mundiais.

Voltando à questão da subordinação da imprensa pela poder público podemos perceber no interior de um artigo de um jornal como estão posicionados os fatores políticos, ao analisar a estrutura sua existem três questionamentos que devemos fazer ao jornal, como explica a professora da Yara Khoury no artigo Imprensa como fonte para a pesquisa histórica na revista Projeto de História número 3 de 84, que são: o diagnóstico da sociedade passado pelo texto jornalístico, a concepção ideal de sociedade veiculada por esse texto e o caminho a ser percorrido para se atingi-lá. Analisando mais detalhadamente os artigos do jornal Tribuna, podemos enxergar perfeitamente sua orientação política, por exemplo, a questão da crise do café para a imprensa local, essa crise tinha ser resolvida para que o país progredisse e a solução que essa imprensa apontou era acabar com que os jornais chamavam de ditadura de Washington Luís, ou seja, o diagnóstico da sociedade era a crise, o caminho que o jornal apontava para solucionar era tirar o presidente do governo para que outro pudesse resolver essa crise, a concepção ideal de sociedade era o ideal progressista.

Essa discussão sobre a subordinação da imprensa pelo poder político nos remete a ponto de que até onde a política interfere na própria função da imprensa, pois além de informar o seu leitor o jornal acaba assumindo a função político-pedagógico de formar o indivíduo politicamente, Tribuna em um de seus artigos afirma que não somente de alfabetiza o indivíduo, mas ensina o indivíduo a ser um cidadão que atua politicamente atribuindo-se o papel de informar e formar o cidadão “político” afirmando que “*A imprensa é optima para quem já sabe um pouco, e a Tribuna é indispensável a quem nada sabe.*”³, isto é, a imprensa é ótima para o leitor que já tem um certo conhecimento, porque passa informação, e a Tribuna é indispensável ao leitor que não tem conhecimento, porque ela ensina o seu leitor em todos os seus sentidos educativos e políticos, como a autora Maria Helena Capelato afirma:

*“Além de intérpretes, os periódicos eram também definidos como formadores da opinião pública. “Levando em conta a falta de educação cívica do povo brasileiro”, a imprensa .”*⁴

E não somente a Capelato que reconhece essa questão, mas o ditador italiano Mussolini também discutiu sobre isso afirmando que:

³ SILVA, A. Liberdade de Imprensa. Jornal “A Tribuna – o Jornal independente”, seção Considerando..., número 535, oito de fevereiro de 1931.

⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa, uma mercadoria política. N°4, Jan/Jun, 1991. pp 133.

“O jornalismo, mais do que uma profissão, tornou-se uma missão de grande importância porque na época contemporânea, depois da escola que instrui as novas gerações, é o jornalismo que circula entre a massa encarregando-se de sua informação e formação.”⁵

Logicamente existem vários outros fatores que ainda estou trabalhando na minha pesquisa que ajudarão a responder a vários questionamentos meus como: que elementos são estes que constroem a imagem de Vargas? Se algum jornal representa a imagem de Vargas de forma diferenciada de outros jornais, por que essa diferenciação? Será que o discurso oficial nativo da cidade predestinada ao progresso interfere na construção dessa imagem? Será que no governo provisório Vargas já não manipulava a sua imagem? Será que não havia censura? Será que a elite local acreditava nessa imagem ou também manipulava esta? Sei que já respondi alguns pontos, mas ainda tenho muito trabalho pela frente com relação a essa pesquisa que ainda esta no seu início.

⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998 (Coleção textos do tempo), pp-74.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. Contexto, São Paulo, 1988.

_____. **Multidões em cena**. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998 (Coleção textos do tempo).

_____. **Imprensa, uma mercadoria política**. Revista História & Perspectiva. Editora: EDUFU, N°4, Jan/Jun, 1991.

GRAMSCI, Antonio. Jornalismo. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Editora: civilização brasileira, 1979.

MACIEL, Laura Antunes. **Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920**. Muitas memórias e outras histórias. Editora: olho d'água, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. **A grande imprensa**. 4° edição, Editora: MAUAD 1999.

VIEIRA, PEIXOTO, KULCSAR E KHOURY, M. Do Pilar de A., M. Do Rosário de C., Rosa e Yara A. **Imprensa como fonte de pesquisa histórica**. Projeto de História. Revista do Programa de Estudos de pós – Graduados em História e do Departamento de História. PUC/SP, n°3, 1984.

ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa – algumas considerações metodológicas**. Projeto de História. Revista do Programa de Estudos de pós – Graduados em História e do Departamento de História. PUC/SP, n°4, 1985.

DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do progresso em tons altissonantes. – Uberlândia 1900-1950**. Dissertação defendida na Universidade Federal de Uberlândia em 2001.

LIMA , Soene Ozana de. O poder da imprensa na construção do imaginário social: Uberlândia 1907-1916. Monografia defendida na Universidade Federal de Uberlândia.

ALEM, João Marcos. Representações coletivas e História política em Uberlândia. História & Perspectiva, n°4, Jan/Jun. Ed: EDUFU, 1991.

O papel do boato na História: a hermenêutica de cada dia

O presente trabalho se propõe a pensar o efeito dos boatos em movimentos sociais, julgando que a historicização de tal fenômeno, deslegitimado em seu contexto produtor e também pela tradição historiográfica, é instrumento fundamental na tentativa de compreensão de grupos sociais passados e suas dinâmicas. Tendo como arcabouço teórico de partida a chamada teoria do rumor, aliada a uma análise da sociedade pernambucana oitocentista, pretende-se demonstrar, a partir de um estudo de caso – a Guerra dos Marimbondos –, a pertinência da relação entre boato, atuação/pensamento social e manifestação político/cultural, além da importância de tais ligações no dialético processo de construção da cidadania brasileira (principalmente no que diz respeito à função social do Estado) e reprodução do pacto social que marca o século XIX.

Le rôle du rumeur dans l'Histoire: l'herméneutique de chaque jour

Ce travail se propose a penser l'effet des rumeurs dans les mouvements sociales, en défendant que l'historicization de tel phénomène, qui est deslégitimé dans le contexte que le produit et aussi par la tradition historiographique, c'est, en vérité, um instrument fundamental à compréhension des groupes sociales passés et de ses dynamiques. Je pars de la "théorie du rumeur", et j'analyse la société de Pernambuco aux "oitocentos", avec um cas específico – la "Guerra dos Marimbondos" –, pour montrer la relation entre rumeur et atuation social, et la relation entre rumeur et manifestation politique/culturel. Aussi, il sera montré l'importance de ses relations dans le process de construcción de la citoyenneté brésilienne.

O papel do boato na História: a hermenêutica de cada dia

Renata Saavedra*

Quando se pensa em boatos, dificilmente se ultrapassa uma abstração vazia e não-legitimável. O boato é o que está em tudo, menos *aqui*. Com os *outros*, nunca com o *eu*. Como um fantasma que ronda a sociedade sem nunca ter se materializado nela, o boato não parece digno de um espaço na pauta acadêmica nem no momento em que os pós-modernos advogam a mais elástica relativização da verdade, a sociedade adota o sobrenome “de informação” e a semiótica expande seus tentáculos.

Deixemos de lado, então, pelo menos por enquanto, o boato que está na nossa frente – não nos compete forçar ninguém a encarar seus recalques – e tratemos do que já passou, do que “pode ser falado”, das falácias em que – supõe-se – ninguém mais cai: permitamos um olhar humilde ao boato na História. “A imaginação coletiva trabalhava sobre toda a espécie de rumores” (Delumeau, 1989, p. 179). Quando? Não importa muito, na verdade. Embora Delumeau refira-se, neste caso, à Inglaterra setecentista, o rumor é tão constante na sociedade quanto os homens – ele é, mais especificamente, elemento constitutivo dela.

Partindo do princípio de que falando de organização social estamos falando de *trocas*, seja esta organização social fruto de uma consciência coletiva, de ações sociais ou de relações de produção, e de que a sociedade, mais do que a soma de indivíduos, consiste em primeira instância na interação entre eles, vê-se que em sua tensão primordial, de aproximação dos separados, de coletivização do individual, de inserção do *um* no *todo*, está o boato, sendo ele fruto de concepções, vontades e, acima de tudo, *possibilidades* diferentes. Entre o que um indivíduo concebe e o que a sociedade oferece, nasce o boato. A partir de tais princípios, neste trabalho, serão traçadas breves considerações sobre o estudo do boato e as potencialidades que o mesmo oferece à História, e concluirei com a aplicação da metodologia crítica aqui defendida ao caso de uma revolta popular oitocentista desencadeada por um boato.

O rumor e uma pré-teoria

Admitindo que grande parte da conversação na sociedade seja intercâmbio de rumores, Gordon Allport e Leo Postman elaboraram a teoria do rumor, configurando,

* Graduanda de História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
Bolsista de Iniciação Científica/ CNPq.
Email: refsaavedra@gmail.com

após a Segunda Guerra Mundial, a perspectiva, metodologia e ferramentas de análise dos estudos do rumor. Instigados pela dinâmica de difusão de rumores durante o conflito mundial e, posteriormente, a Guerra Fria, os autores norte-americanos acreditavam que uma teorização poderia servir à reversão do que havia se tornado “um sério problema nacional nos anos de 1942 e 1943” (Allport; Postman; 1982, p. 32), defendendo, embora não explicitamente, o controle político do rumor.

Segundo Allport e Postman, o rumor, que “es una proposición específica para creer, que se pasa de persona a persona, por lo general oralmente, sin medios probatorios seguros para demostrarla” (Idem, p. 17), se desenvolve a partir de duas condições básicas: importância do assunto veiculado e ambigüidade do mesmo. Dessa forma, os autores sintetizaram na fórmula abaixo o que definiram como tamanho do rumor, que deve, contudo, ser tomado como *alcance do rumor*:

$$R \sim i \times a,$$

onde R equivale ao tamanho/ alcance do rumor, e corresponde à importância (i) do assunto tratado multiplicada pela ambigüidade (a) com que este é veiculado. Entretanto, cabe admitir que há uma série de variáveis, tais como repressão, coesão social e tempo, que afetam a dinâmica expressa por essa fórmula e deveriam ser incorporadas pela mesma. Como motivação maior para os boatos, os autores apontam a necessidade dos grupos e indivíduos forjarem razões plausíveis para situações que os mesmos julgam confusas, caráter que ficará mais claro quando tratarmos da presença do boato na historiografia.

Por uma nova teoria do rumor

Embora a psicologia do rumor de Allport e Postman me sirva como um pontapé inicial, especialmente pela capacidade de síntese dos autores, julgo imprescindível que um estudo que contemple o tema seja minimamente destituído de juízos de valores, condição alheia ao trabalho supracitado. A chave deste trabalho consiste, ao contrário da concepção de Allport e Postman, na desconstrução da dicotomia notícia X rumor, o que implica na consciência de que, ao se tratar de rumores/boatos, não se está lidando com mentiras, elementos ou processos marginais ou pejorativos, ou mesmo objetos ilegítimos para uma História que se pretende científica. Mais do que um conjunto de inverdades que são veiculadas alheias às notícias legitimadas, o boato, como elemento constitutivo da sociedade, está imerso nas redes sociais, inserido em canais de informação em que a dicotomia notícia X rumor não procede. Um estudo do boato

analisa, principalmente, relações de poder, pois são elas que outorgam legitimidade aos discursos e aos atores que os produzem, definindo-os como verdadeiros ou não.

Opondo-me também à distinção que Allport e Postman estabelecem entre rumor ocioso, que seria “inocente” e involuntário, e rumor intencional, que apela voluntariamente para a emoção – diferenciação mais uma vez maniqueísta –, defendo a *historicização do boato*, para que seja possível escrutinar a dimensão histórico-cultural do mesmo. Assim, o foco primeiro do historiador do boato não deve ser a deformação da informação, mas a produção da mesma. Além disso, na análise do processo de disseminação de uma informação, deve-se atentar para o que Margarita Zires chama de *diferentes regímenes de verossimilhança*, crendo a autora que é preciso “alejarse de la problemática de lo verdadero, de lo falso y de la objetividad, para poder indagar en el régimen de producción de aquello que es posible pensar y formular en un momento histórico determinado” (Zires, 1995, p. 156).

Logo, a perspectiva da autora não procura desqualificar os fenômenos ligados ao rumor (mitos, lendas, processos orais de comunicação coletiva, etc.), nem elaborar estratégias para seu controle, mas lançar um olhar investigativo para as sociedades e para os processos culturais em que os rumores se inserem. Zires chama atenção para a apropriação do termo ‘rumor’ pelas instituições políticas e pelos sistemas de comunicação centralizados para caracterizar a informação que circula à margem deles, condenando os primeiros estudiosos do rumor por não se desapegarem dessa concepção pejorativa¹.

A crítica principal de Zires, de que sou adepta, é ao fato de que o esquema de Allport e Postman trabalha com uma verdade inquestionável, de que a notícia oficial é reflexo, como se houvesse discursos e veículos de comunicação neutros. “Según ellos, lo primero que deforma a la información es la subjetividad, caracterizada por una voluntad de mentir o de manipular, por una limitada memoria y un conjunto de necesidades emocionales y proyecciones fantasiosas individuales”(Zires, 1995, p.158). Ou seja: o rumor estaria relacionado com a incapacidade de os indivíduos de registrar, lembrar e transmitir as informações fidedignamente.

“Como si la realidad fuera un todo o entidad discreta, claramente recortable, a la espera de un reportero honesto, de una cámara fotográfica o de una grabadora fiel, como si la

¹ Segundo Zires, o boato é caracterizado por esses estudiosos como “una enfermedad social, un hecho patológico”, e admite que “el contexto histórico de tales investigaciones: el fin de la segunda guerra mundial” em muito contribuiu para tal visão. (ZIRES, 1995, p. 157)

noticia constituyera con respecto a esa "realidad" todo el ámbito de lo nombrable“(Zires, 1995, p. 161)

A reflexão da autora deixa patente que o rumor é **um exercício, uma construção coletiva em que se põem em jogo as pautas culturais**. Antes de descartar o rumor como objeto de análise, é preciso perguntar: para quem ele faz sentido, onde está sua plausibilidade? Quais os sentidos que ele pode ter? O que ele nos diz sobre quem o anuncia? Parece oportuno, então, apresentar a revolta que consiste em nosso estudo de caso

O zunido dos marimbondos

A chamada “Guerra dos Marimbondos” foi uma insurreição de homens livres pobres, em sua maioria agricultores autônomos e familiares, contra a aplicação do Regulamento do Registro dos Nascimentos e Óbitos e da Lei do Censo, apelidados pelos sublevados de ‘leis do cativo’, já que os revoltosos acreditavam que os decretos em questão tinham o real objetivo de escravizá-los. As fontes lançam mão do termo boato recorrentemente, no entanto, assim como na bibliografia o conceito de boato aparece apenas como termo *descritivo*, sem questionar os motivos que teriam levado a gente a acreditar na escravização como possibilidade próxima.

“[a] povoação d’aquelle nome [da freguesia de Muribeca] fora invadida no dia 1 do corrente por grande numero de pessoas armadas do lugar com o pretexto de não consentirem na leitura do decreto imperial, que estabelece o registro dos obitos e nascimentos porque tem por fim escravisar as crianças nascidas d’aquelle dia por diante.” (Ofício de 02 de janeiro de 1852, do subdelegado de Muribeca, Francisco Pedro Soares Brandão, ao chefe de polícia da província de Pernambuco, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, publicado em 17 de fevereiro do mesmo ano no Diário de Pernambuco).

As questões principais que me motivam na análise da revolta são, além da possibilidade de traçar um perfil dos sublevados, dissecando suas crenças e temores em relação aos decretos supracitados, a fim de “localizá-los” cultural e socialmente; pensar em que medida a revolta se apresenta como manifestação política e qual é sua expressividade na luta pela cidadania no período em tela.

Parto, dessa forma, de três hipóteses: (1) distanciando-se da “ação das multidões”, a Guerra dos Marimbondos não corresponde a uma reação irracional, sendo palco de atuação social²; (2) o boato desencadeador da revolta constitui objeto de análise de que se depreende a dinâmica e aspectos culturais da sociedade em que se insere, ou

² Embora teoricamente superada, tendo como um dos pioneiros em sua crítica E. P. Thompson, essa visão determinista e evolucionista ainda é encontrada com frequência na historiografia contemporânea, o que torna plausível a ressalva de João Fragoso: “os cativos e os pequenos lavradores possuíam mais de dois neurônios”. (Topoi 2, p.48)

seja: o boato não contradiz a realidade, evidencia a mesma – o que não significa que ele tem fundamentos que o legitimam, mas que ele é testemunho de um imaginário coletivo constitutivo das relações sociais. Além disso, (3) a revolta pode ser vista como mantenedora do pacto social, por caracterizar-se como doadora de papéis sociais.

Historicizar o boato

Cabe ressaltar que a tentativa de historicizar o boato não é inédita: embora de maneira tímida, encontramos uma breve análise de boatos nas obras de Delumeau (1989), Maria Fernanda Bicalho (2003) e Emília Viotti da Costa (1999). Bicalho admite, por exemplo, que “[a] maioria das sedições ocorridas nas sociedades pré-industriais foi provocada por rumores, ou produzida pelo sentimento de insegurança (...) As revoltas (...) constituíam então respostas tranquilizadoras a situações angustiantes” (Bicalho, 2003, p.261). Costa trabalha, como no caso aqui estudado, com a Revolta de Demerara, desencadeada por um rumor. Delumeau conclui de maneira mais enfática: “[i]mpossível, ao menos tratando-se da civilização pré-industrial, separar rumores e sedições, quaisquer que tenham sido as dimensões cronológicas e geográficas destas”(Delumeau, 1989, p.179).

Arriscando-me numa breve incursão pelo boato da Guerra dos Marimbondos, pude notar alguns aspectos que julgo dignos de nota. Primeiramente, os boatos atuam em redes sociais não como uma força fragmentadora, mas no **sentido de integração**, já que motiva identificação social a partir de crenças semelhantes – evidenciando pertencimento social. Além disso, é um fenômeno que evidencia a ação coletiva, aproximando a revolta da concepção de movimento social difundida pela Escola de Chicago e pelos Novos Movimentos Sociais (corrente expressa principalmente nos trabalhos de Goffman, Guattari, Touraine), que enfatizam a identidade coletiva criada no processo da revolta: “não se trata de um processo linear mas de interação, negociação, e de oposição de diferentes orientações” (Gohn, 2004, p.123). Outro ponto que une à revolta aos Novos Movimentos Sociais é o fato de estes se organizarem de maneira difusa, segmentada e descentralizada, indicando ausência de liderança.

Outro aspecto que se desvela nessa análise é o **uso político do rumor** por parte do Estado, que se coloca como detentor do esclarecimento. Nesse sentido, os boatos eram apropriados pelas camadas dirigentes, que os utilizavam para reiterar a tachação de ‘ignorantes’ às classes menos favorecidas, destacando a necessidade do Estado como guia. No entanto, essa função de ‘detentor do esclarecimento’ deve ser lida com cautela: “[o]utro era difícil interromper os rumores (...) as autoridades não dispunham nem de

meios de informação (jornais, rádio, televisão), (...) nem de meios policiais suficientes para impedir ajuntamentos e a auto-excitação da multidão” (Delumeau, 1989, p. 179).

Voltando à fórmula de Allport e Postman, que destacava a importância e a ambigüidade da informação veiculada pelo boato, podemos encarar o **Estado como produtor do boato** em questão, já que, buscando a procedência do boato, encontra-se apenas uma *ausência*, sendo o Estado o responsável pela ambigüidade dos decretos motivadores da revolta – principalmente pelo caráter impositivo das modernizações que marcaram o século XIX e início do séc. XX, dentre as quais se localizam as tentativas de recenseamentos.

“Não posso entretanto deixar de fazer observar a vm. que de seu officio não consta quaes as providencias por vm. adoptadas para fazer dissuadir o povo das falsas ideas, em que se acha ou já apresentando-se na povoação, ou mandando fixar editaes em que isso mesmo se lhe mostre; segundo quaes as pessoas que vinham capitaniando esse grupo e o que elles explicitamente exigião, e terceiro se por ventura eram as pessoas que o compunham movidas somente de falsos preconceitos, ou de instigações dos inimigos do governo actual, que por todos os meios tratão de suscitar desconfianças no povo contra o mesmo governo. Cumpre portanto, que vm. de a este respeito as informações supraindicadas.” (Ofício de 04 de janeiro de 1852, do chefe de polícia da província de Pernambuco, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, ao subdelegado de Muribeca, Francisco Pedro Soares Brandão, publicado em 17 de fevereiro do mesmo ano no Diário de Pernambuco).

Além disso, o boato que desencadeia a revolta evidencia o **exercício de um pensamento social**, de uma cidadania. Tendo o boato como “razão plausível para situação confusa”, explicação para um medo, os atores constroem papéis sociais em que se sintam inseridos. Deslocado dentro de um sistema de produção escravista em que a dicotomia senhor-escravo sobressaía, o homem pobre livre mobiliza-se por um espaço de onde possa falar e ser ouvido, sendo incorporado à pauta estatal – nesse sentido, a revolta pode ser vista como mantenedora do pacto social, por caracterizar-se como doadora de papéis sociais. Assim, observa-se uma identidade coletiva criada no processo, tornando atores capazes de se auto-definir (mesmo que a partir da negação de um elemento, de uma referência negativa).

Como não podemos reconstituir da maneira ideal a inserção da Guerra dos Marimbondos no imaginário dos que a fizeram, sabendo como foi possível relacionar os decretos à possibilidade de escravização, devemos nos ater a escrutinar o medo dos sublevados, analisando, primeiramente, sua plausibilidade.

Embora os documentos de época tachem as crenças dos revoltosos de “sugestões de homens perversos”, “prevenções falsas e infundadas”⁶, deslegitimando-as sempre, podemos perceber que a escravização, para um homem sem posses ou mesmo documentos, atrelado a algum credor, habitando distante dos centros provinciais, era bastante concebível.

Primeiramente porque, como a historiografia mais recente demonstra (Grinberg, 2004), a escravidão no país, principalmente ao longo do século XIX, estava longe de constituir condição estática: ao contrário, inseria-se numa teia de negociações altamente marcada por idas e vindas, em que alforrias, ações de liberdade e re-escravizações eram relativamente comuns⁷, em especial entre os escravos urbanos e de ganho, que tinham maior margem de manobra e estabeleciam contato com um leque mais variado de pessoas e informações.

Nessa dinâmica que punha em jogo a escravidão interagiam argumentos para a consecução da liberdade – o direito à carta de alforria, a alegação de que o escravo ou seu progenitor já havia sido libertado antes, a tentativa de compra da alforria, as acusações de violência e a alegação de ter chegado ao Brasil após o fim do tráfico negreiro – e para a revogação da mesma, quando senhores impetravam ações para reaver escravos que, segundo eles, viviam ilegalmente em liberdade (Grinberg, 2004, p.25).

Para além das críticas a essa historiografia que enfatiza a autonomia do escravo, o que mais imediatamente nos interessa é que, pelas mãos e influências dos atores que fossem, a escravidão era questionada, e um indivíduo poderia ser escravo, tornar-se livre, para depois tornar a ser escravo, por um processo indevido ou não. Essa mesma relativa “instabilidade” da escravidão, capaz de dissociá-la mesmo da cor da pele, é percebida na concepção, por parte da diplomacia portuguesa, de um *tráfico de escravatura branca*. Expressão referente à situação precária em que vinham para as terras brasílicas os europeus migrantes – em navios atolados de gente, os viajantes tinham seu desembarque no Recife condicionado ao pagamento de sua passagem por algum proprietário interessado em contratar seus serviços (Carvalho, M.; p. 229) –, ela

⁶ Trechos de relatórios provinciais publicados no **Diário de Pernambuco** em janeiro e fevereiro de 1852, disponíveis na Biblioteca Nacional, ref:B1,3,03.

⁷ “[v]asculhando a gaveta “Escravos” da seção da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, contei 380 ações de liberdade e 291 processos criminais, num total de 671 documentos. Ou seja: 58% dos processos referentes a escravos encontrados na Corte de Apelação do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro são ações de liberdade!”.GRINBERG, op. cit; p. 21-2.

demonstra a plausibilidade de a pele *branca* qualificar o substantivo *escravatura* (embora, ao mesmo tempo, a necessidade de qualificação como branca indique um caso excepcional).

Assim, o sublevado da Guerra dos Marimbondos deve ter um rosto, um projeto, um medo – e os administra segundo um raciocínio que segue a lógica de seu tempo e espaço, coordenadas sociais que formavam um Brasil oitocentista em profundo processo de mudança, que culminou por romper com um dos pilares de sua colonização (a escravidão), gerando a necessidade de re-alocação social de milhares de novos e antigos cidadãos.

Considerações finais

Espero ter demonstrado nesse trabalho que, para o historiador, o boato pode falar em vez de omitir, sendo um elemento esclarecedor. Dessa perspectiva, não interessa desqualificar os fenômenos ligados ao rumor (mitos, lendas, fofocas, etc.) ou buscar meios para controlá-los, e sim elaborar um olhar investigativo dos processos culturais em que os rumores se inserem. Além de tomar o rumor como exercício de um *pensamento social*; já que ele possui uma dimensão cultural, trazendo consigo as regras do que pode ser dito em dado momento de dada sociedade; poderíamos levar tais reflexões às últimas conseqüências, questionando a possibilidade de pensar a História como a reconstituição dos boatos de maior alcance. Vale um instante de ponderação.

Bibliografia

ALLPORT; POSTMAN. **Psicología del rumor**. Buenos Aires: Psiqué: 1982.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Marcus J. M. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.23, n°45, pp.209-238.

COSTA, Emilia Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Edições de dezembro de 1851 a fevereiro de 1852. **Biblioteca Nacional**. Referência: B1, 3,03.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2004.

GRINBERG, Keila. **Liberata**: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

PALACIOS, Guillermo. A Guerra dos Marimbondos: uma revolta camponesa no Brasil escravista. **História: Questões & Debates**, Curitiba, 10 (18-19): 7-75 Jun-Dez. 1989.

ZIRES, Margarita. **La dimensión cultural del rumor**: de lo verdadero a los diferentes regímenes de verosimilitud. *Comunicación y Sociedad*, n. 24, mayo-agosto 1995, pp. 155-76.

NARRATIVA VISUAL: A CONSTRUÇÃO DO TEXTO PELA IMAGEM.

Najla Fouad Saghié¹

Dra. Leda Guimarães²

Resumo

Braidotti (2000), traz um exemplo da construção de uma narrativa escrita a partir de uma imagem, a recriar a história de um lugar e de pessoas mesclando a pesquisa histórica com as memórias de infância e a intuição imaginativa da autora. O propósito é o exercício de narrar as imagens, e o estudo das visualidades a partir do uso dos códigos de narratividade da imagem fixa propostos por Jacques Aumont (2005). A partir de uma representação formada na mente, ao se narrar uma imagem, podemos indicar o tempo e espaço diegéticos da imagem na construção do imaginário, bem como a criação de enunciados ideológicos e culturais, e desse modo descobrir a identidade dos sujeitos nesse processo de elaboração da narrativa visual, a partir da imagem e da subjetividade expressos pela linguagem.

Palavras-chave: Narrativa, Cultura Visual, Subjetividade.

Abstract

Braidotti (2000), brings an example of narrative construction written from an image, reconstructing a history from a place and people mixing a historic research, infant memories and imaginative intuition author. The purpose is the exercise of to narrate the images and the visual studies using narrative codes of the fixed images explained by Jacques Aumont (2005). Pursuing a representation formed in the mind narrating a image, we are able to indicate the diegetics time and space of the image in the imaginary construction, as well as the creation of ideological and cultural sentences in this way discovering the identity from the character in this elaboration visual narrative process from the image and the subjectivity expressed by the language.

Keywords: Narrative, Visual Culture, Subjectivity.

1 A narrativa visual

Esse trabalho tem o objetivo de discutir a construção de narrativas escritas a partir de uma imagem. Assim, a proposta é apresentar uma reflexão sobre esse exercício de narrar imagens, como forma de estímulo ao aluno no contexto educacional. Como exemplo do que poderia ser realizado analisemos o texto de Braidotti (2000) “Ricordo di un sogno”, no qual a autora traz um exemplo da construção de uma narrativa escrita a partir de uma imagem, a recriar a história de um lugar e de pessoas mesclando a pesquisa histórica com as memórias de infância e a intuição imaginativa da autora. A experiência retratada é a de que a autora revive por intermédio de uma fotografia antiga, histórias por ela vividas que podem ser remontadas com base nas visualidades expressas pela fotografia. O uso de imagens na sala de aula com intuito de criar narração, permeia a subjetividade, à medida que o aluno resgata seu

¹ Mestranda em Cultura Visual pela UFG e bolsista do CNPq.

² Doutora pela USP e professora da UFG.

conhecimento tácito (também ligado à intuição) e prévio do assunto, bem como a bibliografia da imagem, em outras palavras, a leitura da imagem, para que se construa uma narrativa, perpassa pela bagagem cultural do aluno, daquilo que ele sabe sobre o assunto (e venha a pesquisar), além da experiência de vida do mesmo. Portanto, a proposta desse trabalho é refletir sobre esse processo da passagem do visual para o escrito ou vice versa, como resultado, a narrativa visual.

O propósito de se trabalhar nesse momento o exercício de narrar as imagens, é fazer com que o aluno (no contexto educacional) elabore uma narrativa visual das imagens propostas pela pesquisa, em forma de relatório, um conto relativo às leituras do corpo da imagem/texto.

Para Aumont (2005), a imagem representativa é aquela que “representa”, que “conta” algo, é definida como uma imagem narrativa. O autor discute a possibilidade do uso do modo narrativo mimético, para isso, classifica a narrativa que exclui a mímese a que só comporta a mímese e a mista. Esta última é a que justifica esse trabalho, pois comporta ao mesmo tempo a parte verbal e a parte mimética. Uma imagem única pode representar vários episódios de uma mesma história e a análise e interpretação imagética se intitula “narrativa”

Visto que a linguagem escrita responde a alguns dados para a linguagem icônica, na qual acredito tentar responder ao questionamento feito por Aumont (2005: 244) a respeito da ocasião da imagem “se a narrativa é um ato temporal, como pode inscrever-se na imagem se ela não é temporalizada? E, se ela o for, qual é a relação entre o tempo na narração e o tempo da imagem?”. além da questão do tempo, o espaço também é contemplado pelo autor. Portanto, esses “códigos de narratividade” na imagem fixa se revelam seguindo um contexto, uma pista até mesmo a intuição (PRIST, 1999).

Essa relação entre o tempo da narrativa e o momento na construção da imagem pode ser desvelado pela próprio texto narrativo. Que envolve questões relativas a cultura, antropologia e arte.

1.1 A representação do espaço e do tempo diegéticos na imagem na construção do imaginário, no mundo das interpretações.

Toda representação é relacionada por seu espectador, enunciados ideológicos e culturais. Formamos uma idéia da imagem, e a partir dessa idéia construímos uma ilustração que abre as possibilidades de criação de significantes para os elementos verbais diversos.

Do ponto de vista acadêmico, para a narrativa, consideremos que a abordagem moderna da etnografia trabalha com o registro escrito das informações visuais, interpretadas e abstraídas por meio de um processo que envolve tradução da arte para a ciência e da subjetividade para a objetividade (PINK, 2005). Desse modo, concebo que usamos nossa subjetividade, a partir da identidade construída ao longo da vida, para captar informações advindas da imagem. A seguir elaboramos um texto “objetivo” e “científico”, o que fundamenta o conhecimento sistematizado da imagem. Entretanto, a autora esboça uma abordagem diferente que enfatiza o relacionamento entre o visual e outros conhecimentos. Pois um tema particular pode suscitar diversas narrativas. Portanto, entendo que as palavras contextualizadas junto à visualidade oferecem diversas representações e argumentos e não apenas registros completos da pesquisa.

2 A influência visual.

A evolução tecnológica elaborada pelo homem trouxe uma grande variedade e riqueza de fontes para o estudo das visualidades, sobretudo a qualidade da imagem, que ganha a partir daí um papel axiológico fundamental, sem esquecer que a relevância maior deve ser atribuída à disponibilidade e circulação das mesmas em grande escala. Portanto, a influência visual das imagens veiculadas através da tecnologia abarca um patamar de importância nos estudos que realizo acerca do papel que a imagem pode exercer no contexto educacional, em específico o ensino de língua inglesa.

As imagens, assim como as histórias, nos informam: “Aristóteles sugeriu que todo processo de pensamento requeria imagens” (MANGUEL, 2001: 21). Manguel reitera que a imagem tendo um potencial informacional ainda pouco elucidado, foi antevista até pelos filósofos gregos como um agente de informação que, na confirmação atual pelas tomografias cerebrais como aludiu Andraus (2006), responde diretamente na leitura como um fio único de informação, o que sugere um potencial diferente para as imagens.

2.1 fotografia como análise

Sara Pink (2005) aponta duas abordagens no estudo da relação entre conteúdo e o contexto da produção da imagem: a Científico-Realista e a Reflexiva, caracterizadas pela relação de tempo. A primeira se coloca que, para que uma “evidência visual” seja “responsavelmente analisada” (PINK, 2002: 97), deve ser “contextualmente completa e

seqüencialmente organizada”. A fotografia no tempo presente é a representação do momento fotográfico. Desse modo, construímos generalizações quanto a atividades e tipos de pessoas. Na segunda abordagem, é dito como se apresenta um produto desse “momento fotográfico”, devido a sua fotografia se situar no passado, o que permite aos etnógrafos a reflexão.

Portanto, vejo nas duas abordagens, possibilidades de associação das fotografias, em que a Realista condiz com pesquisas que abordem um conteúdo voltado a questões sócio-culturais, à medida que analiso uma realidade particular e a Reflexiva ao instante em que construímos significações relativas a indícios os quais remontam fatos passados, quando for o caso. Na perspectiva desse tópico, tenho a consciência de que a análise nunca será um registro autêntico: é necessária a análise do contexto reflexivamente para se examinar como o conteúdo é informado pela subjetividade e intenções dos envolvidos; não somente o conteúdo das imagens, mas os significados que diferentes indivíduos dão às imagens em diferentes contextos. São levantamentos relevantes a serem considerados.

Pink (2005) contempla a “relação” entre imagem e palavra, na contribuição da produção de significados etnográficos. Textos sociológicos e antropológicos situam a fotografia por intermédio do texto escrito, o que para Chaplin, representa a perda da autonomia da fotografia.

Em textos etnográficos, essa relação é explicada por teorias da fotografia, vista como evidência etnográfica e mostrada em termos de categorias científicas.

Há uma ponderação acerca da análise realista da foto. Na maioria das vezes a fotografia etnográfica é usada para representar características culturais generalizadas e categorias específicas de atividade, mas tende-se a não reparar no potencial do visual para a representação etnográfica. Isto é devido à falta de engajamento e a não atenção dada ao papel dos leitores/ “visualizadores” na construção de significados etnográficos.

2.2 O Desenho como análise

O desenho, assim como a fotografia é marcante na vida cotidiana. São duas formas que aparecem na mídia. Tenho o costume de levar à sala de aula discursos em forma de charges, histórias em quadrinhos entre outras, sentindo o efeito que as imagens provocam nos alunos, a atração que a imagem artística exerce na juventude. Aprofundar as conexões entre as artes, a cultura visual, cultura popular e uma outra área a fim, nesse caso a inglesa (conferir foto abaixo). Contribuem na relação do mundo da arte com o imaginário popular com base em

um tema ou em um problema comum, (HERNANDEZ, 2007). Como se verifica na história em quadrinhos a seguir:



Fonte: <http://visaouniversitaria.wordpress.com/tag/charges/>

Na tira, Quino através de sua personagem Mafalda, faz uma crítica ao uso do excessivo do estrangeirismo, porque ao invés da mãe de Mafalda responder com uma definição ou apenas com um sinônimo, ela usa de uma palavra conhecida, porém num idioma estrangeiro “*living*”. A graça da história é o que chama a atenção e com isso provoca o interesse e aprendizado de determinadas palavras, como nesse caso: “*living*”. Logo, a crítica está evidente ao nosso modo “brasileiro” de elevar a língua estrangeira, a uma noção de valores, de modo que uma boa parte das pessoas conhece mais a língua inglesa que a própria materna em determinados vocábulos. Como, por exemplo, a expressão “centro de compras”, se nos referirmos a um espaço com tal referência, nosso interlocutor precisará de tempo para pensar, ao contrário de se o mesmo disser “shopping”, a compreensão ocorrerá automaticamente.

Nós, seres humanos, refletimos ideários, hábitos e estratificações culturais. Tudo que podemos escutar e ler é absorvido pela nossa mente, entretanto, a imagem representa algo ainda mais consistente, que pode nos marcar contribuindo para uma melhor absorção da memória: a “memória fotográfica”. Dessa forma, a imagem, com sua riqueza de significados e interpretações (desde que contextualizadas), traz diversos sentidos, que precisam ser compreendidos para uma visão ampliada do mundo por nós vivenciado, e conseqüentemente tornarmo-nos mais capazes de ler aquilo que não está tão explícito tanto na imagem quanto na escrita. Dessa forma, não devemos subestimar, mas ao contrário, explorar a capacidade de nossos jovens ao desenvolvimento de suas competências de avaliar e criticar uma imagem. Assim sendo, Gentile (2003: 45) afirma que “crianças e adolescentes serão capazes de

analisar os significados da imagem, os motivos que levaram à sua realização, como ela se insere na cultura da época, como é consumida pela sociedade e as técnicas utilizadas pelo autor...”. E a partir daí construir narrativas, com base no que possa ser enxergado pelo leitor e a inserção da subjetividade do autor, ou seja, a capacidade de registrar os olhares perante uma imagem, e a partir daí elaborar um imaginário dentro do processo de criação de uma narrativa.

Uma das abordagens da Cultura Visual conhecidas contempla o estudo das visualidades atrelado à realidade dos envolvidos, o que traz sentido para suas vidas, destarte, é necessário que as representações visuais respeitem alguns critérios como os propostos por Hernández (2000), As representações devem ser instigantes, vinculadas a valores comuns a outras culturas. A Cultura Visual explica muitos fatores referentes aos estudos das visualidades, na narrativa visual, a imagem precisa de uma carga de subjetividade para que possa haver a passagem do visível para o visual, isto é, para que uma mera imagem passe a carregar sentidos e valores próprios de um pensamento e fruto de determinada cultura.

“É por intermédio da cultura que podemos nos conhecer, conhecer o Outro e interpretar o mundo no qual vivemos. Podemos dizer que a cultura é onipresente nas ações humanas. Ela se reflete na linguagem, nos símbolos, no pensamento das pessoas, regionalizando-as, marcando suas identidades” (TAVARES, 2006: 17). Somos resultado da população que nos rodeia, em virtude disso, formamos nossa opinião baseada no pensamento e ideologia de determinado povo e sua cultura. Respondemos a uma representação visual inconscientemente por nossos pré-conceitos e com alicerce em nossas crenças. Assim, as imagens podem dizer muito sobre nós mesmos. Nesse procedimento de transcrição da imagem em forma de narrativa é que podemos interpretar uma cultura e compreender a expressão cultural de determinado povo. “Ler a leitura de um leitor” a partir de uma imagem, em outras palavras, compreender o que uma pessoa pensa a partir do que ela escreve ao narrar uma imagem, a representação visual que cada indivíduo realiza. Portanto, o exercício de narrar imagens ou descrever uma situação por intermédio delas mostra-se necessário para interagirmos com a contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA

ANDRAUS, Gazy. **As Histórias em Quadrinhos como Informação imagética integrada ao ensino universitário**. Tese de doutorado. USP: São Paulo, 2006.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus, 2005

BRAIDOTTI, Rosi. **Prólogo a la edición española – II ricordo di un sogno**. En: *Sujetos nómades*. Barcelona: Paidós, 2000, p.13-23. B

GENTILE, Paola. **Um mundo de imagens para ler**. *Nova Escola*, São Paulo: Fundação Victor Civita, n. 161, p. 44-49, abr. 2003.

HERNANDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

HERNANDEZ, Fernando. **Catadores da Cultura Visual**, proposta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2007.

MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

PINK, Sarah. **Doing visual ethnography**. London: SAGE, 2005.

PRIST, Lílian. **Os 7 trunfos para falar inglês**. São Paulo: DPL, 1999.

TAVARES, Roseane Rocha. **Língua, Cultura e Ensino**. Maceió: UFAL, 2006.

WALKER, John A. & CHAPLIN, Sarah. **Visual culture: an introduction**. Manchester: Manchester University Press, 1997.

O ESTUDO DAS IDENTIDADES NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO SOCIAL

SANDRA MARA D'AVILA SANDRI*

RESUMO

Este artigo analisa o cenário atual da Globalização que acirrou identidades, em um processo de construção/reconstrução das mesmas, enquanto enfraqueceu o Estado-nação, fortaleceu poderes globais e locais, provocando o surgimento de novas identidades e ampliando conflitos. Faz uma análise conceitual de identidades e diferenças, além de trabalhar sua formação e origens. Continuando, aborda a prática educacional como um caminho para desenvolver a tolerância entre os multiculturalismos, a partir do conhecimento, compreensão e problematização da questão em sala de aula.

Palavras-Chaves: GLOBALIZACAO-IDENTIDADE-
DIFERENÇA-PEDAGOGIA CRÍTICA- TOLERÂNCIA

ABSTRACT

This article analyse the present scene of Globalização that the incited identities in a process of construction/ reconstruction itself, while faded the State- nation, strengthened global power and places, provoke the emergence of new identities and differences, besides working its formation and origins. Keeping on, approach the educational practice as a way to develop the tolerance among the multicultural, starting from knowledge understanding and about matters points in the classroom..

Key-words:GLOBALIZAÇÃO- IDENTITIES- DIFFERENCES-
TOLERANCE-

* Professora de História e Sociologia no Ensino Médio, Graduada pela UPF, Pós-Graduada em História da República pela UPF, Pós-Graduada em Gestão e Orientação Escolar pela UNOPAR, Mestranda em História pela UCG

A GLOBALIZAÇÃO E SUAS CONTRADIÇÕES

O final do século XX prometia um mundo de paz e prosperidade, sem conflitos mundiais com o fim da bipolaridade, da Guerra Fria e do espectro de uma guerra nuclear. Com uma revolução tecno-científica, a Revolução Digital, em curso, onde a alta tecnologia prometia através da Globalização um ambiente de aldeia global. O homem seria um cidadão do mundo, colocando todos os povos e culturas em contato e promovendo uma cultura de caráter universal. Criando uma grande irmandade global, onde a semelhança de práticas e consumo diminuiria os conflitos.

A realidade tem-se revelado contraditória, pelo paradoxo do aumento dos conflitos das Identidades, pela insurreição de novos movimentos sociais, de movimentos discriminatórios, excludentes e xenófobos, entre sociedades e dentro delas.

Surge uma nova sociedade surge: a Sociedade em Rede (CASTELLS, 2006:26), provocando transformações culturais, sociais, políticas e econômicas sem precedentes. Produzindo uma cultura de virtualidade que muda a noção de tempo e espaço e reestruturando o Capitalismo, que por um lado cria riquezas incalculáveis como o capital volátil e por outro produz o aumento da pobreza dos excluídos deste processo da “Era do Conhecimento”.

Esta realidade tem abalado as instituições, os Estados-nações diminuem sua soberania, partidos políticos enfraquecem e a democracia representativa passa a ser questionada.

Com o fim da URSS e da proposta alternativa que o socialismo representava, surge um vazio que passa a ser ocupado pela insurreição de identidades. Que resistem em nome de Deus, da nação, da família, da tradição, etc, questões fundamentais da existência humana. Porque se sentem ameaçadas pelo ataque das forças tecno-econômicas e

movimentos de transformação social que surgem a cada dia e também buscam seu espaço neste ambiente global que produz mecanismos para que todos sejam vistos por todos.

O resultado é que, de um cidadão global prometido pela Globalização, encontramos um cidadão fragmentado e inseguro, onde a perda do centro de equilíbrio que era sua identidade nacional, agora debilitada com o enfraquecimento do Estado-Nação, o faz buscar novas identidades como o feminismo, o ambientalismo, o movimento gay, etc. Ou agarra-se à velhas tradições, como reação à ameaça da cultura do “outro”, dando origem aos fundamentalismos, como o islâmico, o fundamentalismo cristão-norte-americano, ou grupos neonazistas, por exemplo.

O estudo e a compreensão da formação das identidades e especialmente seu caráter de criação humana e não de uma essência de grupos humanos, é imprescindível como meio no combate às discriminações sociais, aos preconceitos e auxilia na busca do reconhecimento do “outro” também dotado de direitos. Introduzir o estudo da formação das identidades no estudo histórico e de forma mais abrangente nos currículos escolares de forma efetiva proporciona um canal para a sociedade desmistificar tais identidades, revelando seu caráter discriminatório em relação ao OUTRO e estimulando a busca de uma essência humana. O que criaria gerações mais tolerantes e harmoniosas com condições de articular as novas mudanças com menos conflitos.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000) as teorias educacionais críticas e até as políticas educacionais oficiais (a exemplo dos “temas transversais, PCNs), já reconhecem o multiculturalismo e o estudo das identidades e diferenças como questões de conhecimento. Embora pouco se fez na prática para levá-las a uma discussão constante e permanente em sala de aula, problematizando as questões da diversidade e da diferença

como caminhos para o respeito e à tolerância. Mais do que saber que elas existem e tolerá-las, é necessário compreender suas origens, formação e função, para isso torna-se imprescindível um estudo teórico sobre a questão da identidade.

A IDENTIDADE COMO CONSTRUCTO SOCIAL

A Identidade como criação Humana garante ao sujeito social seu pertencimento a um grupo, ou esfera social. Para Castells “entende-se por Identidade a fonte de significado e experiência de um povo”. Nas palavras de Craig Calhoun:

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida...O autoconhecimento - invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta- nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específico , pelos outros. (apud CASTELLS p. 22)

Como constructo social a Identidade é

construída a partir da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, memória coletiva , fantasias pessoais , e aparatos de poder e revelações de cunho religioso, que são reorganizadas pelos indivíduos, grupos e sociedades criando seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social.” (CASTELLS, 2006, p. 23)

Continuando com Castells, ele distingue três formas e origens de construção de identidades: a Identidade Legitimadora, instituída pelas instituições dominantes para cristalizar sua dominação e que origina uma sociedade civil. A Identidade de Resistência que são formas de resistência coletivas frente à opressão, origina formações de comunidades como o fundamentalismo islâmico e grupos nacionalistas. E a Identidade de Projeto, que cria novas identidades capaz de redefinir sua posição na sociedade e busca transformar a estrutura social,

buscando uma vida diferente, como o movimento feminista e o ecológico.

Já nas palavras de Tomaz Tadeu Silva (2000), identidade e especialmente a nacional, hoje em crise, são na verdade comunidades imaginadas, que ligam pessoas por símbolos, mitos, histórias, necessidades, etc. Apesar de seu hibridismo, presente em todas elas e que denuncia sua artificialidade e desmente sua pureza. A Identidade não é fixa, não é uma essência, não é estável, unificada, permanente, acabada homogênea ou transcendental.

A Identidade é uma construção, é instável, contraditória, fragmentada e inacabada, ligada a estruturas discursivas e narrativas, fruto de um sistema de representação, sempre com estreita conexão com o poder. A Identidade é definida historicamente não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos. “Identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”. (Hall, 2000.p.)

A existência da Identidade implica na existência do “Outro” que não é o que Sou, portanto exige a existência da diferença. Identidade é aquilo que se é, a diferença é aquilo que o “outro” é, portanto, possuem estreita dependência, mas ambas são frutos da linguagem produzida social e não naturalmente.

Com um olhar psicanalítico, inspirado em Freud e Lacan, Stuart Hall, afirma:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência e no momento do nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasioso sobre sua unidade, ela permanece sempre incompleta, esta sempre em processo(...) a identidade surge não da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL. 2006. p. 38-39)

Ao mostrar como a identidade não é inata Lacan afirma que o EU inteiro e unificado é algo que a criança aprende apenas gradualmente, parcialmente e com dificuldade, pois não é natural, ela é formada na relação com os outros, nas negociações psíquicas inconscientes.

Apesar da crítica à visão psicanalítica por ser altamente subjetiva, sua análise tem influenciado estudiosos do assunto.

Assim como a Identidade não é uma realidade inata, pois é formada e moldada no decorrer do tempo, sendo, portanto, um discurso envolvendo poder e dominação. Torna-se assim, representações que as sociedades fazem de si mesmas, implantadas por meio da linguagem e da simbologia como produto da marcação da diferença e da exclusão e não da mesmidade.

A comprovação de que esta unidade idêntica nunca existiu comprova-se pela observação de que dentro dos Estados-nação os outros (diferentes culturais e étnicos) sempre foram subjugados cultural ou violentamente. Assim, a nação, base da identidade nacional, hoje em crise, e assim como a própria Identidade de forma generalista é uma criação. A nação é uma comunidade simbólica criada para explicar seu poder e conseguir um sentimento de cooperação e lealdade, baseando-se para isso nas tradições do passado ou na criação de tradições que não existiram, mas que lhe são convenientes serem acreditadas e cultivadas.

A QUESTÃO DA IDENTIDADE PÓS-MODERNA

Segundo Stuart Hall a Identidade gerada pelo Iluminismo individualista: centrada, unificada voltada para seu interior e depois evoluído para uma identidade sociológica onde a identidade forma-se pela interação do EU com a Sociedade, encontra-se na pós-modernidade em um processo de deslocamento, onde o centro muda mas não por ser substituído

por outro mas por uma pluralidade de centros, Assim tais sociedades como afirma Stuart Hall:

São caracterizadas pela diferença; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito”, isto é identidades, para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas não são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem sob certas circunstância ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade continua aberta, pois sem isso não haveria história” (LaCLAU, apud Hall. P 17, 2006)

As grandes razões que acirram os conflitos atuais são frutos da vivência em um mundo de transição entre os Velhos Paradigmas do mundo moderno, com um homem centrado, tendo como referência uma identidade nacional, que lhe dava uma ancora no mundo e os Novos Paradigmas, marcado pela crise das velhas identidades, pois se constata o colapso das identidades culturais fortes que estão sendo fragmentadas diante de novas paisagens culturais, abalando o conceito que se tem de si mesmos como sujeitos integrados. A mesma Globalização que tenta diluir as identidades nacionais pela homogeneização cultural, no momento em que interligam e conectam comunidades, organizações e povos, em novas combinações de espaço e tempo, muda a idéia clássica de Sociedade é o surgimento da Sociedade em Rede como define Castells (2006).

A dificuldade de compreensão do processo, leva a duas posturas antagônicas: a busca de novas identidades diante destas fragmentações (feministas, ambientalistas, ect) ou agarrando-se à tradição como mecanismo de reação à um contexto que o desloca do nacional para o global e o local.

Vive-se um grande paradoxo: enquanto se uniformiza estilos de vestir (jeans, tênis, etc), comer (fast food, coca-cola, etc) comunicar-se (internet, celulares) numa gigantesca rede de consumo e informação, onde o próprio consumo torna-se uma referência de identidade e inclusive

lucrando com os nichos de mercado criado por identidades locais e fragmentadas. Surge movimentos anti-globalização formados por quem sente-se ameaçados pela cultura global, considerada uma ameaça à sua própria cultura e também por grupos excluídos deste processo e que lutam para participar dele como as ondas de migrações não-planejadas dos que não conseguem participar do consumo desta nova cultura em sua terra e partem para pressionar as fronteiras dos privilegiados do processo. Causando uma reação conservadora destes, a exemplo de norte-americanos e europeus, contra a entrada de latino-americanos, africanos e asiáticos em seus territórios. Ambiente que acirra rivalidades, preconceitos e exclusões.

UMA PEDAGOGIA DA IDENTIDADE E DIFERENÇA

Educar baseado no conhecimento e compreensão dos processos que formam as Identidades e Diferenças e suas articulações, não é apenas um ato de conhecimento do mundo real que nos cerca ou, desenvolver sentimentos de caridade para com o outro, é muito mais. Estudar Identidades e Diferenças é um processo pedagógico de práxis social. Pois sabemos que tais relações são frutos de relações de poder e dominação. Como afirma Hall: “O outro cultural é sempre um problema, pois coloca em xeque nossa própria identidade” é um problema social e pedagógico. Social porque o mundo é heterogêneo e o contato com o outro é inevitável. E pedagógico, porque além da interação dos diferentes no ambiente escolar, o outro mesmo ignorado e reprimido, volta reforçado e explodindo conflitos, confrontos, hostilidades e até violência. Para Hall existe algumas estratégias pedagógicas possíveis para trabalhar a questão.

Por exemplo, a estratégia Liberal que prega o respeito e a tolerância com a diversidade, não a problematiza,

criando o dominante tolerante e o dominado tolerado. A segunda estratégia é a Terapêutica, encara a discriminação como doença e prevê tratar os preconceitos com mudanças de sentimentos e atitudes, pois teriam uma natureza psicológica. Há ainda a estratégia de passar uma visão superficial e distante da diferença cultural, pois não aprofunda e não questiona as relações de poder envolvidos na produção da identidade e da diferença. O “outro” é sempre distante e exótico, para não haver confrontos e dissonâncias.

Uma última abordagem busca a contribuição da teoria cultural, onde questionaria politicamente a formação da identidade e da diferença, buscando entender como são formadas, que mecanismos e instituições a sustentam. Antes de aceitar ou tolerar é necessário descobrir como elas são produzidas. O caminho seria a problematização da questão. Hall arrisca propor desestabilizar as identidades denunciando seu caráter construído e artificial através de um currículo e uma pedagogia da diferença que colocaria sua estabilidade em xeque, ao estudar seu hibridismo, nomadismo, travestismo, cruzamento de fronteiras, e interesses políticos, por exemplo.

O reconhecimento da Multiplicidade como diz José Luis Pardo (*apud* HALL:101) é uma conquista e um aprimoramento social e pessoal, pois

Respeitar a diferença não pode significar “deixar que o outro seja como eu sou” ou “deixar que o outro seja diferente de mim tal como eu sou diferente (do outro), mas deixar que o outro seja como “ eu não sou”, deixar que ele seja esse outro que não pode ser eu, que eu não posso ser, que não pode ser um (outro) eu; significa deixar que o outro seja diferente, deixar ser uma diferença que não seja em absoluto, diferença entre duas identidades, mas diferente da identidade, deixar ser uma outridade (...) sem relação alguma com a identidade ou com mesmidade.

O estudo e a aceitação das diferenças já é previsto oficialmente no sistema de ensino brasileiro, como encontramos

na LDB 9394/96. O Art.3 apresenta como princípios que organizam a Escola:

- I. Igualdade de condições para acesso e permanência na escola.
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- III. Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas.
- IV. Respeito à Liberdade e apreço à tolerância.

A partir de 1980 surge no Brasil correntes de teóricos da educação que pregam a implantação do currículo Multicultural, que tem como propostas, o fim das metas narrativas, a diversidade cultural como base para discussão, a interdisciplinaridade dos conteúdos, e uma Pedagogia da equidade (baseada na questão das diferenças). Defensor da Escola Plural, Candau (2002) defende que a educação deve desenvolver práticas educativas que articulam a igualdade e a diversidade, o global e local.

Um tema importante a ser problematizado é a carga ideológica existente na análise das Identidades, como verifica Said (2005) muitas vezes o nacionalismo defensivo, reativo e até paranóico, se entrelaça com grande frequência na própria estrutura educacional, em que crianças e adolescentes aprendem a venerar e celebrar a exclusividade de suas tradições, em detrimento de outras, complementa Said: “ esta é uma forma acrítica e irracional de educação e reflexão.”

Apesar do cenário propício às mudanças, o que se observa na prática é que ainda encontramos uma realidade baseada na estratégia citada por Hall, onde a análise superficial e distante da diferença cultural predomina, perdendo-se a oportunidade de questionar temas do cotidiano, que angustiam o ser social pela falta de compreensão deste processo de transição dos velhos paradigmas existenciais do mundo industrial com o novo paradigma do mundo digital e Virtual. Apesar de ser este o

grande papel da Escola esta encontra-se alheia ao processo, e assim como o sujeito social, ainda está no processo de compreender o que esta acontecendo.

Mesmo diante das dificuldades constatadas, considera-se o ambiente escolar um campo propício para desenvolver uma visão crítica de si e do outro, a partir do reconhecimento teórico da questão e depois partir para uma conduta prática, fazendo com que o cotidiano escolar envolva debates com tais temáticas, criando uma convivência respeitosa e harmoniosa. O desafio é grande, mas a esperança é maior e como diz Said (2005): “é melhor explorar a História do que reprimi-la ou negá-la.”

É necessário desenvolver uma nova consciência crítica, sobre o papel e a responsabilidade social da educação nestes tempos de Globalização e de efervescência de mudanças, pois é importante para nossos estudantes conhecerem sua história, sua identidade, sua tradição, mas...

precisamos ir além e situá-los numa geografia de outra identidades, outros povos e culturas, e ai estudar como eles sempre se sobrepuseram uns aos outros, apesar de suas diferenças, seja por influencia mutua, cruzamento, incorporação, rememoração, esquecimento deliberado, seja, evidentemente por conflito. Não estamos em lugar nenhum perto do “fim da história”, mas ainda continuamos a adotar uma atitude monopolista em relação a ela. Tal atitude não se revelou muito boa no passado. (SAID, 2005: 405)

A reflexão seguida de uma prática de aceitação do outro pode ser desenvolvido pelo estudo sobre as identidades e diferenças que comecem, por exemplo, a partir do levantamento do diferente à nível mundial, como as oposições ocidente-orientes chegando ao local. Onde cada ambiente escolar constata quem é o seu “diferente”, e de uma forma epistemológica busca o conhecimento de suas práticas, a origem e justificativas de tais práticas. O caminho seria despertar uma curiosidade positiva sobre o outro. Mas é imprescindível que tais realidades sejam

vistas pela ótica do outro e não minha interpretação da prática social do outro. Este olhar deve ter como meta à busca da empatia, em que se colocar no lugar do outro torna possível a compreensão de suas práticas que não são iguais as minhas. Os resultados à nível da boa convivência entre os diferentes só será possível quando a mudança começar pelo local pelo , pelo vizinho, pelo colega, enfim , pelo outro mais próximo de cada um.

Considerações Finais

A quebra do mito da identidade inata ou verdade absoluta defendida pelas identidades, e que tem separado no decorrer da História, homens e nações, gerando conflitos, genocídios, aculturações e imperialismos de várias formas, só é possível pelo seu estudo e problematização em ambientes como a Escola. Onde a partir de reflexões críticas conduz-se a uma compreensão e aceitação da identidade e da diferença não como realidades opostas, mas faces de uma única moeda. O caminho passa pela própria Escola entender o processo de Globalização e as mudanças que decorrem dela. É um grande desafio que uma Pedagogia crítica deve desencadear.

Pois a Globalização de ambiente ameaçador para as identidades, especialmente as nacionais, ou de um ambiente de luta, onde identidades sufocadas encontram espaço para mostrar sua causa para o mundo. Poderia ser um ambiente de convivência, de troca, de enriquecimento de experiências e acima de tudo altamente criativo, onde as mais diversas identidades interagem trocando vivências e conhecimentos, com aceitação do diferente, não como o errado, mas como um outro olhar que não é o meu, e que pode complementar o meu. Principalmente quando se buscam soluções para problemas que afetam toda a humanidade. O que evitaria e neutralizaria poderes monolíticos que se auto-elegem como sujeitos das escolhas do

que é melhor para todos e as impõe. Revoltando ainda mais os que já se consideram excluídos de poder e reconhecimento.

Mas é bom lembrar que para criar um ambiente múltiplo e rico de identidades que convivem e aceitando o outro é imprescindível que *TODOS* (o Eu e o Outro) tenham reais oportunidades neste mundo capitalista global de consumo, caso contrário o discurso vai continuar sendo utópico. A História tem provado que povos com línguas, experiências, etnias e tradições diferentes podem conviver harmoniosamente, desde que haja para isso dois critérios básicos: qualidade de vida e participação política para todos. A alteridade não é necessariamente um obstáculo, uma ameaça. Pode ser uma solução, uma inspiração, uma oportunidade de mercado, troca de experiência, de exercício de tolerância, de consciência da pluralidade cultural humana.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 5.ed.São Paulo. Paz e Terra.2006

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na Pós-Modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro:DP&A,2006

HOBSBAWM, Eric; RANGER Terence. **A Invenção das Tradições**, 4.ed. Rio de Janeiro.Paz e Terra. 2006.

MCLAREN, P. (2001). Traumas do capital: pedagogia, política e práxis no mercado global. IN: SILVA, L. H. da (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, pp. 81-98.

SAID, Edwaerd W. **Cultura e Imperialismo**. 2.ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2005

SILVA, Tomaz T.(org); HALL,Stuart; WOODWARD, Kathryn. **A Identidade e Diferença**. 5.ed.Petrópolis.Vozes. 2000.

COLONIZAÇÃO DE JUARA, RELAÇÕES, DISCURSOS, PRÁTICAS E MEMÓRIAS – 1971-2000

Daniela Alves Braga Sant'Ana*

Resumo

A pesquisa que ora desenvolvo, evidencia as singularidades do processo de colonização da cidade de Juara, no período de 1971-2000, por meio da revelação de multifacetadas relações, discursos, práticas e memórias, concebidas dentro do projeto político militar-civil de ocupação para a Amazônia. Fomento as análises nas desconstruções, desnaturalizações e deslocamentos que podem ser feitos através de novas leituras no estudo de cidade, com novos significados múltiplos e complexos de tempo, espaço, relações e estratégias de poder.

Utilizo como principais fontes os relatos orais, entrecruzando-os com documentos oficiais e particulares veiculados na época, buscando, assim, as experiências e memorações, analisando as leituras do passado no presente, seus signos, suas invenções. Os aspectos sociais e políticos diluídos nas representações e apropriações dos complexos atores sociais.

Palavras-chaves: colonização, Juara, memória.

Abstract

This research evidences the peculiarity of the process of settling of Juara city, in the period of 1971-2000, by showing of multifaced relationships, speeches, practities and memories, created inside of the civil-military political project for the occupation of Amazônia. It foments the analyses in the new aspects, denaturalizations and displacements that can be made through new readings in the city study, with new multiple and complex meanings of time, space, relationships and power strategies.

The verbal stories are used as main sources, intercrossing them with propagated official and particular documents at the time, in order to get, thus, the experiences and memories, analyzing the readings of the past in the present, its signs, its inventions. The social and political aspects diluted in the representations and appropriations of the complex social actors.

Keywords: settling, Juara, memory.

* mestranda da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Vivenciamos todo um “fazer” historiográfico sendo posto a prova. As tradições historiográficas perderam espaço, se fragmentaram. Multiplicaram-se os objetos, os métodos, os olhares. Surgem novas obras e autores, novos modos de se compreender a inteligibilidade dos acontecimentos. A narrativa histórica precisa de propriedades específicas, mas também precisa ser literariamente bem construída. Especificidades darão os efeitos de realidade, que legitimam assim como garantem o estatuto de conhecimento verdadeiro. Meu objeto está na convicção de que a história é feita de homens, vidas e experiências, uma construção de complexos, ambíguos e fascinantes sentidos. Portanto, a pesquisa que ora desenvolvo, a colonização da cidade de Juara, está inserida na busca da essência de novos caminhos que respondam aos anseios e objetivos dos novos questionamentos historiográficos.

O estudo das cidades nesse novo caminhar historiográfico não esmiuçará somente a cidade física dos traçados e ruas, ele buscará a cidade complexa e ambígua, que se entrelaça em suas disposições e demarcações espaciais, mas também em suas muitas camadas de experiências do espaço e tempo, nas suas relações sociais, que se permitem através das muitas apropriações e que coexistem em suas múltiplas vivências. A Juara que minha pesquisa cartografa é a dos muitos atores sociais em seus modos e fazeres diversos, ambíguos e embebidos em práticas de inclusão e exclusão, de estratégias e sonhos. Uma cidade em seus distintos sentidos, construções e representações, deslocada e esmiuçada pelo novo olhar questionador e investigativo, dentro de uma essência que não busca a homogeneização, mas as especificidades complexas.

Portanto, viabilizar e legitimar as singularidades do processo de colonização da cidade de Juara no período de 1971-2000, por meio da revelação de multifacetadas relações, discursos, práticas e memórias é mostrar uma rica proposta de estudo pelo fascínio de sua complexidade, pelas desconstruções e desnaturalizações que podem ser feitas através dos discursos oficiais e pelas novas leituras com ressignificados múltiplos e complexos de tempo e espaço, utilizando uma “construção” de documentos através dos relatos orais dos primeiros moradores oficiais (já existiam posseiros e índios na localidade) e as “verdades” transmitidas às primeiras gerações, entrecruzando esses relatos com documentos oficiais, jornais da época e balanços da empresa colonizadora. Nessa nova leitura de cidade o estudo dos relatos busca significados nas memórias de vida, analisando as leituras do passado no presente, seus signos, suas invenções, seus olhares.

Juara é a maior das quatro cidades que compõem o Vale do Arinos no norte do Mato Grosso. Segundo o IBGE, a população estimada em 2005 era de 35.342 pessoas, em uma área da

unidade territorial de 21.387 km². Seu início remonta o ano de 1971, com a compra pela SIBAL – Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica – de 35.330 hectares de terras com fins colonizatórios. Seu primeiro nome foi Gleba Taquaral, só mais tarde é que se passou a chamar Juara. Em Julho de 1974 comemorava-se a instalação do Distrito de Juara, ligado a cidade de Porto dos Gaúchos. Ela passa a município em 23 de setembro de 1981, pela Lei nº 4.349.

Como outras cidades do Mato Grosso¹ ela foi fundada por uma empresa colonizadora que foi incentivada pelo projeto desenvolvimentista do governo federal, vislumbrando nessas terras a possibilidades de novas frentes agrícolas. Um projeto inserido dentro das estratégias políticas nacionais de controle agrário, adotado pelos governos militares, fomentado na ocupação de propagandeados “espaços vazios” e no desenvolvimento de um Brasil mais “moderno” e capitalista. Um projeto de colonização que está imbricado em um conjunto de discursos e práticas com uma forte propaganda de progresso e integração nacional, que visa a homogeneizar uma história, galgando-a sempre como uma história legítima de conquista, patriotismo e benfeitoria social, e que se coloca na construção de uma memória juarense coletiva de legitimação de um passado de buscas e realizações.

Mas o que o projeto de integração nacional e reestruturação da agricultura “apara”, distorce e, propositalmente, esquece? Através da análise crítica dos relatos orais e das múltiplas narrativas, entrelaçadas com uma também profunda análise questionadora dos noticiários de jornais, revistas, balanços contábeis das empresas colonizadoras, discursos e despachos de autoridades, meu objetivo cerne é viabilizar uma maior complexidade possível dos tempos e espaços dentro desse território. A história oral por meio da poética, dos símbolos e signos das narrativas e das lembranças individuais e coletivas, irá trazer a tona, vivificar, uma história que pulsa na memória de vida, de sonhos e dificuldades e que coexistem, ora de maneira intrínseca, ora de maneira contraposta, com a história oficial, repetida pelas professoras aos seus alunos, motivo de orgulho pelos heróis-colonizadores, entoada como “verdade” legitimadora de uma necessidade da colonização, como se de outra forma não fosse possível habitar aquela região.

¹ Para um estudo mais profundo e detalhado da colonização de Mato Grosso e especificamente de algumas de suas cidades, ver: CASTRO, S.Pereira; BARROZO, João Carlos; COVEZZI, Marinete; PRETI, Oreste. *A colonização Oficial em Mato Grosso: "a nata e a borra da sociedade"*. Cuiabá - EDUFMT, 1994 e GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002.

A intenção dentro de muitos questionamentos feitos aos documentos, incluindo os documentos construídos através dos relatos orais, não é conhecer todo o passado, mas apropriar-se de uma reminiscência, de memórias sobrepostas numa relação passado-presente, inquirí-las e reflexioná-las, encontrar as representações e apropriações do passado, suas inferências, propósitos e proibições.

“A metodologia da história oral é bastante adequada para o estudo da história de memórias, isto é, de representações do passado. Estudar essa história é estudar o trabalho de constituição e de formalização das memórias, continuamente negociadas. A constituição da memória é importante porque está atrelada à construção da identidade. Como assinala Michael Pollak, a memória resiste à alteridade e à mudança e é essencial na percepção de si e dos outros. Ela é resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade.” (ALBERTI, 2004: 27)

A minha pesquisa pretende, então, ler os muitos significados, as muitas permissões e censuras do que se relata e do que se esconde, fazendo da memória um “caminho de aprendizagem”².

As terras que passariam a se chamar Juara têm sua compra no início da implantação do Programa de Integração Nacional (PND), fomentado pelo presidente da República General Garrastazu Médici (Decreto-Lei nº 1.106 de 16/7/70), e na criação do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado em 1970 pelo Decreto-Lei nº 1.110). É também nos anos setenta que a colonização privada ganha força e incentivos cada vez maiores da esfera federal. Nos documentos do acervo de Ernesto Geisel³, presidente da República após o general Emílio Garrastazu Médici, e que deu prosseguimento com a política de colonização privada, fica claro a constância das discussões para que o projeto de integração nacional transformando a agricultura e as fronteiras agrícolas, caminhasse com êxito. Abaixo, encontramos dois trechos de documentos microfilmados desse acervo, onde a preocupação com as questões acerca de colonização e os

² Essas palavras foram utilizadas por Deleuze na obra DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*; tradução de Antonio Carlos Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

³ Documentos textuais, acervo Ernesto Geisel, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, RJ, classificação, EG pr 1974.03.25/2, série pr – Presidência, Data de produção: 25.03.74 a 05.03.79, Microfilmagem: rolo 4 fot. 0554 a 1147.

programas que lhe dão operacionalidade (PROTERRA, PIN), assim como as funções do INCRA e do Ministério da Agricultura, todos ligados ao grande plano de desenvolvimento nacional agrícola, mostram ser sempre motivo de acompanhamento e análise constante.

COLONIZAÇÃO

- 1 - Estratégia que vinha sendo adotada.
- 2 - Completar o que foi projetado.
- 3 - Continuar na estratégia anterior.
- 4 - Completar o que foi assumido como responsabilidade e fazer algumas alterações.
- 5 - Definir responsabilidade de cada órgão e coordenação.
- 6 - Definir participação de pequena, média e grande Empresa.
- 7 - Rever os atuais projetos agropecuários por incentivos fiscais ou não.
- 8 - Agroindústria e Mercados.
- 9 - Âmbito de tensão social e conflitos.
- 10- Estratégia global para a expansão da fronteira agrícola e ocupação do território nacional.

DESPACHO COM O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

EM 08-03-1976

- X1. Instruções Especiais do INCRA sobre grandes áreas na Amazônia.
- X2. Recursos do PROTERRA e PIN ao Ministério da Agricultura.
- X3. Recursos da 354 para o BNCC.
- X4. Crédito de Comercialização face ao Orçamento Monetário.
- X5. Exportação de Produto Agrícola.

A propaganda e o incentivo para acesso ao norte do Mato Grosso viabilizados pelo governo federal e estadual atinge empresas do Sul e do Sudeste, principalmente do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, prometem aos colonos terra fértil e toda sorte de facilidades para uma sonhada nova vida. E o colonizador se apóia e utiliza com bastante êxito o discurso de progresso, nova vida, integração nacional e patriotismo, que são chamarizes sedutores para famílias e trabalhadores que buscam condições melhores de vida no campo. A força dos discursos e das propagandas utilizadas para legitimar o investimento de trabalho e sacrifício nessas novas terras, torna-se um poder simbólico que perpetua a ação colonizadora como um empreendimento heróico.

“O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo: poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.”
(BORDIEU, 1989: 14)

O poder do simbólico se faz em um discurso estruturado e resistente que se torna crença, mobiliza e é herança, perpetua uma memória estável, que recompensa e suaviza, e que objetiva um passado homogeneizado para as novas gerações.

A propaganda da terra farta e abundante é um grande instrumento de poder nas mãos dos setores dominantes⁴. A ligação dessa terra promissora com os sonhos dos colonos sofridos, em busca de futuro mais próximo que não desestruture sua família, como aconteceu nas suas regiões de origem, amalgamado ainda com a crença e a fé no trabalho duro, na providência de Deus e no empenho de servir a pátria na integração dos espaços vazios, forma um imaginário que torna as estratégias discursivas formas de disciplinar e de fazer colaborar.

José Pedro Dias, conhecido como “Zé Paraná”, um dos proprietários da Sibal e um dos responsáveis pelas compras das terras que originaram Juara, é lembrado oficialmente como um

⁴ O trabalho de CASTRO, S. Pereira et.al., 1994, elucida muito bem essa instrumentalização do poder através da propaganda das terras férteis .

misto de herói, desbravador, empreendedor, tendo o seu nome sempre associado aos benefícios, ao progresso, a prosperidade. O “pai” de todos é visto como um membro “especial”. “Zé Paraná” possuiu imensa influência política em toda região do Arinos: foi prefeito, apoiou candidatos que são de grande influência até hoje na política em Mato Grosso e principalmente na região do Arinos. A intenção é, através da figura de “Zé Paraná”, buscar desconstruir a naturalidade desses discursos e dessas relações, ler as entrelinhas das falas e representações que estão constantemente retransmitidas como únicas e definitivas. Ler também o que se produz como história oficial da cidade, quais as estratégias e simbologias que perpetuam a imagem do colonizador, paternalista, desbravador que “fez a cidade chorar” com sua morte. Não obstante, buscar também as resistências, as reminiscências e gestos que destoam de um “coro” harmônico sobre um passado construído.

O recomeço desses imigrantes em busca de uma vida melhor é marcado pelas expectativas, experiências, frustrações e conflitos vivenciados. Há uma busca pela concretização do eldorado⁵. Portanto, os relatos ainda em fase inicial que pude recolher tanto das pessoas mais velhas que vieram no início da construção de Juara, quanto dos mais novos que receberam narrativas dos primeiros tempos, estão sempre permeados de uma terra sonhada. Não obstante, mesmo sendo relatos ainda em fase inicial, eles já insinuam lacunas e reticências. O objeto do trabalho será o deslocamento de figuras emblemáticas, de discursos plastificados, das resistências contidas em pequenos fragmentos.

Para tornar os documentos analisados e os relatos orais possibilitadores de um vivificar de uma Juara complexa, a história de vida dos primeiros moradores oficiais e da figura emblemática de “Zé Paraná” servirão de estímulo para questionamentos como: quais as condições de legitimidade que o tornam um mito? Como foi produzido esse mito? Politicamente, quais os interesses que ele catalisava e representava? Quais os instrumentos de poder, quais as trocas utilizadas na relação colono e colonizador nesse processo de colonização em questão?

“Zé Paraná”, mesmo após a morte, e até no relato dela, exerce influência marcante na memória coletiva e na “concretização” de uma nova terra. Percebemos como seu nome se funde

⁵ Um estudo bastante elucidativo dessa busca pelo eldorado pelos colonos no processo de colonização, é o livro de GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo* de 2002.

nas experiências e nas memórias dos juarenses. Como ele é visto como um exemplo admirável de homem.

“O coração de Zé Paraná não bate mais desde a madrugada de ontem. Aquele que foi um dos maiores colonizadores de Mato Grosso fechou os olhos na Terra e passou a enxergar com a visão do espírito no etéreo onde legiões de anjos e querubins o receberam e o levaram ao Criador. O currículo invejável de quem fundou as cidades de Juara e Tabaporã. De quem foi vice-prefeito de Diamantino, duas vezes prefeito de Porto dos Gaúchos e prefeito de Juara. De quem soube transformar a experiência dos altos e baixo na vida em bandeira de colonização, integração e desenvolvimento do Vale do Rio Arinos não o envaidecia. (...) Quem semeou as sementes de Juara e Tabaporã jamais morrerá. Se perpetuará na grandeza de sua obra, no reconhecimento popular e oficial, no coração daqueles que vivem naquelas cidades A fragilidade humana que desenha no dia-a-dia o envelhecimento quase imperceptível não abre exceção para santos, sábios, gigantes nem heróis.” (<http://www.diariodecuiaba.com.br/> acessado em, 29/02/2004)⁶

Contudo, sua figura representou o início de conflitos na posse das “novas” terras que eram habitadas por etnias indígenas e posseiros, a empresa que representava utilizou-se dos estratagemas e do aparato velado ou não de uma época onde o regime e a ordem militar era o único caminho pensável⁷. Uma ordem em benefício de um progresso capitalista que delimitava papéis a serem seguidos em nome de um desenvolvimento nacional. O encaminhar colonizador legitimava violência, abuso, repressão, desrespeito com os moradores das áreas “desocupadas” e com o desmatamento. Existiam práticas definidas para a ocupação do lugar, a utilização do elemento classificatório e a construção de um tipo ideal de colono. Até mesmo nos próprios discursos oficiais percebemos pequenas pistas de que essa nova terra também foi terra de conflito.

“A Baiana, uma mulher que habitava a região e que deu nome a esta estrada, certo dia foi atacada pelos índios do povo Kayabí, pois estes estavam

⁶ Jornal eletrônico do Estado do Mato Grosso.

⁷ Para aprofundar sobre o tema, ler a obra de GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002

desesperados com a invasão de suas terras. Mas a baiana superou a crise e os índios fizeram as pazes.” (<http://www.vsp.com.br/>, acesso em 26/02/2005)⁸

Podemos perceber que o projeto de colonização nacional era permeado de conflito até em despachos do presidente Ernesto Geisel⁹

“O problema de terras vem-se agravando em certas regiões do país, sem que os instrumentos de ação do Governo estejam sendo ampliados com a necessária agilidade para que se consiga reduzir ou impedir a sua incidência. (...) Pensa-se em colocar, através do ministério da Agricultura, um grupo de execução, com participação das principais áreas envolvidas no problema e que possam propor as medidas inadiáveis.” (EG pr 1974.03.25/2, série pr – Presidência, Data de produção: 25.03.74 a 05.03.79, Microfilmagem: rolo 4 fot. 0554 a 1147.)

À revelia dos povos indígenas e posseiros, tratados obscuros, demarcações de terras devolutas foram feitas ao sabor dos interesses políticos e pessoais, muitas expulsões e extermínios foram efetuados. Existia muita vigilância para “expulsar” a desordem em nome da prosperidade.

Empresas colonizadoras do setor privado e o governo caminhavam juntos nessa empreitada colonizadora. O governo federal, com a anuência dos governos estaduais, administrava uma política de estabilização dos conflitos sociais no campo. A tarefa civilizadora está ligada ao heroísmo, missão nacional, onde a criação e a busca de uma renovada esperança estará sempre perpassando passado-presente, tornando “natural” e “necessário” levar os colonos em conflitos nas terras do Sul e Sudeste para as regiões “vazias” da Amazônia legal. Só que nesse novo espaço as delimitações sociais também já são definidas. Ao contrário do que se propaga, as liberdades para o encontro com as novas terras não são livres o suficiente para um enriquecimento que só dependa do trabalho investido.

⁸ Exemplo de discurso da história oficial de Juara encontrado em vários sites da cidade, esse site em específico, é um site de rede de provedores do centro-oeste.

⁹ Documentos textuais, acervo Ernesto Geisel, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, RJ, classificação, EG pr 1974.03.25/2, série pr – Presidência, Data de produção: 25.03.74 a 05.03.79, Microfilmagem: rolo 4 fot. 0554 a 1147.

As memórias, assim, vão contribuir para um estudo que vislumbra profícuos e novos olhares complexos sobre essa colonização. A cidade, sua história, a construção de sua identidade e suas multifacetadas relações, assim como, a construção e perpetuação de seus discursos, serão analisadas sobre um novo olhar historiográfico, em um caminho de descobertas e possibilidades, contemplando práticas sociais e políticas emaranhadas nas memórias e apropriações diversas. Uma construção histórico-investigativa de complexos, ambíguos e fascinantes sentidos.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar, textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BENJAMIM, Walter. *Obras Escolhidas: Magia e técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembrança de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

BOUDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BURKE, Peter. *A Escrita da história: novas perspectivas*; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CASTRO, S.Pereira; BARROZO, João Carlos; COVEZZI, Marinete; PRETI, Oreste. *A colonização Oficial em Mato Grosso: "a nata e a borra da sociedade"*. Cuiabá - EDUFMT, 1994

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão de Arno Vogel. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 .

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*; tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*; tradução de Antonio Carlos Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002

MORENO, Gislaene. *Terra e Poder em Mato Grosso, Política e Mecanismos de Burla/1892-1992*. Cuiabá/MT: Entrelinhas, EdUFMT, 2007.

O LIMITE NORMATIVO DO MODELO OCIDENTAL DE GUERRA

Henrique Modanez de Sant'Anna*

Resumo:

Esta comunicação trata do limite normativo do modelo ocidental de guerra. Encaminhamos uma crítica à postura desdobrada da aceitação da noção de ocidente e que atua na defesa dessa unidade de valores (ocidentais) por meio de intervenções militares. A utilização do combate grego (guerra *hoplítica*) como elemento de sustentação às políticas militaristas é percebida como problemática na medida em que compreendida como forma.

Abstract:

This essay focus the normative limit of the western way of war. We made a review to the attitude derived for accepting of west's notion and which its plays in military terms on the defense of that unit of values (westerns). The employment of Greek combat (hoplitic war), as support element to the militaristic politics, it is understood as problematic when perceived as frame.

Palavras-chave: modelo ocidental de guerra, forma, gregos antigos.

Key words: western way of war, frame, ancient Greeks.

* Mestrando em história antiga pela Universidade Federal de Goiás e professor do departamento de história da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Itapuranga.

O modelo ocidental de guerra, proposto por Victor Davis Hanson inicialmente em 1989 e expandido em sua polêmica obra *Por que o ocidente venceu* (2001), fixa a existência de uma tradição nascida no cenário das batalhas decisivas gregas. A perspectiva desenvolvida durante sua expansão retórica segue o estilo de escrita de Edward Creasy (1994) (jovem erudito britânico do século XIX), diferenciando-se somente pelo critério de seleção das batalhas analisadas¹.

Diante da preferência pelo choque frontal e da ênfase na disciplina (capacidade de manter-se coeso, evitar acessos de pânico e suprimir a capacidade combativa individual em prol da eficiência do grupo) encontra-se a construção da superioridade militar do soldado-cidadão. Eis a questão do militarismo cívico: os que teoricamente não possuem representação política não lutam tão arduamente quanto os que exercitam o consenso, pois “desconhecem” os motivos pelos quais os combates são travados.

A defesa de uma tradição que vincula Antigüidade Clássica ao ocidente moderno remete, em última instância, à apropriação e inserção dessa cultura militar em um discurso intencionado na legitimação de uma política internacional agressiva pautada no controle da agressividade. Porém, o mérito de Victor Davis Hanson talvez seja perceber que as transformações no campo tático estão estreitamente ligadas aos modos de significação da prática militar.

Essa abordagem corresponde a um momento de emergência da história militar com relação à imagem produzida em cenário alemão durante o século XIX (HANSON, 1999: 413). Em busca de construir uma identidade nacional assegurada no direcionamento racional das armas estatais, os oficiais prussianos Von Clausewitz e Von Bülow pensaram, respectivamente, a guerra como prolongamento da política nacional (a atuação militar era a seqüência lógica do fracasso da diplomacia) e o mundo antigo como campo empírico ideal para a inspiração requerida na solução dos problemas nas relações internacionais.

Segundo Geoffrey Parker (2005:10), o “modelo ocidental de guerra” pode ser pensado a partir da combinação de alguns aspectos, resumidos em: tecnologia superior, capacidade rápida de resposta a possíveis melhoramentos bélicos, tradição militar agressiva e disciplina. Aplicando esta “fórmula” ao nosso direcionamento temático, percebemos a interdependência dos quatro aspectos salientados, desdobrados tanto na “armadilha cívica” como seqüência lógica da disciplina ocidental quanto na fronteira interna como questão que fixa um limite normativo ao modelo.

¹ Sem pretender estabelecer uma evolução nos modos de se fazer a guerra, Hanson procura selecionar as batalhas a serem analisadas por temas como, por exemplo, o militarismo cívico ou a concepção ateniense de liberdade.

Nesse sentido, poderíamos refletir sobre a seguinte questão: existem valores que permitem a afirmação de um ocidente, iniciado com os gregos e continuado pela longa “Idade Média” até o “dinâmico” tempo moderno? Essa é a questão da qual se ocupa Hanson pelo menos desde seu doutoramento e, em minha fala, a que menos interessa. Estou preocupado com as duas possíveis posturas desdobradas da aceitação de uma unidade chamada “ocidente”.

De um lado, encontra-se a solidariedade sustentada por países (como os Estados Unidos) que justificam a atuação militar nos lugares marginais a essa “unidade cultural”. A perspectiva que pretende libertar de acordo com os critérios envolvidos na questão do militarismo cívico assegura nas reinvenções do passado clássico, um emprego voltado para normatizações culturais cada vez mais questionáveis (na medida em que são desnaturalizadas).

De outro, a partir da percepção do que é específico ao ocidente, emerge a crença na necessidade urgente de fazer dialogar culturas distintas. Embora uma das principais questões dessa postura seja a dificuldade de se obter consenso quanto a uma “estrutura comum de organização cognitiva” (RUSEN, 2006: 116), a perspectiva intercultural parece atenta à ampliação da possibilidade de diálogo aberta pelas modificações nos vários âmbitos da vida social (a massificação do uso da internet, por exemplo). Se por um lado, ações incomunicáveis emergem em um cenário que faz ecoar de modo fragmentado direitos de minorias (direcionando os sujeitos para uma partilha de sentido deslocada das demais), por outro, o esforço de alguns em avançar no diálogo aponta para a função de um saber que se ocupa, ou pelo menos pretende se ocupar, da interpretação de valores.

Em minha fala procuro focar, assim como o fez Norberto Luiz Guarniello em conferência proferida no ano de 2003, às artificialidades dessas fronteiras internas produzidas na representação metódica do passado conhecida como História. No entanto, a análise das formas que conferem sentido ao passado caótico serve aqui um propósito específico: a percepção do parâmetro fixado por parte da historiografia inglesa, especialmente a partir das unidades projetadas ao passado clássico e de suas relações com a atuação militar ocidental nas chamadas “áreas de tensão”.

Nesse sentido, a maneira como Hanson constrói o passado grego declara as intenções de organização dos eventos que caracterizam o que se convencionou chamar de “história da Grécia antiga”. Em primeira instância, tal história nunca pôde existir a não ser enquanto coerência inventada. Os integrantes das *poléis* jamais compreenderam (e nem poderiam) uma noção de raça grega ou unidade nacional grega. Quando nos referimos aos

gregos antigos, permanecemos muitas vezes fixados em um padrão de cidade-estado que corresponde apenas às situações menos típicas em todo o universo políade: Atenas e Esparta (GUARINELLO, 2003: 53).

Em segunda instância, a “vontade de realidade” deseja disciplinar o passado como algo que se deixa observar em plenitude, ou seja, como unidade que pode ser resgatada pelo historiador. De acordo com Ankersmit, tanto a “compreensão configuracional” de Mink (que insiste na síntese e na integração dos eventos) quanto às “idéias históricas” (o que deveria ser descoberto no processo histórico) de Humboldt apresentam o mesmo aspecto (o que toma o passado como unidade coerente).

A abordagem elaborada por Hanson, embora diga respeito a outro contexto, também carece de reflexões sobre a apreciação do passado como forma. A relação entre os elementos que possibilitam a sustentação do modelo é evidente e sólida. No entanto, o caráter normativo (que diz respeito às relações de força constituintes do construto historiográfico) não é trabalhado. As intenções ou os interesses presentes na obra de Hanson não integram “o que está por trás” da narrativa ou o que antecede a ela, mas o que a constitui como explicação.

Desse modo, podemos localizar o contexto de enunciação do modelo e, por dedução, as formas pré-estabelecidas que atuam como parâmetro ou norma na construção do passado clássico². Uma vez abandonada a pretensão de resgate da unidade perdida e assumida a condição de “invenção retórica” do passado, tornam-se variáveis tanto as possibilidades de interpretação quanto o próprio passado. Sendo assim, os gregos estudados pelos historiadores brasileiros não são os mesmos dos estudados pelos demais americanos, a não ser pelo controle exercido pelo conceito (o que vagamente uniformiza a narrativa histórica) e pelo limite imposto com os indícios, tal qual exposto por Ginzburg (1989).

Com isso pretendo afirmar que, embora a narrativa não corresponda a um “container neutro do fato histórico”, que a “relatividade da representação” aponte para a inclusão de “proposições existenciais singulares” (WHITE, 2006: 192, 193) em enredos (César atravessou o Rubicão e o significado da travessia para a República romana, por exemplo), figuras não podem extrapolar o que os indícios apresentam. Nesses termos, a maleabilidade das prefigurações poéticas de um evento torna-se problemática quando a revisão da retórica arsitotélica desloca a prova para o centro da argumentação preenchida de “intenções de verdade”.

² Sabemos que mesmo quando questionamos as formas, não podemos pensar historicamente sem delas nos servirmos.

Por último, após brevemente refletir sobre as formas das quais se serve Hanson ao elaborar seu modelo ocidental de guerra, sinto a necessidade de atentar para o fato de que a perspectiva estranha à aceitação da defesa militarizada de uma unidade chamada ocidente, deve insistir no aprofundamento dos estudos militares do que se convencionou chamar de Antiguidade Clássica, porque somente desta forma novas possibilidades interpretativas podem emergir e concorrer pela plausibilidade no que se refere ao entendimento do presente.

Referências

CREASY, Edward S. *Fifteen decisive battles of the world: from Marathon to Waterloo*. Da Capo Press, 1994.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da história: as formas da história antiga. *Politéia*, vol. 3, nº 1, p. 41-61, 2003.

HANSON, V. D. *Why the west has won*. Nova York: Faber and Faber: 2001.

_____. The status of ancient military history: traditional work, recent research, and ongoing controversies. *The Journal of Military History*, vol. 63, nº 2, p. 379-413, 1999.

PARKER, Geoffrey (ed.). *The Cambridge history of warfare*. Cambridge, Cambridge Press, 2005.

RUSEN, J. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. Pp. 115 – 138.

WHITE, H. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. Pp. 191 – 210.

A MEDIAÇÃO DA IMPRENSA NA PRODUÇÃO DE MEMÓRIAS: A FIGURA DO ARTISTA E COMPOSITOR GRANDE OTELO

Tadeu Pereira dos Santos*

O trabalho tem como propósito divulgar o resultado de uma pesquisa que analisa a produção de memória na cidade de Uberlândia-MG, em torno da figura do artista e compositor Grande Otelo, na imprensa local. Neste sentido, faz-se necessário explicitar quais são os procedimentos desta pesquisa, pois à medida que elucidamos como estamos problematizando esses veículos de comunicação (jornal Correio de Uberlândia), transparecemos os nossos caminhos e suporte teórico na compreensão de uma dada realidade. O referido jornal traz aspectos da vida de Grande Otelo em notícias carregadas de significados, que constroem, em alguns momentos, uma visão negativa do personagem e, em outros, valorizam o ator e compositor como filho da terra.

Palavras Chaves: Imprensa, O artista e Compositor Grande Otelo e Memória

ABSTRACT: The work has as intention to divulge the result of a research that analyzes the production of memory in the city of Uberlândia-MG, around the figure of the artist and composer Grande Otelo, in the local press. In this direction, one becomes necessary to explicitar which are the procedures of this research, therefore to the measure that we elucidate as we are problematizando these vehicles of communication (periodical Post office of Uberlândia), we are transparent our ways and has supported theoretician in the understanding of one given reality. The related periodical brings aspects of the Grande life Otelo in loaded notice of meanings, that construct, at some moments, a negative vision of the personage and, in others, they value the actor and composer as son of the land.

Words keys: The press, the artist and Composer Grande Otelo and Memória

O diálogo com as visões sobre a cidade de Uberlândia, buscadas nas reportagens de jornais que enfocam o artista e compositor Grande Otelo, é proveniente, para além das questões acadêmicas, da minha experiência de vida no meio universitário e no espaço urbano dessa localidade. Tal experiência relaciona-se, entre outros fatores, ao racismo, prática preconceituosa da qual fui vítima algumas vezes, no Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia. Vez ou outra, ao ser abordado pelos vigilantes da referida instituição que, em seu trabalho, levam em consideração (na maioria das vezes) o estereótipo das pessoas na tentativa de encontrar “os maus elementos”, fui vítima de constrangimentos que via de regra, adivinham de minha condição social. Em outras oportunidades pude perceber o olhar

* Mestrando pela Universidade Federal de Uberlândia, bolsista pela CAPES sobre orientação da Professora Dr^a. Heloísa Helena Pacheco Cardoso.

das inúmeras pessoas que, constantemente, perguntavam-me se minha descendência era originária de outro país latino-americano, como Bolívia, Peru ou Chile.

Esses acontecimentos foram os pontos de partida na compreensão do espaço em que eu estava estudando, bem como do local no qual residi oito anos de minha vida. Em outras palavras, o meu olhar político de “que cidade é essa”, está alicerçado em uma proposta que busca, por um lado, descortinar essas práticas racistas e, por outro, na condição de cidadão, engendrar maneiras para combater tais práticas que, certamente, cruzariam meu caminho ao longo da minha trajetória de vida.

Neste sentido se insere a minha opção pelo estudo da figura do ator e compositor Grande Otelo, negro, elemento norteador e profícuo para a compreensão dessas questões que envolvem, também, a relação deste artista com a cidade em que nasceu. A intenção desse trabalho consiste, sobretudo, na necessidade em elaborarmos uma análise de época, que não se resuma numa perspectiva teórica circular, um “Otelo pelo Otelo”, mas sim buscar, na vivência e experiência legada pelo artista, a compreensão da sociedade de Uberlândia numa interface com a realidade brasileira. A experiência de Otelo nos permitiu compreender como os sujeitos sociais lutavam pelo direito a moradia, saúde e lazer numa sociedade em transformação. Assim, a análise documental nos levou à compreensão de como se davam as práticas racistas e quais os seus significados.

Diante desse quadro, problematizaremos qual o significado dessa relação simbiótica que a mídia estabeleceu com Otelo: por meio das manchetes dos jornais ou em programas de televisão (TV Integração), bem como “explorando” as imagens do dia do seu aniversário ou de sua morte. Esses veículos de comunicação fazem menção à figura do referido artista como “filho da cidade”. Isto é, no início da pesquisa, a documentação já apontava que a “construção” da figura de Otelo por parte da imprensa contrastava com a “realidade” por ele vivenciada, demonstrando um abismo, uma distância entre a prática e a teoria. Sendo assim, naquele momento (final de 2006) indagava-me o que significariam tais “evidências”? O que estaria por trás desses enunciados? Quem era o Otelo que emergia nas páginas dos veículos de comunicação e por quê? Contudo, no desenvolvimento da pesquisa e no processo constante de “repensar” a documentação, na medida em que novas problemáticas surgiam, pude compreender qual era o tipo de memória os meios de comunicação produziam sobre Otelo e a quem tais “significações” se endereçavam.

Grande Otelo, Sebastião Bernardes de Souza Prata, nasceu em 18 de Outubro de 1915 na cidade de Uberabinha (Uberlândia). Nessa localidade, ele viveu parte de sua infância entre os anos de 1915 e 1924. Nessa época, Otelo residiu no Bairro Bom Jesus na companhia de seus

avós. Esse espaço de moradia, aos olhos de uma parcela da população, denominava-se “Vila Maldita”, ou seja, um espaço que agregava sujeitos sociais oriundos das classes populares, que tinham um modo de vida distinto de outros estratos sociais, tais como proprietários de terras e profissionais liberais, que almejavam uma reorganização urbana sob a ótica do progresso. Nesse cenário, espaços como a “Vila Maldita” tornavam-se um empecilho para implantação desse projeto defendido pelas elites locais.

A infância de Otelo foi marcada pelo racismo que se manifesta nas lutas em torno das disputas por existir, em que diferentes modos de vida buscavam ampliar os seus “domínios”. Desse modo, as manifestações de racismo se evidenciavam tanto na descaracterização das práticas populares (vistas como pejorativas e com tonalidade de subdesenvolvimento), como na tentativa de impedir que as classes populares galgassem melhores condições de vida.

Essas são algumas das características que perpassam o ambiente no qual Otelo viveu até a sua ida para São Paulo, na Companhia da Cantora Isabel Parecis, integrante do Circo Vasconcelos (MOURA, 1996, p.22). Posteriormente, entre os anos de 1925 a 1950, Otelo esteve ausente de sua terra natal. Neste intervalo de tempo, o artista buscava, artisticamente, se afirmar no cenário nacional como ator, principalmente na cidade de Rio de Janeiro.

Otelo foi um dos principais protagonistas, juntamente com Oscarito, da produção de filmes – Chanchadas - exibidos nas décadas de 1940 a 1960. Nessa última década, participou de inúmeros filmes do Cinema Novo, bem como do Cinema Marginal (SILVA, 2005, p. 05-78). Isto é, o artista Otelo transitou pelos principais espaços do cinema no país, mesmo sendo negro. Posteriormente, fez novelas na rede Globo de televisão e em programas humorísticos. Estes foram alguns dos espaços de trabalho pelos quais Otelo transitou que permitem ressaltar as características do artista Otelo mas, sobretudo, nos possibilita vislumbrar que a vida de Otelo não se restringiu a somente esses espaços. Esse enfoque de análise apenas enuncia alguns de seus papéis no cinema e no teatro. A narrativa jornalística¹sobre Otelo, além de encerrar os acontecimentos em si mesmos, se apresenta à população como uma interpretação única, cuja caracterização poderia ser confirmada por uma suposta escrita única da História.²

¹ Assim, como não generalizamos quando nos referimos aos historiadores, pois compreendermos a diversidade dos mesmos em matéria de pesquisa e abordagem, também não gostaria de universalizar em relação aos jornalistas, mas no quesito biografia, a relação de se acreditar que estão elaborando a “verdade” sobre determinado personagem tem se constituindo algo unânime.

² A História com H maiúsculo, na minha interpretação quer dizer a História de todos os homens, e por isso, é impossível elaborar uma história (interpretação da realidade) na medida em que também é impossível registrar todos os acontecimentos e fatos de um dado assunto. Por isso, no campo da história produção de conhecimento lidamos com a história/historiografia que em sua produção de memória, trabalha com interpretação da realidade (da História) na medida em que construímos nossas reflexões a partir de vestígios produzidos pelos homens, por sua vez, a condição de vestígios, já indica que são fragmentos do passado. Assim, os historiadores ou qualquer outro pesquisador, a partir do lugar que se coloca na academia ou na sociedade construíram seus significados,

Neste texto, essas interpretações serão analisadas a partir dos artigos publicados no Jornal Correio de Uberlândia. A trajetória desse jornal teve seu início em 07/02/1938. Neste momento ele foi apresentado como um periódico “independente”, sendo registrado sob o nº 13.790 no DIP – Órgão de Imprensa e Propaganda – principal órgão responsável pelo controle dos meios de comunicação durante a ditadura Vargas. Nesse primeiro momento, esse meio de comunicação estava sob a orientação da família Alves de Oliveira, tendo à frente da coordenação dos trabalhos o Sr. Ari Oliveira e Alves de Oliveria. Há indícios também de que os seus proprietários fizeram parte da UDN – União Democrática Nacional – um dos grupos políticos que disputavam a administração da sociedade brasileira à época. Assim sendo, o Correio de Uberlândia permaneceu como um meio de comunicação “independente”, sob a orientação dos Alves de Oliveira, até os anos de 1950. Nessa data, o mesmo foi comercializado para o grupo ALGAR. A partir de então, esse periódico passa a se apresentar como uma empresa: *Diário de Propriedade de Empresa Gráfica Correio de Uberlândia LTDA*.³ Essa nova condição expressa o lugar que o referido periódico alcançara nessa localidade, com a ampliação não só de sua circulação, mas também do lugar de reconhecimento junto aos grupos dominantes economicamente na cidade.

A partir de 1993, com a nova reestruturação desse periódico⁴ foi possível observar que não existe nenhum tipo de interesse em explicitar assuntos relacionados aos seus diretores ou redatores. Entretanto, percebemos que a logomarca da empresa telefônica CTBC – Empresa Telefônica do Brasil Central – é constante na paginação do jornal, desde essa data.

Em larga medida, ao adentrarmos às páginas do referido jornal, nos indagamos quais seriam os objetivos de seus diversificados conteúdos. Qual a filosofia editorial do jornal que o permitiu se constituir no meio de comunicação hegemônico (quando se trata de mídia impressa), nesses quase setenta anos de existência do mesmo? Em outras palavras: como o referido matutino atravessou diferentes e diversificados momentos da política nacional (a ditadura de Vargas, a democratização nas décadas de 1940 a 1960, os governos militares, etc.) à luz da política local e suas vicissitudes? Em suma, qual é a produção de significados que o

cujas compreensões dos leitores deve passar pelo viés de uma interpretação e que existe outras possibilidades de leituras, o que não permite diz que essa possível interpretação encerrar o assunto.

³ Correio de Uberlândia, Uberlândia, 01 de Janeiro de 1950, Nº. 0.2.812, Diário de Propriedade Empresa Gráfica Correio de Uberlândia LTDA. Circulação na cidade de Uberlândia e região do Triângulo Mineiro.

⁴ É importante salientarmos que o jornal *O Correio de Uberlândia* passou por transformações tanto no tocante ao seu corpo de diretores quanto às mudanças em seu nome, de 1938 a 2006. O periódico começou como *O Correio de Uberlândia* durante o período varguista, atravessou os governos militares brasileiros e chegou ao período denominado de “abertura política” com o mesmo título. A partir de 1989, o jornal passou a chamar-se *Jornal Correio* e, menos de um ano depois dessa mudança, mudaria mais uma vez o seu título para *Correio do Triângulo*. De 1996 a meados de 2006, o título voltou a ser *Jornal Correio* e a partir da segunda metade de 2006, trocou o seu nome uma vez mais para *Jornal Correio de Uberlândia*.

jornal institui no intuito de satisfazer os interesses dos grupos hegemônicos? Esse é o meio de comunicação que estaremos problematizando para compreendermos quais são as memórias construídas quando voltamos nossa atenção para a figura do artista e compositor Grande Otelo. Mencionamos memórias, mergulhamos nelas, por termos clareza que o referido jornal esteve em consonância com os interesses dos grupos que tentam direcionar as memórias relacionadas a Grande Otelo.

Assim, a escolha pela análise desse veículo de comunicação (o jornal Correio de Uberlândia), é oriunda além dessas considerações, da compreensão de que suas páginas é o lugar em que se encontram, em Uberlândia, mais referências sob Otelo, nos permitindo problematizar em que momento o referido jornal traz aspectos da vida de Grande Otelo em notícias carregadas de significados, que constroem, em alguns momentos, uma visão negativa do “personagem-artista” e, em outros, valorizam o ator e compositor como filho da terra.

A elaboração de valores de maneira negativa em relação à figura de Otelo permeia a décadas de 1940 a 1970. Neste sentido, o ano de 1945 é ponto de partida para a produção desses significados. Isto é, foi o momento em que o artista e Linda Batista foram contratados por Jacy de Assis diretor da Bolsa de Estudos de Pessoas carentes na cidade de Uberlândia, porém não compareceu alegando que o Cassino da Urca local em que trabalhava no Rio de Janeiro não os tinha liberado para comparecer a essa localidade, no Cine Paratodos, onde fariam as apresentações. A partir de então, podemos apontar que a produção de valores em relação a vida de Otelo se volta à descaracterizá-la. Conforme podemos observar no artigo publicado pelo O Jornal Correio de Uberlândia, produzido por Alves de Oliveira, cujo teor racista pode ser observado em trecho abaixo:

(...) Linda Batista, artista conhecida não é nenhuma ingênua nem tão pouco inexperiente. É uma artista experimentada, conhece de sobra suas responsabilidades e é de supor-se que o senso do dever não tenha se ausentado tão cedo... Antes de tomar tal compromisso, devia consultar seus interesses e se podia ou não cumpri-lo. E o mais triste em tudo isso, é que tratava-se de um espectáculo de benemerência, cujos resultados destinavam-se a um fim nobre e elevado, que é o de educar e instruir as crianças pobres, obra essa de grande alcance social. Quanto a Grande Othelo – Grande exclusivamente no pomposo nome de Guerra que inteligentemente adotou – não nos surpreendeu, absolutamente. Teria nos surpreendido se ele tivesse desmentido o adágio... O negrinho perdeu uma excelente oportunidade de rever sua terra, de receber aqui as que só agora reconheço que não merece, absolutamente! Grande Othelo deu a entender, por outro lado, de que sozinho ele vale muito pouco...

Com esse procedimento, que tão mal ecoou na <<cidade menina>> e em toda parte, <<Linda>> e <<Grande>> deixaram os diretores da Bolsa, numa situação crítica, perante o público, evitaram um apreciável reforço na caixa da instituição e que é mais grave, ainda, concorreram para um expressivo maior, se não fosse a atitude elegante e desinteressada da Rádio Difusora e dos jornais locais, desistindo de seus créditos, provenientes da interna propaganda feita em torno desse <<grande>>

festival que teria, certamente, um <<lindo>> resultado, se não fora a <<feia>> ação de <<Linda>> e a <<pequenez>> de <<Grande>> Othelo.

(...) Oxalá sirva esse acontecimento de advertência aos incautos que confiam em artistas dessa marca...⁵

Ecoss do racismo soavam de maneira alarmante na imprensa uberlandense, principalmente nas páginas do Jornal Correio de Uberlândia, cuja produção de significados pautava-se por um processo em que o racismo emergiu como algo que tentava eliminar a diferença e perpetuar a desigualdade. Posteriormente, outras matérias tratando de assuntos diversos, como o casamento de Otelo com uma branca no Rio de Janeiro, em 1955, reforçam a visão negativa que os articulistas tinham dele, questionando sua vida pública e privada.

Por outro lado, em relação ao tratamento da figura de Otelo de maneira positiva, foi mais explícita no período que subscreve a Ditadura Militar, no palco que encenou as películas cinematográficas do Cinema Novo. Essa nova arte de produzir filmes legou à sociedade brasileira a versão cinematográfica “Macunaíma”. Nele, Otelo passava a ser aceito como artista inclusive pelas classes médias intelectualizadas. Desse modo, Otelo era apresentado para a população travestido por uma nova roupagem, apesar de sua atuação não ter se distanciado das Chanchadas. Contudo, essa nova configuração o consagrou como esplêndido ator. Por sua vez, Otelo, era capa de revista no Rio de Janeiro e São Paulo. Em desdobramento desse episódio, Otelo, na cidade em que nasceu, recebeu, em 1972, as honrarias dos grupos políticos por meio da instalação de um Busto na Praça Tubal Vilela, bem como sua presença na festa em homenagem à Miss-Café. Todavia, cabe ressaltar que essa produção de valores em relação a imagem negativa de Otelo na imprensa local é decorrente dos interesses dos grupos hegemônicos, bem como das ações de Otelo frente as relações estabelecidas a não compactuar com determinados interesses. Por isso, faz-se necessário entendermos essa produção de significados nas construções da memória em relação ao artista no momento histórico que ecoaram nas páginas da imprensa, buscando o diálogo com a sociedade das referidas época, uma vez que estamos falando de uma sociedade em transformação.

Neste sentido, podemos apontar que a seletividade da construção de memórias é também perceptível por meio das instalações dos lugares de memórias a serem explicitados nos bustos, nos monumentos, dentre outros espaços que foram instalados depois da sua morte. Nesse processo, vários espaços recebem o nome do artista e é necessário problematizar essas ações para compreendermos quais os significados de sua construção.

⁵ **JORNAL O CORREIO DE UBERLÂNDIA**, Uberlândia, domingo, 18 de Fevereiro de 1945, nº IX, 1596, p.01

Para além da imprensa, esses espaços nos permitem compreender como os mesmos são utilizados na tentativa de apagar as divergências ou as disputas entre Otelo (entre os sujeitos sociais que não aceitaram passivamente a transformação e seus modos de vidas para se adequarem a atividades propostas pelos setores dominantes), e os grupos dirigentes locais. Assim, as nossas reflexões das imagens de Otelo levarão em consideração o momento histórico em que a imprensa passou a aludir à figura do artista, quais os significados dessa produção de valores, e do seu espraiar na sociedade uberlandense à época. Podemos adiantar que o diálogo “imprensa – Otelo” não foi tão amistoso como tentou sugerir as páginas da mídia impressa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

FENELON, Déa et. Al. (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. SP: Olho d'água, 2004.

MOURA, **Roberto**. **Grande Otelo: Um artista genial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, 1996.

SILVA, Gilmar Alexandre Da. **Bandido (s): sob a luz filmica de Sganzerla**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História). Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

SANTOS SOUSA, Carlos M. PACHECO CARDOSO, Heloisa H. Uberlândia nas linhas do enfrentamento: Democracia Participativa nas páginas da imprensa. In: **Cadernos do CDHIS**, Revista de Pós-Graduação em História, Uberlândia, Edufu, Nº 33, N Especial, Ano 18, 2005.

NAS MARGENS DO TOCANTINS: MIGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE IMPERATRIZ-MA

*Renildo Carneiro Santos**

Resumo: A cidade de Imperatriz - MA localiza-se às margens do rio Tocantins que separa os estados do Maranhão e Tocantins, acima da confluência com o rio Araguaia. Até a década de 1950, a cidade que contava com pouco mais que três ruas, servia como ponto de passagem de migrantes nordestinos que se dirigiam aos garimpos e zonas de extrativismo vegetal do Pará. A partir desta década, a cidade recebe um grande fluxo de migrantes oriundos de outros estados do nordeste e, em grande quantidade, da região do “Japão Maranhense”, em busca de “terras libertas”. Pretende-se estudar através da memória de agentes dessa migração, essencialmente camponeses que acabam se estabelecendo na cidade, que, após o início da década de 1960, com a construção da rodovia Belém-brasília e a implementação dos grandes projetos agro-pecuários, sofre aumento considerável das suas proporções, as novas relações entre cidade/campo e sujeitos/lugares.

Palavras-chave: migração; fronteira; espaço urbano

Résumé : La ville d'Imperatriz - MA il se localise aux marges du fleuve Tocantins qui sépare les états du Maranhão et Tocantins, au-dessus du confluent avec le fleuve Araguaia. Jusqu'à la décennie de 1950, la ville qui comptait avec peu plus que trois rues, servait comme point de passage de migrants dus nord-est brésilienne qui se dirigeaient aux garimpos et aux zones d'extrativismo végétale du Pará. À partir de cette décennie, la ville reçoit un grand flux de migrants originaires d'autres états nord-est et, dans grande quantité, de la région du « Japão Maranhense », à la recherche de « terres libérées ». Il se prétend étudier à travers la mémoire d'agents de cette migration, essentiellement campagnards qui finissent si en établissant dans la ville, qui, après le début de la décennie de 1960, avec la construction de la route Belém-brasília et la mise en oeuvre des grands projets agro-pastoraux, souffre augmentation considérable de leurs proportions, les nouvelles relations entre ville/champ et les sujets/place.

Mot-clés : migration ; frontière ; espace urbain

Início este trabalho apontando os seus limites. Este trabalho constitui parte de um projeto de pesquisa que ainda está em fase inicial. Sendo assim este trabalho não trás conclusões ou resultados sobre o tema abordado, mas sim hipóteses e descrições do que estou realizando no momento.

* Graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Atualmente, Imperatriz é o segundo maior município maranhense, ficando atrás, tanto em termos populacionais quanto em termos econômicos, apenas da capital São Luís. Entretanto, há pouco mais de meio século, a situação era completamente diferente. A microrregião de Imperatriz, localizada a sudoeste do estado do Maranhão, é uma das áreas de ocupação mais recente daquele estado.

Até o início da década de 1950, Imperatriz era um município isolado do restante do estado, sendo considerada a “Sibéria Maranhense”, devido a sua inacessibilidade, ocasionada pela falta de estradas que a ligasse a outros estados e mesmo a outras regiões maranhenses. Era comumente identificada como “local para onde eram enviados os ‘indesejáveis’” (FRANKLIN, In: AIL, 2002: 22-24). Imperatriz se relacionava quase que exclusivamente por vias fluviais com Goiás, e Pará, através do rio Tocantins. A primeira estrada “carroçável”, que ligava Imperatriz ao município de Grajaú, só foi construída em 1952, o que possibilitou um contato com outras regiões de ocupação mais antiga no estado.

Imperatriz funcionava até então como ponto de passagem de migrantes e aventureiros nordestinos que se dirigiam às zonas de extração vegetal de castanha e caucho e de mineração no Pará e Goiás. Desse modo, o isolamento econômico e, até certo ponto, político e administrativo não significou o completo isolamento de sua população, que já se constituía mesmo de pessoas advindas de vários estados do nordeste, Pará e Goiás.

Contudo, é a partir da década de 1950 que a cidade passa por um considerável crescimento demográfico, ocasionado pelo avanço das frentes de expansão. É nesse período que a cidade recebe grande quantidade de migrantes provenientes da região denominada “Japão Maranhense” (BARROS, 1996: 105), que compreendia as regiões dos Pastos Bons e Colinas, sudeste do estado, próximas à divisa com o Piauí.

A partir da década de 1960, a cidade que já apresentava um acelerado crescimento, sofre, então, uma verdadeira explosão demográfica, motivada pela construção da rodovia Belém-Brasília e pelos projetos agropecuários implementados a partir deste momento.

É importante ressaltar que esses movimentos migratórios, estão relacionados a um processo mais amplo de ocupação dos espaços vazios, as fronteiras agrícolas do estado do Maranhão. Disso resultou, segundo Arcangeli (1987), a inserção do estado na divisão nacional do trabalho¹, gerando um crescimento considerável da lavoura temporária no Maranhão. Conforme destaca Arcangeli (1987: 103):

¹ Alberto Arcangeli (1987) divide a formação econômico-social do Maranhão em quatro fases: conquista e povoamento inicial; inserção na divisão internacional do trabalho; involução econômica; e inserção na divisão

Nas décadas de 50 e 60 assiste-se no Maranhão, a um grande avanço da lavoura temporária, produtora de arroz, milho, feijão e mandioca, principalmente. Este avanço corresponde à ocupação definitiva dos espaços vazios do território maranhense e, como ver-se-á adiante, foi possibilitado por uma organização produtiva de caráter pequeno-mercantil, de lógica não capitalista, a cargo de migrantes maranhenses e nordestinos.

No contexto da divisão nacional do trabalho, coube ao Maranhão a produção de alimentos baratos, capazes de garantir a baixa remuneração da força de trabalho, o que só foi possível, através da absorção do excedente populacional oriundo das migrações nordestinas, principalmente após a crise do ciclo da borracha, desde a década de 1920 e que se intensificou, “até alcançar características de verdadeiro êxodo, na década de 50” (ARCANGELI, 1987: 104).

Imperatriz assume papel fundamental nesse processo. Até meados da década de 1970, a cidade era uma das maiores produtoras de arroz do estado, enquanto o Maranhão era o segundo maior produtor do país.

Entretanto, parece claro a impossibilidade de classificar os fluxos migratórios para a região de Imperatriz da década de 1950 e a partir da década de 1960 como partes de um processo único e homogêneo de ocupação dos espaços vazios.

Os migrantes que chegam à região na década de 1950 são tipicamente camponeses oriundos das frentes de expansão. Segundo dados do IBGE (apud: ARCANGELI, 1987: 111) a década de 50 registrou o período de maior afluência de migrantes no Maranhão. A população do estado cresceu nesta década 57%, enquanto que na década de 40 o crescimento foi de 28% e na de 60 foi de 20%. Para a frente, o crescimento foi de 156% na década de 50, contra 61% na década de 40 e 27% na década de 60.

A construção da rodovia Belém-brasília atraiu uma imensa população que já não pode mais ser considerada oriunda apenas da frente de expansão. Surgem pessoas com interesses em trabalhar na construção da rodovia e em serviços auxiliares, comércio, etc. É preciso notar que os interesses e as expectativas da população que veio antes da construção da rodovia diferem bastante dos interesses de quem veio durante e após a construção da rodovia. Para esses, o alvo era a cidade. Para aqueles, o alvo era o campo, mesmo que acabassem se estabelecendo no perímetro urbano por algum motivo².

nacional do trabalho. Este último é o momento em que ocorre a integração do Maranhão no sistema nacional de acumulação capitalista, na esfera da circulação e da produção.

² Regina Sader em *Espaço e Luta no Bico do Papagaio*, no terceiro capítulo, estuda a trajetória de migração dos sujeitos estabelecidos na zona rural de municípios da região do Bico do Papagaio, entre eles Imperatriz e nota que estes sujeitos fazem parte de uma população rural quem sendo empurrada no sentido leste-oeste, através de

Consciente das diferenças entre os dois processos migratórios é importante perceber que as relações que os grupos do primeiro fluxo migratório estabelecem com a cidade são diferentes das relações estabelecidas por quem veio depois. A cidade de Imperatriz localiza-se em região de fronteira, zona de intensos conflitos. Para Martins (1997: 150), “*a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade*”. É essa alteridade que faz da fronteira uma realidade singular. Lugar do encontro e do desencontro. O encontro com o outro faz emergir as identidades conflitantes que classificam, distribuem e segregam dentro do espaço urbano.

Existe pouco escrito acerca do processo de desenvolvimento urbano de Imperatriz. A produção historiográfica local existente sobre a cidade, trata o processo de desenvolvimento da cidade como algo natural, inevitável e necessário para o progresso da cidade. É uma história factual e linear, na qual o migrante é visto como o elemento capaz de tornar esse desenvolvimento viável. A migração é entendida como algo simples. Não se problematizam as condições nas quais ocorrem as migrações e nem mesmo os problemas e os conflitos sociais surgidos com tal processo.

Muito se tem produzido, entretanto, no cenário nacional, acerca dos processos migratórios e da constituição de cidades nas regiões de fronteira.

Regina Beatriz Guimarães Neto (1986), estudou as migrações de agricultores do Sul do país para os estados de Rondônia e Norte de Mato-Grosso. Neste trabalho, ela investigou os motivos que levaram os agricultores a migrarem. Guimarães Neto percebeu que por mais que as condições dos migrantes na sua terra natal fossem precárias, os deslocamentos só foram possíveis por que existia uma crença nas potencialidades da nova terra. Era através das propagandas oficiais em veículos de comunicação de longo alcance como cartazes e rádio que eram geradas as esperanças de sucesso na nova terra.

Ainda neste mesmo estudo, Guimarães Neto trouxe à tona as expectativas nutridas pelos migrantes, as dificuldades em se estabelecer nos novos lugares, o sofrimento cotidiano de quem se mudou e as decepções. Com isso, através da memória oral, foi capaz desvendar problemas inerentes ao cotidiano dos migrantes, abrindo caminho a perspectivas difíceis de serem abordadas através dos estudos de demografia.

A Helena Lúcia Froelich (2006), estudou as experiências de migrantes de municípios próximos a Rondonópolis no estado do Mato-Grosso. Sua pesquisa tinha como objetivo conhecer, a partir das experiências relatadas pelos sujeitos sociais que migraram, as razões que se colocaram na vida de cada um para que os levassem a procurar outro lugar para

sucessivas expulsões à procura de terras devolutas. A população que migra para essa região é portanto uma população rural.

construir/reconstruir a sua vida e os motivos que os levaram a escolher a cidade de Rondonópolis. Nisto, ela procurou identificar as trajetórias percorridas e as dificuldades encontradas pelos migrantes até se estabelecerem no novo município.

Froelich buscou identificar também, de que modo as propagandas oficiais influenciaram na escolha por Rondonópolis, quais as suas expectativas e como passaram a (re) constituir as relações sociais dentro do novo espaço. É uma história dos múltiplos sujeitos que migram para um centro urbano em busca de melhores condições para a vida e suas dificuldades de adaptação.

Idelma Santiago da Silva (2006), utilizando o caso da cidade de Marabá-PA, analisou as significações das relações entre os diferentes no contexto da migração inter-regional, nas décadas de 1970 e 1980. Desse modo, ela analisou desde a configuração do espaço urbano, o surgimento de bairros e a divisão do espaço urbano, como também a literatura local e, sobretudo a memória oral dos migrantes a fim de compreender identidades forjadas no contexto da migração.

O município de Marabá sofreu uma explosão demográfica desde a metade do século, fruto de migrações de diversos estados. Sua população, portanto, é constituída por pessoas de diversos lugares. Com isso, Silva analisa os conflitos da percepção das diferenças e os processos de negociação das diferenças sociais.

Estes estudos demonstram as várias possibilidades de análise dos processos migratórios e do espaço urbano. A cidade, assim, pode ser estudada em diferentes perspectivas. Como *artefato*, a análise da cidade “detém-se sobre os seus aspectos físicos”. Como *campo de força*, “a cidade deve ser vista como palco e protagonista das forças de interação social.” Como *imagem*, a cidade “remete ao conjunto de idéias, expectativas e valores que constituem o *imaginário urbano*” (FREIRE, 1997: 108).

Particularmente no caso de Imperatriz, não se pode pensar o seu crescimento físico, sem pensar a dinâmica da migração e a necessidade de absorção, alocação e divisão dessa população dentro do espaço urbano, o que interfere direto nas interações sociais e na delimitação de campos de força. Da mesma forma, o imaginário urbano constrói-se nas relações entre os sujeitos e o espaço, entendido não só como o meio físico, mas como o lugar das interações sociais.

Desse modo, é possível analisar o primeiro projeto urbanístico da cidade de Imperatriz, realizado em 1958. Nessa época a cidade era constituída basicamente por três ruas paralelas ao rio Tocantins (15 de Novembro, Cel Manoel Bandeira e Godofredo Viana), uma quarta recém aberta (Simplício Moreira) e umas poucas transversais. A prefeitura, sem nenhum

aparato técnico, visto que não possuía nenhum Departamento de Obras e nem engenheiros contratados, iniciou um projeto que abriu “a machado”, de 1958 a 1961, vinte nove ruas e 5 praças (BARROS, 1996: 107).

Os objetivos do projeto obviamente seriam a redistribuição dos migrantes já estabelecidos na cidade e a absorção dos novos migrantes esperados com a construção da rodovia Belém-brasília. Esse foi o momento que em que a cidade se preparou para receber pessoas vindas das mais diversas partes. Não é à toa que das 15 ruas transversais às grandes avenidas, 13 receberam nomes de estados brasileiros: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Desse planejamento inicial, resultou o que hoje é delimitado como o centro da cidade. Com o prolongamento das ruas já abertas e o surgimento de algumas novas, porém integradas ainda ao traçado original de quarteirões quadrados, a cidade cresceu, surgindo bairros como o Juçara e o Bacuri, hoje confundidos com o centro de Imperatriz. Contudo, com o crescimento acelerado e o aumento das migrações, começaram a surgir novos bairros que passaram a constituir a chamada “Nova Imperatriz”.

Entre a “Nova Imperatriz” e a velha cidade, existe uma fronteira física (a Avenida Bernardo Sayão) e uma fronteira humana. A explosão demográfica trouxe problemas sociais diversos, entre eles o aumento da violência cotidiana, associadas em grande parte a essas áreas de ocupação mais recentes, que são sem dúvidas as que abrigam atualmente os bolsões de miséria da cidade e são as áreas mais estigmatizadas com violência. Na década de 1980, a cidade se expande para além da rodovia Belém-brasília, mais uma fronteira física para uma mesma fronteira humana.

Os problemas de identidade e de divisão espacial da cidade continuam se desenvolvendo e se agravando até os dias atuais, tomando as mais diversas configurações. A maioria dos migrantes da década de 50 e 60 não mora mais nas mesmas casas que moravam no momento em que chegaram à cidade, continuando uma história deslocamentos, agora dentro da própria cidade. Deslocamentos esses, ocasionados pelo desenvolvimento urbano que redistribui, transforma e reorganiza os espaços.

A cidade, contudo, ainda carrega as marcas das transformações impressas nas fachadas das casas no centro da cidade. Nas três ruas mais antigas da cidade ainda é possível visualizar os traços da arquitetura original do casario, misturados às novas fachadas. Em pleno centro da cidade, na rua Ceará, eixo que liga a “velha cidade” à “Nova Imperatriz”, é possível ver um *shopping center* e uma construção rústica com fachada de madeira. Apesar de estarem muito

próximas no espaço físico, essas construções representam “o desencontro de temporalidades históricas” (MARTINS, 1997: 151) característico das zonas de fronteira, latente nas imagens urbanas. Apesar dos traçados das ruas do centro da cidade terem permanecido pouco alterados, a constituição dos lugares tem sofrido grandes transformações. Espaços onde existiam praças adquiriram outras finalidades, casas cedem espaço para a construção de edifícios comerciais, etc.

Acredita-se, portanto, que a memória de agentes desse processo de migração e construção do espaço urbano de Imperatriz seja capaz de reconstituir aspectos da cidade nestas duas décadas. Através do estudo dos lugares de memória, acredito ser possível traçar um mapa afetivo da cidade, capaz de revelar as nuances mais ocultas deste processo de urbanização. É possível a partir daí recuperar aspectos das relações entre os sujeitos e entre sujeitos e a cidade.

Os migrantes desse período são pessoas que passaram por processos de adaptação, em primeiro lugar do campo para a cidade e em segundo lugar da cidade para a própria cidade. Não podemos descartar que as experiências vividas por eles antes do estabelecimento no município têm papel fundamental no processo socialização e definição das identidades.

Através da memória dos migrantes, é possível também perceber o processo de distribuição do espaço urbano, de uma forma que permite compreender os sentimentos e os conflitos gerados durante esse processo.

Desse modo o estudo que estou iniciando pretende contribuir para o estudo da história das cidades, sobretudo das cidades de fronteira. Na medida em que busca compreender relações forjadas dentro desta zona de conflitos inevitáveis.

REFERÊNCIAS

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da Colonização da Pré-Amazônia Maranhense. – São Luís, UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Imperatriz** : memória e registro. – Imperatriz : Ética, 1996.

FRANKLIN, Adalberto. **De povoado a metrópole**. In : ACADEMIA IMPERATRIZENSE DE LETRAS. **Imperatriz** : 150 anos. – Imperatriz : AIL, 2002.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas** : os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. – São Paulo : SESC, Annablume, 1997.

FROELICH, Helena Lúcia. **Experiências de migrantes de municípios próximos em Rondonópolis-MT (1960-1980)**. – Cuiabá: UFMT, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Lenda do Ouro Verde**. – Campinas : UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira : a degradação do outro nos confins do humano**. – São Paulo : HUCITEC, 1997.

SADER, Maria Regina da Cunha Toledo. **Espaço e Luta no Bico do Papagaio**. Disponível em http://www.imaginario.com.br/artigo/a0061_a0090/a0062.shtml . Consultado em 14/07/2007.

SILVA, Idelma Santiago da. **Migração e Cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. – Goiânia: UFG, Dissertação de Mestrado, 2006.

A PROSA ANTIESCRAVAGISTA DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO – AS VÍTIMAS ALGOZES: QUADROS DA ESCRAVIDÃO

Caroline Ferreira dos Santos*

RESUMO: O estudo procura discutir a obra literária, publicada no final do século XIX, “As vítimas-algozes: quadros da escravidão”, autoria de Joaquim Manuel de Macedo. O literato procurou moralizar seus leitores, no âmbito social, representando o negro escravo como mácula da barbárie, informando que a escravidão faz vítimas algozes e que portanto deve ser extinta gradualmente para abolir os males que ocasionaria na sociedade brasileira oitocentista.

ABSTRACT: The study looks for to argue the literary composition, published in the end of century XIX, "the victim-executioners: pictures of the slavery ", authorship of Joaquim Manuel de Macedo. The author looked for to stain its readers, in the social scope, representing the enslaved black as stain of the barbarity, informing that the slavery makes victims executioners and that therefore must be extinct gradually to abolish males that would cause in the century XIX, brazilian society.

PALAVRAS- CHAVE: Crítica Literária - Romantismo- Joaquim Manuel de Macedo

KEYWORDS: Critical Literary- Romantism- Joaquim Manuel de Macedo

A partir da segunda metade do século XIX, no plano político brasileiro, tornou-se insustentável a utilização da mão-de-obra negra escrava, tal questão era um grave problema, principalmente aos “olhos” dos países europeus, que condenavam a manutenção da escravatura no país alegando razões humanitárias.

Tornou-se imprescindível uma solução para o problema da servidão, que foi tratada como uma tarefa governamental, a partir de 1850 e nas décadas posteriores existiu uma maior preocupação legislativa a fim de revogar gradativamente o sistema escravista, sem que houvesse grandes perdas econômicas e políticas para o país.

Enquanto a camada proprietária abastada determinava os futuros rumos político do país, ocorriam diversas modificações na sociedade brasileira. Principalmente na forma de representação da relação entre senhor e escravo.

A relação com os negros escravos estava sendo modificada na sociedade, tal diferenciação mostrou-se de maneira contundente no âmbito literário oitocentista brasileiro, porém em escassas

* Possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006).

aparições, não que houvesse grandes diferenças ideológicas entre os pensamentos vigentes na política e nas obras literárias, pois os literatos eram em sua maioria empregados em cargos burocráticos.

É perceptível em muitas obras literárias românticas durante o século XIX no Brasil, o pensamento político e social de uma elite, que representava a imagem de civilizada. A literatura romântica foi de grande importância na construção dessa imagem, pois mostrou pedagogicamente ao seu leitor os bons costumes de uma Corte civilizada.

No Brasil a escola romântica proporcionou aos escritores brasileiros a criação de uma literatura “genuinamente nacional”. O anseio da classe literária e até do próprio imperador D. Pedro II era de obter uma autonomia que transpassava o aspecto político e econômico, adentrando na parte cultural do país, desse modo, os literatos puderam escolher os elementos mais propícios para a divulgação da imagem de país “civilizado”, que se pretendia transmitir.

Os literatos oitocentista escolheram os elementos, que segundo eles, seriam os mais nobres da cultura brasileira, como: a natureza, e o passado indígena. Deixando encobertos os aspectos que não cooperariam para o engrandecimento do país perante os “olhos” de outras nações civilizadas; como os negros cativos e a escravidão. Para Heloisa Toller a escravidão poderia ter sido abordada pelos escritores românticos:

Seria de esperar que um tema tão polêmico como foi a escravidão, pois estava engajado em todas as esferas da vida nacional, fosse fartamente utilizado como matéria literária pelos escritores românticos - especialmente se considerarmos o espírito rebelde e humanitário característico do romantismo. Tal, entretanto, não se deu e o romantismo brasileiro deixou em plano secundário a figura do negro, elegendo outros assuntos como de maior interesse. O índio, por exemplo. (GOMES, 1988:1)

O caráter escravocrata da sociedade brasileira da época foi excluído, nos diferentes âmbitos, como se não fosse um dos aspectos mais característicos e determinantes dela. Grandes partes dos autores de obras românticas omitiram a questão escravista, seus textos não proferiram qualquer juízo a respeito dela ou qualquer insinuação de que o escravo poderia ser abordado.

A imagem de país que deveria permanecer era diferenciada da realidade, pois enquanto que nos jornais e nos tribunais a escravidão continuava a ser tema central, ao menos a partir da segunda metade do século, os textos literários em geral mantiveram-se em silêncio sobre os escravos e o cativo. Principalmente porque o negro não era visto como um indivíduo, ele perdia

sua humanização, ele era uma parte fundamental que estava englobado no sistema escravista.

Observa Heloisa Toller Gomes que:

O fato da presença do negro ser branda, não significa, evidentemente, que ele não representasse uma preocupação fundamental no universo do escritor romântico. As omissões facilmente constatáveis não decorrem de mera indiferença. Em lugar disso, expressam a extrema dificuldade encontrada por nossos autores em lidar esteticamente e utilizar como matéria literária uma questão complexa, dolorosa e mal resolvida social, econômica e psicologicamente, qual fosse a escravidão. (GOMES, 1988: 4.)

Observa-se que a preocupação dos escritores românticos brasileiros era focada na questão da escravidão que propriamente no negro. Durante todo o período romântico, e, portanto, antes da abolição, era a instituição servil que estava em decadência, e isso era focalizado pelos escritores, na verdade, ao escreverem sobre o negro, falavam mais de suas próprias concepções sobre o cativo.

Dessa forma, os estereótipos “favoráveis” e “desfavoráveis” realizados sobre o negro e o mulato, tiveram aumento nas obras literárias da segunda metade do século XIX. Para Heloisa Toller Gomes a estereotipagem realizada pelos escritores românticos brasileiros encobria a presença de outros fatores, como observamos na citação abaixo:

A estereotipagem sugeria, também, a presença de um certo temor diante do negro: além dos problemas de consciência que a sua presença acusadora trazia ao autor branco, apesar de todas as possíveis racionalizações que este empreendesse, o negro representa uma ameaça e um enigma. (GOMES, 1988: 18)

O receio diante do mau que o negro escravo representava, foi uma das causas para que o romancista oitocentista inibisse o quanto pode a sua presença nas ficções. Apenas na última fase do romantismo que ocorreu ao mesmo tempo com o movimento abolicionista, em que o negro foi um tema freqüente nas obras literárias. Alguns escritores apesar de defenderem a abolição da escravidão, deixaram representado em seu próprio modo de pensar, a visão que aquela sociedade oitocentista, possuía em relação ao negro escravo.

Entretanto se faz necessário pontuar que ao estudar uma obra literária como documento histórico, deve-se ter em mente que nenhum texto mantém uma relação cristalina com a realidade apreendida. Principalmente ao se tratar do século XIX em que o interesse do grupo que detém poder, transcende a realidade e vai além da representação dos elementos de uma obra literária.

Como desvendar a analogia do documento com a realidade apreendida pelo autor?

Para Roger Chartier, a relação do texto com o real, transcende a questão documental, não se deve “minimizar” a obra apenas como uma representação realista de um fato histórico, a ficção precisa ser visualizada mais do que mera descrição da realidade, pois há uma “historicidade em sua produção” e na “intencionalidade do autor” ao escrever a obra (CHARTIER, 1990: 27)

A historicidade da produção de uma obra literária é compreendida ao se estudar os fatores sociais estabelecidos durante a sua “invenção”, tal estudo tem serventia tanto para explicar a estrutura da obra como o teor das idéias do autor e do público leitor. Como elucida Chartier em sua obra *História Cultural. Entre Práticas e Representações*:

As estruturas do mundo social não são um dado objectivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas praticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objecto de uma historia cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificando com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como reflectindo-o ou dele se desviando.(CHARTIER, 1990: 63)

Após uma breve explanação sobre o período histórico compreendido na segunda metade do século XIX, parto de uma obra que descreve estereótipos de negros escravos, como a “*As vítimas-algozes: quadros da escravidão*”, autoria de Joaquim Manuel de Macedo, a fim de elucidar: Como a escravidão é concebida no romance ficcional de Macedo?

Para respondermos tal questão, primeiramente, devemos descrever as características correspondentes à obra. O romance “*As vítimas-algozes: quadros da escravidão*”; foi publicado em 1869, ele possui três novelas “Simeão, o Crioulo”, “Pai Raiol, o Feiticeiro”, e “Lucinda, a Mucama” totalizando cerca de seiscentas páginas de prosa antiescravagista. Tal obra está inserida na modificação de estilo do autor que passou a escrever com maior naturalismo suas obras, como afirma Raymond S. Sayers:

Macedo que até então escrevia romances e peças sobre as classes alta e média do Rio de Janeiro, em que o negro era raramente mencionado [...] em 1869, ele publicou As Vítimas Algozes, em dois volumes, com três romances antiescravistas, “Simeão, o Crioulo”, “Pai Raiol, o Feiticeiro”, e “Lucinda, a Mucama” [...] Embora As Vítimas Algozes sejam uma coletânea de três relatos fortemente melodramáticos, com caracteres negros totalmente improváveis, o livro contém muito material de base

interessante, que lhe dá certa nota de realidade e o faz quase um pioneiro dos romances naturalistas [...]. (SAYERS, 1958: 320-340.)

Segundo Tânia Serra seria insuficiente caracterizar *As vítimas-algozes*, como uma obra exclusiva da propaganda abolicionista, já que Macedo, com alguma continuidade, teria denunciado “a escravidão como nódoa na sociedade brasileira”. Para a autora, devido “alguns aspectos de sua temática e pela escolha do campo léxico”, tal obra antecipou em “oito anos o pré-Naturalismo no Brasil [...]” (SERRA, 2004: 153-154).

Na obra há indícios de uma literatura que embora busque o contato com o real, ainda contém grande influência romântica, pois o autor representa o negro escravo como sendo uma “fera”, uma “besta predatória”, segundo ele, todos os escravos são “desonestos e vis”; e até os que parecem ter bom caráter na realidade possui más intenções.

Raymond Sayers define bem a visão de Macedo em relação ao escravo: “Voluntária ou involuntariamente, todos trazem desgraças para os seus senhores. São *vítimas*, é verdade, mas são também *algozes*, verdugos de seus senhores”(SAYERS, 1958: 332). Há uma duplicidade no fato de tanto o escravo como os senhores serem vítimas do “mau”, ou seja, da instituição escravista. Sobre a questão dos senhores em relação aos escravos e como eles são construídos por Macedo fala-nos Heloisa Toller Gomes:

Macedo tematiza três episódios a tese de que a escravidão degrada os escravos e prejudica os senhores [...]. Se as vítimas, conforme anuncia o título, transformaram-se em algozes, o oposto também se dá – os senhores, em última análise, tornam-se vítimas de seus escravos. Quanto a estes, são criaturas animalizadas e incapazes [...] de qualquer sentimento humano. (GOMES, 1988: 30).

Outro estudioso sobre o assunto Rodrigo Chagas Brasil releva que na obra *As vítimas-algozes*, o autor procurou “esclarecer a classe senhorial brasileira dos imensos prejuízos desta nefanda instituição em todas as esferas da existência do país – tanto no cotidiano das relações humanas como no futuro da própria civilização brasileira” (BRASIL, 2005:82).

Portanto a obra tem sido de grande relevância para a literatura brasileira, pois antecedeu as modificações no modo de escrita dos romances, preconizando a busca pelos aspectos do real e ao mesmo tempo descrevendo a “devassidão”, a “lama moral e social”, “a perversidade monstruosa” características, segundo o autor, encontradas nos escravos.

O objetivo de Macedo, segundo o próprio esclarece, desde a nota inicial aos leitores é de narrar somente “histórias verdadeiras”, entretanto é evidente que “Macedo carregou nas cores de seu romance”(FRANÇA, 1989: p.72), para que o público concebesse a necessidade em libertar os cativos. Observa Jean Marcel Carvalho França, na citação abaixo, que o romance era de cunho antiescravista, porém o objetivo principal era findar a corrupção trazida pelo escravo para a casa de seu senhor:

Como explica Macedo, na nota “Aos Nossos Leitores”, não lhe interessou, nas “educativas” e “moralizantes” histórias que entregava aos consumidores de sua vasta obra, pintar “o quadro do mal que o senhor, ainda sem querer, faz ao escravo”, mas, sim, o “quadro do mal que o escravo faz de assento propósito ou às vezes irrefletidamente ao senhor”. [...] o romance antiescravista de Macedo quer convencer os seus leitores de que é preciso libertar os escravos não por razões humanitárias, mas porque os cativos, sempre imiscuídos nas casas-grandes e sobrados, introduzem a corrupção física e moral no seio das famílias brancas. (FRANÇA,2006: 1)

Para convencer o leitor sobre a urgência na emancipação imediata, Macedo lança em seu romance “uma galeria medonha de escravos astuciosos, trapaceiros e devassos, sempre dispostos a ludibriar os senhores e ameaçar os valores e o bem-estar da família senhorial.” (CHALHOUB, 1990:158). Desde o início do romance o autor coloca dois caminhos passíveis de serem seguidos para que ele pudesse mostrar aos seus leitores “a reprovação profunda que deve inspirar a escravidão” (CHALHOUB, 1990:159).

O primeiro caminho que poderia ter percorrido seria contar às desgraças e os sofrimentos dos escravos, suas vidas “de amarguras sem termo, o inferno perpétuo no mundo negro da escravidão”(MACEDO, 1991: 17), contudo propõem-se mostrar “os vícios ignóbeis, a perversão, os ódios, os ferozes instintos de escravos, inimigo natural e rancoroso do seu senhor”(MACEDO, 1991: 18). Sobre tal escolha diz-nos Sidney Chalhoub:

Seria o quadro do mal que o escravo faz ao senhor, “de assentado propósito ou às vezes involuntária e irrefletidamente”. Os dois caminhos, apesar de levarem ambos à conclusão de que o Estado deveria enfrentar a resistência senhorial e promover emancipação, resultam de perspectivas políticas bastante diferentes em relação à escravidão e, especialmente, trazem em seu bojo visões divergentes sobre o que esperar dos libertos uma vez obtida a emancipação. (CHALHOUB, 1990:158)

Ao autor preocupa-se com a escravidão no aspecto filosófico e, sobretudo, moral. Em sua

narrativa ele destila elementos negativos condizentes com o juízo de valores de seu tempo e de sua classe social, no que se refere à forma de tratamento do negro escravizado. No Prólogo, segundo Flora Süssekind, Macedo declara:

Defender a camada proprietária, demonstrando a necessidade de decretar ela mesma a emancipação antes que tal pudesse se dar por meios mais cruentos, antes que a “nefasta influência” de tais “vítimas-algozes” e de ameaçadoras senzalas pudesse macular de modo irremediável fazendas e sobrados brancos. (SÜSSEKIND, 1991: 23).

Através dessa citação podemos observar que Macedo descreve a escravidão como a causadora da corrupção da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, que se queria até então moralmente e “fisicamente higienizada”, quando ela se extinguisse haveria “paz social e familiar” no Brasil. Define Heloisa Toller Gomes, a visão do escravo no romance de Macedo:

Em As vítimas algozes (1869) a escravidão é cancro maligno que precisa ser extirpado antes que contamine de vez a moralidade das famílias, a santidade do lar [...]. Mesmo nesse [...] ataque à escravidão, revela-se o mesmo Macedo “apaziguador”: o sentido de sua mensagem é que uma vez extinta a escravidão, reinará a paz familiar e social. Eliminando-se a escravidão (ele jamais sugere de que forma) “tudo será resolvido”. [Portanto] o escravo é inimigo potencial de seu senhor [...]. Sua situação o transforma em verdadeiro monstro doméstico, desprovido de qualquer resquício de sentimentos humanos.(GOMES, 1988: 57)

Como se torna perceptível, Macedo defende a abolição da escravidão, sem prejuízos para os grandes proprietários de escravos, porém coloca o cativo, nas três histórias, como um “perigo negro”, uma ameaça à camada proprietária de negros cativos. Por isso o ideal da emancipação deveria ocorrer primordialmente dos proprietários e dos fazendeiros que utilizavam mão-de-obra escrava, a fim de evoluírem seus métodos de produção. Como sugere Flora Süssekind:

Não há, pois, grandes disfarces humanistas na propaganda emancipacionista romanceada de Macedo. [...] A emancipação deveria partir dos próprios fazendeiros e proprietários. E não a troco de nada. Com indenização. E substituindo-se a mão-de-obra escrava e velhos métodos de plantio por uma modernização inevitável, louvável e muito mais lucrativa. (SÜSSEKIND,1991: 26)

Em “As vítimas - algozes: quadros da escravidão”; temos a imagem do escravo como corruptor da sociedade oitocentista, que se queria moralmente civilizada. O que Macedo quer anunciar nessa obra é que ao mesmo tempo em que os escravos levam o “cancro e a corrupção”,

para o lar do senhor, há uma exacerbação da realidade, a tal ponto que deixa dúvidas se caso esses escravos obtivessem suas alforrias conseguiriam incorporar à sociedade.

A literatura escrita por Joaquim Manuel de Macedo possui um “guia moral” no qual os personagens se agitavam invariavelmente no mundo romântico do crime com índoles más e corruptas, o escravo quase ininterruptamente ingressou nessa variante. Portanto o romance romântico, principalmente aquele ambientado na Corte, não foi nenhuma completa imagem realista da sociedade da época, como também não foi uma construção idealizada por essa sociedade. O romance oitocentista foi um mediador dessa relação sendo, portanto, próximo à realidade para obter um fim verossímil, porém afastado o suficiente para que o material proveniente do real desempenhasse sobre ele uma ação inovadora.

BIBLIOGRAFIA

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Imagens do negro na literatura brasileira (1584-1890).** São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Tudo é História, N.15).

_____. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999.

_____. **O medo da senzala.** Disponível em <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/1419,1.shl>>. Acesso em 20/jun/2006.

GOMES, Heloísa Toller. **O Negro e o Romantismo Brasileiro.** São Paulo: Atual, 1988.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **As vítimas algózes: quadros da escravidão.** 3. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

RABASSA, Gregory. **O negro na Ficção Brasileira:** meio século de história literária. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

SAYERS, Raymond S. **O negro na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

SERRA, Tânia Rebelo Costa. **Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

DISSERTAÇÃO:

BRASIL, Rodrigo Chagas. **Literatura e Medicina na construção da sensibilidade brasileira oitocentista**. 2005. 217 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2005.

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MORTE EM PARELHAS – RN

Alcineia Rodrigues dos Santos*

RESUMO

Este trabalho se desenvolveu partindo de dois pontos: inicialmente sistematizamos as teorias que fundamentam a categoria da memória e representação social, buscando em outro momento aplicá-las em análise fundindo-a com a empírica. Nesse sentido, fizemos entrevistas com os coveiros a fim de compreender qual a visão que os mesmos tinham sobre a morte e seu ofício. Através das entrevistas feitas com os coveiros José Cândido dos Santos e Francisco das Chagas da Silva, zeladores do cemitério da cidade de Parelhas – RN, buscamos verificar como se processa o entendimento das representações em torno da morte, especialmente através de seu ofício. Suas falas nos permitem pensar as impressões a respeito dessa atividade, a qual reflete um imaginário social e coletivo que retrata a morte como algo de que não queremos falar, sendo observada com estranhamento, mesmo sabendo de sua existência e percebendo que dela não podemos fugir. Apesar da construção de um imaginário em torno da morte e do além-morte com a constante representação dos mitos de assombração, nosso estudo pode constatar que a atividade dos coveiros configura-se como artes, uma ação que aglutina estética e prazer. Os estudos das representações e da memória auxiliam-nos como suporte teórico no que se refere ao imaginário em torno da morte, especialmente em relação às atividades dos coveiro.

Palavras-chave: Parelhas, Imaginário, Morte, Representações, Coveiro

RÉSUMÉ

Ce travail s'a développé partant de deux points: d'abord nous systématisons les théories que fondent la catégorie de la mémoire et de la représentation social, en cherchant dans un deuxième moment les appliquer en analyse en la fondant au empirisme. Étant donné, nous avons fait des interviewes avec les fossoyeurs afin de comprendre quelle la voison qui ils avaient sur la mort e son métier. Par le moyen des interviewes faites avec José Cândido dos Santos et Francisco das Chagas da Silva, concierges du cimetièrre de la ville de Parelhas - RN, nous cherchons vérifier comment se donne la compréhension des représentation autour de la mort, spécialement par le moyen de son métier. Ses paroles nos permettent penser aux impresions qye concerne cette activité, laquelle réfléchit un imaginaire social et coletiv qui rétracte la mort comme quelque chose que nous ne voulons pas parler, étant observé avec étrangeté même sachant de existence et percevant que nous ne pouvons pas fuir de lui. Malgré de la construction d'une imaginaire autour de la mort et de la après-mort avec la constante représentation des mythes des fantômes, notre étude a pu constater que l'activité des fossoyeurs se configure comme des arts, une action qui agglutine l'esthétique et le plaisir. Les études des représentations et de support théorique en ce que concèrne au imaginaire autour de la mort, spécialement par rappor aux activités des fossoyeur

Mots clé:Parelhas, imaginaire, mort, représentation et fossoyeurs

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da UFG, professora do curso de Licenciatura plena em História na Universidade Estadual de Goiás.

(...) a percepção da memória é comparado a um acordeon que se abre e se fecha, encolhendo algumas coisas e aumentando outras e nesse processo fazendo música.

(Richard Price)

A percepção de um imaginário que representa uma identidade específica, proposta por Price, revela toda a mobilidade que podemos observar no trabalho da memória. Certamente, como o próprio autor nos mostra, precisamos expandir o acordeon, contemplar a adversidade existente para que possamos lidar com as diferentes culturas a fim de reabrir suas dobras (re)produzindo música. Assim, no presente trabalho, pretendemos tratar acerca dessa construção imaginária, realçada a partir de memória e das representações em torno da morte na visão dos coveiros José Candido e Francisco das Chagas, da cidade de Parelhas, interior do Rio Grande do Norte, localizada a 240 Km de Natal, capital do Estado.

Para atingirmos nosso objetivo, discutiremos acerca dos conceitos de memória e representações, de forma que autores como Éclea Bosi, Maurice Halbwachs, Michel Pollak, Richard Price, Roger de Chartier, Denise Jodelet, Margot Madeira, Serge Moscovici, dentre outros, serão utilizados como suporte teórico para pensarmos os conceitos de memória e representações. É, pois, que esses autores apontam para a importância em valorizar as lembranças e as representações do passado mediante um imaginário reformulado pelo tempo, sem buscar verdades históricas, compreendendo informações retidas na memória contada pelos mais velhos. Assim, as reflexões trazidas por estes autores permitem inserir os coveiros como objeto de análise, destacando a memória através da história oral.

Nesse sentido, a inclusão da categoria de memória torna-se fundamental. Em *Memória e sociedade*, Ecléa Bosi (1987) discute tal categoria inserindo-a numa série classificatória na qual a memória atinge os mais variados espaços e tipos, como por exemplo, a memória do trabalho que apresenta uma bifurcação comportamental dos sujeitos em suas experiências de trabalho. A autora enfatiza que alguns indivíduos apreendem e tornam possíveis lembranças saudáveis de amizades e atividades suscitadas a partir do local onde desempenha suas funções.

Podemos lançar mão dessa reflexão para verificar determinadas práticas comportamentais – atitudes diante da morte –, que implicam ação, espaço e memória. O estudo da memória e dos rituais de morte remete-nos a vivência dos coveiros e seu cotidiano.

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da UFG, professora do curso de Licenciatura plena em História na Universidade Estadual de Goiás.

Dessa forma, podemos denominá-los como sujeitos históricos, já que valorizar as lembranças desse grupo social implica em reconstruir referenciais sobre o passado e o presente, atitudes que estão ancoradas nas tradições intimamente ligadas às mudanças culturais.

Maurice Halbwachs, no início do século XX, apresenta seus estudos sobre os quadros da memória social. Para o autor, nossas memórias são coletivas mesmo que tenhamos vivido solitariamente determinado acontecimento, visto que estamos imersos na sociedade e nosso pensamento se desloca ao coletivo. Contudo, a memória é histórica, e vivendo no seu tempo se renova. Nesse caso, não presenciamos grandes rupturas, uma vez que permanecem na consciência desse grupo as lembranças circunscritas em seu contexto. É, pois, a partir daí, que historiadores e cientistas sociais passam a reconhecer a importância em aprofundar os estudos da memória coletiva para uma maior compreensão da identidade social.

Dialogando com Chartier (1988), percebemos que o conceito de representação é um dos mais importantes conceitos utilizados para a compreensão do funcionamento de um grupo social. Especificamente, no caso de nosso estudo, este conceito se faz imprescindível para a análise do pensamento social em torno da morte na sociedade parilhense.

Denise Jodelet (*apud* Madeira, 1998) nos mostra, nesse sentido, que as representações se estruturam como “uma forma de conhecimento social. Na verdade, “são sistemas de interpretações que regem nossa relação com o mundo e com os outros e organizam as comunicações condutas (MADEIRA, 1998: 72 - 73).

Para Chartier (1988), os indivíduos de classe baixa, em sua grande maioria sem formação, atribuem às suas atividades, mesmo aquelas simples, um valor imensurável, representações que se configuram especialmente em seu imaginário, não importando o pensamento social. Esse pensamento pode ser reforçado quando damos a palavra ao senhor José Cândido¹, um de nossos entrevistados, que ao responder sobre como a sociedade vê seu ofício de coveiro revela: *eu nunca nem prestei a atenção, não, nunca... Não. Pensão em nada que acho nada demais não. Para mim ninguém fala de mim.* As palavras do senhor José Cândido nos permitem pensar que os sentidos, crenças e valores que compõem as relações sociais são os substratos das representações e que chegamos a elas a partir do imaginário construído, ou mesmo, pela memória – esta que, para Halbwachs, é um fenômeno coletivo e social.

¹ O senhor José Cândido tinha 80 anos quando concedeu esta entrevista no ano 2000. O mesmo veio a óbito em 2004. Desenvolveu atividades de coveiro na cidade desde 1952.

Através da história oral temos condições de fazer um levantamento de questões como a que foi apresentada no parágrafo anterior. As narrativas orais permitem uma reconstituição do passado a partir do presente, através das lembranças que estão inseridas num contexto social e familiar e, por isso, coletivas.

Segundo Halbwachs (1990), a memória individual é constituída no coletivo. O autor observa que o indivíduo, ao invés de estar inserido no contexto não apenas de uma memória, que seria a sua vivência individual, encontra-se imerso em uma memória coletiva. Entendemos, assim, que a memória individual é formada a partir da vida pessoal de cada um e a coletiva, a partir de um conjunto de outras lembranças compartilhadas com as demais pessoas. Nesse sentido, a memória individual poderia se apoiar na coletiva, pois para se chegar ao passado, o indivíduo estabelece relações com outras lembranças.

Os pesquisadores, especialmente no campo da antropologia e etnologia, vivenciam um grande desafio no construto de seu material, uma vez que seu trabalho empírico por vezes se torna complexo, dado o fato de que não nos desprendemos dos métodos tradicionais para contemplar a diferença e lidar com a diversidade de fontes e técnicas.

Nesse contexto, convém ainda problematizar: como compreender tais representações? Falar das atitudes em torno da morte é invocar sua presença? Por tudo isso, presenciemos um certo distanciamento que as pessoas em seu cotidiano assumem em relação à morte. É o caso das funerárias, centros de velórios e, neste caso específico, dos coveiros. Todavia, a visão que se tem em relação a um fenômeno varia de acordo com as percepções do mesmo.

A sociedade parelhense tem cultivado uma vida social comunitária, pois é perceptível a construção de relações particulares entre as pessoas, características que não se dissociam daquelas observadas por Roberto DaMatta nas sociedades *relacionais*. O autor enfatiza o fato de que nas sociedades relacionais diferentemente das sociedades modernas (onde a morte é um problema existencial), o problema vem a ser os mortos. Em seu livro *A Casa & A Rua*, DaMatta, caracteriza a sociedade brasileira como sendo uma sociedade relacional, onde um terceiro mundo é criado, além dos espaços públicos e privados: o mundo dos mortos.

Sabemos que o imaginário em torno da morte e do além-morte está permeado de histórias. Tal assertiva pode ser comprovada, por exemplo, através dos mitos de assombração, com vultos que aparecem e desaparecem entre os túmulos. Assim, se dermos a palavra mais uma vez ao senhor José Cândido, poderemos observar que tais histórias assombrosas persistem alimentadas por um imaginário social individual e coletivo que, por sua vez, é

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da UFG, professora do curso de Licenciatura plena em História na Universidade Estadual de Goiás.

atravessado por transformações, isto é, mudanças estabelecidas mediante sua percepção:

(...) eu vi, eu vi, eu cheguei uma vez, vi umas pessoas, como se fosse uma pessoa, vinha fechar, eu morava ali perto, vinha às nove horas, vinha, trancava e voltava, e vi assim como uma pessoa estirada no chão, ali. Era num dia de segunda-feira, vi uma pessoa. Tinha uma pessoa que tomava muita bebida e se embebedava e caía por aí. Eu digo... há! Foi o Chico de..., um rapaz que bebia muito, aí eu achei que era ele. Daí eu fui lá chamar, vê se ele acordava. Deixei fechado. Voltei..., depois eu disse... Não, quando ele ficar bom, vai ficar trancado, eu vou vir novamente, aí digo vou chamar. Ai entrei cheguei lá era um jarro, um jarro que tinha caído de cima do túmulo e tava estirado no chão, parecia com uma pessoa, porque de longe parecia uma pessoa, mas não era, era um jarro. Botei em cima, tranquei e vim embora, fui embora para casa (...).²

De acordo com as palavras acima, podemos perceber que estas representações são construídas através de um imaginário social e coletivo, que sempre nos mostra a morte como algo temível, ou como *coisas de pessoas nervosas*. Logo, reforçando a idéia de uma construção imagética em torno dos mitos de assombração, nosso entrevistado conclui: *não tem alma não, nunca vi*.

As concepções de que a morte é uma realidade da qual não queremos participar, mas que sabemos que é inevitável, promove certo distanciamento e, produz uma idealização do medo em relação aos mortos ou, qualquer elemento de associação com os mesmos. Em outra passagem José Cândido nos mostra que

*(...) outra vez eu vi uma pessoa limpando mato, bem no, lá... tarde da noite eu vi aquela pessoa limpando mato, direitinho, com uma enxada limpando. Ai eu vou olhar quem é esse... entrei, fui até lá, quando cheguei lá era uma cruz com um laço de fita bem grande. O vento balançava, *todas duas*, as duas pontas era os dois braços do *cara, mesmim puxando mato*, limpando mato. Num era nadinha demais, só era isso, o vento bulindo nos dois laços de fita que tinha pendurado na grinalda. Era uma pessoa direitinho, tava limpando... Num foi nada demais (...).³*

Certamente, essas histórias, como tratou nosso informante, permanecem na memória das pessoas. De acordo com os *administradores da morte*, as tarefas com o sepultamento iniciam-se a partir do aviso (dos familiares) da ocorrência do óbito. Constatando-se a morte, a tarefa inicial do coveiro é abrir a cova (cavar um buraco no solo) ou abrir o túmulo (tirar a laje de mármore que o veda), enquanto aguarda o cadáver para o sepultamento.

Na entrevista feita com o senhor José Cândido, ele nos revelou que praticamente não

² Entrevista concedida por José Cândido dos Santos, em 2000.

³ Entrevista concedida por José Cândido dos Santos, em 2000.

tem vida social, pois tem sempre que permanecer no cemitério. Isso porque sua atividade é um tanto imprevisível, já que *a qualquer momento pode aparecer um sepultamento para fazer*. A preocupação do coveiro mostra o quanto é árduo seu ofício, não só pelo fato de ser constante, como também pelas representações que a sociedade apresenta diante de seu trabalho. Notadamente, a imagem que a sociedade tem dos coveiros não lhes importa muito. Estes têm consciência do valor de suas atividades e demonstram-se satisfeitos ao perceberem a importância de seu papel.

De acordo com as falas dos entrevistados, o trabalho no cemitério é um trabalho como qualquer outro, ou seja, não provoca desconfortos ou inquietação, especialmente, por se tratar de um lugar tranquilo, desprovido do barulho causado pela movimentação da cidade. O senhor José Cândido observou que no início ele passou por alguns desconfortos, como o de sonhar com os mortos que sepultava. Entretanto, segundo o coveiro, o que causa, de fato, *preocupação e desassossego* é a constante briga das zeladoras⁴ na disputa por novos clientes⁵. É, pois, que a luta pela sobrevivência permite que essas mulheres cheguem até o local na busca de trabalho e renda. São mães de família, mulheres que cuidam das covas, dos túmulos e, especialmente, das plantas que dão a beleza e o colorido do espaço.

Podemos dizer que os coveiros, ao relatarem suas vivências e a relação com o desenvolvimento de seu ofício, nos fornecem a visão de um grupo social. Assim, através da entrevista feita com o senhor Francisco das Chagas, foi possível percebermos a importância na relação do indivíduo com a comunidade na qual está inserido. Suas palavras apresentam-nos uma narrativa simbólica acerca da visão que a população tem de si e de seu ofício. O coveiro nos mostra como se sente em relação ao que a sociedade pensa sobre ele. Para Francisco, “... é, é muito fôlego... força, coragem e harmonia... eu faço *presepada* aqui em Parelhas... eu, o *diabo loiro do Seridó*, me chamam... o homem coragem”.⁶

Conforme observamos, através de suas atividades, o coveiro desmembra um imaginário social. Com isso, ele enfatiza que a sociedade parelhense o observa com um certo estranhamento, ao mesmo tempo em que se sente confortada ao permitir-lhe que cuide de seus entes queridos falecidos.

⁴ Mulheres pagas para fazer a limpeza e/ou ornamentação das covas e túmulos.

⁵ Os clientes são os familiares dos mortos.

⁶ Francisco das Chagas da Silva tem 46 anos e trabalha no cemitério municipal de Parelhas a vinte e cinco anos. O mesmo nos concedeu esta entrevista em 2000.

Nosso primeiro informante, o senhor José Cândido se considera *Gerente e/ou Administrador do cemitério*. Segundo Cândido, o trato com as covas ou túmulos é realizado por pessoas pagas por ele, o que o configura como uma espécie de supervisor responsável pela parte burocrática dos sepultamentos.

Das atividades atribuídas ao coveiro:

O meu trabalho aqui é somente... *Tomei conta para administrar*, tomar conta das ferramentas, entregar... Quando há um sepultamento eu entrego, entrego a ferramenta aí o pessoal mesmo faz seu sepultamento, aí eu tomo conta novamente da ferramenta e guardo e fico aguardando chegar outro somente, [quando acontece uma morte], primeiro quando eles avisam que morreu essa pessoa... Tem *vês* que eles avisam tem *vês* que eles traz aqui sem avisar, já aconteceu muito de trazer sem avisar sem nada, aí eu fico... Não é bom porque agente não prepara a cova, não prepara nada, mas quando eles avisam, eu mando preparar. Se é cova, eu mando preparar a cova, se é túmulo, eu abro ou mando abrir o túmulo, eu abro ou mando abrir, deixo tudo pronto no dia e na hora de chegar. Então na hora de vir recebo a guia de sepultamento, e fico aguardando a hora de sepultamento. Quando eu tomei conta, era um trabalho que eu somente... Eu guardava as guias pra entregar o prefeito na prefeitura. Aquelas guias, as covas que fosse cava, cavadas eu pagava eu entregava as guias e recebia as covas toda vida, desde de cinquenta e dois até noventa e seis (...) Somente recebo as guias de sepultamento, porque essas covas não é eu que faço, eu mando um trabalhador cavar (...).⁷

Como demonstramos anteriormente, o imaginário que cerca a morte representada pelos coveiros diz respeito à construção das identidades sociais, sendo a memória construída no presente mediante a produção de uma imagem de si para si, como para os outros; isso porque a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual, quanto coletivo.

Pollak afirma que “na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa pode haver lugares da representação”. É o caso das representações em torno da morte no Seridó-RN, que buscam associações individuais, basicamente coletivas, uma vez que estão imbuídas desse pensamento social e pessoal. Trata-se, pois, de representações empiricamente fundadas em fatos reais, transferidos a partir de uma memória herdada.

Na visão dos entrevistados, diferentemente de grande parte dos demais ambientes sociais, o cemitério constitui-se como um espaço calmo, silencioso e tranqüilo. Sua rotina é alterada somente por ocasião de um sepultamento. Além desse ocorrido, o espaço social do cemitério tem seu cotidiano permeado por outras práticas, como as missas e as constantes

⁷

Entrevista concedida por José Cândido dos Santos, em 2000.

visitas às covas. Todos os dias acontecem às visitas, seja de um familiar ou amigo do defunto. Contudo, o dia 02 de novembro de cada ano, Dia de Finados, é o dia de maior movimento no cemitério. Nessa data, este local se modifica, já que, nas palavras de Reis (2003), *é como arrumar a casa*, para receber alguém especial. Familiares e amigos enlutados comparecem para fazer suas preces e orações e relembrar de seus entes queridos. Toda a sociedade se faz presente, o cemitério ganha feições de um *mercado livre*, pois se comercializam rosas, velas, jarros e, até, mesmo, comida. A comercialização desses produtos, especialmente os objetos de decoração, como rosas e jarros, é feita com a finalidade de ornamentar os túmulos e covas, como uma maneira de homenagear os mortos.

Outras práticas quebram a rotina do cemitério. De acordo com Francisco das Chagas *tem [pessoas] que vem todos os dias pra aqui para namorar*. Estas visitas noturnas, relatadas pelo nosso informante, reforçam o pensamento de que a sociedade parhelense não percebe a morte com tanto estranhamento, uma vez que faz uso do recinto para realizar atividades de cunho social. Certamente, a territorialidade do cemitério acaba por revelar um ambiente de relaxamento, ocupando importantes funções para o cotidiano da população. Em *A troca simbólica e a morte*, Jean Baudrillard observa que o cemitério vem, de fato, adquirindo essa função de lazer. Conforme ele aponta, “em Chicago, as crianças brincam nele, os ciclistas pedalam, os namorados se abraçam” (BRAUDILLARD, 1996: 173).

Outra questão observada é que o espaço do cemitério está permeado por histórias, contos e medos formados ou construídos a partir da relação entre a vida e a morte. O senhor Francisco das Chagas nos relatou algumas de suas histórias mais interessantes no trato com as práticas que envolvem a morte. Segundo nos apresenta João José Reis, o senhor Francisco seria um *especialista na morte*, pois quando uma pessoa falece, ele é logo acionado. Francisco observa que o corpo do indivíduo que morre, quando não é logo encontrado e tratado para o velório e enterro, torna-se enrijecido, permanecendo na posição que faleceu. Por este motivo, o coveiro fornece-nos uma *receita* para deixar o corpo pronto para o sepultamento:

(...) quem tiver *encricriado*, morrer duro e não entrar no caixão, me chame para esticar... Mando um botar um marmitta d'água no fogo quando tiver morna, dou-lhe, só quero eu e outra pessoa. Eu deixo lá no canto, dou-lhe um banho d'água morna e me deito por cima dele e estico ele. Água morna é que estira, porque aquele ali, ele ta frio, na hora que ele morre ele ta frio, você bota ele, *dana* água morna, estira ele e que ele estira. Você não *bota* água quente no galeto, num ta gelado? Ele num estira na hora. Ele ta gelado, quando bate água quente, tem que esticar... O morto ta frio quando você bota água quente ele estira... Quando está inchado, coloca rodelas de

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da UFG, professora do curso de Licenciatura plena em História na Universidade Estadual de Goiás.

laranja, sal e gelo nas laterais do caixão (...).⁸

O senhor Francisco da Chagas também nos relatou ocasiões em que teve oportunidade de visitar o IML – Instituto Médico Legal – em Caicó – RN, onde pôde abrir as *geladeiras* e ajudar a equipe técnica a *retalhar* os cadáveres para estudos. Sua curiosidade em relação às atitudes diante da morte fez com que ele se aproximasse do cemitério. O coveiro também se demonstra interessado pela medicina, ao nos relatar sua primeira experiência com sepultamento:

(...) A primeira vez que fui enterrar alguém, antes eu fui retirar um outro cadáver que já tinha na cova e curioso quis saber como estava os ossos e quantos tinham e fui contar um por um. Peneirei osso por osso, o menor que temos é esse osso aqui... (neste momento ele segura a cartilagem da orelha), peneirei todinho e contei peça por peça, deu duzentos e oito (...).⁹

O trabalho com a história oral, ao permitir a análise com os grupos excluídos, marginalizados e das minorias, ressaltou-nos a importância da *memória subterrânea*¹⁰, que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à memória oficial. De certo modo, a memória é um elemento constitutivo da identidade, individual e coletiva.

Para Ecléa Bosi, o afloramento e a emergência das lembranças quase sempre são uma tarefa que exige uma paciente reconstituição. O pensamento da autora relaciona-se com o início de nosso estudo, quando a partir de Richard Price, entendemos a percepção da memória como sendo *comparada com um acordeon, que se abre e se fecha*, ou seja, que está disposta a uma (re)construção. A experiência de nossa pesquisa comprova que o conteúdo teórico debatido sobre memória e representações não deixa de travar um diálogo com as vivências pessoais em torno das práticas fúnebres. Assim, podemos afirmar que os coveiros são agentes de uma história que tem muito a contribuir com a reconstituição social das representações da morte.

Costumes como visitas de covas, a presença da sociedade no cemitério no Dia de Finados, bem como o próprio sepultamento, permeiam o imaginário acerca da morte – universo que está grafado nas representações e impressos na memória.

Ademais, constatamos que a natureza das reproduções das atitudes diante da morte é

⁸ A palavra *encriado* quer dizer que o corpo do defunto está enrijecido. Dentre outras ações, colocar gelo dentro ou fora do caixão é uma prática comum ainda hoje a fim de retardar a putrefação do cadáver.

⁹ Entrevista concedida por Francisco das Chagas em 2000.

¹⁰ Cf. Michael Pollak. *Memória, esquecimento, silêncio*. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>

transpassada por medos e histórias, como as que foram relatadas por nossos entrevistados. Estas narrativas, por sua vez, seguramente se encontram no imaginário coletivo social. Desse modo, só nos resta mesmo é *expandir o acordeon e reconstituir as lembranças*.

Referências Bibliográficas

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1987

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*, Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 1987.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e o espaço. In: *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da UFG, professora do curso de Licenciatura plena em História na Universidade Estadual de Goiás.

JODELET, Denise. *Représentations Sociales: phénomènes, concept et théorie*. In: S. Moscovici (org.) *Psychologie Sociales*. Paris: PLJF, 1984.

JODELET, Denise. *Représentations Sociales: un domaine en expansion*. In: Jodelet (org.) *Les Représentations Sociales*. Paris: PLJF, 1989.

MADEIRA, Margot Campos. *Representações sociais e decisão: breves considerações*. In: *Revista Educação em Questão*. UFRN. CCSA. V. 8 n. 1, 1998.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Revista de Estudos Históricos* 3, Memória, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº. 3, 3-15. Disponível em <http://www.epdoc.fgv.br/revista/aqr/436/pdf>.

PRICE, Richard. *Memória, Modernidade, Martinica*. Ilha, 1: 47-69, 2004.

REIS, João José Reis. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do séc. XIX*. São Paulo, companhia das Letras, 1999.

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da UFG, professora do curso de Licenciatura plena em História na Universidade Estadual de Goiás.

Migração feminina e trabalho doméstico: As construções de gênero na cultura dos lavradores do Norte de Minas Gerais

*Rosana de Jesus dos Santos**

Resumo: O objetivo norteador do presente texto foi o de analisar a migração feminina de diversas áreas rurais do Norte de Minas para a cidade de Montes Claros e o conseqüente ingresso no trabalho doméstico, como um aspecto da cultura dos lavradores pobres, calcado nas construções de gênero. O trabalho doméstico remunerado na cidade, representaria para esses grupos familiares uma estratégia de sobrevivência e por ser considerado como uma aptidão natural da mulher não a desviaria de seu destino ‘natural’ o exercício futuro da função de mãe e dona de casa.

Palavras-chaves: empregadas domésticas, gênero

Abstract: The norteador objective of the present text was to analyze the feminine migration of diverse agricultural areas of the North of Mines for the Montes Claros city and the consequent ingression in the domestic work, as a aspect of the culture of the poor farmers, calcado in the gender constructions. The remunerated domestic work in the city, would represent for these familiar groups a strategy of survival and for being considered as a natural aptitude of the woman would not deviate it from its natural destination, the future exercise of the mother function and owner of house.

Keywords: house servants gender

Na busca de dados sobre o cotidiano das empregadas domésticas em Montes Claros, cidade situada na região Norte de Minas Gerais, para elaboração da Monografia de conclusão de curso, tornou-se perceptível que a maioria das mulheres que se ocuparam da função de domésticas entre as décadas de 1960 e 1980 na cidade, eram provenientes da zona rural. Durante a realização das entrevistas foi possível perceber que a migração de meninas ou mulheres jovens para se empregarem em casas de famílias na cidade era uma prática comum no período. A migração era voluntária ou induzida pelos pais, ambas as formas aparecerem nos relatos, ora as mulheres migravam por iniciativa própria, ora, eram enviadas na infância pelos pais.

Essa origem comum das domésticas foi interpretada como fruto de uma prática cultural das famílias pobres da região do Norte de Minas Gerais, se configurando também, como uma estratégia de sobrevivência dos grupos familiares pobres da zona rural. Foi possível analisar ainda, o paternalismo e as construções de gênero presentes nas relações entre empregadas e suas patroas e patrões. O conceito de gênero definido como “construção social e cultural das diferenças sexuais” (RAGO, 1998:90) foi utilizado para possibilitar a

* Mestranda em História na Universidade Federal de Uberlândia sob a orientação da Prof.a Dr.a Vera Lúcia Puga.

compreensão da naturalização do trabalho doméstico como um trabalho feminino, o que explica a inserção das mulheres ainda crianças no ofício de empregadas domésticas. A desvalorização social da atividade passa a ter uma explicação a partir das construções culturais de gênero, pois sabemos que “muitos gêneros de trabalho são definidos como femininos ou masculinos apenas por relações metafóricas com o que se concebe como de status superior ou inferior(MACHADO, 1998:116).

Como fontes foram utilizadas cinco das oito entrevistas realizadas entre Outubro de 2005 e Abril de 2006. Foram entrevistadas mulheres que atuaram como empregadas domésticas entre 1960 e 1980. Também foram analisados trechos de dois processos criminais do mesmo período, em que aparecem empregadas e patrões em inter relação.

Emprego doméstico: Estágio para o casamento

As mulheres focalizadas por esse estudo em sua maioria migraram do campo para a cidade e ingressaram no trabalho doméstico remunerado. Parece ter sido um costume das famílias pobres da zona rural encaminharem suas filhas para a atividade doméstica remunerada. Esse encaminhamento se dava mediante pessoas próximas à família que serviam de ponte de transição entre as mulheres e a cidade. Existem nas fontes, referências à interação entre famílias pobres da zona rural e famílias ricas da cidade ao longo de gerações, sendo que as primeiras geravam mão-de-obra feminina às segundas. Essa tradição fica visível na transcrição da fala de um patrão em um dos processos-crime analisado: “a citada menor é filha de um antigo empregado do declarante e a sua mãe foi criada e casada na casa do declarante”.

O fato de a maioria das mulheres que migraram da zona rural para Montes Claros terem ingressado no trabalho doméstico, pode ter como possíveis explicações a naturalização do trabalho doméstico como atividade feminina, e a crença de que é uma atividade que não exige qualificação. Essa primeira está ligada à segunda, já que culturalmente acredita-se na aptidão natural das mulheres às atividades ligadas ao espaço doméstico.

Assim, desde a infância a mulher é socializada para o exercício da maternidade e para o cuidado dos filhos e da casa. Nos grupos mais empobrecidos da sociedade o trabalho doméstico remunerado aparece para as mulheres, como uma estratégia de sobrevivência que ao “mesmo tempo não(...) representa (...) uma agressão ao seu caminho’ natural’ seja se preparando para ser doméstica ou uma dona de casa” (FERREIRA,2000:58) .

A migração de mulheres e o conseqüente ingresso no trabalho doméstico, conforme Cláudia Maia é parte de um sistema de reprodução social utilizado pelas famílias do meio rural. Esse tipo de reprodução social consiste na ‘expulsão’ de um dos seus membros. Conforme a autora, “as mulheres ‘expulsas’ deixam de depender diretamente dos recursos da unidade familiar, bem como da partilha e exploração da terra que na maioria das vezes é insuficiente para todo o grupo familiar” (MAIA,2003:09). Na cidade além de se constituírem em intermediárias na migração de outros membros do grupo familiar, essas mulheres podem ajudar suas famílias em tempos de necessidade.

As mulheres ouvidas iniciaram sua vida de trabalho muito jovens, a maioria entre nove e dezenove anos. Nesse trecho de sua fala L.A narra sua migração ainda na infância: “Lá eu morava na roça e com dez ano, nove ano(sic) eu saí da minha casa e fui pá cidade”.

A preferência das famílias empregadoras por meninas oriundas de outras localidades, provavelmente reside na possibilidade de um maior controle e exploração do trabalho das mesmas. Essa exploração intensa fica evidenciada na fala de F.S.A, 42 anos, ao descrever sua rotina de trabalho:“(...) era de Segunda a Domingo trabalhano (...) no Domingo eu fazia banquete por que arreunia a família todinha duas, três horas da tarde era hora de almoço, aí quando eu terminava de arrumá a cozinha tava dano cinco, cinco e meia”.

É recorrente a entrega dessas meninas diretamente aos patrões pelos pais. L.A a respeito dessa ocorrência, disse: “Eles falaram com meus pais que mesmo durante eu tivesse com eles que eles não tinham que preocupar comigo com nada, né? Achavam que eram responsáveis por mim e o que acontecesse comigo enquanto eu estivesse com eles”.

Esse costume constitui uma das bases do paternalismo, uma das características encontrada neste estudo, na relação entre patrões e empregadas.

Paternalismo e deferência nas relações entre domésticas e empregadores

A convivência entre patrões e empregadas domésticas em Montes Claros no período estudado era entrecortada por traços de relações paternalistas e personalistas. É perceptível que tanto por parte dos empregadores, quanto das domésticas existia a idealização de uma relação pautada por obediência, amizade e proteção. O paternalismo presente nessas relações, no entanto, não significa ausência total de resistência por parte das domésticas diante da exploração vivenciada.

Num trecho de um dos processos criminais utilizados, a doméstica fala acerca das promessas feitas pelos patrões antes de trazê-la da zona rural, onde morava para trabalhar em sua residência: "Prometeram pagar bem, que lhe tratariam com dignidade e lhe dariam roupas." A promessa de doação de roupas e tratamento digno além do pagamento de salário é característica de uma relação paternalista em que patrões, na medida em que cumprissem suas responsabilidades, pretendiam exercer autoridade sobre os que o serviam.

Há evidências que em Montes Claros existia o costume de manter-se criadas domésticas para a execução dos trabalhos domésticos. Eram meninas criadas pelos patrões que executavam o trabalho doméstico sem remuneração, sendo punidas em caso de insubordinação. Nesse trecho de um processo por lesão corporal, acerca das acusações que lhe eram feitas um patrão se justifica:

Que de então para cá a menina tem se desenvolvido normalmente, pois tem boa alimentação, roupas e anda sempre limpa; que contudo ao ficar crescida, passou a demonstrar rebeldia, desobediência, embora bem tratada; que na verdade bateu algumas vezes por casa de sua irresponsabilidade e rebeldia.

Nessa fala as identidades de pai e patrão se confundem, a agredida, uma jovem de treze anos era criada pelo agressor, mas executava todas as atividades domésticas em casa deste. Essa parece ser uma prática comum em Montes Claros não só no período desse estudo, Darcy Ribeiro em *Confissões* se refere a esse costume:

O motor que realmente movia as casas eram as criadas. Meninas trazidas das fazendas que cresciam encarregadas de todo o serviço: cozinhar, lavar, passar, varrer. Não tinham salário. Ganhavam restos de roupas e sapatos. O pior é que não tinham nenhum contato externo(...). Envelheciam e morriam no serviço, aparentemente muito queridas como pessoas da família mas de fato escravas vitalícias.(RIBEIRO,1997:17)

Essa observação de Darcy em conjunto com as demais fontes, nos é útil à medida que reafirma a ocorrência desse tipo de relação. No entanto seu olhar sobre a prática já citada, desconsidera a subjetividade das criadas e a estrutura social em que figuravam, é mais um julgamento pessoal, parte da memória do autor sobre a sociedade montesclareense.

O contato com as fontes nos revelou não ser possível apreender a complexidade dessas relações com um olhar simplificado. A relação é tão peculiar que os próprios atores sociais divergem quando tentam classificá-la, alguns consideram essas mulheres como "criadas", outros como "empregadas", Darcy fala em "escravas vitalícias". Por parte das empregadas a definição também varia como veremos no desenrolar desse texto. Não queremos com isso negar que muitas

mulheres viveram e trabalharam em condições precárias e até subumanas, mas o objetivo é lançar um olhar amplo sobre essas práticas buscando compreendê-las.

Há mudanças na forma de conceber a relação conforme a necessidade dos patrões e das domésticas. A relação trabalhista que hoje concebemos como válida, no período estudado é ainda indefinida. Ela é pautada pelo paternalismo o patrão assume características de um pai cabendo a ele proteger e corrigir seus subordinados. Da doméstica era esperada subserviência e respeito, em alguns casos quando esta não supria a expectativa, os patrões se viam no direito de puni-las: “Eu fiquei com raiva e rispundia(sic) e ele veio para cima de mim como se quisesse me bater”.

Por parte das domésticas é perceptível uma idealização de relação pautada pelo paternalismo. O desejo de se sentir parte da família e a proteção aparente proporcionada por esse tipo de interação aparece nessa fala de uma das entrevistadas: “Ela parece que gostava de mim, demonstrava preocupação comigo” .

Os papéis de patroa e de mãe se confundem nessa fala de M.J.P.S, 53 anos: “Fui trabalhar na casa de Da.(...) essa foi uma mãe que eu arrumei, que era muito boa prá mim e me dava muito bem com ela e com os filho dela, eu e os menino dela nós era como se fosse irmão”.

Relações nitidamente personalistas e paternalistas são apontadas em pesquisas acerca do trabalho doméstico no Brasil. Apesar da distância temporal e geográfica em que se situam esses estudos, o trabalho doméstico aparece entrecortado por traços paternalistas e personalistas. Essas permanências são próprias da História, as rupturas dos modelos sociais não acontecem de forma brusca, sendo que alguns traços de determinados sistemas permanecem, mesmo após o fim do referido modelo de organização social (é até questionável falar em lógica social, já que, as sociedades humanas são caracterizadas pela diversidade e pela multiplicidade de formas de relações).

Ao dirigir nosso olhar sobre as relações entre patrões e domésticas, tentamos despindo-nos de pré-julgamentos. Pois, a tendência é analisar uma relação de trabalho a partir da forma com que as concebemos, ou seja, de forma racional. À medida que não se enquadram no modelo que consideramos válidos, essas formas peculiares de interação entre patrões e domésticas são taxadas como erradas. Ou seja, ao estabelecermos critérios de julgamento a partir

de nossas concepções de certo e errado para uma relação de trabalho do passado, acabamos por ser anacrônicos e pior, perdemos a especificidade dessas relações.

A análise das fontes possibilitou-nos ouvir a voz das domésticas falando sobre os significados que as mesmas dão às suas experiências no passado. O sentido dado pelas mulheres para as relações ditas, paternalistas é diferente do que concebemos como válido. Onde enxergamos apenas exploração e aviltamento elas vêem possibilidade de melhorias nas suas condições de sobrevivência. Reparemos na fala de uma das entrevistadas quando compara o trabalho doméstico na atualidade com a forma com que se organizava no passado:

(...) Naquela época eles ia comprá(sic) um armário ou um guarda-roupa ês(sic) pegava e dava a gente, hoje não, roupa muita ropa.(sic) Hoje es(sic) pega(sic) as ropa(sic) tudo e põe no bazar, antigamente ce(sic) ganhava ropa(sic) demais. Ce(sic) ganhava mais poco(sic) mas porém, é igual eu to(sic) falano(sic), ce(sic) ganhava mais coisa que desapertava, hoje não, ce(sic) ganha o salário, mas é difici(sic) patroa que fala assim: vou pegar um móvel e te dar.

Nessa fala a entrevistada aponta como vantagem na relação trabalhista do passado as doações feitas pelas patroas de roupas usadas e móveis usados. Ela contrapõe a forma que consideramos mais justa e racional de pagamento, ou seja, assalariamento, com os pagamentos usuais no passado, em que a insignificância do valor monetário dos salários era contrabalançada por doações de bens que a seu ver sanava as necessidades.

É costumeiro olharmos a relação personalista de forma vertical. O superior, através de presentes ou doações, acaba por dominar a relação. O que recentes estudos propõem é uma abordagem diferenciada dessas relações, em que se percebe o sentido dado pelos subalternos a essa forma de interação. O subordinado (nesse caso a doméstica) estabelece relação de poder com seus superiores (patroas e patrões) tirando proveito da situação desfavorável em que se encontram ora resistindo com a mesma intensidade, ora burlando a vigilância; a exemplo da doméstica S. F.A, ao relatar o seu convívio com a patroa: “Ela gritava comigo, implicava comigo, eu também gritava com ela. Que eu também num era ‘flor que se cheira não’ num ficava calada não”.

O fato de participar da intimidade da família ao mesmo tempo em que tolhe as domésticas e as submetem às condições péssimas, como já expusemos anteriormente, por outro lado possibilita-lhes desenvolverem estratégias de negociação com suas patroas, tornando-se suas confidentes. S.F.A, lembrando seu passado, narrou: “Elas conversava assim comigo, as vez me contava as coisa, as vez até coisa que nem me interessava saber da vida deles, as vez me

contava, as vezes tinha segredo também aí eu ficava curiosa querendo saber, descobrir, roubava fruta na geladeira”.

Durante a narrativa percebe-se que S. F.A ao lembrar que servia de confidente à sua patroa amarrou a essa lembrança a de que também tentava descobrir fatos que lhe eram omitidos. Novamente percebe-se que uma recordação puxa outra relacionada, quando às lembranças anteriores S.F.A junta à de que roubava frutas na geladeira. Nesse entrelaçamento de lembranças, percebe-se o sentido que S.F. A. dá às suas atitudes como formas de resistência encontradas para reverter a condição de subordinação em que vivia. É uma relação dialógica, pode ser que a patroa ao falar de seus problemas buscava inconscientemente ou estrategicamente a adesão da empregada para fazê-la sentir-se parte da família e, como tal, cooperar melhor na manutenção do lar. Maria Isilda Santos de Matos, acerca desse aspecto das relações paternalistas, diz:

Consciente ou inconscientemente, procurava-se estabelecer dispositivos estratégicos que deveriam estreitar os vínculos de patrões e criados. Mesclando gratidão, adesão e envolvimento, procurava-se sutilmente a cooptação, sugerindo uma relação mutuamente admitida, mas com pressupostos normativos que, supondo noções valorativas, necessitavam da adesão dos criados (MATOS, 2000:179).

O objeto de estudo de Matos se situa no fim do século XIX e início do Séc. XX em São Paulo. Nesse trabalho ela mostrou as transformações operadas nas relações entre amos e criados a partir da Abolição e do advento da migração. Muitas das características por ela descritas nessas relações foram encontradas no trabalho doméstico em Montes Claros relativo ao período de 1960 e 1980. Assim é possível afirmar que o paternalismo presente no emprego doméstico é uma característica que permanece, malgrado as transformações pelas quais a atividade passou ao longo dos anos.

Conclusão

Esse breve texto objetivou a compreensão da migração feminina com destino à cidade de Montes Claros e o conseqüente ingresso no trabalho doméstico remunerado como um aspecto da cultura dos trabalhadores rurais pobres do Norte de Minas Gerais. Essa prática cultural está articulada às construções de Gênero dos grupos, situando-se num universo de luta pela sobrevivência.

A mulher ao ingressarem no trabalho doméstico, atividade esta, simbolicamente significada como parte de uma aptidão natural feminina, estariam se preparando para o futuro desempenho da função de mães e donas-de-casa além de se encontrarem protegidas em um ambiente familiar sobre a guarda de um pai de família de onde sairiam apenas para o casamento.

Nas relações tecidas entre as empregadas domésticas e seus patrões o paternalismo é bem visível, contrariando análises do emprego doméstico no Brasil, esse aspecto das relações foi significado positivamente pelas empregadas domésticas entrevistadas.

Esses dados nos fazem pensar na representação simbólica do trabalho doméstico como um não-trabalho, uma função naturalmente desempenhada por mulheres. A partir dessa construção simbólica de um status inferior para o trabalho doméstico teríamos um ponto de partida para a análise da atual configuração da profissão na atualidade.

BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. Memória, História e Trabalho: Experiências de trabalhadoras domésticas em Uberlândia-1970-1999. 2000 pg. 58

HALL, Stuart. Da diáspora Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Humanitas, 2003. 434.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma?. In_ Cadernos pagu(11) São Paulo: 1998. pg. 116

MAIA, C.J.; LOPES, M. F. *A migração de mulheres do Jequitinhonha*. Oikos. Revista brasileira de economia doméstica. Viçosa, v.14, n.2, p.109-122, 2003

MATOS, Maria Isilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho*. 2000.pg 179

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. In_ Cadernos pagu(11) São Paulo 1998. 89 a 99.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Cia. das letras, 1997. pg 17.

FONTES

J. M.G.A. Montes Claros, 22 de Abril de 2006. 1 fita cassete(60 min.). Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

A.S.F. Montes Claros, 22 de Outubro de 2005. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

A. L. Montes Claros, 22 de Abril de 2006. 1 fita cassete(60 min.) Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

DPDOR. Processo criminal lesão corporal nº000.002.407. Réu: J.T.S. Vítima: Z.J.S. 1968.

DPDOR. Processo crime. Lesão corporal. 002.378. Réu: A.T.O. Vítima: G.L.F.1967.

CONTRIBUIÇÃO CULTURAL DOS POVOS DO MAR ÀS CIVILIZAÇÕES DO MEDITERRÂNEO.

EDICARLOS GOMES DOS SANTOS*

ABSTRACT

According to the manuals of Ancient History, about the 13th century BC, the civilizations taken a bath by the sea Mediterranean suffered invasions of people which we denominated "Sea Peoples". The Sea Peoples invaded, they destroyed and they implanted empires in some Mediterranean civilizations in the middle of the Bronze Age. Some cultural similarities among those societies are registered also in the manuals. The proposal of this work is to present, in the field of the hypotheses, the influences in the cultures of the Mediterranean civilizations for the guerrilla invaders without removing the credit of the first Indo-European migrations.

Palavras chaves: migrações – gênese – sincretismo.

Key words: migrations – genesis – syncretism.

1 - INTRODUÇÃO

Antes de começar o desenvolvimento desse trabalho, é preciso definir o nosso objeto de análise, pois não o podemos expô-lo em uma ou duas palavras. O título desse trabalho remete não somente a um objeto, mas a dois grupos: *culturas dos Povos do Mar* e *culturas das civilizações do Mediterrâneo*. Dentro do grupo “culturas dos Povos do Mar” encontramos uma variedade de povos diferentes com suas respectivas culturas e historicidades. Da mesma forma no grupo “culturas das civilizações do Mediterrâneo” podemos localizar a historicidade de cada uma dessas culturas. Isso significa que para fazermos um trabalho historiográfico mais completo sobre o assunto, seria preciso apresentar uma história da cultura de cada povo do mar e de cada civilização do mediterrâneo que sofreu as invasões dos Povos do Mar e depois fazer uma articulação para apresentar as semelhanças e diferenças entre essas culturas. Nesse artigo de caráter hipotético a expressão “contribuição cultural” contida no título nos remete ao objeto ao qual analisaremos mais diretamente e quanto à história da cultura cada povo e cada sociedade em questão serão expostas sucintamente com base em alguns autores à medida que for necessário.

As civilizações do Mediterrâneo possuem vários traços comuns no que diz respeito à cultura e ao modo de organização das sociedades. Sabemos, através dos manuais de História

* UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA.

Antiga, que essas semelhanças são em grande parte herdadas das culturas denominadas indo-européias depois de uma onda de migração desses povos para a Europa por volta do final do 3º e início do 2º milênio. Os povos a quem chamamos indo-europeus não eram coesos entre si, mas são agrupados nesse conceito, por possuírem um mesmo tronco lingüístico além de terem migrado da Ásia Menor. Em algumas civilizações do Mediterrâneo, principalmente na região do Oriente Médio, os povos semitas, também originários da Ásia Menor, deixaram seus traços culturais. Da mesma forma que os indo-europeus os povos semitas são associados a um mesmo nome por estarem ligados a um mesmo tronco lingüístico, embora para qualificar esses povos seja um trabalho muito mais complexo. Podemos encontrar nessas duas culturas a gênese de uma cultura que se manifestou nas primeiras civilizações do Mediterrâneo.

Possivelmente assim como nas primeiras migrações dos povos indo-europeus, os Povos do Mar que são a maioria de origem indo-européia, migraram rumo à Europa em busca de terras férteis provavelmente devido a alterações climáticas em sua região. A partir do século XIII a.C. nota-se nos escritos egípcios, gregos, mesopotâmicos, hititas e italianos, que ocorreram várias invasões quase simultâneas de povos de origens indo-européias vindo da Ásia Menor. A esses povos os egípcios os identificavam como “Povos do Mar” e na Grécia dórios, frígios e lígios. As migrações dos Povos do Mar assim como as primeiras migrações de semitas e indo-europeus em sentido à oeste ao longo do Mediterrâneo, deixaram suas marcas culturais nas regiões ocupadas. Isso é inevitável. Nas palavras de Pierre Lévêque, os sincretismos culturais em decorrência das primeiras migrações dos indo-europeus:

Não há que imaginar que estas migrações tenham, em cada pulsão – dado que apresentam o caráter muito nítido de serem pulsionais –, abalado massas consideráveis. Houve, portanto sempre, embora em graus diversos, fusão com as populações anteriores. Os Hititas tomaram inclusive o seu próprio nome desses Hattis que acabavam de submeter... Os sincretismos religiosos testemunham a importância do substrato étnico que não podia ser eliminado, e isso é verdade desde a Grécia Micênica até à Índia ariana: em toda a parte têm tendência para perdurar, designadamente à volta das Terras-Mães, as grandes religiões naturistas melhor adaptadas às às aspirações dos camponeses, aos seus problemas, às suas esperanças de uma vida na eternidade, que o trifuncionalismo. Por vezes, a religião tripartida dos Indo-Europeus vê então empolar-se na mesma proporção a sua terceira função; por vezes também ela se desintegra quase totalmente, como acontece na Grécia onde apenas subsistem restos evanescentes. (LÉVÊQUE, 1987: 41).

2 - POVOS DO MAR E EGITO

O Egito sofreu duas tentativas de invasões dos Povos do Mar. A primeira por volta de 1224 – 1204 no reinado de Merenptah a segunda por volta de 1184 – 1153 no reinado de Ramsés III. Na primeira leva de invasões dos Povos do Mar o Egito conseguiu obter uma vitória brilhante sobre esses povos. A segunda vez em que os Povos do Mar investiram contra o Egito foi com o apoio da Líbia que também de origem indo-européia já estava fixada ali desde o início do 2º milênio. Após serem expulsas pelos egípcios, as tribos estrangeiras foram se fixando pacificamente no Egito e dessa forma criando laços culturais com o país. Também se fixaram nas regiões vizinhas formando ali novas comunidades constituindo a gênese de populações posteriores, é provável, mas não totalmente assegurada: Lukka (*Líquios*), Shirdana (*sardenhos*), Akawasha (*aqueus*), Tursha (*tirsenos, etruscos*) e Sheklesh (*sicilianos*). Membros dessas comunidades se tornaram parte do exército egípcio e até de alguns cargos administrativos. É possível enxergar nesse processo uma integração de culturas as quais o tempo está encarregado de fazer o sincretismo. Cada uma dessas comunidades possui sua história e elas têm em comum suas raízes indo-européias, carregando entre elas a arte de domesticar o gado, fabricação de armas de metais e a tradição guerreira.

Ramsés III enfrentou os Líbios à oeste do delta, os Povos do Mar à leste e os Povos do Mar vindo do Mediterrâneo (sendo que os filisteus eram um deles nos relatos egípcios) durante a segunda leva de invasões das tribos guerreiras. Foi travada no mar a primeira batalha naval conhecida pela história. Os egípcios venceram a batalha, mas os invasores continuaram ao longo do tempo a ocupar as regiões do Egito, mas não por meio de invasão como antes, mas de forma mais sutil eles foram se integrando à cultura egípcia. O Egito depois dessas séries de batalhas ficou reduzido aos arredores do Nilo.

3 - POVOS DO MAR E PALESTINA

A Palestina se tornou o refúgio de alguns Povos do Mar vencidos por Ramsés III em seu 8º ano de reinado na segunda batalha contra o Egito. Esses povos são conhecidos como filisteus (em egípcios: *plst*, escrito *prst*; em acádico: *palastu*, *pilistu*; em hebraico: *plishtim*). Não há ainda uma comprovação se os filisteus eram um único povo ou uma confederação de povos que migrara do mar Egeu. Mas sabe-se que esses imigrantes eram de origem indo-européia.

Os filisteus formaram alianças com cinco cidades da Palestina formando uma pentápole (*pentápole filistina*): Gaza (*Gazze*), Ascalom (*‘Asqalan*), Asdode (*Esdud*), Ecom (*Hibet el-Muqanna’*) e Gate (*Tell eç-Çafi?*). Antes dessas alianças os filisteus estavam colocados como colonos egípcios na região. No período que se seguiu após o fim do poderio egípcio sobre o território, os filisteus se esforçaram para transformar suas antigas relações com a região em relações de poder colocar sob o seu controle a região montanhosa da Palestina Central a partir da planície litorânea. Obtiveram sucesso, mas temporariamente, pois não eram as únicas populações novas a tentar preencher o vazio de poder na Palestina.

Esses episódios na Palestina são exemplos para a influência cultural dos Povos do Mar, sendo que o próprio nome da “Palestina” é uma das heranças desses povos *palastu*. A produção avançada de armas de metais é faz parte da tradição dos filisteus e que permaneceu na Palestina. Mesmo quando em outros períodos os filisteus perderam a hegemonia sobre a região, os seus traços culturais não os abandonaram, mas se fundiram com as culturas de outros povos que dominaram a região.

4 - POVOS DO MAR E GRÉCIA

A invasão dórica no mundo grego não se deu puramente pelos povos denominados dórios, mas entre os dórios encontramos vários povos inclusive os aqueus. Os aqueus foram os primeiros povos a formarem a Grécia. Vindos da Ásia Menor, por volta do ano 2000, os aqueus também são de origem indo-européias, acabando com os *Pelasgos* ou *Pelágios* que ocupavam as terras férteis da Grécia, mas não dominavam a produção de metais. Por este motivo os aqueus, povos da Idade do Bronze, dominaram a região expulsando os antigos habitantes. As cidades de Micenas, Tirinto e Argos foram fundadas pelos aqueus e ficou conhecido como civilização Micênica. Através das invasões dóricas nas ilhas do mar Egeu entre os anos de 1400 e 1200 e o contato com a grande civilização da ilha de Creta, a Grécia asiática se tornou a herdeira dos monóicos. Povos e cidades embarcam em massa levando consigo seus deuses, suas tradições e suas riquezas em direção às costas da Ásia a partir do século XII, lembrando que os aqueus fizeram parte do grupo de Povos do Mar registrados pelos egípcios.

Podemos então encontrar na cultura aquéia a gênese da cultura grega que em períodos posteriores se constituirá no helenismo. Muito antes da expansão helenística, muitas civilizações do mediterrâneo já possuíam vários traços em comum ao helenismo.

5 - POVOS DO MAR E ITÁLIA

Ainda não se sabe ao certo se os Etruscos eram povos autóctones ou se apareceram na Itália através de migrações indo-europeias. As duas possibilidades são aceitas e não excludentes sendo que neste caso ficaremos com a hipótese de que os etruscos faziam parte da onda de invasões dos Povos do Mar. Isso por que podemos encontrar nos registros egípcios a presença desse povo nas invasões dos Povos do Mar ao Egito por volta dos séculos XIII e XII.

Vindo das costas da Ásia Menor, mas bem mais tarde do que afirma Heródoto, ele traz elementos muito diversos que evocam a Lídia, a Lícia e a Babilônia, assim como influências egípcias e mesmo minóicas. Aproximaram-se também alguns produtos de sua metalurgia de objetos encontrados na Armênia (em Topsakkaleh). Parece bastante provável que os etruscos eram um dos povos de origem trácia que desceram até a Anatólia no século XII, figurando sob o nome de tirsênios entre os Povos do Mar que ameaçaram várias vezes o Egito. (LEROUX, 1989: 81).

Os etruscos ocuparam a costa oeste da Itália pelo mar Tirreno (nome de origem etrusca: *tirsenos; tirrenos; tursha*) formando uma civilização e não meras colônias chegando até formar o império etrusco a partir do século VIII.

Os escritos etruscos são compostos de elementos gregos e latinos e há a possibilidade desse idioma ser de origem indo-europeia, pois o idioma etrusco está ligado ao hitita por intermédio do dialeto Lígio. Essas características corroboram para a hipótese de que os etruscos faziam parte das migrações dos Povos do Mar. A arte etrusca possuía uma aparente característica helenística que o será absorvida pela arte romana. Os artesões etruscos eram muito habilidosos e fabricaram vasos, estátuas, espelhos, caixas e outros objetos com a manipulação da terracota, barro bronze e ferro. O tratamento dos mortos possuía semelhanças com o modo egípcio. Exemplo disso são as urnas de barro onde eram colocados os restos mortais esculpidas com elementos anatômicos do falecido. Na arquitetura os etruscos puderam mostrar o esplendor nas construções de palácios e templos religiosos que também se assemelham muito com o grego.

6 - CONCLUSÃO

Através dessas descrições e pressuposições, vimos que as semelhanças culturais entre as civilizações do Mediterrâneo devem suas existência a vários fatores como colonização, migração indo-europeia, expansionismos e até mesmos as migrações dos Povos do Mar que não tem como não contribuir para esses sincretismos.

7 - BIBLIOGRAFIA

LÉVÊQUE, Pierre. *As Primeiras Civilizações – Volume I – Os Impérios do Bronze*. Lisboa: Editora Edições 70, 1987.

DONNER, Herbert. *História de Israel de dos povos vizinhos – Volume I – Dos Primórdios até a Formação do Estado*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2004.

LEROUX, J. Gabriel. *As Primeiras Civilizações do Mediterrâneo*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1989.

Trabalhadores do café: Uma análise cultural¹

Janaina Jácome dos Santos²

Resumo:

Esta pesquisa teve por objetivo analisar culturalmente os panhadores de café no município de Patrocínio em Minas Gerais. Compreendendo como cultura todas as relações que os sujeitos instauram dentro da sociedade. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica com várias idéias de diversos pesquisadores sobre o tema, onde as principais conclusões mostraram que a cultura esta em todos os sentidos e que esta deve ser interpretada com muito cuidado. Nessa perspectiva percebemos que o trabalhador rural ainda se sente desprezado e excluído da sociedade que pertence, mas compreendemos que inicia um processo de autovalorização, que está aos poucos transformando a vida desses trabalhadores.

Abstract:

This research had for objective to culturally analyze the panhadores of coffee in the municipal of Sponsorship in Minas Gerais. Understanding as culture all the relations that the citizens restore inside of the society. For this a bibliographical research with some ideas of diverse researchers on the subject was carried through, where the main conclusions had shown that to the culture this in all the directions and that this must be interpreted with very well-taken care of. In this perspective we perceive that the agricultural worker still feels it rejected and excluded of the society that belongs, but understands that he initiates a autovalorização process, that is to the few transforming the life of these workers

Palavras chave: cultura, trabalhadores, significados.

Keywords: culture, workers, and meanings

¹ Esse artigo foi elaborado a partir da monografia “Vida e trabalho na cafeicultura no município de Patrocínio/MG” apresentada em julho de 2005 ao curso de História da Universidade Federal de Uberlândia para a obtenção do título de bacharel em História.

² Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia e pós-graduada em e Educação, Cultura e História Afro-descendente pela Faculdade Católica de Uberlândia.

O artigo que aqui apresento tem como objetivo principal analisar culturalmente o trabalho dos panhadores de café do Município de Patrocínio em Minas Gerais. Neste sentido entendemos que todos os atos do sujeito social são considerados cultura. Portanto buscaremos então compreender quais os sentidos, as expectativas, os valores, os sentimentos, as tensões, as experiências, enfim a cultura desses trabalhadores.

A partir do estudo de vários pesquisadores da história, temos encontrado relevantes discussões sobre temas como cultura, costumes, tradições e experiências de vidas, que proporcionaram novos conceitos e alargaram o modelo de como se interpretavam a História. A cultura ganhou novos entendimentos, deixando de estar relacionada somente com festejos populares, passando a incorporar todas as relações sociais do sujeito. A cultura nesse sentido passa a ser compreendida como um

“termo emaranhado, que ao reunir tantas atividades e atributos em só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específica das relações sociais e de trabalho” (THOPSON, 1998:13)

Podemos perceber que neste trecho Thompson propõe desfazer o conceito de cultura, demonstrando que a esta é uma prática que está repleta de significados que não devem ser generalizados a um único termo específico, sendo necessário uma pesquisa mais a fundo que possibilite reformular o conceito de cultura. O diálogo com esse autor do marxismo inglês possibilita compreender que os conceitos se modificam com o tempo, como a própria história que esta em constante transformação. Ou seja, a cultura, a experiência e a memória não são estáticas e sofrem constantemente intervenções do tempo. Sendo assim, precisamos saber interpretar e lidar com os conceitos de acordo com as evidências históricas e com o tempo histórico. Nesse sentido, Thompson auxilia a refletir os procedimentos que usamos para lidar com a documentação e com a teoria.

Segundo Thompson (1981) devemos ter a consciência que o conhecimento histórico é provisório, pois lidamos com real que está em constante transformação. Os fatos que ocorreram no passado não se alteram, entretanto, os questionamentos e os anseios dos historiadores do presente, sim. É a partir da dúvida do presente que mudamos o entendimento do passado. Como historiadores “nosso objetivo é o conhecimento histórico; nossas hipóteses são apresentadas para explicar tal formação social particular no passado...”, é a partir das

questões levantadas durante a pesquisa histórica que surgem novos entendimentos sobre o social.

Nesse sentido ao analisar as relações de trabalho na cafeicultura no município de Patrocínio/MG compreendemos que as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia levam o trabalhador a transformar culturalmente seu meio. Essa pesquisa permitiu entender e analisar as vivências, os trajetos e as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, juntamente com seus anseios e desejos.

Patrocínio é um município localizado no Alto Paranaíba, em Minas Gerais. Com uma população em torno de 73.000 habitantes, segundo o censo do IBGE realizado em 2000, possui uma área de 2.830 Km², onde cerca de 80% da economia é voltada para o café. O período de safra corresponde a sete meses, de março a outubro. A cidade também possui outras formas de atividade agrícola, como o plantio de soja, milho, feijão, arroz e algodão. Contudo a maior renda vem do café, que emprega cerca de 8 a 26 mil pessoas³ que vem dos estados de São Paulo, Paraná e Norte de Minas⁴.

A imigração para a panha do café teve início durante a década de 70, foi nesse período que o plantio de café começou a chegar às cidades do interior de Minas Gerais, devido ao Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC). Este foi implantado pela política cafeeira do governo federal, que procurava renovar o potencial produtivo dessa cultura em terras nacionais. ⁵Dentro dessas transformações encontramos o trabalhador itinerante que sai da sua terra natal a procura de emprego e de melhores condições de vida.

Entretanto, foi a partir dos anos 60 que o trabalho volante, começa a ser visível no Brasil. Denomina-se trabalhador volante aquele que mora nas periferias da cidade e se desloca ao campo para executar tarefas. Porém encontramos também o trabalho sazonal que se caracteriza por um sistema onde o trabalhador deixa sua residência, e migra para as áreas de colheitas, neste caso o café, retornando após o fim dessa atividade (GONZALES. BASTOS, 1979).

Devido à migração e a esse tipo de trabalho, ocorreu um aumento populacional durante as décadas de 1970, 1980 e 1990 para o trabalho no café, paralelamente iniciou-se um processo de ocupação de terrenos públicos e privados e ocasionou em 1992 a criação de um novo bairro no município: O Serra Negra. Atualmente é o bairro mais populoso com cerca de

³ “Crise do Café castiga municípios do triângulo” Fala do secretário de agricultura Jose Renaldo da Cunha. Jornal Correio. Uberlândia, 09/11/2003, ano 65, n° 19.567, p A7.

⁴ Informações retiradas de um trabalho publicado pela prefeitura denominado “A cidade e a habitação”

⁵ Para maiores esclarecimentos ver: NETO. Wenceslau Gonçalves. Agricultura e Política Agrícola na década de 70: A cafeicultura em Araguari, MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1983. Pp 99

9 mil habitantes e composto por maioria de migrantes do Norte de Minas e do Sul da Bahia, que vêm para a panha e resolvem morar na cidade, eles formam cerca de 60% dos habitantes (FERREIRA, 2004).

Nesse sentido compreenderemos a migração não somente com uma mudança de lugar para outro, mas como uma alteração na vida social, econômica e cultural “que abarca velhos e novos mundos e que continua por toda a vida do migrante e pelas gerações subsequentes” (THONSOM, 2002). Sendo assim, acreditamos que o sujeito ao deixar sua cidade natal para procurar emprego em outro lugar, também leva consigo suas tradições culturais, onde tenta reproduzi-las na sua nova moradia. Entretanto esta não será idêntica a que deixou, pois passará por transformações agregando novas formas e adquirindo outros significados.

A partir disso é possível pensar e repensar os processos pelo qual a classe trabalhadora passa cotidianamente, tentando compreendê-los em seus espaços, proporcionando um novo olhar crítico sobre a mesma e sobre a sociedade. Nesse sentido, é preciso analisar criticamente a sociedade atual, e não apenas vê-la como uma consequência de um passado cristalizado, é necessário segundo Fenelon (1992: 5-23) mudar a forma como concebemos o presente, para atribuímos um outro significado ao passado.

Sendo assim devemos analisar o cotidiano desses trabalhadores, pois está repleto de significados que explicam sua relação com o social. Pois conforme nos diz Almeida (2001: 27-42), a análise desses espaços proporciona a compreensão da resistência ou conformismo em relação à dominação. Ainda, segundo Almeida, esses espaços estão repletos de cultura que consideramos como toda a vivência desses trabalhadores, incluindo sensações, hábitos, valores, costumes que estão sempre em um processo constante de transformação. Sendo assim, compreendemos que todos os aspectos que permeiam a vida desse trabalhador fazem parte da pesquisa histórica. Dessa forma acreditamos que as experiências vivenciadas não como um campo harmônico, mas conflituoso, repleto de disputas de valores.

Esses trabalhadores encontram na panha do café a única forma de sobrevivência, pois muitos não têm estudo e não anseia empregos melhores, devido sua condição. A partir da fala da trabalhadora Zélia Alves de Jesus percebemos que a escolha para o trabalho no café se deu devido à baixa condição financeira onde a fome e a miséria era uma ameaça:

“... a vida naquela época (anos 60 e 70), não era fácil não (...) o dinheiro era pouco, nós era muito minino, né? 5 minino, 5 boca pra alimentá, minha mãe trabalhava,

*todo mundo trabalhava, e a gente tinha que entrá cum serviço, pra pôde comprá ropá, sabe, calçado, remédio...”*⁶

A partir dessa fala percebemos que as dificuldades econômicas levaram a sra Zélia a seguir a mesma “profissão” de seus pais. Estes levavam seus filhos, quando pequenos, para a lavoura para ajudar na panha, assim conseguiam panhar mais café e com isso aumentavam seus rendimentos. Nesse sentido compreendemos que a escolha da depoente em trabalhar no café veio a partir de problemas que já existiam em casa. A falta de uma vida melhor levou-a a procurar melhorias nas lavouras para si e para sua família. Contudo apesar das dificuldades eles se sentem valorizados. Com a análise das vivências desses trabalhadores que são conhecidos como bóias-frias percebemos que seus valores pessoais vão se modificando com o passar do tempo.

Percebemos isto a partir do momento que estes deixam de se chamarem a si próprio como bóias-frias pois atualmente não se come comida fria nas lavouras, a alimentação que é preparada pelos trabalhadores, é esquentada na própria lavoura de café. Não comer comida fria para eles significa um valor importante. Segundo Angelotti “o ato de esquentar o almoço constitui-se como uma resistência ao termo bóia-fria” (ANGELOTTI, 2001: 71). Ao se alimentar de comida quente eles “deixam” de serem bóias-frias para ser tornarem trabalhadores do café, recuperando uma dignidade perdida.

Mesmo perante as dificuldades, os panhadores “identificam –se enquanto sujeitos coletivos com valores e interesses comuns, ao mesmo tempo em que se situam num campo oposto ao daqueles que se beneficiam com as praticas de acumulação” (ALMEIDA, 2001: 36-37). Esses trabalhadores possuem interesses individuais, mas que ao mesmo tempo são coletivos, pois buscam melhores condições de trabalho e de renda, e conseqüentemente uma vida mais digna.

A vida mais digna que eles procuram é um respeito pelo seu trabalho, muitas vezes eles voltam sujos para suas casas, e encontram discriminação por onde passam. Devido a panha envolver todo corpo e a planta do café liberar uma resina que fica impregnada em todos os membros, os panhadores sofrem preconceito por parte dos outros moradores da cidade. São sempre vistos como sujos e ignorados por parte da cidade que não tem esse trabalho. Entretanto a riqueza que Patrocínio produz com o café vem das mãos desses indivíduos que se sacrificam continuamente e são marginalizados pela sociedade.

⁶ Zélia Alves de Jesus. Entrevista realizada em 31/10/2004

Percebemos essa discriminação através da fala do jovem Wagner, que começou a trabalhar no café aos 15 anos e no qual permanece até hoje, com 24.

“... as pessoa dicriminina dimais a gente, a gente que trabaia em lavora é muito discriminado, lavora é muito discriminado, é um serviço que ...que...porco...um serviço que não é serviço de gente, serviço de pessoa que que ...tipo assim...pessoa que passa dificuldade, olha a pessoa tá ai porque tá passano dificuldade, discrimina”⁷.

Subtende-se que para as pessoas que não trabalham na panha do café, essa ocupação não é destinada para seres humanos, como o próprio Wagner diz “um serviço que não é serviço de gente”, somente para pessoas que estão passando por dificuldades. É essa visão que muitos tem sobre os panhadores de café, até eles mesmos se vêem assim. Mas, essa percepção está se modificando ao longo do tempo. Como o próprio ato de deixar de comer comida fria e conseqüentemente deixar de ser bóia-fria, demonstra essa mudança de significado.

Contudo é um trabalho que não para, apesar do período de colheita ser de sete meses e muitos terem serviço garantido por esse tempo o valor que eles ganham por cada saca colhida é o que lhes mantém por todo ano. Mesmo que estes trabalhadores busquem uma nova ocupação durante a entressafra, eles acabam voltando para o café quando inicia uma nova colheita.

Conclusão

Nesse sentido percebemos que a cultura do café no município de Patrocínio tem grande importância não somente para aqueles que são produtores, mas principalmente para aqueles que sobrevivem desse trabalho. Ao analisar esses espaços que aparentemente são iguais percebemos que na realidade estão cheios de pluralidade. Assim compreendemos que a cultura está não somente nos festejos populares, mas também em toda a vivência do ser enquanto sujeito que transforma continuamente sua realidade social.

⁷ Wagner Junior. Entrevista realizada em 20/11/2004

Bibliografia:

ALMEIDA, Antonio de. Os Trabalhadores e seus espaços: Cultura, experiência e cotidiano nos estudos históricos sobre identidade coletiva. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz e PATRIOTA, Rosangela (org). Política , Cultura e Movimentos Sociais: Contemporaneidades historiográficas. Programa de Mestrado em História.UFU.Uberlândia-MG: EDUFU,2001.

ANGELOTTI, Maria do Carmo Andréia. Trabalhadores bóias-frias: Experiências rurais e urbanas em Araguari-MG. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC. São Paulo. 2001.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e cultura popular: historia de classe ou historia do povo? In: Historia e & Perspectiva. Revista do Curso de Historia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. N° 6 , pp. 5-23. Jan/Jun.1992

FERREIRA, Rômulo Gama. Agricultura familiar e inovações tecnológicas: Impactos sobre a ocupação e o êxodo rural nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio-MG. Dissertação de Mestrado. Mestrado em economia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia 2004.

GONZALES, Elbio N. BASTOS, Maria Inês. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: Capital e Trabalho no Campo: Estudos sobre bóias-frias, acumulação capitalista, salário e trabalho feminino. 2ª edição. Huitec. Coleção Estudos Brasileiros 7. 1979.

NETO. Wenceslau Gonçalves. Agricultura e Política Agrícola na década de 70: A cafeicultura em Araguari, MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.Campinas. 1983.

THOMPSON. E.P. Introdução. In: Costumes em Comum. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. Intervalo: A lógica histórica. In: A miséria da teoria ou um planetário de erros, uma critica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 22, n. 44, 2002. Disponível em:

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 Ago 2006.

LEMBRANÇAS DE UM TRISTE FIM: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA FESTA DE SÃO JOSÉ EM CAMPO DO BRITO.

Magno Francisco de Jesus Santos¹

Ane Luíse Silva Mecnas²

Resumo:

Todos os anos, no dia 19 de março, é realizada a festa de São José dos Montes em Campo do Brito, Sergipe. A festa constitui uma romaria de âmbito local, para a qual convergem romeiros de municípios vizinhos. A capela de São José dos Montes é apenas uma Santa Cruz de beira de estrada, erguida para relembrar uma morte trágica, mas que no decorrer do século XX se tornou um centro de romaria. O propósito desse estudo é compreender o processo de formação do santuário de São José na Serra dos Montes. A pesquisa foi desenvolvida a partir do levantamento de fontes concernentes ao evento no arquivo paroquial de Campo do Brito e com a realização de entrevistas com romeiros. Com isso, pôde ser constatada uma relação entre a morte trágica de uma criança e a formação de um santuário de âmbito local.

Palavras-chaves: Sergipe, romaria, morte.

Abstract

Every year, in day 19 of March, the party is carried through of Is Jose of Mounts in Field of the Brito, Sergipe. The party constitutes a pilgrimage of local scope, to which they converge romeiros of neighboring cities. The chapel of only one Is Jose of Mounts is Santa Cruz of roadside, raised to relembrar a tragic death, but that in elapsing of century XX if it became a pilgrimage center. The intention of this study is to understand the process of formation of the sanctuary of Is Jose in the Mountain range of Mounts. The research was developed from the survey of concernentes sources to the event in the parochial archive of Field of the Brito and with the accomplishment of interviews with romeiros. With this, a relation could be evidenced enters the tragic death of a child and the formation of a sanctuary of local scope

Word-keys: Sergipe, pilgrimage, death.

Madrugada do dia 19 de março. Antes dos primeiros raios de sol as casas de muitas pessoas da microrregião de Itabaiana passam por uma agitação diferente. O silêncio da rotina ordinária é rompido com a preparação de alimentos, sacolas e animais para a viagem. Ainda escuro tem início a caminhada. Todos seguem para o ponto convergente: a Serra dos Montes. Afinal, é o dia do Senhor São José.

Durante o dia 19 de março no Agreste sergipano, dá-se a impressão que todos os caminhos levam à Serrinha de Campo do Brito. Os meios de condução são os mais variados, de acordo com a procedência e o propósito dos romeiros. São várias pessoas se deslocando a pé, a cavalo, de moto, carro, carroça, caminhão e ônibus. Mesmo estando no período quaresmal, a penitência compartilha espaço com a folia, a tristeza cede à alegria, o jejum ao desperdício. Trata-se de um dia festivo, de louvor ao santo popular.

A Serra dos Montes é um lugar ermo, quase que inóspito. Partindo desta acepção, a configuração espacial da localidade no decorrer do ano passa por duas realidades distintas. A primeira refere-se ao tempo ordinário, demarcado pela lentidão do tempo, pela rotina cotidiana da população que habita as circunvizinhanças da serra. A localidade serve como meio abastecedor de lenha ou de bosque para a caça predatória. Em momentos fortuitos, a capelinha de São José recebe romeiros que vão com o intuito de depositar ex-votos.

A segunda realidade refere-se ao tempo extraordinário, ao universo simbólico das celebrações em torno da devoção ao Senhor São José dos Montes. A configuração paisagística da Serra é transformada, criando-se um novo espaço, flexível, movimentado com novos sujeitos e propósitos. É a congregação de romeiros provenientes dos municípios vizinhos ao santuário. Neste ínterim, estabelece-se uma nova territorialidade, com elementos simbólicos demarcando o espaço do sagrado e do profano. Trata-se de um dia agitado, no qual se estabelecem intensos conflitos no plano simbólico pela demarcação de poder.

A festa é realizada na Serra dos Montes, localizada ao sul da sede do município de Campo do Brito. Ela está localizada entre as serras das Minas e da Miaba, sendo a de altitude menos expressiva dentre as três. Apesar da relativa proximidade com a cidade de Campo do Brito, a Serra dos Montes é uma localidade de difícil acesso, onde se destaca a capelinha de São José no ponto mais elevado. A capela assemelha-se a

uma ermida, solitária no alto da serra, voltada para a cidade de Campo do Brito como se estivesse protegendo-a. É a contínua proteção pelo olhar do sagrado.

A capela de São José dos Montes é apenas uma Santa Cruz de beira de estrada, erguida para lembrar uma morte trágica. Nesta perspectiva, a humilde igreja no alto da serra possui o caráter monumental, na qual está implícita o intuito de delegar ao futuro uma imagem de seu tempo (LE GOFF, 1996). No referido caso, pode ser constatado um monumento como documento, pois a capelinha de São José pode revelar uma multiplicidade de nuances da sociedade local, como sua devoção, práticas religiosas e ex-votivas e também, com seus dramas. Portanto, a igreja é um documento que pode ser propiciador de múltiplas leituras, sob diferentes perspectivas.

A tradicional romaria de âmbito local à Serra dos Montes surgiu a partir de uma releitura, da ressignificação de uma morte trágica. A capela foi construída no local em que foi encontrada uma criança morta. Com a ereção da capela e o depósito da imagem de São José teve início a mais popular das manifestações religiosas de Campo do Brito: a Festa dos Montes.

Neste escopo, temos como objetivo de estudo a Festa de São José na Serra dos Montes, no município de Campo do Brito, Sergipe. O propósito da discussão é compreender a constituição do santuário no alto da Serra dos Montes enquanto espaço do sagrado. É um foco de análise que tem a pretensão de contribuir para a reflexão de um dos mais tradicionais santuários receptores de romeiros do agreste sergipano, mas que até o momento, não chamou a atenção do olhar da intelectualidade. Com isso o estudo vislumbra um santuário que surgiu de uma tragédia que causou grande impacto na população campobritense no final do século XIX, dando origem a uma importante romaria do calendário católico popular de Sergipe. A tragédia inicial galgou um novo significado, foi reinterpretado, tornou-se uma festa.

A pesquisa apresentada constitui-se enquanto tentativa de reconstituição do cenário festivo em contraponto com o foco da realidade ordinária cotidiana. É o confronto de dois mundos distintos, contraditórios e ao mesmo tempo complementares. Trata-se, portanto, de uma reflexão etnográfica sob a perspectiva histórica, ou seja, o olhar do historiador voltado para os testemunhos em busca do passado perdido, das interlocuções dos sujeitos que participaram da festa. É a busca de um desenho do cenário infiltrado por personagens mais diversos. Ao mesmo tempo, podemos dizer, trata-se de um enfoque sob a perspectiva cultural, no qual as lentes historiográficas

buscaram se debruçar sobre os aspectos tidos como irrelevantes, pouco observáveis, muitos dos quais ignorados pelos olhares dos historiadores menos atentos.

Focar tais elementos não é tarefa fácil, principalmente quando se trata de um evento no qual, os protagonistas são anônimos da história oficial. Muitos dos sinais deixados pelos romeiros da Serra dos Montes já foram apagados definitivamente da memória histórica. Com isso, a reconstituição aproximada do objeto histórico se torna tarefa árdua e perigosa. Foi por meio dos registros que sobreviveram às intempéries do tempo e do homem que se tornou possível desenvolver a nossa versão a respeito do santuário de São José dos Montes.

A pesquisa constitui-se como meio buscar os indícios reveladores das nuances intrínsecas à Festa dos Montes. A busca por essas “pistas” do passado nem sempre é tarefa fácil e quase sempre requer do historiador um misto de sorte, persistência, método e imaginação. A paciência é a chave dos mistérios na incansável luta na busca de fontes. Este estudo teve como lastro documentos de naturezas distintas, como o livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Boa Hora e São Roque de Campo do Brito, fotografias, ex-votos, arquitetura do templo, oralidade e a observação do evento nos dias atuais. Todos esses elementos postos em confronto contribuíram para nos fornecer respostas plausíveis para nossas indagações. A cada instante a Festa dos Montes se revelava sob uma nova faceta, de um novo ângulo. As imagens a respeito da romaria foram criadas e recriadas a cada momento.

Um embate sugestivo travado foi entre os diferentes depoentes. As experiências vivenciadas no alto da serra foram postas em confronto, na tentativa de montar um cenário do evento de outrora. Os aspectos dissonantes entre os diferentes entrevistados não foram ignorados. Pelo contrário serviram para refletirmos sobre a construção de diferentes memórias a respeito da festa, como também as variadas formas pela qual essa memória foi apropriada. Portanto, promover uma “discussão” das falas dos depoentes pode ser uma missão sugestiva na síntese histórica.

Todavia, ao estar diante do leque documental, o historiador busca as lentes adequadas para interpretar os seus dados. Os referenciais teórico-medológicos são os responsáveis pelo direcionamento do olhar sobre o objeto. Nesta perspectiva registramos nossa opção em observar a Festa dos Montes sob a ótica conceitual de Mircea Eliade de sagrado e profano. É importante frisar que não enxergamos categorias de forma dicotômica, tendo em vista a dificuldade de estabelecer uma fronteira fixa

entre as duas realidades em um objeto de estudo como a romaria de São José. O diálogo entre os dois universos é intenso e ininterrupto.

No que concerne à hermenêutica documental, optamos pelo paradigma indiciário, de Carlo Ginzburg. Como sugere o historiador italiano, as minúcias pouco observáveis, o detalhe, as entrelinhas e os não-ditos podem ser vistos como indícios de uma realidade surpreendente não revelada abertamente. Neste caso, torna-se eminente a necessidade de se questionar os silêncios, de observar os fragmentos, de problematizar o aceito e indubitável. Nas entrelinhas o sujeito pode se apresentar sem as máscaras convencionais do texto. Portanto, ao propor discutir a manifestação do sagrado no santuário da Serra dos Montes, estamos desconstruindo os diferentes discursos em busca dos sinais reveladores de uma nova versão da festa. É o desafio do historiador.

1. A tragédia de Campo do Brito

Vila de Campo do Brito no final do século XIX. Uma senhora sai cedo de sua casa para buscar água na fonte, deixando sua filha de três anos dormindo em casa. Ao acordar e não encontrar a mãe, a criança sai a sua procura. Ocorre o desencontro entre mãe e filha. A mãe chega a casa e entra em desespero por não ter encontrado a menina. Toda a população campobritense se mobiliza a procura da criança perdida.

As buscas não obtêm êxito. O dia termina e a menina continuava desaparecida. Ninguém sabia o paradeiro da criança que se ocultara nas matas da vila. O impacto do desaparecimento perturbou de forma profunda os moradores da localidade, que teriam permanecido nas buscas por dia e noite. Mas nada encontravam. O desespero parecia superar a força da esperança.

A dor dos familiares foi compartilhada por toda comunidade. O sentimento de solidariedade se estabeleceu na vila do agreste sergipano. É possível que naqueles dias os conflitos internos da povoação tenham ficado a segundo plano em prol do objetivo mútuo: localizar a inocente perdida. Trata-se, portanto, de um caso de drama coletivo, no qual o sentimento de desespero e impotência é compartilhado pela maior parte dos moradores. A angústia privada deixa o âmbito familiar, assumindo a esfera do coletivo, do grande público da localidade.

No terceiro dia após o desaparecimento as buscas já rondavam às imediações da Serra dos Montes. No alto da serra encontraram o corpo da criança, morta pela fome e sede. Apesar do envolvimento dos moradores de Campo do Brito, a menina não foi localizada com vida. Houve dor, desolação e revolta.

No local onde encontraram o corpo da menina foi construída uma capela com um cruzeiro defronte. Na capela foi colocada uma pequena imagem de São José, que passou a ser o orago do templo e um dos focos centrais da religiosidade da microrregião. A partir daquele momento a Serra dos Montes passou a receber um contingente de romeiros cada vez maior, uns repletos de pedidos de bênçãos, outros prontos para louvar o santo pelas graças concedidas.

O relato acima é repetido por muitos moradores da microrregião do Agreste de Itabaiana e reflete o mito de origem do santuário de São José dos Montes. São inúmeras narrativas repetidas incontáveis vezes pelos populares, por “contadores de causos”, anônimos que contribuíram pela perpetuação de uma tradição, ao mesmo passo em que se configuram representações variadas em torno da romaria. É a edificação das memórias, a tumultuada e conflituosa trama mnemônica.

Sobre a origem do referido santuário há uma série de questões que devem ser consideradas relevantes. Um desses elementos é a morte trágica. O fato de morrer fora do âmbito do lar requer uma série de aparatos que poderiam ser dispensados nos casos de morte circunstanciais, sob o olhar protetor da família. Neste caso, foi preciso demarcar o local do fatídico episódio, criando um lugar de memória. É a prática corrente do catolicismo popular no nordeste sinalizar os locais em que pessoas morreram de forma violenta (acidentes ou assassinatos) com cruzes ou pequenas capelas, comumente chamadas de santa cruz de beira de estrada. Também é vigente o hábito dos transeuntes da localidade depositarem uma pedra ao pé da santa cruz. Todavia, a atenção delegada a santa cruz da Serra dos Montes ganhou uma dimensão desproporcional se comparada às demais. A Serra dos Montes passou a receber um contingente cada vez maior de devotos constituindo no dia de São José uma romaria local.

A exegese da narrativa permite novas considerações. A morte em questão é de uma criança, ou, como é chamada na localidade, de um anjo. Trata-se, portanto da morte prematura de uma inocente, sem a mácula do pecado. Esta constatação torna, sob a perspectiva imaginativa, o nível de sacralidade da capela mais acentuada. A morte de um “anjo” pode ter aberto um canal de comunicação entre o mundo ordinário, caótico e profano e o seu oposto, o mundo extraordinário, caótico e sagrado. Para o *homo* religioso do agreste sergipano a Serra dos Montes se tornou a chave do universo, o umbigo do mundo, o santuário marcado pela sacralidade (ELIADE, 2001). Porém, a tragédia ainda nos revela outras facetas. Uma dessas facetas é a constante presença do

número três. A criança supostamente teria três anos e foi encontrada no terceiro dia. Podemos assim, focalizar uma aproximação com a narrativa bíblica, no que se refere a ressurreição de Cristo no terceiro dia após a morte e ainda, no universo simbólico popular o três representa a Santíssima Trindade. O referencial ao número três é mais um elemento sacralizador.

Outro elemento que não deve ser negligenciado é a localização do santuário. A capela foi edificada no ponto mais elevado da Serra dos Montes, impondo-se na paisagem local. É importante frisarmos a relação existente entre o sagrado e as elevações. Preferencialmente, o sagrado se manifesta no alto, fazendo com que o santuário funcione como portal interligando as duas realidades. A elevação da Serra dos Montes torna a jornada dos romeiros em busca do santuário em penitência purificadora. Ao caminhar pelas estradas estreitas e enladeiradas da serra, os devotos de São José purgam seus pecados do universo ordinário pelo sacrifício para contemplarem as bênçãos do santuário.

O relato apresentado é a versão mais repetida a respeito da origem do santuário. Contudo, existem variações da trágica narrativa. Depoimentos como o de Benigna da Silva Santana enfatiza que a capela foi construída no local em que uma adolescente foi estuprada e assassinada. Neste sentido, haveria uma contradição com os demais enxertos discursivos que ressaltavam a desatenção da mãe e a curiosidade da criança. Percebe-se então, um jogo de memórias, na qual são constituídas diferentes versões do episódio fatídico do final do século XIX na vila de Campo do Brito.

Esta segunda versão sobre a origem da Festa dos Montes também sugere instigantes revelações do plano simbólico. O relato enfoca dois elementos que não devem ser menosprezados: o abuso sexual e a morte. Os depoimentos sugerem a possível virgindade da adolescente abusada, ou seja, é a narrativa de “uma moça que foi tirada no alto da serra” (SANTANA, 2007). Neste caso o segundo elemento da narrativa ganha uma nova dimensão. A morte teria servido para purificar a jovem mácula indesejada. A morte em defesa da honra teria tornado a anônima adolescente uma mártir.

Mesmo não havendo consenso na memória coletiva da localidade sobre o episódio acontecido na Serra dos Montes, é muito provável que o santuário de São José tenha se constituído a partir da morte ocorrida no final do século XIX. È plausível afirmar também que os mistérios e polêmicas que rodeiam a morte tenham contribuído

para a legitimação da romaria, consolidando a tradicional Festa dos Montes no agreste sergipano.

2. Entrando na Festa

Nas primeiras semanas de março os moradores de municípios circunvizinhos de Campo do Brito como Itabaiana, São Domingos e Macambira começam a se preparar para a Festa dos Montes. Subir a serra no dia 19 de março é mais do que um dever, é um dos momentos mais alegres do ano. Para muitos dos romeiros que seguem para os Montes, a festa de São José é o principal evento do ano, superando até as festividades alusivas aos padroeiros dos municípios. Por esse motivo, talvez, a Festa dos Montes seja muitas vezes chamada de “festona”.

Dias antes da festa têm início os preparativos. É preciso acertar o transporte, preparar os mantimentos, reservar o dinheiro. Para os promesseiros os atributos são ainda maiores: comprar velas, encomendar fogos, convidar companheiras para as orações. A organização antecipada dos romeiros demonstra a relevância atribuída ao evento.

Até a década de 1980 era comum que os romeiros se deslocarem para a serra a pé ou a cavalo. A partir desta década, o tráfego de animais passou gradativamente a ceder espaço para as motocicletas, ônibus e caminhões. Para os romeiros que mantêm a tradição de subir a serra a cavalo, a véspera da festa é um dia especial. Os afazeres perpassam por todo o dia, seja limpando os arreios, seja alimentando e dando descanso aos animais, afinal de contas, a jornada do dia seguinte não é fácil. O ritmo das ações ao longo do dia, demonstrando que o tempo já não é o mesmo. A sacralidade da festa faz com que cause uma ruptura temporal, passando do cotidiano ordinário para o mítico extraordinário (ELIADE, 2001).

A manifestação do sagrado, dar-se por completo no dia 19 de março. Antes mesmo do raiar do sol os romeiros se dirigem à Serra dos Montes. É uma caminhada árdua e demorada. Subir a serrinha, no escuro, sobre os tropeços nos pedregulhos da estrada sem pavimentação torna o percurso ainda mais sacrificado, propício para o pagamento de promessas. É muito comum observar as práticas ex-votivas ao longo da Festa dos Montes, como argumenta Maria Santos Teles:

Ah, eu lembro que tinha muita gente pagando promessa, subindo a ladeira de joelhos ou descalços, até chegar na capelinha onde rezava o dia todo. Me lembro como se fosse hoje daquele povo todo chegando lá em cima. A serrinha ficava cheia de gente de tudo que é canto, Itabaiana, Macambira, Brito, São Domingos, tudo que é lugar. (TELES, 2007).

O depoimento acima infere o lado sagrado da festa. O dia de São José na Serra dos Montes era ocasião de pagar promessas e reavivar os pedidos ao “santo querido”. Em sua festa, São José se torna um santo versátil, capaz de atender às mais diferentes solicitações de seus romeiros pedintes. As solicitações iam do restabelecimento da saúde à melhoria da situação financeira, da conquista da casa própria aos pedidos por chuva. Contudo, nem todos iam pedir, muitos iam para à serra agradecer pelas graças concebidas, pela “poderosa intercessão” de São José. Dessa forma, o meio mais comum dos romeiros demonstrarem sua gratidão ao santo era tornar pública as intervenções do patrono. Era preciso mostrar o milagre realizado, a benção concebida. Assim, emergiam as práticas de desobriga, de concretização do pacto firmado entre devoto/santo. Os promesseiros chamaram a atenção de depoentes como Josefa Santos, que afirmou:

Eu só fui para a Festa dos Montes umas três vezes. Lá não tinha muita coisa, só umas mulheres rezando o terço o dia todo, terminava um, começava o outro. Era o terço, ofício, novena, só não tinha missa. O povo que rezava. Fogos eram soltados o dia todo, pagando promessa. O santo ninguém via de tanta fita amarrada. O povo fazia promessa e aí levava uma fita para amarrar no santo ou deixar na igreja. Ah, ainda tinha um monte de vela que o povo acendia dentro da igreja e no cruzeiro. Tinha muita promessa (SANTOS, 2007).

O testemunho acima citado é revelador. A entrevistada primeiro afirma a pouca variedade de celebrações na Serra dos Montes. Esta afirmativa está relacionada com o caráter popular que predominou na festa até meados da década de 1990. Até esse período o evento era controlado quase que totalmente por leigos, que executavam terços, ofícios e novenas. Todavia, na última década o clero do município vem tentando se inserir na festa, com a celebração de uma missa nas primeiras horas do dia 19 de março. Mesmo assim, após a celebração da missa, o padre retira-se dos Montes, permanecendo as festividades sob a tutela dos populares. A festa dos Montes é uma festa do povo. Mas até que ponto? Sabemos também que o Estado, no âmbito municipal vem se inserindo cada vez mais na principal festividade popular de Campo do Brito. É olhar vigilante do poder público sobre a festa dos segmentos populares. A tutela estatal aparece por meio das “benfeitorias” e proibições. Nos últimos anos o alto da serra foi planejada criando espaços para acampamentos em duas elevações. No sopé da última ladeira foi criada uma área de estacionamento para os veículos de grande porte. Isso demonstra que os administradores municipais vêm descobrindo a Festa dos Montes como um meio de aumentar a arrecadação de renda, ou seja, a romaria vem se tornando uma atração turística.

Apesar das constantes ressignificações presentes nos Montes, a festa continua com a presença dos promesseiros. O sacrifício e o depósito de ex-votos se fazem presentes ao longo de todo o dia, no alto dos Montes. O testemunho da veneração dos fiéis é a pequena imagem de São José, que se encontra sufocada pelo amontoado de fitas devocionais amarrada. Só é possível observar o rosto da imagem. Todo o resto se encontra sob o emaranhado de fitas. São pedidos, preces e agradecimentos. É a fala do povo simples do agreste sergipano.

O silêncio do sofrimento e da pobreza vigente no cotidiano dos devotos é rompido pelas vozes das rezadeiras que puxam as orações e pelo estrondo dos fogos que são soltos na Serra durante todo o dia. Os fogos fazem com que muitos olhares se voltem para o alto da serra, é o sinal do tempo festivo. Quem passa pelos arredores de Campo do Brito ouve o ruído vindo do alto e descobre a agitação da festa de São José. Essa agitação foi assim descrita por Maria Teles:

É uma festa tradicional, de religião e com muita diversão. Todo mundo ia, os carros subiam cheio de gente, outros iam a pé. Muitos subiam de joelhos, faziam acompanhamento, levavam zabumba. Era uma forma de agradecimento ao Santo. A capela ficava cheia o dia todo, de gente pagando promessas, levando fitas, ex-votos para pagar promessas, o altar ficava cheio de coisas. Era uma festa muito bonita e fui duas vezes quando era mocinha (TELES, 2007).

No depoimento de Maria Teles encontramos uma série de elementos que constituem as práticas do catolicismo rústico ou popular. A farta e variada quantidade de práticas ex-votivas expressam a riqueza de uma manifestação religiosa de âmbito popular como a Festa dos Montes. Com isso, é preciso buscar compreender os círculos de linguagens presentes no interior da festa. Podemos falar de “múltiplas vozes no interior do catolicismo popular, sendo algumas dessas vozes discordantes” (TORRES-LONDOÑO, 1996, p.58).

São justamente essas vozes que precisamos ouvir. É o lado profano da festa, que predomina no decorrer do dia 19 de março. Aos arredores da capela circulava a manifestação profana, com comércio de objetos religiosos ou não, churrascos, barracas de piquenique e namoros. Desde a origem da romaria era comum que os romeiros montassem barracas para passar o dia sagrado. Essa faceta dos Montes é assim apresentada por Josefa Santos:

Logo cedo já tinha gente chegando na Serra dos Montes, que iam acampar como se fosse um piquenique. Meu irmão mesmo era um dos primeiros que chegava para montar a barraca. Na festa tinha de tudo, um monte de barraca, fogos, e muitas pessoas passeando de cavalo de um lado para o outro. Eu lembro mesmo que na última vez que fui para a festa, eu tava

grávida de sete meses, no ano de 81 e um cavalo quase me matou. Foi terrível. Depois disso nunca mais voltei (SANTOS, 2007).

O depoimento acima é contundente na anunciação do lado profano da romaria. No dia 19 de março, todos os anos a Serra dos Montes é transformada em um espaço do sagrado, mas também do profano, com a feira, piquenique e circulação de animais. A rotina festiva das localidades dos romeiros é deslocada temporariamente para o alto da Serra. O sagrado se manifesta e atrai o *homo* religioso, que traz consigo suas crenças, angústias, dramas sociais e também a alegria de poder vivenciar a experiência sacra.

Nesta perspectiva, a Festa dos Montes pode ser vista como uma grande interlocução entre as realidades sacralizadas e profana. É uma zona de intersecção de dois mundos distintos, mas paradoxalmente complementares. No alto dos Montes, o sagrado e o profano dialogam. Sob esta óptica, não devemos estranhar a presença de elementos do universo profano na romaria dos Montes, haja vista que o profano acompanha a jornada do sagrado. Seguindo esta linha de pensamento, a esta era uma das poucas ocasiões de fortalecer as relações sociais, logo era uma oportunidade propícia para o início de namoros, levando-se em consideração que o evento reunia pessoas das mais variadas localidades. Os namoros presentes na festa foram assim narrados por Maria Teles.

Na época que fui só tinha água lá embaixo. A gente tinha que ir buscar na fonte, antes da ladeira. Muita gente aproveitava para ir namorar, as pessoas ficavam namorando longe. Assim passava o dia. Era incrível. Sentavam nos locais escondidos para namorar. A juventude ia toda arrumada, com roupa nova para arrumar namoro. Eu lembro que quando fui usei calça comprida, blusa de lista, bota e a primeira prótese. Mas lá sempre comprava mais, tinha muita coisa para vender (TELES, 2007).

A face profana dos Montes é descortinada pelo depoimento elucidativo de Maria Teles. Comércio, namoros e desfiles de roupas novas fazem parte da paisagem festiva de São José. Na configuração do território flexível em torno do santuário, a realidade profana se manifesta em interlocução com o sagrado. A mesma beata que reza dezenas de ave-marias na capelinha é a que consome os produtos recriados pela mídia. Neste ângulo, pode-se dizer que ambas as realidades estão em contínuo processo de circularidade. Todavia, o relato também enuncia o lado sigiloso das aventuras amorosas. Os namoros proibidos muitas vezes eram iniciados no alto da serra ou nos seus arredores, afinal “de lá de cima da para ver um monte de casais namorando embaixo” (SANTANA, 2007). Descer a ladeira a procura de lugares mais escondidos era um meio

de assegurar o namoro distante do olhar vigilante dos romeiros e das ações punitivos dos pais. Era uma aventura.

Contudo, apesar de constatarmos o rompimento do silêncio do tempo ordinário na ocasião da festa, é preciso lembrar dos novos silêncios, que vêm sendo impostos aos festeiros. As proibições estão cada vez mais constantes na organização da Festa dos Montes. Entre elas está a proibição da subida de carros e a presença cada vez maior de policiais. Porém, a que causou maior impacto e que gerou mais polêmicas foi a proibição da circulação de cavalos no alto Serra nos dias de festa, antiga tradição dos Montes.

3. Epílogo: uma festa, múltiplas leituras.

A festa dos Montes constitui um instigante evento possível de estudos. Devido ao rico imaginário que o envolve como também às diferentes representações aferidas a mesma, a romaria de São José é uma festa de cunho religioso-cultural propiciadora de múltiplas leituras. Desde a origem do santuário aos dias atuais, o evento discutido é cercado por mistérios, polêmicas e efetiva participação dos segmentos populares. A festa dos Montes é a festa dos pobres, que precisam cada vez mais entrar em contato com a realidade sagrada.

A festa também é uma fuga. Temporariamente o homem simples do campo retira-se de sua esfera social cotidiana em busca do lugar sagrado, para recompor às forças para o retorno inevitável e clamar por auxílio ao santo protetor. No tempo festivo os romeiros rompem espacial e temporariamente com a realidade inócua profana, a fim de adentrar no universo da ordem cósmica sacralizada. Todavia, esses romeiros carregam consigo suas angústias, desconfortos, insatisfações e também, a realidade profana. Da mesma forma que no tempo ordinário realidade profana é permeada pelo sagrado, no tempo extraordinário o profano acompanha e interage com o sagrado. Assim, não podemos classificar o sagrado e o profano como realidades antagônicas, divididas em esferas distintas, pelo contrário, é impossível distingui-las na empiria. O sagrado e o profano estão interpenetrados, constituindo, portanto, uma zona de intersecção.

Todavia, não podemos ver a Festa dos Montes como algo inerte. A trajetória do evento é carregada por inúmeras ressignificações e representações. O popular reelabora a festa a partir de sua realidade vivenciada. O drama original causada pela impactante tragédia dos Montes foi ressignificada e apropriada pelos personagens

anônimos do agreste sergipano. A tragédia foi transformada em festa. É preciso comemorar, lembrar juntos da finitude humana, como também buscar amparar-se diante do sagrado. No alto da serra, o homem comum vive a ilusão de ter fugido de seus percalços cotidianos e pede proteção para o inevitável retorno. A festa acaba, as barracas são desmontadas, os foguetes silenciam, as velas se apagam e oromeiro desce a ladeira, retornando para a difícil vida dos excluídos. A territorialidade constituída nos Montes se desfaz. O ritmo acelerado da festa é fulgaz, e assim o santuário volta para o tempo lento rotineiro. Permanece o silêncio do santuário de São José dos Montes e dos inúmeros anônimos que passaram pela festa. Mas o homem é dinâmico e a necessidade de fuga constante. Ao fechar as cortinas da romaria, nos bastidores cotidianos do lar o homem religioso começa a se preparar para a festa do ano seguinte, fazendo promessas, recebendo graças. Subir aos Montes ainda é preciso.

Fontes

Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Boa Hora e São Roque de Campo do Brito.

SANTANA, Benigna Alves da Silva. Entrevista concedida no dia 05/02/07. Aracaju.

SANTOS, Josefa de J. Entrevista concedida no dia 20/03/07. Itabaiana.

TELES, Maria dos S. Entrevista concedida no dia 18/01/07. Aracaju.

Referências Bibliográficas

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: essência das religiões. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Santa Inquisição. Trad. Maria Betânia Amorosa. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____, “Sinais: raízes de um paradigma”. In: **Mitos, sinais e emblemas**: morfologia e História. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.143-179.

LE GOFF, Jacques. “Documento Monumento”. In: **História e memória**. Trad. Bernardo Leite. 2 ed. Campinas-SP: Editora UNICAMP, 1996.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. “Introdução do sagrado cristão nas crônicas sobre a cristianização do Brasil. In: QUEIROZ, José J. et al. (org). **Interfaces do sagrado**: em véspera do milênio. São Paulo: PUC-SP, 1996. p.57-73.

VERENA, Alberte. **História Oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro, 1989.

¹ Licenciado em História e aluno da Especialização em Ciências da Religião e do Mestrado em Educação na Universidade Federal de Sergipe. cajaibasergipe@yahoo.com.br

² Licenciada em História e aluna da Especialização em Ciências da Religião na Universidade Federal de Sergipe. anemecenas@yahoo.com.br

Décio Stuart: a trajetória de um bailarino na Baixada Santista.

Rejane Bonomi Schifino*

Resumo: Em 2003, a doação de um acervo sobre o bailarino Décio Stuart ao Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas possibilitou a realização de algumas análises sobre a trajetória da dança na Baixada Santista, especialmente em Santos. Tais análises procuraram relacionar a trajetória de Décio, tanto como bailarino quanto como professor de dança, à cidade de Santos, que se transformou em um campo de possibilidades para o desenvolvimento da dança.

Abstract: In 2003, a file about the dancer Décio Stuart, which was donated to Edgard Leuenroth Archive of Campinas State University, allowed the achievement of some analyses about dance's trajectory at Baixada Santista, especially in Santos. These analyses tried to relate Décio's trajectory, as a dancer and as a dance teacher, to the city of Santos, which it was transformed in a field of possibilities to the dance development.

Palavras chave: Décio Stuart – Dança – Santos.

Key words: Décio Stuart – Dance – Santos.

Doado pela professora Marília Vieira Soares, do Departamento de Dança da Universidade Estadual de Campinas, ao Arquivo Edgard Leuenroth, também da UNICAMP, em 2003, o acervo de Décio Stuart passou por caminhos tortuosos até ser disponibilizado para pesquisa. Composto por diversos artigos/recortes e entrevistas manuscritas e gravadas, o acervo foi sendo constituído ao longo do tempo pelo próprio Décio Stuart que, quando procurado pela professora Marília quando esta pesquisava sobre Chinita Ulmann e a dança moderna na São Paulo dos anos 30, deu a ela todos os artigos/recortes e programas que juntara sobre si mesmo durante toda a vida. A este material, que permaneceu com a professora

* Graduada em Dança pela Universidade Estadual de Campinas e graduanda em História pela Universidade Federal de Goiás.

após a morte de Décio, foram acrescentados parte do material pesquisado por Marília para a sua dissertação de mestrado.

Ao mesmo tempo em que cobre um vasto período de tempo¹, o referido acervo limita o campo de pesquisa à imagem que Décio procurava passar de si mesmo, a saber, alguém independente, dinâmico, carismático, bem-relacionado² e que se colocava como o melhor em sua área de atuação³.

Nascido em Ibaté, interior de São Paulo, ele passou a infância e adolescência em São Paulo, onde estudou até o curso ginásial. Foi descoberto por acaso em evento social por Eugenie de Villeneuve, francesa que tinha escola de balé clássico na cidade. Também foi aluno de Luísa R. Poças Leitão, que tinha escola de danças de salão na cidade. Décio mudou-se para o Rio de Janeiro sete meses depois da abertura da primeira Escola Municipal de Bailados do Brasil (aberta em 1927 por Maria Olenewa). Foi admitido na escola e, paralelamente, era aluno particular de Maria Olenewa. Após três anos de estudo com Olenewa, mudou-se para Paris procurando especializar-se no balé clássico; na capital francesa, teve como professoras Lubon Egorowa e Olga Preobajenskaya, que naquele período eram estrelas de renome dos Teatros Imperiais Russos.

De volta ao Brasil, atuou no cinema, teatro, teatros de revista⁴, óperas e operetas; dançou em cassinos, em feiras e exposições, além de ocupar cargos de primeiro bailarino nas companhias de balé clássico brasileiras (do Teatro Municipal do Rio de Janeiro e de São Paulo). Dançou ao lado de Maria Olenewa, Marília Franco, Eros Volúcia, Vaslav Veltchek, entre outros pioneiros da dança no Brasil.

Em abril de 1947 Décio iniciou a reforma de amplo solar que possuía em Santos para abrir uma escola de balé. A reforma foi terminada dois anos mais tarde, e a escola foi finalmente inaugurada em maio de 1949. Ele utilizou o próprio dinheiro para a reforma da casa e abertura da escola.

Desde então, o bailarino deu continuidade à carreira em Santos e adjacências. Tornou-se participante ativo das colunas sociais santistas, além de sempre escrever publicações sobre balé clássico nos jornais locais, coisa que fez até o fim da vida. Foi o primeiro a abrir escola

¹ Os documentos foram produzidos entre 1928 e 1996.

² Ele tinha bom relacionamento não só com pessoas da área de dança, como Tatiana Leskova e Maria Olenewa, mas também com algumas colunistas sociais de Santos que o ajudavam a manter-se em evidência.

³ Antes de se fixar definitivamente em Santos, Décio esporadicamente procurava alguma redação de jornal e pacientemente contava sua trajetória na dança; para dar maior credibilidade ao seu relato, ele mostrava seu currículo, programas de espetáculos do qual participou, artigos publicados sobre ele mesmo e fotos de espetáculos ao jornalista que o atendesse.

⁴ Segundo o próprio Décio, ele só dançou em teatros de revista por causa do dinheiro.

de balé em Santos, e entre as bailarinas formadas por ele encontra-se Cecília Botto⁵. Seu estúdio de danças foi visitado e o seu trabalho foi elogiado por nomes de expressão no ensino da dança no país, como Tatiana Leskova e Maria Olenewa. Na década de 70, ajudou a fundar a Escola Municipal de Bailados (EMB) de Santos, mas, devido a divergências com a prefeitura da cidade, ficou apenas sete meses na direção da mesma.

No mesmo período, transferiu seu curso de dança para o Caiçara Clube de Santos, local onde atuou até o final da vida. Além de balé clássico, ministrava aulas de ginástica e de técnica moderna baseadas nos princípios da escola expressionista de Laban.

As considerações que podem ser retiradas dessa documentação é que, apesar de desde o começo dos anos 40 já existir a Escola Municipal de Bailados de São Paulo, esta não exerceu influência sobre a Baixada Santista; segundo os artigos, Décio foi pioneiro na abertura de uma escola de dança em Santos, praticamente já nos anos 50, e somente no final dos anos 60 é que foram vistos artigos referindo-se a atividades de balé, jazz e dança moderna em outras escolas que não a de Décio. Somente nos anos 70 que surgiu uma escola de dança de iniciativa pública, a já citada Escola Municipal de Bailados de Santos; antes disso, todas as escolas eram iniciativas privadas.

Tais escolas, porém, aparentemente eram vistas pela sociedade não como centros de formação de profissionais (a despeito de bailarinas como Leni Érika Gut⁶ e a própria Cecília Botto terem construído uma carreira internacional), e sim como complemento à educação e ao refinamento – e, apesar de estimular uma sólida formação cultural em suas alunas, com incentivos à leitura (tanto de clássicos quanto de obras específicas de dança) e ao conhecimento de obras de arte, Décio não ignorava a existência desta perspectiva que, de certa maneira, ele ajudou a mudar ao longo de sua trajetória em Santos. Aproveitando-se de sua ampla formação como bailarino, coreógrafo e professor, da qualidade de seu método de ensino e do reconhecimento do mesmo por pessoas notórias do mundo da dança, Décio buscou maneiras de ser notícia nos jornais da Baixada Santista, seja através de espetáculos a serem apresentados por suas alunas, seja através de eventos sociais envolvendo pessoas da alta sociedade econômica e cultural de Santos. Ele tinha o costume de oferecer festas e saraus

⁵ Maria Cecília Botto de Barros iniciou sua carreira como bailarina na escola de Décio Stuart; após anos de estudos com ele, Cecília transferiu-se para a escola da polonesa Halina Biernacka em São Paulo. Alcançou projeção internacional ao ser admitida como bailarina no London City Ballet; posteriormente, assumiu o cargo de diretora e mestra ensaiadora da Companhia Nacional de Dança da Escócia. Também foi objeto de disputa entre seus dois professores no Brasil, já que cada um reivindicava para si os louros de Cecília ter tornado-se um sucesso internacional.

⁶ Ex-aluna de Décio, era filha do cônsul suíço daquela época; posteriormente foi admitida como bailarina no Teatro da Ópera de Zurique.

em sua casa e de divulgar a coleção de objetos de arte que possuía em seu apartamento; ele também tinha boas relações com as redações dos jornais da cidade e era amigo de algumas colunistas sociais de Santos. Obviamente que estas eram maneiras de se divulgar na mídia a sua escola, mas serviram também para mudar a concepção do papel da dança na cidade, cuja transformação culminou na abertura da própria EMB de Santos sob a (curta) direção do mesmo Stuart.

A abertura da EMB foi um marco importante tanto na mudança de postura em relação à profissionalização na área quanto na abertura de outras possibilidades para a dança na cidade. A partir daí, viu-se surgir grupos de dança moderna, jazz, dança contemporânea e street dance que, em alguns casos, adquiriram projeção regional e nacional⁷. A própria programação cultural da cidade foi ampliada a partir do momento em que passou a sediar eventos de grande porte, como o *Projeto Passo de Arte*⁸ e a *Bienal SESC de Dança*.

Imbricada a essas novas possibilidades abertas, percebeu-se que a dança perdeu parte de sua dimensão elitista para se tornar popular. Pelo volume de apresentações das alunas de Décio que ocorreram desde o início da abertura da escola dele pode-se perceber que, na visão do professor, a dança cumpria papéis não somente técnico-artísticos, mas também informativos e beneficentes. Não era raro, por exemplo, as alunas de Stuart se apresentavam em espetáculos para angariar fundos para atividades assistenciais das diversas sociedades de auxílio em Santos e São Vicente, e muitas vezes o professor se inspirava para composição de suas coreografias em biografias de pessoas que ajudaram a propagar as artes no Brasil e no mundo. O acesso a estes espetáculos, assistenciais ou não, não eram restritos apenas à alta sociedade; as pessoas de classe mais baixa também constituíam um público expressivo. Embora não se trate de uma total popularização da dança, e sim de uma permissão para acesso de pessoas que não faziam parte da alta sociedade da época a um mundo ao qual dificilmente teriam acesso, essa permissão foi cada vez mais ampliada a partir do momento em que a prefeitura criou uma escola oficial, cujo principal diferencial era ou a gratuidade do ensino ou o pagamento de mensalidades menores que as mensalidades das escolas particulares. Ao longo do tempo, este acesso permitiu a realização de vários projetos sociais pensados através

⁷ Caso da *Cia. Dança de Rua do Brasil*, dirigida por Marcelo Cirino.

⁸ Promovido pela Star's Dance sob coordenação de Marisa Pivetta e William Romão Costa, o festival *Passo de Arte* foi criado em 1993 na região do ABC paulista como uma competição de danças entre as academias do estado de São Paulo. Consolidou-se em 1996, ganhando caráter nacional e transferência no ano seguinte para Santos, com aproveitamento tanto da estrutura da EMB de Santos, do Centro Cultural Patrícia Galvão e Teatro Municipal Brás Cubas quanto do forte apelo turístico da cidade. O *Passo de Arte* permaneceu em Santos de 1997 a 2004, sendo transferido para Indaiatuba – SP em 2005.

da dança, não somente na linguagem do balé clássico, mas também nas várias outras linguagens hoje em evidência.

Traço estas considerações baseando-me em um conjunto de documentos específico. Outras fontes, documentos e arquivos podem (e devem) ser consultados para que outras análises sejam feitas, independente se com o intuito de complementação ou de confrontação do que foi aqui exposto. Entretanto, não se pode negar a relevância desta coleção para a realização destas possíveis outras análises, até mesmo porque ela se constitui como uma das poucas fontes conhecidas e disponíveis de pesquisa sobre a vida e obra de Décio Stuart.

Referências

CAMINADA, Eliana. *História da dança – Evolução cultural*. Rio de Janeiro: Sprint, 1999. 486 p.

FARO, Antonio José. *A dança no Brasil e seus construtores*. Rio de Janeiro: Fundacen, 1988.

MONTEIRO, Marianna. *Noverre – Cartas sobre a dança*. São Paulo: Edusp, 1998. 400 p.

PEREIRA, Roberto. *A formação do balé brasileiro – Nacionalismo e estilização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 332 p.

SOARES, Marília Vieira. *Balé ou dança moderna? São Paulo na década de 30*. 1996. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Artes Cênicas, ECA, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

SUCENA, Eduardo. *A dança teatral no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundacen, 1988. 497 p.

Jornais e periódicos

A Tribuna. Santos.

Star's Dance. *Passo de arte collection / Guia Santos*. Santo André: Van Moorsel, Andrade & Cia. Ltda, 2002 - Edição comemorativa.

OS SENTIDOS DA HISTÓRIA:

reflexões sobre a historiografia na Revista Brasileira de Filosofia (1951- 1973)

Johnny Roberto Rosa e Rodrigo Schlenker¹

RESUMO: A Revista Brasileira de Filosofia (RBF) tem como marco a presença de uma constante reflexão acerca de temáticas vinculadas aos campos do pensamento e da escrita da história. Neste sentido buscamos reconstituir um momento significativo da produção intelectual brasileira, mapeando os artigos relacionados à História e à historiografia publicados na RBF de 1951 a 1973, reconhecendo as diferentes visões de história além da historicidade atinente a estas. Pretendeu-se reconhecer autores e obras, além de questões e temáticas, que ficaram alheias da Historiografia Brasileira. Ler os artigos de natureza histórica-historiográfica contidos na RBF permite que reflitamos sobre a própria produção filosófica brasileira e sobre o olhar desta sobre o conhecimento histórico, suas diferentes representações e sentidos. Temas quase sempre preteridos pelas pesquisas sobre o pensamento intelectual no Brasil.

Palavras-chave: Historiografia brasileira - Teoria da História - Revista Brasileira de Filosofia.

THE MEANINGS OF HISTORY:

reflections about historiography in the *Revista Brasileira de Filosofia* from 1951 to 1973.

ABSTRACT: *Revista Brasileira de Filosofia* (RBF) holds as landmark the presence of a constant reflection regarding themes tied to the fields of thinking and history writing. In this sense, we have looked for a reconstitution from a significant moment related to the Brazilian intellectual production by mapping out articles connected to history and historiography published in the “RBF” from 1951 to 1973, as well as by recognizing the different visions of history, besides the historicity concerning these same visions. We have intended to acknowledge not only authors and works, but also matters and themes cast aside from the Brazilian historiography. Reading the historical-historiographical articles comprised in the “RBF” allows us to ponder over the Brazilian philosophical production itself and over its view on historical knowledge, various representations and senses. Subjects often overlooked by researches into the intellectual thinking in Brazil.

Keywords: Brazilian historiography – History Theory - Brazilian Magazine of Philosophy.

¹Graduandos em História pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Artigo realizado como bolsistas de Iniciação Científica do Curso de História da Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, apresentado ao PROPPE, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da UTP, orientado pelo Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat.

OS SENTIDOS DA HISTÓRIA: reflexões sobre a historiografia na Revista Brasileira de Filosofia (1951- 1973).

A Revista Brasileira de Filosofia (RBF) tem sido publicada com periodicidade trimestral pelo Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) desde 1951, uma verdadeira proeza pensando em termos de tempo de vida da maioria dos periódicos culturais. A apresentação do primeiro fascículo, elaborada por seu presidente Miguel Reale, trata dos propósitos e princípios desta Revista e nos mostra que a “finalidade primordial é reunir, em uma obra impessoal e objetiva, os esforços criadores de quantos, em nossa terra, se dedicam aos problemas da Filosofia” (REALE, 1951). Para Antonio Paim, do IBF, pensador das idéias no Brasil e colaborador da RBF, “não é possível fazer-se uma idéia de nossa evolução filosófica neste pós-guerra sem o concurso da “Revista Brasileira de Filosofia”” (PAIM, 1967).

Das diferentes correntes do pensamento filosófico, a corrente culturalista, ancorada numa visão oitocentista da ciência, foi presença constante durante todo o período de produção da RBF². Dos diferentes artigos aqui tratados, percebe-se a consideração da história analisada e discutida como objeto da filosofia. Partindo desta premissa os principais conceitos abordados nestes artigos aludem a questões relacionadas à filosofia da história, à teoria da história, à consciência histórica, à axiologia histórica e ao historicismo.

A consideração da história analisada e discutida como objeto da filosofia fica clara já num dos primeiros artigos de Hélio Jaguaribe, onde ele analisa “Origem e meta da história” de Karl Jaspers, (JAGUARIBE, 1952). Segundo Jaguaribe, Jaspers procura dividir esta obra buscando elaborar uma teoria da história, fazendo uma interpretação de nossa época, uma previsão de futuro e visando “extrair uma filosofia da história”. Jaspers pretende “extrair *uma* filosofia da história” mostrando que a “história não está acabada”, no qual “o acontecer encerra infinitas possibilidades; (...) o que primeiro foi posto de lado como inessencial adquire depois um caráter absolutamente essencial”. Deste modo, Jaguaribe indica que a meta da história jasperiana “é a superação da história, sua negação pela transcendência”.

Esta transcendência como superadora da história, por sua vez, é também tratada por Czerna, em “Reflexões sobre o problema do “meta-histórico” (CZERNA, 1953), para além das “possibilidades da razão humana”, e somente seria superada pelo criticismo, este como uma “formulação crítica do problema filosófico”, admitindo, desta forma, a história como problema filosófico. O criticismo deve ser responsável por dinamizar a possibilidade do processo histórico; assim, “a história não está acabada”, mas é meta-histórica, pois “é

² Quem primeiramente teceu considerações acerca do culturalismo no Brasil foi Tobias Barreto de Menezes, fundador da Escola de Recife. Protagonista das idéias de Tobias Barreto, Sílvio Romero encaminhou tais idéias para o culturalismo sociológico. Esta vertente fez na História da Filosofia no Brasil a ponte entre o Culturalismo Filosófico iniciado por Tobias Barreto e o Culturalismo que se desenvolveu entre grande parte dos pensadores que integraram a Revista Brasileira de Filosofia. (PAIM, 1995)

ultrapassada enquanto seu movimento concluído e atual”.

Outro texto que faz alusão as filosofias da história na RBF é o texto “O sentido imanente da história” de Luís Washington Vita, (VITA, 1954). Aqui, a história é postulada como “ciência axiológica”, ou seja, a história como teoria dos valores morais e espirituais, dado sua proximidade aos fatos humanos. Assim sendo, a história está diretamente ligada aos fatos humanos sendo uma ação, uma opção, uma adesão por valores. “O homem não vive para fazer história, mas faz história porque vive. Este postulado encerra o sentido imanente da História”, e a transporta para um nível de “plena reafirmação de humanidade do homem”, que, por sua vez, revela a universalidade da história. Esta universalidade faz com que os homens reconheçam uns aos outros historicamente e se diferenciem como seres históricos a partir da preservação da sua memória, atribuindo valores e fazendo com que a história seja uma busca por sentido de nossa existência.

Também considerando a história de forma axiológica, João Cruz Costa, em seu artigo “História das idéias e valores” (COSTA, 1960), afirma o espaço e o tempo como responsáveis por toda a atividade humana. A história vista assim passa a ser determinante “para a compreensão do humanismo do nosso tempo”, onde as idéias morais do “velho mundo” são renovadas com o encontro e o outro se torna criador de valores, produtor de transformações e transmissor de ideais a outras gerações e povos. Visa, desta maneira, não uma determinação de valores, mas uma busca na cultura por um “processo criador de novos valores”. Segundo Miguel Reale em “Personalismo e historicismo axiológico”, “valor e historicidade são inerentes à consistência da pessoa (...) somente reconhecendo a pessoa como fonte de valores é que se pode considerar a história”, (REALE, 1955).

A filosofia histórica axiológica, meta-histórica e a filosofia do dever são exposta por Vamireh Chacon ao propôr em “Elogio da História” (CHACON, 1973) que, como historiadores, devemos falar, sobretudo, de adaptação ao Tempo, conseqüentemente aponta Chacon: “Só é Passado, para uma Cultura, algo que ela pode entender – e só posso compreender, sempre, a partir de uma situação consciente, historicamente condicionada”. Somente através de uma “autocrítica histórica” humanista, dada a partir de uma Mensagem, conseguiremos criar um imprescindível entusiasmo coletivo, uma motivação comum em busca de um “Projeto de Destino”. Desta maneira, a “História deve apreender as grandes linhas do Futuro e, ao longo delas, exercer a sua ação. O Passado só vale enquanto Presente, já o dizia Croce, e a História também deve ser feita a partir do Futuro, acrescenta Ernst Bloch”. Tal comentário lembra Rüsen que, usando os termos de Max Weber, nos mostra que as idéias conferem aos “interesses”, a “direção” intencional que configura a ação. Elas estabelecem, logo, “as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história”

(RÜSEN, 2001).

Nelson Saldanha, em “Um historicismo para o Brasil” (SALDANHA, 1963), chama a atenção para a utilidade de um historicismo brasileiro que compreenda as relações entre a situação histórico-cultural do Brasil, do Ocidente, ou do mundo³.

Saldanha profere que, assim disposto, “poderá o pensamento brasileiro, (...) integrar-se no movimento de idéias que acompanhará as transformações que o mundo está atravessando, e coordenar-se com o pensamento dos povos que (...) estão crescendo para os novos diálogos da humanidade”.

Neste mesmo artigo Nelson Saldanha discorre acerca da problematização da consciência histórica na América Latina⁴. Saldanha aponta que as duas grandes guerras que tivemos no século passado fizeram com que os países da América Latina reagissem, por um lado, suspeitando que, se o mundo europeu decaí, é sua a vez de comandar as coisas no decorrente drama da história; por outro lado, contaminando-se com angústia de que participam de problemas internacionais e mundiais ligados à Europa e à existência de valores e relações intercontinentais.

Em “Notas fragmentárias sobre a história e o conhecimento histórico” o culturalista pernambucano Nelson Nogueira Saldanha, nos mostra ainda que quanto mais “reflexa se torna a consciência histórica, mais se desenvolve a atitude de fazer da história um problema”, (SALDANHA, 1958).

Para Saldanha, a “verdade histórica” torna-se uma verdade “aproximativa, variável”, sendo “visão histórica” as intenções de um determinado espírito. Segundo Rüsen, “verdadeiras são as histórias com que se pode consentir; consente-se com as histórias nas quais as possíveis dúvidas surgidas podem ser resolvidas com as razões que elas fornecem”. Desta forma, “sempre que indicarem, por meio de sua narrativa, o modo de superar as eventuais dúvidas que suscitem, as histórias sinalizam sua verdade” (RÜSEN, 2001).

De acordo com Saldanha, se há um campo do conhecimento em que a atitude do entendimento da forma ao objeto, este é o conhecimento histórico. Faz-se assim possível

³ José Carlos Reis observa, em alusão a Sérgio Buarque de Holanda, que as formas “historismo” e historicismo” foram por muito tempo *intercambiáveis* fora da Alemanha. Em língua alemã, a forma “historismo” é predominante. Popper foi quem difundiu a forma “historicismo”, referindo suas críticas em *The Poverty of Historicism* a autores como Marx, Spengler, Toynbee, Comte, distantes do historismo alemão clássico de Herder, Dilthey, Simmel Windelband, Rickert, definido por Meinecke como uma preocupação com a individualidade e o desenvolvimento. (REIS, 2003; apud RÜSEN, 2005)

Segundo Francisco Falcon, a historiografia contemporânea, pós 1945, caracteriza-se por seu historicismo e anti-historicismo – historicista por manter vivo o realismo histórico referente à totalidade do desenvolvimento temporal e anti-historicista por rejeitarem os pressupostos epistemológicos do “historismo” (FALCON, 1997).

⁴ Consciência histórica aqui entendida como “o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião” e ainda os enunciados produzidos por estas como “provenientes da razão e suscetíveis de interpretação, posto que o seu sentido verdadeiro ou real nos chega sempre mascarado ou deformado por ideologias” (GADAMER, 2006).

compreender a história como resultante da interação entre inércia e avanço, pois aí está toda permanência e toda mudança; a história é uma “contínua transformação e uma continuidade transformada”. O homem, desta forma, não é só produto do passado, mas também do futuro, pelo que “pretende”.

Nelson Saldanha conclui mostrando que a preocupação com a história só é entendida pela atribuição de um sentido à história; e tal sentido não está exatamente nela, mas “vê-se-o” nela, dá-se-o a ela. “É tudo o que se quiser manipular com algum alcance cultural, há de ser feito sob a supervisão dela”.

Analisando “a reflexão subjetiva e o método histórico-teleológico na doutrina de Husserl”, Miguel Reale, em “Ontognoseologia, fenomenologia e reflexão crítico-histórica” (REALE, 1966), nos mostra que segundo este filósofo alemão é, immanentemente, “na própria concreção subjetiva (...) que se manifesta a estrutura essencial dos objetos enquanto conteúdos de consciência”. O eu puro, outorgador de sentido, não é nada, segundo Husserl, “sem os seus atos sem o seu fluxo de vivências, sem a vida tãda viva (*lebendiges Leben*) (...). O eu puro não é, pois, nada sem o que êle possui”. Toda reflexão transcendental corresponde, desta forma, uma *reflexão crítico-histórica*.

Decisivo neste ponto é que se possa distinguir o que Rűsen chama de dois tipos de consciência do tempo: “experiência” e “intenção”. Desta forma, a *reflexão crítico-histórica* pode ser vista, assim como a consciência histórica, como a realização no processo da vida humana da “relação dinãmica entre experiência do tempo e intenção no tempo” (RŪSEN, 2001).

Daí diz-se em Husserl, segundo Miguel Reale, que “a reflexão subjetiva” implica a “reflexão histórica” e vice-versa, “o sujeito cognoscente se reconhecendo refletido nas suas próprias objetivações espirituais, no plano dos comportamentos e das idéias, estas expressando a significação daquelas em razão do valor fundante da consciência intencional”. Destarte, “a reflexão ambivalente, graças à qual quanto mais se desvelam as fontes da subjetividade mais se capta o sentido da objetividade, é que denomino “reflexão crítico-histórica”, como momento culminante do processo ontognoseológico”, (REALE, 1966).

Para Husserl, como nos mostra Reale, a história se revela numa sucessão de experiências que se reduz à subjetividade, mas que, segundo “evidências relativas”, pode ser vista, *a priori*, como um *a priori histórico concreto*.

Para Husserl, a *reflexão crítico-histórica* não deve “ser entendida, empiricamente, como um descritivo dobrar-se sobre o passado, (...) mas é antes um inserir-se na temporalidade, como passado e perspectiva e prospectiva do futuro, para a compreensão concreta da subjetividade, como intersubjetividade, socialidade e história”.

Percebe-se no artigo “Uma visão cristã da história” de Luis Washington Vita, acerca da obra “Ontologia e história” do padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, o conceito de “consciência histórica” como reveladora da subjetividade moderna. Disto decorreria, segundo Vita, *uma visão cristã da história*, onde seu centro está na “compreensão da subjetividade como radical transcendência sobre a ordem natural do mundo, e como liberdade empenhada num destino histórico”. A consciência histórica cristã, na descrição de Vita, está atrelada a um processo no qual o “aprofundamento nas raízes da cultura ocidental moderna cristã” visa desvendar um entendimento mais profundo da existência humana, que pode ser definida como “historicismo numinoso”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Michael de Certeau em “A Escrita da História” afirma a necessidade de se considerar a produção historiográfica “como produto de um vínculo social marcado pela instituição histórica e, mais amplamente, por sua relação com o corpo social”. (CERTEAU, 2002).

Considerando a afirmação acima, o grupo em torno da RBF nos aparece como um dos responsáveis por tomar a história como objeto da filosofia, analisado-a e discutindo-a, da premissa do conhecimento como “o saber em proveito do homem” (ABBAGNANO, 2003), formulando, desta maneira, uma *Filosofia da História* possuidora da preocupação “para a análise das formas de operar, das categorias e da terminologia históricas” (GARDINER, 1995). Filosofia da história que se coloca não “apenas em referência a fatos, mas, dependerão da aceitabilidade da global visão do mundo que tenham seus autores” (DRAY, 1977).

Desta forma, é possível concordar que muitos são os modos de construir a filosofia da história, “e que mesmo dentro de uma única escola, (...) não existe uma unanimidade no reconhecimento dos autores e dos textos” (CARVALHO, 1998), mas que a orientação é dada “no sentido de pôr em relevo os caracteres distintivos da história, de preferência a tentar absorver os estudos históricos dentro dos moldes de um quadro sinóptico do conhecimento humano” (GARDINER, 1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos da Revista Brasileira de Filosofia (RBF):

CHACON, Vamireh. **Elogio da História**. Revista Brasileira de Filosofia, Fasc. 90. São Paulo, 1973.

COSTA, Cruz. **História das idéias e valores.** In: Revista Brasileira de Filosofia, Fasc. IV. São Paulo, 1960.

JAGUARIBE, Hélio. **Origem e Meta da História.** Revista Brasileira de Filosofia, Fasc. II. São Paulo, 1952.

REALE, Miguel. **Personalismo e Historicismo Axiológico.** Revista Brasileira de Filosofia, São Paulo, n. 20, 1955.

SALDANHA, Nelson Nogueira. **Notas fragmentárias sobre a história e o conhecimento histórico.** Revista Brasileira de Filosofia. São Paulo, 1958.

_____. **Um historicismo para o Brasil.** Revista Brasileira de Filosofia. São Paulo, 1963.

VITA, Luís Washington. **O sentido imanente da história.** In: Revista Brasileira de Filosofia, Fasc. I. São Paulo, 1954.

_____. **Visão cristã da história.** Revista Brasileira de Filosofia, Fasc. 72. São Paulo, 1968.

Outros:

ABBGNANO, N. **História da filosofia.** Lisboa : Editorial Presença, 1992.

BOURDÉ, Guy ; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas.** Mem Martins/ Portugal: Europa-América, 1990.

BURKE, Peter (org.) **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992.

CARVALHO, José Maurício de. **Antologia do culturalismo brasileiro: um século de filosofia.** Londrina: Edições CEFIL, 1998.

_____. **Contribuição contemporânea à história da filosofia brasileira, 2ª ed.,** Londrina: Ed. UEL, 1999. Rio de Janeiro : Campus, 1997.

CERTEAU, Michael. A operação historiográfica. In: ____ *A escrita da história.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002.

DONATELLI, Marisa; MENEZES, Edmilson (Orgs.) **Modernidade e a idéia de História.** Ilhéus: Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2003.

DRAY, William. **Filosofia da História.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FREITAS, M. C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica.** FRUCHON, Pierre (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HAMLIN, D.W. **Uma História da filosofia ocidental.** Rio de Janeiro : Zahar, 1990.

GARDINER, Patrick **Teorias da história.** 2. ed. Lisboa : Fundação Calouste, 1984.

JAIME, Jorge. **A filosofia no Brasil,** 4vols. Petrópolis: Vozes, 1997-2002.

- MALERBA, Jurandir (org.). **A escrita da história: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.
- PAIM, Antônio. **Problemática do culturalismo**. 2.ed. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.
- _____. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Convívio; 1987.
- REIS, José Carlos. **Wilhem Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais**. Londrina: Eduel, 2003.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- _____(Org.). **Western Historical Thinking: An Intercultural Debate**. Berghahn Books. New York, 2005.
- SALDANHA, Nelson. **Historicismo e Culturalismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Recife: Fundarpe, 1986.

A difusão ideológica nas datas comemorativas do Estado Novo

Mariana de Castro Schwab*

Resumo

Nesta comunicação serão analisadas três datas comemorativas do Estado Novo (1937-45), o aniversário de Getúlio Vargas em 19 de abril, o dia do Trabalho em 1º de maio e o aniversário da instituição do Estado Novo em 10 de novembro. A partir das comemorações organizadas pelo Estado nestas datas serão observados os encontros do Chefe da Nação, Getúlio Vargas, com a população e a difusão da ideologia do Estado Novo nestas festividades.

Palavras-chave: Estado Novo, datas comemorativas, ideologia.

Abstract

In this paper it will be analyzed three commemorative dates of New State (1937-45), which are: Getúlio Vargas' birthday on April 19, Labor Day on May 1, and New State establishment anniversary on November 10. It will be observed, from government celebrations organized in these dates, the meetings of the Chief of the Nation, Getúlio Vargas, with the people, and so the New State ideology diffusion made at these commemoration events.

Key-words: New State, commemorative dates, ideology.

* Universidade Federal de Goiás, graduação.

A instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937 é tida como a continuação do movimento iniciado em 1930, com o desenvolvimento de instituições necessárias para o equilíbrio das diversas forças existentes na sociedade brasileira no momento. Foram feitas reformas que reestruturaram os aparelhos de Estado, atuando através de controles administrativos e envolvendo os diversos setores da sociedade, sob um novo modo de relações em que se processou a mobilização econômica e a desmobilização política.

A concentração de poderes no Poder Executivo, com o fechamento do Congresso e das Assembléias estaduais, fortaleceu o Governo Federal. Ao Presidente cabiam as funções de legislar, demitir, transferir, reformar e afastar funcionários civis e militares. Foi decretado o “estado de emergência”, suspendendo os direitos políticos e individuais. Proibiu-se o funcionamento de partidos e associações e o aparato repressivo foi aperfeiçoado, ampliando os órgãos policiais e de censura, assim como a reorganização das Forças Armadas.

As mudanças ocorridas com a instauração do Estado Novo exigiram uma nova forma de relação entre Estado e Sociedade Civil, que se deu através da criação de uma estrutura rigidamente hierarquizada com características corporativistas. Havia também, o controle de organismos da sociedade civil, através de normas que estabeleciam limites às suas atividades ou pela cooptação de seus membros e líderes (GARCIA, 1982:58). Estes organismos, como os sindicatos, associações estudantis, Igreja, escolas, acabaram por se transformar em verdadeiros órgãos do Estado devido à submissão que foram sujeitados.

Montada a estrutura do Estado Novo, com a centralização do poder político nas mãos de um Estado autoritário e intervencionista, destinado aos interesses apresentados como nacionais, havia no momento a necessidade de legitimação desta nova estrutura. Para isto, foi necessário definir a ideologia dominante do Estado Novo, que de acordo com Nelson Jahr Garcia, “configurou-se como representativa dos interesses do capital, relativos às oligarquias ligadas ao setor agrícola e à incipiente burguesia industrial, com a incorporação de interesses das classes média e operária, até o limite necessário à neutralização de sua força” (GARCIA, 1982:59).

Getúlio Vargas montou um aparato administrativo e cultural para difundir a ideologia e legitimar o regime instaurado. Dentro deste aparato estava o Departamento de Imprensa e Propaganda (Dip), que era responsável por centralizar e coordenar a

propaganda nacional, controlar as informações contrárias ao governo, criar saldos positivos da ditadura e estabelecer uma imagem paterna de Getúlio Vargas. Além disso, fazia a censura do teatro, do cinema, das atividades recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa. Esta censura facilitou a formação de uma ideologia positiva ao governo, fazendo com que a população agisse de forma pré-determinada em favor da ditadura.

Outras formas de legitimação do regime eram as comemorações realizadas pelo governo. Aqui serão analisadas de forma sintética três datas comemorativas, o aniversário de Getúlio Vargas em 19 de abril, o dia do Trabalho em 1º de maio e o aniversário da instauração do Estado Novo em 10 de novembro.

Neste processo de legitimação cria-se um sentido mítico do Estado, expresso no mito da Nação e na figura do chefe. De acordo com Mônica Pimenta Velloso, Getúlio Vargas “passa a encarnar o destino nacional porque traduz os verdadeiros anseios de toda a coletividade. Os vínculos entre povo e chefe se estabelecem, portanto, através de uma relação mítica que absolutiza a identidade representante-representados” (1982:95).

Desta forma, é possível afirmar que mito e comemoração se conjugam. O primeiro acentua as qualidades e o segundo as torna públicas. Esta foi a forma que o Estado Novo usou para marcar a ação e o sentido do Presidente, mas apenas a partir de 1940. Em 1942 as homenagens se ampliam e passam a ser feitas pelas estações de rádio, colégios, jornais, clubes, instituições profissionais e órgãos governamentais.

O aniversário de Getúlio Vargas em 19 de abril é comemorado no plano federal e nos estados só a partir de 1940. Antes disso eram feitas homenagens e as comemorações em nível íntimo. Jornais se dedicam ao fato, falando de sua biografia e exaltando seus valores pessoais. São feitos discursos, passeatas e manifestações em recintos fechados. O Departamento de Imprensa e Propaganda organiza irradiações com discursos de autoridades elogiando o Chefe da Nação.

No seu aniversário, Getúlio Vargas geralmente se ausentava do Rio de Janeiro, deixando a cidade entregue a uma grande variedade de homenagens e comemorações. Seus agradecimentos pelas homenagens e apoio eram feitos no discurso do 1º de maio. Expressava, ainda, “sua gratidão e convicção pelo tipo de relação que estava sendo estabelecida entre ele e os trabalhadores” (GOMES, 1994:201).

A comemoração do 1º de maio, Dia do Trabalho, era a mais relevante da época, pois reunia maior número de pessoas, principalmente os trabalhadores. A partir de 1939,

esta comemoração foi transferida para o Estádio São Januário, o maior do Rio de Janeiro na época, aumentando a concentração de público. Deste momento em diante, o 1º de maio passou a assumir certos contornos rituais, pois era sempre uma comemoração de massas, na qual o Presidente em pessoa se encontrava e falava com os trabalhadores. Esta data passou a ser aguardada pelos trabalhadores, pois “era a ocasião em que se anunciava mais uma iniciativa governamental de peso no campo do direito social: o presente da festa” (GOMES, 1994:201).

Em 1938 foi a primeira vez que se comemorou o Dia do Trabalho no Estado Novo, começando a “tradição” do discurso do Presidente para os trabalhadores e dando o primeiro “presente” a eles. Getúlio Vargas anunciou o regulamento da lei do salário mínimo e assumiu o compromisso de sempre realizar um benefício aos trabalhadores na área da política social.

O 10 de novembro, comemoração do aniversário do Estado Novo, também era uma data em que se realizava o encontro do Chefe da Nação com a população. Nesta data também havia um discurso de Getúlio Vargas, no qual ele anunciava as realizações do regime, os benefícios causados a população e aos trabalhadores. Também eram feitas homenagens ao Presidente, através da imprensa com reportagens que glorificavam seus feitos, nas ruas com manifestações populares e até livros.

Francisco Campos, em seu livro *O Estado Nacional* dedicou um capítulo ao segundo aniversário do Estado Novo. Neste capítulo, Campos enche Getúlio Vargas de elogios e méritos pelas realizações do regime. Para exemplificar, um trecho deste texto que revela o clima de louvor a Getúlio Vargas desta e das outras comemorações também (CAMPOS, 2001:201):

Ninguém melhor compreendeu o Brasil do que o nosso Presidente, cujas antenas registram ainda os movimentos de opinião que não impressionam a sensibilidade comum. Ele sente como sente o povo brasileiro; ele surpreende na fase nascente as aspirações e as tendências populares, identificado pelo pensamento e pelo coração com o povo que o festeja e o aclama como protetor e justiceiro. Sereno e imparcial, o sentimento cristão de humanidade tem sido uma das fontes de inspiração do seu governo, sempre inclinado para a sorte das crianças, dos trabalhadores, dos deserdados, não apenas por sentimento de caridade ou de altruísmo, mas por um alto

sentimento de dever para com a coletividade que lhe entregou a direção dos seus destinos.

Desta forma, é possível notar que o Presidente Getúlio Vargas é considerado o único responsável pelas realizações do regime, e que deve ser sempre aclamado pela população. Estes elogios feitos à figura do Chefe da Nação pela imprensa e por intelectuais do governo, como Francisco Campos são formas de legitimar o regime autoritário instaurado em 1937.

Não só para legitimar o regime essas comemorações eram feitas. Por trás de todo aparato montado em torno destas datas estava a difusão ideológica do Estado Novo. A mais aparente nestes cenários é a ideologia do trabalhismo.

O trabalhismo baseava-se numa espécie de pacto social em que o Estado desenvolvia uma política social de produção e implementação de leis que regulavam o mercado de trabalho, e assim conseguindo a adesão das massas trabalhadoras. Firmava-se um acordo em que se trocavam os benefícios da legislação social por obediência política, uma vez que só os trabalhadores legalmente sindicalizados podiam ter acesso aos direitos do trabalho, sinônimo de condição de cidadania em um regime autoritário como o brasileiro (GOMES, 1994:162).

A classe trabalhadora, ao trocar legislação social por obediência política, “estaria realizando um cálculo de custos e benefícios cuja lógica é predominantemente material e individual” (GOMES, 1994:162). Sendo cooptada pelo Estado, a classe trabalhadora perdeu sua autonomia, o que resultou numa condição de submissão política, de ausência de impulsão própria.

A idéia de “quem tem ofício, tem benefício” era amplamente difundida. Os benefícios sociais não eram tidos como uma conquista da classe trabalhadora, mas como generosidade do governo, que envolvia reciprocidade. Isso não quer dizer que havia perda da identidade operária, havia, na verdade, um pacto de reciprocidade.

Desta maneira, os encontros do Presidente com as massas trabalhadoras fortaleciam a difusão da ideologia, criando um mito em torno de Getúlio Vargas e de seu regime. As datas comemorativas do Estado Novo estruturaram uma aproximação significativa e personalizada entre autoridades e público trabalhador. Junto com outras formas de propaganda organizadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e com

iniciativas de autoridades estaduais e federais, estas comemorações são exemplo do quanto se investiu na criação e difusão de uma imagem do regime e de seu Chefe.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo*. São Paulo: Difel, 1976.

GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. p. 71-108.

SOUZA, José Inácio de Melo. *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “Uma configuração do campo intelectual”. In:

Movimentos sociais na Bolívia e a Central Operária Boliviana (C.O.B.)

Mariana de Castro Schwab*

Resumo:

Recentemente na Bolívia têm acontecido alguns movimentos sociais reivindicando direitos da população, e contra medidas neoliberais prejudiciais ao país. Dois movimentos importantes são as chamadas Guerra da Água em 2000 e a Guerra do Gás em 2003. Estes movimentos serão usados como exemplo para mostrar a força dos movimentos sociais na Bolívia e a importante participação da Central Operária Boliviana (C.O.B.) nestes eventos. Este tema faz parte do projeto de iniciação científica “O Movimento Operário Boliviano e a revolução de outubro de 2003: identidade e etnicidade” iniciado em 2006.

Palavras-chave: Bolívia, movimentos sociais, Central Operária Boliviana

Abstract:

Recently, in Bolivia, some social movements that claim people's rights have been happening, combating harmful neoliberal actions taken in the country. Two important movements are the so called Water War, in 2000, and the Gas War, in 2003. These events will be used as examples to show the force of social movements in Bolivia, and the important participation of Central Obrera Boliviana (C.O.B.) in these moments. This theme is part of the scientific initiation project “Bolivian Laborer Movement and the revolution of October, 2003: identity and ethnicity”, initiated in 2006.

Key words: Bolivia, social movements, Central Obrera Boliviana

* Universidade Federal de Goiás. Graduação, aluna de Iniciação Científica. Agência financiadora: CNPQ

As medidas neoliberais que vinham sendo tomadas há mais de dez anos pelos governantes da Bolívia apenas prejudicavam as massas menos favorecidas do país. Com a venda de empresas estatais para empresas norte americanas e européias, obediência às exigências do FMI e da OEA, a fome, o desemprego e a pobreza só aumentavam.

A primeira manifestação significativa contra estas medidas ocorreu em Cochabamba no ano de 2000. Este fato aconteceu contra o aumento da tarifação do serviço de água que estava sob responsabilidade de empresas estrangeiras através de um consórcio entre a Bolívia e uma multinacional (EUA, México e Itália), chamado “Águas Del Tunari”, com contratos e preços desconhecidos pela população. Esse evento foi chamado de Guerra da Água, com manifestações espalhadas pelo país reivindicando a saída dos estrangeiros do controle do serviço da água, passando por protestos exigindo melhorias nas condições de vida.

A partir deste momento houve uma união dos movimentos sociais e uma articulação de suas propostas tornando-se um movimento contra o governo boliviano e desafiando a capacidade de negociação de tal governo. O presidente Banzer, na época, decretou Estado de sítio. Além disso, surgiu uma crise no sistema partidário boliviano “com camponeses, policiais, estudantes, e demais setores da população civil passando por cima das instituições” (FINGUERUT, 2005:03). A Central Operária Boliviana (C.O.B.) que estava enfraquecida desde a década de 1980, se fortaleceu e voltou a atuar em nome do povo, demonstrando importante papel na Guerra da Água.

Da luta pelo preço da água, a população passa a exigir a saída do consórcio “Águas Del Tunari”. Os cacaleiros passam a bloquear estradas aumentando o conflito. O governo, acuado, começa a ceder destituindo a “lei das águas” que permitiu a formação do consórcio e mudando o plano de erradicação da coca. Desta maneira, o consórcio foi desfeito e o Estado de sítio finalizado.

Atualmente, a gestão da água em Cochabamba é feita através de conselhos de bairros. O uso de poços artesianos aumentou muito, mesmo sendo propriedades privadas, ganharam uso público.

Em setembro de 2000, outro movimento, de menor proporção aconteceu na Bolívia. Sua gênese encontra-se na proposta do FMI de “aumentar a arrecadação” do Estado, que foi traduzido pelo governo como aumento de impostos, assim como no aumento do preço da gasolina. Para se manifestarem contra estas medidas, os

camponeses fizeram barreiras nas estradas. Em 48 horas, quatro pessoas morreram, fazendo com que o governo negociasse a situação. O número de mortos aumentou, incluindo quatro militares e seis civis. A medida tomada pelo então presidente Sanches de Lozada, como afirma Ariel Finguerut (2005), foi entrar em rede nacional e pedir paz!

A Guerra da Água foi o princípio de uma sucessão de lutas sociais em busca dos direitos da população boliviana. Em 2002, a manifestação foi através das eleições presidenciais. Evo Morales, representante dos cocaleros e camponeses, teve um número expressivo de votos ficando em segundo lugar. O ganhador foi Gonzalo Sanchez de Losada, considerado um “agente do imperialismo”.

A Guerra do Gás na Bolívia foi outro movimento que refletiu a “entrega” que estava sendo feita da Bolívia, que começou em fevereiro de 2003 com protestos referentes à aplicação de políticas econômicas neoliberais ao país. A Bolívia se encontrava em uma crise econômica, expressada na falta de circulação de capitais e no crescente desemprego. Em setembro, ocorreram mais protestos e um massacre de camponeses Aymaras por parte do governo. A CSUTCB (Central Sindical Única dos Trabalhadores do Campo da Bolívia) também reagiu com o bloqueio de estradas. Ao surgir a proposta de exportar gás para o México e para os Estados Unidos via um porto do Chile, o levante tornou-se mais efetivo, com a entrada da C.O.B. (Central Operária Boliviana), promovendo greves em La Paz.

A população estava revoltada com uma manobra do governo que consistia em dividir a empresa estatal de exploração do gás boliviano entre o Estado, que ficaria com a maioria (51%) e o restante entre empresas privadas através de licitação. Porém, o governo não fez tal negociação e dividiu a exploração meio a meio perdendo o controle efetivo sobre o gás. Além disso, o processo de licitação foi fraudulento e beneficiou empresas específicas norte americanas e mexicanas.

Desta forma, a população boliviana organizada em sindicatos fez protestos que reivindicavam seus direitos coletivos sobre o gás, um patrimônio nacional, e a renúncia do então presidente Sanchez de Lozada.

O modelo que foi proposto desde a década de 1980 terminou estrangulado pelas mesmas correntes com que se preservava a exclusão da população menos favorecida. Entre os anos de 2000 e 2005, a situação se tornou dramática, a economia boliviana rapidamente se tornou inviável e o sistema político perdeu sua legitimidade e credibilidade. O modelo de governo e de desenvolvimento aplicado à Bolívia nas

últimas duas décadas não conseguiu digerir as próprias irregularidades e defasagens. Mas, apesar da presença do capitalismo, foram mantidas antigas formas sociais e políticas.

Um dos principais agentes destes movimentos foi a Central Operária Boliviana (C.O.B.). A C.O.B. foi criada em 17 de abril de 1952, como um organismo de frente única das massas armadas. O contexto de sua criação foi a Revolução Boliviana que começou no mesmo ano. Porém, a Central, não possuía uma direção revolucionária, limitando-se à tática oportunista do ministerialismo ao propor o ingresso de “ministros operários” no governo capitalista.

A Bolívia, sobretudo após a Revolução de 1952, se sobressaiu entre os países latino-americanos por seu movimento operário combativo, apesar de nunca ter possuído um operariado volumoso, pois seu nível de industrialização sempre foi baixo. Segundo Carlos Jahnsen Gutierrez e Irma Lorini (2007), o movimento denominado operário foi formado por artesãos, mineiros, empregados de fábricas, ferroviários, motoristas, gráficos, professores, médicos, etc. Ou seja, abarca diferentes setores da sociedade, mas foi muitas vezes liderado pelo setor de trabalhadores mineiros.

Após a derrota da Revolução em 1953, a COB ficou no ostracismo. Sua direção passou a ser composta por governistas, aliados à burguesia. Porém, em 2003, com os levantes da Guerra do Gás, houve uma renovação da direção da Central. Ocorreu um congresso em agosto do mesmo ano que possibilitou uma relativa autonomia política à C.O.B.. A renovação debilitou o controle burocrático sobre o proletariado que obrigou a nova direção a deflagrar uma greve geral por tempo indeterminado.

Foi a partir desta greve geral organizada pela C.O.B. que outros protestos começaram a acontecer. Esta Central engloba todos os trabalhadores bolivianos dependentes, aqueles que trabalham em pequenos negócios, por conta própria e associações sem aposentadorias. Ou seja, parte do país parou nesta greve geral. Outros setores, como dos transportadores, trabalhadores sem aposentadoria, cocaleiros, pequenos comerciantes, universidades públicas e camponeses seguiram a C.O.B.. Quase todos os setores da sociedade boliviana pararam em nome do gás que lhes pertencia. E, de alguma maneira, essas diversas organizações têm encoberto em sua direção a Central.

A convocação da greve geral feita pela Central Operária Boliviana unificou as lutas que estavam dispersas até o momento. Em resposta, o governo reprimiu

violentamente as manifestações, fazendo com que cada vez mais setores acatassem ao levante. Além de reivindicar o gás, a população exigia a saída do presidente Sanchez de Losada. Nos dias 16 e 17 de outubro houve a maior concentração de pessoas em La Paz, que passaram dia e noite rondando o palácio do governo armados com paus e pedras, esperando uma resposta do então presidente.

A C.O.B. também foi responsável por liderar a campanha revolucionária no país, levando as manifestações do campo para as cidades. A Central é considerada a cabeça da revolução pelos jornais e revistas que analisaram os acontecimentos.

Esta visão da C.O.B. como grande líder da Revolução é encontrada numa bibliografia de cunho marxista e revolucionário. Esta visão sobre a importância da Central Operária Boliviana na Guerra do Gás, foi encontrada em revistas eletrônicas como a argentina *Corriente Praxis*. Esta revista contém artigos e notícias sobre as classes trabalhadoras e sindicatos da América Latina. O artigo usado “Tres tendencias en la álgida Bolivia” de Pablo Socca descreve os levantes de outubro de 2003 e a atuação da Central.

Porém, há outra visão da atuação da Central Operária Boliviana no levante de 2003. Na interpretação de Carlos Jahnsen Gutierrez e Irma Lorini (2007) a participação indígena foi muito mais importante que a da própria Central. Para os autores, “as demandas e os protestos se intensificaram, circunstâncias em que foram os indígenas, e não a C.O.B., os principais atores. Desta forma, as mobilizações sociais adquiriram cada vez mais um caráter étnico” (GUTIERREZ; LORINI, 2007:53).

Os autores atribuem os movimentos sociais aos séculos de opressão, da pauperização e marginalização dos povos Aimarás e Quechuas, e de todas as culturas existentes na Bolívia pelas elites mestiças e criollas inaptas para governar para todos, devido suas visões racistas e reacionárias sobre a sociedade.

Os movimentos que ocorreram já no início do século XXI são resultados do descontentamento da maioria da população boliviana representando um movimento unicamente indígena. “Os ativistas políticos do movimento de protesto encontraram uma válvula de escape na política da água e do gás, intensificando sua profunda desconfiança na classe política tradicional, de serem novamente enganados” (Idem, 2007:53).

Nos últimos anos tem ocorrido um fenômeno que pode se considerar de “re-etnização” da América Latina. Segundo Domingues (2007) há uma mudança no

“repertório” do protesto social, em que se pode afirmar que na Bolívia se manifestam três tipos de evocação da ação coletiva: defesa de interesses nacionais, reações a instituições com pouca capacidade de se ajustar e conflitos relacionados à defesa e manutenção de valores culturais.

Recentemente, a etnicidade foi para a linha de frente da política popular. Primeiramente, porque esta etnicidade, como afirma Domingues (2007), não é aquela que remete diretamente ao mundo pré-colonial. De acordo com o autor “esses ‘povos originários’ são étnicos em seu imaginário, instituições e práticas contemporâneas. Todavia, em alguns períodos eles recorrem à reconstrução daquele período (colonial) para reforçar e legitimar suas identidades e reivindicações” (DOMINGUES, 2007:06).

Outro fator para a valorização da etnicidade na política popular é o poder da vida comunitária e a ausência de grandes proprietários, hoje, dentro dos movimentos populares. Esses movimentos são com frequência altamente centrados, com forte identidade e organização, que dependem da participação popular ativa e vigilante.

Após a análise destes fatos da história boliviana é possível concluir que estes movimentos sociais tiveram seu auge na ascensão de Evo Morales à presidência do país. Desta forma é possível notar como as questões étnicas, de classe e sociais resultaram nos levantes ocorridos, e como a questão étnica tomou a frente dos movimentos sociais.

Um dos fatores para a questão étnica estar em voga, segundo Aranda (2004) é a crise nas correntes de esquerda, a perda do papel principal dos “operários” dentro do movimento popular e a busca do novo “sujeito social”, que possa tornar-se expressão das demandas da sociedade e, além disso, o amadurecimento político da população indígena.

Os movimentos sociais na Bolívia significaram que a tomada do poder por Morales se deve à incompetência e ao fracasso dos partidos políticos e da classe política tradicional deste país isolado no que tange a resolver os constantes problemas de uma sociedade subdesenvolvida, com alto grau de pobreza e exclusão. Até o momento, não está claro que tipo de Estado ou sociedade o governo de Morales pretende propor. O que existe é uma figura em construção, exaltada pela sua etnicidade e vista pelas maiorias excluídas como um “salvador dos índios”.

Referências Bibliográficas

ALBO, Xavier. “22 anos despues: la convulsionada Bolívia multiétnica” in *Revista debate social y jurídico*. Cejis, n.16, abr. 2004.

ARANDA, Andrés Silva. “A questão indígena no cenário político boliviano”. In *Reunião de Estudos: Ascensão de Movimentos Indigenistas na América do Sul e possíveis reflexos para o Brasil*. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004.

BONIFAZ, Carlos Romero. “Las jornadas de octubre: levantamiento popular em Bolívia” in *Articulo Primero, Revista de debate social y jurídico*. Cejis, n.16, abr. 2004.

DOMINGUES, José Maurício. “Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades” in *En publicacion: Análise de Conjuntura*. OPSA, n. 02. Brasil, fev. 2007. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/iuperj/domingues.pdf> Consultado: 08/08/2007.

FINGUERUT, Ariel. “As Guerras da Água e do Gás na Bolívia” in *Percepções e Agendas na América Latina*. Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais Unesp, Unicamp, Puc/SP, 2005.

GUTIERREZ, Carlos Jahnsen & LORINI, Irma. “A trilha de Morales: Novo movimento social indígena na Bolívia”. In *Novos Estudos*. CEBRAP, n.77, março 2007.

SOCCA, Pablo. *Tres tendencias en la álgida Bolivia*. Disponível: http://www.corrientepaxis.org.ar/article.php3?id_article=27 Consultado 11/03/2007

Os prontuários do Hospício São Pedro: metodologia para formação de banco de dados

Zelinda Rosa Scotti*

Resumo: a apresentação dos prontuários do Hospício São Pedro em Porto Alegre, erros e acertos na coleta de dados destes documentos, bem como sugestões para transformar as informações apreendidas em dados para uma escrita histórica, são objeto de atenção deste trabalho.

Palavras-chave: prontuários, metodologia, história.

Abstract: the presentation of handbooks of the mental hospital São Pedro in Porto Alegre, errors and success in the contribution of data of these documents, good as suggestions to transform the learned informations into data for a historical writing, are objects of attention of this work.

Key words: handbooks, methodology, history.

Introdução

Em 1998 iniciei pesquisa focando **imigração germânica** utilizando um viés diferenciado: **gênero e loucura**. Em outras palavras, a pesquisa observou **mulheres imigrantes alemãs** que estiveram **internadas no Hospício São Pedro**¹ no período que vai de 1900 a 1925.

A utilização dos prontuários médicos se fez fundamental. Além da fala oficial e “verdadeira” dos diretores do hospício registrada em relatórios ao Presidente da Província, nada mais resta para uma escrita sobre os loucos que lá estiveram internados.

Os prontuários do Hospício São Pedro, doados ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, foram acondicionados em caixas de arquivo de papelão identificadas por um número de ordem (n.1, n. 2, n. 3, etc.) além de informar a que ano pertence, data que corresponde a primeira entrada do paciente². A identificação do material não deve, portanto, ser feita através da numeração contida na capa dos prontuários e sim, através da numeração das caixas³.

Foi necessário obter permissão do Conselho de Ética do Hospício São Pedro, e enquanto aguardava que tal ocorresse, iniciei leituras pertinentes a temática com a qual iria trabalhar. A obra *O Espelho do Mundo: Juquery, a história de um asilo* de Maria Clementina Pereira da Cunha, riquíssima em transcrições de observações sobre os doentes mentais, todas

* Doutoranda no PPG de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

¹ Ao longo do texto também será utilizada a sigla HSP.

² Um exemplo: a caixa de n. 23 contém os prontuários relativos ao ano de 1921, o ano e o número de ordem constam na lombada da caixa.

³ Um exemplo: na caixa 23, em que está inscrito o ano de 1921, existem 27 prontuários. Destes, três são de outros anos, um de 1912, outro de 1916, e um último de 1920. Se ao procurar um prontuário em que a data de entrada seja justamente 1912 (e poderia ser o prontuário “perdido” na caixa de 1921), sob um número hipotético de 12.545, como posso encontrá-lo se ele não está na caixa a qual deveria pertencer? A caixa que contém os prontuários correspondentes ao ano de 1912 é a de número 8.

obtidas junto aos prontuários do Juquery, levou-me a supor que minha tarefa seria a de localizar informações sobre alienadas alemãs e fazer quem sabe uma análise do discurso médico sobre elas.

Obtida a permissão para manuseio dos documentos⁴, minha surpresa foi constatar que minhas fontes, diferente dos prontuários do Hospício do Juquery, eram recheadas de silêncios, onde saltava aos olhos a ausência de terapêutica ou anotações sobre os progressos (ou não) dos pacientes. Por meses li e reli os documentos médicos sem perceber como extrair as informações neles contidas. Por outro lado, percebia que cada prontuário⁵ era a história de uma vida que entrara no hospício para lá encontrar seu destino final: foram muitos os internos que permaneceram no HSP até a morte. Como anotar de maneira *quantitativa* para futuras pesquisas, sem perder de vista o lado *qualitativo* da mesma? Sobre esta trajetória, a qual envolveu técnicas de manuseio de fontes primárias atípicas, prontuários médicos, é que trata o presente trabalho.

1. Os prontuários e uma primeira tentativa de apreensão dos dados

O corpus documental do qual foram retiradas informações sobre os internos do Hospício São Pedro, é constituído basicamente por capa (feita de papelão), guia de entrada e uma requisição (geralmente expedida pela Chefatura de Polícia).

Na capa o número do registro foi desprezado em função das explicações acima mencionadas (caixas numeradas e por ano). A guia de entrada contém os seguintes dados: classe, nome, filiação, temperamento, constituição, idade, estado civil, cor, nacionalidade, residência (cidade de origem), profissão, admissão provisória, admissão definitiva, falecimento e saída (a saída tanto pode ocorrer para assistência como por fuga, cura ou falecimento). Estes campos são sistematicamente preenchidos por aquele que é responsável pelo recebimento/avaliação do louco. Abaixo destas informações, apenas o diagnóstico inicial é anotado, e nada mais. No verso da guia de entrada, encontram-se dados como altura, cor dos olhos e cabelos, bem como o(s) motivo(s) do falecimento. No entanto, poucos são os prontuários que contém estas últimas anotações em seu verso.

⁴ Coletei as informações no APERS (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) no período que vai de 1998 a 2002.

⁵ Examinei 1.158 documentos médicos relativos aos anos de 1900 a 1925, contidos nas caixas de n. 4 a caixa de n. 39.

HOMENS caixa.....				
Saída	Classe	Encaminhamento	Estado Civil	Idade
Falecimento	1ª	Chefatura de Polícia	solteiro	até 15
Cura	2ª	Secretaria de Polícia	casado	16-25
Assistência	3ª	Particular	viúvo	26-35
	4ª	pela prefeitura	36-45
	Pobre	+ 46

Profissão	Diagnóstico	Origem
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

possi terapeutica :
 longa observação ☑

Ano 1911 ☑☑1
 1910 ☑☑

1902 !
 1907 !

Saída	Classe	Encaminhamento	Estado civil	Idade
Falecimento ☑☑	1ª !	Chefatura de Policia ☑☑	solteiro ☑☑☑	até 15
cura	2ª ☑	Secretaria de Policia ☑1	casado ☑	16-25 ☑☑☑
assistência ☑☑☑	3ª !	Particular ☑	viúvo !	26-35 ☑
trans. p/ juve nans !	4ª ☑☑☑	pela prefeitura !	n conta !	36-45 ☑
juza !	pobre ☑	n conta ☑	+ 46 ☑
Alta !	(24)	(24)	(24)	(24)

Profissão	Diagnóstico	Origem
aguiete ☑1	psicopatia instintiva	Sao Leopoldo ☑
sem progresso !	delirio compulsivo !	(?) casa de Correias ☑
respetiva !	psicose orgânica	(n conta)
2ª classe empregado público	delirio paranoico !	Ribeira !
pedreiro !	delirio monomaniaco	Santa Anas !
jozeite !	delirio demenciais	S. J. Montenegro !
Jozeite !	delirio alucinatório	Porto Alegre ☑
Jozeite, real !	meninge simpática !	Santa Maria ☑
delirio demenciais	delirio alucinatório	Rio Grande !
emp. público de	delirio !	Barra do Ribeiro !
comércio !	delirio maníaco !	Lavras !
n conta ☑	eccitacão maníaca !	São Francisco de
32 anos	delirio !	Arro !

OBSERVAÇÕES

estado demenciais !
 psicopatia instintiva !
 delirio (?) sem delirio !
 psicose (...)
 delirio alucinatório !
 demenciais precoce !
 (ambivalência / delirio)

psicose maníaco depressiva !
 psicose maníaco depressiva /
 delirio alucinatório !
 parálise geral ☑
 alcoolismo !
 psicose epilética !
 delirio (?) delirio dos delirios !
 demenciais precoce !
 psicose epilética !

Uruguaiana !
 São João de Paula !
 Porto fundo !
 Agreste !
 S. Gabriel !
 Anahy !
 (24)
 Longosamentos !
 (25)

Entre continue com terapeutica iniciam-se longas observações
 conjecturas de como girou a mente.

2. Em busca de uma técnica para a coleta de dados: o *quantitativo* sem perder de vista o *qualitativo*

Um mapeamento mais rigoroso, com observância de individualidade e que ao mesmo tempo fosse prático quando procurasse por alguma informação específica, tornara-se fundamental, afinal após esta primeira incursão percebi que seriam centenas de documentos a serem pesquisados.

Foi apenas algum tempo depois, na realidade tratou-se de meses, que me ocorreu uma forma de coletar as informações de maneira sistemática e que facilitaria no posterior manuseio. Elaborei então, como instrumento de coleta, a seguinte planilha que pode referir-se ou a homens ou a mulheres⁶. Cada folha possui espaço para 10 alienados, auxiliando desta forma na contagem final por sexo e total de prontuários, conforme o modelo diminuído⁷ que se observa logo abaixo:

Nome	Idade	Estado Civil	Classe	Ano Internação	Ano Alta	Motivo Alta	Cidade	Profissão	Observações	Encaminhamento

Nome e Sobrenome: para identificar possíveis parentescos e/ou repetições de nome. Serve também como guia para futuras investigações.

Idade: permite observar a que faixa etária pertenciam os internos. Esta informação possibilita a observação de crianças, em tenra idade (5 anos), no HSP.

Estado Civil: possibilita observar se a incidência de falecimentos ocorreu em maior número entre solteiros ou casados, se a internação era mais longa entre solteiros ou casados, etc.

⁶ Quando houve a coleta dos dados, ocorreu também a divisão entre mulheres alemãs e homens alemães, uma vez que a dissertação por mim feita *Loucas mulheres alemãs: a loucura visitada no Hospício São Pedro (1900-1925)*, previa e necessitava esta divisão.

⁷ O original tem tamanho A4 e na configuração de página, orientação, paisagem, como se verá adiante.

Classe: desmistifica a idéia de que apenas pobres tiveram entrada no Hospício. As classes 1ª, 2ª e 3ª eram pensionistas e pagavam, necessitando de fiança, um documento a mais, mostrando envolvimento de familiares ou mesmo empresas no internamento. A grande maioria, porém, era da 4ª classe (pobres ou indigentes). Este dado poderá ser cruzado com a profissão do insano.

Ano da Internação e Ano da Alta: localização no tempo, e por que período ocorria a internação.

Motivo da Alta: poderia acontecer por cura, melhora, fuga, assistência ou falecimento.

Diagnóstico: necessário para conceituar loucura na época estudada.

Cidade de Origem: se do interior (é especificada a cidade) ou da Capital.

Profissão: muito rico no que diz respeito ao sexo masculino, embora também surjam, alguns dados esclarecedores para mulheres, tais como: “mulher pública” e “serviço doméstico colonial”.

Encaminhamento: permite observar estreita ligação da Polícia com o Hospício. Observa-se também a incidência de particulares e outras instituições que encaminham os alienados (familiares, Santa Casa, Casa de Correção).

Em **Observações**, foi colocado um título (também chamado de categoria) para a localização posterior de algum dado que será anotado em fichas individuais. Dentre as categorias⁸ que originaram fichas pessoais aponto:

- *Maternidade* (pacientes que geraram filhos dentro do HSP);
- *Internação + de 1* (pacientes que estiveram mais de uma vez internados no Hospício);
- *Idioma* (casos em que o alienista relata após o diagnóstico feito, que o paciente fala um idioma incompreensível para o médico);
- *Trabalho no Hospício* (o alienista relata de que atividade o alienado se ocupa);
- *Indigência* (alguns alienados são remetidos ao HSP por que foram encontrados “vagando” pelas ruas de alguma cidade);
- *Causa do Falecimento* (observação de que alienados morriam porque os médicos não sabiam tratar uma doença como “disenteria”).

⁸ Assim chamadas por trata-se de metodologia que abrange a Análise de Conteúdo.

FICHA 1 MULHERES NO HOSPÍCIO SÃO PEDRO. CAIXA: 19 ANO: 1919 (1º)

Nome	Idade	Estado Civil	C	Ano Intern	Ano Alta	Motivo Alta	Diagnóstico	Cidade	Profissão	Observações	Encaminhamento
Maria	45	Solteira	4ª	1919	1938	Falecimento	Debilidade mental com acessos delirantes episódicos	Porto Alegre	Serv. domést.		Chefatura Polícia
Maria Albina	49	Viúva	4ª	1919	1919	Assistência	Delírio polimorfo ...	Porto Alegre	Serv. domést.		Chefatura Polícia
Constantina	42	Casada	4ª	1919	1919	Assistência	Delírio tóxico (...)	São Leopoldo	Doméstica		Chefatura Polícia
Martina	18	Solteira	4ª	1919	1921	Falecimento	Demência precoce	Erechim	Serv. domést*		Chefatura Polícia
Ana Maria	45	Solteira	3ª	1919	1919	Assistência	Psicose maníaco depressiva	Porto Alegre	Serv. domést.	Portuguesa	Particular (sobrinho)
Arminda	50	Viúva	4ª	Jul 1919	Nov 1919	Falecimento	Estado demencial (...) [frase longa sem entendimento]	Porto Alegre	Serv. domést.		Chefatura Polícia
Isidra	42	Casada	4ª	1919	1919	Assistência	Confusão mental acessos convulsivos epilépticos	Canguçu	Serv. domést.	Internação + 1	Chefatura Polícia
Catharina	19	Solteira	4ª	1919	1931	Falecimento	Degeneração hereditária idiotia	Rio Grande	S/entendimento		Chefatura Polícia
Maria José	15	Solteira	4ª	1917	1919	Assistência	Demência precoce	Santa Maria	Não consta	Internação + 1	Chefatura Polícia
Maria Fernandes	34	Casada	4	1919	1921	Falecimento	Confusão mental alucinatória	Vacaria	Não consta		Chefatura Polícia

Na página anterior, reprodução da digitação de parte de uma das caixas, e abaixo um exemplo de como foram confeccionadas as fichas individuais a partir do item **Observações**:

(1) Maternidade (Internação + de 1)	(2) M Cx 25
(3) Nome, idade, estado civil	
(4) Retirado da observação psiquiátrica em.....: copiado conforme documento, empregando-se “aspas”, para evidenciar que a fala é a do documento, e [colchetes], observações minhas.	

A ficha acima, por mim elaborada, será sempre individual, tendo presente uma série de dados para identificação imediata da origem das informações coletadas. A categoria vem evidenciada em vermelho (1), levando-se em conta que um mesmo prontuário pode gerar mais de uma categoria em “Outras Observações”, e para cada qual será feita ficha própria. À direita (2) pode ser observado o sexo: **M** (mulheres) ou **H** (homens) e respectiva caixa.. O nome, idade e estado civil (3) são para identificar de que prontuário está sendo retirada a informação. Finalizando, o texto a ser reproduzido sempre entre aspas (4) também será identificado de onde foi extraído (pode ser da observação psiquiátrica, de cartas particulares, da Chefatura de Polícia, etc.).

3. Um pouco sobre a quantificação e seu emprego

Embora não seja objetivo deste texto tecer explicações sobre o Método Indiciário, proposto por Ginzburg do qual me utilizo para a confecção do trabalho, é bom lembrar que esta metodologia se faz necessária uma vez que poucas são as informações (aquelas distintas do cabeçalho como nome, idade, procedência, etc.) obtidas junto ao corpus documental de cada prontuário. Os documentos médicos em questão apresentam “resíduos, dados marginais (...), pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais”, assim como “pistas talvez infinitésimas [que] permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível” (GINZBURG, 1990: 149-150). Para esta categoria de informação calcada

em pistas e indícios, busquei a técnica da Análise de Conteúdo⁹, que envolve as fichas pessoais dos pacientes. Já para os dados recolhidos das guias de entrada, a técnica se encaminha para a quantificação.

Segundo ARÓSTEGUI, enquanto as *técnicas de análise qualitativa* utilizadas tradicionalmente pelos historiadores não visam medir, mas “classificar, tipologizar, reunir os dados em função de sua qualidade”, lançando mão, por exemplo, da Análise de Conteúdo, as *técnicas de análise quantitativa*, teriam por foco “controlar toda a carga subjetiva que o tratamento dos fenômenos sociais sempre traz para o pesquisador” (ARÓSTEGUI, 2006: 215). Nem sempre esta técnica é acompanhada de reflexão, muitas vezes convertendo-se em um fim em si mesmo. Ainda que sob suspeita, é impossível negar sua importância, pois mesmo que a quantificação não deva ser o objetivo de uma pesquisa, nem um fim em si mesma, ela é um instrumento que permite estabelecer relações exatas (ARÓSTEGUI, 2006:537 e 538), que complementem as apreensões qualitativas, reduzindo possibilidades de inferências errôneas, estereotipadas, ou generalizações a partir de pouca documentação.

Nos prontuários do HSP encontram-se muitos homens que foram parar nas dependências do hospício devido à bebida. Se tivermos como complementação a este dado, que italianos são internados devido ao álcool, poderia chegar à conclusão de que os mesmos buscam na embriaguez uma forma de fugir dos problemas enfrentados pelos imigrantes, como falta de recursos ou assistência das autoridades. Mas quantos italianos foram internados? E destes, quantos o foram por alcoolismo? Apenas esta etnia apresentava este diagnóstico ou os que não eram imigrantes também eram internados por alcoolismo? Qual o percentual entre as diferentes etnias que compunham a população do HSP que eram internados por demência alcoólica? Quantificar seria permitir ou uma ratificação ou uma correção a uma inferência inicial.

Posso também deduzir a partir de alguns prontuários, que os homens saem mais para assistência (quando voltavam para casa para serem cuidados pela família) do que as mulheres, pois aqueles seriam arrimos de família. Novamente a quantificação pode lançar luz a uma possível generalização a partir de indícios. Quantas mulheres e quantos homens saem para assistência (percentual sobre o número absoluto de cada sexo)? Quantos são os homens casados (portanto, arrimo de família) e quantos são os solteiros que saem para assistência? O número de falecimentos é maior entre mulheres ou entre homens?

⁹ Sobre esta técnica ver MORAES, 2003.

Além da busca de uma maior exatidão, evitando-se conclusões precipitadas, os cruzamentos das informações também são fontes de dados. Abaixo, algumas tabelas, com cruzamento de variáveis, que exemplificam¹⁰ o emprego das informações retiradas da planilha que registra dados quantitativos.

1. *Cruzamento de duas variáveis: sexo e saída dos alienados*¹¹:

	Assistência	Cura	Melhora	Falecimento	P/Manicômio	Fuga	Ñ Consta	Alta
Mulheres								
Homens								

O maior percentual de saída para assistência encontra-se entre homens ou mulheres? Quem morre em maior número no HSP, homens ou mulheres? Quem tem maior índice de cura, homens ou mulheres?

2. *Cruzamento de duas variáveis: estado civil e saída do alienado*:

MULHERES						
	A	M/C	F	N/C	Fuga	Total
Solteira						
Casada						
Viúva						
Ñ/C						
Total						

HOMENS						
	A	M/C	F	N/C	Fuga	Total
Solteiro						
Casado						
Viúvo						
N/C						
Total						

A – Assistência
M/C – Melhora ou Cura
F – Falecimento
N/C – Não consta

Os falecimentos ocorrem em maior número na população interna do sexo masculino ou feminino? O maior percentual de falecimentos ocorre entre solteiros ou casados? A saída do paciente para assistência (portanto não falecimento no HSP) pode ser observada em maior número entre homens ou mulheres? E se observado que são os homens que saem em maior número para assistência, a incidência maior será entre solteiros ou casados?

¹⁰ As tabelas aqui registradas fazem parte integrante de minha dissertação de mestrado *Loucas mulheres alemãs*.

¹¹ Assim chamados os internos no HSP, portanto o médico que cuidava dos pacientes era chamado de alienista.

3. Cruzamento de duas variáveis: estado civil e procedência do alienado:

MULHERES			
	Interior	Capital*	Ñ consta
Solteiras			
Casadas			
Viúvas			
Ñ consta			
Total			

HOMENS			
	Interior	Capital*	Ñ consta
Solteiros			
Casados			
Viúvos			
Ñ consta			
Total			

* Porto Alegre

Os homens procedem em maior número da capital ou do interior? E entre as mulheres, são as solteiras ou as casadas que vêm em maior número do interior? Qual o percentual de procedência de homens e mulheres da capital e do interior?

É bom lembrar que estes dados tornam-se complementares para a pesquisa qualitativa calcada na Análise de Conteúdo e que se utiliza das fichas individuais. Enfim, a busca pela utilização de ambas as técnicas, a quantitativa e a qualitativa, evita ou generalizações a partir de poucos dados (fichas individuais), ou o empobrecimento da pesquisa calcada apenas em medições que pouco ou nada esclarecem ou informam.

Conclusão

Associada aos questionamentos feitos às fonte é necessário uma metodologia para a coleta de dados. Se a tentativa de buscar uma fórmula para coletar as informações das fontes pode se mostrar frustrante numa primeira etapa, pode igualmente ocasionar um aprendizado para a formulação de uma metodologia que realmente funcione. O método acima exposto, é a busca de um casamento entre a coleta de informações quantitativas sem perder de vista o qualitativo, mas principalmente, é a valorização da quantificação em história que quando não apreciada isoladamente, permite refutar ou corroborar informações que de outra forma poderiam vir a se tornar generalizações.

Bibliografia

- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru/SP: Edusc, 2006.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O Espelho do Mundo: Juquery, a história de um asilo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência e Educação*, v. 9, n. 2, Bauru, 2003, p. 191-210.

SCOTTI, Zelinda R. *Loucas Mulheres Alemãs: a loucura visitada no Hospício São Pedro (1900-1925)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC/RS, 2002.

SEXUALIDADE FEMININA E MISOGINIA MEDIEVAL NOS SABERES MÉDICOS MEDIEVAIS

Catarina Stacciarini Seraphin*

Resumo

No período medieval, a discussão sobre sexualidade mesclava-se aos textos religiosos. Eram os homens, monges e eclesiásticos que discursavam essencialmente sobre sexo, embora em tese não possuíssem vida sexual, assim escrevendo com pouco conhecimento do assunto. Contudo, aspectos da sexualidade eram também discutidos em tratados médicos medievais. A noção de sexualidade, na Idade Média, está inserida em uma concepção hierárquica de valores, na qual os *virgines* ocupavam o nível supremo, sendo o exemplo a ser seguido; os *oratores* ligados à renúncia ou à continência possuíam maior autoridade que os *conjugati*. A presente comunicação visa discutir e apresentar aspectos da sexualidade feminina e a relação desta com a misoginia medieval por intermédio da análise dos tratados médicos medievais do século XIII.

Palavras-chave: Sexualidade, misoginia, saberes médicos.

Abstract

During the Middle Age the discussions about sexuality blend with religious texts. It was men, mostly monks and ecclesiastical that wrote about sex, although in thesis they did not had sexual life, writing with little knowledge. However aspects of sexuality were also discussed in medieval medical writings. The notion of sexuality, during the Middle Age, was inserted in an hierarchy conception of values, in which the *virgines* occupied the supreme level, being the example to be followed; the *oratores* connected with resignation and chastity had bigger authority over the *conjugate*. The present work aim to discuss and present aspects of feminine sexuality and its relation with medieval misogyny by the analyses of medieval medical works from the thirteenth century.

Key-words: Sexuality, misogyny, medical knowledge.

* Graduanda em História, Universidade Federal de Goiás.

No período medieval, a discussão sobre sexualidade mesclava-se aos textos religiosos. Eram os homens, monges e eclesiásticos que discursavam essencialmente sobre sexo, embora em tese não possuíssem vida sexual, assim escrevendo com pouco conhecimento do assunto. Contudo aspectos da sexualidade eram também discutidos em comentários e tratados médicos medievais.

Estes tratados foram amplamente influenciados por obras árabes e gregas (como a teoria dos humores, formulada por Galeno no século II). Essas obras foram em sua maioria traduzidas e copiadas no final da Idade Média. O *Canon* de Avicena (980-1037), traduzido para o latim por Geraldo de Cremona (1114-1187) no século XII, tornou-se uma importante influência para os intelectuais da Idade Média. Avicena ressaltava a importância de se discutir a sexualidade, escrevendo sobre temas considerados controversos como o aborto e a contracepção (Lemay, 1982).

Segundo a tradição médica o corpo e o prazer sexual não estavam sistematicamente associados ao mal, existia na realidade uma preocupação com a saúde. Os médicos afirmavam que a continência era um perigo e que as doenças que advém desta deveriam ser curadas pela satisfação do desejo. Entretanto o abuso das relações sexuais também era considerado prejudicial. Havia uma busca pelo meio termo, pela justa medida (Rossiaud, 2002).

Apesar de alguns médicos da Idade Média discutirem sexualidade em seus textos, muitos os faziam com uma preocupação moral, pois muitos médicos eram também clérigos, como Alberto Magno (1193-1270) e Pedro Hispano (1205/1210-1277).

Alguns tópicos relacionados ao comportamento sexual estavam submetidos aos dogmas da Igreja. A justificativa de Avicena para o aborto, que deveria ser realizado em caso de salvar a vida da mãe, não era aceita por autores cristãos, na medida em que a legislação contra o aborto se tornou mais articulada e mais disseminada na Baixa Idade Média (Cadden, 1993).

A mulher representava ao homem um grande júbilo, entretanto devido ao seu corpo, que segundo a doutrina aristotélica representava um macho invertido, imperfeito e incompleto, e a sua sexualidade a mulher era considerada também um elemento de temor (Klapisch-Zuber, 2002). Dessa maneira era aconselhado ao homem resistir aos encantos femininos, pois as mulheres eram consideradas insaciáveis e capazes de gozos repetitivos, estando dessa maneira muito sujeita ao desejo. Dessa forma a sexualidade feminina era apresentada como perigosa, fornecendo combustível para a misoginia medieval.

Nos textos médicos e filosóficos se mostra evidente a misoginia e a sua relação com a sexualidade. Segundo Galeno tanto o homem quanto a mulher eram responsáveis pelo ato procriador, sendo necessário a união das duas sementes, a masculina e a feminina. Entretanto a tradição aristotélica acreditava na existência única do esperma masculino. A criança provinha, portanto do pai, sendo a mulher apenas um receptáculo passivo.

Outro aspecto da submissão e inferioridade da mulher através da sexualidade é a crença que a maioria dos indivíduos possuía de que o marido detinha poder sobre o corpo de sua mulher, sendo seu dono, apesar de existir uma corrente intelectual, inicialmente minoritária, sendo Abelardo (1079-1142) seu principal representante, que acreditava que durante o ato sexual o homem e a mulher possuíam igual poder sobre o corpo do outro (Rossiaud, 2002).

Existia ainda no período medieval uma concepção hierárquica de valores relacionada à sexualidade, na qual os *virgines* ocupavam o nível supremo, sendo o exemplo máximo a ser seguido; os *oratores* ligados à renúncia ou à continência possuíam maior autoridade que os *conjugati*.

Esta concepção hierárquica de valores não favoreceu uma reflexão positiva acerca do casamento. A sexualidade dos casais estava submetida ao controle da Igreja. Esta instruía o casal sobre a melhor maneira de realizar os atos sexuais, através da teologia do matrimônio. O casal deveria seguir regras e ritos, na tentativa de moderar a luxúria. As relações deveriam ser noturnas, era necessário evitar a nudez, o excesso de carne e vinho poderia levar ao desejo carnal. O casal deveria ainda dominar o corpo e reduzir o número de relações.

As mulheres deveriam deixar a iniciativa sexual para os homens. O casal deveria limitar-se às posições consideradas comuns, pois as incomuns eram consideradas perigosas, podendo gerar concepções monstruosas. O casal deveria ainda respeitar os períodos de abstinência impostos pela Igreja, como a quaresma (Rossiaud, 2002).

A busca da Igreja em normatizar a sexualidade no interior do sacramento do matrimônio, através da teologia do matrimônio representa uma tentativa de controle que na realidade não se efetivava.

Os grandes períodos de abstinência sexual determinados pela Igreja e o controle que esta tentava exercer na sexualidade dos casais indica uma preocupação em controlar a natalidade através de práticas naturais, uma vez que as práticas contraceptivas eram condenadas e a sodomia era ainda mais abominável no matrimônio.

Apesar de serem condenadas, muitos casais buscavam formas de limitar os nascimentos por intermédio de práticas contraceptivas. Acreditava-se que partia da mulher a iniciativa de controlar a fertilidade.

Muitos casais recorriam a uma variedade de métodos médicos e mágicos não só para limitar, mas também fomentar as concepções. Existiam poções e amuletos para excitar ou enfraquecer as paixões, propiciar a gravidez, impedir o aborto, determinar o sexo da criança. Havia por toda a Europa a manutenção de ritos de fertilidade pagãos tradicionais.

O controle da natalidade era uma forma de aliviar as pressões econômicas. As mulheres, entretanto possuíam outras razões para limitar as concepções. Havia uma preocupação com a saúde, uma vez que a gravidez era considerada uma penitência e causava dores e incômodos às mulheres. Porém estas eram comumente acusadas de proteger a beleza ou a reputação, por meio de conhecimentos secretos.

Muitas mulheres na tentativa de controlar a fertilidade recorriam à parteiras, feiticeiras e prostitutas que eram consideradas detentoras dos saberes relacionados às práticas contraceptivas. Em regiões menos cristianizadas as mulheres representavam um importante papel (mágico-medicinal) nas práticas contraceptivas. Apesar de não muito corrente esta prática estava mais presente entre os cidadãos do que entre os rurais, entre os *mediocres - minores* (nos primeiros níveis dos estratos médios) do que nas zonas extremas da hierarquia social e nas áreas mais desvinculadas da tradição da Igreja (Rossiaud, 2002).

Na medicina medieval existiam áreas nas quais as mulheres possuíam maior relevância social, como era o caso das matronas, parteiras ou *ventrières*, barbeiras e cirurgiãs. As mulheres obtiveram destaque ainda na medicina terapêutica, existindo registros de barbeiras e cirurgiãs nos arquivos europeus entre os séculos XIII e XIV, porém não se sabe sua importância numérica. Hildegarda de Bingen (1098-1179) e Trótula foram exemplos de mulheres que obtiveram destaque na medicina na Baixa Idade Média.

Apesar da inferiorização da mulher e da misoginia medieval é possível perceber através dos tratados médicos medievais uma maior preocupação com a sexualidade feminina, permitindo que esta ganhasse maior destaque e relevância no período medieval.

Pedro Hispano, um dos mais importantes físicos do século XIII, foi um grande colaborador da medicina feminina e do estudo da sexualidade. Nasceu por volta de

1205-1210 e morreu em 1277, foi um intelectual e teve em sua trajetória cargos políticos e eclesiásticos. Pedro Hispano foi físico, professor universitário e tornou-se papa (João XXI) em 1276.

Durante o período em que foi professor de medicina em Siena (1246-1250) escreveu um comentário médico sobre o *Viaticum*, obra traduzida do árabe por Constantino, o africano (século XI) no qual Pedro Hispano questiona qual sexo sofre mais de mal de amor (*amor ereos*). Dessa maneira o físico faz um estudo inovador ao questionar o problema feminino relacionado ao mal de amor, uma vez que essa perspectiva não era anteriormente trabalhada, relacionando ainda o mal de amor à sexualidade e ao prazer sexual.

Ao estudar o prazer sexual e questionar a respeito da intensidade do prazer sentido pelo homem e pela mulher Pedro Hispano faz grandes contribuições ao estudo da sexualidade feminina. Afirmava que os homens possuíam maior prazer nos atos sexuais, qualitativamente, pois estes são mais quentes que as mulheres. O físico adota a noção aristotélica da mulher como matéria e do homem como forma para explicar a superioridade do prazer masculino, este também é explicado pelo fato do esperma masculino ser mais refinado e, portanto mais perfeito que o esperma feminino (Wack, 1986).

Apesar dos homens sentirem maior prazer no ato sexual, as mulheres possuíam maior prazer, quantitativamente, uma vez que sentiam prazer quando liberavam seu esperma, quando recebiam o esperma masculino e durante o ato sexual. Entretanto a intensidade do prazer feminino é inferior ao prazer sentido pelo homem.

Muitas obras no final da Idade Média foram influenciadas pelos comentários médicos de Pedro Hispano, sendo este uma figura importante no estudo da medicina feminina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CADDEN, Joan. Medieval Scientific and Medical Views of Sexuality: Questions of Propriety In: Lomperis, Linda e Stanbury, Sarah. *Feminist Approaches to the Body in Medieval Literature*. University of Pennsylvania Press, 1993. p. 157-171.

KLAPISCH-ZUBER, C. Masculino/Feminino In: Le Goff, J e Schmitt, Jean-Claude (orgs) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. Vol. II p. 137-149.

LEMAY, Helen Rodnite. Human Sexuality in Twelfth- through Fifteenth- Century Scientific Writings In: Brundage, James e Bullough, Vern L. *Sexual Practices & the Medieval Church*. New York: Prometheus Books, 1982. p. 187- 205.

ROSSIAUD, J. Sexualidade In: Le Goff, J e Schmitt, Jean-Claude (orgs) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. Vol. II p. 477-492.

WACK, Mary Frances. The Measure of Pleasure: Peter of Spain on Men, Women and Lovesickness In: *Viator Medieval and Renaissance Studies*. University of California Press, 1986. Vol. 17. p 173-196.

CULTURA E IDENTIDADE EM ARIADNE

José Carlos Avelino da Silva*

Não são incompatíveis a autonomia simbólica do mito e o fato de ele ser um reflexo da vida natural, social e/ou individual, visto que o mito é um reflexo, livre e descomprometido das determinações do mundo sensível. O único compromisso do mito são os valores, ele dá importância ao que é importante. Ele reflete a realidade de forma alegórica e do jeito que surge da cultura popular, sem os constrangimentos rígidos do mundo efetivo. E é por isso que o mito não se reduz a ser uma simples interpretação da realidade.

Minos, Minotauro, Pasífae, Dédalo e Ariadne, importantes personagens do mito helênico sobre Creta, reproduzem, cada um a sua maneira, a imagem da crise dos valores minóicos. A sociedade minóica vivia um momento de enfraquecimento de suas instituições, consequência do descompasso entre base social em evolução e valores construídos em uma realidade anterior. Enfraquecidos em seus valores, haja visto o impasse social, simbólico e religioso em que eles viviam, os minóicos acabaram sendo militarmente derrotados pelos micênicos.

O Minotauro (literalmente, o Touro de Minos ou, de forma mais livre: Minos-que-é-touro) é um monstro carnívoro de duas naturezas: corpo de homem e cabeça de touro. A causa de sua monstruosidade é anterior à sua aparência, sua monstruosidade é essencial. E o mito mostra isso fazendo-o com uma natureza monstruosa, para evidenciar sua essência outra. Apesar de o Minotauro não devorar cretenses, ele agia com valores masculinos, subjugando e devorando quatorze atenienses a cada nove anos segundo uns ou doze nobres atenienses a cada ano segundo outros. Ele foi uma tentativa de reverter a correlação de forças cada vez mais desfavorável aos cretenses que se sentiam pressionados pelos helenos do ponto de vista comercial, econômico, estratégico e religioso. Mas foi uma tentativa frustrada na sua própria concepção, pois considerando-se que, para combater os helenos, o Minotauro usava valores helênicos, era o próprio sistema minóico que saía enfraquecido. O Minotauro, criação do sistema simbólico que valorizava a harmonia, é infiel porque adota no seu comportamento uma postura masculina, como o enfrentamento e a violência.

O Minotauro também pode ser pensado como sendo uma mediação prática e conjuntural entre valores conflitantes, o masculino e o feminino. Os cretenses estavam vivendo uma crise religiosa, resultado da crise de valores, e o Minotauro era a expressão simbólica de uma solução prática, um ecletismo. Nesse caso, podemos entender que a

* Universidade Católica de Goiás. Doutor.

sociedade minóica era formada de minotauros: eles agiam com valores masculinos de competição e disputa (resultado da divisão social do trabalho, da concorrência comercial e do convívio com o poder) e adoravam a deusa Mãe, a deusa da harmonia. O Minotauro era a representação do homem comum, disposto ao enfrentamento, mas ainda preso às determinações da deusa. Essa era a mais importante marca da individualidade minóica nesse período. Mas trata-se de uma composição instável, transitória. Impossível a harmonia entre o masculino e o feminino naquele momento histórico daquela sociedade, impossível o equilíbrio sem a dominação clara de um dos princípios.

O Minotauro foi uma tentativa da deusa Mãe de criar um ser capaz de devorar as esperanças (a juventude) de uma sociedade em expansão, que cultuava deuses celestes e masculinos. O Minotauro é a versão monstruosa do rei Minos, o rei de Creta. Ele é a alma, a consciência (usando uma terminologia moderna) de Minos. Isso nos remete à idéia de que Minos também tem dupla representação: por um lado, ele é defensor da deusa Mãe; mas, por outro lado, usando métodos masculinos, contaminado pela cultura do inimigo, ele torna-se o agente da ruína da deusa Mãe.

A sangria de jovens atenienses durou até Teseu matar o Minotauro. Teseu era originário do cosmo organizado em torno de deuses celestes e masculinos. Chegando em Creta, ele contou com a decisiva ajuda de Ariadne que se apaixonou por ele, tal como havia previsto o oráculo. Mas será que o amor é suficiente para explicar essa atitude de Ariadne? O que leva uma jovem a se revoltar a ponto de se aliar ao inimigo?

É possível que ela não tenha vacilado em se aliar a Teseu por ser ele puro em sua alteridade. Ela entregou para Teseu um novelo de lã, que lhe mostraria o caminho da saída e uma arma. Em seguida, pediu que ele a levasse quando partisse de Creta. As várias versões do mito divergem quanto à arma dada por Ariadne a Teseu. Examinemos as possibilidades. Ariadne não entregou para Teseu uma bipene. Bipene é a machadinha com dois gumes. Do ponto de vista prático, era uma ferramenta usada por carpinteiros e trabalhadores da construção de navios. Do ponto de vista simbólico, era objeto de culto. A bipene, objeto sagrado entre os minóicos, é uma expressão masculina da deusa Mãe e, no combate ideológico que Ariadne travava contra as impurezas do princípio feminino, no combate contra o Minotauro, a bela princesa não iria se utilizar de um símbolo marcado pela impureza (segundo ela) como a bipene. Uns dizem que Teseu matou o Minotauro com uma espada; outros dizem que foi com uma maça. Espada e maça são armas de guerra e estão bem de acordo com a postura guerreira de Teseu. Mas foi Ariadne quem lhe entregou a arma e, por isso, é muito pouco provável que a escolha tenha recaído sobre uma arma de guerra, mesmo

que Ariadne tenha feito somente o transporte para que Teseu a usasse. Excluídas essas possibilidades, resta o punhal. O punhal é mais feminino, mais caseiro. Não é arma de guerra, não carece de muito músculo para ser manuseado.

Teseu foi até o coração do inimigo para matar essa expressão desesperada (o Minotauro) da religião cretense centrada no feminino. Pondo fim a esse horrível monstro terrestre, praticou um golpe mortal no imaginário dos minóicos e pôde retornar a Atenas, tendo cumprido sua missão. O Minotauro, refletindo talvez o comportamento da população cretense no momento da invasão micênica, era autêntico na sua ambigüidade, defendeu a deusa com armas masculinas e morreu com a dignidade de quem tem a certeza de suas convicções.

Dédalo ajudou Ariadne no complô contra o Minotauro. Ele era ateniense e se tornou arquiteto e artesão na corte de Cnossos. Ao reconhecer Dédalo como inimigo, Minos encarcerou-o no labirinto. Dédalo pôde desfrutar de uma grande liberdade ao construir algo (o labirinto) típico de uma sociedade outra que não a sua (as sociedades centradas nos deuses celestes, como Micenas ou Atenas, não se referenciavam às grutas e muito menos a um labirinto). Essa liberdade ele perdeu (pelo menos temporariamente) ao ver o labirinto se transformar em cárcere. Mas Dédalo logo inventou uma maneira de sair do palácio. Com penas de águia, coladas com cera, fez as asas que lhes permitiram ganhar a liberdade.

A sociedade minóica cultuava grutas e o labirinto nada mais é do que a construção humana, a versão humana da gruta, ironicamente construída por um arquiteto ateniense. A versão helênica do mito registra em alto e bom tom uma mensagem clara: se nós, atenienses, somos capazes de construir obras primas eternas como o templo clássico é porque estamos construindo templos desde suas origens mais remotas.

Ícaro, filho de Dédalo, voou primeiro. Mas Ícaro não estava preparado para a liberdade. Embriagado por poder agir segundo sua própria vontade, Ícaro seguiu voando em direção ao sol, a transcendente verdade. Esse impulso para cima, para o alto, para o celeste luminoso foi herdado sem dúvida da cultura paterna. O fato é que Ícaro, pressionado e atormentado por culturas tão diferentes, não estava preparado para alçar vôo em direção ao mundo celeste. Com a proximidade, o sol derreteu a cera e Ícaro caiu das alturas, encerrando-se assim um antagonismo intolerante entre duas culturas, entaladas em uma só pessoa.

Muito dinâmico para uma sociedade que, apesar de ser a maior potência marítima da época, ainda vivia apegada à herança ctônica do neolítico, mas conhecendo os limites de sua superioridade, Dédalo compreendeu que sua liberdade (da prisão e da sociedade minóica) consistia em tomar o caminho da superação dos valores ctônios, representados nessa história

pelo labirinto. As asas, símbolo de transcendência, são o contraponto do labirinto e permitiram a Dédalo dirigir-se aos valores celestes.

Minos não aceitou a fuga de Dédalo e foi pessoalmente em sua perseguição. Mal sabia ele que encontrá-lo seria a sua própria morte, alcançar seu objetivo equivaleria a se deparar com o seu fim. Examinemos essa perseguição. Para descobrir o paradeiro de Dédalo, Minos propôs por toda parte por onde passava o seguinte problema: como passar um fio de lã por dentro de uma concha espiralada. Ele sabia que só Dédalo resolveria essa questão. Quando Minos levou consigo a concha espiralada em sua viagem a procura de Dédalo, em verdade ele levou o próprio labirinto, seu ambiente simbólico. O labirinto tem a característica de ser um local intrincado que não tem saída, exatamente a situação em que se encontrava a sociedade minóica: uma base social em transformação que pedia mudanças no seu imaginário sagrado (superação das divindades ctônias, e particularmente da deusa Mãe, que sustentavam valores conservadores de harmonia, valores estes muito distantes das necessidades sociais de concorrência e agressividade), mas que encontrava um obstáculo intransponível no simbolismo dominante ainda forte e apegado à herança do neolítico, da sociedade sem hierarquia social.

Minos, em sua expedição punitiva, levou consigo um problema intrincado (como sair do labirinto?) para o qual ele não tinha solução, já que a solução só poderia vir de fora dos limites do sistema simbólico centrado no feminino, e Minos, expressão masculina do princípio feminino, estava sob a determinação da deusa Mãe. A solução de Dédalo foi detonar o labirinto, fazendo uma saída no fundo da concha, o buraco por onde a formiga presa ao fio saiu. Quando Dédalo realizou a tarefa, era a terceira vez que o labirinto vazava, era a terceira vez que o sistema simbólico minóico era violado. Na primeira, Teseu matou o Minotauro e saiu do labirinto. Em seguida, Dédalo, ao fugir voando do palácio, saiu do labirinto e da sociedade minóica. Finalmente, o artesão fugitivo furou a concha espiralada e passou o fio através dela, entrando e saindo de um labirinto, que era também o labirinto minóico. Esses três atentados ao sistema simbólico minóico foram fatais para o rei Minos. Depois que Minos perdeu sua alma, sua essência (depois que Teseu matou o Minotauro), ele perdeu o rumo. Perdido, ele abandonou o palácio, o reino e a sociedade e foi pessoalmente em busca de um traidor, em busca de Dédalo, que se manteve fiel à suas origens ateniense. Incapaz de superar suas contradições, paralisado por sua impotência, a morte de Minos tornou-se uma questão de tempo, só faltando ele ser executado. Ele encontrou a morte nas mãos de duas jovens, certamente representantes da deusa Mãe, insatisfeita com a atuação dele.

Minos morreu “submerso em água fervente”, uma inversão, uma negação da realidade daquela sociedade talassocrática que baseou, durante séculos, sua força navegando “sobre as águas frias” do Mediterrâneo. A morte de Minos é a expressão da morte daquela civilização. Dédalo, ateniense, representa a sociedade que se organizava em torno dos deuses masculinos e celestes. Um novo sistema simbólico ocupou, pela força, o lugar da deusa Mãe.

Ariadne era legítima representante da deusa Mãe. Sua verdade estava abalada, mas Ariadne, de cabelos escuros, se recusou a adotar outra verdade, vale dizer, ela partiu para o restabelecimento de sua verdade original, de sua pureza original. Ela se recusou a ver o mundo com uma perspectiva diferente da que tinha sido formada, diferente de sua cultura absolutizada pelo feminino. Ela não admitia o Caos ao qual retornariam, pensava ela, caso os novos valores predominassem e o seu cosmo fosse levado à destruição.

Ariadne não foi uma boa filha para Minos e parece que isso não importava para ela. Ela não conseguia reconhecer Minos como legítimo representante da deusa Mãe. Seu referencial era sua mãe Pasífae, esta sim era representante da deusa. Ela aprendeu com Pasífae a ver o mundo com os olhos da deusa Mãe. Mas a milenar experiência de vida da deusa levou-a a reconhecer que a sociedade evoluíra e os tempos políticos tinham chegado, colocando a questão do poder nas relações entre os seres humanos, nas relações entre os fiéis. Minóicos e aqueus disputavam o comércio e a hegemonia do Mediterrâneo oriental. A deusa Mãe tinha de se adaptar, conciliando em alguns pontos, justamente naqueles relativos ao poder e ao enfrentamento comercial, para continuar reinando. O Minotauro é uma concessão aos valores da sociedade inimiga (agressividade e enfrentamento) mas estava a serviço da deusa: ele ficava trancafiado no labirinto e só atacava aqueus/atenienses. A jovem Ariadne não pensava seus valores como passíveis de serem negociados e por isso participou do complô para matar o Minotauro. O que ela não percebia era que, à revelia de sua disposição de pureza, ela agia diretamente influenciada por valores masculinos, quando se lançou contra o Minotauro.

Sua angústia era o medo de viver o Caos. Sua angústia era o medo de viver um futuro para o qual não estava preparada, pois os valores que ela tinha não estavam mais lhe dando respostas. Seu cosmo estava sendo dessacralizado e ela se sentia nua diante do futuro. O novo cosmo que se configurava naquela parte do mundo não tinha significado para ela, porque a deusa Mãe estava sendo questionada. Ela sentia em si a impiedade cometida contra a deusa Mãe.

Ao procurar uma saída, o sistema admitia impurezas como foi a atuação masculina de Ariadne, ajudando Teseu a matar o Minotauro. Mas foi Ariadne quem mais sofreu com esse fracionamento de seus valores. A solidão maior é a de não se encontrar mais o cosmo onde se

possa viver plenamente: ela saiu da sociedade ctônia, do cosmo da deusa Mãe e não chegou ao cosmo masculino e celeste. A radical diferença entre os dois cosmos (o de Ariadne e o de Teseu) ficou claramente explicitada desde o primeiro diálogo entre os dois. Na conversa que os dois tiveram logo depois do banquete sacrificial e antes da entrada de Teseu no labirinto, ela se lamentou por ter o mesmo sangue do Minotauro, já que ambos foram gerados por Pasífae. Teseu corrigiu-a, dizendo que o sangue que corria nas veias dela era o do pai, Minos. Num mundo centrado no feminino, herdeiro de um mundo em que a mulher gerava sozinha, era compreensível que Ariadne se sentisse descendente somente de sua mãe, daí ela dizer que o seu sangue era o mesmo que corria no Minotauro. Para Teseu, encarnação do mundo patriarcal, em que a fecundação era resultado exclusivo da semente que o homem plantava no interior da mulher, era inadmissível que Ariadne tivesse o sangue da mãe, seu sangue seria exclusivamente de Minos. Assim o Minotauro, filho bastardo, não teria o mesmo sangue da princesa e Teseu entendeu nesse sentido a ajuda de Ariadne ao complô para matar a fera. Uma disjuntiva exaustiva percorre de alto a baixo a mais imortal das lendas, a história do Minotauro e Ariadne.

Ariadne abandonou o palácio. O palácio, sendo o templo da deusa Mãe, é naturalmente o local de Ariadne. Não é uma perspectiva correta dizer que o mundo de Ariadne é o mundo doméstico, porque o palácio representa para ela muito mais do que o doméstico. Ele é o local sagrado para ela. Quando Ariadne se dispõe a sair do palácio (e se apóia em Teseu), não é uma simples saída de casa, significa que ela sai de seu templo, sai de seu espaço sagrado, porque ele está suficientemente impuro para que ela prefira o vazio da ausência de seu cosmo.

A filha de Minos fugiu com Teseu. Em Naxos, ao estabelecer-se na praia, Ariadne não ficou no meio do caminho entre os dois cosmos, mas, pelo contrário, permaneceu distante dos dois mundos. Ela ficou no vazio, na ausência cósmica onde nenhuma realidade ordenada existia. Deitou-se na praia. A praia não é mar nem é natureza/terra fértil. Em vez de ser ponte, contato, entre os dois mundos, é esterilidade, é a não existência. Não há desenraizamento maior do que o resultante da perda do sentido dos fenômenos naturais e sociais, ou seja, a perda do significado da vida. Ariadne é a personificação do sofrimento desse povo, é a expressão do desmoronamento do sagrado. As impurezas são o vazio sagrado, ou o espaço profano. As contradições vividas por Ariadne pertenciam essencialmente ao campo do simbolismo religioso, mas se ancoravam em uma realidade social em plena transformação. Nesse caso o mito não podia resolvê-las, somente explicá-las, somente dar uma versão

simbólica a essas contradições. Mas Ariadne não aceitou essa versão imperfeita do cosmo e se retirou.

Não era uma crise de adolescência que Ariadne estava atravessando, mas uma crise de valores que ela viveu com a força e o radicalismo próprios de sua juventude. Dilacerada culturalmente, Ariadne encontrou uma saída pessoal em outra dimensão, quando um deus a acolheu. E não foi um deus qualquer, não foi um deus olímpico, não foi um deus tipicamente helênico: foi o deus da contradição, do surto, da metamorfose, da morte/vida. Será que essa história reflete a quantidade de minóicos que surgiram nessa época? A referência a Dioniso no mito helênico sobre a sociedade minóica deve ser uma alusão à loucura coletiva que talvez tenha sucedido à tomada de Cnossos pelos micênicos e à ausência de alternativa sagrada aceitável para os minóicos.

Ariadne não se submeteu à desconstrução de seu mundo. Derrotada na sua revolta, ela percebeu que seria indigna de permanecer no cosmo minóico depois de ter se revoltado contra a deusa Mãe, mesmo que essa revolta tenha sido realizada em defesa da autenticidade da deusa. Ao sentir-se desamparada, ela fugiu, pegando na mão de Teseu. Ao pegar a mão de Teseu, perdeu a virgindade (por ter sido penetrada pelo mundo masculino) e deixou fugir a razão (a razão minóica, o cosmo centrado na deusa Mãe). Na ilha de Naxos, assumiu seu desenraizamento, largou a mão de Teseu e dirigiu-se ao vazio, à esterilidade da praia. Ela não entrou na mata, pureza original da deusa Mãe, porque não se via mais pura. Ela não voltou ao navio de Teseu porque finalmente percebeu que ali era um espaço profano.

A busca de Ariadne era pela total pureza. Antes da chegada dos indo-europeus, os minóicos não conheciam outra forma de pureza a não ser a centrada no feminino, a pureza harmônica. Quando Teseu apareceu, Ariadne ainda não tinha estabelecido a diferenciação entre a pureza feminina e a masculina. No navio, no convívio, mesmo que por pouco tempo, Ariadne identificou a pureza masculina de Teseu e rejeitou-a, indo para a praia.

A pureza masculina (Teseu) e a pureza original da deusa Mãe atraíam e dilaceravam Ariadne. Não foram esses os atributos que Ariadne viu em Dioniso. Ariadne se apaixonou por Dioniso, outro estrangeiro, desconcertante em sua alteridade totalmente ambígua. Dioniso não era ambíguo por ter dois ou mais estados de equilíbrio, mas por não ter nenhum: nem masculinidade, nem feminilidade, nem pureza. Dioniso era o deus da contradição e da ambivalência cósmicas, da morte e do renascimento, do êxtase e do entusiasmo. Foi o que mexeu com Ariadne que não viu o deus da transformação como inimigo, mas como alternativa de sobrevivência. Ariadne teve dois amores, ambos estrangeiros, um efêmero e outro imortal. Ela buscava uma alternativa outra, uma alternativa exterior ao seu mundo

condenado. Experienciou o inimigo e rapidamente rejeitou-o pela cruel praticidade, pela propensão ao enfrentamento e pela disposição à vitória que ela viu em Teseu e no cosmo celeste. Experienciou Dioniso e encontrou os valores aos quais ela podia aderir e um amor ao qual ela podia corresponder.

REFERÊNCIAS

ANDREADAKI-VLASAKI, Maria. *The County of Khania Through its Monuments: from the prehistoric period to roman times*. Athens: Archaeological Receipts Fund, 2000.

APOLLODORUS, *Library and Epitome* (ed. Sir James George Frazer). In: <http://www.perseus.tufts.edu/>. Acessado em 27 de novembro de 2005.

BRANDÃO, J. de S. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, vol. I, 8ª ed., 1993.

COTTRELL, Leonard. *The Bull of Minos*. Gloucestershire: Sutton Publishing Limited, 2003.

DA SILVA, J.C.A. *A deusa Mãe minóica*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

DA SILVA, J.C.A. *Zeus e a lógica do mito*. Goiânia: Deescubra, 2003.

DIMOPOULOU, Nota e RETHEMIOTAKIS, Yorgos. *The ring of Minos and gold Minoan rings. The epiphany cycle*. Athens: Archaeological Receipts Fund, 2004.

HERÓDOTOS. *História*. Introdução e tradução de Mário da Gama Kury, 2ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, c 1988.

NATIONAL ARCHAEOLOGICAL MUSEUM. *The Prehistoric Collection*. Athens: Archaeological Receipts Fund, 2004.

SAKELLARAKIS, John and Efi. *Archanes. Archanes Excavations*. Athens: Ekdotike Athenon S.A. 2002.

VERNANT, Jean-Pierre. *Les origines de la pensée grecque*. 8ª ed. Paris : Quadrige/puf, 2000.

RESUMO

O enfrentamento entre o simbolismo ctônio e feminino e o simbolismo celeste e masculino, ocorrido no interior da Creta minóica, foi influenciado pela evolução social da sociedade cretense e pela chegada dos indo-europeus na região. A oposição entre Ariadne e o Minotauro reflete o conflito entre a forma tradicional da cultura minóica (quando a deusa Mãe era exclusiva) e a forma sincrética, resultado da adaptação aos valores masculinos e aos imperativos de concorrência, quando emergem expressões masculinas da deusa Mãe, como foram o Touro, o Minotauro e mesmo Minos. Ariadne, legítima representante da pureza da deusa Mãe, perdeu sua identidade, tal como o minóico que perdeu os valores referenciais.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura minóica, simbolismo.

CULTURE AND IDENTITY IN ARIADNE

ABSTRACT

The confrontation between chthonic and feminine symbolism and celestial and masculine symbolism which occurred within Minoan Crete was influenced by the social evolution of Cretan society and by the arrival of the Indo-Europeans in the region. The opposition between Ariadne and the Minotaur reflects the conflict between the traditional form of Minoan culture (when the Mother goddess was exclusive) and the syncretic form, resulting from adaptation to masculine values and the demands of competition, when masculine expressions of the Mother goddess, such as the Bull, the Minotaur, and Minos himself, emerge. Ariadne, the legitimate representative of the Mother goddess' purity, lost her identity, as did the Minoans, who lost their referential values.

KEYWORDS

Minoan culture, symbolism.

A fabricação do Bandeirante: a imagem de Bernardo Sayão na representação simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás

Sandro Dutra e Silva¹

Resumo:

Este trabalho tem como finalidade a discussão acerca da imagem mitificada de Bernardo Sayão e sua representação simbólica na Cang – Colônia Agrícola Nacional de Goiás (1941-1953). A construção da imagem pública de Sayão teve início com sua nomeação para a fundação e administração da Cang na década de 1940. Sayão exerceu ainda os cargos de vice-governador de Goiás, diretor da Novacap, vindo a falecer em 1959 na construção da rodovia Belém-Brasília. Objetivamos discutir as narrativas dessa imagem a partir de fontes que o caracterizam com Bandeirante do século XX, bem como a repercussão na memória e imaginário da Cang. O arcabouço teórico que sustenta essa discussão encontra amparo nas concepções de Burke sobre os mecanismos ideológicos de fabricação da imagem, bem como nas assertivas de Bourdieu acerca do sentido da imagem como poder simbólico e a sua influência nas práticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Cang, Memória, Bernardo Sayão

Abstrat

The main object of this study is to discuss the mystified image of Bernardo Sayão and its symbolic representation at the Cang – Colônia Agrícola Nacional de Goiás (1941-1953). Sayão's public image construction began when he was nominated to the founding and administration of the Cang on the 1940s. Sayão was the vice-governor of Goiás and the director of the Novacap. He died in 1959 when the Belém-Brasília road was being built. Our purpose here is to discuss the narratives of this image through the sources that characterize him as a Bandeirante (explorer) from the 20th Century, as well as the repercussion of the memory and the imaginary of the Cang. The theoretical reference that supports this argument is based on Burke about the ideological mechanisms of the building of the image, as well as on Bourdieu's statements on the meaning of the image as a symbolic power and its influence on social practices.

KEY WORDS: Cang, Memory, Bernardo Sayão

¹ Mestre em Sociologia (UFG), doutorando em História (UnB), professor da UniEVANGÉLICA – Centro Universitário de Anápolis.

Esse trabalho objetiva apresentar os indícios da fabricação da imagem pública de Bernardo Sayão, a partir de referenciais que permitam ilustrar as dimensões humanas, públicas e míticas do personagem. Também, propomos relacionar a construção da imagem do bandeirante ao processo de construção da identidade da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), instalada na região Centro-Norte do estado nas décadas de 1940 a 1950.

Esse texto faz parte da pesquisa ainda em andamento no doutorado em História pela Universidade de Brasília, cujo estudo busca analisar o processo de estigmatização envolvendo as localidades de Cang (atualmente a cidade de Ceres) e a Barranca (cidade de Rialma), que apesar de estarem geograficamente próximas, mas separadas pelo Rio das Almas e unidas por duas pontes, desenvolveram características e práticas sociais distintas na constituição social urbana. Nesta discussão, em especial, procuramos identificar a forma como a imagem pública de Bernardo Sayão, fundador de Ceres, repercutiu na constituição da memória e identidade daquela localidade. Um tema que justifica a utilização dessa abordagem na pesquisa de doutoramento está na relação entre a imagem do fundador e as estratégias de estigmatização lançadas sobre a localidade da Barranca. Porém, nesta discussão fazemos um recorte, em propor analisar exclusivamente o impacto da imagem pública de Sayão na reconstrução da memória e identidade da Cang.

Um dos sentidos da memória refere-se a sua capacidade de abarcar certas sensações coletivas, em que determinadas lembranças emergem com intenções específicas de dar significado ao próprio ato de lembrar, tornando-se, assim, quase que um projeto social de construção de referenciais do passado. Essa argumentação coloca-se como reflexão inicial dessa abordagem, na medida em que a proposta desse trabalho é discutir a relação entre memória, história e experiência na construção de uma vontade de pretéritos sociais, onde as lembranças auxiliam na legitimidade de uma visão social do lugar. Parte da premissa de que o passado é apreendido como um elemento simbólico que não se situa apenas no universo dos eventos pretéritos, mas cujo papel é fundamental na construção do presente e da identidade social.

O contexto histórico da criação da Cang² ocorre dentro do projeto político de ocupação e integração territorial nacionalista adotado pelo Estado Novo (1937-1945). Representou para o país uma das primeiras experiências de colonização agrária planejada, tendo como característica a presença marcante do Estado nesse empreendimento. Seus

² Dentre os estudos que tiveram a Cang como objeto, central ou secundário, destacamos os trabalhos de Dayrell (1974), Neiva (1984), Pessoa (1999), Duarte (1999) e Silva (2002).

intentos, todavia, eram muito mais abrangentes do que apenas fixação de zonas de povoamento em regiões interioranas do país. Todo um imaginário nacional se construía nesse momento, apoiando-se, sobretudo no discurso da Marcha para Oeste (LENHARO, 1999; ESTERCI, 1972).

Em termos legais, existiram várias disposições que tratavam da oficialização do projeto colonizador na década de 1940. O Decreto-Lei nº 3.704, publicado pelo Correio Oficial em 04 de novembro de 1940, dispõe sobre a doação de terras ao Governo da União. Essa disposição foi ratificada pelo Decreto-Lei nº 403 de 20 de maio de 1946, onde foram definidos os limites do território doado, no distrito de Ceres, na época município de Goiás. O Decreto-Lei nº 3059, publicado pelo Diário Oficial em 14 de fevereiro de 1941, trazia as disposições gerais sobre a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, destinadas à ocupação e fixação de colonos, caracterizados como “cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas. Por fim, o Decreto-Lei Federal nº 6.882 de 19 de fevereiro de 1941 criava a Colônia Agrícola Nacional de Goiás. A escolha do local, instalação e administração ficou a cargo do engenheiro carioca Bernardo Sayão. Sua duração estendeu-se de 1942, início da ocupação até 1955, momento em que o governo federal retira sua participação na região.

Como o decreto federal dispunha acerca dos colonos que estariam habilitadas a ocuparem esse espaço de colonização pertencente à União, formou-se, no outro lado do rio, um outro tipo de ocupação, composta, sobretudo, por imigrantes que não se enquadravam no crivo seletivo que os administradores federais estabeleceram e que, portanto, não tinham direito aos lotes agrícolas. Surgiram assim dois tipos de povoamentos: A Cang e a Barranca.

O passado sempre se apresentou para as coletividades humanas como forma de estabilidade da vida social. As lembranças representam mais do que uma simples forma de narrativa de eventos, pois transcendem o universo individual para se reconfigurarem no universo social.

O espaço da memória coletiva, externo aos pensamentos pessoais, mas que os envolve ao mesmo tempo, é o lugar da reunião das lembranças sociais, onde momentaneamente se perdem os sentidos e as percepções do indivíduo. Mas, ao mesmo tempo é um espaço que retorna ao indivíduo, reintroduzindo em sua memória pontos de referência, supondo a existência autônoma das lembranças pessoais. Além do caráter social da lembrança, existe o papel simbólico que seria o impacto da memória na constituição de identidades, fronteiras e distinções no interior do espaço social (BOURDIEU, 1998). Se para Halbwachs (1990) as lembranças têm a função de construir, reconstruir e conservar em nós as memórias do

passado, para Pierre Bourdieu, esses elementos se caracterizam como sistemas simbólicos, que são reproduzidos no espaço social, por meio de *habitus* sociais, tornando-se uma vontade afirmativa do grupo. Para Bourdieu (1998), o poder simbólico é um poder afirmador de identidades, demarcador de territórios (*régio*) e fronteiras (*finis*). Dessa forma, mais do que ser uma simples lembrança, a memória social, parte dos sistemas simbólicos, torna-se efetivamente uma forma de poder. Um passado desejado é uma vontade afirmativa do presente que compartilha vontades de outrora.

Esse discurso somente é possível quando elementos alheios à memória são incorporados e posteriormente ressignificados, tornando-se quase que uma naturalização da própria memória. Um elemento que exemplifica a incorporação de certos valores como “bens alheios” à memória coletiva do lugar é a representação do personagem Bernardo Sayão, apontado como o grande símbolo da Cang. Bernardo Sayão administrou a Cang entre 1942 a 1950, mas os referenciais de memória deixados na região são tão fortes que os próprios pioneiros afirmam que sem a presença dele esta colônia não vingaria (SILVA, 2002). Mas essa imagem de Sayão na região é reforçada, sobretudo, após sua morte em 1959.

Morto num acidente de trabalho na construção da rodovia Belém-Brasília, tem seu corpo enviado Brasília, onde é recebido com honras de Estado. Recebe várias homenagens fúnebres, vários discursos políticos, incluindo o próprio Presidente Juscelino, que o considera como brasileiro símbolo da Marcha para Oeste (ArPDF). Artigos em jornais e revistas estrangeiras destacavam a importante participação de Sayão nos projetos de integração nacional (na construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília, que posteriormente levaria seu nome). Essa nova configuração que a imagem de Sayão adquire, repercute na compreensão dos moradores da Cang a respeito da sua participação no projeto que Sayão controlava. Ou seja, novos elementos são incorporados a memória, com novos significados, com novas intenções e voluntariedades. Apesar de sua participação na fundação da Cang não se destacar como centralidade na biografia de Sayão, percebe-se que esse elemento é reapropriado na vontade de passado da Cang, sobretudo na representação da brasilidade.

Na identificação da dimensão do “homem público” (1941-1959), procuramos apresentar a repercussão de sua imagem no período que estende da nomeação para a administração da Cang em 1941 até sua morte durante a construção da rodovia Belém-Brasília em 1959 (ArPDF, SAYÃO, 1994). Nesse período Sayão atuou como administrador da Cang (1941-1950), Vice-Governador de Goiás (1954), Diretor da NOVACAP (1959-1958) e como responsável pela construção da Rodovia Belém-Brasília (1958-1959). Dois tipos distintos de fontes são utilizadas na tipificação do bandeirante: a literatura modernista da Marcha para

Oeste (RICARDO, 1959), bem como matérias publicas em 1959, ano da sua morte, que reforçavam esses referenciais simbólicos.

A escolha do termo ‘‘fabricação’’, bem como as referências para a utilização desse conceito e o debate a cerca do papel de Sayão na Cang, através da imagem mitificada de bandeirantes do século XX, encontraram profundas referências do trabalho de Burke (1994). O autor preocupou-se em definir o conceito de ideologia utilizado em sua obra – na relação com imagem fabricada – rejeitando a concepção de manipulação e passividade da coletividade em favor da dominação, em que “o termo ‘ideologia’, quando chega a ser usado, é redefinido para designar o poder dos símbolos sobre as pessoas, tenham elas consciências ou não (BURKE, 1994:23).

No caso de Sayão, grande parte das representações de sua imagem se tornaram públicas após a sua morte. Entretanto, a construção do herói bandeirante não fugia das intenções ideológicas – no sentido apropriado por Peter Burke – de designar o poder de determinados símbolos sobre as pessoas, principalmente na geração das décadas de 1940 e 1950, momento em que sua imagem pública se apresentou para o Brasil.

As narrativas da Marcha para Oeste procuravam reconstruir, através de novas simbologias, as bandeiras. Segundo Ricardo (1959) a moderna bandeira necessitava ser compreendida pela sociedade do século XX, bem como seus heróis desbravadores deveriam sair do esquecimento, pois a lembrança desse passado épico reforçaria aquilo que era “tipicamente brasileiro”. A lembrança da Bandeira era vista por Ricardo (1959) como a possibilidade de ressurgimento da legítima representação da organização social brasileira, em oposição a outras manifestações importadas (ESTERCI, 1972). Portanto, nessa literatura, era fundamental reviver o espírito desbravador dos bandeirantes no século XX.

Na narrativa em que apresenta as novas bandeiras dos séculos XIX e XX, Ricardo (1959:333) identifica os aspectos principais do bandeirismo em seis momentos distintos: nas chamadas “zonas pioneiras”, em que persiste o desbravador; nas migrações internas; na conquista do último Oeste; na demarcação e posse efetiva das regiões conquistadas com sentido político-cultural; na fundação Brasil Central, que previa a mudança da capital da República para o planalto goiano. E dessas narrativas extraímos os traços típicos do bandeirante moderno e propomos utilizar na qualificação de Sayão como bandeirante, seja na construção pública dessa imagem ou na sua auto-afirmação como tal.

É o tipo desbravador, que apreende a categoria de primeiro bandeirante, e que é usado como referência ao neobandeirismo do século XX, em função das diversas frentes de fronteira que se processavam no início daquele século. Também, a escolha em trabalhar como o tipo

social do desbravador evidencia-se à medida que a imagem pública de Sayão incorpora essa categoria analítica e porque, a despeito das tecnologias e do surgimento dos “bandeirantes da técnica”, em o que o “rádio e o automóvel acompanham o desbravador de agora em sua moderníssima arrancada” (RICARDO, 1959:336), persiste, na concepção do autor e no imaginário da época, o mesmo espírito da bandeira arcaica, ou seja, “desaparecida a bandeira em sua feição histórica, original, repete-se em outro horizonte cultural. No mínimo, repetem-se atos de bandeirismo, e quem os pratica é, portanto, bandeirante” (RICARDO, 1959:337).

Uma segunda representação do tipo desbravador refere-se ao bandeirante como “aquele que enfrenta a natureza”. Além de enfrentar com coragem as alegorias fabulosas dos mitos da inibição, o desbravador enfrenta as dificuldades da marcha que se apresentam no cenário natural (RICARDO, 1959:321).

Além dessas características, o desbravador traz consigo um “destino histórico” que lhe reserva a condição de mito. Ricardo reforça o caráter mítico do desbravador na representação da abertura de caminhos para o interior do país e na fundação de cidades. Assim, o ato de abrir estradas é tão caro ao espírito bandeirante, da mesma forma que o desbravador e pioneiro é responsável pela ocupação demográfica do território, fundando, na sua marcha, novos núcleos urbanos.

Simbolicamente, o desbravador representa o papel histórico da grandeza territorial ao participar diretamente da abertura de estradas e da fundação de cidades. Como nossa intenção principal é tratar da construção da imagem pública de Sayão, principalmente com a imagem de “herói bandeirante” e o impacto dessa representação na ressignificação do passado e da memória dos pioneiros da Cang, buscou-se incluir nesse debate a auto-afirmação dessa imagem.

Sayão era conhecedor da imagem criada por Ricardo, pois ele próprio foi agente da marcha promovida por Getúlio durante o Estado Novo, bem como da imagem do pioneiro que Juscelino e a construção de Brasília trazia para o imaginário social nos anos de 1950. Getúlio, no discurso em Goiânia, em 1941 afirmava, categoricamente, que o “verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para Oeste”. Sayão, que havia sido nomeado por Vargas – e essa nomeação tivera um peso histórico para sua trajetória como homem público na legitimidade e autoridade de quem delega poderes – era agente dessa empreitada da brasilidade e o modelo era a marcha. Portanto, questões ideológicas se impõem – na forma conceitual de Burke (1994) – e a maneira como essa tarefa é assumida tem consigo uma vastidão de representações simbólicas.

Nossa argumentação é que Sayão se enquadrava na tipologia do desbravador e buscava ser identificado como bandeirante. A representação do bandeirante desbravador era percebida na maneira de ele se vestir e se portar em público. Nos relatos e discursos que cercam seu falecimento, como a morte de um bandeirante, o porte físico e as vestimentas aparecem como um dos elementos mais citados na construção do arquétipo bandeirante. Então, essa imagem não pode ser desprezada numa abordagem histórica que procura trabalhar com as representações.

Após sua morte em 1959, a imagem fabricado do bandeirante, ganha contornos simbólicos que irão ressignificar o sentido da ocupação da Cang, na incorporação de um passado alheio, mas que reforça a vontade capturadora da memória. No discurso proferido na sepultamento de Sayão, com honras federais, o presidente Juscelino, expressa publicamente os indícios do herói desbravador: “Hoje seu nome se inscreve na legenda; é um dos heróis da nacionalidade [...]. “Foi uma vingança da natureza” na pessoa desse Bandeirante moderno, desse desbravador incomparável. [...] Bernardo Sayão não deve ser chorado [...] deve ser exaltado!” (Brasil, 1959: 181 e 192).

A imagem de Bernardo Sayão, fundador da Cang, e agora expressão nacional do sentido de bandeirante, é assimilada pelos discursos memorialistas dos seus pioneiros, que ao mesmo tempo em que reconstroem o sentido do seu passado, lançam sobre a comunidade rialmense, ou barranqueira os estigmas e exclusão desses referenciais simbólicos. A Cang seria portanto, a expressão do espírito bandeirante, enquanto a Barranca, nessa compreensão, representava os escludidos, os *outsiders* (ELIAS, 2000) da Marcha para Oeste.

Referências Bibliográficas

- ArPDF. Arquivo Público do Distrito Federal. **Homens à frente do seu tempo: Bernardo Sayão**. Brasília: ArPDF, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Bernardo Sayão: Bandeirante Moderno**. Serviço de Documentação. Rio De Janeiro: Departamento De Imprensa Nacional, 1959.
- BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luis XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- DAYRELL, Eliane Garcindo. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização**. 1974. Dissertação de Mestrado (Mestrado apresentado no Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1974.
- DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. **O poder e a estrutura agrária nos municípios de Ceres e Jaraguá-GO: uma análise comparativa**. 1999. Tese de Doutorado apresentada na FFCL/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- ESTERCI, N. **O mito da democracia no país das bandeiras**. 1972. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, UFRJ, 1972
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.
- NEIVA, I. C. **O outro lado do colônia**: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás. 1984. Dissertação de Mestrado (Mestrado apresentado no Instituto de Ciências Humanas) Universidade de Brasília, Brasília, 1984.
- PESSOA, Jadir de Moraes. **A igreja da denúncia e o silêncio do fiel**. Campinas: Editora Alínea, 1999.
- RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste**: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.
- SAYÃO, Léa. **Meu pai Bernardo Sayão**. 5ª ed. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1994
- SILVA, Sandro Dutra. **No oeste a terra e o céu**: a construção simbólica da colônia agrícola nacional de Goiás. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

ABREM-SE AS CORTINAS, ACENDEM-SE AS LUZES NO PALCO: UM ESTUDO DE *BUMBA, MEU QUEIXADA* (1979) DO GRUPO UNIÃO E OLHO VIVO

ROBERTA PAULA GOMES SILVA *

Resumo: O objetivo deste artigo é tecer algumas considerações acerca da peça teatral *Bumba, meu queixada* (1979), do grupo União e Olho Vivo. Para isso, analiso as várias temáticas abordadas ao longo da estrutura dramática – acidentes de trabalho, diferença salarial, movimento grevista, organização sindical e exploração patronal – com o intuito de inseri-las nas discussões que permeavam a conjuntura social do país no momento de sua produção.

Palavras-chave: *Bumba, meu queixada*, teatro, trabalhadores

Abstract: The objective of this article is to weave some considerations concerning the drama *Bumba, meu queixada* (1979), of the group União e Olho Vivo. For this, I analyze the some thematic boarded ones throughout the dramatical structure – industrial accidents, wage difference, movement striker, syndical organization and master exploration – With the objective of fill them in discussion that permeated the social conjuncture of the country at the momento f its production.

Key words: *Bumba, meu queixada*, engagement., theater, workers

* Graduanda em História na Universidade Federal de Uberlândia e bolsista pelo CNPq.

O enredo de *Bumba, meu queixada* baseou-se nos vários movimentos grevistas ocorridos no Brasil em 1968 – Contagem, em Minas Gerais, Osasco e Perus, em São Paulo e em 1978 na região do ABCD paulista. A necessidade de abordar a temática da greve não apenas como uma reportagem histórica, “mas sim como uma forma de luta em busca da organização da classe operária” (VIEIRA, 1980: 8), foi priorizada pelo grupo.

Privilegiando um modelo de criação cênica voltado para temas de repercussão política combinados com estrutura de manifestação popular, conforme pondera Silvana Garcia,¹ o enredo de *Bumba, meu queixada* foi baseado numa autêntica manifestação da cultura popular brasileira – O Bumba-meu-boi². De acordo com o grupo União e Olho Vivo, a escolha por essa estrutura se deu pelo fato de que o público ao qual a peça se destinava era um público de periferia que, em grande parte, era constituído por pessoas advindas da região nordeste do país que se identificavam com a representação do Bumba-meu-boi.

Observamos que o espetáculo fundamentado na manifestação da cultura popular no Bumba-meu-boi atribui à peça um caráter alegre e festivo, pois avaliando as rubricas³, podemos perceber indicações de movimentos e gestos das personagens “Toda essa cena é muito alternada, ora com falas ou com músicas soladas pelo capitão ou pela cantadeira, ora com o coro cantando junto. Tudo com apitos, saltos, danças, bexigadas.” (VIEIRA, 1980:25). Todavia, aliado ao caráter alegre e festivo, a trama tem um caráter realista, uma vez que narra as problemáticas vivenciadas pelos trabalhadores, como baixos salários, longas jornadas de trabalho, movimento grevista, acidentes de trabalho.

Detendo-nos à linguagem presente em *Bumba, meu queixada*, Felisberto Sabino Costa salienta que a maneira como algumas personagens expressam-se durante determinadas cenas destoa do papel que desempenham na cena, como é o exemplo do Engenheiro. A caracterização da personagem Engenheiro para Costa: “seria melhor explicitada se pensasse

¹ SILVANA, Garcia. Vamos fazer a festa juntos, cada um no seu lugar. *Revista USP*, n. 14.

² O Bumba-meu-boi é uma manifestação da cultura popular brasileira denominada folguedo ou dança dramática. Ocorre em várias regiões do país e, de acordo com cada local sofre variações no enredo e na composição das personagens. O Bumba-meu-boi também é conhecido como Boi-bumbá, Boizinho, Boi-de-mamão. Cf. ANDRADE, Mário. *Danças dramáticas do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-memória, 1982. LIMA, Rossini Tavares de. *Folquedos populares do Brasil*. São Paulo: Ricordi. CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário de folclore brasileiro*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.

³ Cf. RAMOS, Luiz Fernando. *O parto de Godot e outras encenações: a rubrica como poética da cena*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999. No estudo de *Bumba, meu queixada* utilizamo-nos das rubricas com o intuito de ampliar nossa análise do texto teatral, considerando suas informações sobre cenário, figurino, ação das personagens e organização das cenas.

numa linguagem mais adequada para um personagem que ocupa este nível de qualificação profissional.” (COSTA, 1990: 423)

Posto isso, entendemos que não só a linguagem do Engenheiro é objeto de apreciação, como também a linguagem recorrente em toda peça que se baseia em um vocabulário coloquial, com muitas gírias, ditos populares, expressões grotescas e até mesmo palavrões, tornando peculiar a narrativa da fábula⁴. Tal característica é intencional, haja vista que o grupo acreditava que para alcançar um público popular, fazia-se necessário utilizar uma linguagem próxima da sua realidade. Seleccionamos algumas expressões que nos remetem a essa linguagem coloquial recorrente no texto teatral *Bumba, meu queixada*, como: “Bastião: Tô cansado paca, O paia sabe sim. Sabe sim. Ta mangando do sinhô capitão, Que porra de confusão?” (VIEIRA, 1980: 28).

Refletir sobre a utilização dessa linguagem, requer, sobretudo, discutirmos sobre as questões que estavam postas no debate político e cultural da década de 1970 sobre engajamento. Nesse sentido, partilhamos das reflexões Benoît Denis:

Idealmente, é determinado o público ao qual ele se dirige que o escritor engajado situa a sua obra socialmente, politicamente e ideologicamente, na medida em que essa eleição do público determina os fins, os temas e os meios do seu empreendimento. Em termos rápidos e esquemáticos, não se escreve para os operários como se escreve para os burgueses ou para seus pares da literatura. (DENIS, 2002:61)

No Brasil entre os anos de 1970 e 1980 engajar-se no campo cultural para muitos artistas e intelectuais implicava entre outras coisas eleger um público e, a partir disso, escrever em função do público escolhido. Sob esse prisma, a opção do grupo ao utilizar a linguagem coloquial atendia a um propósito popularesco.

Há de se fazer uma ressalva em relação à postura adotada por muitos artistas e intelectuais brasileiros nesse período. Alguns deles entendiam que a relação entre intelectuais e público era uma via de mão única, ou seja, a intelectualidade era a portadora da verdade e deveria levar ao “povo” a conscientização e o despertamento para a mobilização e luta por melhores condições sociais, culturais e políticas. Sobre essa discussão, a ponderação que Benoît Denis faz ao discutir a relação entre artista engajado e público é bastante pertinente à demanda nesse momento:

Há lá, com toda evidência, algo de impensado no engajamento, através do qual se descobre a desigualdade da relação do escritor com o grande público: o primeiro permanece sempre o senhor do jogo e se concebe como aquele que revela ao segundo o que ele é e o que ele espera; o escritor

⁴ Fazemos uso da noção de fábula apresentada por João das Neves. Cf. NEVES, João das. *op. cit.*

engajado pensa-se assim, ora como pedagogo que, em ligação direta com o filósofo das luzes, quer “instruir, fazer conhecer e fazer compreender [...]”
(DENIS, 2002:62 -63)

Cena I – Bumba, meu boi

Na primeira cena, as personagens do Bumba são: O Boi, Capitão Carneiro Leão, Mateus, Bastião, Cantadeira, Catirina, Caboclo do Arco, Pastorinha, Vaqueiro, Mané Gostoso, Tuntuqué, Babau, Maria da Ema, Morto carregando o vivo, Caipora⁵, Engenheiro e o proprietário do parque de diversões Arco-íris, Seu Kong.

A partir das leituras realizadas sobre o folguedo, percebemos que as personagens do Bumba na primeira cena são, na sua maioria, as mesmas utilizadas nas apresentações tradicionais. Há, no entanto, que considerar que as figuras do Bumba sofrem variações de acordo com cada região ou estado do país em que se realiza a manifestação⁶. A bibliografia utilizada pelo grupo sobre o Bumba-meu-boi refere-se ao folguedo realizado em Pernambuco.

É importante mencionar que antes de iniciar propriamente a peça, há uma marcação do dramaturgo indicando que as personagens do Bumba-meu-boi e a bandinha, além de atores saem cantando pelas ruas, próximas do local da encenação, convidando o público para a apresentação do espetáculo *Bumba, meu queixada*. Essa é uma característica dos folguedos que, em geral, são constituídos por dois momentos: um desfile, que percorre as ruas anunciando o evento com música e dança, e uma segunda parte definida como embaixada.⁷

⁵ A peça apresenta poucas indicações sobre as personagens do Bumba. Nesse sentido, recorremos à bibliografia sobre o Bumba-meu-boi com o intuito de explicitar detalhes sobre a constituição dessa manifestação. Capitão é o proprietário do boi, comanda a apresentação do Bumba e aparece montando o seu cavalo marinho construído com uma armação rodeada de saioite. Mateus e Bastião são vaqueiros, trabalham para o Capitão e vestem-se de palhaços. Babau é a figura de um cavalo com queixada de boi. Cantadeira é uma mulher que entoa as músicas da encenação. Pastorinha é representada por uma garota enquanto o papel de Catirina é feito, geralmente, por um homem que, em nenhum momento, tenta disfarçar suas características masculinas. Mané gostoso é um homem que se utiliza de pernas de pau. Tuntuqué é um pistoleiro fanfarrão que anda armado. Engenheiro é uma personagem que foi enviado pelo governo para demarcar as terras do Capitão. Caboclo do arco é um índio que tem uma grande habilidade em dançar com o arco. Morto carregando o vivo é representado por um ator mascarado que carrega o torso de um boneco à sua frente, ficando as pernas do boneco na sua traseira, o que dá a aparência de que o homem está sendo carregado pelo boneco. Caipora é um espírito do mal aborígina, que habita as florestas e persegue os caçadores.

⁶ As representações do Bumba-meu-boi realizam-se em vários estados brasileiros, durante todo ano, mas costuma ser mais frequentemente no período natalino e de acordo com cada região sofre variações no enredo e na composição das personagens. O Bumba-meu-boi nas suas variantes são conhecidas como Boi-bumbá, Boizinho, Boi-de-mamão, Boi de Reis, Boi Surubi. Cf. ANDRADE, Mário. *Danças dramáticas do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-memória, 1982. LIMA, Rossini Tavares de. *Folgedos populares do Brasil*. São Paulo: Ricordi. CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário de folclore brasileiro*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.

⁷ MEYER, Marlyse. *Pirineus, Caiçaras ... da commedia dell'arte ao bumba-meu-boi*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991, p. 55.

O ato de desfilar antes da encenação do espetáculo também pode ser entendido como uma tática do grupo para atrair e despertar no público um interesse pela apresentação da peça. Essa estratégia teria sido usada pelo grupo para marcar, sobremaneira, a característica popular, de contato direto com o público através da interatividade. Essa proposta de convite no “calor da hora” atende a um propósito de reforçar, ainda que por meios não convencionais de divulgação, do espetáculo.

A primeira cena desenvolve-se no parque de diversões Arco-íris, local onde se iniciam as divergências entre as personagens Maria da Ema, Bastião e Mateus. Esse conflito é representado através da fala da personagem Maria da Ema “Manda ele, capitão, manda ele que esse negro tem marca” (VIEIRA, 1980:25) e também com a rubrica “Mateus e Bastião dão bexigadas em Maria da Ema” (VIEIRA, 1980:25). As passagens acima levam-nos a inferir que há um conflito ideológico marcado pelo preconceito étnico da personagem Maria da Ema para com Bastião. Há também, nesta cena, o conflito entre Engenheiro e Caboclo do Arco, que aparece na rubrica “Na dançada, Caboclo do arco e Engenheiro se esbarram e se estranham. Safanões.” (VIEIRA, 1980: 26)

Apesar das divergências entre o funcionário do parque e as figuras do Bumba, esta cena é muito alegre e marcada do início ao fim por constantes intervenções musicais que se alternam com os diálogos entre as personagens, atribuindo caráter festivo à peça.

Cena II – Parque Arco-íris

Na segunda cena, as personagens são: I) o Mecânico, responsável pela manutenção do parque de diversões Arco-íris que se apresenta como um trabalhador honesto, dedicado e determinado; II) O Empregado do jogo das argolas e III) o Empregado da roleta que assim como o Mecânico, desempenham suas funções honestamente e se colocam indignados com as atitudes ilícitas do patrão e seus incumbidos; IV) a Pipoqueira, vendedora de amendoim, uma pessoa alegre; V) Seu Kong, proprietário do parque diversões Arco-íris, um homem ambicioso, “prepotente e antipático”⁸ VI) o Anunciador, responsável pelo serviço de auto falante do parque, anunciando ao público os vários serviços do parque; VII) Buffalo Bill, uma personagem agressiva, mau-caráter, ambiciosa, como indica a rubrica e a fala de “[...] Bill (com voz americanizada) Calma, seu Mecânico. Vamos devagar. Taiquirize. Taiquirize,”⁹ possui uma linguagem com sotaque americanizado o que nos leva a deduzir que seja uma representação da presença do capital internacional no Brasil naquele momento; VIII) Zé do

⁸ VIEIRA, César, *op. cit.*, p. 37.

⁹ *Idem, ibidem*, p. 39.

Barato, encarregado do patrão que ilude o público e está sempre em divergências com os funcionários do parque que, por serem honestos, abominam as atitudes dele.

É, portanto, uma cena mais tensa do que a primeira, pois apresenta as relações entre os patrões e empregados do parque de diversões Arco-íris: de um lado, o patrão ambicioso e negligente, representado pela personagem Kong, e seus empregados bajuladores Engenheiro, Zé do Barato e Buffalo Bill; do outro, os funcionários como Mecânico, Pipoqueira, Empregado da roleta, Empregado do jogo de argolas e a Cigana, íntegros e insatisfeitos com a administração do patrão.

Todos os conflitos levam os trabalhadores do parque de diversões Arco-íris a ficarem insatisfeitos com as atitudes do proprietário e administradores. A rubrica indica o embate físico entre os empregados e patrão – “[...] lutam – Kong, Buffalo Bill e Zé do Barato contra Caboclo do Arco, Mecânico, Pipoqueira, funcionários do jogo de argolas e funcionários do jogo dos clubes” (VIEIRA, 1980: 44). A polícia intervém nesse conflito e apóia Kong, Buffalo Bill, e Zé do Barato. A partir disso, todas as atividades do parque são retomadas, com todos os trabalhadores desempenhando suas funções normalmente.

Cena III – Dos Queixadas

Na terceira cena, as personagens, de acordo com a rubrica “respondem aos versos em mímicas, acompanhados com efeitos sonoros” (VIEIRA, 1980: 45) são representadas por: Papai queixada, trabalhador, sério e responsável que acorda cedo para pegar no trabalho; Mamãe queixada, dona de casa que executa os afazeres domésticos; os queixadinhas, dois filhos do casal estudam e trabalham e Seu Abdalão, dono da fábrica, patrão ambicioso “explorador e comilão”(VIEIRA, 1980: 48).

As personagens nesta cena, exceto seu Abdalão, não têm nomes próprios, como Papai Queixada, Mamãe Queixada e os queixadinhas, o que nos leva a deduzir que esse recurso metafórico de não nomear propriamente determinadas personagens poderia contribuir na identificação do público com a história narrada e com as personagens da cena, incluindo-se, dessa forma, na trama.

A cena conta com a utilização de uma linguagem metafórica, uma vez que conta, por meio de símbolos, as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia de uma família de um trabalhador, como a escassez de alimentos, a superlotação do transporte coletivo, a falta de recursos financeiros, entre outros. São mencionadas também, nesta cena, as arbitrariedades do patrão, seu Abdalão, o patrão opressor que caça violentamente seu empregado.

O símbolo utilizado para narrar a história do operário é o porco selvagem chamado queixada que quando está sozinho não tem força, mas quando está em bando, ou seja, quando

se une a outros queixadas, torna-se forte. Podemos entender que essa alegoria tem o propósito de chamar a atenção dos trabalhadores para a necessidade de se unirem e de lutarem pelos seus direitos, exaltados pelo ideal da coletividade.

Cena IV – Da greve

A quarta cena é a mais extensa e apresenta um conflito mais tenso do que as demais. O cenário é uma fábrica subdividida em quatro planos: refeitório, escritório, sindicato e departamento pessoal, locais onde se desenvolvem as ações das personagens. Esta cena representa o universo dos trabalhadores no interior da Metalúrgica Brasilina, retratando as várias problemáticas vivenciadas por eles no seu cotidiano, como acidentes de trabalho, longa jornada de trabalho e diferença salarial. Na trama, as personagens Mané, Ari, Chuvisco, Zequinha, Sereno, Edmundo, Ceição e Estela representam os trabalhadores mobilizados e engajados que lutam pelos seus direitos e contra as injustiças na fábrica. As personagens Norberto e o mestre representam o operário desarticulado e menos preocupado com os problemas da coletividade.

A personagem Herr Wolfgang, proprietário da Metalúrgica Brasilina, é o patrão, ambicioso e negligente com os direitos e as reivindicações dos operários. Nos é sugerido com a rubrica “Herr Wolfgang (com sotaque alemão)” (VIEIRA, 1980: 59) que o proprietário seja alemão, o que pode ser pensado como uma referência ao capital internacional no Brasil, assim como na cena II, com Búffalo Bill.

O Engenheiro, o Mestre e a Advogada representam os interesses do patrão, Herr Wolfgang, que ignora os direitos dos trabalhadores com o intuito de ampliar os lucros da empresa. Já as personagens Comandante, deputada Conceição da Rocha e ministro Canarinho formam a comitiva encarregada de apaziguar o movimento grevista deflagrado pelos trabalhadores.

A cena inicia-se no Departamento Pessoal da Metalúrgica Brasilina com a contratação da personagem Mané. Ele é um garoto pernambucano de dezesseis anos, vendedor de doces e com pouca escolaridade e busca, na Metalúrgica Brasilina, uma possibilidade de ascensão financeira e/ou social. Diante da pouca instrução do garoto, o engenheiro responsável pela contratação o admite na empresa, no entanto, com o salário menor do que os demais funcionários, mas perfazendo também uma jornada de trabalho de 12 horas diárias.

Num primeiro momento, Mané fica satisfeito com o novo emprego e o novo salário, mas logo após o primeiro contato com os demais colegas de trabalho no refeitório da fábrica, Mané percebe que foi enganado pelo Engenheiro e é incentivado por Zequinha, Sereno e Chuvisco a reclamar junto ao sindicato a diferença salarial.

Além da diferença salarial na admissão de Mané, esta cena apresenta ao leitor/espectador vários outros problemas circunstanciados pelos trabalhadores da metalúrgica Brasilina, como os recorrentes acidentes de trabalhos.

Mané, convencido pelos amigos de trabalho, reconhece, então que foi ludibriado pelo novo patrão e juntamente com Edmundo e Zequinha vai ao sindicato fazer suas reivindicações. Nesse caso, o sindicato é tomado como uma instituição ligada diretamente aos interesses dos trabalhadores, apresentando-se sem hierarquias e empenhado em solucionar os problemas vivenciados por eles.

Neste ínterim, os operários da Metalúrgica Brasilina, juntamente com os da Metal-lex e da Açobrás, concluíram que a melhor maneira de lutar contra as arbitrariedades dos patrões, garantindo seus direitos trabalhistas e pressioná-los para uma negociação seria deflagrando uma greve até que todas as reivindicações fossem atendidas.

Cena V – Testamento do boi

A quinta e última cena retoma o parque de diversões Arco-íris e se inicia com a entrada das personagens Cantadeira, Catirina, Cigana, Pipoqueira e o boi também entra, antes da música e fica como que morto, no centro. Após a finalização da música, entraram em cena as personagens do Bumba e do parque e o boi ressuscitou. Em seguida, Búffalo Bill, Kong, Zé do Barato e policial chegaram ao parque. Kong, o proprietário, demonstrou insatisfação com a apresentação do Bumba e ordenou aos empregados que recomeçassem suas atividades.

Os funcionários do parque, Empregado da roleta, Empregado do jogo de argolas e o Mecânico, insatisfeitos com a suas condições de trabalho, apresentaram algumas alternativas para reverter a situação de exploração vivenciadas por eles, a saber:

Empregado da roleta: Assim num dá mais pra continuá. O Kong segue a nos explorá e o povo robá.

Empregado do jogo de argolas: Vamu embora, vamu pra justiça reclamá.

Empregado da roleta: O negócio é as arma do Tiro ao Alvo pegá e esse parque arreventá.

Mecânico: Vamu reuni. Todo mundo discuti. Comissão aqui formá e o nosso sindicato reforçá! (VIEIRA, 1980: 79)

As alternativas ir à justiça do trabalho, arreventar o parque e depois tomá-lo ou reunirem-se, discutirem-se, organizarem-se e depois agirem, são apresentadas ao público que, nesse instante, pode interferir também no espetáculo, apontando possíveis soluções para o impasse. Logo, a cena tem um caráter aberto, com vistas a questionamento, reflexões, sugestões, possibilitando, assim, um espaço de diálogo e trocas de experiências entre atores e platéia. Essa interatividade proposta configura-se também como um espaço de avaliação do trabalho realizado pelo grupo.

Entendemos que a temática da greve é utilizada para instigar os leitores/espectadores na reflexão sobre as suas condições de trabalho e no despertamento para a necessidade de eles se organizarem e lutarem pelos seus direitos. Assim, na peça, diante dos vários problemas enfrentados pelos trabalhadores do parque diversão Arco-íris, são sugeridas ações como ir à justiça do trabalho, arrebentar o parque e depois tomá-lo, reunir-se, discutir, organizar-se; chamando os trabalhadores para encontrar em uma dessas alternativas uma forma de mobilização da classe operária. Nesse sentido, concluímos que a peça tem o intuito de colocar em pauta discussões sobre as condições de trabalho e as possibilidades de reverter a situação de exploração através da defesa dos interesses comuns aos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Mário. *Danças dramáticas do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-memória, 1982.
- CAMAROTTI, Marco. *O teatro do povo do nordeste*. Recife: Ed. Universitário da UFPE, 2001.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário de folclore brasileiro*. Brasília: Instituto Nacional do livro, 1972.
- DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Bauru: Edusc, 2002.
- LIMA, Rossini Tavares de. *Folquedos populares do Brasil*. São Paulo: Ricordi.
- MEYER, Marlyse. *Pirineus, Caiçaras ... da commedia dell'arte ao bumba-meu-boi*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- SILVANA, Garcia. Vamos fazer a festa juntos, cada um no seu lugar. *Revista USP*, n. 14.
- VIEIRA, César. *Bumba, meu queixada*. São Paulo: Editora Graffiti, 1980.

NA EMBRIAGUES DA CACHAÇA:

Sociabilidades, Imaginário, Produção e Marketing (1950 - 2000)

Floriana Rosa da Silva ¹

Resumo

Este trabalho busca descrever a trajetória da cachaça ao longo da História do Brasil e seus diferentes usos e percepções no cotidiano dos diferentes sujeitos sociais. Pretende-se ainda, investigar a industrialização da sua produção na segunda metade do século XX as transformações ocorridas nestes processos e suas repercussões no mercado de consumo.

(Cachaça, História e Cultura)

Abstract

This work searches to describe the trajectory of cachaça to long of the History of Brazil and the its different uses and perceptions in the daily one of the different social citizens. It is still intended, to investigate the industrialization of its production in the second half of century XX the ocured transformations in these processes and its repercussions in the consumption market.

(Cachaça, History, Culture)

Deu uma invernada brava, mas para Nhô Augusto não foi nada: passava os dias debaixo da chuva, limpando o terreiro, sem precisão nenhuma. Depois entestou de pôr abaixo o mato, que conduzia até à beira do córrego os angicos de casca encoscorada e os jacarandás anosos, da primeira geração. E era cada machadada bruta, com ele golpeando os troncos, e gritando. E os pretos, que se estavam dando muito bem com o sistema, traziam-lhe de vez em quando um golinho, para que ele não apanhasse resfriado; e, como para chegarem até lá também se molhavam, tomavam cuidado de se defender, igualmente, contra os seus resfriados possíveis.

(João Guimarães Rosa)

A partir da análise da epígrafe acima e da obra de E.P. Thompson, nos parece claro que as diferentes sociedades têm sua bebida, assim foi no fim do século XVIII, onde a cerveja era elemento principal nos hábitos dos operários ingleses, onde “se uma moça soubesse preparar uma boa cerveja, seguramente daria uma boa esposa,”... onde religiosos afirmavam “que não podiam conduzir suas turmas sem antes tomar uma caneca de bebida.” Ainda no final do século XVIII “o chá era considerado um substituto pobre. O aumento do seu consumo e o de bebidas alcoólicas indicava a necessidade de estimulantes, provocada pelo número excessivo de horas de trabalho e pela dieta inadequada.” (THOMPSON, 1987: p. 183-184)

Conforme Câmara Cascudo:

“Cabe aqui, timidamente, lembrar que todo povo possui seu vinho. Vinhos de uva, arroz, milho (...) aguardente do bagaço da uva, bagaceira portuguesa; do mel da cana

¹ Acadêmica do Curso de Mestrado em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular, Imagem e Som – POPULIS. Orientador Prof. Dr. Newton Dângelo. Apoio: CAPES.

destilado, cachaça, a mais popular bebida do Brasil” (CASCUDO, 1983: p. 35). Homens e mulheres, cada qual a seu tempo e a seu modo, têm algum tipo de bebida, fumo, algo estimulante e ou embriagante buscando na natureza, no tipo de clima, na qualidade do solo, na conjuntura econômica e política, na tradição e cultura, o produto que melhor convir para atender esta necessidade. Já no Brasil, desde o século XVI até nossos dias, a cachaça tem exercido papel semelhante ao da cerveja na Inglaterra e de muitas outras bebidas em diversas outras sociedades.

De “cagaça”² a cachaça foi um pulo. No século XVI a cachaça era moeda corrente na compra de escravos na África. Em Minas Gerais, após a descoberta do ouro, a cachaça foi usada pela população oriunda de todas as partes do país para amenizar a baixa temperatura das Montanhas da Serra do Espinhaço. A bebida passa a disputar mercado com os vinhos portugueses e, por diversas vezes, a cachaça teve sua produção, seu comércio e até consumo proibido pela corte portuguesa, o que foi em vão. Era acusada de prejudicar a retirada do ouro das minas. Sem resultados, a Metrópole portuguesa resolve taxar o destilado, que passou a dar significativa contribuição aos cofres da coroa. (ALMEIDA, 2003)

A cachaça, considerada um estimulante, era oferecida aos escravos logo pela manhã, uma vez que ela combatia a friagem das minas de ouro úmidas, afastando diversos males e proporcionando ânimo ao trabalhador sem perspectivas. Para muitos, a cachaça esquentava o corpo e acalenta a alma. (ALMEIDA, 2003)

As técnicas de fabricação da cachaça foram sendo aperfeiçoadas e sua qualidade melhorando, o que fez o consumo crescer rapidamente e em pouco tempo a bebida passou a ser apreciada por todos. Passada de copo em copo, de boca em boca, bem como as gingas, as piadas, os versos ditos e repetidos delinearam a cultura da cachaça no imaginário social, tornando assim alimento, remédio, diversão. Ao sair da senzala, foi direto para a mesa dos senhores-de-engenho e banquetes palacianos. (VASCONCELOS, 2003; p.74-77)

Por outro lado, a cachaça também esteve presente nos mais importantes momentos da vida nacional. Foi símbolo de “brasilidade” e de resistência à dominação de Portugal durante a Inconfidência Mineira no século XVIII e na Revolução Pernambucana na segunda década do século XIX. De genuína cachaça, foi transformada em Sangue de Cristo, pois esta foi a forma encontrada pelo padre João Ribeiro Pessoa para demonstrar aos fiéis seu apoio às causas da Revolução Pernambucana em 1817. Durante a celebração da Santa Missa, o padre substituiu o vinho do porto pela cachaça. (VASCONCELOS, 2003; p.74-77)

² Uma das primeiras denominações dada a uma espécie de garapa, que era fornecida como ração aos animais, especialmente às cabras. Posteriormente com o processo de fermentação e destilação chegou-se a cachaça.

A Independência do Brasil foi brindada com cachaça por Dom Pedro I e este gesto foi repetido pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso durante as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. (VASCONCELOS, 2003; p.74-77)

O caráter de nacionalidade brasileira que foi sendo agregado à cachaça está hoje em evidência e ela vem conquistando uma parcela crescente do mercado nacional e internacional de bebida destilada, tanto por ser considerada exótica como pelo seu sabor especial. (OLIVEIRA, 2001; p.8). Atualmente, a cachaça permeia os drinks sofisticados de uma sociedade pós-moderna efêmera, cada vez mais exigente, mantendo-se firme nos hábitos cotidianos tanto de uma elite privilegiada como também das pessoas menos favorecidas economicamente.

Diversificaram-se as formas de produção, comercialização e consumo da cachaça, o que é perfeitamente compreensível, uma vez que é preciso considerar a adaptação da cultura às necessidades do presente e nela a aceitação da cachaça nos diferentes meios sociais. Assim, a sua freqüente presença em diversas festas populares como folias de reis, festas juninas, pagodes, mutirões, entre outros, tem extrapolado para ambientes mais refinados, assumindo sua condição de bebida nacional e se firmando no seio das camadas mais exigentes da sociedade brasileira.

Na primeira metade do século XX houve uma relevante sucessão de obras intelectuais que apontavam para uma transformação na historiografia brasileira. Vamos citar aqui algumas que, possivelmente, estimulou o interesse pelo Brasil. O primeiro deles, Casa-grande e senzala, de Gilberto Freyre (FREYRE, 1990), trata da formação social brasileira, o segundo, Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1975), mostra o caráter da nossa gente, contribuindo para a compreensão do universo cultural do Brasil e o terceiro, ainda referente à historiografia, foi Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Junior (JÚNIOR, 1996), dentre outras que reformulava análise renovadora da realidade histórica do país.

No que se refere à cachaça, foram publicados, a partir da década de 1940, tanto livros quanto artigos em revistas e jornais tratando o tema, entre os autores destacam-se: Câmara Cascudo (CASCUDO, 1986), Gilberto Freyre (FREYRE, 2004), José Calasans (CALASANS, 1951), entre outros que se dedicaram a desvendar e registrar a importância cultural, econômica e histórica da cachaça para o Brasil. Além disso, o tema é destaque e pode ser verificado por sua presença na literatura, na música, na cultura popular e no folclore.

No entanto, apesar de todo trabalho historiográfico, literário e folclórico produzido, nenhum se dedicou especificamente em trabalhar a trajetória da cachaça na história do Brasil.

Em busca de contextualizar este trabalho é importante refazer a trajetória histórica em que a cachaça aparece, destacando seus modos de produção artesanal, os interesses econômicos, sociais e políticos que levaram diversas vezes à proibição da produção, comércio e consumo da bebida, a diversidade cultural, apontando os momentos e as formas com que ela aparece no cotidiano da sociedade brasileira. Para isso, partiremos de obras de historiadores que trabalharam a história econômica, política e social brasileira. Essas obras, embora não tratem especificamente da aguardente, trabalham os engenhos, as relações de poder, as condições de vida no Brasil colônia, sendo pertinentes para as questões que o trabalho de pesquisa propõe investigar. Além dos historiadores, travaremos um diálogo com o trabalho dos memorialistas e folcloristas que trabalharam diretamente com o tema, ainda que de forma fragmentada.

Na segunda metade do século XX, o Brasil ficou marcado, sobretudo, pelo crescimento industrial. Foi este um momento de forte crescimento da indústria de aguardente no Brasil, como a Companhia Muller de Bebidas, fundada na década de 1950, nada menos que a maior produtora de aguardente de cana-de-açúcar do país, e responsável pela produção da marca “cachaça 51” (Companhia Muller de Bebidas, 2005).

A produção da cachaça industrial é realizada em larga escala com modernas tecnologias e colunas de destilação com sofisticados recursos de análises química e biológica, permite ainda acrescentar à bebida outras substâncias para obter a tonalidade, buquê, e sabor pretendido. Em 2003 a marca “cachaça 51” ficou sozinha com uma parcela de 17% do mercado nacional e continua a líder em vendas do setor desde a década de 1970. (BEZERRA, e SOUZA, 2003, p 24-32).

O slogan “uma boa idéia” consagrou a marca “cachaça 51”. A Companhia Muller de Bebidas “se vangloria de ter sido a primeira fabricante de aguardentes a ter dado um tratamento profissional à comunicação de massa”, em 1991 gastava cerca de US\$ 6 milhões só em publicidade. Em 1990 a “cachaça 51” virou até música gravada em ritmo de samba pelo grupo “Demônios da Garoa”, muito tocada nas AM da cidade de São Paulo. (GANDOUR, 1991). Certamente o uso dos meios de comunicação de massa tenha sido determinante no sucesso da cachaça 51, uma vez que esta não é tida pelos consumidores como uma das melhores (em qualidade e sabor) marcas de aguardente de cana. Só uma empresa capaz de produzir muito, e em condições de dispor de tamanho investimento em marketing e propaganda pode dominar uma fatia tão considerável do mercado consumidor.

A partir dos anos 1980, houve um interesse maior do governo na produção da cachaça, investimentos em pesquisas científicas buscando controlar a produção artesanal e melhorar a qualidade do produto, e ainda a criação de órgãos para cuidar deste setor da agroindústria. A

partir de um estudo setorial em 1982, promovido pelo INDI - Instituto de Desenvolvimento de Minas Gerais - descobre-se espaço para um “novo” mercado, para um “novo” produto que vai levar à institucionalização da cachaça nos anos que se seguem. Observamos, a partir de então, a criação de várias instituições no ramo, entre elas, a Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade (AMPAQ) em 1988, o pró-cachaça e o Programa Brasileiro de Desenvolvimento da Cachaça (PBDAC) em 1992, para em 2001 termos o decreto federal – denominação e origem da palavra “Cachaça, Brasil, Cachaça do Brasil,” o plano de reestruturação da cadeia produtiva, e ainda o decreto da cachaça de minas. A cachaça se mostrava como um produto em potencial para a exportação, um ramo economicamente promissor e daí a sua institucionalização. (AMPAQ, 2004)

A partir de 1980 a cachaça entra em uma nova fase, com publicações de uma literatura muito diferente da produzida até então. O interesse agora volta se para as produções técnico-científicas, como o publicado na revista Pesquisa FAPESP, Ciências e Tecnologia (VASCONCELOS, 2003: p. 74, 77), que traz uma reportagem que compara a cachaça com uísques, demonstrando quimicamente que a bebida brasileira tem menos aldeídos, substância responsável pela ressaca, assim sendo justifica-se a elitização da bebida e incentiva-se sua exportação. A Série Perfis agroindustriais – 4, traz como tema: Produção de Aguardente de Cana – 4(Série Perfis Agroindustriais. 1995), onde é descrito todo o processo de produção e comercialização da cachaça visando o desenvolvimento agroindustrial, o que tornara possível a comparação dos processos de produção industrial, artesanal e rudimentar e caseiro.

A cachaça agora persegue os padrões dos uísques importados, e vários pesquisadores têm se empenhado em investigações que contribuam para este fim. A bebida tida como exótica, está sendo diretamente relacionada a história do Brasil, à tradições rurais, a identidade, nacionalidade, e ao turismo, tendo se mostrado um lucrativo meio de renda. Cresce a cada dia o consumo e a exportação do produto, que vem sendo melhorado continuamente para atender aos gostos mais apurados do mercado, foi transformada na grande vedete de feiras e exposições do ramo.

De “cagaça” no século XVI, a cachaça, segue em firmes passos adentrando com opulência o século XXI, tendo se revelado em um “BUM” econômico, em setor promissor da economia nacional. Aliás, a cachaça, a partir do século XVI, sempre teve relevante importância na economia e na cultura brasileira, e tem se revelado hoje em um produto de alta aceitação tanto no mercado nacional quanto no exterior, daí os investimentos e a promessa de prosperidade econômica em torno dela.

A pesquisa buscará identificar, partindo das fontes orais, entrevistas, reportagens em jornais, propagandas da bebida, rótulos, das grandiosas feiras e exposições, este momento de forte industrialização no pós 1950 à 2005. Estará em destaque a cachaça enquanto símbolo de identidade cultural, nacionalidade brasileira e tradição rural. As artimanhas usadas por determinados grupos que buscam nestes conceitos o incentivo, o motivo, a justificativa para o consumo da bebida, levando a aguardente a cambiar de um subproduto da cana de açúcar a símbolo de nacionalidade. Desta forma, ao comercializar a bebida, a indústria vende mais que um simples produto, mais que uma garrafa de cachaça, vende a imagem de tradição, cultura e identidade.

O cenário brasileiro constitui um espaço privilegiado para a pesquisa uma vez que apesar de ter passado por mudanças rápidas de urbanização e desenvolvimento tecnológico, traz, ainda hoje, viva no seio da sociedade, uma tradição secular (com força de leis) que vem sendo praticada, vivida, criada e reinventada no cotidiano dos diferentes sujeitos. Por todo o Brasil ela é aclamada, fala-se de seus inúmeros usos, dos benefícios e malefícios da cachaça. Mantêm-se aqui tradicionais modos de comercialização e produção artesanal da cachaça paralelo aos modernos, sofisticados e altamente industrializados. Neste espaço, misturam-se as identidades urbanas e rurais, mantêm-se e criam-se novas formas de consumo desta bebida, fortalecendo seu caráter de socialização. Justifica-se, assim, a relevância do trabalho que aqui proponho.

Referencias Bibliográficas.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. V.2.

ALMEIDA, Rômulo de. História da Cachaça: Um cálice de história. Disponível em: <www.cachaca.com.br> Acesso: 11/06/2003.

(AMPAQ) Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade: Disponível em: <<http://www.ampaq.com.br>>. Acessado em 05 mai. 2004.

BEZERRA, J. A. e SOUZA, E. Marvada Chique. In: **Globo Rural**, ano 18, nº 211, 2003, p 24-32.

BRANDÃO, Téo. “Ainda o folclore da cachaça”. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 1952. <http://jangedobrasil.com.br/setembro49/especial31.htm> 05 de mai 2004.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983.

_____. **Prelúdio da Cachaça**; etnologia, história e sociologia da água ardente no Brasil. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada, 1986.

CALASANS, José. **Cachaça, Moça Branca um estudo de folclore**. 2ª edição, ed: Aguiar e Souza Ltda, 1951.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

Companhia Muller de Bebidas. Pasta do Acadêmico. Disponível em <www.ciamuller.com.br/informações/acadêmica/pasta.do.acadêmico.pdf> acesso em 06/10/2005.

FERREIRA, Vivaldo. O novo status da cachaça. Disponível em: <<http://www.revistadistribuição.com.br>>. Acesso em 14 de jun. 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 27 ed, Rio de Janeiro: Record, 1990.

FREYRE, Gilberto. **O Brasil e a cachaça**. Disponível em: <<http://www.unica.com.br>> Acesso em 11/02/2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 11 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

GANDOUR, Ricardo. Números dão boas idéias de aguardentes. **Jornal Folha de São Paulo**, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1975.

_____. “Frechas, Feras e Febres”. Caminhos e Fronteiras. 3ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**. V1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. V.1.

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LAMAS, Dulce Martins. Achegas à genealogia da cachaça. Ibecc/Cnfl/Doc.182, 16 de maio de 1950. <http://jangadodobrasil.com.br/setembro49/especial35.htm> Acesso: 10/02/2004.

KREBS, Carlos Galvão. “O folclore da cachaça no Rio Grande do Sul”. A Hora. Porto Alegre 21 de fevereiro de 1959. Disponível: <<http://jangadodobrasil.com.br/setembro49/especial25.htm>> Acesso: 05/05/2004.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Evelyn de Souza. **Características fermentativas, formação de compostos voláteis e qualidade da aguardente de cana obtida por linhagens de leveduras isoladas de destilarias artesanais**. Imprensa Campinas, SP: [sn]. 2001.

SALES, Iraci Galvão. Sobre Homens livres na ordem escravocrata (HUCITEC) ZENELLA, Mafalda P. SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII**. Rio de Janeiro: Ed GRAAL, 1982. **O abastecimento da capitania das minas gerais no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1990.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. V.3.

Série Perfis Agroindustriais. Produção de aguardente de cana de açúcar / (Coordenado por) Carlos Arthur Barbosa da Silva – Brasília: Ministério da agricultura, do abastecimento e da Reforma Agrária, Secretaria do Desenvolvimento Rural, 1995. (Esta edição foi produzida em cooperação com a Fundação Artur Bernardes/ Universidade Federal de Viçosa, mediante convênio com o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária).

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcia da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. V.3.

SILVA, Flávio Marcus da. Os Engenhos e o poder. **Revista História e Perspectivas**, n. 24 jan/jun 2001, Uberlândia/MG. EDUFU, p. 82- 95.

SODRÊ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1971.

SOUZA, Laura de Mello. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. V.1.

THOMPSON, E.P. Padrões e Experiências. In: **A Formação da Classe Operária Inglesa**, Vol. II, São Paulo, Paz e terra, 1987 .

VASCONCELOS, Yuri. Cachaça sem Mistério. In: **Ciências e Tecnologia no Brasil, PESQUISA FAPESP**. Maio de 2003.

Oralidade: elemento garantidor das congadas

Kelly Cristina Rodrigues Silva*

Resumo: O foco principal deste texto é a oralidade, como ferramenta e esfera de comunicação das camadas populares. E preservação de sua cultura. Um caminho alternativo e precioso quando os sujeitos não têm acesso às formas de discursos legitimadores. Incluindo a escrita. A importância do tripé: voz, memória e tradição, como bases de continuidade e futuro. Tem na vasta literatura sobre o texto oral, dos repentistas, misto de poetas e jornalistas do cotidiano popular, suas fontes contemporâneas de inspiração. Voz e gesto, ritos e mitos, corpo e imaginário, tudo isto, compondo uma narrativa que não se esgota. E, sábia, penetra, agora, os poros das infovias e, de novo, encontra seus veios de atualidade e superação constantes.

Palavras Chaves: oralidade, memória, tradição.

Abstract: The main focus of this text is the oral movement, as a tool and as a communication sphere of popular layers. And preservation of their culture. An alternative and precious way when the subjects don't have access to the legitimate speech forms. Including the writing. The importance of the tripod: voice, memory and tradition, as bases of continuity and future. There is in the ample literature about the oral text, to improvisers, a mix of poets and journalists of popular quotidian, their contemporary source of inspiration. Voice and gest, rituals and myths, body and imaginary, all of that composing one narrative that doesn't end. And, clever, intrude, now, the pores of information channes and, again, find out their veios of the actuality and the constant overcoming.

Key words: oral movement, memory, tradition.

As histórias do povo, sua lida, seus gestos de devoção, seus mitos, lendas, crenças, silêncios e expressões, são irreprímíveis. A palavra possui o poder de dialogar com o mundo, com as coisas à sua volta, com o outro mundo e com as outras pessoas. E não existem maneiras de frear isto. Mesmo fechando a boca, a palavra ainda dança no imaginário das pessoas, e assim sobrevive por anos e anos sem nunca se perder.

* bacharel em jornalismo pela Universidade Federal de Goiás

O universo popular esconde, “além da racionalidade de nossos métodos” (ZUMTHOR, 1991: 35) e paralelo ao mundo da razão, essa linguagem genuinamente do povo, cujo conhecimento pertence principalmente ao ouvido e aos sentidos. Para entendê-la é preciso um desprendimento da visão taxativa, fragmentada, que impede uma perspectiva mais abrangente. Como sugere Paul Zumthor, é preciso “escapar à ilusão do cientificismo” (Ibid: 54). Enveredar por outros caminhos que tornem o universo popular e o registro oral compreensíveis em toda a sua dinâmica e riqueza.

A beleza e a riqueza que as histórias dos sujeitos escondem são desveladas em tradições seculares como a da congada, o que também pode ser visto em qualquer universo popular, onde a fala tem a mesma importância para qualquer um. Aqueles que não reconhecem a escrita como código que os representa encontram na voz sua forma mais legítima, mais particular de expressão. Por ser assim, ela constitui uma rica produção que não passa pela peneira da escrita. É chamada de literatura oral por muitos autores, como Câmara Cascudo, e têm significância e força pouco compreendida por muitos, mas uma resistência eterna:

Essa literatura, que seria limitada aos provérbios, adivinhações, frases - feitas, orações, cantos, ampliou-se alcançando horizontes maiores. Sua característica é a persistência pela oralidade. A fé pelo ouvir, ensinava São Paulo. (...) Todos os autos populares, danças dramáticas, aglutinam saldos de outras representações apagadas na memória coletiva, resistindo numa figura, num verso, num desenho coreográfico, são os elementos vivos da literatura oral. (CASCUDO, 197:; 22).

Existem autores que discordam desse termo, como Lima que considera a expressão literatura oral inadequada, carregada de vício metodológico, por causa da palavra literatura, que está diretamente ligada à escrita e expressaria a subordinação do oral ao escrito. Para a autora, “a própria designação já indica que o oral tem sido compreendido muito mais com referência aos termos da literatura do que aos seus próprios termos” (LIMA, 2003:33). Dessa forma as particularidades da oralidade ficariam ignoradas quando designada assim.

A cultura popular, portanto, é dotada da memória viva da voz, do gesto, do olhar, que povoam a todo o momento o imaginário, a cada vez com mais força para fazer ressoar a língua “a revelia do sujeito que a teria como que aprendido de cor” (ZUMTHOR, 1993: 21). Por não ser estática ela rememora o poder, as glórias e os desafios de seus antepassados, a memória não é estática congelada no tempo.

Quando os dançadores do rosário se preparam, vestindo suas roupas coloridas e indo para rua com seus tambores e chocalhos amarrados às pernas, não só revivem as lembranças, mas se refazem, repensam e articulam as idéias do hoje. Reafirmam a sua cultura e mantêm sua tradição viva, conquistando os mais jovens que iniciam sua vida como dançadores inspirados pelos avôs, pais, tios, irmãos e vizinhos. Nesse convívio familiar a palavra dos mais velhos, que contam seus causos é decisiva para a inserção dos mais jovens na congada.

A voz do capitão, um poeta que na festa deixa de ser um cidadão comum, e se torna um comandante de batalhão, exemplo a ser seguido, alguém que sente e sabe dizer o mundo de uma forma mais bonita e graciosa. Deixa vagar sua criatividade, volta ao passado relembando as cantigas dos antepassados ao mesmo tempo em que as atualiza nas suas rimas. Os seus versos trazem o testemunho da unidade, quando toca no que está latente na mente e no coração do povo.

Essas lembranças são reajustadas, recriadas, não é um mero “lembrar” de um passado extático. Segundo Zumthor “ela envolve toda a existência, penetra o vivido e mantêm o presente na continuidade dos discursos humanos. È ao mesmo tempo profecia e memória”. (ZUMTHOR, 1993:140). Seu discurso não é algo perdido no presente, vazio de significado, faz as releituras necessárias sustentada nessa alma popular. As palavras se integram no discurso coletivo, clareando e exaltando o passado que fica cada vez mais vivo no presente, não permitindo que a unidade popular se fragmente:

(...) sua voz traz o testemunho indubitável da unidade comum. Sua memória descansa sobre uma espécie de “memória popular” que não se refere a uma coleção de lembranças folclóricas, mas que sem cessar, ajusta, transforma e recria. (...) A perfeita voz da memória – forme-se na garganta, na boca, no sopro de um poeta ou de um padre – tem como fim último, sem dúvida, evitar rupturas irremissíveis, o despedaçamento de uma unidade tão frágil (ZUMTHOR, 1993:142).

Essa memória não se perde facilmente ao longo da história porque ela não se apóia apenas na voz, mas em todo o corpo que se torna lugar de expressão e de percepção. As pessoas que a guardam adquirem os seus conhecimentos por meio de todos os sentidos, a visão, o ouvido, e de várias maneiras, também o tato, o olfato. É uma experiência sinestésica. A retórica do gesto, que usa o olhar, o movimento, as pausas e os silêncios não está indissociável a da voz no momento da performance, essa linguagem do corpo faz da memória mais fecunda e duradoura.

A tradição é o que permanece ao longo do tempo por meio das gerações nessa tentativa de segurar o tempo, a tentativa de ainda ver no hoje os costumes criados pelos

antepassados. A memória estendida a tantas gerações, sobrevivendo ao longo do tempo, cedendo quando necessário, se revivificando com apropriações novas, alonga-se na história dando força às tradições.

Nessa esperança, o velho se lança sobre o novo para se preservar, enquanto este é construído sobre as bases antigas. Assim as tradições são adaptadas e reinventadas como forma de não deixar as lembranças morrer e cair no buraco negro do esquecimento. Nenhuma frase quando dita, será a primeira vez, mas é a partir dessas novas pronúncias, que se constroem coisas novas, apoiadas nessa tradição para não ter o seu significado esvaziado. Essa característica dinâmica que a oralidade possui não tem nada a ver com o que se costumam chamar de folclore. “Essa concepção antiquada de folclore como uma mera coleção de curiosidades” (GINZBURG, 1987: 16), não diz respeito a tradição viva da voz que se renova constantemente na praça, na festa, na rua, na boca do povo, onde é o seu lugar.

Essa concepção congela a cultura popular no tempo, esvaziando o seu caráter dinâmico, exclui sua característica diversa e corrosiva, que desliza e corrompe os caminhos através dos tempos. É assim que ela sobrevive, se diversificando, negando e afirmando, escondendo e revelando, mesclando os traços de diferentes culturas, “falando para não deixar o tempo passar” (SARAMAGO, 1996: 223), para não se perder as heranças deixadas pelos pais e avós.

Essa característica móvel e dinâmica da tradição é que a faz cada vez mais viva e poderosa. Os poetas medievais já anunciavam quando começavam a recitar seus versos: “quanto mais se escutarem meus versos, mais eles valerão; quanto mais o tempo passar, mais significativos eles se tornaram...” (ZUMTHOR, 1993: 53). Ao longo da história, ela se fortalece e se enriquece nesta renovação incessante. “A diversidade de todas essas gargantas, essas bocas que sucessivamente a assumem” (ibid, 53) fazem dela cada vez mais viva e mais presente fortalecidas no cerne da cultura popular.

A oralidade se recusa a enquadrar ao modelo da sociedade ocidental moderna que impõe a perspectiva da separação dos domínios real/irreal, realidade/imaginário, razão/sentimento, material/espiritual. No contexto popular não existem essas partilhas. Tudo é um amálgama. Nas narrativas orais, o real e o imaginário se dissolvem, tornam-se indistintos. Os discursos são simultaneamente míticos e históricos.

Esse misto é Percebido claramente na congada, como no mito que explica a origem da festa, que diz que a santa foi encontrada na mata dentro de uma gruta. Primeiro foi um padre e a levou para a igreja, mas logo em seguida, ela retornou para o lugar em que estava. Foram os negros tocando as caixas, o que ficou conhecido como os congos, ela os acompanhou, mas acabou retornando para a mata, em seguida foram outros negros tocando chocalhos amarrados às pernas, são os moçambiques, então ela os acompanhou e não voltou mais para a gruta.¹

Essa mobilidade e capacidade de escapar às censuras faz as pessoas capazes de criar outro mundo, outro tempo, é o que se constrói como Bakhtin defende “como paródia da vida ordinária, como um mundo ao réves” (1999: 10). É o mundo onde o negro é coroado rei, onde as crenças renegadas aparecem disfarçadas, como na história de Chico Rei, que se perpetuou dando origem à congada. Hoje modificada, refeita, reajustada, mas com o mesmo espírito popular, com os mitos vivos, onde a santa prefere acompanhar os negros aos brancos.

Por essa capacidade de conciliar, a oralidade tem o poder de se esquivar das censuras, de velar e desvelar os mistérios que permeiam o imaginário popular. As coisas que não podem ser ditas esperam na memória o momento certo de vir à tona. Ao mesmo tempo em que a voz assegura a continuação, ela é em si mesma fugidia, porque tem esse poder de se desviar dos empecilhos. A palavra vai deslizando pelo tempo, como uma enxurrada que carrega as danças, as crenças, os mitos do povo, viajando por todos os lugares na cabeça e no coração do povo, transmitida de boca a ouvido por várias gerações.

É tudo isto que constitui a poética da oralidade. A beleza dessas narrativas, para as pessoas que as narram e para quem as escuta, constitui o modo de dar significância para os eventos relevantes da história de suas regiões. É a forma de explicar o porquê dos costumes, de falar do mundo a sua volta e de compreendê-lo. Nesse mundo fragmentado a voz ressurge como unificadora nos momentos de comunhão, na festa, na reza, nas vizinhanças, nos terreiros e etc.

O movimento circular das culturas defendido por Bakhtin e denominado mais tarde de circularidade da cultura por Ginzburg, elucida muito bem essa capacidade de transformação e resistência das narrativas orais. A circularidade nega a concepção aristocrática sobre cultura, que considera e prega as idéias e crenças como meros produtos de classes superiores difundidas em um ato mecânico às classes subalternas. O que acontece é uma influência recíproca, “que se move

¹ História contada pelo senhor João Gerônimo, ex-capitão e general da congada de Catalão

tanto de baixo para cima, bem como de cima para baixo” (GINZBURG, 1987: 12). Aí não existe dominação de uma classe sobre a outra.

A memorização por meio da voz, única forma existente de arquivo até a origem da escrita, continua a cumprir seu ofício ainda que à margem do arquivo, e com o advento das novas tecnologias traz novas dimensões a essa fala do povo que carrega as tradições. Hoje ela divide a sua função com outros códigos, mas a sua eficácia ainda é inabalável. Assim todos os suportes são essenciais para a existência e perpetuação da tradição. Mas a oralidade se diferencia dos demais pela mobilidade, fluidez e facilidade de acesso que ela permite.

Lévy (1999) acredita que a globalização e a revolução tecnológica exige um retorno à palavra oral, pois devolve a força à palavra. O mesmo autor defende ainda que tudo o que for produzido pela humanidade tende a se agrupar e a ter visibilidade maior no “ciberespaço”, além de trazer à baila as discussões sobre a fragmentação imposta pela razão. “Esta nova ordem volta radicalmente a questionar uma cultura baseada na separação privado/público, assim como na nitidíssima distinção entre a realidade e a ilusão” (LEVY, 2003: 38).

A força da palavra, com esse novo espaço, pode aumentar as suas proporções e trazer novas formas de atuação, mas o poder da oralidade nunca se dissipou, ele sempre permaneceu forte, mesmo renegado. O menosprezo difundido contra a oralidade no meio científico exige uma reavaliação neste novo contexto. No conceito de ciberespaço, na rede de informações de livre acesso e circulação, as mensagens orais não precisam mais passar pelo filtro da escrita.

Mais do que neutralizar esse filtro, esse novo espaço de comunicação possibilita que as mensagens orais, antes recebidas só no contexto em que eram produzidas, circulem por vários lugares por meio dessa rede, possibilitando novas formas de acesso. Assim a oralidade toma proporções ainda maiores, muito mais fortes. As culturas que são eminentemente orais podem viajar com muito mais velocidade e por lugares cada vez mais distantes por meio dessa nova rede de comunicação.

Não existe resposta para o mistério que faz manifestações como a congada ainda sobreviverem até os dias de hoje, pois elas continuam vivas numa peleja contínua, subvertendo a ordem num jogo que, como afirma Certeau, “se assemelha à acrobacia do saltimbanco, e à sua arte de saltar no trampolim com trapaçaria, astúcia e esperteza” (2000: 79).

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. 4ª Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura Oral No Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympo Editora, 1978.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. 5ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

_____. *Olhos de Madeira*. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

LIMA, Ney Clara de. *Narrativas orais: uma poética da vida social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____, Pierre. *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

SARAMAGO, José. *Cadernos de Lanzarote*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996.

ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CONGADAS DE CATALÃO: FESTAS, CULTURAS E REPRESENTAÇÕES.

Mônica Martins da Silva*

RESUMO: As congadas fazem parte dos festejos de Nossa Senhora do Rosário de Catalão e ao longo do século XX tornaram-se o maior evento festivo da cidade aonde culturas e tradições são atualizados a partir do processo de construção de diferentes representações e identidades da festa.

PALAVRAS-CHAVE: Congadas, Culturas, Representações.

CONGADAS DE CATALÃO: FÊTES, CULTURES ET REPRÉSENTATIONS.

RÉSUMÉ: Les congadas font partie des fêtes de Notre Dame du Rosário de Catalão et pendant le XX siècle sont rendues le plus grand événement festivo de la ville où des cultures et des traditions sont actualisées à partir du processus de construction de différentes représentations et identités de la fête.

MOTS-CLÉ: Congadas, Cultures, Représentations.

As congadas são rituais religiosos que ao longo dos séculos XIX e XX, se transformaram em importantes ícones da cultura de algumas regiões como Minas Gerais, de colonização mais antiga, na qual a festa e as irmandades de negros se estruturaram com maior força e no vale do Paraíba, na província de São Paulo, que recebeu grande quantidade de escravos bantos em função das lavouras de café na segunda metade do século XIX. (SOUZA: 2002, 321.)

Contudo, há outras regiões em que as congadas se tornaram importantes e, nesse caso citamos Catalão que é atualmente¹ uma cidade localizada no sul do estado de Goiás, na fronteira com Minas Gerais, próxima à antiga região do triângulo mineiro e que já no início do século XVIII, fora caminho de bandeirantes e desbravadores que adentravam o centro do Brasil em busca de ouro. O povoamento e constituição do arraial, porém, só ocorreria no século XIX e já em 1834 se constituiria como vila independente do julgado de Santa Cruz e abrangeria toda o sudeste da Província. A partir de 1850 com uma nova configuração regional, é criada a comarca do Rio Paranaíba da qual Catalão se transformara em sede e logo, em 1859, seria elevada à condição de cidade, muito embora a população camponesa

* Professora do CEPAE/UFG e Doutoranda em História Cultural pela UnB.

¹ No século XIX, Catalão, uma das poucas cidades existentes, localizava-se no convencionamos hoje chamar de Sul do Estado; a noção de Sudeste do Estado é bem posterior.

representasse a maioria do município. Ao longo do século XIX construíram-se algumas representações sobre a cidade sobretudo no aspecto *sui generis* de participação e resolução de questões políticas, fortemente baseadas na violência. Essas referências são encontradas em inúmeras fontes do século XIX e XX como jornais, ofícios e cartas, já bastante estudadas e analisadas pela historiografia. (GOMEZ et. al: 1994). Essa mesma cidade, considerada como terra de homens bravos, acostumados a resolver reveses à bala e a criar as suas próprias leis irá ser reconhecida por uma festa popular chamada de Congadas² de Catalão, atualmente uma referência do calendário religioso e festivo de Goiás. No entanto, percebe-se que as Congadas de Catalão fazem parte de um processo recente de construção de representações da cidade muito embora a maior parte dos memorialistas locais e participantes da festa reivindique um recuo para o século XIX e uma estreita relação com a escravidão regional para atribuir uma longevidade à tradição que só ganhou reconhecimento e ampla aceitação num contexto bem posterior ao das origens.

De fato, as origens da congada estão diretamente associadas à experiência escravocrata e, pesquisadores como Marina de Mello Souza a considera um costume construído no contexto da colonização portuguesa do novo mundo, pelas comunidades africanas centro ocidentais, área que englobava vários reinos envolvidos com o tráfico de escravos, como Loango, Cabinda, Congo, Ndongo, Matamba, Caçanje e Benguel. Reagrupados a partir dos desígnios do tráfico, grupos bantos construíram novos laços sociais e criaram novas formas culturais a partir das possibilidades da área colonial. Nesse processo, o rei do congo teve papel de aglutinador das comunidades negras, remetendo à terra natal, ao mesmo tempo em que esta era despida de suas particularidades concretas, passando a ser sentida como lugar mítico do qual vieram todos os africanos escravizados. (SOUZA: 2002, 252). Era também momento de reforço de identidades e laços de solidariedade e, paralelamente às funções sociais atribuídas aos reis, era símbolo importante na construção de uma identidade da comunidade negra no Brasil. Ao mesmo tempo em que se afirmava um catolicismo negro, estreitavam laços com um passado que os unia e remetia à África natal. O Rei congo representava uma africanidade

² As congadas representam atualmente uma referência importante no conjunto das manifestações culturais brasileiras. Já no século XIX era referência em textos de viajantes europeus e memorialistas como Mello Moraes Filho. Na primeira metade do século XX ganhou definições mais precisas entre os folcloristas seja em Mário de Andrade, Luís da Câmara Cascudo e Renato Almeida. No campo da Sociologia fez parte de análises de Roger Bastide, Florestan Fernandes, entre muitos outros. Na historiografia, as festas e rituais de negros têm incorporado inúmeros estudos recentes, sobretudo a partir dos anos de 1980, que envolvem desde revoltas escravas como o levante dos Malês em Salvador por João José Reis, a capoeira, as irmandades e confrarias religiosas e outros rituais de inversão e subversão. No campo do estudo das festas, destaco Marina de Mello Souza que estudou a história das Congadas no século XVIII e XIX.

comum a todos, independentemente das origens étnicas particulares de cada um. Tal processo ficou mais evidente a partir do XIX, quando os reis de nação cederam lugar ao rei Congo e as memórias particulares foram agrupadas numa memória comum que unia os grupos bantos. (Idem)

No Brasil, uma especificidade da prática das congadas é que está diretamente entrelaçada à devoção de Nossa Senhora do Rosário, que chegou, segundo SOUZA, dentro do processo de intensificação do culto mariano que já se desenvolvia desde o século XII, contudo, a partir do século XV conheceu uma diversificação: “Nossa Senhora da Misericórdia, da Graça, do Bom Socorro, do Rosário- cujo culto deveu muito ao dominicano bretão Alain de la Roche -, da Imaculada Conceição” (SOUZA:1986,115) Afirma ainda: “cultuando a virgem nas igrejas, nas capelas, nas procissões e confrarias, sincretizando-a conforme avançava a colonização- a popularíssima Nossa Senhora do Rosário dos escravos negros, tão reverenciada no século XVIII mineiro-” (SOUZA:1986,116).

No caso de Catalão, assim como de muitas outras cidades brasileiras, muitas referências apontadas pela historiografia das congadas não puderam ser percebidas já que o processo de construção da memória da festa é muito recente. Diferentes representações são então recriadas, re-elaboradas e redefinidas de acordo com diversos sentidos e interesses. Nesse aspecto é possível apresentar algumas particularidades deste trabalho³ que se propõem pensar a relação cidade e festas na perspectiva de se compreender os modos de se sentir, viver e de construir referências dessas vivências em Catalão. A inspiração vem de Roger Chartier, para quem, *o modo como* em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler constitui o principal objetivo da história cultural. (CHARTIER: 1990 p. 25) Segundo ele, também é preciso considerar que “a história cultural pode regressar ao social já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um ser apreendido e constitutivo da sua identidade”(IBIDEM: 23).

Nessa perspectiva, uma referência importante na elaboração de representações sobre a congada de Catalão é de M^a das Dores Campos, a *Mariazinha* moradora da cidade e membro de uma importante família local, que em 1987 produziu um documento que mesclou memórias familiares com memórias coletivas da cidade e construiu uma versão para as origens da festa de Nossa Senhora do Rosário. O referido documento passou a ser considerado como a versão mais recorrente atualmente nas referências sobre a festa, embora tenha passado

³ Este texto é um recorte de um conjunto de questões pesquisadas no projeto: Festas: Identidades, Memórias, Tradições e Folclore. (Goiás: 1920-1980) atualmente desenvolvido no programa de pós graduação da UnB.

por momentos distintos de aceitação, negação, recriação e mesmo preservação até se constituir como um marco fundador da festa, já incorporado em muitas análises sobre ela. A própria Maria das Dores, já falecida, passou a ser reconhecida como personagem importante na memória da cidade e em sua homenagem e de seu trabalho de guardiã de memórias, batizaram com o seu nome a fundação cultural da cidade.

Escrito em 1987, as memórias de *Mariazinha* se fundamentam na vivência da autora e de pessoas “bem idosas” (sic) de diferentes categorias sociais, segundo as quais a congada existiu desde os remotos anos de 1880 e teria uma origem rural, associada a grupos de fazendeiros locais (CAMPOS: 1987, p 1). A princípio, faziam-se as comemorações com terços e danças, depois com festejos à caráter nas sedes de grandes fazendas, onde haviam engenhos e muitos pretos trabalhando na moagem da cana-de açúcar. Porém, afirma que desde o início do século XX a festa passou a ser celebrada na cidade no 2º Domingo de outubro, na velha matriz com a participação e direção da paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus. Segundo ela, naquela época eram apenas dois grupos: os congos e os moçambiques que se enfeitavam com indumentária colorida, colares vistosos de aljofre e adereços e jóias de suas sinhás. (IBIDEM: p. 2) Os congos eram geralmente os pretos mais jovens que estavam iniciando na irmandade de Nossa Senhora do Rosário e os moçambiques os pretos mais velhos, mais importantes, credenciados e respeitados, corroborando algumas versões dos próprios dançadores de congos que se dividem na construção de um passado mítico para a festa em que seriam os moçambiques quem a Santa acompanharia após ser descoberta por africanos, pelo fato de serem mais velhos e experientes. (BRANDÃO:1985, 85)

Pode-se observar nas memórias de *Mariazinha*, que o grande auge da festa se dá quando três grandes fazendeiros, antigos e possuidores de muitos escravos deram grande apoio a esta festa. Foram eles: Coronel João Cerqueira Netto da fazenda Ribeirão, Cel. José Eustáquio de Macedo e Irineu Francisco do Nascimento Pereira, ambos da fazenda Ouvidor. Segundo ela eram sempre esses fazendeiros ou pessoas de suas famílias que, revezando-se, faziam a festa. João de Cerqueira Netto era seu avô e ela própria fora festeira quando criança por duas vezes sendo que uma delas juntamente com o seu primo Célio Netto Paranhos. Lembra-se que os vestiram de rei e rainha e que foram carregados pelos moçambiques levando a coroa de Nossa Senhora do Rosário numa bonita bandeja de prata. Segundo ela, não havia nessa época ranchão, barraquinhas e nem barraqueiros, o que de fato se diferencia muito dos dias atuais em que o comércio ganhou espaço relevante ocupando boa parte do centro da cidade. Fala da matança de porcos e vacas, dos doces, das dúzias de ovos e frangos para preparação do banquete dos dançadores. Fala também da alvorada com foguetes e morteiros ao som do

batido das caixas que despertava toda a cidade e da missa da qual participavam todos os congos e moçambiques bem como o rei, a rainha, príncipes e princesas juntamente da população. (CAMPOS: 1987, 3). Percebe-se aí a tentativa da autora em criar um passado mítico para a festa em que haveria união, conagração, harmonia e fartura diretamente associados ao trabalho de sua família.

Após a missa das 9, o largo da velha matriz se transformava num multicolorido espetáculo ao som do canto e batido monótono e dolente das caixas que mais parecia lamentos de corações oprimidos e injustiçados. É marcante as recorrentes referências a um sentimento escravocrata como parte da festa, pois, para ela, era nos pulos, requebros e danças que os dançadores de congo recordavam a África distante e “na agitação desordenada dos corpos suados, ao som compungente de vozes, dizendo palavras esparsas,” que lembrava um culto africano já distante e deturpado, que via-se uma raça oprimida e sofrida. Acreditava que o canto tinha muito da angústia e era um choro que gritava contra as algemas da escravidão e do preconceito racial. Dizia, numa conotação saudosista, sempre que ouvia o batido de caixa de pretos sentia tristeza e saudade e as lágrimas corriam pelos seus olhos, talvez porque recordasse a infância e juventude ou talvez da avó Henriqueta Cristina que durante 40 anos homenageou Nossa Senhora do Rosário participando ativamente dos seus festejos. Recordava-se também dos padres agostinianos, sobretudo do padre Agostinho, gordo, bonachão e displicente que segundo ela após a missa também ia à casa dos festeiros onde se comprazia na convivência daquela gente humilde (IBIDEM, 4). Ressalta também a tradição, segundo a qual, depois do almoço suculento separavam-se congos e moçambiques conforme combinação prévia e a partir daí visitavam casas, cantavam, dançavam, recebiam esmolas, faziam procissão, participavam da entrega da coroa, entre inúmeros outros momentos sempre regados de café, chá, licores e biscoitos.

O recorte de Mariazinha privilegiou também um importante momento da história de Catalão que se refere à chegada dos frades franciscanos em substituição aos agostinianos e que fizeram várias proibições incluindo a festa de S. João e de Nossa Senhora do Rosário. Segundo ela, o povo, inconformado, fazia a celebração sem a presença do missionário, o que causava diversos desgastes e descontentamentos. Mas, é a partir daí que, segundo ela, os pretos resolveram organizar a sua irmandade, nomear uma diretoria da qual fizeram parte vários brancos inclusive a própria Mariazinha, como relata. Afirma que bem antes disso a irmandade já havia ganhado um terreno e começou-se a pensar na construção de uma nova Igreja dedicada à NSR já em 1876 e que foi seu avô João de Cerqueira Netto, na época procurador da irmandade, quem construiu, no atual largo da matriz, uma igreja dedicada à

NSR e que a pedido do vigário da época Luiz Augusto Netto Carneiro (amigo e sogro de seu filho) trocaram os santuários em virtude da igreja do Rosário ser bem melhor que a matriz da época construída na atual praça Getúlio Vargas. Assim, se fez a permuta passando a igreja do Rosário a ser a velha matriz (CAMPOS: 1987 p. 5-6.). Em nenhum momento, a autora das memórias se posiciona sobre esse fato, já que talvez considerasse normal a troca visto que segundo essa concepção a igreja dos negros não pudesse ser melhor que a matriz dos brancos.

Com a chegada dos Franciscanos, que proibiram a festa de acontecer na antiga velha matriz, acredita que lá pelos anos de 1947 ou 1948, iniciou-se um novo movimento para construção de uma 2ª igreja dedicada à santa em um terreno doado pelo Sr. Enéas da Fonseca Menezes que com a ajuda de particulares e da municipalidade, que também doou terreno para a construção de sede para a irmandade, construiu a 2ª igreja de NSR, em 1948 no atual largo do Rosário.

Seguindo as pistas do documento pode se afirmar que é certamente nessa época, anos de 1940, que as congadas de Catalão ganham uma constituição mais próxima do que se conhece atualmente. Inclusive, os ternos mais antigos e ainda existentes surgiram nessa época como o terno de congo “N. Sra de Fátima”⁴ fundado, segundo dados coletados por memorialistas, em 1944 e o também congo “Santa Terezinha” criado em 1948, exceção somente para os terno de congo Pio Gomes criado em 1935 e o de moçambique “Meletinha “ sobre o qual não se atribuiu nenhuma data, talvez por não se saber ou por ser mais antigo que os demais. Todos os demais ternos existentes surgiram a partir daí como o de congo São Francisco criado em 1940, o de Moçambique “Mãe do Rosário” fundado em agosto de 1951, o vilão de Santa Efigênia criado em 1954 e a grande maioria criada entre 1960 e 1989, período em que certamente o processo de redefinição das representações sobre a cidade e a festa estivessem mais consistentes.

Esse movimento em Catalão não pode ser isolado de seu contexto já que nos anos de 1930 e 1940 temos inúmeras transformações no campo sócio-cultural, em Goiás e no Brasil sobretudo pelas mudanças que se operam na construção e transferência da nova capital para Goiás, no contexto da política varguista de consolidação do Estado nacional brasileiro através da marcha para o Oeste. Por outro lado vê-se a partir da construção de Goiânia, um amplo movimento de várias cidades que perderam muito do seu status antigo como Goiás, Pirenópolis e Catalão na tentativa de criar símbolos distintivos de suas culturas locais que pudessem ser representativos de toda a cultura regional {idéia ainda em construção}.

⁴ O nome dos ternos da congada de Catalão em geral receberam o nome do fundador do terno ou do Bairro dos dançadores uma vez que em geral os grupos se formam a partir de vizinhos, parentes e amigos mais próximos.

No âmbito nacional percebe-se uma retomada da temática das festas pelos folcloristas. Segundo Lucas, ao longo do século XX esses intelectuais incluíram os estudos do Congado dentro de uma linha geral de natureza essencialmente descritiva que pouco contribuiu para a compreensão do contexto sócio cultural que as abrigara e da concepção de mundo daqueles que a produziram, mas que, por outro lado, foram importantes no sentido de levantar dados, documentar e valorizar manifestações da cultura popular. (LUCAS:2002, 38) É nesse contexto também que pesquisadores como Mário de Andrade procuram definições para rituais como as congadas e constrói vários argumentos para afirmar que congos e congadas representavam a mesma coisa, todos nascidos dos cortejos de coroação de reis. (Idem p. 18) Assim como Câmara Cascudo, que sempre mais reticente preferiu apontar os aspectos multifacetados dessas manifestações compostas de coroações, préstitos, embaixadas e reminiscências de bailados (SOUZA:2002, 256 e 258).

Em Goiás embora houvesse a preocupação dos folcloristas com a temática das festas negras, o primeiro trabalho que se debruçou sobre as Congadas é o do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão⁵ que, após pesquisa etnográfica em Catalão entre 1973 e 1974 escreveu uma monografia que obteve o 1º lugar no concurso Mário de Andrade de São Paulo em 1975. Embora não fosse propriamente um folclorista, Brandão contribuiu em grande medida para os estudos da cultura popular em Goiás nos anos de 1970 e 1980, levantando temáticas e discussões inéditas.

O Instituto goiano do folclore organizou nesta época uma série de atividades de dinamização do movimento folclórico regional, como a instituição da Semana do folclore em 1967. Tal medida visava apoiar e patrocinar diversos eventos por todo o estado no mês de agosto. Os eventos de folclore se multiplicam em Goiás a partir de então. Foi possível identificar dezenas deles ao longo de toda a década de 1970 até o início dos anos de 1980. Alguns deles inclusive deslocados do mês do folclore como a exposição do folclore goiano de 1976 em novembro realizada em Goiânia e a exposição do folclore de Piracanjuba na semana cultural daquela cidade. Nestes eventos, é possível identificar algumas elaborações culturais em relação às festas populares: Durante palestra realizada em Goiânia com o tema: “o folclore em Goiás” fez-se uso de slides de folias de Reis e das Congadas de Catalão, assim como

⁵ Refiro-me aqui ao trabalho: *A festa de Santo Preto: As Congadas na Festa de N. Sr.ª do Rosário em Catalão-Goiás*. Rio de Janeiro/Goiânia, Funarte/UFG, 1985. Há outro trabalho do autor, cuja pesquisa é posterior e que enfoca a questão étnica na discussão sobre festas e sociedade na cidade de Goiás: *Peões, Pretos e Congos: Trabalho e identidade étnica em Goiás*. Brasília, Ed. UNB, 1977 e também *O Divino, O Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro, Funarte, 1978 no qual discute as relações da festa de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e do Divino Espírito Santo em Pirenópolis.

apresentaram em Piracanjuba durante palestra com o mesmo título esses slides já citados além de outros das cavalhadas de Pirenópolis e da Semana Santa em Vila Boa, um exemplo claro de que algumas referências para se pensar a cultura goiana já estavam em definição.⁶

No campo intelectual observou-se uma explosão de iniciativas e eventos que estimulavam o estudo da cultura popular goiana como: concursos literários, reuniões, congressos e o incentivo a publicações. Só no ano de 1973 doze obras que tratavam de algum aspecto da cultura popular em Goiás estavam no prelo. Na UFG diversos intelectuais estavam ligados direta ou indiretamente ao movimento folclórico, alguns deles vinculados ao Museu Antropológico outros ao Instituto de Artes e à faculdade de Educação Física, diferentemente do que ocorrera no Rio de Janeiro e São Paulo em que houve um cisma entre intelectuais folcloristas e acadêmicos.

Percebe-se no contexto de 1940-1980 um período muito intenso no debate e na elaboração de símbolos e representações identitárias em todo o Brasil. A reflexão e elaboração de uma identidade regional não obedeceram, porém, regras predeterminadas. Ao longo do curso dos anos, em Goiás elegeu-se os seus próprios sentidos que por sua vez estiveram ligados aos interesses das elites intelectuais e das políticas local e regional. Certamente, o movimento folclórico que foi conduzido em grande medida pelos mesmos intelectuais que estiveram à frente de outras instituições do período, é relevante nesse processo uma vez que consolida os principais traços da cultura popular goiana fortemente ancorada nos valores sertanejos, caipiras, nas festas de roças nos costumes atávicos do sertão, parte do *hinterland* brasileiro ao qual Goiás pertencia.

As Congadas de Catalão não podem ser entendidas sem a relação com esse contexto analisado. Trata-se de manifestações populares que foram ganhando sentidos diferentes ao longo da história e esses sentidos, embora tenham elementos internos a cada comunidade que criou e recriou cada um dos eventos, têm também relação íntima com os aspectos externos da sociedade regional na qual estão inseridas, considerando Chartier quando afirma que as estruturas do mundo social não são dados objetivos tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas; todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas que podem ser políticas, sociais e discursivas e que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levando a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado como um bem real e as representações, supostamente refletindo-o ou dele se desviando (CHARTIER, 1990, 27). Observando as questões relativas à criação de

⁶ MUZA (Museu Zoroastro Artiaga) Documentação avulsa do Instituto Goiano do Folclore.

referências representativas para a congada de Catalão, que certamente contou com inúmeras outras pessoas além de Mariazinha, como os padres franciscanos e agostinianos, fazendeiros locais e participantes da congada, Chartier afirma que entre a instituição e a comunidade, entre o modelo normativo e a experiência coletiva o jogo é sempre de mão dupla. (CHARTIER:1992, 234.)

A partir das questões expostas é possível inferir que as festas populares em especial as Congadas são parte de um processo de escolha coletiva e seletiva porque passou Goiás entre os anos 1940-1980. Esse processo delegou algumas manifestações culturais, como mais representativas da cultura regional por contemplarem interesses de associar o patrimônio histórico e artístico à cultura local, amparada na tradição folclórica, tendo o turismo como elo para essas partes. Essas manifestações se transformaram em lugares de memória na definição de Pierre Nora (NORA: 1993).

Os lugares de memória são antes de tudo restos. Em Goiás no contexto 1940-1980, as manifestações populares, tão recorrentes no período para a construção da identidade nacional [agora entendida como indissociável do povo e da sua cultura mestiça] seriam migalhas de uma cultura sem identidade? Seriam restos, fragmentos que precisariam ser juntados, recriados e (re) significados? Nora afirma que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea por isso é preciso criá-los, organizá-los e vigiá-los da varredura da história, aliás, entendida como fundamental na sua transformação em lugares de memória. Em Goiás, o processo que criou, definiu e selecionou elementos para uma identidade regional certamente criou os seus lugares de memória em determinadas festas, em museus, personalidades, instituições para serem referência da própria história e para serem utilizados sempre que possível.

Referências

- ANDRADE, Mário de. *Danças Dramáticas no Brasil*. Livraria Martins Editora. São Paulo, 1959. 3 vols.
- ARQUIVO Histórico Estadual. (Goiás) Cx nº 665- Documentação avulsa.
- BASTIDE, Roger. *As religiões Africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. São Paulo: Pioneira, Edusp. 1971.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A festa de Santo Preto: As Congadas na Festa de N. Sr.ª do Rosário em Catalão-Goiás*. Rio de Janeiro/Goiânia, Funarte/UFG, 1985.
- CAMPOS, Mª das Dores. *Festa de Nossa Senhora do Rosário em Catalão “Congadas”*. Catalão, outubro de 1987 (mimeo) arquivado na biblioteca Pública Municipal de Catalão: Dr. Luiz Alcântara de Oliveira.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990.

_____ Texto, Impressão e leituras In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

FERNANDES, Florestan. *O Folclore em Questão*. São Paulo. Hucitec, 2^a ed., 1989.

GOMEZ, Luis Palacin et. al.. *História Política de Catalão*. (Coleção documentos goianos n° 26) Goiânia, Ed. da UFG, 1994.

LUCAS, Glaura. *Os Sons do Rosário. O congado mineiro dos Arturos e Jatobá*. Belo Horizonte. Ed. da UFMG, 2002.

MUZA (Museu Zoroastro Artiaga) *Documentação avulsa do Instituto Goiano do Folclore*.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos lugares. In: *Revista do programa de pós-graduação da PUC/S*. São Paulo, n° 10 dezembro /93. Tradução de Yara Maria Aun Khoury.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. SP, Cia das Letras, 1986.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil escravista. História da Festa de coroação de Rei congo*. Belo Horizonte, UFMG, 2002.

_____ História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Iris. *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. (vol 1). São Paulo; Imprensa Oficial/ Hucitec/ Edusp/ Fapesp, 2001. p. 249-260.

O documentário na representação da História

Lorena Maria e Silva¹

RESUMO

No contexto atual, em que as imagens imperam como ícones de representação, o Cinema estabelece com a História uma relação profícua. A historiografia abre suas possibilidades de elaboração, enquanto o Cinema, principalmente o cinema documentário, toma para si as temáticas do mundo histórico. Neste trabalho, essa relação será pontuada a partir do documentário brasileiro do diretor Vladimir Carvalho, *Conterrâneos Velhos de Guerra*. O filme retoma o episódio da construção da cidade de Brasília e propõe uma representação do fato. Por meio do estudo do gênero em questão, será analisada a relação dos mecanismos cinematográficos com novas vertentes das Ciências Históricas, propostas por teóricos como Peter Burke e Marc Ferro, a fim de apontar as intersecções entre os dois campos e as implicações advindas dessa relação.

Palavras-chave: Cinema, Documentário, História

ABSTRACT

In the current context, where the images reign as representative icons, the Cinema establishes with History a **strict** relation. The History opens its possibilities of elaboration, while the Cinema, mainly the documentary cinema, takes for itself the thematic ones of the historical world. In this research, this relation will be done from the brazilian documentary of the director Vladimir Carvalho, *Conterrâneos Velhos de Guerra*. The film retakes the episode of the construction of Brasilia and considers a representation of the fact. By the theoretic study of the documentary, it will be analyzed the relation of the cinematographic mechanisms with new sources of Historical Sciences, proposals for theoreticians as Peter Burke and Marc Ferro, in order to point the intersections between the two fields and the implications of this relation.

Keywords: Cinema, Documentary, History

1 - INTRODUÇÃO

O objetivo principal dessa pesquisa consiste numa investigação das relações entre a História e o Cinema. Para tanto, um histórico do Cinema, especialmente do gênero

documentário, auxilia na compreensão deste como expressão artística e como expressão ideológica. Assim, é possível visualizar o desenvolvimento de uma linguagem própria do gênero que estabelece uma relação particular com o “real”. A partir de experiências estéticas de outros cineastas, o documentário encontrou formas de falar do mundo histórico que é sua fonte principal.

O gênero documentário não é mais que um modo particular encontrado pelo cinema para falar do mundo “real”, e assim, como é próprio da arte que o contém, ele transmite a impressão de que as imagens vistas na tela do cinema é a realidade. No cinema documentário, a representação coincide com o objeto representado. Os aspectos comumente identificados no filme objeto dessa pesquisa, *Conterrâneos Velhos de Guerra*, como filmagens *in loco*, atores naturais, voz over, entrevistas são perceptíveis em obras anteriores a essa que melhor queriam contar os acontecimentos do mundo histórico.

Alicerçado nas teorias de Hannah Arendt, Marc Ferro e Peter Burke, esta pesquisa aponta os eixos de congruência entre o Cinema e a História, bem como as principais dificuldades desse diálogo. Diálogo que não tem o intuito de propor acordos, pois a concordância não é o aspecto primordial. Mais do que isso, essa pesquisa busca compreender como um contém o outro e de que maneira auxiliam o homem na sua empreitada de reconciliar-se com a realidade.

2 - CINEMA DOCUMENTÁRIO

Quando as primeiras imagens de cinema foram geradas pelo cinematógrafo, resultaram num evento muito mais técnico do que artístico: um aparelho que captava imagens em seqüências tão rápidas, que sugeriam impressão de movimento. Embora as imagens fossem

pálidas e de textura estranha aos olhos dos espectadores, o movimento transmitia uma ilusão de veracidade. Essa ilusão que tais imagens críveis proporcionaram é o que mais tarde os teóricos do cinema passaram a chamar de *impressão de realidade*², característica central do cinema.

As primeiras produções cinematográficas se ocuparam em registrar cenas do dia-a-dia, imagens do cotidiano, pessoas em suas atividades diárias, abrindo assim, a “janela para o mundo histórico”³ e revelando desde o início o caráter documental do cinema.. Com o acúmulo de experiências e a consciência das possibilidades trazidas pelo cinema, os filmes passaram a incorporar conceitos estéticos e ideológicos que modificam o gênero documentário.

Se as obras cinematográficas carregam a aura de verossimilhança, alimentada pela “fé na imagem”⁴, o documentário faz ampliar ainda mais essa característica, ao escolher um mundo concreto como objeto. Por esse motivo, alguns teóricos como Nichols, chama atenção para o fato de que o documentário “não é uma reprodução da realidade” mas sim uma “representação reconhecível do mundo” (2005, p.47) e, mais ainda, uma representação de um ponto de vista sobre esse mundo. Isso significa que mesmo escolhendo a realidade histórica, do presente ou do passado, como objeto, a forma como este gênero capta e projeta tal objeto vem emoldurada por significações, escolhas, recortes e ideologias que não são o objeto em si.

Na realização de filmes históricos, não é suficiente escolher um tema e capturar imagens relacionadas a ele. “Os documentários reúnem provas e, em seguida, utilizam-nas para construir sua própria perspectiva ou argumento sobre o mundo, sua própria resposta poética ou retórica para o mundo”. (NICHOLS, 2005, p.68). Passam, então a desenvolver os “discursos de sobriedade” que são formas de discursos relacionadas às ciências, o que proporciona ao filme uma aura de seriedade, uma idéia de “aula de história” (ibid, p.68-69), a transmitir conhecimento sobre um mundo que habitamos fisicamente.

Ao ter acesso às “visões fílmicas”³ do mundo, os espectadores podem escolher a forma de agir nele: “O vínculo entre o documentário e o mundo histórico é forte e profundo. O documentário acrescenta uma nova dimensão à memória popular e à história social” (ibid, p.27). E a maneira que o documentário encontra para atuar diante do mundo histórico é a representação.

3 - INTERSECÇÕES COM A HISTÓRIA

A relação entre Cinema e História pode estabelecer-se em diferentes níveis, seja na apreensão do mundo histórico como objeto da cinematografia, seja na utilização de produtos fílmicos para compreensão de momentos e contextos históricos. Na sociedade contemporânea, em que as imagens - impressas, televisivas, cinematográficas, digitais - tornaram-se elementos constantes entre as relações humanas, na difusão de idéias e na representação do mundo, parece incabível não associá-las à construção histórica. Se há uma espécie de reverência ao visual, o estudo da História não tem porque ignorá-la.

O cinema, e de maneira particular, o cinema documentário utiliza como matéria prima para sua criação o próprio mundo histórico. Além disso, um filme, no seu empenho de registrar ou recontar fatos, reflete muito da sociedade que o produz. É o que defende Marc Ferro, principal teórico a tecer relações entre Cinema e História:

Assim como todo produto cultural, toda ação política, toda indústria, todo filme tem uma história que é História, com sua rede de relações pessoais, seu estatuto de objetos e dos homens, onde privilégios e trabalhos pesados, hierarquias e

honras encontram-se regulamentados [...]” “ Eisenstein já havia observado que toda sociedade recebe as imagens em função de sua própria cultura. (FERRO, 1992, p.17)

Embora o cinema seja, antes de tudo, arte e não um instrumento científico apto para captar imagens objetivamente e transmití-las sem intervenção, não deixa de ser expressão da realidade em que está inserido. E por ser testemunha de seu tempo, o cinema também compõe a História. O filme, sendo arte, não obedece a uma linha científica, mais oferece possibilidades de instrumentalização desse material.

No que tange à análise do cinema como fruto da visão de mundo de um autor, da posição que ele ocupa na sociedade, é impossível negar que o filme é um depoimento sobre a sociedade que o produziu, operando como vimos, tanto no sentido de transforma-la, como de reproduzir a ordem social vigente, através da formação do consenso, da tomada de consciência. Logo, o cinema se torna um documento que, nas mãos de um historiador, pode se mostrar de grande valia para o estudo da História do século XX. (SILVEIRA, 1999, p.103)

Além da capacidade que cinema tem para mapear a sociedade que o produz e ressignificar o passado, o cinema também pode tornar-se instrumento de atuação de forças dominantes ou da força dos oprimidos. Exemplo disso são as produções cinematográficas que jorraram em momentos de disseminação ideológica, como a ascensão do socialismo, o advento do nazismo ou a contravenção da esquerda, expressa fortemente na época do Cinema Novo no Brasil. Sobre essa influência do cinema na difusão de pensamentos, Marc Ferro atesta:

desde que o cinema se tornou uma arte, seus pioneiros passaram a intervir na História com filmes, documentários ou de ficção, que, desde sua origem, sob aparência de representação, doutrinam ou glorificam. (FERRO, 1992, p.13)

Os laços entre o Cinema e a História tem se estreitado a medida que as imagens cinematográficas ganham força no imaginário do homem contemporâneo e percebe-se que entre outros pontos comuns, o interesse pelo passado, e do passado para se discutir o presente, é visível tanto na História como no Cinema.

3.1 - Força do Passado

A matéria prima da História é o passado, definido por Hobsbawm como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo (1998, p.22). É, pois, uma instância valorosa que influencia o presente e, portanto, o futuro. O passado, essa “dimensão permanente da consciência humana” (ibid.), ajuda a compreender o presente e quiçá transformá-lo.

É tão latente essa idéia de que o passado imprime força ao presente que Edward Carr, no seu livro *O que é história?*, antes de conceituar qualquer hipótese para a pergunta título, insere-a numa pergunta mais abrangente: “que visão nós temos da sociedade em que vivemos?” (1978, p.12) e ainda utiliza, posteriormente, uma afirmação de Collingwood que diz “O passado que o historiador estuda não é um passado morto, mas um passado que, em algum sentido, está ainda vivo no presente”. (1945,apud CARR, 1978, p.22) Carr também levanta uma questão interessante, quando afirma que “nós podemos visualizar o passado e atingir nossa compreensão do passado somente através dos olhos do presente”. (1978, p.22)

Para traçar os motivos da História, a filósofa Hannah Arendt recorre aos primeiros narradores, a começar por Heródoto para quem o propósito da historiografia era de “..preservar aquilo que deve sua existência aos homens para que o tempo não o faça desaparecer pouco a pouco” (2001, p.70) . O entendimento de Heródoto da tarefa da história, que ele denomina de *istoréin*, (“testemunhar e indagar”), era o de salvar os feitos humanos do esquecimento. Com Heródoto, as palavras, os feitos e os eventos tornaram-se o conteúdo da História.

Para eternizar aquilo quem em princípio é fugaz, o homem recorre à “*recordação*” (ibid, p.72). Nenhuma ação ou feito humanos deixariam sua marca ou sobreviveriam sem o auxílio da recordação. A tarefa do historiador e do poeta, seja através da fala, da escrita ou dos registros sonoros e visuais, é fazer com que os acontecimentos permaneçam por meio da recordação fabricando, assim, uma memória.

Seja pela lembrança ou pelo entendimento dos processos que desencadeia, o homem necessita do passado para situar-se no seu tempo. Essa rememoração é intrínseca e infinita, como afirma Paiva:

Mas a história é isso! É a construção que não cessa, é a perpétua gestação, como já se disse, sempre ocorrendo do presente para passado. É o que garante a nossa desconfiança salutar em relação ao que se apresenta como definitivo e completo, pois sabemos que isso não existe na História, posto que inexistente na vida dos homens, que são seus construtores. (PAIVA, 2004,p.19)

O encanto com o passado é comungado tanto pela História, pois esta é “uma visão *a posteriori* dos acontecimentos” (ARENDRT, 2001, 112) quanto pelo Cinema que o toma como inspiração. “O passado iluminado pelo cinema é como se Clio, a musa da História, além do clarim e do relógio d’água, portasse também uma lanterna, projetando sobre o passado seu foco de luz artificial”⁴.

A curiosidade dos cineastas em refazer ou contar fatos relacionados ao mundo em que vivem conferem a eles a aura de “cantadores” da História como fazia Homero por meio de seus poemas. Para Burke (2004, p.199), produtores de imagens são intérpretes do passado e, portanto, pintores, fotógrafos e cineastas podem ser considerados historiadores de pleno direito, pois fizeram suas contribuições para a interpretação do passado: “Dada a importância da mão que segura a câmera e do olho e do cérebro que a direcionam, seria melhor dizer o cinegrafista como historiador”. Em *Conterrâneos Velhos de Guerra*, o empenho do diretor Vladimir Carvalho em desmistificar o episódio de construção de Brasília, resultou em um condensado material de arquivo contendo imagens da época, fotos, jornais, além das próprias histórias particulares. Sem a presença de alguém que as fizesse emergir, cairiam na obscuridade. O diretor olha para o passado e se põe a investigar o que de fato ocorreu, colocando verdade ou mentira em jogo em relação à história. Nichols mostra a proximidade entre o trabalho desenvolvido pelo diretor e o trabalho do historiador.

Do mesmo modo, a escrita funciona como julgamento que coloca o passado no banco das testemunhas, para contar sua história sobre o que aconteceu, enquanto nós, leitores ou espectadores, assistimos, observando o ponto de vista ou a linha de argumentação do historiador conforme fazemos nosso julgamento. O fato de considerarmos mais de um relato dos acontecimentos para formar

nossa própria opinião sugere a incerteza fundamental do passado. (NICHOLS, 2005, p.105).

3.2 – Cinema como fonte

A aceitação do cinema como fonte historiográfica se deu paulatinamente, pois para historiadores tão acostumados às “empoeiradas pilhas de documentos”² lidar com uma linguagem metafórica e simbólica como a do cinema, despendeu uma mudança estratégica. Além dessa atitude tradicionalista e engessada, que olha o cinema como fonte subalterna, os historiadores assumem uma postura arredia em relação à capacidade ilusória e imaginativa do cinema. Para esse argumento, Ferro apresenta uma alternativa:

Os historiadores já colocaram em seu lugar legítimo as fontes de origem popular, primeiro as escritas, depois as não-escritas: o folclore, as artes, as tradições populares. Resta agora estudar o filme, associá-lo com o mundo que o produz. Qual é a hipótese? Que o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História. (FERRO,1992,p.77).

Mas do que se possa esperar de um filme, ele pode ser um meio muito versátil, no qual as várias histórias, seja dos personagens, seja do pensamento de uma época ou as histórias de vencedores e vencidos podem ser depositadas e resguardadas na memória. Essa característica leva Andréa dos Santos a questionar em seu artigo se mais do que o rótulo de “fábrica de ilusões”³ o aparelho de reprodutibilidade técnica não estaria a serviço da história da própria humanidade?.

Segundo Calil (apud LABAKI, 2005, p.163) “O documentário tem relevância para além da sua própria linguagem ao contribuir para a definição da historiografia do período”. No Brasil, a relevância se deve muito a carência de representações iconográficas e de imagens cinematográficas dos momentos que compõem sua história, como se os documentários pudessem preencher a ‘lacuna iconográfica’ ou saciar a “fome de História” (ibid,p.166) do público.

Toda uma mitologia cerca as imagens cinematográficas como documentos, reflexo, expressão etc. do real, ainda mais no caso brasileiro, em que poucas imagens sobreviveram à destruição do acervo cinematográfico e em que se julga

que não conhecemos a história, que a história é surrupiada pela educação, propaganda e ideologia oficiais. O simples resgate imagens-documento do passado parece ser o próprio reerguimento da história soterrada, que falaria por si só. (BERNADET, 2003, p.248)

3.3 - Relação com o presente

O cinema, enquanto meio de (re) elaboração da História, interessa-se pelo passado, um passado que é inalterável e que pode ser ressignificado apenas no presente. O manuseio dos acontecimentos vai servir às necessidades da época atual, como *Conterrâneos* serve à necessidade de denunciar a desigualdade social brasileira.

O ponto essencial é que uma história filmada é um ato de interpretação; filmes históricos podem ser interpretados como comentários indiretos sobre o presente; a representação da história, o discurso filmado, o pensamento sobre as imagens visuais é complementar à historiografia. (BURKE,2004,p. 201).

O filme que se propõe a reconstituir fatos históricos retoma uma temporalidade passada que fala ao presente, pois ao “reviver o passado, ele torna possível presentificar o ausente” (ROSSINI, 1999, p.119), além de confrontar aspectos, problemas e anseios de pessoas ou grupos de uma época com aqueles vividos por sujeitos do presente. Segundo Rossini, “O cinema de cunho histórico ajuda-nos, portanto, a lembrar das lutas que vencemos e das que perdemos, e também daquelas que ainda precisamos continuar lutando”.

Burke (2004, p. 210) afirma que “Se existe uma única lição que todos esses filmes ensinam, é que existem diferenças entre as formas pelas quais indivíduos ou grupos diversos vêem os mesmos acontecimentos”. As disparidades entre a história oficial e a “outra história” vinda do povo revela a pluralidade de versões em torno de um mesmo fato. As leituras cinematográficas podem ampliar e alojar as histórias alternativas proporcionando um debate sobre a verdade pontual. Além de acalentar histórias particulares ou ao menos pontos de vista individuais sobre o mundo, a leitura cinematográfica tem profundo significado para o presente.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. São Paulo, Perspectiva, 2001.
- BERNADET, Jean Claude, *O que é cinema?*. 13. ed. São Paulo. Brasiliense. 1983.
- _____, *Cineastas e imagens do povo*. 1.ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- BURKE,PETER. *Testemunha ocular: História e Imagem*.1.ed. São Paulo, Edusc, 2004.
- CAPELLATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; SALIBA, Elias Thomé. *História e Cinema*, 1.ed. São Paulo, Alameda, 2007.
- CARR, EDWARD H. *O que é história?*, 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- FERRO, MARC. *Cinema e História*. 1. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- HOBBSAWN, ERIC. *Sobre História*, 2.ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- LABAKI, Amir; MOURÃO, Amir. *Cinema do real*. 1. ed. São Paulo, Cosac Naify, 2005.
- NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. 1. ed. São Paulo, Papirus, 2005.
- PAIVA, EDUARDO FRANÇA. *História e Imagens*,2.ed.Belo Horizonte, Autêntica, 2004.
- ROSSINI, Miriam. *As marcas do cinema na História e as marcas na história no Cinema*. Anos 90, Porto Alegre, n.12, 1999.
- SANTOS, Andrea Paula. O audiovisual como documento histórico: questões acerca de seu estudo e produção. <http://www.mnemocine.com.br>
- SILVEIRA, Éder. *Considerações acerca das relações Cinema e História*. Agora, Santa Cruz do Sul, v.5, n.1, 1999.
- XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*, 4.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. *Cinema: revelação e engano*. In: O olhar e a cena, 1.ed. Cosac & Naify, São Paulo, 2003.

1 Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás - UFG

2 BERNADET, Jean Claude, *O que é cinema?*. 13. ed. São Paulo. Brasiliense. 1983.

3 Expressão usada por NICHOLS para descrever as imagens dos irmãos Lumière: *Introdução ao documentário*. 1. ed. São Paulo, Papirus, 2005. p 117

4 XAVIER, Ismail, *Cinema: revelação e engano*. In: O olhar e a cena, 1.ed. Cosac & Naify, São Paulo, 2003 p. 32.

5 NICHOLS, 2005, p. 27

6 Introdução do livro. *História e Cinema, org.*:CAPELLATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; SALIBA, Elias Thomé, 1.ed. São Paulo, Alameda, 2007

7 SILVEIRA, Éder, 1999, p.104

8 SANTOS, Andrea Paula. O audiovisual como documento histórico: questões acerca de seu estudo e produção. <http://www.mnemocine.com.br>

O Ensino de História no sudeste goiano: Concepções de História e prática de pesquisa histórica no ensino fundamental e médio da rede pública estadual

Luzia Marcia Resende Silva¹

RESUMO:

Este trabalho vem sendo desenvolvido desde o ano de 2005. Num primeiro momento, buscamos mapear as concepções de História ensinadas e aprendidas por alunos e professores das escolas públicas da cidade de Catalão e região. Num segundo momento, buscamos trabalhar o modo como os professores da rede pública estadual de Catalão compreendem e lidam com a relação entre ensino e pesquisa nos níveis fundamental e médio. Atualmente, estamos buscando estabelecer um estudo comparativo entre concepções e práticas desenvolvidas nas redes pública e particular de ensino nos níveis fundamental e médio. Este texto se limitará a apresentar, no entanto, apenas alguns elementos das concepções dos professores da rede estadual.

PALAVRAS CHAVES

Ensino de História. Escolas publicas. Ensino fundamental e médio. Pesquisa.

ABSTRACT:

This work has being developed since the year of 2005. First, we pretended to map conceptions of history taught and learned by pupils and teachers of Catalão - GO and region public schools. Second, we pretended to know how Catalão state public school network teachers understand and deal with the relation between education and research in the basic education and high school. Currently, we are searching to establish a comparative study between conceptions and practices developed in the public and private education network in the basic education and high school. This text, nevertheless, will be limited to present some conceptions of public school network teachers.

KEYWORDS:

History Teaching. Public School. Basic end High School Education. Resarch.

¹ Doutora em História Social. Professora do Curso de História do CAC/UFG

Este texto procurará apresentar alguns elementos componentes das concepções de História ensinadas e aprendidas nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, bem como elementos da associação feita entre ensino e pesquisa nestes níveis de Ensino. As concepções de História apresentadas foram coletadas a partir de questionários aplicados pelos alunos da disciplina “Didática e Prática do ensino de História” no ano de 2004. Os elementos da associação entre Ensino e pesquisa em História no ensino fundamental e médio foram coletados a partir da aplicação, no ano de 2006, de questionários a todos os professores de História atuando em escolas da rede estadual de Ensino na cidade de Catalão.

Os professores de História que receberam estagiários em 2004, expressaram nos seguintes termos suas concepções de História:

Prof.1-“A História para mim é um processo de transformação e os homens são responsáveis por essas mudanças que ocorrem”.

Prof.2-“História como processo contínuo relacionado com o passado/presente. Uma História interpretativa”.

Prof.3 -“História tem como função de fornecer a sociedade uma explicação de suas origens. A História é um estudo do presente, buscando explicar o passado, dando a oportunidade de reformular novos caminhos é uma própria visão dos acontecimentos.”

Prof. 4 -“A concepção de História e que ela não é um conhecimento pronto e acabado transmitido pelo educador mas sim uma forma de desenvolver a formação de cidadãos conscientes, e críticos da realidade em que estão inseridos”.

Prof.5 -“Entendo que a História sendo uma ciência que tem como objetivo de análise dos homens em sociedade no seu tempo. Ela é referência para compreendermos o mundo e lutarmos para o exercício da cidadania, ou seja o papel fundamental da História é a transformação social”.

Prof.6-“História é uma disciplina que leva o aluno a estudar o passado para refletir o presente onde os alunos possa analisar os fatos e trazer para a sua realidade”.

Prof.7-“História como um conhecimento em permanente construção/ reconstrução.”

Prof.8-“Quanto a concepção de História, acho que deverá estar ancorada enquanto estudo das sociedades em seu processo de construção e de transformação motivadas pelas exigências do presente para a formação de um modo crítico de pensar, que a História deverá ser dinâmica, construída por todos os seres humanos e não somente por grandes heróis que a História tradicional e factual sempre privilegiou. O importante é superar a “velha” concepção de ensino da História, que apresenta o fato histórico, as datas e os

grandes personagens, como objetivos essenciais, fragmentados e exclusivos de análise”.

Prof.9-“História é vida. E maravilhoso poder entender as sociedades humanas ao longo dos tempos , sua transformações. Estudar os diferentes povos e as diferentes culturas é muito gratificante. Entender a sociedade brasileira e muito importante”.

Prof.10-“A História e o resultado das nossas ações”(pasta 16,21e 30).

Prof.11-“A História está em transformação em nós seres humanos fazemos parte desta mudança, a cada dia. A História é feita de acontecimentos, e necessário fazer acontecer sempre positivamente para que possamos viver em um país melhor.”

Prof. 12-“Sendo uma ciência que analisa as várias sociedades em seu determinado tempo, com a finalidade de entendermos o presente, podendo interferir no mesmo, para transformá-lo ou mantê-lo”.(pasta 8 e 20).

Prof 13-“História Social ou seja, a História como a ação cotidiana dos indivíduos agindo em sociedade e no tempo. Portanto a História e o resultado de nossas ações ou omissões”.(pasta 16,21 e 30).

Prof.14-“Através do conhecimento histórico, podemos atuar com sujeito da História e tomar em direção a mudança. .Através da História podemos também contextualizar o aluno dentro da História em que vive, para ele entender que todos tem seu papel na construção da História e no seu papel como agente histórico”.

Prof.15-“O conhecimento histórico produzido pelos historiadores é provisório, descontínuo, seletivo e limitado”.

Prof.16-“Aprender raciocinar historicamente, ter uma visão crítica do assunto tratado”.

Prof.17-“Creio que a disciplina “História” atualmente ministrado nas salas de aula está despertando uma nova consciência no educando, vejo a História com um caminho de grandes possibilidades de conscientização do ser humano”.

Prof.18-“ Despertar a participação dos alunos nas aulas de História, onde os alunos encontrarão sugestões que estimulem uma aprendizagem mais significativa e o desenvolvimento para o senso crítico”.

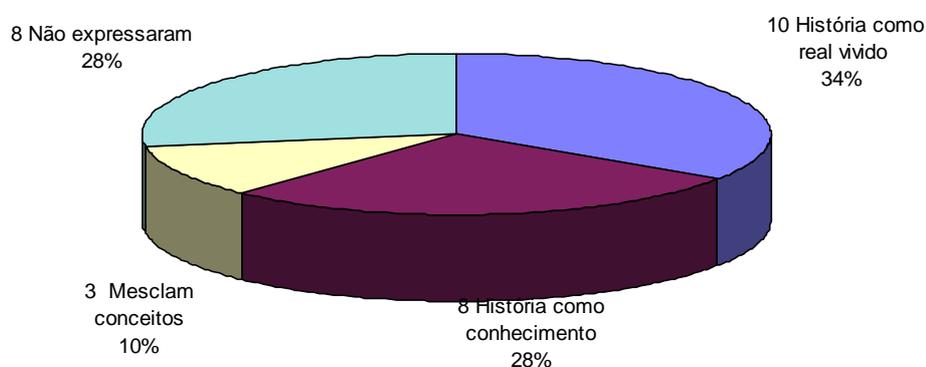
Prof.19-“História _ Uma constante busca e amadurecimento de conhecimento, cuja etapa final deve ser a compreensão do mundo”.

Prof.20-“História como experiência ligada a vivência cotidiana do aluno.”

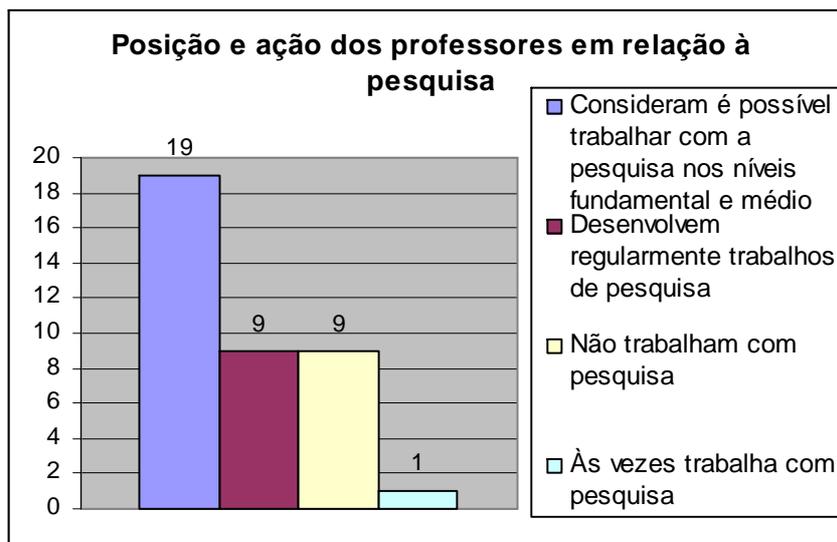
Prof.21-“O estudo do homem na sociedade e sua relação cultural, social, econômico e religioso do período passado e presente. Estudo da relação estabelecida entre os homens no processo de aprendizagem informal e formal, buscando o compreender as vias social e cultural dos indivíduos no contexto histórico”.

A partir das concepções apresentadas pelos professores de História, podemos estar observando que elas nos trazem elementos que nos levam a perceber uma transformação no que se refere á compreensão da História, onde os mesmos vêm rompendo com noções tradicionais de que a História é feita de grandes nomes, feitos e datas. A análise das concepções nos mostram que uma parte dos professores expressaram suas compreensões de História a partir da perspectiva de uma História real vivida, onde o homem é visto enquanto sujeito histórico, pensando a História enquanto processo de transformação da sociedade. Outra parte dos professores apresenta suas concepções a partir da perspectiva de História enquanto conhecimento. Os mesmos a apresentam enquanto ciência que estuda o homem e suas relações estabelecidas ao longo do tempo, neste sentido é que são usadas as expressões “passado / presente” ou “presente / passado” ou “ao longo do tempo”. Aparece neste contexto a idéia de que o conhecimento histórico é “provisório/seletivo”. Comparando-se as respostas dadas por professores formados em História e não formados em História, notamos que é mais comum entre os formados em outras áreas a apresentação de uma perspectiva de História como conhecimento cientificamente elaborado.

Concepções de História dos 29 professores



Nos questionários distribuídos aos professores no ano de 2006, as perguntas são relacionadas à pesquisa em sala de aula. Pelas respostas que foram recolhidas, todos os professores que se posicionaram consideram que é possível trabalhar com pesquisa no ensino fundamental e médio.



Podemos perceber que a indissociabilidade entre ensino e pesquisa nos níveis fundamental e médio faz parte do repertório de possibilidades de trabalho em que os professores acreditam. Podemos inferir que isso talvez seja parte do seu processo de formação, apesar de os estudiosos da formação de professores, como por exemplo, Marcos A. Silva e Reis, dizerem que o ensino superior deixa de assumir responsabilidades na preparação de seus próprios alunos para ensino e pesquisa, no caso dos professores participantes da pesquisa, boa parte formados pelo curso de História do CAC/UFG, com dupla habilitação Licenciatura e bacharelado, parece que a indissociabilidade entre ensino e pesquisa tem tido alguma ressonância.

Abaixo encontram-se as concepções de pesquisa dos professores que responderam ao questionário do ano de 2006.

O que é a pesquisa em História?

Prof. 1- “É levantar problemática para tentar mudar a realidade e mostrar para os alunos uma nova maneira de estudo”.

Prof. 2- “É uma investigação e estudo a fim de descobrir fatos históricos e fatos relativos a um campo do conhecimento”.

Prof. 3- “A sala de aula se torna um laboratório”.

Prof. 4- “Minha concepção é que se o aluno e professor pesquisam, a concepção de História pode até mudar, deixa de ser uma disciplina morta, sem graça e os alunos vão se interessar muito”.

Prof. 5- “Hoje temos um público que geralmente estuda em um horário e trabalha no outro período, isto dificulta pesquisar, mas temos vários temas e objetos que podem e devem ser discutidos e pesquisados”.

Prof. 6- “Por enquanto trabalhamos com a pesquisa bibliográfica ligada a temas históricos nas escolas estaduais (Ensino Fundamental principalmente). Na rede particular já trabalhei com pesquisa ligada a tombamento e patrimônio histórico na cidade de Ipameri (obtive bons resultados)”.

Prof. 7- “A pesquisa no ensino de História é fundamental, porque norteia a prática e a produção de conhecimento. Para ser desenvolvida no Ensino Fundamental precisa de investimentos e mais formação profissional”.

Prof. 8- “É a busca de informações que devem ser selecionadas, organizadas, analisadas e interpretadas. O professor pode criar situações (em sala de aula, estudos do meio, visitas a espaços culturais, etc.) onde os alunos possam extrair informações de diferentes fontes: livros, jornais, revistas, filmes, fotografias, objetos, músicas, mapas, etc”.

Prof. 9- “A pesquisa é objeto da História, ela amplifica nossa memória, nossa percepção abrindo novos horizontes. Por exemplo o uso do computador é incontestável, representa, diversifica centrais de informação, disseminando centros de interesse e diversidade de pontos de vista e linguagens.

Prof. 10- “Concebo a pesquisa em História sendo a “investigação” de um dado tema, para dar respostas as questões que nos incomodam no presente”.

Prof. 11- “Com relação ao ensino médio a pesquisa deve ser conduzida atendendo aos critérios de capacidade dos alunos.

Prof. 12- “É procurar levar o aluno a ser sujeito no processo ensino aprendizagem, questionando e formulando novas visões de mundo. A pesquisa deve ser introduzida a partir de mundo. A pesquisa deve ser introduzida a partir daquilo que é comum aos alunos tais como elementos da comunidade em que estão inseridos”.

Prof. 13- “A realidade vivida de cada aluno e sua relação com sua própria História, pois antes de ser aluno ele é agente histórico”.

Prof. 14- “A pesquisa é a investigação dos fatos, documentos, objetos, fósseis, etc. Visando o desenvolvimento e entendimento do homem. No ensino fundamental envolve uma distribuição básica entre o saber histórico como conhecimento produzido no espaço escolar. No ensino médio o fato histórico de sujeito histórico e de tempo histórico”.

Prof. 15- “A sala de aula a cada dia se torna um laboratório”.

Prof. 16- “É uma metodologia que possibilita os alunos a produzirem conhecimento, ela pode ser desenvolvida através de uma temática que envolve problemas atuais”.

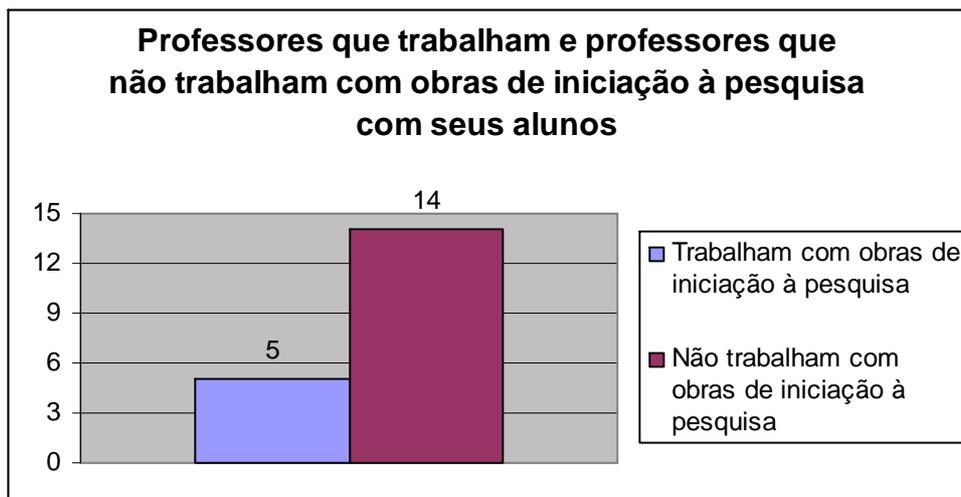
Prof. 17- Sem resposta.

Prof. 18- Uma constante busca de conhecimentos levando à uma compreensão de mundo.

Prof. 19- Uma forma de desenvolver a formação de cidadãos conscientes e críticos da realidade em que estão inseridos. Transformar o aluno em um homem crítico capaz de analisar e interpretar fatos.

Os professores acreditam que a pesquisa seja uma forma de encaminhar os alunos à produção do conhecimento, fazendo com que se tornem agentes e atores do processo histórico e não pessoas passivas diante do tempo, e pode estimular uma atitude crítica e reflexiva sobre os fatos.

Como é trabalhado o processo de iniciação do aluno à pesquisa? Dos 19 questionários analisados, 5 professores responderam que trabalham com obras de iniciação à pesquisa, porém apenas 1 professor respondeu com qual obra trabalha, porém a obra citada não tem como objetivo instruir o aluno sobre como desenvolver um projeto de pesquisa, sendo as referidas obras fontes de pesquisa, 14 professores disseram não trabalhar obras de iniciação a pesquisa.



Esses dados nos indicam que as instruções dadas ao aluno sobre como desenvolver um trabalho de pesquisa são, no entanto, no mínimo, improvisadas. Os professores disseram orientar o aluno à pesquisa indicando bibliografias, porém não é citado o nome de nenhuma obra, orientando aproximação do aluno ao objeto a ser pesquisado e a utilização de documentos, ou seja, o professor solicita o tema ao aluno, esquecendo de fornecer as instruções necessárias. Selva Guimarães Fonseca, em seu livro “Didática e Prática de Ensino de História” traz críticas ferrenhas sobre a pesquisa no ensino fundamental e médio, ela considera que a pesquisa é realizada sem atentar-se aos procedimentos mínimos, como um mero faz-de-conta, momento em que o professor finge que ensina e o aluno finge que aprende, transformando o trabalho de pesquisa numa forma do professor vencer determinados itens do programa, sem ensiná-los. (FONSECA, 2003, p. 118).

A pesquisa deve se iniciar através do conhecimento do aluno diante do problema escolhido por este, pois toda a pesquisa inicia-se com um problema, o aluno terá de resolver sua problemática através da procura, deve haver uma reflexão do professor e do aluno no momento de escolha do tema, das fontes e das referências bibliográficas a serem utilizadas na abordagem, pois, como pesquisadores, irão criticar, questionar e finalmente reelaborar, sistematizar a problemática e a temática, tudo isso dentro dos limites e possibilidades da pesquisa realizada.

A pesquisa como princípio educativo se opõe totalmente ao mero ensinar e aprender (mecânico) e ao professor administrador de aulas ou repassador de conhecimentos. Para tanto, além de se desmistificar o conceito de pesquisa como atividade elitizante, como é comumente utilizado há que se rever a concepção de professor. Isto é a pesquisa há de ser concebida como uma atividade comum dos professores e dos alunos e deve ser considerada como elemento central do processo metodológico. Isso significa que ser professor implica ser pesquisador, que deve vivenciar e construir no cotidiano a relação dialética entre teoria e prática. (HORN e GERMINARI, 2006. p. 98).

Se comparamos as respostas apresentadas pelos professores de História com relação às suas

concepções de História e suas concepções e práticas relativas à indissociabilidade entre ensino e pesquisa no ensino fundamental, temos que, paulatinamente, em Catalão e também em outras cidades do sudeste goiano, vem acontecendo uma modificação no tipo de História ensinada e também nos modos de ensinar História. Mesmo que os dados obtidos não nos possibilitem auferir a qualidade dos trabalhos realizados, eles nos indicam tendências de mudanças na direção de uma ruptura tanto com as concepções tradicionais do que seja a História, quanto modos tradicionais de ensinar. A incorporação da prática da pesquisa, mesmo que por um percentual ainda não majoritário dos professores, as indicações de improviso nos projetos realizados, as muitas dificuldades apontadas pelos professores neste processo, tais como a falta de tempo, a falta de interesse por parte dos alunos e a falta de materiais para iniciá-lo nos caminhos da pesquisa, nos deixam otimistas. Mesmo esta não sendo uma discussão nova e em outras regiões passos maiores já terem sido dados na direção de uma renovação do ensino de História, optamos por olhar para os elementos aqui apresentados de maneira positiva, valorizando o trabalho daqueles que, apesar dos limites, procuram investir gradativamente em uma nova forma de ensinar História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. **Pesquisa na Escola / O que é como se faz**. São Paulo: Loyola, 1998.
- CABRINI, Conceição. **O ensino de História** – revisão urgente. São Paulo: Brasiliense. 1987.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papyrus, 2003.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima. **História e ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- HORN, Balduino e GERMANI, Geysa Dongley. **O ensino de História e seu currículo: Teoria e método**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1996.
- NIKITIUK, Sônia L. **Repensando o ensino de História**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARTINS, José Santos. **Projetos de pesquisa, estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula**. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.
- NUNES, Silma do Carmo. **Concepções de mundo no ensino de História**. Campinas: Papyrus, 1996.
- SILVA, Marcos A. **História o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **Repensando a História.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

REIS, Carlos Eduardo. **História social e ensino.** Chapecó: Argos, 2001.

RICCI, Cláudia Spag. **Da intenção ao gesto: quem é quem no ensino de São Paulo.** São Paulo: Annablume, 1999.

As atividades comerciais exercidas pelos escravos na Comarca do Rio das Mortes no período de 1808 a 1821 que possibilitaram a compra e a coartação de sua liberdade.

Elisa Vignolo Silva.

O presente trabalho pretende esclarecer a origem da renda dos escravos, habitantes da Comarca do Rio das Mortes, que possibilitara a compra de suas alforrias. A hipótese que avaliamos gira em torno da existência de uma "economia interna dos escravos" que produzira o acúmulo de um pecúlio para a compra e coartação de sua liberdade.

O objetivo da pesquisa é demonstrar que o trabalho dos escravos, na comarca em questão, lhes possibilitou a compra à vista ou parcelado (coartação) de sua alforria independente da produção senhorial.

A opção pela Comarca do Rio das Mortes ocorreu devido à mesma ter, também no período de 1808 a 1821, uma significativa produção agrícola destinada principalmente ao abastecimento da corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro. Cláudia Chaves fez um estudo estatístico sobre o registro do Rio Preto, e constatou o fato da balança comercial ser favorável a Minas Gerais no século XIX, sendo assim, exportava mais produtos para o Rio de Janeiro do que importava¹. Entretanto comarca do Rio das Mortes, antes mesmo da chegada da família real portuguesa, em 1808, já era uma importante área fornecedora de gêneros alimentícios para a capital da Colônia.²

Optamos por escolher o ano da chegada da corte como marco inicial da pesquisa, devido a este fato ter como consequência o aumento da demanda por produtos agrícolas na então sede administrativa do império português. Esse aumento na demanda propiciou o aperfeiçoamento da atividade agro-pastoril da Comarca do Rio das Mortes, proporcionando maiores chances do escravo obter sua manumissão.

O tema do projeto nos remete a uma historiografia sobre a "economia interna dos escravos", também denominada de "brecha camponesa", definida de acordo com Ciro F. Cardoso

¹ CHAVES, 2002.p.14.

² PAIVA, 2006.p.144.

como a produção independente de alimentos realizada pelos escravos para o próprio consumo e para a venda.

A questão da existência de uma relativa autonomia escrava gerou controvérsias na historiografia, tendo alguns autores afirmado tal fato como uma estratégia empregada pelos senhores de escravos para contê-los, já outros estudiosos sobre o assunto³, reconhecendo a autonomia escrava como uma conquista do cativo.

O termo “brecha camponesa” foi cunhado por Tadeusz Lepkowski para designar a economia própria dos escravos do Haiti, já o termo “protocampesinato escravo” pertence a Sidney Mintz, que o elaborou ao estudar as Antilhas. Ciro F. Cardoso foi o primeiro autor a trabalhar com este elemento no Brasil. Entretanto Cardoso utilizou a definição de Mintz para o caso brasileiro: “atividades agrícolas realizadas por escravos nas parcelas, e no tempo para trabalhá-las, concedidos para esse fim no interior das fazendas”⁴. Cardoso ancorou-se na definição de camponês como uma categoria que se define pela: segurança e acesso à parcela, relação direta com o mercado e gestão sobre a parcela, e conclui que o escravo que está na “brecha” pode ser definido como camponês⁵.

Para Cardoso esta forma de “brecha camponesa” beneficiaria os senhores que a implantavam em seus domínios, pois o cativo passa a produzir produtos para sua subsistência, diminuindo desta forma os encargos do proprietário de escravos com alimentação. A possibilidade de comercialização do excedente produzido pelo escravo, assim como o vínculo do escravo ao pedaço de terra serviria, de acordo com Cardoso, para evitar as fugas beneficiando, desta forma, o dono do escravo.

Neste trabalho da década de setenta, Cardoso não concedeu importância a esta atividade autônoma do escravo, pois acreditava não interferir na estrutura do escravismo. Porém, no trabalho publicado em 1987⁶, Cardoso dá maior relevância à brecha camponesa passando a considerá-la um lugar de conflito entre senhores e cativos e que, conseqüentemente, este espaço abalaria a estrutura do escravismo.

³ CASTRO, 1980; LINHARES & SILVA, 1981.

⁴ CARDOSO, Ciro F.S. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 135.

⁵ CARDOSO, 1979.p.136.

⁶ CARDOSO, Ciro F.S. Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Jacob Gorender⁷ não considera a brecha camponesa como um lugar de conflito e, portanto, não abalava o sistema escravista. Tal afirmação parte de uma lógica estrutural, na qual, a falta de generalidade e estabilidade da brecha camponesa torna tal atividade insignificante para o modo de produção escravista. Portanto, Gorender, ao contrário de Cardoso, acredita que a brecha camponesa não interfere na estrutura do escravismo.

Robert W. Slenes, ao tratar deste assunto em 1999⁸, critica tanto a definição etimológica de "brecha camponesa" quanto os argumentos de Cardoso e de Gorender. Slenes apresenta a existência de uma "economia interna dos escravos, um termo que abrange todas as atividades desenvolvidas pelos cativos para aumentarem seus recursos desde o cultivo de suas roças à caça e, inclusive, ao furto"⁹. Slenes concorda que a economia interna aos escravos servia como um mecanismo empregado pelos senhores de controle tanto econômico quanto social do cativo, porém, tal autor questiona o significado efetivo dessa economia no embate cotidiano entre os cativos e seus senhores, afirmando que neste espaço era facultado ao cativo "(re) criar uma cultura e uma identidade própria que tornavam a família e a roça muito mais que um engodo ideológico".¹⁰

Eduardo Silva no estudo realizado no documento do século XIX: "Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro, do barão de Pati do Alferes", chega à conclusão que a economia interna dos escravos servia como um mecanismo de manutenção da ordem escravista.¹¹ Dentre as várias passagens contidas no documento, citadas por Silva, uma significativa é quando o barão Pati do Alferes afirma que se deve "permitir que os escravos tenham roças e se liguem ao solo pelo amor da propriedade; o escravo que possui nem foge, nem faz desordens"¹². Assim, Silva não considera a brecha camponesa como um conquista do cativo, e sim como uma concessão do proprietário de escravos.

⁷ GORENDER, Jacob. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. *Estudos Econômicos*, 13:1, jan./abr. 1983, p.7-39.

⁸ SLENES, Robert. Na senzala uma flor; esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁹ SLENES, 1999.p.199.

¹⁰ Idem.p.208.

¹¹ SILVA, 1989.p.23.

¹² Idem.p.29.

Maria Odila Dias ¹³ faz referência às atividades agrícolas exercidas pelos cativos sem, contudo, usar a definição de brecha camponesa ou mesmo economia interna dos escravos. Odila afirma que era costume dos proprietários de escravos deixarem nos domingos e dias santos os cativos produzirem alimentos para sua subsistência. ¹⁴ Embora no período abordado pela autora a Lei Rio Branco de 1871, que regulamentava o pecúlio como direito do escravo, não estivesse em vigor, Odila afirma que os proprietários e usuários de escravos alugados respeitavam os ganhos extras dos cativos, que serviam tanto para a subsistência, quanto para uma eventual compra de suas alforrias ¹⁵.

A possibilidade de exercer uma atividade agrícola independente da produção senhorial pelos cativos parece ter sido mais propícia aos escravos que tinham famílias. Cardoso afirma que nas fazendas os solteiros não se beneficiavam da brecha camponesa ¹⁶, isto porque uma estrutura camponesa pressupõe um trabalho familiar ¹⁷. Robert Slenes ao trabalhar as famílias escravas, cita documentos que comprovam a concessão de terras a escravos unidos em matrimônio para o cultivo em benefício próprio ¹⁸. Slenes cita uma frase proferida por um proprietário de escravos da região de Campinas, contida no livro de memórias de sua filha, ao observar um jovem escravo solteiro: “é preciso casar esse negro e dar-lhe um pedaço de terra para assentar a vida e tomar juízo”. ¹⁹ Esta frase comprova tanto o fornecimento de terras aos cativos que se casavam, quanto o benefício que união conferia ao senhor de escravos, uma vez que escravo casado “toma juízo”.

Stuart Schwartz também constata a existência de uma brecha camponesa dos escravos empregados na lavoura açucareira do nordeste. Este autor afirma que muitos senhores de engenho estipulavam quotas de trabalho a serem cumpridas pelos cativos, e o tempo que estes tinham após realizarem suas tarefas podia ser empregado em atividades particulares ²⁰.

¹³ DIAS, Maria Odila L. Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

¹⁴ DIAS, 1984.p.117.

¹⁵ DIAS, 1984.p.95.

¹⁶ CARDOSO, 1979.p.150.

¹⁷ CARDOSO, 2004.p.56.

¹⁸ SLENES, 1999.p.187.

¹⁹ Idem. p.188.

²⁰ SCHWARTZ, 2001.p.99.

O autor constata que geralmente os escravos utilizavam o tempo em que não estavam envolvidos na lavoura senhorial para produzirem alimentos tanto para sua subsistência quanto para o mercado, lhes possibilitando o acúmulo de pecúlio para a compra de sua alforria. Contudo, embora isto pareça benéfico para o escravo, ainda em concordância com este autor, é mais vantajoso para o seu proprietário, que conseguiria todo o dinheiro acumulado pelo cativo quando este comprasse sua alforria.²¹ Para Schwartz, dessa forma a economia interna dos escravos não negava o sistema escravista e sim fazia parte de tal sistema, e era manipulada pelos proprietários de escravos que a utilizavam em benefício próprio²².

A alforria condicional através da coartação:

O presente trabalho defende a tese de que através da economia interna dos escravos estes obtinham o pecúlio para a compra de sua alforria, e acreditamos que esta compra poderia ser tanto a vista quanto de forma parcela (coartação). A alforria condicional, através da coartação, foi usual na capitania de Minas Gerais embora tenham sido localizados poucos estudos a respeito na conjuntura específica de fins do período colonial. Devido a este fato faremos uma breve revisão historiográfica desta forma de alforria.

Eduardo França Paiva faz referência aos escravos coartados, quando estuda os testamentos *post-mortem* da Comarca do Rio das Velhas. Paiva define o escravo coartado "como não sendo um mero escravo nem tampouco se igualava ao escravo liberto situando-se, de fato, num meio-caminho entre uma condição e outra"²³. Portanto, este autor define o escravo coartado como um escravo em transição. França propõe que os escravos de ganho geralmente tinham mais chances de coartarem sua alforria, e as coartações eram mais freqüentes em momentos de crise da economia mineira, devido a este parcelamento, aumentando os rendimentos do senhor²⁴.

Em outro trabalho publicado em 2001, França estuda de forma quantitativa a coartação tanto na comarca do Rio das Velhas quanto na Comarca do Rio das Mortes. Neste trabalho vemos

²¹ Idem.p.100.

²² Idem.p.115.

²³ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII-estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

²⁴ PAIVA, 1995. p.83-89.

uma maior verticalização de França Paiva sobre o assunto da coartação. Consta-se que "houve mais alforrias e coartações na região de Sabará do que na de São João Del Rei, tanto em números brutos, quanto em proporção"²⁵. Entretanto, neste recente trabalho, França Paiva reformula a tese de que o maior número de manumissões se dava em momentos de crise da economia e propõe que o maior número de alforrias ocorre em momentos de dinamismo econômico²⁶.

Portanto, em seu trabalho de 2001, França Paiva reformula sua tese de 1995 e passa a concordar que um maior dinamismo econômico possibilita um maior acúmulo de pecúlio pelos escravos, tese esta de acordo com a proposta deste trabalho.

Douglas Cole Libby e Clotilde Andrade Paiva²⁷, trabalhando com uma lista nominativa de 1795 da paróquia de São José, pertencente à Comarca do Rio das Mortes, localizaram referências a escravos quartados²⁸. Libby e Paiva afirmam que a quartação era um acordo verbal estabelecido entre senhores e escravos no qual o cativo se comprometia a pagar em quatro anos o preço de sua liberdade. Entretanto, este tempo não era fixo, podendo ser prorrogado ou encurtado.

Eduardo França Paiva localizou "cartas de corte", documentos escritos, nos quais estava registrado o acordo estabelecido entre o escravo coartado e o seu proprietário²⁹. Andréa Lisly Gonçalves, em sua tese de doutoramento, também localizou as cartas de corte. Desta forma, tanto Paiva quanto Lisly, trazem um elemento novo para o estudo da quartação. Entretanto, este documento ao que parece não era muito usual, se considerarmos, por exemplo, a afirmação de Douglas Libby e Clotilde Paiva de que não havia qualquer documento escrito que registrasse o escravo quartado³⁰.

Andréa Lisly Gonçalves trabalha com documentos que fazem referência aos escravos coartados, e levanta questionamentos relevantes, tais como, em que condição jurídica estaria o filho que nascesse de uma escrava coartada, e o que aconteceria caso um escravo coartado não conseguisse cumprir o acordo estabelecido com o seu senhor.

²⁵ PAIVA, 2006. p.210.

²⁶ PAIVA, 2006. p.213.

²⁷ LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d El Rei em 1795. Revista Brasileira de Estudos de População, v.17, n.1/2, jan/dez.2000.

²⁸ Estes autores optaram pelo emprego da grafia quartação devido ao fato de encontrar-se desta forma nos documentos.

²⁹ PAIVA, 2006.p.168.

³⁰ LIBBY & PAIVA, 2000.p.37.

Laura de Mello e Souza no livro “Normas e Conflitos” também trabalha com a coartação e, de acordo com sua definição, consistia numa modalidade em que o escravo seria beneficiado com alforria se pagasse determinada quantia dividida em parcelas que podiam ou não ser fixadas de antemão³¹. Para esta autora a coartação não era muito difundida na América Portuguesa, entretanto, usual na Capitania de Minas Gerais. Esta autora afirma que esta modalidade de alforria condicional era comum ao meio urbano onde seria mais fácil o acúmulo de pecúlio.

Souza, assim como Gonçalves, constata através da documentação estudada que os filhos que nascessem de mães coartadas, não eram considerados livres.

Considerações finais:

Estudar a origem da renda utilizada pelos escravos para a compra de sua liberdade, é de extrema importância para entender a economia interna destes, visto que um cativo, geralmente, não recebe remuneração pelos serviços prestados. Deste modo, estudar a origem de sua renda, possibilitará o entendimento das estratégias de resistência empregadas pelos africanos e afro-descendentes escravizados em Minas Gerais.

Como podemos observar na revisão bibliográfica, existem poucos estudos sobre a coartação, e a economia interna dos escravos em Minas Gerais. Ao estudar a Comarca do Rio das Mortes no período de 1808 a 1821, pretendemos demarcar a presença de uma economia interna da escravidão, e a compra parcelada de alforria, como aspectos típicos as cidades coloniais do período.

O negro na sociedade brasileira carrega o estigma da escravidão, que o colocando como no passado incapaz de reagir à condição de escravo. Estudar as estratégias de resistência dos escravos através da economia interna, que os possibilitava a compra ou o coartamento de sua alforria, torna o tema socialmente relevante. Destarte, deixaremos de lado a idéia do escravo vitimizado, incapaz de reagir à condição que lhe foi imposta, e passaremos a entendê-lo como um sujeito com a faculdade de elaborar estratégias para a superação da escravidão.

³¹ SOUZA, 2006.p.158.

Através desse recorte espacial e cronológico pretende-se compreender como o escravo acumulava pecúlio para a compra e a coartação de sua alforria, e assim, "mergulhar no cotidiano dos confrontos e resistências, dos acomodamentos e solidariedade daqueles homens e mulheres, enquanto sujeitos de práticas, valores determinados e determinantes de suas vidas"³².

Bibliografia de Referências:

³² LARA, 1998.p.113.

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda Negra, medo branco** - o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARDOSO, Ciro F.S. **A brecha camponesa no sistema escravista**. In: Agricultura, Escravidão e capitalismo. Petrópolis: vozes, 1979.

_____. **Escravo ou camponês? : o protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CASTRO, Antonio Barros de. **A economia política, o capitalismo e a escravidão**. In: J.R. do Amaral Lapa (org.). Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980.

CASTRO, Hebe M.M. **Das cores do silêncio** - os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade: Estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial**. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao departamento de História da FFLCH - USP, 1999.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **"Questionamento sobre a teoria econômica do escravismo colonial"**. Estudos econômicos, 13:1, jan./abril. 1983, p. 7-39.

HIGGINS, Kathleen Joan. **The Slave society in eighteenth-century Sabara: a community study in colonial Brazil**. UMI Dissertation Service, 1994. (Tese defendida na Universidade de Yale, em 1987)

LARA, Sílvia Hunoldt. **Campos da Violência** - escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808.1842**. SP: Símbolo, 1979

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo França. **A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos**. São Paulo: Moderna, 2000. 77 p.

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco C.T. da. **História de agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

PAIVA, Eduardo Franca. **Escravos e libertos nas Minas gerais do século XVIII-estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos - engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras/CNPq, 1988.

_____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru:EDUSC, 2001.

SILVA, Eduardo. “A função ideológica da brecha camponesa”. In: REIS, João José, e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor; esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D20.PDF>. 20/07/2007

As atividades comerciais exercidas pelos escravos na Comarca do Rio das Mortes no período de 1808 a 1821 que possibilitaram a compra e a coartação de sua liberdade.

Elisa Vignolo Silva *.

Resumo:

Visto que um cativo geralmente não recebe remuneração pelos serviços prestados, estudar a origem de sua renda, possibilitará o entendimento das estratégias de resistência empregadas pelos africanos e afro-descendentes escravizados na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais. A presente comunicação tem como proposta apresentar o estudo da origem da renda utilizada pelos escravos para a compra de sua liberdade na comarca em questão. A nossa hipótese gira em torno da existência de uma economia interna dos escravos que inclui a “brecha camponesa”. Estudar as estratégias de resistência dos escravos através de uma economia interna à escravidão, torna o tema socialmente relevante, uma vez que deixaremos de lado a idéia, recorrente na historiografia, do escravo vitimizado e passaremos a entendê-lo como um sujeito capaz de elaborar estratégias para a superação da escravidão

Palavras - chave: Alforria; economia interna dos escravos; resistência escrava.

Sumamary:

Since a captive one generally does not receive remuneration for the given services, to study the origin of its income, will make possible the agreement of the strategies of resistance used by the Africans and afro-descendants enslaved in the Judicial district of the River of the Deaths, Minas Gerais. The present communication has as proposal to present the study of the origin of the income used for the slaves for the purchase of its freedom in the judicial district in question. Our hypothesis revolves around the existence of an internal economy of the slaves that includes the "country breach". To study the strategies of resistance of the slaves through an internal economy to the slavery, becomes the excellent subject socially, a time who we will leave

* Mestranda da Universidade Federal de Ouro Preto; especialista em História e cultura afro brasileira pela PUC - Minas;

of side the recurrent idea in history of the slave as a victim; and will start to understand, it, as a citizen capable to elaborate strategies for the overcoming of the slavery.

Keywords: Emancipation; internal economy of the slaves; slave resistance.

O presente trabalho pretende esclarecer a origem da renda dos escravos, habitantes da Comarca do Rio das Mortes, que possibilitara a compra de suas alforrias. A hipótese que avaliamos gira em torno da existência de uma "economia interna dos escravos" que produzira o acúmulo de um pecúlio para a compra e coartação de sua liberdade.

O objetivo da pesquisa é demonstrar que o trabalho dos escravos, na comarca em questão, lhes possibilitou a compra à vista ou parcelado (coartação) de sua alforria independente da produção senhorial.

A opção pela Comarca do Rio das Mortes ocorreu devido à mesma ter, também no período de 1808 a 1821, uma significativa produção agrícola destinada principalmente ao abastecimento da corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro. Cláudia Chaves fez um estudo estatístico sobre o registro do Rio Preto, e constatou o fato da balança comercial ser favorável a Minas Gerais no século XIX, sendo assim, exportava mais produtos para o Rio de Janeiro do que importava (CHAVES, 2002:14). Entretanto comarca do Rio das Mortes, antes mesmo da chegada da família real portuguesa, em 1808, já era uma importante área fornecedora de gêneros alimentícios para a capital da Colônia (PAIVA, 2006:144).

Optamos por escolher o ano da chegada da corte como marco inicial da pesquisa, devido a este fato ter como consequência o aumento da demanda por produtos agrícolas na então sede administrativa do império português. Esse aumento na demanda propiciou o aperfeiçoamento da atividade agro-pastoril da Comarca do Rio das Mortes, proporcionando maiores chances do escravo obter sua manumissão.

O tema do projeto nos remete a uma historiografia sobre a "economia interna dos escravos", também denominada de "brecha camponesa", definida de acordo com Ciro F. Cardoso como a produção independente de alimentos realizada pelos escravos para o próprio consumo e para a venda.

A questão da existência de uma relativa autonomia escrava gerou controvérsias na historiografia, tendo alguns autores afirmado tal fato como uma estratégia empregada pelos

senhores de escravos para contê-los, já outros estudiosos sobre o assunto (CASTRO, 1980; LINHARES & SILVA, 1981), reconhecendo a autonomia escrava como uma conquista do cativo.

O termo “brecha camponesa” foi cunhado por Tadeusz Lepkowski para designar a economia própria dos escravos do Haiti, já o termo “protocampesinato escravo” pertence a Sidney Mintz, que o elaborou ao estudar as Antilhas. Ciro F. Cardoso foi o primeiro autor a trabalhar com este elemento no Brasil. Entretanto Cardoso utilizou a definição de Mintz para o caso brasileiro: “atividades agrícolas realizadas por escravos nas parcelas, e no tempo para trabalhá-las, concedidos para esse fim no interior das fazendas”. Cardoso ancorou-se na definição de camponês como uma categoria que se define pela: segurança e acesso à parcela, relação direta com o mercado e gestão sobre a parcela, e conclui que o escravo que está na “brecha” pode ser definido como camponês (CARDOSO, 1979:135).

Para Cardoso esta forma de “brecha camponesa” beneficiaria os senhores que a implantavam em seus domínios, pois o cativo passa a produzir produtos para sua subsistência, diminuindo desta forma os encargos do proprietário de escravos com alimentação. A possibilidade de comercialização do excedente produzido pelo escravo, assim como o vínculo do escravo ao pedaço de terra serviria, de acordo com Cardoso, para evitar as fugas beneficiando, desta forma, o dono do escravo.

Neste trabalho da década de setenta, Cardoso não concedeu importância a esta atividade autônoma do escravo, pois acreditava não interferir na estrutura do escravismo. Porém, no trabalho publicado em 1987 (CARDOSO, 1987), Cardoso dá maior relevância à brecha camponesa passando a considerá-la um lugar de conflito entre senhores e cativos e que, conseqüentemente, este espaço abalaria a estrutura do escravismo.

Jacob Gorender (GORENDER, 1983:7-39) não considera a brecha camponesa como um lugar de conflito e, portanto, não abalava o sistema escravista. Tal afirmação parte de uma lógica estrutural, na qual, a falta de generalidade e estabilidade da brecha camponesa torna tal atividade insignificante para o modo de produção escravista. Portanto, Gorender, ao contrário de Cardoso, acredita que a brecha camponesa não interfere na estrutura do escravismo.

Robert W. Slenes, ao tratar deste assunto em 1999 (SLENES, 1999), critica tanto a definição etimológica de “brecha camponesa” quanto os argumentos de Cardoso e de Gorender. Slenes apresenta a existência de uma “economia interna dos escravos, um termo que abrange todas as atividades desenvolvidas pelos cativos para aumentarem seus recursos desde o cultivo de

suas roças à caça e, inclusive, ao furto” (SLENES, 1999:199). Slenes concorda que a economia interna aos escravos servia como um mecanismo empregado pelos senhores de controle tanto econômico quanto social do cativo, porém, tal autor questiona o significado efetivo dessa economia no embate cotidiano entre os cativos e seus senhores, afirmando que neste espaço era facultado ao cativo “(re) criar uma cultura e uma identidade própria que tornavam a família e a roça muito mais que um engodo ideológico” (SLENES, 1999:208).

Eduardo Silva no estudo realizado no documento do século XIX: “Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro, do barão de Pati do Alferes”, chega à conclusão que a economia interna dos escravos servia como um mecanismo de manutenção da ordem escravista (SILVA, 1989:23). Dentre as várias passagens contidas no documento, citadas por Silva, uma significativa é quando o barão Pati do Alferes afirma que se deve “permitir que os escravos tenham roças e se liguem ao solo pelo amor da propriedade; o escravo que possui nem foge, nem faz desordens” (SILVA, 1989:29). Assim, Silva não considera a brecha camponesa como um conquista do cativo, e sim como uma concessão do proprietário de escravos.

Maria Odila Dias (DIAS, 1984) faz referencia as atividades agrícolas exercidas pelos cativos sem, contudo, usar a definição de brecha camponesa ou mesmo economia interna dos escravos. Odila afirma que era costume dos proprietários de escravos deixarem nos domingos e dias santos os cativos produzirem alimentos para sua subsistência (DIAS, 1984:117). Embora no período abordado pela autora a Lei Rio Branco de 1871, que regulamentava o pecúlio como direito do escravo, não estivesse em vigor, Odila afirma que os proprietários e usuários de escravos alugados respeitavam os ganhos extras dos cativos, que serviam tanto para a subsistência, quanto para uma eventual compra de suas alforrias (DIAS, 1984:95).

A possibilidade de exercer uma atividade agrícola independente da produção senhorial pelos cativos parece ter sido mais propícia aos escravos que tinham famílias. Cardoso afirma que nas fazendas os solteiros não se beneficiavam da brecha camponesa (CARDOSO, 1979:150), isto porque uma estrutura camponesa pressupõe um trabalho familiar (CARDOSO, 2004:56). Robert Slenes ao trabalhar as famílias escravas, cita documentos que comprovam a concessão de terras a escravos unidos em matrimônio para o cultivo em benefício próprio (SLENES, 1999:187). Slenes cita uma frase proferida por um proprietário de escravos da região de Campinas, contida no livro de memórias de sua filha, ao observar um jovem escravo solteiro: “é preciso casar esse negro e dar-lhe um pedaço de terra para assentar a vida e tomar juízo” (SLENES, 1999:188). Esta frase

comprova tanto o fornecimento de terras aos cativos que se casavam, quanto o benefício que união conferia ao senhor de escravos, uma vez que escravo casado “toma juízo”.

Stuart Schwartz também constata a existência de uma brecha camponesa dos escravos empregados na lavoura açucareira do nordeste. Este autor afirma que muito senhores de engenho estipulavam quotas de trabalho a serem cumpridas pelos cativos, e o tempo que estes tinham após realizarem suas tarefas podia ser empregado em atividades particulares (SCHWARTZ, 2001:99).

O autor constata que geralmente os escravos utilizavam o tempo em que não estavam envolvidos na lavoura senhorial para produzirem alimentos tanto para sua subsistência quanto para o mercado, lhes possibilitando o acúmulo de pecúlio para a compra de sua alforria. Contudo, embora isto pareça benéfico para o escravo, ainda em concordância com este autor, é mais vantajoso para o seu proprietário, que conseguiria todo o dinheiro acumulado pelo cativo quando este comprasse sua alforria (SCHWARTZ, 2001:100). Para Schwartz, dessa forma a economia interna dos escravos não negava o sistema escravista e sim fazia parte de tal sistema, e era manipulada pelos proprietários de escravos que a utilizavam em benefício próprio (SCHWARTZ, 2001:115).

A alforria condicional através da coartação:

O presente trabalho defende a tese de que através da economia interna dos escravos estes obtinham o pecúlio para a compra de sua alforria, e acreditamos que esta compra poderia ser tanto a vista quanto de forma parcela (coartação). A alforria condicional, através da coartação, foi usual na capitania de Minas Gerais embora tenham sido localizados poucos estudos a respeito na conjuntura específica de fins do período colonial. Devido a este fato faremos uma breve revisão historiográfica desta forma de alforria.

Eduardo França Paiva faz referência aos escravos coartados, quando estuda os testamentos *post-mortem* da Comarca do Rio das Velhas. Paiva define o escravo coartado "como não sendo um mero escravo nem tampouco se igualava ao escravo liberto situando-se, de fato, num meio-caminho entre uma condição e outra" (PAIVA, 1995:86-87). Portanto, este autor

define o escravo coartado como um escravo em transição. França propõe que os escravos de ganho geralmente tinham mais chances de coartarem sua alforria, e as coartações eram mais freqüentes em momentos de crise da economia mineira, devido a este parcelamento, aumentando os rendimentos do senhor (PAIVA, 1995:83-89).

Em outro trabalho publicado em 2001, França estuda de forma quantitativa a coartação tanto na comarca do Rio das Velhas quanto na Comarca do Rio das Mortes. Neste trabalho vemos uma maior verticalização de França Paiva sobre o assunto da coartação. Constata-se que "houve mais alforrias e coartações na região de Sabará do que na de São João Del Rei, tanto em números brutos, quanto em proporção" (PAIVA, 2006:210). Entretanto, neste recente trabalho, França Paiva reformula a tese de que o maior número de manumissões se dava em momentos de crise da economia e propõe que o maior número de alforrias ocorre em momentos de dinamismo econômico (PAIVA, 2006:213).

Portanto, em seu trabalho de 2001, França Paiva reformula sua tese de 1995 e passa a concordar que um maior dinamismo econômico possibilita um maior acúmulo de pecúlio pelos escravos, tese esta de acordo com a proposta deste trabalho.

Douglas Cole Libby e Clotilde Andrade Paiva (LIBBY & PAIVA, 2000), trabalhando com uma lista nominativa de 1795 da paróquia de São José, pertencente à Comarca do Rio das Mortes, localizaram referências a escravos quartados¹. Libby e Paiva afirmam que a quartação era um acordo verbal estabelecido entre senhores e escravos no qual o cativo se comprometia a pagar em quatro anos o preço de sua liberdade. Entretanto, este tempo não era fixo, podendo ser prorrogado ou encurtado.

Eduardo França Paiva localizou "cartas de corte", documentos escritos, nos quais estava registrado o acordo estabelecido entre o escravo coartado e o seu proprietário (PAIVA, 2006:168). Andréa Lisly Gonçalves, em sua tese de doutoramento, também localizou as cartas de corte. Desta forma, tanto Paiva quanto Lisly, trazem um elemento novo para o estudo da quartação. Entretanto, este documento ao que parece não era muito usual, se considerarmos, por exemplo, a afirmação de Douglas Libby e Clotilde Paiva de que não havia qualquer documento escrito que registrasse o escravo quartado (LIBBY & PAIVA, 2000:37).

Andréa Lisly Gonçalves trabalha com documentos que fazem referência aos escravos coartados, e levanta questionamentos relevantes, tais como, em que condição jurídica estaria o

¹ Estes autores optaram pelo emprego da grafia quartação devido ao fato de encontrar-se desta forma nos documentos.

filho que nascesse de uma escrava coartada, e o que aconteceria caso um escravo coartado não conseguisse cumprir o acordo estabelecido com o seu senhor.

Laura de Mello e Souza no livro “Normas e Conflitos” também trabalha com a coartação e, de acordo com sua definição, consistia numa modalidade em que o escravo seria beneficiado com alforria se pagasse determinada quantia dividida em parcelas que podiam ou não ser fixadas de antemão (SOUZA, 2006:158). Para esta autora a coartação não era muito difundida na América Portuguesa, entretanto, usual na Capitania de Minas Gerais. Esta autora afirma que esta modalidade de alforria condicional era comum ao meio urbano onde seria mais fácil o acúmulo de pecúlio.

Souza, assim como Gonçalves, constata através da documentação estudada que os filhos que nascessem de mães coartadas, não eram considerados livres.

Considerações finais:

Estudar a origem da renda utilizada pelos escravos para a compra de sua liberdade, é de extrema importância para entender a economia interna destes, visto que um cativo, geralmente, não recebe remuneração pelos serviços prestados. Deste modo, estudar a origem de sua renda, possibilitará o entendimento das estratégias de resistência empregadas pelos africanos e afro-descendentes escravizados em Minas Gerais.

Como podemos observar na revisão bibliográfica, existem poucos estudos sobre a coartação, e a economia interna dos escravos em Minas Gerais. Ao estudar a Comarca do Rio das Mortes no período de 1808 a 1821, pretendemos demarcar a presença de uma economia interna da escravidão, e a compra parcelada de alforria, como aspectos típicos as cidades coloniais do período.

O negro na sociedade brasileira carrega o estigma da escravidão, que o colocando como no passado incapaz de reagir à condição de escravo. Estudar as estratégias de resistência dos escravos através da economia interna, que os possibilitava a compra ou o coartamento de sua alforria, torna o tema socialmente relevante. Destarte, deixaremos de lado a idéia do escravo

vitimizado, incapaz de reagir à condição que lhe foi imposta, e passaremos a entendê-lo como um sujeito com a faculdade de elaborar estratégias para a superação da escravidão.

Através desse recorte espacial e cronológico pretende-se compreender como o escravo acumulava pecúlio para a compra e a coartação de sua alforria, e assim, "mergulhar no cotidiano dos confrontos e resistências, dos acomodamentos e solidariedade daqueles homens e mulheres, enquanto sujeitos de práticas, valores determinados e determinantes de suas vidas"(LARA, 1998:113).

Bibliografia de Referências:

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda Negra, medo branco** - o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARDOSO, Ciro F.S. **A brecha camponesa no sistema escravista**. In: Agricultura, Escravidão e capitalismo. Petrópolis: vozes, 1979.

_____. **Escravo ou camponês? : o protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CASTRO, Antonio Barros de. **A economia política, o capitalismo e a escravidão**. In: J.R. do Amaral Lapa (org.). Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980.

CASTRO, Hebe M.M. **Das cores do silêncio** - os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade: Estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial**. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao departamento de História da FFLCH - USP, 1999.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **"Questionamento sobre a teoria econômica do escravismo colonial"**. Estudos econômicos, 13:1, jan./abril. 1983, p. 7-39.

HIGGINS, Kathleen Joan. **The Slave society in eighteenth-century Sabara: a community study in colonial Brazil**. UMI Dissertation Service, 1994. (Tese defendida na Universidade de Yale, em 1987)

LARA, Sílvia Hunoldt. **Campos da Violência** - escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808.1842**. SP: Símbolo, 1979

LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Clotilde Andrade. **Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São Jose d El Rei em 1795**. Revista Brasileira de estudos de População, v.17, n.1/2, jan/dez. 2000.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo França. **A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos**. São Paulo: Moderna, 2000. 77 p.

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco C.T. da. **História de agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

PAIVA, Eduardo Franca. **Escravos e libertos nas Minas gerais do século XVIII-estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos - engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras/CNPq, 1988.

_____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru:EDUSC, 2001.

SILVA, Eduardo. “A função ideológica da brecha camponesa”. In: REIS, João José, e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor; esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D20.PDF>. 20/07/2007

AS FESTAS ESCOLARES E A CULTURA CÍVICA NO COLÉGIO SALESIANO DE SANTA TERESA EM CORUMBÁ-MS (1972-1987).

SILVA, Celeida Maria Costa de Souza *

Resumo: Esta pesquisa tem como objeto, o estudo das festas escolares e a cultura cívica no Colégio Salesiano de Santa Teresa, localizado em Corumbá-MS. Partimos do pressuposto de que o Estado através dos programas de ensino para as instituições escolares, veiculava a “memória histórica desejável”. Assim, não podemos analisar a organização das festas escolares e do culto cívico, no interior das instituições escolares como um processo “natural e inocente”, “desinteressado e imparcial”, uma vez que é concebido para ter efeito sobre as pessoas, produzindo processo de seleção, de inclusão/exclusão e de legitimação de certos grupos sociais e idéias. Investigamos que instrumentos foram usados pelo Estado para legitimar a “tradição nacional” e regional no interior das instituições e pretendemos entender como as relações de poder se manifestam no interior das instituições educacionais.

Palavras-Chaves: 1)Festas escolares e cultura cívica 2)Cultura escolar 3)História do currículo

SCHOOL PARTIES (FESTIVITIES) AND THE CIVIC CULTURE IN THE COLÉGIO SALESIANO DE SANTA TERESA IN CORUMBÁ-MS (1972-1987). SILVA, Celeida Maria Costa de Souza. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP – Graduate Student at the Doctorate Course in Education/ Universidade Católica Dom Bosco – UCDB

This research has the aim to study of the school parties (festivities) and the civic culture in the Colégio Salesiano de Santa Teresa, in Corumbá-MS. We start from the assumption that the state diffused the “desirable historic memory” through school teaching programs. Thus, we cannot analyze the organization of school parties (festivities) and the civic culture inside schools as a “natural, innocent, disinterested, and impartial process”, once it is conceived to have an effect upon people, causing a selection process of inclusion/exclusion and legitimating certain social groups and ideas. We investigate which instruments were used by the state to legitimate the local and “national tradition” inside the institutions, and we intend to understand how the power relationships are revealed inside the schools.

Key words:1) School parties and the civic culture 2) School culture 3) History of the resumé

Esta pesquisa tem como objeto, o estudo das festas escolares e a cultura cívica no Colégio Salesiano de Santa Teresa, localizado em Corumbá-MS. Eleito como objeto de estudo, por ser uma instituição tradicional, de cunho confessional, é um dos mais antigos da cidade e do Estado, com atividades educacionais desde 1899, foi e ainda é considerado uma das mais importantes escolas da cidade, principalmente, por ter formado, em dado momento histórico, parcela da elite local e regional.

* Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP – Doutoranda em Educação/ Universidade Católica Dom Bosco- UCDB. celeidams@uol.com.br

Toma-se, como ponto de referência nesta investigação, o final da década de 1970, os anos de 1980. Essas duas últimas décadas marcadas por acontecimentos significativos tanto em âmbito nacional como regional coincidem com o processo de organização social, ocasionado pela abertura política, com vistas à democratização.

Neste contexto de passagem de um momento político (autoritário) para outro (democrático), fazer um inventário das práticas escolares constitui campo de trabalho interessante, pois permite compreender as modificações que ocorreram no espaço escolar, no que diz respeito às festas escolares e à cultura cívica.

A escolha dos anos de 1972 a 1987 deve-se ao fato de que o Estado de Mato Grosso do Sul foi criado pelo Governo de Ernesto Geisel (1974-1979), em outubro de 1977, tendo como data da sua instalação oficial o dia primeiro de janeiro de 1979, com a posse do primeiro governador do Estado, indicado pelo presidente da República. Ao Estado de Mato Grosso do Sul, emerso de um contexto político autoritário, havia sido reservado o papel de Estado modelo, isto é, um Estado onde seriam aplicadas novas técnicas de administração pública.

Isto significa dizer que, o novo Estado foi “criado para atender ao projeto geopolítico do regime, contemplar os interesses da classe dominante local e para reforçar, em termos imediatos, o governo da ditadura militar” (BITTAR, 1998:34).

O campo de pesquisa escolhido é o município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista que consta dos municípios de porte médio, possui a maior área do Estado, é o segundo em arrecadação do ICMS, o 3º em população, conta com as escolas mais antigas da cidade e do Estado, dentre elas, o Colégio Salesiano de Santa Teresa.

O município de Corumbá está localizado na planície do pantanal, na fronteira com a Bolívia e o Paraguai, fundado em 21 de setembro de 1778 como parte da consolidação do domínio luso na região. Conta com uma população aproximada de 95.701 (noventa e cinco mil, setecentos e um) habitantes. Possui uma área de 64.964,9 km², com uma densidade demográfica de 1.47hab./km².

Na área educacional, segundo dados divulgados pela Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia (SEPLANCT, 2000), Corumbá possui 58 (cinquenta e oito) escolas, incluindo Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Do total de escolas, 21% são da rede estadual, 46% da rede municipal e 33% da particular.

Acreditamos que, para se compreender melhor a história das festas escolares e o culto cívico nas instituições escolares em Corumbá-MS, é preciso que se faça a relação entre o objeto a ser estudado com o contexto histórico em que se estabeleceu, levando-se em conta as ações dos homens nesse processo, bem como suas influências até os nossos dias. A respeito disso, GOODSON (1997:10) diz que é preciso “compreender como uma determinada ‘construção social’ foi trazida até o presente influenciando as nossas práticas e concepções de ensino”. SILVA (2004:15), em “*Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*”, prioriza uma análise genealógica para identificar como o currículo vem sendo definido, pois o “currículo é sempre o resultado de uma seleção” e essa seleção, é o resultado de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes.

Assim, não podemos deixar de investigar quais conhecimentos, valores e habilidades eram considerados como verdadeiros e legítimos numa determinada época. Pretendemos, através desta pesquisa, que tem como perspectiva de estudo a cultura escolar, entender como as relações de poder se manifestam no interior das instituições educacionais, enquanto espaço em que se estabelecem as relações sociais e, simultaneamente, transmite saberes e conhecimento. É preciso entender como se dá no interior da instituição a conexão entre “saber, identidade e poder” (SILVA, 2004).

É possível dividir a história do Colégio Salesiano de Santa Teresa em Corumbá em duas fases distintas: antes do convênio com o Estado (1899-1971) e depois do convênio (1972-1987). Na primeira fase, foi uma escola que privilegiou a elite de Corumbá. Um pequeno número de pessoas de baixa renda conseguiam bolsas, meia bolsas, ou um benfeitor que possibilitasse o ingresso naquele ambiente escolar. Historicamente, o Santa Teresa formou, por gerações, a elite, a classe dirigente de Corumbá – políticos, administradores, professores, profissionais liberais, empresários e outros.

Vale dizer, que inicialmente o Colégio era destinado à educação dos meninos “bem-nascidos”¹. E ainda na primeira fase, a partir de 1953, o Padre Miguel Alagna cria várias obras educacionais e assistenciais anexas ao Santa Teresa, como uma forma de atender os meninos e meninas filhos de famílias de baixa renda, aproximando do princípio básico da educação salesiana “atender a juventude mais pobre e desamparada”, princípio orientador de toda obra

¹ Quando da fundação do Colégio Salesiano de Santa Teresa (1899), os primeiros alunos a se matricularem não eram pobres e nem abandonados, e sim filhos de famílias de influência na cidade de Corumbá.

educativa salesiana, nem sempre cumprido com fidelidade pelos seguidores de Dom Bosco. Assim, em convênio com o Estado de Mato Grosso, surgiram: Grupo Escolar do Círculo Operário (1954), Ginásio Industrial Domingos Sávio (1963) e Ação Social Salesianas (1966). De um lado estudavam os ricos e do outro, em número maior, os pobres.

Percebe-se que o envolvimento dos salesianos com a juventude mais pobre e desamparada no complexo educacional do Colégio Santa Teresa, teve como questão fundamental o atendimento do fator social, que nos primeiros 50 (cinquenta) anos ficou descaracterizado. Se por um lado, o Colégio salesiano deveria continuar particular, pago e respondendo aos interesses da elite corumbaense, por outro lado, era necessário atender as crianças e jovens mais necessitados, motivo este, que levou Dom Bosco a criar a Congregação Salesiana. Desta forma, a criação do Grupo Escolar do Círculo Operário Dom Bosco², do Ginásio Industrial Domingos Sávio e do Grupo Escolar da Ação Social Salesiana³ foi o mecanismo encontrado para satisfazer as duas realidades sociais, evitando o conflito.

A educação era vista, então, como um fator de transformação e de conformação social. Era necessário que a escola inculcasse normas, princípios e valores nos educandos, a fim de ampará-los, “protegê-los”, disciplinando-os e ajustando-os ao mundo do trabalho. Um dos aspectos interessantes do ensino confessional é a preocupação com a disciplina e a formação moral, bastante presente na concepção de educação dos salesianos.

O Colégio Salesiano de Santa Teresa tem como mantenedor a Missão Salesiana de Mato Grosso que a partir de 1972, por contar com espaço ocioso no prédio, estabelece convênio com o Estado de Mato Grosso, e o prédio passa a abrigar, também, a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Santa Teresa. Foi firmado o

Convênio que entre si celebram o Governo do Estado de MT, através de sua Secretaria de Educação e Cultura e a Missão Salesiana de Mato Grosso, para que se use em benefício da educação e cultura, as dependências do Colégio Salesiano Santa Teresa, da cidade de Corumbá. O presente convênio estará em vigor a partir de 1º de fevereiro de 1972. O Colégio Salesiano Santa Teresa, da cidade de Corumbá, em consequência do ajuste do Convênio será denominado Colégio Estadual Santa Teresa. Ass. Joaquim A. Vianna, Secretário de Educação e Cultura, MT(Arquivo do Colégio Santa Teresa. Corumbá, s/d).

² Foi instalado em 02/03/1954 aos alunos do sexo feminino, “para criar cristãmente e instruir nas letras e nas artes, a clientela pobre e desamparada”. Arquivo do Colégio Santa Teresa. Corumbá.

³ O Grupo Escolar da Ação Social Salesiana foi criado para atender os alunos carentes do sexo masculino, através do Decreto nº 61 de 10.06.1966.

A transformação em Escola Estadual teve um significado social muito grande, pois *em 1971* “apenas 356 alunos podiam pagar a matrícula e as mensalidades do Santa Teresa” (MANFROI, 1997:76). Por outro lado, a Escola Estadual absorveu os alunos matriculados no Grupo Escolar do Círculo Operário (793 alunos), os do Grupo Escolar da Ação Social Salesiana (393 alunos) e os do Ginásio Industrial Domingos Sávio (287 alunos)⁴.

É significativo dizer que, no início do ano letivo em 1972, havia 82 turmas, totalizando 2908 alunos matriculados. Nos anos seguintes, segundo dados do arquivo do Colégio, a clientela aumentou gradativamente e o ensino passou a ser mais tecnicista⁵ e menos humanista, respondendo às tendências do momento histórico brasileiro.

Um prédio de três andares, com 36 (trinta e seis) salas de aulas, incluindo salas de diretoria, coordenadoria geral, sala de pastoral, sala de supervisão, sala de orientação educacional, tesouraria e sala de reuniões. A estas salas somavam-se outras sete no prédio do ensino pré-escolar.

Uma particularidade, o Colégio Santa Teresa passou a ser estadual no 2º e 3º andares. O primeiro andar continuou particular, pertencendo somente à Missão Salesiana de Mato Grosso, ficando, assim, 10 (dez) salas de aulas para os filhos de famílias de influências da cidade, com direção, coordenação e matrículas especiais, isso para satisfazer a elite local que ficou descontente com o convênio e os salesianos acataram a “solicitação”.

Não se pode promover o estudo da realidade regional, desvinculado da interpretação de caráter geral mais abrangente. A singularidade da história local ou regional não pode pretender substituir a perspectiva da totalidade, da qual é parte. Este é o dilema de quem, ao mesmo tempo, “precisa definir os contornos gerais da floresta, mas também, para não torná-la abstrata e genérica, precisa conhecer a especificidade de suas árvores” (BUFFA & NOSELLA, 1996: 19).

Historiar uma instituição educativa carece não perder de vista sua especificidade, mas ao mesmo tempo, compreender sua totalidade.

Portanto, a cultura escolar é aqui entendida como,

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a

⁴ Arquivo do Colégio Santa Teresa. Corumbá *apud* MANFROI, 1997:76)

⁵ Nos anos de 1975 e 1976 foram dadas Autorizações pelo governo do Estado de Mato Grosso para o funcionamento de vários cursos profissionalizantes na Escola Estadual Santa Teresa, a saber: Habilitação em Técnico de Contabilidade, Habilitação em Auxiliar de Enfermagem, Habilitação em Auxiliar de Eletricidade, Habilitação em Técnico de Administração de Empresas, Habilitação em Técnico de Secretariado, dentre outros.

incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo às épocas (JULIA, 2001:10).

E,

como um conjunto de teorias, idéias, princípios, normas, pautas, rituais, inércias, hábitos e práticas – formas de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos, sedimentadas ao longo do tempo na forma de tradições, regularidades e regras do jogo, compartilhadas por seus atores no seio das instituições educativas. Tradições, regularidades e regras do jogo que se transmitem de geração em geração e que proporcionam estratégias para integrar-se nas instituições, para integrar-se e levar a cabo, sobretudo nas aulas, nas tarefas cotidianas [...] (VIÑAO FRAGO, 2000).

É interessante perceber que a cultura escolar envolve o conjunto do fazer escolar, aquele que determina o que ensinar, o que inculcar, os fins a atingir, mais especificamente, o que transmitir. A escola faz e transmite cultura, por meio de seus conteúdos culturais. Ao que tudo indica, o grande desafio do pesquisador consiste em fugir daquilo que é tido como norma para buscar entender como os agentes se apropriam da cultura e como a representam.

As contradições presentes na sociedade perpassam a escola. Saberes da sociedade transformam-se em saberes escolares. Neste sentido, não podemos analisar a organização das festas escolares e do culto cívico, no interior das instituições escolares como um processo “natural e inocente”, desinteressado e imparcial”, uma vez que “é concebido para ter efeito sobre as pessoas, produzindo processo de seleção, de inclusão/exclusão e de legitimação de certos grupos sociais e idéias” (GOODSON,1997:10).

Nestes termos, buscamos investigar a construção da memória histórica produzida junto e para as instituições escolares, através das práticas educacionais das festas comemorativas de eventos ou de homenagens “aos heróis nacionais e regionais”, realizadas no período de 1977 a 1987.

Partimos do pressuposto de que o Estado, através dos programas de ensino, veiculava a “memória histórica desejável”. Investigamos quais instrumentos educacionais foram usados pelo Estado para legitimar a “tradição nacional” e regional no interior das instituições escolares; que atividades foram incluídas/excluídas no programa de ensino, no período compreendido entre os anos de 1972 e 1987; como os sujeitos da escola reagem à normatização dos eventos cívicos; o que mudou no ordenamento escolar e o que se manteve; como se configuram os programas de ensino; que saberes são transmitidos; quem os determina; como a escola contribui para a construção da memória cívica. Estes e outros questionamentos instigantes, diante de uma instituição educativa, merecem nossa atenção.

Não podemos nos basear somente nos textos oficiais, para investigar como se davam e quais as finalidades das festas escolares e do culto cívico nas instituições escolares.

Na tentativa de encontrar respostas a essas questões, serão utilizados documentos oficiais, decretos, cadernos e trabalhos de alunos, artigos de imprensa, depoimentos, fotografias, registros de eventos cívicos e comemorativos, materiais testemunhos da cultura escolar. No decorrer desta pesquisa, as entrevistas serão necessárias para fornecer informações não disponíveis nos documentos, ou mesmo para confirmar outras. É inegável que enriquecem a pesquisa à medida que possibilitam melhor compreensão do objeto de estudo.

As possibilidades de investigação científica são grandes e precisamos estar alerta às obscuridades, seguindo os rastros empoeirados dos velhos e esquecidos papéis, sem deixar, contudo, de observar as possíveis armadilhas que as intempéries e o uso incorreto dos registros oficiais possam armar para a recuperação da história.

Vale lembrar que as festas estão presentes em vários momentos de nossas vidas. Estamos sempre vivendo diferentes comemorações. No entanto, curiosamente, pouco estudo tem sido dedicado ao assunto. Sabemos que o ano escolar é bastante festivo e que as transformações que ocorreram na sociedade também atingiram a escola.

Identificamos no calendário oficial da escola muitos eventos e comemorações que o Colégio organizava ou participava. Os desfiles cívicos-militares, em especial, o de 7 (sete) de setembro – Independência do Brasil - e 21 (vinte e um) de setembro - Aniversário de Corumbá.

No calendário oficial da cidade e do Colégio, o 7 de setembro era o desfile mais significativo, evento com mais pompa, em que todos os nossos alunos e professores desfilavam, independente de fazer parte do colégio Santa Teresa público ou privado. Como já foi elucidado neste artigo, no mesmo prédio, funcionou simultaneamente duas escolas – uma pública e outra privada - até o ano de 1976. A grosso modo, o que diferenciava uma clientela da outra, durante o desfile era o uniforme.

No aniversário da cidade, as escolas desfilavam somente com uma representação de alunos. Com a mudança de regime e a abertura política, houve inversão na organização dos desfiles. O de 7 de setembro que antes contava com a participação de maior número de alunos e professores, passou a ter, somente uma representação. E o aniversário da cidade, ganhou importância, tornando-se um evento de maior expressão no âmbito local.

As festas religiosas, Páscoa, Nossa Senhora Auxiliadora (24 de maio); São João Bosco (16 de agosto), Sapolândia – festa junina, são as festas tradicionais salesianas. São festas que ainda permanecem no calendário de eventos e comemorações.

Nos eventos que não eram religiosos, o critério para participar ou representar a escola ou classe dependia do desempenho do aluno. Isso significa dizer que, o currículo e as práticas escolares valorizavam os bons resultados. É possível afirmar que era reproduzido na escola, o funcionamento de uma fábrica, moldava-se o aluno, da mesma forma que se molda o aço (BOBBIT *apud* SILVA, 2004).

No ordenamento escolar, todos os dias antes do início das aulas, os alunos ficavam reunidos no pátio da escola para o momento cívico. Isso significava cantar o Hino Nacional enquanto as bandeiras (do Brasil, do Estado e do Município) eram hasteadas. Após a execução do hino, ocorriam as orações, os avisos e depois os alunos eram liberados para dirigirem-se a sala, enfileirados acompanhados pelo professor.

Os jogos abertos também faziam parte do calendário escolar. A comunidade era muito participativa. Segundo Alfio Pozzi em entrevista, “muita gente ainda reclama pelo fato de não acontecer mais. Organizávamos para a comunidade” (POZZI, 2007⁶). Quando a escola tornou-se estritamente particular, os jogos abertos deixaram de existir.

POZZI caracteriza a escola dizendo:

A escola era bem rígida, o currículo escolar exigia. A situação do País era outra, então a rigidez era normal. Nas missas todos eram obrigados a participar, independente de religião, se estava matriculado na escola era obrigado a aceitar. Não se cobrava que se convertesse a religião católica, mas que participasse dos cultos. As missas aconteciam quinzenalmente, ou dependendo da festividade, em período menor. (POZZI, 2007).

Logo, o modelo de educação era o tradicional: horários e calendários bem definidos; assuntos ensinados de forma isolada e pontual; espaço físico inspirando ordem e monotonia; aulas baseadas na exposição e repetição; o professor era o transmissor e os alunos eram vistos como um papel em branco que precisava ser preenchido, era a “educação bancária” tão criticada por Paulo Freire.

É importante destacar que a escola é um espaço que impõe padrões de bom comportamento e de bons costumes, entre os quais a ordem e a disciplina são requisitos fundamentais. As instituições escolares são fontes fundamentais para a apreensão de uma cultura.

⁶ Trabalha no Colégio Salesiano de Santa Teresa desde 1971.

Nesse sentido, é importante entender que as representações são práticas culturais, que se traduzem no pensar e no fazer o cotidiano escolar. Podemos então afirmar que, à medida que os atores educacionais pensam e fazem a realidade escolar, eles se apropriam dos modelos culturais que os circundam, reinterpretando-os e utilizando-os. Assim, uma pesquisa desta natureza visa à construção de novas formas interpretativas que valorizem os agentes envolvidos no processo educativo, investigando o que ocorre no interior da escola, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados ao ensino-aprendizagem.

Nesse momento, podemos afirmar que a festa está sempre em processo de mudança, sendo transformada, a cada momento, pelos grupos sociais e pela produção de novos significados simbólicos.

Referências Bibliográficas

- BITTAR, Marisa. *Estado, Educação e Transição Democrática em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande-MS: Ed.UFMS, 1998.
- GOODSON, I. *A construção social do currículo*. Lisboa: Educa, 1997.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. *Culturas Escolares* (texto mimeo).2000
- ITANI, Alice. *Festas e calendários*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. V. 1, jan./jun. 2001, p.9-43.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia. *Informações sócio-econômicas*. [on line]. 2000. Disponível <http://http:www.Seplanct.ms.gov.br/cidades/corumbá.htm> [capturado em 24/08/2004].
- MANFROI, José. *A missão salesiana e a educação em Corumbá: 1899-1996*. Campo Grande, 1997. (Dissertação de Mestrado-UFMS), 212p.
- NOSELLA, Paolo & BUFFA, Ester. *Schola Mater: A antiga Escola Normal de São Carlos*. EDUFS Car, 1996.
- POZZI, Alfio. Colégio Salesiano de Santa Teresa. Entrevistador: Celeida Maria Costa de Souza e Silva. Corumbá-MS, 27 abr.2007.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

A FOTOGRAFIA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS: O CASO DA REVISTA *A INFORMAÇÃO GOYANA* (1917-1935)

Ivaldo Gomes da SILVA*

A produção de imagens jamais é gratuita, e, desde sempre, as imagens foram fabricadas para determinados usos, individuais ou coletivo. Uma das primeiras respostas à nossa questão passa, pois por outra questão: para que servem as imagens (para que queremos que elas sirvam)?

Jacques Aumont

RESUMO: o artigo tem como objetivo explorar as potencialidades da fotografia como fonte para a pesquisa em História e, particularmente, em História da Educação em Goiás. Assim, analisa a atuação da Revista *A Informação Goyana* na construção e veiculação das práticas educacionais no Estado. Focalizando os aspectos formais e de conteúdos das imagens, discutir-se-á as principais referências teóricas no campo da fotografia e da história bem como apresentar uma proposta de estudo no campo da História da Educação.

Palavras-chave: Fotografia. História da Educação. Revista *A Informação Goyana*.

ABSTRACT: The article has as objective to explore the potentialities of the photograph as source for the research in History and particularity History of Education in Goiás. Thus, it analyzes the performance of the magazine *Goyana Informação* in the practical construction and propagation of the education ones in the State. Focusing the journal aspects and of contents of the images one will argue the main theoretical references at the area from the photograph and history as well as to show a proposal of studies at he area from the history of the education.

Key-words: photograh. History of Education. Magazine the *Goyana Information*.

1. INTRODUÇÃO

A noção de documento imposta pela historiografia tradicional começa a ser questionada a partir de 1929 com os historiadores franceses Lucien Febvre e Marc Bloch que insistiram sobre a necessidade de se ampliar o conceito de documento. Estes historiadores são fundadores de uma perspectiva documental que leva em conta o tempo do cotidiano, das conjunturas, das estruturas e do caráter multiforme das fontes de pesquisa (BURKE, 1998).

*Professor de História e Sociologia da rede pública e particular de Ensino. Especialista em História Econômica/UNICAMP. Pós-graduando em Educação (*Lato Sensu*) – FESG/FAFICH-Goiatuba, Goiás. Graduado em Ciências Sociais/UNESP-Araraquara Endereço para contato: ivaldos@yahoo.com.br

A historiografia, ao superar o positivismo ingênuo do século XIX, foi tentando valorizar cada vez mais a multiplicidade de fontes históricas. Assim, tudo pode ser constituído em fonte histórica por um historiador habilidoso e que domine o seu *métier*. O fato é que ainda hoje o historiador tem cada vez mais oportunidade para trabalhar com outros tipos de fontes: os objetos da cultura material, a natureza interferida pelo homem, os ambientes urbanos e a própria materialidade de uma cidade, que pode contar através do seu “discurso” histórias de longa duração e chegando por fim as imagens iconográficas. Nessa mesma direção, CARDOSO & MAUAD (1997:401), complementam que:

Não é recente a proposta de se trabalhar com fontes históricas não-verbais. Ainda no século XIX, o historiador francês Fustel de Coulanges afirmava: “Onde o homem passou e deixou marca de sua vida e inteligência, aí está a História”. *Qualquer tipo de marca.* (grifo no original).¹

O alargamento da concepção de fontes trouxe para a produção, no campo da História e Historiografia, uma ampliação das possibilidades investigativas e como consequência a necessidade de uma reflexão e problematização dessas alternativas.

Uma dessas alternativas é o trabalho com fontes e objetos imagéticos que traz, subjacente aos procedimentos de levantamento de documentos e sua análise, a urgência da discussão de suas especificidades materiais, funções e a própria redefinição do conceito de imagem (FABRIS, 1998). Como consequência, todo um universo é adicionado à dificuldade, por parte do historiador, de superar a concepção positivista de documento, privilegiadora dos textos escritos.²

Dessa forma, a leitura e interpretação de um acervo fotográfico levantam uma série de dúvidas, entre as quais, a questão da verdade ou objetividade fotográfica. Enquanto representação simbólica, o quanto pode confiar no real da fotografia como forma de apreensão do mundo?

¹ “Num período da historiografia quando a máxima seguida era ‘a história faz-se com textos’, aquela posição não teve maior impacto. No entanto, imbuídos deste caráter generalizador dos testemunhos, Marc Bloch e Lucien Febvre, os fundadores dos *Annales*, conclamaram em 1929 os historiadores a saírem dos seus gabinetes e farejarem, tal como o ogre da lenda, ‘a carne humana’ – em qualquer lugar onde pudesse ser encontrada por quaisquer meios. Para os historiadores que ouviram o apelo de Bloch e Febvre, o texto ganha contornos mais amplos, incluindo toda a produção material e espiritual humana: é preciso trabalhar”. (CARDOSO & MAUAD, 1997:401).

² A fotografia há muito figura entre os materiais iconográficos que, sob a marca de registros documentais, vem sendo crescentemente utilizada pelos historiadores de ofício. Como exemplo dessa aproximação, podemos citar, entre outros: os historiadores culturais Jacob Burckhardt e Johan Huizinga. O primeiro escrevendo sobre o Renascimento e o segundo sobre “outono” da Idade Média, baseando suas descrições e interpretações da cultura da Itália e da Holanda em quadros de artistas como Raphael e Van Eyck, bem como em textos da época. A evidência de pinturas e fotografias também foi utilizada, na década de 1930, por Gilberto Freyre. As imagens também se constituíram no ponto de partida para os estudos do historiador francês Philippe Ariès, sobre a história da infância e da morte. (BURKE, 2004:13-5).

A análise e interpretação de uma série de fotografia, utilizada como fonte histórica, requer da parte do pesquisador e, particularmente do historiador, um trabalho de reflexão entre as fontes e suas hipóteses, o que lhe permitirá estabelecer as devidas perguntas que deseja fazer aos documentos. Portanto, o trabalho do historiador tem início a partir do momento que ele relaciona-se com suas respectivas fontes. É nesse sentido que

Esta relação fontes-hipóteses sugere a necessidade da ‘crítica interna’ do documento. Nesta etapa, o pesquisador procurará, de acordo com as suas hipóteses, indagar ao documento aquilo que ele não deseja revelar, priorizando as informações, ou as ‘pistas’ contidas nas ‘entrelinhas’ do mesmo, sem perder a perspectiva do contexto histórico e do momento cultural responsável, em parte, pela forma e pelo conteúdo assumido pelo documento (ALBUQUERQUE & KLEIN, 1987: 298).

As possibilidades de manipulação antes e depois da realização do registro, como o arranjo da cena a ser fotografada e, em certos momentos, a trucagem feita no laboratório, forjando assim o real segundo interesses específicos, bem como a visão de mundo do fotógrafo levando à construção de um sentido, são pontos sempre levantados com relação à objetividade da imagem fotográfica. De acordo com BURKE (2001:13) existe um descompasso entre a heurística do documento textual e a do documento fotográfico, e aponta a necessidade de técnicas de “crítica à fonte”.

A utilização de imagens fotográficas em pesquisas históricas e nas ciências sociais, ainda que reconhecida, continua suscitando polêmica, em decorrência das diferentes posições defendidas pelos críticos e teóricos da fotografia e de sua pertinência enquanto documento histórico, envolvendo o que se convencionou chamar de "invisibilidade do visual" (BURKE, 2004:12).

Pensar a utilização de fotografias em pesquisas históricas no campo da Educação foi possível através do caminho aberto por VIDAL & ABDALA (2007). Para as autoras, a incorporação de fotografias em trabalhos de educação deve superar o caráter meramente ilustrativo e “atentar para as estratégias construtivas da imagem registrada” Para tanto, as autoras acima mencionadas trabalharam com a análise e interpretação das fotografias sobre a reforma de Instrução Pública do Distrito Federal de 1927, empreendida pelo educador Fernando de Azevedo (1927-1930).

Tentamos, assim, aplicar o modelo indiciário sistematizado por GINZBURG (2001:143-79), no qual os detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade. Ainda segundo o autor, são esses detalhes

que podem dar acesso a rede de significados sociais e psicológicos profundos, inacessíveis por meio de outros métodos.

O objetivo deste trabalho (anotações de pesquisa) é explorar as potencialidades da fotografia como fonte histórica para a pesquisa em História da Educação em Goiás através da Revista *A Informação Goyana*, no período compreendido entre 1917 e 1935. A delimitação do período justifica-se pela produção e circulação do referido período na então Capital Federal. A data final foi o último ano da revista que, após a morte de Henrique Silva, não mais foi editada pela “colônia Goyana” no Rio de Janeiro.

O *corpus* documental pesquisado constitui-se de um conjunto de treze fotografias veiculadas e, portanto, consumidas pelos editores e leitores da Revista *A Informação Goyana* durante o período acima delimitado.

Na pesquisa em História utilizando como fonte a fotografia cabe ao historiador ou a qualquer outro pesquisador das Ciências Humanas a formulação da pergunta. De posse desta cabe ao investigador partir para a seleção e análise de seu *corpus* fotográfico. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é responder a seguinte pergunta: que imagem a Revista deseja passar sobre a Educação em Goiás?

O trabalho com fontes imagéticas impõe-se algumas limitações. A primeira diz respeito à identificação dos fotógrafos. Em nossa pesquisa não foi possível, em sua maioria, identificar o produtor da imagem. Em alguns casos encontramos referências e quando assim, dizia respeito a fotógrafos amadores. O segundo obstáculo interposto ao trabalho foi à questão da legenda. Dessa forma, algumas fotografias apareceram apenas como ilustração na Revista, ou seja, não recebendo por parte dos editores maiores comentários.

2. O ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Philippe DUBOIS (1993) estabelece em termos retrospectivos três pontos de vista bastante distintos sobre o problema: o primeiro envolvendo o discurso da *mimese*, isto é, a fotografia como espelho do real; o segundo como sendo o discurso do código e da desconstrução, isto é, a fotografia como transformação do real; e o terceiro, o discurso do índice, isto é, a fotografia como traço de um real.³

³ Esses pontos são resumidamente apresentados da seguinte forma: 1) Da primeira posição vê-se na foto uma reprodução mimética do real; verossimilhança: as noções de similaridade e de realidade, de verdade e de autenticidade recobrem-se e sobrepõe-se exatamente segundo essa perspectiva; a foto é concebida como espelho do mundo, é um ícone no sentido de Ch. S. Pierce. 2) A segunda atitude consiste em denunciar essa faculdade da imagem de se fazer cópia exata do real. Qualquer imagem é analisada como uma interpretação-transformação do

Miriam Moreira LEITE (2001: 23) indica que há pelo menos duas diferentes tendências historiográficas, uma que considera as imagens como uma leitura fácil e direta e outra que a consideram tal qual o documento escrito, ou seja, que “são representações que aguardam um leitor que as decifre”. Assim, é nesse sentido que a autora se indaga diante da fotografia e dessa forma relembra e contesta a célebre frase de Roland Barthes: “Até que ponto uma imagem vale mais de mil palavras”. Crítica da posição segundo o qual a fotografia daria acesso direto a realidade, a autora nos acautela contra o “realismo fotográfico”. Ainda de acordo com a autora, “a fotografia pode ser uma reprodução de um recorte de alguma coisa existente, mas frequentemente é mais a reprodução do que o retratado e o fotografo quiseram que ela fosse” (p. 143-44). Portanto, recomenda-se que, da mesma forma como se avaliam os documentos verbais, as fotos sejam compreendidas através da apreciação de suas mensagens.

A fotografia, nesse sentido, pode funcionar como “testemunha ocular” (BURKE, 2004), pois que atesta a existência de uma realidade; porém, por si só, não lhe atribui sentido, o qual precisa ser buscado em outras referências que dêem conta do seu contexto.

A busca pela existência de uma realidade ou mesmo da então objetividade histórico-fotográfica impõe ao pesquisador a necessidade de enquadrar a imagem considerada num quadro maior de referências. Estas, por sua vez, devem considerar alguns elementos importantes na análise e interpretação de fotografias.

Tal questão é levantada e explicitada por LISSOVSKY. Segundo o autor, “no processo de produção da fotografia tem-se que combinar três elementos: conteúdo da imagem, o fotografo e a tecnologia utilizada”. No que diz respeito ao conteúdo da fotografia, o autor acima citado também observa que,

a primeira coisa a mostrar em relação ao conteúdo da fotografia é o momento histórico que ele está retratando: fazer um movimento em direção ao contexto da imagem (...) Há outro tipo de movimento de aproximação de conteúdo, o que é de comparação daquela foto que interessa com outras fotografias que tenham relação com ela (apud ALBUQUERQUE & KLEIN, 1987: 298).

real, como uma formação arbitrária, cultural, ideológica e perceptualmente codificada. Segundo essa concepção, a imagem não pode representar o real empírico (cuja existência é, aliás, recolocada em questão pelo pressuposto sustentado por tal concepção: não haveria realidade fora dos discursos que falam dela), mas apenas uma espécie de realidade interna transcendente. A foto é aqui um conjunto de códigos, um símbolo nos termos peircianos. 3) Finalmente, a terceira maneira de abordar a questão do realismo em foto marca certo retorno ao referente, mas livre da obsessão do ilusionismo mimético. Essa referencialização da fotografia inscreve o meio no campo de uma pragmática irreduzível: a imagem foto torna-se inseparável de sua experiência referencial, do ato que funda. Sua realidade primordial nada diz além de uma afirmação de existência. A foto é, em primeiro lugar, índice. Só depois ela pode tornar-se parecida (ícone) e adquirir sentido (símbolo). DUBOIS (1998:53).

Para complementar as contribuições de LISSOVSKY para a metodologia de utilização de fotografias como fonte histórica devemos lembrar ainda suas reflexões sobre objeto e espaço (temas esses posteriormente tratados com maior rigor por MAUAD, 1996). Ainda de acordo do autor acima, temos:

O sujeito, quanto olha a fotografia, estabelece uma ponte entre aquele momento e o espaço que está na imagem e o momento que ele está vivendo. Como a distribuição dos objetos no espaço não é gratuita, tudo se posiciona no espaço, devendo serem levadas em consideração as relações entre os objetos. A orientação dos corpos também não é gratuita, eles traduzem orientações: linhas de autoridade, de subordinação, de hierarquia, de disciplina (...). A explicação espacial da cultura, da política, das relações sociais pode ser percebida (apud ALBUQUERQUE & KLEIN, 1987:299).

Para CARDOSO & MAUAD (1997:405), a fotografia pode ser *materialização da experiência vivida, doce lembrança do passado, memória de uma trajetória de vida, flagrantes sensacionais, ou ainda, mensagens codificada em signos. Tudo isso, ou nada disso, a fotografia pode ser.*

Assim, ao decidir trabalhar com fotografias, os autores acima citados colocam um desafio ao historiador:

Como chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico. Tal desafio impõe-lhe a tarefa de desvendar uma intrincada rede de significações, cujos elementos – homens e signos – interagem dialeticamente na composição da realidade. Uma realidade que se formula a partir do trabalho de homens como produtores e consumidores de signos; um trabalho cultural, cuja compreensão é fundamental para se operar sobre esta mesma realidade. (Idem).

Portanto, ao historiador que decide utilizar imagens num trabalho de história deve ter a preocupação em se chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico. O primeiro passo consiste em perceber as relações entre signo e imagem, ou seja, os aspectos da mensagem que a imagem fotográfica elabora. O segundo procedimento de análise consiste em inserir a fotografia no panorama cultural, no qual a mesma foi produzida, e entende-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo. (Idem: 406).

Desse modo, a intercalação e o entrecruzamento de fontes se tornam de fundamental importância na construção de um quadro de referências mais amplo para se compreender o sentido do conteúdo das imagens, a fim de que elas adquiram um sentido não em si, mas em seu contexto.

Em outro artigo, MAUAD (1996) nos explicita mais detalhadamente suas diretrizes teórico-metodológicas. Assim, tanto em seu trabalho em parceria com o professor

Ciro Flamarion Cardoso quanto esse último, a autora evidencia a melhor forma de se trabalhar com as imagens fotográficas, e que a mesma chama de “metodologia histórico-semiótica”. Assim MAUAD (1996) salienta que

a fotografia deve ser concebida como uma mensagem que se organiza a partir de dois segmentos: expressão e conteúdo. O primeiro envolve escolhas técnicas e estéticas, tais como enquadramento, iluminação, definição da imagem, contraste, cor, etc. Já o segundo é determinado pelo conjunto de pessoas, objetos, lugares e vivências que compõem a fotografia.

Os trabalhos da autora acima foram profundamente influenciados pelos estudos fotográficos oriundos do campo da Semiótica. Assim os conceitos de cultura e ideologia, nessa perspectiva, são salientados em seus trabalhos.

Em trabalho recente, CIAVATTA (2002) considera a fotografia, antes de tudo, como mediação e produto das relações técnicas, sociais e culturais. A historiadora destaca que as contribuições semióticas permitiram analisar a fotografia em seus aspectos de produção e interpretação de sentidos, sendo o conceito de ideologia fundamental para esses autores. Dessa forma, a ideologia, enquanto um campo semântico é constituído por uma determinada organização e visão de mundo e o discurso, inclusive aquele da imagem fotográfica, carrega marcas dos sistemas que o gerou (Idem: 52).

Ainda de acordo com a autora acima, essa visão semiótica permitiu também considerar a fotografia com um texto cultural, cujo autor é o fotógrafo, enfatizando-se que para a sua análise é necessário recorrer a outros textos culturais complementares como biografias, correspondências, memórias e relatos orais, que nos permitam recriar não só o mundo onde a fotografia foi produzida, mas também a interpretação que as pessoas desse mundo faziam sobre ele. A intertextualidade se fixa, nessa corrente teórica como um método que permite captar “as múltiplas relações que produzem cada fotografia, que dão seu sentido histórico e os significados que colhemos ao contemplá-las” (Idem: 76).

Assim, da História das Mentalidades, CIAVATTA privilegia os aportes teóricos de Jacques Le Goff, que enfatizou a importância de se pesquisar as intencionalidades do autor da fotografia e o papel central das imagens fotográficas no conjunto mais amplo das construções ideológicas de um dado momento. De Carlo Ginzburg vem a contribuição do método indiciário, que se dedica ao estudo de vestígios marginais, mas reveladores para que possamos rastrear e decifrar uma realidade, que na sua totalidade é sempre opaca.

Por outro lado, SCHAEFFER (apud LEITE {1993} num sentido mais amplo, busca analisar a utilização de fotografias nas Ciências Sociais no campo do *representamen*,

naquilo em que o signo possa representar o objeto ou dele dizer alguma coisa. Ainda de acordo com o mesmo autor, "para que um signo possa nos transmitir as informações que ele veicula, é sempre necessário que intervenha um conhecimento lateral já formado que permita inserir o signo que 'sobrevém' em um conjunto de estímulos e conhecimentos organizados". Esse "conhecimento lateral" é bastante variável, podendo ser tanto de estímulos sensoriais preservados na memória, quanto também representações ou conhecimentos mais abstratos com relação a esses estímulos, ou até um conhecimento mais apurado em relação ao contexto do objeto retido na imagem.

As fotografias, quando utilizadas como recordação, são um bom exemplo de intervenção necessária do conhecimento lateral. A esse respeito, SCHAEFFER (1996:50) esclarece que,

A existência do que é conhecido como a "foto de recordação", assim como a utilização da imagem fotográfica para se recordar dos acontecimentos levam-nos a salientar a importância do conhecimento lateral no funcionamento da imagem como signo referencial identificante. A questão é saber em que condições a informação referencial virtualmente transmitida por uma imagem pode ser "tratada" pelo receptor, isto é, pode gerar determinadas identificações.

Outra ordem de problemas com relação ao uso de imagens fotográficas diz respeito à sua objetividade e ao papel do receptor ou observador da imagem quanto à intencionalidade do fotógrafo. Sabe-se, neste último caso, que essa possibilidade é totalmente subvertida pelo próprio caráter da fotografia, que permite uma espécie de transcendência do dado icônico e às vezes leituras outras do observador que em nada se vinculam ao ponto de vista ou à intencionalidade do fotógrafo ou daqueles a quem a fotografia fora encomendada. Tal aspecto é constatado na seguinte observação feita pelo autor acima citado:

Se é verdade que, em seu conteúdo icônico, toda imagem fotográfica constitui um ponto de vista específico sobre um campo fenomênico, também é certo que a recepção dessa imagem transcende o dado icônico segundo as "inclinações" culturais e idiossincráticas que escapam a qualquer controle por parte do emissor postulado: não podemos neutralizar a espacialidade específica do ponto de vista. (p. 67)

Essa recepção da imagem como campo perceptivo não é, segundo o mesmo autor, a recepção da mensagem em si, *mas da visão eventualmente correspondente a um olhar motivador*. Em termos da objetividade da imagem fotográfica, a questão que se coloca é ainda mais controversa, pois diz respeito antes de tudo ao conhecimento do *arché* fotográfico. Tal conhecimento ou reconhecimento implica o fato de a imagem fotográfica ser de certa forma

auto-autentificadora, e de ser essa característica compatível com identificações e interpretações diversas, às vezes totalmente equivocadas, em relação ao impregnante.

Para Schaeffer, tais equívocos muitas vezes são intencionais e se prestam a formas variadas de manipulação. A denúncia da falta de "objetividade" da imagem fotográfica foi feita por Gisèle Freud, a partir da sua experiência de jornalista: fotografias suas, tiradas dos *Instantâneos da Bolsa de Paris*, foram veiculadas na imprensa europeia em manchetes que ora as utilizavam para destacar certa euforia do mercado, como por exemplo *As ações alcançaram preços fabulosos*, ora para impressionar de forma alarmista a iminência de catástrofe, com destaques do tipo *Pânico na Bolsa de Paris, perdem-se fortunas, milhares de pessoas arruinadas*. O que se observa nesse caso, e que levou à decepção de Gisèle Freud acerca da objetividade da imagem fotográfica, nada mais é que uma enorme confusão entre a imagem e a interpretação identificante (isto é, o conhecimento lateral), o que, nos termos de Schaeffer, produziu uma falta de diferenciação entre o ato interpretativo do fotógrafo e o do receptor. Nesse caso, o que levou ao engano não foi obra da imagem em si, mas do intérprete, que se enganou ou visou enganar outro intérprete. De modo mais distintivo, Schaeffer esclarece que,

Se o conhecimento e o objetivo podem, com efeito, motivar a tomada da impressão, mesmo assim jamais são transferidos na imagem: esta não é sua "ilustração" nem sua "codificação comunicacional". O interpretante, mesmo se quisesse, não conseguiria "reencontrar" o conhecimento lateral e a intencionalidade do fotógrafo, não importa quanto se esforçasse para perscrutar a imagem. O conhecimento do estado do fato impresso lhe deve ser fornecido por acréscimo (ao lado da imagem), se já não dispuser dele desde o início. Quanto à intencionalidade, a menos que seja codificada por estereótipos visuais ou comunicada verbalmente, ocasiona tão-somente uma reconstrução hipotética a partir do contexto de recepção (Ibid, p. 62).

Então esse poder auto-identificador da imagem fotográfica não deve ser atribuído à função da imagem, mas sim a uma função do conhecimento e reconhecimento do seu *arché*, que diz respeito ao estatuto da informação analógica e não à sua interpretação. É desse modo que o fotógrafo capta a imagem motivadora espontaneamente, e o receptor identifica a imagem com sua interpretação receptiva, sem que haja necessariamente qualquer relação interpretativa entre produtor e receptor. Tal acomodação é quebrada quando se estabelece um *feedback*; aí se percebe o distanciamento interpretativo, posto que é impossível (pelo menos em sua quase totalidade) que a imagem consiga transmitir a constelação motivadora do fotógrafo.

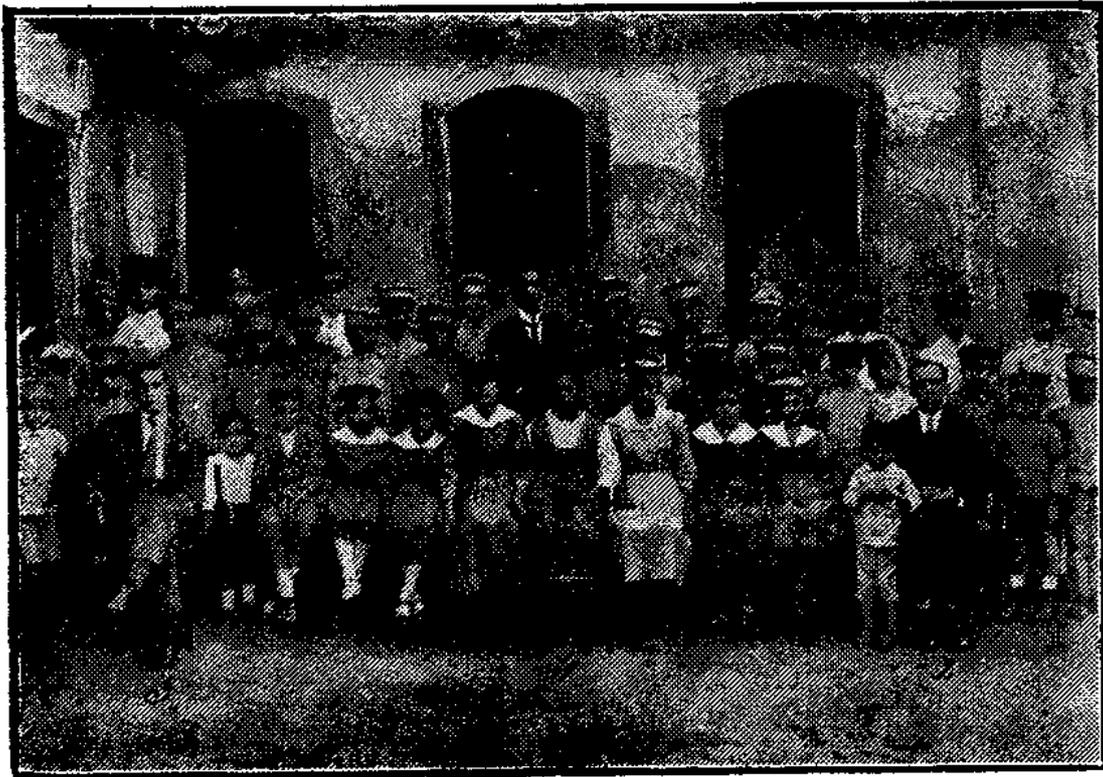
3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS

No que tange às fotografias consumidas e circuladas na Revista *A Informação Goyana* durante o período em questão podemos perceber o respeito à caracterização efetuada por OLIVEIRA JÚNIOR (1994) do caráter documental e oficial do trabalho fotográfico. Em sua maioria, obedeciam ao enquadramento frontal. Eram compostas na sua maioria horizontalmente e buscavam fixar o plano de conjunto, ou seja, do grupo social representado na fotografia. A ênfase recaía sobre ambientes abertos (a frente da escola, a fachada escolar, o pátio) e cenas com pessoas.

Estes primados são observáveis na foto abaixo (**FOTOGRAFIA 1**), que registra um grupo de alunos (não identificados pela reportagem) e seus professores e diretor na escola o ATHENEU GOYANO, publicada na Revista em julho de 1921.

O enquadramento privilegia a frontalidade. O diretor da instituição escolar foi posicionado de maneira a ocupar o lugar central na fotografia. Tanto o corpo quanto a cabeça dos fotografados estão na direção do fotógrafo, reforçando, dessa maneira, a representação da fotografia como um documento. O equilíbrio da composição é assegurado pela ordenação dos sexos: meninas na frente e sentadas, ladeadas por dois outros professores e os meninos, atrás e em pé.

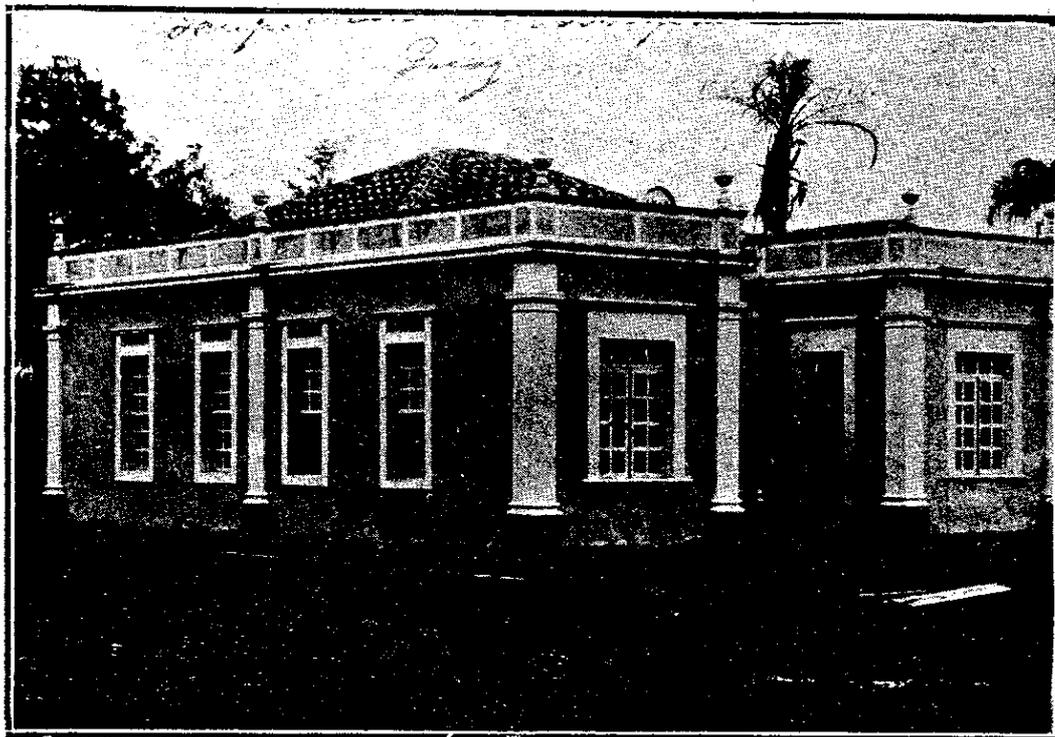
Equilíbrio este também manifestado através da postura sempre formal e distante dos professores em relação aos alunos e as crianças. Nesse conjunto de fotos percebemos o caráter oficial, o qual nos remete à disciplina dos alunos, enfileirados ou dispostos sobre estrados, nos quais se deixam fotografar como mais uma das exigências de sua subordinação às exigências escolares.



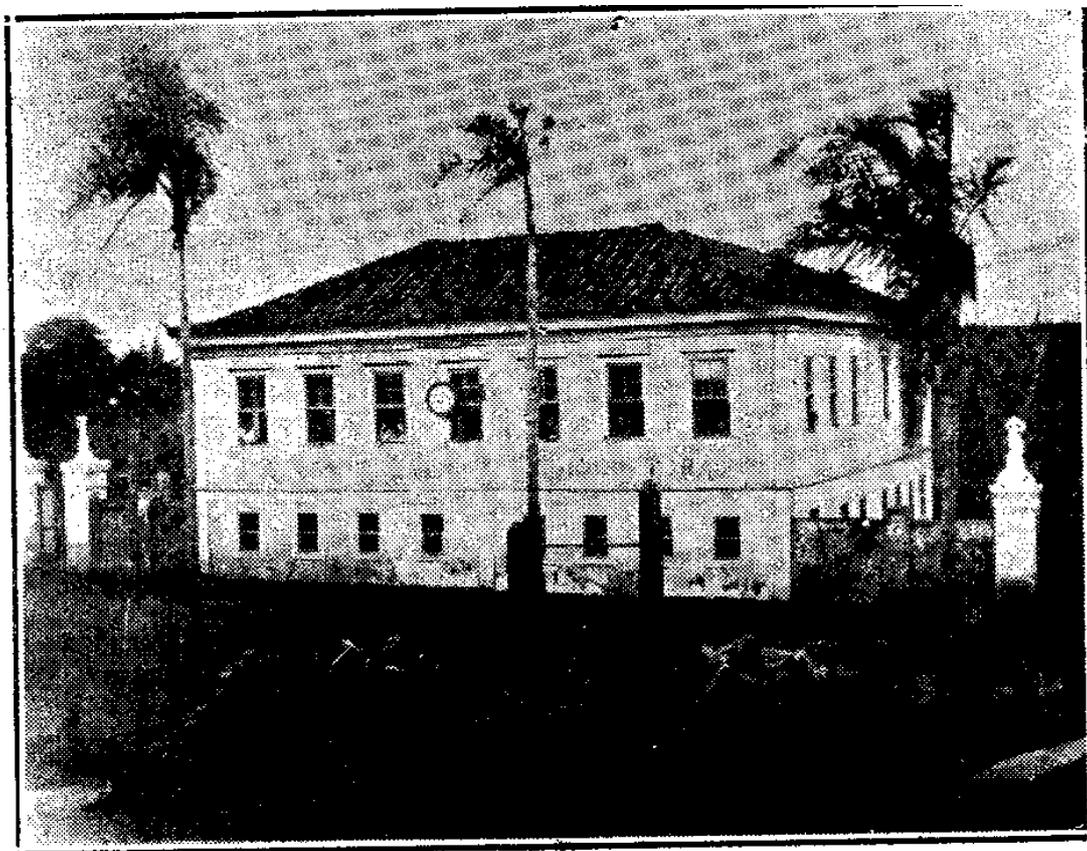
FOTOGRAFIA 1. Alunos e professores do grupo escolar ATHENEU GOYANO. Revista *A Informação Goyana*, Anno V. Rio de Janeiro, julho de 1921. vol. IV, n. 12.

Em contrapartida, temos também um conjunto de fotografias que acentuam os prédios escolares, exaltando sua beleza, equilíbrio e racionalidade, em outras palavras, registrar a arquitetura dos novos palácios da instrução. Nesses casos, o plano é, em geral, de conjunto, enquanto o enquadramento foge da centralidade, procurando na lateralidade sua forma de expressão.

As fotos dessa categoria privilegiam ambientes externos, principalmente as fachadas e as laterais dos prédios escolares e nunca comportam pessoas. As fotografias a seguir (FOTOGRAFIAS 2 e 3) são significativas para o entendimento destas opções. A primeira foto foi publicada na Revista *A Informação Goyana* em janeiro de 1920, focalizando o Grupo Escolar de Bomfim. Já a segunda fotografia foi publicada em julho de 1926, a qual registra o Ginásio e Escola Prática de Agricultura de Rio Verde.



FOTOGRAFIA 2. Grupo Escolar de Bomfim. Revista A Informação Goyana. Anno IV. Rio de Janeiro. Janeiro de 1920, vol. III, n. 06.

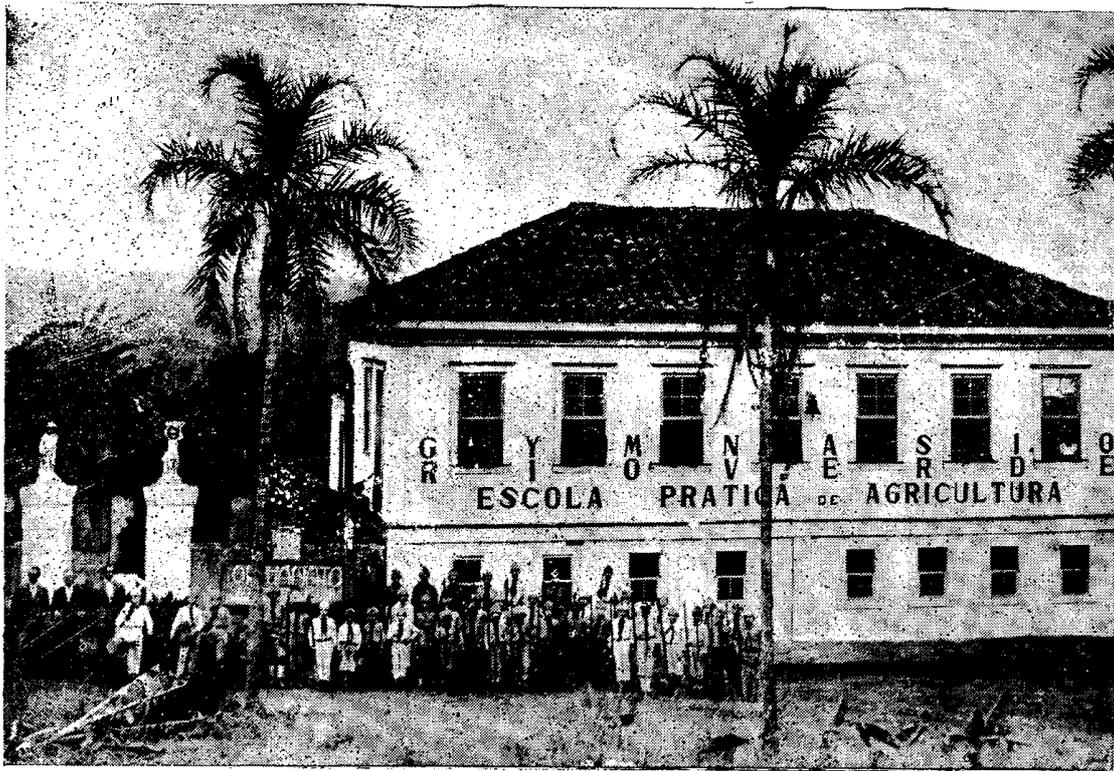


FOTOGRAFIA 3. Ginásio e Escola Prática de Agricultura de Rio Verde, Revista A Informação Goyana. Anno IX. Rio de Janeiro. Julho de 1926, vol. IX, n. 12.

A primeira fotografia (2) da construção escolar é paradigmática na medida em que vemos tanto a manipulação na construção da imagem quanto na forma de veiculação da mesma. Como de praxe não identificamos o autor da fotografia bem como a mesma aparece na Revista mais como uma imagem publicitária da educação em Goiás, cuja legenda temos: “Grupo escolar de Bomfim. É o mais moderno e sem duvida o melhor que o Estado possui (sic)”.

A terceira distinção que pode ser operada na identificação do conjunto fotográfico refere-se a sua temática. Enquanto por um lado temos um registro fotográfico atento a poses de alunos e professores, por outro, temos os registros concernentes aos edifícios escolares construídos nesse período de renovação da imagem do Estado de Goiás. Se as primeiras fotografias exibiam crianças, professores e, em certas ocasiões, representantes das autoridades locais, as segundas realçam aspectos construtivos, valorizando a arquitetura desses palácios da instrução.

A fotografia acima (3) e a fotografia abaixo (4) as duas estéticas podem ser comparadas. Publicadas respectivamente em julho de 1926 e novembro de 1928. Atentemos apenas para a fotografia abaixo. Curiosamente há uma contradição entre a legenda publicada pela Revista e a identificação da escola. De acordo com o período a imagem representada trata-se da Escola Prática de Agricultura de Jataí. No entanto, o próprio fotógrafo, ao privilegiar um determinado enquadramento nos fornece as pistas do local dessa escola. Assim, não se trata da escola de Jataí e sim da Escola Prática de Rio Verde tal como podemos visualizar no letreiro estampado na fachada principal da instituição escolar. Esse caso inverte a importância da legenda, na medida em que o conteúdo da legenda é a primeira pista ao reconhecimento do assunto fotografado.



FOTOGRAFIA 4. Escola Prática de Agricultura de Rio Verde, Revista A Informação Goyana. Anno XII. Rio de Janeiro, julho de 1928, vol. XI, n. 4.

As duas fotos registram o mesmo local e publicada na Revista em questão guardam diferenças de expressão e composição, que refletem objetivos e escolhas dos autores. O primeiro aspecto a ser destacado é que, na fotografia de 1921, há a presença de alunos, ao contrário da de 1928, na qual não existem pessoas. Dessa forma, tanto o autor da fotografia quanto o uso da imagem pela revista naquele ano apontam o intuito de valorização dos elementos arquitetônicos do prédio escolar.

4. O CIRCUITO SOCIAL DA FOTOGRAFIA

A veiculação de dois conjuntos fotográficos aponta para uma questão: qual era a intenção da Revista *A Informação Goyana* em veicular determinadas imagens sobre a educação em Goiás?

Nesse aspecto vamos compactuar com VIDAL & ABDILA (2007) sobre o consumo de imagens. De acordo com as autoras, “atentar para as maneiras como as fotografias produzidas foram veiculadas parece esclarecedor”. Mais uma vez recorremos a

uma citação das autoras acima mencionadas, acolhendo a lição de Jacques Aumont, presente na epígrafe do presente trabalho:

a produção de imagens jamais é gratuita, e, desde sempre, as imagens foram fabricadas para determinados usos, individuais ou coletivo. Uma das primeiras respostas à nossa questão passa, pois por outra questão: para que servem as imagens (para que queremos que elas sirvam)?

Os registros fotográficos veiculados na Revista *A Informação Goyana* tinham como função de exaltar e consagrar principalmente a realização do projeto modernizador da arquitetura escolar, ou seja, que tanto a educação quanto seus edifícios estavam em sintonia com os últimos acontecimentos da Capital Federal seja da Belle Èpoque seja da reforma empreendida por Fernando de Azevedo entre 1927-1930.

No geral, compostas de poses elaboradas para permanecer na memória do grupo e perpetuar a imagem que o grupo gostaria preservar para o futuro. Assim as fotografias sobre a educação em Goiás foram cuidadosamente escolhidas pelos dirigentes da Revista, principalmente na figura de seu criador e fundador Henrique Silva, ansioso em representar tanto para a elite carioca quanto para a elite da “colônia goyana” na capital federal as realizações nesse campo. Há que se notar que em alguns casos aparece a fotografia juntamente com textos escritos por colaboradores da Revista, tais como: o próprio Henrique Silva, Victor de Carvalho Ramos, A. Euzébio entre outros. As fotografias veiculadas na Revista *A Informação Goyana* foram produto do esforço em construir e divulgar uma representação positiva da reforma educacional.

As fotografias disseminadas na Revista nem sempre atendiam aos interesses de seus idealizadores e da elite goiana presente no Rio de Janeiro. Uma mesma imagem poderia servir para ilustrar a modernidade ou a simplicidade das instalações educacionais.

As fotografias veiculadas na *A Informação Goyana* devem ser analisadas e interpretadas com atenção, pois a revista não dispunha de fotógrafos próprios e dessa maneira apropriava-se de imagens feitas por particulares e pelos poderes públicos, como podemos constatar em algumas legendas e textos. Isso se constitui numa limitação metodológica para o trabalho do pesquisador. Em muitos casos, não havia uma relação entre o texto no qual a imagem estava inserida e o conteúdo fotográfico. Tais limitações são históricas na medida em que no período pesquisado os meios de comunicação desconheciam a idéia de fotojornalismo, e dessa forma, a fotografia era mais um apêndice do texto, sem apresentar um ponto de vista próprio dos acontecimentos relatados (VIDAL & ABDILA, 2007).

Distribuída no Rio de Janeiro e também no exterior, servia como testemunho dos progressos da instrução pública e particular. Com elaboração controlada por Henrique Silva e veiculação restrita a uma camada elitizada e à permuta a congêneres no país e no exterior, a revista oficial das potencialidades do Brasil Central, escolhia a imagem que pretendia compor da reforma educativa em implantação, almejando, com isso, angariar apoio de seus principais vetores – o empresariado carioca, o professorado da capital da República – e o reconhecimento de educadores nacionais e internacionais. Para se ter apenas uma idéia de sua difusão, a revista era distribuída nas principais embaixadas da América do Sul, Estados Unidos e Japão.

5. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A preocupação em entrelaçar a análise dos elementos internos e externos da fotografia ao estudo de um momento histórico determinado, fez-nos perceber os vários modos como a imagem fotográfica foi apropriada pela Revista na estratégia de difusão dos ideais e propostas renovadoras para o Brasil Central, particularmente, o Estado de Goiás.

Tomar as fotografias como fonte e como objeto de pesquisa, como no caso do presente trabalho, implicou em reconhecer sua produção na confluência de vários fatores: a subjetividade do fotógrafo, as determinações da agência de circulação e o momento social e histórico de sua materialização. As fotos oferecem-nos um fragmento selecionado e organizado daquilo que um determinado grupo social deseja preservar de si.

A empreitada foi particularmente interessante para a análise das fotografias sobre a construção de uma determinada imagem sobre a educação no Estado de Goiás. Nesse aspecto, constata-se a utilização de fotografias como uma espécie de prova documental dos melhoramentos no campo da educação.

Nesse percurso fotográfico, evidencia-se um “olhar de cima” sobre o mundo escolar, ou numa perspectiva foucaultiana, nessas “instituições de seqüestro”, cristalizada no tempo e na memória.

Constatamos também que as fotografias veiculadas na Revista *A Informação Goyana* possuía um caráter de exaltação das características estéticas, o equilíbrio e a racionalidade dos novos prédios públicos. Era muito mais do que apenas documentar. Dessa forma, é que reforçamos durante o trabalho a consideração da fotografia não apenas como imagem documento, mas também como imagem monumento.

A despeito das dificuldades inerentes ao trabalho com fotografias tanto como fonte documental quanto objeto de investigação, o campo é pleno de possibilidades. A Revista em questão também se mostrou aberta de possibilidades nessa área. Assim como já dizia em seu frontispício, sempre bem ilustrada, merecendo com isso um melhor tratamento futuro, problematizando os objetivos dessas fotografias na construção de uma nova imagem sobre as terras e o “sertão” do Brasil Central.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A *Informação Goyana*. Revista mensal, ilustrada e informativa das possibilidades econômicas do Brasil Central. Anno V, Rio de Janeiro. Julho de 1921, vol. IV, n. 12.
- A *Informação Goyana*. Revista mensal, ilustrada e informativa das possibilidades econômicas do Brasil Central. Anno IV. Rio de Janeiro. Janeiro de 1920, vol. III, n. 06.
- A *Informação Goyana*. Revista mensal, ilustrada e informativa das possibilidades econômicas do Brasil Central. Anno IX. Rio de Janeiro. Julho de 1926, vol. IX, n. 12.
- A *Informação Goyana*. Revista mensal, ilustrada e informativa das possibilidades econômicas do Brasil Central. Anno XII. Rio de Janeiro. Novembro de 1928, vol. XII, n. 4.
- ALBUQUERQUE, Marli Brito M. e KLEIN, Lisabel Espeller. Pensando a fotografia como fonte histórica. *Cadernos de Saúde pública*, Rio de Janeiro, 3 (3): 305, jul/set., 1987.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BURKE, Peter. A Escola dos Annales. A Revolução Francesa na historiografia (1929-1989). São Paulo: Unesp, 1998.
- BURKE, Peter. Como confiar em fotografias. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais! 04/02/2001.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. História e Imagem. Bauru: Edusc, 2005.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica* (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papius, 1993
- FABRIS, Annateresa. Redefinindo o Conceito de Imagem. *Rev. bras. Hist.*, 1998, vol.18, no.35, p.217-224.

- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 143-79.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- MAUAD, Ana Maria. "Através da imagem: Fotografia e História - Interfaces". *Revista Tempo*. vol. I, n. 2, 1996, p. 73-98.
- MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da imagem*. A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 1990.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio Ribeiro. *Do reflexo à mediação. Um estudo da expressão fotográfica e da obra de Augusto Malta*. Dissertação de Mestrado (Multimeios). Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- SCHAEFFER, Jean -Marie. *A Imagem Precária*. Campinas: Papirus, 1996.
- VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. *A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa*. 2007.

A ESCRITA DA HISTÓRIA E O OFÍCIO DO HISTORIADOR: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO HISTÓRIA/MEMÓRIA

Kamilly Barros de Abreu Silva*

Resumo: A preocupação expressa com os fundamentos da escrita histórica, supondo-os elemento central para pensar o conhecimento produzido e suas conseqüências, é dever fundamental do historiador e submete sua prática a um comprometimento ético-político. Quando se relaciona história e memória, assumir um posicionamento político torna-se ainda mais relevante. Desnudar o lugar desta escrita que envolve elementos tão poderosos e refazer seu percurso impõe-se como condição para devolver à história sua capacidade crítica como conhecimento. Trata-se de assumir a escrita como uma operação, que aciona procedimentos e procede a escolhas, pondo em disputa visões e significações para o passado. Reconhecer as tensões entre memória e história torna-se, assim, forma de auto-reflexão sobre a própria história.

Palavras-chave: escrita da história, memória, historiador.

Abstract: The explicit concern about the fundamentals of the historical writing, considering them as a central element to reflect about the produced knowledge and its consequences, is a fundamental duty to the historian and submits ones practice to an ethical-political commitment. When history and memory are related, assuming a political position is even more relevant. Exposing the place of this writing that involves such powerful elements and retaking its path becomes condition to give back to History its critical capacity as knowledge. It is a question of assuming writing as an operation that carries procedures and choices and puts into dispute different visions and meanings for the past. Recognizing the tensions between memory and history mean, therefore, promoting History's self-reflection.

Key-words: historical writing, memory, historian.

Parto da defesa da necessidade de recuperar a noção da importância da assunção de um compromisso político por parte do historiador. Um compromisso que não seja político-partidário, mas político em seu sentido mais amplo: é preciso assumir responsabilidades. Responsabilidade pelo que se fala e pelo que se omite. A questão “para que serve a história?” precisa ser resgatada e colocada no cerne do debate historiográfico. Refletir sobre o fazer historiográfico e a escrita da história é a tarefa que considero mais importante em nosso

* Professora do Departamento de História do Campus Catalão/UFG. Mestre em História pela UFG.

ofício. A preocupação expressa com os fundamentos da escrita histórica, supondo-os elemento central para pensar o conhecimento produzido e suas conseqüências, é dever fundamental do historiador e submete sua prática a um comprometimento ético-político.

Creio que quando se relaciona história e memória, assumir um posicionamento político torna-se ainda mais relevante. Desnudar o lugar desta escrita que envolve elementos tão poderosos é expor suas fragilidades, suas possibilidades de fraudar, enganar, confirmar, revelar, produzir memórias falsas, resgatar memórias submersas. Refazer seu percurso impõe-se como condição para devolver à história sua capacidade crítica como conhecimento. É preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico. Ela não deve ser encarada apenas como a forma que reveste um conteúdo, mas como parte do esforço poético de produção de sentido, constitutivo do próprio ofício do historiador. Trata-se de assumir a escrita como uma operação, que aciona procedimentos e procede a escolhas, pondo em disputa visões e significações para o passado. Reconhecer as tensões entre memória e história é fundamental para a historicização da prática de nosso ofício. Refletir sobre a memória e sobre as diversas formas com que se relacionou à história, torna-se forma de auto-refletir sobre a própria história.

As relações construídas entre história e memória podem revelar muito do que a história pensa de si mesma. É preciso remexer na história da história para expor as diversas formas como se dão estas relações e, a partir daí, descartar as inúteis, resgatar as que se mantêm como legítimas ou ainda, a partir delas, criar outras.

Manoel Luiz Salgado Guimarães, em artigo intitulado *A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar*, publicado em 2003, discorre sobre as intrincadas relações tecidas entre memória e história presentes no momento de afirmação da disciplina numa disputa por se constituir em saber específico e particular e não apenas o conhecimento propedêutico que marcara até o século XIX seu lugar no cenário europeu. O nascimento da história como disciplina não pode ser dissociado de um projeto político em gestação, quando paralelamente à definição de métodos para a pesquisa histórica espera-se obter um sentido de orientação para o futuro, dando ao trabalho do historiador um papel central. História e memória estão articuladas estreitamente no processo de invenção das nações modernas. Da associação entre interesses nacionais e projeto científico nasceu uma poderosa cultura histórica, ainda a nos marcar coletivamente, e que viria afirmar e garantir a centralidade da história no processo de definição de sentidos. A integração do passado a partir de categorias como as de desenvolvimento e progresso poderia assegurar ao presente um sentido e um ponto de ancoragem, indicando os caminhos para o futuro. Esta cultura histórica

atreia inevitavelmente passado, presente e futuro, remetendo-nos para o passado como lugar de definição de um sentido original, razão explicativa da própria existência do presente.

A omissão ou descaso em relação aos pressupostos que viabilizam a escrita histórica parece supor a crença numa “história em si”, auto-evidente para os praticantes do ofício. Narrá-la decorreria da existência do passado como dado positivo, composto de fatos comprováveis e capazes de legitimar como verdadeiras as narrativas construídas a partir dele, num esforço de apresentá-la como narrativa fiel dos eventos passados, elidindo deste ato qualquer suposto de estar operando uma representação ou mesmo uma invenção.

Esta crença numa história que se confunde com o relato dos eventos passados, assegurando uma dose de naturalidade à tarefa de dar sentido às ações humanas, fez com que esse passado viesse habitar espaços preservados do exercício da crítica, construindo o que Guimarães chama de “memória disciplinar”.

A tarefa de desnaturalizar este olhar e questionar as condições de visibilidade que tornam o passado origem natural do presente exige um grande esforço, pois implica em repensar os traços narcísicos que marcaram a constituição da disciplina e quebrar o espelho que parecia refletir um passado clara e objetivamente localizável a partir de um jogo de reflexos e projeções do presente. O esforço é ainda maior em virtude da associação história/identidade, sempre presente no exercício do ofício de historiador, num procedimento em que muitas vezes essas identidades foram naturalizadas e a história serviu como respaldo e legitimação para encontrar em tempos remotos as “provas” necessárias que sustentariam uma memória acerca de identidades de construção recente. Identidades que pareciam encontrar através da história seu porto seguro e sua plena justificação, encobrando seu penoso processo de invenção, que como parte da experiência humana só pode ter história. Reafirmar este ego do presente, que se perderia em tempos imemoriais do passado, foi certamente uma das tarefas políticas centrais da história disciplinar. Aprendemos com a história a construir identidades pelo viés da semelhança, reencontrando-nos sempre ao longo do passado visitado.

Espaço de experiência e horizonte de expectativa, para usar as imagens de Koselleck, articulam-se na constituição da cultura história oitocentista, inaugurando uma forma de conceber o passado que curiosamente parece encobrir os mecanismos desta imaginação produtiva que o tornou ao mesmo tempo objeto de paixão e conhecimento para as sociedades do dezenove. Como parte de uma “mudança civilizadora”, a história concebida como atitude de encadeamento sistemático dos eventos passados e presentes, viabiliza ao presente um significado para um passado não vivido, desconhecido e por isto ameaçador em sua diferença e intangibilidade. Ao constituir o passado como projeção do presente e desejo de futuro, a

história é capaz de disciplinar este passado segundo os sentidos importantes para o presente em construção, conjurando incertezas e dúvidas próprias de um mundo vivendo em meio a um turbilhão de mudanças. Um novo espaço de experiência irá viabilizar uma percepção diversa do passado, não mais como modelo, cópia a ser imitada, mas como explicação da vida presente. “Domesticar e disciplinar como sinônimos de civilizar, com esta marca nasce nosso moderno sentido de história presente em sua forma disciplinar” (GUIMARÃES, 2003: 18). A história, como narrativa coerente e interligada dos eventos passados, poderia fornecer uma chave explicativa para o conjunto de transformações, marcando-lhes um sentido, já que faltavam elementos de comparação para este conjunto de experiências vivenciadas como ímpares. As incertezas do novo são domesticadas pelas certezas fornecidas pela história, agora capaz de significar de uma maneira positiva as experiências não vividas, principalmente pela afirmação do progresso como sentido maior da história dos homens, capaz de positivar as transformações no sentido de fazê-las desejáveis. Frente aos desafios postos pela aventura da modernidade, colocam-se as pretensas certezas da história asseguradas pelo seu aparato disciplinar.

Esta produção de sentido engendrada pela história, que naturaliza seus procedimentos e práticas e a própria relação com o tempo, pôde manter-se enquanto conseguiu fornecer respostas para um mundo em que a dúvida e a incerteza não podiam ser toleradas, em que era preciso domar um campo de experiência arredo para construir, no presente, um horizonte de expectativas minimamente controlável.

A partir do século XX, especialmente com a eclosão das guerras mundiais, as bases civilizatórias e premissas culturais que conferiam ao pensamento histórico sua peculiar configuração não podem mais sustentar-se. As experiências dominantes são críticas e traumáticas (RÜSEN, 2001); precisam ser desenvolvidos novos modos de criação de sentido histórico para enfrentar o caráter catastrófico deste novo tempo. A medida das vivências e seu questionamento constituem a ausência de medida que se tornou possível. A história é forçada a abrir espaço, no contexto constitutivo de seu pensamento, para o contra-senso como qualidade vivenciada, para a não narratividade de vivências traumáticas, para o trabalho com buracos negros que arrastam os fatos investigados para a rede de suas significações históricas. É preciso considerar a ausência de sentido das experiências, considerar a possibilidade do pensamento histórico não eliminar a falta de sentido, mas suportá-la e esforçar-se por se orientar em critérios de sentido. Visto que a memória sempre se manteve como fonte de sentido, é preciso ativá-la de forma renovada para dar conta de um mundo que não só coloca em xeque as estratégias existentes até então, mas as questiona de forma radical. Na tentativa

de se estabelecer uma ligação com o passado que assume necessariamente um novo caráter, de se reatar um elo com ele, surge uma nova cultura da memória.

Os inomináveis crimes possíveis em nosso tempo exigem mudanças no nível das categorias do pensamento histórico. Seguindo com Rüsen, penso que lembrar e narrar não podem ser simplesmente pressupostos como base antropológica do trabalho com a história, mas precisam ser repensados de forma meta-histórica; precisam ser reconhecidos como base também pelo trabalho historiográfico profissionalmente organizado. A oposição memória/história como prática cognitiva da pesquisa histórica deve ser abandonada e substituída pelo reconhecimento de uma complexa relação de constituição e condicionamento recíprocos. Lembrança constitui história. Sem as fontes de sentido da lembrança e suas práticas narrativas simbólica e lingüisticamente articuladas, os procedimentos teóricos e metodológicos do pensamento histórico ficariam sem base. Eles não estariam enraizados na vida, não teriam fontes de inspiração para questionamentos e interpretações e lhes faltariam ferramentas configuradoras de uma perspectivação histórica. A história, de sua parte, como campo do pensamento metodológico, pode influenciar a lembrança e, no mínimo, assume frente a ela uma função crítica que possibilita uma experiência de controle metodológico. É preciso recorrer a uma forma aberta da interpretação e da representação históricas, isto é, a admissão de que as perspectivas de interpretação utilizadas e as formas de representação dos resultados da pesquisa não conseguem dar conta dos fatos abordados, apontando para uma ruptura insanável na relação entre passado, presente e futuro.

Penso que uma atitude ético-política responsável exige que a história proceda criticamente, mas também que sustente uma postura crítica que não diminua ou anule a memória, apenas que tenha consciência de suas fronteiras. Uma postura que possa extrair o máximo das duas forças produtoras de sentido, com o intuito de situar o homem em sua angústia, oferecendo possibilidade de transformação, esperança no futuro. À luz desta responsabilidade, a historiografia é forçada a repensar sua frágil independência com relação à memória (mais especificamente com relação a uma *política da memória*). Não existe uma história neutra; nela a memória, enquanto uma categoria abertamente mais afetiva de relacionamento com o passado, intervém e determina em boa parte os seus caminhos. Refletir sobre as relações entre memória e história, a partir desta perspectiva, é tomar consciência deste suporte que a memória oferece, buscando balizar problemáticas que a historicizem sem anulá-la. Acredito que este movimento pode contribuir para uma auto-reflexão ainda mais profunda da história.

Referências bibliográficas:

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 9-24.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espacio de experiencia” y “horizonte de expectativa”. Dos categorías históricas. In: *Futuro pasado: Para una semántica de los tiempos históricos*. 1. ed. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1993.
- LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.
- RICOEUR, Paul. *História e Memória: A escritura da história e a representação do passado*. In *folio*.
- RÜSEN, Jörn. Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 2, n.1, p. 9-22, dez. 2001.
- SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 103-128, 2003.

Os Historiadores e os “Fazedores de História”:

Lugares e fazeres na produção da memória e do conhecimento histórico contemporâneo
- uma reflexão sobre a construção midiática

Sônia Maria de Meneses Silva¹

Resumo: Esse artigo analisa a produção do acontecimento histórico a partir da mídia, destacando a elaboração do conhecimento fora dos domínios dos historiadores por aqueles que aqui chamamos “fazedores de história”. Investigamos que tipos e formas de história são colocados em relevo nessa produção e como ela pode ajudar a construir um novo regime de historicidade na sociedade contemporânea.

Palavras Chaves: História, Mídia e Acontecimento Histórico.

Abstract: This article analyzes the production of the historical event from the media, detaching the elaboration of the knowledge is of the control of the historians for those we call "History Makers ". We investigate that types and forms of history are placed in relief in this production and as it can help to construct to a new regimen of historical idea in the contemporary society.

Keywords: History, Media and Event Historical

“O que *fabrica* o historiador quando ‘*faz história*’?” (Certeau: 1995; 17)

Iniciamos nosso artigo com essa pergunta capital feita por Michael de Certeau, contudo, mais que um questionamento, a interrogação traz em si uma afirmativa essencial: o historiador fabrica algo, ou seja, sua função principal é produzir, elaborar, construir. Essa questão certamente deixaria assombrado o historiador da escola metódica, mas é provável que mesmo hoje, intimamente, ainda incomode alguns historiadores. Com ela o autor pôs em destaque a ação do historiador na construção do conhecimento histórico, marcando assim, uma crítica contundente às proposições que tentaram reduzi-lo a dados exteriores à própria existência humana.

Tais considerações nos conduziram também à compreensão que nenhum acontecimento é significativo por si mesmo, não existe um valor intrínseco ou, um

¹ Doutoranda em História pela UFF, professora de teoria da História da Universidade Regional do Cariri-URCA e bolsista da FUNCAP.

sentido que conceda um significado isolado dos demais componentes. Na verdade, um acontecimento somente se torna histórico quando é construído enquanto tal e sua formulação é, eminentemente social, na medida em que conceituamos e elaboramos categorias de compreensão e explicação sobre ele, pois como bem nos lembra Mitre (2003; 19) é necessário que “saibamos assumir, a sério o esforço estruturante e seletivo sem o qual o relato torna-se um caos de impressões”.

Desta forma fato histórico é aquilo que se refere a um determinado evento humano, que se tornou objeto de apropriação e sistematização intelectual, social, cultural e temporal. Esta, por sua vez, é influenciada por valores, posições e interpretações numa constante construção de significados.

Isso significa que nem todos os acontecimentos humanos são históricos e, é exatamente a necessidade da existência desse “não histórico”, que ajuda a construir a memória histórica de uma sociedade, caso contrário, entraríamos numa espécie de mundo de Funes, o Memorioso², onde tudo é histórico e conseqüentemente nada o é.

Qualquer narrativa histórica representa o olhar de uma sociedade para seu passado num esforço de compreensão e de construção de significado a partir de questões ensejadas em seu presente. Na obra historiográfica efetiva-se, por assim dizer, relações culturais e sociais que nos servem para demonstrar ansiedades, expectativas e formulações efetuadas a partir de um patrimônio intelectual, cognitivo e pragmático.

Nesse complexo jogo de formulações, a história, entendida como prática humana de reflexão e ação sobre diversas temporalidades, pode ser efetivada em vários espaços: escola, família, grupos sociais, academia, recursos midiáticos, dentre outros.

No final do século XX vimos emergir com uma força surpreendente questões relacionadas à (re) elaboração de conceitos basilares da história. Inquietações ampliadas quando as diversas concepções de escrita da história trouxeram à tona um universo absolutamente novo e complexo de objetos e sujeitos históricos.

No meio desse embate, os lugares de história e de memória tornaram-se cada vez mais heterogêneos, sobretudo a luta pelo controle desses lugares, a começar pelos próprios processos de governabilidade contemporâneos. Não que a instrumentalização da história ou da memória pelo poder seja artifício recente, mas o que se percebe é que

² BORGES, Jorge Luis. **Prosa Completa**, Barcelona: Ed. Bruguera, 1979, vol. 1., pgs. 477-484.

há uma mudança considerável nesses usos, porque a própria idéia de futuro foi alterada como nos chama atenção, Brossat:

“Em cambio, la sensibilidad post-catastrófica está caracteriza por una profunda melancolia (...). El culto feroz de las singularidades nacionales, religiosas y étnicas es substituído por la ola universal de una humanidad desolada, incosolable, ante el recuerdo angustioso de los grandes desastres del siglo XX. (Brossat : 2000; 20)

Os grandes desastres dos quais fala o autor foram principalmente os acontecimentos tidos como emblemáticos no século XX: guerras, genocídios, ditaduras além do abandono de milhões de pessoas entregues à miséria absoluta nos continentes afro-asiáticos.

Nesses eventos há, inicialmente, dois elementos importantes a serem considerados: primeiro são acontecimentos midiáticos de “primeira grandeza”. A divulgação espetacular de eventos como guerras, desastres ambientais, massacres, dentre outros, acabou por estabelecer um elo de historicidade muito mais elástico entre povos e sociedades em várias partes do mundo, nesse caso, também houve um apelo inquestionável à sensibilidade e à comoção pública diante de tais eventos. Segundo, no momento de sua efetivação, tais acontecimentos emergem construídos a partir de uma narrativa que os delimita como marcos históricos representativos. Estes dois fatores parecem ter tornado tais acontecimentos objetos de luta mais intensos que outros, sobretudo, porque sobejam sobre eles disputas de identidades, reparações sociais e memórias traumáticas. Jelin (2000;3) nos lembra que;

“En el momento de actuar, estos conocimientos, que vienen de la memoria, se manifiestan como rutinas, casi siempre sin reflexión. Contrastan con las memorias narrativas inmersas en efectos y emociones –y es esto lo que las hace ‘memorables’, lo que las hace intersubjetivas y con vigencia en el presente”

A problemática em torno desses acontecimentos é ainda mais complexa, principalmente, quando falamos em termos da produção do conhecimento histórico, pois, se ao longo do século XX aprendemos que o fato histórico é construído em um dado lugar social, como realizarmos a crítica historiográfica sobre eventos que trazem um apelo social e ético tão forte quanto à necessidade de memória como é o caso dos que mencionamos acima? Como podemos então podemos considerá-los produto do trabalho de um historiador? Voltamos a uma questão capital que nos remete aos

dilemas ensejados no século XIX: Alguns acontecimentos colocam limites na interpretação do historiador?

O século da mídia, espetacularizou o fato, oferecido tal qual mercadoria em uma feira barulhenta. Pierre Nora (1995) argumenta que o acontecimento emerge amparado por uma grande rede de sistemas de comunicação, que coloca em evidência algo muito parecido com o ideário do fato positivista. Este acontecimento midiático se apresenta como o evento indomável “porque a redundância intrínseca ao sistema tende a produzir o sensacional, fabrica permanentemente o novo, alimenta uma fome de acontecimento”.

A apologia ao não esquecimento tornou-se a fuga para uma sociedade que esquece a si própria por não saber o que é importante lembrar. No meio desse conjunto de reais novos problemas, que muito optaram por definir como “crise da história”, uma constatação: a história se tornou um produto cobiçado, não somente de legitimação, mas mercadoria simbólica vendida em bancas de jornal. Produto que desencadeou a corrida de uma série de novos produtores, ou “fazedores” de História.

Nesse sentido, problematizamos uma questão premente em nossa época: o conhecimento histórico elaborado por não historiadores de ofício. Uma produção cambiante que está fora dos muros de nossas academias com o objetivo de pensar, a partir de outros lugares, a construção do próprio conhecimento histórico.

Se por um lado a história, enquanto prática acadêmica, alcançou um importante lugar de produção no século XX, por outro, assistimos à circulação de conteúdos históricos permeando, como uma complexa rede, vários aspectos de nosso cotidiano. Atualmente “esbarramos” com a história estampada em bancas de revista, canais de televisão, romances nas prateleiras das livrarias, em matérias de jornais.

Tudo isso nos demonstra uma dinâmica circularidade do conhecimento que há muito transpôs os domínios dos historiadores. Para alguns essa produção não é “História” ou, pelo menos, não se apresenta como um conhecimento de primeira grandeza como talvez seja aquele elaborado segundo as meticulosas possibilidades teórico-metodológicas formuladas em penosos anos de reflexão historiográfica.

Atualmente assistimos a um interesse quase obsessivo pelo passado, levando a uma verdadeira profusão de obras e produtos que estimulam e alimentam uma sede de história em nosso cotidiano. Nesse universo polifônico, segundo Ferreira (2004; 326),

estabeleceu-se verdadeira confusão entre memória e história, e entre o que é ser historiador e “History Maker”, estabeleceu-se, sob diversos aspectos, uma competição de formas de leitura do passado, tornando a memória mercadoria que “invade o cotidiano, mas na maioria das vezes apenas para satisfazer parcialmente uma demanda por identidade, e torna-se assim uma identidade domesticada”.

Consideraremos que essa produção colabora para a construção de uma consciência histórica no mundo contemporânea, que por sua vez se associa a um novo regime de historicidade efetivado a partir dos anos 50. Segundo Hartog (2006), a partir da segunda metade do século XX, a sociedade ocidental passou por mudanças significativas em sua percepção temporal, na verdade, Hartog argumenta que nas últimas décadas desse século assistimos ao declínio do moderno regime de historicidade no qual predominava uma visão teleológica da história tomada como uma marcha linear e contínua rumo a um futuro previsível. Ainda dentro desse ideal vislumbrava-se a possibilidade de uma história universal e um tempo instrumentalizado em uma cronologia precisa e meticulosa.

A Memória e a História assumiram lugares de conceitos fundantes na nova configuração. As disputas pela lembrança e também pelo esquecimento tornaram-se espaço de luta entre vários grupos tornando o passado o lugar de concessão de justificativas, ressentimentos, lições e poder. O início do século XXI marca um combate por justiça, como um lenitivo para uma sociedade que necessitou de explicações e a reparação de um projeto de futuro que pareceu fracassar em meio a guerras, regimes autoritários, genocídios e desilusões. A necessidade de não esquecer, tornou o final do século XX e início do XXI a era das comemorações ou da constituição dos marcos temporais. Governos, grupos religiosos, intelectuais envolvem-se numa frenética cadência de ritos que parecem ser pensados quase em linha de linhas de produção.

Nesse contexto, o passado domado surge como o substituto do futuro previsível e a História retoma seu lugar de provedora de lições. Assistimos a uma profusão de leituras possíveis sobre esse passado num constante processo de fazer e refazer a História.

Essa saturação é em parte atribuída à ação do processo de superinformação ensejado pelos recursos midiáticos que, a partir da segunda metade do século 20 colocou-nos numa corrida lancinante que modificou drasticamente as relações tanto entre os homens como também a visão destes sobre o tempo.

Contudo, mesmo com tamanha diversidade acreditamos ser possível delimitar alguns elementos gerais nessa produção, especialmente, por consideramos que ela nos informa sobre a maneira de pensar a história de uma dada sociedade. Mesmo quando refletirmos sobre posições absolutamente divergentes tentaremos mergulhar numa construção de sentido sobre o passado e sobre a idéia de história ensejadas por estas narrativa.

Lembremos da invasão do Iraque pelos Estados Unidos em 20 de março 2003, imediatamente, nominada como acontecimento histórico na grande mídia. Através dela – em suas variadas narrativas: sons, imagens e textos – fomos arrastados para dentro de tanques de guerra, campos de batalhas e esconderijos no Oriente Médio. Em certo sentido, tornamo-nos participantes desse evento, na medida em que a simultaneidade da informação nos levava a condição de testemunhas.

Agora tomemos outro acontecimento histórico, também um conflito, só que agora no século XIII, estamos falando da Batalha de Bouvines, acontecida em 27 de julho de 1214, analisada por Georges Duby no livro intitulado o Domingo de Bouvines (DUBY: 1993). Muito provavelmente, a exceção dos próprios franceses, poucos tenham escutado falar do episódio analisado por Georges Duby. Possivelmente isso se aplica aos próprios contemporâneos do evento, se consideramos os processos de difusão de informação do século XIII. Entretanto, Duby argumenta que esse evento é fundamental para pensamos o sentimento de patriotismo no início do século XIII o que, portanto, tornou Bouvines, algo mais que uma batalha, travada em um único dia, como tantas outras que devem ter ocorrido naquele período.

O que difere Bouvines do Iraque não é somente o tempo que os separa, mas chamamos atenção para dois elementos fundamentais, o primeiro logo nos salta aos olhos: a diferença na circulação de informações sobre eles é enorme, conseqüentemente, as narrativas que irão ser construídas sobre cada um. Segundo, na construção da invasão Iraquina como fato histórico, os sistemas de comunicação contemporâneos foram fundamentais, mesmo que, posteriormente, ele seja submetido ao rigor implacável da crítica historiográfica, a possibilidade da negativa total de sua categoria de acontecimento histórico, parece remota. Em Bouvines, foi um historiador que fez com que a Batalha passasse da categoria de evento, para o de acontecimento histórico ao construir-lhe um significado específico.

Evidentemente, Duby não criou todos os sentidos do evento de Bouvines, para elaborá-lo e narrá-lo o autor foi buscar seus vestígios no passado e os reelaborou no presente, como ele próprio afirma: “Os acontecimentos são como espuma da história, irrompem na superfície e, ao estourar, provocam ondas que se propagam a maior ou menor distância. Este deixou marcas bastante duradouras, até hoje não foram totalmente apagadas. Somente essas marcas lhe conferem existência. Fora delas o acontecimento não é nada.”

Contudo, tais marcas não falam por si só, também, tomadas isoladamente, não fariam de Bouvines um acontecimento histórico. Nesse caso, sem a ação do próprio Duby, ao compor sobre a batalha uma narrativa coerente, as marcas não passariam de *souvenirs* dispostos em um antiquário, pois como nos lembra Paul Veyne (1998; 18), “... a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento, ela não é um documentário em fotomontagem e não mostra o passado ao vivo ‘como se você estivesse lá’”.

Nesse contexto a produção do conhecimento histórico de manifesta a partir de novas variedades de lugares e atores, fazendo com que os historiadores de ofício agora se deparem com uma produção que avança velozmente sobre temáticas e objetos tornando a história uma mercadoria cobiçada pelos recursos midiáticos. Ressalta-se também que se aprofundaram as lutas de grupos, classes, etnias e governos por esses lugares de produção.

Tais lugares são ocupados por fazedores de história que, conscientes do potencial convincente e limitador do discurso histórico, produzem uma avalanche de novas narrativas que misturam as urgências de relatos cotidianos a uma produção de sentido que procura construir memórias e marcos temporais.

O conhecimento produzido por esses lugares além de ter se tornado um recurso poderoso para o ensino e a reprodução de conteúdos históricos, efetiva também olhares e atitudes de nossa sociedade sobre o seu passado uma vez que, é preciso termos clareza que a produção científica da História é, tão somente, uma parte da “formação histórica” de uma sociedade.

Devemos considerar, portanto, o conjunto de “todos os processos de aprendizagem em que a história é assunto e que não se destinam, em primeiro lugar, à

obtenção da competência profissional”³. Existem, por conseguinte, diferentes narrativas que explicam e evidenciam formas de pensamento histórico que se manifestam em variados fenômenos de aprendizagem, desde o ensino formal até os meios de comunicação. Levar em contar o trabalho dos fazedores de história como um conhecimento socialmente válido nos possibilita compreender os elementos constitutivos da maneira que uma sociedade pensa historicamente a si própria.

BIBLIOGRAFIA

- BODEI, Remo. *A História tem um Sentido?*. Bauru - São Paulo: Edusc, 2001.
- BORGES, Jorge Luis. *Prosa Completa*, Barcelona: Ed. Bruguera, 1979, vol. 1., pgs. 477-484.
- BROSSAT, Alain. *La memoria colectiva – Entre la resistencia y la gubernamentalidad* in Puentes, No. 19, dezembro de 2006.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. Campinas, Revista Opinião Pública, vol VIII, no. 1, 2002.pp. 40-53.
- CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHAUVEAU. A e TÉTARD. Ph. *Questões para a História do tempo presente*. São Paulo: Edusc, 1999.
- FALCON, Francisco J. C. *A Identidade do Historiador*. Rev. Estudos Históricos – Historiografia, no. 17 Rio de Janeiro. 1996.1.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do Tempo Presente: desafios*. Rev. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, No. 3, pp. 111 – 124, maio/junho, 2000.
- _____. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. *História, tempo presente e história oral*. Rio de Janeiro, Topoi, dezembro de 2002, pp 314-332.
- HARTOG, François. *Regime de Historicidade*. Capturado da Internet em 8/05/2006 no endereço: <http://www.fflch.usp.br/dl/heros/excerpta/hartog.html>.
- JELIN, Elizabeth. “Memórias em conflito” in Puentes. No. 01, agosto de 2000.
- MALERBA, Jurandir. *A Velha História. Teoria, Método e Historiografia*. Campinas – São Paulo: Editora Papirus, 1996.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.
- NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques *Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- NORA, Pierre. *O Retorno do Fato* in NORA & LÊ GOFF. *Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. *Entre Memória e História – a problemática dos lugares*. São Paulo, Rev. Projeto História/PUC vol. 10, 1993.
- RIOUX, J.-P. *Entre o Jornalismo e a História*. in *Questões para a História do tempo presente*. São Paulo: Edusc, 1999.

³ RÜSEN op. Cit. 48.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UNB, 2001.

_____. *Historiografia Comparativa Intercultural* in MALERBA. *A História Escrita*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

THOMPSON, John B. *Mídia e Modernidade: uma teoria social da mídia*. São Paulo: Vozes, 2004.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: Editora UNB, 1998.

WHITE, Hayden. *Teoria literária e escrita da História*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol 7, no, 13. 1991, p. 21-48.

UM JESUÍTA PRODUZINDO CONHECIMENTO HISTÓRICO: A (DES)CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS DE LUIS PALACÍN

Rogério Chaves da Silva¹

Resumo

O objetivo desse artigo é analisar como a formação jesuítica de Luis Palacín Gómez influenciou em sua prática como historiador, seja na escolha dos objetos pesquisados e, principalmente, na forma como representou narrativamente o passado humano.

Palavras-chave: Luis Palacín, jesuítas, conhecimento histórico.

Abstract

The objective of this article is to analyze as the Jesuitical formation of the Luis Palacín Gomes influenced in practical on his as historian, either in the choice of the researched objects and, mainly, in the form as it represented in a narrative way the human past.

Keywords: Luis Palacín, Jesuits, historical knowledge.

Enquanto seres imersos em um mundo cultural, os homens precisam agir e o requisito da ação é que nela residam intenções. A ação humana no mundo se realiza, então, mediante a interpretação que o homem constrói de si mesmo e do universo que o circunda: ele se coloca para além do que ele e o seu grupo são no presente imediato, estabelecendo um quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo, para poder agir no decurso temporal. Buscando orientação diante dessa experiência no tempo, os seres humanos recorrem, permanentemente, ao passado para preencherem seu quadro de interpretações da vida atual. Essa rememoração do passado se realiza com respeito à experiência do presente, por isso, articula-se diretamente com as expectativas de futuro, que se formulam a partir das intenções e das diretrizes do agir humano. Essa estreita interdependência entre passado, presente e futuro, é concebida como uma representação de continuidade que serve como orientação da vida humana. Logo, como um fenômeno intrínseco à condição humana, o pensar histórico torna-se algo cotidiano e inseparavelmente ligado ao fato de estar

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (rcmc26@bol.com.br)

no mundo, pois emerge de determinados processos da vida prática.

O pensamento histórico se manifesta, justamente, nessa tarefa, realizada pelos homens, de olharem e voltarem ao passado a fim de poderem ir à frente em seu agir. Esse resgate do passado pela lembrança histórica possibilita que sejam clarificados efeitos dele no presente e, ao mesmo tempo, estimula uma extensão da consciência subjetiva da historicidade, pela qual o agir e o sofrer humanos se deixam orientar. Enquanto uma modalidade do pensamento histórico, a ciência da história também realiza o trabalho de orientação da vida prática, o que significa, a priori, uma rememoração do sentido do passado, pois consiste numa forma de interpretação do mundo humano em que esse passado é chamado à tona para esclarecer o presente e tornar o futuro esperável. Portanto, o pensar histórico encontra-se intimamente ligado à problemática de sentido da vida humana, tendo em vista que o próprio conhecimento histórico se mostra subordinado aos contextos de orientação nos quais é produzido e aos quais se destina.

Considerando, então, que Luis Palacín² tratava-se de um homem que lidava com a construção de conhecimento histórico, é perceptível a estreita relação existente entre seu interesse cognitivo com respeito ao passado e o contexto de demandas por sentido oriundo de sua vida pessoal. Pois, embora seja história de Goiás, por sua estada de quase quarenta anos no estado, o grosso calibre do arsenal historiográfico palaciniano, outro tema que se mostra “caro” ao universo cultural desse historiador refere-se a questões relativas à Igreja Católica, em especial, à Companhia de Jesus. A afinidade de Palacín com a ordem religiosa a qual pertencia, revela uma outra faceta das inquietações pessoais desse pesquisador e que acabam aflorando em suas obras. Somente após um contato mais próximo com os textos palacinianos, somado ao conhecimento de aspectos de sua vida pessoal, é que essa relação vai ganhando nitidez. Dentro dessa perspectiva, proponho-me a realizar, a partir de um minucioso exame da produção

² Nascido em Valladolid, aos 21 dias do mês de junho de 1927, Luis Palacín Gómez ingressou, com 17 anos, na Companhia de Jesus, mais precisamente no Noviciado de San Estanislau, em Salamanca. Durante os anos de 1948 e 1951, cursou licenciatura em Filosofia pela Universidade Pontifícia de Comillas; entre 1951 e 1954, dedicou-se ao curso de História nas Universidades de Salamanca e de Santiago de Compostela, sendo que, de 1954 a 1958, diplomou-se em Teologia pela Universidade de Comillas. Em 15 de julho de 1957, foi ordenado sacerdote na cidade de Comillas e pouco depois, já em 1958, foi transferido por seus superiores ao Brasil, onde realizou sua Terceira Provação. No início da década de 1960, veio para Goiás, evangelizar e ministrar aulas pela Universidade Católica de Goiás. Posteriormente, também ingressou na Universidade Federal de Goiás, onde foi um dos responsáveis pela consolidação do curso de pós-graduação em História. Entre os anos de 1965 e 1967, fez seu doutoramento pela Universidade Complutense de Madri. Desde que chegou à cidade de Goiânia, Palacín adotou-a como um novo lar, permanecendo até sua morte em 1998.

historiográfica de Luis Palacín, uma análise da relação que se estabelece entre vida pessoal e a construção de conhecimento histórico, ou de modo mais específico, como o fato de ser um jesuíta influenciou, sobremaneira, na forma como Palacín produziu conhecimento histórico. Para embasar essa premissa, utilizarei as seguintes obras e artigos palacinianos: “*Sociedade Colonial: 1549-1599*”, “*Subversão e Corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*”, “*Vieira e Visão Trágica do Barroco: Quatro estudos sobre a consciência possível*”, “*Vieira: entre o reino imperfeito e o reino consumado*” e “*Quinto Império: a utopia de século férreo*”.

Iniciando a trilha analítica proposta, começarei com sua primeira obra dos anos 1980: “*Sociedade Colonial: 1549-1599*”. Esse estudo, publicado em 1981, trata-se, em termos gerais, de uma análise da formação das estruturas básicas da sociedade colonial, nos cinquenta anos que vão desde a instalação do Governo Geral, em 1549, até quase o fim do século. Além de dar visibilidade ao que se poderia chamar de “modelo colonial brasileiro”; caracterizado, sobretudo, por uma economia agrícola, fundamentada na escravidão, no latifúndio e voltada para o mercado externo, além de uma estrutura social de caráter estamental e de mentalidade aristocrática; Palacín trabalha com uma outra face da colonização: o choque cultural entre europeus e sociedades indígenas do Brasil.

O primeiro aspecto dessa obra que merece destaque é a tentativa, por parte de Palacín, de reconstruir a experiência missionária dos jesuítas no Brasil, durante a segunda metade do século XVI. Subjacente à proposta de analisar as estruturas básicas da sociedade colonial, o livro retrata, com bastante intensidade, os conflitos, os dramas, as realizações, as derrotas e êxitos da Companhia de Jesus nesses primeiros cinquenta anos de sua estada no Brasil. O primeiro elemento que atesta essa proposição é a predominância de fontes originárias da Companhia de Jesus ou de textos historiográficos referentes a essa ordem: o epistolário e outros documentos relacionados aos missionários jesuítas (Manuel Nóbrega, José de Anchieta, Fernão Cardim), a história da fundação dos colégios da Bahia, do Rio de Janeiro e da capitania de Pernambuco, obras do padre Serafim Leite, além de outras fontes extraídas do *Archivum Romanum Societatis Jesu*, ARSI, de Roma. O próprio Palacín assume que, nessa obra, predominou o uso de documentos jesuíticos:

“Atendendo à origem, as fontes manuscritas conservadas para este período são quase em sua totalidade oficiais – do governo central e seus organismos e dos governos

locais, e religiosas – dos jesuítas principalmente. Não é, pois, de estranhar que estes documentos se encontrem hoje nos arquivos públicos e dos jesuítas. (...) A documentação dos jesuítas, - um acervo de mais de quinhentos documentos – se refere, em primeiro lugar à vida religiosa e à história da própria ordem. Mas por estar a ação dos jesuítas voltada principalmente à conversão dos índios e ao ensino, esta documentação é também fundamental para o referente às relações inter-raciais e a educação” (PALACÍN, 1981: 321)

Por sua filiação a essa ordem religiosa, o acesso aos arquivos jesuíticos era facilitado em termos de pesquisa. Além disso, é preciso considerar toda relação histórica da Companhia de Jesus com a educação e, sobretudo, com o ensino superior³, o que viabilizava pesquisas que se valessem desses documentos. Entretanto, a questão central não se traduz somente no amplo uso dessas fontes, mas à forma como as mesmas foram utilizadas, servindo de base para a escrita desse texto. Em um trecho que citarei a seguir, Palacín demonstra que a história da Companhia no Brasil, durante o século XVI, ocupa lugar privilegiado em “seu foco” sobre a sociedade colonial:

“Em capítulos anteriores foram já considerados alguns dos marcos mais importantes da múltipla ação dos jesuítas no Brasil: conversão dos índios, luta pela sua liberdade, fundação e gestão das aldeias, fundação das escolas e colégios. Aqui procurarei esboçar alguns dos traços fundamentais de sua própria evolução interna, e sua inserção na sociedade incipiente.” (PALACÍN, 1981: 243)

Outro elemento digno de relevo é o recorte temporal estabelecido por Palacín: 1549-1599. Cinquenta anos, desde a vinda do primeiro governador-geral para o Brasil, Tomé de Souza, até quase o final do século. Depois de uma leitura mais atenta à obra, percebe-se que a eleição desse recorte inicial, 1549, não foi aleatória e, ao mesmo tempo, não retrata somente a preocupação do autor em analisar essas quatro décadas do “período colonial brasileiro”, tendo como ponto de partida a instalação do Governo Geral. Palacín, no decorrer de toda obra, tenta enfatizar que aquele ano, 1549, é merecedor de uma análise historiográfica específica devido ao fato de, também, marcar a Companhia de Jesus ao Brasil. Dentre as inúmeras passagens que autor cita e enfatiza essa data como marco da chegada nos inicianos em terreno brasileiro, salientarei alguns para demonstrar a importância dessa demarcação temporal:

“Os Jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, ao instituir-se o Governo Geral. Vinham

³ A Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS-RS), a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP-PE) são exemplos de instituições universitárias de direção jesuítica.

com a missão, se não exclusiva, porém preponderante, de dedicar-se à conversão dos índios.” (PALACÍN, 1981: 111)

“Seis foram os chegados em 1549, com o primeiro Governador, Tomé de Souza. No catálogo de 1562-68, aparecem já sessenta e um jesuítas, deles trinta e sete entrados no Brasil.” (PALACÍN, 1981: 242)

“A terra a que chegaram os jesuítas em 1549, era uma terra semi-selvagem, e que precisava mais de um revulsivo moral, que de luzes doutrinárias.” (PALACÍN, 1981: 247)

“Ao chegarem os jesuítas ao Brasil, em 1549, a moral como vida, e mesmo como ideal encontrava-se numa ruína total. As primeiras cartas traduzem o horror dos missionários ao constatarem a situação.” (PALACÍN, 1981: 273)

“Assim, quando em 1549 chegaram os jesuítas, o quadro não podia ser mais desencorajador para eles.” (PALACÍN, 1981: 274)

“Foi preocupação imediata dos jesuítas, ao chegarem em 1549 com o governador Tomé de Souza, ir abrindo escolas de “ler e escrever” em todas as povoações onde adquiriam residência.” (PALACÍN, 1981: 287)

O realce dado por Palacín não se destina, *per si*, ao ano de chegada dos jesuítas no Brasil, dirige-se, igualmente, ao ambiente de total “imoralidade”, do ponto de vista cristão, que os missionários encontraram em 1549. Há uma clara distinção da realidade brasileira em dois períodos: antes e após 1549. Essa diferenciação se manifesta pelas idéias de ausência e presença: antes de 1549, a ausência de um eficaz regulador moral na vida da colônia, depois, a presença da Companhia de Jesus que, mesmo num ambiente repleto de adversidades naturais e culturais, ansiosa estava por normatizar moralmente a vida no Brasil dos quinhentos. Alguns trechos são esclarecedores quanto a esses dois momentos distintos e à “dura” missão dos jesuítas em ordenar moralmente a vida no Brasil:

“Seguramente, não há um testemunho mais expressivo do agigantamento espiritual dos primeiros jesuítas chegados ao Brasil, da impressão quase lendária que deixaram atrás de si, que o transmitido pelo primeiro Governador, Tomé de Souza, à sua volta à pátria.” (PALACÍN, 1981: 245)

“A evidente falta de preparação intelectual dos sacerdotes nos primeiros anos, compensada por sua grandeza moral, encaixava perfeitamente dentro da situação da colônia e da província jesuítica.” (PALACÍN, 1981: 247)

“Na realidade, embora Nóbrega não o percebesse por sua paixão e proximidade, tinha-se chegado ao equilíbrio possível, que duraria por muitos anos, entre as forças dissolventes e as moralizadoras: não voltaria o concubinato público e múltiplo à luz do dia, como até 1549, mas continuaria mais velado à sombra da presença doméstica das escravas, da promiscuidade dos engenhos e fazendas, da primeira liberdade que havia presidido o nascimento da colônia, do sangue mestiço

que por ela corria.” (PALACÍN, 1981: 277)

Fica perceptível o tom de triunfalismo nas palavras do "historiador jesuíta" quando descreve o esforço missionário dos primeiros representantes de sua ordem no Brasil. O autor não só exalta “a grandeza moral” dos jesuítas que chegaram ao Brasil, como também enaltece a participação da Companhia na formação da sociedade brasileira, nesse primeiro século de colonização, tanto do ponto de vista religioso, como do político:

“Assim, não só por seu peso numérico, mas, sobretudo, por sua distribuição e ocupação de todos os pontos nevrálgicos, por sua coesão interna e pela continuidade de suas empresas, a Companhia de Jesus representa uma das presenças fundamentais para a formação da sociedade brasileira neste primeiro século da colonização. Sua influência foi principalmente, como é lógico, de caráter religioso e moral, de formação e cultura, mas teve também um alcance incalculável na ordem política. Numa costa tão extensa, com pouquíssima intercomunicação regional, com administrações locais quase autônomas, a Companhia representa mais que nenhuma outra instituição, a consciência unitária. Com seu freqüente intercâmbio de pessoas, sua contínua correspondência e divulgação de notícias, as visitas periódicas de provinciais e visitadores percorrendo o país todo, a Companhia é, indubitavelmente, nestes primeiros anos, uma das influências mais decisivas para manter vivo o sentimento de unidade.” (PALACÍN, 1981: 243)

Outro aspecto que demonstra a herança jesuítica de Palacín influenciando em seus recortes temáticos, diz respeito à forma como ele ressalta os impactos culturais sofridos pelas sociedades indígenas durante o processo de colonização. É importante considerar a relação histórica construída entre a Companhia de Jesus e os índios no Brasil e que remonta os primeiros anos de colonização. A partir desse elo, compreende-se o foco de abordagem palaciniano na segunda parte desse livro, intitulada de “O choque de duas culturas: o impacto da colonização sobre a sociedade indígena”, na qual se incumbe da análise do encontro conflituoso dessas duas culturas, enfatizando os impactos sofridos pela sociedade indígena. O modo como ele elaborou seus tópicos certifica esse foco de abordagem: “A conquista e a destribalização dos tupis”, “A degradação dos índios pela conquista”, “A escravização dos índios”, “A luta pela liberdade dos índios”, “Causas da desaparecimento dos índios”, além de outros. Interessante sublinhar que nessa parte do livro, Palacín trava uma verdadeira “batalha velada” com os etnólogos, que atribuem ao cristianismo jesuíta uma grande parcela de responsabilidade sobre a degradação cultural das sociedades indígenas durante a colonização do Brasil. Ponto de vista esse, logicamente, negado por Palacín. Em alguns momentos do texto, além de trabalhar com os resultados desse choque cultural, o autor busca analisar a atitude

indígena ante à colonização, tendo como base seu conhecimento sobre as especificidades culturais dessas sociedades. Muitas vezes, o autor rechaça, com explícito partidarismo, algumas explicações sobre o comportamento dos índios à época da colonização. A primeira passagem que citarei refere-se às impressões de Antônio Blazquez sobre a venda de parentes realizada pelos índios, vista, por esse, como um comportamento desleal; a segunda, trata da concepção, já revista na historiografia brasileira, sobre a inaptidão do índio ao trabalho, ou de sua possível fraqueza para a execução das atividades inerentes ao processo colonizador:

“(...) pôde Blazquez acusar os índios de que “entre eles não há amor nem lealdade. Vendem-se uns aos outros, estimando mais uma cunha ou podão que a liberdade de um sobrinho ou parente mais próximo, que trocam por ferro, e é tanta miséria que as vezes trocam-no por um pouco de farinha. (...) Mas Blazquez procedia nesta acusação injustamente. Registra um fato indubitável: a venda dos índios uns pelos outros. Daqui argúí a falta de amor e lealdade, e acusa os índios de viverem quase como bestas. Mas Blazquez se olvida de anotar, ao mesmo tempo, que este costume tinha sido introduzido entre os índios pelos mesmos portugueses, e era a antítese de suas antigas tradições familiares. Todos os observadores sublinham o extremo amor dos índios para com os filhos. Tanto que os missionários encontravam dificuldade em que os deixassem ir viver com eles para instruí-los, pois apesar de saberem que era para seu bem, não podiam resignar-se à separação.” (PALACÍN, 1981: 58)

“Não se tratava nem de fraqueza do índio, nem de falta de capacidade para o trabalho. Da fortaleza e resistência do índio temos inúmeros testemunhos. O esforço por ele despendido na guerra, nas viagens por terra e por mar, sua capacidade para tolerar privações, os recordes de força, agilidade e resistência por ele alcançados assombraram a todos os cronistas. Mas o índio, capaz de qualquer esforço momentâneo, era incapaz do esforço pretendido, da constancia, da uniformidade, da rotina. Enfermava psicológica e fisicamente. Ou acabava fugindo, ou definhava até morrer. Não havia para ele outra vida, senão sua vida errabunda, em completa liberdade. E não há tirania maior que a do trabalho diário.” (PALACÍN, 1981: 79)

O livro “Subversão e Corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás”, de 1983, também revela essa afinidade entre o jesuíta Palacín e os objetos históricos selecionados em suas pesquisas. Nessa obra, o autor destaca o valor de alguns documentos, dentre os vários que pesquisou e que serviram de base para esse estudo: as Instruções de Sua Majestade (D. José) ao novo governador da Capitania de Goyaz, João Manuel de Melo; a devassa realizada pelo desembargador Brandão, juiz sindicante, que presidiu a investigação para apurar irregularidades administrativas na capitania de Goyaz durante a gestão do Conde de São Miguel, além de escritos desse desembargador ao governo português. Nesse universo documental, ele escolheu um evento histórico específico: as instruções dadas pelo Ministro Pombal a João Manuel de Melo, com vistas a abortar o plano de subversão dos jesuítas e

instaurar um processo de investigação dos crimes de corrupção praticados contra a administração no governo do Conde de São Miguel. Novamente, Palacín seleciona um tema que tangencia a história dos jesuítas no Brasil e, mais do que isso, analisa a administração de um personagem que marcou, sobremaneira, a própria história da Companhia de Jesus: o Marquês de Pombal. Debruçar-se sobre a política de Pombal era encarar uma “ferida aberta” na história dessa ordem religiosa, pois o ataque frontal desse ministro à Companhia não se resumiu ao mundo português. A repulsa pombalina pelos jesuítas se materializou, gradativamente, com a proibição dos jesuítas de dirigirem as aldeias no Brasil (1758), pela expulsão desses religiosos do reino português e de suas conquistas (1759) e, posteriormente, em seu auxílio no banimento dos mesmos dos territórios da França e da Espanha (1762), além, é claro, de contribuir para a extinção da ordem, em 1773. Com certeza, analisar o alcance da política pombalina em Goiás converteu-se num desafio a Palacín quando encontrou essas fontes sobre história de Goiás e que acabavam se relacionando com as ações desse ministro. Nos escritos desse jesuíta, as adjetivações, mescladas com um certo tom de ironia, salientam o quanto Pombal representa uma “ferida aberta” na história da Companhia:

“ (...) chama a atenção no caso da ação contra os jesuítas em Goiás é a extrema desproporção entre a declaração de motivos e os fatos”. (PALACÍN, 1983: 9)

“chega-se ao extremo de permitir que seja empregado ouro do quinto (sempre intocável) na ajuda a Mato Grosso contra o avanço jesuíta, “porque a tudo deve prevalecer a defesa e segurança da importantíssima fronteira de Mato Grosso. (...) somos levados a pensar que os jesuítas constituíam em Mato Grosso e Goiás uma verdadeira potência, capaz de por em perigo a mesma existência do estado. A realidade é decepcionante: a presença dos jesuítas em Goiás e Mato Grosso era pouco mais que simbólica. (...) Tanto o governo em Lisboa, como os governadores em Goiás, insistem em criar e manter o mito do perigo jesuíta. A história dos aldeamentos dos jesuítas em Goiás, porém, é breve e melancólica”. (PALACÍN, 1983: 09)

“(...) a situação com respeito aos jesuítas estava bem clara no início de 58: só um jesuíta ficava no norte, e fora das aldeias que se tinham esvaziado depois da revolta; outro ficava nas aldeias do sul – aldeias quase extintas após quinze anos de guerra contra os caiapós – incompatibilizados com João de Godoy, administrador das aldeias. Estes dois jesuítas constituíam, sem dúvida, o perigo extremo contra a segurança do estado, encarecido pelas instruções de outubro de 1758.” (PALACÍN, 1983: 14)

O grande interesse de Palacín pelo pensamento do Padre Antônio Vieira é outro indício da aguda relação desse historiador com a história da Companhia de Jesus. Essa “curiosidade” pela vida e obra do Padre Antônio Vieira pode ser atestada por suas diversas

publicações sobre o pensamento desse religioso luso: “*Vieira e Visão Trágica do Barroco: Quatro estudos sobre a consciência possível*” e *Vieira: entre o reino imperfeito e o reino consumado*”, além dos artigos, “*Quinto Império: a utopia de século férreo*” e “*Vieira: do homem ideal ao homem socialmente realizado*”.

A estreita ligação de Palacín com sua ordem religiosa não é perceptível somente nos objetos os quais elegeram para pesquisa, mas também na forma como representou narrativamente o passado humano. O trabalho com temas e fontes muito próximas de seu universo cultural conduziu-o a uma postura em que suas concepções pessoais afloraram em meio aos objetos em estudo. Falar de Vieira era discorrer sobre a própria história da ordem religiosa a qual fazia parte. Debruçar-se sobre Pombal era tocar numa “ferida aberta” na história dos jesuítas. Analisar os impactos culturais sobre as sociedades indígenas, durante o processo de colonização, era enfrentar o desafio de refletir sobre a parcela de responsabilidade da Companhia de Jesus na “aculturação” ou no próprio desaparecimento de alguns povos indígenas. Indiscutivelmente, temas “caros” a sua atmosfera valorativa e que o fizeram expor, em determinados momentos, uma identificação ou oposição frente aos sujeitos históricos em estudo, seja indivíduos, circunstâncias ou idéias.

Essas identificações ou oposições aparecem nos textos palacinianos dos anos 1980 e 1990, de forma explícita ou latente, conforme o tema analisado. Em suas obras sobre Vieira ou nas pesquisas que tratam de assuntos relacionados ao cristianismo, à Igreja Católica e, em especial, à Companhia de Jesus, Palacín demonstra essas tendências de aproximação e distanciamento. Para a compreensão dessa postura palaciniana, começo com um trecho de “*Vieira e a Visão Trágica do Barroco: quatro estudos sobre a consciência possível*”:

“um homem de extraordinária inteligência, que se tinha a si mesmo como um dos políticos mais sagazes de sua época, e se gloriava de uma experiência européia, que o elevava definitivamente sobre o meio provinciano de sua nação, e que, contudo, não vacilou em predizer publicamente a ressurreição de D. João VI, por estar destinado por Deus a instaurar o Império Universal, tendo como base as estrofes sem sentido de um profeta leigo e analfabeto.” (PALACÍN, 1986^a: 19)

Nessa obra, Palacín apropria-se do conceito de “consciência possível” de Lucien Goldmann⁴. Esse conceito consiste, em termos gerais, num verdadeiro exercício de se evitar o

⁴ Segundo Goldmann, o historiador e o sociólogo devem levar em conta o máximo de consciência possível das classes que constituem a sociedade a ser analisada, ou seja, o limite extremo de percepção da realidade que os

anacronismo, pois se busca compreender como os condicionamentos sociais podem influenciar na “visão de mundo” de um determinado sujeito histórico. Por meio desse constructo conceitual, Goldmann preocupa-se em situar os objetos no tempo e no espaço, considerando suas especificidades no campo da realidade e das idéias. No tocante a Palacín, apesar dessa apropriação, o sentido do conceito de Goldmann acabou lhe escapando, algumas vezes, em sua análise acerca do pensamento de Vieira. Primeiramente, Palacín destina, mesmo que de forma latente, uma crítica a Vieira ao afirmar que um homem, que se vangloriava de sua experiência européia, acabou renunciando a ressurreição de D. João IV e um futuro reino cristão (o Quinto Império), que tinha como base os versos de um “profeta leigo e analfabeto”. Interessante é notar que o próprio Palacín, em uma passagem anterior, afirmara que, em meio ao domínio castelhano sobre Portugal, muitas profecias pululavam naquele ambiente, prova disso, era o sebastianismo. Entretanto, causou estranheza ao historiador espanhol o fato de um cristão, do quilate intelectual de Vieira, pudesse predizer a ressurreição de um ser humano e, concomitantemente, profetizar um futuro império cristão, de direção lusitana, tendo como base as estrofes de um “analfabeto”⁵. Esse “estranhamento” palaciniano demonstra sua oposição à atitude de seu companheiro inaciano dos seiscentos. Além disso, mostra que sua impressão pessoal sobre a postura do jesuíta português se sobrepôs, neste aspecto, à análise das especificidades culturais nas quais Vieira estava inserido.

Um detalhe que merece realce é que, alguns anos depois de “Vieira e a Visão Trágica do Barroco”, de 1986, quando da publicação de “Vieira: entre o reino imperfeito e o reino consumado”, de 1998, Palacín faz uma espécie de “confissão de culpa” ao admitir que essa impressão sobre Vieira fosse fruto de um “pecado historiográfico”, o anacronismo, pecado esse, ao que parece, pretendia se redimir:

“A proposta e a defesa do Quinto Império por parte de Vieira nos confrontam com um fato insólito na história das idéias. Constitui uma surpresa – quase um choque de credibilidade – para o leito atual de Vieira que “a mais notável personalidade do mundo luso-brasileiro do século XVII” (segundo Boxer) tenha defendido que um império cristão, baseando-se, aparentemente, com exclusividade nas obscuras trovas compostas por um sapateiro quase iletrado de uma vila remota do interior. Esse

condicionamentos sociais impõem a um indivíduo ou a uma classe. GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia: Que é a Sociologia?* São Paulo: DIFEL, 1974, Trad. Lupe C. Garaude e José Arthur Giannotti.

⁵ Esse “analfabeto” a que Palacín se refere trata-se de “O Bandarra” (1534-1545), um sapateiro da Vila de Troncoso, na Beira. Vivia entre cristãos-novos e tirava seus vaticínios do Antigo Testamento. Autor de diversas profecias sobre a Redenção Portuguesa, as Coplas de Bandarra serviu de base para a elaboração da obra *Esperanças de Portugal*, pelo Padre Antônio Vieira. In: “Vieira: entre o reino perfeito e o reino consumado”. São Paulo: Loyola, 1998.

primeiro juízo, apressado, deve-se à falta de familiaridade com o contexto histórico por nossos parâmetros de objetividade. A surpresa do primeiro momento converte-se mais tarde em admiração, quando se constata que essa afirmação chocante de Vieira, nos anos 40, não foi uma vacilação momentânea, senão origem de uma contínua elaboração que durou cinquenta anos, até o fim de sua vida.” (PALACÍN, 1998: 77)

Outro tema tratado por Palacín e que, igualmente, demonstra esse “estranhamento” com o comportamento do missionário português do século XVII, é o da escravidão dos negros. Algumas passagens comprovam a imposição de valores pessoais, por parte de Palacín, no que se refere a postura vieirense quanto a escravidão dos africanos:

“Não se pode dizer que faltassem a Vieira conhecimento ou sensibilidade para perceber a tristíssima condição da vida do escravo. (...) É realmente constrangedor, escrito por um homem que tanto prezava a liberdade, o bilhete escrito por Vieira respondendo a uma consulta de seus superiores sobre se a ordem devia enviar um capelão ao Quilombo dos Palmares, como era solicitado pelos negros: depois de negar a conveniência, com quatro razões, acrescenta: “Quinta, fortíssima e total, porque sendo rebelados e cativos, estão e perseveram em pecado contínuo e atual, de que não podem ser absoltos, nem receber a graça de Deus, sem se restituírem ao serviço e obediência de seus senhores, o que de nenhum modo hão de fazer”. (PALACÍN, 1986a: 53-54)

Numa simbiose complexa, o jesuíta e o historiador Palacín se confundem ao emitir esse parecer. As adjetivações utilizadas pelo pesquisador são claras. A “tristíssima” condição de vida do escravo, do ponto de vista cristão, não fora denunciada pelo “soldado de Cristo” do século XVII. Foi “constrangedor” para o inaciano espanhol que, um humanista como Vieira, defensor incondicional da liberdade, respondesse negativamente ao pedido dos negros, aquilombados em Palmares, quanto ao envio de um capelão. Assim, o sujeito cognoscente, mais uma vez, impõe ao sujeito histórico suas impressões pessoais, seus dramas de consciência. Tornava-se um incômodo o fato de que um missionário da mesma ordem, independente de que época, negasse o envio de um religioso para um grupo que ansiava pela presença da igreja. Novamente, a atitude de Vieira se constitui, para Palacín, num “contra-exemplo” para a tradição cristã jesuítica a que ambos pertenciam.

É no exame da relação de Vieira com o protestantismo que algumas concepções do jesuíta Palacín se tornam mais evidentes. Partindo do limite da consciência possível, ele afirma que as manifestações de conservadorismo encontráveis no pensamento de Vieira foram resultado, em grande parte, dos conflitos religiosos que assolavam a Europa durante o século XVII. O avanço do protestantismo e as exigências das reformas tridentinas faziam com que a

Igreja Católica tivesse uma postura cada vez mais autoritária ante a um momento de crise. Padre Antônio Vieira era filho desse tempo da Contra-Reforma. Todavia, o mesmo historiador que localiza no tempo e no espaço as razões históricas para a formação de uma tendência conservadora dentro da Igreja, é o jesuíta que “cobra” de Vieira um “distanciamento” que não era típico dos seiscentos:

“Na explicitação de seu princípio de que “todas as heresias nasceram dos vícios, Vieira chega aos limites da mais cega unilateralidade quando se trata de Lutero e Calvino.” (PALACÍN, 1986b: 72)

“Suas referências à Reforma e aos reformadores evocam inequivocadamente o clima de guerra, num clima de propaganda cegamente emocional, vazado na extrema simplificação e radical oposição das diferenças, a reduzir as pessoas e opiniões do adversário aos mais grosseiros estereótipos. (...) De acordo com este sistema de simplificação redutora, para Vieira todas as religiões não cristãs, e muito especialmente as confissões protestantes, tiveram origem nos vícios de seus fundadores.” (PALACÍN, 1998: 71)

Palacín, então, acaba se esquivando de sua proposta metodológica, a aplicação do conceito de consciência possível, ao exigir de Vieira uma “alteridade”, um “distanciamento”, que não estava posto no século XVII. “Cobrar” diálogo de um missionário católico dos seiscentos em relação a Lutero e Calvino fugia à “consciência possível” desse jesuíta português. Vieira, como já enfatizei, era um filho legítimo da Contra-Reforma. A própria Companhia de Jesus se fortaleceu no seio desse movimento reacionário católico. Portanto, o Vieira dos seiscentos, das guerras religiosas, da Contra-Reforma, não pode ser considerado a um religioso do ecumenismo proposto pela Igreja Católica, na segunda metade do século XX. Logo, a posição de Palacín em relação a Vieira manifesta, justamente, um princípio de negação, na qual o sujeito cognoscente revela sua diferença, sua oposição frente ao sujeito histórico, evocando, do passado humano, uma espécie de “contra-experiência” a ser lembrada.

A postura de Palacín não é somente de negação às atitudes dos inicianos do passado, há momentos de nítida aproximação, principalmente quando reconstrói a experiência jesuítica durante o passado colonial brasileiro. Um trecho da obra, “Vieira: entre o reino imperfeito e o reino consumado”, mostra-se bastante profícuo para essa análise:

“Essa denúncia dos abusos dos governantes e da prepotência da autoridade, sua defesa dos injustiçados, índios, negros, cristãos-novos constituem, sem dúvida, a grandeza moral de Vieira. O leitor de suas obras percebe seu ódio ao abuso do poder

com os mais fracos, seu repúdio à prepotência, à violência e à opressão. Estamos em presença do que hoje chamaríamos um defensor dos direitos humanos?” (PALACÍN, 1998: 39)

Nessa passagem, há uma cristalina identificação moral de Palacín para com Vieira. Defender os humildes, denunciar os opressores, repudiar as impunidades, são premissas básicas as quais qualquer religioso, coerente com os preceitos do cristianismo, deveria seguir e praticar. A denúncia dos males sociais presentes em Nóbrega, Anchieta ou Vieira, por exemplo, fazem parte da cartilha inaciana desde os tempos de sua fundação e, portanto, refere-se à tradição de uma ordem que, pelas palavras de Palacín, buscava abraçar as exigências morais da religião cristã.

O livro, “Sociedade Colonial: 1549-1599”, também oferece fragmentos em que Palacín se identifica com a atitude dos jesuítas dos quinhentos que estiveram no Brasil. Por parte do autor, é transparente o enaltecimento da experiência dos primeiros missionários da Companhia que ficaram no Brasil, principalmente no que margeia às privações, perigos, conflitos, dramas de consciência, enfim, todas as dificuldades, seja no campo da realidade ou das idéias, as quais os “soldados de Cristo” provaram em terreno brasileiro. Sob o espectro desse “elogio” à vocação missionária dos jesuítas, há uma busca pela afirmação de uma identidade apostólica, que seria típica dos jesuítas. Por isso, todo o engrandecimento do esforço evangelizador desses primeiros inacianos que, diante de tantas “adversidades”, lutaram pelos ideais cristãos que se “eternizaram” no tempo e se “manifestaram”, no caso de Palacín, sob a forma de uma sublimação da experiência dos primeiros missionários que estiveram no Brasil. Para patentear essa colocação, apresento alguns trechos escritos pelo espanhol:

“(…) a pobreza dos padres, os enormes perigos e sofrimentos da pregação, sua falta reconhecida de ambição e sua colossal estatura moral faziam com que mesmo os contrariados os aceitassem. (...) Seguramente, não há um testemunho mais expressivo do agigantamento espiritual dos primeiros jesuítas chegados ao Brasil, da impressão quase lendária que deixaram atrás de si, , que o transmitido pelo primeiro Governador, Tomé de Souza, à sua volta à pátria. (PALACÍN, 1981: 245)

“Os perigos, privações, sofrimentos físicos e morais de todo tipo, que padeceram aqueles primeiros apóstolos, chegavam a superar abundantemente o que nos Exercícios, lar espiritual de todos eles, tinham pedido em momento de fervor e exaltação mística para o seguimento de Cristo.” (PALACÍN, 1981: 249)

Não de forma autônoma, mas vinculada a esse engrandecimento da “colossal estatura moral” dos primeiros jesuítas, Palacín trava, em “Sociedade Colonial”, uma verdadeira

“batalha velada” com os etnólogos, principalmente no que concerne à responsabilidade que esses atribuem à Companhia de Jesus em relação ao “declínio demográfico e cultural” das sociedades indígenas do Brasil. É nesse conflito no campo da argumentação racional, marcado pelo proselitismo, que fica perceptível o anseio palaciano por reafirmar uma identidade missionária, apostólica, arraigada de objetivos cristãos, típica dos jesuítas. Convicção essa que o leva a se opor, de maneira incisiva, à representação construída pelos etnólogos acerca da responsabilidade da Companhia no que se refere à “degradação cultural” e “extinção” dos índios durante o processo colonizador. Numa mescla de “afirmação” e “negação”, Palacín exalta e critica: sublima o esforço dos companheiros inicianos dos primeiros tempos e repudia as explicações dos etnólogos sobre a culpa da igreja, em especial dos jesuítas, na degradação cultural dos índios. Esse embate promovido por Palacín é apresentado da seguinte forma:

“Se as culturas indígenas se extinguíram, não foi tanto pela ação direta da catequese, como parecem supor hoje muitos etnólogos. Era algo inevitável. Os jesuítas estudaram, propagaram e enriqueceram a língua tupi. Estudaram com certo carinho e compreensão – os únicos desta época os costumes dos índios, e seus valores peculiares, para fazer mais efetivo o ensino da religião. Procuraram adaptar e enriquecer os melhores valores da cultura social dos índios: sua generosidade, seu espírito comunitário, sua simplicidade, seus costumes. Extinguíram, é verdade, sem piedade, o que julgavam contra “a lei natural ou lei da graça”. Mas se é que contribuíram decisivamente à destruição das culturas indígenas, é por haver tratado de inculcar ao índio uma nova concepção de vida, sobre base totalmente diferente. Se os antigos costumes persistem por algum tempo, é mais como folclore, que como expressão de uma forma integral de vida. Suas raízes tinham sido cerceadas, e isto era inevitável. Pensemos, por exemplo, no significado que podiam ter as danças e ritos antropofágicos sem antropofagia.” (PALACÍN, 1981: 122)

“Estas críticas, feitas à luz da moderna antropologia, não carecem, muitas vezes, de fundamento, mas falta-lhes, com freqüência, o senso de historicidade. Os conhecimentos científicos dos quinhentos não eram os de hoje e, sobretudo, não é o mesmo que cuidar de várias centenas de índios num espaço amplo, totalmente reservado, como é o Parque Nacional do Xingu, dispondo de abundantes verbas federais, que enfrentar sem precedentes, sem recursos, num meio fundamentalmente hostil, o problema inadiável da assimilação de um número de índios muitas vezes superior ao número dos colonos.” (PALACÍN, 1981: 143)

Logo, percebe-se o quanto a afinidade de Palacín com a Companhia de Jesus influenciou-o na sua prática como historiador, seja na escolha dos objetos, ou das fontes de pesquisa e, sobretudo, na forma como representou narrativamente o passado humano. Em diversos textos historiográficos, o jesuíta Palacín emergiu na seleção dos sujeitos históricos (Vieira, Pombal), nos recortes temporais (1549), por meio da indignação ou defesa dos menos privilegiados e injustiçados ou no enaltecimento das dificuldades da vida missionária. A partir

desse ponto de vista, busquei demonstrar que, para a compreensão do conhecimento histórico produzido por Luis Palacín, é preciso considerar o espaço de tensão existente entre seu ofício sacerdotal e o de historiador. Evangelizar e praticar história, duas paixões, dois sentidos. Opções de vida tão díspares, mas, inextricavelmente, imbricadas no caso de Luis Palacín. Essa relação tensa e, ao mesmo tempo, fecunda pode ser autenticada através desse exercício de desconstrução das narrativas historiográficas de Luis Palacín, materializado por meio desse texto que, em seu cerne, buscou demonstrar o quanto a produção do conhecimento histórico guarda íntimas relações com a vida humana prática e, em se tratando do historiador Luis Palacín Gomez, essa relação mostra-se intensamente viva.

Referências Bibliográficas

- GOLDMANN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia: Que é a Sociologia? São Paulo: DIFEL, 1974, Trad. Lupe C. Garaude e José Arthur Giannotti.
- PALACÍN, Luis. Sociedade Colonial: 1549-1599. Goiânia: Ed. da UFG, 1981.
- _____. Subversão e Corrupção: Um Estudo da Administração Pombalina em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 1983.
- _____. Vieira e a Visão Trágica do Barroco: Quatro estudos sobre a consciência possível. São Paulo: Hucitec, Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986 a.
- _____. Quatro Tempos de Ideologia em Goiás. Goiânia: Cerne, 1986 b.
- _____. Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista. Goiânia: Ed. da UFG, São Paulo: Loyola, 1990.
- _____. O Quinto Império, Utopia de um Século Férreo. In: Ciências Humanas em Revista, v. 5, n ° 2, p. 107-118, jul.dez, 1994.
- _____. Vieira entre o reino imperfeito e o reino consumado. São Paulo: Loyola, 1998.

ARTE E HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DO PAINEL INCONFIDÊNCIA MINEIRA, DE JOÃO CÂMARA FILHO, NO PANTEÃO DOS HERÓIS DA PÁTRIA EM BRASÍLIA.

Maria Madalena Gomes da Silva*

ABSTRACT

The aim of the present work is, from the analyses of *Mineira Inconfidence* panel, from João Câmara Filho; Did, in eighties, for Heroic Pantheon of native country in the Brazilian contemporary modern art – this survival is related to an intermittent recurrence, in the International Art of 20th century, the figurative of matrix politician narrative.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é, a partir da análise do painel *Inconfidência Mineira*, de João Câmara Filho; realizado, na década de 1980, para o Panteão dos Heróis da Pátria, em Brasília; pensar na sobrevivência do chamado ‘gênero histórico’ na arte moderna e contemporânea brasileira, - sobrevivência esta relacionada à uma intermitente recorrência, na arte internacional do século XX, da figuração narrativa de cunho político.

PALAVRAS CHAVE: gênero histórico, pintura histórica, arte e história.

KEYS WORDS: historical gender, historical painting, art and history.

Efetivamente, embora o desenvolvimento da arte do século XX tenha apontado o rumo do abstracionismo e de um conceitualismo crescente, é notável que algumas das principais obras e correntes artísticas deste período tenham retomado certa tradição de cunho figurativo e narrativo. Retomada compreendida frequentemente pela crítica, e mesmo pela história da arte, como uma espécie de retrocesso, de desvio conservador - perspectiva que pretendemos ultrapassar aqui, rompendo esta lógica avaliativa e buscando analisar a obra de João Câmara Filho em sua própria singularidade e razão de ser. Podemos pensar, neste contexto, tanto no *Guernica*, 1937 de Picasso (obra que, ao menos em seu formato e temática, deriva de certa

* UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

tradição da grande tela de pintura histórica, objetivando um sentido de ‘arte pública’), como também nas variadas correntes figurativas e realistas - tais como, no plano internacional, o Novecento italiano, o próprio surrealismo e o realismo social, e já em fins do século XX a Transvanguarda e o Neo-expressionismo, e, no ambiente brasileiro mais recente, a Nova Figuração ou a chamada Geração 80 - que, como as águas de um rio subterrâneo, constantemente afloraram, de tempos em tempos na cultura artística do século XX.

É evidente que o que moverá cada um destes movimentos serão razões muito distintas, e que cada um deles possuirá suas irreduzíveis especificidades e pretensões. Haverá, no entanto, entre eles, alguns componentes comuns, como o apego à figuração e à determinado sentido narrativo (que se manifestará em maior ou menor grau) e, também, de modo velado ou explícito, um certo apelo à tradição. Mesmo que a uma tradição apenas ‘do fazer’, como no caso da permanência e predominância, neste contexto, da linguagem da pintura (ver exemplo da Geração 80).

O caso do novecento italiano (que influenciaria a produção de artistas de outros países, e mesmo do Brasil, sobretudo na primeira metade do século XX) é emblemático das discussões aqui em pauta porque, nele, a conexão posta não é apenas com a tradição, mas também com o próprio conceito de modernidade, sendo uma meta destes artistas a intenção de ser simultaneamente nacional, ou ‘regional’, e moderno (meta que estaria presente também, em grande medida, na poética do próprio João Câmara Filho):

“Così sorse in Milano il gruppo del Novecento italiano, con quel nome come parola d’ordine. Gli si rimproverò persino di aver voluto ipotecare tutto per sè un secolo nuovo, appena cominciato. In realtà, quegli artisti volevano soltanto proclamarsi italiani, tradizionalisti, moderni. Affermavano fieramente di voler fermare nel tempo qualche aspetto nuovo della tradizione.” (SARFATTI:1930,123-126)

O chamado ‘gênero histórico’, ou, também, ‘pintura de história’, tomou forma definida, como um gênero específico de grande importância, sobretudo no ambiente cultural da Europa moderna, atingindo seu auge na cultura artística do século XIX, ligada aos paradigmas acadêmicos, de uma arte a serviço do Estado, visando, sobretudo, contribuir na construção simbólica dos Estados nacionais - contexto no qual a pintura de história se firmaria também no território brasileiro, desde princípios do século XIX.

A pintura histórica, como instrumento de estudo, permite relação com questões do tempo e do espaço, bem como acontecimentos e memórias, que possivelmente recorreremos para a escala da sobrevivência da pintura do gênero muralista, definida nas obras do mexicano David Alfaro Siqueiros, as quais se desdobram para um contexto modernista, que de certa forma refletiu nas correntes artísticas brasileira no século XX.

As atribuições ao gênero de pintura muralista é possível, analisar as perspectivas do artista e suas convicções político-sociais em cenas que explicam por fatos históricos como constroem a imagem oficial do país, por meio da pintura.

Estas questões históricas da pintura possibilitam uma mediação entre o observador e o acontecimento representado no espaço pictórico. Este espaço, o qual sua linguagem permeia as aspirações, medos e esperanças, leva à subjetividade de um povo que passa a reconhecer a problemática da pintura e o espaço arquitetônico através do contexto histórico.

“É natural que os artistas mexicanos, libertando-se do academicismo tradicional, tenham estabelecido relações com as correntes modernas européias orientadas em sentido “populista”: o Expressionismo alemão e as primeiras tendências modernistas e vanguardistas russas (...). SIQUEIROS é o maior expoente da segunda geração: para ele, a revolução nacional-popular mexicana é apenas o primeiro ato de uma revolução mundial” (ARGAN, 1992, p.492).

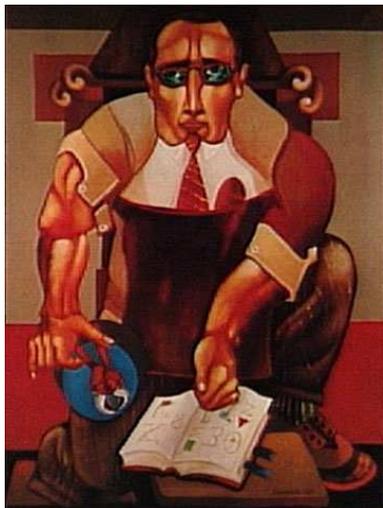
Muralismo mexicano teve grande contribuição para a ‘pintura histórica’, uma arte engajada, que permanece dentro do moderno buscando uma retratação fiel da realidade. Caracterizou principalmente as correntes propulsoras e detentas de um realismo social, na busca de uma representação, sobretudo política revolucionária. Na arte brasileira não vai ser diferente a busca por um ideal político evidente no modernismo resquício da das vanguardas européias e mexicanas.

“Se a inexistência de um fenômeno como a Revolução industrial, definidor de novos modos de percepção e de articulação, é um fato que não pode ser deixado de lado quando se analisa a arte brasileira, é igualmente importante lembrar que a concepção de modernidade entre nós é gerada num momento particular da história mundial, naquele primeiro pós-guerra que estava assistindo ao repúdio das propostas das vanguardas, à ascensão de sistemas nacionais (...)” (FABRIS, 1994, p.82)

Raízes do gênero histórico ou Pintura histórica está, sempre, relacionada a um contexto político específico, pois ela sempre também um instrumento de construção de uma identidade, o que faz parte, de um modo ou outro de uma estratégia de poder. A pintura histórica não é apenas uma pintura narrativa, mas também um efetivo discurso sobre a história. Mais que isso, a pintura de história nunca se refere em verdade, apenas ao passado, pois ela é, em última instância, sempre um discurso sobre o próprio presente¹. É, portanto necessário refletir aqui sobre o porquê da obra em questão – o painel *Inconfidência Mineira* de João Câmara – haver sido encomendado pelo Governo do Distrito Federal justamente na década 1980. A primeira vista, não só o painel, mas o conjunto arquitetônico no qual esta inserido – *O Monumento aos Heróis da Pátria*, em Brasília – podem ser lidos, primeiramente, como um monumento em homenagem a própria redemocratização da vida política nacional. Monumento este, encomendado, não a toa, pelo primeiro governo civil no Brasil após o ciclo militar iniciado em 1964. Esta leitura, porém, talvez seja insuficiente para compreender-se completamente todas as intencionalidades existentes na concepção e materialização dos objetos em questão. A escolha do pintor João Câmara Filho, como executor de tal encomenda, é neste sentido altamente significativa, na medida em que já desde da década de 1970 o artista vinha realizando uma série de pinturas narrativas nas quais o drama político contemporâneo (censura, tortura, perseguições, exílios, etc) se apresentava de modo explícito – tais como em, entre outras obras, *Friendly persuasion, 1970* e *Uma confissão 1971*.

“Vou numa dessas viagens que os americanos dão a estrangeiros eleitos por méritos que eles julgam positivos ou aos que, por estarem no limite crítico ao Império, devem receber a lição das trilhas institucionais e democráticas e, ao mesmo tempo, a correção de cursos e desvio através da simpatia – uma “friendly persuasion” notavelmente bem organizada” (CAMARA, 2001, p.103)

¹ O filme 300, ligadas a noção de que ele referindo-se a batalha das Termópilas, está, em verdade expressando parte do atual conflito entre ocidente cristão e oriente muçumano. É também refletir como o cinema herdou, em grande medida, a tarefa e os poderes narrativos da Pintura de História - e com isto seu caráter político.



Friendly persuasion, 1970
Óleo s/ madeira 122 x 98 cm
Col. Gilberto Chateaubriand, RJ



Uma confissão 1971
Óleo s/ madeira 160 x 200 cm
Col. Mac-USP

A ligação assim entre o painel *Inconfidência Mineira* e esta produção anterior do artista é evidente: os inconfidentes não estão mais, portanto apenas no passado. Eles estão vivos, renascidos do sangue destes novos mártires contemporâneos. Se no plano artístico e simbólico tal operação parece não ter maiores conseqüências, é para a intencionalidade política do uso de tal operação que devemos estar atentos².

Necessário também é compreendermos como a poética de João Câmara Filho será uma das poucas a servir, ainda na década de 1980, a este gênero de discurso. Visto nesse período como um artista relativamente ‘desatualizado’ em relação aos seus contemporâneos – e justamente, em grande medida, por seu permanente apreço pela narração de cunho crítico e político – a obra de João Câmara Filho, em verdade, sempre guardará uma distancia em relação a de seus contemporâneos, mesmo quando estes sentiram a necessidade de um retorno a figuração de cunho político e social como na chamada Nova Figuração ou Nova Objetividade Brasileira.



Painel Inconfidência Mineira, 1986. Acrílica sobre tela, 21,00 m x 4,00 m.

²Havendo uma grande diferença entre Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes e Tancredo Neves, apesar da coincidência, forjada ou não, da data de morte de ambos São muitas as suposições de que a morte de Tancredo Neves tenha sido planejado para coincidir com o 21 de abril data da qual se homenageia Tiradentes

A obra *Inconfidência Mineira*, é provável no aspecto da figuração de inteira expressividade, na qual tece uma série de informações sobre a história política do Brasil, vivenciando uma encruzilhada de tempos, lugares e cultura. Por um lado, transporta e incorpora a informação, erudita ocidental inserindo-a numa lógica de reflexão, um caminho de pintura sobre pintura. Não trata apenas da relação formal estabelecida com a História da pintura, mas também com a das condições da época. A imagem incorpora a luz, a cor, os corpos e espaço, mas por outro lado explora todas as possibilidades da iconografia³, criando cenas em que o artista leva a ver o espectador as imagens de forma ilusionistas, corpos, objetos e luz tecendo e construindo o acontecimento por meio da plasticidade na produção da imagem simultânea a formas e luz criando harmonia e relação de contraste no painel.

A organização dos elementos estabelece uma conversa ao mesmo momento que a forma é resultado de idéias experiências, criatividade e arranjo de elementos plásticos, criando respostas para as inquietações, construindo uma metodologia que torna um pensador extremamente original. Melhor definindo a expressão de uma época, de um sentimento nacional e de um temperamento pessoal, lançando mão de uma teoria dogmática.

Não só uma questão de arquitetura e escala, nem de processamento e voga dos estilos. Há a cópia, a réplica, a refundição exaurida, o sucedâneo, a cópia da réplica, a adaptação continuada, a metamorfose tosca (a semântica e a corruptela) dos Ornatos e das fachadas, a mão pesada (agrícola e não urbana) no dorso das estátuas. A timidez, a mesquinhez, o parco recurso que reduz esplanadas e becos. E há a luz corrosiva e a chuva insidiosa e a ferrugem e o lodo, o mofo, as ervas, avencas e matos que brotam de qualquer rachadura, como se estilos e modelos históricos fossem o melhor adubo nestes trópicos. (CÂMARA, 2001 p.142)

A pintura de gênero ela se completa pelos seus elementos que integram a pintura e a arquitetura dialogando por meio da clareza intimamente ligada a forma de representação: na linha e a composição da estrutura favorecendo a leitura da obra. Sendo possível perceber nas fachadas, na pintura de parede, forro de casas e igrejas possibilitando contemplar o conjunto, ou seja, a integração das artes. A partir deste viés é possível pensar o conjunto é criando possibilidades de análise da obra “*Inconfidência Mineira*” que de certo modo há uma narração figurativa de cunho político, que contempla a sobrevivência da pintura histórica na modernidade. Assim dialogando com Wölfflin de que: Melhor definindo, o estilo “a expressão de uma época, de um sentimento Nacional e de um temperamento pessoal” (WÖLFFLIN, p. 16-17)

Sobretudo é de grande importância para o que chamamos de ‘pintura histórica’ ou ‘pintura de gênero’ colocar questão a ser pensada na obra; como o conjunto, a arquitetura e a pintura,

³ Segundo o dicionário Aurélio: Documentação visual que constitui ou completa obra de referência e/ou de caráter biográfico, histórico, geográfico, etc.

percebendo que há necessidade de integração dos elementos para a comunicação visual. A expressão é dada pelo volume da forma, a composição é de inteira destreza, um estilo em que o espaço arquitetônico e pictórico contemplando a busca de harmonia das linhas, criando a ilusão de movimento que constituem a imagem envolvendo relações entre o ambiente interno e externo e ao mesmo tempo em que cria uma simetria que se convergem.

Neste contexto há necessidade do Panteão⁴ da Pátria é o lugar para homenagear os heróis nacionais, porém o lugar que a pintura e a arquitetura se forma único, que é o Panteão, de origem grega que na modernidade retoma ao clássico na forma de se pensar a construção a unidade dos elementos, de um lado a arquitetura e de outro a pintura, mas que a funcionalidade é a forma a estética em retomar a história dos heróis que contribuíram para a formação do país.

⁴ Segundo o dicionário Aurélio: Monumento arquitetônico destinado a perpetuar a memória de homens famosos (heróis nacionais, artistas, estadistas, etc.), e que, em geral, contém seus restos mortais

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADES, Dawn. Arte na América Latina – A era moderna – 1820-1980. São Paulo: Cosac & Naify, 1997.
- AMARAL, Aracy. Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira 1930-1970. 2ª ed. rev. SP: Nobel, 1987.
- ARANTES, Otília (org). Política das artes – Textos escolhidos Mário Pedrosa. São Paulo: EDUSP, 1995.
- ARGAN, G.C. Arte Moderna. São Paulo:Cia das Letras, 1992.
- AZEVEDO, Paulo Ormino. Urbanismo de trazado regular em los dos primeros siglos de la colonización brasileña. In: Estudos sobre Urbanismo Ibero Americano, Sevilha, 1990, p: 306-320.
- BARROS, José Márcio. Velhas e novas questões sobre cultura e identidade, inédito, 2001.
- CÂMARA FILHO, João. Construir uma Inteligência do Prazer. [Entrevista a Frederico Morais]. In: O Globo. Rio, 8/10/1981.
- _____. Duas Cidades. Pinturas e Objetos. São Paulo. Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2002
- CHARLES, S. Peirce. Semiótica. Editora Perspectiva S.A. - SP 1977.
- CHARTIER, Roger. História cultural – entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- FABRIS, Annateresa. Portinari, pintor social. SP: Perspectiva, Edusp, 1990. Coleção estudos.
- _____. (org.). Modernidade e modernismo no Brasil. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1994. Coleção arte: ensaios e documentos,
- _____. “A questão futurista no Brasil” in BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.) *Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo, Memorial: UNESP, 1990.
- KUBLER, George. Arquitectura Mexicana dl Siglo XVI. Traducción de Roberto de la Torre, Graciela de Garay y Miguel Ángel de Quevedo. 1948, Yale University Press, Plublishers, Westport.
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. Arquitetura Brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- MORAIS, Frederico. João Câmara Filho/Cenas da vida Brasileira – 1930/1954. Edição conjunta Grupo Othon, Prefeitura da Cidade do Recife e Fundação Roberto Marinho, Recife, 183pp,1980.

- O OLHO de João Câmara sobre as cidades. *Continente Multicultural*, Recife, ano 1, n.0, p.16-47, dez. 2000.
- ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. A moderna tradição brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PANORAMA DA ARTE BRASILEIRA. São Paulo: MAM, 2006.
- PEDROSA, Adriano. Azulejões. Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro 2001.
- PEDROSA, PEDROSA, Mário. Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.
- REYERO, Carlos. *LA PINTURA DE HISTORIA EM ESPAÑA*. Madrid: Cátedra, 1989.
- SARFATTI, Margherita, *Storia della pittura moderna*, Roma, Cremonese ed. 1930.
- SILVA; PINHEIRO; FRANÇA. Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos. 5.ed. ver. e ampl. Uberlândia: EDUFU, 2006.
- STAROBINSKI, Jean. 1789: Os Emblemas da razão. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- Fontes, 1992.
- TOLLEDO, Benedito Lima. Do séc. XVI ao início do séc. XIX: maneirismo, barroco e rococó. In: *Historia Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: IWMS, 1983.
- ZILIO, Carlos. A querela do Brasil: a questão da identidade da arte brasileira: a obra de Tarsila, Di Cavalcanti e Portinari/ 1922-1945. Rio de Janeiro: Funarte, 1982.
- ZANINE, W. História Geral da Arte no Brasil. Instituto W. M. Salles: São Paulo, 1983 (Vol 2).
- WÖLFFLIN, Heinrich. Renascença e Barroco: Estudo sobre a Essência do Estilo Barroco e a sua Origem na Itália. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1989.

A REPRESENTAÇÃO DA LUTA COMUNISTA NA OBRA LITERÁRIA *OS SUBTERRÂNEOS DA LIBERDADE*, DE JORGE AMADO.

JAQUELINE PEIXOTO VIEIRA DA SILVA*

Resumo:

Esse trabalho é resultado do estudo em andamento sobre a representação do movimento comunista na obra literária *Os Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado. Uma obra ficcional, que tomamos também como fonte historiográfica para a análise de um tempo e de ações e movimentações ideológicas sobre as idéias comunistas e os possíveis sujeitos que se envolveram nessa trama. Um trabalho interdisciplinar entre a História e a Literatura com o olhar para a trajetória do autor Jorge Amado e os significados interpretados sobre os personagens da obra.

Abstract:

The following work is the result of the ongoing study about a representation of the communist movement from Jorge Amado's literary masterpiece *Os Subterrâneos da Liberdade*. It is a fictional masterpiece, which was also used as a source in the written history in order to analyze time, ideological movements concerned with communist ideals and the possible characters involved in this plot. This is an interdisciplinary work between History and Literature which focus on the author Jorge Amado's trajectory and the meanings behind the characters in his book.

Palavras chaves: história, literatura e comunismo.

Key words: history, literature and communism.

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU.

Parte dessa pesquisa foi apoiada pelo CNPq com orientação do professor Dr. Eduardo Tollendal do Instituto de Letras e Linguística/UFU.

A obra literária *Os Subterrâneos da Liberdade*, é composta pela trilogia: *Os ásperos tempos*; *A agonia da noite* e *A luz do túnel*, e foi escrita nos primeiros anos da década de 1950 quando Jorge Amado estava exilado na Europa.

Perseguido no Brasil, o escritor é aclamado no leste europeu, instala-se no “Castelo dos Escritores” da Tchecoslováquia, antiga residência de aristocratas que o governo comunista transforma em hospedaria para os novos “engenheiros da alma humana”. É aí que escreve os três volumes do romance, entre novas viagens, palestras e congressos. Desse contato – intelectual e político com a realidade do comunismo, nasce o inegável perfil apologético dos Subterrâneos. (DUARTE, 1995: 273-274).¹

A obra descreve o Brasil na década de 1930 e as lutas e mobilizações comunistas por todo o país. Apresenta diversos movimentos sociais, tais como: as mobilizações dos trabalhadores/as nas fábricas paulistas, paralisação do Porto de Santos pela greve, manifestações indígenas na Bahia e a guerrilha camponesa no Vale do Rio Salgado, no Mato Grosso e juntamente com esses movimentos estão as articulações dos militantes comunistas que seguem orientações do PCB e informes internacionais.

Ela também é um relato ficcional da própria memória do autor, que vivenciou os debates políticos naquela época e a militância comunista, além de ter sido eleito deputado em 1946 pelo P.C.B.

Amado (1912 – 2001) conheceu o Partido Comunista do Brasil - PCB e atuou ativamente na sua organização. Enquanto escritor produziu obras engajadas que apresentavam e divulgavam as ideologias comunistas, e suas obras foram publicadas em vários países do mundo.

Em 32, em parte por influência de Raquel de Queiroz, aproxima-se da militância esquerdista: lê novelas da nova literatura proletária russa e do realismo bruto norte-americano (...). Ainda no decênio de 30 conhece a América Latina e vê seus primeiros livros traduzidos para vários idiomas. Nos anos da II Guerra faz literatura de propaganda política e envolve-se na oposição ao Estado Novo, sendo preso em 1942. Livre, passa algum tempo na Bahia onde retoma literariamente cenas e tipos de Cacau, em Terras do Sem-Fim e São Jorge de Ilhéus. Eleito deputado, em 1946, pelo P.C.B. , resolve exilar-se quando do fechamento deste. Viaja longamente pela Europa Ocidental e pela Ásia (1948-52). As traduções dos seus livros alcançam então altas tiragens nos países socialistas. Voltando ao Brasil, traz escritas obras abertamente partidárias (O Mundo da Paz, Os Subterrâneos da Liberdade). Instala-se, por algum tempo, no Rio, onde dirigirá o semanário Para Todos. (BOSI, 1981: 457)²

Mas Amado não produziu somente obras de engajamento comunista, ele também tratou de temas como o folclore, festas populares, questões de gênero, sexualidade e problematização regionalista (tal como da região do cacau no Brasil).

¹ DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado**: romance em tempo de utopia. Natal: UFRN Editora Universitária, 1995. 346 p.

² BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo, Editora Cultrix, 1981.

Muitas pessoas que conheceram Jorge Amado, relatam que ele era um escritor que caminhava pelas cidades em busca de histórias. Histórias de vida de sujeitos do cotidiano. Ele observava o mundo e falava sobre o que via, misturando sentimentos, fantasias, realidades e ficções em suas obras.³

Escrevia livremente, com uma linguagem popular e simples. Ele se denominava um contador de histórias, dizia que apenas contava histórias. Na obra *Cacau* (1933), Amado “provoca a crítica ao colocar em epígrafe a afirmação de que teria escrito o livro com um ‘mínimo de literatura’ e um ‘máximo de honestidade’.”⁴

O crítico literário Alfredo Bosi é categórico em seu comentário sobre a obra de Amado, ele diz:

Cronista de tensão mínima, soube esboçar largos painéis coloridos e facilmente comunicáveis que lhe franqueariam um grande e nunca desmentido êxito junto ao público. Ao leitor curioso e glutão a sua obra tem dado de tudo um pouco: pieguice e volúpia em vez de paixão, esteriótipos em vez de trato orgânico dos conflitos sociais, pitoresco em vez de captação estética do meio, tipos “folclóricos” em vez de pessoas, descuido formal a pretexto de oralidade... Além do uso às vezes imotivado do calão: o que é, na cabeça do intelectual burguês, a imagem do eros do povo. O populismo literário deu uma mistura de equívocos, e o maior deles será por certo o de passar por arte revolucionária. No caso de Jorge Amado, porém, bastou a passagem do tempo para desfazer o engano. (BOSI, 1981: 458-459)⁵

Mas é preciso rever toda a obra do autor e o tempo histórico que ele descreve e vivencia. Muitos preconceitos a respeito de Amado se dão devido a sua formação stalinista e ao seu engajamento com o Partido Comunista do Brasil – PCB.

Ao longo de duas décadas, entre os anos 30 e 50, ele mesmo admitiu, Stalin foi seu ídolo. (...) Já em 1951, exilado em Praga com a mulher Zélia Gattai, e com grande amargura, ele desconfiava dos métodos do regime soviético. ‘As dúvidas crescem, não devemos duvidar, não queremos duvidar’, debatia-se. As revelações feitas por Nikita Krushev, em 1956, a respeito dos terrores do regime de Stalin foram uma pá de cal em suas crenças. (CASTELLO, 2006: 28)⁶

Observando dois momentos da obra literária de Jorge Amado, temos que entre os anos de 1931 a 1954, aproximadamente, o autor fez escolhas ideológicas sobre sua postura no mundo e essas escolhas ficaram refletidas em seus trabalhos. Entre as obras *O país do carnaval* (1931) até *Os Subterrâneos da Liberdade* (1954), “prepondera a representação dos antagonismos sociais e políticos, segundo o paradigma da luta de classes.”⁷

³ AGUIAR, Josélia. As cartas de uma vida inteira. **Entre Livros**, São Paulo, ano 2, n. 16, p. 35-39, ago. 2006.

⁴ DUARTE, Eduardo de Assis. Escrita engajada. **Entre Livros**, São Paulo, ano 2, n. 16, p. 40, ago. 2006.

⁵ BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo, Editora Cultrix, 1981.

⁶ CASTELLO, José. Realismo Sensualista. **Entre Livros**, São Paulo, ano 2, n. 16, p. 28, ago. 2006.

⁷ DUARTE, Eduardo de Assis. Escrita engajada. **Entre Livros**, São Paulo, ano 2, n. 16, p. 40, ago. 2006.

A partir de 1958 com a obra *Gabriela, cravo e canela*, o autor se posiciona politicamente de outra forma, denunciando outras questões sociais, tais como as relações de gênero, em trabalhos não menos importantes.

Entre 1930 e 1988 o mundo se transformou e Amado acompanhou diversas transformações. As paixões revolucionárias foram repensadas por diversos intelectuais. Houve até mesmo aqueles que falaram sobre o fim da história, se referindo a derrota do projeto comunista. Amado se decepcionou com o governo stalinista, mas mesmo pouco antes de sua morte ainda afirmou: “Só resta o socialismo, mais nada”⁸. Se referindo talvez a um projeto que beneficiasse a humanidade, um projeto coletivo e democrático, nunca alcançado. E é sobre esse projeto coletivo que muitos personagens da obra *Os Subterrâneos da Liberdade* lutam. Personagens que o escritor deixou para contar uma ideologia.

Os Subterrâneos da Liberdade faz um acerto de contas com a política Vargasista, apresentando reflexões sobre as negociações financeiras e políticas internacionais daquele período histórico, e ainda, traz relatos surpreendente sobre as torturas sofridas pelos comunistas apresentando personagens fictícios e outros reais. O livro apresenta vários personagens fictícios e também não deixa de apresentar personagens que a História já conhece, tais como: Luis Carlos Prestes e Olga Benario, que são dois sujeitos de destaque na luta comunista nos anos de 1930, e são citados com eloquência pelo narrador em vários momentos da obra.

O livro também retrata momentos da ditadura varguista após 1937, os tramites do Partido Comunista do Brasil - (PCB) enquanto estava na ilegalidade, a repressão da polícia política aos militantes comunistas, a movimentação da Aliança Nacional Libertadora – (ANL) que reivindicava reformas sociais contra o imperialismo, o latifúndio e à ameaça fascista, e também sobre a Ação Integralista Brasileira – (AIB) que surgiu em 1932 e fora inspirada no modelo fascista europeu.⁹

⁸ CASTELLO, José. Realismo Sensualista. **Entre Livros**, São Paulo, ano 2, n. 16, p. 33, ago. 2006.

⁹ “Após a vitória do movimento de 1930, que conduziu Getúlio Vargas ao poder, o Brasil caiu num verdadeiro vazio partidário, afinal preenchido por duas organizações de tendências opostas: a Ação Integralista Brasileira (AIB), inspirada no modelo fascista europeu, surgida em 1932, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de 1935 que reivindicava reformas sociais com urgência.

Foi este o clima de polarização política – que refletia uma tendência mundial – encontrado pelo casal Luiz Carlos Prestes e Olga Benario ao desembarcar no Brasil, em abril de 1935. Este foi um ano especialmente turbulento. À crescente radicalização do governo corresponderia a radicalização das esquerdas. A ANL, também declarada ilegal, e o Partido Comunista do Brasil (PCB) articularam os levantes revolucionários que a história oficial denominaria pejorativamente de Intentona Comunista.

Deflagrada por sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão, que assumiram em nome da ANL o controle do quartel, uma revolta eclodiu em Natal, a 23 de novembro de 1935, com a participação de alguns elementos civis. O

É interessante atentarmos que vários documentos históricos, tais como: livros, filmes, relatos e músicas retratam a repressão policial aos militantes comunistas no Brasil após o golpe de 1964, e observamos, conforme sugere a obra de Amado, que talvez as práticas de repressão e até tortura eram freqüentes na década de 1930. Olhar para esses dois períodos, entendendo que são momentos históricos diferentes, mas que apresentam semelhanças quanto à perseguição aos comunistas, nos leva a refletir sobre as práticas e as ideologias que tanto alarmavam determinado grupo social.

E sobre o título da obra: *Os Subterrâneos da Liberdade* – essa é uma expressão pertinente para a análise do livro e da fonte histórica que representa. A obra constrói um olhar sobre o movimento comunista que se desenrolou, também, nas vias *subterrâneas*. Além da organização do Partido Comunista do Brasil – PCB, também vários sujeitos engajaram-se no movimento, levados por valores ideológicos que vivenciavam nos diversos ambientes sociais, tais como: na família, no trabalho e entre os amigos. E é esse engajamento de diversos sujeitos e em diversos ambientes que se apresenta como *subterrâneo*. Através da obra, verificamos que a trajetórias de luta comunista teve força no Brasil e em outras regiões do globo, devido também, aos sentimentos e ideologias que se formaram nos territórios *subterrâneos*. Com ações que não estavam totalmente determinadas pelos partidos políticos de tendência comunista, entretanto observamos a presença marcante do partido como órgão organizador de uma estrutura e estratégias para se alcançar algumas finalidades. Assim, a obra dialoga com esse mutualismo, a aliança entre a estrutura organizacional do partido e seus dirigentes e o envolvimento de sujeitos oriundos da sociedade cotidiana, que talvez em algum momento, não estavam ligados diretamente à direção do partido, mas que simpatizavam com a causa e acreditavam nas propostas de transformação da sociedade pelo viés comunista.

Durante a produção dessa obra, a União Soviética ainda compunha um império político de esquerda, presente e fortalecido no mundo, e as ideologias comunistas ainda se miravam nos

despreparo na organização do movimento fez com que fosse rapidamente sufocado, o mesmo acontecendo com a rebelião ocorrida, no dia seguinte, no 20º BC, de Recife. Por fim, em 27 de novembro, as forças legalistas puseram fim ao levante do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Ao final desses acontecimentos a repressão aumentou ainda mais, com a prisão de vários líderes comunistas. Prestes é preso e levado a julgamento em 1936. Diante da ameaça do “perigo vermelho”, Vargas conseguiu no Congresso poderes cada vez mais amplos, num processo que culminou com o estabelecimento de um governo ditatorial, o Estado Novo, Implantado pelo golpe de 1937. Prestes passou nove anos na cadeia. Olga morreu num campo de concentração da Alemanha nazista.” In.: PRESTES, Anita Leocádia. Revolucionária, sem perder a ternura. **Nossa História**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 9, p. 21, Julho de 2004.

exemplos de revoluções vitoriosas, que prometiam eliminar a miséria e a exploração do trabalho a caminho de uma sociedade mais igualitária e livre da diferenciação de classes sociais.

Muitos intelectuais acreditaram na possibilidade de construção de outras estruturas sociais, capazes de proporcionar um mundo melhor. Pautado nas idéias de produção coletiva e organizada coletivamente pelos trabalhadores e em benefício de todos. Certamente, o próprio Amado acreditou apaixonadamente nesse projeto social, mas no decorrer histórico, o que verificamos foi a não consolidação desse projeto maravilhoso e a queda da União Soviética.¹⁰

Os personagens da obra apresentam idéias e ideologias que os impulsionam a agir apaixonadamente pelas causas comunistas. O compromisso dos militantes com o partido é outra característica marcante em vários personagens da obra. Por exemplo, analisando de forma sucinta a personagem Mariana, podemos questionar valores, histórias e memórias a respeito do movimento comunista brasileiro na década de 1930.

Assim, temos que, o pai de Mariana era militante do partido comunista, e desde a sua infância ela convive com as diversas reuniões que aconteciam em sua própria casa. E foi a partir do amor e convívio com o pai que Mariana se interessou pela luta política.

A família de Mariana eram pessoas humildes, trabalhadores na cidade de São Paulo. Mariana parou os estudos aos 15 anos e fora trabalhar em uma fábrica de tecidos. Logo sua irmã mais nova, fora lhe fazer companhia.

Seu pai, ainda jovem, conheceu a militância política e diversas interpretações sobre as ideologias comunista e a possibilidade de construção de outro modo de vida social. Nos lugares onde trabalhou, envolveu-se com as organizações dos trabalhadores: discutia sobre as suas atuações, as condições de trabalho, a maneira como viviam... Com esse comportamento não conseguiu se manter empregado por muito tempo. Estava sempre em busca de um novo emprego, pois era demitido logo que percebiam suas ações. A mãe de Mariana sofreu muito com tudo isso. E sempre teve que trabalhar para ajudar no sustento da família.

Sobre a maneira como se comportava, o pai de Mariana explica:

- Eu mesmo não sei muito, minha filha. Foi já depois de homem feito que compreendi a significação da nossa luta. E isso mudou tudo para mim: antes a vida era vazia e eu achava o trabalho um ganha-pão apenas. Vocês duas eram pequenas, tua mãe era moça e bonita, e, no entanto, muitas noites eu ia pra a rua, pra casa de amigos ou pro botequim. Hoje no Partido, sei que o trabalho não é humilhante, humilhante é a opressão e que só lutando contra ela podemos melhorar a vida. Desde então tudo foi

¹⁰ Ver a autobiografia de Pagu (Patrícia Galvão) - 1910 – 1962: GALVÃO, Patrícia. **Paixão Pagu**: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão. Organizador: Geraldo Galvão Ferraz, 1 ed. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

alegre para mim e nunca mais me cansei de vocês... A mãe tem sofrido muito com essa minha vida, sei que às vezes vocês têm passado dificuldades. Mas penso que estou no caminho direito, no único que liberta a gente do sofrimento. (Os Subterrâneos da Liberdade, 1969: 42-43)¹¹

Aos 18 anos, logo após a morte do seu querido pai, Mariana ingressa no Partido Comunista, levada pelas paixões que vivenciou na trajetória de luta de muitos companheiros com quem conviveu.

Ingressara no Partido aos dezoito anos mas, em verdade, desde muito jovem sua vida estivera ligada aos comunistas. Seu pai tinha sido um dos mais antigos militantes do Partido e, na casa que ocupava antes da sua morte, um pouco maior e melhor que a atual, muita reunião ilegal se tinha realizado, muito material de propaganda tinha sido escondido e por mais de uma vez a polícia chegara pela noite, acordando os moradores, dizendo palavrões, ameaçando, vasculhando os menores recantos.

(...)

Mariana recordará sempre a primeira “batida” da polícia em sua casa. Ela não havia completado mesmo quatorze anos e era franzina e irrequieta. Os policiais apareceram pela madrugada e ela, através da porta entreaberta do seu quarto, os via tirando livros da pequena estante – aqueles livros que o pai lia pela noite adentro com uns óculos rebentados, amarrados com cordão, aqueles livros cujos dorsos Mariana limpava a cada dia para que o pai, ao chegar da fábrica, os encontrasse sem nenhuma partícula de pó, aqueles livros que ela amava então pelo amor que o pai lhes tinha – jogando-os sobre uma mesa, repetindo títulos que Mariana sabia de cor de tanto os mirar em mãos do pai, sentada aos seus pés, enquanto ele lia: “O manifesto comunista”, “Origem da família”, “O extremismo, doença infantil do comunismo”, um resumo do “Capital” em espanhol. Um dos investigadores os empilhava uns sobre os outros, enquanto, um pouco à parte, um cigarro apagado no canto dos lábios, um mulato de voz rouca, que parecia ser o chefe do grupo, dizia para seu pai:

– Prepare-se para nos acompanhar... (Os Subterrâneos da Liberdade, 1969: 39-40)

E sobre sua atuação no Partido, o narrador relata:

Depois foi a primeira reunião de célula¹², foram as tarefas na fábrica: distribuição da “Classe” e de material, agitação no sindicato, trabalho de finanças, as discussões, o estudo. A célula era pequena naquele tempo e o recrutamento fazia-se cercado de medidas de grande segurança; somente os mais provados nas lutas sindicais eram trabalhados para vir ao Partido. Mas aquela pequena célula ilegal dirigia os acontecimentos na fábrica, dali partiam as palavras de ordem reivindicativas, dali nasciam as agitações por aumento de salário, fora que aquela pequena célula o centro diretor da grande greve que reuniu todos os operários da fábrica, no ano de 1934, greve vitoriosa que consolidara o prestígio dos comunistas entre os trabalhadores. Mariana fizera parte do comitê de greve, eleito em tumultuosa assembleia de sindicato. Desenvolveu intensa atividade naqueles dias difíceis, quando era necessário convencer as operárias – grande percentagem na fábrica têxtil – das

¹¹ AMADO, Jorge. Os ásperos tempos. In: AMADO, J. **Os Subterrâneos da Liberdade**. São Paulo: Martins Editora, 1969. v. 1.

¹² As reuniões de “célula” ao qual o narrador se refere eram reuniões organizadas pelos militantes do partido em que o grupo envolvido discutia as medidas que tomariam para suas ações organizadas. Segundo a obra, algumas “células” eram compostas por poucos militantes e se organizavam, geralmente, na clandestinidade dentro das fábricas, sindicatos e casas dos companheiros simpatizantes da luta comunista.

possibilidades de vitória, das vantagens que se seguiriam àqueles dias sem salário quando crianças choravam pedindo o que comer. E tão bem trabalhou que, durante os piores dias, após a prisão de alguns companheiros e a despedida, pela direção da fábrica, de todo o comitê de greve e de outros operários, quando vários davam o movimento como derrotado, foram as mulheres as primeiras a votar pela sua continuação, já agora exigindo não apenas o aumento de salário, causa anterior da greve, mas também a liberdade dos presos e a reintegração dos demitidos. Mariana tinha sido logo despedida da fábrica mas se encontrava constantemente com os operários, conversando com um e com outro, animando a todos. Alguns dias depois a direção da fábrica cederá. O aumento de salário foi concedido e os operários demitidos voltaram. Alguns, porém, ainda estavam presos e a direção da fábrica dizia que nada tinha a ver com aquilo, era um assunto da polícia política. (Os Subterrâneos da Liberdade, 1969: 45-46)

A irmã de Mariana acompanhou toda a trajetória do pai e da irmã com incompreensão. Depois, casou-se com um pequeno comerciante, dono de um açougue. Tornou-se esposa e dona-de-casa deixando para trás a vida de operária na fábrica têxtil. Por vezes aconselhou Mariana, a abandonar essa vida que elas conheceram junto ao pai, dizia que o melhor era trabalhar e cuidar de si; comprar boas roupas, cuidar de suas mãe, talvez se casar e tentar ser feliz. E Mariana, para evitar discussões e confrontos foi se afastando da irmã. E sobre o comportamento da irmã de Mariana, o narrador ainda acrescenta: “Depois que casara, a irmã pensava pela cabeça do marido cuja única ambição era ver progredir o seu açougue, era adquirir outros.” (AMADO, 1969, p. 52). Nesse trecho, podemos pensar sobre o desejo em possuir propriedade privada e os privilégios que isso pode proporcionar. Sentimento construído historicamente e culturalmente no modelo capitalista e por vezes combatido pelos ideais comunistas.

A irmã mais moça preocupava-se com cinema, com vestidos – economizando no salário para comprar vistosas fazendas baratas – com romances para moças, namorava rapazes do bairro, parecia não tomar conhecimento das atividades políticas do pai. (Os Subterrâneos da Liberdade, 1969: 42)

Já após a greve de 1934 na fábrica têxtil, a proprietária, Marieta – Comendadora da Torre – percebendo a atuação de Mariana junto aos trabalhadores, manda um de seus gerentes oferecer-lhe um trabalho de governanta em sua casa. Assim, Mariana, trabalharia próxima dos olhares atentos de Dona Marieta e ficaria longe da atuação política da fábrica.

O gerente terminou de assinar uns papéis, voltou-se para ela, começou a lhe explicar:

– Tenho uma boa notícia para você. Você foi com um grupo de operários à casa da Comendadora, há alguns dias, não foi? Pois bem: a Comendadora gostou de você.

Apontou o retrato da velha – um quadro na parede do fundo, ao lado do retrato do finado Comendador – um retrato antigo de quando ela tinha uns cinquenta anos:

– Ela é assim... Quando uma pessoa lhe agrada, ela quer ajudá-la. Mandou lhe oferecer um lugar de governante em casa dela. É um presente do céu: bom ordenado, cinco vezes o que você ganha aqui, casa, comida, roupa à altura da casa, possibilidade de viajar, enfim, um lugar que eu desejaria para minha própria mulher...

E, com tanta gente que freqüenta a casa dela e você com essa carinha bonita, um dia arranja um bom casamento... Eu lhe dou os meus parabéns... (Os Subterrâneos da Liberdade, 1969: 50)

Mariana, veementemente, recusou o convite. O gerente ainda insistiu como pôde, mas ela não aceitou. E Mariana pensava sempre no companheiro Orestes e sobre o que ele pensava:

O velho Orestes conservava dos seus tempos de anarquista um horror pelos serviços domésticos, pelos empregos de criada de quarto, de governante, de mordomo, os quais segundo ele, criavam nos que os exerciam certa mentalidade servil de escravo e de mendigo. (Os Subterrâneos da Liberdade, 1969: 50)

Alguns meses depois da greve, Mariana foi presa, quando estava a caminho da fábrica e ficou incomunicável em uma cela por oito dias, mas a polícia não constatou nada sobre ela, apenas que era filha de comunista e que atuou ativamente na greve. Sobre a militância junto ao partido nada sabiam. Quando foi libertada, sua mãe e sua irmã ficaram comovidas, não sabiam o que poderia acontecer à Mariana e vê-la novamente em casa foi um alívio para as duas. Os outros companheiros ligados ao partido se sensibilizaram com a prisão de Mariana e estiveram presentes durante o tempo que ela estava presa. Ficaram atentos à sua família durante a sua ausência.

Outra alegria foi constatar que os camaradas se haviam preocupado em que nada faltasse à mãe. Todas as manhãs o velho Orestes vinha saber como a mãe estava, se havia o suficiente na pobre prateleira ao lado do fogão. Mariana conhecia bem as dificuldades financeiras do movimento, sabia a dureza da vida dos camaradas, os miúdos sacrifícios quotidianos, emocionou-se quando a mãe lhe estendeu a nota de cem mil-réis:

– O socorro mandou esse dinheiro mas não precisei ... (Os Subterrâneos da Liberdade, 1969: 54)

Após a temporada na prisão, Mariana foi demitida do trabalho na fábrica. E o narrador-personagem, nesse trecho, é pontual:

O gerente admirou-se de ver continuar a agitação entre os operários depois de sua partida. Comentou para o proprietário:

– Ela saiu mas deixou aqui os micróbios. Esses comunistas são como os ventos maus que trazem as infecções. Eles se vão mas a peste fica...

– O que a gente precisa é dos integralistas no poder – respondeu o proprietário.

– Eles saberão terminar com os comunistas. E não vai tardar, se Deus quiser. (Os Subterrâneos da Liberdade, 1969: 55)

Por toda a trajetória de Mariana até esse momento, os companheiros do partido escolheram-na para ser a intermediária entre os membros da direção regional de São Paulo do Partido Comunista do Brasil. E, além disso, Mariana era uma mulher, e poucos policiais desconfiariam de uma mulher jovem e de grandes olhos negros. Também não havia muitas

mulheres no partido por aqueles tempos, conforme relata o narrador.¹³ E em diálogo com o camarada Ruivo, observamos:

– *Você terá praticamente em suas mãos, Mariana toda a direção regional do Partido. Será a única pessoa a saber o endereço de certos dirigentes, praticamente a liberdade de cada um deles fica em suas mãos. Compreende o que isso significa?*
 (...)

 – *Significa que podem me matar de pancada na polícia, se eu cair, e não falarei. (Os Subterrâneos da Liberdade, 1969: 56)*

Contudo Mariana precisava de um trabalho, precisava continuar levando uma vida aparentemente normal. E logo arrumaram um emprego para ela no consultório de um médico. O médico nada sabia sobre a sua atuação no partido, ele era um simpatizante da causa comunista, mas, nada além disso. No consultório, Mariana cuidava da recepção, atendia os clientes e as ligações telefônicas; era um trabalho tranqüilo.

Em outra passagem da obras o narrador relata os sentimentos e reflexões da personagem Mariana sobre o momento político que ela vivenciava:

Mariana se habituara a considerar essa continua batalha dos comunistas como o cotidiano de certas vidas, mas via a vitória como uma longínqua aspiração, como a meta de um caminho a ser percorrido ainda por gerações e gerações. Esse sentimento a acompanhara, sem que ela mesma se desse conta, nos primeiros tempos de militância. Foi o movimento da Aliança Nacional Libertadora (...) que colocou pela primeira vez diante dela essa sensação de vitória visível no horizonte da luta subterrânea. Mas a derrota da insurreição de 1935, o fechamento da Aliança que a precedeu, e, sobretudo a prisão de Prestes, a haviam novamente jogado naquela sensação de uma luta sem termo, como, se em vez de caminharem, marcassem passo. Mariana sentia, mesmo em companheiros dedicados, nesses dias do ano de 1937, um certo desânimo refletindo-se sobre a atividade partidária, diminuindo-lhe o ritmo, expressando-se em críticas sussurradas sob a posição do Partido em face às candidaturas presidenciais, distantes das duas, mas procurando impulsioná-las para uma frente democrática, de luta contra o fascismo e o integralismo, utilizando a campanha eleitoral dos dois candidatos para levantar a bandeira da anistia a Prestes e aos demais revolucionários de 35. Alguns achavam que o Partido devia ter-se jogado de todo ao lado de um dos candidatos num compromisso eleitoral. Mariana defendia, nessas discussões, a linha do Partido, os companheiros da direção. Mas, antes de vir trabalhar com o ruivo, sentia ir-se apoderando dela, mesmo contra sua vontade, aquele clima de tensão pessimista, aquele cochicar junto às máquinas e nos encontros ilegais, tentando sobre um golpe fascista capaz de assassinar Prestes na prisão e tentando liquidar numa ofensiva fulminante, a atividade do Partido.¹⁴ (Os Subterrâneos da Liberdade, 1969: 58-59)

Essa personagem é movida por paixões e desejos de justiça. Em determinados momentos Mariana abre mão de sua própria vida para dedicar-se à luta comunista e pelo partido. Podemos

¹³ Ver página 55: “Por esse tempo não era muitas as mulheres no Partido e a polícia política muito mais facilmente seguiria a pista de um homem que a de uma jovem de grandes olhos negros.” (AMADO, 1969, p. 55)

¹⁴ Prestes não foi assassinado na prisão, na qual permaneceu por nove anos, conforme pressentiam os companheiros de luta comunista e relatado ficcionalmente pelo narrador em *Os Subterrâneos da liberdade*. Esse mesmo sentimento de aflição sobre a possibilidade do assassinato de Prestes na prisão também é verificado em outras obras, tais como: MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

pensar em várias interpretações a respeito dessa personagem e também sobre os anseios do próprio autor ao construí-la.

Outro ponto interessante está na maneira como ela aceita as orientações do partido. As orientações não são impostas, ao contrário, são apresentadas e acatadas de acordo com a vontade de cada um, geralmente, nos diálogos de crítica e autocrítica¹⁵, e a obra aborda esse procedimento em diversas passagens. Mas também apresenta personagens que não acatam as orientações propostas e esses conflitos entre as vontades de alguns personagens e as orientações do partido são descritas pelo narrador.

Amado não faz somente uma veneração ao partido e a luta comunista. Ele também trava reflexões a respeito de várias idéias, questiona algumas atitudes e propõe ações nos diálogos dos personagens. Assim, a obra não apresenta um único olhar, com ela podemos pensar em vários questionamentos que estavam presentes na militância comunistas e talvez na vivência do próprio autor.

Aqui apresentamos brevemente a personagem Mariana, que é relatada pelo narrador com vários sentimentos e com uma história de vida que mistura ideologias e memórias. A obra apresenta outros tantos personagens, descrevendo várias regiões do Brasil e suas trajetórias de vida e luta comunista e também personagens que lutam por outros ideais, com outros olhares sobre o mundo. Até mesmo personagens que defendem a estrutura capitalista de produção de acordo com ideologias bastante concretas. E aí o dialogo ideológico entre as concepções comunistas e capitalistas vão sendo construídas pelo autor na voz de um narrador que é ficcional, mas que expressa experiências de um tempo real.

Observamos nos trechos apresentados acima e também em toda a obra *Os Subterrâneos da Liberdade* o uso da escrita livre e popular. Em várias entrevistas o autor declara sua preferência por uma linguagem menos rebuscada, que proporcione entendimento a todos os leitores, com o compromisso de transmitir uma mensagem. Com esse pensamento, o autor escreve livremente, sem se prender às normas cultas da língua portuguesa. Frequentemente encontramos erros gramaticais na sua obra, tais como: ortografia, pontuação, conjugação verbal, entre outros. Amado afirmava que sua obra tinha um compromisso político e sua escrita era

¹⁵ Os diálogos de crítica e autocrítica eram conversas coletivas, onde cada sujeito expunha suas opiniões sobre o grupo e sobre suas atitudes diante das escolhas e tarefas realizadas. Nesse diálogo de crítica e autocrítica percebemos uma relação de construção coletiva dentre os militantes e simpatizantes da luta comunista no período que a obra relata. Esses diálogos ocorriam de forma tranqüila ou conflituosa, de acordo com as circunstâncias envolvidas.

também uma escolha política e sobre isso, o autor recebeu várias críticas de diversos intelectuais de seu tempo.

Bibliografia:

AGUIAR, Josélia. As cartas de uma vida inteira. **Entre Livros**, São Paulo, ano 2, n. 16, p. 35 - 39, ago. 2006.

AMADO, Jorge. **Os Subterrâneos da Liberdade**. 17. ed. São Paulo: Martins, 1969. 3 v.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo, Editora Cultrix, 1981.

CASTELLO, José. Realismo Sensualista. **Entre Livros**, São Paulo, ano 2, n. 16, p. 27-34, ago. 2006.

DUARTE, Eduardo de Assis. Escrita engajada. **Entre Livros**, São Paulo, ano 2, n. 16, p. 40 - 41, ago. 2006.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado**: romance em tempo de utopia. Natal: UFRN Editora Universitária, 1995. 346 p.

GALVÃO, Patrícia. **Paixão Pagu**: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão. Organizador: Geraldo Galvão Ferraz, 1 ed. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: O Breve Século XX - 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica: Maria Célia Paoli. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Organização e introdução, Marcos Aurélio Nogueira. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, K. ; ENGELS, F. **A ideologia Alemã: I – Feuerbach.** Tradução de José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAIS, Fernando. **Olga.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org.). **História e Literatura: identidades e fronteiras.** Uberlândia, EDUFU, 2006. 11-27.

PRESTES, Anita Leocádia. Revolucionária, sem perder a ternura. **Nossa História.** Rio de Janeiro, ano 1, n. 9, p. 14-21, Julho de 2004.

PRESTES, Anita Leocádia. Uma epopéia brasileira. **Revista de História da Biblioteca Nacional,** Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 72-77, dez. 2005.

WILSON, Edmund. **Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história.** Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

JÚLIO CÉSAR – AS RELAÇÕES ENTRE A BIOGRAFIA DE PLUTARCO E A CONSTRUÇÃO TEATRAL DE WILLIAM SHAKESPEARE

Daniela Barbosa da Silva*

RESUMO

Este trabalho busca repensar a utilização da escrita biográfica da Antigüidade Clássica, tendo como foco a obra de Plutarco *Vidas Paralelas – Alexandre e César*, e sua relação com as obras literárias, das quais pegamos como foco a peça teatral *Júlio César* de William Shakespeare. E, seguindo a idéia de que as obras históricas desta época seguem o parâmetro de história exemplar, no qual o discurso referente ‘a moral e a virtude imperam, traremos também uma breve análise de Sêneca e Cícero, sendo que é em Cícero que aparece a expressão *Historia Magistra Vitae* (História como Mestre da Vida). Ainda dentro da questão da história como exemplo, analisaremos a obra de Shakespeare dentro dos aspectos morais e exemplares que ele traz de Plutarco.

PALAVRAS-CHAVE

História Antiga – Roma – Biografia

ABSTRACT

This work searches to rethink the use of the biographical writing of the Classic Antiquity, having as focus the work of Plutarco *Parallel Lives - Alexandre and Cesar*, and their relation with the literary compositions, having as focus the play *Júlio Cesar* of William Shakespeare. Following the idea of that the historical work of this era follow the parameter of exemplary history, in which the referring speech ‘the moral and the virtue’ reigns, will also bring one brief analysis of Sêneca and Cícero; is in Cícero that appears the expression *Historia Magistra Vitae* (History as Master of the Life). Still inside of the question of history as example, we will analyze the work of Shakespeare inside of the moral and exemplary aspects that he brings of Plutarco.

KEY WORDS

Antique History – Roma - Biography

* Graduanda do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia.

Amplamente utilizado na Antigüidade, o gênero biográfico, representa para o historiador uma fonte ampla para o estudo do Mundo Antigo e, não é somente para os estudiosos da História que o gênero se torna interessante. As biografias, em geral, estimulam o interesse do leitor das mais diversas áreas, o que podemos justificar pelo fato de que a escrita biográfica se preocupa não apenas com os fatos considerados oficiais, ela vai além; retratando também a vida privada. Está, então, repleta de um teor provocativo, trazendo ao seu leitor as vicissitudes, os romances, as guerras; aproximando o olhar do homem comum daqueles homens que chegaram à glória. E, se pensarmos na sua difusão na Antigüidade, nos defrontamos com um fato singular: as biografias, geralmente, apresentam uma narrativa de teor exemplar.

E é aqui que passamos a analisar a obra de Plutarco *Vidas Paralelas – Alexandre e César*. No prefácio para a obra mencionada, realizado por Mário da Gama Kury, nos encontramos com algumas características que o autor atribuí para a obra de Plutarco, sendo que a primeira delas é a busca do biógrafo pelos grandes exemplos. Estes que sempre estarão, segundo Kury, subordinados aos valores morais e à tendência moralista de Plutarco. Uma afirmação que se torna um tanto quanto interessante à nossa análise.

Ainda como característica vemos que Plutarco humaniza o seu personagem na medida em que vai retratando as particularidades que o fazem tão ser humano quanto qualquer outro homem, realizando assim a aproximação da personagem histórica. E, se em suas primeiras biografias, ele se preocupa apenas com os exemplos que denotam a virtude de seu personagem, posteriormente ele irá perceber que também é possível tirar bons exemplos dos erros cometidos por alguns.

Mas, voltemos à preocupação direcionada ao caráter moralista da obra de Plutarco, ao percebê-la devemos nos perguntar se tal crítica é válida, se pensarmos que a preocupação com a moral e com os exemplos é perceptível não apenas em obras como a de Plutarco, pode também ser encontrada em larga escala nos filósofos, como Sêneca e Cícero.

A preocupação dos filósofos é clara e está direcionada, sobretudo, sobre o caráter virtuoso do comportamento humano.

Cícero em *Do Orador*, diálogo construído para repensar as formas de escrita, nos mostra como o discurso histórico se torna atrativo e de como ele consegue passar suas exortações acerca da virtude, justiça, prazer, dentre outras; de uma forma clara e objetiva. Ou seja, a História torna

a compreensão destes valores acessíveis e através da vida de grandes personagens podemos captar os exemplos que ela nos traz. É a *Historia Magistra Vitae* (História como Mestra da Vida).

Em Sêneca, entramos em contato com a escola filosófica do estoicismo, na qual temos a preocupação pela busca da virtude e a constante vigilância que o filósofo estóico deve apresentar em relação às atividades que exerce, nas quais deve sempre evitar os excessos e buscar a harmonia.

Therese Fuhrer, nos mostra claramente em seu trabalho como o ideal estóico está inteiramente voltado para a perfeição moral, no qual ainda demonstra que embora repleta de características individualistas ele acaba se refletindo ao todo por estar focado nas diretrizes de uma moral perfeita. Ao que ela nos diz de Lúcio:

“Lucílio deve prestar contas a si mesmo diariamente sobre suas atividades, suas reações e seus progressos, ele deve preparar-se mediante a “premeditação” (praemeditatio) para todos os possíveis golpes do destino, deve antecipar em pensamento todos os possíveis males, expor-se espontaneamente por um certo tempo à pobreza, retirar-se para a solidão, preparar-se para a morte, etc”. (FUHRER: 142)

Vemos, então, o quanto a vigilância em relação ao comportamento se torna uma das principais preocupações do estóico.

Visto isso, percebemos a importância dada para a moral e a virtude dentro da sociedade romana, preocupação que aparece não só nos filósofos e historiadores, também a vemos em outras formas de escrita. Assim sendo, podemos dizer que a explanação moral de Plutarco é fruto de sua própria época. E tendo visto isso, podemos partir para a análise da vida de Júlio César escrita por ele.

Em sua biografia de Júlio César, podemos perceber que Plutarco estabelece três fases distintas: César e a sua aproximação e relação com o poder público, as suas conquistas militares e o governo das Gálias e, por fim, a retratação da Guerra Civil e a morte de César.

Na primeira fase vemos um Júlio César que se aproxima do poder e vai estabelecendo suas relações e, apesar de receber grande atenção popular, sua presença gera conflito devido ao seu apoio a Mário rival político de Silas, que é quem está no poder. Na conspiração de Catilina, será acusado de apoiar os conspiradores, principalmente após defendê-los. Após este fato César embarca para a Espanha como governador e nessa região, além de sucessos militares irá trabalhar

também para que não houvesse problemas entre a população. Deixará a Espanha com grande renome e sob o título de “imperator”.

Ao voltar a Roma chegará na época das eleições consulares, da qual resolve participar sem entrar na cidade mas, impedido de realizar sua inscrição fora da mesma, irá realizar algo inesperado: reconciliar Crasso e Pompeu.

“Entrou em Roma e executou uma manobra pela qual todos, excetuado Catão, foram enganados: tratava-se de reconciliar Crasso e Pompeu, os dois mais poderosos personagens de Roma. César pacificou-os, uniu-os e, dessa forma, reuniu em si próprio o poder de ambos”. (PLUTARCO: 105)

Dessa forma, César consegue ser eleito Cônsul, tendo como colega Calpúrnio Bíbulo. Em suas decisões como Cônsul, acaba causando conflito entre Cícero e Cláudio, o que faz Cícero ir para o exílio.

Temos, então, neste primeiro momento em César manipulador e causador de intrigas.

Recebendo o governo das Gálias, Plutarco nos traz a um segundo momento da vida de César, as das conquistas militares. A audácia de César renderam a ele reconhecimento e glória. Plutarco nos diz:

“As guerras que se seguiram, aquelas gloriosas campanhas com as quais subjuguou as Gálias, abriram-lhe – por assim dizer – outro caminho, e deram início a uma segunda vida, a uma nova carreira, na qual ele se mostrou tão grande homem, tão hábil guerreiro, que nenhum dos generais mais admirados por seus talentos militares e de maior fama, pode sobrepujá-lo”.(PLUTARCO: 107)

Embora sempre ocupado com suas campanhas, César não descuidava dos assuntos de Roma e era durante os invernos que ele aproveitava para analisar os acontecimentos. E sempre procurava agradar seus partidários, fosse com presentes ou com promessas. Seus soldados também sempre ganhavam gratificações a cada sucesso militar. Mas, essa sua maneira de estar sempre a par de tudo e juntamente estabelecer relações com vários nomes de Roma, passa a preocupar os governantes de Roma, como Pompeu.

“...Pompeu não duvidou que César, ao mesmo tempo que vencida os inimigos com as armas dos Romanos, conquistava os Romanos com o dinheiro dos inimigos”. (PLUTARCO: 111)

Com o aumento dos conflitos começa a surgir rumores de que a república seria desfeita e de que Roma retornaria à monarquia. Com a morte de Crasso nos Partos este conflito irá piorar,

visto que Pompeu se voltará contra César a quem teme, e que para César o único obstáculo para o primeiro posto seria o próprio Pompeu.

Os próprios erros do governo de Pompeu davam a César as justificativas para os seus avanços. Até, por fim, César decidir-se pela travessia do Rubicão, da qual Plutarco nos diz:

“Avaliou todos os males que a passagem do Rubicão podia acarretar e pensou no julgamento que esse fato teria na história. Afinal, foi vencido pela paixão”.
(PLUTARCO: 120)

É o início da Guerra Civil. E pela qual Roma quase se destruiu por suas próprias mãos. É interessante nesta parte que narra os acontecimentos da Guerra Civil, a concepção de Plutarco de esta ser a época das “paixões desenfreadas e movimentos convulsivos”.

O conflito acaba conhecendo seu fim com a vitória de César, após Pompeu abandonar suas tropas. Assim sendo, a derrota de Pompeu dá a Júlio César o governo de Roma. Já em seu posto, César passa a trazer de volta aqueles que estavam ao lado de Pompeu concedendo cargos e honras.

Após suas vitórias, contando inclusive com a derrota de Cipião e Catão na África; César comemora as conquistas com grandes festins e espetáculos para o povo, além de combates de gladiadores em homenagem à filha morta Júlia e batalhas navais. Nestas comemorações realiza o recenseamento do povo e o número das mortes da guerra civil é avaliado. Dos trezentos e vinte mil cidadãos que havia antes da guerra, só havia agora cento e trinta mil.

César ainda triunfará sobre o restante da família de Pompeu, fato que causará extremo desgosto entre os romanos. Pois, a comemoração de tal vitória era vista como comemorar e triunfar em cima das mazelas da pátria.

A presença de um ditador passa a ser para os romanos, ou para a grande maioria, uma forma de se acabar com as mazelas da guerra civil, embora possa se perceber pela forma que Plutarco nos narra, que há um cerco conformismo em relação à ditadura. E, a distribuição dos tipos de honra que César deveria receber, começaram a torná-lo odioso.

Sabendo disso, passa a realizar atos que melhorem sua reputação, como a distribuição de cargos e a preservação da dignidade daqueles que seguiam a Pompeu, como era o caso de Cássio e Brutos. Para a população realizava banquetes e aumentará a distribuição de trigos e os soldados contavam com honras e fundação de colônias.

Tendo o governo em mãos, César elaborará vários projetos, muitos dos quais não sairão do papel. Plutarco nos narra sobre os projetos e empreendimentos que sempre havia um desejo de superação de si mesmo que não deixavam que Júlio César parasse. Neste ponto é claro a intenção do autor ao afirmar particularidades do caráter de César, como a audácia, a cobiça, etc.

Entramos, então, na parte da obra de Plutarco que inspirou a peça *Júlio César* de Shakespeare. Nela é colocado o momento em que, durante a festa das lupercais, tentam oferecer a coroa de louros a César e fazê-lo rei. Essa tentativa dá início às conspirações que levaram à morte de César.

A narrativa de Plutarco neste ponto se torna realmente com teor mais trágico, relata presságios, aviso de um adivinho e o sonho de Calpúrnia sobre o perigo que César corria. Mas, sem dúvidas a preocupação maior é mostrar que os conspiradores estão preocupados em manter a república e barrar o poder de César. Está claro, logo após sua morte, que os conspiradores não se envergonham de sua atitude:

“Mas, Bruto e seus cúmplices, ainda cobertos do sangue quente da vítima, com a espada nua na mão, saem todos juntos do Senado a caminho do Capitólio, não com o aspecto de gente que foge, mas com o rosto sereno, cheios de confiança”. (PLUTARCO: 143)

Acreditavam estar defendendo a liberdade. E se pensarmos que, Plutarco já dizia sobre a conformidade dos romanos sobre os aspectos da ditadura, podia realmente se pensar que o ato deles seria visto como glorioso. A aceitação ou a aparente aceitação do assassinato é completamente extinta após a abertura do testamento de César, quando ao se ver herdeira reage com violência contra os conspiradores. Culminando com a fuga dos mesmos.

É quase no final de sua narração que Plutarco deixa claro seu julgamento (e neste ponto realmente podemos falar em julgar) sobre o caráter ambicioso de César. A ambição que por mais glórias que lhe trouxeram, também levou ao ódio que culminou em sua morte. Mas, não abandonou a visão de que César possuía um Gênio poderoso, que não o abandonara mesmo após a morte.

Visto, ainda que de forma rápida, como Plutarco retrata a vida de Júlio César, podemos começar a ver qual a perspectiva de Shakespeare sobre a mesma. A primeira pergunta a se fazer é: Qual seria o interesse de William Shakespeare ao escrever uma peça sobre Roma? O que havia no universo romano que inspirava os escritores? Sobre isso Boquet nos diz em *Teatro e Sociedade: Shakespeare*:

“Ainda que os romanos houvessem sido primeiro republicanos pagãos, e por aí estranhos ao mundo monárquico cristão, continuavam sendo o povo político por excelência em uma época em que as leis das nações européias decalcavam mais ou menos as de Roma e onde a educação utilizava a língua de Roma para erigir como modelos seus pensadores e seus poetas”. (BOQUET, 1989: 30)

Por ser o Mundo Romano algo próximo, vemos que a utilização de temas romanos servia para representar sua própria realidade, tal como os problemas políticos de uma época. Boquet nos fala sobre a presença do tema do tiranicídio e ainda de uma preocupação contra uma luta de liberdade e tirania. E se pergunta se realmente a peça *Júlio César* seria uma apologia ao tema. E é claro que não é esse o sentido da peça.

Shakespeare de forma brilhante recria o momento que culmina na morte de César, desde o momento que tentam lhe oferecer à coroa na festa das luperciais. Pode se passar, a um leitor desatento, que o autor nada mais faça do que redizer as palavras de Plutarco de uma outra maneira e, ao fazer isso, estará sem dúvidas, enganado. Das dez páginas destinadas ao início da conspiração e à morte de César por Plutarco, Shakespeare compõe uma peça que retrata não somente os acontecimentos, mas que repassa também pelos valores e sentimentos dos personagens.

Das personagens da peça, damos destaque a três figuras: Cássio, Brutos, Antônio e César. Cássio, poderia dizer, é como uma sombra que se aproxima sem ser notada, perpassa seus planos até chegar à pessoa correta: Brutos. É nele que se percebe a virtude necessária e que necessita apenas ser lembrada. Brutos já vive em conflito, a sua afeição à César e a sua preocupação pela manutenção da república. E Cássio sabe em que pontos deve tocar, a questão da glória de Roma, apenas para um homem só “Roma, perdeste a raça dos sangues apurados. / Desde o dilúvio, em que era se viu / Ela ser famosa apenas por um homem só?” (SHAKESPEARE, 1965: 20)

Cássio precisa de Brutos, assim como os demais conspiradores, ele é a peça que fará o ato ser mudado não em crime e sim em merecimentos e virtudes. Já Brutos se vê como o responsável pela liberdade, pela manutenção da república, para isso é necessário que se controle César enquanto sua glória ainda não o levou aos extremos de conduta, quando a ambição ainda não se projetou por completo. Assim, ele aceita se associar aos conspiradores.

Em explicação à morte de César, Brutos diz aos cidadãos no fórum:

“Se, portanto, esse amigo perguntar por que Brutus se levantou contra César, aqui está minha resposta: não porque eu o amasse menos, mas porque amo a Roma ainda mais” “...Eis lágrimas, pelo seu amor; alegria pelo seu êxito; honra pela sua valença; e morte, por sua ambição”. (SHAKESPEARE, 1965: 83)

A preocupação parecesse sempre estar voltada a essa busca por poder que retratam em César, pelas conquistas cada vez maiores e este é um fator que Plutarco e também Shakespeare deixam em destaque, mas cada qual de uma maneira distinta. Plutarco destaca a paixão e a ambição, Shakespeare parece questionar pela voz de Antônio “Quando os pobres geraram, César chorou; A ambição deveria ser feita de material mais resistente” (SHAKESPEARE, 1965:87).

Antônio é a personagem, a meu ver, do questionamento. Ele aparece para questionar e incitar, qual o motivo da morte de César? Questiona a ambição, como a encontrar se César recusa a coroa? Ao ato da conspiração, do assassinato e da traição de Brutus a César ele sempre diz dos “homens honradíssimos”, como a questionar, o que é honra afinal? É brilhante a forma como Antônio muda o sentido da justificativa para a morte de César. Sua cartada final, após convencidos os cidadãos é a abertura do testamento. Entre o sucesso da conspiração à recusa total dos que a realizaram é apenas um passo.

E temos a personagem César. Júlio César parece passar na peça como um personagem que está acima, quase intocável, como se uma força exterior dirigi-se seus passos. E que acompanha a peça até o final, mesmo após o assassinato. A pessoa de César pesa sobre cada atitude tomada pelos demais personagens, acabam sempre por esbarrar nele.

Boquet coloca *Júlio César* como a tragédia de Brutus, o homem virtuoso que pelas circunstâncias, embora acreditasse estar fazendo o que era certo para Roma, acaba sentindo o peso de seu assassinato.

A virtude, como já mencionávamos no início deste trabalho é, durante a peça, colocada em uma espécie de avaliação. Qual virtude é a mais correta?

Assim sendo, vemos que a peça também segue os aspectos morais e exemplares que aparecem em Plutarco, mas de uma forma diferente, já que com as personagens falando e interagindo, podemos perceber melhor a avaliação do que é moral por elas. De uma forma diferente, Shakespeare transporta para sua peça os questionamentos sobre os motivos dos conspiradores.

A biografia complementa a criação literária e esta última continua a repassar os detalhes relevantes da primeira e, tal contribuição é bastante útil ao historiador, visto que ambas as formas

criam a sua representação do real e que à sua maneira passam os sentidos de seu próprio tempo e que melhor nos ajudam a compreender o mesmo. Auxilia-nos, portanto a compreender não apenas o fato em si, mas o que vai além dele e que nos traz o sentido que o próprio homem atribui a seus atos no tempo. Percebemos assim, o quão rico é para o historiador a utilização de tais obras.

Referências Bibliográficas:

BOQUET, Guy. *Teatro e Sociedade: Shakespeare*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

FUHRER, Therese. Sêneca, *Sobre a discrepância entre ideal e realidade*. In: Filósofos da Antigüidade – II – Do helenismo até a Antigüidade tardia – Uma Introdução. Orgs: Michael Erler e Andréas Graeser. Tradutor: Nélio Schneider. Coleção História da Filosofia, Editora Unisinos.

HARTOG, François. (org.) *A História de Homero a Santo Agostinho*. Prefácios de historiadores e textos sobre história. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PLUTARCO, *Vidas Comparadas – Alexandre e César*. Coleção Universidade de Bolso. Ediouro.

SHAKESPEARE, WILLIAM. *Júlio César*. Rio de Janeiro – São Paulo: Distribuidora Record, 1965.

SABER MÉDICO POPULAR E MEDICINA EM GOIÁS

LEICY FRANCISCA DA SILVA

A arte de curar em Goiás é resultado do encontro entre as etnias que formam a sua população, isso porque além da miscigenação, houve uma simbiose cultural. Devido à inexistência de médicos, durante o período provincial, ocorreu uma mistura entre os conhecimentos trazidos pelos brancos, índios e negros, de sua cultura de origem.

Assim encontramos na busca pela cura um conhecimento empírico e religioso sendo utilizado nas práticas cotidianas e transmitidas de geração em geração. Em muitos trabalhos estas práticas são chamadas de charlatanismo, o que não condiz, pois se buscarmos o sentido do termo em nossa língua, encontraremos charlatão como “vendedor público de drogas que exagera ao apregoar-lhes as virtudes” (FERREIRA, 2001, p.148), ou como sinônimo de embusteiro, trapaceiro; não expressando exatamente a realidade daqueles que se propunham a curar. Estes não tinham como objetivo enganar, já que eles mesmo acreditavam em seu trabalho.

Além do que a população, pela falta de médicos e a incapacidade de ação destes poucos que se propunham a medicar, creditava mais respeito aos curandeiros e curiosos que aos próprios médicos e cirurgiões.

Nesses processos de cura havia a utilização de plantas, raízes, sementes, frutos e folhas; elementos minerais; animais e conjugado a este conhecimento prático um misticismo baseado nos cultos africano e indígenas, assim a doença será vista não só como um processo biológico, mas especialmente como resultado de fatores externos como maus espíritos, maus olhados, mau agouros e mau ares.

Além de feiticeiros, curandeiros, parteiras e curiosos, a medicina formal era praticada por barbeiros e cirurgiões, que se baseavam em conhecimentos trazidos da Europa e que não resultavam em grandes feitos nos casos das

doenças ocorridas na capitania.

Na capitania de Goiás não havia médicos, isso porque o primeiro hospital, o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara seria construído em 1825 e só iniciaria o seu atendimento em 1826. Antes disso havia em Vila Boa o já citado Hospital Militar, cuja data de criação não é conhecida e o documento mais antigo relacionado ao dito hospital data de 1778 e trata-se de um “Edital para assistência e curativos dos soldados dragões e pedestres, no Hospital Militar” no entanto, os cirurgiões dali tinham a responsabilidade principal de cuidar dos militares e não havia o atendimento à população civil (BUENO, 1979).

Os medicamentos encontrados na província eram comercializados por vendedores de tecidos e de miudezas vindos do Rio de Janeiro e que trabalhavam em sociedade com os ricos proprietários de escravos da região, o que aumentava em muito os preços das boticas comercializadas por eles.

No século XIX a medicina em Goiás experimentará um caráter mais científico com a construção do Hospital da Caridade São Pedro de Alcântara. O corpo passa a ser visto como objeto passível de intervenção de um saber diferenciado que começava um processo de imposição de suas bases.

Os diversos documentos que se referem ao hospital mostram petições ao imperador referentes à contratação de médicos e cirurgiões, compra de materiais para o uso cotidiano no tratamento dos enfermos, reclamações com relação à falta de leitos, verbas e materiais etc.

Os primeiros médicos que trabalharam em Goiás no século XIX eram em sua grande maioria formados na Europa e nos cursos de cirurgia e medicina de Salvador e do Rio de Janeiro, iniciavam suas atividades precariamente pois os cursos não lhes permitiam uma boa formação devido à falta de pessoal especializado e material para atividades práticas. O ensino estava voltado para os conhecimentos e problemas da Europa, origem do material didático utilizado. Portanto, distantes da realidade com a qual se deparavam nos sertões.

A medicina praticada no século XIX, era essencialmente diferente da do século XX. Ela era ainda o espaço privilegiado da intuição e da sensibilidade particulares de um indivíduo – o médico. Era ele quem consultava, analisava e concluía com base especialmente em sua experiência os males ou problemas de seu paciente.

Parece-nos importante salientar que através desta nova postura da medicina esteja presente o objetivo de separação: de doentes e sãos, dos diversos grupos dentro do espaço urbano, dos saberes médicos formal e informal. O saber científico que ora se impõe, tem como objetivo principal diferenciar-se do conhecimento cotidiano. A vida, o corpo, o homem nada mais são que objetos deste saber. Nascer, alimentar, excretar, adoecer e morrer, elementos puramente biológicos, devem obedecer à regras e modos sócio-culturais ditados pela ciência e que mesclados ao cotidiano são objetos de distinções entre os homens.

A interferência nos rumos dos comportamentos, das construções, dos métodos de higiene, das formas de curar, toda esta intromissão no cotidiano dos homens, nas suas idéias levaram a uma vagarosa modificação das mentalidades, que favoreceram a autonomização do corpo e do homem pois assim seria possível a intervenção aspirada pela incipiente ciência que se impunha.

Assim junto a separação de corpos assistiremos também a formação de fronteiras diversas, através da segregação, surgem subdivisões de grupos, espaços, especialidades. O novo olhar sobre o corpo impõe sobre o homem idéias recentes, baseadas na individualidade e na distinção de funções e posições sociais e espaciais.

2.1 A medicina popular e a medicina científica

Em grande parte causado pelo pequeno número de médicos em atividade no Estado, a medicina popular detinha um espaço cativo e os seus profissionais a consideração de um grande número da população. Dentro desse grupo de profissionais pertencentes ao rol da medicina popular podemos citar como os mais importantes os raizeiros, os curandeiros, as parteiras e os benzedores.

Importa destacar que a muitos desses conhecimentos e formas de cura eram acrescentados conhecimentos místicos e religiosos. Portanto, além dos medicamentos e das práticas os profissionais da medicina popular possuíam também sua imagem envolta em simbolismos religiosos.

É notório o reconhecimento popular a esses profissionais, que ao

contrário do que se acredita, não eram procurados apenas pelos grupos menos abastados, em todos os estratos sociais havia espaço para a medicina popular, fosse através do simples chazinho para a cura de um mal comum, fosse para a ajuda na hora do parto, fosse como a última esperança no caso de doenças incuráveis. O leque de possibilidades para a busca destes profissionais era muito amplo, o que justifica a alegação da falta de profissionais da medicina científica ser apenas um dentre vários motivos para a representatividade social alcançada por eles. Outros fatores serão acrescentados no decorrer do texto.

Dentre os mais importantes, podemos indicar a força do hábito. Este adquirido através de uma longa história de afastamento ou descontentamento com uma medicina científica ainda pouco preparada para oferecer aos pacientes um tratamento que se diferenciava do comum e possibilitasse o restabelecimento da saúde na maioria dos casos.

A medicina científica ainda com pouca tecnologia que a possibilitasse se distinguir do conhecimento comum, sofria o preconceito por parte da população acostumada a se autocurar. Os hospitais por não oferecerem tratamento adequado acabavam por serem considerados “morredouros”.

Destinada às populações pobres, as Santas Casas amargavam a má fama do chamado “chá da meia noite”, citado da seguinte forma: O doente crônico, ocupando lugar e dando despesas, recebia, à meia-noite, segundo as más línguas, um “chá para criar forças” (PAULA, 1982, p. 225). Assim os espaços dos hospitais não eram bem vistos. Em outras palavras, mesmo com a oferta da medicina científica, a medicina popular mantinha-se presente.

A relação entre as duas práticas acabavam por serem complementares. Os profissionais da medicina popular não se preocupavam em lançar mão de medicamentos pertencentes à farmácia científica. Na maioria das vezes esses medicamentos eram acompanhados de outros elementos naturais ou de orações. Dando à cura um caráter pessoal.

A parteira, gorda e afobada, ia e vinha, sem saber mais o que fazer. Já aplicara todos os seus conhecimentos, sem resultado. Ritinha já estivera durante algum tempo agarrada a uma corda que pendia do teto. Já ficara de pé no meio da casa com o chapéu do marido na cabeça. Maneco por sua vez já dera inúmeras voltas em torno do rancho, vestindo e desvestindo a sua camisa pelo avesso. E nada.

D. Carola examinou a nora com ares de entendida e depois, virando-se

para o filho:

- É preciso mandar no comércio buscar um vidro de Gotas Salvadoras. (Revista Oeste, 1943, n. 8, p. 20)

Além de se permitir lançar mão das variadas opções práticas ao seu alcance, uma outra característica do profissional da medicina popular é que, o conhecimento que dava razão às suas práticas não era todo comungado pelo grupo. Ao contrário, havia sempre um 'elemento' do seu conhecimento que se fazia desconhecer. Disso dependia a sua distinção dos demais. 'Elementos' este só revelado a um sucessor, normalmente, pertencente à família. Mas, é preciso deixar claro que os medicamentos comuns eram solidariamente divididos. Apenas o 'segredo da combinação' dos elementos era resguardado da vista da maioria.

O descontentamento popular com relação à medicina científica, anteriormente indicado, pode ser observado pelo aspecto cultural, pois a população que havia se acostumado a seus conhecimentos se vê agora como objeto de uma ciência que às vezes lhes pareciam afastada de sua realidade. Isso porque antes da chegada dos médicos a esses espaços, as curas se restringiam aos conhecimentos da medicina popular.

Descortina-se uma nova realidade com a chegada desses novos profissionais, nesse processo forma-se a imagem deste novo personagem, que talvez represente o início de uma imposição do saber ou disputa antes inexistente pelo espaço médico. Essa disputa ocorre mais especificamente nos espaços que se urbanizam. Como podemos observar por meio do texto abaixo.

Im antes de havê doto, num tinha tanta duença. Hoje faz inté horrô!... Já vem os mal de nacença. Infrueza e marizia, os nol de tripa e quebrante, curava cum simpatia, cum dois ramo de alevante. Dô de istambo e piriri, vexame no coração, curava atôa, eu já vi, cum quina e chá de limão. O sarampo e catapora, são duenças passagera, que se cura numa hora, cum dois chazim de parrera. As inframação pro dentro, as dô de figo, as pereba, si curava cum inguento, changuana de jurubeba. Rematismo intrevadô, Promunia, dô nos peito num pricisava dotô. Na roça se dava jeito. Mais hoje tudo mudô, ninguém pode mais falá, us nome qui seus doto nas duenças já qué dá. (...) Assucesso de muié, só pricisa de partera. Hoje possa quem pudé: dois dotô na cbicera. Tem mais de mil duença, bestage, só invenção, curadas dum jeito só, na ponta do aguião. mais eu sô cabra istradero, num pite tapiaçãõ. viva os reméidos casero, morra as tal de injeção!

(CANDIDO CANELA apud PAULA, 1982, p. 18)

No cotidiano da população estava presente uma relação de confiança e

intimidade com os elementos da medicina popular. Incorporada na cultura, nos hábitos e nas tradições através de suas práticas diárias. Seus profissionais também eram representantes dessa proximidade social, pois quase sempre, eram pessoas pertencentes à comunidade inseridos na mesma realidade, no mesmo código de valores e nas mesmas angústias. Desta forma a comunicação era feita de forma mais direta e fácil, pois os sujeitos envolvidos partilhavam do mesmo código de comunicação e do mesmo espaço.

O conhecimento detido pelos profissionais da medicina popular é em sua maioria obtido através da observação direta da natureza, com quem mantém uma real proximidade e da qual retira a maior parte do seu arsenal de cura: folhas, raízes, frutos, elementos minerais e animais. Mas também havia o contato destes com elementos da medicina científica da qual utilizavam tanto os conhecimentos quanto os medicamentos, são em especial os manuais científicos, o mais conhecido é o “Chernoviz”, chamado de “doutor da capa preta”, e os almanaques de farmácia.

O contato com os medicamentos da incipiente indústria brasileira era feito também através dos jornais que circulavam pelo estado. Nas propagandas dos medicamentos vinham acrescidos os males para os quais eram indicados. Alguns pareciam “panacéias”.

Em jornais como o *Santuário de Trindade* de Campinas e *Jornal Brasil Central* colhemos os seguintes dados indicando os medicamentos aos quais a população podia ter acesso: “Ventre Livre”- indicado para infecções estomacais; “Regulador Gesteira” trata moléstia do útero, asma nervosa, peso, dores e cólicas no ventre, as perturbações e doenças da menstruação, anemia, palidez, amarelão; “Grindelia” de Oliveira Júnior, para rouquidão, coqueluche, bronquite, asma e tosse; “Vermífugo São Caetano”, da empresa A. Coutinho; “Cafiaspirina” para todos os tipos de dores; “Elixir de Nogueira”; sabão líquido e medicinal “Aristolino” para banho, caspa, frieiras, golpes, espinhas, eczemas, queimaduras, feridas, manchas e todas as doenças da pele; problemas de rins e bexiga “Pílulas de Lussen”; dor de dentes “Cera Dr. Lustosa”; “Tabil” pílulas de Tayryá de Oliveira Júnior para prisão de ventre, enxaqueca, estômago, fígado, rins, baço e intestino; “Auris-Sedina” para dor de ouvido e “Vinho Creosotado” tônico e fortificante.

É necessário que se acrescente que a prática da medicina popular não

se restringe apenas aos espaços rurais do Estado, onde a população distanciada do atendimento médico erudito a procurava como única possibilidade de reabilitação. Ela estava presente em todos os espaços, no rural e no urbano.

No espaço urbano, mesmo com uma maior amplitude de oferta da medicina científica, ela (a popular) possuía uma clientela considerável o que acrescenta a importância das questões culturais como definidoras da escolha da forma de cura.

Os jornais traziam sempre receitas naturais para doenças comuns e para algumas ainda incuráveis, medicamentos cuja base eram elementos naturais. Essa prática, nos leva a crer que a população urbana, maior consumidora das informações dos jornais tinha interesse por essa medicina popular. Um exemplo do que se afirma é a insistência dos jornais em divulgar receitas tais como:

A Bananeira tem valor medicinal.

Para curar os esgotados, ou anemicos, aconselha-se, de preferencia a banana curta ou de s. Thomé.

A mesma banana, assada e reduzida a massa é alimento sadio para as crianças de 6 mezes em diante. Não produz colicas nem diarrhéa.

O suco que dá a planta (água do pau da bananeira) é usado internamente adoçado, nas diarrhéias e outras doenças, na dose de meia chícara, tres vezes ao dia.

Externamente emprega-se para lavar as ulceras e com mel de abelhas para aphtas (sapinho das crianças).

As flôres da bananeira, de infusão em água e postas ao sereno, à noite, dão um banho salutar para as molésias de olhos.

No sertão já se tem curado tysica pulmonar, unicamente com o xarope das flôres de bananeira.

A banana meio verde, pesada e posta sobre as feridas cancerosas e os chamados formigueiros curam nas.

E o cataplasma da banana curta, madura e assada com azeite doce, é muito emoliente e cura os tumores. (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1930, n. 334, p. 3)

É interessante notar que um alimento comum à população é indicado para doenças diversas, seu uso é proposto desde alimento para crianças à cura da “tysica pulmonar”. No entanto, os males incuráveis são os que denotam maior preocupação e geram maior interesse, por isso a morféia ou lepra será a doença que receberá maior atenção por parte daqueles que escrevem e tanto interesse em citá-la, ou citar medicamentos para ela, deve indicar também maior interesse do leitor por esse tema. Assim citamos o exemplo abaixo:

O Urucú e a Lepra

Medicamento eficaz para curar a lepra- o leproso, em qualquer periodo, deve comer, diariamente, seis folhas cruas da árvore chamada – “Anchiote” (Baixa-orllana-Linneo) conhecida vulgarmente no Brasil pelo nome de Urucú.

Cada oito dias deve tomar um purgante de sal epsom (sulphato de magnesia), para eliminar do systema os bacillos mortos.

Não deve comer carne de nenhuma espécie, nem tomar leite.

Deve alimentar-se somente de legumes, verduras e frutas.

Não deve fumar, porque, se o fizer, combustiona-se inteiramente e morre.

Nas seis semanas deste tratamento, o organismo do leproso se satura de ether. Sentirá alegria e uma frescura identica à que produz o pipermint na bocca.

Seguindo este regimen, com vontade e fé, em seis mezes, o leproso estará curado e voltará ao seio da sua família e da sociedade.

(...) (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1930, n. 344, p. 1-2)

Na seqüência o texto explica com bases científicas porque o urucú seria curador da lepra, indicando o poder anti-séptico e a quantidade de vitamina que enriqueceria os glóbulos vermelhos do sangue, mas anteriormente o texto já havia indicado um elemento indispensável na tarefa de cura segundo os diversos meios utilizados pela medicina popular “com vontade e fé”. Assim fica claro tanto elementos de uma medicina científica quanto elementos de uma medicina popular sendo propostos.

Como já havíamos adiantado a morféia é a moléstia que mais inquieta a população em geral, tanto pela imagem negativa que a doença dava ao seu portador quanto ao medo do contágio da população sã, por isso será a sua cura a que mais interessará e por isso a maior parte da indicação de medicamentos se direciona a ela,

A cura da morphéa

Tira-se o inhame da terra no mingunte da lua. Posto ao sol para seccar a humidade, corta-se depois em lascas e leva-se ao forno para serem as lascas torradas até que fiquem na consistencia do café. Pila-se(ou soca-se) e o enfermo usará todas as manhãs e à noite ao deitar-se uma chicara tendo o estomago em jejum. Se usar mito à noite não deve tomar o café pela manhã, para não ficar privdo de levantar-se. No fim de pouco tempo, com o uso desse remédio, as chagas desaparecem, cicatrizando-se. Facil e barato, é bom experimentar. (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1931, n. 328, p. 3)

Aqui novamente o elemento mágico está presente na indicação da lua certa para a colheita da raiz, o cuidado com esses elementos devem ser

observados para o sucesso da receita, o que significa que não apenas o inhame cura, mas o inhame em junção com toda uma técnica cuidadosa de preparo e com os poderes de forças que interferem no medicamento e crê-se no doente, como a fase da lua.

Outro elemento que se deve observar é a utilização de medicamentos da farmácia científica em junção com elementos naturais. Não havia contestação quanto a utilização de medicamentos alopáticos, na maioria das vezes um complementava o outro, como:

Contra a gripe

Notem-se os leitores a receita abaixo. Pedimos aos colegas passal-a adiante.

Um purgante salino assim composto: sulphato de magnesia, 25 gram; sulphato de sódio, 15 gram; chluoreto de sodio (sal de cosinha), 3 gram. e água, 180 gram.

Para tomar uma vez.

Logo depois do effeito purgativo: Uma limonada (de um limão inteiro) com assucar. Duas ou tres horas depois, outra limonada e mais duas ou tres com maior interallo.

Se persistir a tosse depois de dois dias completa-se o tratamento com qualquer expectorante apropriado.

No caso de continuar a febre pode-se combatel-a com a apirina, mas em geral basta a limonada. Não há inconveniencia na associação dos medicamentos (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1931, n. 389, p.2)

A medicina popular ao contrário do que se acredita, não se apresenta imutável, ela sofre uma constante transformação acompanhando o desenvolvimento histórico social. O que se pode notar pela receita acima é que ela é acompanhada ali por diversos elementos da medicina acadêmica, acompanhando o desenvolvimento que a sociedade apresentava. E isso exige acrescentar que não existe uma prática médica popular, mas diversas formas de prática e conhecimento. A medicina popular é heterogênea.

Médicos e curandeiros em Goiás

Diante da direção tomada pelo governo federal pós-revolução, o governo estadual tinha em seu discurso político uma nova forma de aproximação com o povo e um discurso cuja conotação lhe permitia reavivar as esperanças da população. Os problemas sociais, dentre eles a saúde, eram preocupações sempre lembradas por ele. As promessas quanto ao melhor cuidado com a saúde

do povo era uma constante.

Todavia, a dificuldade de acesso às regiões do sertão goiano aliada ao pequeno número de profissionais médicos faziam com que a população dessa região não tivesse atendida suas necessidades no que se refere ao atendimento à saúde.

Essa população ficava à mercê de seus próprios conhecimentos e mecanismos de cura. Um dos fatores que justificam a extrema necessidade de médicos é o aumento populacional. Segundo o censo de 1900 a população existente no Estado era de 255.284 habitantes. No censo de 1920, o número de habitantes registrado sobe para 511.919.

Com base no número da população Salles faz a contabilidade relacionando o número de pessoas no estado com o número de médicos e profissionais registrados no serviço sanitário em 1932 cuja soma é de 408 profissionais o que totaliza um profissional para o atendimento a 1.254 pessoas (SALLES apud FREITAS, 1999, p. 113).

O quadro que segue mostra como estavam distribuídos estes profissionais, segundo a especificação do seu trabalho e refere-se aos anos 20, mas se mantêm evidente também nos anos 30:

Quadro 3 - Médicos e profissionais registrados no Serviço Sanitário em 1932

Especificação	Quantidade
Médicos	104
Farmacêuticos	123
Cirurgiões-dentistas	38
Farmacêuticos práticos-licenciados	64
Dentistas práticos licenciados	77
Veterinários	01
Parteiras	01
Total Registrado	408

Fonte: SALLES apud FREITAS 1999, p. 112

É bom frisar que a questão do afastamento da população goiana dos centros urbanos e o possível isolamento de sua população podem ser estudados como um dos fatores influenciadores das atitudes e escolhas no quesito saúde, quando esta se aproxima mais das formas de cura baseadas no empirismo, ou seja o curandeirismo, as benzições e outras.

Mas, estamos cientes de que esta questão não pode ser vista como fruto de um determinismo natural, o que com certeza não explica as razões da escolha como sendo vocacional, como se o meio geográfico fosse responsável pela construção das formas de vida dos grupos humanos e representasse as barreiras externas do seu desenvolvimento. Dessa forma, serão estes fatores, juntamente com a ideologia da população rural goiana e sua religiosidade marcadamente sincrética os fatores de maior relevância.

A realidade faz com que os profissionais que devotem sua vida a atividade de cura nos sertões goianos tenham sua imagem envolta em símbolos pois trazem consigo a possibilidade de restabelecimento, de vida.

A situação real de grande parte da população goiana (os segmentos menos abastados) era que em decorrência do afastamento dos centros urbanos do país viam-se aquém de qualquer tipo de assistência, a doença lastrava pelo Estado.

A grande maioria dos médicos que se formavam, optavam por se manter nas regiões litorâneas, onde a facilidade de trabalho e a remuneração lhes pareciam mais compensadores. E poucos se aventuravam no trabalho pelo sertão que não lhes rendia fortuna.

Alguns, filhos de fazendeiros mesmo depois de formados, abandonavam a profissão e mantinham-se na função herdada do pai “Encontrei em Natividade, outro médico, mas, a sua ocupação era a criação de gado e não a medicina” (PATERNOSTRO, 1945, p. 229). É por estes entre outros fatores que o número de médicos pelo interior do Brasil era extremamente escasso.

Como é do vosso conhecimento são poucos os formados que existem no estado em relação a sua extensão e com povoações distantes uma das outras, duzentos, trezentos quilômetros e as vezes mais. Uma pessoa diplomada não deixará o conforto de uma boa cidade para ir residir em local onde não tem conforto e com pequena população. (Arquivo Histórico Estadual, 1939, cx. 950)

O documento anteriormente citado, trecho de ofício encaminhado por Romulo Rocha, inspetor do exercício profissional, ao diretor geral de saúde, pede prorrogação para a concessão de alvarás de licença permanentes aos práticos em Goiás. Uma exceção frente ao proposto pelo decreto federal n. 23540, de 04

de dezembro de 1933, que limita os favores concedidos aos práticos, para o exercício de sua atividade. O documento acrescenta que, a não permissão do exercício profissional dos práticos farmacêuticos e dentistas “tem prejudicado as populações locais e aumentado o número de curandeiros”.

Este aumento numérico citado no parágrafo anterior é o que faz com que a disputa entre médicos e curandeiros se torne mais acirrada. E diante desse confronto os órgãos reguladores do trabalho médico, como se sabe, inicia um processo de punição aos que impedidos de praticarem a cura mantinham-se infringindo a lei.

O ofício seguinte é um exemplo entre tantos pertencentes a Diretoria Geral de Saúde no Setor de Inspeção do Exercício Profissional cobrando dos chefes de polícia locais o cumprimento de norma referente a prática da profissão médica por profissionais não habilitados.

Sr. Chefe de Polícia

Tendo chegado ao conhecimento desta Diretoria que o Sr. F. Jorge Fritz, residente no município de Catalão neste Estado, Fazenda da Barra, se dizendo médico, vem exercendo ali, ilegalmente a medicina, solicito de V. Excia. providencias urgentes, junto ao delegado local, no sentido de ser evitado tal abuso, tendo em vista os dispositivos regulamentares sobre o assunto.

Idênticas providencias pediria V. Excia. junto ao delegado de Rio Bonito, quanto ao Sr. Artur Correia Dias que num grande desrespeito às medidas desta Diretoria, continúa ali exercendo a medicina de modo ilegal.

(...)

(Arquivo Histórico Estadual, 1939, cx. 950)

O que se nota é que a disputa entre médicos e curandeiros por espaço se prolonga por anos em decorrência dentre outros fatores já citados, devemos insistir, do pequeno número de profissionais no Estado. Um outro aspecto da prática médica que poderíamos indicar é a existência de muitos armazéns ou comércios de gêneros diversos fazendo a comercialização de medicamentos, o que estende a disputa também ao espaço da prática farmacêutica. Isso porque junto com a receita do medicamento também ofereciam tratamentos cuja prática pertencia aos profissionais médicos, como a consulta, o exame e o diagnóstico.

As farmácia e armazéns

De acordo com o Regulamento de Saúde (artigo 519) o farmacêutico só poderia exercer a profissão se diplomado por escolas de farmácia ou odontologia nacionais ou equiparadas ou práticos de farmácia licenciados por órgão federal competente e as farmácias não poderiam ter consultório em suas dependências.

O exercício da farmácia, também era resguardado, pois assim como se proibia a existência de consultórios em farmácias também se proibia que médicos mantivessem farmácias sob sua responsabilidade. Mas na prática a lei era burlada de diversas maneiras.

No sertão, “farmácias não existiam”, eram os armarinhos que comerciavam os medicamentos e também os receitavam aos que os procuravam.

Como “não haviam farmácias” podemos concluir que a função de “farmacêuticos” nessas localidades eram prestadas por profissionais leigos que tomavam conhecimento dos medicamentos aleatoriamente. Essa prática perseguida pelos órgãos competentes era comum nos distantes povoados.

Em resumo podemos citar como os casos mais comuns a existência de farmacêuticos que acumulavam sua função com a prática da medicina; de donos de armarinhos que tendo permissão para vender medicamentos rapidamente também passavam para a prática da cura e de outros que sem permissão para a venda de medicamentos, faziam-no juntamente com o trabalho médico.

Os ofícios citados a seguir, encaminhados pela Diretoria Geral de Saúde às autoridades sanitárias responsáveis, podem nos permitir traçar o perfil dessas ações:

Exmo Sr. Dr. Chefe do Posto de Higiene de Ipameri
Tendo chegado ao conhecimento desta Inspetoria a existência de uma drogaria de produtos vegetal aí e como o seu proprietário não tem permissão desta Diretoria para esse fim, peço ordenar o fechamento da mesma até que seja legalizada a situação da mesma.

Outrossim solicito a remessa dos entorpecentes apreendidos ao sr. José Aguiar.

Exmo Sr. Farmaceutico Esau Marques Guimarães

Tendo o sr. Dr. Chefe do Posto de Higiene de Ipameri solicitado providencias no sentido de que sejam observadas as exigências da lei pelos farmaceuticos estabelecidos aí, chamo a sua atenção para o fiel cumprimento dos dispositivos de lei, não mais continuando no exercício ilegal da medicina reclamado pelo digno Chefe do Posto (ARQUIVO Histórico Estadual, 1939, cx. 950).

Além de serem comumente procurados pela população para a venda e preparação de medicamentos, os donos de armarinhos muitas vezes passavam a receitar e a medicar. Esta prática, considerada ilegal por parte do poder público passou a ser perseguida com mais afinco após a criação do Regulamento de Saúde que proibia essa atividade e cobrava a legalização de todas as funções médicas por parte das autoridades municipais, estaduais e federais.

Atendendo reclamações do Sr. Juvenal Pio Ramos que tem permissão desta Diretoria para a venda de produtos farmacêuticos na povoação de Araguassú, solicito de V. Excia. determinar sejam suspensos da venda clandestina de produtos farmacêuticos e exercício ilegal da medicina os srs. Comerciantes Viriato Bino, Francisco Vieira e Francisco Flôr (Arquivo Histórico Estadual, 1939, cx 950).

Embora fosse do conhecimento dos órgãos públicos a existência deste tipo de prática, a solução para ela não havia sido indicada, o ofício encaminhado pelo Diretor Geral de Saúde do Estado, demonstra a necessidade sentida por parte do Estado em resolver o assunto, mostra também que o órgão tinha ciência dos problemas vividos, mas que não conhecia a solução para ele.

É importante notar que o Estado assume a incapacidade de solução rápida do problema e indica um “medicamento” de gosto amargo para o mal: a permissão para permanência dos práticos em suas funções através da concessão de alvarás de licença.

O gosto amargo deve-se ao fato de o Estado ter que admitir a incapacidade para manter sua exigência, tanto que é repudiado por parte do órgão federal. É difícil crer que a simples proibição tenha resolvido o problema por isso acreditamos que esta prática tenha permanecido de forma velada. Vamos ao documento:

Exmo Sr. Diretor Geral de Saúde.

Atendendo a diversas solicitações de farmacêuticos e dentistas práticos, com longos anos de estabelecidos em diversas partes do Estado, inclusive o norte, onde como é do conhecimento de V. Excia. os meios de comunicações são difíceis devido a distância que separam as povoações, do centro, e que os transportes são feitos em costas de mares, venho expor a V. Excia, o que segue solicitando sua providência junto aos poderes constituídos afim de que seja feita uma exceção para, o Estado de Goiás, prorrogando o prazo da concessão de alvarás permanentes aos mesmos, que não requereram na época determinada pelo decreto federal n. 23540, de 4. 12. 1922, que limitou até 30 de junho de 1934 o prazo dos favores concedidos pelos decretos

20877 de 30.12.931 e 20.862, de 28.12.931, por ignorarem a existencia de taes decretos, e por Ter tido diversos levantes armados, nesse periodo que abalou todo paiz. Nós sabemos que não se pode alegar ignorancia de leis, porem no caso presente, é justificável o que alegam os interessados, visto ser de nosso conhecimento, que muito pouca gente, no sertão conhece as leis do nosso paiz. Com a legalização da situação de cada um dos interessados muito lucrará o Estado, a população local e a fiscalização da Saúde pública, visto, estando todos legaes, evitará os aborrecimentos que temos tido com reclamações que existem pessoas que não possuem licença da Saúde Pública e que continuam no exercício de suas profissões que vêm exercendo há longos anos; óra, de outros que pedem em nome da população local, a permanencia do prático, visto, ser o único meio que têm para os socorros necessários à população. (...)

(ARQUIVO Histórico Estadual, 1939, cx. 950)

Longe dos povoados onde sequer se poderia adquirir medicamentos, a solução ficava por conta da medicina popular, eram as infusões de raízes, folhas aconselhadas por um curandeiro que traziam a cura. Essa situação de abandono em que se encontrava a população sertaneja no que se refere à saúde, também experimentada pela população de outras regiões, levava-os a buscar diante da falta de médicos profissionais praticantes do curandeirismo

conjunto de práticas especiais usadas por pessoas que se capacitam a utilizar plantas, raízes, amuletos e orações para reativar a saúde dos pacientes. (SALLES APUD FREITAS, 1999, p. 630).

O que sabemos é que em Goiás, vão conviver, ou melhor, vão ao mesmo tempo se complementar e disputar espaço as diversas formas de cura. O curandeirismo que se baseia na cura através de chás, benzimentas e patuás, será de certa maneira complementar ao tratamento formal, já que as evoluções sentidas com relação às modernas técnicas de tratamento já em prática nos grandes centros mundiais, ainda não se viam refletidos no longínquo Estado de Goiás.

E não raras vezes médicos acorriam às técnicas não formais de cura buscando a complementação do tratamento utilizado. Fernandes, através da análise do relatório de viagem de Paternostro pelo vale do Rio Tocantins conclui que as trocas eram bilaterais

Os remédios que passaram da 'farmácia científica' para o patrimônio da 'farmácia popular' são vendidos em qualquer venda, na região percorrida

por Paternostro – exemplo de que as decepções não implicam o abandono obrigatório de todos os elementos da ‘medicina científica’ e de que as trocas são bilaterais (como ocorre nos casos mencionados pelo autor, em que os próprios médicos lançam mão dos curandeiros para reunir informações ou estender o tratamento a certos pacientes) (FERNANDES, 1974, p. 145-146).

O que não afastava o clima de disputas entre as duas práticas médicas presentes não apenas no Estado, mas um fenômeno mundial desde o final do século XIX, quando nas diversas sociedades se propõe códigos que desclassificam os saberes não científicos em saúde e condenam os profissionais que os detem...

dissensos, consensos e ampla negociação política entre médicos e outras categorias de curadores, hoje desaparecidas, marcaram aquele processo pelo qual foi sendo erigido o prestígio do médico como detentor de um saber especializado, e a sólida crença no poder preventivo e curativo da medicina contemporânea. (EDLER; FERREIRA; FONSECA, 2001, p. 61)

No entanto é preciso ter claro que a busca por profissionais que se aproximam mais de sua realidade se faz devido às questões culturais e não se explicam apenas em decorrência da falta de médicos e do afastamento dos centros urbanos e de saúde.

Estes profissionais eram respeitados e possuíam um elevado status nestas comunidades. Com relação a parteira por exemplo, era ela a comadre, a conselheira. Os benzedores responsáveis por resoluções de problemas sem fim, não se restringiam o seu ofício à cura do corpo, as doenças do espírito também eram a sua especialidade, os (des)arranjos amorosos, os feitiços, os patuás, as orações especiais contra os maus espíritos era eles quem conheciam, por isso além de respeitados eram temidos. Os curiosos juntavam além do seu conhecimento da flora e fauna utilizada como medicamento na região, diversos conhecimentos adquiridos de almanaques e manuais de saúde que circulavam pelo país, em especial o “Chernoviz” (considerado best-seller no século XIX). Como havia o impedimento do acesso à leitura a transmissão destes conhecimentos acontecia oralmente.

O que explica a fama alcançada por estes profissionais é que o sertanejo goiano vivia uma verdadeira agonia quando da necessidade de

cuidados médicos, nesses momentos todos os recursos disponíveis são buscados e não se coloca em questão apenas o doente e seu problema, mas envolve uma gama de personagens; a família, os agregados, os vizinhos, todos vem em socorro trazendo um pouco de conhecimento ou curiosidade que poderia, por ventura, auxiliar na tão pretendida cura.

A falta de perspectiva aumentava em decorrência da aceleração do processo de adoecimento, à medida que acabavam as forças, levavam consigo também a possibilidade de volta ao seu “estado normal”. Isso porque diante da falta de assistência médica “São inúmeros os casos de doenças curáveis que se tornam crônicos ou fatais” (PATERNOSTRO, 1945, p. 229).

O único meio que lhes ocorria era a busca por raízes, folhas, benzimantas, a natureza se apresentava como o último recurso para a satisfação física por meio do restabelecimento da saúde. Salles em seu trabalho *Saúde e doença em Goiás; 1826-1930*, enumera diversos produtos naturais utilizados na cura de um grande número de doenças como malária, verminose, males do fígado, bronquites, laringites entre outros. Segundo ela

os recursos apontados não se extinguiram com o tempo. Ainda no século XX, o habitante da zona rural utiliza-os, quando faltam médicos ou farmacêuticos” isso porque “a sociedade se valia das práticas transmitidas através de gerações, radicadas nos costumes e nos conhecimentos da flora medicinal. (SALLES, 1999, p p. 78-79).

Para o homem do sertão goiano era necessário adquirir o máximo de experiência pela prática da relação diária com a natureza, a qual lhe fornecia além de seu sustento o remédio para os seus males.

Para diminuir a busca por cuidados não formais à saúde o Estado implementa um projeto de ordenação do corpo e do espaço. Pois através da oferta de um atendimento médico acadêmico acreditava reestruturar os hábitos sanitários de sua população.

Para ordenamento do corpo e do espaço se faz necessário a construção de locais destinados ao grupo de pessoas que destoavam o projeto visado: os doentes. Assim logo se constroi a Santa Casa de Misericórdia e a Colônia Santa Marta. Espaços reservados para os que não obedeciam a regra de normalização. Destinados assim ao enclausuramento da doença.

Da mestiçagem ao multiculturalismo: o Brasil no contexto da América Latina

Lorena Rodrigues da Silva*

Resumo:

Durante mais de meio século, no Brasil e na América Latina, o discurso da mestiçagem permeou textos de diversos intelectuais e políticos que defendiam a superioridade da raça mestiça. Nas últimas décadas, porém, o multiculturalismo vem trazendo a afirmação no continente de suas incontáveis minorias que declaram e defendem as diferenças.

Palavras-chave: mestiçagem, multiculturalismo, minorias.

Abstract:

During more than a half century, in Brazil and in Latin America, the discourse about the crossbreeding permeated many politicians and intellectual's works that defended the superiority of crossbred race. However, on the last decades the multiculturalism has brought the affirmation in the continent of the countless minorities that declare and defend differences.

Keywords: crossbreeding, multiculturalism, minorities.

Quando pensamos sobre a constituição do povo latino-americano, algo que logo nos vem à mente é o conceito de mestiçagem. Em toda a América Latina, autores por muitos considerados românticos, idealizaram a “América mestiça”, Bolívar, por exemplo, escreveu sobre o sonho ibero-americano, de uma América única assim como José Martí, José Vasconcelos e tantos outros. Esse discurso foi popularizado desde a Independência das colônias espanholas no final do século XIX e início do século XX, e sempre esteve presente na “construção” das nações latino-americanas. Essa também é uma discussão que, desde cedo, buscou-se propagar no Brasil. Ao contrário dos Estados Unidos, onde sempre, até a segunda metade do século XX, pregou-se a separação entre as raças e a preponderância da raça branca e saxã sobre as demais, na América Latina, de um modo um tanto quanto diferente no Brasil, a mestiçagem passou a ser o diferencial do continente com relação ao europeu explorador.

No discurso da assimilação/miscigenação, o elemento nacional deve estar articulado aos critérios estéticos, supostamente atemporais e universais. Alguns autores defendem que somos todos mestiços, entendendo mestiçagem como diálogo profundo de culturas, mas, no caso da América Latina a mestiçagem não esteve presente somente nesse diálogo e envolveu todos os campos das construções identitárias, do sangue e da união das raças. Já o discurso da

* Discente do 4º ano de História pela Universidade Federal de Goiás.

diferença baseia-se na afirmação de características nacionais, regionais ou locais; no elogio da diferença, do multiculturalismo ou até mesmo do exotismo e, na valorização de fatores culturais distantes física e geograficamente.

Essa pesquisa tem a intenção de investigar como no decorrer do século XX esse discurso de assimilação e mestiçagem, não só nas obras intelectuais, mas, também na política, foi perdendo campo para a defesa do multiculturalismo, da afirmação e luta pelos direitos das minorias na América Latina e no Brasil.

José Vasconcelos, intelectual mexicano do século XX, ao falar da “raça cósmica” ou quinta raça, afirma que a missão do branco, que tem um espírito aventureiro, imigrador, foi a de servir de ponte para a miscigenação que produziria, na América, uma quinta raça universal. Além disso, a causa do fracasso ibérico no domínio do “novo continente” se deu por causa da natureza nociva da nacionalidade. Cada uma das repúblicas ibéricas, após a independência, outro fato nocivo, se lançou a fazer vida própria, sem a fundamental união, sem atender aos interesses comuns da raça. Nos EUA, aconteceu o contrário. Lá, segundo Vasconcelos, um ianque se sentia tão inglês como se tivesse nascido na Inglaterra. Isso explica a formação nos Estados Unidos de um dos maiores impérios do mundo. Foi o desenvolvimento da nacionalidade que lançou a necessidade de um discurso único para cada país. Ela afastou os países hispânicos da América. A independência fragmentou a América Latina “que não quiseram nem escutar as advertências geniais de Bolívar”.

Cada raça, segundo Vasconcelos, cumpre sua missão e se vai. Cada raça tem a missão de preparar um novo período: o da fusão e mescla de todos os povos. Por isso o índio precisava misturar-se, “latinizar-se” e o branco precisaria abandonar seu orgulho e buscar o conhecimento nas outras raças. Essa era, para Vasconcelos a essência da miscigenação. Os saxões, ao entrarem em contato com as demais raças, as destruíram, ao passo que nós as assimilamos. Essa seria a vantagem de nossa “civilização” que foi escolhida pra assimilar e converter em um novo tipo todos os homens. Os missionários deram condições aos índios de gerar uma nova etapa, a do mundo uno (miscigenação cultural). A colonização espanhola criou a mestiçagem e nesse sentido, Vasconcelos exalta o sonho ibero-americano de Bolívar e louva a colonização que proporcionou o encontro dos povos.

Com a libertação dos escravos se declararia a igualdade de todos os homens e a missão de fundir ética e espiritualmente todos os homens avançaria. Os EUA seriam o último grande império de uma só raça, o império final do poderio branco. A quinta raça que nasceria na América Latina não seria a raça de uma só cor, não estaria destinada a prevalecer frente aos

seus antecessores, seria a raça definitiva, uma raça capaz da verdadeira fraternidade e de uma visão realmente universal. Os povos latino-americanos precisariam, segundo Vasconcelos, tomar consciência de sua missão e abraçá-la como um misticismo.

De acordo com Eduardo Bomfim (BOMFIM, 2006) no Brasil se desenvolveu um processo colonizador cuja característica fundamental foi a mestiçagem. Somos uma nação basicamente de mestiços e nossa própria cultura tem como traço definidor sua diversidade e ao mesmo tempo sincretismo de várias manifestações antropológicas, principalmente negras, índias e portuguesas. Joaquim Nabuco, famoso político brasileiro dos últimos anos do império e dos primeiros anos da República, ao levantar a bandeira do abolicionismo já falava da importância do reconhecimento especialmente do negro na formação do Brasil. É claro que a presença, mais do sistema escravista do que do próprio negro no Brasil, era apontado por ele como a causa de todas as nossas mazelas políticas, além dos incontáveis problemas trazidos pelos africanos “com seus vícios de sangue” na constituição do povo brasileiro. Como solução para esse “problema” o político propunha uma imigração massiva européia para “limpar” o povo brasileiro desses vícios trazidos pelos africanos “uma raça mentalmente atrasada” com relação aos brancos, a miscigenação defendida aqui é a miscigenação entre brancos e “civilizados”, no sentido europeu ocidental.

Nina Rodrigues, apontado como pioneiro dos estudos africanos no Brasil, vinha trabalhando sobre o tema da miscigenação desde o final do século XIX. Já em 1900 havia publicado no *Jornal do Comércio* o que viria a ser depois capítulo do livro póstumo *Os africanos no Brasil*, de 1933. Apesar de sua morte em Paris, em 1906, sua obra foi de fundamental importância para os estudos sobre raça durante todo o século XX. Defensor dos valores culturais dos africanos no Brasil e dos seus direitos à liberdade de suas práticas religiosas, mesmo contra as autoridades policiais que as perseguiram, Nina Rodrigues baseava sua obra na visão "científica" da inferioridade racial do negro. Porém uma parte fundamental de sua obra fala da importância de emprestar ao negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos, isso se daria principalmente através da miscigenação cultural. Os negros brasileiros seriam mentalmente elevados aos africanos, mas Nina Rodrigues também destaca que a influência espiritual dos negros na nação heterogênea brasileira já estava consumada e isto, ele considera como vantagem para o Brasil por isso dedicou tanto tempo à pesquisa sobre os costumes africanos. As obras de Vasconcelos e de Nina Rodrigues estão sendo as principais fontes de pesquisa sobre o discurso da miscigenação na América Latina e no Brasil, respectivamente.

A ideologia da democracia racial, segundo momento do século, lançada em *Casa-Grande & Senzala*, mais famoso livro de Gilberto Freyre, publicado em 1933 (FREYRE, 2004) traz uma linguagem racializada ao analisar a formação da sociedade brasileira. O autor classifica os indígenas como um grupo de determinadas características comportamentais, como indolência e inconstância e também faz uma divisão hierárquica entre os indígenas da América Portuguesa e os da América Hispânica. Segundo ele, os incas, astecas e maias constituíram civilizações de cultura muito superior à dos indígenas do Brasil. Os negros, por sua vez, seriam superiores aos indígenas no processo de formação da sociedade brasileira, portanto os mestiços de brancos com negros seriam culturalmente mais elevados que os outros dois tipos. Assim a sociedade brasileira é descrita como culturalmente híbrida, racialmente mestiça e, por isso, levaria vantagem sobre as outras.

Seu discurso foi imediatamente incorporado pela elite política e um grande destaque passa a ser concedido à miscigenação. Considerada até então como fato prejudicial ao desenvolvimento da sociedade brasileira, a miscigenação é vislumbrada de forma positiva por Freyre. Neste sentido, a tese freyriana do escravo negro como civilizador, segundo a qual haveria uma incorporação de usos e costumes africanos pelos brancos, é central na valorização da miscigenação empreendida pelo sociólogo. Além disso, afirma que a miscigenação teria corrigido as distâncias sociais no Brasil e considera o mestiço um tipo "eugênico" superior aproximando-se da análise de Vasconcelos. Com base em sua teoria, diversas outras políticas de branqueamento são empreendidas no Brasil visando o desaparecimento do negro e a aproximação cada vez maior do modelo tido como superior, branco europeu. A união das raças proporcionaria o branqueamento, tão sonhado pelas elites brasileiras.

Segundo o antropólogo José Jorge de Carvalho, o Brasil fez parte do grande processo de racialização inferiorizante dos não-brancos durante pelo menos meio século. O resultado dessa política arianizante iniciada na década seguinte após a abolição da escravatura e que durou até fins dos anos 40, foi a expulsão, da escola e da carreira de educador, de milhares de negros. A ideologia da democracia racial, que celebrou a nossa mestiçagem, não teve como plataforma política restaurar ou promover uma igualdade racial no sistema econômico, político e nem mesmo escolar. A idéia de uma imigração maciça européia para substituir o negro foi imediatamente incorporada após a abolição da escravatura e o branqueamento passou a fazer parte da realidade brasileira principalmente na primeira metade do século XX. Nesse sentido ele condena ferozmente a idéia de miscigenação, que considera uma máscara

para esconder a verdadeira segregação dos não-brancos, e defende o respeito ao multiculturalismo.

O grande problema da miscigenação, ou do branqueamento para os não brancos é o caráter antropofágico, no sentido do Manifesto antropofágico de Oswald de Andrade, que ela assume nos países onde se observa. As culturas do negro e do índio são assimiladas pelos brancos que ficam seguros dentro de sua cultura que continua dominando, e quase não perde suas características culturais, pois mantém elementos como a língua, a organização social e política, a religião e as leis enquanto que os não brancos experimentam quase que uma incorporação ao mundo branco eurocêntrico. As minorias étnicas foram, ao invés de desaparecerem com a homogeneização proposta com a miscigenação, se multiplicando ao longo do século XX e, muitas vezes negam a assimilação. Isso abre caminho para o multiculturalismo.

A ideologia da mestiçagem é uma teoria cujos acadêmicos negros, por exemplo, não se identificam e a maioria deles vê o discurso da mestiçagem como parte de uma ideologia racista que visa desautorizar e desarmar a afirmação de uma negritude. E sem negritude não há demanda por reparação dos danos causados aos atuais descendentes de negros após séculos de escravidão. A partir de agora, essa fuga em uma dimensão morena, mestiça ou integrada da sociedade brasileira não é mais sustentável, surgindo assim entre diversas minorias, a defesa do multiculturalismo. Não se defende mais a negação das diferenças, mas sua afirmação e, sendo assim, busca-se “resgatar” as raízes assimiladas com a miscigenação para afirmar as diferenças do modelo central nacional. A homogeneidade que se buscava com a miscigenação deu lugar a heterogeneidade que representa o multiculturalismo.

O multiculturalismo é uma discussão que vem permeando textos de antropólogos, cientistas sociais e historiadores nas últimas décadas do século XX. Alguns afirmam que a aplicação desse conceito, expressa uma negação das identidades regionais ou mesmo nacionais. A segregação que foi uma característica, na América, dos Estados Unidos vem ganhando espaço entre os acadêmicos como solução na defesa das minorias. A solução da humanidade estaria, atualmente, segundo os defensores do multiculturalismo, na constituição de uma “segregação civilizada”, cuja ordenação jurídica e normativa encontra-se na chamada “Política Afirmativa”, originária dos EUA.

Mas, segundo autores como o canadense Will Kymlicka (KYMLICKA, 1996), o multiculturalismo possui raízes no passado, na batalha ideológica contra a questão nacional e o marxismo. Além disso, responde a determinadas aspirações de camadas médias e da elite

nos EUA e se disseminou, através de estratos sociais idênticos, por todo o mundo, inclusive nos países em desenvolvimento, possuindo, assim, uma forte base de apoio em segmentos formadores de opinião. Além disso, reivindicações políticas sempre acompanham o conceito. Por isso é importante ressaltar é que o multiculturalismo não é apenas um conceito discutido por pesquisadores, mas um fenômeno que vem acontecendo em muitos países e, em alguns casos, provoca situações conflitantes e falta de tato das autoridades para lidar com esses conflitos.

Kymlicka traz também o conceito de “cultura societal”, isto é, “uma cultura que proporciona aos seus membros formas de vida significativas, através de todo o leque de atividades humanas, incluindo a vida social, educativa, religiosa, recreativa e econômica, abarcando as esferas pública e privada”, compreendendo “não só memórias ou valores partilhados, mas também instituições e práticas comuns”, com uma certa tendência para a concentração territorial e com base numa língua coletivamente assumida. No caso dos afro-brasileiros que lutam por medidas multiculturalistas, acadêmicos têm consciência de que resgatar as raízes africanas tal como eram antes de serem assimiladas é impossível, mas medidas reparadoras, multiculturais, dentro da cultura “miscigenada” na qual se desenvolveram trariam uma idéia de que não estão vivendo em um mundo onde tudo o que não é Europeu e ocidental é ruim e assim, essas medidas seriam repatórias embora não extensivas àqueles que sofreram, no passado, a assimilação de seus valores e que tiveram o direito de repassá-los aos seus descendentes, negado.

Referências bibliográficas

- BARRETO LIMA, Martonio Mont'Alverne; ALBUQUERQUE, Paulo Antonio de Menezes. (Orgs.). *Democracia, Direito e Política: estudos internacionais em homenagem a Friedrich Müller*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006
- BOMFIM, Eduardo. *O multiculturalismo*. Alagoas: Diário Vermelho, 2006.
- CARVALHO, José Jorge *Inclusão Étnica e Racial no Brasil. A Questão das Cotas no Ensino Superior*. São Paulo: Attar Editorial, 2005.
- FREYRE, Gilberto *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2004.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Democracia racial*. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Democracia%20racial.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2007.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo & HUNTLEY, Lynn. (Orgs.) *Tirando a Máscara . Ensaios sobre o Racismo no Brasil*. São Paulo. Paz e Terra/SEF. 2000. Pp203-236.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KYMLICKA, Will. *Ciudadanía multicultural*. Barcelona: Paidós, 1996.

MAIO, Marcos Chor (org.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FioCruz/CCBB, 1996.

NABUCO, Joaquim *O abolicionismo* São Paulo: Nova Fronteira: Publifolha. 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PAIXÃO, Marcelo J. P.. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RODRIGUES, Nina *Os africanos no Brasil*. 6 edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

SODRÉ, Muniz *Claros e escuros: identidade povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

VOGT, Carlos e FRY, Peter. *Cafundó. A África no Brasil*. Editora da UNICAMP/Companhia das Letras. 1996.

DEUZAIR JOSÉ DA SILVA

OS RITUAIS DE MORTE EM GOIÁS NO SÉCULO XIX:

Imaginário, símbolo e representação

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE IPORÁ**

2007

Resumo

Objetivo: estudar os rituais de morte na província de Goiás e o seu “enfrentamento”. Aqui como em todo o território nacional as Irmandades exerciam importante papel nas ações da sociedade em torno da morte. A ação da Igreja e as relações com o conjunto da população. As disposições testamentárias e as encomendações. As visões do além. O terreno e o extra-terreno, dois mundos opostos e complementares. A ritualização tem um grande significado para a comunidade, como: propiciar um bom lugar para o morto; paz e sossego para os vivos; etc. Ao longo do século a sociedade passa por modificações com a secularização da morte e contínuo abandono das disposições religiosas e o surgimento dos cemitérios seculares. Dar os sacramentos aos moribundos era uma questão essencial no cotidiano da época.

Palavras-Chave: Goiás, morte, ritual.

OS RITUAIS DE MORTE EM GOIÁS NO SÉCULO XIX:

Deuzair José da Silva¹

Meu Menino Jesus da Porciúncula: amo Jesus, adoro Jesus, bendigo Jesus, reverencio Jesus, agradeço a Jesus, exalto Jesus, santifico o nome Santíssimo de Jesus por agora e sempre e no último suspiro glorifico a Jesus no Santíssimo Sacramento da Eucaristia. Peço ao céu e à terra, peço às flores do campo, e peço às estrelas do céu, peço ao sol nos seus raios, peço à lua na sua luz, peço às aves do céu: cantai! Peço aos peixes nas suas conchas, peço aos rios no seu curso e belo correr, peço aos anjos, peço aos santos, peço aos homens e às mulheres, peço a todas as línguas e nações remotas, me ajudem a dar graças a meu Jesus Crucificado porque nos criou e nos remiu com o seu precioso sangue! Peço à Sagrada Família, a São João Batista, a São João Evangelista, ao meu Anjo Custódio, à Santa do meu nome, que louvem por mim ao Senhor por tantos benefícios e tão grandes misericórdias que de suas liberantíssimas mãos tenho recebido e que me faça uma criatura tal qual ele quer que eu seja. Amem! Jesus, Maria, José, eu vos dou o meu coração e minha alma. Rosa.²

O interesse pelos rituais de morte em Goiás se deu em função da preocupação de melhor conhecer os valores culturais locais – goianos – e, por conseguinte, da região centro-oeste. Compreendendo a identidade da comunidade, contribuindo para criar uma consciência de conhecimento da memória de sua terra. A importância de tal atividade pode ser

¹ Mestre em História – UFG. Professor UEG – UnU Iporá. Esta pesquisa é resultado do desenvolvimento de Projeto intitulado: Os rituais de morte em Goiás no século XIX: imaginário, símbolo e representação, com financiamento da Universidade Estadual de Goiás.

² Luiz Mott. *Rosa Egípcíaca: uma santa africana no Brasil Colonial*. Ano 3 - nº 38 - 2005 - 1679-0316. <https://www.unisinos.br/ihu/uploads/publicacoes/edicoes/1158330564.59pdf.pdf>. Acessado em 09-0802007.

corroborada na argumentação de Raymond Williams falando do local de seu nascimento e onde viveu e das transformações “vivas” por este espaço no tempo, que é, na prática, o fazer da história.

“Como já disse antes, nasci numa aldeia e até hoje moro numa aldeia. Mas nasci ao pé das Black Mountains, (...). Agora vivo na planície, (...).

Este contraste físico é uma presença constante para mim, mas não é o único contraste. No seio daquela aldeia nas Black Mountains, como também nesta, há um contraste profundo impregnado de inúmeros sentimentos: contraste entre o que parece natureza virgem – a presença física das árvores, aves, paisagens em movimento – e uma agricultura ativa, que na verdade produz boa parte da natureza. Ambos os tipos de sebe – ali sobre uma plataforma, aqui brotando do chão plano ou ladeando uma vala, juntamente com os carvalhos e avezinhos, os olmos e pilriteiros que os acompanham, tudo isto foi visto, plantado e cultivado pelo homem. No final da trilha perto da casa de minha infância existe agora uma rodovia, pela qual passam caminhões em alta velocidade. Contudo, aquele caminho foi aberto, pavimentado e usado por veículos: só está ali há duas gerações, desde o tempo em que um jovem construtor casou-se com a filha de um fazendeiro e recebeu um pedaço de terra para lá construir sua casa, e depois sua oficina, juntamente com o caminho, e depois as casas vizinhas, e depois oficinas sucessivamente convertidas em casas; a primeira dessas oficinas veio a ser a primeira casa de meus pais. No campo onde vejo o olmo e cavalo branco, atrás de minha casa atual, existem tênues vestígios de uma construção do século IX, (...)”³.

Este passado observado por Williams revela um tempo que não está morto, mas “vivo” entre as pessoas e na mente do historiador. Estamos tentando debater como a idéia de passado deve ser encarada dentro de uma relatividade, a do homem. E que a “banalização” do tempo tem tornado o passado como algo morto e sem sentido, e pior, os avanços tecnológicos tornam as coisas superadas com muita rapidez. A superação é uma verdade, mas isto não significa que este passado deva ser desprezado como algo abominável. Esta não é a atitude por parte do historiador.

A província de Goiás no século XIX caminha lentamente. Deficiências estruturais, como: falta de capitais para investimento, de escolas, de mão-de-obra qualificada, associada há uma administração pública ineficiente com desequilíbrio entre receita e despesa, a distância dos grandes centros econômicos e de vias de comunicação, entre outros, impede um maior desenvolvimento do território goiano.

Mas isto não quer dizer que a região fosse uma ilha isolada, isto se reflete na reprodução de costumes e tradições herdadas de outras plagas. No aspecto religioso as evidências são facilmente perceptíveis. Tal qual o restante do país praticamos um catolicismo rústico e com uma forte preocupação com a vida depois da morte. O número de Irmandades

³Raymond WILLIAMS. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 14.

corroborar a hipótese. A preocupação com uma boa morte era uma constante como retomaremos à frente. Aqui, como lá, a ritualização era grande.

O enfoque que proponho trilhará caminhos da história cultural procurando decifrar os códigos e práticas cotidianas dos habitantes da província. Vale lembrar que recorrer à história cultural parece um modismo na atualidade. Quase tudo é possível de ser visto sobre o paradigma cultural. Isto está ligado à polêmica em torno do que é história cultural e de suas fronteiras. Os termos *social* e *cultural* estão sendo usados de forma quase equivalentes. A partir de 1970 o território do historiador cultural se ampliou muito, estas exigem formas próprias de leitura, que no entanto, não estão claramente definidas. Outro ponto importante são as fronteiras culturais. Vistas hoje não mais como ponto de intersecção, mas como lugares de “relação”⁴. Pensando assim, temos a possibilidade de estar estabelecendo as construções dos atores envolvidos, suas condições objetivas, que nada mais são do que sua "visão" de mundo resultado dos embates diários do coletivo. Coletivo esse que tem de ser percebido na totalidade do território brasileiro. Estas são construções históricas, contém os campos de atuação e de envolvimento de seus membros.

Ao longo da sua vida os homens criam e recriam os elementos da cultura. As atitudes e respostas dos indivíduos são compreendidas dentro desta. Na situação descrita por José de Souza Martins pode-se perceber o exercício desta cultura, aqui em uma situação particular: a morte.

“Há um conjunto de cuidados, que são tomados na relação com o morto e no deslocamento do corpo. O primeiro deles diz respeito ao afastamento da família. Após as despedidas e bênçãos, a família é praticamente afastada do moribundo e do corpo. Daí em diante, o tratamento do morto, desde a lavagem até o sepultamento, é incumbência de estranhos, nunca de parentes próximos. Após lavado e vestido, o corpo deve ser tirado do quarto para a sala *da frente*, o cômodo que dá para a rua e para a estrada. E deve ser tirado com os pés para a frente, precedido por alguém que conduz a vela acesa. O velório deve ser feito de modo que o corpo fique com os pés em direção à porta e a cabeça em direção ao interior da casa. Luiz da Câmara Cascudo observa que a posição do morto na casa é o inverso da posição do nascimento. Esse é, provavelmente, o costume mais comum e generalizado em todo o país”⁵.

Algumas destas situações descritas por Martins ainda são encontradas no interior do Estado, como expor o corpo com os pés para porta de saída da casa. A morte não é simplesmente o ato de separação mais visível até pelo sentimento de dor externado no

⁴ Cf. Peter BURKE. *O que é história cultural?* Tradução Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005. pp. 146-9.

⁵ José de Souza MARTINS. “A morte e o morto: tempo e espaço nos ritos fúnebres da roça”. In: *A morte e os mortos na sociedade na sociedade brasileira*. José de Souza MARTINS (Org.). São Paulo: Hucitec, 1983. p. 265. (Grifos do autor).

desespero dos vivos. Trás consigo elementos econômicos, valores comportamentais, expectativas. O relacionamento dos vivos com essa separação sugerem características essenciais da interpretação da sociedade sobre a “vida no além” e, muito mais, do dia a dia das pessoas. A religiosidade é um destes pontos centrais, como destaca Vovelle: “*No Ocidente católico, sobretudo, a igreja se manteve como um lugar privilegiado para toda uma série de atos relativos à morte e ao além-mundo*”⁶. A importância do aspecto religioso nos rituais de morte também é destacado por Eliane Silva na introdução de sua tese de doutoramento:

“Acreditar em Deus, na alma, nas comunicações entre vivos e mortos, em fantasmas parece significar que a idéia de uma aniquilação total é desagradável. As crenças em algum tipo de sobrevivência após a morte indicam uma recusa obstinada ao aniquilamento e uma tentativa de estabelecer uma forma de constinuidade, principalmente se o homem puder ver garantida a conservação de elementos considerados fundamentais: a razão, o conhecimento, os afetos, o poder de ação e comunicação. Em suma, imortalidade e a eternidade, sejam elas memória ou sobrevivência espiritual. Em verdade, essas crenças estão ligadas a perguntas cruciais sobre a vida, o destino e a origem de tudo, a natureza primeira do Todo. Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? Os homens se debatem entre duas propostas que o atormentam: o Divino Celestial e o Comum Apovorante”⁷.

A trama sobre a morte passa pela compreensão das relações entre estes dois mundos distintos: material “vivo” e celestial “morte”. Duas situações muito “presentes em nosso meio e por isto mesmo cheia de interrogações, principalmente pelo fato de nossas dúvidas e falta de “controle” com a vida no além-túmulo. É com certeza um diálogo difícil, mas instigante. Dá a possibilidade de inquirir sobre uma situação que fala muito sobre um povo. Para “falar” com este povo recorri basicamente às seguintes fontes: Goiás. Termos das Visitas Pastorais, Cartas Pastorais, Provisões, Certificados, Editais, Etc. 1734-1824. Registro de Óbitos de Pirenópolis de 1803-1810, Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Abadia, Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacrametno da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Meiaponte, Registro de Testatamento 1842-52 da Cidade de Goiás, Livro 1º de Regulamentos expedidos pelo Presidente da Província 1858, Regulamento para Cemitério, ano 1859. Esclareço que não atualizei a grafia das citações preferindo manter a originalidade destas.

Busco neste estudo compreender as construções e elaborações em torno da morte no século XIX em Goiás. Conhecendo o significado simbólico, os hábitos e as mudanças ocorridas em torno do assunto. Desta forma a ação humana se torna mais importante que o

⁶ Michel VOVELLE. *Imagens e imaginário na história – fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. Tradução Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1997. p 351.

⁷ Eliane Moura SILVA. *Vida e morte: o homem no labirinto da eternidade*. Campinas: Unicamp, 1993. p. 8.

meio na construção do espaço. É a práxis social. Sendo uma pesquisa de caráter regional recorri metodologicamente à micro-história. Acredito que sua aplicação permite um diálogo mais consistente com as fontes.

"A micro-história como prática é essencialmente baseada na redução da escala de observação, em uma análise micróscopica e em um estudo intensivo do material documental. (...) Para a micro-história, a redução da escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado"⁸.

A redução da escala de observação não implica que não se possa construir generalizações. O exame mais minucioso das fontes permite estabelecer maiores significações ao objeto e portanto, uma generalização mais próxima do real. O estudo é particular, mas a sua identificação e significado é feito à luz de seu próprio contexto específico. O trabalho de Ginzburg neste sentido é elucidativo.

"Deter-se tão minuciosamente nessa monótona sucessão de confissões arrancadas pelo medo à tortura, seguidas de outras tantas retratações igualmente precisas, poderá parecer inoportuno. Mas a tortura, na realidade, não faz senão propor novamente, de forma exacerbada, a característica essencial do processo por feitiçaria. Por mais óbvio que seja, não será inútil lembrar que uma enorme parcela dos inquisidores acreditava na realidade da feitiçaria, assim como muitíssimas feiticeiras acreditavam naquilo que confessavam perante a Inquisição. No processo tem-se em outras palavras, um encontro em diferentes níveis entre inquisidores e feiticeiras, enquanto partícipes de uma visão comum da realidade"⁹.

Os rituais são partes constitutivas de uma sociedade. Estas não são situações objetivas, mas construídas socialmente. A história cultural constitui-se em um método que procura apreender o pensamento coletivo, fugindo aos sujeitos particulares. O uso, o modelo de todos os dias, é neste ponto que captam as profundezas da cultura, onde podemos ler os arraigamentos que constituem a memória da comunidade, a sua verdadeira identidade. Revelando as heranças do grupo: as rupturas, as perdas, as continuidades. Os estudos de rituais obrigam o historiador a perceber estas intersecções, elas contêm o material à compreensão dos mesmos, posto que, os ritos são práticas conhecidas e inteligíveis aos seus membros.

O rito oferece um modelo exemplar, colocando o homem na contemporaneidade do sagrado. *“Será necessário considerar os ritos como redutores de riscos e incentivadores do*

⁸ Giovanni LEVI. “Sobre a micro-história”. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. Peter BURKE (Org.). Tradução Magda Lopes. São Paulo: Unesp. 1992. p. 137.

⁹ Carlo GINZBURG. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 30.

*sentimento de segurança, ou então, inversamente, como motivadores de mais ansiedade? A primeira solução parece ser a mais habitual*¹⁰. Percebe-se daí que os rituais dão sustentação e significado à vida. As ações se tornam reais na medida em que tornam modelos. Assim a realidade se adquire exclusivamente pela repetição ou participação, tudo que não possui um modelo exemplar é vazio de sentido, isto é, carece de realidade.

As ações em torno da morte passavam necessariamente pela atuação das Irmandades. Deixo claro que a minha intenção não é um estudo das Irmandades de forma objetiva, mas é preciso lembrar que estas tinham um papel muito importante no assunto. Conforme Scarano, no Brasil estas adquiriram feições diferenciadas do que ocorria na Europa dando mais importância às categorias raciais e sociais. Aqui, ao que parecem, estas se dedicavam apenas aos ofícios religiosos e a beneficência, não se encontrando àquelas dedicadas aos grêmios profissionais¹¹. A opinião é também compartilhada por João José Reis, que diz o seguinte:

“Não só os negros e pobres se associavam a irmandades, que fique claro. Na verdade, essas instituições religiosas leigas faziam parte da vida de quase todos os grupos sociais e em geral as pessoas a elas se associavam de acordo com sua condição social, origem nacional e classificação racial. Havia irmandades de brancos, mulatos e negros; de brancos da terra e d’além-mar; de negros brasileiros e africanos; de africanos de diferentes origens africanas. Com o avançar do século XIX muito dessa segregação desapareceria, mas as irmandades, agora racialmente misturadas, persistiram, embora sem o brilho do século anterior. Todas elas, no entanto, em todos os tempos, se obrigavam a zelar pela boa morte de seus membros durante as várias etapas dos ritos fúnebres, entre outras coisas exigindo em seus compromissos que os associados acompanhassem os funerais que promoviam”¹².

Outro estudioso do assunto Riolando Azzi afirma: “*as confrarias são associações religiosas nas quais se reuniam os leigos no catolicismo tradicional. Há dois tipos principais de confrarias: as Irmandades e as Ordens terceiras*”¹³. Na colônia e no Império as confrarias foram marcadas pela religiosidade e a devoção, exceto as misericórdias que tiveram um caráter claramente social. As últimas desempenhavam ambas as funções: religiosa e assistencial¹⁴. Seus confrades eram obrigados por seus pares a prestarem todo um ritual solene na passagem de um de seus membros. A eles cabia desenvolver todo um aparato que visava garantir um bom “lugar” ao falecido. Sua não realização podia ser o presságio de infortúnios.

¹⁰ Claude RIVIÈRE. *Os ritos profanos*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 70.

¹¹ Cf. Julita SCARANO. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1975. pp. 24-5

¹² João José REIS. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In: *História da vida privada no Brasil: Império*. Coordenador-geral da coleção Fernando NOVAIS; Organizador do Volume Luiz Felipe de ALENCASTRO. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 2. p. 123.

¹³ Riolando AZZI. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 89.

¹⁴ Cf. Idem. p. 92.

Os rituais de morte eram assim muito importantes para o povo. Salvação para os mortos, conforto para os vivos. Isto pode ser comprovado no Compromisso a ser assumido pelos seus membros.

“Capítulo 1º

Da Irmandade em Geral

§ 4º Outro sim será a mesma Irmandade obrigada a acompanhar á sepultura todos os Irmãos de Compromisso, e conduzi-los no Esquife da Irmandade; assim como suas mulheres e filhos até a idade de quatorze annos, [...].

Capítulo 6º

Do Procurador

§ 3º Deve levar a campainha adiante em todas as occazioens que sahir fora Irmandade, e total- a antes dos enterros, para convocar os Irmãos, [...]”¹⁵.

Um primeiro ponto a ser lembrado é a importância das Irmandades no seio do grupo, garantia dos atos fúnebres aos mesmos. No mesmo parágrafo fica também determinada a obrigação de prestar tais trabalhos às esposas e filhos menores de seus pares. O cumprimento de todas as etapas do ritual revela uma preocupação central: a vida eterna. No mesmo Compromisso a determinação de prestarem os trabalhos nos sepultamentos evidencia a ritualização de que estou falando.

“Capítulo 1º

Da Irmandade em Geral

§ Outro sim será a mesma Irmandade obrigada a acompnhar á sepultura todos os Irmãos de Compromisso, e conduzi-los no Esquife da Irmandade; [...]”¹⁶.

A realização de todas as fases do ritual e as boas atitudes em vida são avais de um bom lugar no mundo extra-terreno. Havia uma crença de que a justiça humana podia até cometer algumas falhas, mas a divina era infalível. Por isso todo o cuidado era pouco. Reconhecer os erros, pedir perdão por eles e a intercessão da Corte celestial eram atitudes praticadas por todos como mostram grande parte dos Testamentos examinados¹⁷. Vale lembrar que ao longo do século as disposições religiosas vão cedendo lugar às materiais.

“Em Nome do Pay, e do Filho e do Espírito Santo, Amém# Eu Braz Alvares de Castro. Christão Catholico, Baptizado na Villa de Meyaponte de Goyáz, aonde nasci de minha May Ignez Álvares Nunes, já fallecida; querendo que no momento da minha morte actum

¹⁵ Cópia do Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Meiaponte. Arquivo Histórico Estadual. Caixa Arquivo Irmandades.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Cf. João José REIS. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In: *História da vida privada no Brasil: Império*. Coordenador-geral da coleção Fernando NOVAIS; Organizador do Volume Luiz Felipe de ALENCASTRO. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 2. pp. 102-3

determinadas as disposições que dos meus bens e haveres fazer-me agradão; deixo neste meu testamento manifestado, pela maneira e declarações seguintes, a minha última vontade= Declaro que sempre me tenho conservado no estado de solteiro, e que neste estado tenho três Filhos de nomes Joaquim Alvares de Castro e Justiniano Alvares de Castro e Manoel Alvares de Castro, todos três filhos de Angelica Pires Cardozo, aos quais instituo meus únicos e universais herdeiros, e Testamenteiros, e que por tanto Nomeio aos ditos meus três filhos Joaquim, Justiniano, e Manoel Testamenteiros e herdeiros de todos os meus bens, haveres= [...]”¹⁸.

As preocupações com um bem morrer são evidentes: a busca da intercessão divina representada na Santíssima Trindade, cristão, católico, batizado. Princípios religiosos que num primeiro momento podem parecer corriqueiros, mas estes mostram as profundezas da cultura arraigada e presente no seio de toda a comunidade. É aqui que o postulado de Ginzburg fica demonstrado, nas coisas ditas “simples” e “repetitivas” estão os verdadeiros elos do comportamento da população. Uma inquietação que começa no mundo terreno chega ao além. Busca a intervenção sagrada, mas também redimir dos atos em vida. Uma garantia de passaporte para a outra vida. As encomendações mostram como dois mundos diferentes se entrelaçam, dão conta também dos princípios morais que norteiam a sociedade. Esta ligação pode ser observada no reconhecimento dos filhos, que ao que tudo indica era resultado de um amaziamento duradouro, não de um casamento legítimo. As pesquisas indicam que situações como estas são poucas, mas é uma hipótese que demanda um aprofundamento em estudos de família. Não vou entrar no mérito da questão, até porque não é o objeto do presente projeto. O fato de não citar o nome do pai pode sugerir ser o testador um filho também nascido de uma união ilegítima. Mas o que interessa é perceber no reconhecimento dos filhos um fato unido à morte. Este funciona como um indulto dos pecados e ingresso no céu. Neste outro testamento a presença religiosa e as incertezas da vida pós-morte são também interessantes.

“Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo. Três Pessoas Distintas e um só Deus verdadeiro, Amém# Eu Joanna Archagela Xavier achando-me gravemente enferma, possam em meu perfeito juízo, e entendimento por mercê de Deus e querendo-me dispor para esperar a morte que hei certa determino fazer este meu testamento da maneira seguinte. Primeiramente invocando a minha Alma a Deus que criou e a quem peço a salve pelos Merecimentos de meu Senhor Jesus Cristo e de Maria Santíssima, Nossa Senhora, e ainda invoco a todos os Santos da Corte do Céu sejam meus intercessores perante Deus. [...]”¹⁹.

Pode-se identificar aqui o ideário em torno da morte, onde a religião tem atuação central. A invocação da Trindade Santa evidencia um dos aspectos do comportamento

¹⁸ Testamento do Capitão Braz Alvares de Castro no Arraial de Anicuns. Livro de Testamentos – 1842-52 – da cidade de Goiás, folha 2. Exemplar fotocopiado existente no IPEH-BC. Goiânia, Goiás.

¹⁹ Testamento de Dona Joanna Archangela Xavier no Arraial de Anicuns. Livro de Testamento – 1842-52 – da cidade de Goiás, folha 22. Exemplar fotocopiado existente no IPEH-BC. Goiânia, Goiás.

religioso da cultura local: a forte presença do catolicismo tradicional, situação não diferente em todo território nacional. Mais à frente esclarecerei tal conceito. O pedido de mediação de toda a Corte Celestial é um indicativo das expectativas em torno da morte. A busca da salvação da alma ou uma passagem rápida pelo purgatório é a pretensão de todos. Os pedidos de ajuda parecem indicar também que todos se acham pecadores, não um contumaz, mas pecador. Característica de um catolicismo que remonta à época medieval, trazido pelo colonizador e fortemente disseminado por todo o Brasil. Além disso, fazer as disposições finais era a forma de evitar que uma morte inesperada e repentina atrapalhasse o caminho rumo aos céus. Isto pode ser comprovado pelo desejo de uma morte natural em casa ao lado de todos os parentes “presidindo” o ato, como o oposto é indesejável. Reis destaca tal atitude em seu trabalho e mostra como isto era do agrado de todos. A realização de todo esse conjunto de atitudes objetivava garantir um bom lugar ao morto na outra vida e também paz e sossego para os vivos.

“A morte ideal não devia ser uma morte solitária, privada. Ela se encontrava mais integrada ao cotidiano extradoméstico da vida, desenhando uma fronteira tênue entre o privado e o público. Quando o fim se aproximava, o doente não se isolava num quarto hospitalar, mas esperava a morte em casa, na cama em que dormira, presidindo a própria morte diante de pessoas que circulavam incessantemente em torno do seu leito – a morte representava ‘uma manifestação social’, como a definiu Philippe Ariès. Reuniam-se familiares, padres, rezadeiras, conhecidos e desconhecidos”²⁰.

Percebe-se aqui que a morte não é sinal de separação/intersecção. Continua a existir entre os dois mundos uma relação muito estreita evidenciada nas missas pelas almas, nas encomendações, na arquitetura cemiterial carregada de imagens sacras e epitáfios religiosos.

“Verba quarta # Declaro se me mande dizer duas Missas de corpo presente na mesma Capella aonde quero ser sepultado, eduas de esmolla do costume pelas Almas do Purgatório, e não privo adita minha herdeira e testamenteira de mandar dizer mais algumas missas, que asua Charidade permittir pela minha alma”²¹.

As missas constituem parte um salvo conduto que se completa nos pedidos de local de sepultamento, nos hábitos a serem amortalhados, etc. Além disso, primeiro revelam importantes traços da composição social da sociedade. É de se supor pela lógica que aqueles

²⁰ João José REIS. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In: *História da vida privada no Brasil: Império*. Coordenador-geral da coleção Fernando NOVAIS; Organizador do Volume Luiz Felipe de ALENCASTRO. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 2. p. 104.

²¹ Testamento de Francisco José Guedes da Gama Lobo. Livro de Testamentos – 1842-52 – da cidade de Goiás, folhas 4v e 5. Exemplar fotocopiado existente no IPEH-BC. Goiânia, Goiás.

mais aquinhoados fossem os que utilizassem maiores somas de recursos na salvação da alma. Até porque eram os que, na prática, faziam disposições testamentárias, salvo raras exceções. Isto não quer dizer que os mais pobres não se preocupassem com o assunto. Indica também uma mudança no comportamento da população, que aos poucos, vai passando por um lento processo de secularização. É garantia de que seus desejos sejam cumpridos e seus bens tenham o destino que ele determinou. Preocupação material com certeza, testemunho dos vivos. O mundo destes vai ganhando terreno. Terceiro, evidencia a religiosidade da população muito preocupada com a salvação e o purgatório. As missas por outras almas indicam o sentido de se reconstituir uma vida terrena ao lado daqueles mais queridos e de sua convivência. Um quarto ponto e, mais importante é que a paixão cristã no ideário da população era atitude bem vista pela Corte celestial. Uma boa relação com esta é um presságio de conforto no além. Mostra também o caráter da religiosidade da época e suas atitudes fortemente ligadas ao catolicismo. Recorro aqui a Azzi que faz uma ótima radiografia do catolicismo no Brasil. Apesar da extensão da nota, tem a vantagem de fornecer todos os dados necessários à melhor compreensão do assunto.

“Na história religiosa do Brasil estão presentes duas formas básicas de catolicismo: o catolicismo: o catolicismo tradicional e o catolicismo renovado.

Entre as principais características do catolicismo tradicional podemos indicar as seguintes: é luso-brasileiro, leigo, medieval, social e familiar.

O catolicismo renovado, por sua vez, apresenta entre outras as seguintes características: é romano, clerical, tridentino, individual e sacramental.

Em todo o período colonial, ou seja, nos três primeiros séculos de vida cristã no Brasil, dominou incontestemente o catolicismo tradicional. [...]

A época imperial se caracteriza por uma acentuada luta de hegemonia entre o catolicismo tradicional, que goza do apoio do governo, e o catolicismo renovado, propugnado pelos bispos reformadores.

A terceira fase, no período republicano, se caracteriza pelo domínio do catolicismo renovado, enquanto o catolicismo tradicional é progressivamente marginalizado”²².

A caracterização de Azzi permite continuar o diálogo da importância da Igreja na vida das pessoas. Atuando na vida terrena e no além, ela exercia uma forte influência no meio social. A religião é a mediadora entre vivos e mortos. Neste aspecto a Igreja exercia um papel central nas ações desenvolvidas. A partir de meados do século XIX a sociedade caminha rumo

²² Riolando AZZI, *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 9.

à secularização das atitudes no tocante a morte evidenciada na criação dos cemitérios municipais, nas construções tumulares – com o surgimento de panteões cívicos e na mescla de adornos não sacros -, num progressivo abandono das disposições religiosas nos testamentos. Da mesma forma a perda de importância e o desaparecimento das Irmandades.

“Aos dez de Julho de mil oito centos e quatro faleceu com os sacramentos de penitência, extrema unção Faustino Rodrigues pardo livre, casado com Anna Maria: seu corpo foi amortalhado em pano branco, e enterrado na Capellada Nossa Senhora da Lapa, filial desta Matriz, sendo primeiro encomendado por mim, que para constar fiz este Assento”²³.

“Aos dezoito de Julho de mil oito centos, e quatro faleceu sem Sacramentos por ser repentinamente Genoveva Vas, casada com Joze Antonio de Mello, sepultado na sepultura de Fabrica numero trinta e cinco, sendo primeiro encomendado pelo Reverendo Vigário, e mais Sacerdotes que havião, e para constar fiz este Assento”²⁴.

Controlando os últimos atos em vida a Igreja tinha um importante papel na vida das pessoas como afirmei acima. Do mesmo modo que controlava os atos depois da morte. Fornecendo os atos de penitência, de extrema-unção e comunhão fazia com que todos dela dependessem. Morrer “dentro” da Igreja e com os sacramentos era desejo de todos e só não realizado em casos especiais como no Registro citado acima. A internalização de tais atitudes não era uma situação de mão única, mas também orientado pela Igreja. Bispos e vigários receberam ordens expressas de prestar todos os trabalhos o mais breve possível sob pena de sanções por parte da administração superior²⁵. Todos os cuidados tomados dão a entender que a morte era situação profundamente ritualizada, que começava em Testar as suas vontades, passando pelos atos de comunhão, penitência, extrema-unção e encomendação.

Tão logo a morte fosse confirmada entram em cena as carpideiras, que com seus choros anunciam o fato. As carpideiras são profissionais e choram por qualquer um. Mesmo que se recriminem tais atitudes “*essas carpideiras também representavam um sentimento obrigatório, e faziam uma obrigação ritualística. O comportamento objetivava, por exemplo, afastar os maus espíritos de perto do morto e a própria alma deste de perto dos vivos*”²⁶. A seguir o defunto era preparado para o velório, era banhado, cabelo, barbas e unhas aparados e amortalhado. Reportando-se à Van Gennep, Reis afirma que:

²³ Registro de Óbitos. Pirenópolis 1803 a 1810. p. 20v. IPEH-BC. Goiânia, Goiás.

²⁴ Idem. p. 21.

²⁵ Cf. Goiás. Termos das Visitas Pastorais, Cartas Pastorais, Provisões, Certificados, Editais, Etc. 1734-1824. Exemplar datilografado existente no IPEH-BC. Goiânia. Goiás. p. 14

²⁶ João José REIS. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 114.

“Em seu clássico estudo sobre os ritos de passagem, Van Gennep dividiu as cerimônias funerárias em *ritos de separação* entre vivos e mortos, e *ritos de incorporação* destes últimos a seu destino no além. Entre a separação e a incorporação, o morto ficaria no limite entre o aqui e o além, uma espécie de parêntese existencial a ser ritualmente preenchido pelos vivos. São exemplos de ritos de separação a lavagem e o transporte do cadáver, a queima de objetos pessoais do morto, cerimônias de purificação, de sepultamento, rituais periódicos de expulsão do espírito do morto da casa, da vila, enfim, do meio dos vivos, o luto e tabus em geral. Ritos de incorporação seriam aqueles dirigidos a propiciar a reunião do morto com aqueles que seguiram antes, como, por exemplo, a comida servida para a sua viagem, a extrema-unção, o próprio enterro do cadáver. Os ritos de separação e incorporação freqüentemente se superpõem e até se confundem”²⁷.

As ações desenvolvidas pelas Irmandades, o sepultamento, as missas pela alma do falecido, bem como aquelas pedidas em testamento ou de acordo com o compromisso assumido pelos Irmãos e a cruz nas sepulturas completa o quadro. Segundo Azzi a utilização da cruz como indicativo de local de sepultamento está presente em toda história religiosa brasileira²⁸. E mais:

“A vinculação entre cruz de sepultura e cruz das almas é muito estreita. A indicação da sepultura tona-se com freqüência a origem do culto dos mortos ou das almas penadas”²⁹.

“Provavelmente a devoção às almas penadas foi divulgada no Brasil pelos portugueses, os quais por sua vez sofreram influências célticas”³⁰.

De certa forma podemos aventar aqui a visão do além. Este é construído a partir de dois espaços completamente opostos: o Céu e o Inferno. O primeiro um paraíso, rico de todas as virtudes desejado por todos; o segundo desgraça e a ruína total. Lugar de desassossego e de constante atribulação para as almas e também para os vivos. Daí a necessidade do cumprimento de todas as etapas do ritual funerário – às vezes extensas e com centenas de missas encomendadas pela alma do falecido, incluindo ainda parentes e amigos –. A esperança de todos é atingir o céu. Não alcançando o paraíso algumas almas iam para o purgatório. Este não é um lugar intermediário entre Inferno e Paraíso, mas um ambiente de purificação para aquelas almas que morreram em estado de graça – já com um lugar certo no paraíso – e que precisam passar por um estágio de preparação para ver Deus e o Céu³¹. A salvação vinha de acordo com o merecimento de cada um, daí a preocupação em vida com os pecados. A vida depois da morte era sempre vista com dúvidas, ninguém ousava dizer que já

²⁷ Idem. p. 89. (Grifos do autor).

²⁸ Cf. Riolando AZZI, *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 20.

²⁹ Idem. p. 21.

³⁰ Ibidem. p. 22.

³¹ Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Purgat%C3%B3rio>. Acessado em 25-07-2007.

estava salvo. A dúvida quanto a isto era grande. Na eternidade a existência podia ser bem melhor, mas só depois da absolvição dos pecados. A morte era então um momento de forte apreensão. Esse temor não era algo sem controle. Temia-se muito morrer sem preparação, esta ajudava na espera da morte e também o acesso para o além³².

A escolha da mortalha a ser envolvido, do local de sepultamento, também fornecem pistas importantes do mundo extra-terreno. Ser envolvido em vestes semelhantes às dos santos era um presságio de bons fluidos e intervenção da Corte celestial em seu favor. Da mesma maneira que o local da última morada. Ser enterrado “das grades acima” era o desejo de muitos devido à proximidade com altar. Por outro lado, alguns solicitam ser inumados em lugares de menos prestígio. Tudo indica que neste caso prevalece a idéia de que a humildade é o melhor caminho para se atingir os céus. Postura que se aproxima dos ensinamentos da Igreja, que assegurava prêmio para a humildade e castigo para a ostentação. A reunificação da família ou do grupo da parentela no pós morte também ocorria, vários pediam para ser sepultados próximos de parentes já falecidos. Isto indica que se tentava reconstituir no além o mundo terreno. Em “*A morte é uma festa*” Reis faz uma análise muito interessante sobre o assunto³³.

As construções tumulares e os epitáfios constituem outras extraordinárias pistas do imaginário em torno da eternidade. Neste ponto as investigações ainda se encontram em fase inicial, demandando pesquisas e exames mais precisos que pretendo desenvolver em outro projeto. A secularização da morte em Goiás e a criação dos cemitérios fora do âmbito urbano constituem também interrogações que pretendo desenvolver no futuro e que a exigüidade de espaço e de tempo não me permitiu avançar no presente trabalho. Propus interrogar as ligações entre a construção da nação com a independência e de uma cultura “nacional” com as questões relativas à morte, tal interrogação também não foi possível responder. São muitas as perguntas sem respostas, o que por um lado pode parecer frustrante, mas por outro um sinal de que o estudo não foi em vão, tendo em vista que, acredito que nossa missão principal é nos propor ao debate e a crítica de nossos pares.

³² Cf. João José REIS. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 95.

³³ Cf. Idem. pp. 185-9.

FONTES

Cópia do Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Meiaponte. Arquivo Histórico Estadual. Caixa Arquivo Irmandades.

Goiás. Termos das Visitas Pastorais, Cartas Pastorais, Provisões, Certificados, Editais, Etc. 1734-1824. Exemplar datilografado existente no IPEH-BC. Goiânia, Goiás.

Registro de Óbitos. Pirenópolis 1803 a 1810. IPEH-BC. Goiânia, Goiás.

Testamento do Capitão Braz Alvares de Castro no Arraial de Anicuns. Livro de Testamentos – 1842-52 – da cidade de Goiás, folha 2. Exemplar fotocopiado existente no IPEH-BC. Goiânia, Goiás.

Testamento de Dona Joanna Archangela Xavier no Arraial de Anicuns. Livro de Testamento – 1842-52 – da cidade de Goiás, folha 22. Exemplar fotocopiado existente no IPEH-BC. Goiânia, Goiás.

Testamento de Francisco José Guedes da Gama Lobo. Livro de Testamentos – 1842-52 – da cidade de Goiás, folhas 4v e 5. Exemplar fotocopiado existente no IPEH-BC. Goiânia, Goiás.

BIBLIOGRAFIA

- AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Purgat%C3%B3rio>. Acessado em 25-07-2007.
- Luiz Mott. *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil Colonial*. Ano 3 - nº 38 - 2005 - 1679-0316. <https://www.unisinos.br/ihu/uploads/publicacoes/edicoes/1158330564.59pdf.pdf>. Acessado em 09-08-2007.
- LEVI. Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. BURKE, Peter (Org.). Tradução Magda Lopes. São Paulo: Unesp. 1992.
- MARTINS, José de Souza. “A morte e o morto: tempo e espaço nos ritos fúnebres da roça”. In: *A morte e os mortos na sociedade na sociedade brasileira*. MARTINS, José de Souza (Org.). São Paulo: Hucitec, 1983.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In: *História da vida privada no Brasil: Império*. Coordenador-geral da coleção NOVAIS, Fernando; Organizador do Volume ALENCASTRO, Luiz Felipe de. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 2.
- RIVIÈRE, Claude. *Os ritos profanos*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1975.
- SILVA, Eliane Moura. *Vida e morte: o homem no labirinto da eternidade*. Campinas: Unicamp, 1993. (Tese de Doutorado).
- VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na história – fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. Tradução Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1997.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Patrimônio, uma questão de valor[es],

notas sobre o contexto juizforano

Daniel Roberto dos Reis Silva¹

Resumo: O objetivo deste texto é o de discutir algumas questões sobre a categoria patrimônio, tendo como foco a cidade de Juiz de Fora e suas leis de preservação. Especificamente, procura-se identificar quais as concepções de patrimônio e de passado estão sendo elaboradas pelos intelectuais do órgão local de preservação e suas relações com a cidade.

Palavras-chave: Patrimônio; Juiz de Fora; Cidade; História; Passado.

I

Este texto tem por objetivo discutir algumas questões sobre a categoria patrimônio, tendo como foco a cidade de Juiz de Fora. Procura-se identificar quais as concepções de patrimônio e de passado estão sendo elaboradas pelos intelectuais do órgão local de preservação e suas relações com a cidade. Este empreendimento é realizado, sobretudo, a partir da leitura das leis de preservação do patrimônio no âmbito local, buscando identificar em tais textos o que está sendo classificado como patrimônio, ou, quais os valores estão sendo colocados em jogo em tais documentos.

Parte-se da premissa de que tais sistemas classificatórios, mais do que atribuir conjuntos de valores ao que pode ou não ser considerado patrimônio cultural, possuem implicações em termos práticos e representacionais sobre o passado, bem como sobre determinadas formas de uso e apropriação da cidade. Proporciona o contato – e conflito – entre dispares concepções de tempo, história, mercado, cultura e desenvolvimento urbano e coloca questões para reflexão como: Qual a responsabilidade do presente sobre o passado e suas conseqüências possíveis, ou, numa sociedade cada vez mais marcada pelo presente, qual é o lugar do passado e que tipo de uso é possível ser feito dele? Em termos específicos, essa questão se coloca nos seguintes termos: qual a responsabilidade dos intelectuais dos órgãos públicos de preservação sobre o patrimônio, uma vez que são eles os agentes a

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia IFCS/UFRJ; pesquisador do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN

indicar os critérios de valores que determinam em última instância o que deve ou não ser preservado? Qual(is) o(s) lugar(es) e o(s) uso(s) possíveis do passado? Quais as categorias classificatórias envolvidas neste projeto?

II

Valor. Se o leitor buscar o significado deste termo no dicionário irá encontrar: “1. Qualidade. 2. Força; vigor. 3. Valentia. 4. esforço. 5. Preço. 6. Papel representativo de dinheiro. 7. Estimação. 8. Validade. 9. (fig.) Importância; significação. 10. Significado rigoroso de um termo. 11. (Mus.) Duração de uma nota”.² Entre os muitos sentidos do termo valor, destaque-se aqui, no que tange ao patrimônio, de um lado, qualidade, estimação, importância; e de outro, preço, representação de dinheiro. O primeiro remete a instâncias afetivas; o segundo, econômicas. Há ainda um terceiro significado: validade. Este pode ser utilizado para ratificar os anteriores. Poderia-se dizer que se aproxima da noção de autenticidade; valor autêntico.

Os diferentes sentidos em torno do termo valor esboçados, guardam, no entanto, um aspecto comum; remetem a instâncias intangíveis. Estima, preço e validade são construções realizadas no plano simbólico. Assim, “valor” é um termo axiológico que remete às representações sobre algo, alguém ou alguma coisa. É recorrente nos mais diversos grupos, a atribuição de valor a coisas, pessoas, entidades religiosas e espirituais. O valor atribuído a algo, ou alguém, determina de certa forma a atitude em relação a este. Se algo tem valor de mercado tende a ser encarado de uma forma, se tem valor religioso de outra.

A construção de discursos patrimoniais é sempre permeada por construções de valores. Nestes discursos a categoria patrimônio vem sempre adjetivada: valor histórico, valor cultural, valor artístico, etc. Tais adjetivações transformam o termo valor numa categoria de pensamento construída socialmente – por grupos, agências, lideranças ou intelectuais – e carregam por traz uma série de relações de força. O valor seleciona; inclui e/ou

² LUFT, C. *Mini Dicionário Luft*. SP: Ática/Scipeione, 1991. p.624.

exclui; afirma e/ou nega e em determinados casos pode ser ambíguo e pejorativo, uma coisa no intuito de significar outra.

Os valores que adjetivam o patrimônio não são estanques. No mundo ocidental moderno eles se reconfiguram a cada instante, segundo as relações contextuais de cada momento histórico. A título de exemplo, mencione-se que as motivações valorativas ligadas ao patrimônio no início do séc. XIX apresentavam uma escala hierarquizada aparecendo em primeiro lugar o valor cognitivo, seguido do econômico e artístico. A justificativa recorrentemente apresentada para essa estrutura de valores, se deve ao fato de que naquele momento o patrimônio foi utilizado, dentre outros, como meio de reforçar a idéia de nação; o patrimônio como forma de educar e disciplinar o povo. Já no fim do citado século com o advento do romantismo, a revolução industrial, transformações do meio ambiente, a hierarquia havia se reconfigurado, onde pela primeira vez foram privilegiados os valores de sensibilidade - principalmente estético.³

As contínuas ressignificações do patrimônio terminam por construir sistemas de patrimônio e cultura⁴. Noutros termos, as dinâmicas e tramites, construções e reconstruções do patrimônio, erigidos discursivamente por meio de uma coletividade, estão sempre em processos de construção imbricados a várias outras instâncias como arte, religião, história, segundo seus projetos políticos e de construção e reconstrução de um passado. Em determinados momentos tende a ser mais abrangente, noutros, mais restritivos. Diante disso, algumas questões se colocam: Quem são os que constroem e reconstroem atribuições de valor ao patrimônio? O que é incluso e excluído? Quem é incluso ou excluído? Quais as motivações desses processos? Essas são questões que nem sempre são fáceis de serem respondidas. Este é um dos desafios ao falar sobre patrimônio.....

³ CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. SP: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

⁴ A categoria sistemas de patrimônio e cultura é tomada aqui numa analogia aos sistemas de arte e cultura de James Clifford (1994). A diferença é que enquanto os sistemas de arte e cultura apresentam um leque restrito de possibilidades de circulação classificatórias do objeto, os sistemas de patrimônio e cultura revelam-se um campo aberto para reclassificações.

III

..... e suas relações com a cidade.

A cidade pode ser vista como o espaço onde se realizam e concretizam os fazeres e práxis urbana; espaço da construção dos discursos e colecionamentos do patrimônio, lócus da produção dos sonhos de uma coletividade.

De um lado, a cidade é o resultado da transformação de um lugar num espaço por seus habitantes, a partir dos atrativos que ela oferece; é o cenário da gesta ambulatória e da “fala dos passos perdidos”; da lembrança e esquecimento; do espaço vivido e praticado; apropriada e reapropriada a cada instante por seus passantes.⁵

De outro, é um espaço artificial criado para ser o *lócus* de existência da sociedade urbana e, com a emergência do que Foucault denomina por biopoder, tornou-se um problema a ser controlado. As formas pelas quais se comporta, habita e transita em meio às malhas urbanas passam a ser regulamentadas, segundo relações de força.⁶

Nessa tensão entre a possibilidade do acaso e dos jogos de poder a cidade é o palco, também, do patrimônio. Ele está imbricado em suas tessituras de modos variados para ser visto, conhecido, lembrado e consumido. Para alguns, são os fantasmas do passado, esvaziados de suas funções e sentidos; para outros, o desejo inatingível por este passado e cujos sentidos estão a cada momento sendo refeitos. De modo ou de outro, são construções feitas no presente sujeitas a regras específicas, sempre atormentadas pela possibilidade de ineficácia de sua ressonância.

⁵ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2002

⁶ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade: curso no colégio de france*. SP: Martins Fontes, 1999.

III

É recorrente no Brasil atribuir uma das primeiras tentativas no intuito de classificar o patrimônio cultural nacional à autoria de Mário de Andrade. Trata-se do anteprojeto de lei que deu origem posteriormente – com alterações – ao Decreto 25 de 1937.⁷ A visão e concepção de valores do projeto andradiano esboça um quadro octogonal de classificação. Nele a entrada principal é a categoria arte. A arte segundo Mário de Andrade “é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano utiliza-se da ciência, das coisas e dos fatos”.⁸ Cabe chamar a atenção, que a forma como Mário de Andrade formula sua noção de arte remete a toda e qualquer forma de expressão humana; aproxima-se de uma concepção antropológica de cultura. Dela são designadas oito sub-categorias, que em termos de salvaguarda seriam agrupados em quatro livros. O quadro abaixo permite visualizar estas categorias.⁹

Entrada Principal	Categoria	Livros do tomo
Arte	Arqueologia	Arqueológico e Etnográfico
	Ameríndia	
	Popular	
	Histórica	Histórico
	Erudita nacional	Das belas artes
	Erudita Estrangeira	
	Aplicada Nacional	Das artes aplicadas
	Aplicada estrangeira	

Essa concepção de valores foi reclassificada no projeto Lei nº 25. A entrada principal, a categoria arte, passou a dividir espaço com a história. Esta última foi colocada em pé de igualdade com a primeira. Assim, à ampliação das categorias de entrada, corresponde uma subtração da história do domínio da arte, e a partir de então: “constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e

⁷ O Decreto Lei 25, foi instituído em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas e constitui-se, junto do Decreto 3551/2000, nos dois principais instrumentos legais de preservação no país.

⁸ Andrade, 1980:97, *Apud*. CHAGAS, M. O pai Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. RJ: DP&A, 2003. p. 95-108.

⁹ CHAGAS, M. O pai Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. RJ: DP&A, 2003. p. 95-108.

cuja conservação seja do interesse público, quer por seu valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico”.¹⁰ Observe o leitor que o patrimônio é ligado de um lado à memória nacional e de outro a valores excepcionais. Se a arte se aproxima de uma concepção de cultura, a história é posta como um sistema paralelo, como se vê no quadro que segue. Essa nova classificação parece sugerir duas temporalidades; uma “cultural” e outra “histórica”; uma preponderando uma concepção diacrônica e outra preponderando uma concepção sincrônica.

<i>Entrada Principal</i>	<i>Categoria</i>	<i>Livros do tomo</i>
Arte	Arqueologia	Arqueológico e etnográfico
	Ameríndia	
	Popular	
	Erudita nacional	Das belas artes
	Erudita Estrangeira	
	Aplicada Nacional	Das artes aplicadas
	Aplicada estrangeira	
História	História	Histórico
	Arte histórica	

A emergência do que se tornou comum denominar por patrimônio imaterial levou a uma nova reclassificação dos valores do patrimônio no país. O decreto 3551/2000, seguindo uma tendência internacional, descortinou um suposto novo olhar, ou discurso, sobre a nação, ampliando, ou talvez, corrigindo em contornos mais amplos/justos o patrimônio nacional. O “surgimento” do patrimônio imaterial traz consigo novas categorias classificatórias para o patrimônio. Tais categorias refletem uma série de processos ocorridos a partir da segunda metade do século XX, como a disseminação do uso antropológico da noção de cultura e as demandas de um mundo pós-colonial. Este processo desloca em última instância as categorias de arte e história do posto de entradas principais para se pensar o patrimônio brasileiro para o segundo plano. Agora, colocou-se antes a dicotomia material/imaterial. Acredita-se que a confluência destas duas categorias darão conta da diversidade brasileira, encampando terrenos que até então não haviam sido tocados de modo adequado pela agência. De tal forma, a diferença entre tangíveis e

¹⁰ Decreto Lei, 25, 1937.

intangíveis é menos entre o fato de algo ser ou não palpável, mas de modelos de apresentar a nação. A uma nação construída discursivamente sobre a pedra e cal e que representava, sobretudo as elites, caminha agora paralelo e tensamente uma outra que retrata, sobretudo, as camadas populares.

<i>Bens tangíveis</i>	Arte	Livros do tombo
	História	
<i>Bens Intangíveis</i>	Celebrações	Livros de registro
	Ofícios	
	Lugares	
	Formas de expressão	

IV

Em Juiz de Fora uma das primeiras tentativas de pensar o patrimônio local remontam à década de 1930. Trata-se da tentativa de Lindolfo Gomes de pleitear o tombamento da Fazenda Velha. Nascido em 1875, este intelectual que teve significativa importância no campo do folclore e história, dentre outros, empreendeu no final da década de 1930 uma campanha em prol do tombamento e desapropriação por parte do Estado, junto ao IPHAN, do edifício considerado por ele: “a mais antiga e mais histórica das habitações juizforanas”.¹¹ A proposta encaminhada pelo intelectual, gerou um diálogo contínuo entre ele, o IPHAN, os proprietários do imóvel e a prefeitura. A justificativa advogava que a construção remetia à gênese histórica do município estando presente nos relatos de Saint Hilaire em sua obra “Viagens nas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”. Nela teriam residido figuras ilustres como o inconfidente Antônio Batista Vidal Barbosa e Dias Tostes que junto com Henrique Halfeld: “foram os primeiros fundadores do arraial e depois vila de Juiz de Fora”¹². No argumento de Lindolfo Gomes, a gênese da cidade desde os tempos em que era ainda um arraial, poderia ser vislumbrada através da fazenda. Entretanto, as colocações do intelectual se estendiam para além. Apresentam a Fazenda

¹¹ IPHAN/MINC. Arquivo Noronha Santos, Série Inventários, Cx 189, pcte 02. Recorte do Diário Mercantil, 03/07/1946.

¹² Idem. Recorte do Diário Mercantil, 03/07/1946.

Velha como um testemunho das grandes narrativas nacionais, atrelando-a a eventos como a Inconfidência Mineira e à presença de viajantes naturalistas que retrataram o Brasil nos sécs. XVIII e XIX. Não obstante, o saldo final da discussão, após um impasse gerado quanto à desapropriação do prédio, foi a sua demolição.

Os valores expressos na concepção de Lindolfo Gomes apresentam um quadro onde a história é a categoria principal. Esta concepção de história remete à grandes fatos e acontecimentos e à ação de ilustres personagens, onde o passado é aquele que remete à algo distante, à uma “antiguidade local.” A partir dessa concepção o patrimônio é classificado em sub-categorias que dariam conta desse universo destacando-se a noção de monumento histórico.

Esforço sistemático de pensar o patrimônio local, no entanto, remonta ao início da década de 1980. Neste momento a cidade passava por uma rápida transformação de seu cenário urbano, o que gerou a reação de intelectuais locais no intuito de: “lutar pelos prédios históricos para preservá-los.”¹³ Este grupo, composto sobretudo por artistas, jornalistas e historiadores, passou a atuar por meio de manifestações públicas e publicação de artigos nos jornais locais, em defesa de um dado passado local. Seus esforços ecoaram na administração municipal e culminaram em 1982, aliados a uma pré-disposição da então administração da prefeitura em atuar no campo cultural, na publicação da primeira lei voltada para preservação do patrimônio local, a Lei 6108.¹⁴

A Lei 6108 inaugura o caminho para gestão político-jurídica de preservação do patrimônio em Juiz de Fora. Previa o tombamento total ou parcial de bens culturais móveis ou imóveis, públicos ou privados no município, independente de outras esferas

¹³ DIÁRIO MERCANTIL. Os Casarões aos poucos vão caindo. In: *Diário Mercantil* Juiz de Fora, 12 e 13 de fevereiro de 1978. p.1

¹⁴ Neste momento Juiz de Fora tinha como prefeito Francisco Antonio de Mello Reis. Em sua administração foi criado o Instituto de Pesquisa e Planejamento (IPPLAN), destinado a pensar racionalmente a cidade e a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), ambos com significativa importância no que tange ao início de uma preocupação sistemática com a preservação do patrimônio na cidade.

do estado. Criava a Comissão Permanente Técnico Cultural – CPTC – subordinada ao recém-criado Instituto de Pesquisa e Planejamento – IPPLAN – mas com regulamento próprio. Tal Comissão seria composta por sete membros à livre escolha do prefeito, sendo: “6 (seis) cidadãos de nível universitário completo e um de notório saber histórico e cultural”. Sobre os primeiros a lei especifica que deveriam ter formação nas áreas de humanas ou exatas. Ao prefeito fica estipulada também a responsabilidade de escolha de um dos membros para coordenar a comissão. Os objetivos da CPTC ficam expressos no art. 7º que menciona caber a ela: “exercer a proteção dos bens culturais, móveis e imóveis de propriedade do município ou particular que foram tombados na forma desta lei, bem como atuar integrado com os setores competentes que planejam e legislam sobre o uso do solo e edificações”.¹⁵

Além da CPTC, a Lei 6108 estipulava a criação de um Conselho Consultivo. A este caberia a tarefa de: “Opinar e emitir parecer sobre toda e qualquer questão pertinente ao tombamento se consultado pelo Prefeito Municipal”, regendo-se por regimento próprio, e, seu exercício sendo considerado ‘*munus*’ público. Sua composição se faria “pelas diversas entidades representativas da comunidade”, com nove membros à escolha do prefeito. O dado a salientar, no entanto, é que a própria lei apresenta o que vem a ser tais entidades, e, conseqüentemente, quem representa a comunidade. Daí mencionar: “1. Associação Comercial; 2. Centro Industrial; 3. O.A.B – Sub-Seção de Juiz de Fora; 4. Clube de Engenharia; 5. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - JF; 6. Sindicato dos Jornalistas de Juiz de Fora; 7. Universidade Federal de Juiz Fora - UFJF; 8. Câmara Municipal de Juiz de Fora; 9. Comunidade.” É tanto quanto curioso notar que, em meio às diversas entidades que representam a comunidade, aparece a própria comunidade, como entidade de si mesma.

O sistema de classificação que norteou o processo de implantação da Lei 6108/82 trazia uma concepção de valores diferente daquela elaboradas por Lindolfo Gomes na década de 1930. Apresentava como entrada principal a categoria ‘bens culturais’. Dela se

¹⁵ Lei 6108. Juiz de Fora, 1982.

subdividiam oito categorias – ou atribuições de valores – que seriam as constituintes desse sistema de cultura local, contemplados em um livro único de tombamento. Delineia-se então, o quadro:

<i>Entrada Principal</i>	<i>Categoria</i>	<i>Livros do tomo</i>
Bens culturais	Histórico	Livro do tomo local
	Arqueológico	
	Etnográfico	
	Paisagístico	
	Bibliográfico	
	Artístico	
	Arquitetônico	
	Ambiental	

Se o leitor investir numa trajetória histórica das políticas de preservação na cidade, averiguará que a Lei 6108 foi substituída em 1988 pela Lei 7282.¹⁶ Embora visando consolidar a proposta anterior, este novo documento trás algumas mudanças. É possível identificar um refinamento textual e uma maior preocupação em especificar as questões em pauta. Enquanto a Lei 6108 fala na implantação de tombamento de bens culturais, o documento seguinte traz um primeiro capítulo explicitando o que vem a ser o “patrimônio cultural de Juiz de Fora”, onde se lê: “Art. 1 – O Patrimônio Cultural do Município de Juiz de Fora é integrado pelos bens móveis e imóveis, públicos ou privados, existentes em seu território, que devem merecer a proteção do poder público municipal pelo seu valor cultural, histórico, etnográfico, paleográfico, bibliográfico, artístico, arquitetônico, paisagístico ou cultural.”¹⁷ Nota-se então, uma nova classificação para um conjunto de elementos que, de bens culturais passam a ser denominados patrimônio cultural.

Para além da mudança retórica, há também uma alteração no que tange aos valores e instrumentos de preservação do patrimônio. De um lado, é incluído novo valor, com um

¹⁶ Prefeitura Municipal de Juiz De Fora, Lei 7282/1988.

¹⁷ Idem.

caráter ambíguo, qual seja, o valor cultural. Afinal, o que seria o valor cultural do patrimônio cultural? Esse valor não estaria implícito nos outros valores, já que o ‘cultural’ seria a categoria maior que os abarca? Não há uma redundância? Por outro lado, o valor arqueológico é excluído do texto e leva a indagar: Porque suprimir o valor arqueológico? Estaria-se negando a existência de sítios arqueológicos na cidade, ou relegando uma possível proteção a outras esferas do poder público? O valor ambiental por sua vez é reconfigurado. Embora não conste na lista dos valores que integram o patrimônio cultural da cidade, ele surge como um novo instrumento de proteção, as áreas de proteção ambiental, “zonas especiais assim consideradas por lei.” A questão que se coloca é: numa legislação pautada em critérios de atribuição de valores cria-se esse instrumento sem considerar o cerne de sua proposta um valor? Ou seja, cria-se a possibilidade de proteger uma área ambiental, sem toma-la como um valor? As áreas de proteção ambiental estariam se configurando numa categoria a parte do patrimônio cultural?

A lei trás ainda um terceiro instrumento de proteção, a declaração de interesse cultural, assim definido: “poderá ser declarado de interesse cultural da comunidade o bem a que não for adequada a proteção acarretada pelo tombamento, quer em razão de sua natureza, quer em razão de sua especificidade a despeito de seu valor cultural, histórico, etnográfico, paleográfico, artístico, arquitetônico ou paisagístico.” Estes novos instrumentos de preservação seriam regidos pelas mesmas normas do tombamento, prevendo-se restrições ou limitações quanto a suas utilizações de acordo com as necessidades de sua proteção. Como não há menção, fica subentendido que ambos seriam inscritos também no mesmo livro de tombo da cidade.

Com base no exposto, observa-se delinear então, um novo quadro no que tange aos valores do patrimônio juizforano com a lei 7282:

<i>Entrada Principal</i>	<i>Categoria</i>	<i>Livros do tombo</i>
--------------------------	------------------	------------------------

Cultura	Cultural	Livro do tombo local
	Histórico	
	Paleográfico	
	Etnográfico	
	Paisagístico	
	Bibliográfico	
	Artístico	
Arquitetônico		

A Lei 7282 foi recentemente revogada. Implantou-se um novo texto jurídico, a Lei 10777 de 15 de julho de 2004. O documento buscou uma atualização e adequação em relação à um novo cenário da categoria patrimônio, com a emergência do patrimônio imaterial. A nova Lei trouxe diferentes propostas para se pensar o patrimônio juizforano, a começar pela própria definição do que é esse patrimônio. Ele aparece constituído agora “pelos bens materiais – imóveis, móveis e integrados -, públicos ou privados e bens imateriais existentes em seu território”.¹⁸ Junto dessa nova definição surge também um novo critério de atribuição cognitivo para esses bens. Não se fala mais em valores, mas no fato de serem “portadores de referência a identidade juizforana”¹⁹, embora estes mesmos possam ser considerados como valores. Nessas referências incluem-se:

- “I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos e edificações cuja conservação seja do interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do município, do estado ou do país, quer por seu valor cultural, histórico, etnológico, paleontológico, bibliográfico, artístico, arquitetônico, paisagístico;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, paleontológico, ecológico e científico.”²⁰

Segundo o documento é, então, esse conjunto de elementos que varia das formas de expressão à ciência e tecnologia que possibilitaria ao juizforano criar sua identidade, sendo eles passíveis de serem considerados um patrimônio cultural. O patrimônio juizforano busca se alinhar às tendências discursivas da nação e de um cenário internacional.

¹⁸ Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. LEI 10777, de 15 de Julho de 2004.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

No que tange aos instrumentos de proteção, identifica-se duas principais diferenças em relação ao documento anterior, a saber, a exclusão das áreas de proteção ambiental e a introdução do registro de bens imateriais, englobando:

“os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades, rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas ou outros bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem ns definições acima.”²¹

Estes bens serão inscritos em livro próprio, tendo como referência: “a continuidade histórica do bem e sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade.”²² Neste momento o patrimônio juizforano passa a ter duas entradas principais, material e imaterial, divididas agora em dois livros: do tombo e de registro. Delineia-se o quadro:

<i>Bens tangíveis</i>	Bens móveis e imóveis	Livro do tombo
	Conjuntos urbanos e sítios	
<i>Bens Intangíveis</i>	Formas de expressão	Livro de registro
	Ofícios	
	Saberes	

V

Uma vez apontado os critérios de valores pelos quais os especialistas do órgão de preservação local vêm classificando o que deve ou não ser considerado o patrimônio juizforano, cabe colocar alguns pontos do resultado desse processo para o município, ou, quais as suas narrativas e possíveis conseqüências. À despeito das mudanças de critérios de valores e instrumentos de preservação é possível identificar a permanência de alguns elementos que possibilitam uma síntese do patrimônio juizforano. Com uma biografia de

²¹ Idem.

²² Idem.

pouco mais de duas décadas no campo da preservação, Juiz de Fora conta hoje com mais de cento e cinquenta bens preservados. Nesta trajetória o tombamento se coloca como instrumento de excelência, cujos critérios foram tomados como norte para os demais mecanismos de preservação. Uma radiografia desse processo e suas relações com o espaço urbano da cidade pode ser visualizada por meio de uma publicação feita pela prefeitura em 2004.

“*Memória da Urbe. Bens tombados*”²³ é um pequeno catálogo que trás alguns dados dos bens preservados acompanhado de fotografia. Alguns pontos chamam atenção neste material. A começar pelo título e a ilustração da capa, uma bricolagem de vários edifícios, nota-se que a narrativa do patrimônio construído em Juiz de Fora é o da memória do urbano. Uma análise da distribuição espacial destes bens na cidade permite inferir a presença de uma grande ‘mancha’ na região central da cidade. Não por acaso, este é também o *locus* nevrálgico do município desde seu surgimento, até os dias atuais. Não houve na cidade uma despolarização ou repolarização de seu “centro nervoso” - exceto timidamente as regiões dos bairros São Pedro e Zona Norte. O reflexo disso é uma grande dependência em relação à esta região que abriga as instituições burocráticas, comércio e serviços. O resultado é uma tensão dentro de um mesmo espaço que é o *locus* nevrálgico das dinâmicas urbanas mas também *locus* do patrimônio. Deste modo, as propostas de preservação esbarram sempre em questões como a especulação imobiliária, já que estes são os terrenos mais valorizados. Enfrentam também questões referentes à adequação do uso dos bens num espaço em contínua mudança. Passado, presente, preservação e reconfiguração do espaço caminham tensamente juntas nessa mesma espacialidade.

Os bens tombados são predominantemente edificações em estilos eclético, *art-decò*, neocolonial e modernismo, dentre os quais sobressaem os dois primeiros. O ecletismo característico da passagem do XIX para o XX e que reproduz a arquitetura renascentista

²³ PJJ/FUNALFA. *Memória da urbe. Bens Tombados*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

com elementos industrializados, e, o *art-decò*, que se torna símbolo de uma cidade que se pretendia moderna e condizente com as influências européias nas primeiras décadas do séc. XX. De modo geral, tais construções datam de um período que se estende de 1870-1930, momento de formação e consolidação de um modo de vida urbano de Juiz de fora.²⁴ Elas remontam ao período na qual Juiz de Fora despontava como um pólo na região da Zona da Mata Mineira. Situada ente a capital do país e do estado, este é um período considerado áureo da historia da cidade. Remonta à sua industrialização e efervescência cultural, onde contava com destaca importância política, rendendo-lhe títulos como “Manchester Mineira” e “Athenas Mineira”.²⁵ O patrimônio juizforano é então, um patrimônio urbano, como urbano sempre foi a imagem que a cidade buscou construir. É um patrimônio da modernidade do município

Outro ponto a destacar, à despeito das tensões na centralidade urbana da cidade onde se situa o patrimônio é que embora tenha sido feito um inventário, um planejamento do que deveria ser preservado, ou não, de acordo com estratégias de ação pré-definidas, não foi levado adiante de modo sistemático. Mais do que isso, a questão do patrimônio não entrou na pauta de discussão do planejamento urbano da cidade de modo concreto, embora durante algum tempo ligado ao IPPLAN. Nesse sentido, as ações tomadas, principalmente as iniciais pautadas na Lei 6108, norteavam-se por um discurso da perda. Os intelectuais do patrimônio juizforano procuravam dar vistas ao tombamento dos bens, pois se não o fizessem naquele momento eles poderiam ser destruídos. Este patrimônio se forma sempre à beira de suas ruínas. Na análise Gonçalves:

Nos discurso sobre patrimônios culturais, a “perda” é uma imagem por meio da qual as diferenças e a fragmentação são colocadas para fora das práticas de apropriação, como algo que lhes é totalmente externo. Operando desse modo, esses discursos asseguram que o objeto principal dessas práticas, a cultura nacional ou o “patrimônio cultural”, permaneça ilusoriamente como algo coerente, íntegro e idêntico a si mesmo. Desse modo, a perda e a fragmentação são projetadas para fora do discurso, como se representassem uma violência

²⁴ WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. (org.). *O Fenômeno Urbano*. RJ: Zahar, 1973

²⁵ LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus Pioneiros*. Juiz de Fora: UFJF/FUNALFA, 1985; PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Ultramontana: igreja católica em Juiz de Fora (1890-1924)*. JF: Livraria e Editora Notas e Letras, 2004; VALE, Vanda Arantes. *Juiz de Fora “Manchester Mineira”*. Cambridge. III Encontro da Associação de Estudos Brazilianistas, 1996.

externa. No entanto, o que os intelectuais nacionalistas associados aos chamados patrimônios culturais chamam de “perda” é, na verdade, o efeito de diferenças que, por sua vez, são pré-condições existentes no interior mesmo das práticas de apropriação, no interior das culturas nacionais enquanto culturas apropriadas. Nesse sentido, poderíamos dizer, no jargão de Derrida, que as práticas de apropriação estão divididas contra si mesmas. Seus objetos simultaneamente são e não são; estão presentes e ausentes; na verdade, não se opõem a uma perda ou fragmentação definidas em termos absolutos como fatos exteriores àquelas práticas.”²⁶

Cabe notar ainda nos processos de tombamento que o critério para atribuição destes valores é, não raro, o da excepcionalidade. O valor histórico, por exemplo, é normalmente o fato de ter algum personagem ilustre morado ou construído um imóvel. O discurso prima pela monumentalidade, relegando ao segundo plano aspectos cotidianos. A narrativa histórica prima também por um certo distanciamento espaço-temporal. Em uma das reuniões do Conselho Consultivo, constava na pauta a decisão quanto a demolição ou não de uma casa situada na zona norte da cidade. O pedido de demolição foi aceito por unanimidade, tendo como justificativa o fato de que aquela região de Juiz de Fora é recente e não teria história. A questão que se coloca é: se tudo naquele local é demolido por não ter história, como ele poderá algum dia ter alguma história? Qual a responsabilidade de um órgão público de preservação ao lidar com essas questões?

O que as discussões do conselho retratam é a existência de um recorte dentro do próprio sistema de valores quanto ao que pode ou não ser considerado patrimônio. Para além da presença de um valor histórico, um bem é considerado patrimônio se é parte de uma dada visão de história; para além de artístico, de uma dada visão do que é arte. Se, como citado, Lindolfo Gomes buscava evocar em fins da déc. de 1930 um passado ligado a origem da cidade e, a partir da década de 1980 esta busca se revela voltada a seu progresso, evidencia-se que ao escolher entre conjuntos de valores, escolhe-se determinadas narrativas de passado que vão se alterando ao longo do tempo e que carregam por trás uma série de relações de força. Se algo é proclamado como um dito patrimônio cultural num dado momento por conta de um conjunto de valores, pode ser

²⁶ GONÇALVES, J.R.S. *A retórica da perda*. RJ: UFRJ, 1996

revisitado de tempos em tempos com novas leituras, novos sistemas de classificação; é um permanente campo de tensões.

Bibliografia

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2002

CHAGAS, M. O pai Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. RJ: DP&A, 2003.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. SP: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade: curso no colégio de france*. SP: Martins Fontes, 1999.

GONÇALVES, J.R.S. *A retórica da perda*. RJ: UFRJ, 1996

HARTOG, F. Time, History and the Writing of the History: the order of time. In: http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html#*

_____ Regimes d' historicité. Présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003

HUYSSSEN, A. Seduzidos pela memória. Arquitetura, monumentos, mídia. 2ª. Ed. RJ: Aeroplano, 2000.

JONAS, H. O princípio da responsabilidade. Ensaio de um ética para a civilização tecnológica. RJ: Contraponto, 2006.

LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus Pioneiros*. Juiz de Fora: UFJF/FUNALFA, 1985

LUFT, C. *Mini Dicionário Luft*. SP: Ática/Scipeione, 1991.

PJF/FUNALFA. *Memória da urbe. Bens Tombados*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004

PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Ultramontana: igreja católica em Juiz de Fora (1890-1924)*. JF: Livraria e Editora Notas e Letras, 2004

RIEGL, A. *lê Culte moderne des monuments. Son essence et as genèse*. Paris: Seuil, 2002.

VALE, Vanda Arantes. *Juiz de Fora “Manchester Mineira”*. Cambridge. III Encontro da Associação de Estudos Brazilianistas, 1996.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. (org.). *O Fenômeno Urbano*. RJ: Zahar, 1973

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL: CULTURA E IDENTIDADES

DE 15 A 18 DE OUTUBRO DE 2007

GOIÂNIA – GO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG

PORTUGAL NA HISTÓRIA POLÍTICA E CULTURAL DO INTEGRALISMO

Giselda Brito SILVA*

Resumo

Com tantos olhares pelo campo da História Política do Integralismo direcionados para a Alemanha e a Itália, procuramos em nosso estágio atual de estudo do integralismo no Brasil mostrar que houve forte influência de Portugal, via intelectuais católicos, nas movências deste movimento político e cultural dos anos 1930-40. Em nossa pesquisa, reorganizamos nosso olhar mudando o enfoque de abordagem e documentação, vindo a trazer novas informações sobre este movimento político e cultural da Segunda República. Conforme tentaremos mostrar, a introdução de leituras e análises da fonte oral, biográfica e memorialistas evidenciam novas pistas sobre a história do integralismo no Brasil, propondo pensar novas problemáticas para a ampliação do conhecimento dessa história política e cultural do integralismo que liga também o Brasil a Portugal, não apenas à Alemanha e Itália.

Palavras-Chaves: Portugal – Brasil - Integralismo

Abstract

With as many looks for the field of History Politics of the Integralismo directed for Germany and Italy, we look for in ours I serve as apprentice current of study of the integralismo in Brazil to show that it had fort influence of Portugal, saw intellectuals catholics, in the movências of this movement cultural politician and of years 1930-40. In our research, we reorganize our look moving the approach of boarding and documentation, come to bring new information on this movement cultural politician and of the Second Republic. As we will try to show, the introduction of readings and analyses of the verbal source,

* Professora Adjunta II do Curso de Graduação e Pós-Graduação em História da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco); **Agente Financiador:** Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE. E-mail: gibrs@uol.com.br

movimento, juntamente com suas práticas políticas e simbólicas (fardas, desfiles, signos e símbolos), as marcas das similitudes com os clássicos movimentos fascistas. Obviamente, a manutenção dessas perspectivas de abordagens por tanto tempo teve sua razão de ser, visto que estes são de fato históricos relevantes que também compõem a história do movimento e do período, especialmente quando se quis tratar da construção de um governo do tipo forte e autoritário, que em muito se aproximava dos moldes nazi-fascistas. Contudo, o que queremos ressaltar é que a manutenção de um mesmo lugar de análise por muito tempo acabou prejudicando o olhar do historiador para outros dados importantes acerca de sua história do tema e do período, aqui no caso, a relação do Brasil com Portugal, quanto às influências entre Integralistas, Vargasistas e Salazaristas.

Observe-se que, os documentos integralistas escolhidos pelas perspectivas de abordagem daqueles momentos, em função das perguntas que lhes eram feitas na época, resultavam numa dada informação da sua relação ou não com a Itália ou com a Alemanha tendo os integralistas como mediadores. Separasse desse período documentos integralistas que, freqüentemente, negam esse vínculo, afirmando a *originalidade* do integralismo; documentos oficiais do governo, bem como de grupos e movimentos adversários do integralismo, que afirmam a ligação. Outros que, ligados aos movimentos migratórios alemães e italianos para o Brasil, investem na identificação dos pontos de contato entre estes países e povos. Nestes lugares de intenções determinadas, as referências a Portugal foram esquecidas ou restritas à indicação do lugar de “fuga” de Plínio Salgado após o ataque ao Palácio do Catete, em 1939. Nestas partes, os pesquisadores apenas se limitavam a dizer que Plínio Salgado teria procurado amigos portugueses, sem especificação mais aprofundada de que se tratava dos integralistas lusitanos da primeira geração.

Também em nossas pesquisas iniciais acerca da temática, como não poderia deixar de ser uma vez guiada pelas leituras iniciais sobre o integralismo, também direcionamos nosso olhar para o Brasil em suas relações com a Itália e a Alemanha. Contudo, quando passamos a investir noutros tipos de fontes, especialmente as fontes orais, começamos a perceber outros pontos de apoio do movimento para além das influências nazi-fascistas alemãs e italianas. Destas fontes surgiram dois pontos fundamentais para se compreender o integralismo que começam a se distanciar do lugar comum da historiografia deste tema: a base católica do movimento no Nordeste e, ligados ao catolicismo, a importância dos intelectuais católicos como base de propaganda do integralismo.

Nesse momento, reorganizamos nosso olhar sobre a Ação Integralista Brasileira e procuramos evidenciar que, no Estado de Pernambuco, particularmente, havia predominado outro tipo de influência para além das discussões nazis-fascistas: a do *catolicismo*, muito forte numa sociedade conservadora e tradicional do tipo da pernambucana. Procuramos, então, mostrar que o Integralismo não era um movimento uniforme em todo o país e que as indicações de ligação com o fascismo e o nazismo serviam a determinados lugares, mas não a outros. Dessa primeira mudança de perspectiva, com a introdução da questão do catolicismo, mais a leitura da fonte oral, surgiram novas pistas sobre a história do integralismo que indicava a importância da introdução de duas novas problemáticas para a ampliação do conhecimento dessa história e que volta a ligar o Brasil a Portugal: a) o lugar dos intelectuais e católicos no movimento, o que nos levou à questão b) a importância das influências do Integralismo Lusitano e do Salazarismo tanto no movimento integralista no Brasil como no governo estadonovista de Getúlio Vargas a partir da literatura produzida pelos intelectuais católicos integralistas ou simpáticos ao movimento.

Estas questões nos levaram, então, a introduzir leituras de memorialistas e biografias de intelectuais católicos que reforçaram os dados argumentativos da importância de Portugal na Era Vargas, relação pouco ou quase nada trabalhada pela historiografia brasileira, especialmente para o movimento no estado de Pernambuco.

É importante destacar que, estas mudanças de olhar historiográfico se deram, principalmente, em função das novas leituras teórico-metodológicas no campo da História Política. Conforme tentaremos mostrar, é em função dessas mudanças de perspectiva de produção historiográfica, que passa a ligar o político ao cultural e ao religioso, é que vamos localizar nos estudos do integralismo a importância da *Missão Portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste entre 1911 e 1938*. Aqui, a história do Brasil retoma um diálogo com a de Portugal que parecia quebrado com a implantação da República no Brasil.

Sobre a escrita da história no campo político, René Rêmond diz que,

a história não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político.
(REMOND, 2003: 22)

Exemplo disso que nos diz René Rêmond é a escrita do integralismo no Brasil que, conforme já adiantamos acima, passou a ter sua história reescrita em função das mudanças nas condições de produção da história. Em nossa perspectiva de refletir a questão, neste momento (2006), entendemos que até 1990, a relação Brasil – Portugal não pesava como estudo

interessante. Naquele momento a historiografia brasileira estava mais interessada em mostrar o avanço do capital imperialista comandado pela extrema-direita que penetrava no Brasil, via as idéias integralistas em sua relação com a Alemanha e a Itália, mais o jogo de Getúlio com o Capital norte-americano na luta anticomunista. A perspectiva marxista, principalmente, mas, não somente, interessava-se por mostrar o nível de dependência da marcha política e econômica do Brasil em relação a esses países imperialistas.

Segundo André Burguière (2002: 359), a influência francesa da historiografia contribuiu muito para que se adotasse até metade do século XX, em vários países, um modelo de estudo histórico que via todos os fenômenos políticos e culturais a partir das concepções evolucionistas da marcha da humanidade em direção a um progresso humano. Esse modelo francês encontra em Karl Marx e seus seguidores um reconhecimento em torno da temática da luta de classes, que propaga ao mundo um modelo de história global e universal. Paulo Mercadante - em seu estudo sobre "*A Consciência Conservadora no Brasil*" - , serve para exemplificar o que nos diz André Burguière para o caso brasileiro, quando na análise explicativa da formação e atuação da classe conservadora brasileira, registrar que:

Os historiadores franceses da Restauração, atentos à lição da História, deram um passo adiante, substituindo povo por classes, 'como portadora da consciência em estado de evolução histórica'. O Materialismo Histórico, pouco depois, desenvolveria sistematicamente...o novo método crítico, aplicado ao pensamento. [Mostrando que] ideologia e classe fundem-se num só conceito. (MERCADANTE, 1980: 97)

Essa não é uma perspectiva de explicação isolada. No Brasil, esse modelo geral da história levou vários historiadores a escrever a história sempre a partir de um começo colonial ligado ao domínio do império português donde deveria seguir para estudos que fossem focando os fatos que indicavam o processo libertário dessa situação de dependência colonial até o nível de emancipação política, econômica e cultural no século XX, que liga esse país aos EUA, Alemanha e outros países da corrida capitalista desse momento. Outro exemplo é o clássico trabalho de Caio Prado Júnior (*História do Brasil Contemporâneo*) que, juntamente com outros marxistas atuantes entre as décadas 1970/80, começa seus estudos com o período colonial para indicar o movimento da história em seu processo de libertação do domínio colonial português, passando pelos acordos de dependência com a Inglaterra até chegar à interferência norte-americana na vida brasileira após a Primeira Guerra Mundial, situação que se reforça após a Segunda Guerra Mundial.

Portugal como nação pouco representativa da reação imperialista capitalista no Brasil do começo do século XX, pelas perspectivas de abordagem da história marxista, chega às

produções historiográficas em 1990 apenas nos estudos que querem mostrar as origens de nossa pobreza, dependência e subordinação ao capital internacional, para em seguida pular para as relações com as nações mais em destaque no capitalismo desse momento. Os temas da República são dissociados da história portuguesa, ao ponto de produzir no Brasil certo desconhecimento quanto à existência e lugar do “Integralismo Lusitano” e do “Estado Novo” de Salazar na Segunda República brasileira ou na chamada Era Vargas.

No campo epistemológico, o principal fator dessa mudança está na releitura que se faz da História Política, chamada por alguns historiadores de “*Nova História Política*” ou “*Política Cultural*”, através da qual passamos a ter uma maior preocupação em tratar do campo político em estreita ligação com o religioso. Esse novo olhar permite, então, que se localize um *interdiscurso* e *intertextualidade* entre o Brasil e Portugal quanto à construção discursiva do movimento e campo de atuação dos integralistas, mais o lugar dos católicos no movimento, o que também nos leva a relacionar o movimento das missões do século XX e a participação dos Jesuítas portugueses na propagação e atuação do movimento integralista.

Na década de 1980, mais especificamente em 1986, o Pe. Ferdinand de Azevedo publicou um livro que aqui tomamos como objeto de nossa análise para mostrar resultados diferentes para os estudos do integralismo em função das fontes de informação: “*A Missão Portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste: 1911-1936*” (AZEVEDO, 1986). Neste livro, o autor utiliza-se de documentos dos arquivos da *Escola Apostólica de Baturité*; da *Província Portuguesa*; da *Província Setentrional da Companhia de Jesus no Brasil*; da *Residência Cristo Rei*, Fortaleza; do *Colégio Antônio Vieira*, Salvador; do *Colégio Manuel da Nóbrega*, Recife; e, “*Consultas da Missão Portuguesa, 1911-1938*”. No trabalho, ele está profundamente preocupado em mostrar a missão “heróica” dos Jesuítas portugueses que, expulsos de Portugal por ocasião das perseguições após a implantação da Primeira República em 1910, foram para o Brasil/Nordeste em busca de abrigo e para continuar seus trabalhos missionários, bruscamente interrompidos em Portugal.

O livro, ao contrário da historiografia predominante sobre o Integralismo e a Era Vargas, constituiu-se em fonte de informação das influências de Portugal nos estudos do Integralismo, com clara indicação dos documentos que registram essa relação, especialmente acerca da atuação da *Missão Portuguesa no Nordeste* na formação da intelectualidade pernambucana que deu suporte aos ideais integralistas na região. Além da indicação de vários memorialistas e biografias, especialmente de Jesuítas, o livro registra a importância de

Revistas Católicas do período para uma maior compreensão da relação do integralismo com o catolicismo e com Portugal.

Entre as Revistas mais comentadas, destacam-se *Tradição*, *A Tribuna Religiosa*, *A Ordem*, *Fronteiras* e outras revistas católicas do período. Registre-se que, algumas dessas revistas possuíam os mesmos nomes de revistas que circulavam neste período em Portugal, conforme indicação documental nas pesquisas de António Costa Pinto, em seu livro *Os Camisas Azuis*, ao tratar do Integralismo Lusitano e do Nacional Sindicalismo. Essas fontes são de grande relevância para os que querem investir nos estudos da relação do Integralismo no Brasil com Portugal, fora dos lugares já comuns na historiografia.

Através destes livros, tomamos conhecimento de documentos e arquivos que oferecem um vasto olhar para as relações entre os dois países neste período e a importância de alguns Jesuítas no movimento integralista. Segundo as fontes destacadas por Pe. Ferdinand, um dos que mais se destaca nessa relação entre Portugal e o Brasil quanto as idéias integralistas é o Pe. António Fernandes. Em 1929, ele era um dos que, através da Associação Desportiva Acadêmica, manteve intercâmbio cultural com o Centro Católico Dom Vital, onde freqüentavam um relativo número de intelectuais católicos responsáveis pelo Integralismo no Estado de Pernambuco, que, por sua vez, estava ligado ao Centro Dom Vital no Rio de Janeiro.

O Pe. Fernandes, através da *Revista Fronteiras*, editada por Manuel Lubambo, circulava cotidianamente as idéias do corporativismo de Salazar e do seu Estado Novo entre a intelectualidade católica brasileira, que nesse período no Brasil era um dos fortes apoios do movimento integralista.¹ Segundo as observações do Pe. Ferdinand de Azevedo, a aceitação e divulgação dos ideais do Corporativismo de Salazar pelo Pe. Fernandes era o resultado de uma luta dos missionários portugueses desse período na luta contra a Primeira República, vendo em Salazar uma forma de retorno das suas atividades no país.

Além de investir na defesa do pensamento Salazarista, os colaboradores de *Fronteiras*, entre eles os Jesuítas, procuravam acender na memória intelectual brasileira os aspectos positivos de um retorno da Monarquia no Brasil ou em favor da ditadura que se propagava no

¹ Observe-se que, em Portugal o Integralismo Lusitano surge em 1926, mas com a morte de António Sardinha em 1929 o grupo se dispersa. Surgindo daí uma ala mais radical para a formação do Nacional-Sindicalismo. Segundo António Costa Pinto, este último grupo seria o modelo fascista português; enquanto no Brasil, o integralismo ascende oficialmente em 1932 e atua até 1937, oficialmente, momento de ascensão de Salazar. Levando o historiador, que deseja ver a relação entre Brasil e Portugal nesse momento, a relacionar se emaranhar numa trama bastante complexa entre integralistas lusitanos dispersos, nacional-sindicalistas e Salazar *versus* Integralistas brasileiros e Vargas.

mundo: “A tradição brasileira é hispânica e católica. Homenagear o calvinista holandês é um ultrage não só a nossa cultura como à memória dos heróis, glórias militares do nosso país, que se ergueram contra o jugo dos invasores, aos gritos de ‘viva a liberdade’. ‘viva a nossa fé’, viva o nosso Rei””. (AZEVEDO, p.133)

Segundo o Pe. Ferdinand Azevedo, outro grande colaborador de *Fronteiras* era o Pe. Seraphim Leite, S.J. que sempre apoiava o Pe. Fernandes e, em seus artigos sempre tecia elogios a Plínio Salgado e a Alceu Amoroso Lima. Destacando trechos das falas de Otto Guerra e Oscar Lustosa acerca desses religiosos no movimento integralista, Pe. Ferdinand comenta que:

É bom lembrar que o ambiente político-social no Brasil na década de 1930 não era favorável à democracia e movimentos radicais de direita e de esquerda predominavam. A grande simpatia pela Ação Integralista Brasileira de muitos Bispos e de Católicos de grande valor moral e intelectual evidencia esse fato. Sabe-se que no início do movimento integralista, Alceu Amoroso Lima aconselhou os moços com vocação política a entrarem na AIB.²

Seguindo em suas observações ele, então, mostra a relação desse grupo com Portugal:

Outra indicação do ambiente político no Brasil foi o movimento Ação Imperial Patrianovista, fundada por Arlindo Veiga dos Santos em São Paulo em 1929. O movimento quis restabelecer a Monarquia no Brasil na pessoa de Dom Pedro de Orleans e Bragança. No Recife, houve vários adeptos como Luiz Delgado e Sérgio Higino. Manuel Lubambo também se declarou Monarquista, porém, matizado [completa ...com a Monarquia das Corporações]. (AZEVEDO, *Op. Cit.*, p.133)

Na seqüência, o Pe. Ferdinand diz que “o interesse pela Monarquia em Recife era tão forte que em 1937 Sérgio Higino junto com Guilherme Auler lançaram a Revista “Tradição”, que objetivava os ideais do patrianovismo”.(AZEVEDO, p. 142). Guiada por essas informações, localizamos e lemos a Revista *Tradição* na qual localizamos inúmeros textos que comprovam a forte presença das idéias do Integralismo Lusitano entre os defensores do Integralismo em Pernambuco.

Os textos publicados nessa Revista com a colaboração de intelectuais católicos e Jesuítas nos leva, então, a confirmar um profundo retorno da relação entre Brasil e Portugal nesse momento político-cultural que vai até 1945 em nossas pesquisas, na qual se localiza uma composição textual saudosista e propagadora do retorno da presença de Portugal na vida

² Nos referimos a AZEVEDO, Ferdinand. *Apud*, GUERRA, Otto. “A Igreja e a Ação Integralista Brasileira”. *Boletim do CEPEHIB*. São Paulo, 5(4-19):9, out, 1983; LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. O.P. “A Igreja Católica e o Integralismo no Brasil, 1932-1939”. *Revista de História*. São Paulo, 54 (108):503-32, 1976.

política e cultural brasileira pela via dos integralistas. Destaca-se com grande ênfase uma literatura ligada à exaltação da memória de António Sardinha, fundador do integralismo lusitano. Sardinha era, cotidianamente, citado e um dos grandes homenageados pela revista *Tradição*, de grande circulação entre intelectuais católicos e jesuítas do estado de Pernambuco.

Com isso, a história do Brasil retoma sua ligação com a de Portugal acerca de um tema que foi por muitos anos tratado por outras óticas e lugares. Penso que estes fragmentos de dados podem nos servir para fazer aqui uma breve conclusão do que até vimos tentando dizer acerca das possibilidades de ampliação do conhecimento histórico. Conforme se tentou mostrar, quando optamos por sair dos lugares comuns e ousar novos olhares sobre a história, acabamos por descobrir novos fatos até então negligenciados e/ou esquecidos num canto de algum arquivo. Outro ponto importante aqui a se destacar é a importância que passa a ter hoje a necessidade do historiador ser tão historicizado quanto seu objeto, dado que, em função das suas condições de trabalho, a história ganha novas perspectivas de análise.

Finalmente, queremos dizer que estas leituras e pesquisas foram possíveis porque a produção de conhecimento em nossos dias congrega a acumulação das convenções metódicas de vários momentos e isso gerou muitas formas de interpretação histórica. Alguns pesquisadores afirmam estar perdidos diante da ampliação do leque quanto ao caminho a seguir. Contudo, uma coisa já ficou mais ou menos em consenso para os historiadores, não é mais possível pensar a pesquisa em história fora da relação objeto-sujeito no tempo presente da produção historiográfica.

Pois, como nos diz Bruno Latour (2001: 336), a polêmica sobre a produção do conhecimento chegou a uma questão que já se aproxima de um senso comum: *acerca da impossibilidade de separar sujeito-objeto. E, é a clareza dessa impossibilidade, a partir da falência dos projetos que tentaram superar essa dicotomia, que percebemos o sentido da relação sujeito-objeto.* O sujeito escolhe o objeto e o objeto reflete quem é o sujeito. Quando vamos aos resultados das pesquisas históricas, logo temos as marcas da subjetividade no objeto escolhido e a forma como o mesmo foi lido, interpretado. O resultado dessa percepção é que o próprio historiador ao ser historicizado permite uma compreensão maior do seu objeto e do seu olhar, justificando-se os seus resultados num patamar que tem levado muitos a falar em relatividade da verdade dos fatos históricos, chegando-se ao consenso de que hoje vivemos com a possibilidade de várias verdades em função dos lugares de olhar do historiador e de sua perspectiva de abordagem.

E, nisso, também estamos concordando com Jörn Rüssen, permitindo-nos aqui voar para outras reflexões e verdades em relação ao integralismo, quando destaca a importância das condições de produção do conhecimento histórico quanto às questões da objetividade e subjetividade inerentes ao trabalho do historiador. Agora é tempo de o historiador pensar-se a si mesmo, ao seu objeto e aos seus métodos, investindo no “*Paradigma narrativista*” onde reflete as condições do seu trabalho como resultado da potencialidade do seu pensamento histórico no momento em que atua. (RÜSSEN: 2001)

Referência Bibliográfica:

- AZEVEDO, Ferdinand. S.J. *A Missão Portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste: 1911-1936*. Recife, FASA, 1986.
- BURGUIÈRE, André. “Da História evolucionista à história complexa”. In: MORIN, Edgar. *A Religação dos saberes: o desafio do século XX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 359.
- LATOUR, Bruno. *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 336.
- MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 97.
- RÜSSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

A DINÂMICA DE CONSTRUÇÃO E (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DO CEDRO POR MEIO DA IDÉIA DE MISTIÇAGEM.

Murilo Borges Silva*

Resumo: Esta pesquisa objetiva uma reflexão acerca da identidade quilombola em Goiás, tendo em vista rever a historiografia tradicional, que por vezes exclui o negro do processo de construção da sociedade. Para fundamentar este estudo tem-se como referência as obras de José Martiniano Silva, Mary Baiocchi, Clóvis Moura, Kabengele Munanga, Roberto Cardoso de Oliveira, entre outros. Intenta-se aplicar os pressupostos da étno-história, utilizando o método etnográfico, contrapondo identidade étnica e mestiçagem. Portanto estão sendo realizadas pesquisas nas comunidades remanescentes de quilombo do Cedro, no município de Mineiros, a qual é fundamental no processo dialético da mestiçagem como alteração da identidade étnica local, tendo em vista as categorias de tempo e de espaço que são estratégias para se compreender como e de que forma se construiu e desconstruiu a identidade étnica na comunidade dos Cedros.

Palavras chave: quilombo, identidade étnica e mestiçagem.

* Graduando, voluntário de iniciação científica PVIC, do 4º ano de História da Universidade Estadual de Goiás - Unidade de Quirinópolis.

THE DYNAMICS OF CONSTRUCTION E (DES) CONSTRUCTION OF THE
ETHNIC IDENTITY IN THE REMAINING COMMUNITY OF QUILOMBO OF
THE CEDRO BY MEANS OF THE MESTIZATION IDEA.

Abstrat: This objective research is a reflection concerning the identity quilombola in Goiás, in view of reviewing the traditional historiograph, that for times excludes the black of process of construction of the society. To base this study it is had as reference the workmanships of Jose Martiniano Silva, Mary Baiocchi, Clóvis Moura, Kabengele Munanga, Robert Cardoso de Oliveira, among others. One intends to apply estimated of etno-history, being used the etnografic method, opposing ethnic identity and mestization Therefore are being carried research in the remaining communities of quilombo of the Cedro, in the city of Mineiros, which is basic in the dialetico process of the mestization as alteration of the local ethnic identity, in view of the categories of time and space that are strategies to understand itself as and of that it forms if constructed and deconstructed the ethnic identity in the community of the Cedros.

Key words: quilombo, ethnic identity and mestization.

1. Introdução

Nos últimos anos tem se observado um eminente interesse nas pesquisas históricas e antropológicas pela temática que abrange os estudos sobre a África e a escravidão no Brasil, justificada pela ampliação da discussão a cerca do assunto. Como exemplos, em 2003 a lei federal de número 10.639 torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. No ano de 2004 a nova grade do curso de História da Universidade Estadual de Goiás, traz duas novas disciplinas, ambas relacionadas aos estudos africanos: Temas de História da África e História e Cultura dos Afro-descendentes. No ano seguinte, em 2005 a Universidade Federal da Bahia inaugura o primeiro curso de mestrado e doutorado no Brasil voltado para os estudos africanos intitulado de: Estudos Étnicos-Raciais e Africanos.

Nesse contexto uma história até então esquecida pela historiografia tradicional, mencionada superficialmente ou ainda sufocada pelas elites intelectuais, obtém relevância, destacando a contribuição dos africanos e seus descendentes no processo histórico de formação da sociedade brasileira, ao que tange a nossa identidade, cultura, religiosidade, economia e outros. Portanto a influência africana, seja ela genética ou cultural, não pode ser negada em vários campos das manifestações brasileiras.

A construção de uma nova consciência nacional, que coloque o negro como sujeito histórico tem seu ponto de partida na auto-identificação dos membros de um grupo em oposição a outros. Elementos como: língua, história, território, cultura, religião, situação social, definem a identidade de um grupo, no entanto, de acordo com Kabengele Munanga (2004), esses elementos não precisam estar reunidos em um mesmo espaço para que se possa verificar o processo de identificação.

Entretanto, o grande problema do Brasil ao se discutir identidade étnica, concentra-se nas ideologias raciais que surgiram no século XIX e perduraram até o século XX, perceptíveis nas obras de intelectuais como: Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, e outros. Estes autores desenvolvem em suas teses a idéia de raças inferiores e superiores, tratando negros, brancos e indígenas de maneira diferenciada, chegando a negar a capacidade mental do negro e condenando o processo de miscigenação, pois o mestiço seria um sujeito inferior, devido a presença da raça negra na sua formação. Silvio Romero chegou a divulgar a idéia de branqueamento da

sociedade, através de seleção natural, o que constituiria no futuro em um tipo racial único no país. Euclides da Cunha em *Os sertões* destaca o sertanejo proveniente de uma mistura de brancos e índios como uma raça provável para a identidade nacional, pois o mestiço proveniente do branco o do negro era quase sempre, nas palavras do autor um desequilibrado. Já Nina Rodrigues, conservando a idéia de inferioridade acreditava ser necessário a criação de diferentes sistemas de governo para brancos e mestiços, pois os brancos constituíam uma raça superior.

A historiografia goiana seguindo a mesma perspectiva da História nacional e carregada de um paradigma racista apresenta poucos escritos sobre a resistência dos negros, como por exemplo, permaneceu silenciada por décadas ao que tange o estudo dos quilombos, da identidade étnica e da mestiçagem, apenas a partir de 1970 alguns autores começam a despertar para a importância da temática, entretanto essa história ainda é permeada por lacunas que acabam por gerar uma série de questionamentos. Por isso a relevância do estudo que consiste em trazer novas fontes de pesquisas, e uma abordagem baseada em novos sujeitos.

2. Comunidade remanescente de quilombo do Cedro

Na década 1970 o professor Martiniano José Silva já descrevia a situação em que viveram e viviam os cedrinhos na região de Mineiros, a cidade crescia parecendo uma vila somente de brancos, enquanto o Cedro tão perto continuava sozinha numa demografia pura de negros. Até a referida década ele pouco participava da vida comunitária de Mineiros, quando sim era representado pelas negras velhas ou mocinhas domésticas, que eram bastante trabalhadoras e humildes, a sua função era cuidar da casa e das crianças, eram em geral bem tratadas e de confiança. Alguns meninos chegaram a tocar na banda da Igreja, mas em geral não trabalhavam na cidade, seus serviços estavam relacionados a lida no campo por isso desenvolviam serviços em fazendas da região. Os negros do sexo masculino, em especial os rapazes, podiam ser vistos também na “baixadinha das marias”, onde encontravam divertimento com prostitutas, e por ali deixavam todo ou quase todo, dinheiro. Em fim até a década de 70 o cedrino era visto na cidade de maneira bem rara e esporádica, geralmente, salvo os casos acima, nas compras para passar o mês.

Até a referida década a paisagem do cedro permanecia a de um cerrado, onde foram construídas casas em pequenos alqueires de terra, em média 2 ou 3, divididas por cercas de arame - resultando em um total de 75 chácaras, das quais apenas 56 continuam sendo dos cedrinos - sem energia elétrica e abertura de rua, onde cada proprietário produzia no fundo do quintal algumas hortaliças e cultivavam árvores frutíferas, outros ainda criavam o pouco gado que o espaço permitia. A sua maioria plantavam arroz, feijão, milho, e participavam de um trabalho comunitário, onde havia ajuda mútua para preparar a terra para o plantio e durante a colheita. Prática que havia sido abandonada a algum tempo e voltou a fazer parte do cenário cedrino neste ano, garantindo uma satisfatória colheita de feijão.

Ao longo do tempo o território cedrino passou por um processo natural de transformação, acentuado pela sua proximidade a cidade de Mineiros, muita coisa mudou, as terras não são mais só de negros, as festas não tem o mesmo fervor, as tradições tem se perdido no tempo. Estradas foram abertas, a luz chegou a região, o tijolo e o cimento mudaram a arquitetura de casas que antes eram de barro batido e cobertas de palhas, mas a simplicidade das casa e dos móveis ainda são conservados. O grupo escolar José Bonifácio, atual Escola Municipal Rural de 1º Grau “Gabriel Caetano dos Santos”, de acordo com lei municipal de março de 1978, que ensinava somente crianças negras já não funciona como antes, agora somente no noturno com uma sala de alfabetização para pessoas mais velhas da comunidade, pois, os meninos preferem estudar na cidade.

Nesse processo o cedrino como sujeito histórico, sofre com os problemas atuais da sociedade capitalista, tem se percebido um graduável empobrecimento econômico, social e cultural. Ao que se refere a economia, os cedrino não tem mais condições de adotarem uma política de subsistência, devido ao longo tempo de trabalho na terra e o pequeno espaço para produção, isso tem obrigado famílias inteiras venderam suas terras e irem tentar a vida na cidade, ou ainda trabalharem durante a semana na cidade e nos finais de semana irem para as suas chácaras, o que acontece com grande parte da comunidade. As perdas sociais e culturais talvez sejam as maiores, pois a influência externa e a necessidade de procurarem melhores condições habitacionais têm alterado constantemente a identidade desse povo. Como observa o professor Martiniano José Silva:

Assim como ocorre com outros seguimentos pobres e até com a “classe média”, é visível o processo de empobrecimento econômico e sociocultural do cedrino. Grande parte da população, mormente os que não têm mais terras é vítima da pobreza, da má alimentação e vive em precárias condições habitacionais e sanitárias. Suas terras, que se reduzem cada dia mais, podem se depauperar, erradicando assim valores mais caros do povoado. (SILVA, 2003, p.443)

Essas alterações são conseqüências das mudanças das últimas décadas, principalmente pelas exigências técnicas do mercado produtivo, que exige uma produção em massa, o que obrigou a modernização das técnicas de produção, marginalizando aqueles que por motivos econômicos ou sociais provenientes da falta de instrução não puderam se adaptar a esse novo modelo produtivo. Estão sendo obrigados, de acordo com Silva (2003), a abandonarem a enxada e ingressarem em um mundo desconhecido, onde a produtividade é delineada pela concorrência e pela dinâmica do mercado exterior.

Outro aspecto que não pode ser deixado de lado são as transformações trazidas pela globalização, da qual a comunidade não está livre, as brincadeiras de roda, de pião, bola, carrinhos de sabugo, foram substituídas pela internet e os brinquedos eletrônicos, foi necessário uma verdadeira reciclagem cultural, o que possibilitou a chegada dos computadores e de um laboratório para preparação de remédios feitos a partir de plantas medicinais. Hoje as crianças da comunidade podem ter acesso a internet e dispõe de aulas de computação semanais. Essa informatização e a globalização levaram a um intenso êxodo rural e ao abandono de saberes tradicionais com a terra e a criação.

3. Algumas Considerações Sobre a Religião Cedrina e o Trabalho com as Plantas Medicinais

São crendeiros por formação atávica. É que são tradicionalmente católicos. Outras instituições tentaram e desistiram. De modo que todo cedrino recebeu os sagrados sacramentos do batismo e da eucaristia, e é batizado, crismado, casado, benzido, na igreja católica. Cheio de prodígios, milagreiro e essencialmente místico, alegre e devoto, invoca Deus a todo instante, por qualquer assunto, em particular na falta de chuva, doença em família, sendo seu costume conduzir balde d' água, pedras e rosas para as cruzes da estrada. (SILVA, 1974, p.122)

Apesar da forte influência católica, os cedrinos procuraram, de uma maneira ou de outra preservar algumas tradições africanas, em especial o misticismo, as benzas, e

crendices baseadas em saberes empíricos tradicionalmente passadas para os descendentes. No entanto através de entrevistas orais feitas com a comunidade pôde-se perceber que essas práticas têm se perdido no tempo, morrido com as pessoas mais velhas da comunidade, sendo difícil encontrar uma benzedeira por ali. Além disso, a religião católica não é mais a única, podendo encontrar um grande número de famílias que optaram por outras religiões.

No entanto a herança espiritual africana da qual fala Silva (2003), não perdeu todo seu sentido com o passar do tempo, onde a natureza ainda é tratada de modo especial, respeitando os ecossistemas e adotando hábitos peculiares ao que tange os sistemas de roças, a preservação das árvores e animais, pois de acordo com Roger Bastide (1974), o africano não separa o mundo material do mundo ecológico, vê, por exemplo, uma colina como morada de espíritos ou centro de uma cerimônia.

E é dessa forma, apesar de restrita, que os cedrinos cultivam uma religião afro-brasileira, através de oferendas, evocando cultos primitivos, bezeções, adivinhos, invocações, cultos aos antepassados, que por vezes são discriminados, e até mesmo condenados pelo cristianismo, obrigando-os a resistir de forma sutil ao camuflar os seus deuses para preservá-los. São por esses fatores que em contexto histórico não podem ser tratados como mero folclore, mas sim como parte de uma identidade étnica que tem se perdido com o passar dos anos.

Outro aspecto de bastante relevância e que remete as tradições africanas é o cultivo de plantas medicinais e a transformação dessas em remédios como: xaropes para gripe, para fricção, dietético, para vômitos, suadores, para banhos quentes entre outros, tento Luceli Pio, tataraneta de Chico Moleque, catalogado um grande número de plantas com funções medicinais, função que aprendeu com as mulheres de sua família, e continua ensinando a tradição a membros da comunidade, em especial as crianças, na tentativa de não deixar que essa prática se perca com a morte dos mais velhos. Para o trabalho com essas plantas foi montado um laboratório com alguns equipamentos básicos para a produção dos medicamentos, este foi conseguido através de projetos enviados ao governo que financiou a obra. Esses elementos provam que:

(...) o catolicismo oficial não conseguiu tirar do cedrino sua profunda religiosidade fundada em princípios de harmonia cósmica de fundas raízes africanas, mesmo que exteriorizada por intermédio de rituais e santos católicos, do chamado catolicismo popular. Isto significa que os cedrinos, através de histórias memoráveis, contadas pelos mais velhos, continuam mantendo atitudes mentais profundamente arraigadas, que os escravos

africanos trouxeram para o Brasil e que nenhuma ideologia, seja ela religiosa ou política, conseguira extirpar. (SILVA, 2003, p. 441)

Essas diferenças fazem do Cedro um povo único, de extrema importância para a sociedade brasileira, pois traz consigo resquícios de uma África que está presente em nossa língua, na medicina, nas cozinhas e em uma infinidade de outros hábitos. No entanto ainda verifica-se a problemática do preconceito e da discriminação racial, menos acentuada nos últimos anos, porém ainda viva na memória de muitos.

4. Conclusões Parciais

Nessa configuração a mestiçagem aparece como um fator de negação da identidade negra, e ainda contribui para divulgação do mito da democracia racial que tem como principal expoente Gilberto Freyre, que na obra *Casa Grande e Senzala* descreve a sociedade colonial brasileira abrandando os efeitos da escravidão numa tentativa de amenizar as relações sociais antagônicas no Brasil, pensando assim a nossa sociedade seria livre de lutas de classe e as divergências sociais seriam resolvidas de forma harmônica e pacífica. O que se tem de concreto é que a mestiçagem foi algo inevitável, consequência principalmente da escassez de mulheres brancas, e não por uma escolha portuguesa pelo contato inter-racial, como defende os conservadores da mestiçagem.

A historiografia brasileira, quase sempre a serviço de uma elite, durante anos disseminou a idéia de que o escravo sofreu de maneira passiva os maus-tratos praticados pelos senhores e pela sociedade durante a escravidão. Essa visão equívoca da História tem como consequência a negação da contribuição dos negros no processo de construção da sociedade brasileira. A crença na passividade do africano escravizado no Brasil tem suas raízes, de acordo com Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2006), na visão negativa atribuída ao negro, justificada pela existência do racismo, o desconhecimento da sociedade e até mesmo de intelectuais das lutas e organizações de africanos e afro-descendentes durante a escravidão, a falta de pesquisas sistemáticas que abordem e divulguem a temática, dando ao negro o papel central e não secundário.

Como foi observado, o fenômeno da mestiçagem começou a aparecer de forma mais acentuada na comunidade do Cedro a partir das décadas de 80 e 90, pois de acordo com os escritos e com o trabalho de entrevistas realizados a cerca do assunto, percebeu-

se que até os anos 70 a comunidade ainda mantinha-se fechada ao meio externo, sendo esporádicas as aparições no meio urbano e raro o fenômeno de mestiçagem, visto que os membros da comunidade em geral casavam-se entre si. Dessa forma era mais fácil perceber e preservar a identidade étnica que a comunidade assumia até então, no entanto, os casamentos entre negros e brancos, e a influência dos meios externos acabaram por dificultar ou mesmo dispersar essa identidade. Entretanto, para serem reconhecidos como uma comunidade remanescente de quilombo precisavam resgatar esses elementos que remetesse a um passado africano, em um processo de reconstrução de uma identidade.

Bibliografia

BURKE, Peter. **A Escrita da História Novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARDOSO, Marcos Antônio. **O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG, 2001.

EDSON, Carneiro. **Antologia do Negro brasileiro**. São Paulo: Agir, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LAMBERT, Jean-Marie. **História da África Negra**. Goiânia: Kelps, 2001.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MOURA, Clóvis (org). **Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

MUNANGA, Kapengele. GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da Identidade - Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: UNESP, 2006.

PALACÍN, Luís. MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia: UCG, 1994.

_____. **O século do ouro em Goiás: 1722 – 1822 estruturas e conjunturas numa capitania de Minas**. Goiânia: UCG, 1994.

PINSKY, Jaime. **A Escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1993.

RASSI, Sarah Taleb. MOLINA, Suely Ferreira Lopes. AMADO, Lúcia de Fátima Lobo Cortez. **O Brasil Também é Negro**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

SILVA, Martiniano José. **Sombra dos Quilombos**. Goiânia: Editora Cultura Goiana, 1974.

_____. **Quilombos do Brasil Central: Violência e Resistência Escrava 1719 - 1888**. Goiânia: Kelps, 2001.

A IMAGEM NA(DA) *REVISTA DO PATRIMÔNIO*

Cíntia Mayumi de Carli Silva*

Resumo

A “construção” de uma identidade nacional, resultado sobretudo dos anseios modernistas pró-salvaguarda de monumentos e objetos de arte, tem sido alvo do interesse de inúmeros pesquisadores em diversas áreas de conhecimento. Nesta comunicação, pretendemos apresentar parte da investigação que vem sendo realizada no Programa de Especialização em Patrimônio Iphan/UNESCO desde 2006. Nosso interesse ancora-se na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, a principal publicação do órgão federal de proteção ao patrimônio desde sua criação, em 1937, divulgando debates e estudos realizados pelo Iphan. O recorte investigativo desta explanação são os primeiros cinquenta anos da *Revista* (1937 a 1987), que abrange 22 números, com especial atenção em seu conteúdo visual (fotografias, gravuras etc.) e sua interlocução com os textos.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio; representações; publicação.

Abstract

The “construction” of a national identity, a result particularly of the modernists aims for monuments and art objects safeguard, has been target of interest of many researchers from many areas of the knowledge. In this communication, we claim to present part of the investigation that has been achieved within the Specialization Program on Heritage Iphan/UNESCO since 2006. Our interest is grounded at the National Historic and Artistic Heritage Magazine (*Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*), which is the main publication of the federal heritage protection institute since its creation, in 1937, publishing debates and studies carried out by Iphan. The investigative clipping of this explanation is the first fifty years of Iphan Magazine (from 1937 to 1987), that covers 22 numbers, with special attention on its visual content (photographies, prints, etc.) and its interconnection with the texts.

KEYWORDS: Heritage; representations; publication.

* Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP; Bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP, IPHAN/UNESCO e Pós-Graduanda do Curso de Especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil pela PUC-Rio.

As décadas de 1920 e 30 foram marcadas pela preocupação em construir uma “identidade nacional” em diversos campos, sobretudo na literatura e nas artes. Trata-se do modernismo, que procurou desenvolver um estilo brasileiro, renovando a arte e, ao mesmo tempo, buscando as raízes no passado, em uma cultura singular ao povo brasileiro. Com isso, alguns modernistas começaram a estudar a arte colonial brasileira, até então pouco valorizada e pesquisada¹. Assim, o modernismo brasileiro, diferente dos estrangeiros, não repudiava o passado e inclusive valorizava as formas de expressão consideradas tradicionais. A “própria criação do patrimônio é fruto dessa tomada de consciência sobre o passado, ou melhor, é fruto de uma determinada concepção da história” (SANTOS, 1992: 25).

É a partir dessa mentalidade que se viabiliza a criação do Sphan², em 1937, com o objetivo de preservar o patrimônio cultural brasileiro, colaborando para a “construção” de uma identidade nacional. Desse modo, o modernismo, que pretendia construir a idéia de nação, é o responsável também pela formação discursiva sobre o patrimônio, especialmente o subgrupo composto por Rodrigo M. F. de Andrade, Gustavo Capanema, Afonso Arinos, Gilberto Freyre, Alceu Amoroso Lima, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Lucio Costa, entre outros – que compõem, segundo Santos (1992), o “grupo do patrimônio” ou da “Academia SPHAN”. Este grupo acabou organizando e institucionalizando o patrimônio nacional, aprofundando o saber em torno da cultura brasileira “vista sob o ângulo das tradições culturais, materializadas no patrimônio artístico e histórico então existente” (SANTOS, 1992: iv). Assim, esses modernistas procuraram construir a idéia de nação em torno da idéia de patrimônio.

A noção de patrimônio, entendido como a criação de um passado comum à nação, é tida como uma prática característica dos Estados modernos (FONSECA, 2005; CHUVA, 1998). Selecionam-se determinados objetos e artefatos que se remetem a fatos históricos para carregarem consigo o caráter simbólico daquilo que é representativo da nacionalidade, ou seja, para serem considerados bens culturais ou monumentos da nação. Sua legitimidade é

¹ SANTOS constata que a primeira manifestação de valorização do passado deu-se com a conferência proferida pelo arquiteto neo-colonial Ricardo Severo, em 1914, intitulada “A arte tradicional no Brasil”, que teve grande repercussão na época. A partir daí, a autora dá exemplos da crescente valorização da arte colonial no período, como a publicação do artigo “Pelo passado nacional” de Alceu Amoroso Lima na *Revista do Brasil* em 1916 e dos artigos de Mário de Andrade “O Aleijadinho e a arte colonial brasileira” (fruto de sua viagem a Minas) de 1920 e “Arte religiosa colonial no Brasil” de 1921, no mesmo periódico. Além da publicação de artigos em revistas, especialmente as editadas pelos próprios modernistas, os jornais da época também veiculavam colunas e artigos escritos pelos “modernistas”, disseminando suas idéias. Não se pode esquecer também das caravanas às cidades mineiras por Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Blaise Cendrars e que permitiram um estreito contato com modernistas mineiros como Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, João Alphonsus, Rodrigo Melo Franco de Andrade, entre outros.

² Entre 1937 e 1946, o nome da instituição foi Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan); de 1946 e 1970 era Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan); no período seguinte, 1970 a 1979, recebeu o nome de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); entre 1979 a 1990, tornou-se Secretaria (Sphan); em 1990 foi extinta por decreto, e passou a funcionar como Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC) entre 1990 e 1994; a partir de 1994 voltou a ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

conquistada “pela ritualização das práticas de preservação então instauradas, estabelecendo, através deles, uma continuidade em relação a um passado selecionado” (CHUVA, 1998: 18). Esse processo é chamado ainda de “teatralização do patrimônio”, caracterizada pelo “esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação à qual deveríamos atuar hoje” (CANCLINI, 2003: 162).

Os principais pesquisadores que escrevem sobre a história institucional observam o destaque dado ao barroco, especialmente o mineiro e as obras de Aleijadinho, sobretudo nas primeiras décadas de atuação do Iphan – tanto no nível discursivo quanto na prática efetiva de proteção ao patrimônio (CHUVA, 1998; FONSECA, 2005; GONÇALVES, 2002; SANTOS, 1992). O barroco é redescoberto e valorizado por possuir um caráter “emblemático”, por ser percebido como “a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, possuidor, portanto, da aura da origem da cultura brasileira, ou seja, da nação” (SANTOS, 1992: 26). Daí o fato de o barroco ser representado como “autêntico”. O resultado disso é que nos primeiros anos de atuação do Iphan, a chamada arquitetura tradicional do período colonial foi privilegiada e considerada como patrimônio, especialmente a arquitetura religiosa e barroca – e, por isso, esses bens foram protegidos por meio do tombamento³.

As práticas de preservação do patrimônio configuram, na verdade, estratégias eficazes no processo de “construção de uma auto-imagem da nação” (CHUVA, 1998: 313). Assim, os bens tombados criam “auto-imagens” do que seja a nacionalidade brasileira. Márcia Chuva conclui que os símbolos do período colonial expressos no território de Minas Gerais foram considerados pelo Iphan como característicos da “brasilidade”, ou seja, como representativos desta. A arte do século XVIII, o barroco de Aleijadinho e de seus Profetas, a religiosidade e a urbanidade mineiras são tidas como a gênese da “civilização” brasileira. A arquitetura seiscentista de Pernambuco, suas capelas, engenhos e fortificações, remetem à “vitória portuguesa sobre os holandeses” (CHUVA, 1998: 130) e também se referem à origem da “brasilidade”. Estas auto-representações da nação são reproduzidas e reafirmadas não só pelos tombamentos mas ainda são multiplicadas em outros suportes por onde circulam essas imagens. A *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* é um desses meios de veiculação, multiplicação e reafirmação das representações da nação e, por isso, constitui um importante objeto de estudo sobre qual patrimônio é privilegiado pela publicação, que existe desde 1937.

³ Tombamento é definido pelo Iphan como “um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados”. (www.iphan.gov.br)

Nesta comunicação, atentamos para um período de cinquenta anos da *Revista*, abrangendo 22 números. Consideramos que os primeiros 18 números (1937 a 1978) compõem a “primeira fase” da *Revista do Patrimônio* e os números 19 a 22 (1984 a 1987), a “segunda fase”. Cada uma delas corresponde a projetos gráficos e editoriais próprios. Os números do primeiro projeto gráfico e editorial apresentam um formato semelhante a um livro (17,5 x 23,5 cm), contando com 300 a 400 páginas. Seus números são ricamente ilustrados e muitos de seus artigos foram seminais no Brasil, especialmente em Arquitetura e História da Arte. Muitos desses artigos podem ser considerados monografias, dado o aprofundamento de algumas questões. Durante quase toda essa fase, o então diretor do Sphan, Rodrigo M. F. de Andrade, foi quem editou pessoalmente a *Revista*. Já os números do segundo projeto gráfico e editorial apresentam um formato próximo às revistas comerciais (22 x 29 cm), não ultrapassando 250 páginas. Tais como os periódicos vendidos nas bancas, estes números contam com *apresentações, linha fina e olhos* ao longo dos artigos, além de passar a veicular seções, cartas dos leitores e até um catálogo de publicações – quase como um anúncio comercial.

Essas fases da *Revista do Patrimônio*, com isso, refletem o que se passa internamente na instituição. Em linhas gerais, a história oficial do Iphan conta que os primeiros 30 anos do órgão foram dedicados basicamente à proteção da arquitetura tradicional colonial – daí se falar em “pedra e cal”. Fonseca (2005) afirma que a própria instituição chama esse período, que corresponde à gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, de “fase heróica” que privilegiou o barroco como representante da nação brasileira. Em 1967, assumiu a direção do órgão Renato Soeiro que, apesar de ter introduzido muitas mudanças na gestão do patrimônio, não é muito valorizado pela historiografia institucional. Em 1975, Aloísio Magalhães criou o Centro Nacional de Referência Cultural, o CNRC, que se funde com o Iphan em 1979, dando origem à Fundação Nacional pró-Memória, FNpM. Em 1982, Aloísio Magalhães, que permaneceu à frente do Iphan junto à FNpM, morre, mas as mudanças introduzidas permanecem até hoje. Este último diretor do órgão provocou uma renovação na política cultural e uma ampliação do conceito de cultura, refletindo os debates acadêmicos. A comunidade então passa a ser tida como a verdadeira detentora do patrimônio e, por isso, passa a ser valorizada de outra maneira. A arte e cultura popular e o folclore – sem contar arquiteturas de estilo eclético, por exemplo – passam a ser valorizadas, adquirindo novo escopo dentro do Iphan. Daí a história classificar este período a partir dos anos 80 como “fase moderna”.

Os valores do que se considera “patrimônio nacional” aparecem na *Revista do Patrimônio*. Se na “primeira fase” da publicação predominam artigos que tratam da

Arquitetura e da História da Arte, na “segunda fase” – que compreende os anos seguintes à “modernização” de Aloísio Magalhães – novas temáticas aparecem, como a Sociologia – refletindo sobre a sociedade de seu tempo –, além da própria mudança no formato da *Revista* que se aproxima de uma revista como aquelas vendidas em bancas de jornais.

A *Revista do Patrimônio* veicula os conceitos construídos para direcionar a atuação do instituto, refletindo, portanto, as inflexões pelas quais passa o Iphan bem como suas convicções e transformações. Seu conteúdo leva a público a pesquisa e os debates. Porém, podemos dizer que se na “primeira fase” predominou a pesquisa, na “segunda fase” predominou o debate – tanto que a maioria dos artigos versa sobre Políticas de Preservação, refletindo os debates críticos que permeavam o Iphan ao se aproximar de seu cinquentenário. Nessa última fase, alguns dos temas preferidos naquele primeiro momento perdem espaço para outras questões⁴. Isso foi constatado ao se analisar os 269 artigos que compõem os 22 números da *Revista do Patrimônio* publicados até 1987. Em suma, podemos dizer que nos 18 números da 1ª fase da publicação, os temas privilegiados foram Arquitetura e Urbanismo, seguido de História da Arte; já na 2ª fase, privilegiou-se a Política de Preservação, decaindo muito a produção referente aos temas mais abordados na fase anterior – o que pode refletir uma espécie de transformação da mentalidade do corpo técnico.

No que tange ao conteúdo visual da *Revista*, as representações de patrimônio dialogam com esses artigos, uma vez que as ilustrações que comparecem na publicação dão suporte ao conteúdo textual. Não cabe aqui discutirmos todo o referencial teórico acerca do estudo de imagens, mas é importante fazermos algumas considerações. O debate hoje sobre a fotografia – que compõe grande parte das imagens veiculadas na *Revista do Patrimônio* – não comporta somente a idéia de que a fotografia é um espelho do real. A imagem é pensada enquanto esquemas de percepção, já que ela possui uma função ativa: reproduzir representações. Ou seja, a imagem compõe um dos suportes que permitem a formação e a veiculação de um imaginário. As imagens têm a capacidade de “reproduzir e sugerir, por meios expressivos e artísticos, sentimentos, crenças e valores” (LEITE, 1998: 44). No nosso caso, as imagens impressas na *Revista* podem compor uma narrativa não-verbal, pois elas apresentam potencial

⁴ O número 22 da *Revista do Patrimônio*, embora seja uma edição comemorativa dos 50 anos de Iphan, pode ser considerado o auge da inflexão vivida pela instituição. Desde o número 19, com seu novo projeto gráfico e editorial, a publicação passou por uma abertura crescente e nítida em relação aos 18 primeiros números – refletindo a ampliação do conceito de patrimônio introduzida na década de 1980. Nesse número aparece um artigo de Godofredo Filho que é, na verdade, o parecer do tombamento de um edifício de arquitetura eclética, categoria em geral repudiada pelos técnicos do Iphan até aquele momento. Nesse mesmo volume são encontrados artigos relativos ao Patrimônio Natural, que até então não era alvo de grande atenção no órgão. Outra novidade é o artigo que aborda a cultura popular – intitulado “Produção de Artesanato Popular e Identidade Cultural”. Outro destaque nesta “segunda fase” refere-se à cultura afro, que aparece na *Revista* pela primeira vez em “A Coroa de Xangô no Terreiro da Casa Grande”. Finalmente, no número 22, o assunto que mais aparece é referente às Políticas de Preservação, colocando em xeque muitos dos conceitos orientadores do órgão e propondo novos rumos, como a própria apresentação do número expõe.

narrativo e descritivo. Dessa forma, as imagens encontradas na publicação estudada são consideradas em sua função pedagógica e legitimadora do que se pretende contruir como “nação” e “tradição”. Os fotógrafos criam “arquétipos-estereótipos que confirmariam uma visão já existente e conformariam a visão das gerações futuras” (FABRIS, 1991: 29). Assim, as imagens veiculadas e aqui estudadas informam, orientam e subsidiam convicções acerca do patrimônio.

Kossoy explica que a fotografia “funciona em nossas mentes como uma espécie de passado preservado, lembrança imutável de certo momento e situação, de certa luz, de determinado tema, absolutamente congelado contra a marcha do tempo” (KOSSOY, 2005: 42) – idéia esta que coincide com a noção de patrimônio, cuja função é fornecer à memória elementos que perpetuam um referente que pode desaparecer, seja ele físico ou intangível.

Praticamente desde sua criação, o Iphan preocupou-se em formar um acervo de documentação fotográfica “para fins de estudos de obras a realizar como para verificação dos trabalhos executados e, ainda, como instrumento de consulta, a qualquer tempo, para o trato e elucidação dos assuntos a cargo da repartição” (Relatório Anual de 1944 – Arquivo Noronha Santos/Arquivo Técnico Administrativo). Carlos Drummond de Andrade, que chefiava o Arquivo e a Seção de História do Iphan, informa que em 1950 concluiu-se a catalogação de 25 mil fotografias de bens localizados em território nacional que eram enviadas ao Arquivo mensalmente. Dentre essas imagens registradas, a distribuição territorial era a seguinte: Alagoas – 104 fotos; Amapá – 19; Amazonas – 51; Bahia – 3940; Ceará – 729; Distrito Federal (então no Rio de Janeiro) – 3738; Espírito Santo – 658; Fernando de Noronha – 1; Goiás – 251; Maranhão – 493; Minas Gerais – 6629; Pará – 467; Paraíba – 613; Paraná – 103 fotografias; Pernambuco – 1316; Piauí – 45; Rio de Janeiro – 2021; Rio Grande do Norte – 85; Rio Grande do Sul – 530; Santa Catarina – 114; São Paulo – 2349; e Sergipe – 587 fotos⁵. Desse modo, o Estado do Rio de Janeiro, em 1950, somava 5759 fotografias no arquivo do Iphan. Minas era então o segundo estado mais fotografado, seguido por Bahia, São Paulo e Pernambuco, respectivamente. Com isso, podemos inferir que os bens desses estados eram mais bem conhecidos e inventariados do que os dos demais estados.

Chuva apresenta dados relativos aos tombamentos nas primeiras décadas do Iphan. A urgência em proteger o patrimônio era tão grande que somente em 1938 foram tombados 56,6% do total de tombamentos realizados até 1997, segundo Chuva constata. Desses bens tombados em 1938, mais de 20% localizam-se no Rio de Janeiro, 13% encontram-se na

⁵ Relatório Mensal de Atividades de junho de 1950 (Arquivo Noronha Santos, Fundo Técnico Administrativo/Ata/Relatórios/Atividade do Iphan (1950-1951)/AA01/M036/P03/Cx. 0003/312/P. 0009).

Bahia, 9% em Pernambuco e 5,3% em Minas Gerais – sendo que neste estado foram tombadas cidades inteiras⁶. Comparando estes dados com o número de fotos arquivadas pelo Iphan até 1950, podemos afirmar que os estados mais documentados fotograficamente coincidem com os estados que mais tiveram bens protegidos no período.

Nos primeiros 22 números aqui estudados, encontramos 2120 imagens, das quais quase 1300 são fotografias. Elas difundem imagens de pinturas, esculturas e outras obras de arte que só seriam visíveis e conhecidas, de outro modo, pela presença física da pessoa no lugar em que a obra se localiza. Ou seja, o patrimônio cultural torna-se acessível aos leitores da *Revista do Patrimônio* por meio das imagens nela veiculadas. Quanto à regionalização das imagens publicadas, elas foram distribuídas da seguinte maneira⁷: 614 imagens referentes ao estado do Rio de Janeiro; 344 referentes a Minas Gerais; 215 à Bahia; 176 a Pernambuco; e 154 a São Paulo. Acre, Roraima, Mato Grosso do Sul, Tocantins e o próprio Distrito Federal não foram retratados neste período. Assim, em termos proporcionais, o Rio de Janeiro aparece com 35% das imagens; Minas com 19%; Bahia com 12%; Pernambuco conta com 10% e São Paulo, com 9%. Todos os demais estados juntos somam apenas 15% das imagens encontradas – o que mostra que de fato havia uma concentração das imagens em cinco estados – resultado que vai de encontro com os dados apresentados por Chuva quanto aos tombamentos e pelos dados sobre o acervo fotográfico da instituição.

Os assuntos a que se referem essas 2120 imagens foram classificados em categorias para que possamos compreender se essas imagens relacionam-se com as concepções predominantes de patrimônio nos diferentes momentos da instituição. Para tanto, foram estabelecidas algumas categorias – ainda experimentais, mas que já servem como uma ferramenta metodológica. Trata-se de categorias determinadas a partir da relação entre texto e imagem. Essas categorias com suas respectivas distribuições são as seguintes: Arqueologia (79); Etnografia (66); Arte Indígena (26); Arquitetura Civil (363); Arquitetura Religiosa (481) – na qual se incluem os retábulos, os altares e capelas, os forros das igrejas e pinturas religiosas; Arquitetura Militar (15); Arquitetura Rural (111); Iconografia (479); Mapa (47); Plantas, Planos e Projetos (147); Documentação (99); Restauração (26); Arte Popular (26); Ambiente Natural (24); Ambiente Urbano (80); Ambiente Urbano – Sociedade (17); Cinema e Televisão (10); Preservação (20) e Arquitetura Religiosa não-católica (4). Os bens que mais

⁶ Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina, de Mariana, de Ouro Preto, de São João d'el Rei, de Serro e de Tiradentes (o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas seria tombado somente em 1941).

⁷ Pudemos identificar a localização geográfica de 1760 imagens, seja ao longo do texto ou da legenda explicativa. Assim, diversas imagens não puderam ser computadas nesta contagem, uma vez que não apresentavam informações sobre o local que representavam. Desenhos explicativos sobre arquitetura, por exemplo, por não se referirem a exatamente um lugar definido, não foram contabilizadas.

aparecem retratados no Rio de Janeiro são os Arcos da Lapa, a Igreja de São Francisco de Paula, o Mosteiro de São Bento, a Igreja Glória do Outeiro, o Prédio do MEC; em Minas, a Igreja do Carmo de Sabará, o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas, a Casa dos Contos, a Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto, a Igreja S. Francisco de Assis de Ouro Preto, a Igreja de Nossa Senhora do Ó de Sabará, a Matriz de Santo Antônio de Tiradentes, a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana; em Pernambuco, a Igreja de São Pedro dos Clérigos e o Mosteiro de São Bento de Olinda; na Bahia, a Igreja e Convento de São Francisco e a Igreja e Convento de Nossa Senhora da Palma. Se considerarmos apenas estes “monumentos” aqui citados, permaneceremos interpretando o patrimônio tal como vem sendo feito por quem pesquisa este campo do conhecimento. Porém, se atentarmos para os números relativos aos temas a que se referem as imagens, podemos observar que a Arquitetura Religiosa não reina absoluta como a representante do patrimônio no Brasil. A Arquitetura Civil, com seus chafarizes, aquedutos, residências comuns e edifícios governamentais, por exemplo, também representam uma parcela muito grande do patrimônio que é veiculado visualmente na *Revista*. A categoria Iconografia, que abrange aquarelas, gravuras, pinturas dos viajantes, pinturas não vinculadas às igrejas, também aparece com grande destaque, especialmente nos artigos de História da Arte.

Esses dados apresentados nos informam que a *Revista do Patrimônio* não só constitui um veículo privilegiado para se debater patrimônio, divulgando os estudos e debates realizados no Iphan e também colocando a público as concepções que subsidiam a prática institucional. Assim, o que foi divulgado na publicação está de acordo com os conceitos que os técnicos do órgão utilizam na prática da preservação do patrimônio cultural. Os discursos presentes nos artigos e as representações elaboradas em torno de determinados eixos, como a chamada arquitetura tradicional colonial, presentes nas imagens da *Revista* coincidem, em geral, com os demais discursos reconhecidos pelo próprio órgão. É por isso que as duas fases da *Revista do Patrimônio* não representam tão somente dois projetos gráfico-editoriais diferentes, mas sim noções diferentes de patrimônio.

Desse modo, a publicação estudada contribui para a fundação e consolidação do órgão de preservação e de seu discurso, colaborando com a “invenção” da nação brasileira moderna. Concordamos assim com CHUVA (2003: 321):

Dentre as várias ações implementadas a partir da política de proteção ao patrimônio nacional, a edição da Revista do Patrimônio foi muito bem-sucedida no sentido de construir uma identidade nacional que, associadamente, revelasse uma nação moderna e pertencente ao mundo civilizado, podendo estabelecer o Brasil em pé de

igualdade nas redes internacionais de trocas simbólicas em funcionamento e circulação naquele momento.

Podemos dizer que tanto as imagens sobre patrimônio quanto a própria idéia de patrimônio criam, recriam e estabilizam representações que foram selecionadas e convencionalizadas pelo Iphan como aquilo que deveria compor a memória coletiva em torno da idéia de “nação” brasileira. As imagens, portanto, trazem consigo, em sua permanência, aquilo que pode desaparecer com o tempo, garantindo um lugar de lembrança. Desse modo, reafirmam-nos em sua materialidade, tal como os “monumentos”, marcos referenciais do passado que dá significação ao presente.

Referências bibliográficas

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 2003.

CARVALHO, Vânia Carneiro. A Representação da Natureza na pintura e na fotografia brasileiras do séc. XIX. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia – Usos e Funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1991. p. 199-231.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff & WOLFF, Silvia Ferreira Santos. Arquitetura e Fotografia no séc. XIX. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia – Usos e Funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1991. p. 131-172.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40). Niterói, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

_____. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. In: **Topoi**, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, p. 313-333.

COSTA, Helouise. Pictorialismo e Imprensa: o caso da revista “O Cruzeiro” (1928-1932) In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia – Usos e Funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1991. p. 261-292.

FABRIS, Annateresa. A Invenção da fotografia. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia – Usos e Funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1991. p. 11-37.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo** – Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda** – os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne (org.). **O fotográfico**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec; Editora Senac São Paulo, 2005, p. 39-45.

LEITE, Miriam L. Moreira. Texto Visual e Texto Verbal. In: FELDMAN-BIANCO, Bela & LEITE, Miriam L. Moreira (orgs.). **Desafios da imagem**. Campinas: Papirus Editora, 1998. p. 37-50.

MONTE-MOR, Patrícia & PEIXOTO, Clarice Ehlers. Os bastidores da imagem. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**, vol. 10, n. 1, 2000, p. 13-14.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **O Tecido do Tempo: A Idéia de Patrimônio Cultural no Brasil**. 1992. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Antropologia.

PROPAGANDA POLÍTICA NA REVISTA ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA (1935-1944)

Geanne Paula de Oliveira Silva*

Resumo: A proposta deste trabalho é apresentar o desenvolvimento do segundo ano de uma pesquisa de Iniciação Científica / FAPEMIG que tem como fonte principal a coleção da revista Ilustração Brasileira de maio de 1935 a janeiro de 1944, que integra o acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia - CDHIS/UFU. O foco deste segundo ano de pesquisa está sobre a propaganda política do Estado Novo veiculada na revista Ilustração Brasileira que, enquanto mais um meio de comunicação em circulação, não escapou ao caráter autoritário dessa propaganda. Buscando estabelecer diálogos entre cultura e política, o objetivo é, então, explorar a propaganda política presente na revista Ilustração Brasileira e investigar como a ideologia estadonovista se construiu textual e visualmente nesse meio impresso.

Palavras-chave: Propaganda política; Estado Novo; Imprensa ilustrada.

Abstract: The proposal of this work is to present the development of the second year of one research of Scientific Initiation/FAPEMIG that has as principal source the collection of the magazine Ilustração Brasileira from May 1935 to January 1944, that it integrates the quantity of the Centro de Documentação e Pesquisa em História of the Universidade Federal Uberlândia - CDHIS/UFU. The focus of this second year of research are about the politic propaganda of the Estado Novo propagated in the magazine Ilustração Brasileira that, while plus a media in circulation, it did not escape to the authoritarian character of this propaganda. Searching to establish dialogues between culture and politic, the purpose is, then, to explore the politic propaganda present in the magazine Ilustração Brasileira and to investigate as the Estado Novo ideology if it constructed visually literal and in this half printed matter.

Keywords: Politic propaganda; Estado Novo; Illustrated press.

Após a recente renovação e valorização da história política¹, conforme análise de teses e dissertações de história desenvolvidas no Brasil entre 1985 e 1994 feita por Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Márcia Mansor D'Alessio, a produção historiográfica brasileira

* Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduanda em História. Agência financiadora: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

¹ Sobre o assunto ver: FERREIRA, Marieta M. A nova "velha história": o retorno da história política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 265-271.

encontra-se consideravelmente interessada pela instância do político, demonstrando que a história política, de fato, se firmou como uma tendência importante da historiografia também no Brasil. Não por acaso qualificada como “renovada”, a história política propõe novos ângulos de análises e reflexões, novas perspectivas de interpretação do poder, o que, conseqüentemente faz com que novos temas conquistem espaço, especialmente aqueles que privilegiam a relação política/cultura.

O mesmo estudo feito por Janotti e D'Alessio também constatou uma grande concentração de estudos em torno da década de 1930. A interpretação das pesquisadoras para a constatação é que

a ditadura militar instaurada em 1964, a resistência dos partidos de esquerda e a denominada 'abertura democrática' aguçaram o interesse pelo estudo do autoritarismo, buscando compreender as origens do fracasso democrático brasileiro. Essa arqueologia do pesadelo que atormentava o país levou à concentração de estudos em torno da década de 1930, momento detectado como gerador das contradições contemporâneas. Proliferam estudos sobre o pensamento conservador, a repressão, o Estado Novo e memórias. (JANOTTI; D'ALESSIO, 1996:16)

Como a grande maioria das teses e dissertações analisadas pelas referidas autoras, que no universo da história política renovada, discute diversos aspectos políticos da história através de outros prismas, bem como os trabalhos com interesse pela década de 30, especificamente pelo Estado Novo, o presente trabalho pretende estabelecer diálogos entre política e cultura através do estudo da propaganda política estadonovista veiculada na revista Ilustração Brasileira na sua coleção de maio de 1935 a janeiro de 1944. O objetivo é explorar a construção escrita e visual dessa propaganda com a intenção de analisar como se materializou num meio impresso a ideologia estadonovista, como se traduziram em textos escritos e imagéticos as idéias e conceitos que o Estado Novo pretendia divulgar.

Como já esclarecido pela pesquisa de Janotti e D'Alessio e confirmado por Maria Helena Capelato (1998:15-45), o Estado Novo ganhou destaque na produção historiográfica a partir do momento em que os intelectuais brasileiros, depois de vivenciarem a experiência da redemocratização, na década de 1980, buscaram encontrar as raízes mais profundas do autoritarismo brasileiro, já que a década de 1930 é detectada como o momento de origem das contradições contemporâneas. Além disso, o interesse por esse período da história brasileira está relacionado às questões atuais acerca da configuração de uma “nova cultura política que se introduz a partir de baixo, ou seja, dos movimentos sociais para a 'invenção' da democracia. A idéia de cidadania participativa, novidade na história brasileira, convive com a

velha noção de cidadania outorgada, imposta do alto desde os anos 1930...” (CAPELATO, 1996:4). Desde a década de 1980, portanto, vários importantes trabalhos têm sido feitos sobre a temática. Em linhas gerais, tais trabalhos têm colocado o poder no centro de suas problemáticas e, sob um novo olhar, buscam diálogos mais profundos entre política e cultura.

Nesse contexto, o tema da propaganda política foi um dos que apresentaram solo fértil para a pesquisa. A propaganda, enquanto artifício de poder do Estado Novo, inspirou-se nas experiências nazista e fascista, que por sua vez, dentro de um processo histórico, surgiram a fim de atender interesses imediatos de seus governos, como pontua Heloísa Paulo:

A ‘Belle Époque’ havia descoberto a publicidade para alargar as portas do consumo e da produção. O Estado Liberal, envolvido na Primeira Grande Guerra, encontra na propaganda a forma pela qual procurará obter o apoio necessário para sustentar a sua posição durante o impasse bélico. Em países como a Inglaterra, onde não há serviço militar obrigatório, a persuasão da opinião pública é a primeira arma a ser accionada. A crise econômica e o mal-estar político internacional são as principais directrizes da argumentação do Estado numa propaganda de seu próprio papel. (PAULO, 1994: 13)

A propaganda mostra-se, pois, uma eficiente estratégia de poder em qualquer regime, mais ainda naqueles onde a censura e manipulação do Estado ao conjunto de informações circulantes são fortemente marcadas. Getúlio Vargas foi um dos que reconheceram este potencial da propaganda, tanto que criou em seu governo um órgão especial para tal fim: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Neste sentido, o aparelho propagandístico do Estado Novo encampava a tarefa de acentuar a idéia de Vargas como líder carismático, representante único dos anseios nacionais (imagens adquiridas por ele desde a Revolução de 1930). Dar destaque à figura do líder num Estado que se pretende forte é fundamental para que as massas se sintam “seduzidas” por ele e, conseqüentemente, o sigam, obedeçam e legitimem seu poder. Construir uma imagem de “pai dos pobres”, de generosidade, simplicidade, bondade e equilíbrio para Vargas era, pois, de total interesse desse aparelho propagandístico do Estado Novo, pois assim o regime de Vargas continuaria forte. Desse modo, a propaganda política viria fomentar um verdadeiro “culto” à figura de Vargas e, mais que isso, como explica Nelson Garcia,

(...) seu objetivo era persuadir as classes subalternas de que a ideologia dominante, tal como era observada na organização e estruturação do estado e nas diretrizes propostas e implementadas, correspondia aos seus interesses e mais aos interesses gerais da nação. (GARCIA, 1982:73)

Durante o processo de catalogação da revista Ilustração Brasileira realizado ainda no primeiro ano desta pesquisa, quando todos os cento e quatro exemplares foram manuseados

um a um - o sumário de cada edição indicava os principais textos a serem lidos e sintetizados -, foi imediata minha percepção dessa importante estratégia de poder do governo Vargas: a propaganda política. Esta propaganda aparece na revista desde as primeiras edições da coleção estudada mas, a partir de 1937, o ano de instauração oficial do Estado Novo, ela intensifica-se e torna-se freqüente. Desde então, ali esteve presente a íntima relação entre censura e propaganda, característica marcante do regime estadonovista, e a intenção de não somente persuadir o público ante as propostas do Estado e construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, como também impedir qualquer tipo de oposição e contestação. Assim, a revista *Ilustração Brasileira*, mais um meio de comunicação em circulação, não escapou ao caráter autoritário da propaganda política do Estado Novo: veiculou a pretendida boa imagem de Getúlio Vargas, divulgou as inúmeras inaugurações e exposições do governo, reproduziu os discursos oficiais, noticiou com ênfase os atos e realizações governamentais e contribuiu para a institucionalização do “19 de abril”, aniversário de Vargas, em data nacional.

A propósito, esse destaque à data do aniversário de Vargas é um tema muito presente na revista *Ilustração Brasileira*. As edições do mês de abril, em sua maioria, principalmente a partir de 1940, e algumas do mês de maio, sempre continham algum conteúdo de referência ao aniversário de Vargas: textos, ao que tudo indica, escritos pela redação da revista² com elogios e exaltação a Getúlio Vargas por sua postura como “estadista” e pela passagem de seu aniversário como na edição de abril de 1943; ilustrações com a figura imponente de Vargas que ocupavam uma página inteira, como na página 4 da edição de abril de 1942; “reportagens fotográficas”, como denominava a revista, que combinavam fotografias e pequenos textos informando o que fez Vargas no dia do seu aniversário; e até mesmo a capa do número 96, de abril de 1943, desenhada pelo pintor Armando Vianna, teve Vargas como destaque ao lado da bandeira nacional.

Não apenas a comemoração do aniversário de Vargas ganhava páginas inteiras na revista *Ilustração Brasileira*, também as comemorações das datas cívicas são destacadas. Catalogar as edições de maio, setembro e novembro fez certamente encontrar diversos textos e inúmeras fotografias, distribuídas numa grande quantidade de páginas, com referências às comemorações do “15 de Novembro”, “Dia do Trabalho”, “Sete de Setembro”, “Aniversário

² Conforme percebido durante o processo de catalogação da revista *Ilustração Brasileira*, o sumário indicava o título dos principais textos e o nome de seu autor. Assim, quando o texto era escrito pela redação da revista, no lugar onde se apontava o autor aparecia “Redação”. As poucas vezes em que não havia sumário, o nome do autor vinha junto do texto. Por fim, nas últimas edições da coleção trabalhada, alguns textos já não continham indicação de autoria. Como eram apenas alguns, acredito que estes eram justamente os de autoria da redação da revista, já que os escritos pelos chamados “colaboradores” sempre apontavam a autoria.

do Estado Novo”. O número 55, edição de novembro de 1939, por exemplo, foi uma “Edição Comemorativa do Cincoentenário da República” e trazia textos sobre a proclamação da República, Deodoro da Fonseca e, claro, muitos outros que ajudavam a inserir Vargas nessa linha evolutiva da história brasileira com vistas a engrandecê-lo. As fotografias das manifestações e desfiles da “Semana da Pátria” ocupavam páginas inteiras da revista. Os pequenos textos que as acompanhavam, já que esses encolhiam perante a imperiosa presença da imagem fotográfica impressa, novidade da época, não moderavam no destaque à presença do presidente Vargas.

Iniciou-se no Estado Novo uma série de comemorações oficiais que Angela de Castro Gomes chama de “criação do tempo festivo” (GOMES, 2005:216). A celebração do aniversário de Vargas e a importância dada pelo Estado Novo a todas as datas cívicas têm a perspectiva de destacar a figura do estadista, de criar e difundir uma imagem positiva do regime e de seu chefe e também de promover uma aproximação personalizada das massas com Vargas.

Estas três comemorações – o aniversário do presidente, o Dia do Trabalho e o aniversário do Estado Novo – constituíam três ocasiões-chave para a comunicação entre Vargas e a massa de trabalhadores. Diferenciadas e com destaque para o 1º de maio, elas se reforçavam mutuamente e criavam um calendário de encontros significativos. (...) Ou seja, elas estruturaram uma aproximação significativa e personalizada entre autoridades e o público trabalhador. (GOMES, 2005:217)

Na edição de maio de 1943 este aspecto aparece de forma evidente em um texto sob o título de “O Dia do Trabalho”:

*Como nos anos anteriores, as comemorações do “Dia do Trabalho” ofereceram ensejo às massas trabalhistas para prestar ao presidente Getúlio Vargas, homenagens excepcionais, tendo o **Chefe do Governo Nacional, por sua vez, aproveitado a oportunidade para entrar em contacto directo com elas...***³

Tanto quanto destacar a figura de Vargas e aproximá-lo das massas, a comemoração das datas cívicas pretendia também criar a imagem de uma sociedade em festa e feliz. Intencionava-se difundir a idéia de que a “sociedade feliz’ concretizara-se no Estado Novo, a ‘felicidade brasileira oficial’ era comemorada em todas as datas cívicas por meio de festas promovidas pelo Estado para celebrar as realizações do governo” (CAPELATO, 1998:61). O DIP e o Ministério da Educação e Saúde encarregavam-se de realizar os festejos que contavam com ampla participação popular, claro que relevando o fato de ser obrigatória a presença de alguns setores como escolas, Forças Armadas, Corpo de Bombeiros, Polícia

³ Revista **Ilustração Brasileira**, ano XXI, n.97, Rio de Janeiro, maio 1943, p. 38. Grifos meus.

Militar, entre outros.

Entre as festas oficiais e a utopia da sociedade feliz há uma forte relação, como pontua Capelato. (1998:60), ao constatar que os jornais varguistas se responsabilizavam por firmar e divulgar esta relação. Relação que também pode constatar nas páginas da revista Ilustração Brasileira. Na edição de maio de 1942, é publicado o texto transcrito abaixo que, de forma evidente, mostra essa noção de “sociedade em festa, sociedade feliz” e, ainda, como se materializou nos discursos escritos veiculados pela revista a ideologia estadonovista.

*Todo o Brasil vibrou de entusiasmo cívico por ocasião das comemorações da passagem do aniversário natalício do Presidente Getúlio Vargas, e nesta Capital, mais do que em qualquer outro ponto do país, o “Dia do Presidente” teve especial relevo, sendo inúmeras as manifestações com que se assinalou aquela efeméride tão grata aos corações dos brasileiros.*⁴

O Estado Novo produziu muitos textos escritos como material de propaganda política – biografias, discursos, livros apologéticos ao regime, obras teóricas, revistas de cultura, jornais, livros didáticos, etc. -. Se comparado à propaganda política do governo de Juan Domingo Perón, na Argentina, como o fez Maria Helena Capelato, fica nítido o contraste entre a propaganda varguista e peronista: maior importância ao material escrito e ao material ilustrativo, respectivamente. Mas isso não significa dizer que a propaganda estadonovista não se valeu dos recursos imagéticos. Os intelectuais que estavam a serviço de Vargas, vale ressaltar a profunda inserção desse grupo na organização político-ideológica do regime (Cf. VELLOSO, 2003:147-177), reconheceram e exploraram todo o potencial desses recursos, pois “atendiam a uma finalidade imediata; por meio de imagens veiculava-se com rapidez e precisão o recado que se visava transmitir”(LENHARO, 1986:54). Num regime em que se busca impedir qualquer oposição ou contestação e, sobretudo, angariar apoio e legitimação, a imagem será um excelente meio para se conquistar as massas e fazê-las consentir e aderir ao regime. Assim, ainda que os recursos ilustrativos não tenham sido o núcleo forte da propaganda do Estado Novo, eles foram sim utilizados.

Como pude observar nas páginas da revista Ilustração Brasileira, o Estado Novo privilegiou as imagens fotográficas, uma vez que a imprensa ilustrada já dispunha do recurso da fotografia impressa. Aconteceu também de se utilizar as artes plásticas ou os “doublés” de artistas renomados como J. Carlos para construir a boa imagem de Vargas, uma vez que a imprensa ilustrada também possibilitava a reprodução de pinturas, caricaturas, etc. Inclusive desenhos de Armando Vianna, como a citada capa da edição de abril de 1943, e o *Retrato de*

⁴

Revista **Ilustração Brasileira**, ano XX, n.85, Rio de Janeiro, maio 1942, p. 17. Grifos meus.

Vargas⁵, óleo sobre tela de Portinari, foram publicados na revista. Mas o recurso fotográfico caracterizou a propaganda do Estado Novo. Mais uma vez Capelato nos ajuda nas reflexões:

O uso privilegiado das imagens fotográficas no Brasil revela uma preferência pela representação mais objetiva da realidade, que talvez possa ser explicada como um traço da cultura política brasileira, fortemente marcada pelo positivismo. Cabe lembrar a presença desse ideário na formação do gaúcho Getúlio Vargas. Mas a explicação também pode ser buscada na ênfase que o Estado Novo atribuiu às realizações materiais, meta primeira do governo para concretização do progresso.
(CAPELATO, 1998:51)

Assim, a novidade da fotografia impressa associada à suposição de que a imagem fotográfica falava por si só de uma também “suposta” realidade, muito serviu ao governo Vargas e ao seu pretensioso aparelho propagandístico. Logo, do mesmo modo serviu também a revista *Ilustração Brasileira* que, como toda a imprensa do período, esteve sob a censura e controle do governo e, com exceção da parcela que de alguma forma resistiu a esse controle, teve que se submeter ao caráter autoritário da propaganda estadonovista e veicular, através de seus textos escritos e imagéticos, a ideologia apregoada pelo regime em vigor.

Referências bibliográficas:

CAPELATO, Maria Helena R.. História Política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 17. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/190.pdf>>. Acesso em 5 ago. 2007.

_____. **Multidões em cena** - propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papyrus, 1998.

D'ALESSIO, M. B. M.; JANOTTI, M. L. M.. Esfera do Político na Produção Acadêmica dos Programas de Pós-Graduação - (1985-1994). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 17. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/190.pdf>>. Acesso em 5 ago. 2007

FERREIRA, Marieta M.. A nova "velha história": o retorno da história política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p. 265-271.

GARCIA, Nelson J.. **Estado Novo**. Ideologia e propaganda política. São Paulo, Loyola, 1982.

GOMES, Angela M. C.. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

PAULO, Heloísa H. de J.. **Estado Novo e Propaganda**: o SPN/SNI e o DIP. Coimbra: Minerva Editora, 1994.

VELLOSO, Mônica P.. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *In*: DELGADO, Lucília de A. N.; FERREIRA, Jorge (org.) **O Brasil Republicano** – O tempo do nacional-

⁵ PORTINARI, C. Retrato de Vargas. Óleo s/ tela, color. **Ilustração Brasileira**, ano XVII, n.55, Rio de Janeiro, nov.1939, p.17.

estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 147-177.

TÍTULO: SABER MÉDICO POPULAR E MEDICINA EM GOIÁS

LEICY FRANCISCA DA SILVA

Resumo: Em Goiás nas décadas de 30/40 o estado inaugura um projeto de organização da saúde pública. Um dos pontos marcantes da política de reestruturação é a repressão aos saberes e práticas da medicina popular. Nota-se na imprensa escrita a publicação de artigos para a divulgação de comportamentos que disciplinam a população em relação à saúde e higiene. O estado, por meio do Departamento Sanitário, produz uma legislação cujo fim era a contenção da ação de profissionais considerados charlatães, ou seja, todos aqueles ligados às práticas não científicas de cura. Essa disputa e a legislação do estado para a saúde são o foco principal desse artigo.

Palavras-chave: História, Saúde, Goiás

Résumé: À Goiás, dans les années 30 et 40, l'état inaugure un projet d'organisation de la santé publique. Un des points remarquables de la politique de restructuration est la répression aux savoirs et aux pratiques de la médecine populaire. On observe dans la presse écrite la publication d'articles pour la divulgation de comportements qui disciplinent la population en relation à la santé et à l'hygiène. L'état, par le biais de son Département Sanitaire, produit une législation dont la fin était la répression de l'action de professionnels considérés charlatans, c'est à dire tous ceux liés aux pratiques non scientifiques de cure. Cette dispute et la législation de l'état pour la santé sont le centre principal de cet article.

Mots clefs: Histoire, Santé, Goiás

Na capitania de Goiás não havia médicos, isso porque o primeiro hospital, o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara seria construído em 1825 e só iniciaria o seu atendimento em 1826. Antes disso havia em Vila Boa o Hospital Militar, cuja data de criação não é conhecida e o documento mais antigo relacionado ao dito hospital data de 1778 e trata-se de um “Edital para assistência e curativos dos soldados dragões e pedestres, no Hospital Militar” no entanto, os cirurgiões dali tinham a responsabilidade principal de cuidar dos militares e não havia o atendimento à população civil (BUENO, 1979).

Os medicamentos encontrados na província eram comercializados por vendedores de tecidos e de miudezas vindos do Rio de Janeiro e que

trabalhavam em sociedade com os ricos proprietários de escravos da região, o que aumentava em muito os preços das boticas comercializadas por eles.

No século XIX a medicina em Goiás experimentará um caráter mais científico com a construção do Hospital da Caridade São Pedro de Alcântara. O corpo passa a ser visto como objeto passível de intervenção de um saber diferenciado que começava um processo de imposição de suas bases. Os diversos documentos que se referem ao hospital mostram petições ao imperador referentes à contratação de médicos e cirurgiões, compra de materiais para o uso cotidiano no tratamento dos enfermos, reclamações com relação à falta de leitos, verbas e materiais etc.

Os primeiros médicos que trabalharam em Goiás no século XIX eram em sua grande maioria formados na Europa e nos cursos de cirurgia e medicina de Salvador e do Rio de Janeiro, iniciavam suas atividades precariamente pois os cursos não lhes permitiam uma boa formação devido à falta de pessoal especializado e material para atividades práticas. O ensino estava voltado para os conhecimentos e problemas da Europa, origem do material didático utilizado. Portanto, distantes da realidade com a qual se deparavam nos sertões.

A medicina praticada no século XIX, era essencialmente diferente da do século XX. Ela era ainda o espaço privilegiado da intuição e da sensibilidade particulares de um indivíduo – o médico. Era ele quem consultava, analisava e concluía com base especialmente em sua experiência os males ou problemas de seu paciente.

Parece-nos importante salientar que através desta nova postura da medicina esteja presente o objetivo de separação: de doentes e sãos, dos diversos grupos dentro do espaço urbano, dos saberes médicos formal e informal. O saber científico que ora se impõe, tem como objetivo principal diferenciar-se do conhecimento cotidiano. A vida, o corpo, o homem nada mais são que objetos deste saber. Nascer, alimentar, excretar, adoecer e morrer, elementos puramente biológicos, devem obedecer à regras e modos sócio-culturais ditados pela ciência e que mesclados ao cotidiano são objetos de distinções entre os homens.

A interferência nos rumos dos comportamentos, das construções, dos métodos de higiene, das formas de curar, toda esta intromissão no cotidiano dos homens, nas suas idéias levaram a uma vagarosa modificação das mentalidades,

que favoreceram a autonomização do corpo e do homem pois assim seria possível a intervenção aspirada pela incipiente ciência que se impunha.

Assim junto a separação de corpos assistiremos também a formação de fronteiras diversas, através da segregação, surgem subdivisões de grupos, espaços, especialidades. O novo olhar sobre o corpo impõe sobre o homem idéias recentes, baseadas na individualidade e na distinção de funções e posições sociais e espaciais.

2.1 A medicina popular e a medicina científica

Por causa do pequeno número de médicos em atividade no Estado, dentre outros fatores, a medicina popular detinha um espaço cativo e os seus profissionais a consideração de um grande número da população. Dentro desse grupo de profissionais pertencentes ao rol da medicina popular podemos citar como os mais importantes os raizeiros, os curandeiros, as parteiras e os benzedores.

Importa destacar que a muitos desses conhecimentos e formas de cura eram acrescentados conhecimentos místicos e religiosos. Portanto, além dos medicamentos e das práticas os profissionais da medicina popular possuíam também sua imagem envolta em simbolismos religiosos.

É notório o reconhecimento popular a esses profissionais, que ao contrário do que se acredita, não eram procurados apenas pelos grupos menos abastados. Em todos os extratos sociais havia espaço para a medicina popular, fosse através do simples chazinho para a cura de um mal comum, fosse para a ajuda na hora do parto, fosse como a última esperança no caso de doenças incuráveis. O leque de possibilidades para a busca destes profissionais era muito amplo, o que justifica a alegação da falta de profissionais da medicina científica ser apenas um dentre vários motivos para a representatividade social alcançada por eles. Outros fatores serão acrescidos no decorrer do texto.

Dentre os mais importantes, podemos indicar a força do hábito. Este adquirido através de uma longa história de afastamento ou descontentamento com uma medicina científica ainda pouco preparada para oferecer aos pacientes um tratamento que se diferenciasse do comum e possibilitasse o

restabelecimento da saúde na maioria dos casos.

A medicina científica ainda com pouca tecnologia que a possibilitasse se distinguir do conhecimento comum, sofria o preconceito por parte da população acostumada a se autocurar. Os hospitais por não oferecerem tratamento adequado acabavam por serem considerados “morredouros”.

Destinada às populações pobres, as Santas Casas amargavam a má fama do chamado “chá da meia noite”, citado da seguinte forma: O doente crônico, ocupando lugar e dando despesas, recebia, à meia-noite, segundo as más línguas, um “chá para criar forças” (PAULA, 1982, p. 225). Assim os espaços dos hospitais não eram bem vistos. Em outras palavras, mesmo com a oferta da medicina científica, a medicina popular mantinha-se presente.

A relação entre as duas práticas acabava por serem complementares. Os profissionais da medicina popular não se preocupavam em lançar mão de medicamentos pertencentes à farmácia científica. Na maioria das vezes esses medicamentos eram acompanhados de outros elementos naturais ou de orações. Dando à cura um caráter pessoal.

A parteira gorda e afobada, ia e vinha, sem saber mais o que fazer. Já aplicara todos os seus conhecimentos, sem resultado. Ritinha já estivera durante algum tempo agarrada a uma corda que pendia do teto. Já ficara de pé no meio da casa com o chapéu do marido na cabeça. Maneco por sua vez já dera inúmeras voltas em tórno do rancho, vestindo e desvestindo a sua camisa pelo avêso. E nada.
D. Carola examinou a nora com ares de entendida e depois, virando-se para o filho:
– É preciso mandar no comércio buscar um vidro de Gotas Salvadoras.
(Revista Oeste, 1943, n. 8, p. 20)

Além de se permitir lançar mão das variadas opções práticas ao seu alcance, uma outra característica do profissional da medicina popular é que, o conhecimento que dava razão às suas práticas não era todo comungado pelo grupo. Ao contrário, havia sempre um ‘elemento’ do seu conhecimento que se fazia desconhecer. Disso dependia a sua distinção dos demais. ‘Elementos’ este só revelado a um sucessor, normalmente, pertencente à família. Mas, é preciso deixar claro que os medicamentos comuns eram solidariamente divididos. Apenas o ‘segredo da combinação’ dos elementos era resguardado da vista da maioria.

O descontentamento popular com relação à medicina científica,

anteriormente indicado, pode ser observado pelo aspecto cultural, pois a população que havia se acostumado a seus conhecimentos se vê agora como objeto de uma ciência que às vezes lhes pareciam afastada de sua realidade. Isso porque antes da chegada dos médicos a esses espaços, as curas se restringiam aos conhecimentos da medicina popular.

Descortina-se uma nova realidade com a chegada desses novos profissionais, nesse processo forma-se a imagem deste novo personagem, que talvez represente o início de uma imposição do saber ou disputa antes inexistente pelo espaço médico. Essa disputa ocorre mais especificamente nos espaços que se urbanizam. Como podemos observar por meio do texto abaixo.

Im antes de havê doto, num tinha tanta duença. Hoje faz inté horrô!... Já vem os mal de nacença. Infrueza e marizia, os nol de tripa e quebrante, curava cum simpatia, cum dois ramo de alevante. Dô de istambo e piriri, vexame no coração, curava atôa, eu já vi, cum quina e chá de limão. O sarampo e catapora, são duenças passagera, que se cura numa hora, cum dois chazim de parrera. As inframação pro dentro, as dô de figo, as pereba, si curava cum inguento, changuana de jurubeba. Rematismo intrevadô, Promunia, dô nos peito num pricisava dotô. Na roça se dava jeito. Mais hoje tudo mudô, ninguém pode mais falá, us nome qui seus doto nas duenças já qué dá. (...) Assucesso de muié, só pricisa de partera. Hoje possa quem pudé: dois dotô na cbicera. Tem mais de mil duença, bestage, só invenção, curadas dum jeito só, na ponta do aguião. mais eu sô cabra istradero, num pite tapiaçã. viva os reméidos casero, morra as tal de injeção!

(CANDIDO CANELA apud PAULA, 1982, p. 18)

No cotidiano da população estava presente uma relação de confiança e intimidade com os elementos da medicina popular. Incorporada na cultura, nos hábitos e nas tradições através de suas práticas diárias. Seus profissionais também eram representantes dessa proximidade social, pois quase sempre, eram pessoas pertencentes à comunidade inseridos na mesma realidade, no mesmo código de valores e nas mesmas angústias. Desta forma a comunicação era feita de forma mais direta e fácil, pois os sujeitos envolvidos partilhavam do mesmo código de comunicação e do mesmo espaço.

O conhecimento detido pelos profissionais da medicina popular é em sua maioria obtido através da observação direta da natureza, com quem mantém uma real proximidade e da qual retira a maior parte do seu arsenal de cura: folhas, raízes, frutos, elementos minerais e animais. Mas também havia o contato destes com elementos da medicina científica da qual utilizavam tanto os

conhecimentos quanto os medicamentos, são em especial os manuais científicos, o mais conhecido é o “Chernoviz”, chamado de “doutor da capa preta”, e os almanaques de farmácia.

O contato com os medicamentos da incipiente indústria brasileira era feito também através dos jornais que circulavam pelo estado. Nas propagandas dos medicamentos vinham acrescidos os males para os quais eram indicados. Alguns pareciam “panacéias”.

Em jornais como o *Santuário de Trindade* de Campinas e *Jornal Brasil Central* colhemos os seguintes dados indicando os medicamentos aos quais a população podia ter acesso: “Ventre Livre”- indicado para infecções estomacais; “Regulador Gesteira” trata moléstia do útero, asma nervosa, peso, dores e cólicas no ventre, as perturbações e doenças da menstruação, anemia, palidez, amarelão; “Grindelia” de Oliveira Júnior, para rouquidão, coqueluche, bronquite, asma e tosse; “Vermífugo São Caetano”, da empresa A. Coutinho; “Cafiaspirina” para todos os tipos de dores; “Elixir de Nogueira”; sabão líquido e medicinal “Aristolino” para banho, caspa, frieiras, golpes, espinhas, eczemas, queimaduras, feridas, manchas e todas as doenças da pele; problemas de rins e bexiga “Pílulas de Lussen”; dor de dentes “Cera Dr. Lustosa”; “Tabil” pílulas de Tayryá de Oliveira Júnior para prisão de ventre, enxaqueca, estômago, fígado, rins, baço e intestino; “Auris-Sedina” para dor de ouvido e “Vinho Creosotado” tônico e fortificante.

É necessário que se acrescente que a prática da medicina popular não se restringe apenas aos espaços rurais do Estado, onde a população distanciada do atendimento médico erudito a procurava como única possibilidade de reabilitação. Ela estava presente em todos os espaços, no rural e no urbano.

No espaço urbano, mesmo com uma maior amplitude de oferta da medicina científica, ela (a popular) possuía uma clientela considerável o que acrescenta a importância das questões culturais como definidoras da escolha da forma de cura.

Os jornais traziam sempre receitas naturais para doenças comuns e para algumas ainda incuráveis, medicamentos cuja base eram elementos naturais. Essa prática nos leva a crer que a população urbana, maior consumidora das informações dos jornais tinha interesse por essa medicina popular. Um exemplo do que se afirma é a insistência dos jornais em divulgar receitas tais

como:

A Bananeira tem valor medicinal.

Para curar os esgotados, ou anemicos, aconselha-se, de preferencia a banana curta ou de s. Thomé.

A mesma banana, assada e reduzida a massa é alimento sadio para as crianças de 6 mezes em diante. Não produz colicas nem diarrhéa.

O suco que dá a planta (água do pau da bananeira) é usado internamente adoçado, nas diarrhéias e outras doenças, na dose de meia chícara, tres vezes ao dia.

Externamente emprega-se para lavar as ulceras e com mel de abelhas para aphtas (sapinho das crianças).

As flôres da bananeira, de infusão em água e postas ao sereno, à noite, dão um banho salutar para as molésias de olhos.

No sertão já se tem curado tysica pulmonar, unicamente com o xarope das flôres de bananeira.

A banana meio verde, pesada e posta sobre as feridas cancerosas e os chamados formigueiros curam nas.

E o cataplasma da banana curta, madura e assada com azeite doce, é muito emoliente e cura os tumores. (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1930, n. 334, p. 3)

É interessante notar que um alimento comum à população é indicado para doenças diversas, seu uso é proposto desde alimento para crianças à cura da “tysica pulmonar”. No entanto, os males incuráveis são os que denotam maior preocupação e geram maior interesse, por isso a morféia ou lepra será a doença que receberá maior atenção por parte daqueles que escrevem e tanto interesse em citá-la, ou citar medicamentos para ela, deve indicar também maior interesse do leitor por esse tema. Assim citamos o exemplo abaixo:

O Urucú e a Lepra

Medicamento efficaz para curar a lepra- o leproso, em qualquer periodo, deve comer, diariamente, seis folhas cruas da árvore chamada – “Anchiote” (Baixa-orllana-Linneo) conhecida vulgarmente no Brasil pelo nome de Urucú.

Cada oito dias deve tomar um purgante de sal epsom (sulphato de magnesia), para eliminar do systema os bacillos mortos.

Não deve comer carne de nenhuma espécie, nem tomar leite.

Deve alimentar-se somente de legumes, verduras e frutas.

Não deve fumar, porque, se o fizer, combusticiona-se inteiramente e morre.

Nas seis semanas deste tratamento, o organismo do leproso se satura de ether. Sentirá alegria e uma frescura identica à que produz o piperment na bocca.

Seguindo este regimen, com vontade e fé, em seis mezes, o leproso estará curado e voltará ao seio da sua família e da sociedade.

(...) (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1930, n. 344, p. 1-2)

Na seqüência o texto explica com bases científicas porque o urucú

seria curador da lepra, indicando o poder anti-séptico e a quantidade de vitamina que enriqueceria os glóbulos vermelhos do sangue, mas anteriormente o texto já havia indicado um elemento indispensável na tarefa de cura segundo os diversos meios utilizados pela medicina popular “com vontade e fé”. Assim fica claro tanto elementos de uma medicina científica quanto elementos de uma medicina popular sendo propostos.

Como já havíamos adiantado a morféia é a moléstia que mais inquieta a população em geral, tanto pela imagem negativa que a doença dava ao seu portador quanto ao medo do contágio da população sã, por isso será a sua cura a que mais interessará e por isso a maior parte da indicação de medicamentos se direciona a ela,

A cura da morphéa

Tira-se o inhame da terra no minguante da lua. Posto ao sol para seccar a humidade, corta-se depois em lascas e leva-se ao forno para serem as lascas torradas até que fiquem na consistencia do café. Pila-se(ou soca-se) e o enfermo usará todas as manhãs e à noite ao deitar-se uma chicara tendo o estomago em jejum. Se usar mito à noite não deve tomar o café pela manhã, para não ficar privdo de levantar-se. No fim de pouco tempo, com o uso desse remédio, as chagas desaparecem, cicatrizando-se. Facil e barato, é bom experimentar. (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1931, n. 328, p. 3)

Aqui novamente o elemento mágico está presente na indicação da lua certa para a colheita da raiz, o cuidado com esses elementos devem ser observados para o sucesso da receita, o que significa que não apenas o inhame cura, mas o inhame em junção com toda uma técnica cuidadosa de preparo e com os poderes de forças que interferem no medicamento e crê-se no doente, como a fase da lua.

Outro elemento que se deve observar é a utilização de medicamentos da farmácia científica em junção com elementos naturais. Não havia contestação quanto a utilização de medicamentos alopáticos, na maioria das vezes um complementava o outro, como:

Contra a gripe

Notem-se os leitores a receita abaixo. Pedimos aos colegas passal-a adiante.

Um purgante salino assim composto: sulphato de magnesia, 25 gram; sulphato de sódio, 15 gram; chluoreto de sodio (sal de cosinha), 3 gram. e água, 180 gram.

Para tomar uma vez.

Logo depois do efeito purgativo: Uma limonada (de um limão inteiro) com assucar. Duas ou tres horas depois, outra limonada e mais duas ou tres com maior interallo.

Se persistir a tosse depois de dois dias completa-se o tratamento com qualquer expectorante apropriado.

No caso de continuar a febre pode-se combatel-a com a apirina, mas em geral basta a limonada. Não há inconveniencia na associação dos medicamentos (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1931, n. 389, p.2)

A medicina popular ao contrário do que se acredita, não se apresenta imutável, ela sofre uma constante transformação acompanhando o desenvolvimento histórico social. O que se pode notar pela receita acima é que ela é acompanhada ali por diversos elementos da medicina acadêmica, acompanhando o desenvolvimento que a sociedade apresentava. E isso exige acrescentar que não existe uma prática médica popular, mas diversas formas de prática e conhecimento. A medicina popular é heterogênea.

Médicos e curandeiros em Goiás

Diante da direção tomada pelo governo federal pós-revolução, o governo estadual tinha em seu discurso político uma nova forma de aproximação com o povo e um discurso cuja conotação lhe permitia reavivar as esperanças da população. Os problemas sociais, dentre eles a saúde, eram preocupações sempre lembradas por ele. As promessas quanto ao melhor cuidado com a saúde do povo era uma constante.

Todavia, a dificuldade de acesso às regiões do sertão goiano aliada ao pequeno número de profissionais médicos faziam com que a população dessa região não tivesse atendida suas necessidades no que se refere ao atendimento à saúde.

Essa população ficava à mercê de seus próprios conhecimentos e mecanismos de cura. Um dos fatores que justificam a extrema necessidade de médicos é o aumento populacional. Segundo o censo de 1900 a população existente no Estado era de 255.284 habitantes. No censo de 1920, o número de habitantes registrado sobe para 511.919.

Com base no número da população Salles faz a contabilidade relacionando o número de pessoas no estado com o número de médicos e

profissionais registrados no serviço sanitário em 1932 cuja soma é de 408 profissionais o que totaliza um profissional para o atendimento a 1.254 pessoas (SALLES apud FREITAS, 1999, p. 113).

O quadro que segue mostra como estavam distribuídos estes profissionais, segundo a especificação do seu trabalho e refere-se aos anos 20, mas se mantêm evidente também nos anos 30:

Quadro 3 - Médicos e profissionais registrados no Serviço Sanitário em 1932

Especificação	Quantidade
Médicos	104
Farmacêuticos	123
Cirurgiões-dentistas	38
Farmacêuticos práticos-licenciados	64
Dentistas práticos licenciados	77
Veterinários	01
Parteiras	01
Total Registrado	408

Fonte: SALLES apud FREITAS 1999, p. 112

É bom frisar que a questão do afastamento da população goiana dos centros urbanos e o possível isolamento de sua população podem ser estudados como um dos fatores influenciadores das atitudes e escolhas no quesito saúde, quando esta se aproxima mais das formas de cura baseadas no empirismo, ou seja o curandeirismo, as benzições e outras.

Mas, estamos cientes de que esta questão não pode ser vista como fruto de um determinismo natural, o que com certeza não explica as razões da escolha como sendo vocacional, como se o meio geográfico fosse responsável pela construção das formas de vida dos grupos humanos e representasse as barreiras externas do seu desenvolvimento. Dessa forma, serão estes fatores, juntamente com a ideologia da população rural goiana e sua religiosidade marcadamente sincrética os fatores de maior relevância.

A realidade faz com que os profissionais que devotem sua vida a atividade de cura nos sertões goianos tenham sua imagem envolta em símbolos pois trazem consigo a possibilidade de restabelecimento, de vida.

A situação real de grande parte da população goiana (os segmentos

menos abastados) era que em decorrência do afastamento dos centros urbanos do país via-se aquém de qualquer tipo de assistência, a doença lastrava pelo Estado.

A grande maioria dos médicos que se formavam, optavam por se manter nas regiões litorâneas, onde a facilidade de trabalho e a remuneração lhes pareciam mais compensadores. E poucos se aventuravam no trabalho pelo sertão que não lhes rendia fortuna.

Alguns filhos de fazendeiros mesmo depois de formados, abandonavam a profissão e mantinham-se na função herdada do pai “Encontrei em Natividade, outro médico, mas, a sua ocupação era a criação de gado e não a medicina” (PATERNOSTRO, 1945, p. 229). É por estes entre outros fatores que o número de médicos pelo interior do Brasil era extremamente escasso.

Como é do vosso conhecimento são poucos os formados que existem no estado em relação a sua extensão e com povoações distantes uma das outras, duzentos, trezentos quilômetros e as vezes mais. Uma pessoa diplomada não deixará o conforto de uma boa cidade para ir residir em local onde não tem conforto e com pequena população. (Arquivo Histórico Estadual, 1939, cx. 950)

O documento anteriormente citado, trecho de ofício encaminhado por Romulo Rocha, inspetor do exercício profissional, ao diretor geral de saúde, pede prorrogação para a concessão de alvarás de licença permanentes aos práticos em Goiás. Uma exceção frente ao proposto pelo decreto federal n. 23540, de 04 de dezembro de 1933, que limita os favores concedidos aos práticos, para o exercício de sua atividade. O documento acrescenta que, a não permissão do exercício profissional dos práticos farmacêuticos e dentistas “tem prejudicado as populações locais e aumentado o número de curandeiros”.

Este aumento numérico citado no parágrafo anterior é o que faz com que a disputa entre médicos e curandeiros se torne mais acirrada. E diante desse confronto os órgãos reguladores do trabalho médico, como se sabe, inicia um processo de punição aos que impedidos de praticarem a cura mantinham-se infringindo a lei.

O ofício seguinte é um exemplo entre tantos pertencentes a Diretoria Geral de Saúde no Setor de Inspeção do Exercício Profissional cobrando dos chefes de polícia locais o cumprimento de norma referente a prática da profissão

médica por profissionais não habilitados.

Sr. Chefe de Polícia

Tendo chegado ao conhecimento desta Diretoria que o Sr. F. Jorge Fritz, residente no município de Catalão neste Estado, Fazenda da Barra, se dizendo médico, vem exercendo alí, ilegalmente a medicina, solicito de V. Excia. providencias urgentes, junto ao delegado local, no sentido de ser evitado tal abuso, tendo em vista os dispositivos regulamentares sobre o assunto.

Idênticas providencias pediria V. Excia. junto ao delegado de Rio Bonito, quanto ao Sr. Artur Correia Dias que num grande desrespeito às medidas desta Diretoria, continúa alí exercendo a medicina de modo ilegal.

(...)

(Arquivo Histórico Estadual, 1939, cx. 950)

O que se nota é que a disputa entre médicos e curandeiros por espaço se prolonga por anos em decorrência dentre outros fatores já citados, devemos insistir, do pequeno número de profissionais no Estado. Um outro aspecto da prática médica que poderíamos indicar é a existência de muitos armarinhos ou comércios de gêneros diversos fazendo a comercialização de medicamentos, o que estende a disputa também ao espaço da prática farmacêutica. Isso porque junto com a receita do medicamento também ofereciam tratamentos cuja prática pertencia aos profissionais médicos, como a consulta, o exame e o diagnóstico.

As farmácia e armarinhos

De acordo com o Regulamento de Saúde (artigo 519) o farmacêutico só poderia exercer a profissão se diplomado por escolas de farmácia ou odontologia nacionais ou equiparadas ou práticos de farmácia licenciados por órgão federal competente e as farmácias não poderiam ter consultório em suas dependências.

O exercício da farmácia, também era resguardado, pois assim como se proibia a existência de consultórios em farmácias também se proibia que médicos mantivessem farmácias sob sua responsabilidade. Mas na prática a lei era burlada de diversas maneiras.

No sertão, “farmácias não existiam”, eram os armarinhos que comerciavam os medicamentos e também os receitavam aos que os procuravam.

Como “não haviam farmácias” podemos concluir que a função de

“farmacêuticos” nessas localidades eram prestadas por profissionais leigos que tomavam conhecimento dos medicamentos aleatoriamente. Essa prática perseguida pelos órgãos competentes era comum nos distantes povoados.

Em resumo podemos citar como os casos mais comuns a existência de farmacêuticos que acumulavam sua função com a prática da medicina; de donos de armarinhos que tendo permissão para vender medicamentos rapidamente também passavam para a prática da cura e de outros que sem permissão para a venda de medicamentos, faziam-no juntamente com o trabalho médico.

Os ofícios citados a seguir, encaminhados pela Diretoria Geral de Saúde às autoridades sanitárias responsáveis, podem nos permitir traçar o perfil dessas ações:

Exmo Sr. Dr. Chefe do Posto de Higiene de Ipameri
Tendo chegado ao conhecimento desta Inspetoria a existência de uma drogaria de produtos vegetal aí e como o seu proprietário não tem permissão desta Diretoria para esse fim, peço ordenar o fechamento da mesma até que seja legalizada a situação da mesma.

Outrossim solicito a remessa dos entorpecentes apreendidos ao sr. José Aguiar.

Exmo Sr. Farmaceutico Esau Marques Guimarães

Tendo o sr. Dr. Chefe do Posto de Higiene de Ipameri solicitado providencias no sentido de que sejam observadas as exigências da lei pelos farmaceuticos estabelecidos aí, chamo a sua atenção para o fiel cumprimento dos dispositivos de lei, não mais continuando no exercício ilegal da medicina reclamado pelo digno Chefe do Posto (ARQUIVO Histórico Estadual, 1939, cx. 950).

Além de serem comumente procurados pela população para a venda e preparação de medicamentos, os donos de armarinhos muitas vezes passavam a receitar e a medicar. Esta prática, considerada ilegal por parte do poder público passou a ser perseguida com mais afinco após a criação do Regulamento de Saúde que proibia essa atividade e cobrava a legalização de todas as funções médicas por parte das autoridade municipais, estaduais e federais.

Atendendo reclamações do Sr. Juvenal Pio Ramos que tem permissão desta Diretoria para a venda de produtos farmacêutico na povoação de Araguassú, solicito de V. Excia. determinar sejam suspensos da venda clandestina de produtos farmacêuticos e exercício ilegal da medicina os srs. Comerciantes Viriato Bino, Francisco Vieira e Francisco Flôr (Arquivo Histórico Estadual, 1939, cx 950).

Embora fosse do conhecimento dos órgãos públicos a existência deste

tipo de prática, a solução para ela não havia sido indicada, o ofício encaminhado pelo Diretor Geral de Saúde do Estado, demonstra a necessidade sentida por parte do Estado em resolver o assunto, mostra também que o órgão tinha ciência dos problemas vividos, mas que não conhecia a solução para ele.

É importante notar que o Estado assume a incapacidade de solução rápida do problema e indica um “medicamento” de gosto amargo para o mal: a permissão para permanência dos práticos em suas funções através da concessão de alvarás de licença.

O gosto amargo deve-se ao fato de o Estado ter que admitir a incapacidade para manter sua exigência, tanto que é repudiado por parte do órgão federal. É difícil crer que a simples proibição tenha resolvido o problema por isso acreditamos que esta prática tenha permanecido de forma velada. Vamos ao documento:

Exmo Sr. Diretor Geral de Saúde.

Atendendo a diversas solicitações de farmaceuticos e dentistas práticos, com longos anos de estabelecidos em diversas partes do Estado, inclusive o norte, onde como é do conhecimento de V. Excia. os meios de comunicações são difíceis devido a distância que separam as povoações, do centro, e que os transportes são feitos em costas de muares, velho expor a V. Excia, o que segue solicitando suas providencia junto aos poderes constituídos afim de que seja feito uma excepção para, o Estado de Goiás, prorrogando o praso da concessão de alvarás permanentes aos mesmos, que não requereram na época determinada pelo decreto federal n. 23540, de 4. 12. 1922, que limitou até 30 de junho de 1934 o praso dos favores concedidos pelos decretos 20877 de 30.12.931 e 20.862, de 28.12.931, por ignorarem a existencia de taes decretos, e por Ter tido diversos levantos armados, nesse periodo que abalou todo paiz. Nós sabemos que não se pode alegar ignorancia de leis, porem no caso presente, é justificável o que alegam os interessados, visto ser de nosso conhecimento, que muito pouca gente, no sertão conhece as leis do nosso paiz. Com a legalização da situação de cada um dos interessados muito lucrará o Estado, a população local e a fiscalização da Saúde pública, visto, estando todos legaes, evitará os aborrecimentos que temos tido com reclamações que existem pessoas que não possuem licença da Saúde Pública e que continuam no exercicio de suas profissões que vêm exercendo há longos anos; óra, de outros que pedem em nome da população local, a permanencia do prático, visto, ser o único meio que têm para os socorros necessários à população. (...)

(ARQUIVO Histórico Estadual, 1939, cx. 950)

Longe dos povoados onde sequer se poderia adquirir medicamentos, a solução ficava por conta da medicina popular, eram as infusões de raízes, folhas aconselhadas por um curandeiro que traziam a cura. Essa situação de abandono

em que se encontrava a população sertaneja no que se refere à saúde, também experimentada pela população de outras regiões, levava-os a buscar diante da falta de médicos profissionais praticantes do curandeirismo

conjunto de práticas especiais usadas por pessoas que se capacitam a utilizar plantas, raízes, amuletos e orações para reativar a saúde dos pacientes. (SALLES APUD FREITAS, 1999, p. 630).

O que sabemos é que em Goiás, vão conviver, ou melhor, vão ao mesmo tempo se complementar e disputar espaço as diversas formas de cura. O curandeirismo que se baseia na cura através de chás, benzimentas e patuás, será de certa maneira complementar ao tratamento formal, já que as evoluções sentidas com relação às modernas técnicas de tratamento já em prática nos grandes centros mundiais, ainda não se viam refletidos no longínquo Estado de Goiás.

E não raras vezes médicos acorriam às técnicas não formais de cura buscando a complementação do tratamento utilizado. Fernandes, através da análise do relatório de viagem de Paternostro pelo vale do Rio Tocantins conclui que as trocas eram bilaterais.

Os remédios que passaram da 'farmácia científica' para o patrimônio da 'farmácia popular' são vendidos em qualquer venda, na região percorrida por Paternostro – exemplo de que as decepções não implicam o abandono obrigatório de todos os elementos da 'medicina científica' e de que as trocas são bilaterais (como ocorre nos casos mencionados pelo autor, em que os próprios médicos lançam mão dos curandeiros para reunir informações ou estender o tratamento a certos pacientes) (FERNANDES, 1974, p. 145-146).

O que não afastava o clima de disputas entre as duas práticas médicas presentes não apenas no Estado, mas um fenômeno mundial desde o final do século XIX, quando nas diversas sociedades se propõe códigos que desclassificam os saberes não científicos em saúde e condenam os profissionais que os detem...

dissensos, consensos e ampla negociação política entre médicos e outras categorias de curadores, hoje desaparecidas, marcaram aquele processo

pelo qual foi sendo erigido o prestígio do médico como detentor de um saber especializado, e a sólida crença no poder preventivo e curativo da medicina contemporânea. (EDLER; FERREIRA; FONSECA, 2001, p. 61)

No entanto é preciso ter claro que a busca por profissionais que se aproximam mais de sua realidade se faz devido às questões culturais e não se explicam apenas em decorrência da falta de médicos e do afastamento dos centros urbanos e de saúde.

Estes profissionais eram respeitados e possuíam um elevado status nestas comunidades. Com relação a parteira por exemplo, era ela a comadre, a conselheira. Os benzedores responsáveis por resoluções de problemas sem fim, não se restringiam o seu ofício à cura do corpo, as doenças do espírito também eram a sua especialidade, os (des)arranjos amorosos, os feitiços, os patuás, as orações especiais contra os maus espíritos era eles quem conheciam, por isso além de respeitados eram temidos. Os curiosos juntavam além do seu conhecimento da flora e fauna utilizada como medicamento na região, diversos conhecimentos adquiridos de almanaques e manuais de saúde que circulavam pelo país, em especial o “Chernoviz” (considerado best-seller no século XIX). Como havia o impedimento do acesso à leitura a transmissão destes conhecimentos acontecia oralmente.

O que explica a fama alcançada por estes profissionais é que o sertanejo goiano vivia uma verdadeira agonia quando da necessidade de cuidados médicos, nesses momentos todos os recursos disponíveis são buscados e não se coloca em questão apenas o doente e seu problema, mas envolve uma gama de personagens; a família, os agregados, os vizinhos, todos vem em socorro trazendo um pouco de conhecimento ou curiosidade que poderia, por ventura, auxiliar na tão pretendida cura.

A falta de perspectiva aumentava em decorrência da aceleração do processo de adoecimento, à medida que acabavam as forças, levavam consigo também a possibilidade de volta ao seu “estado normal”. Isso porque diante da falta de assistência médica “São inúmeros os casos de doenças curáveis que se tornam crônicos ou fatais” (PATERNOSTRO, 1945, p. 229).

O único meio que lhes ocorria era a busca por raízes, folhas, benzimentas, a natureza se apresentava como o último recurso para a satisfação

física por meio do restabelecimento da saúde. Salles em seu trabalho *Saúde e doença em Goiás; 1826-1930* enumera diversos produtos naturais utilizados na cura de um grande número de doenças como malária, verminose, males do fígado, bronquites, laringites entre outros. Segundo ela

os recursos apontados não se extinguiram com o tempo. Ainda no século XX, o habitante da zona rural utiliza-os, quando faltam médicos ou farmacêuticos” isso porque “a sociedade se valia das práticas transmitidas através de gerações, radicadas nos costumes e nos conhecimentos da flora medicinal. (SALLES, 1999, p p. 78-79).

Para o homem do sertão goiano era necessário adquirir o máximo de experiência pela prática da relação diária com a natureza, a qual lhe fornecia além de seu sustento o remédio para os seus males.

Para diminuir a busca por cuidados não formais à saúde o Estado implementa um projeto de ordenação do corpo e do espaço. Pois através da oferta de um atendimento médico acadêmico acreditava reestruturar os hábitos sanitários de sua população.

Para ordenamento do corpo e do espaço se faz necessário a construção de locais destinados ao grupo de pessoas que destoavam o projeto visado: os doentes. Assim logo se constrói a Santa Casa de Misericórdia e a Colônia Santa Marta. Espaços reservados para os que não obedeciam a regra de normalização. Destinados assim ao enclausuramento da doença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZAI, Leny Caselli. *Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás 1888-1930*. Mimeo. Dissertação de Mestrado. UFG. 1985.

BERTRAN, Paulo. *A formação econômica de Goiás*, Goiânia: Oriente, 1978.

BUENO, Jeronimo Carvalho. *História da medicina em Goiás*. Goiânia, 1979.

CAMPOS, F. Itami. *Serviço de Higiene: origem da saúde pública em Goiás*. In: FREITAS, Lena C. Branco de (Org.). *Saúde e doença em Goiás: a medicina*

possível: uma contribuição da história da medicina em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da Capital*. 2. Ed. Goiânia: UFG, 1999.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG, 1997.

COSTA, Nelson do Rosário. *Lutas Urbanas e controle sanitário: origem das políticas de saúde no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1985.

DOLES, Dalísia Elisabeth Martins. *A Santa Casa e os hospitais pioneiros de Goiânia* In: FREITAS, Lena C. Branco de (org). *Saúde e doença em Goiás: a Medicina Possível: uma contribuição da história da medicina em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil – col. Corpo e Alma do Brasil – Difel – 1974*.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica – Trad. de Roberto Machado*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, s.d.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*, trad. de Lúcia Pondré Vassalo. Petrópolis: Vozes. 1987.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Goiânia: locus privilegiado da saúde* In: FREITAS, Lena C. Branco de (org). *Saúde e doença em Goiás: a Medicina Possível: uma contribuição da história da medicina em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20/30 – Rio de Janeiro: Rocco, 1994*.

IYDA, Massako. *Cem anos de saúde pública: a cidadania negada*. São Paulo: Ed. da Universidade Paulista. 1994.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MORAIS, JF Regis de (organizador). *Construção social da enfermidade* – São Paulo. Cortes e Moraes, 1978.

NETO, Francisco Ludovico de Almeida. *A Faculdade de Medicina de Goiás*. 2001

PAULA, Hermes de. *A Medicina dos Médicos & a outra...*- montes Claros. Minas Gerais. 1982.

PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

RABELO, Danilo. *Os excessos do corpo: a normatização dos comportamentos na cidade de Goiás: 1822-1889*. Goiânia: ICHL/UFG, 1992 (dissertação de mestrado).

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. *Educação e Saúde em Goiás: promessas e mudanças* In: FREITAS, Lena C. Branco de (org). *Saúde e doença em Goiás: a Medicina Possível: uma contribuição da história da medicina em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

SINGER, Paul. *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde* / Paulo Singer, Oswaldo Campos |e| Elizabeth Machado de Oliveira; seleção e coordenação de Fernando Lopes de Almeida |e| Francisco Rego Chaves Fernandes. – Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1981.

FONTES DOCUMENTAIS

Jornal “Brasil Central” n. 194 (12) 1940 – IPEHBC (Instituto de Pesquisas e

Estudos Históricos do Brasil Central).

Jornal “Brasil Central” n. 202 (20), 15 de set. de 1940 – IPEHBC (Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central).

Jornal “Brasil Central” n. 214-215 (12-13), 1941 – IPEHBC (Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central).

Jornal “Brasil Central” n. 222 (20) ano X, 31/07/1941. – IPEHBC (Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central).

Jornal “Brasil Central” n. 226-227 (24-1), ano XI, 1941– IPEHBC (Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central).

Jornal “Brasil Central” n.228-229 (2-3) - Ano XI, 1941– IPEHBC (Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central).

Jornal “Santuário da Trindade” n. 334, Campinas (Goiaz) 22 de fev. de 1930 – IPEHBC (Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central).

Jornal “Santuário da Trindade” n. 382, 3 de janeiro de 1931– IPEHBC (Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central).

Jornal “Santuário da Trindade” n. 362,01 de julho de 1930– IPEHBC (Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central).

Jornal “Santuário da Trindade” n. 389, 21 de fev. de 1931– IPEHBC (Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central).

Revista Oeste – Reprodução fac-similar de 23 fascículos publicados em Goiânia no período de julho de 1942 a dezembro de 1944 – IPEHBC (Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central).

A Consolidação da vida na cidade: trajetórias de motoristas e cobradores do transporte coletivo urbano de Uberlândia (MG)

Janaina Ferreira Silva*

Esta pesquisa aborda as trajetórias de vida de trabalhadores do transporte coletivo urbano de Uberlândia, Minas Gerais.

Motoristas – Cobradores- Transporte Urbano

Cette recherche est aborder les trajectoires de vie des chauffeurs et receveurs de le transporte coletivo urbain de la cité d'Uberlândia, Minas Gerais, Brésil.

Chauffeurs- Receveurs – Transport Urbain

Os viveres e as memórias de motoristas e cobradores do transporte coletivo da cidade de Uberlândia têm várias nuances dentro das relações sociais estabelecidas no espaço urbano. O objetivo maior que norteia essa temática foi historicizar os processos de constituição dessas relações, buscando entender como elas se efetivam no trabalho e fora dele.

As entrevistas gravadas para essa pesquisa mostram que muitos cobradores e motoristas, assim como tantos outros trabalhadores, dirigiram-se à cidade de Uberlândia com expectativas de conseguirem sobreviver ou de viver com dignidade. Através de suas narrativas, busco interpretar os significados que motoristas e cobradores atribuem às suas experiências e viveres nas suas cidades de origem ou no campo e também como foram construindo as suas relações nessa nova cidade.

O grupo de trabalhadores entrevistados não nasceu nesta cidade. Isso significa dizer que o ponto em comum destes vai além do trabalho no transporte: quase todos migram de cidades vizinhas, ou mais distantes, escolhendo Uberlândia como local de trabalho e moradia.

O fato de motoristas e cobradores não serem naturais desta cidade levou-me a refletir sobre as razões e motivações para a escolha de Uberlândia para morar e trabalhar e a pensar suas trajetórias nesta cidade. Com esse intuito, de compreender os motivos que os fizeram sair de seus locais de origem, dialogo com as narrativas dos seguintes trabalhadores: o motorista da Transcol Emídio dos Santos, o cobrador da Transcol Osvaldo Conceição e o motorista da Auto Viação Triângulo Paulo Donizete. Considero essas narrativas representativas porque

* Graduada em História pela UFU. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Federal de Uberlândia. Esse artigo desenvolve algumas questões relacionadas a minha dissertação intitulada: “*Estamos Transportando vida*”: Trajetórias e experiências de motoristas e cobradores do transporte coletivo urbano de Uberlândia.”

expressam significados do que foi reconstruir a vida em outra cidade e experiências que não são só deles, mas de muitos outros trabalhadores que se mudaram para Uberlândia.

Emídio dos Santos com apenas 34 anos, é motorista da Transcol há oito anos. Anteriormente foi cobrador, nesta mesma empresa, por seis anos: “(...) entrei na Transcol de cobrador, aí depois fui chamado pra lá. De cobrador depois que eu passei pra motorista.”¹

O jovem motorista narrou-me que escolheu Uberlândia para morar a exatos quatorze anos: logo que chegou, passaram-se apenas 17 dias para que a empresa o convocasse para trabalhar como cobrador de ônibus. Como relata o motorista: “(...) Tinha feito a inscrição na Transcol, com 17 dias aí me chamou. E naquela época era bem mais fácil, porque lá mesmo na guaritinha tinha: ‘procuramos motorista e cobrador’”.²

Emídio dos Santos veio de Porteirinha, cidade no norte de Minas Gerais³, precisamente da zona rural - como diz o motorista, uma ‘fazendinha’. Seus pais ainda vivem neste local, retirando o sustento do trabalho na lavoura e da criação de gado.

A busca por outra cidade e outra forma de trabalho sacrificou a vida familiar. Havia a expectativa de uma vida “melhor”, como diz o próprio motorista: “ah, isso é a procura de melhora, porque lá a gente luta demais e acaba não... vê muito resultado, e aqui às vezes não tem muito resultado, mas pelo menos a gente vive melhor!”⁴ O Sr. Emídio acredita que deixar a vida do campo para morar e trabalhar na cidade proporcionou um novo rumo à sua vida, possibilitando acesso à outros modos de viver e trabalhar, que acabam sendo considerados superiores.

A busca por Uberlândia também está presente na trajetória do cobrador Osvaldo Conceição. Há 21 anos deixou a pequena Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais⁵, onde seus pais optaram por morar após deixarem o campo. Osvaldo Conceição contou-me que a vida nunca fora fácil: quando ainda muito jovem teve que deixar os estudos para trabalhar.

O trabalho na cidade de Santa Vitória iniciou-se aos quinze anos, quando se mudou para esta pequena cidade, com a venda de picolé pelas ruas: “Vendia picolé na rua, trabalhei uns três anos vendendo picolé, depois fui trabalhá em um armazém, trabalhei pouco tempo. Depois fui trabalhar na cerâmica, na fabricação de telha.”⁶

¹ Entrevista com motorista da Transcol Emídio dos Santos, realizada no dia 02/11/2005.

² Ibid.

³ Disponível em <www.ibge.gov.br> acesso em 03/10/2006. O site informa que a cidade de Porteirinha tem, no censo realizado no ano de 2000, 38.460 habitantes.

⁴ Ibid.

⁵ Disponível em <www.ibge.gov.br> acesso em 03/10/2006. O site informa que a cidade de Santa Vitória há 16.335 habitantes, com base no censo do ano 2000.

⁶ Entrevista realizada com o cobrador da Transcol Osvaldo Conceição, no dia 09/10/2005.

O trabalho duro e arriscado na cerâmica durou muito tempo, segundo Osvaldo Conceição (ele não aponta a quantidade exata de anos), até conseguir montar em sociedade um açougue que durou apenas um ano e alguns meses. Logo após, veio para Uberlândia. O objetivo na nova cidade não era trabalhar como empregado, mas era ampliar os negócios e instalar aqui o comércio varejista que tinha em Santa Vitória.

Os longos anos como cobrador da Transcol, na cidade de Uberlândia, significam a estabilidade que não conseguiu ter como comerciante em Santa Vitória e quando aqui se estabeleceu como morador. A narrativa de Osvaldo Conceição demonstra que o trabalho como cobrador surgiu de uma forma rápida, sem um planejamento profissional.

O trabalho como cobrador ou motorista não foram escolhas sonhadas e planejadas na cidade de Uberlândia. Ele surge como oportunidade e como uma forma de permanecer nesta cidade. Muitas vezes, a vida na cidade grande é lamentada em comparação com o ritmo da cidade pequena: “A vida lá era tranqüila, sossegada, vida pacata, cidade pequena...não tem tanto movimento, tanta correria, igual é aqui. Na cidade pequena é bem melhor pra viver, mas a gente veio pra cá em busca da melhora”.⁷

Essas palavras de lamento do cobrador Osvaldo Conceição representam um lado da vida na cidade grande que não era esperado quando partiu e deixou a pequena Santa Vitória. Houve assim a necessidade de reconstruir viveres nesta busca por “*melhora*”, palavra que representa, na fala do cobrador, um trabalho estável e conseqüentemente condições de vida satisfatórias.

O motorista Emídio dos Santos, assim como o cobrador Osvaldo Conceição, lembra com saudade da pequena Porteirinha e repele ao mesmo tempo a vida em Uberlândia, apontando vários aspectos que não esperava viver nesta cidade quando se mudou:

*A gente não vive! Ah, igual uma cidade boa igual essa..., igual eu tava te falando, é só do trabalho pra dentro de casa. Fim de semana na Igreja e depois vem pra cá (...) diversão pra mim aqui não tem... porque lá na cidade (Porteirinha) lá todo mundo é amigo, não tem esse risco que a gente corre aqui não. Igual quando eu estou de férias eu vou pra lá, aí vai numa festa assim pode até 100 mil pessoas na festa todo mundo que chega é amigo, sem preocupação de deixar um carro lá. Lá não rouba, não faz nada. Aqui é ao contrário, você em um barzinho aí, aí pra liga o som do carro, aí já fica marcado e lá não, você chega pode ficar à vontade.*⁸

Com essas palavras, Emídio dos Santos demonstra a insatisfação em morar em Uberlândia, por não “*viver*” com plenitude. Percebe-se que o motorista não esperava

⁷ Entrevista com o cobrador Osvaldo Conceição, realizada no dia 09/10/2005.

⁸ Entrevista com Emídio dos Santos, realizada no dia 02/11/2005.

encontrar essas condições restritas de convivência, as quais ele ainda usufrui no período de férias na sua cidade de origem, onde “(...) todo mundo é amigo (...)”. Emídio dos Santos, no entanto, ainda continua nesta cidade, vivendo quase somente para o trabalho como motorista na Transcol sendo isso mais importante que a vida na pequena Porteirinha.

O Sr. Emídio, ao remeter-se aos problemas urbanos, parte do presente vivido no ano de 2005. Logo, a análise que ele realiza não diz respeito aos primeiros anos quando se fez morador nesta cidade, no início da década de 90, quando talvez a violência não fosse tão explícita e não provocava mudanças no cotidiano de grande parte da população.

Mesmo encontrando na cidade de Uberlândia modos de vida que não o satisfazem, o motorista Emídio dos Santos continua morando nesta cidade, porque tem um trabalho que lhe proporciona melhores condições de vida como, por exemplo, a possibilidade de ter um carro ou até mesmo de ir a um “*barzinho*”, como ele colocou na citação acima.

Assim como Osvaldo Conceição de Souza e Emídio dos Santos, muitas outras famílias vieram para Uberlândia, principalmente nas décadas de 80 e 90, depositando todas as esperanças de conseguir nesta cidade condições melhores de vida e trabalho. Pode-se afirmar que a cidade naqueles anos significava um lugar de possibilidades, ou seja, haviam novos postos de trabalho, como no próprio setor de transporte urbano como destaca o jornal *Correio de Uberlândia*:

*A partir de hoje Uberlândia conta com mais sete ônibus no sistema de transporte coletivo. O início de operação destes veículos pela empresa uberlandense Nacional Expresso –uma das concessionárias do serviço- faz parte do cronograma estabelecido com a Prefeitura que prevê ainda a colocação de mais 10 ônibus em outubro e o restante de 21 veículos em primeiro de novembro (...) Segundo informações do Secretário de Serviços Urbanos, José Antônio, o ingresso de mais uma empresa no sistema contribuíra para a melhoria dos serviços prestados. Isto acontecerá, acredita ele, em função do reforço que cada uma das concessionárias buscará prestar um bom serviço à população de Uberlândia, cumprindo os horários, aumentando os horários, aumentando o número de veículos e introduzindo outros aperfeiçoamentos. (...)*⁹

O aumento da quantidade de ônibus significava um acréscimo de trabalhadores no quadro de funcionários. Podemos afirmar, dessa forma, que havia na cidade oportunidades de trabalho, nos anos 80, que estavam relacionadas, como no caso do transporte urbano, ao surgimento de novos bairros.

⁹ AUMENTA O Nº. DE TRANSPORTES COLETIVOS EM UBERLÂNDIA. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia 01 de julho de 1987, p. 1.

Uberlândia, no entanto, não tinha apenas novos postos de trabalho, mas tinha também favelas, onde estariam vivendo os habitantes que aqui não encontraram tanto sucesso, ou seja, que não usufruíram do “eldorado uberlandense”:

*A Secretaria Municipal de Trabalho e Ação abriu ontem as inscrições para aquisição de casas populares para habitantes de baixa renda. O fato vem despertando grande interesse com vultoso número de pessoas que procuram aquela repartição. Marcos Bucalho Pinto, engenheiro, informa que a Divisão de habitação popular criada a partir de maio de 1984, teve como prioridade nos anos de 84 e 85, fazer o atendimento nas favelas do Uberabinha, a da Avenida Rondon Pacheco e a favela do jardim Brasília que, somadas as outras veio consumir o atendimento de emergência que por sua vez localizou 1.000 famílias. (...) Agora estamos atendendo os moradores da favela da Fepasa e, ainda este ano, os moradores da Rua São João e os da favela do Camaru. (...)*¹⁰

A cidade de Uberlândia, na década de 80, tinha certa geração de empregos, mas a procura parecia maior o que fazia com que surgissem favelas e crescesse a pobreza pelo espaço urbano. As narrativas orais como fontes de pesquisa nos levam a compreender os modos de vida destes moradores de Uberlândia. Estas formas de viver são marcadas por processos de disputas na cidade, envolvendo questões como moradia e trabalho. As análises proporcionam uma historicidade aos viveres destes moradores de Uberlândia, criando assim registros históricos, dando outros caminhos, visões e versões para se pensar a cidade.

A grande onda de migração do campo e de pequenas cidades para as cidades de grande e médio porte, como Uberlândia, têm suas razões ligadas a uma conjuntura histórica vivida por toda a sociedade brasileira. O Brasil, um país com uma economia pautada em grande parte na agricultura e na vida no campo, viveu grandes transformações nesse setor nas décadas de 1960 e 1970 do século XX, principalmente com a implementação de inovações tecnológicas (como tratores e colheitadeiras) por grandes produtores capitalistas, proporcionando um considerável aumento na produtividade agrícola.

A vida melhor que o motorista Emídio e o cobrador Osvaldo buscam, como tantos outros trabalhadores, identifica-se com o trabalho na cidade, com a aquisição da moradia própria, a escola para os filhos, o acesso aos bens de consumo e aos direitos trabalhistas.

O emprego com a carteira de trabalho assinada significa, para muitos dos entrevistados, a estabilidade sonhada, como expressa o motorista Paulo Donizete na sua fala desenvolva, caracterizada por uma grande facilidade em expor, somada a uma admirável disposição para elaborar suas experiências enquanto trabalhador.

¹⁰ PROCURA DA CASA PRÓPRIA É GRANDE NA SECRETÁRIA. **Primeira Hora**, Uberlândia 28 de fevereiro de 1986, p. 4.

Para compreender o valor proporcionado pelo motorista de ônibus Paulo Donizete à carteira registrada, é necessário acompanhar suas próprias comparações das vivências na cidade de Belo Horizonte, onde morou por 20 anos, com suas novas experiências em Uberlândia. Ele é natural de Dores do Indaiá, no interior de Minas Gerais, onde viveu dezoito anos, até o momento em que se mudou para a “*capital mineira*” - sendo esta a maneira que ele se refere à cidade de Belo Horizonte - o que proporciona a este local um certo status em relação às outras regiões do estado, mesmo depois mudar-se desta cidade. Quando perguntado sobre sua vida em Dores do Indaiá e na metrópole Belo Horizonte, ele narra emocionado:

Difícil, difícil...em Dores era assim...eu sai de lá tava com dezoito anos, era adolescente, vivia mais na fazenda, porque a cidade era pequena. Trabalhava mais na roça. Quando fui pra Belo Horizonte fui trabalhá em firma, já fui com emprego arrumado, lá trabalhei em várias empresas, tirei a carteira de motorista lá...(...) aprendi tudo foi em Belo Horizonte. Aí só mudei pra cá, porque lá ficô difícil..., o emprego. Lá o custo de vida é muito alto. Eu tinha que...tinha que..., ter um emprego que ganhasse mais, então lá tem muito emprego, mais tem muita oferta também, tem muito mais gente empregado, também ficava mais difícil você conseguir um emprego. Às vezes tinha empresa que pedia 10 motorista, você chegava lá tinha 50, 100. Lá tá mais disputado. Aqui também é difícil, hoje em dia num tá fácil, não. Mas o custo de vida aqui é mais baixo, principalmente moradia, Belo Horizonte moradia é muito caro.¹¹

A realidade vivida na cidade de Belo Horizonte, até meados da década de 90, foi atribuída como difícil pelo Sr. Paulo Donizete por ser ainda um jovem quando se mudou para a “*capital mineira*”, “*um adolescente*”, que havia vivido toda sua vida na “*roça*”. A dificuldade elaborada pelo motorista no momento da entrevista traz um sentido de frustração, que surgiu com a quantidade de pessoas que também procuravam um trabalho em uma “*firma*”, para usufruir e participar da vida na capital.

O motorista Paulo Donizete, no entanto, relata que as dificuldades foram maiores que a sua vontade de trabalhar e viver na cidade de Belo Horizonte, havendo a necessidade de buscar uma outra cidade para garantir ao menos a sua sobrevivência e de sua esposa e filhos. As trajetórias de vida dos motoristas Emídio, Paulo e do cobrador Osvaldo mantêm suas diferenciações, mas também se aproximam dentro dos processos conjunturais vividos ao longo dos anos de suas existências, deixando todas as “*roças*” e as “*fazendinhas*” para buscar a cidade.

Muitas são as razões destacadas pelas pessoas que justificam a vinda para Uberlândia, acreditando ser essa cidade o lugar certo para se viver. Essas razões compõem o universo de muitos trabalhadores pobres, que, nos últimos anos do século XX, deixam o campo ou a

¹¹ Entrevista com o motorista da Auto Viação Triângulo Paulo Donizete 20/10/2005.

cidade pequena em busca de uma vida melhor, independente das funções que venham a exercer na cidade grande. As narrativas dos motoristas e cobradores entrevistados permitem-me construir outras análises, diferenciadas nas trajetórias de cada um, mas também portadoras de significados comuns do que foi a luta pela reconstrução da vida em Uberlândia

As entrevistas realizadas para esta pesquisa levaram-me a realizar a seguinte interpretação: os trabalhadores do transporte coletivo urbano que escolheram a cidade de Uberlândia para morar entendem que encontraram o sucesso nesta cidade, exercendo nela as profissões de motoristas e cobradores do transporte coletivo urbano da cidade, correspondendo à expectativa tão sonhada de uma vida melhor, como afirma o motorista Paulo Donizete “(...) gosto daquele serviço, pretendo aposentar ali, eu vou fazê de tudo pra aposenta ali! (...)”¹²

Dentro do universo de realização que demonstram ter encontrado na cidade de Uberlândia, os trabalhadores do transporte coletivo entrevistados apontam situações e aspectos que remetem-nos a observar um outro lado dos viveres construídos nesta cidade. As narrativas trazem uma contraditoriedade nas informações e formulações que os narradores constroem sobre os seus viveres. Isso acontece dessa forma por serem os entrevistados pessoas, ou seja, sujeitos históricos, como afirma Khoury:

Abordando a história como um processo construído pelos próprios homens de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como uma abstração ou como um conceito, mas como pessoas vivas que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas. (KOURY, 2001:80)

Os moradores/sujeitos não são pessoas coerentes em suas idéias, ações e fundamentos, e acabam por imprimir em suas narrativas, porque são expressões de uma realidade histórico-cultural complexa, ambígua e contraditória, como afirmou Yara Khoury.

Nesse sentido, os motoristas Emídio dos Santos, Paulo Donizete e o cobrador Osvaldo Conceição, ao mesmo tempo em que apontam aspectos que sustentam a interpretação de que são trabalhadores realizados profissionalmente, trazem outros pontos que mostram caminhos divergentes de análise, que sucumbem à idéia dos projetos de vida realizados nesta cidade.

O trabalhador Osvaldo Conceição de Souza, a partir de sua função como cobrador de ônibus pela empresa Transcol, faz uma comparação sobre a cidade de Uberlândia quando chegou em 1984, e nos dias atuais: “Nessa época [1984] era muito diferente do que é hoje. A cidade de Uberlândia quase dobrou a população da época que viemos pra cá hoje. Na época

¹² Entrevista com o motorista Paulo Donizete, realizada dia 20/10/2005.

era muito melhor que hoje! Hoje..., não sei! Parece que não cresceu de acordo com o tanto de gente que veio pra cá.”¹³

Senhor Osvaldo destaca o crescimento populacional de Uberlândia em um período de vinte anos que o cobrador caracteriza como desorganizado e desordenado, o que o faz valorizar Uberlândia quando tinha um menor número de habitantes - talvez por guardar semelhanças com a cidade de Santa Vitória, onde vivia anteriormente. O cobrador dá uma explicação e aponta o problema dessa desorganização: “Assim não trabalhou organizando ,esperando, esperando o tanto de gente que veio pra cá, não teve controle. Tinha que ter controlado as pessoas que vieram pra cá, por que veio muita gente pra cá.”¹⁴ Nessa vinda de pessoas de outras localidades para a cidade, a imagem construída do eldorado, com oportunidades para todos – visão propagandeada nas matérias dos jornais e divulgada nas notícias cotidianas entre amigos e parentes- contribui na formação de uma visão positiva de Uberlândia que seduziu também pessoas simples.

O cobrador aponta uma insatisfação e as dificuldades em viver em uma cidade populosa, e sente que esse problema traz uma má qualidade de vida. Sr.º Osvaldo destaca esse problema a partir de uma visão bastante particular. Quando relata a desorganização e o grande número de habitantes, ele fala a partir da sua posição de cobrador de ônibus que vive e observa um transporte coletivo urbano desorganizado e que não consegue atender satisfatoriamente a população.

Essas contradições são inerentes à própria vida das pessoas e elas as informam sobre os modos de trabalhar, de morar, de se relacionar dos seus habitantes. Quando nos debruçamos sobre ela, ultrapassamos a visão da cidade como espaço estático, para perceber diferenças e multiplicidades do que é viver a e na cidade. As narrativas ressaltam as relações estabelecidas e nelas emergem aproximação, satisfação, insubordinação e conflitos que nos chamam a atenção para a cidade como lugar das pessoas.

Bibliografia:

KOURHY, Yara. Narrativas Oraís na investigação da História Social. **Projeto História 22**. São Paulo:Educ, 2001.

¹³ Entrevista com Osvaldo Conceição de Souza, realizada no dia 09/10/2005.

¹⁴ Ibid.

A personagem Zahara como ponto discursivo no filme, *Má Educação*,
de Pedro Almodóvar, sob a ótica da linguagem cinematográfica

Naira Rosana Dias da Silva*

Resumo: Em *Má Educação* (2004), Almodóvar cria a personagem Zahara, a mulher fatal, que atua no papel de um travesti, focando momentos que datam em 1977, na Espanha, com importância na atuação das personagens. Esse estudo trata da representação da mulher fatal, sobre a evolução do comportamento de gênero, como documento antropológico, numa retórica do tema arrolando pesquisas feministas e linguagem cinematográfica, sendo enfatizados modelos de relacionamentos masculino-feminino, no dado momento e na construção social descrita na película que se enquadra como sendo um *film noir* (filme negro) – gênero cinematográfico desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial. Relacionando também: corpo, gênero, identidade sexual, estereótipo, erotismo, pornografia e semiótica da imagem, para se investigar como Almodóvar transfere características femininas para essa figura dramática.

Palavras-chave: mulher fatal, gênero, Pedro Almodóvar

Abstract: Zahara is a character who plays in a movie which is building in the movie Bad Education (2004) by Pedro Almodovar, the Spanish moviemaker. She represents a fatal woman like the actresses in Black Movies. However she is not a woman but a drag queen. This study researches the visual symbols, the communication about these representations under the cinematographic language, speaking about stereotypes, genus, sexual identity, feminism and History researching how Almodovar works with this character putting some woman details on her, in Spain, in 1977 with importance in the performance of the personages.

Keywords: fatal woman, genus, Pedro Almodovar

* Instituição de origem: Universidade Federal de Goiás, Titulação: mestranda em Cultura Visual, Agência financiadora: Bolsa UFG

Pedro Almodóvar, o cineasta espanhol, vem sendo aclamado pelos críticos da indústria cinematográfica como vanguardista em sua terra e um dos grandes expoentes no meio fílmico mundial, especialmente, considerado como “um diretor de mulheres” pelas marcantes construções que representam papéis femininos em sua filmografia. Desde 1980, quando o espanhol estreou como autodidata, com seu primeiro longa-metragem: *Pepi, Luci, Bom y Otras Chicas del Montón*, até seu último longa *Volver* (2006), as personagens femininas foram ganhando destaque, geralmente, como pontos reflexivos nos filmes, no sentido de se contestar a organização social, a família tradicional, a igreja, os desejos, as minorias (como as mulheres, os homossexuais, os travestis e transexuais) e questões de identidades, expressivamente, a sexual e a de gênero.

Fazendo um cinema com presenças femininas de destaque, Almodóvar pode ser estudado a partir do feminismo e dos movimentos de mulheres que vêm sendo tratados através de pontos de vistas variados, desde o século XX. Os anos de 1970 estabelecem por definitivo o movimento feminista e as discussões dos papéis realizados por mulheres e homens, de acordo com a sociedade patriarcal. O direito ao voto às mulheres, à educação, melhores condições de trabalho, de decidir sobre o próprio corpo e sexualidade, foram sendo conquistados e isso se deu por vários vieses políticos que fizeram do feminismo um movimento pluralista e multifacetado.

O parecer do feminismo e da linguagem cinematográfica são usados neste estudo como práticas metodológicas, pelo fato do cinema exercer domínio social, numa forma de se investigar a representação da mulher fatal produzida por Almodóvar, a respeito das representações de gênero veiculadas pelas imagens das personagens Zahara/ Juan – que serão citadas adiante.

Em *Má Educação*, Almodóvar situa uma parte de seu filme no ano de 1977. Na Espanha, em novembro desse ano, um decreto-lei oficializou a proibição da censura cinematográfica imposta pela política *franquista* e, segundo Andréa Mota Bezerra de Melo, ainda nesse mesmo ano:

“Explode a *Movida Madrileña*¹ – movimento de contracultura inspirado na estética *pop* e *punk* norte-americanas e européia – cuja proposta era promover uma mudança na mentalidade da sociedade espanhola em processo de transição política rumo à democracia. A longa repressão sexual franquista é confrontada com comportamentos inesperados e atitudes socioculturais provocantes. O ecletismo na maneira de vestir, a liberdade sexual, o consumo de drogas e o culto à frivolidade chocam-se com a moral arcaica, a senilidade política e a tradição artística burguesa.

¹ Todos os grifos nesta citação são da autora.

Jovens das camadas mais populares reúnem-se e modernizam a Espanha na virada da década.” (CAÑIZAL, 1996: 229).

Outro fator é a forma com que Almodóvar situa suas personagens femininas em relação à sociedade e à época por elas ocupadas: “a hegemonia e posição social das mulheres no cinema de Almodóvar mostram-se anacrônicas em relação à realidade espanhola. Elas exercem profissões consideradas de domínio masculino e ocupam cargos mais elevados que os dos homens.” (IDEM, 235-236).

Em 2004, em sua película, *Má Educação*, Almodóvar se inspira no gênero de *film noir* (filme negro), que foi criado após a Segunda Guerra Mundial entre 1940-1950, quando os cineastas norte-americanos produziram uma coletânea de filmes que expressavam o clima de pessimismo pelo qual passava o mundo, no período pós-guerra. A atração sexual na narrativa e especialmente, a figura da mulher fatal – que é um dos principais elementos *noirs*, eram de grande importância para esses filmes. Entretanto, Almodóvar construiu sua mulher fatal não no corpo de uma pessoa do sexo feminino, do ponto de vista biológico, como escreveu Simone de Beauvoir que “a mulher tem ovários, um útero” (2000: 10), mas, no corpo de um homem que representa o estereótipo de uma mulher, ou seja, essa figura dramática é encenada no corpo de um travesti, Zahara, que atua num filme menor que está sendo produzido dentro do próprio filme, *Má Educação*, e que se intitula, “A visita”, e se passa no ano de 1977, compondo a metalinguagem do cinema.

Então, o travesti Zahara pode ser comparado a uma mulher, de acordo com a teoria da semiótica da imagem *peirceana*², sobre o âmbito das representações visuais, nas quais estão inclusas as imagens cinematográficas, usando os conceitos de Peirce sobre os signos e representações, o travesti Zahara equivale a um simulacro da realidade porque representa aquilo que aparenta ser: uma mulher, assemelhando-se a uma. Para Martine Joly (2001a), também argumentando através da semiótica *peirceana*, quando as imagens assemelham-se demasiadamente com o objeto representado, elas podem ser confundidas com o próprio

² Ciência que nasceu no início do século XX, possuindo raízes na Antiguidade Grega, semiótica vem de *semeion*, termo grego que significa *signo*. O conceito de signo é tido como o que é percebido por nossos sentidos como as cores, as formas, os sons, a temperatura, sendo que damos uma significação ao que é percebido. Os precursores da Semiótica como ciência dos signos são: Ferdinand de Saussure, lingüista suíço, e Charles Pierce, cientista norte-americano. Os principais tipos de signos distinguidos por Pierce são: o ícone, o índice e o símbolo. A fotografia, o desenho figurativo, a imagem de síntese são exemplos de ícone, já que guardam uma semelhança fiel ao objeto a que representam. Para explicar o índice, são dados alguns exemplos como “a fumaça sendo ela um índice de fogo, a nuvem para a chuva, as pegadas na areia ou marcas de um carro na lama” (JOLY, 35). Já, o símbolo depende de um acordo entre um grupo social para que seja classificado como tal, ou seja, para que uma coisa represente algo – para nós, um sinal vermelho representa “pare”, a pomba representa paz, a bandeira a nação.

objeto, então, como a imagem é dada como representação logo ela é dada como signo³. Portanto, usando esse argumento da representação imagética, é possível comparar o travesti Zahara, chamando-o de “mulher”, mulher fatal.

Ao longo da História, até no cinema, percebem-se diferenças no tratamento empregado às mulheres, pelo uso do poder e autoridade do homem sobre a mesma. O cinema enquanto meio de comunicação, foi de influência para se disseminar a ideologia patriarcal, como forma de agente de controle social, ao lado do convencionalismo moral e tradicional. A personagem Zahara se apresenta em casas noturnas, vive às margens do submundo, dormindo em pensões ordinárias, entregue à prostituição, a pequenos furtos e ao uso de drogas. Representadas pelos cineastas com algumas características masculinas, as mulheres fatais são agressivas sexualmente, usam do poder de sedução para manipular os homens das histórias ao bel-prazer e conseguem o que almejam, podendo até matar. Kaplan (2003) citando Christine Gledhill a respeito das mulheres fatais dos *noirs*, observa que: “a mulher independente só tem duas opções: trabalhar (normalmente como artista de *night-club*⁴) ou viver à custa de um homem.” (APUD, 1995: 94).

Zahara é uma personagem do submundo, sensual, atua de maneira mais cômica, lasciva, atraente e mesmo tendo corpo de homem é feminina e sedutora. É construída em torno de simulacros e representações de estereótipos. Já, o lado mais torpe da mulher fatal de Almodóvar, em *Má Educação*, é apresentado através da personagem Juan, um ator de teatro, que se passa na história em seu tempo “real”, que é um homem e que para conseguir ser um astro de cinema e encenar o papel de Zahara no filme dentro do filme, “A visita”, engana, seduz, usa do sexo e até mata – assim como fazem as mulheres fatais que o cinema de 1940 – 1950 imortalizou, numa retórica patriarcal. Juan pode ser considerado como sendo um homem fatal.

Zahara sai da capital de Madri, na Espanha, para a cidadela onde nasceu para encontrar-se com o Padre Manolo, diretor do colégio interno que estudara na infância, para chantageá-lo – como dívida por ter cometido pedofilia contra “ela”, quando ainda era o menino “Ignacio” e a separado de Enrique, seu primeiro amor e colega no colégio interno. Zahara, na sala do padre, impõe-lhe o pagamento de uma alta quantia em dinheiro como forma de ressarcir o mal que ele havia lhe causado. Com o que ela almeja conseguir de Padre Manolo, ela pretende ter “uma vida melhor e um corpo melhor”, (transformar o seu corpo de

³ Um signo serve para transmitir idéias e fazer com que quem o perceba, o interprete de acordo com sua vivência cultural e social. Se os signos não são entendidos, eles não são considerados signos.

⁴ (Grifo da autora): Clube noturno (tradução de minha autoria).

vez, e virar uma “mulher”, passando de travesti a transexual). Pode-se dizer que Zahara reúne em si o masculino e o feminino. De acordo com Giddens, a identidade sexual “poderia ser formada pelas diversas configurações de traços relacionando a aparência, a conduta e o comportamento.” (1993: 217).

Este argumento de Giddens remete também ao discurso das identidades culturais, visto que a questão do travestismo é ponto recorrente na obra *almodovariana* e um dos pontos intrigantes é o fato de a mulher fatal diferenciar-se das demais, de outras películas, se tratando de um travesti, que atua como se fosse uma mulher, mas também, pelo fato de possuir características dessa personagem, quando encenada sendo homem, e tendo que as identidades culturais podem ser ambíguas, uma vez que os seres humanos podem assumir a posição que desejam, podem fazer intervenções em seus corpos e alterar seus sujeitos, através de roupas, acessórios, implantes, dietas, hormônios... colocando em seus corpos “signos que embaralham possíveis definições de masculinidade e de feminilidade” (LOURO; FELIPE; GOELLER, 2005a: 49).

A complexidade narrativa da personagem Zahara/Juan enquanto “mulher-homem-fatal” é expressa por sua dupla figuração. A representação feminina é ambígua. Como exemplo, pode-se isso ser observado na seqüência do filme dentro do filme, ou, na seqüência em que Juan (como homem) seduz a personagem Enrique Goded, num banho de piscina.

Voltando ao final do filme dentro do filme: Padre Manolo não quer pagar a quantia cobrada e Zahara diz que irá denunciá-lo para as autoridades e para o jornal Diário 16, por crime de pedofilia. Padre Manolo fica acuado e retruca dizendo que ninguém nela acreditará, mas, Zahara alega que eles estão no ano de 1977, que as pessoas estão mudando e que a sociedade acreditará mais nela do que na hipocrisia dele. Ao término dessa seqüência, Zahara quer ir embora, batem à porta da sala e outro padre, o Padre José, mancomunado com Padre Manolo, adentra na sala e ajuda-o a prender e amarrar Zahara numa cadeira. Até que, o Padre José mata Zahara estrangulando-a. Padre Manolo dá a absolvição fazendo o sinal da cruz.

A forma de se representar a mulher (fatal) no cinema, foi vista a partir do final da Segunda Guerra Mundial, como parte de uma visão machista pelos cineastas homens, de irem contra as mulheres que com a guerra, haviam saído para o mercado de trabalho e começaram a se emancipar. Por isso, ao final dos *noirs*, as mulheres fatais são punidas, geralmente, com a morte, numa forma dos cineastas atestarem que iam contra as mudanças de papéis sociais das mulheres que burlavam a ordem patriarcal vigente. A igreja católica também, se fez de aliada ao *franquismo* no controle do indivíduo, em especial, das mulheres e Almodóvar representa o autoritarismo e a hipocrisia moral na figura do padre corruptor, já que, o *franquismo* contava

com apoio e defesa da Igreja Católica, que no filme, representa todo o período de obscurantismo e a repressão sofrida pela Espanha, nesse regime ditatorial.

Discutindo gênero e teoria feminista pós-estruturalista, Dagmar Estermann Meyer (2005a), discorre que o conceito de gênero indica a noção que as instituições e práticas sociais constroem como seres humanos se constituem enquanto mulheres e homens, e como aprendem a se reconhecerem, como por exemplo, no cinema, de acordo com o grupo ou com a sociedade a que pertencem. Esse conceito de gênero, nessa perspectiva, também diz que há várias formas de se definir e viver a feminilidade e a masculinidade. A cultura na qual o sujeito está submerso, faz com o que conceito de gênero evidencie a “pluralidade e conflitualidade dos processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos”, sendo que isso expressa que se deve articular “gênero com outras *marcas* sociais, tais como classe, raça/ etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade” e que essas articulações produzem modificações nas formas como as “feminilidades ou as masculinidades são, ou podem ser vividas e experienciadas por grupos diversos” ou pelos indivíduos “em diferentes momentos de sua vida”. No campo feminista, o conceito de gênero não remete diretamente às mulheres, e também, não pega suas “condições de vida como objeto de análise”. Meyer considera as relações de poder entre mulheres e homens, as diversas “formas sociais e culturais que os constituem como *sujeitos de gênero*” e propõe um “afastamento de análises sobre uma idéia reduzida de papéis/ funções de mulher e de homem” e se aproxima da abordagem mais ampla “que considera as instituições sociais, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis, as doutrinas e as políticas de uma sociedade” (IDEM, 2005a).

Contextualizando os escritos acima com a personagem Zahara, que é um travesti, pergunta-se também, em que posição ela se enquadra? Já, que outro fator contextualizador de Zahara é a figura da mulher fatal aparecer como travesti nesse momento *underground*, de 1977, visto que o próprio travesti é elemento da contracultura, que promove discussões em torno de questões de gênero e identidade sexual, e que afronta a sociedade.

Já que sua figura pode ser vista numa relação dicotômica, que reúne o masculino e o feminino: estaria ela no centro, do ponto de vista imagético, já que possui essas duas características? Ou não, a sua posição enquanto sujeito dentro da sociedade e da cultura vista na película é descentralizada? Guacira Lopes Louro (2005a), diz:

“A posição central é considerada a posição não-problemática; todas as outras posições-de-sujeito estão de algum modo ligadas e subordinadas – a ela. (...) Ao conceito de centro vinculam-se, freqüentemente, noções de universalidade, de unidade e estabilidade. Os sujeitos e as práticas culturais que não ocupam este lugar recebem as marcas da particularidade, da diversidade e de instabilidade. Portanto,

toda essa *conversa*⁵ pós-moderna de provisoriedade, precariedade, transitoriedade etc. etc. só pode se ajustar às mulheres, aos negros e negras, aos sujeitos homossexuais e bissexuais. A identidade masculina, branca, heterossexual deve ser, supostamente, uma identidade sólida, permanente, uma referência confiável.” (LOURO; FELIPE; GOELLER: 44).

Sobre as identidades nas sociedades pós-modernas e o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico, Stuart Hall (2005b) escreveu que o movimento feminista contribuiu para a *política de identidade*, já que esse movimento apelava às mulheres, assim como, a política sexual aos gays e lésbicas, etc. e que se expandiu para a formação das identidades sexuais e de gênero, questionando a noção de que as mulheres e os homens eram parte da mesma identidade, a *Humanidade*, substituído-a pela questão da diferença sexual.

Discutindo as questões de gênero, Anthony Giddens (1993), diz que um código binário de homem e mulher, que não admitia mediação, havia associado gênero a sexo como se fossem a mesma coisa. Pensa-se que em *Má Educação*, o fato de Almodóvar ter construído sua mulher fatal como um travesti, possa ter sido como elemento que funcionasse como ironia para que esses paradigmas se tornassem pontos reflexivos do filme. O travesti é o ser excêntrico, e quando se menciona essa palavra, remete-se ao que está fora do centro, como referência. Louro, afirma que “para alguns grupos culturais, ser excêntrico significa abandonar qualquer referência à posição central” e continua afirmando que “esses sujeitos não buscam ser *integrados, aceitos ou enquadrados*⁶; o que desejam é romper com uma lógica que, a favor ou contra, continua se remetendo, sempre, à identidade central” (2005a: 49).

Há de se concordar com Guacira Lopes Louro, quando ela diz em palavras tão bem empregadas, e que no caso, toma-se aqui a associação para o travesti, Zahara, que:

“sua figura *esquisita*⁷ exerce uma paródia de masculinidade ou de feminilidade e talvez nos leve a reconhecer o quanto todas as representações de gênero ou de sexo se fazem através de sinais e códigos culturais (afinal, nós – que usualmente nos consideramos tão *normais* – também usamos uma série de códigos, gestos, recursos para dizer quem somos, para nos apresentarmos e representarmos como mulheres e homens diante da sociedade). Consideramos esses sujeitos irreverentes, desrespeitosos, quase iconoclastas por desacatarem normas ou por tornarem ridículos aspectos *sérios* de nossa cultura. Sua ambivalência nos desconforta e ameaça (e também nos fascina, devemos confessar!). Contudo, é preciso pensar que a paródia que exercem sobre as convenções, as regras, normas e preceitos da sociedade contemporânea se constitui numa importante forma de crítica. Uma crítica que problematiza e que, ao mesmo tempo, incorpora aquilo de que fala ou a que se refere, já que a paródia requer uma certa capacidade de se aproximar e até de se identificar com o que está sendo posto em questão. Seus modos ousados, o deslocamento de posição fronteira que parecem experimentar talvez lhes permita perceber a arbitrariedade de nossos arranjos sociais de formas inéditas, de formas como nós nunca pensamos.” (IDEM, 50).

⁵ Grifo da autora.

⁶ Grifo da autora.

⁷ Todos os grifos usados nessa citação são da autora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CAÑIZAL, Eduardo Peñuela (Org.). **Urdiduras de sigilos: ensaios sobre o cinema de Almodóvar**. 2. ed. São Paulo: Annablume: ECA-USP, 1996. 352 p.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1993. 228 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopez Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005b. 102 p.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Coleção Ofício de Arte e Forma. Tradução: Marina Appenzeller. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2001a.

JACOBINA, Eloá; KÜHNER, Maria Helena (Org.). **Feminino/ masculino no imaginário de diferentes épocas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 191 p.

KAPLAN, E. Ann. **A mulher e o cinema: os dois lados da câmera**. Tradução de Helen Marcia Potter Pessoa. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. 347 p.

LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005a. 191 p.

MATTOS, A. C. de Gomes de. **O outro lado da noite: filme noir**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. 255 p.

MULVEY, Laura. **Prazer visual e cinema narrativo** in XAVIER, Ismail (Org.). **A experiência do cinema**. São Paulo: Graal, 2003.

FILMOGRAFIA

MÁ educação. Direção de Pedro Almodóvar. Espanha, 2004. Intérpretes: Gael García Bernal; Javier Cámara; Fele Martínez; Daniel Gimenez-Cacho e Francisco Boira e outros. c2004. 1 DVD (110 min), widescreen, color. Produzido por El Deseo.

A cidade entre os laços do tempo: uma memória para o futuro

Valéria Cristina Pereira da Silva*

Eda Maria Góes*

1. Resumo

O presente trabalho busca compreender a cidade de Palmas a partir do imaginário. Palmas, capital do Estado do Tocantins, é uma cidade planejada que surgiu numa condição de compactação temporal. Compreendemos teoricamente esse fenômeno como ausência de tempo. A ausência de temporalidade da cidade projetada/implantada criou um imaginário específico que a coloca numa condição pós-moderna. A imagem da cidade cheia de simbolismos joga com a subjetividade do tempo, num processo antitético lembra o futuro e imagina o passado, pois, a ausência de tempo não é inexistência, apenas é o tempo que não escoou. A imagem da cidade, entretanto, “representa” tempos diversos criados e forjados que ludibriam a percepção e produzem ilusões no qual o objetivo último é dar sentido a cidade.

Palavras-chaves: cidade, imaginário, tempo ausente

Abstract.

This text want to understand the Palmas's city from the imaginary. Palmas, the Tocantins state's capital, is a planned city that it appeared in a condition of temporal compacting. We understand theoretically this phenomenon as time's absence. The temporality's absence of planned/implanted city it created a specific imaginary that it places it on a post-modern condition. The city's image, full of symbolism, play with the subjectivity of the time, in a antithetic process remember the future and imagine the past, therefore, the time's adsence don't be non-existence, but it is the time that did't flow off. The city's image, however, “represent” diverse times created and forged that deceive the perception and produce illusions in which the last objective is give signification to the city

Key Words: city, imaginary, time's absence

2. Entre os laços do tempo: uma memória para o futuro

* Prof^a. MS da Universidade Federal do Tocantins e doutoranda do programa de pós-graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente.

* Prof^a. Dr^a. Em História Social da UNESP de Presidente Prudente – orientadora.

As cidades do tempo ausente surgem num contexto de supressão da diacronia, diferem das demais cidades, às quais denominaremos por efeito explicativo, “do tempo presente”. Chamamos de cidade do tempo presente àquelas que não são planejadas/implantadas, aquelas em que a espessura temporal construiu-se paulatinamente, adensando ao longo dos anos os sentidos das paisagens, pois como sabemos as cidades cuja espessura temporal atinge a longa duração recebem o nome de cidade histórica para assinalar sua longevidade e duração, o espaço figura como marca e testemunho do tempo. Assim, diferente das cidades do tempo presente, nas cidades do tempo ausente tudo é simultaneidade e o sentido do espaço, ao contrário da cidade histórica, é marca e testemunho da ausência do tempo. O tempo ausente, entretanto, não é um tempo abolido, mas sim um tempo que espera para “acontecer”, que espera pra transcórrer.

O tempo ausente coloca para a cidade uma condição de espera, de indefinição, onde tudo é eleito provisoriamente e as “escolhas” esperam o tempo para serem feitas, paradoxalmente, a ausência combina-se com a velocidade, mas não se confunde com ela. A velocidade se define nas decisões prematuras, na composição da cidade e o estado de construção, destruição e mudança é mais eficaz do que o estado de permanência. A ausência é um lapso, uma “suspensão” do movimento temporal. As decisões podem seguir ou retroceder para o passado ou para o futuro. A ausência é o extremo da atualidade num novelo que esconde a ponta do fio.

Entre os laços do tempo, a cidade projetada, inscrita na ausência de duração, forja o passado antes que ele exista e a imaginação trabalha futuros possíveis, em tal movimento, as soluções antecedem os problemas e as imagens apontam a atmosfera de admiráveis futuros.



Ilustração 1 - Perspectiva de Palmas 2020

3. O imaginário da cidade

O imaginário da cidade, enquanto potência criadora, permite pensar o futuro da cidade, de um lado, e de outro, o papel da temporalidade que através do par imaginação/memória reconstituí a cidade na sua integridade. Passado e Futuro colocam-se, deste modo, como elementos para que analisemos a cidade a partir da multiplicidade temporal.

Deparamos-nos hoje com um contexto de mudanças paradigmáticas que coloca diante do pesquisador o desafio de construir novos conceitos, de lançar-se às pós-vanguardas teóricas para entender um presente tão fugaz quanto complexo, sobretudo, para o espaço urbano que articula temporalidades e realidades múltiplas. As mudanças em curso estão em todas as áreas: científica, política, cultural e exige do observador a perspicácia de apreender as transformações ocorridas na estrutura da sensibilidade.

Compreender as perspectivas contemporâneas possíveis de atuação, ação e interpretação da cidade, pede que analisemos, num primeiro momento, os enigmas da cidade, o invisível para, então, identificarmos a potencialidade das teorias da pós-vanguarda e os novos paradigmas. Nos limiares da travessia para o futuro da cidade, a reflexão sobre a mesma se impõe, a princípio, porque o momento denominado pós-modernidade trasbordou em muito as possibilidades intelectuais de um pensamento consolidado sobre os desdobramentos do urbano e da cidade. Se não o fora sempre, a cidade volta a ser um enigma: no momento em que tudo se torna urbano, pergunta-se - o que é a cidade? E para onde ela vai?

Com as mudanças profundas nas práticas culturais manifestas em todas as dimensões da vida, inclusive, como nos diz Harvey (1992), nas novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço a partir da simultaneidade e da compressão, a cidade, além de constituir-se como enigma, encontra-se no labirinto. O labirinto que ludibria a percepção e põe em xeque a marcha do tempo quando o presente é perplexo, o passado ora esquecido ora idealizado e o futuro inapreensível. A cidade no labirinto e labiríntica, porque, policêntrica, fragmentária é, assim, duplicada e vazia, como também esvaziada, sobretudo de sentido, de identidade. Os espaços urbanos cada vez mais similares entre si, condição de um mesmo processo de produção e consumo, projeta uma descaracterização generalizada. Tudo se tornando urbano e fundamentalmente igual, a cidade artificializada ao extremo gera a vertigem E as questões que colocamos: como adentrar esse labirinto e compreender o enigma? Como demolir práticas que vêm a cidade sempre opaca? E como repensar, trazer a tona um

novo universo teórico capaz de ler a cidade a partir de novas sensibilidades? Como tornar a cidade mais justa e humanizada? E enfim como resgatar utopias vislumbrando a construção do futuro?

A busca pelo imaginário é em grande parte uma busca por essa sensibilização, ao penetrar na trama do tempo, busca-se o universo simbólico que dá *élan* a vida e impulsiona para o futuro. Deste modo, a busca pelo imaginário é uma viagem e como toda viagem é sempre uma possibilidade: coloca diante do viajante a incrível aventura de conhecer a si ao deparar-se com o outro. Une o tempo dos sentidos a uma semiótica afetiva do espaço tempo de lugares e territórios. O olhar do viajante uma vez penetrando o desconhecido da nova paisagem nunca mais será o mesmo. Toda viagem é uma viagem sem volta no campo da nossa experiência.

A cidade contemporânea só se difere no detalhe, são miríades. A métrica do olhar transita entre triângulos, círculos, espirais e trapézios. Desliza por entre encaixes de molduras, em dobras sobre dobras de imagens num jogo de modelização e movimento. Para Canevacci (2004) é preciso perder-se no urbano, já para Peixoto (1992) abrir-se ao que não se evidencia, ao invisível é uma questão ética. Por fim sair do labirinto e decifrar o enigma é uma questão de imaginação.

A proposta de Calvino (1990) é narrar e imaginar, “as cidades invisíveis” não são apenas um caso de nostalgia são, sobretudo, uma memória para futuro: lembrar é refazer o percurso do hoje para o amanhã. Calvino (1990) propõe a associação entre a imaginação e lembrança e aí, uma útil resposta: criação.

Guinsburg (2001) propõe estranhamento, proximidade e distância. Estranhar e *perder-se* no urbano Canevacci (2004). Intertextualizar e literaturizar o observado: mudar – a paisagem vista da janela é aquela que nos choca, aquela que construíram para nós e que, talvez, não gostemos. Ao abrir a janela novamente está a paisagem que imaginamos. Também na cidade podemos nos comportar como o viajante.

O viajante é um devaneador absoluto, alguém que retém e refaz inúmeras vezes o percurso da viagem, revive os lugares que lhe pertenceram por um instante, reconta em outra linguagem as histórias que viveu e tudo o que viu é um quadro sempre a ser repintado em outros tons. O cientista, assim como o viajante é, também, um contador de “histórias”, interprete de mundos vividos/imaginados/ sonhados. Como nos diz Loureiro (2004), é o belo que resulta do livre jogo entre razão e imaginação, iluminuras do instante imersas nas encantarias da linguagem. Celebração, poesia e passagem, no fundo da linguagem o acontecer em diálogo para testemunhar que a vida não é solitária. E que a cidade não perdeu o sentido,

ele está lá para ser redescoberto. É a história real dos nossos sonhos contados por nós, para nós mesmos e que faz a iluminura essencial do vitral da existência. A viagem imaginária é, a princípio, um convite à viagem. Convite a uma viagem que nos leve, a todos a revisitar/conhecer a cidade, a partir de uma sensibilização, no exercício de ver com os olhos do outro, o desfibrar das paisagens-narrativas a serem descritas a partir da interpretação/visão do cientista em relação direta e íntima com o seu objeto. Uma vez aceitando o convite, o caminho far-se-á por um texto que fotografa, revela, redesenha e reconstrói a cidade. A perspectiva posta em movimento coloca diante de nós um longo trajeto em busca da sensibilidade estética da imagem urbana, no qual a relação sujeito/objeto é também, revisitada.

A cidade é entendida como experiência espacial e temporal. Suas imagens e imagens-metáforas será o centro de toda discussão trajetiva. Antes de tudo é preciso esclarecer que a metáfora assume aqui um duplo papel, além de se apresentar como um elemento pertencente à meta-linguagem da cidade, como elemento a ser decifrado, ela também é instrumento que nos permite decifrar, elucidar, compor a escultura de linguagem que imprime uma nova visão da cidade.

Numa espécie de jogo antitético, é o que está para ser interpretado e o que ajuda a interpretar. De acordo com Kirinus (2004) a metáfora hidrata o texto e compõe-se de uma dimensão altamente plástica. Hidratante/plástica/obscura/clara constitui-se plena de significância e detém poder imagético, ou seja, de fato a metáfora traz a imagem.

Imagens urbanas chegam aos nossos olhos, por vezes silentes, diáfanas e imediatamente comunicam-se numa narrativa própria, desfiam-se num monólogo que buscamos interpretar a partir das nossas vivências, desejos, utopias e da capacidade que possuímos de compreender suas linguagens, seus tempos desviantes enlaçados paradoxalmente em encontros e cisões formando uma estranha arquitetura rizomática. Ressequidas, rosáceas, plúmbeas de fuligem, alheias, aconchegantes e transcendentais, vão dos desfiladeiros de arranha-céus à luminosidade dos monumentos. Com o decorrer do tempo passamos não apenas a interpretar sua linguagem, mas, a estabelecer um diálogo com a cidade. Cores, formas, volumes juntam-se numa tessitura simbólica compondo uma paisagem plural e heterogênea, vivificadora de *lugares* onde o enlace entre o sujeito e a cidade é efetivado.

A cidade vista como um conjunto semântico compõe-se a cada fragmento de pequenas narrativas que juntas formam uma tessitura e nos permitem chegar às ações e idéias que as construíram.

Palmas caracteriza-se como uma cidade planejada que vertiginosamente “apareceu” no meio do cerrado. De acordo com a nossa tese, uma cidade marcada pela ausência de temporalidade. Para explorar essa condição a-histórica de sua formação, os seus planejadores e o poder que a materializou, instituíram uma série de alegorias em seu espaço. Buscando constantemente símbolos que a identifiquem, tomam fatos heróicos da história nacional e os materializam nas praças. Um estrangeiro, que contemplasse Palmas sem conhecer seu processo de implantação, dificilmente acreditaria que se trata de uma cidade com apenas 18 anos de existência. A rapidez com que as cidades surgem e crescem no Brasil é algo quase que inconcebível, por exemplo, para um europeu, dado o tempo de formação das cidades européias.

Em Palmas, a arte cria e trabalha o tempo. O moderno funde-se ao pós e a batalha pelos símbolos na criação de uma imagem da capital é uma luta constante do poder que a engendra. Os girassóis, eleitos como símbolo da cidade, petrificam-se nos portões do Palácio, estatuetas fazem ciranda contando história, a praça gigantesca e algumas semelhanças com a capital federal, Brasília, apresentam um breve esboço desta cidade.

Tecida de significados fragmentados, Palmas constitui-se num território da utopia e abriga no seu tecido projeções de uma visão de mundo refratária, possível de ser compreendida nos limiares, ao longo de suas quadras, no contorno de suas construções, nas mentes vivas que a habitam, no enfebrecimento das possibilidades intelectuais a penetrar profundamente na sua linguagem imaginativa. É uma cidade que multiplica, numa espécie de bricolagem, várias cidades de ontem e de hoje, nesta coexistem múltiplas, assim como são múltiplos os olhares sobre ela lançados, mas de todas as formas de conceber, que se tornam propriamente a cidade de Palmas, examinamos a soma de experiências que foram testadas. As multiplicidades que a cidade apresenta resultam na seguinte síntese: a cidade real, a cidade virtual, a cidade imaginária, todas formando um único, denso, complexo e múltiplo quadro: visível, textual, simbólico e, portanto, metafórico. Um quadro a espera de uma semiótica afetiva e esclarecedora, principalmente, diante das interrogações colocadas pela conjuntura pós-moderna. Essa conjuntura aproxima a imagem da cidade de uma visão surreal, em analogia à ilusão fantástica, onírica dos labirintos do inconsciente. Mas a cidade com a qual nos deparamos traz um obstáculo a mais, a ilusão forjada! Ou seja, as tramas piramidais do imaginário amalgamam-se as teias da política e da ideologia e multiplicam as paredes do labirinto.

Palmas foi considerada um laboratório, onde, cada qual, planejador, arquiteto, construtor realizaria sua experiência. O resultado é uma “colcha de retalhos” expressão cunhada por um escritor regional para adjetivar/interpretar a cidade.

A colcha de retalhos pós-moderna resultou numa estrutura urbana *suis generes*, onde cada quadra tem um desenho diferente, as quadras são macro-quadras que contém outras quadras e que, por vezes, são confundidas com as conceituais *superquadras* de Brasília.

Projetar o espaço de uma cidade, pensar os detalhes nos quais a vida transcorrer-se-á, numa pretensa totalidade, é deter-se numa imagem do inacabado. Os riscos do inacabamento aumentam à medida que se aumenta o teor de rigidez programado para aquele espaço. A experiência da modernidade introjetada no urbano revela que as cidades de nanquim não resistem às intervenções sócio-culturais. A capacidade subversiva dos jogos do sistema, das ações cotidianas, do desvelar da vida, desengessam os projetos, deslocando suas racionalidades, desmontando restrições conjunturais, reagindo sobre o espaço material e simbólico, injetando novos sentidos, imprimindo novos usos, re-texturizando os traços e, sobre o espaço anódino, tece a cultura.

As leituras do processo de construção de Palmas, com exceção dos consensos de que José Wilson de Siqueira Campos teria criado a cidade e de que ela é igual Brasília, caminham para a multiplicidade de sentidos num movimento que não cessa de erigir e entranhar-se, sem parar de alongar, de romper-se e de retornar – num rizoma – que, como observam Deleuze e Guattari (1995), não começa nem se conclui, mas encontra-se no meio, entre as coisas. Assim, leituras completamente opostas não se anulam, convivem em paralelo e ajudam a compreender a cidade no tempo ausente, esse entretempo marcado, sobretudo, pelo devir.

A implantação da cidade, de acordo com os seus planejadores, ocorreria em fases, para obtenção de um tecido “livre” dos vazios urbanos, como apontam as fitas coloridas no mapa:

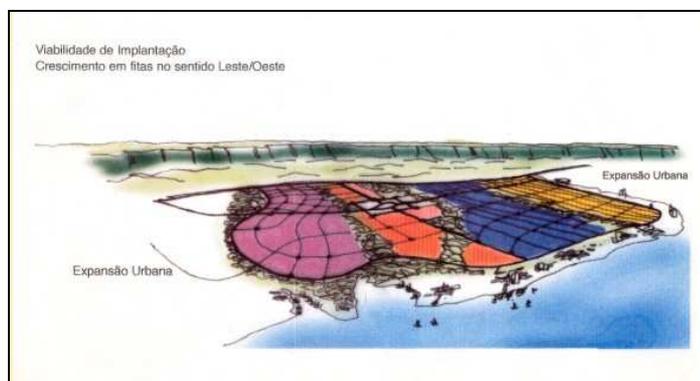


Ilustração 2- Plano de ocupação de Palmas. CRUVINEL, L. F. T. (org)

Estabelecido o conjunto de critérios para o plano diretor de Palmas, as ações que se seguiram a essa iniciativa foram de desconstrução, procurando fazer de uma certa ordem, a desordem, e, nesse movimento, idéias opostas coexistem, colidem e se interpenetram. As narrativas que desfibram/interpretam a cidade constiutem visões distintas do mesmo processo – esquadrinham o plano e a ocupação da cidade e apontam leituras que absorvem ilusões, críticas, utopias, projeções imaginárias - suas conexões não são sucessivas e recorrentes, rompem e deslocam-se. Observa-se territorializações de idéias num recorte, que se desterritorializam em outro, por vezes, ainda se reterritorializam num terceiro ou apenas se mantém inrompida, inconclusa, movediça, formando oposições paralelas que mesclam os fatos as suas subjetivações.

Cruzam-se nesse labirinto as manobras políticas, os desejos personalistas, a lógica do capital, as utopias do planejamento aliadas à técnica e os limites de ambos - no interior dos discursos, as suas fendas - esses elementos configuram um espaço “liso” no que tange a apreensão da realidade. As idéias expostas pelos depoentes não são, necessariamente, simples contradições que deslizam de uma leitura crítica para uma leitura a-crítica, mas dimensões desse real/imaginário, no tempo ausente. A apreciação detida da relação entre as falas revela alianças semânticas, mesmo na exposição de idéias diametralmente opostas.

O labirinto não está apenas no tecido urbano, como vemos na perspectiva abaixo, mas, sobretudo, nas idéias que forjam a cidade.

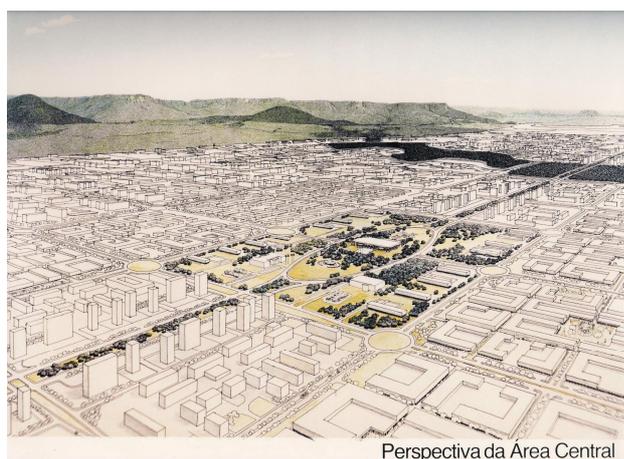


Ilustração 3 - A quadra central contém o palácio Araguaia, o conjunto de secretárias de Estado – nesse aspecto o desenho estabelece uma alusão ao Palácio do Planalto e a Esplanada dos Ministérios em Brasília – o que gera a percepção de similitude entre as duas cidades. Como observamos *in loco* o desenho no interior das quadras não reproduzem o desenho da perspectiva. Projeto da área central de Palmas. Walfredo Antunes (org).

O traço em diagonal no conjunto de perspectivas tecidas para construção de Palmas aponta que a organização da cidade aproxima-se de um insólito xadrez. O pós-moderno inscreve-se sobre a constituição da cidade e nesta decompõe-se simulacro, tradição e ecletismo.

Desse modo, entendemos que o futuro da cidade está sendo imaginado, reinventado e nesse processo imaginário estão presentes, além da ideologia e da dominação, elementos míticos, utópicos; estes últimos fazem parte do processo de humanização daquilo que se quer alcançar. A cidade imaginária é uma cidade híbrida, pois ela funde o real e o ideal e o imaginário. A busca pela cidade imaginária é a busca pelo lugar do encontro, da identificação ou da identidade, uma cidade que para além das suas funções habituais, consiga significar e apresentar sua identidade pessoal e complexa, base de um diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades.

Referências

- ALMEIDA, Maria da Conceição de. O mito como reserva da experiência humana. In: CICLO DE ESTUDOS SOBRE O IMAGINÁRIO, 13, 2004. Recife. **Anais**. Recife 2004.
- BRAUDEL, Fernand – A longa duração. In: **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras, 1990, 150 p.
- _____. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Cia das Letras, 1990, 141 p.
- CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação. São Paulo: Studio Nobel, 2004, 262 p.
- DELEUZE Gilles & GUATTARI. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed 34, 1995, vol. 1, 95p.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, 165 p.
- GISBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. 311 p.
- _____. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989, 281 p.
- HAESBEART, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 400p.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- KIRINUS, Glória. **Olhar estrangeiro e argamassa mito-poética**. In: CICLO DE ESTUDOS SOBRE O IMAGINÁRIO, 13, 2004. Recife. **Anais**. Recife 2004.
- LE GOFF, Jacques. **Por amor as cidades**. São Paulo: Unesp, 1988.
- NOVAES, Adauto (org). **Tempo e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1992, 447, p.

PESAVENTO, Sandra Jatay. **O Imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano. Porto Alegre: UFRGS, 1999, 393 p.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens urbanas**. São Paulo: SENAC, 1996. 347 p.

_____ Ver o invisível: a ética das imagens. In: NOVAES, Adauto. **Ética**. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 301-320.

_____ O olhar estrangeiro. In: NOVAES, Adauto. **Olhar**. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 361- 365.

XIII CICLO DE ESTUDOS SOBRE O IMAGINÁRIO. LOUREIRO, João de Jesus Paes. **A poética dos mitos**. Comunicação oral, 2004.

A (re)construção verbal da imagem: Saramago lê Dürer

Wilton Divino da Silva Júnior*

Resumo

Neste estudo procuro analisar a partir do referencial teórico da semiótica greimasiana, cujo ponto central apregoa o estudo do discurso considerando que todo texto manifesta uma estrutura narrativa, como se processa a (re)construção do texto imagético no texto verbal a fim de viabilizar determinada ótica para a narrativa. Para isso, tenho como objetos o primeiro capítulo (pp.13-20) da polêmica obra *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1999) do autor português José Saramago e, conseqüentemente, a gravura do artista renascentista Albrecht Dürer, uma das três estampas da série 'O Grande Calvário', descrita por Saramago no primeiro capítulo da obra literária supra-citada. O ponto nevrálgico desta discussão refere-se ao seguinte aspecto: a gravura do artista renascentista Albrecht Dürer como releitura do mito cristão corroborando, portanto, ao empreendimento saramagueano de (re)construção dos evangelhos canônicos.

A questão fundamental deste estudo refere-se aos processos de construção do texto verbal a partir de uma imagem visando a uma determinada intenção do autor português José Saramago, no intuito de produzir um dado efeito de sentido para sua obra *O Evangelho segundo Jesus Cristo* e que fosse corroborado pela figura de um outro artista pertencente a um outro momento histórico (Renascença), porém que de algum modo pudesse avaliar a proposta saramagueana de romper com o sagrado, partindo dos evangelhos canônicos.

1. Contextualizando

Greimas (1975:7-17) considera que a enunciação é reconstruída pela análise da imanência do texto e por meio de estudo de seu percurso gerativo, observando-se o contexto sócio-histórico no qual foi criado. Neste sentido, procuro, a seguir, apresentar as figuras de José Saramago e Albrecht Dürer, afim de compreender a influência dos contextos sócio-históricos em que ambos autores viveram para a constituição de suas respectivas obras que, apesar de situarem-se em momentos históricos e em ordens discursivas diferentes (literatura e artes plásticas), estabelecem inúmeros pontos de contato, o que se justifica, inclusive, pelo próprio fato de Saramago utilizar para abertura de sua obra uma descrição da gravura de Dürer; fato este, não aleatório já que se trata aqui de determinadas intenções na produção dos sentidos.

* Universidade Federal de Goiás. Mestrando em Linguística. Bolsista pela CAPES.

1.1. José Saramago

José Saramago nasceu em Azinhaga, uma pequena aldeia da Província de Ribatejo, próxima de Lisboa, em 1922. Até os três anos morou em Azinhaga. Depois foi morar em Lisboa por causa do trabalho do pai. Devido à pobreza, os pais de Saramago não puderam lhe oferecer uma boa educação escolar nem formação acadêmica.

Um dado fundamental é perceber que Saramago nasce e começa a escrever em períodos pós-guerra (I e II Guerras Mundiais). Ater-se a este aspecto é considerar, em Portugal especificamente, uma ebulição religiosa tremenda haja vista que o continente europeu encontra-se arrasado após a Segunda Guerra, o que irá produzir reflexos sobre a formação do autor português e seu fazer literário: seja corroborando com o pensamento religioso vigente, ou estabelecendo-lhe resistência. Outro aspecto que importa destacar diz respeito ao período da História de Portugal que Saramago vivenciou: o Salazarismo. Salazar desenvolveu uma política baseada no Exército e na Igreja, objetivando proteger a civilização cristã dos males da época: o Comunismo, o Socialismo e etc., primando pela ordem fascista, defendeu o corporativismo e combateu a democracia.

Entre poemas, crônicas, contos, romances, teatros, diários, são mais de trinta obras publicadas em várias línguas, Saramago é reconhecido internacionalmente. Ganhou vários prêmios, entre eles o Nobel de Literatura em 1998.

Ateu convicto, questiona o discurso religioso, partindo de seus aspectos basilares, como a noção de Deus, da ressurreição e tolerância religiosa. Porém, é o próprio Saramago que afirma sua proximidade do fenômeno religioso, no sentido de que esse também é um universo que compõem sua formação e sobre o qual ele também pode discursivizar, assim como qualquer outro indivíduo:

O fenômeno religioso sempre me interessou muito. Sei que isso parece estranho em um homem que nunca teve nenhuma inquietação religiosa. Nunca vivi o dilema entre ser crente e não ser crente. Mas, como fenômeno histórico, a religião não poderia deixar de me interessar. Não sou crente, mas é igualmente verdade que tenho – todos, formados no cristianismo, temos – uma mentalidade cristã e não islâmica ou budista ou hinduísta. Às vezes me dizem: ‘Você não é crente, não tem o direito de falar sobre temas religiosos.’ Tenho sim e duas vezes: primeiro porque tenho o direito de escrever sobre o que bem entender; segundo, porque tenho o direito de pensar a respeito de algo que fez de mim a pessoa que sou.¹

O próprio Saramago considera a forte influência do cristianismo em sua formação como indivíduo, o que lhe confere o direito de pensar e escrever sobre as questões da fé católica, assim como, sobre qualquer outro tema. Necessariamente a temática da religiosidade constituiu e ainda se faz presente em Saramago.

¹Saramago. <http://educaterra.terra.com.br/almanaque/vidaeobra/saramago.htm>

1.2. Albrecht Dürer

Albrecht Dürer viveu entre 1471 e 1528 e foi a figura central da renascença alemã. O período Medieval e o período Renascentista são duas épocas, dois universos de sentimentos, abrangidos pela arte de Albrecht Dürer.

Segundo Sílvio Medeiros (2007)²,

Dürer viveu no momento de transição da Idade Média para o Renascimento. Esta época foi marcada por uma longa crise advinda de recentes acontecimentos que haviam assolado o território europeu: a Peste Negra, a Guerra dos Cem Anos, as Revoltas Populares, além de outras tragédias. A impressão que se tinha era a da aproximação do final dos tempos.

Como Dürer viveu sob o signo do Renascimento, ou seja, tendo então o homem como o centro e medida de todas as coisas, sua obra propõe uma mudança de atitude mental, há uma redescoberta da cultura clássica e uma nova visão de mundo em que o sagrado não somente ressalta o testemunho religioso, mas revela a ficção artística, ou seja, surgem as possibilidades de leitura. Dürer é sujeito interpretante e interpretado. Não há, em absoluto, em suas obras uma mera reprodução do real – se se acreditasse nessa possibilidade. Dürer faz uma leitura em suas gravuras e pinturas sobre como percebe o mundo a sua volta e seus aspectos constitutivos. Dürer é interpretado – uma leitura de uma leitura – por Saramago, que aparentemente, parece simplesmente descrever a gravura do artista alemão no primeiro capítulo de sua obra, porém, ele, Saramago, vai além, posto que busca compor com os propósitos da gravura renascentista para a elaboração do argumento central de seu Evangelho.

2. Sobre o romance

O Evangelho segundo Jesus Cristo não é uma obra teológica nem tampouco um trabalho sobre dados de pesquisas historiográficas recentes sobre Jesus de Nazaré; é um romance, assim como o próprio Saramago explicita nas primeiras páginas de seu livro, portanto, ler-se-á uma obra de ficção e não religiosa. Segundo Flores (2001, p.48), Saramago dá o direito a Jesus – agora feito personagem ficcional – “de repensar os evangelhos que, em seu nome, foram escritos”.

O romance possui, ao todo, vinte e quatro capítulos que seguem e obedecem a uma determinação histórico-cronológica, nos quais é apresentada a vida de Jesus desde o momento de sua concepção, através da relação sexual entre José e Maria, até o momento último e derradeiro de sua vida na cruz.

² http://imprimis.arteblog.com.br/Grandes_Pinturas-271/

3. Do divino *versus* o humano e do humano *versus* o divino em Dürer e Saramago

A “síntaxe narrativa” de Greimas é comparada ao fazer transformador do homem sobre o mundo e, assim, para se compreender a estrutura narrativa de um texto – seja ele político, filosófico, jornalístico, científico etc. -, são necessárias a compreensão e a determinação dos participantes dessa narrativa. Segundo a Semiótica, há duas concepções de narrativas: “Narrativa como mudança de estados, operada pelo fazer transformador de um sujeito que age no e sobre o mundo em busca de valores investidos nos objetos, e narrativa como sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contratos entre um destinador e um destinatário, de que decorrem a comunicação e os conflitos entre sujeitos e a circulação de objetos” (Barros, 1990, pp.16-17).

Neste estudo, por se tratar de uma descrição, predominam sujeitos de estado, modalizados pela interpretação que se faz deles. O texto é narrado numa não-pessoa, terceira pessoa do singular, portanto, o foco narrativo é enuncivo, o que produz um distanciamento, uma máscara de ciência no texto comprovada pelos inúmeros comentários condenando a obra saramagueana, caracterizando-a como acinte às crenças milenares de um povo. Noronha Galvão tanto se sente lesado pela perspectiva “a-histórica” e “não-científica” de Saramago que escreve numa revista portuguesa:

[...] o que o romance a cada página faz é, pura e simplesmente, afirmar o inverso do que testemunham os documentos históricos que os evangelhos também são, ainda que o não sejam apenas. [...] a falsificação histórica, a mistificação feita com Jesus Cristo é muito grave (NORONHA GALVÃO, H., 1992, p.173).

São tais comentários que atestam o caráter científico – mascaradamente científico – que o foco narrativo em 3ª pessoa produz, porque é questionável o estabelecimento dos evangelhos canônicos como documentação histórica única e legítima para se abordar a vida de Jesus.

No primeiro capítulo da obra, Saramago descreve a gravura do artista alemão Albrecht Dürer (1471 – 1528), “A Grande Paixão”³. A partir da interpretação que Dürer faz da Paixão e Morte de Jesus, Saramago narra e reinterpreta o instante final da trama logo no início da obra, lembrando que a escolha da gravura renascentista coaduna com a proposta de ESJC, pois Dürer foge aos padrões convencionais da iconografia cristã, utilizando, por exemplo, elementos míticos pagãos, moinhos e muralhas góticas como pano de fundo da cena da crucificação. A obra de Dürer representa o rompimento com a contemplação dos símbolos

³ FLORES (2001) nomeia a série de gravuras de Dürer, cuja estampa é a descrita por Saramago no primeiro capítulo de *O Evangelho segundo Jesus Cristo* como “A Grande Paixão”. Já DINIZ (<http://www.eventos.uevora.pt/comparada/VolumeII/TRADUCAO%20INTERSEMIOTICA.pdf>) apresenta a gravura de Dürer em análise como pertencente à série de três estampas nomeadas “O Grande Calvário”.

cristãos no intuito de manter viva a mensagem cristã – o artista é criador de um universo fictício e a arte sacra participa desse projeto – rompe-se com o sagrado, já no primeiro capítulo permitindo que o leitor vislumbre a travessia da leitura de *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (FLORES, 2001).

A gravura de Dürer é construída segundo um esquema de sobreposição. Para alguns estudiosos, “O Grande Calvário” teria sido produzido em dois momentos e lugares diferentes. Primeiramente, a parte de baixo, aqueles que se encontram na base da cruz e, posteriormente, Jesus, os anjos, o sol e a lua. Portanto, a leitura que Dürer faz da cena da crucificação parte do Humano / disfórico (parte inferior) em direção ao Divino / eufórico (parte superior). Para Dürer, o Divino se sobrepõe ao Humano – diferentemente do que se observará na leitura de Saramago. Além do possível direcionamento vertical (de baixo para cima) da leitura, é possível inferir um outro direcionamento para a leitura de Dürer na produção de sua obra – uma leitura horizontal (de fora para dentro) que exalta o centro da gravura onde se encontra a imagem do cristo crucificado. Também, a partir dessa leitura, observa-se um olhar que é conduzido ao Divino, que parte da periferia do Humano e dirige-se ao centro do Sagrado, do Mí(s)tico. Se poderia pensar que não há elementos em consonância entre Dürer e Saramago que permitissem uma apropriação por parte deste da figura daquele, já que Saramago caminha para uma idéia de valorização do Humano em detrimento do Divino. Entretanto, a gravura renascentista não é uma exata “reprodução” do ideal cristão, posto que a debreagem espacial – período histórico renascentista – em que se introduz, produz duas debreagens temporais – período da crucificação associado ao período renascentista – que alteram o sentido exclusivo da gravura como uma obra de cunho religioso, para torná-la uma obra crítica, caracteristicamente vinculada ao início do período da Renascença em que a noção do Humano como centro e medida do universo começou a vigorar, porém com uma certa restrição. Não era possível, num momento inicial, descartar toda uma ideologia cristã que ainda exercia poder sobre as instituições e os sujeitos.

Observe o seguinte trecho:

[...] o que está no horizonte, ao fundo, torres e muralhas, uma ponte levadiça sobre um fosso onde brilha água, umas empenas góticas, e lá por trás, no texto duma última colina, as asas paradas de um moinho. Cá mais perto, pela ilusão da perspectiva, quatro cavaleiros de elmo, lança e armadura fazem voltear as montadas em alardes de alta escola [...] (SARAMAGO, 1999, p.18).

Esses elementos, próprios da época de Dürer, assim como a personificação dos astros celestes (cunho pagão), a preocupação com os mínimos detalhes para a retratação do corpo humano num retorno aos traços da Antiguidade clássica promovem a gravura como ficção

artística e não somente testemunho religioso. O mito bíblico fica submetido, portanto, a outras possibilidades de leitura comprometidas com a profanação do sagrado, estabelecendo o conflito no discurso religioso. A tradução em texto verbal do texto imagético lança sombras sobre a palavra autoritária da Bíblia anunciando que a história do autor português será bem diferente das narrativas canônicas.

Saramago ao descrever a gravura inicia pelo canto superior direito (à esquerda de quem olha) depois desce num alinhamento vertical ao canto inferior direito, depois ao inferior esquerdo e subindo, novamente, em linha reta ainda percorrendo as laterais da gravura, chega ao canto superior esquerdo (à direita de quem olha). Este percurso para a leitura da obra de Dürer remonta, segundo Fiorin (2001, p.260), a cosmologia grega que considerava as direções Direita e Esquerda, respectivamente, Propícia e Funesta. Saramago realiza um percurso descritivo sobre a gravura que se assemelha a forma da vogal U, partindo do sol, do bom ladrão, do direito – elementos eufóricos para Dürer e disfóricos para Saramago – e chegando à outra ponta que possui elementos disfóricos como o mau ladrão, a lua e o esquerdo. Posteriormente, descreve o plano de fundo, aspecto fundamental na construção de ambos os textos, posto que são estes elementos que estabelecem o contraponto do Humano em oposição ao Divino – constituído pela cena bíblica descrita até esse momento. Mergulhar a cena da crucificação num outro espaço e tempo altera os sentidos usuais do motivo religioso utilizado na gravura e produz outros.

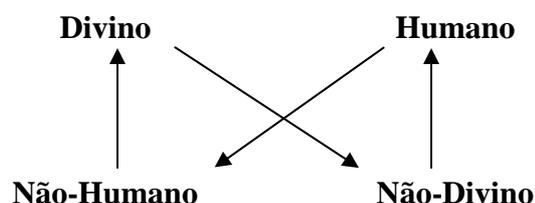
O texto imagético de Dürer, obviamente, compõe a construção do texto verbal saramagueano, porém é dispensável para a compreensão deste, no sentido de que não é imprescindível para a compreensão do Evangelho de Saramago que o leitor saiba que se trata de uma descrição – o que fica explicitado em passagens como: “o sol mostra-se num dos **cantos superiores do retângulo, o que se encontra a esquerda de quem olha[...]**” e “**nenhuma destas coisas é real, o que temos diante de nós é papel e tinta**, mais nada.”-grifos nossos (SARAMAGO, 1999, p.13) – de uma gravura de Albrecht Dürer que compõe uma série denominada “O Grande Calvário”. Não afirmo, porém, que qualquer descrição de uma obra de motivos religiosos cristãos substituiria a escolha de Saramago para abertura de seu livro, posto que seria afirmar a ação do acaso no fazer literário. Há uma intencionalidade no uso que se faz da descrição dos elementos da gravura, o que contribui, ou melhor, estrutura o percurso narrativo da obra *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, sob uma determinada visão que se possui de mundo.

Quando se analisa as categorias de temporalização e espacialização, observa-se a instauração do paradoxo que constrói o sentido do texto, tanto da imagem como do texto

verbal. Vernant (1973, *apud* FIORIN, 2001, p. 259), afirma que “o espaço exige um centro, um ponto fixo, com valor privilegiado, a partir do qual se possam orientar e definir direções [...]; o espaço, porém, se apresenta ao mesmo tempo como lugar do movimento, o que implica uma possibilidade de transição e de passagem de qualquer ponto a um outro”. A partir desse aspecto, o de movimento, pode-se afirmar que a ação enunciativa nas obras se constrói e se desconstrói dada a atemporalização produzida pela debreagem espacial – os elementos de caracterização do espaço da enunciação, *a priori*, dissonantes, sob um nível eminentemente histórico (história aqui pensada através dos grandes períodos da humanidade), retornam consoantes com o efeito de sentido que se deseja produzir. Como o instante enunciativo jamais é repetível, são os elementos espaciais que reafirmam sua não-repetibilidade construindo, portanto, uma nova discussão para a obra de Dürer que não poderia somente afirmar o Divino em negação do Humano.

Na gravura de Dürer é possível notar que o Plano do Conteúdo organiza-se num movimento do não-Divino ao Humano e confirmamos isto pela análise do Plano de Expressão que apresenta no plano central a caracterização do Divino, do mito religioso, muito embora a partir dos traços que caracterizam a preocupação clássica com as formas do humano, evidenciando assim, uma preocupação em retratar um evento mítico, mas em que os atores centrais, realmente são seres humanos. No plano de fundo está retratada a vida terrena, o Humano, ainda que mesclado à figura de anjos, próprios da noção de Sagrado e Divino.

Nota-se como categoria semântica fundamental a oposição *Divino vs. Humano*, que abarca também o *Sagrado vs. Profano* ou *Vida Eterna vs. Vida Terrena*, o que nos permitiria organizar o seguinte quadrado semiótico:



5. Alguma conclusão

A análise dessas duas obras, a partir da noção de tradução intersemiótica, permite justificar os atravessamentos de significação que as compõe. Só foi possível entrever uma análise da leitura que Saramago faz de Dürer e este do mito bíblico, pensando numa imbricação entre as diferentes semioses, já que isso significa também pensar numa relação entre as diferentes organizações narrativas dos textos em análise e na influência dos elementos contextuais de caráter social e histórico que possibilitam a construção dos sentidos.

A análise da categoria enunciativa do Espaço é fundamental para a sustentação da argumentação que afirma que o texto imagético de Dürer corrobora para a construção do texto verbal Saramagueano, pode-se dizer que não somente do primeiro capítulo, mas de todo o projeto da obra *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. Isso é possível, pois é através da inserção de elementos espaciais que divergem da cena bíblica, que se confere à ação enunciativa uma atemporalidade da qual Saramago faz uso – assim como utiliza a epígrafe de Lucas (1:1-14) – a fim de justificar seu projeto narrativo de reescrita de uma história ainda muito presente e que não permanece, em absoluto, coberta pelo pó do tempo, mas que se faz contemporânea.

Résumé

Dans cette étude, j'objective analyser, à partir du référentiel théorique de la sémiotique greimasienne, dont le point central annonce l'étude du discours en considérant que tout le texte manifeste une structure narrative, comme il a lieu la (re)construction du texte imagier dans le texte verbal afin de viabiliser une certaine optique pour le récit. Pour cela, j'ai par objets le premier chapitre (pp. 13-20) de l'oeuvre polémique intitulée *L'Évangile Selon Jésus Christ* (1999) de l'auteur portugais José Saramago et, par conséquent, la gravure de l'artiste renaissantiste Albrecht Dürer, l'une des trois estampes de la série 'O Grande Calvário', décrite par Saramago dans le premier chapitre de l'oeuvre citée ci-dessus. Le point névralgique de cette discussion fait référence à l'aspect suivant: la gravure de l'artiste renaissantiste Albrecht Dürer comme une relecture du mythe chrétien qui corrobore donc l'entreprise saramagueane de (re)construction des évangiles canoniques.

Referências bibliográficas

BARROS, D. L. P. *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo, Ática, 1990.

FIORIN, José Luiz. *As Astúcias da Enunciação: as categorias de Pessoa, Espaço e Tempo*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2001.

FLORES, Conceição. *As portas de abertura de O Evangelho Segundo Jesus Cristo*. Signótica, ano 13. UFG, v.13. Jan/Dez. 2001.

NORONHA GALVÃO, H. “O nome das coisas, das pessoas e dos demônios. Uma leitura do último livro de J. Saramago”. *Communio*. 2, Março/Abril de 1992, p.173.

PAIS, C. T. “Codificação Semântica e Comunicação Lingüística”. In: *Significação, Revista Brasileira de Semiótica*. 2. Ribeirão Preto, Centro de Estudos Semióticos A J. Greimas, 1975.

SARAMAGO, J. *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.



Esta gravura está reproduzida na obra de Karl-Adolf KNAPPE (s/d) e catalogada sob Nº 127 kdk 197 CI 495 Kupferstichkabinett, Berlim (west)

O TEATRO DO PODER¹

Eli Braz da Silva Junior²

Resumo

Minha comunicação trabalha com as representações da autoridade no homem público, principalmente no político profissional. Trabalhamos com a história cultural e investigamos as práticas sociais dentro do espaço público. Na cultura contemporânea, acreditamos, há intrínseca dependência entre o que é oferecido ao público e o que o público espera. Acreditamos que haja uma educação dos sentidos na prática da política como espetáculo. Os gestos, as ações bruscas, o gesto estudado e lento, o alterar de voz, os silêncios e o corpo como um espetáculo da linguagem. Por parte do público, o esperar, o respirar, o grito e o aplauso como retribuição. Todos representam personagens dentro de um teatro da política como prática histórico-social.

Palavras-Chaves: História, Cultura, Poder.

¹Artigo apresentado por ocasião do III Simpósio Internacional de História: Cultura e Identidade.

²Mestrando em História pela Universidade Católica de Goiás.

Os objetivos deste artigo são levantar a importância de um ensino de história, dentro da ótica da Nova História Cultural, que não busque apenas a reprodução dos fatos narrados na história oficial, mas, que se dedique também ao estudo das descontinuidades, ou seja, das rupturas existentes nos quadros históricos exposto nas salas de aula. Portanto a teatralização do poder é o aspecto que pretendo analisar.

Dentro de uma concepção norteada pelos ideais da História Cultural, percebe-se que o *Poder* e a forma como esse é representado, são criações das práticas culturais. Desde sua detenção e encenação para a sua manutenção o jogo de imagens e atos simbólicos, são amplamente utilizados. Assim seria legítima a compreensão de todos sobre as regras neste teatro, quanto a sua participação no jogo de encenações do poder.

Assim como os estudos no campo historiográfico evoluíram, a exemplo da História Cultural, é inadmissível que se continue praticando nas escolas um ensino, que se pretende, totalizante, mas que na realidade prática um ensino superficial e sem personagens, onde o aluno não consegue se ver como integrante e alvo dos processos históricos.

Importante avanço historiográfico que precisa ser trabalhado em sala de aula, onde o ensino em história continua dando a impressão de um equivocado distanciamento entre os alunos e o fato narrado. O ensino em história deve assumir seu lugar de fato o na formação de pessoas conscientes. Mesmo que os livros didáticos muitas vezes forneçam uma visão totalizante e superficial, o professor/historiador não pode se furtar a trabalhar as descontinuidades, ou seja, as rupturas que estão ocultas na visão oficial.

Um dos traços interessantes da NHC (Nova História Cultural) está no fato de que esta não mais se dedica somente ao estudo e registro da cultura elitista, reconhecendo a importância das manifestações da “Cultura Popular”. Foucault complementa este raciocínio afirmado:

“Um dos traços mais essenciais da história nova é, sem dúvida, esse deslocamento do descontinuo: sua passagem do obstáculo à prática; sua integração no discurso do historiador, no qual não desempenha mais o papel de uma fatalidade exterior que é preciso reduzir, e sim o de um conceito operatório que se utiliza”.(FOUCAULT, 2007: 11).

Esse é o desafio proposto pela História Cultural e reafirmado por Foucault, que defende a reconstrução do quadro histórico a partir dos atores de menor destaque que antes eram ignorados.

Busquei como auxílio para o embasamento do meu artigo as obras de Peter Burke, Cornelius Castoriadis, Georges Balandier, Erving Goffman e um artigo da revista Galileu sobre Eva Braun, que espero me auxiliem a fomentar a discussão, a partir do meu enfoque o Poder e suas representações, sobre necessidade de uma reformulação do ensino em História.

De início seria prudente tentarmos identificar os atores³ que consciente ou inconscientemente participam diretamente ou não, da teatrocrazia⁴. Que papéis desempenham, que regras devem seguir diante dos outros atores.

__Ator, Eu?

Boa pergunta. Pelo que acreditamos somos indivíduos, livres, conscientes e independentes. Será? Ou seríamos uma espécie de caramujo que para se mostrar tem que assumir papéis que nos qualifiquem a fazer parte de um todo? Seria como querem alguns, a definitiva morte do sujeito?

Na verdade na medida em que a “civilização” avança menos indivíduos existem, há uma cultura de massa que nos impele a não ser nós mesmos. Na verdade isso nos torna atores, em uma encenação que se dá todos os dias em todos os lugares. Estamos, durante todo o tempo, representando e sob apropriação do quadro social em que nos inserimos.

Sou o que esperam que Eu seja. Essa afirmativa é correta na medida em que estou disposto a assumir os papéis a mim destinados, no dia a dia, em nome de uma aceitação social. No meu emprego sou funcionário, com todas as metas a serem cumpridas e uma

³ O termo ator se refere segundo Goffman ao indivíduo que se dispõe a representar papéis que lhe são designados na sociedade, os que detem o poder e os que dele dependem.

⁴ Teatrocrazia é segundo Georges Balandier a forma pela qual o poder se organiza e se manifesta diante de seu público.

postura previsível. Na escola sou o aluno, ávido pelo conhecimento e pronto receber informações dos meus mestres. Nas ruas sou um cidadão exemplar, cooperativo e participativo. O anormal, contra o que é aceito como “normal”, com certeza seria cobrado pelas pessoas que o cercam, num primeiro instante, e em seguida seria punido com a indiferença, ou caso tenha contrariado alguma regra considerada grave seria posto a parte da sociedade, como ocorre com os contraventores que lotam as penitenciárias.

O que não impede que longe dos palcos, ou seja, nos bastidores, sejam despidas as máscaras, e haja um relaxamento de postura. A exemplo dos alunos que, quando a professora se afasta, relaxam suas posturas se pondo a mostra, mas ao sinal da proximidade da professora retomam suas posições, assumindo novamente a postura que se aguarda deles.

Desta forma, poderíamos analisar em sala de aula, de forma pormenorizada e mais envolvente, a literatura, as artes, as fontes históricas e os textos chamados didáticos, eles mesmos nossas fontes de trabalho. Podemos construir, assim, uma compreensão do que está, por assim dizer, por detrás das manifestações do poder.

Manifestações do Poder

A instituição é o Simbólico e depende para sobrevivência de um jogo de imagens e gestos. Os governos que se tentaram se manter pela razão pura ou pelo emprego da força não sobreviveram. Somente sobreviveram aqueles que souberam criar um jogo de imagens que envolvam o inconsciente coletivo.

O Visual é muito importante e com isso usam-se os meios existentes – no caso a mídia - para assegurar a fixação da imagem do bom líder, que através de uma conduta ilibada, além de garantir a fidelidade consegue formar um comportamento passivo.

Não e sem razão que são “fabricados”, nos mais diversos cenários de poder, encenações para que se preencham o imaginário popular do que é o bom líder, quer seja em força, garbo, simpatia e tolerância. Assim, podemos dizer que o jogo de cenas permite a criação no imaginário do que é o ideal para o líder. Permitam-me exemplificar usando o seguinte trecho:

“Vindo logo atrás... a luxuosa cadeira do mandarim, transportada por oito carregadores, enche o espaço vazio na rua. É o prefeito da cidade e praticamente o poder supremo nela. É um funcionário de aparência ideal, pois é grande e de aspecto corpulento, ao mesmo tempo tem aquele olhar severo e inflexível, que se supõe indispensável em qualquer magistrado que espere manter seus súditos em ordem. Tem um aspecto austero e ameaçador, como se tivesse ido a campo de execuções para mandar decapitar algum criminoso. Este é o ar que os mandarins assumem quando aparecem em público. No curso de muitos anos de experiência, jamais vi algum, do mais alto ao mais inferior, com sorriso no rosto ou um olhar de simpatia para o povo, enquanto era oficialmente carregado nas ruas”. (GOFFMAN, 1985: 32)

Que líder não se mostra assim, elegante em seus trajes e com uma postura que traga temor e conforto? Não se admitiria o contrário, qualquer um hoje que visse seu governante em trajes simplórios e usando um palavreado chulo não lhe daria valor, mesmo que suas qualificações o recomendem, pois o aparentar ser tem mais valor do que o real.

Por vezes, são usados ou criados vários expedientes para legitimar e assegurar a manutenção do poder, como: narrativas de antigas conquistas, representações e apropriações de atos heróicos e até a crença de uma superioridade racial. Não só para manter o poder, mas para justificar ações, por vezes injustificáveis. Esse jogo de imagens aliena as massas, isso na medida em que há uma conivência da parte receptora. Ou seja, de certa forma somos receptivos a encenação e a reafirmamos em nosso comportamento diário, no que nos mostramos indignados quando percebemos que nosso líder, não está representando seu papel de forma correta.

Nos bastidores

Neste local toda a verdade se expõe, não há representações, a verdadeira personalidade vem à tona. Por isso todas as medidas de proteção da privacidade são tomadas buscando

impedir a violação do domicílio, permanecendo o indivíduo em constante estado de alerta e ao sinal da proximidade de estranhos veste novamente a sua máscara, reiniciando novamente a atuação.

Antes de prosseguir me permitam usar um trecho que se encaixa perfeitamente e meu propósito, por justamente expor o que existe por trás do poder encenado pelo “Salvador da Alemanha”, em sua quase secreta vida privada.

“... Hitler chegou ao estabelecimento de Hoffmann discretamente na hora de fechar. Quando entrou na loja, Eva não ficou nem um pouco intimidada(...)Nesta noite, ao que parece, contou a irmã Ilse o que acontecera em seguida:

‘Eu havia subido numa escada para alcançar os arquivos que ficavam guardados nas prateleiras mais altos do armário. Nesta hora, o chefe entrou, acompanhado de um homem de certa idade com um bigode gozado, um sobretudo claro em estilo inglês e um grande chapéu de feltro na mão. Os dois se sentaram no lado oposto da sala. Tentei olhar de soslaio em direção e senti que o sujeito fitava minhas pernas. Bem nesse dia eu havia encurtado a saia e fiquei com um pouco de vergonha, pois não tinha certeza de ter feito a bainha direito’... ”⁵

Hoffman era o proprietário de uma loja de fotografias que atendia ao governo Alemão, antes e de depois da ascensão de Hitler, local onde ele conheceu Eva Braun, com quem manteve um romance secreto na época.

O que se esperava de um líder da época, não possibilitava que o Führer Alemão mantivesse um relacionamento aberto ao público. Isso por uma estratégia que visava demonstrar uma total dedicação à causa e evitar transmitir alguma fraqueza. E por outro lado manter no coração das grandes colaboradoras a esperança de se tornarem esposa de Hitler ou até mesmo ter um filho com o grande líder.

Tais revelações podem trazer no mínimo surpresa a grande maioria das pessoas, pois nunca iria se imaginar que logo Adolf Hitler seria capaz de cortejar, namorar ou mesmo amar alguém. Talvez esta não seja a imagem - a de um homem capaz de amar - condizente com o

⁵ TIRABOSCHI, Juliana. O Maior segredo do III Reich. *Galileu, SP*, nº. 193. Ago 2007.

imaginário que se produziu ao longo das décadas em que a figura de Hitler estaria somente ligada a atrocidades cometidas durante a existência do III Reich. Tanto na época quanto agora a imagem de Hitler estará sempre associada à de um monstro sem sentimentos.

Mas no final quando a guerra já estava perdida Hitler, ao fazer seu testamento, deixou além de pertences o sonho de ser o salvador da Alemanha, e preparou-se para retornar a seu 'Eu', reconhecendo a fidelidade da sua companheira de 14 anos, Eva, casando-se com ela na véspera de seus suicídios, Eva por ingestão de cianeto de potássio e Hitler por ingestão do veneno e um tiro na têmpora direita. Dando fim a uma peça teatral onde o desfecho não poderia ser outro por se tratar de um drama.

Ao final podemos perceber que obrigatoriamente tem que haver um distanciamento entre o público e o privado. Não sendo necessário usar como exemplos figuras ilustres do meio político, atual ou não, para termos a certeza que não só o *Poder* se utiliza da encenação para angariar a simpatia do público. Os anônimos também lançam mão de artifícios quando tem que se apresentar em determinados locais. E assim como os detentores do *Poder*, também modificam suas atuações em conformidade com o local e o público alvo.

Não seria incorreto afirmar que somos preparados para interagir com esse modelo de Poder Político, respondendo de forma automática às palavras de um bom orador ou a um gesto que demonstre força ou rigor.

FONTES

TIRABOSCHI, Juliana. O Maior segredo do III Reich. *Galileu, SP, n.º. 193. Ago 2007.*

REFERÊNCIAS

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*; tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1982.

GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na Vida Cotidiana*. tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes. 1985.

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*; tradução de Luiz T. Caldas de Moura. Brasília, UNB, 1982.

FOUCAULT, Michel. *Micro Física do Poder*; org. e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*; tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária. 2007.

BURKE Peter. *O que é Historia Cultural?* Tradução Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro. 2005

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA NUM QUILOMBO DO VALE DO RIBEIRA

Nathércia Pires Silvestre*

RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo investigar o processo de construção/redefinição da identidade étnica do quilombo Morro Seco, localizado no Vale do Ribeira/SP e que vem, a partir da promulgação da Constituição de 1988, no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, afirmar a ascendência negra com o intuito de garantir o direito de propriedade da terra previsto na lei. Também busca averiguar de que maneira a valorização da identidade afrodescendente, por parte desta comunidade, está inserida num processo maior, envolvendo muitas comunidades negras rurais no país, envolvidas na conquista da posse formal de suas terras.

Palavras-chave: Identidade, Etnicidade, Quilombos.

ABSTRACT:

This work has for objective to investigate the construction process/redefinition of the ethnic identity of rebel slave community Morro Seco, located in Vale do Ribeira/SP and that it comes, from the promulgation of the Constitution of 1988, in Article 68 of the Act of the Transitory Disposals Constitutional, to affirm the black ancestry with intention to guarantee the right of property of the land foreseen in the law. Also it searches to inquire how the valuation of afro-Brazilian identity, on the part of this community, is inserted in a bigger process, involving many agricultural black communities in the country, involved in the conquest of the formal possession of its lands.

Key-words: Identity, Ethnicity, Rebel Slave Communities

* Universidade Estadual Paulista (UNESP- Campus de Marília). Mestranda em Ciências Sociais. Bolsista CAPES.

A questão quilombola ganha visibilidade na agenda social e política nacional a partir da Constituição de 1988 que, no seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Artigo 68, prescreve: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os respectivos títulos.”

Para a Associação Brasileira de Antropologia, os termos *comunidades remanescentes de quilombo* se referem à seguinte condição: “Toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado.” (1994). A essas *comunidades negras rurais* também cabe a denominação *terras de preto*. Segundo Gusmão (1995), geralmente é assim designada a população negra que vive no meio rural. Sendo que a *visibilidade* ou *descoberta* de existência rural negra pôs em questão seus diversos nomes: núcleos, agrupamentos, comunidades ou bairros. Para a autora, as várias denominações que designam a existência negra no rural têm base, na maioria das vezes, nas autodenominações dos próprios grupos. O’Dwyer (2002) utiliza a expressão *terras de preto* também para se referir a essas comunidades, declarando que pelo menos essa tem a vantagem de ser uma expressão nativa. Segundo Leite (2000), tal expressão diz respeito às várias situações decorrentes da reorganização da economia brasileira no período pós-escravista. No Vale do Ribeira, esses *territórios negros* também têm sua origem, não só a partir das áreas ocupadas pelos escravos em fuga, mas de várias outras formas, quais sejam, o de terras doadas (ou deixadas de herança) a escravos por seus antigos donos, terras ganhas por serviços militares prestados ao Estado, terras compradas por escravos libertos e mesmo aquelas regiões ocupadas por escravos abandonados por seus donos, quando estes migraram para as Minas Gerais no século XVIII, em função do esgotamento aurífero na região do Ribeira de Iguape.

A produção recente sobre a resistência negra à escravidão e a temática quilombola tem lançado luz sobre estas questões e redimensionado o antigo conceito de quilombo, enquanto agrupamento isolado da sociedade escravista e a criação de uma sociedade alternativa livre. Este tipo de proposição, defendida por historiadores como Edison Carneiro e Clóvis Moura, vem sendo revisada por autores como João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, quando estes lançam mão do conceito de *campo negro*. Tal idéia diz respeito a uma complexa rede de agentes sociais, envolvendo, não só escravos fugidos, mas libertos, assenzalados, comerciantes, e mesmo membros das elites, numa relação de troca de interesses e solidariedades. Em estudo elaborado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São

Paulo - ITESP sobre os negros do Ribeira, o laudo antropológico desenvolvido também apontou para a existência de um *campo negro* em tal região.

Outra noção bastante cara aos estudos sobre o campesinato negro e às populações tradicionais de forma geral (indígenas, caiçaras, camponeses como um todo) é a de território. O território assume importância fundamental para estas populações pois está relacionado à reprodução física e simbólica destes grupos. Daí a necessidade de permanência dos mesmos em seu local de origem, o que justifica a luta pela terra. No caso do campesinato negro, sua identidade étnica está diretamente relacionada ao compartilhamento de um território. Diversos trabalhos sobre populações camponesas no Brasil também têm demonstrado a importância da relação entre território e parentesco. Sendo assim, parentesco e território criam, juntos, identidade. Porque os indivíduos estão ligados a grupos domésticos que se relacionam e ocupam um lugar dentro de um território maior. Se, por um lado, essa idéia de território nos remete a uma noção estrutural de identidade, no caso da identidade quilombola ela também pode ser concebida de maneira fluida, situacional, a partir da necessidade de lutar pela terra, ao longo das duas últimas décadas. Isto, para lançar mão do conceito de flexibilidade dos grupos étnicos (Barth, 1998) e, sobretudo, da idéia de que um grupo, quando diante de uma situação histórica específica, passa a realçar determinados traços de sua cultura, em detrimento de outros.

No caso das comunidades negras rurais do Vale do Ribeira, estas têm encontrado várias adversidades no intuito de permanecerem em suas terras: a luta contra fazendeiros e grileiros, a possível construção de barragens no rio Ribeira de Iguape e alguns de seus afluentes que inundariam comunidades inteiras, a existência de restrições ambientais para o cultivo de suas terras. Estas adversidades, e muitas outras, são sentidas, não só no Vale do Ribeira, mas no Brasil como um todo, por um contingente populacional que se vê constantemente ameaçado na sua sobrevivência material e simbólica. Suas terras são hoje alvo da cobiça da sociedade envolvente, que tende a vê-las apenas como mercadorias. Mediadas pelo capital elas passam a ser terra de negócio em oposição à terra de trabalho. Ademais, estes grupos carregam o estigma de serem herdeiros de um passado de escravidão, onde o negro era inferiorizado e, por definição, escravo, a menos que se provasse o contrário (CARNEIRO DA CUNHA, 1985).

A Comunidade Morro Seco

A comunidade Morro Seco situa-se no município de Iguape, distando 85Km deste centro urbano e ficando mais próxima do centro urbano de Juquiá (15km). Em função desta localização, torna-se mais comum o deslocamento de seus moradores a Juquiá, ao invés de Iguape, quando necessitam dos serviços urbanos. Por conta desta situação, acabam sofrendo o descaso de ambas as prefeituras, que não se responsabilizam pela comunidade. O Morro Seco, hoje, passa por problemas enfrentados pela grande maioria das comunidades quilombolas do país: precariedade nos serviços de transporte, saúde, educação e oportunidades de lazer. Conta com apenas um terço de seu território original, devido ao fato de vários de seus membros terem vendido seus lotes e migrado para os grandes centros (Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba) procurando melhores condições de vida. O Vale do Ribeira sofreu fortes abalos econômicos nos anos 60 e 70, a partir da expansão capitalista na região, nos anos 50. Lourdes Carril (1995) aborda vários elementos constituintes deste processo. A autora menciona o fato de que, em muitos momentos da história de nosso país, o Vale do Ribeira foi visto como uma região atrasada. Nesse sentido, se justificava, por parte do Estado, uma série de providências que colaborassem para o desenvolvimento do lugar, a partir principalmente da industrialização que ganhou grande expressão com a exploração do palmito. Concomitante a este processo, a partir da década de 50, foram criadas várias áreas de proteção ambiental, reservas e parques ecológicos no Vale do Ribeira. Atualmente, estas áreas ocupam dois terços de todo o Vale, o que coloca sérias restrições às áreas de cultivo agrícola das populações quilombolas. Estas, que praticavam a agricultura em sistema de coivara, respeitando os ciclos naturais sem depredar o meio ambiente, passaram a dispor de uma porção de terra muito pequena para as hortas caseiras. As mesmas ficaram restritas aos quintais das casas (onde deveriam ser cultivadas plantas medicinais e animais domésticos) cansando e, conseqüentemente, enfraquecendo o solo. Os mais velhos sempre se lembram de um tempo passado de fartura, em oposição ao de hoje, quando quase tudo tem que ser comprado fora da comunidade. Este quadro obrigou muitos destes camponeses a se dedicarem ao corte do palmito, a fim de alimentar a indústria crescente na região, nos anos cinqüenta. Quando estas fecharam, não viram outra alternativa, a não ser vender suas terras e migrar. Vale mencionar o fato de que, no Vale do Ribeira, há registros de comunidades cujo território total se encontra dentro destas regiões de proteção ambiental. Como afirma Carril, as populações negras rurais foram totalmente ignoradas no momento da demarcação destas áreas, como se não existissem.

Origem e Modo de Vida tradicional

A fundação da comunidade Morro Seco não remete a um ancestral fundador, geralmente associado a um ex-escravo, muito comum em outras comunidades quilombolas.

Segundo a memória dos seus informantes mais antigos – Sr. Bonifácio, de 82 anos e Sr. Armando, 72 anos – grande parte dos atuais moradores da comunidade descende das uniões formadas pelos filhos de dois casais-chave: Joaquim Alves Sabino e sua esposa Maria Constância do Espírito Santo e Teobaldo Honório Pereira e sua esposa Rita Modesto Pereira.

Como é próprio de um bairro rural tradicional, os moradores estabeleciam entre si vínculos de solidariedade para o trabalho que se estendia alhures, para além dos limites de suas próprias áreas, abarcando domínios vicinais. Segundo Cândido (1987), dois critérios principais definem os bairros rurais, a saber, o trabalho coletivo e a co-participação em eventos religiosos. A principal manifestação do trabalho coletivo nas sociedades de camponeses livres é o mutirão.

Os moradores mais idosos da comunidade se lembram com muita saudade dos mutirões, das festas religiosas e dos bailes de fandangos. Dançava-se o fandango sempre ao final das festas religiosas e dos mutirões. Esta dança é originariamente espanhola tendo chegado ao Brasil com os primeiros casais de colonos açorianos por volta do século XVIII. Atualmente, o fandango foi retomado pela comunidade. E, embora seja dançado por um número menor de integrantes, se coloca enquanto manifestação artística que carrega a cultura negra quilombola já que, para os moradores do Morro Seco, o fandango é visto como sobrevivência da cultura africana. Por conta deste erro de origem, torna-se um sinal diacrítico capaz de publicizar as lutas das comunidades quilombolas, já que são convidados a dançar em todos os eventos que reúnem as comunidades negras rurais do Vale do Ribeira e também nas capitais próximas (São Paulo e Curitiba). Redescobrir o fandango faz parte de um processo maior de resgate da auto-definição positiva, compartilhado com outras comunidades rurais de origem quilombola.

Este projeto de pesquisa nasceu com o intuito de incrementar a produção de estudos antropológicos que vêm crescendo, cada vez mais, sobre comunidades quilombolas. Em todo o país, várias comunidades buscam o seu reconhecimento como remanescentes de quilombos a fim de conquistar o título de posse de suas terras, o que vem despertando um interesse cada vez maior sobre este tema.

Um outro elemento que justifica a escolha e a importância do tema é o fato de ainda haver poucos estudos sobre as comunidades quilombolas no Estado de São Paulo. Sobre

o quilombo Morro Seco, objeto pesquisado, existe apenas o Relatório Técnico-Científico produzido pela Fundação ITESP. Portanto, embora seja um campo de estudo em expansão, ainda há uma grande lacuna de conhecimentos sobre esta camada da população brasileira tão ampla e diversificada. Segundo o levantamento do ano de 2005, feito pelo Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília há, no Brasil, 2.228 comunidades remanescentes de quilombos, espalhadas pelas mais diversas regiões do país.

Este estudo também colabora no sentido de resgatar a importância histórica e cultural de grupos que carregam um passado, e ainda um presente, com muitos estigmas: os de serem negros, rurais e pobres.

Sendo assim, busca analisar de que maneira a população negra no Brasil, em condição de campesinato, tendo sido estigmatizada de tantas maneiras e sofrido profundos abalos em suas formas de sociabilidade e estratégias de reprodução (em decorrência da expansão capitalista no campo) vem, recentemente, reestruturando suas relações com a sociedade nacional, buscando os direitos adquiridos na lei e afirmando uma identidade positiva, tendo como referência a ancestralidade negra. Também tenta compreender de que maneira os quilombolas da comunidade Morro Seco vêm reconstruindo/redefinindo sua identidade étnica, após o fato de terem sido considerados remanescentes de quilombo. Procura analisar de que forma esta identidade tem sido construída positivamente e quais os agentes sociais que tem contribuído para tanto.

O desenvolvimento da pesquisa realizar-se-á através de um denso trabalho de campo baseado em dados qualitativos obtidos pela participação da pesquisadora na vida cotidiana dos pesquisados. Para tanto será utilizado o recurso da observação participante. A intersubjetividade passa a integrar o método. Como afirma Cardoso (1986), a relação intersubjetiva entre o sujeito e o objeto passa a ser o encontro entre pessoas estranhas onde, dentro de um movimento de aproximação, desvendam-se sentidos ocultos das relações humanas. Seguindo os passos de Oliveira (2000), a prioridade do método será a relação dialógica entre os sujeitos (pesquisador e pesquisado), de forma que tal relação faça com que os horizontes semânticos em confronto – o do pesquisador e o do pesquisado – propiciem um verdadeiro encontro etnográfico.

De acordo com estas considerações, as entrevistas assumirão um caráter baseado no diálogo, com utilização do gravador, desde que este instrumento não cause constrangimento ao entrevistado e haja o consentimento por parte do mesmo. Recorrer-se-á à construção das histórias de vida dos membros mais antigos da comunidade. A utilização do

caderno de campo é de extrema importância, devendo acompanhar a pesquisadora em todos os momentos da etnografia.

Serão utilizados a fotografia e o vídeo como importantes instrumentos para a interpretação das práticas sociais nas quais os informantes estão inseridos. Segundo Collier Júnior (1973), a fotografia de ações sociais conduz o pesquisador a uma área rica de pesquisa não verbal, e se cuidadosamente observada, pode revelar identidade cultural, expressão psicológica, talvez até dimensões complexas de estrutura social. Além de facilitarem uma socialização com os interlocutores da pesquisa em questão. Segundo Novais (1998), as imagens não falam por si, mas expressam e dialogam com modos de vida típicos da sociedade em que vivemos.

Além do trabalho etnográfico, será feito o levantamento bibliográfico sobre os seguintes temas: identidade cultural, identidade étnica e territorialidade, memória e resistência cultural, história de vida, antropologia visual, e demais produções antropológicas e historiográficas sobre quilombos/comunidades quilombolas/ remanescentes de quilombos. Após a leitura da bibliografia e do trabalho etnográfico, a pesquisadora passará à análise dos dados obtidos, tendo como momento subsequente a escrita de sua dissertação de mestrado. Se a consulta bibliográfica e a pesquisa de campo apontarem para a necessidade de, serão feitas consultas a arquivos estaduais e municipais, cartórios e demais possíveis fontes documentais sobre população escrava e ocupação do Vale do Ribeira.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. “Os quilombos e as novas etnias”. In: O’DWYER, E. C. (Org.) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ARRUTI, J. M. A. “A emergência dos ‘remanescentes’: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas”. *MANA*. v. 3, n. 2, Rio de Janeiro: PPGAS, 1997.

BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

BRASIL *Constituição da República Federativa do Brasil*: ADCT. Art.68. Brasília: Senado Federal, 1988. 310p.

CANDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

CARDOSO, R. (Org.) *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARNEIRO DA CUNHA, M. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARRIL, L.F.B. *Terras de Negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência*. São Paulo. Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP, 1995.

COLLIER Jr, J. *Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo: EDUSP, 1973.

COSTA, M. S. *Negros, morenos ou quilombolas: memórias e identidades em Macapazinho*. Pará. Dissertação (Mestrado), UFPA, 2003.

DUARTE, L. F. D. *Dicionário de Ciências Sociais*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1987, p.740. Verbetes Memória.

GARCIA, J. M. “Conceituação”. In: ANDRADE, T. ; PEREIRA, C. A.C.; ANDRADE, M.R. (Ed.). *Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território*. 2. ed. São Paulo: ITESP, 2000. p.7-9. (Cadernos ITESP. 3).

GOMES, F. S. “Conclusão”. In: ANDRADE, T. ; PEREIRA, C. A.C.; ANDRADE, M.R. (Ed.). *Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território*. 2. ed. São Paulo: ITESP, 2000. p. 159-181. (Cadernos ITESP. 3).

GOMES, F. S. “Quilombos do Rio de Janeiro no Século XIX”. In: REIS, J. J.; _____. *Liberdade Por Um Fio: história dos quilombos no Brasil*. SP: Companhia das Letras, 1996. p. 263-290.

GUSMÃO, N. M. M. *Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro*. São Paulo: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1995.

LEITE, I. B. “Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas”. *Cadernos Textos e Debates/NUER*, N° 7, 2000.

MARTINS, J. S. *Expropriação e Violência – a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991. (3ªed.).

MOURA, C. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Tudo é História).

NOVAES, S. C. “O uso da imagem na antropologia.” In: Samain, E. (Org) *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998.

O'DWYER, E. C. "Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos". In: O'DWYER, E. C. (Org.) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, R. C. *O trabalho do antropólogo*. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2000.

TURATTI, M.C.M. *Comunidade Remanescente de Quilombo Morro Seco (Iguape/SP) – Relatório Técnico-Científico*. São Paulo, Fundação ITESP, 2003.

A TRAJETÓRIA DO PROFESSOR-ARTISTA FERNANDO PALUAN E A EDUCAÇÃO MUSICAL NO MUNICÍPIO DE BAURU - SP

*Rosa Maria Araújo Simões**
*Helerson de Almeida Balderramas***

Resumo

Em busca de compreender e refletir sobre a educação musical brasileira, a partir de um contexto específico atrelado à formação do professor de música, foi realizada uma etnografia no “Núcleo de Artes” da Universidade do Sagrado Coração (USC) na cidade de Bauru (SP) onde são ministrados os Cursos de Graduação em Educação Musical (Licenciatura) e em Instrumento (Bacharelado). Na convivência com alunos e professores desta instituição foi possível obter depoimentos que destacavam a importância do professor-artista (pianista e regente de coro) João Fernando Paluan para o cenário da educação musical de Bauru e região. Ao entrevistarmos tal professor, enfocando seus dados biográficos e a relação com a educação musical, algumas convergências são estabelecidas (canto coral e ensino de piano) entre a história da educação musical local com o contexto mais amplo do ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: educação musical, USC, Fernando Paluan

Abstract

With the goal to understand and making a reflection about brazilian musical education, it was realized an ethnographic research in the “Núcleo de Artes” of “Universidade do Sagrado Coração” (USC) in Bauru city (SP), an especific context relative to teacher’s formation of music where the graduation courses of music are offered. When we lived with students and teachers of this institution, it was possible to collect depositions that emphasized the importance of artist-professor (pianist and choral conductor) João Fernando Paluan in the musical education scenery of Bauru city and region. To interview this professor, focalizing his biographic datas and the relation with a musical education, some convergences were established (the choral sing and the piano teaching) among history of local musical education and the general context of relationship teaching and learning.

Keywords: musical education, USC, Fernando Paluan

*Departamento de Artes e Representação Gráfica/Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação/UNESP/Bauru; Pesquisadora do Interartes: processos e sistemas interartísticos e estudos da performance (UFG); Doutora em Ciências Sociais/UFSCar.

**Professor das disciplinas Metodologia da Pesquisa em Música I e II do Núcleo de Artes da Universidade do Sagrado Coração (USC); Mestre em Turismo e Hotelaria/UNIVALI, Balneário Camboriú (SC).

Introdução

Ao trabalharmos desde o ano de 2002 com a disciplina “Expressão Musical” no curso de graduação em Educação Artística – Habilitação em Artes Plásticas no Departamento de Artes e Representação Gráfica da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp de Bauru (SP), pudemos constatar, a partir de entrevistas realizadas com os alunos que freqüentavam a disciplina que, ou os alunos não tinham nenhuma iniciação musical durante o ensino fundamental e médio, ou quando tinham, relatavam que suas experiências no aprendizado musical eram bastante conturbadas. Como exemplo, seguem alguns trechos de relatos dos alunos: “a minha professora de piano me batia na mão quando eu errava” ou, “o meu professor falava que eu não tinha dom para música”, ou ainda, “a aula de teoria musical era maçante, não entendia sua relação com a prática instrumental”, ou, “eu tinha que repetir o mesmo exercício até a exaustão, ficava tudo doendo, aí eu desisti”.

O ensino da música na contemporaneidade está se reformulando e, apesar de, no Brasil, infelizmente, ainda não haver aulas de música na maioria das escolas de ensino fundamental e médio como é proposto pelos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais (2000), alguns bons trabalhos desenvolvidos em educação musical devem ser citados.

Um dos grandes questionadores dos métodos tradicionais de ensino e, conseqüentemente, transformador da realidade do ensino musical, foi o alemão, naturalizado brasileiro, Hans-Joachim Koellreuter que, em 1937 chegou ao Brasil. Brito (2001), aluna de Koellreuter e, sob sua influência, debruça-se sobre a questão do ensino da música desde 1980 e, no tocante à questão do método a autora aponta:

O professor Koellreuter guiava-se (procedimento que aconselhava nos cursos de atualização pedagógica) prioritariamente pela observação e pelo respeito ao universo cultural, aos conhecimentos prévios, às necessidades e aos interesses de seus alunos. A participação ativa, a criação, o debate, a elaboração de hipóteses, a análise crítica, o questionamento... sempre foram princípios básicos presentes em todas as situações de ensino-aprendizagem propostas e/ou coordenadas por ele, posturas derivadas de sua vivência, experiência e reflexão, de suas pesquisas, análises e críticas aos modelos tradicionais de ensino (BRITO, 2001: 29)

Para ilustrar a dimensão do Koellreutter educador a autora cita a fala de seu mestre proferida na abertura dos Primeiros Seminários Internacionais de Música, em Salvador (BA) ocorrida em 1954:

Sabemos que é necessário libertar a educação e o ensino artísticos de métodos obtusos, que ainda oprimem os nossos jovens e esmagam neles o que possuem de melhor. A fadiga e a monotonia de exercícios conduzem à mecanização tanto dos professores quanto dos discípulos. Não é a rotina que governará os ‘Seminários’, mas o espírito de pesquisa e investigação, pois é indispensável que, em todo o ensino artístico, sintam-se o alento da criação (KOELLREUTTER apud BRITO, 2001: 30).

Com a afirmação acima não pretendemos descartar toda uma herança em termos de métodos que, historicamente, constitui o campo da música enquanto arte e ciência que, por conseguinte, envolve a questão da sistematização de tal conhecimento com vistas para a experiência do ensino-aprendizagem.

O **objetivo** é compreender e refletir sobre a questão da educação musical brasileira a partir de um contexto específico atrelado à formação do professor de música. Para tanto, foi realizada uma entrevista com o Professor João Fernando Paluan, coordenador do curso de graduação em Educação Musical da Universidade do Sagrado Coração (USC) na cidade de Bauru (SP). Este interlocutor foi escolhido devido à sua importância no cenário da educação musical de Bauru e região, o qual contribuiu (e, continua contribuindo) para as transformações e refinamentos nesta área.

Música e educação musical: considerações históricas

A partir da História da Arte é possível observar que, no caso da música, esta passa a ser cultivada, enquanto arte, desde a Antigüidade, período no qual a música, embora ligada à religião e à política, já era organizada em escalas com sons determinados.

De acordo com Candé (2001: 46) “é apenas no neolítico (c. 9000 a. C) que as ferramentas de pedra polida permitem fabricar a partir de um modelo objetos sonoros afinados na altura desejada, condição necessária para o desenvolvimento de uma civilização musical”. Reis (1993: 26-27) afirma que, apesar da origem da música se dar com a própria origem do universo, da natureza, ela, a música, não seria configurada como arte na Pré-História devido a três fatores: 1) pois teria sido “uma expansão impulsiva e instintiva do movimento sonoro ou apenas um

expressivo meio de comunicação, sempre ligada às palavras, aos ritos e à dança”; 2) “o ritmo, como elemento dinamizador e socializante, extremamente ligado ao movimento corporal, desenvolveu-se bastante, enquanto a melodia permanecia limitada e pobre”; 3) “a monotonia da repetição musical e o feio sonoro eram usados pelos primitivos como forças de efeitos mágicos, capazes de persuadir os deuses a atender seus pedidos ou de espantar os maus espíritos”.

Vale apontar que não estamos preocupados em comprovar se a música já tinha ou não o status de arte na pré-história. O fato é que, no desenrolar do processo histórico, no que diz respeito aos saberes relacionados à construção de instrumentos musicais, por exemplo, pode-se afirmar que havia uma busca pelo aperfeiçoamento deles, de maneira a conseguir uma valorização do timbre. No tocante à escrita musical, foi neste período que se deu seu início, utilizando-se símbolos semelhantes aos da escrita comum ou desenhos da linha melódica, imitando, por vezes, a própria linguagem quironômica¹.

Na Grécia Antiga, a juventude era educada com música² e ginástica, pois, tanto uma, quanto outra, eram consideradas imprescindíveis para o desenvolvimento harmonioso do corpo e do espírito.

Med (1996), por sua vez, afirma que a música, arte de combinar os sons, vem sendo cultivada desde as mais remotas eras e que,

Os chineses³, três mil anos antes de Cristo, já desenvolviam teorias musicais complexas como, por exemplo, o círculo das quintas. Para os gregos e romanos, a musa EUTERPE tinha a atribuição especial de proteger a música. Para os católicos, a padroeira dos músicos é Santa Cecília, uma musicista cristã sacrificada no ano 232 d. C. (MED, 1996: 9).

¹ “Quironomia, do grego **cheir**, mão. A regência quironômica, ou a descrição espacial das alturas por meio dos gestos é uma antiga forma de regência na qual o maestro indica as curvas melódicas e os ornamentos por meio de sinais que formam ondulações, desenhos ascendentes ou descendentes, linhas e pontos no espaço” (CAZNOK, 2003: 55).

² Como aponta Ellmerich (1962: 19) “a própria palavra música significava “arte das musas”. Na mitologia grega, as musas representam seres celestiais, divindades que, supunha-se, inspiravam as artes e ciências; eram nove, a saber: Calíope: da poesia épica; Clio: da história; Erato: da poesia amorosa; Euterpe: da poesia lírica e da música, chamada “a que dá prazer” representada com a flauta dupla (diaulo); Melpômene: da tragédia; Polínia: dos hinos sacros; Tália: da comédia; Terpsícore ou Terpsichôre: da dança e do canto coral, chamada a bailarina e representada com a lira e o plectro; Urânia: da astronomia”.

³ Montanari (2001: 13) questiona a particularidade histórica relacionada aos chineses, qual seja, a de ser o povo mais antigo do mundo. Tal fato levaria a crer que o cultivo da música, de maneira sistemática, teria nascido com eles, no entanto, o autor afirma que a civilização dos chineses “não possui mais do que 5 000 anos, o que nos permite admitir que foram, realmente, os sumérios e assírios os primeiros a cultivar música”.

De acordo com este musicólogo, a música não é apenas uma arte, mas também uma ciência. Por isso, os músicos (compositores ou intérpretes) precisam, além de talento, uma técnica específica, bem apurada a qual é aprendida durante longos anos de estudo. Assim, para que o músico alcance nível profissional competitivo, é necessário, além de talento; força de vontade e perseverança.

Alguns instrumentistas limitam-se apenas a dominar a técnica de seu instrumento. Estes nunca irão atingir a perfeição, pois, além da habilidade mecânica, o músico precisa ter o domínio de toda ciência musical, que se estrutura em várias disciplinas: teoria (básica) da música, solfejo, ritmo, percepção melódica, rítmica, tímbrica e dinâmica, harmonia, contraponto, formas musicais, instrumentos musicais, instrumentação, orquestração, arranjo, fisiologia da voz e fonética, psicologia da música, pedagogia musical, história da música, acústica musical, análise musical, composição, regência e técnica de um ou mais instrumentos musicais específicos. Essas disciplinas, também chamadas de Teoria Geral da Música, são um meio e não um fim. No entanto, são um meio indispensável. Essas disciplinas sintetizam as experiências de todas as gerações de compositores e de músicos do passado. Apresentam sugestões, conselhos e recomendações, e não regras rigorosas intransigentes (MED, 1996: 9-10).

Em geral, a partir da Teoria (básica) da Música, é possível analisar a grafia musical e seu significado (notas, valores, claves, compassos, matizes, abreviaturas etc.) e os sistemas musicais (escalas, intervalos, acordes etc.), mas, como orienta Med (1996), deve haver uma aplicação prática das definições e, para que o aluno realmente atinja o domínio da teoria, este deverá fixar as regras por meio de inúmeros exercícios diários. Esta é a “fórmula” para um bom aprendizado musical, entretanto, da maneira com que ela, tradicionalmente, vem sendo aplicada, ou seja, a iniciação musical se torna “constrangedora”, pois, o ensino da música, não apenas no âmbito dos conservatórios, dos cursos livres, ou aulas com professores particulares, por vezes, vem acompanhada de um grau de exigência muito elevado, à semelhança dos métodos e estratégias de ensino aplicados ao músico de “alto nível” e/ou profissional.

Daí é possível afirmar que nem sempre um bom músico será um bom professor e, nem sempre um bom professor será um bom músico. No entanto, há aqueles que conseguem ser bons professores-artistas (ou bons músicos e professores). É o caso do professor João Fernando Paluan, sua história de vida nos revela elementos relacionados à questão do ser músico e suas relações com o processo de ensino-aprendizagem.

O contexto da pesquisa

O Conservatório Musical Pio XII situado no campus da Universidade do Sagrado Coração (USC) é o centro de formação musical mais antigo de Bauru. Sua fundação se dá no ano de 1928. “O Conservatório Musical Pio XII, que vinha da década de 20 e já tinha se incorporado à entidade (FAFIL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Sagrado Coração de Jesus, atual USC), tornou-se a Faculdade de Música Pio XII, em 1963” (BRANDÃO, 1998: 46).

Além de cursos de instrumentos diversos, o Conservatório conjuntamente com o Núcleo de Artes e seus respectivos cursos de graduação em música (Licenciatura em Educação Musical, Bacharel em Instrumento e Regência), promovem várias atividades, como recitais, concursos nacionais e internacionais, intercâmbios culturais, cursos de metodologia do ensino pianístico. Vale destacar que alguns de seus alunos e professores foram premiados ao participarem de festivais nacionais e internacionais.

Nesta pesquisa foram utilizadas: a pesquisa bibliográfica das obras relacionadas à temática da história da música e seu ensino; a pesquisa de campo no Núcleo de Artes da USC que, por meio de observação participante, tornou possível constatar a necessidade de focar a história de vida do Prof. Paluan.

De acordo com Queiroz (1987: 275) a história de vida se define “como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que ele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global (...)”. Desta maneira, tal procedimento nos permitiu destrinchar a temática da educação musical formal em Bauru, e por extensão, refletir sobre a mesma, em âmbito nacional.

Foram realizadas, portanto, entrevistas com tal professor; seus relatos orais foram registrados em fita cassete por gravador de áudio, os quais foram transcritos e, posteriormente analisados.

João Fernando Paluan: trajetórias de um professor-artista

Nascido em 09 de setembro de 1957 (registrado no dia 18) na cidade de Duartina (SP), é filho de Dolores Álvares Paluan e de Primo Walter Paluan. Sua mãe era costureira e seu pai era mecânico (ambos aposentados atualmente). Seu ingresso na música se deu quando criança,

quando sua irmã, que estudava piano, chamou-o para ensaiar, pois ela precisa de crianças para cantar “Noite Feliz” numa audição de final de ano. Foi a partir de tal ensaio que Paluan, quando ouviu o piano, sentiu o desejo de estudá-lo.

Meu pai não queria, mas mesmo assim eu fui. Estudei um tempo [em Duartina]. Aí fiquei uns dois anos estudando por conta própria, resolvi vir pra Bauru, ter aula de piano com alguém que realmente soubesse piano. Isso foi em 75, quando eu conheci a professora Daicy Ribeiro Barone, que eu considero, um ícone do ensino musical em Bauru. Por ela já passaram, inúmeros alunos, alguns que foram embora do país, e que se fixaram como artistas, sendo que a maior representante dela foi a Fúlvia Escobar, uma bauruense que estudou com ela, e, posteriormente, foi aluna do Arnaldo Estrela, considerado um dos maiores pianistas e professores de piano do Rio de Janeiro. (depoimento de Paluan, 2007).

Depois que Paluan começou a ter aulas com Dona Daicy, iniciou suas participações em concursos e, num destes ganhou uma bolsa para estudar com Gilberto Tinetti, pianista da USP e presidente da banca de tal concurso. Estudou cinco anos com Tinetti,

indo sempre pra São Paulo, que eu considero assim, que foi o cara que me mostrou verdadeiramente o que é ver o piano de uma outra forma (...), chegou o momento em que ele falou que eu teria que ficar em São Paulo. Já pra tocar com orquestra, e dali estudar no exterior. Mas a situação financeira daquela época não me permitia. Eu não tinha como sobreviver em São Paulo e, com uma dor imensa no coração, eu falei: bom, vou parar por aqui, mas parar de ter aula, não parar de tocar piano. (...)E minha mãe, como eu disse, era costureira, e eu já fazia faculdade de Instrumento, aí uma diretora de uma escola estadual da cidade de Ubirajara foi fazer uma roupa para uma festa e perguntou pra minha mãe se ela conhecia alguém que fazia faculdade de música, pra dar aula na escola. A minha mãe falou: ai meu filho faz. Aí eu cheguei à noite, que eu viajava todos os dias e, no dia seguinte liguei pra essa diretora e nesse dia mesmo eu já fui pra Ubirajara. E ali, efetuou toda a papelada e tudo o mais, e ali, eu permaneci durante 8 anos. (ibid)

Foi, então quando se deparou com uma realidade que não era a dele, qual seja, começou a ministrar aulas de música para turmas de 5^a. à 8^a. série (I Grau) e, da 1^a. a 3^a. série (II Grau), numa pequena cidade 90% rural.

Eu falei, o que é que eu vou fazer nessas salas de aula, com gente da roça, com gente do campo? Aí começou a passar na minha cabeça algumas coisas que eu já havia lido sobre a identidade da região na qual você está inserido. Então eu comecei a pesquisar entre os alunos, que instrumentos eles tocavam, que tipo de música eles tocavam. E aí a variedade foi absurda. Obviamente era muita música caipira, muita música sertaneja, mas, tocavam violão, tocavam contrabaixo, tocavam pandeiro, triângulo, enfim, acabei encontrando de tudo. E a partir deste universo que eu encontrei, eu fui trabalhar música dentro da realidade que ela estava inserida. Fui aprender música sertaneja, fui aprender a cantar com eles. (ibid).

Começou a formar corais infanto-juvenis e, com o surgimento do Movimento Coral do Estado de São Paulo (1981) - um concurso que se fazia em etapas: municipal, regional, estadual, respectivamente -, numa de suas edições (1984), Paluan concorreu com seu coral e ganharam como o melhor coral infanto-juvenil do Estado de São Paulo.

a cidade [Ubirajara] parou, porque é muito pequena, teve festa, homenagem, porém, eu tinha Bacharelado em Instrumento e não era Licenciado, dava aula com autorização. Aí as regras dentro da D. E. começaram a mudar e aí eu não poderia dar aula se eu não tivesse dentro de uma licenciatura. (ibid)

Foi então que retornou para a USC, onde já havia cursado o Bacharelado em Instrumento (Piano) no período de 1978 a 1981, para obter a Licenciatura em Educação Artística (Habilitação em Música) em 1987. Como dava aulas em cinco escolas, quarenta horas semanais, quando estava na USC, aproveitava para estudar piano, até que um dia a Irmã Beatriz, diretora do Instituto de Música, e professora do conservatório, ao ouvi-lo tocar, gostou e o convidou para ser pianista do coral do conservatório. Assim ingressa em 1988 no Conservatório da USC e, depois de um semestre, a instituição o convida para ensinar na graduação. A partir de então começa a fazer viagens com seus alunos para o exterior, envolvendo o ensino de piano e o canto coral. Recebe várias premiações ao participar de renomados festivais e concursos nacionais e internacionais.

A partir da breve trajetória apresentada do prof. Paluan foi possível ilustrar a luta de um professor-artista para conseguir chegar num bom nível de formação. Suas ações contribuíram para melhorar a situação não apenas da educação musical de Bauru e região, mas do país e de outros cantos do mundo por qual ele passa. Ao dedicar a sua vida se esforçando para ser um grande pianista, descobriu-se um grande professor que contribuiu na formação de inúmeros alunos em diversos níveis.

Os PCNs apontam para a busca de uma educação musical para todos, no entanto, o Brasil não investe, efetivamente, em educação musical. Se nos debruçarmos em histórias de vida de outros professores-artistas veremos que ainda há muito de luta e perseverança pessoal para que haja alguma educação musical brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, I. L.. *Universidade do Sagrado Coração: 100 anos de história*. São Paulo: Dezembro Editorial; Bauru: EDUSC, 1998.
- BRITO, T. A. *Koellreutter educador: o humano como objetivo da educação musical*. São Paulo: Peirópolis, 2001.
- CANDÉ, R. *História Universal da Música*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CAZNOK, Y. B. *Música: entre o audível e o visível*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- ELLMERICH, L. *História da Música e da Dança*. São Paulo: Boa Leitura Editora, 1962.
- MARIZ, V. *A canção brasileira: erudita, folclórica e popular*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.
- MED, B. *Teoria da música*. 4. ed. Brasília, DF: Musimed, 1996.
- MONTANARI, V. *História da música: da Idade da Pedra à Idade do Rock*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- Parâmetros curriculares nacionais: *arte*/ Secretaria de Educação Fundamental. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *Ciência e Cultura* 39 (3), 1987.
- REIS, S. L. F. *Educação Artística: Introdução à História da Arte*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993.

O REINADO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO: Quando os espaços público e privado se (con)fudem¹

Dalva Maria Soares*

Resumo

O objetivo desse trabalho é evidenciar como o espaço urbano é apropriado pelos sujeitos que vivem a manifestação do *Congado* durante os dias de festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, o qual teve origem em uma investigação de natureza qualitativa e caráter etnográfico, que exigiu da pesquisadora uma aproximação do Reinado da Guarda de Congo Feminina do Bairro Aparecida, em Belo Horizonte, e tornou possível concluir que a festa do Congado amplia, reinventa e recria o espaço urbano para a vivência dos festejos e para a devoção, trazendo os moradores e seus convidados para a rua, fazendo com que o bairro deixe de ser apenas um espaço funcional de residência e constitua-se como espaço de interações afetivas e simbólicas, carregadas de sentido. **Palavras chave:** Congado; festa; espaço urbano;

Abstract

The objective of this work is to put in evidence how the urban environment is appropriated by those who live the manifestation of *Congado* during the days of Reinado de *Nossa Senhora do Rosário* holiday, in which its origin is found in an investigation whose nature is qualitative and feature is ethnographic, and it demanded from her researcher an approximation of the *Reinado da Guarda de Congo Feminina*, at Aparecida district, Belo Horizonte. It became possible to conclude that *Congado's* commemoration widens, recreates and reinvents urban space in order to existence of the parties and to devotion, and it brings the neighbors and their guests to the streets, turning the district not just a functional space of residence, but also a space of symbolic and affective interactions, all of them loaded with feelings. **Keywords:** Congado; Party; Urban environment

¹ Este artigo foi elaborado a partir da monografia de conclusão do curso de Especialização em Lazer do CELAR/UFMG, sob orientação da Prof^a. Vânia de Fátima Noronha Alves, 2006.

* Socióloga, Especialista em Lazer e mestranda em Economia Doméstica/UFV

Introdução

A festa tem sido objeto de investigação de diversas áreas ou campos de conhecimento como a antropologia, sociologia, educação, história, entre outros. Os estudos gravitam em torno da compreensão da identidade nacional, seus usos e costumes, hierarquias sociais, relações mercadológicas, práticas de lazer, formas de socialidade, seu aspecto de espetacularização, o corpo e sua gestualidade, os cantos e danças, as relações com o turismo, dentre tantas outras.

Apesar do aumento de pesquisas e publicações sobre o tema, percebe-se que, muitas vezes, a festa não tem sido o objeto central das pesquisas, revelando-se como um assunto secundário, estudado não pela intencionalidade do pesquisador, mas pela força que adquire dentro de outros contextos investigados. Assim, mais do que descrever as festas é preciso compreender o que ela possibilita para a experiência humana. Torna-se cada vez mais imprescindível, aprofundarmos na compreensão do fenômeno e o que ele nos diz sobre nós mesmos e a vida em coletividade (PEREZ, 2000).

Neste contexto, assumem importância significativa, os rituais do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, ou Congado, uma das mais importantes expressões da religiosidade e da cultura afro-brasileira presentes em Minas Gerais. Todos os anos, milhares de pessoas prestam homenagens a Nossa Senhora do Rosário, aos antepassados e aos santos de sua devoção, sobretudo os santos negros - Nossa Senhora Aparecida, Santa Efigênia e São Benedito - re-atualizando e re-criando a memória ancestral (LUCAS, 2002).

O Reinado consiste num ciclo anual de homenagens a Nossa Senhora do Rosário, e envolve a realização de novenas, levantamento de mastros, procissões pelas ruas da cidade, cortejos solenes, coroações de reis e rainhas, cumprimentos de promessas, leilões, cantos, danças, banquetes coletivos e a entrega de coroas.

As análises, aqui apresentadas, dizem respeito a observações realizadas junto a Guarda de Congo Feminina de Nossa Senhora do Rosário, do Bairro Aparecida, em Belo Horizonte, que começou com uma reunião de uma família de negros, que já participavam

de festas de Congado, em suas cidades de origem, no interior de Minas e que existe há 34 anos.

Em decorrência disso, as perguntas que mobilizaram o presente trabalho foram: como o espaço urbano pode ser apropriado pelos sujeitos que vivem a manifestação do Congado, durante os dias de festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário? Que significados têm essa apropriação para os sujeitos que vivem a manifestação?

Para respondê-las foi feita uma pesquisa, de natureza qualitativa, de caráter etnográfico, que exigiu uma aproximação do Reinado da Guarda de Congo Feminina do Bairro Aparecida, em Belo Horizonte. Tal aproximação se deu no ano de 2005, por meio da “observação participante” em importantes momentos do Reinado, como a coroação dos reis festeiros, a presença da guarda em outros festejos e, principalmente, no momento culminante, que é a festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, realizada em outubro de 2005.

Além disso, foi feita uma entrevista com uma das fundadoras da Guarda, conhecedora do universo mítico e sagrado do Reinado, que traz na sua história, memória e corporeidade as inscrições ancestrais da matriz africana, presentes no grupo.

O espaço urbano e sua dinâmica

José Guilherme C. Magnani é um dos expoentes nos estudos sobre a antropologia urbana. Segundo ele, há algum tempo a cidade passou a ser encarada como a fonte de muitos males sociais (MAGNANI, 2003). Para esse autor, normalmente, as grandes metrópoles são analisadas sob a luz de duas abordagens. A primeira enfatiza os aspectos desagregadores da vida urbana: problemas no sistema de transporte, deficiências no saneamento básico, a falta de moradia, a poluição, a precariedade no sistema de saúde, entre outros; fatores advindos do crescimento exponencial da população, que levam, inevitavelmente, ao caos urbano.

Uma segunda abordagem, normalmente referida às metrópoles do primeiro mundo, aponta que os problemas não são de equipamentos ou infra-estrutura, mas sim, provenientes dos “saltos tecnológicos”, os quais levam a uma desagregação nas formas de comunicação

e nas “redes de sociabilidade”. Em ambas as visões, percebe-se uma privatização da vida coletiva, um confinamento em ambientes sociais restritos, sempre apontando para o medo da violência e, tendo-a como pano de fundo.

Essas duas visões, embora, não de forma assim, tão simplista, acabam sendo confirmadas pela sociedade, seja no discurso da mídia, seja no discurso acadêmico. Quando se fala de problemas urbanos, os transtornos da vida na cidade, os riscos, a perda de contatos e vínculos sociais, são questões recorrentes nas abordagens. O que chama a atenção, nesse caso, é que nessas discussões, a cidade quase sempre aparece como uma entidade à parte de seus moradores. O cenário urbano é desprovido dos atores sociais, pelo menos de um certo tipo de ator. Quando os atores aparecem são, normalmente, representantes do sistema e do mercado (financistas, políticos, agentes imobiliários, investidores). Os moradores propriamente ditos, com suas múltiplas redes de sociabilidade, estilos de vida², conflitos, que realmente dão vida à metrópole, quase sempre são ocultados. Às vezes, até aparecem, mas numa condição de passividade, como espoliados e excluídos (MAGNANI, 2004).

Um outro estudioso que também lança seu olhar sobre o espaço urbano é Roberto DaMata. Segundo ele, o estudo do espaço de uma sociedade possibilita o desvendar de questões importantes como o seu sistema de rituais e o modo pelo o qual a sociedade faz a sua dinâmica. Para Damatta, “o espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade, com suas relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido” (DAMATTA, 1997: 30).

Na verdade, tempo e espaço constroem e, ao mesmo tempo são construídos, pela sociedade. Não há sistema social, em que não exista uma noção de tempo e outra de espaço. No entanto, nas sociedades onde o capitalismo é o sistema econômico dominante, tempo e espaço se apresentam de forma mais individualizada, como medidas únicas.

Cada sociedade tem um rol próprio de tempos e espaços que se apresentam num sistema de contrastes, “permitindo lembranças ou memórias diferentes em qualidade, sensibilidade e forma de organização” (DAMATTA, 1997: 36). As boas lembranças nos

² Amaral (2006: 1) define estilo de vida como a “forma pela qual uma pessoa ou um grupo de pessoas vivenciam o mundo e, em conseqüência, se comportam e fazem escolhas”.

trazem o tempo das vivências prazerosas sempre que invocado, da mesma forma que, não gostamos “nem de lembrar” de eventos que foram ruins para nós. Em função disso, cada sociedade ordena seu conjunto de vivências que deve ser sempre lembrado como parte de seu patrimônio, papel delegado aos mitos³ e narrativas. Essas situações se definem pelos rituais, cerimônias, solenidades e pelas festas. Essas ocasiões trazem uma mudança no modo não só de medir o tempo, mas também uma modificação no espaço.

Segundo DaMatta (1997 “casa” e da “rua”, são palavras que não designam simplesmente espaços geográficos, mas sim, categorias sociológicas, entidades morais capazes de despertar emoções e reações. Espaços que permitem leitura ou construções diferenciadas da sociedade. Enquanto a casa é o lugar da família, é o espaço íntimo e privativo da pessoa, a rua é o lugar do perigo, do anonimato, da individualização. Embora esses espaços tenham uma relação complexa, não estão separados, relacionam-se entre si por seus “subespaços” (praças, mercados, janelas, varandas) e também por ocasiões especiais em que a comunicação se torna possível, desejável. A cerimônia, o ritual, a festa são modalidades que permitem a relação dessas duas categorias sociológicas, que, embora separadas, são complementares de um mesmo sistema social).

Enquanto a análise damattiana tem dois planos com atitudes, valores e comportamentos relacionados ao público e ao privado, Magnani (1998) aponta um terceiro domínio, intermediário entre a “casa” e a “rua” que é o “pedaço”. A “casa” é o lugar da família, dos parentes, a “rua” é o lugar dos estranhos e o “pedaço” é o lugar dos colegas, dos “chegados”.

Aqui (no pedaço) não é preciso nenhuma interpelação: todos sabem quem são, de onde vêm, do que gostam e do que se pode ou não fazer. As pessoas não precisam necessariamente se conhecer, porque se reconhecem, venham de onde vier, trazem na roupa, no corpo, na linguagem, os sinais exteriores de seu pertencimento” (MAGNANI, 1998:12).

Assim, o “pedaço”

designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços

³ O mito é uma narrativa dinâmica de símbolos e imagens que articulam o nosso presente vivido com o passado ancestral (*acrhé*) em direção ao devir (*télos*) daí o seu tecido existencial, sua natureza, sua natureza trágica e sua estrutura arqueo-escatológica (FERREIRA SANTOS, 2005).

familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (MAGNANI, 1998: 116).

Pertencer então, ao “pedaço” significa poder ser reconhecido em qualquer circunstância. Depois da porta da casa, não surge repentinamente o resto do mundo. Entre a “casa” e a “rua” situa-se um outro espaço de mediação, com símbolos, normas e vivências que permitem às pessoas reconhecerem-se enquanto portadoras de uma identidade específica, não mais ligada ao parentesco da “casa”, nem ao anonimato da “rua”, mas uma identidade fundamentada em algum laço concreto: colegas de trabalho, de escola, de futebol, de grupos culturais, etc (MAGNANI, 1998).

A festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário da Guarda de Congo Feminina, do bairro Aparecida, é uma manifestação que nos permite ampliar o olhar sobre as análises dos autores acima citados. A vivência da festa possibilita a constituição de um “pedaço” construído a partir da religiosidade experienciada pela fé e devoção à Santa protetora dos negros.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário: quando os espaços público e privado se (con)fundem

A festa é um ritual que possui parentesco com o estado religioso, pois em ambos, o homem é transportado para fora de si. O indivíduo se sente amparado e transformado por forças que o ultrapassam; é um tempo de emoções intensas e da metamorfose de seu ser. Por isso, a festa pode ser considerada como pertencente ao reino do sagrado. Tanto na festa, quanto na religião, o indivíduo “desaparece” no grupo e passa a ser dominado pelo coletivo, onde reavivam-se os laços sociais (DURKHEIM, 1989).

A festa revigora, pois é uma oposição ao mundo individualizado e individualizador da rotina, do trabalho, das preocupações materiais e utilitárias. Os participantes da festa, inclusive, declaram estarem extenuados fisicamente, mas revigorados moralmente, e por isso, depois de cumpridos os rituais retornam com muito mais coragem ao cotidiano. É uma

emoção estética, na qual os laços não são só sociais, mas também afetivos (AMARAL, 2001).

Nesse contexto, a festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário apresenta-se como uma possibilidade interessante de reflexão. Uma verdadeira rede de socialidade se estabelece entre os grupos de Congado de Belo Horizonte e outras cidades do interior do Estado. As festas das diferentes irmandades acontecem em dias e meses diferentes. Assim, uma guarda é convidada para participar da festa da outra, provocando “deslocamentos” ao longo de todo ano, bem como o estreitamento dos vínculos afetivos.

Através da apropriação do espaço urbano, os moradores transformam a rua em lugar de sociabilidade. Parece contraditório falar em rua enquanto espaço de sociabilidade, quando “a experiência cotidiana mostra um quadro de contrastes exacerbado pela heterogeneidade e desigualdade social e cultural, pela fragmentação e compartimentação de espaço de moradia e vivência, pela violência, pela degradação e perversa distribuição de equipamentos coletivos” (MAGNANI, 2004: 2). Mas a rua, que nos interessa, não é aquela, rígida na sua função tradicional e dominante como espaço destinado ao fluxo, mas a rua identificada pelo olhar antropológico, aquela que “vira casa, vira trajeto devoto em dia de procissão, local de protesto em dia de passeata, de fruição em dia de festa, etc” (MAGNANI, 2004: 2).

Rua que, nos dias de festa, resgata a experiência da diversidade, que possibilita a presença do outro, que proporciona não só encontro entre desconhecidos, a troca entre os diferentes, mas também o reconhecimento dos semelhantes, a multiplicidade de usos e olhares (MAGNANI, 2004). Rua, onde acontece a festa; não aquela congelada no tempo e no espaço, mas entendida como um tempo de emoções intensas onde cria-se e re-cria-se a humanidade do homem (PEREZ, 2000).

Na festa de Nossa Senhora do Rosário, do bairro Aparecida, os sujeitos chegam até a rua para “encontrar seus iguais, exercitar-se no uso dos códigos comuns, apreciar os símbolos escolhidos para marcar as diferenças, onde a rede de sociabilidade vai sendo tecida” (MAGNANI, 2004: 6). A apropriação desse espaço permite aos sujeitos se reconhecerem enquanto portadores dos mesmos símbolos.

Em síntese, a cidade existe para além das trocas materiais, com uma rede de trocas simbólicas, na qual interesses de grupos diferentes se confrontam, competem, misturam-se, interpenetram-se. Ela é hoje, a expressão mais complexa da existência humana, é um lugar de contraste e conflitos, onde o espaço urbano reflete lutas e resistência (AMARAL, 1992). Se quisermos compreender as relações sociais na sociedade temos que nos debruçar sobre as pistas que a análise do espaço urbano oferece.

Nos dias de festa, nas ruas do bairro Aparecida, a rede de socialidade é percebida, quando outras guardas, vindas de diferentes bairros da capital, de outras cidades da região metropolitana, do interior de Minas e até de outros estados, aceitam o convite de participar da festa. Nesses dias, as ruas ganham um colorido especial, ao longe se ouve os sons dos tambores e não é raro reconhecemos nos protagonistas das festas os rostos dos moradores comuns do bairro. O mesmo espaço onde se tece a trama do cotidiano vira, agora, espaço de devoção, para exercício e fruição de práticas coletivas, definindo uma forma particular de sociabilidade e apropriação do espaço.

A festa do Reinado de Nossa Senhora nos mostra a apropriação dos espaços do bairro, onde novos simbolismos são reinventados. Como o terreiro onde está a sede da Guarda é pequeno, a capela, então, é transferida para uma das avenidas do bairro. Numa inversão das esferas pública e privada, o que se observa é que nos dias de festa, o Congado deixa o "pedaço" da sede para constituir por meio de novos trajetos, novo pedaço. Uma avenida do bairro é fechada com permissão e apoio do poder público transformando-se num espaço sagrado nos momentos dos rituais, com a construção de um altar, rico em ornamentos, para abrigar as imagens, o pároco, os reis festeiros, tudo isso, preparado pelas próprias congadeiras.

Além do altar, o espaço profano, também ganha destaque: são barraquinhas de comidas e bebidas; bijouterias, jogos; carros de som, que alternam músicas religiosas e *hits* do momento; área de lazer para as crianças com pula-pula e piscina de bolinhas, que convidam os moradores a participarem, de uma forma ou de outra, do festejo.

Nossa Senhora do Rosário é festejada com muita pompa. São fogos, comida, procissões, cantos e danças. "Armados" de tambores, vestidos a caráter, os devotos trabalham o ano inteiro para colocar na rua, na praça, na avenida a festa. São necessários

muito trabalho, empenho e gastos para os enfeites da casa, da rua, dos andores, dos Santos, da comida que é servida a todos durante os dias de festa.

Brandão (2001), destaca a oposição damattiana de “casa X rua”. Segundo ele, não há dúvida de que a casa é o local da rotina, da família ao contrário da rua com seus tempos, festas e sujeito. Mas, para o autor, em muitos casos, um lugar complementa o outro, existe inclusive, uma intenção permanente entre os atores de ambos os lados de começar num, e acabar noutro, e fazer com que tudo que se festeja, oscile entre os dois domínios.

O Reinado de Nossa Senhora do Rosário faz isso de uma maneira muito evidente, é na verdade uma viagem entre casas e ruas. São rituais de ingresso, orações, cantorias dentro e fora de casa, na chegada, na despedida e na saída. A festa do Reinado une a rua à casa e vice e versa. O que acontece nos dias de festa é uma seqüência de cerimônias, que unificam, através do rito, a casa e a rua, o sagrado e o profano, a devoção e a diversão. Segundo Brandão (2001), a festa é um jogo generoso da passagem de um espaço a outro.

Assim, a festa da Guarda de Congo Feminina do bairro Aparecida, possibilita não só a ampliação do espaço urbano através de “territorialidades transitórias”, como permite também, a reinvenção temporária do espaço ao re-criá-lo para os festejos e para a devoção. A espacialidade da festa traz os moradores e seus convidados para a rua, onde o altar é montado e onde acontecem os cortejos. Dessa forma, o bairro deixa de ser apenas um espaço funcional de residência e constitui-se como espaço de interações afetivas e simbólicas, carregadas de sentido.

Considerações finais

Para compreender o espaço urbano, faz-se necessário desvendar a teia das relações sociais e dos valores que estruturam a ordem social de uma sociedade. Os espaços são, na verdade, construções sociais que conferem às cidades um rol de contrastes, onde “casa” e “rua”, “público” e “privado” se confundem e completam mutuamente.

Mais do que isso, às vezes é necessário um terceiro domínio, intermediário entre casa e rua, entre público e privado que é o “pedaço”. Enquanto a casa é o lugar da família, dos parentes e a rua o lugar dos estranhos, o pedaço é o lugar dos “chegados”. Nele, as

pessoas não precisam se conhecer, pois elas se reconhecem nas marcas que trazem no corpo, na roupa na linguagem, sinais exteriores de um sentimento de pertença.

A espacialidade da festa do Congado leva seus participantes para a rua. Rua que deixa de ser apenas espaço geográfico e de fluxo para se transformar em espaço de interações afetivas e simbólicas. Nos dias de festejo uma rede de sociabilidade é percebida na rua: encontro entre desconhecidos, troca entre diferentes, reconhecimento dos semelhantes, diversidade que a festa proporciona.

A festa é um ritual onde o indivíduo é dominado pelo coletivo, onde os laços sociais são reavivados e na relação com o outro concebe sua existência. Através da festa é realizado o desejo de estar-junto com o outro, de se (con)fundir com o outro.

O Reinado de Nossa Senhora do Rosário transforma os moradores anônimos em protagonistas que desfilam pelas ruas revestidos de uma dignidade especial. Isso se torna possível porque uma cidade é muito mais que uma construção artificial de casas e prédios. Ela é formada de pessoas com sonhos, desejos e esperanças. São os moradores com suas múltiplas redes de sociabilidade, estilos de vida e conflitos que, realmente, dão vida à cidade.

Dessa forma, podemos concluir que a festa do Congado amplia, reinventa e recria o espaço urbano para a vivência dos festejos e para a devoção, por isso o Reinado de Nossa Senhora do Rosário, com sua riqueza de dados, constitui-se em um terreno fértil para novas investigações dos aspectos da dinâmica urbana, promovidos pelos sujeitos e pelas comunidades.

Referências

AMARAL, Rita. [*Festa à Brasileira - Sentidos do festejar no país que “não é sério”*](#). Ed. eBooksBrasil, Internet, 2001.

AMARAL, Rita. Estilos de Vida. *Os Urbanitas - Revista Digital de Antropologia Urbana*, p. 35-46, 1992. Disponível em: <http://www.aguaforte.com/antropologia>. Acesso em 09 de abr. 2006

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. 2 ed. Campina: Papyrus, 2001.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5 ed. Rio: Rocco, 1997.

LUCAS, Glaura. *Os sons do Rosário: O Congado mineiro dos Arturos e Jatobá*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MAGNANI, José G. Cantor. A Rua e a evolução da sociabilidade. *Os Urbanitas Revista Digital de Antropologia Urbana*, São Paulo Ano 1, vol. 1, nº. 0, outubro de 2003. [Magnani escreveu em setembro de 1993]. Disponível em: <http://www.aguaforte.com/antropologia>. Acesso em 02 jun. 2004.

MAGNANI, José G. Cantor.. De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana. *NAU – Núcleo de Antropologia Urbana da USP*. São Paulo. Disponível em: <http://www.aguaforte.com/antropologia>. Acesso em 02 jun. 2004.

MAGNANI, José G. Cantor.. *Festa no Pedço: cultura popular e lazer na cidade*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

PEREZ, Lea F. *Por uma antropologia da festa*. Belo Horizonte, 2000 (mimeo).

A CAVERNA: LITERATURA E HISTÓRIA NA OBRA DE JOSÉ SARAMAGO

Rodrigo de Oliveira Soares¹

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo se utilizar da Literatura como testemunho histórico, evocando a obra de Saramago como tal, e partindo dela como referencial de fonte, em busca de compreender a História do Tempo Presente, tendo base a relação do homem perante o sistema. Com isso justificando os novos caminhos metodológicos – teóricos para a construção do conhecimento histórico em um sentido amplo e interdisciplinar

Palavras Chave: *cidade – sistema – conhecimento histórico*

ABSTRACT:

The present article has as objective if to use of Literature as historical certification, evoking the workmanship of Saramago as such, and leaving of it as referencial of source, in search to understand the History of the Present Time, having base the relation of the man before the system. With this justifying the new metodológicos ways - theoreticians for the construction of the historical knowledge in an ample direction and to interdisciplinar

Words Key: city - system - historical knowle

¹ Graduado em História pela Universidade Católica de Goiás, pós graduando em História Cultural (UCG) e aluno do programa de Mestrado em Geografia pela Universidade de Brasília (UNB).

1. “EU TINHA UMA HISTORIA PARA CONTAR DESSA GENTE”

1.1. A LITERATURA DE SARAMAGO COMO TESTEMUNHO DE NOSSA HISTÓRIA:

A vasta obra de Saramago nos traz questões do tempo presente, como o mundo do espetáculo, a questão da alienação, o mundo da tecnologia, e principalmente o posicionamento do homem diante dessa realidade. Nesse contexto faço referência a três obras do autor a critério de preferência, *Ensaio Sobre a Cegueira*, *Todos os Nomes*, *Ensaio Sobre a Lucidez e a Caverna*

Nesse artigo a obra que vamos nos ocupar contextualizando historicamente e a *Caverna* (2000), esse romance tem como característica juntar a narrativa romanesca, ao mesmo tempo alegórica (parábola) esboçando o mundo contemporâneo e a relação do homem com esse mundo, ou seja, a condição humana diante do *sistema*².

Essa obra de Saramago tem como especificidade, a relação estabelecida pelo autor entre a cidade (urbano) e o *sistema*, pelo artifício da representação, o que para literatura é um artifício explicativo para nós historiadores um **conceito**. A cidade ficcional de Saramago tem por como objetivo representar o *sistema* em suas especificidades, **colocando o que está oculto em exposição**, ou seja, as tensões, as contradições, a relações de poder e as questões culturais de nossa época.

² Vou usar aqui a palavra **sistema** para englobar uma dinâmica mais ampla, que se compõem pelas perspectivas, econômicas, culturais, ideológicas e simbólicas que rege o nosso tempo, me pauto nos estudos de Hardt e Negri sobre a ordem mundial estabelecida, que eles chamam de IMPÉRIO, com isso contribuindo para uma análise mais ampla de nossa realidade histórica.

A urbe saramaguiana, como representação do *sistema*, nos narra características comuns que vemos cotidianamente em nossas cidades, mas, o principal e que essa cidade “comum” representada por Saramago, evoca na contradição entre dois imaginários, o urbano (O Centro) e o não urbano (A Olaria), dessa contradição central, são enunciadas outras relações contraditórias, ocultas no *sistema*, como por exemplo, tradição x moderno, produção em massa x trabalho manual, espaço privado x espaço público.

Do urbano x o não urbano, Saramago expõe o contexto da condição humana perante *sistema*. O urbano de Saramago tem como núcleo o **CENTRO**:centro comercial, onde, toda dinâmica econômica, cultural e desenvolvimento da cidade. O não urbano de Saramago é representado por uma **OLARIA**, onde, há um núcleo familiar composto por pai (viúvo), filha e genro e uma esposa que já havia falecido, até um cachorro faz parte da trama, local esse que se contrapõe ao urbano e toda aquela dinâmica organizada da cidade.

A relação criada pela literatura de Saramago está em sua capacidade de simbolizar como nós perante o mundo, estamos arraigados a uma situação de completa cegueira, como diz Pesavento, “*dominado pelas imagens*” (2002), no jogo que ele faz entre cidade – sistema presente, metaforizando a nossa fragilidade e a dos pilares em que nosso mundo é construído, criando como Shirley de Souza diz uma “Visualidade Cega”, a cidade de Saramago reproduz como homem faz ou pode fazer aqui e agora, para história Saramago, então, e a ponte do homem com seu próprio tempo e as conclusões que tiramos dele.

2. A CIDADE É O SISTEMA

Na obra de Saramago a cidade é evocada, não no sentido real, mas, uma simulação (ficção) citadina e colocada na trama. O autor luso em sua obra não cita, nem situa, onde, exatamente está localizada o desenrolar de sua narrativa, diferente de outros autores como Balzac, Baudelaire, Machado de Assis, José Luis Borges ou Capote, que fizeram referência as cidades de forma direta, Saramago não define se é Lisboa, Paris, Rio de Janeiro, Buenos Aires ou Nova York.

Por outro lado a obra de Saramago traz a tona uma das perspectivas de estudo proposta pela Nova História Cultural, onde, a cidade e o fenômeno urbano são utilizados como fonte de representações e de bens culturais.

A narrativa literária de Saramago nos referencia a ausência de um nome, de uma localização, de um ícone que nos faça nos transportar a uma realidade concreta sensível, a imagem urbana evocada não é a real, essa ausência enuncia uma metáfora urbana, o invisível, torna visível uma realidade que nos circunda.

Essa metáfora urbana saramaguiana nos leva a um aspecto fundamental para estudo da cidade pelas novas propostas metodológicas e teóricas da Nova História Cultural, *o imaginário urbano* e uma das propostas mais fecundas.

A partir dos estudos sobre o imaginário urbano, podemos construir a idéia de uma paisagem urbana que não está baseada apenas no real, ou seja, na arquitetura, paisagens de rua, ou seja, as pedras fixadas ao solo, isso por si só é insuficiente para categorizar a cidade como objeto de estudo pela Nova História Cultural. Com os estudos relacionados ao imaginário urbano, evocamos outro tipo de imagem urbana, a metafórica, é partir dela que lemos, nos apropriamos da cidade, é ela que da

sentido a leitura da cidade e o que da vida a urbe, é como racionalizamos nossa relação com o meio urbano.

A imagem urbana evocada na obra de Saramago, mesmo não correspondente com a realidade concreta sensível, não perde sua força imaginária, pois ele cria a possibilidade de que o receptor faça correspondência com o espaço urbano que ele vive (lembança).

Verificamos que a cidade evoca os discursos de poder existentes, a imagem urbana criada por Saramago está internamente repleta de experiências sensíveis do urbano (o real), ela direciona o receptor a fazer através das analogias evocar imagens urbanas de seu cotidiano. Conseguimos através da narrativa nos transportar por analogia a urbe literária, pois, mesmo sendo ficcional ela narra o real, concreto o sensível.

Em a Caverna como fonte histórica nos demonstra como o literato faz uma leitura especial de seu tempo, expondo suas conjecturas pela via imaginária.

Em torno da visão privilegiada que o escritor tem do mundo que se vive, verificamos outra perspectiva importante para o estudo da história, e principalmente para nós historiadores do tempo presente, a de como nossa sociedade historicamente vem sendo concebida.

O *sistema* estabelecido hoje está evidenciado por uma ordem mundial (evidenciada com a queda do Muro de Berlim em 1990), a mesma muitas vezes ignorada por teóricos (historiadores), uma nova forma de produzir normas discursivas de domínio e poder. Em Saramago o *sistema* não é só uma realidade econômica, ele um sistema simbólico de poder, que é explicitado na figura do CENTRO, no jogo urbano X não urbano, nos é evidenciado características inerentes à ordem vigente.

O problema central que Saramago evoca como fonte para os estudos da história, está na elucidação de

como homem está exposto ao *sistema* estabelecido, a sua condição perante ele. Essa perspectiva é bem trabalhada por Saramago em termos históricos, onde, as formas de dominação tomam para si, outras vestimentas, o consumo da uma sensação de democracia de controle próprio, o controle que anteriormente era baseado em praticas concretas de violência, seguido do controle das consciências pelas ideologias, hoje está vinculado no corpo e com o corpo, e o que Foucault chama de “*biopolítica*”. Com a literatura de Saramago nos é elucidado uma situação que vai além do campo econômico ou de falácias panfletárias, ela nos evoca um contexto muito mais amplo que contemple os campos culturais e subjetivos.

O sistema em seu interior não produz apenas dinheiro ou mercadorias, mas, produz subjetividades (necessidades, relações sociais, corpos e mentes), em Saramago isso é evidenciado quando sua produção de objetos de barro é substituída por objetos de mesma função só que de plástico, fazendo com que a Família Algor tome a decisão de produzir bonecos na tentativa de se adequar às normativas do CENTRO.

A obra de Saramago para história contribui não apenas como um relato histórico, mas, também como uma fonte que evidencia uma transformação no que podemos chamar de complexo metodológico – teórico para construção do saber histórico, ela nos leva a verificação de uma ampla e interdisciplinar tentativa de compreendermos nossa realidade.

3. O QUE SE VIU FOI PESSOAS: VISÕES DE SARAMAGO SOBRE SEU TEMPO

O Romance alegórico de Saramago nos evoca a uma outra alegoria reflexiva, O MITO DA CAVERNA de Platão, onde, ambos tratam da relação do homem com seu tempo, e entendimento desse homem sobre o seu tempo (sua condição). Dessa relação Saramago narra como nós sujeitos da história, estamos expostos a um *sistema*, quando o personagem do oleiro Cipriano Gacho, é exposto as “Luzes” da cidade, e a tecnologia do CENTRO, reflete uma realidade tão cotidiana aos nossos olhos no mundo atual.

Já que se trata de uma alegoria, através sarcasmo e uma sutil irreverência, Saramago nos mostra uma outra posição, através de um viés amplo de análise. Quando fazemos aqui um comparativo das duas CAVERNAS, observamos nas entrelinhas do escritor, um atento olhar a uma outra perspectiva de nossa realidade não rompendo (bruscamente) com a perspectiva de Platão, mas, situando ela ao nosso tempo, o literato contextualiza as idéias temporalmente as confrontando.

A perspectiva saramaguina de CAVERNA serve como fez Platão alegorizar, a situação humana diante do sistema estabelecido, mas, ele anula a possibilidade de analogias, quando no decorrer da narrativa, percebemos sua crítica, a todo desenvolvimento proveniente do conhecimento do homem, pois, o mesmo apropriado pelo **sistema**, se torna a escuridão do homem contemporâneo.

O confronto de Saramago está nas perspectivas de liberdade buscadas através dos tempos, o que primeiramente era a Luz a liberdade, agora são os grilhões e a escuridão.

Contextualizando essa situação de fundo filosófico, Saramago critica ferreamente os moldes criados através dos tempos no Ocidente, para que possamos agir, e

entender a situação humana, esses nos criaram um efeito de que a Caverna platônica propõe como alegoria. A situação humana perante o sistema, aqui recebe uma nova forma de ser vista e debatida, no diálogo Cipriano Algor explicando para sua filha, o que tinha visto nas escavações do CENTRO, nos faz alusão de como o autor, trabalha e contextualiza a problemática existencial humana:

“{...}compreenderias, aliás, ainda estás em tempo de ir lá em baixo, Deixe – se de idéias, não é fácil deixar de idéias depois de ser visto o que eu vi Que foi que viu, quem são essas pessoas, Essas pessoas somos nós, disse Cipriano Algor, Que que quer dizer, Que somos nós, eu, tu Marçal, o Centro todo, provavelmente o mundo`{...}” (SARAMAGO,2000:334)

Saramago faz o caminho inverso do filósofo, a CAVERNA, que antes era o símbolo de escuridão, revela ao homem a sua própria condição de existência, homem que aqui na narrativa, não é um intelectual ou sábio encontra esse mundo, e volta para contar pra filha a verdade por ele encontrada.

Desse caminho contrário Saramago problematiza seu tempo, e anuncia que existe uma forma de libertar, o auto conhecimento do homem de sua condição perante o sistema, e posteriormente a exposição a seus pares que não ainda não tivessem conseguido tal liberdade, através denúncia, crítica caminho típico de um militante de esquerda, ou seja, típico de Saramago.

4. “ESTOU DEVOLVENDO PELA ORALIDADE, O QUE PELA ORALIDADE, EU HAVIA RECEBIDO DELES.”

Com a obra Caverna percebemos que a literatura de Saramago se difere de outros romances a partir do ato de escrever, o autor deixa uma marca importante, além de uma literatura que trata da condição humana perante o sistema estabelecido, a narrativa

saramaguiana é um marco para a construção literária contemporânea.

Saramago em sua obra imprime uma nova forma de expor trama, a estrutura do texto evoca o sentido oral da linguagem, em seus escritos, não há uma estrutura romanesca instituídas pelas regras da escrita, ele se sobrepõe às barreiras do parágrafo, do diálogo, das regras gramaticais. Essas leis instituídas pelas regras da língua, não expressam o real das relações humanas, nas conversas cotidianas, na narração de nossas vidas, não um controle da língua, simbolicamente rompemos com essas leis, através de gírias, analogias e onomatopéias são os “acidentes” da fala.

“... provem o principio básico o qual todo dito se destina a ser ouvido. Quero com isso significar que é como narrador oral que me vejo quando escrevo e que as palavras por mim escritas são para ser lidas como para serem ouvidas”
(SARAMAGO. 1997:223)

Como romancista Saramago, evoca a condição de um homem que “fala” através da escrita, com isso derrubando as barreiras que estruturam o romance literário, onde, narrador e o romancista se encontram e posições distintas. Ao contrário de que afirmava Benjamin que há uma fronteira entre narrador e o romancista, onde, o segundo se encontrava em tempo e espaço distante do que contava, Saramago rompe a fronteira entre narrar e romancear, se colocando como os dois em sua obra. Com rompimento dessa fronteira simbólica Saramago se justifica como um escritor que interpreta seu tempo através de recursos alegóricos. Esse jogo alegórico tem como um dos aspectos principais, identificar suas personagens de acordo com seus valores na trama:

{...}o homem que conduz a camioneta e Cipriano Algor {...}
O homem que está sentado ao lado dele é Marçal Gacho {...}

O mais provável é que se sintam desgostosos se algumas vezes vierem a saber que aquele algar significa frio intenso do corpo, prenunciador da febre, e que gacho nada mais nada menos que a parte do pescoço do boi que assenta a canga” (SARAMAGO.2000 , p. 11)

Outras formas estão no direcionamento a suas críticas, no caso da *Caverna*, o *sistema* simbolizado pela cidade e o *CENTRO*, a *OLARIA* como espaço de resistência a o *sistema*, mas principalmente o *BARRO* como o reprodução do próprio ser humano, evocando até mesmo uma visão criacionista de origem do homem. Esses jogos alegóricos de identificação nos faz evocar sentimentos internalizados, os monstros que nos habitam com isso nos forçando inconscientemente a um exercício de auto reflexão sobre nossa condição perante a realidade estabelecida. Com essa nova pratica romanesca de evocar a oralidade, torna -se possível uma comunicação com leitor, onde, a narrativa sempre faz alusões à realidade vivida, enunciando as contradições inerentes a o mundo real, e as mesmas sendo passíveis se reflexões (análises e críticas).

Evocando a oralidade Saramago deixa claro a importância da voz dos referenciados como sem importância, gente comum, os marginais isso explicitando que como crítico o autor luso não se utiliza apenas de suas reflexões, mas, deixa claro sua militância na forma com que escreve e narra suas críticas.

5. A CAVERNA: O “GRITO” LITERÁRIO DE SARAMAGO.

Saramago hoje sem dúvida e um dos homens mais críticos de nosso tempo, militante da esquerda, marxista convicto, tem na sua literatura uma arma simbólica de questionar as estruturas estabelecidas de

nosso tempo. Sua obra de grande complexidade até mesmo pela forma com que o autor escreve, se distancia do panfletário e aproximando de uma análise profunda das estruturas organizativas de nosso *sistema*.

Particularmente nessa obra a crítica ao *sistema* é direcionada, urbanização social, sociedade do espetáculo, a mecanização do trabalho (produção em massa) e a fetichização humana, com isso englobando outros pontos críticos de nosso *sistema*, o desaparecimento dos ofícios manufatureiros, pressão dos grandes grupos econômicos sobre os pequenos e o êxodo humano pra grandes cidades.

A crítica ao *sistema* feita por Saramago evidencia mentalidade do tempo presente. A vida nas cidades nesse histórico vincula a crítica ao sistema com as ideias geradas pela forma de organização dos centros urbanos. O que está de fora o não urbano, por pressão vai se esfacelando, sendo relegado ao passado, ao esquecimento e o estranho. Na narrativa o autor enuncia essa realidade em situações como a relação de Cipriano Algor e seu genro Marçal Gacho e a Olaria e o Centro, nesse contexto analisamos uma relação bastante tensa que nos leva a afirmar a existência de fronteiras imaginárias.

Saramago durante o livro expõe as contradições cotidianas, e as imposições sofridas por nós pelo *sistema*. O novo sistema de valores imposto pelo *sistema* altera a realidade, interfere em nossa identidade, fragmenta nosso mundo e fragiliza as relações humanas. O relato histórico ficcional de Saramago é um protesto perante essas mazelas nos impostas, mas, um protesto responsável baseado em fatos reais, ou seja, um contexto nos é apresentado, cabe a nós sairmos da CAVERNA entrarmos em contato com a luz e leva – la aos que estão ainda na escuridão.

REFERENCIAS BIBLIGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1994

CERTAU, Michel. *A invenção do Cotidiano*. 1. Arte de Fazer. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1994

CHALHOUB, Sidney e Pereira Leonardo Afonso de M. (orgs). *A História Contada. Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Coleção História do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 11 (5), São Paulo, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte:Autentica, 2004

_____. *O Imaginário e a Cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

_____. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v8, n 16, 1995.

SARAMAGO, José. *Levantando do chão*. São Paulo: Editora Record, Editora Bertrand Brasil, 1996.

_____. *Memorial do Convento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *Cadernos de Lazaronte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Artigos e entrevistas da internet:

PRAXEDES, Walter. *Oralidade e cultura popular em Saramago*. *Revista Espaço Acadêmico* – numero 35. www.espaçoacademico.com.br

A EXCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PORTADORES DE ANEMIA FALCIFORME

Eulange de Sousa*

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi conhecer a influência da anemia falciforme no cotidiano das crianças e adolescentes portadores de tal doença segundo a concepção dos mesmos. Para tanto, se realizou uma pesquisa, desenvolvida à luz do referencial qualitativo, adotando uma abordagem sócio-histórica. O universo da pesquisa foi constituído por crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme, atendidos pelo Hospital das Clínicas da UFG. Utilizou-se de análise estatística e de conteúdo para interpretação dos dados encontrados. A pesquisa indicou que a anemia falciforme interfere significativamente no cotidiano de seus portadores provocando a vivência de um processo de exclusão parcial ou total dos espaços, grupos e atividades presentes no cotidiano de crianças e adolescentes

Palavras chaves: Exclusão, Saúde, Anemia falciforme.

Abstract

This study presents the results of research whose objective was to know the influence of the sickle cell anemia in the daily routine of children and adolescents carrying sickle cell anemia, in the perception of themselves. The research was developed by the qualitative research in a social-historical approach methodological referential. Children and adolescents carrying sickle cell anemia at the Federal University of Goiás – Hospital, constituted the universe of the research. Data was collected by semi-structured interviews and from the hospital archives. It was used an analysis of content and a statistical analysis for interpretation of the data research indicated that the sickle cell anemia intervenes significantly the daily routine of its carriers causing an experience of partial or total exclusion process of the spaces, groups and activities present in daily routine of children and adolescents.

Key Words: Exclusion, Health, Sickle Cell Anemia

* Universidade Federal de Goiás e Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia. Mestra em Educação, ex-bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford

O presente trabalho objetiva apresentar alguns resultados de uma pesquisa realizada no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, durante o curso de mestrado em educação, que teve entre seus objetivos conhecer a influência da anemia falciforme no cotidiano das crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme na concepção dos mesmos e levantar as principais conseqüências da doença para o portador.

Adotando a abordagem sócio-histórica, a pesquisa busca compreender os eventos investigados, descrevendo-os em busca das possíveis relações que integram o individual e o social. Para tanto, combina instrumentos de coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos.

1. A DETERMINAÇÃO DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA

A saúde é um desejo incontestável de todos os seres humanos. Uma das concepções sobre saúde é o chamado modelo de determinação social da doença, no qual “se procura enfrentar a necessidade da construção de um marco explicativo para a determinação do processo saúde-doença, que, de modo hierarquizado, articule todos os processos que participam de forma essencial na produção de uma doença”. (GUTIERREZ E OBERDIEK, 2001: 24).

No presente trabalho a definição de saúde adotada é a da determinação social da doença, pois ela permite perceber no contexto social as determinações histórico sociais presentes no processo saúde-doença. Esta concepção não é hegemônica. Convivem com ela outras concepções, sendo a mais comum aquela que define saúde como ausência de doença, para a qual aqueles que estão doentes estão em situação de anormalidade em relação aos que não apresentam nenhum sintoma de doença.

2. A ANEMIA FALCIFORME E SEUS PORTADORES NO BRASIL

A Anemia falciforme é uma doença hereditária considerada como um problema de saúde pública no Brasil. . Estima-se, com base na frequência gênica, que existem no Brasil mais de 2 milhões de pessoas afetadas por alguma forma desta anemia e também que anualmente entre 700 e 1000 nascidos vivos apresentam-se sintomaticamente afetados de doenças falciformes. (ZAGO, 2002)

Segundo Oliveira:

A anemia falciforme resulta de uma mutação na molécula de hemoglobina, que adquiriu a forma de meia lua ou foice, dando origem ao nome: *anemia falciforme*, também conhecida pelos nomes de drepanocitose ou siclemia (do inglês, *sickling*: falciforme; derivado de

sickle: foice; siclemia).(....) É uma doença que surgiu na África, em zonas endêmicas de malária, e chegou ao Brasil, e a toda a América, via tráfico de escravos. (...) Trata-se de uma resposta da natureza que preservou a espécie humana naquele habitat malárico. pois pessoas com anemia falciforme não contraem malária. (OLIVEIRA, 2003: 125)

Segundo Zago as diferentes formas de doenças falciformes podem ocasionar em seus portadores:

anemia crônica e numerosas complicações que podem afetar quase todos os órgãos e sistemas, com expressiva morbidade; redução da capacidade de trabalho e da expectativa de vida; episódios de dores osteoarticulares e abdominais; infecções e enfartes pulmonares; retardo do crescimento e maturação sexual; acidente vascular cerebral; comprometimento crônico de múltiplos sistemas e aparelhos, como alterações cardíacas, complicações pulmonares e úlceras de membros inferiores. (ZAGO, 2002)

A população atingida pela anemia falciforme no Brasil é predominantemente negra, em razão de emigração forçada de africanos durante o período escravista. Este fato agrava o problema uma vez que em nosso país esta população apresenta baixo nível sócio-econômico e encontra-se em grande parte excluída do acesso às políticas sociais básicas refletindo as relações raciais estabelecidas em nosso país como comprovam diversos estudos como os de Paixão (2003), Silva e Hasenbalg (2000) e Brasil (2002).

A exclusão na perspectiva de Castel pode se dar de três formas:

- exclusão através da supressão completa da comunidade seja sob forma de expulsão, condenação à morte ou genocídio;
- exclusão através da constituição de espaços fechados e isolados da comunidade no seio mesmo da comunidade: como guetos, dispensários para leprosos, asilos e outros;
- exclusão na qual certas categorias da população se vêem obrigadas a um status especial que lhes permita coexistir na comunidade, mas com a privação de certos direitos e da participação em certas atividades sociais; (CASTEL, 2000: 8-41)

O grupo excluído vivencia uma situação diferenciada dos demais que é vista como anormal e decorrente das características deste grupo. Para Franz Fanon (1975) o sentimento daqueles que estão em situação de anormalidade em relação ao grupo social do qual fazem parte é ambíguo, pois constroem uma identidade em que é o outro (o normal) que está no indivíduo, ou seja, ele é normal e anormal. H. Bhabha caracteriza essa ambigüidade como a possibilidade de ocupar um entre-lugar, que ele chama de terceiro espaço e que carrega a possibilidade da fuga de definições binárias configurando-se como lugar híbrido, no qual “temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos” (BHABHA, 2003: 69)

3. UNIVERSO E ESTRATÉGIAS DA PESQUISA

O Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (HC/UFG) é referência em Goiás no atendimento a portadores de doenças falciformes. A pesquisa foi realizada com crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme motivada pelo fato de que nas atividades da Seção de Serviço Social do HC/UFG, constatou-se, que estes possuíam distorção em relação à idade-série¹ em que estavam estudando ou até que estavam excluídos do sistema escolar. No Brasil, as crianças e adolescentes têm direitos estabelecidos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e pela Lei 8069, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). A concepção de criança e adolescente presente em todo o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme o artigo 6,º é a de que elas são sujeitos de direitos “na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento”(BRASIL, 1990). Para isto esta Lei estabelece direitos que asseguram o exercício de um protagonismo infanto-juvenil. O que se postula é que as crianças e os adolescentes são sujeitos com capacidade para opinar, decidir e agir. Conhecer suas trajetórias de vida, a partir da concepção deles, é um pressuposto para que se possa intervir nas mesmas, quando se fizer necessário.

O que se busca com a pesquisa qualitativa é verificar as relações entre trajetórias individuais e grupais com os fatos gerais do contexto social em que estas trajetórias estão inseridas. Por meio de entrevistas semi-estruturadas com adolescentes atendidos no ambulatório de Hemoglobinopatias do Hospital das Clínicas no período de Setembro a Dezembro de 2004, buscamos verificar as conseqüências da anemia falciforme no cotidiano dos adolescentes a partir de sua visão particular, para que se procedesse o estabelecimento de relações entre a interpretação deles e o contexto social em que estão inseridos.

Realizou-se um estudo do perfil sócio-econômico das crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme, atendidos no Hospital das Clínicas da UFG por meio dos dados encontrados nas fichas de caracterização social dos prontuários as quais apresentam informações sobre procedência, renda e composição familiar, profissão, escolaridade e situação de moradia. Foram

¹ Considera-se a idade recomendada para cada série/nível de ensino, ou seja, sete anos para a 1ª série do ensino fundamental, oito anos para a 2ª série e assim sucessivamente. Se o aluno apresenta idade acima (2 anos ou mais) da recomendada para a série que frequenta, encontra-se em distorção em relação à sua idade e à série em que está matriculado

analisados 183 prontuários, sendo que destes 119 possuíam fichas de caracterização e 100 pertenciam a crianças ou adolescentes. Foram realizadas 10 entrevistas e a análise da ficha de caracterização social dos entrevistados apresentou os seguintes resultados: Os entrevistados apresentavam idades entre 11 e 19 anos sendo 5 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Quanto ao local de residência 20% residiam em Goiânia e 80% em municípios do entorno da capital. Sendo que 70% possuíam casa própria 20% alugada e 10% residiam em moradia cedida. A renda mensal familiar dos entrevistados variou de 0,5 a 4,0 salários mínimos, para uma composição familiar que variou de 3 a 7 pessoas, conforme os gráficos 2 e 3. Isto significa uma renda familiar média de 1,4 salários mínimos e uma renda *per capita* média de 0,29 salários mínimos. Isto se tomarmos por base a renda média, pois observando-se isoladamente temos uma família de 4 pessoas que sobrevive com meio salário mínimo proveniente de um programa de assistência social, o que significa uma renda *per capita* mensal de 1/8 do salário mínimo (R\$ 37,50 – Trinta e sete reais e cinqüenta centavos) e que equivale a R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) por dia para sobreviver. É uma situação de miséria total, de indigência. Esses dados revelam que o contexto social em que estão inseridos os entrevistados apresenta poucas alternativas até mesmo para a sobrevivência. O que pode se inferir é que a busca para tal sobrevivência é a preocupação central em suas vidas e que as condições nutricionais das crianças e adolescentes entrevistados são deficitárias.

Em relação à escolaridade, 8 estavam estudando e 2 tinham interrompido os estudos em função de complicações relacionadas à doença. Comparando a taxa de distorção idade série entre a população negra brasileira e da Região Centro Oeste e a dos entrevistados obtemos a tabela abaixo que evidencia que na 1ª fase do ensino fundamental os entrevistados apresentaram 19,9 pontos a mais da taxa distorção idade-série obtida pela população negra brasileira e 33,6 pontos em relação à população negra da Região Centro Oeste em 2001 mas que à medida que conseguem transpor a 1ª fase do ensino fundamental estas taxas se aproximam.

Taxa de distorção idade-série por nível/modalidade de ensino na população de cor ou raça negra Brasil e Região Centro Oeste - 1992-2001 e dos entrevistados

Brasil, Centro Oeste e Entrevistados		TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE			
		Ensino Fundamental			Ensino médio
		1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	1ª a 8ª série	Ensino médio (1ª a 3ª serie)
		2001	2001	2001	2001
População	Brasil	39,1	53,6	45,3	60,3
Negra	Centro Oeste	26,4	49,6	37,5	59,1
Entrevistados		60,0	50,0	66,6	0,0

Fonte: IPEA e entrevistas

As entrevistas foram analisadas através da técnica de análise de conteúdo, tendo como base a perspectiva de Bardin (1979), Chizzotti (2001), Minayo (1996 e 2002) e Gomes (2002).

As entrevistas mostraram que a anemia falciforme influencia na maioria das atividades desenvolvidas pelos entrevistados. Evidenciou-se que eles têm dificuldades para vivenciar os papéis que lhes são destinados na família no grupo social e em especial na instituição escolar, devido às constantes faltas, aos cuidados necessários à manutenção de sua saúde e ao fato de que a escola não lhes destina atividades para que possam obter os conteúdos ministrados durante sua ausência ou para que exerçam seus papéis de forma diferenciada.

As entrevistas indicaram também que as crianças exercem um protagonismo manifestado por sua capacidade de buscar soluções para seus problemas e de atuar de forma autônoma em relação aos adultos. Para os entrevistados a normalidade aparece como estado exterior ou seja pertencente aos pares que não são portadores e também como interior, conforme afirmou Fanon é um sentimento ambíguo. O lugar que ocupam não é o da normalidade, mas não estão no seu oposto, pois não se consideram diferentes. O que demonstram é que ocupam um entre-lugar. Este entre-lugar carrega em si a inferioridade de seus ocupantes em relação ao grupo normal. É o entre-lugar falado por Babha. Por esta razão presenciamos neles um esforço para serem normais:

- Agora o que eu não gosto só quando eu fico doente, mas quando eu estou sadio, pra mim eu sou uma pessoa normal como qualquer um.(...) Procuro me ver assim como uma pessoa normal (Teixeira Filho)²

² Os nomes citados são fictícios

- Minha vida assim é normal, só que sabendo assim que eu não posso brincar de golzinho, brincar com meus colegas, num posso fazer muito exercício (Ringo)

O que não é normal é o patológico, a doença. Sobre a doença os entrevistados fizeram as seguintes afirmações:

- Tem vez que ataca só as costas, eu não consigo andar, assim as costa fica dura, aí tem vez que ataca os braços, o pescoço.(...) quando eu estava no hospital que eu fechava o olho e via que eu me via morrendo. Eu já tava morrendo eu só via que eu falava pra minha mãe que eu ia morrer, eu pedia pra Deus pra morrer.(Teixeira Filho)

- É ruim (Daniela)

- É uma dor que tem nas pernas. A gente quase não agüenta andar, fica dando dor . em todo lugar. (Kica)

A doença é uma coisa ruim, que ataca e traz sofrimento. Um sofrimento do qual é melhor não falar, ser reticente, e que é tão grande que se chega a desejar a morte para interrompe-lo.

Os entrevistados afirmaram que a anemia faz com que seu cotidiano seja carregado de limitações:

-. tenho vontade de ir a festas e ficar pulando a noite toda.(Teixeira Filho)

- Minha vida assim é normal, só que Sabendo assim que eu não posso brincar de golzinho, brincar com meus colegas, num posso fazer muito exercício (Ringo)

- Não posso andar muito de bicicleta nem tomar coisa gelada porque eu sinto dor. (Kica)

A proibição de brincar aparece como a limitação mais forte. Brincar faz parte do cotidiano infantil de forma intensa. As crianças doentes, são afastadas e impedidas de brincar com seus pares e no caso dos portadores de anemia falciforme este impedimento é justificado na necessidade de não realizarem atividades que demandem esforços contínuos. Às pessoas que não realizam as atividades praticadas pelos pares em seu grupo social é relegado o espaço da exclusão como bem descrevem estas falas:

- Não, eu mesma ficava quieta, né. Ficava em casa... – Sentava(no recreio)Gisele

- Nós fomos para o clube, lá... . voltou de novo a dor no braço, eu fiquei lá embrulhado na coberta, os meninos brincavam e eu só olhava...(Pedro)

Observou-se que os entrevistados resistem às limitações que lhes são impostas indicando que a criança é capaz de decidir, possui uma autonomia e a exerce.

- mas tinha vez que a vontade era mais forte antes, eu só via o dinheiro e eu gastava.- Com coisa gelada.(Kica)

- Uma vez eu estava jogando bola, minha falou pra eu não jogar que eu ia ficar doente. Eu passei alem do meu limite e fiquei doente (Teixeira Filho)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A anemia falciforme interfere significativamente no cotidiano de seus portadores. Em todas as atividades que realizam a preocupação com a doença é uma constante. No caso das crianças e adolescentes a doença provoca a vivência de um processo de exclusão parcial ou total de quase todos os grupos sociais do qual fazem parte como a família, a escola e os pares. Este processo de exclusão se dá também em relação aos espaços de convivência como a rua, o campo de futebol, o clube, o rio, a festa e dá-se também em relação à participação em atividades rotineiras de sua faixa etária como os jogos e brincadeiras, a dança ou o consumo de alimentos e bebidas geladas. A situação de exclusão encontra sua sustentação nas relações sociais estabelecidas em nossa sociedade. Relações de extrema desigualdade social, na qual alguns têm todas as condições necessárias para o pleno exercício de uma vida saudável e feliz e um grande contingente de pessoas se encontra privado das condições mínimas de sobrevivência. O contexto social em que estão inseridos os entrevistados desta pesquisa demonstra claramente esta situação. Sobreviver com um real e vinte e cinco centavos, por dia, como é o caso de uma das entrevistadas é um ato quase impossível. Este caso não é isolado e não está relacionado ao fato desta pessoa ser portadora de anemia falciforme. Está sim relacionado à situação de desigualdade social em que ela vive por estar inserida em um grupo populacional, o afro-descendente, que, no Brasil, se encontra em situação de exclusão e desigualdade em relação à população branca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70. 1979
- BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2003.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. 1988
- BRASIL. IPEA. Desigualdade Racial: indicadores socioeconômicos – Brasil, 1991 – 2001. Brasília, dez. 2002. disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 15 de mar. 2004
- BRASIL. Lei 8069 de 16.07.90.

CASTEL, As armadilhas da Exclusão. In: BÓGUS, Lucia, YAZBEK, Maria Carmelita e WANDERLEY Mariângela Belfiore orgs. Desigualdade e a questão social. São Paulo: Educ, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: Reflexões Sobre o Trabalho de Campo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.115, p. 139-154, 2002.

FANON, Franz. Pele Negra Máscaras Brancas. 2.ed. Porto: Paisagem. 1975.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem Sócio-histórica Como Orientadora da Pesquisa Qualitativa. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 21-39, 2002.

GOMES, R., 1994. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social (org.): Teoria, Método e Criatividade, Petrópolis: Vozes. 2002.

GUTIERREZ, Paulo Roberto e OBERDIEK, Hermann Iark . Concepções sobre a Saúde e a Doença. In: ANDRADE e cols. orgs. Bases da saúde Coletiva. Londrina: Ed. UEL, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo- Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco. 1996.

_____ Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. In: _____ (org.). Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Fátima . Saúde da População Negra: Brasil 2001. Brasília: OPAS, 2003.

PAIXÃO, Marcelo J. P., Desenvolvimento Humano e Relações Raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, Nelson do Valle, Hasenbalg Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil, Dados [online], Rio de Janeiro v. 43, n. 3, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/periódicos>> Acesso em 15 de mar. 2004

ZAGO, Marco Antonio. Considerações Gerais In: ANVISA. Manual de Diagnóstico e Tratamento de Doenças Falciformes. Brasília: ANVISA, 2002.

O DISCURSO MIDIÁTICO E AS RELAÇÕES DE PODER NA CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA

Kátia Menezes de Sousa*

RESUMO: Este trabalho se centrará na constituição da família como instituição construída por práticas discursivas e não-discursivas dentro de relações de poder que se configuram numa sociedade soberana, passando por uma sociedade disciplinar e ganhando contornos mais sutis na sociedade de controle, conforme Foucault, com as tecnologias centradas na vida, o biopoder. Os discursos da mídia integram essas tecnologias, exercendo um controle contínuo da sociedade, logo da instituição família, e oferecendo uma comunicação instantânea. Assim, a linguagem torna-se essencial à sociedade de controle (Deleuze, 1992), e a produção das práticas tem uma afinidade especial com a linguagem nos processos de subjetivação e de irrupção dos acontecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: discurso, família, identidade.

ABSTRACT: This study centers itself upon the constitution of the family as an institution made up of discursive and non-discursive practices within relations of power constructed in a sovereign society, passing through a disciplinary society and gaining subtler contours in the society of control, according to Foucault, with technologies centered upon life, biopower. The mediatic discourses integrate these technologies, exerting a continuous control on society, consequently on the family institution, and offering instantaneous communication. On that ground, language becomes essential to the society of control (DELEUZE, 1992), and the production of the practices has a special affinity to language in the process of subjectivization and of irruption of events.

KEYWORDS: discourse, family, identity

Os discursos que constituem a família na atualidade é o objeto de investigação proposto para uma pesquisa mais ampla que está sendo iniciada por nós. Para este artigo, faremos um recorte de forma a nos centrarmos nos discursos sobre a família que circulam pelos aparelhos midiáticos. O interesse por esse tema surge de algumas constatações possibilitadas por enunciados que têm constituído os discursos de outras instituições, como: “a instituição família está falida”; “a família passa por uma crise”; “a família está sendo dissolvida”, etc.

Percebe-se que os discursos sobre a família constituem os discursos de outras instituições, como escola, igreja, polícia, justiça, medicina, ciência, divulgação científica, mídia, para justificar os fracassos de ações planejadas e implementadas por estas últimas. Exemplo disso é um comentário do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, citado no artigo de Marcelo Coelho na Folha Ilustrada *Folha de São Paulo*

* Professora da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística/UFG

do dia 15 de agosto de 2007: “Quais são as instituições que dão coesão a uma sociedade? Família, religião, partidos, escola. No Brasil, tudo isso fracassou”.

Outra questão que pode ser colocada diz respeito à identidade que a família vai adquirindo ao ser discursivizada nessas outras instituições que assumem a competência, por meio de diferentes saberes, para definir o que é a família na atualidade, colocando-a em categorias que se ligam a valores e imagens construídos no seio das relações sociais, culturais, econômicas e históricas. Nesse sentido, é possível compartilhar a preocupação de Foucault (2003) com as relações verdade/poder, saber/poder, pois, segundo o filósofo, há efeitos de verdade que uma sociedade produz a cada instante, e essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder que as induzem. Nesse mesmo texto, Foucault (2003, p. 231) ainda afirma:

As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo.

Percebe-se que, nas relações discursivas travadas com outras instituições, a família é tema constante de discussões, em que cada instituição, com os seus saberes elaborados, procura definir e categorizar as formas de constituí-la como verdadeira, a partir de valores que vão sendo agregados às práticas sociais e de problemas que escapam à previsão possibilitada pelos saberes e desafiam os procedimentos adotados pelas instituições para garantirem a sua verdade.

Dessa forma, é possível afirmar que os discursos sobre a família constituem outras formações discursivas que, com seus saberes e técnicas, vão elaborar os sentidos para a família, restando à própria instituição família as práticas não-discursivas que se ligam às práticas discursivas autorizadas pelos discursos de outras instituições. Estudar a família requer que se investiguem as relações que lhe dão existência na atualidade; requer que se pergunte a outras instituições qual identidade de família lhes interessa; exige que o pesquisador situe a sociedade atual, compreendendo as transformações por que essa vai passando diante das novas formas de exercício do poder, e que ele analise os enunciados que vêm funcionando como técnicas de subjetivação na constituição da identidade da família.

Assim, faz-se necessário depreender o lugar institucional dos enunciados (escolar, religioso, policial, médico, psicológico, midiático etc.) e o tipo de família vislumbrado por cada lugar diante dos seus objetos de interesse. Espera-se poder

questionar, com este estudo, a maneira pela qual os saberes sobre a família circulam e funcionam, ou seja, suas relações com o poder. Uma forma de poder, segundo Foucault (1995, p. 235),

aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a.

Além de contemplar a constituição da família pelos discursos que difundidos pela mídia, este trabalho também se volta para as relações internas que fazem com que uma família seja família em diferentes épocas da história do Ocidente. Assim, questões relativas a casamento, homem, mulher, criança, jovem, idoso etc. também serão devem ser contempladas a partir dos discursos colocados em cena por instituições que dependem das relações familiares para o exercício de seu poder/saber. Interessa para a efetivação deste estudo os discursos que vão sendo construídos pela mídia impressa e televisiva e de divulgação científica. Com esses temas, procura-se abarcar elementos que entram atualmente na ordem discursiva como causadores da desordem que se abateu sobre a família com a liberação sexual, a biotecnologia, o mundo virtual, a violência generalizada. Contudo, espera-se comprovar, como bem analisou Roudinesco (2003, p. 198), que

essas desordens não são novas – mesmo que se manifestem de forma inédita –, e sobretudo não impedem que a família seja atualmente reivindicada como o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar. Ela é amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições.

Nos últimos anos, o Brasil vem acumulando discursos que reclamam por soluções de problemas, de ordens diferentes, a partir do fortalecimento da família. Percorrendo as seções de jornais, é recorrente a cobrança em torno da efetivação do papel da família, quando jovens cometem crimes e vandalismos; meninas, em nome dos padrões de beleza, se tornam vítimas da anorexia e da bulimia; crianças e jovens engrossam as estatísticas de distúrbios, como a depressão e a síndrome do pânico; crianças trabalham nas ruas das cidades; os homossexuais buscam equiparação de direitos; o sexo seguro e os métodos contraceptivos entram em pauta; a pedofilia invade os sites de relacionamento da internet; a falta de ética dos políticos vem à tona; as formas de punição aos crimes são questionadas ...

Enfim, a família está sempre marcando presença nos discursos que, ora a culpam, ora a colocam como vítima.

Nas escolas, a indisciplina ou a dificuldade de aprendizagem dos alunos, muitas vezes, encontram explicação nos supostos conflitos familiares. Pelo pensamento pedagógico, escola e família devem estar em sintonia. Na mídia, as telenovelas exploram os temas relacionados à convivência familiar, as propagandas utilizam as contradições existentes nas concepções de família feliz, o noticiário policial propõe novas formas de vigilância, o jornalismo de divulgação científica apresenta estatísticas, pesquisas e dados acerca dos problemas relacionados à vida, à saúde, o bem-estar das pessoas, que, antes de tudo, pertencem a uma família. Constados os problemas, que também são construídos por essa rede enunciativa, os mesmos aparelhos (escola, mídia, medicina, igreja, justiça) propõem as soluções por meio de textos para conscientização e reflexão, manuais de auto-ajuda, técnicas para cuidar da mente e do corpo, produtos que garantem o bem-estar físico e mental, campanhas de esclarecimentos, leis e normas para assegurar a paz e a tranquilidade das famílias.

A rede discursiva vai se ampliando e passa de nó em nó com uma velocidade que impossibilita o trabalho de reflexão e de aprofundamento das implicações dos problemas e de suas soluções. Nesse sentido, Bauman (2001) utiliza as metáforas da fluidez ou liquidez para situar a sociedade atual numa modernidade líquida. Na esteira dos escritos de Michel Foucault, que não consideram o poder como único ou centralizado, mas como relações de poder, micropoderes, Bauman (2001) explica que os poderes que liquefazem passaram do “sistema” para a “sociedade”, da “política” para as “políticas da vida”.

Michel Foucault, ao fazer suas pesquisas sobre os temas sujeito, poder e saber, investiga-os a partir de práticas discursivas e não-discursivas que constituíram as sociedades soberanas e depois as disciplinares. Quanto às primeiras, Foucault (2006) esclarece que o poder de soberania é uma relação de poder que vincula soberano e súdito por meio de uma anterioridade fundadora, de um direito divino, de uma conquista, uma vitória, um ato de submissão, um ato entre o soberano que concede ajuda, privilégios, proteção, e o súdito que, em compensação, se empenha. Quanto às sociedades disciplinares, Foucault (2006) mostra que elas começam a surgir em fins do século XVII, caracterizando-se por implicar, não uma coleta do produto ou de parte do tempo, mas uma apropriação total do corpo, dos gestos, do tempo, do comportamento do indivíduo. O poder disciplinar fabrica corpos sujeitados, vincula a função-sujeito ao corpo; o indivíduo não é aquilo a que se prende o poder político, mas é efeito produzido pelas técnicas da vigilância e do controle. Ao confrontar esses dois tipos de sociedade, Foucault (2006) analisa que os esquemas de soberania coexistem aos disciplinares e prevalecem na sociedade contemporânea na instituição família. Segundo ele, o poder exercido na família não é disciplinar, mas do tipo da soberania: “não é verdade que a família tenha servido de modelo para o asilo, a escola, o quartel, a oficina, etc.” (FOUCAULT, 2006, p. 99). Conforme sua explicação, o pai é pólo mais intenso da individualização, pois é o portador do nome e exerce o poder sob seu nome. Há uma individualização pelo topo, como no poder de soberania. Além disso, a vigilância é supletiva em relação à família, não é constitutiva, e ao invés disso, a família tem no casamento e no nascimento a sua garantia de solidez pelo ato anterior e pelo estatuto conferido. Mesmo obedecendo a um dispositivo de soberania, a família é a articulação e o ponto de partida indispensável ao funcionamento dos sistemas disciplinares.

Esse é um primeiro ponto de relevância deste estudo, pois, ao mesmo tempo em que a família, que em sua organização é da ordem da soberania, garante a existência dos mecanismos disciplinares, estes últimos entram em cena, quando há indícios de enfraquecimento da família, impondo várias formas de controle. São os discursos das diferentes instituições reafirmando, perpetuando, mas também, transformando as relações no seio da família. Para compreender as formas de controle dos indivíduos na atualidade é preciso analisar os discursos que circulam nas várias instituições e que constituem o que é considerado família pela sociedade disciplinar. De acordo com Fonseca (2003), para a época da disciplina, todo indivíduo é singularizado e possui uma identidade que traz a marca da utilidade e da docilidade.

Deleuze (1992), em suas análises, constata que existem, no final do século XX, sociedades de controle ou de comunicação, que já não são exatamente disciplinares. Ele afirma que o próprio Foucault foi um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares estavam ficando para trás. Nas sociedades de controle, a comunicação é instantânea e o controle é contínuo. Na obra *Império* de Hardt e Negri (2004), Foucault é lembrado como aquele que preparou o terreno para a investigação do funcionamento do mando imperial, e seus autores resumem a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. Conforme Hardt e Negri (2004), a sociedade disciplinar arquitetava uma rede de dispositivos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. Assegura a obediência a suas regras e mecanismos de inclusão e/ou de exclusão. A sociedade de controle é aquela na qual mecanismos de controle se tornam cada vez mais democráticos, imanentes ao corpo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. O poder é exercido por meio de máquinas que organizam o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação etc.) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas).

Com essas transformações das práticas, os dizeres também materializam e garantem as práticas e fazem funcionar outras práticas advindas das transformações. Os enunciados falam sobre e pela a família e, mais que isso, constituem as identidades da família incluída, normal e da família excluída, anormal, desviada. Assim, torna-se relevante descrever e analisar esses enunciados, levando-se em conta o lugar em que foram realizados, o momento de sua enunciação, a posição ocupada pelos enunciadores e interlocutores e a relação que estabelecem com outros enunciados que já vieram e com os que ainda podem vir.

Foucault (2001;1999) vai ainda analisar um novo paradigma que surge a partir do poder disciplinar, que não mais atua sobre os corpos dos indivíduos, mas sobre a vida da população. Trata-se do biopoder. Conforme Foucault (2001), seria necessário falar de biopoder para designar aquilo que faz entrar a vida e seus mecanismos no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana. Assim, há uma preocupação com o bem-estar em termos de necessidade e felicidade das pessoas e com novas técnicas para maximizar a vida. Analisando os dispositivos midiáticos, Hardt e Negri (2004) explicam que a comunicação de massa expressa o movimento de globalização e controla o sentido de direção do imaginário que percorre essas conexões comunicativas, ou seja, o imaginário é guiado e canalizado dentro da máquina de comunicação. O poder, enquanto produz, organiza; enquanto

organiza, fala e se expressa como autoridade. A linguagem, à medida que comunica, produz mercadorias, mas, além disso, cria subjetividades, põe umas em relação às outras, e ordena-as.

Dessa forma, é necessário analisar os discursos que produzem mercadorias, imprescindíveis nas vidas das famílias, que, ao mesmo tempo, criam subjetividades, para encontrar, alinhavadas a esses discursos, formas de resistência que permitam aos sujeitos uma reflexão sobre os acontecimentos e um domínio maior sobre suas escolhas.

Nos dois últimos volumes da História da sexualidade, Foucault vai se dedicar às formas de constituição do sujeito, segundo procedimentos de uma ética apoiada na reflexão de si, acentuando as características próprias à subjetivação na atualidade. Realiza uma história da moral em função da constituição de si e não de códigos; em função do comportamento efetivo das pessoas, de sua relação consigo mesmas, que é a ética.

Pensando nesse tipo de ética, interdita há tempos pelos dispositivos disciplinares e controladores da modernidade e da pós-modernidade, a pesquisa sobre a constituição da família pode ser relevante na explicitação de regras, normas, códigos e leis que são inventadas para garantir o bem-estar, mas que acabam por ocupar o espaço de construção que deveria partir do próprio sujeito. Como exemplo, pode-se tomar a violência comandada por presidiários que se instaurou no Brasil, aterrorizando as famílias ditas de bem como também as ditas marginais. Diante dos acontecimentos, os comentários, vindos de várias esferas da sociedade, por meio da enunciação de seus representantes, culpavam as formas de punição, a falta de educação, o descaso do governo, a corrupção dos policiais e acabavam alcançando a desestruturação da família. Parece que a situação, no Brasil, chega ao ponto de as pessoas dizerem nem mais saberem definir o que é família, pois a família, que lhes é apresentada pelos enunciados das propagandas, das leis, da ciência, da religião, da escola, não é identificada nas relações reais entre os entes que dividem um mesmo lar. Há contradições inerentes aos discursos, mas há também contradições que são impostas pelo exercício de poder que, na atualidade, é sutil e se esconde atrás da ideia de que os veículos de difusão da informação estão zelando pela vida de todos.

O indivíduo, segundo Guattari e Rolnik (2005), se encontra na posição de consumidor de subjetividade e consome sistemas de representação, de sensibilidade, os quais não têm nada a ver com categorias naturais universais. Ele está numa encruzilhada de componentes de subjetividade, sendo alguns inconscientes, outros do domínio do

corpo, outros ficam por conta de grupos (clã, turma, bando) e outros são do domínio da produção de poder (lei, polícia, instâncias de gêneros etc.).

Às pessoas que têm negado o seu direito de reivindicar uma identidade distinta da classificação atribuída e imposta, conforme se pode ler em Bauman (2005), é imputada a condição de subclasse. Aqui, encontram-se aqueles que fugiram da escola, as mães solteiras, os homossexuais, os viciados em drogas, os mendigos, que são excluídos do espaço social (também da possibilidade de constituir uma família) em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refutadas. O mesmo autor aponta também que as relações interpessoais são lugares de hesitação, ambigüidade e ansiedade, objetos de desejo, mas também de medo. Assim, se, nas sociedades anteriores, as pessoas eram moldadas e treinadas como produtoras, hoje, as pessoas são moldadas e treinadas como consumidoras e o resto vem depois. Consomem, sobretudo, discursos; discursos sobre comportamentos, tipos de relacionamentos, alimentação, educação dos filhos, enriquecimento etc.

Diante de tantos problemas apontados, quando o tema é família, o trabalho, que aqui se apresenta, pode realizar, pelo menos, a explicitação de feixes de enunciados que entram na constituição do que venha e do que não venha a ser uma família na sociedade atual. Contudo, o mais importante é conhecer os fenômenos e acontecimentos que fazem com que uma família seja vista como tal ou não; é perguntar, como demonstrou Foucault (1995) em sua *Arqueologia*,: por que esses enunciados sobre a família e não outros?

Com a similar preocupação de compreender a origem da nova realidade da família dos últimos trinta anos, Roudinesco (2003) distingue três grandes períodos na história da família. No primeiro, a família chamada “tradicional”, que serve para assegurar a transmissão de um patrimônio, cuja célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e é submetida a uma autoridade patriarcal, uma transposição da monarquia de direito divino. No segundo período, a família “moderna” torna-se o receptáculo de uma lógica afetiva imposta entre o final do século XVIII e meados do XX e sanciona, apoiada no amor romântico, a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnavais por intermédio do casamento. A divisão de trabalho entre os esposos é valorizada e a educação dos filhos fica por conta do Estado que divide essa tarefa com os pais. A atribuição de autoridade fica dividida entre Estado e pais e, também, entre pais e mães. No último período, a partir dos anos 1960, a família considerada “contemporânea” ou “pós-moderna” une dois indivíduos em busca de relações íntimas

ou realização sexual. A transmissão da autoridade vai se tornando cada vez mais problemática à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam.

Com esse resumo histórico, percebe-se a necessidade de compreender os tipos de sociedade nos quais as famílias brasileiras se constituíram e os discursos que deixaram para que as famílias posteriores se constituíssem, seja com a apropriação de certos valores, seja com a negação de outros que, de uma forma ou de outra, ganham existência pelos discursos materializados em enunciados das diversas instituições do país.

Confrontando o discurso publicitário com o discurso jornalístico, Maingueneau (2001) demonstra que o primeiro tem sua enunciação sempre ameaçada, e o segundo é, de certa forma, antecipadamente legitimado, fatores, estes, definidores da forma e da função desses discursos. Pfeiffer (2001) descreve os efeitos do discurso da mídia na relação entre as propostas didáticas e o discurso de divulgação científica, procurando compreender quais processos discursivos estão funcionando na construção do imaginário de conhecimento, ciência, informação, intelectual, cientista, educação, escola, professor, aluno, na relação estabelecida entre a materialidade discursiva dos textos jornalístico-científicos e seus leitores. Esses são apenas alguns exemplos, mas outros podem ser citados para comprovar o terreno fértil que se instaura, quando o analista do discurso se propõe a colher os sentidos que são produzidos nas práticas discursivas.

Diferentemente de outras áreas da Lingüística, os estudos discursivos não separam forma e conteúdo da língua. Tomam a linguagem em seu funcionamento que coloca face a face sujeitos e sentidos marcados pela língua e pela história. Assim, a Análise do Discurso coloca em questão a interpretação, trabalhando seus limites e seus mecanismos.

A possibilidade de mobilização de diferentes dispositivos analíticos dentro do quadro teórico construído pela AD se explica pela interdiscursividade constitutiva dos discursos e sua relação com a exterioridade, com suas condições de produção. Dessa forma, a pesquisa em AD, partindo da consideração do discurso como um processo que se desenvolve de múltiplas formas, em determinadas situações sociais, não separa teoria da análise, o que exige a obrigatoriedade de o pesquisador tomar o texto, unidade de análise, enquanto materialidade histórica e discursiva, buscando compreender o seu funcionamento como que afetado pelas condições de produção e a sua capacidade de produzir sentidos.

Percebe-se que há uma diversidade de textos a serem estudados, contudo um mesmo texto se apresenta como heterogêneo por ser constituído por várias vozes discursivas (Bakhtin, 1990), por associar signos lingüísticos e signos icônicos e por, como bem lembra Maingueneau (2001), não mais se apresentar como um único conjunto de signos sobre a página, mas poder ser um filme, uma gravação em fita cassete, um programa em disquete, uma mistura de signos verbais, musicais e de imagens em um CD-ROM. O texto como materialização do discurso, ou dos discursos, não poderia ser um objeto homogêneo, previsível, estático, se o discurso só adquire sentido no interior de outros discursos. Assim, para interpretar qualquer enunciado sobre a família, é necessário relacioná-lo a muitos outros enunciados já realizados.

O conceito de condições de produção foi fundamental para a instauração do estatuto da AD. Segundo Maingueneau (1989), as condições de produção incluem os lugares que os sujeitos vão ocupar na cena enunciativa. Esses lugares, que envolvem os sujeitos da enunciação e o referente, são representados nos processos discursivos, podendo ser identificados, conforme Pêcheux (1990), pelo jogo de imagens, uma série de formações imaginárias que designam o lugar que locutor e interlocutor se atribuem a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Esse jogo de imagens muitas vezes dita parâmetros na memória do dizer e direcionam a construção dos efeitos de sentido. É com a preocupação de perceber esses efeitos e de compreender como são construídos, que nos propomos a analisar os enunciados que constituem os discursos sobre a família, quando esses partem dos aparelhos midiáticos como forma de objetivar e categorizar os saberes que identificam e diferenciam as práticas familiares na atualidade.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem* Trad. M. Lahud e Yara F. Vieira. 8 ed. São Paulo, Hucitec, 1990.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- _____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- FONSECA, M. A. da. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 2003.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995..
- _____. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2001.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P. e DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. Poder e saber. In: FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. (Col. Ditos e escritos, IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (pp.223-240)

GADET, F. & HAK, T. (org.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. trad. Bethania S. Mariane et al. Campinas: Ed. da UNICAMP. 1990. 319p.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

HARDT, M. e NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

REFLEXÕES ACERCA DA PEDERASTIA EM ATENAS DURANTE O PERÍODO CLÁSSICO: IMAGINÁRIO E IDENTIDADES.

Luana Neres de Sousa*

Resumo:

Os conceitos de “imaginário” e “identidades” têm sido amplamente discutidos pela historiografia a partir das últimas duas décadas do século XX. Nosso objetivo nesta comunicação é apresentar parte desta discussão e aplicá-la no estudo da pederastia ateniense durante o período clássico.

Palavras-Chave: Pederastia, Imaginário, Identidades.

Abstract:

The concepts of “imaginary” and “identities” have been widely discussed by historiography since the last two decades of the twentieth century. Our purpose on this communication is to present part of this discussion and apply it in the studies of the pederasty in Athens during the classic period.

Keywords: Pederasty, Imaginary, Identities.

Durante o período clássico grego, que abrange predominantemente o século V. a.C, uma espécie de relação entre homens exerceu bastante influência na vida dos cidadãos da cidade-estado de Atenas, a Pederastia. Há tempos estudiosos a analisam, cometendo muitas vezes erros anacrônicos ao compará-las às relações homossexuais modernas, tudo isso em decorrência, talvez, da escassez de fontes disponíveis ou pela natureza das mesmas. Mas não há dúvidas de que a Pederastia possuía um importante papel na formação social do futuro cidadão de Atenas e na manutenção de certas instituições políticas e psicológicas, como por exemplo, a idéia de cidadania que cada eupátrida deveria zelar e exercer. Neste artigo, pretendemos introduzir uma parte da discussão em torno dos conceitos de “imaginário” e “identidades” no estudo da pederastia em Atenas com o intuito de contribuir para o enriquecimento dos debates acerca de tal instituição pedagógica ateniense.

* Mestranda em História Antiga pela Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Ana Teresa Marques Gonçalves – UFG.

1 - O Imaginário dos eupátridas atenienses.

Segundo Bronislaw Baczko, imaginário é um dispositivo simbólico utilizado por um grupo para dar-se a si mesmo identidade e coerência, podendo, assim, identificar suas expectativas e recusas (BACZKO, 1996: 296). Todavia, não se trata de imagens como iconografia, mas figuras de memória que representam coisas que temos em nosso cotidiano (DURANT, apud: SILVA, 2005: 214.). O imaginário social de um grupo traduz o modo pelo qual este representa determinado fato ou objeto. Cada grupo possui seu modo próprio de atribuir significações e valores, pois as imagens não são fixas e variam de acordo com o recorte espaço-temporal no qual está inserido este grupo. Hilário Franco Júnior afirma que todo imaginário é coletivo e não pode ser nunca confundido com *imaginação*, que é uma atividade psíquica individual; e ainda, que não se deve reduzir o imaginário a uma somatória de imaginações. “*O imaginário faz a intermediação entre a realidade psíquica profunda da sociedade (...) e a realidade material externa.*” (FRANCO JR, 1998: 16-17). O imaginário traduz aquilo que um grupo gostaria de ser ou de possuir.

O imaginário está intimamente ligado aos sentimentos mais íntimos dos homens, estabelecendo uma ponte entre seus anseios pessoais e sua vida coletiva. Cada grupo possui um imaginário próprio, que se transforma à medida que novos modelos são necessários para o bom andamento deste grupo. Roland Barthes afirma que “*o imaginário é a linguagem pela qual o enunciante de um discurso “preenche” o sujeito da enunciação.*” (BARTHES, 2004: 176). Isso quer dizer que os imaginários ao serem constituídos pressupõem a possível sublimação de necessidades e de desejos de um povo em determinado espaço de tempo (FRANCO JR, 1998).

No caso da pederastia em Atenas no período clássico, os objetivos que circundam as relações entre erastas e erômenos são distintos dos fins pretendidos nas relações homoeróticas contemporâneas, e essas distinções são bem perceptíveis. De acordo com o imaginário social da época, a pederastia tinha o desígnio de preparar o efebo para a vida social, para o exercício de sua plena cidadania, para gerar descendentes na pólis, para ser um homem viril e eupátrida, e assim, gozar de sua “superioridade” em relação às mulheres, estrangeiros e escravos. De forma alguma era pretendido a um erasta e a um erômeno viverem juntos, andarem de mãos dadas pela rua, ou privarem-se do casamento com uma mulher para se casarem entre si. Um tratamento de ridiculização e desprezo era destinado aos que se comportassem de modo distinto do estabelecido pelas regras da pederastia.

É de fácil percepção que a pederastia e as práticas sexuais entre erastas e erômenos transitavam de forma bem distinta das relações homossexuais atuais no imaginário social da época. Isso não significa que o amor pederasta fosse desprovido de um prazer erótico; entretanto, o ponto crucial que define a distinção entre o amor homossexual atual e o amor pederasta é a inserção do caráter pedagógico presente neste último, que fica isento nas relações homossexuais modernas.

Há uma discussão entre historiadores acerca da existência ou não do contato sexual entre os envolvidos na relação pederasta. Enquanto uns se apóiam na iconografia disponível¹ para afirmar a vivência do contato sexual entre os participantes da pederastia, outros utilizam-se das mesmas imagens para ressaltar que a penetração não ocorria, algumas vezes apenas o toque por parte do erasta nos órgãos sexuais do erômeno, ou o sexo interfemural e em outras, nem mesmo isso. A penetração anal não é relatada em nenhuma gravura. Vrissimtzis afirma que:

“a pederastia baseava-se numa ligação espiritual e psíquica, enquanto a atração física permanecia subordinada e subjacente, e compreendia apenas algumas discretas manifestações de paixão por parte do erasta” (VRISSIMTZIS, 2002: 107).

Nos trabalhos sobre as relações pederásticas geralmente ocorre uma confusão hermenêutica em relação à idéia de amor para os gregos. Voltaire, no verbete **Amor Dito Socrático** de seu Dicionário Filosófico, já escrevia no século XVIII do período cristão que:

“(...) o amor socrático não era um amor infame: foi esse nome de amor que baralhou tudo. O que então se chamava os amantes de uma rapaz eram, precisamente, o que entre nós são os gentis-homens ao serviço dos nossos príncipes, o que eram os pajens, moços adidos à educação de uma criança fidalga, partilhando os mesmos estudos, os mesmos exercícios militares: instituição guerreira e santa da qual se abusou com folguedos noturnos e orgias.” (VOLTAIRE, 1978: 96).

¹ Vasos dos períodos arcaico e clássico que retratam cenas de homens bolinando os órgãos genitais de meninos, friccionando o pênis entre as coxas dos jovens, entre outras manifestações.

Essa afirmação de Voltaire corrobora com a tese de Vrissimtzis, e ressalta que a comparação entre as relações pederásticas e a homossexualidade é, na verdade, uma confusão interpretativa da distinção do amor para os gregos e do mesmo para os modernos.

A relação pederástica encontrava apoio tanto na opinião popular quanto em leis regidas pelo Estado. Era valorizada pela cultura local que a registrava das mais diversas formas, seja através da literatura, das cerâmicas ou da filosofia. Apesar de tal naturalidade, o amor pederasta despertou inúmeras discussões e uma preocupação moral que regiam regras e moldes para tal relação, a fim de que as mesmas não perdessem seu caráter legítimo. (FOUCAULT, 1994: 170 - 171).

2 - A(s) identidade(s) dos Pederastas em Atenas no século V. a.C.

O conceito de identidade vem sendo amplamente discutido pela historiografia a partir das últimas décadas do século XX, em detrimento de diversos debates acerca de uma possível crise identitária, proveniente da emergência do processo de globalização, latente após a década de 1980. Segundo Gilvan Ventura:

“Ao mesmo tempo, o avanço nas telecomunicações produz a sensação de que, de algum modo, o mundo diminuiu, as fronteiras se tornaram mais fluidas, de maneira que povos e territórios os mais distintos e longínquos passam a experimentar agora laços comuns e duradouros, como diferentemente ocorrera outrora. Esse acontecimento, associado à difusão de um modus vivendi ocidental, americanizado e fashion, sustentado pela indústria do consumo, reforça os princípios da assim chamada globalização, cuja contrapartida simbólica é o abandono irreversível das identidades locais em prol de uma identidade que se pretende “universal”, razão pela qual o homem contemporâneo habita em lugar nenhum, ou melhor, é cada vez mais confrontado pela multiplicação dos não lugares, os quais carecem ao mesmo tempo de identidade e de capacidade relacional.” (SILVA, 2004: 16).

Ana Maria González de Tobia assegura que desde a Antigüidade, o homem tem consciência da particularidade de certos aspectos de sua cultura. Gregos, como Aristóteles, Tucídides e Aristófanes, reconheceram que seus costumes não eram universais (GONZÁLEZ DE TOBIA, 2001, p.96). Seguramente, estes e diversos outros pensadores atenienses tinham consciência da singularidade de seus costumes, e entre estes, inclui-se a pederastia. Somente os de “espírito nobre” – os eupátridas atenienses – eram dignos de um processo tão ilustre.

O inglês Stuart Hall é referência no estudo das identidades, e suas contribuições têm enriquecido grandiosamente a análise acerca da construção das identidades através de sua crítica à idéia da existência de hierarquias culturais. De acordo com este pensador, as identidades não são estáveis, nem imutáveis, mas fragmentadas e multiplamente construídas. Ela é relacional, ou seja, precisa do *Outro* para ser construída, e necessita da *diferença* para se estabelecer. “(...) são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional (...)”. (HALL, 2000: 109). Nenhuma identidade é única em si mesma e um mesmo indivíduo pode possuir mais de uma identidade, dependendo do local ou da situação em que se encontra.

Em sintonia com as considerações de Hall encontra-se o trabalho de Kathryn Woodward. No texto *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*, Woodward afirma que “as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas.” (WOODWARD, 2000, p. 8). Ou seja, os eupátridas pederastas do período clássico, simbolicamente, classificavam o mundo no qual estavam inseridos e delimitavam através de suas relações de poder, aqueles que deveriam ser excluídos e incluídos em seu círculo social. Acerca deste caráter relacional das identidades, o historiador alemão Jörn Rüsen acrescenta que:

“Identidade é, por conseguinte, um processo social de interpretação recíproca de sujeitos que interagem entre si. Neste processo, os sujeitos mesmos debatem-se continuamente entre si, à busca de serem aqueles que querem ser e de não serem aqueles que deveriam ter sido. A constituição da identidade efetiva-se, pois, numa luta contínua por reconhecimento entre indivíduos, grupos, sociedades, culturas, que não podem dizer quem ou o que são, sem ter de dizer, ao mesmo tempo, quem ou o que são os outros com os quais têm a ver.” (RÜSEN, 2001: 87)

Os praticantes da pederastia em Atenas possuíam uma identidade própria, embora não se sentissem um grupo à parte em decorrência de sua experiência afetivo-sexual entre homens. Aliás, por sua sexualidade não ser dividida entre os que se relacionavam exclusivamente com mulheres, ou exclusivamente com homens, ou com ambos, nem se davam conta da possível segregação que poderiam sofrer em decorrência de sua sexualidade. Sua identidade baseava-se, em concordância com Hall, naquilo que eles não eram: nem mulheres, nem estrangeiros, nem escravos. “A identidade é, assim, marcada pela diferença. (...) A diferença é sustentada pela exclusão: se você é sérvio, você não pode ser croata e vice-

versa.” (WOODWARD, 2000, p. 9). O grupo dos eupátridas possuía uma identidade própria, baseada naquilo que tinham em comum – status social, exclusividade à cidadania, a posse de terras, a masculinidade, mas também no que não eram ou não gostariam de ser – nem mulheres, nem escravos e nem metecos.

As mulheres eram inferiormente consideradas pelo imaginário ateniense e pelo grego de forma geral. Eram desprovidas de direitos políticos e de uma educação refinada, tendo suas atividades restringidas ao matrimônio, aos afazeres domésticos e à geração de descendentes saudáveis. Os homens de Atenas desacreditavam na capacidade intelectual das mulheres e por esse motivo a pederastia era praticada somente entre pessoas do sexo masculino. A vida sexual com as mulheres era voltada virtualmente para a geração de novos cidadãos, uma vez que a mulher na sociedade ateniense era considerada inferior em relação aos homens, em decorrência do imaginário da época que cultivava a incapacidade desta de desenvolver-se intelectualmente; logo a mulher ficava relegada aos afazeres domésticos. Já as relações entre homens e rapazes eram prestigiadas, uma vez que o relacionamento pederasta tinha como fundamental característica a troca de conhecimentos entre mestre e discípulo, tornando-se algo plausível de louvor e aceitação social. É importante salientar que a análise aqui proposta concentra-se na aristocracia ateniense, restringindo-se ao estudo das relações sexuais e do imaginário sobre as mesmas entre os cidadãos de Atenas.

A partir do momento em que homem, cidadão por direito e exercício, travestia-se e se comportava como uma mulher, preteria o status de membro do grupo mais elevado da sociedade por outro menos prestigiado, a posição feminina. O homem “*efeminado*”, como era chamado pelos próprios atenienses, era ridicularizado em público e em outras diversas manifestações artísticas e culturais e, caso viesse a ser comprovado algum tipo de prostituição, este era levado a julgamento, podendo perder até mesmo o direito de cidadão e de participação na vida pública.

Os privilégios desfrutados pelos eupátridas têm uma raiz histórica. Estes se diziam descendentes diretos dos antigos jônios, povo que ocupou a região onde se encontra Atenas. Segundo Woodward “*uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos*”. (WOODWARD, 2000, p. 11). Isso garantia aos eupátridas a posse de terra e o privilégio exclusivo dos direitos políticos. É por esse motivo que erastas e erômenos eram somente eupátridas: a pederastia destinava-se a preparação mais aprimorada dos futuros cidadãos de Atenas para o exercício pleno de sua cidadania e demarcava o final da vida “passiva” do jovem para a sua triunfal ascensão à vida “ativa”, socialmente falando.

Durante o período clássico, os atenienses estavam se tornando cada vez mais refinados, e os estudos de filosofia, música, atletismo e poesia desenvolviam-se de forma significativa. Entretanto, nas escolas, eram ministrados apenas ensinamentos básicos. Havia, então, a necessidade de continuidade das práticas educacionais; esse papel ficava a cargo do erasta que, no decorrer do período destinado à pederastia, era o único a deter o direito de ensino do erômeno. O direito à educação pederástica pertencia unicamente aos descendentes diretos dos antigos jônios. Os demais homens livres de Atenas tinham acesso apenas aos ensinamentos básicos de leitura, música, atletismo e aritmética.

Ainda sobre a construção das identidades, Woodward afirma que estas não são unificadas, ou seja, dentro de uma mesma identidade pode haver contradições. Em relação à identidade dos praticantes da pederastia em Atenas, podemos notar algumas contradições.

Um exemplo diz respeito à posição de constante masculinidade exigida e ao “autocontrole” ao qual o erômeno estava submetido. Sua posição de eupátrida obrigava-o a possuir um total controle diante do cortejo do erômeno. Este processo visava avaliar o quão digno do processo pederástico seria o jovem. Se este cedesse facilmente aos gracejos do erasta, se oferecesse para o mesmo, ou se permitisse ser penetrado pelo erasta em uma relação sexual, demonstraria não possuir controle sobre seus próprios desejos sexuais e, conseqüentemente, não seria apto para votar na Assembléia.

Após a análise em torno do conceito de “identidade”, concluímos que este tem sido um conceito chave em discussões atuais suscitadas pelo acelerado processo de globalização, que através da “miscigenação cultural”, tem levado historiadores a se questionarem quanto à permanência de identidades locais resistentes à imposição cultural das grandes potências. Todavia, tal debate pode e deve ser desdobrado a outros períodos históricos, especialmente no que diz respeito à construção das identidades de determinados grupos do passado, sobretudo os da Antigüidade. Este exercício possibilita-nos uma maior compreensão dos costumes desses povos, muitas vezes tão distintos e ao mesmo tempo tão semelhantes aos nossos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996. Vol 5. Pp. 296 – 331.

BARTHES, Roland. Da história ao real. In: _____. *O rumor da língua* – São Paulo: Martins Fontes, 2004 p. 163-198.

BENJAMIN, Walter. O narrador – Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. Pp. 197 – 221.

COSTA, Jurandir Freire. *A Inocência e o Vício: estudos sobre homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

DOVER, Kenneth James. *A Homossexualidade na Grécia Antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice Editora, Revista dos Tribunais, 1990.

FRANCO JR., Hilário. Introdução. In: _____. *Cocanha. A história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 15-23.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.

GONZÁLEZ DE TOBIA, Ana Maria. Humanismo. Clave Para Interpretar Identidade, Pertenencia Y Ciudadania Mundial. In: _____. (ed.). *Los Griegos: Otros e Nosotros. La Plata*: Ediciones Al Margen, 2001. Pp.89-102.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice Editora, Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. Pp. 103 – 133.

JAEGER, Werner Wilhelm. *Paidéia: Formação do Homem Grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARROU, Henri Irénée. Da Pederastia Como Educação. In: _____. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: EPU, 1990.

SILVA, Gilvan Ventura da. Representação Social, Identidade e Estigmatização: algumas considerações de caráter teórico. In: FRANCO, Sebastião P. (orgs.). *Exclusão Social, Violência e Identidade*. Vitória: Flor e Cultura, 2004. Pp. 13-30.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

TRINDADE, Liana Sávia; LAPLANTINE, François. *O que é Imaginário? – Coleção Primeiros Passos*. São Paulo: Brasiliense, 1997. 82 p.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

_____. Os Gregos conheceram a Democracia? In: *Diógenes*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol. 6, 1984. P. 57-82.

VOLTAIRE, François Marie Arouet de. Dicionário Filosófico. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Pp 95 - 96.

VRISSIMTZIS, Nikos A. Pederastia. In: _____. *Amor, Sexo & Casamento na Grécia Antiga*. São Paulo: Odysseus, 2002. Pp 100 – 114

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. Pp. 07 – 72

Relações palavra e imagem na obra de Paulo Bruscky: elementos para o estudo das relações interartísticas e interculturais numa história biográfica do artista.

Doutoranda Cíntia Guimarães Santos Sousa ¹ UFG/FCHF

Prof.º Dr. Márcio Pizarro Noronha ² UFG/FCHF

Resumo: Este artigo discute um primeiro grau de relações interartísticas entre a linguagem visual - Artes Plásticas e Visuais - e a linguagem escrita - poesia e comunicação - tendo como alvo a produção do artista brasileiro Paulo Bruscky e sua trajetória na arte postal (arte correio), performance etc. O estudo parte da Teoria Interartes e dos Estudos da Estética Comparada, envolvendo o projeto de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História (FCHF / UFG). A perspectiva adotada é a da nova história biográfica, com o desenvolvimento de uma biografia de artista - e as relações entre obra e vida. Bruscky é um artista de fundamental importância neste tipo de estudo interartístico e nas relações entre arte e comunicação, pois sua trajetória apresenta-se quase sempre através de relações explícitas entre imagem e palavra - a palavra enquanto imagem e o que podemos nomear como sendo um texto visual.

Palavras-chave: Interartes. História da Arte Brasileira Contemporânea. Texto visual. Performance e Biografia.

Abstract: This article discusses the first degree of artistic relation interaction between visual language - Arts Plastic and Visual - and the written language - poetry and communication that target the production of a Brazilian artist Paulo Bruscky and his trajectory in post art (arte correio), performance, and so on. The study used the Theory or Art Interaction and the Comparison Esthetics Study which involves the project of doctor degree Program of History Pos-graduation (FCHF - UFG) of Federal University of Goiás. The adopted perspective is the biography of New history with the development of artistic biography, that is, the relation between work and life of Bruscky. He is an artist with a fundamental importance in that relation between arts and communication, because his trajectory is almost always showed through explicit relations between language and word-the word while image and what we can call as visual text.

Key-words: Art Interaction, Contemporary Brazilian Art History, Visual Text, Performance and Biography.

¹ Cíntia Guimarães: Doutoranda em História pela FCHF/UFG, Mestre em Cultura Visual/UFG, Especialista em Arte e Ensino de Arte. 1996 a 1998/ UFU. Graduada em Ed. Artística Habilidade em Artes Plásticas. 1993/ UFU. Professora Substituta no Departamento de Artes Plásticas/UFU de Abril de 2005 A Abril de 2007 e de 2000-2002.

² Márcio Pizarro Noronha: Professor adjunto da Universidade Federal de Goiás na Escola de Música e Artes Cênicas e Professor do Programa de Pós Graduação em História da FCHF/UFG e Orientador desta pesquisa.

Este estudo parte da Teoria Interartes e dos Estudos da Estética Comparada, envolvendo o projeto de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História (FCHF / UFG - 02/2007). O projeto de doutoramento tem como objetivo, a partir da perspectiva da nova história biográfica, desenvolver uma biografia do artista plástico Paulo Bruscky.

Paulo Bruscky é um artista de fundamental importância neste tipo de estudo interartístico e nas relações entre arte e comunicação, pois sua trajetória artística apresenta-se quase sempre através de relações explícitas entre imagem e palavra – a palavra enquanto imagem e o que podemos nomear como sendo um texto visual.

O texto aqui apresentado se divide em três momentos, o primeiro é uma reflexão que envolve o campo da história biográfica, tempo e espaço, o seu desenvolvimento e como eram as escritas as primeiras biografias de artistas. O segundo momento do texto traz uma discussão entre imagem e palavra, uma relação entre elas e sua história. Já na terceira parte é uma descrição dos procedimentos e produções de Paulo Bruscky que envolve a integração da imagem com a palavra e a relação da sua obra com outras áreas de produção artística.

I- História da Arte e Biografia de artista

Entre os séculos XIII e XV, começa historicamente uma transformação na perspectiva histórica da noção de arte, essa mudança se dá porque ocorre paralelamente uma transformação da noção de artista e essa idéia de transformação do artista é fundamental para mudar as relações intelectuais. Encontramos, por volta do século XIII, histórias biográficas voltadas especificamente para a vida do artista. Eram como livros de receitas, tratando do modo de fazer, se assemelhando a um manual do artista: materiais, técnicas e procedimentos. Esse perfil da história biográfica, tinha muita importância e era muito conceituada na época.

Segundo Bazin (1989, p.08) “Os dois escritos sobre a arte mais célebres da Idade Média são livros de receitas, tratados técnicos que não comportam nenhum elemento retrospectivo; um deles remonta ao século XII, o outro ao fim do século XIII”. O título do primeiro, numa versão que muitos conhecem, é *De diversis Artibus* escrita por um monge Teófilo e que era provavelmente um alemão chamado Rokgerus de Helmersthausen, que viveu na primeira metade do século XIII. Para Bazin esta obra:

É um manual em que se expõem todas as técnicas artísticas; é precedido de um prólogo que confere ao gesto artístico um caráter sagrado, tendo o autor da obra a executar recebido uma missão espiritual muito nobre que consiste em ornar a casa de Deus com as aparências dessa beleza que dele emana. Estamos sempre, portanto, num mundo ideal, intemporal. (1989,p.08)

Já o famoso *Livro dell'art* escrito pelo pintor toscano Cennino Cennini, tem um caráter retrospectivo. Cennini a partir do contato com o seu professor Agnolo Gaddi, o qual ficou vinte e quatro anos no ateliê de Giotto, transferiu seus conhecimentos adquiridos à Cennini e este escreveu o livro da arte a partir dos escritos de Giotto, por isso um livro que foi desenvolvido durante quarenta anos, passando de Giotto para Gaddi e deste à Cennini, que dá ao livro um caráter de retrospectiva histórica, já que tenta codificá-la e traz Giotto para o presente. É um livro que trás um conhecimento sobre materiais, técnicas e procedimentos do artista, este tipo de manual gera uma tradição do que seja um processo de trabalho em ateliê e uma noção da relação entre mestre e discípulo.

Para Bazin(1989, p.08) “esse livro de receitas trata da pintura apenas sob suas diversas formas técnicas, incluindo a iluminura.(...) O fato de proclamar a “modernidade” de Giotto em relação a tudo o que precedeu postula uma atitude histórica. Cennini elabora certas noções que são chamadas a um grande futuro. Com ele, saímos do intemporal e do anonimato”. Com este tipo de escrita pode falar que ele criou uma maneira própria de escrever de si e do outro, porque quando se faz uma biografia muitas vezes o biógrafo fala dele mesmo e do seu tempo no trajeto do outro (biografado). Nesse momento em que Cennini escreve o Livro da arte ele promulga a arte como uma afirmação individual.

Por volta do século XV, a gestão da concepção do conceito da arte gira em torno da autonomia do artista, de afirmar sua individualidade, e ao mesmo tempo, colocá-lo em uma cadeia histórica, bem como tratar das questões do belo, trazendo discussões que envolvem as relações entre imagem e linguagem e o problema da hierarquização das artes.

Já no século XIX, há um novo deslocamento, não assiste apenas a noção de arte na impossibilidade de tradução, assiste também a uma retomada da idéia das relações interartísticas, mas não são de caráter da retórica (discurso verbal e visual) e sim da questão da percepção, dos sentidos, a arte é agora para ser percebida. Nesse período substitui palavra e imagem (poesia e pintura) por sentir o som, a cor; que são categorias do campo da percepção. Surge nesse momento à idéia de arte total, a unidade produzida pela fusão de todas as artes para criar um campo cinestésicos.

Com relação às biografias, no século XIX, havia uma tensão entre um uso da história individual, de tradição positivista, e uma história coletiva, social, estrutural, vinda de linhas como o pensamento marxista, por exemplo. Não davam importância às cartas, as correspondências, os livros de artistas e a história oral como fonte de pesquisa para produção

biográfica. Num determinado período as biografias ficaram sendo desacreditadas e poucos estudos partiam do campo da história biográfica.

Para Rojas:

O pensamento positivista, por outro lado, resgatou a importância das biografias para compreensão da História, porém a aversão de grande parte dos historiadores ao pensamento positivista – centrada nos grandes homens, grandes acontecimentos históricos e grandes batalhas – o qual contaminou a escrita da história no final século XIX e início do século XX, contribuiu para, mais uma vez, não considerar esse tipo de texto, haja vista o esforço dos historiadores em negar a influência do positivismo. (Rojas In: Junior, José Petrucio, 2007, p. 01).

Para o historiador e pesquisador José Petrucio a reutilização das biografias como fonte histórica decorreu das relações entre a História e o desenvolvimento das ciências sociais e naturais do século XX, e a introdução de novas abordagens teóricas-metodológicas. Seguindo a reflexão de José Petrucio, no início do século XX, deu-se o enfoque no individual e, por extensão, suas relações com o coletivo promoveram novas abordagens para a pesquisa histórica e, conseqüentemente, um interesse maior pelos documentos biográficos. (Levillain, 1996, p. 167-8 In: José Petrucio, 2007).

Segundo Petrucio o retorno efetivo da biografia, na França, para o campo da história se deu entre as décadas de 1970/80³ com ensaios e colóquios sobre biografia no interior de uma proposta de renovação histórica expressa em coletânea idealizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora. A idéia neste momento é de não se preocupar somente com a estrutura básica de uma biografia tradicional produzida na Antiguidade, tais como origem, vida e morte dos personagens biografados. As vidas não serão interpretadas com um fim em si mesmas, mas em relação ao meio que colaborou para sua construção.

Enfocada desse modo, a análise biográfica permite a renovação e o enriquecimento de métodos e perspectivas de análises entre os historiadores. O indivíduo, sob a ótica dessa concepção analítica, é observado no interior de uma rede complexa a qual envolve vínculos de amizade, condição social, pertencimento a grupos filosófico-religiosos, região em que atuou entre outros fatores. (Junior, José Petrucio, 2007, p.03).

A obra, ou seja, a biografia deve remeter ao entorno do biografado: a sociedade que ele está inserido, o seu contexto, suas influências, suas relações com o contexto em que vive e, no caso desta pesquisa, entre arte e vida. Para que a narração se torne uma fonte histórica

³ O tema da hiper-valorização da cultura da memória encontra-se desenvolvido em texto recente da pesquisadora da cultura, a argentina Beatriz Sarlo. Tal como em leituras acerca do pós-modernismo, tipo a de Fredric Jameson, a função do esquecimento está acompanhada de um exagero na busca de memórias as mais diversas. A autora chama esta temática amplamente de literatura histórica de testemunho. Para mais informações ver Sarlo, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte/UFMG, 2007.

pelo fato de ser um produto de uma época, tratando do passado e do presente no contexto atual.

Para Benjamin, a biografia é “atemporal” visto que não está limitada ao instante de seu aparecimento. Ela transcende a história, mas esta transcendência só é revelada por sua projeção ao longo da história. O método de Benjamin é buscar nas fronteiras, nos extremos e relacionar a obra com a história respeitando sua função essencial de se deslocar do tempo e do espaço histórico em que foi produzida. Num ensaio de Benjamin sobre Proust, aquele deixa claro a importância da relação arte e vida e afirma que:

O artista não canta suas emoções, mas procura ativamente “ocasiões” para transformá-las em canção. Ao simplesmente identificar vida e arte, o biógrafo deixou de notar a relação mais essencial: o artista modela sua vida e sua experiência para tornar possível sua arte.(...) Obra e vida neste caso interpretam literal e metaforicamente uma à outra, e a obra é vista mais como criadora do experimento do que como irremediavelmente dependente dele. A vida de Proust, não-sentimentalizada, conserva sua dignidade, e sua arte fica livre para buscar sentidos além do âmbito restrito da própria biografia do autor, da mesma forma que o molde metafórico do estilo de Benjamin evita coerção.(ROSEN, 1927, p. 158-9).

Ao escrever uma biografia é importante pensar, primeiramente, nessa transcendência que será revelada por sua projeção ao longo da história (Benjamin) e primordialmente na relação vida e obra do biografado, como uma interferem na outra e ao mesmo tempo constrói a história do sujeito pesquisado. Nessa relação entre biógrafo e biografado existe uma cumplicidade, muitas vezes o biógrafo fala de si ao falar do biografado, como afirma Dante Moreira Leite (1979), todo biógrafo faz viver o biografado mais ou menos como o ficcionista faz viver os personagens de sua imaginação. Nessa relação entre biógrafo e biografado, é importante destacar que, a escolha do biografado não vem por questões formais e distantes do pesquisador, vem da própria identificação, neste caso desta pesquisa, com a obra e os processos de construção desta obra.

Articular a obra e vida do artista plástico Paulo Bruscky é um dos nossos objetivos para com esta pesquisa, além de produzir uma obra biográfica que possa ser projetada ao longo da história da arte contemporânea brasileira.

II. Imagem e palavra, uma relação e sua história.

Sobre a discussão entre imagem e linguagem, vale aqui ressaltar o problema levantado pelo Tratado de Pintura o “Paragone” (1490-1517) de Leonardo da Vinci. A partir desse tratado encontramos alguns autores e artistas que concordam com este tratado e outros não. O

ponto mais relevante do tratado é quando Leonardo da Vinci afirma que “a pintura é uma poesia muda e a poesia uma pintura cega” (Jacqueline, 2005, p.19), porque não tem palavra, falta imagem à palavra, a imagem pode dizer tudo. Existe aqui uma comparação entre a pintura e a poesia e mais a frente do texto ele compara a pintura com a escultura, mas sempre a pintura é superior a qualquer outra linguagem, igualando apenas a música à pintura. Esta comparação entre palavra e imagem: um poema é como um quadro, um quadro é como um poema é o que norteia o pensamento da época que está no bojo do Renascimento, Maneirismo e nos trajetos do Barroco.

Todas essas problemáticas da linguagem, da importância da palavra versus imagem, a discussão do Paragone de Leonardo da Vinci que é o embate entre poesia, pintura e escultura são problemas da filosofia da retórica, ou seja, de como construir a argumentação. E encontramos este debate entre os séculos XV e XVII.

Retórica aqui está no discurso da arte, nas regras, não só como argumentação, e sim no sentido de regras, de reformulação do próprio discurso imagético, pictórico. É uma estratégia para dar um novo lugar para pintura e para o artista. Tema que será retomado na arte conceitual no século XX.

Do século XVII em diante o problema está na unidade das artes, como criar uma teoria e ou conceito que seja coerente e que respeite as particularidades das áreas ligadas as artes, mas ao mesmo tempo, existem dois pensamentos que convergem, um que é o sistema das artes e o outro que é as especificidades de cada uma.

III. Biografia e produção artística de Paulo Bruscky.

Como já dissemos, no primeiro tópico, um de nossos objetos de pesquisa é a articulação vida-obra, produzindo um tipo de história biográfica que possa ser projetada ao longo da história da arte contemporânea brasileira. O artista escolhido para tal pesquisa é o pernambucano Paulo Bruscky.

Cristina Freire⁴ define, num primeiro plano como chave de compreensão, a obra de Paulo Bruscky numa íntima relação entre arte e vida. Paulo Bruscky é um importante artista plástico brasileiro, vive e trabalha no Recife. Freire, ainda, o classifica como um historiador e crítico do sensível, ocupado com o estudo de temas afeitos à arte de nosso tempo: passa pela

⁴ Cristina Freire é professora associada no Museu de Arte Contemporânea da USP, autora do livro *Poética do Processo - Arte Conceitual no Museu*, 1999 e recentemente lançou o livro *Paulo Bruscky: arte, arquivo e utopia*. São Paulo: 2006.

história da performance, arte postal, e outros temas, que vão do xerox arte ao fax arte. Volta-se para pesquisa de suas raízes pernambucanas por meio de seus maiores poetas e artistas, como Vicente do Rego Monteiro, João Cabral de Melo Neto e Manuel Bandeira, entre outros.

É um artista multimídia. Desde 1960 desenvolve projetos em multimídias, intervenções e performances. Realizou um trabalho pioneiro no país ao utilizar as máquinas copadoras (xerox) no processo de criação. Desde o início de sua carreira vem realizando filmes, vídeos, poesia visual e inúmeros livros de artistas, organizando importantes exposições de art postal (arte correio) e de livros de artistas. Organizou e participou da primeira exposição internacional de arte em *out door* no Recife – *Artdoors*, em 1981.

Em 1981 recebeu a Bolsa Guggenheim de Artes Visuais, residindo por um ano em Nova Iorque. Suas experiências com arte-correio, áudio-arte, vídeoarte, artdoor e xerografia/faxarte, xerofilmes, são apontadas como pioneiras dentro das discussões acerca da utilização de novos meios na arte brasileira.

Em seu ateliê, na cidade do Recife, encontramos um importante acervo documental acerca das vanguardas artísticas do pós-guerra, incluindo trabalhos originais do Grupo Fluxus e Gutai (Japão), tendo mantido correspondência regular com alguns de seus membros. Essas correspondências entre artistas e também com o grupo Fluxus se dá num primeiro momento com a arte postal, foi com a produção de arte postal que Paulo Bruscky conseguiu criar sua rede de comunicação entre artistas das mais diversas partes do mundo.

O acervo dele faz parte de sua memória, de sua obra e de sua vida, não podemos deslocar e nem separar o seu acervo de sua produção e de sua vida, estão ligados um ao outro, fazendo parte da sua história, do seu processo de criação que a cada dia é (re)construído um novo trabalho, é um local que se reconstrói diariamente devido as redes de comunicação que este artista estabeleceu e estabelece o tempo todo com outros artistas e produções de várias linguagens.

Sobre seu acervo Paulo Bruscky numa entrevista para o prof. Dr. Márcio Pizarro e Ms. Cíntia Guimarães, em seu ateliê no Recife, comenta que:

Sempre tive uma preocupação além de cuidar da minha obra reunir material de outros artistas contemporâneos, pela própria ausência da crítica principalmente na década de 70, não só da crítica como os museus, em todos os espaços, que hoje eu digo que a crítica e os museus andam em busca das brancas nuvens das décadas de 70, principalmente porque passou em brancas nuvens, esse material eu venho reunindo desde o final da década de 60 até hoje. Tenho um acervo que hoje conta com mais ou menos 60 mil itens. Neste espaço aqui estou a cerca de 20 anos, eu acho, e foi somando, somando e que hoje virou, quer dizer, uma instalação praticamente, porque o espaço não é grande e foi acumulando e hoje é o que você está vendo, e que inclusive vai para a Bienal deste ano. Alfons Hug veio aqui no

ateliê e disse: “eu quero levar todo o seu ateliê para a Bienal, não existe problema técnico isso é uma coisa que eu resolvo depois, todos os cômodos que está aqui.” Eu fiquei muito espantado, achei o convite inusitado e eu topei o desafio, já estive lá em São Paulo e as coisas estão caminhando bem, conversei com os arquitetos e eles disseram que vai ser montado tudo, tudo exatamente como está aqui, até o piso, o hidráulico, vai fazer o back light das janelas, vai ser montado exatamente como está aqui. (Recife 16/06/2004).⁵



Fig. 01- *Lite/rato*, 1995

As produções de Paulo Bruscky encontram-se numa relação direta entre palavra e imagem, constantemente em suas produções, seja, arte postal, livros de artistas, performance, instalações e outros meios, aparece esse uso da linguagem verbal “misturada” com a linguagem visual, fazendo interconexão entre ambas, num jogo de linguagens conectando áreas distintas e não distintas e que em muitas obras podemos nomear como poesia visual.

Na obra *Poesia Viva* (fig. 02), uma performance organizada com Unhandeijara Lisboa, nessa performance chamada por Cristina Freire poema/evento, cada participante veste uma letra que se torna viva com seu usuário. A poesia deixa de ser domínio exclusivo do livro e de poucas pessoas. A poesia visual se caracteriza em frases sintéticas, caligramas, colagens e textos que circulam em cartões postais e livros de artistas nos quais a palavra poética é uma mensagem sucinta. Nas décadas 1960/70 a poesia visual ampliou sua distribuição através da arte postal e permitiu um deslocamento dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, para diversas regiões no Brasil e no exterior, uma vez que Bruscky mantinha uma rede de comunicação com artistas e poetas.

⁵ A entrevista foi transcrita no sentido literal, sem correções.

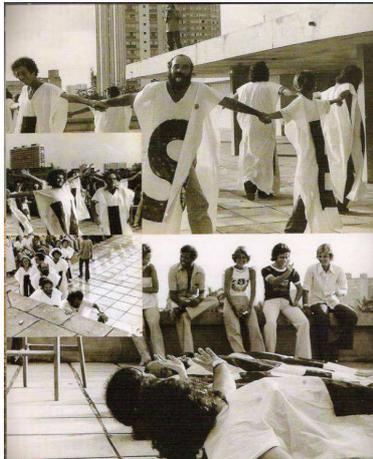


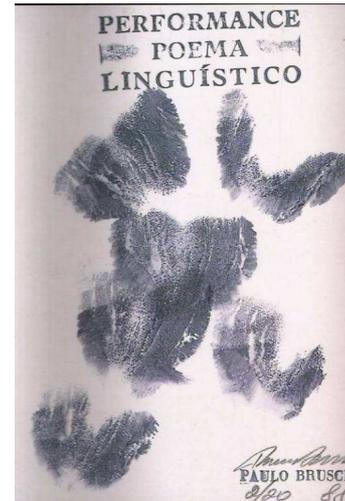
Fig. 02 - *Poesia Viva*, 1977(performance)



Fig. 03 - *PostaAção*, 1975

Os artistas da época se apropriam da poesia, fazendo junções com o teatro, a dança, as artes visuais e instalações, criando uma espécie de antiliteratura, o que vale é o experimental, é trabalhar com as linguagem fazendo uso de “todas” ao mesmo tempo, num plano intermediário. Em intervenções urbanas, tendo o jornal como meio Bruscky juntamente com o artista Daniel Santiago lança a *arte classificada* por meio de anúncios pagos na imprensa. É uma das possibilidades de ver a poesia sendo circulada em circuitos alternativos.

PostaAÇÃO, 1975(fig.03) neste caso o próprio envelope é a obra de Paulo Bruscky. Sobre essa ação o artista comenta: “Fiz uns envelopes de três metros por um, ampliei um selo fotograficamente, fiz uma carta de papel em rolo e convidei uns amigos e saímos pela rua carregando o envelope; nisso, foi juntando gente quando fomos chegando perto do correio, (...) gostaríamos de saber o que iria acontecer no correio quando chegasse o grupo...” (Bruscky IN. Freire, 2006, p.149).

Fig. 04 - *Con(C)(s)(?)erto Sensorial*, 1972Fig. 05 - *Performance Poema Linguístico*, 1988

Em 1985 Bruscky apresenta o *Poema de repetição* na galeria New Sound, em Vancouver, no Canadá. Trata-se da repetição da frase “poema de repetição” até que as palavras percam o sentido e se tornem incompreensíveis. O som ao fundo é o disco que se repete pela interferência de um furo feito pelo artista no vinil. Nesta mesma linha de trabalho encontramos a obra *Con(c)(s)(?)erto Sensorial*, 1972 (fig. 04), o evento foi realizado com 300 caixas de fósforo tocadas pelo público, na noite de 21 de março de 1972, no auditório da Faculdade de Filosofia, em Recife. Cada caixinha tinha uma cor (amarelo, vermelho e verde), de acordo com a projeção de cores nas paredes do teatro, o público reagia tocando. As caixas de fósforos eram entregues aos convidados na entrada do Auditório. Em *Performance Poema Linguístico*, 1988 (fig. 05), o artista xeroca sua língua, aqui é o uso de diferentes linguagens e meios, para produção da obra de arte, como o xerox, o fax smile, o mimiógrafo e outros.

Em *AlimentAÇÃO* de 1978 (fig. 06), no campo da Body Art, explica Cristina Freire (2006, p. 44), o artista age diretamente sobre seu próprio corpo com faca e garfo volta-se para si mesmo como seu próprio alimento, num exercício de autofagia fotográfica. A seqüência de fotos é multiplicada em xerox e vira livro de artista.

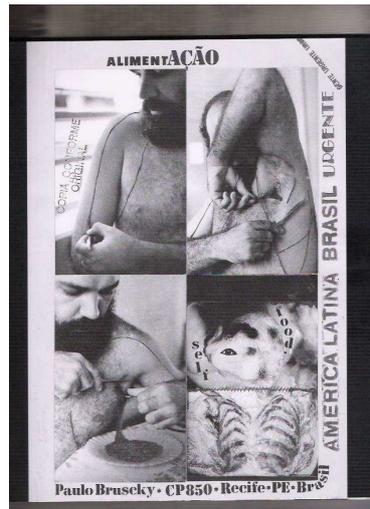


Fig.06 AlimentAÇÃO,1978

A poesia visual de Paulo Bruscky vai além do concretismo, Freire (2006, p. 32) conta que o artista tem inspiração declarada à obra do artista pernambucano Vicente do Rego Monteiro (1899-1970), o qual, foi cenógrafo, fabricante de aguardente, corretor de automóveis, fotógrafo, dançarino, cineasta, além de tipógrafo, tradutor, poeta, e, nesta última faceta, consagrado em Paris, mas ainda pouco conhecido no Brasil.

Deve-se a ele as primeiras fotomontagens de Jorge de Lima, as quais denominam “poesia foto-plástica”. Articulava poesia ao jogo de formas (antecede o concretismo), fez caligramas, traduções quase impossíveis de Apollinaire. Publicou a obra “Concreción” pela La Press a brás, sua própria editora em 1952, em Paris. Poema sonoros veiculados no rádio, enquanto lê seus poemas ao mesmo tempo em que faz som com a taça de vinho. Paulo Bruscky quando realizava sua pesquisa sobre Rego Monteiro encontrou os cartões postais que o poeta chamava de poema-postal realizados em Paris em 1952, data que antecede o antológico poema-postal de Pedro Lyra de 1969, cuja “intenção era tirar o poema do livro e ampliar significativamente sua circulação pelo correio”. (FREIRE, 2006, p. 32).

Bruscky sofre influência também de Duchamp, quanto às questões do uso de objetos cotidianos nas produções, pela ironia de suas obras e pela subversão de seus usos. Para Duchamp a criação do artista não passa necessariamente pela atividade manual, mas numa escolha, o artista pode ditar o que é arte e o que não é arte. E é o artista que decide se uma obra está pronta ou não. Quer dizer que a escolha está conectada a uma idéia e não ao fazer manual, isto é uma das características da arte conceitual, época em que não era mais pintura e escultura, e sim fotografias, lista de ilustrações, informações, mapas, documentações nas obras de arte (Archer, 2001, p. 78).

As preocupações, do século XV, sobre os limites entre a pintura e a poesia - Ut Pictura Poesis –a poesia é como pintura, a poesia é uma pintura falada e a pintura uma poesia muda,

sobre a autonomia do artista e da obra de arte, aqui na produção e no contexto vivenciado pelo artista Paulo Bruscky, não encontramos mais essas preocupações, porque tanto a linguagem verbal e linguagem visual constroem a obra, uma linguagem precisa da outra para compor o universo poético do artista pernambucano. E essa é uma das características do trabalho de Bruscky, interligar as áreas articulando a arte à vida cotidiana, as criações coletivas e o compromisso com a arte intermídia.

Na obra de Paulo Bruscky, voltamos às questões entre palavra e imagem, que já foi um problema histórico, e o uso que o artista faz das duas num caráter intermídia. No início do texto, mostramos que, essas relações eram tratadas do ponto de vista da retórica e, neste contexto atual, é do ponto de vista das linguagens e da intermídia. O que Bruscky propõem é uma produção intermídia, ou seja, o uso da tecnologia (desde o xerox a filmes/vídeos) cotidiana e vidas coletivas.

Paulo Bruscky manteve ligação direta com vários artistas, de diferentes países, ligados ao Fluxus⁶. Foi Ken Friedman, um representante dos artistas Fluxus da Califórnia, que foi introduzido por Dick Higgins no grupo e manteve contato com Paulo Bruscky por vários anos. Freire conta que Friedman quem iniciou a compilação de nomes de artistas e seus respectivos endereços, que foram distribuídos por todo o mundo, reforçando a arte postal e suas redes. A listagem original dele deu origem ao “Art Diary” da revista Flash Art.

A idéia de intermedia está entre os doze princípios que compõem o espírito Fluxus, juntamente com o lúdico, o acaso, a unidade entre arte e vida, entre outros. Sobre este aspecto da poética Fluxus, escreve Ken Friedman: “Se não há fronteira entre arte e vida, não deveria haver entre as diferentes formas de arte. Para fins da narrativa da história, das discussões é possível referir-se às diferentes formas de arte separadamente, mas o sentido intermedia frequentemente inclui arte oriunda de diferentes raízes, de muitas mídias que se multiplica em novos híbridos. Imagine uma forma de arte que seja composta de 10% de música, 25% de arquitetura, 12% de desenho, 18% de ofício de sapateiro, 30% de pintura e 5% dos mais diversos cheiros. Como seria essa arte!” (Friedman, Ken. *The Fluxus reader*. Sussex academy Editions, (1999 In: FREIRE, 2006, p.29).

É o que acontece muitas vezes na obra de Bruscky, uma obra é composta por diversas linguagens, seu trabalho mantém uma relação e um jogo entre o visual, o verbal e o sonoro,

⁶ Além dos artistas já citados, Bruscky sofre influências do seu contexto, que no início de sua trajetória (1960) coincide com o momento da ditadura militar no Brasil, e do grupo Fluxus. Para Cristina Freire (2006, p. 29) a relação de Bruscky com esses artistas do Fluxus não é apenas na fusão arte/vida, como sujeito e objeto de suas ações, mas também no trânsito espontâneo entre meios e técnicas: livros, carimbos, arte postal, filmes, vídeos, fotografias, ações e performances, além da organização de exposições, edições de livros etc. Os artistas do Fluxus, tais como, El Lissitzky, Maiakovski e Rodchenko não se identificavam numa só atividade. São ao mesmo tempo, fotógrafos, editores de livros, artistas gráficos e designer de exposições. E já buscavam a participação do público em seus projetos como é o caso do artista El Lissitzky, afirma Freire (2006, p. 28).

muitas vezes essas ações acontecem simultaneamente numa mesma obra/produção. E observamos que possui uma carga de ironia nesse jogo de linguagens com a sonoridade da língua.

Referências Bibliográficas

Archer, Michael. Arte contemporânea. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Bazin, Germain. História da História da Arte: de Vassari aos nossos dias. São Paulo: Martins Fontes, 1989. Pág.03-57.

Freire, Cristina. Paulo Bruscky: arte, arquivo e utopia. São Paulo: 2006.

Jimenez, Marc. Desligamentos e Autonomia. In: O que é estética?. São Leopoldo, Rs: Ed. UNISINOS,1999. Pág. 83-116.

Leite, Dante Moreira. Ficção, Biografia e Autobiografia In: O amor romântico e outros temas. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. Pág.25-33.

Leonardo da Vinci, Tratado da Pintura (“O paragone”) In: Lichtenstein, Jacqueline (org.). A pintura. Vol. 7: O paralelo das artes. São Paulo: ED. 34, 2005. Pág. 17-35.

Rosen, Charles. Poetas Românticos, críticos e outros loucos. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.Pág.101-199.

Selma, José Vicente. Imágenes de Naufrágio: nostalgia y mutaciones de lo sublime romântico. Valencia: Generalitat Valenciana, 1996.

PERIÓDICOS e Sites

Junior, José Petrucio de Farias. Biografia e historiografia: contribuições para interpretação do gênero biográfico na Antiguidade. Revista Espaço acadêmico n.o 68 janeiro de 2007 mensal ano VI ISSN: 1519.6186. <http://www.espacoacademico.com.br/068/68fariasjr.htm> acessado em 20/06/2007

Diálogos entre literatura e história em “Holocausto”, de Caio Fernando Abreu

Antônio João Galvão de Souza*

RESUMO: As relações entre literatura e reescrita da história remetem-nos às transformações sofridas por esta e operadas pelo texto literário. A literatura, quando debruçada sobre a história “vista de baixo”, revê fatos históricos com episódios, personagens e espaços que, fictícios ou não, conduzem-nos imediatamente ao fato ocorrido na realidade, o que amplia as informações sócio-políticas nele contidas. Dentro dessa perspectiva, o contista Caio Fernando Abreu problematiza uma literatura que reverbera uma densa sensação de esgarçamento e sufoco, como percebemos no conto “*Holocausto*”, conseqüência do cerceamento e da repressão perpetrados pela ditadura militar brasileira. De forma angustiante, sua contística evoca uma temática de errância. Assim, a relevância desse estudo justifica-se pela estreita relação que este conto mantém com a memória do sufoco.

PALAVRAS-CHAVE: literatura brasileira, história, testemunho.

ABSTRACT: The relations between literature and history lead us to the changes the latter suffers and which are captured by the literary text. Literature may conceive characters, spaces and episodes under a different perspective if the rewriting of history is on spot. The short-story writer Caio Fernando Abreu develops in his narratives a dense “suffocating” atmosphere, result from the Brazilian dictatorship repression and violence, as one can read in the short-story “*Holocausto*”. Thus, this study is justified because of the intrinsic relation between this narrative and the memory from the dictatorship.

KEY-WORDS: Brazilian literature, history, testimony.

A implementação do golpe militar (1964/1984) no Brasil implicou em políticas de extermínio premeditado e perseguição política e ideológica aos opositores do regime; em supressão de direitos civis arduamente conquistados; em tortura sistemática e conseqüente

* Universidade Federal de Goiás. Aluno de Iniciação Científica.

imposição de sofrimento físico; em repressão; em censura indiscriminada; enfim, em exercício completamente arbitrário do poder. Conforme aponta Renato Franco (2003), uma das principais questões que se impõem ao exercício crítico oposto à versão oficial dos acontecimentos, posto que ofuscada, é a de investigar como a produção literária nacional configurou-se nessa “circunstância de catástrofe”.

Assim, o controle das condições de produção cultural exercido pela política autoritária no contexto da ditadura militar é apontado por Jaime Ginzburg (2003) como uma das mais difíceis conseqüências desse período. Em seu artigo “*Imagens da tortura: ficção e autoritarismo em Renato Tapajós*”, o desafio da expressão literária naquele contexto de violência é estudado sob uma perspectiva que remete a problemas sociais e aos densos conflitos que caracterizam o século XX, definido por Eric Hobsbawm como *era dos extremos* em referência à sucessão de episódios violentos e catastróficos que marcaram a existência humana.

Esse controle governamental é discutido Franco (1998) em “*Itinerário político do romance pós-64: a festa*”. Logo após a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, o governo militar inferiu na vida cultural brasileira ao adotar rígida censura contra todo tipo de obra artística, prolongamento da política fortemente repressiva no combate aos partidos e organizações de esquerda. A censura exigiu a ruptura dos laços entre a política, o povo e a cultura, os quais foram tecidos nos anos 1960 sob acentuada radicalização ideológica de alguns setores da classe média, como estudantes, professores universitários e trabalhadores.

Desse modo, no início da década de 1970 a literatura enfrentava um impasse: ou se elaboraria sob uma intensa sensação de “esquartejamento”, tarefa que predominou na poesia, chamada de “marginal” ou de “geração do mimeógrafo”; ou revelaria os impasses do escritor indeciso entre escrever ou fazer política, o que constituiu um romance desiludido tanto com as possibilidades de transformação revolucionária da sociedade como com sua própria condição de escritor. Desse modo, alguns desses escritores registraram e descreveram a violência da ditadura de uma forma linear e jornalística.

Já Theodor Adorno, em *Dialética Negativa* (1999), avalia como devem ser repensadas as categorias da tradição para o entendimento da experiência humana a partir dessas catástrofes no século XX. Desse modo, ele sustenta a expectativa de elaborar novas categorias de pensamento, pela necessidade de rever as conexões entre experiência histórica e concepções filosóficas de conhecimento. Adorno e Walter Benjamin (1985) constataam que as condições de expressão o

emprego da palavra estão de alguma forma articulados com o impacto das transformações históricas ocorridas ao longo desse século. Dessa forma, numa época marcada pela violência e pelo horror, é praticamente impossível suprimir ou mesmo minimizar os elementos negativos da experiência humana. E não há outra forma de se definir a ditadura no Brasil senão pela presença da violência e consecutivamente pelo impacto que ela causou, direta ou indiretamente, aos seus opositores.

Diversos foram os autores que elaboraram formas literárias inauditas nessa ambiência de repressão. Entre eles, destaca-se Caio Fernando Abreu (1948-1996), cujos contos evocam temáticas da errância e do deslocamento de um sujeito que não consegue definir seu lugar. De forma angustiante esse autor cria personagens, tempo e espaços que se transubstanciam numa narrativa com características ímpares no contexto da época em análise.

Em 1977, Caio publica *Pedras de Calcutá*, seu terceiro livro de contos. A obra apresenta duas divisões: Parte I, com dez contos, e Parte II, também com dez contos. Cada um desses momentos inicia-se com Mergulho I e Mergulho II. Em comum, esses contos registram a perplexidade da vida e o próprio corpo do personagem suporta o drama de viver, como se lê em “Foi então que a água começou a jorrar boca afora. Primeiro em gotas, depois em fluxos mais fortes, até que um quase maremoto o arrastou para fora do banheiro” (ABREU, 1996: 12). Assim, na década de 1970 a literatura brasileira viu-se forçada a elaborar-se sob uma intensa “sensação de esquartejamento”, ou de “sufoco”, conforme termos propostos por Franco (1998), conseqüência da opressiva censura instaurada com o AI-5.

Essa sensação de desespero e dor é retomada adiante no conto “Holocausto”, aqui analisado como uma narrativa que se desloca das formas literárias praticadas após 1964 e que se configura, como veremos adiante, em uma forma distinta e com características próprias de manifestar o olhar do escritor sobre seu tempo. Antonio Candido, em *Literatura e Sociedade* (1980), aponta caminhos para compreender esse registro. Ele afirma que a arte, e portanto a literatura, é social. Logo, ela pode manifestar-se em função da ação de fatores externos. Suas idéias são basilares para uma compreensão da relação entre o escritor e seu público. Ao afirmar no artigo “A literatura e a vida social” que “não convém separar a repercussão da obra da sua feitura, pois, sociologicamente ao menos, ela só está acabada no momento em que repercute e atua” (CANDIDO, 1980: 20), ele percebe que fatores externos como a estrutura social, os valores e ideologias e as técnicas de comunicação marcam os “quatro momentos da produção de uma

obra, pois a) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, pode orientar-se segundo os padrões da sua época; b) escolhe certos temas; e c) usa certas formas” (CANDIDO, 1980: 21).

Desse modo, as diferenças de organização social e cultural determinam diferentes modos de expressão da realidade pela literatura, a qual seria, pois, “um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e que só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a” (Idem, 74). Ela se manifestaria de maneira diversa conforme o momento histórico e pode exprimir-se de diversas formas como senso de missão ou inspiração, por exemplo. Dentro dessa perspectiva, a narrativa em “Holocausto” expressa-se muito mais como inspiração e recriação literária de uma ambiência de cerceamento e sufoco do que como mero registro documental da perseguição política da época. Logo, é preciso entender que a complexidade da criação literária não se restringiu às duas possibilidades mencionadas anteriormente. Por força de seu próprio movimento, certos autores adotaram procedimentos literários pouco convencionais como a fragmentação e a aniquilação da ação narrativa e Caio é um deles já que não se limita a descrever o horror, a registrar ocorrências, a fazer documento ou depoimento de experiências vividas, como feito por outros autores. Caio Fernando Abreu reelabora literariamente essa sensação de violência, como pode ser percebido no seguinte trecho de “Holocausto” (ABREU, 1996: 15):

:

Na verdade não sei se estarei cego. Há feridas em torno de meus olhos, as sobrancelhas e os cílios fervilham de piolhos. Os dentes fizeram meu rosto inchar tanto que os olhos se estreitaram e recuaram até se tornarem quase invisíveis. Suponho que os olhos de todos eles também estejam assim. (...) quando a última madeira estalou no fogo e se consumiu aos poucos, fazendo voltar o frio e a escuridão, aproximando-nos lentamente uns dos outros e dormimos todos assim, confundidos.

Perpassa o conto uma imprecisão temporal, marcado apenas pela sucessão de imagens angustiantes: a dor de dente, a proliferação dos piolhos e das bolhas e feridas pelo corpo do narrador. Logo lemos que “Havia sol naquele tempo e apenas um dente doía” (ABREU, 1996: 13). Essa dor então aumenta com o decorrer dos dias: “Agora ficou escuro e todos os dentes doem ao mesmo tempo. Como se um enorme animal ferido passeasse, sangrando e gemendo, dentro de minha boca” (Idem, 1996: 13). E então os piolhos: “Antes, antes ainda, foram os piolhos. Eu sentia alguns movimentos estranhos em meus cabelos. (...). E por vezes eles desciam por meu pescoço, procurando os pelos do peito, dos braços, do sexo” (Idem, 1996: 14). Seguidos pelas feridas: “Um pouco antes, não sei, ou mesmo durante, ou depois, pouco importa.

Comichavam um pouco e quando eu as apertava entre as unhas, liberavam um líquido grosso que escorria abundantemente entre os dedos, até pingar no chão” (Idem, 1996: 14).

Ora, uma possível leitura da imprecisão do tempo em “Holocausto” está na condição de exílio desse narrador fragmentado e que não consegue lembrar-se dessa experiência traumática. Assim posto, esse exílio pode ser entendido de dois modos. O primeiro é o auto-exílio político, isto é, o ponto de vista do narrador pode ser o de um brasileiro que não se encontra em seu país e que por isso elabora uma tensa relação entre passado e presente, Brasil e exterior, identidade e alteridade, o que altera constantemente as referências temporais de entendimento da realidade ao seu redor: “antes, não sei, ou mesmo durante, ou depois” (Idem, 1996: 14).

Um segundo modo de entender esse exílio consiste em pensá-lo em termos de constituição do sujeito que narra a sua experiência traumática. O estudo “*Exílio e tortura*” revela a condição habitual do narrador exilado, que é a de ter as perspectivas em colapso. Há nesse caso uma busca dispersa e difusa que quer estabelecer um novo lugar, porém nunca inteiramente recuperado. Então, o que define o sujeito nesse caso é especificamente sua condição de marginalidade e o seu incessante deslocamento em relação às condições necessárias para sua socialização. Assim sendo, a experiência não é apenas de cisão e de frustração. Mais do que isso: é a autodestruição desse narrador cuja estabilidade dificilmente é vislumbrada, conforme se depreende a seguir (ABREU, 1996: 16):

:

Hoje é o dia em que não temos mais nada para queimar. Havia ainda algumas cartas antigas, e são elas que estão queimando agora. Estamos olhando as chamas e pensando que cada uma pode ser a última. Há bem pouco um pensamento cruzou minha mente, talvez a mente de todos: creio que quando esta chama apagar um de nós terá de jogar-se ao fogo. Quando pensei nisso, minha primeira reação foi o medo. Depois achei que seria bom.

Essa condição de duplo exílio é vivida como limite insustentável. As expressões usadas pelo narrador para descrever sua existência são constantemente voltadas para o esvaziamento das expectativas (Idem, 1996: 17):

Apenas não somos mais crianças e desaprendemos a cantar. As cartas continuam queimando. Eu tentei pensar em Deus. Mas Deus morreu faz muito tempo. Talvez se tenha ido junto com o sol, com o calor. Pensei que talvez o sol, o calor e Deus pudessem voltar de repente, no momento exato em que a última chama se desfizer e alguém esboçar o primeiro gesto. Mas eles não voltarão. Seria bonito, e as coisas bonitas já não acontecem mais.

Como o percurso de existência é o da não constituição, nem de superação de impasses, ele se estabelece em “Holocausto” como perplexidade constante. A esse vazio associa-se a recuperação da memória, do país deixado para trás e para o qual não se pode voltar: “Então tentei pensar que não estava mais aqui. E disse para mim mesmo: estive lá, faz algum tempo. Como se já tivesse passado. Mas não passou. Ainda estou aqui” (ABREU, 1996: 17).

O que se vislumbra nesse conto é a emergência de um narrador fragmentado cujo relato perde uma possível seqüência lógica e o encadeamento de início, meio e fim da narrativa assume um contorno igualmente fragmentado. Caio Fernando Abreu esboça um narrador cujas perdas são constantemente ressaltadas e que estabelece uma relação tensa com o presente inquietante, já que marcado pela memória da repressão da qual se quer fugir, e o futuro esvaziado de expectativas, condição limite imposta pelo auto-exílio. Assim, de um lado tem-se o “testimonio” (SELIGMANN-SILVA: 2003) latino-americano de um exilado que quer registrar suas impressões acerca de sua experiência. De outro, a dificuldade dessa narração posto que o trauma do “real” inviabiliza seu registro, o que nos permite um exercício teórico sobre esta narrativa produzida no contexto da ditadura militar brasileira.

Conforme apontado anteriormente, essa narrativa é uma das três tendências literárias no recorte histórico aqui estudado. Alfredo Bosi (1975) denomina-a de “brutalismo” na introdução de *“O conto brasileiro contemporâneo”*. Assim, suas principais características são: os limites da prosa, da trama e da verossimilhança realista são tensionados ao máximo; há a profusão de um jogo verbal com excessos e silêncios, repetições e fragmentos no interior da narrativa, os quais ressaltam os conflitos de uma realidade agressiva, violenta e despedaçada.

As observações de Linda Hutcheon (1991) são possíveis pistas para delinear, em Caio Fernando Abreu, seu narrador e o que este tenta dizer ou ainda a forma como esse narrador fragmentado testemunha sua experiência traumática. Segundo a autora, escritores que assumem uma postura crítica diante da realidade que os envolve como ser social e político passam a produzir o conhecimento que poderá nortear as produções literárias e o pensamento de gerações posteriores. Ela ainda afirma que esse escritor, ser social que é, deseja rever a sua história contada por outras vozes, a dos que sempre foram silenciados e que no século XX têm a possibilidade de revê-la através de um veículo mais abrangente, a literatura.

Portanto, uma leitura atenta do ensaio de Jim Sharpe “A história vista de baixo” e da narrativa de Caio Fernando Abreu na década de 1970 leva-nos à necessidade de dar um salto conceitual para aumentar a compreensão assumida por indivíduos de classes inferiores ou em estado de marginalização, posto que o exílio é uma situação extremamente degradante. A despeito de sua precária condição, o sujeito do conto “Holocausto” registra indelevelmente seu testemunho, já que, como afirma Sharpe, “os membros das classes inferiores são agentes cujas ações afetam o mundo em que vivem” (ABREU, 1996: 17):

Talvez daqui a pouco eu chore, ou grite, ou saia correndo. Nossos corpos estão muito próximos. Trocamos nossos piolhos, nossas bolhas. Se nos beijássemos trocaríamos também os grandes animais sangrentos das nossas bocas. Talvez eu não chore nem saia correndo. Talvez apenas afaste esses braços e pernas que enredam meus movimentos e faça o primeiro gesto em direção ao fogo. Daqui a pouco.

Essa “história vista de baixo”, enfim, parece ser um indício que aponta para a relevância do estudo desse narrador, do que ele tem a dizer no contexto da experiência traumática e do indizível da ditadura militar brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Caio Fernando. *Pedras de Calcutá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ADORNO, Theodor. *Negative dialectics*. New York: The Continuum Publishing Company, 1999.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOSI, Alfredo. *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- CANDIDO, Antonio. *A literatura e a vida social*. In: *Literatura e sociedade*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.
- FRANCO, Renato. *Itinerário político do romance pós-64: a festa*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- _____. *Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70*. In: SELIGMANN-SILVA, M. *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- GINZBURG, Jaime. *Exílio, memória e história em Caio Fernando Abreu*. In: *Revista Literatura e Sociedade*. São Paulo: Nankin Editorial, 2005.
- _____. *Imagens da tortura: ficção e autoritarismo em Renato Tapajós*. In: *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. Brasília: Editora da UnB, 2003.

- HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- RAMOS, Marilúcia Mendes. *A releitura da história de além-mar pelas veredas da literatura*. (Projeto de pesquisa). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.
- SELIGMANN-SILVA, M. *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- VIÑAR, Marcelo. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.

A Constituinte de 1946: o Estado Novo no banco dos réus

Mayara Paiva de Souza*

Resumo: O texto visa captar a percepção do tempo histórico e os projetos políticos da elite deposta em 1930 por meio da análise de seus discursos na Assembléia Nacional Constituinte de 1946. A análise da experiência desse grupo na constituinte daquele ano é pertinente para a discussão acerca da relação entre história e memória, uma vez que demonstra as múltiplas percepções de tempo e o retorno de uma “memória subterrânea” que luta pela sua institucionalização. Pensar a atuação dos exilados da Velha República na Constituinte de 1946 é um campo fértil para se pensar a escrita da história.

Palavras-chave: Constituinte de 1946, memória, história.

Abstract: This text aims to catch the perception of the historical time and the political projects of the elite group displaced in 1930 by the analysis of their discourses in the Assembly of 1946. The experience's analysis of the this group is relevant to the discussion about the relation between history and memory, inasmuch as it shows several perceptions of the time and of a “subterranean memory” that wants its establishment. To think about the exiled people's performance of the *Velha República* (The Old Republic) in 1946 is a fertile field to think about the writing of the history.

Key words: Assembly of 1946, memory, history.

Introdução

A leitura dos discursos dos integrantes da União Democrática Nacional na Assembléia Constituinte de 1946 trouxe-nos uma inquietação inicial. Os discursos pareciam ecoar as frustrações e derrotas ocorridas na década anterior. É como se a bancada udenista representasse os ressentimentos e derrotas da elite deposta pelo movimento de 1930 e vencida no levante paulista de 1932. Mesmo com a deposição de Vargas em 1945, esse grupo continuou fazendo ferrenha oposição ao ex-ditador, uma vez que este ainda estava em cena. Em 1946 o grupo de oposição a Vargas reinterpreta o passado e tenta consolidar a sua visão dos fatos. É esse refazer e reinterpretar do passado a serem considerados no texto.

Ao debruçarmo-nos sobre o estudo da história brasileira, logo nos deparamos com imagens consolidadas através da teia construída pela história e memória da nação. A Revolução de 1930 aparece como o marco que instaura o “Brasil moderno”, Getúlio Vargas se destaca entre o “panteão de heróis” da *biografia brasileira*. A historiografia nos passa a idéia de que temas, fatos e agentes têm existência objetiva independentemente de seu engendramento no processo de luta, de sua projeção e recuperação em cada momento específico que o retoma e o refaz. Este processo__ como pluralidade de possíveis momentos a

* Discente do 4º ano de História pela Universidade Federal de Goiás. O trabalho é parte de um projeto maior coordenado pelo professor Dr. Noé Freire Sandes e conta com o financiamento do CNPq.

indicarem cristalizações diversas entre propostas concretas __é elidido, para permanecer apenas o fato (VISENTINI, 1997).

Para compreendermos a outra percepção do tempo acerca da “Era Vargas”, percepção que se diferencia do discurso da “História oficial”, partimos da análise da memória. A elite destituída do poder em 1930 organizou outro tempo histórico, porém este não conseguiu se institucionalizar. A historiografia, a partir da visão dos vencedores, passou a chamar esse grupo deposto de “oligarquia”, sem atentar para a complexidade do grupo. Como destacou Benevides (1981), o grupo destituído em 1930 e derrotado no movimento de 1932, era uma constelação de estrelas, onde se reuniam políticos de várias vertentes, agrupados por um único ponto em comum: o ódio ao regime Vargasista. A partir de 1945 a UDN era o partido que reunia os chamados “cartolas”, os “lenços brancos” e os homens de “herança liberal”. O partido era uma “comunhão de ódios”. Seguindo as reflexões de Pierre Ansart (2001), podemos afirmar que o ódio recalcado criou uma solidariedade afetiva que, extrapolando as rivalidades internas, permitiu a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com a coletividade. A memória comum reforçou a coesão e marcou a identidade do grupo.

Com a vitória do movimento de 1930, a elite deposta passa a vagar como uma “memória subterrânea”. Os integrantes desse grupo vivem um momento traumático em que o único objetivo é retomar o poder. O levante paulista em 1932 representou um momento em que essa elite uniu forças para restabelecer a ordem anterior, porém a derrota do movimento acarretou-lhes prisões, perseguições e exílios. Nessa perspectiva, 1930 representa o marco de um momento traumático que se estende até 1945 com a deposição de Getúlio Vargas. Partimos da convicção que a Constituinte de 1946 representou o momento fecundo para que esse grupo derrotado na década de 1930 emergisse novamente no cenário político e reinterpretasse o passado. Ao retornarem ao palco político em 1945, os políticos destituídos na década anterior tentam institucionalizar sua memória e reelaborar a história. A Constituinte de 1946 tornou-se um “muro de lamentações” em que os parlamentares tentavam passar a sua visão dos acontecimentos e desconstruir a imagem oficial do regime Vargas. Os projetos parlamentares desse grupo referem-se, de maneira geral, ao passado, à eliminação dos resquícios do Estado Novo e às formas de garantir um futuro sem Getúlio Vargas. Pensar a participação dos exilados da Velha República na Constituinte de 1946 demonstra as várias possibilidades que se apresentavam à escrita da história.

Discutir a memória desse período implica em discutir a historiografia e o lugar ocupado pelos personagens históricos, dando voz aos derrotados que também apresentavam

um projeto político, projeto este fundado sob a bandeira anti-varguista. A análise da participação dessa elite na Constituinte de 1946 pode apresentar um novo ângulo à história política brasileira ressaltando a subjetividade dos personagens históricos que fizeram parte do grupo de exilados da Velha República. O ressurgimento dessas vozes demonstra o que a historiografia, em sua tensa relação com a memória, relegou ao esquecimento.

Aprisionado ao discurso vencedor e destituído de sentido próprio, está o grupo anti-getulista que é caracterizado pela historiografia como “oligarquia” sem atentar para a heterogeneidade desse grupo e para a multiplicidade de interpretações do passado. De todas as histórias possíveis sobre esse período tão conturbado da história do Brasil, partimos da memória para compreender outra forma de interpretação do passado e de elaboração de sentido.

A Constituinte de 1946

O escritor e crítico literário do *Correio da Manhã*, Álvaro Lins ao pronunciar-se sobre o projeto de Constituição de 1946 afirmou:

Li várias vezes esse projeto, sempre com a impressão de que seus dispositivos pouco se ligam ao espírito de nossa época e às condições do Brasil. Com a impressão fria de quem lê obra fora de seu tempo e de seu espaço, como se ela houvesse sido feita por um grupo de velhos acadêmicos, céticos, inatuais e semi-mortos, enrodilhados numa distante torre de marfim. [...] Não há opiniões diferentes. Se este projeto não for profundamente, essencialmente modificado, a Constituição de 1946 levará o Brasil ao marasmo ou à ditadura (Lins, 1963, p. 302).

Apesar de ser uma visão pessoal, sua crítica serve como balizador para que possamos avaliar como parte da intelectualidade encarava a Constituinte e seu trabalho naquele momento. Notamos que a idéia de tempo perpassa a afirmação do crítico. Para Álvaro Lins, os constituintes pareciam estar deslocados de seu tempo, como “céticos” e “semi-mortos” que habitavam uma “distante torre de marfim”. No entanto, o jornalista enfatiza o presente que parece deslocado e o futuro que corre o risco de, sob a Constituição de 1946, levar o Brasil à ditadura. O passado seria o tempo em que se encontravam presos aqueles constituintes “inatuais” que, ao preocuparem-se com o julgamento dos acontecimentos pretéritos, se esqueciam de sua principal tarefa: a elaboração da nova Constituição Brasileira.

O udenista Aliomar Baleeiro, constituinte baiano, classificou a Constituição de 1946 como um projeto conservador, clerical e em alguns aspectos até reacionário. Porém, ao realizar o memorável discurso da sessão do dia 12 de junho, Baleeiro enfatizou que esse caráter conservador da carta constitucional que se estava elaborando naquela Assembléia, não era negativo, pelo contrário, ao embasar a Constituição de 1891 buscava preservar aquilo que

durante quarenta anos assegurou ao Brasil um regime de paz e progresso. Segundo o deputado, ninguém poderia contestar que os primeiros quarenta anos do regime republicano presidencial foram de prosperidade econômica, de desenvolvimento da capacidade potencial do país e de paz que só se interrompeu em 1930.

Tanto o jornalista Álvaro Lins quanto o deputado udenista Aliomar Baleeiro, viam a Constituinte como uma Assembléia presa ao passado. Porém, enquanto o jornalista destaca esse caráter retrospectivo da Carta Constitucional como um ponto negativo para a nação, o deputado baiano, via esse retrocesso de maneira positiva, uma vez que a “Primeira República” representou melhores tempos do que o período inaugurado por Getúlio Vargas em 1930.

Através da ótica do deputado udenista, notamos uma percepção do passado distinta da visão que se institucionalizou e foi consagrada pela memória e história. Os correligionários de Vargas possuíam uma interpretação do passado totalmente diversa da visão de Aliomar Baleeiro, pois de acordo com o discurso “vencedor” o passado, a chamada “República Velha”, foi marcado pelo atraso e pela corrupção dos políticos “carcomidos”.

No plenário da Assembléia Constituinte de 1946, os discursos dos parlamentares demonstram, não só as disputas partidárias, mas, as disputas de memória. Como afirmou o deputado Monteiro de Castro, os parlamentares se assemelhavam “à esposa de Lot” sempre olhando para trás e preocupados com o passado. O líder do PSD, Nereu Ramos, pediu aos colegas que esquecessem o passado. Por sua vez, Otávio Mangabeira, líder da UDN, afirmou que o passado fornecia-lhes a experiência e lição para o presente, demonstrando a necessidade de novas práticas naqueles novos tempos.

Até certo ponto, Monteiro de Castro tinha razão, a Constituinte de 1946 estava presa ao passado. A recuperação dos acontecimentos pretéritos desempenhou um papel importante no debate sobre as ameaças presentes. Os riscos e temores eram parte integrante do vivido. Para os udenistas havia um fosso entre o passado e o presente, era necessário romper com esse passado monolítico e arbitrário e proteger o país da repetição do golpe de 1937 que havia suspenso o sistema democrático. O tema constante da UDN era a denúncia da ordem política anterior e a construção de uma democracia. Em seu discurso havia a idéia de um projeto para o futuro democrático do Brasil, projeto este que representava uma ruptura com o passado do Estado Novo, e que reinstalaria no futuro do país a democracia da primeira República.

O tema preferido dos parlamentares udenistas era, sem sombra de dúvidas, o Estado Novo. Otávio Mangabeira vangloriava-se pela sua prisão e exílio no período em que ser contra Vargas era um perigo. Por sua vez, Euclides Figueiredo propôs a criação de uma

Comissão que julgasse os atos delituosos do governo Vargas. Na mesma linha, Alde Sampaio fazia um julgamento da política econômica do Estado Novo e, finalmente, Aliomar Baleiro afirmou que o único culpado pelas crises do presente era Getúlio Vargas. Os saques, racionamento de alimentos, inflação, crimes da Polícia Especial e outros problemas do período, não eram de responsabilidade do governo Dutra, mas, o verdadeiro responsável por tudo isso era aquele senador que passava pela Assembléia e sentava ao lado do Deputado Souza Costa.

Como resposta aos udenistas que revolviam o passado constantemente, Getúlio afirmou em seu último pronunciamento na Assembléia, que aceitou o mandato que lhe foi confiado pelo povo brasileiro com o firme propósito de não contribuir para o desvio da atenção dos trabalhos daquela casa, uma vez que essa tinha a única função de elaborar a Constituição. Exigiu que sua atitude fosse respeitada e se alguém tivesse contra ele motivos de ordem pessoal, fora daquele recinto estaria à disposição.

Getúlio era o grande ausente no plenário, era o sujeito oculto (NOGUEIRA, 2005). Em seu primeiro pronunciamento na Assembléia Constituinte de 1946 pronunciou simplesmente doze palavras, assim mesmo porque foi provocado a fazê-lo. Na sessão do dia 31 de agosto respondeu aos seus algozes e nunca mais se pronunciou. O ex-presidente foi o único parlamentar que não assinou a Constituição de 1946, e ironicamente, essa foi a única Carta Constitucional que, enquanto governante, Getúlio não conseguiu rasgar. A sua atitude indiferente aos trabalhos da Assembléia demonstrou o seu desprezo pelo poder legislativo que já era evidente quando este revogou tanto a Constituição de 1891, quanto a de 1934.

O incidente envolvendo a posse de Vargas como senador em 1946, demonstrou os ressentimentos e exaltação que persistiam entre as vítimas e algozes do Estado Novo eleitos para a Constituinte de 1946. Várias vezes a posse do ex-ditador foi adiada devido à exaltação dos Constituintes. Euclides Figueiredo foi, naturalmente, um dos principais envolvidos no incidente. Vargas recusara-se, em seu segundo e último pronunciamento parlamentar, a discutir e remoer o passado recente do estadonovismo, isso era inadmissível para aqueles Constituintes que não podiam esquecer o passado “traumático”.

Getúlio Vargas veio de São Borja quatro meses depois de iniciados os trabalhos da Assembléia Constituinte na qual ainda não havia tomado posse de sua cadeira como Senador pelo PSD-RG. Deixara-se ficar no sul observando o desenrolar dos acontecimentos. Enquanto isso, os correligionários de Vargas preparavam a sua volta triunfal à capital da República. Esses previam uma manifestação com as multidões aplaudindo o ex-presidente, como nas comemorações do dia do trabalho, no Estádio do Vasco da Gama, dia que naquele ano de

1946 não havia sido comemorado por Dutra. Entretanto, ao retardar a sua posse, Vargas tornou-se uma figura estranha na Constituinte e isso lhe causou desconfortos em sua estréia como parlamentar.

De acordo com Octaciano Nogueira (2005), ao ser deposto em 1945, Getúlio Vargas já não era um homem, era um mito. Ao suicidar-se em 1954, como sua carta nos mostra, não morreu. Saiu da vida para entrar na história. O homem mais poderoso do país, o mais prestigiado dos políticos brasileiros, durante os quinze anos de seu governo jamais recebera um voto popular. Porém, trinta e três dias depois de ser deposto, tornou-se o brasileiro mais votado no país. Isso justifica o alvoroço que seu retorno ao cenário político causava na oposição. Carlos Lacerda sugeriu que usassem uma fita preta em sinal de luto pelo seu regresso. Aos olhos do povo era o retorno do mártir banido. Aos olhos da UDN, era o retorno da ameaça getulista.

De acordo com Carlos Lacerda, na véspera da posse de Getúlio, os udenistas se reuniram para discutirem a “recepção” que dariam ao algoz. Decidiram que Otávio Mangabeira discursaria elogiando as Forças Armadas pela sua conduta em 29 de outubro de 1945. Ainda segundo Lacerda, quando alguém disse: “_ Se o Getúlio reagir?” Virgílio de Melo Franco, que tinha conspirado com Getúlio e o conhecia, afirmou: “_ Conheço o Getúlio como a palma da minha mão. Tomado de surpresa, vai reagir como um coelho. Não terá a menor reação e não saberá o que fazer” (*apud* NOGUEIRA, 2005: p. 359). De certa forma Virgílio de Melo Franco tinha razão.

Em 04 de junho Getúlio compareceu à Assembléia para tomar posse. Quando era lido o compromisso, ouviu-se do fundo do plenário uma voz não identificada, gritando para que todos ouvissem: “que não seja como o juramento de 34!” Numa referência à Constituição que Getúlio jurou e rasgou três anos depois com o golpe do Estado Novo. Logo em seguida, Otávio Mangabeira pediu a palavra afirmando ser portador de dois documentos subscritos por vários membros da Assembléia, que solicitavam a votação de uma moção louvando as Forças Armadas por sua participação em 29 de outubro de 1945.

Como era de se esperar a proposta do líder udenista causou grande tumulto. Os partidários de Vargas tomaram a frente na reação, porém o ex-ditador não se pronunciou e, como deduziu Virgílio de Melo Franco, agiu como um “coelho”, ouvindo, sem nenhuma reação, a Assembléia discutir sua atuação e julgá-lo. Coube a Souza Costa, seu ex-ministro, tentar defendê-lo:

O SR. SOUZA COSTA – (...) meus senhores, quero nesse instante registrar também uma circunstância para que a história fixe. Há poucos dias ainda, falando em Porto Alegre, ao regressar de um exílio de cinco meses...

Vários senhores representantes – Oh! Oh!

O Sr. Aureliano Leite – Exílio sofremos nós. O Sr. Getúlio Vargas não.

O SR. SOUZA COSTA – ... declarou que seu desejo era a união dos brasileiros (apartes); congratulou-se com a oposição pelo apoio que mostra querer dar ao governo da República (...) No entanto o Sr. Otávio Mangabeira, esquecido da grandiosidade do momento (protestos da minoria), escolhe o instante da posse do Senador, para vir aqui (...) enviar as acusações que faz ao governo passado. Estas minhas palavras servem, apenas, para que se registrem as atitudes e a opinião pública, no seu veredictum supremo, saberá julgar os dois homens (Assembléia Nacional Constituinte, 04 de junho de 1946, p. 227).

Apesar das palavras de Souza Costa, o fiel escudeiro de Getúlio Vargas na Constituinte de 1946, a “Moção Mangabeira” foi aprovada representando, assim, a primeira grande vitória da UDN e unanimidade dentro do partido, este conseguiu arraigar alguns votos dos próprios colegas de bancada de Vargas. O episódio demonstra que apesar das ambigüidades e da heterogeneidade da UDN, o partido mantinha-se coeso quando o assunto era fazer ferrenha oposição a Getúlio *Rebeco*¹ Vargas.

Outro opositor de Vargas que não deixou o episódio passar em branco foi Carlos Lacerda, que afirmou ser o incidente um ato cívico digno dos melhores dias da República. O jornalista agradeceu aos trinta e poucos dissidentes do PSD que votaram pela repulsa ao Senador, uma vez que este pertencia ao passado, era um “destroço de naufrágio de um navio maldito”. Segundo Lacerda, Getúlio não tomou posse: deu à praia (apud NOGUEIRA, 2005).

O incidente envolvendo a posse de Getúlio Vargas na Assembléia de 1946 demonstrou os ressentimentos e rancores dos integrantes da UDN. Pela primeira vez em sua existência como partido, a UDN conseguiu ser unânime. Assim como o PTB gravitava em torno de Getúlio, o PCB em torno de Prestes e o PR em torno de Artur Bernardes, a oposição orbitava em torno da UDN. E nesse partido cada um tinha sua própria trajetória, haviam os que tinham sido e os que nunca foram amigos, antigos companheiros e colaboradores de Vargas que no decorrer do percurso tinham se desentendido com o ditador. Tudo isso tornara a UDN um partido complexo, e essa complexidade afetava seu sistema interno de poder. A União Democrática Nacional era um “antipartido”, naquele período era anti-Vargas, para depois se tornar anti-jucelino e anti-jango. Como afirmou Nogueira (2005), a UDN estava fadada a ser oposição e nunca governar, morreu virgem, sem jamais assumir o poder.

Conclusão

¹ Carlos Lacerda costumava referir-se a Getúlio Vargas usando o apelido *Rebeco* em uma alusão ao filme *Rebeca, uma mulher inesquecível*. O jornalista se referia a Vargas como "Rebeco, o ditador inesquecível", e seus adeptos, de "rebequistas". Getúlio dispunha de vários outros apelidos como Gegê, chuchu, etc.

Ao realizarmos a leitura dos discursos parlamentares da elite deposta na década de 1930, nossa inquietação inicial era perceber através daqueles pronunciamentos os arremates da memória na teia tecida pela história, bem como a percepção de tempo daqueles sujeitos históricos. Assumimos a perspectiva de que a memória, assim como a história, elabora sentido e pode representar as múltiplas percepções do vivido. Portanto, para percebermos as diferentes formas de ver o passado naquele período, partimos da memória, uma vez que a história eliminou contingências e destituiu de sentido aqueles que não se enquadravam no discurso oficial, discurso que interpretou a “Era Vargas” como um divisor de águas entre o “velho e o Novo”, bem como a fundação de um “Brasil moderno”.

O grupo deposto em 1930 interpretou o passado de forma totalmente diferenciada do discurso oficial que foi institucionalizado e sucessivamente filtrado pela historiografia. Esse grupo nos mostra uma percepção do passado, presente e futuro marcada pela derrota, pelo trauma e pela expectativa de uma democracia sem Getúlio Vargas. Essa elite tomou como ponto em comum o anti-varguismo. Mesmo com a deposição de Getúlio Vargas em 1945, a Assembléia Constituinte de 1946 foi marcada por uma revisão do passado e do regime varguista. A UDN reinterpretava o passado marcado pelo trauma de seus partidários em relação ao governo Vargas. Em contrapartida o PSD e PTB, partidos aliados a Getúlio, apesar de não se prenderem tanto ao passado, tentavam demonstrar a veracidade do discurso oficial: Vargas era o pai dos pobres e fundou um Brasil moderno rompendo com os políticos carcomidos da primeira República.

A sociedade brasileira passou por um período de transformação na década de 1930, daí por diante se instituiu uma nova forma de ver o tempo. Alguns conceitos adquiriram sentido amplo, *Revolução de 1930*, *oligarquia* e *tenentismo* passaram a dar sentido à experiência contemporânea e reivindicar determinadas perspectivas para o devir. A historiografia assumiu esse discurso e, utilizando os amplos conceitos como ferramentas analíticas do passado, destituiu os acontecimentos e sujeitos históricos de sentido próprio.

A memória pode evidenciar os sonhos não realizados, as promessas não-cumpridas e a insatisfação do presente. A ótica do grupo anti-getulista explicita os liames entre política e afetividade, evidencia a tensão entre espera e experiência diante das incertezas do mundo e, principalmente, revela que a relação entre história e memória deve ser problematizada, uma vez que a memória apresenta múltiplas percepções do vivido, e ao aproximar-se da historiografia se submete a uma negociação e seleção.

Assumimos a convicção de que memória e história estão intrinsecamente relacionadas. A relação é complicada, porém, necessária na construção do conhecimento histórico. Ao

contribuir com a constituição da teia da história, a memória também explicita o seu lugar no conhecimento. Nessa perspectiva, mesmo que os fatos já estejam consolidados, cabe ao historiador revolvê-los, pois “fatos” são apenas camadas tecidas pela relação entre história e memória. Ao revolver os fatos temos como resultado da escavação cacos, fragmentos e imagens desprendidas. Como afirmou Benjamim (1980), o historiador é um colecionador de cacos. À afirmação do teórico, acrescentaríamos: o historiador é um colecionador de cacos e só esses fragmentos do passado podem nos libertar do autismo do presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMINO, João. *Os Democratas Autoritários*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ANDRADE, Manuel Correia. *1930: a atualidade da Revolução*. São Paulo: Moderna, 1980.
- ANSART, Pierre. *História e memória dos ressentimentos*. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, M. Memória (res) sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.
- BENJAMIM, Walter. O narrador. In: Textos escolhidos. (Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 57-74.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: *Historiografia Brasileira em perspectiva*. FREITAS, M. (org). São Paulo: Contexto, 1998. p. 159-182.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.
- LINS, Álvaro. *A glória de César e o punhal de Brutus. Ensaios e estudos (1939-1959)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, 2 ed. Coleção “Vera Cruz”, v. 42.
- NOGUEIRA, Octaciano. *A Constituinte de 1946: Getúlio, o sujeito oculto*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos _ Memória, CPDOC/FGV, n. 3, 1989*.
- RÜSEN, Jörn. Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio. In: *História: debates e tendências*. Passo Fundo, v. 2, n. 1, 2002.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec: USP, 1997.
- FONTE:**
- BRASIL. Assembléia Constituinte. *Anais da Assembléia Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946-1951. 26 v.

Ordem Eqüestre e Ordem Senatorial: fronteiras identitárias

Alice Maria de Souza*

RESUMO: As fronteiras Identitárias entre a Ordem Eqüestre e a Ordem Senatorial eram, desde seu surgimento, muito tênues. Porém, na época de Caio Graco (final do século II a. C.) as duas Ordens começaram a delinear seus limites de forma mais clara. Trataremos, nesta ocasião, deste processo de definição das identidades das duas Ordens, além de construirmos um breve panorama da relação entre cavaleiros e senadores até então.

Palavras-chave: Ordem, eqüestre, senatorial.

ABSTRACT: The identity boundary between Equestrian Order and Senatorial Order were, since monarchy, very tenuous. However, at age of Caio Graco (the end of century II b.C.) the two Orders were benignig to delimit its limitis in a more clear way. We are going to treat, on this occasion, of this identity definition process, of the two mentioned Orders, and show briefly the relation between knigths and senators.

Key-words: Order, equestrian, senatorial.

As Ordens Eqüestre e Senatorial eram de grande importância na sociedade romana. Até o século II a.C., estas ordens se confundiam, apresentando fronteiras tênues em sua constituição. No entanto, a partir das leis referentes aos tribunais, de Caio Graco, houve uma grave ruptura entre cavaleiros e senadores, passando a serem mais nítidos os limites identitários das duas ordens. Realizar uma breve análise desta grande mudança ocorrida no seio das ordens romanas neste período é o nosso principal objetivo nesta ocasião. Entretanto, antes de nos ocuparmos com o cerne de nosso trabalho, faz-se necessário traçarmos um breve histórico da estreita relação das duas ordens.

* Aluna do quarto ano de graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, e orientanda da Professora Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves.

Alguns trabalhos historiográficos se arriscam a se referir a estruturas do mundo antigo utilizando conceitos carregados de valores modernos. Assim agem aqueles autores que se utilizam do conceito de classe para falar das camadas sociais da Roma antiga. Concordamos em absoluto com Claude Nicolet sobre ser adequada à estrutura romana a tradução de *ordo* não como “classe”, mas sim como “ordem”; tradução justificada pelo esforço em evitar equívocos, já que, nos nossos dias, a noção de classe social é essencialmente determinada pela renda e pelas atividades econômicas; diferentemente da *ordo*, que preconizava a *dignitas* (NICOLET,1974:176) e que tinha um sentido preciso e quase jurídico, se referindo às divisões do povo diferentes das classes censitárias, mas reconhecidas pelos censores, e como tais entrando em ordem nos comícios (NICOLET,1974:167).

Ainda segundo Claude Nicolet (1974:169), a noção de “ordem” não se aplica ao azar a todo grupo de homens que têm as mesmas atividades e os mesmos interesses, mas unicamente àqueles que são bastante estáveis para ser confirmados pelos censores e que interessam de qualquer modo à classificação social e censitária de Roma. O conceito de “ordem” define um grupo que na classificação sócio-política do Estado tem uma certa função, uma certa *dignitas*, e que pode exigir certo critério censitário para fazer parte dele (NICOLET,1974:175); um grupo que se caracterizava por ser fechado cujos membros eram registrados oficialmente em uma lista redigida por determinados magistrados¹ (no caso republicano, censores, e na época imperial, o príncipe), que tinha necessidade de status legal, devendo ser revisado regularmente com cuidado, e que não constituía um conjunto heteróclito de pessoas, apresentando uma estrutura interna (NICOLET,1978:41)

Parte da historiografia a respeito da ordem eqüestre afirma que não se pode usar a expressão ordem eqüestre antes do governo de Augusto, quando, segundo eles, por simetria, nasceu a ordem senatorial. No entanto, Claude Nicolet (1974:163) afirma que esta expressão já existia bem antes mesmo do século II a.C, quando, na época de Caio Graco, ordem eqüestre designava aqueles a que este tribuno abriu os tribunais, e que eram definidos rigorosamente como os *équites equo publico* das 18 centúrias de cavalaria.(NICOLET 1974:164)

Alguns autores procuraram definir a ordem eqüestre, seguindo uma tendência errônea surgida na historiografia do século XIX (NICOLET,1978:43), como uma camada social de

¹ Era o reconhecimento do censor, e em sua falta, do legislador ou, na época imperial, do príncipe, que determinava o pertencimento de um indivíduo a uma ordem e que o permitia recorrer às vantagens e à *dignitas*, inerentes à sua ordem. (NICOLET,1974:169)

comerciantes, banqueiros e homens de negócios (ADCOCK,1959:69), que se diferenciavam da ordem senatorial por desempenharem funções econômicas diferentes das agrárias. No entanto, Claude Nicolet (1974:175) afirma que, apesar de alguns cavaleiros desempenharem atividades econômicas voltadas para o comércio ou para as finanças, ou serem publicanos e juízes, essas características não podem ser usadas para a definição de ordem eqüestre. Membros dessas atividades podiam ser cavaleiros, mas a função econômica desempenhada não era pré-requisito para a detenção deste título.

Para ingressar nas fileiras da cavalaria romana, os cidadãos candidatos ao posto deveriam alcançar o censo mínimo anual de 400.000 sestércios, que não era suficiente, pois os censores deveriam reconhecê-los como dignos desta honra e, principalmente, lhes ceder o direito de possuir o cavalo público, uma das insígnias da ordem eqüestre. A organização desta ordem reunia tanto plebeus ricos como membros da ordem senatorial, ou seja, detentores do censo de 1.000.000 de sestércios que lhes garantia a entrada no Senado. Os senadores pertenciam, simultaneamente às duas ordens porque, para a ordem senatorial o pré-requisito básico era o censo de um milhão de sestércios, e para a ordem eqüestre, a posse do cavalo público. Estas duas ordens compunham as 18 centúrias de cavalaria do exército romano, seus membros tinham um lugar especial na Assembléia das Centúrias², e eram os primeiros chamados a votar. Além disso, os novos membros do Senado eram recrutados na ordem eqüestre: quando alguma cadeira do Senado encontrava-se vaga, era preenchida por um cavaleiro, que passava a ser conhecido como um dos “homens novos”, que optara por seguir carreira política (CORASSIN, 1988:61).

A tendência geral era que o filho de um cavaleiro romano fosse também cavaleiro, mas isto não era uma obrigação. No entanto, dado que o título de cavaleiro romano representava grande honra e que sua diferença para com o de senador não ia acompanhada de pesadas cargas, era muito raro um filho de cavaleiro renegar esta honra. Formalmente o título de cavaleiro não era hereditário, mas ter um pai, avô ou algum familiar que tivesse sido cavaleiro, sempre que se

² A Assembléia Centúria – cujos participantes eram os membros das centúrias do exército romano, criadas durante a reforma serviana que reorganizou o exército com bases censitárias – reunia-se mediante a convocação do cônsul ou de um tribuno, e era responsável pela escolha dos magistrados e pela resolução de apelações, além de julgar todos os crimes sujeitos à pena de morte e decidir sobre guerra e paz; também possuía a responsabilidade de votar, sem direito de emenda, medidas propostas pelos magistrados ou pelo Senado. O voto era dado por centúria, possuindo, cada uma destas, o direito a um voto determinado pela maioria de seus membros. Isso dava à Assembléia um caráter conservador em suas decisões, porque os membros da 1ª e 2ª classes, pertencentes às ordens eqüestre e senatorial, formavam o maior número de centúrias.

reuniam os demais requisitos de censo, idade e moralidade, pesava na decisão dos censores (NICOLET,1978:42)

Segundo Maria Luiza Corassin (1988: 62-63), as duas ordens mantinham estreita identificação entre si: os cavaleiros participavam da ideologia dos senadores, seus membros casavam-se entre si, formando alianças políticas, tinham em comum o fato de serem os mais ricos, e a mesma qualificação censitária. No entanto, havia diferenças entre ambas as ordens, que resultavam de suas especializações, das incompatibilidades e proibições legais que se criaram. Algumas das diferenças que existiam entre as ordens dizia respeito ao fato de que os senadores ligavam-se ao exercício das magistraturas, e eram proibidos de participar de uma concorrência pública, pois eram eles os organizadores das adjudicações públicas e o Estado não permitia que fossem também parte interessada. Por outro lado, sobre estes leilões, nenhuma proibição legal atingia os cavaleiros: as concorrências eram abertas para todos que não fossem senadores, e os contratos eram arrematados pela melhor oferta, em leilões organizados a cada cinco anos pelos censores. Os principais detentores dos contratos oferecidos nestes leilões eram os chamados publicanos, dos quais alguns eram cavaleiros (CORASSIM, 1988: 62-63).

Pode-se afirmar que a predominância de cavaleiros vitoriosos nos leilões do direito de coletar impostos nas províncias advinha de sua fortuna, sendo mais uma questão de comportamento social e político, e não a aplicação de um texto de uma lei, pois jamais houve uma medida legal que precisasse que só os cavaleiros pudessem participar das concessões públicas. Um cavaleiro detinha uma fortuna pessoal mínima de 400.000 sestércios que representava uma garantia de que, em caso de dificuldade, o Estado sempre teria segurança para recuperar seu dinheiro (NICOLET, 1978:46).

Entretanto, a partir do final do século II a.C., mais precisamente após a magistratura de Caio Graco como tribuno da plebe, as duas ordens, até então unidas por interesses políticos e familiares, e principalmente porque os membros de ambas as ordens detinham o direito de possuir o cavalo público e de formar as 18 centúrias de cavalaria, começaram a se separar.

O nascimento do conflito político entre o Senado e a ordem equestre foi a ascensão à função judiciária desta última, passando pelo acesso à magistratura³ a linha que separava as duas

³ De acordo com Claude Nicolet (1974:467-468), a magistratura não era só o exercício de uma função civil, comportando também responsabilidades e privilégios políticos, fixada em certas famílias e limitada a um certo meio, ela tende pouco a pouco a se transformar em guardiã de certa ideologia, influenciando no desenvolvimento do pensamento político em Roma.

ordens (NICOLET, 1974:467). Tal ascensão ocorreu quando, em seu segundo, mandato como tribuno da plebe, Caio Graco⁴ transferiu dos senadores para os cavaleiros, mediante um plebiscito, o direito de proporcionar os juízes dos tribunais de justiça responsáveis por julgar as denúncias de crimes de extorsão e corrupção nas províncias e que estavam desacreditados por sua venalidade (ADCODK, 1959:79).

O essencial do conflito entre os cavaleiros e o Senado diz respeito ao fato de que os primeiros, juízes de certa forma hereditários nos tribunais, tendiam a se tornar um grupo político pois, julgando os magistrados, detinham em suas mãos a sorte de homens com os quais eles dividiam a responsabilidade da administração de Roma. Em suma, os juízes tinham consciência das contradições que opunham, nas províncias, os promagistrados – responsáveis pela prosperidade dos *socii* e pela dominação de Roma – e as sociedades de publicanos encarregadas da reposição dos impostos. Assim, os magistrados encontravam em Roma, nos já referidos tribunais homens ligados a seus interlocutores publicanos nas províncias que, em sua maioria eram, assim como os juízes, pertencentes à ordem equestre (NICOLET, 1974:468).

Os cavaleiros apoiaram Caio Graco em sua proposta referente aos tribunais provinciais; mas não podemos, por isso, afirmar que houve uma definitiva ruptura entre as duas principais ordens romanas: os interesses de senadores e cavaleiros eram parecidos, e estes não almejavam acabar com os privilégios daqueles, mas sim, alargar a possibilidade da sua participação nos mesmos, entrando no Senado. A oportunidade que Caio Graco lhes ofereceu foi um importante meio de alcançar o censo senatorial, pois o tribunal que antes lhes controlava os excessos desde então passaram às mãos de seus pares, tornando-se favoráveis os julgamentos dos crimes de extorsão. Assim, a ordem equestre apoiou Caio Graco apenas enquanto ele não ameaçou os privilégios de ambas as ordens, que o perseguiram até a morte, em defesa dos mesmos (CORASSIN, 1988:65-67).

No entanto, a partir deste episódio as duas ordens passaram a apresentar fronteiras mais nítidas no que se referia aos elementos de definição de ambas, principalmente à posse do cavalo público, fundamental na definição de um cavaleiro. A partir de então os senadores, que desde o surgimento das ordens, também eram cavaleiros, foram obrigados a devolver o cavalo

⁴ Caio Graco era irmão de Tibério Graco, que fora Tribuno da Plebe dez anos antes que o irmão mais novo, e que entrou em atrito com os senadores devido a seus projetos de reforma agrária e foi morto pelos partidários destes durante a Assembléia que deveria votar sua reeleição. Ambos eram filhos de Tibério Graco, cônsul em duas ocasiões, e de Cornélia Semprônia, exemplo de maternidade para os romanos e filha mais nova de Cipião Africano.

público (NICOLET, 1974:469). Assim, os membros do Senado deixaram de possuir a principal prerrogativa para ser considerado um cavaleiro, no entanto, os objetivos e ambições de ambas as ordens diante da direção do Estado não sofreram grandes mudanças, a ponto destes grupos sociais se tornarem inimigos.

Apresentamos aqui um breve histórico da relação entre a ordem eqüestre e a ordem Senatorial, que permaneceram próximas desde sua criação, não apenas pelo fato de que os senadores eram também cavaleiros (por possuírem o direito ao cavalo público), mas também devido a laços de parentesco e por serem seus interesses políticos muito próximos. Tais ordens, no entanto, se afastaram formalmente a partir das leis judiciárias de Caio Graco (século II a.C.), pois, desde então, por uma medida difícil de interpretar, os senadores foram obrigados a devolver o cavalo público, deixando de participar da ordem dos cavaleiros.

Bibliografía:

ADCOCK, F. E. *Las Ideas y la Practica Politica en Roma*. Caracas: The University of Michigan Press, 1959.

CORASSIN, Maria Luiza. *A Reforma Agrária na Roma Antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

NICOLET, Claude. *L'Ordre Équestre: A L'Époque Répubilcaine (312-43 av. J.-C.)*. Tome 1: Définitions juridiques et structures sociales. Paris: Éditions E. Bocard, 1974.

NICOLET, Claude. Un Ensayo de Historia Social: el Orden Ecuestre en las postrimerias de la Republica Romana. In: *Ordenes, Estamentos y classes: Coloquio de historia social Saint-Cloud, 24-25 de mayo de 1967*. Madrid: SigloVeintiuno Editores, 1978. p. 36-51.

Trajetórias de vida: A escravidão por dívida nas agropecuárias do Araguaia

Maria Aparecida Martins Souza*

Resumo

A região do Médio Araguaia, nordeste do Estado de Mato Grosso, entre as décadas de 1960 à 1980, foi selecionada para a instalação de projetos agropecuários financiados pelo Governo Federal, com o intuito de ocupar produtivamente a Amazônia. Neste período um grande número de trabalhadores vindos, sobretudo, do nordeste e de Goiás, são aliciados por fazendeiros e “gatos”, com promessas de boa remuneração e o sonho de uma vida melhor, acreditando num futuro promissor para seus familiares. Esse texto pretende apresentar a dimensão do trabalho escravo em área de fronteira sob o aspecto da degradação humana, capaz de massacrar o corpo e por outro, revelar atitudes e comportamentos com que homens e mulheres têm escapado das perversidades do mundo do trabalho. Esse trabalho possibilita conhecer as trajetórias dessas pessoas, cujas experiências vividas remetem à contínua luta pelo acesso à terra, pela qual vale a vida.

Palavras-Chave : Trabalho Escravo, Trajetória,

Life trajectories: The slavery for debt in the farming ones of the Araguaia

Abstract

The region of the Araguaia Medium, northeast of the State of Mato Grosso, enters the decades of 1960 to the 1980, was selected for the installation of farming projects financed by the Federal Government, with intention to occupy the Amazônia productively. In this period a great number of come workers, over all, northeast and of Goiás, is bridden by farmers and "cats", with promises of good remuneration and the dream of a better life, believing a promising future for its familiar ones. This text intends to present the dimension of the enslaved work in area of border under the aspect of the degradation human being, capable to massacre the body and for another one, to disclose to attitudes and behaviors with that men and women have escaped of the perversities of the world of the work. This work makes possible to know the trajectories of these people, whose lived experiences send to the continuous fight for the access to the land, for which valley the life.

Word-Key: Enslaved work, Trajectory, Boundary

No Brasil nas últimas décadas tem surgido inúmeras denúncias de trabalho escravo em diversos estados. A imprensa tem noticiado essa prática de exploração por

* Mestranda do programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Mato Grosso. Bolsista da Capes.

latifundiários, fazendeiros e “gatos” e pouco se tem feito por parte do estado para resolver o problema do trabalho escravo¹ em empresas agropecuárias.

Do ponto de vista histórico, sabemos que a escravidão contemporânea se diferencia das práticas coloniais de escravização dos africanos, especialmente porque estas últimas eram organizadas a partir do próprio Estado que autorizava a compra e venda de pessoas a particulares, transformando seres humanos em bens adquiridos para toda a vida, o que exigia dos proprietários a manutenção de seus escravos. No presente, entretanto, sem amenizar as dores da escravidão colonial, os escravos nada custam aos empresários, que pagam apenas pelo transporte até suas fazendas, podendo substituí-los por outros a qualquer momento, sem grandes despesas. Assim, em síntese, o que anima a escravidão contemporânea é um pesado sistema de recrutamento, transporte, alojamento precário, alimentação insuficiente, vigilância cerrada, violência física e psicológica, tudo praticado a margem da lei.

No caso da Amazônia, sua ocupação passou a ser uma prioridade para os militares, após o golpe de 1964. Com o lema “é preciso integrar para não entregar”, promoveu-se uma grande campanha de integração da Amazônia, desenvolvida a partir da construção de uma rede de estradas, ao longo das quais implantaram-se projetos de colonização, onde seriam assentados os colonos deslocados de outros Estados. O processo concebido pelos governos militares para *integrar, ocupar e explorar* a Amazônia foi organizado a partir de planos nacionais que determinaram as novas políticas de ocupação. Parte vital do ambicioso projeto foi a construção da rede ferroviária.

A partir desse conjunto de políticas, todas mantidas à custa de subsídios governamentais, os militares desenvolveram seu projeto de ocupação da Amazônia, especialmente voltado à instalação na região de grandes empresas nacionais e internacionais.

A região do Médio Araguaia está localizada a nordeste do Estado de Mato Grosso, entre as décadas de 1960 a 1980, recebeu vários desses projetos agropecuários financiados pelo Governo Federal. E foi neste período que um grande contingente de trabalhadores, sobretudo dos Estados do Nordeste e de Goiás, foram aliciados por fazendeiros e *gatos*², com promessas de ganho de dinheiro fácil e o sonho de uma vida melhor; enfim, o sonho de um futuro promissor para seus familiares.

¹ O termo *trabalho escravo* se refere à escravidão temporária, escravidão por dívida, escravidão branca ou trabalho escravo contemporânea, conforme definição de autores como: Esterci, Martins, Rezende, Barrozo, Calsádaliga (vide bibliografia).

² - Agente contratado por fazendeiros/latifundiários para aliciar os peões e vigiá-los nas fazendas para onde foram enviados.

Na região do Rio Araguaia, uma área de fronteira, ao longo das décadas de 1970 e 1980, instalou-se vários projetos agropecuários, os quais para abrir a mata, utilizaram milhares de trabalhadores braçais, os chamados *peões*³.

Estes trabalhadores homens, mulheres e crianças eram recrutados, sobretudo, nas áreas pobres do Nordeste. Iludidos com a promessa de um “futuro promissor”, ou ao menos, melhor do que seu difícil presente, quando chegavam ao local de trabalho, no interior da mata, tinham de enfrentar um ambiente desconhecido, sempre sob o controle armado dos *gatos* e seus auxiliares, sendo proibidos de sair do acampamento. Viviam, assim, praticamente sem pagamento e mal alimentados, sem assistência médica e submetidos ao trabalho duro, do nascer ao pôr-do-sol. As promessas morriam na porteira da fazenda ou como relata um peão até mesmo antes de chegar na fazenda ao sair da sua cidade de origem:

Quando atravessou o rio, o homem (o gato) virou uma fera com todo mundo. Ele deu uma de gato mesmo. Ai a gente foi ver que a história não era mais a que ele falou, o modo de tratamento dele mudou. Estúpido, malcriado. Não era mais aquela pessoa que a gente conhecia em Canabrava. Mudou totalmente. Ai quando chegou em Barreira do Campo pior ainda. (depoimento de um peão. In Figueira, p. 175, 2004)

Neste relato o trabalhador percebe que foi enganado mesmo antes de chegar na fazenda e, por uma pessoa em que depositava confiança, a qual para aliciá-lo usou artifícios como amizade, boa aparência, uma boa conversa. As pessoas que antes eram conhecidas passam a ser desconhecidas. O outro, o diferente, o estranho se entrecruzam ganhando um novo sentido. O medo e a desilusão tomam conta de suas vidas.

Se o tratamento dado ao peão ao sair de sua cidade de origem era ruim, ao chegar à fazenda era ainda mais violento, pois no interior da mata estava isolado, distante de todos e de tudo. Os peões nunca sabiam com chegar ou sair da fazenda, geralmente são trazidos a noite e muitas vezes não há estradas, chegam de avião. Neste lugar isolado o “gato” é o “senhor”, e comanda todo tipo de violência contra os peões, o que é possível perceber no relato de um peão:

Quando chegou era só para roçar, mas ai era para derrubar, fazer tudo. A gente nunca tinha feito isso de derrubar. (...) os pistoleiros falavam: “aqui vocês estão com uma pessoa. Não é do jeito que vocês querem não. É o jeito que nós queremos”. Aí amarravam o pessoal nos paus. Peão que ia fugir, eles amarravam. Nós vimos. A gente roçava e chegava e topava encima daquele pessoal amarrado no mato. Nós passamos por três cadáveres. Só tinha osso.

³ Trabalhador braçal que é contratado para trabalhar, sobretudo, na abertura das fazendas, muitos dos quais trazidos de outras regiões do país.

Ihh...Medo de mais! Era uma coisa que a gente nunca tinha visto. Morria de malária também. Morria muito de malária...diz que amarravam também e jogavam dentro do rio Cristalino, também. Vixé nós todos ficamos com medo. Ai os meninos os colegas nossos lá, chamaram para fugir e eu falei: “ não vou fugir não. Fugir é pior”. O mais corajoso era o finado Zeca. Já morreu. Ele já tinha saído, estado em fazenda era maior (depoimento de um peão. In, Figueira, p. 176, 2004).

Para os empreiteiros de mão-de-obra, a vida dos *peões* não vale nada. Direitos trabalhistas, alimentação adequada, saúde e segurança do trabalho são praticamente ignorados. Longe do controle do Ministério do Trabalho ou de qualquer órgão público, os empreiteiros mantêm um violento controle da situação. Esta forma de exploração passou a ser considerada como “escravidão branca”, para se diferenciar da escravização dos africanos, embora grande parte do contingente de *peões* são formada por negros e mestiços. Atualmente, esta forma de trabalho é chamada de escravidão temporária, porque dura enquanto durar a empreitada na mata. Entretanto, em muitos casos, a situação se prolonga, porque o peão acaba retido pelo *gato*, por conta de supostas dívidas. Por isso, perde-se também a ilusão do retorno à terra natal, e mesmo os que conseguem fazer o caminho de volta estão com a saúde debilitada e sem dinheiro. Tudo isso sem contar que muitos desses peões chegam a perder a própria vida (como relatou o peão) nos ambientes violentos em que são isolados.

É importante notar que, na fronteira aberta para a expansão da empresa agropecuária que, supostamente, representaria a modernidade, utiliza-se uma forma arcaica de trabalho (a *peonagem*), para incrementar o processo de acumulação de capital. Entretanto, estabelece-se no interior destas fazendas um tipo de relação social de produção, onde o trabalhador, peão, não vende a sua força de trabalho, mas ele mesmo é “comprado”, tornando-se uma mercadoria (Esterci,1986). Esta mercadoria humana é comprada nas regiões pobres, rurais e urbanas, nas pensões e na periferia das cidades.

É importante ressaltar que os fazendeiros não utilizam apenas as velhas formas de aliciamento, criam outras, inclusive, valendo-se de meios legais para arregimentar a mão-de-obra. Assim, embora assinem a “carteira” do trabalhador e lhe ofereçam alojamento, como determina a Lei, valem-se do antigo expediente da dívida para manterem os *peões* no trabalho forçado e degradante, transformando-os, na prática, em escravos. A dívida, agora, não é mais *acumulada* nos barracões das fazendas, sendo transferida para os supermercados da cidade, que mantêm acordo com os fazendeiros,

praticamente aprisionando o trabalhador até que ele consiga pagar a dívida sempre crescente.

Além disso, o *peão* desterritorializado perde as suas referências do lugar de origem e não consegue estabelecer outras relações no lugar que chega. Ele não significa nada para a sociedade e, nas cidades, os peões são encontrados nos bares, bordéis, pensões e nas “pontas de rua”.

A fronteira, segundo Martins (1997), é “um espaço de encontro e desencontro”, o “lugar da alteridade”, onde as pessoas vivem em “tempos históricos diferentes”, mas é também o lugar da busca, do sonho de acesso à terra e a esperança de construir uma vida melhor.

Por isso, é com o objetivo de buscar o novo, o desconhecido, que homens e mulheres se lançam na “aventura” da fronteira. Mais ainda, nesse espaço de tantas diversidades, onde há tantos confrontos muitas vezes não explícitos, de acordo com Lená (1990, 126.) a fronteira pode ser considerada como:

(...) expressão das características e das contradições da sociedade nacional como um todo, refletindo ao mesmo tempo também os interesses em jogo na economia internacional. Isso explica sem dúvida a extrema diversidade das interpretações da fronteira, como também a tentativa permanente de reduzi-la a um esquema explicativo simples que leva em conta apenas um ou outro de seus aspectos.

Além disso, para muitos, a fronteira representa o sofrimento, as frustrações dos sonhos, o desespero de estar “longe” de tudo e de todos. Ali, fica-se à mercê dos exploradores, pois na fronteira parece que tudo é possível, a começar pelo desrespeito às leis trabalhistas e aos direitos humanos mais elementares, ou, como escreveu Figueira (2004, 63): “em uma região de fronteira, os limites do permitido e do não permitido são mais flexíveis”. O que Figueira discute é retratado no depoimento da Sr^a. Zenaide, que passou por vários estados (Pernambuco, Goiás, Tocantins, Pará e Mato Grosso) à procura de melhores condições de vida, mas ao se deparar com a violência das áreas de fronteira, prefere voltar para sua terra:

Eu não gosto de contar minha vida de Pará e Mato Grosso, é uma coisa que eu gosto de pensar e não de falar, eu não tenho como falar o sofrimento que eu já passei pra poder ganhar dinheiro, quando termina de fazer o serviço patrão não paga, muitos eles mata, meu marido muitas vezes foi ameaçado de morte, o primeiro que ameaçou ficou devendo seis mil reais a ele, nunca pagou. E quando a gente muda o patrão vai arrumar outro

pensando que vai se dar bem. Vamos trabalhando aí o patrão já começa a humilhar a gente, a gente não, todos que estão em serviço, quem tá lá dentro passa a mesma humilhação da gente. Deus me ajudasse que eu vença essa batalha, eu vou embora nem que seja pedindo passagem, mais eu vou me embora pra minha terra (Pernambuco), aqui dentro de Mato Grosso não tira um recompensa o que a gente passa de sofrimento no meio do mundo. (depoimento de Zenaide, Confresa, julho de 2005).

Em síntese, como bem considera Guimarães Neto (2000, 140), na ocupação recente da Amazônia, a fronteira é o resultado das práticas sociais de diversos grupos, do controle entre grupos diferente, culturas diferentes. A fronteira não é só a geográfica:

(. . .), mas é vista, sobretudo, como passagem – comunicação e separação – entre diversos mundos. Da civilização à barbárie e vice-versa, sua passagem é vista por um mosaico de linguagens. O certo é que se constitui como zona mítica por excelência, lugar das possibilidades e da ascensão social.

Neste lugar de “passagem” que é a fronteira, muitas pessoas constroem ou perdem a vida, construindo também a história dessa região marcada na luta pela terra. O imaginário que essa população constrói das fazendas de Mato Grosso e de sua riqueza, da terra em abundância faz com que muitos venham na esperança não só de trabalhar nas fazendas, mas também poder, um dia, conseguir um pedaço de terra e reconstruir a vida, o que raramente acontece. Como nos relata o Sr. Celestino ao ser aliciado no estado de Piauí, para vir trabalhar na derrubada de matas em uma fazenda em Mato Grosso:

Aí o Cara(o“gato”) levou uma carta e o retrato duns balaios e painéis dum casamento. Uns tachos de carne de porco e eu comendo macambira...já tava parecendo uma pipa, assim...rapaz...sofrimento. Eu digo: “(...) eu não vou morrer de fome não, que eu tenho de condição de viajar pra muito longe né, viajar com fome, criança morrendo de fome né, comendo feijão com farinha no dia que dava certo. “Eu vou embora”. Levou o retrato dos que estavam comendo no Mato Grosso (...) de arroz, banana era demais naquele . Aí perguntei: “isso tudo é comida, é bóia que tem lá?” Ele disse: “É, é isso aqui”. Tava assim, um bocado de velha fazendo e a festa ia zuar. Aí eu disse: “Rapaz, esse lugar eu vou ficar lá,. Nem que eu me acabe pra lá, longe de meu povo, mas eu vou embora pra esse lugar. Eu vou matar minha fome, senão eu morro aqui nesse Piauí (Selestino, entrevista realizada em Confresa, fevereiro de 2006).

A história de vida desses trabalhadores também mostra que eles passaram por seguidas migrações, tendo trabalhado em diversos Estados do País. Mesmo sendo escravizados em uma fazenda e conseguindo voltar, eles novamente vão para outra fazenda,

onde possivelmente serão outra vez escravizados. Vivem à procura de novos espaços, movendo-se sempre em lugares que não são seus: segundo Certeau (1994, 160): “Nenhuma prática de espaço é indissociável do lugar sonhado. Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio”. Por isso, mesmo impedidos de sair das fazendas por um determinado tempo, os *peões* vivem à procura de novos espaços, movidos pelo sonho irrealizável de ganhar dinheiro e voltar para família que há anos foi deixada, muitas vezes, a centenas de quilômetros de distância.

Apesar da vida sempre difícil e sacrificada, e mesmo que sejam silenciados dentro das fazendas, os *peões* constroem sua história de jeito próprio, através das narrativas e conversas tidas em bares, bordéis, pensões e inúmeros outros lugares. E é a partir dessas narrativas que essa história de luta e de sonhos pode ser reconstruída, começada desde quando chegaram ao local de trabalho, no interior da mata, onde se depararam com o desconhecido, mantido graças ao controle armado dos *gatos* e seus auxiliares. Essa chegada ao novo lugar leva os trabalhadores a um novo mundo – o das decepções. Os espaços percorridos por eles são estranhos, tudo parece ser perigoso. Eles criam estratégias para se organizarem e fugir desse isolamento e, no dia-a-dia, dividem entre si a miséria, compartilhando desde o fumo até os alimentos. Entretanto, mesmo que construam relações de amizade, há uma grande desconfiança entre eles, pois não dá para “confiar em ninguém”, depois que foram enganados, desde a saída de sua casa, pelas falsas promessas do *gato*.

Entender essa trajetória que os *peões* fazem é mergulhar em um mundo de desrespeito aos direitos humanos, de humilhações, perseguições e mortes. Até a lembrança parece envergonhar, pois em várias entrevistas realizadas com trabalhadores que acabaram resgatados de fazendas, onde viviam submetidos a condições de trabalho escravo ou análoga, poucos admitem que foram torturados, maltratados e ameaçados. Foi sempre com algum companheiro ou – como aparece em muitas entrevistas já realizadas – o “*gato* não era tão ruim para mim”. É possível concluir que, mesmo não estando na fazenda e, muitas vezes, a centenas de quilômetros de distância dela, o *peão* continua com medo do *gato*, uma figura que aterroriza por muito tempo, ou talvez por toda a vida.

Referência bibliográfica

BARROZO, João Carlos. *Trabalho Escravo nas Agropecuárias de Mato Grosso*. Cadernos do NERU n.º. 02 – Escravidão: Ponto e Contra Ponto. EDUFMT. Cuiabá, 1993.

BRETON, Binca Lê. *Vidas Roubadas: A escravidão moderna na Amazônia Brasileira*. São Paulo: Loyola, 2002.

Comissão Pastoral da Terra – *Trabalho escravo no Brasil Contemporâneo* (VV.AA) Loyola, Goiânia, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano – Artes de fazer*. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1994.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: Peões e Possesores Contra a Grande Empresa*. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1989.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Cedi, 1994.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e Propriedade Territorial: A Luta Pela a Terra em Mato Grosso*, Campinas: Editora da UNICAMP, 1986. (Série Teses).

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Vira Mundo, Vira Mundo: Trajetória Nômade. As Cidades na Amazônia. Projeto História: Revista do programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. EDUC, 2003.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades de Fronteira. In: Relações Cidade Campo: Fronteira*. SILVA, Luiz Sergio Duarte (org). UFG, Goiânia, 2000.

LENÁ, Philippe. *Diversidade da Fronteira agrícola na Amazônia*. Editora da UNB, Brasília, 1990.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, HUCITEC, 1997.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelindo de. *A Fronteira Amazônica Mato-grossense: Grilagem, Corrupção e Violência*. Tese de concurso de livre Docência da Faculdade de filosofia e Ciências Humanas de São Paulo, São Paulo, 1997.

SUTON, Alison. *Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização do Brasil de hoje*: Loyola, São Paulo, 1994.

FILMES E TESTEMUNHOS¹

Maria Luiza Rodrigues Souza²

Neste trabalho discuto como as biografias de Paulo Lins (roteirista) e Lúcia Murat (roteirista e diretora) do filme *Quase dois irmãos*, contribuíram para a realização de uma obra testemunhal que trabalha a reconstrução artística de eventos violentos. Ao inserirem suas memórias como sobreviventes de diferentes experiências traumáticas, a miséria e o autoritarismo ditatorial, deram vazão a um filme cujo teor testemunhal trabalha eventos-limite. Paulo Lins viveu a violência da miséria e Lúcia Murat a violência ditatorial como militante e presa política torturada. Suas experiências de vida permitiram, através da arte, narrar configurações da sociedade brasileira. A discussão é feita tomando-se o caráter intertextual entre a narrativa fílmica e a memória de vida dos artistas em foco.

Em *Quase dois irmãos*, a diretora, Lúcia Murat, aliou-se a Paulo Lins, o escritor de *Cidade de Deus* (LINS, 1997), para dar forma ao roteiro. Juntos, promoveram uma aliança intertextual entre o livro e o filme *Cidade de Deus* (Fernando Meirelles e Kátia Lund, 2002) e a trama de *Quase dois irmãos*. No roteiro de Murat e Lins, a passagem do tempo não é linear, antes surge como recurso explicativo a respeito do passado dos dois homens que se reencontram no presente do que se está contando.

Este filme, como as outras obras que reuni para discutir a elaboração da ditadura pelo cinema brasileiro é um filme-arquivo que tende a focalizar a ditadura como um momento em que a derrota – de opositores, militantes da luta armada, líderes – ocorreu. Como filme-arquivo, permite a evocação e a discussão de um pensamento sobre o passado que reúne informações postas à margem.

No Brasil, tem sido constante a reelaboração fílmica da expressão dualista da sociedade brasileira³, que se mostra por intermédio da realização de filmes que tomam ora a favela, ora a cidade abastada como locais privilegiados dos eixos narrativos, ou o mundo urbano em contraponto com o mundo rural, ou a pobreza em contraste com a riqueza. É a essa expressão que o filme *Quase dois irmãos* (Lúcia Murat, 2005) se filia. A abordagem da ditadura é subsumida no desenvolvimento da trama; predomina na narrativa a problemática da relação entre classes antagônicas no tempo e no espaço. Esta característica no Brasil vem complexificada por questões que envolvem concepções de raça. Não por acaso, os dois personagens principais pertencem a segmentos diversos:

¹ Este texto está baseado em parte do capítulo IV da tese de doutorado que apresentei ao CEPPAC/UnB intitulada “Um estudo das narrativas cinematográficas sobre as ditaduras militares no Brasil (1964-1985) e na Argentina (1976-1983)”, Brasília, 2007

² Profa. de Antropologia do Depto Ciências Sociais da UFG

³ Para uma discussão acerca das interpretações dualistas da sociedade brasileira remeto o/a leitor(a) ao trabalho de Sena (2003).

aquele que representa a classe abastada é branco, enquanto o que tem origem na favela, na pobreza, é negro.

Se muitos filmes brasileiros constroem separadamente cada um dos termos concebidos para formar o par dual da nação, outros articulam a dualidade percebida e elaborada em um mesmo roteiro, caso de *Quase dois irmãos* (Lúcia Murat, 2005).

Nesse filme, se conta uma história que cobre as relações de dois amigos durante o período que vai da década de 1950 até o ano de 2004. Por intermédio dessas relações, o filme traça um comentário sobre o Brasil visto a partir de experiências que têm o Rio de Janeiro como fundo. Boa parte do comentário se desenrola por meio de uma ancoragem no período ditatorial.

As vidas dos personagens, Jorge, negro e morador de favela, filho da empregada da família do outro, de nome Miguel, branco e de classe média, transcorrem entrelaçadas com as mudanças culturais e políticas operadas através dos anos. Dois são os elos da passagem do tempo: a mãe de Miguel e a música. Miguel se envolve na luta contra a ditadura nos anos 60 e 70 e, posteriormente, no presente narrativo do filme, que se dá no ano de 2004, engaja-se na política profissional como membro do Congresso Nacional. Jorge é preso por furto na década de 1970 e no presente narrativo do filme transforma-se em líder do tráfico de drogas.

Há um didatismo no desenvolvimento cênico elaborado a partir do roteiro que também pode ser atribuído às características de seus autores, ao fato de terem presenciado em suas vidas os eventos ditatoriais (caso de Lucia Murat) e a convivência na favela (caso de Paulo Lins). As biografias destas pessoas, suas opções políticas e artísticas convergem para formulações artísticas em que o teor testemunhal se pode notar.

Interessa comentar que a confecção do roteiro foi provocada não apenas pela intenção mais explicitada por seus autores, como se nota nas entrevistas que acompanham o DVD, mas, sobretudo, foi possível por serem ambos dois sobreviventes de diferentes experiências traumáticas e violentas, que se reportam às configurações da sociedade brasileira: o autoritarismo ditatorial e a miséria da maior parte da população brasileira. Apartadas em boa parte de suas vidas, essas pessoas viveram a expressão dual da sociedade brasileira: Paulo Lins cresceu na favela Cidade de Deus e Lúcia Murat, nas áreas abastadas do Rio de Janeiro.

Lúcia Murat vivenciou dois ângulos da violência ditatorial: foi militante da esquerda armada, tendo vivido um período na clandestinidade, e foi presa política, tendo sofrido a experiência da tortura. Passou a infância na Zona Sul do Rio de Janeiro, cursou economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando iniciou sua militância política no movimento estudantil. No final dos anos 60, ingressou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)⁴, cuja principal manobra política foi o seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, tema de *O que é isso, companheiro?* (Bruno Barreto, 1997). Viveu na clandestinidade e, em 1971, foi presa e ficou por três anos e meio no presídio feminino de Bangu. No depoimento que deu ao Seminário 40 anos do Golpe de 1964 (MURAT, 2004, p. 385), abordou um ângulo crucial sobre o testemunho, que é o imperativo de contar, de continuar a pensar e sentir a experiência: “[...] comecei realmente a tentar que o cinema pudesse me ajudar a compreender toda essa experiência de vida e pensei em fazer um filme sobre a tortura, que acabou sendo *Que bom te ver viva*”.

Mais à frente, na mesma obra, ao indicar a importância do processo analítico para que pudesse “resgatar” – é esta sua expressão – sua história através da arte, através do cinema, explica: “[...] no fundo, é um pouco o tipo de questão que me interessa como sobrevivente: o porquê da sobrevivência e como é que você sobrevive” (MURAT, 2004, p. 385). Recordo que a questão do sobrevivente, da culpa e da necessidade que este tem de falar sobre o evento-limite e de justificar sua condição de sobreviver a ele surge também no cinema argentino principalmente em *Garage Olimpo* (Marco Bechis, 1999), assim como em outras obras cinematográficas sobre a ditadura.

Os filmes de Lúcia Murat constituem saídas que a diretora encontrou para dar prosseguimento à sua vida depois de haver sido inserida em uma ocorrência extrema. Suas obras carregam modos de testemunhar, formas de contar, de continuar elaborando o que parece sempre fugir, escapar: militarização da política pela participação na luta armada; violência por intermédio de prisão e tortura. Esses são eventos que constituem uma trama também de narrativas pelas quais vai sendo configurada a representação da nação brasileira. Assim, a experiência da ditadura permanece um modo de conceber o país, faz parte de suas configurações.

⁴ Nome que faz referência à morte de Che Guevara na Bolívia, em 8 de outubro de 1967. A organização surgiu de uma dissidência dos quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Guanabara no início dos anos 70.

Por sua vez, Paulo Lins nasceu no Rio de Janeiro, em 1958, sendo praticamente da mesma geração de Lucia Murat, nascida em 1948. Viveu durante 30 anos na favela Cidade de Deus. A partir da escrita, deu início à sua prática de elaboração acerca do que viveu e conheceu sobre a miséria e a violência. Depois de atuar como assistente da antropóloga Alba Zaluar, em um estudo sobre a criminalidade no Rio de Janeiro, começou, em meio às entrevistas que aplicava, a dar forma ao romance *Cidade de Deus*, publicado em 1997 (LINS, 1997) e transformado no filme homônimo por Fernando Meirelles e Kátia Lund em 2002.

Nos extras que acompanham o DVD, Paulo Lins aborda um tópico importante para a compreensão do testemunho como uma tarefa que se realiza em um encontro, em uma busca por completar um vazio imposto a partir da violência vivida. Tal encontro é propiciado pela arte, pelo fazer artístico.

Quando a Lúcia Murat me chamou para escrever o roteiro, ela já sabia o filme que queria fazer, já tinha a idéia bem definida. O *Quase dois irmãos* fala de uma época que tanto eu como a Lúcia vivenciamos de perto. Nesse sentido, nossas duas realidades se encontram no roteiro.

Mais contundente, no sentido de apregoar para a arte uma saída ao impasse dual expresso na vida social brasileira, e dadas as condições de ter vivido “do outro lado”, Lins afirma em entrevista que “Talvez na arte possa existir uma aproximação, ou na religião ou no carnaval. Em geral, a gente só se encontra na arte. Apesar disso, eu luto para mudar essa realidade [...]” (LINS, s.d.).

O filme construído a partir do encontro destas pessoas constitui uma obra inserida em uma lacuna entre o que viveram e as etapas de sobrevivência. Como obra que parte do testemunho do vivido, do presenciado, coloca em questão as possibilidades de reconstrução dos eventos ásperos e violentos. Esta obra insere-se na problemática do testemunho do trauma em que, como discute Penna (2006, p. 48), “[a] verdade do que aconteceu não está na reconstituição histórica dos fatos, mas na relação intervalar que une e separa o sobrevivente do que ele viveu”.

No caso brasileiro, assim como no dos demais países da América Latina que vivenciaram ditaduras nas décadas de 1960 e 1970, a questão das memórias sobre esses

períodos pode ser elucidada a partir das discussões de Pollak (1989). O autor discute o retraimento de lembranças sobre eventos e experiências traumáticas em dois exemplos, a denúncia dos crimes estalinistas e o término da Segunda Guerra Mundial, que encontram certos paralelos entre nós, na medida em que são fatos marcados por dor e repressão de grupos com distintas posições políticas, tal como ocorre com a ditadura.

Além disso, um outro filme de Lúcia Murat está inserido mais diretamente na problemática testemunhal. Trata-se de *Que bom te ver viva*.

Esse filme relaciona-se às interpretações sobre a ditadura, sobre a socialidade brasileira. Tais interpretações, tomadas em um jogo dialógico entre filmes e outras configurações, no sentido dado por Bakhtin (2002) às múltiplas relações entre obra e sociedade, algumas vezes apresentam outras tensões. São filmes que operam segundo o que Seligmann-Silva (2003, p. 8) chama de “teor testemunhal”, característica das obras que têm por horizonte de criação e trabalho eventos violentos, eventos-limite, como as ditaduras do Cone Sul. O teor testemunhal dos filmes sobre a ditadura percorre uma variação em que a elaboração cênica da violência e da crueldade, inerente à própria temática, vai de opções indiretas, alusivas, até resoluções mais preocupadas em propagar efeitos de verossimilhança.

Desse modo, ao apresentar a fala testemunhal de mulheres que sofreram a tortura durante suas prisões, *Que bom te ver viva* (Lúcia Murat, 1989) permite pensar nas vias de reconstrução do trabalho de resgate, de “continuar vivendo” a partir da experiência inserida na violência passada, nos seus ecos presentes. Nesse trabalho fílmico, a crueldade e a violência emergem por intermédio da fala, do depoimento dado e não pela via explícita de cenas de tortura. Ademais, na construção da obra, Lúcia Murat optou por borrar as fronteiras entre documentário e ficção. Todos os depoimentos são entremeados pela fala de uma personagem que atua na esfera ficcional do documentário; representada pela atriz Irene Ravache, a personagem surge na tela como uma espécie de síntese das mulheres que sofreram a violência da tortura. Tal resolução fílmica relaciona-se, por sua vez, à impossibilidade do testemunho poder ser contido em uma única forma de expressividade.

Apresentando o depoimento de seis ex-presas políticas que sofreram o trauma da tortura, em vários dos casos aparecendo o abuso sexual como prática de interrogatório, a proposta do filme é a de voltar ao passado por intermédio da construção da vida após a ruptura. Para o pesquisador Teles (s.d.), *Que bom te ver viva* (Lúcia Murat, 1989)

constitui um exemplo de “cine-bionarrativas” por reunir testemunhos, histórias de vida, relatos pessoais do envolvimento nas lutas do passado. Essa fusão entre cinema e “bionarrativas” é, para o autor, capaz de permitir uma discussão a respeito do passado, uma reflexão a respeito das continuidades, das marcas da violência na pós-ditadura. No filme, os depoimentos das testemunhas da violência constituem uma reação ao passado que evidencia, segundo o autor, uma aporia: “a narrativa propicia o luto, mas não resolve o sentimento de perda nos que sofreram com a violência política. Para o real do corpo torturado, memória física, não há deslocamento” (TELES, s.d.).

Diante de uma sociedade omissa, seus relatos resistem à idéia do esquecimento, não por serem uma plataforma política, mas por constituírem a única forma de dar continuidade às suas existências. Além de possibilitar a permanência da discussão sobre a experiência da violência ditatorial, esse filme permite pôr em evidência a continuidade política em outros tempos e com outros formatos.

Cada uma das ex-presas, que prestaram seus depoimentos, deu prosseguimento à sua vida de modo distinto após a ditadura. A participação política em movimentos sociais passou a ser a opção de algumas. Houve uma completa transformação nos movimentos sociais e nas experiências acumuladas ao longo do tempo. Também ocorreu uma transformação na maneira como algumas daquelas mulheres passaram a encarar as relações com a prática militante nas esferas públicas, enquanto outras partiram para diferentes relações com a vida pública: profissionais, pesquisadoras, professoras.

Em todos os relatos, no entanto, um ponto se destacou e foi mencionado por todas as testemunhas: a continuidade da vida por intermédio da experiência da maternidade. Nos depoimentos, revela-se que algumas das testemunhas encontravam-se grávidas quando capturadas. Foi esse fato, mesmo na situação adversa da prisão e da tortura, que lhes permitiu que continuassem. Revela-se, a partir daí, também uma alteração no comportamento político que, diferentemente do experimentado no passado, não é mais tão compartimentalizado.

Interessante salientar que esse documentário complexifica a tendência do apagamento, do esquecimento como configuração cultural. Essa característica pode ser resumida na frase que a personagem anônima de Irene Ravache – condutora dos fios narrativos do documentário – profere em certo momento:

O difícil equilíbrio entre não conseguir esquecer e continuar vivendo.

A condição arquivada desses filmes permite que tais fatos sejam arejados pelas tramas filmadas e que, a partir deles, se construa um imaginário que busque dar sentido àquelas experiências, se é que isso é possível. Também são filmes que documentam uma maneira de fazer e de contar histórias, um modo encontrado pelo cinema para trabalhar a experiência ditatorial.

No âmbito mais amplo da sociedade brasileira, se fala pouco sobre o passado ditatorial, pelo menos no período em que ocorreram os lançamentos dos filmes de que trato aqui, que compreende o intervalo entre o final da década de 1980 e o ano de 2005. Esse comportamento está relacionado com o modo como outras narrativas implicadas no processo contínuo de elaboração da nação enfocam o que se passou.

Assim, a necessidade de esquecer, que Renan (2002) inclui como uma das características imperativas de toda nação, parece entre nós, brasileiros, um imperativo abrangente, quase totalizante. Mais complexa do que o “esquecer para lembrar”, aliado ao plebiscito diário que é a convivência na nação, é a questão do esquecimento como apagamento, como eliminação dos rastros do passado. Esse é o risco que se corre no Brasil em relação ao passado ditatorial, assim como em relação a outros episódios.

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. 5. ed. São Paulo: Hucitec, Annablume, 2002.

LINS, Paulo. A tragédia brasileira. **Trópico: idéias de norte a sul**. s.d. Entrevista de Paulo Lins concedida a Fernando Masini. Disponível em: <<http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2559,1.shl>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

LINS, Paulo. **Cidade de Deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MURAT, Lúcia. Depoimento: cinema e história. In: SEMINÁRIO 1964-2004: 40 ANOS DO GOLPE: DITADURA MILITAR E RESISTÊNCIA NO BRASIL, Rio de Janeiro, 2004. **Anais...** Rio de Janeiro: 7 Letras/FAPERJ. p. 381-388.

PENNA, João Camilo. Sobre viver no lugar de quem falamos (Giorgio Agamben e Primo Levi). In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó: Argos, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org). **História, memória, literatura e testemunho na era das catástrofes**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. p. 1-44.

SENA, Custódia Selma. **Interpretações dualistas do Brasil**. Goiânia: UFG, 2003.

TELES, Edson. **Cine-bionarrativas: esquecimento e memória política**. (s.d.) Disponível em: < <http://www.fflch.usp.br/df/geral3/edson2.html> >. Acesso em: 18 jan. 2007.

FILMOGRAFIA

GARAGE Olimpo – Marco Bechis. Roteiro: Marco Bechis. Produção: Daniel Burman e diego Dubicovsky. 98 minutos. 1999. DVD

CIDADE de Deus – Fernando Meireles e Kátia Lund. Roteiro: Bráulio Mantovani. Produção: O2 Filmes. 130 minutos. 2002. DVD

QUASE dois irmãos, Direção Lúcia Murat. Roteiro: Lúcia Murat e Paulo Lins. Produção: Ailton Franco e Branca Murat. 102 minutos. Brasil, 2005. DVD

QUE bom te ver viva – Lúcia Murat. Roteiro: Lúcia Murat. Produção: Lucia Murat. 100 minutos. 1989. VHS

DA POLÍTICA AO ESTATUTO: A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA REFERENTE À PESSOA IDOSA*

Rildo Bento de Souza**

RESUMO: A Política Nacional do Idoso (1994), foi o primeiro instrumento elaborado pelo Estado Brasileiro com o intuito de privilegiar o seguimento da sociedade idosa. A partir de então houve uma retilínea e crescente preocupação das autoridades com os problemas enfrentados pela pessoa idosa, cujo apogeu se deu em 2003, quando foi sancionado o Estatuto do Idoso. Nosso objetivo é analisar os fatores sociais e políticos presentes na elaboração dessas leis, sob a perspectiva do conceito de cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa Idosa, Cidadania, Legislação.

ABSTRACT: The National Elderly's Politic (1994) was the first instrument made by the Brazilian Estate with the objective of privilege the elderly's society. The there was a grow up authority's worry with the problems has faced by the elderly's people, whose point happened in 2003, when was occurred the Elderly's Statute. The new objective is available the social's factors and politics presents at the construction of laws, and a new perspective of citizenship's concept.

KEY-WORDS: Elderly People, Citizenship, Brazilian Estate.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a parcela da população idosa é a que mais cresce no Brasil. A população com idade igual ou superior a sessenta anos soma mais de dezesseis milhões de pessoas. Num universo de 180 milhões, esse número nem chega a ser significativo, porém ele vem aumentando paulatina e consistentemente. Este problema, no entanto, não é exclusividade do nosso país, é um fenômeno que atinge quase todas as sociedades. No Brasil, a expectativa de vida que era de 33 anos no início do século XX, saltou para quase 70 anos ao final do mesmo. Esse aumento é resultado de uma série de fatores, dentre eles: a queda dos índices da mortalidade infantil, e a avanços científicos na área da medicina.

* Trabalho orientado pela Prof^ª. Dr^ª. Cristina de Cássia Pereira Moraes.

** Graduando do 4º ano do curso de História da Universidade Federal de Goiás – UFG.

A pessoa idosa, portanto, é uma parcela da população que necessita de determinados mecanismos que respeitem suas singularidades. Esses mecanismos, por sua vez, podem ser de esfera política, como a legislação. Nesse ínterim, a legislação brasileira referente a pessoa idosa não chega a ser modesta. Nesta perspectiva vamos analisar duas políticas públicas que tiveram a pessoa idosa no centro da discussão: a Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003). Posteriormente, inseriremos na discussão o conceito de cidadania, e como este engloba esse grupo de pessoas.

3. A POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO (1994)

A Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994, foi regulamentada pelo Decreto nº 1.948 de 3 de julho de 1996. Seguindo a linha adotada pela Constituição de 1988 no seu artigo 230, a texto da Política Nacional do Idoso versa, no seu Art. 3º, II parágrafo, que o *“processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informações para todos”* (BRASIL, 2003:07).

Ao Analisar a vasta literatura produzida neste período sobre a pessoa idosa, CABRAL percebeu a importância que teve essa política pública em nosso país, principalmente porque ela contribuiu,

(...) para o reconhecimento dos direitos dos cidadãos envelhecidos, ao mesmo tempo em que convoca a sociedade para tomar posição frente ao problema, sem considerá-lo de forma alarmista, como aconteceu com outras sociedades, e sem ignorá-lo, como acontecia até recentemente. Pelo perfil jovem da população brasileira, cujos interesses deviam ser privilegiados para assegurar a continuidade da sociedade, a população idosa, pouco se fazia representar. Ademais, muitas noções equivocadas sobre a velhice impediam que se refletisse sobre as necessidades de legitimar as causas dos mais velhos (2004:10)

Na área da educação, esportes e lazer, a Política Nacional do Idoso, fez propostas inovadoras, principalmente no tocante ao estímulo à educação para o envelhecimento¹. Ademais, a Política Nacional do Idoso, implementou os cursos de Geriatria² e Gerontologia³ *“como disciplinas curriculares nos cursos superiores”* (BRASIL, 2003:15). Ainda houve a

¹ Como política direcionada à área da educação podemos citar o Art. 10, parágrafo terceiro, inciso quinto, que versa sobre o apoio para *“a criação da universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber”* (BRASIL, 2003:16).

² A Geriatria *“é o ramo da ciência médica voltado à promoção da saúde e tratamento de doenças e incapacidades na velhice”* (BRASIL, 1999:20).

³ A Gerontologia é a *“área do conhecimento científico voltado para o estudo do envelhecimento em sua perspectiva mais ampla, em que são levados em conta não somente os aspectos clínicos e biológicos, mas também as condições psicológicas, sociais, econômicas e históricas”* (BRASIL, 1999:20).

inclusão da Geriatria “*como especialidade clínica, para efeito de concursos públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais*” (BRASIL, 2003:14).

Dentre as inúmeras atribuições dos ministérios, que fazem parte da Política Nacional do Idoso, destacaremos algumas mais abrangentes e relevantes que dizem respeito à pessoa idosa. Ao Ministério da Previdência e Assistência Social compete “*coordenar as ações relativas à Política Nacional do Idoso*” (BRASIL, 2003:22). O Ministério da Justiça, por sua vez, tem o dever de “*zelar pela aplicação das normas sobre o idoso determinando ações para evitar abusos e lesões a seus direitos*”, sendo que “*todo cidadão tem o dever de denunciar à autoridade competente qualquer forma de negligência ou desrespeito ao idoso*” (BRASIL, 2003:36). Ao Ministério da Saúde coube “*garantir ao idoso a assistência integral à saúde⁴ (...) nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS*” (BRASIL, 2003:30).

Curiosamente, ao Ministério do Trabalho coube somente uma diretriz a ser cumprida em relação à pessoa idosa: “*garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto à sua participação no mercado de trabalho*” (BRASIL, 2003:34). Concomitante a isso, ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ficou a tarefa de estimular “*com antecedência mínima de dois anos (...) a criação e a manutenção de programas de preparação para as aposentadorias*” (BRASIL, 2003:17,26-27).

Uma última e importante diretriz foi a criação do Conselho do Idoso que, por sua vez, atuariam em todas as esferas de governo: o federal, o estadual e o municipal, cujo objetivo seria “*a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas*” (BRASIL, 2003:11).

Os primeiros conselhos do idoso foram instituídos no início da década de oitenta (CABRAL, 2004:06). Entretanto, foram necessários mais de dez anos para que essa iniciativa fosse institucionalizada em forma de uma lei federal. Os limites de tal abrangência revelam um quadro perturbador. Porém, este quadro não traz dados estatísticos, e sim questionamentos. Qual a dimensão real das realizações da Política Nacional do Idoso? Que abrangência de atuação suas diretrizes conseguiram alcançar? Embora muito bem planejada, conseguiu a Política Nacional do Idoso melhorar a qualidade de vida do seu público alvo?

No final, o propósito desta política, como ressaltamos no primeiro parágrafo, é o de inserir este contingente de pessoas acima de sessenta anos, dentro da dinâmica da nossa sociedade. À época, mobilizaram quase todos os ministérios, estabeleceram diretrizes e

⁴ Segundo a Política Nacional do Idoso, o conceito saúde é “*entendida como o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos*” (BRASIL, 2003:30)

investiram recursos. Conseguiram alcançar o objetivo? Claro que não. Este objetivo é muito mais complexo do que os autores dessa política imaginaram. Porém, é mais um passo, um grande passo, rumo ao objetivo maior: a cidadania.

4. O ESTATUTO DO IDOSO (2003)

O projeto do Estatuto, Lei Federal nº 10.741, foi elaborado pelo, à época deputado, Paulo Paim (PT-RS), e ficou sete anos tramitando pelo Congresso Nacional, até ser sancionado no dia 1º de outubro de 2003, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. (MUSSI; PIARDI, 2004:11). Dentre as diretrizes, o Estatuto do Idoso “*estabelece como dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos dos idosos e zelar pela sua dignidade*”⁵ (ABREU FILHO; FRAGOSO, 2004:86).

O Estatuto do Idoso considera uma pessoa como sendo idosa aquelas “*com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos*” (BRASIL, 2004:09). O principal objetivo era o de estabelecer medidas de proteção a este contingente considerável da população.

Além de descrever e enumerar os direitos dos idosos e estabelecer prioridades, o Estatuto indica os mecanismos pelo qual o idoso pode estar exigindo o cumprimento de seus direitos fundamentais, exercendo deste modo sua cidadania. Para tanto, a participação dos idosos neste processo se daria “*por intermédio de entidades representativas*” (ABREU FILHO, 2004:09). Destas entidades, que atuariam como fiscalizadoras neste processo, destacam-se: o Ministério Público, o Conselho do Idoso, a Ordem dos Advogados do Brasil, e “*associações que contenham em seus estatutos sociais a possibilidade de demandar em juízo para garantia de direito dos idosos*” (MUSSI; PIARDI, 2004:23).

Nisto concerne a importância do Estatuto do Idoso, que é o de colocar a disposição do idoso, instrumentos que lhe assegurem seus direitos que tanto podem ser as políticas públicas, que é uma atuação do governo, quanto instrumentos judiciais, a primeira atuando de forma preventiva, e a segunda de modo repressiva “*minorando as conseqüências de possíveis violações ocorridas*” contra a pessoa idosa (ABREU FILHO; SILVA, 2004:23).

Ao longo dos seus 118 artigos, o Estatuto do Idoso privilegia como sendo direito da pessoa idosa, a saúde, a alimentação, a educação, a cultura, o esporte, o lazer, e o trabalho. A esses direitos somam-se outros, que são decorrentes dos primeiros, como a cidadania, a

⁵ Os autores, neste caso, consideram dignidade “*colocar o idoso a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor*” (ABREU FILHO; FRAGOSO, 2004:86)

liberdade, a dignidade, e o respeito. Para cada direito o Estatuto lança as mais variadas diretrizes.

O próprio Estatuto no seu artigo 115 postula que enquanto não fosse criado o Fundo Nacional do Idoso, os recursos para prover os “*programas e ações relativos ao idoso*”, seriam destinados ao Fundo Nacional de Assistência Social, através do Orçamento da Seguridade Social (BRASIL, 2004:32). Ademais, o Estatuto, ainda prevê a inclusão “*nos censos demográficos dados relativos à população idosa do País*” (BRASIL, 2004:33).

5. A CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO: O REFLEXO DA LEGISLAÇÃO

Na introdução discernimos, brevemente, acerca do acelerado crescimento da população idosa dentro da sociedade. Com isso foram acrescidos alguns anos na nossa existência. Depois que o ser humano aposenta, ele pode gozar ainda de uns bons 20 anos de vida. No Brasil, por exemplo, a expectativa de vida que era de 33 anos no início do século XX, saltou para quase 70 anos ao final do mesmo. Esse aumento na expectativa de vida é resultado de uma série de fatores, dentre eles: a queda dos índices da mortalidade infantil, e a avanços científicos na área da medicina.

Se a população idosa está crescendo notoriamente, há que se considerar a emergência em instituir mecanismos que garantam a pessoa idosa o respeito às suas singularidades. Esses mecanismos podem ser de esfera política, como a legislação. Somente na década de 1990 a sociedade viu emergir uma série de políticas públicas beneficiando a pessoa idosa, como a Lei Orgânica de Assistência Social (1993), a Política Nacional do Idoso (1994), a Política Nacional de Saúde do Idoso (1999), entre outros. Cada uma delas representou um passo dado pelo Estado brasileiro em reconhecer a pessoa idosa como portadora de direitos. Todas elas avançaram na discussão do envelhecimento como um problema social, tentando remediar a situação com políticas de cunho social.

A partir do exposto entraremos no conceito de cidadania. Para tanto, utilizaremos o ensaio de José Murilo de Carvalho, “*Cidadania no Brasil: o longo caminho*”, que utiliza a teoria do sociólogo T. H. Marshall, que por sua vez, analisa a constituição da cidadania na Inglaterra no seu ensaio “*Cidadania e Classe Social*”, datado da década de 1950. Segundo Marshall, a cidadania é composta de três partes, ou elementos, o civil, o político e o social, adquiridos nesta seqüência. Os direitos civis são aqueles destinados à liberdade individual, como o de ir e vir, liberdade de imprensa, de pensamento, de expressão, de fé, o direito à propriedade, e à justiça. Entende-se por direitos políticos, segundo Marshall, o direito de um

individuo participar do exercício do poder político, votando e sendo votado. Direitos sociais são todos aqueles que garantam o bem-estar para o individuo, que pode ser de cunho econômico. O objetivo do direito social é o garantir ao individuo uma vida estabelecida nos padrões da sociedade (MARSHALL, 1988:09).

O estudo do José Murilo de Carvalho muda essa lógica, para ele no Brasil, primeiro vieram os direitos sociais, cujo ápice se deu num período de supressão dos direitos políticos, ou seja, na ditadura de Getulio Vargas. Outrossim, os direitos políticos, segundo José Murilo, vieram de forma bizarra, e basicamente se constituem no direitos ao voto. Por fim, os direitos sociais estão inacessíveis para a população (CARVALHO, 2006).

Pois bem, tomando a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso a conclusão que se chega é justamente essa: o cidadão idoso brasileiro é agraciado com uma vasta legislação que delibera somente questões de cunho social.

O cidadão idoso brasileiro não é tratado como um portador de direitos civis e nem políticos. De dois em dois anos o cidadão brasileiro é obrigado a comparecer perante a uma urna eletrônica para eleger os seus representantes; já para a pessoa idosa, aquela acima de setenta anos, o voto é facultativo. Ou seja, paulatinamente ele é excluído do sistema eleitoral. Mesmo excluído ele é alvo de atenções, e a legislação prova isso.

Partimos do pressuposto de que o envelhecimento biológico faz da pessoa idosa, portadora de certas singularidades, que foram introjetadas pela legislação brasileira, cujo objetivo é o de garantir a cidadania. Mas como isso se processa na prática? Pelo número de tiragem do Estatuto do Idoso somente uma pequena parcela da população teve acesso a ele, isso não quer dizer que eles não sabem do seu conhecimento, pelo contrário.

Nesta perspectiva, os Conselhos dos Idosos, que foram criados a partir da Política Nacional do Idoso, surgem como um órgão, cujos integrantes são de entidades governamentais, quanto não-governamentais paritariamente. Ou seja, são espaços institucionais que tem por objetivo deliberar sobre a pessoa idosa nas três esferas de governo. Existe o Conselho Federal, o Estadual e o Municipal.

Esses espaços se constituem como *locus* da cidadania. Uma cidadania que está longe dos pressupostos levantados por T. H. Marshall, mas uma cidadania de um país novo com uma população velha, e agora se dá conta que ela existe. A sociedade ainda não se acostumou com aqueles cujos passos hoje são mais lentos, cuja vista hoje está mais fraca, mas que são, indiscutivelmente, o nosso espelho do amanhã.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esses breves apontamentos, concluímos que apesar de ter a seu favor uma vasta legislação, incluindo, no caso do Brasil, políticas nacionais, políticas de saúde, e até mesmo um estatuto, isso, entretanto, não é garantia de que a pessoa idosa se encontram numa situação privilegiada dentro da sociedade. Nesse ínterim, bastam que peguemos o valor do salário mínimo, os índices de pobreza, os índices de violência, e a estatística de atendimento pelo Sistema Único de Saúde, para vermos a triste condição com que a grande maioria da população idosa se encontra. Porém, felizmente, o primeiro passo foi dado, e a este, que se sigam outros, para o bem da presente e da futura população idosa brasileira.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU FILHO, Hélio (org.). *Comentários sobre o Estatuto do Idoso*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

_____; FRAGOSO, Marília Celina Felício. “Maus Tratos e o Estatuto do Idoso”. In: ABREU FILHO, Hélio (org.). *Comentários sobre o Estatuto do Idoso*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

_____; SILVA, Franciny B. Abreu de Figueiredo. “Mecanismos de Exigibilidade”. In: ABREU FILHO, Hélio (org.). *Comentários sobre o Estatuto do Idoso*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

BRASIL. Política Nacional de Saúde do Idoso. 1999. Disponível em www.ufrgs.br/3idade/portaral1395gm.html. Consultado dia 10/07/2007.

_____. *Política Nacional do Idoso*. 3ª edição. Brasília: Ministério da Assistência Social, Secretaria de Política da Assistência Social, 2003.

_____. *Estatuto do Idoso. A Lei*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

CABRAL, Benedita Edina S. L. *A Superação das Desigualdades na Velhice – Mais uma Questão Social no Século XXI*. In: VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004. Retirado do site: <http://www.ces.uc.pt/lab2004>. Acesso dia 20/06/2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o Longo Caminho*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARSHALL, T. H. *Cidadania e Classe Social*. Brasília: Ministério do Interior. Fundação Projeto Rondon, 1988.

MUSSI, Paulo Richter; PIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. “Considerações Iniciais sobre o Estatuto do Idoso”. In: ABREU FILHO, Hélio (org.). *Comentários sobre o Estatuto do Idoso*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

“A CONSTRUÇÃO DA MULHER SUBMISSA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS”

Maria Clarice Rodrigues de Souza.*

RESUMO: Ao mencionarmos o papel da mulher submissa construído culturalmente nas representações sociais compreendemos que as desigualdades existentes entre homens e mulheres sejam elas no campo real ou simbólico se deve a discriminação histórica existente contra as mulheres. A necessidade de se estudar historicamente o porquê foi e ainda é legado às mulheres um papel de submissão tem ganhado relevância nas pesquisas, na qual nos incluímos ao pesquisarmos sobre a violência contra as mulheres. O enfoque aqui dado será o da construção da submissão feminina, que se faz pertinente e necessário. Procuraremos retratá-lo em sua dimensão relacional não só com os homens, mas também e principalmente com a sociedade e o poder, através de práticas cotidianas que moldam as significações presentes na vida de homens e mulheres perpassados de geração a geração em determinadas sociedades.

PALAVRAS CHAVE: Submissão, Relações de Gênero, Sociedade.

SUMMARY: When mentioning the paper of the woman submission constructed culturally in the social representations we understand that the existing inequalities between men and women are they in the real field or symbolic if must the existing historical discrimination against the women. The necessity of if studying history the reason were and still a submission paper is legacy to the women has gained relevance in the research, in which in includes them when searching on the violence against the women. The approach given here will be of the construction of the feminine submission, that if makes pertinent and necessary. We will look for to not only portray it in its relationary dimension with the men, but also and mainly with the society and the power, through practical daily that mold the meanings gifts in the life of men and transmitted women of generation the generation in determined society.

KEY WORDS: Submission, Relations of Sort, Society.

Ao mencionarmos o papel da mulher construído culturalmente nas relações de gênero, compreendemos que as desigualdades existentes entre homens e mulheres sejam elas culturais, sociais, políticas e econômicas se devem à discriminação histórica existente contra as mulheres. A necessidade de se estudar historicamente o porquê foi e ainda é cultuado às mulheres um papel de submissão tem ganhado uma relevância nas pesquisas que se tornam mais pertinentes e necessárias, percebendo a em sua dimensão relacional não só com os homens, mas também, e principalmente com a sociedade e o poder.

Nesse sentido, estaremos trabalhando com a submissão feminina garantida pelas instituições e geralmente sustentada pelo “patriarcalismo” e pelas práticas sociais. Para tanto, iremos dialogar com autores pesquisados que nos remontam a tal abordagem em sociedades, situações e períodos diferentes.

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia, bolsista CAPES, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Puga.

Começaremos, portanto, por definir um termo complexo, mas que tem sido de grande relevância em nossas pesquisas ao trabalharmos com a violência de gênero. Trata-se do termo “patriarcado” que é um termo muito controverso e seu significado muito problemático. Edward Palmer Thompson em sua obra *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, afirma que nenhum historiador sensato deve caracterizar toda uma sociedade como paternalista ou patriarcal. E esse realmente não é nosso intuito. Entretanto, estaremos utilizando o aqui no sentido dado por Carole Pateman em *O contrato sexual*, para Pateman, pode-se dizer que o termo “patriarcado” é o único que se refere especificamente a sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Assim, o termo “patriarcado” ganha uma relevância significativa e, em muito, será utilizado em nossas pesquisas.

Cabe ressaltar que a submissão feminina advém de um longo processo de construção e consolidação de medidas e ações explícitas e implícitas, e que é vista pelas próprias mulheres como algo pré determinado em suas vidas, criando uma espécie de integração entre opressores e oprimidas. Estas relações perpassam gerações e trazem no seu bojo uma gama de preconceitos, que induzem as pessoas a acreditarem que o “fenômeno da mulher submissa” é natural. Insistem em tornar obrigatória a crença de que as mulheres são volúveis, direcionadas pelo lado emocional, fúteis, inseguras e dependentes. Isso pôde ser constatado através de nossas pesquisas, tanto no campo simbólico, tendo as mulheres como símbolos opostos construídos culturalmente entre o que não deve ser e o que deve ser como Eva X Maria, escuridão X luz, pecado X santidade.

Podemos nos remeter a séculos passados para traçar uma linha de conhecimentos acerca de tais procedimentos, que reporta a mulher uma vida de submissão. Em uma obra clássica, escrita no século XVI, mais precisamente em 1583, Luis de Léon escreve seu livro *A perfeita mulher casada*, no qual consta um belo discurso que descreve o perfil da mulher ideal, como esposa e mãe, segundo os parâmetros em vigor na Idade Média e na época do Renascimento. Embora possa parecer totalmente inviável para nossos dias, este perfil da mulher relembra uma época de nosso passado europeu e cristão e se torna sumamente interessante ao ser comparado com a figura da mulher do século XXI. Liberdade de ser e de agir, liberdade de ocupar um espaço determinante na sociedade política e econômica, liberdade de acontecer e de não dever explicações ao meio social, elementos que fazem da mulher moderna um símbolo de conquistas impensáveis na Idade Média. Esses são os pontos principais que podem ser contrapostos ao que Luis de Léon pensava da mulher ideal de sua época. Não podemos deixar de exaltar as conquistas das mulheres nos últimos tempos, conquistas essas realizadas

através de muitas lutas. Porém, ainda nos questionamos: será que essa visão de independência e liberdade da mulher é realmente gozada em sua plenitude por “todas” as mulheres na nossa sociedade atual? Porque as mulheres ainda são discriminadas nos locais de trabalho, onde ganham menos que os homens, mesmo efetuando o mesmo tipo de serviço e cumprindo a mesma carga horária? E quanto às piadas existentes acerca das mulheres que ainda são mencionadas em todos os âmbitos da nossa sociedade, inclusive naqueles nos quais menos esperamos? E quanto às agressões físicas, psicológicas e simbólicas enfrentadas pelas mulheres e que são na maioria das vezes encaradas como “inconveniências toleráveis”? Por certo, nos seria extremamente difícil responder a essas e tantas outras questões existentes com relação ao papel da mulher na sociedade. Contudo, entendemos que todo esse “preconceito” gira em torno das heranças culturalmente adquiridas, que perpassam os períodos mais remotos e ainda se fazem presentes em nossa sociedade.

O “preconceito” acerca da “inferioridade” da mulher pode ser percebido em todos os períodos da nossa história, sabendo, é claro, que essa naturalização da submissão feminina está arraigada nos hábitos e costumes que são repassados de geração em geração. Portanto, apesar de mencionarmos nomes de autores que corroboram com tais pensamentos em seus escritos, não estamos aqui para julgá-los diante de tais procedimentos, afinal, as idéias aqui expostas nada mais representam que frutos de uma determinada época e sociedade.

Alves e Pitanguy abordam em seu livro *O que é feminismo* a visão de Rosseau acerca do papel da mulher na sociedade. Para o mesmo a mulher deveria ser educada e encontrar sua realização “natural” ao colocar-se a serviço do homem, desde a infância até a idade adulta:

(...) toda a educação das mulheres deve ser relacionada ao homem, agradá los, ser lhes útil, fazer se amada e honrada por eles, educa los quando jovens, cuida los quando adultos, aconselha los, consola los, tornar lhes a vida útil e agradável, são esses os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância. (ALVES E PITANGUY Apud ROSSEAU, 1981:35)

Peter Burke, que escreveu em fins do século XVIII e início do XIX sua obra *Cultura popular na Idade Moderna*, ressalta que nesse período nem mesmo as mulheres tidas como nobres ficavam livres de serem menosprezadas pela sociedade, em seu trabalho, Burke mostra as variações sexuais e regionais, retratando que há muito pouco a se dizer sobre as mulheres, por falta de provas. Tanto para os antropólogos sociais como para os historiadores da cultura popular, existe um “problema de mulheres”. A dificuldade de reconstruir e interpretar a cultura dos assim chamados inarticulados é mais agudo; a cultura das mulheres está para a cultura popular, como afirma Burke, assim como a cultura popular está para o conjunto da cultura, de modo que é mais fácil dizer o que ela não é do que o que ela é. A cultura das

mulheres no período não era a mesma que a dos seus maridos, pais, filhos ou irmãos, pois, ainda que muitas fossem partilhadas, também existiam muitas das quais as mulheres estavam excluídas. Elas estavam excluídas das guildas e, frequentemente, também das irmandades. O mundo das tavernas tampouco era para elas. Percebemos assim que, mesmo quando havia a tentativa de se escrever sobre as mulheres na história, havia grandes dificuldades, uma vez que, as mesmas não faziam parte dos “documentos históricos”.

Mary Del Priore em *História das mulheres: vozes do silêncio*, ressalta que a época moderna é, sobre este tema, submissão feminina, bem surpreendente. Enfatiza como tratar sobre a mulher nesse período é complexo, expondo a opinião de alguns pensadores como Descartes que dizia preferir pensar a questão do amor, ao invés de pensar a questão da mulher em si, deixando implícito que o amor por si só já caracteriza a mulher. Priore enfatiza que até o final do século XVIII, os filósofos se esforçaram para não abordar, de frente, as questões dos sexos. O aparecimento do conceito de “igualdade”, neste período, talvez ajude a entender tantas reticências. Um exemplo do comportamento desses pensadores em face da questão é o mal estar de Aristóteles diante de uma justificativa para a escravidão, cuja naturalidade lhe parecia incerta, enquanto a sujeição das mulheres soava lhe evidente, por faltar lhes o controle, atributo do homem moderno, sua razão era considerada fraca, frágil, sem parâmetros, o que a dobrava obrigatoriamente à dependência da razão masculina.

Fundada, pois, na constatação da negação e do esquecimento, segundo Priore, a história das mulheres emergiu e ganhou musculatura a partir de 1970 atrelada à explosão do feminismo, articulada ao florescimento da antropologia e da história das mentalidades, bem como a novas aquisições da história social e às pesquisas, até então inéditas, sobre a memória popular.

A visão da mulher como um sujeito submisso, sem vontade própria e sempre reduzida a um reflexo masculino está tão arraigada na nossa sociedade que quando elas aparecem no noticiário de determinado período que não seja dentro das concepções e lugares tidos como femininos há certa surpresa por parte de muitos. Marlyse Meyer em sua obra *Folhetim: uma história* dá ênfase ao papel e colaboração ativa da mulher para o sucesso dos folhetins no Brasil, que atingiram públicos notáveis.

Marilena Chauí em *Perspectivas antropológicas da mulher* expõe que o espaço destinado às mulheres é sempre o privado, e esse privado, tem sido lugar de privação onde vigora o constrangimento da autonomia. E fazem das mulheres não sujeitos, mas também co autoras, cúmplices de sua condição, por não tentarem subverter essa ordem de submissão, e aceitarem uma condição imposta não só pelo homem, com tem sido dito no desenvolver desse artigo, mas por toda uma sociedade hierarquicamente excludente.

Segundo Catarina Cecin Gazeli, ao entrevistar a advogada Romy Medeiros da Fonseca, grande ativista pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, percebe-se que o que contribui grandemente para a visão de submissão acerca da mulher era e ainda é, exatamente a concordância que as mulheres têm de se sentirem realmente inferiores. Ao ser questionada sobre a postura das mulheres acerca da incapacidade relativa, a advogada afirma que as mulheres nem percebiam que a capacidade relativa era o que as amarrava a mulher casada, colocando as em grau de inferioridade nas relações de gênero. Ressalta ainda que os direitos civis não eram discutidos pelas mulheres em geral por absoluta falta de informação acerca desses direitos. Afinal, a educação que as mulheres recebiam naquele período no Brasil não as preparava para questionamentos aprofundados. A cultura da sociedade brasileira compreendia a mulher como um ser frágil e na divisão do trabalho, cabia a ela o cuidado com a esfera doméstica. Poucas mulheres tinham familiares que as incentivassem ao estudo, principalmente o superior.

Em 1916, a submissão feminina fica explícita sob forma de lei conforme as disposições do Código Civil do mesmo ano, segundo o qual a mulher não podia viajar sem a autorização marital e não podia trabalhar fora do lar. A instituição do casamento era importante socialmente para o homem com a participação da mulher como mera facilitadora de sua vida no recesso do lar. A mulher não tinha acesso á instrução em igualdade de situação com o homem, A Igreja, principalmente a católica Romana, demonstrava inquietação e pleiteava que a condição da mulher continuasse daquela forma, com a justificativa de que o povo brasileiro era feliz com aquela tradição.

Juntamente com a Igreja, o poder político pensava também na necessidade de mostrar a mulher sua inferioridade, até mesmo os registros documentais do poder legislativo federal mostram que a mulher casada no Brasil era tratada como um ser desprovido de raciocínio, um bibelô, uma peça de mobília. Aos homens cabe o controle da sociedade, enquanto às mulheres, é reservado o espaço privado do lar.

Um anexo sobre a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã cabe destacar o artigo 2º que diz: “a finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem: estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, e, sobretudo a resistência a opressão”. Questionamos a partir de então, como resistir à opressão, se as mulheres foram socializadas a sofrerem em silêncio porque a sociedade assim o determina? É algo que sempre se faz presente ao trabalharmos com violência contra mulheres. Percebemos que elas sentem dentro de si uma vontade enorme de

reagir e só não o fazem por medo de transgredir as regras impostas às mulheres pela sociedade e pela cultura.

Pateman, em sua obra já mencionada nos traz uma interessante abordagem sobre a submissão feminina. A autora enfatiza que apesar das diversas reformas recentes na legislação, e das mudanças mais amplas na condição social das mulheres, ainda não temos a mesma situação civil que os homens. Os maridos não desfrutam mais dos amplos direitos que exerciam sobre suas esposas no século XIX, quando estavam na condição legal de propriedade. Mas, cabe lembrar que ainda nos anos de 1980, esse aspecto de sujeição conjugal subsistia nas jurisdições que se recusavam a aceitar algum tipo de limitação do acesso de um marido ao corpo de sua mulher, negando, desse modo, a possibilidade de estupro no casamento. Uma reação comum é o desprezo por esse assunto, como se ele fosse irrelevante para os teóricos e ativistas políticos, assim como por toda a sociedade. A recusa em admitir que a dominação do marido seja politicamente significativa torna óbvia a necessidade de considerar que existem relações entre o contrato de casamento e outros contratos que envolvem mulheres.

No casamento a mulher ainda é considerada como posse do marido, tendo esse domínio sobre o corpo da mulher e ainda sobre suas atitudes, e talvez por isso, a sociedade, nos dias atuais incita as mulheres a quere lo. E aquelas que transgridem tais normas são consideradas “anormais” pela sociedade, sendo alvo dos mais pejorativos apelidos e bordões, como se sua existência não pode ser completa sem estar participada a um homem, filhos e lar.

Percebemos em nossas pesquisas, em concordância com Pateman, que a liberdade existente dentro dos contratos sociais e sexuais, ao invés de beneficiar a “todos” igualmente, tem sido um contrato de sujeição, pois só os homens parecem ter direito a eles, e em especial o direito à liberdade tão pregada e divulgada pela sociedade, pois às mulheres, pelo menos teoricamente, também possuem essa liberdade, entretanto, o que vemos em nossa prática é que sua liberdade, só pode ser exercida, desde que sua vida seja participada a um homem. Assim, deve estar num primeiro momento submetida e debaixo da proteção do pai, e posteriormente, após casadas, deve se submeter “a liberdade” advinda da concessão do marido. O direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é apresentado como um reflexo da própria ordem da natureza. Como se as mulheres já nascessem com a necessidade de proteção, como se isso fosse inerente ao seu ser, sem a qual não conseguiria sobreviver num mundo feito pelo e para os homens.

Gostaríamos de enfatizar que não estamos aqui para cristalizar essa binariedade existente em nossa sociedade. Ao pesquisar sobre relações de gênero, logo vem em mente que nós pesquisadoras do gênero sempre temos uma visão dicotômica de Homen/ superior X

Mulher/inferior. Não queremos trabalhar com a vitimização da mulher, que já foi alvo de muitas críticas, penso que na maioria delas injustas. O que pretendemos com nossa escrita é suscitar e instigar a pensarmos como nossas formas de percepção e da representação acerca das mulheres são não apenas culturalmente, mas também socialmente e sexualmente construídos e ao parecer opor Homem X mulher, queremos ressaltar que os acontecimentos históricos sempre foram vistos a partir de referências masculinas, tomadas como únicas e válidas para todos.

Esse papel de mulher submissa aqui mostrado, nada mais representa do que a realidade encontrada em nossas leituras e pesquisas. O que acreditamos ser possível, seria trabalhar com a intenção de divulgar tais visões com o intuito de romper com esse papel construído culturalmente que remete à mulher a inferioridade, a submissão. E para que isso ocorra há de se trabalhar com os resquícios de toda uma cultura patriarcal existente em nossa sociedade que é passada de geração em geração não só pelos homens, mas também pelas mulheres que são socializadas e frutos dessa sociedade.

Percebemos que essas mulheres são seres humanos reduzidos ao reflexo de uma imagem produzida milenarmente, por uma tradição eminentemente perversa. São conseqüências da reprodução em série de um estereótipo sexual, que passa de mãe para filha, formando um círculo que necessita ser rompido, não com a inversão dos papéis sexuais, afinal não são diferenças biológicas que nos faz encontrar a visão da mulher submissa, mas como essa submissão foi construída culturalmente em nós. Portanto, trabalhar para que esse círculo se rompa se faz urgente e inadiável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES. B. M. PITANGUY. J. *O que é feminismo*. 2ª Ed., São Paulo: Brasiliense. 1981.p. 35
- BURKE. P. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- CHAUÍ. M. *Perspectivas antropológicas da mulher: participando do debate sobre a mulher e violência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- GAZELI. C. C. *A inauguração dos direitos civis da mulher brasileira: lei Nº 41121 de 27 de agosto de 1962*.
- LEÓN. L. *A perfeita mulher casada*. . São Paulo: Ed. Escala. 1583. (Coleção Grandes Obras do pensamento Universal).
- MEYER. M. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.
- PATEMAN. C. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

PRIORE. M. D. “História das mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS. Marcos cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5ª ed. São Paulo: contexto, 2003.

THOMPSON. E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo:Cia. das Letras, 1998.

“A CONSTRUÇÃO DA MULHER SUBMISSA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS”

Maria Clarice Rodrigues de Souza.*

RESUMO: Ao mencionarmos o papel da mulher submissa construído culturalmente nas representações sociais compreendemos que as desigualdades existentes entre homens e mulheres sejam elas no campo real ou simbólico se deve a discriminação histórica existente contra as mulheres. A necessidade de se estudar historicamente o porquê foi e ainda é legado às mulheres um papel de submissão tem ganhado relevância nas pesquisas, na qual nos incluímos ao pesquisarmos sobre a violência contra as mulheres. O enfoque aqui dado será o da construção da submissão feminina, que se faz pertinente e necessário. Procuraremos retratá-lo em sua dimensão relacional não só com os homens, mas também e principalmente com a sociedade e o poder, através de práticas cotidianas que moldam as significações presentes na vida de homens e mulheres perpassados de geração a geração em determinadas sociedades.

PALAVRAS CHAVE: Submissão, Relações de Gênero, Sociedade.

SUMMARY: When mentioning the paper of the woman submission constructed culturally in the social representations we understand that the existing inequalities between men and women are they in the real field or symbolic if must the existing historical discrimination against the women. The necessity of if studying history the reason were and still a submission paper is legacy to the women has gained relevance in the research, in which in includes them when searching on the violence against the women. The approach given here will be of the construction of the feminine submission, that if makes pertinent and necessary. We will look for to not only portray it in its relationary dimension with the men, but also and mainly with the society and the power, through practical daily that mold the meanings gifts in the life of men and transmitted women of generation the generation in determined society.

KEY WORDS: Submission, Relations of Sort, Society.

Ao mencionarmos o papel da mulher construído culturalmente nas relações de gênero, compreendemos que as desigualdades existentes entre homens e mulheres sejam elas culturais, sociais, políticas e econômicas se devem à discriminação histórica existente contra as mulheres. A necessidade de se estudar historicamente o porquê foi e ainda é cultuado às mulheres um papel de submissão tem ganhado uma relevância nas pesquisas que se tornam mais pertinentes e necessárias, percebendo a em sua dimensão relacional não só com os homens, mas também, e principalmente com a sociedade e o poder.

Nesse sentido, estaremos trabalhando com a submissão feminina garantida pelas instituições e geralmente sustentada pelo “patriarcalismo” e pelas práticas sociais. Para tanto, iremos dialogar com autores pesquisados que nos remontam a tal abordagem em sociedades, situações e períodos diferentes.

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia, bolsista CAPES, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Puga.

Começaremos, portanto, por definir um termo complexo, mas que tem sido de grande relevância em nossas pesquisas ao trabalharmos com a violência de gênero. Trata-se do termo “patriarcado” que é um termo muito controverso e seu significado muito problemático. Edward Palmer Thompson em sua obra *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, afirma que nenhum historiador sensato deve caracterizar toda uma sociedade como paternalista ou patriarcal. E esse realmente não é nosso intuito. Entretanto, estaremos utilizando o aqui no sentido dado por Carole Pateman em *O contrato sexual*, para Pateman, pode-se dizer que o termo “patriarcado” é o único que se refere especificamente a sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Assim, o termo “patriarcado” ganha uma relevância significativa e, em muito, será utilizado em nossas pesquisas.

Cabe ressaltar que a submissão feminina advém de um longo processo de construção e consolidação de medidas e ações explícitas e implícitas, e que é vista pelas próprias mulheres como algo pré determinado em suas vidas, criando uma espécie de integração entre opressores e oprimidas. Estas relações perpassam gerações e trazem no seu bojo uma gama de preconceitos, que induzem as pessoas a acreditarem que o “fenômeno da mulher submissa” é natural. Insistem em tornar obrigatória a crença de que as mulheres são volúveis, direcionadas pelo lado emocional, fúteis, inseguras e dependentes. Isso pôde ser constatado através de nossas pesquisas, tanto no campo simbólico, tendo as mulheres como símbolos opostos construídos culturalmente entre o que não deve ser e o que deve ser como Eva X Maria, escuridão X luz, pecado X santidade.

Podemos nos remeter a séculos passados para traçar uma linha de conhecimentos acerca de tais procedimentos, que reporta a mulher uma vida de submissão. Em uma obra clássica, escrita no século XVI, mais precisamente em 1583, Luis de Léon escreve seu livro *A perfeita mulher casada*, no qual consta um belo discurso que descreve o perfil da mulher ideal, como esposa e mãe, segundo os parâmetros em vigor na Idade Média e na época do Renascimento. Embora possa parecer totalmente inviável para nossos dias, este perfil da mulher relembra uma época de nosso passado europeu e cristão e se torna sumamente interessante ao ser comparado com a figura da mulher do século XXI. Liberdade de ser e de agir, liberdade de ocupar um espaço determinante na sociedade política e econômica, liberdade de acontecer e de não dever explicações ao meio social, elementos que fazem da mulher moderna um símbolo de conquistas impensáveis na Idade Média. Esses são os pontos principais que podem ser contrapostos ao que Luis de Léon pensava da mulher ideal de sua época. Não podemos deixar de exaltar as conquistas das mulheres nos últimos tempos, conquistas essas realizadas

através de muitas lutas. Porém, ainda nos questionamos: será que essa visão de independência e liberdade da mulher é realmente gozada em sua plenitude por “todas” as mulheres na nossa sociedade atual? Porque as mulheres ainda são discriminadas nos locais de trabalho, onde ganham menos que os homens, mesmo efetuando o mesmo tipo de serviço e cumprindo a mesma carga horária? E quanto às piadas existentes acerca das mulheres que ainda são mencionadas em todos os âmbitos da nossa sociedade, inclusive naqueles nos quais menos esperamos? E quanto às agressões físicas, psicológicas e simbólicas enfrentadas pelas mulheres e que são na maioria das vezes encaradas como “inconveniências toleráveis”? Por certo, nos seria extremamente difícil responder a essas e tantas outras questões existentes com relação ao papel da mulher na sociedade. Contudo, entendemos que todo esse “preconceito” gira em torno das heranças culturalmente adquiridas, que perpassam os períodos mais remotos e ainda se fazem presentes em nossa sociedade.

O “preconceito” acerca da “inferioridade” da mulher pode ser percebido em todos os períodos da nossa história, sabendo, é claro, que essa naturalização da submissão feminina está arraigada nos hábitos e costumes que são repassados de geração em geração. Portanto, apesar de mencionarmos nomes de autores que corroboram com tais pensamentos em seus escritos, não estamos aqui para julgá-los diante de tais procedimentos, afinal, as idéias aqui expostas nada mais representam que frutos de uma determinada época e sociedade.

Alves e Pitanguy abordam em seu livro *O que é feminismo* a visão de Rosseau acerca do papel da mulher na sociedade. Para o mesmo a mulher deveria ser educada e encontrar sua realização “natural” ao colocar-se a serviço do homem, desde a infância até a idade adulta:

(...) toda a educação das mulheres deve ser relacionada ao homem, agradá los, ser lhes útil, fazer se amada e honrada por eles, educa los quando jovens, cuida los quando adultos, aconselha los, consola los, tornar lhes a vida útil e agradável, são esses os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância. (ALVES E PITANGUY Apud ROSSEAU, 1981:35)

Peter Burke, que escreveu em fins do século XVIII e início do XIX sua obra *Cultura popular na Idade Moderna*, ressalta que nesse período nem mesmo as mulheres tidas como nobres ficavam livres de serem menosprezadas pela sociedade, em seu trabalho, Burke mostra as variações sexuais e regionais, retratando que há muito pouco a se dizer sobre as mulheres, por falta de provas. Tanto para os antropólogos sociais como para os historiadores da cultura popular, existe um “problema de mulheres”. A dificuldade de reconstruir e interpretar a cultura dos assim chamados inarticulados é mais agudo; a cultura das mulheres está para a cultura popular, como afirma Burke, assim como a cultura popular está para o conjunto da cultura, de modo que é mais fácil dizer o que ela não é do que o que ela é. A cultura das

mulheres no período não era a mesma que a dos seus maridos, pais, filhos ou irmãos, pois, ainda que muitas fossem partilhadas, também existiam muitas das quais as mulheres estavam excluídas. Elas estavam excluídas das guildas e, frequentemente, também das irmandades. O mundo das tavernas tampouco era para elas. Percebemos assim que, mesmo quando havia a tentativa de se escrever sobre as mulheres na história, havia grandes dificuldades, uma vez que, as mesmas não faziam parte dos “documentos históricos”.

Mary Del Priore em *História das mulheres: vozes do silêncio*, ressalta que a época moderna é, sobre este tema, submissão feminina, bem surpreendente. Enfatiza como tratar sobre a mulher nesse período é complexo, expondo a opinião de alguns pensadores como Descartes que dizia preferir pensar a questão do amor, ao invés de pensar a questão da mulher em si, deixando implícito que o amor por si só já caracteriza a mulher. Priore enfatiza que até o final do século XVIII, os filósofos se esforçaram para não abordar, de frente, as questões dos sexos. O aparecimento do conceito de “igualdade”, neste período, talvez ajude a entender tantas reticências. Um exemplo do comportamento desses pensadores em face da questão é o mal estar de Aristóteles diante de uma justificativa para a escravidão, cuja naturalidade lhe parecia incerta, enquanto a sujeição das mulheres soava lhe evidente, por faltar lhes o controle, atributo do homem moderno, sua razão era considerada fraca, frágil, sem parâmetros, o que a dobrava obrigatoriamente à dependência da razão masculina.

Fundada, pois, na constatação da negação e do esquecimento, segundo Priore, a história das mulheres emergiu e ganhou musculatura a partir de 1970 atrelada à explosão do feminismo, articulada ao florescimento da antropologia e da história das mentalidades, bem como a novas aquisições da história social e às pesquisas, até então inéditas, sobre a memória popular.

A visão da mulher como um sujeito submisso, sem vontade própria e sempre reduzida a um reflexo masculino está tão arraigada na nossa sociedade que quando elas aparecem no noticiário de determinado período que não seja dentro das concepções e lugares tidos como femininos há certa surpresa por parte de muitos. Marlyse Meyer em sua obra *Folhetim: uma história* dá ênfase ao papel e colaboração ativa da mulher para o sucesso dos folhetins no Brasil, que atingiram públicos notáveis.

Marilena Chauí em *Perspectivas antropológicas da mulher* expõe que o espaço destinado às mulheres é sempre o privado, e esse privado, tem sido lugar de privação onde vigora o constrangimento da autonomia. E fazem das mulheres não sujeitos, mas também co autoras, cúmplices de sua condição, por não tentarem subverter essa ordem de submissão, e aceitarem uma condição imposta não só pelo homem, com tem sido dito no desenvolver desse artigo, mas por toda uma sociedade hierarquicamente excludente.

Segundo Catarina Cecin Gazeli, ao entrevistar a advogada Romy Medeiros da Fonseca, grande ativista pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, percebe-se que o que contribui grandemente para a visão de submissão acerca da mulher era e ainda é, exatamente a concordância que as mulheres têm de se sentirem realmente inferiores. Ao ser questionada sobre a postura das mulheres acerca da incapacidade relativa, a advogada afirma que as mulheres nem percebiam que a capacidade relativa era o que as amarrava a mulher casada, colocando as em grau de inferioridade nas relações de gênero. Ressalta ainda que os direitos civis não eram discutidos pelas mulheres em geral por absoluta falta de informação acerca desses direitos. Afinal, a educação que as mulheres recebiam naquele período no Brasil não as preparava para questionamentos aprofundados. A cultura da sociedade brasileira compreendia a mulher como um ser frágil e na divisão do trabalho, cabia a ela o cuidado com a esfera doméstica. Poucas mulheres tinham familiares que as incentivassem ao estudo, principalmente o superior.

Em 1916, a submissão feminina fica explícita sob forma de lei conforme as disposições do Código Civil do mesmo ano, segundo o qual a mulher não podia viajar sem a autorização marital e não podia trabalhar fora do lar. A instituição do casamento era importante socialmente para o homem com a participação da mulher como mera facilitadora de sua vida no recesso do lar. A mulher não tinha acesso á instrução em igualdade de situação com o homem, A Igreja, principalmente a católica Romana, demonstrava inquietação e pleiteava que a condição da mulher continuasse daquela forma, com a justificativa de que o povo brasileiro era feliz com aquela tradição.

Juntamente com a Igreja, o poder político pensava também na necessidade de mostrar a mulher sua inferioridade, até mesmo os registros documentais do poder legislativo federal mostram que a mulher casada no Brasil era tratada como um ser desprovido de raciocínio, um bibelô, uma peça de mobília. Aos homens cabe o controle da sociedade, enquanto às mulheres, é reservado o espaço privado do lar.

Um anexo sobre a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã cabe destacar o artigo 2º que diz: “a finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem: estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, e, sobretudo a resistência a opressão”. Questionamos a partir de então, como resistir à opressão, se as mulheres foram socializadas a sofrerem em silêncio porque a sociedade assim o determina? É algo que sempre se faz presente ao trabalharmos com violência contra mulheres. Percebemos que elas sentem dentro de si uma vontade enorme de

reagir e só não o fazem por medo de transgredir as regras impostas às mulheres pela sociedade e pela cultura.

Pateman, em sua obra já mencionada nos traz uma interessante abordagem sobre a submissão feminina. A autora enfatiza que apesar das diversas reformas recentes na legislação, e das mudanças mais amplas na condição social das mulheres, ainda não temos a mesma situação civil que os homens. Os maridos não desfrutam mais dos amplos direitos que exerciam sobre suas esposas no século XIX, quando estavam na condição legal de propriedade. Mas, cabe lembrar que ainda nos anos de 1980, esse aspecto de sujeição conjugal subsistia nas jurisdições que se recusavam a aceitar algum tipo de limitação do acesso de um marido ao corpo de sua mulher, negando, desse modo, a possibilidade de estupro no casamento. Uma reação comum é o desprezo por esse assunto, como se ele fosse irrelevante para os teóricos e ativistas políticos, assim como por toda a sociedade. A recusa em admitir que a dominação do marido seja politicamente significativa torna óbvia a necessidade de considerar que existem relações entre o contrato de casamento e outros contratos que envolvem mulheres.

No casamento a mulher ainda é considerada como posse do marido, tendo esse domínio sobre o corpo da mulher e ainda sobre suas atitudes, e talvez por isso, a sociedade, nos dias atuais incita as mulheres a quere lo. E aquelas que transgridem tais normas são consideradas “anormais” pela sociedade, sendo alvo dos mais pejorativos apelidos e bordões, como se sua existência não pode ser completa sem estar participada a um homem, filhos e lar.

Percebemos em nossas pesquisas, em concordância com Pateman, que a liberdade existente dentro dos contratos sociais e sexuais, ao invés de beneficiar a “todos” igualmente, tem sido um contrato de sujeição, pois só os homens parecem ter direito a eles, e em especial o direito à liberdade tão pregada e divulgada pela sociedade, pois às mulheres, pelo menos teoricamente, também possuem essa liberdade, entretanto, o que vemos em nossa prática é que sua liberdade, só pode ser exercida, desde que sua vida seja participada a um homem. Assim, deve estar num primeiro momento submetida e debaixo da proteção do pai, e posteriormente, após casadas, deve se submeter “a liberdade” advinda da concessão do marido. O direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é apresentado como um reflexo da própria ordem da natureza. Como se as mulheres já nascessem com a necessidade de proteção, como se isso fosse inerente ao seu ser, sem a qual não conseguiria sobreviver num mundo feito pelo e para os homens.

Gostaríamos de enfatizar que não estamos aqui para cristalizar essa binariedade existente em nossa sociedade. Ao pesquisar sobre relações de gênero, logo vem em mente que nós pesquisadoras do gênero sempre temos uma visão dicotômica de Homen/ superior X

Mulher/inferior. Não queremos trabalhar com a vitimização da mulher, que já foi alvo de muitas críticas, penso que na maioria delas injustas. O que pretendemos com nossa escrita é suscitar e instigar a pensarmos como nossas formas de percepção e da representação acerca das mulheres são não apenas culturalmente, mas também socialmente e sexualmente construídos e ao parecer opor Homem X mulher, queremos ressaltar que os acontecimentos históricos sempre foram vistos a partir de referências masculinas, tomadas como únicas e válidas para todos.

Esse papel de mulher submissa aqui mostrado, nada mais representa do que a realidade encontrada em nossas leituras e pesquisas. O que acreditamos ser possível, seria trabalhar com a intenção de divulgar tais visões com o intuito de romper com esse papel construído culturalmente que remete à mulher a inferioridade, a submissão. E para que isso ocorra há de se trabalhar com os resquícios de toda uma cultura patriarcal existente em nossa sociedade que é passada de geração em geração não só pelos homens, mas também pelas mulheres que são socializadas e frutos dessa sociedade.

Percebemos que essas mulheres são seres humanos reduzidos ao reflexo de uma imagem produzida milenarmente, por uma tradição eminentemente perversa. São conseqüências da reprodução em série de um estereótipo sexual, que passa de mãe para filha, formando um círculo que necessita ser rompido, não com a inversão dos papéis sexuais, afinal não são diferenças biológicas que nos faz encontrar a visão da mulher submissa, mas como essa submissão foi construída culturalmente em nós. Portanto, trabalhar para que esse círculo se rompa se faz urgente e inadiável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES. B. M. PITANGUY. J. *O que é feminismo*. 2ª Ed., São Paulo: Brasiliense. 1981.p. 35
- BURKE. P. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- CHAUÍ. M. *Perspectivas antropológicas da mulher: participando do debate sobre a mulher e violência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- GAZELI. C. C. *A inauguração dos direitos civis da mulher brasileira: lei Nº 41121 de 27 de agosto de 1962*.
- LEÓN. L. *A perfeita mulher casada*. . São Paulo: Ed. Escala. 1583. (Coleção Grandes Obras do pensamento Universal).
- MEYER. M. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.
- PATEMAN. C. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

PRIORE. M. D. “História das mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS. Marcos cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5ª ed. São Paulo: contexto, 2003.

THOMPSON. E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo:Cia. das Letras, 1998.

Pequena discussão sobre a definição de Música, ou sobre a surdez do Historiador.

Marcelo Miguel de Souza*.

Resumo: O que nós propomos nesta comunicação é o debate sobre o conceito de música, que aparece como uma idéia generalista, ambígua, polissêmica, pertencente a uma classe de palavras pouco definíveis, diria até “universais”. Esse tipo de abordagem teórica causa diversos problemas de tipificação, caracterização e compreensão do fenômeno musical enquanto objeto de estudo científico.

Palavras Chave: Música, Linguagem, teoria.

Abstract: What we propose in this communication, is a discussion about the music concept. This concept appears how a general, ambiguous and confused idea, pertaining to “universal word classes”, but it’s not true. This form of approach is cause of many problems in type organizations, characterizations and comprehension of musical facts while objects in scientifically studying.

Keywords: Music, Language, theory.

A incorporação de novas linguagens tem sido uma característica dos últimos movimentos historiográficos. Mediante a expansão, ou anexação de áreas afins do conhecimento, o historiador tem-se deparado, dentre outras coisas, com a multiplicidade. Essa multiplicidade, que pode ser de temas, objetos e abordagens, amplia o horizonte e a permeabilidade ao novo desse historiador, que passa agora a ter de possuir sensibilidades antes exigidas somente de outros profissionais como músicos, pintores, cineastas, escultores etc. A proposta desta comunicação é o debate sobre o conceito de música, uma

* Marcelo Miguel de Souza é graduando do 4º ano de bacharelado e licenciatura em História, na Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. E-mail: marcelobrass@hotmail.com

pequena discussão cujo objetivo é delinear seus contornos, ainda que palidamente, para um melhor aproveitamento de suas possibilidades.

Quando falamos de música, falamos de uma palavra generalista, ambígua e polissêmica, pertencente a uma classe de termos pouco definíveis¹, tal a sua amplitude de abrangência e transmissão pelo gênero humano, alcançando para alguns *status* diria até universais, embora essa posição seja bastante questionável. “Parece ser a música um fenômeno universal, mas não linguagem universal”. (MORAES, 1983: 160). A verdade é que falamos de música na Grécia antiga tão confortavelmente quanto de música Chinesa ou de música hoje. Um conceito a primeira vista de aparência total e atemporal.

Esse tipo de abordagem teórica causa diversos problemas de tipificação, caracterização e compreensão do dado musical enquanto objeto de estudo científico. Há de se dizer que o debate sobre o que é música não é novo, talvez seja tão antigo quanto a própria existência musical, (Platão já levantava questões a esse assunto), porém o que queremos sugerir, a título de introdução ao tema proposto, é a adoção de um conceito minimamente definido e funcional, que permita uma interação textual mais clara. Um construto que transpareça não só uma descrição factível do que é o fenômeno musical, mas que viabilize esse fenômeno para a discussão proposta, primando pelo rigor em seus aspectos mais formais. A mera aceitação intuitiva e ingênua de termos tão polissêmicos muitas vezes é adotada, e demonstra a falta de um cuidado teórico requisitado pela questão, e talvez, até certo desconhecimento sobre o assunto.

A música, como conceito, abarca todo o espectro de manifestações sonoras de intenção musical. É composta, antes de mais nada, de sons e silêncios, organizados temporalmente e unidos pela intencionalidade de quem os produz. É uma intenção sonora, comunicativa, e de caráter afirmativo.

A música produz comunicação, portanto deve ser abordada como um tipo muito específico de linguagem, onde o som, ou sua ausência, são o significante. “A maioria das definições propostas se esquecem ou se recusam a considerar a música como um sistema de comunicações”. (CANDÉ, 2001: 10). Assim sendo a utilização de definições como “música é a arte dos sons”, (CHEDIAK, 1986: 41), ou “Música é a arte de combinar os

¹ Palavras muito utilizadas e dificilmente explicadas de modo satisfatório, como “cultura”, “arte”, “música” etc, só para usar alguns conceitos mais cotidianos.

sons simultânea e sucessivamente, com ordem, equilíbrio e proporção dentro do tempo”, (MED, 1996: 11), não respondem as necessidades teóricas para a caracterização de um acontecimento tão abrangente, além de sua dependência de outro conceito bastante complexo que é o de arte². Por conseguinte, parece-nos preferível a abordagem adotada por Freire, por exemplo, onde

Os modos de ordenação das estruturas e formas musicais expressam e propõem significações, posto que a música como qualquer outra forma de linguagem, não opera com um universo fixo de significados, e contém, em si mesma, a possibilidade de novas ordenações e significações. (FREIRE, 1994: 134).

Ou mesmo a definição de Moraes, que postula: “A música é (...) movimento. E sentimento ou consciência do espaço tempo. Ritmo, sons, silêncios e ruídos; estruturas que engendram formas vivas”. (MORAIS, 1983: 157).

A matéria prima da música é o som, e sobre o som podemos dizer que sua definição física nos remete a vibração produzida por corpos elásticos, transmitida também por um meio elástico de propagação, uma onda que é energia em movimento. Por conseguinte, deixando a vibração de se manifestar, desaparece também o som³, como se nunca tivesse existido enquanto acontecimento.

A não existência do som, ou o silêncio, é antes de tudo referencial. Só pode existir em relação a alguma coisa. Quando dizemos, “está silêncio”, o dizemos em relação a um som que passou. “Tradicionalmente, o silêncio nunca foi levado em consideração (...), entretanto percebeu-se que ele pode funcionar como elemento relacional entre sons (...) ele passou então a assumir um papel estrutural, tomado em pé de igualdade com o som⁴”.

² Jorge Coli define a arte como “certas manifestações da atividade humana diante das quais nosso sentimento é admirativo”, porém ressalta “se a arte é noção sólida e privilegiada, ela possui também limites imprecisos”. (COLI, 1982: 11 - 12).

³ Alguns autores fazem diferenciação entre ruídos, que é “som constituído por grande número de vibrações acústicas com relações de amplitude e fase distribuídas ao acaso” (MORAES, 1983: 197) e sons musicais, que seriam estacionários, com altura definida. (MED, 1996: 11) A concepção adotada neste compêndio é que qualquer som, independente de sua periodicidade de onda, pode ter aproveitamento musical, não fazendo, portanto, diferenciação entre sons, ruídos etc.

⁴ Para entender bem estas relações, basta imaginar as figuras de pausa nas partituras musicais. A pausa é a interrupção de um som para então sua retomada, e serve, assim sendo, a estruturação desse próprio som.

(MORAIS, 1983: 202). Aliás, a se levar em consideração às experiências de John Cage⁵ (1912 - 1992), o som nunca se extingue totalmente, fisicamente falando. Enquanto existe vida existe som, nem que seja somente o da batida de nossos próprios corações.

Assim definido, como fenômeno físico de duração limitada, o som escapa em grande parte a possibilidade de apreensão pelo historiador, que privado de manter contato com sons do passado, salvo por gravações que são recursos relativamente novos⁶, fica restrito ao que sobre ele foi dito, ou a ele dedicaram de atenção os documentos, inclusive aqueles que tratam somente a seu respeito tais como escritas musicais (partituras ou similares). “Ora, os fenômenos musicais passados não podem ser estudados diretamente, como os monumentos da pintura ou da literatura”. (CANDÉ, 2001: 40). É importante realçar que o som não possui nenhum significado imanente ao qual o historiador poderia se socorrer, além daquele auferido pela própria cultura que o produziu.

De sons e silêncios é feita à música, organizados e planejados temporalmente. Sua divisão tradicional costuma dissecá-la em três partes constitutivas: ritmo, melodia e harmonia, (ALVARENGA, 1992: 115), (CHEDIAK, 1986: 41), (MED, 1996: 11), (GROVE, 1994: 788), embora qualquer uma delas isoladamente possa ser considerada também como música. “Portanto, além de estar atada à idéia de organização e ao conceito construído e não definível de tempo (cronométrico, psicológico?), a música baseia-se na periodicidade e na recorrência”. (MORAES, 1983: 165).

A periodicidade do ritmo, parte constante e integrante de qualquer tipo de organização musical, é definida por Moraes como uma forma racionalizada de tempo onde esse mesmo ritmo é a divisão do espaço sonoro temporalmente. (MORAES, 1983: 202). E pelo dicionário Grove de música, o ritmo é tratado como “a subdivisão de um lapso de tempo em seções perceptíveis; o grupamento de sons musicais, principalmente por duração e ênfase”. (GROVE, 1994: 788).

Quanto à melodia esta pode ser considerada como “uma série de notas musicais dispostas em sucessão, num determinado padrão rítmico, para formar uma unidade

⁵ Trancado em uma sala hermeticamente fechada e à prova de som, o Compositor norte-americano John Cage pôde ouvir os sons produzidos por sua respiração, pela circulação do seu sangue e pelo funcionamento do seu sistema nervoso central. (MORAIS, 1983: 202 - 203).

⁶ Quem primeiro fez uma gravação foi Thomas Edison, em 1877. Gravou “*Mary had a little lamb*” que podia ser reproduzido em seu “fonógrafo”. (GROVE, 1994: 385).

identificável”. (GROVE, 1994: 592). Sendo considerada por Hindemith como a forma mais simplificada de atuação no “espaço” musical, ou seja, cantar ou tocar sons de alturas diferentes. (HINDEMITH, 1988: 06).

Resta, destarte, a definição do terceiro elemento constitutivo, enumerado como básico pela divisão tradicional: a harmonia. Considerada como a combinação de notas soando simultaneamente, (GROVE, 1994: 407), a harmonia talvez seja o elemento agregado mais recente da música, sendo seu desenvolvimento, teórico pelo menos, posterior ao século XV.⁷

A música possui, segundo o conceito que estamos tentando desenvolver, certas características que a diferenciam de outros materiais sonoros, como ruídos, a fala, uma criança brincando com um instrumento musical, o cantar de um pássaro, entre outras coisas. Seu reconhecimento, por mais óbvio que pareça, não é bastante claro. Basta observar certas composições contemporâneas⁸, para notar que sua idéia imediata pode ser de difícil assimilação e reconhecimento.

A música é sempre intencional. Não há música natural, pois é fruto de um projeto consciente ou não (CANDÉ, 2001: 13). Esse critério a faz diferenciar, por exemplo, do canto dos pássaros, alguns até bastante rebuscados, e que, embora muito agradáveis aos ouvidos, não são música. Existe também a música que imita os sons da natureza. Aqui, a diferença pode ser percebida pela intenção de quem produz estes sons de causar esse efeito estético. Por exemplo, a música de um riacho, ou a imitação de sons de pássaros na Ópera *Guilherme tell* de Rossini etc.

Contudo nem toda intenção sonora é musical. Pensemos: a fala articulada em palavras também é uma intenção sonora e comunicativa. Então o que a faz ser diferente do canto, que é música? Observemos que o canto não necessariamente precisa ser articulado em termos ou sílabas. A ele (canto) basta o som produzido pela garganta, que pode ser puramente um fonema, como o “ i ” por exemplo. O canto, para exercer sua qualidade comunicativa não carece estar articulado em vocábulos que façam sentido. Já a fala

⁷ Não se levando em consideração a chamada harmonia medieval, com a utilização de seu *Organum* de vozes paralelas.

⁸ Um exemplo disso é a chamada “música aleatória” em que certas partes da composição são deixadas ao acaso, com a utilização de elementos textuais indeterminados, notações simbólicas etc. Dentre seus principais compositores estão John Cage, Boulez, Stockhausen, Globokar e La Monte Young. (GROVE, 1994: 19).

necessita de fonemas articulados em sílabas, e estas em palavras, que ainda dependem de um referente externo. Por modelo tomemos a palavra “casa”. Ela não nos diz nada por si mesma, mas sim pelo fato de ser associada com a imagem física de uma casa, conseqüentemente o termo depende de um referente. “Vista sob o ângulo da sua maior especificidade – da sua materialidade, enfim, a música pode ser considerada uma linguagem sem referente imediato. Nessa medida, ela refere-se a ela mesma, á sua própria maneira de ser em um sistema autônomo”. (MORAES, 1983: 172).

O canto, assim sendo, quando aliado a palavras, pode ter um reforço comunicativo, mas certamente sua capacidade de comunicação não deriva delas. Com isso a diferença entre o falar e a música passa a ser mais claro.

As letras (parte escrita gráfica/grafada de modo convencional) na música entram com um elemento novo e não menos importante: a semântica. Sem o recurso a língua⁹, a melodia, o ritmo e a harmonia, por si mesmas, não são capazes de produzir aspectos semânticos. Da união entre letras e os outros elementos tradicionais da música, nasce uma terceira coisa, síntese de todas, que também é considerada música, com seus elementos agregados.

Partimos da interpretação que os aspectos de significação da língua podem ser adicionados a estes outros elementos musicais, formando com eles uma só coisa, que é a obra¹⁰ completa, não fazendo sentido dissociá-los do contexto aos quais foram criados ou fazem parte. A mera análise, isolada, da parte escrita de obras musicais empobrece o estudo. Porém com este novo elemento a música também é passível de produção de discurso, sendo possível a apreciação crítica deste, que em circunstâncias ideais não é feita isoladamente, embora historiadores facilmente cedam a esta tentação.

Existe uma certa promiscuidade entre fala e música, como é fácil observar, pois ambas se originam dos mesmos materiais¹¹ numa articulação temporal de sons e silêncios.

⁹ Façamos aqui uma diferenciação entre fala e língua: a fala seriam sons articulados pela boca humana, e não necessariamente teriam de ter algum sentido. Ao passo que a língua nos remete a uma construção de sons e significados agregados ou um “conjunto de hábitos convencionais de mútua compreensão que existem numa coletividade” (BUENO, 1973: 678).

¹⁰ A obra (musical) é o conjunto das características permanentes de uma ação musical renovada; ela estimula uma preparação minuciosa, refinada, da ação futura, que se refere à lembrança da ação passada. (CANDÉ, 2001: 18).

¹¹ Material sonoro e suas articulações, timbres, intensidades, organização temporal etc.

As duas têm caráter comunicativo, porém só a língua na figura dos diversos idiomas, possui a relação entre essa combinação de sons e articulações e o referente (como a palavra “casa” e a manifestação empírica “casa”). Somente a língua possui semântica.

A música, nesta abordagem é considerada como uma linguagem, embora só possua semântica com o auxílio da língua. Ela contém muitas características comunicativas que a fazem encaixar-se nessa categoria de análise.

A música é algo feito por seres humanos e para seres humanos. Ela pode ser considerada uma linguagem inclusive porque se organiza a partir de certos pressupostos (escolha de sons, maneiras de articulá-los, etc) que garantem a ela aquilo que se poderia chamar de coerência interna. A rigor, para ser uma linguagem, ela não precisa “expressar” alguma coisa que esteja fora dela, pois a música pertence ao universo não – verbal. (MORAES, 1983: 194).

Discordamos sutilmente de Moraes neste último ponto “pois a música pertence ao universo não-verbal”. Nossa abordagem prevê uma congruência entre língua e ritmo/melodia/harmonia. Estando juntos esses elementos tornam-se, todos eles música, introduzindo-a também no universo verbal.

Quem produz música quer com ela passar uma mensagem, subjetiva, e comunicativa. Com ela pretende dizer o que muitas vezes não pode ser dito somente com palavras, ou às vezes com as próprias palavras enriquecidas com melodias, procura enfatizar, ou negar seu aspecto mais superficial, afinal a música é um catalisador e às vezes um amplificador de emoções.

Stravinsky¹² disse certa vez:

“A música é o único domínio no qual o homem realiza o presente. Pela imperfeição de sua natureza, o homem está destinado a sofrer o escoamento do tempo – de suas categorias de passado e de futuro – sem jamais poder tornar real, portanto estável, a do presente. O fenômeno da música nos é dado com o único fim de instituir uma ordem nas coisas, compreendendo aí e sobretudo uma ordem entre o homem e o tempo. Para ser alcançada, exige então

¹² Trata-se, pois de Igor Stravinsky, compositor Russo de “O pássaro de fogo”, “Mavra” etc, para diferenciá-lo de Fiodor Stravinsky, seu pai.

necessariamente e unicamente uma construção, feita a construção, atingida a ordem, tudo está dito". (Stravinsky *apud*; MORAES, 1983: 164).

A música se apresenta como uma necessidade social, bastante difundida entre o gênero humano, que pode estar ligada a uma infinidade de rituais ou situações sociais. A idéia é que ela interage efetivamente com o meio que a produz. O som em si não possui nenhuma conotação, mas quando inserido em uma cultura, passa a responder por necessidades comunicativas e de significado, que acabam por lhe introduzir um "sentido" exterior, "esse sentido da música (...) é a soma das intenções do músico, a direção de seu projeto" (CANDÉ, 2001: 14), compreendido e compartilhado pelos membros desse mesmo grupo social ou cultura.

Sensibilidades novas, agora, são exigidas de historiadores. É preciso começar a cuidar de nossa "surdez", e a pensar como os novos objetos, pela história reivindicados para estudo, possuem uma complexa estruturação e problematização. De como historiadores, músicos e artistas em geral, poderão se relacionar, cada um com suas "linguagens específicas", para construir realmente a interdisciplinaridade necessária para o entendimento e a construção do conhecimento.

Bibliografia consultada:

ALVARENGA, Luiz Gonzaga de. *Introdução à arte e a ciência da Música*. Goiânia: Gráfica de Goiás, 1992.

BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Fortaleza, 1973.

CANDÉ, R. *História Universal da Música*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CHEDIAK, Almir. *Harmonia e improvisação*. Rio de Janeiro: Lumiar editora, 1986.

COLI, Jorge. *O que é Arte?*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DART, Thurston. *Interpretação da Música*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FREIRE, Vanda L. Bellard. *A História da Música em Questão - Uma Reflexão Metodológica*. In: Fundamentos da Educação Musical / ABEM. 1994, 2 : 1130-135.

GROUT, D.J. & PALISCA, C.V. *História da Música Ocidental*. Lisboa: Gradiva, 1994.

HINDEMITH, Paul. *Treinamento Elementar Para Músicos*. São Paulo: Ricordi, 1988.

KERMAN, Joseph. *Musicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MED, Bohumil. *Teoria da Música*. Brasília: Musimed, 1990.

MORAIS, J. J. *O que é Música?*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SADIE, Stanley. *Dicionário Grove de música – edição concisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

A subjetividade na produção do conhecimento histórico: os óculos de Joaquim Nabuco

Mayara Paiva de Souza*

Resumo: O texto analisa a percepção de Joaquim Nabuco acerca da inclusão do negro na sociedade brasileira, bem como a construção da memória da escravidão que relegou as vivências traumáticas dos escravos a um plano secundário. A obra do abolicionista Joaquim Nabuco, um dos “porta-vozes” da Abolição, é significativa por revelar um olhar sobre o Brasil do século XIX e auxiliar a compreensão de uma face dos atuais movimentos de ação afirmativa.

Palavras-chave: Joaquim Nabuco, abolicionismo, memória.

Abstract: The objective of the text is to discuss the construction of the slavery’s memory and the influence that some “spokespersons” had in the mystification and ideology of a historic period whose documents - slavery traumatic experiences - was put in a marginal zone. Joaquim Nabuco (1849-1910), one of these “spokespersons”, means an important contribution when we analyze two key factors: first, the documental stuff to historiography and its value to understand a face of the affirmative action nowadays; second, it reveals the utopia around the abolitionist project of inclusion.

Key words: Joaquim Nabuco, abolitionism, memory.

1. *O Abolicionismo*

A leitura da obra *O Abolicionismo* de Joaquim Nabuco trouxe-nos uma inquietação. O livro traz a percepção daquele sujeito histórico acerca do passado, presente e futuro da nação, entretanto, o seu projeto de inclusão do negro e esquecimento da escravidão carrega uma perspectiva que não foi totalmente alcançada. Essa obra teve como objetivo inicial fortalecer a campanha abolicionista no final do século XIX, nesse sentido, percebemos que *O Abolicionismo* era um livro de propaganda, atingido seu objetivo que era a Abolição, a obra foi esquecida. No entanto, ao longo do século XX o livro de Joaquim Nabuco foi retomado para corroborar com a idéia de país mestiço. Hoje relemos *O Abolicionismo* despidos da ilusão de vivermos em uma “democracia racial”. Dentro desse quadro, o texto visa analisar a atualidade da obra de Joaquim Nabuco mais de um século após o lançamento do livro.

Nos últimos anos tem-se percebido um intenso debate sobre a integração do negro na sociedade de classes. No Brasil, apesar de ter sido visto por muito tempo como uma “democracia racial”, percebemos um crescente movimento pela inserção do negro. A criação

* Discente do 4º ano de História pela Universidade Federal de Goiás.

de um novo ministério para a integração social, as cotas universitárias para negros e o movimento da Consciência Negra, são alguns exemplos que mostram que o negro, há mais de 100 anos após a abolição, necessita de políticas específicas para a sua integração no país da “democracia racial”. Ao refletirmos sobre os acontecimentos contemporâneos, somos impulsionados para o passado da nação, assim, ao revisitarmos esse passado nos deparamos com a figura do estadista e abolicionista Joaquim Nabuco (1849-1910), que foi uma das grandes vozes em defesa da abolição da escravidão no país. Sua voz no final do século XIX ecoa até nossos dias, pois os projetos sociais do governo federal pela integração do negro e os diversos movimentos da consciência negra, revelam a atualidade do pensamento de Nabuco.

Joaquim Nabuco, ao lado de José do Patrocínio e André Rebouças, lutou intensamente pela causa abolicionista. O livro *O Abolicionismo* escrito em 1883, durante seu desterro em Londres, após uma derrota eleitoral no Brasil, serve como base e propaganda para o programa abolicionista e, segundo o historiador Evaldo Cabral de Mello (2000), é o melhor livro escrito sobre o Brasil no século XIX, além de ser o mais importante para a compreensão da formação sócio-cultural do povo brasileiro. Esse é um clássico que revela os acontecimentos e tensões sociais do final do século XIX no Brasil e ao mesmo tempo contribui para gerar um sentido que oriente o nosso presente. Nabuco nos oferece um quadro das experiências passadas por um país escravista, assumindo uma postura política capaz de fundar toda uma memória em torno de sua vida e obra. Carregado de expectativas e inquietações, Nabuco escreveu uma história que, em muitos aspectos, produz reflexões pertinentes à historiografia e ao momento contemporâneo. *O Abolicionismo* apresenta uma série de razões para que nos lancemos à aventura de reler esse clássico, mesmo que ele pareça, à primeira vista, distante de nós. Apesar de várias leituras e obras que abordam o tema, vemos a necessidade de retomar o livro como uma fonte histórica que possa corroborar para a compreensão da abstração da experiência humana e, além disso, pode revelar grandes descobertas acerca do pensamento desse abolicionista, uma vez que esta obra permite diversas leituras e reinterpretações do passado.

2. O legado

O centenário da Abolição comemorado em 1988, foi motivo de várias celebrações e realizações de simpósios que reuniram historiadores brasileiros e estrangeiros. Daí surgiram novos temas e debates que vêm marcando a historiografia contemporânea acerca da abolição da escravidão e da ação política e cultural das comunidades negras que tentam restabelecer sua identidade e construir sua memória. Até então a ação dos negros foi relegada ao segundo

plano enquanto fixou-se uma memória em torno do gesto abolicionista da Princesa Isabel ao assinar a lei Áurea. Entretanto, a comemoração do Centenário da Abolição foi muito mais um momento de reflexão do que de celebração.

A ação dos escravos por muito tempo foi menosprezada. Tendemos a ouvir os seus “porta-vozes” e relegamos o escravo ao silêncio. Apesar da dificuldade em relação à documentação sobre a escravidão, percebemos certa inovação nas pesquisas que hoje procuram dar ênfase à vida escrava em geral sem a intermediação de seus “representantes”. De importância particular, nesses novos estudos, é a exploração de novas fontes que dão voz aos que nunca a tiveram e que foram silenciados pelo “espetáculo do passado”.

A História comporta a capacidade de “participar da orientação da prática atual da vida” (RÜSEN, 2001: 09). Nessa perspectiva, algumas vivências traumáticas não adquirem sentido porque a historiografia as relegou a um plano secundário, esses acontecimentos são “buracos negros” no nosso presente, são memórias que não estão ativadas, são imprecisões e vazios. Nesse ponto da análise, cabe-nos a pergunta: se a escravidão foi um acontecimento traumático, qual a memória que temos dela?

O mito da democracia racial, a união das três raças na construção da nação tem uma representação identitária de grande força, parte da ótica da classe dominante como uma leitura formadora da “memória histórica”. Daí a leitura da obra *O Abolicionismo* de Joaquim Nabuco contribuir para uma melhor compreensão da história e da sociedade brasileira, além de revelar o pensamento desse abolicionista e de sua integração à época em que viveu e atuou. Nesse livro, Nabuco fala do outro e de sua inclusão, mas esse outro não aparece como sujeito, é filtrado, o campo da alteridade não aparece. Nabuco era branco, de uma família de importantes políticos, foi uma destacada figura no Parlamento e se destacou no movimento abolicionista. No entanto, traduz uma memória que não vivenciou, ele traz a memória traumática da escravidão à distância, pois transmite esse trauma através da ótica de uma elite que não é a mesma de quem viveu a experiência traumática. Ele é uma voz que representa o escravo diante do senhor e o inclui de forma hierárquica na sociedade. Nesse sentido, apesar das tendências da historiografia atual, percebemos que não temos memória da escravidão, personagens como a princesa Isabel e Joaquim Nabuco são “espetáculos” e “monumentos” do nosso passado que representam a ótica dominante sem realmente dar voz ao “outro”.

O projeto de nação de Nabuco apresenta o escravo como *tábula rasa*, esse deve ser construído sem atentar para sua alteridade. Culpar o senhor e preencher o vazio do escravo dará origem à nação constituída sob a culpa e sob a dor. O abolicionismo, como projeto, porta

a superação do trauma. No entanto, Nabuco pretende apagar o passado do escravo em sua “superstição, ignorância e atraso” e visa o futuro a partir da construção do outro e da nação. É necessário o esquecimento para que o país se desenvolva, apesar de a escravidão ser uma nódoa que carregaremos na frente, esquecer seria libertar-se, redimir-se, superar o trauma. Com isso, o abolicionista busca sentido para a escravidão através de seu fim. Tenta explicar o presente pelo uso do passado em busca de um sentido que nos oriente. O abolicionista busca diante da experiência vivida em seu presente e passado, construir uma memória fundada no perdão dos escravos e no arrependimento dos senhores, consolidada pelo esquecimento do trauma e “anistia do passado”. Era necessária uma memória que “gerasse” o sentido da traumática vivência da escravidão, para que assim, se formasse uma consciência nacional.

Em *O Abolicionismo*, Nabuco realiza uma análise do presente em que estava inserido refletindo sua visão do passado e suas expectativas para o futuro da nação. Apresenta o passado escravocrata como ilegítimo, imoral e atrasado, demonstra como a escravidão é maléfica para o país e levou às mazelas do presente, ele nos convence que a escravidão destruiu o Brasil. Para um futuro em que o país se inscreva entre as nações civilizadas e tome os rumos do progresso, é necessário o fim da escravidão e reformas sociais profundas, caso contrário, esse futuro seria de atraso e caos para a nação. As possibilidades que se desenvolvem com o crescente movimento abolicionista, vão além do espaço de experiência provado pela sociedade brasileira. Ao escrever *O Abolicionismo*, a expectativa de Nabuco era a de que as “sementes de liberdade, direito e justiça” contidas na obra unissem os abolicionistas brasileiros e apressassem a Abolição para que o Brasil fosse elevado à dignidade de um país livre (NOGUEIRA, 2001). O livro buscou dar impulso ao movimento que ainda não tinha conseguido sensibilizar definitivamente a opinião pública, além disso, tenta aprofundar a autoconsciência dos abolicionistas e alcançar a vitória. Nabuco vai além de seu tempo ao criticar a estrutura e instituições imperiais e propor uma ampla e profunda reforma social a partir de uma justificativa teórica dos motivos que exigiam a abolição.

Nota-se em *O Abolicionismo* a forma como a expectativa se realiza no hoje, é “futuro presente, voltado para o ainda-não”. Nabuco ponderava a esperança e o medo diante do projeto que quis realizar na nação que se formava. Mas situado na desordem inicial da República, um Nabuco frustrado percebe que “passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência” (KOSELLECK, 2006). A política imperial e o abolicionismo redentor limitaram o “debate acerca da escravidão ao terreno de uma consciência individual incapaz de situar a escravidão

como problema social”, direcionando a “gestão da memória” abolicionista aos homens do parlamento, que não se “esqueceram de esquecer” o protagonismo negro, rapidamente relegado a um papel secundário (SANDES, 2003).

Ao reivindicar uma memória da escravidão que parta da ótica do “outro” que foi relegado e representado por porta-vozes como Joaquim Nabuco, percebemos a dificuldade na construção dessa memória, uma vez que esta não é estática, mas passa por metamorfoses na inter-relação com a história. A memória, ao contrário das lembranças, deve ser entendida como um processo dinâmico da própria rememoração e pode ser atualizada historicamente, pois possui contextualidade, uma vez que é uma representação construída através da experiência. Entretanto, as lembranças são como “pegadas do passado”, impossíveis de serem atualizadas e perdem gradativamente seus pontos de referência entre o passado e o presente através da ação corrosiva do tempo. Quando essas lembranças são atualizadas, correm o risco de ser idealização de vivências (DIEHL, 2002). Atualmente o Movimento Negro busca a construção dessa memória como verdadeiros herdeiros do “outro”. Enfatizam que é necessário uma “Segunda Abolição” que, ao contrário da primeira, parta de baixo para cima. Entretanto, as vivências são distintas e a relação do movimento negro com a escravidão tem sua legitimidade questionada, uma vez que as lembranças sofreram a ação do tempo. Quem são os verdadeiros herdeiros da escravidão? A obra de Nabuco dá pistas de que o seu legado está na nação como um todo, não existe um único herdeiro que possa reivindicar a sua memória, todos nós brasileiros herdamos a contrastante imagem do senhor e do escravo.

O brasileiro e a nação em formação estavam comprometidos desde sua “concepção”. Para Nabuco, o Brasil foi construído pelo negro e ao mesmo tempo foi africanizado. A “obra nacional da escravidão” legou ao brasileiro o “ar servil” de uma atmosfera que nos condena a um sufocamento eterno. Nabuco parecia prever um Brasil onde “o senhor e o escravo continuariam a coexistir dentro do cidadão brasileiro” (CARVALHO, 2000). Esses cidadãos que aqui se formavam não seriam capazes de prezar por um bem comum e pela igualdade estendida a todos os homens. Daí encontramos um “espaço de experiência” onde os descendentes dos escravos não foram inclusos, restando poucas esperanças de um “horizonte de expectativas” negro. Restando-nos um horizonte em que a tranquilidade e a redenção proporcionadas pelo perdão não são avistadas, mas apenas um ressentimento e uma busca incessante de afirmação sobre os que se “fizeram” sob o esquecimento da escravidão. Como produtores do conhecimento histórico atual, precisamos abdicar das memórias e identidades

isoladas, localizando suas “respectivas representações nas experiências e expectativas de vida” (DIEHL, 2002).

Ao longo da história do Brasil temos exemplos de tentativas de “branqueamento” da população, entretanto é importante ressaltar a tentativa do famoso antropólogo Nina Rodrigues, um mulato que em 1930 propaga idéias a respeito da inferioridade dos negros. Isso revela a ambigüidade das relações raciais no Brasil, país em que uma pesquisa realizada pelo IBGE constatou que os brasileiros não-brancos alegam 136 cores de pele diferentes no país, tais como mista, acastanhada, branca suja, morena cor de canela, queimada, entre outras (MOURA, 1985). Além disso, temos o exemplo de Machado de Assis que carregou consigo a vergonha de ser mulato, e apresentou o negro em sua obra, como um corpo vil e inferior, como um “animal fiel”. Machado de Assis era amigo próximo de Nabuco, entretanto nunca se manifestou em prol da abolição, silenciou-se, visitava sua família em horas que não podia ser visto e jamais admitiria ser chamado de mulato. Nabuco, em sua posição de branco “superior” talvez não se “lembrasse” tanto de seus preconceitos como Machado, que carregou consigo o “pesadelo da negritude” que, ao contrário d’*A escrava Isaura* (1983), não conseguiu libertar-se. *Isaura*, ao libertar-se do *corpo vil* da negritude, tornou-se uma exceção (ou quimera), personificando a teoria do “branqueamento” e mostrando que por não ser negra possuía uma mente avançada que a capacitava para ler, aprender várias línguas, tocar piano, dançar e encantar todos os que a rodeavam, o que jamais aconteceria com uma escrava negra no período em que a obra de Bernardo Guimarães foi escrita.

3. Conclusão

A perversidade racial, a teoria do branqueamento, Machado e *Isaura* são apenas alguns exemplos que revelam a ambigüidade da relação racial no Brasil. Com isso surge a questão: quem realmente pode reivindicar a memória da escravidão, Nabuco, Machado ou todos nós brasileiros?

Em sua obra e discursos Nabuco afirma que havia uma alienação sobre a situação do escravo no Brasil. O brasileiro era indiferente e não se preocupava com o bem-comum. Talvez este fosse o caso de Machado, que em suas obras apresenta um certo conformismo em relação à situação do negro. Até mesmo grande parte dos libertos, não se preocupavam com a situação subalterna do negro e, ao alcançarem a liberdade, também adquiriam escravos e manifestavam-se contra o movimento abolicionista. Em sua campanha eleitoral em 1884, no Recife, Nabuco denunciou a situação:

Lutamos contra a indiferença que a nossa causa encontra entre essas mesmas classes que deveriam ser nossas aliadas e que a escravidão reduz ao mais infeliz estado de miséria e dependência. É triste dizê-lo, mas é a verdade. Por acaso os homens de cor, filhos e netos de escravos, que trazem no rosto a história do martírio de sua raça, têm aderido ao nosso movimento com dedicação e lealdade que era de se esperar dos herdeiros de tanto sofrimento? Não! Eles não se atrevem a fazer causa comum com os abolicionistas e muitos são encontrados do lado contrário (apud NOGUEIRA, 2001, p. 178).

A escravidão por ser traumática e trazer consigo o terror, evidentemente dificultava a iniciativa e mobilização dos escravos. O abolicionismo aparecia como “advogado” das duas classes degeneradas pelo cativo. Tanto o senhor como o escravo, eram vítimas dessa instituição que corrompeu o país. Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e André Rebouças, à frente do movimento abolicionista, lutaram pela emancipação e inclusão do negro na sociedade brasileira. São intérpretes de uma categoria social. Entretanto, o escravo se calou e deixou-se representar. A partir de então, construiu-se uma memória da escravidão marcada pelo silêncio do escravo. A lembrança tão distante da escravidão foi conservada a partir do momento que foi entranhada e enquadrada na memória coletiva. Não dispomos de lembranças que partam da ótica de quem vivenciou a experiência traumática. A memória da escravidão construiu-se através de intérpretes que nos revelam uma imagem parcial, deformada e nebulosa. Essa memória apresenta “buracos negros” formados através da percepção do vivido de acordo com os interesses e inquietações do presente em sua relação com o passado e o futuro. Nesse sentido, não podemos interpretar o silêncio como ausência, mas como fruto da tensa relação entre história e memória. A memória da escravidão na sua relação com a história, apresenta-nos “espetáculos”, ritos, monumentos e personagens que se transformaram em “lugares de memória”, fantasmas de um passado que se apresenta como uma espécie de museu amputado de presente que preserva os fatos construídos e traduzidos por personagens como Nabuco.

O trauma foi “abafado” pela história em sua função tranqüilizadora e geradora de sentido. A história eliminou os caminhos obscuros e complexos da memória. Assim, no que se refere à escravidão, temos uma história da *Casa Grande*. A pluralidade que parte da *Senzala* foi relegada a uma zona de sombras, à errância. Mas, silêncio não significa esquecimento, e os fatos traumáticos podem ter como efeito o seu retorno.

Atualmente, toda a movimentação em torno de questões afirmativas e inclusivas para o negro revelam que as expectativas de Nabuco foram, até certa medida, utópicas, não corresponderam com o futuro porque não ocorreu o perdão e nem o arrependimento, mas o encobrimento e exclusão do outro. Entretanto, os “buracos negros” que retornam em nosso

presente revelam que as lembranças da escravidão não estão diretamente ligadas às vivências traumáticas. Os traumas gerados e as reparações possíveis não podem ser reivindicados somente pelos negros, mas por todos os brasileiros que carregam consigo a ambigüidade e o conflito gerado pelos fantasmas do senhor e do escravo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Machado de. *Helena*. 2. Ed. São Paulo: Ática, [19-]. 160 p. (Série Bom Livro)
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Quem precisa de São Nabuco? In.: *Estudos Afro-asiáticos*. v. 23, n. 01, 2001. (p. 85-97)
- CARVALHO, José Murilo de. “Saudades do escravo”. In: *Folha de São Paulo*: 2 de abril de 2000.
- DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1983.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.
- MELLO, Evaldo Cabral de. “Reler ‘O Abolicionismo’”. In: *Caderno Mais!*, Jornal *Folha de São Paulo*, 27/02/2000, p. 18.
- MOURA, Clóvis. A herança do cativo. In: *Retrato do Brasil*. São Paulo, Ed. Política, 1985.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Nova Fronteira: Publifolha, 2000.
- _____. *Joaquim Nabuco*. Perfis Parlamentares, introd. Gilberto Freyre. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Joaquim Nabuco. O abolicionismo. In.: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil*. São Paulo: Senac, 2001.
- RÜSEN, Jörn. Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio. In.: *História: debates e tendências*. Passo Fundo, v. 2 n.1, 2001. (p.9-22)
- SANDES, Noé Freire. A nação redimida: o abolicionismo de Joaquim Nabuco. In.: *Estudos de História*. Franca, v. 10, n. 1, p. 131-140, 2003.

O DIREITO SOBERANO DE MATAR

Foucault e a biopolítica *

Prof. Dndo. Eduardo Sugizaki**

Resumo: trata-se de apresentar a relação entre soberania e biopolítica encontrada nos textos de Foucault, em meados da década de 1970. Para tanto, busca-se inserir esses termos na trama das análises históricas do saber e do poder atinentes ao direito do soberano de punir e matar, bem como ao trabalho epistemológico anterior, que distingue a Idade Clássica da nossa modernidade. Assim, o poder político de fazer morrer e o de fazer viver são distribuídos em referência à fratura histórica entre o suplício e o encarceramento, a história natural e a biologia, o confisco das coisas e o governo da vida. Essa articulação permite traçar uma linha de continuidade entre textos de Foucault da década de 1960 e os posteriores, em favor das tentativas de costurar a unidade da obra, a despeito da multiplicidade de suas formas.

Palavras-chave:

soberania política, biologia, direito público.

Abstract:

the article presents the relationship between sovereignty and biopolitics found in Foucault's texts by the middle of the seventies. In order to do that, I try to insert such terms in the grid of the historical analysis of knowledge and power related to the sovereign's right to punish and kill, as well as his previous epistemological work, which distinguishes the Classical age from our modernity. Thus, the political power of taking life and letting live is placed according to the historical fracture between torture and imprisonment, the natural history and biology, the confiscation of things and the government of life. This articulation allows a continuity line between Foucault's texts of the sixties and the later ones to be drawn in favor of the attempts to find the unity of the work despite the multiplicity of its forms.

Key words:

political sovereignty, biology, public right.

* O presente texto é resultado de pesquisa financiada pela Universidade Católica de Goiás – UCG, com bolsa de iniciação científica para Ana Paula Kunzler.

Introdução

A última aula de Foucault no Colégio da França, no Curso de 1976, intitulado *Em defesa da sociedade*, retoma a relação entre soberania do Estado e biopolítica que havia sido introduzida em *A vontade de saber*. De fato, desde a Conferência *Nascimento da medicina social*, proferida em 1975, a reflexão sobre a biopolítica vincula-se à história da ação do Estado, ou seja, do governo político dos homens. Essas relações entre soberania e biopolítica, conforme anunciadas no extrato a seguir, são o objeto da presente investigação.

Uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer (Foucault, 2000:287).

Ficamos sabendo que biopolítica é um direito novo, inverso ao direito de soberania, que é conceituado como direito de ‘fazer morrer ou deixar viver’. A fórmula invertida que exprime a biopolítica é ‘fazer viver ou deixar morrer’. O primeiro aspecto desse jogo entre soberania e biopolítica, que interessa elucidar, está no plano do direito, ou seja, do direito público, conforme o vocabulário das aulas anteriores do referido Curso. Direito público, no entendimento de Foucault, é a produção de algum discurso, como o da filosofia política ou o da historiografia nacional, sobre o direito do soberano, suas prerrogativas e seus limites.

A propósito disso, é preciso enfrentar uma primeira dificuldade. Em que sentido biopolítica é um direito? Nada obsta colocar a questão da soberania no lado do direito. Porém, como colocar esse velho direito ao lado da biopolítica ou do biopoder, como se estivessem no mesmo plano jurídico? Tanto do ponto de vista teórico, quanto do ponto de vista da prática política, soberania não é o poder que está no topo do ordenamento jurídico do Estado ocidental? Toda tradição contratualista diz que sim.

Por outro lado, o vínculo entre direito de soberania e direito de convocar para a guerra e punir o crime com a morte é tradicional e não constitui uma questão. Mas não sabemos se, com isso, está esgotado o significado da fórmula ‘fazer morrer e deixar viver’, pela qual Foucault pretende conceber a soberania.

** Licenciado e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Doutorando em História pela UFG. Professor Adjunto I, Depto. de Filosofia e Teologia – UCG: sugizaki@ucg.br

Guardemos, por hora, que a soberania e a biopolítica são diversas como um direito velho e um novo, mas que mantém entre si toda a semelhança especular dos inversos. Ambos são direitos, mas, sobretudo, poderes políticos. Se um é novo e o outro velho, não são fenômenos históricos que se excluem no tempo, de forma que, quando nasce o novo, não expira o velho. O mais recente não substitui e não apaga o outro, mas completa-o. Também não são contíguos geométricos. A biopolítica penetra, perpassa e modifica a soberania.

Como toda tensão entre soberania e biopolítica parece ocorrer no interior da soberania, vamos primeiramente a ela.

1. A soberania clássica

Para compreendermos a formulação ‘fazer morrer e deixar viver’, comecemos tentando assimilar onde e como se dá o nascimento da soberania. Falamos de nascimento porque é de modo histórico que Foucault (2000:286) aborda os problemas que se propõe. “Na teoria clássica da soberania, - diz ele – vocês sabem que o direito de vida e morte era um de seus atributos fundamentais”. O que quer dizer teoria clássica da soberania? Em senso estrito, é a teoria do direito da Idade Clássica. Mas é também algo aquém e além das teorias do direito dos séculos XVII e XVIII. Soberania clássica é aquela herdada de Roma, uma vez que o direito romano é o fundamento histórico do direito ocidental. A soberania dos romanos, feita clássica desde a Idade Média é ainda clássica para nós, porque ela nos guia, conforme um modelo ainda não esgotado historicamente, já que ele continua determinante no nosso modo de compreender a própria estrutura das relações políticas e o ordenamento do direito. O elemento essencial, dessa tradição que nos liga a Roma, é indicado por Foucault (2000:29-30): “há um fato que não se pode esquecer: nas sociedades ocidentais, e isto desde a Idade Média, a elaboração do pensamento jurídico se fez essencialmente em torno do poder régio”¹.

Poder régio equivale a poder soberano. Toda a reativação do direito ocidental, desde a Idade Média e até meados do século XVIII, gira em torno do rei, seja ao fundar-se na sua própria existência empírica, seja no direito divino ou no contrato. Na Idade Clássica, instalou-se um debate magnetizado pela soberania, a discussão sobre as prerrogativas e os limites do poder real. O direito do rei é a soberania e essa é o centro do sistema jurídico. Nas palavras de Foucault (2000:31), “o papel essencial da teoria do direito, desde a Idade Média, é o de fixar a legitimidade do poder: o problema maior, central, em torno do

¹ Embora melhor nuançada e mais erudita que a apresentação de Foucault sobre o direito régio de vida e morte entre os romanos, a análise de Agambem (2004, p. 95-8), a despeito de seu tom crítico em relação a Foucault, apenas ratifica a compreensão do filósofo francês aqui estudado.

qual se organiza toda teoria do direito é o problema da soberania”. O *background* histórico dessa centralidade da soberania régia é a reconstituição do edifício jurídico ocidental, pela retomada do direito romano submergido com o Império (Foucault, 2000:30).

No último capítulo de *A vontade de saber*² intitulado “Direito de morte e poder sobre a vida”, Foucault (1993:127) faz remontar o direito soberano à “*patria potestas* que concedia ao pai de família romano o direito de ‘dispor’ da vida de seus filhos e de seus escravos”. O direito soberano tem por lastro tradicional mais primitivo o direito do pai de família, que é também o direito mais absoluto de vida e morte, conhecido no Ocidente. Porém, de volta à Idade Clássica, encontramos algo modificado. A teoria do direito já não é mais a do direito absoluto do soberano, “o direito de vida e morte, como é formulado nos teóricos clássicos, é uma forma bem atenuada desse poder”. Desde o século XVII, explica Foucault (1993:127-8), reportando-se a Pufendorf, já não se admite que o direito de matar seja exercido em termos absolutos e de modo incondicional. É necessária uma razão: que ela seja ameaça direta ao poder régio por parte de inimigos externos, que seja regicídio ou conspiração, de qualquer forma, não se trata mais de simplesmente matar, mas apenas de expor indiretamente a vida à morte.

Contra um superpoder monárquico que identifica o direito de punir ao poder pessoal do soberano e faz do rei a *fons justitiae*, a teoria do contrato transforma o direito de punir, de direito de vingança do soberano em um direito de defesa da sociedade. Para que um poder tão desequilibrado quanto o da sociedade contra o indivíduo não substituísse um superpoder (o do rei) por outro (o da sociedade), a teoria geral do contrato, com Beccaria e De Lacretelle, introduz o princípio de moderação das penas, que é o princípio do coração, o sentimento de humanidade, baseado sobre um cálculo da medida da pena, perfazendo uma economia do poder de punir (Foucault, 1987:74.82-3).

Não deixa de causar estranheza que Foucault (2000:286) considere o direito de matar um atributo fundamental da teoria clássica da soberania, se entende que exatamente esse direito tornou-se um direito atenuado. Porém, não se trata de um desacordo, mas da apreensão de uma tensão entre poderes que se confrontam. Na formação do edifício jurídico ocidental, toda teoria do direito se organiza em torno do problema da soberania, sobre os limites desse poder e a questão referente às suas prerrogativas e isso independentemente do lado que se ocupa no debate. Pode-se estar do lado dos defensores dos direitos do rei ou do lado de seus críticos (Foucault, 2000:30).

Que a teoria clássica da soberania tenha atenuado o direito de matar, que ela tenha feito pesar contra esse velho poder do gládio o ‘deixar viver’, isso não significa que o direito do rei, embora contido, tenha deixado de ser fundamental. Ele continua essencial no sistema do direito, na Idade da “evicção do

² Livro aparecido em dezembro de 1976, vale dizer, no mesmo ano do Curso *Em defesa da sociedade*.

fato da dominação e de suas conseqüências”. Trata-se de dissolver a dominação, para que aparecessem no lugar dessa, que se queria reduzir ou mascarar, os direitos legítimos da soberania e a obrigação legal da obediência (Foucault, 2000:31).

Confluindo nos processos revolucionários do fim do século XVIII, a atenuação do direito soberano de matar diz respeito ao nosso próprio tempo. Entre os pedidos dos delegados aos Estados Gerais, encontra-se o seguinte registro nos *Cadernos de queixas*: “que a [pena] de morte só seja aplicada contra os culpados assassinos”.³ Essa lógica, que vai de Pufendorf a Beccaria e deste até nós, e toda a atenuação do direito de punir e do direito de matar, nas teorias do direito dos séculos XVII e XVIII, assume o corpo positivo da lei, na grande reforma do direito criminal que, entre o fim do século XVIII e início do XIX, instaura-se por todo lado, no Ocidente, e ainda coordena nosso atual modo de punir.⁴

Mas há ainda algo mais, além da atenuação do poder do gládio. Modifica-se a compreensão a respeito do objeto do poder soberano de matar.

2. O alvo do gládio

Se, até meados do século XVIII, o soberano está presente à execução da pena capital, “não só como o poder que vinga a lei, mas como o poder que é capaz de suspender tanto a lei quanto a vingança”, é porque “o crime, além de sua vítima imediata, ataca o soberano, ataca-o pessoalmente, pois a lei vale como vontade do soberano; ataca-o fisicamente, pois a força da lei é a força do príncipe” (Foucault, 1987:45.49).

A visibilidade ostensiva da figura real no exercício do atributo fundamental da soberania, o poder e o direito de matar, corresponde, na Idade Clássica, à ostentação do corpo do condenado e à execução da pena na forma espetacular do suplício, que não é a única, nem a mais aplicada, mas é a consumação e o ritual político da soberania (Foucault, 1987:33).

³ In V. E. Seligman, *La justice sous la Révolution*, t. 1, 1901 e A. Desjardin, *Les Cahiers des états généraux est la justice criminelle*, 1883, p. 13-20, Apud FOUCAULT, 1987:69 e 117, nota 1.

⁴ Rússia, 1769; Prússia, 1780; Pensilvânia e Toscana, 1786; Áustria, 1788; França, 1791, ano IV, 1808 e 1810. Cf. Foucault, 1987:13.

No Brasil, a reforma do Código Criminal é 1830 e revogou o Livro V das *Ordenações Filipinas*, mas os princípios gerais da reforma do regime penal do final do século XVIII já haviam sido inseridos no artigo 179 da Constituição do Império, jurada pelo Imperador em 1824. A lei constitucional determinou a “abolição de açoites, tortura, marca de ferro quente e ‘demais penas cruéis’; a pessoalidade das penas (nenhuma pena passaria da pessoa do delinqüente, abolido o confisco e a infâmia hereditária); as cadeias deveriam ser ‘seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réus, conforme suas circunstâncias e natureza dos seus crimes’” (LOPES, 2000:286). A despeito da lei constitucional, entretanto, o artigo 60 do Código Criminal de 1830 reza: “Se o réu for escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condenado na de açoites, e depois de os sofrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro pelo tempo e maneira que o juiz designar. O número de açoites será fixado na sentença, e o escravo não poderá levar por dia mais de 50”.

Em *Vigiar e punir*, Foucault relata o atezamento, esquartejamento e incineração do corpo desnudo e vivente do regicida Robert-François Damiens, ocorrido em 1757. Entre os documentos reunidos, o relato do comissário de polícia Bouton conclui-se da seguinte forma:

Uma vez retiradas essas quatro partes [o esquartejamento dos membros com a faca, após a tentativa infrutífera de fazê-lo através da tração de cavalos], desceram os confesores para lhe falar; mas o carrasco informou-lhes que [Damiens] estava morto, embora na verdade, eu visse que o homem se agitava, mexendo o maxilar inferior como se falasse. Um dos carrascos chegou mesmo a dizer pouco depois que assim que eles levantaram o tronco para o lançar à fogueira, ele ainda estava vivo (Foucault, 1987:12).⁵

Em outros casos, “os suplícios se prolongam ainda depois da morte: cadáveres queimados, cinzas jogadas ao vento, corpos arrastados na grade, expostos à beira das estradas”. Ao régio poder de matar não interessa a vida. Não é a vida que a lâmina do carrasco persegue. Não é sobre ela que se abate o gládio do rei. Não é ela que é visada pelo suplício. O corpo é o alvo. Ele é o objeto do domínio. Trata-se de expô-lo ao espetáculo. Vivo ou morto? Isso não importa (Foucault, 1987:14-5).

É no suplício que melhor comparece o ‘deixar viver’ da referida fórmula da soberania. Pelo suplício, exerce-se o ‘fazer morrer’ como uma tarefa que se desdobra e se perpetua, já que a morte é longa e pacientemente produzida, não como meta, mas como subproduto. Enquanto se suplicia, deixa-se viver ainda ou, o que dá no mesmo, faz-se morrer lentamente. Essa utopia da agonia perpetuada, o século XVIII inverteu.

Não mais aqueles longos processos em que a morte é ao mesmo tempo retardada por interrupções calculadas e multiplicada por uma série de ataques sucessivos. Não mais aquelas combinações que eram levadas a espetáculo para matar os regicidas, ou como aquela com que sonhava, no começo do século XVIII, o autor de *Hanging not Punishment Enough*, e que teria permitido arrebentar um condenado sobre a roda, depois açoitá-lo até a perda dos sentidos, em seguida suspendê-lo com correntes, antes de deixá-lo morrer lentamente de fome (Foucault, 1987:17).

Apenas no final da Idade Clássica, temos a inversão da lógica da soberania. Quando o Estado moderno manda matar é a vida mais do que o corpo que ele quer atingir (Foucault, 1987:17-8). É de 1760 a máquina inglesa de enforcar que, ao retirar a sustentação dos pés do condenado, evita a lenta agonia. É

Dispositivo que só será revogado em 1886 (LOPES, 2000:347). O retardo cronológico não contraria o que, desde 1769, é o processo geral da reforma.

⁵ Citato in A. L. Zevaes, *Damien le régicide*, 1937, p. 201-14. Apud Foucault, 1987:11-2 e 62.

de 1791 o artigo 3º do código francês que diz: “todo condenado à morte terá a cabeça decepada”. Por proposição de Guillotin, em primeiro de dezembro de 1789 e, desde março de 1792, na França, reduz-se toda e qualquer condenação à morte a um acontecimento instantâneo. O contato com o corpo do criminoso deve ser reduzido a um átimo. “Quase sem tocar o corpo, a guilhotina suprime a vida”. Desde o “fim do século XVIII e começo do XIX, a despeito de algumas grandes fogueiras, a melancólica festa da punição vai-se extinguindo” (Foucault, 1987:14).

No século XIX, desaparecem progressivamente o pelourinho, o patíbulo, o chicote, a roda, o ferro quente e as demais formas do espetáculo do suplício do corpo (Foucault, 1987:16). Antes do final do século XIX, já desaparecera até mesmo a lembrança dessas penas. Não sem razão, Nietzsche (1998: 51-2) precisa fazer uma história das práticas supliciantes germânicas, em sua *Genealogia da Moral*. Desde o século XVIII, “o sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena” (Foucault, 1987:16).

Espectáculo supresso, cerimonial obliterado, a punição passa a ser apenas um ato de procedimento ou de administração. Desde então, “o fato de ela [a justiça] matar ou ferir já não é mais a glorificação de sua força, mas um elemento intrínseco [...] que ela é obrigada a tolerar” e do qual se envergonha (Foucault, 1987:14-5). Daí que a execução da punição torne-se algo de que a justiça mesma quer retirar-se, delegando-o a um setor administrativo autônomo. É nesse tempo que “um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores”. Eles estão aí para garantir ao condenado que seu corpo e sua dor não são objetivos da punição (Foucault, 1987:16).

Estamos numa outra época, naquela que – segundo a formulação de Foucault – o soberano apenas deixa morrer, mas é também a época em que a vida está posta ao olhar do saber-poder da soberania, que visa em sua nova utopia não mais tocar o corpo.

[...] um médico hoje deve cuidar dos condenados à morte até ao último instante – justapondo-se destarte como chefe do bem-estar, como agente do não-sofrimento, aos funcionários que, por sua vez, estão encarregados de eliminar a vida. Ao se aproximar o momento da execução, aplicam-se aos pacientes injeções de tranquilizantes. [...] O emprego da psicofarmacologia e de diversos ‘desligadores’ fisiológicos, ainda que provisório, corresponde perfeitamente ao sentido dessa penalidade ‘incorpórea’ (Foucault, 1987:16-7).

Através da fórmula ‘fazer morrer e deixar viver’, Foucault conseguiu caracterizar o poder soberano de matar, seja na época do suplício, seja na época da atenuação das penas. A fórmula exprime o

desequilíbrio do direito de soberania como poder de matar. No suplício ou na guilhotina, é sobre a morte que está todo o seu peso (Foucault, 2000:286-7).

Por outro lado, a fórmula da soberania recebe, da obra de Foucault, uma elucidação de ordem epistemológica. Antes do fim da Idade Clássica, mesmo quando se trata de matar, a vida não comparece. Desde o final do século XVIII, é sempre a vida que se visa. Temos, assim, a nova fórmula ‘fazer viver e deixar morrer’. Deve-se ver que nesta há uma produção ativa da vida. É a vida mesma, o alvo do novo poder produtivo. É por isso que Foucault (2000:285-6) considera a biopolítica um dos fenômenos fundamentais do século XIX, a ‘assunção da vida pelo poder’, a ‘estatização do biológico’. Conseqüentemente, a história do político, a história do direito público, narrada no Curso de 1976, não se isola da epistemologia. Na obra de Foucault (2005:1), do saber, não se insula o poder, e isso de uma forma cada vez mais explícita.

3. Recuo epistemológico

“Ora, o direito de vida e morte é um direito que é estranho, estranho já no nível teórico; com efeito, o que é ter um direito de vida e de morte?”, pergunta Foucault (2000:286). A princípio, um paradoxo da ordem da teoria política: apenas um estranhamento com o contratualismo. Mas a resposta que se segue imediatamente parece lançar-se para a ordem da epistemologia histórica, além da teoria política.

Em certo sentido, dizer que o soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que [...] a vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais ou radicais, que se localizam fora do campo do poder político.[...] Quando se vai um ponto mais além e, se vocês quiserem, até o paradoxo, isto quer dizer no fundo que, em relação ao poder, o súdito não é, de pleno direito, nem vivo nem morto. Ele é, do ponto de vista da vida e da morte, neutro (Foucault, 2000:286).

É verdade que Foucault quer destacar o desequilíbrio que o contratualismo instaura ao colocar a constituição do direito de vida ou de morte do lado do rei. “A vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana” (Foucault, 2000:287). Mas o texto também ecoa o trabalho epistemológico de Foucault. Sob esse prisma, a vida e a morte não são fenômenos naturais, imediatos, originais ou radicais porque a vida e a morte não foram isso para a Idade Clássica como o serão para a nossa ‘modernidade biológica’ (1993:134).

Se vida e morte não existem fora do campo da instituição do direito é porque ‘vida’ é esse problema que apenas começa a aparecer no campo do pensamento político (Foucault, 2000:288). Se o súdito não é, de pleno direito, nem vivo nem morto, mas apenas neutro, é porque, no sentido que a vida e a morte têm para o século XIX, não se é propriamente vivo ou não-vivo para nenhum saber da Idade Clássica.

Aqui, a nossa compreensão só se aprofunda se ousarmos um recuo na obra de Foucault. Mas retomar *As palavras e as coisas* não é apenas passar de uma genealogia do poder a uma arqueologia do saber, como se um hiato separasse saber e poder, quando são faces do mesmo. O ser que é, é o que é dado ao conhecimento do poder e ao poder do conhecimento. Na introdução metodológica do Curso de 1976, Foucault (2000:28) diz que seu projeto é tentar apreender o poder “entre dois pontos de referência ou dois limites: de um lado, as regras de direito que delimitam formalmente o poder, de outro lado, [...] os efeitos de verdade que esse poder produz”. Ora, ocorre que, do lado da produção da verdade, não se pode descurar da epistemologia, ou seja, do terreno histórico em que o poder político e os discursos de verdade movimentam-se.

Para perguntar à Idade Clássica ‘o que é ter direito de vida e morte?’ é preciso saber o que é vida e morte para ela. Segundo *As palavras e as coisas*, na Idade Clássica, “a própria vida não existia. Existem apenas os seres vivos [...] e que apareciam atrás de um crivo do saber construído pela *história natural*”, um saber que “não se pode constituir como biologia” (Foucault, 1992:141 e 175). Os seres vivos comparecem apenas “em sua anatomia, em sua forma, em seus costumes, em seu nascimento e em sua morte” (Foucault, 1992:143). Para a Idade Clássica, não há ‘vida’, mas apenas os corpos dos vivos, cuja mecânica não é essencialmente diversa da de todos os outros demais corpos. Corpos que a história natural classifica, que o carrasco suplicia e que o soberano manda matar.

Na Idade Clássica, tal como Foucault (1992:246) a compreendeu, o gládio não pode abater-se sobre a vida, mas sobre os vivos ou, mais exatamente, sobre os corpos, sejam eles vivos ou mortos. É por isso que ‘poder matar e deixar morrer’ não diz respeito a fenômenos naturais. Não existe um fenômeno natural conhecido como vida, antes do último quartel do século XVIII.

Em *As palavras e as coisas*, a configuração geral do saber do século XVII define-se por três noções interdependentes: *máthêsis*, *taxinomia* e *gênese*. A *taxinomia* implica o *continuum* das coisas, a não-descontinuidade ontológica (Foucault, 1992:88-9). Daí que, no lugar da grande dicotomia e mesmo oposição entre vivo e não-vivo, orgânico e inorgânico (Foucault, 1992:247), tudo de que se dispõe é uma divisão da natureza em três classes. Neste mundo, um ser pode ser mineral, vegetal e animal. Uma divisão sem nenhum peso epistemológico decisivo (Foucault, 1992:88). Num universo ainda cartesiano, os

corpos dos vivos sobre os quais se abate o gládio pertencem a um mundo de leis de movimentos retilíneos, de formas simples e de substâncias extensas (Foucault, 1992:142).

Se o poder soberano de matar não visa a vida, mas o corpo, não se trata de uma miopia geral dos governantes do século XVII e XVIII, mas de uma condição do saber na qual o poder não poderia tratar como onticamente diverso, o vivo e o mundo inorgânico, aquilo mesmo que Lineu queria inscrever na “unidade recuada, mas insistente de uma *taxinomia universalis* [...] quando ele projetava encontrar, em todos os domínios concretos da natureza ou da sociedade as mesmas distribuições e a mesma ordem” (Foucault, 1992:91). É por isso que, na Idade Clássica, o corpo vivo do súdito não é diferente de uma riqueza que o soberano confisca. Sem essa chave epistemológica, a caracterização do poder político, em *A vontade de saber*, perde sua coerência e alcance filosóficos.

[...] talvez se devesse relacionar essa figura jurídica [o direito de morte] a um tipo histórico de sociedade em que o poder se exercia essencialmente como instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas: extorsão de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue impostos aos súditos. O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la (Foucault, 1993:128).

4. Biopolítica, o novo direito

Enquanto, no direito de soberania, a morte era o que mais brilhava e mais manifestava o poder absoluto do soberano e ao suplício cabia tornar espetacular esse poder; com o biopoder, a morte é o que o poder já não conhece, mesmo quando ele ‘deixa morrer’. Nesse sentido, a biopolítica é uma modificação, uma transformação na soberania, no plano do direito público.

Se Foucault (2000:286), na aula derradeira do Curso de 1976, usa a estratégia de colocar a biopolítica em tensão com a soberania, como dois direitos diversos, um velho e um novo, é porque compreende a biopolítica como a “assunção da vida pelo poder [...], uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico”.

4.1. Normalização e regulamentação

Em *A vontade de saber*, Foucault (1993:135) esclarecera que, enquanto o velho direito soberano atua às expensas do sistema jurídico da lei, o biopoder atua pela norma. Nessa oposição entre norma e lei,

norma é regulamentação e lei é gládio. “A lei não pode deixar de ser armada e sua arma por excelência é a morte; aos que a transgridem, ela responde, pelo menos como último recurso, com esta ameaça absoluta”.

Se a morte está do lado da lei, o contraponto exigido pela assunção do biológico pelo Estado é o poder que tem a tarefa de se encarregar da vida através de mecanismos contínuos, os reguladores corretivos. Já não se trata mais de “separar os súditos obedientes dos inimigos do soberano”, mas de “distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade” (Foucault, 1993:135). A essa nova teleologia corresponde a normalização.

Em *Vigiar e punir*, Foucault (1987:163-4) colocara a repressão do lado da lei e a regra de diferenciação dos indivíduos do lado da norma. Normalizar é “fazer funcionar, através dessa medida ‘valorizada’ a coação de uma conformidade a realizar”. A diferença individual é distribuída numa hierarquia de valor dada pela norma, que permite colocar do lado de fora o anormal. Se a norma atinge assim o indivíduo é porque ela é, do outro lado, um “poder de regulamentação [que] obriga à homogeneidade”. Dentro do sistema de igualdade formal, da homogeneidade como regra, a norma permite medir os desvios, estabelecer os graus de normalidade. O normal como homogeneidade, como princípio de coerção, permite: a) a instauração de uma educação standardizada e a criação das escolas normais, b) o estabelecimento de um corpo médico e um quadro hospitalar da nação capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde; e c) a regularização dos processos e dos produtos industriais. Ora, essa coerção é o que aparece, no Curso de 1976, como um novo direito, a biopolítica, em relação ao velho direito, a soberania.

Entretanto, no Curso de 1976, Foucault (2000:294) dá um passo além e estabelece uma nova distinção que dá ainda mais precisão ao que entende por biopolítica. Ele ainda insiste que o biopoder está na esfera da regulamentação e continua colocando a regulamentação no interior da norma. Mas ele passa a distinguir a norma disciplinar da norma regulamentar. Nessa distinção, a biopolítica pertence à última. Enquanto a norma se aplica a um corpo, ela é disciplina. Quando se aplica à população, ela é regulamentação. Está aí uma distinção que ainda não opera, pelo menos não claramente, não explicitamente, em *Vigiar e punir*.

4.2. Teleologia

Sempre que Foucault utilizou a palavra biopolítica, esteve em jogo um poder sobre a população. Antes de fazê-lo, em *Vigiar e punir*, há uma normalização que ainda não recebe o nome de biopoder, mas Foucault (1987:151) está prestes a nomeá-la assim. Ele já lida com o material que o faz pensar que a “era

clássica viu nascer a grande estratégia política e militar segundo a qual as nações defrontam suas forças econômicas e demográficas”. Demografia é o saber sobre a população. Um saber que opera nessa medição de força demográfica entre os Estados. Eis aí o ponto de partida para a elaboração do conceito de biopolítica.

Em *A vontade de saber*, biopolítica é o poder de acrescer as forças econômicas e demográficas. É um investimento sobre o ser vivo e sobre processos biológicos, “a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar”. É um investimento no sentido produtivo, um “ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas” (Foucault, 1993:131 e 133); um exercício do poder do Estado e do seu “direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no ‘como’ da vida, [...] para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências” (Foucault, 2000:295).

No Curso de 1976, temos um conceito que se delinea precisamente. Biopolítica é uma regulamentação sobre processos biológicos da população humana, “um conjunto biológico e estatal: a bio-regulamentação pelo Estado”. Daí Foucault (2000:298) chegar a proferir oralmente “mecanismos regulamentadores” – pois se trata de uma aula gravada –, lá onde o seu manuscrito grafava “mecanismos previdenciários”.

4.3. Lei *versus* norma

Se, como vimos demonstrando, Foucault coloca biopolítica em tensão com soberania, se biopolítica é normalização regulamentar e soberania é lei, então, norma e lei devem estar também em tensão entre si. De fato, é o que ocorre. Em *A vontade de saber*, Foucault (1993:131) diz que, se “a lei funciona cada vez mais como norma, [...] a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras”. A biopolítica transforma a soberania tanto quanto a norma reguladora transforma a lei.

Mas isso não é tudo. A biopolítica transforma a lei, mas ela não está restrita ao campo coberto tradicionalmente pela lei e pela soberania. A soberania vai além. Biopolítica não é apenas política governamental, ação de governo, modo de agir e finalidade da ação do Estado moderno. Além das “grandes regulações globais que proliferaram ao longo do século XIX, nós as encontramos – diz Foucault (2000:299) – [...] também abaixo do nível estatal, com toda uma série de instituições subestatais, como as instituições médicas, as caixas de auxílio, os seguros, etc.”. Biopolítica, enquanto normalização reguladora, ultrapassa a lei e o Estado e penetra as relações sociais.

Conclusão

Ao se procurar compreender as relações entre soberania e a biopolítica introduzidas por Foucault em textos de meados da década de 1970, lançou-se mão dos seus trabalhos precedentes, especialmente *As Palavras e as coisas* e *Vigiar e punir*. Não se pretendeu, com isso, descurar a importante diversidade da forma e dos temas da pesquisa que distingue estas duas obras. Não se pretendeu nivelar a novidade altamente significativa que a análise do poder representou em relação à história do saber, tal como atentos estudiosos da obra de Foucault (Machado, 1982; Deleuze, 1991) souberam perceber bem cedo. O esforço foi o de mostrar que a análise dos poderes sobre a vida pressupõe as análises dos saberes sobre ela. Pretendeu-se mostrar como o vínculo entre uma história das condições epocais do nascimento da biologia e uma história do poder político sobre a vida favorecem a percepção da continuidade e da coerência interna que há entre as pesquisas sobre a história dos saberes e as análises das relações de poder, no desenvolvimento da obra de Foucault. Um trabalho assim realizado partilha da aposta de que é possível encontrar, nos diversos escritos deste autor, uma *unité profonde* (Poster, 1988:354), “um núcleo de sentido que se oferece ao nosso reconhecimento” (Morey, 1988:145), mesmo sem deixar de reconhecer que o poliformismo da sua produção é o exercício efetivo de um *droit au non-identique* (Bouchindhomme, 1988:372). Busca-se uma “unidade da pesquisa perseguida por Foucault de livro em livro e de arquivo em arquivo”, mesmo que a polivalência tática de seus discursos interdite “não somente toda pretensão à exaustividade, mas toda pretensão de circunscrever a aposta do combate a uma questão única” (Balibar, 1988:56).

Não se pretendeu descurar o valor de empreendimentos que tomam o conceito de biopolítica como ferramenta útil para outras análises de discursos e de relações de saber e poder que não se detém no texto de Foucault, mas avançam sobre novos problemas (Pelbart, 2003; Heller; Fehér, 1995). Afinal, sabe-se que Foucault (1994a:427) preferiu escrever não uma teoria do poder, mas uma teoria como caixa de ferramentas, “que se trata de construir não um sistema, mas um instrumento: uma *lógica* própria às relações de poder e às lutas que se engajam em torno delas”. Porém, atentar para a construção do conceito de biopolítica na obra e para um de seus pontos primitivos e recuados de ancoragem, que se encontra em *As palavras e as coisas*, é acompanhar aqueles que pretendem fazer residir na epistemologia, tal como a prática a escola francesa, que vai de Cavailles a Canguilhem, o ponto de partida e o lastro do empreendimento de Foucault (Ternes, 1998; Machado, 1983; Barret-Kriegel, 1988; Rajchman, 1988), especialmente quando é a vida, o tema em questão.

Nessa excursão pela obra de Foucault, recolheu-se o necessário para tentar mostrar que não faria sentido, no interior desta filosofia, afirmar que a biopolítica é tão antiga quanto a soberania. O que pode fazer sentido noutra malha conceitual (Agamben, 2004:14) seria um contra-senso histórico no vocabulário de Foucault que, por seus suportes epistemológicos, tem rigor e coerência próprios.

O presente trabalho procurou indicar e conceptualizar alguns desses suportes, no interior da história da punição e da vida. Ademais, o conceito de biopolítica, em Foucault, ramifica-se também sobre suportes epistemológicos outros, tais como as histórias da anátomo-política, da medicina social, da psiquiatria e da economia política. Temas para outras abordagens, como seria também a tarefa de articular a descrição de todos esses suportes epistemológicos para demonstrar que, além deles, a biopolítica é uma das faces mais relevantes de “uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura”. Tarefa para qual, “é preciso ter uma consciência histórica da situação na qual vivemos” (Foucault, 1994b:223-4), ou, noutro vocabulário, realizar a tarefa de “ser a má consciência do seu tempo” (Nietzsche, 1996:118-9). A reflexão de Foucault sobre a biopolítica é a que melhor esclarece o modo de exercício da filosofia como impositação da questão filosófica do presente. Questão que faz o filósofo levar “em conta sua atualidade, de uma parte, para encontrar nela seu próprio lugar; de outra parte, para dizer-lhe o sentido, enfim, para especificar o modo de ação que ele é capaz de exercer no interior desta atualidade” (Foucault, 1994c:681).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I*. 2004. 1 reimpressão, Belo Horizonte, Editora UFMG.

BALIBAR, Étienne. Foucault et Marx. L'enjeu du nominalisme. In: VVAA. *Michel Foucault philosophe. Rencontre internationale. Paris 9, 10, 11 janvier 1988*. 1988. Paris, Seuil, pp. 54-75.

BARRET-KRIEGEL, Blandine. Michel Foucault et l'État de police. In: VVAA. *Michel Foucault philosophe. Rencontre internationale. Paris 9, 10, 11 janvier 1988*. 1988. Paris, Seuil, pp. 222-7.

BOUCHINDHOMME, Christian. Foucault, la morale, la critique. In: VVAA. *Michel Foucault philosophe. Rencontre internationale. Paris 9, 10, 11 janvier 1988*. 1988. Paris, Seuil, pp. 372-83.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. 1991. São Paulo, Brasiliense.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. 1992. São Paulo, Martins Fontes.

- _____. *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. 1987. Petrópolis, Vozes.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 1993. Rio de Janeiro, Graal.
- _____. *Em defesa da sociedade*. 2000. 1 ed. 2. tiragem, São Paulo, Martins Fontes.
- _____. Pouvoir et stratégies. In: _____. *Dits et écrits*. 1994a. Paris, Gallimard, pp. 418-28, (Vol. III).
- _____. Le sujet et le pouvoir. In: _____. *Dits et écrits*. 1994b. Paris, Gallimard, pp. 222-43, (Vol. IV).
- _____. Qu'est-ce que les Lumières? In: _____. *Dits et écrits*. 1994c. Paris, Gallimard, pp. 679-88, (Vol. IV).
- HELLER, Ágnes; FEHÉR, Ferenc. *Biopolítica. La modernidad y la liberación del cuerpo*. 1995. Barcelona, Ediciones 62.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. *O direito na história. Lições Introdutórias*. 2000. S/l, Max Limonard.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da Arqueologia de Foucault*. 1982. Rio de Janeiro, Graal.
- MOREY, Miguel. Sur le style philosophique de Michel Foucault. Pour une critique du normal. In: VVAA. *Michel Foucault philosophe. Rencontre internationale. Paris 9, 10, 11 janvier 1988*. 1988. Paris, Seuil, pp. 137-49.
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral. Uma polêmica*. 1998. São Paulo, Companhia das Letras.
- NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal. Prelúdio a uma filosofia do futuro*. 1996. 2 ed., São Paulo, Companhia das Letras.
- PELBART, Peter Pál. *Vida Capital. Ensaio de biopolítica*. 2003. São Paulo, Iluminuras.
- POSTER, Mark. Foucault, le présent et l'histoire. In: VVAA. *Michel Foucault philosophe. Rencontre internationale. Paris 9, 10, 11 janvier 1988*. 1988. Paris, Seuil, pp. 354-71.
- RAJCHMAN, John. Foucault, le présent et l'oeuvre. In: VVAA. *Michel Foucault philosophe. Rencontre internationale. Paris 9, 10, 11 janvier 1988*. 1988. Paris, Seuil, pp. 249-59.
- TERNES, José. *Michel Foucault e a idade do homem*. 1998. Goiânia, Editora UFG, Editora UCG.

Vida e morte do índio nas imagens do Brasil no século XIX

Maria Isabel Cardoso Teixeira *

belclio@hotmail.com

Maria Elízia Borges **

Resumo: Nesta comunicação nos propomos analisar as representações sociais sobre o indígena presente em território brasileiro no século XIX através de imagens. Observamos certas distinções temáticas entre as obras produzidas por dois pintores, um europeu, Maximilian de Wied-Neuwied e um brasileiro, Rodolfo Amoedo. Baseamos nessas diferenciações para compreender as maneiras com que o Outro era visto e como ele era representado.

Palavras chaves: índios, imagens, representações sociais.

Resumé: Dans ce article nous nous proposons analyser les représentations sociales sur le indigène du Brésil dans le XIX^{ème} siècle à travers d'images. Il y a certains distinctions thematiques entre les œuvres de deux peintres, un europeén, Maximilian de Wied-Neuwied et un bresilien, Rodolfo Amoedo. Nous nous basons dans ce distinctions pour comprendre les manières de regarder l'Autre et comme il a représenté.

Mots clés : Indiens, images, représentations sociales

Os atores sociais escolhidos para esta tarefa possuem origens diferentes: um é Maximilian Alexander Phillip (1782 – 1867) viajante, naturalista e príncipe de Wied-Neuwied¹ e o outro, o pintor brasileiro proveniente da Academia Imperial de Belas-Artes Rodolfo Amoedo (1858-1941). Analisando três aquarelas de Wied-Neuwied (como o primeiro é mais conhecido) e o quadro “O Último Tamoio” de Amoedo, abordaremos o olhar de cada um desses atores mediante o representante de outra etnia.

As fontes utilizadas nessa pesquisa são as iconográficas², um objeto de grande valor ao historiador. O uso das imagens pela história não é recente (Burke, 2004: 12), muitos

* Aluna da Graduação do Curso de História da Universidade Federal de Goiás

** Professora orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso cujo título é “Representações da morte e do índio na pintura brasileira do século XIX.

¹ Território pertencente à atual Alemanha.

² Utilizaremos o conceito de iconografia proposto por Panofsky em “O significado das artes visuais”. De acordo com o autor “este é o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras em contraposição à sua forma” (Panofsky, 1995: 47)

pesquisadores quando as empregam, tendem a tratá-las como ilustrações, sem interpretação alguma, ou então como instrumentos que corroboram as conclusões a que chegaram através de outras fontes. (Burke, 2004: 12).

Segundo a autora Maria Sylvia Porto-Alegre “o estudo das imagens é fundamental para compreendermos os múltiplos pontos de vista que os homens constroem a respeito de si mesmos e dos outros, seus comportamentos, sentimentos e emoções em outros tempos e espaços.” (1998: 76) Acrescenta-se a essa definição que as imagens ajudam a elucidar aspectos das representações sociais produzidas por um determinado grupo em relação ao mundo que o circunda e aos outros.

Consideramos importante explicitar o conceito de representação social abordado nessa comunicação e de que forma ela pode nos auxiliar na maneira de dialogar com as fontes utilizadas, de modo que possamos compreender essas distinções nas maneiras de ver o outro. Segundo a teórica da psicologia social Denise Jodelet, a representação social

“é uma forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural.” (Jodelet, 2001: 22)

A representação social diz respeito à representação de alguma coisa (objeto) por algum sujeito, e esse objeto pode ser uma coisa, um acontecimento material, psíquico ou social, uma idéia, uma teoria, pode ser tanto real ou mítico, mas sempre existe e é necessário. (Jodelet, 2001: 22) Outro aspecto da noção de representação que essa autora trata é que

“a representação social tem como seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e o de interpretação (conferindo-lhe significações). Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma construção e uma expressão do sujeito.” (Jodelet, 2001: 27).

O seu estudo se legitima devido à sua importância na vida social e à elucidação dos processos das interações sociais, já que a representação social é um saber prático, que serve para agir sobre o mundo e sobre o outro. (Jodelet, 2001: 28)

Como dito anteriormente, abordamos as representações de dois atores sociais acerca de um objeto comum, o índio. Nos interessa saber os modos pelos quais estes o interpretaram, a visão de mundo construída em relação a esse objeto representado, os sentimentos gerados através das interações com ele. Esses autores apresentaram de maneira simbólica o objeto aqui tratado através da pintura, substituindo-o na sua ausência.

Considerando essas representações, buscamos analisar a visão que os homens brancos, europeus e brasileiros, no século XIX apresentavam acerca dos grupos indígenas. Este olhar seguia padrões idealizados ou se aproximavam destes tipos étnicos? Verificamos através do estudo dessas imagens que há grandes diferenciações entre as representações feitas por Maximilian Wied-Neuwied e por Rodolfo Amoedo. Para isso, à guisa de interpretação criaremos dois modelos que classificam as imagens de acordo com essas distinções: “índio vivo” e “índio morto”.

“Índio Vivo”

As obras escolhidas como fontes na abordagem das representações do índio vivo foram compostas pelo príncipe Maximilian de Wied Neuwied entre 1815 e 1817, período em que esteve com sua Missão Científica em território nacional e registrou diversos aspectos culturais de indígenas inseridos em sua sociedade de origem, principalmente os Puris e Botocudos. (Hartmann, 1977: 12). Elas foram retiradas do Catálogo “Viagem ao Brasil do Príncipe Maxiliano de Wied-Neuwied” da Biblioteca Brasileira da Robert Bosch e foram escolhidas por se tratarem de ricas representações acerca dos habitantes da terra.

Abordaremos principalmente as aquarelas que representam os índios botocudos tais como: “O capitão dos Botocudos June em viagem”, “Banho dos Botocudos no Rio Grande de Belmonte” e “Briga dos botocudos próximo ao Quartel dos Arcos no Rio Grande de Belmonte”, todas elas produzidas no ano de 1816.

Wied é parte do que chamamos de artistas-viajantes ou pintores-etnógrafos. A historiadora da arte Ana Maria Belluzo acredita que as obras desses viajantes oferecem ao espectador um Brasil pensado pelos outros, e elas podem apresentar modos como uma cultura vê a si mesma e a uma outra. (Belluzo, 1996: 10)

Desde o século XVI viajantes como Jean de Lery e Hans Staden proliferam na sociedade europeia imagens sobre um mundo novo de habitantes exóticos e dele criam símbolos e mitos, contos maravilhosos e fábulas. (Belluzo, 1996: 15) No século XVII chegam ao Brasil, acompanhando Maurício de Nassau, artistas como Franz Post, Albert Eckhout, Georg Margraf e outros para demonstrar com maior fidedignidade os registros dos habitantes, da fauna, da flora e dos cenários do Novo Mundo (Leite, 1996: 34).

Já à luz do século XIX vemos uma grande afluência de Missões Científicas Europeias (Belluzo, 1996: 10) de modo a redescobrir o território brasileiro. A partir da abertura dos portos do Brasil às nações amigas em 1808 pintores e desenhistas vinham junto à essas Missões destinados a representar partes da história natural, da botânica e da zoologia das regiões exploradas pois as imagens conferiam legitimidade às suas descobertas³. Não raro, estes artistas retrataram cenas do cotidiano os habitantes destes territórios, as sociedades indígenas com as quais cruzaram na viagem. (Hartmann, 1975: 8)

A interpretação dessas obras está relacionada com a pesquisa da antropóloga Maria Sylvia Porto-Alegre sobre iconografia etnográfica e com o Catálogo citado acima que possui texto de Renate Löschner e impressões de viagem do pintor acerca do que foi encontrado nessa expedição.

Porto-Alegre afirma constatar em grande parte das imagens dos viajantes que eles “rompem com os estereótipos deformantes de um índio genérico em vias de desaparecimento, embora essa fosse a representação dominante no discurso das teorias raciais vigentes nas primeiras décadas do século XIX”. Essas imagens mostram “a *vitalidade* das culturas dos grupos contatados, trazem registros minuciosos da organização social, dos rituais, das festas, da cultura material, da vida em família.”⁴. [destaque nosso] (Porto Alegre, 1998: 90-91) As representações produzidas por artistas viajantes do século XIX, principalmente as que escolhemos como fontes, nos dão outras informações a respeito da vida em sociedade dos índios diferente das que são expostas em escritos da época.

A imagem “Banho dos Botocudos no Rio Grande de Belmonte” (Figura 1) mostra uma alegre cena de banho em que os Botocudos brincavam descontraídos no rio. “Segundo a experiência de Maximilian esta era uma brincadeira da qual gostavam muito e constatou admirado que os Botocudos eram exímios nadadores” (Löschner 2001: 38- 39) Nessa representação, o rio ocupa grande parte do desenho limitado pela paisagem das margens com uma vegetação imensa ao fundo. Vemos nessa aquarela a maneira em que os índios se

³ Segundo Porto-Alegre, as Missões Científicas faziam uso da pintura e do desenho como ilustração, prova e arquivo documental, típico da constituição da ciência moderna. A utilização da imagem unida com o texto científico iniciou-se com Alexandre von Humbolt, como uma maneira de popularizar a ciência, pois a documentação detalhada de aspectos do “mundo selvagem” agradava o público europeu. (Porto-Alegre, 2001: 86)

⁴ A autora não nega, no entanto, que há representações produzidas por estes artistas que dizem respeito a idealizações sobre o bom e mal selvagem como contraposições entre a civilização e a barbárie, ou do índio como ser totalmente integrado à natureza. Mas estes não são objetos desta comunicação.

divertiam, um homem está prestes a pular na água, outros estão a mergulhar. É uma cena idílica onde a presença do lúdico é o foco principal da atenção do autor.

Em “O capitão dos Botocudos June em viagem” (Figura 2), Maximilian representa o cacique Botocudo June, suas duas mulheres e três filhos. Destacamos a representação de suas armas e utensílios, as formas como estes eram carregados e seus adornos corporais, como os grandes botoques⁵ nos lábios e nas orelhas da figura masculina, os cordões nos joelhos e tornozelos das mulheres⁶, seus pequenos botoques e os enfeites do pescoço de todos eles. (Löschner 2001: 36- 37) O grupo representado está enfileirado, homem está à frente seguido pelas mulheres que carregam as crianças, a partir dessa composição podemos inferir sobre a vida familiar dos Botocudos, em que a poligamia é permitida e homem está no topo da hierarquia.

A imagem mais expressiva desse grupo é a “Briga dos Botocudos próximo ao Quartel dos Arcos no Rio Grande de Belmonte” (figura 3), Maximilian afirmou que o motivo da briga foi porque o grupo do cacique June ousou caçar nas terras do cacique Jeparack, e a transgressão deveria ser vingada. “Nessas lutas frequentemente estava em jogo o direito de caçar numa determinada área”. (Löschner 2001: 38) Essa é uma rica fonte acerca da cultura desse grupo, pois podemos ver uma oca pequena feita de folhas de coqueiro de formato arredondado, os homens com sua pintura corpórea e armas de guerra, além de nos trazer aspectos sobre o respeito mútuo que deve haver entre caciques. No lado direito do quadro vemos duas mulheres a se agredir arrancando os cabelos e os ciúmes eram o motivo das brigas cotidianas entre as Botocudas. (Löschner 2001: 38)

A partir da análise dessas imagens e com algumas descrições de Wied-Neuwied constatamos elementos relativos à vida social dos indígenas, pois eles nunca são representados sozinhos, o seu modo de divertir, sua cultura material, a instituição familiar e o relacionamento entre gêneros, a sua pintura corporal e códigos que regulamentam o que é permitido ou não dentro do grupo. Podemos inferir com isso que este pintor europeu representou de maneira aproximada uma cultura viva

⁵ Botoque é um adorno presente em muitas imagens como atributo dos botocudos. Em seus escritos, Wied descreve como eles se enfeitam: “Perfuram as orelhas e os lábios inferiores, abrindo orifícios com auxílio de objetos cilíndricos, uma espécie de madeira leve, talhada em forma de calço, trocados periodicamente por outros de tamanho maior.” (Löschner 2001:35).

⁶ Os botocudos e outros grupos utilizavam essas cordas nos tornozelos e joelhos, pois queriam manter as pernas esbeltas, que eram consideradas por eles bonitas. (Löschner 2001: 35)

“Índio Morto”

Em contraposição à figura do índio vivo, vemos a representação do índio morto pelos artistas brasileiros na segunda metade do século XIX. Para essa abordagem, centraremos a nossa atenção no quadro “O Último Tamoio” produzido em 1883 pelo pintor Rodolfo Amoedo (1858-1941).

Com o advento da Independência do Brasil, observamos que uma das características das escolas de artes é o seu forte papel na construção de emblemas da nacionalidade e de mitos de origem. Foi durante o Segundo Reinado que a Academia Imperial de Belas Artes viveu o seu período de maior estabilidade. D. Pedro II passou a distribuir prêmios, medalhas e bolsas para o exterior. Para ele, proteger os artistas era quase obrigação do Estado; era uma forma de garantir uma iconografia oficial (Schwarcz, 1998: 146-147)

O romantismo fora escolhido pelos intelectuais da época como um instrumento para dar autonomia à cultura nacional frente à europeia aproveitando-se de características locais, no caso o indígena e a natureza. Desta maneira o nativo fora escolhido como personagem principal das pinturas compostas por artistas brasileiros da segunda metade do século XIX. Um detalhe importante que devemos enfatizar é que “Sabia-se muito pouco a respeito dos indígenas, mas na literatura ferviam romances épicos que traziam chefes e indígenas heróicos, amores silvestres com a floresta virgem como paisagem”. (Schwarcz, 1998: 147)

Rodolfo Amoedo como bolsista das Artes criou o quadro “O último tamoio” em Paris e a partir dele tenta-se compreender como os homens brancos brasileiros fazem representações acerca do tipo étnico escolhido como elemento nacional. (Figura 4) Nesta obra observa-se em primeiro plano um corpo disposto em diagonal: um índio que está morto amparado por um jesuíta, e como cenário há as ondas do mar, algumas aves ao longe e vestígios de uma vegetação que alcança a praia. Ele parece estar dormindo, os sinais de sua morte são mínimos: apenas por um filete de sangue que escorre de seus lábios e a tanga desfeita. O autor segue a representação da bela morte⁷ muito presente em elementos da sensibilidade

⁷ Este conceito é retirado do livro “O Homem diante da Morte” de Philippe Ariès. A grosso modo, a bela morte ou morte romântica é caracterizada pelo status de belo que a morte adquire no século XIX, confunde-se com o sono; a morte passa a ser desejada, uma maneira de evadir-se e liberar-se de um sofrimento muito grande. (Ariès, 1982:447-448)

do homem do século XIX e ao mesmo tempo valores estéticos vigentes no estilo romântico, tais quais o culto à natureza.

Esse quadro foi inspirado no livro “A Confederação dos Tamoios” (1856) do autor Domingos José Gonçalves Magalhães escrito sob a proteção do imperador, que utiliza o mito do habitante primordial, um herói, lutando contra o espólio do invasor português e defendendo a sua terra. O jesuíta que se compadece com o drama e ampara o tamoio pode ser visto como um representante do poder político que zela desses grupos e dos outros habitantes do Brasil.

O indígena romântico representando a imagem ideal, era considerado o mais ‘nobre’, no sentido de se construir um passado honroso. Por oposição ao negro, que lembrava nesse contexto uma situação vergonhosa em função da escravidão, o elemento nativo permitia indicar uma origem mítica e unificadora. (Schwarcz, 1998: 131)

Tanto é que grande parte das imagens em que estes são personagens principais, eles aparentam ter a pele mais clara, com traços físicos inspirados em modelos acadêmicos europeus e estando mortos. No quadro de Amoedo, o tamoio que restou possui um único atributo que diz respeito às suas origens, a tanga que está se desfazendo tal qual a sua cultura, sua história e os membros de seu grupo.

Ou seja, o índio, devido ao seu afastamento forçado do olhar das elites da época, foi escolhido como símbolo da nação e representado com valores nobres. Com isso desejava-se a partir dessas representações que o outro fosse uma extensão do eu e este pudesse simbolizar características desejadas para a nação que está se querendo criar. O emblema da nacionalidade se dá na utilização do mito do brasileiro primordial, utilizando-se do estilo romântico e modelos ligados à bela morte.

Conclusões

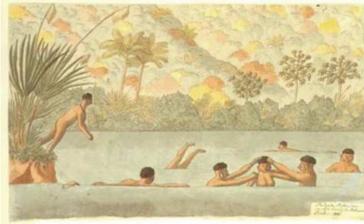
As classificações utilizadas nessa comunicação “O índio vivo” e “o índio morto” não passam de metáforas ligadas às formas com que este foi visto no século XIX. Vida e morte aqui foram relacionadas com a aproximação ou distanciamento da cultura dos grupos indígenas pelos homens brancos. O artista-etnógrafo buscava registrar os aspectos sociais dos homens da terra e sua diversidade, consegue apreender muito da vivência e da cultura através do contato com o outro. O pintor brasileiro idealiza o ser retratado, ele é visto com

distanciamento, um elemento estritamente nacional, separado de sua cultura. Tanto é que no quadro que analisamos, o índio está sozinho, sem os membros de seu grupo enquanto que nas aquarelas de Wied-Neuwied as pessoas representadas estão sempre convivendo em sociedade. O Tamoio é representado com a pele mais clara, traços europeus e o único elemento da sua cultura é a tanga que está se desfazendo. Já os Botocudos são vistos adornados, com seus instrumentos cotidianos, e com sua pintura corporal. A única semelhança que permeia as representações tratadas nessa comunicação é o elemento paisagístico: a abundância de árvores, plantas, animais deste país exótico, o índio é sempre visto como ser integrado à natureza.

Referências Bibliográficas:

- ARIÉS, Philippe. *O homem diante da Morte*. V. 2. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982
- BELLUZO, Ana Maria. “A propósito d’o Brasil dos Viajantes”. *Revista da USP Dossiê Brasil dos Viajantes*. 1996
- HARTMANN, Thekla. *A contribuição da iconografia para o conhecimento dos índios brasileiros do século XIX*. Coleção Museu Paulista, série de Etnologia, v.1. São Paulo: USP, 1975.
- JODELET, Denise. “Representações sociais: um domínio em expansão” in: JODELET, Denise (org). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- LEITE, José Roberto Teixeira. “Viajantes do imaginário: A América vista da Europa, século XV – XVII”. *Revista USP Dossiê Brasil dos Viajantes*. 1996
- LÖSCHNER, Renate. *Viagem ao Brasil do Príncipe Maximilian de Wied-Neuwied*. Biblioteca Brasileira da Robert Bosch GmbH, Petrópolis: Kapa Editorial, 2001. Volume 2
- PANOFSKY, Erwin, *Significado das artes visuais*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1995
- PORTO-ALEGRE Maria Sylvia. “Reflexões sobre uma iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual”. In: Feldman-Bianco (org): *Desafios da Imagem*. Campinas: Editora Papirus, 1998,
- SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ZANINI, Walter, org. *História geral da arte no Brasil*. São Paulo, SP: instituto Walter Moreira Salles, 1983. Vol 1.

Anexos



124 - Paisagem fluvial com índios banhando-se

Figura 1 “Banho dos Botocudos no Rio Grande de Belmonte”. Aquarela e bico de pena de Maximilian Wied-Neuwied, 1816. Biblioteca Brasileira da Robert Bosch.



110 - Índios caminhando com crianças, armas e utensílios

Figura 2 “O capitão dos Botocudos June em viagem”
Aquarela e bico de pena de Maximilian Wied-Neuwied,
1816. Biblioteca Brasileira da Robert Bosch

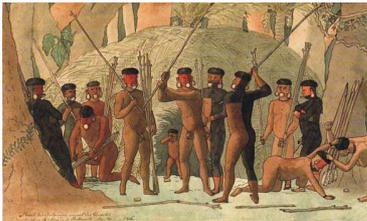


Figura 3 “Briga dos botocudos próximo ao Quartel dos Arcos no Rio Grande de Belmonte”
Aquarela e bico de pena de Maximilian Wied-Neuwied, 1816. Biblioteca Brasileira da Robert Bosch.



Figura 4: “O último Tamoio”. Óleo sobre tela de Rodolfo Amoedo, 1883. Museu Nacional de Belas Artes.

Santo Antônio de Goiás: Reconstrução histórica sob as margens da religiosidade (1946-2000)

Daiane Aparecida Tonaco*

Resumo: A reflexão sobre o encobrimento das religiões de matrizes africanas em Santo Antônio de Goiás, de 1946 à 2000, permite observar a produção do território do sagrado. Nesse sentido, a organização desse território obedece a uma hierocracia, a qual é representada pela igreja católica, porém esse domínio vem sendo ameaçado por comunidades evangélicas. Sendo assim, nota-se a presença e o conflito entre ambas, e concomitantemente a marginalização das religiões afro-brasileiras, que por sua vez não aparecem nesse cenário, como acontece com as outras. Contudo, esse trabalho se baseia nos estudos subalternos da perspectiva pós-colonialista, no qual pretende-se cruzar dados dos arquivos administrativos, fontes iconográficas, literárias e, sobretudo fontes orais.

Palavras-chave: Religiosidades, território do sagrado, Santo Antônio de Goiás

Résumé: La réflexion qui concerne le déguisement des religions de matrices africaines à Santo Antônio de Goiás, de 1946 à 2000, permet d'observer la production du territoire du sacré. Dans ce sens, l'organisation de ce territoire obéit à une théocratie, qui est représentée par l'église catholique, mais ce domaine est en train d'être menacé par des communautés évangélique. Étant donné, on note la présence et le conflit chez tous les deux, et concomitamment la marginalisation des religions afro-brésiliennes, tandis que n'apparaissent pas dans ce décor comment s'arrive avec les autres. Pourtant, ce travail se fonde aux études subalternes de la perspective après-colonialiste dans laquelle se prétend croiser des données des archives administratifs, des sources iconographiques, littéraire et, surtout des sources oraux.

Mots Clé: Religiosité, territoire du sacré et Santo Antônio de Goiás

As religiosidades, os conflitos em torno do espaço sagrado e o estudo da cidade são temas que permeiam essa pesquisa¹. Nesse sentido, objetiva-se interpretar e demonstrar os usos e as representações que fazem os diversos grupos sociais na cidade de Santo Antônio de Goiás, tendo com foco central a análise da organização territorial do sagrado.

No Estado de Goiás essa organização territorial do sagrado está sujeita a uma hierocracia (poder do sagrado), a qual é representada pela igreja Católica Romana. Porém, nas últimas décadas essa hegemonia tem sido removida por grupos religiosos denominados como uma comunidade evangélica.

Dentro dessa organização territorial do sagrado não verifica-se com facilidade, como acontece com as outras religiões, a presença das comunidades religiosas de matrizes

* Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás —UFG

¹ As reflexões feitas neste trabalho fazem parte da pesquisa ainda em desenvolvimento, realizada no Programa de Pós-Graduação da UFG, Campus II - Samambaia, a qual resultará em uma dissertação de mestrado.

africanas, o que nos leva a pensar e introduzir a noção de “encobrimento do outro”. Ao refletir sobre o fator racial para explicar o encobrimento das religiões afro-brasileiras, investigamos a raiz dessa questão, pois os negros foram transpostos para uma posição de subalternidade, sendo coagidos a se adaptarem e, sobretudo adotarem valores, costumes e crenças que eram tidas como paradigma universal.

No entanto, devido a política de igualdade promovidas pelo Estado-Nação, as religiões de matrizes africanas estão se tornando mais visíveis, o que tem acarretado demonstrações e/ou declarações de repúdio e intolerância de diversos segmentos sociais, os quais reivindicam para si o domínio do espaço público. Diante dessas manifestações de intolerância e do latente encobrimento das religiões de matrizes africanas busca-se compreender as causas do mesmo.

O nível elevado de intolerância e repúdio, nesse Estado, para com as religiões de matrizes africanas, por parte das outras religiões, sobretudo evangélicas só comprovam o enraizamento desse encobrimento.

As manifestações contra as religiões afro-brasileiras se desenvolvem no âmbito público, isto é, nas instituições de ensino, nas próprias igrejas, como também por outros meios de comunicação que trabalham a favor da campanha contra as religiões afro-brasileiras. Tais manifestações são materializadas por meio de um discurso de demonização dos rituais, das crenças e da iconografia dessas religiões, a partir disso se consolida o desconhecimento dessas práticas mantendo-as nas margens. Sendo assim, nas escolas essas manifestações ocorrem por meio da negatização semântica e ideológica de elementos que constitui essas religiões e de seus praticantes, os quais são subjugados e marginalizados.

Nas igrejas essas manifestações são afirmadas por meio do discurso dominante (da igreja Católica), o qual demonstra a necessidade de exaltar, ou até mesmo forjar uma grande maldição existente na gênese das religiões de matrizes africanas, a qual segundo esse discurso persegue e destrói todos os seus praticantes, adeptos e vítimas dos seus sortilégios. Com isso, abre a possibilidade de construir um domínio sólido por meio da elevação de sua imagem benéfica, terna, promissora e principalmente redentora, e a única capaz de destruir e combater o mal sempre presente na representação manipulada dos grupos religiosos de matriz africana.

Esse discurso utiliza-se da dualidade do bem e mal, para se colocar numa posição privilegiada de poder, pois ao introjetar o bem e a redenção em sua imagem, conseqüentemente o mal e a maldição são imputados às religiosidades afro-brasileiras. A partir disso, percebe-se a construção de um imaginário em torno dessas religiões, sendo que

no campo simbólico, o fato de um indivíduo assumir-se como praticante de religiões de matrizes africanas, concorre para sua inscrição em uma posição marginal, subalterna e renegada, a qual é permeada pelo preconceito.

A construção de um imaginário em torno das religiões afro-brasileiras é notório, e também abre novas possibilidades para vislumbrarmos as configurações do “encobrimento do outro” nas relações sociais. O estudo desse imaginário religioso é um desafio, pois defrontamos com muitos empecilhos. Um deles é que as temáticas menos abordadas são os valores e a religião. Porém, essa temática é um campo amplo e que está emergindo no meio acadêmico, tomando um novo impulso.

A partir de então, utilizamos o conceito de imaginário o qual designa o conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos e idéias, mediante os quais os indivíduos em sociedade, vêem a realidade e a si próprios (SCHIMDT, 1996), para entender o fenômeno do encobrimento mediante a construção do mesmo sobre as religiões afro-brasileiras, sendo assim esse imaginário será apreendido na configuração espacial do sagrado. Diante disso, os homens são o que fazem, o que não fazem e o que representam.

Realizamos a junção da interpretação do imaginário com o mapeamento do espaço sagrado para obter respostas sobre a construção no território sagrado dessa historicidade encoberta, como também desse imaginário religioso em torno das religiões afro-brasileiras e dos seus adeptos e praticantes. Nesse sentido, esse imaginário também, está em relação dinâmica e permanente tanto com o real como com o utópico (PESAVENTO, 1992).

Portanto, esse estudo é extremamente necessário para investigar as formas de construção de uma historicidade encoberta, constituindo-se em um campo epistemológico válido para o conhecimento de comunidades herdeiras de uma situação diaspórica.

Diante da negação semântica das religiões de matrizes africanas, questiona-se quais foram os elementos que subalternizaram e marginalizaram as vivências religiosas de matriz africana em Santo Antônio de Goiás? Como ocorreram as mediações territoriais, historicamente construídas das comunidades religiosas de matriz africana com o espaço público, com as comunidades evangélicas e com a supremacia católica? Quais fatores que contribuem para a supremacia católica? Quais características sustentam a permanência e o aumento de tensão entre as diversas comunidades religiosas no meio urbano?

As respostas para tais questionamentos podem ser observadas a partir de uma discussão da relação com a cidade e sua dinâmica religiosa. Nesse sentido, consideramos a cidade de Santo Antônio de Goiás dentro de uma totalidade histórica a partir da qual é possível compreendê-la. Percebemos que a cidade, enquanto produto histórico e social tem

relações com a sociedade e seu conjunto, com seus elementos constitutivos e com sua história em particular. Assim, propõe-se analisar o espaço sagrado da cidade em foco enquanto condição e meio de reprodução social, e como também de conflitos, o que paralelamente nos abre um grande leque para discutir o papel da sociedade percorrendo a vida cotidiana, os valores, a cultura, as lutas e os projetos de vida, portanto, pensar a dimensão do humano.

Cabe salientar que não se desenvolve aqui a história de Santo Antônio de Goiás e sim apenas alguns apontamentos, pois a pesquisa está em desenvolvimento. Porém, pretendemos desenvolvê-la por meio do cruzamento de dados dos arquivos administrativos, pesquisa em fontes orais, documentos fotográficos e fontes literárias e urbanísticas. No que tange as fontes bibliográficas essas são escassas, o que nos faz procurar novas formas para trabalhar esse objeto de pesquisa. Portanto, busca-se as configurações do encobrimento das religiões afro-brasileiras, permeadas pela história do município.

Nesse sentido pensar a organização territorial do Sagrado e, concomitantemente as representações e os adjetivos sobre a cidade como categorias instáveis (pois a cidade não é algo congelado e sim um elemento constitutivo da trama histórica), permite recuperar historicidades da mesma, tornando-a objeto de análise. Sobre isso FERREIRA & GROSSI (2005) explicam: “Assim sendo, estamos em busca das origens na formação da cidade, de unidade de referência, ou seja, conjunto de normas e relações constituídas que se modificam com o surgimento de novas idéias, crenças, valores.” Portanto pensa-se a cidade como objeto que está em constante mutação, a qual se desenvolve por meio dos hábitos, usos, valores e por diversos objetos e relações que povoam seu cotidiano.

Em várias cidades a questão religiosa tem um papel de grande importância, e esse fenômeno é um dos norteadores da sociedade de Santo Antônio de Goiás. O sentimento religioso imputado à natureza humana tem sido a base da vida social e das representações coletivas. Uma forma de representação básica é a divindade protetora que exprime fé em Deus e no santo protetor. Dessa forma toda cidade tem seu santo local, e Santo Antônio de Goiás recebe proteção do santo com mesmo nome. Por esse aspecto percebemos o quanto é forte a religiosidade nessa cidade, pois sua própria nomeação demonstra essa característica. A influência religiosa pode ser apreendida desde os primórdios do povoado o qual teve início em 1946, próximo a uma estrada que ligava o município de Goianáz (atual Nova Veneza) à Goiânia (BORGES, 2005).

Ainda segundo Borges, com o passar do tempo foram surgindo em torno das fazendas (Água- Branca, Capivara, São Domingos e outras pequenas propriedades), as primeiras moradias de pau-a-pique e barro batido. No ano de 1947, no governo do presidente

da República Marechal Eurico Dutra, adquiriu-se a fazenda Capivara, a qual se tornou uma fazenda de criação de gado, administrada pelo Ministério da Agricultura, sendo seu primeiro dirigente o engenheiro agrônomo Júlio Brandão de Albuquerque. Após a implementação dessa fazenda aumentou-se as imigrações para essa região, principalmente de trabalhadores rurais, pois a atividade central era agropecuária e a fazenda oferecia moradias. Havia também uma cooperativa – armazém – que fornecia secos e molhados aos funcionários.

Em 1951, um dos habitantes do pequeno povoado, Antônio de Freitas, construiu uma pequena venda em frente sua residência para fornecer secos e molhados para a população. Porém, mais tarde a cooperativa da fazenda regional do Ministério foi extinta, e com isso José Josias da Silva percebeu a oportunidade de investir no comércio local. Sendo assim esse senhor o qual era funcionário da fazenda do Ministério comprou a pequena venda de Antônio de Freitas, e a transformou em um armazém que atendia as necessidades da população, a qual aumentava consideravelmente (BORGES, 2005).

Posteriormente em 1954 ocorreu a construção das primeiras casas de alvenaria, acarretando assim a formação de um aglomerado desordenado. Com o aumento populacional, as necessidades de maiores benefícios também expandiram, isto é, melhores estradas, implantação de escolas, construção de igrejas, expansão do comércio, energia elétrica, abertura do espaço demográfico urbano e transporte coletivo de passageiros.

A partir de então implantou-se a primeira escola, a qual se instalou em um prédio doado pelos moradores e foi denominado de Água- Branca. No que se refere ao transporte coletivo, um proprietário de ônibus residente em Nova Veneza, abriu uma linha de transporte de passageiros, saindo de sua cidade com destino a Goiânia, passando pelo aglomerado beneficiando os moradores da região. Novas estradas também foram construídas nesse caminho. A igreja foi construída concomitante a isso, e sobre essa construção BORGES comenta:

Após afastar-se dos trabalhos da fazenda do Ministério, o Sr. Josias passou a dedicar todo o tempo ao seu estabelecimento comercial e sentindo-se doente, com fortes dores na coluna vertebral e ainda vendo os membros da comunidade assistindo missas, celebrações, reuniões religiosas ao ar livre ou em suas residências e que mais tarde passou a usar a sala da escola Água Branca e ainda tendo que realizar casamentos e batizados em Nova Veneza ou em Goianira, por falta de uma igreja no vilarejo, sendo ele muito devoto de Santo Antonio, fez uma promessa com o Santo glorificado, por sua fé. Se livrasse de tal mal, iria erguer uma igreja em louvor a Santo Antonio no povoado. Com o passar do tempo o fiel sentindo-se que havia recebido a graça, cumpriu o que havia prometido, doou o terreno e com a ajuda da comunidade construiu a tão esperada Igreja de Santo Antonio. (BORGES,2005, p. 23).

Partindo disso observa-se que Santo Antônio de Goiás possui uma identidade rural, como também a presença da hegemonia católica desde seu início. Ao aproximarmos pragmaticamente do objeto escolhido percebemos nos dias atuais que essa hegemonia apesar de permear o desenvolvimento da cidade em foco, está sendo minada com o crescimento das comunidades evangélicas, o que configura os conflitos em torno do território do sagrado.

Observamos essa luta pelo domínio do território do sagrado, entre a igreja Católica e as igrejas evangélicas, ao ir a campo e constatar logo na entrada da cidade em estudo, a construção da estatua do santo local – Santo Antônio – e paralelamente a construção de um protótipo da bíblia. De um lado a estatua de Santo Antônio representando a religião católica, e do outro o protótipo da bíblia representando as comunidades evangélicas.

Diante disso percebemos a presença dessa dualidade religiosa, como também o confronto entre ambas, por meio dos símbolos que às representam e as consolidam. Por outro lado, esse cenário constituído na entrada da cidade de Santo Antônio de Goiás, nos retrata a ausência de uma representação das religiões de matrizes africanas. Percebemos, portanto, mais uma vez o encobrimento e a omissão dessas religiões, o que evidencia a historicidade silenciada. Ao observar a cidade por essa ótica, nota-se a constituição de um espaço de conflitos e relações de poder. A respeito disso FERREIRA & GROSSI escrevem:

No entanto, é na ação do sagrado católico que a cidade se constitui em territórios de tensões e conflitos entre a representação do poder uno e do múltiplo. O espaço da cidade é polissêmico e polifônico, alegoria de símbolos e de signos, terra de todos e de ninguém, e, na expressão de Marc Augê, o território do não lugar. A cidade é um espaço que abre possibilidade diversas para se instaurar representações que permitam a sujeitos, num determinado momento, conformar sua visões de mundo. Visões de mundo que aliciam atitudes e praticas possíveis de serem pesquisadas, moldando lugares na textura de espaços. (FERREIRA & GROSSI, 2005; p. 56)

Walter Mignollo ao tratar da dominação da igreja Católica Romana em relação ao conhecimento e outras esferas, comenta: “Por outro lado, uma relação hierárquica e consequentemente uma subalternização do conhecimento efetivou-se em nível diferente, a nível da religião” (MIGNOLLO, 2003; p. 46). Nesse sentido, ele utiliza-se da diferença colonial para analisar os campos conflitivos. E ao mapear o território do sagrado em Santo Antônio de Goiás, paralelamente a diferença colonial introduz a dimensão temporal em uma configuração espacial, mostrando assim a problemática por meio de uma história local específica.

Devido a promoção da negatificação semântica e ideológica de elementos que compõem as religiões e religiosidades de matrizes africanas, e a conseqüente demonização,

periferização e subalternidade de seus praticantes, percebemos a necessidade de uma ressemantização desse campo. Para tanto, utiliza-se aqui um novo olhar epistemológico, isto é, a perspectiva pós-colonialista dos estudos subalternos. Os teóricos pós-coloniais que serão aplicados são: Walter Mignolo, Mary Louise Pratt, Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak.

Os teóricos pós-coloniais percebem a necessidade de inovar as epistemologias, pois as teorias clássicas (imperialistas e eurocêntricas) não dão mais conta de explicar o funcionamento do mundo, ou segundo Pratt, ao se referir ao termo “pós colonial”: “... que a dinâmica do euro-imperialismo já não é mais importante para a compreensão do funcionamento do mundo” (Pratt; 1999. p.19).

Segundo Pratt, a crítica pós-colonial é um ponto recentemente enfatizado por Gayatri Spivak, que faz frente ao complexo desafio intelectual de capturar a dinâmica imperial em seus contínuos ajustes, transformações e permutações, pois para explicar os processos pelos quais o “legado colonial” tem sido integrado e reintegrado na dinâmica global, faz-se necessário compreender as maneiras pelas quais o ocidente constrói seu conhecimento do mundo, e conseqüentemente subjuga os conhecimentos de outros.

Nesse sentido, a proposta pós-colonialista é a de descolonizar o conhecimento, pois esse é a alternativa básica para a ruptura de preconceitos, passo esse de suma importância para extinguir a invisibilidade e os preconceitos que cercam a cultura africana, a qual é classificada como subalterna e inferior. Por essa razão, nota-se que essa proposta lança um grande desafio, o qual é denominado por Spivak por “prática cultural crítica”, a qual anseia pelo comprometimento com a mudança da dinâmica do presente por meio da revisão de nossa situação geopolítica dentro do campo de forças da produção intelectual coetânea.

Diante disso, uma atitude comum a esses autores é ler criticamente um conjunto de textos investidos de grande prestígio. A partir de então, desenvolvem a estratégia, típica da crítica pós-colonial de minar a autoridade, mostrar o que há de conflitos e expor a crueldade promovida pelo discurso colonial. Nesse sentido, os pós-colonialistas em geral concordam que a colonialidade do poder é ancorada em uma epistemologia denotativa com desejo da verdade. Tanto que Rigoberta Menchu diz: “O desejo de mudança e de justiça emerge da experiência colonial, arraigada no imaginário e na estrutura social do mundo colonial moderno”. Assim sendo, todos os atores envolvidos nesse debate pós-colonial e imperial necessitam introduzir um signo, com troca de sinal ou significado, nas suas produções em relação ao outro.

A teoria pós-colonial é eleita para aplicar na realidade de Santo Antônio de Goiás e seus respectivos grupos, por contemplar o que se denominou “novo olhar”, pois é latente a necessidade da reflexão sobre as possibilidades de inovar no campo epistemológico. Sendo assim, ao procurar respostas para o encobrimento do outro refletido no preconceito à cultura e às religiões africanas nessa cidade, percebe-se a importância da crítica pós-colonial, pois essa abre espaço para o outro diferente se representar, e, além disso, reconhece as condições históricas e políticas de construção de alteridades submetidas a um regime colonial de subalternidade. Portanto, ao notar que as religiões de matrizes africanas possuem uma condição de subalternidade (ou ainda a condição do silêncio) procura-se entender as configurações desse processo por meio da crítica pós-colonial.

Nesse contexto, nota-se que os maiores problemas em torno da pesquisa são metodológicos e epistemológicos e não mais de conteúdo. O problema principal, portanto, é como compreender e dar abertura ao outro, à alteridade. Partindo dessa perspectiva de compreender as culturas e nossos objetos a partir de suas subjetividades particulares, entendemos o objeto de pesquisa com “sujeito” que produz, compartilha e troca elementos culturais. Nos atentamos para esse ponto, pois consideramos a possibilidade de compreender novos conjuntos de significados, mais sem perder de vista que ao mesmo tempo que o outro é estranho para nós, assim também somos considerados por eles. Contudo, a postura tomada diante de outras culturas não é a postura que considera o outro simbólico como um resíduo de outros tempos e como um horizonte fechado.

Em suma, por meio dessa reflexão e da mudança do olhar sobre o objeto de pesquisa e o “outro”, percebemos uma possibilidade de rever o discurso ocidental, o qual é homogêneo, universalista, e, sobretudo, pautado pela criação de estereótipos, que não reconhece a alteridade, é cego à diferença colonial, e mais realiza o que Dussel chama de encobrimento do outro, ou ainda extensão de si sobre o outro, chegando a enxergar si mesmo no outro. Por outro lado, essa reflexão também nos faz repensar o nosso próprio discurso, e uma forma de propiciar representatividade ao colonizado (subalterno), ou seja, ao apreendermos que somos frutos de um transplante entre colonizador e colonizado, e principalmente a dinâmica dessa relação poderemos compreender a essência do “outro”, para assim produzirmos o que o pós-colonialismo denominou de relato dialógico, o qual não exclui e sim abre a arena discursiva para ambos se representarem.

Referências bibliográficas

- APPIAH, Kwame. *Na casa de meu pai: África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: contra Ponto, 1997.
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1971.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003.
- BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BORGES, Antônio Gonçalves. *História do Município de Santo Antônio de Goiás*. Goiânia: Keops, 2006.
- CARVALHO, José Jorge de. *Imperialismo cultural hoje: Uma questão silenciada*. Revista USP, n. 32, 1997. p. 66 – 89.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral – Memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro*.
- FERREIRA, Amauri C. & GROSSI, Yonne. *Dos lugares: Cidade e imaginário religioso*. Belo Horizonte, 2005.
- GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Rio de Janeiro: UCAM e Editora 34, 2001.
- HALL, Stuart. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO, 2003, p. 25 – 49.
- MIGNOLLO, Walter. *Histórias Locais/ Projetos Globais*. Colonialidade, Saberes subalternos e Pensamento Liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- In: SERPA, Élio Cantalicio et al. (Orgs). *Escritas da História: intelectuais e poder*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004. p. 11 – 33.
- MENCHU, Rigoberta. *Me llamo Rigoberta Menchu y así me nació la conciencia*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- PRATT, Mary Louise et al: *Pós-colonialidade: projeto incompleto ou irrelevante?* In: *Literatura & História – Perspectivas e convergências*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.17 – 54
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Imaginário da cidade: Visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Editora da UFRJ, 1999.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SEMPRINI, Andréia. *Multiculturalismo*. Bauru, SP: Edusc, 1999.
- SCHIMDT, João Pedro. *O que pensam os jovens hoje – imaginário social dos estudantes dos vales do rio Pardo e Taquari*. Santa Cruz do Sul, 1996.
- SOUZA, Lyn Mário T. Menezes de. *Hibridismo e tradição cultural em Bhabha*. In. *Dez Lições de Estudos Culturais*. São Paulo, 2000. p. 113 – 133.

GENEALOGIA, VERDADE E HISTÓRIA EM NIETZSCHE E FOUCAULT E A DESMISTIFICAÇÃO DA VONTADE DE PODER

Renata César Torres*

Resumo: O Objetivo deste ensaio é evidenciar a crítica feita por Nietzsche à verdade e ao pensamento racional do século XIX como problema e efetivação de valores para o conhecimento e para a vida. Nietzsche atribui à genealogia a condição de quebra e desmistificação de verdades, e a possibilidade de se pensar o homem através da vontade de verdade e vontade de poder. O pensamento histórico se torna dominação quando deixa de ouvir e permitir vozes, vontades e memórias múltiplas. Nietzsche e Foucault concebem uma genealogia do conhecimento para que constantemente sejam revistas as valorações e concepções de verdade, e propõem para o pensamento histórico uma espécie de esquecimento, uma contramemória, que levaria o fazer histórico a uma transformação.

Palavras-chave: Genealogia, Verdade, Poder.

Abstract: The Objective of this essay is to evidence the critical done by Nietzsche to the truth and the rational thought of century XIX as problem and validation of values for the knowledge and the life. Nietzsche attributes to the genealogy the condition of breaking and demystifying the truth, and the possibility of thinking the man through the will of truth and will of power. The historical thought becomes domination when it leaves to hear and to allow multiple voices, wills and memories. Nietzsche and Foucault conceive a genealogy of the knowledge so that constantly the valuations and conceptions of truth are reviewed, and consider for the historical thought a kind of contramemory, that could transform the making of history.

Keywords: Genealogy, Truth, Power.

1. Introdução

A definição de ciência como verdade do século XIX foi e continuou sendo uma marca nos campos de investigação por vários decênios. É sabido que a concepção de verdade nas ciências é o que enquadra e solidifica o pensamento, em modelos do evolucionismo. O que parece ter sido refutado no decorrer do século XX, reaparece nas diversas formas de conhecimento.

O objetivo deste ensaio é evidenciar a crítica feita por Nietzsche ao sentido histórico, à verdade e a vontade de poder no pensamento racional do século XIX, através da genealogia dos historiadores e criadores da moral como problema e efetivação de verdades. De que forma Nietzsche atribuiu à própria genealogia a condição de quebra e desconstrução de verdades e a

* Especializanda em História Cultural pelo departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da UFG - Universidade Federal de Goiás.

desmistificação da vontade de poder. A vontade de poder é efetiva no homem. É uma potencialidade, uma ação propulsora para a vida. Pode ser realizada de forma positiva e negativa. Como possibilidade afirmativa, é a capacidade de criação, é o princípio plástico que o homem possui como força inovadora. Mas frente à vontade de verdade, a vontade de poder se torna um engano, um engodo; deixa de ser criação para ser dominação.

Ao reafirmar o pensamento genealógico e a crítica à vontade de verdade de Nietzsche, Foucault compreende genealógicamente ação e poder, ampliando e retirando o sentido único e aglutinador do poder como infra-estrutura, e atribuindo ao poder uma categoria múltipla de micro-poderes que são encontrados nas mais singulares relações sociais. O poder é estatal mas também relacional. O poder é intrínseco no ser, pode ser adquirido para a transformação, mudança e conhecimento, mas pode também ser efetuado para destruição. Os poderes podem ser usados na construção de memórias com fins diversos, inclusive de massificação e enquadramento social, o que Foucault identifica como poder disciplinar, forma de vigilância e segurança social. Nietzsche afirma que a história do século XIX foi um campo do conhecimento de afirmações de verdades e portanto de poderes, o que a revela como construção de memórias que contribuem para valores e verdades, que solidificadas em constante uso, são fonte de enquadramento social, o que caracterizou como instinto de rebanho. O que Nietzsche propõe para a história é uma espécie de esquecimento, e Foucault uma contra-memória, o que levaria o pensar e o fazer histórico numa transformação de valores e idéias.

Tanto Nietzsche quanto Foucault constituem uma genealogia do conhecimento, para que constantemente possa-se modificar este quadro de valorizações e concepções de “verdades”. O próprio valor dos valores deve ser colocado em questão, e a desmistificação das diversas formas de controle que a sociedade moderna realiza.

É necessário compreender em que sentido conceitos como verdade, poder e vontade de poder, esquecimento e contra-memória são construídos e evidenciados por Nietzsche e Foucault como método genealógico de conhecimento histórico.

2. Verdade e vontade de poder

Para Nietzsche, verdade, moral e ética são associações históricas. Vontade de verdade é o que o conhecimento ocidental histórico do século XIX tinha como sentido histórico. Sentido de conservação e processo. É o que desvirtua a vontade de poder.

Em *Assim falou Zaratustra*, Nietzsche coloca, que o homem é uma corda atada entre o animal e o além-do-homem. O que é grande no homem é que ele é uma ponte e não um fim. É uma potencialidade, a vontade de poder é o que o impulsiona, o que o faz sucumbir e criar valores.

Em *Verdade e Mentira no Sentido Extra Moral*, Nietzsche desmistifica verdade e vontade de verdade, na sua origem, e na sua atribuição para o conhecimento e para a vida. O impulso a verdade e a vontade de verdade, é para ele essência fundamental da fragilidade humana. Mediante a certeza de que o intelecto humano não passa de algo fugaz, fantasmagórico, frágil na natureza, o homem tem a necessidade de se agarrar, criar, e construir verdades. Para isto ele tem que estar envolto em um jogo social de representação, de teatralização, em um eterno mascarar-se, num estar de acordo com o corpo social. Sua verdade é sua existência entre os iguais, ele precisa existir em comunidade em rebanho, para tanto é necessário um acordo de paz, um acordo de verdades, designações validas e obrigatórias às coisas. Nela os conceitos são criados, e estes são metáforas que nascem do igualar-se, da desconsideração do individual. O homem tem a vocação de transformar imagens, sentidos, em conceitos, que em uso constante, são concretizados por verdades. Portanto verdade é para Nietzsche:

Um batalhão de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas das quais perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas. (NIETZSCHE, 1987: 34).

Ainda para o conhecimento, para o pensamento racional, iluminista, do século XIX, a busca da verdade é uma eterna necessidade de conquistas, em que o homem europeu moderno esta sempre na tentativa de se superar, para isto vive de imperativos: como edificar, construir, fazer, conseguir, criar, transformar. No atributo da razão, e no sentido lógico, é algo que é perseguido por já se saber onde esta, é o que se pode ter como seguro, firme, e que na verdade não passa de uma farsa, um engano.

Nietzsche vai além, do sentido de verdade como condição social e como atributo da razão. A verdade cria seu oposto, e é nele, é na mentira que se falseia a verdade. Mentimos obrigatoriamente em rebanho. Vivemos de hábitos, costumes seculares. Vivemos de nos

enganar. É na busca de nos safarmos do peso da verdade, do desfazer-se, do desdobrar-se, do emaranhado de verdades que procuramos a mentira: esta se concretiza no impulso plástico que o homem tem de se projetar, por meio da ciência, religião, e principalmente da arte.

Em *O Nascimento da Tragédia*, Nietzsche é ainda mais enfático e rigoroso ao sentido da verdade, onde atribui ao mundo real, sem disfarces, sem sonho, ou mistificação, o mundo em que a verdade é a ordem. O mundo real é falso, cruel, contraditório, enganoso e sem sentido. Atribui à metafísica, religião, moral, ciência e arte como sendo fugas da verdade. O homem precisa de um sentido à vida que o desloque do condicionamento destas verdades, encontra em seu estado dionisíaco, na sua vontade de poder.

Em *Para Além do Bem e Mal* Nietzsche critica conceitos e coisas construídas a partir de seus opostos, bem e mal, verdade e mentira, acerto e erro. Interroga: como pode originar algo de seu oposto? Para ele é nesta oposição de valores que se fundamenta a crença na verdade. Esta oposição traz uma lógica de transformar tudo que existe em seu oposto, um efeito de dividir em dois tudo que poderia ser múltiplo. É por meio destas considerações que podemos entender em Nietzsche o sentido genealógico como possibilidade para o conhecimento, na tentativa de conseguir um novo entendimento. Em *Para a Genealogia da Moral*, ele enfatiza a importância de verificar a moral que realmente houve, com novas perguntas, com um novo olhar. Entender moral como valor, máscara, estimulante, veneno, sintoma, coerção.

Os historiadores da moral, se mostram incompetentes na sua genealogia, ao averiguar o juízo bom, atribuem o surgimento do conceito bom no lugar errado. O juízo bom não provém daqueles que foi demonstrada bondade, e sim os “bons”, os nobres, os poderosos que puseram a si mesmos, o seu fazer como bondade.

Os donos do poder, sejam: “homens superiores”, grupos governamentais, sociais, instituições, deram a si próprios o direito de criar, ou transformar valores, mudando a origem dos conceitos, atribuindo outros sentidos, na medida de valor que os prioriza. Os “homens superiores” São “bons” oportunamente contrario aos “ruins”, “homens inferiores”. O juízo “bom” deixa de representar os que fazem o bem. Este bom passa a ser tudo que esta em vantagem, e em oposição ao ruim, esta medida de valoração cristaliza poderes, que por um longo tempo de dominação, consegue se estabelecer, onde não mais se possa perceber o porque de tais medidas.

Neste sentido, Nietzsche desmistifica também, vontade de verdade, como vontade de poder, estes poderes são uma construção de valores, nos quais facilitam consentimento, inviabiliza

resistência. Provocam uma certa catarse, uma purificação dos sentidos através de hábitos, costumes enraizados em continuidade a partir destes valores, destas verdades.

Esta transvaloração de bem e mal absorve todas as formas conceituais por uma bifurcação, na sua dicotomia. Em toda história ocidental o binômio estabelece diferenças cruciais e precisas em que se cria a superioridade de uns em detrimento a outros, como: civilizados x selvagens, desenvolvidos x subdesenvolvidos, democracia x teocracia, brancos x negros, cristãos x não cristãos, esta diferença dos que transformam e criam valores, os donos do poder, e os outros, todos os que não são, não possuem, dão ao sentido histórico a falsa condição de que os agentes históricos trazem com sigilo a razão, a verdade histórica. Foucault também reconhece que a “verdade” está sistematicamente ligada a sistemas de poder, ela não se encontra fora do poder ou sem poder, verdade é poder.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade. (FOUCAULT, 1979: 12).

Foucault ainda caracteriza a verdade como um conjunto de regras que distingue o que é falso e verdadeiro, e o verdadeiro é o que produz efeitos de poder.

Na desmistificação da vontade de verdade e da vontade de poder, Nietzsche chega à desconstrução da cultura histórica ocidental. Nietzsche desenvolve estas críticas, já nas *Considerações extemporâneas*, nas quais o sentido histórico torna seus servidores passivos, seguidores de uma conformação histórica. O passado serve de medida, e ninguém ousa mais confiar em si. A histórica é tanto obstáculo dos grandes como instrumentos dos “grandes”. Neste sentido o conhecimento histórico deve ser, por método, esquecido, transmutado.

Como os genealogistas da moral, guias de rebanho, ascetas, senhores de poder, criam e transformam conceitos, na conquista de serem cristalizados em seus próprios benefícios, a história também é construída com base nestes construtores de valores. O conhecimento histórico se caracteriza como linear, único, em que os “desenvolvidos”, os “civilizados” devem ser a meta, a promessa dos outros, os opostos, os que estão em desvantagem na linha do desenvolvimento. Que isto é uma farsa, os homens de ação, os racionalistas, os iluministas do século XIX, poderiam suspeitar, mas o poder que estes preceitos adquire, é irrefutável. O

poder precisa de polarizações, e de uma lógica simples e ingênua: se somos fortes, os outros só podem ser fracos.

Para este tipo de racionalidade do pensamento, Nietzsche atribui o sentido histórico de seu tempo como formador de uma cultura histórica, em que o ocidental civilizado é o provedor, é o que chamamos de cultura eurocêntrica. Esta história construída pelos homens de vontade de potência, trazem à glória, à memória, sua ação, seus feitos, suas conquistas, conquistas estas de senhores, ou nações, ou mesmo “civilizações” de poder. Parte desta história, deve ser esquecida, para ser transformada. Este esquecer é uma tentativa de repensar o passado e o presente, de forma crítica, genealogicamente, em sua multiplicidade. Foucault evidencia este pensamento como método, na tentativa de se fazer uma contra memória. Para Nietzsche, a oposição de valores constrói uma disparidade necessária ao poder, de ser ou não “grande”, “bom”, “civilizado”... E Foucault desconstrói o próprio poder como mito de uma idéia, a de que o poder é uma força que impõe e que se dispõe a negar sempre, o poder é antes de tudo complexo, sedutor. Induz ao prazer, produz saber.

”Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acha que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele permeia, produz, coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”.(FOUCAULT, 1979: 8).

O poder não tem somente sentido unificador, como político, estatal, econômico. como um monstro que cresce e engole suas vítimas, ou como a consequência de um acordo, nem puramente uma instância de reprodução e manutenção econômica. O poder é mais amplo, se encontra em todas as instâncias em todos os lugares, em sua forma mais singular a mais abrangente, ele é exercido, é sempre uma ação, é uma constante relação de força, de guerra. No sentido histórico é uma memória que fica e se consolida, é também uma produção de memórias, uma construção de valores.

Para Nietzsche, além da multiplicidade do poder e sua condição de criar e transmutar valores, o poder é algo ainda desconhecido no homem: é manifestação de sua vontade de potência - a força plástica que faz o homem renovar-se e criar - mas que curiosamente, ele mesmo destrói, ao ser constantemente racionalizada. Esta vontade de poder que permite transformação, é no homem moderno ocidental, o próprio sentido histórico, de impor idéias, conceitos, conquistas monumentais, desejo de aglutinar poderes, ou seja, uma transgressão, uma incessante vontade de verdade. O que cria uma falsa potência, que se baseia sempre na oposição, no outro, na dominação, na consciência alienada, no confronto, na belicosidade.

3. Genealogia e história

Foucault considera três tipos de pesquisa da origem, antes elaboradas por Nietzsche, a primeira é a tentativa de reconhecer na origem a mais pura possibilidade, a essência exata. Uma identidade única. Origem do que era exatamente, em que as mudanças, os acontecimentos são vistos como acidentais. Esta origem pura não poderia existir, pois atrás das coisas que parecem essenciais esconde, fissuras, curvas, máscaras.

A segunda origem, é por Foucault considerada como: alta origem, tão falseadora quanto a primeira, de um exagero metafísico, em que no começo das coisas se encontra algo de mais essencial, a sua perfeição. “A origem está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo; ela está do lado dos deuses”. (FOUCAULT, 1979: 18).

O terceiro preceito da origem, está ligado aos dois primeiros, é o lugar da verdade. Sobre esta origem, Nietzsche foi metuculoso em *Para a genealogia da moral*. Tanto Foucault quanto Nietzsche compreendem que a verdade se concretiza na edificação da história, é uma espécie de erro que tem a seu favor o cozimento da historia.

Para fazer a genealogia dos valores, não se deve querer encontrar uma origem inalterada, porquê esta não existe, pelo contrário, deve-se ir em busca dos desvios, dos acasos, dos detalhes, dos abalos, descobrir marcas, reconhecer as diferenças, as descontinuidades. A genealogia vai ao encontro de inumeráveis começos, em lugares perdidos, na fragmentação do que se pensava ser unido. Sua abrangência esta em desmistificar o principio único, o da continuidade evolutivo, caracterizado como o sentido histórico, de uma história que não reconhece a diversidade.

“A genealogia seria portanto, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico”. Ela é uma possibilidade, de se fazer e de se pensar historicamente, com novas interpretações, em pesquisas múltiplas, que possam agrupar determinados conhecimentos com memórias locais, é a conquista de saberes subordinados, por vezes entendidos como ingênuos, desqualificados, ilegítimos, descontínuos, e sempre hierarquizado por um saber caracterizado como “verdadeiro”.

O que legitima o conhecimento verdadeiro a qualquer outra forma de conhecimento, e o que a genealogia tenta combater, são seus efeitos de poder centralizadores, e a hierarquização científica do conhecimento.

4. Considerações finais

Ao criticar verdade e vontade de poder, Nietzsche desmistifica tanto a verdade no conhecimento racionalista quanto valores e verdades, criadas pelos genealogistas da moral, líderes e homens de ação que fazem uso do poder para manter sujeições. Nesta ação, a vontade de potência deixa de ser criação para se tornar dominação. O pensamento histórico também se torna dominação, quando deixa de ouvir e permitir vozes, vontades e memórias múltiplas.

O sentido histórico europeu do século XIX não passa para Nietzsche de uma cultura enciclopédica, sem originalidade, sujeito a saberes, à procura de verdades, próprios da atrofia e do niilismo da sociedade moderna. Ele atribui ao sentido genealógico a condição de adquirir conhecimento histórico através de memórias e saberes díspares.

Foucault também considera a genealogia como a possibilidade de libertar diversas memórias e saberes históricos da hierarquia de um discurso unitário e científico, mantidos para produzir e garantir efeitos de poder. Reconhece o conhecimento como a busca e a possibilidade de entendimento de vários saberes, inclusive o agrupamento dos saberes eruditos e memórias locais, mantidas em silêncio e em descrédito pelo conhecimento científico. Ao utilizar o pensamento genealógico como método, Foucault amplia o próprio sentido do poder, no que chamou de microfísica do poder, em que o poder não se reduz a instâncias políticas, de forças contratuais entre iguais, nem a análise estritamente econômica, das relações de produção e dominação de classe, em que o próprio poder político é tido como indissociável do econômico. Para Foucault os poderes são uma relação de forças, são ações em constante estado de guerra, guerra silenciosa de dominação-repressão e prolongada por vários meios que os assistem.

Poder e discursos científicos hierárquicos, garantiram à cultura histórica moderna ocidental que se constituísse em modelos de conhecimento na produção de verdades, e na afirmação de valores dominantes.

Bibliografia:

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972

Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979

NIETZSCHE, F. *Assim falava zarathustra*. Sao Paulo : Formar, [198-?]
Considerações intempestivas. Lisboa: Presença, 1977.
O Nascimento da tragédia. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
Para além do bem e mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
Para a genealogia da Moral, uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. in: Obras Incompletas. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

Bibliografia Complementar:

DELEUZE, G. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro : Ed. Rio, 1976
JULIÃO, J.N. *O Ensino da superação em “Also sprach zarathustra”*. Tese (Doutorado em Filosofia) - Departamento de Filosofia. São Paulo: Unicamp, 2000.
MACHADO, R. *Nietzsche e a verdade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
O'BRIEN, P. *A história da cultura de Michel Foucault*. In: HUNT, L. (Org.) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AS “FRESTAS” DO TEMPO: SOBRE A CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA EM WALTER BENJAMIN

Gerson Luís Trombetta¹

Resumo:

Este artigo analisa a concepção de história em Walter Benjamin presente no conjunto de sua obra e, principalmente, na obra “Sobre o conceito de história”. O conteúdo dessa obra não se constitui apenas como especulação sobre os rumos da história ou como um conjunto de análises pessimistas ou otimistas sobre acontecimentos passados. É, antes de tudo, uma reflexão crítica sobre nosso discurso (escrito) a respeito da história (ou das histórias) o que remete às questões mais amplas da própria atividade da narração. Objetivando atribuir um caráter emancipatório à narrativa historiográfica, o trabalho apresenta e articula as noções benjaminianas de tempo, aura e memória confrontando-as com noção tradicional de progresso.

Palavras-chave: história, Benjamin, aura

Abstract:

This article analyses the concept of history on Walter Benjamin, which is present in his entire work, specially in his “On the concept of history”. The content of this book is not only a speculation about the course of history, or a set of pessimistic or optimistic analyses about past events. It is first a critical reflection on our speech (writing) about the history (or the histories), which makes us think of more general points of discussion about the narrative itself. With the objective of attributing the emancipatory character to the historical narrative, this paper presents and connects Benjamin’s concepts of time, aura, and memory, contrasting them with the traditional concept of progress.

Key words: history, Benjamin, aura

1. PANORAMA GERAL: O DISCURSO DA HISTÓRIA

O texto pretende ser uma breve introdução sobre a concepção de história em Walter Benjamin e, para tanto, se ampara na última obra escrita por ele (que se tem notícia), antes de suicidar-se a 22 de setembro de 1940, a saber: as teses “Sobre o conceito de história”².

¹ . Doutor em Filosofia; professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/RS. E-mail: gersont@upf.br

O conteúdo das “Teses” não se constitui apenas como especulação sobre o “devir histórico” ou como um conjunto de análises pessimistas ou otimistas sobre acontecimentos passados. É, antes de tudo,

[...] uma reflexão crítica sobre nosso discurso a respeito da história (das histórias), discurso esse inseparável de uma certa prática. Assim, a questão da escrita da história remete às questões mais amplas da prática política e da atividade da narração. (GAGNEBIN, 1985, p. 7).

Apesar de não constar isso explicitamente, podemos notar que a argumentação desenvolvida nas “Teses” dirige-se aos seguintes interlocutores:

1º) A historiografia “progressista”, mais exatamente a concepção de história em voga na República de Weimar (social-democracia) que se apoiava na idéia de progresso inevitável e cientificamente previsível. É uma visão que bebe da fonte do chamado marxismo ortodoxo: uma confiança dogmática em relação ao advento da sociedade comunista e uma certeza ilusória de estar “nadando a favor da correnteza”. Benjamin atribuiu, em parte, a esta concepção, a incompetência da esquerda alemã em lutar contra a ascensão do nazismo.

Enquanto Marx e Engels tiveram, segundo Benjamin, a ‘intuição fulgurante da barbárie’ por vir, em seus prognósticos sobre a evolução do capitalismo, seus epígonos do século XX foram incapazes de compreender – e portanto de a ela resistir eficazmente – uma barbárie moderna industrial, dinâmica, instalada no próprio cerne do progresso técnico e científico. (LÖWY, 1992, p. 121).

2º) A historiografia “burguesa” contemporânea, oriunda da grande tradição acadêmica de Ranke a Dilthey. Ou seja, a compreensão dos historiadores do final do século XIX,

[...] que atribuem caráter único a todos os fenômenos históricos e sustentavam que cada época devia ser interpretada em termos de suas próprias idéias ou princípios; ou ainda que, ao interpretar as ações dos homens no passado, é necessário abandonar qualquer referência às crenças, motivos e avaliações de sua época. (DICIONÁRIO de Ciências Sociais, 1987, p. 557).

Essa teoria pretendia reviver o passado através de uma identificação afetiva (romântica) do historiador com seu objeto.

². O texto referido encontra-se em: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 222-232. A referência a esta obra será feita pela abreviatura “Teses”.

Para Benjamin, as duas teorias supra-citadas falham fundamentalmente por apoiarem-se numa concepção de tempo homogêneo, vazio e mecânico (tal como o movimento do relógio), um tempo cronológico linear: “A idéia de um progresso da humanidade na história é inseparável da idéia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da idéia do progresso tem como pressuposto a crítica da idéia dessa marcha” (Tese 13).

O papel do historiador autêntico, a quem Benjamin denomina de “historiador materialista”, é buscar no passado os germes de uma nova história, uma história que leve em consideração os sofrimentos acumulados (os “documentos de barbárie”), dê um novo impulso às esperanças solapadas e funde um outro conceito de tempo, um “tempo dos agora” (*Jetztzeit*)³. Essa rememoração (que é um conceito fundamentalmente judaico) sozinha, no entanto, é impotente para libertar o homem dos grilhões do presente (só a revolução poderia fazê-lo totalmente). Porém, desempenha um papel crucial no resgate libertador do que aconteceu e, sobretudo, do que poderia ter acontecido. Essa revisão do conceito de tempo retoma o conceito de “apocatástase” (Orígenes, séc. III), ou seja, a redenção de todas as aspirações históricas através de um momento revolucionário. Nessa perspectiva, a história só poderia ser mais bem elucidada a partir de uma compreensão alegórica⁴ (barroca), ou seja, um penoso decifrar de momento em momento na tentativa de restaurar uma continuidade em instantes aparentemente heterogêneos e desconexos⁵.

Enquanto o símbolo, à medida que se desvanece, mostra a face da Natureza à luz da salvação, na alegoria é a facies hipocrita da história que jaz como uma paisagem petrificada diante dos olhos de quem a contempla. A história, em tudo que tem de malgrado, penoso, abortado, expressa-se nessa face – não, nessa caveira. E conquanto possa ser verdade que tal modo alegórico seja desprovido de qualquer liberdade ‘simbólica’ de expressão, de qualquer harmonia clássica de feição, de tudo o que é humano, o que é portentosamente expresso aqui na forma de um enigma não é apenas a natureza da vida humana em geral, mas também a historicidade biográfica do indivíduo em sua forma mais natural e organicamente corrompida. Esta – a mundana exposição barroca da história como estória do sofrimento do mundo – é a essência mesma da concepção alegórica; a história ganha sentido somente nas estações de sua agonia e deterioração. A quantidade de significado é exatamente proporcional à presença da morte e do poder da decomposição, uma vez que é a morte que traça a linha recortada entre Physis e sentido. (BENJAMIN apud JAMESON, 1985, p. 62-63).

³ . Também traduzido por “agoridade” ou “tempo-do-agora”.

⁴ . A compreensão alegórica da história desenvolvida por Benjamin representa um contraponto à concepção romântica e simbólica do historicismo. De um lado está a alegoria, fragmentada e plurívoca e, de outro, está o símbolo, harmônico e permanente.

⁵ . Como já apontara na “*Origem do drama barroco alemão*”, as alegorias representam, no domínio dos pensamentos, o que as ruínas são no domínio das coisas.

A história, assim concebida, não pode ser mera sucessão de fatos mudos, como queria o historicismo, mas uma seqüência de passados (possibilidades) oprimidos, que portam consigo um “índice misterioso” que os impele rumo à redenção. O historiador materialista como que desfere um choque no fato passado e o transforma numa “mônada”, livrando-o do *continuum* repressivo e extraíndo daí suas potencialidades recalçadas. É no território arruinado da “mônada” que se faz o caminho para a compreensão do todo. O historiador é o “arauto que convida os mortos para a mesa”.

2. A AURA NAS “FRESTAS” DO TEMPO HISTÓRICO

2.1. Experiência e tradição

Se na “Obra de arte na época de suas técnicas de reprodução” Benjamin vê com otimismo as conquistas da técnica moderna e sua repercussão em termos de potenciais criativos na arte (fotografia e cinema, por exemplo), nas obras de meados de 38 até seu suicídio, há uma nítida guinada rumo à ponderação dos traços melancólicos e barbarizantes dessa mesma modernidade. No caso da arte de massa (reproduzível em alta escala), aponta Benjamin, se, por um lado, abriu caminho para novas formas de recepção e produção, por outro, desvinculou o homem de seu passado, da tradição, da sua experiência. A compreensão dessa fase do pensamento de Benjamin fica mais facilitada quando se acompanha o “deslocamento” de um dos conceitos mais fundamentais para a sua antropologia da modernidade, a saber, o de aura. Antes identificado com elementos míticos, responsáveis pela relação distanciada com o expectador e uma obra de arte, o conceito de aura é deslocado para o campo das relações humanas, no seu nível mais profundo, como foco gerador de sentido; o declínio da aura é agora não mais visto como esclarecedor e desencantador, mas como fator de ruptura do homem com sua “experiência”. É preciso considerar tais idéias mais de perto.

A filosofia, desde o final do século anterior, vem se esforçando para caracterizar a verdadeira experiência, em contraponto à manifesta vida “normatizada e desnaturada das massas civilizadas”. Não raro essas reflexões a localizaram na literatura, na natureza e até mesmo na idade mítica. Henri-Louis Bergson (1859-1941) inscreve-se nesse debate ao localiza-la junto a determinadas estruturas da memória. Para Bergson a experiência é pura

qualidade, como um progresso na heterogeneidade e mutação contínua, como pura duração (*durée*), com puro tornar-se e, fundamentalmente, desprovida de motivos utilitários.

A experiência residiria no *Eu Profundo*, encontrando-se em contínuo devir. Sua unidade só poderia ser dada na memória. Bergson chega a dois tipos de memória: a *memória-hábito*, de caráter prático e repetitivo e a *memória-recordação* (*memoire-souvenir*), que reproduz o passado enquanto passado, revivendo-o; é acessada pelo querer sonhar, a partir de uma abstração do cotidiano. A concepção dessas duas faces da memória pode ser representada pela imagem de um cone: a base, em contínuo crescimento, representa o passado individual carregado integralmente, e o vértice é o *Eu Superficial*, movido pelos impulsos utilitaristas e responsável por inserir o psiquismo na vida presente. No interior do cone, os elementos psíquicos realizam um duplo movimento: do vértice para a base (experiências presentes que passam para o inconsciente) e da base para o vértice (o inconsciente que emerge, atuando sobre o plano da consciência, como no sonho).

A experiência, na teoria bergsoniana, se funda num dado temporal qualitativo (*durée*)⁶ capturado na memória do *Eu Profundo* (*memoire-souvenir*). O problema, segundo Benjamin, é que essa compreensão de experiência, como algo individual e atemporal, morre com o sujeito psíquico, não repercutindo no terreno histórico e social:

[...] Bergson, por sua vez, em sua concepção da *durée*, se afastou consideravelmente da história [...]. O fato de a morte ser eliminada da *durée* de Bergson isola a *durée* da ordem história (bem como de uma pré-histórica). [...] A *durée*, da qual a morte foi eliminada, tem a mísera utilidade de um arabesco; exclui a possibilidade de acolher a tradição. (BENJAMIN, 1991, p. 137).

O conceito de experiência, em Benjamin, é compreendido na relação dialética entre indivíduo e coletividade, como “[...] matéria da tradição, tanto na vida privada como na coletiva. Forma-se menos com dados isolados e rigorosamente fixados na memória, do que com dados acumulados, e com frequência inconscientes, que afluem à memória” (BENJAMIN, 1991, p. 105). Essa idéia de experiência se aproxima do que Proust chamou de memória involuntária (*mémoire involontaire*)⁷.

⁶ . Exemplo disso é o quanto pode parecer diferente a duração de um minuto. É uma duração qualitativa, pois o mesmo minuto pode parecer interminável se vazio ou se ocupado pela angústia da espera, mas pode parecer demasiadamente curto se preenchido por uma vida psicológica intensa.

⁷ . A memória involuntária é contraposta à memória voluntária, tutelada pelo intelecto e facilmente resgatável.

A memória involuntária, como experiência, ao mesmo tempo individual e coletiva⁸, é transmitida pela narração⁹. Acontece que, numa época em que se consagra o estilo jornalístico - marcado pela novidade, concisão, inteligibilidade e, sobretudo, falta de conexão entre uma e outra notícia – a relação sujeito-sujeito, campo onde ocorre a narração, perde espaço. Por isso que “nenhum leitor dispõe tão facilmente de algo que possa informar a outro” (BENJAMIN, 1991, p. 107). A transmissibilidade, elemento básico da experiência, fica abalada no contexto da modernidade.

A extensa obra de Proust, “Memórias do tempo perdido”, é um esforço hercúleo na tentativa de reabilitar o sentido da narração e do narrador. Entretanto, o acesso ao seio da experiência não é algo determinado por uma vontade dominadora do sujeito; ele se decide na involuntariedade da memória. O próprio Proust reconhece isso e só consegue realizar sua tarefa narrativa a duras penas e contando com a sorte de a memória ter lhe oferecido “lances” involuntários.

2.2. O contexto moderno e a atrofia da experiência: o homem sem história

Ainda em “Sobre alguns temas em Baudelaire”, Benjamin propõe a diferenciação entre experiência (*Erfahrung*) e vivência (*Erlebnis*). O conceito de experiência (*Erfahrung*) representa o corpo de conhecimentos (não no sentido objetivista) acumulados sem a intervenção da consciência e que permite que um indivíduo inserido em uma comunidade disponha de critérios que ordenem sua própria vida. É uma espécie de *corpus* da tradição, não no sentido moral, normativo, mas como uma memória viva de um passado transmissor de sentido. Já a vivência (*Erlebnis*) diz respeito às impressões fortes (choques) experimentadas pelo indivíduo privado e que, assimiladas às pressas, produzem efeitos imediatos e subordinados às exigências do consciente.

Para clarificar o conceito de *Erfahrung*, Benjamin remete à reflexão freudiana, de modo especial àquela que se encontra no ensaio “Além do princípio do prazer”, de 1921.

⁸ . “Onde há experiência no sentido estrito do termo, entram em conjunção, na memória, certos conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo”. (BENJAMIN, 1991, p. 107). Os cultos, com seus cerimoniais e festas, são exemplos dessa fusão.

⁹ . Na narração “ficam impressas as marcas do narrador como vestígios das mãos do oleiro no vaso de argila”. (BENJAMIN, 1991, p. 107).

Nessa obra especula-se¹⁰ sobre a diferenciação entre consciência e memória. Para Freud, o consciente ocupa uma posição intermediária, uma linha fronteira entre o interior e o exterior do homem: “O que a consciência produz, consiste essencialmente em percepções de excitação provindas do mundo externo e de sentimentos de prazer e desprazer que só podem surgir do interior do aparelho psíquico”. (FREUD, 1976, p. 39). Nesta perspectiva, a memória se opõe ao consciente (assim como, para Proust, a memória voluntária se opunha à involuntária), já que este último se constitui na medida em que processos estimuladores não deixam nele “qualquer modificação duradoura”. O fenômeno da conscientização “esfumaça” os traços mnemônicos. As dimensões da memória e da consciência pertenceriam a sistemas psíquicos incompatíveis. As excitações captadas por uma, necessariamente não penetram na outra:

Tais traços da memória, então, nada tem a ver com o fato de tornarem-se conscientes; na verdade, com frequência, são mais poderosos e permanentes quando o processo que os deixou a trás de si foi um processo que nunca penetrou na consciência. Achamos difícil acreditar, contudo, que os traços permanentes de excitação como esses sejam também deixados no sistema Pcpt.-Cs. [...] tornar-se consciente e deixar atrás de si um traço de memória, são processos incompatíveis um com o outro dentro de um só e mesmo sistema. (FREUD, 1976, p. 40).

A verdadeira *Erfahrung* ocorre na medida do detrimento da força utilitária do consciente (veículo da *Erlebnis*). A função de captar os traços profundos da memória não pode residir na consciência por esta não ser veículo mnemônico. A consciência capta estímulos externos; estes, entendidos como cargas uniformizantes de energia externa se dão em forma de *choques* e atuam quase que ininterruptamente sobre o homem moderno. Ora, dada a quantidade de choque recebidos, o consciente se torna, grosso modo, “calejado” e o choque como tal vai perdendo seu efeito traumático. Quanto mais o consciente operar, defendendo-se dos choques, tanto mais a vivência substitui a experiência¹¹.

¹⁰ . Ver FREUD, 1976, p. 39.

¹¹ . É importante aqui registrar como aparece tal idéia preservando o raciocínio freudiano: “Contudo, temos mais a dizer sobre a vesícula viva, com sua camada cortical receptiva. Esse pequeno fragmento de substância viva acha-se suspenso no meio de um mundo externo carregado com as mais poderosas energias, e seria morto pela estimulação delas emanadas se não dispusesse de um escudo protetor contra os estímulos. Ele adquire esse escudo da seguinte maneira: sua superfície mais externa deixa de ter a estrutura apropriada à matéria viva, torna-se até certo ponto inorgânica e, daí por diante, funciona como um envoltório ou membrana especial, resistente aos estímulos. Em consequência disso, as energias do mundo externo só podem passar para as camadas subjacentes seguintes, que permanecem vivas, com um fragmento de sua intensidade original, e essas camadas podem dedicar-se, por trás do escudo protetor, à recepção das quantidades de estímulos que este deixou passar. Através de sua morte, a camada exterior salvou as camadas mais profundas de um destino semelhante, a menos que os estímulos que a atinjam sejam tão fortes que atravessem o escudo protetor. A proteção contra os estímulos é, para os organismos vivos, uma função quase mais importante do que a recepção deles. O escudo protetor é suprido com seu próprio estoque de energia e deve, acima de tudo, esforçar-se por preservar os modos especiais

A consciência, imbuída de catalogar e registrar os estímulos, traduz tal ato em vivência. Se não fosse assim, viveríamos em constantes sobressaltos de *per si* traumatizantes. O conceito freudiano de trauma, desprovido de seus traços patológicos, se aproxima da *Erfahrung*. Da mesma forma que a experiência, o trauma é constituído de excitações externas que foram suficientemente poderosas para atravessar o escudo. Dada a intensa “sedimentação” do consciente, o homem moderno perde a capacidade de gerar experiências e, por conseguinte, perde o contato com a tradição e seu conteúdo utópico. Para Rouanet (1981, p. 45), essa leitura da teoria freudiana é o ponto basilar da crítica à cultura apresentada por Benjamin: “Para ele, com efeito, o mundo moderno se caracteriza pela intensificação, levada ao paroxismo, das situações de choque, em todos os domínios”.

A teoria dos choques pode ser exemplificada pela relação do indivíduo com a técnica, relação análoga aos jogos de azar. Na linha de montagem, a peça que entra no raio de ação do operário exige, arbitrariamente, uma atitude pré-definida. Da mesma forma, o comportamento do operário com relação à máquina se dá adaptativamente, sem espaço para criar ou evoluir – a não ser quantitativamente. A relação com a máquina é uma relação de resposta aos choques, no nível da simples vivência. É o mesmo o que acontece nos jogos de azar¹². Assim como no trabalho não-especializado, o jogador não tem necessidade do seu passado: uma partida não reclama por outra precedente; o que se conquista anteriormente perde o sentido no reiniciar de um novo jogo. Trabalhador e jogador se aproximam quanto ao caráter eternamente incompleto de seus procedimentos, “vivendo” no vazio de uma atividade que não podem concluir. Sua sina é o eterno recomeçar.

2.3. O reencontro da aura na história

O que foi descrito até agora prepara o caminho para a compreensão do “deslocamento” do conceito de aura. Em “Sobre alguns temas em Baudelaire”, Benjamin passa a identificar a aura com o complexo das experiências geradoras de sentido:

de transformação de energia que nele operam, contra os efeitos ameaçadores das enormes energias em ação no mundo externo, efeitos que tendem para o nivelamento deles e, assim, para a destruição”. (FREUD, 1976, p. 42-43).

¹². “O arranque está para a máquina, como o lance está para o jogo de azar”. (BENJAMIN, 1991, p. 127).

Se chamamos de aura às imagens que, sediadas na mémoire involontaire, tendem a se agrupar em torno de um objeto de percepção, então esta aura em torno do objeto corresponde à própria experiência que se cristaliza em um objeto de uso sob a forma de exercício. (BENJAMIN, 1981, p. 137).

Esse conceito de aura se aproxima da experiência histórica que os choques da técnica moderna insistem em manter distância. O conceito de aura revela o segredo de uma experiência complexa capaz de transformar o aparentemente sufocado pelos escombros do progresso numa possibilidade intersubjetiva; o objeto (que, nesse contexto, assume a forma de um momento histórico) auratizado é investido do poder de “revidar o olhar”¹³.

Nesse sentido, entender historicamente significa reviver o entendido, recuperar a sua aura:

Que um certo momento ou aspecto do passado seja atingido pelo presente do historiador (como que encontrando uma certa expectativa implícita em certo momento do passado, no sentido de ele, implicitamente querer ser lido e entendido um dia), constitui a “aura” de um encontro. (KOTHE, 1991, p. 16).

Essa forma de conceber a história é, de certa forma, messiânica: cada momento da história conseguisse captar e realmente entender um outro momento da história realizaria a intenção messiânica do passado. Haveria como que uma pré-destinação, entendida em termos hermenêuticos, daquele momento passado em vista de uma “reconhecibilidade” no futuro. O Messias seria assim uma forma de romper o *continuum* da história¹⁴. É o tempo em que o presente espia pelas “frestas” do passado e se dá conta do que ficou atrás dos tapumes e das paredes.

3. BENJAMIN E A CRÍTICA RADICAL AO PROGRESSO

Para Max Weber (1864-1920), a modernidade se constituiu como produto dos processos de racionalização que se desdobraram no ocidente a partir da Reforma Protestante e que estenderam seus tentáculos nos âmbitos cultural e social. Na cultura, a modernidade

¹³ . “A experiência da aura se baseia, portanto, na transferência de uma forma de reação comum na sociedade humana à relação do inanimado ou da natureza com o homem. Quem é visto, ou acredita estar sendo visto, revida o olhar. Perceber a aura de uma coisa significa investi-la do poder de revidar o olhar. Os achados da *mémoire involontaire* confirmam isso”. (BENJAMIN, 1991, p. 139-140).

¹⁴ . O contexto em que Benjamin escreve as *Teses* (1939-1940) apontava para a possibilidade de dois agudos rompimentos: ou o salto dialético da Revolução ou o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial.

provocou a secularização da tradição e a conseqüente perda dos seus elementos míticos. No campo social, se caracterizou pelo grande desenvolvimento da calculabilidade dos custos, institucionalização do trabalho assalariado, ideologização legitimadora dos processos de acúmulo e por uma intensa incorporação da ciência e da técnica nos processos produtivos.

O que é essencial na compreensão weberiana é a oposição direta entre a esfera mítico-religiosa e a técnico-econômica. Onde a tradição religiosa mantém a sua força, os processos de acúmulo e desenvolvimento capitalista não prosperaram. Em outras palavras, o progresso econômico e técnico, possibilitado pelo “desencantamento” (*Entzauberung*) do mundo, ao mesmo tempo em que é agente desse “desencantamento”, promove o recuo das forças míticas.

Para Benjamin, todavia, essa descrição da modernidade é passível de duras críticas. Ao invés de despertar o homem do seu sonho mítico, a modernidade capitalista mergulhou-o numa mitologia dissimulada sob a forma de progresso. Imergiu o homem num sono e uma coletividade sujeita a esse sono “[...] não conhece história. Ela recebe o fluxo da história como sempre igual e como sempre novo. Tanto a sensação do novo e do moderno como o eterno retorno do idêntico constituem as formas da história do sonho”. (BENJAMIN apud ROUANET, 1992, p. 6).

O mundo de sonho que envolve o homem moderno encontra sua condição de possibilidade na perda da experiência com o passado. Perder a experiência significa, aqui, exonerar os clamores do passado, ou seja, a história mesma.

Rejeitando o culto ao progresso, Benjamin coloca no centro da sua visão de história o conceito de catástrofe, como fruto do progresso. A catástrofe é o progresso e o progresso é a catástrofe. A catástrofe é o *continuum* progressivo da história. A tempestade do progresso nos distancia do Jardim do Éden e nos conduz ao oposto do Paraíso – isto é o inferno. Nos conduz a repetir mimeticamente os impulsos do presente, como o jogador que recomeça eternamente a partir do zero e não necessita da experiência do seu passado para prosseguir. O homem moderno da ideologia do progresso fecha seus olhos aos clamores do passado, e isto é a barbárie:

Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso. (BENJAMIN, Teses, p. 226).



Poderíamos perguntar se, a partir da constatação do inferno do progresso, Benjamin, a exemplo de Weber também não estaria incorrendo num pessimismo que atrofia qualquer tipo de práxis, uma “gaiola dura como o aço”. Entretanto, para Benjamin há um cuidado em salvaguardar elementos nitidamente emancipatórios: o primeiro é a “interrupção messiânica do devir”, ou seu correspondente profano, a “revolução”. Como sugere Löwy (1992, p. 122), a figura do anjo inverteria a imagem marxista tradicional de revolução. Marx diz que as revoluções são as locomotivas da história; no entanto as coisas podem se passar de uma maneira bastante diversa. As revoluções, ao invés de locomotivas, poderiam representar o ato da humanidade, que viaja no trem do progresso, de puxar urgentemente os freios: “a interrupção messiânica-revolucionária do progresso é portanto a resposta de Benjamin às ameaças que faz pesar sobre a espécie humana a continuidade da tempestade maléfica, a iminência de novas catástrofes. Era o ano de 1940, pouco antes de Auschwitz e Hiroshima...” (LÖWY, 1992, p. 122).

O segundo elemento emancipatório só pode ser compreendido dialeticamente, aproveitando os potenciais criados pela modernidade capitalista. É o caso das potencialidades que guarda a idéia de sonho. O mito é equiparado ao sonho, mas o sonho não se esgota no mito:

Levando às últimas conseqüências a teoria de Freud, Benjamin vê no sonho coletivo o entrelaçamento de duas instâncias: uma que reproduz imagens de desejo e outra que censura e dissimula essas imagens, uma instância que quer o novo e outra que quer perpetuar o existente, uma que impulsiona em direção ao despertar histórico e outra que eterniza o sonho. (ROUANET, 1992, p. 6).

Trata-se, portanto, de recuperar o vetor utópico do sonho, ou seja, o seu vínculo com a experiência, com a tradição e com os clamores do passado, uma vez que o verdadeiro desencantamento (*Entzauberung*) é a transformação em práxis das utopias contidas no sonho coletivo.

Um terceiro elemento emancipatório poderia ser localizado numa apropriação positiva da técnica. É o modelo que põe o capital acima de tudo que aprisiona o indivíduo numa “gaiola de aço” e não a técnica em si mesma. Um quarto elemento estaria no trabalho do historiador materialista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 9-34. (Os Pensadores).

_____. Experiência e pobreza. In: _____. *Obras completas I: Magia e técnica, arte e política*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 114-119.

_____. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: _____. *Obras completas III: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 103-149.

_____. Sobre o conceito de história. In: _____. *Obras completas I: Magia e técnica, arte e política*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232.

BERGSON, Henri. *Cartas, conferências e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

_____. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DICIONÁRIO de ciências sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: _____. *Obras completas*. Rio de Janeiro, Imago, 1976. Vol. XVIII, p. 17-85.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio - Walter Benjamin ou a história aberta. In: _____. *Obras completas I: Magia e técnica, arte e política*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 7-19

HABERMAS, Jürgen. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1990.

JAMESON, Fredric. *Marxismo e forma*. São Paulo: Hucitec, 1985.

KOTHE, Flávio René. *Benjamin & Adorno: confrontos*. São Paulo: Ática, 1978.

_____. Poesia e proletariado: ruínas e rumos da história. In: _____ (org.). *Walter Benjamin: sociologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 7-27.

LÖWY, Michael. A Escola de Frankfurt e a modernidade. *Novos Estudos CEBRAP*. nº 32, março, 1992.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. 2.ed. Porto Alegre: Globo, 1956. (Em busca do tempo perdido, 1).

ROUANET, Sérgio Paulo. *Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

_____. Por que o moderno envelhece? *Folha de São Paulo*. São Paulo, 12 jul. 1992.

Um caminho para se estudar as Memórias de Pedro Nava como documentos para a História da Medicina (1890-1940)

Vanda Arantes do Vale¹

Resumo: Este texto tem como objetivo expor o instrumental teórico, condutor da pesquisa - Pedro Nava, cronista de uma época: medicina e sociedade brasileira (1890-1940). Pedro Nava (1903-1984) foi médico no período de 1927 a 1983. Aposentando-se do serviço público em 1969 iniciou a redação de sua obra literária, seis livros de Memórias, publicados no período de 1972 a 1983. As Memórias naveanas traçam um amplo painel da sociedade brasileira no período de 1890 a 1940, pois o escritor reconstituiu também, aspectos da trajetória de seus familiares. Interessantes nas Memórias e escritos naveanos os aspectos relacionados com a Medicina. Os textos de Eric Hobsbawm - *Sobre História*, Ludwick Fleck - *A organização e o desenvolvimento de um fato científico* e Pierre Bourdieu - *Os usos sociais da ciência, por uma sociologia clínica do campo científico* - são fundamentais na construção de um caminho teórico onde se busca desvelar as relações medicina e sociedade brasileira no período de 1890-1940.

Palavras chaves: Eric Hobsbawm, Ludwick Fleck, Pierre Bourdieu

A way to study Pedro Nava's memories as a document of Medicine History (1890-1940)

Abstract: This test has as objective to show the theoretical device, conductor of the research - Pedro Nava, , of a period: Medicine and Brazilian society (1890-1940). Pedro Nava was a physician from 1927 to 1983. Nava retired from the Public Service in 1969 and then started the writing of his literary work: six books of Memories, published from 1972 to 1983. Pedro Nava's Memories drew a wide panel of the Brazilian society from 1890 to 1940 as the writer also rebuilt the way of his relatives. Pedro Nava's Memories as well as his other writings we have special interest in the aspects linked with Medicine. The writings of Eric Hobsbawm - *Sobre História*, Ludwick Fleck - *Organização e o desenvolvimento de um fato científico* and Pierre Bourdieu - *Os usos sociais da ciência, por uma sociologia clínica do campo científico* - are fundamental in the construction of a theoretical way where we try to care for the relationship between Medicine and Brazilian society from 1890 to 1940.

Key words: Eric Hobsbawm, Ludwick Fleck, Pierre Bourdieu

O médico e literato Pedro Nava (1903 -1984) escreveu seis livros de Memórias no período de 1972 a 1983. *Baú de ossos* – memórias (1972), *Balão cativo* – memórias 2 (1973), *Chão de ferro* – memórias 3, *Beira-mar* – memórias 4 (1978), *Galo das trevas* – memórias 5 (1981) e *O círio perfeito* – memórias 6 somam, dependendo das edições, aproximadamente 2.500 páginas.²

¹ Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e professora do Departamento de História da UFJF.

² NAVA, Pedro. *Baú de ossos* – memórias 1. Rio de Janeiro: Editora Sabia, 1972.----- . *Balão cativo* – memórias 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. ----- . *Chão de ferro* – memórias 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.----- . *Beira – mar* – memórias 4. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.----- . *Galo das trevas* – memórias 5. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. ----- . *O círio perfeito* – memórias 6. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

Trata-se de obra literária com características enciclopédicas. As Memórias traçam um amplo painel da sociedade brasileira do século XIX a meados do XX. Escrevia o sétimo livro – *Cera das almas* – memórias 7- quando se suicidou no Rio de Janeiro em maio de 1984.³ Escrevera em 1947 – *Território de Epidauro* e em 1949 – *Capítulos da História da Medicina*.

Nossa pesquisa – *Pedro Nava – cronista de uma época: medicina e sociedade brasileira* (1890-1940)- busca identificar a importância e contribuição da memorialística naveana para os estudos das relações Medicina e sociedade brasileira, no período mencionado. Neste texto, apresentaremos alguns dos aspectos teóricos que têm sido condutores de nossos estudos. Traçaremos informações básicas sobre a trajetória do autor que, consideramos essenciais ao entendimento de nosso texto. Diversos autores contribuem para a construção de um instrumental teórico na condução de nossa pesquisa. Contudo, por problemas de espaço, destacaremos, neste texto, Eric Hobsbawm – *Sobre História*, Ludwick Fleck – *A organização e o desenvolvimento de um fato científico* e Pierre Bourdieu – *Os usos sociais da ciência*, por uma sociologia clínica do campo científico. Apresentaremos as principais propostas, destes autores, por nós recortadas, e, as suas possíveis aplicabilidades na condução de nossa pesquisa. Estaremos, então, apresentando uma amostragem de nossos estudos.

Pedro Nava foi médico (1927- 1983). Na juventude, participou ativamente do movimento Modernista, em sua vertente mineira, em Belo Horizonte. Os escritos naveanos têm merecido estudos acadêmicos que tratam de diversos aspectos desta obra. Reconstituiu a trajetória de seus antepassados no Maranhão, Ceará, Salvador, Santa Bárbara, Rio de Janeiro e Juiz de Fora. A trajetória de Nava, nascido em Juiz de Fora (1903), residência e estudos em Belo Horizonte (1913-1914), transferência para o Rio de Janeiro onde estudou no Colégio Pedro II (1916-1920), retorno a Belo Horizonte e estudos na Faculdade de Medicina, desta cidade (1921-1927), permanência em Juiz de Fora, como médico, no ano de 1928, vida e trabalho em Belo Horizonte

³ O suicídio em pleno sucesso foi divulgado pela imprensa que não falou sobre as causas do mesmo. No livro de VENTURA, Zuenir. *Minha história dos outros*. São Paulo: Editora Planeta, 2005. O jornalista escreve sobre fatos marcantes que ocorreram em sua profissão. Destaca em *O suicídio mal contado* (p. 163-165) aspectos da morte de Pedro Nava. Esclarece que o suicídio foi causado pela pressão que o memorialista vinha sofrendo de um jovem homossexual com quem mantinha relações. Este teria ameaçado Nava com a entrega à imprensa de uma fotografia dos dois. Após receber um telefonema Nava saiu de sua casa, assentou-se em um banco de jardim e deu um tiro no ouvido. Intelectuais ligados ao memorialista pediram, e foram atendidos, para que a Imprensa não publicasse as razões da morte do autor.

(1929-1931), residência e vida profissional em Monte Aprazível (1932-1933) e mudança para o Rio de Janeiro onde viveu como de 1933 a 1984 foi contemporânea de grandes transformações na sociedade brasileira. Sobre estes locais, palcos de sua vida, Nava escreveu no primeiro parágrafo de seu livro inicial de Memórias – *Baú de ossos*:

EU SOU um pobre homem do Caminho Novo das Minas Gerais. Se não exatamente da picada de Garcia Rodrigues, ao menos da variante aberta pelo velho Halfeld e que, na sua travessia pelo arraial do Paraibuna, tomou o nome de Rua Principal e ficou sendo depois a Rua Direita da Cidade do Juiz de Fora. Nasci nessa rua, no número 179, em frente à Mecânica, no sobrado onde reinava minha avó materna. E nas duas direções apontadas por essa que é hoje a Avenida Rio Branco hesitou a minha vida. A direção de Milheiros e Mariano Procópio. A da Rua Espírito Santo e do Alto dos Passos. (NAVA, 1972: 13)

A Avenida Rio Branco, principal rua de Juiz de Fora, aponta para o Rio de Janeiro, Monte Aprazível (SP) e Belo Horizonte, centros urbanos onde Nava viveu e onde foram visíveis transformações sociais e econômicas que marcaram profundamente a sociedade brasileira. Duas questões se nos colocam diante dos textos naveanos relativos a Medicina: 1- contexto histórico onde estão inseridos e 2 – aspectos da organização da Medicina na sociedade brasileira. Diversas publicações tratam da questão das relações do objeto com seu contexto. Destacamos os textos de Hobsbawm, notadamente o Capítulo – *Da história social à história da sociedade*, ensaio escrito em 1972, parte do livro publicado em 1998 – *Sobre História*. No referido texto, Hobsbawm destaca que:

(...) Mas os aspectos sociais ou societais da essência do homem não podem ser separados de outros aspectos do seu ser, exceto à custa da tautologia ou da extrema banalização. Não podem ser separados, mais que por um momento, dos modos pelos quais os homens obtêm seu sustento e seu ambiente material. (HOBSBAWM, 1998, p.87)

Norteados por Hobsbawm, temos procurado contextualizar a obra naveana na trajetória de inserção da sociedade brasileira no mundo capitalista, consultando diversos estudos sobre o assunto. Destacaremos alguns dos aspectos que têm sido por nós buscados no entendimento da sociedade brasileira descrita e vivida por Nava. Estão presentes nas Memórias naveanas a urbanização de São Luís no Maranhão, de Fortaleza, Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Belo Horizonte (1880-1920) e todas as questões que envolvem este período, conhecido como Belle

Époque.⁴ O pai e o avô materno de Nava nasceram no Ceará. Juiz de Fora ocupa diversas páginas de *Bau de ossos*, *Balão cativo* e *O Círio Perfeito*. Em Juiz de Fora, capitais excedentes do café possibilitaram o investimento em indústrias de bens de consumo, no período de 1880-1930, recebendo a cidade o epíteto de “Manchester Mineira”. Nava reconstituiu minuciosamente esta sociedade. Práticas escravocratas no cotidiano da casa de sua avó, contemporâneas de pioneiras greves operárias e adoção de hábitos europeus por setores dominantes da sociedade.⁵

Nas décadas de 80 e 90 do século XIX, começaram a surgir, no Brasil, estudos sobre as questões de saúde e seus aspectos antropológicos, históricos e sociológicos. A produção sobre o assunto é representativa e a historiografia sobre as vertentes teóricas, presentes em diversas pesquisas é tratada por Fabio Henrique Lopes em *Análise historiográfica e história da medicina*. Lopes observa que três linhas são norteadoras das pesquisas que tratam de temas relacionados com a História da Medicina, no Brasil. No texto, o autor observa três vertentes: 1- influência de Michel Foucault presente no trabalho de Roberto Machado – *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil* – trabalho pioneiro e que teve diversos seguidores; 2- O texto de Madel Luz – *Medicina e ordem política brasileira: políticas públicas e instituições de saúde (1850-1930)* – seguindo a vertente propostas por Machado aprofunda também nas questões ligadas ao Urbanismo e Sanitarismo e 3- a pesquisa de Flavio Coelho Edler – *As reformas do ensino médico e a profissionalização da Medicina na Corte do Rio de Janeiro (1854-1884)*, onde o autor busca nortear seus estudos pelas propostas de História Social.⁶ Estes eixos teóricos perpassam diversos estudos sobre a História da Medicina e Saúde, disponíveis em

⁴ Destacamos como contribuição ao entendimento das evocações de Nava sobre o Maranhão o estudo de RIBEIRO, Emanuela Souza. *Igreja católica e modernidade no Maranhão, 1889 – 1922*. Disponível: www.dominiopublico.mec.gov.br Consultado: 20/12/06. Sobre o Ceará destacamos: CASTRO, J. L. Arquitetura eclética no Ceará. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1973, p. 208-255.

⁵ Dentre a extensa bibliografia de textos acadêmicos sobre Juiz de Fora, publicados em papel e virtualmente, destacamos: ANDRADE, Sílvia Maria B. Vilela. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Europa dos pobres – o intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na belle époque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994. LANA, VANESSA. *Uma associação científica “no interior das gerais”*: a sociedade de medicina e cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) – 1898-1908. Disponível: www.dominiopublico.gov.br Consultado em 20.07.07.

⁶ LOPES, Fabio Henrique. *Análise historiográfica e história da medicina brasileira*. In: *LOCUS – Revista de História*. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico, 2003 v. 9, n.2. p.99-116.

variados meios de reprodução.⁷ Em entrevista sobre a importância da Medicina em sua vida, Nava afirmou que:

Repórter - A medicina lhe deu grandes prazeres? Teria, por si só, preenchido sua vida?

Nava - Teria preenchido e preencheu muito bem. Por outro lado, minha obra literária não deixa de ser obra de médico. Quem olhar com atenção, perceberá o médico em cada página, a experiência dele na apreciação do ser humano.

Consideramos que, para tratarmos de um tema ligado à História da Medicina, faz-se necessária uma reflexão sobre a atividade científica. Lembramos que, no período estudado, esforços dos médicos foram feitos em enfatizar este aspecto na prática médica. Leitura fundamental para nossos estudos tem sido *Organização e desenvolvimento do fato científico* de Ludwick Fleck (1896-1961). Em 1970, o livro fora reeditado em alemão e em 1979 publicado em inglês, então, o mundo acadêmico norte-americano e de parte da Europa ficou sabendo do autor

⁷ Destacamos os livros: ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral – pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: UNESP, 1979. BENCHIMOL, J. L. *Domingos José Freire e os primórdios da bacteriologia no Brasil*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos (II) 1, mar. – jun., 1995 (pp. 67 – 98). -----, *Manguinhos, do sonho à vida: ciência na Belle Époque*. Rio: Fiocruz de Janeiro, 1990; CARVALHO, Maria Celeste da Silva. *Medicina e ensino médico: vertente de um processo de desenvolvimento econômico e social: uma história da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1987 (dissertação de Mestrado). COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais – medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822 – 1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999. DINIZ, Marli. *Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais*. Tese de doutoramento apresentada ao IUPERJ, Rio de Janeiro: 1995 (mimeo.). FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar - cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. HERSCHMANN, Micael – PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento - as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1998. MACHADO, Maria Helena. *Profissões de saúde: uma abordagem sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995. PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil - o presente no passado*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. Textos disponíveis na Internet: BONILHA, Luis Roberto de Castro Martins. *Puericultura: olhares e discursos no tempo*. <http://lidgi.unicamp.br/documente/cód=vtls000338191>; CABRAL, Jacqueline Ribeiro. *Prometeu (des) acorrentado: Manguinhos e a (contra)reforma sanitária brasileira*. www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000087.pdf ; FERLA, Luis Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida – do crime ao trabalho, utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. www.teses.usp.br HOCHMAN, Gilberto Santos e outros. *História , saúde e recursos humanos: análises e perspectivas*. www.coc.fiocruz/observatoriohistoria/opas/producao/arquivos/hsrh.pdf; MONTAGNER, Miguel Ângelo. *Pierre Bourdieu, o corpo e a saúde: algumas possibilidades teóricas*. www.abrasco.org.br/cienciasaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=16 ; MORAES, Maragete Farias. *Algumas considerações sobre a história dos hospitais privados no Rio de Janeiro – o caso da Clínica São Vicente*. www.coc.fiocruz.br/pos_graduacao/posgrad_tesebvs.htm# ; SILVA, Márcia Regina Barros. *O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933*. www.teses.usp.br; VALE, Vanda Arantes. *Medicina portuguesa nos escritos de Pedro Nava – uma introdução*. www.realgabinete.com.br/coloquio/autor.asp?indice=73 ;-----, *O Iluminismo e as questões de saúde em Portugal*. www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/index.htm;

e da obra. Judeu polonês, médico dedicado aos estudos de microbiologia, também, estudioso de Epistemologia e Sociologia da Ciência e que publicara em 1935, na Suíça, o livro mencionado, em alemão. Fleck partiu da observação dos vários aspectos que se fizeram presentes nas pesquisas sobre o sangue sífilítico e que foram publicadas em 1906 com o nome de *Reação Wassermann*, desenvolveu sua proposta teórica sobre os estudos das Ciências. Fleck, no Prólogo do livro pergunta: “Que é um fato?” Ao respondê-la expõe o propósito do livro: “Considera-se o fato, o fixo, o permanente e o independente da opinião subjetiva do pesquisador, o oposto da transitoriedade das teorias. É a meta de todas as ciências. A crítica para estabelecê-los constitui o objeto da teoria do conhecimento”. (FLECK, 1986: 43). A proposta de Fleck é o estudo social e histórico das atividades científicas. Contemporâneo e opositor dos intelectuais que ficaram conhecidos como integrantes do Círculo de Viena, as observações fleckianas vão em direção oposta às posturas que vêem a ciência como autônoma e limitam a descrição de sua formulação. Delizoicov afirma sobre Fleck:

(...) Valoriza o contexto histórico – psicocultural ao analisar como se processa a introdução de um cientista numa forma de pensar, ou, como ele denomina, num novo “estilo de pensamento”. Integra na sua análise, portanto, aspectos relativos à determinação social da investigação científica envolvidos no processo de produção do conhecimento, usando e caracterizando suas principais categorias epistemológicas em franca oposição ao positivismo lógico do Círculo de Viena. (DELIZOICOV, 1999: 5)

Na formação acadêmica de Nava e em sua trajetória profissional, temos exemplos dos conceitos propostos por Fleck. Os livros de Memórias tornaram Pedro Nava nome conhecido como produtor de uma obra literária marcante no mundo intelectual brasileiro.⁸ Não surpreendeu amigos e o mundo intelectual. Nava fora ativo participante do movimento modernista, em sua

⁸ A referendação, social como médico, pode ser exemplificada por títulos, homenagens, a exemplo: Destacamos em ordem cronológica: 1933-membro da SMCRJ; 1936-docente de Clínica Médica da Universidade do Brasil; 1941-Diretor do Hospital Carlos Chagas e membro do Conselho Editorial da Revista Médica Municipal; 1945- titular do IBHM; 1951- designado pelo MEC para estudar na Europa a organização de clínicas reumatológicas; 1952-professor da Escola de Aperfeiçoamento da Policlínica Geral; 1954-membro fundador da ABBR; 1956- organizador do Serviço de reumatologia -HSRJ; 1959- catedrático de Reumatologia da Escola Médica da PUC; 1961- membro da ANM, etc..Como literato, destacamos: 1973-*Personalidade Global* e *Prêmio Luisa Cláudio de Souza*; 1974-*Prêmio Jabuti* - Câmara Brasileira do Livro e *Prêmio Fernando Chinaglia* - Prêmio de Literatura da Associação Paulista dos Críticos de Arte; 1975- *Prêmio Fundação Cultural do Distrito Federal* - Brasília e *Personalidade Global Literária* (TV Globo e Jornal O Globo; 1983- *Diploma de Homenagem Especial*, conferido pela União Brasileira de Escritores em 1985 esse prêmio passou a ser denominado Pedro Nava e em 1984 - *Prêmio José Olympio* - Sindicato Nacional do Editores de Livros.

vertente mineira na década de 1920. Foi modernista em Belo Horizonte, um dos fundadores de A Revista, membro do Grupo Estrela e companheiro de: Drummond de Andrade, Abgar Renault, Aníbal Machado, Milton Campos, Gabriel Passos, Pedro Aleixo, Gustavo Capanema, dentre outros. Nomes que foram ativos participantes no projeto de modernização da sociedade brasileira, marco da Era Vargas (1930-1945): “Escrevendo o nome desses amigos de mocidade e vendo o que eles foram depois – não posso deixar de dizer do orgulho de ter pertencido a um grupo tão ilustre”. (NAVA, 1976: 91)

As propostas do Modernismo brasileiro e suas manifestações regionais, em seus diversos aspectos, formam o contexto sócio-cultural para o estudo da obra naveana. Seguindo as propostas de Fleck, entendemos que nas *Memórias* de Nava encontramos o testemunho de questões que envolveram, no Brasil, a organização de uma Medicina “modernista”. Entendemos Modernismo como proposta de construção de uma nova sociedade nacional, a crença na Ciência e a consciência de uma missão como intelectual, presentes em diversas ações políticas e na Medicina do período. Cremos que na formação médica de Nava (1921-1927) estão as informações para se identificar o que Fleck chama de “estilo de pensamento”. (VALE, 2005). Contudo, cremos que as questões levantadas por Fleck, para nossa proposta de pesquisa, podem ser aprofundadas com os textos de Pierre Bourdieu (1930-2002) especialmente – *Os usos sociais da ciência* – por uma sociologia clínica do campo científico (BOURDIEU, 2004).

Pierre Bourdieu tratou de variados aspectos que envolvem a vida, nos diversos setores, nas sociedades do século XX. Interessam-nos as observações que faz sobre os usos sociais da ciência, obra já mencionada, e os estudos que envolvem a formação escolar, destacamos: *Les Héritiers*, *A economia das trocas simbólicas* e *Escritos de educação*. Em *Os usos sociais da ciência* – por uma sociologia da prática científica – retoma vários destes conceitos. As observações de Bourdieu contribuem para entendermos a trajetória profissional de Nava. Explicam-nos como que, órfão aos oito anos de pai, que por falecer tão jovem, não deixou bens ou pensão, e, de mãe espoliada em herança familiar, com cinco filhos, Nava pode pertencer à elite médica brasileira.⁹

⁹ Denominamos de elite médica ao grupo destes profissionais que gravitam em torno de órgãos públicos (ensino superior, empregos, cargos de confiança, etc.) pertencentes a associações de profissionais, nacionais e estrangeiras, tendo acesso a viagens para participação e publicação em anais de congressos. Nava foi funcionário público em Belo Horizonte, pela interferência política de Afonso Pena. Este emprego possibilitou manter-se na Faculdade de Medicina. Em 1933, transferindo-se para o Rio, graças à indicação de membros da família Mello Franco, ingressou no Serviço Público, na Reforma Pedro Ernesto. Teve consultório particular, foi professor das Faculdades do Rio de

A publicação *Os usos sociais da ciência* – por uma sociologia clínica do campo científico é texto que foi apresentado como conferência no Institut National de la Recherche Agronomique – Paris- por Bourdieu. Ao tratar do campo científico retoma e desenvolve conceitos expostos em outros trabalhos. cremos que conceitos desenvolvidos por Bourdieu aprofundam os estudos de Hobsbawm ao tratar da importância do contexto social e de Fleck ao destacar a importância dos estudos da sociedade para o entendimento da Ciência. A identificação das *Memórias* como documentos, para o estudo da História da Medicina, se torna mais esclarecedor quando se busca correlacionar a biografia de Nava com as observações de Pierre Bourdieu. Nava reconstituiu a trajetória médica de seu pai em *Bau de ossos*. Neste livro, aborda aspectos biográficos do pai, destaca sua formação intelectual, trata do currículo médico, informando programas de cada disciplina e livros adotados e as estratégias de sobrevivência deste médico que morreu aos 35 anos em 1911.

Pedro Nava foi alfabetizado em Juiz de Fora, estudou no Colégio Anglo Mineiro em Belo Horizonte, Colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro e cursou Medicina em Belo Horizonte. Exerceu a atividade médica em cidades, anteriormente mencionadas. As informações sobre as atividades médicas, deste médico, são documentais sobre a Medicina do período. cremos que os escritos de Bourdieu sobre Educação e *Os Usos Sociais da Ciência*, aprofundam as questões destacadas por Hobsbawm e Fleck. Bourdieu, no mencionado livro, retoma conceitos desenvolvidos em outras pesquisas. Para nossa pesquisa, são grandes contribuições: Habitus, Campo, Capital, Capital Social e Capital Científico (Bourdieu, 2004: 20, 28, 26, 35). Aclaram o entendimento de como Nava, filho de família empobrecida, construiu sua carreira em meio a uma elite profissional.

Nava estudou em colégios formadores da elite política e social, vivenciou humilhações por sua pobreza, mas, nestes locais adquiriu o que Bourdieu denomina de habitus, domínio de códigos culturais que são incorporados ao indivíduo: fluência em língua estrangeira, hábito de leitura e interesse pela Literatura e Artes Plásticas. A internalização destes elementos culturais foram reforçados pelo contato com Salles, tio do memorialista, jornalista e escritor, marcando sua trajetória e formando sua distinção social. Na formação secundária de Pedro Nava, o mesmo, travou relações de amizade com colegas ligados à elite brasileira, Afonso de Mello Franco, por

Janeiro, membro de bancas examinadoras, conferencistas em congressos, homenageado por seus pares e publicou aproximadamente 350 artigos científicos. Esteve entre os fundadores da Sociedade de Reumatologia em 1949.

exemplo. Estes contatos sempre lhe asseguraram indicações para empregos públicos, associações profissionais e contatos pessoais com o mundo político.

Lendo as Memórias identificamos, na vida profissional de Nava, questões que Bourdieu conceitua como “campo”: “Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004: 20). A trajetória naveana corrobora os diversos conceitos propostos por Bourdieu, não desenvolvidos, aqui, por falta de espaço. Destacamos porém, os conceitos de Capital Social e Científico (contatos, habilidades adquiridas, conhecimentos), aspectos que foram acessíveis a Nava por especificidades de sua biografia, apresentados em momento anterior, deste texto. Universo reconstituído nas Memórias e que mereceu as palavras de Drummond, amigo de juventude de Pedro Nava:

A vida quis torcer Pedro Nava para o rumo exclusivo da ciência, mas viu-se, afinal, que esta não o despojou da faculdade, meio demoníaca meio angélica de instaurar um mundo de palavras que reproduz o mundo feito de acontecimentos. Antes o enriqueceu com dolorida e desenganada, mas, ainda assim, generosa experiência do humano (NAVA, 1972: XVI)

As *Memórias* do modernista Pedro Nava são como pontas de icebergs para o estudo das relações Medicina e sociedade brasileira (1890-1940). Cremos que os textos de Bourdieu, Fleck e Hobsbawm, em muito, ajudam na identificação de nossa proposta. Pedro Nava ao reconstituir sua trajetória e de seus familiares construiu uma obra, tão significativa, para os estudos da sociedade brasileira, como a de seus contemporâneos: Gilberto Freyre – *Casa Grande e Senzala* (1933), Sergio Buarque de Holanda – *Raízes do Brasil* (1936) e Caio Prado Junior – *Formação do Brasil contemporâneo* (1942). Nas Memórias estão os indivíduos, atores sociais, estudados pelos mencionados ensaístas.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência – por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

DELIZOICOV, Demetrio e al. *Sociogênese do conhecimento e pesquisa em ensino: contribuições a partir do referencial fleckiano*. In: II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – II ENPEC. Valinhos (SP), 1999, Atas do II ENPEC (CD-ROM).

FLECK, Ludwick. *Gênesis y el desarrollo de un hecho científico* introducción a la teoría del estilo de pensamiento. Prólogo de Lothar Shafer y Thomas Schnelle. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

HOBBSAWM, Eric. Da história social à história das sociedades. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 83-105.

LOPES, Fabio Henrique. Análise Historiográfica e história da medicina brasileira. In: *LOCUS – Revista de História*. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/Arquivo Histórico/Departamento de História, 2003 v.9, n.2. p. 96-116.

VALE, Vanda Arantes. 10º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia. Belo Horizonte: UFMG, 2005, CD-ROM.

GÊNERO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR.

VANNUCHI, Maria Lúcia

Resumo

Este texto objetiva apresentar o Simpósio de mesmo título: *Gênero e representações sociais em perspectiva interdisciplinar*, que integra a programação do III Simpósio Internacional: *cultura e identidades*, realizado pela ANPUH-GO/UFG em outubro de 2007. Simpósio temático, este, proposto como espaço de reflexão e debate da problemática de gênero, imbricada às formas de representação das relações sociais de sexo, aberto a um diálogo interdisciplinar estabelecido a partir da apresentação de trabalhos, produzidos sob diferentes abordagens teóricas e metodológicas, que focalizam questões de gênero na realidade objetiva e no campo simbólico das representações sociais.

Palavras-chave: gênero, representações sociais, interdisciplinaridade.

Abstract

This paper aims to present the Symposium of the same title: Gender and social representations in interdisciplinary perspectives that integrates the programming of 3rd International Symposium: culture and identities, realized by ANPUH-GO/UFG in October 2007. This thematic symposium, considered as a space of reflection and debate of gender that is linked to the forms of representation of the social relationships of sex, is opened to interdisciplinary dialogue established from works produced under different theoretical and methodological approaches that focus questions of gender in the objective reality and in the symbolic field of the social representations.

Keywords: gender, social representations, interdisciplinary.

GÊNERO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR.

VANNUCHI, Maria Lúcia *

A relação entre os sexos constitui uma lógica de organização social, um sistema hierarquizado de poder que transversa todos os espaços sociais. (DAUNE-RICHARD, DEVREUX, 1992). As relações estabelecidas entre mulheres e homens na sociedade contemporânea são hierarquizadas; assentam-se na supremacia masculina, configurando-se como dominação de cunho androcêntrico.

A categoria Gênero remete à construção de relações de poder, inscritas sobre corpos sexualizados, forjadas objetivamente por múltiplas instâncias sociais e que se subjetivam ao longo do processo de socialização.

Gênero é campo de estudo das teorias de gênero, que se constituíram como referencial teórico no final dos anos 70 do século XX, e vieram desnaturalizar as diferenças hierárquicas que embasam as relações de poder, dominação e exploração estabelecidas entre pessoas de diferentes sexos, explicitando o caráter histórico-social de tais relações, bem como das identidades sociais forjadas como paradigmas de mulheres e de homens, e revelando a forma através da qual, as diferenças biológicas e naturais tornam-se fundamento de relações sociais desiguais e verticalizadas.

O gênero torna-se antes, uma maneira de indicar construções culturais - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995: 75).

Nasce-se do sexo feminino ou do sexo masculino - condições biológico-naturais - mas, a criação das identidades sociais de mulheres e de homens, passa pela manipulação de tais atributos, que são tomados como suportes de relações desiguais.

*Doutora em Sociologia pela UNESP-Araraquara (SP), mestre em Ciências Humanas pela UFG – Goiânia (GO), professora do Curso de História da UnU CSEH-UEG, Anápolis (GO).

Gênero, entendido como construção social, vincula-se à elaboração de idéias sobre espaços, posições, situações e comportamentos socialmente requeridos ou atribuídos. Em cada momento histórico específico, um processo de socialização, efetivado por indivíduos e instituições, responde pela internalização, nos sujeitos sociais, dos traços constituintes da sociedade na qual se inserem.

As relações de gênero são transversais, perpassam todos os espaços sociais, todas as instâncias da existência humana; podem ser observadas no universo doméstico e no extradoméstico, e fazem-se presentes nas elaborações simbólicas, nas representações sociais, focalizadas neste Simpósio Temático.

A Teoria das Representações Sociais, estruturada no princípio da década de 60 do século XX, possibilita, através da leitura das figurações da realidade apreendida, a compreensão dos significados atribuídos a tal realidade que terminam por orientar as ações sociais. Conforme Moscovici (1978) as representações sociais constituem uma forma de conhecimento pragmático construído a partir da inserção em um cotidiano específico, que objetiva conhecer o mundo e sobre ele atuar. Elas configuram-se como forma de conhecimento primordial, socialmente elaborada e compartilhada, para responder às demandas colocadas pelo cotidiano.

Os objetos, simbolicamente representados, são captados em contextos e relações histórico-sociais, daí essa representação advir das relações com outras representações de outros objetos, que formam um campo de representações, conjunto de anteriores elaborações simbólicas de outros objetos, e de outras situações vivenciais.

As representações sociais traduzem valores individuais e coletivos; não podem ser tomadas como meras imagens, como passivos reflexos internos de uma realidade externa, sendo, antes, atitude criativa, na qual o sujeito, inserido socialmente, se auto-representa nas representações que faz do objeto. Na medida em que as representações sociais aparecem como universos de opiniões que são organizadas diferentemente segundo as classes, culturas e grupos sociais dos indivíduos que as manifestam, constatam-se clivagens entre os grupos a partir de suas representações. A dimensão de pertença faz-se presente nos indivíduos que produzem a representação social, posto que ela expressa idéias, valores, modelos e ideologias de determinados segmentos sociais.

As representações sociais não são meras reproduções; elas constroem simbolicamente o real, atribuindo-lhe sentidos, significações e são, sobretudo, produtoras de condutas e de relações humanas.

Nessa direção, inserem-se os elementos relativos à construção social da realidade em nível do simbólico, no que tange à questão de gênero, à construção social da corporalidade da mulher e do homem, de suas identidades sociais, e formas de representação do feminino e do masculino, presentes no imaginário coletivo.

Mecanismos ideológicos, ainda que pouco ou nada perceptíveis, fazem-se presentes nas simbolizações que inferiorizam a mulher ou lhe conferem invisibilidade. Até mesmo nas normas gramaticais, que requerem a utilização de vocábulos masculinos em referências a pessoas de ambos os sexos, independentemente de haver predomínio quantitativo de mulheres.

Poder-se-ia, arriscando uma leitura de gênero do referencial de Foucault, pensar que a perspectiva androcêntrica, apreendida em pequenos detalhes, tem força e inocula valores que contribuem para forjar a mulher, como ser produtivo e dócil.

Para Foucault, uma teia de micropoderes difusos e atomizados, por meio de tecnologias próprias, constrói relações hierarquizadas (FOUCAULT, 1993). Dentre estas, vale pensar as estabelecidas entre as pessoas de sexos diferentes. Sem dúvida, a manipulação ideológica dos atributos naturais para estabelecer relações sociais desiguais e verticalizadas entre mulheres e homens é, no conjunto dessas tecnologias, eficaz mecanismo de poder.

Enveredando também por Bourdieu (1999), cujas reflexões iluminam a problemática das subjetividades, que se imbricam às representações sociais, a dominação masculina é um das formas de dominação simbólica - sistema de relações que a despeito de apresentar-se como natural, é fenômeno histórico, social, e culturalmente produzido por seres e instituições sociais. As relações verticalizadas são criadas na objetividade de ações institucionais que estabelecem formas de divisão de espaços e papéis sociais.

*O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao **próprio corpo** em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos. ... A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os **gêneros** e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 1999: 18-20).*

Assim, as estruturas objetivas subjetivam-se sob forma de esquemas cognitivos, de sistemas de percepções. O princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas. E aí reside a violência simbólica que se ancora nos canais da comunicação, do conhecimento, e que pode se valer de um idioma, de um estilo de vida, de uma cor de pele, e no caso particular que ora focalizamos, de um sexo específico. Violência que, para realizar-se, busca o assentimento dos dominados.

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. (BOURDIEU, 1999: 45).

Para Bourdieu, as estruturas sociais - *habitudines* - subjetivam-se em *habitus* - disposições adquiridas, gostos, estilos, princípios de distinção e classificação. Ou seja: *habitus*, como estruturas incorporadas, constituem uma ponte entre as *habitudines* que os produzem e as ações humanas que neles se ancoram. Ocorre, pois, uma subjetivação da objetividade e uma objetivação, através de ações sociais, dessa internalização socialmente produzida. Assim, aspectos objetivos e subjetivos interagem incessantemente na construção das ordens material e simbólica de dominação.

Desse modo, Bourdieu elucida no processo de construção da identidade subjetiva da mulher e respectivas formas de representação social, os mecanismos da dominação que

tendo sido gerada em instâncias objetivas reproduz-se através da subjetivação. Os princípios androcêntricos encontram-se introjetados na própria mulher, que internaliza o paradigma de relações hierarquizadas, objetivamente construídas; há, pois, todo um sistema de estruturas inscritas nas coisas e nos corpos, que se legitima pela subjetivação.

É o caminho para que se desenvolva, na mulher, a "*learned helplessness*":

... segundo a lei universal de ajustamento das esperanças às oportunidades, das aspirações às possibilidades, a experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mundo sexuado de cima a baixo tende a fazer desaparecer, desencorajando-a, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres - mesmo sem estes lhes serem recusados... aquela experiência favorece o aparecimento de uma "impotência aprendida". (BOURDIEU, 1999: 77).

De acordo com Hirata (1998), o temor, socialmente construído, da mulher em lidar com o sucesso, a dificuldade para sentir-se à vontade em posições de prestígio, corrobora, ainda que de forma não determinante, para a persistência nos espaços profissionais de uma hierarquia social e técnica, com a supremacia do masculino. E, face à introjeção de valores que conferem primazia às funções de mãe, esposa, dona-de-casa, muitas mulheres, não raro, carregam consigo, ao ingressarem no mercado de trabalho, forte ansiedade e sentimento de culpa.

Abramo (*apud* BRITO E OLIVEIRA, 1997), com muita pertinência, afirma pairar sobre a trabalhadora a sombra de uma outra mulher, vinculada à vida doméstica, que a cerceia e tolhe seus passos.

As mudanças advindas do avanço da mulher nos diversos espaços sociais, sobretudo a partir do último quartel do século XX, não podem ser desconsideradas, mas, parafraseando Bourdieu, cabe dizer que, se as mulheres ainda continuam enfrentando múltiplas formas de discriminação, se seguem excluídas dos altos cargos profissionais, se recebem salários mais baixos, se continuam sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho e precariamente representadas nas instâncias do poder, tais mudanças "ocultam, de fato, a permanência nas posições relativas". (1999: 108).

O Simpósio Temático, que este texto apresenta, conjuga esforços interdisciplinares para pensar tais permanências e mudanças nas relações de gênero – da concretude da realidade objetiva ao campo simbólico das representações sociais dela resultantes e instituintes. Esta perspectiva interdisciplinar incorporada ao pensamento historiográfico,

sobretudo a partir dos renovadores debates dos Annales, requer a derrubada de barreiras, equívoca e aleatoriamente, edificadas entre os diversos espaços científicos; preconiza a extinção das rígidas fronteiras interdisciplinares que dificultam a compreensão de um ser humano que não é segmentado. Antes, é um ser que requer o concurso das diferentes ciências humanas para apreensão de sua totalidade complexa. E a categoria gênero, em especial, pela sua marcante transversalidade, não pode prescindir do fecundo diálogo interdisciplinar das ciências que estudam pessoas que, nascidas dos sexos feminino e masculino, são histórica e socialmente construídas como mulheres e homens, e vivenciam, a pretexto de suas enriquecedoras diferenças, ainda hoje, relações sociais desiguais.

Referências

- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRITO, J., OLIVEIRA, S. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO, J.F., JARDIM, S. (org.) *A danação do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico*. Rio de Janeiro: Te Corá Ed., 1997.
- DAUNE-RICHARD, Anne-Marie; DEVREUX, Anne-Marie. Rapports sociaux de sexe et conceptualisation sociologique. **Recherches féministes**, vol 5, n. 2, 1992: 7-30.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latinoamericana de estudios del trabajo: Gênero, Tecnologia e Trabalho* ano 4, n. 7, 1998: 5-27.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol.20, n.2, jul./dez. 1995: 71- 99.

GEOGRAFIAS DO SERTÃO: ESPAÇO E MEMÓRIA EM CONTAÇÕES DE HISTÓRIA

Regina Ilka Vieira Vasconcelos*

RESUMO

Este trabalho compreende reflexões desenvolvidas na pesquisa *Narradores do sertão: história e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses*. A partir de narrativas de sertanejos cearenses registradas pelo cruzamento entre História Oral e vídeo, o objetivo foi compreender o processo de construção dos sujeitos sertanejos como contadores de história, lidar com diferentes processos de construção de memória, incorporar seus pontos de vista, e tentar entender os sentidos construídos por eles para as transformações vivenciadas nas matas de caatinga do sertão norte cearense. Ao estabelecer um diálogo em torno do cotidiano de trabalho na agricultura e na caça, busquei compreender como as relações entre assombrações e paisagem nas contações de história constituem memórias a partir de uma certa gramática da imaginação, sinalizando para múltiplas experiências de construção do espaço do sertão.

Palavras-chave: História e Cultura; História Oral e Memória; Espaço e Trabalho.

ABSTRACT

This work understands some reflections developed in the research *Narradores do sertão: história e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses* (Inland Narrators: history and culture in haunting tales of cearenses). From inlanders cearenses narratives registered by the crossing of the Oral History and the video, the objective was to understand the construction process of the inlanders citizens as tales tellers, to deal with different memory construction processes, to incorporate them viewpoints and to understand the directions constructed by them for the transformations lived deeply in the hinterland caatinga bushes of north's Ceará. I intended to understand how the relations between haunting and landscape in the tales means constitutes memories from a certain imagination grammar, signaling for multiple construction experiences of the space of the inland.

Keywords: History and Culture; Oral history and Memory; Space and Work.

A reflexão aqui apresentada tem origem nas atividades de pesquisa desenvolvidas em minha tese de doutorado, quando abordei as histórias de assombração narradas por velhos

* Professora da Universidade Federal de Uberlândia. Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisa financiada pelo CNPq.

sertanejos cearenses como mote para o entendimento de suas culturas e como pretexto para compreensão de seus processos sociais de construção e transmissão de memória¹. A pesquisa partia de questões gerais, “os sertanejos contavam histórias sobre o quê?”; e enveredava por pontos específicos sobre o cotidiano daquelas pessoas, “o que é sua economia”, “o que é sobreviver no semi-árido”, “quais relações estabelecem com a natureza do sertão”, “de que maneira as matas de caatinga aparecem em seus relatos”, “como se constituem tempo e espaço na caatinga”, “quais as relações entre passado e presente nas maneiras de viver aquele espaço”.

Ao procurar assombrações naquelas histórias, surpreendi-me com o que se delineou como o avesso de um mito sobre a vida do sertanejo: o ideal de um mundo isolado, marcado pela hostilidade do clima semi-árido, num espaço de largas planícies intocadas permeadas de mistérios tão insondáveis quanto perenes em suas existências. As narrativas, as imagens das fisionomias dos entrevistados constituíram evidências relativas a questões de memória, na articulação entre tempo, espaço e cultura, a partir de um processo de transformações no âmbito do trabalho, do lazer, da sociabilidade, dos hábitos dos trabalhadores rurais cearenses nos últimos vinte anos.

Os relatos assinalavam o fim da necessidade de caçar; o abandono do trabalho rural por parte de famílias que migraram; o fechamento de grandes parcelas de terra pelas cercas; o abandono das veredas de terra a partir da construção de estradas de rodagem; a lenta e progressiva substituição dos espaços de mata pelos espaços de roçado; o desaparecimento de animais; a substituição das rodas de conversa e contação de história entre vizinhos pelo hábito de ver televisão. Assim, às questões gerais do início e aos pontos específicos elencados acima, interpuseram-se novas perguntas: presenciamos o fim das assombrações no sertão? O fim do costume de caçar dos animais selvagens perseguidos pelos caçadores? Fim do hábito de percorrer o sertão a pé ou a cavalo? Fim das matas de caatinga?... Fim da contação de histórias? Fim das histórias e das assombrações? Relacionar assombrações e paisagens no campo da memória tornou-se necessário para construir um modo de enxergar as novas configurações de cultura desses universos rurais.

No contraponto entre diferentes entrevistas, foi possível relacionar formas de organização dos tempos dos lavradores e de constituição de seus espaços de vida habituais, reconstruindo os espaços do sertão, e o modo como lidam com essas modificações. Tempo e espaço foram as palavras-chave para enxergar suas experiências de lidar com o costume. A

¹ Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Heloisa de Faria Cruz e com financiamento do CNPq.

partir daí, busquei perceber como suas atitudes se relacionam com a conformação daqueles espaços desenhados pelas histórias de assombração, estabelecendo questões: o que, na produção dos espaços habituais, se intersecciona com a produção dos espaços fantásticos; onde podemos encontrar essas relações considerando o campo da cultura em suas dimensões amplas?

Com as repetições de um tempo de trabalho, nas palavras de entrevistados, observei a comunicação de uma dinâmica comum que orienta a conformação de novas texturas e novos espaços sob o veio do trabalho habitual nas seqüências do tempo do trabalho no roçado: broca, derruba, aceiro, queima, plantio, limpa, colheita. Thompson nos ensina que é uma notação do tempo gerada por uma situação de trabalho e sobre sua relação com os ritmos naturais, “notação do tempo (...) descrita como orientação pelas tarefas” (THOMPSON, 1998: 271). A que ritmos essa textura se conforma? Aos ritmos da terra, da planta que formam seus ritmos de acordo com os ritmos da terra – isso parece natural e compreensível para os lavradores. O que ao mesmo tempo indica que o trabalho é desenvolvido de acordo com os ciclos da natureza é também organizado segundo modos de fazer criados e repetidos segundo regras socialmente difundidas – os ciclos de cortar as árvores, derrubar a mata, delimitar uma proteção para o terreno, queimar a área delimitada, cercá-la, cultivar uma plantação, mantê-la e colher os “legumes”. Ao invés de um ritmo de “trabalho natural”, trata-se da aplicação de um saber construído pelo costume, desenvolvido a partir de longa trajetória de observação do movimento do céu e da terra, da presença e da ausência das condições propícias à sobrevivência na região, dos problemas enfrentados no dia-a-dia de cada tarefa.

Com as descrições do ciclo de trabalho agrícola ao ano e as descrições do ciclo diário, observamos como as atividades e as circunstâncias de sua realização orientam esses trabalhadores na definição do tempo, a partir das referências aos ritmos da sua relação com o espaço. Da mesma forma, as distâncias também são medidas por elementos concretos, ligados ao costume do trabalho, como o tempo necessário para percorrer o espaço entre a casa e o roçado, entre a casa e a mata mais próxima quando em noites de caçada.

No pautar-se pelo ciclo de fazer e refazer roçados ao longo dos anos, novas geografias se desenham para o sertão a partir de suas geografias habituais. O que se acredita como um tempo imóvel para essas populações rurais consiste como uma trajetória de modificações que vêm se aprofundando ao longo de uma tradição, de gerações que conformaram um modo de cultivo da terra. Assim, a caatinga é transformada e os sentidos de sertão, de mata, de caatinga, de terra cultivável, de terra selvagem, de terra fértil, de caça, de percursos, enfim, de

tudo o que pode se relacionar com a produção de sua cultura no sertão, passam também a ter novas configurações.

As histórias de assombrações constituem um campo onde os habitantes do sertão elaboram concepções para sua relação com as matas, com as práticas de caça, com a prática de caminhar pela caatinga, onde expressam um modo de conceber o espaço de vida. As histórias narradas por caçadores que costumam ou costumavam passar as noites dentro das matas, por lavradores que simplesmente percorriam suas veredas ou por mulheres que se viram atemorizadas em suas casas, relatam encontros, visões, escutas de sons, bichos, seres que as pessoas não explicam, mas costumam definir como “pantasma”, “pantaforma”, “visão da noite”, “visagem”. Há menções aos seres convencionalmente apresentados pela literatura que se dedicou ao tema: o caipora e o lobisomem. E, ainda, a narração de histórias sobre encontros com outros seres: o “assobiador”, o “gritador”, e o “brujaleco”. Seu Raimundo Pedro Alves, da localidade de Caxitoré, município de Umirim, relatou um encontro com o que denomina de “pantaforma”:

RAIMUNDO PEDRO: Agora, eu... eu andava muito à meia-noite, eu vi muita pantaforma feia no mundo.

REGINA ILKA: Pantaforma?

RAIMUNDO PEDRO: Hum.

REGINA ILKA: O que é isso, seu Raimundo?

RAIMUNDO PEDRO: É uma coisa que a gente vê pelos caminho. Parece que é coisa do... do... dos ôtro mundo, que desse mundo num tem pantaforma feia daquele jeito. Teve uma noite qu’eu vinha numa casa numa namorada cuma a distância de duas léguas e meia, doze hora da noite. Aí, quando eu cheguei... passei da casa dum tio meu, tinha um lajêro² grande no meio da estrada. Aí, eu vi um bode no meio do lajêro, bem no meio da estrada. O lajêro era quase como iss’aquí, o lajêro rente com o chão. Aí, vez d’eu ter passado meu caminho, não. Fui bulir cum o bode...

REGINA ILKA: Hum...

RAIMUNDO PEDRO: Ô coisa feia qu’eu vi no mundo. Eu... fei por a faca e... larguei a faca nesse bode. Ele pulou de costa, butei faca nele três vez. A derradêra vez, ele abriu a boca, as labareda de fogo era desse tamanho assim (com as mãos), saindo assim: os óio... entrava e saía aquela tochona de fogo. Esse bicho deu uma coisa feia, um berro feio, estourou, desgraçou minha roupa. Aí, eu fiquei foi assombrado dessa vida Quando eu cheguei em casa, num conhecia era nada, nem casa, nem gente, nem nada. Vinha passado mesmo. Aí, passou muito tempo... (...). Eu vi muita coisa feia nos caminho. Uma vez eu fui buscar uma carga de feijão na Carnaúba... Aí, quando eu cheguei no caminho, vi outra marmota feia. A ... Tinha

² Lajeiro: variação regional de lajedo.

butado a carga no... no jumento. Mas a carga muito bem amarrada, as corda novinha... Aí, quando eu cheguei no mei da viagem – era dento duma mata, só tinha o caminho, nesse tempo num havia corte de lenha... Menino...! Num foi brincadêra, não. E vi chiar no... numa folha seca, no verão... Quando eu dei fé, saiu um bicho no meio da estrada, a jumenta se assombrou-se... Eu fui lá três veiz. Quando eu chegava lá, num tinha nada. Aí, eu criei raiva. Aí eu peguei essa jumenta, levei uns empurrão, também eu só vi ela só na hora qu’eu atrevessei lá daonde apareceu esse negócio. Essa jumenta abarcou na carreira. Quando eu cheguei em casa, há muuuuito tempo ela tinha chegado (riso). Só num derrubou a carga porque era muito bem amarrada. O sujeito andando de noite vê muita marmota feia nesse mundo.

Essas experiências são geralmente vivenciadas durante a travessia das matas, sozinhos com seus cachorros, acompanhados por companheiros – “parelhas” - durante as caças, ou por familiares nos trajetos entre as casas da vizinhança. Mas os encontros com “pantasma”, “visão da noite”, “visagens”, hoje em dia, têm sido lembrados e narrados de forma mais esporádica que há dez anos.

A idéia não é mostrar uma cosmologia sertaneja, isto é, como o sertanejo organiza sua realidade em sua mente e expressam seu comportamento; nem transitar pela oposição entre mito e realidade. (DARNTON, 1996: XIV), como um saber apartado da vida material; mas também não procura entender as histórias considerando-as como mero reflexo da estrutura material da vida sertaneja. O que se pretende é compreender as relações que esses moradores do sertão constituem entre as histórias narradas, as experiências que constam ali e as outras experiências de suas vidas.

Seu Chico Custódio, morador da localidade de Lagoa do Bodega, município de Granja, no contexto das referências à experiência de caminhar pelas matas e dos encontros com alguns seres, descreve o “assobiador” e, em seguida, o “gritador”:

CHICO CUSTÓDIO: O camarada... o camarada num tendo... num tendo corage, ele... se vê nervoso. Pois tem esse assuviador e tem esse gritador. Esse gritador, que o pessoal diz que é o que mata o... o que mata um. Aí, car... carrega cum ele nas costa, cum as perna nas costa e ele arrastando as mão no chão.

REGINA ILKA: O que ele matou?

CHICO CUSTÓDIO: Hum. O que ele matou. Tem que carregar ele.

REGINA ILKA: Aí, ele fica andando assim...?

CHICO CUSTÓDIO: Fica andando assim, pra riba e pra baixo.

REGINA ILKA: Gritando e carregando?

CHICO CUSTÓDIO: E carregando. Ainda os... os ôtro mais véio dizem... Minto... Cansei de vê os ôtro dizer. Os mais véio, o meu avô... Cansei de vê ele dizer. O

papai mesmo, cansei de vê ele dizer. Que esse gritador, que carrega assim um, quando vai assim, que vê um assim, que vai gente, que vê qu'ele... Se o camarada vai na frente e ele vem atrás, e o camarada s'esconde emparelhado cum ele, ele derruba no chão. (...) Iss'aí eu cansei de vê o papai dizendo isso.

REGINA ILKA: Ele já... Ele viu alguma vez?

CHICO CUSTÓDIO: Nu... nu.... nu...

REGINA ILKA: Não, qu'el...

CHICO CUSTÓDIO: Ele viu o que os outro vi... os mais velho diziam pra ele. Isso aí ele nunca me disse não, que tinha visto não. Mas eu cansei de vê ele dizer que outro viam... faziam...

REGINA ILKA: E como é que a gente sabe que... que aquele... Como é que aquele que tá se escondendo sabe que o outro quer que ele carregue o ... o morto com ele?

CHICO CUSTÓDIO: É porque ele... esse... esse... que vai... que vai cum o peso, que derruba ele no chão, num quer butar só, em riba, num quer pegar ele só. Chama ele lá, qu'ele tá sabendo onde ele tá. Chama ele pra ... vim botar o cabra (?).

(...)

REGINA ILKA: E aí, ele fica andando nos caminho...

CHICO CUSTÓDIO: Fica andando, pra riba e pra baixo....

REGINA ILKA: E gritando.

CHICO CUSTÓDIO: E gritando. É... e... Ele fica assim, vai dum lugar pra ... sai dum cemitério, vai... vai pra outro. Desse jeito. Dum pra outro. Assim. Sai na... na estrada. Porque aí... aí... aí... esse dito gritador, que fala aí, sai aí de São Miguel.

REGINA ILKA: Em São Miguel tem um cemitério?

CHICO CUSTÓDIO: Tem. E é antigo!

REGINA ILKA: Aí, foi ali perto que o senhor viu?

CHICO CUSTÓDIO: Foi. Foi daí mesmo, de lá... por cima... por acolá.

REGINA ILKA: Aí, tem um riacho que passa por ali?

CHICO CUSTÓDIO: Tem. Lá na frente tem um riacho.

REGINA ILKA: Nesse riacho da... perto da oiticica, onde o senhor tava.

CHICO CUSTÓDIO: Hum, hum. E hoje em dia num tem mais caminho véio por ali. Esses caminho véio morreram, né. Aí, eles fizeram a ... por fora. A rodage é por... por.... por otras banda.

Atentemos, no entanto, para uma dimensão contraditória na relação entre costume e espaço: ao mesmo tempo em que se persegue um modo tradicional de lidar com a terra, operam-se também grandes mudanças que terminam por modificar muitas outras dimensões da vida do sertanejo. Suas geografias habituais irrompem por sobre suas geografias fantásticas, e, no movimento de produção cotidiana de sua cultura, estes sertanejos demonstram os conflitos que vivem entre o que fazia sentido em velhos espaços e o que fazer com as novas necessidades que se criam quando suas vidas mudam.

Seu Raimundo Pedro Alves, da localidade de Caxitoré, município de Umirim, tomou a iniciativa de detalhar essa relação em sua narrativa para me fazer perceber como os espaços são ressignificados a partir dos movimentos de sua construção e reconstrução com prática cotidiana do lavrador, num momento em que eu lhe perguntava sobre as “pantasma” que ele havia mencionado ver nos caminhos da mata:

RAIMUNDO PEDRO: Lá... Lá, esse negócio lá aparecia, todo mundo tinha medo de passar lá. Porque lá era no tempo do cangaço, era umas mata esquisita. Nesse tempo num existia alguma casa no mundo. Aí, o povo matavam gente e enterrava, parece, por... por dentro dos mato. Aí, aparecia muita coisa...

REGINA ILKA: Hum...

RAIMUNDO PEDRO: Hoje em dia, não. Hoje em dia é bom, porque a gente anda de noite, e... se num for a .. É difícil a rente vê uma pantaforma hoje em dia.

REGINA ILKA: Ai é?!

RAIMUNDO PEDRO: É. Hoje em dia, que é tudo cheio de casa, num é! É gente demais. Nesse tempo, o povo era pouco, muito pouco mermo. As casa era muito longe...! Era deserto! As estrada, tudo era mata! Hoje em dia, ‘ocê vê, as estrada, ninguém vê mais mata no mundo.

REGINA ILKA: Hum. Num tem mais mata não, seu Raimundo?

RAIMUNDO PEDRO: Tem não, senhora. Só onde existe mata é na terra do doutor Olivêra, mais pé pra cá, ali nas vertente. Porque num é cultivada. Mas os ôtros terreno tudim num tem mais mata não. É tudo cultivado. Quando num é corte de lenha, é roçado. (...)

O sertão foi ocupado, esquadrinhado, redesenhado pelos roçados, pela extração da madeira, os caminhos povoaram-se, as matas foram despovoadas dos elementos que marcavam o imaginário do sertanejo, assim como foram também despovoadas de muitos animais cobiçados pelos caçadores. Viver no sertão passou a compreender outros sentidos. O roçado continua como forte referência de cultura para essas pessoas, mais do que qualquer outra atividade, e significando mais do que o trabalho. Em conjunto com novos recursos, como a aposentadoria rural, compõe a maneira como o sertanejo se sustenta no lugar para não deixá-lo.

Espaços habituais, espaços imaginários conjugam-se em um movimento dialético em que ora se confirmam, ora se conflitam. Mas o que importa perceber é que nessas histórias de assombração, e, principalmente, por essas histórias e pelo modo de narrá-las ou de esquecer-las – sim, porque o esquecimento também tem maneiras de acontecer – não é possível manter uma visão estreita sobre essa cultura como um espaço único, homogêneo, linear. Seus tempos, apresentados nas narrativas, apresentam a textura de um relevo montanhoso. Os relatos de

sofrimento, entremeados com as de coragem, as descrições de um espaço mágico que se coaduna e ao mesmo tempo se modifica com os espaços do costume, nos conduzem a um movimento de subir e descer, no sentido de nos fazer ver que não é pelo ângulo da perda que se deve encarar as transformações nos costumes ou o esquecimento do hábito de contar histórias, mas na dimensão de um feixe de sinais sobre leituras possíveis da produção de uma cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FENELON, Déa. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan.-jun. 1992.

FRANCISCO CUSTÓDIO DOS SANTOS. Agricultor aposentado. Lagoa do Bodega, Angiquinho, Granja – CE. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2002, na residência do entrevistado.

KHOURY, Yara Aun. “Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história”. In: FENELON, Déa e outros (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo, Olho d’Água, 2004. p. 116-138.

RAIMUNDO PEDRO ALVES. Agricultor aposentado, nascido em 1921. Caxitoré, Umirim – CE. Entrevista realizada em 03 de março de 2002, na residência do entrevistado.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. *Narradores do sertão: história e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses*. 2004. Tese (Doutorado em História Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MORTE NO CEMITÉRIO DA CIDADE DE GOIÁS: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Samuel Campos Vaz*

Resumo:

Este trabalho apresenta algumas considerações que indicam como as histórias reproduzidas sobre o cemitério da Cidade de Goiás representam a dinâmica cultural, as mudanças sociais e a continuidade nas representações culturais.

As imagens “tumulares”, como referência da cultura material, refletem a história local trazendo novos sentidos e significados. Possibilita entender o imaginário construído pela memória, redefine as identidades e seu processo de mudança. Estes aspectos são percebíveis nas diversificações das imagens a partir das transformações ocorridas na sociedade. Tomando o enfoque da dinâmica cultural que, neste caso, é apresentada pela história narrada, questiona-se então, se reproduzir é tornar-se outro.

Abstract

This research presents some considerations that denote as the reproduced histories about the cemetery of the Goiás City, it represents the cultural dynamics, the social changes and a continuity on the cultural representations.

The "grave images" as reference of the material culture, it reflects the local history that brings new senses and significations. It helps to know the imaginary that was built by the memory and it defines again the identities and the processes of change. These aspects are perceptible in the diversifications of images from social transformations. Inside the focus of the cultural dynamic, that in this case, it presented for the it historizes told, ask so, when does it reproduce so can it become other.

Palavras-chave: Imagem, Representações, Cemitérios.

Keywords: Image, Representations, Cemeteries.

* Especialização em Gestão do Patrimônio Cultural – UEG, aluno especial do Mestrado em Cultura Visual – FAV/UFG, Grupo de estudos Morte, Rituais de Morte e Cemitérios – UFG.

IMAGEM E HISTÓRIA

Pensar as histórias contadas por moradores da Cidade de Goiás, sobre os cemitérios, enfocando imagens, identidade e memória contribui para entender a dinâmica cultural e a mobilidade social.

Por um lado, a memória, que conserva a recordação e evoca a lembrança, ajuda a preservar a história nos contextos sociais. Por outro lado, as imagens nos auxiliam a visualizar a representação no contexto histórico dando possibilidades de relacionar o discurso – ou mimético – à produção de sentidos.

“Toda representação visual é uma projeção imaginária do sujeito sobre o objeto, mesmo aquela que se prende fundamentada no registro do dado. Nada escapa, portanto, ao processo de elaboração simbólica e de atribuição de significados, mesmo as imagens que perseguem ‘verdade’, ou a reprodução ‘fiel’ da realidade, como a fotografia” (DINIZ, 2001: 115).

No planejamento original do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás percebe-se, claramente, onde cada um deveria ser enterrado, refletindo a classificação social. A distribuição espacial é definida pela segregação de irmandades (MORAES, in: FREITAS, 1999: 148-149). Esta observação ajuda a entender como as imagens – estatuetas, lápides, estilos arquitetônicos, entre outros - podem ser categoricamente analisadas.

O cemitério como lugar de história e memória trás narrativas que esboçam imagens mentais que são transformadas em histórias, interpretações que definem o imaginário social.

No Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás existem imagens que se repetem, mas cada uma trás uma história. O que se percebe são dimensões temporais colocadas em seus significados, as pessoas em cada tempo colocam sua impressão nas histórias contadas. Nesta dinâmica, produziu-se semelhanças, é neste contexto que observar as diferenças se transforma em objetivo deste trabalho. Conforme cita Lagrou sobre Benjamin: “A capacidade de imitar, e imitar bem, em outras palavras é a capacidade de tornar-se outro” (LAGROU, 2001: 93). Deste modo, toda a reprodução é conduzida a tornar-se *su-generis*, nas representações e nas interpretações cada um coloca sua impressão.

Na análise das imagens do cemitério se descobre aspectos peculiares (histórias) que nos leva à simbolização e metaforização das historias contadas, numa relação em que o imaginário e o simbólico traduzem os significados.

Por outro lado, a identidade cultural só pode ser compreendida em sua conexão com a produção das diferenças no processo social do discurso.

O sentimento de continuidade das histórias formam idéias que nos ajudam a compreender os vínculos que existem entre a cidade e o cemitério como lugar de memória e representação da vida social. No livro *Arte Funerária no Brasil*, a autora enfatiza o valor que a classe burguesa no século XIX dá ao aspecto do túmulo na manutenção da lembrança dos mortos, a partir da relação com a visualidade.

“Um orador de 1848 explicita bem a necessidade burguesa de pereniza-se, ao dizer que ‘ninguém esquecerá jamais o local onde o pai e os amigos estão enterrados, se esse local tiver o encontro que os comove o coração e satisfaz o gosto, e se a terra que os contém não tiver outro atrativo, ela será sempre querida aos vivos por esta razão” (BORGES, 2002: 131).

Em Goiás as histórias contadas por pessoas comuns sobre o cemitério mostram que as narrativas se modificam dentro do contexto individual e social, levando em conta as adaptações à cultura popular, ao folclore, às referências religiosas, que representam o cotidiano.

A manutenção desse processo se dá pela tradição de transmitir o relato de pai para filho. Este fato reflete aspectos da vida social através do universo simbólico construído pelas histórias, como parte da dinâmica cultural.

Uma das histórias muito conhecidas contada pelos moradores da Cidade de Goiás foi produzida sobre uma imagem de anjo que está no Cemitério São Miguel, representa uma criança chorando com um caco de louça na mão. Esta história é relatada assim, pela moradora Fátima Cançado:

“O caso de um túmulo que sempre me chama a atenção, um anjinho, a escultura de uma criança do sexo feminino, cabisbaixa e chorando, com cacos de louça na mão. A causa é porque a menina quebrou uma xícara e a mãe a surrou. E dormindo em seguida, nunca mais acordou” (Fátima Cançado, Entrevista, Cidade de Goiás, 15/09/2006).



As imagens tumulares ilustram lembranças populares, história, imaginário que rompem tempos e constroem a cada geração um sentido diferente, é o que vemos no livro de Cora Coralina em que ela descreve um caso da morte de uma criança que é muito parecido com a história contada pela moradora Fátima Cançado. Na análise do imaginário social são comparados os sentidos produzidos por cada grupo, dando ênfase àquilo que a lembrança individual concebeu como referência.

O Prato azul-pombinho é uma estória narrada no livro de Cora Coralina “Poemas dos Becos de Goiás e estórias mais”. Cora Coralina contava a estória que foi contada pela sua bisavó. Narra o caso da menina que quebrou um prato e foi obrigada a usar um colar de louça feito com os cacos do prato quebrado. Esse castigo era uma forma de fazer com que as crianças não repetissem o erro. A menina dorme com o colar e no dia seguinte sua avó a encontra morta. Segundo Cora Coralina este acontecido foi o fim da prática do castigo dos cacos quebrados: “Foi assim, com o sacrifício da menina Jesuína, desaparecendo em Goiás o castigo exemplar o colar de cacos quebrados no pescoço” (CORA CORALINA, 1988: 90).

Através da imagem da menina da xícara, como é chamada, percebe-se que a memória é fortalecida pela idéia da morte em que as referências fortalecem a identidade local, dando continuidade às histórias contadas, narradas por moradores e passadas tradicionalmente de pais para filhos. A imagem ajuda a fixar a história, numa forma de lembrete em que o acontecido fica exposto visualmente. Não se sabe ao certo se esta estória de Cora Coralina se transformou na história do cemitério da menina da xícara quebrada, no entanto elas contém referências semelhantes, tais como os cacos de louça.

“As imagens, contudo, não são dados, meras evidências indiciárias, mas construções imaginárias. Elas não se reduzem a evidências documentais, objetivas.

Elas são enfim simbolizações construídas histórica e socialmente. Vistas por esse ângulo, o que importa resgatar ou discutir é o modo como uma imagem idealiza, metaforiza, constrói um campo de significação” (DINIZ, in: KOURY, 2001: 115).

A metaforização e construção de símbolos criam, criam de novo e de novo, as histórias dando novos sentidos ao imaginário social.

As imagens tumulares no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás representam histórias, produzem questionamentos sobre a cultura material visual do local. As imagens de cada túmulo fazem referência à identidade cultural do passado, como já foi dito, o espaço físico do Cemitério São Miguel foi planejado desde sua criação a partir de uma segregação em irmandades.

As estatuetas, os estilos arquitetônicos, tipos de escrita, lápides, epitáfios contam histórias que mudam em consequência do processo de modernização da cidade. É nesse processo que percebemos as concepções de mudanças das diferentes épocas.

Através das histórias os cemitérios se transformam em lugar de memória, as lembranças se tornam fontes importantes de pesquisa na construção do sentido do lugar e de seus significados. Mesmo que haja distâncias temporais onde se produzem apropriação entre histórias e imagens.

As diversas culturas estão representadas no cemitério e podem ser observadas em aspectos, tais como, formas de túmulos, esculturas, tipos de mármore, enfim os modelos que vinham da Europa e os modelos que eram produzidos no Brasil. O que se questiona são significados que mudam conforme as concepções dadas.

No Cemitério São Miguel muitas das estatuas principalmente de anjinhos foram feitas pelo mesmo produtor, porém ao colocá-las em túmulos elas ganham identidade e novos sentidos. O imaginário, o simbólico e o real fazem parte de um espaço temporal do sentir, do imitar e das tentativas de entender a história estabelecendo diálogos entre estes.

As imagens que ilustram o cemitério se transformam em referências da história todas as vezes que à memória recorre ao cemitério, enquanto representação social.

CONCLUSÃO:

“A fronteira historiográfica não se encontra nas tabelas estatísticas, nos modelos econômicos, nas leituras computadorizadas, nem nos sistemas sociais, mas no mundo mental perdido de pessoas obscuras como Marie Besnard” (DARNTON, 1990: 225).

Trabalhar a história das mentalidades é observar o gesto mais simples, sem ficar na ânsia por elementos complexos, inusitados, originais. Um construir o saber e poder olhar por vários ângulos, percebendo a importância que cada um dá para as histórias que são ou foram estórias, mas que são transmitidas pela memória e representadas pela atitude. Despir a história ao encontro da verdade não significa muito quando temos os sentidos produzidos pela emoção de perceber que o pensar e o repensar se transformam em pensar novamente, tendo na referência a clareza da mudança em que nas diferenças se torna outro.

As narrativas, as iconografias, os costumes, os hábitos, os rituais são parte do universo simbólico da cidade.

“Os cemitérios foram entendidos como um lugar de reprodução simbólica do universo social” (Lima, 1994: 87).

Enfim, no cemitério de Goiás encontramos contextos ligados ao rural e urbano, religioso e profano, tradicional e moderno, entre lembranças e esquecimentos. Tais reflexões encontram-se na fronteira entre o mundo real e o imaginário.

Referências bibliográficas:

ARIES, P. *O Homem Diante da Morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, M.E. *Arte Funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: Ed. C\Arte, 2002.

BORGES, M.E.L. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das letras, 1994.

CORALINA, C. *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais*. São Paulo: Global Editora, 1988.

DARNTON, R. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

FREITAS, L. C. B. F. de (org.) *Saúde e Doenças em Goiás: a medicina possível: uma contribuição para a história da medicina em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

KOURY, M. G. P. (org.) *Imagem e Memória: ensaios em Antropologia Visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LAGROU, E. M. Identidade e alteridade a partir da perspectiva kaxinawa. In: ESTERCI, N.; FRY, P. e GOLDENBERG, M. *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001: 93-127.

LIMA, T.A. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). *Anais do Museu Paulista*, V. 2. São Paulo: 1994, p. 87-150.

VOVELLE, M. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

Trabalhadores e trabalho no Oeste do Paraná: perspectivas de investigação a partir da História Oral

Rinaldo José Varussa*

Resumo:

Este artigo visa apresentar e discutir alguns elementos e perspectivas de investigação, a partir de um conjunto de pesquisas implementadas a partir do Laboratório “Trabalho e Movimentos Sociais” da UNIOESTE, as quais vem buscando interpretar diversas dinâmicas de vida e de trabalho experimentadas e pautadas pelos trabalhadores, na região Oeste do Paraná, em situações diversas. Nestas pesquisas, a história oral vem assumindo um papel estratégico, não só por se constituir, por vezes, na única forma de acesso e diálogo com aqueles sujeitos, mas também por possibilitar perceber e interpretar os processos históricos a partir dos sentidos e significados forjados pelos trabalhadores.

Palavras-chave: história oral; trabalho e trabalhadores; história, memória e narrativa.

Abstract:

This article aims at introducing and discussing some elements and perspectives of investigation, from a group of researches that were implements in the Laboratory “Trabalho e Movimentos Sociais” of UNIOESTE, which search to interpretate various dynamics of life and job experienced and ruled by the workers, in Oeste of Paraná Region, in diverse situations. In this researches, the Oral History is taking on a strategic function, not only it constitutes in the unique way of access and dialogs with those fellows, but it is a possibility to perceive and interpret the historic processes from senses and meanings forged by the workers.

Keywords: Oral History; work and workers; history, memory and narratives

Apresentação

Em 1985, Eric Hobsbawm, analisando os caminhos percorridos pela “história vista de baixo”, os avanços e desafios que marcavam aquela produção, assinalava, dentre outros aspectos, que uma das questões presente era o das evidências a partir das quais os historiadores pautavam suas investigações, notadamente enquanto um limite ao diálogo com os sujeitos que referenciavam aquela produção. E neste item destacava que a história oral se encontrava entre aqueles “tipos de material [que] não estimularam ainda o pensamento metodológico suficientemente”.

Assim, apontava que:

* Professor da graduação e do mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), doutor em História pela PUC-SP.

“nunca faremos uso adequado da história oral até que saibamos o que pode sair errado na memória, isto com o mesmo cuidado com que hoje sabemos o que pode sair errado com a transmissão de manuscritos por via oral.(...) No momento, nossos critérios para julgar fontes orais são quase inteiramente instintivos ou simplesmente inexistentes. A coisa ou nos parece certa ou não.”

E concluía que:

“isto não nos leva para mais perto da solução do problema crucial que é o de saber em que acreditar quando nada há que sirva como comprovação ou verificação”.(HOBSBAWM, 1988: 23)

Passadas mais de duas décadas daquelas observações, a se considerar não só o volume como também a diversidade de trabalhos constituídos a partir da história oral, fica fácil constatar que, no que se refere ao estímulo, as reflexões teórico-metodológicas superaram aquele momento demarcado por Hobsbawm. Mas, não só em termos quantitativo, como que também na constituição de formulações que evidenciam um enfrentamento da credibilidade daquela fonte, bem como dos sentidos e significados da memória, embora não propriamente nos termos assinalados por aquele importante historiador britânico.

Articulado a esta avaliação quanto aos avanços no trabalho com história oral, este artigo visa apresentar e discutir um alguns elementos e perspectivas de investigação tendo em conta um conjunto de pesquisas implementadas a partir do Laboratório “Trabalho e Movimentos Sociais” (LTMS) da UNIOESTE, as quais vem analisando e interpretando diversas dinâmicas de vida e de trabalho experimentadas e pautadas pelos trabalhadores, na região Oeste do Paraná.

Estas pesquisas têm como uma de suas características a tentativa de estabelecimento de um diálogo com uma plêiade de ocupações e profissões, tais como catadores de papel, sacoleiros, costureiras, bordadeiras, trabalhadores rurais e das indústrias, vendedores de catálogo e de redes de lojas, da construção civil.

Por sua vez, as investigações aqui elencadas não se atêm exclusivamente à diversidade das formas de inserção no universo do trabalho, mas tem buscado estabelecer os processos mais amplos dos trabalhadores vivendo e redimensionando não só as relações de trabalho como também processos de luta e de vivências na região, as quais são registradas, em muitos casos e abordagens, em narrativas históricas que se pautam pelo estabelecimento de uma lógica de desenvolvimento e progresso, homogeneizadora, que visa o apagamento das divergências, dos conflitos e das oposições que configuram um dos processos de ocupação recente daquela região do país.

Nestas pesquisas, a história oral vem assumindo um papel estratégico, não só por se constituir, por vezes, na única forma de acessos e diálogo com aqueles sujeitos, mas também por possibilitar perceber e interpretar os processos históricos a partir dos sentidos e significados forjados pelos trabalhadores, vivendo as transformações nas relações e condições de trabalho, observáveis a partir daquela região.

Pesquisando os trabalhadores no Oeste do Paraná

Ligado à linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” do Mestrado em História da UNIOESTE, o LTMS foi constituído formalmente em julho de 2006, visando intensificar a articulação entre os pesquisadores que se ocupavam de temáticas ligadas aos “mundos do trabalho” e que há quase uma década se organizam em torno do grupo de pesquisa “História Social do Trabalho e da Cidade”¹.

Nas pesquisas desenvolvidas no período relacionado à constituição do LTMS, o trabalho com história oral tem se apresentado como uma possibilidade de diálogo oportuna e profícua com situações e experiências vividas pelos trabalhadores, a partir da região Oeste do Paraná, ainda mais quando a perspectiva que pauta os trabalhos é o de dimensionar a investigação a partir dos valores e significados constituídos por aqueles sujeitos, ao viverem processos históricos que possam ser genericamente avaliados como de transformações nas relações e formas de trabalho, as quais indubitavelmente informam e tensionam o conjunto das situações vividas.

Para além do acesso aos trabalhadores, o trabalho com história oral tem nos possibilitado perceber e problematizar o processo de produção e constituição das narrativas e das memórias, o que por certo se faz presente também nas outras linguagens, pensadas enquanto práticas constituintes dos sujeitos, mas que se evidencia enquanto experiência compartilhada pelo pesquisador à medida que ele participa do processo de produção destas narrativas, em especial.

A interpretação e percepção destes elementos, por sua vez, não se pautam dissociado da investigação das condições de vida e de trabalho, o qual avaliamos como objetivo principal das investigações.

¹ O Grupo de Pesquisa “História Social do Trabalho e da Cidade”, foi formado em 1998 e registrado no diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq desde 2000 (UNIOESTE 00013), reunindo pesquisadores da UNIOESTE, da Universidade Federal de Uberlândia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Federal Fluminense.

Assim, tendo em conta a temática dos trabalhadores constituindo e se constituindo nas relações de trabalho, uma diversidade de situações vem se apresentando como possibilidades e desafios de investigação.

A ampliação do contingente de pessoas empregadas de forma permanente e exclusiva em atividades antes conceituadas como eventuais e/ou complementares a outras - tais como os catadores de papel e as vendedoras de catálogo -, os processos vividos pelos jovens ao ingressarem no mercado de trabalho - como o emprego de estagiários nos bancos estatais e os “pacoteiros” dos supermercados -, o redimensionamento de antigas profissões, que não perfilam entre aquelas “clássicas” analisadas pelas humanidades – tais como os cabeleireiros e barbeiros - além de experiências de organização e mobilização no enfrentamento de projetos e perspectivas de sociedade distintas – como o vividos pelos atingidos por barragens e dos que lutam por moradia -, são algumas daquelas situações com as quais vimos tentando investigar.

Com vistas a evidenciar estes elementos, por questão de espaço, me restringirei aqui a duas pesquisas, que em alguns sentidos se contrapõem.

A primeira delas, que vem sendo realizada por Marlene Rodrigues da Silva, em nível de mestrado, investiga as relações e dinâmicas de trabalho vividas e interpretadas por jovens quando na condição, denominada pelas empresas, de “estagiários”, restringindo à pesquisa às agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal em Marechal Cândido Rondon.

Para Silva, fato marcante e inquietador nesta condição de “estagiário” é a maneira como nas narrativas a suposta condição de aprendiz dá espaço, ainda que de maneira sobreposta, a formas de emprego de mão-de-obra com ritmos e rotinas, ao menos, semelhantes às dos trabalhadores regulares, não sem que para isto os “estagiários” expressem em suas falas as tensões desta situação, ao mesmo tempo em que lhe atribuem sentidos e significados.

Como no caso de Leila Viviane Werner, 22 anos, que ficou vinculada ao banco durante 9 meses, em dois períodos, entre 2005 e 2006. Estudante de psicologia, em uma universidade de Toledo – PR, perguntada sobre o que representou aquela experiência, num primeiro momento ela se põe a explicar a relação que aquilo teria com sua carreira profissional:

“Pra pessoa que tá indo trabalhar, é legal tá esse tempo lá. Até mesmo a questão da contratação que dá a oportunidade de aprender alguma coisa e ao mesmo tempo tá abrindo as portas pra eu poder trabalhar em outros lugares.”

Chama a atenção que a entrevistada atribui a esta experiência, conceituada por ela como trabalho, valor às “portas a serem abertas”, para além do imediato e seu suposto aprendizado. Isto parece se explicar pela dimensão que o período vinculado à empresa teve para Leila, percebida a partir da relação com outros funcionários: “É são exatamente seis meses que a

pessoa leva pra aprender e vai embora. A chefe do setor não gostava muito, muita rotatividade assim.”

O vínculo temporário dos “estagiários”, valorizado por Leila nas perspectivas futuras que ele aponta, parecia representar na rotina do banco, vista pelos funcionários efetivos do banco e na leitura da entrevistada, um problema na organização das dinâmicas do trabalho. Ainda mais quando considerado o papel desempenhado por este trabalhador-“aprendiz”, que se articula às estratégias estabelecida pela empresa na contenção de gastos e redução de quadro funcional, como ficam evidenciadas no relato de Leila ao explicar as outras dimensões presente na atividades que ela executava como atendente na bateria de caixas eletrônicos:

“O banco tem várias metas assim. O banco ele tem várias metas para atingir, no meu setor a meta era maior porque tem os caixas eletrônicos. Aí, o que eles querem: diminuir que as pessoas entrem no banco e aumentar que elas usem o caixa eletrônico. Então, no trabalho dos funcionários de lá de dentro do banco, tinha que tentar, assim, o máximo possível reduzir e usar mais o caixa eletrônico (...) diminuir as pessoas que entram, pra tentar, um pouco pra tentar informatizar o trabalho, né? E diminuir um pouco os gastos, né? E diminuir um pouco os gastos, né? Os funcionários também.”

Como aponta Marlene Rodrigues da Silva, parece curiosa a função assumida por este “estagiário”: um trabalhador que não entra nos quadros de funcionários dos bancos e que tem a função de evitar que os clientes e outros funcionários também o façam (SILVA, 2007: 14).

Conjuntamente às interpretações que decorrem desta entrevista, no que se refere propriamente às relações de trabalho, a maneira como se estrutura a narrativa da jovem trabalhadora sugere algumas dimensões importantes de serem ressaltadas em relação ao trabalho com história oral.

A construção da importância do vínculo de trabalho com o banco em termos das possibilidades futuras, estabelecendo o valor do passado de forma prospectiva, ou seja, em relação ao que possa a se constituir, além de firmar uma relação com a faixa etária da entrevistada, aponta para as mudanças constituídas nas relações de trabalho no setor bancário. Isto porque o caráter provisório do vínculo, experimentado pela jovem estagiária, se contrapõe a uma das características que, em outros períodos, identificava o emprego em um banco estatal: a estabilidade no emprego. Estes “outros tempos”, aliás, se entrecruzam dado que a própria entrevistada faz menção àquela outra situação que, embora não experimentada por ela, é por ela compartilhada enquanto valor e referencia social: quando perguntada o que seus familiares pensavam dela trabalhar num banco, ela respondeu que

“ainda mais eu acho que a questão de você trabalhar num banco, né? Qualquer pessoa que vai trabalhar num banco... ‘nossa, trabalha num banco!’ Todo mundo fica... ai, não sei... eu não sei exatamente o que as pessoas pensam... porque assim, o senso comum eles dão bastante valor para as pessoas que trabalham em um banco, trabalhar em banco é o pico, é a sensação... você ser um funcionário de um banco é assim, mais importante, às vezes, do que ser um funcionário da prefeitura, assim tem uma auto-valorização nesse sentido do senso comum e acho que isso leva um pouco pra vida e pra família da gente, né? Então, meus pais estavam felizes, estava todo mundo feliz assim... ‘Ai, trabalha num banco, tal’.”

A contraposição destes “dois tempos” presentes na narrativa da jovem estagiária apresenta-se como uma possibilidade de problematizar não só a experiência desta pessoa como os processos de mudanças vividos pelos trabalhadores no setor bancário, o que para tanto tornaria instigante, por exemplo, o diálogo com outros trabalhadores com mais tempo de trabalho no setor.

A segunda pesquisa a que me reporto é sobre as trajetórias de barbeiros e cabeleireiros em Marechal Cândido Rondon e suas relações com a cidade, na qual Jaqueline Wengrat Miranda realizou um conjunto de entrevistas com jovens e antigos trabalhadores daquela profissão, as quais permitem estabelecer uma espécie de contraponto em relação aos elementos identificados acima na entrevista da jovem estagiária.

Uma das entrevistas por Jaqueline W. Miranda foi a cabeleireira Amália Portz, 63 anos, nascida em Ijuí-RS, cabeleireira há quase 50 anos. Tendo ela vivido diretamente as mudanças porque passou sua profissão e as relações com a clientela, ao contrário da jovem estagiária, a forma como estrutura a sua narrativa traz as marcas deste processo, denotando as tensões e conflitos vividos no presente a partir da construção de uma identidade que se legitima na trajetória passada:

“Praticamente digamos, assim, uns 60 % dos cabeleireiros hoje em Marechal, passam tudo...passaram tudo por meu salão. Hoje em dia tem cabeleireiro muito conceituado que iniciaram comigo. Eu poderia falar de repente de 30, 40, 50 pra cima, mas não é... Existe espaço para tudo isso, né? Mas foi uma caminhada muito boa, uma coisa muito gostosa e hoje ainda com 63 anos de idade trabalho o dia todo, há ainda muita vontade de trabalhar, inclusive no sábado que passou saiu uns cabelos muito bonitos, eu me emocionei... então é amor, amor à profissão. Então, a gente, assim, entende muito de química... A gente não se diz que é coisa boa, porque ninguém é o bom e ninguém é o ruim. Mas, na maneira de corte e de químicas, até a gente deveria disputar um campeonato, porque a gente não sai do caminho de ninguém. É claro que pra muitos cabeleireiros em Marechal, chamam nós duas de duplicatas vencidas, mas falta muito pra vencer. Nós temos uma experiência e uma

bagagem muito grande, nós temos um currículo muito bom. Que eu digo, é alvará em cima de alvará, mais velha em Marechal em alvará fui eu, né? E a gente tem muito curso, tem muito aperfeiçoamento inclusive a Minthy [outra cabeleireira que atua no salão] pretende continuar fazendo cursos ainda, eu já não tenho mais... se eu já não sei se vou continuar. Estou decidindo ainda. (...) Só que hoje em dia a gente vive uma vida muito boa, muito calma, muito calma, muito gostosa, na medida do possível, com segurança, né? E temos uma boa clientela...”

Dona Amália, vivendo um presente marcado pela concorrência com outros profissionais que, ao que parece, a conceituam como superada profissionalmente, busca no passado os elementos que forjariam sua presença nesta disputa, o que inclui a demarcação não só das competências em termos do domínio das técnicas da profissão, como a responsabilidade pela formação de boa parte dos que hoje são seus concorrentes.

Assim, diversamente da jovem estagiária, esta trabalhadora tenta firmar o seu futuro ou construção de expectativas e possibilidades a partir da sua trajetória, marcando sua narrativa pela retrospectiva.

A título de conclusão, vale frisar que o trabalho com história oral vem se constituindo como uma possibilidade não apenas de estabelecer o processo histórico enquanto fatos que o desencadeia, mas também nos sentidos e significados produzidos pelos sujeitos, o que se expressa, por vezes, nas formas como estruturam suas narrativas, superando e/ou redimensionando uma suposta polaridade subjetividade - objetividade (PORTELLI, 1996).

Neste sentido, não se trata apenas do dito, ao que parece se ater Hobsbawm na avaliação que apresentamos acima, mas também no “não dito” e mesmo na recusa em dizer, situações que provavelmente fazem-se presentes nas demais evidências trabalhadas pelos historiadores, mas que a história oral, dada principalmente à participação, por vezes, do pesquisador na sua produção, parece explicitar.

Entrevistas

- Leila Viviane Verner, 23 anos, estudante de psicologia, entrevista concedida à Marlene Rodrigues da Silva, em 5 de julho de 2007.
- Amália Portz, 63 anos, cabeleireira, entrevistada concedida à Jaqueline Wengrat Miranda, em 4 de maio de 2007.

Referências Bibliográficas

- HOBBSAWM, E. “A Outra história: algumas reflexões”. in KRANZ, Frederic. *A Outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.
- MIRANDA, Jaqueline Wengrat. *Que beleza de trabalho: barbeiros e cabeleireiros em Marechal Cândido Rondon nas décadas de 1970 a 2000*. Marechal Cândido Rondon, 2007. Mimeo.
- PORTELLI, A. “A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. in Revista *Tempo*, v.I, n.2. Rio de Janeiro: Ed.UFF, 1996.
- SILVA, Marlene Rodrigues da. *Experiências de trabalhadores temporários nos bancos*. Marechal Cândido Rondon, décadas de 1990 e 2000. Marechal Cândido Rondon, 2007. Mimeo.

Clube da Objetiva (1970-1989): Um fotoclube no central do Brasil

Autora: Ana Rita Vidica*

Resumo: O artigo *Clube da Objetiva (1970-1989): Um fotoclube no central do Brasil* é resultado da recuperação da história do fotoclube de Goiânia, o Clube da Objetiva, nas décadas de 70 e 80, se constituindo em parte do percurso fotográfico do Estado de Goiás. Para isso, buscou-se compreender em que medida o mesmo incorpora as práticas institucionais do movimento fotoclubista. Este entendimento foi feito através do cruzamento de documentos textuais, orais e visuais, como recortes de revistas, jornais e boletins informativos recebidos de outros fotoclubes e que fazem parte do acervo do Clube da Objetiva, além de conversas com alguns de seus integrantes.

Palavras-chave: Fotoclubismo, Goiânia, século XX.

Abstract: The article *Clube da Objetiva (1970-1989): Um fotoclube no central do Brasil* is the result of restoring Goiânia's photo-club history in the seventies and eighties, "Clube da Objetiva", which constituted part of the pathway of photography in the state of Goiás (Goiânia, the capital of Goiás). For this, one searched to understand where measured the same it incorporates practical the institutional ones of the foto-club movement. This understanding was achieved through comparisons of oral, written and visual documents received from other clubs, which were part of the photo-club collection, such as cutouts from magazines, newspapers, information bulletins, as well as conversations with some club members.

Keywords: Photo-club movement, Goiânia, 20th century.

* Universidade Federal de Goiás. Mestre em Cultura Visual (Faculdade de Artes Visuais – UFG)

O que é o Clube da Objetiva?. A primeira resposta é a de se tratar de um clube de fotografia, o que leva a explicação à pergunta; “O que se faz em um clube de fotografia?”:

Os fotoclubes são entidades que promovem o desenvolvimento dos processos fotográficos como arte. São locais onde uma fotografia é apresentada para crítica, com seu autor já preparado para ouvir opiniões que poderão ser frontalmente contrárias às suas, mas que tem como objetivo, sempre, uma crítica construtiva¹.

Além de as fotografias poderem ser mostradas dentro do próprio fotoclube, estas poderiam ser levadas para apreciação em outros fotoclubes. Nesse sentido, percebe-se que o Clube da Objetiva, apesar de estar localizado na cidade de Goiânia, mantinha relação com outras instituições do mesmo fim, que faziam parte de um movimento, o fotoclubismo.

Segundo Ângela Magalhães e Nadja Pelegrino,

o fotoclube se constituía num lugar ideal para o reconhecimento social dos aficcionados que participavam de concursos e saraus fotográficos, onde podiam mostrar a cultura adquirida em viagens pelo País e pelo exterior, e ainda habilidades artísticas (2004: 36).

Logo, o fotoclube se constituía em um espaço de troca de experiências fotográficas, em que havia a preocupação de uma produção artística, a partir de um intercâmbio entre os fotoclubes. Essa relação entre as associações caracterizava o movimento fotoclubista.

Como o Clube da Objetiva faz parte deste movimento, em que sentido se dá sua atuação no fotoclubismo brasileiro? Existiriam algumas características próprias que o diferenciariam dos demais? As respostas a essas questões se darão pela construção da história do clube, a partir dos documentos textuais e visuais de seu acervo e conversas com alguns de seus integrantes.

No início dos anos 70, a fotografia em Goiás, ainda incipiente, não dispunha de um local para a formação de fotógrafos, apesar da existência de profissionais e lojas comerciais nessa área².

Por essa razão, no ano de 1970 a Faculdade de Belas Artes e Arquitetura da Universidade Federal de Goiás cria o primeiro curso de fotografia de Goiânia. Com relação a essa iniciativa, há registro de depoimento do então diretor da faculdade, Amaury Menezes:

¹ Essas palavras são atribuídas a Ruy Esteves (presidente do CO de 1972-1977) em matéria publicada no Jornal “O Popular” de autoria de Leila Daher Costa (sem data) cujo título era “Clube da Objetiva: quando fotografar é uma arte”. Desta matéria fora encontrada, no acervo do CO, uma fotocópia sem referência de data.

² Não se sabe com certeza o número de lojas de fotografia da época, mas presume-se que existisse em torno de 17 lojas, como constam em cartas enviadas pelo CO. Eram elas: Foto Taiwan, Hoffer Fotografias, Foto Luis, Cine Foto Fugiana, Equipe Aguinaldo Carlos, Foto Estúdio 7, Eletro Foto Baroni, Foto Ideal, Foto Amaranete, Pepe Fotografias, Foto Eldorado, Foto Kazuo, Óticas Motta e Sakamoto Sato.

Achei que era oportuno para a Escola de Belas Artes e Arquitetura ter um fotoclube sediado ali dentro. Então cedemos os espaços para o clube usar, o laboratório, o estúdio e sala de aula. Foi um momento oportuno, tanto para a universidade enquanto instituição quanto para o clube como associação. “(sic)”³

O curso de Fotografia, a convite do diretor, era ministrado por Décio Marmo de Assis. Ele havia chegado recentemente dos Estados Unidos, onde participara do fotoclube norte-americano, *Sierra Club*, sede em *Yosemite* e da Associação de fotógrafos de São Francisco.

A faculdade, inicialmente, somente cedia o espaço físico para o curso, sendo os equipamentos fotográficos levados pelo professor. Contudo no ano seguinte a Faculdade de Belas Artes e Arquitetura adquiriu os equipamentos necessários e absorveu definitivamente o curso, incorporando-o em suas atividades. No primeiro ano de existência o curso esteve estruturado, teoricamente, a partir do livro *The Zone System*, de Minor White, aluno de Ansel Adams⁴.

Com a formação da primeira turma, no fim de 1970, os “recém-fotógrafos” sentiram a necessidade de continuar praticando fotografia. Então foi sugerida por Décio e acatada pela turma a idéia da formação de um fotoclube em Goiânia, já que a cidade não dispunha de espaços para a realização de reuniões e produções em torno da fotografia.

Em 16 de dezembro de 1970⁵ foi fundado o Fotoclube de Goiânia em reunião que aconteceu na casa de Rosary Esteves, à Rua 10 nº 250 Setor Oeste e tendo como sócios-fundadores Décio Marmo de Assis, José Amaury Menezes, Elder Rocha Lima, Beatriz Rocha Lima, Marilda Bastos de Assis, Rosary Caldas Esteves Pereira, Ruy Esteves Pereira, Lurdinha Pacheco, Joacy Eneida Côrtes, Antônio Martins Sobrinho, Fausto Rodrigues Valle, José Francisco Braga, Luiz Mauro Vasconcellos e Gratuli Nóbrega.

O novo fotoclube passou a se chamar Clube da Objetiva⁶ nome proposto pelo membro Fausto Rodrigues e escolhido por votação nesta reunião de fundação. Na ocasião, além da escolha do nome, foram discutidos alguns pontos para a estruturação da embrionária associação fotográfica. Dentre estes pontos vale ressaltar neste momento que o local decidido pelo clube para as suas reuniões foi a Escola de Arquitetura e Artes da Universidade Católica de Goiás⁷. Logo, o clube e o curso de fotografia da UCG acabam dividindo o mesmo espaço.

³ Entrevista realizada no ateliê de Amaury Menezes em 29 de março de 2006.

⁴ Informações dadas por Décio Marmo de Assis em entrevista realizada em 22 de maio de 2006.

⁵ Informações retiradas do Livro de Atas do Clube da Objetiva, inclusive a ordem dos nomes dos sócios-fundadores, presente no acervo do mesmo. (Ata nº 1 – 16/12/70).

⁶ Em entrevista realizada com Décio Marmo de Assis contou que Ruy Esteves sugerira o nome Zoom, que não foi escolhido como nome do fotoclube. Décio, porém, aproveitou a idéia para o nome de sua loja de fotografia, a Zoom Fotografia e Publicidade, criada em 1974.

⁷ Apesar de o clube funcionar na UCG em caráter provisório aconteceram reuniões nas casas de alguns membros como Ruy Esteves, Maria de Lourdes Pacheco, Fausto Rodrigues Valle ou mesmo em bares e restaurantes. E em

Com isso, pode-se dizer que, desde o nascimento do Clube da Objetiva há uma relação entre este e o curso de fotografia. Além da divisão do espaço, a maioria dos membros tinha passado pelo curso, que inclusive fora o responsável pelo agrupamento das pessoas, culminando na formação do fotoclube. Contudo, há opiniões⁸ divergentes entre os participantes sobre esta relação.

Na opinião de Amaury Menezes “Era uma relação tão umbilical, que a gente não sabia qual era o limite da faculdade de arquitetura, do curso de fotografia e, posteriormente do Clube da Objetiva (sic)”.

Rosary Esteves concorda que não havia separação clara uma vez que a maioria dos integrantes do fotoclube advinha do curso, e completa dizendo que até a imprensa não fazia distinção entre um e outro. Décio Marmo de Assis até arrisca dizer que o clube se tornou um acessório do curso, mas que a associação ao curso também fora um meio de sobrevivência do clube, visto que havia um local de encontro e pessoas interessadas a participar. Apesar de haver grande concordância sobre esta relação, Ruy Esteves mostra uma opinião diferente, dizendo que “a separação era clara”.

Apesar de não haver um consenso sobre este assunto, nos fotoclubes brasileiros era comum a relação com cursos de fotografia, que se dava, na maioria das vezes, de maneira inversa de como aconteceu no Clube da Objetiva, ou seja, o curso de fotografia se originava do fotoclube. Com isso, estas associações forneciam mão-de-obra especializada para o mercado fotográfico, como expõem os autores Helouise Costa e Renato Rodrigues da Silva: “Em busca de mão-de-obra especializada, este mercado precisou recorrer aos únicos cursos de fotografia existentes no Brasil, aqueles organizados pelos fotoclubes” (2004:108).

E mesmo que algum fotoclube não tenha tido um curso regular de fotografia, tanto antes como depois da criação do mesmo, era comum entre os fotoclubistas encarar a própria associação como um espaço de aprendizado, uma “escola de fotografia”.

Apesar de desde o início o fotoclube de Goiânia parecer estar em consonância com as demais associações, através do alinhamento às práticas fotoclubistas, ele ainda não estava oficialmente inserido no movimento. Para isso, o presidente em exercício, Décio Marmo de Assis, viu, logo no ano de fundação do CO, a possibilidade de filiação à Confederação

1977 aventou-se a possibilidade de utilizar o espaço do Parthenon Center para as reuniões, contudo poucas foram realizadas devido à falta de segurança aos integrantes, que voltaram para a Faculdade de Arquitetura. Atualmente o clube ainda não tem sede, mas funciona na escola de fotografia da integrante Rosary Esteves, a Casa da Fotografia Rosary Esteves, com encontros quinzenais, aos sábados.

⁸ Os depoimentos foram colhidos em visitas aos integrantes, Amaury Menezes (março / 2006), Décio Marmo de Assis (maio / 2006), Rosary Esteves (maio / 2006) e Ruy Esteves (setembro / 2006).

Brasileira de Fotografia e Cinema (CBFC)⁹, entidade criada em 1950¹⁰ e que conseguiu reunir os fotoclubes do Brasil.

Como norma da CBFC¹¹, o fotoclube de Goiânia entrou como “aspirante à filiação”¹², categoria em que permaneceu por 2 anos. Em 1974, como o clube tinha o mínimo de sócios, 25, foi aceito como membro efetivo da CBFC, o que lhe concedeu o direito ao voto em reuniões, palestras, conferências e possibilitou a entrada na PSA (Sociedade de Fotógrafos Americanos)¹³. Com isso, o Clube da Objetiva ficou respaldado pelo órgão brasileiro responsável por reunir os demais fotoclubes do país como membro oficial do movimento fotoclubista brasileiro.

A ligação com o movimento fotoclubista se deu desde os primórdios do Clube da Objetiva, antes mesmo da filiação à CBFC, já que houve um esforço de aproximação ao mesmo por integrantes do CO, para o entendimento da formação estrutural de um fotoclube. Ruy Esteves, vice-presidente em vigência, juntamente com Rosary Esteves visitaram a confederação, cujo funcionamento se dava, fisicamente, no Foto Cine Clube Bandeirante em São Paulo¹⁴. O objetivo da visita era buscar as bases administrativas à oficialização da criação do clube, como materiais para a produção do estatuto, regimento interno, formas de avaliação de fotografia e outras.

Após a elaboração, o Estatuto do Clube da Objetiva foi aprovado em 12 de janeiro de 1971. No artigo 1º fica claro o tipo de entidade que é o fotoclube, cujas letras *a* e *b* esclarecem seus objetivos, em que se estabelece, também, a ligação com outros fotoclubes e, conseqüentemente ao movimento fotoclubista brasileiro.

Art. 1º – O clube da Objetiva, sociedade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, sede nesta capital, fundado em 16 de dezembro de 1970, tem por finalidade proporcionar a seus associados:

- a) Reuniões de caráter sócio-cultural buscando o mais elevado convívio para difusão da arte fotográfica;
- b) Manter relações com sociedades congêneres e entidades públicas ou particulares para melhor atingir suas finalidades.

⁹ Ata nº 2, verso da p. 2, de 22 de dezembro de 1970.

¹⁰ Apesar de a CBFC ter sido fundada durante a 1ª Convenção Nacional de Arte Fotográfica, promovida pelo Foto Cine Clube Bandeirante, em dezembro de 1950, seu funcionamento efetivo só se deu a partir da 2ª Convenção, realizada em Niterói, na sede da Sociedade Fluminense de Fotografia, em 9 / 10 de agosto de 1958, quando foram aprovados os seus estatutos e eleita sua primeira diretoria efetiva. Boletim FCCB agosto de 1988. Texto do presidente em vigência da CBFC, Eduardo Salvatore.

¹¹ Informação tirada do estatuto da CBFC de 1966 – capítulo II, art. 8º, letra b.

¹² Quando pedida a filiação do clube, o integrante José Francisco Braga foi nomeado representante do CO junto à CBFC.

¹³ Circular nº 6 da CBFC, Ata da 8ª Assembléia Geral Ordinária da entidade, realizada em 24 e 26 de maio de 1974. Os secretários Herros Capello e Ernesto Victor Hamelmann comunicam que o Clube da Objetiva e o Foto Clube de Londrina adquiriram nos termos do estatuto a condição de sócio efetivo, tendo direito a voto pela voz de seus representantes.

¹⁴ Carta sem data no acervo do CO pedindo auxílio ao FCCB sobre produção de estatuto e regimento interno.

Apesar de o estatuto prever essa ligação com outros fotoclubes, o Clube da Objetiva se volta no início para reuniões com os próprios membros, a fim de decidir questões de identidade e organização interna do clube.

Dentre essas questões, em janeiro de 1971 houve um concurso para a confecção da marca do clube, julgado em 27 de janeiro do mesmo ano pela comissão julgadora: Ana Maria Pacheco, Cleber Gouvêa, Eduardo Simões, Marcos da Veiga Jardim e Luiz Mauro Vasconcellos¹⁵.

Embora os membros desta comissão não fizessem parte do CO, exceto Luiz Mauro, eram representantes das Artes no Estado de Goiás, tanto na área do ensino quanto da prática¹⁶. Portanto, havia uma tentativa clara de relacionar a fotografia à arte.



Imagem 1

Logomarca do Clube da Objetiva (1971)
Fonte: Acervo do CO

Assim, a ligação com o fotoclubismo, em Goiânia, além da estrutura, se dá também em nível ideológico, uma vez que há a tentativa de integrar a fotografia ao “mundo das artes”. Isso é percebido pela própria história da fotografia e também por ser um assunto sempre discutido entre os fotoclubistas na tentativa de responder a questão sobre o que é uma foto artística e, com isso, partir do pressuposto de uma relação quase intrínseca entre arte e fotografia¹⁷ no desenvolvimento da mesma no interior dos fotoclubes.

Uma das formas de colocar esse posicionamento era por meio de revistas da época como a *Fotoarte*¹⁸, em que consta o texto “Foto artística” assinado por Marly¹⁹. Para essa

¹⁵ Informações retiradas do Livro de Atas do Clube da Objetiva (Ata nº 9, de 27/01/71). Não há registro neste Livro sobre a autoria da logomarca ou quem ganhou o concurso.

¹⁶ Na época, Ana Maria Pacheco era artista plástica e professora de artes da UCG; Cleber Gouvêa, professor da Faculdade de Belas Artes da UFG; Eduardo Simões, arquiteto e aluno do curso de fotografia da UCG e Marcos da Veiga Jardim, artista gráfico.

¹⁷ Neste momento não há a preocupação em colocar a discussão entre arte e fotografia de forma aprofundada, o que será feito mais adiante. Contudo, vale ressaltar a existência desta relação pois faz parte do movimento fotoclubista, que foi, também, agregada ao Clube da Objetiva.

¹⁸ Revista nº 192, ano 1974, p. 8.

autora a condição primordial para o fotógrafo que pretende ser artista é praticar “certa arte” e ter o domínio de técnica. Segundo ela, a boa foto é aquela que atinge a finalidade desejada. E coloca a questão: “Qual a finalidade da foto artística?” A fotografia artística, como todas as artes plásticas, procura o mesmo fim, ou seja, “a arte é tudo que se cria, que se torna presente, da maneira como se quer.”

Embora essa discussão apareça nas revistas, boletins informativos de outros fotoclubes ou mesmo nas fotografias dos fotoclubistas, nenhum dos artigos do Estatuto do Clube da Objetiva contempla essas questões de fundo ideológico, voltando-se a sua prática. Algumas atividades²⁰ a compõem, voltadas tanto ao público interno quanto ao externo. Internamente, destacam-se o julgamento de fotografias e as excursões e, externamente, a realização de uma exposição e um concurso (de âmbito internacional) pelo menos uma vez ao ano.

Dessas quatro atividades, somente o julgamento interno de fotografias e a exposição parecem ter sido concretizadas no primeiro ano de atuação²¹ do fotoclube de Goiânia. Contudo, o julgamento não perdurou por muito tempo, enquanto a organização de exposições se tornou uma prática constante.

O julgamento era uma atividade realizada internamente durante as reuniões do clube, cujos critérios, além de serem utilizados no interior dos fotoclubes, serviam de base para a avaliação em salões de fotografia. Logo, os concursos internos acabavam servindo de preparação à participação nesses salões, configurados como concursos externos inter-clubes de fotografia.

Com essa possibilidade de preparação os concursos internos adquiriam grande importância uma vez que proporcionavam o crescimento artístico e técnico dos integrantes e a adequação ao movimento clubístico. Embora se perceba essa importância, o Clube da Objetiva parece ter abandonado a prática em 1972, pois não há registro de outros concursos internos²².

Também no sentido de impulsionar a produção fotográfica do Clube da Objetiva, desde o seu início, foi realizada, além dos concursos internos, a organização de exposições fotográficas. De acordo com relatos do Livro de Atas, a primeira exposição do clube ficou

¹⁹ Não há informação do sobrenome da autora ou se ela é fotógrafa ou integrante de algum fotoclube.

²⁰ As atividades exposição, concurso e excursão estão descritas no artigo 25, respectivamente letras *e, f e k*. Já o julgamento interno não consta no estatuto, mas no Livro de Atas (Atas nº 4, 06 de janeiro de 1971, p. 5).

²¹ Considera-se 1971 o primeiro ano de atuação, já que o clube fora criado em fins de 1970.

²² Estes concursos internos não parecem ter tido a frequência desejada e nem perdurado por muito tempo, mas no ano de 1971 há registro no livro de atas da apresentação de fotografias a partir dos temas: Feira - escolhida Rosary Esteves (p.13), 2º lugar Décio Marmo de Assis e 3º Ruy Esteves - Ata nº 12 – 06/04/71; Abstrato de Décio Marmo de Assis Ata nº 14 – 10/08/71; Tipos Populares Rosary ganhadora - Ata nº 18 – 28/09/71.

marcada para 15 de fevereiro de 1971²³. No Livro de Visitas dessa exposição, porém, com 1260 assinaturas, a data de abertura foi 28 de fevereiro de 1971 com fechamento em 7 de março do mesmo ano, no Edifício Sede da Caixa Econômica do Estado de Goiás – Caixaego²⁴.

Com essa 1ª Exposição do Clube da Objetiva há o primeiro contato com o público externo, o que se constituiu no primeiro passo efetivo para a divulgação da instituição. As primeiras respostas começaram a vir, através de comentários de visitantes sobre as fotografias, escritas no Livro de Visitas “A madona e o menino”, “Luz e sombra”, “Os carvoeiros”, “Condenado ao inferno”, “Ninguém está me vendo”, “Tocador de melância”, “Labuta diária”, “Reflexo” e “Pesquisa 1”. Logo, o público mostra sinais de aprovação e aceitação das fotografias apresentadas pelo clube.

Além da exposição, outra atividade de grande importância foi a realização de três palestras dadas por integrantes do Clube, Elder Rocha Lima, Rosary Esteves e Amaury Menezes, cujos temas foram respectivamente “A fotografia como artes plásticas”, “Papel fotográfico” e “Composição”. Esta parece ter sido uma atividade esporádica, tanto que não consta no Estatuto como prática permanente do clube.

No ano de 1972 o CO seguiu com a promoção anual de uma exposição de fotografias²⁵ e conseguiu cumprir a realização de um salão de fotografia²⁶. Apesar de ainda não ser anual, organizou um de nível estadual, juntamente com a Prefeitura de Goiânia, o 1º Salão de Arte Fotográfica de Goiás. Com isso conseguiu a propagação de seu nome e de sua produção fotográfica a todo Estado de Goiás, além de uma aproximação com o poder público.

Com isso, nota-se certa flexibilidade em relação ao cumprimento do Estatuto. O próprio documento, contudo, prevê a sua mudança, conforme artigo 16º, letra *f* “Modificar o presente estatuto”, segundo o qual as alterações poderiam ser aprovadas em Assembléia Geral. Em contrapartida, mudavam-se as práticas (as atividades e o funcionamento do CO) e a teoria (regras contidas no estatuto) permaneciam as mesmas.

Do fim de 1971 até 1976, essa flexibilização chegou ao extremo, uma vez que as reuniões do clube estiveram suspensas neste período. Entretanto o Clube da Objetiva não fora extinto, pois os integrantes continuaram se encontrando e participando de salões, prevalecendo neste momento o contato com os outros fotoclubes.

²³ Ata nº 6 - 19 de janeiro 1971.

²⁴ A Caixaego era um banco do Estado de Goiás, fechado em 1990.

²⁵ No anexo 16 registra-se a seqüência das exposições realizadas pelo CO nas décadas de 70 e 80.

²⁶ Será escrito mais adiante sobre os salões de fotografia promovidos pelo CO, agora cabe apenas a sua citação, a fim de compreender o encadeamento histórico do clube.

Com o retorno das reuniões, em 1976, o direcionamento do clube continuou norteado pelas mesmas atividades: exposições, saídas fotográficas e promoção de salões. A novidade foi que o CO conseguiu realizar os salões nacionais, que aconteceram nos anos de 1977, 1978, 1980, 1981 e 1987.

Com a promoção desses salões, o clube consegue atingir dois públicos que estavam sendo tratados separadamente. Isso porque foi estabelecido contato direto com a sociedade goiana e também com a “comunidade” fotoclubista. Logo, o CO começa a ter a sua legitimidade institucional tanto em nível local quanto em nível nacional, tornando-se, portanto, parte da cultura de Goiânia e dos fotoclubes brasileiros.

Em nível local essa legitimação aconteceu não só pela sociedade como também pelas autoridades da cultura no Estado de Goiás. Percebe-se isso pela inserção do Clube da Objetiva na programação da Fundação Cultural de Goiás, entidade do Governo do Estado²⁷ criada em 1979, cuja finalidade era promover, incentivar e amparar a prática, o desenvolvimento e a difusão das atividades culturais em Goiás.

A Fundação convidou o CO para fazer parte da sua programação cultural mensalmente, a fim de ser incluído no “Boletim-calendário” para ser distribuído às entidades culturais do estado²⁸.

Devido à realização de várias atividades culturais, ao reconhecimento do público e do Estado e pelo fato de o Clube da Objetiva ser uma instituição sem fins lucrativos, em 1980, foi sugerida em reunião²⁹ a possibilidade de o Clube se tornar Utilidade Pública. Segundo Costa e Silva, no fotoclubismo em âmbito nacional, esse título começou a ser outorgado aos fotoclubes em meados dos anos 50, período em que os autores consideram o de maior desenvolvimento “tanto do ponto de vista artístico quanto social” do movimento (2004: 48). E completam: “Alguns clubes passaram a ser considerados entidades de utilidade pública, título outorgado pelas Assembléias Legislativas locais pelos serviços prestados à comunidade.”

Mesmo nas décadas de 70 e 80 esta prática continuou. Embora o Clube da Objetiva tenha aventado a possibilidade desse reconhecimento, como disse Lurdinha Pacheco³⁰, a idéia não foi levada adiante, o que impossibilitou a aquisição do título. Entretanto, isso não invalida a divulgação da fotografia promovida pelo CO na sociedade goiana e a sua inserção efetiva no

²⁷ Não há informações sobre o tempo de duração desta Fundação e se realmente teve um trabalho efetivo.

²⁸ Embora haja a existência desta carta-convite não foram encontrados que mostram a participação do CO nesta Fundação, como nos calendários, por exemplo.

²⁹ Ata nº 31 – 8 de setembro de 1980.

³⁰ Entrevista concedida à pesquisadora em outubro de 2006.

movimento fotoclubista, realizada através dos salões e exposições, atividades que melhor mostravam a “cara” do Clube da Objetiva.

Assim, em 25 de setembro de 1987 o CO recebeu o prêmio Tiokô³¹, na área de fotografia, pela União Brasileira de Escritores – Sessão Goiás, no Museu Pedro Ludovico. Com isso, o Clube da Objetiva se firma como instituição promotora da cultura no Estado de Goiás. Com a premiação, o fotoclube de Goiânia recebe a oficialização da sua legitimidade enquanto instituição fotográfica presente na cultura da cidade de Goiânia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Helouise & SILVA, Renato Rodrigues da. **A fotografia moderna no Brasil**. São Paulo: COSAC&NAIFY, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

MAGALHÃES, Ângela; PEREGRINO, Nadja. **Fotografia no Brasil: um olhar das origens ao contemporâneo**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2004.

MELO, Maria Teresa Bandeira de. **Arte e fotografia: o movimento pictorialista no Brasil**. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1998.

PRINS, Gwin. História Oral. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____ (Org.) **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

³¹ Prêmio máximo da cultura em Goiás. Notícia publicada no Jornal *O Popular* de 25 de setembro de 1987. Ganham também este prêmio: literatura – Maria Helena Chein, artes plásticas – Gomes de Sousa, especial – Venerando de Freitas Borges (ex-prefeito de Goiânia), história – Martiniano J. Silva, homenagens especiais – Antônio Poteiro, Iza Costa, Betúlia Machado e Flávio Köthe.

PERIÓDICOS LOCAIS

Jornal O Popular

COSTA, Leila Daher. **Clube da Objetiva: quando fotografar é uma arte**. Sem data.

FELÍCIO, Brasigóis. **Tiokô para os destaques**. 25 de setembro de 1987.

COLEÇÕES / PERIÓDICOS DE FOTOGRAFIA

Boletim Associação Brasileira de Arte Fotográfica – ABAF

FILIZOLA, José Carlos. Fotografia e arte. Boletim do mês de janeiro, 1978.

Editorial. **Os “problemas” dos salões de arte fotográfica**. Outubro, 1987.

SALVATORE, Eduardo. **A fotografia artística**. Agosto, 1988.

Fotoarte (1958-1974)

Revista Fotoarte, edição nº 192, 1974.

SITES

www.abaf.art.br, acesso em dezembro de 2005.

www.fotoclub.art.br, acesso em janeiro de 2006.

www.confoto.art.br, acesso em abril de 2006.

DEPOIMENTOS

ASSIS, Décio Marmo de. Depoimento [maio. 2006]. Entrevistadora: Ana Rita Vidica, Goiânia, 2006.

ESTEVES, Rosary. Depoimento [maio. 2006]. Entrevistadora: Ana Rita Vidica, Goiânia, 2006.

ESTEVES, Ruy. Depoimento [setembro. 2006]. Entrevistadora: Ana Rita Vidica, Goiânia, 2006.

MENEZES, Amaury. Depoimento [março. 2006]. Entrevistadora: Ana Rita Vidica, Goiânia, 2006.

PACHECO, Lurdinha. Depoimento [outubro. 2006]. Entrevistadora: Ana Rita Vidica, Goiânia, 2006.

RELIGIÃO NA OBRA DE JÂMBLICO: DEUSES, MITOS E MISTÉRIOS

Ivan Vieira Neto*

Resumo:

A vida de Jâmblico de Cálcis é uma encruzilhada, transcorre entre fronteiras culturais e históricas: nascido na Síria, esteve em Roma onde escreveu, em grego, sua mais famosa obra, “Sobre os Mistérios Egípcios”, enquanto lutava contra o devir histórico que marcou a transformação do Império Romano pagão no centro propulsor da nova religião européia, o Cristianismo, contra a qual Jâmblico empenhou sua filosofia.

Palavras-chave: Religião, Mistérios, Filosofia.

Abstract:

La vie de Jamblique de Chalcis c'est un rond-point, s'écoule entre des frontières culturelles et historiques: ce philosophe est né en Syrie, s'est passé pour Rome où écrit, en Grec, sa plus célèbre œuvre, “Les Mystères d'Égypte”, pendant que il avait combattait contre le devenir historique qui a marqué la transformation de l'Empire Romain païen dans le centre propulseur de la nouvelle religion européenne, le Christianisme, contre lequel Jamblique a engagé sa philosophie.

Mots-clés: Religion, Mystères, Philosophie.

* Graduando em História da Universidade Federal de Goiás, Monitor de História Antiga em 2006.

Jâmblico nasceu na Síria meridional, nas proximidades de Cálcis, em meados do III século, falecendo no ano 325 d. C., mesmo ano do Concílio de Nicéia, segundo o testemunho do filósofo Proclo, que orienta a tradição histórica a seu respeito. Esse período turbulento dos fins da Antigüidade foi marcado por crises na economia e na sociedade romanas, compreendendo também a transição da religião tradicional de Roma, o paganismo, para uma nova doutrina espiritual fundamentada no monoteísmo hebraico, cujo advento se completará após a conversão do Imperador Constantino.

Embora a institucionalização e oficialização do cristianismo sejam relativamente rápidas no Império Romano, elas são o fim último de um longo processo que, por mais de um milênio, desgastava o paganismo e a crenças das sociedades helenísticas em suas divindades. Para se traçar um panorama geral desse processo é preciso retroceder à Grécia do século VII a. C., quando os primeiros pré-socráticos iniciaram suas críticas às divindades gregas, mais especificamente, aos deuses homéricos da *Ilíada* e da *Odisséia*.

Atribuiu-se a Homero a *culpa* pela transformação dos deuses em entidades mesquinhas e vingativas, dadas a prazeres obscenos e vícios desmedidos. Mas as divindades que aparecem nas obras homéricas não são mais que personagens, às quais o poeta atribuiu as características pelas quais elas seriam conhecidas (e criticadas) pelos séculos posteriores. A afirmação de Platão de que Homero educou toda a Grécia pode ser também entendida como uma crítica à personalidade com que o poeta revestiu as divindades, sendo ele o responsável pela maneira como as gerações que o sucederam enxergaram e desprezaram as ações divinas, principalmente no substrato social mais erudito da civilização grega.

Entretanto, o empalidecimento paulatino dos mitos e das divindades, que teve início na Grécia e espalhou-se por toda a cultura helenística, começou com a racionalização das forças que atuam sobre a Natureza (Φύσις)*. Hesíodo sistematizou o panteão helênico na sua *Teogonia*, esquematizando um quadro genealógico de gerações sucessivas de deuses que, unidos uns aos outros, davam à luz novas divindades, sendo identificado como o primeiro na tentativa de racionalizar as origens divinas, como mais tarde Apolodoro fez na sua *Biblioteca*. Depois deles os pré-socráticos empenharam-se em entender a Φύσις como uma força abstrata que movimentava os fenômenos naturais, sem a presença de uma personificação de qualquer natureza ou ligada a uma entidade metafísica que se encontrava além de todas as divindades e de todos os homens, cujas ações e pensamentos eram substancialmente muito distintos das ações empreendidas pelos deuses e pela humanidade.

A sistematização hesiódica foi o princípio de uma *desmitificação* que se desvela adiante no tempo, culminando com o surgimento da filosofia. Mas ao contrário daqueles que pretendem que a filosofia foi um rompimento total do pensamento grego com a dimensão mítica, é preciso entendê-la como uma continuação da explicação mitológica. Ambas, mitologia e filosofia, eram as formas de se explicar e de se entender o mundo, são o mesmo questionamento e partem do mesmo ponto: a necessidade humana de descobrir o universo no qual a humanidade inteira encontra-se inserida. Portanto, a mudança da explicação mítica para a esplanção filosófica é apenas uma mudança de perspectiva.

Indício de que a filosofia não se configurou como um rompimento definitivo com a esfera mítica da cultura grega são os mitos filosóficos contados pelos próprios filósofos, como os que são relatados a respeito do amor em *O Banquete* de Platão. Enquanto as críticas de Xenófanes, Platão e Aristóteles aos deuses de Homero e Hesíodo não eram protestos cétricos contra a existência das divindades, mas antes disso, tentativas de libertar o conceito de deus das atribuições que os poetas lhe haviam conferido séculos antes, como bem constatou Mircea Eliade em seu livro *Mito e Realidade*.

Mas após a sabatina dos filósofos e os movimentos de “racionalização dos mitos”, como o evemerismo, as mitologias e as divindades gregas e helenísticas encontravam-se desgastadas e quase sem forças para manter acesa a chama vital e o *status quo* do paganismo. Com a *dessacralização* dos mitos e dos deuses, iniciada pelos poetas e levada a cabo pelos filósofos e racionalistas, a religião mediterrânea precisou inovar na experiência mágico-religiosa de seus adeptos. A alternativa foi o surgimento, quase contemporâneo ao início da *desmitificação*, de rituais iniciáticos e cultos de mistérios, que muito cedo espalharam-se por todo o Mundo Antigo e sobreviveram até a cristianização.

Aos problemas da crença religiosa muitas vezes somavam-se crises de ordem social e econômica, que conduziam o homem antigo, descontente e angustiado, a procurar nos rituais esotéricos uma resposta que lhe transmitisse a sua salvação do presente. Assim os cultos de mistérios e seus ritos iniciáticos se configuravam também como uma perspectiva ou alternativa diferente daquela oferecida pelos cultos e rituais ordinários, assumindo uma característica escatológica e soteriológica que aumentará sua fama em diversas regiões do Velho Mundo. A iniciação e a participação nos cultos de mistérios conferiam aos seus iniciados e neófitos um contato mais íntimo com alguma divindade que o presenteava com uma percepção diferente de seu *modus uiuendi* e um destino também diferente do destino do homem comum, não-iniciado, após a sua morte.

Se os gregos foram tomados pelo sentimento de afastamento das divindades tradicionais, os romanos, desde a formação de Roma, nunca os sentiram muito próximos. Durante sua estada em Roma, Jâmblico procurou, com sua filosofia, através de suas aulas e de suas obras, abraçar um mundo pleno de símbolos e significados que desvelavam-se além da Natureza, a Φύσις impessoal dos filósofos. Em sua busca pela compreensão metafísica o filósofo de Cálcis tentou evocar as divindades ancestrais do Mediterrâneo em um novo entendimento do mundo abstrato e divino, muito diferente do que era concebido por Homero e Hesíodo, como tentativa de reacender o ânimo do paganismo agonizante de seu tempo.

Ainda em sua terra natal, antes de ser enviado para Roma para estudar o neoplatonismo de Plotino com Porfírio, Jâmblico aprendeu os ensinamentos pitagóricos e estudou muito da religiosidade e da cultura local. Seu contato com o Hermetismo e sua instrução na religião e no sincretismo helenísticos renderam a ele os saberes necessários para elaborar uma nova concepção mística capaz de abranger toda a heterogeneidade do paganismo à luz dos ensinamentos neoplatônicos de seus mestres.

No que o próprio Jâmblico chamou de “teologia egípcia”, em sua obra mais famosa (“Sobre os Mistérios Egípcios”), nosso filósofo construiu um quadro que sistematizava, não somente por uma questão pedagógica, os diferentes níveis da realidade supra-sensível que se dispunham entre o homem e o Uno, o *Supremum Bonum*. A partir do *Ente Supremo*, que se configurava como o Todo Indiviso, emanavam entidades menores, que eram os deuses, os heróis, os daimones e, finalmente, os homens.

O sistema de emanações de Jâmblico baseava-se em um sistema parecido descrito por Platão, no qual todas as coisas existentes em nosso plano sensível eram emanações imperfeitas do plano mais abstrato, que ele chamava de inteligível. A filosofia platônica identificou também a mutabilidade imanente à dimensão das coisas naturais e a imutabilidade própria do que há no mundo das idéias, caracterizando a diferenciação posterior que Jâmblico fará entre a eternidade do plano metafísico e o caráter perecível daquilo que está submetido à matéria. Mas essa identificação do mundo e suas várias esferas de existência como emanações do Todo Indiviso é influenciada, além das idéias de Platão, pela doutrina hermética que Jâmblico conheceu, e provavelmente estudou, na Síria ou no próprio Egito, e à qual faz algumas alusões ao longo de sua obra. O Hermetismo, por sua vez, para a construção desta concepção metafísica, bebeu nas fontes milenares do Egito faraônico, o entendimento egípcio sobre as suas divindades.

É notável a semelhança entre as idéias do Hermetismo e o mito de criação egípcio que identifica seus deuses como sucessivos desdobramentos de uma divindade maior e mais antiga que eles: Atum, a divindade mais primitiva, cria Shu e Tefnut, que por sua vez dão origem a Geb e Nut, e estes darão à luz Osíris, Ísis, Seth e Néftis. O casal Osíris e Ísis, cujo mito é o mais famoso entre os mitos egípcios, conceberá o deus-falcão Hórus, que é encarnado pelo Faraó, uma divindade viva diante de seus súditos. Assim teremos quatro instâncias que fazem a ponte entre Atum e o povo egípcio.

Mas ao contrário de Atum, que se ausenta do mundo após a criação, tornando-se o que Mircea Eliade definiu como *Deus Ocioso*, e da concepção aristotélica que pretendia que a única atividade digna dos deuses era a contemplação, o pensamento platônico e as idéias neoplatônicas de Jâmblico sugeriam que o Incriado (o Uno) era o *motor primordial* do κόσμος*. E a solução jambliqueana para a expectativa soteriológica de seus contemporâneos foi a prática da τεουργία*.

O ritual teúrgico consistia em, através de símbolos representativos das divindades (pedras, gemas, ervas), buscar alcançar o ἠνώσις*, estado extático em que a alma humana, invocando os deuses para sua purificação, pode livrar-se de sua existência material para participar, por um breve tempo, da imutabilidade dos gêneros superiores e compartilhar com eles a beleza e o bem em seu estado mais puro. A diferença substancial entre a escatologia jambliqueana e os cultos de mistérios dá-se na forma como o homem encontra-se com a divindade. Enquanto nos mistérios o deus ou a deusa é chamado a comparecer no mundo humano, mesmo que seja um espaço sagrado que revive a narrativa mítica, na teurgia o homem é quem deixa seu espaço para partilhar por um tempo do mundo divino.

A consagração do espaço em que ocorre a trama dos mistérios, onde o homem revive a aventura e o desespero da divindade, torna-o propício à epifania da entidade à qual se deseja alcançar através do rito. Mas na execução da teurgia é o homem quem deve ser consagrado para que sua alma possa participar da manutenção da ordem cósmica, juntamente com os deuses e os outros gêneros superiores, cada um com sua própria função.

Para que o homem possa participar dessa instância superior da existência e estar com o Demiurgo e os demais seres divinos é necessário, antes de tudo, que ele seja um θεῖος ἀνὴρ, um homem sábio e divino. Era como Jâmblico de Cálcis entendia-se e como esperava que fossem os homens interessados na prática teúrgica, que ao contrário dos cultos de mistérios não era uma verdade revelada aos neófitos que se dedicavam à iniciação no culto, mas sim o poder que recebiam os teurgos, como um verdadeiro sacerdócio.

Com essas proposições, Jâmblico tentou revestir o paganismo com uma nova alternativa soteriológica para responder aos anseios de uma sociedade cada vez mais preocupada com questões relativas à salvação da alma, que ele explorou baseando-se nas concepções filosóficas de seu antecessor, Plotino. A obra de Jâmblico é, afinal, um compêndio da religião helenística que sintetiza a compreensão mítico-filosófica com variadas práticas mágicas na busca por uma verdade mística universal e atuante capaz de conferir sentido ao paganismo e resistir à expansão cristã.

Jâmblico foi um dos últimos filósofos a se preocupar com os rumos do paganismo e por isso suas doutrinas foram tão caras ao filósofo Proclo e ao Imperador Juliano, o Apóstata, em sua tentativa de retomar o paganismo como religião oficial do Império Romano. Mesmo com todos os esforços o cristianismo, que respondia às preocupações soteriológicas da sociedade e às inquietações dos governantes em relação às doutrinas secretas, à astrologia e às práticas mágicas (que tiravam do homem sua responsabilidade e do governo a autoridade) como o mecanismo ideal de controle, acabou por segmentar-se definitivamente como a religião oficial do Império, silenciando por quase um milênio a voz de Jâmblico, considerado feiticeiro fanático e adorador de demônios até o século XIX. Enquanto preservou dos deuses antigos apenas suas características homéricas, que lhes apresentava como fanfarrões irresponsáveis e incapazes de governar o mundo, agora incumbência do Deus Cristão e de seu Filho, mais abstratos e intangíveis, porém mais divinos e asseguradores da salvação tão procurada pelos homens até o final do IV século.

* Tradução dos termos gregos:

Φύσις (Phýsis): Natureza.

Κόσμος (Cósmos): Cosmos, Universo.

Τευργία (Teurgía): Prática mágica da doutrina de Jâmblico.

Ἡνώσις (Henôsis): Êxtase atingido pelo teurgo durante o ritual.

BIBLIOGRAFIA:

BATISTA, R. S. Deuses e Homens: mito, filosofia e medicina na Grécia Antiga.
São Paulo: Landy, 2003.

BURKERT, Walter. *Antigos Cultos de Mistério*.
São Paulo: Ed. USP, 1991.

ELIADE, M. *Entre o Sagrado e o Profano*.
São Paulo: Perspectiva, 2000.

ELIADE, M. *Mito e Realidade*.
São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JÂMBLICO. *Sobre los misterios egipcios*. Traducción de Enrique Ángel Ramos Jurado.
Madrid: Gredos, 1997.

PLOTINO. *Tratados das Enéadas*. Tradução de Américo Sommerman.
São Paulo: Polar Editorial, 2000.

SCARPI, Paolo. *Politeísmos: as Religiões do Mundo Antigo*.
São Paulo: Hedra, 2004.

SISSA, G. e DETIENNE, M. *Os deuses gregos*.
São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

Giralda Seyferth e o discurso da persistência da identidade teuto-brasileira, através do conceito de etnicidade

André Fabiano Voigt*

Resumo: O presente artigo pretende analisar a interpretação de Giralda Seyferth acerca da persistência da identidade teuto-brasileira, através do conceito de etnicidade, proveniente das teorias de Fredrik Barth. A identidade teuto-brasileira seria, de acordo com a autora, a natural expressão da etnicidade daqueles grupos.

Palavras-chave: teuto-brasileiro; etnicidade; Giralda Seyferth.

Abstract: The present article intends to analyse the interpretation of Giralda Seyferth about the persistence of the German-Brazilian identity, through the concept of ethnicity, originating from the theories of Fredrik Barth. The German-Brazilian identity would be, in agreement with the author, the natural expression of the ethnicity of those groups.

Key-words: German-Brazilian; ethnicity; Giralda Seyferth.

Em uma época marcada pelos discursos multiculturalistas, os estudos que atentam para a permanência das identidades culturais na constituição de grupos sociais são novamente valorizados, reinaugurados como mecanismos políticos que garantam a coincidência do todo social com a justa soma de suas partes. Jacques Rancière, em *O desentendimento*, afirma que o Estado democrático consensual pode tolerar que o todo social seja feito de comunidades,

* Professor do Departamento de História e Geografia da Universidade Regional de Blumenau (FURB) e doutorando em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: voigtandre@hotmail.com Endereço: Rua Marcus Aurélio Homem, 95 – apto. 306 D, Trindade – Florianópolis – SC. CEP: 88040-440.

“cada uma provida do reconhecimento de sua identidade e de sua cultura”, mas que o preço a ser pago pelo Estado consensual é que “a política deixa de existir [...] onde o todo da comunidade é reduzido sem resto à soma de suas partes” (RANCIÈRE, 1996, p. 123). Portanto, o reconhecimento da persistência das identidades culturais nas últimas décadas pode ser mais um refúgio para sufocar a política, fundamentada no dissenso, e não no consenso.

No Brasil, o tema das identidades culturais já é debatido há várias décadas. Porém, há linhas de pesquisa que estabelecem a atualidade das identidades culturais entre os imigrantes alemães e seus descendentes no sul do Brasil, fundamentados em conceitos e noções das teorias antropológicas da etnicidade, as quais desfrutam de grande prestígio no meio acadêmico nacional.

Um exemplo que será abordado neste trabalho é o de Giralda Seyferth, atualmente professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lotada no Museu Nacional, que pesquisa há mais de trinta anos os aspectos antropológicos da construção e persistência da identidade teuto-brasileira nas regiões de colonização alemã, mormente no sul do Brasil. A partir de sua tese de doutorado, intitulada *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*, defendida em 1976 na Universidade de São Paulo (USP), expõe os principais pontos de sua interpretação acerca do tema.

* * *

A argumentação da autora se insere, inicialmente, em duas questões: em primeiro lugar, na crítica às conclusões de Emílio Willems, fundamentadas no uso dos conceitos de *assimilação* e de *aculturação* para a análise sociológica das populações imigrantes alemães e seus descendentes estabelecidos no Brasil; segundo, na introdução de categorias provenientes

das teorias antropológicas de Fredrik Barth¹ – como, por exemplo, o conceito de *etnicidade* – que servirão como fundamentos teóricos para a análise da persistência da identidade teuto-brasileira, mesmo após as práticas nacionalizadoras do Estado Novo.

Seyferth, na introdução de sua tese, já esclarece este ponto de vista, quando delimita o escopo de seu trabalho:

A análise do material obedecerá a um procedimento que pode ser considerado inverso ao que normalmente é usado nos estudos de aculturação e assimilação. Enquanto estes procuram mostrar as mudanças provocadas pelos contatos interétnicos, meu propósito é indicar porque e como certos critérios de identificação do grupo teuto-brasileiro persistiram na região dos municípios de Brusque e Guabiruba [...] O principal objetivo do trabalho é, mostrar como se formou, no grupo em questão, a consciência de uma identidade étnica moldada a partir de elementos característicos do nacionalismo alemão do século XIX, porque se manteve como grupo étnico distinto e, evidentemente, como foi se transformando após as várias crises resultantes da intensificação dos contatos com a população luso-brasileira (SEYFERTH, 1982, p. 12).

A pesquisa da autora, deste modo, insere-se na tradição dos estudos teuto-brasileiros, na medida em que estabelece uma proposta de superação dos argumentos de Willems e a introdução de outras categorias de análise que, conforme seu ponto de vista, seriam as mais apropriadas para medir o alcance da identidade teuto-brasileira na constituição cultural do sul do Brasil. O emprego das teorias de Fredrik Barth – antropólogo norueguês que é um dos introdutores do conceito de *etnicidade* como categoria antropológica, fundamentada na análise *relacional* entre grupos étnicos – permitirá a Seyferth mensurar a atualidade e a permanência da identidade teuto-brasileira no Sul brasileiro. No entanto, esta preocupação só é possível de emergir no debate acadêmico nacional a partir do momento em que a experiência nazi-fascista é mantida completamente distante das populações teuto-brasileiras, algo que não seria possível à época de Willems, marcada pelo “perigo alemão” da

1 As teorias do antropólogo Fredrik Barth foram consagradas por seu artigo de introdução ao livro *Ethnic Groups and Boundaries*, publicado em 1969, no qual o autor procura estabelecer argumentos sobre a manutenção de fronteiras entre grupos étnicos. Os textos de Barth foram divulgados no idioma português somente a partir da década de 1990. Dois livros foram publicados, em português, acerca do tema: *Teorias da etnicidade*, de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998); *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, coletânea de textos de Barth, organizada por Tomke Lask (BARTH, 2000).

desintegração nacional brasileira e pela memória recente da atuação dos regimes totalitários na Europa e em algumas localidades do sul do Brasil.

O distanciamento das questões sobre as quais o antropólogo alemão se dedicou durante a década de 1940 também permite à autora realizar uma aproximação conceitual entre *etnia* e *nacionalidade* no povo alemão, de acordo com a seguinte assertiva:

Nessa perspectiva, Deutschtum [germanidade] será aqui analisado como um conceito que abarca uma ideologia étnica teuto-brasileira definida a partir de critérios apropriados do nacionalismo alemão – portanto, é uma ideologia nacionalista transformada ou modificada em ideologia étnica. Nesse ponto não estou de acordo com Emílio Willems quando afirma que o conceito referido separa o que é nacional do que é cultural, e que implica somente na idéia de conservação das tradições alemãs que são familiares, sociais e culturais. [...] Deutschtum envolve tudo isto, mas pretendo mostrar que predominou, antes de tudo, o critério nacionalista, na medida em que o grupo étnico teuto-brasileiro se representa a partir daquilo que os ideólogos do nacionalismo alemão chamaram de Deutschtum, embora tal representação tenha sido modificada na 'nova pátria'. [...] No caso em questão, fica muito difícil separar etnia de nacionalidade, ou grupo étnico de grupo nacional, já que tais conceitos são tomados como sinônimos no próprio modo de representação do grupo teuto-brasileiro (SEYFERTH, 1982, p. 3-4).

A partir da argumentação de Seyferth, atribui-se a Willems o fato de ter ignorado a correspondência conceitual entre etnia e nacionalidade, uma vez que, no nacionalismo alemão do século XIX, não há separação entre a esfera cultural e a política para delimitar os critérios de nacionalidade e de identidade étnica. No entanto, não havia dispositivos, à época de Willems, que permitissem ao antropólogo a afirmação de tal aproximação entre ambas noções. Mais uma vez, as marcas da Segunda Guerra Mundial, ao lado da experiência nazifascista na Europa e sua atuação em algumas localidades no sul do Brasil, não dariam as condições de possibilidade para a aceitação pública da igualdade entre etnia e nacionalidade alemãs no Brasil dos anos quarenta.

Se, na época de Willems, a convergência entre os estudos acadêmicos e a aplicação política dos mesmos se fez em um ambiente de iminente “perigo alemão” de desintegração da unidade nacional brasileira, os estudos fomentados pelas instituições governamentais do país procuravam estabelecer *diferenças* conceituais entre o nacionalismo alemão e a identidade

cultural teuto-brasileira, e não encontrar semelhanças ou aproximações entre os discursos nacionalistas alemão e brasileiro.¹ Não parece haver, por parte de Seyferth, a observância das relações de poder que estão na constituição dos discursos acadêmicos da década de 1940 no país.

Adiante, Seyferth trata, no quarto capítulo, dos critérios de pertença étnica ao grupo teuto-brasileiro, momento em que aplica visivelmente os conceitos empregados por Fredrik Barth como fundamentos teóricos de sua pesquisa.

Inicialmente, a autora lança mão de enunciados que naturalizam a existência de uma *superioridade cultural* alemã, baseada na eficiência do *trabalho*, são considerados pela autora como alguns dos principais critérios de pertença *cultural*, desvinculando-os de qualquer possibilidade de racismo:

O elemento mais importante de comparação é sempre o trabalho: à escala étnica corresponde uma escala de eficiência no trabalho. Essa afirmação do grupo étnico, portanto, gira sempre em torno da 'eficiência alemã', só possível por causa da 'superioridade cultural dos alemães' mantida através da educação, da família e do uso cotidiano da língua alemã. Esse aspecto foi bastante explorado na imprensa, como já mostrei: trata-se da superioridade do trabalho alemão, que teria produzido uma verdadeira civilização no sul do Brasil (SEYFERTH, 1982, p. 159).

Novamente, no segundo capítulo, há outro ponto em que autora explicita a continuidade da separação entre as esferas *cultural* e *política*, no que tange à comparação com o nazi-fascismo:

Como procurei mostrar nas páginas anteriores, existe uma grande diferença entre ser membro do partido nazista e aceitar suas idéias relativas ao nacionalismo alemão. A Volksgemeinschaft [comunidade étnico-nacional] não é uma entidade política (SEYFERTH, 1982, p. 104).

A caracterização do nacional-socialismo como apenas um fato *histórico* da história da Alemanha, o qual deve ser isolado de qualquer eventual relação com a *cultura* alemã, é a *conditio sine qua non* para a inscrição enunciativa dos argumentos de Seyferth no debate

1 Ver Willems (1940, 1946).

acadêmico brasileiro, apesar da autora sustentar que a ideologia étnica teuto-brasileira foi definida a partir de “critérios apropriados do nacionalismo alemão” (SEYFERTH, 1982, p. 3-4). A separação entre *nacionalismo alemão* e *nacional-socialismo* parece ser a brecha encontrada pela antropóloga para unir novamente os conceitos de etnia e nacionalidade no povo alemão e no grupo teuto-brasileiro.

Mas, nesta separação realizada entre as esferas da cultura e da política, surge uma questão: quais seriam, então, os atores sociais que se apropriam destes critérios nacionalistas alemães, transformando-os em uma identidade teuto-brasileira? Seyferth traz duas respostas, a princípio complementares, para este problema. Por um lado, defende que “a população de origem alemã do vale do Itajaí-mirim manteve sua identidade étnica utilizando critérios para determinar os membros do grupo”, enfatizando o emprego de “categorias usadas pelos teuto-brasileiros para se identificarem como membros de um grupo étnico” (SEYFERTH, 1982, p. 16). Por outro, ressalta a presença ativa dos *empreendedores étnicos* na realização deste processo.¹ A antropóloga catarinense, nas conclusões de sua tese, salienta “a atividade de uma pequena elite de intelectuais que, em síntese, estabeleceu os princípios ideológicos que norteiam o comportamento dos membros do grupo”(SEYFERTH, 1982, p. 216), chegando à seguinte conclusão:

Foi esta elite que criou o Deutschbrasilianertum [a teuto-brasilidade]. Mesmo que as atividades da maior parte desta elite tenham sido encerradas em 1941, parte dos princípios nacionalistas que pregou continuaram a ser transmitidos às novas gerações: o sentimento de algo em comum – a ascendência alemã – persiste, juntamente com a língua alemã, como símbolo da identidade étnica (SEYFERTH, 1982, p. 216).

1 Seyferth emprega o conceito de *empreendedor étnico* de modo mais enfático em artigos posteriores, como, por exemplo, em *Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil*. A autora define o termo como uma apropriação de um conceito utilizado por D. R. Aronson em 1976 para “designar os membros dos grupos étnicos que formulam e manipulam ideologias étnicas”(SEYFERTH, 2000, p. 96).

A antropóloga transfere, assim, alguns elementos da própria argumentação de Barth, no tocante à delimitação das fronteiras de um grupo étnico, os quais merecem uma análise mais apropriada.

Barth instaura uma complementaridade entre dois processos distintos na definição das fronteiras de um grupo étnico: de um lado, a importância atribuída ao critério fundamental de que “os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas **pelos próprios atores** e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas” (BARTH, 1998, p. 189); de outro, a relevância da presença de “agentes de mudança” ou “inovadores culturais”, os quais seriam, nas palavras do autor, “indivíduos aos quais nos referimos, de modo um pouco etnocêntrico, como as novas elites” (BARTH, 1998, p. 220). Estes agentes ou inovadores seriam os responsáveis pelas mudanças e adaptações nos critérios de pertença ao grupo étnico, de modo a produzir uma mudança cultural em todo o grupo.

Percebe-se, aqui, uma incongruência: por um lado, naturaliza-se a apropriação discursiva de todo um grupo étnico por parte de uma restrita elite, a qual responderá pelos anseios de todos. Será esta elite que dirá aos demais o que é preciso ser feito para ser aceito como elemento do grupo, obedecendo aos critérios de uma “minoria pensante”. Por outro lado, esta apropriação discursiva naturalizada entra, por sua vez, em choque com a tese do *ator racional* e da *free choice* [livre escolha], proposta pelo mesmo autor, que afirma ser a *autodenominação* do próprio ator social, baseada em *critérios racionais*, o fundamento de sua identidade étnica.¹ O quadro de indefinição criado por Barth quanto ao modo pelo qual se formulam e se mantêm as fronteiras étnicas de um grupo não levam em conta, em nenhum

1 Diego Villar, em seu artigo *Uma abordagem crítica do conceito de “eticidade” na obra de Fredrik Barth*, aponta para os perigos em afirmar a existência de uma escolha racional dos critérios de pertença étnica por parte dos próprios atores sociais. Baseado em uma aplicação dos conceitos de Weber – na característica das ações racionais voltadas para os fins (*Zweckrational*) – e de Parsons – em apostar na capacidade do próprio ator social em atribuir valores para dirigir suas condutas – Barth recoloca o *indivíduo* no centro das questões étnicas, reduzindo as relações de dominação no seio de um grupo étnico ao aspecto *voluntário* do ator em aceitar racionalmente tal relação (VILLAR, 2004, p. 173-181). Villar, ao criticar esta concepção voluntarista dos argumentos de Barth, responde, em nota explicativa, que: “A complementaridade entre um líder e seus seguidores não implica simetria e, havendo dominação de qualquer tipo, falar de *free choice* parece-me uma quimera.”(VILLAR, 2004, p. 188).

momento, a possibilidade de haver conceituações *externas* ao próprio grupo social, levando-o fatalmente à *aceitação* tácita de critérios formulados por outrem.

Assim, Seyferth repete os mesmos problemas da argumentação de Fredrik Barth, no que tange à dicotomia indivíduo/grupo na formulação de critérios de pertença a um grupo étnico. Torna-se forçoso, portanto, atribuir a todo um conjunto de indivíduos – imigrantes alemães e descendentes no Brasil – a formulação de uma identidade étnica teuto-brasileira, fundamentada tão-somente na autodenominação individual, do mesmo modo que é reducionista a tese de que seriam as elites de um determinado grupo social as únicas responsáveis pela formulação de sua identidade étnica. Nas duas vias argumentativas, coloca-se em um plano invisível as possíveis relações de *conflito* no seio do próprio grupo, ao mesmo tempo em que se ignoram as elaborações intelectuais que foram feitas desde o fim da Segunda Guerra Mundial a respeito da delimitação dos traços característicos das populações de imigrantes alemães e descendentes no Brasil.

Se não há clareza sobre quais seriam os “formuladores” da identidade étnica teuto-brasileira e dos seus critérios de pertença, resta, na argumentação da autora, apenas o elogio à *integração comunitária* como princípio da identidade teuto-brasileira, na qual a *obediência* aos princípios étnicos seria o dispositivo fundamental para a conservação da identidade.

A última consideração da autora em sua tese está na constatação de que:

[...] nem a industrialização, a urbanização ou mesmo a campanha de nacionalização, conseguiram descaracterizar o grupo étnico. [...] O que muda, de um indivíduo para o outro ou de uma classe para outra, é a manipulação de cada um desses critérios. [...] o teuto-brasileiro será um cidadão brasileiro de origem alemã, uma pessoa que se diferencia pelo uso cotidiano da língua alemã, ou empregará ambos os critérios, que podem ser acrescidos pelo conhecimento da cultura alemã e por um modo de vida alemão. Em qualquer desses casos, a identidade étnica persiste como marca diferenciadora do teuto-brasileiro e influencia seu comportamento dentro da sociedade (SEYFERTH, 1982, p. 219).

Apesar de todas as questões apontadas em seu trabalho, Seyferth continua a investir na *persistência* da identidade teuto-brasileira, a partir do modo pelo qual *cada indivíduo*

manipula sua identidade diante do grupo, repetindo o aspecto fundamental da teoria barthiana referente à manutenção dos grupos étnicos e suas fronteiras na atualidade. O primado do indivíduo, do ator racional e da *free choice* de Barth continuam a figurar – a despeito das diferenças existentes no seio do próprio grupo teuto-brasileiro e da dificuldade de se atribuir aos próprios atores sociais a formulação de sua identidade étnica – como aspectos centrais no núcleo argumentativo da tese da antropóloga catarinense, o qual se repete, com poucas variações, na maioria dos seus estudos posteriores.

Portanto, a naturalização da permanência histórica da identidade teuto-brasileira, a qual é enunciável para Giralda Seyferth mediante a estratificação de noções e conceitos diversos – como o de *etnicidade* – é uma formação discursiva que novamente estabelece a necessidade de se atentar para a persistência das identidades culturais, autorizando sua aplicação em projetos culturais, ações políticas, pesquisas em várias áreas do conhecimento, as quais reforçam a preservação da cultura como requisito para a manutenção da ordem social e da supressão da política em um Estado consensual. Neste caso, nota-se que a *cultura* é usada como modo de fazer *política*, suprimindo-a em um inofensivo mosaico cultural, no qual se reconhecem todas as identidades, mas que não possui espaço para o reconhecimento de suas capacidades políticas.

Referências

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART; Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 187-227.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Org. Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART; Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

SEYFERTH, Giralda. Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: ZARUR, George de C. L. (org.) **Região e Nação na América Latina**. Brasília: Ed. UnB, 2000. p. 81-109.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: FCC, 1982.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth. **Mana**, Rio de Janeiro, vol.10, n.1, p. 165-192, abr. 2004.

WILLEMS, Emilio. **A Aculturação dos Alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2^a. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

WILLEMS, Emilio. **Assimilação e Populações Marginais no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1940.

FESTAS COMO FORMA DE IDENTIFICAR A CULTURA SERTANEJA EM GOIANIA

Clarissa Valadares Xavier*

Resumo

A cultura sertaneja no estado de Goiás é amplamente divulgada e difundido, assim as festas que ocorrem em Goiânia e que possuem temática relacionada com esta cultura sertaneja, servem para analisar como o povo goiano se comporta com esta rotulação cultural a que lhe é atribuída. O objetivo deste artigo é analisar a percepção dos frequentadores destas festas quanto à cultura sertaneja e a importância destas manifestações cultural para a preservação do “sertanejo raiz”. Para atingir o objetivo se utilizou formulários fechados aplicados durante e no espaço de acontecimento das festas. Ao total foram analisadas 2 festas com temáticas sertanejas, o que possibilitou concluir que as pessoas se identificam com o sertanejo e consideram essencial essas festas.

Palavras-Chave: Festas, Cultura, Goiânia.

Abstract

The culture sertaneja is strong in the state of Goiás, the parties that occur in Goiânia and that possess thematic related with this culture sertaneja. They serve to analyze as the people and your culture. The objective this article is to analyze the perception of the visitants of these parties about to the culture sertaneja and the importance of these manifestations cultural for the preservation of “sertanejo raiz”. To reach the objective if it used applied closed forms during and in the space of event of the parties. To the total 2 thematic parties with sertanejas had been analyzed, what it made possible to conclude that the people if identify with sertanejo and consider essential these parties.

Key- Words: Parties, Culture, ,Goiânia.

* Universidade Federal de Goiás, Mestre em Ciências Florestais pela Universidade Federal de Viçosa e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás.

Introdução:

O estado de Goiás tem sua cultura divulgada e rotulada como um estado “country”, “sertanejo” e “caipira”, estando este acontecimento relacionado principalmente pelo agrobusiness e a intensa atividade pecuária, uma das mais representativas do país, pois ostenta o patamar de terceiro maior rebanho bovino brasileiro, lidera a maior concentração de frigoríficos, exportando e contribuindo sobremaneira para com o equilíbrio da balança comercial.

As manifestações culturais que envolvem essa temática são diversas. Logo grande maioria das festividades que ocorrem no Estado incluem, de forma direta ou indireta, essa cultura, sendo que muitas estão até mesmo acopladas às manifestações religiosas.

Dentre as festividades que apresentam um viés turístico, fazendo parte do Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado estão os rodeios e a Exposição Agropecuária do Estado de Goiás.

As exposições agropecuárias são realizadas geralmente uma vez por ano e serve como ponto de encontro entre os produtores e empresários do ramo agropecuário, visando assim fomentar as atividades relacionadas com este setor da economia. Porém as exposições não incluem somente negócios, a elas foram agregados shows, espetáculos e demais manifestações procurando ressaltar a cultura sertaneja. Sendo assim foram o espaço onde o rodeio alcançou projeção e foi descoberto como evento aglomerador de multidões, alcançando posteriormente autonomia.

O rodeio é uma das manifestações mais importantes no universo “country”. Segundo Maurício Faria, atual presidente da Agência Goiânia de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA), o rodeio teve sua origem entre os tropeiros que, nos momentos de folga, promoviam disputas entre peões. Essas disputas consistiam em avaliar os peões mais fortes e corajosos. Tratava-se dos que conseguiam permanecer mais tempo sobre cavalos e touros bravos, que pertenciam às tropas conduzidas. Era um momento de lazer e também de reafirmação da valentia dos peões. Ainda segundo o entrevistado, corriam entre os peões as notícias de domadores excepcionais de cavalos e bois bravos “como o demônio”. Os donos das tropas promoviam os encontros desses sujeitos, dando início a um evento que ganharia proporções gigantescas, movimentando milhões de reais no Brasil e mais tarde se adequando às regras dos rodeios norte-americanos. Segundo Néia Nogueira (1988, p. 41) as suas pesquisas confirmam que dentre as festas mais conhecidas nacionalmente está “A festa do peão de boiadeiro de Barretos” sendo a mais importante do Brasil.

Segundo Silva (2001) hoje os rodeios alcançaram autonomia em relação às exposições agropecuárias e se tornaram um dos atrativos principais dessas exposições. Em torno dele se movimentam uma infinidade de símbolos, um deles é o boi cuja importância para Goiás não se restringe apenas à esfera econômica, mas impregnou o imaginário goiano. O boi é o elemento a que o goiano se apegou no processo de esgotamento da atividade mineradora. Moeda de troca, símbolo de poder, ele se constitui no personagem fundamental da vida goiana e movimentam a vida econômica, os homens boiadeiros, as tropas. Ao levar o gado, esses homens desconheciam o fato de que na verdade era o gado que os conduzia, dando sentido à sua peregrinação, determinando diálogos, significando o cotidiano, envolvendo os mitos, as lendas que se construía no embate diário com o inóspito sertão.

Quanto à cultura sertaneja de acordo com Alem (ALEM, 1996:181-182), o sertão impregnou o imaginário nacional:

Depois de Rosa [Guimarães Rosa] e outros, o estoque simbólico extraído do mundo sertanejo fixou-se no imaginário social brasileiro como uma das expressões máximas do ser nacional-universal em uma dimensão de complexidade que jamais poderia ser apreendida em certas reproduções homogeneizadoras e genéricas. Mas, neste caso, evidentemente, não se trata de Rosa e sim do que foi extraído do conjunto das representações de sua obra, bem como de outros escritores. Trata-se, também, dos elementos escolhidos das práticas sociais dos sujeitos dramatizados nessas obras e que ganharam certa legitimidade simbólica para serem alçados à categoria de mitos passíveis de parcialização e mercantilização homogeneizada e massificada.

Logo o simbolismo sertanejo está entrelaçado com a sua prática social transformando-se em sua caracterização e rotulação. Assim é importante e necessário, visto as constantes modificações culturais e globalização até mesmo da cultura, analisar a percepção dos frequentadores destas festas quanto à cultura sertaneja e a importância destas manifestações culturais para a preservação do “sertanejo raiz”.

2. As festas analisadas

As festas escolhidas para análise, apesar de conter a mesma temática quanto à cultura sertaneja se diferem. Uma delas é recente e tem ênfase ao espetáculo e premiações, a outra está em sua sexagésima segunda realização e tem como objetivo o fomento da atividade econômica, ocorrendo até mesmo palestras relacionadas com as atividades. Porém ambas possuem programação com shows atraindo assim um público bem diversificado.

2.1 Exposição Agropecuária de Goiás

Ocorreu no ano de 2007 a 62ª Exposição Agropecuária de Goiás, que foi realizada do dia 11 a 27 de maio. A organização do evento é a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA) e que atraiu mais de 800 mil visitantes. O evento tem grande importância para a economia de Goiânia, não somente pelas negociações de rebanho, realizadas por meio de leilões e exposições de animais, mas também com todos os segmentos envolvidos em um evento de grande porte.

2.2 Goiânia Rodeio Festival

O evento tem sua primeira realização no ano de 2007 e é organizado pelo Grupo VPJ Eventos, o mesmo responsável pelo Rodeio de Jaguariúna. O festival foi realizado de 02 a 12 de agosto de 2007, no Autódromo Internacional Ayrton Senna e recebeu a 5ª etapa do Circuito Nacional de Rodeio da Rede Globo e uma etapa máster da Professional Bull Riders (PBR).

Assim Goiânia passa a ser uma das sedes do campeonato CNAR – Circuito Nacional de Rodeio. Este é o maior Circuito de Rodeio do país, com etapas nas cidades de Jaguariúna, Americana, Barretos, Rio Verde, Fernandópolis e São José do Rio Preto. Em sua realização foram disputadas 8 modalidades esportivas: montaria em touro, montaria em cavalo, cutiano, bareback e sela americana, além das provas cronometradas: laço em dupla, laço de bezerras, bulldog e três tambores.

O evento possui *site* oficial e tem pretensão de ser realizado anualmente, sendo que já possui data marcada para realização do ano de 2008, prevista para o dia 14 a 17 de agosto.

3. Metodologia

Foram utilizados formulários e observação direta, sendo que quanto ao primeiro a abordagem dos visitantes ocorreu na portaria /entrada do evento. Ao total foram aplicados 30 (trinta) formulários em cada evento. Porém, vale salientar que para ambos se obedeceu uma escolha de dias da semana específicos para aplicação dos mesmos (segunda, quinta e sábado), e sendo aplicados em dois horários distintos (às 17h e às 21h) tendo como objetivo atingir públicos diferentes. Em cada dia foram aplicados 10 questionários. As perguntas eram curtas e objetivas, assim evitando demora da abordagem e questionamento do visitante.

Não foi retratado a caracterização do visitante e sim dada ênfase à percepção dos frequentadores destas festas quanto à cultura sertaneja e a importância destas manifestações culturais para a preservação do “sertanejo raiz”.

4. Resultados e Considerações Finais

Os formulários, juntamente com a observação direta, permitiram traçar um pequeno esboço de como os visitantes, de duas festas que estão relacionadas com a temática da cultura sertaneja em Goiás, identificam-se com a cultura sertaneja e analisam a importância destas festas perante a conservação desta cultura.

Segundo 100% dos visitantes abordados nas duas festas consideram-nas essenciais para uma afirmação da cultura sertaneja do Estado de Goiás. E ainda em totalidade estes visitantes abordados se identificam com o sertanejo e sendo que, com a mesma porcentagem, afirmam que a cultura sertaneja está implícita nas duas festividades analisadas.

Quanto ao principal motivo que os atraiu ao evento; Goiânia Rodeio Festival foi diagnosticado que 30% dos visitantes abordados participaram do evento estimulado apenas por sua programação de musical, sendo que 70% disse atraído pela programação musical juntamente pela etapa do rodeio. Mas 20% consideraram que o Goiânia Rodeio Festival tem importância para a conservação da cultura sertaneja no estado. E apenas 10% consideram o Goiânia Rodeio Festival uma festa legítima da cultura sertaneja.

Já quanto aos visitantes da 62ª Exposição Agropecuária de Goiás, 60% afirmaram que o principal motivo que os atraíram ao evento era a programação musical e apenas 30% dos visitantes estavam participando do evento devido à realização do rodeio juntamente com sua programação musical e apenas 10% dos visitantes abordados afirmaram estar participando do evento devido ao agronegócio. Mas 90% afirmaram que a 62ª Exposição Agropecuária de Goiás tem importância para a conservação da cultura sertaneja do estado. E 80% consideram a 62ª Exposição Agropecuária de Goiás uma festa legítima da cultura sertaneja.

Foi considerado por 100% do total dos visitantes abordados que a cultura sertaneja faz parte da caracterização do povo goiano, e também em totalidade que em ambas as festas não há manifestação da cultura sertaneja raiz.

Assim, apesar das festas analisadas contribuírem para a divulgação da cultura sertaneja, elas não auxiliam para a preservação da cultura sertaneja raiz, sendo este fato comprovado mediante às programações variadas, a qual visa primordialmente atrair o maior número de público.

Referências Bibliográficas

- ALEM, João Marcos. **Caipira e country: a nova ruralidade brasileira**. 1996. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- DIEGUES JÚNIOR, Manoel. O Centro-Oeste extrativista e pastoril. In: **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Inep, 1960.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LAWRENCE, Elizabeth Atwood. **Rodeo: an anthropologist looks at the wild and the tame**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.
- LIMA, Nei Clara; VALADARES, Ione Maria de Oliveira (Orgs.). **Histórias populares de Jaraguá**. Goiânia: Centro de Estudos da Cultura Popular, ICHL, UFG, 1983.
- NOGUEIRA, Néia. **Festa do peão de boiadeiro: onde o Brasil se encontra**. São Paulo: Ícone, 1989.
- PIMENTEL, Sidney Valadares. **O chão é o limite: a festa do peão de boiadeiro e a domesticação do sertão**. 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UnB, Brasília.
- RAMOS, Hugo de Carvalho. **O interior goyano. A Informação Goyana**, Goiânia, v.2, n. 3, p. 35-37.
- _____. **Tropas e boiadas**. Goiânia: Ed. UFG / Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1998.
- SILVA, Reijane Pinheiro da. **Rodeio: um texto sobre Goiás**. Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 171-194

Relações Implícitas: Sesquicentenário e Guerrilha do Araguaia

LAGES, Virgínia; *

ABSTRACT

IMPLICIT RELATIONS: SESQUICETENARIO E GUERRILHA DO ARAGUAIA

In 1972, was celebrated the 150 of independence, in the same year, the military government's army moved to Rio Araguáia region, the meeting among soldiers and militants against to the political system was called Guerrilha do Araguaia. The aim of this discussion is to relation: Sesquicentenário de Independência and Guerrilha do Araguáia, demonstrating how the military government by a utilization of one truth visual undertaking, especially inside of a publicity campaign that circulating in mass communications companies, was finding to construct new politic-cultural subjects, calm the new and future investimenters down, and, at the same time, appose the objectified man by militaries with the great subjects movimentations considered subversives in Goiás.

RESUMO

No ano de 1972 o Brasil comemorou 150 anos de independência, neste mesmo ano, as tropas do governo militar locomovem-se para a região do Rio Araguaia, o encontro entre soldados e militantes contrários ao regime ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia. Procuo nesta comunicação relacionar: Sesquicentenário de Independência e Guerrilha do Araguaia, demonstrando como o governo militar ao utilizar-se de uma verdadeira empreitada visual, especialmente as campanhas publicitárias que veiculavam em empresas de comunicação de massa, procurava construir novos sujeitos político-culturais, tranquilizar os novos e futuros investidores de Goiás, e, ao mesmo tempo, contrapor o homem objetivado pelos militares com a grande movimentação de sujeitos considerados subversivos em Goiás.

Palavras-chave: Imagem, discurso, homem moderno.

* Bolsista de IC/FCHF/História – Pesquisa financiada pela UFG/CNPq

No decorrer do ano de 1972 o Brasil comemorou 150 anos de sua independência. As comemorações se estenderam entre os meses de abril a setembro do corrente ano. O governo militar encarregou a Comissão Nacional das Comemorações do Sesquicentenário para catalogar e organizar um extenso acervo documental referente às comemorações. As festividades tiveram uma ampla divulgação dos setores de telecomunicações, com a publicação de livros, revistas, cartazes, rádio e tv.

De acordo com o relatório de Antônio Jorge CORRÊA (1972, p. 8-9), presidente da então comissão, as comemorações tinham o objetivo de lembrar e exaltar o triunfo da independência, e, ao mesmo tempo, evidenciar o progresso eminente da nação, procurando integrar o amplo território brasileiro reivindicado por D. Pedro I. Quanto à natureza das comemorações, estas deveriam ter uma diversidade de cunho cultural, histórico, diplomático, cívico, desportivo, artístico, popular e desenvolvimentista; mas com uma intensa participação do povo (CORRÊA, 1972). Conclui-se a partir deste relatório a preocupação de uma “inserção” do povo no projeto desenvolvimentista destes militares.

Na documentação do sesquicentenário percebe-se o uso corrente de três palavras ao se fazer referência ao povo: civismo, patriotismo e fidelidade. Fidelidade é a qualidade de ser fiel, lealdade, probidade, firmeza, pontualidade, exatidão, conformidade (FERNANDES, 1975). Quanto a Civismo e patriotismo, coloco os conceitos elaborados pelo Ten.cel.prof. Enjolras José de Castro CAMARGO em sua pesquisa acerca dos problemas brasileiros entre os anos de 1971-1975:

“Esse conceito de civismo deve estar bem vivo dentro do brasileiro. O homem cívico sente, age e pensa como um elemento solidário da comunidade nacional, honestamente predisposto a trabalhar pelo progresso material, moral e intelectual do Brasil. O homem cívico tem espírito de iniciativa e responsabilidade, tem espírito de justiça, é ajustado às boas normas de convivência, pratica os preceitos éticos que regem o dever em todas as acepções, tem participação ativa nas atividades da vida comunitária, respeita as leis, é leal nas atitudes, trata com respeito à família, ama o trabalho e aproveita sadiamente o lazer”.

“Patriotismo é o amor à Pátria e às suas tradições, com espírito de renúncia. não é amor platônico, ou fraternal, ou filial, ou qualquer outro. É o amor total, na sua mais alta expressão ou significado. Amar com capacidade de não desejar nada em troca. Quem ama nada pede e não julga. Ajuda e compreende.[...]”

Ora, estas palavras separadas de um contexto não constituem um discurso, mas, ao analisar e contrapor o relatório das comemorações com a revista *O Cruzeiro*, percebe-se que elas estão intrinsecamente ligadas a uma construção de sujeitos político-culturais. Uma crítica inicial a documentação do planejamento das festividades, permitiu-nos trazer à tona o conhecimento de um regime político de preocupações voltadas para o traçar de metas bem

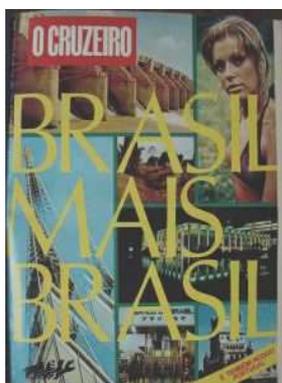
delimitadas quanto a identidade do brasileiro, criando um sentido para o momento político e construindo, com isto, uma nova imagem na relação dos militares com o povo.

A revista não usa pontualmente as palavras: fidelidade, civismo e patriotismo, mas nas reportagens apresentadas para o sesquicentenário, elas são acomodadas implicitamente, em uma intensa relação entre texto e imagem, enunciador e receptor, envolvendo desta forma o leitor em uma teia de significados que emergem modos de constituição deste homem “moderno”, forjando uma nova forma de ser, de fazer e estabelecendo uma ética de si.

Sabemos que comemorar não é somente um exercício lúdico de representação mnemônica de um acontecimento, mas também se constitui numa experiência coletiva que objetiva integrar, pessoal e civicamente, a herança do passado na experiência de uma geração, conformando um campo simbólico que fixa uma identidade à coletividade histórica. As festividades comemorativas do Sesquicentenário (re)inseriam o povo e os militares em um novo projeto nacional. O povo como ordeiro, trabalhador, patriótico e os militares que estavam agora no exercício do poder, como construtores da nação e do “novo tempo”, com o qual, a população dever-se-ia inteirar e identificar.

Dos vários suportes usados para dar um sentido às comemorações do Sesquicentenário de Independência, a visualidade (isto é, o amplo uso de recursos visuais) exerceu uma marcante presença. Refiro-me aqui especialmente as campanhas publicitárias que veiculavam em empresas de comunicação de massa, uma verdadeira empreitada visual para a construção de novos sujeitos político-culturais.

A referida revista intitulada “Brasil, mais Brasil” comemorou o sesquicentenário da independência, apresentando ao público o número especial *Edição Histórica do*



Sesquicentenário, dirigido e coordenado por Joaquim José Freire Lagreca, que, segundo CARVALHO, era muito ligado aos meios militares (CARVALHO 2001). Desta forma, a revista “O Cruzeiro”, por muitas vezes, tornava-se um importante instrumento para a divulgação de obras governamentais. Ao todo, este exemplar, personifica-se no desejo do governo militar para as comemorações do sesquicentenário: a integração do povo de “todas” as regiões do país em torno de um único objetivo, da construção de uma nação moderna.

Aliás, nação moderna e movimento são elementos presentes na capa desta edição, desde o primeiro momento em que o leitor observa a revista um discurso lhe apresentado implicitamente, porque a imagem não é uma mera figuração, a revista, em uma transposição de fotos atribui sentidos ao leitor, para que este, ao se deparar com o texto esteja predisposto a

uma linha de raciocínio planejada. Concordando com o lingüista Oswald Ducrot (1972), ao se referir que os modos de expressão implícitos permitem deixar entender discursos sem ficar descoberta à responsabilidade de se ter dito, ou se expressar de modo que a responsabilidade do dizer possa ser recusada. A capa constrói a imagem de um país em movimento, que está se modernizando, possuidor de energia elétrica para suas fábricas, que em breve será auto-suficiente em petróleo, dotado com amplas relações internacionais e que ao construir cidades e estradas acaba por integrar todo o território nacional. Ela constrói a afirmação de que: se cada cidadão ocupar seu lugar neste projeto sendo fiel à pátria, cumprindo sua função², renunciando seu “eu” individual em prol do “Bem Comum”, o Brasil alcançará seu lugar de grande nação. Não é difícil perceber que desde o início esta edição esta empenhada em uma clara identificação e desidentificação de sujeitos, ela traz uma capa harmoniosa, uma idéia de movimento e de desenvolvimento.

Mas, não é somente a capa que nos intriga, folheando a revista, vamos gradativamente prestando a atenção a detalhes criteriosamente pensados, textos bem escritos, frases de efeito e imagens que se concatenam em uma brincadeira de texto e contexto. Nestas frases, duas especificamente chamam a atenção:

“O Brasil, depois de vencer crises, atravessar momentos cruciantes, encontrou afinal o seu verdadeiro destino histórico.”

“Os brasileiros souberam pedir e alcançaram: um regime cheio de fé no presente e pleno de esperança no futuro, capaz de conduzir o Brasil a tempos mais prósperos, mais justos, mais felizes.”

Estas frases suscitam perguntas: que destino histórico é esse? Acabaram-se as crises? Mas também, transmitem mensagens de harmonia entre o povo e o regime, que unidos em torno de um objetivo comum tem a possibilidade de levar o Brasil a um futuro mais próspero. Se no texto o povo esta presente harmoniosamente com o regime, onde esta o povo na capa? Que povo é este que aparece no texto e não é digno para a capa? O texto implica em uma harmonia entre militares e povo, a capa é composta por uma sucessão de fotos que não fazem referência ao povo, a única presença do povo se dá na foto da moça, esta, apenas observa não participa. A frase nos diz que o povo soube pedir e o regime atendeu, mas a capa é seletiva, ela não carrega pedidos do povo, não carrega discussões agrárias e sim idéias desenvolvimentistas; e quanto ao povo, este que ocupe seu lugar, aquele que o regime lhe dispõe. Assim, a revista mantém uma tradição em que o povo é tratado como mero receptor a projetos e mudanças políticas, que este se integre sem, no entanto, opinar neste processo projeção do Brasil para o futuro, que o povo assista “*Bestializado*” o país se modernizando. É

2 Quando falo em função me refiro a moça que não interfere no processo de construção da capa, ela apenas observa.

desta maneira, que a revista *O Cruzeiro* identifica e constrói a imagem do patriota, este que tem o dever de aceitar suas tradições e renunciar ao seu “eu” individual por um objetivo maior a ele: a honra de servir a pátria visando o “Bem Comum”.

A revista é articulada, ela procura de maneiras implícitas produzir discursos e ao mesmo tempo identificar e desidentificar sujeitos político-culturais, em uma brincadeira entre verbal e não verbal, que permite a exposição de mensagens ao povo, sem no entanto atribuir seu sentido a um remetente e ao mesmo tempo procurando internalizar um discurso que o próprio leitor o conceba como seu.

A cada página temos imagens que se concatenam ao texto formando um pequeno manual do brasileiro moderno, orientando o agir do povo, definindo o momento presente e estabelecendo a composição dos interesses nacionais. Diante disto, pode-se afirmar que Goiás não esteve à margem desse processo, ele ocupou espaço especial neste manual.

Ao analisar esta revista, perguntas não se calam: porque Brasil mais Brasil? Porque Goiás? O que oferece este estado de diferente a ponto de merecer um amplo destaque nesta edição comemorativa, neste manual que dita regras comportamentais? Para tais respostas, começo pela imagem de chamada das reportagens acerca do estado.

A fotografia ocupa duas páginas da revista, numa plena separação de conteúdo. Nas páginas anteriores a revista revive o passado, apresenta suas inovações tecnológicas, apresenta



um Brasil em pleno crescimento, feliz, que integra e apóia seus habitantes. Uma foto, apenas uma foto com águas limpas e claras, mostrando a tranqüilidade e a transparência do estado. Esta chamada separa o passado do *Nosso Portugal*³, o presente das inovações tecnológicas⁴ e o futuro. Uma foto que inspira calma e tranqüilidade como as águas do Araguaia, mas não podemos nos esquecer que a correnteza dos rios não aparece na superfície, que água em locais mais profundos já não é tão clara. A foto ludibria, salta aos olhos, ela compõe ao leitor uma imensa tranqüilidade.

Ao contrário da imagem que se produz das águas tranqüilas e limpas do Araguaia, esse “desenvolvimento” da região não se deu de forma passiva. Contribuiu para o florescimento de

3 Revista *O Cruzeiro* 13/09/1972. Pág 228. Na revista, as primeiras reportagens reconstroem um passado, constroem uma apologia a Portugal, mostram o Brasil de ontem (refiro-me as reportagem da pág 8-28, *Ontem, o Brasil*) e o Portugal de hoje (reportagem pág 115-178, *Nosso Portugal*).

4 Ao longo desta edição nos é apresentada um conjunto de reportagens acerca das inovações tecnológicas, que constroem as mudanças ocorridas no presente.

conflitos na região que compreendia o Norte de Goiás, região do Bico de Papagaio (configurado hoje no estado de Tocantins), Pará e Mato Grosso.

Assim, em primeira instância a apresentação do estado aparece de modo não verbal. A imensidão, a tranqüilidade mostrada na foto unida com a ausência de construções e pessoas provoca também um retorno ao processo de interiorização do centro-oeste, “a conquista do oeste”, *processo que procurou ampliar o espaço do capital através do avanço da fronteira agrícola e do mercado consumidor, sem mudar a estrutura agrária.* (BORGES, 2005). Isto está implícito na foto, e ao ler a legenda, percebe-se a necessidade de atribuir a esta foto um discurso como forma de orientar a leitura pretendida, portanto, a legenda se interpõe entre leitor e imagem num processo de produção de significação bastante direcionado.

*“Vivo, denso, colorido, poético, **domável**: Goiás, mundo de festa, reino do progresso e trabalho. Energia elétrica à vontade, asfalto na trama viária, farta matéria-prima, crédito fácil, incentivos fiscais, mercado crescente. Aos que buscam lucro e paz, se recomenda Goiás. É GOIÁS.”*

Esta legenda é um convite a um futuro próspero e calmo em um estado **domável**. É exatamente esta afirmação que se interpõe entre imagem (de calma) e leitor. Domável é adjetivo, é qualidade de alguém, capacidade de domar algo. Domar é verbo, uma ação, e os sinônimos⁵ atribuídos a este afirmam a capacidade de controlar algo, seja qual for à atribuição existente (em boatos ou não).

Mas, controlar o que? O que se esconde no plano de fundo da fotografia, o que se esconde nas matas do Araguaia?

Só é domado aquilo que transgride ou agride, e a região do Araguaia ao acolher aqueles que o Estado rejeita, aqueles que são taxados de subversivos transgride. A partir de 1967, a Região do Araguaia começa a receber “hospedes”, estes eram integrantes do PCdoB, desafetos políticos, subversivos, que na concepção dos militares infectavam o sistema.

Antes de prosseguir torna-se fundamental esclarecer o momento que o PCdoB vivia. Sabemos que o partido opta pela guerrilha rural⁶ para fazer frente ao regime militar. Ora, não podemos nos esquecer que ao final da década de 1960 temos duas revoluções de cunho comunista que obedeceram este movimento campo/cidade: a Revolução Cubana e a Revolução Cultural chinesa. Romualdo Campos Filho ressalta a importância destas influências para se compreender a estratégia do PCdoB: o campo como ponto inicial de um movimento armado e a partir deste a expansão de um Governo Revolucionário pelo país.

5 Domar: amansar, domesticar, vencer, subjugar, abater, fazer ceder, refrear, reprimir.

6 Para mais, ver CAMPOS FILHO (2003), onde este aponta para a importância das diversas influências de cunho comunista, que tiveram suas “revoluções” no movimento campo/cidade.

Portanto, a escolha da região do Araguaia se deu por estratégias geográficas, e a partir da convivência de membros do partido na região com a comunidade, esta que em teoria seria esclarecida, com o intuito conquistar novos adeptos para a revolução.

Desta forma, o estado de Goiás não estava num momento que poderia ser definido como tranqüilo, a grande movimentação de integrantes do PCdoB incomodava e contrariava os planos desenvolvimentistas para a região.

Desde a década de 1960 o governo militar estabelece uma política de migração para as regiões norte/centro-oeste de imigrantes advindos do nordeste. Mas a política desenvolvimentista proposta para estas regiões nada tem a ver com os incentivos fiscais e financeiros⁷ aos recém chegados e sim uma política que priorizava o investimento em grandes empresas capitalistas e multinacionais: Bradesco, Volkswagen, Manah, Óleos Pacaembu, Supergasbrás, dentre outras. Era fundamental para uma política desenvolvimentista a ampliação da malha viária para a região e também a construção de estradas de rodagem. O governo de Médici estava aplicado na construção de estradas que ligavam norte/nordeste e centro-oeste ao restante do país. Um dos pontos de sua estratégia desenvolvimentista perpassava alcançar os recursos minerais e vegetais que se encontravam isolados na região Norte e promover uma expansão agropecuária no Centro-Oeste. Para tal, as ações governamentais foram reorientadas para investimentos públicos concernentes à infra-estrutura de transportes.

Diante disto, podemos responder a uma pergunta feita anteriormente, porque a revista *O Cruzeiro* privilegia o estado de Goiás na edição comemorativa do Sesquicentenário de Independência? Ora, era de fundamental importância que o governo militar sufocasse qualquer foco de resistência, principalmente um que adviesse da região Centro-Oeste. Apresentar na revista o estado de Goiás era uma forma de demonstrar controle aos atuais e também a futuros investidores para aquela região. Romualdo Campos Filho já aponta para o interesse governamental para esta região:

“[...] o interesse pela região, que ia aos poucos se firmando, decorria da necessidade que tinha o Estado – então sobe o controle dos militares – de atender aos interesses de inúmeras empresas agropecuárias e de extração mineral e vegetal, que desde o começo da década de 1960, quando da transferência da capital federal, começaram a se estabelecer na região :é o tempo da instalação de fazendas pertencentes ao Bradesco, à Volkswagen, à Manah, à Óleos Pacaembu, à Nixdorf, ao Bamerindus, a Severo Gomes, à família Lunardelli, à Supergasbrás e tantas outras.”⁸

⁷ Para tais incentivos foi criada a Sudam – Superintendência de desenvolvimento da Amazônia.

⁸ CAMPOS FILHO (2003), pag 76.

Assim era de suma importância que o Governo Militar demonstrasse naquele momento seu poder de controle, para as grandes indústrias no país, pois a região em que os guerrilheiros estavam localizados seria a “*porta de entrada para a Amazônia*”.⁹

Prosseguindo na apresentação inicial de Goiás pela revista, da foto do Rio Araguaia, esta que nos sugere mais, esta brincadeira entre imagem, texto e contexto traz uma exposição das riquezas naturais que o estado tem a oferecer, e, ao longo do conjunto de reportagens a exposição de terras, agricultura, educação, minérios e acima de tudo a apresentação de seus políticos de “visão”. Do governador aos prefeitos, a revista apresenta-os a partir de um ponto em comum, o da atitude frente ao futuro do país.

A narrativa deste especial é feita de forma a demonstrar o quão atrativo é Goiás. Nela o carro chefe dos incentivos é o programa Prodoeste¹⁰, que segundo a revista, objetivava o desenvolvimento regional através da construção imediata de uma rede rodoviária básica e prioritária, conjugando um esquema de estradas vicinais, rede de silos, armazéns, usinas de beneficiamento, frigoríficos, bem como a realização de obras de saneamento geral, como a retificação de cursos de água¹¹.

Sabemos que a partir da década de 1970 para atender ao projeto desenvolvimentista dos militares, são criados programas especiais¹² de desenvolvimento e integração das regiões Norte e Centro-Oeste ao centro industrial do país, a região sudeste. Em Goiás, estes contribuíram para substituição dos processos tradicionalmente utilizados na agropecuária extensiva por um modelo empresarial de produção com utilização de capital intensivo e de crédito subsidiado. Essa substituição constituiu-se no pilar da política agrícola, na qual os beneficiados foram os agricultores “modernos”, politicamente mais influentes. Isto acabou por redirecionar a escolha dos produtos diminuindo a necessidade de mão de obra, proletarizando o trabalhador rural e reduzindo a produção de subsistência. A aplicação desta política provocou intensa migração do campo, modificando a distribuição demográfica da região. A nova configuração exigiu do estado investimentos em infra-estrutura urbana e serviços, o que acabou por desencadear um intenso processo de urbanização.

No Governo de Leonino Caiado (1971 a 1974), foi elaborado o plano intitulado ‘Ação do Governo do Estado’, com a finalidade de incentivar o desenvolvimento da economia

9 CAMPOS FILHO (2003), pag 75

10 PRODOESTE – programa de desenvolvimento do centro oeste, destinado a promover o desenvolvimento econômico do sul dos estados do Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal

11 Revista *O Cruzeiro* 13/09/1972. Pág 234-235.

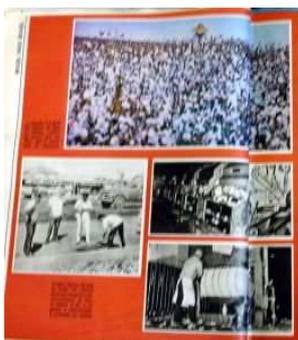
12 Programa de Integração Nacional - PIN (1970); Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (1971); Programa Especial para o Vale do São Francisco - PROVALE (1972); Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA (1974); Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE (1974).

goiana de modo a ampliar sua participação na economia nacional. Goiás deveria atingir um ritmo acelerado de crescimento anual, compatível com o proposto no plano federal¹³.Mostrando personalidades como o então governador de Goiás, um homem com a atitude que corroborava para a então modernidade almejada pelos militares.



Como se percebe através desta foto¹⁴, o governador assume uma pose para esta foto que sugere altivez, atitude frente ao que ele cuida, observação meticulosa aos detalhes; e a pose em uma fotografia constitui uma informação preciosa, a partir dela podemos ouvir o que a imagem tem a nos dizer: Leonino Caiado um homem com a atitude desejada.

Nas fotos que contextualizam as cidades goianas, Carlos Piccino em suas escolhas busca preferencialmente mostrar a tecnologia a serviço da modernização, mostrando também o governador e alguns prefeitos no planejamento e execução de obras de cunho moderno. Na reportagem intitulada: *Algodão e Indústria – SANTA HELENA DE GOIÁS*¹⁵ fica evidente o movimento da cidade indicado no conjunto de fotografias. Acima temos o algodão com apenas um trabalhador rural, a esquerda o prefeito Agenor Borges do Prado supervisiona obras na cidade e a direita duas fotografias relacionadas com a industrialização da produção de algodão.



“Prefeito Agenor Borges do Prado (de cabelos brancos) comanda o desenvolvimento de Santa Helena. A dir. o algodão é descaroçado e prensado em fardos”.

“A idoneidade na administração facilita o despertar da comunidade e cria no povo a aspiração de crescer e a confiança de uns para com outros. A vida de uma cidade é o reflexo daquilo que o administrador ensina através de exemplos de tenacidade e probidade. Tanto as suas posições podem ser negativas como positivas, depende da influência moral de quem manda, de quem dirige. O povo é sempre um fiel seguidor.”

Na foto o prefeito se mistura com outras pessoas, mas a legenda o destaca e o associa diretamente como individuo modelo através da palavra comando. Segundo o dicionário comando é uma ação, atribuída aquele que possui uma direção superior de tropas, governo,

13 Para tanto, alguns mecanismos foram criados: Lei Estadual n.º 7.700, de 19 de setembro de 1973, dispendo sobre a concessão de incentivos fiscal-financeiros e sobre a implantação de infra-estrutura básica para o assentamento industrial; Lei Estadual n.º 7.773, de 30 de outubro de 1973, que instituiu o programa de industrialização de madeiras, visando reduzir a saída do produto in natura do Estado; Lei Estadual n.º 7.776, de novembro de 1973, que constituiu a Companhia de Distritos Industriais de Goiás – Goiasindustrial, responsável pela criação e administração dos Distritos Industriais do Estado, com destaque para o Distrito Agroindustrial de Anápolis-DAIA.

14 Revista *O Cruzeiro* 13/09/1972. Pág. 231

15 Revista *O Cruzeiro* 13/09/1972. Pág. 236-237.

autoridade, dignidade ou funções de comandante. E em plena ditadura militar aquele que comanda não é somente conivente com o regime como também o apóia por isso um cidadão modelo.

Na reportagem de mesmo nome que a cidade de Bom Jesus de Goiás, a revista apresenta uma dinâmica entre imagens e texto. Acima temos as plantações de soja (recém chegada ao estado) e milho, a perspectiva adota nesta fotografia nos dá a sensação de imensidão, de grandes plantações especializadas. A fotografia central é tirada no escritório do



prefeito que despacha documentos com o retrato do presidente Médici a sua esquerda. O prefeito se coloca direita do presidente, como um bom brasileiro que cumpre seu dever cívico. As fotografias abaixo e a direita são obras que proporcionam escoamento da produção agrícola, como construções de estradas, de centrais frigoríficas e a construção de uma indústria de óleos. Diante destas imagens percebemos que as transformações ocorridas no município de Bom Jesus de Goiás encaixam-se em

pretensões desenvolvimentista. Novamente a imagem carrega um discurso que não está explicitado no texto, os políticos goianos como parte atuante e compactuante dos objetivos militares, de um projeto de modernização. Da parte textual da reportagem um trecho em especial merece ser destacado, pois, este se relaciona com todas as reportagens referentes ao estado de Goiás e manda um recado direto ao leitor:

*“[...] o assunto permanece o mesmo: Bom Jesus e o surto de progresso que a empolgou. O prefeito fala da colaboração que o **povo bom** da cidade tem prestado à sua administração. [...] O prefeito tem muito prestígio na região, em cujo o centro se encontra em Bom Jesus. Mas não corteja a política dos velhos métodos. Acha que a melhor forma de sensibilizar o povo é atender às suas **merecidas reivindicações**. Não quis jamais os poderes de autoridade nem gosta de ser chamado de ‘excelência’. Prefere estar em contato com a população nos lugares mais freqüentados, aplicando a sua **arte de convencer e persuadir, força e poder que a natureza lhe deu.**”*

Neste texto configura-se um recado simples e direto, se há um povo bom que tem suas merecidas reivindicações atendidas, há também o oposto, um povo que não se encaixa no perfil, que reivindica “desnecessariamente”, que precisa ser convencido, mesmo que seja através da força e do poder. A revista nesta perspectiva expõe, mais uma vez, a insatisfação do Governo Militar frente a Goiás, mas esta não aderiu a todos, ela era direcionada a uma região específica: do Goiás problema, do Goiás do Araguaia.

Como última imagem a ser discutida neste sub-projeto de pesquisa optamos pela reportagem do *Centro dos Professores de Goiás*, novamente a revista recorre a idéia de



movimentação, a montagem das fotos foi feita de forma a apresentar um dinamismo da parte da CPG (Centro dos Professores de Goiás). Na placa da matriz da CPG, em Goiânia, os dizeres: “*VOCÊ CONSTRÓI O BRASIL*”. A escolha da foto desta placa é pertinente

aos objetivos do Sesquicentenário e também aos militares neste momento. A frase *Você constrói o Brasil* chama a todos, porque o verbete **você** referencia-se a todos nós, a qualquer



um de nós, assim, esta imagem é portadora de um discurso de inserção do povo no projeto militar, ela o chama ao seu dever de homem cívico.¹⁶ Mas, esta composição de discursos não para aí, assim como as fotografias passam uma imagem dinâmica da diretoria e associados do CPG, o texto também o faz:

“Uma nova mentalidade em termos de agremiação está sendo implantada em Goiás.”

“Contando com a boa vontade de toda a comunidade professoral, que não mede esforços em função de sua associação,[...]”

“Todas as realizações foram possíveis em função do apoio, compreensão e participação nas jornadas de trabalho, proporcionadas pela classe. Ainda temos muitas dificuldades a serem superadas. Mas, graças à consciência de cumprimento do dever, comungada por todos, chegaremos aos nossos superiores objetivos.”¹⁷

“Um dos cuidados principais do CPG tem sido o aperfeiçoamento intelectual de seus associados, e assim é que, somente este ano, já promoveu mais de duas dezenas de cursos,[...]”

Aqui se concretiza a idéia do “novo”, de profissionais dinâmicos que utilizam técnicas modernas, o novo sujeito não espera, ele faz acontecer. Desta forma vemos que fotografia já indicava este discurso, do “novo homem”, da “nova mentalidade” que o regime esperava, do trabalhador que através da técnica quer um país “moderno”.

Voltamos a dizer que comemorar também se constitui numa experiência coletiva que objetiva integrar, pessoal e civicamente, a herança do passado na experiência de uma geração, conformando um campo simbólico que fixa uma identidade à coletividade histórica. Assim é

16 Este conceito foi apresentado no início deste artigo. Para mais, ver: CAMARGO, (Ten. Cel.) Enjolas José de Castro. Estudo de problemas brasileiros. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 3ª Ed., 1979, 400 p. 19.

17 Frase do diretor da CPG – Prof. Bernardino Granja Campos, em meio ao texto.

de suma importância ressaltar a maneira como o povo é representado neste conjunto de reportagens, há uma construção de sujeitos ausentes politicamente, uma construção de rebanho e não de povo; porque quando o homem comum aparece nas imagens este o faz na pele do trabalhador em férias, daquele que tem mão de obra especializada (técnica) ou naquele que cumpre sua função visando o bem comum da nação. Em momento algum aparece o pequeno agricultor ou homem da roça, a revista coloca a industrialização como sinônimo de progresso, nesta perspectiva faz-se necessário uma mudança de “mentalidade” do povo. Podemos ver então, a nítida construção do “novo homem”, do novo sujeito, tão almejada e esperado pelos militares.

Como mencionado anteriormente, os festejos de comemoração do sesquicentenário foram cuidadosamente planejados, no que se referiam à organização e à visualidade. O Professor Élio Cantalício Serpa relaciona a utilização dos festejos locais do Sesquicentenário como forma de demonstração de poder e controle:

*Assim, nos festejos localizados foram utilizadas formas de controles locais que, devidamente orgânicos ao regime autoritário, possibilitavam uma averiguação do funcionamento competente da máquina administrativa e demonstravam o poder de controle, visível inclusive no conhecimento de transgressões localizadas.*¹⁸

Era de suma importância neste momento, em 1972, que o Governo Militar demonstrasse força e controle sobre a região Centro-Oeste, pois esta era vital em seus empreendimentos desenvolvimentistas, ponto geograficamente estratégico, por ela perpassa a recém construída Transamazônica e a Belém-Brasília, estradas de fundamental importância para a integração e conseqüentemente exploração das regiões Norte, Nordeste e a própria região Centro Oeste. Portanto, Goiás estava mergulhado numa intensa crise, a imagem deste veiculada pela edição comemorativa, era de harmonia e não de caos, só havia lugar para o trabalhador que correspondesse aos objetivos das comemorações, para o homem que era patriota e cívico.

A revista em nenhum momento menciona verbalmente a Guerrilha do Araguaia, mas nos discursos construídos, a região problemática de Goiás não é esquecida. Esta edição comemorativa apresenta como modelo a ser seguido, a parte deste estado, que está à altura dos objetivos militares, demonstrando a forma como o progresso chega a Goiás, ora, este o faz através da atitude do homem que sabia ser patriota e cívico e principalmente na atitude de seus políticos. Mas não é só isto, a revista mostrava também que, do mesmo modo que

18 1972: “Força de invenção nas imagens do passado e do presente”. Artigo a ser publicado em 2008 pela editora UCITEC.

existiam insatisfeitos com o regime, este também estava insatisfeito com aqueles brasileiros que não possuíam a atitude do patriota, do homem cívico. O Governo Militar cobrava atitude, conviência e lealdade.

A edição, de 13 de setembro de 1972, constrói este discurso em uma mescla de imagens e texto. Estas imagens buscavam muito mais que ilustrar, procuravam internalizar o discurso fornecendo pistas, favorecendo a compreensão das associações de ordem ideológica. Os “novos tempos” pediam usos de técnica e tecnologia. Concomitantemente, produziam-se valores culturais com seus respectivos suportes, estimulando sensibilidades que favorecessem seus usos no cotidiano e no trabalho. Sabe-se, há muito tempo, que quem educa é a palavra, mas a modernidade gradativamente vai impondo o recurso da imagem como estratégia que orienta para uma nova estetização da vida. Nesse contexto a forma adquire posição de primeira grandeza, e a imagem produzida pelo olho informado do fotógrafo, associado à tecnologia fotográfica, cria e recria espaços com adereços que encantam e apontam para um futuro no qual se poderia colocar ou não o objetivo a ser alcançado.

Este objetivo neste momento se dá na forma do “novo homem” de um novo sujeito político-cultural, que precisava emergir nas águas do Araguaia e contrapor aos subversivos que por lá estavam. A revista coloca que é na atitude que o brasileiro se torna mais brasileiro, o homem que procura acima de tudo o bem comum, o progresso do país, que se mobiliza para fazer parte de um projeto maior, integrando assim seu estado para que todo o país desfrute de seus recursos. Este homem estará sendo o verdadeiro patriota, que é fiel a pátria, e que acima de tudo sabe ser um homem cívico, este é o “novo homem”, o sujeito que o Estado quer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUMONT, Jacques. A imagem: Trad: Estela dos Santos Abreu e Cláudio C. Santoro. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1995, Coleção Ofício de Arte e Forma.
- BORGES, Barsanufio Gomides. Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960. Goiânia: Ed UFG, 2000, 172 p.
- BUSTILLO, Josefina Cuesta. Memória e história. Um estado de la cuestión. IN: Memória e História. Madrid: Marcial Pons, 1998.
- CAMARGO, (Ten. Cel.) Enjolras José de Castro. Estudo de problemas brasileiros. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 3ª Ed., 1979, 400 p.
- CAMPOS FILHO, Romualdo P., Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas. Goiânia: Ed UFG. 2003
- CARVALHO, Luiz Maklouf. Cobras criadas. David Nasser e O Cruzeiro. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- CERRI, Luís Fernando. 1972: Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos. Iberoamericana. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, n. 1, v. XXV, jun./1999, p. 72-89.
- CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- CORRÊA, Antônio Jorge. As Comemorações do sesquicentenário. Biblioteca Municipal Marietta T. Machado. 1972.
- ECHEGARAY, Maria Auxiliadora Andrade de. A inovação tecnológica na zona rural de Goiás : estudo em dez municípios. Dissertação de Mestrado - UFG
- Economia goiana no Prodoeste*, A. Goiânia: Secretaria do Planejamento e Coordenação, 1972.
- FERNANDES, Francisco (1953). Dicionário Brasileiro Contemporâneo – 4ª Edição. Porto Alegre: Editora Globo, 1975
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura*. São Paulo: Record, 2004.
- FICO, Carlos. Reiventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- JOLY, Martine. Introdução à análise de imagem. Trad: Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus. 3ª edição. 2000.
- DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Revisão técnica e tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987
- KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores. Do AI-5 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2004.
- MELO NETTO, Tenório de. A contribuição de Brasília para o desenvolvimento econômico de Goiás: 1960 a 1980. Dissertação de Mestrado - UFG
- NORA, Pierre. Entre Memória e História - A problemática dos lugares. Projeto História: revista do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da PUC, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 2003. Tradução de Yara Aun Khoury.

PORTELA, Fernando. Guerra de Guerrilhas no Brasil. São Paulo: Global. 3ª ed. 1979

SANTAELLA, Lucia e WINFRIED, Nöth. Imagem: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras. 2005.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Politizar as novas tecnologias. O impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Editora 34, 2003, p .83

SANTOS, Raymar Leite. A Modernização da Agricultura em Goiás na perspectiva da Pesquisa Agropecuária. Dissertação de Mestrado – UFG.

SERBIN, K P. Diálogos na sombra. Bispos e militares. Tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 95

VAZ, Eber. A modernização da agricultura e as relações de trabalho no sudoeste goiano, a situação do trabalhador volante no corte da cana (1964-1989). Dissertação de Mestrado - UFG

EXPERIÊNCIAS DEMOCRÁTICAS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS: O PAPEL DA CULTURA POLÍTICA

Gisele dos Reis Cruz*

Resumo

A sociedade brasileira vem experimentando novas formas de gestão pública, baseadas na interação entre governo e sociedade na elaboração e implantação de políticas públicas. O meu trabalho aborda o Fórum de Desenvolvimento Local de Paraty no Estado do Rio de Janeiro, discutindo o real potencial dessas experiências para democratizar as relações de poder. Uma parte dos estudiosos analisa essas práticas através da dimensão institucional, relacionada ao tipo de adesão do poder público à parceria entre governo e sociedade. Outros estudos focam a lógica societal, destacando a dinâmica participativa. A minha análise centra-se nos aspectos sociais e culturais do processo participativo. A conclusão é que a reengenharia política e institucional direcionada para a construção de novas relações de poder depara-se com fatores de ordem cultural, cognitiva e social que tendem a influenciar o comportamento político dos indivíduos.

Palavras-chave: democracia; cultura política; participação

Abstract

The society, in Brazil, is introducing new forms of public administration, based in interaction between government and society, in the elaboration and implantation of public politics. This article is about the Local Development Forum, of Paraty's city, in the Rio de Janeiro, and debates the real possibility of democratization of power's relations with this experiences. There are studies that analyses this practices although the institutional dimension, emphasizing the adhesion of public power on the partnership. Other studies emphasize the societal logical and the participative dynamic. My analyze focus the social and cultural aspects of participative process. The conclusion is that the political and institutional factors around the construction of new powers relations come across with cultural, cognitive and social factors that influence the politic behavior of individuals.

Keywords: democracy; politic culture; participation

A sociedade brasileira vem passando por diversas experiências de gestão pública baseadas na colaboração entre governo e sociedade na elaboração e implantação de políticas públicas. São espaços onde se possibilita a construção e o fortalecimento de identidades sociais. No caso brasileiro, o estímulo à participação da população na gestão dos assuntos públicos tem sido resultado de uma reengenharia política voltada para o redimensionamento do papel do Estado,

integrando-se ao processo de descentralização política e administrativa, pois a sociedade é chamada a colaborar com o governo em ações que até então eram prerrogativas unicamente das esferas governamentais.

Os diversos estudos empíricos sobre essas experiências apontam para algumas dificuldades em se obter relações de poder mais simétricas a partir dessas experiências, utilizando-se de abordagens distintas. Este paper desenvolve uma análise dessas experiências a partir da lógica societal, abordando a dinâmica participativa em si. O objetivo é mostrar que a reengenharia política e institucional direcionada para a construção de novas relações de poder depara-se com fatores de ordem cultural e social que tendem a influenciar o comportamento político dos indivíduos envolvidos nessas experiências. Dessa forma, é imprescindível dar atenção aos fatores que levam à não participação de determinados segmentos sociais, pois o fraco envolvimento da população no processo participativo acaba por dificultar a transformação das relações de poder.

Levando-se em consideração que o envolvimento sistemático da população é condição *sine qua non* para a obtenção de resultados virtuosos, a não-participação de determinados segmentos sociais torna-se um problema. Uma das questões cruciais com as quais nos deparamos diz respeito à desigualdade da participação no sentido de que determinados segmentos tendem a aderir mais sistematicamente às ações empreendidas do que outros, gerando um descompasso que pode vir a comprometer os resultados pretendidos.

A abordagem deste tema será feita através de um estudo empírico por mim realizado no município de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro. O instrumento de análise foi o Fórum de Desenvolvimento Local (fórum Dlis) instituído na cidade no ano de 2000. A implantação da estratégia de Dlis visa ao fomento do desenvolvimento econômico, social e cultural de pequenas localidades, sendo direcionada para municípios ou localidades com até 45.000 habitantes e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A pesquisa junto ao fórum Dlis de Paraty teve um corte qualitativo, com a realização de entrevistas semi-abertas com integrantes e não-integrantes do fórum, tendo em vista apreender a sua percepção sobre a experiência de co-gestão pública em questão. Assim, os dados aparecerão sob a forma de situações observadas e relatos dos entrevistados, tendo em mente que os discursos retratam a forma como os entrevistados percebem a realidade política e social.¹

A democracia participativa seria um caminho para se diminuir a tensão entre o que desejam os cidadãos e as políticas públicas desenvolvidas pelas elites governamentais. O aperfeiçoamento da democracia somente pode ser alcançado a partir da pressão dos próprios grupos sociais interessados em participar das decisões políticas. A força de instrumentos participativos como transformador de relações de poder estaria na capacidade da população local de se organizar tendo em vista um poder real de influência sobre as decisões do poder público. Se tal organização não ocorre ou se dá de forma tênue, o poder de pressão sobre o governo não se consolida a ponto de fazer com que a dinâmica participativa supere práticas políticas tradicionais arraigadas na sociedade.

Analisar a democracia pela ótica da cultura política nos ajuda a compreender porque experiências participativas, em alguns casos, defrontam-se com segmentos pouco participativos, o que acaba dificultando a obtenção dos objetivos. Um sistema democrático não se consolida somente por meio de eleições livres ou de declarações de Direitos na Constituição. Mais importante seriam as atitudes dos sujeitos diante desses atributos, o que nos leva a crer que há um hiato entre a existência formal de instituições democráticas e a incorporação da democracia às práticas cotidianas.

Almond e Verba (1965) lembram que os teóricos da democracia, desde os tempos mais remotos, já partiam do princípio que a democracia se mantém através da participação ativa dos cidadãos nas questões políticas - o que é facilitado quando existe um alto nível de informação sobre os assuntos políticos - e também por meio de amplo sentimento de responsabilidade cívica. A solução para uma compreensão mais abrangente do processo de participação democrática encontra-se na utilização, ampla e irrestrita, do conceito de cultura política no sentido que o empregam Almond e Verba. Isto é, cultura política refere-se “[...] às orientações políticas específicas, atitudes em direção ao sistema político e as suas várias partes, e atitudes em direção ao papel do eu no sistema”. (*Ibidem*) Assim, trata-se de ver por detrás do comportamento político dos indivíduos a forma como o sistema político como um todo e o próprio eu enquanto ator político são internalizados em termos de percepção, sentimentos e avaliações da população.

A própria desigualdade sócio-econômica, que se apresenta como uma das variáveis explicativas para um processo de participação política assimétrica, pode ser combinada com uma abordagem centrada no conceito de cultura política. Isso porque é notório que a participação

política tende a ser maior e mais consistente por parte dos atores com um status social e econômico mais elevado e com um grau de instrução maior, portanto, com uma capacidade maior de crítica acerca do processo político a sua volta.

A orientação política dos atores deve ser percebida como possuindo três aspectos que devem ser considerados para se entender o tipo de atitude frente ao sistema político e ao próprio processo de participação. Primeiramente, há o aspecto cognitivo que se refere ao conhecimento do sistema político no que diz respeito aos papéis políticos e os atores que os desempenham, às demandas e aos resultados. Segundo, há o aspecto afetivo referente ao sentimento com relação ao sistema político, seus papéis e desempenho. E, terceiro, há a avaliação que se faz do sistema político, abrangendo julgamentos e opiniões que envolvem fatores como informação, sentimentos e crenças.

Mais ainda, há que se levar em conta que o tipo de atitude que os indivíduos adotam com relação ao processo político tem relação direta com a forma como se percebem enquanto atores políticos. Isto é, os indivíduos tendem a participar mais ou menos de acordo com o seu sentimento pessoal de competência política frente ao sistema político.

Concentrando-nos na definição de competência pessoal apresentada por Almond e Verba (*Idem*), podemos compreender os fatores ligados ao exercício de uma real influência política por parte dos cidadãos comuns sobre as decisões do governo. Os autores definem o indivíduo como politicamente competente quando este pode, de fato, exercer influência sobre as ações governamentais. E, subjetivamente competente quando o indivíduo acredita em sua capacidade de exercer influência, mesmo quando esta não se concretiza de fato.

O que nos interessa é a definição de competência subjetiva, visto que a crença na capacidade individual de vir a influenciar as decisões e ações do governo torna-se um fator de extrema relevância para que os indivíduos adotem um comportamento político comprometido com o fortalecimento da democracia. O inverso também seria verdadeiro, pois se os cidadãos comuns não se percebem como capazes de exercer influência política, a adesão a práticas participativas voltadas para a elaboração de projetos e demandas torna-se improvável, contribuindo para o reforço de ações e decisões independentes por parte do governo. Mais ainda, a crença na autocompetência para participar tende a aumentar o potencial democrático de uma nação, pois estimula o compromisso dos cidadãos com os valores democráticos. Sendo assim, se a autopercepção acerca do eu e do sistema político influencia o

comportamento do indivíduo, podemos dizer que o sentido de competência pessoal é a chave para a compreensão da atitude política.

O fórum Dlis de Paraty e a cultura política

Através de meu estudo empírico, pude verificar que a dificuldade em se obter uma participação sistemática por parte da população local se deve a dois fatores: de um lado, há determinados segmentos sociais que não se sentem capazes de tomar decisões políticas; de outro, determinados setores não acreditam na obtenção de resultados virtuosos a partir do engajamento em fóruns de debate. Estão assim presentes os dois componentes da cultura política, tal como tratada por Almond e Verba: a percepção do papel do eu na política e do sistema político como um todo. A cultura política aparece, no entanto, entrecortada pela questão social e econômica, gerando subculturas políticas distintas.

O fórum Dlis de Paraty vem se deparando com inúmeras dificuldades para alcançar o objetivo para o qual foi criado: elaborar e implantar junto ao governo local políticas públicas que melhorem o bem-estar da população, ao mesmo tempo em que promova o desenvolvimento sustentável do município. Isso se deve, entre outras coisas, ao pouco engajamento por parte de alguns segmentos às ações do fórum, resultando em um número reduzido de pessoas que realmente se comprometem com as atividades delineadas.

Os dados empíricos colhidos vêm fortalecer a idéia de que a posição sócio-econômica dos atores influencia, em parte, o comportamento político, pois os mais instruídos tendem a aderir mais facilmente ao processo participativo, ao passo que os mais pobres e com pouca instrução geralmente sentem-se inseguros para aderir a debates políticos. Percebe-se que, de acordo com a posição no sistema de estratificação, os indivíduos têm pouco ou muito acesso à informação, sobretudo em relação ao sistema político, o que pode fortalecer ou inibir a prática política. Em sociedades hierarquizadas, a distribuição dos conhecimentos ou da informação é extremamente desigual, contribuindo para atitudes e comportamentos diferenciados.

No caso da cidade de Paraty, a desigualdade sócio-econômica é intensa, sendo expressa inclusive na distribuição do espaço geográfico como em muitos municípios brasileiros. Os

segmentos mais pobres e com pouca instrução tendem a residir em locais distantes, como as ilhas e os distritos rurais, ao passo que os mais instruídos e com maior nível econômico residem no centro da cidade. Este fato incide totalmente sobre o grau de participação dos segmentos mais pobres nas reuniões do fórum Dlis, pois estas geralmente são realizadas no centro da cidade, com exceção de uns poucos encontros que foram realizados em ilhas, visando justamente atrair um número maior de participantes.

Em diversas reuniões do fórum Dlis nas quais estive presente, percebia-se nitidamente o comportamento diferenciado pois, mesmo quando os segmentos mais pobres e menos instruídos estavam presentes, sua participação limitava-se a ouvir, ficando as decisões e os argumentos nas mãos dos mais instruídos que geralmente ficavam à frente das atividades. Esta situação era freqüente, mesmo quando as reuniões eram direcionadas para a discussão da atividade econômica da qual estes segmentos faziam parte. Por exemplo, estive presente em uma reunião do fórum onde participavam membros do Sebrae, do governo e alguns pescadores. O objetivo da reunião era discutir com os pescadores os direitos que possuem como, por exemplo, o salário-defeso em épocas de proibição da pesca. Muitos pescadores de Paraty não possuem sequer os documentos necessários para a obtenção do benefício de modo que os representantes do fórum se reuniram para mostrar aos pescadores as iniciativas que devem ser tomadas para se obter o benefício. Ao se discutir os direitos dos pescadores, os problemas com a pesca no município acabaram se tornando o tema central da reunião, chegando-se à conclusão de que os pescadores deviam se preparar e se organizar para o desenvolvimento de atividades alternativas à pesca como, por exemplo, a maricultura.

Dentre as propostas que surgiram, incluía-se a implantação de um Conselho Municipal da Pesca, cujo objetivo seria melhorar a interlocução entre os pescadores e o governo municipal. No entanto, houve uma grande dificuldade em distribuir as tarefas para pôr em prática a formação do Conselho devido à ausência de iniciativas por parte dos pescadores, recaindo a tarefa ao representante costumaz da classe. Nesse momento, este representante, sob cujos ombros sempre recaía as atividades de liderança, chamou a atenção para a necessidade do surgimento de novos líderes ou de pessoas dispostas a tomar a frente nas ações, alertando, ele próprio, para as dificuldades de se alcançar resultados virtuosos com um nível de adesão fraco.

Nota-se então os diferentes níveis de cultura política entre os habitantes do município de Paraty, advindos da posição desigual no sistema de estratificação social. Os mais atuantes, além de serem mais instruídos, não são nascidos em Paraty, apenas escolheram a cidade para residir e trabalhar. A população “nativa” do local é formada por grandes contingentes de pobres, semi-analfabetos e com uma vivência específica no que se refere à prática democrática, consubstanciando-se em um problema para a experiência participativa em questão, pois a mobilização da população local para a participação nas reuniões, nos debates e nas ações delineadas torna-se algo difícil. (Cruz, 2005)

Os segmentos que vêm de fora geralmente tornam-se líderes de organizações e de iniciativas sociais como as do fórum Dlis em oposição à apatia da população local, gerando uma dinâmica participativa pouco coesa devido à diferenciação social dos participantes. Isso mostra que quanto maior o nível educacional, maior a chance de um indivíduo adquirir um posicionamento crítico com relação ao governo e à sociedade. O depoimento de uma empresária local ilustra a dificuldade de se consolidar uma participação sistemática por parte da população local.

“Existe um grupo de atuação porque a participação da comunidade de uma forma geral é menor, são basicamente as mesmas pessoas que você encontra, mas não é que elas queiram tomar conta, elas têm uma vontade enorme de delegar tarefas para quem estiver participando, mas é difícil, as pessoas gostam de dar palpite, de reclamar, mas tomar uma atitude, as pessoas recuam.”

A diferença social entre os participantes tende a se tornar um agente inibidor da participação dos mais pobres e menos instruídos. O depoimento de um integrante do fórum Dlis reforça esta visão.

“[...] muitas associações de moradores participam, mas é uma colocação de um nível mais elevado, e vários presidentes de associações têm dificuldade até de escrever, então vêm pouco, têm vergonha, não é a praia deles.”

Podemos afirmar então que a desigualdade social e econômica gera subculturas distintas, ou seja, formas de se perceber o papel do eu no sistema político diferenciadas, dificultando a

concentração de esforços necessária para exercer um poder de pressão maior visando à obtenção de determinados resultados.

Os organizadores do fórum, mais especificamente os integrantes do Sebrae local e de algumas organizações locais, procuram amenizar o distanciamento de determinados segmentos, através de estratégias de mobilização, visando atrair o maior número possível de participantes às reuniões. Promove-se então uma intensa divulgação em todo o município, por meio da rádio comunitária e de convites enviados diretamente às entidades e às instituições do governo local. O incentivo ao envolvimento de todos os segmentos sociais é feito através da organização de mesas de debate com o intuito de fornecer o máximo de informação possível aos presentes nas reuniões. Esta seria uma espécie de estratégia para atrair maior número de participantes, pois a falta de conhecimento sobre os temas em debate tende a ser um desestímulo à participação, sobretudo dos mais leigos. E a transmissão de conhecimento se dá em dois níveis: passa-se o saber técnico acerca do assunto em questão como forma de facilitar a definição das ações a serem empreendidas na solução dos problemas; e transmite-se a situação real do município no que se refere ao tema em debate, com a presença de um representante da prefeitura, responsável pela área tratada. Assim, os participantes ficam conhecendo a realidade do município e os principais problemas que precisam ser sanados.

Um exemplo ilustrativo desse processo de transmissão de conhecimento foi uma reunião realizada pelo fórum para discutir o saneamento básico do município, com a presença de técnicos de entidades públicas e privadas e técnicos ligados à prefeitura. Montou-se uma mesa de debate, cujos integrantes eram os seguintes: o secretário municipal de planejamento, que discorreu sobre os planos e ações da prefeitura no que se refere ao saneamento; um representante da Cedae, que falou sobre os estudos da entidade sobre a situação da água e do esgoto do município, propondo, ao final, um novo estudo sobre a dimensão do trabalho que precisaria ser feito em termos de saneamento; o representante de Paraty no Ministério das Cidades, que discursou sobre a possibilidade de angariar recursos junto ao governo federal; o engenheiro ligado à secretaria municipal de obras, que falou sobre a necessidade de se encontrar soluções para a questão do esgoto compatíveis com as características geográficas do município; e o representante de uma empresa privada, localizada em Lorena/SP, especializada na medição da qualidade da água. Nesta reunião, foram socializados os diagnósticos e estudos realizados sobre o tema debatido, com o

claro intuito de multiplicar o conhecimento da temática, para facilitar o debate e a busca de soluções concretas visando à melhoria do sistema de água e esgoto do município.

Este tipo de estratégia cumpre, de fato, uma missão, contudo, não garante a participação dos segmentos menos ativos politicamente, uma vez que este tipo de estratégia pode atrair inicialmente um maior número de presentes à reunião, não significando porém um real compromisso com as ações que irão ser desenvolvidas posteriormente. Pois, há determinados segmentos que mantêm um afastamento das questões políticas por não se sentirem capazes de participar ativamente do processo político, na linha do que afirmam Rosenstone (*op cit*) e Almond e Verba. (*op cit*)

A dificuldade em se obter uma adesão sistemática por parte da população paratiense relaciona-se, não somente com o sentimento de ineficácia política vivenciado por alguns segmentos, mas também com a descrença nos resultados advindos de uma ação organizada da sociedade no sentido do alcance da divisão do poder com o governo. Trata-se então de um outro componente da cultura política, ligado à percepção dos indivíduos acerca do sistema político. A forma como os indivíduos percebem a interação entre a sociedade e o governo depende de dois fatores: da posição do governo frente à inserção da sociedade no processo político, no presente; e das formas históricas assumidas pela relação entre governo e sociedade.

Em minha pesquisa, pude notar claramente este tipo de percepção por parte de alguns grupos sociais, especialmente entre indivíduos possuidores de uma visão crítica acerca do processo político. Estes, influenciados por experiências participativas anteriores cujos resultados não foram muito positivos, não crêem que a organização da sociedade em torno de um fórum irá trazer resultados benéficos para a população. Isso porque o governo local já esteve em uma posição anterior de firmar compromissos com a sociedade para a implantação de determinadas políticas públicas o que, na realidade, não se concretizou devido à tendência por parte do Executivo municipal de centralizar as decisões e as ações.

Há também a crença de que existem especialistas capazes de elaborar um plano de ação tendo em vista a melhoria da situação do município em um determinado setor sem que para isso se precise discutir com a comunidade. Abaixo segue o depoimento de um engenheiro que diz ter se sentido dispensável no fórum.

“[...] é uma redescoberta da roda a todo o momento, eu participei da questão do lixo desde o início e depois de um ano de reuniões e de debates, as pessoas envolvidas chegaram à conclusão que deveria ser feito um projeto de engenharia para licenciamento do aterro do lixo, é muito energia para um resultado que a gente (os engenheiros) já conheceria de antemão[...] o que o fórum fez foi entregar um projeto dizendo que precisava fazer um licenciamento ambiental, precisava encontrar um aterro, fazer esse tipo de engenharia, foi a grande conclusão do fórum. Eu me senti desnecessário numa reunião dessa.”

Podemos afirmar então que a não adesão ao processo participativo por parte da população acaba por dificultar a mudança nos padrões de relação entre sociedade e governo. A autopercepção do indivíduo como um ator político competente subjetivamente ou a crença nos resultados da participação contribuem para um processo participativo mais consistente, moldando o comportamento político das elites.

A relação entre cultura política e aperfeiçoamento da democracia torna-se complexa a partir do momento em que há, no interior da sociedade, uma variedade de culturas políticas distintas que disputam entre si a hegemonia política. Este fato parece estar bem presente na sociedade brasileira, pois sua estrutura organizacional é marcada por práticas autoritárias e centralizadoras que teimam em persistir apesar dos avanços no processo de consolidação da democracia brasileira.

No município de Paraty, as práticas centralizadoras por parte das administrações locais têm exercido um forte impacto sobre a forma como os atores locais percebem o sistema político. Historicamente, os Prefeitos da cidade não têm dado muita atenção às reivindicações e demandas sociais de modo que a população acaba por perceber o sistema político como fechado, desestimulando o engajamento participativo. Este fato acaba reforçando o sentimento de ineficácia política por parte dos cidadãos paratienses que, além de se sentirem incapazes de influenciar as decisões e ações do governo, tendem a se sentirem inaptos para participar de decisões políticas. Como resultado, a frequência às reuniões do fórum Dlis é bastante baixa, sendo as ações praticamente comandadas e decididas pelos mais atuantes, geralmente os mais instruídos e com um histórico de atuação política bastante intenso.

Concluindo, devemos estar atentos ao papel que a estrutura do governo e o sistema político permitem ao indivíduo desempenhar, o que será expresso pelo tipo de relação estabelecida entre população e governo local. E, é necessário ter em mente que o exercício de influência política por

parte dos cidadãos comuns depende, não apenas do sistema governamental, mas também de certas características sociais e de determinadas atitudes por parte dos indivíduos que precisam ser aprendidas ou aperfeiçoadas.

Referências Bibliográficas

ALMOND, G. e VERBA, S. *The Civic Culture*. Boston e Toronto: Little, Brown and Company, 1965.

CRUZ, G. dos R. *Gestão Integrada e Democratização da Sociedade. O Fórum de Desenvolvimento Local de Paraty/RJ*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, IUPERJ, 2005.

ROSENSTONE, Steven J. and HANSEN, John Mark. *Mobilization, Participation, and Democracy in America*, New York: Macmillan Publishing Company, 1993.

O RACISMO E A INTOLERÂNCIA NA PROPOSTA SOCIAL E POLÍTICA DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

Natalia dos Reis Cruz*

Resumo

O presente trabalho analisa a Ação Integralista Brasileira (AIB), no que diz respeito ao racismo e à intolerância, aspectos presentes na ideologia política do movimento. Será levado em conta o seu posicionamento em relação ao debate sobre a questão racial travado pelos principais teóricos da década de 30, época em que o problema das raças era uma das preocupações centrais daqueles que pensavam o futuro do Brasil enquanto nação. Abordo como o racismo integralista é construído, os princípios que defende, a relação destes princípios com o projeto de nação em perspectiva e os fatores que condicionam a construção deste racismo específico.

Palavras-Chave: Racismo, Integralismo, Nacionalismo

Abstract

This paper analyses the Brazilian Integralist Action, approaching the racism and the intolerance, which are presents in integralist political ideology. It will be taken account its point of view concerning the racial question debate made by the main theorists of the period, when the races problem was one of the central preoccupation of those who think about the future of Brazil as nation. In this way, I approach the way how the integralist racism is elaborated, the principles that it intends, the relation between these principles and the nation project and the factors that conditioners the elaboration of this singular racism.

Key-Words: Racism, Integralism, Nationalism

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um dos fenômenos mais significativos da extrema-direita no Brasil, pois conseguiu formar o primeiro partido de massas brasileiro, sendo o resultado do fortalecimento dos ideais autoritários nos anos 30. A sua importância ultrapassa o cenário brasileiro, visto que a sua relação com o nazi-fascismo

européu demonstra que a AIB fez parte de um espectro político marcado pelo nacionalismo exacerbado, o autoritarismo, a intolerância e o racismo no mundo do entre-guerras.

O integralismo não foi apenas um apêndice do nazi-fascismo, e sim um movimento autônomo, surgido das circunstâncias históricas, sociais e políticas da sociedade brasileira da época. A grande fonte de conflitos entre as duas ideologias era a questão racial, já que tinham formas completamente distintas de operacionalizar o racismo em suas doutrinas, o que resultava também em diferenças na forma de relacionar o racismo à construção da identidade nacional.

No Brasil dos anos 30, a grande preocupação das elites era o futuro do país enquanto nação e o integralismo foi uma das tentativas de pensar a nação brasileira, propondo um projeto de reconstrução nacional. Para isso, o movimento não poderia prescindir de uma importante discussão do período: a questão racial.

Na doutrina integralista, a proposta de reconstrução nacional passa pela resolução do problema das raças e o integralismo compartilhava da tese defendida pelos principais teóricos racistas do período, que viam a miscigenação racial como a grande tábua de salvação da nação. O caldeamento étnico brasileiro foi, portanto, um importante elemento presente nas idéias das lideranças integralistas sobre o futuro nacional, que se revelavam defensoras da proposta de branqueamento da população.

Entretanto, a forma como o integralismo constrói o seu discurso sobre o problema racial revela uma especificidade do movimento em relação aos demais pensadores do período. Tais pensadores inseriam as suas propostas em uma perspectiva “cientificista” e “racional”, identificando-se com a visão européia de que o problema racial deve ser pensado do ponto de vista estritamente científico. Assim, definir determinadas raças como inferiores e outras como superiores seria o resultado da análise dos genes e de suas influências sobre o comportamento humano e de grupos.

O integralismo, porém, retirou a discussão sobre a questão racial do campo das ciências e da razão, e a transportou para o campo da moral e dos valores, dando-lhe um aspecto humanista. Essa operação ideológica possibilitou ao movimento combinar a defesa de princípios racistas e excludentes com a negação do racismo enquanto parte integrante de seu ideário. A negação do racismo foi, inclusive, utilizada como marco divisório entre o integralismo e o nazismo alemão, possibilitando às lideranças integralistas a elaboração de um discurso crítico ao nazismo e ao seu “imperialismo racista”.

O integralismo, por rejeitar qualquer forma de luta que pudesse dividir a nação, opunha-se também às divisões étnico-raciais, afirmando, em nome da irmandade cristã,

a importância da harmonia entre os brasileiros de todas as raças e classes sociais. O caldeamento étnico existente no Brasil é visto nesta perspectiva. Assim, a defesa do branqueamento da população por meio da mistura étnica ganha a aparência de uma simples defesa da comunhão e solidariedade cristã; e a intolerância para com grupos étnicos que queiram manter a sua cultura e identidade próprias é mascarada pela idéia de união, contrapondo-se a qualquer particularismo étnico e/ou cultural.

No pensamento integralista, o processo de miscigenação racial é concebido como resultado da história e da “alma” do povo brasileiro. No que diz respeito à história, o evento que teria marcado o início da fusão racial no Brasil foi o “encontro” entre o índio Tupi e o branco colonizador. Desse cruzamento teria nascido o “homem brasileiro específico”, nas palavras de Salgado, revelando o que ele chama de “verdade da raça”, ou seja, “*só há um denominador comum étnico, o índio.*”(Salgado, 1932:383)

Para Salgado, o índio “*influiu de certa forma na fixação do ariano e marcou a denominação geográfica do continente como um sinal indelével de presença. É o que podemos chamar o ‘meio étnico’. A força da terra.*”(Idem:383). Nesse ‘meio étnico’, habitam todas as outras raças em absoluta igualdade de posições, “*como afirmação de uma larga política acolhedora do estrangeiro que aqui se aclima*”, ocorrendo então “*a grande fusão como até hoje tem sido feita.*”(Ibidem:387)

Nos trechos citados acima, vislumbra-se uma concepção bastante positiva do “encontro” entre os índios e o branco colonizador e uma desconsideração para com o caráter trágico do contato entre os colonizadores e as populações indígenas do território brasileiro, que foram em grande parte dizimadas ou submetidas aos interesses econômicos metropolitanos. Salgado constrói uma visão idílica das relações entre índios e brancos europeus, utilizando a miscigenação como meio de argumentação. Dessa forma, o predomínio do branco sobre o indígena é apagado por duas suposições: a da existência de uma igualdade entre todas as raças residentes no Brasil; e a de o branco, enquanto estrangeiro, ter sido “bem acolhido”, pois o indígena teria aceitado se misturar com eles, dando origem ao processo de fusão étnica.

A raça em formação no Brasil seria então resultado do “*violento individualismo latino, que se cruzou com o instinto de uma raça antropófaga, exacerbando-se geograficamente, nessas distâncias do sertão onde a luta bravia do homem contra a natureza hostil incutiu-lhe a consciência de um aquilatado orgulho e uma rebelde personalidade.*”(Idem:385)

O indígena é visto como o representante da “alma” nacional, por ter aceitado se submeter à fusão “harmoniosa” com os brancos, contribuindo para a geração de uma nova raça no futuro. O integralismo elabora uma imagem do índio que corrobora o processo de branqueamento, e esta imagem é apresentada, inclusive, nas publicações do movimento destinadas ao público infantil.(Ra-ta-plan, 1941) A valorização do indígena está intimamente ligada à sua “disposição” de se misturar racialmente com os brancos, de conviver pacificamente com a presença do branco colonizador, lutando, inclusive, ao seu lado.

Para o integralismo, a submissão do indígena aos interesses do branco colonizador, lutando ao seu lado pelas causas metropolitanas e deixando-se aculturar, é um fato positivo de nossa história. A defesa da supremacia branca fica clara na descrição do processo de aculturação sofrido por Araribóia, simbolizado pela aceitação dos valores brancos - que o leva a lutar pelos interesses metropolitanos -, pelo batismo católico – concebido como um “bem”, uma “recompensa” – e pela troca de nome.

No que diz respeito à cristianização dos indígenas, a supremacia branca é defendida por meio das antíteses “selvagem” e “civilização”. O índio estaria submetido às trevas da selva, e o branco o trouxe à luz da civilização, através do batismo cristão levado a cabo pelos jesuítas.(Palha, 1937) O valor do índio é, portanto, diretamente proporcional à sua capacidade de se deixar aculturar pelo branco colonizador, de se deixar misturar ao sangue do branco europeu, desaparecendo como raça e cultura à parte, mas legando à raça em formação – ou seja, em vias de embranquecimento – as qualidades que formam o caráter da “alma” nacional, baseadas na harmonia e na solidariedade, que levam à constante fusão racial e cultural. Assim, o integralismo elabora o mito do Tupi, que vai fundamentar toda a sua defesa do caldeamento étnico e cultural.

O mito Tupi ancora-se na imagem do tupi como possuidor de um caráter étnico redutor e integrador, tornando-se indispensável na formação da “raça harmoniosa do futuro”.(Teles, 1972:233-234) Salgado chegou a explicar a unidade política do Brasil, a despeito da autonomia dos Estados, fazendo referência ao mito tupi. (Salgado, 1926:16)

O símbolo do processo de branqueamento seria o caboclo. A fusão das etnias levaria à formação de uma nova raça, síntese de todas as raças. O elemento tupi, enquanto “naturalmente” dotado da capacidade de se fundir com o branco, devido à sua alma cordial e benevolente, desapareceu enquanto raça, mas deixou a benevolência e a cordialidade na alma e na subjetividade das demais raças que se misturaram ao sangue tupi. Assim, a história aparece como fator explicativo da tradição brasileira de amálgama racial: o evento histórico do “encontro” entre o branco e o indígena teria propiciado a consolidação de uma “alma” e de

uma “subjetividade” nacionais tendentes à harmonização e à solidariedade entre os diversos grupos sociais, sendo a miscigenação racial entendida como parte desse processo.

O negro é valorizado seguindo-se o mesmo ponto de vista. Por sua capacidade de integração à sociedade, por seu trabalho e por sua participação em feitos importantes, lutando ao lado de brancos e índios. Conforme Salgado, “*Em relação ao negro, (...) é contemplar o vulto grandioso de Henrique Dias, para que vejamos o valor do africano, trabalhador humilde na paz, soldado valente na guerra.*” (Salgado, op. cit:96) Neste trecho, Salgado refere-se à famosa Batalha de Guararapes, quando representantes das três raças – branca, negra e indígena – lutaram juntos contra a invasão holandesa. (Idem:128)

No entanto, a raça branca – representada pelos colonizadores portugueses – é extremamente exaltada pelo integralismo. O branco colonizador teria demonstrado profunda habilidade e capacidade de fomentar uma unidade de sentimentos, fazendo com que a integração cultural, cimentada pelo cristianismo, predominasse, a despeito da ampla variedade de povos que convivem em território brasileiro. (Ibidem:93)

Gustavo Barroso também dedicou parte de seu pensamento às contribuições do branco colonizador, que é descrito de forma bastante benevolente, acentuando-se o seu papel “civilizador” e “cristianizador” em relação aos “selvagens”. (Barroso, 1933:55-56)

Por isso, o integralismo fundamenta a defesa da miscigenação na história, argumentando que a mistura racial deve prosseguir, por estar de acordo com a “subjetividade” do povo brasileiro. Aos olhos dos integralistas, esta “alma” nacional ganha também um aspecto moral e ético, visto que é condizente com os valores cristãos de solidariedade, irmandade e comunhão.

Entretanto, por trás da aparência ética e moral, encontra-se uma clara proposta de supremacia da raça e da cultura branca que, através do caldeamento étnico e racial, tende a “eliminar” as demais raças. Trata-se de um projeto político de nação, calcado na idéia de que a síntese racial é essencial para o desenvolvimento nacional, por permitir o branqueamento, mas cujo conteúdo racista é ocultado sob o véu da história, da moral e da ética cristã.

O projeto integralista de nação pode ser, então, resumido da seguinte forma: o seu objetivo é a construção e formação de uma homogeneidade étnica e cultural; o meio de se alcançar tal objetivo é a miscigenação racial ou caldeamento étnico e cultural; o resultado almejado é o predomínio da raça e cultura branca. Este projeto é justificado por sua pretensa autenticidade, supondo-se que a miscigenação está ligada às tradições históricas, culturais e

religiosas da nação, ou seja, está atrelada à “alma” e à “subjetividade” nacionais, moldadas desde o processo histórico da colonização.

Para os integralistas, o futuro do Brasil estava estreitamente vinculado ao resgate da “alma” nacional e à recuperação da identidade do país enquanto nação. Entendo por nação a expressão da existência de laços que unem os indivíduos de um determinado grupo e que conferem a eles uma identidade comum. A nação expressa uma entidade que está acima dos indivíduos que a formam; expressa a idéia de comunidade, no sentido de compartilhamento de determinados elementos, sejam eles a língua, os valores, os costumes, a raça ou o passado comum.

Considero a definição conceitual de nação dada por Anderson (1989:14) bastante útil para a compreensão do projeto integralista: é uma comunidade política imaginada como implicitamente limitada e soberana. A nação é imaginada porque os membros que a compõem imaginam que estão em comunhão, embora não se conheçam, não se encontrem e nem ouçam falar um do outro.

A expressão “comunidade imaginada” supõe que a comunidade almejada só existe ao nível das idéias, ou seja, os elementos concretos que a formam não se fazem presentes na realidade do grupo considerado enquanto uma nação. Nesse sentido, a nação passa a ser expressão de uma idéia que se quer tornar realidade, ela passa a ser um projeto.

Cabe, então, a questão colocada por Gellner (1983:99-100), que vê a nação como um artefato político levado a cabo pelo Estado nacional, em um contexto histórico marcado pela industrialização da sociedade. Nesse contexto, ganha importância a idéia de uma cultura comum dependente da instrução, na qual o Estado tem um papel fundamental: o de garantir a unidade cultural/lingüística por meio do sistema educacional; e o de proteger, sustentar e apreciar os seus aparelhos educacional e cultural, responsáveis pela produção de membros dignos e leais para com a sociedade total, cujas ocupações nessa sociedade não sejam prejudicadas por lealdades para com subgrupos dentro da comunidade global.

A nação seria, então, uma comunidade, em parte, produzida e sustentada pelos Estados nacionais, por meio da padronização cultural e lingüística de seus membros, fazendo com que grupos estrangeiros, cultural e etnicamente distintos, sejam marginalizados, constituindo-se em uma “falha de comunicação”, que pode ser resolvida pela assimilação ao grupo dominante.

No caso dos integralistas, a nação que eles defendem é um projeto de nação, projeto este que possui contornos ideológicos e políticos bastante definidos. A realidade brasileira contrapõe-se ao ideal de comunidade defendido pelo movimento. Na visão dos neo-

integralistas, a sociedade brasileira é fragmentada do ponto de vista econômico, político e social; encontra-se dividida em diversos interesses particulares, estimulados pela “chaga” do liberalismo individualista; é uma sociedade heterogênea, cultural e racialmente; é uma sociedade conflituosa, na qual as classes lutam entre si na defesa de seus interesses.

Qual a proposta integralista? Qual é o projeto de nação do movimento? Quais são os elementos que compõem o seu ideal de nação? Como deve ser a “comunidade imaginada” integralista?

O conceito de nação, nos discursos do movimento, exprime a idéia de uma sociedade sem conflitos; de um Estado forte para mediá-los, através do ideal da colaboração entre as classes e da representação corporativa dos grupos profissionais dentro do Estado; de uma sociedade homogênea, do ponto de vista cultural e racial.

Este último ponto, a homogeneidade cultural e racial, revela-se nos discursos contrários à manutenção das identidades culturais de comunidades de imigrantes, no Brasil, dentre elas, os judeus; na defesa da nacionalização desses grupos; no ideal do amálgama racial, ou seja, da miscigenação com conotações racistas, já que tem o firme propósito de branquear a população brasileira e formar uma raça única: a raça branca.

Dessa forma, a “comunidade imaginada” pelos integralistas não existe, na realidade, mas fazia parte do projeto do referido movimento que pretendia se tornar governo, nos anos 30. O controle da máquina estatal possibilitaria ao integralismo construir a nação idealizada, sendo um dos passos principais a homogeneização racial e cultural da população brasileira levada a cabo pelo Estado.

A nação pensada como homogênea racial e/ou culturalmente faz parte do imaginário do nacionalismo. O nacionalismo é, segundo Gellner (idem:11), um princípio político que defende a correspondência entre unidade nacional e unidade política. O princípio nacionalista está presente nos discursos integralistas e engloba as críticas que eram feitas aos elementos não-assimilados à cultura nacional e a defesa da homogeneidade étnica e cultural do povo brasileiro, por meio do amálgama racial.

A construção do discurso integralista sobre a questão racial é condicionada por dois elementos. Em primeiro lugar, são os valores cristãos – tolerância e amor ao próximo –, que restringem a adoção de um discurso racista radical, fazendo com que o discurso seja moldado por uma suposta “união” entre as raças, por meio da teoria da miscigenação, que assim acaba servindo para encobrir o racismo. A idéia de “união” de raças ou amálgama racial é bem mais condizente com um movimento que se diz cristão do que a idéia de segregação ou expulsão das raças consideradas “inferiores”

No entanto, é importante enfatizar que o compartilhamento de valores cristãos não impede a existência da segregação e da intolerância explícita em uma dada sociedade. Portanto, este fator não pode ser visto isoladamente do segundo fator: a existência de uma sociedade multiracial e miscigenada. Como se trata de um movimento racista em uma sociedade onde a miscigenação racial faz parte da cultura nacional, os valores cristãos são utilizados para dar uma aparência de “bondade” e “boa intenção” a uma ideologia que defende o racismo, mas cujo caráter racista é inadequado a uma sociedade miscigenada.

Pode-se dizer, então, que o primeiro elemento – os valores cristãos – é um condicionante imaginário, na medida em que faz parte do instrumental ideológico do movimento na construção de uma imagem que oculta o seu verdadeiro caráter. O culto ao cristianismo não era o empecilho real ao discurso racista clássico, e sim um meio de legitimar as idéias do movimento. O segundo elemento – a existência de uma sociedade miscigenada – seria o condicionante real, aquele que realmente impede a adoção de um discurso racista nos moldes tradicionais.

O primeiro elemento legitima um discurso, cujas limitações encontram-se, de fato, nas características do povo brasileiro. Afinal, como fundamentar uma identidade nacional com base na raça, se a nação brasileira é composta de várias raças distintas? A identificação explícita entre a identidade nacional e a raça branca passa a ser um projeto para o futuro, quando o processo de branqueamento tenha eliminado as raças “inferiores” e indesejadas.

A especificidade do racismo integralista traz à tona aspectos modernos e tradicionais. O integralismo pertence à modernidade, pois a idéia de planejamento social, como forma de construção da nação. Segundo Bauman (1998:87-88), o racismo destaca-se por um costume que combina estratégias de arquitetura e jardinagem com a da medicina a serviço da construção de uma ordem social artificial, pelo corte de elementos da realidade presente que nem se adequam à realidade perfeita visada nem podem ser mudados para que se adequem.

Na ideologia integralista, o planejamento social está presente na defesa da seleção das raças aptas a participar do caldeamento racial e da miscigenação como forma de eliminar as raças “inferiores” e sua “influência negativa” sobre o caráter da nação que se quer construir.

O aspecto tradicional é representado pela cultura dos valores religiosos – o cristianismo -, que pauta todo o discurso racista e também o discurso referente às relações sociais entre as classes e entre a sociedade e o Estado. A modernidade tem como uma de suas

características a libertação do homem frente a uma suposta ordenação divina do mundo e da sociedade. O homem passa a ser o senhor de seu destino e de sua história. Os integralistas, ao contrário, enfatizavam que a ação humana deve ser limitada pelos valores cristãos, construindo, portanto, um discurso tradicional que é usado como marco diferencial entre o integralismo e o nazismo.

A mescla do tradicional e do moderno torna o discurso racista do movimento integralista específico não só em relação às elites do período que pensavam a questão racial no Brasil, mas também em relação ao racismo nazista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“A Lenda de São Sepé”. *Revista Ra-Ta-Plan*, Ano III, n. 48, 15 de junho de 1941.

ANDERSON, B. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

BARROSO, Gustavo. *O Integralismo em Marcha*. RJ: Schmidt, 1933.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. RJ: Zahar, 1998.

GELLNER, E. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

PALHA, Américo. “Os Inimigos do Brasil”. *Província de Guanabara*, Ano I, n. 3, RJ, 19 de abril de 1937.

SALGADO, Plínio. *A Anta e o Curupira*. SP: Editorial Helius, 1926.

_____, Plínio. “Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo”. Nogueira Filho, Paulo. *A Guerra Cívica – 1932*. RJ: J. Olympio Editora, 1956.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1972.

PATRIMÔNIO E ESCOLA: HISTÓRIA, COTIDIANO E CULTURA

Sirlaine Paiva Fonseca*

RESUMO: Esta comunicação tem por objetivo apresentar um projeto desenvolvido com alunos do Ensino Fundamental em uma cooperativa educacional, no município de Viçosa-MG. O projeto, de título homônimo a esta apresentação, foi realizado no ano de 2005, no qual os alunos foram orientados a entender o patrimônio cultural como categoria de pensamento. Para desenvolver o senso de preservação da memória coletiva, e trazer à tona algumas problemáticas relacionadas ao sentimento de perda do passado, ou, melhor, o “presente contínuo”. A proposta que extrapolou a “pedra e a cal” [o quadro e o giz], conciliou os objetivos propostos para o Ensino Fundamental à responsabilidade da escola enquanto multiplicadora da produção do conhecimento e mediadora das trocas culturais. A Educação Patrimonial ampliou a noção de tempo histórico dos alunos e os fez sentir como sujeitos históricos.

ABSTRACT: This lecture intends to present a project developed with pupils of Elementary school in an educational cooperative, in the city of Viçosa-MG. The project, also called "PATRIMONY AND SCHOOL: HISTORY, QUOTIDIAN AND CULTURE", was developed during 2005, and the students were guided to understand the cultural patrimony as category of thought. In order to develop the sense of preservation among collective memory, and to surface some problematic ones related to the feeling of loss of the past, or, the "continuous present".

The proposal that surpassed the "rock and the whitewash" [the blackboard and the chalk], conciliated the objectives considered for the Elementary School to the responsibility of the school as a place that multiplies the knowledge production and mediates the cultural exchanges. The Patrimonial Education extended the notion of historical time among the students and it made them feel as historical subjects."

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio, escola, cultura.

KEYWORDS:patrimony, school, culture.

Esta comunicação tem por objetivo apresentar um projeto desenvolvido com alunos do Ensino Fundamental em uma cooperativa educacional, no município de Viçosa-MG. O projeto, de título homônimo a esta apresentação, foi realizado no ano de 2005, no qual os alunos foram orientados a entender o patrimônio cultural como categoria de pensamento. A historiografia que trata sobre a Educação Patrimonial geralmente trabalha com o tema de maneira a pretender instituí-lo nos currículos como disciplina independente, ou então como meio de estudos de história local.

José Ricardo Oriá Fernandes definiu a Educação Patrimonial como:

*Universidade Federal de Goiás - UFG

Licenciatura e Bacharelado em História/UFV, Aluna da Especialização em História Cultural/UFV. Professora da rede particular de ensino. sirlainefonseca@yahoo.com.br.

Educação voltada para questões referentes ao patrimônio cultural, que compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar nos educandos e na sociedade o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema. (FERNANDES, 2002:142).

A partir desta definição, o autor então analisou como a questão do patrimônio histórico está presente no processo ensino-aprendizagem. O enfoque do autor foi direcionado para discutir se as formas de inserção da Educação Patrimonial existentes objetivavam estimular nos alunos o senso de preservação da memória coletiva. Segundo o autor, esta questão está relacionada com a idéia de cidadania e identidade nacional (FERNANDES, 2002:130). Fato este que induziu, principalmente, a legislação referente à conservação do patrimônio para os bens arquitetônicos, ligados à administração oficial (prédios e palácios do governo, monumentos, etc.).

Nos últimos 30, 40 anos houve uma modificação visivelmente benéfica na condução das políticas públicas para a conservação do patrimônio. Ricardo Oriá defendeu que os anos 70 e 80 do século passado foram marcados pelo aparecimento de movimentos sociais populares, os quais reivindicavam direito ao exercício da cidadania e maior participação política. Além disso, esses grupos atuavam de modo a construir suas identidades enquanto se afirmavam no cenário nacional. Para tanto, o resgate da memória foi um dos dispositivos mais utilizados. (FERNANDES, 2002:129). O fenômeno popular daqueles tempos fez emergir sociedades organizadas, e até mesmo uma nova roupagem na legislação, que atuaram na questão do patrimônio, enfocando a importância do resgate da memória do homem comum, da memória coletiva não restrita aos feitos oficiais ou político-administrativos.

Neste quadro de transformação do olhar sobre o patrimônio cultural, a escola pode ser considerada como *locus* para o desenvolvimento da conscientização necessária para se entender o patrimônio cultural como elemento social e historicamente construído, quase sempre, coletivamente. As definições apresentadas por aquele autor estão de acordo com nossa proposta, porém, a inserção da Educação Patrimonial no currículo escolar, especificamente, na disciplina história, deve ser precedida e acompanhada por um processo de análise da proposta pedagógica da escola, das condições que a escola oferece para o desenvolvimento de propostas que extrapolam a “pedra e a cal” [aqui entendidos como o quadro e o giz], assim como de um conhecimento da história local, que permita possíveis associações comparativas e trabalhos de campo.

As formas visualizadas para essa inserção compreendem duas possibilidades: estudo da história local ou estudo de temas relacionados ao patrimônio cultural diluído na forma como o conteúdo da disciplina está organizado. Em outras palavras: a Educação Patrimonial como disciplina autônoma ou a Educação Patrimonial no estudo da História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea; História da América e do Brasil (colônia, império e república)? Estas questões denunciam uma outra: como o ensino de história deve ser tratado: temas ou o velho esquema quatripartido?

Estas questões foram cruciais para a fase de formulação da proposta e também para a condução da mesma. Assim, é válido ressaltar que o projeto **Patrimônio e Escola: História, Cotidiano e Cultura** esteve estritamente ligada à estrutura do ensino de história na escola.

Bases para o projeto:

- A Escola:

Situada na região central do município de Viçosa-MG, a COEDUCON – cooperativa educacional – é um estabelecimento de ensino que pode ser caracterizado pelo reduzido número de alunos, pelo seu quadro de profissionais e pela referência e excelência que lhes são conferidas pela comunidade. Com pouco mais de quinze anos de fundação, a escola atende aos níveis Educação Infantil, fundamental e médio. É administrada pedagógica e financeiramente por conselhos de pais, os quais deliberam sobre o andamento das atividades escolares, aprovam e elaboram projetos. Outra característica da escola é a participação dos pais no desenvolvimento escolar dos filhos. Estes têm atendimento individualizado e personalizado; desde a fase de alfabetização têm seus direitos respeitados e são orientados ao diálogo e à necessidade de ouvir e argumentar para que constantes melhorias sejam empregadas na escola. Dentre as principais ações no universo pedagógico e na integração entre comunidade e escola destaca-se o fato de ter sido a primeira instituição básica de ensino a trabalhar com a pedagogia de projetos e com a Educação Ambiental. Este é o carro-chefe da escola: coletores de lixo espalhados desde a calçada na entrada às salas de aula; material didático para constante (re)orientação da comunidade escolar; eventos para incentivar o consumo de materiais recicláveis, excursões ecológicas.

- A Proposta Pedagógica:

Com ênfase no construtivismo e na pedagogia de projetos, a COEDUCON foi concebida centrada no desenvolvimento cognitivo dos alunos. Para que estes tenham um acompanhamento mais próximo por parte da equipe pedagógica, os professores encontram-se semanalmente (todos de cada seguimento) em momentos nos quais estudam textos relacionados ao cotidiano da sala de aula, discutem projetos, estabelecem estratégias e

analisam, caso a caso, o rendimento dos alunos. As vantagens desse tipo de contato, por exemplo, é que já possibilitou em muitas ocasiões a confecção de provas específicas, por aluno.

Além disso, a questão dos projetos – principalmente no ensino de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental – permitem ao docente extrapolar as imposições e generalizações dos materiais didáticos. No caso das quatro últimas séries do ensino fundamental, há sempre um projeto específico por disciplina em desenvolvimento: matemática com jogos, geografia com trabalho de campo, etc. É importante ressaltar que, para o encaminhamento do projeto de Educação Patrimonial, foi exatamente o projeto de Educação Ambiental da escola que abriu as portas: a comunidade escolar já estava acostumada a olhar o ambiente, principalmente o natural. Cabia ampliar esta visão; fazer olhar para o ambiente da cidade, do concreto, da igreja, do intangível, da feira, do costume.

- O diagnóstico:

Na COEDUCON, assim como na maioria dos estabelecimentos de ensino, o currículo de história para as quatro últimas séries do ensino fundamental está organizado no esquema ocidental de se entender sua história: Antigüidade, Idade Média, Moderna e Contemporânea. Esta proposta impossibilita a realização de algumas atividades comparativas na medida em que a noção de tempo histórico pode gerar anacronismos quando da análise de objetos distintos ou semelhantes de temporalidades diferentes. Neste sentido, a Educação Patrimonial concebida foi a de integrar ao currículo proposto os temas, como: memória e patrimônio, órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio, formas de registro, implicações do registro e implicações do não-registro.

O Projeto:

O que se pretendeu no projeto foi, antes de tudo, trazer à tona algumas problemáticas relacionadas ao sentimento de perda do passado, ou, melhor, o “presente contínuo” indicado por Eric Hobsbawm. Além disso, como se tratava de um tema abordado no cotidiano daquela instituição com o enfoque nas questões ambientais, um dos principais objetivos consistiu em iniciar os alunos em reflexões sobre as diversidades do patrimônio. Neste sentido, o projeto foi mais uma atividade de reflexão que de ação. Prepararam-se as bases para que as especificidades culturais dos diversos locais e histórias estudadas fossem analisadas a partir de uma perspectiva cada vez mais “do outro” que somente do “eu”. A realidade da relação entre patrimônio histórico e o ensino de história nas escolas ainda é mais uma urgência do que

realidade. Esta relação está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como objetivos da disciplina História para o Ensino Fundamental.

Os PCNs também definem como objetivo para o ensino de história de 5ª a 8ª séries o desenvolvimento da compreensão, no aluno, de que ele é parte integrante de um todo e agente transformador do meio em que vive (HOBSBAWM, 1995). O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) também defende a necessidade dessa inserção. As oficinas de formação ministradas por seus membros contemplam o tema, e o material didático preparado e fornecido possui uma seção dedicada ao mesmo.¹ A discussão proposta por este material atribui à escola uma importância fundamental na multiplicação dos saberes e da conscientização cidadã relacionada à educação patrimonial:

O ensino formal de primeiro e segundo graus é momento importante para a formação de consciência cívica e cidadania. Tão importante quanto a história da Pátria e do Estado é a história local, pelo aprofundamento dos laços entre o estudante e sua terra. A proximidade entre aprendiz e contexto cria estímulos importantes a aprendizagem [...] Assim, é importante a inserção do conteúdo “Memória e Patrimônio”, inclusive da história e patrimônio locais...²

Conciliando então os objetivos propostos para o Ensino Fundamental à responsabilidade da escola enquanto multiplicadora da produção do conhecimento e muitas vezes mediadora das trocas culturais, o projeto **Patrimônio e Escola: história, cotidiano e cultura**, foi estruturado de maneira que os temas se associassem aos conteúdos ministrados na disciplina, e, a partir da estrutura organizacional da escola.

Neste sentido, foram propostos os seguintes temas:

1) 5ª série

De acordo com a proposta curricular da escola, o ensino de história para esta série consiste num estudo sobre as formas de se pensar a sociedade, as categorias de entendimento utilizadas pelo historiador, principalmente, e, além disso, um estudo sobre as antigas civilizações. O material didático adotado (ALVES, 2000: 192, v.3) abordava superficialmente a Antigüidade Oriental e de outras civilizações. O conteúdo das unidades era centrado no Egito Antigo, Grécia e Roma nos seus períodos clássicos.

Na tentativa de complementar e diversificar a compreensão sobre a denominação de “Antigas Civilizações”, pensou-se num estudo pormenorizado sobre o atual Iraque. Este país

¹ OFICINA DE CULTURA: Plano de Qualificação para o Trabalho, 2002, Viçosa. INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO AO ACERVO CULTURAL: Diretrizes Para a Proteção do Patrimônio Cultural de Minas Gerais. [s.n.t.]

² Idem. Não há indicação de página. A seção do material didático que trata desse tema é **Educação Patrimonial**, item 7 da apostila.

se encontra na extensão territorial conhecida por Mesopotâmia: local onde se desenvolveram algumas das civilizações que o livro didático em questão não aborda.

Esta região, é tema constante de debates e noticiários. Os conflitos internos e externos no chamado Oriente Médio suscitam também a compreensão das relações com o Ocidente em diversas instâncias: culturais, sociais e políticas. Além disso, a última invasão dos EUA no Iraque foi responsável pela destruição de parte do Patrimônio Histórico da Mesopotâmia. Sendo assim, foi pensada uma proposta de estudo sobre o Iraque e os impactos das guerras na preservação do patrimônio cultural. O tema escolhido foi “Arquitetura e Sociedade no Iraque”.

A turma foi subdividida em cinco grupos entre os seguintes temas: Aspectos físicos e localização geográfica; História do Iraque; Aspectos econômicos; Religião e cultura; Guerras e patrimônio.

Uma vez por semana os grupos se reuniam em sala, e preparavam material para expor em debates e ou complementar as atividades formais previamente preparadas.

2) 6ª Série

Para esta turma foi pensado o tema: “Arquitetura e Artesanato Mineiros”. Como os alunos estavam estudando, em história, o período colonial (séculos XVI – XVIII), pensou-se num estudo sobre a formação da sociedade mineira tendo em vista a importância da mineração. Para tanto, os alunos desenvolveram estudos sobre algumas das cidades chamadas históricas e, além disso, estudaram o artesanato regional.

Neste sentido, o projeto consistiu em análises sobre características culturais mineiras (arquitetônicas e artesanais) que tinham o objetivo de envolver os discentes com o conteúdo. Sendo assim, os grupos foram divididos nos seguintes temas: Patrimônio Arquitetônico: conceitos e registros; Patrimônio Cultural – Bens Móveis: Artesanato; Características da Arquitetura Mineira: cidades históricas; Patrimônio Histórico de Viçosa.

3) 7ª Série

O tema escolhido para esta turma foi “Modos de Fazer: patrimônio imaterial de Minas Gerais”. Trata-se de um campo de abordagem acerca do patrimônio histórico e cultural do Estado a partir de suas tradições folclóricas e culinárias. Os discentes entraram em contato com material sobre as tradições do Estado de Minas Gerais num todo e Viçosa em específico.

Este tema é uma continuidade do tema anterior. Apesar de estudarem o século XIX na 7ª Série, acredita-se que fazer uma abordagem sobre características intangíveis do patrimônio cultural dos mineiros exercite a capacidade de abstração dos discentes. E este foi o principal objetivo desta proposta. Os grupos de alunos e os temas subjacentes a esta proposta foram

divididos da seguinte forma: Patrimônio Cultural Imaterial: conceitos e registros; Características Culturais de Minas Gerais; Características Culinárias de Minas Gerais; Lendas e Mitos Mineiros: Festas e Representações; Características Culturais de Viçosa.

Assim como em todas as outras turmas anteriores, os alunos semanalmente leram e debateram sobre os temas acima, produziram textos e material de reflexão sobre os mesmos.

4) 8ª Série

A proposta para esta turma consistiu em trabalhar a história de maneira diferenciada. Em outras palavras, pensou-se num tema que envolvia a relação entre “história e literatura”. Além disso, desde o início do semestre foi detectado um problema acerca da produção do conhecimento na turma: o plágio revelou-se como uma atividade constante. Associando, então, o trabalho entre história e literatura (século XX) com as questões de propriedade intelectual, o tema escolhido para a 8ª Série foi “Literatura e Idéias: formas de pensar a sociedade e o respeito à propriedade intelectual”.

Os discentes entraram em contato com trechos e o conteúdo integral de obras literárias produzidas no final do século XIX, início do XX e que de uma forma ou de outra tratavam de assuntos coincidentes no currículo de história para a série. Neste sentido, o teor dos textos foi sobre a queda da monarquia, início da república e o Brasil no século XX. Machado de Assis, Lima Barreto, Oswald de Andrade, Aluísio Azevedo, Euclides da Cunha, Fernando Morais, Graciliano Ramos, dentre outros.

Além da literatura, foram apresentados textos teóricos acerca das obras as quais os alunos tiveram oportunidade de conhecer. O trabalho com os intelectuais que pensaram a sociedade brasileira a partir da literatura: esta foi outra parte do trabalho desenvolvido. Completando, ainda, foram expostas algumas considerações sobre clássicos do pensamento brasileiro, como Gilberto Freyre e Sérgio B. de Holanda. Os alunos também foram divididos em grupos, mas, nos momentos em que leram textos mais complexos coube à professora orientar e explicar passagens e contextos. Os temas foram divididos da seguinte forma: Propriedade Intelectual como Patrimônio; Literatura e História: Visões do Brasil I (literatos I); Literatura e História: Visões do Brasil II (literatos II); Literatura e História: Visões do Brasil III (intelectuais);

Os Resultados:

A turma que estudou sobre o Iraque teve mais facilidade para entender os conflitos no Oriente Médio e as guerras naquele país. Eles entraram em contato na escola com este tema ao estudarem sobre a expansão do Islã na Alta Idade Média. A maturidade com a qual souberam analisar as relações culturais entre Oriente e Ocidente e as formas como se

referiram aos materiais que leram no ano anterior comprovaram a validade da proposta. A sexta série, assim como as outras, desenvolveram as formas de percepção do patrimônio, de maneira geral – em toda a escola – por conta dos cartazes espalhados na escola com as campanhas de conscientização, o trabalho de limpeza das carteiras não está tão dificultoso como antes, pois os alunos deixaram de usar corretivos para decorá-las com desenhos e assinaturas. A turma da sétima série, que analisou textos com níveis de abstração complexos, na oitava série desenvolveram trabalhos e seminários a partir da leitura de obras como Jorge Amado. Leram Euclides da Cunha, Aluísio Azevedo e entenderam a literatura como fonte para a escrita da história.

Considerações Finais:

Dois anos após a introdução do debate sobre o Patrimônio cultural na COEDUCON tem-se uma escola que olha para a cidade tentando analisar seu desenvolvimento e ocupação. Os alunos de 5ª a 8ª séries diferenciam o novo e o antigo, o moderno e o ultrapassado, o tradicional e o inovador com olhos observadores e analíticos. Interpretam o lugar e se reconhecem nele. Percebem sua ação transformadora e comparam com outras situações temporal e espacialmente distintas. Neste sentido, a Educação Patrimonial revelou-se como um importante instrumento no ensino de história. Entendida e aplicada da forma como foi, de fato, ampliou a noção de tempo histórico dos alunos e os fez sentir como sujeitos históricos.

Acredita-se que esta ainda é uma proposta que necessita ser lapidada. As sugestões dos alunos nas constantes avaliações do projeto indicam isso. Outro fator importante é a questão do processo para elaboração de propostas como esta: não envolve somente teorização e metodologias de trabalho. Envolve análise de propostas pedagógicas; a estrutura e o funcionamento da escola; o calendário escolar, enfim, trabalhar com projetos requer uma organização interna que é complexa quando se trata de um seguimento – como o de 5ª a 8ª séries – que possui cerca de 10 ou mais professores. Neste sentido, planejar em conjunto é a solução para que tanto a “pedra” e o “cal” do patrimônio arquitetônico, como o “quadro” e o “giz” do ensino tradicional podem ter suas funções transformadas no cotidiano da sala de aula.

Bibliografia:

ALVES, Kátia Corrêa Peixoto & BELISÁRIO, Regina Célia de Moura Gomide. *Nas Trilhas da História*. Belo Horizonte/MG: Dimensão, 2000. v.3.
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: história*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Não há indicação de página.

BITTENCOURT, Circe (org.). *O Saber histórico na sala de aula*. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1989)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

OFICINA DE CULTURA: Plano de Qualificação para o Trabalho, 2002, Viçosa.

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO AO ACERVO CULTURAL: Diretrizes Para a Proteção do Patrimônio Cultural de Minas Gerais. [s.n.t.]